

Fonte:

<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2001-2005>

225

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

2001/2005



INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

Digitized by Google

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

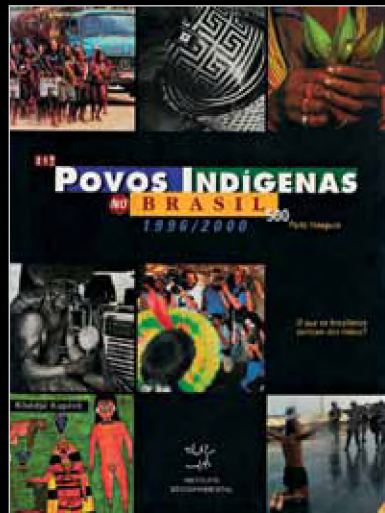
1987 / 88 / 89 / 90



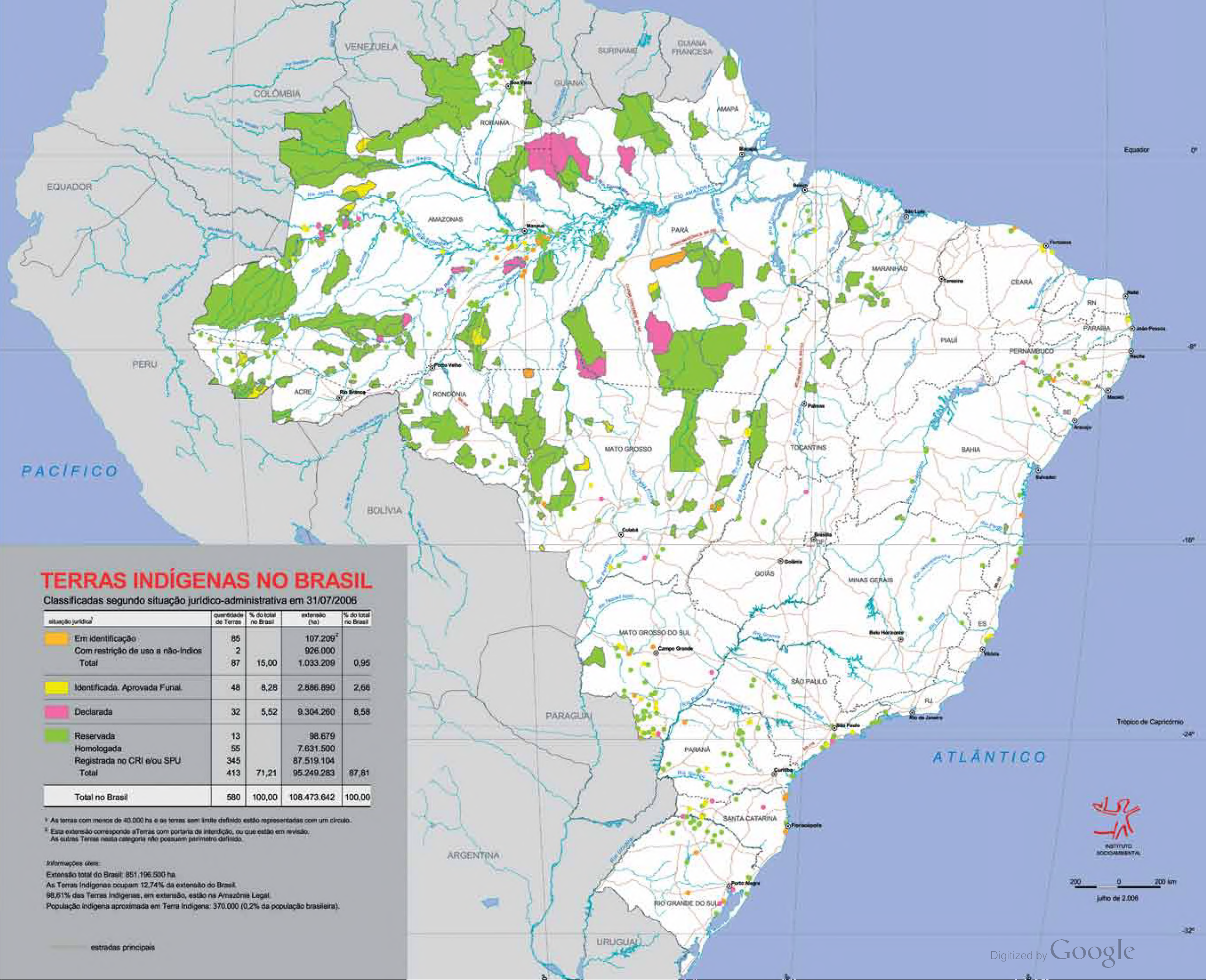
ACONTECEU ESPECIAL 18

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1991 / 1995



www.socioambiental.org



TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Classificadas segundo situação jurídico-administrativa em 31/07/2006

situação jurídica ¹	quantidade de Terras	% do total no Brasil	extensão (ha)	% do total no Brasil
Em identificação	85		107.209 ²	
Com restrição de uso a não-índios	2		926.000	
Total	87	15,00	1.033.209	0,95
Identificada. Aprovada Funai.	48	8,28	2.886.890	2,66
Declarada	32	5,52	9.304.260	8,58
Reservada	13		98.879	
Homologada	55		7.631.500	
Registrada no CRI e/ou SPU	345		87.519.104	
Total	413	71,21	95.249.283	87,61
Total no Brasil	580	100,00	108.473.642	100,00

¹ As terras com menos de 40.000 ha e as terras sem limite definido estão representadas com um círculo.

² Esta extensão corresponde a Terras com portaria de intenção, ou que estão em revisão. As outras Terras nesta categoria não possuem perímetro definido.

Informações úteis:

Extensão total do Brasil: 851.196.500 ha

As Terras Indígenas ocupam 12,74% da extensão do Brasil.

98,61% das Terras Indígenas, em extensão, estão na Amazônia Legal.

População indígena aproximada em Terra Indígena: 370.000 (0,2% da população brasileira).

estradas principais



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

200 0 200 km

Julho de 2006



225 **POVOS
INDÍGENAS
NO BRASIL**
2001/2005

Y Ikatu Xingu
Salve a Água Boa do Xingu



O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o ISA consulte

www.socioambiental.org

Conselho Diretor:

Neide Esterci (presidente), Sérgio Mauro (Sema) Santos Filho (vice-presidente), Adriana Ramos, Beto Ricardo, Carlos Frederico Marés

Secretário executivo: Beto Ricardo

Secretário executivo adjunto: Enrique Svirsky

São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 801
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: 0 xx 11 3515-8900
fax: 0 xx 11 8904-8922
isa@socioambiental.org

Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: 0 xx 61 3035-5114
fax: 0 xx 61 3035-5121
isadf@socioambiental.org

Eldorado

Jardim Residencial Figueira, 55 – Centro
11960-000 Eldorado – SP – Brasil
tel: 0 xx 13 3871-1697
isaribeira@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro
Caixa Postal 21
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel: 0 xx 97 3471-2182/1158/2193
fax: 0 xx 97 3471-1156
isam@socioambiental.org

Manaus

Rua 08, nº 73, Conjunto Vila Municipal, Adrianópolis
69057-740 Manaus - AM - Brasil
tel/fax: 0 xx 92 3648-8114/3642-8743
isamao@socioambiental.org



ALOSIO CABALZARISA

LAUREANO RAMOS
(YUKURU TUYUKA) (?-2005)



PALLO SANTOS

JORGE POZZOBON
(1955-2001)



GLAUCIO DETTMAR EDITORA GLOBO

MÁRIO JURUNA
(1944-2002)



ACERVO DO CENTRO DE PESQUISAS
LEONIDAS & MARIA CELENE

GABRIEL GENTIL
(?-2006)



BETORICARDOISA

ORLANDO VILLAS BOAS
(1914-2002)



EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO

PARU YAWALAPITI
(?-2001)



LUIS FELIPE SCHMIDT DE CASTRO

DR. MILTON SCHMIDT DE
CASTRO (1970-2006)



ANDRÉ TORAL

IDJAHURI KARAJÁ
(?-2004)



LEOPOLDO SILVA FOLHA IMAGEM

JULIO GAIGER
(1957-2004)



DIOVA SAMPAGIAE

APOENA MEIRELLES
(1949-2004)



SIMONE ATHAYDE

JURUNUK KAIABI
(?-2006)



HELOÍSA TRINDADE

ROBERTO CARDOSO DE
OLIVEIRA (1913-2006)

EM MEMÓRIA



	Apresentação	007
	Lista de Povos Indígenas no Brasil	010
	Palavras Indígenas	018
Temas	Quem, Quantos, Onde	039
	Legislação	075
	Política Indigenista	107
	Terras Indígenas: Demarcação e Exploração de Recursos Naturais	163
	Protagonismo Indígena	187
	Desenvolvimento Regional	209

Regiões Geográficas

1. NOROESTE AMAZÔNICO	2.1. RORAIMA SERRA E LAVRADO	2.2. RORAIMA MATA	3. AMAPÁ/ NORTE DO PARÁ	4. SOLIMÕES
233	299	333	375	409
5. JAVARI	6. JURUÁ/ JUTAÍ/ PURUS	7. TAPAJÓS/ MADEIRA	8. SUDESTE DO PARÁ	9. NORDESTE
433	457	477	495	541
10. ACRE	11. RONDÔNIA	12. OESTE DO MATO GROSSO	13. PARQUE INDÍGENA DO XINGU	14. GOIÁS/ TOCANTINS/ MARANHÃO
567	599	625	651	697
15. LESTE DO MATO GROSSO	16. LESTE	17. MATO GROSSO DO SUL	18. SUL	
733	753	781	823	

Povos Indígenas na Internet **861**. Siglas **863**. Fontes **867**.
Índice Remissivo de Povos **868**. Índice Geral **871**.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 2001 / 2005

Instituto Socioambiental, 2006

Editores responsáveis

Beto Ricardo e Fany Ricardo

Editora assistente

Livia Chede Almendary

Coordenadora da equipe de edição, redação e pesquisa

Fany Ricardo

Equipe de edição, redação e pesquisa

Renato Sztutman, Rogério Duarte do Pateo, Tigê Sevã (pesquisa),

Uirá Felipe Garcia, Valéria Macedo

Imagens

Editor: Beto Ricardo

Pesquisa e tratamento: Cláudio Aparecido Tavares

Arte

Projeto Gráfico: Roberto Strauss

Editoração eletrônica: Vera Feitosa

Revisão

Maria da Conceição Tôrres Garcia Tavares, Alicia Rolla

Mapas e análises espaciais

Laboratório de Geoprocessamento do ISA

Alexandre Degan, Alicia Rolla (edição), Cícero Cardoso Augusto,

Rose Rurico Sacó

Documentação

Leila M. M. da Silva (coordenação), Luiz Adriano dos Santos

Colaboradores autorais

Os nomes dos colaboradores que escreveram artigos e notícias e cederam fotos aparecem nos créditos dos respectivos textos e fotos.

Colaboradores editoriais

Bruce Albert, Gilberto Azanha, Luis Donisete Grupioni

e Marcelo Piedrafita Iglesias

Agradecimentos

Adriana Ramos, Amoa Konaya, André Toral, Carlos Macedo, Cláudia Andujar, Cristina Khan, Eliane Brum, Equipes de Administração e Informática do ISA, Isabelle Giannini, Marcos Wesley de Oliveira, Maurilo Clareto, Mônica Maia (Agência Estado), Roberta Dabdab

Cortesias de imagens

ACT Brasil, Amtôtxi Suyá, André Toral, Carlo Zacchini, CTI, Dara Blumenhein, Editora Globo, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Jô Oliveira, Felipe Schmidt de Castro, Furiga Ikpeng, Gustavo Magnussonh, Héliqio Trindade, Israel Vale, Kristian Bengston, Luis Felipe Matos, Paula Morgado, Pedro Constantino, Pedro Martinelli, Riel Franciscato, Sérgio Batersman, Vincent Carelli, Virginie Lemarie, Waige Ikpeng, Walter Sanches

Créditos e legendas das imagens da capa, contracapa e folha de rosto: ver página 879

Apoio de longo prazo para realização do PIB 2001-2005



Apoios para impressão

IARA LEE AND GEORGE GUND III FOUNDATION



Embaixada da
Nova Zelândia



Apoio Institucional

ICCO - Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento

NCA - Ajuda da Igreja da Noruega

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Povos Indígenas no Brasil : 2001-2005 / [editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo]. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2006.

ISBN 85-85994-40-1

1. Índios na América do Sul - Brasil 2. Povos Indígenas - Brasil
I. Ricardo, Beto. II. Ricardo, Fany.

06-7315

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Povos indígenas 980.41
2. Povos indígenas : Brasil 980.41

Prezad@ leit@r

Esse volume traz um resumo da situação dos povos indígenas no Brasil no período 2001-2005. São 178 artigos assinados, centenas de notícias extraídas e resumidas a partir de 125 fontes, além de cerca de 200 imagens fotográficas e 36 mapas. Todas essas informações e análises estão organizadas em seis capítulos temáticos e 19 regionais, num total de 866 páginas. Soma-se a nove outros volumes, de uma série iniciada em 1980 pelo CEDI e continuada pelo ISA, apoiada numa extensa rede de colaboradores voluntários.

Nos últimos cinco anos aumentou o número de etnias, que passou de 216 para 225 (*ver a respeito texto na pág. 17*), e a população indígena total contabilizada pelo Censo do IBGE/2000 cresceu 150% desde 1991, alcançando a surpreendente marca de 734 mil pessoas, que se auto-identificaram genericamente como indígenas. No Estado de São Paulo, o IBGE registrou 63 mil pessoas auto-declaradas indígenas, atrás somente do Amazonas, com 113 mil.

Destacar apenas esses totais “positivos” é pouco revelador do perfil dos povos indígenas no Brasil, um mosaico de sociedades que falam cerca de 180 línguas, metade das quais conta com população de até 500 indivíduos. Somente quatro etnias têm população superior a 20 mil.

Ocorreram avanços importantes no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas coletivos: 81 Terras Indígenas (TIs) tiveram seus processos jurídico-administrativos concluídos – ou seja, foram demarcadas fisicamente e homologadas por decretos presidenciais – entre 1º de janeiro de 2001 a 31 de julho de 2006. Dentre essas, destacam-se a TI Vale do Javari (AM), pela sua extensão de 8,5 milhões de hectares (ha) contínuos na área de fronteira internacional com o Peru e por abrigar além de sete povos indígenas “conhecidos”, vários grupos “isolados”; a TI Raposa Serra do Sol (RR), com seus mais de 1,7 milhão de ha, atendendo às reivindicações históricas dos povos Makuxi, Wapixana, Ingarikó e Patamona, apoiados por prolongada campanha nacional e internacional; a TI Panará (MT), devolvendo uma parte do território tradicional aos Krenhakãrore ou “índios gigantes”, como eram chamados nos anos 70; e a TI Deni (AM), ameaçada por invasão madeireira. Também merece destaque nesse tema a declaração de posse permanente, por portaria ministerial, da TI Trombetas-Mapuera (entre PA/AM e RR), com quase 4 milhões de ha, a maior pendência de demarcação de terra indígena em extensão contínua na Amazônia brasileira.

No total, as 580 Terras Indígenas, que estão em processo de reconhecimento oficial com perímetros identificados e mais as já demarcadas e homologadas, somavam 108.473.642 de hectares (em 31/07/2006, quando foi fechado este cômputo), equivalente a 12,74% da extensão do território

nacional. A extensão destas terras está desigualmente distribuída pelo território nacional. Na Amazônia Legal (Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e a parte oeste do Maranhão, com cerca de 5 milhões de ha), onde vivem 170 povos indígenas com uma população de 262.552 índios nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs/Funasa) e cerca de 80 mil em núcleos urbanos, a extensão das TIs é de quase 107 milhões de ha, ou seja 21,37% da extensão da região. As TIs da Amazônia Legal representam 98,63% da extensão total das Terras Indígenas no país, sendo que os 1,37% restantes espalham-se ao longo das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Mato Grosso do Sul, onde ocorreu historicamente um padrão de confinamento territorial. A menor TI é a Jaraguá, dos Guarani, na cidade de São Paulo, com módicos dois hectares.

Ainda assim há muitas demandas pendentes de demarcação e um ritmo decrescente no processamento das demandas por parte do governo federal. Quando os cálculos dessa edição foram totalizados, havia 167 Terras Indígenas em processo de reconhecimento na Fundação Nacional do Índio (Funai), sem contar pelo menos uma centena de terras sem providência, reivindicadas pelos índios em todo o país.

Apesar disso, a extensão de Terras Indígenas a reconhecer e regularizar não deverá alterar de maneira importante o patamar atual, visto que a grande maioria dos casos se trata justamente de atender demandas de ampliação de Terras diminutas.

Quanto à conservação da biodiversidade, é inquestionável o valor das Terras Indígenas na proteção das florestas no Brasil. Cruzando dados oficiais de 2003 para a Amazônia brasileira, o ISA constatou que as TIs têm índice de desmatamento inferior (1,14%) aos das Unidades de Conservação federais (1,47%) e estaduais (7,01%) localizadas na região. Já o desflorestamento fora das áreas protegidas atingiu o índice de 18,96%. A contenção do desmatamento pelas TIs é dado de suma importância, na medida em que o *boom* do agronegócio tem pressionado as Terras Indígenas situadas na fronteira econômica, empurrando para mais adiante a ação de grileiros, madeireiros e pecuaristas. Porém, a médio e longo prazos, a situação das Terras Indígenas, ainda que demarcadas e relativamente preservadas, pode se complicar com os efeitos da ocupação predatória dos seus entornos, especialmente quanto à saúde dos rios, ao aumento de invasões de vários tipos e ao risco de incêndios.

O exemplo mais emblemático é o do Parque Indígena do Xingu, Terra Indígena cartão-postal no coração do país. As matas que protegiam suas nascentes e cursos dos principais afluentes formadores da bacia foram praticamente dizimadas nos últimos cinco anos pelo crescimento avassalador da pecuária e, secundariamente, da lavoura de soja para exportação, afetando negativamente a vida nas aldeias. O alerta dos índios do Xingu serviu de mote para a Campanha Y Ikatu Xingu, que está mobilizando os vários atores regionais ao redor de uma agenda positiva para salvar a água boa de um dos rios mais importantes da zona de transição do Cerrado para a Amazônia (*veja na pág. 211 e seguintes*).

Mas coube aos Xavante e Timbira, povos indígenas do Cerrado, o gesto simbólico mais marcante do período (*foto da capa*), ao promoverem sua tradicional corrida de toras (de buriti) em plena avenida Paulista em São Paulo, para denunciar o cerco de suas terras e a degradação dos seus entornos também pelo avanço do agronegócio. Estima-se que o desmatamento do Cerrado nos últimos anos é da ordem de 30 mil km² por ano, ritmo imensamente maior que o registrado na Amazônia, destruindo patrimônio de biodiversidade equivalente, além de promover a degradação dos solos, a contaminação dos cursos d'água e prejudicar o ciclo das chuvas. E, como se sabe, o Cerrado é o berço das águas, não só para os índios e demais populações que vivem na região, mas para todo o País.

A Convenção 169 da OIT, apesar de ratificada pelo Brasil, não saiu do papel. O assunto é relevante por várias razões, entre as quais o fato de que há diversas etnias localizadas no território brasileiro que também o estão em países vizinhos. Para incorporar essa mirada transfronteira que a situação exige, uma nova seção, denominada "Do outro lado da fronteira", foi adicionada aos capítulos regionais pertinentes.

Paralelamente à Convenção no plano internacional, no plano nacional o que se assiste é um endurecimento das posições anti-indígenas. Depois das conquistas inscritas na Constituição de 1988, o refluxo conservador propõe projetos de lei ou emendas constitucionais com objetivos de excluir ou diminuir garantias dos povos indígenas, dificultando assim a plena implementação dos direitos conquistados, enquanto jaz no Congresso Nacional o projeto do novo Estatuto das Sociedades Indígenas.

Após uma significativa melhora nos indicadores de saúde com a implantação, a partir de 1999, dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, os últimos anos viram esses mesmos indicadores despencarem em função da excessiva burocratização e influência política ao qual o sistema foi exposto.

Finalmente, vale destacar a imagem do cocar kayapó que aparece na lombada deste volume, confeccionado com a técnica de praxe, porém com canudinhos de plástico no lugar das tradicionais penas de arara, papagaio e mutum. Proibidos (os índios), pela Funai (portaria de 20/05/2004), de comercializar artesanato com matérias-primas oriundas de animais silvestres, essa recente e criativa solução kayapó simboliza a contradição de um país campeão mundial do desmatamento e bem colocado no topo da lista do tráfico e da extinção de aves, cuja diplomacia costuma exibir no exterior a arte plumária indígena como símbolo primeiro da identidade nacional.

Beto&Fany, SP, agosto de 2006

LISTA DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

(Fonte: Banco de Dados do Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental, agosto de 2006)

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família lingüística	UF (Brasil) Países limítrofes	População Censo/estimativa	Ano	Fonte
1.	Aikanã	Aikaná, Massaká, Tubarão	Aikanã	RO	180	2005	Vasconcelos, I.
2.	Ajuru	Wayoró	Tupari	RO	94	2006	Funasa
3.	Akunsu	Akuntsu	Tupari	RO	6	2006	Funasa
4.	Amanayé	Amanaié	Tupi-Guarani	PA	192	2001	Funai
5.	Amondawa		Tupi-Guarani	RO	87	2003	Peggion
6.	Anambé		Tupi-Guarani	PA	182	2000	Verbete
7.	Aparai*	Apalai	Karib	PA	317	2006	Funasa
8.	Apiaká	Apiacá	Tupi-Guarani	MT	192	2001	Funasa
9.	Apinayé	Apinajé, Apinaié	Jê	TO	1.525	2006	Funasa
10.	Apolima-Arara		**	AC	278	2001	GT Identific.
11.	Apurinã		Aruak	AM	3.256	2006	Funasa
12.	Aranã		Krenak**	MG	54	2006	Funasa
13.	Arapaso	Arapaço	Tukano	AM	569	2005	DSEI/ FOIRN LevSGC2004
14.	Arara	Ukarãgmã, Ukarammã	Karib	PA	271	2006	Funasa
15.	Arara	Shawanawa	Pano	AC	332	2004	CPI/AC
16.	Arara do Aripuanã	Arara do Beiradão	Mondé	MT	57	2001	Paca
17.	Araweté	Araueté	Tupi-Guarani	PA	339	2006	Funasa
18.	Arikapu	Aricapu	Jabutí	RO	29	2006	Funasa
19.	Aruá		Mondé	RO	69	2006	Funasa
20.	Ashaninka	Kampa	Aruak	AC Peru	969 (55.000)	2004 1993	CPI/AC
21.	Asurini do Tocantins	Akuáwa	Tupi-Guarani	PA	384	2006	Funasa
22.	Asurini do Xingu	Awaeté	Tupi-Guarani	PA	124	2006	Funasa
23.	Atikum	Aticum	**	PE	5.852	2006	Funasa Verbete
24.	Avá-Canoeiro		Tupi-Guarani	TO/ GO	16	2006	Funasa
25.	Aweti	Aueti	Aweti	MT	157	2006	Funasa
26.	Bakairí	Kurã, Bacairi	Karib	MT	910	2006	Taukani, D.
27.	Banawa-Yafi	Banawa	Arawá	AM	101	2006	Funasa
28.	Baniwa*	Baniua, Baniva, Curipaco, Walimanai, Wakuenai	Aruak	AM Colômbia Venezuela	5.811 (7.000) (1.192)	2.005 2000 1992	DSEI/FOIRN, LevSGC2004
29.	Bará*	Waipinômakã	Tukano	AM Colômbia	21 (296)	2005 1988	DSEI/FOIRN e LevSGC2004
30.	Barasana*	Hanera	Tukano	AM Colômbia	34 (939)	2005 1988	DSEI/FOIRN, LevSGC2004
31.	Baré*		Aruak (substituída pelo Nheengatu)	AM Venezuela	10.275 2.790 (1.210)	2005 1998 1992	DSEI/FOIRN, LevSGC2004
32.	Bororo	Boe	Bororo	MT	1.392	2006	Funasa

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família lingüística	UF (Brasil) Países limítrofes	População Censo/estimativa	Ano	Fonte
33.	Chamacoco*		Samuko	MS Paraguai	40 (1.571)	1994 2002	Grünberg, G. II Censo Nacional Indígena do Paraguai
34.	Chiquitano	Chiquito	Chiquito	MT Bolívia	737 (55.000)	2006 1995	Funasa
35.	Cinta Larga	Matétamãe	Mondé	MT/RO	1.440	2006	Funasa
36.	Coripaco	Kuripako	Aruak	AM Colombia	1.332 ?	2005	DSEI/FOIRN, LevSGC2004
37.	Deni		Arawá	AM	875	2006	Funasa
38.	Desana*	Desâna, Desano, Dessano, Wira, Hmtkomasã	Tukano	AM Colômbia	2.204 (2036)	2005 1988	DSEI/FOIRN, LevSGC2004
39.	Enawenê-Nawê	Salumã	Aruak	MT	445	2006	Funasa
40.	Ewarhuyana			PA	12	2001	?
41.	Fulni-ô	Carnijó	Yatê	PE	3.659	2006	Funasa
42.	Galibi Marworno	Galibi do Uaçá, Aruã	Karib	AP	2.177	2006	Funasa
43.	Galibi*	Galibi do Oiapoque	Karib	AP Guiana Francesa	66 (2.000)	2006 1982	Funasa
44.	Gavião	Digüt	Mondé	RO	459	2006	Funasa
45.	Gavião	Parkatejê, Gavião do Mãe Maria	Jê	PA	476	2006	Funasa
46.	Gavião	Pukobiê, Pykopjê, Gavião do MA	Jê	MA	494	2006	Funasa
47.	Guajá	Awá, Avá	Tupi-Guarani	MA	283	2005	Funasa
48.	Guajajara	Tenetehára	Tupi-Guarani	MA	19.471	2006	Funasa
49.	Guarani*		Tupi-Guarani	MS/SP/PR/RS/SC/RJ/ES Paraguai Argentina	45.787 (42.870)	2006 2002	Funasa II Censo Nacional Indígena do Paraguai
50.	Guató		Guató	MS	344	2006	Funasa
51.	Hixkariana	Hiskariana	Karib	PA/RR	631	2006	Funasa
52.	Ikpeng	Txikão	Karib	MT	342	2006	Funasa
53.	Ingarikó*	Ingaricó Akawaio, Kapon	Karib	RR Guiana Venezuela	891 (4.000) (728)	2006 1990 1992	Funasa
54.	Iranxe	Irantxe	Irantxe	MT	356	2006	Funasa
55.	Jabuti	Jeoromitxi	Jabuti	RO	165	2006	Funasa
56.	Jamamadi	Yamamadi, Kanamanti	Arawá	AM	884	2006	Funasa
57.	Jarawara	Jarauara	Arawá	AM	175	2006	Funasa
58.	Javaé		Karajá	TO	1.208	2006	Funasa
59.	Jenipapo Kanindé	Paiaku	**	CE	272	2006	Funasa
60.	Jiahui	Djahui, Diarrói	Tupi-Guarani	AM	88	2006	Funasa
61.	Jiripancó	Jeripancó	**	AL	1.307	2006	Funasa
62.	Júma	Yuma	Tupi-Guarani	AM	5	2002	EPIB
63.	Kaapor	Urubu-Kaapor, Ka'apor, Kaaporté	Tupi-Guarani	MA	991	2006	Funasa EPIB
64.	Kadiwéu	Caduveo, Caduêu	Guaikurú	MS	1.629	2006	Funasa
65.	Kaiabi	Caiabi, Kayabi	Tupi-Guarani	MT/PA	1.619	2006	Funasa

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família lingüística	UF (Brasil) Países limítrofes	População Censo/estimativa	Ano	Fonte
134	Nambikwara Nambikwara do Campo Nambikwara do Norte Nambikwara do Vale do Guaporé (Sul)	Anunsu, Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu Negarotê, Mamaindê, Latundê, Sabanê, Manduka, Tawandê Hahaintesu, Alantesu, Waikisu, Alaketesu, Wasusu, Sararé, Waikatesu	Nambikwara	MT/RO	1.715	2006	Funasa
135	Nawa***		**	AC	422	2005	EPIB
136	Naruvoto		Karib	MT	78	2003	?
137	Nukini	Nuquini	Pano	AC	600	2003	EPIB
138	Ofaié	Ofayé-Xavante	Ofayé	MS	61	2006	Funasa
139	Orowin	Oro Win	Txapakúra	RO	56	2006	Funasa
140	Paiter	Surui	Mondé	RO	1.007	2006	Funasa
141	Pakaa Nova	Wari, Pacaás Novos	Txapakura	RO	2.721	2006	Funasa
142	Palikur*	Aukwayene, Aukuyene, Paliku'ene	Aruak	AP Guiana Francesa	1.330 (470)	2006 1980	Funasa
143	Panará	Krenhakarore, Krenakore, Krenakarore, Kreen-akarore	Jê	MT/PA	303	2006	Funasa
144	Pankará		**	PE	2.702	2006	Funasa
145	Pankararé	Pancararé	**	BA	1.562	2006	Funasa
146	Pankararu	Pancararu	**	PE	6.515	2006	Funasa
147	Pankaru	Pancaru	**	BA	179	2006	Funasa
148	Parakanã	Paracanã, Apterewa	Tupi-Guarani	PA	900	2004	EPIB
149	Pareci	Paresi, Haliti	Aruak	MT	1.416	2006	Funasa
150	Parintintin		Tupi-Guarani	AM	284	2006	Funasa
151	Patamona*	Kapon	Karib	RR Guiana	87 (5.500)	2006 1990	Funasa
152	Pataxó		**	BA	10.897	2006	Funasa
153	Pataxó Hã-hã-hãe		**	BA	2.147	2005	Carvalho, MR
154	Paumari	Palmari	Arawá	AM	892	2006	Funasa
155	Pipipã		**	PE	1.640	2006	Funasa
156	Pirahã	Múra Pirahã	Mura	AM	389	2006	Funasa
157	Piratapuia*	Piratapuya, Piratapuyo, Pirá-Tapuya, Waikana	Tukano	AM Colômbia	1.433 (400)	2005 1988	DSEI/FOIRN, LevSGC2004
158	Pitaguari		**	CE	2.351	2006	Funasa
159	Potiguara		Tupi-Guarani	** PB	11.424	2006	Funasa
160	Poyanawa	Poianáua	Pano	AC	403	2004	CPI/AC
161	Puruborã		Puruborã	RO	62	2006	Funasa
162	Rikbaktsa	Canoeiros, Erigpaktsa	Rikbaktsa	MT	1.117	2006	Funasa
163	Sakurabiat	Mekéns, Sakirabiap, Sakirabiar, Sakirabiat	Tupari	RO	84	2006	Funasa
164	Sateré-Mawé	Mawé, Sataré-Maué	Mawé	AM	8.378	2003	Diagnóstico P. Satere/M
165	Shanenawa	Katukina	Pano	AC	361	2006	Funasa
166	Siriano*	Siria-Masã	Tukano	AM Colômbia	71 (665)	2005 1988	DSEI/FOIRN e LevSGC2004
167	Suruí	Aikewara	Tupi-Guarani	PA	264	2006	Funasa

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família linguística	UF (Brasil) Países limítrofes	População Censo/estimativa	Ano	Fonte
168.	Tabajara		**	CE	?		
169.	Tapayuna	Beço-de-Pau	Jê	MT	58	1995	
170.	Tapeba		**	CE	5.741	2006	Funasa
171.	Tapirapé	Tapirapé	Tupi-Guarani	MT	564	2006	Projeto Aranowá'yão
172.	Tapuia	Tapuia-Xavante, Tapuio	**	GO	165	2006	Funasa
173.	Tariano*	Tariána, Taliáseri	Aruak	AM Colômbia	2.549 (205)	2005 1988	DSEI/FOIRN e LevSGC2004
174.	Taurepang*	Taulipang, Pemon, Arekuna	Karib	RR Venezuela	582 (20.607)	2002 1992	Funasa
175.	Tembé		Tupi-Guarani	PA/MA	1.425	2006	Funasa
176.	Tenharim		Tupi-Guarani	AM	699	2006	Funasa
177.	Terena		Aruak	MS	19.961	2006	Funasa
178.	Ticuna*	Tikuna, Tukuna, Magüta	Tikuna	AM Peru Colômbia	30.000+ (4.200) (4.535)	2003 1988 1988	CGTT
179.	Tingui Botó		**	AL	302	2006	Funasa
180.	Tiriyó* Tsikuyana Kah'yana	Tirió, Trio, Taranoa, Yawi, Pianokoto,	Karib	PA Suriname	1.156 (1.400)	2006 2003	Funasa
181.	Torá		Txapakúra	AM	312	2006	Funasa
182.	Tremembé		**	CE	2.049	2006	Funasa
183.	Truká		**	PE	4.169	2006	Funasa
184.	Trumai		Trumai	MT	147	2006	Funasa
185.	Tsohom Djapá	Tsunhum-Djapá, Tyonhwak Dyapa, Tucano	Katukina	AM	100	1985	EPIB
186.	Tukano*	Tucano, Ye'pá-masa, Dahsea	Tukáno	AM Colômbia	6.241 (6.330)	2005 1988	DSEI/FOIRN e LevSGC2004
187.	Tumbalalá***		**	BA	1.469	2006	Funasa
188.	Tupari		Tupari	RO	433	2006	Funasa
189.	Tupinambá		Tupi-Guarani **	BA	2.590	2006	Funasa
190.	Tupiniquim		Tupi-Guarani **	ES	1.950	2006	Funasa
191.	Turiwára		Tupi-Guarani	PA			?
192.	Tuxá		**	BA/PE	3.927	2006	Funasa
193.	Tuyuka*	Tuiuca, Dokapuara, Etapinômakáphóná	Tukano	AM Colômbia	825 (570)	2005 1988	DSEI/FOIRN e LevSGC2004
194.	Umutina	Umotina, Barbados	Bororo	MT	392	2006	Funasa
195.	Uru-Eu-Wau-Wau	Urueuwauwau, Jupaú, Urupain	Tupi-Guarani	RO	100	2006	Funasa Kanindé Diagnóstico
196.	Wai wai* Karafwayana Xereu Katuenta Mawayana	Waiwai	Karib	RR/AM/PA Guiana	2.805	2002	Funai
197.	Wajãpi*	Waiãpi, Oyampi, Wayãpy,	Tupi-Guarani	AP Guiana Francesa	756 (412)	2006 1992	Funasa
198.	Waimiri Atroari	Kinã	Karib	RR/AM	1.120	2005	PWA

	Nome	Outros nomes ou grafias	Família lingüística	UF (Brasil) Países limítrofes	População Censo/estimativa	Ano	Fonte
199.	Wanáno*	Uanano, Wanana	Tukano	AM Colômbia	735 (1.113)	2005 1988	DSEI/FOIRN e LevSGC2004
200.	Wapixana*	Uapixana, Vapidiana, Wapisiana, Wapishana	Aruak	RR Guiana	6.844 (4.000)	2006 1990	Funasa
201.	Warekena*	Uarequena, Werekena	Aruak	AM Venezuela	806 491	2006 1998	Funasa
202.	Wassu		**	AL	1.560	2003	Funasa
203.	Waurá	Uaurá, Waujá	Aruak	MT	410	2006	Funasa
204.	Wayana*	Waiana, Uaiana	Karib	PA Suriname Guiana Francesa	288 (400) (800)	2006 1999 1999	Funasa
205.	Witoto*	Uitoto, Huitoto	Witoto	AM Colômbia Peru	? (5.939) (2.775)	1988 1988	
206.	Xakriabá	Xacriabá, Xikriabá	Jê	MG	7.665	2006	Funasa
207.	Xambioá	Karajá do Norte, Ixybiowa, Iraru mahädu	Karajá	TO	269	2006	Funasa
208.	Xavante	A'uwe, , Awen, Akwen	Jê	MT	12.845	2006	Funasa
209.	Xerente	Akwe, , Akwen	Jê	TO	2.569	2006	Funasa
210.	Xetá		Tupi-Guarani	PR	86	2006*	Silva, C. L.
211.	Xikrin	Put Karôt	Jê	PA	1.343	2006	Funasa
212.	Xipaya	Shipaya	Juruna	PA	595	2002	Funasa Rel. GT
213.	Xokó	Xocó, Choco	**	SE	364	2006	Funasa
214.	Xokleng	Shokleng	Jê	SC	887	2004	Funasa
215.	Xukuru	Xucuru	**	PE	9.064	2006	Funasa
216.	Xukuru-Kariri	Xucuru-Kariri	**	AL	2.652	2006	Funasa
217.	Yanomami*	Yanomami, Yanomamö	Yanomami	RR/AM Venezuela	15.682 (15.193)	2006 1992	Funasa
	Yanomam	Yanomae					
	Sanumá	Sanema					
	Ninam	Yanam, Xiriana					
218.	Yawalapiti	Iaualapiti	Aruak	MT	222	2006	Funasa
219.	Yaminawa*	Jaminawa, laminawa	Pano	AC Peru Bolívia	855 324 630	2006 1999 1999	Funasa
220.	Yawanawá*	Iauanauá	Pano	AC Peru Bolívia	519 (324) (630)	2006 1993 1993	Funasa
221.	Yekuana*	Maijongong, Ye'kuana, Yekwana	Karib	RR Venezuela	430 4.800	2000 2000	Elaine, M.L. Rodriguez e Sarmiento
222.	Yudjá	Jurúna, Yuruna	Juruna	PA/MT	362	2006	Funasa
223.	Zo'é	Poturú	Tupi-Guarani	PA	177	2003	?
224.	Zoró	Pageyn	Mondé	MT	464	2003	Funasa
225.	Zuruahã	Sorowaha, Suruwaha	Arawá	AM	144	1996	Dal Poz, J.

(*) Povos que estão presentes em mais de um país.

(**) Já não falam a língua original, usam o português regional.

Observações:

1 - Os números desta listagem são aproximados, devido aos inúmeros problemas de censo, principalmente nos casos das etnias que se encontram espalhadas em várias terras, cujos censos foram feitos em épocas e instituições diferentes.

2 - As famílias linguísticas Tupi Guarani, Awetí, Munduruku, Mawé, Tupari, Arikem, Mondé, Ramarama, e Juruna fazem parte do Tronco Tupi. As famílias linguísticas Jê, Maxakali, Krenak, Yatê, Karajá, Ofaié, Guató, Rikbaktsa e Bororo fazem parte do Tronco Macro-Jê.

3 - Povos isolados (que não tem contato com a Funai e com a sociedade local) não foram incluídos na listagem.

4 - Povos como os Tiriýó, os Waiwai, os Kayapó, Guarani, Nambikwara, Maku e Yanomami e foram contabilizados em bloco apesar da sua diversidade interna.

QUANTOS SÃO?

ESTIMATIVAS – Para o ISA, os 225 povos indígenas contemporâneos no Brasil somam uma população estimada em 600 mil pessoas, com a ressalva de que essa lista de povos e dados básicos foi elaborada a partir de uma colagem de informações heterogêneas baseadas em dados da Funai, Funasa e de uma extensa rede de colaboradores, com diferentes datas base. Desse total, cerca de 480 mil vivem em Terras Indígenas e em áreas urbanas próximas. Estima-se que em capitais do país vivam cerca de 120 mil pessoas pertencentes a estes povos.

POVOS – Aos 216 povos indígenas contabilizados na edição anterior desta publicação, somaram-se outros nove. O número de povos tem flutuado para cima nos últimos anos, apesar do fato de alguns estarem ameaçados de desaparecimento. Isso se deve a processos de retomada e construção de identidade de grupos sociais que reclamam a condição de indígenas específicos (também denominados “resistentes”, “emergentes”, “ressurgidos”) [veja artigo pág. 50]. Para incorporá-los a este quadro, utilizamos como critério a disponibilidade de algumas informações básicas a respeito (auto-denominação, localização, população) e, principalmente, a manifestação de vontade do próprio grupo. Portanto, a lista não esgota todos os casos de novas comunidades que têm se identificado como indígenas.

CRESCIMENTO – De maneira geral, a população total de cada povo segue mantendo um ritmo acelerado de crescimento [veja artigo pág. 55]. Como se pode observar na lista acima, comparada às listas de edições anteriores desta publicação, vários povos duplicaram de população nos últimos dez anos. Porém, 12 povos têm uma população de 5 até 40 pessoas, ou seja, seguem ameaçados de desaparecimento.

MOSAICO – Dos 225 povos listados, 36 têm parte de sua população residindo em outros países. Mesmo quando há informações demográficas a respeito, essas parcelas não foram consideradas nem na estimativa global para o Brasil, nem para a classificação que segue: dos povos listados no quadro acima, 49,55% têm até 500 pessoas, 14,55% dos povos têm entre 500 e 1000 pessoas, 25% dos povos têm entre 1.000 e 5.000 pessoas, ou seja, 39,55% dos povos têm entre 500 e 5.000 pessoas. 9% dos povos têm entre 5.000 e 20.000 pessoas e 4 povos têm mais de 20.000 pessoas.

VARIAÇÕES – Como não há um censo indígena ou levantamentos demográficos dos povos indígenas feitos anualmente, as fontes variam quanto ao número da população geral de cada um dos povos e do total. A Funasa contabiliza a população indígena pelo Sistema de Informações de Saúde Indígena (Siasi) e tem estimado o total da população indígena no Brasil em 453 mil pessoas. No entanto, não sabemos se esse número engloba índios residentes em áreas urbanas. A Funai, por outro lado, tem indicado uma população de 460 mil pessoas pertencentes aos povos indígenas residentes nas Terras Indígenas e entre 100 mil e 190 mil pessoas residentes fora das TIs, inclusive em áreas urbanas. A partir de 1991, o IBGE passou a incluir a categoria ‘indígena’ no quesito raça/cor da pele (respondido por auto-declaração) do questionário da amostra dos censos demográficos nacionais. Com essa metodologia de auto-declaração, os resultados dos censos demográficos de 1991 e 2000 contaram pessoas que se auto-identificaram genericamente como índios. Em 1991, os que assim se manifestaram somaram 294 mil e, em 2000, surpreendentemente, saltaram para 734 mil.

ENTRE A ALDEIA, A CIDADE E O COSMOS

RENATO SZTUTMAN – Antropólogo, ISA e NHI/USP

Os cinco líderes indígenas – Yanomami, Marubo, Baniwa, Kaiabi e Guarani – que falaram ao ISA têm em comum o desafio de promover condições adequadas para a interlocução com a sociedade nacional e o mundo globalizado. É assim que eles se revelam como tradutores ou mesmo intérpretes: buscam encontrar sentido local para práticas e instituições dos brancos ao mesmo tempo em que lutam para dar visibilidade, num plano mais amplo, a reivindicações, potencialidades e saberes de seus povos.

Imersos num trânsito constante por entre mundos, eles jamais deixam de lado a prudência quando se põem a meditar sobre o futuro: a convivência com os brancos pode ser positiva desde que não se perca de vista a qualidade e a singularidade dos modos de vida indígenas. Qualidade e singularidade inscritas nas formas de ocupação do território, na transmissão de conhecimentos e no xamanismo.

O abandono do cotidiano nas aldeias para tentar a sorte nas cidades é motivo de lamento nas falas da maior parte desses líderes. Lauro Marubo, atual chefe da aldeia Alegria e pajé rezador, adverte aos jovens que morar na cidade é perigoso, pois lá abundam espíritos maléficos que causam doenças e morte. Além do mais, morrer na cidade, não é aconselhável para os Marubo, pois suas almas não conseguiriam encontrar o caminho de volta.

André Baniwa, embora tenha se instalado há alguns anos com sua família em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde atua como vice-presidente da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), diz ter saudades da vida na comunidade do alto Içana. Para ele, viver na cidade e ocupar uma posição de liderança – falar em nome de índios de diferentes origens e assumir uma agenda apertada de viagens e reuniões – representam apenas um momento provisório de sua vida. Mais importante é garantir que seus filhos continuem a falar a língua paterna e a seguir as regras de conduta baniwa, de modo que, no futuro, possam voltar a viver na aldeia.

Já Mairawê Kaiabi, falando para aqueles que permanecem na aldeia, lamenta o fato de os jovens estarem se distanciando de práticas como o cultivo, a caça e a pesca para consumirem cada vez mais produtos vindos das cidades. Para ele, esse fato, que pode levar a um estado de subnutrição das crianças, não pode ser dissociado do desmatamento das cabeceiras do rio Xingu e, por conseguinte, da má qualidade das águas dos rios.

Timóteo Verá Popyguá construiu sua própria aldeia, Tenondé Porã, nos limites de uma grande metrópole, São Paulo. O seu maior problema tornou-se então garantir ali um espaço para viver, o que exige o envolvimento na luta pela preservação ambiental ameaçada pelo processo de expansão urbana. Timóteo pensa que o futuro dos Guarani nas redondezas de São Paulo passa, ademais, pela afirmação e divulgação de sua singularidade cultural. Isso justifica seus esforços de divulgar em CDs e espetáculos os cantos guarani, além de estimular os mais velhos a rememorá-los e ensiná-los aos mais jovens.

Esforço algo semelhante é o de André Baniwa, que tem buscado um diálogo entre velhos pajés e líderes religiosos e os mais jovens. Segundo ele, para além da escola diferenciada e dos projetos de piscicultura, é preciso incluir projetos para discutir a cultura e a religião baniwa. Isso implicaria um movimento de recuperação de certas narrativas, rituais e práticas, então “demonizadas” pelos missionários protestantes.

A necessidade de fazer com que os jovens voltem a se interessar pelo que dizem os velhos xamãs aparece fortemente nas falas de Lauro Marubo e Davi Yanomami, ainda que ambos não atribuam ao xamanismo o rótulo “cultura”.

Diante da sedução dos objetos da cidade, Lauro Marubo alega que todos eles têm doenças; os relógios causam febre e o papel provoca tontura. Ora, quem criou tudo isso não foram os brancos, mas sim os antigos pajés, que até hoje podem identificar a potência predatória das coisas e convencer os mais jovens a permanecerem nas aldeias.

Davi Yanomami, de sua parte, incita os jovens a se interessarem mais pelo xamanismo, pois só assim lhes será possível defender a floresta e garantir uma boa saúde para todos. Isso significa interagir com os espíritos *xapiripê* por meio da inalação de uma substância alucinógena, o *yãkoana*. Ao se distanciarem dos *xapiripê*, os jovens tornam o seu pensamento obstruído, esquecem dos ensinamentos dos antigos. Ao se interessarem em demais pelas coisas dos brancos, perdem o acesso a não apenas um modo singular de viver, mas sobretudo um modo singular de ver o mundo.

P A L A V R A S

I N D Í G E N A S

S A S I N D Í G E N A S

S P A L A V R A S

P E N S A M E N T O S D E C I N C O

L Í D E R E S I N D Í G E N A S

PENSAMENTOS NOTURNOS

Davi Kopenawa Yanomami

DAVI KOPENAWA YANOMAMI, EXIGENTE GUARDIÃO DOS VALORES DE SUA CULTURA

BRUCE ALBERT

Antropólogo, pesquisador IRD-MNHN (UR169)

Davi Kopenawa nasceu em meados da década de 1950, numa casa coletiva próxima à fronteira venezuelana no rio Toototobi (afluente do alto Demini, AM). Entre 1987 e 1990, quando uma intensa corrida do ouro provocou a morte de mais de mil Yanomami no Brasil, tornou-se o principal porta-voz da causa de seu povo e um dos líderes indígenas mais conhecidos no Brasil e no mundo.

Davi já vinha lutando, desde 1983, pela demarcação das terras dos Yanomami e, durante o episódio trágico da invasão garimpeira, visitou vários Países na Europa e os Estados Unidos, além de ter recebido importantes prêmios nacionais e internacionais pela defesa do meio ambiente e por levar ao mundo o despertar da consciência pública quanto à importância da cultura e dos conhecimentos dos povos tradicionais.

Desde o fim dos anos de 1970, vive na comunidade *Watoriki* (Serra do Vento), no extremo norte do estado do Amazonas. Casado com a filha do velho líder (*pata thê*) da comunidade, Davi Kopenawa é um dos homens mais influentes da sua região e um xamã muito respeitado. Ele permanece um incansável defensor da terra e dos direitos yanomami, assim como um exigente guardião dos valores de sua cultura.

O depoimento a seguir foi gravado em meados dos anos noventa. Desde então, o esforço de Davi e de seu sogro para garantir a transmissão da palavra dos espíritos *xapiripê* à nova geração fez de sua comunidade o grupo local com o maior número de xamãs da Terra Indígena Yanomami: quatorze numa população de 149 pessoas.

Depoimento recolhido, traduzido e editado por Bruce Albert.

Nossos antigos, quando viviam ainda sós na floresta, eram realmente sábios. Eles preferiam os dizeres dos cantos dos espíritos *xapiripê* a qualquer outro pensamento. Mas hoje os brancos se aproximaram da nossa terra. As palavras deles criaram obstáculos à voz dos antigos. Assim, as palavras dos *xapiripê* esmoreceram no pensamento dos jovens. Hoje, eu receio que eles estejam se preocupando demais com as coisas dos brancos. Alguns ficam assustados pelo poder da *yãkoana* e, as vezes, recusam de se tornar xamãs. Eles têm medo de ver os espíritos e temem sua hostilidade. Então, eu me esforço por incentivá-los: "Não sejam medrosos! Daqui a pouco vocês terão esposas e seus filhos nascerão. Sem *xapiripê* como poderão cuidar deles? Tornem-se xamãs! Se vocês se comportarem bem, os *xapiripê* virão até vocês. Eles são magníficos e poderosos!" Assim, me empenho em lhes dar os espíritos, pois, sem eles, os jovens se tornarão homens de pensamento obstruído.

Antes da chegada dos brancos, as casas de espíritos eram numerosas no peito do céu. Hoje, muitas delas estão queimadas e vazias. As epidemias *xawara* devoraram muitos dos nossos antepassados. Por isso, quando meu pensamento está triste, às vezes me pergunto se, no futuro, ainda haverá xamãs. Talvez não. Nesse caso, nossos filhos estarão tão confusos que deixarão de ver os espíritos e de escutar seus cantos. Sem xamãs, viverão desprotegidos e perderão o juízo. Passarão seu tempo a vagar entre os brancos. Serão todos contaminados por suas doenças que transmitirão às esposas e filhos, levando-os à morte. Nem mesmo continuarão a sonhar em defender a sua floresta.

Algumas vezes, à noite, tais pensamentos me deixam muito inquieto. No entanto, ao amanhecer, me tranquilizo pensando que enquanto houver xamãs como nós e seus espíritos protegendo a floresta, os Yanomami não desaparecerão. Por isso, nos esforçamos sem trégua para convencer nossos filhos e genros a inalar *yãkoana* e fazer dançar os espíritos como faziam os nossos antigos. Assim as palavras dos *xapiripê* jamais se perderão.

A imagem de *Omama* ainda toma conta de nós. *Omama* não era um xamã. No entanto, foi ele quem criou os *xapiripê*, fazendo de seu filho o primeiro xamã Yanomami. Nós possuímos suas palavras desde sempre. Ele também nos criou e, até hoje, nos esforçamos em segui-lo. A exemplo de seu filho, continuamos a nos tornar xamãs. Não queremos esquecer suas palavras mantidas pelos antigos. As guardamos em toda a nossa floresta. Somente elas nos são verdadeiramente claras. Não entendemos as palavras dos brancos. Eles são outra gente, têm outras palavras que nos soam estranhas e inquietantes. Assim, enquanto minha boca tenta pronunciá-las, meu pensamento, desorientado, procura ainda entendê-las.

Para nós, o que é bonito aprender é o que vemos e ouvimos inalando *yãkoana*. Desde os primeiros tempos, os antigos faziam dançar os *xapiripê* criados por *Omama*. Assim ensinaram a nos vingar dos seres maléficos e a curar os doentes. Por isso continuamos, até hoje, a chamar os *xapiripê*. Os brancos não sabem nada dessas coisas. Eles conhecem outras palavras, aquelas de *Teosi* [Deus], e contam muita mentira sobre nós. As palavras dos espíritos são muito antigas. Acreditamos que elas são palavras belas. Nossos ancestrais as detinham desde o tempo em que habitavam sós na floresta; desde o tempo em que os brancos estavam ainda longe e nós nada sabíamos sobre eles.



ILUSTRAÇÃO: DIANA KOKOUI, 1999

“É PRECISO FORTALECER E AVALIAR A TRADIÇÃO”

André Baniwa



DEÍLIO FIRMO ALVES FOIRN, 2008

ANDRÉ BANIWA, ENTRE A ALDEIA E A CIDADE

BETO RICARDO

Antropólogo, ISA

André Fernando Baniwa, 35 anos, nasceu na comunidade de Tucumã-Rupitã, no alto Içana (AM). Logo em seguida, a família mudou-se para a comunidade de Ipadu Ponta, no Rio Negro (próxima à cidade de São Gabriel da Cachoeira), onde permaneceu até meados da década de 1980, quando a comunidade se desfez. De volta a Tucumã, em 1987 André foi estudar em Manaus, onde frequentou como aluno, até o final de 1991, a Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, dirigida por um ex-padre católico. Novamente em Tucumã, assumiu a função de professor na sua comunidade de origem, como funcionário da prefeitura. Em meados de 1992, foi eleito segundo tesoureiro na fundação da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi). Em 1996, André foi eleito presidente da Oibi, e reeleito duas vezes, em 2000 e 2004. Foi bolsista da Fundação Ashoka (2001 a 2003) e, desde janeiro de 2005, é vice-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde mora atualmente com a esposa e cinco filhos.

Os Baniwa são hoje mais de 12 mil, e vivem em mais de 200 comunidades situadas na região limítrofe entre Brasil, Colômbia e Venezuela.

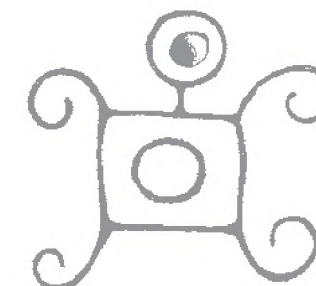
Depoimento coletado por Fany Ricardo e Renato Sztutman em julho de 2006, editado por Renato Sztutman

Movimento Indígena Em 1992, quando voltei da escola agrícola de Manaus, cheguei ao Içana no momento em que o pessoal estava se mobilizando para criar uma organização. Ajudei na mobilização das pessoas e, em seguida, criamos a Oibi. Começamos a discutir problemas que estávamos enfrentando e a pensar soluções para eles. Acabei me tornando relator, falando em nome do grupo, e, assim, entrei no movimento indígena. As comunidades não pareciam aceitar muito a idéia de um movimento indígena. Mas estávamos todos preocupados com o futuro. Queríamos criar ambiente de respeito, pensar o que era necessário para nós e o modo como pretendíamos viver. A Funai transmitia uma imagem negativa do índio e o sistema de educação não valorizava a nossa tradição. Esses problemas não saíam da minha cabeça. Em 1993, comecei a acompanhar mais de perto a Foirn. Eu era muito jovem, então ninguém prestava muita atenção em mim, nas minhas falas, nas minhas idéias. Eu ficava só escutando.

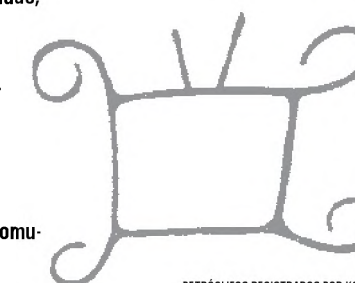
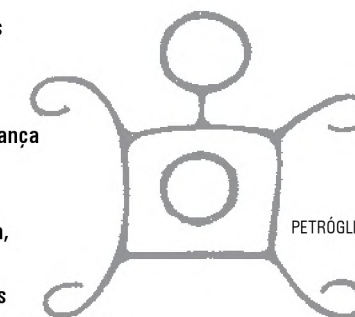
Vivendo em São Gabriel da Cachoeira Estou vivendo hoje em São Gabriel por necessidade do meu povo e devido à estrutura que põe sistema de luta através da associação. Jamais tinha pensado antes em ir morar na cidade. Fui para lá em 2000, mas eu queria ter mantido minha família na aldeia. Não moro em São Gabriel. Ali, eu moro-trabalho, pelo menos isso é o que eu sinto. Continuo brigando para fortalecer as coisas lá na comunidade, e justamente por isso que não me sinto morador da cidade. Nem posso me envolver com as coisas de lá. As viagens que faço me distanciam da comunidade, isso é muito difícil para mim. Estou descobrindo os não-indígenas para tentar me encaixar dentro de um ambiente de respeito dado nas relações entre culturas diferentes. Meu principal objetivo é tentar apagar essa imagem negativa do índio, essa imagem errada do índio como preguiçoso. Como alguém que só sabe pedir para Funai e para os políticos.

Saudade da vida na comunidade Eu sou liderança Baniwa porque tenho uma missão a cumprir dado pelas comunidades que represento. E eu comparo a liderança a um guerreiro. A liderança fala da luta para ter qualidade de vida na comunidade. Ela combate um sistema que contaminou a sociedade indígena, nunca cansa de fazer o seu trabalho. Quando discuto qualidade de vida, sinto muita saudade da comunidade. Sinto saudade de sair para pescar num igarapé, buscar frutas no mato, ir à roça, voltar a qualquer hora e ainda ter tempo para jogar, brincar... Sinto saudades de acampar para pescar. O orgulho de um Baniwa é ser também um bom flechador de peixes. Sinto muito falta de disso, pois meus filhos estão na cidade. O que eu defendo é contrário ao modo de vida dos meus filhos lá na cidade, talvez porque lutam junto comigo. Eles não estão na escola que eu estou defendendo. Pode ser que um dia eu os mande para a escola baniwa e continuarão a entender melhor a luta assim. Enquanto isso mantenho a língua indígena para falar com eles. Tentamos também não comer apenas as coisas da cidade. E tento transmitir nossos conhecimentos.

A comunidade do futuro Por limitação de recursos, não consigo voltar sempre para o lugar de onde saí, mas tento reproduzir da melhor maneira possível a vida da comunidade em São Gabriel. Onde fazemos as nossas roças não tem rio, o lago que tinha antes.



PETRÓGLIFOS, RIO IÇANA

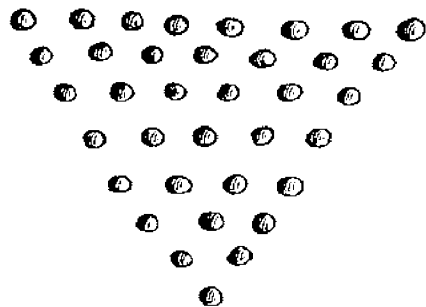


PETRÓGLIFOS REGISTRADOS POR KOCH-GRÜNBERG

Mas é possível que a família toda volte para a comunidade. Eu converso bastante com eles, não seria difícil para nós voltarmos. Vai chegar um momento em que eu não vou mais precisar ser liderança, então poderei voltar para a aldeia. Para mim, a vida na cidade é uma coisa temporária. Por isso, o que eu recomendaria aos meus filhos é que eles continuem a luta pela nossa região sem ter que sair da comunidade. Se um de meus filhos resolver voltar para a comunidade e continuar essa luta, eu ficarei feliz.

Desdemonização da tradição Eu queria gravar depoimentos dos nossos velhos sobre o futuro das aldeias. Eu tinha pensado em falar com alguns pajés e líderes religiosos do clã do qual pertencemos. Eles partiriam de uma avaliação dos tempos atuais. Estamos numa época na qual é preciso fortalecer e avaliar a tradição após-pós-contato e da retomada da autonomia. Na comunidade, apareceu a necessidade de incluir, nas discussões sobre a escola diferenciada e também sobre a escassez de peixes e outros recursos naturais, o processo da cultura e da religião. Aquilo que incomoda as pessoas e que missionários definiram como “sendo do diabo” precisa ser trabalhado. Precisamos revalorizar essas coisas e encontrar algo novo entre elas e as coisas de hoje em dia.

Todos os conhecimentos estão associados com a mitologia. A cestaria, os grafismos estão associados à mitologia. Não é possível viver sem isso. Processamos as nossas comida de todo dia com isso. É preciso refletir sobre tudo isso de uma outra forma. É preciso discutir profundamente a cultura. As tradições dos povos indígenas foram vistas como coisas do diabo. Kuwai foi comparado pelos missionários ao diabo [Kuwai é um personagem da cosmogonia baniwa caracterizado pelas suas metamorfoses monstruosas; ensinou os ritos de iniciação aos homens e deu origem às doenças]. Tudo isso interferiu no sistema de manejo, no conhecimento da ecologia, no relacionamento entre parentes. Estamos tentando recuperar esses conhecimentos nas nossas pesquisas. Não é verdade que tudo isso seja coisa do diabo. Com essa condenação, alguns velhos guardaram para si muitos conhecimentos que passaram a condenar. Hoje em dia cabe a nós trabalhá-los na escola baniwa. Queremos garantir a transmissão desses saberes para as novas gerações.

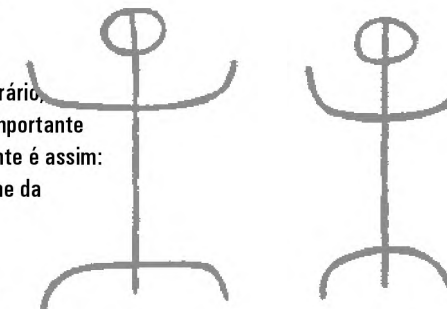


Revalorização da cultura Queremos superar alguns limites. E para isso pretendemos tornar os mais velhos, os líderes religiosos mais próximos do movimento. Vamos começar um processo de discussão com eles para refletir sobre o processo que vivemos hoje. O registro da nossa cultura, dos nossos conhecimentos é muito importante. Se não registrarmos, perdemos tudo, ficamos um povo sem história, sem origem. O registro de narrativas míticas é muito forte na educação escolar que montamos. A prática de transmitir o conhecimento oralmente não funciona mais como antes. É preciso trazer isso para o espaço da escola, é preciso criar novamente a relação dos jovens com o conhecimento, que antes era produzido nas roças, nas caminhadas no mato, dentro de casa, perto do fogo de manhã.

Difícil arte de liderança Acho que sou aceito por grande parte da minha comunidade. Mas sempre há uma ou duas pessoas que discordam e podem mesmo ameaçar. Estou me referindo especificamente à Oibi. Tem gente lá que gosta muito de mim, mas tem uma pequena parte que faz campanha contra. Tem muita inveja. Tem gente que diz que tudo o que você faz é para você mesmo, para sua família. Eu fiquei doente umas quatro vezes, não de doença qualquer, mas de doença tradicional nossa, doença que alguém coloca na nossa comida. A maioria gosta do nosso trabalho, mas algumas pessoas podem nos colocar em risco de vida. Nem por isso desisto. A transformação é sempre dolorosa. Tem gente que acha que viajar de avião, de motor, ficar trancado numa sala de reunião, isso que é vida boa. Não entendem que ter uma roça própria, ter tempo para pescar é muito mais legal do que eu fico fazendo. A inveja está associa-

da ao pensamento de que as pessoas têm muito dinheiro. É essa a leitura que muita gente faz de nós, lideranças. Sofremos. Liderança, eu já disse, é como guerreiro, sujeito a qualquer momento ao ataque do outro, seja ele interno ou externo também.

Conhecendo a realidade de meu povo e conhecendo a realidade da sociedade envolvente, consigo fazer alguma coisa pela minha comunidade que seja aceitável também para sociedade envolvente. É importante criar um ambiente de respeito entre as culturas. Só é possível fazer isso conhecendo as duas culturas. Eu sou como um intermediário. Tento traduzir a minha cultura para não-indígenas e tento traduzir o que vejo e o que ouço falar para minha comunidade. Assim, acabo aparecendo demais, fico em evidência e tem gente que fica com inveja. Tem muita liderança que não conversa com os velhos, que não procura entender como funciona a cultura. Essa liderança não cria nada, não avança. Tem gente que quer ser diretor de associação só para ganhar por mês. Essa é a grande ilusão. Porque nunca ninguém pagou alguém para lutar por um direito da minoria. Ao contrário, se perderam vidas. Agora, se for assim, sou radical: é melhor que saia da associação. É importante a liderança entender que é um representante do seu povo ou comunidade. Ser representante é assim: eu não sou o André sozinho. Eu sou mil e quinhentas pessoas na Oibi. E se eu falo em nome da Foirn, então eu sou 35 mil indígenas. A liderança já traz conceito que não é de líder. A liderança é condutor de um processo que não é dele, no máximo concorda em lutar. Esta é a missão difícil de fazer. Para fazer isso é preciso no meu caso entender a cultura baniwa. Só assim dá para defender os Baniwa e os demais povos indígenas.



MAIRAWÊ KAIABI, UM LÍDER CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS NOVAS GERAÇÕES

MARIA CRISTINA TRONCARELLI – Educadora, atua há 23 anos no Parque Indígena do Xingu

Mairawê Kaiabi chegou ainda criança ao Parque Indígena Xingu, vindo da região do rio Teles Pires, no Pará, onde os Kaiabi eram pressionados por seringueiros e outros invasores de seu território tradicional. Inconformados com a invasão de suas terras, com a situação de escravidão imposta pelos seringueiros e as doenças decorrentes do contato, uma parte da população Kaiabi aceitou a proposta de Cláudio Villas-Bôas para migrar de seu território tradicional para o Parque. Mesmo sendo muito jovem, Mairawê começou, assim como outros Kaiabi, a assessorar Orlando e Cláudio Villas-Bôas na administração do Parque: dirigia barcos e balsas, construía as casas dos postos indígenas criados pelos Villas-Bôas, atuava como rádio-telegrafista, mecânico, além de contribuir para o intermédio das relações políticas entre os povos do Xingu e o contato inicial com outros povos da região, como os Metyktire e Panará.

Durante a juventude, Mairawê aprendeu com os irmãos Villas-Bôas a falar, ler e escrever a língua portuguesa. Nessa época, já sentia a necessidade de aprender diferentes trabalhos com a finalidade de ser útil ao seu povo e a outros povos do Parque: atuou como monitor de saúde e também como professor, alfabetizando alguns de seus filhos e parentes. No final da década de 1970 e início da década de 1980, foi o primeiro chefe de posto indígena, contratado pela Funai, sendo responsável durante anos pela organização exemplar do Posto Diauarum. Foi protagonista na organização do trabalho de fiscalização das fronteiras do Parque, além de ser o principal idealizador e fundador, em 1995, da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), na qual atuou por mais de dez anos como presidente. Durante esse período, Mairawê sempre se preocupou em desenvolver uma articulação política entre os povos do Parque, colocando em pauta nas discussões entre as lideranças temas

comuns a todos, como fiscalização territorial, saúde e educação.

Hoje, Mairawê Kaiabi continua atuando na política interna do Xingu, porém no papel de conselheiro e orientador das novas gerações de lideranças. Também participa de reuniões e acompanha alguns cursos de formação de agentes indígenas, principalmente na área de saúde e fiscalização territorial. Além de ser uma liderança prestigiada entre todos os povos do Parque, sua atuação e sábias palavras nas reuniões e assembléias se tornaram referência para os jovens que começam a se destacar como novas lideranças.

O depoimento a seguir foi editado a partir de uma intervenção de Mairawê no Seminário sobre Desnutrição, realizado em novembro de 2002, no Parque Indígena do Xingu, pela Unifesp, com participação da Atix e do ISA. Em razão de problemas de desnutrição diagnosticados nos povos Ikpeng, Kaiabi, Kisédjê, Trumai e Yudja, tomou-se a decisão de reunir lideranças, professores, agentes de saúde, auxiliares de enfermagem, homens e mulheres de cada comunidade para, juntos, identificarem as causas e proporem soluções para a melhoria da nutrição no Parque.

Depoimento recolhido e editado por Maria Cristina Troncarelli.

“CUIDAR DA SAÚDE NÃO É SÓ TOMAR REMÉDIO. É TAMBÉM CUIDAR DA TERRA.”

Mairawê Kaiabi

gora vamos conversar com algumas lideranças e também com algumas pessoas importantes: são os mais idosos que estão aí, já foram também lideranças da comunidade e hoje são nossos conselheiros, já passaram por muitas coisas. A impressão que eu tenho é que estamos deixando para trás pessoas tão importantes e começando a caminhar por um outro caminho, talvez sozinhos, sem eles. Mas acho importante para todos nós essa orientação dos mais velhos. Nós jovens estamos aí aprendendo coisas a que os mais velhos não têm acesso, é muita coisa sempre para discutir e por isso falta para eles ter mais informação sobre isso.

Então, sobre o que está acontecendo aqui no momento, nós vamos ouvir mais um problema, o da **desnutrição**, que vem pra nós cuidarmos. Nós não podemos ouvir e dizer que isso é problema do branco, que ele é que resolve para nós. Hoje, não tem mais branco que resolve para nós. Nós temos que estar juntos pra resolver todos os nossos problemas. Cuidar desses problemas. É por isso que estamos aqui, estamos interessados em saber, estamos interessados em participar desse trabalho.

Bom, vamos falar um pouquinho aqui da fronteira. O trabalho que a gente tem na fronteira também tem alguma coisa a ver com essa conversa que nós estamos tendo aqui. Por quê? Eu acho que tudo isso que está sendo conversado aqui é uma coisa mais geral. Eu costumo virar o mapa do Xingu e o entorno de cabeça para baixo, caraíba não gosta, fala “ah, você está virando o mapa de cabeça para baixo”. Nós temos que nos orientar pelo rio. Está no rio o problema, e o problema está em cima, se você está embaixo de uma árvore, tudo que vem de sujeira, folha, vai cair em cima de você, em cima da sua cabeça. Assim está o problema das fronteiras. O problema é de todos nós, principalmente de quem está na beira do rio Xingu,



ROSELY ALVIM SANCHES/ISA, 2002

ILUSTRAÇÃO: AWATAT KAYABI

do rio Suiá, do rio Manito, do rio Arraia, do rio Kuluene. O branco, o caraíba, está maltratando esse rio Xingu. Todas as cabeceiras estão sendo desmatadas, estão botando muita coisa que a gente não gosta, tem muito boi cagando no rio e o pior, estão jogando muito veneno na água, que vem parar aqui. Pode não ter uma coisa forte agora, não sei como é que está, mas já tem alguma coisa aqui, alguma contaminação no rio. Quanto mais próximo da divisa, o problema é mais forte ainda, porque essa coisa chega até o limite do Parque. É ali que está o problema. E quem sofre com isso?

Talvez a gente agora não esteja sofrendo tanto, mas os animais, o peixe, o macaco já estão sofrendo, e é do que a gente se alimenta. É nossa comida. Às vezes a gente vai caçar lá longe, vê aquele macaco magrinho. Então, tudo isso tem a ver com essa conversa. Você vê o peixe, o gosto dele está diferente do que antigamente. Ele já tem um gosto diferente. Por que acontece isso? Ah, outro fala que é porque o peixe em tal época não fica gordo, é a mudança também de tempo, mudança de clima. Tudo isso muda. O pessoal estava comentando de mudanças no tempo do tracajá pôr ovo. Sei lá o que o mundo dos animais está pensando, está mudando para eles também? Está mudando. Então tudo isso atrapalha não só a nós, mas também esse pessoal aí, os animais. Não adianta a gente só ficar aí cuidando da saúde isoladamente, ter um médico aqui para dar remédio, não é só isso. Esse espaço de manter os nossos produtos é uma coisa tão importante.

Olha pessoal, uma coisa que eu vejo – que é uma grande falha nossa, mesmo quando alguém fala que o problema é a falta de terra boa – é a gente fazer a roça e largar, não plantar. Por quê? “Ah, porque se eu plantar o porco vai comer”. Já que você derrubou por que você não planta? Para que que derrubou então? Eu acho que isso é falha do pessoal. Antigamente, o pessoal armazenava os produtos da roça, por exemplo, o cará dá para guardar, o milho dá para guardar, mangarito, amendoim, tudo isso dá para guardar. O pessoal comia isso o ano inteiro, varava o ano, vinha a chuva, ninguém estava nem aí. A maneira dos meninos nossos comerem hoje – estou falando porque em casa acontece isso – é uma desatenção com as crianças. A pessoa pode estar fazendo alguma coisa ou então assistindo televisão, ouvindo um disco ou gravador, e a criança está lá mexendo na panela, vê que não tem mingau, não tem beiju, não tem nada.

E nossos meninos, homens, o que eles fazem? Tem muita gente aqui vendo isso, antes nossos meninos de cinco anos de idade já iam lá na beira do rio com a flechinha deles, hoje é mais fácil de pegar peixe com a linha, antigamente ia lá, pegava peixinho, ele mesmo levava para o irmão, assavam e comiam. Hoje é muito raro acontecer isso. Hoje quer saber pelo que eles estão trocando essa alimentação? Eles estão trocando pela bola ou televisão... Não estou dizendo que está acontecendo só com o filho de vocês, está acontecendo com todos. Vai lá perguntar para o meu filho se ele sabe pescar, com a idade de 10, 11 anos. Vai lá enrola toda a linha, é difícil, isso aí que é mais sério... Essa falta de comida dentro de casa é a coisa mais grave que tem, não para a gente que é adulto, mas para eles, as crianças. Porque é aquela história, o índio não tem hora de comer, muito menos a criança. Eu já vi muita criança procurar comida e não ter. E aí? Então, eu acho que fica claro para nós entendermos o que está acontecendo com o nosso pessoal. Está começando a acontecer. Aqui, nós, por exemplo,

vocês podem até rir, mas antigamente nós que trabalhávamos aqui no posto pescávamos no rio, hoje quase nem olhamos para o rio mais. Por quê? A gente na nossa idade não joga mais bola, mas tem esse negócio de você ficar quase doze horas por dia numa reunião, sentado, parece que não faz nada, mas a cabeça está rodando, e aí? Você acha que tem comida pronta lá? Não tem, você acha que alguém foi buscar peixe para você? Não.

Tudo bem pessoal, eu acho que nós podemos participar de tudo, mas nós precisamos aprender como é que podemos dividir o tempo. O tempo de fazer comida, o tempo de cuidar dos filhos. É assim que a equipe das fronteiras trabalha, parece que não é nada, mas tem uma coisa que mexe lá em cima, você vai bebendo água e já está com dor de barriga. E o que a gente se alimenta está ficando ruim, o peixe está ficando ruim. Por quê? Porque ele está doente.

“EM VEZ DE DESENVOLVIMENTO, ENVOLVIMENTO”

Timóteo Verá Popyguá



VALÉRIA MACEDO/ISA, 2006

A APOSTA DE TIMÓTEO VERÁ POPYGUÁ PARA OS GUARANI EM SUA INTERLOCUÇÃO COM OS JURUÁ

VALÉRIA MACEDO - doutoranda em Antropologia Social, USP

Vivendo apartadas, mas não raro muito próximas de cidades ou rodovias, populações Guarani no sul e sudeste do Brasil são frequentemente associadas pelo senso comum à “mendicância” e “aculturação”. No decorrer da década de 1990, contudo, podemos reconhecer em Timóteo Verá Popyguá o protagonismo em um conjunto de iniciativas para reverter essa “invisibilidade” cultural guarani no olhar ora displicente ora pseudo-piedoso dos Juruá (não-indígenas). É o que expressa nesse depoimento, editado a partir de três sessões de conversas, entremeadas por outras demandas de cacique da aldeia Tenondé Porã, no bairro paulistano de Parelheiros, que incluíam gravações de entrevistas e direção do coral infantil para dois canais de televisão, reuniões com representantes da Funasa e do projeto de recuperação ambiental patrocinado por Furnas, além de solicitações de seu filho mais novo para que fosse almoçar.

Desde que passou a habitar a aldeia Tenondé Porã, em 1983, Timóteo acompanhava o então cacique José Fernandes, até hoje grande líder político-espiritual guarani (e cacique da aldeia Jaraguá, em outro bairro da capital), e é com reverência que Timóteo destaca as lutas e conquistas dos mais velhos no reconhecimento das terras guarani no estado de São Paulo. Hoje Timóteo e outras lideranças procuram dar curso a esse processo, lutando pela ampliação dessas terras, cujas áreas diminutas (26 ha no caso da TI Tenondé Porã, onde moram mais de 800 pessoas) em boa parte foram reconhecidas pelo governo estadual em período anterior à Constituição Federal de 1988.

Entretanto, no que concerne à interlocução com os Juruá para além das reivindicações territoriais, Timóteo vem privilegiando uma orientação que contrasta com a grande discrição da maioria das lideranças, particularmente os mais velhos, em relação ao universo guarani. A despeito de também ser contrário à idéia da mistura ou da assimilação ao mundo dos brancos, Timóteo sugere nesse depoimento que investir na afirmação da singularidade guarani por meio de projetos e produtos culturais parece ser hoje a única maneira de manter o modo de vida num mundo em que os Guarani se vêem cada vez mais acossados pela expansão das cidades e a interdição de terras por propriedades privadas ou áreas de proteção ambiental com restrição de uso. Propondo uma ênfase no envolvimento em vez do desenvolvimento, Timóteo não se furta a problematizar os discursos ligados à preservação e mesmo ao desenvolvimento sustentável, que muitas vezes não se desdobram em práticas e sim em destruição.

Particularmente no caso das aldeias de Parelheiros (Tenondé Porã e Krukutu), a aprovação da construção do trecho sul do Rodoanel foi precedida por uma negociação extremamente desgastante. E, a despeito da promessa da Dersa de apoio financeiro para desapropriações que possam facilitar o processo de ampliação da Terra Indígena, Timóteo vê com receio os desdobramentos urbanísticos de uma estrada desse porte na região de mananciais,

preocupando-se não apenas com os Guarani, mas com todos que dependem do abastecimento de água na cidade de São Paulo.

Para que a vida guarani possa continuar transcorrendo nesse contexto adverso, além da ampliação ou reconhecimento de territórios, Timóteo pondera que é preciso buscar outras fontes de recursos junto aos brancos. Sensível à tendência mundial de maior disponibilização de recursos e valorização da diversidade cultural por políticas públicas e organizações nacionais e transnacionais, Timóteo vem assim se destacando na articulação dessa alternativa de afirmação e divulgação da singularidade cultural – por meio dos cantos, da dança xondaro, do artesanato, do saberes sobre a mata – como caminho para irem deixando de ser objeto de políticas assistencialistas dos brancos, podendo cada vez mais ser sujeitos de trocas e parcerias que implicam um aprendizado mútuo.

Como sugere em seu relato, o marco inicial dessa orientação parece ter se dado em Portugal, quando Timóteo arrebatou o público ao entoar um canto que aprendera com seu avô. Alguns anos depois, não foi sem resistência dos mais velhos que ele propôs a confecção de um CD com cantos das crianças guarani. A esse CD outros se sucederam e hoje boa parte das aldeias do sul e sudeste tem seus corais. O mais recente desses CDs, Ñande Arandu Pygua, inclui a fala de pajés e foi oficialmente lançado na capital paulista em julho de 2006, em um show dirigido por Timóteo no Sesc Pinheiros, que reuniu, sob um grandioso cenário e sofisticada iluminação, doze corais de aldeias nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, incluindo a encenação de rituais na opy (casa de reza).

É possível reconhecer nesse caminho muitos obstáculos e encruzilhadas. Mas essa parece ser a busca de Timóteo: exacerbar formas da cultura para garantir o fluxo da vida.

Depoimento recolhido e editado por Valéria Macedo em maio de 2006.

Minha tia, que morreu com 120 anos, morava na aldeia do Itariri no começo do século passado. Ela me conta que na subida pelo litoral, à margem do rio Capivari, tinha um descanso Guarani que chamava Guyra Pytã por causa de uma garça vermelha que morava por lá. Essa rota continuava até chegar no rio Pinheiros e subia pela margem até Bauru. Grupo de cinco, seis famílias ia pra Bauru e depois voltava. Então ela dizia assim que uma vez vieram de novo as famílias e, quando chegaram, ficaram assustadas: de repente tinha lago no Guyra Pytã. Ficaram muitos dias lá perto esperando a água baixar, mas nada da água baixar. Depois de muitos anos souberam que era a represa feita pelos brancos. Guyra Pytã virou Guarapiranga. Minha tia sempre contava essa história para mim.

Depois que fizeram a represa, Guarani não subiu mais. Só depois de 1930, quando concluiu a linha férrea Sorocabana, que começaram a vir por aqui. Ficava uma família um mês, dois meses, e voltava pra aldeia. Sempre andava. Em 1955 ficou uma família, não exatamente aqui, mais perto do trem. Na época chamava Vila Guarani. Depois chegaram mais famílias, e começou a ficar aldeia mesmo, em 1960, neste local. Começou a chegar bastante família, parentes do Paraná, e algumas do litoral sul e do litoral norte subiam até aqui e ficavam. Hoje cresceu bastante, com mais de 800 pessoas. Mas aqui sempre foi rota Guarani.

Acho que foi em 83 que vim para São Paulo. Levamos 15 dias pra chegar porque viemos a pé uma parte do caminho. Não tinha quase nada aqui perto da aldeia, não tinha asfalto, nada. Chegamos, viemos a pé por aqui. Na época era o José Fernandes o cacique. Depois de dois anos comecei a acompanhar o Zé Fernandes nas reuniões da Aguai – Ação Guarani Indígena, uma associação das aldeias do litoral sul, litoral norte e da capital, em que só os caciques e pajés participavam. A luta da Aguai era para demarcação de terra indígena. Conseguiram demarcar a Rio Branco, conseguiram demarcar a Itariri, Tenondé Porã, Krukutu, aldeia do Silveira e Ubatuba, e conseguiram também no Rio de Janeiro, em Angra dos Reis e Sapukaia. Não é que eles não tinham dificuldades, mas eles são fortes na parte espiritual, então conseguiram.

Depois de dois anos já conhecia todas as aldeias de São Paulo, porque eu participava com o Zé Fernandes. Ele falava assim: “um dia que eu parar alguém tem que seguir”. Eu me lembro que participavam uns trinta jovens, de quatorze anos até vinte, aqui na aldeia. Só que depois de dois, três anos, quatro anos, todo mundo foi pra vários lugares, e eu fiquei só aqui. Então em 95 o Zé Fernandes saiu para Ubatuba, e depois retornou para o Jaraguá [aldeia também no município de São Paulo]. O Manoel Lima passou a ser o cacique. E em 2003 eu entrei em seu lugar.

O principal problema da aldeia Tenondé Porã e da aldeia vizinha, Krukutu, hoje é a ampliação. Tradicionalmente o Guarani vive com amplitude e hoje a gente está numa caixa de fósforos. Até mesmo para manter a língua, manter as tradições, é preciso ter espaço suficiente. E em volta está aumentando a urbanização. Há dois anos era tudo mato aqui do lado, e hoje já é vila. Acontece muito loteamento clandestino, moradia irregular. Agora o Rodoanel vai trazer ainda mais prejuízo. A cidade tem que ser abastecida pela água. Mas a represa Billings e a represa Guarapiranga estão sendo destruídas. Imagina com a construção do Rodoanel o que vai acontecer? Vai aumentar a destruição. Quem depende da água somos nós, os seres humanos, nós não

O rio que virou lago

Terras e lideranças

A aldeia e a cidade

ILUSTRAÇÃO: ELICO VERÁ

estamos dependendo do asfalto pra sobreviver. Daqui a vinte anos, quarenta anos, vamos sentir o efeito.

Nós temos apenas 26 hectares, e a Krukutu mais 26, mas temos ocupação grande, o pessoal conhece tudo isso aqui. Antes mesmo da represa os Guarani andavam para cá, caçavam ali. Eu sei que em 1920, 30, era tudo desmatado aqui porque tiravam a madeira para a Maria Fumaça, para fazer carvão. Guarani já estava presente. Então o que a gente pediu como medida compensatória pelo Rodoanel é que eles possam ajudar a ampliar nossa área. O levantamento que foi feito pela Funai era de nove mil hectares. E nesses nove mil hectares daqui a cem anos a mata vai estar sempre aqui, ninguém vai tirar pra vender, ninguém vai enriquecer de uma forma ilícita da floresta. Isso que muitas vezes o branco não conhece, branco acha que o dinheiro pode salvar o planeta.

Até 84 aqui não tinha luz, a gente vivia no escuro. Quando chegava a noite a primeira coisa que a gente fazia era ir na casa de reza. Quando foi instalar energia elétrica, começou a comprar televisão. Com isso, mudou bastante. Mas as coisas materiais são as coisas materiais, e a parte espiritual é o essencial que tem prevalecido no Guarani. Eu tenho 37 anos, e quando eu bater a bota, eu sempre digo para os jovens que estão aqui: “você são o futuro da nação Guarani, você têm que se preocupar, manter a língua, manter a tradição, manter a cultura”. Também estudar, saber ler, mas não misturar. Por que água e óleo não se misturam, então porque não levar em paralelo conhecimento guarani e conhecimento jurua [branco]?

Hoje as crianças jurua são educadas pro mundo do mercado. Eu penso diferente, penso o contrário, que o jovem guarani seja representante de seu povo. E criar projeto dentro da aldeia, a parte de turismo, o plantio, para não necessitar sair. Fazer artesanato e exportar pra outros países. No meu ponto de vista a globalização não é competição, a globalização é compartilhar com a diferença. Por exemplo, conhecer os Estados Unidos não é um jogo de confronto, mas sim um jogo de conhecimento, é ter um vínculo de conhecimento. Exportar cesta do Guarani, colar do Guarani, vai gerando renda pra comunidade, vai gerando emprego, e não precisa sair daqui e ir para a Avenida Paulista, ou Praça da Sé, ou República. Se a gente conseguir a ampliação da nossa área para nove mil ou dez mil hectares, aí dá pra viver tranquilamente, não vivendo de caritativo nenhum, mas sim o índio oferecendo seu próprio trabalho, e através do trabalho gerar renda pra comunidade. Eu penso isso. Vou batalhar nisso. Em vez de depender do jurua, eu queria parceria.

Muitas vezes o branco fala que tem que preservar a natureza, mas muitas vezes só fala e não faz. O Guarani ama a natureza em silêncio, através do conhecimento milenar. Aquele que fica distante da natureza se torna uma coisa dura, com coração de pedra. Por que a cidade muitas vezes traz bastante recursos, então diz que o progresso traz desenvolvimento, mas também traz destruição.

Nosso futuro, nosso desenvolvimento, para os Guarani significa nosso conhecimento. Respeitar a natureza significa desenvolvimento. É diferente do branco. Eu já fico com receio quando fala desenvolvimento sustentável, desenvolvimento não sei o quê... Eu falaria na minha língua envolvimento. No território do Brasil, antes dos portugueses, quando tinha milhões de indígenas, era uma área de uso, mas tinha época certa de caçar e de coleta. Já tinha plano de manejo antes do português. Por que hoje não tentar fazer isso de novo com nossas crianças?

A partir do momento que for demarcar e homologar uma área indígena, mesmo que seja em Parque de Mata Atlântica, com certeza a gente vai preservar. A terra que estamos reivindicando pega um pedaço do Parque da Serra do Mar. Eu conheço bastante ali, e eu vejo que tem bastante caçador e palmitero. Vamos ajudar a proteger e a replantar.

A gente também está dentro de uma Área de Proteção Ambiental, e essa é uma forma de gerar renda não somente na aldeia. A cultura muitas vezes está escondida. Então não só os indígenas, mas também o pessoal que mora aqui na região de Parelheiros, de Marsilac, de Cipó, aqui na Barragem, também tem bastante conhecimento e pode ensinar ao pessoal da cidade como se preserva a natureza.

Em 1992, teve convite de Portugal para alguém que fosse representar os Guarani. E na época eu fui representar os Guarani nos 500 anos de resistência. E lá em Portugal eles estavam comemorando os 500 anos de descobrimento da América. Eu estive em Lisboa, e depois me dirigi para Algarves, onde partiam na caravela com Cabral. Lá estavam em torno de 10 mil pessoas participando da festa, estava ministro lá, e eu estava lá. Aí fui e me apresentei. A partir de quando me levantei ali, me

lembrei de um canto, um canto que meu avô, que ainda é vivo, pai da minha mãe, ele cantava quando eu tinha cinco, quatro anos. Na hora que eu levantei, peguei o microfone e cantei. E na hora dez mil pessoas, ficou tudo caladinho. Eu estava sozinho ali. Eu no alto subi, cantei. Parece que tudo parou ali. Eu cantei. Aí depois eu falei sobre a minha tradição, de qual etnia eu era. Falei um pouco também em guarani com eles.

Em 96, quando aconteceu um encontro dos povos indígenas no Ibirapuera, o Intertribol, estavam discutindo como fazer a abertura do evento. Eu fiquei pensando, e me recordei de novo desse canto do meu avô. Eu podia ensinar as crianças. Peguei cinco meninas e mais cinco meninos. Eu pegava o violão e tocava, saiu lindo. Aí gravamos um CD para a abertura do encontro. Mas quando estivemos conversando com os mais velhos, disse: “eu pensei uma coisa diferente para a abertura do evento”. E os mais velhos falaram: “não! O canto das crianças é uma coisa muito relevante, uma coisa sagrada, por que você fez isso?”, me cobrando. Só que, nisso, já veio na minha cabeça que em 1970 até 80, e 80 até 90 mesmo, o Guarani é considerado um Guarani no passado, Guarani é uma lenda, aculturado. Não só jurua, as outras nações indígenas também falavam. Aí eu dizia assim que era importante pelo menos divulgar língua, divulgar o canto das crianças para mostrar que o Guarani está vivo, o Guarani está presente, que o Guarani também é século XXI. Tive essa discussão. Aí os mais velhos começaram: “acho que tudo bem, acho que ele tem razão”.

De repente, na abertura do evento, tocou aquilo no estádio. E todo mundo ficou surpreso. O João [da Silva, liderança política e religiosa da aldeia Bracuí, em Angra dos Reis/RJ] falou assim: “puxa, que lindo. Eu também sei essa música, cantava quando criança”. Parece que aquele instante despertou todo mundo. Todos mais velhos falaram: “eu cantava também quando criança”. Aí todo mundo voltou para as aldeias e já falava: “vamos fazer um grupinho, eu posso ensinar as crianças”. Dentro de um ano, muitas aldeias já tinham um grupinho. Antigamente, quando estava descendo o dia, as crianças se reuniam, cantavam para ir purificando. Depois isso não acontecia mais, e de repente veio acontecer o CD e os corais.

Na minha infância acontecia muita cerimônia religiosa na casa de reza. Na minha infância não faltava, tudo era feito com mel, e saído da mata. Tudo isso não tem mais hoje. Por mais que não tinha demarcação, tinha uma mata suficiente pra sobreviver. O Guarani chamava de Iyurupá, que significa “terra é uma só”, não tem a divisão geográfica. Não tinha também as fronteiras: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia... é uma coisa dos jurua. Dentro da cultura guarani não existe. Por isso é chamado Iyurupá, ou nós chamamos Nhanderu Iyurupá, “a terra pertence a Deus”. Então Guarani ocupava uma área imensa, e por isso muitas vezes falam assim: “os Guarani são originais do Paraguai, ou da Argentina, não são do Brasil”. Mas esse era o território guarani. Quem fez a divisão foram os brancos, não foi o índio que fez. Essa tradição continua sendo passada hoje para as nossas crianças.

O Guarani é sempre um povo pacífico, um povo que não confronta, não gosta de violência, tanto que Guarani sobrevive durante 500 anos mantendo sua língua, mantendo sua própria cultura, sua própria dança, mantendo, fugindo. Então sobreviveu. E hoje estamos aqui, e vivos, e fortes espiritualmente, e fortes politicamente. Porque eu acho que hoje nós, jovens, que estamos na linha de frente, acho que nós temos que cada vez mais fortalecer.

A aldeia e o mundo

Desenvolvimento, conhecimento, envolvimento

Um canto para o mundo

A terra e as fronteiras

“É TUDO PENSAMENTO DE PAJÉ”

Lauro Brasil Kene Marubo



PEDRO CESARINO, 2006

As cidades eram boas Antes, as pessoas não sabiam falar a língua dos brancos, ninguém morava na cidade dos brancos. A cidade era boa, era bom estar na cidade. Naquela época nós não tínhamos documentos, podíamos ficar lá. Em 1955 eu fui morar na cidade dos brancos, eu era jovem. Cruzeiro não era deste tamanho, não era muito grande, nós ficávamos sem documento, não tinha problema, olhávamos as festas e voltávamos para casa. Nós tínhamos medo de bebedeira, não tomávamos cachaça. Os brancos também, eles cuidavam da gente, “não tomem cachaça!”, eles diziam. Nós ficávamos com um padre em Cruzeiro do Sul. Ele também nos dava dinheiro, dizia “procurem comida boa, tomem só esse refresco, guaraná”. Naquela época as mulheres brancas também não tinham ferida, tinham só piolho mesmo.

Mas agora não é assim. Agora nós todos temos que ter documentos. Por isso agora ficou difícil. “Vocês têm documentos? Onde vocês fizeram seus estudos?” os brancos perguntam assim para os nossos jovens que vão estudar na cidade, e então é difícil, difícil morar assim. Há alguns anos nós chamamos uns brancos ruins para ensinarem na nossa aldeia. Eles vinham para cá para dar aulas, mas queriam mexer nas nossas mulheres, e então não puderam ficar morando com a gente, as mulheres quiseram assim. “Nós te chamamos para você nos amansar, mas você quer mexer com mulher!”, dissemos para ele.

Naquela época não era assim, nós não tínhamos malária, só gripe que passava logo, nós dizíamos para as pessoas que estavam gripadas não virem para cá, dizíamos para elas esperarem longe para não nos passarem gripe, os chefes mandavam assim. Não tínhamos diarreia nem vontade de vomitar, nós vivíamos bem antes. Não tinha dor de cabeça, não tinha dores de barriga (hepatite, gastrite), nós vivíamos assim. Hoje em dia não dá para entender a doença, não dá para entender a febre.

Espíritos e bebidas Tinha um chefe bom há algumas décadas atrás, o Raimundão. Trazia muita mercadoria, e dava para todo mundo, dava para as crianças, dava para as mulheres, era assim. Para beber cachaça também, ele reunia as pessoas e dizia para as pessoas não brigarem entre si, “vamos ficar bem, vamos fazer festa”. Assim faziam as pessoas, aqueles que tomavam cachaça faziam assim, não brigavam. Os outros chefes eram bravos, os chefes antigos. O velho Domingos matava pessoa. Quando eles morreram, Raimundão ficou sendo o chefe. Só dele é que nós não tínhamos medo, ele não era matador, era falador, e dizia assim: “não façam assim, nós não podemos nos matar entre si, nós temos que aumentar, não briguem entre si, não estraguem a nossa comunidade! Parem de ficar indo para a cidade, não fiquem morando com os brancos!”.

Assim se dizia naquele tempo, mas agora nós aprendemos a escrever, nós sabemos escrever, nós queremos aprender a língua do branco, nós moramos com o branco e entendemos a língua dele, e então nós vamos mesmo para a cidade, os jovens vão para a cidade. Na época do chefe Raimundão, não se mandava os jovens para a cidade, só agora mesmo é que começaram, aqui para cá em Cruzeiro tem alguns jovens morando, em Atalaia [do Norte] tem muita gente morando.

Os *Ranenawavo* [uma das nações dos Marubo] foram os primeiros a ir para a cidade, em 1973. Agora nós vamos trazer os nossos parentes. Morar na cidade faz mal às pessoas. Nós vamos trazer eles para cá, nós vamos viver no nosso rio, temos uma terra muito grande. Nós combinamos assim, não vamos mais morar na cidade. É muito ruim na cidade, vamos deixar Atalaia [do Norte], não vamos mais passear lá, vamos só para Cruzeiro.¹

LAURO MARUBO, VIAJANTE E CONHECEDOR DOS JEITOS DOS BRANCOS

PEDRO DE NIEMEYER CESARINO · Doutorando do Museu Nacional/UFRJ e consultor do Programa de Educação do CTI

Lauro Brasil Kene Marubo, também chamado de *Pantpapa*, tem cerca de 60 anos, e é chefe (*kakaya*) da aldeia Alegria (Terra Indígena do Javari/AM), junto com seu irmão mais velho Antônio Brasil Tekápapa. Em sua juventude, morava junto com os outros Marubo em uma aldeia localizada entre as cabeceiras dos rios Ituí e Curuçá. Na época da borracha, saiu de lá (assim como fizeram muitos de seus parentes, se distribuindo nos dois rios onde hoje estão as aldeias dos Marubo) para trabalhar na borracha a jusante, mas ainda na cabeceira do rio Ituí. Trouxe depois seu irmão Antônio para fundar a aldeia Alegria, há mais ou menos quarenta anos. Além da seringa, Lauro trabalhava com os patrões de Cruzeiro do Sul, dos quais pegava mercadorias para vender em sua terra, e também com madeira nos municípios amazonenses, rio abaixo, na direção de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, antes da demarcação e proteção de sua terra. É grande viajante e conhecedor dos jeitos dos brancos, além de *kpchtxo*, um respeitado pajé-rezador, e pai de muitos filhos.

Depoimento recolhido, traduzido e editado por Pedro de Niemeyer Cesarino em dezembro de 2005, com sugestões de Elena Welper.

¹ Cruzeiro do Sul, no Acre, e Atalaia do Norte, no Amazonas, são as duas cidades por onde andam os Marubo, cada uma em um extremo da Terra Indígena Vale do Javari.

As pessoas ficam ruins porque tomam cachaça, querem ver mulher para mexer, ficam pensando em brigar com as pessoas. As pessoas bebem e ficam com a cabeça doída, as pessoas tomam cachaça e o espírito (*yochf*) encosta nelas. Esse aí, meu parente, de quem eu gosto e não brigo, eu passo a pensar em brigar com ele. Eu viro outro, o meu pensamento muda, o espírito da cachaça (*katxasb yochf*) vem, êh!, eu fico querendo te matar. O espírito da cachaça chega perto da gente. Ele faz a gente não gostar das pessoas, faz ficar com vontade de matar. Ele bate em quem você gosta, bate em seu pai, bate em sua mãe, bate em seu irmão, o espírito da cachaça. Por isso a cachaça é muito ruim.

A morte e o saque Na cidade é assim. Aquele que matou com arma, os que matam com armas, a sua alma (*vaká*), se você brigou com um branco, se brigou com faca e alguém morreu, a pessoa morre e a sua alma, a sua alma vai encostar em outra pessoa. Na cidade é assim, a alma das pessoas matadoras entra pelas costas das outras. As pessoas que matam com armas, o espírito da cachaça, esses espíritos todos, os espíritos armados (*pakáka yochtrasf*), como os chamamos. Estes todos, estas almas entram pelas costas das pessoas, matam as pessoas, estes espíritos ruins que tem na cidade. Os montes de espíritos ruins, o espírito da cachaça, o espírito da cana, todos estes estão lá.

Quando os nossos antigos surgiram, eles foram exterminados por um grande vento da terra (*mai wê*), e então surgiram os Japós do Rio (*ênê isko*), que são gente muito brava, são os donos de vocês, os brancos bravos, os prendedores [policiais, soldados: *těskékaya*]. Eles são os donos de vocês, os brancos bravos, os policiais. Foi a alma dos Japós do Rio que deu origem aos brancos prendedores. Japó do Rio não é nome de bicho não, é nome de gente branca mesmo, nome de alma de gente morta transformada em branco ruim. Eles não sabem pensar, sabem escrever, sabem escrever muito, mas tem pensamento bravo, tem branco que é assim...

Nós morremos nos brancos, mas nossa alma não fica vivendo lá não. Os brancos com quem crescemos juntos, eh!, estão velhos, fracos, de cabeça branca, com a vista ruim, andando mal, assim nós temos visto. Os brancos envelhecem rápido, mas nós não somos assim não, nós não ficamos velhos rápido. Eu estou dizendo que nós somos assim, nós somos assim mesmo, gente é assim. Quando morremos longe é assim, lá a nossa alma não pode ficar vivendo, de lá ela não pode seguir para o Caminho dos Mortos (*Věi /a/*). O corpo da pessoa morre lá longe, mas ela vem para cá para, a nossa alma.

O Caminho dos Mortos é um só, isso é história dos velhos. Quando morre alguém, e o branco vem chegando, ele chama, "oooooooooooo", e Papagaio² pergunta, "Quem são vocês? Vamos ver!". Papagaio vem chegando e perguntando: "Quem é? Que tipo de gente chegou?". A pessoa escuta Papagaio falar assim, se aproximando, se aproximando e olhando, "Êh! É branco (*nawa*) mesmo! Não tem tatuagem! Ele fala, mas a fala é diferente, você é *nawa*!" Ele manda a pessoa para seu caminho: "este é o caminho das pessoas como você, este caminho aí, olhe, vá por aí", assim é a história de nossos antigos.

Mas quando a pessoa morre na cidade ela fica perdida, e para a pessoa não ficar assim nós conduzimos a alma, quando ela morre. A pessoa perdida fica aqui nesta terra, vira inambu, vira cotia, vira paca, vira sapo, vira cupim. Para não ficar assim é que nós conduzimos. As pessoas que morrem nos brancos nós trazemos para cá, nós fazemos assim, trazemos mesmo. Lá não é nossa terra, é terra do branco. Nós trazemos para cá para sepultar na nossa terra.

Nós somos os donos, surgimos em nossa terra, nós surgimos primeiro, vocês surgiram depois, o lugar de surgimento de vocês é lá mesmo, na Europa, como vocês dizem. Surgindo de lá, vocês vieram e quiseram nos pegar, vocês, os seus antigos acabaram com a gente, vieram tomar as cidades da gente, eles acabaram com muita gente. Quando nós acabamos, outras pessoas chegaram, pegaram a terra e ficaram nela. Assim era contada a história por meu pai. Outras pessoas chegaram para viver, outras pessoas pegaram a terra. Para isso vocês vieram, vocês vieram e acabaram com os nossos antigos.

E os brancos chegaram, roubaram as mulheres dos antigos e mataram os homens, assim os brancos viraram nossos donos. Mas esta terra é nossa, toda esta terra é nossa porque nós surgimos primeiro. Os nossos antigos acabaram, e vocês roubaram as cidades, as cidades não são de vocês não, a terra é nossa, mas vocês roubaram. Então nós perguntamos se vocês não podem nos pagar, e os brancos dizem, "Assim não! Nós queremos pegar a terra, nós não pagamos não!". "Nós não vamos acabar rápido! venham nos pagar!", eu falo assim para o governo, fico bravo.

² Apesar do nome, este "papagaio" não é um pássaro, é gente, uma pessoa que cuida do Caminho dos Mortos.

É tudo pensamento de pajé Os pajés dizem que foi com Shoma Wětsa que estas coisas foram feitas, as coisas todas para fazer o ferro. Shoma Wětsa é para fazer tudo, para fazer barco grande também. Raně Topaně queimou a sua mãe, queimou ela e então...

Resumo do mito de Shoma Wětsa

Shoma Wětsa tinha lâminas afiadas nos braços, e matava muita gente assim. Quando seu filho, Raně Topaně, se casou com a mulher Shětã Věká, Shoma Wětsa não gostou. Ela comia os próprios netos que o filho deixava a seu cuidado quando ia caçar, e depois o enganava dizendo que não sabia de nada, que não tinha visto os netos, que eles talvez tivessem morrido. Rane Topane quis então se vingar e matar a mãe e a irmã dela, que se chamava Kpcho. Tentou matar de várias formas, mas a mãe não morria porque era de ferro. Raně Topaně fez uma armadilha: falou para a mãe dançar em torno de um buraco aberto dentro da maloca, onde havia uma fogueira. Shoma Wětsa dançava de mãos dadas com a irmã em torno da fogueira, cantando, e então Raně Topaně a empurra para dentro da fogueira. Ela morre queimada e explode: suas partes vão cair à jusante, na direção do rio grande [Solimões, talvez]. Seu fígado forma o ferro; seus dentes, que caem em um redemoinho de água, formam o ouro.

O carro, a moto, o relógio, estas coisas todas tem doença, São coisas feitas pelos pajés (*kpchftxo*). Os relógios são pensados como olho de onça-fogo, olho de onça-azul, olho de onça-sol, são pensados assim, e então eles colocam febre, são os pajés que fazem. As motos são os ossos de Shoma Wětsa mesmo. O papel também estraga os olhos. No início o seu olho fica vacilante, você não enxerga, fica com dor de cabeça, você fica assim. Assim faz o papel, ele dá tontura. É tudo pensamento (*chinã*) de pajé. Foram eles que surgiram primeiro, os pajés, gente dona de fala, os pajés-sol, os pajés-azul, os pajés-japó,³ estes que são os donos da fala, que surgiram primeiro, os pajés.

³ Tratam-se das classes dos pajés: uma pessoa *Varinawavo* (da nação ou povo do Sol), será por exemplo um *vari kpchf*, "pajé-sol", e assim de modo semelhante para as outras nações.

Quem, Onde, Quantos
Diversidade,
Identidade, Linguas
Isolados Demografia

“No Brasil, Todo Mundo é Índio, Exceto Quem não é”

Entrevista à equipe de edição

EM 26 DE ABRIL DE 2006, EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO – PROFESSOR DE ANTROPOLOGIA NO MUSEU NACIONAL (RJ) E ESPECIALISTA EM ETNOLOGIA BRASILEIRA – ESTEVE NO ISA-SP PARA FALAR À EQUIPE DE EDIÇÃO DO *POVOS INDÍGENAS NO BRASIL* SOBRE DUAS QUESTÕES POLÊMICAS: QUEM É ÍNDIO? E O QUE DEFINE O PERTENCIMENTO A UMA COMUNIDADE INDÍGENA?

Começo por dizer que suspeito que nossa entrevista vai ter de abundar em aspas; não apenas ou principalmente aspas de citação, mas sobretudo aspas de distanciamento. Isso porque essa discussão – quem é índio?, o que define o pertencimento? etc. – possui uma dimensão meio delirante ou alucinatória, como de resto toda discussão onde o ontológico e o jurídico entram em processo público de acasalamento. Costumam nascer monstros desse processo. Eles são pitorescos e relativamente inofensivos, desde que a gente não acredite demais neles. Em caso contrário, eles nos devoram. Donde as aspas agnósticas.

A questão que me foi colocada não pára de reaparecer desde que comecei a estudar antropologia, já logo vão 30 anos. Naquela distante época, estávamos sendo acuados pela geopolítica modernizadora da ditadura – era o final dos anos de 1970 –, que nos queria enfiar goela abaixo o seu famoso projeto de emancipação. Esse projeto, associado como estava ao processo de ocupação induzida (invasão definitiva seria talvez uma expressão mais correta) da Amazônia, consistia na criação de um instrumento jurídico para discriminar quem era índio de quem não era índio. O propósito era emancipar, isto é, retirar da responsabilidade tutelar do Estado os índios que se teriam tornado não-índios, os índios que não eram mais índios, isto é, aqueles indivíduos indígenas que “já” não apresentassem “mais” os estigmas de indianidade estimados necessários para o reconhecimento de seu regime especial de

QUEM É ÍNDIO? Primeiro rascunho, de Eduardo Viveiros de Castro

“Índio” é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por ela como tal.

“Comunidade indígena” é toda comunidade fundada nas relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas.

1. As relações de parentesco ou vizinhança constitutivas da comunidade incluem as relações de afinidade, de filiação adotiva, de parentesco ritual ou religioso, e, mais geralmente, definem-se nos termos da concepção dos vínculos interpessoais fundamentais própria da comunidade em questão.

2. Os laços histórico-culturais com as organizações sociais pré-colombianas compreendem dimensões históricas, culturais e sociopolíticas, a saber:

(a) A continuidade da presente implantação territorial da comunidade em relação à situação existente no período pré-colombiano. Tal continuidade inclui, em particular, a derivação da situação presente a partir de determinações ou contingências impostas pelos poderes coloniais ou nacionais no passado, tais como migrações forçadas, descimentos, reduções, aldeamentos e demais medidas de assimilação e oclusão étnicas;

(b) A orientação positiva e ativa do grupo face a discursos e práticas comunitários derivados do fundo cultural ameríndio, e concebidos como patrimônio relevante do grupo. Em vista dos processos de destruição, redução e oclusão cultural associados à situação evocada no item anterior, tais discursos e práticas não são necessariamente aqueles específicos da área cultural (no sentido histórico-etnológico) onde se acha hoje a comunidade.

(c) A decisão, seja ela manifesta ou simplesmente presumida, da comunidade de se constituir como entidade socialmente diferenciada dentro da comunhão nacional, com autonomia para estatuir e deliberar sobre sua composição (modos de recrutamento e critérios de inclusão de seus membros) e negócios internos (governança comunitária, formas de ocupação do território, regime de intercâmbio com a sociedade envolvente), bem como de definir suas modalidades próprias de reprodução simbólica e material. (maio, 2005)

cidadania (o respeito a esse regime, bem entendido, era e é outra coisa).

Foi em reação a esse projeto de desíndianização jurídica que apareceram as Comissões Pró-Índio e as Anaís (Associação Nacional de Ação Indigenista); foi também nesse contexto que se formaram ou consolidaram organizações como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o PIB, o “Projeto Povos Indígenas do Brasil” do CEDI (o PIB, como todos sabem, está na origem do ISA). Tudo isso surgiu desse movimento, que se constituiu precisamente em torno da questão de quem é índio – não para responder *a essa* questão, mas para responder *contra* essa questão, pois ela não era uma questão, mas uma resposta, uma resposta que cabia “questionar”, ou seja, recusar, deslocar e subverter. “Quem vai responder a essa resposta?”, pergunta o personagem de um filme de Herzog. Justamente: como responder à resposta que o Estado tomava como inquestionável em sua questão, a saber: que “índio” era um atributo determinável por inspeção e mencionável por ostensão, uma substância dotada de propriedades características, algo que se podia dizer o que é, e quem preenche os requisitos de tal quiddidade – como responder a essa resposta? Pois, a se crer nela, tratar-se-ia apenas de mandar chamar os peritos e pedir que eles indicassem quem era e quem não era índio. Mas os peritos se recusaram a responder a tal resposta. Pelo menos inicialmente.

Note-se que, naquela época, a questão de saber quem era índio não se cristalizava em torno daquilo que se veio a chamar etnias emergentes, fenômeno bastante posterior: foram tais novas etnicidades, ao contrário, que surgiram da questão, respondendo a ela com uma resposta deslocada, isto é, inesperada. O problema da época, muito ao contrário de qualquer “emergência”, era a submergência das etnias, era o problema das etnias submergentes, daqueles coletivos que estavam seguindo, por força das circunstâncias (isto é um eufemismo), uma trajetória histórica de afastamento de suas referências indígenas, e de quem, com esse pretexto, o governo queria se livrar: “Esse pessoal não é mais índio, nós lavamos as mãos. Não temos nada a ver com isso. Liberem-se as terras deles para o mercado; deixe-se eles negociarem sua força de trabalho no mercado”.

Nosso objetivo político e teórico, como antropólogos, era estabelecer definitivamente – não o conseguimos; mas acho que um dia vamos chegar lá – que índio não é uma questão de coçar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo *modo de devir*, algo essencialmente invisível mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de “diferença” anteriorizada e estabilizada, isto é, uma identidade. (Um dia seria bom os antropólogos pararem de chamar iden-

tidade de diferença e vice-versa.) A nossa luta, portanto, era conceitual: nosso problema era fazer com que o “ainda” do juízo de senso comum “esse pessoal ainda é índio” (ou “não é mais”) não significasse um estado transitório ou uma etapa a ser vencida. A idéia é a de que os índios “ainda” não tinham sido vencidos, nem *jamaís* o seriam. Eles jamais acabar(i)am de ser índios, “ainda que”... Ou justamente porquê. Em suma, a idéia era que “índio” não podia ser visto como uma etapa na marcha ascensional até o invejável estado de “branco” ou “civilizado”.

Da emancipação à reíndianização

Mas a filosofia da legislação brasileira era justamente essa: todos os índios “ainda” eram índios, no sentido de que um dia iriam, porque deviam, deixar de sê-lo. Mesmo os que estavam nus no mato, com seus proverbiais cocares de plumas, seus colares de contas, seus arcos, flechas, bordunas e zarabatanas, os índios com “contato intermitente” ou os “isolados” – mesmo esses *ainda* eram índios. Apenas ainda; ou seja, ainda, apenas, porque ainda não eram não-índios. O objetivo da política indigenista de Estado era gerenciar (e, por que não?, acelerar) um movimento visto como inexorável (e, por que não?, desejável): o célebre “processo histórico”, artigo de fé comum aos mais variados credos modernizadores, do positivismo ao marxismo. Tudo o que se “podia fazer” era garantir – isso para os mais bem-intencionados – que o “processo” não fosse demasiado brutal. Mas, de uma forma ou de outra, entendia-se que a almejada omelete nacional só poderia ser feita, bem, sabe-se como.

A luta contra o projeto de emancipação levou as pessoas que estavam do lado dos índios a se preocuparem com recenseamentos, levantamentos, com informação, com organização, comunicação e propaganda. Tratava-se, em suma, de tornar a questão visível. No fundo, não deixou de ser uma sorte os generais e coronéis da época terem tentado desíndianizar uma porção de comunidades indígenas, pois isso, na verdade, terminou foi por reíndianizá-las. A atabalhoada tentativa da ditadura de legiferar sobre a ontologia da indianidade “desinvisibilizou” os índios, que eram virtualmente inexistentes como atores políticos nas décadas de 1960 e 1970. Eles só apareciam, de vez em quando, em alguma reportagem colorida sobre o Xingu, geralmente como ilustração do admirável trabalho dos irmãos Villas Bôas (digo admirável sem nenhuma ironia; não deixava de ser bizarro, porém, o fato de que havia nessa época uma série de jornalistas especializados em embasbacar-se diante dos Villas Bôas e outros sertanistas). A grita suscitada com o projeto de emancipação resgatou a questão indígena do folclore de massa a que havia sido reduzida. Ela fez com que os próprios índios se dessem conta de que, se eles não tomassem cuidado, iam deixar de ser índios *mesmo*, e rapidinho. Graças a isso, então e enfim, os índios se tornaram muito mais visíveis como atores e agentes políticos no cenário nacional. Os primeiros líderes indígenas de expressão supralocal surgiram nesse contexto, como Mário Juruna e Ailton Krenak.

A questão de quem é ou não é índio reaparece agora, mas por outras razões. Algumas pessoas ligadas à questão indígena têm por vezes a impressão (ou pelo menos eu tenho a impressão de que elas têm a impressão) de que nós, índios e antropólogos, fomos um pouco vítimas de nosso próprio sucesso. Antigamente, muitos coletivos indígenas sentiam vergonha de sê-lo, e o governo tinha todo interesse em aproveitar essa vergonha inculcada sistemicamente, tirando as consequências jurídico-políticas, digamos assim, do eclipsamento histórico da face indígena de várias comunidades “camponesas” do país. Agora, ao contrário, “todo mundo quer ser índio” – dizemos, entre intrigados e orgulhosos. Talvez mais intrigados que orgulhosos. Antigamente, os especialistas no “processo histórico” martelavam-nos os ouvidos com o dogma de que a “condição camponesa” (com opção de “proletarização”) era o dever histórico inexorável e portanto a *verdade* das sociedades indígenas, e que a descrição dessas sociedades como entidades socioculturais autônomas supunha um “modelo naturalizado” e “a-histórico”. Mas eis que, pouco a pouco, os índios começam a reivindicar e terminam por obter o reconhecimento constitucional de um estatuto diferenciado permanente dentro da chamada “comunhão nacional”; eis que eles implementam ambiciosos projetos de retraditionalização marcados por um autonomismo “culturalista” que, por instrumentalista e etnicizante, não é menos primordialista nem menos naturalizante; eis, por fim, que algumas comunidades rurais situadas nas áreas mais arquetipicamente “camponesas” do país reassumem sua condição indígena, em um processo de *transfiguração étnica* que é o exato inverso daquele anunciado, nos idos de 1970, por Darcy Ribeiro no célebre *Os índios e a civilização*, em profecia acreditada, com um retoque ou outro, pela maioria dos antropólogos.



Eduardo Viveiros de Castro.

Do índio à comunidade (1)

Com a constituição de 1988, o jogo terminou de virar completamente. De fato, houve uma inversão de 180 graus em relação ao projeto de emancipação. O propósito explícito desse projeto era emancipar indivíduos, mas seu verdadeiro objetivo, como se sabe, era o de “liberar” comunidades inteiras. Com a Constituição, consagrou-se o princípio de que as comunidades indígenas constituem-se em sujeitos coletivos de direitos coletivos. O “índio” deu lugar à “comunidade” (um dia vamos chegar ao “povo” – quem sabe), e assim o individual cedeu o passo ao relacional e ao transindividual, o que foi, desnecessário enfatizar, um passo gigantesco, mesmo que esse transindividual tenha precisado assumir a máscara do supra-individual para poder figurar na metafísica constitucional, a máscara da Comunidade como Super-Indivíduo. Mas de qualquer modo o individual não podia deixar de ceder ao relacional, uma vez que a referência indígena

não é um atributo individual mas um movimento coletivo, e que a “identidade indígena” não é “relacional” apenas “em contraste” com identidades não-indígenas, mas relacional (logo, não é uma “identidade”), antes de mais nada, porque constitui coletivos transindividuais intra-referenciados e intra-diferenciados. Há indivíduos indígenas porque eles são membros de comunidades indígenas, e não o inverso.

Pois bem. Foi a partir desse momento que se acelerou a “emergência” de comunidades indígenas que estavam submersas por várias razões: porque tinham sido ensinadas a não dizer mais que eram indígenas,

ou ensinadas a dizer que não eram mais indígenas; porque tinham sido colocadas em um liquidificador político-religioso, um moedor cultural que misturara etnias, línguas, povos, regiões e religiões, para produzir uma massa homogênea capaz de servir de “população”, isto é, de sujeito (no sentido de súdito) do Estado. Como se sabe, as antigas missões que estão na origem de tantas cidades, vilas, vilarejos e arraiais do interior do Brasil foram os lugares privilegiados dessa fabricação do componente indígena do “povo brasileiro”, ao sintetizar os célebres índios genéricos, os índios de aldeamento, catecúmenos do sacramento estatal da transubstanciação étnica: a comunhão nacional... A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização, *ao reconhecer que ele não se tinha completado*. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar a “ser” índio – isto é, voltar a virar índio, retomar o processo incessante de virar índio – podia ser interessante. Converter, reverter, perverter ou subverter o dispositivo de sujeição armado desde a Conquista de modo a torná-lo dispositivo de subjetivação; deixar de sofrer a própria indianidade e passar a gozá-la. Uma gigantesca ab-reação coletiva, para usarmos velhos termos psicanalíticos. Uma carnavalização étnica. O retorno do recalçado nacional.

A explosão da indianidade

A partir daquele momento – que é ainda o momento em que estamos vivendo – e daquilo que ganhou um ímpeto irresistível a partir dele, a saber, a re-etnização progressiva do povo brasileiro, a questão “quem é índio?” deixou de se colocar em vista do fim mais ou menos inconfessável que o Estado se colocava, o de violentar os direitos das comunidades e das pessoas indígenas. Ela passou a ser um problema daqueles que se pensam do (e que pensam ao) lado dos índios, bem como um problema dos “próprios” índios.

Qual o problema hoje? Isto é, como aparece o problema hoje? Ele aparece como sendo o de evitar a banalização da idéia e do

rótulo de “índio”. A preocupação é clara e simples: bem, se “todo mundo” ou “qualquer um” (qualquer coletivo) começar a se chamar de índio, isso pode vir a prejudicar os “próprios” índios. A condição de indígena, condição jurídica e ideológica, pode vir a “perder o sentido”. Esse é um medo inteiramente legítimo. Não compartilho dele, mas o acho inteiramente legítimo, natural, compreensível, como acho legítimo, natural etc. o medo de assombração. Enfim... O raciocínio é: se, de repente, nós tivermos que “reconhecer como tal” toda comunidade que se reivindica como indígena perante os distribuidores autorizados de identidade (o Estado), aí quem vai acabar se dando mal são os Yanomami, os Tucano, os Xavante, todos os “índios de verdade”. Poderá haver uma desvalorização da noção de índio. Se, antes, ser índio custava caro (para evocar um artigo pioneiro de Roberto DaMatta: “Quanto custa ser índio no Brasil?”), e custava caro, é claro, para quem o era, hoje ser índio estaria ficando barato demais. Agora é fácil ser índio; basta dizer... E daí ninguém, principalmente o Estado, vai acabar comprando essa.

Não acredito nisso. Muito mal comparando – e digo mal porque a comparação arrisca reavivar velhos e grotescos estereótipos –, pode-se dizer que ser índio é como aquilo que Lacan dizia sobre o ser louco: não o é quem quer. Nem quem simplesmente o diz. Pois só é índio quem se garante.

Os antropólogos e a garantia da identidade

Pois é: os antropólogos querem, justamente, *garantir* essa identidade indígena. Só que não garantem; só o índio é quem se garante. O papel dos antropólogos nessa questão é um tantinho confuso. A comunidade antropológica, por via de suas ABAs (Associação Brasileira de Antropologia) e similares, desempenhou um papel fundamental na decisão de botar o pé na porta e impedir o projeto de emancipação, decisão tomada em conjunto com outros advogados da causa e, naturalmente, com os índios. Eu acho que esse momento, em 1978, foi um dos claros e raros momentos em que, de fato, os antropólogos fizeram uma diferença. Uma tremenda diferença. Não foi um antropólogo ou dois, como foi Darcy Ribeiro no tempo do Estatuto do Índio, ou os irmãos Villas-Boas – que por vezes foram chamados de antropólogos, durante a criação do Parque do Xingu –, mas os antropólogos “como um todo”, enquanto coletividade, que fizeram uma tremenda diferença nesse momento. O mesmo se diga da mobilização em torno da Constituinte de 1988. Depois, minha impressão é que a coisa mudou um pouco. “Os antropólogos” deixou de ser um plural coletivo, e passou a um plural distributivo: os antropólogos são aquelas pessoas que fazem laudo, os *peritos*. Peritos em identidade. Alheia. Bem, nem todos.

Em todo o processo de juridificação da questão “quem é índio?”, isto é, de decidir como e onde aplicar os artigos da Constituição de 1988, a antropologia conseguiu, a meu ver com toda a justiça, esse ganho político de se tornar um interlocutor legítimo do aparelho de Estado, parte necessária nos processos jurí-

dicos de garantia e de oficialização das demarcações de terra, entre outras coisas. Mas com isso o antropólogo (releve-se-me o masculino) passou também a ter uma atribuição que, a meu ver, é complicada (releve-se-me o eufemismo). Ele passou a ter o poder de discriminar quem é índio e quem não é índio, ou antes, a prerrogativa de pronunciar-se com autoridade sobre a matéria, de modo a instruir a instância que tem realmente tal poder de discriminação, o Poder Judiciário. Ainda que o antropólogo diga sempre ou quase sempre que fulano é índio, que aqueles caboclos da Pedra Preta são, de fato, índios, pouco importa. O problema é que o antropólogo está “em posição de” dizer quem não é índio, dizer que alguém não é índio. E pode fazê-lo.

De qualquer maneira, o fato de se sentir autorizado a responder já situou, de saída, o antropólogo em algum lugar entre o juiz (afinal, o perito é aquele que diz sim ou não, que constata-atesta que alguém é ou não é alguma coisa) e o advogado de defesa (aquele que diz, mesmo que não acredite muito nisso: “é sim, é índio; meu cliente é índio e vou prová-lo”).

O antropólogo e o jurista

Tudo ótimo, normal e democrático. Mas a questão continua colocada nos termos de sempre: continua uma questão de se dizer *quem é o quê*. É sem dúvida difícil ignorar a questão, uma vez que o Estado e seu arcabouço jurídico-legal funcionam como moinhos produtores de substâncias, categorias, papéis, funções, sujeitos, titulares desse ou daquele direito etc. O que não é carimbado pelos oficiais competentes não existe – não existe porque foi produzido fora das normas e padrões – não recebe selo de qualidade. O que não está nos autos etc. Lei é lei etc. E afinal de contas, é preciso administrar a nação; é preciso gerir a população, e o território. Como se diz.

Mas há quem diga que o papel do antropólogo não é, nunca foi e jamais deveria ser o de dizer quem é índio e quem não é índio. Que isso é coisa de inspetor da alfândega, de fiscal da identidade alheia. Essa é uma posição pessoal minha (e como seria outra coisa, afinal?), conseqüência da dificuldade que sinto de enunciar juízos do tipo “esses caras são índios” ou “esses caras não são índios”. O problema, para mim, é a legitimidade da pergunta. Não aceito essa pergunta como sendo uma pergunta antropológica. Ela não é uma pergunta antropológica, é uma pergunta jurídica. Oh não, ela é uma pergunta essencialmente, fundamentalmente, visceralmente política, obtemperarão meus argutos colegas. Mas é claro que é uma pergunta política, replicarei. E minha resposta *política* a ela é dizer que ela não é uma questão antropológica, mas uma questão jurídica, e de que é *aqui* que se distingue o antropólogo do jurista: no tipo de pergunta que eles têm “o direito” de fazer, e portanto de responder.

Naturalmente que o antropólogo também pode responder, ou ajudar a responder perguntas jurídicas, e que ele é por vezes compelido a se colocar imaginariamente (ou taticamente) na

posição de Legislador, quando não na de Conselheiro do Príncipe. Ainda que... Bem, em algumas situações ele é obrigado mesmo a responder, por exemplo quando as perguntas são feitas em relação ao povo junto a quem ele trabalha, às pessoas com as quais ele tem relações reais, os membros da comunidade ou comunidades das quais ele antropólogo é parte componente e interessada, mesmo que uma parte à parte. Mesmo que seja uma parte separada, que mora longe, ele é *sempre* parte da comunidade. Querendo ou não. Pode ser uma parte renegada, uma parte traidora, uma parte distante, uma parte longínqua, mas é parte. E enquanto tal, é claro que ele tem que responder às perguntas que o Estado lhe “propõe”, porque ele está lá para isso mesmo, para entrar na briga. Mas não devemos por isso imaginar que todas as questões com que o antropólogo se defronta sejam por isso questões antropológicas, questões que ele naturalmente pode e deve responder, e deve se responsabilizar por isso. Responsabilizar-se, isto é, responder pela resposta. Pois no fim das contas, acho que *ninguém* tem o direito de dizer quem é ou quem não é índio, se não se diz (porque é) índio ele próprio. E é justamente por isso que o antropólogo só pode responder, se lhe perguntam se o povo ou comunidade de que ele escolheu ser parte é, de fato, indígena, pela afirmativa. Essa resposta afirmativa *não* responde à pergunta que lhe foi feita. Obviamente.

Em suma, para o antropólogo, índio é como freguês – sempre tem razão. O antropólogo não está lá para arbitrar se as pessoas que lhe hospedam e cuja vida ele escarafuncha têm ou não razão no que dizem. Ele está lá para entender como é que aquilo que elas estão dizendo se conecta com outras coisas que elas também dizem ou disseram, e assim por diante. Ao antropólogo não somente não cabe decidir o que é uma comunidade indígena, que tipo de coletivo pode ser chamado de comunidade indígena, como cabe, muito ao contrário, mostrar que esse tipo de problema é indecidível.

Todo mundo é índio, exceto quem não é

Permitam-me incorrer em um exagero heurístico. Eu direi que no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. Acho que o problema é “provar” quem não é índio no Brasil. Resposta política à resposta (isto é, à pergunta) política que se oferece ao antropólogo.

Começemos por algum começo. Entendo que a questão de quem é ou quem não é índio, de saída, não é uma questão de “cultura”, isto é, uma questão respondível mediante a inspeção dos conteúdos culturais da vida de um coletivo. Não estou negando, obviamente, que haja um fundo cultural ameríndio muito vivo e muito real; um fundo, ou por outra, uma forma, uma estrutura ou conjunto de estruturas (para usarmos uma palavra fora de moda) conceituais que remontam à América pré-colombiana. O que eu estou dizendo é que a relação com esse fundo cultural não é uma relação necessária (embora possa ser suficiente – e olhe lá) para se *definir* o que é índio. Porque uma vez

que se recusa a pergunta, o fundo cultural não pode mais servir para definir pertencas e inclusões em classes identitárias. Esse fundo cultural é um elemento da história do país, do continente, das três Américas. Os coletivos humanos contemporâneos espalhados por nosso continente se orientam de modos variados em relação a esse fundo; nenhum desses modos é redutível ao modo emanativo, pois um coletivo humano não é jamais a encarnação de uma cultura; não porque seja mais que isso, mas porque é outra coisa.

E assim eu inverteo a questão. O problema é quem *não* é índio. (Essa afirmação se insere em uma teoria do *minoritário* que devo a outrem, e que não cabe expor aqui. Mas para bom entendedor, eis como posso afirmar que no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é.) Darcy Ribeiro, aliás – não sei se ele diz exatamente isso, não sou bom leitor dele –, insistiu com eloquência sobre o fato de que o “povo brasileiro” é muito mais indígena do que se suspeita ou supõe. (Não estou com isso, desnecessário dizer, minimizando o aporte óbvio e gigantesco das populações africanas trazidas à força para cá.) O homem livre da ordem escravocrata, para usar a linguagem da Maria Silvia Carvalho Franco, é um índio. O caipira é um índio, o caicara é um índio, o caboclo é um índio, o camponês do interior do Nordeste é um índio. Índio em que sentido? Ele é um índio genético, para começar, apesar de isso não ter a menor importância.

O genético e o genérico

Os pesquisadores da UFMG que fizeram um levantamento do aporte genético ameríndio na população nacional descobriram que ele é muito maior do que se imaginava. Coisa de 33%, creio. Afinal de contas, então, o fluxo gênico ameríndio continua a correr solto. Interessante, mas isso não tem a menor importância, exceto pelo que pode ajudar a esclarecer sobre a história “do Brasil”. Digo que os coletivos caiçaras, caboclos, camponeses e *índios* são índios (e não 33% índios) no sentido de que são o produto de uma história, uma história que é a história de um trabalho sistemático de destruição cultural, de sujeição política, de “exclusão social” (ou pior, de “inclusão social”), trabalho esse que é propriamente interminável. Não é possível fazer todos os brasileiros deixarem de ser índios completamente. Por mais bem sucedido que tenha sido ou esteja sendo o processo de desíndianização levado a cabo pela catequização, pela missionarização, pela modernização, pela cidadanização, não dá para zerar a história e suprimir *toda* a memória, porque os coletivos humanos existem crucial e eminentemente no momento de sua reprodução, na passagem intergeracional daquele modo relacional que “é” o coletivo, e a menos que essas comunidades sejam fisicamente exterminadas, expatriadas, deportadas, é muito difícil destruí-las totalmente. E ainda quando o foram, quando foram reduzidas a seus componentes individuais, extraídos das relações que os constituíam, como aconteceu com os escravos africanos, esses componentes reinventam uma cultura e um

modo de vida – um mundo relacional que, por constrangido que tenha sido pelas condições adversas onde vicejou, jamais deixou de ser uma expressão da vida humana exatamente como qualquer outra. Não há culturas inautênticas, pois não há culturas autênticas. Não há, aliás, índios autênticos. Índios, brancos, afro-descendentes, ou quem quer que seja – pois autêntico não é uma coisa que os humanos sejam. Ou talvez seja uma coisa que só os brancos podem ser (pior para eles). A autenticidade é uma autêntica invenção da metafísica ocidental, ou mesmo mais que isso – ela é seu fundamento, entenda-se, é o conceito mesmo de fundamento, conceito arqui-metafísico. Só o fundamento é completamente autêntico; só o autêntico pode ser completamente fundamento. Pois o Autêntico é o avatar do Ser, uma das máscaras utilizada pelo Ser no exercício de suas funções monárquicas dentro da onto-teo-antropologia dos brancos. Que diabo teriam os índios a ver com isso?

Tornar-se índio: um problema para o judiciário?

Mércio Gomes, o presidente da Funai de hoje, está voltando a falar como falavam (como eram feitos falar por seus chefes) os presidentes da Funai de ontem [referência à matéria publicada no Estadão de 13/01/06, na qual Mércio alegou que o Supremo Tribunal Federal terá de definir um “limite” para as reivindicações cada vez mais “excessivas” por novas Terras Indígenas; este comentário, como de se esperar, gerou indignação em muitos setores indigenistas]. Só que agora não é mais porque tem muito índio que “não é mais índio”, mas porque tem muito branco que “nunca foi índio” querendo “virar índio”. Quando seria melhor dizer: tem muito branco, que nunca foi *muito* branco porque já foi índio, querendo virar índio *de novo*.

Mas isso é sentido como um escândalo, no fundo; é o mundo de cabeça para baixo e de trás para frente. Pois é como não se pudesse – e pudesse no sentido lógico, não apenas no sentido moral – querer virar índio, só se pudesse querer deixar de sê-lo. É como se querer “virar índio” fosse uma contradição em termos; só se pode desvirar. De qualquer modo, já tem índio demais por aqui; e aliás, os índios têm terras demais. O Brasil ficaria melhor e maior com menos índios: só com os que existem hoje, por exemplo. Sejamos liberais: não é preciso matar ninguém; os índios que temos são bons; são mesmo necessários. Mas, sobretudo, eles são suficientes. Vamos fechar a porteira. Vamos fazer uma escala. Índio mesmo é só índio isolado; voltemos às famosas categorias, cuja intenção de marcar etapas temporais é evidente: isolado, contato intermitente, contato permanente e integrado. Onde vai passar o corte? Na cara de quem vai se fechar a porteira? Integrado já não é mais índio; fácil essa. E os de contato intermitente? Que frequência de intermitência faz de um intermitente um integrado (como quem diz, de um usuário ocasional em um viciado)? Dezesesseis horas por dia? Bem, o índio isolado ninguém tem coragem de dizer que não é mais índio, sobretudo porque ele nem é índio ainda. Ele não sabe que é

índio; não foi contactado pela Funai ou coisa do gênero. Ou seja, primeiro se tem que virar índio para depois deixar de ser. Por que então não se pode querer virar de novo depois de deixar de ser? Ou quem sabe voltar a nunca ter sido, mas nem por isso insistindo menos em ser?

Fechando a lista

O Mércio está dizendo a mesma coisa que os governos da ditadura. Em essência, ele está dizendo que tem índio demais. Essa coisa de fechar a lista aconteceu nos Estados Unidos, por exemplo. Em um dado momento definiram arbitrariamente quem eram os índios. Só que lá, sendo aquele o país que é, os índios da lista vão ser índios para sempre. E não obstante, essa lista nunca fecha completamente. Não faz muito tempo que certas comunidades reivindicaram uma indianidade deixada de fora da lista, e outras continuam a fazê-lo... Tome-se o célebre caso dos Lumbee [povo que vive no estado de Carolina do Norte; reconhecidos apenas em 1956 como índios, ainda lutam para conquistar direitos e benefícios] ou o mais recente dos Mashpee. Coisa muito parecida com o que ocorre aqui. Enfim, tenho a impressão de que é isso que o Mércio quer fazer. Uma lista, para poder dizer depois: a lista fechou. Note-se o arbitrário quase burlesco de uma lista como essa. Por que parar agora e não no mês que vem? Por que não parou antes? Naturalmente, isso vai provocar uma corrida – acelerar uma corrida que já está acontecendo – para se registrar como índio. O correto seria publicar um edital. Abrir concorrência pública. Marcar prazo. A declaração de Mércio Gomes – supondo-se que ele tenha dito o que se escreveu que ele disse; mas o povo inventa muito... – é completamente absurda. A Funai é (ou deveria ser) a representante, no sentido de defensora, das populações indígenas. Dali seria o último lugar de onde se poderia esperar ser emitido um juízo como esse. Como o presidente do chamado órgão tutelar (nem sei se a Funai “ainda é” isso) pode dizer tal coisa?

Bem, estou apenas fingindo surpresa – infelizmente. A declaração do Mércio foi a de um estadista. Um pequeno estadista, naturalmente. Com efeito e a rigor, *definir* quem é ou não é índio não é um problema dos índios nem de suas comunidades. Ele é um problema posto e resolvido pelo Estado, instância que trata os coletivos sob sua tutela (no sentido lato, isto é, político) dessa forma: quem é o quê, quem não é o quê, é preciso favorecer isso, desencorajar aquilo; punir, premiar, induzir, reduzir, gerir, dispor. Os antropólogos temos que nos posicionar frontalmente contra isso, recusando (“na medida do possível e dentro dos limites da lei”) essa questão como legítima.

Do índio à comunidade (2)

Bem, vamos falar então da experiência ficcional a que me dediquei, ao propor uma definição “jurídica” de “índio”. Tal definição, insisto, é um exercício escolar. Não se trata de um projeto de lei (imaginem), mas de uma tentativa desprezível de res-

posta a colegas que acham que a questão de saber quem e o que é índio pode ter uma resposta outra que aquela que é dada praticamente pelos índios, passados, presentes e futuros.

Antes de comentar a definição ficcional, quero resumir em algumas frases obscuras a “linha de raciocínio” que utilizei até aqui e que não vou utilizar daqui para frente, mas que me parece a única tecnicamente correta. Ela não deixa de estar contemplada, de certo meta-modo, na terceira dimensão da definição ficcional. Direi então que índio realmente não é isso que eu digo que é, nesse texto pseudo-legislativo que escrevi. E não é isso, porque os enunciados de indianidade são enunciados performativos e não enunciados constativos, dependendo portanto de condições de felicidade e não de condições de verdade (no sentido de correspondência com um estado de coisas). Mas, e este é o ponto, as condições antropológicas de felicidade de tal enunciado não são dadas por terceiros. Sobretudo, não são nem podem ser dadas pelo Estado, o Terceiro por excelência. A indianidade é tautegórica; ela cria sua própria referência. Índios são aqueles que “representam a si mesmos”, no sentido que Roy Wagner dá a esta expressão (cf. *The invention of culture*), sentido esse que não tem nada a ver com identidade; e nada a ver, tampouco, com representação, como está indicado na formulação deliberadamente paradoxal da expressão. “Representar a si mesmo” é aquilo que faz uma Singularidade, e o que uma Singularidade faz. Sigamos adiante.

O objeto da definição imaginária que estamos comentando é isso que chamei de “comunidade indígena”. A expressão foi escolhida por ser a mais vaga possível. Na verdade não gosto demais da palavra “comunidade”, canonizada pela teologia da libertação e aproveitada algo espertamente pelos governos pós-ditadura. Mas no contexto que me dei, ela se justifica por impedir palavras mais pontiagudas e cheias de arestas, como etnia, tribo, sociedade, nação. A palavra “coletivo” talvez fosse a mais adequada, mas ela é muito especializada, pertence ao universo de uma antropologia mais recente, e os problemas que ela pretende resolver são outros – notadamente, como contornar-ignorar a oposição natureza/sociedade. Não é disso que se trata aqui. Então, mantenhamos comunidade.

Em seguida, cometo a húbri de escrever: “comunidade indígena é...”. Exercício totalmente parnasiano, repito. Pois eu, no fundo do meu coração, não estou nem aí para saber quem ou o quê é comunidade indígena, ou não é. Se, “enquanto antropólogo”, eu terminar por esbarrar em um lugar onde, por acaso, encontram-se índios – com o sentido que a palavra tem na linguagem comum, que é vago e concreto ao mesmo tempo –, isso não me obriga a, nem decorre de, nenhuma definição técnica. Quando eu fui estudar os Araweté eu pensava: “eu quero conhecer uns sujeitos que morem no mato e que usem arco e flecha”. Pois.

O ponto realmente fundamental na escolha da “comunidade” como sujeito da minha definição fictícia é que o adjetivo “índio”

não designa um indivíduo, mas especifica um certo tipo de coletivo. Nesse sentido não existem índios, apenas comunidades, redes (d) e relações que se podem chamar indígenas. Não há como determinar quem “é índio” independentemente do trabalho de *auto-determinação* realizado pelas comunidades indígenas, isto é, aquelas que são o objeto do presente exercício definicional, ou melhor, meta-definicional. O objeto e o objetivo da antropologia, diga-se de passagem, é a elucidação das condições de auto-determinação ontológica do outro. E ponto.

Enfim, voltando ao texto: comunidade indígena é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros. O “ou” aqui é evidentemente inclusivo: “seja parentesco, seja vizinhança”. Esse é um ponto importante, porque ele impede uma definição genética ou genealógica de comunidade. A idéia de vizinhança serve para sublinhar que “comunidade” não é uma realidade genética; por outro lado, colocar “relações de parentesco” na definição permite que se contemplem possíveis dimensões translocais dessa “comunidade”. Em outras palavras, a comunidade que tenho em mente é ou pode ser uma realidade temporal tanto quanto espacial. Em suma, “parentesco” e “território”, para falarmos como Morgan, são tomados aqui como princípios alternativos ou simultâneos de constituição de uma comunidade. Convém sublinhar o caráter não-geométrico desse território: a inscrição espacial da comunidade não precisa ser, por exemplo, concentrada ou contínua, podendo ao contrário ser dispersa e descontínua. Então, (1) comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança, e (2) que mantém laços históricos ou culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas.

Introduzo a esta altura a primeira especificação:

1.1. As relações de parentesco ou vizinhança, constitutivas da comunidade, incluem relações de afinidade, de filiação adotiva, de parentesco ritual ou religioso – quer dizer, compadrio – e, mais geralmente, se definem em termos das concepções dos vínculos interpessoais fundamentais próprios da comunidade em questão. Ou seja, em bom português, é parente quem os índios acham que é parente, e não quem o Instituto Oswaldo Cruz ou sei lá quem vai dizer que é a partir de um exame de sangue ou um teste de ADN. Parentesco inclui aqui a afinidade. Isso é básico, em primeiro lugar, porque as relações de afinidade são, em muitas culturas indígenas, transmissíveis inter-geracionalmente, exatamente como as relações de consangüinidade (falo dos sistemas de parentesco ditos “elementares”); em segundo lugar porque, de um modo geral, a etnologia vem mostrando que a afinidade é o arcabouço político e a linguagem ideológica dominante nas comunidades ameríndias. E por fim, porque há muitos casamentos interétnicos nos mundos indígenas de hoje. Como você cortaria uma família no meio quando o homem é branco e a mulher é índia, por exemplo? Se a comunidade acha que o marido é membro da comunidade, ele é índio, sem mais. No

que me concerne, se o marido for um cidadão lituano, mas casou com a índia Potira, e os pais da índia Potira estão de acordo, esse lituano é índio. Assim, as relações de parentesco e de vizinhança incluem laços variados e, sobretudo, se definem em termos da atualização dos vínculos interpessoais fundamentais próprios da comunidade em questão. Pode não ser o sangue. Pode ser a comensalidade, a vizinhança; isso fica em aberto. Cada comunidade terá uma concepção específica do que são esses “vínculos interpessoais fundamentais”, e são essas concepções que devem ser “definitivas” das comunidades, não as nossas.

2. Os laços histórico-culturais com as organizações sociais pré-colombianas são evidentemente importantes, pois é bobagem imaginar que se pode definir “índio” na base do preguiçoso princípio sub-relativista segundo o qual “índio é qualquer um que achar que é”. Não é qualquer um; e não basta achar ou dizer; só é índio, como eu disse, quem se garante. (Por outro lado, são sim parentes dos índios aqueles que os índios acharem que são seus parentes e ponto final, pois só os índios podem garantir isso).

É necessário trazer para a definição, portanto, o reconhecimento explícito do fato de que existia um mundo social pré-colombiano, e de que há uma porção de gente no Brasil atual que está ligada a ele. O que quer dizer esse “ligada” é que é o problema, naturalmente. Os laços histórico-culturais com as organizações sociais pré-colombianas compreendem dimensões históricas, culturais e sociopolíticas. Não tem de haver uma coincidência dessas três dimensões. Eu diria que se uma delas está presente, está “resolvido” o “problema”. Essas condições dimensionais são condições suficientes, cada uma por si. E nenhuma delas é necessária. Quais são tais condições? Uma delas é a continuidade da implantação territorial da comunidade em relação à situação existente no período pré-colombiano. É a idéia do território tradicional, da Terra imemorial. É impossível não reconhecer a importância disso. Como eu disse, tal continuidade é suficiente, mas não é necessária. Não menos suficiente, aliás, é a disposição em conceber a situação presente da comunidade a partir de determinações e de contingências impostas pelos poderes coloniais ou nacionais no passado, tais como migrações forçadas, descimentos, reduções, aldeamentos e demais medidas de assimilação, oclusão e repressão étnicas. Em suma, o índio aldeado, o índio que foi “misturado”, que os missionários e bandeirantes desceram, não pode ser culpado de ter perdido suas referências territoriais originais. Essas comunidades vão deixar de ser indígenas porque seus membros foram trazidos à força de regiões diferentes? – “Bem...desculpem, mas os jesuítas misturaram vocês com índios de todos os lugares”. – “E daí (responde o índio), a culpa é minha? Eu vou ser punido por causa disso? Quero minha terra de volta.” – “Mas já tem muito branco, há muito tempo, nessa terra...” Mas então é preciso negociar. Pois a antiguidade da expropriação não a faz deixar de sê-lo. O único prazo de validade é a memória. E a memória tem os seus, como se diz, usos sociais.

Virando índio, virando branco

A outra coisa é a orientação positiva e ativa dos membros do grupo – este é o segundo “critério” – face a discursos e práticas comunitários derivados do fundo cultural ameríndio, e concebidos como patrimônio coletivo relevante. Se tomarmos o ponto pela outra ponta, isso quer dizer: ninguém é obrigado a ser índio. Os membros de uma comunidade podem decidir: “nós talvez sejamos índios, mas não queremos ser; de qualquer maneira, estamos virando brancos.” A noção de “virar branco”, como se sabe, está presente em vários mundos indígenas. Ela não quer dizer necessariamente o que nós achamos que quer dizer; ao contrário, o que ela quer dizer é justamente um dos problemas mais complexos com que se defrontam os antropólogos. Há todo um sistema de pressuposições recíprocas em jogo, com pelo menos quatro orientações típicas: virar branco, virar índio, pacificar o branco, pacificar o índio. Os brancos “pacificam” os índios, os “índios” pacificam os brancos, os índios dizem que estão “virando branco”, há “muitos brancos” querendo virar índio. Uma situação muito interessante. Os brancos lamentam que há vários brancos querendo virar índio e, ao mesmo tempo, que há vários índios querendo virar branco. Os Yanomami estão querendo virar branco, e os caboclos lá da Pedra Furada, no sertão do Cariri ou sei lá onde, estão querendo virar índio. O mundo está de cabeça para baixo. Os Yanomami deviam continuar a querer ser índios (alguém precisa continuar a querer ser; alguns índios são necessários), e os caboclos deveriam continuar a querer ser brancos, cada vez mais brancos – cidadania.

Na verdade essas duas coisas são muito mais complicadas do que se imagina. Os Yanomami querem virar branco, mas isso não é exatamente o que se imagina que seja, e os caboclos lá de não sei onde querem virar índio, mas também não é como se imagina que eles querem que seja. Cabe a nós antropólogos ver toda a complexidade que está por trás de assertivas tão banais como “nós estamos virando branco.” Esse é um discurso comum em muitas comunidades indígenas: “nós estamos virando branco”, “os índios estão acabando”. O que parece, entretanto, é que não se acaba nunca de virar branco; e que os índios não acabam de acabar; é preciso continuar a ser índio para poder se continuar a virar branco. E parece também que virar branco à moda dos índios não é exatamente a mesma coisa que virar índio à moda dos brancos. Até que se vire. Mas aí, como se sabe, aquilo que se virou vira outra coisa.

Enfim, retomando: “deve” haver uma orientação positiva e ativa do grupo em relação aos produtos característicos da vida comunitária. Rituais, mitos, configurações relacionais mais ou menos reificadas, a própria comunidade enquanto ponto de orientação, pólo de territorialização, e assim por diante. Em vista dos processos de esmigalhamento antropológico associados à situação evocada no item anterior (reduções, descimentos, escravidão, catequização etc.), tais discursos e práticas não são aqueles específicos da “área cultural”, no sentido histórico-etnológico,

onde hoje se acha a comunidade. Ou seja, certos índios podem ser índios, terem uma orientação positiva e ativa em relação ao fundo cultural ameríndio, mas um fundo cultural ameríndio que remete a uma outra região “original”, simplesmente por que a deles foi destroçada. Então, se os caboclos da Pedra Furada importam um xamã Wajãpi para ensinar toré, qual o problema? Os antigos romanos importavam professores de grego para ensinar filosofia grega para eles, e ninguém dizia com isso que os romanos estavam deixando de ser romanos. Ou dizia (alguns romanos de fato diziam), mas nem por isso eles deixaram de ser romanos. Ou deixaram. Os gregos, então, mais ainda. Mas, repito, nem por isso. Como dizia Saussure: “o francês não *vem* do latim. O francês *é* o latim, tal qual falado hoje em tal região da Europa.” Patrice Maniglier, autor de um admirável livro sobre Saussure (de onde tirei a frase anterior), acrescenta: “foi de tanto falar latim [*à force de parler latin*] que os galo-romanos começaram a falar francês”. E assim por diante.

Renascimento ou invenção?

Sahlins conta uma parábola em seu livrinho *Esperando Foucault*, que é mais ou menos assim: Há um lugar no planeta, no extremo ocidente, onde vive um povo muito interessante, e que há cerca de uns seiscentos anos atrás se achava inteiramente desprovido de cultura. Ele havia perdido toda a sua sabedoria ancestral ao cabo de inúmeras invasões de bárbaros, de sucessivas catástrofes, pestes, secas, guerras, o diabo. A partir de certo momento, porém, esse povo começou a se reinventar, criando uma cultura artificial: começaram a imitar uma arquitetura de que só conheciam ruínas ou em velhos escritos, faziam traduções vernáculas de textos em línguas mortas a partir de traduções em outras línguas, tiravam conclusões delirantes, inventavam tradições esotéricas perdidas... Como se sabe, esse processo, que se passou na Europa ali mais ou menos entre os séculos XIV a XVI, ganhou o nome de Renascimento. O Ocidente moderno principia ali. O que é o Renascimento? Os europeus – mistura étnica confusa de germânicos e celtas, de itálicos e eslavos, que falam línguas híbridas, muitas vezes pouco mais que um latim mal falado (isto é, o latim tal qual falado em tal ou qual região da Europa, diria Saussure), crivado de barbarismos, praticando uma religião semita filtrada por um equipamento conceitual tardo-grego, e assim por diante – descobrem a literatura e a filosofia gregas via os árabes. Refiguram o mundo grego, que não era o mundo grego (ou greco-romano) histórico, mas uma “Antiguidade clássica” feita – como sempre – de fantasias e projeções do presente. Erguem templos, casas, palácios imitativos, escrevem uma literatura que se refere privilegiadamente a esse mundo, uma poesia imitando a poesia grega, esculturas que imitam as esculturas gregas. Lêem Platão de modos inauditos, pouquíssimo gregos, imagina-se. Enfim: inven-

tam, e assim se inventam. E Sahlins conclui: pois é, quando se trata dos europeus, chamamos esse processo de Renascimento. Quando se trata dos outros, chamamos de invenção da tradição. Alguns povos têm toda a sorte do mundo.

A terceira dimensão, enfim, é a sociopolítica – a primeira era histórica (continuidade), a segunda era cultural (orientação positiva em relação ao fundo cultural). Ela diz respeito à decisão, manifesta ou simplesmente presumida, da comunidade se constituir como corpo socialmente diferenciado dentro da comunhão nacional — para usarmos essa linguagem empolada e hipócrita. Constituir-se como entidade socialmente diferenciada significa dar-se autonomia para estatuir e deliberar sobre sua composição, isto é, os modos de recrutamento e critérios de exclusão da comunidade. Estamos falando de coisas como “governança” (perdoem a má palavra) comunitária, modalidades de ocupação do território, regimes de intercâmbio com a sociedade envolvente, dispositivos de reprodução material e simbólica... Os índios têm, como diz a lei, direito a seus usos costumes e tradições. Ter direito aos usos e costumes significa ter autonomia para se governar internamente “naquilo que não fira os princípios fundamentais” (como se não os feríssemos, por princípio) da constituição nacional.

Indian proud

Essas reflexões são uma tentativa de criar uma definição a mais larga possível, que reconheça que a resposta à questão de quem é índio cabe às comunidades que se sentem concernidas, implicadas por ela. Não cabe ao antropólogo definir quem é índio, cabe ao antropólogo criar condições teóricas e políticas para permitir que as comunidades interessadas articulem sua indianidade. Nós antropólogos não somos sequer tribunal de apelação. Um caso pitoresco que me contam, dos caboclos da Serra de Baturité que viraram índios por conta de uma ONG de um norueguês crivado de boas intenções e de um padre excessivamente zeloso do Cimi, é, no meu entender, um caso marginal, no sentido estatístico e no sentido conceitual. Pois e daí?, eu diria. O que isso prova? Se aquela comunidade, de fato, é uma invenção “do mal” (porque pode ser uma invenção “do bem”), então paciência, vamos ver o que nós fazemos com isso; vamos ver, sobretudo, se eles se garantem.

Os antropólogos devíamos nos orgulhar do fato de que o Brasil de hoje está cheio de comunidades querendo ser indígenas. E devemos nos orgulhar, entre outras coisas, porque contribuimos para reavaliar, dar um outro valor, à noção de “índio”. Hoje a população urbana do país, que sempre teve vergonha da existência dos índios no Brasil, está em condições de começar a tratar com um pouco mais de respeito a si mesma, porque, como eu disse, aqui todo mundo é índio, exceto quem não é. (*agosto, 2006*)

Etnogêneses Indígenas

José Maurício Arruti

Historiador (UFF), antropólogo (Museu Nacional), pesquisador associado do Cebrap

A TRADIÇÃO LEGALISTA E O FORTE SENSO COMUM SOBRE O QUE DEVE SER UM ÍNDIO (NATURALIDADE E IMEMORIALIDADE) TÊM FUNCIONADO COMO SÉRIOS OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO DE AVANÇOS TEÓRICOS E JURÍDICOS NO RECONHECIMENTO DE POVOS INDÍGENAS RESISTENTES

As “emergências”, “ressurgimentos”, ou “viagens da volta” são designações alternativas, cada uma com suas vantagens e desvantagens, para o que, de forma mais clássica e estabelecida, a antropologia designa por etnogêneses. Esse é o termo, ainda assim conceitualmente controvertido, usado para descrever a constituição de novos grupos étnicos.

Desde os anos de 1970, mas em especial nos últimos cinco anos, tais etnogêneses vêm se multiplicando de forma surpreendente para qualquer observador, leigo ou especialista. Em um levantamento inicial e sem dúvida precário, pudemos localizar o registro de mais de 50 grupos novos com demandas pelo seu reconhecimento como indígenas, distribuídos por 15 estados da federação, do Norte ao Sul, mas especialmente concentrados no Nordeste (22 no Ceará e cinco em Alagoas) e Norte (sete no Pará), dos quais sabe-se muito pouco além das próprias demandas.

Mas é importante enfatizar que, ao falarmos de etnogêneses, estamos nos referindo a um processo social e não a um tipo específico e diferenciado de grupos indígenas. Depois de reconhecidos e plenamente estabelecidos diante do movimento indígena, da sociedade regional e dos órgãos públicos oficiais, tais grupos devem deixar de ser contabilizados nas listas de grupos emergentes, justamente por terem percorrido o mais ou menos longo, dependendo de cada situação, processo de etnogênese. A tendência a classificá-los em separado, como grupos emergentes, ressurgentes, ressurgidos, ou mesmo remanescentes tem, portanto, o inconveniente de converter categorias criadas para descrever processos sociais e históricos em categorias de identificação, que assim perdem seu dinamismo e sua historicidade, para denotarem uma qualidade ou uma substância. O passo

seguinte e segundo inconveniente seria considerar que tal qualidade diferenciada os colocaria em uma segunda categoria de índios, justamente de índios de segunda categoria, índios que seriam menos índios. Isso acontece porque o senso comum toma “grupo étnico” como simples derivação de “etnia”, remetendo esta, em função de sua acepção mais comum (“grupo de pessoas de mesma raça ou nacionalidade que apresentam uma cultura comum e distinta”), tanto a conteúdos culturais (nacionais), quanto naturais (raciais). O resultado é que o uso mais comum da expressão acaba dissolvendo as frágeis fronteiras semânticas entre todos esses termos para figurar como um simples eufemismo de raça, em especial quando esta é tomada como expressão política das diferenças.

Na acepção antropológica, ao contrário, os grupos étnicos não são definidos por qualquer conteúdo (cultural ou não), mas como unidades sociais que emergem de mecanismos sociais de diferenciação estrutural entre grupos em interação. Isto é, seus modos particulares de construir oposições e classificar pessoas, o que coloca no centro da definição as “fronteiras” que delimitam e separam os grupos e não mais os conteúdos compreendidos nelas. É nesse sentido que a cultura não necessariamente desaparece da análise, mas deixa de ser teoricamente relevante para a definição dos grupos étnicos, já que ela se torna uma variável e não a constante da definição: já não mais explica, mas é explicada pelos mecanismos e razões que delimitam e definem os grupos.

Acompanhando essa inflexão interpretativa, o termo etnogênese deveria dirigir nossa atenção não para a “invenção das tradições” em si mesmas, como em geral acontece, mas para os mecanismos sociais que permitem um determinado grupo social estabelecer o descontínuo onde aparentemente só existia a continuidade. Como na definição de grupo étnico, a “invenção cultural” não é desimportante para a análise da etnogênese, só não é o teoricamente mais relevante. No seu lugar, importa compreender as razões, os meios e os processos que permitem um determinado agregado qualquer se instituir como grupo, ao reivindicar para si o reconhecimento de uma diferença em meio à indiferença, ao instituir uma fronteira onde antes só se postula-

va contigüidade e homogeneidade. Se o etnocídio é o extermínio sistemático de um estilo de vida, a etnogênese, em oposição a ele, é a construção de uma autoconsciência e de uma identidade coletiva contra uma ação de desrespeito (em geral produzida pelo Estado nacional), com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos.

A SITUAÇÃO NO NORDESTE

Ainda que não seja a única onde ocorre o fenômeno, a região Nordeste concentrou as primeiras e maiores atenções relativas aos processos de etnogêneses. Não apenas por ser a região de colonização mais antiga e por ter tido todos os seus aldeamentos indígenas oficialmente extintos em um período de menos de 10 anos, entre as décadas de 1860 e 70, mas também porque foi nela que se registraram os primeiros grupos de caboclos reivindicando serem reconhecidos como indígenas. Tais reivindicações se iniciaram nos anos de 1920, prolongando-se por duas décadas, quando foram interrompidas por um longo período, até serem retomadas nos anos 70. Essa cronologia conforma o que eu sugiro percebermos como dois ciclos, com características próprias, que passarei a descrever de forma muito simplificada a seguir.

Primeiro ciclo: as década de 1920 a 40

No século XVIII, a região contava com mais de 60 aldeamentos, ocupados por cerca de 27 nações indígenas, oficialmente extintas até às vésperas de 1880. Apesar da violência e antiguidade do processo de expropriação de tais grupos, esse último golpe, que marca a sua extinção oficial, foi fundamentalmente de caráter classificatório e jurídico. Por força de um conhecimento técnico¹ que postulou a sua reclassificação de índios para caboclos, eles deixaram de ter a prerrogativa legal de estar sob a administração de missionários e de dispor de terras de uso comum dos aldeamentos. Convertidos em população comum, de trabalhadores nacionais, suas terras foram incorporadas aos “próprios nacionais”, parceladas e comercializadas. Enquanto os próprios aldeados foram dispersos ou acudados em pequenos trechos de seus antigos territórios, passando a ser proibidos de exercer algumas das práticas que os distinguiam. Entre essas, em especial o Toré, que – como também ocorreu com as práticas religiosas africanas – foi criminalizada e perseguida. Pouco menos de meio século depois, tempo longo, mas que foi vivido por uma mesma geração, tais grupos começaram a reivindicar o seu reconhecimento oficial como indígenas, tendo por principal objetivo a reconquista das terras dos antigos aldeamentos. Isso representou uma inversão não só das expectativas criadas por uma visão evolucionista do processo de civilização dos sertões, como também das práticas e estratégias do órgão indigenista.

Em meados dos anos de 1920, o órgão indigenista oficial passou a atuar no Nordeste por força do reconhecimento, pensado como

excepcional, dos índios Carnijó de Águas Bellas (PE), rebatizados como Fulni-ô e apresentados, então, como o único grupo na região que mantinha evidentes sinais diacríticos com relação aos regionais: falavam o latê, tinham rituais proibidos aos de fora e mantinham regras restritivas para casamentos interétnicos. Essa excepcionalidade era o que justificava que o órgão se desviasse de seu objetivo manifesto, de abertura das fronteiras ao Norte e Oeste do país, para prestar assistência e “proteção” a grupos de uma região de colonização tão antiga.

A “proteção oficial”, nesse caso, implicou na interrupção das violências sofridas pelo grupo por parte de grileiros, assim como o acesso a bens materiais, como ferramentas, sementes e benfeitorias. Tais intervenções repercutiram sobre toda a região, despertando o interesse de uma série de outras comunidades de “caboclos” que viviam situação semelhante à dos Fulni-ô e que mantinham como eles relações rituais e de parentesco. Com isso, deflagrou-se o primeiro ciclo de etnogêneses da região. Um número crescente de comunidades descendentes de antigas populações aldeadas passou a apresentar suas próprias demandas pelo reconhecimento oficial como indígenas, a fim de alcançarem a mesma “proteção”. Como resultado disso, nos anos 30, o órgão indigenista reconheceria outros três grupos de “remanescentes indígenas” e, na década seguinte, outros oito.

A principal característica desse primeiro ciclo de etnogêneses está em ele ter se configurado com base em uma rede de relações previamente existente entre os grupos de “caboclos”, tramada com base no calendário de festas religiosas e rituais indígenas, que têm como eixo o rio São Francisco e como precedente as viagens entre antigos aldeamentos. Foi com base nessa rede que os agentes externos, sucessivamente, da Igreja, da academia e do Estado, entraram em contato com tais grupos. Primeiro, foi por meio de suas visitas aos Fulni-ô (AL), realizadas a convite do Pe. Damaso, que o antropólogo Carlos Estevão entrou em contato com os Pankararu (PE) e com os Xukuru-Kariri (AL). Os Pankararu, por sua vez, mediarão por conta própria o contato do SPI com os Kambiwá (Serra Negra - PE, local de refúgio das “guerras justas”) e com os “índios rodela” (reconhecidos como Tuxá - BA), que, em seguida, fariam eles mesmos a ponte entre o órgão indigenista e os Trucá (PE).

Na década seguinte, foi novamente por intermédio daquele padre que o SPI se estabeleceu em Porto Real do Colégio (AL), reunindo nele os remanescentes do aldeamento da Ilha de São Pedro de Porto da Folha (SE), que haviam migrado para o antigo aldeamento Cariri, assim como os remanescentes deste aldeamento, que ocupavam precariamente parte das antigas terras da missão, dando origem à etnia mista dos Kariri-Xocó (AL). Todas essas passagens do órgão indigenista de um grupo ao outro, foram viabilizadas pelas relações previamente existentes entre suas populações.

As etnogêneses operam, assim, uma espécie de sobre-codificação daqueles circuitos e redes sociais. Talvez justamente por isso,

esse primeiro ciclo se esgota no início da década de 1940, como se a rede das etnogêneses tivesse coberto todas as relações desenhadas pelo circuito de trocas anteriores que lhe dava sustentação.

Segundo ciclo: pós-1970

A partir da metade dos anos 70, levanta-se uma nova onda de etnogêneses indígenas. Entre 1977 e 1979 surgem cinco grupos reivindicando a identificação oficial como remanescentes indígenas, entre 1980 e 1989 surgem mais dez e entre 1990 e 1998 mais nove, existindo ainda informações sobre um grande número de demandas no estado do Ceará.

Nessa reedição do fenômeno, quase três décadas depois do primeiro ciclo, não só o volume e o ritmo dessas etnogêneses são alterados. O próprio padrão por elas desenhado é outro. Não estão mais ligadas necessariamente às terras de antigos aldeamentos, nem operam como a sobrecodificação de uma rede anterior de trocas rituais e de parentesco. Ao contrário, parecem estar ligadas à constituição de um campo indigenista no Brasil, que reverbera sobre a região Nordeste e que tem como um dos seus principais atores a igreja católica.

A Declaração de Barbados (1971) teve forte repercussão no interior da Igreja Católica, levando a uma atenção diferenciada das dioceses sobre o tema, à criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à realização das diversas Assembléias Indígenas que marcam o período, que serviram de base a um trabalho de formação política de lideranças indígenas. Os anos 70 (de institucionalização da disciplina antropológica no Brasil) também assistiram a uma nova sensibilidade com relação à questão indígena. É desse período a criação de entidades indigenistas não governamentais e não confessionais, como a Associação de Apoio ao Índio (Anai) e a Comissão Pró-Índio (CPI), respectivamente nos anos de 1977 e 1978, como entidades de representação nacional, operando em vários estados.

Se no primeiro ciclo as reivindicações todas baseavam-se na continuidade memorial e territorial com grupos aldeados em missões ou associados a regiões historicamente associadas à perambulação e refúgio de grupos fugidos, dos treze grupos mais recentes no Nordeste para os quais possuímos informações, apenas dois repetem esse padrão. Os outros podem ser divididos em três tipos, conforme a fonte de legitimidade de suas demandas.

Num primeiro conjunto, encontramos grupos que não constituem inicialmente *etnogêneses*, mas *partogêneses*. Tendo suas terras inundadas nos anos 40 pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaparica e só sendo contemplados parcialmente em suas necessidades territoriais no momento do reassentamento, os Tuxá originais se partiram em outros dois grupos, distribuídos por regiões muito distintas. Se, por um lado, os três núcleos assim formados continuaram a se reconhecer como parte de uma mesma etnia, sua fragmentação teve conseqüências políticas (fragmentação das autoridades fundadas sobre recortes inter-

nos ao grupo original) e rituais (criação de variações sobre o exercício de sua tradição), que acabaram conformando a constituição de grupos étnicos autônomos.

Ainda nesse primeiro tipo, pelo menos outros três desses novos grupos surgiram de rupturas faccionais (dois deles por meio de transferências patrocinadas pela própria Funai). Tais fracionamentos levaram à constituição de novas unidades socio-políticas para as quais passam a existir novas demandas territoriais e uma nova estrutura oficial, com novas lideranças reconhecidas pelo órgão, novo Posto Indígena e recursos específicos, ainda que cada vez menos originários da Funai. É importante observar que nesses casos o ponto crítico das rupturas faccionais passa pelas limitações às negociações internas decorrentes de seus processos de territorialização. A moldura territorial das áreas indígenas, ligada à exigência de uma unidade político-administrativa, à qual se acopla uma extensão do aparelho burocrático do órgão tutelar, principal canal de acesso a recursos externos, leva a que os recortes de natureza familiar e ritual assumam uma dimensão territorial e política que não seriam possíveis fora desse contexto.

Num segundo conjunto, há a situação vivida por grupos cuja emergência não passa pela reivindicação de uma originalidade e distintividade ligada a vínculos territoriais com grupos históricos redescobertos, mas por uma continuidade genealógica e ritual como grupos já existentes e plenamente legitimados. Nesses casos há a reivindicação de uma identidade e de um etnônimo próprios, mas que são pensados como parte desgarrada e autonomizada de unidades mais amplas, por efeito das migrações em busca de novas terras ou de água, tão comum entre as populações indígenas históricas do sertão. Essa situação é vivida por pelo menos 10 dos 33 grupos surgidos no período entre 1970 e 95, todos ligados aos Pankararu.

O terceiro grupo é formado por aqueles que, não dispoendo das características identificadas nos dois grupos anteriores, buscarem legitimar suas demandas, reportam-se, primeiro, ao aposamento tradicional de um determinado território coletivo, mas também e principalmente, ao compartilhamento de uma série de traços substantivos que os podem enquadrar como indígenas. Recorrem aos “índices de indianidade”,² por assim dizer, dentre os quais destaca-se o Toré, identificado pelo indigenismo oficial como dança-religião-ritual-festa indígena por excelência do Nordeste.

O estado do Ceará é, depois do ano de 2000, o que maior destaque tem no campo das etnogêneses. Em um encontro recente (22/01/2006) de representantes de povos indígenas do estado, foi definida uma lista com mais de 20 grupos indígenas, dos quais apenas quatro são oficialmente reconhecidos pela Funai e seis têm processo de reconhecimento iniciado. Nesse contexto, ganham destaque também as implicações recíprocas desse fenômeno com a organização do campo indigenista no estado, em especial o de origem ou base cristã.

2002 – UM NOVO MARCO LEGAL

A partir do ano de 2002, as mudanças introduzidas no ordenamento jurídico nacional, decorrentes da ratificação pelo governo brasileiro da Convenção nº 169 sobre “Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, trouxeram mudanças importantes para as dinâmicas sociais envolvidas nos processos de etnogênese. Como a maior parte desses processos tiveram e ainda têm em vista o acesso a recursos, e uma parte importante desses recursos tem origem estatal ou são regulados por leis, políticas ou órgãos estatais, um momento importante desses processos passa pelo reconhecimento de tais grupos por parte do Estado brasileiro, de acordo com os rótulos ou etnônimos que eles se auto-atribuem.

Desde os primeiros momentos, no entanto, o Estado brasileiro procurou impor restrições a tal reconhecimento. Primeiro, por meio de uma rotina interna ao próprio órgão indigenista, pautada em um determinado saber prático sobre o que são os grupos indígenas (que resultou na importância historicamente atribuída ao Toré no Nordeste), mas depois dos anos 70, pelo recurso formal aos conhecidos laudos periciais antropológicos. Como detentores de um saber formal e legítimo sobre os grupos indígenas, os antropólogos se viram frequentemente solicitados a realizar trabalhos que tinham como pauta, a demanda oficial pela verificação das identidades indígenas.

Mas com a ratificação da Convenção 169 da OIT, o Estado brasileiro finalmente abdicou formal e teoricamente dessa sua prerrogativa com relação ao poder de classificar sua população. A Convenção abre “*reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos estados onde moram*”. E estabelece (artigo 1º, parágrafo 2º) que a “*consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção*.” A partir de então, os mecanismos de legitimação das etnogêneses deixam de ser determinados pelo Estado, passando a estar submetidos a uma dinâmica social mais complexa.

A primeira resposta a essa mudança veio no ano seguinte à ratificação. Em maio de 2003, realizou-se em Olinda (PE), o I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial”, com a presença de 90 representantes de 47 povos indígenas, 26 deles auto-intitulados indígenas recentemente e ainda sem o reconhecimento oficial de sua etnicidade. Na lista da Funai constam apenas 36 nessa mesma situação.

Uma das reivindicações que constam do documento final do encontro, além da inevitável demanda pela demarcação, regularização e desintrusão das áreas, foi justamente extinguir “a exi-

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS RESISTENTES

I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial

Olinda, 20 de maio de 2003

O I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, ocorrido entre os dias 15 a 20 de maio deste ano, na cidade de Olinda, Pernambuco, contou com 90 (noventa) lideranças de 47 (quarenta e sete) povos indígenas resistentes de todo o país, organizações indígenas e representantes de diversas instituições e entidades.

Durante cinco dias, discutimos nossos problemas, participamos de debates com representantes das instituições governamentais e não-governamentais, e chegamos a conclusão de que devemos ser reconhecidos por nossa história de resistência e não mais por nossa suposta ressurgência ou emergência. A nossa presença vem sendo reafirmada a cada dia, principalmente por nossa capacidade de resistir a toda sorte de agressões e massacres impostos pelo Estado brasileiro ao longo de mais de 500 anos.

Desta feita, os povos aqui reunidos rejeitam de uma vez por todas as exigências do governo federal em produzir relatórios, perícias e laudos de comprovação de nossa identidade étnica a fim de conferir-nos direitos inerentes e especiais destinados aos povos indígenas e consagrados na Constituição Federal de 1988.

Quanto aos diversos problemas verificados com relação à demarcação de terras, educação e saúde diferenciadas, comunicação e transporte e questões relacionadas à atuação de órgãos governamentais e não governamentais, apresentamos as seguintes exigências ao governo federal:

1) demarcar, regularizar e desintrusar todas as terras indígenas, bem como garantir a fiscalização e vigilância; 2) baixar Resolução da Funai extinguindo a exigência de laudos para identificação étnica, reconhecendo a afirmação de nossa identidade étnica e territorial conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; 3) rever decretos que estabelecem Unidades de Conservação em áreas indígenas ou de pretensão; 4) valorizar, cultivar e manter nossa história e tradições, através da implementação de políticas diferenciadas; 5) incluir os povos resistentes nos programas de atendimento à saúde e educação diferenciadas, bem como a formação de agentes indígenas de saúde e professores indígenas para atendimento dentro das áreas; 6) criar políticas de auto-sustentação, com destinação de linhas de crédito próprias para projetos em áreas indígenas; 7) valorizar nossa medicina tradicional.

Portanto, fazemos conhecer através desta carta a todos os interessados e autoridades governamentais, que nossa luta partirá agora para a identificação de nossas terras, não mais aceitando dúvidas oficiais quanto a nossa identidade étnica. Para isso, nos baseamos também na Convenção 169 da OIT, da qual o Estado brasileiro é signatário e que preconiza a auto-identificação como suporte do reconhecimento étnico oficial, e a partir da qual exigimos o cumprimento de todos os nossos direitos.

“NÃO SOMOS RESSURGIDOS, NEM EMERGENTES, SOMOS POVOS RESISTENTES”.

gência de laudos para identificação étnica, reconhecendo a afirmação de nossa identidade étnica e territorial conforme a Convenção 169 da OIT”.³ Como dizem, os grupos ali reunidos chegaram “a conclusão de que devemos ser reconhecidos por nossa história de resistência e não mais por nossa suposta ressurgência ou emergência”. Daí exigirem ser designados não por uma dessas formas, mas como “índios resistentes”. Retornamos aqui, portanto, ao mesmo tempo à dificuldade e à aparente necessidade de designar de forma diferenciada tais grupos da qual falamos no início deste ensaio. Agora, enfrentada por eles mesmos, a solução para tal necessidade passou pela tentativa de inverter o efeito substancializador e estigmatizante que poderiam conter as designações anteriores, assumindo um outro, no qual buscam inverter tal estigma.

Assim, como se observa em outros Estados latino-americanos, a Convenção tem tido influência significativa na definição das políticas e programas nacionais, além (ou em função) de pautar a formulação de diretrizes e políticas de várias agências multilaterais de desenvolvimento. A sua aplicabilidade prática, no entanto, ainda encontra inúmeros obstáculos. Por toda a América Latina são constantes as queixas dos movimentos indígenas e especialistas dos países signatários do Convênio, relativas ao desconhecimento ou oposição real das autoridades judiciais e administrativas à sua aplicação. A tradição legalista e formalista, e em especial colonialista de tais funcionários, associada a um forte senso comum sobre o que deve ser um índio (naturalidade

e imemorialidade), tem funcionado como sério obstáculo à implementação de tais avanços teóricos e jurídicos. De qualquer forma, se a disposição do Estado brasileiro em aplicar tal preceito por meio da prática do seu órgão indigenista se consolidar, estamos diante de um novo momento desses processos de etnogêneses. (julho, 2006)

NOTAS

¹ Em decorrência da Lei de Terras de 1850, os estados da federação foram incumbidos de fazer o cadastramento de todas as terras devolutas existentes em seus territórios. Para isso foram instituídas Comissões de Medição e Demarcação, constituídas por engenheiros e cartógrafos, que tiveram a responsabilidade de avaliar, a partir de um conjunto restrito de itens (a incorporação no mercado de trabalho local, a existência de casamentos com brancos e a profissão da fé cristã), se os aldeados ainda eram indígenas se já se haviam civilizado. A resposta das Comissões foi, invariavelmente, a constatação da civilidade dos aldeados.

² “Indianidade” aqui designa uma determinada forma de ser e de conceber-se “índio”, no sentido genérico do termo, construída na interação com o órgão tutelar, a partir de uma determinada imagem do que *deve ser* um “índio”. Assim, a “indianidade” é uma representação e um tipo de comportamento, gerado pela interação de povos indígenas com os aparelhos de Estado e seus procedimentos estandarizados, que impõem à grande diversidade de culturas e organizações sociais um *modelo*, que acaba sendo assumido efetivamente por aqueles povos.

³ Representantes da Funai presentes ao encontro confirmaram a mesma interpretação relativa à Convenção 169 da OIT e garantiram que a presidência do órgão já havia decidido pelo fim da prática dos “laudos de identificação étnica”.

Povos Indígenas na América Latina Estão em Processo de Crescimento

Marta Maria Azevodo

Pesquisadora do ISA e do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DESSES POVOS ESTÁ NA CONTRAMÃO DAS OUTRAS POPULAÇÕES NO MUNDO – CUJOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE ESTÃO BAIXOS – E INDICA A URGENTE NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES E INDICADORES POPULACIONAIS QUALIFICADOS QUE ORIENTEM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS

Muitos esforços têm sido feitos para melhorar a implementação dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição de 1988,¹ não só por parte do próprio movimento indígena, como também por parte das políticas públicas. Porém, ainda é nítida a falta de sistemas de informações populacionais mais detalhados e com ampla cobertura para orientar, acompanhar e avaliar as políticas públicas. Os censos demográficos brasileiros começaram a captar de maneira diferenciada os *indígenas* a partir de 1991, com a auto-declaração de pessoas no quesito cor ou raça. Ainda assim, muitos trabalhos já demonstraram que esta metodologia de captação tem sido insuficiente para se ter uma idéia mais acurada da situação sócio-demográfica dos povos indígenas, sujeitos de direitos e políticas públicas específicas.

Diferentemente de outras populações no mundo, que em sua grande maioria estão com baixos níveis de fecundidade (ou baixando) e baixos níveis de mortalidade (ou baixando), ou seja, passando pela chamada transição demográfica, os povos indígenas na América Latina se encontram num processo de crescimento populacional. Dessa forma, os altos níveis de fecundidade desses povos estão sendo mantidos, nos últimos 10 anos pelo menos, e a taxa de crescimento anual está sendo estimada, de uma maneira geral, em 3% ao ano. Isso indica que esses povos estão com uma dinâmica demográfica completamente distinta daquela observada na maioria dos países do mundo, não só da América Latina. Somente esse fato deveria ser motivo de muitas pesquisas, investigações e investimentos para que se possa saber o porquê desse fenômeno: é algo semelhante ao ‘baby boom’

pós-guerras? Ou seja, é um fenômeno de recuperação demográfica, ou é uma diferente dinâmica demográfica que tem raízes culturais e territoriais? Ou é uma fase temporária que pode acontecer muitas vezes no início da transição demográfica, que se caracteriza por um aumento da população causado pela alta fecundidade e queda da mortalidade? Quais são os níveis e perfis da fecundidade desses povos tão distintos entre si, e quais são as diferenças entre os diversos componentes demográficos de suas populações – fecundidade, mortalidade e migração? Todos os indicadores epidemiológicos, importantíssimos para ajustar e planejar as políticas públicas de saúde, têm suas bases na população total por etnia, desagregada por sexo e idade; ou seja, as taxas de morbi-mortalidade, por exemplo, têm por base a população total num determinado período, e se não temos a população total por sexo e idade de um determinado povo não podemos saber com confiança quais são estes indicadores. Todas essas são perguntas que, embora a nova constituição do Brasil os reconheça como povos distintos, com direitos territoriais, culturais, lingüísticos etc., não podemos responder, pois não temos como analisar esses componentes demográficos por povo.

Os censos demográficos brasileiros captam a auto-declaração daqueles que se identificam como *indígenas*, categoria incluída no quesito raça/cor da pele no questionário da amostra. Esse contingente populacional inclui pessoas que se identificam como “índio-descendentes” mesmo não sabendo a que povo/etnia pertenciam seus ancestrais (em geral, reconhecidamente ancestrais via materna); pessoas que moram em cidades e que se reconhecem como pertencendo a povos/etnias específicos; pessoas que moram em Terras Indígenas e que se reconhecem como pertencendo a povos/etnias específicos, e pessoas que se reconhecem como pertencendo a povos/etnias específicos em processo de reivindicação de suas terras e, em alguns casos, de suas identidades étnicas (*ver artigo, pág. 50*).

Com os resultados do censo demográfico de 1991, do questionário da amostra, já apontávamos para um fenômeno de “valori-

zação das identidades étnicas” com muitas facetas, onde o aumento populacional dos indígenas no Brasil é uma delas. Esse crescimento pode ser atribuído a várias causas: a) crescimento vegetativo, quando a população mantém altas taxas de fecundidade, está sendo observado entre os povos indígenas residentes das TIs, como é o caso dos Xavante (cerca de 9 mil pessoas em 2000 e 12.845 pessoas em 2006, contabilizadas pela Funasa), dos Wajãpi, que eram 412 em 1992 e em 2006 sua população contava com 756 pessoas, dos Kaiabi no Xingu (Pagliaro, 2002) e outros povos. Esse crescimento tem sido apontado em inúmeros trabalhos sobre demografia e saúde dos povos indígenas e, em alguns casos, deve-se também à melhoria paulatina das fontes de informações sobre esses povos. b) outro caso importante é aquele de outros povos indígenas que passam por um aumento populacional expressivo, como é o caso dos Pataxó da Bahia, que em 2001 eram 2.790 pessoas e em 2006 foram contadas como 10.897 pessoas; este aumento populacional não é devido somente ao crescimento vegetativo, mas muito mais a uma crescente identificação de pessoas e comunidades que anteriormente não se consideravam Pataxó. Assim como os Pataxó existem vários casos, como os Kokama do Amazonas e outros. c) além desses dois tipos de aumento populacional, verifica-se hoje no Brasil uma outra face desse fenômeno de “valorização étnica” que são os povos formados por comunidades que recentemente passaram a se reconhecer como povos indígenas. Esses povos, já denominados de resistentes (*ver documento, pág. 53*), são, por exemplo, os Kaxixó de Minas Gerais, Pipipã de Pernambuco, Tumbalálá da Bahia e outros, que, portanto, não eram contabilizados como povos indígenas há 15 anos, mas hoje fazem parte desse contingente, com uma população estimada de 15 mil pessoas. d) e, por fim, tivemos um grande aumento populacional da categoria indígena nos censos demográficos de 1991 para 2000 (de 290 mil para 770 mil) que possivelmente pode ser explicado por um crescente reconhecimento da nossa descendência indígena, embora sem conhecermos os povos específicos dos quais descendemos.

Portanto, no Brasil, somos muitos os ‘índios-descendentes’, porém, são aqueles que se reconhecem como povos específicos os que estão com uma dinâmica demográfica distinta do restante da população brasileira, com altos níveis de fecundidade, com crescimento que chega a níveis de duplicação da população em 15 anos. E são esses povos, ou essas populações, sobre as quais é necessário, e urgente, termos informações populacionais, não só por causa do enorme interesse em estudarmos populações que têm dinâmicas distintas para entendermos as dinâmicas populacionais de uma maneira mais geral, como também para subsidiarmos as políticas públicas de saúde, educação e outras. No ano passado, em 2005, o IBGE lançou um pequeno livro com análises demográficas dos auto-declarados *indígenas* nos censos 1991 e 2000 (IBGE, 2005), nesse volume conseguiu-se demonstrar que os indicadores demográficos dos indígenas resi-

dentos das áreas rurais dos municípios que têm Terras Indígenas em seus territórios (denominadas na publicação de ‘rural específico’) são próximos daqueles encontrados pelos demógrafos especialistas em populações indígenas quando analisam as informações populacionais destes povos a partir de outras fontes de informação.

Por isto, a tarefa que se impõe agora é conseguir captar informações demográficas confiáveis sobre esses povos, o que exige ampla cobertura, possivelmente não só tendo questões no questionário da amostra dos censos demográficos nacionais, amostra essa cujo tamanho depende da população do município (no censo de 2000, 10% para os municípios com mais de 15 mil habitantes e 20% para aqueles com população menor do que esta), mas fazendo um levantamento com base nos dados já existentes de cada povo, para que possamos ter informações para cada Terra Indígena, e para cada povo/etnia.

Sabemos que no Brasil dos cerca de 225 povos indígenas, 49,55% tem até 500 pessoas, 39,55% tem entre 500 e 5.000 pessoas, 9% tem entre 5.000 e 20.000 pessoas, e apenas 4 povos indígenas têm mais de 20 mil pessoas. Se fôssemos construir amostras populacionais para pesquisar estes povos, portanto, deveríamos levar em consideração as estimativas populacionais de cada um deles, considerá-los o que na realidade são: totalidades sociológicas distintas. Portanto, é, como já foi dito, um grande mosaico de micro-sociedades com populações de pequeno ou médio porte, com dinâmicas demográficas distintas revelando não só autonomias culturais como também estados epidemiológicos ou de qualidade de vida muito diferentes.

Além dessas questões de caráter mais geral, para que os censos demográficos sejam interessantes no caso dos povos indígenas, precisaremos pensar melhor também os grandes temas pesquisados, como saúde, educação, religião, ocupação ou trabalho, migração etc. Desses grandes temas, comentarei nessa ocasião, a título de exemplo, a questão da educação e dos conceitos de famílias e grupos domésticos.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

No que tange às informações sobre educação escolar indígena, que devem compor indicadores de qualidade de vida, devemos partir dos princípios e direitos já garantidos aos povos indígenas de possuírem escolas que sejam específicas e diferenciadas. De uma maneira geral, isto quer dizer que as escolas indígenas podem funcionar de maneira diferente das escolas dos não índios, e podem ter projetos políticos pedagógicos próprios que sejam pensados a partir do princípio geral de respeito e valorização das línguas e conhecimentos tradicionais. Os direitos às escolas específicas e diferenciadas vêm sendo detalhados e consolidados em diversos instrumentos jurídicos após a Constituição de 1988, como a Lei Darcy Ribeiro de 1996 (LDB, Disposições Transitórias, que garantem os programas de ensino e pesquisa intercultu-

rais nas línguas indígenas, implementados em regime de colaboração entre municípios, estados e união) e a Resolução nº 3/1999, acompanhada do parecer nº14, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que institui a modalidade de educação escolar indígena e fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; além de outras normas e leis que foram sendo aprovadas nos estados e municípios.

De maneira geral, o que fica garantido em todos esses instrumentos legais é a mudança de objetivos das escolas voltadas para os índios: de escolas colonizadoras, ou civilizatórias, que tinham como objetivos transformar os índios em pessoas 'civilizadas' passíveis de serem integradas à comunhão nacional, as escolas passam a ter como objetivos principais formar cidadãos indígenas a partir de um processo de valorização de suas línguas e culturas e, através de diálogos interculturais, trabalhar os conteúdos científicos ocidentais (*ver artigo, pág. 145*). Esses novos objetivos das escolas indígenas foram sendo construídos a partir de inúmeros documentos e publicações sobre a questão das escolas em áreas indígenas, e estão detalhados nos Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, escrito por uma equipe multidisciplinar indígena e não indígena, e publicado pelo MEC em 1997, seguido de outras publicações como os Parâmetros para Formação de Professores Indígenas, Educação Indígena e Legislação etc...

Desde 1999 o INEP tem tomado iniciativas que possibilitem a disponibilização de informações sobre as escolas indígenas, para ir medindo e avaliando as políticas públicas no que tange a este tema. Nesse ano foi pensado um censo específico para as escolas indígenas, e nos anos subsequentes algumas questões foram incorporadas no questionário do Censo Escolar, e respondidas apenas para aquelas escolas que se identificarem como indígenas. No bloco do "cadastro da escola" existem perguntas sobre se a escola é indígena, se está localizada na área indígena, se possui materiais didáticos específicos ao grupo, e a(s) língua(s) em que o ensino é ministrado (podendo se assinalar duas opções).

Por que considero estas informações, embora muito relevantes, insuficientes para avaliarmos a temática da educação escolar indígena e para usarmos essas informações como indicadores de melhoria da qualidade de vida das populações indígenas no Brasil? Ora, vejamos, uma escola missionária jesuíta do século XVI responderia *sim* a todas essas informações, sem, contudo, deixar de ser colonizadora e civilizatória, ou seja, as escolas missionárias e muitas escolas da Funai até os anos 80, assinalariam *sim* a todas essas questões e não estariam cumprindo com os novos objetivos das escolas indígenas de contribuir com esses povos a construir um futuro mais digno nas Terras Indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais.

Indicadores de inclusão social para os povos indígenas, com base em informações educacionais dos censos demográficos, teriam

que ser pensados, portanto, a partir dos direitos já garantidos, e a pergunta mestra teria que ser como poderíamos mensurar a melhoria da qualidade de vida dos indígenas com base em informações educacionais? E poderíamos partir dos seguintes quesitos: a) uso das línguas próprias (onde muitas vezes não é a materna, mas a paterna) não só nas séries iniciais, mas durante toda a educação básica, e não apenas como língua de instrução, mas como língua acadêmica para publicações (neste caso a pergunta poderia ser se os jovens que estudaram mais de 4 anos sabem ler e escrever nas suas línguas); b) uso das línguas e desenvolvimento das mesmas para expressar os novos conhecimentos aprendidos nas escolas, ou seja, seguir com o desenvolvimento de uma língua e não retê-la em pequenos espaços/tempos do cotidiano, o que acabaria por extingui-las em alguns anos; c) gestão própria das escolas, com ampla participação das comunidades, fazendo de verdade aquilo que os princípios legais já garantiram, que é tornar as escolas voltadas para as necessidades das comunidades; d) formação profissionalizante pensada para os desenvolvimentos territorializados nas terras indígenas, e outros itens.

E para pensarmos em indicadores que possibilitem uma avaliação do cumprimento do papel social das escolas indígenas, tomando-se como princípios as questões já consolidadas nas diferentes leis relativas a este tema, teríamos que pensar em questões mais detalhadas sobre as escolas mesmas, no Censo Escolar e não nos Censos Demográficos.

GRUPOS DOMÉSTICOS E FAMÍLIAS

Quanto aos conceitos de grupos domésticos e famílias, fundamentais para os censos demográficos de qualquer população, já se sabe que cada país tem conceitos diferentes e que ao compararmos análises feitas entre países, é preciso levar em consideração as diferentes formas de conceituar as residências, ou domicílios, e os grupos humanos que vivem neles, sejam chamados de famílias, grupos domésticos, unidades domiciliares etc. (Alves e Cavenaghi, 2005). No caso do Brasil, esses conceitos têm sido repensados no sentido de terem uma convergência com os conceitos operacionalizados nos censos de outros países, para que haja cada vez maior comparabilidade.

Assim, no censo de 2000, as famílias e grupos domésticos estão, de maneira sintética, assim conceituados: família pode ser uma pessoa que mora sozinha; o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou por dependência doméstica; as pessoas ligadas por normas de convivência. Nos domicílios coletivos, considerou-se família apenas aquelas pessoas ligadas por laços de parentesco ou por dependência doméstica. As famílias conviventes, ou grupos domésticos formados por mais de uma família, foram consideradas como sendo aquelas com no mínimo duas pessoas cada uma, que conviviam no mesmo domicílio particular. Cada pessoa é referida ou classificada no domicílio

com relação ao responsável, ou antigamente, chefe do domicílio [IBGE, 2000, metodologia do censo demográfico, conceitos; site www.ibge.gov.br acessado em 1 de agosto de 2006].

No caso dos povos indígenas, as chamadas famílias são compostas por diferentes intrincados sistemas de parentesco e casamentos ou organizações sociais que se conectam com as regras de

CENSO INDÍGENA PARAGUAIO É CONSIDERADO UM DOS MELHORES

Em 2002, o Paraguai fez um Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, o segundo censo específico para levantar informações populacionais sobre os povos indígenas em território paraguaio. O primeiro censo nacional indígena foi feito em 1981, e foi avaliado como uma boa experiência para criar metodologias, mas não teve a cobertura que se desejava e a população indígena foi subestimada. Ainda em 1992, o Censo Nacional de Población y Viviendas incluiu em seu questionário algumas perguntas sobre os índios, mas também foi avaliado como tendo subestimado a população indígena. Em 2002, o II Censo contou 88 mil indígenas habitando terras indígenas e áreas urbanas no país, e levantou muitas características habitacionais, demográficas, econômicas, educacionais e de saúde dessa população. Os três critérios utilizados por esse censo para definição da categoria indígena foram: localização geográfica (áreas indígenas), línguas faladas e auto-declaração.

DIFERENCIAL

Para o II Censo, algumas etapas foram fundamentais para o sucesso do que é hoje em dia considerado um dos melhores levantamentos demográficos de povos indígenas. A primeira etapa de planejamento do censo foi a estruturação de comitês de apoio por todo o país, formados por ONGs, organizações indígenas, e organizações governamentais; esses comitês apoiaram a logística durante o período de coleta das informações e apoiaram politicamente o trabalho. Em uma segunda etapa, foi realizada extensa campanha de motivação ou divulgação do censo, anterior à sua realização; essa campanha envolveu muitas viagens da equipe do censo nas áreas indígenas para conversar com os líderes e suas comunidades, programas de rádio nas línguas indígenas e em português falando da importância do censo e dos seus objetivos, discussão com as organizações indígenas e lideranças dos questionários a serem usados no censo. Em seguida, foi aplicado um “pré-teste” em diferentes áreas indígenas nas duas regiões do país, com posterior discussão e revisão dos questionários, o que permitiu a elaboração dos questionários com uma parte geral e uma parte específica, mantendo sempre a comparabilidade dos dados a serem coletados com aqueles que seriam coletados entre a população não indígena. Uma outra etapa do processo foi a escolha e treinamento de recenseadores indígenas que falavam as línguas das comunidades a serem recenseadas, incluindo treinamento específico das mulheres com relação às questões de fecundidade, por exemplo. Além disso, os digitadores e tabuladores dos questionários foram capacitados especificamente para esse trabalho, incluindo visita às áreas indígenas. Por fim, os resultados principais foram traduzidos nas 19 línguas indígenas do país, gravados em fitas cassete e CDs, para que as comunidades pudessem ter acesso a eles, mesmo quem não soubesse ler e escrever.

residência e com os padrões de assentamento, ou os tamanhos e disposições das chamadas aldeias, ou grupos locais. Portanto, é muito difícil conseguir captar essa complexidade de organizações sociais e traduzir para nossos conceitos de famílias, domicílios, ou mesmo terminologias de parentesco. Para termos uma idéia do número de famílias moradoras de um mesmo domicílio no caso dos povos indígenas precisaríamos repensar os conceitos de domicílio particular, coletivo, de responsável pelo domicílio, e repensar as categorias de relação com o responsável, deixando as categorias de parentesco nossas, mas incluindo outras mais abertas.

Para que todos os grandes temas possam ser contemplados num censo que tenha como objetivo captar informações demográficas dos povos indígenas, e ao mesmo tempo, manter a comparabilidade com informações da população não índia brasileira, e de outros países, é necessário ainda muito trabalho de consulta a especialistas e testes, e, com certeza a participação plena dos povos e organizações indígenas nesse processo. Enquanto isto, um avanço enorme já se poderia dar se o censo demográfico de 2010 incluísse uma ou duas questões a mais para aqueles que se auto-declarassem indígenas, como pertencimento étnico específico e línguas faladas, e considerasse setores censitários especiais todas as Terras Indígenas já reconhecidas. (agosto, 2006)

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, José E. D. e CAVENAGHI, S., 2005. “Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais” in Papeles de Población, n. 43, CIEAP/UAEM, México.
- IBGE, 2005. Tendências Demográficas: Uma Análise dos Indígenas com Base nos Resultados da Amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE.
- INEP, 1999. Censo Escolar Indígena, Brasília, MEC.
- INEP, 2005 e 2006. Questionários do Censo Escolar, Brasília, MEC, site www.inep.gov.br acessado em 1 de agosto de 2006.
- MINDLIN, Betty; MUÑOZ, H.; AZEVEDO, M. M. (coord.), 2002. Apreciação das políticas públicas em educação indígena no período 1995-2002. Ministério da Educação, Brasília, mimeo.
- OSÓRIO, R. G., 2003. O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE. IPEA, Textos para discussão n. 996, Rio de Janeiro/RJ.
- PAGLIARO, H., 2002. A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso - 1970-1999. Tese de doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP.
- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. & SANTOS, R.V. (orgs.), 2005. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz & ABEP.

NOTA

¹ Os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988 também estão detalhados e garantidos em diversos instrumentos internacionais, sendo mais conhecidos a Declaração da OIT, que o Brasil assinou no ano passado, e mais recentemente, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

As Línguas Indígenas no Brasil

Aryon Dall'Igna Rodrigues

Laboratório de Línguas Indígenas, UnB

NOS LIMITES DO BRASIL, HÁ CERCA DE 180 LÍNGUAS, NÚMERO INFERIOR AO DOS POVOS INDÍGENAS, POIS VÁRIOS DESTES JÁ NÃO FALAM MAIS SEUS IDIOMAS NATIVOS

Estima-se que no século XVI, quando se iniciou a colonização europeia, cerca de 1200 línguas eram faladas por povos no território que veio a ser o Brasil. Apesar dessa enorme multiplicidade de povos e línguas, a costa atlântica estava ocupada, em quase toda sua extensão, pelo que era praticamente um só povo com uma só língua e uma só cultura: o povo Tupinambá. Certamente essa situação era relativamente recente em 1500 – como revelava a uniformidade da língua e dos costumes –, embora não tão recente que tivesse impedido esse povo de adaptar-se muito bem à vida no ambiente costeiro. A unidade lingüística e cultural dos Tupinambá favoreceu bastante os europeus que chegaram pelo oceano, pois na maioria dos pontos da costa em que aportavam encontravam gente com os mesmos costumes e falando a mesma língua já aprendida em outro ponto, independentemente dos nomes dados a grupos locais ou regionais dos Tupinambá: Tamoio, Tupiniquim, Caeté, Potiguará ou outros. Favoreceu também a ação dos missionários jesuítas, que depois de algum tempo batizaram de *língua brasileira* essa que, no título da descrição que dela fez o padre José de Anchieta, fora identificada como “a língua mais usada na Costa do Brasil”. Tanto os portugueses por toda a costa, quanto os franceses em suas entradas na baía de Guanabara, na Paraíba e no Maranhão, conviveram mais com os Tupinambá, que se tornaram seus introdutores no conhecimento da terra e de sua geografia, de sua flora e de sua fauna. Conseqüência disso foi a adoção pelos portugueses da rica nomenclatura da língua Tupinambá para lugares, plantas e animais, além de muitíssimos elementos da cultura material e imaterial dos indígenas. As outras línguas de povos menores que viviam junto à costa ou no interior próximo a esta não despertaram o interesse dos colonizadores, nem dos missionários. Uma única exceção conhecida é a da língua dos índios Maramonim ou Guarulho, que viviam no nordeste de São Paulo

e daí desciam ao litoral para mariscar, de cuja língua o padre Manuel Viegas fez uma gramática e um vocabulário e nela compôs um catecismo, cujos manuscritos não foram publicados e se perderam. Só na segunda metade do século XVII os jesuítas se dedicaram à língua dos índios Kirirí, no nordeste da Bahia e em Sergipe. Desta foram publicados uma gramática e um catecismo, mas o respectivo dicionário, mencionado nos documentos jesuítas, não se publicou e também se perdeu. Na mesma época outra língua, parente do Kirirí e falada nas ilhas do Rio São Francisco, foi aprendida por capuchinhos franceses. Segundo a correspondência e os relatórios jesuítas, catecismos foram produzidos em várias línguas da Amazônia nas últimas décadas do século XVII e nas primeiras do XVIII, mas também se perderam com a única exceção de um na língua dos índios Manau.

Nos extremos do domínio colonial português desenvolveram-se, a partir das variedades do Tupinambá lá faladas, duas línguas de mamelucos, isto é, de mestiços de pais portugueses e mães indígenas, cada uma das quais foi então chamada *língua geral*, por ter-se tornado a mais comum entre a população não indígena na respectiva região. Hoje as distinguimos como *Língua Geral Paulista*, que foi a língua predominante das bandeiras que se organizavam em São Paulo e no interior paulista e por essa foi levada a Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná, e *Língua Geral Amazônica*, mais recentemente conhecida também pelo nome *Mheengatu* e que foi o idioma predominante na ocupação portuguesa da Amazônia nos séculos XVIII e XIX. Enquanto a paulista deixou de ser falada no curso do século XIX, a amazônica, embora tendo cedido a maior parte de seu terreno ao Português a partir de meados desse século, ainda é falada, sobretudo no noroeste do Estado do Amazonas.

NO SÉCULO XIX

Em quase todo o século XIX, a partir da Independência, as línguas indígenas passaram a ser objeto do interesse dos naturalistas que começaram a percorrer o interior do Brasil. O conceito de documentação lingüística então disponível era a coleta de amostras de vocabulário. Dezenas de listas de palavras foram

feitas por franceses, alemães, austríacos e outros pesquisadores europeus, registrando línguas tanto da Amazônia, quanto do Brasil Central e do Sueste. Em 1863 o botânico von Martius publicou as listas colhidas por ele e por outros no volume intitulado em Latim *Glossaria linguarum brasiliensium*. Esses glossários representam cerca de 80 línguas brasileiras.

Na segunda metade do século XIX é que pesquisadores da área antropológica começaram a estudar povos indígenas no Brasil. O mais notável destes foi Karl von den Steinen, que organizou duas expedições às nascentes do Rio Xingu, onde entrou em contato com a maioria dos povos alto-xinguanos, até então desconhecidos, e registrou amostras de suas línguas. Além disso, estudou mais detidamente a língua dos Bakairí, que, juntamente com a dos Kuikúru, identificou corretamente como pertencente à família Karíb, predominante no norte da Amazônia. Com von den Steinen vieram alguns outros antropólogos alemães, que estudaram povos indígenas de outras áreas e contribuíram significativamente para o conhecimento de outras línguas.

Alguns brasileiros começaram no final do século XIX a contribuir para o estudo das línguas indígenas: uns ativeram-se quase unicamente à Língua Geral Amazônica (o general Couto de Magalhães, o botânico Barbosa Rodrigues), outros às línguas documentadas no período colonial (Batista Caetano de Almeida Nogueira). Foi, porém, von den Steinen que produziu o primeiro estudo lingüístico cientificamente importante em seu livro sobre a língua Bakairí, que, além de observações gramaticais, vocabulário e textos, inclui o primeiro estudo de lingüística histórica de uma língua brasileira.

NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Logo no início do século XX o historiador brasileiro Capistrano de Abreu revelou-se extraordinário lingüista, ao publicar os resultados de extensiva pesquisa sobre a língua Kaxinawá. Abreu foi estimulado pela obra de von den Steinen, mas nenhum outro pesquisador brasileiro seguiu seu exemplo. Cândido Mariano da Silva Rondon, em suas expedições geográficas e técnicas em Mato Grosso e na Amazônia, incluiu em seus propósitos a documentação das línguas dos povos encontrados e teve em sua equipe uma pessoa encarregada de fazer os estudos etnográficos e lingüísticos, João Barbosa de Faria. Com a colaboração deste, Rondon publicou dois ensaios de gramática, um do Boróro e o outro do Paresí, e com a participação de outros membros da Comissão Rondon foram colhidos vocabulários de cerca de 50 línguas. Infelizmente, nenhum deles dispunha de conhecimentos adequados para produzir documentação lingüística de boa qualidade técnica.

O CONHECIMENTO ATUAL

Hoje temos uma visão panorâmica das línguas indígenas brasileiras e conhecimento científico de muitas delas, e apenas co-

meçamos a compreender o desenvolvimento histórico de alguns grupos. O número de pesquisadores brasileiros tem crescido nos últimos anos, embora as condições de pesquisa continuem extremamente limitadas. Temos, no Brasil, cerca de 180 línguas, um número inferior ao de povos indígenas, pois vários destes já não falam mais seus idiomas nativos. O número é aproximativo e não exato por mais de uma razão: (a) pela falta de censos indígenas mais precisos, não sabemos se ainda há falantes em comunidades onde agora predomina o uso do Português, (b) a distinção entre línguas e dialetos não é facilmente verificável e (c) ainda existem uns 20 povos indígenas “isolados”, alguns dos quais podem falar línguas ainda não identificadas. Em relação à estimativa feita para o século XVI, o atual número de línguas acusa drástica redução que corresponde, *grossa modo*, à redução dos povos indígenas, apenas um pouco mais acentuada, já que há hoje cerca de 30 povos que ainda se identificam como indígenas, mas não puderam conservar suas línguas originais.

As línguas são classificadas cientificamente em famílias genéticas, isto é, em conjuntos para os quais é admitida uma origem histórica comum. Para várias famílias essa origem comum foi demonstrada e é conhecimento adquirido, mas para outras ainda é hipotética, a confirmar-se com novas pesquisas. Ao todo são reconhecidas 43 famílias lingüísticas indígenas no Brasil, algumas com línguas também em países vizinhos. Temos também dois agrupamentos genéticos de ordem maior, os “troncos”, constituídos por várias famílias às quais se atribui uma origem comum mais antiga. No caso do tronco Tupi, que congrega 10 famílias – Tupí-Guaraní, Awetí, Mawé, Jurúna, Mundurukú, Arikém, Tuparí, Mondé, Ramaráma e Puruborá –, a natureza genética já está bem estabelecida. Para o tronco Macro-Jê têm sido propostas 12 famílias – Jê, Maxakalí, Kamakã, Krenák, Purí, Karirí, Yatê, Karajá, Boróro, Ofayé, Rikbaktsá e Guató –, mas as evidências de relações genéticas são mais fortes para algumas e ainda fracas para outras. Além dessas 22 famílias, há 21 outras, algumas compreendendo muitas línguas, outras limitadas a uma só. Essa limitação pode ser muito antiga, pré-colombiana, ou pode ser resultante do processo histórico da colonização, que teria acarretado a extinção dos demais membros de uma família, processo que ainda hoje continua atuando (p. ex., das três línguas da família Jurúna, o Manitsawá já se extinguiu, o Xipáya está moribundo, com uma pessoa idosa que o lembra, e subsiste só o Jurúna; da família Maxakalí, só a língua do mesmo nome sobrevive, tendo-se extinguido as demais: Pataxó, Kumanaxó, Kapoxó, Monoxó, Panháme, Makoní).

LÍNGUAS INDÍGENAS FALADAS

A seguinte lista de famílias lingüísticas, ordenada alfabeticamente, informa os nomes das respectivas línguas em ordem alfabética (eventuais variantes ou sinônimos entre parênteses), o(s) estado(s) em que são faladas e o número aproximado de falantes

(em alguns casos trata-se do número total do respectivo povo, maior que o número efetivo de falantes). Línguas documentadas, mas que não são mais faladas (p. ex., Pataxó, Tupinambá), não foram incluídas, da mesma maneira que famílias que já não têm mais nenhuma língua falada (p. ex., *Kamakã*, *Karirĩ*).

TRONCO LINGÜÍSTICO TUPI

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF
<i>Arikém</i>	Karitiána	320	RO
<i>Awetí</i>	Awetí	157	MT
<i>Jurúna</i>	Jurúna (Yudjá)	362	MT
	Xipáya	2	PA
Língua Mista	Kokána (Omágua, Cambeba)	0 (BR)	AM
<i>Mawé</i>	Mawé (Sateré, Sateré-Mawé)	8.378	AM/PA
<i>Mondé</i>	Arara do Beiradão ou do Aripuanã	5?	MT
	Aruá	69	RO
	Cinta-larga	1.440	MT/TO
	Gavião (Ikôro, Digüit)	459	RO
	Mondé	?	RO
	Paitér (Suruí de Rondônia)	1.000	RO
	Zoró	464	MT/RO
	<i>Mundurukú</i>	Kuruáya	5
Mundurukú		10.065	AM/PA
<i>Puruborá</i>	Puruborá	2?	RO
<i>Ramaráma</i>	Káro	170	RO
<i>Tuparí</i>	Akuntsú	6	RO
	Makuráp	381	RO
	Sakirabiát (Mequém, Mequéns)	84	RO
	Tuparí	433	RO
	Wayoró (Ajurú)	15	RO
<i>Tupi-Guaraní</i>	Amondáwa	87	RO
	Anambé	2	PA
	Apiaká	2	MT
	Araweté	339	PA
	Asurini do Tocantins (Akwáwa)	424	PA
	Asurini do Xingu (Awaeté)	124	PA
	Aurê-Aurá	2	MA
	Avá-Canoeiro	16	GO/TO
	Diahói (Diarroi)	88	AM
	Guajá	283	MA
	Guajajara	19.471	MA

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF
<i>Tupi-Guaraní</i>	Guaraní (Kaiwá, Mbyá, Nhandéva)	28.000	ES/MS/PR/RJ/RS/SC/SP
	Juma	5	AM
	Ka'apór (Urubu)	991	MA
	Kamayurá	492	MT
	Karipúna	14	RO
	Kayabí	1.619	MT
	Língua Geral Amazônica (Nheengatú)	10.000	AM
	Parakanã	900	PA
	Parintintin	284	AM
	Suruí do Tocantins (Mudjetire, Aikewára)	264	PA
	Tapirapé	564	MT
	Tembé	1.425	PA
	Tenharim	699	AM
Uruewawau	100	RO	
Wayampí	756 (BR)	AP	
Xetá	2	PR	
Zo'é (Jo'é, Puturú)	216	PA	

TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF	
<i>Boróro</i>	Boróro	1.392	MT	
<i>Guató</i>	Guató	5?	MS	
<i>Jê</i>	Kaingáng	28.000	PR/SP/SC/RS	
	Kayapó (Mebengokré)	7.766	MT/PA	
	Panará	303	MT/PA	
	Suyá	351	MT	
	Tapayúna	58	MT	
	Timbira	5.626	MA/PA/TO	
	Xavánte	12.845	MT	
	Xerénte	2.569	TO	
	Xokleng	887	SC	
	<i>Karajá</i>	Javaé	1.208	TO
		Karajá	2.532	GO/TO
Xambioá		269	TO	
<i>Krenák</i>	Krenák (Botocudo)	6?	MG	

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF
<i>Maxakalí</i>	Maxakalí	1.271	MG
<i>Ofayé</i>	Ofayé (Opayé, Ofayé-Xavante)	11	MS
<i>Rikbaktsá</i>	Rikbák (Rikbaktsá, Canoeiro)	1.117	MT
<i>Yatê</i>	Yatê (Carnijó, Fulniô)	3.659	PE

FAMÍLIAS LINGÜÍSTICAS ISOLADAS

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF
<i>Aikanã</i>	Aikanã (Tubarão)	180	RO
<i>Arawá</i>	Banawá (Banawá-Yafí)	101	AM
	Dení	875	AM
	Jamamadí (Kanamantí)	884	AM
	Jarawára	175	AM
	Kulína (Madihá)	2.537	AC/AM
	Paumarí	892	AM
	Zuruahá	144	AM
<i>Aruák</i>	Apurinã (Ipuriná)	3.256	AC/AM
	Baniwa do Içana	5.811	AM
	Kámpa (Axáninka)	969 (BR)	AC/AM
	Kuripáko	1.332 (BR)	AM
	Maxinéri (Manchineri)	937	AM
	Mehináku (Meinaco)	227	MT
	Palikúr	1.330	AP
	Paresí	1.416	MT
	<i>Aruák</i>	Salunã (Enawenê-nawê)	445
Tariána		55	AM
Teréna		19.961	MS/SP
Wapixána		6.844 (BR)	RR
Warekéna		805 (BR)	AM
Waurá		410	MT
Yawalapiti		222	MT
<i>Bora</i>	Miranha	836	AM
<i>Chiquito</i>	Chiquito (Chiquitano)	737 (BR)	MT
<i>Guaikurú</i>	Kadiwéu	1.784	MS
<i>Irántxe</i>	Irántxe	356	MT
	Mynký (Müñkü, Menky)	88	MT
<i>Jabuti</i>	Arikapú	29	RO
	Jabuti (Jeoromixí)	165	RO
<i>Kanoê</i>	Kanoê	6	RO
<i>Karib</i>	Arara do Xingu (Ukarangmã)	211	PA

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF
<i>Karib</i>	Bakairí	839	MT
	Galibi (Kariña)	63 (BR)	AP
	Hixkaryána	631	AM
	Ikpéng (Txikão)	322	MT
	Ingarikó	891	RR
	Kalapálo	504	MT
	Kapóng (Patamóna)	87 (BR)	RR
	Kaxuyána	230	PA
	Kuikúru	509	MT
	Makuxí	23.433	RR
	Matipú	103	MT
	Nahukwá	124	MT
	Taulipáng (Taurepã, Pemóng)	582	RR
	Tiriyó (Tirió)	1.100	PA
	Waimirí (Waimirí-Atroarí)	1.120	AM
Waiwái	2.805 (BR)	AM/RO	
Wayána	288 (BR)	PA	
Yekuána (Mayongóng)	430 (BR)	RR	
<i>Katukína</i>	Kanamari	1.654	AM
	Katawixí	?	AM
	Katukína	550	AM
	Txunhuã-djapá (Tsohom-djapá)	100	AM
<i>Kwazá</i>	Kwazá (Kwayá, Coaiá)	33	RO
<i>Máku</i>	Máku	1?	RR
<i>Makú</i>	Dãw (Kamã)	94	AM
	Húpda	1.431?	AM
	Nadêb	300?	AM
	Yuhúp	400?	AM
<i>Múra</i>	Mura	?	AM
	Pirahã	389	AM
<i>Nambikwára</i>	Lakondê	1	RO
	Latundê	20	RO
	Mamaindê	103	MT
	Nambikwára do Sul	663	MT
	Sabanê	15	RO
<i>Páno</i>	Amawáka	220?	AM
	Katukína	404	AC/AM
	Kaxarari	323	AM/RO
	Kaxinawá	4.500 (BR)	AC
	Korúbo	25 (contatados)	AM

Família Lingüística	Língua	Nº de falantes	UF
<i>Pano</i>	Kulíno (Kulína)	125	AM
	Marúbo	1.252	AM
	Matsés	1.592 (BR)	AM
	Nukiní	400	AC
	Poyanáwa	403	AC
	Xawanáwa (Arara)	332	AC
	Yamináwa	885	AC
	Yawanáwa	519	AC
<i>Samúko</i>	Chamacoco	40 (BR)	MS
<i>Tikúna</i>	Tikúna (Tukúna)	30.000 (BR)	AM
<i>Trumái</i>	Trumái	147	MT
<i>Tukáno</i>	Arapáso	569	AM
	Bará	21	AM
	Barasána	34 (BR)	AM
	Desána	2.204 (BR)	AM
	Juriti	35?	AM
	Karapanã	1 (BR)	AM
	Kubéwa (Kubéo)	381 (BR)	AM
	Mirití-Tapúya	75	AM
	Pirá-Tapúya	1.438 (BR)	AM
	Siriána	71 (BR)	AM
	Tukáno (Ye'pa-masã)	6.241 (BR)	AM
	Tuyúka	925 (BR)	AM
	Wanána	735 (BR)	AM
<i>Txapakúra</i>	Kujubim	55	RO
	Orowín (Oro Win)	56	RO
	Torá	51	AM
	Urupá	150?	RO
	Warí (Pakaanóva)	2.721	RO
<i>Yanomámi</i>	Yanomámi (Ninám, Sanumá, Yanománi, Yanomámi)	15.682 (BR)	RR/AM

* Os números seguidos de BR indicam que há mais falantes em países vizinhos.

** O ponto de interrogação (?) indica incerteza se ainda há falantes.

*** Os Umutina, que falavam uma língua da família Bororo, contam com 392 pessoas, mas não há mais falantes porque o último deles faleceu em 2004.

**** Os Baré não possuem mais falantes na língua de seu povo (da família lingüística Aruák); atualmente falam a língua geral amazônica.

Nota dos editores:

Em grande parte dos casos, o número de falantes dado na tabela é o número da população total do povo. Em grande parte dos povos indígenas, o número da população equivale ao número de falantes, mas essa não é a regra. Às vezes, o número da população é superior ao de falantes, visto que o português ou mes-

mo uma outra língua indígena ou língua geral tomam o lugar da língua original. Em alguns casos apresentados na tabela, o número de falantes é muito inferior ao número da população. Os Apiaká, por exemplo, contam com apenas dois falantes na língua, ao passo que sua população é de 192 pessoas. O xetá é falado por apenas duas pessoas, sendo que esse povo soma 86 pessoas. As línguas da família jabuti são cada vez menos faladas pelos seus povos. O djeoromitxi encontra-se atualmente reduzido a 65 falantes numa população de 165 pessoas. O arikapu beira a extinção, restando apenas dois anciões que falam a língua, sendo que a população é de 29 pessoas. A maior parte dos Arikapu e Djeoromitxi falam português e também outras línguas. Grande parte dos Arikapu da TI Rio Branco falam tupari e, na TI Guaporé, fala-se o Makuráp, ambas línguas do tronco Tupi. Entre os Xipayá, que estão estimados em 595 pessoas, resta apenas um falante.

LÍNGUAS INDÍGENAS E PRÉ-HISTÓRIA

Se a história do Brasil começa pela chegada dos europeus no século XVI e está centrada no desenvolvimento destes e de seus descendentes com sua cultura ocidental apenas tingida pelo contacto com culturas indígenas e africanas, a pré-história do Brasil é exclusivamente indígena. Além da arqueologia e da genética biológica é a lingüística, especificamente a lingüística diacrônica (ou histórica), a ciência que pode contribuir para o conhecimento da pré-história dos povos. No caso dos povos indígenas, a classificação genética das línguas já implica um primeiro avanço na colocação de questões referentes à pré-história. Se os estudos comparativos revelam que seguramente a língua Guaraní, documentada já no início do século XVII, no Rio Paranapanema, divisa entre os atuais estados de São Paulo e Paraná, pertence à mesma família genética que a língua Zo'é, falada no rio Cuminapanema, no norte do estado do Pará, conclui-se preliminarmente que terá havido no passado grandes movimentos migratórios que levaram falantes de línguas da mesma origem a distanciar-se muito e que essas migrações tomaram um tempo considerável. Os estudos lingüísticos diacrônicos no Brasil estão mais desenvolvidos no âmbito do tronco Tupi, com uma tradição de pesquisa de mais de meio século, iniciada por Guérios na Universidade Federal do Paraná (1939-1962) e deslocada sucessivamente para a UnB (1963-65), o Museu Nacional (1966-1972), a Unicamp (1973-1988) e novamente a UnB (desde 1988). Esses estudos permitiram não só consolidar o reconhecimento da consistência do tronco Tupi, mas também fazer uma estimativa da profundidade temporal do mesmo – cerca de 5.000 anos – e elaborar detalhes fonológicos e gramaticais do Proto-Tupi, a língua pré-histórica ancestral das dez famílias que constituem o tronco. A reconstrução fonológica e lexical revela também informações culturais, como sobre a prática da agricultura, a produção de cerâmica e a confecção de artefatos. (julho, 2006)

Resistência ao Contato

Fany Ricardo

Antropóloga, coordenadora do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA

SABE-SE MUITO POUCO SOBRE OS CHAMADOS ÍNDIOS ISOLADOS. TUDO QUE SE TEM É UM CONJUNTO HETEROGÊNEO DE INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS POR OUTROS ÍNDIOS, REGIONAIS, ALEM DE INDIGENISTAS E PESQUISADORES. A FUNAI JÁ CONFIRMOU A EXISTÊNCIA DE 20 DESSES GRUPOS

Na Amazônia brasileira, há pelo menos 46 evidências de “índios isolados”, assim chamados aqueles cujo contato com Funai não foi estabelecido. Não se sabe ao certo quem são, onde estão, quantos são e que línguas falam. Desses grupos dos quais se tem evidências, apenas um, os Avá-Canoeiro, encontra-se fora da Amazônia Legal. Fala-se em quatro pessoas, em fuga permanente, evitando o contato, que perambulam pelo norte de Minas Gerais, Bahia e Goiás. No entanto, outros seis Avá-Canoeiro vivem na TI homônima e mais quatro pessoas desse grupo e seus descendentes vivem no Parque Indígena do Araguaia.

O pouco que se sabe é que do total dessas referências, 30 encontram-se em Terras Indígenas já demarcadas ou com algum grau de reconhecimento pelos órgãos federais. Também há evidências de grupos isolados dentro de um Parque Nacional e de duas Florestas Nacionais. Esses grupos, a princípio, estão preservados da ocupação desordenada de seu habitat, já que as áreas em que vivem são federais e protegidas.

As informações sobre esses povos são escassas. Por vezes, vestígios como tapiris, flechas e outros objetos encontrados nas áreas por onde passaram são fotografados. Os relatos verbais de existência desses grupos são geralmente fornecidos por outros índios e regionais mais próximos, que narram encontros fortuitos, ou que simplesmente reproduzem informações de terceiros.

Os Hi-Merimã, que hoje vivem isolados, já foram estimados em 1000 pessoas em 1943, eram considerados um dos maiores grupos da região do rio Purus, no estado do Amazonas. Foram conhecidos também como Marimã ou Merimã, segundo informação da antropóloga Luciene Pohl, em seu trabalho de identifica-

ção da TI Hi-Merimã. Pohl coletou as informações sobre eles com seus vizinhos Jamamadi, cujas terras demarcadas são contínuas à terra dos isolados e cuja língua é da família Arawá. Os Jamamadi dizem que já tiveram contato com eles, mas houve problemas de entendimento entre as partes, o que resultou em conflito com mortes. Os Banawa, também da família linguística Arawá, dizem entender parcialmente a língua faladas pelos Hi-Merimã e afirmam que mantiveram relações com eles, podendo descrever características do modo de ser desses índios, que voltaram ao isolamento. Os índios, Zuruahã, da mesma família linguística, e seus vizinhos à oeste, relatam histórias de hostilidades entre eles.

ISOLADOS OU CONTATADOS?

A partir desses relatos, pode-se perceber que a idéia de que há índios isolados desde a chegada dos portugueses ou sociedades mantidas à margem de todas as transformações ocorridas desde então é enganadora. Os grupos considerados isolados travam, muitas vezes, relações de longa data com segmentos da sociedade nacional. Os Apiaká, do Matrinxã, por exemplo: tiveram contatos com a sociedade regional, sofreram muito e resolveram fugir e isolar-se de novos contatos. A mesma história é atribuída aos Katawixi. Assim, o isolamento representa, em muitos casos, uma opção do grupo, que pode estar pautada pelas suas relações com outros grupos, pela história das frentes de ocupação na região onde vivem e também pelos condicionantes geográficos que propiciam essa situação. A noção de “isolados”, portanto, diz respeito ao contato regular, principalmente com a Funai.

Um caso de opção pelo isolamento pode ser observado na região do Tanaru, sul do estado de Rondônia. Trata-se não de uma sociedade, mas de um único homem. Tudo leva a crer que o seu povo desapareceu devido à violência e à ganância dos pecuaristas que ocupam a região. Desde 1996, a Funai vem tentando lhe oferecer assistência. Mas todas as vezes que seus acampamentos foram identificados, ele os abandonava. Mostrou-se absolutamente avesso ao contato, apesar de aceitar alguns presentes dos sertanistas, como panelas e facões.

1986: ONGS DISCUTEM A SITUAÇÃO DOS ISOLADOS

A preocupação com a situação de risco desses grupos fez com que, em outubro de 1986, fosse organizado, pelo Cimi e Opan, um Encontro sobre Índios Isolados e de Contato Recente. Participaram também várias ONGs, entre elas, a UNI, o Cedi, CTI, CPI-SP e outras, além da Funai, num total de 23 participantes.

O comunicado final divulgado no fim do encontro dizia que “a gravidade da situação motivou um encontro de indigenistas, antropólogos, missionários, advogados e representantes da União das Nações Indígenas (UNI) na tentativa de estabelecer formas de atuação na defesa da sobrevivência física e cultural desses povos ameaçados”. O documento fala ainda da abertura das estradas a partir de 1970, e de outros projetos de infra-estrutura, além da mineração e exploração mineral, fatores que levaram esses grupos ao sofrimento e à depopulação com o contato decorrente dessas frentes de expansão. Vários povos com a população reduzida drasticamente por doenças foram transferidos de suas terras, como os Tapayuna, levados do rio Arinos para o rio Xingu e os Panará do rio Peixoto Azevedo, contatados em 1973 para permitir a construção da BR-163. Os remanescentes desses últimos – 87, de uma população de 400 – foram levados para o Parque Indígena do Xingu. Os Cinta-Larga, no Mato Grosso e Rondônia, eram cerca de 5 mil ainda nos anos 60, mas na época do encontro não passavam de mil indivíduos. Os Waimiri Atroari, forçados ao contato com a abertura da BR-174, que cortava suas terras, tiveram uma redução de cerca de 3 mil para apenas 500 indivíduos.

O comunicado criticava também a atitude da Funai, pelo abandono desses índios: “não é de se estranhar, portanto, que a Funai esteja anunciando seu Plano Especial para atração dos últimos grupos indígenas isolados, o que nos parece ser o objetivo de facilitar a implantação dos novos planos governamentais (PDA, Calha Norte etc). Manifestamos, por isso, nossa legítima preocupação pelo destino dos povos indígenas que ainda resistem bravamente na Amazônia.” Nesse encontro, foi feito o mapeamento dos grupos isolados no Brasil e elaborada uma pauta com as Conclusões do Encontro a ser veiculada entre as entidades indigenistas. Essas preocupações eram reais, pois além do desenvolvimentismo da Amazônia “a qualquer custo”, a Funai era, na época, dirigida por Romero Jucá, cuja ideologia era impedir que os índios continuassem a prejudicar o “progresso”.

1987: SURGIMENTO DA COORDENADORIA DE ÍNDIOS ISOLADOS

Em junho de 1987, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Sertanistas, promovido pela Funai e organizado pelo sertanista Sidney Possuelo, para discutir a questão dos índios isolados. Os participantes debateram e avaliaram a difícil situação dos povos

ALIANÇA INTERNACIONAL PARA PROTEÇÃO DOS ISOLADOS

Em novembro de 2005, foi realizado em Belém (PA) o Primeiro Encontro Internacional sobre Índios Isolados que vivem em países Amazônicos e no Gran Chaco, organizado pela Coordenação Geral de Índios Isolados/Funai (CGII), e pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI). O evento contou com a participação de mais de sessenta pessoas. Além dos representantes do Brasil, compareceram delegações do Peru, Colômbia, Equador, Bolívia e Paraguai – cujos casos foram apresentados e discutidos com participantes que representavam 36 instituições e países como a Noruega, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, França e Nova Zelândia. Como resultado final das apresentações e análise dos casos e das sugestões, foi elaborado um documento final, exigindo que os governos dos países onde se encontram esses índios tomem medidas para proteger seus habitats, seus direitos e o respeito à decisão pelo não-contato com os órgãos oficiais, se assim desejarem. Baseada nesse documento, foi criada a Aliança Internacional para proteção dos povos indígenas isolados [veja o documento na íntegra em www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2150]. O indigenista Sydney Possuelo – que coordenava o único órgão oficial de governo existente no planeta para a proteção dos índios que vivem isolados do contato oficial, a CGII – reafirmou sua política de apenas contatar os isolados em caso de grande risco, e que é preciso respeitar a autonomia e isolamento desses povos. Para justificar a escolha, Possuelo fez um balanço geral da situação de vários povos que foram contatados, e hoje se encontram em situações muito difíceis, com seu futuro seriamente ameaçado.

contatados e decidiram que a nova política da Funai seria de contatá-los apenas se estivessem em risco e não mais para liberar a área para projetos de infra estrutura, como ocorria até então. Para desenvolver essa política, foi criado um órgão específico dentro da Funai para cuidar da questão, a Coordenadoria de Índios Isolados (CII), com Sydney Possuelo à frente, liderando a mudança de política de contato. Em vez das antigas frentes de atração, que contatavam os índios para liberar a área para passagem de estradas, hidrelétricas etc., a CII foi organizada por frentes de proteção etnoambiental, cujo objetivo era proteger o entorno da região habitada pelos isolados e monitorar os acontecimentos e ameaças, além de viabilizar os estudos de identificação e demarcação dessas terras para esses índios, realizados pela Diretoria Fundiária da Funai.

Esse órgão da Funai, hoje Coordenadoria Geral de Índios Isolados (CGII), foi dirigido por Sydney Possuelo, com alguns intervalos, até o início de 2006, quando Possuelo foi demitido do cargo pelo presidente da Funai em exercício, Mércio Pereira Gomes (ver entrevista, pág. 109). A partir de então, a CGII passou a ser coordenada pelo sertanista Marcelo Santos, que já tinha feito parte do órgão. Santos trabalhou com os isolados de Rondônia e dirigiu a Frente de Proteção Etnoambiental Rio Guaporé durante muitos anos. A CGII, atualmente, conta com seis frentes de proteção etnoambiental: Cuminapanema (PA), Envira (AC), Rio Guaporé (RO), Madeirinha (RO/MT), Vale do Javari e Purus (AM).

ONDE ESTÃO OS ISOLADOS

As informações relacionadas a seguir são parte do trabalho de Monitoramento das Terras Indígenas que o Instituto Socioambiental realiza desde 1983. Essa pesquisa possibilitou organizar a relação das terras reconhecidas para ocupação dos isolados, e também das terras demarcadas e homologadas para outros povos, abrigando também os isolados, assim como as referências de índios isolados nas diversas regiões da Amazônia e um pequeno grupo na região de Goiás/Noroeste de Minas Gerais. As informações vieram também da relação elaborada no Encontro de 1986 e posteriormente confrontadas com a lista elaborada pela CGII/Funai.

ISOLADOS EM TIS RECONHECIDAS PARA ELES

Terras Indígenas	UF	Situação Jurídica
Alto Tarauacá	AC	Declarada
Hi Merimã	AM	Homologada
Massaco	RO	Homologada Registrada
Rio Muqui	RO	Em Identificação
Rio Pardo	AM/MT	Com restrição de uso
Riozinho do Alto Envira	AC	Identificada e aprovada Funai

TIS HOMOLOGADAS E REGISTRADAS PARA OUTROS ÍNDIOS, TAMBÉM HABITADAS POR ISOLADOS

Terra Indígena	UF
Alto Turiaçu, dos Kaapor e Tembê (isolados Guajá, no igarapé Jararaca W.Figueiredo)	MA
Arara do Rio Branco	MT
Araribóia dos Guajajara (Guajá isolados.)	MA
Aripuanã dos Cinta Larga	MT/RO
Caru dos Guajajara e Guajá isolados	MA
Kampa e Isolados do Rio Envira, dos Ashaninka*	AC
Kaxinawá do Rio Humaitá	AC
Kayapo (isolados Pituiaro, do grupo Kayapó)	PA
Koatinemo dos Assurini e isolados	PA
Menkragnoti (isolados Mengra Mrari, grupo Kayapó, que se separou dos Gorotire em 1938)	PA
Mamoodate dos Yaminawa e Manchineri (isolados Masko, no verão circulam entre os rios Mamoodate e cabeceiras do Rio Purus; chamados de Masho-Piro, no Peru)	AC
Rio Tea (isolados Maku)	AM
Trombetas/Mapuera dos Wai Wai (Karafawiana isolados)**	RR/AM/PA
Tumucumaque	PA/AP
Uru Eu Wau Wau (há pelo menos dois grupos isolados, a nordeste e ao sul da TI)	RO
Vale do Javari (isolados do Jandiatuba, do Alto Jutai, do São José, do Quixitos, do Itaquai e Mayá)	AM

Terra Indígena	UF
Waimiri Atroari (isolados Piriutiti dentro e fora da TI)	AM/RR
Xikrin do Catete (Segundo a antropóloga Isabelle Giannini, os Xikrin dizem que ao norte da TI, na região do Rio Cinzento, vivem índios semelhantes aos que encontraram em 1987 em suas terras – um grupo de Araweté isolados.)	PA

* TI homologada, ainda não registrada.

** TI declarada.

REFERÊNCIAS DE ÍNDIOS ISOLADOS FORA DE TIS RECONHECIDAS

Povo	Localidade
Arama/Inauini	Os Jamamadi do Purus e uma família Katukina que mora no igarapé Kanamari deram informações sobre a presença de um grupo isolado nessa região do Inauini. Em outubro de 1985, alguns desses índios teriam aparecido no outro lado do igarapé, em frente à moradia da família katukina. Município de Pauini/AM.
Isolados do rio Tapirapé	Esses índios vivem nas cabeceiras do rio Tapirapé, afluente da margem esquerda do rio Itacaunas, no município de Senador José Porfírio/PA. Poderia ser o mesmo grupo a que os Xikrin do Cateté se referem ao norte do limite da TI do Cateté, na região da Flona Itacaiunas e Flona Tapirapé.
Isolados Awá-Guajá	Fala-se da existência de pequenos grupos nas serras que formam o rio Farinha e Lageado (oeste do Maranhão). Em 1998, o sertanista Wellington Figueiredo fez o resgate de uma família awá no limite da TI Awá e a reserva Biológica do Gurupi (região do Igarapé Mão de Onça). Em 2006, na estada do sertanista no Pin Juriti, o homem que faz parte do grupo que ele mesmo resgatou veio lhe cobrar que fossem buscar seu irmão que lá teria permanecido. (informação de agosto de 2006)
Isolados do rio Liberdade	Há anos os Metuktire dizem que existem Kaiapó "brabos" na região do Rio Liberdade, onde encontraram vestígios desses índios. Parece ser o mesmo grupo que foi visto pelos Metuktire na Cachoeira Von Martius, a poucas horas do rio Liberdade. Foram vistos três índios de cabelos compridos que flecharam os Metuktire, com uma flecha igual à dos Kaiapó, no dia 25/10/90, nos municípios de Luciara e Vila Rica/MT e talvez em São Felix do Xingu. Segundo o antropólogo Gustaaf Verswijver, hoje perambulam entre a região do rio Liberdade, que cada dia tem sofrido mais desmatamentos, e a TI Mekragnoti (informação de novembro de 2005)
Isolados de Jacareuba/Katawixi	Localizados no rio Jacareuba, afluente da margem direita do Purus, município de Canutama/AM. Os Katawixi, outrora um numeroso grupo, estiveram dispersos ao longo do rio Purus e afluentes, restando apenas uma pequena aldeia no rio Mucuiin, afluente da margem direita do Purus, em Lábrea/AM.

Povo	Localidade
<i>Isolados do Igarapé Muriru e Pacutinga</i>	<i>Localizados entre os rios Juruena e Aripuanã, no município de Aripuanã/MT. Os índios Rikbaktsa dizem que já tiveram contato com esse grupo que denominam Yakara Waktá (moradores do mata). São 20 a 30 índios que se deslocam para o Aripuanã na época seca. Pelos vestígios (alimentação) poderiam ser um subgrupo Apiaká. Em 1985 o jesuíta Balduino Loebens, em sobrevôo, localizou suas roças. Esse mesmo missionário disse que, em 1984, um picadeiro da colonizadora Cotriguaçu encontrou esses índios. Segundo o antropólogo Rinaldo Arruda, o grupo foi visto na TI Escondido, dos Rikbaktsa.</i>
<i>Isolados Kayapó Pituiaro (Rio Meruré)</i>	<i>Esse grupo Kaiapó tem o nome do homem mais velho que o conduziu quando, em 1950, os Kuben Kran Ken se dispersaram em meio a um ataque dos Kokraimoro. Este grupo perambula entre a região do rio Merure e a área Kuben Kran Ken, município de Altamira/PA. Em agosto de 1977, Gustaaf Verswijver, ao sair da aldeia, num vôo para Santana do Araguaia, avistou uma aldeia dos Pituiaro à margem do rio Merure – um círculo de cinco a seis casas do tipo tradicional Kaiapó, encravado numa serra. Verswijver disse em novembro de 2005 ser impossível a presença desses índios na região do rio Meruré, pois está muito desmatada. Ele acredita que eles podem ter se refugiado na TI Kayapó, no sudeste do Gorotire ou ao sul do Kuben Kran-Krên.</i>
<i>Isolados Kayapó Pu'ro</i>	<i>Esse grupo se formou em 1940, quando 25 índios partidários do chefe Tapiete deixaram a aldeia Mekragnoti, nunca mais retornando. Os Megragnoti atuais se referem a esse grupo como os Pu'ro. Segundo Gustaaf Verswijver, em novembro de 2005, eles não se encontram mais na região que está muito desmatada. Verswijver soube pelos Mekragnoti da aldeia Pukanu, que dizem ter ouvido de kubens (brancos) que, há uns dois ou três anos, quatro homens desse grupo foram mortos, (provavelmente por madeireiros). Esta é uma notícia preocupante, principalmente porque deve ser um grupo pequeno. Esses sobreviventes parecem estar nos limites norte da TI Mekragnoti.</i>
<i>Isolados Apiaká</i>	<i>Em 1984, o antropólogo Eugenio Wenzel, que viveu mais de 15 anos com os índios Apiaká, informou que havia notícias sobre a existência de um grupo de Apiaká que, depois de viver em contato com a sociedade regional e sofrer massacres no período da borracha no início do século XX, fugiu, afastando-se das margens dos rios maiores. Localiza-se na região dos rios Ximari e Matrinxã, entre os rios Teles Pires e Juruena, no município de Alta Floresta/MT.</i>

Povo	Localidade
<i>Isolados Tupi do Madeirinha</i>	<i>Chamados de Piripicura pelos índios Gavião da TI Igarapé Lourdes, esses índios se localizam na área entre os rios Branco e Madeirinha, afluentes do Roosevelt, município de Aripuanã/MT. Já foram contatados dois índios, e parece existir mais um grupo sem contato de cerca 17 pessoas.</i>
<i>Isolados do Karipuninha</i>	<i>Rieli Franciscato, indigenista da Funai, disse na década de 1990 que moradores da região do rio Karipuninha não têm coragem de subir o rio no rumo de suas cabeceiras, devido aos inúmeros vestígios de índios "brabos" que lá encontram. O rio Karipuninha é afluente da margem esquerda do rio Madeira, a aproximadamente 100 km rio acima a partir de Porto Velho, e suas cabeceiras ficam próximas à divisa de Rondônia e o estado Amazonas.</i>
<i>Isolados do Bararati</i>	<i>Referência sobre a existência de índios isolados no rio Bararati e margem esquerda do rio Juruena, próximo do limite com o Mato Grosso (municípios de Apuí e Sucurundi/AM; informação da CGII-Funai).</i>
<i>Flona Bom Futuro (Rio Candeias)</i>	<i>A informação sobre a existência de um grupo de isolados motivou uma expedição da equipe da Frente de Contato Guaporé em meados de 1998. A equipe percorreu 90 km na margem direita deste rio, sem resultados concretos. Não foram encontrados vestígios de ocupação indígena na área visitada. Porém, ainda falta uma grande área a ser pesquisada. Segundo Gilberto Azanha, do CTI, esse grupo está dentro do perímetro da Flona Bom Futuro.</i>
<i>Isolados do Tanaru</i>	<i>Restou apenas um indivíduo. Seu povo desapareceu devido à violência da ocupação dessa região no sul de Rondônia, na gleba Corumbiara.</i>
<i>Wajãpi isolados do Alto Amapari</i>	<i>A antropóloga Dominique Gallois informou em 1990 que, desde 1987, garimpeiros da Perimetral Norte informam terem encontrado, repetidas vezes, vestígios da presença de um grupo isolado na região dos formadores do rio Amapari. De acordo com os Wajãpi do Amapari trata-se dos remanescentes do subgrupo "Amapari Wan", que se separou dos demais há cerca de 50 anos. Membros desse mesmo grupo vivem na aldeia Mariry e na aldeia Camopi (Guiana Francesa). A região dos isolados fica dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e às vezes esses índios se deslocam para a Guiana Francesa. Em 2003, os Wajãpi do Camopi acharam uma roça desses índios no rio Muturá.</i>
<i>Wajãpi isolados do Ipitinga</i>	<i>Segundo Dominique Gallois, os índios que vivem no Parque Indígena do Tumucumaque falam desses índios Wajãpi que vivem próximos do Parque, no município de Almeirim/PA.</i>

CONTATADOS E PROTEGIDOS

Atualmente, quatro grupos já contatados continuam a ser protegidos pela CGII- Funai, recebendo assistência diferenciada. São eles os Kanoê e os Akuntsu, de Rondônia, contatados há 11 anos; os Zo'é, do Pará, há mais de vinte anos; e um pequeno grupo Korubo, com 18 pessoas, há dez anos.

Em 1989, a Funai contatou pela primeira vez os Zo'é, grupo tupi-guarani localizado na bacia do rio Cuminapanema (PA). Porém, esses índios travavam relações com missionários protestantes desde 1982.

Outra experiência recente é aquela que se deu com os Korubo, localizados no Vale do Javari (AM). Esses índios também se tornaram famosos na mídia quando do contato, em 1996, de uma parcela de sua população com uma expedição promovida pela Funai, encabeçada pelo sertanista Sydney Possuelo e acompanhada por repórteres da revista National Geographic, que transmitiu o evento ao vivo e *on line* para todo o mundo.

Conhecidos como “índios caceteiros”, por não usarem arcos, os Korubo travam, há mais de trinta anos, uma guerra contida com a população regional, apesar de tentativas mútuas de aproximação. O grupo contatado, que conta hoje com 25 pessoas, separou-se do grupo original, que permanece em constante fuga.

2006: A COORDENADORIA-GERAL DE ÍNDIOS RECÉM-CONTATADOS

Criada em julho de 2006, a Coordenadoria-Geral de Índios Recém-contatados, subordinada à Diretoria de Assistência da Funai e coordenada pelo antropólogo Artur Nobre Mendes, até então diretor da Diretoria Fundiária do órgão indigenista, tem por objetivo a “proteção dos grupos e povos indígenas contatados no passado recente e que vivem em relativo estado de autonomia político-cultural e, ao mesmo tempo, sem o completo domínio das forças sociais dominantes que os circundam”.

A exposição de motivos que substanciou a necessidade dessa coordenação específica considera como recém-contatados os grupos indígenas que estabeleceram contatos permanentes com a sociedade nacional após a criação da Funai, em 1967. Justifica também que os inúmeros contatos realizados na década de 1970 e meados de 80 ocorreram em situações de extrema vulnerabilidade desses grupos, pela pressão das frentes de expansão econômica nacional. Sem que houvesse políticas específicas para essas populações, a vulnerabilidade continuou, esses grupos não ganharam espaço dentro da Funai frente aos outros índios mais articulados.

Vários fatores contribuíram para isso. Os mecanismos de consulta aos povos indígenas foram criados em quase todos os pro-

2006: A CGII SOB NOVA GESTÃO

Em entrevista por escrito à equipe de edição do livro Povos Indígenas no Brasil 2001-2005, Marcelo Santos, atual coordenador da CGII/Funai, fala sobre as diretrizes da nova gestão para os índios isolados: “Nada mudará quanto a conceitos da gestão anterior, ou seja, continuamos convictos de que devemos priorizar a proteção e demarcação das terras ocupadas pelos isolados. O que mudou institucionalmente foi a criação da Coordenação para Índios Recém-contatados, mas que ainda não foi implementada, ou seja, não sabemos quais serão os parâmetros que vão nortear essa classificação”.

Sobre a situação dos isolados hoje, Santos é categórico: “Está muito fragilizada. Alguns pequenos grupos correm risco de extermínio pela violência sistematizada contra eles. Grupos maiores sofrem riscos de epidemias, por exemplo, mesmo estando sem contato, como é o caso dos Korubo isolados no Vale do Javari; dos isolados do Pontal de Mato Grosso e dos Kayapó na TI Kayapó, além dos Awá-Guajá no Maranhão. Hoje, a Funai não tem estrutura, principalmente de pessoal e recursos financeiros, para arcar com a magnitude dos problemas que precisa resolver. Precisamos de pelo menos mais duas equipes de localização para iniciar um processo de pesquisa das referências ainda não levantadas. E cada vez é maior a velocidade das frentes expansionistas e a qualidade das artimanhas jurídicas e políticas dos grileiros e usurpadores das terras ocupadas por eles. Por outro lado, a Funai não abre concurso para formação e contratação de técnicos há duas décadas”.

gramas de governo voltados para os índios, em geral mediante a formação de conselhos e realização de seminários e audiências, sem que a realidade desses índios tivesse sido considerada. O fato de serem em sua maioria monolíngües e não dominarem os códigos e mecanismos de participação, torna a presença desses índios nessas consultas meramente decorativo, ou se dá através da participação de seus jovens, únicos falantes da língua portuguesa, porém de expressão reduzida no concerto político interno do grupo. Em outros casos são “representados” por índios que eles desconhecem ou para quem nunca conferiram qualquer poder de representação. Outro fator desagregador foram as políticas públicas de inclusão social, sem considerar os impactos que estas causariam nessas comunidades culturalmente semi-isoladas.

A Coordenação vai elaborar e aplicar a Política de Proteção aos Povos Indígenas de Contato Recente, propondo metodologias para consultá-los de maneira adequada, assim como mecanismos internos de capacitação do pessoal da Funai que trabalha junto a eles. Vai criar e propor também mecanismos de incentivo à pesquisa científica junto a esses povos. Pretende, ainda, articular com outras instâncias de governo na avaliação prévia de implementação de políticas públicas de caráter universal em relação a esses grupos, e também criar mecanismos de avaliação periódica das condições de vida desses povos. (agosto, 2006)

“O Futuro dos Índios está Intimamente Ligado Àquilo que Nós Seremos”

Entrevista a Boto Ricardo, Márcio Santilli, Oswaldo Braga e Raul Silva Tollos do Valle, do ISA

SYDNEY POSSUELO FALA NA ENTREVISTA A SEGUIR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS "ISOLADOS" E PERSPECTIVAS PARA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Nascido em Santos Dumont (MG) em 1940, Sydney Possuelo foi “peixinho” dos irmãos Villas Boas, ingressou na Funai no final dos anos 60 como aprendiz de “sertanista”. Em 1987 criou a Coordenação de Índios Isolados, hoje Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII), participou de sete frentes de

atração, foi presidente da Funai (de janeiro de 1991 a maio de 1993). Recentemente exonerado da CGII, não vê chances de voltar ao órgão indigenista num governo Lula e diz q vai tocar projetos numa nova ONG. Concedeu esta entrevista na sede do ISA em Brasília, no dia 28 de agosto de 2006.



BETO RICARDO/ISA, 2006

Qual a tradição da política pública com respeito aos chamados “índios isolados”?

A política com relação aos povos isolados dependia exclusivamente do que se chamava então “delegado regional”, “inspetor”, “administrador”. Cada um tinha a sua política. Eu não digo na época do Rondon, mas no final do SPI, a política era comandada basicamente pelos grandes extrativistas, que buscavam caucho, seringa, etc. Se havia índios, o cara chegava na administração, ou na época, na inspetoria da Funai, e falava “olha, tem uns índios enchendo o saco. Dá um jeito neles lá”. Então, o pessoal do SPI fazia o interesse regional. De certa forma, isso

continuou com a Funai. Diziam: “na minha área eu é que vou fazer o contato. Lá na minha terra eu pego, amanso os caras e jogo eles pra tal lugar”. E assim foram formados vários postos onde você tinha um monte de etnias diferenciadas jogadas ali para que se pudesse limpar a área. E tem a questão política, que era: “vamos integrar o índio à civilização”. Eu acho que era pior do que o que nós fizemos.

Mas mudou alguma coisa com a criação da Coordenação de Índios Isolados em 1987?

Eu fiz sete contatos. Prossegui com a mesma política rondoniana que estava dentro da Funai. E fazendo isso eu vi o quanto era ruim para eles. Etnias desapareceram todas, outras desapareceram um bocadinho, outras conseguiram sobreviver, enfim.

Se você faz o contato, era mau. Se você não faz o contato, eles desaparecem. O que fazer nessa situação? O que nós devemos fazer é: vamos ver onde eles estão, vamos dimensionar o território, demarcar e proteger. Aí não vai acontecer que passados cinco anos você volta e eles desapareceram. A política é essa. Ela é interessante, é boa, factível. Nós temos áreas há 20 anos demarcadas e respeitadas. Então, é possível fazer? É. É mais caro? Eu não sei se é mais caro você fazer contato com o grupo e depois ter que dar saúde, educação, e toda a parafernália que vem, ou se é melhor você gastar respeitando o direito deles de quererem ficar isolados e decidirem seu destino de ficar lá. O dia que eles não quiserem mais eles saem e fazem como os Kaingang, vão pacificar os brancos. Então, você não fazer o contato não significa relegá-los. Você está protegendo a terra, a ecologia e ele está vivendo a vidinha dele tranqüilo.

Você mencionou etnias que desapareceram depois do contato. Qual o impacto da ação da CGII?

Eu acho que onde a coordenação se meteu o resultado foi excelente. O universo de índios isolados era maior que a nossa possibilidade de ação. Antes de eu sair nós tínhamos 42 pontos passíveis

veis de serem habitados por índios isolados. Nós já confirmamos 22 dentro da Amazônia. Falta pesquisar 20. Como está a situação desses índios? As informações que me chegam são as piores possíveis. Cada dia destroem mais. Essas frentes de soja avançam mais, vão se introduzindo nos lugares mais distantes. Na verdade não se sabe. E porque não foi feito? Por falta de recursos. Fazer uma expedição é um negócio caro. Temos que sobreviver, ver toda a cartografia, a hidrografia, ver possibilidades de sobrevivência, lançamento de víveres etc.

Nós chegamos a ter sete frentes, mas eu tirei esse nome e coloquei Frente de Proteção Etno-ambiental. Elas agiam como uma frente porque eram a vanguarda e tinham por objetivo isso: não fazer contato. Nenhuma delas chegou a ser excelente, mas chegaram a ser infinitamente superiores a qualquer outra que eu vi na minha vida. E eu estive em frentes do Francisco Meireles e do Orlando Villas-Boas. As nossas eram formadas por pessoas mais dedicadas, de forma que se pode fazer um trabalho bonito.

O que vem a ser índio “isolado”? A Funai instituiu em julho de 2006, depois da tua saída, uma coordenação para “povos de contato recente”. E aí, como ficam os “isolados”?

São coisas diferentes. A palavra “isolado” não foi invenção do departamento. É a classificação dada pelo Darcy Ribeiro e está na lei 6001 (Estatuto do índio, 1973). As três classificações dos tipos de índio que tem no Brasil são: isolado, contato intermitente e integrado. Isolados eu conheci muitos. Contato intermitente tem. Integrado eu não vi um até hoje. Eu conheço índios desestruturados, largados por aí fora, mas integrado? Eu não conheço nenhum. O isolado é esse do qual é dito que é um índio que não se conhece quase nada dele. Sabe-se dele por vagas informações trazidas por elementos da sociedade nacional. Não se sabe quantos são, que língua falam, etc. Não é uma mera questão de isolamento geográfico, porque está distante. O índio isolado, de um modo geral, não sabe, anda nu e geralmente resiste à penetração do branco. Dependendo da etnia o pau quebra, com raras exceções. A exceção é quando você pega um Zo'e da vida, que é um povo fantástico, que recebe todo mundo de braços abertos. Mas a maior parte dos outros índios não. Quantos companheiros nossos não foram mortos, atacados. Não só nas minhas expedições, mas nas outras expedições muito mais. Quem não se lembra do Waimiri-Atroari, o que ele matou de gente. Os Arara, os Korubo. Então são grupos extremamente belicosos e agressivos que são os melhores para trabalhar. Eu gosto. São os índios aguerridos que eu mais me entendi na minha vida e mais gostei. Eu não gosto de meias coisas. E o isolado também é assim. Se ele gosta, te protege e te trata como amigo, se não gosta ele te dá uma paulada e resolve a situação.

O que você pensa da possível passagem de povos como os Zo'e, Kanoê, Korubo, Akuntsu, já em situações pós-contato, para essa nova coordenação de recém-contactados?

Não sei. Porque os Zo'e é um grupo que tem uma imagem muito vendável. São bonitos. Anos atrás uma das administrações regionais queria os Zo'e para eles. Vocês querem os Zo'e? Todos querem os Zo'e? O presidente quer dar os Zo'e? O que eu vou fazer? Eu não sou o dono dos Zo'e, pô! Eu não sinto isso. Ser dono de índio coisa nenhuma. Se vocês querem, por mim tudo bem. “Façam o que vocês quiserem. Estão acima de mim. Defendam com a cabeça de vocês”. “Ah, tá bom. Então nós vamos passar”. A procuradoria geral da república questionou a Funai e obrigou a voltar os Zo'e para o departamento de índios isolados. Sair do Departamento de Índios Isolados é cair na vala comum de todos os povos indígenas da Funai, que não tem estrutura, não tem coisa nenhuma. A diferença do departamento, com seus homens, com o dinheiro que tinha, e o pouco que se conseguiu extraordinariamente, era fazer uma política diferenciada de atender as necessidades daquela gente. Agora querem chegar e dividir. Eu acho que vão detonar com os índios. O dia que tirar esses povos de primeiro contato do Departamento vão acabar. Isso é uma forma de querer dizer que com a minha saída eles estão fazendo coisas extraordinárias. Eu não acredito.

E, por exemplo, no caso do grupo Awá Gujá, “isolados” dentro de uma terra demarcada mas invadida, não seria ao caso de forçar o contato e até uma transferência?

Eu sei desse caso há décadas! Entrei na Funai em 1969 e nessa época nós já sabíamos daquele grupo que estava ali. A terra está demarcada. Nosso negócio não é fazer contato em terra que é demarcada. Então o que precisa é implementar um dispositivo de proteção para não deixar entrar. Não basta a terra estar demarcada. Demarcar e virar as costas, invadem tudo outra vez. Não vê a Yanomami, os problemas que houve. No Maranhão também, as mesmas coisas aconteceram e estão acontecendo agora com esse grupo. O pessoal esteve lá, foi um médico que nós conhecemos, fotografou os tapiris, e lá tem um problema: os Guajajara alugam a terra para os madeireiros e os madeireiros estão espantando os índios. O Wellington (Wellington Figueiredo – sertanista da CGII) foi lá e me disse que a orientação que ele tinha recebido era de preparar um relatório cuja concepção seria a de retirar o grupo dali porque está cheio de brancos. Eu falei: “mas que canalhice!” O objetivo da Funai é por os caras pra fora. Briga! Briga! O que vai fazer? Eu digo, briga na justiça, combate legalmente as coisas.

Mas nesse caso parece que os próprios Guajajara estão facilitando a entrada dos madeireiros.

Mas tem que peitar os Guajajara! Os Guajajara também são carentes. Por que os Guajajara tem que abrir as suas terras pra vender mogno? Para vender a madeira que tiver lá? Porque estão atrás de sobrevivência, dos bens necessários para eles poderem viver a vida parecida com a nossa. Então façamos alguma coisa para eles. É difícil? É difícil. Mas tem que ser feito.

A impressão que nós ficamos lendo as crônicas dos “contatos”, inclusive os da sua época, é que as frentes de atração do SPI, e depois da Funai, via de regra, vinha pressionadas pela abertura de uma estrada, por exemplo e chegavam atrasadas e mal estruturadas. Faziam o contato e, na situação pós-contato, estavam sempre mal equipadas, sem estrutura sanitária ou uma estratégia preventiva. Como você avalia tudo isso?

Nós fizemos contato onde não aconteceu nada de dramático, embora tenha havido contatos terrivelmente dramáticos nessa mesma época aí, que pega início de 1960 e chega até 1980. O advento da Transamazônica. É uma coisa terrivelmente difícil. Eu vou tentar responder isso exemplificando.

Contato dos Arara, o primeiro grupo que eu fui contatar, foi no quilômetro 120 da rodovia Transamazônica, perto de Altamira, entre 1979/1980. Quando eu cheguei, a frente Arara já tinha onze anos, e era só ataque em cima das equipes da Funai. Várias pessoas foram mortas e fazendas foram atacadas. Quando eu entrei, o primeiro trabalho que eu fiz foi retirar os invasores. Fiz um plano que foi aprovado em Brasília. Vamos retirar os invasores e deixar os índios tranquilos lá dentro. Ficamos ali parados e eles, imediatamente, nos descobriram e ficaram em volta. Nos atacaram, feriram dois homens, depois veio o contato e o momento no qual eu descubro que o grupo que ficou está doente.

Eu estava indignado com essas histórias, pois como podem morrer as pessoas se você sabe que ele precisa de medicamentos, por que não dá o medicamento? Se você sabe que ele precisa de transporte, por que o transporte não está ali? Quando fizemos o contato, no dia seguinte tínhamos tudo o que era necessário para combater as doenças que nós sabíamos que poderiam surgir. E mais: eu tinha um médico e duas enfermeiras a minha disposição. Fantástico. Eu falei: “aqui não vai morrer ninguém”.

O que aconteceu? Os Arara saíram pela Transamazônica querendo conhecer Altamira. Na frente todo mundo falava “Altamira pra cá, Altamira pra lá”, e os índios pensavam: “Altamira é a casa deles, queremos ir para Altamira”. Por duas vezes, eles saíram pela estrada. Um grupo de uns dez ou doze decidiu: “nós vamos”. O Wellington saiu atrás e foi pegando eles na estrada, colocando dentro do carro e dizendo: “não pode, meu filho”. Passaram-se alguns meses e aconteceu a mesma coisa. Saíram na estrada e aí foi pior, porque quando nós nos aproximávamos deles eles abaixavam e pegavam pedras. Com muito custo nós pusemos eles nos carros e voltamos. Eu reuni o pessoal todo e falei: “Gente, esse contato aqui está complicado, eles querem ir lá de qualquer jeito. Se querem ir, vamos organizar isso”. Eu aluguei várias Kombis, mandei pintar a nossa base todinha, cair por dentro, lavar com creolina, fechar e lacrar para ninguém mais entrar até que os índios chegassem. Uma semana antes o pessoal pescou, pegou macaco, pegou tudo e levou para lá para ter a comidinha deles.

Foi um alvoroço quando eles entraram na cidade de Altamira. Eu tive que chamar o Exército porque a nossa base foi cercada pela população. Os Arara eram o terror da Amazônia. Todo mundo só falava nos Arara. E de fato, várias pessoas perderam a vida nos ataques. Então, era uma coisa extraordinária para a cidade. Todo mundo subia em cima dos muros, e um jogava dinheiro, outro trazia comida e eu falei: “meu deus do céu, parem com tudo isso”! Bom, eles dormiram duas noites e ao terceiro dia conheceram a cidade, isso porque quando chegaram todos ganharam camisa calção e sandália. Aí é que vem o drama. Chegaram ao posto e foram saindo pro mato, em três grupos. Um último grupo de umas oito ou dez pessoas ficou na base, no nosso posto. Quatro ou cinco dias depois que nós tínhamos chegado, um dos índios começou a espirrar. Nós não esperamos e cobrimos todo mundo com antibiótico. E para dar o antibiótico? Não é antibiótico de beber. Esse eles cospem. Ninguém queria tomar, mas devagar nós demos. E aí nós começamos a pensar: “e os que estão lá dentro, estão doentes ou não?”.

E aí, vocês saíram atrás deles?

Pois é, o que se passou? Organizamos três equipes e saímos para procurar os vestígios deles. No segundo dia já bati em cima do vestígio deles e encontrei os caras caídos. Como eles foram abatidos rapidamente, é impressionante! A doença vem e acaba com os caras. É questão de horas e está virando tudo pneumonia. O cara morre de pneumonia. Não é a gripezinha, é a pneumonia que vem. O grupo da direita, dois dias depois de mim...- estava todo mundo com rádio, comunicação, muito bem estruturado – trouxe o pessoal. O Wellington não vinha – ele sempre entrava em contato no rádio comigo. O que se passou na equipe dele? Ele começou a pegar o rastro, achou a sepultura de um índio que tinha sido morto. Depois de um dia, uma outra sepultura semi-aberta, mas o índio estava fora. E uma terceira morte, de uma mulher, cuja criança de cinco anos estava em cima do corpo da mãe. Quando ela viu o nosso pessoal chegar, deu um trabalho desgraçado para a equipe porque ela não abandonava o corpo da mãe e tentava mamar aquele leite putrefato. Então, foi aquele drama, perdemos essas pessoas. O Wellington saiu atrás para ver quem estava vivo. Foi atrás e encontrou ainda 11 pessoas vivas desse grupo. Quando ele falou “encontrei” eu imediatamente acionei um helicóptero e todos foram resgatados.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte: nós pensamos em tudo, organizamos tudo, você só não teve a cooperação do próprio índio, que não sabe. Ficaram doentes e foram embora, tomaram seus remédios feitos com plantas. Ninguém vinha atrás de antibiótico. E nós perdemos três pessoas. Então, o que fazer? Como fazer essas coisas funcionarem? Eu nunca deixei de ter tudo isso organizado nas frentes, porém, a frente Arara me ensinou que não basta ter tudo. A tragédia ainda pode chegar apesar de você estar bem estruturado.

Como se dá o trabalho da frente de proteção etno-ambiental quando os índios se recusam a fazer o contato?

Eu mudei a orientação. Mudei o nome para Frente de Proteção Etno-Ambiental, para tentar me desligar do passado, daquela coisa “essepeiana”, por assim dizer. E como se dá essa proteção etno-ambiental? Trata-se de proteger uma terra indígena. Como é que nós protegemos? Eu vou pegar um caso onde isso foi mais agressivo, que é o vale do Javari, 8.5 milhões de hectares. Eu mantenho equipes armadas. Todo mundo armado com calibre 12 semi-automático. É a única forma de deter esse pessoal. Há décadas os fazendeiros entravam ali. Fazendeiro e madeireiro. Quando eu fui a primeira vez, no primeiro dia que nós estávamos lá, foi interessantíssimo, porque antes de eu chegar tinha um barco da Funai exatamente nesse local. Esse local é o rio Ituí, para a direita, e Itaquaí aqui pra esquerda. Esse local é o ponto estratégico. Tinha um barco da Funai há anos ali para defender a terra. O que o barco da Funai fazia? Os caras passavam, e davam o nome no barco: “eu vou lá pra terra não sei o que, eu vou tirar madeira não sei o que”. “Tá bom”, anotavam. Temos listas imensas com o nome daqueles que eram os caras que roubavam a terra indígena.

Agora, manter uma equipe dessas custa dinheiro. Hoje, a Funai tem dinheiro, tem estrutura, tem pessoal para proteger tudo isso?

Não tem mais não. Quando eu estava lá também não tinha. Uma boa parte da infra-estrutura que eu montei lá foi de acordos que eu fiz com a União Européia. A Espanha me ajudou, me deu um avião. Depois veio a Itália, até chegar agora a (Fundação) Moore, com a qual foi feito esse acordo de dois milhões de dólares, quase, para me ajudar a manter, montar a infra-estrutura, comprar equipamentos, etc. Você pode fazer as coisas, desde que você tenha vontade de fazer as coisas e um recurso mínimo que hoje a Funai não dispõe.

Frente a um cenário de expansão agrícola e de intensificação de obras de infra-estrutura que ameaçam as áreas habitadas por povos isolados, como se dará a sustentabilidade desse modelo de proteção no futuro? Você acredita que a Funai, ou algum órgão que eventualmente venha a sucedê-la, tem condições de sozinha fazer isso?

Eu acho que o tempo não é mais o tempo do SPI. A sociedade mudou. Hoje em dia existem organizações não governamentais que estão aí e devem ocupar todos os espaços se for para auxiliar o governo, a sociedade, ou grupos humanos. Eu não vejo porque ela não possa estar presente. Mas se você me pergunta: o Estado sozinho pode fazer? Ele pode. Ele não faz porque não quer. Se ele tivesse interesse, faria. Na época de antanho ele fez. Ah não, mas ele fazia mal! Mas o Estado sempre faz mal as coisas. O Estado sempre é uma máquina pesada, difícil, que não funciona, mas também não significa que todas as não governamentais

sejam também lépidas, fantásticas, eficientes. Mas eu acho que os tempos atuais já implicam em uma ação da sociedade organizada através das ONGs, de estarem mais atuantes. Mas eu acho ainda importante a presença do Estado. Um Estado que não precisa estar ali como a Funai de antigamente. Mas você pega hoje. Quem é o responsável pelas questões indígenas hoje no Brasil? Quem é? Está diluído. A lei coloca a Funai, até hoje, como a responsável pela vida, morte, terra e tudo mais. Não é a Funasa! A Funasa pode colaborar com a área da saúde, mas a lei não passou a responsabilidade para ela. Tiveram aqueles decretos presidenciais que dividiram, mas não revogaram nenhuma lei que seja. Então, é uma coisa que está difusa.

Eu acho que o Estado tem que estar metido sim na questão das terras indígenas. Certas coisas não são delegáveis. A proteção “policia” das terras indígenas...o Ibama não tem poder de polícia? A Funai tem poder de polícia também. A lei que faz a Funai tem. Por que a Funai nunca regulamentou isso? Aí você pode perguntar: “Por que você não regulamentou isso?” Eu tentei regulamentar.

Eu também... (Márcio Santilli, ex-presidente da FUNAI entre 09/1995 e 03/1996)

Você também tentou, não é? Mas não vai. Emperra. Essa seria uma área na qual o Estado poderia estar presente. Então você tem uma ONG que trabalha em determinada área, sua equipe constata uma invasão e chama esse pessoal. Não precisa haver uma não-governamental que ponha a arma na cinta. Essa não é a função dela. Então eu acho que o Estado ainda é importante, mas principalmente dentro dessas questões de terra, questões que envolvem os direitos humanos, a saúde, por exemplo, entende? Mas isso não elimina de forma nenhuma a ação da sociedade civil. Pelo contrário. Os tempos atuais significam uma maior participação das não governamentais.

E quanto ao acesso a essas áreas, porque você controla mais os pesquisadores que os jornalistas estrangeiros? Quais são os critérios que você usou, no tempo em que você coordenou esse trabalho, para liberar ou não o acesso às áreas dos chamados índios “isolados”?

Um jornalista de verdade ou uma equipe de TV pode te acompanhar em qualquer fase dos contatos, desde que sejam pessoas capazes de escutar e de entender. Mas, a maior parte do pessoal que faz isso é só estrangeiro. Por exemplo, vamos pegar a Globo, que fez um Globo repórter comigo. Eles disseram: “Sydney, eu tenho sete dias para fazer essa reportagem com você”. Eu me lembro que um dos primeiros programas com a Globo foi feito no vale do Javari, e eu tive que preparar tudo e gastar, porque eu queria mostrar nacionalmente o que os madeireiros estavam fazendo, que tinha índios isolados, que os índios estavam lá perdidos...

Com equipes de jornalistas estrangeiros a conversa é outra: “você quer, eu faço um acordo com você. Você pode integrar a equipe, mas não ter que me obedecer como se fossem funcionários meus. Te interessa fazer assim?”. Segunda parte: “Você não pode causar custo ao Governo”. Terceiro: “os índios tem que ganhar alguma coisa com a sua presença. Você vai utilizar a imagem, ou a idéia, ou a questão. O que você vai dar? Quantos mil litros de combustível você me dá? Quantas latas de óleo?”. Faça uma proposta dessa para qualquer emissora do Brasil! Ninguém vai.

E os pesquisadores?

Eu não sou contra pesquisador em área indígena não. Depende só do pesquisador. Tem que ir lá para ajudar. Antropólogo ou sertanista, ou seja lá quem for, são usados para o bem e para o mal. Não é porque é antropólogo que é bonzinho. Não é porque é sertanista que é bonzinho e não é porque é técnico indigenista que é bonzinho. Tem um monte deles por aí que estão do lado contrário, que se venderam.

O que você pensa sobre o pós-contato com os Korubo? O que você acha da atuação da Frente de Proteção Etno-Ambiental do Vale do Javari e qual a atuação dela com os outros povos do vale do Javari?

Bom, eu poderia falar até o período que estava lá. Eu não sei o que mudou, houve uma interrupção geral e todos se movimentaram contra os índios isolados. A situação não é favorável aos índios. A idéia era fazer da frente um local de formação: “Como é que vocês defendem a terra de vocês? Venham aqui conosco aprender”. Então, eles começavam a aprender tudo. Quando nós abrimos a frente, eles mal sabiam falar na radiofonia. Aprenderam usar rádio, motores, a fazer a vigilância, a usar armas mais fortes, etc., a estar conosco, nos acompanhavam em audiências disso, daquilo. Participavam. A idéia era fazer isso. Mas isso é um processo de tão longo prazo, que eu acho que não deixou semente nenhuma. Se hoje tirar a frente aquilo desmorona. Não deixa nada, porque isso requer mudanças educacionais, visões e aí é complicada a coisa.

Você começou no indigenismo trabalhando com o Orlando Villas Boas. Você se considera um continuador da obra dele?

As pessoas falam isso, eu acho que isso nasceu em função da minha reverência com relação aos Villas Boas. Eles foram muito importantes, fizeram parte do Xingu, num primeiro momento, com o Darcy, o Noel Nutels. Nasce ali o primeiro parque com uma idéia diferente, de proteção de belezas cênicas. Fizeram um trabalho muito importante para o Xingu chegar até hoje, porque se esse processo que vive o Xingu hoje tivesse começado nos anos 50, hoje esse Xingu não estava assim do jeito que está. O Orlando era um homem muito dinâmico, de administração. Aprendi

muito com ele. Vivia em São Paulo andando com indinho. Pouca gente sabe desse lado do Orlando. Orlando saía levando o indinho nas indústrias, fazia visita, levando indinho para ganhar simpatia, para ganhar as coisas para ele levar para o Xingu. Ele conseguia muita coisa, munição, alimento. Porque o dinheiro do Orlando era do Ministério da Agricultura, uma porcaria, porque não representava nada, então parte se fez, se consolidou, em cima do trabalho pessoal do Orlando, que ficava lá nas indústrias de São Paulo buscando as coisas. Ele fazia amizade com a Força Aérea, que dava duzentos quilos para ele toda semana, e era com esses duzentos quilos que ele botava as coisas lá para dentro do Xingu. O Cláudio era o contrário do Orlando. Era um homem mais tranquilo, mais dado à introspecção, lia muita filosofia. Com o Cláudio eu aprendi muita coisa sobre como estar com os índios, como tentar entender como é um povo tão massacrado, como trabalhar a mente dessas pessoas. Mas várias vezes eu discuti com o Cláudio ou com o Orlando a questão da terra. Uma das questões que eu vivi era a dos Panará. Eu trabalhava dentro do Parque. Discuti muitas vezes: Orlando, por que não demarcar a terra deles lá onde eles vivem? O Orlando acreditava que o Parque era o único lugar que poderia conter a avalanche que estava começando, o desbravamento que chegava através dessas transamazônicas. O Parque era grande, estava consolidado, tinha uma imagem, ele acreditava nisso. E eu contrapunha: “mas nós temos que criar as outras terras e fazer essa mesma imagem, divulgar, falar”. Ele respondia: “isso é trabalho de uma vida inteira para fazer e tal”.

Sobre o episódio recente da tua exoneração da Funai... o que você vai fazer no futuro?

O chato não é eu ter sido exonerado, isso é uma circunstância na vida. Eu já era um homem aposentado que estava lá em uma função de confiança. Mas dava uma boa margem para fazer uma análise. Por que o presidente da Funai exonera um cara que diz assim: “ não, índio não tem terra demais não. Precisamos é defender a terra dos povos indígenas”. Porque o presidente da Funai faz a declaração contrária? Eu acho que a análise está aí. A minha saída é de menos importância. Quer dizer, para mim assim, me deixou muito chateado. A Funai era para mim como a minha casa. Quantas vezes depois disso eu me pego parando o carro na porta da Funai: “ô meu deus, mas eu não tenho mais nada para fazer aqui”, e volto para casa.

Você tem expectativa de voltar para a Funai?

Com Lula eu não quero saber. A era Lula foi uma desgraça para os povos indígenas. Então não quero saber. Agora, se mudar...mas parece que eles vão ganhar a eleição outra vez e eu vou ter que ficar mais quatro anos fora. Mas eu fundei uma ONG que se chamava Kaitamu. Fundei por desespero total. Acabei de fundar a ONG, não tinha nem CNPJ, eu virei presidente da Funai. Esqueci. Depois a vida foi me dando porrada. Eu fui entrando com

outras organizações e conhecendo elas na sua intimidade e fui me decepcionando. Foram decepções, só. Aí eu pensei que meu erro foi não ter feito um treco que eu manobrasse para poder fazer as coisas que eu quero. Aí eu reaviventei a mesma ONG e mudei de nome. Chama-se Instituto Brasileiro Indigenista. Deve ser uma coisa, não quero empregar aquela palavra “familiar”, mas pequena e diferenciada.

Essa ONG tem sócios?

Tem outras pessoas. Tem a minha esposa, filho, está tudo assim em família. Eu quero ver se vai ser possível fazer pequenas coisas. Por exemplo, eu queria acabar com todos os motores a gasolina em certas áreas de índio, colocar tudo solar. Eu consigo o projeto, os caras pagam lá, etc, aí eu vou para a ONG e digo: “internaliza aí para mim. Você não vai fazer nada, não vai administrar nada, porque é só equipamento. Eu pego o dinheiro e compro tudo, só isso”. “Não, mas meus 10% é importante”. Se pedir os 10% eu não posso fazer. Eu tentei conseguir isso, e outras pequenas coisinhas, 20 ou 30 mil, mas que são fundamentais: rádio, comunicação, internalizar um barco... Eu vivo do meu salário de aposentado, deploro computador, deploro escrever. Aí, se vai fazer projeto, aí sim, o projeto contrata pessoas, profissionais disso e daquilo.

Tem tanta coisa para fazer. Eu imagino três áreas: questões indígenas, direitos humanos e meio ambiente. É uma questão de defesa física do negócio. Nada dessas concepções teóricas, de escrever. Eu não gosto de nada que escreve muito. Eu gosto de atuar, fazer as coisas acontecerem. E isso às vezes é mais difícil do que escrever.

Olhando para os últimos 30 anos, a população indígena no Brasil vem crescendo e as relações de contato têm se aprofundado. Os índios vão perder a alma? Olhando para os próximos 30 anos, qual futuro você vê para os índios no Brasil?

O futuro deles está intimamente ligado àquilo que nós seremos. E, ao que parece, nós seremos um bicho cada vez pior. Nós não temos melhorado nada. Efetivamente, o que a humanidade ganhou? A não ser em teorias, em concepções, em técnicas. Mas humanisticamente, mais gente passa fome hoje no mundo do que há tempo atrás. Há mais gente infeliz, desgraçada, com stress, com isso, com aquilo. E a sociedade que nós criamos nos faz ficar olhando para o umbigo. Ficamos muito preocupados com o nosso tempo, nossa aparência, nossas coisas. Eu não sei se é um momento difícil, e depois haverá uma transformação mais profunda. Mas eu acho que eles estão tão intimamente ligados a nós, ao que nós fizemos como sociedade mais forte, majoritária, que pode decidir o destino das coisas.

Mas pessoalmente eu acho que várias etnias têm uma perspectiva que eles podem superar. Mas eu estou dizendo que viver como

índio nenhum vai mais poder viver. As coisas vão mudando. Não tem como. Feito o contato não tem como regressar. Você vê os Guarani, na costa do Brasil, 500 anos de contato, eram o que tinha de melhor na nossa civilização e estão aí, pedindo esmola e fazendo aqueles arquinhos e flexinhas desse tamaninho e tentando sobreviver. Qual é a perspectiva? Eu também me pergunto. Meu desejo é que pudesse acontecer algo tão extraordinário que eles tivessem uma perspectiva melhor. Mas essa mudança dependem do que nós formos, acredito eu. Vejo momentos difíceis, mas eu desejo sorte, vida longa para todos eles.

Quais sugestões você faria para a política indigenista?

Eu não dispersaria tanto a política indigenista. Acho muito importante que os povos indígenas tenham um local onde eles discutam, falem e decidam as coisas. Não é necessário que o governo faça saúde, educação, demarque etc. Não. Mas tem que ter um órgão, Funai, seja lá o que for, que seja obrigado pelos índios a cobrar atuação e responsabilidade das entidades não governamentais. Acho que não pode ficar solto.

A política indigenista e a Funai são coisas que você pensa separadamente? As novidades que aconteceram nos últimos anos recomendariam um outro formato de relacionamento entre as instituições?

Eu acho que sem dúvida recomendam um novo formato. Do jeito que está a Funai hoje, ela é simplesmente um órgão de governo para resolver os problemas de governo. Ela age mais na defesa dos interesses do Estado do que das necessidades dos índios. É um órgão feito por nós, criado por nós, pago por nós para resolver as querelas entre nós e aqueles povos. Não é como foi no passado, na época grandiosa do SPI, do Rondon, daqueles do positivismo que deixaram suas vidas para defender os povos indígenas. Não é bem assim. A sociedade se transformou, então tem que ter uma nova Funai. Mas eu acho que nessa nova entidade que nasceria, ela teria que ser responsável em... não é coordenar... nem sei se a palavra é fiscalizar. Mas tem que haver um órgão, uma Funai diferenciada, com uma visão mais moderna de integração com a sociedade civil organizada, mas que tenha capacidade de, na questão da terra, ter uma equipe, ter autoridade e gente suficiente. Se ela fizesse só isso já seria um passo grande. Imagina, você está no Xingu com seu pessoal, constata uma invasão e dali a três, cinco, dez dias chega uma equipe (do órgão indigenista oficial), com dez, quinze homens, lavra multa, fecha, bota para fora, empurra, sai, vai embora. Isso seria um papel importante. Mas eu acho que o Estado perdeu aquela posição prioritária e única de fazer as coisas. A sociedade atual moderna já não permite mais essa visão do Estado mandando, resolvendo, decidindo e fazendo tudo. Isso não é mais o sentido de um Estado moderno.

Legislação Direitos Indígenas Conhecimentos Tradicionais Aplicação da Convenção 169 OIT

Contra-ataque Conservador

Raul Silva Telles de Valle

Advogado, mestre em Direito Econômico pela USP, assessor jurídico do ISA

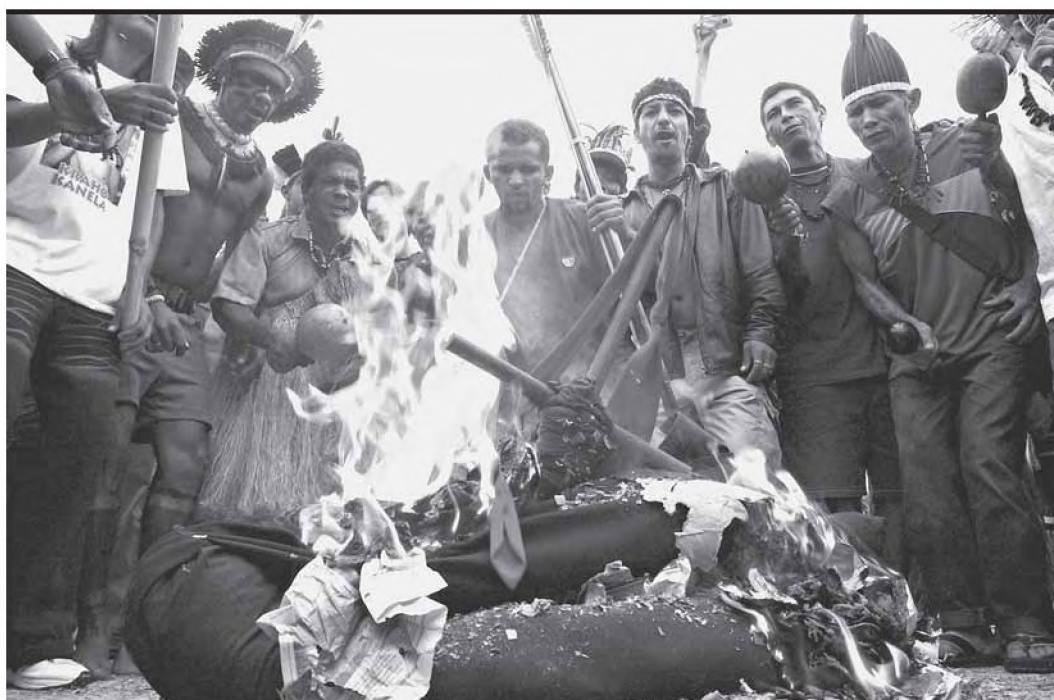
APESAR DOS AVANÇOS NO RELACIONAMENTO DA SOCIEDADE E DO ESTADO COM OS POVOS INDÍGENAS DESDE 1988, O MOMENTO ATUAL MOSTRA UM ENDURECIMENTO DAS POSIÇÕES ANTI-INDÍGENAS

Se olharmos para o que ocorreu com os direitos indígenas nesses primeiros anos do século XXI, perceberemos que estamos vivendo um momento de refluxo. Depois das importantes conquistas obtidas durante o processo constituinte e do subsequente avanço na implementação desses direitos durante a década de 90, sobretudo no que tange à garantia do direito à terra, os anos seguintes à virada do século são palco para um claro contra-ataque conservador, que tenta não só congelar o caminho para a plena implementação dos direitos constitucionais assegurados mas, sobretudo, rever muitos daqueles que começaram a ser afirmados na década passada.

Esse endurecimento das posições anti-indígenas não é novidade no cenário político nacional. Mesmo durante a Constituinte, houve sobre a mesa propostas bastante conservadoras, que acabaram sendo deixadas de lado no processo de definição de uma “constituição cidadã”. Há, portanto, um movimento pendular, que ora está mais favorável aos povos indígenas, ora os coloca na berlinda, embora seja inegável que de 1988 para cá, entre idas e vindas, há um avanço na forma como o Estado e a sociedade nacional se relacionam com esses povos.

DIREITOS AMEAÇADOS

Se focarmos no que aconteceu no âmbito do Congresso Nacional, responsável por legislar sobre os direitos indígenas, veremos que boa parte dos projetos de lei ou de emenda constitucional apresentados vão no sentido de excluir ou diminuir garantias aos povos indígenas, sob as mais diferentes justificativas.



JOSE CRUZ/ABR

Índios fazem protesto e queimam boneco do senador Mozarildo Cavalcanti, durante a Mobilização Nacional Terra Livre, em abril de 2005. O senador é autor da PEC 38/99, que prevê limitar em 50% da área total de cada estado brasileiro o território passível de ser transformado em terra indígena ou em Unidade de Conservação.

Muitas dessas propostas “revisionistas” partiram do Senado Federal, a casa legislativa que abriga os mais ferrenhos defensores do retorno ao *status quo* antes da Constituição Federal de 1988, ou seja, aqueles que não se conformam que os direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios possam se tornar obstáculo à histórica apropriação privada de terras públicas e dos recursos naturais nelas existentes. Esse é o caso, por exemplo, do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 38 de 1999, proposto pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (RR), que visa estabelecer um arbitrário limite territorial para a demarcação de Terras Indígenas e para a criação de Unidades de Conservação em todo o país, e submete os processos administrativos de demarcação de Terras Indígenas ao Senado Federal. Nesse mesmo sentido vai o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2004, que surgiu como proposta de uma comissão *ad hoc* criada por ruralistas e antiindígenas para investigar “questões fundiárias” em estados com conflitos por conta da demarcação de Terras Indígenas. Essa proposta visa aumentar a complexidade do processo demarcatório, ao estabelecer uma série de novas fases, notificações e procedimentos, e politizar seu resultado final, ao incluir no grupo de trabalho de identificação representantes do Senado Federal, do Ministério da Fazenda e da Advocacia Geral da União, órgãos que não têm competência ou expertise em assuntos indígenas, mas que seguramente poderiam opor obstáculos de “ordem econômica ou de segurança nacional” ao reconhecimento de um território indígena. Ambas as propostas, assim como a PEC 03/2004, que também tenta opor obstáculos à demarcação de Terras Indígenas ao exigir que os imóveis existentes dentro do território indígena sejam desapropriados (hoje são indenizadas apenas as benfeitorias de boa-fé), tiveram o apoio de muitos parlamentares e alcançaram estágios preocupantes de tramitação, a ponto de quase serem votados em plenário. Em função dessa iminente ameaça, uma campanha de mobilização pública foi lançada por organizações ambientalistas e indigenistas em 2003, o que conseguiu arrefecer o ânimo de seus defensores e fez com que as propostas voltassem a tramitar nas comissões de mérito para serem mais bem discutidas. Porém, em todos os casos há pareceres favoráveis de seus respectivos relatores, o que significa um grande risco de que possam a qualquer momento ser votadas e voltar para aprovação final de plenário no Senado Federal.

DEMANDAS PARALISADAS

Em contraste com esses projetos, aqueles que efetivamente beneficiam os povos indígenas pouco ou nada evoluíram. O exemplo mais expressivo é o do novo Estatuto dos Povos Indígenas, antiga demanda das organizações indígenas, que anseiam por um novo marco legal que regulamente a relação do Estado brasileiro com a diversidade de povos indígenas aqui existentes, superando de vez o estigma da tutela e abrindo espaço para que os índios possam gerir adequadamente seus territórios. Apesar de

sua óbvia importância, o projeto se encontra paralisado na Câmara dos Deputados há mais de dez anos. Os poucos parlamentares ativos da frente parlamentar pelos povos indígenas, criada como uma tentativa de resposta ao movimento conservador instaurado no Congresso Nacional, desde o princípio avaliaram que era melhor não colocar o projeto em votação, pois ele nunca foi prioridade para o Executivo e corre sério risco de ser desvirtuado durante sua discussão, recebendo “penduricalhos” nada agradáveis. Portanto, é sintomático que nenhum projeto de lei de relevância para os povos indígenas tenha sido aprovado nos últimos quatro anos, sendo a única exceção a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Algo que é possível perceber com clareza é que os grupos políticos historicamente contrários aos interesses indígenas conseguiram ampliar seu leque de aliados dentro do Congresso Nacional. O poderoso bloco ruralista, por exemplo, passou a ser uma caixa de ressonância dos anseios antiindígenas, notadamente depois que passaram a associar a questão indígena com a ambiental, com a qual vêm tendo crescentes dores de cabeça.

Mas o que mais salta aos olhos para quem acompanha o desenrolar das discussões acerca dos direitos indígenas, notadamente do direito à terra, que é base para todos os demais, é notar que nos últimos tempos a “questão indígena” voltou a ser discutida sob a égide de uma suposta doutrina de segurança nacional, como se a demarcação das Terras Indígenas fosse uma ameaça à soberania. Essa visão militarizada sobre a questão saiu das casernas e ganhou o mundo, justificando proposições legislativas, decisões judiciais e atos administrativos que paralisaram os processos demarcatórios. Exemplar nesse sentido foi o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região acerca do processo demarcatório da TI Raposa Serra do Sol. Analisando um recurso interposto contra uma decisão de um Juiz Federal de Roraima que paralisava o processo administrativo, o qual já se arrastava há mais de dez anos, a Desembargadora Selene Maria de Almeida, que em outros tempos proferiu importantes decisões em favor dos povos indígenas, adotou um posicionamento surpreendentemente “nacionalista” e, sem qualquer fundamentação legal, determinou que o procedimento fosse paralisado até que fosse convocado o Conselho de Defesa Nacional para decidir sobre o assunto, já que a área se encontra em área de fronteira. Na justificativa de sua decisão, ecoou as conclusões de um relatório elaborado pelo então Deputado Lindberg Farias, que à época militava num partido de esquerda, o qual sugeria que se excluísse do território reconhecido uma faixa de 15 km ao longo da fronteira com os países limítrofes (Venezuela e Guiana) por acreditar que os índios representam uma ameaça à segurança nacional e à soberania. Assim, na entrada no novo século, parte da esquerda brasileira se junta com os setores mais conversadores da sociedade nacional num discurso quase paranóico que enxerga a existência de povos indígenas e de territórios protegidos não como um indicador de vitalidade democrática e de ri-



OSWALDO BRAGA DE SOUZA/ISA

O Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) foi um dos agraciados com o Prêmio de Direitos Humanos 2005 do governo federal. A premiação ocorreu no Ministério da Justiça, em Brasília. O secretário-geral do Fórum, Francisco Avelino Batista Apurinã, recebeu a homenagem das mãos de Mário Mamede, ministro interino da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

queza cultural, mas como ameaças a um disforme e indefinível “interesse nacional”.

CONTRADIÇÕES

Mas deve-se registrar que o movimento não é unidirecional nem consensual, pois o próprio Judiciário, ao mesmo tempo em que adota posições retrógradas, também profere decisões reafirmando os direitos originários dos índios ao seu território. Esse foi o caso da decisão do Supremo Tribunal Federal na ação cautelar que visava impedir a homologação do processo administrativo de demarcação e delimitação da TI Yvy Katu, no Mato Grosso do Sul, alegando que as terras com título particular deveriam ser desapropriadas e que o prazo de cinco anos determinado na Constituição Federal de 1988 para a finalização do processo de demarcação de terras no país já teria se esgotado, o que impediria uma nova demarcação.

De qualquer forma, não há dúvida de que estamos atravessando tempos difíceis para os direitos indígenas, com um recrudescimento no confronto com as oligarquias regionais e a retomada de uma visão militarizada da questão. Caricatura maior dessa situação foi a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Governo Federal, cuja missão era propor os alicerces de uma nova política indigenista. Por mais absurdo que possa parecer, esse grupo de trabalho funcionou sob os auspícios do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão que substituiu o Gabinete Militar dos governos da época da ditadura, e que tem como função assessorar o Presidente da República em questões de segurança nacional e de inteligência. Isso em pleno governo popular e democrático do Partido dos Trabalhadores!

Em função dessa pesada atmosfera de retrocesso institucional, em 2004, organizações indígenas e indigenistas se agruparam

no Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI)¹ para tentar reverter essa tendência. Sua pauta era fazer frente às propostas que ameaçavam os direitos indígenas já conquistados, com foco no Congresso Nacional, além de pressionar pela aprovação do novo Estatuto do Índio e de outros projetos legislativos de interesse dos povos indígenas; fiscalizar a atuação do governo federal na implementação de políticas públicas (saúde, educação, gestão territorial etc.) e na demarcação de Terras Indígenas; mobilizar as demais organizações indígenas e seus respectivos povos na luta pela garantia dos direitos já conquistados.

A criação do FDDI foi importante para reafirmar uma visão progressista e moderna sobre a inserção dos povos indígenas na realidade nacional, tanto perante o governo federal como a sociedade nacional, que vinha sendo bombardeada com posicionamentos antiindígenas na grande imprensa nacional. Mas ainda falta muito a se fazer para que possamos atravessar a tormenta. É fundamental resgatar perante a opinião pública, e conseqüentemente perante a sociedade política, a razão de ser da proteção aos povos indígenas, suas terras e suas culturas. Principalmente quando a sanha do crescimento econômico a qualquer custo parece ter voltado com toda força para a agenda política nacional. Nesses tempos, qualquer coisa que se oponha ao modo neocolonial de utilização da terra e dos recursos naturais se transfigura automaticamente em ameaça à soberania nacional. E os índios continuam, como sempre, na primeira fila da linha de tiro. (*abril, 2006*)

NOTAS

¹ Fazem parte do FDDI a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Instituto Socioambiental (ISA), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a Comissão Pró-Yanomami (CCPY) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com acompanhamento permanente do Ministério Público Federal.

Projeto Permanece Paralisado Desde 1994

Paulo Colso de Oliveira Pankararu*

Mestrando em Direito Econômico e Social (PUC-PR)

DENTRE OS ITENS DO ESTATUTO QUE GERAM CONTROVÉRSIAS, A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM TERRAS INDÍGENAS É O MAIS POLÊMICO, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE À MINERAÇÃO E À CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Transcorridos os dois mandatos do Presidente FHC e já nas vésperas de encerrar o mandato do Presidente Lula, o Projeto de Lei nº 2.057/91, que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas, continua paralisado na Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei teve seu trâmite iniciado em 1991. Em 1994, o relator Luciano Pizzato apresentou seu substitutivo, que foi aprovado por unanimidade pela comissão especial da Câmara dos Deputados criada para discutir tal projeto. Ocorre que nesse mesmo ano foi protocolado um recurso, que implicou na sua paralisação.

No ano 2000, o Executivo Federal discutiu uma proposta com as organizações indígenas. Porém as discussões não implicaram na movimentação do projeto de lei no Congresso Nacional. Durante todas as campanhas presidenciais, Lula e a bancada petista se comprometeram em defender a aprovação da nova lei. Porém, essa questão continua sendo mais uma dentre as tantas promessas de campanha.

A inoperância dos governos de FHC e de Lula deixa claro que no país não há compromissos de nenhum dos lados com os povos indígenas. Nem os partidos políticos nem o Estado têm uma política indigenista que contemple os interesses indígenas – vício de origem desde o período da colonização e da formação da República, que deixou os povos indígenas na invisibilidade.

Entre as diversas instituições que atuam junto aos povos indígenas, há consenso no que se refere ao capítulo que trata da regu-

lamentação do poder de polícia da Funai, que tipifica as infrações administrativas relacionadas às invasões das terras e uso indevido dos seus recursos, bem como suas respectivas sanções. A falta de regulamentação desse item prejudica as atividades de proteção e fiscalização das Terras Indígenas e favorece a ação dos invasores. No entanto, há outros temas no Estatuto em torno dos quais há controvérsias:

• Da adoção da expressão povos indígenas

As organizações indígenas defendem a adoção da expressão povos indígenas para qualificá-los como titulares de direitos coletivos. Setores de diversos partidos defendiam que eles fossem tratados apenas como população indígena alegando que somente o Estado poderia utilizar o termo povo.

A controvérsia parece superada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que trata dos Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes e faz referência aos índios enquanto povos. Espera-se, portanto, que não haja problemas com o emprego da expressão povos indígenas no novo Estatuto.

• Da tutela

Há setores que argumentam que a tutela foi revogada pela Constituição Federal, e que é uma questão já superada. Há setores que defendem que a tutela permanece em vigor e assim deve continuar porque muitos povos encontram-se em situação de vulnerabilidade perante a sociedade e o Estado. Assim, a tutela serviria para proteger os direitos e interesses indígenas.

Outros setores argumentam que a tutela permanece em vigor e deve ser revogada expressamente pelo novo Estatuto pelo fato de tratar os indígenas como incapazes e ser incompatível com a luta dos povos indígenas pela autonomia. Propõe-se que a tutela deva ser substituída por normas de proteção aos índios e ao seu patrimônio territorial, ambiental e cultural, a serem expressas no Estatuto.

• Da administração do patrimônio indígena

Há setores que defendem que o órgão federal indigenista deve ser o gestor do patrimônio dos povos indígenas. As organizações indígenas defendem que os próprios índios sejam os gestores de seus bens e que recebam apoio do órgão federal indigenista para tal fim.

• Dos recursos naturais

Há setores que são contrários à exploração dos recursos minerais, hídricos e florestais das Terras Indígenas. Consideram que tais atividades podem gerar invasões de terras, impactos ambientais, culturais, sociais para os povos indígenas. Argumentam também que muitos povos indígenas não têm o costume de lidar com grandes quantidades de dinheiro e por isso ficariam bastante vulneráveis.

Outros setores defendem que tais atividades estão previstas na Constituição e devem ser regulamentadas de forma que os direitos indígenas sejam amplamente protegidos, sendo que, inclusive, algumas comunidades defendem o garimpo indígena e o manejo florestal para garantir sua sustentação.

Essa é uma das questões mais polêmicas que envolvem os povos indígenas. Como se sabe, há muita pressão sobre as Terras Indígenas e seus recursos. Nas últimas décadas, grande parte das

florestas existentes nas Terras Indígenas foram cortadas ilegalmente, deixando o prejuízo ambiental e econômico para os povos indígenas. Do mesmo modo ocorreu a extração ilegal de minérios nessas terras.

Algumas comunidades vêm fazendo acordos com agências governamentais, autorizando a implantação de hidrelétricas. O aumento da demanda por energia elétrica e a possibilidade de acontecer o apagão também aumentaram as pressões sobre as comunidades indígenas.

Por outro lado, importantes lideranças do movimento indígena questionam até quando os povos indígenas vão depender de ações de ONGs ou do governo para se mobilizarem.

Na visão dessas lideranças, o novo Estatuto dos Povos Indígenas deve ser o instrumento adequado para mudar as relações com o Estado e a Sociedade, garantindo o desenvolvimento sustentável com base nas culturas indígenas bem como a conservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. *(fevereiro, 2006)*

NOTAS

* Bolsista do Programa Internacional de Bolsas para a Pós-Graduação da Fundação Ford.

PL DA MINERAÇÃO ATROPELA O ESTATUTO

Durante a I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada em abril de 2006 em Brasília, quase 800 delegados indígenas de todo o país discutiram a questão da regulamentação da exploração garimpeira em TIs. Os índios não querem discutir o PL de mineração – projeto apresentado no Governo Lula para substituir aqueles já em apreciação pelo Congresso Nacional, dentre eles o PL 1610/96, do então Senador Romero Jucá (RR) – desvinculado do Estatuto das Sociedades Indígenas. As lideranças alegam que regulamentar a mineração separada significa, na prática, desistir de votar o Estatuto como um todo e regulamentá-lo por partes, o que acabará por priorizar os temas que denotam interesse econômico, deixando de lado questões também importantes, mas menos “interessantes”, como tutela, direitos civis, autodeterminação, dentre outros. (sobre exploração mineral em TIs, ver pág. 176)



PAUL SILVA TELLES DO VALLE/ISA

Brasil e Colômbia: Resultados Diferentes para Realidades Semelhantes

Biviany Rojas Garzón

Raul Silva Telles do Valle

Cientista política e advogada, assessora jurídica da Fundação Gaia Amazonas, Colômbia

Advogado, mestre em Direito Econômico pela USP, assessor jurídico do ISA

PASSADOS QUASE TRÊS ANOS DA PROMULGAÇÃO DA CONVENÇÃO NO BRASIL, É FORÇOSO RECONHECER QUE A EUFORIA DA VITÓRIA NÃO FOI MUITO ALÉM DOS PRIMEIROS SEMINÁRIOS E ARTIGOS ESCRITOS PARA CELEBRÁ-LA

Após quase uma década de espera, finalmente, em 2002, o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, através da promulgação do Decreto Legislativo nº 143, que entrou em vigor em 2003. Alvo de críticas dos setores políticos mais conservadores, que a viam como uma porta para declarar a “independência” dos povos indígenas habitantes do território brasileiro, a Convenção 169 sempre foi vista pelas organizações indígenas e indigenistas como um importante instrumento jurídico na defesa e promoção dos direitos indígenas, e por essa razão comemoraram quando finalmente foi internalizada em nosso ordenamento jurídico.

Passados quase três anos de sua entrada em vigor, no entanto, é forçoso reconhecer que a euforia com sua promulgação não foi muito além dos primeiros seminários e artigos escritos para celebrá-la. De fato, uma pesquisa pela jurisprudência dos tribunais brasileiros com competência para tratar de direitos indígenas (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais) aponta para um fato preocupante: não há até o momento nenhum acórdão em qualquer desses tribunais que tenha se fundamentado expressamente em algum dos dispositivos da Convenção.¹

Mas não é só no judiciário que se observa – ou melhor, não se observa – a aplicação da Convenção 169. Também no âmbito do Poder Executivo é possível identificar seguidos casos de não observância das disposições desse tratado internacional, notadamente naqueles pontos em que esse diploma jurídico

inovou em relação à nossa legislação interna, como é o caso do direito à consulta prévia.

Diz o art. 6º da Convenção 169 que os povos indígenas deverão ser sempre consultados antes da adoção de qualquer decisão administrativa ou legislativa que tenha o potencial de afetar suas terras, modos de vida ou meios de sobrevivência. No entanto é possível apontar vários projetos de infra-estrutura que foram elaborados e aprovados pelo Governo Federal, ou pelos governos estaduais, sem que tenha havido qualquer tipo de consulta específica aos povos afetados. Podemos citar vários casos, como o do asfaltamento das rodovias BR-163 (MT/PA) e 158 (MT/PA) ou mesmo da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) do Kuluene (MT). Mas talvez o mais emblemático tenha sido o da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

Por afetar diretamente a Terra Indígena Paquiçamba e indiretamente outras situadas a montante, o projeto de construção da UHE Belo Monte teve de ser aprovado pelo Congresso Nacional. Talvez a proposição mais rapidamente aprovada na história do parlamento brasileiro, o projeto de decreto legislativo que autorizava sua implantação – proposto por um deputado da base governista no Congresso Nacional – foi aprovado, nas duas casas legislativas, em menos de duas semanas. Nesse meio tempo ninguém se lembrou de consultar os índios.

Essa aprovação, no mínimo afobada, gerou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 3573) proposta pela Procuradoria Geral da República, que, alimentada com a representação de algumas organizações da sociedade civil,² questionava exatamente a falta de consulta prévia consagrada na Convenção 169. Apesar do STF não haver se manifestado quanto ao mérito da questão, extinguindo-a por razões meramente processuais, foi possível observar, durante o julgamento, o Advogado Geral da União defender o ato do Congresso Nacional afirmando que não estaria



INES ZANCHETTA/ISA

Seminário realizado pelo ISA, Warã Instituto Indígena Brasileiro e Rainforest Foundation/US discutiu as novas bases do direito indígena no Brasil com a entrada em vigor da Convenção 169 da OIT. O evento aconteceu em Brasília, no auditório da OIT, nos dias 11 e 12 de agosto de 2003, e também apresentou experiências relacionadas à aplicação deste acordo internacional no Peru e no Equador. Na foto acima, Ana Valéria Araújo, da Rainforest Foundation, e Neide Esterci, do ISA, na abertura do seminário. À direita, Isabela Figueroa, advogada da Rainforest/USA, apresenta estudo de caso no Equador, que envolve a exploração de recursos em Terras Indígenas e o direito de consulta e participação por parte dos povos afetados.

escrito em nenhum lugar que a oitiva das comunidades indígenas deveria se dar antes da aprovação do decreto legislativo.

APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO 169 NO BRASIL

Durante muito tempo houve uma grande controvérsia entre os juristas brasileiros acerca de como um tratado internacional se integraria ao ordenamento jurídico nacional, notadamente aqueles referentes a direitos humanos. Alguns defendiam que os tratados internacionais tinham de ser aprovados tal como leis pelo parlamento para poder ter eficácia dentro das fronteiras nacionais, e que portanto eram incorporados como leis ordinárias. Outros sustentavam que esses tratados, por versarem sobre direitos e garantias fundamentais, eram incorporados pela simples ratificação e tinham status de norma constitucional, ou seja, de nível superior.

A jurisprudência do STF, no entanto, firmou entendimento no sentido de que os tratados, quaisquer que fossem seus assuntos, seriam internalizados como lei ordinária. Isso veio a ser reforçado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 (2004), que acrescentou um parágrafo terceiro ao art. 5º para dizer que somente serão incorporados como normas constitucionais aqueles tratados que cumprirem o rito congressual necessário à aprovação de uma emenda constitucional, ou seja, com aprovação de três quintos dos membros de cada casa legislativa em dois turnos.

Temos, portanto, um sistema constitucional conservador no que trata de relacionar normas internacionais com o ordenamento jurídico interno, mesmo se tratando de direitos humanos, como é o caso da Convenção 169 da OIT. Para nossa Corte Constitucional não se pode dizer que um tratado vale mais do que uma lei interna simplesmente porque é fruto de uma obrigação internacionalmente assumida. Pelo contrário, ele vale, no máximo, como



CRISTIANE FONTES/ISA

uma lei ordinária, podendo ser revogado por uma nova lei aprovada após sua ratificação.

Esse posicionamento se reflete na prática judicial e administrativa brasileira. Afora casos de comércio e transporte internacional, quase que exclusivamente regulados por normas internacionais, poucas são as decisões judiciais que se fundamentam principal ou exclusivamente em tratados já ratificados pelo Brasil. Uma exceção a essa regra deve ser notada no caso da Justiça Trabalhista, que de fato vem aplicando as convenções da OIT como fonte primária do Direito e não como mero reforço de argumentação. Mas em todos os outros casos relativos a direitos indígenas, meio ambiente e direitos humanos em geral, pouquíssimos são os juízes que se lembram de recorrer às regras de direito internacional para decidir um caso.

O “costume jurídico” brasileiro coincide com o posicionamento do STF. Nas faculdades de direito pouco se lembra das normas internacionais quando se estuda um assunto qualquer, e se o faz é a título de contextualização, mas nunca o tratado é mostrado como um instrumento válido e eficaz para resolver problemas do dia-a-dia nacional. Poucos são os advogados que se fundamentam em normas internacionais para apresentar uma ação, pois é sempre preferível buscar uma norma interna para justificar sua demanda do que se basear em normas muitas vezes compreendidas como meramente “programáticas” pelo judiciário. Menos comum ainda é ver a mudança de postura de órgãos executivos pela simples ratificação de um tratado. Aqui, sempre parece que a lei interna tem “mais força”.

No caso da Convenção 169 da OIT várias causas podem ser aventadas para sua tímida aplicação no país. Uma delas é seu curto prazo de vigência, o que talvez explique por que ainda não tenha dado tempo de se iniciar uma sólida jurisprudência. Mas o mais provável é que poucos juízes e operadores do direito a conheçam e, mesmo aqueles que a dominam, relutam em utilizá-la como base principal para suas reivindicações, exatamente pelo mal costume que temos.

Mas isso não precisa ser necessariamente assim. Em outros países, a Convenção 169 vem sendo utilizada em demandas judiciais para garantir importantes direitos aos povos indígenas, seja anulando atos administrativos ou vinculando a realização de planos governamentais à consulta prévia de povos indígenas por eles afetados. A Colômbia é um desses países, e pode ser um espelho de como poderíamos utilizar esse instrumento.

APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO 169 NA COLÔMBIA

A Colômbia foi o terceiro país do mundo a ratificar a Convenção 169 da OIT, em 1991, e o segundo na América Latina depois do México.³ A ratificação deu-se numa conjuntura especial para os povos indígenas, pois o país estava se preparando para celebrar os 500 anos do “*descobrimento da América*”, e em plena elaboração do novo texto constitucional, que veio substituir a Constituição de 1886. Pela primeira vez na história do país, representantes indígenas participaram da elaboração da Constituição Nacional, e nela o movimento indígena conseguiu introduzir a maioria de suas demandas políticas. Para o movimento indígena, a Convenção 169 da OIT fazia parte das mudanças legislativas que tinham de ser feitas, e não por acaso ela foi ratificada no mesmo ano em que foi promulgada a nova Carta Constitucional. Após 14 anos de sua ratificação, a Convenção, embora ainda não esteja sendo aplicada em sua plenitude, se firmou como um marco jurídico importante para a defesa dos direitos indígenas tanto na esfera administrativa como legislativa e judicial.

Em 1998, o Governo Nacional editou o Decreto nº 1320 para regulamentar sua aplicação, especificamente no tocante à consulta prévia, e tentar conter a pressão do movimento indígena, que já havia paralisado obras de infra-estrutura hidroelétrica e explorações petrolíferas de empresas privadas. Ocorre que, paradoxalmente, o decreto foi elaborado e aprovado sem a devida consulta prévia aos povos indígenas ou suas organizações representativas, e por essa razão a Organização Nacional Indígena de Colômbia (Onic) ingressou com uma ação perante o Conselho de Estado (o mais alto tribunal da justiça administrativa) para tentar anulá-lo. Além de não ter sido discutido com as organizações indígenas, o decreto tratava a consulta prévia como um requisito puramente formal no processo de tomada de decisão, sem poder para realmente influenciá-lo.

O Conselho de Estado, no entanto, entendeu que o decreto estava de acordo com a Constituição e com os princípios da Convenção 169. Para fazer tal assertiva, apoiou-se no artigo 34 do tratado, o qual diz que “*a natureza e o alcance das medidas que sejam adotadas para pôr em efeito a presente Convenção deverão ser determinadas com flexibilidade, levando em conta as condições próprias de cada país*”. Para o tribunal, no caso colombiano, era o poder executivo quem teria a competência legal para regulamentar esse tipo de assunto, e sequer entrou no mérito da falta de consulta durante sua elaboração.

Dessa forma a Onic, com o apoio da Central Unida de Trabalhadores (CUT), apresentou em 1999 uma reclamação perante o Conselho de Administração da OIT, denunciando a violação da Convenção por parte do Poder Executivo, e a negligência dos juízes nacionais acerca do tema. Em 2000, a OIT enviou uma recomendação ao governo colombiano na qual apontava a necessidade de revogar o Decreto nº 1320 de 1998 e consultar os povos interessados para a elaboração de uma nova regulamentação sobre o tema. Apesar dessa recomendação, o governo não só não revogou o decreto como continuou utilizando-o para aprovar obras de infra-estrutura, gerando inúmeros conflitos com os povos indígenas, que se negavam a aceitá-lo. Finalmente, em 2003, a Corte Constitucional, que está hierarquicamente acima do Conselho de Estado, decidiu que o decreto 1320 não poderia ser utilizado em nenhum caso para se realizarem consultas prévias com povos indígenas, por não estar de acordo nem com a Constituição Política nem com a Convenção 169 da OIT.

Com essa decisão, o governo revogou o decreto e aceitou discutir uma nova regulamentação com os povos interessados. Até o momento, no entanto, não há uma nova regulamentação em seu lugar, por falta de acordo entre as organizações indígenas e o governo. Esse é um problema que urge ser resolvido, pois, na falta de regulamentação, o governo continua autorizando obras sem uma consulta adequada aos povos indígenas, o que muitas vezes gera problemas que afetam a própria gestão administrativa.

É na jurisprudência da Corte Constitucional que vamos identificar os maiores avanços na aplicação da Convenção 169 na Colômbia. Entre os anos de 1992 e 2003, a corte analisou 19 casos relativos a direitos indígenas, todos apresentados por autoridades e organizações indígenas. Em todas essas ações os autores alegaram, ademais de infrações à ordem constitucional, desrespeito a regras e princípios consagrados na Convenção 169 da OIT.

Nos 14 anos de jurisprudência constitucional analisada, é possível evidenciar uma evolução da mesma com relação à aplicação da Convenção 169. No princípio, a Corte Constitucional se limitou a aplicar a Convenção como mera lei ordinária, ou simplesmente como fonte secundária de interpretação constitucional. Porém, a partir de 1997, com o julgamento do caso de exploração de petróleo em território do povo indígena Uwa, e principalmente após 1998, com o caso Embera-Katio, a Corte Constitucional firmou o entendimento de que a Convenção 169, por cuidar de direitos fundamentais, tem status constitucional, e por isso condiciona não só os atos administrativos, mas também as leis aprovadas pelo Congresso.

Os casos analisados pela Corte nesse período versaram sobre os mais diversos temas. Podemos citar como exemplo a ação de tutela contra uma empresa petrolífera, no caso Uwa-OXY, na qual a exploração foi paralisada até que houvesse a consulta prévia. Ou a ação contra a construção da estrada do Café que pretendia

atravessar um minúsculo resguardo sem consultar as comunidades afetadas. Assim como a ação contra as fumigações aéreas de cultivos de coca na Amazônia colombiana, suspensas até que o governo consultasse as comunidades indígenas da região.

Um dos casos mais importantes é o do povo indígena Embera Katió. Afetados por duas usinas hidroelétricas – Urrá I e II – perderam a quase totalidade de seu território, o que praticamente lhes impossibilitou de continuar com suas atividades tradicionais de caça e pesca, pois a pequena parte restante de seu território ainda era sobreposta com o Parque Nacional Natural de Paramillo. Diante dessa situação, e na iminência de funcionamento da Hidroelétrica, as autoridades Embera decidiram ingressar com uma ação judicial contra o Ministério de Meio Ambiente e a empresa Urrá S.A. pela violação do direito fundamental de consulta prévia no processo de licenciamento ambiental.

O interessante do caso é que, embora os Embera-Katió tenham perdido em primeira e segunda instâncias, a Corte Constitucional decidiu conhecer da ação e ordenou a revogação das duas sentenças anteriores, reconhecendo a violação do direito à consulta prévia. A Corte condenou a empresa Urrá S.A. a indenizar todos os habitantes dos resguardos afetados (1.300 pessoas aproximadamente), o que significava arcar com os gastos de transporte e alimentação por 15 anos, além de custear o reassentamento do povo. Essa decisão foi de grande importância para firmar a regra da consulta prévia tanto na prática administrativa quanto empresarial, pois, ao impor sanções econômicas, mostrou que a consulta prévia não era mera diretriz programática, mas sim um princípio jurídico que deveria ser levado a sério.

O que fica claro numa leitura histórica sobre a implementação da Convenção 169 na Colômbia é que, se hoje ela é reconhecida pelo Judiciário e pelo Poder Executivo como um instrumento válido e eficaz, isso se deve à intensa mobilização judicial do movimento indígena, que recorreu a todas as instâncias nacionais e internacionais para fazer valer sua autoridade. Outra conclusão importante é que, ao lançar mão da ferramenta de direito internacional existente dentro da Convenção – as reclamações junto à OIT –, o movimento indígena conseguiu constri-

ger o Governo até este começar, mesmo que timidamente, a colocar em prática alguns dos direitos expressos na convenção.

OS DIREITOS INDÍGENAS NA PRÁTICA

Hoje o problema dos direitos indígenas não consiste mais no seu reconhecimento jurídico, mas em sua aplicação real. A Convenção 169 da OIT, embora não traga grandes inovações em relação ao direito interno da maioria dos países que a ratificaram, abre a porta para que os povos indígenas mobilizem novas e fortes pressões internacionais, o que em alguns casos fez com que os direitos indígenas, consagrados em constituições e leis, tenham sido levados a sério.

Ao se fazer uma análise comparativa entre o caso colombiano e o brasileiro, podemos concluir que embora em ambos os países a aplicação de normas internacionais pelos tribunais seja pouco usual, na Colômbia, em função do persistente ativismo judicial dos povos indígenas por mais de 10 anos, a Convenção 169 da OIT é sim eficaz. Por aqui ainda não encontramos importantes manifestações judiciais com respeito à aplicação desse diploma internacional, talvez porque tenha sido ratificado há relativamente pouco tempo, talvez porque não traga grandes inovações substantivas. Mas, olhando para o caso colombiano, vemos que, mais do que novos direitos, a Convenção 169 traz um novo espaço de luta, o internacional, que em muitos casos pode ser útil. Assim, temos de esperar mais alguns anos para poder avaliar os frutos de sua ratificação, que só surgirão caso ela seja compreendida como uma ferramenta útil pelos defensores dos direitos indígenas. *(fevereiro, 2006)*

NOTAS

¹ Pesquisa realizada pela estagiária jurídica do Instituto Socioambiental, Carolina Pinheiro, em fevereiro de 2006.

² ISA, Coiab, Greenpeace e Fórum Carajás.

³ A Convenção 169 da OIT foi ratificada, até o momento, por Noruega, México, Colômbia, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Paraguai, Peru, Honduras, Dinamarca, Guatemala, Países Baixos, Fiji, Equador e Venezuela.

Novos Rumos e Alternativas de Proteção

Fernando Mathias

Advogado do ISA

AS LEIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PRIVATIZAM O CONHECIMENTO SEGUNDO LEIS EXCLUSIVISTAS DO MERCADO. NO ENTANTO, ESSA LÓGICA DE PROTEÇÃO É INCOMPATÍVEL COM A LÓGICA DE COMPARTILHAMENTO E LIVRE CIRCULAÇÃO DO SABER TRADICIONAL. A ESSE CENÁRIO, SOMA-SE A CRESCENTE MONETARIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE POR MEIO DE PATENTES. TORNA-SE NECESSÁRIO, ASSIM, TRAÇAR RUMOS E ALTERNATIVAS PARA A PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE

Não se pode negar que o conhecimento sobre o meio em que se vive é algo fundamental para a construção da cultura de um povo. Durante milênios, a livre circulação de idéias, experiênci-

as e conhecimentos permitiu ao homem aprimorar sua relação com a natureza, recriando paisagens e gerando tecnologia e diversidade ambiental e cultural. A natureza ainda continua a ser o palco da evolução humana, não obstante a irresistível tentação do homem de acreditar que pode dominá-la através de novas tecnologias como a genômica, proteômica ou nanobiotecnologia.

De uns tempos para cá, até bem recentemente em termos históricos, boa parte do conhecimento do homem sobre o meio ambiente passou a ser privatizado através de mecanismos de propriedade intelectual, especialmente patentes. O sistema de propriedade intelectual foi praticamente recriado a partir do advento da biotecnologia, estendendo além dos limites do bom senso o conceito de “invenção”: atualmente, genes, moléculas – inclusive de seres humanos –, micróbios e plantas podem ser patenteados, ou seja, virar propriedade privada de uma empresa farmacêutica, cosmética ou de agricultura.



SONIA LORENZISA

Mulher indígena de lauretê, alto rio Uaupés, mostra raízes usadas para tingir a fibra de tucum.

O valor da natureza e do processo de geração de conhecimento são entendidos distintamente de acordo com diferentes sociedades. Para a sociedade ocidental, a sociobiodiversidade tornou-se valiosa enquanto objeto de pesquisa, fonte de impulsos tecnológicos nas biociências e nas bioindústrias, transformados em vetores de concentração econômica através de patentes. Para outras sociedades culturalmente distintas, essa mesma sociobiodiversidade é valiosa por seus atributos sagrados, por fazer parte de uma cosmologia de pertencimento que enxerga homem e natureza como entidade única.

A PRIVATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A notável evolução da indústria de biotecnologia a patamares há pouco impensáveis se deu em dois campos jurídico-regulatórios distintos, em cuja interface se forjou o termo “biopirataria”: de um lado, o patrimônio genético até recentemente considerado como bem comum da humanidade (até o advento da CDB em 1992, que reconheceu soberanias nacionais sobre esse patrimônio), e de outro lado o sistema de propriedade intelectual, assente sobre a noção individual de propriedade privada sobre o intangível. Essas circunstâncias permitiram um processo de privatização extremamente lucrativo: indústrias de biotecnologia contam com uma fonte gratuita de matéria prima, cujo manual de instrução se encontra no conhecimento de povos indígenas e comunidades locais, e os transformam em propriedade privada através de sua tradução em uma linguagem tecnocientífica passível de ser patenteada, de acordo com critérios cada vez mais distorcidos de inovação, passo inventivo e estado da técnica (*ver pág. 89*).

Há uma pressão intensa de países desenvolvidos por uma “harmonização” das legislações de patentes no mundo, nivelando por baixo esses critérios de patenteamento de forma a aumentar a dependência econômica e a perda de soberania alimentar e de saúde de países pobres. Começou com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), depois veio o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPs) da OMC, agora já se discute um Tratado Substantivo em Matéria de Patentes no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), além dos Tratados Bilaterais ou Regionais de Livre Comércio, que já detêm regras que permitem o patenteamento de descobertas e seres vivos, e que consideram atividades de bioprospeção como “serviços científicos de pesquisa”, transformando autorizações de acesso em “acordos de investimento” e concedendo patentes em remuneração aos “investidores”, como se a espoliação fosse um benefício prestado ao próprio espoliado.

Patentes já viraram instrumento de especulação: a estratosférica curva de crescimento do número de patentes no campo da biotecnologia é inversamente proporcional ao número de inven-

ções e produtos desenvolvidos e colocados a serviço da sociedade. Nas universidades, pesquisadores patenteiam seus trabalhos antes mesmo de os publicar, invertendo completamente a premissa essencial da produção científica acadêmica. Acesso ao conhecimento, mesmo na academia, passa a ser pago (*ver artigo, pág. 92*).

A maximização do sistema de propriedade intelectual, em vez de promover e divulgar, cerceia o acesso a conhecimentos e inovações pela esmagadora maioria da população no mundo, limitando-o a poucos que detêm condições econômicas de pagar por isso. Como conceber que um sistema desses possa estimular a produção de conhecimento?

Boa parte das pessoas já vem se dando conta disso, e batalhando por uma mais livre circulação da cultura, do conhecimento e da informação para a sociedade em geral. Movimentos importantes como o software livre, as licenças autorais abertas (*creative commons*), as enciclopédias abertas (*wikipedia*) e iniciativas de acesso livre (*open access*) no meio acadêmico envolvem lógicas diferentes, baseadas no resgate de princípios éticos de aprimoramento de sistemas e obras a partir da construção coletiva e do controle social difuso através de redes sociais, virtuais ou não.

A LIVRE CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Essas iniciativas inovadoras têm raízes antigas. A circulação de conhecimento entre povos indígenas e comunidades locais através de redes sociais de troca é a dinâmica milenar responsável pela manutenção de um sistema cultural de manejo e compreensão do ambiente (*ver artigo, pág. 96*).

No entanto, o embate entre os diferentes valores sobre a biodiversidade, embora pareça distante e etéreo, pois a princípio se dá no campo das idéias, vem tomando representações cada vez mais críticas e concretas, especialmente no campo da agricultura, onde o monopólio econômico do uso de plantas e sementes cria situações sociais de aumento de dependência e perda de soberania alimentar de grande parte da população rural do mundo.

A globalização dos mercados permitiu uma maior penetração de produtos em larga escala em locais remotos. Cachaça, macarrão e cesta básica podem ser encontrados em comunidades cada vez mais isoladas, causando um processo de homogeneização alimentar que resultam na erosão da agrobiodiversidade cultivada e dos conhecimentos associados, além do aumento de dependência e queda dos indicadores de saúde e nutrição. O modelo econômico baseado na monocultura agrícola e na concentração fundiária, por sua vez, restringe o acesso à terra e a recursos naturais por grande parte da população rural global, o que acarreta também a perda de conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas e animais.

Cada vez mais se abandona a roça para comprar comida enlatada, a sabedoria dos anciãos é desprezada, jovens vão para as cidades em busca de emprego, remédios tradicionais são criminalizados, sistemas de educação impõem valores individualistas e competitivos em oposição à solidariedade comunitária que caracteriza a organização social de povos indígenas e comunidades locais.

Para fazer frente a essas ameaças, é importante dar maior ênfase a uma abordagem endógena de proteção dos conhecimentos no seio das aldeias e comunidades, com medidas como valorização de sistemas autônomos de educação e saúde, valorização de mulheres e anciãos e sensibilização dos jovens.

O reconhecimento de direitos territoriais, ambientais e de autodeterminação, bem como o fortalecimento dos sistemas consuetudinários de direito e da organização social dos povos tradicionais são fundamentais para manter as redes de relações e intercâmbios sociais, culturais e ambientais que permitem a reprodução e conservação *in situ* dos sistemas de conhecimento e de manejo da diversidade biológica, especialmente de plantas cultivadas (*ver artigo, pág. 100*).

Considerando que vivemos em um mundo onde essas duas realidades coexistem — o conhecimento livre essencial a uma realidade cultural e o conhecimento privatizado voltado ao mercado — o desafio que se coloca agora é justamente como buscar caminhos para construir relações positivas entre povos indígenas e locais e o mercado.

TERROIR: UM CONCEITO SOCIOAMBIENTAL

O direito à terra é fundamental para a sobrevivência cultural de povos indígenas e comunidades locais, e há muito que caminhar no reconhecimento de direitos territoriais a quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, pequenos agricultores.

No campo da política indigenista, o caminho percorrido é maior, mas está longe de terminar. Ainda assim, povos indígenas com territórios demarcados não raro vivem em completa miséria, em relações de exploração e dependência econômica, diante da total falta de políticas públicas de gestão desses territórios. Não há incentivo para produção, alternativas econômicas de base sustentável, tampouco acesso a crédito. O desafio da era pós-demarcações é justamente a *gestão* das Terras Indígenas pelos próprios índios.

Nesse sentido, experiências positivas de certificação ligadas a um conceito de território cultural e ambiental, inspiradas no conceito que forma a base do sistema francês de denominações de origem (*terroir*), podem ser uma forma de agregar valor de mer-

cado a características culturais e ambientais próprias, que determinam a singularidade de um determinado produto elaborado no âmbito de comunidades tradicionais (*ver artigo, pág. 104*).

As experiências de Apelação de Origem Controlada (AOC), de origem francesa, caracterizam-se pela identificação de um produto agrícola cuja autenticidade e tipicidade estão ligadas à sua região geográfica de origem e às circunstâncias socioambientais que envolvem seu processo de produção.

O interessante do sistema AOC é que seu pressuposto emana de uma ligação intrínseca entre um produto e um determinado *terroir*; conceito que denota um território geográfico com características geológicas, ecológicas e climáticas singulares, bem como fatores humanos e culturais, como práticas de manejo agrônômicas, conhecimentos tradicionais, padrões de ocupação, etc.

Ou seja, além do território físico e ambiental, a noção de *terroir* implica também tradições compartilhadas de produção, história comum, identidade coletiva e normalmente cultivos agrícolas tradicionais ou raças e linhagens de animais que conformam um patrimônio cultural e natural vivo e dinâmico. Os produtos advindos de um *terroir* podem ser passíveis de proteção por uma AOC como parte do patrimônio cultural nacional. Nesse caso, o mercado pode vir a fortalecer, em vez de erodir, os valores socioambientais ligados ao manejo de recursos naturais por povos tradicionais. É possível incorporar a noção de *terroir* como a unidade institucional sobre a qual se poderia construir uma política pública no Brasil voltada à valorização do patrimônio cultural indígena e da produção agrícola.

A partir do reconhecimento de um determinado *terroir* — que poderia integrar por exemplo um inventário do patrimônio cultural brasileiro —, a produção agrícola tradicional advinda daquela região poderia ser valorizada através do reconhecimento pelo Estado de uma indicação de origem. A oferta reduzida de um produto com forte vínculo territorial, cultural e ambiental agrega valor ao produto no mercado, abrindo portas para, através de mecanismos de incentivo e salvaguardas, a conquista de um nicho de mercado que possa reverter em benefícios voltados à proteção endógena dos conhecimentos tradicionais e das plantas cultivadas de povos indígenas e comunidades locais.

A implementação e o uso desse mecanismo junto a comunidades indígenas poderia ser uma política pública baseada na demanda dos próprios povos indígenas para alternativas econômicas de base sustentável; o papel do governo seria o de fomentar e dar resposta às demandas indígenas, através do reconhecimento oficial de *terroirs* indígenas que conformassem um arcabouço sobre o qual poder-se-ia fazer um levantamento de potenciais produtos com indicação de origem. (*abril, 2006*)

Saber Tradicional x Saber Científico

Laymorte Garcia dos Santos

Professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp
e membro-sócio do Instituto Socioambiental

DENTRO DO REGIME DE PROPRIEDADE INTELECTUAL VIGENTE, HÁ UM DESEQUILÍBRIO MUITO GRANDE ENTRE O VALOR QUE SE CONFERE AO CONHECIMENTO TECNOCIENTÍFICO E O BAIXÍSSIMO VALOR QUE SE CONFERE AOS OUTROS TIPOS DE CONHECIMENTO, QUE LHE SERVEM DE MATÉRIA-PRIMA, COMO O CONHECIMENTO TRADICIONAL

Atendo-se com atenção ao que dizem os juristas e os defensores da propriedade intelectual, é possível verificar que eles nunca afirmaram que os conhecimentos tradicionais podem ser processados pelo regime de propriedade intelectual *do modo como existem*. Para que o fossem, teriam não só que ser traduzidos na linguagem da tecnociência, como também apresentar as características de uma inovação tecnocientífica, como é o software de computadores ou o código do genoma humano. Em suma, para se tornarem conhecimentos reconhecíveis pela propriedade intelectual, os conhecimentos tradicionais têm de deixar de ser tradicionais.

No entanto, ninguém está interessado em transformar realmente os conhecimentos tradicionais em tecnocientíficos. O que, evidentemente, não significa que se queira deixá-los em paz nas comunidades. O que se quer é acessar as propriedades das plantas, animais, etc. através do conhecimento tradicional para produzir pequenas alterações que serão escritas em linguagem tecnocientífica, e obter então uma patente específica baseada nessas pequenas modificações, afetando, entretanto, aquilo que o conhecimento tradicional descobriu. Se questionado, o cientista responderá que não tem nada a ver com o conhecimento tradicional, mas que gostaria de acessá-lo porque de certa maneira este já identificou uma série de propriedades, e tal identificação poupa tempo e dinheiro durante a fase de prospecção. Mas ao mesmo tempo em que o cientista expressa uma espécie de conhecimento que não tem nada a ver com o conhecimento tradicional, expressa também um conhecimento que já não tem nada a ver com o conhecimento moderno. Tal conhecimento é con-

temporâneo, é cibernético, relativo a uma determinada dimensão da natureza, que é a dimensão da informação. A ciência moderna trabalhava com matéria e energia; a partir dos anos 50, a ciência contemporânea trabalha principalmente com informação. Os cientistas contemporâneos podem reinventar o mundo e utilizar todo o conhecimento do passado para recombinar isso tudo nessa nova reinvenção. É essa reinvenção que será patenteada e apropriada, não o conhecimento do passado.

O problema é que esse conhecimento, que é contemporâneo, que começou na década de 50 do século passado, não existiu sozinho, e não saiu do nada, mas emergiu do desdobramento ou da transformação de um conhecimento que vinha desde o começo do mundo até agora. Então por que só esse conhecimento tem valor? Nesse contexto, o conhecimento tradicional passa, então, a ser um instrumento para uma operação de apropriação que, através da tradução de um tipo de conhecimento em outro, transfere um poder das mãos da comunidade indígena para a comunidade científica e para o capital que ela está cada vez mais disposta a servir. E aqui cabe lembrar que a tecnociência e o capital, em aliança, vêm na tradução do conhecimento tradicional e moderno em conhecimento informacional uma ótima oportunidade de negócio.

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Se o regime de propriedade intelectual não serve para proteger o conhecimento tradicional – por funcionar numa lógica de mercado na qual o que tem valor de fato é o conhecimento contemporâneo e informacional (“o produto”), e não o processo ou a matéria-prima que o gerou (“o legado do passado”) –, então por que os povos indígenas têm que se preocupar com ele?

É aí que entra o fruto envenenado da repartição de benefícios. Quando há conhecimento tradicional associado ao recurso que será utilizado pela tecnociência, ela declara não estar interessada em patentear-lo, mas sabe que precisa passar por ele, para encurtar o tempo da prospecção e chegar mais diretamente ao que lhe interessa, em vez de fazer uma prospecção aleatória. Em

A PROPRIEDADE INTELECTUAL E A PRIVATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O regime de propriedade intelectual passou a existir, na década de 80 do século XX, precisamente para proteger o acesso e a exploração das novas tecnologias no âmbito da sociedade do mercado global então em formação. Tal invenção integra, reformula e confere novo sentido a pelo menos sete sistemas/ordens/regimes de direitos: copyrights; desenho industrial; trademarks; patentes; direitos conexos; proteção de layout e design de circuitos integrados; direitos de melhoristas; e segredos comerciais. Assim, enquanto copyrights e desenho industrial são considerados propriedade intelectual, marcas e patentes são categorizadas como direitos de propriedade industrial. Copyrights eram e são considerados principalmente como propriedade intelectual, em primeiro lugar porque protegiam obras “originais” de autores, dramaturgos, poetas, peças, composições musicais e trabalhos artísticos, filmes, fotos. Com o correr do tempo, os proprietários de copyrights se tornaram, principalmente, os operadores das “indústrias do entretenimento”, e a noção de autoria foi crescentemente desinvestida da originalidade; mas ainda permanece a impressão geral de que os copyrights protegem o “criador”. Em contrapartida, os regimes de marcas e patentes eram usualmente descritos como propriedade industrial; ambos, evidentemente, envolviam trabalho “intelectual”, mas seus “produtos” eram fundamentalmente orientados para o mercado, não para a cultura ou a civilização; por sua vez, o desenho industrial permanecia indiferente a essa categorização.

Entretanto, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), consolidado na legislação da Organização Mundial de Comércio (OMC) rompeu, nos anos 90, com essa tradição jurídica, e apagou a distinção entre a criação artística de obras e a geração de produtos industriais. A razão de tal ruptura reside na necessidade de proteger obras “eletrônicas”. A lei do copyright protege obras literárias incorporadas em “escrita”. Mas como considerar os programas de computador? Assim, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) propôs um modelo de lei sobre software, pois a assimilação dos programas de software acarretava violência à noção de “escrita” bem como às noções residuais de

troca, dá uma repartição de benefícios. O problema é que há um desequilíbrio muito grande entre o valor que se confere ao conhecimento tecnocientífico e o baixíssimo valor que se confere aos outros tipos de conhecimento, que lhe servem de matéria-prima.

A repartição de benefícios é a miragem inventada pelos advogados da indústria da biotecnologia para confundir a sociedade e, principalmente, as comunidades tradicionais, e levá-las a abrir mão de sua maior riqueza, acreditando que agora vão poder finalmente fazer parte do jogo. Mas o jogo tecnocientífico não é delas nem é para elas. A repartição de benefícios é o modo sutil de fazer os povos indígenas se sentarem à mesa para jogar; quando eles perceberem, em troca de uma toyota ou uma migalha, não só entregaram o conhecimento, como ainda podem ser usados para fazer brilhar a imagem das empresas nas suas campanhas de publicidade, conferindo-lhes o aval politicamente correto de “amiga” dos índios.

“criatividade”. Uma extensão especial do copyright tornou-se uma necessidade do capitalismo avançado, já que os regimes de copyright existentes se provaram inadequados para proteger uma nova espécie de escrita, a escrita eletrônica. E como a engenharia genética é um desdobramento da Revolução Eletrônica e o “texto” da vida passou a ser escrito através da linguagem da informática, o Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), firmado em 1994 e que todos os membros da OMC devem obedecer, passou a regular tudo o que se escreve na linguagem da informação digital e da informação genética.

Os direitos de propriedade intelectual se constituem, portanto, como uma extensão da lógica dos direitos de propriedade industrial às invenções e criações escritas em linguagem digital e genética, graças ao emprego das tecnologias da informação. Mas tal extensão se configura, porém, como uma verdadeira mutação, porque se trata de converter o regime da propriedade industrial em um regime passível de reger a própria produção do conhecimento válido tanto para a tecnociência quanto para o mercado. Não foi à toa que o GATT apagou a distinção entre a criação de obras da cultura e da civilização e a geração de produtos para o mercado, através da sua invenção dos direitos de propriedade intelectual. Trata-se de colonizar não só a natureza, entendida como Natureza-como-informação, mas ainda a cultura, entendida também como informação.

O neoliberalismo se implantou com tamanha força, que é considerada normal a pretensão de privatização da natureza, da cultura e da própria produção de conhecimento — e nem nos damos conta do acelerado processo de cibermetização de todas as ciências, que está promovendo uma ruptura epistemológica cujo sentido maior é desqualificar as práticas e os saberes anteriores, modernos inclusive. Assim, os direitos de propriedade intelectual são o modo através do qual se expressa em termos jurídicos a legalização e a legitimação de conversão do conhecimento produzido no passado, no presente e no futuro em riqueza apropriável e privatizada, regida pelas leis do mercado.

A repartição de benefícios não é e nunca foi para valer: é mais um discurso do branco. O mais impressionante é que, mesmo não sendo para valer, ela vem sendo sistematicamente combatida pelos Ministérios da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, e da Indústria, vem sendo boicotada ou ignorada pelos cientistas brasileiros, pela mídia, pelos funcionários do Estado, pelos militares. O que pensar disso, senão que a sociedade brasileira no seu todo continua profundamente marcada por um sentimento anti-índios, continua insistindo em não reconhecer a existência dos povos indígenas em toda a sua extensão?

Hoje, porque a propriedade intelectual existe, parece que os povos indígenas têm que responder a ela. Mas ninguém pensa que eles é que já estavam aí há muitíssimo mais tempo, já estavam produzindo conhecimento do seu jeito quando a propriedade intelectual chegou. Por que então são eles que têm de se adaptar? Por que não podemos pôr limites à apropriação e à transformação do conhecimento em mercadoria?

Por outro lado, o conhecimento tradicional só seria mesmo reconhecido em nossa sociedade se a ciência dissesse que ele tem valor, não só para ela, mas em si mesmo, como conhecimento que tem valor para os povos indígenas e para a humanidade. Mas é muito difícil que os cientistas sejam capazes de reconhecer esse valor. Eles são limitados demais, estreitos demais, e por mais contemporâneos que sejam, atrasados demais para perceber que o valor do conhecimento não está na novidade, mas na relação positiva entre o novo e o antigo – até porque o que vem depois só pode vir depois do que veio antes e, portanto, com ele.

O VALOR DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

A dificuldade em reconhecer o valor do conhecimento tradicional reside no fato de a ciência contemporânea não reconhecer o legado do passado, de se considerar em ruptura com o passado, de achar que ela é muito melhor, e que não deve nada ao passado.

Há um livro muito interessante que toca nesse assunto, de Jeremy Narby, intitulado *The Cosmic Serpent – DNA and the Origins of Knowledge* (“A serpente cósmica – DNA e a origem do conhecimento”). O antropólogo inglês foi pesquisar no Peru e lá conheceu os pajés que tomavam *ayahuasca*. Estes, então, lhe contaram que obtinham o conhecimento diretamente das plantas, que as plantas lhes falavam. Ele ouviu aquilo e pensou: “não vou fazer como os outros antropólogos nem como o cientista moderno que acham que isso é uma imagem, uma metáfora, pois na verdade as plantas não falam e, portanto, não podem lhes ter transmitido esse conhecimento”. Narby preferiu explorar uma outra possibilidade e se perguntou: “e se for verdade que a planta falou mesmo com o pajé, numa linguagem que não sei detectar, mas que ele sabe? E se existir um canal através do qual a planta fala com o humano?”. O antropólogo resolveu levar a sério o que os pajés haviam dito e pesquisou o assunto, relacionando o que tinha ouvido com a genética mais avançada. E começou a tentar ver de que modo, através das visões dos pajés, apareciam estruturas que na linguagem científica se chamam estruturas moleculares. E descobriu que a estrutura de DNA que os *softwares* dos computadores produzem enquanto visualizações daquilo que é a dimensão mínima da matéria viva apareciam, nas visões dos pajés, através da figura de uma serpente que se comunicava com eles.

Ora, no fim de seu livro, Narby chega à conclusão de que o problema não é a oposição irreduzível entre um conhecimento e outro; em seu entender, o problema é que talvez os cientistas ainda não tenham compreendido que existem povos que não seguiram a linha ocidental e que, no entanto, não ficaram parados na história. É pretensão pensar que só nós, do Ocidente, evoluímos, progredimos e chegamos a essa fantástica ciência contemporânea, e que os outros, que não escolheram essa via, ficaram parados no tempo. E se eles não ficaram parados? E se re-

solveram se desenvolver de uma outra maneira, diferente da nossa? E se, por exemplo, agora estivermos chegando ao ponto em que nós, através dos nossos métodos, começamos a decifrar essa linguagem que por outros métodos os pajés ouviam das plantas? A estreiteza do pensamento científico contemporâneo se manifesta no modo como desqualifica e destrói a possibilidade de um diálogo com esses povos que talvez tenham maneiras diferentes de acessar essas informações.

De um lado, há o Jeremy Narby tentando ver como a linguagem do DNA conversa com a linguagem da *ayahuasca*. De outro lado, há o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, que afirma: “os brancos pensam que existem muitas culturas e uma natureza; os povos indígenas da América pensam que existe uma cultura e muitas naturezas”. Eis aí um pensamento completamente diferente do pensamento ocidental; e o que significa? Significa que existe um substrato, um plano de realidade comum onde plantas, animais, enfim tudo o que é vivo existe ou existiu em um plano cultural comum, mas se naturaliza de modos diferentes. É isso que permite, por exemplo, em um mito indígena, alguém dizer que é parente da onça ou do jaguar. Por que permite? Porque existe um plano de realidade que é comum, e que é o plano do pré-individual.

A ciência contemporânea parece ter chegado nesse plano de realidade comum. Mas ela afirma que só a ciência contemporânea chegou até ele, a esse plano que permite aceder às alterações que possibilitam reinventar o mundo. Mas como afirmam alguns dos nossos especialistas, os mitos já falavam do plano da metamorfose. As histórias e mitos há muito expressavam a transformação, a metamorfose da natureza, e esse parentesco que se daria em um grande plano de realidade que agora a ciência começa a trabalhar.

Não é que não haja um terreno comum de entendimento entre conhecimento tradicional e conhecimento contemporâneo - há e é enorme. O terreno de entendimento comum entre a ciência contemporânea e o conhecimento tradicional existe porque ambos estabelecem um diálogo com a natureza. Por exemplo, o grande filósofo da tecnologia, o francês Gilbert Simondon, diz: “qual é a diferença entre o tecnólogo, o especialista em tecnologia contemporânea, e o pajé? Nenhuma”. O pajé é aquele que faz uma viagem, estabelece um tipo de diálogo com a natureza e traz desse diálogo uma resposta para a comunidade, uma solução para um problema que a comunidade não conseguia resolver. E o que faz a tecnologia senão um diálogo humano com a natureza para tentar resolver um problema? É a mesma coisa, em patamares diferentes, de maneiras diferentes. Mas no fundo, diz ele, não há progresso nessa história porque o pajé está resolvendo o problema de uma determinada maneira, num determinado momento e os tecnólogos estão resolvendo o problema num outro momento e num outro contexto determinado. (março, 2006)

Biopirataria Nacional

Henry Novien

Biólogo do ISA

APRESENTAMOS A FIGURA DO BIOPIRATA BRASILEIRO: AQUELE QUE, MESMO COM A EXISTÊNCIA DE NORMAS JURÍDICAS INTERNAS PARA REGULAR O ACESSO E OBTENÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL SOBRE RECURSOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE, OPTA POR IGNORAR AS REGRAS DO JOGO UTILIZANDO O SISTEMA DE PATENTES

O Brasil detém uma riquíssima diversidade biológica e em seus biomas residem inúmeras espécies desconhecidas da ciência. No bojo dessa imensa biodiversidade, centenas de sociedades indígenas se desenvolveram a partir de uma interação equilibrada com os biomas circundantes. Essas culturas geraram conhecimentos, inovações e práticas associadas às propriedades, características e usos da biodiversidade brasileira. Somados aos saberes de populações quilombolas e locais, esses conhecimentos e os recursos a eles associados despertam interesse da biotecnologia e das indústrias de inovação tecnológica, por ajudarem a reduzir os custos e o tempo de uma pesquisa, além de propiciar alto grau de acerto nos resultados alcançados. Não raro, os recursos e conhecimentos são utilizados sem a devida autorização e o consentimento de seus detentores. A atividade de acesso a recurso genético e conhecimento tradicional feito em desacordo com a legislação interna do país provedor ou sem o consentimento prévio e informado dos povos detentores do conhecimento ou recurso genético acessado é atualmente o conceito mais abrangente para biopirataria.

CONSENTIMENTO PRÉVIO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

No Brasil, o regramento jurídico que regulamenta o tema do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, a Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001, assegura às populações tradicionais (indígenas, quilombolas e locais) o direito ao consentimento prévio informado e à repartição de benefícios derivados do acesso a seus recursos e saberes.

Para garantir a repartição de benefícios, a MP exige que o interessado na patente demonstre ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) a observância da lei e informe a origem do material genético e do conhecimento tradicional acessado. Isso se traduz na autorização expedida pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), colegiado governamental criado para gerir o patrimônio genético brasileiro, sob administração do Ministério de Meio Ambiente.

Embora a MP já tenha quase cinco anos de vida, o Inpi jamais exigiu a comprovação da legalidade do acesso, tampouco a divulgação da origem do material ou conhecimento tradicional acessado. A omissão do órgão patentário torna a situação brasileira frágil e contraditória, uma vez que o Brasil defende a criação de um regime legal internacional no qual os países exijam a comprovação da legalidade do acesso e a divulgação de origem como requisito para a concessão de patentes.

Ao ser conivente com a apropriação indevida interna, o Brasil abre mão de sua soberania sobre o patrimônio genético e cultural, ao mesmo tempo em que enfraquece sua posição em defesa do regime internacional, uma vez que, na prática, sequer exige que a sua própria lei seja cumprida.

PEDIDOS DE PATENTES IRREGULARES

O ISA – com o intuito de analisar o cumprimento das exigências da MP, por parte do órgão patentário – realizou uma busca de pedidos de patentes no site do Inpi,¹ depositados a partir da data da publicação da primeira versão da MP,² que já exigia o certificado de procedência legal. De 82 mil pedidos de patente depositados entre 30/06/2000 e 04/04/2005, foram identificados 1.847 potenciais pedidos sujeitos às obrigações constantes da MP. Desse universo de pedidos, analisamos no site do Inpi 1.100 resumos, cujas informações não foram suficientes para determinar com clareza se os pedidos de patente se enquadravam ou não no conceito de acesso definido na MP. Em geral, os resumos trazem informações genéricas e muitas vezes não mencionam o componente do patrimônio genético envolvido.

Nesse passo, identificou-se a necessidade de analisar o conteúdo dos pedidos de patente na íntegra, de modo a averiguar se recaem ou não no escopo da legislação de acesso. Foram solicitados e analisados 110 pedidos, cujos resumos indicavam produtos ou processos potencialmente derivados de acesso a patrimônio genético brasileiro.

Para fins de ilustração, separamos os pedidos que envolvem potenciais casos de acesso em plantas como nativas (endêmicas ou não) e domesticadas. A origem das plantas foi discriminada de acordo com as informações fornecidas pelo Mabberley.³

Abaixo, apresentamos o gráfico dos resultados encontrados a partir da análise dos 110 pedidos de patentes amostrados.

Qualidade dos pedidos de patente analisados

Em geral, os pedidos trazem pouca informação sobre o recurso biológico envolvido. Poucos informam a origem do material acessado, o que dificulta a caracterização do pedido como acesso a componente do patrimônio genético *in situ*. Além do mais, os pedidos apresentam baixa qualidade inventiva. Foram encontrados pedidos referentes a composições fitoterápicas cujo passo inventivo descrito é inexistente ou mesmo se limita a uma cópia do que se encontra publicado em livros e farmacopéias. Identifi-

caram-se, por exemplo, pedidos de proteção para chás, infusões ou simplesmente o uso do pó resultante de uma planta macerada, para tratar de alguma doença, tal qual divulgado em uma publicação citada no mesmo pedido de patente.

Declaração de origem do recurso acessado

A identificação da origem do material acessado é imprescindível para distinguir os provedores que fazem jus aos benefícios derivados do acesso. Sem a identificação do provedor, o requerente da proteção patentária se esquivava de repartir os benefícios resultantes, gerando um ciclo vicioso de omissão, onde o interessado na patente deliberadamente deixa de informar o Inpi sobre a origem do material ou do conhecimento acessado. O Inpi, por sua vez, indiretamente incentiva os usuários do sistema de patentes a não divulgá-la, criando uma situação difícil para o rastreamento da cadeia de pesquisa e desenvolvimento, essencial para a repartição de benefícios exigida.

Os poucos pedidos de patente que mencionam a origem do recurso genético são, em sua maioria, artigos científicos transformados em pedidos de patente (alguns com estrutura idêntica). Tal circunstância se deve mais ao rigor científico exigido para a publicação de um artigo científico do que à preocupação em seguir a legislação de acesso. Mas se a prática usual da redação científica exige a identificação do local da coleta, além do organismo utilizado no estudo, por que os pedidos de patente não o fazem, se muitos derivam de pesquisas publicadas?

GRÁFICO 1: PEDIDOS DE PATENTE AMOSTRADOS POR ORGANISMO ACESSADO (N = 110)

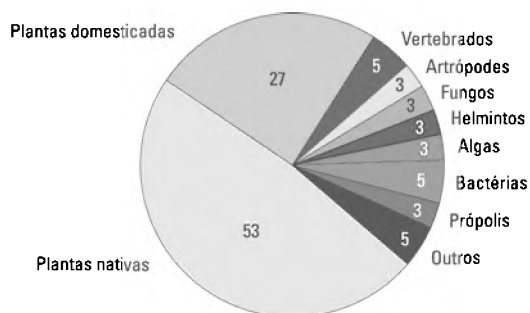
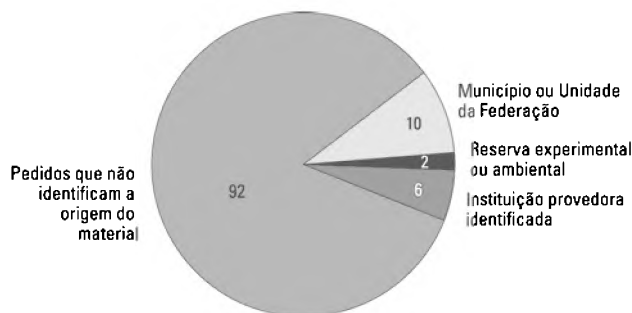


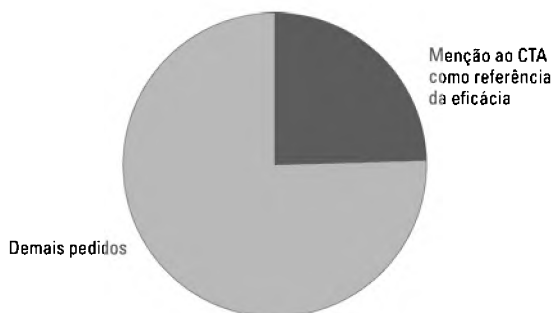
GRÁFICO 2: PEDIDOS QUE DECLARAM A ORIGEM DO MATERIAL GENÉTICO (18 EM 110)



Conhecimento tradicional associado - CTA

Vários pedidos de patente citam o “conhecimento popular” como referência de eficácia, isto é, mencionam o uso de determinados componentes do patrimônio genético pela medicina popular como fundamento para o desenvolvimento de produtos e processos com finalidades similares (Gráfico 3). As citações, em alguns casos, são extraídas de livros, farmacopéias, artigos científicos publicados ou mesmo outras patentes que descrevem usos

GRÁFICO 3: PEDIDOS QUE MENCIONAM CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO COMO REFERÊNCIA DE EFICÁCIA (27 EM 110)



e processos semelhantes (Gráfico 4). Um mesmo pedido pode citar várias fontes de informação.

Os CTAs acessados nos pedidos de patente foram todos apresentados como “conhecimentos difusos”, largamente empregados pelas populações brasileiras, sem a identificação de qualquer comunidade provedora. Esse dado permite inferir que não há uma preocupação em identificar a fonte do CTA, tanto para fins de consentimento prévio informado, como para fins de repartição de benefícios.

Dessa forma, parece haver uma separação deliberada entre o recurso genético e o CTA, levando a crer que o uso tradicional deixa de ser uma fonte de informação (que já se encontra no estado da técnica), para ser considerado apenas uma referência de eficácia do objeto reivindicado no pedido.

Essa estratégia isenta o requerente da obrigação de obter consentimento prévio informado da comunidade provedora do CTA acessado (se o acesso foi feito a partir da comunidade), bem como de celebrar um contrato de repartição de benefícios com a comunidade detentora do referido conhecimento, nos termos da MP em vigor.

Em certos casos, pode haver dificuldades relacionadas à identificação do detentor de CTA devido ao grau de difusão do mesmo.

GRÁFICO 4: FONTES SECUNDÁRIAS COMO REFERÊNCIA DO USO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO (82 CITADAS)

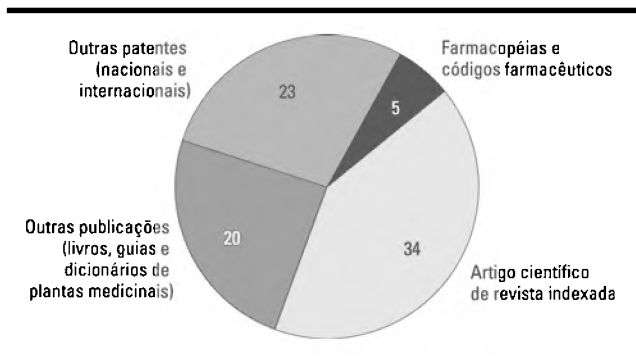
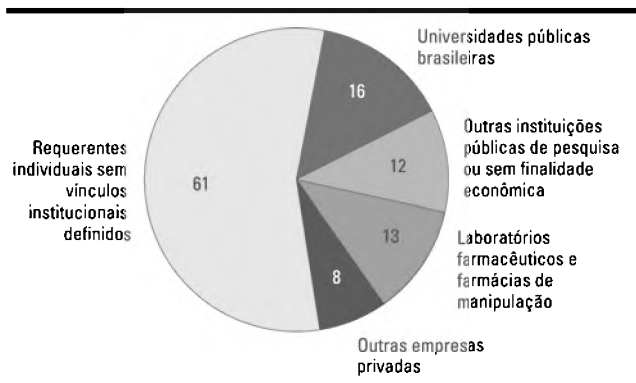


GRÁFICO 5: PERFIL DOS REQUERENTES DE PROTEÇÃO PATENTÁRIA (N = 110)



Usos universalmente conhecidos são por demais gerais para que seja possível a identificação de uma única comunidade beneficiária de um contrato de repartição de benefícios.

Isso não significa, no entanto, que a comunidade diretamente acessada para a realização da pesquisa que deflagrou o processo de desenvolvimento e o pedido de patente não tenha direitos. Mesmo que o conhecimento acessado seja público, persiste a obrigação de obter o consentimento prévio informado e repartir benefícios com a comunidade diretamente envolvida na atividade de acesso.

Por isso, o certificado de procedência legal exige a identificação do povo, etnia ou grupo humano detentor do CTA utilizado no pedido de patente, mesmo que esse conhecimento seja publicamente difundido. Se o desenvolvimento que gerou o pedido de patente envolveu, direta ou indiretamente (por publicações científicas, por exemplo), a participação de uma comunidade específica, ele deve contar com o consentimento dessa comunidade e a ela reverter benefícios.

Perfil dos requerentes de proteção patentária

Quanto à origem do solicitante da proteção, a maioria dos pedidos de patente (61) é requerida por pessoas físicas sem identificação institucional, uma parte desses são pesquisadores que transformam seus artigos científicos, inclusive os não publicados, em pedidos de patente (Gráfico 5).

Depreende-se dessa evidência que há uma busca cada vez mais precoce da proteção patentária de qualquer atividade, científica ou não, ainda que sem uma perspectiva concreta de uso comercial. Isso nos leva a refletir sobre o papel da publicação dos resultados da produção científica no ambiente das universidades e instituições acadêmicas, cuja política de pesquisa e desenvolvimento é cada vez mais orientada às demandas do mercado e marcada por uma alta competitividade pela apropriação e monopolização da informação.

A tendência de privatização de resultados de investigações científicas, antes mesmo da sua publicação em revistas ou publicações acadêmicas, sinaliza que a busca pela patente acontece em etapas cada vez mais precoces do processo de pesquisa e desenvolvimento, podendo comprometer no longo prazo a própria produção científica, na medida em que o acesso à informação é cada vez mais restrito. Por outro lado, denota a crescente dependência econômica de instituições de pesquisa, que confiam no licenciamento de suas patentes a empresas de biotecnologia como fontes importantes de recursos financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia do biopirata como um pesquisador essencialmente estrangeiro a se apropriar do patrimônio brasileiro não mais condiz com a nossa realidade. A essa realidade deve ser agregada a

figura do biopirata nacional. Aquele que, mesmo existindo regramentos jurídicos quanto a normas e procedimentos para as atividades relacionadas ao acesso e a obtenção de direitos de propriedade intelectual, opta, por desinformação ou por simples omissão, ignorar as regras, tornado-se um bio-rufião independente da nacionalidade.

Urgente é a necessidade de um processo de conscientização dos setores envolvidos (academia e seus pesquisadores, instituições de fomento à pesquisa, empresas de biotecnologia e desenvolvimento e povos detentores dos conhecimentos tradicionais), sobre os direitos e deveres de cada um. Processo esse que rechace a idéia da lei como um entrave para a pesquisa e o desenvolvimento e possibilite o entendimento da lei como um mecanismo que salvaguarda as condições de transparência e justiça para a realização das pesquisas.

Importante notar o papel da produção científica e acadêmica para viabilizar pedidos de patente. Pesquisas feitas sem controle social, sem consentimento prévio informado nem retorno dos resultados às comunidades pesquisadas podem resultar na publicação de informações que beneficiam terceiros através de pedidos de patente que não apresentam inventividade em relação ao que foi publicado.

Para diminuir a apropriação crescente de conhecimentos tradicionais via pesquisas, urge a construção de uma relação de cooperação entre comunidade e pesquisador, que permita o avanço do conhecimento científico a partir dos interesses da comunidade pesquisada, e que não contribua com a “invisibilidade” da comunidade diretamente envolvida, alijando-a da participação nas etapas posteriores de pesquisa e desenvolvimento. (*março, 2006*)

NOTAS

¹ [www.inpi.gov.br].

² Medida Provisória n.º 2.052 de 29/06/2000. Publicada no Diário Oficial de 30/06/2000, p. 50.

³ D. J. Mabberley. *The plant book, A portable dictionary of higher plants*. Cambridge, 1987.

PROPOSTAS DE AÇÃO

Como pode o Brasil defender um regime internacional que exige a declaração de origem e o certificado de procedência legal do acesso, se em nível nacional as instituições federais responsáveis por exigir tais documentos não o fazem?

O Inpi e o CGEN devem fazer cumprir o artigo 31 da MP, obrigando os requerentes de proteção patentária a apresentar a declaração de origem do material acessado e a respectiva Autorização de Acesso do CGEN. Autorização essa que contém, entre outras exigências da MP em vigor, a identificação das comunidades provedoras do conhecimento acessado (se o acesso foi feito a partir da comunidade); a identificação científica do componente acessado; o consentimento prévio informado da comunidade provedora, bem como a celebração de um contrato de repartição de benefícios com a comunidade detentora do referido conhecimento.

O Inpi deve publicar os pedidos na íntegra em seu sítio na internet – respeitado o prazo de sigilo, quando for o caso – possibilitando assim o controle social sobre os pedidos de proteção patentária depositados no Brasil.

O Inpi e o CGEN, num esforço conjunto, devem elaborar e disponibilizar orientações e formulários específicos para pedidos de patente que legalmente configurem acesso. Esse esforço permitiria a rápida identificação dessa classe de pedidos de patentes, possibilitando assim que a análise ocorra em uma etapa bastante precoce do procedimento, o que agilizará e reduzirá custos administrativos.

Essas medidas permitiriam maior transparência e capacidade de monitoramento da exigência da procedência legal do pedido, possibilitando ao menos uma redução dos pedidos em desacordo com a legislação e por consequência os casos de privatização indevida de recursos e conhecimentos.

Os Efeitos Perversos do Regime de Propriedade Intelectual

Manuela Carneiro da Cunha

Antropóloga, professora da Universidade de Chicago

O REGIME DE PROPRIEDADE INTELECTUAL QUE SE PRÁTICA HOJE, VOLTADO PARA O MERCADO E MARCADO PELA EXCLUSIVIDADE E INDIVIDUALISMO, PRIVILEGIA OS “PRODUTOS” EM DETRIMENTO DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO. AO SER APLICADO À PROTEÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, PODE TER EFEITOS PERVERSOS SOBRE OS SISTEMAS DE CONHECIMENTO DE POVOS INDÍGENAS E OUTRAS SOCIEDADES TRADICIONAIS, BASEADOS EM REDES SOCIAIS DE TROCA E COMPARTILHAMENTO*

A discussão atual sobre proteção do patrimônio imaterial coloca, de saída, a questão sobre o que se deve entender por esse termo. A própria divisão em patrimônio material e imaterial é fruto de uma história muito mais do que analiticamente evidente. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, reúne no mesmo artigo 216 o material e o imaterial em uma definição global do patrimônio cultural brasileiro. Porém, aspectos fundamentais do conceito, discutidos em uma reunião convocada pela Unesco em 2001, foram essencialmente preservados na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, assinada em Paris, a 17 de outubro de 2003. A saber: patrimônio imaterial se compõe de processos tanto e provavelmente mais do que de produtos; ele não se compõe de formas fixas mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico; suas condições de reprodução dependem, dentre outras coisas, de acesso a território e recursos naturais. Que se deve então entender por salvaguarda desse patrimônio? Como garantir sua continuidade, o que implica ao mesmo tempo a transmissão dos saberes e a inovação permanente? É amplamente sabido que “proteção”, o termo preferencialmente usado por órgãos como a Organização Mundial de Propriedade

Intelectual (Ompi), no seio das Nações Unidas, e o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi), no Brasil, se refere primariamente a instrumentos de propriedade intelectual e a sua atuação no mercado. Em contraste, “salvaguarda” consta do vocabulário dos órgãos relacionados à cultura, como a Unesco, internacionalmente, e o IPHAN no Brasil. As conotações desses dois termos são distintas, mas unem-nos duas preocupações comuns, diferentemente enfatizadas: a de assegurar os direitos intelectuais e remuneração de produtores ou detentores de patrimônio cultural, em particular de conhecimentos, e a de assegurar a perpetuação de formas culturais de produzir. Até que ponto esses dois objetivos são compatíveis é assunto de largas discussões que se arrastam na Ompi e outras instâncias há quase uma década. Essa é, como veremos, a pergunta fundamental: o mercado está implicado na produção cultural. Mas será o mercado nas formas que conhecemos a panacéia da produção cultural?

A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Políticas são objetos que, como os outros, se manifestam a um tempo como práticas e como representações. A “política de patrimônio imaterial” é ela própria simultaneamente um ser material e imaterial e ambas as dimensões devem ser abordadas.

Enquanto sua materialidade se manifesta nas práticas que enseja, e nos efeitos dessas práticas, sua imaterialidade é ligada a histórias e práticas particulares, que se incrustam no conceito e o sobrecarregam com suas conotações. Essa sedimentação que faz aparecer como evidente e inelutável o que é na realidade uma construção histórica impõe limites à imaginação institucional. A estabilização da noção de propriedade intelectual não foi evidente e resultou de um processo político e cultural. Esse processo histórico é hoje apagado da memória a tal ponto que o termo “propriedade” surge como que naturalmente na expressão “direitos de propriedade intelectual”. Como se não pudesse haver direitos intelectuais que não fossem de propriedade.

Os instrumentos legais que tratam do patrimônio imaterial derivam histórica e logicamente daqueles elaborados para o patrimônio material. As instituições, por sua vez, seguiram rotas paralelas às da legislação: por isso o patrimônio imaterial é hoje um departamento *sui generis* e necessariamente especificado – “marcado”, como diriam os lingüistas – do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, cuja missão original se centra, como o nome indica, no testemunho material (e no mais das vezes de pedra e cal) do passado. É certo que não se pode desvincular a cultura material da cultura imaterial – afinal lugares e festas têm uma existência material, embora caibam no registro (real e metafórico, material e imaterial) do patrimônio imaterial. Se são vinculados os dois aspectos, onde reside então a diferença?

A diferença entre ambos está na atitude que comandam, nas medidas que elicitam. Conservar o patrimônio material é sobretudo conservar objetos já produzidos. Mas o “imaterial” não consiste em objetos, e sim na virtualidade de objetos, sua concepção, seu plano, o saber sobre eles. Conservar virtualidades – ou seja, o imaterial – é conservar processos. A ênfase no primeiro caso é no produto: no segundo, é sobre o processo de produção. O patrimônio imaterial e a política que o concerne assentam-se assim em um conjunto heterogêneo que agrega e consolida mutuamente um certo tipo de vocabulário (“patrimônio”, “bens”, “perigo de extinção”...), instituições, projetos sociais, pedagogia, financiamentos público e privado, etc.

A sorte e a dificuldade ao mesmo tempo nessa situação é que a política de patrimônio imaterial é aplicada a camadas sociais ou povos com histórias, com regimes culturais¹ diferentes: impõe-se uma tradução para contextos diversos. Será regularmente uma tradução cheia de mal-entendidos, mas por isso mesmo produtiva e surpreendente.

Uma questão interessante passa, então, a ser o efeito recíproco da conexão operada por uma política de Estado entre regimes culturais diversos. Um exemplo: a política do patrimônio imaterial se apóia na idéia de registros e com algum privilégio do registro escrito sobre outros suportes. Essa não é só uma política governamental, mas uma concepção muito mais generalizada na nossa sociedade e que aparece como evidente. Ora, o privilégio da escrita tem múltiplos efeitos sobre o regime de representação: afeta, por exemplo, o status da transmissão oral, tende a apagar o contexto de produção e homogeneiza abusivamente o que é um conjunto de variantes.

O caso dos grupos indígenas do Alto Rio Negro (G. Andreollo 2006) é, nesse sentido, particularmente elucidativo. Simplificando um pouco: os Tariano, de língua Arawak, convivem espacialmente, na região de Iauaretê, com grupos de língua Tukano. Socialmente, mantêm com estes a relação algo ambígua de “cunhados”, ou seja participam da rede de casamentos hetero-lingüísticos que prevalece na área. A geografia espiritual ou mítica, ou seja a localização espacial de eventos que deram origem ao mundo, à

humanidade e à sobre-humanidade, e por fim aos índios Tariano, sobrepoem-se à geografia mítica de outros grupos indígenas da região. Essa sobreposição é acolhida localmente com um senso de relativismo: cada grupo tem sua Gênese e o fato de ela marcar espaços coincidentes em princípio não causa conflitos. Tanto assim que a publicação, principalmente na última década, de narrações míticas de várias etnias não suscitou problemas. Já Levi-Strauss notara que todas as versões, por mais diferentes, de um mesmo mito, eram acolhidas com interesse e placidez pelos ouvintes. Era, de certa forma, como se essa geografia espiritual de cada grupo não abolisse a dos outros, como se elas pudessem coexistir: algo como o convívio que já existiu, séculos atrás, entre judeus, cristãos e muçulmanos em seu triplo lugar sagrado, Jerusalém.

A iniciativa de registro do IPHAN trouxe uma nova dinâmica. De repente, podia-se cogitar em “oficializar” no registro de lugares uma das versões da geografia espiritual. Estimulado pela disputa pelo espaço urbano em Iauaretê, um clã importante Tariano, os Koivathe, procuraram assim garantir o selo do Estado para a dimensão espacial de sua Gênese específica. Seria, se tivesse sucesso, o início de uma nova Jerusalém.

COLETIVIZAÇÃO DA CULTURA?

Em final de maio de 2005, um senhor Yawanawa, em uma reunião de líderes indígenas do Acre de que participavam também seus filhos adultos, insurgiu-se quando se falou do *kampô* – a chamada “injeção de sapo” e do *oni* – também conhecido como ayahuasca. “O *oni*”, disse ele, “não é cultura”! E explicou: só certas pessoas sabem e podem prepará-lo. Da mesma forma o *kampô* só pode ser aplicada por bons caçadores.

O que significa esse protesto? Não foi difícil entendê-lo. Um dos problemas no uso inter-étnico que se faz da “cultura”, a “nossa cultura”, é que ela introduz uma dinâmica de coletivização do que, quando visto do interior, é percebido como um agregado de sutis distinções de papéis e prerrogativas. A cultura Yawanawa, diante do resto do mundo, é de todos os Yawanawa, o *oni* inclusive, e não exclusivamente das pessoas que detêm certos direitos sobre eles. Esse é um dos aspectos perversos da primazia da cultura dita material que é usada como um “distintivo” cultural: todos os índios sabem da eficácia, em situações de confronto com não índios, de se ostentarem cocar e arco e flecha. Esse uso, normalmente feito pelas gerações mais novas, deixa em segundo plano o que é pelo menos igualmente crucial, mas mais difícil de arvorar diacriticamente, a delicada teia de papéis e competências diferenciais dentro da sociedade. Um dos resultados da ênfase nos distintivos culturais tangíveis é uma oposição entre gerações mais novas e gerações mais velhas, e o sentimento destas de que suas competências específicas estão sendo coletivizadas pelos jovens. O percurso Wajãpi, é particularmente ilustrativo: mostra uma passagem – à medida aliás que os jo-

vens vão ficando mais velhos – para uma valorização da cultura não mais simplesmente como um conjunto de traços materiais mas como esse outro nível mais complexo que inclui o da competência e etiqueta linguísticas.

Podemos detectar uma resistência análoga à coletivização na reserva que muitas vezes as artesãs opõem às “oficinas” e cursos que se lhes pede para ministrar (IB. Góis Dantas 2006). É freqüente o regime cultural em que cada artesã considera seu saber assunto exclusivo de família. Transmitem-no a qualquer aprendiz (fora dos laços de parentesco ou vizinhança) através de oficinas, com o propósito de perpetuar a “tradição”, contraria essa mesma “tradição” em uma dimensão crucial, a distribuição social das competências. Registros escritos e orais, com a melhor das intenções, podem contribuir para isso.

O que isso mostra é que os regimes culturais (os deles como os nossos) são passíveis de mudanças que não são apenas induzidas externamente: elas seguem também uma dinâmica interna. O regime *mainstream* de propriedade intelectual que valoriza o conhecimento reservado e deprecia – financeiramente pelo menos – o domínio público tende a se apoderar por cada vez mais tempo de um conjunto cada vez maior de coisas: é provável que a restrição ao uso de Mickey Mouse seja mais longo do que minha geração. Mas é sabido o quanto esse regime está sendo contestado, em particular pelo movimento do Software Livre, Copyleft e várias outras iniciativas que preconizam a ampliação do domínio público e a limitação da propriedade intelectual, em nome de uma criatividade liberta de tantos entraves.

Porém, não é só o regime cultural *mainstream* que impacta as sociedades indígenas. A tendência contestatária, alternativa a esta, tem um impacto igualmente relevante, por vias ideológicas. É que as populações tradicionais são vistas como paradigmáticas de sociedades que só praticam direitos coletivos e não conhecem direitos de propriedade intelectual individual. No caso indígena brasileiro, extrapola-se ao conjunto dos direitos o fato de não existirem direitos individuais (ou de sub-grupos como linhagens, clãs) sobre o cultivo da terra. Nada mais falacioso: o ciúme com que várias sociedades indígenas tratam seus direitos sobre bens imateriais é bem documentado.

Na realidade, os regimes culturais indígenas parecem ter estabelecido uma coleção importante de objetos de direitos intelectuais e um sistema por vezes bizantino para administrá-los: os nomes próprios entre os Jê são talvez os mais famosos. Nomes, cantos, papéis rituais, desenho e composição de adornos são sujeitos a vários tipos de direitos exercidos por diferentes segmentos da sociedade: os “donos” de um ritual Bororo não pertencem ao clã que tem o direito (ou o dever, mais apropriadamente) de executar esse ritual; distinguem-se “donos” “mestres” e “controladores” de cantos, de outros objetos, de recursos e de potências socio-cósmicas entre os Kisedjê ou Suyá (M. Coelho de Souza); distinguem-se o direito/dever de transmitir

um nome entre os Kayapó do fato de “ter” esse nome. Os exemplos abundam.

Note-se que a nossa noção de propriedade cultural não dá conta dessa complexidade. Embora não tenham a noção da propriedade individual da terra, sociedades indígenas souberam assim complicar os direitos sobre o intangível muito além da nossa imaginação. Alçados, apesar disso, a protótipos e campeões do domínio público por aqueles que são seus aliados, os índios podem ter certa dificuldade em se ajustar às expectativas.

A questão, no entanto, não é essa, e sim a de tentar entender o que muda ou tende a mudar com a patrimonialização da cultura. O que muda é a repartição dos papéis sociais, o modo de produção. A ênfase de parte a parte (nossa e deles) na cultura material ostensiva, a atenção aos “produtos” mais do que à sua produção mascara a mudança talvez mais importante que é a da teia social.

PATRIMONIALIZAÇÃO E TEIAS SOCIAIS

É na teia social e nas significações locais que se localizam as principais mudanças induzidas pela patrimonialização da cultura. A patrimonialização interfere diretamente nessas redes sociais. Para voltarmos aos exemplos indígenas, já se enfatizou que a especialização cultural é de certa forma o “gancho” para relações inter-grupos, na medida em que ela abre a possibilidade para várias outras trocas. Os Achuar do Equador valorizam as zarabatanas dos seus vizinhos não porque não saibam fazê-las, mas porque através delas flui um intercâmbio bem mais amplo. No Alto Xingu, existe uma divisão do trabalho cultural que faz de cada grupo o especialista em determinados itens: as mulheres Waurá são, por exemplo, as ceramistas por excelência e os Kuikuro os fazedores de colares de conchas.

É – e isso já muito se comentou – como se a especialização e o comércio estivessem a serviço da teia social e não o inverso: o valor *da* troca tendo precedência sobre o valor *de* troca. Outro exemplo que torna evidente essa relação entre troca e teia social é o sistema de casamentos dos grupos indígenas do Alto Rio Negro, em que as esposas agricultoras provêm necessariamente de grupos linguísticos diferentes daqueles dos maridos e saem, quando casadas, de suas aldeias de origem. Um conjunto de fatores sociais e culturais resultam em uma diversidade máxima de variedades de mandioca na área: o apreço pela diversidade, pelas coleções de variedades de mandioca, a intensa circulação de variedades em um raio de centenas de quilômetros, a preservação e cultivo não só de clones obtidos pelas estacas, mas também variedades novas resultantes da reprodução sexuada dessa planta. O gosto cultural pela diversidade agrícola, que transcende o simples interesse produtivo ou ecológico, aliado a traços específicos de organização social, resultam em um riquíssimo e dinâmico acervo de variedades (J. Chernela 1986 e L. Emperaire 2006).

Note-se desde já o quanto a produção da diversidade, em constante renovação, depende de condições de produção específicas. Na ausência das condições sociais e culturais que descrevemos, a produção da diversidade biológica da mandioca no Alto Rio Negro estanca. Essa diversidade depende, portanto, desses mecanismos entre os quais a troca é um elo essencial.

É nesse valor *da* troca que a patrimonialização irá incidir, na medida em que remunera, mesmo que só simbolicamente, a exclusividade, seqüestra bens culturais e engessa a circulação. Os efeitos nefastos dessa política sobre a criatividade foram bem percebidos pelos movimentos que combatem a expansão dos direitos de propriedade intelectual.

Recentemente introduzidos nessa esfera de mercado de conhecimento e de cultura, postas em alerta por uma campanha nacionalista contra a biopirataria apresentada como um roubo – sempre por estrangeiros, como se não existisse apropriação indébita por brasileiros – as sociedades indígenas tornaram-se extremamente sensíveis no que toca ao que passaram a considerar seu “patrimônio” no sentido do nosso regime cultural.

Em maio de 2005, um jovem e inteligente índio do Acre, se perguntava (e nos perguntava) sobre os motivos inconfessos que poderiam estar por trás do interesse que missionários, antropólogos e lingüistas haviam sempre demonstrado pelas línguas indígenas. Elas podiam, afinal, ter grande valor de mercado e serem úteis de vários modos. Por estranho que pareça, é verdade: a língua dos Navaho foi usada pelos EUA na segunda guerra

mundial como um código secreto, equivalente ao célebre sistema de codificação “Enigma” dos alemães. Ainda não sei se essa era a origem da suspeita sobre todas as atividades lingüísticas, mas resta o fato de que a ligação entre patrimonialização e mercado induz efeitos perversos. (*maio, 2006*)

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2004. “‘Culture’ and culture: traditional knowledge and intellectual rights”. Marc Bloch lecture, 2004, Ms.

CHERNELA, Janet. 1986. ‘Os cultivares de mandioca na área do Uaupês (Tukâno)’ in Ribeiro, B. (org.), *Suma Etnológica Brasileira*. v. 1, Etnobiologia, Petrópolis, Ed. Vozes/Finep: 151-158.

SEEGER, Anthony. 1993. “Ladrões, mitos e história: Karl von den Steinen entre os Suyá: 3 a 6 de setembro de 1884”. In: V. P. Coelho (org.), *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp. pp. 431-443.

NOTAS

* Esse texto, preparado por Livia Chede Almendary e revisado pela autora, é baseado em excertos da Introdução ao número especial da Revista do Patrimônio Histórico dedicado ao Patrimônio Imaterial, concluído em 2005 e atualmente no prelo. As citações em parênteses se referem a outros artigos constantes dessa coletânea.

¹ Chamaremos de regimes culturais esse conjunto heterogêneo que evocamos, feito de instituições, de vocabulários, de direitos e deveres aplicáveis nesse campo, normas de acesso e de transmissão e, claro, de práticas de todos os tipos, pedagógicas, de projetos, de mercado, de financiamento, etc., tudo isto conformando (e sendo reciprocamente formado por) uma noção do que venha a ser o objeto a que se refere, a “cultura” (M. Carneiro da Cunha 2004)

A Agrobiodiversidade e os Direitos dos Agricultores Tradicionais

Juliana Santilli

Sócia-fundadora do ISA e promotora de Justiça do Ministério Público - DF

Laure Empoaire

Botânica, Institut de Recherche pour le Développement (IRD - Paris)

OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS EM VIGOR TRATAM OS RECURSOS FITOGENÉTICOS COMO BENS ECONÔMICOS DESCONTEXTUALIZADOS DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS DE CONSTRUÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE E DOS SABERES ASSOCIADOS. POR ISSO, TENDEM A IMPEDIR A LIVRE CIRCULAÇÃO DESSES RECURSOS, ESTIMULAR MONOPÓLIOS DA INDÚSTRIA SEMEITEIRA, E, A LONGO PRAZO, INTERFERIR NOS SISTEMAS LOCAIS QUE GERAM UMA ALTA DIVERSIDADE AGRÍCOLA

O Brasil é reconhecido como país mega-diverso por sua diversidade biológica silvestre e deve ser também mega-diverso por sua diversidade agrícola¹ tradicional, embora essa diversidade seja ainda mal avaliada e as lógicas que subtendem sua produção – e sua erosão – sejam pouco conhecidas. Assim, na Amazônia brasileira, os Kaiabi cultivam mais de 140 cultivares repartidas em 30 espécies; os Yanomami 40; os seringueiros do Acre no Alto Juruá, 17 cultivares de mandioca, 14 de banana e nove de feijão. No Alto Rio Negro, os povos indígenas Baniwa, Tukano, Desana, Baré ou outros, cultivam um imenso leque de cultivares de mandioca, o alimento de base das populações amazônicas. Em uma única roça desta região, pode haver 40 variedades de mandioca, que servem para preparar diversos tipos de farinha, beijus, mingaus, etc.

A alta diversidade, por responder a uma demanda variada em produtos agrícolas, permitir um melhor aproveitamento da heterogeneidade das condições ecológicas, resistir a pragas e doenças, etc., é um elemento importante da segurança alimentar dos povos tradicionais e de estabilidade de seus sistemas agrícolas. A diversidade genética, manejada por agricultores tradicionais, indígenas ou não indígenas, é fruto de um longo e diversi-

ficado processo iniciado com a domesticação de um recurso silvestre. Houve – e há de maneira contínua – seleção, melhoramento genético, intercâmbios de sementes, saberes e experiências, difusão das plantas. Deve-se ressaltar o caráter dinâmico do processo: as plantas circulam entre famílias, comunidades ou etnias; novas cultivares oriundas de outras regiões ou localmente produzidas são avaliadas e incorporadas no estoque de variedades do agricultor; há um interesse pela produção de diversidade em si. Mas elementos como o avanço dos monocultivos, mudanças alimentares, ida da população para as cidades (65% da população da Amazônia é urbana) ameaçam tanto a atual diversidade tradicional materializada em inúmeras cultivares como as condições culturais e técnicas de produção dessa diversidade.

No nível nacional, boa parte da diversidade agrícola moderna se fundamenta sobre as cultivares tradicionais. Estas são também consideradas como fonte de novas moléculas ou genes de interesse econômico para o setor industrial, farmacêutico, cosmético, ou outro. Hoje, a diversidade agrícola produzida pelas populações locais e pelos povos indígenas se encontra na encruzilhada de duas lógicas, a das normas locais que regem sua produção e a das normas jurídicas e econômicas que lhe conferem um valor econômico. Serão compatíveis?

OS DIREITOS DOS AGRICULTORES

Ainda são frágeis os instrumentos jurídicos de proteção aos direitos dos agricultores, indígenas e tradicionais, e os mecanismos de repartição dos benefícios gerados pela utilização das sementes e variedades locais, e dos conhecimentos tradicionais associados às espécies e sistemas agrícolas.

No plano internacional, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, em seu art. 8 (j), estabelece que os países devem “respei-

tar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica”, bem como “incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas”, e “encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas”. Entretanto, a aplicação desse dispositivo depende de cada país, e dos instrumentos nacionais.

Também já entrou em vigor o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, da Food and Agriculture Organization (FAO), da ONU, que o Brasil assinou em 2002 e cuja ratificação o Congresso Nacional aprovou em abril de 2006. O objetivo do Tratado da FAO é a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura, e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, em favor da agricultura sustentável e da segurança alimentar. O artigo 9º é dedicado aos “direitos dos agricultores” e reconhece a “enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, em particular os dos centros de origem e de diversidade das plantas cultivadas, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação e o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos que constituem a base da produção alimentar e agrícola em todo o mundo”. Os “direitos dos agricultores”, enumerados pelo mesmo artigo, são: a proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; o direito de participar de forma equitativa na repartição dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, referentes a assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; e o direito dos agricultores de conservar, usar, trocar e vender sementes ou material de propagação conservado em suas terras.

O Tratado deixa claro, no entanto, que a responsabilidade pela implementação dos direitos dos agricultores cabe aos governos nacionais, e depende da legislação interna de cada país. Ou seja, os direitos dos agricultores constituem uma parte não vinculante do Tratado, o que permite que os países ratifiquem o Tratado, mas não reconheçam quaisquer direitos aos seus agricultores.

Apesar da “homenagem” que o Tratado presta, formalmente, aos agricultores, reconhecendo-lhes uma série de direitos, verifica-se a dificuldade de sua implementação prática. Além de deixar inteiramente a cargo de cada país reconhecer ou não direitos aos seus agricultores indígenas e tradicionais, os mecanismos de repartição de benefícios são pouco claros no que diz respeito às comunidades detentoras de variedades locais e saberes agronômicos associados.

Embora toda e qualquer comercialização de um produto derivado de um recurso acessado através do sistema multilateral (por exemplo, uma nova variedade agrícola, desenvolvida a partir do material acessado) obrigue ao pagamento de uma parte dos benefícios ao “órgão gestor” do Tratado, tais recursos não retornam, em princípio, para o país provedor, ou para as comunidades locais. Eles se destinam aos planos e programas considerados prioritários (pelo órgão gestor) para a implementação do Tratado e a operação do sistema multilateral.

Apesar da previsão expressa, entre os direitos assegurados aos agricultores, da repartição dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos, e dos conhecimentos tradicionais associados, não há nenhuma garantia concreta de que isso ocorrerá.

OS RECURSOS FITOGENÉTICOS DE “DOMÍNIO PÚBLICO”

O Tratado da FAO procura criar um instrumento que facilite o uso compartilhado das plantas essenciais para a agricultura mundial, ainda que de forma limitada, e restrita a algumas espécies. Esse instrumento se baseia no princípio do livre acesso, definido como rápido e gratuito. Por meio desse sistema multilateral, os países que ratificaram o Tratado disponibilizam certos e determinados recursos fitogenéticos, úteis para a alimentação e agricultura, para que possam ser acessados por outros países sob algumas condições. O acesso é concedido exclusivamente para fins de conservação e utilização na pesquisa e de melhoramento (e eventual desenvolvimento de novas variedades), mas está excluída a possibilidade de uso industrial, químico ou farmacêutico.

Fazem parte do sistema multilateral de acesso facilitado as espécies relacionadas no Anexo I do Tratado, que sejam de “domínio público”, bem como os recursos conservados em coleções *ex situ* (desde que também constem do referido Anexo). Entre os cultivos incluídos no Anexo I, estão a banana, o arroz, o feijão, a batatinha, o trigo, o milho, o aspargo, a beterraba, o inhame, dentre outros.² A única espécie incluída no Tratado cujo centro de origem é provavelmente o Brasil é a mandioca (*Manihot esculenta*). Esse acesso facilitado é reservado aos recursos fitogenéticos definidos como “de domínio público”. Entretanto, o que são recursos fitogenéticos de “domínio público”? Embora o Tratado não tenha uma definição, é bem aceito o conceito de que o domínio público inclui as coleções existentes nos bancos de germoplasma mantidos por instituições públicas e as coleções privadas disponibilizadas para livre acesso público. Entretanto, tal conceito depende, em grande parte, das leis de acesso ao patrimônio genético e de propriedade intelectual.

No Brasil, ainda é indefinido o status jurídico dos recursos genéticos em geral. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que pretende incluir os recursos genéti-

cos entre os bens da União, tornando pública a sua propriedade, independentemente do titular do direito de propriedade sobre os recursos biológicos (no caso dos recursos fitogenéticos, as plantas) que os contêm. Defendemos que os recursos genéticos – como os bens ambientais em geral – independentemente de estarem no domínio público ou privado, são “bens de interesse público”, e devem ter o seu acesso e utilização limitados e condicionados por regras de interesse público.

As coleções *ex situ*, mantidas por empresas privadas (como as coleções de empresas sementeiras) ou instituições públicas (como os bancos de germoplasma da Embrapa, os jardins botânicos, os diversos acervos de institutos de pesquisa, etc.) mantêm, muitas vezes, espécies coletadas nos territórios de comunidades locais (indígenas, quilombolas, agricultores tradicionais, etc.). Tais comunidades são detentoras de direitos sobre tais recursos e sobre os saberes tradicionais associados à seleção e conservação dos mesmos. As variedades locais, desenvolvidas por agricultores e populações tradicionais, incorporam, em si, tais saberes agronômicos associados.

O conhecimento tradicional associado à planta domesticada e selecionada pelas comunidades locais se expressa na própria existência do objeto biológico, a planta. Sem o saber agronômico das comunidades locais, suas técnicas e experimentos de seleção e conservação, esses objetos não existiriam, quer se trate de plantas alimentares, medicinais, ornamentais e outras categorias de uso. A diversidade agrícola é, por si, expressão e materialização de saberes tradicionais.

A Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/2001, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado no Brasil, estabelece ser atribuição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) deliberar sobre autorização de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, mediante anuência prévia de seus titulares. Em relação aos recursos da agrobiodiversidade indígena, o Conselho já concedeu à Embrapa autorização de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, para fins de pesquisa científica junto aos povos indígenas Ywalapiti e Kayabi (no Parque Indígena do Xingu, MT), e Krahô (TO). O Conselho já concedeu também autorização ao Instituto Agronômico (IAC), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, para pesquisa científica envolvendo “etnovariiedades” de milho, detidas por comunidades locais (quilombolas) do Vale do Ribeira, em São Paulo. A autorização foi condicionada à anuência prévia de tais comunidades.

Em face da Medida Provisória em vigor, está claro que as variedades locais (ou “crioulas”), manejadas e conservadas por povos indígenas e tradicionais, não se inserem no conceito de “domínio público”. Tais variedades só poderão ser disponibilizadas em coleções *ex situ*, para acesso por terceiros, com a autorização do

CGEN, que, por sua vez, está condicionada à anuência prévia das comunidades detentoras de tais recursos e conhecimentos.

Certamente, muitas serão as situações em que não será possível identificar os provedores do material fitogenético e as comunidades detentoras dos recursos e saberes. Entretanto, a repartição dos benefícios gerados pela utilização dos recursos da agrobiodiversidade pode (e deve) se dar através de mecanismos que permitam a sua aplicação em programas e projetos voltados para a conservação da agrobiodiversidade e da diversidade cultural associada, como fundos geridos pelas próprias comunidades, definidos por regiões ecoculturais.³ Com a identificação da origem do material fitogenético, será possível destinar recursos oriundos da repartição de benefícios aos referidos fundos. Mecanismos coletivos como fundos são mais abrangentes e inclusivos do que acordos celebrados com cada comunidade. Quando se trata de recursos e saberes compartilhados, outras comunidades co-detentoras de direitos poderão questionar a legitimidade de contratos de que foram excluídas.⁴

OS DIREITOS DOS AGRICULTORES E A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Outra questão em discussão é a interface dos direitos dos agricultores com os direitos de propriedade intelectual. O Tratado da FAO exclui expressamente a possibilidade de que aquele que acessou o material genético através do sistema de acesso facilitado requeira um direito de propriedade intelectual (patentes ou registro de proteção de cultivar) sobre um organismo ou parte desse organismo se ele não sofreu nenhuma transformação em relação ao material fornecido pela rede. Entretanto, nada impede que o material acessado seja utilizado para o desenvolvimento de uma nova variedade vegetal, por exemplo, que passará a ser protegida por patentes ou cultivares.

No Brasil, a Lei de Cultivares (Lei 9.456, de 25/04/1997) rejeita a dupla proteção de cultivares (por patentes e proteção à cultivar) e garante o chamado “privilégio do agricultor”, que é o direito do agricultor de guardar sementes da colheita para o próximo plantio. Garante ainda o direito daqueles que usam ou vendem como alimento ou matéria-prima o produto obtido do seu plantio, exceto para fins reprodutivos, ou utilizam a cultivar como fonte de variabilidade no melhoramento genético ou na pesquisa científica. Assegura também o direito de pequenos produtores rurais de multiplicar sementes, para doação ou troca, para outros pequenos produtores rurais, no âmbito de programas governamentais ou autorizados pelo governo.

Apesar de tais ressalvas legais, as sementes e variedades desenvolvidas por agricultores tradicionais não são de fato protegidas pela Lei de Cultivares. Dentre as dificuldades, está o fato de que a referida lei exige que as variedades agrícolas – para serem objeto de proteção, mediante a concessão de Certificado de Prote-

ção de Cultivar – apresentem, ao mesmo tempo, as características da novidade, distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade genética, e, dificilmente, as variedades tradicionais atendem a tais requisitos, por se caracterizarem justamente por sua ampla variabilidade e heterogeneidade genéticas. Ademais, a proteção de cultivares assegura a seus titulares um direito de propriedade sobre as variedades vegetais, de natureza individual e não coletiva, e por um prazo determinado. Na verdade, a Lei de Cultivares beneficia principalmente a indústria sementeira, e o seu interesse em assegurar os seus monopólios sobre as variedades comerciais, impedindo que terceiros possam produzir comercialmente e vender sementes de tais variedades.

Da mesma forma, a Lei de Sementes (Lei 10.711/2003, regulamentada pelo Decreto 5153/2004), reconhece como cultivar local, tradicional ou crioula, toda aquela variedade “desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do MAPA, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais”. A Lei de Sementes dispõe também que os agricultores familiares assentados da reforma agrária e indígenas “que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si” estão isentos de inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas. As sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, utilizadas por esses segmentos não têm a obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares.

O movimento de agricultores agroecológicos sustentam que, apesar das duas leis abrirem exceções para as variedades locais, elas limitam a reprodução de sementes ao circuito comunitário, não comercial. As pequenas e médias empresas, que pretendam comercializar sementes crioulas, orgânicas ou agroecológicas, oferecendo aos consumidores uma alternativa às sementes comerciais, não conseguem fazê-lo, por serem obrigadas a cumprir normas de registro, qualidade e certificadas feitas para grandes empresas. Suas atividades tornam-se economicamente inviáveis.

Os instrumentos jurídicos em vigor tratam os recursos fitogenéticos como bens econômicos, utilitários, fragmentados e descontextualizados dos processos biológicos e socioculturais de construção da agrobiodiversidade e dos saberes associados. Ignoram as percepções e valores locais associados aos recursos e saberes da agrobiodiversidade, e as concepções desenvolvidas pelas comunidades locais sobre as variedades, como são criadas e se diferenciam entre si, a titularidade de direitos sobre tais recursos, o liame entre o recurso e o conhecimento, a circulação e intercâmbio do material fitogenético, o seu compartilhamento por várias comunidades, etc. Desconsideram a complexidade dos processos que geram a agrobiodiversidade. Apesar de algumas exceções pontuais feitas ao reconhecimento formal de direitos de agricultores, tais instrumentos jurídicos tendem a impedir a livre circulação de material fitogenético, estimular monopólios detidos pela indústria sementeira, e, a longo prazo, terão um impacto sobre os sistemas locais que geram uma alta diversidade de recursos fitogenéticos. (*abril, 2006*)

NOTAS

¹ A diversidade agrícola, ou agrobiodiversidade, constitui uma parte importante da biodiversidade. O termo agrobiodiversidade designa todos os elementos que interagem na produção agrícola: os espaços cultivados ou utilizados para criação, as espécies direta ou indiretamente manejadas, como as cultivadas e seus parentes silvestres, as ervas daninhas, as pestes, os polinizadores, etc., e a diversidade genética a elas associadas. Da mesma forma que a noção de biodiversidade encobre vários níveis de variabilidade, dos ecossistemas aos genes, o conceito de agrobiodiversidade se estende aos diversos níveis de organização, ecológica, biológica e genética. Há autores que agregam um quarto nível, o dos sistemas socioeconômicos que geram e constroem a diversidade agrícola.

² O amendoim e a soja não constam da referida lista.

³ Tal proposta já foi apresentada ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético pelo Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual Indígena (Inbrapi).

⁴ Exemplo disso foi o acordo entre a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e o povo indígena Krahô, do Tocantins, visando efetuar o levantamento etnofarmacológico de espécies da flora utilizadas em rituais xamânicos. A pesquisa motivou conflitos e divergências internas entre os índios Krahô, tendo boa parte do povo Krahô se revoltado contra o projeto e exigido a sua interrupção, porque os seus pesquisadores só consultaram uma parte das aldeias Krahô.

A Valorização dos Produtos Indígenas

Juliana Santilli

Sócia-fundadora do ISA e promotora de Justiça do Ministério Público - DF

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PODEM SER INSTRUMENTOS PARA AGREGAR VALOR SOCIOAMBIENTAL A PRODUTOS DESENVOLVIDOS POR POVOS INDÍGENAS, DIFERENCIANDO-OS NO MERCADO E OFERECENDO AO CONSUMIDOR UMA MARCA DISTINTIVA DE SUA TIPICIDADE

As indicações geográficas ainda são pouco conhecidas e utilizadas no Brasil. Instrumento jurídico e econômico previsto na Lei 9.279/96, as indicações geográficas se prestam, essencialmente, a agregar valor a produtos e serviços associados a determinados territórios, concebidos em sua dimensão natural e cultural.

As indicações geográficas conferem ao produto ou serviço uma identidade própria, uma vez que o nome geográfico utilizado no produto ou serviço estabelece uma ligação entre as suas características e a sua origem (Exemplos: vinhos do Vale do Vinhedo-RS, cachaça “do Brasil”, café do Cerrado mineiro e queijos da Serra da Canastra, MG, doces de Pelotas, RS). Procuram criar um fator diferenciador entre tais produtos e os demais disponíveis no mercado, agregando-lhes valor justamente em virtude da sua identidade própria. São produtos diferenciados, associados a valores simbólicos e a dinâmicas socioculturais locais, que buscam as suas próprias formas de inserção em um mercado dominado por produtos globalizados e estandarizados.

As indicações geográficas estão previstas e reguladas na Lei nº 9.279/96, que regula os direitos de propriedade industrial. Há duas espécies de indicações geográficas: as indicações de procedência e as denominações de origem. A indicação de procedência corresponde ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Portanto, para a caracterização da indicação de procedência, é suficiente a vinculação do produto ou serviço a um determinado espaço geográfico, independentemente de suas características e qualidades intrínsecas. É a simples procedência do produto que o torna

singular, o sentido de “lugar”, e os valores e significados a ele associados.

Já a denominação de origem exige algo mais: além de tal vinculação, é necessário que o produto ou serviço guarde características e qualidades próprias, que estão relacionadas ao território, incluídos os fatores naturais (clima, solo, vegetação, etc.) e os fatores culturais (saberes, práticas, modos de fazer e criar, processos e técnicas tradicionais de fabricação de produtos, etc) diferenciados. Segundo a definição legal, a denominação de origem corresponde ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Trata-se, portanto, de um produto cujo modo de fabricação apresenta peculiaridades e tipicidades, que o diferenciam de outros da mesma natureza. Exemplos: queijos da Serra da Canastra, ou o café da região do Cerrado mineiro, fabricados de acordo com técnicas, processos e métodos específicos.

O direito ao uso das indicações geográficas é coletivo, e se estende a todos os produtores estabelecidos no território correspondente. O registro de uma indicação geográfica pode ser requerido por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território. A pessoa jurídica age como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal nome geográfico. Isso quer dizer que, quando uma associação de produtores requer o registro de uma indicação geográfica, ela está pleiteando o reconhecimento de um direito coletivo, que beneficiará todos os produtores estabelecidos naquele território. As indicações geográficas são, em sua essência, instrumentos econômicos, de agregação de valor a produtos e serviços, e de reserva de nichos específicos de mercado a determinados produtos.

O uso das indicações geográficas é restrito aos produtos e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade. A proteção conferida pelo registro das indica-

ções geográficas impede que terceiros vendam, importem, exportem ou fabriquem produto que contenha falsa indicação geográfica, ou utilize, no produto, em seu recipiente ou em qualquer outro meio de divulgação, qualquer sinal de propaganda que indique procedência que não a verdadeira. É, portanto, uma proteção contra a concorrência desleal.

POVOS INDÍGENAS E OS SEUS DIREITOS TERRITORIAIS E CULTURAIS

O território é o espaço (físico e cultural) a que as indicações geográficas associam determinados produtos e serviços. Para os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, o território é um elemento essencial à sua reprodução física e cultural. Algumas etnias (como o povo Guarani) não têm relações com um território específico, e não se pode recorrer necessariamente a um território como critério fundamental para a definição de etnia, pois há grupos que mantiveram a sua identidade cultural sem estarem vinculados a um território específico, conforme aponta Alfredo Wagner Berno de Almeida.¹

Entretanto, foi justamente em virtude da importância do território para os povos indígenas que a Constituição assegurou-lhes direitos territoriais especiais, decorrentes de sua identidade étnica diferenciada. A Constituição assegura também aos quilombolas direitos territoriais especiais. Os quilombolas gozam de um regime jurídico privilegiado em relação às populações tradicionais, que não têm direitos territoriais expressamente assegurados pela Constituição. Entretanto, ainda se estrutura um arcabouço legal e institucional que dê efetiva e concreta proteção aos direitos dos quilombolas, também reconhecidos como minorias étnicas, culturalmente diferenciadas.

Os direitos culturais dos povos indígenas e quilombolas são também assegurados pelo art. 215 da Constituição, que obriga o Estado a garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e a apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais. Estabelece que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

O novo conceito de patrimônio cultural incorporado pela Constituição engloba não só os bens culturais materiais ou tangíveis como também os bens imateriais ou intangíveis. O artigo 215 é claro quando estabelece que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, incluindo, entre estes, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, dos diferentes grupos sociais brasileiros. A concepção abrangente adotada pela Constituição foi a de que não é possível compreender os bens culturais sem considerar os valores neles investidos e o que representam – a sua dimensão imaterial – e, da mesma forma, não se pode entender a dinâmica do patrimônio imaterial

sem o conhecimento da cultura material que lhe dá suporte. Procurou, assim, abranger as manifestações culturais de caráter dinâmico, em geral transmitidas oralmente.

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS INDÍGENAS

Houve nos últimos anos um grande avanço no reconhecimento de direitos territoriais e culturais aos povos indígenas. Entretanto, o desafio que se coloca atualmente é a sustentabilidade ambiental, cultural e econômica de seus territórios, o que inclui a gestão sustentável de seus recursos naturais e a continuidade de suas práticas socioculturais coletivas, e de seus usos, costumes e tradições, consagradores da sua diversidade cultural.

Alguns projetos têm sido desenvolvidos, em formatos e parcerias institucionais diversificados, a fim de desenvolver alternativas econômicas sustentáveis para povos tradicionais, onde podemos identificar, claramente, a associação entre determinados territórios e produtos. Vamos citar alguns exemplos:

Mel dos índios do Xingu

Desde 1996, o Projeto Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis e Manejo de Recursos Naturais é desenvolvido pelo ISA, em parceria com a Associação Terra Indígena Xingu (Atix). A apicultura é desenvolvida como uma alternativa econômica sustentável para os povos indígenas que vivem no Parque. Cinco povos indígenas participam da atividade, com 21 apiários instalados e 43 apicultores indígenas recebem formação específica. O mel de abelha europeia (*Apis mellifera*) do Xingu tem certificado de produto orgânico do Instituto Biodinâmico e foi o primeiro produto indígena a obter o certificado do Serviço de Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura (SIF) no Brasil. O mel dos índios do Xingu é vendido pela rede Pão de Açúcar.



Arte e pimenta em pó dos índios Baniwa, da região do Alto Rio Negro (AM)

O projeto Arte Baniwa (www.artebaniwa.org.br) visa organizar o sistema de produção e comercialização de cestaria indígena, gerido pela Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) que, em sua implementação, conta com o apoio político e institucional da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e técnico do ISA. A cestaria de arumã é uma arte milenar ensinada aos homens Baniwa pelos seus he-



róis criadores e cujos grafismos foram inscritos pelos antepassados nas pedras, em forma de petroglifos, para que nunca fossem esquecidos. A cestaria Baniwa é comercializada pela cadeia de lojas Tok & Stok em todo o Brasil. Além da cestaria de arumã, o povo Baniwa pretende transformar suas pimentas em pó em mais uma alternativa para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas. Pretendem ofertar as suas pimentas em pó para determinados nichos de mercado no país, como restaurantes e casas especializadas. O projeto prevê ainda a realização de estudos sobre as propriedades físicas e potenciais de uso dos mais de 39 tipos de pimenta encontrados na região do Alto Rio Negro.

Caju, juçara e bacuri e buriti e cajá, dos povos do Cerrado

O projeto “Frutos do Cerrado” é baseado em uma parceria entre índios e pequenos produtores do Maranhão e do Tocantins. É executado pela Associação Vyty-Cati, que representa 5 povos Timbira, e assessorado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), organização civil. As atividades estão voltadas para o fortalecimento da Vyty-Cati, geração de renda, preservação da biodiversidade do cerrado e sustentabilidade econômica. O mercado de polpas de frutas é extremamente disputado, mas a idéia do projeto é fornecer produtos com origem social e ambiental diferenciada. Os frutos são coletados em áreas extrativistas e de plantio, onde o manejo é orgânico e livre de agrotóxicos. No seu beneficiamento, não recebem nenhum tipo de aditivos químicos ou conservantes.



Guaraná nativo dos índios Sateré-Mawé, da Amazônia

O Guaraná é cultivado há centenas de anos na Amazônia, entre o rio Tapajós e o rio Madeira, em uma região que corresponde ao território tradicional do povo indígena Sateré-Mawé. O Guaraná nativo é um cipó que cresce espontâneo até uma altura de 12 metros. Os índios recolhem as pequenas plantas nascidas das sementes caídas e as transplantam nas clareiras da floresta. A

semente do Guaraná, seca ao forno e sem a película externa, possui entre 3-4% de cafeína e é rica em fósforo, potássio, vitaminas e tanino. Graças à ação conjunta de seus componentes, o Guaraná age no sistema nervoso eliminando o cansaço, estimulando as funções cognitivas e a memória. O Guaraná é a base da cultura religiosa dos Sateré-Mawé. O projeto Fortaleza Slow Food é apoiado pela Fundação Slow Food para a Biodiversidade (constituída em Florença, em 2003, para promover a agricultura sustentável e as identidades culturais dos povos). Os produtores fazem parte do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé, órgão representativo dos índios Sateré Mawé. O objetivo do projeto é tutelar o Guaraná autêntico dos Sateré Mawé, valorizando o tradicional bastão de guaraná, propondo-o aos barmans ocidentais, bem como o xarope e um particular mel obtido das flores de Guaraná.

Tais produtos diferenciados têm em comum a associação a territórios específicos, concebidos em sua base física e cultural, seja o Parque Indígena do Xingu, a região do Alto Rio Negro, o território tradicional dos índios Sateré-Mawé, ou o bioma Cerrado. São produtos gerados (ou manejados) segundo conhecimentos e práticas tradicionais, que lhes conferem algumas características peculiares e valor simbólico. Em qualquer um dos exemplos citados acima, o registro da indicação geográfica poderia ser requerido ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Tal providência pode ser também adotada em relação a outros produtos de povos tradicionais.

As indicações geográficas poderiam ser instrumentos úteis à diferenciação dos produtos gerados por povos tradicionais no mercado, agregando-lhes valor cultural e ambiental, oferecendo ao consumidor uma marca distintiva de sua tipicidade, e beneficiando-se de nichos específicos de mercado. Tais instrumentos devem estar inseridos, entretanto, dentro de uma política de desenvolvimento territorial, social e humano que considere a nossa diversidade cultural e valorize os produtos e serviços especializados que tal diversidade gera e produz. (outubro, 2005)

NOTAS

¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004, p. 169-180.

Política Indigenista Educação Escolar Saúde Funai Balanço

“Ser Presidente da Funai já é uma Glória”

Entrevista à equipe de edição

O ANTROPÓLOGO MÉRCIO PEREIRA GOMES, 31º PRESIDENTE DA FUNAI, APÓS TRÊS ANOS NO CARGO, RESPONDE POR ESCRITO PERGUNTAS DO ISA SOBRE OS RUMOS DA POLÍTICA INDIGENISTA NO GOVERNO LULA

ESTRUTURA DA FUNAI

Com exceção do período da ditadura militar, você é o presidente da Funai que mais permaneceu no cargo (setembro de 2003 até o momento). Qual foi sua estratégia para se manter? Como você encontrou a Funai quando assumiu? Qual a avaliação que você faz da Funai hoje?

Em primeiro lugar, ser presidente da Funai já é uma glória. Sê-lo por tanto tempo tem sido um feito de que muito me orgulho. Quero dizer que pretendo ficar na Funai até o fim desse mandato do governo Lula, salvo alguma circunstância especial, e passar o cargo com toda a dignidade para a próxima pessoa que o Presidente da República escolher. Pode ser um índio ou um não índio, ele é que decidirá. O fato é que tantas outras figuras ilustres que por aqui passaram terminaram saindo amarguradas por não vencerem as vicissitudes inerentes ao cargo e as dificuldades inesperadas que sempre aparecem. Uma a cada dia.

Sob diversos aspectos, foi muita sorte minha ter vencido os primeiros obstáculos à minha gestão. Havia resistência de algumas pessoas importantes dentro do governo e houve até uma reação bastante negativa por parte de segmentos do movimento indígena e de ONGs brasileiras e internacionais. Eles queriam porque queriam que o Presidente Lula nomeasse naquele momento um índio presidente da Funai, em meio ao caos que atingia a Funai e o movimento indigenista, após a desastrosa passagem do presidente anterior. Lembro-me de ter conversado com alguns

amigos sobre isso até antes de tomar posse. Muitos antropólogos e indigenistas me deram muita força, sempre com a cautela exigida e com um certo temor de que talvez a coisa não desse certo. Alguns, é claro, apostaram contra. O Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, que não me conhecia anteriormente, sempre me apoiou em todas as batalhas de ordem política que travei. Ele e toda sua equipe. O Presidente Lula, que também não me conhecia, demonstrou desde o início muita confiança no meu trabalho, na minha dedicação à causa indígena e na minha lealdade a ele e ao seu governo.

Ao longo desses três anos minha visão da questão indígena brasileira se ampliou consideravelmente, já que, da cadeira de presidente da Funai, a situação indígena brasileira aparece com dimensões muito mais intensas e realísticas. Enfim, o que me segura como presidente da Funai é ter lealdade ao índio e à causa indígena.

Por sua vez, uma visão estratégica só funciona se corresponde a uma realidade apreendida e a um objetivo a ser atingido. A realidade é esta que estava em setembro de 2003, incluindo a negatividade sensacionalista da imprensa e a agressividade dos

Ao final, meu objetivo principal, que acho correspondente à visão global de todos os povos indígenas no mundo moderno, é a redenção dos povos indígenas diante da história.



ANTONIO CRUZ/ABR, 2005

Acredito que sem a Funai a questão indígena brasileira virará um caos. Ela é quem dá aos índios a segurança da presença do Estado diante de todas as forças que lhes são contrárias.

políticos contrários aos índios, que foi se modificando aos poucos pelo peso dos acontecimentos e da nossa atuação. Ao final, meu objetivo principal, que acho correspondente à visão global de todos os povos indígenas no mundo moderno, é a redenção dos povos indígenas diante da história. No caso brasileiro, isto significa a recomposição dos territórios indígenas, o crescimento demográfico, a ampliação do seu conhecimento do mundo moderno, sua autonomia econômica, a participação efetiva na vida político-cultural brasileira, enfim, a sua autodeterminação.

Noto com alegria que esse pensamento é compartilhado por quase todos os povos indígenas do mundo, especialmente por suas lideranças. Estive com muitos deles em reuniões no Brasil e no exterior, especialmente no Conselho de Direitos Humanos, órgão da ONU sediado em Genebra, onde desde 1994 se tentava encontrar um consenso entre nações-estados e os povos indígenas sobre a idéia de se ter uma Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Nesses anos estive batalhando por essa Declaração e pela sua similar a ser feita exclusivamente para os povos indígenas das Américas, no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Ao final, em fins de maio deste ano, o Conselho de Direitos Humanos – com voto do Brasil, que liderava o grupo latino-americano – aprovou o rascunho desta Declaração, o qual será enviado à Assembleia Geral da ONU, em outubro, para votação final. Este talvez seja o maior feito desses últimos anos para os povos indígenas do mundo inteiro e será a base dessa redenção a que aludo. É preciso que isso seja conhecido por todos os índios brasileiros e também pelos que acreditam no papel dos índios na nação brasileira.

Ao terminar este mandato creio que deixarei uma Funai mais segura de si, mais consciente do seu papel. Tenho lutado muito para obter um plano de carreira indigenista, todo o governo é a favor, mas há algo incompreensível que esbarra no Ministério do Planejamento. É preciso que em prosseguimento haja um concurso público para aumentar e renovar os quadros do órgão. São pouco mais de dois mil funcionários, entre os quais cerca de 700 indígenas, para um universo de 225 povos indígenas, 460 mil indivíduos, mais de 600 terras indígenas, enfim, 12,5% do território nacional. Não é pouca coisa. Acredito que sem a Funai a questão indígena brasileira virará um caos. Ela é quem dá aos índios a segurança da presença do Estado diante de todas as forças que lhes são contrárias. Nenhum ministério, nenhum outro órgão tem tanta importância para os índios quanto a Funai.

É preciso que se respeite isso. Tem gente que acha que, dada a amplitude da ação do Estado em relação aos povos indígenas, a Funai virou um órgão caduco. Nem sei como responder a isso. Trata-se de uma idéia ingênua e carente de conhecimento histórico.

Entretanto, concordo com aqueles que dizem que a Funai tem que ser melhorada e reestruturada. Tenho conversado com alguns antropólogos, indigenistas e índios sobre esse assunto e gostaria muito de deixar algumas idéias para serem implementadas no próximo governo.

No início da sua gestão houve rumores de que a Funai seria reestruturada. Essa reforma envolvia a substituição da carreira de sertanista pela de “negociador indigenista”, a atribuição de poder de polícia aos servidores e a criação de uma corregedoria. Como era esse projeto de reestruturação, o que foi implementado e quais os problemas que impediram que ele fosse executado na íntegra?

Rumores houve, mas nem com o Ministro Márcio nem com ninguém do governo essa idéia de reestruturação foi discutida. “Negociador indigenista” é uma idéia que jamais passou pela minha cabeça e é a primeira vez que a escuto. A idéia de uma corregedoria nunca foi discutida, mas a de uma ouvidoria foi analisada e acho que é importante. Contudo, a Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos Indígenas cumpre um papel equivalente e é dirigida por um hábil e seguro representante do povo Guarani. Ela é quem tem feito a defesa de diversas situações antagônicas aos índios, seja como indivíduos, seja como coletividades.

A Funai está tentando recuperar o atendimento à saúde indígena. Nos anos anteriores essa experiência não atingiu bons resultados. Por que essa iniciativa? Caso isso ocorra, o que vai ser feito para que os mesmos erros não sejam cometidos? O que a Funai pensa fazer para efetivamente conter a corrupção e a ineficiência que sempre foram marcas do atendimento à saúde indígena?

Até fins da década de 1990 a saúde indígena estava a cargo da Funai. Foi a partir de 1970 que os povos indígenas começaram a reverter a curva demográfica decrescente que havia desde 1500. Já escrevi sobre isto mostrando que não se pode dizer que foi uma ação do Estado brasileiro, da Funai em si, já que esta é uma tendência que aconteceu em quase todas as partes do mundo. Mas o fato é que a Funai contribuiu para diminuir a queda populacional indígena e acelerar o seu crescimento demográfico. A partir da década de 1980, até os povos indígenas recém-contatados passaram a crescer. Tudo isso é extraordinário, algo impensável anteriormente. Até Lévi-Strauss pensava que os povos indígenas fossem se extinguir! Portanto, temos que comemorar o crescimento dos povos indígenas.

Mas saúde significa uma série de aspectos além de taxa de mortalidade infantil, de morbidade, vacinações, saneamento básico

e atendimento de vários níveis. Significa também bem estar físico geral, o que implica dieta adequada, condições ambientais, tranquilidade social etc. O Estado brasileiro está longe de providenciar tudo isso para os povos indígenas. É uma luta imensa de todos aqueles que entendem de saúde encontrar as melhores condições para atender aos povos indígenas e aos brasileiros em geral.

Digo que a Funai tem condições indigenistas de supervisionar melhor a saúde indígena do que a própria Funasa, tomando-se em conta esse conceito mais amplo de saúde. Gostaria de influenciar o governo para mudar o decreto que retirou da Funai a questão da saúde, mas não sei se vou conseguir. A Funasa poderia manter suas bases de atendimento, mas deveria estar junto com a Funai e organizar-se estrategicamente junto com a Funai. Este é o sentido das mudanças na saúde que acho importante.

Quanto à corrupção, não parece ter existido no tempo da Funai e nem sei bem quais as suas dimensões na atualidade. Muitos acham que o processo de terceirização do atendimento via prefeituras, ONGs e associações indígenas provocou muito desperdício de recursos, senão desvios e corrupção. Acho que o TCU [Tribunal de Contas da União] está avaliando esse processo, mas não sei como vão modificá-lo em curto prazo. O certo é que a Funasa é mais acessível a influências políticas do que a Funai, que se mantém imune a indicações políticas.

Você tem comentado sobre o “ressurgimento da figura do mameluco”, como uma alusão aos índios que acabaram assumindo, no passado, uma posição de “explorador” sobre seu próprio povo, atribuindo às ONGs uma responsabilidade maior sobre este processo. Como se dá realmente esse processo e por que a Funai, com seu imenso número de funcionários índios, muitas vezes despreparados para o cargo que ocupam, é poupada como principal responsável nesta sua tese?

O mameluco foi uma figura fundamental na formação do Brasil, muito maior do que nossa historiografia tem reconhecido até agora. Ele vai além do período colonial e passa por grande parte de nossa história. De certo modo, mais do que uma figura histórica, é uma entidade, uma instituição. Como é que um punhado de portugueses submeteu uma população vasta e diversificada ao seu domínio, expulsou outros estrangeiros que com eles rivalizavam e tornou-se hegemônica no poder em pouco mais de 150 anos se não fosse também pelo papel dos intermediários? Não há novidade nisso, todos os povos conquistadores usaram intermediários para efetivar a conquista de novos territórios e povos. No Brasil, o mameluco ajudou os portugueses a conquistar novos territórios e a expandir suas pretensões originais. Para o bem ou para o mal, eis o que somos no presente. Na literatura antropológica o mameluco seria uma espécie de “cultural broker”, em outras palavras, um “negociador indigenista”, tal como foi aludido na pergunta anterior. Seria a última coisa que eu gostaria que aparecesse na Funai.

Mas ele existe na realidade do processo social e parece que tem se intensificado nos últimos anos. Por exemplo, no processo de arrendamento de terras indígenas ou na idéia de propriedade privada das terras indígenas. Lembro-me que durante a Rio 92 a mulher do presidente da Conferência, a Sra. Maurice Strong, aparentemente depois de intensas conversas com as ONGs que participaram do evento, declarou que era uma vergonha o Brasil não dar a propriedade particular das terras para os índios. Ora, nem nos Estados Unidos isso existe. Lá, quando houve esse direito de propriedade, mais de um terço das terras indígenas foram vendidas e perdidas para terceiros em trinta, quarenta anos de vigência. Assim, do meu ponto de vista, essas idéias são mamelucas, e todos que as cultivam fazem papel de mameluco, porque é dessas idéias que se produzem fatos que irão resultar, inevitavelmente, na perda de terras e na inconsistência cultural dos povos indígenas.

O Megaron Txucarramãe, administrador da Funai de Colider, talvez seja a melhor expressão de uma geração de índios que se tornaram funcionários da Funai, ocupando cargos de direção cuja atuação oscila entre a do servidor público e a de representante e/ou intermediário dos interesses do seu povo, muitas vezes conflitantes com os interesses do Estado, ou com a postura normalmente esperada de um funcionário público. Um exemplo dessa situação é o fato dele estar liderando neste momento um bloqueio da BR 163 e solicitando publicamente a sua demissão. Como você vê essa situação em relação à sua pessoa e em relação à perspectiva de estruturação de uma ação do Estado a partir de um órgão coordenado pelos índios?

Todos os indígenas que têm cargos na Funai sofrem pela ambigüidade a que estão sujeitos: por um lado, agentes do Estado, por outro, representantes lídimos de seus povos. A pressão sobre eles é muito grande, de um lado e do outro, e é só com muita habilidade política que eles conseguem encontrar as soluções para os problemas imediatos. Agradar aos dois lados não é fácil. Nos casos de projetos econômicos, de interesse do Estado, que, de algum modo, atingem terras indígenas ou interesses indígenas, é que esse dilema surge com grande força. Que fazer?

Felizmente, o bloqueio da BR-163 já acabou, com o entendimento de todos os presentes de que não foi por omissão da Funai

No Brasil, o mameluco ajudou os portugueses a conquistar novos territórios e a expandir suas pretensões originais. Para o bem ou para o mal, eis o que somos no presente.

que surgiram as razões para uma ação tão drástica como foi tomada. O interesse de outras organizações ficou patente naquele episódio, inclusive com o envolvimento de índios que não tinham nada a ver com o caso. A questão é que o estado do Mato Grosso precipitou o processo de asfaltamento no trecho que lhe foi consignado pelo Governo Federal, sem que todas as determinações de compensações estivessem sendo realizadas. A Funai e o Ministério Público, por meio do Dr. Mário Lucio Avelar, estiveram presentes na negociação final, junto com o governo do Mato Grosso e o Ministério dos Transportes. Creio que daqui por diante esse problema vai estar equacionado.

Quanto ao pedido por minha demissão, creio que, ao longo desses meses, alguns líderes indígenas assim o desejaram e uns poucos tentaram com mais veemência. Algumas ONGs também têm feito essa reivindicação. Até quem é eleito pelo voto popular e faz um bom governo também tem adversários cáusticos e alguns muito dignos, mas continua batalhando pelo que vem fazendo. Que posso fazer para agradar a todos?

TERRAS, EMERGENTES, TUTELA

O que você pensa sobre as comunidades de “ressurgidos” que reivindicam a identidade indígena e, conseqüentemente, os direitos territoriais garantidos pela Constituição Federal? A quantidade de povos indígenas no Brasil tem limite? Como saber quem está dentro e quem está fora?

Esta é uma questão difícil de ser resolvida. Tudo indica que a raiz do problema está na falta de assistência que muitas comunidades rurais brasileiras sentem. Grande parte delas descende do amalgamento de índios com negros e brancos, tal como descrito por tantos sociólogos e antropólogos brasileiros. Muitos vivem uma cultura sincrética, com elementos diversificados e reelaborados em padrões bastante singulares. Muitos se parecem com culturas indígenas, outros com variações de quilombos. Ressurgir como índios é uma decisão que algumas dessas comunidades querem tomar, com a ajuda de algumas ONGs e alguns antropólogos que, de boa fé, acreditam que o processo histórico pode se abrir para isso. Talvez seja possível. Na verdade, parece que alguns dos povos indígenas da atualidade advêm desse processo. Do ponto de vista da legislação brasileira, seja a Constituição, seja o Estatuto do Índio ou a Convenção 169, é preciso preencher algumas condições sociais e culturais para que ressurgidos sejam reconhecidos como índios. Uma delas é serem reconhecidos pelos “outros” como diferentes; outra é serem, de algum modo, descendentes de culturas indígenas e, ao final, terem consciência de que são índios. Em muitos casos, querem começar o processo por este último aspecto.

A questão dos ressurgidos está cada vez mais se parecendo com a questão de cotas para minorias. Há controvérsias grandes, e o encaminhamento terminará sendo político.

Temos visto no atual mandato presidencial um arrefecimento no ritmo da identificação e demarcação de novas terras, com muitos casos parados há mais de um ano nos gabinetes do Ministério da Justiça sem qualquer encaminhamento e outros tantos que são devolvidos à Funai. Estudo recente do Inesc [Instituto de Estudos Socioeconômicos] aponta que, embora o orçamento para políticas voltadas aos povos indígenas tenha aumentado nos últimos seis anos, o mesmo não ocorreu com os recursos destinados à demarcação de terras indígenas, cujo orçamento anual baixou de R\$ 67,1 milhões para R\$ 42,5 milhões nesse período. Paralelamente, você dá uma entrevista à Reuters na qual teria dito que o reconhecimento de direitos territoriais indígenas estaria chegando ao seu limite. É isso mesmo? Estaríamos chegando ao limite do reconhecimento de novas áreas ou a diminuição no ritmo de demarcações é um problema meramente conjuntural? Por que o Ministério da Justiça se transformou num obstáculo ao avanço do processo demarcatório?

Não conheço esse estudo do Inesc, mas, por esses dados apresentados, acho que não está correto. O orçamento da Funai tem crescido pouco, mas consistentemente no governo Lula. Os orçamentos de outros órgãos que paralelamente trabalham com populações indígenas têm crescido mais; na verdade, muitos deles surgiram nesse governo, como a carteira indígena, do Ministério do Meio Ambiente, e os recursos do Bolsa Família e outros benefícios. Porém, mesmo quando nosso orçamento não é grande, ao final, por meio de créditos suplementares, o investimento chega a mais uns 20 milhões de reais. Certamente, a Funai nunca gastou 67 milhões de reais em demarcações em nenhum ano e nem mesmo chega a 42 milhões. Não há pessoal suficiente para gastarmos tanto, mesmo que dediquemos muito de nossa energia ao pagamento das benfeitorias de terceiros.

Além de termos um ritmo bastante alto de demarcações e estudos de identificação, temos feito esses estudos com muito mais qualidade do que anteriormente. Em administrações anteriores, as argumentações eram tão frágeis que ficava fácil para um advogado de terceiros obter uma liminar em juízo embargando o processo. Assim, temos uma quantidade expressiva de liminares interrompendo os processos de demarcações de diversas terras indígenas, sobretudo no Mato Grosso do Sul.

Vocês podem imaginar o quanto gastamos de energia para homologar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esta era a principal reivindicação tanto do movimento indígena quanto das ONGs indigenistas, inclusive as internacionais. A Igreja Católica se empenhou muitíssimo a favor. Mas poucos a defenderam com a veemência que tivemos, o Ministro Márcio Thomaz Bastos e eu, em todos os fóruns por que passamos, dos militares, dos políticos regionais e do*s nacionais. Muitos deputados de esquerda se posicionaram contrários a essa homologação. No estado de Roraima viveu-se um paroxismo de contestações contra mim,

pessoalmente, que beirava o insurrecional. Aliás, houve insurreição no começo de 2004, quando o Ministro Márcio anunciou em fins de dezembro que o Presidente Lula iria homologar Raposa Serra do Sol dentro de trinta dias. Por sua vez, a lide jurídica foi impressionante e brilhante ainda a solução proposta pelo Ministro, que seguimos com todo afinco, para surpresa de muitos. Algum dia essa história será contada por algum dos participantes mais diretos.

Ao final de seu mandato, o Presidente Lula terá homologado mais de 60 terras indígenas, um pouco mais da média das terras indígenas homologadas no governo anterior. O Ministro Márcio concluirá seu termo de administração com mais de 20 portarias de demarcação. E da minha parte, mais de 40 terras indígenas terão sido identificadas e seus relatórios, publicados.

Eu me orgulho muito desse papel de demarcar terras porque acho essencial para os povos indígenas. Na entrevista com a Reuters, que convoquei para rebater os dados equivocados produzidos pelo Cimi e veiculados pela Anistia Internacional sobre os supostos assassinatos de líderes indígenas, falei que o Brasil devia se orgulhar do quanto vinha fazendo pelos povos indígenas, inclusive no reconhecimento e demarcação de suas terras. Comparei a nossa situação com a de outros países e chegamos à conclusão que o Brasil estava muito adiante. Ter demarcado cerca de 12,5% do território nacional como terra indígena era um feito e tanto – embora ainda haja muito a se fazer. Disse ainda que havia muita demanda por parte de algumas ONGs que trabalham com índios e havia muitos processos parados no Supremo Tribunal Federal sobre a legitimidade de terras indígenas e que o STF precisaria tomar decisões muito sérias sobre esse assunto. Na verdade, o STF é quem iria decidir o destino de diversas terras indígenas, como a dos Pataxó Hãhãhãe, a dos Potiguarra de Monte Mor, a dos Guarani de Nãnderu Marangatu, entre outras, e essas decisões iriam pesar sobre outros estudos a serem realizados. O STF foi muito importante para definir o destino da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e a ministra Ellen Gracie, em particular, foi fundamental para a volta dos Xavante à Terra Indígena Marãiwatsede. Assim, esse tema pára no STF e é dele que sairão muitas decisões para que a Funai possa ou não prosseguir no encaminhamento de futuras demarcações. Recentemente recebi uma carta da presidente do STF dizendo que ele irá priorizar as decisões sobre mais de 100 questões sobre assuntos indígenas que estão pendentes no Tribunal. Gostaria muito que a questão Pataxó fosse colocada em julgamento ainda este ano.

Enfim, o problema da entrevista não foi ela em si, mas a repercussão posterior, reelaborada maldosamente por jornalistas e algumas entidades que buscavam abrir uma celeuma negativa. Em entrevistas posteriores, esclareci todo esse assunto.

O PPTAL está perto do seu fim, mas não conseguiu gastar todos os recursos assegurados. O que será feito do saldo?

O PPTAL foi um programa muito importante para a demarcação de terras na Amazônia nesses últimos dez anos. O fato de estar concluindo sua atuação significa que cumpriu seu objetivo inicial e está se concluindo o processo de demarcação de terras indígenas na Amazônia. As que faltam seriam feitas pela Funai. Agradecemos muito à Comunidade Européia e especialmente ao governo alemão por essa valiosa contribuição. Já tivemos diversas conversas com seus líderes e com membros graduados do governo alemão sobre a possibilidade dessa ajuda ser diversificada e ampliada para outras atividades. A principal é a gestão territorial, mas há também possibilidades de investimento em defesa territorial, capacitação de índios em diversas atividades econômicas, projetos de silvicultura etc. Acredito que o governo alemão e a Comunidade Européia estão sensibilizados para a questão indígena no Brasil.

Há uma série de propostas legislativas tramitando no Congresso Nacional que objetivam modificar a sistemática de demarcação de terras indígenas e impor limites ao reconhecimento de direitos territoriais. Você concorda que o capítulo dos direitos indígenas da Constituição de 1988, notadamente no que diz respeito aos direitos territoriais, deveria ser alterado? Se sim, em que sentido?

Tenho lutado para que nem a Constituição brasileira nem o Estatuto do Índio sejam modificados por esta ou pela próxima legislatura. A Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada em abril deste ano, também não quer tais modificações, por enquanto. O que parece estar sendo acordado entre diversas lideranças indígenas são mudanças pontuais, como o primeiro artigo que fala do propósito de integração do índio, a questão da tutela, sem deixar de lado a proteção especial do Estado às populações indígenas, e a classificação de povos indígenas por níveis de relacionamento social.

Você pensa que o formato Funai é adequado para estabelecer as relações entre os índios e o Estado Nacional hoje no Brasil? Você acredita que a Funai deveria ter o “monopólio”, digamos, seja por execução direta, seja por coordenação das relações dos índios com o Estado Nacional?

Como falei anteriormente, tenho pensado em elaborar novos parâmetros para a reestruturação da Funai. Acho que ela deve ser o esteio da política indigenista brasileira pela tradição e pelo respeito que conquistou. Acho que poderia coordenar as ações multifacetadas do Estado brasileiro, acho que deveria treinar, através de uma escola de indigenismo, funcionários e servidores do Estado que venham a trabalhar com povos indígenas e acho que ela deve representar o Brasil em fóruns internacionais que tratem da questão indígena sob o ponto de vista dos Estados.

Você não acha que as disparidades entre os povos indígenas no Brasil (perfil demográfico, experiência de contato,

localização no território, disponibilidade de terras demarcadas e de recursos naturais etc.) mereceria alternativas de interlocução diferenciadas com o Estado Nacional? Ou seja, entre isolados e emergentes, entre povos de contato recente e demografia reduzida e povos com 300 anos de contato e demografia avantajada, que alternativas o Estado Nacional deveria propor? O Estatuto das Sociedades Indígenas, parado há mais de dez anos na Câmara dos Deputados, poderia ser uma alternativa? Por que não há interesse do Executivo em aprová-lo?

As diferenças entre povos indígenas e suas situações de contato e relacionamento com a sociedade brasileira merecem distinções na forma do Estado se relacionar com eles. Na verdade, essas distinções existem em vários momentos de execução de ações indigenistas, e em outros todos são tratados como equivalentes. Não sei se a dosagem empírica é boa, acho que poderia ser melhorada e muito, e aí é que se encontram muitas situações de desentendimento. O problema é que, com outros órgãos que tratam de aspectos da questão indígena, a situação é mais desequilibrada. Eis onde a experiência indigenista da Funai ajuda.

Não sei todas as nuances sobre o motivo de o projeto de mudança do Estatuto do Índio estar parado. Sei que nenhuma das três propostas é boa, isto é, melhoraria o Estatuto atual. Pelo contrário. Também tentar mudar o Estatuto com os grandes problemas que ainda correm pelo país e com um Congresso cheio de má vontade para com os povos indígenas é uma grande temeridade. Creio que muitas ONGs se deram conta disso nos últimos tempos e pararam de insistir com essa vontade de mudar o Estatuto.

Em um contexto no qual cada vez mais os povos indígenas reivindicam autodeterminação, você acha que a tutela ainda é um conceito legítimo? Como se daria a relação entre os índios e o Estado sem ela? A Funai sobreviveria a essa mudança?

A tutela é a mais antiga instituição de interferência do Estado para com os povos indígenas. Bem ou mal, ela permite a intervenção das várias instâncias do Estado, especialmente o Executivo e o Judiciário, em defesa dos povos indígenas. Ela está no

A tutela é a mais antiga instituição de interferência do Estado para com os povos indígenas. Bem ou mal, ela permite a intervenção das várias instâncias do Estado, especialmente o Executivo e o Judiciário, em defesa dos povos indígenas. Ela está no imaginário de todos, até do mais distante juiz de comarca do nosso país.

imaginário de todos, até do mais distante juiz de comarca do nosso país. É por conta dela que um juiz pensa duas vezes em fazer uma condenação a um índio e o igualar aos demais.

Muita gente boa acha isso ruim. Eu não acho e muitos juristas também não. O Professor Dalmo Dallari, por exemplo, agraciado com a medalha do mérito indigenista pela Funai em 2004, considera a tutela uma proteção a mais para os povos indígenas, não um fator de diminuição da pessoa do índio. Desde o processo em que o STF decidiu sobre a liberdade de ir e vir de Mário Juruna, quando foi convidado para presidir o Tribunal Russel, no começo da década de 1980, nunca mais houve qualquer contestação quanto ao completo sentido de cidadania dos povos indígenas e dos indivíduos indígenas.

É claro que a Funai sobreviveria a essa mudança, quando ou se houver.

Como será realizado o censo indígena? A Funai está em busca de parceiros?

Nós tentamos fazer o Censo Indígena em 2005, mas não obtivemos a ajuda do IBGE. Assim só conseguimos fazer de alguns povos indígenas. Este ano vamos tentar concluir com um censo mais simples, talvez um levantamento demográfico, e esperamos ajuda de outros órgãos para o censo completo no próximo ano.

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E ONGS

Qual sua opinião sobre as chamadas organizações indígenas que proliferaram nos últimos anos?

Em geral é positiva. Entretanto, acho que elas freqüentemente se comportam com divisionismo e acirram as contradições existentes em suas próprias sociedades. Algumas ONGs indígenas são envolvidas por um discurso sociológico semelhante ao de organizações de sem-terra e perdem o foco de sua finalidade. Pode ser que no futuro elas sejam a base de uma revolução no Brasil, mas esse dia ainda está longe. Acredito que os povos indígenas deveriam fazer um imenso esforço nos próximos anos para criar entidades políticas para si, com legitimidade conferida pela sua cultura e pelos seus líderes tradicionais. Como assembleias e conselhos, a partir das próprias aldeias, para depois criar comunidades e federações mais amplas, com legitimidade política para exercer um papel mais agregador, mais forte diante da sociedade brasileira e do Estado.

E com relação ao papel das ONGs indigenistas?

Na base, o papel das ONGs é muito importante para ampliar a visão que os índios devem ter de sua realidade. Aí, a crítica que fazem à Funai é positiva. Há ONGs, até ligadas à Igreja Católica, que trabalham diretamente com as aldeias e comunidades indígenas e fazem um papel assistencialista bastante positivo. Algumas até substituem a Funai. No plano político mais amplo, muitas

ONGs padecem da síndrome de perseguição da ditadura militar, algumas até acham que este governo, popular, legítimo, é antiíndígena. Aí, fica difícil levá-las a sério.

Como você vê a aproximação recente das organizações ambientalistas com os índios?

Na verdade, essa aproximação é antiga, vem do tempo do Chico Mendes e a chamada União dos Povos da Floresta. Acho bom, gostaria que se imbricassem mais, porém, vejo algumas dificuldades essenciais, como a contradição entre preservação e desenvolvimento. Muitas organizações ambientalistas são pautadas pela preocupação mundial pelo meio ambiente, pela Amazônia, em particular. No caso do asfaltamento da BR-163, por exemplo, onde o movimento ambientalista é contra, os índios, que já a vêem como uma realidade, querem como compensação a construção de estradas rurais ligando suas comunidades à dita BR.

Muitas terras indígenas são sobrepostas a reservas florestais ou parques nacionais. Os índios sofrem com a dificuldade de usufruir legitimamente de todos os benefícios que lhes cabem em suas terras. No caso de artesanato feito com restos de animais, como penas, os ambientalistas querem que os índios parem de produzir tais peças para venda, porque poderiam pôr animais em risco de extinção. O Ibama tem uma legislação contrária à venda desses animais e de seus restos, mas o Estatuto do Índio lhes garante o direito de vender. A Funai, que vinha comprando e revendendo artesanato indígena, teve que se restringir na compra de qualquer peça que contenha restos de animais. Muitos povos indígenas tinham renda razoável com a venda desse material e terminaram sofrendo. Estamos tentando equacionar essas duas legislações para permitir que os indígenas possam produzir e vender artesanato sem porem em risco os animais e as plantas que utilizam para tanto.

Em março deste ano foi criada oficialmente a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), fruto de uma antiga reivindicação de organizações sociais indígenas e indigenistas. Apesar de sua aparente importância como espaço de articulação entre governo e sociedade civil, já se passaram mais de dois meses do prazo máximo para que ela seja instalada e o Ministério da Justiça sequer nomeou os membros indicados pelas organizações indígenas. Comenta-se que a Funai está bloqueando a nomeação dos indicados e, assim, impedindo a instalação da comissão. A Funai é contra a existência desse órgão? Na sua opinião pode haver confusão entre o papel da comissão e da Funai na coordenação da política indigenista do Governo Federal?

Acho importante o papel que essa Comissão e o futuro Conselho poderão ter no futuro próximo. Eu mesmo fui favorável a isso durante as discussões do grupo de trabalho interministerial que

decidiu pelos pontos importantes e necessários à formulação de uma nova política indigenista. Entre esses pontos incluíam-se o fortalecimento da Funai, como fulcro do indigenismo, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas e a própria Comissão.

Desde o início, o Ministro da Justiça pediu aos diversos ministérios que indicassem seus representantes. Os povos indígenas e as ONGs ficaram de indicar os seus. Houve inclusive um mal estar, porque, na reunião que decidi quais ONGs poderiam estar presentes nessa Comissão, ficou excluída a Associação Brasileira de Antropologia, que deveria estar presente, na minha opinião. Quanto ao atraso na nomeação dos membros dessa Comissão, o problema se deve ao fato de que o Ministério da Justiça e a Funai receberam indicações de 46 nomes de indígenas, para apenas 18 vagas, e tanto o Ministro quanto eu ficamos sem saber quem nomear. Portanto, é preciso que os indicadores desses representantes indígenas se entendam para que o Ministério da Justiça possa processar o resultado e estabelecer a Comissão.

ÍNDIOS E CAPITALISMO

Recentemente, você assinou uma instrução normativa reforçando a proibição do arrendamento nas terras indígenas [ver página xxx]. Além disso, há problemas de índios comercializando madeira, envolvidos com garimpo etc. Como você avalia as relações dos povos indígenas com o sistema capitalista? O que você pensa sobre a do uso dos recursos naturais existentes no interior das TIs para fins não tradicionais e voltados ao mercado? Existe alguma política relacionada a isso?

Considero o arrendamento de qualquer porção de terras indígenas um perigo para a continuidade dos povos indígenas e a preservação de seus territórios. Há muito que intencionava emitir uma instrução normativa a respeito disso. Creio que ela está tendo boa repercussão em várias terras indígenas e irá reverter uma tendência que estava se alastrando por várias partes do Brasil. Recentemente estive entre os Kadiwéu, do Patanal matogrossense, que tinham esse problema em grande escala e eles logo

Penso que os povos indígenas são uns dos últimos bastiões anticapitalistas do mundo. Eles resistem a esse processo de vários modos, e por isso são freqüentemente incompreendidos. Entretanto, melhorar suas economias, ganhar produtividade e capacidade de comercialização naquilo que podem produzir não significa que deixarão de ter características anticapitalistas.

se dispuseram a pensar alternativas ao processo que vinham sofrendo há tantos anos.

Penso que os povos indígenas são uns dos últimos bastiões anticapitalistas do mundo. Eles resistem a esse processo de vários modos, e por isso são freqüentemente incompreendidos. Entretanto, melhorar suas economias, ganhar produtividade e capacidade de comercialização naquilo que podem produzir não significa que deixarão de ter características anticapitalistas. Espero que novos modelos econômicos possam ser obtidos. Sei das dificuldades teóricas e práticas para isso, mas é preciso que continuemos procurando caminhos alternativos.

Após as recomendações da Conferência Nacional de Política Indigenista, o governo ainda pretende apresentar um projeto de lei regulamentando a mineração em terras indígenas? Qual a posição da Funai sobre esse assunto?

A situação mais dramática e drástica que ocorreu nesse meu período como presidente da Funai foi a morte de 29 garimpeiros na Terra Indígena Roosevelt [onde vivem os Cinta-Larga], em abril de 2004. Foi difícil explicar ao povo brasileiro o que estava acontecendo para que não houvesse uma reação grave contra os índios. Quem conhece a situação de perto sabe dos problemas e do potencial negativo que existe. Por isso é que o governo brasileiro vem tentando de todos os modos manter esse garimpo fechado até que haja alguma legislação que permita aos índios garimparem ou minerarem em consórcio.

Se houver qualquer proposta de projeto de lei para regulamentar esse e outros casos de mineração em terras indígenas os próprios indígenas terão de ser consultados.

FUTURO

Qual você acha deveria ser a agenda prioritária da política indigenista para os próximos anos?

Acho que os cinco pontos mais importantes para a questão indígena brasileira devem prevalecer, com modificações na medida em que eles forem abrindo caminhos diferentes. Esses cinco

pontos são: 1) consolidação dos territórios indígenas, com a ajuda do STF e do Ministério Público; 2) crescimento demográfico e assistência à saúde, em bases indigenistas, isto é, com respeito aos índios; 3) reformulação da questão educacional, trazendo a responsabilidade ao governo federal; 4) autonomia econômica; e 5) participação dos índios na sociedade brasileira através da política, da cultura e do seu etnodesenvolvimento.

Para isso, creio que a Funai tem que ser fortalecida e reestruturada para coordenar as diversas instituições que têm ações indigenistas a partir do Estado. O estabelecimento do CNPI vai ajudar o governo em geral e a Funai em particular a tomar posições que tenham voz unívoca. Acredito que o surgimento de um Parlamento Indígena é fundamental e deve ocorrer na medida em que aconteçam conferências anuais. Ao final, o Parlamento Indígena vai dar uma voz única aos povos indígenas. No processo de seu estabelecimento poderá ajudar os índios a se unirem, conhecerem seus problemas e encaminharem soluções mais amplas e gerais.

Uma das prioridades da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), cuja 8ª Conferência das Partes (COP) se deu no Brasil (março de 2006), é a capacitação de povos indígenas e comunidades locais para o tema de proteção de conhecimento tradicional e repartição de benefícios. O ISA firmou parceria com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas (UNU), organismo internacional, para realizar oficinas de capacitação junto a organizações e comunidades indígenas e quilombolas, conseguindo o apoio do MMA e do ponto focal do GEF no Brasil, mas sofreu veto da Funai, manifestado por você, diante da própria Ministra de Meio Ambiente, sob o argumento de que o ISA não deveria ser o executor do projeto. Como você explica esse veto?

De fato, não acho que o ISA tenha a capacidade para fazer essa capacitação em larga escala. Acho que deve ser o Estado, a Funai, o MMA. Aí, sim, junto com o ISA e com outras ONGs e associações indígenas, como o Cimi, a Coiab e outras que estão surgindo. (agosto, 2006)

GALERIA DA CRISE PERMANENTE

FUNAI: 31 PRESIDENTES EM 38 ANOS (DEZ. 1967 A JUN. 2006)

1. José de Queiróz Campos, jornalista, dez. 67 a jun. 70
2. Oscar Jeronymo Bandeira de Mello, militar, jun. 70 a mar. 74
3. Ismarth Araújo de Oliveira, militar, mar. 74 a mar. 79
4. Ademar Ribeiro da Silva, engenheiro, mar. 79 a nov. 79
5. João Carlos da Veiga, militar, nov. 79 a out. 81
6. Paulo Moreira Leal, militar, out. 81 a jul. 83
7. Otávio Ferreira Lima, economista, jul. 83 a abr. 84
8. Jurandy Marcos da Fonseca, advogado, mai. 84 a set. 84
9. Nelson Marabuto, policial, set. 84 a abr. 85
10. Ayrton Carneiro de Almeida (Indicado pelo ministro Costa Couto, foi impedido, por um conjunto de índios, de assumir o cargo no dia 18 de abril. Sua nomeação ficou no papel)
11. Gérson da Silva Alves, militar, abr. 85 a set. 85
12. Álvaro Villas-Bôas, indigenista, set. 85 a nov. 85
13. Apoená Meirelles, sertanista, nov. 85 a mai. 86
14. Romero Jucá Filho, economista, mai. 86 a set. 88
15. Íris Pedro de Oliveira, advogado, set. 88 a mar. 90
16. Airton Alcântara, militar, mar. 90 a ago. 90
17. Cantídio Guerreiro Guimarães, militar, ago. 90 a jul. 91
18. Sidney Possuelo, sertanista, jun. 91 a mai. 93
19. Cláudio dos Santos Romero, mai. 93 a set. 93
20. Dinarte Nobre de Madeiro, set. 93 a set. 95
21. Márcio José Brando Santilli, filósofo, set. 95 a mar. 96
22. Júlio Marcos Germany Gaiger, advogado, mar. 96 a jul. 97
23. Sullivan Silvestre, advogado, ago. 97 a fev. 99
24. Márcio Lacerda, político, fev. 99 a nov. 99
25. Carlos Frederico Marés, advogado, nov. 99 a abr. 2000
26. Roque Barros Laraia, antropólogo, abr. 00 a mai. 00
27. Glênio Alvarez, geólogo, mai. 00 a jun. 02
28. Otacílio Antunes Reis Filho, jun. 02 a jul. 02
29. Artur Nobre Mendes, antropólogo, ago. 02 a jan. 03
30. Eduardo Aguiar de Almeida, jornalista, fev. 03 a ago. 03
31. Mércio Pereira Gomes (set. 03 —)

27º GLÊNIO ALVAREZ
(MAIO/00 A JUNHO/02)

O geólogo Glênio Alvarez, funcionário da Funai há 14 anos, é o 27º presidente do órgão indigenista oficial desde sua fundação, em 1967. Foi administrador regional em Boa Vista (RR), em 1994,



ED. FERRERAZ/AGE

período de demarcação da TI Yanomami. A escolha de Alvarez, gaúcho de Santa Maria, encerrou a interinidade do antropólogo Roque de Barros Laraia, que ocupou o cargo desde a saída de Carlos Frederico Marés. Alvarez assumiu dizendo pretender implantar programas conjuntos com governos estaduais. Seu principal desafio seria contornar a falta de verbas para desenvolver os programas previstos para 2000. No início de junho de 2002, a publicação no Diário Oficial da União da exoneração de Glênio Alvarez pegou a todos de surpresa. Ele, inclusive, que não quis se manifestar logo após o ocorrido. Por meio de seu assessor de impren-

sa, declarou que “havia feito seu trabalho corretamente a favor dos índios no Brasil”. A queda de Alvarez aconteceu dois dias depois que o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, deputado Pinheiro Landim, retirou de pauta o Projeto de Lei da Mineração em Terras Indígenas. A Funai havia se manifestado contrária à aprovação do projeto, de autoria do senador Romero Jucá.

28º OTACÍLIO ANTUNES REIS FILHO
(JUNHO A JULHO/02)

JUCA VARELA/FOLHA IMAGEM

A saída de Glênio Alvarez levou à presidência da Funai Otacílio Antunes Reis Filho, antigo funcionário do órgão, então no cargo de diretor de Artesanato. Reis Filho, que já havia sido diretor de Planejamento na gestão de Romero Jucá à frente da Funai, dirigiu a Fundação por 46 dias, entre junho e julho de 2002.

29º ARTUR NOBRE MENDES
(AGOSTO/02 A JANEIRO/03)

Funcionário de carreira da Funai, o antropólogo Artur Nobre Mendes foi o décimo presidente do órgão indigenista em oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Na Funai desde 1983,



VIRGINIE LEMARIE

Mendes sempre havia atuado na área fundiária. Foi chefe do Departamento de Identificação e Delimitação (Deid), coordenador de Projetos Especiais e coordenador técnico do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que, ligado ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), tem por objetivo demarcar 160 terras indígenas. No momento em que assumiu a presidência da casa, ocupava a diretoria do Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), posto em que estava desde a gestão de Glênio da Costa Alvarez. Artur Nobre Mendes foi formalmente apresentado no novo cargo em 31/07/2002, juntamente com a equipe recém-constituída por Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, o oitavo ministro da Justiça a assumir a pasta ao longo das duas gestões FHC.

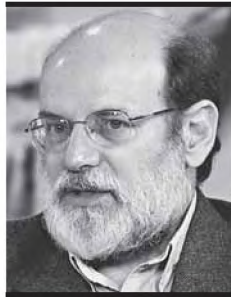
FUNAI

Mendes permaneceu à frente da Funai até janeiro de 2003, quando, já então no primeiro mês do governo de Luís Inácio Lula da Silva, pediu demissão.

30º EDUARDO AGUIAR DE ALMEIDA (FEVEREIRO A AGOSTO/03)

Primeiro presidente da Funai do governo Lula, Eduardo Aguiar de Almeida ficou apenas seis meses no cargo, tendo sido exonerado em 15 de agosto de 2003, por meio de portaria da Casa Civil. O ministro da justiça declarou-se insatisfeito com o seu trabalho à frente da Funai em mais de uma ocasião, em que observava a “falta de sintonia” de Almeida com os interesses do Ministério. Os rumores sobre a sua substituição começaram a circular por volta de 2 meses após ele assumir a pasta. Em entrevista à imprensa, Almeida atribuiu sua demissão à forte pressão oriunda dos setores anti-indígenas da política nacional, citando diretamente os nomes dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Romero Jucá (PMDB-PR) e dos governadores Blairo Maggi (PPS-MT), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

Eduardo Aguiar de Almeida tomou posse oficialmente no cargo mais de um mês após o início da nova gestão do governo brasileiro, em 03/02/2003. O 30º presidente da Funai é natural do Rio de Janeiro, jornalista e membro fundador da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI). Já trabalhou na Funai como assessor da presidência entre janeiro e agosto de 2000. Desde janeiro de 2002, atuava como consultor do Ministério do Meio Ambiente. Em sua gestão, Almeida concentrou parte de seus esforços na preparação da Conferência Nacional de Política Indigenista, um dos itens mais relevantes na pauta petista para a questão indígena – já expresso no documento de campanha de Lula à presidência, intitulado Compromisso com os Povos Indígenas – e cujo objetivo é o de criar uma instância de articulação entre os setores governamentais que têm responsabilidades para com as demandas indígenas, representantes dos índios e outros setores da sociedade civil. No âmbito das reivindicações territoriais, Almeida criou Grupos de Trabalho (Gts) para identificar 17 novas Terras Indígenas e reestudar os limites de outras dez. Uma decisão inovadora da gestão de Eduardo



LINDOMAR CRUZ/ABR

31º MÉRCIO PEREIRA GOMES (SETEMBRO/2003 –)

Dirigiu o Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) e participou da política carioca quando do governo de Leonel Brizola (1991-95), na condição de subsecretário de Cultura e Projetos Especiais. Foi também assessor de projetos especiais da cidade de Petrópolis.

Depois de Roque Laraia e Artur Nobre Mendes, Mércio Gomes é o terceiro antropólogo a assumir a presidência da Funai. Foi professor de antropologia na Unicamp, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Macalestes (EUA) e na UFF (Universidade Federal Fluminense). Suas publicações mais conhecidas são *Os Índios e o Brasil* (publicado em 1988) e *O Índio na História - O povo Tenetehara em busca da liberdade* (2002), que constitui sua tese de doutoramento defendida na Universidade da Flórida em 1977. Publicou também um livro onde analisa a importância de Darcy Ribeiro, de quem era muito próximo, para a antropologia e para o pensamento social brasileiro. Membro efetivo do Diretório Estadual do PPS, partido da base aliada do governo Lula, Mércio Gomes já era cotado para a presidência da Funai na campanha eleitoral de 2002 em um eventual governo Ciro Gomes.



JOSE CRUZ/ABR

Em sua gestão de aproximadamente um ano e meio declarou 27 Terras Indígenas, com destaque para a portaria demarcatória da TI Deni com 1.530.000 hectares, depois de 15 anos de espera. O GT de identificação foi em 1985.

Presidentes da Funai durante a gestão:

Carlos Frederico Marés; Roque de Barros Laraia; Glênio Alvarez.

TIs declaradas:

Data	Terra Indígena
25/07/00	Mbiguaçu Boqueirão Apuriná do Igarapé S. João Paumari do Lago Marahã Kwazá do Rio São Pedro
04/08/00	Fortaleza do Castanho
10/08/00	Padre Boa Vista
20/04/01	Córrego João Pereira Badjônkore Zo´é Moskow Apipica Patauá Alto Tarauacá São Sebastião Diahui Wai wai Varzinha Inawébohona Kumarú do Lago Ualá Muriru
17/10/01	Deni
07/11/01	Hi-Merimã Nova Esperança do R. Jandiatuba Porto Praia Tupã-Supé

MINISTROS DA JUSTIÇA

JOSÉ GREGORI (ABRIL/00 A NOVEMBRO/01)

O advogado paulista José Gregori foi empossado no ano em que o Brasil “celebrava” os seus 500 anos, em abril de 2000, próximo às comemorações de Porto Seguro. Homem de confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso, Gregori lutou para que a família dos mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar recebessem a indenização a que tinham direito.

ALOYSIO NUNES FERREIRA (NOVEMBRO/01 A ABRIL 2002)

O paulista Aloysio Nunes Ferreira Filho exerceu o cargo de ministro da Justiça no período de 14/11/2001 a 03/04/2002, à época do governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi vice-governador do estado de São Paulo (entre 1991-1994), além de ter exercido mandatos como deputado estadual e federal. Aloysio participou ativamente do governo FHC sendo nomeado ministro da Justiça em novembro de 2001. Em sua gestão foram declaradas somente três TIs,

FUNAI

em uma das quais, a TI Apyterewa, do povo Parakanã sofreu uma redução de 207.000 ha. Sua extensão original seria de 980.000, porém, devido a contestações na Justiça, esse tamanho foi reduzido para 773.000ha, gerando muita insatisfação por parte do movimento indígena e indigenista no geral, uma vez que a área, rica em mogno, é assolada por grileiros.

Presidente da Funai durante a gestão:

Glênio Alvarez

TIs declaradas:

Data	Terra Indígena
04/01/02	Apyterewa (redução de 207.000 ha) Truká
04/03/02	Lauro Sodré

MIGUEL REALE JUNIOR (ABRIL/02 A JULHO/02)

Miguel Reale Junior, advogado, é professor titular de direito penal da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo). Foi secretário da Administração (governo Covas) e secretário da Segurança Pública (governo Montoro) do Estado de São Paulo.

Presidentes da Funai durante a gestão:

Glênio Alvarez; Otacílio Antunes Reis Filho.

PAULO TARSO RAMOS RIBEIRO (JULHO/02 A DEZEMBRO/02)

Paulo Tarso Ramos Ribeiro foi o nono, e último, ministro da Justiça a assumir a pasta ao longo das duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso. Antes de assumir o cargo como ministro, Paulo Tarso era Secretário de Direitos Econômicos do governo FHC, e conhecido como o xerife da livre concorrência no mercado. Em sua gestão de sete meses, o ministro participou da abertura dos V Jogos Indígenas, ocorridos em 2002 no estado do Pará –

seu estado de origem –, e nomeou Artur Nobre Mendes para a presidência da Funai. Um ponto polêmico em sua gestão foi a discussão a respeito da mineração em TIs, com o descontentamento das comunidades indígenas frente ao projeto de lei do Senador Romero Jucá que previa autorizar a mineração nas áreas. Em uma das ocasiões Paulo Tarso recebeu em seu gabinete lideranças Kaiapó, entre elas o líder Raoni, além de outras Xavante, Terena, Waurá e Xokleng.

Presidentes da Funai durante a gestão:

Otacílio Antunes Reis Filho; Artur Nobre Mendes.

TIs declaradas:

Data	Terra Indígena
03/10/02	Kayabi
31/10/02	Nande Ru Marangatu
18/11/02	Toldo Chimbangue II
05/12/02	Cunha-Sapucaia Arara do Igarapé Humaitá
18/12/02	Rio Omerê Maranduba
30/12/02	S. Francisco do Canimari Caieiras Velha II Kuruaya Tabalascada

MÁRCIO THOMAS BASTOS (JANEIRO/03 –)

O atual ministro da Justiça foi empossado no início do governo Lula e se mantém, até o momento (jun. 2006), como o único a assumir a pasta da Justiça neste governo. O paulista Márcio Thomas Bastos é advogado criminal com grande experiência em tribunais com destaque para a acusação dos assassinos de Chico Mendes. No que tange aos direitos fundiários

indígenas, o maior destaque de sua gestão foi a homologação da TI Raposa Serra do Sol. Além dessa, outras TIs, não menos importantes, foram demarcadas e homologadas.

Presidentes da Funai durante a gestão:

Artur Nobre Mendes, Eduardo Aguiar de Almeida, Mércio Pereira Gomes.

TIs declaradas até 30/06/06:

Data	Terra Indígena
14/08/03	Ibirama/La Klânô
09/10/03	Baú (revoga portaria anterior que declarava a TI com 1.850.000 ha)
28/11/03	Cantagalo Barreirinha
26/03/04	Maraitá
21/09/04	Apyterewa (tinha portaria declaratória, derrubada pelo Judiciário) Apurinã do Igarapé Mucumim Banawa Entre Serras Imbiriba Itixi-Mirati
23/12/04	Rio dos Índios Palmas
13/04/05	Raposa Serra do Sol (tinha portaria declaratória anterior contestada judicialmente)
04/07/05	Yvy-Katu
19/09/05	São Domingos do Jacapari e Estação Matintin Trombetas/Mapuera
23/06/06	Anaro

A Política Indigenista na Agenda Neoliberal

Saulo Ferreira Feitosa

Vice-presidente do Cimi

APESAR DA PESSIMISTA REALIDADE CONJUNTURAL DESSES ÚLTIMOS ANOS, OS POVOS INDÍGENAS CONSEGUEM UTILIZAR AS POUCAS OPORTUNIDADES EXISTENTES E POTENCIALIZÁ-LAS. SEGUEM, PORTANTO, LUTANDO ORGANIZADOS EM VÁRIAS FRENTE E OCUPANDO ESPAÇOS ATÉ MESMO DENTRO DE INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS

O período de 1999 a 2005, correspondente ao segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e aos três primeiros anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não contou com diferenças substanciais a serem consideradas sob o ponto de vista de uma possível mudança de orientação política. Foi sistemática a implementação das deliberações e orientações adotadas no governo passado (FHC), assumidas integralmente pelo atual (Lula).

A análise apresentada a seguir tem como pressuposto o entendimento de que, durante esses dois governos, as ações no campo indigenista vêm sendo pautadas a partir de demandas impostas pela agenda neoliberal por eles adotadas. As questões diferentes que emergem são frutos das realidades conjunturais, sem, contudo, guardar qualquer relação com supostas posições mais ou menos comprometidas com os interesses indígenas por parte dos respectivos governos.

O SEGUNDO GOVERNO FHC

Ainda em seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique procurou definir as bases de orientação para a atuação indigenista de seu governo. Como primeira medida, mesmo antes de assumir o cargo de presidente, fez uma intervenção junto ao Poder Legislativo e, através do líder do seu partido, o então deputado federal Arthur da Távola, conseguiu suspender a tramitação do projeto de lei que trata do Estatuto dos Povos Indígenas

(PL 2.057/91). Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou em junho de 1994 um substitutivo ao PL do Estatuto, que deveria então ser remetido ao Senado Federal. Arthur da Távola entrou com um recurso para que o substitutivo, antes dessa remessa, fosse apreciado pelo plenário da Câmara. Como resultado dessa interferência, a tramitação do referido projeto continua interrompida até hoje.

Tão logo assumiu a Presidência, FHC anunciou que faria mudanças no procedimento de demarcação de Terras Indígenas (TIs) e passou todo o primeiro ano de seu mandato negociando com sua base de apoio uma proposta, tendo como principal responsável o então ministro da Justiça, Nelson Jobim. A mudança de fato só ocorreu em janeiro de 1996 com a revogação do Decreto 22/91 e a edição do Decreto 1775/96, que alterou a maneira como vinham sendo feitas as demarcações e incluiu no procedimento administrativo a figura do “contraditório”, que possibilita aos invasores das terras e a outros interessados a apresentação de contestações dos laudos antropológicos de identificação das Terras Indígenas. Como efeito imediato do Decreto 1775, o órgão indigenista governamental, Funai, recebeu uma avalanche de contestações. Os contestantes identificavam no novo decreto uma possibilidade de impedir ou protelar os procedimentos demarcatórios, mesmo aqueles que já se encontravam em avançado estágio de demarcação.

Na área administrativa, orientando-se pela lógica do “estado mínimo” sacramentado pela ideologia neoliberal, FHC investiu na construção de uma política de terceirização da assistência às comunidades indígenas, e essa veio a concretizar-se depois, tendo como expoente principal a atenção à saúde. Enquanto isso, o processo de desmantelamento e sucateamento da Funai, já em curso desde antes, se agravava. Dessa forma, quando inicia o seu segundo mandato, o governo FHC já tem uma definição clara de como continuará relacionando-se com a questão indígena e, para tanto, apenas dará continuidade ao que já vinha sendo feito.

Na gestão da Funai, a instabilidade foi uma constante. Entre 1999 e 2002, seis presidentes se revezaram no cargo. Nos quatro anos anteriores, já haviam estado ali outros quatro. Os perfis dos presidentes eram distintos. Todavia, houve certa alternância entre a nomeação de alguns indigenistas historicamente ligados à causa e figuras vinculadas a grupos políticos regionais, sobretudo oriundos do PMDB, sem compromisso algum com a questão indígena. Por outro lado, a grande rotatividade de presidentes provocava desgaste político e confusão administrativa, pois nenhum deles permaneceu no cargo durante tempo suficiente para viabilizar qualquer modificação funcional, embora alguns tivessem anunciado a pretensão de promover a reestruturação do órgão.

Na questão da demarcação das terras, a divulgação dos números de hectares de terras demarcadas foi muito utilizada como marketing governamental. Esse fato, porém, não deve ser utilizado para desconsiderarmos a quantidade de terras demarcadas. Foram, no total, 118 portarias declaratórias e 145 decretos de homologação nos dois mandatos de FHC. Quase todas elas estão localizadas na região amazônica e, portanto, contempladas pelo orçamento do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), com recursos financiados pelo PPG7. Não se pode também deixar de levar em consideração o próprio interesse dos financiadores na definição das fronteiras para investimento, principalmente do agronegócio, em larga expansão naquela região. Já as demais terras, localizadas no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País, ou mesmo aquelas da Amazônia que se caracterizavam como conflitivas, foram deixadas de lado e agora se constituem numa grande demanda represada. Em face disso, avolumaram-se os conflitos e as situações de violência agravaram-se.

A luta de décadas em defesa da atenção específica e diferenciada à saúde dos povos indígenas conquistou importantes vitórias no final dos anos 90. A aprovação da chamada Lei Arouca, em 1999 (Lei nº 9.836), foi um marco importante desse processo, assim como a posterior elaboração da Política Nacional de Saúde do Índio em 2000. Também aconteceu um substancial aumento orçamentário, contando inclusive com recursos do Banco Mundial. No entanto, em termos conceituais, a prática de atenção à saúde permaneceu atrelada ao modelo sanitário preventivo-curativo, com administração centralizada, não levando em consideração as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde Indígena. Com a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e suas respectivas implantações, veio a política de terceirização da atenção à saúde, que em nosso entendimento resultava num desvirtuamento do Modelo de Atenção Diferenciada proposto pela II Conferência Nacional de Saúde. A estratégia de estabelecer convênios, dos quais passaram a participar também Ongs e organizações indígenas, em muitos casos provocou uma inversão de papéis e algumas organizações sucumbiram às demandas administrativas que deveriam ser de responsabili-

de do Estado. Em que pese a relevância de algumas experiências que deram certo, a política de terceirização acabou resultando no caos em que hoje se encontra a saúde indígena.

Em sua relação com os demais poderes, o governo FHC jamais se interessou em estabelecer mecanismos de diálogo na busca de solução para antigos problemas que afetam os povos indígenas. Na esfera do Judiciário, podemos citar o exemplo dos processos pela disputa da posse da terra envolvendo índios e invasores, como no caso do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que há 23 anos aguarda julgamento de uma ação de nulidade de títulos impetrada pela Funai, em 1983, na Justiça Federal da Bahia. Atualmente, a ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal. Coincidentemente, o relator desse processo é o ministro Nelson Jobim, que assumiu o Ministério da Justiça no governo de Fernando Henrique e foi o autor do Decreto 1775/96.

No âmbito do Legislativo também não houve qualquer movimentação para agilizar a tramitação de matérias de interesse dos povos indígenas. Pelo contrário, o governo FHC ajudou a manter engavetado o PL 2057, que trata do Estatuto dos Povos Indígenas que, como já afirmamos antes, teve sua tramitação interrompida a pedido do próprio presidente.

Quanto ao movimento indígena e indigenista, entre o movimento indígena e seus apoiadores havia posicionamentos diferentes sobre a forma de relacionamento com o governo. Enquanto alguns assumiam uma postura declarada de não dialogar por entender tratar-se de um governo antiindígena, outros acreditavam ser possível estabelecer canais de diálogo em vista de uma provável agenda positiva, não obstante as críticas apresentadas. Essas diferenças de posicionamento resultavam num enfraquecimento do movimento indígena e indigenista, já que suas capacidades de articulação e mobilização restavam diminuídas.

O GOVERNO LULA

A eleição de Lula em outubro de 2002 representava para o país uma perspectiva de mudança de rumos para a velha política brasileira. A trajetória de lutas até então trilhada pelo presidente eleito e seu partido, PT, ambos apoiados por uma forte base ancorada nas lutas históricas dos movimentos populares, levava a crer que, não obstante as alianças e acordos políticos firmados para viabilizar a eleição, fosse possível assegurar a formação de um governo com uma forte marca popular e comprometido com as bandeiras de lutas dos movimentos sociais, dentre eles o movimento indígena.

No documento de campanha intitulado “Compromisso com os Povos Indígenas” havia propostas que contemplavam algumas das sugestões apresentadas pelas organizações indígenas e entidades indigenistas. Acreditava-se que poderia acontecer algo de novo em termos de política indigenista no Brasil. Nos primeiros meses desse governo, já se pode constatar que o tal documento



Presidente Lula e o Ministro da Justiça, Marcio Thomas Bastos, posam para foto com lideranças indígenas durante comemorações pelo Dia do Índio, no Palácio do Planalto, em 19 de abril de 2005.

se tratava apenas de promessa eleitoreira, pois ele manteve a política do governo anterior. Em algumas situações, ela chegou a ser ainda pior.

A PIROTECNIA DEMARCATÓRIA

Como aluno exemplar de seu antecessor, o presidente Lula aprendeu também a manipular os dados das terras homologadas para esconder o píffio, e por vezes maléfico, desempenho do seu governo nas questões indígenas. Agora, como antes, são fartas as comparações entre as extensões das Terras Indígenas e os territórios de alguns países da Europa. Na realidade, em se tratando apenas de analogias para fins demonstrativos, nem seria necessário extrapolar as fronteiras do Estado nacional. Bastaria uma comparação entre aquelas TIs que se constituem propriedades da União - e portanto patrimônio do País - e a extensão dos latifúndios existentes dentro do Brasil. Uma rápida leitura dos dados do Incra já seria suficiente. Apenas os 27 maiores proprietários rurais do País detêm uma superfície igual àquela ocupada pelo estado de São Paulo. Uma única propriedade, localizada nos estados do Pará e Amapá, tem superfície superior ao estado de Sergipe. Mas, como isso não vem ao caso, passemos a uma análise mais precisa da situação das terras.

Para melhor compreensão, vejamos o que foi feito até o início de 2006, considerando os números de portarias declaratórias e assinaturas de decretos de homologação: em 2003, houve três portarias declaratórias e 26 decretos de homologação; em 2004, foram nove portarias e 23 decretos e, em 2005, seis portarias e oito decretos. No total, apenas 18 terras foram declaradas como de ocupação tradicional e 57 homologadas. Dentre as 18 terras declaradas, incluem-se Baú e Raposa Serra do Sol. Ambas já possuíam portarias declaratórias, e a reedição das portarias no governo Lula teve como único propósito promover a redução das terras. Todas as terras homologadas já haviam sido demarcadas em governos anteriores e, com exceção das terras Raposa

Serra do Sol e Nãnde Ru Marangatu, nenhuma outra estava inserida em situação de conflito que pudesse dificultar a homologação.

A orientação geral do governo tem a perspectiva de frear os procedimentos de demarcação e inibir novas demandas. Em alguns estados da federação, a exemplo de Santa Catarina e Mato Grosso, há um acordo tácito entre o Governo Federal e os respectivos governos estaduais, decretando moratória à demarcação de Terras Indígenas. O instrumento criado por FHC para atender interesses do latifúndio e do agronegócio, o Decreto 1775/96, está em pleno uso no governo Lula. Foi com base nele que o ministro Márcio Thomaz Bastos reduziu 230 mil hectares da Terra Indígena Baú, do povo Kayapó, no Pará, para favorecer políticos aliados e grupos econômicos interessados naquela terra.

O CAOS NA SAÚDE

A política de terceirização iniciada no governo Fernando Henrique revela na atualidade suas cruéis conseqüências. Um estudo do próprio Ministério da Saúde, intitulado “Saúde Brasil 2005 – Uma Análise da Situação de Saúde”, indica que, no período entre 2000 e 2003, a mortalidade infantil entre os povos indígenas duplicou, chegando a um resultado cinco vezes maior do que aquele observado entre os não índios. As manchetes diárias nos jornais de circulação regional e nacional revelam a difícil situação ora vivenciada pelas comunidades indígenas. Enquanto em todas as regiões do país mantém-se o índice de mortes de índios por desassistência e desnutrição, denúncias de mal uso de dinheiro destinado ao trabalho da Funasa ocorrem em várias partes do país. Terceirização e loteamento de cargos para favorecer interesses partidários são a causa de tudo isso que estamos assistindo. Como vemos, muito embora tenha o Ministério da Saúde se proposto a dar uma nova estruturação à assistência da saúde dos povos indígenas, tendo publicado portarias com essa finalidade em 2004, na prática há um descontrole. A incapacidade

dade gerencial é tamanha que mesmo os poucos convênios que vinham apresentando resultados positivos ficaram prejudicados, alguns chegando à suspensão.

AS TRAPALHADAS DA FUNAI

A Funai continua hoje submetida à velha prática fisiológica de sempre. O quadro de funcionários permanece insuficiente, os recursos seguem escassos e continua a prática autoritária fundamentada no princípio da tutela. Mércio Pereira Gomes, atual presidente do órgão e segundo a ocupar o cargo no governo Lula, em sua inabilidade e arrogância, é incapaz de estabelecer qualquer diálogo com o movimento indígena e indigenista. Frequentemente, faz declarações desastrosas, porém não sem coerência com sua prática. No início de 2006, manifestou publicamente sua preocupação com o tamanho das Terras Indígenas e os direitos “excessivos” dos índios. Extrapolando as fronteiras do absurdo, chegou a sugerir que o Supremo Tribunal Federal imponha um limite ao total de TIs a serem demarcadas. Desde o início de sua gestão, se propôs a uma “queda-de-braço” com o IBGE no intuito de provar que a população indígena brasileira é menor do que aquela apontada pelo Censo de 2000. Ao que tudo indica, sua principal meta é praticar um “genocídio numérico”.

A REARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA E INDIGENISTA

A complicada e dura conjuntura imposta aos povos indígenas acabou possibilitando uma rearticulação das forças no meio indígena e indigenista. Em junho de 2004 foi criado O Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), que congrega organizações indígenas e entidades indigenistas de caráter regional e nacional. Além de possibilitar o debate conjunto em busca de uma compreensão do quadro atual, o Fórum também possibilita a elaboração de análises conjuntas e o estabelecimento de uma agenda comum de atividades, que desde 2004 tem como principal referência a realização do Abril Indígena, uma semana de mobilizações nacionais, com manifestações nas várias regiões e a instalação do Acampamento Terra Livre, em Brasília.

Essa articulação tem ainda possibilitado a definição de uma pauta de reivindicações do movimento que tem como centro a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), composto por representantes do governo, povos indígenas e entidades de apoio, com poder de deliberar e coordenar as ações dos

vários ministérios referentes aos povos indígenas. A proposta foi apresentada ao governo em abril de 2005. Alguns meses depois, ele sinalizou pela criação de uma Comissão Nacional de Política Indigenista, vinculada ao Ministério da Justiça. No momento há um “silêncio governamental”, embora a Funai esteja convocando para abril de 2006 a realização de uma Conferência Nacional dos Povos Indígenas que, ao julgarmos pela preparação, promete muito pouco.

COMPUTANDO VITÓRIAS

Apesar da pessimista realidade conjuntural desses últimos anos, os povos indígenas conseguem utilizar as poucas oportunidades existentes e potencializá-las. Seguem, portanto, lutando organizados em várias frentes e acabam ocupando espaços até mesmo dentro de instâncias governamentais. Por esse motivo, não se omitem de participar de debates sobre programas desenvolvidos por vários ministérios. Assim, fazem parte de sua agenda as discussões sobre educação escolar indígena, etnodesenvolvimento e segurança alimentar, gestão de Terras Indígenas, saúde, meio ambiente etc.

Nos últimos dois anos, ocorreram conquistas importantes, que merecem ser destacadas e comemoradas. Elas são frutos das lutas permanentes dos povos indígenas e de seus apoiadores. Em abril de 2004, o presidente da República assinou a Convenção 169 da OIT, instrumento bastante significativo para as lutas indígenas no Brasil e no mundo. A Convenção assegura, dentre outros, o direito ao auto-reconhecimento, favorecendo de maneira especial aqueles povos que hoje lutam pelo reconhecimento étnico e territorial. A edição do Decreto 5.051/2004, que coloca a Convenção como norma interna, só ocorreu em meio às manifestações do acampamento “Terra Livre”, em Brasília.

Destacamos também a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em abril de 2005, referência simbólica da luta dos povos indígenas no Brasil. Durante os dois governos de FHC e os dois primeiros anos do governo Lula, ela esteve na mira dos latifundiários e políticos de Roraima, tendo sido objeto de várias chantagens políticas e disputas judiciais, até chegar à definitiva homologação.

Diante dessas e tantas outras vitórias que ainda estão por vir, inspiramo-nos na sábia afirmação sempre feita pelo profeta Pedro Casaldáliga em tempos de crise: “a esperança nunca morre”. *(fevereiro, 2006)*

Perdas e Ganhos no Orçamento Indigenista do Governo Federal

Ricardo Vordum

Antropólogo, assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

A CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA O EFETIVO CONTROLE SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS A ELAS É FUNDAMENTAL PARA QUE OS PROBLEMAS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA SEJAM SOLUCIONADOS

O presente artigo tem por objetivo disponibilizar dados e informações referentes ao desempenho orçamentário do Governo Federal com Programas e Ações destinados aos povos indígenas, no período de 2000 a 2005. Ele abrange, portanto, os três últimos anos do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e os três primeiros anos do Governo Lula. Inclui os quatro anos do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003 e os dois primeiros anos do PPA 2004/2007. Como veremos, houve um relativo aumento no gasto da administração estatal com os povos indígenas. Relativo porque, ao lado do crescimento global, observa-se, inversamente, a diminuição de recursos financeiros para alguns setores, órgãos ou ações específicas com auto valor estratégico para a sustentabilidade social e econômica desses povos.

Além dos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Esportes e Desenvolvimento Agrário, pelo menos outros dez ministérios têm indígenas como parte do “público alvo” das políticas de “promoção e inclusão social”, são eles: Cultura, Cidades, Integração Nacional, Defesa, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores, Minas e Energia, Previdência Social, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além das Secretarias Especiais da Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos, de Aquicultura e Pesca e para as Mulheres. Afora os seis ministérios que compõem o “núcleo central” da política indigenista governamental, a maioria dos demais órgãos ainda não dispõe de informações consistentes sobre a população indígena beneficiada pelos respectivos programas e ações, e menos ainda avaliações sobre o impacto dessas ações. É o caso, por exemplo, dos

programas Bolsa Família (PBF) e Atenção Integral a Família (Paif), ambos implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que, findo o ano de 2005, ainda carecem de metodologias e procedimentos adequados para esse fim.

BALANÇO GERAL DO PERÍODO

O período de 2000 a 2005 inclui os quatro anos do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003 e os dois anos do PPA 2004/2007. Nesse período, houve mudanças no nome dos programas, na redistribuição de algumas ações entre os programas e ministérios, bem como a eliminação e a criação de novas ações. Para tornar comparáveis os números dos gastos realizados pelo Governo Federal em cada ano do período em foco, multiplicamos os valores nominais anuais pelo respectivo valor do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA/IBGE), tendo por base o mês de fevereiro de 2006. Isso nos permitiu verificar que, por exemplo, se do ponto de vista nominal houve um aumento no gasto de 2002 para 2003 (passando de R\$ 191,805 milhões para R\$ 211,218), do ponto de vista real houve, ao contrário, uma diminuição no gasto indigenista governamental, isto é: em 2002 o gasto soma R\$ 258,569 milhões e em 2003 soma R\$ 248,214 milhões, totalizando uma diminuição real de R\$ 10,356 milhões.¹

A comparação também permite verificar que, entre 2000 e 2005, foram gastos nas 73 ações indigenistas, distribuídas em seis programas, cerca de R\$ 1,556 bilhão. Desse montante, chama a atenção o predomínio do gasto com a saúde indígena, de responsabilidade da Funasa, que totaliza R\$ 1,036 bilhão.

A política indigenista oficial foi implementada no período 2000/2003 por intermédio de dois Programas: *Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas* e *Território e Culturas Indígenas*. Os indígenas aparecem também como *beneficiários* em dois outros programas, ambos gerenciados pelo MMA: *Pantanal e Amazônia Sustentável*. Esses programas tinham como objetivo apoiar ações de gestão ambiental nos territórios indígenas situados nesses biomas.

TABELA 1. MINISTÉRIOS, ANO A ANO (VALORES DEFLACIONADOS)

Ministério/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Saúde (MS)	90.600.820	144.593.064	167.468.589	160.866.354	218.265.805	255.043.890	1.036.838.522
Justiça (MJ)	52.324.388	103.112.753	89.234.125	84.448.974	84.414.724	84.152.103	497.687.067
Meio Ambiente (MMA)	437.200	2.941.067	1.463.946	2.522.211	1.702.965	1.008.428	10.075.817
Integração (MI)	562.321	258.773					821.094
Educação (MEC)	624.345	431.393	351.314	377.373	2.103.666	2.932.469	6.820.560
Desenvolvimento Agrário (MDA)					1.631.594	1.502.794	3.134.388
Agricultura e Abastecimento (MAB)	206.184	326.240	51.378				583.802
Esportes (ME)						825.252	825.252
Total	144.755.258	251.663.290	258.569.352	248.214.912	308.118.754	345.464.936	1.556.786.502

O ano de 2003 termina com esse conjunto de quatro programas investindo R\$ 248,214 milhões, o equivalente a 94,39% do montante total autorizado. Desse total, R\$ 158,709 milhões foram investidos no componente *saúde indígena* do programa *Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas*.

Em 16 de janeiro de 2004, por intermédio da Lei Nº 10.837, a Presidência da República finalmente sancionou o orçamento federal para 2004. Como já era esperado, e apesar das reivindicações de maior participação indígena e do reclame da insuficiência dos recursos financeiros previstos para as ações de promoção dos direitos indígenas – direito à terra, à água, à saúde, à educação escolar, à participação política, à sustentação alimentar, e a um ambiente saudável, dentre outros –, praticamente nada mudou em relação à proposta encaminhada ao Congresso Nacional, em agosto de 2003, pelo Ministério do Planejamento.

Como no PPA 2000/2003, as ações em favor dos povos indígenas no novo PPA (2004/2007) estão concentradas em dois programas: o *Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas*, com o ambicioso objetivo de “garantir o pleno exercício dos direitos sociais dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas”; e o *Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento*, com o não menos ambicioso objetivo de “garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas”.

Além desses programas, que totalizam 41 ações, existem ações específicas para populações indígenas em dois outros programas do PPA 2004/2007. No programa *Desenvolvimento Sustentável do Pantanal*, sob a responsabilidade do MMA, existe a ação “Apoio a ações socioambientais em Terras Indígenas na Bacia do Alto Paraguai”; e no programa *Saneamento Rural*, sob a responsabilidade do MS, está incluída a ação “Ampliação de Ações de Saneamento Básico em Aldeias Indígenas”. A inserção do MDA no campo das ações indigenistas, e a maior disponibilidade de recursos para o MMA, ampliando seu campo de atuação para os territórios indígenas situados fora da Amazônia Legal, parecia

indicar que, apesar da modéstia dos números, seria dada maior atenção à auto-sustentação e à geração de alternativas econômicas para o conjunto da população indígena. No novo PPA, o MDA passava a contar, além do apoio técnico da Embrapa, com recursos para ações de *assistência técnica e extensão rural* junto as populações indígenas. No MMA, estavam previstos para 2004 cerca de R\$ 11 milhões para o *fomento a projetos de gestão ambiental dos territórios indígenas*, sendo que mais de 97% se destinavam à Amazônia Legal.

Além dos recursos financeiros destinados à Funai para ações de *capacitação e fomento à atividades produtivas*, estavam em fase de preparação e negociação na transição para o atual PPA duas outras iniciativas. No âmbito do MS, o *Fundo de Participação Comunitária*, com recursos de empréstimo do Banco Mundial (Projeto Vigisus II); no MMA, com recursos repassados pelo Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), a constituição de uma carteira de projetos intitulada *Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Terras Indígenas*. O primeiro passou a funcionar efetivamente em 2005, o segundo, superados alguns problemas relacionados com o repasse de recursos ao MMA, passou a funcionar no segundo semestre de 2004.

Ainda no âmbito do Fome Zero, estavam em curso negociações envolvendo o MDS, o Banco Mundial e lideranças dos movimentos sociais indígenas e de quilombolas visando adequar os critérios e procedimentos do Programa Bolsa Família, para inclusão de famílias indígenas e de quilombolas como beneficiárias dessa ação de “transferência de renda com condicionalidades”. Em relação ao mecanismo de gestão desse Programa, um dos itens mais polêmicos e criticados, ao menos da perspectiva dos povos indígenas e comunidades quilombolas, foi e continua sendo a subordinação do cadastramento às instâncias municipais de poder, tradicionalmente discriminadoras desses grupos sociais.

Comparativamente com o PPA 2000/2003, observa-se que, além da reformulação dos nomes dos dois programas específicos, houve no PPA 2004/2007 uma redistribuição de ações e a cria-

ção de outras. No programa “Identidade Étnica” são concentradas as ações de educação escolar, de promoção da saúde e segurança alimentar indígena, de saneamento, de assistência técnica, de capacitação em atividades produtivas, de defesa de direitos, de pesquisa e conservação de acervo documental, e de assistência e capacitação em geral – incluso de pessoal técnico da Funai e Funasa. No programa “Proteção de Terras Indígenas” são acomodadas as ações de reconhecimento e garantia dos territórios indígenas, bem como aquelas destinadas à gestão desses territórios e dos recursos naturais neles existentes.

No PPA anterior, a idéia de *etnodesenvolvimento* era apresentada de uma forma mais difusa. Neste, ela aparece relacionada mais especificamente às condições materiais da vida indígena – território, recursos naturais e produção. Se conceitualmente o etnodesenvolvimento aparece nos anos 1970/1980 como uma alternativa ao pensamento desenvolvimentista e a visão de que os indígenas seriam um obstáculo ao *progresso* ou *desenvolvimento nacional*, o que se observa tanto no governo anterior quanto no atual é que ele foi incorporado ao léxico governamental esvaziado do seu significado e poder original, marcadamente contra-hegemônico e voltado para a transformação das relações sociais, das estruturas políticas e das instituições públicas, para se tornar um rótulo de políticas e ações voltadas para a promoção da *inclusão social* dos povos e comunidades indígenas na rede de serviços governamentais e na economia de mercado.

Ao olharmos os números gerais do orçamento e dos gastos efetuados de 2000 a 2005, vemos que são ascendentes, apesar da queda ocorrida em 2003, primeiro ano do Governo Lula. Com exceção dos ministérios que deixaram de incluir ações específicas no PPA para indígenas, como é o caso dos Ministérios da Integração e da Agricultura; e dos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, que vêm tendo desempenho orçamentário decrescente, os demais tiveram aumentos significativos tanto no orçamento quanto nas despesas efetivadas. O MS, por exemplo, passou de um gasto de R\$ 90,6 milhões em 2000 para R\$ 167,468 milhões em 2002 e R\$ 255,043 milhões em 2005. O MEC mais que quadruplicou sua despesa e o MDA passou a contar, a partir de 2004, com recursos para ações específicas para indígenas.

Além do recurso financeiro mencionado, as ações governamentais de promoção da *educação escolar indígena* contam com recursos do *Fundo de Fortalecimento da Escola* (Fundescola), que cobre as despesas com a formação de professores indígenas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* (Fundef), para os cerca de 116 mil estudantes indígenas de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. O governo federal ainda repassa recursos aos municípios e estados para a compra da “merenda escolar indígena” (até a 8ª série).

Além dos Fundos acima mencionados, as escolas indígenas incluídas no Censo Escolar podem receber recursos dos seguintes

programas do MEC: *Livro Didático* (PNLD); *Biblioteca na Escola* (PNBE); *Alimentação Escolar* (PNAE); *Formação Inicial de Professores em Exercício no Ensino Fundamental* (Profundamental) e *Informática na Educação* (Proinfo). Ainda: do Programa *Segundo Tempo Escolar*, do Ministério dos Esportes, e do Programa *Saúde do Escolar*, do Ministério da Saúde.

Finalmente, cabe destacar que em 2006 estamos tendo, pela primeira vez, uma ação destinada exclusivamente às mulheres indígenas no âmbito da Funai: *Promoção das atividades tradicionais das mulheres indígenas*, que contará com uma dotação orçamentária inicial de R\$ 250 mil. A seguir vamos destacar alguns números da despesa setorial do indigenismo oficial no período de 2000/2005.

Educação escolar - Como pode ser verificado na tabela anexa, houve um aumento significativo das despesas com a educação escolar indígena, particularmente no âmbito do MEC, que chega ao ano de 2006 com um orçamento previsto no Ploa de R\$ 5,6 milhões. As despesas da Funai e do MEC juntas, no período de 2000/2005, totalizam R\$ 38,475 milhões, sendo R\$ 31,655 milhões pela Funai e R\$ 6,820 pelo MEC.

Direitos indígenas - As despesas com a ação de *Garantia dos direitos e afirmação dos povos indígenas*, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas (CGDDI/Funai), tiveram ao longo do período de 2000/2005 despesas crescentes, particularmente a partir de 2003, chegando ao ano de 2005 com uma despesa anual de R\$ 853.371 e em 2006 com uma previsão orçamentária inicial de R\$ 2 milhões.

Saúde e saneamento - Como pode ser verificado na tabela anexa, as despesas com ações de prevenção, controle e recuperação da saúde indígena foram crescentes no período de 2000 a 2005. No âmbito do programa *Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas*, passou-se de R\$ 86,540 milhões no início do período para R\$ 225 milhões em 2005. As ações de saneamento também tiveram um aumento significativo, passando de R\$ 4,060 milhões para R\$ 30,036 milhões.

No período de 2000/2005 foram gastos no total R\$ 1,038 bilhões com as ações de saúde e saneamento indígena, sendo R\$ 1,036 bilhões pela Funasa e R\$ 2,065 milhões pela Funai. As ações de saneamento consumiram entre 2000 e 2005 cerca de R\$ 71,991 milhões. Para 2006 está prevista uma dotação inicial de R\$ 45 milhões, e um orçamento de R\$ 248,8 milhões para a Funasa e R\$ 250 mil para a Funai, este último valor para execução da ação de *Acompanhamento da execução e apoio técnico às ações de saúde indígena*. A ação de *Atenção à saúde dos povos indígenas*, que é dentre as ações indigenistas oficiais aquela que recebe o maior montante de recurso, gastou entre 2000 e 2005 cerca de R\$ 797,149 milhões e tem previsto para 2006 um total de R\$ 220 milhões.

Além dos recursos previstos nos programas incluídos no PPA, a política governamental de *atenção à saúde indígena* é beneficia-

ORÇAMENTO INDIGENISTA: A DESPESA 2000/2005 (VALORES DEFLACIONADOS)

PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	102.730.374	154.965.793	188.452.104	179.326.418	222.508.883	256.202.665
Ministério da Educação	624.345	431.393	351.314	377.373	2.103.666	2.932.469
Aquisição de Veículos para Transporte Escolar nas Comunidades Indígenas	0	0	0	0	0	0
Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena	0	0	0	0	985.362	1.271.235
Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena	312.229	139.570	82.516	183.140	529.166	639.974
Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena	312.116	291.823	268.798	194.232	589.138	1.021.261
Ministério da Justiça	15.359.418	21.901.282	22.725.313	20.239.644	22.916.910	26.946.805
Gestão e Administração do Programa	0	0	0	0	317.492	0
Atendimento Emergencial aos Povos Indígenas	10.739.432	14.469.734	14.288.539	12.600.303	12.085.650	11.659.093
Atendimento aos Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social	0	0	0	0	852.342	918.619
Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas	304.867	614.255	578.226	290.813	449.175	285.756
Capacitação de Professores e Técnicos em Educação Indígena	209.421	329.973	176.073	353.383	369.088	468.901
Garantia dos Direitos e Afirmação dos Povos Indígenas Comunidade Escolar nas Aldeias	198.682 1.023.315	183.359 1.129.349	171.008 2.296.425	373.523 1.789.912	465.160 2.343.970	852.371 2.228.449
Pesquisa sobre Populações Indígenas	0	0	0	0	202.141	273.031
Funcionamento do Museu do Índio	9.898	64.907	138.435	278.041	219.484	588.382
Promoção das Atividades Tradicionais das Mulheres Indígenas	0	0	0	0	0	0
Implantação do Centro Cultural dos Povos Indígenas no DF	0	0	0	0	0	0
Instalação de Memorial do Patrimônio Cultural	0	0	0	0	336.054	0
Construção de Moradia para Comunidade Indígena	0	0	0	0	1.171.030	1.124.075
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0	0	0	0	619.469	506.331
Assistência a Indígenas fora de suas Aldeias	1.372.616	0	0	0	0	0
Funcionamento do Centro Especial de Assistência do Índio	0	0	0	0	57.896	372.387
Assistência a Estudantes Indígenas fora de suas Aldeias	0	2.130.450	2.270.415	1.848.470	3.264.480	2.913.383
Construção de Casas de Estudantes Indígenas	0	0	0	0	0	0
Funcionamento de Casas de Estudantes Indígenas	575.320	705.089	1.075.063	983.030	0	0
Edição e Distribuição de Material Didático para Educação Indígena	620.859	899.592	855.258	795.456	0	0
Organização, Preservação e Divulgação dos Acervos Documentais sobre Índios e a Política Indigenista	0	100.666	213.369	177.342	163.479	168.997
Acompanhamento da Execução e Apoio Técnico às Ações de Saúde Indígena	0	0	0	0	0	2.065.846

PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Instalação de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas - Memorial do Patrimônio Cultural	0	0	0	0	0	1.064.109
Sistema Censitário das Populações Indígenas	0	0	0	0	0	1.153.416
Gestão e Disseminação das Informações acerca da Temática Indígena	0	0	0	0	0	21.958
Edição e Distribuição de Material da Cultura Indígena	6.334	133.695	134.742	292.913	0	0
Promoção de Eventos para a Revitalização do Patrimônio Cultural Indígena	73.181	915.017	175.101	149.270	0	0
Preservação de Acervos Culturais	202.062	145.643	131.021	235.019	0	0
Pesquisa sobre as Sociedades Indígenas	23.430	79.555	221.638	72.170	0	0
Manutenção de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas - Memorial do Patrimônio Cultural	0	0	0	0	0	281.702
Ministério da Saúde	86.540.427	132.306.878	165.324.098	158.709.401	196.959.141	225.007.411
Apoio a Estudos e Pesquisas no âmbito das Populações Indígenas	0	0	0	0	208.491	115.974
Gestão e Administração do Programa	0	0	0	0	2.755.598	10.856.643
Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	7.726.132	12.205.147	11.483.611	10.365.445	8.334.257	6.337.885
Funcionamento de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	64.187.208	0	0	0	0	0
Funcionamento dos Distritos Sanitários Indígenas	14.627.087	0	0	0	0	0
Publicidade de Utilidade Pública	0	0	0	0	701.020	408.029
Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	0	0	0	0	2.883.538	3.276.426
Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	0	0	0	0	360.999	946.421
Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena	0	0	0	0	4.339.407	4.627.502
Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	0	120.101.730	153.840.487	148.343.956	176.424.701	198.438.530
Sistema de Informação em Saúde Indígena	0	0	0	0	951.129	0
Ministério dos Esportes	0	0	0	0	0	825.252
Realizações dos Jogos dos Povos Indígenas	0	0	0	0	0	825.252
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	529.166	490.728
Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	0	0	0	0	529.166	490.728
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	206.184	326.240	51.378	0	0	0
Assistência Técnica em Áreas Indígenas	206.184	326.240	51.378	0	0	0
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	37.402.170	84.152.538	67.274.684	66.731.542	62.173.316	58.213.726
Ministério da Justiça	36.964.970	81.211.471	66.508.812	64.209.330	61.497.814	57.205.298
Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas	3.212.059	1.850.376	2.286.348	2.414.328	2.265.577	1.772.877
Gestão e Administração do Programa	0	0	0	0	62.666	0

PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Capacitação de Técnicos em Assuntos Fundiários e Antropológicos	101.151	8.626	32.353	91.204	0	0
Fomento a Projetos Especiais Implementados em TIs	0	0	0	0	30.957	10.791
Estudos de Impacto Ambiental e Cultural de Empreendimentos em TI (6698)	79.975	216.099	214.983	186.136	226.480	347.254
Conservação e Recuperação da Biodiversidade em TIs	0	0	0	0	1.006.616	844.959
Promoção de Eventos sobre Educação Ambiental em TIs	257.388	447.178	328.631	230.383	0	0
Recuperação Ambiental em TIs	88.528	666.194	738.869	678.070	0	0
Fiscalização de Terras Indígenas	3.675.959	8.569.698	6.588.280	13.503.801	11.483.308	9.191.795
Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas	10.265.327	12.743.858	11.902.865	12.080.128	12.300.161	13.505.519
Equipamento de Postos Indígenas	431.244	475.164	417.353	0	6.359.845	0
Funcionamento de Postos Indígenas	640.545	2.319.797	3.505.350	2.867.025	3.575.519	6.452.610
Construção e Ampliação de Postos Indígenas	1.095.562	2.046.151	2.035.959	2.709.595	0	0
Identificação [Delimitação] e Revisão de TIs	140.769	364.726	2.397.447	2.276.332	1.698.345	1.430.744
[Demarcação e] Regularização Fundiária de TIs	12.384.535	50.718.735	35.332.525	26.304.478	17.255.252	20.129.855
[Localização e] Proteção [etno-ambiental] de População Indígena Isolada e de Recente Contato	663.970	784.869	727.850	867.851	821.440	771.236
Demarcação de TIs na Amazônia Legal - PPTAL/PPG-7	2.025.593	0	0	0	0	0
Regularização e Proteção de TIs na Amazônia Legal - PPTAL (Programa-Piloto)	1.902.366	0	0	0	4.411.649	2.747.658
Ministério do Meio Ambiente	437.200	2.941.067	765.872	2.522.211	675.501	1.008.428
Conservação e Recuperação da Biodiversidade em TIs	0	0	0	0	675.501	103.157
Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia	437.200	2.941.067	765.872	2.522.211	0	898.472
Fomento à Gestão Ambiental em TIs (FNMA)	0	0	0	0	0	6.800
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	0	0	698.074	0	1.027.464	0
Apoio a Ações Socioambientais em TIs na Bacia do Alto Paraguai	0	0	698.074	0	1.027.464	0
Saneamento Rural	4.060.393	12.286.186	2.144.491	2.156.953	21.306.664	30.036.479
Ministério da Saúde	4.060.393	12.286.186	2.144.491	2.156.953	21.306.664	30.036.479
Ampliação de Ações de Saneamento Básica em Aldeias Indígenas	4.060.393	12.286.186	2.144.491	2.156.953	21.306.664	30.036.479
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	1.102.428	1.012.066
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	1.102.428	1.012.066
Promoção da Igualdade de Raça, Gênero e Etnia no Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	1.102.428	1.012.066
Planaflores	562.321	258.773	0	0	0	0
Ministério da Integração	562.321	258.773	0	0	0	0
Fiscalização de Áreas Indígenas de Rondônia	562.321	258.773	0	0	0	0
TOTAL	144.755.258	251.663.290	258.569.352	248.214.912	308.118.754	345.464.936

Fontes: Siafi/STN, Siga Brasil e Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

da com recursos de duas outras fontes: (1) do Fator de Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas, também conhecido como Piso de Atenção Básica (PAB - Saúde Indígena), que se destina à atenção básica e contratação de pessoal; e (2) o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico a Populações Indígenas (Iapi), que se destina aos hospitais com vistas a atender demandas específicas das populações indígenas. Esses “incentivos” são repassados aos estados, municípios e unidades de saúde credenciadas diretamente pelo MS. Criados por intermédio da Portaria MS nº 1, de 14 de setembro de 1999, esses incentivos movimentam recursos do Fundo Nacional de Saúde, administrados pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) do MS, que são repassados “fundo a fundo” aos estados e municípios para aplicação nas atividades de atenção à saúde indígena. Ao total, 241 municípios receberam recursos desses programas em 2004. Segundo dados disponibilizados pela Coordenação de Monitoramento das Ações e Serviços do Departamento de Saúde Indígena (Desai/Funasa), em 2004 foram repassados a título de “incentivo” cerca de R\$ 82,809 milhões, sendo R\$ 63,119 do PAB - Saúde Indígena e R\$ 19,689 do Iapi. A seguir, apresentamos um balanço ano a ano dos repasses realizados. Como no caso da tabela com os números do PPA, aqui também deflacionamos os valores repassados.

No período de 2000/2004, os repasses a título de incentivo somaram R\$ 327,322 milhões, sendo 70,58% para a atenção básica e contratação de pessoal (PAB). Pode-se dizer que, na média, o incentivo Iapi teve pouca variação no período, ao contrário do PAB, que chega em 2004 quatro vezes maior.

Territórios indígenas - Ao longo de 2000/2005, as despesas com as ações de identificação, delimitação, demarcação, homologação, regularização e fiscalização das Terras Indígenas foram diminuindo a olhos vistos. O pico mais elevado foi em 2001, com R\$ 67,138 milhões. Daí para frente foi caindo para R\$ 53,323 milhões em 2002; R\$ 51,034 milhões em 2003; R\$ 47,870 em 2004; e R\$ 42,496 em 2005. No Ploa 2006 estão previstos R\$ 42,081 milhões. Este decréscimo nas despesas (e no orçamento autorizado) não se verifica somente no número global das despesas com essas ações, mas em cada uma delas individualmente, inclusive naquelas relacionadas com a vigilância e proteção das Terras Indígenas.

Gestão ambiental e da biodiversidade - Nas ações relacionadas com a gestão ambiental e da biodiversidade nas Terras Indí-

genas foram gastos, entre 2000 e 2005, cerca de R\$ 14,908 milhões, sendo R\$ 6,557 pela Funai e R\$ 8,350 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para 2006 está previsto um orçamento inicial de R\$ 1,050 milhões para a Funai e R\$ 3,706 milhões para o MMA. Na Funai, a partir de 2004, os recursos estão concentrados nas ações de *Conservação e recuperação da biodiversidade em Terras Indígenas* e de promoção de *Estudos de Impacto Ambiental em Terras Indígenas*. No caso do Ministério do Meio Ambiente, verifica-se uma grande concentração das despesas na Região Amazônica, em detrimento das outras regiões do país, em muitos casos mais necessitadas de apoio devido à degradação ambiental no entorno e no interior das Terras Indígenas.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS

Não poderíamos terminar este breve balanço orçamentário 2000/2005 sem chamar a atenção do leitor, especialmente o indígena e seus aliados, para a importância e a urgência de serem criadas as condições legais, institucionais e políticas para o efetivo exercício do protagonismo e do controle social indígena sobre os programas e recursos financeiros destinados aos povos indígenas no Brasil. Embora esses recursos não sejam suficientes para atender às demandas, necessidades e desejos do conjunto da população indígena no território brasileiro, eles não são poucos e há muitos problemas no planejamento e gestão da sua aplicação. Se no nível federal há problemas, na maioria dos estados e municípios há uma quase completa ausência de mecanismos que garantam o protagonismo e o controle social indígena.

A criação de um núcleo de monitoramento e avaliação indígena em Brasília poderia ser o primeiro passo nesse sentido. A isso associaríamos a necessidade desse núcleo estar articulado com as organizações indígenas regionais e locais, de forma a estabelecer um fluxo de informações em rede sobre repasses e aplicação dos recursos. Além de fortalecer os laços institucionais internos do movimento, iniciativas desta natureza promoveriam uma maior visibilidade e transparência das políticas públicas e uma maior capacidade indígena de intervir de maneira organizada e propositiva nelas. Com a proximidade da fase de elaboração do PPA 2008/2011 no âmbito do Poder Executivo, que ocorrerá no primeiro semestre de 2007, e no Congresso Nacional, no segundo semestre desse mesmo ano, promover essa articulação nos parece ser uma prioridade já em 2006. (*abril, 2006*)

NOTAS

¹ Índices de deflação utilizados: 1,562002691 (ano 2000); 1,461996857 (ano 2001); 1,348081735 (ano 2002); 1,175158156 (ano 2003); 1,102428882 (ano 2004); 1,031565131 (ano 2005).

TABELA 2. PAB E IAPI (VALORES DEFLACIONADOS)

Incentivo	2000	2001	2002	2003	2004	Total
PAB	15.216.874	42.209.311	57.855.786	52.653.631	63.119.907	231.055.509
Iapi	14.251.836	22.194.902	20.269.145	19.862.262	19.689.221	96.267.366
Total	29.468.710	64.404.213	78.124.931	72.515.893	82.809.128	327.322.875

Fonte: Desai/CGASI/Comoa/Gerência de Informações

O Novo Modelo de Atendimento

Fernando Vianna

Antropólogo, com a colaboração de Inês Zanchetta, jornalista do ISA

A FUNASA ANUNCIOU, EM 2004, A EXTINÇÃO DO REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS AOS CONVÊNIOS QUE MANTINHA PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA E PASSOU A EXECUTÁ-LAS DIRETAMENTE EM TODO O PAÍS, DEIXANDO ÀS CONVENIADAS BASICAMENTE A TAREFA DE CONTRATAR E CAPACITAR PESSOAL *

O Ministério da Saúde (MS) e seu braço executivo, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) definiram, em janeiro de 2004, o que se insinuava desde 2003: mudanças no modelo de gestão da atenção à saúde indígena. Foram duas portarias do MS, ambas de 20/1/2004, que serviram de base para um projeto que conferiu maior poder à Funasa e criou um Comitê Consultivo da Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria n° 69 e Portaria n° 70). Depois disso, o MS e a Funasa anunciaram o novo projeto durante a I Oficina Integrada de Saúde Indígena, realizada em Brasília, de 2 a 6/2 de 2004.

O evento reuniu, na Academia de Tênis, cerca de 200 convidados, entre funcionários do MS e da Funasa e pessoas – indígenas e não-indígenas – relacionadas com a atenção à saúde indígena. Mais do que uma oficina de trabalho em que se debatem propostas, foi um encontro para comunicar decisões que, embora incompletas em importantes detalhes, estavam já irreversivelmente tomadas.

AÇÕES DA FUNASA E AÇÕES “COMPLEMENTARES”

O modelo de gestão da saúde indígena em vigor até a edição das portarias iniciou-se na década de 1990 e foi definido por uma série de atos normativos, culminando com o Decreto n° 3156, de 27 de agosto de 1999, e com a chamada “Lei Arouca” (n° 9.836), de 23 de setembro de 1999, que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Este modelo se respaldava na criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs): regi-

ões do território brasileiro nas quais a execução das ações do setor se dá por meio de convênios entre a Funasa, de um lado, e, de outro, estados, municípios, organizações indígenas, organizações não-governamentais e outras instituições. A Funasa definia com suas conveniadas as linhas de atuação a serem seguidas, repassava recursos públicos federais e fiscalizava os gastos efetuados. Com as modificações introduzidas em 2004, a própria Funasa passou a executar as ações do setor, restando aos parceiros atuar de forma complementar, considerando caso por caso.

Em negociações regionalizadas envolvendo o Departamento de Saúde Indígena (Desai) e as Coordenações Regionais (Core) da Funasa, assim como os Conselhos de cada DSEI, essas negociações fizeram parte da agenda de curto prazo estipulada pelo órgão para efetivar a reestruturação do modelo de gestão da saúde indígena. Convênios ainda vigentes na época das portarias foram substituídos por outros, celebrados já no novo modelo. No cenário ideal projetado pela Funasa, convênios condizentes com sua nova política estariam vigentes em todos os DSEIs a partir de 01 de abril de 2004, três meses após a comunicação da mudança. Apesar de diversas indefinições por conta da agenda imediata, a Fundação já anunciava sua disposição em contar com parceiros que, a título de ações complementares, assumiriam a contratação e a capacitação de recursos humanos – e apenas isto; ela própria se encarregaria de ações como a aquisição e distribuição de medicamentos, licitação, obras, transporte de equipes que trabalham nas aldeias e compra de combustíveis. Assim foi feito.

POR QUE A MUDANÇA?

Durante a oficina, a direção da Funasa oscilou entre afirmar suas propostas como uma real mudança em relação à política do governo federal anterior e em minorar as alterações efetuadas. Assim, mais do que um “novo” modelo, seria uma mera correção de rumos do que estava em vigor desde 1999, que, ao trabalhar com repasse de recursos públicos e responsabilidades a instituições conveniadas, acabou, na avaliação do governo federal, por fazer com que o papel de estados, municípios e entidades não-governamentais na execução das ações da saúde indígena

fossem mais do que “complementares”, sobrepujando o papel da própria União, em desacordo com o que reza o artigo 19-E da “Lei Arouca”. Por uma questão de legalidade, caberia então, de acordo com o apresentado durante a oficina em Brasília por representantes do governo federal, redefinir as competências de cada um nesse processo.

Entretanto, não se tratou apenas de uma questão legal. O Estado tem todo o direito de mudar suas políticas e, nesta direção, de executar diretamente as ações básicas da saúde indígena. O que se perguntava naquele momento é se teria, de fato, condições de fazer isso. O ano de 2005, e a história recente demonstram que não.

A OPINIÃO DAS CONVENIADAS

Na avaliação de instituições então conveniadas à Funasa, a proposta continha vários senões, a começar pelo modo atropelado e

pouco participativo como foi gestada. Apesar do responsável pelo Desai/ Funasa na época, Ricardo Chagas, esforçar-se em afirmar que tal política nada mais era que a incorporação de antigos consensos coletivos – os resultados da II e III Conferências Nacionais de Saúde Indígena (1993 e 2001) – e de processos de diálogo que, segundo ele, ocorreram ao longo de 2003, representantes de organizações indígenas e ONGs manifestaram ao microfone e em conversas paralelas sua surpresa, perplexidade e indignação por não terem sido consultados antes de definidas as mudanças.

Da perspectiva de ONGs como a Urihi – Saúde Yanomami, que rompeu o convênio com a Funasa em seguida, houve razões de sobra para se desconfiar da política que começava a se redesenhar. Em DSEIs como o Yanomami, a melhoria dos indicadores de saúde após a entrada em cena das ONGs era inegável, e era preocupante que a Funasa tivesse formulado uma proposta que, de início, tratava todos os DSEIs – os que podem ser considerados

A SAGA DAS REFORMAS DA SAÚDE INDÍGENA (1967-2004)

• **1967** – Criação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ações de saúde esporádicas através das equipes volantes criadas em cada Delegacia regional da Funai. O Ministério da Saúde colaborava com o controle das principais endemias e a Funai assinou, ao longo dos anos, convênios com entidades governamentais e não governamentais de modo a remediar a falta de estrutura adequada. No entanto, em escala e capacidades operacional e administrativa insuficientes, esta atividade foi se atrofiando até a sua paralisação.

• **1986** – I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio. Afirmou: a necessidade urgente de implantação de um modelo de atenção que garanta aos índios o direito universal e integral à saúde; a importância de respeitar as especificidades étnicas e sócio-culturais e as práticas terapêuticas de cada grupo; a necessidade de garantir a participação indígena nas políticas de saúde; a criação de uma agência de saúde específica para assuntos indígenas. Primeira proposição do modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) sob a gerência do Ministério da Saúde.

• **1988** - Promulgação da Constituição Federal que estabeleceu em seu artigo 198 as regras gerais do Sistema Único de Saúde (SUS) (regulamentado pelas leis nº 8.142/90 e 8.080/90): No âmbito da União, a gestão será exercida pelo Ministério da Saúde. Os direitos indígenas são de competência federal.

• **1991** – Criação da Coordenação da Saúde do Índio (COSAI), subordinada ao Departamento de Operações da Fundação Nacional de Saúde (DEOPE/FNS) para atender ao Decreto nº 23/91 que transfere da Funai para o Ministério da Saúde (MS) a responsabilidade pela coordenação das ações de saúde para as populações indígenas. Criação do Distrito Sanitário Yanomami pela FNS.

• **1992** – Criação da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI) pela Resolução nº 11 de 13/10/1992. A CISI, formada por representantes do Governo Federal (Ministérios da Saúde e da Justiça), de Universidades e de organizações não-governamentais (ONGs) e por represen-

tantes indígenas, tem por atribuição assessorar o Conselho Nacional de Saúde/CNS na elaboração de princípios e diretrizes de políticas governamentais no campo da saúde indígena.

• **1993** – II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas reitera a defesa do modelo dos Dseis como base operacional, no nível do SUS, para o modelo de atenção à saúde das populações indígenas, os quais deveriam ser ligados diretamente ao MS e administrados por Conselhos de Saúde com participação indígena. Definiu o Governo Federal como instância responsável pela saúde indígena do país, não sendo excluídas as contribuições complementares dos estados, dos municípios ou de outras instituições governamentais ou não-governamentais. Defende a criação de uma secretaria especial do MS para a gestão da política de atenção à saúde para os povos indígenas.

• **1994** – Decreto nº 1.141/94. Revoga o Decreto nº 23/1991. Constitui a Comissão Intersetorial de Saúde e devolve, na prática, a coordenação da saúde indígena para a Funai, que fica responsável pela recuperação dos índios doentes enquanto o MS se encarrega das ações de prevenção.

• **1999** – Decreto nº 3156/99 e “Lei Arouca” (nº 9.836). A saúde volta a ficar a cargo do MS: “O Ministério da Saúde estabelecerá as políticas e diretrizes para a promoção, prevenção e recuperação da saúde do índio, cujas ações serão executadas pela Funasa.” São definidos e implantados 34 Dseis em todo Brasil, cujos serviços de atenção básica à saúde e prevenção são executados através da estratégia de descentralização via convênios firmados com organizações da sociedade civil - associações indígenas e indigenistas - e alguns municípios.

• **2004** – A Funasa divulga as portarias nº 69 e 70 determinando as novas diretrizes da saúde indígena. Com essa ação a Funasa recupera a execução direta do atendimento e reduz o papel das conveniadas, limitando-as à contratação de pessoal, à atenção nas aldeias com insumos, ao deslocamento de índios das aldeias e à compra de combustível para a realização desses deslocamentos. (Elaborado por Urihi – Saúde Yanomami)

um avanço e os que não andavam tão bem – de maneira única. É oportuno recordar que, ainda em dezembro de 2003, a Comissão Pró-Yanomami divulgava em seu site uma carta manifestando seus temores quanto ao desmantelamento da assistência à saúde indígena Yanomami..

Do ponto de vista de organizações indígenas como a Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) ou o CIR (Conselho Indígena de Roraima), a política anunciada pela Funasa poderia ser igualmente pensada como um andar para trás. No espírito do modelo anterior, elas foram instadas a assinar convênios e a assumir integral ou parcialmente a execução das ações em seus respectivos DSEIs. A fim de dar conta de ações não previstas por seus projetos próprios de organização, tiveram de rever suas estruturas de funcionamento e de readequar suas políticas de recursos humanos. Nesse processo, passaram a operar com volumes orçamentários nunca antes conhecidos. E se é certo que lidar com finanças de grande porte coloca essas organizações diante de largos desafios de remodelagem institucional, também é verdade que funciona como contrapeso importante na correlação de forças com os poderes locais, freqüentemente nas mãos de setores anti-indígenas. Desse modo, retirá-las do jogo soou um pouco como arbitrar em favor do adversário, mandando-as novamente ao banco de reservas em nome de uma deslocada ideologia estatista.

Um outro problema que o processo desencadeado pela Funasa trouxe diz respeito ao perfil das instituições parceiras no âmbito dos DSEIs. Para que a Fundação pudesse assumir a maior parte da execução das ações em escala nacional, seria necessário que fortalecesse seu corpo de funcionários, o que esbarrava, ao menos no curto prazo, nas formalidades burocráticas impostas pelas regras da administração pública para contratação de pessoal. É possível que advenha daí o fato de ser esta a principal esfera de atuação prevista para seguir a cargo do setor não-governamental. No modelo proposto, coube às conveniadas especialmente a pior parte, a da burocracia da administração de pessoal.

Era previsível, então, que organizações indígenas e de apoio aos índios, que vinham se empenhando em desenvolver trabalhos

sérios no campo da saúde, viram-se obrigadas a se retirar de cena. Isso porque não se pode supor que suas assessorias jurídicas – ao menos elas – recomendassem compactuar com operações que se insinuam alegoricamente como “empréstimos de CGC” ou “esquemas-laranja”. A que tipo de “parceiras”, então, estaria sendo franqueado o terreno de atuação não-governamental: instituições oportunisticamente formadas, talvez com o apoio de funcionários e ex-funcionários públicos bem informados e bem relacionados; organizações indígenas que se satisfaçam com possíveis benesses de redes clientelísticas em que figurem como sócios menores?

O ALVOROÇO DOS PODERES POLÍTICOS LOCAIS E REGIONAIS

Seja como for, o modelo adotado em 1999 foi alvo de críticas de políticos locais desde o início, já que as verbas destinadas à saúde indígena não seriam mais controladas por eles. O senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, por exemplo, conhecido por suas posições anti-indígenas, considerou positiva e oportuna a decisão da Funasa de retomar o comando das ações, conforme publicado na edição de 5/2/04 do jornal roraimense *Brasil Norte*.

Vale lembrar ainda que, de acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada em 31 de agosto de 2003, a Funasa havia sido loteada entre petistas e aliados – das Coordenações e diretorias Regionais da Funasa, o PT ocupava 13 postos, o PTB, quatro, PMDB, três. Já o PV, PPS e PSB, tiveram uma coordenação cada e o PC do B e o PTB ganharam duas diretorias cada um. A mesma reportagem dizia que, no governo anterior, esses cargos eram preenchidos por funcionários de carreira com experiência de pelo menos cinco anos. Com um quadro desses, a proposta de um novo modelo só poderia mesmo gerar muitas desconfianças.

NOTA

*Texto adaptado a partir de notícia publicada no site do ISA em fevereiro de 2004: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1573>.

Caos e Retrocesso

Reportagem especial de Bruno Weis com a colaboração de Inês Zanchetta, de ISA*

A MUDANÇA NO MODELO DE GESTÃO DA SAÚDE INDÍGENA REALIZADA EM 2004 PELA FUNASA TROUXE UM CENÁRIO CAÓTICO NO QUAL O PROBLEMA DA GESTÃO DOS RECURSOS E O RETORNO DE EPIDEMIAS E DOENÇAS SUSCITOU PROTESTOS EM POVOS INDÍGENAS EM TODO O BRASIL*

A saúde indígena no Brasil enfrenta um período difícil. Se em 2005 houve uma explosão nos protestos de diferentes etnias em todo o Brasil, revelando situações de abandono e descaso no atendimento das populações indígenas, em 2006 o panorama não se alterou. Greves se sucedem nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) interrompendo o atendimento das populações e permitindo que doenças antes controladas retornem com força de epidemia. A desnutrição infantil vitima um número crescente de crianças – de 48 mortes em 2004 para 50,9 em 2005 (para cada grupo de mil indivíduos).

A dificuldade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde, em gerir o sistema chamou a atenção do Ministério Público Federal (MPF). No começo de 2006, o MPF criou um grupo de trabalho para investigar problemas com os convênios firmados com as organizações que realizam o atendimento local e averiguar também a excessiva burocracia da Funasa – que estaria por trás dos recorrentes atrasos nos repasses de recursos e deixaria as aldeias sem médicos ou medicamentos.

Boa parte dos problemas enfrentados nesses dois últimos anos pode ser atribuída a mudanças promovidas em meados de 2004 no modelo de gestão da Funasa. Essas modificações se deram em direção oposta à reestruturação do sistema, promovida em 1999, quando a fundação substituiu a Funai no atendimento à saúde indígena. Naquela época, estabeleceu-se um modelo de descentralização do atendimento às comunidades indígenas por meio de parcerias firmadas preferencialmente com a sociedade civil. Entretanto, em 2004, a Funasa retomou o controle de itens fundamentais da gestão da saúde, como a aquisição de medicamentos e a contratação de horas de voo, deixando às convenia-

das basicamente a administração de pessoal [veja artigo sobre o tema nas páginas a seguir].

Entre os mais de 235 povos indígenas com direito ao serviço de saúde, alguns casos se tornaram emblemáticos e marcaram regularmente o noticiário em 2005 e 2006: as mortes por desnutrição das crianças Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul [veja artigo no capítulo *Mato Grosso do Sul*, pág. XXX], a volta da epidemia de malária entre os Yanomami de Roraima e Amazonas [veja artigo no capítulo *Roraima Mata*, pág. XXX], o alto índice de vítimas fatais causados por acidentes ofídicos no Alto Rio Negro, o falecimento de dezenas de crianças Apinajé no Tocantins e Marubo do Vale do Javari [veja artigo no capítulo *Javari*, pág. XXX], no Amazonas. Nem o Parque Indígena do Xingu, espécie de cartão-postal da política indigenista oficial e que conta há 40 anos com a presença de médicos da Universidade Federal de São Paulo, se vê livre de sérios problemas: atualmente uma epidemia de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) avança sobre a população xinguana, causando, como mais grave consequência, a morte de mulheres por câncer de colo de útero [veja artigo no capítulo *Parque Indígena do Xingu*, pág. XXX].

A incidência de doenças como a malária, a tuberculose e DSTs tem avançado sobre povos indígenas de diferentes regiões do país, o que revela a decadência do atendimento e o sucateamento da infra-estrutura de saúde. As lideranças indígenas reclamam da falta de microscópios e lâminas, medicamentos, meios de transporte e combustível nos postos de atendimento no interior das Terras Indígenas. Também afirmam que a formação de agentes indígenas de saúde caminha em ritmo lento, e que a capacitação dos servidores não-índios permanece insatisfatória. Nesse cenário, as iniciativas promissoras de educação para a saúde foram canceladas e a instabilidade no repasse de verbas tornou-se constante e as ações das equipes de saúde, insustentáveis.

Defrontado com esse cenário de calamidade, o governo federal acena com um retrocesso ainda maior: devolver a gestão da saúde indígena à Funai. Se esse plano for levado a cabo, o governo terá ignorado a catastrófica experiência vivida no período entre 1994 e 1999, quando, à frente da coordenação do atendimento

aos índios, a instituição teve um desempenho mediano, obrigando o então governo Fernando Henrique Cardoso a devolver a responsabilidade sobre a saúde indígena ao Ministério da Saúde, na tentativa de minimizar os prejuízos causados às populações indígenas e aos cofres públicos.

NOVAS REGRAS EM 2004 CAUSARAM SURPRESA

Por meio das portarias 69 e 70 (de janeiro de 2004), o Ministério da Saúde definiu as novas regras para o atendimento aos índios e, durante a Primeira Oficina Integrada de Saúde Indígena (ocorrida em Brasília entre os dias 2 e 6 de fevereiro de 2004), anunciou as mudanças, pegando de surpresa as entidades conveniadas e os povos indígenas. A abrupta alteração no rumo da política de saúde fez com que organizações da sociedade civil, como a Urihi, que cuidava da saúde Yanomami, rompesse com a Funasa.

Assistiu-se também a uma campanha de difamação contra algumas organizações da sociedade civil conveniadas e prefeituras, responsáveis pelo atendimento.

Assim, a Funasa retomou o controle sobre a maior parte das verbas destinadas à saúde indígena, deixando às instituições conveniadas um papel “complementar” (contratação de pessoal, atenção nas aldeias com insumos, deslocamentos de índios e combustível).

Os problemas relacionados à gestão desses recursos e às atribuições das conveniadas estão no centro da situação calamitosa denunciada pelos índios. Mesmo com a destinação de cerca de R\$ 290 milhões repassados aos 34 DSEIs em 2005, a morosidade e a burocratização no repasse dos recursos federais às entidades conveniadas causam constantes atrasos no pagamento de salários e na quitação de dívidas com os fornecedores. A centra-

RECURSOS REPASSADOS PELA FUNASA PARA OS DISTRITOS SANITÁRIOS E CASAS DO ÍNDIO NOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2005 (FONTE: FUNASA)

CR	DSEI	TOTAL GERAL
AC	Alto Juruá	4.131.862,96
AC	Alto Purus	5.589.365,00
AC	Core	84.931,75
AL	Alagoas	2.998.342,61
AM	Médio Solimões Afluentes	5.336.139,44
AM	Alto Rio Negro	12.925.637,13
AM	Alto Rio Solimões	9.116.561,54
AM	Javari	4.194.179,49
AM	Manaus	12.366.579,39
AM	Médio Purus	2.721.423,94
AM	Parintins	5.865.801,02
AM	Core	45.824,83
AP	Amapá	7.764.423,27
BA	Bahia	6.042.471,83
CE	Ceará	2.161.062,90
ES	Minas Gerais/Espírito Santo	346.976,56
GO	Araguaia	6.578.471,68
MA	Maranhão	13.658.243,34
MS	Mato Grosso do Sul	21.273.051,06
MA	Coordenação do Piauí	455.070,51
MG	Minas Gerais/Espírito Santo	6.121.737,88
MT	Cuiabá	10.256.238,06
MT	Kaipó de Colider/MT	5.438.419,48
MT	Xavante	11.103.263,75
MT	Xingu	7.640.571,17
MT	Core	94.120,89
PA	Altamira	2.447.174,98

CR	DSEI	TOTAL GERAL
PA	Kaipó Redenção	6.409.213,30
PA	Tapajós	4.126.142,19
PA	Guamá Tocantins	6.278.738,49
PA	Core	89.440,53
PB	Potyguara	2.550.735,79
PE	Pernambuco	9.822.612,60
PR	Interior Sul	4.241.343,32
PR	Litoral Sul	2.216.267,18
RJ	Interior Sul	
RJ	Litoral Sul	840.616,34
RO	Porto Velho	8.650.566,69
RO	Vilhena	7.436.476,30
RO	Core	20.977,06
RR	Yanomami	20.264.828,50
RR	Leste Roraima	14.114.037,87
RR	Core	12.253,65
RS	Interior Sul	4.555.384,40
RS	Litoral Sul	1.739.754,20
SC	Interior Sul	5.805.192,45
SC	Litoral Sul	5.388.098,25
SP	Interior Sul	1.158.569,75
SP	Litoral Sul	2.356.006,45
TO	Tocantins	7.736.282,39
Casa Brasília		1.920.000,00
Unesco Brasília		8.000.000,00
PNUD Brasília		1.605.502,94
Total		294.096.987,10

CRONOLOGIA DO CAOS: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS AO ATENDIMENTO DA SAÚDE INDÍGENA EM 2005

DEZEMBRO

• **09** – Lideranças indígenas dos povos Macuxi, Ingarikó, Wai-Wai, Tau-repang, Wapixana, Sapará e Patamona reúnem-se em Boa Vista (RR) para buscar soluções para os problemas na assistência à saúde de suas comunidades. Os índios denunciam o aumento da malária (1726 casos no primeiro trimestre de 2005), além da alta mortalidade infantil, o sucateamento de equipamentos e meios de transporte e a falta de medicamentos.

NOVEMBRO

• **29** – Yanomami, Yekuana e representantes de organizações de atendimento às populações indígenas denunciam a situação caótica do sistema de saúde mantido pela Funasa. As denúncias aparecem em cinco documentos enviados ao MPF, Ministério da Saúde e à própria Funasa.

• **04** – Os Sateré-Mawé ocupam a sede do Dsei/Parintins devido ao atraso de três meses no pagamento dos salários dos Agentes Indígenas de Saúde (AISs).

OUTUBRO

• **28** – Ministério Público pede explicações à Funasa em resposta de denúncias de descaso na manutenção da qualidade da água na Aldeia Jaguapiru (MS).

• **27** – Três crianças Marubo morrem. O Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja) denuncia que os agentes de saúde da região atuam sem capacitação e que não há medicamentos nos postos de atendimento. Funasa culpa a seca pelas mortes.

• **24** – Índios Guajajara bloqueiam a rodovia MA-006 e interrompem, por 30 horas, o fornecimento de energia elétrica à cidade. Os Guajajara reivindicam melhorias nas condições de saneamento básico, remédios e médicos nos postos de saúde.

• **18** – Lideranças Kanamari, Mayoruna, Matís e Marubo ocupam a sede do Dsei/Javari e denunciam a situação de abandono da saúde indígena em sua região, protestam contra o loteamento político da Funasa local e reivindicam a normalização das ações do atendimento em suas comunidades. Na região, foram notificados casos de hepatite, pneumonia, malária, além do agravamento da desnutrição infantil, tuberculose, câncer uterino, DSTs, decorrentes da total falta de atendimento em suas aldeias.

• **14** – Membros indígenas do Comitê Consultivo para a Política de Atenção à Saúde Indígena abandonam reunião voltada a discutir o Documento Base da IV Conferência Nacional de Saúde Indígena, prevista para o período de 27 a 31 de março de 2006, em protesto contra o descaso de diretores da Funasa, que não compareceram à reunião.

• **11** – O Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena pede que o Ministério Público acione a Funasa pelo estado de calamidade da Saúde Indígena no Brasil.

• **10** – O Tribunal de Contas da União (TCU) abre várias auditorias para investigar denúncias sobre desvio de recursos destinados às comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul.

• **07** – Surto de coqueluche atinge 350 índios da etnia Galibi Maruoro, localizados no município de Oiapoque (580 km de Macapá), na maior aldeia do Estado, a Kumarumã, onde vivem cerca de 1.800 índios.

• **03** – A ONG Iepé denuncia uma crise na saúde indígena da região do Amapá e Norte do Pará, que teve o atendimento praticamente paralisado devido à dificuldade da Funasa em resolver pendências administrativas.

SETEMBRO

• **15** – Um grupo de 25 Conselheiros Yanomami se revolta com a falta de respostas da Funasa às suas reivindicações e ocupa a entrada do prédio da Funasa em Boa Vista (RR) durante duas horas. O protesto se deu após o início da reunião extraordinária do Conselho Distrital de Saúde Yanomami, onde seriam discutidas as graves insuficiências que vêm afetando a qualidade do atendimento em saúde na TI Yanomami.

AGOSTO

• **26** – A Controladoria Geral da União (CGU) comprova irregularidades na coordenação da Funasa em Mato Grosso do Sul na construção de casas na Reserva Indígena em Dourados, na compra de combustíveis e em processos licitatórios e contratos relacionados à construção da Casa de Saúde Indígena de Dourados (Casai).

• **24** – O Conselho Geral das Tribos Ticuna (CGTT) denuncia ações do Dsei-AS voltadas a afastá-lo da gestão do convênio com a Funasa, chegando a divulgar nota pública chamando a atenção para o desmantelamento de seu distrito sanitário.

• **23** – O atendimento nos 21 Pólos-Base do Distrito Sanitário Yanomami é suspenso em decorrência da falta de pagamento do convênio da Funasa.

• **11** – Lideranças Terena ligadas ao Conselho Distrital de Mato Grosso do Sul denunciam atraso no repasse das verbas da Funasa e a situação caótica da saúde no estado, incluindo viaturas sucateadas, falta de equipes e medicamentos.

• **10** – A Universidade Federal de São Paulo ameaça paralisar as atividades de atendimento no PI Xingu devido a atrasos no repasse de verbas da Funasa. Lideranças indígenas do parque planejam mobilização em Brasília.

JUNHO

• **23** – Sem assistência médica, três crianças Mundukuru morrem. A malária deixa adultos em situação grave. Segundo os índios, os oito pólos básicos responsáveis pelo atendimento estão sem profissionais, medicamentos e combustível para remoção.

• **17** – A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) envia carta ao ministro da saúde afirmando que o atraso no repasse dos recursos da Funasa tem comprometido o atendimento contínuo das comunidades.

MAIO

• **29** – O Conselho Local de Saúde Indígena de Guajará-Mirim denuncia a morte por desidratação de duas crianças de 10 meses e de um

ano de idade da TI Guaporé no município de Guajará-Mirim (RO) em decorrência da falta de assistência da Funasa.

• **25** – Dois funcionários da Funasa são retidos por 38 índios Pataxó que acampam em frente à sede da entidade, em Porto Seguro. Os Pataxó criticam o atendimento oferecido pelo órgão e exigem a melhoria do atendimento médico, saneamento básico nas aldeias, carro para transportar os doentes, marcação de exames e reposição de remédios nos postos de saúde das aldeias.

• **18** – O Hospital Materno Infantil de Goiânia, mantido pelo governo de Goiás, recebeu para internação até maio de 2005, 101 crianças indígenas xavantes com desnutrição e doenças respiratórias. Segundo dados de março da Funasa, o índice de mortalidade infantil chegou a 133,8 por mil nascidos vivos em 2004, aumento de 22,19% em relação a 2003.

• **04** – Cerca de 100 índios Guajajara mantêm como refém o secretário de Saúde do município de Arame (500 km de São Luís/MA). Os indígenas exigiram melhor atendimento médico às aldeias e a renovação do estoque de medicamentos da farmácia do pólo. Eles alegam que as verbas federais estão atrasadas há quatro meses.

ABRIL

• **28** – Uma CPI da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que investiga a desnutrição, a mortalidade indígena e a aplicação dos recursos públicos, encontra diversas “evidências de irregularidades” nos gastos com a saúde dos índios.

MARÇO

• **17** – Os Assurini da aldeia Trocará (PA) mantêm três funcionários da Funasa como reféns. Reivindicam um melhor atendimento à saúde e denunciam a morte de uma criança de nove meses, que teria sido levada para a cidade tardiamente. O protesto também é contra a falta de repasse de recursos para a compra de equipamentos, assistência médica e combustível para a aldeia.

• **16** – Lideranças Guajajara anunciam a morte de uma criança de dois meses por pneumonia na aldeia Terra Nova (MA) e denunciam a falta de apoio da Funasa para sua transferência a um hospital. Segundo os Guajajara, esta é a sétima criança morta desde o início de 2005 por falta de atendimento de saúde.

• **11** – Os Waiãpi acusam a Funasa e o Governo do Amapá de estarem submetendo todas as etnias do estado ao abandono, tratamento desumano e maus-tratos. Eles cobram a conclusão da obra da Casa do Índio paralisada por denúncias de irregularidade.

JANEIRO

• **19** – O coordenador da Funasa (MA), Zenildo Oliveira dos Santos é feito refém por índios Guajajara descontentes com a baixa qualidade do atendimento à saúde e a falta de remédios.

lização da compra de medicamentos e a contratação de horas de vôo pela Funasa revelaram-se ineficientes, consumindo os recursos públicos enquanto a situação sanitária nas áreas indígenas piora.

Por tudo isso, o ano de 2005 foi marcado por protestos. Dos Assurini do Trocará no Pará aos Guajajara no Maranhão; das etnias da região do Rio Negro, no Amazonas, aos povos do Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso; dos Yanomami em Roraima aos povos do Amapá e os Guarani do Mato Grosso do Sul, todos denunciaram graves problemas na gestão da Funasa, com resultados diretos na saúde das aldeias. Além da gestão dos recursos, a falta de preparo e compromisso de algumas equipes de saúde tem causado sofrimento e morte às populações indígenas, como denunciado pelos Xavante (MT), Wajãpi (AP), Guajajara (MA), Assurini (PA), Pataxó (BA), Mundurucu (PA, AM e MT) e Yanomami (RR), dentre outros.

Apesar das denúncias – que incluem também o loteamento político dos cargos de coordenação regional da Funasa nos estados e irregularidades no trato com a verba pública destinada ao atendimento à população indígena – a Funasa avalia como sendo positiva a atual gestão da saúde indígena [veja entrevista com o presidente da Funasa, Paulo Lustosa, nas próximas páginas].

O cenário enfrentado pelos Yanomami (RR/AM) é um bom exemplo do retrocesso que a política de atendimento à saúde indígena do atual governo representou para as populações indígenas e para os cofres públicos. Segundo dados publicados pela revista Época, na edição de 6 de setembro de 2005, desde que a Funasa retomou o atendimento direto a eles – antes sob a responsabilidade da ONG Urihi-Saúde Yanomami – os gastos passaram de R\$ 8,4 milhões anuais (para todas as despesas), a R\$ 15 milhões, sem contar o custo de remédios e transporte. Com a mudança, a hora de vôo, que custava R\$ 690 reais, passou a custar R\$ 1.300. As conseqüências no plano sanitário, no entanto, não produziram a melhora dos indicadores. Muito pelo contrário. A malária, totalmente controlada no período anterior, alastrou-se novamente e já assume traços de epidemia. Em 2003, foram 418 casos, enquanto em 2005 foram registrados 1.645 casos, quase quatro vezes mais. (junho, 2006)

NOTAS

* Texto originalmente publicado como parte da reportagem especial sobre saúde indígena produzida pelo ISA em junho de 2006 (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2272>)

“Tratar de Índio não é Barato”

Entrevista a Bruno Weis, jornalista de ISA

EM ENTREVISTA À REPORTAGEM DO ISA, EM ABRIL DE 2006, O PRESIDENTE DA FUNASA, PAULO LUSTOSA, AVALIA COMO POSITIVA A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO NA GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE INDÍGENA, AINDA QUE ADMITA QUE A FUNASA PASSE BOA PARTE DO TEMPO “APAGANDO INCÊNDIOS”*

As lideranças indígenas acampadas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, durante o Abril Indígena, pedem reestruturação do sistema de saúde, que vem sendo criticado e questionado desde 2004, quando a Funasa promoveu mudanças no seu funcionamento.

Sei pela mídia que este acampamento tem reivindicações. A Funasa oferece um grande espaço para os indígenas. Nós não fomos procurados nem instados por esse grupo que está acampado no Congresso. Não foram colocados questionamentos ou dúvidas sobre nosso trabalho diretamente. O que sai na mídia eu respeito, mas não posso ser monitorado por ela. Nós tivemos um



LINDOMAR CRUZ/ABR

sucesso extraordinário na IV Conferência Nacional de Saúde Indígena (ocorrida em março de 2006). A reunião reafirmou democraticamente que a Funasa é o órgão adequado para a atenção à saúde indígena. Temos feito quase mensalmente reuniões com conselhos indigenistas do Brasil, com os Distritos Sanitários Indígenas (Dseis), estamos ampliando os distritos para melhorar a questão logística na área de atuação de cada um e experimentando sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária. E não adianta fazer avaliações superficiais, como aconteceu, por exemplo, quando enviamos, na pressão das circuns-

tâncias, pessoas para a aldeia Apinagé. Depois descobrimos que o problema era muito mais sério, era um problema de água e não se identificava o processo de contaminação. Os laudos que solicitamos não foram conclusivos. Ficou a dúvida das causas daquele processo de mortalidade infantil em curso. Chamamos médicos, mas para um médico ser contratado para ir a um lugar como aquele é difícil, se for pela estrutura de salários da Funasa não vamos mandar nenhum médico, nenhum enfermeiro.

Por quê?

Porque não temos salários compatíveis com esses profissionais. Um médico para ir para o interior do Brasil, quer o dobro do que ganha na capital, e com justa razão. Hoje para mandar um médico para uma aldeia, nós estamos pagando 11 mil reais. Tratar de índio não é barato. Tem problema de logística, de respeito à cultura, às peculiaridades das várias etnias, são os temores das pessoas brancas que não estão acostumadas ao ambiente. Estes problemas existem. Agora, as pessoas só vêem o trabalho que a gente fez e se falhou em alguma coisa para esculhambar, mas não enxerga o drama que é.

Embora o senhor esteja há menos de um ano no cargo, não acha que têm ocorrido muitas falhas?

O problema é mais de terra do que de saúde. Nós temos feito um trabalho intenso na Terra Yanomami...

Mas o caso yanomami é exatamente um dos exemplos de piora na saúde, com a volta da malária.

Vamos separar as coisas. Quando digo Yanomami, refiro-me à atenção à saúde indígena, e estamos melhorando bastante os níveis. Você fala de malária, e então vou te dar um dado, porque também temos que trabalhar com estatísticas: temos uma incidência até maior de malária nos últimos anos, mas os casos de óbito caíram tremendamente porque tivemos um tratamento muito mais sofisticado, muito mais adequado. Nós não temos nenhuma ingerência no controle da malária entre brancos no Brasil. Todas essas doenças como malária, tuberculose e dengue, não temos como mexer. Só temos ingerência na malária

que diz respeito ao índio. Agora veja a situação: o contato entre as populações indígenas com a branca é muito intenso, então mesmo quando estamos tratando de um grupo indígena, ele pode estar em contato com brancos que não estão sendo tratados, então nosso trabalho é duplicado. Primeiro temos que fazer a prevenção e depois a cura em função do contágio.

Mas os casos de malária aumentaram e os custos do DSEI Yanomami também. Ou seja, mais dinheiro e mais doença.

Nós trabalhamos aqui na Funasa com saneamento ambiental de cinco mil municípios no Brasil. Temos nove mil convênios. Tratamos de saúde indígena em 170 etnias em 220 aldeias indígenas com 460 mil índios, alguns desses locais com grande dificuldade de acesso. Nós não trabalhamos com ação direta, pois não temos estrutura para tanto - precisaríamos de 200 mil trabalhadores. Trabalhamos de forma descentralizada e, para a saúde indígena, selecionamos ONGs ou universidades. Fazemos acompanhamento sistemático do desempenho destas entidades. Quando assumimos a Funasa, em agosto de 2005, identificamos uma série de problemas com as ONGs. Só no Maranhão tivemos que encerrar todos os contratos. Não estou aqui para responsabilizar o passado, mas há vários problemas com as ONGs.

Quais problemas?

No Amazonas fizemos vários Termos de Ajuste de Conduta (TACs) com o Ministério Público com ONGs. Aí quando falta dinheiro lá na ponta para a saúde indígena, cujo atendimento é responsabilidade delegada por nós a uma ONG, vem a mídia esculhambando que a Funasa não está liberando dinheiro. O que ninguém sabe é que estamos fazendo das tripas coração para aceitar prestações de conta cheias de limitações, e que pedimos à Casa Civil que emita uma instrução normativa para que as prestações de conta das ONGs sejam simplificadas. Raciocinamos do ponto de vista do gestor público. Se formos olhar na letra da lei, ferrem-se, lasquem-se, não vamos pagar nada. Mas não foi isso que fizemos. Estamos fazendo gestão pública, apagando um incêndio aqui, outro ali, outro acolá.

Então a gestão da saúde indígena é feita na base de “apagar incêndios”?

Nós fizemos muito isso, mas agora está começando a mudar. Antes era só apagando incêndio, hoje mudou. Lá com os Apinagés nós estamos com uma força-tarefa com carro, médico, com tudo; no Mato Grosso do Sul, nunca mais tivemos problemas em Dourados, na aldeia Bodoquena não tivemos uma morte sequer de criança; estamos distribuindo com a Funai cerca de 60 mil cestas básicas; suplementação de vitamina A, de ferro; estamos implementando uma série de projetos...claro, o orçamento não sai na velocidade esperada. Fui parlamentar por dez anos e conheço um pouquinho a Casa (Congresso Federal). Segunda coisa: o processo burocrático. Fui ministro da desburocratização, e

vivo minhas angústias existenciais porque sei que era preciso fazer uma série de reduções nos processos de tramitações das coisas aqui. Ao mesmo tempo estamos acelerando os convênios. No ano passado houve uma greve de 52 dias na Funasa, por problema de salário. O que quero dizer a você, parafraseando o grande filósofo Ortega y Gasset: eu sou eu e minhas circunstâncias. Sem olhar as circunstâncias a análise não é correta nem justa.

Levando em conta as circunstâncias, e também as críticas, não seria o caso da Funasa defender a transferência da gestão da saúde indígena para uma secretaria especial, ligada ao Ministério da Saúde, como propõem diversas entidades indígenas?

Essa proposta foi votada na IV Conferência e derrotada totalmente, quase por unanimidade. Se isso está sendo levantado no acampamento indígena na Esplanada, eu não sei então qual o fórum adequado, que para nós era a Conferência Nacional de Saúde Indígena, trabalhada a partir de conferências locais e regionais.

Mas o senhor mesmo diz que o custo da saúde indígena é altíssimo, que passou boa parte do tempo apagando incêndios...

O custo da saúde indígena é altíssimo, mas achamos que o país tem uma dívida com essa população e digo para você uma coisa que já disse uma vez para alguns caciques que estiveram aqui: coloquem a saúde indígena sob responsabilidade de uma secretaria do ministério, que vocês vão ser iguais a todo mundo. Aqui vocês são prioridade da Funasa. No ministério, vocês serão iguais a todas as secretarias. Aqui nós brigamos por orçamento, inclusive da parte da saúde indígena, brigamos no Congresso. Fomos até criticados por isso. Eu acredito na missão desta instituição, acho que, apesar das limitações que ela tem, está fazendo um excelente trabalho na área de saúde indígena. Acho que tem que ser muito melhor ainda, mas está fazendo apesar das limitações.

A maioria dos coordenadores regionais da Funasa é ligada ao PMDB. A Funasa está loteada?

Isso não é verdade. De todas as 26 coordenações regionais, só nove tiveram suas chefias alteradas após 25 de julho de 2005. Uma destas é a do Maranhão, pois o coordenador, indicado pelo senador Sarney (PMDB-AM), tinha criado um problema tão grande com as comunidades indígenas que não teve jeito, os Guajajara iam matá-lo. O do Rio de Janeiro foi trocado porque precisávamos do antigo coordenador aqui em Brasília, por ser um dos melhores quadros da Funasa, e precisamos de um núcleo pensante aqui, pois eu trabalho de maneira estratégica.

Portanto não há uso político da Funasa, como tantas lideranças indígenas afirmam?

Nenhum! Eu estou lhe falando que não tem nada disso. No Mato Grosso do Sul (a nomeação do coordenador regional) está pen-

dente até hoje. Sabe por quê? A Corregedoria-Geral da União constatou um monte de irregularidades e o coordenador está sendo processado. Nós até sugerimos uma substituição lá, mas está parada na Casa Civil. Porque as substituições nossas passam pela Casa Civil. Se ela achar que não é politicamente adequado, prende lá e não solta. Por exemplo, os deputados do PMDB do Espírito Santo me pediram para nomear o coordenador lá, eu encaminhei o nome para a Casa Civil e disseram que não iam fazer. No Acre, o cara é do Jorge Viana. No Maranhão, era do PT e isso foi mantido. No Ceará, de onde eu sou, sabe de quem é o coordenador regional? Do Ciro Gomes! Do Ciro Gomes! No Paraná o cara que tinha lá foi mantido. No Rio Grande do Sul foi mantido. Portanto não há e não houve loteamento na Funasa.

Por que a Funasa é tão criticada pelas lideranças indígenas?

Não é verdade. Se as pessoas quiserem entender. O problema é que você chega com uma visão aqui e não quer entender. Nós sofremos uma coisa dramática aqui. E ONGs manipulam lideranças indígenas muitas vezes em função de seus interesses.

O documento final da recém-finalizada IV Conferência Nacional de Saúde Indígena aponta a necessidade de se promover uma série de mudanças na área, como a desburocratização e aumentar a autonomia dos Dseis. Portanto há pontos fracos identificados?

Sim, claro, e já começamos fazer a autonomia dos Dseis antes de eles levantarem isso. Mas não se muda tudo de uma vez. Estamos fazendo um primeiro experimento e vamos verificar que erros ocorrem. As coisas são lentas, não temos uma miríade de pessoas para fazer um novo desenho de Dseis. Eu tenho a impressão que 34 Dseis são insuficientes, por problemas de logística inclusive. Estamos estudando para fazer direito. Estamos montando um programa para treinar melhor os agentes de saúde indígena. Com um detalhe: os agentes são das próprias comunidades indígenas onde eles atuam, para evitar choques culturais. A remuneração? Estamos atrás no nosso plano de cargos e salários e vamos pressionar para que isso ocorra, ainda que fuja um pouco da minha alçada. Fico o tempo todo cobrando, mas não vou ficar falando mal do governo o tempo todo.

Porque os estados que mais receberam recursos da Funasa foram os mesmos que registraram o maior número de protestos, manifestações e reclamações de suas populações indígenas em relação ao atendimento de saúde?

É estranho, no meu estado, todos os 11 mil indígenas do Ceará estavam com água potável em setembro. Cem por cento. População branca, nem pensar. Sabe o que aconteceu? De setembro a janeiro, dissidências entre a população indígena geraram cin-

co ou seis novas aldeias. Então agora não está todo mundo com água potável. Mas é uma idiossincrasia da população indígena, nós temos que respeitar. E vamos ter que levar água para esse pessoal que está aldeado em outros lugares.

Como o senhor planeja resolver o problema das prestações de conta, para evitar que as aldeias deixem de receber medicamentos e atendimentos?

Como a gente faz para passar por cima da lei? Isso eu queria saber. Estamos em um Estado democrático de Direito, não há justificativa para não cumprir a lei. O que fazemos? Pintou um problema em tal lugar, mandamos uma força-tarefa, medicamentos com dinheiro e tudo, em uma operação de guerra. Eu não deixo nenhum problema descoberto. Não resta dúvida que estamos corrigindo estes vícios aos poucos. Estamos ligando diretamente para os Dseis para saber se falta alguma coisa.

Como está sendo planejada a autonomia dos DSEIs?

Antes a gente mandava dinheiro para muitas coisas, médicos, medicamentos, mas a coordenação regional tinha outras prioridades e usava aquele dinheiro e esperava outra dotação orçamentária para poder atender. Agora não, se a dotação orçamentária é dos Dseis, vai direto para eles, e não passa pela coordenação. Mas ainda não poderão fazer compras, pois não têm estrutura. Nós vamos privilegiar a compra local quando for possível.

Para finalizar, não há loteamento de cargos nem sucateamento do sistema de atendimento de saúde indígena?

Não há nada disso. Não está sucateada por um simples dado que vou lhe dar: o crescimento da população indígena é três vezes maior que o da população branca. E para que uma população cresça, o índice de mortalidade tem de ser inferior ao de natalidade, isso é aritmética simples. Então o que tem ocorrido é a queda da mortalidade infantil e da mortalidade em geral. Por isso a população indígena tem crescido, são 460 mil indivíduos. Há poucos anos a população indígena era de 300 mil índios. Se aumentou é porque deixou de morrer. E está aumentando a expectativa de vida dos índios.

Esse é o indicador que o senhor utiliza?

Primeiro nós cuidamos da quantidade de vida, dos anos de vida e agora estamos cuidando da qualidade de vida, mas não está fácil. Essa é nossa estratégia.

NOTA

* Entrevista originalmente publicada como parte da reportagem especial sobre saúde indígena produzida pelo ISA em junho de 2006 (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2272>)

Sistema em Transição

Carlos E. A. Coimbra Jr.

Luiza Garnole

Paule Cesar Basta

Ricardo Ventura Santes

Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro

Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus

Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro

Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro;
Departamento de Antropologia, Museu Nacional/UFRJ

A SAÚDE INDÍGENA VEM ATRAVESSANDO UMA FASE SINGULAR NO BRASIL. OS ÚLTIMOS ANOS SE CARACTERIZARAM POR ALTERAÇÕES PROFUNDAS, QUE ENGLOBALAM DESDE ACELERADAS TRANSFORMAÇÕES EM PERFIS EPIDEMIOLÓGICOS ATÉ A REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO

No Brasil, como em outras partes do mundo, as doenças infecciosas ocupam um *locus* diferenciado na história dos povos indígenas. É desnecessário frisar a magnitude da desestruturação demográfica e sócio-cultural a elas associada. Ainda que continuem a ocupar um papel proeminente no perfil epidemiológico, pesquisas recentes têm evidenciado a emergência e rápida expansão das doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, hipertensão, diabetes mellitus, etc.), além das causas externas (acidentes, violência, etc.), na determinação da morbidade e da mortalidade indígena.

A partir de 1999 aconteceram importantes mudanças no sistema de saúde voltado para os povos indígenas, com a implantação dos chamados Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Já se acumulam algumas experiências que permitem avaliar os impactos associados a essas mudanças. Está evidente que um dos grandes desafios na implementação do modelo é estruturá-lo – envolvendo centenas de milhares de usuários e agências governamentais e não governamentais – sem perder de vista a imensa sociodiversidade.

TRANSFORMAÇÕES

Os povos indígenas apresentam um complexo e dinâmico quadro de saúde, diretamente relacionado a processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais atreladas à expan-

são e à consolidação de frentes demográficas e econômicas da sociedade nacional nas diversas regiões do país. Nos dias atuais persiste um cenário no qual muito pouco se conhece sobre as condições de saúde desses povos, o que é particularmente grave face à reconhecida condição de vulnerabilidade à qual estão sujeitos. O que temos chamado de “invisibilidade epidemiológica” dos povos indígenas refere-se à falta de informação em geral, reflexo da exigüidade de investigações, da ausência de inquéritos e censos, assim como da incapacidade dos sistemas de informação em saúde existentes no país em disponibilizar dados epidemiológicos segundo etnia.¹

Com base nos dados disponíveis não é possível traçar, de forma satisfatória e ampla, o perfil epidemiológico dos povos indígenas, uma vez que estão ausentes os elementos quali-quantitativos necessários para embasar análises minimamente aprofundadas. Em geral, é difícil ir além da compilação de estudos de casos. Não obstante, restam poucas dúvidas de que as condições de saúde dos povos indígenas os colocam em desvantagem frente a outros segmentos da população brasileira. É o próprio Ministério da Saúde que corrobora esse diagnóstico, como destaca o documento referente à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: “*Não se dispõe de dados globais fidedignos sobre a situação de saúde... [dos povos indígenas], mas sim de dados parciais... Embora precários, os dados disponíveis indicam, em diversas situações, taxas de morbidade e mortalidade três a quatro vezes maiores que aquelas encontradas na população brasileira geral. O alto número de óbitos sem registro ou indexados sem causas definidas confirmam a pouca cobertura e baixa capacidade de resolução dos serviços disponíveis*”.²

Passados sete anos desde o início da implantação da política, o cenário acima delineado continua predominante. Por um lado, as condições de saúde dos povos indígenas permanecem francamente desfavoráveis. Por outro, apesar de terem sido feitos in-

vestimentos de vulto para a criação do chamado Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi), até o presente o mesmo não logrou se constituir como um sistema com a cobertura, a qualidade de informação e a acessibilidade pública esperadas, capaz de gerar dados confiáveis sobre os indicadores de saúde mais básicos.

As doenças infecciosas e parasitárias persistem como as principais causas de adoecimento e morte de indígenas no país. A tuberculose se destaca como uma das principais endemias nessas populações, com coeficientes de incidência (de 326,8 por 100.000 em 2001) substancialmente superiores às médias nacionais (47,2 por 100.000). A malária constitui outra endemia amplamente presente nas terras indígenas, sobretudo na Amazônia, onde tem ocasionado surtos (como entre os Yanomami) que resultam em elevadas taxas de mortalidade. Concomitantemente, as infecções respiratórias agudas e as diarreias são as principais causas de adoecimento e morte nas crianças menores de cinco anos. Estatísticas de atendimento ambulatorial para os 34 DSEI referentes ao ano de 2002 (n=614.822) apontam que 35,8% das consultas foram devido a doenças infecciosas e parasitárias e 29,8% relacionadas a doenças do aparelho respiratório.³

Atualmente, a questão alimentar e nutricional é um tema central das discussões na temática indígena, com grande visibilidade nos meios de comunicação. Se desde os anos 70 vêm sendo realizados amplos e detalhados levantamentos sobre as condições de alimentação e nutrição da população brasileira, para os indígenas não há equivalentes. Mesmo na ausência de levantamentos mais abrangentes, aconteceu nos últimos anos um substancial crescimento no número de pesquisas sobre as condições nutricionais dos povos indígenas. Ainda que não se possa generalizar, vários estudos em comunidades específicas destacam que, de modo geral, a desnutrição atinge mais de um quarto das crianças menores de cinco anos e, não raro, mais da metade delas. Já entre crianças não-indígenas, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), de 1996, indicou 10,5% de retardo de crescimento. A anemia por deficiência de ferro constitui a principal doença carencial verificada nas populações indígenas, afetando principalmente crianças menores de 10 anos e mulheres em idade reprodutiva. Nesses segmentos, estudos de caso têm apontado prevalências de anemia da ordem de 70 a 80%.⁴

Condições precárias de saneamento e habitação e baixa cobertura e qualidade dos serviços de saúde interagem, levando ao agravamento e deterioração das condições nutricionais de comunidades indígenas, em especial das crianças. Sem água potável e tratamento adequado dos dejetos nas aldeias, aumenta a incidência de diarreias e de outras doenças infecciosas e parasitárias. Durante episódios de doença, o estado nutricional é com frequência comprometido. Por sua vez, uma criança desnutrida adoecerá mais facilmente e, quando isso ocorre, tende a apresentar um quadro clínico mais grave, com maiores chances de morte.

A questão fundiária constitui outra dimensão fundamental para a compreensão das condições de saúde e nutrição dos povos indígenas. É inquestionável que, nas últimas décadas, houve avanço considerável na regularização da situação das terras indígenas, embora ainda haja muito a fazer. Um aspecto crucial é que as dimensões das terras indígenas, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, e em parte do Centro-Oeste, são bastante reduzidas em relação às necessidades das comunidades. Um exemplo é aquele dos Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, que vivem uma situação de extrema restrição territorial, com graves conseqüências sobre a situação alimentar. Deve-se ressaltar ainda que, além da terra, a disponibilidade de alternativas econômicas atinadas com os anseios das comunidades e com a preservação ambiental é imprescindível na manutenção de adequadas condições de saúde e nutrição.

Um importante indicador das condições de vida de uma população é a taxa de mortalidade infantil (TMI), isto é, o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida dividido pelo total de nascidos vivos no período, multiplicado por mil. Ao se analisar as TMI a partir dos dados reportados pelos DSEI, há a necessidade de redobrada atenção, uma vez que a qualidade dos registros deixa a desejar, particularmente por causa do subregistro de nascimentos e mortes. Tampouco há uma série das TMI para todos os anos, e em particular para os mais recentes.

Os dados disponíveis sugerem uma redução da TMI no conjunto dos 34 DSEI no período 2000-2002. Não obstante, se houve uma queda entre 2000 e 2001 (de 74,6 para 56,5 por mil), a taxa manteve-se praticamente inalterada no período 2001-2002 (de 56,5 para 55,7 por mil). Ao se compararem as TMI dos 34 DSEIs com a média nacional para o ano de 2001 (23,7 por mil), praticamente todos os DSEIs apresentam valores muito mais elevados (27 deles acima de 30,0 por mil, 18 acima de 50,0 por mil e 5 acima de 100,0 por mil). Considerando que a TMI para o universo dos DSEIs foi de 56,5 por mil em 2001, conclui-se que o valor é mais que o dobro da média para a população brasileira no mesmo ano.⁵

Análise recente do Censo Demográfico 2000 confirma as disparidades que caracterizam a mortalidade infantil indígena em relação àquela de outros segmentos da sociedade brasileira.⁶ Os dados censitários indicam, para os auto-declarados indígenas pesquisados pelo IBGE, considerando áreas urbanas e rurais, uma TMI de 51,4 por mil, significativamente mais elevada que a taxa nacional (de 30,1 por mil). A TMI indígena é inclusive superior a de outros grupos reconhecidamente desfavorecidos da sociedade brasileira, como as crianças de cor ou raça preta (34,9 por mil).

Uma dimensão particularmente pouco conhecida da epidemiologia dos povos indígenas, e com amplos impactos no presente e futuro, diz respeito à emergência de doenças crônicas não-transmissíveis, como obesidade, hipertensão arterial, diabetes mellitus e câncer, dentre outras (ver Nota 4). O surgimento desse grupo

de doenças está estreitamente associado a modificações na subsistência, dieta e atividade física, dentre outros fatores, acopladas a mudanças socioculturais e econômicas. No bojo dessas alterações, verifica-se que, concomitante à emergência de doenças crônicas não-transmissíveis, há um crescente número de relatos sobre a ocorrência de suicídio, alcoolismo e drogadicção. Observa-se ainda aumento importante das mortes por causas externas, sejam essas ocasionadas por acidentes automobilísticos ou uso de maquinário agrícola, como também por violência.

O conhecimento do perfil epidemiológico em transição dos povos indígenas, considerando a grande diversidade étnica que os caracteriza, reveste-se de suma importância para orientar a organização, planejamento e melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Em geral, esses serviços encontram-se voltados para lidar com determinados grupos de doenças, sobretudo as infecciosas e parasitárias, que, historicamente, têm (ou tiveram) maior peso na morbidade e mortalidade indígena. Um aspecto que salta aos olhos é que, passados já vários anos da implantação do novo modelo de atenção à saúde indígena, os indicadores de saúde permanecem muito aquém do esperado.

A POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA

Em 1986, como desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorreu a I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio (CNPSI), marco inicial da política de saúde indígena em curso. Por sua vez, a Lei Orgânica da Saúde, de 1990, definiu a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo as seguintes diretrizes: a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos; a descentralização político-administrativa, com ênfase nos municípios como principais produtores de serviços de saúde; e a participação dos usuários na gestão do sistema.

A formulação e a gestão de uma política de saúde indígena baseada nesses princípios não tem sido tarefa fácil. Durante mais da metade da década de 1990 uma sucessão de medidas legais, algumas mutuamente contraditórias, alimentaram embates entre a recém criada Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Funai no tocante às responsabilidades sobre a saúde indígena. Somente em fins de 1999, com a promulgação da Lei nº 9836, a Funasa veio a ser definitivamente apontada como a instância responsável pela coordenação da saúde indígena. Foi então criado o Sub-Sistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS e formalizada a implantação do modelo de Distrito Sanitário Especial Indígena. Em teoria, esse modelo deveria comportar um conjunto de atividades que objetivassem promover uma atenção culturalmente diferenciada e qualificada à saúde, organizada em consonância com as necessidades da população adstrita.⁷

A organização dos DSEI envolveu um grande aporte de recursos humanos e financeiros. Entre 1999 e 2004, o orçamento federal para saúde indígena variou de 180 a 250 milhões de reais, com

uma aplicação *per capita* de aproximadamente R\$500,00 por ano. Proporcionalmente, esses valores representam um investimento *per capita* três vezes maior que o gasto em saúde para a população brasileira.

Não obstante os investimentos financeiros, a insuficiência de recursos humanos apresentou-se como um dos maiores obstáculos para a recém-implantada política. Uma vez que a Funasa não tinha disponibilidade de pessoal, optou-se por viabilizar o modelo de atenção através da terceirização das ações. Para tal, foi criada a complementaridade do atendimento (chamada de “parcerias”) entre estados, municípios, organizações não-governamentais, organizações indígenas e, mais recentemente, fundações universitárias. Às instituições “parceiras” caberiam executar atividades preventivas e curativas nas aldeias, mediante a aplicação de recursos por meio de convênios.

Entre 1999 e 2000, a Funasa implantou 34 DSEI nas diversas regiões do país. O número de distritos, a distribuição geográfica e a composição étnica (há uns poucos mono-étnicos e vários com grande pluralidade étnica) têm sido alvos de críticas desde o momento inicial do atual modelo.

O processo da distritalização obteve avanços na extensão de cobertura e no financiamento da saúde indígena. Não obstante, apesar das diretrizes da política, é patente que o princípio de uma atenção “culturalmente diferenciada” não tem sido posto em prática, além da irregularidade e baixa qualidade dos serviços prestados. Alguns destes problemas referem-se às insuficiências na gestão da Funasa, devido à rotatividade dos recursos humanos nos DSEI e à inadequação do modelo dos convênios para viabilizar uma provisão regular e organizada de serviços. Frise-se ainda que em muitas áreas praticamente o único prestador de serviços de saúde presente nas aldeias é o agente indígena de saúde que, salvo exceção, carece de supervisão e treinamento continuado.

Observa-se ainda uma cisão da noção de integralidade, à medida que as práticas sanitárias vêm se caracterizando pela fragmentação dos procedimentos e pela ausência de ações inter-setoriais capazes de garantir, por exemplo, segurança alimentar e adequadas condições de saneamento. Os documentos normativos do subsistema de saúde indígena repetem princípios genéricos de ação que não se traduzem em atividades concretas nas programações anuais de atividades dos DSEI, nem nas práticas sanitárias das equipes. Um exemplo diz respeito ao reconhecimento e fortalecimento dos sistemas de medicina tradicional e sua articulação com os serviços de saúde ofertados. Além disso, continuam a vigorar práticas sanitárias baseadas no modelo campanhista de assistência à saúde (herança das antigas Equipes Volantes de Saúde da Funai), fundamentadas no deslocamento periódico de equipes de saúde para as aldeias. Essa estratégia não fornece os elementos para uma abordagem contínua e integrada das necessidades de saúde dos povos indígenas.⁸

Particularmente na Amazônia, a Funasa firmou vários convênios com entidades indígenas, o que tem gerado impactos sobre dinâmicas mais amplas do movimento indígena. Por um lado, a parceria contribuiu para superar o caráter tutelar das relações dos poderes públicos com as sociedades indígenas. Por outro, a assimetria de poder que caracteriza essa relação provoca um atrelamento das organizações indígenas às necessidades, ritmos e processos de trabalho estabelecidos pelo poder público, muitas vezes incongruente com as prioridades dos movimentos indígenas. Além disso, o ônus político decorrente de cortes no orçamento, atrasos no repasse de recursos, conflitos trabalhistas, dificuldades de referência e contra-referência recai sobre a prestadora de serviço, que é para o usuário indígena a face mais visível do subsistema de saúde.⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após esses vários anos de implantação do novo modelo de atenção, continuam precários os conhecimentos disponíveis sobre o perfil de saúde/doença dos povos indígenas no Brasil. Desnecessário enfatizar que a existência de registros epidemiológicos sistemáticos é de grande valia para fins do planejamento, execução e avaliação de serviços e de programas de saúde. Informações confiáveis são também imprescindíveis para viabilizar análises sobre as múltiplas e complexas inter-relações entre desigualdades sociais, processo saúde-doença e etnicidade. Mesmo diante da persistente “invisibilidade epidemiológica”, é inquestionável que os indicadores de saúde para os povos indígenas demonstram uma situação de maior vulnerabilidade.

O balanço do processo de implantação do subsistema de saúde indígena sinaliza para avanços, mas também para a permanência e mesmo o agravamento de muitas questões. Deve ser assinado o reconhecimento, pelo poder público, da necessidade de concretizar uma política específica de saúde para os povos indígenas, fundamental para ampliar o acesso dos indígenas à rede SUS. Porém, o modelo está longe de funcionar a contento, o que remete a dificuldades como a restrita capacidade gerencial da Funasa e

das instituições conveniadas. A baixa capacitação e a alta rotatividade dos recursos humanos constituem importantes entraves do modelo. Tampouco se vê, em ampla escala, a materialização dos princípios norteadores da política, como a integralidade da assistência e a atenção culturalmente diferenciada.

BIBLIOGRAFIA

- ¹ Coimbra Jr., C.E.A.; Santos, R.V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, 2000, pp. 125-132.
- ² FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. 2ª Edição, Brasília: Fundação Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, 2002.
- ³ FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). *Relatório Morbimortalidade 2002*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, 2003.
- ⁴ Coimbra Jr., C.E.A.; Santos, R.V.; Escobar, A.L. (organizadores), *Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ ABRASCO, 2003.
- ⁵ Souza, L.G.; Santos, R.V.; Coimbra Jr., C.E.A. Demografia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Considerações a Partir dos Xavante de Mato Grosso (1999-2002). Documento de Trabalho no. 10. Porto Velho: Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia (CESIR), Universidade Federal de Rondônia e Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. [Disponível em <http://www.cesir.org>].
- ⁶ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2005. *Tendências Demográficas: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Ver também Pagliaro, H.; Azevedo, M.M. & Santos, R.V. (organizadores). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ ABEP, 2005].
- ⁷ Garnelo, L.; Macedo, G.; Brandão, L.C. *Os Povos Indígenas e a Construção das Políticas de Saúde no Brasil*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.
- ⁸ Langdon, E.J.; Garnelo, L. (organizadores). *Saúde dos Povos Indígenas: Reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa/ ABA, 2004.
- ⁹ Garnelo, L.; Sampaio, S. Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de “fazer ver” e “fazer crer” nas políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 4, pp. 1217-1223, 2005.

Desafios da Escolarização Diferenciada

Gersem Baniwa

Professor indígena, mestrando em Antropologia Social pela UnB e diretor-presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep)

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA NECESSITA DE SALTOS GIGANTESCOS DE INVESTIMENTO E SE LIVRAR DO FOGO CRUZADO DOS GESTORES DE PLANTÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar um olhar sobre o processo de educação escolar vivenciado pelos povos indígenas da Amazônia no período das últimas duas décadas. O recorte temporal refere-se ao período em que a proposta de educação escolar indígena diferenciada e suas interpretações derivativas guiaram nossas discussões e práticas políticas e pedagógicas dentro e fora das comunidades indígenas. A análise desenvolvida aqui se fundamenta na experiência pessoal vivida em diferentes espaços e níveis de discussão e prática. Essa experiência pessoal corresponde a dois momentos distintos: primeiro como professor indígena e segundo correspondente às experiências vividas com as políticas públicas, principalmente como secretário municipal de educação de São Gabriel da Cachoeira.

Em 1988, eu iniciava minha participação nas discussões a respeito da então prometida proposta da “educação escolar indígena diferenciada”, por ocasião de um dos primeiros e inúmeros encontros de professores indígenas promovidos pela Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (Copiar) da qual tive orgulho de fazer parte. Lembro-me do encantamento com as idéias revolucionárias das propostas que começavam a tomar conta de nós professores indígenas. À época, os professores indígenas representavam em média menos de 20% do total de professores que atuavam nas escolas das comunidades indígenas do Brasil. O encantamento talvez tivesse um valor simbólico muito forte, por conta das experiências de educação escolar que vivíamos como professores ou como alunos até aquele momento. Naquele ano eu estava como professor na escola Nossa Senhora da Assunção, nome representativo para identificar uma das escolas mais influentes na vida do povo baniwa, localizada no Rio Içana, dirigida pelos missionários salesianos desde 1947. A escola estava localizada na grande comunidade baniwa

denominada Carará-poço habitada por mais de 700 pessoas. Os encontros dos professores e as idéias e propostas que os debates encampavam pareciam estar lentamente abrindo os véus que velavam nossos olhos e nossas mentes para as duras realidades que nossas comunidades estavam vivendo como consequência de séculos de dominação, escravidão e morte.

Podemos concluir que o sistema educacional colonial teve como principal objetivo a negação e a conseqüente eliminação das tradições culturais dos povos indígenas e a maneira mais rápida, sutil e eficiente para alcançar esse objetivo tinha a ver com a possibilidade do esquecimento voluntário ou forçado da *memória ancestral* ou mesmo do enquadramento dessa memória de acordo com as perspectivas dos colonizadores. A educação escolar tinha como propósito claro a consumação do processo de integração e assimilação como únicas possibilidades para a continuidade física e cultural desses povos.

A proposta de educação escolar indígena diferenciada surgiu, portanto, como contraponto ao projeto colonizador da escola branca. Foi por isso que a idéia surgiu na década de 1970 entre os povos indígenas incentivados e apoiados por seus aliados e não pelo Estado. Apenas na década seguinte, o governo, através do Ministério da Educação, incluiria o tema na sua agenda de discussão, forçado pelas críticas, denúncias e pela pressão dos índios. É importante salientar que, a exemplo de outras políticas públicas voltadas aos povos indígenas, as mudanças que ocorreram na política educacional indigenista foram quase sempre homologatórias, ou seja, o governo foi forçado a reconhecer os avanços e as legitimidades das experiências inovadoras desenvolvidas pelas comunidades indígenas com apoio de suas assessorias. Até a década de 1970, as primeiras experiências de escola indígena diferenciada começaram a operar principalmente no Acre e entre os índios Ticuna no Alto Solimões, no Estado do Amazonas, que à época, mantinham boas assessorias na área de educação. No caso dos povos indígenas do Alto Rio Negro, que não tinham assessoria nessa área devido à forte predominância das missões religiosas na administração das escolas, essa idéia

começou a fazer parte da agenda de discussão e prática somente no final da década de 1990. Até 1987, as escolas indígenas e os professores indígenas eram chamados de escolas rurais e professores rurais, respectivamente, denominações que simbolizavam a negação da idéia de educação escolar indígena diferenciada em defesa do processo colonizador, tutelar e assimilacionista. Também é importante destacar que, a partir desse período, o centro das discussões acerca de novas políticas indigenistas foram saindo das instâncias do órgão oficial indigenista para a esfera das organizações indígenas, que passaram a estabelecer novas relações de parceria política e técnica com outros setores do governo e da iniciativa privada.

A idéia mais aceita entre os professores indígenas sobre a educação escolar indígena diferenciada é aquela educação trabalhada a partir da escola tendo como fundamento e referência os pressupostos metodológicos e os princípios geradores de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos dos distintos universos sócio-culturais específicos de cada povo indígena. Ou seja, uma educação que garanta o fortalecimento e a continuidade dos sistemas de saber próprios de cada comunidade indígena e a necessária e desejável complementaridade de conhecimentos científicos e tecnológicos, de acordo com a vontade e a decisão de cada povo ou comunidade. Essa possibilidade gerou o encantamento inicial, uma vez que com ela seria possível adquirir e apropriar-se dos conhecimentos tecnológicos e científicos para ajudar a resolver os velhos e novos problemas da vida nas aldeias, sem necessidade de abdicar-se de suas tradições.

PROFESSORES INDÍGENAS COMO AGENTES POLÍTICOS E EDUCATIVOS

A proposta de educação escolar diferenciada foi fundamental para o surgimento de um novo segmento estratégico do movimento indígena: o dos professores indígenas. Há 20 anos, o número de professores indígenas não ultrapassava a marca dos 20% do total dos docentes que trabalhavam nas escolas implantadas em comunidades indígenas. Em 2005 esse número subiu para 88% (Censo Escolar Indígena, 2005). São cerca de 9.100 professores, dos quais 8.800 atuam em suas próprias comunidades.

A causa do crescimento não pode ser creditada apenas aos investimentos públicos na formação dos professores que passou a acontecer por força da lei, mas a toda uma luta articulada dos povos indígenas que passaram a cobrar e exigir cada vez mais mudanças na organização e administração das escolas que incluía a escolha dos professores e seus dirigentes. De fato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira condicionou que os professores tivessem formação em magistério superior para exercerem a função. Por conta disso, a União, os estados e municípios passaram a investir também na formação de professores indígenas em magistério secundário e superior.

No âmbito das organizações e povos indígenas, a luta por uma educação escolar indígena diferenciada representava a possibilidade de retomada do controle sobre a vida de suas comunidades, que a escola e a igreja lhes haviam roubado e aos professores a possibilidade de conquistar espaço social e político na luta maior de suas comunidades e seus povos. Atualmente, os professores indígenas formam um importante segmento de luta por direitos.

ESCOLAS INDÍGENAS COMO PROJETOS PILOTOS

A emergência do movimento articulado de professores indígenas aliado ao movimento maior dos povos indígenas, criou condições para o surgimento das primeiras escolas indígenas diferenciadas, denominadas escolas indígenas pilotos. São denominadas de escolas pilotos por se tratar de experiências inovadoras de iniciativa não governamental, ou seja, das próprias comunidades indígenas e suas assessorias. Essas experiências ainda são em pequeno número, mas estão hoje espalhadas por todo o território brasileiro. Essas escolas são as primeiras experiências que levam em consideração a idéia central da educação escolar indígena diferenciada. As escolas indígenas diferenciadas em geral pautam suas ações e estratégias de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos na perspectiva de possibilitar às coletividades indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas, tradições e ciências, a defesa de seus territórios e outros direitos básicos, além de lhes possibilitar o acesso adequado às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade global, necessários para garantir e melhorar a vida pós-contato. As experiências levam em conta a necessidade da autogestão de todo o processo escolar, isto é, conduzidas pelos próprios povos indígenas, no qual o papel da assessoria e das políticas públicas resume-se a buscar apoio e oferecer condições técnicas, financeiras e operacionais para efetivação dos projetos. Dessa forma, as comunidades indígenas discutem, propõem e desenvolvem seus projetos e ideais de escola, levando em consideração as pedagogias próprias e projetos coletivos de vida. Apesar de todas as dificuldades e barreiras, algumas dessas escolas estão sendo aos poucos incorporadas pelos sistemas oficiais de educação, o que não está sendo fácil, por conta da esquizofrenia do sistema educacional do país que, embora reconheça aos índios os direitos quanto aos seus processos próprios de aprendizagem, não criou nenhuma condição administrativa, técnica e financeira para garantir esses direitos.

ENSINO FUNDAMENTAL

No âmbito específico das políticas públicas, os números indicam um crescimento significativo na oferta da educação escolar às comunidades indígenas, embalado pela política oficial de

universalização do ensino fundamental no Brasil, adotado pelos governos nos últimos dez anos. O Censo Escolar Indígena de 2005 (MEC) revelou que a educação escolar indígena cresceu 40% só nos últimos três anos do governo Lula. Em 2002, havia cerca de 117 mil alunos indígenas estudando em escolas indígenas. Em 2005, esse número subiu para 164 mil indígenas, estudando em 2.324 escolas indígenas do país.

O avanço verificado não indica uma atenção especial do governo à questão indígena, uma vez que o crescimento da oferta acompanhou, como que a reboque, a política nacional de universalização do ensino fundamental. O aumento da oferta tampouco significou uma melhoria na qualidade do ensino em termos de uma educação escolar pública indígena específica e diferenciada, nem um aumento orçamentário destinado efetivamente às escolas indígenas. O próprio MEC reconhece que a ampliação da oferta deve-se em grande parte pela demanda e pressão dos índios e outra parte pela força da Lei que obrigou os estados e municípios a investirem na educação fundamental, incluindo os povos indígenas, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). É verdade que houve uma melhoria no investimento público o que ampliou substancialmente a oferta. O problema é que os investimentos não atenderam satisfatoriamente os reclamos dos custos financeiros necessários para atendimento aos propósitos didáticos e pedagógicos de uma educação específica e diferenciada.

Em geral, as escolas de ensino fundamental das comunidades indígenas enfrentam hoje profundas contradições e ambigüidades, em grande medida por conta do modelo educacional seriado vigente no país. O bilingüismo, por exemplo, geralmente só é praticado nas primeiras quatro séries iniciais. São pouquíssimas as escolas que trabalham o ensino bilíngüe ou plurilíngüe (no caso das escolas indígenas do Alto Rio Negro) em todo o ensino fundamental. A boa novidade é que esse número cresce cada vez mais, principalmente por conta das escolas pilotos que estão se multiplicando a cada ano. O mesmo acontece com materiais didáticos próprios. Já é significativo o número de cartilhas de alfabetização, mas são pouquíssimos os materiais didáticos que tratam de conhecimentos específicos como as mitologias, as etnomatemáticas, as etnociências, as etnogeografias, as etnohistórias e outras especialidades.

As causas dessas dificuldades são diversas, mas duas podem ter maior responsabilidade. A primeira é relativa ao próprio modelo de sistema educacional que ainda condiciona certos princípios, métodos e conteúdos universais para o estabelecimento de uma escola na comunidade, sem os quais, a escola não pode ser aprovada pelos Conselhos de Educação ou os estudantes não conseguem dar continuidade aos seus estudos. O modelo educacional brasileiro ainda concebe a escola para os índios como instrumento de integração, de civilização linear e gradativa. Por isso trabalha com a lógica de séries como etapas evolutivas e seleti-

vas. Os conteúdos são impostos como necessários para a desindianização das crianças, daí o desinteresse pelos conhecimentos, valores e formas de vida indígena. A segunda causa é consequência da primeira, a ausência deliberada de recursos financeiros para a produção de materiais didáticos próprios e específicos que passa pela necessidade de qualificação adequada dos recursos humanos que atuam nas escolas indígenas, principalmente os professores indígenas.

ENSINO MÉDIO

A constatação de que o crescimento da oferta no ensino fundamental não significou maior atenção por parte do governo pode ser comprovado por meio dos dados de acesso a outros níveis de ensino: médio, tecnológico e superior. De acordo com o Censo Escolar Indígena 2005, dos 164 mil estudantes indígenas, apenas 4.756 estão no ensino médio. Os números revelam outro aspecto importante a ser considerado na análise dos dados, mas principalmente para efeitos de ações estratégicas de intervenção que é o fato de que o crescimento da oferta no ensino fundamental coincide com a ampliação da participação e do controle social por parte das comunidades indígenas o que não acontece em outros níveis de ensino. É bom lembrar que o ensino fundamental está sob a competência dos municípios, portanto mais próximos dos índios. Essa proximidade permite que os índios participem, por exemplo, dos conselhos municipais de educação e em muitos municípios a população indígena é eleitoralmente significativa, ou mesmo majoritária, como no caso de São Gabriel da Cachoeira no Amazonas e São João das Missões em Minas Gerais.

O Ensino Médio é competência dos estados, portanto, muito mais distante das possibilidades de pressão das comunidades indígenas. No atual sistema educacional brasileiro, o ensino médio é o início do processo seletivo excludente para qualquer cidadão brasileiro, índio e não-índio. Embora seja necessário reconhecer o esforço do governo em ampliar a oferta no ensino médio, os números ainda continuam irrisórios diante das demandas indígenas. Em 2002, havia apenas 18 escolas indígenas com ensino médio e em 2005 este número saltou para 72 escolas. Mas o problema da oferta não é o que mais preocupa os índios. O maior problema é a qualidade do ensino oferecida. Tenho percebido que as escolas de ensino médio são as principais responsáveis pelo afastamento espacial e sócio-cultural dos jovens indígenas, em grande medida porque são escolas implantadas a "toque de caixa" por pressão dos índios sem nenhuma reflexão sobre seu papel social na vida presente e futura das comunidades beneficiárias. As escolas seguem na maioria das vezes à risca o modelo urbano de ensino médio, disciplinar, profissionalizante para o mundo branco e centrado exclusivamente nos conhecimentos dos brancos. O que preocupa é que esta fase de ensino e de vida individual (adulta) representa um momento decisivo na

vida do jovem indígena, uma vez que o encaminhará para uma determinada perspectiva individual e social. Convencionalmente, o ensino médio é visto como um trampolim (passagem) para o ensino superior ou para a vida profissional. Dessa forma, para o jovem indígena representa uma passagem da vida de aldeia (indígena, tradicional) para a vida não-indígena (cidade, emprego, dinheiro etc.).

A impressão que se tem é a de que, enquanto o ensino fundamental é mais flexível e aberto a mudanças de que as comunidades indígenas precisam para organizar e conduzir seus processos próprios de aprendizagem de acordo com seus horizontes sócio-culturais, o ensino médio é o diferencial na manutenção da hegemonia colonizadora da sociedade branca dominante. Nesse sentido, pode-se afirmar que as escolas de ensino médio, com raras exceções, atuam no sentido inverso dos avanços conceituais e metodológicos alcançados no ensino fundamental através das vertentes interculturais, bilíngües e diferenciadas. Para exemplificar, cito as experiências do Alto Rio Negro. A maioria das crianças inicia as primeiras quatro séries do ensino fundamental nas “escolinhas” das comunidades, quase todas bilíngües, ou nas escolas pilotos nos moldes completamente autônomos e diferenciados. Como a maioria das “escolinhas” só oferece as primeiras quatro séries iniciais a partir daí as crianças se deslocam para as comunidades maiores ou centros distritais que dispõem de ensino fundamental completo. A mudança aqui já é significativa, principalmente se for para os centros distritais, onde todas as escolas estão sob o império dos missionários brancos. Para cursar o ensino médio necessariamente terão que se deslocar para os centros distritais missionários ou para a sede dos municípios. Toda a rica experiência de escola diferenciada da aldeia será em alguns anos desconsiderada em favor de uma educação universal, homogênea e discriminadora, principalmente se for o caso de ir para uma escola como a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira que sequer aceita a participação dos índios nos órgãos colegiados da escola, embora a maioria absoluta dos seus alunos sejam indígenas. Não basta, portanto, apenas ampliar a oferta, mas melhorar substancialmente a qualidade do ensino médio que passa necessariamente pela gestão indígena das escolas para que elas sejam colocadas efetivamente a serviço de suas necessidades, interesses e legítimos projetos socioculturais. Mas como isso é possível no Alto Rio Negro, se até hoje, depois de quase um século de colonização missionária, todas as cinco escolas de ensino médio localizadas nas comunidades e terras indígenas estão sob o comando absoluto dos missionários brancos? E a Escola Agrotécnica Federal gasta vultosos volumes de recursos públicos e financeiros a cada ano para formar técnicos indígenas criadores de gado, porco e galinha, quando poderia estar capacitando os jovens indígenas para responder as demandas técnicas dos muitos projetos de alternativas econômicas que estão sendo executados pelas organizações e comunidades indígenas locais.

ENSINO SUPERIOR

A ampliação da oferta no ensino fundamental e do acesso ao ensino médio resultou na ampliação da demanda pelo ensino superior. Estimam-se atualmente mais de dois mil estudantes indígenas nas universidades brasileiras (Funai, 2004). Isso representa 50% dos estudantes indígenas do ensino médio e menos de 1,5% dos que ingressam no ensino fundamental. A ampliação do acesso ao ensino superior teve início ainda na década de 1990 a partir das propostas de políticas de ações afirmativas adotadas pelos governos, instituições de ensino e pelas iniciativas privadas. Algumas instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), adotaram as chamadas políticas de interiorização de ensino e pesquisa, permitindo aos índios oportunidades de participar dos processos seletivos. No caso da Ufam, trata-se de abertura de pólos universitários em alguns municípios estratégicos em cujos espaços eram oferecidos alguns cursos na modalidade de salas de extensão. Eu mesmo tive oportunidade de ingressar no primeiro curso oferecido no meu município (São Gabriel da Cachoeira) através de um processo de seleção local realizado em 1992, para o curso de licenciatura plena em filosofia. Desde então, somente naquele município, já foram oferecidos sete cursos tendo formado mais de 250 novos profissionais de ensino e pesquisa, dos quais 90% são indígenas. Atualmente essa modalidade de serviço no estado do Amazonas é também oferecida pela Universidade Estadual do Amazonas, dobrando o número de estudantes indígenas que ingressam anualmente no ensino superior.

As primeiras experiências de ações afirmativas propriamente ditas envolvendo estudantes indígenas remontam ainda ao início da década de 1990, por meio de convênios entre a Funai e algumas universidades públicas e privadas como o que permitiu o ingresso de um grupo de estudantes indígenas na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) no começo da década. Mas foi a partir da virada do milênio que as propostas mais abrangentes começaram a ganhar força e forma. Desde o início da década atual, a Funai vem oferecendo uma bolsa de estudos para estudantes indígenas de escolas particulares. Atualmente, esses estudantes estão sendo aos poucos incorporados pelas universidades públicas, como o que está acontecendo na Universidade de Brasília, através das políticas de cotas e das bolsas oficiais como o Prouni, a Capes e as bolsas do CNPq.

Paralelamente às iniciativas tomadas pelas instituições públicas, algumas instituições privadas também entraram na arena para contribuir com a ampliação do acesso de estudantes indígenas e negros ao ensino superior. A Fundação Ford, por exemplo, através do IFP (International Fellowship Programa), oferece, desde 2001, 42 bolsas por ano no Brasil para estudantes carentes, para ingresso e permanência no ensino superior exclusivamente para os níveis de pós-graduação (mestrado e doutorado). No Brasil, dez estudantes indígenas já foram beneficiados pelo pro-

grama, dos quais nove bolsas foram para os níveis de mestrado e uma para o nível de doutorado. Atualmente, a grande novidade e polêmica quanto às ações afirmativas gira em torno da política de cotas nas universidades brasileiras. Enquanto a discussão está acontecendo na sociedade como um todo e no Congresso Nacional em particular a partir de um Projeto de Lei de autoria do Governo Federal (Poder Executivo) que instituiria o sistema de cotas, algumas universidades públicas e privadas já se anteciparam a pôr em prática as idéias de cotas, gerando ferrenhas e tensas discussões nos meios políticos e acadêmicos. Penso que essa resistência já era esperada se considerarmos o sistema educacional brasileiro profundamente excludente, discriminador e colonizador.

O sistema de cotas tem exatamente o propósito de amenizar e de corrigir, pelo menos em parte, a vergonhosa desigualdade e injustiça nas práticas tradicionais de seletividade adotadas pelas universidades brasileiras. É absolutamente desigual e injusto que estudantes indígenas de aldeias e negros das periferias das grandes cidades que freqüentaram a vida toda das péssimas condições do ensino público concorram a algumas pouquíssimas vagas nas universidades com os filhos das elites que passaram a vida toda estudando nas melhores escolas privadas ou públicas e ainda contando com seletos cursos preparatórios especializados. Quanto a esse primeiro aspecto, não há, portanto meio termo, ou se é a favor, ou se é contra com seus respectivos conceitos, pré-conceitos e carga ideológica. Ou seja, ou se é favorável à maior democratização do acesso ao ensino superior, tendo o sistema de cotas como uma medida compensatória da enorme dívida histórica do Brasil com os negros e índios que representam a metade de sua população, e que formam seguimentos sociais importantes na construção da nação brasileira, ou se é favorável à continuidade da manutenção dos privilégios das classes dominantes. Sem a política de cotas ou outras propostas reparadoras, muitos negros e índios continuarão sim forçando entradas nas universidades, como tem sido até hoje, mas continuarão sendo incômodas minorias colonizadas. Para mim, o grande barato do sistema de cotas é o valor simbólico que a proposta representa quanto ao reconhecimento por parte do Estado brasileiro da sua dívida histórica para com os povos indígenas e com os negros. Esse reconhecimento é imprescindível para qualquer proposta de construção de uma nação brasileira efetivamente pluricultural e pluriétnica.

Nas situações em que se aceitou o sistema de cotas, outras questões operacionais, não menos relevantes, têm apimentado as discussões, principalmente quanto às formas de seleção dos candidatos. Meu entendimento é o de que, no caso particular dos povos indígenas, a definição de critérios de identificação passa pela concepção que se tem dos processos educativos desenvolvidos por eles. A formação escolar é entendida como um interesse e propósito pessoal, coletivo ou articulado? Se se considerá-la como projeto individual, é natural que critérios físicos ou de

autodeclaração possam ser utilizados e nenhuma comunidade ou povo indígena irá questionar isso, uma vez que não lhes interessa. Mas se considerarmos que é possível e legítimo trabalhar a educação escolar em todos os níveis e modalidades de ensino como estratégia de um projeto sociopolítico do qual o indivíduo é parte orgânica, como me parece deveria ser, os critérios físicos e de autodeclaração tornam-se inadequados. Nesse caso, as coletividades (aldeias, comunidades, povos e organizações indígenas) deveriam ser as referências para a identificação dos estudantes, com toda a complexidade que isso implica. O que é interessante neste caso, é que não são os não-índios (mesmo com representação indígena) que decidem pelos índios, mas os próprios índios. Penso que o maior problema não é o que é mais correto moral, científica ou tecnicamente, mas o que é mais legítimo. A decisão legítima das comunidades para identificar ou até indicar seus candidatos não pressupõe negar o papel das técnicas, as quais podem subsidiar e qualificar os critérios de decisões das coletividades sem anular a autonomia dos grupos.

Para mim esse é o ponto nevrálgico quando tratamos de ações afirmativas. Elas estão voltadas aos indivíduos ou aos povos historicamente excluídos e oprimidos? Os indivíduos podem ter ou não ter vínculo sócio-político com as coletividades étnicas. Saliendo que será muito mais fácil trabalhar com indivíduos indígenas dissociados de suas comunidades, pois atende exatamente à racionalidade individualizante do modelo educacional escolar tradicional-europeu vigente. Tenho a convicção de que para os povos indígenas (enquanto coletividades) não interessa apenas a capacitação de indivíduos, mas a responsabilidades desses indivíduos na vida das comunidades. Daí a necessidade de articulação entre os interesses individuais com funções sociais e as organizações sociopolíticas dos povos. Minha experiência indica que no caso dos povos indígenas, os estudantes que saíram das aldeias para estudar com aval de suas comunidade, uma vez formados, voltaram ou continuaram trabalhando em sintonia e a serviço de suas comunidades de origem. Diferentemente daqueles que já estavam nas cidades quando ingressaram nas escolas, uma vez que consideram o mérito como pessoal, não devendo nada a ninguém. É bom lembrar que os complexos sistemas de controle das comunidades indígenas por seus membros é muito forte e exercido de diversas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as contradições, o processo histórico de escolarização dos povos indígenas foi uma das condições e causas da formação de consciência de cidadania na medida em que possibilitou o domínio dos códigos básicos estruturantes da sociedade não-indígena e a conseqüente capacidade de reformulação de estratégias de resistência e promoção de suas culturas e de apropriação de outros conhecimentos úteis e necessários para melhoria de suas condições de vida. Isso prova que a escola pode ser um instrumento poderoso de afirmação de identidades, va-

lores e conhecimentos indígenas. É esse o desafio da proposta de educação escolar indígena diferenciada. No entanto, ainda é necessário dar saltos gigantescos em investimentos financeiros para se alcançar o mínimo necessário.

Minha abordagem permite perceber duas reações em relação às propostas e práticas da educação escolar indígena diferenciada. A primeira é a reação histórica a qualquer mudança nos instrumentos de negação de todo conhecimento não ocidental-europeu aplicada pela escola clássica. É a idéia exclusivista de que a escola é para ensinar os conhecimentos considerados universais de interesse dos processos sócio-econômicos da sociedade global dominante. Aqui não há lugar para os conhecimentos próprios dos povos nativos. Os povos indígenas são considerados como transitórios, cuja única perspectiva é a integração à sociedade global. É essa a tarefa da escola. A segunda reação é dos defensores iniciais da educação escolar diferenciada enquanto alternativa à escola clássica. Oferece possibilidades às comunidades indígenas de organizarem e dirigirem suas próprias escolas conforme suas realidades, necessidades, interesses e projetos coletivos atuais. O que os índios estão fazendo é transformar as escolas em espaços privilegiados de resgate, revalorização, fortalecimento, valorização, reprodução e disseminação de seus conhecimentos e valores culturais próprios e com isso fortalecer as identidades e os projetos coletivos de futuro. A terceira reação, embora com menor número de adeptos, tem a ver com a idéia romântica de que os índios são absolutamente autônomos e, portanto não necessitam de nada dos conhecimentos dos brancos, por isso a escola deve trabalhar apenas os conhecimentos tradicionais.

Os adeptos da primeira e terceira reações buscam sempre manipular os propósitos originais das propostas de educação escolar indígena. Os primeiros radicalizando a idéia do diferenciado como negação dos conhecimentos científicos e tecnológicos para confundir a cabeça dos índios que anseiam pela apropriação desses conhecimentos para melhorar suas condições de vida e fortalecer seus sistemas sociais próprios. Os segundos também radicalizaram a proposta, mas para excluir e negar a necessidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos e privilegiar exclusivamente os conhecimentos considerados tradicionais. Em meio a esse fogo cruzado, os povos indígenas têm encontrado dificuldades e falta de tranquilidade para aprofundar as diferentes interpretações, o que, na prática, gera muitas contradições e ambigüidades nos processos de educação escolar vividos por eles. Os últimos acontecimentos no Alto Rio Negro são emblemáticos quanto a isso. Cansados de ter suas escolas sob o comando dos missionários, mais de trinta lideranças indígenas da região das

coordenadorias regionais da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) tomaram uma decisão de reivindicar a direção das escolas através de uma carta aberta. Os missionários reagiram tentando jogar as comunidades indígenas contra as lideranças signatárias, supostamente alegando incapacidade dos índios e titularidade dos prédios escolares, que foram construídos com a mão-de-obra indígena. As comunidades ficaram divididas entre apoiar a luta de suas lideranças e apoiar a continuidade do império dos missionários. O exemplo do Alto Rio Negro indica que o principal desafio da proposta de educação escolar indígena diferenciada passa por luta de poder e de visão do mundo. Nesse embate aberto também não há meio termo. Não dá para conciliar diferentes cosmovisões, projetos políticos, projetos religiosos e projetos ideológicos. Não é possível, portanto, praticar a educação escolar indígena diferenciada ou autonomia escolar indígena quando esta está sob o comando e controle de outros. Uma parte vai ter que ceder e tomara que mais uma vez não sejam os índios em suas próprias terras demarcadas e homologadas.

Entendo que a proposta de educação escolar indígena diferenciada vem cumprindo o seu papel chamando a atenção da sociedade brasileira e dos povos indígenas em particular, da necessidade de repensar o papel da escola na vida passada, presente e futura dos povos nativos. O tratamento específico e diferenciado deverá continuar sendo uma luta primordial dos povos indígenas no âmbito das políticas públicas, como condição de efetividade da pluriculturalidade do Estado brasileiro na perspectiva de instauração de uma cidadania diferenciada ou cidadania plural. Essa cidadania plural deve ser considerada como instrumento de sobrevivência dos índios uma vez que o futuro depende da capacidade de instrumentalização política do direito à cidadania diferenciada e a escola deve assumir essa função social.

Não obstante, no âmbito da educação, a proposta do diferenciado tornou-se carregada ideologicamente de pré-conceitos e manipulações e vem mostrando sinais de decadência semântica e simbólica. Esse desgaste em grande medida está relacionado aos limites impostos pela política oficial, que tem permanentemente se negado a apoiar e oferecer as condições de sua efetividade e em outra parte por anti-indígenas de plantão que propositadamente carregaram a proposta com idéias ora exóticas, ora de separatismo étnico e cultural (isolamento cultural, regresso ao passado etc.). É necessário, pois, pensar novas propostas que dêem conta dos anseios indígenas e que nos realimentem na luta por uma educação menos discriminatória, colonizadora e mais interculturalmente articulada entre os diferentes mundos em que vivem os povos indígenas contemporâneos. (junho, 2006)

Escola Indígena: que Lugar é Esse?

Maria Inês de Almeida

Professora de literatura brasileira na Faculdade de Letras da UFMG, coordenadora da área de Múltiplas Linguagens no Curso de Graduação para Educadores Indígenas da UFMG

EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E LITERÁRIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS LANÇA LUZ SOBRE QUESTÕES IMPORTANTES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

A nossa própria escola é diferenciada, a gente tendo em mente qual cidadão queremos formar, a partir daí temos a decisão de qual pesquisa deve ser feita. Durante os trabalhos na escola eu achei importante escrever a história do meu povo que nunca tinha sido escrita – eu nunca tinha visto um livro que falasse do meu povo, quem é ele, de onde ele veio, isso era o coração da minha escola. A escola tem um objetivo muito grande para construir esse caminho do saber do povo. A nossa escola está ligada ao cosmos, ao mundo animal, ao mundo vegetal. Isso é que faz meu povo Pataxó buscar essa sabedoria através dos nossos antepassados – pessoas que têm a alma do que é ser índio. Para se pensar uma escola, tem que ter aquele caminho de estudar, desenvolver uma pesquisa. Os mais velhos são os nossos livros, os livros de fora ajudam, mas, os importantes são os velhos, ser índio, buscar suas histórias, sua mata, suas terras. Como era a vida do meu povo antes, antigamente, ele vivia como outros do mesmo tronco, hoje, estamos... Só os pensadores indígenas, os nossos professores, vão pensar essa história para escrever ela. Junto com os mais velhos. Temos aí os heróis que morreram pela pátria, tornaram-se heróis, mas, aqui, também tem. Só que ninguém nunca viu um herói indígena, não está lá no livro dos brancos. Então, se a gente não escrever isso, essa história vai ficar escondida e vai ser mal contada. O importante de um cidadão é ele se relacionar logo com a família, a criança aprender logo os costumes de casa. Depois da escola, onde todos têm uma idéia comum, ele vai viver na comunidade. Pensar num bem comum. Hoje as nossas crianças estão muito felizes na nossa escola, na nossa aldeia. A escola tem que ser um lugar onde a pessoa se sente bem. Então eu sei qual o cidadão que eu quero formar ali. Depois que ele formar, ele vai para a cidade – um brasileiro, um índio Pataxó – sem perder o que ele é. Estamos

tentando escrever as histórias que estão se apagando, os mitos, suas crenças. Isso é o que nos motiva a fazer uma escola com estas características. Quanto a pesquisa, nós trabalhamos com dois professores, contam histórias, um trabalho integrado, um trabalho que não é fechado, falando sobre muitas coisas que possam ser mostradas para a comunidade. (Kanátyo Pataxó, entrevista inédita quando da formação da primeira turma do Curso de Magistério Indígena do Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEIMG). Parque Estadual do Rio Doce, 1999.)

Convidada a escrever sobre a educação escolar indígena, apenas me senti autorizada a fazê-lo em nome de uma experiência, a da produção e publicação de textos no contexto da formação dos professores indígenas para o magistério.

Iniciado em 1996, no Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEIMG), meu fazer literário com os professores índios consiste, sobretudo, em produzir e editar livros destinados a servir de material didático em suas escolas. Mas o fato é que fomos percebendo aos poucos que, justamente através da confecção de livros, importantes questões relativas ao ensino escolar iam se delineando. Por exemplo, a escrita no papel: a que serve numa aldeia? A transposição dos textos para as várias superfícies: o que acontece com cada história quando é escrita? A existência de textos a serem transpostos: além das histórias contadas, quais os outros tipos de texto que se apresentam na aldeia, no corpo, no ritual? A forma em relação com a matéria: o que se pode fazer com cada elemento, com o barro, o algodão, a tinta, a plumagem, o papel? A implicação dessa relação em cada maneira de ensinar. E, sobretudo, o que se pode ensinar numa escola?

Em cada aldeia em que pudemos ver uma sala de aula em funcionamento, vimos uma situação de total precariedade diante da magnitude de um mundo, afinal, capaz de caber em poucas letras. Evidência anunciada por Iban Kaxinawá, quando do lançamento do livro *Shenipabu Miyui* (2000), pela editora da UFMG, em Belo Horizonte: interrogado sobre o que sentia, lançando

um livro da floresta na livraria da cidade, em meio a milhares de livros, respondeu com seu largo sorriso: “o pior é que são só 23 letras!”. O fascínio e o poder do alfabeto são, na verdade, um mistério para qualquer um que escreve. A passagem do mundo para as letras e vice-versa, o vórtice voraz da apreensão do real, que se perde imediatamente a cada tentativa, é a primeira grande dificuldade que cada professor indígena percebe ao começar a lidar com a escola.

ESCREVER A CULTURA: REVOLUÇÃO DA LINGUAGEM

Escrever a cultura, de forma incessante, porque transformação, esse é o trabalho que os professores indígenas têm se imposto. Percebendo esse aspecto é que me disponho aqui a pensar um pouco sobre o que chamamos educação escolar indígena; do ponto de vista da literatura, esse “logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente na linguagem”.¹

Se os textos produzidos e veiculados a partir da escola indígena constituem um rastro, um vestígio de uma relação intercultural entre culturas orais, divergentes, e cultura do impresso, globalizante, podemos também afirmar que são registros privilegiados do contato entre povos. Esses textos, sempre inacabados, participam da natureza do contato ou da relação. São transitórios quanto aos suportes (o papel, por exemplo, mal os suportam, tal a tendência à tridimensionalidade), quanto ao formato (as letras dançam nas páginas, as histórias não finalizam, os gêneros clássicos não os abarcam), quanto à função (ensinam geografia, por exemplo, mas o efeito poético faz cair a impostura de qualquer saber constituído). É como se a escola indígena fosse hoje um cenário em que os aspectos tradutórios da cultura, o trânsito e as passagens, se deixassem representar de forma mais ou menos inconsciente, e os textos produzidos, verbais, sonoros, visuais, impressos ou não, figuram, de certa maneira, traduções, não propriamente de uma ou outra cultura, mas da própria prática tradutória que constitui cada cultura.

A produção textual dos professores indígenas nos permite afirmar que onde há uma escola, esse instrumento de dominação, de transmissão e consolidação do poder e da cultura dominante, é ali mesmo que aparece, a cada vez que um professor escreve uma história, um ponto de resistência. Por ser a casa da escritura, a escola instaura na vida indígena a contradição, o desvio, o deslocamento, e acaba por desfazer redes do já feito e do já sabido. A escola indígena então trabalha na revitalização das tradições, mas pela via da tradução, colocando em crise a própria memória.

Por exemplo, na Escola Estadual Indígena Krenak, em Minas Gerais, os três professores mais ativos, Maurício, Marcos, Itamar, orientam seu trabalho por um projeto que tem a terra e a língua

como pilares. Esse trabalho só é possível porque suas mães, respectivamente, Laurita, Maria Sonia, Dejanira, garantem, como professoras de língua e cultura Krenak, com sua presença em classe diariamente, a presença da língua indígena e, com seu arsenal de histórias, a memória do que foi (ou poderia ser) a vida Krenak. E nunca houve uma língua e um território Krenak plenamente constituídos, a não ser no imaginário projeto de futuro da escola! A não ser na dimensão utópica do texto, a cada vez que os professores ou estudantes Krenak imaginam sua própria vida, como gostariam que ela fosse, quando o espírito Krenak estivesse finalmente traduzido, numa língua que, mesmo não sendo a língua efetivamente falada no cotidiano, vem a ser a sua pura língua.

A prática de escrever, isso que afinal se torna obrigação do jovem índio que se designa professor, tem configurado textos que, se forem lidos por nós, os “formadores”, nos deixarão ver o aflorar de sua língua, “não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de que ela é o teatro”.² Com isso quero dizer que os índios, pelo esforço de instituição de sua educação escolar, estão entrando em relação com a chamada cultura letrada de forma contraditória, crítica, porque o que dão a ver na dimensão literal de suas culturas é o que seus atores/escritores fazem representar, em suas próprias expressões e línguas.

A escola e a escrita, esse binômio fundamental para fortalecer as dominações, mais do que para consolidar conhecimentos, possuem hoje, em várias sociedades indígenas, uma importância cotidiana, e estão realmente mudando nossa visão dessas sociedades. Talvez estejamos diante de um maior controle do poder pelos professores indígenas. Prova concreta disso: em Minas Gerais, os professores Xacriabá fizeram o atual prefeito de seu município, São João das Missões. O prefeito eleito, José Nunes de Oliveira, filho de Rosalino, líder morto em 1987, começou sua trajetória política no Curso de Magistério do PIEIMG, com a escrita da história do massacre de que ele foi vítima, quando, então, ficou órfão de pai. Lembro-me de que, confeccionando um livro, na lida com as letras e a representação, na prática da literatura, o jovem professor Xacriabá foi capaz de expurgar a dor e a humilhação que o acompanhavam desde os dez anos de idade, e, com dezoito anos, começou a ocupar um certo vazio deixado pelo pai morto. O exemplo Xacriabá nos leva a pensar numa motivação política, mas de outra ordem, relativa à libertação, ao desrecale de vidas passadas e presentes, de línguas emudecidas, de formas subjacentes...

DE DENTRO PARA FORA DA ALDEIA

Na verdade, os índios não precisam da escola, e da escrita, para contar suas histórias, ensinar suas cosmologias, suas tradições sociais, suas línguas. Eles precisam dela para se representarem, representando seu universo, para o mundo fora da aldeia. Assim, vemos seus livros, suas escolas, como um teatro, e o profes-

sor-escritor, como a vítima de um paradoxo: sua função é ambígua como a própria palavra escrita, representante da fidelidade e da traição às vozes dos saberes tradicionais. A escola não substitui a educação tradicional ou a comunicação oral, mas facilita uma representação teatral da língua, em que a cultura e os valores étnicos são literalmente esboçados com o intuito de se darem a ver. Nesse sentido, a literatura indígena, em formação, é reflexão, mas é projeção, abertura para o mundo tecido de muitos saberes outros, alienígenas, ao ponto de modificarem até a imagem que se tem da própria língua.

Um exemplo significativo do que tento dizer, colhido na experiência literária com os professores indígenas, no caso, ainda com os Xacriabá, é o do sonho de José Alves. Esse professor, quando participava do Curso de Magistério do PIEIMG, caiu doente e foi se tratar em Brasília, lá ficando alguns meses. Quando retornou ao Curso, informou-nos que, desde a eclosão da doença estava sonhando com a “língua”. Seus colegas, totalmente imbuídos da justeza daqueles sonhos, ajudavam-no a escrever a língua sonhada. Propusemos que eles pesquisassem sobre a semelhança da tal língua com o Xavante e o Xerente. A pesquisa até hoje não foi feita, acho que não lhes interessou ainda, nesse caso, uma verdade científica.

Atendendo a nosso apelo por um trabalho com a língua a partir daquele episódio, o que fizeram foi a gravação em fita K7 de um Reisado (canto de Folia de Reis) em duas vozes (Zé Alves canta em língua Xacriabá e Toninho Dedo de Fogo toca e canta em português). A peça musical, belíssima, é apresentada na fita por um preâmbulo, útil caso fosse veiculada em rádio, conforme nos disseram, em que o professor José Alves adverte sobre o desafio entre línguas que se vai travar: a “política da língua Xacriabá”, como enfatiza. Alguns meses depois, convidado com seus colegas a conhecer a rádio Favela, em Belo Horizonte, esse professor pegou o microfone e, ao vivo, em alto e bom tom, falou aos ouvintes da rádio em sua língua sonhada. Contou-nos que, nos sonhos, eram os seus velhos antepassados que lhe ensinavam.

A ESCOLA INDÍGENA A SERVIÇO DO DIVERSO E DO SINGULAR

Assim entendemos a escola indígena, pelo lado da linguagem, do trabalho das formas sobre as consciências, a serviço do diverso e do singular. No entanto, resta a pergunta que tem levado a vários debates e que ações governamentais têm respondido com a tentativa de efetivar a municipalização das escolas indígenas: haveria um espaço, um lugar possível, em que as sociedades indígenas poderiam atuar com o Estado, sendo contra o Estado?

Observando, de modo geral, a situação de contato das comunidades indígenas com a sociedade brasileira, podemos considerar que esse entrelugar, novo espaço em construção, é mesmo um espaço textual. E o que é um texto? Uma forma de organiza-

ção que decorre de uma tensão entre a escrita que o atravessa e impede a cristalização do sentido e seu próprio limite enquanto enquadramento (fragmento de um dizer, que em si, é verdadeiro). O texto é um lugar que viaja; em deriva, assolado pelas inúmeras vozes que o assaltam.

O que a criação da escola indígena está tentando, já o podemos afirmar, é garantir um espaço em que as diversas línguas, linguagens e vozes se entrelacem sem eliminarem, nesse tecido, a precariedade do transitório. Apenas quando os índios puderem detonar, um a um, os sucessivos clichês e discursos do Estado, das instituições, da Escola, da Ciência, da Arte, é que eles poderão dizer que fizeram uma escola indígena diferenciada. Qual aparelho burocrático, municipal, estadual, federal, poderá lidar com isso? Com o inacabado do texto indígena? Com o que não cessa de se escrever, e que é sempre passageiro?

Lidar com os textos vindos das aldeias é o que temos tentado, nós, que trabalhamos nos projetos de cursos para educadores indígenas dentro das universidades federais. Os cursos que ora denominamos “licenciaturas interculturais” tentarão desenvolver metodologias que hão de transformar o próprio ensino universitário, no sentido da adoção de novos paradigmas, resultado das diversas experiências e metodologias criadas nos cursos de magistério indígena.

A tarefa urgente é elaborar tais intuições, em termos discursivos condizentes com a teoria, mas uma teoria transdisciplinar, para que os grandes avanços experimentados na formação dos professores indígenas sejam realmente incorporados pela universidade: a chamada “experiência de autoria”, na minha opinião, é o maior deles. A outra grande perspectiva é a da relação entre os fazeres artísticos e o manejo da biodiversidade, na forma como os agentes agroflorestais estão pensando no Acre. Esses dois exemplos têm na educação escolar indígena coordenada pela Opiac e pela CPI/AC sua maior responsável.

“Por meio do princípio da autoria, traduzido em metodologias, estratégias e dispositivos didáticos diversos, os agentes agroflorestais são incentivados a identificar, analisar, sistematizar e formular proposições para as problemáticas de seu ambiente natural e social, em forma de um saber individual e coletivo; ao mesmo tempo em que comunica tais conhecimentos organizados a outros, na busca do conhecimento intercultural informado”.³

Assim, com a experiência literária indígena, na qual nos incluímos, chegamos ao ponto de desenvolver, ou descobrir, métodos de ensino que, se não são novos, pelo menos são inovadores. Na UFMG, desde 2002, temos experimentado o que chamamos “laboratórios interculturais”: oficinas de leitura, escrita, tradução, com turmas formadas por professores e alunos das diversas faculdades envolvidas e professores indígenas. Destes laboratórios, já publicamos dois produtos: uma caixinha contendo quatro livros e um CD sonoro, intitulada *Literatura Xacriabá* (Belo Horizonte, MEC/UFMG/OEIX, 2005), e um livro de histórias Ma-

xakali, *Penãhã* (Belo Horizonte, MEC/UFMG, 2005). Na produção desse material literário, tivemos a oportunidade de testar uma vez mais a pertinência do pressuposto de que a formação de professores se confunde com a formação de escritores – sujeitos de uma prática, a da escritura.

No Curso de Graduação para Educadores Indígenas da UFMG, teremos a oportunidade de desenvolver até as mais graves conseqüências (esperamos) o método que, a meu ver, vem sendo criado, de forma heterodoxa, desde que a chamada educação indígena, específica e diferenciada, começou a ser pensada, há mais de vinte anos. Teoria e prática não encontram fronteiras nesses laboratórios ou oficinas. Parte-se de formas desconhecidas da maioria dos participantes, para se entabular um diálogo formal, que consiste em transformar juntos as formas apresentadas. Desenhos, palavras e frases escritas e faladas, sonoridades, texturas. Quando chegamos a um produto – como no caso da caixinha de literatura Xacriabá, que será objeto de alguns laboratórios do referido Curso – nos impomos como tarefa uma leitura crítica, a revisão e a experimentação didática, nas classes das aldeias.

A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO POLÍTICO

Não saberia dizer se toda a educação escolar indígena no Brasil passa pelas idéias aqui apresentadas, mas, participando de um seminário no MEC em 2005, organizado pela Capema, Comissão de Apoio à Produção e Edição de Material Didático, ouvindo professores indígenas de todas as regiões do país, tive a certeza de que suas escolas existem enquanto espaço político, por isso o grande desafio dos que delas estão cuidando é a escrita, no sentido das marcas, muitas vezes inconscientes, que se vão traçando nas diversas superfícies. Não por acaso, a literatura indígena, confluência de saberes, é seu extrato mais evidente. (*ju- nho, 2006*)

BIBLIOGRAFIA

¹ Cf. BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989; p. 16.

² BARTHES. Op.cit. p. 17

³ CPI/AC. Projeto de Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Rio Branco, 2004.

A Trajetória no Governo Federal

Luís Donisete Benzi Grupeni

Antropólogo, pesquisador do Iepé e do NHII/USP

A MUDANÇA DO GOVERNO FEDERAL EM 2002 MOSTROU QUE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TEM BAIXA INSTITUCIONALIDADE NO PAÍS. QUANDO OBJETIVOS A MÉDIO E LONGO PRAZO, PROGRAMAS E AÇÕES, RECURSOS FINANCEIROS, PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS FICAM À MERCÊ DE CADA NOVA GESTÃO, TEM-SE, ANTES DE TUDO, UMA POLÍTICA DE GOVERNO E NÃO DO ESTADO BRASILEIRO

EDUCAÇÃO INDÍGENA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Foi sob a bandeira de que a educação é um direito dos índios e não um ato assistencialista do Estado que se criaram condições objetivas para estruturar uma política pública de educação indígena no Brasil. O impulso legal para tal guinada veio com a Constituição de 1988 impactando positivamente a atualização da legislação educacional no país. Esta passa a considerar a demanda indígena por escolarização como uma modalidade de ensino específica a ser atendida pelo sistema nacional de educação. Dispositivos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação e na Convenção 169 da OIT, bem como a Resolução 03 e o Parecer 14 do Conselho Nacional de Educação respondem pela institucionalização da educação indígena no sistema de ensino do país. Já a transferência da coordenação das ações de educação indígena da Funai para o MEC, em 1991, e o conseqüente envolvimento dos sistemas de ensino estaduais e municipais, respondem, no plano administrativo, pela incorporação das escolas indígenas como parte do sistema educacional, com a respectiva legalização exigida.

Na origem desse novo contexto, registra-se a experimentação de novas práticas educativas, conduzidas em algumas comunidades indígenas articuladas com organizações da sociedade civil de apoio aos índios. Essas práticas alternativas rechaçaram as premissas catequéticas e civilizadoras que historicamente defi-

niam a imposição e instalação de escolas em meio indígena e passaram a ser referência para a construção de um novo modelo de escola e de educação, encampado agora pelo Estado, como paradigmáticas para a formulação dessa nova política pública.

Os documentos lançados pelo MEC, construídos com base no trabalho de militantes, especialistas e índios, vinculados a tais práticas, até pouco tempo atrás caracterizadas como inovadoras e alternativas, conformariam o arcabouço conceitual a garantir a universalização do ensino público, laico, não homogeneizador, que ao propiciar acesso a conhecimentos e saberes escolares, deveria respeitar e fortalecer as diferentes línguas e culturas indígenas.

Programas de formação de professores indígenas passaram a ser considerados prioritários para a efetividade dessa política pública, não só por parte das comunidades indígenas e aliados, mas também por parte dos agentes públicos responsáveis pelo setor, ensejando financiamentos e engajamento administrativo. Publicar materiais didáticos específicos, nas línguas indígenas ou em português, elaborados nesses contextos de formação, tornou-se sinal da efetividade de práticas escolares diferenciadas, sendo um dos principais cartões de visita dessa nova política pública.

O universo sobre o qual incidem programas e ações do governo federal na área de educação indígena passou a ser monitorado com dados estatísticos produzidos a partir do censo escolar nacional, realizado anualmente em todas as escolas do país.

EDUCAÇÃO INDÍGENA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Quando em 1991, em pleno governo Collor, a educação indígena foi transferida da Funai para o MEC, estados e municípios, criou-se uma situação de conflito entre os diferentes órgãos governamentais. De um lado, a Funai lutou contra a perda de controle sobre essa área de atuação, de outro, secretarias estaduais e municipais relutaram em aceitar a nova incumbência. Essa transferência foi marcada por um tipo de jogo de empurra-empurra de responsabilidades que, ainda que tenha perdido intensidade, até hoje se manifesta em vários contextos.

Desde que ocorreu essa transferência, o MEC vem assumindo o posto de orientador e definidor de políticas, elaborando diretrizes e referenciais para o setor e disponibilizando programas de assistência à educação e aos estudantes, alguns dos quais especialmente adaptados às especificidades indígenas. Ao assumir a condução dessa política, o MEC transferiu aos estados não só a responsabilidade pela criação e manutenção das escolas indígenas e a demanda por formar e contratar índios como professores, mas também o que ela implicava de custo financeiro. A maioria dos Estados recebeu esse novo encargo a contragosto, e diferentes foram os ritmos de absorção dessa nova atuação.

A lógica da atuação do governo federal nas gestões Itamar e FHC foi a de estabelecer um regime de colaboração com os Estados, a partir dessa divisão de responsabilidades. Tal lógica se estendia aos programas de apoio e fortalecimento das escolas indígenas: concebidos na esfera federal, eram disponibilizados para execução em nível estadual, instância que deveria arcar com os custos financeiros para sua efetivação. Foi assim que após lançar as *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, em 1993, e o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*, em 1998, o MEC lançou, em 2001, o programa *Parâmetros Curriculares em Ação: Educação Escolar Indígena*, com um conjunto de materiais que visavam impulsionar programas de formação de professores indígenas nos estados.

Paralelamente a esse programa e encerrando o ciclo de documentos de caráter formativo e normativo propostos pelo MEC aos sistemas de ensino foi lançado, em 2001, o *Referencial para Formação de Professores Indígenas*. Com esse documento pretendeu-se impulsionar programas de formação no âmbito dos sistemas estaduais de educação, respondendo tanto à demanda dos índios por formação, quanto à exigência legal de titulação desses professores. Todos esses documentos foram produzidos na perspectiva de dar especificidade ao tema indígena dentro da implementação de ações e políticas mais gerais propostas pelo MEC para o ensino fundamental de todo o país.

Até 2002, duas linhas principais de financiamento foram executadas pelo MEC: uma para formação de professores indígenas e outra para publicação de materiais didáticos. Para as secretarias estaduais de educação disponibilizou-se cerca de 400 mil reais anuais via financiamento do FNDE. Os poucos recursos colocados à disposição dos sistemas de ensino integravam uma estratégia do MEC no sentido de empurrar a conta da educação indígena para a instância estadual, com o uso dos recur-

sos garantidos pelo Fundef. E, talvez, ela seja responsável pela morosidade com que a temática tenha sido absorvida nessas instâncias. Já as organizações indígenas e de apoio aos índios contavam com uma linha de financiamento exclusiva, via recursos internacionais, PNUD e Unesco, com dois editais por ano, que permitiam iniciar e consolidar programas de formação de professores indígenas, bem como a publicação de materiais didáticos específicos. O orçamento para ONGs indígenas e de apoio, cujo trabalho era considerado como prioritário para financiamento direto pelo MEC, girava em torno de um milhão de reais anuais.

Além de contarem com uma linha própria de financiamento para seus projetos, as ONGs que conduziam programas de formação de professores indígenas influenciaram ativamente a construção da política de educação indígena implementada pelo MEC, seja porque seus projetos foram considerados referências para a estruturação dessa nova modalidade de educação, seja porque representantes dessas organizações estiveram à frente na coordenação e elaboração de todos os documentos orientadores dessa política bem como tiveram papel marcante no desenho e implementação dos principais programas desenvolvidos nesse período.

No final de 2001, o Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC, que reunia representantes indígenas e não-indígenas de vários setores que atuavam na educação indígena, foi extinto e em seu lugar foi constituída a Comissão Nacional de Professores Indígenas, composta unicamente por professores indígenas. Empossada no âmbito da SEF, a Comissão tinha função assessoria e propositiva em relação à política de educação escolar indígena. Sua instalação foi saudada como uma conquista pelo



Euclides Macuxi, coordenador da Coiab, discursa na cerimônia de posse da Comissão Nacional de Professores Indígenas no MEC, em Brasília.

LUIS DONISETE BRIZI GRUPIONI, 2001

movimento indígena, por ser a única instância totalmente indígena a executar o controle social de uma política implementada pelo Estado brasileiro, e recebida com certa reserva por parte de outros setores que compunham o antigo Comitê, que deixavam de contar com um canal direto e institucionalizado de representação junto ao MEC.

Em 2002, no encerramento da gestão, a Secretaria de Ensino Fundamental empreende duas avaliações de suas ações no campo da educação indígena, durante as quais são elaboradas várias sugestões, que, porém, não tiveram nem publicidade nem impacto nas práticas instituídas pelo novo governo.

EDUCAÇÃO INDÍGENA NA SECAD

A nova gestão da educação indígena no MEC, iniciada em 2003, ocorreu a partir de um novo enquadramento institucional da temática. Lotada na Secretaria de Ensino Fundamental desde sua criação, primeiro como assessoria e depois como coordenação, a gestão da educação indígena foi transferida para a então recém criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), onde também se reuniram as coordenações de educação de jovens e adultos, afro-descendentes, do campo e das minorias sexuais. Essa transferência foi recebida com ceticismo por parte dos atores desse campo, que, de um lado, temiam a perda do espaço já conquistado dentro da estrutura da antiga SEF, e, de outro, frustravam-se pelo não atendimento de uma reivindicação que também fora apresentada ao governo anterior: a da criação de uma Secretaria Nacional de Educação Indígena no MEC. Contra-argumentando, os novos gestores afirmavam que tal mudança representaria a possibilidade de colocar a educação indígena num novo patamar, ampliando as ações para além do ensino fundamental, com a inclusão do ensino médio, e aproximando essa modalidade de outras a partir de incorporação da temática da diversidade na agenda política e institucional do MEC. Nessa mudança, o Programa Diversidade na Universidade, então abrigado na Secretaria de Ensino Médio, também é transferido para a Secad, e tem alguns de seus eixos reorientados para atender à demanda por ações no ensino médio e nas licenciaturas interculturais.

Não obstante tal mudança, cria-se, no âmbito da Secretaria de Ensino Superior uma assessoria para cuidar da questão da educação superior indígena, que será responsável por um edital para viabilizar licenciaturas interculturais para formação de professores indígenas. Entre 2005 e 2006, a alocação de recursos para universidades federais e estaduais com propostas de licenciaturas interculturais foi da ordem de R\$ 3.200.000,00.

Além dessa nova posição dentro do organograma ministerial, ocorreu uma nova situação em termos da composição da equipe de gestão da educação indígena dentro do MEC. Esta deixou de ser exercida por gestores da burocracia do quadro do

ministério, e em 2003 passou a ser assumida por profissionais que vinham, há muitos anos, atuando no campo da educação indígena.

Seminários e encontros nacionais que haviam marcado as gestões anteriores, envolvendo diferentes atores do campo da educação indígena, entre os quais secretarias de educação, especialistas universitários e representantes de organizações não-governamentais deixaram de ser realizados. No seu lugar, encontros regionais, centrados na problemática do ensino médio, foram realizados em 9 regiões do país ao longo de 2004, alguns deles resultando em cartas de compromissos entre as diferentes esferas de governo.

A instância consultiva e assessora da política do MEC foi reorganizada, em 2004, passando a denominar-se Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, composta a partir de então por dez representantes de professores indígenas e cinco representantes de organizações indígenas. Com essa nova configuração, a Comissão passou a ser a principal interlocutora do MEC para discussão da política de educação indígena.

Ainda em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (Capema), reunindo professores indígenas e especialistas com a função de, entre outras, avaliar propostas de publicação apresentadas por secretarias estaduais e municipais de educação, ONGs e organizações indígenas. Um edital de convocação de projetos foi realizado no período.

Outro interlocutor que passou a estar mais presente na arena de atuação do MEC foram os sistemas estaduais de ensino, que passaram a ser objeto de investimentos institucionais com aumento expressivo de aporte de recursos financeiros. Esses recursos foram disponibilizados para a realização de formação inicial e continuada de professores indígenas, publicação de materiais didáticos e construção de escolas.

Dados fornecidos pelo MEC são reveladores da prioridade estabelecida nessa gestão para a consolidação de investimentos na área de educação indígena voltados para a atuação das Secretarias Estaduais de Educação. Os orçamentos anuais disponibilizados para essa modalidade de ensino têm crescido de forma constante. No quadro a seguir se pode verificar o incremento dos valores, seja em termos do orçamento destinado à área, seja em termos dos valores efetivamente repassados aos sistemas.

Se em anos anteriores, as ONGs foram priorizadas no financiamento de projetos, nesses últimos anos o foco deslocou-se para os sistemas de ensino estaduais e municipais. Os valores apresentados na tabela evidenciam um aumento expressivo de recursos repassados pelo governo federal aos estados. Além de investimentos em programas de formação de professores indígenas, em nível médio e superior, e publicação de materiais didáticos, percebe-se um investimento importante na reestrutura-

RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL À EDUCAÇÃO INDÍGENA

Ano	Orçamento MEC-PPA para Educação Indígena	Fundescola repassado aos estados	Recursos para rede física repassados aos estados e municípios	Total
2003	400.000,00	1.600.000,00 ²	--	2.000.000,00
2004	1.900.000,00	1.800.000,00 ²	--	3.700.000,00
2005	3.300.000,00	--	18.519.352,00	21.819.352,00
2006	5.600.000,00	5.400.000,00 ³	--	11.000.000,00

Fonte:CGEEI/Secad/MEC.

¹Repassados para Secretarias de Educação e ONGs.

²Recursos para formação de professores.

³Recursos para construção de escolas.

ção da rede física das escolas indígenas, com recursos para construção, reforma e ampliação desses estabelecimentos.

Nesse novo contexto, as ONGs perderam não só recursos, como também espaço de influência, articulação e destaque dentro da política implementada pelo MEC. Este tomou como parceiro principal os sistemas de ensino estaduais e procurou enraizar a temática junto ao Consed, o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, que criou uma sub-comissão de educação indígena para dar agilidade e encaminhamento às propostas construídas conjuntamente. Logo em 2003, as ONGs, já percebendo a falta de canais institucionalizados de interlocução com o governo, tentariam propor uma agenda de trabalho, que não encontrou receptividade. Entre as propostas apresentadas estava a criação de um sistema nacional de educação indígena, a criação de uma secretaria nacional no MEC para cuidar dessa temática e a instituição de um fundo permanente para projetos de formação de professores indígenas. *(veja a carta apresentada ao Estado brasileiro com as recomendações na box da página ao lado)*

FUNAI E MEC: CONFLITO (D)E INTERESSES

A partir de 2003, registrou-se uma maior aproximação entre o MEC e a Coordenação Geral de Educação da Funai, num movimento produzido pelos novos gestores da educação indígena, que assumiram a perspectiva de construir um trabalho de parceria e colaboração, abandonando a disputa que marcava a relação entre os dois órgãos federais desde 1991.

Ainda que desincumbida da responsabilidade pela coordenação das ações de educação indígena no país, a Funai manteve orçamento e linhas de trabalho com relação à promoção de ações de formação de professores indígenas e de apoio às escolas das aldeias. Funai e MEC têm se articulado em ações conjuntas no âmbito dos Estados, visando à implantação de cursos de formação de professores e organização das comunidades indígenas para demandarem melhores condições de funcionamento das

escolas nas aldeias. Ocorreram várias audiências públicas nos Estados, envolvendo essas duas instâncias, juntamente com o Ministério Público Federal, para se tentar solucionar impasses e atender reivindicações indígenas. Uma série de oficinas de capacitação em gestão e controle social indígenas também foi desenvolvida em parceria.

Diferentemente do MEC, que sofre os constrangimentos da mudança de orientação no governo federal, alguns setores da Funai parecem passar por essas

alterações de gestão sem sofrer maiores descon continuidades. Mantendo um orçamento estável, tem contribuído com programas de formação de professores indígenas em várias regiões do país, priorizando inclusive as iniciativas de licenciaturas interculturais, e apoiado o movimento de comunidades e professores indígenas em suas reivindicações junto aos sistemas de ensino. No vácuo criado pela crônica situação de desmantelamento do órgão indigenista, a Coordenação Geral de Educação da Funai vem construindo para si um papel de fiscalização das ações de educação indígena no país, criando um sentido muito objetivo para a vaga referência de “ouvida a Funai”, constante no decreto de 1991, quando da transferência de responsabilidades para o MEC. Ainda assim, a tradição assistencialista do órgão permanece por meio de ações e investimentos para a manutenção de estudantes indígenas nos centros urbanos.

A parceria entre Funai e MEC experimentada em anos recentes não resolve o caráter incongruente da existência de dois órgãos federais voltados ao mesmo setor, deixando sempre aberta, na duplicidade de incumbências, a possibilidade de desentendimentos, não só administrativos como de orientação política. É o que se percebe com o ressurgimento da proposta de federalização das escolas indígenas, que conta com apoio explícito da atual presidência do órgão indigenista, e que começa a encontrar ressonância entre alguns professores indígenas. Duas posições parecem estar se firmando nessa discussão: a estadualização não surtiu o efeito esperado, então caberia à União recuperar essa ação, trazendo-a de volta ao órgão indigenista, e a outra posição partiria do mesmo diagnóstico, da não operacionalização do modelo estadual/municipal, para sugerir a criação de um sistema federal de educação indígena. Essa discussão tem aparecido, por exemplo, nas conferências regionais preparatórias que a Funai realizou em 2005, visando a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, ocorrida em abril de 2006. Seu ressurgimento é indicativo da insatisfação de vários setores com o tratamento que a educação indígena recebe por parte dos governos estaduais.

PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Rede de Cooperação Alternativa Brasil (RCA), constituída pelas organizações Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), Instituto Socioambiental (ISA), Comissão Pró-Yanomami (CCPY) e Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), e também pelas organizações indígenas Vyty-Cati (do povo Timbira), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) realizou de 6 a 8 de agosto de 2003, em Brasília, a Reunião de Trabalho “Perspectivas para as políticas de educação escolar indígena”. Contando com a participação de representantes de expressivas organizações de apoio e organizações indígenas que atuam na área de educação escolar indígena no Brasil, a reunião de trabalho possibilitou a elaboração de recomendações às instâncias do governo direta e indiretamente envolvidas com esse assunto.

Por meio de debates, trabalhos em grupos e plenárias, os participantes da reunião avaliam que há inúmeras dificuldades a serem superadas para que se efetive o direito dos povos indígenas no Brasil a construir e gerirem processos autônomos de educação escolar. O atual modelo oferecido para o gerenciamento de seu processo educativo não contempla as diferentes realidades vividas pelos povos indígenas no país, sendo necessário construir mecanismos que possam efetivar uma política nacional de educação escolar indígena, capaz de responder as demandas colocadas por estes povos e materializar os preceitos legais elaborados nos últimos anos.

O cenário educacional indigenista continua insensível ao reconhecimento da diferença cultural e das experiências concretas e demandas claramente formuladas para o efetivo protagonismo indígena na condução dos processos escolares nas terras indígenas. Embora haja um discurso pela participação indígena, esta não se realiza nas rotinas dos sistemas de ensino, inexistindo mecanismos e instâncias para o exercício do controle social das políticas implementadas pelo Estado brasileiro.

Com o advento do novo governo e com a expectativa do surgimento de novas práticas que possam garantir a construção de políticas públicas participativas, discutidas com as populações a que se dirigem, a partir de um novo patamar de relacionamento entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais organizados, os participantes da reunião propõem a seguir algumas ações que possam contribuir para uma mudança qualitativa na forma como vêm sendo implementados os processos de educação escolar nas terras indígenas.

1- Instituir um Sistema Nacional de Educação Indígena como parte integrante do sistema de ensino da União, que permita a estruturação da educação indígena diferenciada, garantindo os recursos necessários para sua efetivação. Para a sua construção, sugere-se que o Estado, por meio dos órgãos competentes, o movimento indígena e a sociedade civil organizada, construam em parceria uma metodologia para o desenho deste sistema e sua articulação com os demais sistemas de ensino.

2- Criar uma Secretaria Nacional de Educação Indígena no Ministério da Educação, atendendo reivindicação do movimento indígena e indigenista, para articular todos os níveis de ensino indígena (da educação infantil ao ensino superior) e gerir a implantação do sistema nacional de educação indígena.

3- Implementar uma política de educação escolar indígena alicerçada em programas específicos, nascido das práticas educacionais indíge-

nas, em conformidade com os instrumentos legais de respeito à diversidade cultural e não como adaptações de programas formulados no âmbito da educação nacional. Esta política deve se articular com as demais políticas nacionais e práticas de gestões e financiamento que norteiam o relacionamento do Estado brasileiro com os povos indígenas. Ela deve ser construída envolvendo os diferentes atores do campo educacional indígena para que se consiga superar impasses e contradições históricas que bloqueiam o direito dos povos indígenas a programas de qualidade tanto na gestão quanto no funcionamento de escolas em seus territórios.

4- Garantir o papel propositivo, orientador e deliberativo da Comissão Nacional de Professores Indígenas, instituindo recursos, rotinas e procedimentos que permitam o exercício da representação institucional, para formular e controlar a política nacional de educação indígena, estabelecer vínculos com o movimento indígena nos âmbitos nacional, regional e local; facilitar e ampliar o acesso a informações, para concretizar a implementação de ações em benefício da educação indígena.

5- Estabelecer um fundo para a educação escolar indígena com recursos compatíveis com as demandas existentes, de forma constante e transparente, a ser gerido em âmbito federal, por meio da apresentação de projetos e programas por parte dos sistemas de ensino, organizações indígenas, organizações de apoio e universidades.

6- Sistematizar regularmente, enquanto política pública, diferentes experiências de formação de professores – concluídas e em curso – para disponibilizar os resultados e lições das diferentes práticas na gestão da diversidade, e promover, entre outros, encontros de intelectuais indígenas e intercâmbio de programas de formação indígenas entre si e com não-indígenas.

7- Garantir o reconhecimento das instâncias de controle social e participação indígenas de caráter deliberativo, em todos os momentos e processos de implementação da política de educação escolar indígena, através de diretrizes expressas em documento dirigido aos sistemas de ensino.

8- Fomentar a produção, edição, publicação e distribuição de material didático voltado às escolas indígenas, como processo de formação, garantindo a autoria indígena na concepção e produção desses materiais, tanto em termos das decisões pedagógicas quanto da língua a ser utilizada, diversificando formatos e produtos finais.

9- Aperfeiçoar mecanismos de monitoramento e da avaliação dos sistemas de ensino no cumprimento da legislação educacional indígena, com ênfase na criação e reconhecimento da categoria escola indígena e na proposição da criação dos conselhos estaduais de educação escolar indígena.

10- Reconhecer novos e diversos modelos de gestão das escolas indígenas, construídos a partir de contextos locais, menos burocratizados e mais afinados com as demandas indígenas.

11- Promover a capacitação dos profissionais dos sistemas de ensino para a implementação da política nacional de educação indígena, por meio de ações permanentes de formação. (Documento final do encontro da RCA com recomendações ao Estado brasileiro para as políticas de educação escolar indígena)

O modo como Funai e MEC têm se posicionado frente a esse debate coloca novamente os dois órgãos em arenas distintas, reacendendo antigas rivalidades, agravadas pelos posicionamentos políticos antagônicos dos atuais dirigentes de ambos os órgãos.

DESCAMINHOS E DESAFIOS

A trajetória de programas e investimentos financeiros direcionados à educação indígena no governo federal nos últimos anos revela a baixa institucionalidade dessa política pública. Esta apresenta características próprias de uma política de governo, sujeita às mudanças de orientação política a cada troca de dirigentes. E vários desafios permanecem para sua consolidação.

O principal deles diz respeito a construir mecanismos adequados por meio dos quais a escola indígena, inserida nos sistemas de ensino, consiga sobreviver com identidade própria. Nesse sentido, é digno de nota o esforço que o MEC vem desenvolvendo nos últimos anos em termos de reconhecer e identificar as escolas indígenas nos censos escolares, incentivando as secretarias de educação a darem visibilidade a essas escolas, o que implica reconhecê-las como uma categoria própria e distinta das demais escolas do sistema, tal como preconiza a legislação. Esse reconhecimento não pode se restringir ao aspecto técnico e legalista, mas deve implicar no esforço de tratá-la em sua especificidade.

Um outro desafio remete à criação da categoria professor indígena dentro dos sistemas de ensino. Trata-se não só de encontrar um lugar funcional para esses professores, como de ter que enfrentar questões extremamente complexas como concursos públicos diferenciados, planos de cargos e salários específicos, continuidade da formação etc. Aí é que se cria um impasse ainda não equacionado, pois os sistemas, de modo geral, encontram-se extremamente despreparados para enfrentar a gestão dessa modalidade de ensino, com pessoal pouco qualificado, poucos recursos financeiros e falta de compreensão e vontade política dos atuais dirigentes.

De maneira geral, os professores indígenas não têm encontrado formação adequada para enfrentar a empreitada de repensar a instituição escolar, com vistas a dar efetividade à proposta de uma escola “verdadeiramente” indígena. Inseridos no sistema, assumem cada vez mais o papel de funcionários dos governos

estaduais do que propriamente o de agentes em suas comunidades. A proliferação dos cursos de formação de professores indígenas sob responsabilidade exclusiva dos sistemas de ensino tem ensejado a necessidade de uma avaliação criteriosa a respeito da natureza da formação que vem sendo oferecida aos professores indígenas por meio de cursos de formação em nível médio e agora também em nível superior. Inspirados nos programas de ONGs, que estavam alicerçados em práticas que se desenvolviam ao longo de muitos anos, alguns com duração de mais de dez anos, os novos cursos estruturam-se em tempos curtos, de quatro a cinco anos. Contudo, os momentos presenciais dessa formação, quase toda ela em serviço e em contextos pluriétnicos, se desenvolvem com uma empobrecida grade curricular, inspirada cada vez menos na história, na cultura e na especificidade dos grupos envolvidos. Contando com número crescente de formadores oriundos das equipes pedagógicas das Secretarias de Educação, esses programas vão perdendo densidade antropológica e lingüística em prol do repasse de conteúdos e competências exclusivas à função docente. Tem havido pouco engajamento na tarefa de propiciar aos professores indígenas a oportunidade de pensar coletivamente um projeto específico e próprio de escola, que permita sair de uma genérica escola indígena, que tem se pautado antes de tudo pela baixa qualidade do ensino oferecido, para uma escola que se pautela pelas demandas e projetos de futuro das respectivas comunidades indígenas.

Diante desse quadro, cada vez mais burocratizado de práticas de formação de professores indígenas e de engessamento da instituição escolar, talvez a proposição de retomada da discussão sobre um sistema próprio para a educação indígena, ainda que hoje pautado por interesses não tão nobres, possa representar uma oportunidade para retomar velhas indagações a respeito do sentido da escola em terras indígenas, aprofundando a discussão sobre os rumos da política nacional de educação escolar indígena no país. Nesse contexto, seria de se esperar que as ONGs, que tiveram papel marcante na estruturação da política de educação indígena, assumam uma postura mais propositiva, impulsionando as discussões com vistas à consolidação de um quadro de reconhecimento da diferença cultural e de respeito às experiências inovadoras de processos escolares em terras indígenas. Para isso, elas precisam romper com a frustração de não terem sido chamadas para a mesa de negociações com o atual governo e recuperar seu protagonismo político enquanto movimento social organizado frente ao Estado brasileiro. (maio, 2006)

Acesso e Permanência de Índios em Cursos de Nível Superior

Renata Gérard Bendim

Consultora Depes/Sesu/MEC

A CONSEQÜÊNCIA DA AMPLIAÇÃO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E DA MOBILIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO CRESCENTES DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL É A DEMANDA CADA VEZ MAIOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

As considerações aqui apresentadas se fazem a partir do trabalho de consultoria realizado de julho de 2004 a dezembro de 2005, junto ao Departamento de Política da Educação Superior (Depes) da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), e têm por base minhas experiências anteriores como lingüista, junto ao povo Yawalapiti (Aruak), entre 1976 e 1978, no Xingu, e como assessora de educação, junto ao Programa de Formação de Professores dos povos indígenas do Acre, entre 1985 e 1987.

Minhas atividades junto ao Depes/Sesu/MEC, com o objetivo de gerar subsídios visando à formulação de uma política pública para atender às demandas de Programas que garantissem o acesso e a permanência, com qualidade, de indígenas em cursos de nível superior, tiveram início com minha participação, como representante da Sesu/MEC, em dois expressivos eventos: na “SBPC Indígena”, ocorrida durante a 56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de 18 a 23 de julho, realizada em Cuiabá em 2004, e no Seminário “O Ensino Superior de Indígenas no Brasil”, promovido pelo Laced/Museu Nacional/UFRJ, realizado em setembro de 2004, em Brasília.

Nesses eventos, cujo principal objetivo era ampliar as discussões e aumentar a visibilidade dos povos indígenas, de suas reivindicações por educação superior e da produção acadêmica dos estudantes universitários, foi possível perceber não só o avançado estágio de discussão sobre educação escolar para os povos indígenas, particularmente no âmbito da educação superior, como também o aprofundamento e alto grau de politização em outros temas da pauta de políticas afirmativas para povos indígenas, tais como, economia, meio ambiente e sustentabilidade, a ima-

gem do índio na mídia nacional, cosmologia e espiritualidade indígena, saúde e conhecimento tradicional economia e sustentabilidade em terra indígena, política lingüística e formação e as leis e os povos indígenas.

Dentre os diversos relatos sobre educação escolar indígena destacaram-se as duas experiências em nível superior, já em curso, de Projetos de Formação de Professores Indígenas: o Terceiro Grau Indígena, na Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), em seu terceiro ano de desenvolvimento, com 200 professores-estudantes indígenas, que se autoclassificam como acadêmicos, de diferentes etnias de várias regiões do Brasil, e a Licenciatura Intercultural do Insikiran, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em seu primeiro ano, com 120 acadêmicos indígenas de diferentes etnias do estado de Roraima. De imediato, impõe-se à reflexão no cenário da educação superior indígena a particularidade do público-alvo, que não apenas justifica, mas exige uma política pública.

Em outubro de 2004, constituiu-se a Comissão Especial para Políticas de Educação Superior Indígena (Cesi/Sesu/MEC), integrada por representantes da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI/MEC), da representação indígena do Conselho Nacional de Educação (CNE); da Funai, do Fórum de Pró-Reitores de Graduação (Forgrad), do ISA, da CGEEI/Secad/MEC e da Sesu/MEC.

Ainda em 2004, a Cesi/Sesu/MEC formulou o Programa de Apoio à Educação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), cuja finalidade é apoiar projetos, desenvolvidos pelas instituições de educação superior, sobretudo as públicas, em conjunto com as comunidades indígenas, com vistas à formação superior de docentes indígenas para o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio e à permanência de estudantes indígenas em cursos de graduação.

O Edital Prolind/2005 do MEC recebeu 20 propostas de IES públicas, das quais o Comitê Técnico selecionou 12, envolvendo

PROJETOS PROLIND, 2005

Instituições universitárias	Povos e etnias	Beneficiários Diretos	Beneficiários Indiretos
UEA	Ticuna, Cocamas, Caixanas, Cambetas, Wiotas, e outras 16 etnias	250	14.580
UEL	Kaingang, Guarani, Xetá e Xocleng	18	15.000
Uems	Terena, Guarani, Kadiwéu e Kaiwá	121	600
Ufam	Mura	1.175	5.978
UFBA	Pataxó e Pataxó Hãhãhae	03	7.500
UFCG	Potiguara	149	10.000
UFMG	Caxixó, Krenak Maxakali, Pankarartu, Pataxó, Xacribá, Xururu-Kariri, Kaxixó, Xucuru-Kariri	150	8.112
UFRR	Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingariko, Wai Wai e Yékuana	180	13.259
UFT	Karajá Xambioá e Xerente	16	3.300
Uneb	Pataxó, Pataxó Hãhãhae, Tumbalá, Kiriri, Tuxá, Tupinambá, Pankararé, Kantaruré, Xukuru-Kariri, Kaimbé e Pankaru	400	15.217
Unemat	Umutina, Bororo, Xavante, Paresi, Irantxe, Bakairi, Tapirapé, Karajá, Rikbaktsa, Nambikwara, Kayabi, Apiaká, Terena, Ikpeng, Mehinako, Kamaiurá, Juruna, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Trumai, Aweti, Chiquitano, Nafukuá, Paraná, Yawalapiti, Zoró, Suyá, Waurá, Munduruku, Kaxinawá, Manchineri, Wassu Cocal, Baniwa, Ticuna, Baré, Pataxó, Tuxá, Tapeba, Tupinikim, Potiguara, Tukano, Kaingang e Karajá	300	5.000
Unioeste	Guarani e Kaingang	03	2.263
Sub-total		2.765	100.809
Total geral			103.574

projetos para inúmeros povos e etnias e beneficiando aproximadamente 103.574 indígenas, como demonstrado no quadro acima.

O Prolind, além de integrar e articular os diferentes organismos que tradicionalmente atuam no âmbito da educação indígena, acarreta, naturalmente como consequência, o envolvimento efetivo de outras instâncias fundamentais na execução dessa política pública, tais como as universidades, seus colegiados, seus fóruns de representação e, as próprias instâncias do MEC, sobretudo, a Secretaria de Educação Superior, o Conselho Nacional de Educação e o Instituto Nacional de Pesquisa da Educação (Inep).

O Prolind, ao apoiar e fomentar novos projetos de cursos de licenciaturas específicas e de permanência com qualidade para indígenas em cursos de graduação, legitima a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Específicas para as licenciaturas interculturais e de indicadores de avaliação adequados a esses novos cursos. O debate sobre as Diretrizes Interculturais e

sobre os Indicadores de Avaliação já está em curso no Grupo de Trabalho, instituído na Sesu, com a participação da representação indígena, CNE, Funai e representantes das Universidades, além de educadores e antropólogos com experiência no campo de educação escolar indígena.

Em 2005, avançou-se também junto ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ao Programa Universidade para Todos (Prouni), por meio da inserção de indicadores que aprimoram o critério de autodeclaração indígena, com o objetivo de garantir que os beneficiados pelas cotas indígenas do Prouni, cuja porta de acesso é o concurso do Enem, sejam efetivamente os indígenas. É mais uma forma de inserir nas políticas públicas as especificidades das populações indígenas, com vistas à efetivação de outras ações que venham a garantir não só o acesso, mas, sobretudo a permanência com qualidade e o sucesso dos estudantes indígenas na formação superior, e, sobretudo, que os atuais Programas se transformem em efetivas ações de Estado. (janeiro, 2006)

Terras Indígenas Demarcação Arrendamento Mineração Conservação dos Recursos Naturais

As Contas não Fecham e Crescem

Fany Ricardo

Coordenadora do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA

DEMARCAÇÕES ANTIGAS COM PEQUENAS EXTENSÕES, SOMADAS ÀS REIVINDICAÇÕES DOS POVOS RESISTENTES (RESSURGIDOS) E À MOROSIDADE GOVERNAMENTAL, LEVAM AO DESCONTENTAMENTO INDÍGENA E AO RECRUDESCIMENTO DOS CONFLITOS

O processo de demarcação das Terras Indígenas (TIs) pelo Estado brasileiro está longe de ser concluído, apesar dos avanços no reconhecimento das TIs. No período de janeiro de 2001 a julho de 2006 foram homologadas 81 TIs, somando quase 20 milhões de hectares. Dessas, 21 TIs (9.412.964 ha) receberam decreto presidencial nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique, e outras 60 TIs (10.503.922), nos três anos e meio do governo Lula. Algumas dessas terras precisaram de décadas de luta e campanhas para terem seu processo de reconhecimento finalizado. Um exemplo importante é a TI Vale do Javari, localizada no Amazonas, fronteira com o Peru, onde vivem sete povos e vários grupos isolados. A campanha para a demarcação começou nos primeiros anos da década de 80, e culminou na homologação da TI, com 8.544.482 ha, pelo presidente FHC, em 30 de abril de 2001. Nessa mesma data, foi homologada a TI Panará, nos estados do Pará e Mato Grosso, pagando uma dívida histórica com esse povo e devolvendo a eles parte das terras que perderam quando foram contatados e transferidos para o Parque Indígena do Xingu em virtude da abertura da BR 163, na década de 1970.

O governo Lula herdou do anterior uma relação de 23 TIs a serem homologadas, elaborada pelo movimento indigenista. Entre as reivindicações, estava a polêmica TI Raposa/Serra do Sol (ver artigo pág. XXX), além de outras seis, também no estado de RR. Todas essas terras foram homologadas, e outras 37 foram concluídas nesse último triênio. Além da Raposa/Serra do Sol, algumas importantes homologações de TIs nos últimos anos estão retratadas ao longo da publicação, como os casos das TIs Awá e da Krikati, que depois de mais de duas décadas de lutas tiveram seu processo de reconhecimento finalizado (pág. XXX e XXX, respectivamente); e a homologação da TI Deni em 2004,

muito ameaçada pelas madeireiras asiáticas, e cujo processo de demarcação foi iniciado em meados da década de 1980 (ver notícias pág. XXX e XXX). Há outros casos presentes no livro, como os conflitos fundiários vivenciados pelos Guarani no Mato Grosso do Sul (pág. XXX) e a ciranda territorial dos Pataxó Hã-Hã-Hãe (págs. XXX). Em 2005, foi declarada a Trombetas/Mapuera, última grande TI da Amazônia (pág. XXX) e, no Acre, podem ser constatados avanços na regularização de áreas indígenas nos últimos 5 anos (pág. XXX), apesar de pedidos de ampliações e de novas terras dos emergentes.

Um destaque do período, no governo Lula, é a criação da figura da “dupla afetação” para a questão das sobreposições entre TIs e Unidades de Conservação (UCs), decretada em dois casos. Um deles é o da TI Raposa/Serra do Sol, que tem a sobreposição da totalidade do Parque Nacional Monte Roraima com a superfície de 116.000 ha, o que representa 6,7% da extensão da TI. O decreto que homologa a demarcação da TI determina que “O Parque Nacional do Monte Roraima é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios”. E que o Parque “será administrado em conjunto pela Funai, pelo Ibama e pela Comunidade Indígena Ingarikó” (ver pág. XXX). O outro caso é a TI Inawébohona, dos Javaé, com sobreposição de toda sua extensão no Parque Nacional do Araguaia. O decreto de homologação da TI, de abril de 2006, tem o mesmo conteúdo do decreto referente à TI Raposa Serra do Sol, e delibera que o Parque seja administrado em conjunto pela Funai, Ibama e pelas Comunidades Indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro.

PENDÊNCIAS

Restam, apesar dos avanços, inúmeras pendências, algumas antigas e graves, como os casos das TIs Cachoeira Seca e Apyterewa. Ambas estão no Pará, habitadas pelos índios Arara e Parakanã, respectivamente, povos contatados na década de 1980 e que ainda não tiveram suas terras garantidas – o que faz com que seus territórios sejam cada vez mais invadidos e desmata-

dos. Além disso, dois movimentos contribuem para aumentar de forma significativa as pendências no processo de reconhecimento territorial dos povos indígenas. Um deles é a questão da revisão das TIs demarcadas com pequenas extensões antes da Constituição: seus habitantes frequentemente exigem a ampliação do território para que possam de fato garantir sua reprodução físico cultural, como os Xavante, os Guarani, os Tupiniquim etc. O outro movimento diz respeito aos povos resistentes (ver artigo pág. XXX), já chamados emergentes ou ressurgidos, que cobram do governo direitos territoriais. Esses processos têm levado à intensificação dos conflitos e polêmicas fundiárias, incluindo as ações no Judiciário, que tem dispensado sentenças

QUADRO 1: SITUAÇÃO JURÍDICA DAS TIS EM 31/07/06

Situação jurídica	Nº	% do nº de TIs	Extensão (ha)	% da extensão das TIs
Em identificação ⁽¹⁾	85		107.209	
Com restrição de uso a não-índios	2		926.000	
Total	87	15,00	1.033.209	0,95⁽¹⁾
Identificada/Aprovada pela Funai; sujeita a constatações ⁽²⁾	48	8,28	2.886.890	2,66
Declaradas ⁽³⁾	32	5,52	9.304.260	8,58
Reservadas ⁽⁴⁾	13		98.679	
Homologadas ⁽⁵⁾	55		7.631.500	
Registradas no CRI e ou SPU ⁽⁶⁾	345		87.519.104	
Total	413	71,21	95.249.283	87,81
Total Brasil	580	100,00	108.473.642	100,00%

¹ Estão incluídas: áreas que tiveram apenas uma portaria assinada pelo presidente da Funai, designando um antropólogo para fazer os primeiros estudos e portarias que constituíram Grupos Técnicos para estudos de identificação das terras indígenas nesses últimos anos.

² Áreas publicadas e não declaradas pelo ministro da Justiça. O fato de terem sofrido impedimentos judiciais não invalida o número, pois esse processo de contestação é interno à Funai e ao MJ, não são atos publicados no DOU.

³ Terras declaradas de posse permanente indígena pelo ministro da Justiça em portaria que também determina sua demarcação administrativa.

⁴ Terras criadas na época do SPI como a TI Caramuru-Paraguassu, dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Também estão incluídas as terras adquiridas e cedidas para uso dos índios por diversos motivos (por exemplo, a TI Tekohá Añetete para os Guarani que estavam na TI Ocoí, reduzida pelas águas da UHE de Tucuruí).

⁵ Indica as terras que têm decreto presidencial homologando a demarcação.

⁶ Os números nessa categoria podem estar um pouco defasados com o número dos registros propriamente ditos, porque esses não são publicados no DOU e o acesso a eles não é fácil.

Obs: Não constam desse cômputo a totalidade das pequenas terras doadas por governos estaduais, por exemplo R.G. do Sul e que não passaram pelo procedimento demarcatório estabelecido pelo decreto 1.775/96.

contra o reconhecimento dessas terras nas várias etapas do processo demarcatório, inclusive contra terras homologadas, como foi o caso da TI Nãnde Ru Marangatu (ver notícias pág. XXX e XXX).

A situação jurídica das TIs, apresentada no Quadro 1, considera apenas os atos do governo federal em relação ao processo de reconhecimento das TIs. São terras em diversos estágios de regularização pela Funai. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em agosto de 2006 havia 226 TIs *sem providência* em todo o país, sendo 74 delas no Mato Grosso do Sul, 30 no Rio Grande do Sul, 21 no Pará, 17 em Rondônia, 17 no Mato Grosso, 20 no Amazonas e 12 no Paraná, além de outros estados com números menores.

AS TIS NOS ÚLTIMOS CINCO GOVERNOS

O Quadro 2 apresenta um balanço do reconhecimento das TIs nos últimos cinco governos. É importante ressaltar que não é possível somar o total das terras homologadas para se obter um número geral de todos os governos juntos. Isso ocorre porque terras que foram homologadas por um presidente podem ter sido revogadas pelo presidente sucessor, como foi o caso das 19 TIs Yanomami e das 14 TIs no Alto Rio Negro, inicialmente homologadas pelo presidente José Sarney – que reduziu as terras e as intercalou com Florestas Nacionais – no contexto do Projeto Calha Norte e depois revogadas pelo presidente Fernando Collor, que homologou as TIs Yanomami e a Alto Rio Negro com extensões contínuas. Esses não foram os únicos casos. Optamos, dessa maneira, por colocar o número total de cada presidente, independente de terem números de extensão sobrepostos.

Apesar de a Constituição ter sido promulgada no governo Sarney, em 1988, somente a partir do governo Collor, em 1990, o artigo

QUADRO 2: RECONHECIMENTO DE TIS NOS ÚLTIMOS CINCO GOVERNOS

Presidente (período)	TIs declaradas*		TIs homologadas	
	Nº	Extensão (ha)	Nº	Extensão (ha)
José Sarney (abr.85/mar.90)	39	9.786.170	67	14.370.486
Fernando Collor (jan.90/set.92)	58	25.794.263	112	26.405.219
Itamar Franco (out.92/ dez.94)	39	7.241.711	16	5.432.437
F. H. Cardoso (jan.95/ dez.02)	118	33.900.910	145	41.043.606
Luiz Inácio Lula da Silva (jan.03/abr.06)	18	8.749.475*	60	10.503.922

* Incluídas a TI Baú, que já havia sido declarada no governo FHC com 1.850.000 hectares, e no governo Lula foi reduzida para 1.543.460 hectares; e a TI Raposa Serra do Sol, que já tinha sido declarada em 1998 no governo FHC.

231 em relação às TIs começou a ser aplicado, incluindo nos estudos de identificação as áreas necessárias – mesmo se muitas vezes de extensão maior do que determinadas anteriormente – para a reprodução físico-cultural das populações indígenas que nelas habitam.

TIS NA AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia Legal (AC, RO, AM, RR, PA, AM, TO, MT e a parte oeste do Maranhão) abarca uma população de aproximadamente 20 milhões de pessoas (IBGE) e uma extensão de 500.631.680 ha, ou 5 milhões de km², dos quais 21,36% são Terras Indígenas. Esse percentual de TIs representa 98,63% da extensão total das TIs no país, sendo que os 1,37% restantes espalham-se ao longo das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Mato Grosso do Sul, onde foram reconhecidas TIs de pequenas extensões. Essa acentuada diferença entre a extensão total das TIs na Amazônia Legal e nas outras regiões citadas se deve à dinâmica da colonização mais intensa e antiga dessas regiões, que resultou numa ocupação mais densa e na expulsão ou extermínio das populações indígenas que aí viviam.

Vivem na Amazônia legal 170 povos indígenas, com uma população aproximada de 300 mil índios em TIs e em núcleos urbanos próximos delas. Representam 1,10% da população da região. Há indícios de aproximadamente 46 grupos indígenas ainda não contatados, a Funai já confirmou a existência de 20 desses grupos (ver artigo pág. XXX). (agosto, 2006)

QUADRO 3: SITUAÇÃO JURÍDICA DAS TIS NA AMAZÔNIA LEGAL EM 31/07/06

Situação jurídica	Nº	% do nº de TIs	Extensão (ha)	% da extensão das TIs
Em identificação	46		101.160	
Com restrição de uso a não-índios	2		926.000	
Total	48	12,66	1.027.160	0,96
Identificada/Aprovada pela Funai; sujeita a contestações	23	6,07	2.677.620	2,50
Declaradas	18	4,75	9.193.400	8,59
Duas Demarcadas pelo Incra e uma Reservada	3		58	
Homologadas	40		7.559.080	
Registradas no CRI e ou SPU	247		86.506.704	
Total	290	76,52	94.065.842	94
Total Amazônia	379	100,00	106.964.022	100,00%

O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS TIS

A Constituição de 1988 aos índios o direito às terras que ocupam e consagrou o princípio dos direitos originários dos índios em relação ao território, uma vez que são os primeiros habitantes encontrados no Brasil. A definição de Terra Indígena encontra-se no primeiro parágrafo do art.231 da Constituição Federal: “são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições”. A Constituição estabelece ainda que essas terras são bens da União, sendo reconhecida aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. O poder público é obrigado a promover tal reconhecimento por meio de procedimentos administrativos em várias etapas. Veja a seguir as etapas envolvidas no longo processo de demarcação das terras indígenas (TIs), conforme o disposto no Decreto 1.775/96:

(1) *Estudos de identificação: a Funai nomeia um antropólogo para elaborar estudo antropológico de identificação da TI em questão, em prazo determinado. O estudo fundamenta o trabalho do grupo técnico (GT) especializado, que realizará estudos complementares de natureza etnohistórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, além do levantamento fundiário, com vistas à delimitação da TI. O grupo deverá ser coordenado por um antropólogo e composto preferencialmente por técnicos do quadro funcional do órgão indigenista. Ao final, o GT apresentará relatório circunstanciado à Funai, do qual deverão constar elementos e dados específicos, bem como a caracterização da TI.*

(2) *Aprovação da Funai: o relatório tem que ser aprovado pelo Presidente da Funai, que, no prazo de 15 dias, fará com que seja publicado o seu resumo no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial do Estado (DOE) onde se localiza a terra.*

(3) *Contestações: a contar do início do procedimento até 90 dias após a publicação do resumo do relatório no DOU, todo interessado, inclusive estados e municípios, poderão manifestar-se, apresentando ao órgão indigenista suas razões, acompanhadas de todas as provas pertinentes, com o fim de pleitear indenização ou demonstrar vícios existentes no relatório. A Funai tem, então, 60 dias, após os 90 mencionados anteriormente, para elaborar pareceres sobre as razões de todos os interessados e encaminhar o procedimento ao Ministro da Justiça.*

(4) *Declarações dos limites da TI: o ministro da Justiça terá 30 dias para: (a) expedir portaria, declarando os limites da área e determinando sua demarcação física; ou (b) determinar novas diligências a serem cumpridas em mais 90 dias; ou ainda, (c) desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1º do artigo 231.*

(5) *Demarcação física: declarados os limites da área, a Funai promove a sua demarcação física, indeniza as benfeitorias dos ocupantes não índios, considerados de boa-fé e em alguns casos; onde for necessário, o Incra procederá ao reassentamento de ocupantes não-índios.*

(6) *Homologação: o procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido ao Presidente da República para homologação por decreto.*

(7) *Registro: a terra demarcada e homologada será registrada, em até 30 dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União (SPU).*

A Guerra dos Números

Artur Nobre Mendes

Antropólogo, servidor da Funai, ex-presidente e diretor de Assuntos Fundiários da Funai

AS INFORMAÇÕES E OPINIÕES DIVERGENTES SOBRE A SITUAÇÃO DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL É FRUTO, EM GRANDE MEDIDA, DE TRÊS ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA SOBRE OS QUAIS NÃO EXISTE CONSENSO

As pessoas que acompanham com algum interesse o avanço na demarcação das Terras Indígenas no Brasil devem estar atônitas com tantas informações desencontradas a respeito do que já foi feito, neste e nos governos anteriores, assim como, e principalmente, em relação ao que ainda falta ser realizado. Os dados levados a conhecimento público são tão discrepantes a ponto de alguns entenderem que estamos prestes a concluir definitivamente a demarcação de todas as terras enquanto outros protestam que tudo ainda estaria para ser feito ou refeito. Os números variam de 50 a mais de 800 terras por demarcar, se considerarmos as últimas manifestações sobre o assunto. O problema não está nas calculadoras. Essa diferença tão acentuada nos números revela, na verdade, uma divergência em torno de conceitos que, por sua vez, resulta de uma certa imprecisão no texto da legislação que trata do assunto. Melhor dito, o que se discute através dos números são, basicamente, três aspectos da legislação indigenista sobre os quais não existe consenso.

O ARTIGO 231

O primeiro aspecto diz respeito a diferentes interpretações do artigo 231 da Constituição Federal quando esse se refere aos direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Seria por demais extenso discorrer sobre todas as interpretações já feitas a respeito do artigo 231, nem constitui o propósito deste artigo polemizar sobre o assunto. Cabe apenas destacar, por ora, que diferentes interpretações resultam em posições divergentes acerca do alcance dessa definição constitucional, ou seja, o entendimento sobre quais situações estariam abrangidas pelo manto da tradicionalidade e quais não estariam. Não é difícil perceber que essas divergências nos levam a

somatórios totalmente díspares acerca do quantitativo de Terras Indígenas existentes no Brasil.

Recentemente, o Presidente da Funai manifestou-se publicamente sobre o assunto, afirmando que, na falta de um entendimento mínimo sobre o tema, restaria ao Supremo Tribunal Federal (STF), em alguma decisão a ser proferida sobre qualquer das ações submetidas àquela corte, o papel de estabelecer a interpretação jurídica definitiva sobre o conceito de ocupação tradicional. Essa manifestação foi interpretada como se a Funai, ou seu presidente, estivesse exortando o STF no sentido de que este impusesse restrições às reivindicações indígenas por mais terras. Na verdade, essa observação resulta de uma constatação extraída do dia-a-dia da Funai, para onde são canalizadas todas as reivindicações fundiárias dos índios. Essas reivindicações contemplam tanto aquelas situações historicamente consolidadas e reconhecidas por todos como terras tradicionais como também aquelas de difícil caracterização, seja em razão do pouco tempo de presença na terra ou em função do modo como se deu a dita ocupação. Pressionada a dar um tratamento igual a todas as situações, encaminhando-as como terras tradicionalmente ocupadas, a Funai tem procurado construir parâmetros objetivos para tratar a questão, ainda que sem uma posição jurídica consolidada e concertada dentro dos diversos setores do governo.

Mais do que o tempo de ocupação, busca-se entender o modo como se dá a ocupação indígena, não apenas no momento em que se processa a reivindicação, mas, principalmente, em sua origem. Dessa forma, reivindicações de comunidades indígenas urbanizadas oriundas de terras já reconhecidas, índios beneficiários da reforma agrária ou que obtiveram a posse ou o domínio da terra por qualquer dos mecanismos previstos na legislação ordinária, podem ter um encaminhamento diverso das terras tradicionais. Entretanto, a aplicação desse critério não é automática, uma vez que a análise da tradicionalidade tem ascendência sobre qualquer outra consideração.

Ao contrário do que vem sendo ventilado, a adoção de critérios para a fundamentação da tradicionalidade da ocupação não

implica em ressuscitar o conceito de imemorialidade, sepultado pela constituição de 1988. Trata-se, isso sim, de levantar aspectos da história do grupo, imprescindíveis para uma justa compreensão da natureza da ocupação por ele exercida.

AS DEMARCAÇÕES ANTES DE 1988

O segundo aspecto que distancia as diferentes contagens das terras por demarcar diz respeito à obrigatoriedade, defendida por alguns, de a União rever todas as demarcações promovidas antes de 1988. A mudança de paradigma sobre o conceito de “Terra Indígena” justificaria tal imposição. É, de fato, gritante a diferença na extensão das terras demarcadas no passado mais longínquo daquelas delimitadas sob a égide da atual Constituição Federal. Apesar de a revisão de limites de terras demarcadas no

passado ser, em muitos casos, recomendável, a tese da obrigatoriedade parece não resistir a uma análise jurídica minimamente consistente. Com relação a esse aspecto, seria mais correto analisarmos cada caso antes de acrescentarmos na conta das terras não demarcadas todas aquelas áreas regularizadas dentro de marcos jurídicos já ultrapassados.

RECONHECIMENTO ÉTNICO

O terceiro aspecto, não menos importante, embora secundário do ponto de vista da regularização fundiária, é a legislação pertinente ao reconhecimento étnico. Quem é, e quem não é índio no Brasil. O Estatuto do Índio, de 1973, adota o duplo critério do auto-reconhecimento referendado pelo reconhecimento do grupo. É preciso reconhecer-se e ser reconhecido.

“O CONTRADITÓRIO”: O DECRETO 1775/96 DEZ ANOS DEPOIS

Em janeiro de 2006, o decreto Nº 1775/96, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das Terras Indígenas no Brasil, completou dez anos de vigência. Para quem nasceu sob o signo da controvérsia e da polêmica, é surpreendente que nenhuma manifestação, a favor ou contra, tenha marcado a passagem de sua primeira década de existência. Aparentemente, o decreto 1775/96 adquiriu um status de “lei” ou se prepara para tanto, na medida em que figura, quase sem alterações, nos projetos-de-lei do novo Estatuto dos Povos Indígenas que tramitam no Congresso Nacional.

A novidade maior que o dito decreto trouxe para o processo de demarcação de Terras Indígenas foi a possibilidade de terceiros interessados apresentarem razões contrárias à delimitação realizada pela Funai, no que veio a ser conhecido, própria ou imprópriamente, como “o contraditório”. Pelo procedimento estabelecido no decreto, os interessados dispõem de 90 dias após a publicação do resumo dos estudos de delimitação pela Funai, para apresentarem suas contestações. A Funai dispõe de mais 60 dias para se manifestar em relação a essas contestações, encaminhando o processo, na seqüência, ao Ministério da Justiça para deliberação e expedição de Portaria Declaratória da TI.

De fato e a bem da verdade, o decreto 1775/96 não constituiu empecilho para o avanço significativo das demarcações de TIs nessa década de sua existência, nem representou, como se temia à época de sua edição, um retrocesso ou a possibilidade de revisão, para menor, das terras já demarcadas. Pelo contrário, onde houve redução de terras nesse período, isso aconteceu não por causa do decreto, mas apesar dele. Já não se trata, portanto, de julgá-lo, com dez anos de atraso, por seu conteúdo, mas de avaliá-lo em seus efeitos. Observa-se, atualmente, uma forte tendência de judicialização dos processos de reconhecimento de TIs. Muitos enxergam como causa desse fenômeno uma postura vacilante do governo federal em relação às terras aptas a receberem o ato declaratório, o que encorajaria os litigantes a recorrerem à justiça.

Para quem olha de dentro do processo, a causa principal desse fenômeno parece ser outra. Basta acompanharmos a evolução das contestações apresentadas para percebermos que o contraditório levou o “outro lado” a se especializar no assunto após acumular experiência, in-

formação e assimilar claramente as regras do jogo, deixando de insistir na tese do direito de propriedade como direito supremo e passando a questionar os laudos da Funai em seus próprios termos, recorrendo, muitas vezes, aos profissionais da área.

Essa especialização contou com a assessoria indireta da própria Funai. Explico. Ao argumentar pela improcedência das primeiras contestações que opunham o direito originário dos índios ao direito de propriedade dos produtores rurais, a Funai acabou por indicar o “caminho-das-pedras” para os contestantes. Muitos advogados e firmas de advocacia vislumbraram no contraditório a possibilidade de abrir um novo e lucrativo ramo de sua atividade profissional no que foram, depois, seguidos por alguns antropólogos, historiadores e outros pesquisadores. Criou-se, dessa maneira, uma oferta profissional de recursos administrativos contra as delimitações propostas pela Funai. Como o recurso administrativo raramente produz o efeito desejado, é previsível que a via judicial seja acionada, considerando que toda a argumentação jurídica e técnica contrária à delimitação já se encontra pronta e os advogados, devidamente contratados. Portanto, mais que fruto de uma postura política deste ou de qualquer outro governo, a judicialização dos processos de reconhecimento dos direitos territoriais indígenas obedece a uma lógica inerente ao processo administrativo em vigor. Dito de um modo mais claro, o decreto 1775/96 favorece aquilo a que ele se propunha: em tese, a desestimular, via instituição do contraditório, o recurso judicial contra as demarcações de terras indígenas.

Trabalhando com a perspectiva de o decreto virar lei, de nada adiantará insistir na tecla única do compromisso político na esperança de, com isso, retomar o ritmo acelerado de demarcações dos primeiros anos de vigência do decreto. Somente o rigor científico, calcado numa sólida responsabilidade jurídico/administrativa, poderá conferir consistência suficiente aos laudos técnicos produzidos pela Funai de modo a atravessarem, incólumes, os campos minados das contestações administrativa e judicial. Para acelerar o processo com segurança, a medida mais importante, no momento, seria dotar a Funai de pessoal técnico qualificado e bem remunerado na quantidade necessária, mas isso já é outra história.

Recentemente, o Brasil tornou-se signatário da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa Convenção estabelece no Parágrafo 2º do Artigo 1º que: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para definir os grupos aos quais se aplicam as disposições da Convenção”.

A existência desse artigo serviu para que muitos defendessem a auto-identificação como critério único para o reconhecimento de povos ou indivíduos indígenas. Ainda que a própria OIT procurasse esclarecer que o caráter fundamental da auto-identificação não lhe conferia o status de critério único,¹ o fato é que muita gente, dentro e fora do governo, passou a adotá-lo. As Universidades Federais aceitam a simples manifestação do candidato como critério para o preenchimento das vagas reservadas aos índios pelo regime de cotas, exatamente como é feito em relação aos afrodescendentes. Também o IBGE divulgou recentemente o aumento significativo da população indígena no Brasil na última década, baseado unicamente na auto-declaração dos entrevistados. É previsível que, junto com tamanho crescimento demográfico, aumente também o número de terras indígenas reivindicadas. Embora esse não seja, na atualidade, o fator que mais contribui para o aumento desse número, a adoção do critério único em definitivo pela Funai provocaria, muito provavelmente, um crescimento exponencial nas reivindicações por novas terras.

Eis o que nos interessa discutir. Não o aumento das reivindicações propriamente, mas o impacto que ele poderá provocar sobre a legislação indigenista no tocante à garantia da terra, especialmente sobre o princípio do indigenato. O indigenato é o reconhecimento, expresso em nossas leis, da anterioridade da presença dos índios em nosso solo. Em consequência, o direito dos índios à terra está na origem mesmo do Estado Nacional. A doutrina do indigenato ensina que o direito dos índios a terra decor-

re de sua origem como primários e naturais senhores da terra; trata-se de um direito congênito, distinto, portanto, da posse e da propriedade previstos no Código Civil, que são direitos adquiridos. Será possível conciliar a doutrina do indigenato com o critério da auto-identificação? Em que medida o privilégio muito justamente concedido aos que detém a primazia da presença em nosso território resistirá ao critério da auto-identificação, entendido como exigência de uma nação pluriétnica?

Portanto, mais que combater ou apoiar o critério da auto-identificação, é preciso avaliá-lo em seus possíveis impactos sobre as garantias legais duramente conquistadas ao longo da história.

O debate em torno dos aspectos aqui levantados (mais do que elucidados) poderia promover uma maior aproximação das posições atualmente antagônicas, acercando-se, em consequência, do cálculo numérico do que falta ser feito em matéria de demarcação de terras indígenas e permitindo, além de uma certa trégua na guerra de números, o estabelecimento de uma agenda mínima comum a todas as forças que trabalham a favor do pleno reconhecimento dos direitos territoriais indígenas em nosso país. (*março, 2006*)

NOTA

¹ A publicação da OIT “Povos indígenas e tribais: guia para a aplicação da Convenção nº 169 da OIT”, de 1999, em sua página 28, diz textualmente: “(O Parágrafo 2º do Artigo 1º) não diz que (a consciência da sua identidade) é o único critério, mas deve ser seriamente considerado quando se trata de especificar o grupo social ao qual se aplica a dita Convenção. A cada país compete decidir a quais grupos se aplica esta Convenção, com base nos já mencionados critérios objetivos e subjetivos, sempre em consulta aos interessados. É importante ressaltar que a Convenção não define quem são os povos indígenas e tribais, mas oferece elementos para ajudar os governos a definir a quem se aplica a Convenção. Uma definição limitaria e privaria alguns desses povos dos direitos outorgados por esta Convenção.”

FÓRUM AVALIA DESEMPENHO DO GOVERNO LULA

O Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) vem a público manifestar seu repúdio aos recentes atos do Governo Federal que evidenciam intencional desmantelamento da política indigenista com flagrantes violações dos direitos consagrados dos povos indígenas (...).

A mobilização do Abril Indígena, ocorrida em abril de 2005, solicitou às autoridades do Governo Federal, em especial ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, providências para a conclusão dos processos administrativos para a demarcação de 14 Terras Indígenas (TIs) que se encontravam em análise no Ministério da Justiça, aguardando terem seus limites declarados para efeito de sua demarcação administrativa. Passados 10 meses dessa solicitação, não houve nenhuma resposta por parte do Ministério e apenas uma TI, a Yvy Katu do povo Guarani-Nhãdeva, no Mato Grosso do Sul, teve seus limites declarados. Ao contrário do que havia prometido, em audiência realizada com lideranças da mobilização indígena, o Ministro da Justiça tem retardado as providências administrativas para a demarcação das Terras Indígenas, tornando prática comum a devolução dos procedimentos à presidência da Funai. Foram tratados dessa forma, dentre outras, as seguintes terras: Manoki (MT), Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Balaio (AM), Pitaguary (CE), Cachoeirinha (MS) e Kariri-Xokó (AL). Ao todo, são 29 TIs com procedimentos paralisados, num verdadeiro limbo administrativo entre o Ministério da Justiça e a Funai. E em todos os casos, o prazo fixado no Decreto nº 1.775/96 para o Ministro da Justiça decidir sobre a demarcação não foi cumprido. A cada ano, os números de Portarias Declaratórias baixadas pelo Ministro vêm sendo reduzidos.

Seguindo idêntica orientação, a Funai tem reduzido o número de Grupos Técnicos (GT) destinados à identificação e delimitação das terras indígenas. No primeiro semestre de 2005, nenhum novo GT de identificação e delimitação de TI foi criado. Apenas uma pequena terra foi delimitada, Sapotal, do povo indígena Kokama (AM). A Funai não deu seqüência aos 28 estudos de identificação realizados nos dois últimos anos. Ficaram sem seqüência também os GTs criados para rever limites de 18 TIs. Longas prorrogações de prazo para entrega de relatórios de identificação estão sendo concedidas, a exemplo das terras Tapeba (CE), prorrogada por 638 dias, Tumbalalá (BA) por 308 dias e Karitiana (RO) por 306 dias. No contexto dessa premeditada paralisia, ainda existem cerca de 240 TIs reivindicadas pelos povos indígenas junto à Funai aguardando que esse órgão tome as iniciativas para a sua regularização e das quais apenas 64 tiveram seus processos administrativos para demarcação iniciados. (...) Percebem-se graves indícios de que o Governo Federal tem cedido às pressões de articulação de forças políticas e econômicas antiindígenas, notadamente nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Roraima, com intensa atuação principalmente no Congresso Nacional. Evidências dessa determinação política foram: a inconstitucional consulta ao Conselho de Defesa Nacional, para que as homologações das demarcações de terras tradicionalmente ocupadas por índios sejam assinadas pelo Presidente da República; a igualmente inconstitucional criação de Comissão constituída por representantes da União e do Estado de Santa Catarina para analisar as áreas a serem demarcadas; e a paralisia dos procedimentos de demarcação de terras indígenas no Mato Grosso, como resultado do pedido do Governador de uma "moratória" na demarcação das TIs naquele Estado. Dessa forma, as diligências destinadas a esclarecimentos técnicos dos procedimentos administrativos de demarcação, suscitadas pelo Ministro da Justiça e pelo Presidente da Funai

assumem caráter protelatório.

Como conseqüências das mais graves dessa paralisia, constata-se o crescimento do número de conflitos pela posse da terra indígena, expondo membros de comunidades e lideranças indígenas à violência e ao extermínio, que conta com apoio decorrente do avanço acelerado da devastação ambiental promovida pelo agronegócio e por mineradoras sobre as TIs. Desrespeita-se a vida humana, como nos assassinatos das lideranças Guajajara, do Maranhão, Nhãdeva, do Mato Grosso do Sul e Truká, em Pernambuco, e promovem-se gigantescos saques aos recursos naturais nas Terras Indígenas. (...) (trechos de documento do FDDI veiculado em fevereiro de 2006)

TIS COM PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO PARALISADOS

Terra Indígena	Povo
Aldeia Condá/SC	Kaingang
Anaro/RR*	Wapixana
Arroio Corá/MS	Guarani Kaiowá e Guarani Nãdeva
Baia dos Guató/MT	Guató
Balaio/AM	Baré, Baniwa, Desana, Pira-tapuya, Kubeo, Kuripako, Tuyuka, Tukano, Tariano
Batelão/MT	Kaiabi
Boa Vista/PR	Kaingang
Cacique Fontoura/MT	Karajá
Guyraroká/MS	Guarani Kaiowá
Kariri Xokó/AL	Kariri-Xokó
Lagoa Encantada/CE	Jenipapo-Kanindé
Las Casas/PA	Kayapó
Manoki/MT	Iranxe
Matintin/AM*	Ticuna
Morro dos Cavalos/SC	Guarani Mbyá e Guarani Nãdeva
Piaçaguera/SP	Guarani Nãdeva
Pitaguary/CE	Pitaguary
Potiguara de Monte Mor/PB	Potiguara
Ribeirão Silveira/SP	Guarani Mbyá e Guarani Nãdeva
São Domingos do Jacapari e Estação/AM*	Kocama
Sarauá/PA	Amanaye
Taunay Ipegue/MS	Terena
Tenharim Marmelos gleba B/AM	Tenharim
Toldo Imbú/SC	Kaingang
Toldo Pinhal/SC	Kaingang
Trombetas Mapuera (RR/AM/PA)*	Hixkaryana, Waiwai e Katuena
Xapecó/SC	Guarani Mbyá e Kaingang
Xipaia/PA	Xypaia
Yvyaporã Laranjinha/PR	Guarani Nãdeva e Kaingang

Fonte: FDDI

* TIs declaradas depois da publicação do documento.

O Papel do Judiciário

Deborah Duprat

Subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

NÃO SE PODE RECUSAR AO PODER JUDICIÁRIO IMPORTANTE ATUAÇÃO NA ESTIPULAÇÃO DE ALGUNS MARCOS TEÓRICOS EM RELAÇÃO À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS. PERSISTE, TODAVIA, FORTE INCOMPREENSÃO SOBRE A NATUREZA DO TERRITÓRIO INDÍGENA E AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS CORRELATAS

O direito anterior à Constituição de 1988, na linha do pensamento ilustrado e moderno que o informava, resolveu o tema da justiça com a doutrina das “esferas de liberdade” de cada indivíduo. Frases como “minha liberdade termina onde começa a liberdade do outro” desenhavam apropriações territoriais sob o signo da ubiqüidade. O termo ubiqüidade, na física, é sinônimo de exclusão: dois corpos físicos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo. Levado para o campo do direito, estava a significar que todo homem desloca os demais homens de seu campo de ação. A propriedade privada é o arquétipo dessa geografia de figuras geométricas, fronteiriças e excludentes entre si.

A Constituição de 1988 reconfigura, em larga medida, a noção de indivíduo, ao recuperar, para o direito, os espaços de pertencimento. É constitutivo do ser humano viver em horizontes qualificados, dentro dos quais ele se torna capaz de tomar posições, de se orientar acerca do que é bom ou ruim, do que vale ou não a pena fazer. A identidade do indivíduo é definida pelos compromissos e identificações que estabelece no seio dessa comunidade, porque ali são vividas as relações definitórias mais importantes.

Os territórios indígenas, no tratamento que lhes foi dado pelo novo texto constitucional, são concebidos como espaços indisponíveis ao exercício de direitos identitários desses grupos étnicos. As noções de etnia/cultura/território são, em larga medida, indissociáveis. Resulta inequívoca, portanto, a diferença substancial entre a propriedade privada – espaço excludente e mar-

cado pela nota da individualidade – e o território indígena – espaço de acolhimento, em que o indivíduo encontra-se referido aos que o cercam. A prática judiciária, no entanto, tende a equiparar ambos os institutos, conferindo-lhes, de resto, tratamento processual idêntico.

A situação mais recorrente é o manejo de ações possessórias em face de territórios indígenas. Citem-se, como exemplos mais recentes, as inúmeras liminares concedidas a favor de particulares em território tradicional dos Pataxó Hã-hã-hãe, na Bahia, na área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e em diversas áreas indígenas no Mato Grosso do Sul.

Uma ação vocacionada à tutela de direito de cunho nitidamente civilista neutraliza a disciplina constitucional dos territórios indígenas, porque a luta processual se desenvolve sob controle das normas constitutivas daquele campo e valendo-se apenas das armas nele autorizadas. Assim, elementos tais como posse velha, ocupação física, passam a ser acriticamente definitórios de direitos possessórios.¹

Outro dado, bastante eloqüente em ações desse tipo, é a própria definição de posse. Não cuida o julgador de examinar que as partes contrapostas pertencem a comunidades lingüísticas distintas. Há um estreito vínculo entre identidade e interlocução, reconhecido pela própria Constituição (art. 216, I e II: formas de expressão e modos de criar, fazer e viver). É nesses espaços comuns de vida que se estabelece o acordo de significados. Ou, talvez melhor dito, o uso da linguagem é que ativa esse espaço comum. Daí a expressão de Wittgenstein, de que o acordo de significados envolve o acordo de juízos. Só por meio da experiência comum posso avaliar e definir o que são a raiva, o amor, a lua, a terra, e... a posse. Cada um desses elementos é significado de forma própria em cada comunidade de falantes, a partir de sua experiência de vida, quotidianamente renovada. No entanto, no debate processual, apenas a definição oficial de posse é levada em consideração. Desconhece-se, por exemplo, que, para os Guarani, o tekoha é uma instituição divina criada por Ñande Ru (Melià et Alii, 1976:218). Deles desalojados com a chegada do

homem branco, procuram ali permanecer, inclusive trabalhando para este nos ervais e em roças.² Consideram-se, dessa forma, de posse de seu território tradicional. A visão naturalizada da posse civil, apresentada como evidente, estabelecida de uma vez por todas, fora de discussão, escamoteia o fato de que toda e qualquer definição oficial importa em adoção de um determinado ponto-de-vista e o descarte de visões concorrentes.

Se no regime constitucional anterior, cabia ao Estado, com exclusividade, homologar determinadas representações sociais e inscrevê-las, pelo direito, como universais, a prática não se sustenta sob uma Constituição que apresenta esse mesmo Estado como etnicamente plural. E, se o processo se desenvolve sem que se confrontem visões concorrentes de mundo e a respectiva tradução na linguagem de cada uma das partes, nega-se o postulado constitucional da pluralidade étnica e reinstala-se, na prática judiciária, a marca etnocêntrica do regime anterior.

DECISÕES QUE CAUSAM PERPLEXIDADE

Mas, não bastasse a situação de desequilíbrio entre as partes que a ação possessória enseja, há decisões que causam enorme perplexidade. Em diversas ações, são concedidas medidas cautelares para assegurar a presença de supostos proprietários na área, a despeito de já concluído o processo administrativo de demarcação da terra indígena.

No Mandado de Segurança 25.463, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida desse naipe em relação à área indígena Nãnde Ru Marangatu, dos Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, cuja demarcação fora homologada pelo Decreto s/n de 28 de março de 2005. O fundamento da decisão foi a existência de uma ação judicial, anterior ao decreto presidencial, onde se discute o domínio das terras e a nulidade do processo administrativo. Todavia, não havia, na ação em curso na justiça federal, decisão liminar que impedisse o regular desenvolvimento do procedimento demarcatório, tanto que esse chegou ao seu termo.

A prevalecer esse entendimento para outras situações, estaria inviabilizada a atividade da administração pública: bastaria a existência de uma ação judicial na qual fosse discutida a constitucionalidade de um tributo para impedir a sua arrecadação. Ou, em hipótese mais próxima, o ajuizamento de uma ação tendente a provar a produtividade de determinado imóvel rural, a impedir o desenrolar do processo de desapropriação para fins de reforma agrária. Marque-se, mais uma vez, que não se está a falar de obstáculo à atividade administrativa por força de decisão judicial, mas sim da mera existência de uma ação.

Há uma outra justificativa na decisão liminar que merece registro: o perigo da demora consubstanciada na possibilidade dos índios começarem a ocupar as terras objeto do Decreto. Ao que sugere o texto, constitui um risco índios ocuparem suas terras tradicionais,

inclusive aquelas que foram assim consideradas, em definitivo, pelo Estado. Assim, afora os equívocos jurídicos, há, aparentemente, na decisão, certa dose de preconceito e discriminação.

Curiosamente, em mandado de segurança com idêntico objeto, relativo aos Potiguara de Jacaré de São Domingos (MS 21.986), o presidente do STF, em 05/10/2005, votou pela denegação da ordem, exatamente sob o fundamento de que a mera existência de uma ação judicial não era de molde a inviabilizar os efeitos próprios do decreto homologatório.³

Também no RE 416.144, o STF determinou, por unanimidade, o retorno dos Xavante à TI Marãiwatsede, sob a consideração de ser fato incontroverso a declaração das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pela Portaria 363/93, do Ministro de Estado da Justiça, homologada por Decreto do Presidente da República, contra o qual fora proposta ação de nulidade do processo de demarcação, cujos efeitos persistem, uma vez que até o momento não houve decisão judicial que os suspendessem.

O julgamento desse recurso extraordinário deu-se em 10/8/2004, o que significa que, desde a portaria declaratória – ato este também dotado da presunção de legitimidade – se passaram onze anos até que se desse o retorno dos índios ao seu território tradicional – mesmo assim, parcialmente, porque ainda permanecem na área não-índios, mediante autorização judicial. Tal dado não passou despercebido ao Ministro Gilmar Mendes, que, por ocasião do seu voto, afirmou que o judiciário pensa que o tempo da sociedade é eterno. Rigorosamente, para além da eternidade é o tempo que o judiciário concede aos índios.

Tramita desde 1983, no STF, a ação cível originária 312, em que se pretende a nulidade dos títulos incidentes sobre o território tradicional dos Pataxó Hã-hã-hãe, do sul da Bahia. Por todo esse longo período de tempo, superior a vinte anos, os índios vêm sendo impedidos de ocupar integralmente o seu território, sob o pretexto, recorrentemente invocado por juízes e tribunais, de que o Supremo ainda não definiu os exatos limites de suas terras. Questão esta, aliás, que sequer era objeto da ação, mas que passou a sê-lo por compreensão do atual Relator.

Após os índios da Raposa Serra do Sol esperarem por mais de vinte anos o decreto de homologação de sua área, e o STF ter afirmado a sua competência para conhecer de ação popular contra a portaria declaratória e demais ações correlatas, a justiça federal em Roraima continua a conceder medidas liminares, em ações possessórias, a favor de não-índios.

Esse quadro de indefinições, de decisões contraditórias no âmbito de um mesmo tribunal, às vezes de um mesmo julgador, gera, nesses povos, sentimento de discriminação perfeitamente compreensível. Pior ainda, subtrai-lhes a eleição do seu próprio destino: estão condenados a viver num tempo orientado pelos outros.

Mas há mais.

Em uma ação possessória que se iniciou na justiça federal de Alagoas, o juiz considerou provada a posse mansa e pacífica do autor e a existência de esbulho violento pelos índios Xucuru-Kariri, uma vez que aquela se encontrava lastreada em títulos aquisitivos legalmente constituídos. A sentença e o acórdão que a confirmaram consignavam, todavia, a existência de laudo da Funai, indicando os limites da área indígena, onde também se situava a suposta posse do autor. Concluíam, ainda, não ser cabível perícia antropológica, porque a posse indígena já estava evidenciada por meio daquele estudo. Contrariando assim expressa disposição constitucional (art. 231, § 6º), foi conferida validade a títulos incidentes sobre área indígena, cujo laudo produzido pela Funai não foi contestado. Esse caso é de especial gravidade, porque passa ao largo de um dos postulados mais evidentes do texto constitucional, no trato dessa matéria, e da jurisprudência que foi consolidada ao longo do tempo.

Em uma outra oportunidade, e para não fugir à linha de incoerências que permeiam a atuação judicial nessas questões, o mesmo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, analisando recursos interpostos pela comunidade indígena Tremembé, pela Funai e pela União, declarou nula sentença que afirmara a validade de títulos de propriedade apresentados pela Ducoco Agrícola S/A. Naquela ocasião, disse o Tribunal que prevalecia o ato administrativo de reconhecimento da área indígena, por sua presunção de legitimidade, e que a sua desconstituição estava a depender de perícia antropológica, a ser suportada por quem o impugnava.

Todas essas decisões judiciais estão inspiradas, de uma forma ou de outra, no mito da propriedade privada, reputado direito fundamental, tal qual o é o direito à identidade. Ambos são ponderados como se princípios fossem, e a prevalência de um ou outro fica a depender das peculiaridades do caso sob exame.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS PATRIMONIAIS

A primeira diferença entre os direitos fundamentais e os direitos patrimoniais consistiria no fato de que os direitos fundamentais – nos quais se inclui tanto os direitos à liberdade, à identidade e à vida, como o direito a adquirir e dispor dos bens objeto de propriedade – são direitos universais, no sentido lógico da quantificação universal da classe dos sujeitos que são seus titulares; já os direitos patrimoniais são direitos singulares, no sentido, também lógico, de que para cada um deles existe um titular determinado, com exclusão de todos os demais. Assim, os primeiros são reconhecidos a seus titulares em igual forma e medida, enquanto os segundos pertencem a cada um de maneira diversa, tanto pela qualidade quanto pela quantidade.

A segunda diferença é que os direitos fundamentais são indisponíveis, inalienáveis, invioláveis, intransigíveis, personalíssimos.

Ao contrário, os direitos patrimoniais são disponíveis por natureza, negociáveis e alienáveis. Esses se acumulam; aqueles permanecem invariáveis. Não é possível, juridicamente, ser mais livre, mais eu, ter direito a mais vida. No entanto, a ordem jurídica consente em que alguém seja mais rico.

A terceira diferença está em que os direitos patrimoniais, exatamente por que disponíveis, estão sujeitos a vicissitudes, ou seja, destinados a ser constituídos, modificados ou extintos por atos jurídicos. Já os direitos fundamentais têm seu título imediatamente na lei. Assim, enquanto os direitos fundamentais são normas, os direitos patrimoniais são predispostos por normas. Aqueles decorrem direta e imediatamente de regras gerais de nível habitualmente constitucional, enquanto estes dependem da intermediação de um ato. De modo que esses direitos, a par de não serem equivalentes, têm, entre si, relação óbvia de hierarquia, homologada pelo próprio texto constitucional.

O que constituições de países capitalistas inscrevem como direito fundamental é o direito de todos a serem proprietários. Nesse sentido, não há como se recusar o caráter universal e indisponível de tal direito. Diferentemente, contudo, é o direito de propriedade em si, que, por sua própria natureza, não pode ser concedido, logicamente, como fundamental e, portanto, universal.

A inversão nessa ordem de hierarquias conduz ao estágio em que nos encontramos na atualidade. Aos índios, se recusa a ocupação dos seus espaços definitórios, subtraindo-lhes a possibilidade de exercício amplo de seus direitos identitários, em nome de supostos direitos de propriedade.

Situação bastante emblemática dessa inversão é aquela que diz com a figura dos embargos de retenção. A Constituição, em seu art. 231, § 6º, ao estabelecer a nulidade dos títulos incidentes sobre Terras Indígenas, assegura aos seus titulares indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. No entanto, é bastante comum, na prática judiciária, assegurar a essas pessoas permanência em território indígena enquanto não se paga a indenização.

Não bastasse a disputa que se estabelece entre direitos indígenas e direitos de propriedade, há forte incompreensão no que diz respeito ao que sejam terras tradicionalmente ocupadas. Vez por outra o conceito resvala para a imemorialidade, e o juiz exige a produção de um laudo arqueológico que evidencie que a presença indígena no local remonta a tempos pré-colombianos. Tal requisito vem impedindo que os Terena de Mato Grosso e os Krahô-kanela de Tocantins tenham acesso a um território, ao argumento de que as áreas pretendidas não correspondem às suas terras ancestrais.

O requisito da imemorialidade, no entanto, de há muito foi abandonado. A uma, por sua impossibilidade lógica. O processo dito colonizador avançou sobre esses territórios, descaracterizando-os. É um truismo dizer-se que não há como recuperar Copaca-

bana para os índios. A duas, porque esse mesmo processo promoveu deslocamentos constantes, e a territorialização desses povos teve que ser constantemente redefinida. E, a três, porque estamos a tratar de populações que existem no presente, com perspectivas de vida atuais e futuras, e que não podem ser condenadas a um imobilismo do passado.

De outro giro, muito embora não imobilizadas espacialmente e não definidas necessariamente pela profundidade temporal, a definição de terras tradicionalmente ocupadas requer uma compreensão narrativa das vidas desses povos. A tradição que emerge dessa narrativa não é mera repetição de algo passado, não é mera remissão ao contexto da existência que a originou, mas a experiência histórica de sua reafirmação e transformação. Daí por que a definição do que sejam terras tradicionalmente ocupadas, por cada grupo, passa por um estudo antropológico que, para além da história, revele a tradição que é permanentemente reatualizada e que dessa forma se faz presente na memória coletiva. Importante ressaltar, quanto ao estudo antropológico, que esse não tem e nem poderia ter, uma posição neutra em relação à sua pesquisa, no sentido de objetificar, de definir determinado domínio a partir de normas ou padrões externos ao grupo, pois tal importaria em privá-lo de sua força normativa. Assim, o estudo antropológico tendente à identificação de um território tradicional pressupõe compreensão e tradução das formas como o grupo se vê ao longo de sua trajetória existencial, como vê e conhece o mundo, como nele se organiza.

Nesse sentido, não deixam de ser curiosas as decisões que negam validade à perícia antropológica por suspeição do pesquisador, porque esse tem intimidade com o grupo.⁴ No entanto, para toda e qualquer perícia, requer-se, do profissional, conhecimento técnico e científico (art. 424, I, CPC). E, no caso da antropologia, apenas está habilitado a produzir essa prova aquele que conhece o grupo, que pode revelar a sua existência cotidiana. Por outro lado, a definição de um território tradicional não pode passar ao largo do estudo antropológico, salvo se pretendermos reinstaurar o viés etnocêntrico que orientava o direito anterior, em que o juiz atribui aos agentes a sua própria visão.

Enfim, sem a pretensão de exaurir todas as dificuldades com que nos defrontamos nas lides diárias, o que se revela, nesse breve esboço, é um judiciário ainda marcadamente civilista, seja na interpretação do direito, seja na ritualística processual. Mesmo as decisões que vêm ao encontro das aspirações dos povos indígenas dificilmente conseguem fugir desse viés. É pouca a reflexão sobre direitos coletivos, e quase nenhuma sobre direito étnico.

A tarefa que se impõe a todos nós é a luta por um judiciário mais curioso e atento à novidade do que nostálgico de suas certezas. (março, 2006)

BIBLIOGRAFIA

- Bourdieu, P. *Meditações pascalianas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001
- Carpintero, F. *Derecho y ontología jurídica*, Madrid: Actas, 1993
- Ferrajoli, L. *Derechos y garantías – la ley del más débil*. Madrid: Trotta, 2001
- Gadamer, H.G. *El giro hermenéutico*, Madrid: Cátedra, 1998
- Habermas, J. *La lógica de las ciencias sociales*, Madrid: Tecnos, 1996
- Meliá, B., Grünberg, F. & G. “Los Pa’i-Tavyterã: Etnografía guarani del Paraguai contemporáneo”, in: *Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*, Vol XI nº 1-2, 1976
- Taylor, C. *As fontes do self – a construção da identidade moderna*, São Paulo: Loyola, 1997

NOTAS

¹ Não obstante o Supremo Tribunal Federal, já em 1993, afirmasse que *não descaracteriza o animus possidendi dos silvícolas o fato de terem sido forçados a se retirarem de suas terras* (ACO 323, Relator Ministro Francisco Rezek, julgamento em 14-10-93, DJ 16-9-94).

² Laudo pericial para a AI Potrero Guassu.

³ O julgamento, até o momento, não foi concluído, em face do pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes. Por ora, concedem em parte a segurança, para sustar os efeitos do decreto homologatório, os Ministros Carlos Velloso e Cesar Peluso; e a denegam os Ministros Joaquim Barbosa, Eros Grau, Carlos Britto, Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence.

⁴ Como exemplo, processo 2004.36.00.002130-5, da 3ª Vara Federal de Mato Grosso. Há outras tantas decisões similares da justiça federal em Dourados-MS.

Exploração em TIs Ainda não foi Regulamentada

Raul Silva Telles de Valle

Assessor jurídico do ISA

DENTRE OS DIVERSOS TEMAS TRATADOS NA ESFERA DOS DIREITOS INDÍGENAS, SEGURAMENTE O QUE MAIS DESPERTA INTERESSES E CONFLITOS, APÓS O RELATIVO ÀS TERRAS, É O DA EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS MINERAIS SITUADAS DENTRO DE TIS

Ao estabelecer como condição prévia a existência de uma lei que regulamentasse especificamente a atividade minerária em Terras Indígenas (TIs), a Constituição Federal (arts.176, §1º e 231, §3º) colocou um significativo empecilho legal aos interesses do “setor mineral”,¹ e que até o momento, apesar do fortíssimo poder político e econômico desse setor, não foi superado.

Não seria justo afirmar que o setor mineral dormiu no ponto. Na verdade, desde cedo tratou de apresentar propostas que retirassem, da maneira mais simples e rápida, o aparente obstáculo imposto pela Constituição. Muitas empresas já detinham títulos minerários ativos e incidentes em Terras Indígenas concedidos antes da promulgação do novo texto constitucional, e por isso viam as novas regras como prejudiciais aos seus interesses, na medida em que condicionam a concessão do direito de lavra à consulta prévia dos povos indígenas afetados e do Congresso Nacional. Além disso, garante aos índios participação na lavra, em patamares ainda não regulamentados, o que significa evidente risco aos lucros empresariais.

No âmbito do Congresso Nacional, há diversos projetos de lei que tentam regulamentar a matéria, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. A grande maioria se refere ao tema superficialmente, mas alguns tentam regulamentá-lo em sua plenitude. O Projeto de Lei do Estatuto das Sociedades Indígenas tem um capítulo específico para tratar da matéria, mas se encontra paralisado há mais de dez anos por falta de vontade política dos sucessivos governos e partidos. Sem vontade de votar aquele projeto mais abrangente, o então senador

Romero Jucá, com apoio do Governo Federal, apresentou em 1995 um projeto de lei para regulamentar exclusivamente a matéria. Contrastando com a morosidade em analisar o outro projeto, já no começo do ano seguinte o “projeto Jucá” foi aprovado no Senado, sendo logo encaminhado à Câmara, onde se encontra atualmente (PL nº1610/96) para análise de uma comissão mista, após já haver sido aprovado em duas comissões permanentes.

MINERAÇÃO EM TIS NO GOVERNO LULA

Com o governo Lula, esperava-se que a matéria fosse finalmente regulamentada dentro do projeto mais amplo de substituição do Estatuto do Índio. Ledo engano. O projeto do novo estatuto não andou. Mas nesse meio tempo eclodiu o conflito entre garimpeiros e os índios Cinta-Larga, o que fez o governo adotar medidas emergenciais para cuidar do caso específico² e sensibilizar-se com o clamor daqueles que há anos propugnavam por uma legislação que regularizasse a atividade – praticada clandestinamente em algumas Terras Indígenas – de forma definitiva.

Em razão das indefinições acerca da conveniência de aprovar o novo Estatuto das Sociedades Indígenas, e de uma titubeante rejeição ao “projeto Jucá”, decidiu o Governo elaborar seu próprio projeto a ser enviado ao Congresso Nacional. Após vários meses de discussão e uma discreta queda-de-braço entre o Ministério da Justiça e de Minas e Energia, o anteprojeto de lei (APL) foi finalmente apresentado ao público durante a I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, organizada pela Funai em abril de 2006.

A apresentação do APL às lideranças indígenas reunidas na Conferência, embora não tenha sido assim dito oficialmente, veio cumprir com a obrigação de consulta prévia aos povos indígenas quando do encaminhamento ou aprovação de medidas legislativas, estabelecidas na Convenção 169 da OIT. Comparado com o “projeto Jucá”, esse projeto avança ao reconhecer a nulidade de

todos os títulos e direitos de prioridade já concedidos. Porém, percebe-se um claro viés tutelar da proposta ao colocar a Funai, e não os povos indígenas interessados, como ator central no processo de concessão do direito de lavra.

Pelo projeto, a participação dos povos indígenas seria sempre secundária e tutelada pela Funai, que seria uma espécie de “porta-voz” de seus interesses em diversos momentos cruciais do processo. Ademais, ele prevê que 50% do que a comunidade afetada teria direito de receber a título de participação nos resultados da lavra seria destinado a um fundo gerido pela autarquia, que decidiria onde e como aplicá-la.

Até o momento de elaboração desse texto, o projeto ainda não havia sido apresentado ao Congresso Nacional, mesmo porque as lideranças indígenas deliberaram durante a CNPI que precisariam de mais tempo para poder analisar um projeto tão complexo, e por isso jogaram para a próxima reunião da conferência

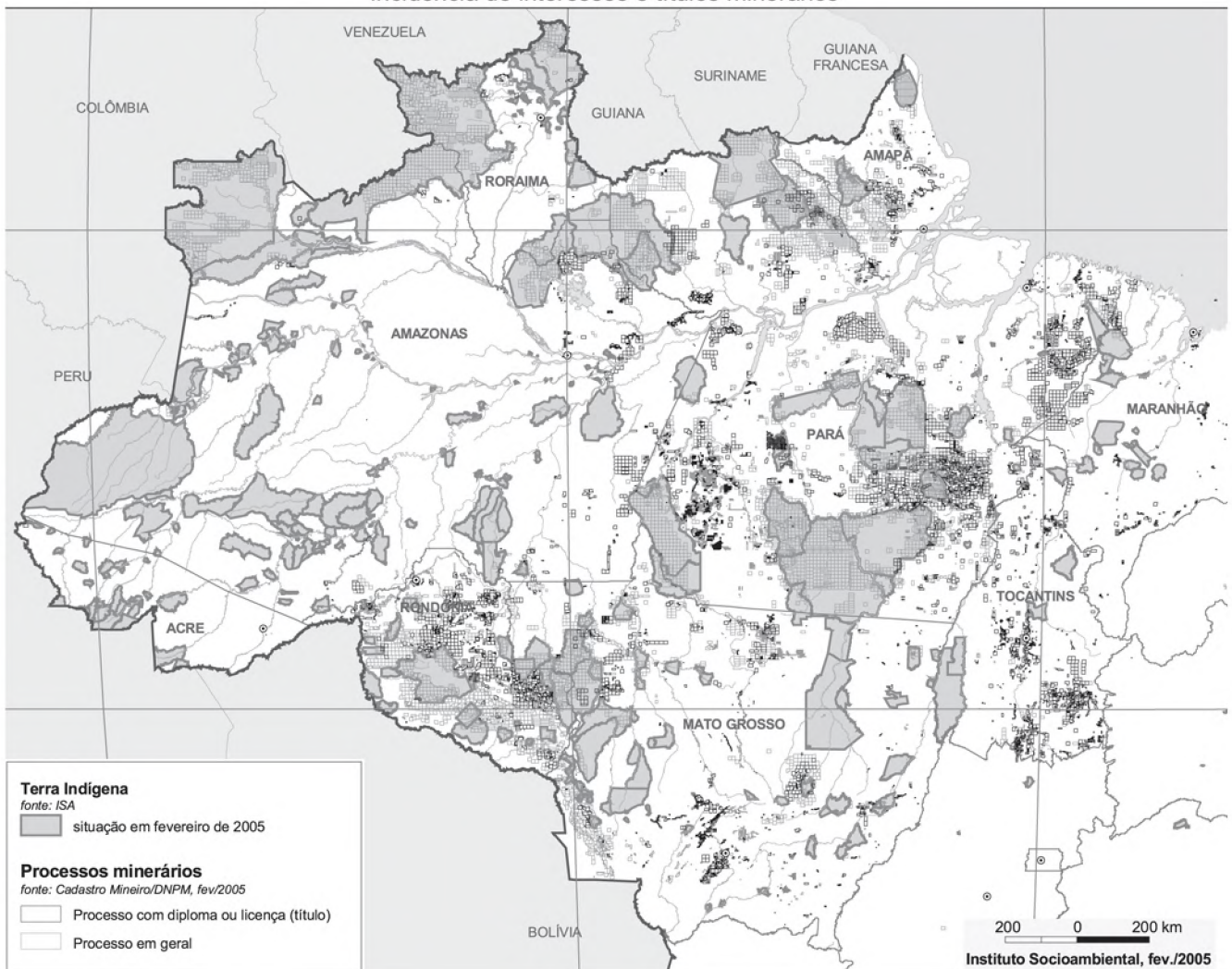
– o que não ocorrerá antes de 2007 – uma análise de mérito, de forma que pudessem consultar suas bases. Há, portanto, pouquíssimas chances de ser apresentado e aprovado ainda nessa legislatura. Esse é um abacaxi para o próximo governo. (junho, 2006)

NOTAS

¹ Deve-se entender por “setor mineral” o campo de interesse em torno do qual orbitam agentes políticos e econômicos, públicos ou privados, que por vezes se confundem. Dentre eles estão as empresas de mineração, os políticos a elas ligados e os burocratas do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

² Um Decreto foi editado proibindo irrestritamente a aprovação de atividades de garimpo em Terras Indígenas, algo que está ambigualmente permitido pela Lei Federal 6001/73 (Estatuto do Índio) e uma Medida Provisória foi aprovada para permitir a venda, pela Caixa Econômica Federal, dos diamantes apreendidos na área.

TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA
Incidência de interesses e títulos minerários



Desafios na Gestão de Terras Indígenas

Bruno Weis

Jornalista do ISA

DIANTE DA FALTA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS, O ARRENDAMENTO DE SUAS TERRAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS OU PECUÁRIAS É PRATICADO EM DIVERSOS PONTOS DO BRASIL

Uma Instrução Normativa (IN) publicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no Diário Oficial da União, no final de junho, lançou luz sobre um problema na gestão territorial das áreas indígenas que costuma permanecer à sombra, muitas vezes por interesse dos próprios índios: o arrendamento de Terras Indígenas (TIs). A IN n.º 3, de 28 de junho, proíbe a prática, reiterando um veto existente na própria Constituição Federal e no Estatuto do Índio (artigo 18), de 1973. O problema é que a lei não vem sendo respeitada e o aluguel de parte de TIs em muitos pontos do Brasil gera uma série de conflitos dentro e fora das comunidades envolvidas. Entre os principais, os impactos ambientais das atividades econômicas – principalmente pecuária e cultivo de soja – e cisões e desagregações de aldeias, com o surgimento de lideranças indígenas mais interessadas no acúmulo de bens e dinheiro do que nos interesses da coletividade.

O mais recente conflito ocorreu na TI Ligeiro, no Rio Grande do Sul, onde vivem 1.900 índios Kaingang. Ou viviam. Uma disputa interna entre lideranças envolvidas com o arrendamento de parte da área para sojicultores resultou na expulsão de 300 índios da TI em fevereiro passado. De acordo com a Funai, um dos caciques da Ligeiro estaria alugando parte da TI para fazendeiros em troca de investimentos na correção e preparação das terras para o cultivo da soja, além de parte da safra colhida.

Juracilda Veiga, antropóloga do Núcleo de Cultura e Educação Indígena e editora do Portal Kaingang, afirma que o que vem ocorrendo na TI Ligeiro são sub-arrendamentos, com idosos e mulheres sendo pressionados a ceder seus pedaços de terra para

a liderança associada aos sojicultores. “As roças das famílias são expropriadas em troca de um rancho (cesta básica) mensal. O cacique lhes diz que não vale a pena plantar se eles podem receber os alimentos prontos”. A antropóloga nota uma mudança radical nas formas de liderança na comunidade. “Antes os caciques eram marcados pela generosidade, eram aqueles que davam sempre mais do que recebiam. O cacique atual virou um déspota, interessado apenas em enriquecer a ele e aos seus”.

Luis Fernando Vilares, procurador-geral da Funai, explica que os grupos Kaingang da TI Ligeiro que não concordam com o arrendamento pediram ao governo uma declaração expressa do órgão contra a prática. “O caso da TI Ligeiro foi a gota d’água, mas existem vários casos de arrendamento no País que temos acompanhado. Dada a gravidade do conflito na Ligeiro, a Funai teve que dar uma resposta”. No final de junho, parte da população expulsada retornou à TI Ligeiro escoltada pelas polícias federal e militar, mas a Funai mantém um grupo de trabalho (GT) na localidade para mediar o conflito, traçar um plano de gestão territorial da TI e desenvolver projetos de geração de renda que sejam alternativas ao arrendamento.

O episódio motivou a Funai a publicar a IN – na qual um artigo prevê punições aos funcionários do órgão federal coniventes com a prática. O procurador Vilares admite que funcionários do órgão se beneficiem de processos de arrendamento, muitas vezes recebendo dinheiro para intermediar os contratos, mas diz que o mais comum é que os servidores sejam omissos diante da prática. “Os chefes de posto que fazem vista grossa devem sofrer punições, seja suspensão ou advertência”. O procurador, entretanto, não dispõe de um levantamento das punições efetuadas pela Funai junto aos seus servidores envolvidos.

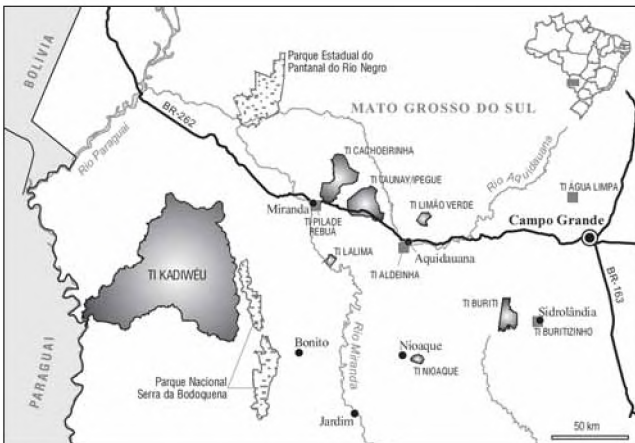
Juracilda Veiga, que também é a coordenadora do GT da Funai na TI Ligeiro, explica que nos últimos anos a demanda de produtos agrícolas pelo mercado internacional gerou uma nova pressão sobre as Terras Indígenas. “Ao mesmo tempo em que várias

delas foram recuperadas, por estarem amparadas no direito constitucional, essas terras estão voltando ao mercado através da prática de arrendamento, feito em parcerias entre indígenas e particulares”, escreve Veiga. “Essa prática acontece tanto através de parcerias entre alguns índios quanto através de ‘cooperativas indígenas’, o que transformou as terras indígenas em bens de mercado. Esse mecanismo tem impedido a muitas famílias indígenas o acesso à sua terra ancestral, transformando as aldeias em dormitórios, jogando a população nas piores e mais desprotegidas formas de trabalho, tais como: carregamento de aves, corte de erva mate, colheita de maçã e de uva”. (ver XXX, pág. XXX)

ARRENDAMENTO E PARCERIA: O CASO KADIWÉU

O arrendamento é uma prática antiga e disseminada em Terras Indígenas de todo o País. Muitas vezes, é travestida de “parceria pecuária” ou “parceria agrícola”, entre índios e fazendeiros, para permanecer no terreno da legalidade. A diferença entre as modalidades, de acordo com parecer do jurista Roberto Santos, reside no fato de que, no arrendamento, os índios transmitem a terceiros a posse da terra – ainda que temporariamente – para que os arrendatários desenvolvam suas atividades de criação e engorda de gado, por exemplo, e paguem aos índios pela cessão dos pastos. Isso é proibido pois as terras indígenas são bens da União de posse permanente e usufruto exclusivo dos povos indígenas. No caso das parcerias, contudo, a terra permanece na posse dos índios, que recebem o gado de terceiros, mas ficam responsáveis pela atividade econômica. O que se divide, então, não é a terra, mas o lucro pela venda dos animais e seus produtos. Na prática, porém, ambas as modalidades se misturam e se confundem, muito em função da falta de aptidão da maioria das etnias indígenas para a pecuária.

Uma rara exceção ocorre com os índios Kadiwéu, do Mato Grosso do Sul, em um dos casos mais antigos e documentados de arrendamento e parceria pecuária em terras indígenas. Conhecidos como “índios cavaleiros”, os Kadiwéu sempre demonstram familiaridade com a criação de animais de grande porte.



Em verbete publicado em 1999 na Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil, a antropóloga Mônica Thereza Soares Pechina, da Universidade de Brasília, afirma que os criadores de gado do Mato Grosso do Sul começaram a invadir a área indígena Kadiwéu, em meados do século passado. Tinham inclusive autorização do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o órgão federal à época responsável pela política indigenista do governo brasileiro. No começo dos anos sessenta, mais de 60 contratos de parceria pecuária haviam sido efetivados entre os índios e fazendeiros.

Muitos dos contratos, entretanto, maquiavam o arrendamento de parte do território Kadiwéu. A antropóloga diz que “esta ocupação alterou significativamente a utilização pelos índios de seu território. No início da década de 1990, eram 89 as fazendas arrendadas no interior da Terra Indígena Kadiwéu, as quais se estendiam pelo território quase que na sua inteireza, de forma a ficarem os índios espremidos nas suas aldeias.” A especialista afirma também que, além do número de cabeças de gado sempre excederem ao combinado nos contratos, a quantidade de animais provocou o esgotamento dos recursos naturais do território. Os contratos de parceria foram, inclusive, objeto de investigação por parte do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul.

Até o final dos anos oitenta o pagamento das taxas e a gestão dos contratos de parceria eram geridos pela própria Funai, quando passaram a ser controlados diretamente pela Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu (ACIRK). A verba do aluguel das terras consistia, então, na principal renda das comunidades indígenas. No começo dos anos noventa o governo federal iniciou um processo de despejo dos fazendeiros arrendatários que obteve relativo sucesso e redundou na consolidação da autonomia indígena no território. Os problemas, entretanto, não cessaram. “A necessidade da garantia da sua subsistência, hoje ainda mais difícil na ausência da renda, por um lado, e a forte pressão que sofrem de ex-arrendatários e de arrendatários recalcitrantes, por outro, mostram a gravidade do quadro”, escreve Pechina. “Para a consolidação de uma nova situação que venha de fato a atender os seus mais legítimos interesses, os Kadiwéu precisam contar com uma estrutura que a viabilize e concretize. Os Kadiwéu anseiam tornarem-se pequenos criadores mediante um projeto auto-sustentável. Para tanto, necessitam de gado e de apoio técnico condizente. Necessitam, enfim, de efetivo apoio, sobretudo governamental”.

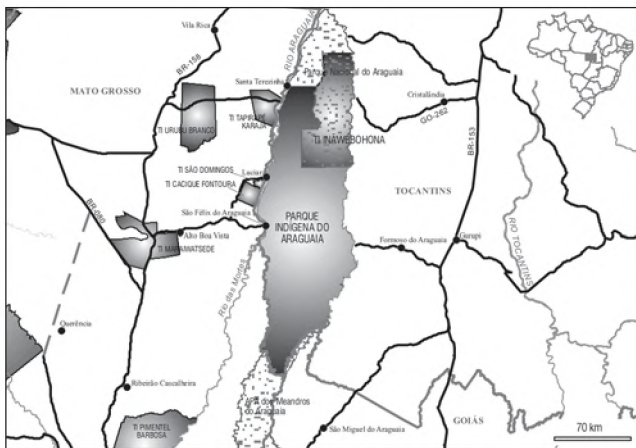
FALTA DE ALTERNATIVAS

O antropólogo André Amaral de Toral compara, no livro *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza - o desafio das sobreposições*, publicado em 2005 pelo ISA, a situação na Ilha do Bananal, no Tocantins, com as parcerias entre os Kadiwéu e pecuaristas no Mato Grosso do Sul. “Não existe, na Ilha, a possibilidade de desenvolver uma parceria para a criação de gado

como ocorre, por exemplo, no Mato Grosso do Sul”, afirma. “Uma coisa é uma cultura historicamente familiarizada com o cavalo e criação de gado como os Kadiwéu. Outra coisa é uma sociedade de pescadores e artesões como os povos da língua Karajá, interessados econômica e culturalmente mais na rede hidrográfica da ilha do que nos campos que a entremeiam.”

No artigo, Toral sustenta que o arrendamento das Terras Indígenas na Ilha do Bananal tem crescido nos últimos anos e provocado divisões nas comunidades. Sobre a TI Inawébohona, dos Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, o antropólogo diz que “não existe, no âmbito das comunidades indígenas, uma posição fechada em relação ao aluguel das terras”. Toral, que coordenou o GT da Funai para identificar e delimitar a TI, também afirma que “entre as lideranças Javaé existe praticamente um consenso a respeito das vantagens de se alugar a terra. Alegam a falência da assistência oficial da Funai e do estado do Tocantins, além da inexistência de projetos alternativos”.

Sobre a forma de arrendamento, Toral diz também que “... os ganhos não são canalizados para projetos de interesse da comunidade; antes, permanecem restritos às famílias de lideranças legítimas dessas aldeias. Os preços praticados são abaixo do mercado regional e os índios são submetidos a todo tipo de trapaga. Via de regra, as cabeças não são contadas e existe muito mais gado na Ilha do que o declarado”. Ele conta também que geralmente quem se opõe ao arrendamento são os grupos familiares que estão excluídos do negócio. “Seu sonho é separar-se da aldeia e iniciar uma nova, onde possam ganhar dinheiro com o arrendamento”.



A PRESSÃO DA SOJA

A falta de alternativas econômicas também está por trás das “parcerias” firmadas entre sojicultores e povos indígenas do Mato Grosso. O geógrafo Dan Pasca afirma que “parte das comunidades Pareci não vê outra alternativa à inserção no sistema econômico do agronegócio. No entanto, o modelo de parceria agrícola vigente parece ser mais um passo na expropriação da terra e dos

recursos naturais dos povos indígenas. Contratos que prevêm a participação dos Pareci com a terra e a mão-de-obra em troca de um retorno de menos de 2% do valor da colheita caracterizam uma parceria bastante desigual”.

O geógrafo afirma que “a área cedida pelos Pareci para a plantação de soja subiu para 1.400 hectares em 2003 e alcançou 2.000 ha em 2004, gerando um retorno de 3 sacas (180 quilos) de soja por hectare para os Pareci, face a uma produtividade de 55 sacas por hectare. Em 2005, ano de crise da sojicultura no País, a área plantada diminuiu para 1.700 ha., resumindo-se a contrapartida a uma saca (60 quilos) de soja por hectare, o que corresponde a menos de 2% da colheita”. (ver XXX. pág. XXX)

Os casos de arrendamento no Mato Grosso são tantos que a publicação da Instrução Normativa pela Funai, no mês passado, provocou preocupação na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato). O temor recai sobre a possibilidade de apreensão de máquinas e bens agrícolas que estiverem dentro de terras indígenas, o que está previsto na IN. Em reportagem publicada no Diário de Cuiabá, a assessora jurídica da Famato, Elizete Araújo, afirma que a entidade não sabe quantos hectares de áreas indígenas estão arrendados no estado. “De qualquer forma vale lembrar que há cerca de dois anos, quando muitos contratos de arrendamento foram firmados entre produtores e índios, houve a anuência de funcionários da Funai. Agora somos pegos com esta medida que apavora um setor tão prejudicado por decisões da União nas últimas duas safras”, afirmou.

De acordo com Dan Pasca, a pressão da soja no Mato Grosso é sentida principalmente pelos povos Xavante, Enawênê-Nawê, Nambikwara e Pareci. Sobre estes últimos ele conta que a pressão dos sojicultores começou ainda na década de oitenta, quando estes estavam interessados na abertura de uma estrada que cortasse as TIs Utiariti e Pareci para facilitar o escoamento de suas produções. A estrada foi aberta e os índios tiveram como contrapartida o fornecimento de combustível para as viaturas da Funai e das comunidades indígenas, implantação de lavouras mecanizadas, formação de pomares, assistência agrícola, abertura de estradas interligando as aldeias e intercessão junto ao governo estadual para a construção de um hospital.

A pressão do agronegócio sobre a utilização de áreas dentro das TIs demarcadas passou a crescer. “Alguns grupos locais Pareci entenderam que, para melhorar a sua situação, não lhes restaria outra alternativa que firmar contratos de arrendamento com seus vizinhos sojicultores”, escreve o geógrafo. Apesar de o Ministério Público Federal ter embargado alguns contratos de arrendamento, dada sua ilegalidade, Pasca conta que os fazendeiros e algumas comunidades Pareci decidiram continuar as “parcerias” informais. “Desde 1995, os Pareci vinham plantando arroz e posteriormente soja, com o auxílio de seus vizinhos (prefeitura de Sapezal, grupo AMaggi etc.), que doavam sementes e fi-

TIs Inibem o Desmatamento na Região da Fronteira Agrícola

Alicia Rolla

Geógrafa, assessora do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA

ESTUDO MOSTRA A IMPORTÂNCIA DAS TIS PARA A CONTENÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA*

A divulgação, pelo Inpe, a partir de 2003, dos dados espaciais sobre desmatamento produzidos no âmbito do Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), trouxe a possibilidade de análises na escala da Amazônia até então impraticáveis. Embora ainda restrito às áreas de floresta, o mapeamento cobriu uma lacuna de informação importante sob vários aspectos. A partir dos dados publicados, foram feitas análises de desmatamento, por exemplo, em relação aos assentamentos da reforma agrária, às áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, às bacias hidrográficas e principalmente em relação às áreas protegidas.

Os primeiros cálculos utilizando estes dados já mostravam claramente a baixa incidência de desmatamento dentro de Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI). Em análise publicada em 2003 pelo ISA as Terras Indígenas tinham o segundo menor percentual de desmatamento – 1,14% de sua área total em florestas – perdendo apenas para as Unidades de Conservação federais de proteção integral, que via de regra foram criadas longe das fronteiras de expansão.¹ Até 2001, as áreas protegidas em seu conjunto (TIs, UCs federais e estaduais), responderam por 1,96% de desmatamento em suas áreas florestadas, enquanto fora delas o desmatamento foi da ordem de 18,96%.

Não é novidade o fato de que as áreas protegidas realmente agem como barreira ao desmatamento. Entretanto, a possibilidade de “medir” o efeito das diferentes categorias de UC na preservação da cobertura florestal representa uma oportunidade para avaliar o tipo de UC mais apropriada à proteção da floresta: as que podem ser habitadas e exploradas sob condições sustentáveis ou aquelas que não podem ser exploradas nem habitadas.

Recente estudo de autoria de Daniel Nepstad e outros, publicado na revista científica *Conservation Biology*, analisou o comportamento de áreas protegidas na diminuição do desmatamento adotando como linha base para comparação a trajetória do desmatamento de áreas protegidas. Segundo o estudo “esta trajetória é influenciada pela aptidão da terra dentro das áreas protegidas para agricultura, extração madeireira e outras atividades econômicas, pelas tendências do mercado para produtos florestais e agrícolas, pelos investimentos em infra-estrutura de transporte e energia, e pela reforma agrária”. Assim, considera-se que uma área protegida “inibe o desmatamento apenas se ela (1) diminui a expansão das atividades econômicas (ou seja, protege recursos naturais que em outras circunstâncias seriam explorados), (2) impede ou atenua os efeitos dos investimentos em estradas e outras obras de infra-estrutura que causam danos ambientais diretos e/ou que indiretamente fomentam a exploração de recursos naturais, e (3) evitam o surgimento de assentamentos agrícolas – sejam planejados ou espontâneos – motivado pelas pressões da reforma agrária (a terceira condição não é redundante em relação à primeira porque assentamentos agrícolas são frequentemente planejados em lugares que não são apropriados para agricultura).”

Presumindo que as UCs e TIs inseridas na região de expansão da fronteira agrícola têm maior probabilidade de sofrerem desmatamento, o estudo fez uma avaliação comparativa do comportamento das áreas protegidas na Amazônia brasileira utilizando a ocorrência de desmatamento e queimada ao longo do perímetro dessas áreas como representando ameaça de desmatamento.² Sendo assim, a ameaça de cada UC e TI foi determinada a partir da proporção de desmatamento e queimada existente ao longo dos limites interno em relação ao externo das áreas protegidas. Conclui-se que “quando esta proporção é maior que um, a UC desviou a conversão florestal da sua trajetória inicial”.

Utilizando então os mapas da cobertura vegetal desenvolvidos a partir de imagens de satélite (Inpe 2004), que identificam as

áreas desmatadas durante o período 1997-2000, os mapas das queimadas em atividade em 1998, produzidos pelo satélite climatológico GOES-8³ e o mapa das áreas protegidas produzido pelo ISA, procedeu-se a uma avaliação da proporção entre as taxas de desmatamento e a ocorrência de queimadas ao longo da parte externa *versus* a parte interna do perímetro das UCs e TIs. Considerando a resolução espacial original dos dados de desmatamento (30 m) e de queimada (4 km) foram utilizadas faixas de 10 km para dentro e para fora da área protegida para avaliação do desmatamento e faixas de 20 km para a avaliação das queimadas.

Desconsiderando as áreas com problemas de registro e aquelas muito pequenas para serem avaliadas, a amostra final resultou em média em 11 parques (termo que no estudo inclui Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas), 87 TIs, 4 Reservas Extrativistas e 12 Florestas Nacionais, representando respectivamente 35%, 51%, 74% e 34% da extensão dessas áreas protegidas na Amazônia.

Como resultado, o estudo revelou que em média, o desmatamento de 1997 a 2000 foi de 1,7 a 20 vezes maior na faixa exterior do que na faixa interior das áreas protegidas. A inibição do desmatamento foi maior para os parques (20 vezes maior), intermediária para as florestas nacionais (9,5 vezes maior) e TIs (8,2 vezes maior), e menor para reservas extrativistas (1,7 vezes maior). Com respeito às queimadas, foi encontrado efeito similar: a densidade média de queimadas foi de 3,7 a 9,4 vezes maior no exterior do que no interior das áreas protegidas (Fig. 1), tendo as TIs apresentado o valor mais significativo de inibição.

“As Terras Indígenas inibiram fortemente o desmatamento na região de expansão da fronteira agrícola. Trinta e três das 38 TIs com altas taxas anuais de desmatamento (>1.5% ao ano) ao longo do seu perímetro exterior tiveram taxas de desmatamento interno de 0,75% ou menor. 31% das TIs, representando 39% da área total de terras para este tipo de área protegida em nossa amostra, foram expostas a este nível de pressão externa. Menor quantidade de parques foi estabelecida dentro da área de expansão das fronteiras agrícolas no leste e sul da Amazônia, em parte por conta da tendência histórica dos idealizadores dos parques de evitarem conflitos e ameaças à conservação associados às regiões de expansão de fronteiras. Apenas 4 dos 15 parques em nossa amostra, representando 21% da área total de terras para este tipo de área protegida em nossa amostra, foram expostos a pressão de desmatamento externo semelhante ao das TIs (> 1,5% ao ano na área de amortecimento externo). Os parques e TIs incluídos nesta análise pareceram ter capacidade semelhante de inibir o desmatamento.

A proximidade das TIs com as regiões de expansão de fronteira também se reflete na informação sobre queimadas. A densidade média das queimadas foi cerca de duas vezes maior fora das TIs do que ao longo dos perímetros dos parques. Devido a sua

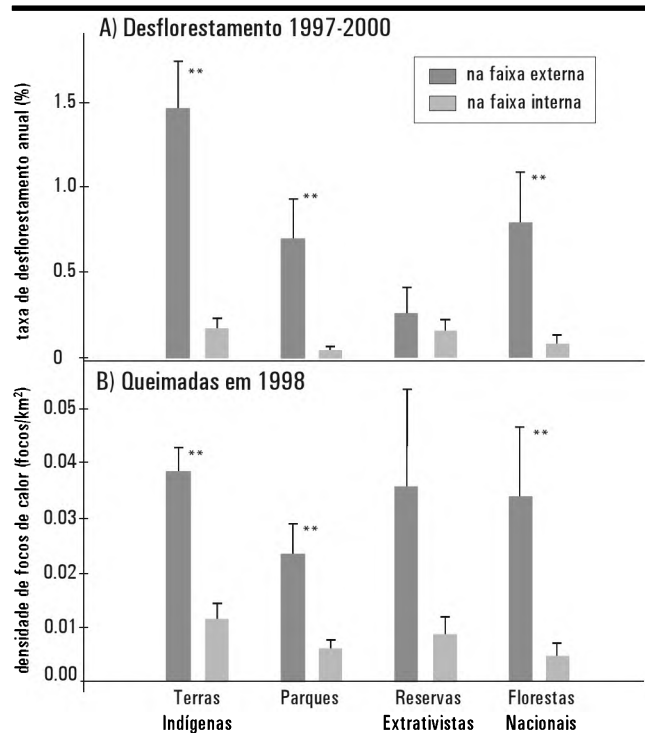
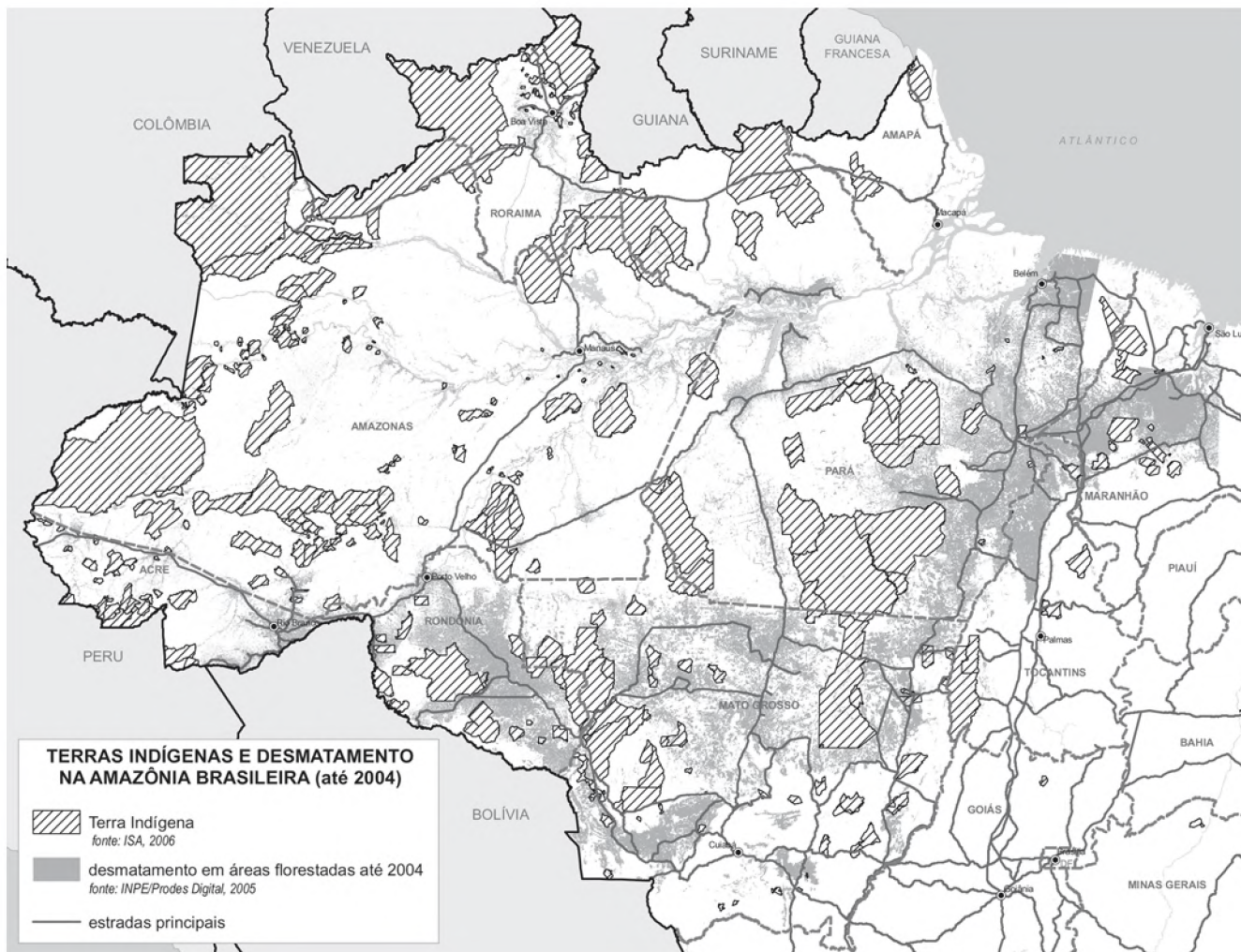


Figura 1. Desempenho das áreas protegidas na contenção do desmatamento e fogo na Amazônia. (a) taxas de desmatamento de 1997 a 2000 na faixa de 10 km dentro e fora do limite de 121 TIs, 15 parques, 10 Reservas Extrativistas e 18 Florestas Nacionais. (b) Densidade de queimadas em 1998 na faixa de 20 km de 87 TIs, 11 parques, 4 Reservas Extrativistas e 12 Florestas Nacionais.

localização em regiões de menor risco da Amazônia, a rede de parques tem tido um efeito proporcionalmente menor nas fronteiras em expansão. Os povos indígenas, ao contrário, vivem frequentemente na rota das fronteiras em expansão e lutam para obter o reconhecimento dos seus direitos territoriais enquanto defendem as suas florestas do corte por terceiros.”

Analisando as TIs em relação aos seus processos de criação, observou-se que as altas taxas de desmatamento encontradas em algumas delas estavam associadas com a exploração ou invasão de populações não-indígenas ocorrida antes da demarcação da terra. As TIs com os maiores desmatamentos internos localizados na amostra – Igarapé do Caucho e Katukina-Kaxinawá, no Acre; Governador, no Maranhão e Maraiwatsede no Mato Grosso – ou fazem fronteiras com áreas urbanas, ou são cortadas por estradas que já haviam sido abertas quando as terras foram reconhecidas, ou ambos.

O estudo testa e discute ainda a “possibilidade de que a tendência dos povos indígenas protegerem as suas florestas do desmatamento se perca à medida em que esses grupos adotem valores de uma sociedade baseada no mercado e conforme cresça a sua densidade populacional” concluindo que “o contato com a sociedade nacional, o crescimento populacional e a degradação de recursos não estão inevitavelmente conectados”, mas sim que a “integridade ecológica das TIs dependerá em última instância



de fatores culturais e das alternativas econômicas que estejam disponíveis para os povos indígenas”.

Considerando os resultados do estudo e a significância das TIs em termos de extensão (cerca de 21 % da extensão da Amazônia Legal brasileira está destinada a TI) e considerando que muitos delas estão na rota da expansão agrícola, é prioritário para a conservação da Amazônia políticas que reforcem o poder de fiscalização e de alternativas econômicas sustentáveis para essas TIs.

Nessa direção, a inclusão das TIs e áreas de quilombos no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas⁴ responde a uma antiga demanda da sociedade, estabelecendo como um de seus princípios estratégicos a “articulação das ações de gestão das áreas protegidas, das terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos com as políticas públicas dos três níveis de governo e com os segmentos da sociedade”. (DATA)

NOTAS

* Este texto está baseado no artigo “Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands”, de autoria de D. Nepstad, S. Schwartzman, B. Bamberger, M. Santilli, D. Ray, P. Schlesinger, P. Lefebvre, A. Alencar, E. Prinz, Greg Fiske, e Alicia Rolla, publicado na *Conservation Biology*, Volume 20, no. 1, de fevereiro de 2006, pp 65-73. As citações entre aspas foram traduzidas por Ana Valéria Araújo.

¹ A referida análise pode ser vista em http://www.socioambiental.org/esp/novogov/r_amb.shtml

² O estudo registra que “esta abordagem superestima a inibição do desmatamento em casos em que as áreas protegidas foram estabelecidas nas proximidades de estradas já existentes ou das fronteiras de projetos de assentamento implantados”.

³ O estudo informa que foram considerados na análise os três tipos de queimada que são registrados como focos de calor pelos canais termais dos satélites: a queima de floresta derrubada, o fogo utilizado para melhorar a qualidade da forragem nas pastagens e incêndios acidentais nas pastagens. A queima de floresta em pé, não foi analisada. Além disso, “apenas aqueles focos de calor detectados ao meio-dia e classificados como tendo alta probabilidade de estarem associados a queimadas foram incluídos na análise”.

⁴ Instituído pelo decreto 5.758, de 13 de abril de 2006.

Biodiversidade em Pauta

Adriana Ramos

Assessora do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA

EM 2004, FORAM REALIZADAS AS PRIMEIRAS INICIATIVAS PARA SE DISCUTIR O TEMA NO GOVERNO. DENTRE AS AÇÕES, ESTÁ A CRIAÇÃO DE UM GT COM A FINALIDADE DE ELABORAR UM PROJETO DE ÂMBITO NACIONAL VOLTADO À PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE BIODIVERSIDADE EM TIS

Desde a realização do Workshop Macapá, em 1999, quando se consolidou a convicção de que as Terras Indígenas têm papel fundamental na conservação da biodiversidade brasileira, tanto por sua extensão e estágio de conservação de seus recursos naturais quanto pela importância da conectividade promovida entre estas e as demais áreas protegidas, a idéia de instituir um Programa de conservação em Terras Indígenas vem ganhando terreno. A Política Nacional de Biodiversidade, instituída em 2002 pelo Decreto nº 4.339¹ aponta como um de seus compromissos “Promover e apoiar a conservação da biodiversidade no interior e no entorno de Terras Indígenas, de quilombolas e de outras comunidades locais, respeitando o uso etnoambiental do ecossistema pelos seus ocupantes”. De lá para cá, em todas as oportunidades, essa necessidade é reafirmada e as demandas para enfrentá-la, reforçadas. Em 2004, aconteceram as primeiras iniciativas formais para discutir o tema, como a oficina sobre perspectivas para o programa de conservação e proteção da biodiversidade em Terras Indígenas do Brasil, com a presença de organizações indígenas de todo o país, do governo (Funai e MMA) e das agências internacionais (Banco Mundial, BID, GTZ, USAID, dentre outros); a oficina de capacitação, realizada em Manaus; e a oficina biodiversidade e direitos indígenas.

PROJETO PARA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM TIS

Em dezembro de 2004, foi publicada a portaria 325, que instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de “elaborar projeto de âmbito nacional, voltado às ações de proteção, conservação,

recuperação e uso sustentável de biodiversidade em terras indígenas, a ser submetido ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF)”. O GT foi composto por representantes das Secretarias de Biodiversidade e Florestas e de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Funai, Ministério da Justiça e cinco organizações indígenas: Associação Guarani do Krukutu - Ne’e Porá; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Associação Xavante Warã/Vyti-Cati; e Conselho de Caciques de Santa Catarina.

Coube ao GT a elaboração de uma nota conceitual e de um projeto em fase preparatória. Ou seja, uma solicitação de apoio para a preparação de um projeto maior. O documento apresentado ao GEF indica os objetivos gerais e específicos, temas de abrangência e ações previstas do projeto. A proposta prevê a realização de seminários a fim de garantir a participação de representantes indígenas no desenho do projeto e no detalhamento de seus mecanismos de implementação.

O Projeto enquadra-se no Programa Operacional 3 do GEF, relativo a Ecossistemas Florestais e tem como objetivos específicos promover: (1) mecanismos de proteção, conservação e recuperação da biodiversidade em TIs e seus entornos; (2) práticas de etnogestão e uso sustentável da biodiversidade em TIs; (3) mecanismos de reconhecimento, fortalecimento e valorização dos saberes e dos conhecimentos tradicionais, observando a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do seu acesso; (4) fortalecimento dos povos indígenas e órgãos governamentais relevantes para a gestão sustentável dos recursos biológicos das TIs; (5) aprendizado, avaliações e gerenciamento adaptativo, a fim de garantir a proteção da biodiversidade em TIs em consonância com as políticas públicas nacionais.

Para o cumprimento do primeiro objetivo, o Programa vai inovar ao propiciar a definição de prioridades pelos próprios povos indígenas, e pode se constituir em um importante instrumento de solução de conflitos em algumas TIs na medida em que a contrapartida do governo brasileiro nesse caso será a extrusão

das Terras Indígenas. São previstas a realização de etnoinventário e etnozoonamento das TIs prioritárias e o desenvolvimento de ações de recuperação de áreas alteradas ou degradadas, entre outros componentes. O reconhecimento das áreas de entorno de TIs também é um dos alvos do Programa, em especial para o estabelecimento de regras específicas de licenciamento ambiental de atividades potencialmente impactantes.

Um dos pontos mais polêmicos da proposta diz respeito ao estabelecimento de um fundo indígena para a conservação da biodiversidade em seus territórios. Para desenhar esse fundo, a proposta prevê a realização de estudos relativos a mecanismos financeiros que possam reverter recursos oriundos de compensação ambiental e repartição de benefícios do uso da biodiversidade de TIs para o financiamento de projetos em TIs.

A criação de mecanismos de reconhecimento e valoração dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade é um dos resultados esperados deste Programa. A possibilidade de instituição de banco de dados *in situ*, como herbários e casas de cultura também está prevista no projeto, bem como o apoio a pesquisadores indígenas.

Um dos maiores desafios do Programa é seu próprio modelo de gestão. Além da superação de impasses históricos entre agências governamentais, como o Ibama e a Funai, o Programa terá que buscar mecanismos eficientes de participação que dêem conta da diversidade indígena no País. A expectativa é que os recursos possam ser descentralizados para que a maior parte das ações seja desenvolvida diretamente pelas organizações indígenas. A proposta reúne muitas finalidades relacionadas à política, e, especialmente, à definição de marcos regulatórios. Por isso, a preocupação indígena é legítima, uma vez que há um risco real de canalizar muitos recursos para estruturas burocráticas dos órgãos públicos e sobrar pouco para a efetiva implementação de

ações no universo de TIs no Brasil que deveria ser beneficiado diretamente por esses recursos.

Em audiência com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, às vésperas da 8ª Conferência das Partes (COP 8) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), lideranças da Coiab e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne) cobraram comprometimento claro do MMA para com a alocação dos recursos do GEF, para o Projeto de Preparação do GEF Indígena e a apresentação formal ao GEF do projeto como prioridade do governo brasileiro.

Em junho de 2006, a Coiab e as organizações do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) promoveram o *Seminário de Povos e Organizações Indígenas para Preparação do Projeto Nacional de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade das Terras Indígenas - GEF Indígena*, com o objetivo de “fortalecer a articulação e unificar os esforços dos Povos e Organizações Indígenas do país, com apoio de organizações da Sociedade civil aliadas dos Povos Indígenas, para acompanhar e apoiar, e se preciso pressionar, o Governo Brasileiro na preparação do Projeto GEF Indígena, de tal forma que se possa rapidamente passar da fase da concepção do Projeto para a implementação do mesmo, atendendo as demandas concretas desses Povos e Organizações com relação às Terras Indígenas”.²

A expectativa é que as instituições públicas e as organizações indígenas possam se beneficiar da implementação desse projeto na estruturação de condições adequadas ao enfrentamento do desafio da conservação da biodiversidade nas Terras Indígenas. (junho, 2006)

NOTAS

¹ <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm_estrat/_arquivos/dec4339p.pdf>.

² Documento de apresentação do Seminário. Junho, 2006.

Protagonismo Indígena **Literatura**
PDPI **Vídeo**
Sustentabilidade das TIs

Projetos para a Sustentabilidade das TIs

Fabio Vaz R. de Almeida

Cássio Ingloz de Souza

Antropólogos do PDPI

NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, O PDPI TEM BUSCADO O FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E A GARANTIA QUE PARTICIPEM NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AS AFETEM DIRETA OU INDIRETAMENTE

As primeiras propostas de projetos indígenas começaram a chegar para o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) em dezembro de 2001. Desde então, até o final de 2005, foram recebidas 272 propostas, das quais 71 haviam sido aprovadas. Os projetos aprovados beneficiam cerca de 68 etnias, que vivem em 110 terras indígenas, distribuídas por todos os estados da Amazônia. Nesse período, foram contratados cerca de R\$ 9,5

ENTENDENDO O PDPI

O PDPI é um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), vinculado ao Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e, no âmbito da cooperação internacional, como parte do Programa Piloto (ex- PPG7). O surgimento do PDPI foi estimulado pelo avanço da demarcação das Terras Indígenas e pelo desafio posterior de sua sustentabilidade. Com base na dificuldade de acesso a programas governamentais que poderiam proporcionar essa sustentabilidade, os povos indígenas passaram a demandar um programa que fosse específico, dando início às discussões sobre o PDPI. Em 1999, as bases conceituais, diretrizes, regras e orientações gerais do PDPI foram discutidas e definidas num seminário realizado em Tefé (AM), que reuniu representantes indígenas, de organizações parceiras, do governo brasileiro e dos doadores. Entre 2000 e 2001, a equipe do PDPI foi estruturada, sob o comando de um gerente técnico indígena, indicado pela Coiab. A partir do final de 2001, o PDPI passa a receber propostas de projetos dos povos indígenas, iniciando seu financiamento a partir de 2003.

milhões com os projetos aprovados, dos quais mais de R\$ 6,2 milhões já foram repassados às organizações. A maior parte das iniciativas é gerenciada diretamente por organizações indígenas.

Em termos de distribuição territorial, o Amazonas é o estado que mais submete e tem projetos aprovados junto ao PDPI, o que, de certa forma, corresponde à sua quantidade de população indígena, maior que a dos outros estados. Há regiões, entretanto, que ainda encontram dificuldades de encaminhar e aprovar projetos, como o Pará, Maranhão e Tocantins, o que tem demandado esforço em fortalecer a capacidade das comunidades e organizações indígenas dessas regiões. Abaixo, a distribuição geral dos projetos aprovados por unidade de federação da Amazônia:

UF	Projetos aprovados	Projetos recebidos
AM	27	100
RO	6	37
MT	11	36
PA	3	26
AC	8	26
MA	5	15
RR	6	14
TO	2	13
AP	3	5
Total	71	272

No que se refere às áreas temáticas, a predominância é, desde o início, dos projetos voltados para *atividades econômicas sustentáveis*, embora seja crescente o interesse por projetos de *valorização cultural*. A distribuição atual é a seguinte:

Área temática	Projetos aprovados
Proteção Territorial	7 (10%)
Valorização Cultural	18 (25%)
Economia Sustentável	25 (35%)
Economia e Cultura	17 (24%)
Cultura e território	4 (6%)
Total	71 (100%)

DEMANDAS DIVERSIFICADAS

É grande a diversidade dos projetos recebidos e apoiados pelo PDPI, o que reflete não só a diversificação das próprias demandas indígenas, mas também os contextos socioeconômico regionais, processos históricos específicos, rede de relações com parceiros e agentes regionais, disponibilidade de assessoria e grau de fortalecimento das diferentes organizações proponentes.

Dentre os projetos de Economia Sustentável, aparece uma ampla gama de temas, tais como agricultura (tradicional, comercial ou alternativa), sistemas agroflorestais, manejo de espécies da flora (castanha, açaí, borracha, cipó, tucum, caranã), extração e beneficiamento de óleos e resinas florestais (copaíba, andiroba, breu branco etc), criação e manejo de animais (galinhas, gado, peixes, animais silvestres como quelônios, emas e queixadas), produção de mel (apicultura e meliponicultura), produção de artesanato. Há projetos voltados para fortalecer o auto-consumo e a segurança alimentar, outros dedicados à comercialização. Há ainda alguns que juntam os dois objetivos.

No âmbito dos projetos de valorização cultural, há registro e montagem de acervo de artesanatos, músicas, rituais etc, gravação de CDs, produção de livros e cartilhas, organização de exposições e oficinas de capacitação e resgate e fortalecimento de técnicas tradicionais de manejo ambiental.

Dentre os projetos de Proteção Territorial, temos iniciativas de expedições de fiscalização, estruturação de postos de vigilância, capacitação de agentes ambientais, articulação institucional, diálogo com moradores do entorno das áreas indígenas, reocupação territorial e descentralização de aldeias.

Para citar apenas alguns exemplos, o PDPI apóia a criação de emas para reforçar a segurança alimentar dos Apanjekrá (MA), a extração de copaíba para gerar renda para os Kayapó Metuktire da aldeia Kapoto (MT), a capacitação em museologia para os Ticuna repensarem o seu Museu Magüta no Alto Solimões (AM), o registro e produção de documentário sobre ciclo ecológico do pequi e os rituais a eles relacionados dos Kuikuro do Alto Xingu (MT), oficinas de resgate e registro de produção artesanal (cestaria, tecelagem, cerâmica etc) dos Manchineri (AC) e dos Povos Indígenas do Oiapoque (AP), a continuidade da Escola

Agroambiental Katxêkwyj, do povo Krahô (TO), a consolidação de aldeias novas nos limites da terra indígena dos Wajãpi no (AP), o fortalecimento da produção artesanal das mulheres Aikanã e Latundê (RO), o trabalho de fiscalização e proteção da Terra Indígena São Marcos (RR) e o desenvolvimento do manejo da palha da palmeira caranã, dos indígenas de Iauaretê no Alto Rio Negro (AM).

ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS

Todos os projetos recebidos pelo PDPI passam por procedimentos e metodologias de análise e aprovação, que foram estruturados tendo em vista fortalecer a capacidade de elaboração de projetos dos povos indígenas, bem como a consistência técnica, transparência e participação indígena no processo de avaliação. Assim, caso necessário, durante a triagem inicial das propostas – feita pela equipe técnica do PDPI – são feitas sugestões e pedidos esclarecimentos para fortalecer os projetos promovendo frequentemente um intenso diálogo com a associação proponente. As propostas que passam pela triagem inicial são avaliadas por pareceristas especialistas no tema ou nas etnias envolvidas na proposta. Por fim, nas reuniões de aprovação dos projetos, há a participação paritária de representantes indígenas, indicados pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Depois de aprovados, os projetos recebem uma oficina de capacitação inicial, que inclui treinamento nas regras do PDPI de administração financeira e eventuais reajustes, conforme tiver sido definido pela Comissão Executiva. O acompanhamento dos projetos é feito por meio de prestações de contas e relatórios semestrais de atividades, que são “induzidos”, ou seja, produzidos especificamente para cada momento de cada projeto. Também são feitas visitas de monitoria por parte da equipe técnica do PDPI. Consultores são eventualmente enviados para apoiar as organizações na elaboração e na gestão dos projetos.

Todo esse sistema de análise, aprovação e acompanhamento dos projetos foi estruturado como assistência técnica, ou seja, com o objetivo de proporcionar subsídios para o fortalecimento da capacidade dos povos indígenas em discutir, elaborar e implementar projetos. Não se trata, portanto, de mecanismos de fiscalização e coerção, mas parte de um processo que pretende empoderar as organizações proponentes.

Estão sendo finalizados os primeiros projetos que tiveram apoio do PDPI – quatro no final de 2005 e mais 20 previstos para 2006 – e algumas análises preliminares já podem ser feitas. Em uma análise rápida do que tem ocorrido nos projetos implementados até aqui, os problemas e dificuldades de gestão são, geralmente, os primeiros a aparecer (prestações de contas, execução das ações nos prazos planejados etc). Têm, também, sido comuns os problemas decorrentes de conflitos internos nas organizações e comunidades indígenas e de dificuldades com assessorias e par-

ceiros. É de se destacar, ainda, que algumas organizações tiveram dificuldades significativas na execução dos projetos devido a problemas com convênios de atendimento à saúde indígena junto à Funasa.

Apesar disso, é positiva a avaliação geral das iniciativas em curso. O PDPI tem sido considerado um canal mais direto de apoio a iniciativas pelos povos indígenas. As propostas refletem demandas e estratégias de solução específicas para cada contexto e percebe-se um envolvimento e interesse das comunidades nas propostas. Além disso, diversas iniciativas inovadoras têm sido desenvolvidas.

Também calcado no princípio de que não basta financiar projetos, mas que é importante garantir que as organizações indígenas estejam preparadas para geri-los, foi estruturado o componente Fortalecimento Institucional, outra importante linha de ação do PDPI. As atividades do componente se concentram em três linhas: capacitação (em termos técnicos e políticos), articulação e apoio institucional.

Na área de capacitação, além de apoios pontuais, a principal atividade foi o Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas, que teve duração de um ano, dividido entre cinco módulos de concentração (em sala de aula), quatro módulos de dispersão (nas regiões de origem dos cursistas) e um Seminário Integrador. Os conteúdos trabalhados nos módulos de concentração (política e legislação indigenistas, técnicas de moderação, diagnóstico participativo, elaboração, implementação e monitoria de projetos) foram colocados em prática durante a dispersão dos cursistas nas regiões de origem. O curso formou 29 gestores de projetos indígenas, oriundos de todos os estados da Amazônia Legal.

Tem sido positiva a avaliação do curso, tanto por parte dos gestores como pelas organizações indígenas. Porém, seu alcance está muito aquém da demanda por esse tipo de capacitação. Dada a dificuldade de repetir o curso nos mesmos moldes, a idéia é replicá-lo regionalmente, visando a redução de custos, simplificação da logística e adequação aos distintos contextos. O material sistematizado do primeiro curso servirá de base para que possam ser construídas as versões regionais do curso, junto a parceiros de cada região.

Outra linha de apoio do componente Fortalecimento Institucional, o apoio à articulação do movimento indígena, consiste em repasses de recursos até R\$ 5 mil para a realização de assembleias, reuniões, seminários e outros eventos que contribuam para fortalecer a articulação entre povos e organizações indígenas. O acesso ao recurso é bem simplificado, e se dá através de cartas, que são avaliadas mensalmente por um comitê formado por técnicos do PDPI e representantes da Coiab. Até o final de 2005, foram apoiados mais de 40 eventos, distribuídos em todos os estados da Amazônia e envolvendo o desembolso de cerca de R\$ 200 mil. Foi apoiada uma ampla gama de eventos, tais como o *Fórum socioambiental dos povos indígenas do Oiapoque* (AP),

I Fórum Social indígena do Tocantins (TO), *Viagem de levantamento das mulheres indígenas de Barcelos* (AM), *Assembleia anual da ATIX* (Parque Indígena do Xingu, MT), *Encontro de mulheres indígenas de Tarauacá* (AC), entre outros.

As iniciativas de apoio institucional estão concentradas na Amazônia Oriental e incluem iniciativas de fortalecimento de organizações de cunho regional no Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso. Tendo em vista fortalecer a articulação regional do movimento indígena, os projetos foram construídos para atender os contextos específicos e incluem estruturação de sede, reforço da infra-estrutura, estímulo às discussões e processos de desenvolvimento organizacional. Além dessas iniciativas, o componente também apoiou o processo de reestruturação da Coiab.

É preciso dizer que as atividades do componente, considerado vital para o PDPI, foram sensivelmente prejudicadas pelos drásticos cortes de recursos por parte de seu principal financiador, o Department for International Development (DfID), órgão de cooperação internacional do governo britânico. Das 2,1 milhões de libras acordadas no início do projeto, apenas 700 mil foram efetivamente destinadas ao PDPI. A própria continuidade do componente está seriamente comprometida com a saída definitiva do DfID, prevista para março de 2006.

Por fim, há uma terceira linha de ação do PDPI, voltada para a sistematização e políticas públicas, cujo objetivo é transformar as experiências dos projetos e da própria execução do PDPI em subsídios a serem disseminados e utilizados na formulação de políticas públicas para povos indígenas. Nesse sentido, o PDPI realizou um levantamento geral, sistematizado no documento *"Políticas públicas relacionadas aos povos indígenas no Brasil. Processos e iniciativas em curso"*, divulgado em 2005 e em fase de atualização.

Além disso, com a conclusão dos primeiros projetos apoiados pelo PDPI, já são possíveis atividades de sistematização, tais como a produção de publicações, realização de seminários temáticos e intercâmbio entre projetos. Esta é uma atividade a ser priorizada em 2006.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos pressupostos do PDPI é o fortalecimento do protagonismo das comunidades envolvidas, ou seja, garantir que participem na construção de políticas e práticas públicas que os afetem direta ou indiretamente. Acreditamos que os canais criados representam avanços na direção desse protagonismo, através da efetiva participação indígena durante todo o processo de discussão e definição do PDPI (nos Seminários e Oficinas), o caráter paritário da Comissão Executiva e a presença de um gerente técnico indígena, indicado pela Coiab.

Por outro lado, uma das críticas feitas em relação ao PDPI, tanto por alguns representantes indígenas como por apoiadores, é que

os procedimentos de análise, aprovação e implementação dos projetos são considerados complicados ou “burocráticos”. Além da dificuldade de acessar recursos, destacam que o processo demora mais tempo que o esperado. A demora para a celebração do contrato entre o Banco do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, somente concretizado no final de 2003, contribuiu para o descontentamento em relação à demora na liberação dos recursos de projetos que depois de aprovados ficaram longo tempo esperando para iniciar.

Porém, os problemas apontados estão no cerne da maior dificuldade interna do PDPI, que é o desequilíbrio entre o caráter de “assistência técnica” do seu trabalho, que demanda esforço intensivo de interlocução e assessoria, a amplitude da demanda indígena de toda a Amazônia Legal e o reduzido tamanho da equipe técnica (cinco assessores na área técnica e dois na área financeira, estes últimos contratados pela cooperação alemã).

De qualquer forma, está em curso um processo de avaliação de meio termo do PDPI, no qual estão sendo discutidas possíveis soluções – estruturais e pontuais – para agilizar seus procedimentos. Acreditamos que o êxito de um programa como o PDPI depende da potencialização do trabalho acima descrito de assistência técnica e interlocução direta com representantes indígenas.

Outra questão observada é que a fragmentação de instituições e programas relacionados aos povos indígenas dificulta a consolidação das contribuições que o PDPI pode proporcionar. Isso se dá tanto no plano macro, das políticas públicas, quanto nas bases. O próprio Ministério do Meio Ambiente tem diversas ações junto aos povos indígenas, cuja articulação representa um desafio a ser enfrentado. Quando a questão envolve outros ministérios, a questão torna-se mais complexa. No plano local, as interações necessárias na implementação de muitos dos projetos, só são conseguidas quando construídas diretamente entre os índios e seus parceiros locais. Boas interações locais, na observação do PDPI, contribuem para o bom andamento dos projetos. O contrário, entretanto, também é verdadeiro: dificuldades de relações institucionais desfavorecem a execução dos projetos. Neste sentido, seria importante superar as distâncias e construir uma relação de colaboração com os diversos órgãos e Ministérios que atuam com alguma interface com políticas indigenistas.

Em relação à condução do PDPI pelo MMA, observa-se uma grande afinidade temática, haja visto que a gestão ambiental nas terras indígenas é tema transversal dos projetos apoiados pelo PDPI, que têm trazido diversas e interessantes contribuições nessa área. Acreditamos que o PDPI tem contribuições para a construção

do perfil do trabalho do MMA junto aos povos indígenas. Por outro lado, restrições orçamentárias e procedimentos administrativos do ministério trazem uma série de dificuldades para a consolidação do trabalho do PDPI, tanto na sede em Manaus como nas ações de campo, em áreas remotas e de difícil acesso.

Os projetos apoiados pelo PDPI representam um apoio pontual, limitado e de curto prazo, diante de um contexto mais amplo, que podemos caracterizar como o “Projeto de Vida” dos povos indígenas. A questão é se efetivamente projetos apoiados por instituições de fomento podem ajudar a construir soluções e adquirir conhecimentos e internalizar práticas que tenham sustentabilidade no longo prazo, um dos elementos que estimulam a autonomia e protagonismo indígenas. Com o encerramento dos primeiros projetos, teremos mais condições de realizar essa avaliação relativa ao PDPI.

Construído e executado de forma tripartite – entre governo brasileiro, movimento indígena e cooperação internacional – o PDPI gerou uma série de expectativas. Para os povos indígenas, conforme têm expressado reiteradas vezes, a expectativa é que o PDPI tenha uma “cara indígena”, ou seja, que suas regras, procedimentos e funcionamento sejam adaptados à realidade indígena. Estando o PDPI inserido no governo, entretanto, é preciso lidar com uma série de condicionantes próprias de estruturas desse tipo. Há, de certo modo, lógicas distintas inerentes ao processo. O grande desafio, no nosso modo de ver, é o diálogo e o entendimento entre essas lógicas.

Oportunidades como as que ocorrem no momento de implementação do PDPI, fornecem ricos subsídios para se construir canais de entendimento. Desse modo, acreditamos que seja possível no final do projeto, para além da melhoria da qualidade de vida de umas tantas comunidades apoiadas, que tenhamos contribuídos para a consolidação de uma política e prática de apoio à gestão ambiental em Terras Indígenas que não seja feita unilateralmente, mas que esteja baseada no entendimento entre essas diferentes maneiras de pensar as ações que garantam o futuro dos povos indígenas brasileiros.

A experiência nos tem mostrado que esse entendimento não é tarefa fácil, sendo legítimo e necessário manter constante reflexão sobre o tema e pesar os prós e contras dos resultados obtidos. Para a equipe do PDPI, com base nos resultados dos projetos que apoiamos e nas avaliações feitas por seus executores indígenas, nos parece que o esforço é válido. É preciso enfrentar as dificuldades acima apontadas e encontrar soluções para os problemas, porém, nos parece importante continuar investindo no êxito do PDPI. (março, 2006)

Uma Experiência que Poderia dar Certo

Gersem Baniwa

Professor indígena, mestre em Antropologia Social pela UnB e diretor-presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep)

O PDPI É UM DOS RAROS PROJETOS GOVERNAMENTAIS DA HISTÓRIA BRASILEIRA RECENTE QUE TEVE TODAS AS CONDIÇÕES SOCIAIS E TÉCNICAS PARA DAR CERTO NO ATENDIMENTO DIFERENCIADO E ADEQUADO AOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA *

Enquanto experiência demonstrativa, o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) tinha como principal missão, além da contribuição finalística com a sustentabilidade territorial e econômica, influenciar na mudança de velhas e viciadas práticas tutelares de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Mas a insensatez política do governo está enterrando essa possibilidade e com isso toda a esperança de milhares de cidadãos indígenas brasileiros que acreditaram no compromisso dos chefes brancos.

O projeto é resultado de ampla articulação política dos povos indígenas da Amazônia, sob a liderança da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que desde a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro, reivindicavam programas específicos voltados a atender suas principais demandas principalmente as de auto-sustentação e de proteção territorial. As lideranças indígenas que participaram desde o início das discussões tinham clareza de que o projeto não deveria ser mais um entre vários que existiram, ou seja, projetos concebidos, planejados e executados pelos governos ou entidades de apoio para os povos indígenas. Queriam um projeto gerenciado com ampla e real participação dos índios e que o projeto tivesse a cara indígena nos seus princípios e critérios orientadores e nas metodologias de execução. As lideranças sabiam que sem incorporar as formas de pensar e fazer indígenas, o projeto novamente não teria êxito e sempre deixaram isso claro durante todo o processo de sua construção. Lutaram muito para que o governo brasileiro e os financiadores da cooperação internacional entendessem e aceitassem isso.

O processo de construção foi difícil e tenso em vários momentos, mas os resultados foram animadores e as lideranças indígenas até hoje consideram o PDPI como a principal conquista do movimento indígena dos últimos dez anos. Foi com esse espírito que o PDPI, no contexto das políticas públicas voltadas para os povos indígenas, foi projetado e implantado para demonstrar através de experiências concretas as possibilidades de implementação de políticas públicas mais coerentes com as suas realidades e demandas.

Olhando para os sete anos de existência do processo PDPI (considerando 1999 como o ano em que a idéia oficialmente foi assumida pelo Ministério do Meio Ambiente) e considerando a cifra atual de 262 propostas indígenas recebidas das quais 71 foram aprovadas, pode-se arriscar três situações ou momentos distintos e significativos da experiência: as inovações inauguradas na cultura política brasileira, os dramas que assolam o projeto e as possíveis perspectivas.

INOVAÇÕES

Os índios como co-gestores

A participação indígena como condição para o seu êxito é uma das principais marcas do projeto PDPI. A presença indígena foi fundamental em todas as fases e níveis do projeto. No entanto, não foi uma tarefa fácil. Primeiro, pela resistência de muitos setores do governo para que isso ocorresse. Segundo, porque muitos atores indígenas e não indígenas entenderam que o fato de garantir um representante indígena na gerência e paridade na Comissão Executiva do projeto resolveria a questão da participação indígena. Talvez pelo tamanho da briga que foi necessário travar até sua aprovação pelo governo brasileiro e pelos doadores internacionais, os índios superestimaram as duas importantes conquistas. A Comissão Executiva é um colegiado paritário entre a representação do governo e a indígena cuja função é definir as diretrizes do projeto e avaliar as propostas apresentadas.

A participação e envolvimento indígena na construção do projeto foi uma divisão de responsabilidade e até de poder. Isso permitiu que as lideranças indígenas se sentissem como co-gestores do projeto e não como simples interlocutores/mediadores ou beneficiários. Em grande medida, essa inovação na relação dos povos indígenas com o Estado se deve, por um lado, à sensibilidade da equipe do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Coordenação da Amazônia e muito particularmente graças à sensibilidade da secretária Mary Alegretti, que se dedicou dentro do governo à viabilidade institucional do processo e por outro lado, pela capacidade de articulação e mobilização indígena, dirigida à época pelo Euclides Macuxi, coordenador geral da Coiab. Além disso, a sensibilidade por partes dos representantes da cooperação internacional, expressa de forma mais concreta através da Cooperação Técnica (GTZ) e Financeira (KFW) Alemã, do Banco Mundial e da Cooperação Técnica Britânica (DFID), foi indispensável ao convencimento do governo brasileiro e de outros parceiros e aliados envolvidos.

Essa repartição de responsabilidade permitiu, mesmo com tantas adversidades, criar condições operacionais, conceituais, técnicas e metodológicas suficientes para alavancar o projeto rumo aos resultados preconizados. Do lado indígena, por exemplo, foram realizadas 16 oficinas micro-regionais em toda a Amazônia Legal e dois seminários regionais de consulta aos povos indígenas durante os três anos (1999-2001) de preparação e elaboração do programa.

Capacitação

O projeto definiu como princípio e critério básico de assessoria e assistência técnica às comunidades executoras dos projetos a capacitação como um processo contínuo, permanente e realizado na comunidade local. Percebeu-se que não adiantaria apenas capacitar os dirigentes ou coordenadores de projetos aprovados, sem o envolvimento da comunidade. Isso não significa que toda a comunidade tem que participar diretamente da execução das atividades, mas precisam acompanhar todo o processo de desenvolvimento do projeto.

A assessoria tem sido prestada, no limite da capacidade da equipe técnica extremamente reduzida do projeto, de forma permanente através de acompanhamento diário por intermédio do escritório central de Manaus, mas principalmente por meio de visitas de monitoria e assessoria aos projetos locais.

Monitoria técnica relâmpago de campo no âmbito de projetos governamentais não é novidade, mas o PDPI inovou na maneira como ela é realizada, dedicando o tempo necessário para que a equipe técnica compreenda suficientemente a situação para assim poder colaborar melhor na solução dos problemas. Nessa tarefa, geralmente a equipe de monitoria ou de assessoria precisa articular, mobilizar e comprometer outros parceiros locais, sejam ONGs ou agências governamentais no apoio ao projeto.

No PDPI, uma proposta apresentada por uma comunidade indígena nunca é reprovada, o que equivale dizer que sempre é possível a comunidade melhorar, reelaborar em base às próprias observações enviadas pela equipe técnica ou comissão executiva quando a proposta é devolvida à comunidade proponente para sua reformulação. Portanto, o que é importante para o PDPI não é a aprovação ou reprovação, mas, o processo de capacitação da comunidade indígena. Os processos tradicionais de monitoria e assessoria sempre se pautaram pela lógica da avaliação mecânica de dar veredicto, isto é, achar os erros ou eventualmente alguns acertos. No PDPI, o papel da assessoria não é ensinar, mas aprender, em conjunto, a encontrar soluções adequadas aos problemas apresentados e, sobretudo colaborar na capacitação da comunidade para encontrar as melhores soluções aos problemas que enfrentam. Esse me parece o principal espírito do PDPI: possibilitar o desenvolvimento de um processo de organizar as idéias (planejar), pôr em prática essas idéias (executar), monitorar as ações, avaliar os resultados e disponibilizar as experiências aos interessados.

Equipe técnica

Desde o início da implantação do PDPI, sempre houve uma grande preocupação na constituição da equipe técnica do projeto. Em primeiro lugar, o projeto havia assumido o compromisso de quebrar velhas e viciadas práticas paternalistas e etnocêntricas na relação Estado/governo e povos indígenas. Segundo, tratava-se de um trabalho junto a mais de 180 povos etnicamente diferenciados, o bastante para exigir muita sensibilidade e habilidade política, técnica e humana por parte da equipe.

Cuidadosos processos transparentes de seleção, envolvendo representantes de várias entidades, inclusive representantes indígenas, foram permitindo constituir uma equipe técnica para a Unidade de Gerenciamento (UG), competente e comprometida com os princípios e ideários do projeto. Nesse sentido, a equipe gerencial da UG, apesar de reduzida, sempre esteve afinada para garantir o bom desenvolvimento das ações do projeto. As ações mais importantes da UG são: capacitação das comunidades e organizações indígenas, apoio às comunidades e organizações indígenas na elaboração de projetos e acompanhar, assessorar e monitorar a implementação de subprojetos.

Arranjo Institucional

Uma outra importante inovação no projeto PDPI foi o arranjo institucional construído para sua efetividade, aproveitando-se das experiências então em curso de outros programas do PPG7, principalmente dos Projetos Demonstrativos Tipo A (PDA/MMA) e do PPTAL (Funai). A internalização dos recursos financeiros da cooperação internacional (KFW) através do Banco do Brasil permitiu maior agilidade no processo (um ano), o que poderia levar até três ou quatro anos por vias tradicionais, pela necessidade de passar pelo Congresso Nacional para então chegar ao Tesouro Nacional, isso sem contar a carga burocrática que a partir

do Tesouro seria imposta ao projeto. Outra vantagem importantíssima desse procedimento é o fato de permitir que os recursos da cooperação internacional destinados a apoiar as iniciativas indígenas cheguem integralmente ao seu destino, sem possibilidade de retenção de parte dos recursos por parte do governo, exceto as taxas administrativas previamente acordadas entre as partes.

Mas o fato novo nesse arranjo institucional foi a inclusão dos povos indígenas através da Coiab e de outras organizações regionais como parceiros e não somente como públicos-alvos ou interlocutores dos beneficiários. A Coiab, por exemplo, ganhou novo *status* nas relações interinstitucionais estabelecidas em torno do projeto, passando a exercer responsabilidades concretas dentro e fora. A expressão dessas responsabilidades pode ser demonstrada através da indicação do gerente técnico, dos seus representantes na Comissão Executiva, mas principalmente na responsabilidade de articulação, mobilização e capacitação das comunidades indígenas para o acesso aos recursos e para o acompanhamento qualificado de todo o desenvolvimento do projeto. Nessa relação, governo, povos indígenas e cooperação internacional, as entidades de apoio aos índios sempre tiveram importância destacada como assessorias e prestadores de assistência técnica, mas não como interlocutores ou porta-vozes, o que também é uma importante inovação.

O reconhecimento concreto das organizações, povos e comunidades indígenas como sujeitos coletivos de direitos – autonomia e cidadania – é uma marca revolucionária do PDPI no âmbito das políticas públicas. A tradição da política indigenista oficial ainda hoje vigente em vários setores do governo é pautada pelo princípio da tutela, da incapacidade e sobretudo pela dominação cultural, política e econômica dos povos indígenas.

OS DRAMAS QUE ASSOMBRAM O PROJETO

Descompromisso do governo

Nos últimos dois anos (2004 e 2005), o projeto vem vivendo sistematicamente verdadeiros dramas para cumprir suas funções. Não há funcionários capacitados em número suficiente para exercer as funções técnicas, administrativas e financeiras da Unidade de Gerenciamento em Manaus, o que compromete a qualidade do trabalho e maior celeridade das ações. Os processos administrativos extremamente lentos centralizados no GAP/MMA (Grupo de Apoio a Projetos) mais conhecido como “Grupo que Atrapalha Projetos” impedem o bom andamento do projeto que trabalha com um público diferenciado, composto de muitas etnias e culturas, em regiões de difícil acesso. Para agravar a situação, no ano de 2005 (até novembro, segundo informações da UG Manaus) o MMA só conseguiu repassar R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dos US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) anuais assumidos contratualmente pelo governo brasileiro para a gestão do projeto (contrapartida), prejudicando seriamente as

ações estratégicas do programa, como a indispensável capacitação das comunidades e organizações indígenas e das viagens de monitoração e assessoria técnica nas aldeias onde os projetos estão sendo executados.

O curioso de tudo é que a crise não tem nada a ver com a qualidade e perfil do projeto, mas com a capacidade de cumprir satisfatoriamente suas tarefas operacionais, ou seja, problema de gestão. Os principais problemas são, portanto, de ordem interno-administrativa e financeira, que no arranjo institucional ficou como contrapartida do governo brasileiro. Tudo isso não é novidade na esfera pública governamental, principalmente para setores politicamente desprivilegiados como é o caso dos povos indígenas. Foi assim desde o início do projeto.

O que assusta mesmo é a falta de compromisso político por parte do governo para com os povos indígenas, o que gera incapacidade na solução dos problemas como os do PDPI, e que pode ser estendida a outros setores indígenas como revela o aumento significativo de casos de violência contra os índios nos últimos anos. As próprias atitudes irreconhecíveis do MMA são surpreendentes: demonstram incapacidade de honrar seus compromissos contratuais, políticos e sociais com o PDPI (todas as agências envolvidas), e conseqüentemente com os povos indígenas. Não se trata de falta de vontade política ou capacidade técnica da equipe do MMA, mas de uma política deliberada do governo. Sabemos que no MMA e, no atual governo em geral, existem muitas pessoas historicamente compromissadas com a causa indígena, mas que, pela apatia do governo em relação à temática indígena e favorecimento a interesses de elites e de outros segmentos sociais eleitoralmente mais rentáveis, se tornaram impotentes para fazer o que gostariam de fazer.

PERSPECTIVAS

Diante do quadro em que se encontra hoje o PDPI, dois cenários são possíveis: o primeiro é o de continuidade e consolidação da sua missão original de possibilitar o desenvolvimento de experiências inovadoras junto aos povos indígenas. Essas experiências são necessárias para arejar, estimular e provocar novas formas de relacionamento entre o Estado e os povos indígenas, traduzidas em ações pautadas pelo reconhecimento dos povos indígenas como protagonistas das políticas públicas destinadas a eles. Mas para isso é necessário mudar seu quadro crítico atual, recuperando a confiança de todos os atores que apostaram na capacidade inovadora do projeto, principalmente a dos povos indígenas, os principais interessados no sucesso do projeto. Isso só ocorrerá se houver uma mudança substancial e concreta na política indigenista vigente, ou seja, se a questão indígena tiver um mínimo de importância na pauta do governo.

Outro elemento importante para essa mudança é o movimento indígena, que deveria usar toda a sua capacidade e força política de mobilização e articulação para pressionar o governo a cum-

prir suas obrigações contratuais no caso do PDPI e ainda assumir o compromisso político e ético de construção e estabelecimento de uma nova política indigenista menos discriminatória e tutelar. É notório que o movimento indígena, através da Coiab tem procurado acompanhar, ainda que timidamente, o desenvolvimento do projeto e eventualmente tem cobrado soluções para os problemas. Penso que poderia ser mais ofensivo e eficiente em suas estratégias de intervenção, utilizando os espaços de que dispõe, como a gerência e a Comissão Executiva e outras formas de pressão. Nesse sentido, a experiência dos índios com o PDPI confirma a idéia de que não basta ao movimento indígena cobrar e ocupar espaços de participação e de intervenção junto à sociedade e ao governo. Antes, precisa capacitar técnica e politicamente seus quadros e qualificar seus instrumentos de intervenção.

Outro cenário é o governo assumir de vez seu descompromisso com os povos indígenas e sua incapacidade de lidar com princípios e parâmetros inovadores no âmbito de políticas públicas o que seria uma demonstração de incapacidade de formulação e implementação de uma nova política indigenista sob os novos parâmetros da Constituição Federal e das leis internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU) que o atual governo ratificou nos seus primeiros meses de trabalho. Neste caso, a Unidade de Gerenciamento, estando em Manaus ou Brasília, não fará mais nenhuma diferença, pois o PDPI só será mais um programa etnocêntrico de governo para índios, com enormes prejuízos para o futuro no tocante à crença por parte dos índios e seus aliados e parceiros das possibilidades de construção de programas governamentais capazes de reconhecer as diversas realidades e modos de pensar e fazer indígenas.

Uma vez comprovada a incapacidade do Estado e do governo em executar políticas públicas diferenciadas aos povos indígenas garantidas pelas Leis do país, restará aos índios se qualificarem cada vez mais para assumirem tarefas estratégicas complementares destinadas a forçar a incorporação dos modelos e experiências exitosas por parte da cultura política do Estado brasileiro. No caso particular dos ideários do PDPI, diante do eminente fracasso da capacidade de gestão do governo, porque não os índios

assumirem diretamente a gestão do projeto. Se o contra-argumento é a incapacidade técnica dos índios, então que se invista na capacitação dos quadros indígenas e no fortalecimento institucional das organizações indígenas. Aliás, uma das fraquezas originais do PDPI foi a pouca importância dada ao fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas. Sem exagero, se poderia mesmo dizer que houve uma discriminação por parte da coordenação e das instituições envolvidas do PPG7 com os povos indígenas nessa questão. Basta considerar o apoio financeiro oferecido ao Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) pelo PPG7 para o seu fortalecimento institucional e acompanhamento do desenvolvimento do PDA e do próprio PPG7, enquanto que os povos indígenas, apesar de reiteradas solicitações, nada receberam de apoio concreto para tal fim.

O componente de fortalecimento institucional do PDPI apoiado pelo DFID que deveria atender essas necessidades, acabou sucumbindo com cortes de recursos orçamentários e limitando suas ações a um curso de gestores indígenas de projetos e alguns apoios pontuais a algumas organizações indígenas. É vergonhoso ver a Coiab, enquanto importante parceiro estratégico, viver com pires na mão, atrás de outros parceiros do PDPI e do PPG7 para conseguir passagens e outras necessidades quando precisa participar de importantes eventos ou para desenvolver atividades ligadas ao fortalecimento institucional.

Para além do PDPI, essa conduta do governo mostra os descaminhos e sinais de retrocesso do quadro indigenista atual, no qual diálogo amplo e produtivo com os povos, com as organizações e comunidades indígenas parece proibido. Os índios voltaram a ser objetos ou meros sujeitos passivos de consultas e o governo só age sob extrema pressão e quase sempre para tentar sanar prejuízos de sua imagem. (*janeiro, 2006*)

NOTAS

* Este artigo não tem como objetivo fazer uma análise e avaliação dos primeiros resultados alcançados do PDPI nem tão pouco dos impactos produzidos, depois de quase cinco anos de implantação. O propósito é organizar um olhar indígena pessoal sobre a experiência vivenciada no processo de sua construção e implantação, levantando alguns elementos constitutivos do processo, como as inovações produzidas, os principais desafios e perspectivas.

Índios somos Nós

Andréa França

Pesquisadora de cinema e comunicação, professora do Departamento de Comunicação Social e coordenadora do Curso de Cinema, PUC/RJ

OS DOCUMENTÁRIOS FEITOS POR REALIZADORES INDÍGENAS PARECEM NOS DIZER QUE SOMOS NÓS, ESPECTADORES, QUE NOS TORNAMOS OUTROS, “ÍNDIOS”. PARA OS ÍNDIOS, OS VÍDEOS NÃO SÓ PERMITEM QUE ELES TENHAM ACESSO, ELABOREM E RECRIEM A SUA PRÓPRIA IMAGEM, COMO TAMBÉM MOSTRAM QUE ELES PODEM ENSINAR COISAS QUE OUTRAS COMUNIDADES INDÍGENAS, ASSIM COMO O HOMEM BRANCO, NÃO SABEM

Assistindo a *Shomotsi, Kiarāsã Yō Sāti: o amendoim da cutia*, *Kinja Iakaha: um dia na aldeia*, *Daritidzé: aprendiz de curador*, *Das crianças Ikpeng para o mundo*, todos realizados por videastas índios no âmbito do projeto *Vídeo nas Aldeias*, o que mais me surpreendeu, num primeiro momento, foi perceber que esses documentários jogam em duas frentes, dirigem-se a dois tipos de público bastante distintos: para o homem branco, ocidental, esses documentários parecem nos dizer que somos nós que nos tornamos outros, “índios”, pois os que foram esquecidos não esqueceram; para os índios, os vídeos não só permitem que eles tenham acesso, elaborem e recriem a sua própria imagem, como também mostram que eles podem ensinar coisas que outras comunidades indígenas, assim como o homem branco, não sabem.

O que essas imagens do “outro” indígena – bem longe de nós, brancos – têm, por que elas conseguem nos falar, dirigir-se a nós, fazer-se compreender e, mais do que isso, como é possível que elas nos façam perceber nossas maneiras de ser, de nos pensarmos, como é possível que elas nos falem do nosso mundo? Essa é a pergunta que me fazia ao assistir a esses documentários, a pergunta que me motivou a escrever sobre eles também. Há uma dimensão claramente política no Projeto *Vídeo nas Aldeias*, e isso não porque se queira pensar o outro apenas, mas porque nos lembra que esse outro nos pensa também, que tem idéias a nosso respeito, que nos vê de um certo modo.

O que se vê nesses filmes é uma história que pensamos conhecer, mas contada em outros termos. Não é, para começar, uma história dos índios filmada pelos brancos, mas uma história dos brancos (ou dos índios) filmada pelos índios. Uma história, ou melhor, várias. E as histórias que contam esses filmes são aquelas da descoberta por nós, brancos, de toda uma estratégia lúdica, fabulatória e política dos índios, que jamais tínhamos visto sob esse ângulo. Surpreende a diversidade de rostos, de formas de representar o espaço e o tempo das aldeias, de se apropriar da imagem, de solicitar o espectador. Vemos ritos, festas, o dia-a-dia, memórias, tradições, narrativas do ontem e do amanhã, fragmentos de conversas, gestos, brincadeiras; contam-se mitos como se fossem contadas memórias pessoais; diz-se o que se diz há muito tempo, e diz-se o que nunca foi dito; conta-se muito do que contamos, mas de modo bem diferente.

“Me filma, colega, estou contente. A festa é dura, mas eu venci”, diz um índio xavante que se aproxima da câmera depois do ritual de provação para adquirir força e poder de cura; “Ele vai poder cuidar de mim um dia (...) vem. Filma ele. Pode filmar”, pede um outro índio depois de pintar o filho para iniciá-lo no mesmo ritual, em *O aprendiz de curador* (2003); “eu sempre quis que tivéssemos essa câmera. Sempre peço pra me filmarem. Não tenho vergonha. Sempre dancei assim, conheço bem a dança do amendoim, como antigamente. É assim que nós velhos fazemos. Pronto, terminei”, declara uma velha, “tomando” a cena em *O amendoim da cutia* (2005), filme que detalha o cotidiano da aldeia Panará na colheita do amendoim.

PROJETO VÍDEO NAS ALDEIAS

Criado em 1988, Vídeo nas Aldeias (<http://www.videonasaldeias.org.br>) é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Sua missão é apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais. Em 1998, Vídeo nas Aldeias deu início ao programa de formação de realizadores indígenas, tornando-se escola e centro de produção de cinema para povos indígenas.

AFIRMAÇÃO LIVRE DOS CORPOS

Existe uma afirmação livre dos personagens como condição do cinema. Nesses filmes, os corpos se afirmam igual e livremente, se mostram de um certo modo, tomam a cena para “encenar” o que acreditam que seja bom para eles; existe sempre a possibilidade de entrar em cena para fazer a “sua” cena, o “seu” filme. Em *Shomotsi* (2001), um dos filhos do personagem que dá título ao documentário, entra de repente no plano em que o pai passa urucum no rosto e diz, olhando para o espelho e passando também urucum: “chega, não tem mulher mesmo!” e sai correndo; ou ainda, durante a refeição de Shomotsi com a família na mata, o outro filho diz para a câmera: “E lá estamos nós aparecendo...”. Para além da intimidade e da cumplicidade entre aquele que filma e aqueles que são filmados, patente em todos os planos de cada um desses documentários, existe um desejo de filme que não está somente do lado dos índios videastas, mas do outro lado da câmera também: há um desejo de filme tão grande quanto o desejo daquele que filma e, ao tornar esse desejo visível, atuante, falante, essas imagens criam um cinema absolutamente igualitário, um cinema onde cada corpo - seja ele da planta, da concha, do jacaré, da cutia, da criança, do velho - tem o mesmo valor que um outro para a câmera, todos eles igualmente diferentes, importantes e únicos.

Em *Um dia na Aldeia* (2004), filme que detalha o cotidiano da aldeia Cacau, na Amazônia, um grupo de índias volta da colheita de wesi (“os brancos falam açai”), com seus bebês acoplados ao corpo enquanto caminham e, de repente, ouvimos uma delas: “estão falando de mim? Todas somos muito bonitas. Eu não sou gorda não, vou emagrecer”. E todas riem muito. Essas imagens nos falam porque o espectador tem a possibilidade de avaliar igualmente cada personagem, seus gestos, suas histórias, suas qualidades, seu senso de humor, sua entrada em cena. O cinema é uma experiência compartilhada e de afirmação (da língua, dos ritos, da comida, enfim, do cotidiano de cada aldeia).

Em *Das Crianças Ikpeng para o Mundo* (2002), quatro crianças apresentam sua aldeia, sua comida, seu cacique, e convidam o espectador - que, para elas, serão outras crianças índias, como elas - a fazer o mesmo, interrogando-o, solicitando-o. A força do dispositivo montado aqui é que essas imagens são concebidas como uma espécie de vídeo-carta, em que, se o “remetente” são as crianças da aldeia Ikpeng, o “destinatário” poderá ser qualquer um que tenha interesse - cinematográfico, antropológico, etnográfico -, qualquer um que tenha curiosidade pelas histórias dos outros. “Todo documentário se interessa pela ficção dos outros”, disse Jean-Luc Godard, sintetizando em larga medida a proposta desses filmes. O destinatário se bifurca então entre um destinatário-mesmo, empírico, fixável (as crianças de outras aldeias) e um destinatário-outro, distante, nômade, *um outro sempre outro*. Sem dúvida, trata-se de um documentário que soube

encontrar as crianças certas e, mais do que isso, fez da arte do encontro uma possibilidade de que o filme pudesse ser de fato compartilhado, afirmado e vivido por elas.

Num certo plano, o menino Kamatxi come mangaba. Ele anda pela mata, vê a fruta no chão, se agacha para pegá-la e volta à posição em pé. A câmera segue os movimentos do menino, vai até a fruta no chão, observa de perto seu gesto de limpá-la e volta ao rosto do menino que, de perfil, engole a fruta e a mastiga, segurando o riso enquanto olha enviesado para a câmera. Ouvimos as risadas em *off* das outras crianças que o observam. A existência de uma platéia (que ri, comenta, brinca) na cena é uma outra modalidade da afirmação livre dos corpos; há nesse sentido um jogo de reflexos que reitera dois públicos distintos - o homem branco e o índio - a ocupar simultaneamente a posição de espectador. Lembremos do plano cômico e inusitado do chefe da aldeia Panará, em *O amendoim da cutia*, que simula estar transando com uma bananeira como se esta fosse uma índia; ele mexe o corpo, rebola, agarra a planta, descreve a chegada do gozo enquanto, em volta dele, as índias o observam, interrompem a colheita do amendoim e dão boas risadas. Público, como nós, as índias produzem uma espécie de rebatimento em espelho do índio-espectador no branco-espectador. Índio somos nós.

A IDENTIDADE E A REALIDADE NO VÍDEO

A proposta de exprimir uma identidade já dada ou uma realidade estanque que pré-existiria ao filme, tão presente no discurso antropológico, etnográfico ou nos documentários expositivos clássicos, não tem lugar nesses filmes. Os olhares dos índios para a câmera, seus gestos, suas expressões, seus sorrisos, suas falas, são momentos intensos, fortes, justamente porque mostram a consciência de que se trata de um jogo entre quem filma e quem é filmado, um jogo em que a performance dos índios está ligada a fatores que são produzidos *pele* documentário, *para* o documentário e que não existiriam sem ele.

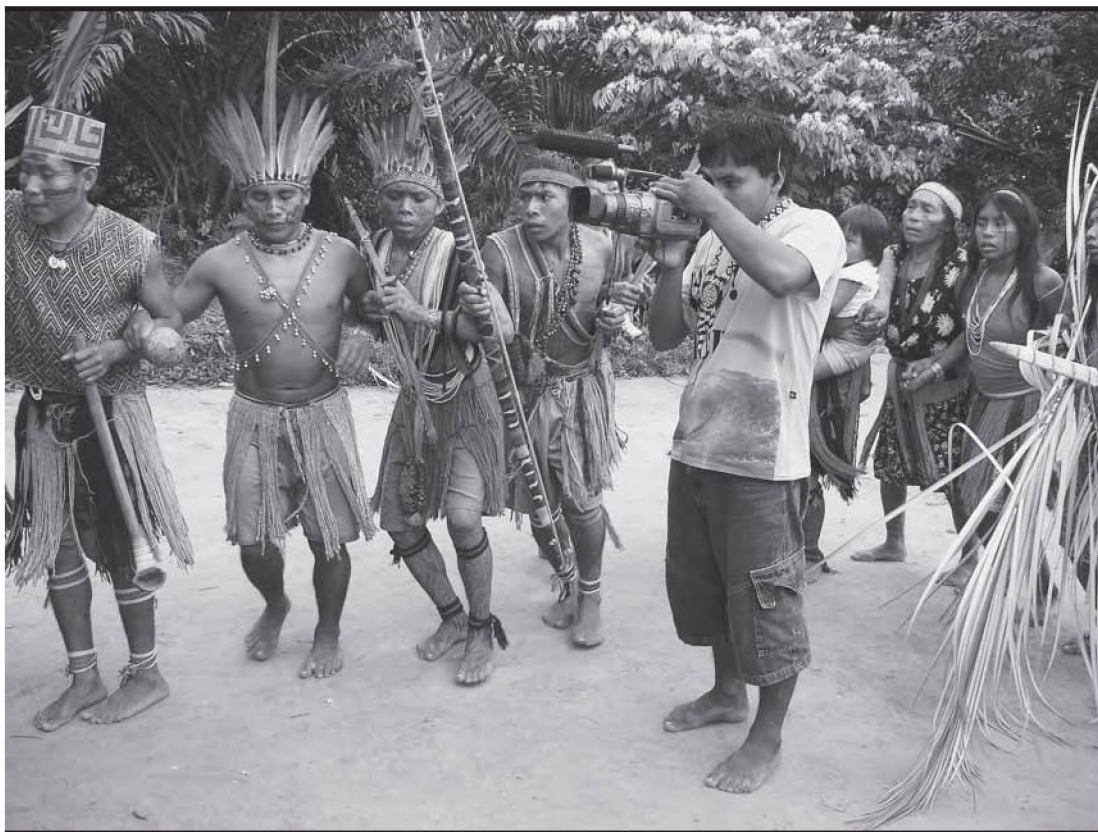
É verdade que toda uma corrente do cinema documentário moderno - *o cinema direto* - rompeu com a tendência de pensar os filmes como representação de significações pressupostas do real. E, como essa corrente, esses filmes partem do pressuposto de que a filmagem produz um outro contexto, cria acontecimentos novos. Não basta ligar a câmera diante de alguma coisa e achar que a “realidade” virá à tona. Neste aspecto, creio ser fundamental o trabalho desenvolvido nas oficinas de formação do *Vídeo nas Aldeias*, trabalho este que, como explicam os coordenadores do Projeto, Mari Corrêa e Vincent Carelli, reflete a opção por um estilo de filme, uma linguagem que implica experimentação, pesquisa. Não podemos esquecer, como enfatizam os coordenadores, que os realizadores são aprendizes e que num processo de formação, a interferência ou a influência dos instrutores é real e, neste caso, plenamente assumida. A

câmera aqui instiga e cria o fato que ela está documentando, rompendo de forma radical com a forma de fazer filmes sobre índios, sobretudo nos documentários etnográficos mais clássicos. Trata-se de um cinema cujo dispositivo é extremamente poroso, para que cada um possa percebê-lo como próximo, ao alcance de sua mão.

Há toda uma força do gesto que representa o projeto *Vídeo nas Aldeias*, força esta que é anterior às histórias que tais filmes contam. Creio que esse gesto precisaria ser bem mais compreendido, levado muito mais a sério, no seu engajamento, na sua poesia, nas indagações éticas e estéticas que traz consigo. São filmes cujos realizadores estão estreitamente integrados a tudo que se passa a todo o processo de produção; pesquisam e escolhem seus personagens, filmam e editam suas narrativas, suas relações com o corpo, com a comida, com o trabalho, supervisionados por instrutores que questionam suas escolhas, discutem, sugerem, acolhem e aprendem. Poderíamos dizer, sem medo de exagerar, que a grande questão que atravessa *Vídeo nas Aldeias*

é: como propor aos índios um projeto através do qual os documentários feitos se tornem um documentários “deles”?

Porque dar a palavra ao outro (pobre, índio, minorias) para que eles se expressem não basta, dizem esses filmes. É necessário que esses personagens reais sejam capazes de fabular, inventar, fazer emergir a imaginação no mundo da razão. Diria, por isso mesmo, que estes filmes estão para além das zonas reservadas aos esquematismos da montagem, dos discursos e dos ideais de verdade. O projeto *Vídeo nas Aldeias*, existindo desde o final dos anos 80 – um tempo longo, que implica numa ética do rigor e da responsabilidade –, pode reivindicar a seriedade de um cinema que suspende o juízo sobre a natureza real ou encenada do mundo, e não almeja uma verdade dos índios – pois sabemos que esta habita no horizonte como promessa, raramente como fato. Escutemos pois o que dizem os Ikpeng, os Panará, os Ashaninka, os Xavante, todos esses que viemos a chamar, por esquecimento, “índios”, como quem diz “os outros”, quando fomos nós que, a depender desses filmes, nos tornamos outros. (*junho, 2006*)



VINCENT CARELLI/VIDEO NAS ALDEIAS

Zeinho Yube filma festa Huni Kuin (Kaxinawá).

A Escrita e a Autoria Fortalecendo a Identidade

Daniel Munduruku

Diretor-presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi)

A AUTORIA SIGNIFICA A POSSIBILIDADE DE OS POVOS INDÍGENAS CRIAREM, NUM FUTURO PRÓXIMO, SUA PRÓPRIA PEDAGOGIA E SEU MODO ÚNICO DE TRAFEGAR PELO UNIVERSO DAS LETRAS E DO LETRAMENTO*

Uma das lembranças mais agradáveis que tenho da minha infância é a de meu avô me ensinando a ler. Mas não ler as palavras dos livros e, sim, os sinais da natureza, sinais que estão presentes na floresta e que são necessários saber para poder nela sobreviver. Meu avô deitava-se sobre a relva e começava a nos ensinar o alfabeto da natureza: apontava para o alto e nos dizia o que o vôo dos pássaros queria nos informar.

Outras vezes fazia questão de nos ensinar o que o caminho das formigas nos dizia. E ele nos ensinava com muita paciência, com a certeza de que estava sendo útil para nossa vida adulta. Aos poucos fui percebendo que aquilo era uma forma natural de aprendizado e que tudo era real. Mesmo quando nos falava dos mistérios da natureza, das coisas que minha cabeça juvenil não compreendia, sentia que o velho homem sabia exatamente o que estava nos ensinando. Fazia isso nos contando histórias das origens, das estrelas, do fogo, dos rios. Ele sempre nos lembrava que, para ser conhecedor dos mistérios do mundo, era preciso ouvir a voz carinhosa da mãe-terra, o suave murmúrio dos rios, a sabedoria antiga do irmão-fogo e a voz fofocadeira do vento, que trazia notícias de lugares distantes.

E assim cresci. E já grande fui perceber que o ensinamento que o velho avô nos passava, realmente nos ajudava a viver os perigos da floresta. Assim podia ler o que a natureza estava sentindo e o que nos estava dizendo. Coisas do futuro? A natureza dizia. Coisas do presente? A natureza nos dizia. Mortes? Brigas? Descaminhos? Estava lá a natureza para nos comunicar.

Hoje, pensando naquele tempo, sinto que a sabedoria dos povos indígenas está além da compreensão dos homens e mulheres da cidade. Não apenas pelo fato de serem sociedades diferenciadas, mas por terem desenvolvido uma leitura do mundo que sempre dispensou a escrita, pois entendiam que o próprio mundo desenvolve um código que precisa ser compreendido. E apenas os alfabetizados nessa linguagem são capazes de fazer essa leitura.

Apesar de ter crescido na cidade, freqüentando a escola formal desde pequeno e ter um relativo domínio dos códigos urbanos, alguma coisa internamente sempre me alertou para a necessidade de não deixar os códigos da floresta morrerem dentro de mim. Esse alerta sempre aparecia nas horas em que dúvidas ou dificuldades se faziam mais presentes. Era como uma voz que me lembrava o motivo pelo qual tinha aceitado vir para a cidade e nela viver, mesmo tendo aberto mão de uma vida aldeã.

Esse alfabeto, que a natureza teima em manter vivo; essa escrita, invisível aos olhos e coração do homem e da mulher urbanos, tem mantido as populações indígenas vivas em nosso imenso país. Essa escrita fantástica tem fortalecido pessoas, povos e movimentos, pois traz em si muito mais que uma leitura do mundo conhecido... Traz também em si todos os mundos: o mundo dos espíritos, dos seres da floresta, dos encantados, das visagens visagentas, dos desencantados. Ela é uma escrita que vai além da compreensão humana, pois ela é trazida dentro do homem e da mulher indígena. E nesse mundo interno, o mistério acontece com toda sua energia e força.

A LÓGICA DO DOMINADOR

Não preciso lembrar aqui que a lógica de quem domina é totalmente diferente daquela dita anteriormente. O humano ocidental cresceu para dominar a natureza como algo fora dele. Dessa forma ele ignorou a escrita da natureza na tentativa de tornar-se dono dela. Desvalorizou as outras formas de leitura e de escrita

do mundo e impôs seus próprios olhares e métodos científicos fazendo-nos crer que sua escrita era mais perfeita que aquela infinitamente mais antiga. Esses olhares que os europeus trouxeram para cá revelaram que seus interesses estavam acima da real intenção de encontrar-se com nossos antepassados. Eles não tiveram consideração por nossos olhares e logo mostraram suas verdadeiras intenções de domínio, de riqueza fácil. Para isso não se furtaram de querer aprisionar nossos avós, roubar-lhes os conhecimentos tradicionais e tentar tirar de dentro de nós nossa forma de escrever nossa própria escrita. Quiseram roubar – e em muitos casos conseguiram – nossa alma colocando em seu lugar um espírito que nunca foi nosso. E o que eles colocaram no seu lugar? Necessidades que não eram nossas. Vontades que não tínhamos; desejos que não desejávamos; ódios que não sentíamos; bens que não nos pertenciam; pensamentos que não pensávamos. Foram plantando no coração de nossos antepassados um desejo de não Ser.

DOMINAR A ESCRITA DO PARIWAT

Se houve uma tentativa de rasgar nosso espírito modificado pelo espírito europeu, houve também – e ainda há – uma nova tentativa de sacrificar nossa escrita tradicional, nosso olhar próprio com uma lógica cruel que descaracteriza e empobrece nossa gente. Falo da escola tal como ela existe hoje nos meios urbanos. Falo da lógica da diferença que tem habitado os discursos políticos nos últimos quinze anos e que serviu, de certa forma, para reafirmar nossa condição de subseres humanos na prosopopéia lingüística dos discursos etno-pedagógicos dos pariwat.

Nesses discursos, sempre aparecem as realizações dos governos com relação à educação indígena como algo novo, que leva em consideração o “pensar” dos representantes nativos. É claro que não se pode negar os avanços que ocorreram e uma maior preocupação no sentido de tentar organizar o conteúdo que levasse a contento uma educação realmente diferenciada e inclusiva. Mas o que significa isso? Quais os efeitos que isso tem causado na cabeça dos nossos jovens? Como os povos têm reagido a semelhante apelo? A resposta não é simples, mas ousar dizer que as pedagogias inclusivas não passam de arremedos na solução de um “problema” indígena, pois elas salientam ainda mais a falta de uma real compreensão do que seja um povo indígena e suas verdadeiras necessidades. Mais: elas escancaram a falta de um pensamento governamental a respeito do tratamento que esses grupos étnicos devem ter. Ou seja, revelam que o governo não tem competência para definir o que ele pensa a respeito dos indígenas. Ou será que alguém do governo já se posicionou de forma inequívoca sobre as intenções políticas com relação aos indígenas? Como saber quais as reais intenções políticas oficiais sobre os nativos? Ora, o que vem acontecendo são justificativas pedagógicas do tipo inclusivistas (a diversidade na universidade), ou paliativas (programas estaduais de magistérios indíge-

nas) ou ainda neoliberais (formação de técnicos para suprir o mercado). E qual o propósito disso? Seriam muito diferentes dos projetos de “inclusão” que faziam os militares em sua política de incorporação à sociedade brasileira?

Não importa qual seja a resposta a essas perguntas e, sim, o que vemos acontecer na prática e que não respeita o caminho da memória e da tradição indígena em seu mais amplo sentido. Basta lembrar, para isso, que o domínio da escrita do pariwat é justificado pela necessidade de ler a realidade brasileira que, a priori, não faz parte do imaginário indígena. De modo que, ao meu ver, foi-se criando uma necessidade nos jovens nativos de apreender conceitos e teorias que não cabem no pensar holístico e circular de seus povos. Essa agressão ao sistema mental indígena, fruto de uma história da qual não somos culpados, mas sobre qual temos responsabilidade, acaba se perpetuando nas novas políticas inclusivistas levadas a efeito por governos nas três esferas.

Conclusão: nossos jovens se vêm obrigados a aceitar como inevitável à necessidade de ler e escrever códigos que prefeririam não aprender e não lhes é dado o direito de recusar sob a acusação de preguiça ou descaso para com a “boa vontade” dos governos e governantes.

FORTALECENDO A AUTORIA

De qualquer forma, entendo que há uma preocupação prática nos diversos programas de educação indígena espalhados pelo Brasil afora, sejam eles operados pelas esferas governamentais ou não-governamentais. Muitos desses programas têm partido do princípio de que é preciso fortalecer a autoria como uma forma de fortalecer também a identidade étnica dos povos que atendem. Isso é muito positivo se a gente entender que a autoria, aqui defendida, signifique que esses povos possam num futuro próximo, criar sua própria pedagogia, seu modo único de trafegar pelo universo das letras e do letramento. Só assim posso imaginar que valha a pena o esforço dos que se põem a trilhar esse caminho. Se estes grupos de fato acreditarem que estão criando pessoas para a autonomia intelectual e se abrirem espaço na sociedade para a livre expressão desse pensamento, então eles estarão, realmente, fortalecendo a autoria e apresentando um caminho novo para as manifestações culturais, artísticas, políticas, lúdicas e religiosas dos nossos povos indígenas. Caso contrário, estarão levando nossa gente para o mesmo buraco em que o pensamento quadrado ocidental se meteu e, neste caso, estarão sendo piores que o regime ditatorial que almejava exterminar as identidades transformando-as numa única e cínica identidade nacional brasileira. (*maio, 2004*)

NOTA

* Artigo originalmente publicado no site do Inbrapi em 4 de maio de 2004: http://www.inbrapi.org.br/abre_artigo.php?artigo=2

I ENCONTRO NACIONAL DE ESCRITORES INDÍGENAS

Nós, escritores indígenas, estivemos reunidos no Rio de Janeiro nos dias 22 e 23 de setembro de 2004, para realizar o I Encontro Nacional de Escritores Indígenas. Nosso evento fez parte da programação do 6º Seminário FNLIJ de Literatura Infantil e Juvenil que aconteceu durante o VI Salão do Livro Infantil e Juvenil organizado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ, teve como tema "O Direito Autoral e a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais", cujo objetivo era debater formas alternativas para o incremento de uma política de proteção dos conhecimentos coletivos de nossos povos.

Durante esses dias pudemos conversar com o público leitor, editores, autores e ilustradores de literatura infantil e juvenil e aprender os mecanismos para a publicação dos textos de autoria indígena. Foi um encontro recheado de boas surpresas e aprendizado para nós e para a sociedade brasileira, representada pelo acolhedor povo carioca. Nosso evento, organizado pelo Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual - INBRAPI -, apoiado pela Fundação Ford e pela Embaixada da Noruega - NORAD, tornou-se um marco importante no estabelecimento de uma nova relação com a sociedade e com os organismos responsáveis pela proteção dos conhecimentos tradicionais e pelas leis de proteção ao direito autoral. Reunidos, assim, de forma pacífica, mas decisiva; de forma amorosa, mas contundente, conclamamos a sociedade brasileira a pensar conosco algumas de nossas conclusões:

1. Nosso conhecimento tradicional é coletivo e está vivo e presente em nosso país muito antes dos conquistadores europeus aportarem em nossas praias. É um conhecimento que abrange o material, mas principalmente o espiritual de nossa gente e não pode ser considerado domínio público, pois o uso indevido pode empobrecer seu verdadeiro valor moral e social e deturpar seu sentido poético e simbólico;

2. Nossa oralidade é parte fundamental para a manutenção dos nossos sistemas sociais, políticos, religiosos e educacionais. Entendemos a necessidade de revigorar nossa tradição e nossos valores a partir da oralidade, bem como entendemos que um meio disso ocorrer é através da edição e difusão de livros de autoria indígena, nos quais nossas crianças poderão encontrar incentivo e estímulo para o conviver com sua própria identidade étnica;

3. Os conhecimentos de nossos avós foram deixados para nossos netos de forma oral como uma teia que une o passado ao futuro. Essa fórmula pedagógica tem sustentado o céu no seu lugar e mantido os rios e as montanhas como companheiros de caminhada para nossos povos. Tais conhecimentos, em forma de narrativas – chamadas de mitos pelo ocidente – foram sendo apropriados por pesquisadores, missionários, aventureiros, viajantes que não levaram em consideração a autoria coletiva e divulgaram essas histórias não se preocupando com os seus verdadeiros donos e não repartindo com as comunidades os dividendos provenientes de sua comercialização no mercado editorial nacio-

nal e internacional. Consideramos esse tipo de manipulação prejudicial e reivindicamos uma relação mais ética e transparente com o patrimônio cultural - material e imaterial - de nossos povos.

A partir desses pontos abordados durante nosso encontro, decidimos:

1. Fundar um núcleo de escritores indígenas que pretende reunir autores em torno de uma agenda comum na defesa dos direitos autorais coletivos de nossa gente. Tal núcleo estará ligado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual - INBRAPI - e agirá junto às instâncias governamentais e não-governamentais que operam com a defesa dos conhecimentos tradicionais. Além disso, o NEI prestará consultoria ao mercado editorial, procurando ser uma referência para a sociedade;

2. Sugerir às editoras maior cuidado com a edição e publicação de livros ligados à temática indígena. Semelhante cuidado ajudará a diminuir a exclusão social de nossos povos e a aproximar nossas sociedades e a sociedade brasileira;

3. Propor a criação de um selo de Responsabilidade Social e Repartição de Benefícios para ser usado em livros publicados com histórias tradicionais identificadas. Tais benefícios seriam depositados num fundo especialmente criado para o gerenciamento do mesmo sob a responsabilidade do NEI;

4. Alertar os governos (federal, estadual e municipal) para a necessidade urgente do desenvolvimento de políticas públicas para implementar, em nossas comunidades, bibliotecas especializadas bem como projetos de incentivo ao livro e à leitura;

5. Articular politicamente junto aos governos (federal, estadual e municipal) rubrica orçamentária específica para viabilizar as ações do NEI;

6. Sugerir à Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ - a manutenção, em sua agenda, dos concursos CURUMIM e TAMOIOS para incentivar a leitura de livros de autoria indígena bem como incentivar o surgimento de talentos literários entre os indígenas brasileiros.

Acreditamos que nosso encontro foi muito proveitoso para nós e para a sociedade brasileira e temos certeza de que avançamos, ainda que a passos lentos como pede a sabedoria de nossos ancestrais, de chegarmos a um momento de verdadeira troca com a sociedade nacional.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2004.

Ailton Krenak - Krenak; Álvaro Fernandes Sampaio - Tukano; Daniel Kabixi - Paresi; Daniel Munduruku - Munduruku; Dorvalino Fernandes - Desana; Eliane Potiguara - Potiguara; Lúcio Flores - Terena; Luis Lana - Desana; Olívio Jekupé - Guarani; Ozias Gloria - Saterê-Mawé; Renê Kithaulu - Nambikwara; Sulami Katy - Potiguara. (Fonte: Inbrapi, http://www.inbrapi.org.br/abre_artigo.php?artigo=11)

Uma Outra História, a Escrita Indígena no Brasil

Lynn Marie T. Menezes de Souza

Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Educação, doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Atualmente é livre-docente na USP

EMBORA EXISTAM MUITOS RELATOS DA PERCEPÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS DA IMPORTÂNCIA DA ESCRITA, FOI APENAS RECENTEMENTE QUE ELA PASSOU A SER VISTA DE FATO COMO FERRAMENTA IMPORTANTE PARA O RESGATE DE SUAS CULTURAS E DE SUAS IDENTIDADES¹

Há uma longa tradição no Brasil de publicar por escrito, mitos e lendas indígenas, supostamente transcritos das ricas tradições orais, por toda sorte de autores desde viajantes estrangeiros até antropólogos renomados.

O que mais caracteriza essa aparição da voz indígena na escrita é a *forma* dada a essa voz. Muitos desses textos acabam sendo recriações (por autores não indígenas) de narrativas orais com graus variados de consciência, por parte de seus autores, das diferenças radicais entre a forma escrita e a forma original oral de uma narrativa. Para entender melhor esse processo de registrar narrativas orais no papel, é importante entender os conceitos de *performatividade* da narrativa oral, o conceito de *autoria*, de *tempo mítico* e o conceito da *padronização* ou homogeneização.

Performatividade

Na tradição oral de culturas sem escrita, uma narrativa contada oralmente é muito diferente do ato solitário de escrever e ler um texto numa cultura com escrita. Numa cultura oral, contar uma narrativa para uma platéia se trata de uma *performance*, um ato social complexo e altamente dinâmico. O contador da narrativa – apesar de acessar e fazer uso de uma série de técnicas para contar histórias, próprias de sua cultura e aprendidas ao longo de sua vida – conta muito com a presença de uma platéia, com a qual ele interage; por exemplo, de acordo com as reações da platéia presente, o contador escolhe uma ou outra técnica para

A ESCRITA INDÍGENA

Alguns estudiosos definem a escrita como parte do comportamento comunicativo humano de transmitir e trocar informações; ou seja, a escrita pode ser vista como uma forma de interação pela qual uma ação das mãos (com ou sem um instrumento) deixa traços numa superfície qualquer; nesse sentido, a escrita pode ser concebida como uma forma não apenas alfabética para representar idéias, valores ou eventos. Entendido assim, a escrita sempre esteve presente nas culturas indígenas no Brasil na forma de grafismos feitos em cerâmica, tecidos, utensílios de madeira, cestaria e tatuagens. Por outro lado, a escrita propriamente alfabética, registrando no papel a fala e o som, foi introduzida no Brasil pela colonização européia, e desde o século XVI está presente de formas variadas nas comunidades indígenas; porém, foi apenas nas duas últimas décadas que surgiu o que pode ser chamado de fenômeno da escrita indígena no sentido do aparecimento de um conjunto de textos alfabéticos escritos por autores indígenas.

o desenrolar da narrativa garantindo, assim, a possibilidade de prender o interesse de seu público.

Algumas dessas técnicas da performatividade oral incluem variações na impostação da voz, variações de entoação, o uso inesperado do silêncio e o uso da repetição. Sendo típicas da língua falada, tais técnicas desaparecem nas formas escritas das narrativas orais. Assim, os autores que dizem que estão simplesmente escrevendo (registrando no papel) narrativas indígenas tal qual foram contadas, na verdade estão deixando para fora do papel toda a complexidade e dinâmica do processo performativo de narrar oralmente.

Para isso, é bom entender o contraste entre o processo de *transcrever* e de *escrever*. *transcrever* significa passar para a escrita o máximo possível das características orais (por exemplo, as mencionadas no parágrafo acima) de um processo oral de contar, enquanto *escrever* significa apenas registrar no papel infor-

mações consideradas relevantes. Ao dizer que está apenas escrevendo uma narrativa indígena tal qual ela existe e é contada na cultura indígena, muitos autores na verdade estavam apenas *escrevendo* (e não *transcrevendo*) essas narrativas, deixando para fora da página escrita as complexidades, sofisticações e dinâmica da narrativa oral.

Dessa forma, ao dizer que está apenas escrevendo uma narrativa indígena, o escritor na verdade acaba transformando algo oral com características próprias em algo escrito com características muito diferentes, muitas vezes reduzindo a narrativa oral a apenas um enredo. Assim o escritor desse 'enredo' acaba na verdade se tornando o autor da narrativa, agora escrita, que nunca chegou a ser contada (apresentada) oralmente. Assim, a *performatividade* da tradição oral que permeia a narrativa oral original, se perde totalmente, fazendo com que aquilo que nasceu como *processo* oral ou performance se torne um mero *produto* escrito.

Autoria

Dessa maneira, a questão da autoria se torna um aspecto crucial em todo fenômeno da escrita indígena. De fato, a questão da autoria na tradição oral difere fundamentalmente da do texto escrito. Numa cultura oral, as narrativas apresentadas em performances orais são vistas como sendo de propriedade coletiva da comunidade e herdadas dos antepassados; são aprendidas através da memória e passadas de geração em geração. O contador não se vê como criador da narrativa, e sim como uma espécie de transmissor; ou seja, ele é um elo numa cadeia infinita de repetidores e guardiões das narrativas ao longo das gerações. A cada ato de contar, não é apenas a narrativa em si que é repetida, mas também toda a tradição oral da comunidade é revivida.

Apesar desse conceito de o contador não ser o 'criador' (autor) mas apenas o 'repetidor' da narrativa tradicional pertencente à comunidade, na verdade ao seguir as regras da performatividade, interagindo com a platéia e lançando mão das várias técnicas de narrar, de acordo com as reações de sua platéia, o contador acaba usando essas técnicas de uma forma personalizada, para dar vida à narrativa. A comunidade por sua vez, apesar de apreciar as habilidades pessoais do contador, ainda assim considera que a narrativa contada não é propriedade do contador, mas sim da comunidade. O autor da narrativa, nessa visão, é a comunidade e não o contador individual. O exemplo de tal visão é a manifestação dos escritores indígenas do Brasil em sua *Carta da Kari-Oca* de 2004:

“Os conhecimentos de nossos avós foram deixados para nossos netos de forma oral como uma teia que une o passado ao futuro. Esta fórmula pedagógica tem sustentado o céu no seu lugar e mantido os rios e as montanhas como companheiros de caminhada para nossos povos. Tais conhecimentos, em forma de narrativas – chamado mitos pelo ocidente – foram sendo apropriados por pesquisadores, missionários, aventureiros,

viajantes que não levaram em consideração a autoria coletiva e divulgaram estas histórias não se preocupando com os seus verdadeiros donos”.²

Tempo mítico e tempo histórico

O aspecto da autoria coletiva ou comunitária está ligado ao conceito de *tempo mítico* e *tempo histórico* nas culturas orais.

O antropólogo Da Matta³ (1987) aponta dois conceitos de tempo simultaneamente presentes nas culturas indígenas brasileiras: um 'presente anterior' e um 'presente atual'. Enquanto o presente anterior se remete a um passado durante o qual o mundo tal como é hoje ainda não existia, o presente atual se refere ao estado de coisas no mundo de hoje em dia.

Outro escritor (Sullivan⁴ 1988) chama esse presente anterior de “primordium”, descrevendo-o como um plano temporal primordial nas cosmologias indígenas sul-americanas, quando tudo estava sendo ainda criado, e quando as coisas e os seres possuíam formas instáveis capazes de se mudarem constantemente; nesse plano temporal, tudo podia se transformar em outra coisa, até que ocorreu um grande desastre primordial que criou uma ruptura no tempo e acabou gerando o plano do tempo 'presente atual'. Nesse plano, os seres e as coisas pararam de mudar de forma e se fixaram permanentemente nas formas que tinham no momento do grande desastre primordial.

Portanto, enquanto que no plano temporal do 'presente anterior' ou do 'primordium', todos os seres se comunicavam e mudavam de forma e por isso eram iguais, no plano temporal do 'presente atual' os seres passaram a ficar separados e isolados uns dos outros, em formas distintas. Para muitas culturas indígenas, o plano do 'presente anterior' (diferentemente de nosso conceito de passado) continua existindo, e as transformações e intercomunicações entre os seres seguem um movimento cíclico, como se fosse de repetição; esse plano é chamado por muitos estudiosos do plano do 'mito'. Por outro lado, no plano do 'presente atual', onde os seres ocupam formas fixas e estão isolados uns dos outros, tudo segue um processo linear; este plano é chamado de plano da 'História'. Dizem os especialistas que esses dois planos coexistem de forma paralela e se comunicam; portanto não são separados. Os xamãs ou pajés são capazes de viajar entre os dois planos na busca de curas, soluções e explicações para eventos e problemas cotidianos. Grande parte das narrativas orais indígenas narram eventos que ocorreram e ocorrem nesse plano do 'presente anterior'.

Dessa forma, pode-se dizer que as narrativas orais performáticas e míticas, acompanhadas pelo conceito de autoria coletiva, remetem-se ao conceito valorizado da coletividade e à inseparabilidade típica do 'presente anterior'; em contraste, pode-se dizer de forma geral que uma narrativa escrita de autoria individual, contando sobre algo existente hoje, se remete ao plano do 'presente atual', do 'hoje-em-dia' da historicidade.

A coexistência e possibilidade de comunicação entre os dois planos temporais indicam que pode haver uma conexão entre narrativas 'míticas' e narrativas 'históricas'. A antropóloga Gallois⁵ (1994) cita exemplos das narrativas dos Waiâpi nas quais os narradores chegam a *atualizar* as narrativas tidas como míticas de acordo com os fatos recentes ocorridos na história daquela comunidade e presentes em sua memória. Portanto, longe de ser apenas uma *estória*, esse tipo de narrativa oral constrói e reconstrói a *história* daquela comunidade. Essas atualizações ou variações porém, não são percebidas nessas comunidades como mudanças ou deturpações da narrativa oral original e o contador, conseqüentemente, não é visto como autor de seu texto (modificado ou atualizado) e sim como repetidor.

Quando uma 'transcrição' de uma narrativa oral é publicada por escrito, dando crédito ao contador como *autor* dela, conforme regem as regras da cultura escrita, as normas da tradição oral de *autoria coletiva* são imediatamente violadas;⁶ para evitar isso, muitas publicações recentes de narrativas indígenas identificam os nomes dos narradores, mas, infelizmente numa cultura escrita como a nossa, a diferença entre narrador e autor acaba se confundindo.

Em "Tuparis e Tarupas", por exemplo, a autora Betty Mindlin faz questão de identificar os narradores das narrativas que ela reúne no livro, mas ao passar as narrativas para uma forma escrita, isto é, deixando de lado as formas performáticas do ato de narrar oral, pode-se dizer que ela acaba sendo a *autora* das narrativas, embora não seja a *narradora*. Veja o exemplo:

" O Dia"⁷

"Antigamente, não existia o dia. Conta-se que na casa de Waledjat era sempre escuro, nunca amanhecia. Existia o sol, mas não passava o claro para cá". (Narrador: Konkuat, 1989)

Em outros livros como "Wamrêmé Za'ra Nossa Palavra", dos Xavante, há uma preocupação maior de manter as características da narrativa oral, e apesar de identificar os nomes dos narradores, deixa-se claro que a autoria do livro é do povo xavante.

História da Anta⁸

[...] O marido fica escondido, esperando... Prepara o arco e:
-Tummmm!

Dá uma flechada na fêmea. Ela cai:

-Ôhr, ôhr, ôhr..

O macho se aproxima e o homem dá outra flechada:

-Tummmm!

Padronização

Além de confundir autor e narrador, transcrição e escrita, outra violação comum na escrita indígena ocorre quando as "transcrições" de narrativas orais acabam inadvertidamente caindo em mais uma armadilha aberta no espaço entre a oralidade e a es-

crita, dessa vez a armadilha da padronização ou homogeneidade. Essa questão diz respeito ao fenômeno descrito acima de *atualizar* a narrativa oral – o que paradoxalmente mantém uma narrativa sempre a mesma, apesar de torná-la diferente a cada apresentação. Quando tal variação ou *atualização* de uma narrativa oral passa inadvertidamente a ser transcrita e publicada, ela adquire, através da escrita, a aparência de ser a forma única daquela narrativa; passar uma narrativa para a escrita acaba deslocando-a (o que acontece com qualquer texto escrito) do contexto temporal e local de sua apresentação oral perante uma platéia, fazendo com que aquilo que foi contado oralmente como uma variação/atualização de uma narrativa já existente, fique publicado/congelado no papel como a única forma invariante da narrativa, *padronizando-a e homogeneizando-a* para sempre. Isso acaba reduzindo a plenitude e complexidade da história indígena e das tradições orais numa mera estória.⁹

A HISTÓRIA REESCRITA

Embora haja muitos relatos da percepção entre as comunidades indígenas da importância e do poder da escrita,¹⁰ foi apenas recentemente que a escrita passou a ser vista de fato como uma ferramenta importante para o resgate de suas culturas e de suas identidades, ameaçadas pela sociedade envolvente.

A constituição de 1988, que oficialmente reconheceu a existência das línguas indígenas no Brasil, abriu o caminho para a educação bilíngüe indígena e levou à criação da nova instituição da escola indígena, reforçando assim o esforço dessas comunidades para a recuperação de suas culturas, muito embora cada comunidade sempre tivesse seus próprios meios para a transmissão de suas tradições orais.

Essa política nova de educação indígena no Brasil deu um impulso nunca antes visto para o surgimento de uma nova escrita indígena, seja através da necessidade de criar novos materiais didáticos com conteúdos indígenas para alimentar as escolas indígenas, seja através da formação de um novo público leitor formado pelo alunado dessas escolas pelo país afora, ou seja, ainda por causa dos vários programas de autoria indígena que surgiram em vários cursos de formação de professores indígenas para estimular a escrita e a produção de novos materiais didáticos para as escolas indígenas.

A nova escrita indígena que nasce *de e para* a nova escola indígena aparece especialmente quando surge o desejo e a necessidade de reescrever a *história* indígena, e por que não, de reescrever até mesmo as *estórias* indígenas, numa tentativa desenfreada de arrancar o poder de autoria das mãos dos tradicionais e históricos tutores das comunidades indígenas:

"Eu sou índio¹¹ porque nós temos costume de falar nossa língua.

E também nós temos costume de dançar a festa do mariri. [...]

Por isso é que nós queremos continuar a ser índio.

É pelos costumes de nossa aldeia que todo pessoal já conhece.

Então não adianta a gente negar a nossa língua e dizer que não é índio.

O índio não pode virar cariu, porque é de outro jeito e chama de índio.

O índio também é gente.

Nós somos índios Caxinauás do Jordão e queremos aprender a língua de português, ler, escrever e tirar conta para não ser roubado pelo cariu”

Curiosamente, essa escrita nasce na forma de livro didático, escrito, na maioria das vezes coletivamente por grupos de professores indígenas em cursos de formação de professores para escolas indígenas. Tais livros procuram disseminar os conhecimentos culturais da tradição oral na forma de livros escritos especificamente para o currículo da escola indígena.

Porém, como ocorreu com as “transcrições” das narrativas orais, as armadilhas que separam a cultura oral da cultura escrita são muitas; a primeira aparece já na definição de fronteiras disciplinares: qual deveria ser a diferença entre narrativas num livro didático para o ensino da língua (seja ela materna ou português) e outras em livros para o ensino de história e de ciências? Surge novamente o espectro da indistinguibilidade entre ficção e realidade ou entre história e estória.¹²

Alguns livros procuram contrapor as narrativas da tradição oral já existentes com narrativas (“memórias”) pessoais biográficas redigidas especialmente pelos professores/autores, como se aquelas fossem “mitos” com menor grau de veracidade, e portanto menos científicas, enquanto estas são vistas como documentos testemunhais tendo maior grau de veracidade e cientificidade:

Quando Deus¹³ andava no mundo, para ver quem era bom e quem era ruim, ele encontrou no meio da mata uma aldeia e ficou pra saber se os índios eram bons ou ruins. Então Deus virou tamanduá que era manso e eles o levaram pra casa. O tamanduá ficou lá [...]

Na década¹⁴ de 30, a Companhia do Vale Rio Doce executa o projeto de construção da EFVM. A vale cortou o território Krenak em 1905 sob protesto dos Burúm. Estes nunca foram indenizados pelos prejuízos. A companhia trouxe as fazendas de café, a exploração de minérios, a poluição sonora para a região [...]

Várias vezes, á sua maneira os Burum reagiram, bloqueando a estrada colocando pedras e paus nas trilhas para impedir passagem. [...]

Vários morreram ali atropelados. O último a morrer foi Humberto, em 1984, quando voltava de um congresso indígena realizado em B.H.

Outros livros ainda contêm narrativas ditas ficcionais e até mesmo poesias escritas especialmente para esses livros pelos professores/autores, às vezes de autoria coletiva, outras vezes de autoria individual, criando uma nova modalidade de, ou talvez confundindo para sempre, o conceito de “autor”:

“ Sinto que sou índio
porque não tenho cara de branco,
meu corpo é diferente,
meu jeito de caminhar é diferente.
Meu cabelo é liso,
Não tenho muita barba
E nem pêlo enrolado no braço e na perna.
Índio tem pêlo liso no suvaco e na canela.
Somos iguais e diferentes.
Diferentes na língua, jeito e costume.
Igual no corpo, na inteligência, no respeito.
Somos todos iguais: índios, negros, brancos.”

No caso do texto acima, a autoria é atribuída coletiva e anonimamente a um “Grupo de professores indígenas do Acre”,¹⁵ que diferentemente das narrativas de autoria coletiva que surgem dentro de uma mesma etnia e grupo social, essa narrativa foi elaborada por sujeitos de várias etnias reunidos num curso de formação de professores indígenas do Acre. As três narrativas apresentadas imediatamente acima atestam duas questões que permeiam as novas narrativas indígenas: a questão de *gênero textual* e a questão do *sujeito*. Dada a complexidade da situação do surgimento dessas narrativas no espaço problemático entre a oralidade e a escrita, é de se esperar que os gêneros textuais das narrativas reflitam tal complexidade, dificultando a sua identificação em termos dos gêneros da cultura escrita, tais como ‘poesia’, ‘conto’ ou ‘crônica’. Muitas vezes, são os editores não-indígenas dos textos que formatam os manuscritos atribuindo-lhes o gênero textual que mais lhes parece cabível nas circunstâncias, sem que os próprios autores tenham escolhido intencionalmente tais gêneros. Como se sabe, ‘poesia’, ‘conto’ e ‘crônica’ são gêneros da cultura escrita e têm mais a ver com a disposição do texto verbal no espaço bidimensional da página do que com o aspecto da performatividade e a interação narrador-audiência, mais característica da tradição oral, cujas distinções de gênero textual são menos definidas e mais situacionais.

A antropóloga Tonkin (1992) aponta, por exemplo, a dificuldade de distinguir, na narrativa oral, entre uma narrativa pessoal, subjetiva e auto-biográfica e uma narrativa supostamente mais objetiva que representa uma história da vida da comunidade; ou seja quando uma *estória* passa a ser *história*? Quando uma *ficção* passa a ser *fato*? Como esclarece Tonkin, nessas situações, uma narrativa, seja oral ou escrita, contém eventos organizados seqüencialmente de forma a apresentar um tipo de enredo; a

seleção dos eventos e seu ordenamento ajudam a criar uma ‘ordem moral’ que elimina a sensação de desordem e falta de sentido, e afasta a possibilidade de representar um mundo em estado de caos.

Esse ordenamento dos eventos é feito de acordo com uma experiência de vida de um sujeito; porém, esse sujeito da experiência, seja ele expresso explicitamente na narrativa ou não, mais do que um sujeito individual, é um sujeito social¹⁶ e coletivo. Esse ‘sujeito social’ não deixa de ser um indivíduo, mas reflete o processo de formação de identidades de sua cultura onde a dinâmica individual-social é diferente da do sujeito individual numa cultura ocidental; nas culturas indígenas, cada sujeito é visto em termos de suas relações com os outros sujeitos da comunidade, e nunca de uma forma independente ou individualista.

Esse conceito de sujeito está intimamente relacionado com os conceitos temporais das culturas indígenas, conforme discutimos acima, que estabelecem o diálogo entre o ‘tempo anterior’ mítico e coletivo (gerador do sujeito coletivo) e o ‘tempo presente’ atual, histórico e social (gerador do sujeito separado, aparentemente indivíduo).

A VISUALIDADE NA ESCRITA INDÍGENA

Outra característica marcante dos livros de escrita indígena é seu grande apelo visual. A grande maioria deles é altamente ilustrada com desenhos em cores vivas feitos pelos próprios autores individual e/ou coletivamente, levando alguns a considerá-los até como um fenômeno novo da arte indígena.¹⁷

Na maioria das vezes, porém, sendo tutelados por pessoas de fora das comunidades indígenas, o processo de editoração desses livros, incluindo o tratamento gráfico final que lhes é dado, muitas vezes é controlado por pessoas que acabam também vítimas inocentes das armadilhas que separam a cultura oral da escrita. Como no caso dos gêneros textuais, muitas vezes esses “editores” desconhecem o papel e o valor do texto ou elemento visual naquela cultura indígena e, partindo de uma cultura escrita que dá primazia à palavra escrita, acabam confundindo-se e atribuem ao texto escrito (que para algumas comunidades indígenas apenas “ilustra” ou complementa um texto visual) maior importância do que ao texto visual.¹⁸ Aliás, o diálogo elaborado entre os textos visuais e escritos presente na nova escrita indígena ainda merece ser estudado como um fenômeno à parte.¹⁹

Tendo em vista que o objetivo principal do surgimento desses livros, dentro do contexto da nova escola indígena, é de resgatar as culturas indígenas, o que mais se vê nesse fenômeno da recente escrita indígena é o surgimento de uma nova cultura indígena atravessando e confundindo as fronteiras tênues entre a cultura escrita e a cultura oral. Essa nova escrita indígena, especialmente a que é escrita em português, nasce paradoxal e simultaneamente local e nacional, marginal e canônica: *local*,

porque cada comunidade com projetos para uma escola indígena se torna produtor/autor e consumidor/leitor de seus próprios textos; *nacional*, porque a política da escola indígena é federal, e isso faz com que surja um público consumidor/leitor potencial da escrita indígena em todas as escolas indígenas do país, fazendo com que esses livros possam circular para fora de suas comunidades produtoras, tornando as tradicionais sabedorias e valores das culturas indígenas (nas suas novas formas transformadas escritas) numa nova espécie de capital cultural transcomunitário; *marginal*, porque essa escrita embora já prolífica e de grande abrangência, ainda não mereceu o interesse das academias e instituições literárias nacionais que, quando muito, a vêem como uma espécie de literatura popular ou de massas, sem grande valor literário (quando alguns desses livros encontram o caminho para o mercado externo das livrarias nos grandes centros urbanos do país, não é incomum encontrá-los na seção de Literatura Infantil); e finalmente *canônica* porque trata-se de uma escrita que já nasce no bojo da instituição escolar, com seus mecanismos de inclusão e exclusão curriculares que em várias culturas formam a base para a construção, destruição ou transformação dos cânones literários.²⁰ Não deixa de haver uma certa ironia no fato de que a escrita indígena, produto de um setor historicamente marginalizado como sendo ‘primitivo’, já esteja formando, em menos de uma geração, seus próprios cânones da escrita.

Mais do que *reescrever* a sua estória/história, as comunidades indígenas parecem já estar *escrevendo* sua história. De forma diferente das literaturas pós-coloniais de língua inglesa e francesa, que antes de tudo buscaram “escrever de volta” aos antigos centros colonizadores metropolitanos, para serem ouvidos e lidos²¹, as comunidades indígenas brasileiras parecem ter se contentado em reescrever a sua história escrevendo para eles mesmos, construindo assim uma nova identidade indígena, ambígua e híbrida, ao mesmo tempo local (como vimos acima, “Kashinawa do Acre”, por exemplo) e nacional (“índio brasileiro”). Resta saber o resultado a longo prazo dessa relação fascinante e um tanto incestual da nova escrita indígena com a escola indígena.

A ESTÓRIA ESCRITA

Um terceiro grupo de escrita indígena é aquele que inclui os escritores declaradamente de origem indígena (Daniel Munduruku, Kaká Werá Jecupé e Olívio Jekupé), mas que migraram para os centros urbanos nacionais, e conviveram com a cultura dominante, escrevendo *de e para* a cultura dominante não indígena. Longe dos fenômenos mencionados da tutela dos intermediadores e da escola indígena, esses autores ou publicam suas próprias obras ou são publicados por editoras não indígenas, e até de prestígio, como foi o caso de Daniel Munduruku.²² Longe também da performatividade da tradição oral, e portanto

de suas platéias indígenas, esses autores seguem, com algumas exceções, a tradição escrita e seus gêneros (Souza 2001, 2002).²³

Com esse distanciamento de suas origens e de um público leitor indígena, esses autores, embora procurem reescrever a versão dominante da história indígena para não indígenas,²⁴ acabam sujeitos aos processos de exclusão e marginalização do mercado editorial dominante, conseguindo no máximo, ser lidos como autores de *estórias* escritas, ajudando, porém, à sua maneira, a prestar visibilidade, embora restrita, à problemática do processo de construção da(s) identidade(s) indígena(s) e à questão indígena. Mas essa é uma outra história... (março, 2006)

NOTAS

¹ Uma versão anterior, deste texto foi publicada em *Perspectivas da literatura ameríndia no Brasil, Estados Unidos e Canadá*. (org.) Eloína Santos. Feira de Santana: UEFS, 2003.

² Veja a íntegra da carta no artigo “A escrita e a autoria fortalecendo a identidade”, de Daniel Manduruku, nesse capítulo.

³ DaMatta, R. 1987 *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, Rocco, Rio de Janeiro

⁴ Sullivan, L. E. 1988 *Icanchus Drum; an orientation to meaning in South American religions*, Macmillan, New York

⁵ Gallois, D. 1994. *Mairi Revisitada a reintegração da fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*. NHII USP, São Paulo

⁶ Veja por exemplo as “transcrições” (conforme definimos acima) traduzidas e publicadas por Betty Mindlin. *Tuparis e Tarupás* (1993, Editora Brasiliense, São Paulo) e compare com as “transcrições” de Sereburã e outros *Wamrêné Za'ra Nossa Palavra* (1998, Editora Senac, São Paulo) com uma preocupação maior em reter no texto escrito mais características da narrativa oral.

⁷ De Mindlin 1993 *Tuparis e Tarupás*. Coletada e publicada pela antropóloga, note o destaque dado ao narrador nomeado.

⁸ De Sereburã e outros 1998 *Wamrêné Za'ra Nossa Palavra*. Note as repetições e os sons típicos de uma narrativa oral, onde o narrador procura dramatizar e dar vida à narrativa.

⁹ Veja por exemplo as narrativas publicadas por Ciça Fittipaldi *A Árvore do mundo e outros feitos de Macunaíma* (1988), e *Subida pro Céu* (1986) Melhoramentos, São Paulo.

¹⁰ Veja por exemplo o relato de Levi Strauss em *Tristes Trópicos* (1957) descrevendo a apreensão da escrita como instrumento mágico de poder sobre os outros por parte de um chefe Nambikwara

¹¹ De “Eu sou índio” por Norberto Sales Têner, em *O Jacaré Serviu de Ponte*, CPI do Acre 1984.

¹² Para uma discussão desse fenômeno veja White, H. 1973 *Metahistory*, Johns Hopkins University Press, Baltimore.

¹³ De *Conne Pãnda Ríthioc Krenak: coisa tudo na língua krenak* (1997). MEC p. 32.

¹⁴ De *Conne Pãnda Ríthioc Krenak: coisa tudo na língua krenak* (1997) MEC, p. 39.

¹⁵ De *Antologia da Floresta* 1997 CPI do Acre, Rio Branco, p. 10-11.

¹⁶ Veja o conceito de sujeito ‘pronominal’ de Bhabha, H.K. 1995. “Freedoms Basis in the Indeterminate” em Rajchman, J. (ed) *The Identity in Question*, Routledge, New York e o conceito de sujeito relacional no perspectivismo indígena de Castro, E.V 2000 “Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism” em Lambek, M. (ed) *Anthropology of Religion*, Blackwell, Oxford

¹⁷ Veja a este respeito o comentário de Meliá, B. 1989 em *A Conquista da Escrita Indígena*, Iluminuras, São Paulo. p. 14

¹⁸ Veja como exemplo a re-publicação de *Shenipabu Miyuí* pela Editora da UFMG em 2000. O livro original foi escrito de forma multimodal pelos Kashinawá para quem o texto visual é pelo menos tão importante quanto o texto verbal sendo que os dois tipos de texto geralmente são interligados. Na re-edição do livro essa interligação se perde por completo.

¹⁹ Veja a este respeito o estudo de Souza, LMTM (2000) “Surviving on paper: recent indigenous writing in Brazil”. *ABEI JOURNAL* nº 2

²⁰ Veja a este respeito Guillory, J. (1993) *Cultural Capital: the problem of literary canon formation*, University of Chicago Press, Chicago

²¹ Veja o gênero narrativo que Gallois 1993 chama de “fala para branco”; veja nota 6 acima.

²² Autor de *Histórias de Índio* (1997) Companhia das Letras, São Paulo.

²³ Souza, LMTM 2001 “Para uma ecologia da escrita indígena: a escrita multimodal kashinawá” em Signorini, I. (org) *Investigando a relação Oral/Escrito*, Mercado de letras, Campinas; Souza, LMTM 2002 “As visões da anaconda: a narrativa escrita indígena no Brasil”, *Semear* nº 7, PUCRJ

²⁴ A tentativa de Munduruku de desfazer a imagem negativa do índio aparece timidamente num gênero de livro/narrativa infanto-juvenil; as narrativas de Jecupé bordam o místico/mítico/esotérico (veja *Oré Awé* (1992?) Phytoervas, São Paulo, *A Terra dos Mil Povos* (1998), *Tupã Tenondé* (2001) Ed. Peirópolis, São Paulo.

Desenvolvimento Regional Modelo de Desenvolvimento Hidrelétricas Sivam Militares e Índios

Dsenvolvimento Regional

Avanço da Fronteira Agrícola Ameaça Povos Indígenas

Márcio Santilli

Coordenador, pelo ISA, da Campanha 'Y Ikatu Xingu

A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO MATO GROSSO TEM CAUSADO UMA DAS MAIORES TAXAS DE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA. EM RESPOSTA, POVOS INDÍGENAS, INSTITUIÇÕES DE APOIO, E ATORES REGIONAIS SE MOBILIZAM PARA TENTAR PROTEGER AS NASCENTES DO RIO XINGU, SITUADAS NESSA REGIÃO

O Estado do Mato Grosso apresentou, entre 2003 e 2005, os maiores índices de desmatamento da região amazônica. Entre os meses de agosto de 2004 e de 2005, o desmatamento no estado correspondeu a 40% do total do desmatamento na Amazônia Legal. Nos 17 milhões de hectares que constituem a região das cabeceiras do Rio Xingu, 40,45% da cobertura florestal já foram suprimidos. Excluídas as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, a extensão desmatada chega aos 51,98%. Para que se tenha uma idéia do aceleramento desse processo, desmataram-se entre 2000 e 2005, 44,95% (2,3 milhões de ha) a mais que o acumulado histórico anterior (4,9 milhões de ha). Em várias partes, o corte raso da vegetação alcançou a fronteira do Parque Indígena do Xingu, que já pode ser reconhecida com bastante nitidez numa foto de satélite atual.

Os 51,98% já desmatados na região indicam uma generalização da ilegalidade entre as propriedades rurais e assentamentos, considerando que o Código Florestal obriga a conservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) – nascentes, matas ciliares, encostas e de Reservas Legais que devem abranger 35% da sua extensão no bioma do cerrado e 80% no bioma de floresta.

As nascentes e matas ciliares dos rios formadores do Xingu também foram fortemente afetadas. Segundo estimativa do Instituto Socioambiental (ISA), em 2005, 14% (ou 298.657,19 ha) da extensão total de matas ciliares da região foram suprimidos, e outros 4,4% (ou 95.660,95 ha) encontram-se degradados. Não

é possível estimar quantas nascentes foram perdidas, mas ainda há cerca de 22 mil a serem preservadas.

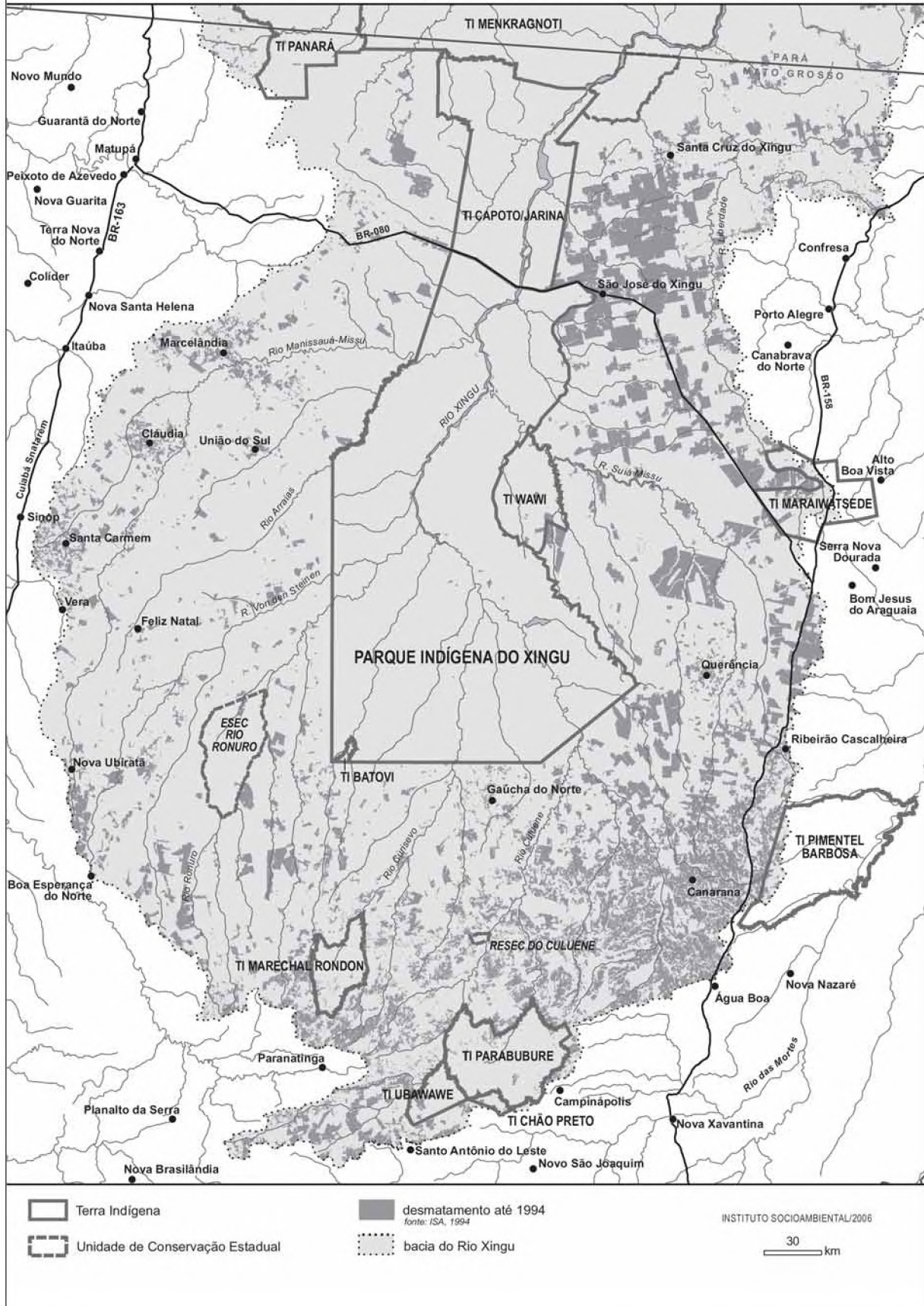
Os últimos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (referentes ao período posterior a agosto de 2005) indicam uma redução de 42% no ritmo do desmatamento em Mato Grosso (<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>). A queda no preço internacional da soja e de outras *commodities* e a realização de uma operação da Polícia Federal, que desbaratou a exploração ilegal de madeira, contribuíram para essa redução. Além disso, houve uma redução na área plantada no estado. Essa mesma tendência se observa também na região do Xingu, o que indica que ainda há tempo para se tentar reverter, ou minimizar, essa situação.

O RIO XINGU

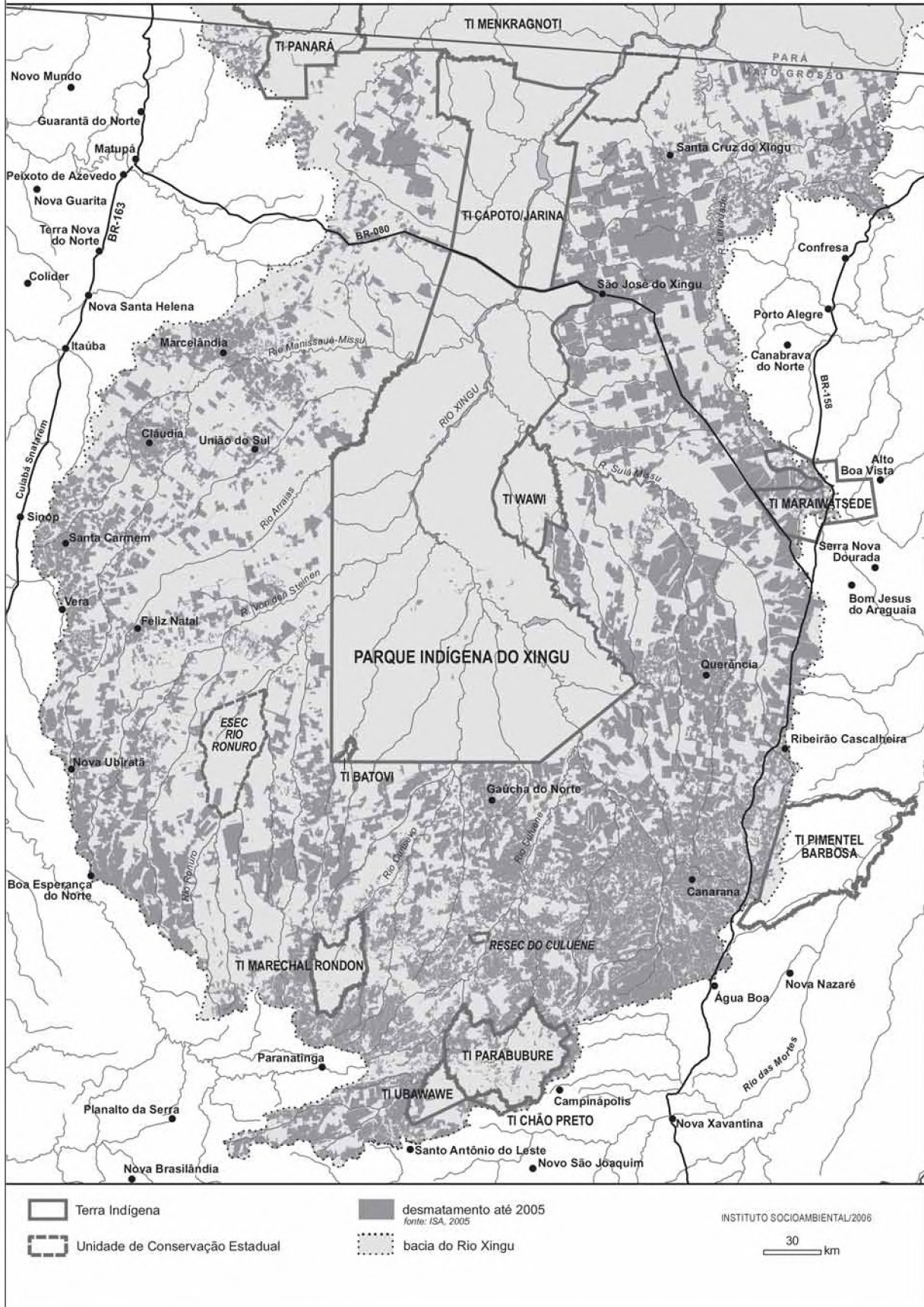
Com aproximadamente 2.700 km, o Rio Xingu é um dos mais extensos afluentes do Rio Amazonas, atravessando o nordeste do estado do Mato Grosso e o sudoeste do estado do Pará. A extensão total da sua bacia é de 51 milhões de hectares, dos quais um terço (17 milhões de ha) compõe a região das “cabeceiras do Xingu”. Essa região é constituída por uma formidável malha hidrológica – com dezenas de milhares de nascentes, sua maior parte situada em região de cerrado – que converge para o eixo central, o Rio Xingu, já em plena floresta amazônica. No Pará, a bacia se abre acolhendo as águas dos rios Iriri e Curuá. O interflúvio Xingu/Iriri é também conhecido como “Terra do Meio”.

Essa bacia concentra uma parcela importante da biodiversidade amazônica, com espécies típicas do cerrado, matas de transição e floresta tropical propriamente dita. Sua área é emoldurada por duas rodovias federais, as BRs 163 (Cuiabá-Santarém) e 158 (Barra do Garças–Marabá), que cruzam o Brasil central de sul para norte acompanhando os seus divisores de águas com as bacias vizinhas, dos rios das Mortes/Araguaia, e Teles Pires/Tapajós. É também cortada transversalmente por outras duas rodovi-

Cabeceiras do Rio Xingu: desmatamento até 1994



Cabeceiras do Rio Xingu: desmatamento até 2005



as federais, as BRs 080 e 230 (esta mais conhecida como Transamazônica), que conectam, de leste para oeste, as duas anteriores.

A bacia do Xingu concentra 19,4 milhões de ha (38,89% da sua extensão total) de terras indígenas interligadas entre si (e com outras da bacia do Tapajós) por Unidades de Conservação (UCs) ainda em formação. Esse mosaico de TIs e UCs já se estende por 27,8 milhões de ha (54,54% da bacia do Xingu); é uma das maiores extensões contíguas em áreas protegidas do mundo.

No entanto, o processo de colonização, induzido pela abertura das estradas, conformou o chamado “Arco do Desmatamento”, que se expandiu desde o leste e o sul, contornando a “barreira” constituída por essas áreas. A expansão do desmatamento a partir dos eixos rodoviários situados nos divisores de águas vem afetando significativamente as nascentes e os rios formadores da bacia.

NATUREZA DIFERENCIADA DOS MUNICÍPIOS

A parte mato-grossense da bacia do Xingu compreende territórios pertencentes a 35 municípios. Sete deles encontram-se integralmente dentro dela. Treze das sedes urbanas também. A maior cidade da região é Canarana, que tem 30 mil habitantes e fica no eixo da BR-158 (desconsiderando-se Sinop, no eixo da BR-163, com 120 mil, que tem parte do seu município dentro da bacia, mas cujo centro urbano situa-se fora dela). Quase todas as cidades se desenvolveram ao longo das estradas. A população total da região é de cerca de 240 mil pessoas.

A ocupação econômica da região se iniciou tendo como base a pecuária, que, a partir do cerrado, foi se expandindo em direção à floresta. Implantou-se, primeiro, pelo interflúvio Xingu/Araguaia (eixo da BR-158) e, posteriormente, no Xingu/Teles Pires (eixo da BR-163). A atividade madeireira chegou a ter expressão nesse processo, e ainda há um pólo madeireiro importante em Sinop, com mais de 400 serrarias. Mais recentemente, o agronegócio expandiu-se, priorizando as terras mais planas, formando municípios-pólos produtores de soja e de outras *comodities* agrícolas, como Querência. Mas também há cidades que se originaram de garimpos, como Matupá, e de assentamentos de reforma agrária, como Ribeirão Cascalheiras. Prevaecem distâncias relativamente grandes entre os municípios, da ordem de cem ou mais quilômetros, que, freqüentemente, devem ser percorridos em estradas de terra, que se tornam intransitáveis na estação das chuvas, entre novembro e abril. O isolamento geográfico e as origens decorrentes de distintos fluxos migratórios fazem com



Rio Xingu.

PEDRO MARTINELLI, 1989

que cada cidade pareça um mundo diferente. Em algumas, como Gaúcha do Norte, predominam pessoas de ascendência mais européia, oriundas dos estados do sul do país. Em outras, como Peixoto de Azevedo, a maior parte migrou do nordeste, ou, como São José do Xingu, ocupada pelos que vieram de Goiás. Essas pessoas, que para lá trouxeram suas culturas regionais, fazem da região um mosaico representativo da diversidade nacional.

“GRANDES” E “PEQUENOS”

Do ponto de vista da estrutura fundiária, predominam as grandes propriedades rurais na maior parte da região das cabeceiras do Xingu. Desde o regime militar, quando se intensificou a ocupação regional, foram feitas concessões de grandes extensões de terras para empresas rurais que estivessem dispostas a investir lá. Organizaram-se cooperativas encarregadas de colonizar áreas determinadas e que deram origem à maior parte dos atuais municípios. Essas empresas mobilizavam pequenos agricultores do Sul do país com a perspectiva da abundância de terra e de se tornarem grandes. A pecuária abriu a área, e a parte mais plana dela, sobretudo na região de cerrado, expandiu-se nos últimos anos o agronegócio da soja, que valorizou essas terras, deslocando a pecuária para o Norte e para a floresta.

O passivo histórico em desmatamento é da pecuária, mas o atual motor que expande a ocupação regional é o agronegócio. No Mato Grosso, e na bacia do Xingu inclusive, têm sido cada vez mais freqüentes os casos de conversão direta de áreas de floresta em soja, quando consideradas adequadas para o agronegócio, encurtando radicalmente, para até dois anos, o ciclo de conversão historicamente mediado pela pecuária.

O primeiro recorte objetivo entre os grandes proprietários está nas diferenças substanciais entre as atividades de agricultura e

as de pecuária. O pecuarista típico se vê como um desbravador da região. Ele abre fazendas, o que se comprova, na sua cultura e na política fundiária tradicional, mediante a extensão desmatada, ou “beneficiada”, que agrega valor à terra. E como é da essência dessa cultura, é preciso facilitar o acesso do gado à água, com o que raramente se poupam as áreas de nascentes e de matas ciliares. As braquiárias e outras espécies de grammas invasivas estão disseminadas em grandes extensões e chegam às beiras dos rios.

O cultivo da soja utiliza terrenos planos, mais altos e mais secos que as áreas de matas ciliares. Nas antigas fazendas de pecuária convertidas para a soja, freqüentemente se abandona o uso econômico das faixas de matas ciliares, embora permaneçam com a pastagem natural. Nas fazendas em que a soja entrou substituindo diretamente a floresta é mais fácil encontrar matas ciliares poupadas, ainda que degradadas. Há casos, sobretudo quando o desmate ocorreu em tempo mais recente, em que essas matas estão se regenerando independentemente de indução.

Se para o sojicultor, a não utilização econômica das beiras de rios é um custo dado, para o pecuarista, conservar ou recuperar essas áreas significa um custo duplicado: do não uso e do seu isolamento, ou cercamento, para que fique protegida do pisoteio do gado.

A soja do Mato Grosso se orienta diretamente para o mercado externo, principalmente o europeu, razão pela qual as variedades transgênicas (ainda) não se expandiram na região. É vendida para grandes *tradings*, como a Bunge e a Cargill, com as quais negociam pacotes fechados que incluem financiamento, insumos e orientações técnicas. A maior parte dos agricultores não dispõe de silos para armazenar a sua produção e têm hora certa para comercializá-la, sujeitos aos preços da ocasião. Por outro lado, nos anos de pico, é o negócio mais capitalizado e o dínamo do crescimento econômico regional.

A pecuária é mais conservadora. Os criadores resistem a entregar a sua produção nos ciclos de preços baixos e utilizam os seus rebanhos como poupança. Porém, apesar da produção crescente – inclusive para o mercado externo –, o seu negócio é menos rentável. O setor da pecuária é menos organizado corporativamente, menos urbanizado, menos internacionalizado e mais resistente à mudança.

Se são significativas as diferenças entre agricultura e pecuária, elas também estão presentes dentro de cada setor. Os agricultores, *stricto sensu*, fazem questão de acentuar suas condições comparativamente mais difíceis para assimilar os custos ambientais da produção em relação às *tradings* que também atuam na produção, como a Amaggi. Apontam a diferença de escala dos respectivos rendimentos no negócio da soja. Reclamam que a maior parte do seu lucro fica com os bancos, as *tradings* e os fabricantes de tratores e de outros implementos agrícolas. Mas arcam com os riscos climáticos e de oscilação de preços.

Também há um recorte importante entre os proprietários que vivem na região e tocam diretamente as suas fazendas e aqueles que vivem em São Paulo ou em outras capitais, e dirigem empresas que têm a agropecuária como atividade complementar. Enquanto os residentes na região têm interesse muito mais imediato nas situações e assuntos locais e participam da vida social, sindical e política regional, os demais estão distanciados, embora detenham propriedades e passivos gigantescos na região. Os primeiros têm nome, endereço e telefone, enquanto a interlocução com os segundos passa pela mediação de gerentes.

E ainda há contradições entre as empresas agropecuárias e as florestais ou turísticas. As primeiras desenvolvem atividades que pressupõem a supressão da cobertura vegetal. Num primeiro momento, se articulam com as madeireiras, mas estas tenderão a perder espaço num segundo momento do desenvolvimento regional. As últimas dependem, de modo diferente, de florestas em pé, e perdem com o desmatamento indiscriminado.

Não obstante o predomínio da grande propriedade, na região das cabeceiras do Xingu há também 21 assentamentos do Incra, além de outras formas de agricultura familiar. A situação em que se encontram é diferenciada, mas, em geral, foram implantados em áreas com terras mais fracas e distantes dos centros urbanos, não dispõem de infra-estrutura adequada e não estão inseridos em cadeias produtivas consistentes. Em muitos casos, pratica-se nos assentamentos atividades de mera subsistência.

Ademais, sua situação fundiária não é regular. Até áreas urbanas originadas a partir de assentamentos permanecem sob o domínio do Incra. Há casos de lotes abandonados, ocupados sazonalmente, utilizados para fins não produtivos e comercializados ilegalmente. Há casos em que vários lotes contíguos foram comprados e anexados por fazendas e até de lotes ocupados por foragidos da Justiça. Apesar de esforços recentes dos órgãos fundiários para prover assistência técnica terceirizada e incorporar os agricultores familiares em programas de crédito, sua produção é totalmente marginal na dinâmica que predomina na região.

Também é precária a sua situação organizativa. Há assentamentos com até cinco associações representativas que freqüentemente disputam entre si as oportunidades. São poucos os sindicatos de trabalhadores rurais que atuam organizadamente e conseguem recursos mínimos para mobilizar e se comunicar com as suas bases. Alguns se encontram fechados, sob intervenção ou não dispõem de sedes físicas. No entanto, a relativa ascensão política dos movimentos nacionais ligados à agricultura familiar começa a produzir efeitos na região. Muitos grupos estão cada vez mais ligados a organizações civis ou religiosas de assessoria e informados sobre programas oficiais de fomento. Há expectativa de que essa situação tenda a melhorar.

Embora o grosso do passivo ambiental pertença à grande propriedade, também é problemática a situação dos assentamentos e da pequena agricultura. Carentes de apoio e de infra-estrutura,

esses agricultores tendem a se instalar às margens dos cursos d'água (quando existentes) e a ocupar e desmatar suas áreas a partir da mata ciliar. Raramente os assentamentos dispõem das áreas de reserva legal e há casos em que elas foram invadidas. Também há casos em que o desmatamento indiscriminado provoca erosões, reduz a fertilidade da terra e compromete a produtividade.

Grandes e pequenos proprietários já se viram em situações de conflito com índios. Por vezes, os conflitos entre índios e assentados vizinhos podem ser mais acirrados do que com grandes proprietários. Embora a delimitação do Parque Indígena do Xingu (PIX) esteja consolidada e seja reconhecida regionalmente, ainda há disputas abertas por terra com os Xavante, que estão nas cabeceiras da bacia e têm reivindicações incidentes sobre fazendas, assentamentos e até sedes municipais.

Há contradições básicas entre grandes e pequenos proprietários, e de ambos com os índios. Para articular esses segmentos em torno de objetivos comuns, como proteger nascentes e matas ciliares, não é suficiente a sociologia genérica dos conflitos entre classes, mas é preciso ir mais fundo na compreensão dos interesses cruzados de uma sociedade em formação, que se confunde entre múltiplas identidades e custa a se comover por anseios coletivos e a superar divergências em função deles.

PARQUE INDÍGENA DO XINGU

O PIX foi criado em 1961, como resultado do trabalho dos irmãos Villas Boas, sertanistas do então Serviço de Proteção do Índio (SPI). Ao lado de outros dois "parques indígenas" (do Araguaia e do Tumucumaque), constitui a primeira geração de Terras Indígenas de extensão significativa reconhecidas pelo Estado brasileiro, para as quais os grupos indígenas eram transferidos a fim de viabilizar a ocupação colonial das suas terras tradicionais.

Atualmente, o PIX está demarcado com uma extensão de 2,8 milhões de ha (incluídas as TIs contíguas Wawi e do Batovi). Vivem nele 14 etnias, parte delas tendo-o como seu território tradicional, e outras que foram para lá transferidas pela ação indigenista do Estado. A reunião desses grupos indígenas constitui um mosaico étnico dos mais conhecidos e representativos da diversidade cultural brasileira.

Aldeia Ipatse, Kuikuro, no PIX.



PEDRO MARTINELLI, 1999

O PIX (ainda) é um pedaço do paraíso. Suas matas e campos de transição conformam uma multiplicidade de ambientes naturais, povoada por essa diversidade cultural. Ambientes belos, cenários de epopeias e de mitos, plenos de significados históricos, que informam a tenaz resistência das culturas tradicionais à aproximação, cada vez mais intensa, das frentes de ocupação da sociedade nacional que o ameaçam com um abraço de morte. Não obstante, o Xingu é um ícone paradigmático do Brasil florestal/indígena para a maior parte da população nacional.

A área que fora proposta inicialmente para o Parque abrangia muito maior extensão para o sul, mas já houve, à época, forte oposição àquela proposta e acabou sendo decretada a sua área atual, que se viu recentemente acrescida das terras contíguas Wawi e do Batovi. Essa delimitação incorporou o curso inferior dos formadores e o eixo central do Xingu, mas deixou de fora a maior parte da bacia e das nascentes que a constituem. Embora os recursos naturais do PIX permaneçam em boas condições, ele vem sofrendo, de forma crescente nos últimos anos, os impactos da ocupação no seu entorno mediante, principalmente, o desmatamento, que tem afetado essas nascentes e provocado assoreamentos e poluição das águas por agrotóxicos e lixo, comprometendo a sua utilização pelos índios.

No tempo da criação do PIX, os índios não tinham uma idéia clara do significado dos limites estabelecidos. As matas iam muito além das linhas cartesianas e prevalecia o sentido de infinitude dos recursos naturais. Porém, com o avanço da colonização, foi ficando claro o cerco que se constituía. Além do barulho das tecnologias invasivas que se aproximavam, a caça foi ficando mais escassa e as águas mais sujas. Doenças se disseminaram, alimentos então desconhecidos passaram a ser introduzidos e as invasões por pescadores e aventureiros foram se tornando mais

freqüentes. Diante da precária capacidade da Funai em fiscalizar o Parque, os próprios índios passaram a reavivar as picadas demarcatórias e monitorar as suas fronteiras. Constataram então que muitos lugares míticos ou reservas de recursos naturais ficaram fora delas e sob a ameaça das frentes de ocupação.

Em 1994, os índios do PIX fundaram a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), que passou a executar projetos de interesse das comunidades e desenvolver relações com instituições públicas, como a Funai, o Ibama e a Funasa, e privadas, como o ISA. O monitoramento dos limites do Parque se dá no contexto do Projeto Fronteiras, em parceria com o ISA, com apoio da cooperação norueguesa e mediante convênios com a Funai e o Ibama. As propriedades confrontantes foram visitadas e cadastradas e os proprietários passaram a participar de iniciativas conjuntas com grupos indígenas para reaviventar picadas demarcatórias. Os índios os incentivaram a manter suas reservas legais nas áreas limítrofes com o Parque e há acordos pontuais que os autorizam a caçar ou coletar em algumas dessas áreas privadas.

De forma cada vez mais enfática, lideranças indígenas solicitaram a ajuda de todos os seus parceiros para facilitar um processo de interlocução com os ocupantes do entorno do Parque. Foram realizadas expedições por comitivas de representantes indígenas e de organizações parceiras por estradas rurais da região, visitando os donos ou gerentes de cada fazenda e conversando sobre a necessidade de proteger as nascentes e matas ciliares. Invariavelmente foram bem-recebidos, os seus pleitos eram ouvidos com respeito e atenção e, não raro, eram convidados para refeições e pernoites nas fazendas.

Porém, os dados oficiais do Inpe e os cenários cartográficos da região produzidos pelo ISA continuavam a mostrar o avanço do

desmatamento e do cerco ao PIX e demais áreas protegidas da região. A escala territorial da bacia hidrográfica e a multiplicidade de atores sociais e institucionais envolvida mostravam que seria preciso ir além dos contatos com a vizinhança imediata e deflagrar uma campanha de maior amplitude para proteger remanescentes florestais e nascentes e recuperar as matas ciliares, em busca de um modelo de ocupação compartilhada da bacia que pudessem atender aos interesses de todos.

“Y IKATU XINGU”

Com mandado dos índios, o ISA visitou empresários conhecidos, sindicatos patronais locais, a Associação dos Fazendeiros do Xingu e do Araguaia (Asfax), a Federação Mato-grossense da Agricultura (Famato) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Apresentou-lhes as informações sobre a situação de ocupação nas cabeceiras do Xingu, as razões dos índios, os objetivos e o foco da campanha, solicitando apoio político e participação em uma reunião para pactuá-la e lançá-la publicamente.

Em outubro de 2004, foi realizado, em Canarana, o “Encontro Nascentes do Xingu. Durante os três dias de duração desse encontro, participaram cerca de 400 pessoas que se deslocaram de vários municípios da bacia, dentre índios (160 de diversas etnias), pesquisadores, pequenos e grandes produtores, ambientalistas, lideranças municipais e representantes de governos. Entre plenárias de abertura e de encerramento, cada setor se reuniu separadamente para avaliar as suas demandas específicas em relação ao objetivo comum de proteger e recuperar nascentes e matas ciliares. As posições de cada um foram reunidas e sintetizadas na “Carta de Canarana”.

Esse encontro foi um marco muito positivo nas experiências de concertação entre diferentes atores sociais em situação de conflito. Um desafio de cooperação direta sem a mediação de governos. No dizer do presidente da Asfax, “é mais fácil se chegar a algum resultado através da conversação entre as partes, na base, do que a partir de uma imposição legal de cima para baixo”.

A “Carta de Canarana”, resultante do encontro, especifica quatro linhas de ação prioritárias para a

BETO RICARDO/ISA, 2002



Lagoa da aldeia Aiha, Kalapalo, no PIX.

Campanha Y Ikatu Xingu: proteção das terras e dos direitos indígenas, viabilização econômica dos assentamentos, redução dos custos de recuperação florestal nas propriedades rurais e provimento de serviços de saneamento básico nas cidades da região.

Considerando as responsabilidades diferenciadas desses atores e as linhas de ação priorizadas, a campanha se orientou, durante o ano de 2005, para agendas setoriais, de modo que cada segmento se reunisse separadamente para discutir e planejar a sua contribuição, dispondo da presença de representantes dos órgãos públicos que são suas respectivas contrapartes para viabilizar providências cabíveis. Desse modo, atividades descentralizadas, elaboradas pelos diferentes agentes estão sendo realizadas. Nesse cenário, houve o estímulo a iniciativas dos órgãos públicos, como o Ministério das Cidades, a Funasa e a Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso. Houve também o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e a capacitação de técnicos por parte da Embrapa, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), atuação do Inbra no levantamento da situação de ocupação e produção de assentamentos da reforma agrária na região, dentre outras ações.

A viabilidade das ações está, aos poucos, sendo concretizada por uma rede de projetos piloto aprovados pelo Programa de Projetos Demonstrativos (PDA) do PPG7 e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), alguns deles com o envolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia e fontes privadas.

A hipótese política da campanha é a de que a união com foco objetivo entre os atores relevantes em um mesmo território deve

mudar a conta do imobilismo cooperativo que historicamente envolve as relações entre o Estado brasileiro e os diferentes segmentos da sociedade implicados na questão. Assim, a campanha inverte a lógica habitual das mobilizações sociais por construir consensos delimitados, porém hegemônicos, na base da sociedade. O Estado não é sequer o alvo da campanha – que é a situação de fato – embora dele se espere que também faça a sua parte na proporção da sua responsabilidade histórica.

Nas discussões entre os diversos setores que participam da campanha tem sido recorrente a idéia de que a região das cabeceiras do Xingu poderia ser um laboratório do desenvolvimento sustentável. Que ali poderiam ser experimentadas novas soluções e arranjos entre a produção agropecuária de escala e a conservação de recursos naturais básicos. Os produtores afirmam que gostariam de desenvolver modelos que assegurassem o seu rendimento e os protegessem do protecionismo ambiental que vêem emergir no mercado internacional. Ambientalistas e índios imaginam que corredores florestais contínuos, singrando a bacia e conectando áreas protegidas, poderiam assegurar a perenidade do ecossistema regional e dos valores culturais associados.

A vontade unívoca de um povo pode remover montanhas e mobilizar energias desconhecidas do cotidiano. Poderia, também, construir cenários qualitativamente melhores do que os que têm resultado do conflituoso processo de ocupação da Amazônia. A campanha é apenas uma criança, mas que almeja ser a mulher rendeira capaz de tecer, ano a ano, rio por rio, a utopia desse mosaico rendado no cenário físico da bacia do Xingu. (julho, 2006)

TOP Nº 1 DO MUNDO ADERE À CAMPANHA Y IKATU XINGU



Em maio de 2006 a top-model Gisele Bündchen aderiu à campanha Y Ikatu Xingu. Preocupada com a crescente degradação nas nascentes e das matas ciliares que dão vida ao rio Xingu, a modelo vestiu a camiseta da campanha e gravou um vídeo com os índios Kĩsedjê, lançado durante a Fashion Rio 2006. Segundo Gisele: "...com o desmatamento nas cabeceiras dos rios, que dobrou nos últimos anos, e com muitas nascentes secando, o problema das águas se acentuou e essa questão tem afetado diretamente não só a vida dos povos indígenas do Xingu, mas também a dos mais de 250 mil habitantes da região. Além disso, o problema atinge, indiretamente, a vida de todos os habitantes do planeta, pois água é fonte de vida e nós estamos tratando essa riqueza como esgoto, o que é muito triste... Temos que tomar uma atitude. Já!".



UHEs de Belo Monte e Rio Madeira não são Favas Contadas

Verena Glass

Jornalista, Agência Carta Maior

JUSTIÇA REJEITA RECURSOS CONTRA LIMINAR QUE PARALISA PROCESSO DE LICENCIAMENTO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (PA) E IBAMA SINALIZA QUE USINAS DO RIO MADEIRA NÃO SAEM SEM ESTUDO DE IMPACTO

Enquanto o tema da energia proveniente dos combustíveis fósseis tem suscitado calorosos debates públicos desde o reposicionamento do governo boliviano sobre os recursos do país, fora das manchetes dos jornais segue outro caloroso embate, centrado nos dois maiores projetos de geração de energia elétrica do Brasil – as hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e de Santo Antônio e Jirau, parte do complexo do rio Madeira, em Rondônia.

Aproveitando as águas do rio Xingu, Belo Monte prevê a geração de 11 mil MW/ano a partir de uma barragem de 440 km². A obra, sob responsabilidade da Eletronorte, está paralisada por uma liminar do Ministério Público Federal desde março deste ano (2006), sob a alegação de que não foi cumprida pelo Congresso Nacional uma premissa constitucional que prevê que projetos que tangem Terras Indígenas realizem audiências prévias com os atingidos.

A liminar, que suscitou veementes protestos dos setores elétrico e da construção envolvidos no projeto, foi alvo de dois recursos, impetrados pela Eletrobrás e pela Eletronorte. Ambos foram rejeitados pelo juiz Avio Mozar Ferraz de Novaes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, como divulgado no dia 09/05/06. Segundo o Ministério Público, que comemorou a decisão, ainda cabem recursos nas instâncias superiores e, já que a liminar tem caráter provisório, o processo original continua tramitando na Justiça Federal. “Mas, enquanto isso, permanece proibido o licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte”, afirma nota do MP.

Já o complexo do rio Madeira, que, além das duas usinas, prevê também a viabilização de uma hidrovia que servirá ao escoamento das safras de grãos da região, deve produzir cerca de 6,45 mil MW/ano e inundar uma área de 217 km². O andamento do projeto depende agora de um estudo de impacto ambiental por parte do Ibama, que, apesar da crescente pressão dos empreendedores Furnas e Odebrecht, parece estar optando, no caso, por um estóico posicionamento de defesa da legalidade.

A despeito das sinalizações da Justiça e do Ibama, a importância econômica de ambos os projetos, que, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), deverão produzir futuramente cerca de 60% da eletricidade consumida no país, vem sendo apregoada como fator decisivo para a inevitabilidade de sua realização. Tanto que, segundo o jornal Valor Econômico, em fevereiro passado o então presidente do BNDES (e atual ministro da Fazenda), Guido Mantega, teria afirmado que “a decisão [da construção do complexo do Madeira] já está tomada pelo presidente Lula. Não tem discussão”. Tom parecido foi usado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), em recente audiência pública em Porto Velho: “O fato é que, a gente querendo ou não, o empreendimento vai acontecer”.

Mas, contrariando o ministro Mantega e a senadora Cleide, o presidente Lula não parece nem decidido, nem aberto a tropeços. No último dia 5, durante a inauguração da Usina de Aimorés, em Minas Gerais, em seu discurso Lula deu um recado claro aos empreendedores mais afoitos. “Toda vez que eu ouço um discurso reclamando de que [os órgãos ambientais] estão dificultando a construção de um projeto qualquer, é importante a gente lembrar que esses organismos estão cumprindo a legislação”, avisou.

O presidente também lembrou que, independente de qualquer coisa, o Ministério Público teria de ser levado em conta. “Temos grandes projetos no Brasil que têm problemas sérios e, muitas vezes, quando um licenciamento prévio para funcionar uma obra é negado, é porque se sabe que, se o Ministério Público for acionado, a primeira coisa que será colocada em disponibilidade serão os bens de quem autorizou”. E concluiu: “Eu estou dizendo isso para chamar a atenção de vocês, porque nós temos Belo

Monte, que foi pensada para 11 mil MW, e dificilmente será autorizada com mais de 6 mil MW. Nós temos duas hidrelétricas no rio Madeira, que são hidrelétricas acima de 4 ou 5 mil MW. Para construir essas duas hidrelétricas, vai ser uma guerra, primeiro dentro do próprio governo: o MME quer fazer, e o Ministério do Meio Ambiente quer cumprir a lei. Segundo, vai ser uma guerra da sociedade, porque certamente não faltarão liminares na Justiça de cada cidade por onde vai passar o rio Madeira”.

IMPACTOS SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS

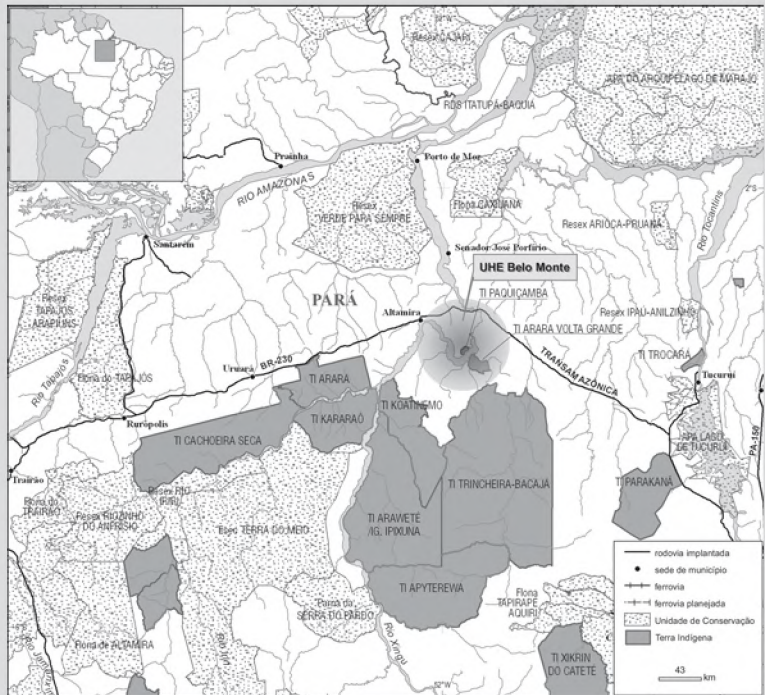
A previsão de Lula sobre chuvas e tempestades tem se confirmado. Ainda em fevereiro, Guido Mantega havia afirmado que a obtenção da licença ambiental prévia para o Complexo do rio Madeira, primeiro passo para a arrancada da obra, ocorreria em maio. Não aconteceu. O que houve nas últimas duas semanas foi um aquecimento dos ânimos no embate entre organizações da sociedade civil, contrárias ao projeto, e o Ministério das Minas e Energia, Furnas e a empreiteira Odebrecht, suas principais defensoras.

O primeiro grupo, que vem se mobilizando desde o início do ano, baseia sua resistência em levantamentos sobre os impactos ambientais e sociais da obra nas comunidades indígenas e ribeirinhas, e a provável poluição da água que abastece Porto Velho. O segundo vem adotando um tom de impaciência. Em audiência realizada no dia 09/05/06, em Brasília, por exemplo, o diretor de Engenharia da Eletrobrás, Luciano Varella, teria chamado de “estressante” o debate ambiental e proposto uma liberação das obras independente de licenças. Por sua vez, o Ibama tem sinalizado que não cederá a pressões nesse caso. Na audiência, o diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do órgão, Luiz Felipe Kunz Jr., afirmou que o licenciamento ambiental de um projeto do porte do Madeira é um processo complexo. “Poderão acontecer impactos irreparáveis àquela região, às espécies de peixes, às populações ribeirinhas e às comunidades indígenas que vivem ali”, esclarece.

Sobre o processo de Belo Monte, os procuradores da República no Pará, Marco Antonio de Almeida e Felício Pontes Jr, autores da liminar que interrompeu o processo de licenciamento das obras, avaliam que a recente decisão da Justiça contra os recursos da Eletrobrás e da Eletronorte é um sinal de que existe uma compreensão do judiciário da necessidade do cumprimento das normas constitucionais acima de interesses econômicos. “É também uma comprovação de que a análise técnica do MP não tem

POVOS INDÍGENAS AFETADOS PELA UHE DE BELO MONTE

Além dos Juruna da Terra Indígena Paquicamba, localizados mais próximos à usina, a área de influência de Belo Monte, segundo definição da Eletronorte, envolve outros povos indígenas: os Assurini do Xingu, os Araweté, os Parakanã, os Kararáô, os Xikrin do Bacajá, os Arara, os Xipaia e os Kuruaia. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) inclui ainda vários povos Kayapó na região e mais de mil índios que vivem em Altamira.



como ser derrubada”, afirma Pontes, que acredita que a sentença final deve manter a decisão da liminar provisória. Para os procuradores, a pressão dos setores interessados na aceleração da liberação das obras da hidrelétrica, por outro lado, deve encontrar dois obstáculos agora: um físico, que é a baixa das águas do Xingu (que impossibilita os estudos de impacto ambiental) e outro, político.

“Em ano eleitoral, ignorar problemas ambientais e sociais pode ser um ônus e não um bônus. Vários deputados federais da região foram eleitos por posicionamentos contrários a Belo Monte, e isso conta. O discurso da geração de emprego e renda [por grandes obras] já não tem eco na Amazônia, principalmente depois de experiências como a Transamazônica. Em Anapu, por exemplo, quando começou a se falar na construção da usina, a população simplesmente triplicou. Foram milhares de migrantes nordestinos, gente miserável em busca de trabalho na construção civil. Há três anos, o prefeito do município me disse que estava desesperado porque não tinha como atender a essa população com políticas públicas”, afirma Pontes. E conclui: “O povo percebeu que esse modelo [dos megaprojetos] não significa desenvolvimento; é o mesmo discurso usado pela ditadura”. (Artigo publicado originalmente pela Agência Carta Maior (<http://agenciaportal.uol.com.br>) dia 11/05/2006)

A Caixa Preta da Geopolítica na Amazônia

Lúcio Flávio Pinto

Jornalista, editor do Jornal Pessoal

A CONCEPÇÃO DO SIVAM/SIPAM COMO PROJETO DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA CARREGA UM MAL DE ORIGEM, QUE É O DISCUTIR A REGIÃO EM TERMOS DE GEOPOLÍTICA. ESSE PRESSUPOSTO DISTORCE O INIMIGO: AO MUNIR A FLORESTA DE APARATO MILITAR COMO SE HOUVESSE UMA INVASÃO ESTRANGEIRA IMINENTE, AS DISCUSSÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE GRANDE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL FICAM RELEGADAS A SEGUNDO PLANO, ENQUANTO A FLORESTA VAI SENDO DESTRUÍDA

É um contraste brutal ver que o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) custou 1,4 bilhão de dólares e, até o pagamento dos juros, com amortizações ao longo de cinco anos, até 2008, vai precisar de mais 500 milhões de dólares. Previsto para entrar em funcionamento em julho de 2003, só em março de 2004, com quase um ano de atraso, o Sivam entrou em plena operação, com todos os equipamentos previstos no contrato original. A demora foi atribuída principalmente a dificuldades técnicas no desenvolvimento de um sofisticado sistema de comunicações por rádio em VHF. A empresa norte-americana Raytheon, responsável pelo projeto, deveria ter instalado esses equipamentos nas 27 unidades de vigilância distribuídas pelos nove Estados da Amazônia dentro do prazo contratual. Por causa do atraso, a comissão coordenadora do Sivam suspendeu o pagamento da última etapa do contrato, correspondente a 72 milhões de dólares, de um total de US\$ 760 milhões. É muito importante, muito interessante, muito elucidativo para quebrar as cabeças dogmáticas e os raciocínios estratificados, fazer uma comparação entre o Radar da Amazônia (Radam), o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Sivam.

O Radam foi concebido em pleno regime militar, no auge, na década de 70, quando o Brasil tinha taxas de crescimento equi-

valentes às do Japão. Eram dois grandes milagres econômicos: um baseado na poupança do japonês e outro baseado na propaganda dos brasileiros. Nesse exato momento, o Radam foi concebido nos Estados Unidos pela *Goodyear Aerospace*, que havia acabado de fazer um trabalho exatamente igual no vale do Orinoco, na Venezuela. A *Goodyear* queria terminar o trabalho pegando o vale do rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do planeta. É ilusório pensar que nós concebemos o Projeto Radam. Quem concebeu mesmo foi a *Goodyear*, que tinha tecnologia completa para fazer aquela grande matriz, que era o que interessava, a grande matriz de dados, com controle de radar informando aquele mosaico imenso. Em cima dessa matriz foi executada a cartografia, a grande contribuição científica do Radam: a cartografia exata. Só para dar um exemplo dos benefícios desse trabalho, lembre-se de que foi constatado que certo rio estava deslocado 150 quilômetros da sua posição real.

Esse levantamento, que a *Goodyear* propôs, era uma continuidade do que a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos fez no pós-guerra. Essa comissão trabalhou mais no Brasil no pós-guerra do que na guerra. Ela fez um grande levantamento da bacia sedimentar da Amazônia e chegou à conclusão de que o alvo da bacia sedimentar, que hoje é o segundo maior produtor de petróleo em terra do Brasil, lá em Urucu, era para depois; não era para tecnologia da época, por causa do preço do petróleo, que não justificava os investimentos para explorar o óleo no interior da floresta, como faz hoje a Petrobrás, no Urucu. Haveria um custo de logística elevado.

O Projeto Radam, apesar desse contexto, era um projeto científico, não um projeto militar. Era ciência a serviço das grandes empresas que entravam na Amazônia e que não podiam perder tempo nem capital em ficar selecionando alvos. Elas exigiam o máximo possível de confiabilidade nos dados para definir seu investimento. Já sabiam mais ou menos o enredo da história, mas, evidentemente, numa região como a Amazônia latino-americana, que é quase do tamanho dos Estados Unidos, do tama-

nho da Europa, eles não podiam entrar sem uma ferramenta segura, importante, como foi o Projeto Radam, com a sua matriz básica, que são as fotografias com controle de radar e apoiadas pelo satélite. Foi, efetivamente, um projeto da ciência.

A grande contribuição do Radam foi dada a partir do momento em que a *Goodyear* teve o que queria e se retirou. O quadro nacional assumiu o controle total da iniciativa a partir daí, contando com o apoio do ministro Dias Leite, das Minas e Energia, que era quem garantia os recursos na retaguarda, (juntamente com Eliezer Batista, foi uma das grandes figuras por trás da história contemporânea da Amazônia). Eliezer Batista atuou decididamente para deslocar a influência americana na Amazônia, colocando o Japão na frente. A maior lição do Radam foi dada na checagem de campo. Realmente, não é suficiente ter apenas a informação indireta, produzida por uma ferramenta tecnológica. A checagem de campo ainda é fundamental. Isso autoriza dizer o seguinte: se no Sipam for possível desfazer todos os equívocos apontados pelos críticos do programa e esquecer o dinheiro que já foi jogado fora, a sede não pode ser em Brasília. É preciso acabar com esse negócio de Brasília ser a sede e a dona das decisões sobre a região. O Projeto Radam é uma experiência sobre a qual, infelizmente, se reflete pouco. Na evolução do projeto, acabaria ocorrendo uma alteração da concepção original: concebido para fazer o levantamento da Amazônia, o Radam foi estendido para todo país. Não era mais o trabalho de pequenas e compactas equipes, multidisciplinares, expeditas. Passou a pensar a visão autárquica do funcionalismo público. A sede deixou de ser em Belém e passou para Salvador. Determinados trabalhos realizados pelo Radam tiveram um valor prospectivo, de indagação intelectual e de provocação, mas terrível também. Por exemplo, o uso potencial do solo, pelo aspecto de vanguarda, foi uma coisa muito boa, mas em geral se errou. Pimenta Veloso, que defendia a tese de que a floresta era senil, queria substituí-la por cobertura vegetal mais dinâmica ou outras culturas da terra. O Radam contestou neste aspecto a visão do regime, e é terrível que o Radam tenha sido esquadrihador da destruição do Araguaia. O Araguaia era uma possibilidade fantástica de uso inteligente dos recursos naturais da Amazônia, com uma densidade de mogno que é o dobro da maior densidade de mogno que existe hoje, e está sendo destruída, no vale do Xingu, que será um dos dois estudos que o Sipam tem em vista. O Radam contestou tudo isso porque tinha o peso do governo, embora não tenha sido, em pleno regime militar, tão poderosa a mão do governo quanto o peso que Fernando Henrique Cardoso usou na munheca presidencial.

O Sivam foi gerado no Conselho de Defesa Nacional, que sucedeu o terrível Conselho de Segurança Nacional do regime militar, e que se reuniu duas únicas vezes, em ambas para tratar da Amazônia, como se a Amazônia estivesse sob ameaça de uma invasão estrangeira iminente. Foi feita a reunião, o presidente foi autorizado a dispensar licitação pública e fazer uma seleção

apressada. Qualquer processo mais seletivo não teria permitido à *Raytheon* entregar a caixa preta. Pessoas com mais sensatez perceberam logo o erro que se estava praticando, mas tudo foi deixado de lado e para trás porque a Amazônia estaria sob ameaça permanente, iria ser invadida, embora nosso inimigo real não use (ou não use ainda) o F-17 ou o B-52, mas a estrutura da sociedade anônima.

Esse é o problema da geopolítica: ela distorce o inimigo, que tem que estar em atitude bélica para ser considerado inimigo. Daí porque a Aeronáutica, em vez de fazer logo o Cindacta-4¹ na Amazônia, que era o que deveria ter feito, implantou primeiro o Sivam. Com o Cindacta-4, na pior das hipóteses, se gastaria quatro vezes menos do que foi gasto com o Sivam, que, em boa medida, é superposição. Por que não se fez logo o Cindacta-4? Por que no Brasil todo se fez o Cindacta e não na Amazônia, havendo a quebra da continuidade? Só depois que o Sivam já estava sendo executado é que se passou para o Cindacta na Amazônia. Por que não se pegou todo esse problema grave que temos de tráfico de drogas, de biopirataria, de contrabando, por que não se deu a estrutura para a Polícia Federal, que é o órgão competente, para atuar de forma mais agressiva, preventivamente? Por que, se nós queremos fazer um tratamento moderno, atual, operacional, com imagem de satélite, não pegamos o centro da Sudam, que era muito bom em instrumentos e se qualificava cada vez mais em pessoal, que estava em desenvolvimento e agora está abandonado, é lixo, é sucata? Porque sempre Brasília pensa de uma maneira diferente, Brasília é o nosso órgão tutelar, o poder central, que é autoritário, que desconhece a Amazônia e vai continuar cometendo esses atos de império na região. Pode parecer uma visão regionalista, mas é também uma visão regionalista porque parte do pressuposto de que a Amazônia tem uma identidade, uma história própria, que não pode ser compartimentada no resíduo que sobra para a região. Esse Sivam representou, em cinco anos, 20 anos de orçamento de ciência e tecnologia na Amazônia; minguado, porque os pesquisadores são obrigados a aplicar de uma forma quase que mendiga, têm que implorar para que sobre, e agora mesmo há um movimento para eliminar recursos destinados ao Norte e Nordeste porque não existe demanda de pesquisas.

O mal é de origem e o Sivam é um mal de origem. Ele foi pensado de forma centralizada, numa visão geopolítica, militar, nos laboratórios (1) do Conselho de Segurança Nacional, (2) nos porões da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e dessas siglas todas que são apenas variações de letras da mentalidade central. É preciso quebrar esse sistema unificado, centralizado, rígido. Pode ser que, da depuração, o que sobreviva permita criar um novo centro. Mas será que ele é necessário? Será que a soma do que já existe, a união e a fusão, em determinados casos, não permitirá um órgão mais capacitado a interpretar a região e ter uma diretriz que não seja apenas transformar a Amazônia em um celeiro de matérias primas e insumos para a gran-

de matriz nacional e internacional? Por exemplo: o Pará é responsável, hoje, por metade do faturamento bruto da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que é a empresa mais importante do país em geração líquida de divisas. O Pará gera, hoje, 15% das divisas do Brasil. E qual é a importância desse estado, qual a sua participação, qual a sua capacidade de criação?

É evidente que é possível, como Bush fez no Iraque, ele achar que pode invadir a Colômbia para acabar com o tráfico, invadir a Amazônia para impor um uso mais racional dos recursos naturais, mas é pouco concebível hoje que isso aconteça. No entanto, os parceiros nacionais ou internacionais então pilhando a Amazônia, acabando com ela, e Bush pode nunca invadir a Amazônia, pode nunca ter as razões que levaram o Conselho de Defesa Nacional a se reunir para criar o Sivam, dispensando licitação pública para uma compra de 1,4 bilhão de dólares, e ainda assim se acabar com a Amazônia. O pressuposto de raciocinar em termos geopolíticos na Amazônia, portanto, é sempre a fonte principal de viés e distorções.

NOVA CONCEPÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

É preciso rever o espaço da Amazônia, fazer uma nova concepção territorial, ter certa audácia de mudar as coisas. Uma empresa, a Construtora C. R. Almeida, está tentando se apropriar de 7 milhões de ha do Xingu. Ao mesmo tempo, está havendo uma destruição de mogno inacreditável. No Xingu, que tem 4 ou 5 árvores por hectare, só se fala em milhares de toras de mogno estocadas, levadas em jangadas imensas. Existe o Estatuto da Terra, criado pelos militares em novembro de 1964, que estabelece o seguinte: “Nenhum imóvel rural pode ter mais do que 600 vezes o módulo rural”. O módulo rural varia de um hectare, para hortifrutigranjeiro, até 120 hectares, para reflorestamento. Então, nenhuma propriedade rural no Brasil é legal acima de 72 mil hectares. O cidadão quer 100 vezes isso. Deveria se exigir que nenhum imóvel rural no Brasil tivesse mais do que 72 mil hectares. Isso não é comunismo, é a lei brasileira.

Algumas pessoas consideram que ter área de proteção na fronteira é uma forma de reservar o conhecimento para aqueles que podem ter o conhecimento, e não é. Por exemplo: o pessoal do serviço geológico não consegue ter acesso a determinadas áreas, mas outros, fantasiados de missionários, conseguem ter; outros, fantasiados de ONGs, conseguem ter. Mas isso não significa que os missionários e as ONGs são ruins. Há ONGs e missionários ruins e bons. É preciso ter a capacidade e a inteligência de separar a água do vinho, o joio do trigo. Como é possível fazer isso? Não é pela natureza geopolítica, não é elevando o conceito de segurança nacional, não é estabelecendo regras de proibição formalistas. É tendo a inteligência. Mas com 0,2%, no máximo, do orçamento nacional de ciência e tecnologia, é possível contar com a inteligência dos que estão comprometidos com a região?

Aquele que dita a “verdade de Boeing” não está comprometido com a Amazônia. É preciso ganhar a batalha da inteligência. Se as fontes do conhecimento estão lá fora, não será possível trazê-las se não se souber onde estão, avaliar o que representam e juntar forças para deslocá-las do centro hegemônico para cá. No entanto, nem se conseguiu fazer com que a sede da Eletronorte, empresa do sistema Eletrobrás com jurisdição sobre a Amazônia, instale sua sede em Belém, capital do estado no qual ela obtém 80% da energia que gera. É um abuso: a Eletronorte vai fazer trinta anos [fez, em junho de 2003] agora em Brasília, onde foi instalada e onde permanece até hoje. É a única empresa do sistema Eletrobrás que não está baseada na sua área de atuação. E sempre a Eletronorte disse que, lá estando, se beneficiava de estar mais próximo do poder, podendo barganhar melhor. Na verdade, o que faz melhor em Brasília é ouvir a voz do dono.

É preciso começar a ter uma certa audácia, não na verbosidade, mas sim porque a inteligência máxima da Amazônia está aqui. Tem que ter um Sivam é aqui, não em Brasília nem em São Paulo. Por isso o trabalho do Radam se destacou, porque conferiu importância à campanha de campo. Essa foi a grande contribuição do Radam: as pessoas iam aos lugares, faziam os vôos de helicóptero, que foi o que fez a grande diferença em Carajás, por exemplo. Até então, o trabalho era de interpretação, feito em cima de rochas roladas das serras, alteradas quimicamente no ponto de coleta. O Brasil, através do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), havia gastado nove anos para chegar à conclusão, equivocada, de que aquilo era calcário e não interessava economicamente. Então era análise química quase sem checagem de campo. Quando o pessoal da *United States Steel* pousou de helicóptero na clareira foi fácil detectar o minério de ferro. Então, a grande contribuição que o Radam dá e deveria servir de exemplo é de você fazer estudo de campo lá no lugar, ir a todos os lugares.

COMO SER PROTAGONISTA DA HISTÓRIA?

Como associar, como compatibilizar a agenda do cidadão à agenda da história? Como, na hora de decidir, oferecer boas informações aos que vão decidir e permitir que a decisão seja partilhada pela maioria, ter outras informações para decidir corretamente? Esse é o grande desafio.

Na história recente, houve um momento terrível, quando se começou a construir a hidrelétrica de Tucuruí. Essa é a maior obra pública da história da Amazônia, e a segunda maior obra pública da história do Brasil. Sua viabilidade foi definida num orçamento de 2,1 bilhões de dólares, e hoje sabe-se que, embora esse dado seja violentamente reprimido pela Eletronorte, seu custo atualizado passou de 10 bilhões de dólares. Nesse momento em que começou a construção de Tucuruí, os jornalistas – entre os quais me incluo – a serviço da opinião pública, procuraram os órgãos científicos, as universidades, para esclarecer o

que era construir uma barragem desse porte, com mais de 70 metros de altura, represando o 25º maior rio do planeta, na Amazônia. A universidade não soube responder, não quis responder, fugiu da resposta.

Em 1984, no auge de um debate provocado pela imprensa à base do ensaio e erro, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) naquela época, que é um grande colaborador hoje do Sipam, Roberto Vieira, veio à Assembléia Legislativa do Pará. No meio de um debate, quase de forma despercebida, ele disse que era possível fazer o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí em duas etapas. A Eletronorte considerava como “lei de Salomão” que só podia encher de uma só vez; uma vez iniciado o enchimento, teria que encerrá-lo no mesmo período hidrológico. Quando solicitei a Roberto Vieira que colocasse no papel o plano de enchimento em duas etapas, ele disse que não tinha problema, ao chegar em Manaus iria me mandar. Não mandou na primeira semana, cobrei pelo telex. Não mandou na segunda, cobrei por telex. Não mandou na terceira, cobrei por telefone, liguei para ele, forcei, até que me enviou um telex, que guardo hoje como documento terrível da história da ciência na Amazônia, mandando dizer que estava proibido pela Eletronorte de divulgar informações científicas, porque o convênio fechou a boca científica do Inpa, que foi um escravo e um servo da Eletronorte em todo o processo de construção da hidrelétrica de Tucuruí.

As instituições científicas, que vivem à míngua na Amazônia, estão sujeitas a passar por isso, inclusive o Museu Goeldi está sujeito também. Toda grande obra que permite realização de pesquisa, como se vê no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) que a Fundação de Pesquisa da Universidade Federal do Pará (Fadep) gerenciou do projeto de Belo Monte, está fadado a passar por isso. O cidadão deixará de receber a informação, não porque a informação não foi produzida. É porque existe um fator mais forte que limita a divulgação: a vontade de quem cede o dinheiro. Então, as universidades e os centros de pesquisa não responderam ao cidadão como construir corretamente uma hidrelétrica, embora a ciência já tivesse informação suficiente para mostrar que seria feito o absurdo que se fez em Tucuruí, como se fez em Balbina, como se fará em Belo Monte. A grande questão que permeia tudo isso é: como ter a informação para sermos protagonistas da história?

Veja-se o caso do Projeto Jari: numa distância de 500 metros, há uma fábrica de caulim e uma fábrica de celulose em funcionamento. Mas por que não há ali uma fábrica de papel? Por que não se pode avançar na escala de agregação de valor? Aí vêm os cientistas, vêm os intelectuais e dizem, hoje, sobre este absurdo, que a Amazônia está longe do mercado e não é viável produzir papel na região. A Amazônia está se tornando o 3º maior produtor de caulim do mundo, e não produz um grama de papel, exceto o que uma fábrica local, de pequeno porte, a Facepa, produz em Belém, nas condições em que produz.

Na metade da década de 50, quando começou o primeiro grande projeto com a exploração do manganês do Amapá, os Glycon de Paiva, os Eugênio Gudín e os Roberto Campos também diziam que a Amazônia tinha que mandar tudo para os Estados Unidos porque era inviável mandar o manganês para o Sul do Brasil para avançar na siderurgia. Por isso foi mandada aos EUA um milhão de toneladas por ano, durante quatro décadas. Depois, quando o teor de manganês baixou de 48 para 42, para 40, para 38, aí a matemática tornou-se desnecessária, a matemática frívola, e tudo foi exportado para o Sul do país, ou seja, o resto do manganês, o que sobrou do banquete mineral.

Todos os que têm boa fé, que usam a cabeça e que comem o suficiente para tranquilizar o estômago, têm que permitir que essas informações estejam presentes no momento da decisão. O terrível na Amazônia é que os momentos de decisões graves se sucedem sem que se saiba.

Agora, em 2003, poderá aparecer um problema absolutamente novo na Amazônia: um rio ficará congestionado pelo transporte de um minério. A Mineração Rio do Norte está pretendendo produzir 16,3 milhões de toneladas de bauxita. Não produzirá mais porque o rio Trombetas não comporta. Por isso a CVRD abriu uma segunda frente em Paragominas. Uma mina que estava sem viabilidade ou interesse se tornou econômica bruscamente. O que a ciência está dizendo para isso? A ciência e todas as formas de coleta de informação, transmissão, processamento e elaboração, estão disponíveis. Mas por que não foi possível saber na hora se a poluição do Iriri² era uma causa natural ou derivada de poluição do homem? Porque, apesar de toda essa parafernália, o rio é um lugar de passagem de matéria-prima para o exterior, o rio não é fonte de civilização, não é fonte de vida.

É contra essa geopolítica que me insurjo. Não se trata de ser o dono da verdade por ter nascido na Amazônia. É o contrário: com o crescimento vegetativo da região, até no intelectual, não vamos conseguir dar conta do desafio da Amazônia. Precisamos da solidariedade dos nossos irmãos, aqui do Brasil e do exterior. Mas precisamos dialogar no mesmo nível com eles, precisamos que a nossa relação seja pautada pelo respeito de quem está encarando aquele que sabe. Acho que esse debate deve significar que estamos na hora da história, de dar a régua e o compasso para quem vai fazê-la. (*Artigo editado a partir de transcrição da minha participação em debate organizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, em 2003, cujo tema era “Desenvolvimento Científico da Amazônia: do Radam ao Sivam/Sipam”.*)

NOTAS

¹ Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo (Cindacta), órgão regional do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), comandado pela Aeronáutica.

² Em 2003, aconteceu um acidente no rio Iriri. Havia toneladas de peixes morrendo, a população de Altamira e de alguns povoados ficou em estado de alerta, e algumas vezes de pânico, porque se achava que a água estava contaminada.

Normas de Conduta em Terras Indígenas na Faixa de Fronteira

Equipo de edição

DECRETO REGULAMENTA, EM TENTATIVA INÉDITA, A CONDUTA DE MILITARES EM OPERAÇÃO NO INTERIOR DE TIS

Nos últimos cinco anos, a presença do Exército no interior das Terras Indígenas situadas na chamada “faixa de fronteira” da Amazônia brasileira se intensificou por meio da instalação de pelotões e de operações de treinamento e vigilância. Isso configura uma nova situação, resultado do encontro de dois processos que ocorreram no Brasil nas últimas décadas: a priorização geopolítica da fronteira amazônica pelas Forças Armadas e a efetivação dos direitos indígenas inscritos na Constituição Federal de 1988, sobretudo os territoriais, os quais resultaram no reconhecimento pelo Estado – e demarcação – de terras indígenas extensas e contínuas na faixa de fronteira internacional. O relacionamento entre militares, sobretudo do Exército, e indígenas, nessas circunstâncias, acarretou alguns conflitos nos últimos anos e uma inédita tentativa de regulamentação de conduta de militares designados a servir nessas unidades.

Como proceder às consultas prévias com comunidades indígenas que vivem em locais pretendidos pelas Forças Armadas para implantarem suas bases (pistas de pouso, pelotões, mini-centrais hidrelétricas, etc)? Uma vez implantadas, como regulamentar os efeitos socioambientais decorrentes do seu funcionamento? E com respeito às manobras de treinamento e vigilância? São apenas alguns exemplos de questões concretas que suscitaram o debate.

RESISTÊNCIAS

Durante os anos que precederam a promulgação da Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas, especialmente o Exército, dedicaram esforços para evitar que sobreposições desse tipo se efetivassem, se opondo à demarcação de Terras Indígenas extensas e contínuas na faixa de fronteira. Essa atitude persistiu

mesmo depois de promulgada a Constituição. Do ponto de vista doutrinário, a questão foi superada com a demarcação da TI Yanomami (declarada em 15/11/1991 e homologada em 25/05/1992), precedida por uma série de pareceres elaborados por juristas importantes e técnicos de vários ministérios, além da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do ministro-chefe do gabinete militar



RENATO DOS ANJOS/AE, 1989

4º Pelotão Especial de Fronteira, na Serra de Surucucus, próximo à maloca Yanomami.

DECRETO Nº 4.412, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e nos arts. 142 e 144, § 1, inciso III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III - a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Art. 2º As Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, deverão encaminhar previamente à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional plano de trabalho relativo à instalação de unidades militares e policiais, referidas no inciso II do art 1, com as especificações seguintes:

I - localização;

II - justificativa;

III - construções, com indicação da área a ser edificada;

IV - período, em se tratando de instalações temporárias;

V - contingente ou efetivo.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional poderá solicitar manifestação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI acerca de eventuais impactos em relação às comunidades indígenas das localidades objeto das instalações militares ou policiais.

Art. 3º As Forças Armadas e a Polícia Federal, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, nos limites de suas competências e sem prejuízo das atribuições referidas no caput do art. 1, medidas de proteção da vida e do patrimônio do índio e de sua comunidade, de respeito aos usos, costumes e tradições indígenas e de superação de eventuais situações de conflito ou tensão envolvendo índios ou grupos indígenas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de outubro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Geraldo Magela da Cruz Quintão, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Alberto Mendes Cardoso

da época. Afora os governadores dos estados de Roraima e Amazonas, afetados pela demarcação da TI Yanomami, a opinião geral foi de que não havia incompatibilidade entre a presença militar e a demarcação da Terra Indígena ou riscos à segurança nacional. Essa posição foi confirmada em 1999 quando, em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, o general Schroeder Lessa, então comandante militar da Amazônia, afirmou aos parlamentares presentes que as Terras Indígenas não configuram obstáculo às ações militares em regiões de fronteira (*ver artigo do ex-ministro da Justiça e militar Jarbas Passarinho, pág. 358*).

Apesar disso, as Forças Armadas persistiram em reforçar suas prerrogativas e preocupações históricas e conseguiram que o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgasse o decreto 4.412, de 7 de outubro de 2002 – o qual dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Terras Indígenas, garantindo-lhes a liberdade de trânsito, a autonomia para a instalação de infra-estrutura e a implementação de projetos.

Nesse contexto, lideranças indígenas e organizações da sociedade civil reiteraram a necessidade da criação de um código de conduta que regulamentasse a situação. A tese foi levada ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério da Justiça, acatadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da presidência, o que resultou em uma série de reuniões – batizadas “Diálogo de Manaus” – as quais antecederam a definição dessas normas, concretizadas pelas portarias nº 20, do Exército (02/04/03), e sua subsequente, nº 938, do Ministério da Defesa (17/10/03), que estendeu os efeitos da anterior a todas as Forças Armadas.

Apesar do avanço que representou a aceitação do mérito da questão e da promulgação de uma regulamentação, não foi constituída uma comissão interministerial voltada a fiscalizar a aplicação desse termo de conduta, trazendo dúvidas quanto à aplicação prática das medidas acordadas entre os diferentes atores envolvidos na questão.

CÓDIGO DE CONDUTA

A situação da presença direta de bases permanentes do Exército em regiões de fronteira na Amazônia brasileira é resultado de um longo processo de re-priorização geopolítica do Estado Nacional, iniciado em meados do século passado, com resultados mais visíveis no terreno a partir da década de 1970.

Na história republicana – para não remontar às expedições do início da colonização e à política pombalina que implantou no século 18 um “colar” de fortificações nos limites amazônicos brasileiros – as modalidades de afirmação da soberania nacional variaram. Durante algumas décadas do século passado, por exemplo, vigiu o trinômio FAB-Missões-Índios, cabendo à Aeronáutica apoiar a obra civilizadora das missões religiosas instala-

das para aldear e catequizar os índios, eles próprios como guardiões da fronteira. Para tanto, foram construídas pistas de pouso nessas regiões. No período pós 1964, o lema “integrar para não entregar (a Amazônia)” foi a base ideológica para o Plano de Integração Nacional – com a construção de obras de infraestrutura e a concessão de benefícios fiscais aos investidores privados – que uniu objetivos econômicos às preocupações geopolíticas, para ocupar o que era chamado de “vazio demográfico”, desconsiderando a ocupação indígena.

Na década de 1980, o Projeto Calha Norte deu novo fôlego ao viés militar dos planos de ocupação da Amazônia brasileira, apesar da retórica oficial de que não se tratava de um projeto meramente militar. Seu principal objetivo foi a instalação de pelotões de fronteira que servissem como embriões de novos povoados,

voltados a vivificar as fronteiras e garantir assim a soberania brasileira, especialmente ao norte da calha do rio Amazonas, considerada virtualmente mais ameaçada por forças externas.

Nas próximas páginas, apresentamos a cronologia dos fatos que levaram ao estabelecimento do código de conduta para militares em áreas indígenas, indo da promulgação do decreto nº 4.412, de 07/10/02, até a publicação da portaria nº 983, de 17/10/03. Além disso, uma breve análise dos acontecimentos e a íntegra de alguns documentos oficiais complementam o quadro, fornecendo ao leitor um panorama geral das principais questões envolvendo as Forças Armadas e as populações indígenas no Brasil.

Nos capítulos Roraima Serra e Lavrado, Roraima Mata e Noroeste Amazônico há notícias sobre o relacionamento entre índios e militares no período.

CRONOLOGIA DAS DISCUSSÕES ATÉ A PUBLICAÇÃO DA NORMA DE CONDUTA

DECRETO DE FHC PROTEGE INTERESSES MILITARES EM TERRAS INDÍGENAS E CAUSA POLÊMICA [18/10/2002]

A pretexto de regulamentar uma situação que se arrasta há pelo menos uma década, o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, trata da questão da atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas de forma unilateral e autoritária.

Diversas organizações indígenas e ONGs que trabalham em parceria com os índios, protestaram publicamente por meio de notas e manifestos contra a legislação que visa legitimar a presença militar em terras indígenas sem estabelecer regras de conduta e convivência entre militares, policiais e índios.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) saiu na frente, questionando a inconstitucionalidade do decreto e apontando contradições, por meio de representação encaminhada ao presidente da OAB. O Cimi considera que o decreto infringe a Constituição por desprezar o que dispõe o parágrafo 6º, do artigo 231, da Constituição Federal. Também a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o Conselho Indigenista de Roraima (CIR) divulgaram notas.

Ainda a propósito do assunto, as lideranças do distrito indígena de Iauareté – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (Coidi) e Organização Indígena do Centro Iauareté (Oici) –, povoado multiétnico situado na fronteira Brasil/Colômbia, formularam uma carta dirigida ao Comandante Militar da Amazônia (CMA), na qual levantam duas questões: problemas de convivência com recrutas de fora e o funcionamento precário do Hospital Calha Norte.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ANALISA O DECRETO DE FHC SOBRE MILITARES EM TERRAS INDÍGENAS [04/11/2002]

Os integrantes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) discutiram aspectos do Decreto 4.412. A conversa acabou tendo continuidade no Gabinete Civil da Presidência da República.

A convivência entre índios e militares estava na pauta do CNCD desde sua criação, em outubro de 2001. Afinal, o Conselho foi criado atendendo a compromissos que o governo brasileiro assumiu e levou à Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro do mesmo ano. O documento, que reunia as propostas brasileiras para a Conferência, recomendava a “criação e

RETROCESSO E DESRESPEITO AOS DIREITOS INDÍGENAS

O decreto poderia ter sido uma resposta às demandas indígenas sobre a regulamentação da presença militar em suas terras. Seu texto, porém, é composto por linhas gerais, sem comprometimento efetivo com questões como a proteção à vida e ao patrimônio indígena, de sua comunidade, de seus costumes e de suas tradições. Além do mais, não explicita a necessidade da superação dos conflitos gerados pela presença militar em terras indígenas.

Na opinião dos advogados do Instituto Socioambiental, o decreto, infelizmente, indica um retrocesso na política de relação com os povos indígenas no Brasil, principalmente face aos compromissos que o governo brasileiro assumiu internacionalmente durante a Conferência de Durban (África do Sul) contra o racismo e a discriminação, em agosto de 2001. “Pelo decreto, os índios sequer são vistos como sujeitos de direitos (inúmeros deles consagrados na Constituição). Ou seja, não serão consultados acerca da implementação de estradas e batalhões do exército, que, muitas vezes, são construídos nas próprias aldeias causando sérios conflitos socioambientais”, analisa André Lima, coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS) do ISA. “O retrocesso é tamanho que chega ao ponto de o decreto estabelecer a possibilidade de infra-estrutura não somente nas áreas de fronteira, mas para TIs em qualquer região do país”. (ISA, 18/10/02)

implantação, pelo Ministério da Defesa, de um código de conduta para a normatização e disciplinamento da presença militar em terras indígenas, em especial com relação às mulheres indígenas”.

Depois da criação do CNCD, um Grupo de Trabalho foi formado com a missão de consultar os diferentes atores diretamente envolvidos na questão para encaminhar a elaboração de um código de conduta que disciplinasse a presença de militares em terras indígenas. Mal havia começado a trabalhar, o GT, formado por seis integrantes, foi surpreendido pela edição do decreto. Na reunião de 29 e 30/10, em Brasília, o assunto voltou à pauta, recolocado pelo antropólogo Beto Ricardo e pelo advogado André Lima, do ISA (titular e suplente) no Conselho.

Após analisar o Decreto 4.412 e as manifestações de diversas organizações indígenas a respeito, o CNCD decidiu encaminhar diretamente ao Presidente da República suas preocupações por meio de moção.

Ao tomar conhecimento da decisão, o Gabinete Civil da Presidência da República, convidou o GT para uma reunião no Palácio do Planalto e a

moção foi suspensa. Além de alguns integrantes do CNCD, estavam presentes no encontro o Secretário de Estado de Comunicação e um representante do Gabinete de Segurança Institucional do Palácio do Planalto. O presidente da Funai também participou da reunião.

Ao final, a assessoria do Gabinete Civil sugeriu a identificação de um interlocutor da cúpula do Exército para estabelecer com o GT a elaboração de regras de convivência entre índios e militares, ouvidas as lideranças e organizações indígenas.

EXÉRCITO ABRE DIÁLOGO PARA MELHORAR A RELAÇÃO COM ÍNDIOS NAS FRONTEIRAS [12/12/2002]

Índios, Exército, governo e sociedade civil reuniram-se em Manaus (AM) para discutir a elaboração do Termo de Convivência entre povos indígenas e militares, estabelecendo regras que possam evitar conflitos.

Representantes indígenas presentes à reunião na sede do CMA, em Manaus, consideraram positiva a posição dos militares sobre o tema. Não apenas por estes concordarem que muitas vezes assumem conduta imprópria, mas por estarem dispostos ao diálogo.

“A defesa dos direitos dos povos indígenas é compatível com a defesa das fronteiras do Brasil”. Com essa frase, a socióloga e representante indígena do CNCD, Azelene Kaingang, resume a principal conclusão da discussão sobre o Termo de Convivência entre índios e militares. Durante a reunião, representantes do CMA admitiram que a presença de pelotões de fronteira em áreas indígenas causou situações de desrespeito e discriminação contra os índios: “A presença do Exército nas áreas de fronteira é relevante para o país, mas é necessário rever a localização dos pelotões, que muitas vezes ficam próximos às aldeias, gerando casos de alcoolismo, violência contra as mulheres, invasão de áreas tradicionais indígenas e choques culturais”, diz Azelene.

O então Comandante Militar da Amazônia, general de Exército Antonio Apparicio Ignacio Domingues, que batizou as discussões de Diálogo de Manaus, marcou para 19/02/2003 a realização de uma nova reunião, na qual os representantes indígenas apresentaram um texto propositivo para o Termo de Convivência.

Participaram também da reunião, o coordenador geral da Coiab, Jecinaldo Barbosa Saterê-Mauê; o então presidente da Funai, Artur Nobre Mendes; representantes do CMA, do CIR e do Cimi, entre outros.

CNCD ENVIA MOÇÃO A FHC ELOGIANDO ABERTURA DE DIÁLOGO COM MILITARES E PROPONDO APRIMORAMENTO NO DECRETO 4.412 [16/12/2002]

Reunidos em Brasília em 12 e 13/12/2002, os integrantes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) aprovaram por unanimidade texto louvando a reação positiva das Forças Armadas em relação à elaboração de um termo de convivência cooperativa entre índios e militares.

A moção, que foi enviada ao Presidente da República, propôs ainda a alteração do decreto 4.412/02 para sanar grave lacuna do texto legal, incorporando expressamente os povos indígenas como interlocutores legítimos na concepção dos termos de convivência e na solução dos conflitos.

A abertura do diálogo foi bem recebida por todos. “Os defensores dos direitos indígenas no CNCD deram aos povos indígenas uma vitória histórica na medida em que conseguiram abrir concretamente o diálogo com as Forças Armadas”, avalia Azelene Kaingang

A Foirn realizou uma oficina sobre o assunto durante o curso de Direitos Indígenas entre 04 e 08 de fevereiro de 2002 em São Gabriel da Cachoeira (AM). O objetivo foi coletar sugestões das lideranças indígenas da região para apresentar ao CMA uma proposta preliminar de termo de convivência na reunião realizada dia 19/02/2003, em Manaus.

NILMÁRIO MIRANDA ANUNCIA A REVISÃO DO DECRETO QUE DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DE MILITARES EM TERRAS INDÍGENAS [11/02/2003]

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça fez o anúncio na 32ª Assembléia Anual dos Tuxauas, promovida pelo Conselho Indigenista de Roraima (CIR), de 05 a 08/02/2003, na Maloca do Piun, a 130 km de Boa Vista.

Nilmário Miranda, no período à frente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, abriu o segundo dia dos trabalhos da Assembléia dos Tuxauas (06/02/2003) falando sobre o tema “Desafios aos Povos Indígenas e ao Meio Ambiente: Presença Militar, Decreto 4.412 - Calha Norte”.

O assunto foi discutido com as dez etnias do Estado de Roraima, com a 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF), a Secretaria de Direitos Humanos e o Comando Militar da Amazônia, além de associações indígenas. O ministro anunciou, então, que pretendia rever o decreto porque apresentava inconstitucionalidade e deveria ser alterado para contemplar as reivindicações dos povos indígenas. Ele afirmou que a presença do Exército em terras indígenas deveria ser discutida de forma a impedir conflitos. “Além disso, o Exército brasileiro vai tomar providências para evitar casos de gravidez de indígenas por militares”, disse Miranda.

“DIÁLOGO DE MANAUS” ENTRE MILITARES E POVOS INDÍGENAS TEM SEGUNDA RODADA [14/02/2003]

Em reunião ocorrida em 12/02/2003, na Funai, em Brasília, foram discutidos alguns pontos referentes à presença de militares em Terras Indígenas e o Decreto 4412/02, que dispõe sobre o assunto. Também foi confirmada a segunda rodada de conversas entre índios e Forças Armadas para estabelecer um termo de convivência cooperativa – o chamado “Diálogo de Manaus”.

Os participantes da reunião concordaram que o diálogo entre índios e militares deve seguir a despeito dos limites impostos pelo Decreto 4.412/02 e de iniciativas para sua revisão. Também foi confirmada a segunda rodada do “Diálogo de Manaus”, que ocorreu no dia 19/02/2003, no Comando Militar da Amazônia, em Manaus. Dele participaram representantes indígenas de diversas regiões de fronteira, da Funai, do Exército, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do ISA e do CNCD. A expectativa é de que os representantes indígenas levem para a reunião propostas preliminares para a concepção do termo de convivência cooperativa.

Sobre esse tema, os representantes indígenas reforçaram a opinião de que não são contra a presença dos militares na faixa de fronteira, mas querem discutir a forma como essa presença se dá em seus territórios. A intenção é eliminar os conflitos causados por problemas como, dentre outros, resíduos sólidos deixados pelos pelotões de fronteira e exercícios militares em áreas sagradas ou de caça e pesca.

Coordenada pelo presidente da Funai e por representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a reunião contou com a presença de representantes indígenas do Instituto Warã e da Coiab, do ISA, do CNCD, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Militar, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, do Ministério da Justiça e do Exército.

Um dos pontos mais discutidos durante a reunião prévia à segunda rodada do “Diálogo de Manaus” foi a necessidade de revisão do Decreto 4.412/02. A procuradora Deborah Duprat, da 6ª Câmara da Procuradoria da República, alertou para o limite da eficácia de um termo de convivência, uma vez que ele não está previsto pelo decreto e, portan-



Nos pelotões de fronteira na TI Alto Rio Negro, boa parte da tropa é formada por indígenas locais.

to, não existem sanções para o descumprimento do futuro acordo entre índios e militares. O decreto também não exige a consulta prévia de lideranças indígenas para a definição da localização de novos pelotões, um dos principais problemas. No entanto, o tenente-coronel Valério Stumpf, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, disse não haver nenhum impedimento regulamentar para que se busque um entendimento prévio com as lideranças indígenas acerca da localização dos batalhões.

“DIÁLOGO DE MANAUS” PROPÕE CRIAR GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA TRATAR DA RELAÇÃO ENTRE ÍNDIOS E MILITARES [26/02/2003]

No encerramento da segunda rodada do Diálogo de Manaus houve consenso quanto à criação de um Grupo de Trabalho interministerial, com a participação de integrantes do Exército, de organizações indígenas e de instituições de apoio, para continuar a discussão de um termo de convivência.

Realizada no Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus, a segunda rodada do Diálogo de Manaus concentrou-se na discussão da proposta apresentada pela Coiab e por outras instituições. O chefe do Estado Maior do CMA, o presidente da Funai, um representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, membros do Ministério Público Militar, representantes indígenas de diversos Estados e organizações, entre elas a Coiab, o CIR, a Foirn, a Federação de Organizações Indígenas do Mato Grosso, o Warã Instituto Indígena Brasileiro e instituições de apoio, caso do ISA e do Cimi, participaram da reunião. Maria Miquelina, da Coiab, apresentou o documento elaborado pela organização que reivindica, entre outros, relação baseada no diálogo, numa nova concepção de faixa de fronteira e na valorização dos povos indígenas, apoio às ações de proteção das Terras Indígenas (TIs) e seus recursos naturais e da biodiversidade, sempre que solicitado pelas comunidades e os órgãos públicos responsáveis pela proteção dos direitos indígenas, como Ministério da Justiça, Funai, Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente, entre outros; cursos específicos sobre direitos humanos e história e direitos dos povos indígenas aos militares; seleção criteriosa e preparação específica para os oficiais

que têm atuação direta nas comunidades indígenas; a revogação do Decreto 4.412/2002, que autoriza a construção de instalações militares e policiais em TIs e a formação de um grupo interinstitucional para discutir o termo de convivência.

Além das reivindicações, o documento repudia as manobras e as operações militares nas TIs; a relação de militares com as mulheres indígenas; recrutamento forçado e discriminatório de indígenas; a impunidade dos abusos, das violações dos direitos humanos cometidos contra pessoas e comunidades; a construção de uma base militar na aldeia Uiramutã na TI Raposa/Serra do Sol (RR).

Diversas lideranças indígenas como a Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna (Focitt), a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima, o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), o Conselho Indígena do Vale do Javari, e a Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas colocaram suas demandas específicas relacionadas, principalmente, à localização de pelotões e execução de exercícios militares nas proximidades de aldeias, assim como os problemas que se referem à presença dos militares na TI Raposa/Serra do Sol. Também a 32ª Assembléia dos Tuxauas, realizada em 14 de fevereiro, em Roraima, tratou do tema no documento final da reunião.

Ao entregar o documento produzido pela Foirn, Bonifácio Baniwa, ex-presidente da organização, ressaltou que a necessidade da presença dos militares na região fronteiriça da Cabeça do Cachorro, no noroeste do Amazonas, é reconhecida, embora tenha destacado que há vários anos tentam promover, sem sucesso, uma discussão com autoridades do governo federal sobre a relação dos índios e militares.

O general Fayad afirmou que na próxima semana haverá reunião de todos os generais da região Amazônica, oportunidade em que fará questão de colocar em pauta as demandas indígenas apresentadas na segunda rodada do Diálogo de Manaus. Ele pediu para os índios serem pacientes com os novos militares e oficiais novos que não são da região, informando que, neste sentido, está sendo elaborada uma cartilha para orientar os comandantes de fronteira. Fayad disse também que a solução para algumas das reivindicações extrapolam os poderes do CMA e devem ser tratadas diretamente com o Ministério da Defesa.

Pery Cipriano, da diretoria de Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, encerrou a reunião dizendo que levará ao presidente Lula a proposta de criação de um Grupo de Trabalho interministerial, composto por representantes das Forças Armadas, de organizações indígenas e de instituições de apoio. Não estabeleceu, no entanto, um prazo para dar retorno aos participantes e não informou a que ministério este grupo estará vinculado.

EXÉRCITO DEFINE DIRETRIZES DE RELACIONAMENTO COM ÍNDIOS [23/04/2003]

A Portaria nº 20, de 02/04/2003, estabelece orientações a serem seguidas por militares em comunidades indígenas e representa conquista inédita dos povos indígenas em seu relacionamento com as Forças Armadas.

O Estado-Maior do Exército brasileiro editou, em 02/04/2003, a Portaria nº 20 definindo diretrizes para o relacionamento da força terrestre com povos indígenas. A norma cria, pela primeira vez, orientações a serem seguidas pelos militares perante comunidades indígenas, e representa um avanço no processo de diálogo aberto no ano passado.

A Portaria prevê, entre outras coisas: acompanhamento das ações executadas por militares nas proximidades de terras indígenas (TI); avaliação de impactos socioambientais para instalação e operação de unidades militares nas TIs; difusão de informações às comunidades indígenas sobre as atividades militares e de interesse das comunidades; ensino de assuntos ligados à temática indígena nos programas de instrução militar para a tropa e nos estabelecimentos de ensino do Exército, com enfoque no estudo da legislação e sua interação com o direito humanitário e com a soberania nacional; convênios entre o Exército e órgãos públicos visando projetos de apoio às comunidades indígenas nas áreas de saúde, ensino, instalações e outros aspectos; preparo dos militares que exerçam suas atividades em contato com as comunidades indígenas, particularmente nos pelotões de fronteira do Comando Militar da Amazônia e do Comando Militar do Oeste, visando o adequado e necessário conhecimento das peculiaridades e especificidades das respectivas comunidades indígenas; prioridade, em determinadas áreas, no recrutamento de indígenas, quando voluntários e aprovados no processo de seleção.

O Estado-Maior do Exército fundamentou-se, para a edição da portaria, na Constituição, no Estatuto do Índio, nos Decretos 4.411 e 4.412, de 7 de outubro de 2002, e no decreto de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, de 22 de agosto de 2002. Embora haja grande polêmica em torno da edição do Decreto 4.412, que unilateralmente definiu amplos poderes para atuação das Forças Armadas em terras indígenas sem qualquer processo de consulta, a edição da portaria representa importante sinal de como os militares deverão agir de agora em diante dentro das terras indígenas.

MINISTÉRIO DA DEFESA DEFINE NOVAS DIRETRIZES PARA A RELAÇÃO ENTRE ÍNDIOS E MILITARES [24/10/2003]

A portaria 983, de 17/10/2003, abre espaço para avanços no convívio entre os povos indígenas e as Forças Armadas brasileiras, ampliando o escopo da Portaria 020, de 02/04/2003. O sucesso da norma depende da implementação de suas diretrizes na prática.

A recém-publicada portaria nº 983/DPE/SPEAL/MD, de 17/10/2003, estabeleceu novas diretrizes para o relacionamento entre as comunidades indígenas e as Forças Armadas. As diretrizes abrangem as três Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, não se restringindo apenas ao Exército como era o caso da Portaria nº 20 EME, de 02/04/2003.

Em síntese, a nova portaria estabelece que as três Forças conjuntamente observem as seguintes exigências, entre outras:

a) considerar estudos e medidas necessárias para a minimização do impacto socioambiental nas comunidades indígenas, quando da instalação ou transferência de unidades militares em TIs, bem como realização de obras ou serviços técnicos em terras indígenas.

b) a necessidade de se incluir nos currículos das Escolas de Alto Estudos Militares e nas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento assuntos referentes à política indigenista brasileira, situação geral dos povos indígenas e legislação relacionada.

c) estabelecer convênios com a Funai e a Funasa, visando a apoiar projetos de saúde para as populações indígenas;

d) estabelecer normas próprias de convivência, com vistas a orientar a conduta de militares ao tratar com os povos indígenas, considerando as peculiaridades de cada grupo indígena, incluindo orientações dirigidas a unidades militares localizadas dentro ou próximas de terras indígenas, que deverão constar dos programas de instrução e adestramento dos comandos subordinados.

A aprovação destas diretrizes aponta no sentido de um avanço no tratamento da questão, e atende a algumas das demandas levantadas pelas organizações indígenas que vêm participando do processo de aproximação e diálogo entre os povos indígenas e as Forças Armadas, iniciado na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que veio a tomar corpo através dos Diálogos de Manaus.

A ênfase na necessidade de harmonização da relação entre os atores, bem como nas atividades de apoio à saúde, chamadas “complementares”, denotam que, ainda que de forma fragmentada ou esparsa, o canal de diálogo permanece aberto. O Ministério da Defesa reconhece expressamente o papel dos povos indígenas como aliados na defesa nacional, na medida em que vivem na região e têm valioso conhecimento sobre o território que habitam.

Estudos de Impacto Ambiental, Social e Cultural

A portaria refere-se, mais de uma vez, à necessidade de proceder a estudos de impacto para a instalação de unidades militares dentro ou nas proximidades de terras indígenas, incluindo não apenas impactos ambientais, mas também sociais e culturais. A medida visa minimizar o grau de conflito causado pela proximidade das instalações militares de comunidades, aliada à falta de preparo dos militares que atuam nestas áreas.

Decreto 4.412

Apesar do avanço trazido pela portaria nº 983, a mesma baseia-se no Decreto 4.412, de 07/10/2002, o qual tem sua constitucionalidade veementemente questionada pelo movimento indígena, sociedade civil e pelo Ministério Público Federal. A própria aprovação da portaria 983 e de todas as condicionantes para o exercício de atividades militares em terras indígenas demonstra que o Decreto 4.412 é abusivo ao dar um cheque em branco para a atuação das Forças Armadas.

Direito de consulta prévia

A portaria nº 983 determina que as Forças Armadas devem, “após a definição dos locais para a instalação de Organização Militar (OM) em terras indígenas ou próxima delas, informar tanto as comunidades indígenas como suas instâncias representativas”. Admitida a presença militar em terras indígenas situadas em faixa de fronteira, é preciso ressaltar que tal ocupação deve obedecer certos critérios de forma a respeitar a organização social e a cultura indígena que habita o local. Um desses critérios é a necessidade de consulta prévia às comunidades indígenas, para a instalação e construção de guarnições militares dentro de suas terras. Tal direito – legalmente exigível no nosso ordenamento – advém da Convenção 169 da Organização Internacional do

PORTARIA Nº 020 - EME (02/04/03)

Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso da competência que lhe confere o art. 117, da Portaria nº 041, de 18 de fevereiro de 2002 (IG 10-42), resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.

Art. 2º Os Órgãos de Direção Setorial, os Comandos Militares de Área e os demais Órgãos envolvidos adotem, em seus setores de competência, as providências decorrentes.

Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DIRETRIZ PARA O RELACIONAMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM AS COMUNIDADES INDÍGENAS

1. FINALIDADE

Orientar as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos adotados pelo Exército Brasileiro (EB) no relacionamento com as comunidades indígenas.

2. REFERÊNCIAS

- Constituição Federal (1988); - Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973-Estatuto do Índio; - Decreto Presidencial não numerado, de 22 de agosto de 2002, que criou o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e dá outras providências; - Decreto nº 4.411, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outras providências; - Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas e dá outras providências; e - Diretrizes Gerais do Comandante do Exército – 2003.

3. PREMISSAS BÁSICAS

a. O Exército Brasileiro reconhece os direitos dos índios e mantém, historicamente, um excelente relacionamento com as comunidades indígenas, tendo o Marechal Rondon como paradigma desse relacionamento.

b. É de interesse da Força Terrestre manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, para complementar a estratégia da presença na região.

c. A cooperação mútua com as comunidades indígenas precede à formação do Exército Brasileiro. Brancos, negros e índios lutaram juntos em Guararapes pela libertação da terra, pela primeira vez identificada como Pátria.

4. ORIENTAÇÃO GERAL

a. É fundamental que todos os escalões da Força Terrestre compreendam que os índios são nativos da terra e que lhes são reconhecidos os costumes, sua organização social, a língua, as crenças e as tradições, além dos direitos originários sobre as terras que, tradicionalmente, ocupam. Cabe à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens, podendo o Exército Brasileiro sempre que possível, cooperar com a demarcação e estudar formas de participação e apoio destinadas a melhorar a sobrevivência e as condições de vida das comunidades indígenas.

b. É importante que todos os militares, especialmente aqueles que terão contato direto com as comunidades indígenas, conheçam e respeitem os hábitos, os costumes e as tradições, de forma a tornar harmônica e proveitosa para a Força Terrestre a convivência com os indígenas em o todo território nacional.

c. Por conhecer melhor a região onde vive e estar a ela perfeitamente adaptado, o índio pode constituir-se em um valioso aliado na obtenção de dados sobre a região, nas operações e nas ações rotineiras da tropa.

5. ATRIBUIÇÕES PRINCIPAIS

a. Estado-Maior do Exército (EME)

1) Coordenar as atividades dos órgãos de direção setorial e dos comandos militares de área que envolvam o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.

2) Acompanhar as ações e emitir pareceres referentes à atividade da Força Terrestre relacionada ao assunto.

3) Considerar, quando do estudo de instalação ou transferência de unidades para as Terras Indígenas ou áreas próximas, o constante da Política de Gestão Ambiental do Exército (PGAEB) e da Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental (DEGAEB), visando a neutralizar ou minorar o impacto sócio-ambiental que tais instalações podem causar.

4) Após a definição dos locais para a instalação de Organização Militar (OM) em Terras Indígenas ou próximas delas, informar às comunidades indígenas, bem como suas instâncias representativas.

b. Comando de Operações Terrestres (COTER)

Incluir, no Programa de Instrução Militar, orientações para as OM localizadas nas áreas onde exista populações indígenas, sobre o trato com a mesma, principalmente com aqueles ainda não totalmente integrados à comunidade.

c. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)

1) Incluir nos currículos das Escolas de Formação e Aperfeiçoamento assuntos referentes à situação geral das comunidades indígenas no Brasil, à legislação e ao processo de demarcação e homologação das Terras Indígenas.

2) Incluir no currículo da Escola de Comando e Estado-Maior, assuntos referentes à política indigenista brasileira e suas interações com o direito humanitário e com a soberania nacional.

d. Departamento de Engenharia de Construção (DEC)

1) Quando solicitado, fornecer ao EME parecer da conveniência para a Força Terrestre, da demarcação de terras indígenas, sob a ótica patrimonial.

2) Quando da realização de obras ou serviços técnicos em áreas indígenas considerar as medidas necessárias para a minimização do impacto sócio-ambiental às comunidades indígenas.

e. Departamento Geral do Pessoal (DGP)

Estabelecer, quando conveniente para o EB, convênios com a FUNAI, visando a apoiar projetos de saúde para as populações indígenas, mediante utilização da Organização Militar de Saúde mais próxima.

f. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Quando da realização de serviços técnicos em Terras Indígenas considerar as medidas necessárias para a minimização do impacto sócio-ambiental às comunidades indígenas.

g. Comandos Militares de Área (C Mil A)

1) Estabelecer normas próprias de convivência, quando for o caso, com vistas a orientar a conduta de militares ao tratar com os silvícolas, considerando as características e diversidade de cada grupo indígena.

2) Programar estágios para todos os militares que possam vir a ter contato com as comunidades indígenas, sempre que possível, com a participação de antropólogos, representantes da FUNAI e de outras autoridades no assunto.

3) Quando da seleção para o serviço militar inicial, priorizar a incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção.

PORTARIA Nº 983 DPE/SPEAI/MD (19/10/03)

Aprova a Diretriz para o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 e no Parecer da Advocacia Geral da União nº CQ-81, de 6 de setembro de 1995, publicado no DOU de 15 de dezembro de 1995, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas.

Art. 2º Os Comandos das Forças Armadas, o Estado-Maior de Defesa, a Secretaria de Logística e Mobilização, a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais e a Secretaria de Estudos e de Cooperação adotarão, em seus setores de competência, as providências decorrentes.

Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ VIEGAS FILHO

Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 143/02.

Representatividade das comunidades indígenas

As orientações específicas contidas na portaria nº 983 declaram, a certa altura, que as “comunidades indígenas têm representatividade própria ou agem por intermédio de órgãos públicos como a Funai, ou mesmo religiosos nacionais, razão pela qual não há qualquer motivo para que organizações não governamentais, particularmente estrangeiras, apresentem-se como seus representantes”.

Neste ponto em particular, há que se lembrar que os povos indígenas têm representatividade própria e autonomia na definição de suas prioridades de vida, estando estes povos representados por organizações indígenas por eles criadas (que também são legalmente organizações não governamentais) ou diretamente, através de suas lideranças tradicionais. Não cabe a ONGs – nacionais ou estrangeiras –, tampouco a quaisquer órgãos religiosos ou públicos, assumir o papel de representá-los, direta ou indiretamente.

Monitoramento do cumprimento das Diretrizes

Para que não se torne apenas um documento legal sem eficácia prática, é preciso que haja um monitoramento constante da implementação das Diretrizes da portaria nº 983, para que os avanços constatados no documento sejam refletidos junto às comunidades. Cabe ressaltar que a implementação da portaria será feita a partir de uma instrução normativa elaborada pelas três Forças, conforme o artigo 6 do documento.

Além disso, como a portaria prevê novas formas de conduta e procedimentos internos das Forças Armadas no que se refere à relação com os índios – como, por exemplo, “considerar a diversidade de cada povo”, realizar estágios para militares com monitoramento antropológico, “dar orientações a suas unidades no trato com populações indígenas” e buscar entendimento com as “instâncias representativas” dos índios – é preciso saber de que forma isso será posto em prática.

Neste sentido, a portaria confere à Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa o dever de acompanhar as atividades das três Forças no tocante a seu relacionamento com os povos indígenas em seus territórios.

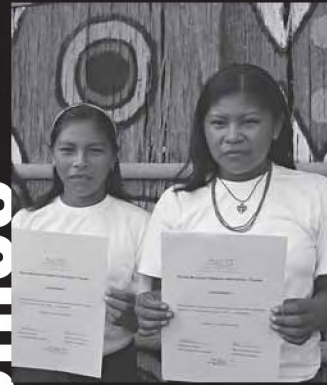
Ainda assim, é preciso que as comunidades ou organizações indígenas tenham acesso a informações relacionadas à implementação das Diretrizes, para que possam também controlar sua evolução. Durante os Diálogos de Manaus, foi aprovado um encaminhamento no sentido da criação de uma comissão interministerial, composta por representantes indígenas e do governo, cujo mandato seria justamente o de monitorar e avaliar o processo de implementação prática dessas diretrizes, comissão esta que não veio a ser criada ainda. É importante que seja feito um esforço no sentido da formalização deste canal de diálogo, para que se cristalize um novo paradigma de relação entre os dois atores sociais, pautado pelos valores de harmonia e respeito consolidados na portaria nº 983. (*Material editado a partir de reportagem especial sobre índios e militares publicada pelo ISA (<http://www.socioambiental.org/esp/indiose militares/index.asp>)*)

Arapaço
Baniwa
Bará Tukano
Barasana
Baré
Desano
Karapanã
Kubeo
Kuripako
Maku Dow
Maku Hupda
Maku Nadeb
Maku Yuhupde
Makuna
Miriti Tapuia
Piratapuia
Siriano
Tariano
Tukano
Tuyuka
Wanano
Warekena
Isolados

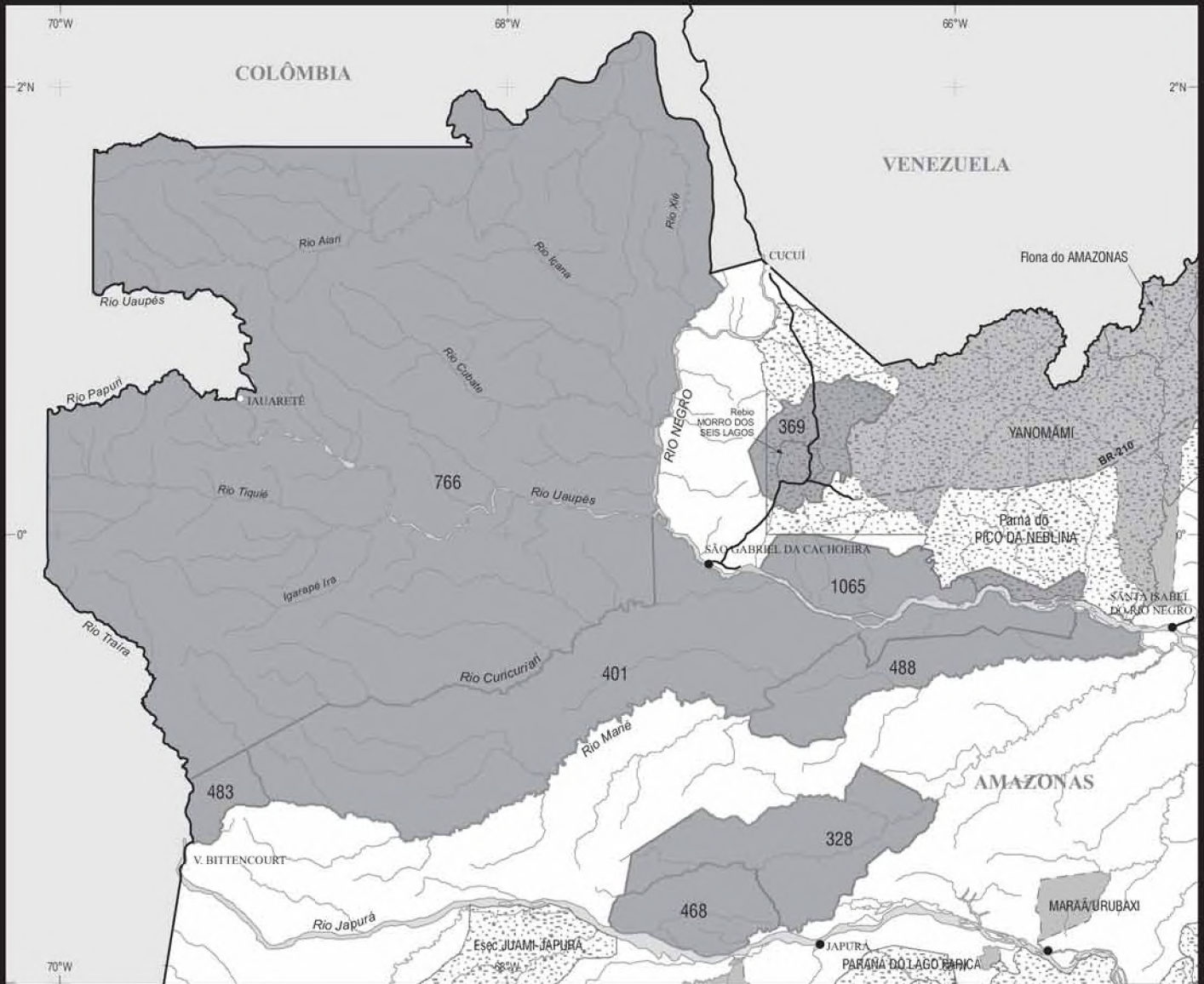


1

Noroeste Amazônico



1. NOROESTE AMAZÔNICO



<ul style="list-style-type: none"> — rodovia implantada - - - rodovia planejada ● sede de município ○ núcleo urbano ▨ Unidade de Conservação 	<p>TERRA INDÍGENA apresentada neste capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) <p>apresentada em outro capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ■ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) 	<p>INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006</p> <p>32 km</p>
---	--	---

NOROESTE AMAZÔNICO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
766	Alto Rio Negro	Arapaso Baniwa Bara Tukano Baré Desana Karapanã Kubeo Kuripako Maku Hupda Maku Kamã Makuna Maku Nadeb Maku Yuhupde Miriti Tapuia Pira-tapuya Siriano Tariano Tukano Tuyuka Wanano Warekena	15.600 - ISA: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação da TI. Fazem parte da TI todas as ilhas localizadas no Rio Negro entre a foz do rio Uaupés e a foz do rio Xié. Revoga os Decretos 99.094 a 99.104 de 09/03/90 que homologaram as demarcações das Als Maku, Yauareté I, Yauareté II, Xié, Içana-Aiari, Cuiari, Médio Içana, Içana Rio Negro, Cubate, Taracú e Kuripaco, e os Decretos 98.437 a 98.439 de 23/11/89 que homologaram as Als Pari-Cachoeira I, Pari Cachoeira II e Pari-Cachoeira III. Reg. CRI: comarca de Japurá (633.279 ha) matr.14 lv. 01 fl.14. em 22/06/99; comarca de São Gabriel da Cachoeira (7.366.101 ha) matr. 1.503 lv.2-8 fl.242 em 12/04/99. Reg. SPU certidão nº 010 de 13/07/2000.	7.999.380	Japurá São Gabriel da Cachoeira	AM AM
369	Balaio	Baniwa Baré Desana Kubeo Kuripako Pira-tapuya Tariano Tukano Tuyuka	350 - Relatório do GT: 2000	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 114 da Funai de 22/08/2002 aprova as conclusões do estudo da TI e determina sua publicação no DOE e na sede da prefeitura.	255.823	São Gabriel da Cachoeira	AM
	Cué-Cué/Marabitanas	Arapaso Baniwa Baré Desana Kuripako Tariano Tukano Warekena	1.645 - ISA: 1996	Em identificação. Portaria 776 da Funai de 12/08/2003 cria GT para realizar estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Eliane Pequeno, e composto também pela bióloga Rosa Villanueva. O prazo de entrega do relatório da antropóloga é de 150 dias e da bióloga de 60 dias.		São Gabriel da Cachoeira	AM
401	Médio Rio Negro I	Arapaso Baniwa Baré Desana Kuripako Maku Kamã Maku Yuhupde Miriti Tapuia Pira-tapuya Tariano Tukano	1.500 - ISA: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação administrativa. Fazem parte da TI todas as ilhas localizadas no rio Negro entre a foz do rio Uaupés e a do Igarapé Uainumale. Reg. CRI: município e comarca de Santa Isabel do Rio Negro (117.013 ha) matr. 182 lv. 2-C fl. 01 em 03/11/99; município e comarca de Japurá (654.086 ha) matr. n. 13 lv.01 fl. 13 em 22/06/99; município e comarca de São Gabriel da Cachoeira matr.1.504 lv. 2-B fl.245 em 12/04/99. Reg. SPU certidão nº 6 de 02/06/00.	1.776.140	Japurá Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira	AM AM AM
1065	Médio Rio Negro II	Arapaso Baniwa Baré Desana Kuripako Miriti Tapuia Pira-tapuya Tariano Tukano	980 - ISA: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI: município e comarca de Santa Isabel do Rio Negro (49.566 ha) matr.183 lv. 2-C fl. 1 em 03/11/99; município e comarca de S.Gabriel da Cachoeira (266.628 ha) matr. 1.505 lv. 208 fl. 244 em 12/04/99. Reg. SPU certidão nº 13 de 01/08/00.	316.194	Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira	AM AM
468	Paraná do Boá-Boá	Maku Nadeb	107 - Pozzobon: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Japurá (240.545 ha) matr. 51 lv. 2-RG fl. 1 em 21/05/01. Reg. SPU certidão nº 1 de 20/02/02.	240.545	Japurá Santa Isabel do Rio Negro	AM AM
483	Rio Apaporis	Desana Maku Yuhupde Tukano Tuyuka	580 - Relatório do GT: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Japurá (106.960 ha) matr. 12 lv. 01 fl. 12 em 22/06/99. Reg. SPU certidão nº 4 de 11/02/00.	106.960	Japurá	AM
488	Rio Tea	Baré Desana Maku Nadeb Pira-tapuya Tukano	260 - ISA: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação administrativa. Fazem parte da TI as ilhas do Rio Negro situadas entre a foz do Igarapé Uainumale e a foz do Rio Tea. Reg. CRI: município e comarca de Santa Isabel do Rio Negro (333.036 ha) matr. 184 lv. 2-C fl. 01 em 03/11/99; município e comarca de S.Gabriel da Cachoeira (78.795 ha) matr. 1.502 lv. 2-8 fl. 241 em 12/04/99. Reg. SPU certidão nº 12 de 27/07/00.	411.865	Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira	AM AM

NOROESTE AMAZÔNICO
 Terras Indígenas (continuação)
 Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
328	Uneiuxi (Ampliação)	Maku Nadeb	160 - Relatório do GT: 2003	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho da Funai de 01/09/2005 aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e fixação nas sedes das prefeituras. Já havia sido homologada em 1998 e registrada com 403.182 ha. Reg. CRI do município e comarca de Santa Isabel do Rio Negro (403.182 ha) matr. 199 lv. 2-C fl. 01 em 03/01/01. Reg. SPU certidão s/n de 19/12/96 (403.182 ha).	554.332	Japurá Santa Isabel do Rio Negro	AM AM

Urbanização e Agricultura Indígena no Alto Rio Negro

Ludivine Eloy
Cristiane Lasmar

Agrônoma, Programa Rio Negro/ISA

Antropóloga, Núcleo Transformações Indígenas (NuTI)

O ALTO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE CIDADES COMO SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, ONDE 80% DA POPULAÇÃO SE CONSIDERA INDÍGENA, OBRIGA A REFLETIR SOBRE AS NOVAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO, DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DE SOCIABILIDADE

Nas últimas décadas, assistimos a um processo de expansão urbana em algumas áreas da Amazônia, o qual vem se fazendo acompanhar de um crescimento populacional expressivo. Ao mesmo tempo em que proliferam novas cidades de pequeno e médio porte, áreas periféricas de antigos e importantes centros urbanos se avolumam de maneira desordenada. Assim, parale-

lamente ao crescimento das cidades amazônicas propriamente ditas, também se observam transformações econômicas, territoriais e culturais em vastas áreas ao redor dos centros urbanos, mesmo em regiões relativamente afastadas dos pontos de atuação mais intensa das frentes pioneiras.

Tomaremos como referência o caso do alto Rio Negro, região habitada por uma população multiétnica, formada por grupos pertencentes às famílias lingüísticas Tukano Oriental, Aruak e Maku. Essa região compreende cinco Terras Indígenas, homologadas em 1998: TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Rio Téa, TI Rio Apapóris, TI Alto Rio Negro. Ao todo, as cinco terras abrangem um território de 106.103 km² de extensão. Trata-se de uma área militarizada, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. A existência de localidades em processo acelerado de



Índigena recém-chegada à periferia da cidade de São Gabriel com estacas de maniva.

BETO RICARDO/ISA, 1996

urbanização reforça o problema, já antes premente, da sustentabilidade ambiental, social e cultural dos povos que habitam esse vasto território.

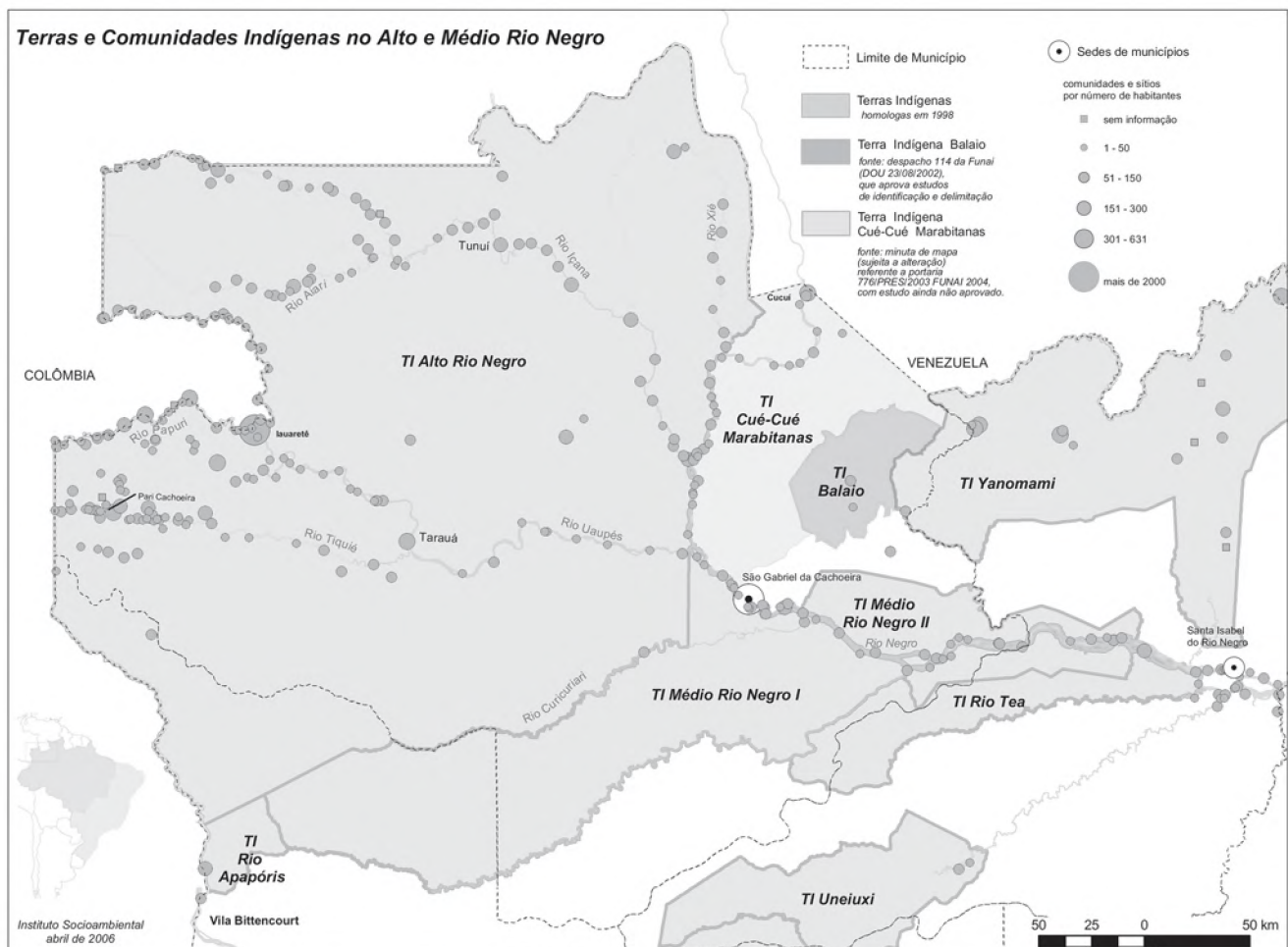
Nesse cenário, destaca-se a cidade de São Gabriel da Cachoeira, sede do município de mesmo nome e situada a 900 km de Manaus, na margem esquerda do rio Negro. Resumidamente, sabemos que, em 1759, com a implantação de um forte militar, deu-se início ali à formação de um povoado que funcionou ao longo dos séculos seguintes como entreposto comercial e base da ação missionária.

A cidade soma hoje cerca de 15 mil habitantes, 80% dos quais se consideram "índios", segundo o Levantamento Socioeconômico e Demográfico de São Gabriel da Cachoeira (LSGC, Foin/ISA, 2004). Os moradores da cidade e arredores vivenciam uma série de transformações em seu modo de vida, que incluem a adoção de novos regimes de sociabilidade, padrões residenciais, e estratégias para a exploração dos recursos naturais. Embora a cidade propriamente dita esteja fora da área demarcada, a influência do processo de urbanização se espalha sobre as terras indígenas, configurando uma relação dinâmica entre os dois domínios.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO ALTO RIO NEGRO

Embora concentre mais de 40% dos cerca de 35 mil habitantes do município, São Gabriel não é o único aglomerado populacional do alto rio Negro. Em meio aos cerca de 700 comunidades e sítios que se espalham pela faixa ribeirinha, contamos cinco grandes povoações: Assunção do Içana, Taracuá, Pari Cachoeira, Iauareté e Cucuí, as quatro primeiras formadas originalmente em torno de centros missionários.

O surgimento e adensamento de aglomerados populacionais na região, e o concomitante esvaziamento de comunidades ribeirinhas, devem ser entendidos à luz da longa história de contato das populações indígenas com os brancos, iniciada no século XVIII, e marcada por episódios de escravização, trabalho semi-compulsório em piaçabais e seringais, e mais recentemente pela relação sistemática com os missionários salesianos, que entre os anos 1920 e 1970 mantiveram um programa de catequese com ênfase na educação escolar de crianças e jovens em internatos localizados nas sedes de missão. No que diz respeito à cidade de São Gabriel, em particular, os programas governamentais voltados para o desenvolvimento regional contribuíram de-



CUCUÍ, POVOADO BARÉ

Cucuí é um povoado situado às margens do rio Negro, próximo à fronteira com a Venezuela e a Colômbia, pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. É possível chegar a Cucuí de barco, ou pela BR 307, que liga Cucuí a São Gabriel da Cachoeira. .

Situado em uma área conhecida pela ocupação de povos de língua aruak, Cucuí, que conta hoje com 646 habitantes, é tradicionalmente habitado pelo povo Baré. Junto à maioria Baré (598 no total) vive lá uma pequena parcela de pessoas das etnias Potiguá, Tariano, Tukano e também brancos. Além do português, a Língua Geral ou nheengatu é bastante utilizada pelos moradores.

Em fevereiro e março de 2004, a Foirn promoveu, em parceria com o ISA, um levantamento dos habitantes do centro do povoado, bem como de sua situação econômica e sanitária. Os dados foram coletados por uma equipe de treze pesquisadores, todos moradores de Cucuí, em sua maioria lideranças e membros de organizações indígenas.

Todas as 152 casas do povoado foram entrevistadas através de questionários padronizados: além de anotar nome, idade, sexo, etnia e escolaridade de cada um dos moradores das casas, os pesquisadores recolheram também informações sobre suas comunidades de origem, sobre o trabalho na roça, caça, pesca e criações, sobre as condições de saúde, sobre renda monetária e obtenção de mercadorias, e sobre as expectativas dos chefes de família de Cucuí quanto ao futuro do povoado.

Espera-se que essas informações sirvam de subsídios para as reivindicações e projetos voltados para a melhoria das condições de vida em Cucuí. (a partir do Primeiro Relatório de Levantamento Sócio-econômico, Demográfico e Sanitário Cucuí, coordenação de Orlando Melgueiro; Foirn/ISA, novembro de 2004)

cisivamente para o processo de urbanização. Por exemplo, no início da década de 1970, no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN) concebido pelo Governo Federal, foi iniciada a construção de duas estradas, a BR 307 (ligando São Gabriel a Cucuí) e um trecho da Perimetral Norte (hoje abandonado). As duas empresas construtoras contratadas para realizar as obras trouxeram de fora da cidade um grande número de trabalhadores, cuja chegada estimulou o incremento do setor terciário e de serviços de infra-estrutura (energia elétrica, abastecimento de água etc.), assim como a construção de bares e casas noturnas. A expansão urbana também gerou na população indígena habitante das comunidades expectativas de conseguir um trabalho assalariado, incentivando o deslocamento de muitas famílias para a cidade. Entre 1970 e 1980, a população de São Gabriel passou de 785 para 3.102 habitantes. No período de maior afluência de trabalhadores, entre 1974 e 1976, os censos chegaram a registrar 6 mil pessoas.

Outro fator gerador do crescimento populacional de São Gabriel foi o fechamento dos internatos salesianos na década de 1980. Com a desativação desses estabelecimentos, muitas pessoas tiveram que viabilizar moradia na cidade para que os filhos pudessem completar os estudos. Por fim, outro fator de incremen-

TABELA 1 E GRÁFICO 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL DE SÃO GABRIEL DOS ANOS 60 ATÉ OS DIAS ATUAIS

Ano	População	Fonte
1954-55	600	Galvão, 1979
1960	558	Santos, 1983 (apud IBGE)
1970	785	Santos, 1983 (apud IBGE)
1974-76	6.000	Santos, 1983 (apud IBGE)
1980	3.897	IBGE/Sidra, 2002
1987	4.500	Cedi, 1987, apud Brandhuber, 1999
1991	6.835	IBGE/Sidra, 2002
1996	9.563	IBGE/Sidra, 2002
2000	12.373	IBGE/Sidra, 2002
2002	12.673	ISA/Foirn, 2003b

to foi a descoberta de ouro na Serra do Traíra por índios Tukano do rio Tiquié, em 1983, evento que atraiu um bom número de forasteiros para a região.

Dados levantados recentemente indicam que 44% dos moradores da cidade de São Gabriel da Cachoeira são provenientes de outras localidades da macro-região compreendida pela bacia do rio Negro, sejam comunidades ribeirinhas, sejam outros centros urbanos como Santa Isabel do Rio Negro ou Barcelos. Os moradores nascidos na cidade somam 42,6%, enquanto os nascidos em outras regiões do país representam apenas 13,6% da população urbana (LSCG, Foirn/ISA, 2004).

Os motivos mais citados pela população indígena para explicar a mudança para São Gabriel são a busca por educação escolar e trabalho remunerado. A visão da cidade como um local de relativa abundância mobiliza o deslocamento de famílias inteiras, que, de uma maneira geral, passam a ocupar os bairros periféricos da cidade, mais distantes do centro comercial e menos favorecidos em termos de benesses urbanas, como pavimentação, energia elétrica, encanamento de água, coleta de lixo e áreas públicas de lazer. Os dois bairros mais recentes, Dabaru e Areal, abertos nos anos 1980 e 1990, respectivamente, concentram 53% dos moradores de São Gabriel (LSCG, Foirn/ISA, 2004).

TRAJETÓRIAS DE MIGRAÇÃO, TERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS FAMILIARES DE SUSTENTO

O crescimento demográfico acelerado de São Gabriel se faz acompanhar de uma concentração populacional também na zona periurbana. Os movimentos migratórios polarizados pela cidade podem ser definitivos ou temporários e se apresentam combinados com uma mobilidade sazonal entre cidade e floresta, ritmada pelos calendários escolar e agrícola.

Mais de um terço dos grupos domésticos que residem na área urbana possuem uma unidade de produção agrícola. Geralmente, essa se localiza na zona periurbana próxima, em um lote do Assentamento Agrícola Teotônio Ferreira ou em um terreno emprestado por terceiros. É comum, por exemplo, que algumas famílias utilizem terrenos cedidos pela Diocese de São Gabriel da Cachoeira, ou por algum comerciante da cidade. Mas o terreno também pode estar localizado em uma área periurbana mais remota, onde se chega apenas de barco, seja a comunidade ou sítio em que nasceu o chefe do domicílio, seja o local onde a família morou antes de construir sua casa na cidade. Nesses casos, é comum que uma parte do grupo doméstico estabeleça moradia em São Gabriel para estudar ou trabalhar, enquanto a outra parte assume a tarefa da produção agrícola.

O padrão de produção multilocal também é comum: muitas famílias possuem, ao mesmo tempo, uma roça perto da cidade, da qual se ocupam diariamente, e um ou mais sítios de produção mais distante(s) e manejado(s) de maneira mais extensiva.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA TERÁ PLANO DIRETOR

O mais indígena dos municípios brasileiros testemunha o crescimento desordenado de sua cidade-sede e demais aglomerados urbanos. Desse processo surge uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais que atinge, em especial, a população indígena jovem. Ao mesmo tempo, as demandas das mais de 500 comunidades de 23 etnias locais não encontram respostas adequadas do poder público. Para enfrentar essas questões, os atores locais estão elaborando o Plano Diretor do município.

No começo de outubro de 2005 a sociedade civil organizada de São Gabriel da Cachoeira se reuniu para colocar uma lupa sobre o mapa do município. Moradores da cidade, lideranças comunitárias, representantes da prefeitura, do governo federal, do Exército e de entidades civis – entre elas o ISA, que há 10 anos tem na cidade uma de suas subsedes – participaram nos dias 5 e 6 do II Encontro do Plano Diretor de São Gabriel. Nos dois dias de reunião, o município foi o foco da atenção de todos os participantes, que buscaram esmiuçar os problemas locais para nortear caminhos e estratégias que resultem em melhores condições de vida para toda a comunidade.

O Plano Diretor é uma lei municipal prevista no Estatuto da Cidade, criado pelo governo federal em 2001, para ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios brasileiros. Deve ser aplicado em todos aqueles com mais de 20 mil habitantes ou nos que fazem parte de regiões metropolitanas, tenham grande potencial turístico ou, ainda, que irão receber obras de impacto ambiental. Todos esses devem elaborar até outubro de 2006 seus Planos Diretores – caso contrário, seus prefeitos poderão responder por improbidade administrativa.

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Juscelino Gonçalves (Partido Social Liberal), afirma que a exigência legal não é o principal motivo pelo qual a prefeitura local tem promovido a discussão, com a participação ativa de todos os setores da sociedade local. “A razão mais forte é

*Por outro lado, os moradores das comunidades e sítios da zona periurbana possuem ou desfrutam, em sua maioria, de uma residência na cidade. Portanto, observa-se um *continuum* entre os espaços urbano e florestal, tanto nas formas de uso e apropriação dos recursos naturais como na organização dos espaços de vida das famílias indígenas, os quais se caracterizam pela alta mobilidade dos indivíduos e pela multilocalidade dos domínios residencial e produtivo. Esse padrão de multilocalidade relaciona-se com o fato do deslocamento até o centro urbano ocorrer em geral de maneira progressiva. Num primeiro momento, apenas uma parte do grupo doméstico se muda para a cidade ou para comunidades situadas na área periurbana, até que haja condições propícias para a instalação adequada de todos.*

Além de viabilizar a vida escolar das crianças e dos adolescentes, o estabelecimento de uma moradia própria na cidade aumenta as chances de acesso a uma renda monetária. Na maioria dos casos, a renda obtida com a exploração dos recursos naturais disponíveis não é suficiente para cobrir o orçamento doméstico.

que estamos preocupados com os rumos que o município está tomando. A coisa aqui está desenfreada”, aponta o gestor, que está em seu segundo mandato, não consecutivo. “O progresso está chegando e nós temos que nos preocupar com o ordenamento e com a disciplina desse crescimento.”

O secretário de Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel, Salomão Aquino, identifica dois vetores impulsionando o crescimento da cidade. “Um são as ações do poder público, que abre lotes sem planejamento, e o outro são as ocupações de áreas públicas pela população, que invade roças e cria novos lotes”. Para ele, o parcelamento clandestino do solo é um dos maiores problemas locais. “Quando estive à frente do departamento de terras do município tentei coibir essa prática, a ponto de ser ameaçado de morte. Tive que me afastar da prefeitura”. Aquino defende a revitalização de bairros centrais para evitar que a cidade cresça ainda mais sobre a floresta. “Temos que limpar os igarapés e incentivar uma arquitetura que remeta às características da cidade, sua identidade indígena, para cada vez mais nos beneficiarmos do turismo”. O secretário Aquino aposta no turismo e quer resgatar a identidade indígena do município.

Para conduzir o encontro, a prefeitura convidou dois técnicos do Instituto Pólis, ONG de São Paulo especializada em políticas públicas e planejamento urbano. “Um dos objetivos do Plano Diretor é, principalmente, buscar uma pactuação sobre as prioridades das atividades e dos usos do território do município”, explica o advogado Nelson Saule Júnior, do Pólis. “Isso é uma coisa relativamente nova, principalmente para os da Amazônia, que têm grandes extensões e não foram criados para ter políticas que abranjam a totalidade de seus territórios”.

O especialista afirma que o Plano Diretor também serve para impedir que alguns usos, incompatíveis com características ambientais ou sociais de determinada região, sejam incentivados pelo poder público que, na região amazônica, se apresenta com mais força pelos órgãos



Produtores indígenas comercializam os produtos das suas roças diretamente nas calçadas da cidade.

federais, como o Exército. “A própria característica da região, com grandes extensões territoriais, fez os municípios amazônicos serem dependentes da esfera federal e dos governos estaduais. Com o Plano Diretor, as demandas das populações locais e regionais poderão ser reconhecidas”, acredita Saule Jr.

Mais de 81% da área de São Gabriel é composta por Terras Indígenas homologadas. Esse número pode chegar a 90% se as TIs Balaio e Marabitanas Cué Cué forem demarcadas. O presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Domingos Tukano, lembra que as comunidades do interior do município, desfocadas de investimentos contínuos em infra-estrutura, padecem de uma crônica dependência dos comerciantes brancos para ter acesso a uma série de produtos industrializados, e mesmo para poder escoar suas produções tradicionais. “Nós acreditamos que a atividade agrícola, a comercialização de produtos regionais, do artesanato, tudo isso pode gerar emprego para as comunidades sobreviverem e gerarem renda”, pontua. “Por isso creio que o Plano Diretor tem que ter uma visão voltada para as comunidades fora da sede do município, e pensar nas realidades vividas nesses lugares”.

Do saneamento básico à regularização fundiária, da urbanização de praças e espaços de lazer ao financiamento de casas populares, a população elencou uma série de carências e necessidades durante o II Encontro do Plano Diretor de São Gabriel. Uma lista tão grande que obrigou os técnicos do Pólis a enfatizar os limites da lei em construção. “Ações mais concretas, como colocar asfalto na rua, e outras melhorias, têm que estar conjugadas com o orçamento municipal”, ressalva Nelson Saule Jr. “O Plano Diretor diz quais são as prioridades, suas metas de desenvolvimento, as necessidades da população, mas a concretização disso tudo depende também de vontade política na definição das diretrizes orçamentárias”. (Bruno Weis, ISA, 09/11/05)

Cerca de 85% dos grupos domésticos de São Gabriel (entendidos como grupos de pessoas que habitam um mesmo domicílio) possuem pelo menos um membro com fonte de renda mensal (LSCG, Foirn/ISA, 2004).

É importante notar que a forma como se deu a ocupação da cidade produziu desigualdades no acesso aos recursos naturais e às fontes de renda. Além de extensas áreas na região periurbana serem atualmente de propriedade do Exército, os comerciantes brancos possuem fazendas de beira de estrada onde praticam a bovinocultura. Famílias indígenas instaladas na cidade há várias décadas, que costumam ter mais acesso aos empregos fixos e ao capital comercial, também possuem faixas extensas de terra ao redor de São Gabriel.

Devido a essas prerrogativas fundiárias e à concentração demográfica, as terras cultiváveis e disponíveis estão sempre mais afastadas do centro da cidade. De uma maneira geral, as famílias que moram nos bairros mais antigos possuem as roças mais próximas, como é o caso daquelas situadas nas terras da Diocese, por exemplo. À medida que novos bairros foram sendo abertos, como Nova Esperança, Dabarú e Areal, a pressão fundiária se intensificou. Por um breve período, a demanda das famílias recém-instaladas na cidade foi atendida pela distribuição de lotes em um assentamento agrícola criado pela Prefeitura na área setentrional da cidade, quase concomitantemente com a abertura do Areal nos anos 1990 (Assentamento Agrícola Teofônio Ferreira). Porém, com o passar do tempo e o adensamento da população, os terrenos disponíveis passaram a se situar em áreas muito remotas. O problema crucial é que, apesar da existência de estradas e ramais, os produtores que cultivam os terrenos mais longínquos precisam chegar a pé, em alguns casos gastando três

horas de caminhada, o que acaba dificultando o trabalho e o aproveitamento das roças.

Para contornar a falta de acesso às terras cultiváveis, muitas famílias fazem um acordo com um proprietário de terreno residente na cidade, aparentado ou “conhecido”, assumindo o cuidado de sua terra. O chefe de cada uma dessas famílias se torna o “vigia”: em troca de seus serviços, e/ou de uma parte da produção, ele desfruta do direito de cultivo e recebe algumas mercadorias. Se tiver filhos em idade escolar, esses poderão ser acolhidos na casa do dono do terreno para que possam estudar na cidade. Desse modo, o fato de possuir uma rede de parentes já plenamente instalados em São Gabriel e que possuem terrenos nos arredores (dentro ou fora das terras indígenas) torna-se em geral um fator determinante na decisão de um grupo doméstico de sair da sua comunidade para morar próximo à área urbana.

Tudo o que foi dito acima demonstra que, segundo suas possibilidades e aspirações, os agricultores indígenas reagem aos fatores limitantes e às oportunidades oferecidas pela cidade, transformando as suas práticas tradicionais. Eles especializam sua produção para o mercado urbano e/ou adaptam técnicas agrícolas historicamente trazidas pelos brancos (horticultura e piscicultura, principalmente). A maior parte das famílias diversifica seus sistemas de produção, alternando entre obtenção de renda e auto-abastecimento, segundo a época do ano ou a situação econômica. Nas comunidades ou sítios de beira de estrada, observamos que a produção de farinha e frutas voltada à comercialização constitui uma maneira de compensar a dificuldade de extrair ou produzir alimentos ricos em proteínas. Essa dificuldade deve-se à menor possibilidade de contar com recursos pesqueiros devido à distância em relação ao rio.

Embora a redução da disponibilidade de terras cultiváveis seja indubitavelmente um fator de desestabilização dos sistemas de cultivo após a derrubada e a queimada, isso não implica necessariamente intensificação, pois as famílias que tiram sua subsistência da exploração dos recursos naturais podem, ao mesmo tempo, obter uma renda na cidade, e eventualmente cultivar outros terrenos localizados nas Terras Indígenas. Tanto na escala do grupo doméstico como na da família extensa, os moradores da região tendem a multiplicar a aquisição de direitos de uso em vários lugares, a fim de maximizar a utilização de recursos naturais, fontes de renda, e força de trabalho familiar, que se distribuem de maneira heterogênea no espaço e no tempo, entre os pólos urbano e florestal. Nesse contexto, as relações de parentesco e de afinidade pré-existentes ou construídas ao longo do processo de deslocamento espacial tornam-se cruciais, estando na base da formação de territorialidades em rede.

Nessas recomposições territoriais, a flexibilidade do sistema de cultivo da mandioca após derrubada e queimada exerce um pa-

pel importante. Mesmo se, em certos casos, seu rendimento global chegue a ser inferior a outros (como, por exemplo, fruticultura, horticultura), as famílias ainda preferem a roça de mandioca porque, além de possuir um valor cultural intrínseco, esta se adapta às variações climáticas e permite a prática de uma atividade remunerada na cidade durante uma parte do ano. Portanto, podemos dizer que a instalação das famílias indígenas na cidade não significa necessariamente uma ruptura com as suas práticas e conhecimentos tradicionais, mas sim uma transformação. A agricultura assume funções e valores diferenciados no âmbito dos múltiplos sistemas de atividades com os quais a população indígena se envolve no espaço urbano.

É importante notar, porém, que em situações problemáticas, como terreno de dimensões muito reduzidas, dificuldade de acesso a certos recursos naturais, ou endividamento, a adaptabilidade desses sistemas de produção é ameaçada. Além disso, a alteração das redes de circulação de plantas cultivadas, assim como das formas de transmissão dos conhecimentos indígenas associados à manipulação da diversidade biológica, põe em risco a conservação do patrimônio biológico e cultural envolvido na atividade agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um fato comum não só na região, mas também no restante da Amazônia, que os representantes locais do Estado vislumbrem na sedentarização, na adoção de um estilo de vida urbano, e na “modernização” das técnicas produtivas indígenas, um sinal positivo de integração à sociedade nacional. Por conseguinte, os sistemas públicos de ensino, pesquisa e extensão agrícola costumam concentrar seus esforços no desenvolvimento de técnicas que visam o aumento dos níveis de produção, através da padronização dos processos produtivos, e intensificação das agriculturas de floresta. Em nosso modo de ver, trata-se de uma visão equivocada, uma vez que tais medidas tendem a ignorar e diminuir a diversidade biológica e cultural associadas às práticas indígenas de produção agrícola e de manejo dos recursos naturais.

No que tange ao caso do alto rio Negro, é importante que os atores envolvidos no processo de desenvolvimento regional estejam atentos para a importância estratégica das características adaptativas da agricultura indígena periurbana e identifiquem, junto com os próprios agricultores, formas adequadas de integração ao mercado e de remuneração dos serviços requeridos para um melhor aproveitamento dos sistemas agroflorestais locais. Isso implica, necessariamente, desenvolver novas metodologias de produção e partilha de conhecimentos associados à produção agrícola, respeitando e valorizando o patrimônio biológico e cultural das populações indígenas da região. (maio, 2006)

EXCLUSÃO SÓCIO-CULTURAL PODE TER LEVADO JOVENS AO SUICÍDIO EM SÃO GABRIEL

Recém-chegados à cidade, vindos das comunidades das Terras Indígenas da região, jovens cometem atos extremos, possivelmente em reação a uma sensação de deslocamento provocada, dentre outras coisas, por fatores como a desarticulação familiar, falta de perspectivas de futuro, impossibilidade de competir com os brancos pelas mulheres indígenas e no mercado de trabalho urbano e a falta de alternativas construtivas de lazer.

Os suicídios de estudantes da Escola Irmã Inês Penha ocorridos em outubro e novembro em São Gabriel remetem a um problema que está longe de ser recente e de ser configurado por casos isolados. Em agosto de 2004, o relatório final de uma pesquisa do ISA e da Foirn sobre a violência sexual na cidade já relatava casos semelhantes envolvendo adolescentes que estudavam na escola João Marchezzi, situando-os em um “amplo quadro de crise social” vivenciado pelos moradores indígenas de São Gabriel. A crise parece afetar de maneira mais contundente os jovens recém-chegados das comunidades das Terras Indígenas. E aí se incluem fenômenos como a ingestão abusiva de álcool e a existência de gangues formadas por rapazes dos bairros periféricos que, à noite, espancam os transeuntes e roubam seus pertences, além de praticarem estupro coletivos.

Embora se saiba que os homens vindos de fora da região também se envolvem em episódios de estupro, a postura agressiva e anti-social dos jovens indígenas recém-chegados à cidade acaba por lhes conferir uma imagem tão negativa que faz com que, muitas vezes, eles sejam vistos como os principais responsáveis pelo problema da violência sexual na cidade. A população adulta costuma se referir a tudo isso como “o problema da juventude” – reação a uma sensação de deslocamento provocada pelos fatores mencionados acima.

Os quatro suicídios recentes de jovens indígenas de São Gabriel ocorreram entre o início de outubro e final de novembro, envolvendo jovens de ambos os sexos de idades entre 12 e 14 anos. Os quatro jovens estudavam na Escola Irmã Inês Penha, localizada no bairro do Dabarú, e escreveram cartas em que se despediam de familiares, amigos e professores. Nesses textos, eles deixaram algumas pistas sobre os motivos que os levaram ao suicídio, mencionando a insatisfação com suas vidas e conflitos com os pais, entre outras coisas. Os suicídios chocaram a população da cidade de São Gabriel e chamaram atenção da opinião pública.

Dados do Hospital de Guarnição do Exército – HGU dão conta que de outubro a dezembro deste ano aconteceram cerca de vinte tentativas entre jovens da mesma faixa etária: 10 a 18 anos de idade. No dia 9 de novembro, o diretor da Escola Irmã Inês Penha, Sebastião Maia, convocou para uma reunião algumas instituições da sociedade civil organizada, com o objetivo de apurar as causas e pedir ajuda. Durante a reunião, foram discutidas as possíveis providências que a sociedade civil e as instituições poderiam tomar para acompanhar melhor os jovens e suas famílias, prevenindo assim novos casos.

Ainda com o objetivo de buscar uma solução para o problema, os representantes de instituições presentes à reunião se dividiram em dois grupos. O primeiro, formado pelo Programa Sentinela, Conselho Tutelar, Diocese, Funai e Hospital de Guarnição do Exército, ficou responsável pelo atendimento aos casos de urgência e por prestar apoio às

famílias. Como medida de emergência, algumas jovens que tentaram suicídio estão estagiando no HGU, fazendo trabalhos de atendimento e atividades recreativo-culturais, enquanto outras foram acolhidas na Casa das Irmãs Salesianas. O segundo grupo de instituições ficou encarregado de formular uma metodologia de pesquisa que permita à sociedade civil organizada aprofundar seu conhecimento sobre o problema. Esse segundo grupo é composto pela Foirn, ISA, Funasa, Funai, Secretaria de Ação Social do município e HGU. A pesquisa tem o objetivo mais geral de subsidiar as políticas públicas voltadas para a juventude indígena em São Gabriel.

A solução para os problemas gerados pelo crescimento desordenado da cidade de São Gabriel não será simples. Mas no que se refere especificamente à situação da juventude indígena na cidade, a própria população já apresentou suas sugestões e propostas. Reproduzimos aqui a lista de recomendações extraída do documento final de um seminário realizado em agosto de 2004, no contexto da pesquisa Sexualidade, Violência e Relações de Gênero em São Gabriel da Cachoeira (ISA/Foirn).

As recomendações aos poderes públicos foram as seguintes: a) trabalhar de maneira articulada, e em parceria com as entidades e instituições da sociedade, através da realização de audiências públicas semestrais, voltando assim suas preocupações para as prioridades da população; b) ampliar os quadros das polícias civil e militar, para que se possa fiscalizar e fazer aplicar as leis relacionadas com o consumo de bebida alcoólica nos bares e clubes e demais lugares da cidade; c) realizar esforços no sentido de aparelhar a delegacia da mulher, para que as vítimas de violência sexual tenham um lugar específico para serem atendidas; d) criar aqui na cidade a defensoria pública; e) criar a vara da infância e adolescência; f) aparelhar e dar mais apoio ao Conselho Tutelar; g) apoiar as associações de bairro com relação às iniciativas de criar espaços para atividades de esportes e lazer para os jovens; h) construir complexos esportivos em cada bairro; i) elaborar e implementar uma política agrícola que valorize os sistemas tradicionais dos povos da região; j) criar uma feira diária para que os produtores tenham onde vender seus produtos.

Além destas recomendações aos poderes públicos foram discutidas algumas propostas que deverão ser implementadas entre as instituições e entidades presentes durante o seminário, quais sejam: 1) estruturação de um sistema de informações sobre os eventos que envolvem violência, integrando os diversos sistemas institucionais já existentes, em parceria; 2) elaboração de estudos e plano para a criação de uma escola que seja diferenciada, partindo do princípio da valorização das línguas e identidades dos povos indígenas e voltada para as oportunidades de trabalho na região; 3) realização de encontros e oficinas direcionados aos jovens, trabalhando e atendendo as demandas já feitas no encontro realizado no final de 2002 e priorizando os esportes e outras atividades culturais; 4) realização de oficinas sobre direitos e cidadania para comunidades e lideranças, discutindo questões sobre a vida das famílias das comunidades para a cidade; 5) trabalhar e ampliar as parcerias para aprofundar o conhecimento sobre a questão da violência e outros temas relacionados como consumo de bebidas alcoólicas, lazer e esportes para os jovens, atendimento às mulheres vítimas de violência e outros. (Cristiane Lasmar, Marta Azevedo e Andreza Andrade; Notícias Socioambientais/ISA, 15/12/05)

Iauaretê, Cachoeira da Onça

Geraldo Andrello

Antropólogo, Programa Rio Negro/ISA

OS TARIANO E OS TUKANO DO RIO UAUAPÉS OBTÊM DO IPHAN O RECONHECIMENTO E A CONSERVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Em maio de 2004, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), em atendimento a uma solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – órgão vinculado ao Ministério da Cultura –, abriu as portas da grande maloca existente em sua sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM) para a realização de uma reunião destinada a iniciar uma discussão sobre patrimônio cultural com os grupos indígenas do rio Negro. O pano de fundo da reunião dizia respeito à nova política de registro dos chamados “bens culturais de caráter imaterial”, instaurada pelo órgão após a promulgação do Decreto 3551/2000.

O alto rio Negro foi escolhido por vários motivos, dentre eles, a própria existência da Foirn, talvez a organização indígena de maior destaque na Amazônia, e de sua parceria consolidada há mais de dez anos com o Instituto Socioambiental (ISA). Por se tratar de uma reunião sobre “cultura”, foram convocados certos grupos que vêm se dedicando à implantação de escolas indígenas diferenciadas, como os Tukano e os Tuyuka do rio Tiquié e os Baniwa do alto rio Içana. Mas além desses, vieram também os Tariano de Iauaretê, que, embora não participem de um projeto formal de educação indígena, vinham manifestando vivo interesse em registrar suas histórias de origem, levantar uma maloca e retomar antigas práticas rituais.

A reunião consistiu basicamente em uma apresentação da política de registro dos chamados “bens culturais de caráter imaterial” (ver <http://portal.Iphan.gov.br/>). Embora o assunto apresentasse alguns aspectos jurídicos estranhos à platéia, os grupos presentes demonstraram grande interesse pelo tema. De modo ge-

ral, a sensibilidade à proposta trazida pelo Iphan reflete um amplo interesse por parte dos grupos indígenas dos rios Uaupés e Içana em registrar a “cultura dos antigos” para as novas gerações, que lhes parecem cada vez mais voltadas para as coisas da cidade e dos brancos. E de fato, algumas experiências que a Foirn vem apoiando buscam responder a esse dilema, especialmente a publicação da Coleção “Narradores Indígenas do Rio Negro” (já com oito volumes publicados de mitologia – Desana, Tariano, Baniwa e Tukano). Esse material se soma às inúmeras cartilhas e livros didáticos e a uma série de CDs elaborados pelos Tuyuka com seus cantos cerimoniais.

Pode-se dizer que essas experiências forneceram uma chave de leitura à exposição apresentada por funcionários do Iphan à audiência indígena então reunida na maloca da Foirn. Como resumiram os Tariano, “agora o governo também está querendo apoiar o trabalho que já estamos fazendo”, demonstrando grande interesse pelo trabalho proposto pelo Iphan e o interpretando como uma iniciativa oficial que vem respaldar e fortalecer suas próprias iniciativas. Mas o modo como a forma de trabalhar do Iphan foi exposta viria também a lhes sugerir novas idéias, pois logo em seguida à reunião passariam a conjecturar a possibilidade de proceder ao registro de seus “lugares sagrados” como patrimônio cultural a ser reconhecido pelo governo.

OS TARIANO EM IAUARETÊ

Os Tariano, embora participem do sistema de exogamia lingüística que liga os diferentes povos do rio Uaupés entre si, ocupam aí uma posição peculiar. Diferentemente dos demais, eles são originários da bacia do Içana, ao norte, tendo se fixado no Uaupés ainda em período pré-colonial. Vieram então a ocupar uma extensa área no território dos grupos tukano, dos quais passaram não apenas a obter esposas na troca de irmãs, mas também progressivamente a adotar a língua. O centro da área dos Tariano



no Uaupés é Iauaretê-cachoeira, localidade que faz parte das histórias de origem dos vários grupos que ali residem atualmente. Nessas extensas narrativas, o surgimento e crescimento dos diferentes grupos do Uaupés são tematizados na forma de sucessivos deslocamentos espaço-temporais de seus ancestrais, processo que define também seus respectivos territórios.

Segundo os Tariano, Iauaretê é o lugar onde se fixaram seus ancestrais, que se deslocaram do alto Aiari, afluente do rio Içana, onde tiveram origem junto a outros grupos de língua aruak. Em Iauaretê, a população tariano é hoje de cerca de 850 pessoas. O restante da população do povoado, cerca de duas mil pessoas, é composta por representantes dos grupos de língua tukano do Uaupés – Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Wanano, Tuyuka e outros. Para estes, a cachoeira de Iauaretê é mais um entre os vários pontos de parada da cobra-canoa, que em seu bojo trouxe ao Uaupés seus ancestrais.

Iauaretê é hoje quase uma cidade, com colégios, hospital, energia elétrica, correios, televisão, pista de pouso, pelotão do Exército e um ativo comércio indígena. Até meados dos anos 1980, eram quatro as comunidades tariano em torno da missão salesiana, ali fundada em 1930. Hoje são dez “bairros” ou “vilas”. Considera-se, em geral, que o fim do internato que os salesianos mantiveram ali por décadas tenha sido a principal causa dessa concentração demográfica (ver box). Sem os meios usuais para manter as crianças freqüentando os bancos escolares, muitas famílias passaram a fixar residência permanente em Iauaretê. Inicialmente, cresceram as antigas comunidades dos Tariano, que se viram obrigadas a ceder espaço de moradia, como também para a abertura de roçados, a seus cunhados Tukano, Pira-Tapuia, Wanano e assim por diante. Em seguida, os padres passaram a ceder as áreas por eles ocupadas com pastos e roças no passado para a formação de novas comunidades. Nesse contexto, a gestão dos assuntos comunitários é crescentemente envolta em novas dificuldades. As famílias de uma mesma comunidade de origem encontram-se, via de regra, dispersas em diferentes bairros, o que reflete a circunstância específica da chegada de cada uma delas ao povoado. As crianças e os jovens passam grande parte do tempo no colégio e desfrutam de uma convivência bem menos intensa com pais e avós. Boa parte do dia é gasta em frente à TV. E assim, o comentário mais freqüente em torno das dificuldades enfrentadas em Iauaretê diz respeito a um certo “descontrole da juventude”, que se traduz concretamente em muitos casos de briga por ocasião de festas e de gravidez precoce.

Mas uma outra linha de tensão que se pode perceber no cotidiano de Iauaretê relaciona-se, precisamente, a um debate nem sempre explícito referente às prerrogativas reivindicadas pelos

Tariano e pelos demais grupos de língua tukano quanto a quem são os “moradores legítimos” do lugar. O debate refere-se diretamente à situação de urbanização e à convivência incontornável que a nova situação impôs a esses grupos. O fato inegável é que Iauaretê é uma localidade do rio Uaupés onde as trajetórias de dois dos principais grupos indígenas da região, Tariano e Tukano, se cruzam. Além de sua posição geográfica estratégica, trata-se de um lugar cujas prerrogativas para o estabelecimento de novas comunidades são disputadas pelos Tukano e pelos Tariano, que contrapõem interpretações acerca de suas respectivas narrativas mito-históricas. Embora seja difícil avaliar, é possível aventar que a concentração demográfica e, assim, o processo de urbanização em curso, também resulte dessa característica particular: para além das facilidades em termos de educação, saúde e renda, muita gente parece julgar-se no mais pleno direito de viver e criar seus filhos ali. Por tudo isso, Iauaretê é uma localidade única no contexto regional.

Essa foi mais uma circunstância que permitia aos Tariano presentes na reunião da maloca da Foirn apreender a política de patrimônio imaterial proposta pelo Iphan. No quadro legal instituído pelo decreto 3551, lugares também pode ser patrimônio cultural. Para os Tariano, Tukano e demais grupos do alto rio Negro isso certamente não é nenhuma novidade. Só que o decreto falava de mercados, feiras, santuários, praças... Já os Tariano estavam pensando em sua própria casa. Pois, como tentaram demonstrar nos meses seguintes: “*nossa história está escrita nas pedras da cachoeira de Iauaretê*”. Esses eram os “lugares sagrados” que eles pretendiam registrar. E o Iphan, em princípio, acatou sua proposta. Lembremos que, por ocasião da demarcação das Terras Indígenas na região, entre 1997 e 1998, várias lideranças já diziam que “*nossa área já é marcada, a demarcação é mais uma confirmação*”. Referiam-se então à vasta gama de significados míticos atribuídos às pedras das inúmeras corredeiras dos rios da área, muitas delas apresentando inscrições rupestres.

APROPRIANDO-SE DE UM MITO DE ORIGEM

Com um mapa detalhado do povoado, visitamos Iauaretê muito rapidamente em novembro de 2004. Nessa ocasião, assinalamos com eles um conjunto de mais de vinte pontos, que deveriam ser visitados em fevereiro ou março do ano seguinte, quando as águas do Uaupés estivessem em seu nível mais baixo. Eles insistiram para que viéssemos munidos de instrumentos que permitissem um registro daquilo que iríamos ver: paralelamente à narrativa que se faria *in loco*, era preciso fotografar e, se possível, filmar aquelas pedras junto com os próprios Tariano contando o que cada qual significava. Pois se tratava de um tes-



temunho visível das prerrogativas que reivindicam sobre o lugar. Já em fevereiro de 2005, estávamos em Iauaretê novamente (Geraldo Andreello pelo ISA, Ana Gita de Oliveira pelo Iphan e Vincent Carelli, vídeo-documentarista do Vídeo nas Aldeias). Durante dez dias, os Tariano do clã Koivathe colocaram-se inteiramente à disposição para realizar o trabalho. Ao longo desses dias, realizaram um esforço notável, debatendo entre si e recitando de maneira formal e solene uma história que se passou em Iauaretê muito tempo antes do surgimento da atual humanidade (Tariano, Tukano, demais grupos e brancos). A narrativa dizia respeito ao tempo primordial da pré-humanidade, um mundo povoado por divindades criadoras que buscavam fazer surgir rios, animais, plantas e verdadeiros seres humanos.

Essa história se passa em um mundo em formação, e é por meio dela que os Tariano explicam como a cachoeira de Iauaretê veio a se constituir. A palavra Iauaretê, “cachoeira de onça”, é um topônimo que faz alusão a uma “gente-onça”, que no passado remoto habitou o lugar. É a partir dessa narrativa mítica que os Tariano fundamentam suas reivindicações como moradores legítimos de Iauaretê, pois ali se conta a origem de várias das lages, pedrais, ilhas e paranás dessa cachoeira na forma de sucessivas transformações de um demiurgo chamado *Okomi*. Segundo contam, a gente-onça já sabia que Okomi viria a dar origem a um grupo numeroso que iria dominar o rio Uaupés – os Tariano. Por esse motivo, ele foi capturado em sua própria casa (situada no que é hoje uma elevação onde se localiza o bairro de Cruzeiro) e o sacrificaram até a morte. Com as onças em seu encaço, Okomi buscava despistá-las transformando-se em animais e

plantas. Todas as formas que assumiu até ser morto tornaram-se pedras da cachoeira que hoje se prestam à colocação de armadilhas de pesca. São esses os “lugares sagrados” que os Tariano nos levaram a conhecer e queriam registrar com o apoio do Iphan. Essas pedras constituíram o principal cenário no qual ao longo de dez dias os Tariano forneceram uma versão extremamente detalhada de seu mito de origem.

Em suma, grande parte da toponímia de Iauaretê refere-se às transformações de Okomi, um dos seres do começo dos tempos que foi devorado pela gente-onça. Os Tariano referem-se a ele como “nosso avô”, pois seriam seus descendentes em linha direta. Proceder ao registro da cachoeira de Iauaretê como patrimônio imaterial tariano implicava privilegiar uma apropriação particular desse mito, que aparece noutras versões entre outros grupos indígenas da região, reificando, isto é, legitimando como bem reconhecido pelo Estado, suas prerrogativas face às outras etnias presentes em Iauaretê. Implicava, enfim, extrair a narrativa de seu contexto usual de enunciação e negociação. Seria como que tomar partido, e reconhecer aos Tariano a propriedade intelectual sobre um mito de ampla difusão na área, consignando-lhes ascendência sobre a cachoeira de Iauaretê. Para confirmar nosso incomodo, o líder geral de Iauaretê, quase ao final de nossa visita, o primeiro Tukano que ocupou o cargo desde sua instituição na década de 1970, veio até nós para saber melhor do que se tratava esse trabalho sobre patrimônio cultural que estávamos fazendo. Assim como outros homens tukano, ele também aludia ao fato de que a história que os Tariano estavam a nos relatar era objeto de disputas e versões concorrentes.



GERALDO ANDREELLO/ISA, FEV. 2005

Adriano de Jesus, Tariano, explica o significado de uma das pedras da cachoeira de Iauaretê para registro em vídeo por Vincent Carelli.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE IAUARETÊ

Entre 2001 e 2002, foi realizado um extenso levantamento sócio-econômico e demográfico em Iauaretê. A pesquisa, promovida e coordenada pelo ISA, buscou dimensionar com precisão as peculiaridades do lugar. Situado às margens da cachoeira de Iauaretê no médio rio Uaupés, fronteira Brasil-Colômbia, trata-se de um povoado em crescimento acelerado desde a década de 1980 e que em 2002, quando o censo foi concluído, contava com 2.659 moradores. O aspecto urbano que vem assumindo surpreende, sobretudo, porque sua população é composta exclusivamente por famílias indígenas e a área por onde se estende é parte da Terra Indígena Alto Rio Negro (com mais de oito milhões de hectares, demarcada e homologada pelo Governo Federal em 1998). Trata-se, pois, da formação de um núcleo urbano no interior de uma área indígena reconhecida pelo Estado brasileiro, e cujas famílias provêm de mais de 80 comunidades indígenas localizadas nos rios Uaupés e Papuri – os principais grupos são Tariano e Tukano, seguidos pelos Pira-Tapuia, Desana, Wanano, Arapasso, Tuyuka e Hupda.

O levantamento teve por finalidade traçar o perfil atual dessa situação peculiar. Os dados foram coletados por uma equipe de quatorze professores indígenas da Escola São Miguel. Nos meses de março, julho, agosto, outubro e novembro de 2001, eles visitaram todas as 411 casas do povoado para aplicar um extenso questionário com cinco blocos de perguntas: demografia e mobilidade (composição da família, comunidade de origem, motivos de mudança, períodos na comunidade de origem, relações de parentesco com outras casas, deslocamentos, falecimentos), saúde (doenças na casa, tratamentos, avaliação dos serviços de saúde, condições sanitárias), economia primária (agricultura, caça, pesca e coleta), economia secundária (empregos, comércio, trocas, consumo de mercadorias) e desenvolvimento (visão do entrevistado quanto à melhoria das condições de vida).

De modo geral, a pesquisa mostra, com números, que as condições de vida na sede do distrito são muito diferentes daquelas que se observam nas comunidades ribeirinhas, de onde vem a maior parte de suas famílias. Ao contrário dessas, as comunidades agregadas em Iauaretê, embora funcionem de acordo com o mesmo padrão (cada qual com seu próprio capitão, catequista, animador, capela, centro comunitário, festas e rituais) são chamadas de “bairros”, pois, em função de sua

contiguidade, e apresentando uma média demográfica acima da usual (250 a 400 pessoas), são consideradas partes de um conjunto maior, que paulatinamente vai assumindo feições urbanas. Essa imagem é reforçada pela existência de um comércio indígena local, várias instituições de serviços (o colégio, o hospital, o correio, a Funai, o Infraero que controla o tráfego aéreo e faz a manutenção da pista de pouso e um pelotão do exército), fornecimento de energia elétrica e antenas retransmissoras de canais de televisão.

A pesquisa aponta que há cerca de 80 famílias (de um total de 411) que está enfrentando sérias dificuldades em garantir sua alimentação, pois não contam com roçados permanentes e tampouco com salário. O total indicado de pessoas com renda permanente em Iauaretê, incluindo aqui as aposentadorias rurais, foi de 377. Como em muitos casos há mais de uma pessoa empregada na famílias, o total de famílias com renda é de 247. As outras 164 famílias do povoado não possuem renda. À exceção dos 175 aposentados, os outros assalariados trabalham nas instituições mencionada acima, sendo o pelotão do exército e o colégio as que mais empregam, com 44 e 45 pessoas respectivamente. A renda total do povoado para o ano de 2002 era de R\$ 115.647,05. Atualmente o número de pessoas empregadas e o montante da renda deve ter aumentado significativamente com a inauguração de um novo hospital em Iauaretê pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

A peculiaridade de Iauaretê resulta, de fato, de um conjunto de fatores. O fechamento do internato da missão na década de 1980 exerceu um peso crucial do processo de concentração demográfica no lugar, pois as famílias tiveram a partir de então que se fixar em Iauaretê para manter os filhos na escola. Mas o processo foi sem dúvida alimentado pela implantação de um colégio estadual de primeiro e segundo graus no mesmo período e pelas crescentes oportunidades de renda que vieram surgindo. Enquanto a missão local cuida de dar nomes às ruas que vão se formando – com nomes de santos ou de velhos missionários –, seus moradores preocupam-se com rumores recorrentes de transformação de Iauaretê em novo município do Amazonas. Alguns deles já se perguntam como seria possível implementar uma administração pública indígena.

PEDRO MARTINELLI/ISA. OUT. 2002



Colégio Estadual São Miguel, em Iauaretê.

DESAFIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO

O tema da “cultura” é extremamente sensível no alto rio Negro. De modo geral, as pessoas avaliam que aquilo que restou da “cultura” indígena da região após décadas de ação missionária salesiana corre o risco de se perder. Mas ninguém duvida de que há velhos de várias etnias capazes de narrar os mitos, descrever os antigos rituais e ensinar encantações. Frequentemente aponta-se que esses velhos são como “bíblías”, depositários de uma vasta gama de conhecimentos cuja integridade e transmissão depende hoje de novos meios, por exemplo, a escrita. A geração dos que começaram a assumir postos de capitão ou de líderes de organizações indígenas são os que mais frequentemente expressam esse dilema, e cujos filhos cada vez mais se interessam pelas coisas dos brancos. O assunto é parte do discurso político da Foirn e explica sua abertura a ações como a que o Iphan quer implementar na região.

Voltemos, para encerrar, ao trabalho do Iphan em Iauaretê, para pontuar as questões que essa experiência sugere. Apesar de optarem por uma das categorias de patrimônio imaterial proposta pelo Iphan – lugares –, os Tariano parecem mais interessados em um registro em vídeo das rochas da cachoeira de Iauaretê que ilustre sua narrativa de origem. Mobilizam-se, sobretudo, no sentido de se apropriar de novos meios capazes de compensar a visibilidade perdida dos antigos rituais. Ou seja, almejam uma nova forma de apresentação externa de sua própria história e prerrogativas – de objetificação. Um vídeo, um livro, uma nova maloca, a repatriação de objetos guardados em museus de Manaus, tudo isso vem sendo cogitado por eles, aparentemente num esforço de atualizar a mesma função dos ornamentos e instrumentos sagrados que, no passado, constituíam o aspecto material do patrimônio dos clãs. Dessa maneira, a salvaguarda do patrimônio imaterial no Uaupés vai, ao que tudo indica, envolver ações para realçar, ou até restituir, seu lado material.

Por definir titularidade, o registro do patrimônio imaterial como preconizado pelo Iphan corresponde a um sistema de propriedade intelectual externo que vem incidir sobre um sistema local, no qual a propriedade intelectual é foco, como vimos, de disputa e confrontação por definição. Cientes disso, lideranças da Foirn que começaram a participar de fóruns de discussão sobre proteção de conhecimentos tradicionais propuseram, recentemente, que qualquer benefício advindo do uso externo de

conhecimentos tradicionais do rio Negro deveria ser compartilhado por todos os grupos da região.

Os pontos acima apontam alguns dos paradoxos que emergem de um experimento de implementação da política de patrimônio imaterial com grupos indígenas. A elaboração jurídica de direitos intelectuais coletivos exige cautela, pois, ao propor formas de proteção e titularidade a “bens” culturais essencialmente dinâmicos, tais instrumentos podem contribuir para o congelamento de práticas de conhecimento e, assim, passar ao largo de processos como reelaborações, empréstimos, apropriações etc. Mas a experiência em curso em Iauaretê vem sendo permanentemente reorientada pelos efeitos não previstos que gerou até o momento.

Concretamente, os Tariano lograram obter apoio do Iphan para a finalização de uma maloca e para a realização de uma grande festa de inauguração, para a qual convidaram vários grupos. Já contam com um extenso registro audiovisual de sua história, que poderá ser exibido futuramente em várias ocasiões em Iauaretê – o vídeo-documentário “Iauaretê, Cachoeira das Onças, de Vincent Carelli, que relata todos os episódios desse caso, foi lançado em abril de 2006. Eles pretendem ainda publicar um livro com suas falas, fartamente ilustrado com o material fotográfico gerado ao longo do processo. Os Tukano, por sua vez, aderiram ao pedido de registro da cachoeira de Iauaretê como patrimônio imaterial, argumentando que sua história está igualmente marcada em outras de suas pedras. Isso se deu a partir da entrada efetiva dos Tukano na discussão, que fizeram questão de incluir nos registros em vídeo seu próprio relato e a pedra onde sua cobra-canoa aportou em Iauaretê. Ao final, o pedido de registro da cachoeira no livro dos lugares, assinado por lideranças Tariano e Tukano, foi feito em nome de todas as etnias de Iauaretê

O Conselho Consultivo do Iphan já se posicionou a respeito desse pedido aprovando-o em 4 de agosto de 2006. Ou seja, o processo está a dar curso, e a aportar recursos, a uma iniciativa que se insere num movimento mais amplo na região, e que envolve vários grupos interessados em registrar sua “cultura” em novos suportes. Para apresentá-la para fora, é certo, mas sobretudo para operá-la de dentro. É nesse contexto que as chamadas “ações de salvaguarda”, a serem empreendidas pelo Iphan após o registro, serão discutidas e postas em prática. (agosto, 2006)

Experiências de Autonomia e Gestão

Flora Dias Cabalzar

Doutoranda em Antropologia, USP

POVO TUYUKA DEMONSTRA PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ÍNDIOS DO ALTO RIO NEGRO EM PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Algumas escolas foram implementadas nos últimos anos no alto rio Negro por comunidades indígenas, organizadas através da Foirn e de suas associações locais. Elas contaram com a parceria do Instituto Socioambiental (ISA), assessores de outras ONGs e apoios governamentais. Contam ainda, desde 1999, com o apoio da Rainforest Foundation da Noruega e, a partir de 2006, da Unicef, devido a um termo de cooperação entre o ISA e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (Ipol).

Este artigo explora brevemente o que a equipe do Projeto Educação Indígena no alto rio Negro do ISA e da Foirn considera atual-

mente como novidades destas experiências na região: a) matriz lógica indígena como ponto de partida e o princípio de diálogo; b) a liberdade/autonomia de decisões das comunidades na organização político-pedagógica e nas novas maneiras de gerir uma “escola”; c) a prática das pesquisas temáticas pelas comunidades e escolas ou “ensino via pesquisa”.

As iniciativas de uma dessas escolas, organizada pelos Tuyuka do alto rio Tiquié, serão o exemplo aqui de um conjunto de processos de mudanças em curso também em outras regiões das Terras Indígenas localizadas no município de São Gabriel da Cachoeira, como por exemplo no médio rio Içana, a experiência levada a efeito pela Escola Municipal Pamáali (Baniwa e Coripaco); no alto rio Uaupés, a Escola Municipal Khumunó Wu’u Kootiria (Wanano); e no médio rio Tiquié a Escola Municipal Yupuri (Tukano e outras etnias), todas de ensino fundamental completo e algumas já com ensino médio.



ALCISIO CABALZAR/ISA, 2003

Crianças pintam motivos na fachada da maloca na comunidade São Pedro, alto Tiquié.

COMUNIDADES TUYUKA



Como se apresenta hoje, a escola tuyuka tem características que fogem do nosso modelo de escola. Ela pode ser vista como o projeto de uma organização indígena (Aeitt – Associação Escola Indígena Etapinozona Tuyuka), permitindo criar e filtrar novas situações e relações. Sobretudo, essa escola corresponde a iniciativas de gestão de conhecimentos, não apenas dos *kumu* ou benzedores, dos *baya* ou cantores/dançadores rituais, mas daqueles que ocupam posições de liderança e de muitos outros, professores, pais, mães, velhos, alunos e crianças.

O projeto Educação Indígena no alto rio Negro tem propiciado acompanhamento contínuo a algumas escolas, bem como capacitação de professores e comunidades por meio de oficinas temáticas (formação continuada com especialistas de fora). Tem propiciado também o acompanhamento das políticas públicas por parte dos índios no município de São Gabriel da Cachoeira e no Estado do Amazonas, além de apoiar a autonomia criativa na gestão política e pedagógica das escolas. Como boa parte dos projetos de educação escolar entre povos indígenas, este também busca, nas mudanças, “criar novas referências” e alcançar maior “sensibilização das políticas públicas” para as realidades locais e suas experiências sócio-históricas diversas.

POLÍTICAS DE PARCERIAS, ENCONTROS E REDES

Quando os Tuyuka participaram da reunião da Rede de Cooperação Alternativa – Brasil no Acre em 2005,¹ ao lado de outros trinta representantes de povos indígenas e assessores dos projetos, Francisco Pianko Ashaninka lembrou que “*não dá para ter um modelo de política sem inovação... Então, professores indígenas, agentes agroflorestais, agentes indígenas de saúde, todos estão se vendo nessa necessidade, renovando o processo, procurando juntar mais experiência... Nessa fase já muito avançada, as lideranças indígenas conseguem se sentir mais seguras, não somente a partir do que pensam, de como o seu povo [pensa], mas como vêem nos outros povos as mesmas preocupações... E já com mais segurança de poder contar com pessoas não indígenas que também estão dentro desse processo*”.

“São espaços que estamos aprendendo a usar”, ponderou Higino Tenório Tuyuka, coordenador político-pedagógico da escola

Tuyuka, sobre relações de parceria. Higino reconhece que as iniciativas promovidas pelas comunidades podem partir de trabalhos conjuntos, em espaços administrados por atores indígenas, ao lado de parceiros que se envolvem e os respeitam.

As novidades no âmbito da escola se dão nestes espaços de parceria, momentos de conhecimentos compartilhados: reuniões, assembleias, oficinas, atividades de pesquisas, módulos letivos etc. Espaços de diálogo, negociações, intenções – não livres de conflitos, contradições, indeterminações – a partir dos quais se expandem as possibilidades de mudanças.

POLÍTICA INTERNA DA ESCOLA

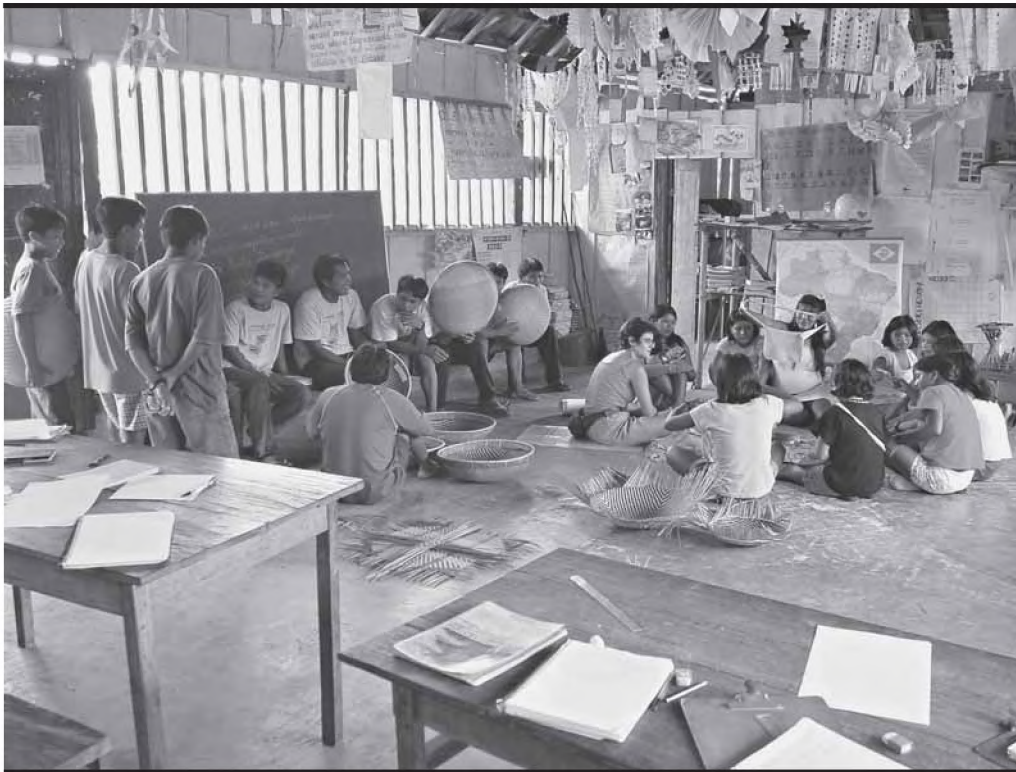
“*O que a gente tem conquistado é quanto à definição política interna da escola, outras partes ficam com o governo, e essa descentralização vai devagar*”, disse Higino Tenório na mesma reunião. Muitas das decisões importantes tomadas nas comunidades foram, num primeiro momento, rechaçadas ou desencorajadas pela Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel (Semec), que sempre precisou de um tempo muito maior que o das comunidades para fazer as mudanças. Mas as decisões locais sempre foram implantadas, tendo seus resultados comunicados em detalhes após um período de funcionamento.

“*Temos trabalhado para apresentar o que já foi feito... Hoje o governo paga professores e oferece materiais didáticos. Mas estamos tentando mostrar como funciona, o que é a demanda da escola indígena*”, alegou André Fernando Baniwa.

Nas discussões político-pedagógicas ou de política escolar, a linha mestra é dada pelas decisões das comunidades. “*Tudo depende da política que a comunidade decidir. Esse pensamento do povo Tuyuka atende à demanda das comunidades. Foi assim que a partir de 1999 começamos a pensar a autonomia: quem tem que mudar é a comunidade... Trabalhar a educação diferenciada depende muito da política de uma comunidade, como ela vai decidir sobre isso (contra o preconceito de que o índio é incapaz e quem tem que discutir é Funai ou os governos)*. Assim refletiu Higino sobre a escola tuyuka, sempre insistindo que todas as decisões e iniciativas tomadas nos últimos anos correspondem a “*idéias políticas da comunidade*” e “*não são um mero ensinamento das pessoas de fora*”.

Ainda que funcionem alguns espaços de participação na definição da política educativa do município (encontros municipais de educação, conselho municipal de educação), estes são muito pontuais, avançam e retrocedem quase sistematicamente. Mais efetivos são os processos desencadeados nas comunidades, onde os próprios índios tomam as decisões e se organizam para viabilizar a implantação e execução da sua política localmente discutida, seja ela lingüística, cultural ou escolar.

Cabe lembrar que os Tuyuka se firmam na idéia de “flexibilidade” no sentido de que suas decisões podem e devem ser revistas



ALDOISIO CABALZARISA, 2000

Atividade em sala de aula na Escola Tuyuka, comunidade São Pedro, alto Tiquié.

periodicamente; ou de que correspondem a uma etapa de um projeto, sendo que em etapas seguintes novos rumos podem ser prioritários; e na idéia de “agilidade”, no sentido de que as decisões tomadas devem ser implementadas imediatamente, sem depender de opiniões ou decisões alheias.

As decisões citadas abaixo, e muitas outras, foram tomadas a partir de 1999 em assembléias ou oficinas com dezenas de participantes, correspondendo a etapas de discussão muito acalantadas, pois remetiam a diagnósticos de questões instigantes para os homens Tuyuka, suas esposas de outras etnias/línguas/localidades de origem, alguns cunhados co-residentes, pessoas de todas as gerações; coordenadores, professores, alunos e pais; catequistas, capitães, diretores de associações etc. Desta forma, estas escolas estão conseguindo manter a centralidade das decisões e propostas locais, não apenas ali no lugar onde existem, mas com alcance nas políticas públicas municipais, que pouco a pouco se sensibilizam, oficializam e procuram incorporar processos para outras regiões e escolas. Vejamos algumas destas decisões:

1) Adoção da língua tuyuka como língua de instrução em todas as etapas de ensino, e como principal língua de instrução durante todo o ensino fundamental, levando a que o português seja ensinado como segunda língua e, sobretudo, oralmente em toda essa etapa. Essa decisão significa a possibilidade de mudanças na prática pedagógica e nas relações de ensino-aprendizado, com muitas novas possibilidades geradas em termos de interação, diálogo, desenvoltura e desenvolvimento de atividades e das pessoas. A escrita também flui com mais facilidade.

2) Definição dos métodos de ensino, como a alfabetização através de pequenos textos. Os Tuyuka optaram por não elaborar um livro de textos para a alfabetização; mas adotar o uso de grandes cartazes, elaborados por comunidades ou alunos mais velhos, sobre temas específicos, que vão se renovando. O ensino via pesquisas em todos os ciclos, privilegiando interesses e problemas locais, garantindo ampla participação comunitária, desde a definição da relevância dos temas de pesquisa, até o aproveitamento dos “produtos”, avaliação de sua importância etc.

3) Discussão e definição dos temas de pesquisa de maior interesse, de como conduzir as pesquisas e gerir seus produtos.

4) Avaliação de professores, alunos, atividades de forma descritiva e não por notas (inclusive entregando na secretaria algumas avaliações elaboradas apenas em língua tuyuka).

5) Definição das formas de gestão através de um conselho comunitário, uma associação da escola da qual todos os moradores das comunidades são membros.

6) Extensão do ensino na escola para além da 4ª série (3º ciclo, ou 5ª e 6ª séries, em 2001; 4º ciclo, ou 7ª e 8ª, séries em 2003; 5º ciclo ou “ensino médio” em 2005).

7) Seleção ou ampliação de quadro de professores (à revelia de definições outras feitas pela Semec). A escola passa a aceitar apenas professores tuyuka, sendo moradores das comunidades, participantes da formação continuada que ali acontece no âmbito deste projeto.

8) Definição de um calendário escolar de “alternância” nos 3º, 4º e 5º ciclos (com 15 dias de aulas em período integral e 15 dias em suas casas).

9) Viagens de intercâmbio de conhecimentos para professores ou alunos.

10) Consideração das oficinas de formação continuada, assim como de rituais e trabalhos coletivos, onde participa a comunidade em bloco, como carga horária para professores e alunos.

11) Ampliação do público participante das oficinas de formação continuada (focadas nos interesses e realidades político-pedagógicas de cada escola), para comunidades/ escolas/etnias vizinhas interessadas em conhecer, participar ou iniciar processo semelhante.

Essa autonomia de decisões das comunidades na organização político-pedagógica – calendário, progressão das séries ou ciclos, avaliação etc. – e nas novas maneiras de gerir uma escola, garante que se parta da matriz indígena como princípio de diálogo.

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS

“Contra os preconceitos, a primeira coisa que a gente discutiu [nas comunidades da escola] foi a política lingüística. Usando a sua língua para entender o próprio contexto social, estaríamos fortalecendo os nossos conhecimentos e fazendo da nossa língua instrumento de educação... O maior resultado alcançado é o sentimento de responsabilidade de todos para com a vida nas comunidades e com seus territórios de ocupação e origem” (Currículo Pós-feito 3º/4º ciclo 2001-2005. Escola Indígena Municipal ƧtapinoƧona-Tuyuka).

As intervenções sobre os conflitos lingüísticos combinaram ações tanto de assessores, Ministério Público, secretarias, quanto dos próprios usuários da língua. O sentido das intervenções sempre na direção do enriquecimento do plurilingüismo, em oposição aos grupos que se orientam na direção do monolingüismo (empreta nacional presente e salesiana no século passado).

A política escolar tuyuka veio se definindo referenciada em discussões mais amplas, de política lingüística, através de uma série de decisões para ampliar as possibilidades de uso do tuyuka e evitar seu enfraquecimento: 1) produção de uma literatura própria em língua tuyuka ou o desafio de construir conhecimentos escritos em tuyuka para fortalecer e valorizar sua língua, falada e escrita; 2) confronto à influência da língua franca indígena regional, o tukano, ou do português; ao fato de os jovens estarem adotando a língua tukano entre eles no cotidiano, e de algumas mães – falantes de outras línguas – não estarem incentivando seus filhos ao uso do tuyuka; 3) dentro das escolas, adoção da língua tuyuka como língua de instrução durante todo o ensino fundamental e não apenas como uma língua dos

primeiros anos do ensino, depois colocada em segundo plano pelo português; 4) realização de diagnósticos comunitários periódicos da situação da língua tuyuka em relação às demais línguas Tukano Orientais e ao português, garantindo participação comunitária na definição das estratégias e na avaliação e planejamento de cada nova etapa.

O campo das relações entre as línguas e do seu fortalecimento parece ter especial relevância nessa realidade regional onde o multilingüismo é estrutural. O movimento de inversão dos preconceitos lingüístico-culturais inerentes ao modelo de escola salesiana é parte importante da agência tuyuka e dos demais povos Tukano hoje.

POLÍTICAS DE VÍNCULOS GERACIONAIS E GESTÃO DE CONHECIMENTOS

Até os anos 80, o ensino escolar na região do Uaupés concentrava-se nas missões. Os índios costumam avaliar o impacto da educação salesiana seja em termos de enfraquecimento dos vínculos dos mais jovens com as gerações mais velhas dos avôs, seja em termos de acomodação ao modelo ocidental de educação escolar, uma espécie de submissão à ideologia da época dos internatos. Autoritarismo, laços enfraquecidos com suas comunidades de origem, reprodução de preconceitos lingüísticos (não acreditar nas suas línguas e deixar de usá-las; tomá-las como obstáculos para o aprendizado do português) seriam algumas das marcas deixadas pelos salesianos.

É importante ressaltar, no entanto, que as lideranças e comunidades que hoje vivem e constroem a escola tuyuka não pensam o processo de escolarização como simples resultado do impacto da escola salesiana. Isso porque o desejo de apropriação dos conhecimentos ou capacidades dos brancos ocorre de forma duplamente seletiva ou diferenciada nestas novas escolas indígenas da região do alto rio Negro.² As escolas não colocariam em risco – mas, ao contrário, valorizam – processos fundadores da socialidade indígena. E ao se definirem como “escolas étnicas” – escola tuyuka, escola tukano, escola wanano, tariano etc. – reforçam as diferenças entre os grupos de descendência. O mesmo se dá ao assumirem um compromisso – através do ensino via pesquisa – com a valorização e registro das rezas xamânicas, narrativas de origem, conhecimento ritual. Além disso, a escola permite elaborar propostas de readequação político-pedagógica que fortalecem o ethos comunitário, no sentido de que escolas se organizam sem que os jovens precisem se afastar de sua comunidade de origem.

“Um certo dia do mês de março de 1970, meu pai levou-me para a missão salesiana para eu começar a estudar. Este dia marcou profundamente a minha história. [Não se podia falar o tuyuka na escola, mais tarde tampouco o tukano, o que gerou muitos castigos, muita disciplina e controle] Eu passei no inter-

nato no período de 1970-1979, ano que conclui a 8ª série. Nestes anos experimentei as diversas situações da dinâmica do internato salesiano, não como agente transformador, mas como destinatário daquele modelo de educação: tornar-se “civilizado” e “branco”. Este era o objetivo do estudo da época. A concretização mais visível deste objetivo era tornar-me professor... Meu pai chegou à conclusão que da forma como estava a minha vida, a dele e dos meus avôs, não dava para me ensinar as tradições tuyuka. Segundo ele, a aprendizagem das tradições Tuyuka não era simplesmente transmitir o conteúdo para mim e sim praticar os rituais, com longos tempos de preparação antes e depois dos rituais, incluindo vários meses de jejuns. Dizia ele: não se pode brincar com as tradições sagradas e não levar a sério os rituais era pôr em risco a própria vida.”

Esse depoimento do padre Justino Rezende Tuyuka traz argumentos correntes na região. Podemos dizer, nele inspirados, que os vínculos construídos na formação ritual dos jovens no “tempo dos avôs” não têm mais o mesmo vigor nessa região. Os Tuyuka entendem agora que novos vínculos devam ser criados entre as gerações para pensar o futuro e formar os jovens no rio Tiquié, parte deles por meio dos movimentos dessa escola.

As pesquisas realizadas pelos próprios índios contribuem para a construção de vínculos geracionais e de gestão e transmissão dos conhecimentos. Vínculos surgem das razões e dos interesses das comunidades pelas questões pesquisadas, sempre vivenciadas, como a participação dos jovens nos rituais, a elaboração de armadilhas de caça, a produção de trançados e tecidos etc. A partir daí todos se inserem nas pesquisas, na construção de conhecimentos.

TUYUKA PARTICIPAM DE OFICINA DE MALOCAS

Aconteceu em novembro de 2005 o Primeiro Ateliê de Arquitetura da Escola *Etapinozona Tuyuka*, na comunidade de São Pedro (Mópoea), alto rio Tiquié, coordenado pelo arquiteto Almir Oliveira. Participaram alunos e professores do ensino médio, alguns conhecedores tuyuka (homens mais velhos), e moradores da comunidade, além de Carmen do Vale, Aloísio Cabalzar (assessores do ISA) e Simão Bolívar (assistente).

Almir já vinha trabalhando com malocas do noroeste amazônico desde 2000, quando percorreu o rio Uaupés de São Gabriel até Iauaretê numa missão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), iniciando levantamentos relativos ao patrimônio intangível. Percebeu que “o espaço mais importante e presente em todas as comunidades visitadas, embora desmaterializado, era a maloca tradicional, sobre a qual orbitavam diversas iniciativas de valorização cultural”. Posteriormente, em 2001, construiu maquetes de maloca no laboratório de modelos reduzidos da Universidade de Brasília, que podiam ser montadas e desmontadas e guardadas em uma caixa, a caixa de maloca.

Durante a oficina, foram trabalhados conceitos matemáticos relacionados à maloca (apropriação gráfica dos espaços) e sua representação

“A pesquisa ajuda a explorar conhecimentos de cada um. Busca aproximar mais dos velhos, ou de quem tenha mais conhecimentos. Saiña masire buere (conhecer através de questionamentos, perguntas, ou ‘ensino via pesquisa’), é ensinar a conhecer melhor. Nesse sentido, os velhos vêm se esforçando muito de manifestar seus conhecimentos para nós; mas às vezes fica difícil pesquisar certas questões, achar respostas tanto com velhos como nos livros. E alguém pode nos esclarecer melhor. Isso é próprio do professor ou do assessor... É muito importante alunos trabalhando com diferentes pessoas, inclusive adultos e de outras escolas. Professores, alunos, lideranças procuram se esforçar para entender mais sobre o assunto. Assim conseguimos enfrentar dificuldades nos desenhos, em entrevistas com os velhos, na organização do texto, em animar e organizar o grupo, nas apresentações para os outros”. Assim avaliaram os Tuyuka o ensino por meio da pesquisa durante uma oficina de pesquisa realizada com Judite Albuquerque em 2002.

Todas estas decisões e atitudes nos aproximam das estratégias indígenas, seus espaços de criação, sua agência nos processos de implementação e gestão destes projetos e escolas. (junho, 2006)

NOTAS

¹ A Rainforest Foundation na Noruega apóia encontros e reuniões para troca de experiências entre organizações integrantes da Rede de Cooperação Alternativa (RCA).

² Sobre esse assunto, ver a excelente análise de Cristiane Lasmaz no livro *De volta ao lago de leite: gênero e transformação no alto rio Negro*, São Paulo/Rio de Janeiro: ISA, Unesp e NuTI; 2005.

em escala reduzida, a própria idéia de escala (já empregada em outros temas) e outros instrumentos. Dentro da maloca, foram feitas todas as medidas e os velhos esclareceram quais as relações entre elas e como são feitas na construção dessa grande casa. A partir da maloca de São Pedro, foi proposto aos velhos que suas dimensões fossem adaptadas para o caso de ser utilizada como moradia para todo o grupo local, como era sua função antiga.

Com esse material, foi feito o desenho em escala e depois o planejamento de construção das maquetes das mesmas. Foram construídas quatro maquetes de malocas, dentre elas a atual de São Pedro, ela ampliada, a de Pinokoriro (descrita por Koch-Grünberg no começo do século XX, também tuyuka).

Essa oficina da Escola gerou grande interesse dos Tuyuka, na medida em que permitiu discutir a importância da maloca, seu valor, do ponto de vista cultural, mas também como construção de qualidade e adequada para a região. (Aloísio Cabalzar, ISA, agosto, 2006)



El Camino de las Entidades Territoriales Indígenas (ETI's) en la Amazonía Colombiana

María Camila Rivera

Polítóloga con opción en antropología, Fundación Gaia Amazonas

Silvia Gómez

Antropóloga, Fundación Gaia Amazonas

COM A CONSTITUIÇÃO DE 1991, OS POVOS INDÍGENAS DA COLÔMBIA ENCONTRARAM CONDIÇÕES PARA SE ORGANIZAR E GERIR SEUS TERRITÓRIOS

La Carta Política de 1991 es una apuesta democrática por reinventar las formas de articulación de diversos grupos poblacionales al Estado y la sociedad mayor, de modo que se establezcan relaciones más inclusivas, equitativas y respetuosas de las diferencias. Muestra de ello es que hoy nos definamos como una nación pluriétnica, multicultural y territorialmente diversa, alejada de las consideraciones homogenizantes y univocas del discurso de nación que nos acompañó más de un siglo (desde la C.P. de 1886): una sola raza (la mestiza en proyección a lo blanco), lengua (español) y Dios (católico).

Bajo la nueva perspectiva constitucional se intenta transformar la organización política, social, económica y administrativa del país, a partir del otorgamiento de derechos colectivos, políticos, sociales, culturales y territoriales a los grupos étnicos. Para el caso indígena encontramos, entre otros, el reconocimiento de los *resguardos* como propiedad colectiva de las comunidades indígenas con carácter inalienable, imprescriptible e inembargable; la creación de la *Circunscripción especial Indígena* del Congreso de la República (encargada de brindar 2 curules en Senado y 1 en Cámara) y la *Jurisdicción especial Indígena* (derecho a administrar justicia en sus territorios conforme a sus usos y costumbres); y, la posibilidad de crear *Entidades Territoriales Indígenas* – ETI's.

Las ETI's son una figura político administrativa que reconoce a los indígenas el gobierno de sus territorios por parte de sus autoridades, y a su vez, les permite definir jurisdicciones territoriales equiparables a las entidades existentes – municipios o departamentos –, de modo que puedan gozar de plena autonomía en la gestión de sus intereses, la administración de los recursos, el establecimiento de tributos para el cumplimiento de sus funciones y la plena participación en las rentas nacionales. En otras palabras, con las ETI's se brinda la posibilidad a las comunidades indígenas de organizarse para ser incluidos como nuevas y diferenciadas formas de entidades

territoriales, en la estructura político administrativa del Estado Colombiano.

Ante el desafío indígena de formar las ETI's, ha sido fundamental emprender un paulatino proceso de organización política que permita consolidar los procesos de gobierno propio. Trabajo que varios pueblos indígenas han adelantado mediante la construcción y el fortalecimiento de sus *Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas* (AATI's): entidades públicas de carácter especial, que se constituyen en los antecedentes organizativos y políticos más importantes de las ETI's.

DE AATI'S A ETI'S

Si bien es cierto que la figura de ETI no ha logrado ensamblarse dentro de la estructura político administrativa de nuestro país,¹ también es cierto que la Carta Política de 1991 previó una herramienta para impulsar la organización política de los territorios indígenas al establecer, en su artículo 56 transitorio que *"mientras se expide la ley a la que se refiere el artículo 329, el Gobierno podrá dictar normas fiscales necesarias y las demás relativas al funcionamiento de los territorios indígenas y su coordinación con las demás entidades territoriales"*.

Con base en tal artículo, el gobierno expidió en 1993 el decreto 1088 donde se abre la posibilidad a las autoridades indígenas de organizarse a través de Asociaciones de carácter público con una jurisdicción territorial definida, las cuales son conocidas actualmente como AATI's (Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas). Dicho decreto, además de definir la naturaleza jurídica de las Asociaciones y el procedimiento para su conformación y registro ante la Dirección de Etnias del Ministerio del Interior,² ha permitido que desde mediados de los 1990's se conformen numerosas AATI's por todo el país (en especial en los departamentos de la región amazónica). Asociaciones que en la práctica se constituyen en los antecedentes políticos y organizativos más importantes de las ETI's.

Además del fortalecimiento alcanzado por algunas AATIs en el proceso organizativo y político en su trabajo interno, hay dos elementos que han potenciado su consolidación. Esto es, el reconocimiento de los resguardos como territorios de propiedad colectiva de las comunidades indígenas y la ampliación e

implementación de la legislación indígena en diversas áreas (salud, educación, medio ambiente etc.). Por un lado, ser propietarios colectivos de sus territorios permite a los pueblos indígenas mayor estabilidad, congruencia, poder y alcance a sus procesos de gobierno propio. Por otro lado, la ampliación e implementación de la legislación indígena fortalece los procesos organizativos, al permitir en la práctica desarrollar programas, proyectos y actividades en materia de educación, salud, medio ambiente etc., de manera diferenciada y de acuerdo a sus planes de vida,³ así como la participación de los resguardos en los recursos de la Nación a través del Sistema General de Participaciones (SGP).⁴

Igualmente, el vacío legal dejado en los departamentos de Amazonas, Vaupés y Guainía, al desaparecer las figuras político administrativas de *corregimientos departamentales*,⁵ hace que las AATIs de tales territorios, sean las únicas autoridades públicas de carácter local, que adelantan importantes procesos de gobernabilidad. En otras palabras, las AATIs aprovechan y dinamizan herramientas legales y coyunturas políticas, permitiendo que la realidad organizativa de los pueblos indígenas supere en la práctica las limitaciones jurídicas y políticas.

APUNTES SOBRE LOS PROCESOS ORGANIZATIVOS EN LA AMAZONÍA COLOMBIANA

En la Amazonia Colombiana, el proceso de reorganización política y territorial iniciado con la conformación y el trabajo de las AATI's presenta diferentes matices según los antecedentes históricos, las características de los movimientos indígenas y los niveles de intervención del estado en los diferentes departamentos.

Por un lado, en el caso del *Departamento del Amazonas*, las AATI's fueron estructurando propuestas concretas de salud y educación, aprovechando la debilidad institucional y la poca

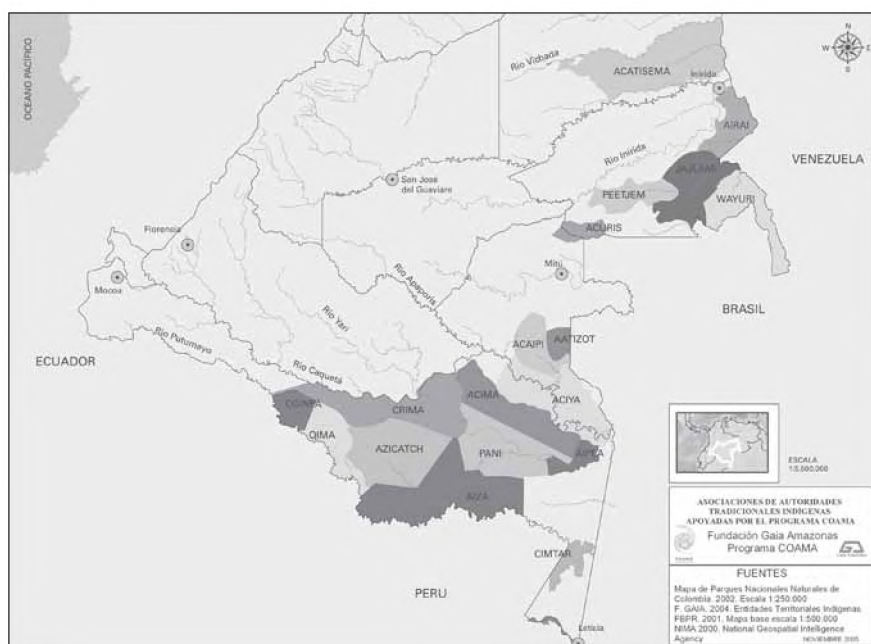
presencia del gobierno departamental en sus territorios. Con el tiempo, se fue consolidando una unidad regional que permitió ir abriendo canales de comunicación y negociación con el Estado, para avanzar en la descentralización efectiva de recursos y la puesta en marcha de sus propuestas. De esa manera, las AATI's de este departamento han iniciado un proceso de articulación de los gobiernos locales indígenas con las instancias de gobierno departamental por medio de la creación, en el 2002, de la Mesa Permanente de Coordinación Interadministrativa (MPCI).

Dicha instancia de interlocución, entre las AATI's y la Gobernación del Departamento del Amazonas, se reúne 2 veces al año para analizar y definir conjuntamente los distintos planes y programas a desarrollar en los territorios indígenas. La MPCI se ha consolidado como un proceso de descentralización concertada a través del cual ha sido posible establecer mecanismos efectivos de colaboración y coordinación *permanente* entre autoridades públicas indígenas y departamentales, desarrollando un esquema de gobernabilidad acorde con las particularidades socio-culturales y ambientales de la región.

En el *Departamento de Guainía* y a diferencia del Departamento de Amazonas, los indígenas mantienen una estructura organizativa regional alrededor del Consejo Regional de Guainía CRIGUA, el cual mantiene una estructura vertical y centralista que distancia las autoridades de base de la toma de decisiones en Puerto Inirida (capital del Departamento). En la actualidad, existen tres AATI's ubicadas en la frontera con Venezuela y Brasil, las cuales comienzan a focalizar sus esfuerzos en retomar directamente los proyectos de educación propia iniciados durante la década de los noventa.

Por último, en el *Departamento de Vaupés* y al igual que el Departamento de Guainía, existe un Consejo Regional Indígena del Vaupés – CRIVA, creado hace más 30 años, el cual trabajaba con organizaciones zonales conformadas sobre los principales

ríos de forma centralizada desde Mitú (capital del departamento). Esta estructura organizativa no es reconocida por el Estado como una entidad pública, otorgándole el carácter de organización no gubernamental, lo cual diferencia su naturaleza a la de las AATIs y limita su ámbito de aplicación con relación a la gestión y administración de intereses y recursos públicos. Tal situación y la creciente demanda de las autoridades locales en las diferentes zonales del Vaupés, genero un movimiento de constitución de AATIs a partir del año 2004, donde las autoridades locales comenzaron a reivindicar su derecho de administrar y ejecutar directamente los recursos asignados a las comunidades por el SGP. Lo que



a su vez, cuestionó la función de la organización regional CRIVA y estimulo la reorganización política de las autoridades indígena en el departamento, donde las AATIs han adquirido mayor representatividad. Es probable que en esta coyuntura se perfilé un nuevo esquema organizativo más descentralizado y orientado a la conformación de estructuras federativas que mantengan y articulen las autonomías de las nuevas asociaciones.

A diferencia del departamento de Amazonas y Guainía donde las AATIs han concentrado sus esfuerzos principalmente en los temas de educación y salud, en el Vaupés, las AATIs comienzan a proyectar su trabajo en temas como manejo ambiental, unidad territorial y conocimientos tradicionales.

A pesar de que los avances organizativos son evidentes, es importante reconocer que es necesario continuar trabajando en el fortalecimiento de las estructuras internas de gobierno indígena y sobre todo en la consolidación de los canales de articulación entre las autoridades indígenas y demás autoridades publicas del país. En este sentido la Fundación Gaia Amazonas seguirá acompañando los procesos locales como las AATI's y las instancias regionales de interlocución, tales como la Mesa Permanente de Coordinación Interadministrativa como escenario para la interlocución, discusión y reflexión conjunta de los diversos modelos de administración y gestión territorial. (maio, 2006)

NOTAS

¹ Las ETI's no han logrado instituirse dentro de la estructura político administrativa de nuestro país, debido a que la Carta Política de 1991 en su artículo 329 ordena que la conformación de las ETI's se sujete a la expedición de la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial (LOOT). Norma que hasta el día de hoy no ha logrado expedirse, debido a los innumerables intereses políticos que pueden ser agredidos a la hora de transformar el mapa político administrativo de nuestro país, ya que entre otras, esto significa alterar el mapa electoral y con ello mover de lugar los votos de los políticos tradicionales. Situación a la cual no quieren verse enfrentados los congresistas colombianos.

² Decreto 1088 de 1993. *Artículo 2. Naturaleza Jurídica.* Las asociaciones de que trata el presente Decreto, son entidades de Derecho Público de carácter especial, con personería jurídica, patrimonio propio y autonomía administrativa. *Artículo 5. Constitución.* La constitución de las asociaciones de que trata este Decreto o la vinculación a las mismas, se hará con la manifestación escrita del Cabildo o Autoridad Tradicional Indígena, previo concepto favorable de los miembros de la comunidad de conformidad con sus usos y costumbres. *Artículo 11. Registro de la Asociación.* Una vez conformada la asociación, deberán registrarse en la Dirección General de Asuntos Indígenas del Ministerio de Gobierno, para que pueda empezar a desarrollar sus actividades. *Parágrafo.* Para efecto de coordinación con las entidades territoriales, la Dirección General de Asuntos Indígenas deberá informar a las respectivas autoridades locales o regionales sobre el registro de las asociaciones de que trata el presente Decreto.

³ El Estado colombiano transfiere recursos de la nación a los resguardos a través del Sistema General de Participaciones – SGP – para salud, educación, vivienda, agua potable y desarrollo agropecuario (artículos 356 y 357 de la Constitución Política). Estos recursos tienen una función específica y no contemplan la posibilidad de financiar el proceso organizativo interno de los pueblos indígenas que supone la transición hacia modelos de gobernabilidad pluriculturales. Es acá donde la cooperación internacional y el acompañamiento continuo de la Fundación Gaia Amazonas juegan un papel importante en el apoyo que requiere la definición y

LISTADO DE AATIS EN LOS DEPARTAMENTOS DE AMAZONAS, VAUPÉS GUAINÍA Y SUR DEL VICHADA

Amazonas

ACIMA* – Asociación de Capitanías Indígenas de Mirití Amazonas
AIPEA* – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de La Pedrera Amazonas
ACIYA* – Asociación de Capitanes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Resguardo Yaigogé Apaporis
PANI* – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas Bora Miraña
CRIMA* – Consejo Regional Indígena del Medio Amazonas
CIMTAR* – Asociación Cabildo Indígena Mayor de Tarapacá
AIZA* – Asociación de Autoridades Indígenas de la Zona de Arica
AZICATCH* – Asociación Zonal Indígena de Cabildos y Autoridades Tradicionales Indígenas de La Chorrera
OIMA* – Organización de Cabildos Indígenas Murui del Amazonas
COINPA* – Asociación Consejo Indígena de Puerto Alegría
AZCAITA** – Asociación Zonal de Autoridades Indígenas de Tradición
ACITAM** – Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico
TICOYA** – Cabildo Mayor Puerto Nariño

Guainía

AIRAI* – Asociación Indígena de Autoridades del Resguardo de Atabapo e Inrída
JAJLAMI* – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas Curripaco del Resguardo del Medio Guainía
WAYURI* – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del Resguardo Bajo Guainía y río Negro
ACURIS* – Asociación de Comunidades Unidas del río Isana y Surubí

Vaupés

ACAIPi* – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del Río Pirá Piraná
AATIZOT* – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona del Tiquié
ASATAV** – Asociación de Autoridades Tradicionales del Alto Vaupés
ASATRAIYUVA** – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas Yurutis del Vaupés
ACAZUNIP** – Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígenas del Papurí
ASATRIZY** – Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona de Yapú

Vichada

ACATISEMA* – Asociación de Cabildos y Autoridades Tradicionales Indígenas de la Selva de Matavén

consolidación de las estructuras político-administrativas de gobierno indígena y su articulación con las demás entidades territoriales del Estado.

⁴ Plan de Ordenamiento Territorial o Plan de Vida: son planes de Desarrollo Integral ajustados a las características de cada pueblo indígena, el cual debe ser adoptado por sus miembros. Este Plan de Desarrollo tiene en cuenta los aspectos económicos, sociales, ambientales, geográficos y políticos, conforme a los usos, costumbres y cosmovisiones de cada pueblo.

⁵ Figura que fue declarada inconstitucional por la Corte en la sentencia C-141 de 2001.

Lideranças do Tiquié Estreitam Laços com o Pirá-paraná, Colômbia

Aloísio Cabalzar

Antropólogo, Programa Rio Negro/ISA

GRUPO DE VINTE REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO TIQUIÉ, NO ALTO RIO NEGRO (AM) REALIZOU EM MARÇO DE 2006 VIAGEM PELA REGIÃO COLOMBIANA DO RIO PIRÁ-PARANÁ PARA VISITAR SEIS COMUNIDADES INDÍGENAS E RENOVAR PLANOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE POVOS DO NOROESTE AMAZÔNICO

O grupo que viajou ao rio Pirá-paraná foi composto por membros das etnias Tuyuka, Tukano e Desana, entre lideranças, professores e alunos de escolas indígenas. Eles representaram a Associação Escola Indígena Tuyuka Utapinipona (Aeitu), a Associação Escola Indígena Tukano Yupuri (Aeity), a Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart), Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona Tiquié (Aatizot).

O Instituto Socioambiental acompanhou a expedição, que retribuiu o encontro realizado em abril de 2004, quando quase trinta lideranças e pesquisadores indígenas do Pirá-paraná, junto com assessores da Fundação Gaia Amazônica, da Colômbia, estiveram no povoado tuyuka de São Pedro, no Alto Tiquié. As principais etnias que habitam a região do Pirá-paraná são Makuna, Barasana, Tatuyo e Taiwano. A idéia que motiva esse movimento de aproximação é a preocupação comum com o futuro da região – uma das mais preservadas do ponto de vista ambiental de toda a bacia amazônica – e os desafios que os povos indígenas de ambos os lados da fronteira têm pela frente. A educação indígena e o manejo ambiental estão entre as principais estratégias comuns de trabalho, a partir das quais surgem outras questões relevantes, como a transmissão de conhecimentos entre as gerações, pesquisa indígena e intercultural e saúde.

Pirá-paraná e Tiquié são dois rios grandes, situados, respectivamente, nas bacias do Uaupés (e Negro) e Apaporis (e Japurá-Caquetá). Mas estão relativamente próximos espacialmente, havendo diversos caminhos que ligam o alto Tiquié com diferentes afluentes do Pirá, sempre usados por seus

moradores; pelos brancos, em alguns momentos, desde o período colonial. Em comum, há uma região de lagos e chavascas nas nascentes de formadores tanto do Tiquié quanto do Pirá, chamado Ewera, de expressivo significado na geografia xamanística desses povos, e que pretendem manejar de forma conjunta, uma oportunidade de cooperação concreta entre as organizações indígenas e os conhecedores (“los tradicionales”, como dizem na Colômbia) dessas duas áreas.

A população de ambos os rios é composta por grupos da família lingüística Tukano Oriental: no Tiquié predominam os Tukano, Tuyuka, Desana e Bará; no Pirá, os Makuna, Barasana, Tatuyo e Taiwano. Todo o Pirá está situado em território colombiano, assim como uma parte do Tiquié, mas a maior parte deste está no Brasil. A história de contato e interferência das sociedades nacionais é bem diversa em cada caso. Em certa medida, podemos atribuir ao longo (quase um século) e intenso período missionário, as mudanças ocorridas nas comunidades do Tiquié, sobretudo em sua vida ritual; algo que ocorreu de forma mais intermitente e recente no Pirá, com menor impacto.

A VIAGEM

Começou no Tiquié. Todos vindos da parte brasileira desse rio se juntaram em Pupunha (primeira comunidade do Tiquié colombiano); daí seguiram até a cabeceira desse rio, de onde sai um varador para o Pirá-paraná, passando por seus afluentes Timiña e Colorado (onde o grupo parou por um dia na comunidade de Villanueva). Uma vez no Pirá, foram visitadas cinco comunidades: Puerto Ortega, onde se chegou pelo caminho; de lá subiram o rio até Hena, começo do território dos Tatuyo; descendo novamente o rio, paramos em Moawi, onde moram famílias barasana e tatuyo; daí continuaram rio abaixo, até Sonaña, centro atual dos Taiwano; em seguida, San Miguel, maior povoação barasana, já no médio Pirá; por último, chegaram a Piedra Ñi, região dos makuna e início do baixo Pirá. O retorno ao Tiquié se fez pelo igarapé Komeña, seu afluente Cunuri e daí para o alto Castanha.

Basicamente, os Tatuyo habitam no alto Pirá, os Barasana no médio e alguns afluentes importantes (Colorado, Piedra, Tatu), e

os Makuna (que se dividem em Yeba-masã e Ide-masã, dois grupos distintos mas que falam a mesma língua) no baixo Pirá, incluindo outros afluentes importantes (Komeña, Japu e Toaka). Os Eduria ou Taiwano formam um grupo que está próximo aos Barasana e têm sua língua ameaçada pelo domínio daqueles. Historicamente, os Tatuyo e Eduria teriam chegado ao Pirá através do Tiquié, enquanto os Makuna e Barasana vieram do Apapóris (onde deságua o Pirá); assim contam em suas narrativas de origem.

Nesse itinerário, foi possível conhecer um pouco a realidade e a geografia do Pirá, entender melhor as relações com o Tiquié e como elas podem ser ampliadas e dinamizadas. Para o pessoal do Tiquié, foi uma experiência que gerou admiração e muitos aprendizados, tendo sido um estímulo para pensar sua própria história e a situação atual de sua gente e de suas comunidades.

PRÁTICAS VIVAS

Uma das impressões dominantes entre aqueles que foram do Tiquié é a de que entre os grupos do Pirá-paraná se mantêm vivos várias práticas e conhecimentos, especialmente os ciclos rituais com danças cerimoniais e benzimentos de proteção que os acompanham, as narrativas cerimoniais, a iniciação masculina com flautas sagradas, enfim, todo um conjunto de procedimentos de manejo do mundo e das relações entre seus seres. Em boa medida, essas práticas foram sendo abandonadas no Tiquié no decorrer do século passado, sobretudo nos trechos abaixo de Pari-Cachoeira.

Ver como essas práticas se realizam foi uma experiência inédita para os jovens e mesmo para os adultos de meia-idade Tukano e Desana, do médio Tiquié, que participaram da viagem. Pela primeira vez, por exemplo, tentaram acertar o passo das danças dos velhos (kapiwayá), tomaram caapi (yagé, como dizem na Colômbia), inalaram pó de tabaco, e tiveram que vomitar água no dia seguinte, na beira do rio, para limpar o estômago e poder se alimentar sem fazer mal para o corpo. Segundo Robinelson, aluno da Escola Tukano Yupuri, morador da comunidade Santa Luzia, "a cultura está inteira, com ela mesma que eles estão vivendo, é melhor do que aqui, porque lá tem mais cultura, as crianças, todos os filhos aprendem dentro da maloca". "Para mim", diz João Bosco, professor da Aeity, "a maloca já é uma escola e, comparando com nossa região do Tiquié, isso a gente não tem". Ele diz que nas comunidades visitadas é mais fácil de buscar o conhecimento.

Os Tuyuka, do mesmo modo, sentiram a energia das malocas no convívio cotidiano e nas cerimônias. Mateus, professor da Escola Tuyuka, analisa que os povos do Pirá têm coisas que já se perderam no lado brasileiro da fronteira e que isso é uma porta aberta para futuros intercâmbios e perspectivas para os jovens do Tiquié. "Podemos começar a incentivar a garotada a viajar e ter parte de sua formação no Pirá", sugere. Marcos, o único aluno dessa escola tuyuka presente na excursão, concorda e diz que gostaria que tivessem vindo mais alunos e alunas.

O professor Bosco revela uma das motivações para buscar essa "tradição". Ele atribui à falta de benzimentos e proteção

xamânica dos conhecedores, os freqüentes desentendimentos e brigas, amiúde com feridos, que se vê hoje nas comunidades tukano do médio Tiquié quando se bebe o caxiri. "Lá não tem nada de brigas, confusão, porque lá eles benzem tudo, antes da bebida, antes da festa, depois da festa. Tudo isso, pra mim, é o controle que o *kumu* tem da situação. Se o *kumu* benzer bem, mesmo que o jovem seja atrevido, ele fica calmo. Por isso que ele benze tudo", observa. *Kumu*, ou *kumua*, no plural, é a palavra tukano de uso comum na região do Uaupés e Pirá-Paraná que designa um dos especialistas xamânicos dos povos Tukano Orientais, responsável pelos benzimentos que acompanham o ciclo de vida da pessoa, desde seu nascimento.

"A ESCOLA ESTÁ TIRANDO SUA FORÇA"

O pessoal do Pirá freqüentemente se refere à maloca, lugar central na vida ritual desses povos, como sua escola, lugar privilegiado da formação dos jovens. Distintamente do que ocorreu no Brasil, lá as malocas nunca foram abandonadas, embora tenham deixado de ser, nos povoados formados a partir dos anos 1960 pelos missionários, a moradia coletiva. Nessas comunidades maiores, ela convive com as casas menores, familiares, e com as várias benfeitorias construídas com recursos do governo, como escolas e postos de saúde.

Mas a maloca como escola das novas gerações passou a ter a concorrência da escola oficial que, no caso colombiano, parece mais estruturada e com mais recursos que no Brasil. Isso vem sendo um problema difícil de lidar por parte das lideranças indígenas, uma vez que o sistema educacional daquele país tem se mostrado pouco flexível a mudanças, que são necessárias para que elas passem a ser escolas indígenas e autônomas. No Brasil, no vazio deixado pela decadência das escolas salesianas, aliado a um certo descaso dos agentes oficiais, o sistema escolar se mostrou permeável a novas idéias e, pouco a pouco, está sendo controlado pelas comunidades indígenas, principalmente em alguns contextos, como dos Tuyuka do alto Tiquié e dos Tukano do médio curso desse rio. Esse contraste tem sido um interessante tema de discussão entre lideranças dos dois rios.

Segundo Higino Tenório, coordenador da Escola Tuyuka e principal divulgador da idéia de escola indígena no Tiquié, a cultura no Pirá ainda está muito forte. "Mas a escola está sendo um entrave e precisa ser revista e moldada de acordo com os interesses deles, bem pensada, para futuramente poderem manter sua cultura".

Um exemplo das contradições que a escola oficial está trazendo para a vida no Pirá é relatado por Inácio Valencia, velho conhecedor makuna: "na cerimônia de jurupari existem certas normas consagradas na cultura, e essas normas vem sendo violadas", diz ele. "Em que sentido? O menino está um dia em uma cerimônia, um jurupari ou um dabucuri, apenas termina e ele entra no colégio. E o que acontece? Encontra mulheres em menstruação, come comida assada, e quando chega à maloca, para tomar caapi, para dançar, já começam a revoltar-se, a falar grosserias, a brincar. Alguns conhecedores que temos aqui, o são porque cumpriram as normas". Para evitar isso, a Asociación de Capitanes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Pira Paraná

(Acaipi) propôs uma mudança no calendário escolar, adiando o começo do ano letivo de março para maio, depois da temporada de cerimônias e iniciação dos jovens, o que ainda não foi aceito pelo governo colombiano e gerou um impasse neste ano: em abril, muitos jovens ainda não haviam comparecido aos colégios.

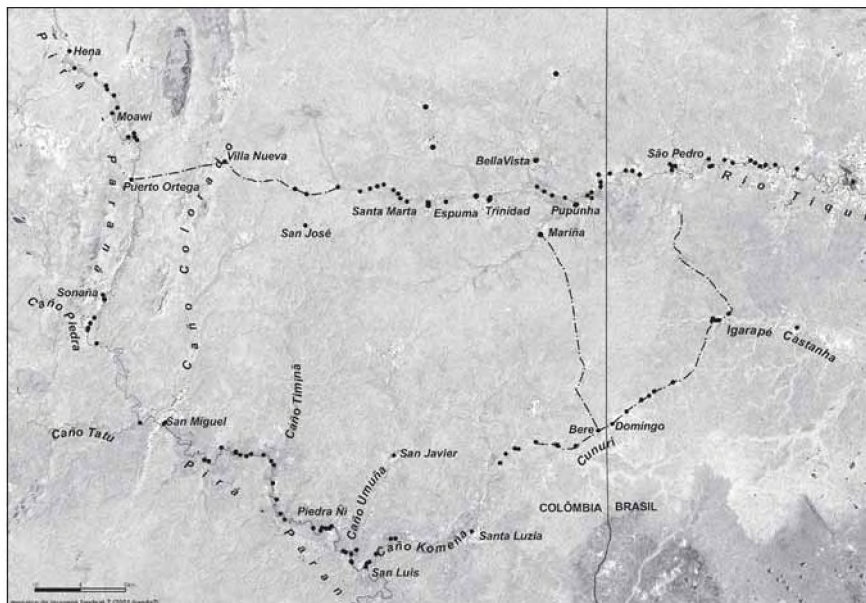
A esse respeito, durante uma reunião final da viagem em Piedra Ñi, Ernesto Ávila, da equipe coordenadora da Acaipi, perguntou "qual conhecimento de fora também aporta à vida atual? Os pais estão tendo que decidir quantos filhos e com que objetivo são enviados para a escola, e quantos e porque ficam em casa, na escola tradicional. Quando falamos de articular, nos parece muito difícil,

porque os sistemas são completos, como um corpo, não se pode articular um braço a mais, seria errado. Temos os companheiros tuyuka que já experimentaram um processo educativo em sua escola, assim como os companheiros tukano. Que venham demonstrar, complementar. Já criamos um espaço crítico sobre essa problemática, já está suficientemente identificada."

Higino analisa que, "embora tenham conhecimentos, dos pajés e *kumua*, o espaço da escola está confrontando com essa força, então eu creio que a escola tem que ser definida pelos povos indígenas, não por outro povo, porque o outro povo tem sua cultura, esse é o mal da escola".

O MANEJO CONJUNTO DO MUNDO

Outro assunto recorrente durante essa viagem é o manejo ambiental. No Pirá, com a realização das cerimônias que fazem parte do calendário anual, há uma permanente mediação entre seus povos, através dos conhecedores – *kumua* e pajés –, e as outras gentes que povoam o mundo. Há uma atividade permanente de manejo xamânico do mundo, através dos benzimentos de proteção realizados nesses rituais e no dia-a-dia, que são acompanhados de regras de dieta e comportamento. As restrições à pesca e caça em



algumas áreas – locais associados a episódios ocorridos na origem de seus diversos povos – é tema constante nas reuniões da Acaipi e no trabalho dos pesquisadores indígenas. No Tiquié, ao lado do manejo xamânico, vêm sendo desenvolvidas iniciativas de monitoramento e estudo de alguns recursos mais importantes e pressionados pelo uso permanente, para posterior manejo sustentável dos mesmos. Isso vem sendo feito com os peixes, discutindo-se as formas predatórias que vêm causando sua escassez e como substituí-las, sem comprometer o sustento de seus moradores.

Com a viagem ao Pirá, o grupo do Tiquié atentou para outras possibilidades de trabalhar o calendário ecológico-econômico, em sua interface com o ciclo ritual, também com as narrativas de origem como meio de pensar seu meio ambiente. Por sua parte, os povos do Pirá têm percebido uma crescente escassez de pescado, e começam a aventar outras formas de manejo que se somem ao tradicional. "Essa aproximação precisa ser bem programada entre ambas as partes, mas é muito importante", avalia Higino Tenório. Roberto Marín, da coordenação da Acaipi, pediu aos visitantes do Tiquié, em San Miguel, que "comuniquem para que todos os tradicionais trabalhem tendo uma só visão, pensando no bem-estar comum dos indígenas. Todos nós perseguimos o bem-estar 'de la gente'". (maio, 2006)

Viagem de canoa pelo rio Pirá-paraná.



SERGIO BATERSMAN/FEA, 2006

A Febre do Cipó Titica

Andrezza Andrade

Jornalista, Programa Rio Negro/ISA

MAIS DE 140 TONELADAS DE CIPÓ-TITICA FORAM RETIRADAS EM OITO MESES DA REGIÃO DAS TERRAS INDÍGENAS ALTO RIO NEGRO, MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AMAZONAS, INCLUINDO A ÁREA DOS YANOMAMI. TRATA-SE DE UM NÚMERO QUE APONTA PARA UM INTENSO E LUCRATIVO COMÉRCIO

Conhecido cientificamente como *Heteropsis* spp. (Araceae), o cipó-titica é uma planta que está presente em diversas florestas tropicais do mundo e é muito utilizado para a produção de fibra vegetal. A planta cresce nas florestas de terra firme principalmente da América do Sul e desempenha diversas funções no ecossistema, como por exemplo, ajuda no ciclo hídrico e de nutrientes da floresta, graças à sua extensa área foliar e à capacidade em transportar água pelo caule.

O cipó-titica fixa-se paralelamente ao tronco de uma árvore que usa como suporte de onde lançam raízes aéreas para sua alimentação. Os manejadores da floresta realizam a coleta da planta, puxando as raízes do cipó verificando se o fio está maduro e apresentando firmeza ao ser dobrado.

A ORIGEM TRADICIONAL DO CIPÓ

No Alto Rio Negro, os povos indígenas têm uma concepção mítica da origem do cipó. Para os Baniwa do Içana, o cipó nasceu da saliva de Kowai, que era um ser sagrado responsável pelos ensinamentos de iniciação aos jovens. Um dia, Kowai foi para o mato com seus iniciantes para coletar uma fruta chamada de uacu. Ao subir na árvore, Kowai disse que não poderiam comer as frutas enquanto ele estivesse na árvore. Porém os jovens desobedeceram e comeram as frutas. Muito decepcionado Kowai ficou preso nos galhos da árvore e sem conseguir sair, soltou uma saliva que pingou na terra e assim nasceu o primeiro pé de cipó. Já para os Desana, a origem do cipó está ligada às mulheres, as espécies variam de acordo com o tipo de personalidade de cada mulher. O cipó-titica é chamado por eles de “*ñama sigã-*

dá” e caracteriza uma mulher muito brava, pois quando se toca nos galhos, prontamente eles enroscam o que estiver por perto.

Os povos do rio Negro utilizam a fibra há milênios. Sua flexibilidade permite as mais diversas amarras que sustentavam os esteios das casas e malocas. Atualmente o uso continua vivo, sobretudo na fabricação de utensílios domésticos como cestos, aturás, armadilhas para peixe e outros objetos usados no dia a dia.

A EXTRAÇÃO E O COMÉRCIO DE CIPÓ NO ALTO RIO NEGRO

O extrativismo do cipó-titica foi iniciado em meados do século XIX, aliado à exploração da borracha e da piaçava. Desde os primórdios da conquista e exploração do alto rio Negro estabeleceu-se uma relação entre patrões e empregados denominada de “aviamento”, onde os patrões eram os intermediadores da compra e venda dos produtos da floresta. Os empregados eram os indígenas, chamados de “fregueses”, que recebiam dos patrões, adiantamentos pela sua produção, por meio da aquisição de mercadorias e instrumentos de trabalho a preços exorbitantes. Essa relação deixava o freguês preso a uma dívida interminável, cuja produção não era suficiente para sanar seus débitos. Os regatões tinham grandes embarcações e navegavam em trechos mais largos dos rios recolhendo toda a produção das comunidades. Essa prática perdura até hoje, todavia em menor escala, principalmente no Negro acima e Xié, por serem rios mais largos e possuírem trechos não demarcados como terra indígena.

Ronil Garrido e Nivaldo Amazonense são os principais regatões que circulam no Xié e Negro acima. Olímpia Baré, presidente da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié (ACIRX), afirmou durante uma reunião que as comunidades do Xié estavam revoltadas com a pressão feita pelos regatões para obrigá-las a coletar somente cipó ou piaçaba, pois eles só comprariam ou trocariam por mercadorias se fossem os dois produtos. Dona Olímpia disse ainda que os regatões pagam muito pouco pelas fibras e as mercadorias usadas na troca são superfaturadas. O administrador regional da Funai substituto, Ribamar Caldas,

informou que a presença dos regatões no Xié possui anuência de algumas comunidades. Caldas afirma que alguns moradores preferem trocar ou comprar produtos muito caros oferecidos pelos regatões que ter de se deslocar até São Gabriel, visto que a grande maioria dessas pessoas não possuem transporte próprio.

Desde junho de 2005, a Funai regional tem mantido um banco de dados contendo todo processo de compra e venda dos cipó-títica provenientes das comunidades indígenas. Ribamar Caldas alega que esse acompanhamento é de suma importância para que os indígenas não sejam logrados pelos atravessadores da cidade. O processo de compra é feito da seguinte maneira: o indígena vende sua produção ao atravessador e este por sua vez fornece recibo de compra, registrando o nome do extrator, etnia, comunidade de origem, quantidade de cipó e valor pago. O atravessador leva o recibo até a Funai para que seja emitida uma declaração de compra de produtos provenientes de Terra Indígena. Logo depois, leva os documentos à Receita Federal e posteriormente ao Ibama, que emite outro documento autorizando o transporte via barco até Manaus e a outras regiões do país. Há ocasiões em que a compra é feita nas dependências da Funai, com a presença de um funcionário, do atravessador e do indígena extrator.

Após oito meses acompanhando o processo de compra e venda da fibra, os dados da Funai apontam uma intensa extração e comercialização do cipó-títica no alto rio Negro. Somente na região do Rio Negro acima, foram cerca de 69 toneladas, cujas maiores comunidades produtoras foram Juruti, Ilha das Flores e São Sebastião. O Rio Içana extraiu 28,5 toneladas nesse período, a produção veio das comunidades de Assunção do Içana, Tunuí e Tucumã. O Rio Tiquié ficou em terceiro lugar na produção, com cerca de 13,5 toneladas, as comunidades produtoras são Bela Vista, São João e Santa Rosa. O Xié também produziu bastante, somente da comunidade de Umarituba saíram cerca



Piraiba de cipó-títica, no rio Xié.

MÁRCIO MEIRA, 1981

de 11,5 toneladas. No Rio Cauburis, área Yanomami, a produção nesse período foi de 7,5 toneladas. O Rio Aiari extraiu sete toneladas e a comunidade de Ucuqui Cachoeira foi a que mais produziu. As comunidades de Mercês e Livramento que ficam no Médio Rio Negro II extraíram cerca de seis toneladas. E em menor escala, com cerca de três toneladas foram as produções das comunidades de Vila Nova no Rio Uaupés e de São Jorge no Rio Curicuriari. O quilo do cipó foi vendido a R\$ 2,50, portanto a soma de toda produção das calhas dos rios em oito meses de extração, ficou em torno de R\$ 300 mil- valor que corresponde a 150 toneladas. Ribamar Caldas acredita que esses números sejam ainda maiores, pois a Funai não contabiliza os cipós que saem da área não demarcada que fica entre Cué-Cué e Cucuí no Rio Negro acima.



Piraibas de cipó-títica, em São Gabriel da Cachoeira.

BETO RICARDOISA, 1987

O transporte do cipó até São Gabriel é feito de três maneiras. Uma delas é quando o próprio extrator vem até a cidade deixar sua produção para ser vendida. A outra é quando o atravessador contrata os serviços dos regatões para buscar a produção numa comunidade chave, que reúne toda a produção de um determinado rio. Geralmente quando isso acontece, o atravessador mantém uma pessoa de confiança na comunidade que faz a intermediação com os extratores locais e organiza o transporte até São Gabriel. A outra situação é quando o atravessador solicita o barco da Funai para buscar o cipó na comunidade. Segundo Ribamar Caldas, as despesas da viagem são cobertas pelo próprio atravessador. Os rios mais trafegados pelo barco da Funai são o Cauburis-Maiá, na área yanomami, e o Içana, área baniwa.

Atualmente, os dois maiores atravessadores do comércio de cipó em São Gabriel da Cachoeira são Williames Kleber Ferreira Alves, conhecido como “Clebinho” e Celestino Tertuliano Pereira, conhecido como “Chapeuzinho”, ambos não indígenas. Os dois costumam vender para três empresas localizadas na cidade de Duque de Caxias no Rio de Janeiro, Itaú Móveis Fibras Naturais, Tigres Asiáticos Móveis Ltda e Artes Primavera Móveis Comércio Ltda.

Clebinho está no mercado há cerca de 04 anos. Segundo ele, o valor do cipó-titica tem dois preços no decorrer do ano. Quando é período de cheia, o quilo fica em torno de R\$ 1,70. Na seca, o preço chega a R\$ 2,50 o quilo. O mesmo justifica que durante o inverno, o mercado fica abastecido de cipó devido à facilidade de transporte que os extratores encontram. E no verão se torna mais difícil transportar a produção até São Gabriel, pois os igarapés secam deixando os cipozais cada vez mais longe. Clebinho ainda fornece material para os extratores trabalharem para ele, tais como motor de popa, botas, terçados, mantimentos e outros. Ele afirma que não desconta esse material na hora de pagar pela coleta. “*Eu quero ajudar os indígenas a trabalharem, mesmo porque eles só vão até o cipozal se eu fornecer esse material*”, afirmou o comerciante. O cipó comprado por Clebinho é transportado até Manaus por balsa via rio, o mesmo relatou que a margem de lucro que obtém após vender para empresas de outras regiões é de 20 a 30% sob o valor que foi pago ao produtor.

OS ÍNDIOS QUEREM SE APROPRIAR DO COMÉRCIO DE CIPÓ NO ALTO RIO NEGRO

A maior parte do lucro da comercialização de cipó-titica no Rio Negro fica nas mãos dos atravessadores. Essa situação incentivou algumas povos da região a se organizarem a fim de assumir a comercialização dos produtos vindo de suas terras.

Uma das primeiras iniciativas veio da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), que obteve apoio da Agência de Floresta e Negócios Sustentáveis do Estado (Afloram), das associações locais, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e do ISA. Os Baniwa pretendem desenvolver a comercialização do cipó-titica, por meio de um projeto chamado de “Extratativismo Agroflorestal Indígena”. O primeiro passo já foi dado ao organizarem uma oficina de diagnóstico de cipó no Içana, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2005, na comunidade de Tunuí Cachoeira, médio Içana. No evento foram levantados os problemas que cercam a atividade. Os participantes da oficina informaram que só recorrem à extração de cipó quando começa a faltar algo nas suas casas ou quando é preciso saldar alguma dívida. Apesar de essa atividade ter se tornado uma “segunda opção” na complementação da renda, os Baniwa pretendem levar o negócio para frente, ampliando o debate para outras regiões, propondo a criação de uma cooperativa que terá atuação no âmbito do Rio Negro. A cooperativa ainda está em fase de discussão, segundo André Baniwa, presidente da Oibi e diretor da Foirn, o objetivo principal é torná-la uma central de abastecimento e de desenvolvimento de alternativas econômicas para as comunidades do Rio Negro.

Portanto, o projeto de extrativismo de cipó-titica será a primeira iniciativa da cooperativa. Para André, a prioridade para dar andamento no projeto é a elaboração de um plano de manejo para a atividade de extração. “Está ficando cada vez mais longe e difícil extrair cipó. Isso é sinal de que a fibra pode acabar, daí a nossa preocupação em manejar. Não adianta pensarmos na comercialização do cipó-titica sem pensarmos na sustentabilidade da planta,” afirmou André.

Os Baniwa querem que o cipó saia de São Gabriel já beneficiado, seja em forma de móveis já fabricados ou como artesanatos. Eles planejam realizar um estudo de mercado para analisar quais seriam esses produtos e seu potencial de comercialização. André Baniwa reforça que o caminho é longo, mas os primeiros passos já estão sendo dados. Afirma ainda que as comunidades do Içana estão muito animadas em relação ao projeto, pois estão enxergando uma maneira mais justa e igualitária de geração de renda. “A idéia de organizarmos nossos projetos, como o de extrativismo de cipó-titica, em torno da cooperativa, faz com que valorizemos o ganho social do produtor indígena, antes marginalizado pela relação com os patrões e assim vamos caminhando para melhorar a qualidade de vida das nossas comunidades”, diz o líder Baniwa. (maio, 2006)

Prática Intercultural no Rio Tiquié

Aloisio Cabalzar

Antropólogo, Programa Rio NegroISA

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO TIQUIÉ E SEUS PROJETOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL BUSCAM, AO ALIAR CONCEITOS COSMOLÓGICOS E ECOLÓGICOS, LIDAR COM A ESCASSEZ DE RECURSOS EM SEU TERRITÓRIO

POPULAÇÃO INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO

A bacia do rio Negro, desde tempos pré-históricos, é ocupada por populações indígenas pertencentes a três famílias linguísticas, Tukano Oriental, Arawak e Maku. As duas primeiras habitam sobretudo as margens dos rios principais, ao passo que os terceiros, as áreas interfluviais. Esses povos vivem, basicamente, da agricultura, da pesca, da coleta (de frutos e insetos) e da caça. Mais recentemente passaram a criar animais como galinhas e peixes. Atualmente, com o crescente comércio monetarizado, são adquiridos produtos de fora, inclusive alimentos. Os Maku, que tradicionalmente exploram recursos mais dispersos, através da caça e coleta, habitando áreas mais interiores (interfluviais), estão cada vez mais vindo morar na beira dos rios, agregados aos Tukano, acessando, a exemplo desses, recursos mais concentrados, através da agricultura e da pesca. Em termos gerais, a população do rio Tiquié vem crescendo nos dois últimos séculos, somando hoje cerca de 3300 pessoas.

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, PROJETOS E MANEJO SUSTENTÁVEL

Desde meados da década de 1980 começaram a surgir organizações indígenas no alto rio Negro. Em 1987 foi fundada uma federação, a Foirn. No início essas organizações eram poucas e representavam regiões extensas, com grande número de comunidades. Gradualmente foram seccionando-se e se inscrevendo em uma base social mais consistente, representando um conjunto menor de comunidades. Essas organizações são tomadas como um meio necessário, mas não suficiente, de acessar relações, recursos e conhecimentos de alguma forma valorizados.

Também são um meio para “organizar” ou atualizar relações internas, intercomunitárias. Depois de “criar” uma organização indígena, para que funcione, é preciso ter um projeto. “Projeto” é um termo muito utilizado atualmente pelos índios do alto rio Negro e de semântica complexa. “Ter um projeto” significa estar numa posição especial, de prestígio, de atualidade; manter relações valorizadas, internas e externas; ter recursos; viajar entre comunidade e cidade.

Mas para conseguir um projeto são necessárias algumas mediações e buscar espaço no “mercado de projetos”. Embora seja um campo amplo e diversificado, incluindo agências ligadas à igreja, oficiais (municipal, estadual e federal) e não governamentais, no universo das organizações indígenas do alto rio Negro há uma certa dominância dos projetos de “desenvolvimento sustentável” apoiados com recursos da cooperação internacional. Podem ser definidos como iniciativas de produção (artesanal, agroflorestal...) sem impactos ambientais expressivos e de apoio à melhoria da qualidade de vida nas comunidades indígenas, para que permaneçam em suas terras, mantenham sua posse sobre ela, manejando-a segundo suas práticas tradicionais ou “neo-tradicionais” não-predatórias.

No alto rio Negro, a prática (e retórica) do “desenvolvimento sustentável” como necessária para que as organizações indígenas se insiram no mercado de projetos, levou esse conceito, bem como outros afins, a freqüentar o discurso das lideranças indígenas. Uma série de noções, em boa medida estranhas a essas populações, estão aparecendo aí, sendo apreendidas e manejadas. A idéia de manejo sustentável em oposição à de uso predatório, conservação versus degradação, impacto alto versus baixo e assim por diante.

Foco de polêmicas e instabilidades entre ambientalistas e cientistas sociais, as noções e práticas (sociais e políticas) relacionadas à sustentabilidade e conservação encontram nas organizações indígenas um novo campo para variações. As parcerias que se fazem nesse âmbito, entre organizações indígenas e organizações não governamentais “de apoio”, exigem um conjunto de conceitos que, se não são comuns, ao menos devem se comuni-

car, possibilitando efeitos positivos das iniciativas de manejo sustentável.

Considerando os povos do alto rio Negro, podemos dizer que há diferenças e semelhanças entre as concepções indígenas e da ecologia referentes ao manejo dos recursos naturais e à maneira de analisar a situação de tais recursos. Uma vez que a região do noroeste amazônico está distante das principais frentes da expansão predatória, permanecendo sua cobertura vegetal em boa medida preservada, o foco do manejo sustentável está voltado para alguns recursos, como os peixes, principal fonte de proteína na dieta, e algumas espécies vegetais extraídas seletivamente, seja como fonte de renda na economia do mercado extrativista (como cipó títica e sorva) ou de uso interno mais intenso (como espécies arbóreas cuja madeira é empregada para fabrico de canoas, por exemplo).

O MANEJO DOS PEIXES: PRÁTICA INTERCULTURAL

Vamos focar a situação da ictiofauna como caso, relevante nessa região, tanto pela importância alimentar e cosmológica, quanto pela crescente escassez relatada pela população indígena regional. Grande parte da população da região se concentra na margem dos principais rios, fazendo da pesca sua atividade de subsistência cotidiana. A escassez de peixe vem sendo problematizada há pelo menos uma década, uma vez que afeta a segurança alimentar dessas populações. Muitas comunidades, em diferentes pontos da região, passaram a se interessar pela criação de peixes, como alternativa complementar à pesca extrativa. Mais recentemente, em vista das dificuldades de se implantar piscicultura em maior escala, surgem iniciativas de manejo sustentável dos estoques nativos de peixe, no rio.

Nesse caso, o “manejo sustentável” é entendido como uma alternativa a práticas que, de um modo geral, estão levando à redução da disponibilidade de peixe no rio. Essas práticas não se limitam a técnicas e instrumentos de pesca que levam à sobre-exploração desse recurso; não se limitam às práticas dos pescadores em seu trabalho diário de procurar por esse alimento; inclui o que podemos chamar, na falta de melhor termo, de formas xamânicas de manejo dos peixes, que dependem de relações sociais e sociocosmológicas complexas e que atingem diretamente a vida dos peixes.

Em reunião havida recentemente (abril de 2005) no médio Tiquié, afluente mais povoado do rio Uaupés (que por sua vez é o principal do alto rio Negro), a diminuição gradual dos peixes foi assunto discutido por moradores de seis comunidades tukano e desana dessa área. Essa população chegou no médio Tiquié há cerca de cinco gerações (aproximadamente cento e cinquenta anos), depois de um período não bem definido de fraca ocupação e uso dessa área. Segundo depoimento de um morador mais

velho (cerca de 70 anos), chamado Miguel Azevedo: “nossos avós que primeiro chegaram aqui viram que não havia outros morando nesse rio (...). Havia muitos peixes, jacundás, aracús, tucunarés... Quem viu isso foi contar para os outros (...), e assim foram vindo e se mudando para cá. Habitando aqui, a população foi aumentando. Comiam peixe à vontade, faziam dabucuri (festa de oferecimento de alimentos entre grupos aliados), usavam timbó... Quando era jovem, e mesmo essa geração de nossos filhos, ainda havia muito peixe. A população continuou aumentando e as áreas de pesca reduzindo. Depois vieram as malhadeiras. A maioria parou de usar timbó, mas alguns ainda fazem. Antes, durante o verão, eles iam nos lagos de baixo e tinguijavam, matando tantos que parte se estragava”.

PEIXE É GENTE

Livro descreve como encontro de peixes, índios, antropólogos e ictiólogos gerou conhecimentos para todos, inclusive a descoberta de espécies novas

Os peixes estão para a gente tukano e tuyuka assim como esta está para a gente branca. E, assim como a cobra-grande pode furar as camadas do mundo e fazer a ligação do domínio aquoso de gente-peixe com o domínio terrestre de gente que come a gente-peixe, a serpente do conhecimento também pode enlaçar seu saber empírico com o nosso, transpondo a animosidade estrutural que a concepção iluminista do mundo pressupõe no encontro do primitivo com o esclarecido, ainda que ambos pertençam à mesma espécie.

Quem considerar a reflexão acima sem pé nem cabeça deveria adquirir do ISA, o Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org), uma cópia de “Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié” (339 págs.). É um livro perturbador e revelador, como deve ser toda obra que realmente inova. No caso, trata-se dos frutos de quase dez anos de trabalhos do Projeto de Piscicultura Alto Tiquié, a canoa comum em que embarcaram índios dessas duas etnias, antropólogos e ictiólogos (estudiosos de peixes), numa longa viagem intercultural e interdisciplinar.

Há frutos para todos os gostos. Do ponto de vista tecnológico, o projeto já permitiu um domínio inédito do ciclo de reprodução em viveiro de algumas espécies de aracu, em especial o aracu-três-pintas e o aracuriscado. A mesma metodologia está sendo estendida para outras espécies, como araripira, algumas piabas, pacu e bagre jandιά.

O objetivo é compensar a diminuição do estoque de peixes no rio causada pela superexploração (há cerca de 3.300 índios na área do Tiquié, um afluente do Uaupés, que por sua vez deságua no Negro). O primeiro resultado prático foi a criação de uma alternativa local para a criação de espécies exóticas, como a tilápia, já abandonada. Isso só foi possível graças ao estudo pioneiro do desenvolvimento de ovos e larvas de peixes do Alto Rio Negro, na Estação Caruru, além da coleta de dados –



Essa explicação, mais próxima de uma visão ecológica, é complementada por aquela que atribui a causas xamânicas a escassez atual de peixe. De acordo com concepções cosmológicas dos povos Tukano do rio Tiquié, a humanidade, antes de se transformar – que foi a passagem da camada de água para essa de terra, através da mediação da cobra-grande –, em sua origem, era Gente-Peixe. Todos os seres na origem eram Gente-Peixe, compartilhavam a mesma condição e tinham a aparência de peixe em comum. Uma parte da Gente-Peixe não se transformou. Essa parte continua usando a aparência de peixes, de animais e da cobra-grande. Aqueles que não se transformaram e permaneceram na camada das águas, passaram a hostilizar a humanidade. Essa relação é recíproca: a Gente da Transformação (parte da

Gente Peixe da origem que se transformou na humanidade atual) mata e consome peixes e animais de caça. Os peixes e os animais de caça, por seu lado, atacam com suas armas (esporões, dentes, unhas, ferrões, espinhos) ou com venenos da sua carne. Essas agressões ocorrem especialmente nos períodos férteis do ciclo de vida da pessoa, como nascimento, primeiro banho, iniciação masculina e feminina, cerimônias com flautas sagradas, relacionadas com a reprodução dos seres humanos. Por isso, para os peixes e animais, esses episódios representam o “aumento futuro das atividades predatórias humanas”, como nos conta a antropóloga Dominique Buchillet. O *kumu*, como é chamado um dos especialistas xamânicos dos povos tukano, protege as pessoas nessas ocasiões. Controla os ataques da Gen-

por índios, entre índios – sobre desova, reprodução e crescimento, informações cruciais para o manejo.

O projeto gerou também frutos ictiológicos. Embora grandes naturalistas tenham feito coletas na bacia do Negro, como Alexandre Rodrigues Ferreira, Alexander von Humboldt, Louis Agassiz, Johann Natterer e Alfred Russel Wallace, a ciência ocidental conhece muito mal os peixes da região. Com a ajuda da gente que os conhece bem, pois depende deles para viver e morrer, foram coletadas no Alto Tiquié 147 espécies, das cerca de 2.500 que se estima existirem na bacia Amazônica.

Das 147 coletadas, entre 10 e 15 são novas para a ciência. Cinco foram desde então confirmadas e descritas formalmente na literatura, ganhando nomes latinizados: Moenkhausia diktyota, o carogo-de-tumu (tumupe, em tukano, ou tumuape, em tuyuka); Creagrutus tuyuka, uma piaba (wero sema pôrero ñigu, ou wegero sukubero pôrero ñigu); Corydoras tukano, uma corridora (wai pota yutugu, ou wai pota yudugu); Callichthys serralabium, o tamoatá (dita bukawi, ou dita muka); e Jupiaba poekotero, outra piaba (uta sa, uta saku, poe ko'tero

niti pe kuogu; ou poe kotero niti petigu). Nomes compridos, os últimos, mas a seu modo simples: piaba-cocô, ou saco-de-cocô (referência a preferências alimentares do peixe), ou vigia-da-cachoeira-com-pinta-de-carvão.

“A descoberta de novas espécies de peixe é praxe, não só na Amazônia mas também em outras bacias hidrográficas da América do Sul”, explica o ictiólogo Flávio Lima, do Museu de Zoologia da USP e um dos autores do livro. “O rio Tiquié está situado em uma região particularmente mal conhecida, no que diz respeito à sua diversidade, e a proporção de espécies desconhecidas achadas nesse estudo é maior que a média encontrada em levantamentos em outras regiões da Amazônia.”

“As espécies novas o são para a ictiologia, não para os índios”, ressalva Aloísio Cabalzar, antropólogo do Programa Rio Negro do ISA e coordenador do livro. Às vezes, de fato, é preciso chamar a atenção para o óbvio. Neste caso, essa obviedade é o maior testemunho de que os tukanos e os tuyukas do Tiquié são mesmo co-autores do trabalho e não figuram como tal nos capítulos somente por condescendência etnocentrista dos cientistas brancos. Sem os índios, o livro não existiria.

Cabalzar é no entanto o autor solitário do capítulo mais interessante do livro, intitulado “Gente-Peixe”. É uma apresentação do papel central dos peixes na cosmologia dos tukanos do Tiquié. Resumidamente: todos nós já fomos um dia tão gente quanto eles, mas nos transformamos a ponto de os comermos, hoje, o que obviamente os leva a se vingarem de nós provocando doenças e outros infortúnios. Mas os xamãs têm muitas rezas e artimanhas para anular as influências indesejáveis de um mundo sobre o outro e podem transitar entre eles como as cobras-grandes. Em paralelo, só o antropólogo pode observar a cosmologia índia desde outra camada do mundo.

No Alto Tiquié, a cobra insinuante do conhecimento promoveu encontro de índios e brancos para estimular a sobrevivência dos peixes deste e de outros mundos. Melhor para a gente, quer dizer, para todos. (Marcelo Leite, FSP, 31/07/05)



A pesquisa ictiológica no alto Tiquié foi intercultural, feita por conhecedores Tuyuka e Tukano e por especialistas de fora. Laureano Ramos, o mais velho da foto, falecido em 2005, foi quem mais colaborou nesse trabalho.

te-Peixe através de encantamentos que visam esconder seu corpo e de restrições ao consumo de carne. O xamanismo dos povos tukano se empenha na proteção das pessoas, através de fórmulas recitadas nessas ocasiões, seja para cercar lugares e para descontaminar alimentos, seja para afastar ou despistar os “espíritos dos animais”.

Tendo feito esse brevíssimo parêntese sobre a relação entre os Tukano e os peixes, voltemos à reunião no médio Tiquié. Outra análise sobre a escassez de peixes feita por seus participantes, atribui esse fato a erros na forma de proteger a criança no seu primeiro banho (com três dias de vida). “Alguns *kumu*, quando vão rezar para o primeiro banho da criança, espalham – simbolicamente, com a palavra – timbó numa parte grande do rio e assustam os peixes. Quem sabe rezar direito consegue afastar os peixes só de uma pequena área necessária para o banho.” Esse encantamento cerca a criança e a protege de todos os perigos de seu primeiro contato com o mundo fora da casa, incluindo o rio.

Existem também fórmulas, encantamentos, para afastar ou esconder os peixes, por exemplo, de locais de piracema ou lagos que têm um “dono”, e esse não permite o acesso de outras pessoas. Outro caso relatado: no tempo de subida dos peixes, alguns pescadores pegam com armadilhas e não distribuem devidamente para os outros, sovinam. Por isso, aqueles que não pegaram, com rancor, sopram para os peixes não subirem mais. O ajuntamento dos peixes para reprodução, em geral chamada de piracema, é pensado como uma festa, análoga à que as pessoas fazem para beber caxiri e dançar. O *kumu*, quando tem a intenção de afastar os peixes, pode emborcar todos os cochos e camotis (recipientes usados para fermentação de bebida alcoólica feita com base no processamento da mandioca), derramando o caxiri dos peixes, assim estragando sua festa. Com isso eles não fazem piracema.

Concluindo, observa-se uma crescente escassez de peixe, como expresso pelos moradores desse rio e que dele dependem para sua subsistência. Esse fenômeno pode ser atribuído a fatores diversos. Trata-se de ciclo vicioso no qual tais práticas resultam em maior escassez que, por sua vez, exigem um maior esforço de pesca. A pouca produção da pescaria acarreta dificuldades em distribuir esse alimento para os parentes, da forma como é socialmente estabelecida. Esse fato, por sua vez, gera instabilidades e conflitos dentro do grupo local ou mesmo intercomunitários. Tais conflitos podem ser passíveis de interferência xamânica, reduzindo esse recurso, através de encantamentos, para aqueles que não o distribuem. Outra forma de distribuição muito valorizada socialmente, os dabucuris ou festas de oferecimento entre aliados, também são prejudicadas pela escassez. Essas festas geram relações intercomunitárias positivas, favorecem a complementaridade de recursos entre as comunidades – cada comunidade oferece aquilo que tem mais disponível –, e são renovadas a cada ciclo anual.

Essa multicausalidade fica evidente quando os participantes do encontro citado listam as razões da escassez: uso de venenos para peixe (timbó, cunami e outros), estrago dos peixes com “sopro”, puçanga para atrair peixe, uso de malhas finas, pesca durante a piracema, aumento da população das comunidades, represamento do rio e de alguns afluentes... enfim, causas de diversas ordens, mas inter-relacionadas.

Na elaboração de planos de manejo dos peixes pelas comunidades indígenas é necessário considerar referências tanto de ordem ecológica quanto sociais e cosmológicas. Ambas são relevantes e precisam ser manejadas em conjunto, favorecendo que esses planos tenham sentido num contexto intercultural e viabilizando a participação efetiva das comunidades indígenas, imprescindível para que alcancem seu objetivo principal, a sustentabilidade socioambiental das terras indígenas. (maio, 2006)

Projeto Piloto Mostra Resultados Positivos

Mauro Cornacchioni Lopes

Engenheiro de pesca, ISA

Piotor van der Vold

Agrônomo, ISA

Ronata Eiko Minomatsu

Zootecnista, ISA

PARCERIA ENTRE ASSOCIAÇÕES, ISA E FOIRN DESENVOLVE MODELOS DE PISCICULTURA E MANEJO AGROFLORESTAL VISANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS COMUNIDADES DA TI ALTO RIO NEGRO

“O peixe está acabando...”. Esse foi um dos principais problemas apontados pelas lideranças indígenas em uma pesquisa de opinião realizada pelo ISA durante o processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Alto Rio Negro, razão pela qual a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), em parceria com o ISA, associações locais e comunidades, passou a implementar um projeto de manejo sustentável de recursos naturais. Entre outras atividades, era prevista a implantação de piscicultura e manejo agroflorestal associado, visando a segurança alimentar de comunidades indígenas da região, em três áreas consideradas mais críticas em relação à escassez de recursos pesqueiros: alto Tiquié, Iauaretê e médio Içana.

O projeto piloto em desenvolvimento é amplo: inclui reprodução de espécies nativas de peixes (a parte mais conhecida do projeto), a construção de açudes, técnicas de manejo dos peixes, pesquisa ictiológica, manejo agroflorestal, assessoria e pesquisa antropológica, desenvolvimento dos modelos de manejo dos peixes no ambiente natural e gestão administrativa.

Em 2003, o projeto foi avaliado por uma equipe externa de especialistas composta pelo antropólogo Gilberto Azanha (Centro de Trabalho Indigenista - CTI), o agrônomo Johannes van Leeuwen (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa) e o biólogo José Augusto Senhorini (Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais/Ibama), cujo relatório resumidamente concluiu o seguinte: “O projeto *Manejo Sustentado dos Recursos Naturais na Região do Rio Negro* se constituiu, no que

diz respeito à implantação da piscicultura, em uma experiência única no contexto dos povos indígenas na Amazônia brasileira. Em uma região ecologicamente pouco favorável, conseguiu-se implantar uma piscicultura com tecnologias inovadoras e adaptadas, associada ao manejo agroflorestal (...). A continuidade do projeto está bem equacionada pelo ISA e pela Foirn – em que pesem as dificuldades para tanto. O projeto de piscicultura é parte de um programa maior cuja meta global é o desenvolvimento regional *sustentado e dimensionado pela perspectiva* dos povos indígenas do Rio Negro. A estratégia para a sua implantação implica em influenciar as políticas públicas para a região. Os dirigentes da Foirn têm plena consciência da importância do projeto para o avanço da discussão sobre o programa de desenvolvimento regional – e sua força política na Cabeça de Cachorro é cada vez mais acentuada. Nesse quadro, o projeto ganha uma dimensão política inequívoca, pois é o que está acontecendo de concreto, com resultados factíveis e visíveis, para dimensionar o que seria o “desenvolvimento *sustentado*” (ecológica, social e economicamente) para o Rio Negro – contrapondo-se assim às alternativas predatórias, em curso ou programadas, para a região”.

MANEJO ASSOCIADO COM PISCICULTURA

O manejo agroflorestal foi pensado inicialmente como meio de produzir alimentos para os peixes durante a fase de engorda nos açudes. No Rio Negro, uma das bases da alimentação dos peixes são as frutas do igapó. Numa tentativa de imitar a natureza, várias frutíferas foram plantadas para formar sistemas agroflorestais, ou “pomares para alimentar peixes”, em volta dos açudes. As plantas foram selecionadas através de entrevistas com pescadores, pesquisas na literatura e também por análises laboratoriais do potencial nutricional. Uma lista original de mais de 40



Mauro Lopes (engenheiro de pesca, do ISA), Dário e Tarcísio (técnicos indígenas da Estação Caruru) analisam ovos de aracu.

plantas foi sendo reduzida até se chegar a uma lista de cinco árvores e arbustos e quatro palmeiras, consideradas as mais adequadas. Porém, depois de alguns anos, ficou claro que os “pomares para peixes” apresentavam algumas limitações, tais como seu lento desenvolvimento e dificuldades de serem implantados em certas áreas devido à presença de pragas como a saúva, por exemplo. Os sistemas agroflorestais podem vir a complementar a dieta dos peixes a longo prazo, mas devem ser usados junto com outros alimentos, tais como insetos (formigas e cupins), sobras de cozinha, folhas secas de mandioca, etc.

ESTAÇÕES DE PISCICULTURA EM PLENO FUNCIONAMENTO

Após ter sido definido o conjunto de diretrizes da piscicultura e alcançados resultados positivos com a propagação artificial de espécies de peixes nativas na Estação Caruru, alto Tiquié, em 2000, o projeto passou a ser replicado para outras duas áreas, tendo sido inauguradas a Estação Iauareté, no médio Uaupés, em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (Coidi), em outubro de 2002, e a Estação EIBC, médio Içana, em parceria com a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) em novembro de 2003. Ambas as unidades estão atualmente em pleno funcionamento, os técnicos indígenas se familiarizaram com o trabalho de reprodução artificial, alevinagem, construção e manejo de viveiros, e estão apoiando os piscicultores familiares de suas associações e comunidades, e integrando com a dinâmica das escolas indígenas. Mais recentemente, também vêm se empenhando na expansão da atividade para outras áreas da TI Alto Rio Negro.

AUTONOMIA

Por meio da proposição e execução de um projeto de piscicultura complementar financiado pelo PDPI em 2003, a Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart) passou a gerir de forma mais autônoma os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da atividade, possibilitando sua expansão e também demonstrando caminhos às outras organizações de base do rio Tiquié. A piscicultura no alto Tiquié é hoje uma atividade que beneficia diretamente cerca de 50 famílias e vem sendo expandida para outras comunidades, especialmente do médio Tiquié.

LIVRO E GESTÃO

Estudar as espécies de peixes nativas sempre foi um dos objetivos específicos das estações de piscicultura implantadas. Nesse sentido, após anos de trabalho, foi finalmente publicado em 2005 o livro *Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié* (VER PÁG. xxx). O foco desse estudo foi a relação entre homens e peixes. Através da participação de vários autores e colaboradores indígenas, foi organizado um rico conjunto de conhecimentos dos Tuyuka e Tukano, que atualmente vem sendo discutido nas práticas de pesquisa das escolas indígenas tuyuka e tukano do médio e do alto Tiquié. Concomitantemente, vêm sendo desenvolvidas atividades de gestão dos recursos naturais integradas às escolas indígenas, destacando-se o estoque de peixes no rio. Nesse contexto, a pesquisa sobre os peixes visou ser um ponto de partida e um incentivo à realização de outros trabalhos complementares futuros, fundamentais para o estabelecimento de planos de manejo sustentável dos recursos pesqueiros na região.

MANEJO DE RECURSOS PESQUEIROS NO MÉDIO IÇANA

A partir de maio de 2005, a Oibi, também financiada pelo PDPI, com apoio técnico e antropológico do ISA e da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), passou a executar no rio Içana o *Projeto Kophe Koyaanaale – Manejo Sustentável de Recursos Pesqueiros no Médio Içana*. Esse projeto tem como objetivo geral elaborar e implantar estratégias e táticas participativas e adaptativas de manejo sustentável dos recursos pesqueiros, na bacia do médio rio Içana, através da valorização dos conhecimentos indígenas tradicionais, aliando-os aos conhecimentos científicos atuais. (DATA)

Crise no DSEI do Rio Negro

Hornani Guimarães

Yóssica Milagros

Coordenação Técnica do DSEI-Foim

O DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO RIO NEGRO (DSEI/RN), ATENDENDO 22.845 HABITANTES, TEM PASSADO POR UMA GRAVE CRISE, QUE INCLUI FALTA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS E COLOCA EM RISCO A SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA

As discussões para implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI/RN) iniciaram-se no final do ano de 1999, por iniciativa de vários segmentos da sociedade, como a Secretaria de Saúde do Município (Semsa), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foim), a Diocese do Rio Negro, o Saúde Sem Limites (SSL), a Associação dos Técnicos de Enfermagem de São Gabriel da Cachoeira (Atesg), a Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro (AAISARN), o Hospital de Guaranição do Exército Brasileiro (HGU) e o Instituto de Desenvolvimento Sanitário (IDS). A idéia era verificar qual das instituições que trabalhavam com saúde na região poderia assumir e executar as ações de saúde indígena no Rio Negro. Logo depois das discussões definiram-se as instituições, que foram: Semsa, SSL, Diocese, sendo a Foim responsável pela contratação do pessoal da Sems, AAISARN e controle social. Para o melhor atendimento à população, a área foi dividida estrategicamente em pólos sendo a equipe de saúde composta de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), odontólogos, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem e outros.

Em 2001, a prefeitura teve a sua prestação de contas rejeitada pelo Conselho Distrital, depois de constatadas, via auditoria, várias irregularidades. Sendo assim, a área de atuação da Sems passou a ser da Foim. Em 2002 a SSL se retirou por não se sentir segura em relação à forma de convênio que a Funasa propunha. Nesse mesmo rumo, seguiu a Diocese que não renovou o convênio alegando insegurança quanto a questões trabalhistas e administrativas.

A partir de 2003 a Foim ficou responsável por toda a área do município de São Gabriel da Cachoeira. Atualmente o DSEI abran-

ge 605 comunidades e sítios, cuja população é de 22.845 habitantes. O número de famílias é de 5.217, que são visitadas todos os meses para receber atenção básica de saúde por 19 enfermeiros, 60 técnicos de enfermagem, nove odontólogos, três médicos e duzentos AIS.

As divisões geográficas atuais se dão em 19 pólos base, que abrangem de 15 a 110 localidades. Cada pólo base cobre uma população de 600 a 2800 habitantes, dispondo de um enfermeiro, três médicos, três técnicos de enfermagem e um auxiliar de odontologia. Há um odontólogo para cada dois pólos base. Para cada área correspondente aos pólos base, existe uma média de 10 agentes indígenas de saúde. O meio de comunicação utilizado é a radiofonia, os aparelhos sendo localizados em comunidades estratégicas.

Como forma de otimizar os trabalhos de saúde no rio Negro, a Foim adotou uma estratégia de atendimento mantendo o profissional em área indígena, facilitando assim o acompanhamento clínico, que é fundamental para que os indicadores de saúde sejam sempre positivos. Porém as dificuldades vêm aumentando ano após ano, devido à nova política implantada pela Funasa, ditadas nos novos termos do convênio (nº 1336/04), que passou a manter constante defasagem de repasses mensais gerando grave crise de credores de insumos básicos essenciais para atenção às populações indígenas aldeadas do rio Negro. Esse problema se reflete principalmente na infra-estrutura de trabalho para as equipes atuarem, pois falta reforma nos pólos base, os motores usados para transporte de equipe e pacientes estão sucateados, levando o risco de acidentes e mortes nos rios encachoeirados da região. E ainda faltam medicamentos e insumos para o desenvolvimento dos programas de saúde.

O resultado desse descaso se manifesta na desmotivação de funcionários que passam por necessidades financeiras por causa do atraso nos salários, aumento da mortalidade infantil, descumprimento de metas em relação à efetivação dos programas de saúde e mortes de indígenas causadas por doenças de fácil tratamento.

EPIDEMIOLOGIA

A bacia do alto rio Negro apresenta peculiaridades epidemiológicas que destoam do cenário nacional. Dados que se explicam por aspectos geográficos, culturais e nosológicos da região.

As atividades desenvolvidas pelas equipes são os programas preconizados pelo Ministério da Saúde, porém com especificidades locais e culturais, cuja implementação se dá de acordo com o perfil epidemiológico. A sazonalidade e outros fatores tipicamente amazônicos são diretamente responsáveis pela epidemiologia da região, tendo como principais agravos a tuberculose, malária, acidentes causados por animais peçonhentos, hanseníase, infecções respiratórias agudas, doenças diarreicas agudas, parasitoses intestinais, e doenças dermatológicas. Sendo assim, as ações estão direcionadas para os seguintes programas: Saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer uterino e mama); Saúde da criança (acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de cinco anos, monitoramento das diarreias e infecções respiratórias); imunização; hiperdía, endemias (tracoma, filariose, malária); tuberculose e hanseníase; doenças sexualmente transmissíveis e saúde bucal.

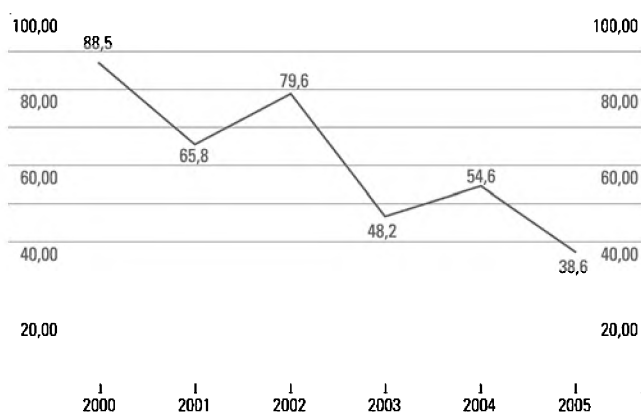
Já há algum tempo as sociedades indígenas passam por um processo de mudanças devido ao contato com a sociedade envolvente e isso tem levado ao aparecimento de outras doenças, como hipertensão, diabetes, DST, alcoolismo, dentre outras.

As cifras de mortalidade infantil são muito elevadas, se comparadas com o restante do Brasil. A análise dessa situação mostra um elevado número de crianças que vão ao óbito no período próximo ao nascimento, gerando elevados índices de morte neonatal, peri-natal e natimortos. Os óbitos nesses grupos se devem a causas variadas, incluindo infecção materna de causa diversa (infecção urinária, por exemplo), infecções do feto (quadros gripais), intercorrências do mecanismo do parto (traumatismo crânio-encefálico, por exemplo) e distúrbios intra-uterinos variados levando ao quadro de sofrimento fetal agudo e óbito (crescimento intra-uterino retardado, por exemplo). Esses dados nos reportam para o fato de que a abordagem materna pré-natal, sem apoio de elementos laboratoriais complementares (ultra-sonografia, por exemplo), não é suficiente para mudar esse cenário.

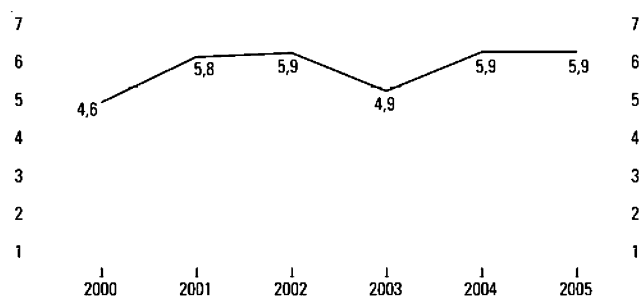
Porém ao longo dos anos, desde a implantação do DSEI, os números vão reduzindo gradativamente. Tudo melhoraria ainda mais, se houvesse uma regularidade no repasse de verba, de medicamentos e insumos que a Funasa atrasa.

O número de crianças que não atingem cinco anos de idade é muito elevado e as causas de mortes nessa faixa etária nos reportam para as infecções respiratórias agudas e doenças diarreicas agudas, sendo muito freqüente a associação do quadro com evidências clínicas de desnutrição protéico-calórica; convém considerarmos que a afirmação categórica de desnutri-

Taxa de mortalidade infantil

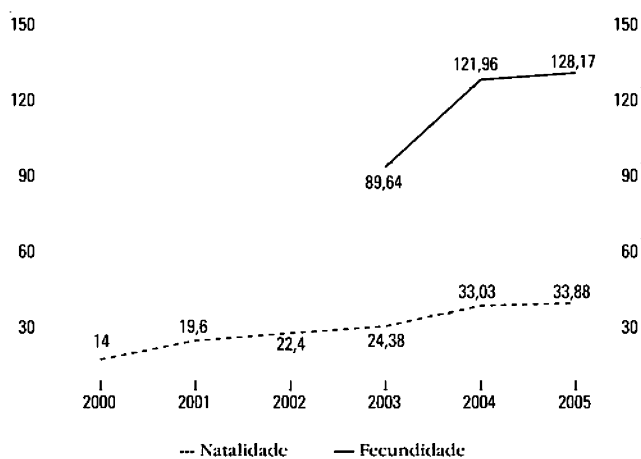


Taxa de mortalidade geral (contando nº de mortalidade infantil)



Principais causas de óbitos	2003	2004	2005
Afecções perinatais e complicações de parto	21	28	31
Causas externas (afogamento, enforcamento, descarga elétrica, traumatismo)	8	18	12
Desnutrição	5	3	9
Diarréia	15	10	29
Pneumonia	13	35	23

Taxa de natalidade e fecundidade



ção apenas é feita nos casos de apresentação evidente, sem capacidade de notificar os casos leves e moderados.

Na população adulta os óbitos decorrem, em sua maioria, de elementos externos (afogamento, arma de fogo, arma branca, suicídio, descarga elétrica, outros) ou indeterminados, uma vez que muitos casos não são abordados por profissional médico nos momentos que antecedem o desfecho. No entanto, as doenças respiratórias e quadros diarreicos são muito frequentes como causa mortis.

De consideração fundamental é o fato de que os índices de acidentes ofídicos peçonhentos excedem em 20 vezes o índice nacional e a taxa de mortalidade decorrente deste tipo de patologia excede em 10 vezes a taxa nacional.

Esses dados são resultados da falta de medicamento, dentre eles, soro antiofídico; falta de especificidade do soro antiofídico; abordagem tardia dos casos, seja por interferência geográfica ou cultural; espécie de ofídio venenoso desconhecido pela comunidade científica.

Cabe aqui a ressalva de que no Rio Negro fala-se de um elevado índice de tuberculose pulmonar ativa sem evidência de diagnós-

A MALÁRIA SEGUNDO OS TUKANO

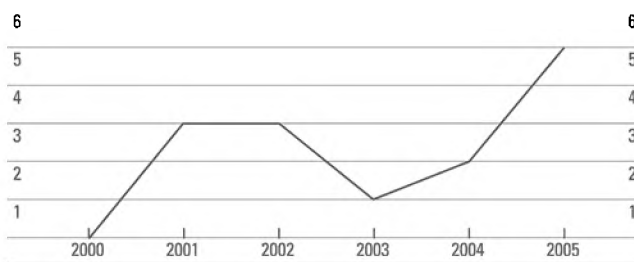
As doenças, febres amarelas ou malárias, são, na crença dos Tukano, as bebidas alucinógenas, drogas, kahpí ou ayahuaskas dos peixes. As malárias moram nos potes de pedras, nas cachoeiras, nos lagos dos rios, nas montanhas, de várias regiões da terra. As malárias são doenças naturais, aparecem todos anos durante as piracemas de peixes. Isso significa que, durante piracemas, os peixes bebem. E quando eles abrem os seus potes de bebidas os vapores das drogas se espalham nas águas, e evaporam para a terra.

As bebidas possuem substâncias invisíveis. É difícil combater e acabar com as doenças malárias. Elas só podem ser eliminadas através de rituais e cerimônias dos indígenas fortes. Porque essas doenças são espirituais, não são doenças materiais, que não podem ser curadas com as ervas medicinais caseiras.

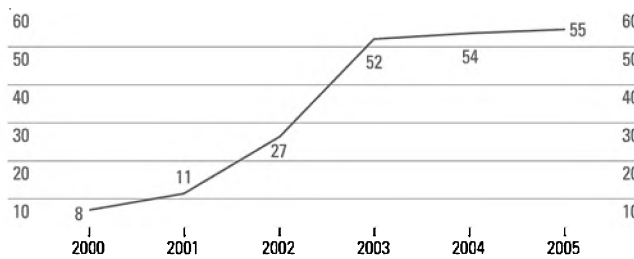
Os carapanãs, que existem nas fossas de fezes de humanos, não têm as doenças malárias. Quem tem as doenças malárias são os carapanãs grandes que existem no mato, eles sim transmitem malárias. Porque eles moram nos potes de malárias, e bebem as bebidas kahpí alucinógenas também.

Nem todas as tribos indígenas têm as forças cerimoniais para acabar com as doenças malárias. Nós Tukano temos cerimônias para fechar, eliminar os potes das malárias. Só os pajés indígenas que sabem acabar com essas doenças. A Funasa não contrata os pajés indígenas para eliminar essas doenças. Por isso, as malárias nunca vão acabar. Elas vão dominar os médicos brancos. Porque os brancos são materialistas, eles esquecem de curar as doenças através meios espirituais. Assim, o Mundo tornou-se materialista. (Gabriel Gentil, da tribo Tukano, pesquisador da Fiocruz, Manaus, Amazonas)

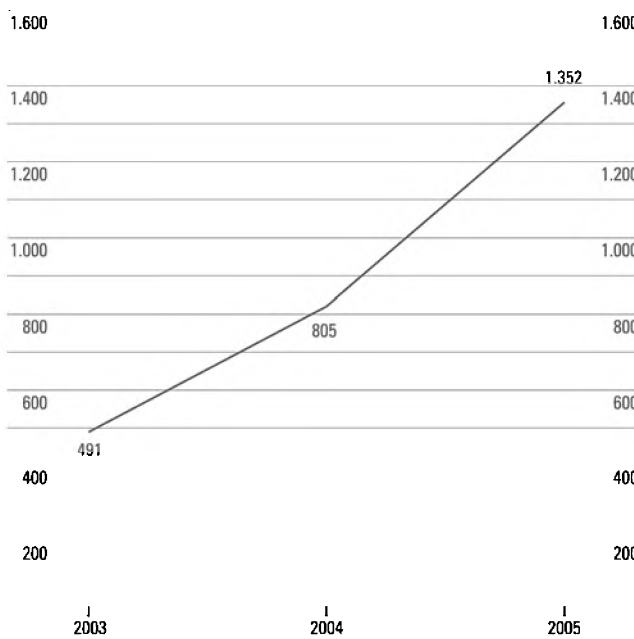
Óbitos por acidente ofídico



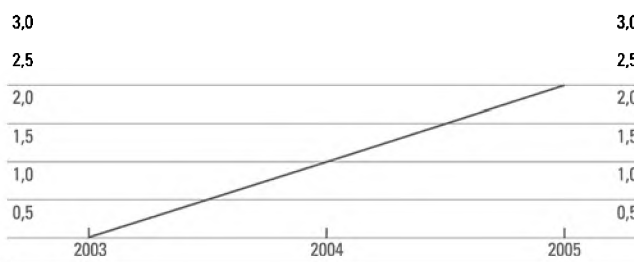
Casos de acidente ofídico



Malária



Óbitos por Malária



MORDIDA DE COBRA MATA MUITO MAIS NO RIO NEGRO DO QUE NO RESTANTE DO BRASIL

A grande maioria dos acidentes ofídicos com serpentes peçonhentas não causa morte no Brasil. Mas em São Gabriel da Cachoeira, na região do Alto Rio Negro (AM), os acidentes ocorridos nos últimos anos têm levado ao óbito um número de vítimas proporcionalmente muito maior do que a média nacional. Especialistas afirmam que o soro distribuído no País, além de ser escasso na região, não é eficiente contra o veneno das cobras rionegrinas.

Até 1999, ano em que a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) celebrou o convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (Dsei), nenhuma instituição de saúde em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, realizava notificações de acidentes ofídicos na região. Desde então o Dsei passou a registrar os casos, o que possibilitou a quantificação de um alto número de vítimas – uma média de 60 por ano, sendo que destas seis costumam ser fatais (índice de mortes de 10%).

No Brasil, a relação acidentes e mortes é bem menor. No ano passado, de acordo com dados do Instituto Butantã, de São Paulo, especializado no estudo e pesquisas com cobras e na produção de soros e vacinas, foram registrados 28.321 casos de mordida de cobra no País, sendo que apenas 111 resultaram em óbitos (0,39% do total). A localização geográfica, que dificulta o deslocamento da vítima até o hospital da cidade, a falta de transporte e a resistência da família em levar o acidentado para tratamento soroterápico estão entre os motivos que aumentam o risco de morte entre as vítimas de serpentes no Rio Negro. Mas as notificações do Dsei também mostram que pacientes com quadro clínico considerado de moderado à grave, medicados com soro nacional, não respondem ao tratamento.

Uma pesquisa realizada em 2004 levantou indícios de que o veneno das serpentes do Rio Negro é extremamente forte. Daniel Fernandes da Silva, herpetólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, esteve por dois meses na região a fim de coletar algumas espécies para serem analisadas. Os primeiros resultados mostraram que o veneno da jararaca do Rio Negro é 30 vezes mais potente do que o da jararaca encontrada no Estado de São Paulo. Como o Ministério da Saúde produz um soro genérico, seu efeito não seria capaz de combater os efeitos do veneno das serpentes rionegrinas.

As espécies de serpentes que causam maior número de acidentes no Rio Negro são do gênero Bothrops Atrox, conhecido popularmente como jararaca, e a Lachesis Muta, ou surucucu. Entretanto, já aconteceram casos de espécies raras atacarem. De acordo com o banco de dados do Dsei, uma coral preta sem anéis, muito rara e extremamente venenosa, atacou um homem de 40 anos que veio a falecer em menos de três horas. As jararacas são encontradas em lugares limpos como nos caminhos das roças, já as surucucus são mais comuns em solos úmidos da selva densa, ambiente que raramente recebe a luz solar. As pessoas atacadas por elas costumam transitar na mata fechada, como é o caso

da população que vive nos interflúvios dos igarapés, geralmente indígenas das etnias hupda e yuhupda.

Os dados coletados na pesquisa foram enviados para o Instituto Butantã, que demonstrou interesse em levar a investigação adiante. No momento, o Dsei está aguardando a confirmação do instituto, que se comprometeu em enviar uma equipe de herpetólogos para coletar serpentes em toda região do Rio Negro. O Butantã, por sua vez, aguarda a autorização do Ibama para o transporte dos animais. O Exército, por meio do comando do batalhão de São Gabriel da Cachoeira, já confirmou apoio no transporte tanto dos pesquisadores como também das próprias serpentes.

BAIXA EFICÁCIA, NENHUMA QUANTIDADE

Além da pequena eficácia do soro diante da potência dos venenos das serpentes da região, o Dsei do Rio Negro sofre com a falta do medicamento. Atualmente, a Funasa é a responsável pela distribuição de soro antiofídico nas unidades de saúde pública no Brasil, por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI). No Amazonas, o repasse é feito para a Secretaria Estadual de Saúde (Susam) que, por sua vez, repassa para os municípios. Em 6 anos de atividades, o Dsei do Rio Negro não recebeu nenhuma carga de soro.

Segundo Yéssica Milagros, coordenadora técnica do distrito, os pólos-bases deveriam receber ampolas de soro antiofídico, pois é a equipe de saúde do Dsei que faz atendimento de urgência nas comunidades. “Por necessitar de refrigeração o soro antiofídico nacional é distribuído somente para unidades que dispõem energia elétrica. Mas nós temos condições de receber algumas ampolas nos nossos pólos-bases de referência, pois dispomos de motor gerador 24 horas nesses locais”, afirma. “Como as distâncias no Rio Negro são enormes, o paciente acidentado pode correr risco de morte durante o transporte até a cidade para receber o tratamento soroterápico. Somos nós que estamos na linha de frente, nada mais coerente que também recebamos cargas de soro”, alega.

O caminho encontrado pelo Dsei para amenizar os casos foi recorrer ao soro colombiano. Liofilizado, este soro é transportado e armazenado em forma de pó, que fica ativo ao ser misturado com água destilada. Por não necessitar de refrigeração, é mais fácil de ser transportado. Por ser destinado ao tratamento veterinário equino, entretanto, o uso do soro colombiano pode apresentar efeitos colaterais no ser humano. Mesmo assim, foi a única alternativa encontrada pelo distrito para salvar a vida de pessoas que precisavam de tratamento com urgência. De acordo com Yéssica Milagros, nenhum efeito colateral ao soro foi registrado e os pacientes reagem rapidamente ao tratamento. Ao comunicar à Funasa a respeito da experiência de sucesso que estava obtendo, contudo, o Dsei teve que suspender o tratamento por recomendações da própria fundação, pois o soro antiofídico da Colômbia não possui autorização de uso e distribuição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Atualmente o Dsei não dispõe de nenhuma ampola de soro antiofídico, seja colombiano ou nacional.

Em 2005, o Instituto de Medicina Tropical de Manaus, por meio de uma parceria com o Instituto Butantã e o Exército Brasileiro, iniciou uma série de testes com o primeiro soro liofilizado do Brasil. A pesquisa acontece desde 2000 no Butantã. Agora em Manaus, os testes estão em fase final e em breve o soro será liberado pela Anvisa para distribuição e uso. Porém ainda não se tem informações de quais instituições receberão os soros liofilizados, sabe-se apenas que serão destinados para áreas remotas e de difícil acesso.

TRATAMENTO CONJUNTO

Em algumas comunidades indígenas, a vítima inicialmente procura o pajé. Se a pessoa não melhora em algumas horas, a família procura o pólo-base do Dsei e, dependendo da gravidade, transfere o paciente para São Gabriel da Cachoeira para receber o tratamento soroterápico. O soro antiofídico contém anticorpos que combatem o veneno injetado pela serpente no corpo humano. Segundo o médico Oscar Soares, as equipes de saúde têm conseguido realizar um tratamento em conjunto com o pajé, unindo elementos da medicina tradicional com o conhecimento da medicina ocidental. Essa nova concepção de tratamento tem ajudado muito na recuperação dos pacientes.

Em São Gabriel da Cachoeira ou em Manaus, quando o caso é bastante grave, os profissionais de saúde costumam optar pela amputação do membro afetado. Os povos indígenas, contudo, não consideram a amputação como cura e demonstram muita resistência em se submeter ao procedimento. Fernando José Baniwa, 62 anos, foi um dos que conseguiu se curar sem precisar amputar a perna, apesar do procedimento ter sido programado. Ele lembra que sua família lutou bastante para tirá-lo do hospital e levá-lo de volta para sua comunidade. Ao chegar, iniciou o processo de cura e, depois de quase um ano, voltou a andar. Leia aqui o depoimento de Fernando José Baniwa.

CONCEPÇÃO MÍTICA PARA PICADAS DE SERPENTES

Para alguns povos do Rio Negro, como os Baniwa, as cobras peçonhentas surgiram de uma luta entre Nhiãpirikoli — um ser ancestral criador e Omãwali — serpente ancestral que era o pai de todos os peixes e inimigo mortal dos ancestrais dos seres humanos. Nhiãpirikoli havia descoberto que sua mulher o traía com seu inimigo e tentou matá-lo com flechadas de zarabatana, porém não conseguiu nas primeiras tentativas. As flechas que caíam no chão se transformavam em cobras venenosas como surucucu, jararaca e coral. Por isso, para os Baniwa, as picadas não são casualidades, trata-se de resultados de relações conflituosas de alteridade, como é o caso da traição da esposa de Nhiãpirikoli. As pessoas também podem ser vítimas de estrago — que são imprecizações resultadas de conflitos ou inveja por parte de outros membros da comunidade. Sendo assim, o processo de cura da vítima obedece muitas regras de alimentação e de reclusão. (Andreza Andrade, ISA, 26/06/06)

tico com visualização do bacilo da tuberculose no escarro, gerando quadros de extrema debilidade nutricional e insuficiência respiratória, seguidos de óbito.

Os índices epidemiológicos apontam outra grave destoante frente à comparação com o cenário nacional, dentre eles o tracoma (conjuntivite crônica, considerada importante causa de cegueira em países em desenvolvimento) e a mansonelose ou microfilaria. O tracoma no alto Rio Negro atinge níveis de prevalência muito acima dos índices africanos e asiáticos sendo importante causa de cegueira, atingindo cifras de até 11% em certos grupos populacionais (a mesma taxa no Quênia é de 5%); enquanto as formas contaminantes da doença chegam a atingir 89% da população infantil, até 9 anos de idade, de alguns grupos populacionais (a OMS considera muito preocupante quando esse índice atinge 10%). O desarranjo socioambiental indubitavelmente está envolvido na promoção do contágio dessa doença, tornando o seu combate um desafio de grande complexidade uma vez que a OMS preconiza a estratégia do acróstico SAFE para resolução dessa patologia, que respectivamente se traduz em *surgery* (cirurgia), antibiótico, *face washing* (lavagem de rosto) e *environmental health* (higiene de ambiente). Mesmo não sendo uma patologia que promove diretamente os índices de mortalidade, eleva em muito os índices de morbidade e invalidez.

A mansonelose ou microfilária é uma patologia extremamente freqüente na população indígena aldeada do alto rio Negro, havendo grupos populacionais atingindo índices de 99% de

Casos de Tuberculose



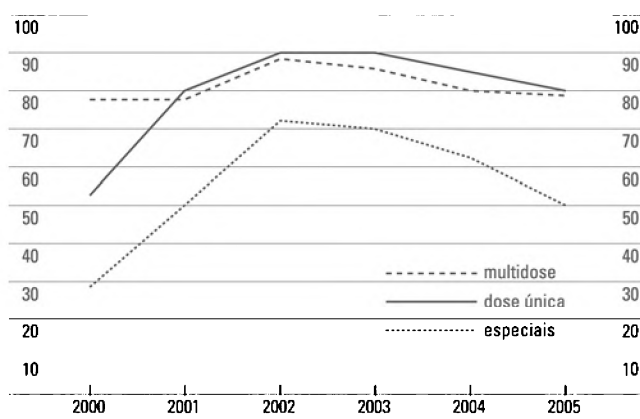
Óbitos por Tuberculose



positividade laboratorial diagnóstica para aqueles que apresentam quadro clínico suspeito. É uma doença crônica, de cunho parasitário hemático, causada pelo helminto *Manzonella ozzardii*, transmitida pelo *Simulium sp.*, vulgarmente conhecido como “pium amazônico”. A doença causa um quadro de poliartralgia crônica (paralisação das articulações) e febre baixa recorrentes, com dores de cabeça. Não há evidência científica analisando seu potencial como causa de morte, sabe-se que ela é pouco conhecida pela ciência ocidental e não tem cura.

Dentro de toda conjectura da saúde indígena no rio Negro, observa-se que o cenário epidemiológico dos povos aldeados da região, sofre com o desarranjo do sistema de saúde institucional como sub-sistema de saúde vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) que tem mostrado grande oscilação na execução de suas tarefas, que é de promover a atenção básica primária aos povos indígenas aldeados. Esse fato decorre de profunda desorganização de seus mecanismos gestores no âmbito de governo federal, que não observa o cenário epidemiológico peculiar do

Cobertura vacinal - menores de 5 anos
2000 a 2005



Norte do país e que possivelmente se repete, com outro perfil, nos demais trabalhos de atenção à saúde indígena em outras regiões do Brasil. (junho, 2006)

PARCERIA DSEI E EXPEDICIONÁRIOS DA SAÚDE: BONS RESULTADOS

Um grupo de médicos especialistas voluntários, Expedicionários da Saúde, vem realizando desde 2004 jornadas cirúrgicas na região do alto rio Negro. Em 2003, por sugestão do Instituto Socioambiental (ISA), Expedicionários da Saúde realizou uma reunião com os responsáveis pelo DSEI/RN e propôs uma primeira expedição dos médicos à região. Ficou definido que esta primeira ação aconteceria em fevereiro de 2004 em Iauaretê, distrito de São Gabriel da Cachoeira, onde seria possível contar com a estrutura do recém reformado hospital local, construído na década de 1980 pelos militares sem nunca ter sido ativado.

A equipe do DSEI fez um levantamento dos casos cirúrgicos e reuniu os pacientes em Iauaretê. O sucesso desta primeira experiência e o grande número de casos levantado pela busca ativa dos pacientes impulsionou o programa que desde então realiza duas expedições por ano. A equipe de Expedicionários da Saúde e os responsáveis do DSEI/RN definiram então suas áreas de atuação. Em Iauaretê, para onde voltaram também em novembro de 2004 e abril de 2005, operaram os pacientes do alto e médio Uaupés e rio Papuri. Para atender às regiões distantes de estruturas hospitalares, o grupo conseguiu equipar um centro cirúrgico móvel que foi primeiramente montado em Pari-Cachoeira em novembro de 2005 para atender aos moradores do rio Tiquié. Em abril de 2006, foi a vez de Tunuí Cachoeira, onde os médicos operaram pacientes do rio Içana. Essas jornadas cirúrgicas só são efetivas porque a equipe e a estrutura do DSEI/Foim realiza todas as atividades necessárias na fase pré e na fase pós-cirurgias.

Os profissionais de Expedicionários da Saúde realizam cirurgias oftalmológicas, gerais, ortopédicas e pediátricas. Com um centro cirúrgico adaptado às necessidades do grupo e totalmente à disposição, utilizado a partir de novembro de 2005, o número de cirurgias realizadas dobrou. O quadro ao lado é um bom indicador desses avanços.

Para o DSEI/RN, que teria de enviar os pacientes para São Gabriel ou Manaus, a economia de gastos é muito significativa. Para se ter uma idéia, o gasto total do DSEI com os Expedicionários da Saúde, em abril

Fev/2004 Nov/2004 Abr/2005 Nov/2005 Abr/2006

	Fev/2004	Nov/2004	Abr/2005	Nov/2005	Abr/2006
Atendimentos	109	155	166	672	438*
Cirurgias	52	87	66	128	120*

* a expedição de abril/2006 teve duração de 7 dias e não 15 como as outras

de 2006 (última expedição realizada), foi de R\$ 78.524, incluindo combustível e alimentação. O custo por cada paciente que sofreu cirurgia foi de R\$ 762. Se este paciente tivesse de ser transferido para São Gabriel da Cachoeira, ele custaria, para o DSEI, R\$ 2.136. E, pior ainda, se ele tivesse de ser transferido para Manaus, ele custaria R\$ 4.435. Em 2006, as cirurgias mais freqüentes foram de hérnia, catarata e pterígio.

A parceria do DSEI/RN com os Expedicionários da Saúde é, portanto, duplamente eficaz: além da economia de recursos, cirurgias jamais realizadas no alto rio Negro passaram a ser oferecidas à população por uma equipe de profissionais de alto nível. (Ana Laura Junqueira, da equipe dos Expedicionários da Saúde, julho de 2006)



Equipe dos Expedicionários da Saúde trabalha em Pari-Cachoeira, AM.

Perspectivas para os Hupd'äh

Marina Machado

Enfermeira, coordenadora executiva da Associação Saúde Sem Limites

CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE VIDA E ALTO ÍNDICE DE MORTALIDADE ENTRE OS HUPD'ÄH (TAMBÉM CONHECIDOS NA REGIÃO COMO MAKU) SINALIZAM A NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ASSISTENCIAL DE SAÚDE, QUE DEVE ENCONTRAR MEIOS EFICAZES PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DESSES ÍNDIOS

Os Hupd'äh, que habitam a região interfluvial dos rios Uaupés, Tiquié e Papuri, são conhecidos como um povo tradicionalmente caçador e coletor e seu estilo de vida se caracteriza, também, por alta mobilidade no território. Outro aspecto importante trata da relação comercial, mediante contratos de trabalho, que os Hupd'äh mantêm com os povos Tukano, com quem compartilham a mesma área geográfica. Ao contrário dos Tukano que vivem nas margens dos grandes rios, os Hupd'äh preferem habitar o interior da floresta, embora se observe, em anos recentes, tendências de modificação nesse padrão de assentamento da população, motivada, dentre outros fatores, pelo processo de escolarização formal.

A maioria das escolas de ensino fundamental, localizadas no interior do município, estão instaladas em comunidades Tukano e para que as crianças Hupd'äh possam freqüentar as aulas, suas famílias acabam por se deslocar do interior da floresta para as margens dos rios. O censo escolar indígena, feito pela Associação Saúde Sem Limites no final de 2004, com uma amostra populacional de 552 Hupd'äh da região do médio rio Tiquié, revela que em trinta anos de processo de escolarização, apenas sete pessoas completaram o ensino fundamental, cerca de 80% dos recenseados não se expressa em português e a defasagem entre a idade dos alunos e a série que cursam é de, em média, cinco anos.

A criação de grandes povoamentos como as comunidades de Santo Atanázio, Nova Fundação, Barreira e Taracua Igarapé, estimulada pelos missionários salesianos a partir da década de 1970, também tem provocado impactos importantes nas condições de

vida e saúde desse povo. Tradicionalmente os Hupd'äh vivem em grupos de trinta a cinquenta pessoas e, nas localidades citadas, o número pode atingir 300 pessoas, gerando tensão social, violência devido a desavenças entre os clãs, escassez alimentar e deterioração dos níveis de saúde. O sistema médico tradicional, operacionalizado por homens iniciados, está mantido e inclui rituais que vão desde o benzimento até complexas feitiçarias.

Em termos de participação social, os Hupd'äh têm pouquíssima participação nas instâncias locais de deliberação das políticas públicas; eles não exercem o direito à voz. No período analisado (2000 a 2003), os Hupd'äh tiveram um crescimento médio anual de 6,5%, sendo que em 2003 foram contabilizadas 1.487 pessoas (número que não inclui os Hupd'äh que vivem no Papuri). Cerca de 45% da população está abaixo dos 15 anos de idade e os dados apontam, ainda, uma maior sobrevivência de homens na população a partir dos 25 anos de idade. Quanto a este último aspecto a informação pode significar, também, uma subenumeração das mulheres. A taxa de fecundidade total média foi de 3,4 filhos por mulher em idade reprodutiva.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

Em relação ao perfil epidemiológico, as principais doenças foram as infecciosas e parasitárias (parasitoses intestinais, tracoma, escabiose e micoses); os sinais e sintomas anormais (dor de cabeça, tosse crônica, dores de estômago, fraqueza); doenças do aparelho respiratório, principalmente as gripes e pneumonias; enfermidades do sistema osteomuscular e as do aparelho digestivo. Neste último grupo, as diarreias agudas aparecem como a principal queixa por atendimento. Além disso, foram registrados casos de cegueira causados pelo tracoma, problema detectado e estudado em 1997 e que afastou a impressão clássica e histórica da inexistência de tracoma grave na Amazônia. A desnutrição e as anemias tiveram registros pouco expressivos, no período analisado, o que remete, possivelmente, a problemas quanto ao diagnóstico, pois em levantamento clínico, realizado em 2005, na

região do médio Tiquié, observou-se que mais de 50% das crianças menores de cinco anos de duas grandes comunidades estavam desnutridas. No tocante à mortalidade, a análise dos dados mostra que o coeficiente de mortalidade infantil médio para o período foi de 116 óbitos a cada mil crianças nascidas vivas, semelhante ao do Brasil na década de 1960. Do total de óbitos registrados no período, 53% ocorreram em crianças menores de cinco anos. As principais causas de morte foram: diarreia, pneumonia, tuberculose e causas externas, estas últimas representadas por três homicídios e um acidente por picada de cobra. Cerca de 23% do total das mortes não tiveram suas causas definidas.

A análise mostra que os serviços de saúde para os Hupd'äh ainda têm um longo caminho a percorrer rumo à equidade: os indicadores de saúde atestam condições precárias de vida, as causas de morte são, em sua grande maioria, evitáveis. A proporção expressiva de causas de morte mal definidas aponta a necessidade de melhoria na oferta dos serviços, nos registros dos dados e na formação e atualização das equipes de saúde. Sem dúvida, o fato de existirem informações, ainda que precárias no período estudado, o qual coincidiu com a fase inicial da operacionalização do DSEI-RN, já é um avanço tendo em vista que a existência de um sistema de informação em saúde que retrate com maior fidedignidade a situação dos povos indígenas brasileiros constitui-se um dos grandes desafios para o aperfeiçoamento do modelo assistencial. Os problemas estruturais que o serviço enfrenta se refletem nos indicadores de saúde e merecem ser debatidos visando melhorar a qualidade das práticas de saúde.

Em relação à alta mobilidade, os serviços de saúde devem se preparar para prover a cobertura assistencial da população, con-

siderando esse aspecto da vida dos Hupd'äh. A mobilidade, no caso dos Hupd'äh, pode ser considerada como um indicador de saúde. Os doentes se recolhem, evitam à exposição ao sol. Se um grupo de fogo, ou membros dele, estão em viagem, isso pode significar que foram visitar parentes, estão em busca de pessoas para casar, estão no período de trabalho com os Tukano ou evitando doenças que estão circulando pelos rios. Pode ser ainda que estejam em período de acampamento, fase que alivia as tensões das relações sociais, em que a comida é mais farta e que o aprendizado sobre o manejo do ambiente está sendo repassado aos mais jovens. Quando uma família se desloca de seu povoado, os demais sabem para onde foram. Torna-se necessário aprimorar a comunicação entre as diversas equipes que trabalham na região, especialmente àquelas que atuam mais diretamente com os Hupd'äh para identificar os visitantes, para verificar, por exemplo, se estão sob algum tipo de tratamento, se existe alguma mulher grávida etc. Em caso de atividade de vacinação, prover a aplicação dos imunobiológicos naqueles que necessitam. A troca de informação entre as equipes é fundamental para ampliar e acompanhar a cobertura assistencial, para não duplicar eventuais procedimentos e manter o controle dos principais agravos à saúde.

PARTILHA DE SABERES E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE INDÍGENAS

As práticas da medicina tradicional estão presentes entre os Hupd'äh e muitas delas apresentam caráter de prevenção de doenças e promoção da saúde. Em uma proposta de incorporação da interculturalidade, seria interessante avançar nos conhe-



AGEROV SSI, 2006

Crianças Hupd'äh, rio Tiquié.

cimentos e compartilhar esses saberes e, junto com a população, discutir elementos para a efetivação de práticas sanitárias com melhores impactos preventivos. Para os Hupd'äh eles não têm doenças e sim desequilíbrios entre os elementos que formam as pessoas (corpo, *hawange baktup*). Apenas esse aspecto suscita a necessidade de inversão do pensamento ocidental ao mesmo tempo em que aponta caminhos para as discussões sobre prevenção e educação para a saúde.

O aperfeiçoamento da formação e a realização de processos frequentes de atualização de profissionais, aspecto que tem sido pouco enfatizado nos DSEIs, é fundamental para a melhoria na qualidade dos serviços de saúde no alto rio Negro. A prioridade recai sobre os profissionais indígenas (agentes de saúde e pessoal de nível médio), considerando que esses profissionais representam 60% da força de trabalho, nasceram na região e, portanto, as chances que permaneçam no serviço são maiores. A maioria é bilíngüe, ou seja, fala ou entende a línguas paterna e o português, o que facilita a comunicação com a população. O acompanhamento em serviço é a outra vertente do processo de formação que necessita de fortalecimento nas ações do DSEI-RN. O processo de trabalho oferece condições satisfatórias de aprendizado e de melhoria do próprio serviço. A organização e manutenção de coordenações pedagógicas e de desenvolvimento de recursos humanos devem ser estimuladas, sendo que os custos para a sua efetivação devem estar assegurados nos Planos Distritais de Saúde.

Em relação aos Hupd'äh existe a necessidade de, praticamente, iniciar o processo de formação de agentes de saúde visto que existem apenas três agentes de saúde dessa etnia. Esse processo exige o aprendizado básico da língua Hupd'äh por parte dos instrutores, mobilização comunitária para a discussão da proposta, das matrizes curriculares e escolha das pessoas para atuar como agentes de saúde. Além disso, devem ser considerados mecanismos para a inclusão dos especialistas tradicionais nos processos de formação entre os Hupd'äh. As equipes, portanto, serão de caráter multidisciplinar contando com a participação de profissionais de saúde, educadores, antropólogos, demógrafos, lingüistas e outros.

No sentido de melhorar a coleta, análise e retorno da informação em saúde para a comunidade, faz-se necessária a estruturação de grupos de trabalho contando com a participação dos profissionais das equipes de saúde, especialmente os de nível médio e agentes indígenas de saúde para a discussão sobre a qualidade e importância dos dados de saúde da população. Tais grupos de trabalho poderiam contar com o apoio de especialistas que facilitariam o processo de aperfeiçoamento da coleta e orga-

nização das informações. Os agentes de saúde vivem nas comunidades, portanto acompanham de perto os eventos de saúde e doença que ocorrem nas comunidades. Os profissionais de nível médio têm rotatividade baixa no serviço, conhecem muito a região e seu nível de formação permite apoiar significativamente, sob supervisão, as ações de vigilância à saúde. Os temas para estudo e discussão nesses grupos seriam básicos, como a periodicidade dos censos populacionais, a inclusão da variável sexo para a análise do padrão de adoecimento, o preenchimento adequado dos registros de nascimentos e óbitos, a possibilidade de desagregar a informação por etnia, o cálculo dos indicadores básicos da saúde coletiva. Além disso, as interpretações de todas essas informações e como retornariam para a comunidade são aspectos também fundamentais para a melhoria e qualidade das informações em saúde.

Grupos de trabalho também poderiam ser formados para a discussão e definição de padronização de condutas para os problemas de saúde mais comuns, no sentido de evitar as mortes por diarreias, pneumonias, tuberculose. A realidade do serviço, cujas principais características são a grande dispersão populacional e a grande distância do centro urbano exige medidas para que o serviço chegue efetivamente às comunidades. Os profissionais médicos são escassos na região; é difícil mantê-los pela dificuldade de acesso de São Gabriel para outras cidades de maior porte como Manaus. Os enfermeiros são em maior número e tendem a permanecer nesse tipo de trabalho em média três anos. A maioria desses profissionais de nível universitário não conhece a realidade epidemiológica da Amazônia, uma vez que a sua formação é direcionada para realidades urbanas. Até que se apropriem do território distrital e dos problemas que nele incidem, geralmente, já estão em processo de desligamento do serviço. A padronização de condutas auxilia no aprendizado do perfil epidemiológico, racionaliza as ações e os custos e, principalmente, evita mortes.

Para que os DSEIs sejam um território de produção de saúde, proteção da vida e valorização das tradições, é necessário também o esforço da Funasa em retomar o diálogo entre as universidades e profissionais envolvidos na prestação da assistência, para a orientação metodológica, elaboração de estratégias para enfrentar os problemas de saúde, estudo de novas tecnologias diagnósticas adaptadas às condições de trabalho em áreas indígenas, pesquisas de custo benefício e novos modelos explicativos para as doenças que considerem as concepções e representações desses povos sobre a saúde. Ações em conjunto com ONGs, ministérios e o movimento indígena são, também, indispensáveis para a superação dos problemas de saúde que ainda afligem os povos indígenas no Brasil. (maio, 2006)

GERAL

MINISTRO DA JUSTIÇA VISITA A FOIRN

A Foirn recebeu no dia 9 de fevereiro, em sua sede em São Gabriel da Cachoeira, a visita do Ministro da Justiça, José Gregori, e do Presidente da Funai, Glênio Alvarez, atendendo ao convite feito pela própria associação. Na ocasião foi entregue ao Ministro uma pauta de reivindicações, que incluem o apressamento da votação do Estatuto do Índio, ressaltando o desejo de aprovação da proposta substitutiva do deputado Luciano Pizzatto ao PL, a necessidade da Funai reforçar seus esforços e infraestrutura de fiscalização para garantir os direitos indígenas às suas terras, a demarcação das terras indígenas Balaio e Marabitanas-Cué-Cué, o estabelecimento de uma instância oficial para garantir o melhor convívio entre índios e militares na região, e o apoio à implementação do projeto "Balcão da Cidadania no Rio Negro". (Beto Ricardo, ISA, 12/02/01)

FUNAI SUSPENDE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NO AM...

A Funai vai transmitir, na manhã de quarta-feira (11), um comunicado por rádio para as 431 aldeias indígenas no oeste do Amazonas, suspendendo qualquer atividade de exploração dos recursos florestais e minerais nas terras dos índios. A divulgação do comunicado faz parte de uma estratégia montada ontem para impedir que os índios das reservas do alto rio Negro, médio rio Negro 1 e 2, rio Apapóris e rio Téa explorem minérios sem a autorização da União, como exige o artigo 231 da Constituição. Nessas reservas, que somam juntas 10,6 milhões de hectares, vivem oficialmente 23.553 índios. Nas terras indígenas há jazidas de cassiterita, tantalita, nióbio, ametistas e ouro. O carregamento apreendido no domingo estava sob responsabilidade do vice-presidente da ONG Cooperíndio (Cooperativa de Produção dos Índios do Rio Negro), o catarinense Adir Nagel Júnior, e do minerador Olivaldo Cassemiro. Eles foram detidos para depor na Polícia Federal, que abriu inquérito com base na Lei de Crimes Ambientais. A carga iria para compradores de Governador Valadares e São João Del Rey, em Minas Gerais, mas não tinha autorização do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Em entrevista à Agência Folha, por telefone, o presidente da ONG Cooperíndio, o índio tucano Jorge Pereira, reconheceu que a exploração não era legal, mas acusou a Funai de conivência. O administrador da Funai, Henrique Vaz, desmentiu Pereira. (Agência Folha, 09/04/01)

... E A FOIRN SE MANIFESTA

A Foirn divulgou, em 20 de abril, nota de esclarecimento a propósito do recente episódio, que resultou na apreensão pela PF, em Manaus, de uma carga de minérios retirada da TI Alto Rio Negro e comercializada pela Cooperíndio. Os esclarecimentos se fazem necessários por conta das notícias divulgadas pela imprensa – escrita e falada –, a partir do dia 9 de abril.

"A propósito do recente episódio que resultou na apreensão pela PF em Manaus de uma carga de minérios retirada da TI Alto Rio Negro e comercializada pela Cooperíndio, esclarece que tal organização não é filiada à Foirn, nem poderia ser, uma vez que a Foirn é uma associação civil sem fins lucrativos e a Cooperíndio uma cooperativa com fins lucrativos. Apesar disso, a Foirn entende que tal episódio não deve servir de pretexto para criminalizar de maneira genérica as iniciativas indígenas de obter renda monetária com a exploração de recursos naturais existentes nas terras que ocupam, incluindo a garimpagem. A Constituição Federal garante que os índios têm o usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes nas terras que tradicionalmente ocupam. A TI do Alto Rio Negro está demarcada e homologada. A Foirn está informada que o subsolo pertence à União e sua exploração exige auto-

rização prévia dos poderes Legislativo e Executivo federais, mas o Estatuto do Índio em vigor permite aos índios a cata e fisação de minerais de superfície.

Assim sendo, a Foirn sugere que o recente episódio da apreensão de carga em Manaus precisa ser melhor analisado pela procuradoria jurídica da Funai em Brasília, antes de serem tomadas medidas punitivas ou que se reforcem preconceitos contra os direitos dos índios." (Baseado em nota da Foirn, 24/04/01)

MULHERES REALIZAM PRIMEIRO ENCONTRO

No fim de semana de 26 e 27/01, representantes de quatro associações femininas e mulheres representando as associações de base da região se reuniram para debater questões relacionadas à produção e comercialização do excedente da roça e dos produtos de arte feitos em tucum e outras fibras, piaçava e cerâmica. O encontro foi organizado pela Foirn e seu objetivo principal é fortalecer a atuação, o trabalho e a organização das mulheres, com a criação de departamento específico. O encontro contou com a participação de 52 mulheres de 10 etnias, além de 15 lideranças masculinas que vieram prestigiar, traduzir ou apresentar o relato de experiências do trabalho feminino, já que algumas mulheres, por falta de costu-

MORRE O ANTROPÓLOGO JORGE POZZOBON

Colaborador ativo do ISA como integrante da equipe do Programa Rio Negro, Jorge Pozzobon morreu ontem (26/08), em Porto Alegre (RS), vítima de um câncer. Antropólogo e pesquisador do Museu Göeldi (Belém), dedicou sua vida a conviver com os índios Maku, sobre os quais escreveu sua tese de doutorado e muitos artigos.

Fronteiriço de Santana do Livramento (RS), Pozzobon nasceu em 1955. Formou-se em filosofia, enveredou pela antropologia no final dos anos 70, cruzou o país e foi pesquisar o contato entre índios e brancos no alto Rio Negro, extremo noroeste da Amazônia brasileira, num cenário de fronteira geopolítica trinacional (Brasil/Colômbia/Venezuela), onde vivem 23 etnias nativas. Nesta babel, Jorge fez a escolha radical de trabalhar com os Maku, um povo seminômade de agricultores-caçadores-coletores, de língua ágrafa, que vive nos matos dos interflúvios, discriminados e subordinados pelos "índios dos rios". Foram 20 anos, muitas andanças, conversas, registros escritos e o aprendizado da língua Hupdá, uma das variantes Maku, que lhe valeram ser tratado por eles como Yossi (corruptela de Jorge) Deh-Naw (do "clã" da água boa, versão do significado do seu sobrenome).

Em 1982 conheceu Nyaam Hi, figura dersuzalática, que se tornaria seu grande amigo. Com ele aprendeu o estado de espírito adequado para andar no mato. Em 1997, em sua companhia, atravessou o divisor de águas entre os rios Tiquié e Papuri, para visitar aldeias Hupda, andarilhando o chavascal e levando às costas mapas com os limites da demarcação das terras indígenas, finalmente reconhecidas pelo governo federal brasileiro. (Beto Ricardo/ISA, 27/08/01)



PAULO SANTOS

me e experiência em encontros assim são tímidas para falar em público, sobretudo em língua portuguesa. As principais dificuldades listadas por elas, que atrapalham a organização e o fortalecimento de suas atividades, quase sempre relacionadas com atividades produtivas – na roça ou no artesanato – foram: falta de união, infra-estrutura precária ou inexistente de uma sede ou local para cada associação trabalhar, falta de transporte para escoar a produção ou para se reunirem com outras lideranças femininas, não saber como agir no planejamento de suas atividades, timidez, falta de comunicação, fofoca, falta de divulgação de seus trabalhos e inexistência de canais para a comercialização dos produtos. (ISA, 29/01/02)

SEMINÁRIO DE MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Realizado ontem, 04/07/2002, o Seminário de Garimpagem em TIs no município de São Gabriel da Cachoeira, promovido pela Funai, administração regional de S.G. da Cachoeira e Foirn, no auditório da Diocese, onde mais de 200 lideranças indígenas do alto rio Negro estiveram reunidas.

Os assuntos tratados foram: Estatuto do Índio (em vigor) – Cata e fiação, Projeto de exploração Mineral em TI do Senador Romero Jucá – Vantagens e Desvantagens do Projeto, Garimpagem em Terras Indígenas do ponto de vista da Fundação Estadual Política Indigenista do Amazonas (Fepi). Pelas explicações, conforme o documento final do encontro, percebeu-se que o Projeto de Lei 1610/96, de autoria do Senador Romero Jucá e já aprovado pelo Senado Federal, apresenta alguns aspectos preocupantes, tais como: Não estabelece exigência expressa de estudo de impacto ambiental e antropológico; restringe a apenas 2% a participação de comunidades eventualmente afetadas por empreendimentos de exploração mineral nos resultados da lavra; não permite a livre utilização dos recursos provenientes da participação nos resultados da lavra; não especifica claramente como deve ser o processo de consulta às comunidades; falta de limitação à extensão do subsolo explorável dentro de uma mesma TI; não contempla o financiamento das comunidades para garimpagem e mineração, a fim de se assegurar o direito dos povos indígenas à prioridade na exploração; mantém o “direito de prioridade” dos requerimentos de autorização de pesquisa e de lavra protocolizados antes de 05 de outubro de 1988; e não regulamenta detalhadamente a garimpagem. Os povos indígenas do Alto Rio Negro, conforme o documento, vêm se defrontando há mais de uma década com interesses externos que visam explorar os potenciais minerais de suas

terras, já demarcadas e homologadas pelo Governo Federal no ano de 1998.

Não se colocam contra o desenvolvimento de suas comunidades, pois hoje em dia as famílias indígenas da região buscam alternativas econômicas para suprir as necessidades que adquiriram ao longo de muitas décadas de contato com a sociedade nacional. O documento foi endereçado ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, explanando essas preocupações e ainda solicitaram que o mesmo, visite à região do rio Negro no mês de agosto próximo, com a finalidade de discutir o assunto diretamente com as lideranças indígenas. E mais, solicitaram a vinda da comissão de parlamentares que estão se dedicando ao estudo da matéria, em particular o próprio Senador Romero Jucá e o presidente da Comissão de Minorias e Meio Ambiente, deputado Pinheiro Landim. (Miguel Maia, Foirn, 05/07/02)

COMUNIDADES ASSUMEM GESTÃO AMBIENTAL

As 160 famílias de 13 comunidades indígenas de uma faixa do rio Negro começam a construir um novo enredo na história desses povos. Mobilizadas pela Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu (ACIPK) e a Foirn, as famílias estão sendo preparadas para assumir a gestão ambiental das suas terras e, a partir dela, definir as atividades econômicas sustentáveis que desenvolverão de forma planejada. O trabalho desenvolvido nos últimos cinco meses, sob a orientação dos técnicos Carlos Durigan e Sully Sampaio, teve a participação direta das famílias e dos capitães desses núcleos. O estudo identificou 943 moradores na área Putira Kapuamu, sendo 504 homens e 439 mulheres, distribuídos em 15 etnias. A madeira e a farinha são os principais produtos comercializados pelas comunidades. A madeira beneficiada gerou recursos aproximados de valor de R\$ 160 mil, e a farinha de R\$ 35 mil, seguidos da pesca, R\$ 12,5 mil; açaí, R\$ 8 mil, e madeira para beneficiar, R\$ 4,2 mil (valores médios obtidos em 2001, de acordo com os dados preliminares do diagnóstico). Entre as plantas cultivadas nos quintais foram identificadas 77 espécies utilizadas como alimento e 51 para fins medicinais. No item extrativismo animal, 59 espécies são utilizadas, destacando-se, por ordem de importância, a anta, caïtutu, paca, cutia, jabuti, jacu, mutum, papagaio, queixada, inambu. Da fauna aquática as espécies mais exploradas são anujá, mandubé, aracu, acará, daquiri, jandiá, iriaruca, traíra, tucunaré e pirandira.

O uso indiscriminado desses recursos, reconhecem os indígenas, ameaça a existência deles. Nos questionários que responderam para

a elaboração do diagnóstico, as comunidades identificam que anta, paca, cutia e inambu são cada vez mais difíceis de ser encontradas e a madeira torna-se escassa. O plano de gestão que está sendo elaborado dentro de um modelo participativo vai permitir às comunidades se organizarem, determinar como utilizar os recursos disponíveis e quais os investimentos que deverão ser feitos para manter a área produtiva. (A Crítica, 08/08/02)

MULHERES APRENDEM A GERENCIAR PROJETOS

A Foirn iniciou ontem (04), a II Oficina de Mulheres Indígenas do Rio Negro, que vai até o dia 6 de fevereiro/03. O objetivo da oficina é capacitar as mulheres indígenas em formulação e gerenciamento de projetos do Fundo Rotativo da Foirn. O Fundo apóia projetos formulados pelas mulheres indígenas no desenvolvimento de trabalhos como produção de artesanato, agricultura, entre outros.

O curso está sendo assessorado por Marina Khan, do ISA, parceiro da Foirn na iniciativa. Segundo Rosilene Fonseca, da diretoria da Foirn, várias associações de mulheres já tiveram projetos aprovados e receberam recursos. A oficina garantirá uma boa gestão do projeto, que por ser rotativo, o recurso quando devolvido fará com que outras associações sejam beneficiadas. Participam da Oficina mais de 30 mulheres indígenas de toda região do rio Negro. (Funai e Foirn, 05/02/03)

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES REALIZA VI ASSEMBLÉIA GERAL

Mais de 50 mulheres indígenas originárias da região do Alto Rio Negro que residem em Manaus, participam da VI Assembléia Geral da Associação das Mulheres indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), que será realizada em de Manaus. A Assembléia tem por objetivo analisar a inserção e participação das mulheres indígenas no movimento indígena organizado e avaliar a caminhada da Amarn nos últimos três anos, destacando os avanços e os obstáculos dessa luta, e definindo linhas políticas e de ação que deverão nortear a atuação da Associação no próximo triênio, de 2003 a 2006, priorizando a promoção de alternativas sociais, políticas e econômicas para as associadas. A Assembléia deverá eleger ainda a nova Coordenação da Associação para o mesmo período.

As participantes, após apreciar o Relatório de Atividades da Coordenação, de 2000-2003, discutirão temas como papel e desafio das lideranças indígenas femininas no Movimento Indígena Organizado; papel das organizações indígenas de mulheres: tendências e desafios; e

propostas básicas para a condução administrativa, financeira e política da Associação. (Coiab, 24/09/03)

FOIRN E ISA SÃO VENCEDORES DO PRÊMIO CHICO MENDES 2003

Mais uma vez a parceria do ISA com a Foirn é premiada. Eles venceram na categoria Ciência e Tecnologia com o Projeto de Piscicultura e Manejo Agroflorestal Associado, desenvolvido pela equipe do Programa Rio Negro. Criado em dezembro de 2001 pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente para valorizar o trabalho daqueles que promovem um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável na Amazônia, os candidatos podem ser grupos, indivíduos, comunidades e instituições privadas. O prêmio homenageia o líder seringueiro Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988, no Acre. (ISA, 10/12/03)

FOIRN GANHA PRÊMIO

O Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12) reuniu no Palácio do Planalto quase todos os ministros de Estado para a entrega do Prêmio Direitos Humanos 2003. As homenagens foram feitas a personalidades e instituições que se destacaram na defesa dos Direitos Humanos. A Foirn foi vencedora na categoria Comunidades Indígenas por conta do trabalho que vem desenvolvendo com as comunidades da região tais como a piscicultura com espécies de peixes nativos, avicultura em sistema semi-aberto, agricultura tradicional, produção e comercialização de artesanato. Além disso, a Foirn foi apresentada como a entidade que apóia mais de 200 professores indígenas da região na realização de assembleias e cursos com o objetivo de promover a educação diferenciada dos povos indígenas. (ISA, 11/12/03)

NOVA DIRETORIA DA FOIRN É ELEITA...

A Foirn reuniu cerca de 200 pessoas na maloca da sua sede na cidade de S. Gabriel da Cachoeira entre os dias 28 e 30 de outubro e elegeu a diretoria para o período 2005-2008. Os eleitos para a nova diretoria da Foirn foram escolhidos previamente em assembleias organizadas pelas cinco coordenadorias sub-regionais, conforme prevê o novo Estatuto da Federação, aprovado em 2002. As sub-regionais são: Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX), Coordenadoria das Associações Indígenas Baniwa e Coripaco (CABC),



BETO RICARDO/ISA

Diretoria da Foirn eleita em novembro de 2004. Da esquerda para a direita: André Baniwa, Erivaldo Cruz Pira-Tapuya, Domingos Barreto Tukano, Renato Matos Tukano, Élio Fonseca Pira-Tapuya.

Coordenação das Associações Indígenas do Rio Tiquié, Baixo Uaupés e Afluentes (Coitua) e Coordenação das Associações Indígenas do Distrito de Iauaretê (Coidi). Essas sub-regionais são instâncias intermediárias – políticas e administrativas – entre as mais de 50 associações de base e a cúpula da Federação. (ISA, 01/11/04)

... TOMA POSSE E ASSUME O PRDIS-RN

Durante reunião do Conselho Diretor da Foirn, novos integrantes da diretoria tomaram posse e destacaram o principal objetivo da nova gestão: implementar o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS-RN)

Na última quarta-feira, dia 5/12, em S. Gabriel da Cachoeira, tomaram posse os novos diretores eleitos da Foirn para o período 2005-2008. A nova diretoria é composta por Domingos Barreto Tukano (Diretor Presidente), André Fernando Baniwa (Vice-Diretor Presidente), Erivaldo Cruz Pira-Tapuya, Élio Fonseca Pira-Tapuya e Renato Matos Tukano.

Durante a solenidade, realizada na maloca da Foirn, o grupo reafirmou seu compromisso de fortalecer o diálogo e a parceria com os vários órgãos e autoridades locais, bem como com organizações não-governamentais nacionais e internacionais, para a concretização do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro.

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Juscelino Ótero Gonçalves (PSL), o Bispo Diocesano D. José Song, vereadores e representantes do Exército participaram da posse. A nova diretoria enfatizou às autoridades presentes a necessidade de que a Foirn seja consultada a respeito de projetos governamentais civis ou militares previstos para a região. Ainda na mesma

cerimônia, foram eleitos os membros da nova Comissão Fiscal e tomou posse o novo Conselho Diretor, órgão de assessoramento e monitoramento dos trabalhos da Diretoria, contando com cinco representantes de cada uma das cinco regiões de atuação da Federação. (ISA, dez. 2004)

IBAMA RECONHECE EXTINÇÃO DAS FLONAS

O reconhecimento está em publicação recém-lançada pelo Ibama, que deverá reconhecer também a extinção das Florestas Nacionais (Roraima e Amazonas) sobrepostas à TI Yanomami. Quase 14 anos depois, o Ibama admitiu a revogação de onze Florestas Nacionais (Flonas) que incidiam na TI Alto Rio Negro. O reconhecimento veio com a publicação do Atlas de Conservação da Natureza Brasileira, lançado em maio, em Brasília. O livro foi elaborado pela editora Metalivros com apoio técnico e científico do Ibama e traz um panorama geral das 243 Unidades de Conservação (UCs) federais sob responsabilidade da autarquia.

“Recentemente, o Ibama abriu mão de lutar por onze Florestas Nacionais, assumindo sua extinção. Estão todas localizadas na região Noroeste do Estado do Amazonas: Cubaté, Cuiari, Içana, Içana-Aiari, Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II, Piraiauara, Taracua I, Taracua II, Urucu e Xié,” informa a publicação, à página 18. O texto observa que, por causa disso, houve uma queda de quatro milhões de hectares no cálculo da área total de UCs federais do País de 2003 para 2004. É preciso deixar claro, no entanto, que não há diminuição no território das áreas protegidas brasileiras uma vez que as TIs também são assim consideradas.

O reconhecimento do Ibama é importante porque os onze casos estão entre aqueles considerados mais paradigmáticos na questão das

sobreposições entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Oficializadas entre novembro de 1989 e março de 1990, as Flonas constituíam violação ao direito territorial originário dos povos indígenas, bem como uma ameaça ao seu direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais, conforme determina a Constituição. Flona é uma categoria categoria de UC que pode ser explorada economicamente mediante concessão do governo a empresas privadas. Em 1991, o então presidente Fernando Collor revogou os decretos de criação das áreas, mas o Ibama não reconhecia a medida.

“O Ibama admite, assim, que essas Flonas não foram criadas com objetivos ambientais, mas apenas geopolíticos e com base em um modelo de ocupação defendido pelos governos militares”... Concluímos que são muitos fortes os indícios de que o processo de criação das Flonas

foi viciado”, admite Antônio Carlos Hummel, diretor de Florestas do Ibama. Apesar disso, ele faz a ressalva de que o reconhecimento da revogação das UCs ainda não pode ser considerado “formal” porque a Procuradoria do órgão continua analisando os documentos relativos ao caso e não deu um parecer final. “Trata-se de um reconhecimento técnico e administrativo. Não queríamos continuar alimentando a expectativa sobre Flonas que nunca existiram na prática.”

“Sempre ficava pairando o questionamento de como as comunidades indígenas iriam se desenvolver sem agredir o meio ambiente. Para nós, isso nunca foi um problema porque sempre defendemos o manejo correto de nossas áreas”, comenta Domingos Barreto Tukano, presidente da Foirn. Ele informa que os povos indígenas da região pretendem agora avançar

na implementação de projetos de desenvolvimento sustentável que mantenham a floresta de pé. “Falta diálogo entre as instituições e atores envolvidos. Estamos dispostos a iniciar este diálogo,” garante o diretor de Florestas do Ibama. Ele acredita que, pelo menos no caso das Flonas, a solução pode ser encontrada com a discussão dos planos de manejo das áreas envolvendo a Funai, o Ibama e as comunidades interessadas. “Podemos encontrar soluções compartilhadas. O que não pode haver é um impasse por tempo indefinido.” (Oswaldo Braga de Souza, ISA, 13/05/05)

LIDERANÇA DO RIO NEGRO É O NOVO CHEFE DA FUNAI/MANAUS

A ocupação do escritório da Funai de Manaus, por mais de 300 índios, durante todo o mês de

DO RIO NEGRO PARA O MUNDO, SEM INTERMEDIÁRIOS



A Foirn inaugurou em São Gabriel da Cachoeira, uma loja e centro cultural para a venda e valorização de seu artesanato e produtos tradicionais. É o endereço certo para quem visita a cidade, à procura de cerâmicas, cestarias e outras peças do artesanato indígena local. A Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro abriu suas portas no dia 14 de maio para se tornar o principal entreposto comercial e cultural das 22 etnias indígenas da região. Criada pela Foirn, a Casa tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e valorizar os modos de vida das comunidades indígenas, gerar renda para suas famílias e permitir a preservação de conhecimentos e práticas ancestrais.

A idéia é que a Wariró seja uma ponte direta entre as comunidades, seus produtos tradicionais e os mercados regional e nacional. Sem intermediários. “É um projeto pensado por indígenas, feito para indígenas e gerido por indígenas”, afirma André Baniwa, da Foirn. A Casa também é um espaço de encontros entre produtores, artesãos e consumidores a fim de negociar encomendas e trocar informações. Para isso, dispõe de um banco de dados sobre os artigos típicos dos povos do Rio Negro – para que os artesãos possam vender seus produtos de forma justa – e pretende promover cursos de controle de qualidade, administração e valorização de produção artesanal.

O empreendimento comercializa artigos com valor agregado, feitos de forma tradicional a partir de matérias-primas retiradas e processadas de maneira sustentável – respeitando a capacidade de composição da natureza – como bolsas de fibra de tucum, cerâmica tukano, cestos yanomami, pimenta em pó, farinha de tapioca, pupunha, man-

dioca e artesanatos de várias etnias. A loja foi construída com telhados de caraná, as folhas de palmeira que os indígenas utilizam para cobrir suas malocas. Os produtos tradicionais dividem as prateleiras da Wariró com livros, vídeos e CD’s com músicas sobre os mitos e as histórias dos povos do rio Negro.

Segundo a mitologia tradicional dos povos indígenas do Noroeste Amazônico, Wariró era o chefe de uma família de Wariroá, como antigamente se chamavam as cutias, pacas e acutiwaías, outros roedores da região. O Wariró morava na Serra do Curicuriari, localizada hoje na TI Médio Rio Negro, e tinha duas belas filhas. A família passava por necessidades pois a comida era pouca e não tinha muito sabor. Preocupado com aquela situação, Wariró ouviu falar que Basebó – o ser sagrado que era conhecido como Gente Maniwa e ensinou a to-

dos os povos a plantar e a trabalhar – estava se mudando para aquela região. Sabendo dos dons de Basebó, Wariró pediu para que suas filhas ficassem aguardando a sua passagem e que o atraíssem até a sua maloca.

E assim aconteceu. Basebó chegou à maloca dos Wariroá e trouxe fartura em comida, ensinou-os a plantar a roça e fazer alimentos a partir da mandioca. O velho Wariró ficou muito contente com tudo que Basebó estava fazendo por eles e, como retribuição, ofereceu suas filhas para que ele se casasse com elas. Basebó aceitou de bom grado e ficou vivendo até o fim da sua vida na casa do Wariró. Segundo Feliciano Lana, pajé da etnia desana, a Serra do Curicuriari, também chamada de “Bela Adornecida” é o perfil de uma das filhas do Wariró. (ISA, 24/05/05)



Loja Wariró.

ROBERTA DABDAB/ISA



Pedro Garcia.

janeiro passado, tinha como principal reivindicação o afastamento do então administrador regional e uma maior participação dos povos indígenas na gestão do órgão. Na sexta-feira passada, 3 de junho, a Funai anunciou Pedro Garcia, da etnia tariano e uma das principais lideranças indígenas do estado, como novo chefe do órgão na capital amazonense. A nomeação de um líder indígena é inédita no Amazonas, estado com 4,26% de sua população de origem indígena (censo IBGE 2000). Técnico em agropecuária, ex-presidente da Foirn e candidato derrotado à prefeitura de São Gabriel da Cachoeira pelo Partido dos Trabalhadores. *(Bruno Weis, ISA, 06/06/05)*

PROGRAMA REGIONAL

FOIRN APROVA DOCUMENTO AO GOVERNO LULA

Em sua VII Assembléia Ordinária, a Foirn aprovou o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro, conjunto integrado de propostas em escala regional a ser enviado à equipe de transição do novo governo federal. De 26 a 30/11/02, cem delegados indígenas estiveram reunidos na maloca da Foirn, junto à sede da organização em São Gabriel da Cachoeira, para a realização da VII Assembléia Ordinária. Ao final, foi aprovado o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (veja adiante documento na íntegra). Assinado por lideranças de 22 etnias organizadas em 50 associações de base filiadas à Foirn, o documento afirma que não basta a demarcação das terras indígenas e algumas ações isoladas do governo federal. É necessário um conjunto integrado de projetos com escala regional, capaz de valorizar a diversidade socioambiental dessa região única do noroeste da Amazônia brasileira.

Fundada em 1987, a Foirn comemorou durante a Assembléia os 15 anos de existência e conquistas da organização. A principal delas foi a demarcação de cinco terras contínuas e contíguas que somam 10,6 milhões de hectares.

A cada dois anos realiza-se uma assembléia que pode ser eletiva (com a eleição da diretoria com mandato de quatro anos) ou intermediária, caso desta, mais temática. A primeira parte da VII Assembléia foi dedicada à reformulação e atualização dos estatutos da Foirn, trabalho que consumiu seis meses de discussões de uma comissão assessorada pelo advogado do ISA, Raul Telles do Valle. A partir dessa reformulação, a Foirn passa a ser organizada em cinco coordenações regionais, a partir dos principais rios da região: Rio Negro acima e Xié, Rio Negro abaixo, Içana/Aiari, Baixo Uaupés-Tiquié, Alto Uaupés-Papuri. As coordenações regionais realizarão assembléias prévias às assembléias gerais para escolher os 25 membros do Conselho Diretor - serão cinco por região - e os cinco integrantes da diretoria executiva para quatro anos de mandato.

Além do documento com o conjunto de propostas, a Assembléia discutiu as perspectivas da política indigenista para o novo governo e do debate participaram alguns convidados como: o presidente da Funai, Artur Nobre Mendes; Porfírio Carvalho, do Programa Waimiri-Atroari; Sidney Possuelo, da Coordenação de Índios Isolados da Funai e Márcio Santilli, do ISA. Coordenado por Beto Ricardo, do ISA, e Edilson Melgueiro, da Foirn, os comentários ficaram por conta dos debatedores Bonifácio José Baniwa (Iakinô); Gersem Luziano Baniwa (Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas); Adão Oliveira (liderança indígena de Iauareté); Domingos Barreto (Foirn) e Pedro Machado. Outros destaques da Assembléia foram: a avaliação dos três anos de funcionamento do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI-RN); discussão e aprovação das linhas de ação de um projeto de proteção e fiscalização das terras indígenas demarcadas a ser apresentado ao Projeto Integrado de Proteção às Terras de Populações Indígenas da Amazônia Legal Brasileira (PPTAL) ainda este ano, para ser implantando no período abril 2003/dezembro 2004. Este plano prevê reforço do plaqueamento, fortalecimento de comunidades situadas nas bocas dos principais rios, a ampliação da rede de radiofonia, expedições de fiscalização para área remotas, ações especiais em áreas críticas e a formação de um sistema de informação que avalie a situação anualmente com a participação de atores governamentais e não-governamentais da região. Vale ressaltar a apresentação dos resultados preliminares do Macrozoneamento das áreas demarcadas.

Marina Fonseca e Renata Alves do Laboratório de Geoprocessamento do ISA atenderam aos delegados durante a Assembléia, fazendo um trabalho de revisão e complementação de informações dos mapas. *(ISA, 02/12/02)*

PROGRAMA REGIONAL PARA GOVERNO DO AM

Depois de dois dias de oficina patrocinada pela Fepi e realizada em parceria com a Foirn, 30 lideranças indígenas da região do alto e médio rio Negro aprovaram documento com recomendações ao governo estadual, no âmbito do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro.

As linhas gerais desse Programa, dirigido originalmente ao Governo Lula, foram formuladas e aprovadas por uma Assembléia Geral da Foirn no final de 2002. A oficina promovida pela Fepi em São Gabriel da Cachoeira faz parte de uma série de eventos semelhantes em várias sub-regiões do Estado do Amazonas, como etapa preliminar de mapeamento de propostas e demandas dos povos indígenas ao governo do Amazonas. Como parte de uma nova atitude em relação aos povos indígenas, considerados parceiros potenciais de um programa de desenvolvimento sustentável do interior denominado "Zona Franca Verde", o governador Eduardo Braga entregou a direção da Fepi a uma liderança indígena rionegrina, Bonifácio José Baniwa. Em reunião com os prefeitos do Estado, ocorrida recentemente em Coari, o governador chamou a atenção dos prefeitos que ainda continuam tratando os índios baseados em conceitos do século XIX. *(ISA, 29/05/03)*

OFICINA DEBATE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lideranças indígenas da região do Rio Negro e representantes de órgãos governamentais municipais, estaduais e federais discutem caminhos para a institucionalização do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro no plano federal. Demarcações pendentes de Terras Indígenas, proteção e fiscalização das já existentes, atenção à saúde, educação escolar, convivência entre índios e militares, projetos de alternativas econômicas, de segurança alimentar e de comercialização de produtos com valor cultural e ambiental agregado. Estes foram alguns dos temas abordados na 1ª Oficina do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS-RN), denominada Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro. *(ISA, 04/09/03)*

PROPOSTA AO GOVERNO DO AMAZONAS

Prezado governador Eduardo Braga
Inicialmente gostaríamos de reiterar nossa satisfação pela iniciativa do Governo do Amazonas abrir uma possibilidade de diálogo, através da FEPI e pela disposição do senhor de nos visitar, receber e considerar as nossas propostas e recomendações, retomando o que foi conversado entre nós em maio de 2003.

Aqui no alto e médio Rio Negro vivem 23 povos indígenas diferentes, que somam pelo menos 35 mil pessoas e constituem a grande maioria da população. Representamos cerca de 10 % da diversidade e da população indígena atual do Brasil e ocupamos tradicionalmente uma parte significativa do território do Estado do Amazonas (cerca de 7%). Estamos organizados em comunidades e 49 associações, formando uma Federação. Boa parte das nossas terras – cerca de onze milhões de hectares - já foi reconhecida e demarcada pelo governo federal, como determina a Constituição de 1988. Outras terras indígenas na bacia do Rio Negro estão em processo de reconhecimento pelo governo federal. Mas o Brasil não está preparado para conversar conosco, respeitar nossos direitos coletivos, escutar as nossas línguas e as nossas visões e propostas para o futuro. Ao contrário, o velho Brasil se preparou para integrar e assimilar os povos indígenas do Rio Negro, reprimindo nossas culturas, reduzindo nossos direitos e tentando colonizar nossas terras. As relações com o governo do Amazonas e com as prefeituras locais não têm sido diferentes.

Nós não aceitamos esse rumo e depois de 17 anos de luta da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), já tivemos algum reconhecimento dos nossos direitos e já temos algumas soluções para resolver os principais problemas que nos afetam, mas muita coisa precisa melhorar rapidamente. Não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das políticas públicas. As nossas terras estão situadas em vários municípios, cujo poder está controlado por setores que não reconhecem nossos direitos e fica muito difícil coordenar os recursos das políticas públicas federais e estaduais que passam pelo canal da municipalização.

Assim sendo, a nossa proposta principal é que o governo do Amazonas e o governo federal criem as condições institucionais para conversar conosco de maneira adequada, para apoiar o que nós chamamos de PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTAVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN). Não queremos competição entre os programas governamentais, nem novas formas de clientelismo político.

Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais e estaduais, sejam das demais parcerias não-governamentais, de forma a construir e implementar um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem estar para as nossas comunida-

des. Não queremos apenas um programa com os nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que seja executado de acordo com as nossas determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução.

Em relação ao PRDIS-RN gostaríamos que o Governo do Amazonas considerasse as seguintes propostas:

- valorizar as demarcações das terras indígenas, incluindo informações em todos os materiais oficiais de divulgação, considerando-as adequadamente no zoneamento ecológico-econômico do estado e viabilizando a participação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do IPAAM de forma integrada com a rede de proteção e fiscalização das instituições federais, especialmente para as áreas de entorno das terras demarcadas;

- considerar no ZEE do estado os processos de identificação e delimitação de terras indígenas em curso na bacia do Rio Negro e, nesse sentido, instar a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável que mantenha comunicação regular com a Funai a respeito;

- criar um programa de formação continuada de agentes indígenas de saúde, com a valorização da medicina tradicional e assumir as responsabilidades na manutenção e funcionamento dos hospitais de Iauaretê, Pari-Cachoeira e Assunção do Içana, assim como implantar uma rede de saneamento básico e tratamento de lixo em Iauaretê;

- desenvolver programas para que as nossas tradições culturais sejam valorizadas e tenham espaço na agenda cultural do estado, com linhas de apoio para o registro, formação e gerenciamento de acervos próprios, bem como a construção de espaços públicos adequados para as nossas manifestações culturais nas cidades de S. Gabriel da Cachoeira, S. Isabel e Barcelos.

- valorizar as experiências-piloto de escolas indígenas autônomas da nossa região, reconhecendo e apoiando as escolas Pamaáli Baniwa-Coripaco, Escola Indígena Útapinopona Tuyuka e o Centro de Revitalização Tariana - e outras escolas indígenas desse tipo que venham a ser criadas - com recursos para manutenção e produção de material didático; criar os sub-sistemas de ensino indígena no sistema estadual; criar programas de ensino técnico-profissionalizante no ensino fundamental e médio nas áreas de interesse das comunidades (por exemplo, piscicultura, manejo agroflorestal, educação e vigilância ambiental, enfermagem, odontologia, arte e artesanato, gestão e administração);

- criar um programa de bibliotecas para as escolas indígenas, articulado com oficinas de produção de materiais didáticos nas línguas indígenas;

- iniciar a implantação de cursos superiores voltados para as áreas temáticas de interesse das comunidades indígenas.

- instar o poder municipal a destinar os recursos da merenda escolar para a gestão direta das asso-

ciações de pais e mestres das escolas indígenas, possibilitando que ela possa ser adquirida na própria região onde se localizarem as escolas;

- acompanhar, através da FEPI, o processo de redefinição e reestruturação da Escola Agrotécnica Federal de S. Gabriel da Cachoeira;

- apoiar a nossa proposta para que o SEBRAE nacional faça um programa especial de apoio para povos indígenas, começando por implantar em 2003 um processo de planejamento participativo em Iauaretê, através da adaptação da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado, INDÍGENA e Sustentável);

- criar, através do IDAM/AFEAM, uma linha especial de apoio aos povos indígenas do Rio Negro, valorizando a nossa agrobiodiversidade e nossas formas de manejo dos recursos da floresta, criando linhas de crédito com assistência técnica associada e apoio de infraestrutura para a segurança alimentar e a comercialização da nossa produção. Queremos transporte e mercados indígenas livres nas cidades regionais;

- apoiar e financiar a construção do Centro de Capacitação e Comercialização da Foirn na cidade de S. Gabriel da Cachoeira, com base no terreno e projeto de arquitetura já existentes;

- estabelecer uma parceria, através da Secretaria de Pesca do AM, com as organizações que vêm desenvolvendo um projeto-piloto pioneiro de piscicultura e manejo de recursos pesqueiros na Terra Indígena do Alto Rio Negro, a saber: Foirn/ISA/ATRIART/COIDI/OIBI, com apoio do CEPTA/IBAMA;
- criar postos permanentes do PAC (Pronto Atendimento ao Cidadão) nas sedes municipais do Rio Negro e em Iauaretê e ampliar os serviços itinerantes de documentação, contribuindo dessa forma com o Balcão da Cidadania Indígena do Rio Negro, que a Foirn vem mantendo em parceria com o Ministério da Justiça, o qual tem permitido que as pessoas das nossas comunidades mais remotas tenham acesso à documentação básica e às informações sobre seus direitos;

- instalar a Defensoria Pública do Estado do Amazonas nos municípios de S. Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, para que as populações locais tenham garantido seu direito de acesso à Justiça;

- apoiar, em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, as nossas iniciativas de intercâmbio cultural e técnico com nossos parentes e contrapartes da Colômbia e Venezuela;

- instar as empresas de telecomunicações para que instalem telefones públicos em todas as comunidades; apoiar um programa de energia solar e outras formas alternativas com baixo impacto ambiental para todas as comunidades, especialmente para os edifícios de uso comum, como escolas, centro comunitários e de saúde. (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, S. Gabriel da Cachoeira, 15/04/05)

CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO À EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO LULA

Inicialmente gostaríamos de agradecer a resposta que recebemos ao convite para participar da VII Assembleia Geral da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e da disposição dos senhores para receber e considerar as nossas propostas e recomendações.

Aqui no alto e médio Rio Negro vivem 23 povos indígenas diferentes, que somam pelo menos 35 mil pessoas e constituem a grande maioria da população. Representamos cerca de 10 % da diversidade e da população indígena atual do Brasil. Estamos organizados em comunidades e associações, formando uma Federação. Boa parte das nossas terras já foi reconhecida e demarcada pelo governo federal, como determina a Constituição Federal de 1988. Mas ainda falta demarcar algumas terras indígenas e muitas delas em superposição com unidades de conservação ambiental. Mas o Brasil não está preparado para conversar conosco, respeitar nossos direitos coletivos, escutar as nossas línguas e as nossas visões e propostas para o futuro. Ao contrário, o velho Brasil se preparou para integrar e assimilar os povos indígenas do Rio Negro, reprimindo nossas culturas, reduzindo nossos direitos e tentando colonizar nossas terras.

Nós não aceitamos esse rumo e depois de 15 anos de luta da Foirn, já tivemos algum reconhecimento dos nossos direitos e já temos algumas soluções para resolver os principais problemas que nos afetam, mas muita coisa precisa melhorar rapidamente. Não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das políticas públicas. As nossas terras estão situadas em vários municípios, cujo poder está controlado por setores que não reconhecem nossos direitos e fica muito difícil coordenar os recursos das políticas públicas federais que passam pelo canal da municipalização.

Assim sendo, a nossa proposta principal é que o novo governo federal crie as condições institucionais para conversar conosco de maneira adequada, para apoiar o que nós chamamos de PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN).

Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais, sejam das demais parcerias não-governamentais,

de forma a construir e implementar um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem estar para as nossas comunidades. Não queremos apenas um programa com os nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que seja executado de acordo com as nossas determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução.

O PRDIS-RN deveria considerar o seguinte:

1. É importante e urgente que seja feita a demarcação física e homologação da TI Balaio, bem como a identificação, delimitação e demarcação das TIs Marabitanas-Cué Cué e das terras tradicionalmente ocupadas nos municípios de S. Isabel e Barcelos, ações que dependem, no momento, da Funai e do Ministério da Justiça.
2. É preciso implantar um Plano de Proteção e Fiscalização das terras indígenas e das unidades de conservação ambiental de forma integrada e participativa, articulando as ações dos órgãos federais (Exército, Aeronáutica, PF, Ibama, CENSIPAM e Funai), as instituições não-governamentais, associações e comunidades.
3. Na área dos serviços públicos de atendimento a saúde, é importante manter, consolidar e aprimorar o Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro, que vem funcionando desde 1999.
4. Que as nossas tradições culturais sejam valorizadas e tenham espaço na política cultural do país, com linhas de apoio para o registro, formação e gerenciamento de acervos próprios, bem como a construção de espaços públicos adequados para as nossas manifestações culturais nas cidades de S. Gabriel da Cachoeira, S. Isabel e Barcelos.
5. Que o MEC tenha um programa de apoio que nos permita implantar um sistema escolar indígena, incluindo o nível básico e médio, no qual o poder pedagógico esteja nas nossas mãos.
6. Que o MEC apoie decididamente a transformação da Escola Agrotécnica Federal de S. Gabriel da Cachoeira na primeira Escola Agro-florestal Indígena da Amazônia.
7. Que o MEC apoie programas de formação de professores indígenas (terceiro grau indígena) e de

acesso e manutenção de estudantes indígenas no nível de ensino superior.

8. Que o SEBRAE nacional faça um programa especial de apoio para povos indígenas, começando por implantar em 2003 um processo de planejamento participativo em Iauareté, através da adaptação da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado, Indígena e Sustentável).

9. Que o PRONAF tenha uma linha especial de apoio aos povos indígenas do Rio Negro, valorizando a nossa agrobiodiversidade e nossas formas de manejo dos recursos da floresta, criando uma linha de crédito e apoio de infraestrutura para a segurança alimentar e a comercialização da nossa produção. Queremos transporte e mercados indígenas livres nas cidades regionais.

10. Que os Correios, que é uma empresa pública, estude a possibilidade de desenvolver um programa-piloto na região do Rio Negro, prestando serviços de transporte de correspondência, encomendas e outros serviços diretamente para todas as comunidades.

11. Que o Ministério da Justiça continue apoiando os trabalhos do Balcão da Cidadania Indígena do Rio Negro, em parceria com a Foirn, o qual tem permitido que as pessoas das nossas comunidades mais remotas tenham acesso à documentação básica a às informações sobre seus direitos.

12. Que o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça acolham nossas reivindicações para criar uma conjunto de regras de convivência entre militares e indígenas aqui na fronteira com a Colômbia e Venezuela.

13. Que o Ministério das Relações Exteriores apoie as nossas iniciativas de intercâmbio cultural e técnico com nossos parentes e contrapartes da Colômbia e Venezuela.

14. Que as empresas de telecomunicações instalem telefones públicos em todas as comunidades.

15. Que o Ministério das Minas e Energia apoie um programa de energia solar em todas as comunidades, especialmente nos edifícios de uso comum, como escolas, centro comunitários e de saúde. Assinam Diretoria da Foirn, delegados das Associações filiadas à Foirn, outras lideranças indígenas presentes à Assembleia Geral. (ISA, 02/12/02)

PRIORIDADES PARA MINISTRO E GOVERNADOR

A Foirn recebeu ontem, (14 de abril), a visita do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga. O encontro se deu na maloca da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira. Na ocasião, as lideranças indígenas leram às autoridades estaduais e federais presentes uma carta solicitando apoio ao PRDIS-RN. O documento assinado pela Foirn — uma das mais representativas e consolidadas entidades sociais da

Amazônia, com 17 anos de atuação — apresenta, mais do que uma lista de demandas de ações que beneficiem as comunidades locais, um pedido de mudança no paradigma da relação entre o poder público local e os povos indígenas. Indica um caminho que leve ao “empoderamento” deste setor da sociedade civil local, ou seja, à participação de seus representantes na formulação e gestão das políticas voltadas para as suas próprias comunidades. (ISA, 14/04/05)

SAÚDE

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

Pela primeira vez, 7,8 mil índios da região do Alto Rio Negro recebem atendimento odontológico. Equipes da ONG Saúde Sem Limite (SSL) fizeram um levantamento da situação e constataram que a cárie pode ser considerada a doença de maior prevalência naquela região, atingindo 90% da população. Isso se deve, segundo a assessora de imprensa da entidade, Nilda Santos, ao alto grau de desinformação

sobre cuidados para saúde bucal e ao difícil acesso aos serviços de saúde. A maior parte das comunidades não tem acesso a creme e escovas dentais ou ao flúor. No ano passado, as equipes da Associação Saúde Sem Limites realizaram reuniões educativas, treinamento de agentes de saúde, distribuição de escovas e pastas dentais, higienização bucal supervisionada, aplicação típica de flúor e atendimento curativo. *(A Crítica, 12/07/01)*

CIRURGIA DE TRACOMA NO ALTO RIO NEGRO E PAPURI

Uma equipe de profissionais de saúde está tratando e fazendo cirurgias corretivas de tracoma para combater a cegueira que ameaça índios na fronteira do Brasil com a Colômbia. Mas esta experiência inédita no país pode ser paralisada em breve porque a Funasa há meses não repassa os recursos necessários para pagar os salários da equipe de médicos e enfermeiros e garantir condições adequadas de trabalho em campo. Um conjunto de procedimentos abrangentes para tratar o tracoma começou a ser praticado em 2000, como parte das ações do DSEI-RN.

Dr. Milton Schmidt, médico residente em São Gabriel da Cachoeira e coordenador da equipe contratada pela Foirn no âmbito do Distrito Sanitário, conta que iniciaram no segundo se-

mestre de 2000 um processo de busca ativa e tratamento de casos da doença, principalmente no rio Papuri entre a população da etnia Hupdê (Maku), um dos 22 povos nativos da região. Os resultados obtidos foram alarmantes, com taxas muito acima daquelas já publicadas para zonas hiper-endêmicas na África e na Ásia, razão pela qual foram recebidos com reserva pelas autoridades sanitárias federais. No entanto, é bom lembrar que a equipe do DSEI – RN é formada por profissionais capacitados dentro dos padrões internacionais recomendados pela OMS. Entre outubro e novembro do ano passado foram examinados 644 indígenas em dezenove comunidades e sítios, sendo 248 Hupdê e 396 Tukano. Foram diagnosticados no total 343 casos de tracoma (prevalência geral de 53,2%) dos quais 157 ativos (contagiosos, prevalência geral de 24,3%). Dos 248 Hupdê, 180 receberam diagnóstico de tracoma (72,5%) sendo 94 casos ativos (37,9%) com grande incidência de tracoma intenso (48 casos, principalmente em crianças pequenas). Entre os 396 Tukano examinados, foram detectados 163 casos de tracoma (41,1%) sendo 63 ativos (15,9%), com poucos casos intensos. Ainda nesta etapa foram detectados 26 pacientes com seqüelas de tracoma, quase todos da etnia Hupdê. Diante deste quadro, a equipe de saúde do DSEI-RN medicou mais de 90% da população Hupdê com o antibiótico azitromicina

e isoladamente para as famílias Tukano afetadas. Segundo o dr. Milton Schmidt, tal abordagem precisa ser mantida até a redução dos índices de tracoma ativo a níveis aceitáveis, além de ações específicas de educação em saúde, controle anual dos casos cicatríciais e cirurgias corretivas em campo. É igualmente desejável que abordagem semelhante seja adotada entre os Hupdê que habitam as regiões dos rios Tiquié e Uaupés, de modo a minorar os riscos de recontaminação. Tanto do lado brasileiro quanto do lado colombiano do rio, já que esta população se caracteriza por grande mobilidade. Essas ações precisam ser conjuntas, com a colaboração com dos serviços de saúde locais dos dois países. *(Beto Ricardo, ISA, 22/08/01)*

TRÊS JOVENS SE ENFORCAM E QUATRO TENTAM SUICÍDIO

Nos últimos 30 dias três jovens indígenas cometeram suicídio por enforcamento em São Gabriel da Cachoeira. Outros quatro jovens tentaram suicídio durante esse período. Uma lista com adesão de pelo menos outros 20 adolescentes que também cometeriam suicídio circula na cidade. O motivo dos suicídios e das tentativas ainda não foi identificado. Há duas versões em investigação: a existência de uma seita de jovens que se encontra em cemitérios à noite e que teria feito um pacto de morte e a de que um homem, que se faria passar por um pastor, estaria incentivando os jovens a se matar. A polícia, a Funai, Funasa, governo municipal e representantes de organizações da cidade montaram comissões para investigar o caso e também para dar apoio aos jovens e suas famílias.

Os três índios que se mataram estudavam na escola Irmã Inês Penha. O primeiro suicídio, de uma menina de 13 anos, foi em 11 de outubro. O segundo, dia 24, de uma menina de 12 anos. O último, de um jovem de 14 anos. Os nomes não foram divulgados.

Titular da delegacia local, Prudência Brisolla Corrêa disse acreditar que os suicídios foram casos isolados. *(FSP, 13/11/05)*

MAIS UMA JOVEM TENTA O SUICÍDIO

Mais uma jovem indígena tentou o suicídio em São Gabriel da Cachoeira. A tentativa da adolescente de 17 anos, no sábado, foi a sexta entre índios de 12 a 17 anos em outubro e novembro. Nesse período, três adolescentes morreram por enforcamento na cidade. Outros 15, segundo relatório da Polícia Civil do município, “manifestaram o desejo” de suicidar-se. O delegado Prudência Brisolla Corrêa afirmou que a tentativa de suicídio da adolescente



MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM, 2003

O médico Oscar Soares, DSEI/Foirn, faz cirurgia de tracoma com apoio de Plínio José Ferraz, agente indígena de saúde, nas comunidades Hupda'äh.

de 17 anos aconteceu dentro de casa. Ela usou uma corda fina, que não agüentou o seu peso e acabou rompendo. A garota foi encontrada pela mãe caída no chão do quarto e com marcas da corda no pescoço. “Ela continua internada no Hospital de Guarnição do Exército. Já tinha passagens pela polícia por problemas com o alcoolismo”, disse Corrêa. (*FSP*, 22/11/05)

FOIRN RECEBE DA FUNASA PARTE DOS RECURSOS

Depois de vinte dias de espera, ontem, 13/01, a Foirn recebeu uma parte dos recursos da renovação do convênio com a Funasa – R\$ 1.200.000,00. A verba para o trimestre é de R\$ 2.500.000,00. Com a liberação dos recursos para a Foirn, seis equipes já estão em campo, em pontos estratégicos para facilitar resgates. “As outras esperam pelos medicamentos que devem chegar de Manaus no início da próxima semana”, diz Ernani Guimarães dos Santos, coordenador técnico do DSEI-RN, instalado em São Gabriel da Cachoeira.

A Foirn é a principal parceira do DSEI do Alto Rio Negro na assistência à saúde das 22 etnias que habitam a região. Com a chegada do dinheiro, os pagamentos e dívidas atrasadas desde dezembro poderão ser feitos. Mas se a segunda parcela não chegar até o final de janeiro, o DSEI ficará novamente sem recursos para atender às populações indígenas do noroeste amazônico, que somam 25 mil índios. Entretanto, o diretor do Departamento de Saúde Indígena (Desai) da Funasa, Ricardo Chagas, garante que a segunda parcela deverá ser liberada ainda no mês de janeiro. Por conta do atraso no repasse das verbas, a Foirn enviou, em 5 de janeiro, uma carta ao diretor do Desai pedindo providências. (*Notícias Socioambientais/ISA*, 14/01/04)

DSEI RIO NEGRO PERMANECE PARALIZADO...

No dia 8 de dezembro de 2004, completou um mês de paralisação das atividades do DSEI – Rio Negro. Essa paralisação foi devido ao atraso de três meses no repasse de verba da Funasa para a Foirn, conveniada responsável pela saúde indígena no Rio Negro. Essa é a terceira vez no ano que o DSEI paralisa as suas atividades pelo mesmo motivo. (*Inforn*, 13/12/04)

... E O RESULTADO SÃO MORTES

Em um único mês, cinco pessoas – entre elas uma criança de menos de um ano – já morreram por causas evitáveis, como diarreia e infecção, dentro do DSEI do alto rio Negro, na região de São Gabriel da Cachoeira. Há mais

de trinta dias, a assistência médica prestada pela Foirn está paralisada por causa da interrupção do repasse de verbas da Funasa, subordinada ao Ministério da Saúde.

Ao todo, mais de 28 mil indígenas de 22 etnias estão sem atendimento. (*ISA*, 15/12/04)

FOIRN DENUNCIA COLAPSO DO SERVIÇO DE SAÚDE

Em carta endereçada esta semana ao ministro da saúde, Humberto Costa, os povos indígenas representados pela Foirn afirmam que o atraso no repasse dos recursos por parte da Funasa tem provocado uma série de dificuldades na gestão do distrito e no atendimento das 554 aldeias da região, onde vivem 23 mil pessoas de 22 povos indígenas. A falta de dinheiro está comprometendo a contratação de médicos e dentistas, a compra emergencial de medicamentos, soros e até de combustível para o transporte das equipes médicas pela região, uma vasta área de 110 mil quilômetros quadrados. O atraso no repasse de dinheiro para os DSEIs, vale lembrar, é um fato recorrente nos últimos anos na administração da Saúde Indígena pela Funasa.

Há seis meses o Dsei-RN não recebe nenhum carregamento de medicamentos. Faltam antibióticos, anti-inflamatórios e antitérmicos. (*Notícias Socioambientais/ISA*, 17/06/05)

EDUCAÇÃO

TERCEIRO GRAU INDÍGENA É DEBATIDO EM SÃO GABRIEL

Os professores indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira começam a debater esta semana a proposta do terceiro grau indígena. A criação do curso foi apresentada pela UEA, no começo deste mês, durante um encontro realizado em Manaus. A Universidade propõe a criação do Centro de Curso Superior Indígena em São Gabriel da Cachoeira, município que se destaca na educação indígena. De acordo com o administrador da Funai no município, o índio Tukano, Henrique Veloso Vaz, cerca de 700 professores irão começar a debater a proposta. (*Funai*, 13/03/02)

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Num contexto de demissão sumária de 25 professores indígenas municipais e o remanejamento aleatório de outros 21 para aldeias nas quais estes professores não mantêm vínculos culturais, o MPF e o Ministério Público do Estado do Amazonas promoveram em 28/08, a audiência pública para acompanhar a situação

da educação indígena na região do alto rio Negro. O Termo de Acordo assinado procura firmar parcerias entre União, Estado e Município, para fazer valer direitos constitucionais que garantem às populações indígenas a igualdade de condições de acesso à educação escolar, descritos em sete cláusulas cujo cumprimento será acompanhado pelo Ministério Público do Estado juntamente com o Federal. O resultado da Audiência Pública foi a assinatura de um Termo de Acordo que estabelece compromissos do Município de S. Gabriel, do Estado do Amazonas, do MEC e da Funai, descritos em sete cláusulas cujo cumprimento será acompanhado pelo Ministério Público do Estado juntamente com o Federal. Este ainda encaminhará uma recomendação ao prefeito de São Gabriel da Cachoeira, para que em 15 dias os professores indígenas sejam readmitidos e lotados conforme sua identidade cultural e lingüística. Dentro de três meses o MPF avaliará o cumprimento do Termo de Acordo. (*Marina Khan, ISA*, 05/09/03)

ALUNOS PESQUISADORES

Estudantes indígenas de cerca de 30 comunidades do município de SGC, estão usando os conhecimentos adquiridos na escola para fazer projetos e desenvolver pesquisas em diferentes áreas da atividade econômica de interesse de suas aldeias. De acordo com Marta Azevedo, do ISA, a leitura, a escrita e o aprendizado de técnicas de gestão e informática permitem aos alunos desenvolver uma série de ações, entre elas a pesquisa junto aos mais velhos sobre os costumes alimentares e a forma de cultivar e guardar os alimentos. Essa atividade ocupa os estudantes de comunidades ao longo do alto rio Negro e de seus afluentes. Pensando em manter e melhorar a alimentação tradicional de seus povos, professores e alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio, na faixa etária de 20 anos, estão elaborando projetos de manejo agroflorestal, de piscicultura, de criação de abelhas, produção e comercialização de artesanato. Sem abandonar a tradição, eles contribuem com as tecnologias que aprenderam na escola. “Além dessa troca intensa com seus povos, os estudantes indígenas também escrevem apostilas e desenham projetos, o que os leva a desenvolver as habilidades da comunicação e da escrita”, diz Kleber Gesteira, coordenador de Educação Escolar Indígena do MEC. As atividades e experiências escolares e extraclasses desenvolvidas no Alto Rio Negro têm o apoio do Ministério da Educação e de outros parceiros. O MEC custeia a publicação de materiais didáticos e as oficinas de formação continuada de professores. (*O Liberal*, 19/06/04)

I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O I Encontro de Educação Escolar Indígena do Alto Rio Negro aconteceu entre os dias 9 a 12 de março no distrito de Cucuí. O Encontro contou com a participação de mais 90 pessoas entre moradores de Cucuí e associações indígenas localizadas no Alto Rio Negro como: APIRN, ACIPIK, AIDCC e ACIRN. Este evento teve a participação do Diretor da Foirn Renato Matos, Semed e professores indígenas que têm experiência em trabalhar em uma escola genuinamente indígena como a escola Pamaáli-Eibec, que tiveram a oportunidade de exporem aos participantes as experiências que somam no decorrer dos anos na questão de educação indígena. Entre os assuntos discutidos estavam: esclarecimento dos direitos indígenas e legislação sobre educação indígena; discussão de implantação de educação indígena no alto rio Negro e a valorização dos conhecimentos tradicionais da língua nheengatú. (Foirn, 18/03/05)

TRANSFRONTEIRA

ÍNDIOS BRASILEIROS PROCURAM SOCORRO MÉDICO NA COLÔMBIA

A falta de repasse de recursos financeiros pela Funasa, órgão do Ministério da Saúde, para a Foirn está provocando a ida de índios brasileiros para a Colômbia, em busca de socorro médico. A ausência de recursos também é a causa do êxodo de profissionais de saúde. Desestimulados e sem condições básicas de trabalho, eles estão há meses sem receber salários. A denúncia consta da carta que a Foirn está encaminhando ao Ministro da Saúde, José Serra, assinada por cem lideranças indígenas da região conhecida como Cabeça do Cachorro, no noroeste da Amazônia brasileira.

A Foirn reconhece que a situação geral de assistência às comunidades indígenas teve um sopro de esperança no ano passado, com o início da implantação do DSEI-RN. Por meio dele, a Funasa celebrou convênios com várias ONGs locais e repassou recursos financeiros para a implantação de um sistema de atendimento descentralizado em 16 pólos-base espalhados pela região. Foram contratados médicos, dentistas, enfermeiros e 200 agentes indígenas de saúde e destinados recursos para capacitação, controle social, compra de medicamentos, embarcações rápidas, motores de popa e estações de radiofonia. Porém, a burocracia e a indefinição política estratégica da Funasa tornaram a renovação destes convênios, no início de 2001, uma novela desagradável. Nos últimos seis meses, comunidades indígenas que

vivem em vários rios na fronteira do Brasil com a Colômbia estão sem qualquer assistência de saúde. Isso tem provocado a ida de pacientes para as aldeias vizinhas da Colômbia em busca de socorro.

Felisberto Dias, índio Tukano, da comunidade S. Miguel, no rio Papuri, na linha de fronteira com a Colômbia, informou que vários pacientes estão sofrendo de doenças como diarreia, tuberculose ou por acidentes como mordidas de cobra e se vêem obrigados a se deslocar para Los Angeles, Acoaricoara e Monfort, em território colombiano, onde são atendidos mais rapidamente e ainda podem contar com transporte aéreo para serem removidos para Bogotá. Entretanto, a Colômbia já apresenta certa resistência em atender índios brasileiros. Seja porque levam em conta a existência do Distrito Sanitário, ou mesmo porque em algumas localidades, os próprios postos de saúde colombianos estão desabastecidos de remédios e combustível, por conta de medidas preventivas contra a guerrilha. (Noticias Socioambientais, ISA, 22/08/01)

COLOMBIANOS AMEAÇAM ÍNDIOS NO BRASIL

O Comando Militar da Amazônia (CMA) confirmou ontem oficialmente que está investigando a incursão de um grupo armado colombiano – possivelmente guerrilheiros das Farc – contra uma aldeia dos índios macus à margem do rio Apaporis, no Amazonas. Cerca de 200 índios, entre eles setenta crianças, chegaram há uma semana ao PEF de Vila Bittencourt, relatando que foram ameaçados de morte pelos colombianos se informassem ao Exército a invasão. O CMA confirma o incidente com os índios, bem como um tiroteio entre soldados do PEF e um grupo que viajava de barco pelo Apoporis e abriu fogo quando recebeu ordem de aproximar-se para inspeção. Mas afirma que, em ambos os casos, não há confirmação de que os agressores sejam guerrilheiros. Falando por telefone de Tabatinga, o chefe do posto da Funai na aldeia dos macus, Carlos Henrique Nantes, informou que ontem as primeiras famílias de índios começaram a retornar para a aldeia São José – a uma hora de vôo de Tabatinga. “A coisa começou a se tranquilizar”, disse Nantes.

Fontes policiais de Bogotá, ouvidas pelo JT, confirmaram que ao longo dos 1.600 km de fronteira com o Brasil “praticamente não há presença” do Estado colombiano, além de algumas guarnições militares cuja única ligação com o resto do país são aviões. “O território mesmo é controlado pela guerrilha, que mantém corredores pelos quais entram armas e suprimentos para as frentes de combate, dis-

postas em um arco na direção de Bogotá”, diz uma fonte. (Oesp, 07/03/02)

FUNAI CONFIRMA

A Funai confirmou a permanência de pouco mais de cem indígenas da etnia macu em Vila Bittencourt. Eles fazem parte da tribo da Aldeia São José, que há quase um mês fugiu de lá por medo de represálias de guerrilheiros colombianos. Os indígenas, que moram na fronteira, receberam a “visita” de três guerrilheiros e foram ameaçados de morte se o fato fosse relatado ao Exército Brasileiro. (A Crítica, 12/03/02)

COMUNIDADE RECLAMA DE GARIMPO À FOIRN

Em carta enviada a diretoria da Foirn, as lideranças indígenas da comunidade Vila S. José Mormes, situada no chamado Garimpo Tukano, nas proximidades da Serra do Traíra, pedem providências para resolver problemas que afligem os moradores: entrada de bebidas alcoólicas, conflitos, desrespeito às autoridades indígenas locais, não cumprimento de regras e invasão de brancos. O capitão da comunidade, Paulo Cristiano Peixoto Veiga e o vice Roberto Ferreira Marcondes, signatários da carta, convidam a Foirn para visitar a região.

O portador da carta, Agostinho Peixoto, que chegou à cidade de S. Gabriel vindo diretamente de Vila Mormes, onde reside, deu mais informações sobre o que está ocorrendo nesse local remoto, no extremo sudoeste da TI Alto Rio Negro. Segundo ele, há cerca de 35 moradores indígenas, entre algumas famílias e um grande número de homens solteiros, na maioria das etnias Desana e Tuyuka, oriundos do alto Tiquié. Além dos indígenas, vivem na comunidade cerca de 50 não indígenas, brasileiros e colombianos, envolvidos na extração ilegal de ouro. Essa comunidade é abastecida por sete cantineiros, brasileiros e colombianos, que trazem mercadorias e combustível da Vila Bittencourt, ao sul, e de La Pedrera e Garimpito, na Colômbia, locais onde a produção de ouro é comercializada. O preço do grama varia entre 19 e 23 reais.

O ouro vem sendo produzido em pequenas quantidades, com o uso de moto-bombas e “moinhos”, que tratam de separar o metal da rocha e do cascalho, com auxílio de dinamites e mercúrio. A Funai de S. Gabriel, em conjunto com a Foirn, está planejando uma visita ao local nos próximos dias, aproveitando que a Funasa tem previsto uma operação de vacinação com apoio de um helicóptero. Com os dados a serem obtidos nessa visita, seria possível planejar melhor uma operação de retirada dos

invasores, com apoio da PF sem cometer as injustiças e brutalidades ocorridas no passado com os moradores indígenas, em situações semelhantes. *(Beto Ricardo, ISA, 19/11/02)*

FOIRN APRESENTA DOCUMENTO PARA O DIÁLOGO DE MANAUS

No encerramento da segunda rodada do Diálogo de Manaus, que visou a elaboração de um termo de convivência cooperativa entre índios e militares, houve consenso quanto à criação de um GT Interministerial, com a participação de integrantes do exército, de organizações indígenas e de instituições de apoio, para continuar a discussão de um termo de convivência. A Foirn produziu na ocasião um documento contendo uma proposta para o termo de convivência. Bonifácio Baniwa, ex-presidente da organização, ao entregar o documento ressaltou que a necessidade da presença dos militares na região fronteira da Cabeça do Cachorro é reconhecida, embora tenha destacado que há vários anos tenta-se promover, sem sucesso, uma discussão com autoridades do governo federal sobre a relação entre índios e militares. *(ISA, 26/02/2003; para saber mais sobre o Diálogo de Manaus, ver o dossiê "Militares e índios" no capítulo "Desenvolvimento Regional")*

PF IDENTIFICA BASE DAS FARC

A Polícia Federal brasileira identificou um acampamento das Farc a 20 quilômetros da fronteira com o Brasil, próximo à aldeia dos índios tucanos, em Melo Franco, no Amazonas. Segundo a PF e o Exército, os guerrilheiros estão tentando aliciar índios e ex-soldados para reforçar suas tropas. De acordo com autoridades brasileiras, até crianças de oito anos foram procuradas pelos guerrilheiros para transportar armas na selva.

Hoje, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, inauguram uma delegacia de polícia em Melo Franco, mas agentes federais já estão no local há pelo menos um mês, investigando a cooptação dos índios. O posto avançado está dentro da aldeia, onde residem 60 pessoas. A maioria vive da agricultura de subsistência. *(Oesp, 29/04/03)*

PF PREPARA CADASTRO DE ÍNDIOS NA FRONTEIRA

Como parte da luta contra o narcotráfico e a ação da guerrilha colombiana, a PF está preparando um cadastro com fotos digitais de índios e ribeirinhos na divisa do país com a Colômbia. A meta do cadastro é chegar a 30 mil

pessoas, inclusive nas fronteiras com Peru e Bolívia. A PF vai construir até setembro 13 novas bases na região. Atualmente existem 10 bases na fronteira com a Colômbia. O cadastro com fotos é iniciativa do setor de inteligência policial para ter maior controle da área. Até agora, embora tenha dados de 11 mil pessoas, a PF não tinha fotos delas. *(Hugo Marques, JB, 04/05/03)*

FARC RECRUTAM ÍNDIOS BRASILEIROS

A Polícia Federal afirmou ter evidências de que as guerrilhas da Colômbia estão recrutando índios brasileiros. Segundo a Agência Reuters, as autoridades citaram o depoimento de dois índios que contaram ter sido pegos pelas Farc, mas conseguiram escapar, como prova do que acreditam ser um problema crescente. "Essa é a primeira prova oficial do recrutamento, baseado nas evidências de parentes dos recrutados", afirmou um porta-voz da PF na cidade de São Gabriel da Cachoeira, na região da Amazônia. "É uma confirmação de que as guerrilhas estão recrutando brasileiros, a maior parte deles índios". As autoridades também acreditam que as guerrilhas estão entrando em território brasileiro para forçar jovens índios a juntar-se a eles. *(JB, 04/10/03)*

EDUCAÇÃO INDÍGENA ALÉM DA FRONTEIRA

A Foirn e o ISA foram anfitriões de um seminário de cinco dias, na cidade de SGC, para intercâmbio de experiências inovadoras em educação indígena implantadas numa vasta região do noroeste amazônico que abrange Brasil, Colômbia e Venezuela. O evento foi organizado pela Foirn, ISA, Fundación Etnollano (Colômbia), Fundación Gaia (Colômbia), Organización de Pueblos Indígenas del Amazonas (Venezuela), Zona Educativa estado Amazonas (Venezuela). A oportunidade de troca de experiências faz parte da agenda da Canoa – Cooperação e Articulação do Noroeste Amazônico – uma rede que integra Ongs e organizações indígenas dos três países, com a perspectiva de promover processos de discussão, monitoramento e avaliação de projetos em comunidades indígenas nas áreas de saúde, educação e atividades produtivas. O encontro colocou em debate quatro temas tidos como estratégicos para a organização de um sistema de educação adequado aos interesses dos povos indígenas – políticas linguísticas, projetos políticos pedagógicos (ou orientações curriculares como denominam os países vizinhos), o uso dos conhecimentos tradicionais no espaço da escola e a implementação dessas con-

cepções pelas políticas públicas. *(Neide Esterci, ISA, 6/2/04)*

CANOA DISCUTE GOVERNABILIDADE

Intercâmbio entre organizações indígenas e socioambientais de Colômbia, Brasil e Venezuela fortalece o diálogo transfronteiriço sobre temas como educação, saúde e auto-governo. A região do noroeste amazônico abrange um corredor de territórios indígenas na Colômbia, Brasil e Venezuela importantes para a conservação de grandes bacias hidrográficas e para a vida de dezenas de povos indígenas. No entanto, ainda que compartilhem o mesmo território e sejam "vizinhos", poucas vezes essas comunidades e povos indígenas têm oportunidade de interagir. Este é o objetivo da Canoa – Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico, uma rede transfronteiriça de comunidades e organizações indígenas e não governamentais que visa otimizar esforços e criar um ambiente para políticas públicas criadas a partir das demandas dos povos.

Reunidos pela quarta vez entre 24 e 26/11 em Letícia, Colômbia, cerca de 50 representantes de comunidades e organizações trocaram idéias sobre as experiências que vêm realizando no campo da educação indígena, saúde, demarcação e ordenamento territorial, propriedade intelectual e cartografia. A rede é secretariada pela Fundação Gaia Amazonas e conta, pelo lado brasileiro, com a participação do ISA e da Foirn. *(Fernando Mathias, ISA, 01/12/05)*

ALTO RIO NEGRO / XIÉ

BALCÃO DA CIDADANIA EMITE MAIS DE MIL DOCUMENTOS

Encerrou-se em 22/09 mais uma etapa do projeto desenvolvido pela Foirn. Dessa vez, foram providenciados documentos para os Werekena, do rio Xié, na TI Alto Rio Negro, e integrantes da Associação das Comunidades Indígenas Putyra Kapuamo (ACIPK), na TI Médio Rio Negro I. Devido a dificuldades de se chegar às comunidades mais distantes, foram estabelecidos dois pólos de atendimento formados por barcos do convênio da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, ao longo do rio Xié. Assim, parte dos Werekena se reuniu na aldeia Cumati Cachoeira – onde foram expedidos cerca de 350 documentos – enquanto outros grupos foram atendidos na aldeia Vila Nova, onde mais de 400 documentos foram emitidos incluindo certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, CPF e registro de casamento civil. Já no rio Negro, a equipe atendeu integrantes da Associação das

COMUNIDADES DO XIÉ QUEREM LEVAR PRODUTOS DE PIAÇAVA AO MERCADO JUSTO

Os povos indígenas do rio Xié, na bacia do rio Negro, decidem investir na produção de artefatos de piaçava para evitar a desvalorização da matéria-prima nos negócios com comerciantes regionais, aumentar a autonomia das comunidades, a renda dos artesãos e contribuir para proteger a biodiversidade amazônica.

O Curupira é considerado pela maioria dos habitantes da Amazônia como o dono ou o guardião da floresta. Na mitologia do povo indígena Werekena, que habita o rio Xié, na bacia do rio Negro, extremo noroeste da Amazônia brasileira, o Curupira recebe este poder de um ser ancestral chamado Napirure. Ao morrer, Napirure lhe delegou a missão de cuidar de todos os animais e plantas presentes na natureza. "Ele era o nosso Deus. Ensinava-nos tudo: como benzer, tipos de remédios, danças, enfeites" conta o werekena Luís Cândido. "Antes de morrer, Napirure foi tirando pêlos do seu próprio corpo e plantando-os na floresta."

O artesanato de piaçava é uma tradição entre os povos do Xié, que remetem à planta os poderes do Curupira Segundo os Werekena do rio Xié, de cada parte do corpo de Napirure, brotou uma variedade de vida – planta ou animal. Existiam plantas "para o bem", como as medicinais, e outras "para o mal", as venenosas. Dentre essas, nasceu a piaçabeira (Leopoldinia piassaba), cujo tronco é densamente revestido por fibras – grossas como os cabelos do Curupira. Daí o nome popular "piaçava", que significa "pêlos que saem de dentro do coração da árvore". E, assim, o Curupira se tornou também o "dono" da piaçava.

Por muitos anos a piaçava foi utilizada pelos povos do rio Xié, como os Werekana e os Baré, como matéria-prima para a produção de vassouras e cordames. Com a chegada das fibras de nylon nos anos 30, os índios passaram a negociar a piaçava bruta na troca por produtos industrializados trazidos pelos regatões, os barcos que navegam pelos rios da Amazônia como entrepostos comerciais ambulantes. Contudo, nos últimos anos, o preço de mercado da piaçava bruta vem decaindo, gerando o endividamento progressivo daqueles que dependem de sua comercialização para adquirir insumos e produtos industrializados trazidos pelos regatões. E agravou ainda mais a relação de dependência dos extrativistas da piaçava com os comerciantes.

A novidade nessa história toda é que apesar da queda do preço bruto da piaçava o valor de mercado de produtos artesanais feitos com a piaçava tende a aumentar. Ademais, hoje em dia, os werekena e baré do rio Xié estão organizados em associações, as quais podem atuar diretamente na intermediação e escoamento do produto indígena. Diante dessas mudanças, as comunidades indígenas dessa região estão apostando na valorização do produto artesanal da piaçava. A idéia é conseguir preços justos para que a atividade seja economicamente interessante aos artesãos. O primeiro passo nessa direção foi dado entre os dias 26 e 29 de junho, quando a Associação das Comunidades Indígenas do rio Xié (Acirx) realizou uma Oficina de Mestres Artesãos na aldeia Tunum e reuniu cerca de 20 artesãos e artesãs indígenas. A oficina contou com

o apoio do ISA, da Foirn e da Coordenadoria Regional do Alto Rio Negro e Xié (Cairn).

O encontro marca o início de uma nova relação entre a produção tradicional da piaçava e o mercado regional, deixando para trás o modelo no qual a matéria-prima era extraída sem manejo e sem valor agregado para um novo padrão, com produtos artesanais ricos em histórias, que possa fortalecer a associação indígena que gerencia o processo, gerar renda aos artesãos e suas comunidades e contribuir para proteger a biodiversidade amazônica. "Fazer e vender a vassoura é melhor do que as toneladas de piraiabas que vendíamos para o regatão", diz Renato Tomas, artesão werekena de São José. Piraiaba é um conjunto de fibras amarradas em forma cônica, que se assemelha ao peixe homônimo típico da região.

Durante os três dias de trabalho, o grupo mostrou sua coleção de produtos, discutiu o manejo adequado das plantas e definiu a "linha de produtos" que será oferecida ao mercado, além de tamanhos, preços e indicadores de qualidade. E optou pela feitura de vassouras e suportes de panela chamados de "arraia putiá", que em língua geral quer dizer "peito de arraia". As primeiras são delicadamente trançadas na parte superior e amarradas com cipó-títica, jacitara ou com fio de tucum – outras palmeiras típicas da região amazônica – protegido com breu, para dar mais durabilidade e flexibilidade ao fio. Podem ser usadas para varrer lajeiras ou na decoração. Os suportes são feitos em três tamanhos, formando um conjunto único para venda.

Inicialmente os produtos serão vendidos na Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro, um espaço criado pela Foirn para valorizar o trabalho dos artesãos indígenas rio negrinos e abrir novos canais para a comercialização. O objetivo é primeiro fortalecer a organização da produção para depois oferecer o produto aos grandes centros consumidores. Com o apoio do ISA, estão sendo feitos testes de mercado e em breve os produtos serão acompanhados por livrinhos de bolso contando a sua história e por etiquetas com logomarca do projeto. O sistema de trocas com os regatões – como são conhecidos os comerciantes ambulantes fluviais

que fornece mercadorias, muitas vezes a preços extorsivos, em troca de produtos locais - é uma das práticas mais antigas no uso e comércio de recursos naturais da Amazônia. Suas conseqüências também são bastante conhecidas. Frequentemente, o sistema promove um aviamento dos moradores de comunidades distantes de centros urbanos, como é chamado o endividamento permanente de indivíduos.

O antropólogo Márcio Meira tratou do tema em sua tese de mestrado "O Tempo dos Patrões – Extrativismo da Piaçava entre os Índios do Rio Xié (Alto Rio Negro)", publicado em 1993. Meira diz que a atividade extrativista pelos índios no rio Xié se assemelha à semi-escravidão "na medida em que a piaçava representa, juntamente com o cipó, o único recurso natural cuja comercialização permite o acesso (...) a alguns itens industrializados de que necessitam...".

Parte do problema reside na negociação injusta entre os produtos trazidos pelos barcos, cujos preços são até 150% mais caros do que em relação aos praticados em Manaus – e aqueles oferecidos pelos moradores ribeirinhos, geralmente depreciados pelos comerciantes. Os regatões controlam o fluxo de mercadorias, definem preços e raramente agregam o valor justo aos produtos ofertados pelos povos indígenas.

A extração da piaçava é uma atividade perigosa. Não pode ser feita sem que o artesão tenha à mão um pedaço de pau para espantar os animais peçonhentos que se escondem entre as fibras da árvore – como jararacas e escorpiões, entre outros. O trabalho é árduo e requer tempo e cautela – os piaçabais geralmente ficam distantes das aldeias e a atividade pode durar semanas.

Segundo os índios, nada disso é levado em conta pelos comerciantes. "Há muita exploração. Com uma dúzia de vassouras, se compra um fardo de sal. Para comprar uma rede, são necessárias duas dúzias", revela o artesão Nazildo, da comunidade de Anamoim, que produz, junto com a esposa, até sete vassouras por dia. "É uma coisa muito difícil porque os regatões costumam deixar fiado e nós nunca saímos da mão deles". (Natalie Unterstell e Carla de Jesus Dias, ISA, 06/07/05)



Depois da oficina na aldeia Tunum, um primeiro lote de vassouras de piaçava do Xié é entregue por dirigentes da ACIRX na Wariró em S. Gabriel.

ROBERTA DABIBARISA 2005

Comunidades Indígenas Putyra Kapuamo (ACIPK), na aldeia de Ilha das Flores, que reúne índios de diversas etnias, expedindo cerca de 300 documentos. Além de emitir a documentação gratuitamente, a equipe do Balcão da Cidadania, com o apoio do MPE do Amazonas, deu explicações sobre as eleições, com a realização de palestras e distribuição de cartazes informativos. (ISA, 08/10/02)

VEREADORES LEVAM BEBIDA ALCOÓLICA

Durante a Semana Santa, de 23 a 29 de março de 2005, o vereador Diógenes Garcia e o presidente da Câmara de Vereadores, Orlando Nogueira, estiveram no Rio Xié e Rio Negro para participar de reuniões comunitárias, levando consigo vários isopores cheios de garrafas de bebida alcoólica. As comunidades denunciaram o ato no posto de vigilância e fiscalização da Funai na foz do Xié. Os líderes indígenas alegaram que para encobrir as garrafas, os vereadores deixaram por cima vários frangos congelados e que ao retirar a bebida, voltavam a cobri-las novamente.

Os dois vereadores passaram pelas comunidades de Vila Nova, Campinas, Cumati-Cachoeira, Tucano, Anamuim, Cunuri-Ponta e São José (Maratúna), todas do Rio Xié, e no Rio Negro pelas comunidades de Juruti e Tabocal dos Pereiras. Em todas, os dois deixaram bebidas. O pároco de Cucuí, José Vidal presenciou a cena da distribuição e a embriagues das pessoas nas comunidades de Anamuim e Tucano. Indignado, o mesmo enviou uma carta denúncia à Funai. "Como pároco dessa região, não aceito este tipo de atitude, especialmente por pessoas que trabalham pelo bem estar destes povos. Com essa forma de agir, estão atrapalhando todo um trabalho que as organizações vem fazendo e que querem o bem estar dos povos desta região", afirmou o padre na carta.

De acordo com o Estatuto do Índio, no que tange a crimes contra os índios, o Art. 58, inciso III, diz que "propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais, nas comunidades Indígenas ou entre índios a pena de detenção é de seis meses a dois anos". ISA, com base no ofício de nº 106/GAB/ARE/SGC-AM de 06/04/05; Mem nº 032/SEAS/ERA/SGC- Funai de 01/04/05; Carta da Paróquia de Cucuí à Funai Regional, de 28/03/05)

COMUNIDADES RECLAMAM DE REGATÕES

Por diversas ocasiões a Funai tem recebido queixas da presença de dois regatões que traçaram há muitos anos pelo rio Xié e que vêm

incomodando as comunidades. Os nomes apontados pelas lideranças locais são dos comerciantes, Nivaldo Amazonense e Ronil Garrido. O primeiro deles costuma vender bebida alcoólica nas comunidades do Xié, infringindo o Estatuto do Índio, que proíbe a venda de bebida alcoólica em Terra Indígena. O capitão Euzébio Henrique Damázio, da comunidade de Vila Nova, denunciou o episódio onde o dito regatão em uma das suas viagens, deixou na comunidade várias garrafas de cachaça. Ronil Garrido tem sido alvo de reclamações devido à exploração que o mesmo pratica ao comprar o cipó títica das comunidades. Além de pagar um valor muito baixo pela fibra, o comerciante não aceita comprar outros produtos oferecidos como, farinha e beiju, exigindo somente o cipó. Em reunião no dia 25 de outubro de 2005, a ACIRX-Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié, discutiu o problema e decidiu que os dois regatões devem pagar um preço justo pela fibra e comprar outros produtos que as comunidades vêm fabricando. A ACIRX enviou documento para que Funai legitime sua decisão e permita a presença dos regatões no rio por somente 10 dias. (Resumo baseado no Of. Memo n.002-Posto da foz do Xié de 06/04/05; Relatório de viagem de 18/11/05. PFV Xié; Carta ata da ACIRX de 06/11/05)

COMUNIDADES REIVINDICAM DEMARCAÇÃO

Há mais de dois anos, a homologação das TIs Indígenas de Marabitanas -Cué Cué e TI Balaio está pendente no Ministério da Justiça. A delimitação e o levantamento antropológico, já foram realizados pela antropóloga Eliane Pequeno da Funai. Devido à algumas intervenções no processo, as TIs ainda não foram homologadas, causando revolta nas comunidades do Rio Negro acima. Uma das intervenções trata-se de uma carta que Alexandre Kirovsky, ex-diretor do Parque Nacional do Pico da Neblina, enviou ao Ministério da Justiça protestando quanto a homologação da TI Balaio, afirmando que o lugar não é tradicional dos grupos indígenas que lá habitam e que a área está sobreposta ao Parque Nacional e à Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos. Entretanto, quando o ex-diretor enviou a carta, o prazo para contestações já havia encerrado há três meses. Mesmo assim, os argumentos do mesmo foram levados em consideração.

Em vários eventos realizados nesse período, a homologação é pauta dentro das discussões das comunidades. Cartas já foram escritas e enviadas à Funai e ao Ministério Público Federal, protestando sobre a demora do processo. Num desses eventos, realizado em 3 a 5 de junho de 2005, a AIDICC-Associação Indígena de De-

envolvimento Comunitário de Cucuí e a OCIARN-Organização das Comunidades Indígenas do alto Rio Negro, redigiram uma carta afirmando temer que suas terras continuem sendo invadidas por madeireiros e garimpeiros e que a demarcação é uma forma de garantir o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam. Segundo Bento dos Santos, de etnia baré, vice-presidente da OCIARN, a demarcação é um anseio antigo das comunidades rio negrinas e sem ela não há como elaborar projetos de sustentabilidade que respeitem a cultura local. (Baseado nos documentos: Memo nº 142/GAB/ERA/SGC-AM da Funai de 22 de julho de 2005; Carta Solicitação OCIARN e AIDICC de 05/06/05; Carta-comunicado da OCIARN para Foirn em virtude da Assembléia realizada em agosto de 2005; Carta Solicitação da Foirn à Funai Regional, de 09/12/05)

MÉDIO RIO NEGRO

FALHA TENTATIVA DE IMPEDIR DEMARCAÇÃO

A 2ª Turma do STF negou provimento, dia 23 de março, ao recurso do Estado do Amazonas contra a demarcação das TIs Médio Rio Negro, Rio Téa e Rio Apapóris. O ministro Gilmar Mendes, relator do acórdão, entendeu que o mandado de segurança não se presta a discutir a dominialidade das terras indígenas questionadas. A demarcação das terras indígenas da região do Rio Negro foi consolidada e concluída, em processo inédito de demarcação participativa feita pelos próprios indígenas, em 1998. O mandado de segurança impetrado pelo Estado do Amazonas data de 1994, época em que a portaria de declaração dos limites das referidas terras foi publicada no Diário Oficial. Em abril de 2003, quase dez anos após o ajuizamento da ação, o Estado do Amazonas voltou a centrar esforços para detonar a demarcação das terras indígenas, solicitando a realização de sustentação oral no STF para defender sua posição. Em face da ameaça de retrocesso no reconhecimento dos direitos territoriais dos povos do Rio Negro, a Foirn enviou imediatamente carta ao governador Eduardo Braga solicitando a desistência do recurso. A Foirn havia sido surpreendida pelo fato de o governo daquele estado questionar as demarcações, ao mesmo tempo em que vinha trabalhando em diversas iniciativas de parceria com os povos indígenas, especialmente por meio da Fundação Estadual de Política Indigenista (Fepi), órgão responsável por articular tais parcerias, atualmente dirigido por um indígena justamente da região do rio Negro.

A decisão do STF mostra que as manobras políticas feitas pelo governo do AM para minar as

demarcações não surtiram efeito no plano jurídico: a ação foi finalmente julgada improcedente, ainda que contra a vontade do estado e dos municípios. No plano político, entretanto, os estragos causados pela insistência do governo em manter viva essa ameaça aos direitos territoriais dos povos indígenas são irreversíveis. Desgastaram a confiança dos povos indígenas em um governo cujas políticas declaradas supostamente valorizavam e beneficiavam os povos indígenas, mas que por trás das cortinas, conspira contra seus direitos territoriais. (Fernando Mathias, ISA, 29/03/04)

ASSEMBLÉIA DA ASIBA REIVINDICA DIREITOS

Nos dias 26, 27 e 28/10 ocorreu na cidade de Barcelos, Amazonas, a III Assembléia Geral da Associação Indígena de Barcelos (Asiba) – filiada à Foirn e à Coiab. Além de um panorama dos trabalhos realizados durante o ano, os participantes fizeram reivindicações relativas aos direitos indígenas. Estiveram presentes ao encontro mais de 500 pessoas, entre convidados, autoridades e residentes de bairros de Barcelos e de regiões vizinhas, pertencentes às etnias Baré, Tucano, Desana, Baniwa, Werekueña, Tariana, Arapaço, Tuyuca, Piratapuia, Apurinã, Lanaua e Canamari.

Um tema de destaque da reunião foi a demarcação das terras de várias comunidades indígenas localizadas no baixo rio Negro, que sofrem constante invasão por geladores (pessoas que pescam e congelam peixes), empresas de turismo e de extração de minérios. A questão fundiária constitui atualmente um dos principais empecilhos ao pleno gozo da cidadania indígena no município de Barcelos. Para tentar reverter essa situação, abaixo-assinados foram entregues pelas lideranças presentes ao administrador regional da Funai em Manaus, Benedito Rangel Moraes. Neles, os índios solicitam a garantia constitucional de seus direitos territoriais. Outra questão debatida na plenária foi a excessiva exploração, pelos patrões, da força de trabalho de piaçabeiros (que recolhem piaçava) e piabeiros (que capturam peixes, em geral para aquários).

De modo geral, foram apresentadas durante o evento as atividades desenvolvidas pela Asiba no decorrer deste ano. O presidente da associação, Clarindo Campos Tariano, destacou a parceria com a ONG Caldes Solidaria, de Barcelona, Espanha, e com a Universidade de Barcelona, que propiciou a realização de um projeto de consolidação institucional e um levantamento sobre a agricultura indígena em Barcelos. Mencionou-se ainda a criação dos departamentos de artesanato e de agricultura, como indicativos do crescimento das deman-

das e da colaboração dos associados com a diretoria.

Também em 2001, a Asiba assumiu o controle social do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI/RN) no município e orientou a formação do Conselho Local de Saúde Indígena, por meio de visitas às comunidades e sítios do interior, para fornecer subsídios que auxiliem na escolha dos conselheiros pelos usuários.

Um momento extremamente relevante da Assembléia foi a criação de um departamento de mulheres indígenas na associação. A iniciativa foi uma resposta às reivindicações das mulheres presentes ao encontro, que consideraram fundamental a existência de uma instância para tratar dos seus problemas e interesses específicos. (Sidnei Peres, antropólogo da UFF, 14/11/01)

PIABEIROS, PESCADORES E TURISTAS NO BAIXO RIO NEGRO

As constantes denúncias de invasões de piaçaveiros, piabeiros, mineradores e turistas de pesca esportiva, vindas das comunidades do Baixo Rio Negro, mobilizou o Projeto de Fiscalização da Foirn juntamente com a Funai, a organizar uma expedição ao local a fim de averiguar in loco os problemas ocorrentes. A viagem partiu de São Gabriel da Cachoeira e foi até Santa Isabel do Rio Negro durante os dias 25 a 29 de julho de 2005. Na equipe também estava um representante do Exército e o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro.

No Baixo Rio Negro habitam indígenas das etnias baniwa, baré, tukano, nadeb e piratapuia. Na comunidade Castanheiro os moradores informaram à equipe que estão sendo incomodados por empresários de peixes ornamentais conhecidos como “piabeiros”, sobretudo pelo comerciante não-indígena Francisco Xavier, que é uma espécie de “patrão” na região. Xavier vende o material de pesca para os pescadores indígenas e por ser o único fornecedor desses instrumentos, o mesmo tira vantagens da situação pagando somente R\$ 10,00 pelo milheiro, ficando quase nada para o pescador. O dito comerciante também circula na foz do Rio Cauburis, afluente do Negro. O Chefe do Posto da Funai do local registrou uma denúncia no 28 de outubro de 2004, quando Xavier estava na área sem permissão e com mais de 100 milheiros de peixes ornamentais e 200 caçapas.

No Rio Téa, os pescadores ditos “esportivos” chegam no período de verão, físgam os peixes e soltam. Os indígenas do lugar informaram que as feridas na boca dos peixes os leva ao emagrecimento e posteriormente à morte.

Relataram também que no dia seguinte às pescarias, amanhecem vários tucunarés mortos nos lagos. Os moradores acham que se não houver uma política de controle de pesca, em pouco tempo o peixe acabará juntamente com a única fonte de renda da população local. Disseram ainda que não querem a presença de pescadores vindos de Santa Isabel para entrar na área de pesca, pois a prática é para beneficiar as comunidades daquela região. No Téa, os pescadores também são fregueses dos seus patrões, essa situação retrata o injusto sistema de aviamento que ainda impera no Baixo Rio Negro. O pescador trabalha em troca de uma alimentação superfaturada, cuja lata de óleo chega a custar R\$ 10,00 e a lata de farinha R\$ 40,00. Durante a temporada de pesca, o patrão vai fornecendo a mercadoria para o pescador indígena e no final do mês, a dívida está maior do que receberia pela pescaria. E assim o indígena obrigatoriamente trabalhará na próxima temporada. Quando o freguês se nega a pagar, o patrão se apropria de pertences do pescador, geralmente motor rabeta, canoas e outros materiais necessários à sobrevivência na comunidade.

Quando termina a temporada no rio Téa, os turistas vão para o Uneuixí. Nessa região, as comunidades de Nazaré, Tabocal e Bacuri, sofrem muito mais em virtude de não ser uma área demarcada como Terra Indígena. Os moradores alegaram que os peixes ornamentais estão acabando devido à pesca descontrolada, pois os peixes são retirados fora do seu tamanho normal sem dar tempo de se reproduzirem. Além dos peixes, muitos quelônios em período de desova, são pescados com arrastão. O capitão Ananias da comunidade de Bacuri, informou à Funai que durante o ano inteiro, vem pessoas de toda parte do Brasil e do mundo, sobretudo no período de vazante. “Eles chegam com motores de alta potência e grandes voadeiras”, contou Admilson, filho de Ananias. “Uma vez me levaram para mostrar onde ficavam os lagos. Quando chegamos lá começaram a pesca tucunarés. Não demorou muito chegou um avião pequeno, daqueles que poucam na água. Imediatamente começaram a tirar os buchos de Tucunarés com ovas, como eles tinham todo material completo dentro dos aviões, começaram a colocar nas vasilhas quando encheu foram embora. Um detalhe eles só aproveitam as ovas e a carne não. Uns deles soltam os peixes e outros antes de soltar aplicam uma injeção no peixe, só que eles não agüentam, com o tempo, emagrecem e morrem”, relatou Admilson.

Em Nazaré do Uneuixí, os moradores também disseram que durante o verão começam a chegar os grandes iates e voadeiras com motos de 50 hp transportando pescadores esportivos,

com destino ao Téa e ao Uneuixí. Além do tucunaré, as piranhas também são alvo dos pescadores. Ao físgarem o peixe, retiram somente os dentes e jogam o restante fora. Os moradores relataram à equipe que existe uma premiação para o pescador que físgar o maior peixe e o principal organizador dessas competições é um americano dono de Hotel de Selva próximo a Santa Isabel, conhecido como Felipe. Esses empresários da pesca esportiva pedem às comunidade para que não demarquem aquela área como Terra Indígena, pois assim não será mais possível praticar o turismo naquela região.

Ao ouvirem todas as denúncias e a gravidade do caso, a equipe de fiscalização organizou uma Mobilização que ocorreu no dia 08 de setembro de 2005, em Tabocal do Uneuixí com o objetivo de levantar soluções para sanar os problemas de invasões sofridos no baixo Rio Negro. Participaram vários capitães e membros das comunidades, juntamente com representantes da Funai, Foirn, organizações indígenas locais e Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro. Como resultado do encontro ficaram as seguintes propostas:

- Criação de um posto de vigilância e fiscalização na foz do Rio Téa e Uneuixí por meio de parceria com a prefeitura de Santa Isabel, Funai e Foirn, incluindo também a nomeação de um chefe de posto. Entretanto, isso dependeria da volta do DAS-Diretoria de Assessoramento Superior- para Funai de SGC que foi removido para Tabatinga. Esse departamento permite que a Funai nomeie funcionários sem precisar passar por concurso público. O administrador da Funai, Henrique Vaz, estava presente e se comprometeu em articular a devolução do DAS à regional de São Gabriel da Cacheeira;
- A Secretaria de Meio Ambiente de Santa Isabel do Rio Negro deve se aproximar das populações ribeirinhas que residem nas comunidades onde a terra não está demarcada, isso seria uma forma de conter os piabeiros e turistas de pesca esportiva;
- Intensificar a fiscalização na região durante o verão;
- Qualquer pessoa que desejar entrar nos rios e lagos da região deverá consultar as comunidades previamente;
- Não será permitida a pesca de tucunaré e nenhum outro peixe nos lagos e rios da abrangência das comunidades. Pois essa prática tem afugentado os peixes diminuindo a quantidade de cada vez mais.
- Construção de um núcleo da Funai em Santa Isabel do Rio Negro;
- Demarcação imediata das terras onde estão localizadas as comunidades do Rio Uneuixí e

Rio Preto. Essa é uma forma de manter os direitos das comunidades indígenas respeitados e garantidos por Lei. Foram recolhidas várias assinaturas para ser anexada a um pedido de demarcação que será enviado à Funai BSB e ao Ministério Público Federal. *(Baseado em: Relatório de viagem da equipe de Proteção e Fiscalização da Foirn e Funai ao rio Téa, Enuixí, Inambú e Marié em 01/08/05; Relatório de viagens de vigilância e fiscalização em terras indígenas dos postos do rio Téa, com recurso do Depima do Posto da Foz do Cauburis de 05/11/04. Chefe do Posto: Guilherme Veloso Costa.; Relatório de viagem do Projeto de Proteção e Fiscalização da Foirn referente à Mobilização ocorrida em Tabocal do Enuixí, no dia 08/09/05.; Relatório do chefe do posto da Funai na Foz do Rio Cauburis, Guilherme Costa Veloso. Data: 02/12/04)*

MINERADORA COM LICENÇA DE PESQUISA VENCIDA

Durante uma expedição de fiscalização da Funai e Foirn em julho de 2005, foi encontrado na foz do Rio Marié, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Demóstenes Ferreira Nunes, representante da empresa Britânia da Amazônia Ltda e mais quatro homens que estavam com equipamentos de garimpagem. Nunes informou que a empresa estava analisando a quantidade de minérios de tantalita e colômbita naquela área, para posteriormente iniciar a exploração. O mesmo ressaltou que área de pesquisada encontra-se fora da Terra Indígena. Porém para se chegar até o local é preciso entrar pela foz do Rio Marié que fica dentro da área demarcada Médio Rio Negro I, que segundo Denivaldo Cruz, coordenador do Projeto de Fiscalização da Foirn, é necessário uma permissão da comunidade de Tapuruquara Mirim localizada na foz do Marié, para que essa equipe entre no rio. Os fiscais observaram que a licença de pesquisa liberada pelo DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral para Britânia era de 19 de novembro de 2002 (licença nº 7439) cujos termos determinava o prazo de pesquisa para três anos, ou seja, a licença já estava vencida. A Funai Regional foi informada e solicitou que a mineradora só retornasse ao local quando a licença fosse renovada. Como determinação, a equipe de fiscalização disse aos mineradores que não entrassem em contato com as comunidades do Rio Marié e não deixassem lixo no local onde for montado acampamento no retorno da pesquisa. *(ISA, com base no Relatório de viagem da equipe de Proteção e Fiscalização da Foirn e Funai ao rio Téa, Enuixí, Inambú e Marié em 01/08/05; Licença DNPM nº 7439 de novembro de 2002)*

COMUNIDADES DENUNCIAM PRESENÇA DE MINERADOR

A comunidade de Maçarabi, Terra Indígena Médio Rio Negro II, vem sofrendo com a presença do minerador Antônio Carlos Duarte Alecrim que está explorando seixo naquela região. Segundo depoimento dos moradores, a licença do mesmo é para pesquisar minério, porém o minerador vem retirando de uma só vez 8 balsas cheias de seixo e levando para serem vendidas em São Gabriel da Cacheira. Por meio de uma carta denúncia, a comunidade afirmou estar ciente de seus direitos no que tange à interferências na sua área, já que se trata de uma TI demarcada e homologada. E qualquer retirada de minério, deverá ter autorização da comunidade. Na carta, a comunidade propõe ao minerador que se ele continuar retirando o minério, deverá pagar à comunidade 30% do valor de cada balsa, caso contrário deverá se retirar da região. Segundo os termos da licença do DNPM (nº 1.752, de 01/03/05) liberada para o minerador, a área para pesquisa é de 50 hectares, dentro dos limites de Santa Isabel do Rio Negro. A comunidade alega que o minerador está ultrapassando a área de pesquisa e explorando os minérios numa região que não correspondia à licença. Em resposta, o minerador se manifestou enviou uma outra carta à Maçarabi, afirmando que a comunidade estava sendo orientada por pessoas “mal intencionadas e mal informadas”, pois ele estava agindo dentro da legislação federal específica no que tange à exploração de rios e afluentes. O mesmo disse que interpretou a proposta da comunidade como um “crime de ameaça e extorsão” e de acordo com as leis do Brasil, ele tem direito a legítima defesa, “repelindo com a mesma intensidade a agressão sofrida”. *(ISA, com base na carta denúncia redigida pela comunidade de Maçarabi e encaminhada à Antônio Duarte Alecrim; carta resposta de Antônio Duarte Alecrim à comunidade de Maçarabi; Licença DNPM 1.752 de 01/03/05)*

AGRESSÕES PRATICADAS POR PATRÕES DA PIAÇAVA

A comunidade de Nazeré do Uneuixí, localizada na foz do Rio Uneuixí próximo à cidade de Santa Isabel do Rio Negro, se reuniu no dia 25 de julho de 2005, para tratar do caso de agressões sofridas por indígenas que são fregueses de extratores de piaçava. Um dos acusados é o piaçaveiro Francisco Costa Bezerra, que além de agredir os seus fregueses também é acusado de não fazer o pagamento das pessoas que trabalham para ele. Uma das vítimas, é o indígena conhecido por Marivaldo, de acordo com

seu depoimento, o patrão o agrediu com “terçadas”. Francisco Bezerra que estava presente, admitiu que havia cometido a violência depois de ter constatado que Marivaldo estava embriagado e havia respondido ao patrão. A mãe da vítima informou que ao saber do ocorrido, procurou seu filho no local de trabalho e tentou falar com ele, mas o patrão não permitiu. Francisco Bezerra se defendeu das acusações afirmando que não maltrata seus fregueses e que entrega seus talões de pagamento tudo em dia conforme a produção de cada um. O representante da ACMIRN Augusto Fonseca que estava na reunião, disse que dentro da área demarcada a comunidade é quem decide o desfecho dos acontecimentos e que se fosse necessário, ela poderia acionar a Polícia Federal, Funai e IBAMA a qualquer momento. Bezerra retira piaçava do Igarapé Téa-Mirim, que fica dentro da Terra Indígena Rio Téa. Por não haver comunidades nessa região, a comunidade de Nazaré do Uneuxí recebeu orientação da Funai e do Projeto de Proteção e Fiscalização da Foimn de fazer o controle das pessoas que entram e saem daquela área. Como desfecho do caso, a comunidade decidiu fechar o igarapé Téa-Mirim para qualquer pessoa que tente extrair piaçava e outros produtos daquela área. *(ISA, com base na Ata de reunião sobre maus tratos ocorridos na comunidade de Nazaré do Uneuxí, em julho de 2005; Relatório de viagem da equipe de Proteção e Fiscalização da Foimn e Funai ao rio Téa, Enuixí, Inambú e Marié em 01/08/05)*

IÇANA / AIARI

CESTARIA BANIWA GANHA PRÊMIO DA FGV

A tradição dos índios baniwas determina que o menino só se torna homem quando domina a arte da cestaria. Para ser mulher, a menina deve receber de presente algum artesanato do rapaz. Esse ritual acontece há mais de dois mil anos. Só que os baniwas, etnia que vive às margens do rio Içana, quase na fronteira do Amazonas com a Colômbia e a Venezuela, descobriram também a arte de vender cestaria. Com direito a prêmio e menção honrosa. O principal deles foi dado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no final do ano passado. A arte dos índios concorreu com 720 inscritos na premiação e levou R\$ 20 mil com a vitória na categoria Gestão Pública. O montante, patrocinado pela Ford e pelo BNDES, soma-se a outros R\$ 7 mil, conquistados em outra premiação, na categoria “Ideia Inovadora em Mobilização de Recursos”, do Prêmio Empreendedor Social Ashoka-McKinsey. O objetivo do prê-

mio Ashoka, uma organização internacional sem fins lucrativos, é promover conceitos de negócios inovadores e capacitar Organizações da Sociedade Civil a desenvolver planos de negócios para seus projetos sociais, envolvendo sustentabilidade e planejamento profissional. *(Flávio Sampaio, Valor Econômico, 07/01/02)*

“ARTE BANIWA” RECEBE MAIS UM PRÊMIO

No dia 13/06, o Projeto Arte Baniwa recebeu US\$ 5 mil do Prêmio Banco Mundial de Cidadania, voltado a idéias criativas e experiências que sejam inovadoras, replicáveis e tragam em suas ações o compromisso com a democratização do conhecimento. Além de premiações entre US\$ 25 mil e US\$ 5 mil aos 26 projetos vencedores, as 100 instituições selecionadas neste ano pelo Comitê Curador participaram do Encontro Nacional de Experiências Sociais e de um seminário de capacitação básica para fortalecimento institucional, realizados entre 10 e 13/06 em Brasília. Para essas atividades, foram disponibilizados US\$ 1 mil para cada instituição.

O Projeto Arte Baniwa é resultado de uma parceria por meio da qual o ISA responsabiliza-se pelo plano de negócios, documentação e estabelecimento de vínculos com o mercado para a venda da cestaria baniwa, e os índios, pela gestão do negócio. *(ISA, 14/06/02)*

PF E FUNAI DESTROEM GARIMPO NA SERRA DO CAPARRO

Moradores de comunidades baniwa, TI Alto Rio Negro, denunciaram a presença de garimpeiros na região conhecida como Serra do Caparro, localizada no rio Cuiari, afluente do rio Içana. Uma equipe composta por 14 policiais federais e representante da Funai se deslocou para região a fim de averiguar as denúncias e destruir uma possível pista clandestina que estava sendo utilizada pelos garimpeiros para transportar o minério tantalita. Segundo informações dos moradores da região, ouvia-se barulho de avião até mesmo durante a noite. Embarcações desconhecidas costumavam seguir ao longo do rio Cuiari, rumo ao igarapé do Caparro sem qualquer tipo de autorização das comunidades ribeirinhas.

No local, a equipe encontrou somente vestígios de garimpagem e maquinário usado há poucos dias, devido ao estado de conservação dos motores. A pista foi encontrada não muito distante das escavações. Os policiais destruíram todas as máquinas e explodiram a pista. A operação durou cinco dias. *(Baseado no relatório da Funai de 31/07/02/AER-SGC)*

FAB BOMBARDEIA PISTA

Aviões da FAB bombardearam ontem a chamada pista de pouso do Caparro, no morro de mesmo nome no Estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia. Essa pista já havia sido destruída pela PF em setembro do ano passado. Mesmo com três crateras abertas por dinamites, em junho os narcotraficantes voltaram a operá-la com aviões pequenos, de acordo com índios de aldeias próximas. Os índios constataram diversas marcas de pneus no leito da pista de 1.800 m de comprimento e 20 m de largura. Ontem, a Aeronáutica anunciou a destruição total da pista. Caças AMX e F-5 se deslocaram da Base Aérea de Manaus para a operação. *(FSP, 06/11/03)*

SUSTENTABILIDADE DA CESTARIA BANIWA

Na quinta-feira (29/7), o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético aprovou um dos projetos de pesquisa que será desenvolvido pelo Inpa, com o apoio do ISA, para verificar a sustentabilidade da produção comercial da cestaria baniwa, o que envolve o estudo do manejo dos corantes e fixadores naturais utilizados pelos índios na elaboração das peças. Desde 1999, habitantes dos grandes centros urbanos do país têm acesso à arte milenar produzida pelos Baniwa, encontrada, entre outros locais, nas lojas Tok&Stok. Para verificar a sustentabilidade socioambiental da produção comercial da cestaria a longo prazo, a Oibi, dos Baniwa, estabeleceu em 2001 uma parceria com o Inpa, para o desenvolvimento de diversos projetos de pesquisa, entre os quais estudos sobre o manejo do arumã, planta utilizada na confecção das peças, e sobre as diversas espécies utilizadas como fixadores e corantes dos grafismos da cestaria.

Um dos mais importantes requisitos para a concessão da autorização diz respeito ao consentimento prévio e informado dos Baniwa para o acesso a seus conhecimentos tradicionais. Neste sentido, o projeto é respaldado por um termo de compromisso firmado entre Inpa, Oibi e ISA, que estabeleceu uma série de condicionantes para a publicação dos resultados da pesquisa. Entre elas destaca-se o direito dos Baniwa proibirem, a seu exclusivo critério, a divulgação de qualquer informação sobre conhecimento tradicional na publicação da pesquisa. *(Fernando Mathias, ISA, 02/08/04)*

FORMATURA NA ESCOLA BANIWA CORIPACO

Em 2004, a Escola Indígena Pamáali (Baniwa Coripaco), no Médio Içana, região do Alto Rio

MULHERES BANIWA APRESENTAM VARIEDADES DE PIMENTAS

Em um encontro na comunidade Tucumã-rupitá (rio Içana), as mulheres mostraram os experimentos que vêm realizando em suas roças tradicionais para tentar conquistar os mercados do sudeste com os frutos que cultivam, agregando-lhes valor cultural e ambiental.

Elas chegam de diversas partes da Bacia do Rio Içana. A maioria é Baniwa, mas dividem suas terras ancestrais e sabedorias com as Wanano, Kubeua e Coripaco que vivem no Médio e Alto Rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia e a Venezuela. O colorido típico se vê nos enfeites dos cabelos, nas roupas e principalmente nos produtos de roça que trazem dentro dos aturás e paneiros que vão garantir a refeição de mais de 250 pessoas reunidas na Comunidade de Tucumã-rupitá. Ali, de 7 a 11 de abril aconteceu mais uma rodada de assembléia e encontros coordenados pela Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi).

Nos olhos dos maridos, o brilho da admiração. Todos mestres-artesãos do consagrado projeto Arte Baniwa que encerra seu VII Encontro para dar lugar ao II Encontro das Mulheres. Eles assumem o papel de expectadores no Centro Comunitário de Tucumã, empolgados diante dos planos que envolvem as iguarias que as mulheres colocam na mesa: pimentas de diversas cores, formas, aromas e picâncias. Processadas exclusivamente pelas mulheres, gozam de excelente reputação no mercado local que envolve os municípios de São Gabriel da Cachoeira do lado brasileiro, Mitu do lado colombiano, e San Felipe do lado venezuelano. Consumidas em forma de pó "Aatti lipepe" ou ao natural são consideradas por muitos o segundo produto em importância numa roça regional, só perdendo para a mandioca.

TEORES DE VITAMINA C SUPERIORES

A mitologia baniwa registra que as pimentas foram um presente do herói mítico Napiirikoli para que seus descendentes purificassem e protegessem os alimentos de qualquer ameaça que pudesse lhes fazer mal. As propriedades das pimentas são também largamente reconhecidas hoje pela ciência ocidental que lhes atribui excelentes propriedades medicinais como analgésico, antiinflamatório, protetor das mucosas do estômago e, sobretudo, pelas ações bactericida, e alto valor nutritivo. Concentra, por exemplo, teores de vitamina C vinte vezes superiores aos da laranja.

Porém, a boa reputação da pimenta nem sempre é acompanhada por esquemas comerciais devidamente justos, que valorizem a dedicação e o esforço das mulheres que as produzem. Por isso, a Oibi, em parceria com o ISA, traçou em 2005 um plano de implementação de uma experiência comercial que prevê o lançamento da pimenta em centros comerciais do sudeste brasileiro sob o mesmo rótulo da arte de arumã (Arte Baniwa) praticada pelos homens baniwa: um produto com valor cultural e ambiental agregado.

Assim, uma série de informações começou a ser levantada a partir do I Encontro de Mulheres rea-



ADEILSON LOPES DA SILVA/ISA

Com a contribuição de várias mulheres, foi formada uma coleção de variedades pimentas na EIBC.

lizado em abril de 2005, quando a proposta de comercializar a pimenta baniwa no sudeste brasileiro ganhou maior fôlego. Dados sobre produtividade e a diversidade das pimentas cultivadas mereceu atenção especial para que a Oibi possa monitorar e indicar as melhores estratégias para garantir menor impacto da experiência sobre os sistemas de cultivo tradicional. O cuidado se explica porque os mercados urbano-industriais não ajustam seu consumo com base nas capacidades socioambientais de oferta contribuindo para a erosão da diversidade genética e para a degradação ambiental, sobretudo da Amazônia. Por isso foi formada uma equipe de pesquisadores do ISA e da Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC – Pamaáli) com o objetivo de reunir as informações mais relevantes para que a experiência de valorização comercial do produto nativo não se traduza no impacto sobre a diversidade de pimentas das roças tradicionais. O trabalho de pesquisa intercultural está em fase adiantada, e alguns resultados foram apresentados no encontro. O que mais se destaca é a variedade de tipos de pimentas que as mulheres mantêm sob cultivo na Bacia do Içana.

COLEÇÃO PASSA DAS 100 AMOSTRAS DE FRUTOS

Até o momento foram catalogados 49 diferentes nomes para as variedades existentes nas roças de 19 mulheres distribuídas por 11 comunidades num trecho aproximado de 150 km. Para considerar a diversidade lingüística os pesquisadores resolveram reunir amostras para comparação em uma coleção que já totaliza 107 amostras de frutos de pimentas na Escola Pamaáli e disponível para que os professores e alunos as utilizem em seus estudos. A jovem pesquisadora baniwa da escola, Paula Florentino, exibiu as amostras para a platéia durante o encontro. "Nossas pesquisas em livros ci-

entíficos que adquirimos dos brancos mostraram que existem 5 espécies de pimentas cultivadas no Brasil. Hoje sabemos que aqui no Içana nós cultivamos todas elas. Além disso cultivamos mais de 22 tipos ou variedades de pimenta pertencentes a essas cinco espécies. Agora vamos aprofundar nossos conhecimentos porque suspeitamos que algumas variedades são exclusividades mantidas somente aqui pelos povos indígenas do Alto Rio Negro", contou.

Nazária Andrade Montenegro, coordenadora da Escola Pamaáli é uma das pesquisadoras baniwa mais entusiasmadas com o trabalho. "Essa demanda das mulheres e da Oibi reforçou cada vez mais o Projeto Político-Pedagógico da nossa escola que é formar os alunos por meio da pesquisa e da valorização da nossa biodiversidade e da nossa cultura. Já fizemos isso com o projeto Arte Baniwa, que envolve os homens, e agora estamos iniciando com a pimenta, que envolve as mulheres".

Nestes tempos em que levantamentos realizados por órgãos de pesquisa ressaltam a importância das terras indígenas para a conservação da floresta Amazônica, ainda é de pouco destaque o papel peculiar e crucial exercido pelas mulheres para garantir a segurança alimentar dessas populações que ocupam mais de 20% das terras da bacia do Rio Negro no lado brasileiro. Sem elas o processo de seleção, domesticação e conservação de diversas espécies cultivadas da nossa agrobiodiversidade também estaria seriamente ameaçado ao lado do restante da rica biota da região. Na Bacia do Rio Içana, a organização, a curiosidade dos jovens pesquisadores estimulados nas escolas indígenas em parceria com outras instituições de apoio externo podem contribuir para alterar o cenário da Amazônia, favorecendo a perpetuação do imenso patrimônio cultural e biológico existente nessas terras. (Adeilson Lopes da Silva, Notícias Socioambientais/ISA, 27/04/06)



BETO RICARDINHA, 2004

Primeira turma de alunos da Escola Pamáali (Baniwa Coripaco).

Negro, que integra o Projeto de Educação Foirn/ISA, formou 17 jovens, que pertencem a nove comunidades do Médio e Alto Rio Içana e do rio Cuiari.

O evento da formatura de 2006 reuniu de 27 de maio a 01 de junho, 400 pessoas, entre lideranças, pais de alunos, anciões e mulheres. Foram 21 estudantes que concluíram o ensino fundamental, com a apresentação de monografias individuais, resultado de pesquisas realizadas.

A Escola Pamáali está situada no rio Içana, afluente do alto rio Negro na terra sagrada dos *Waliperidakenai* (uma das fratrias baniwa) chamado *Hemapana*. Foi construída em um local aberto especificamente para abrigar a escola e a residência dos alunos e professores. A escola atende alunos de 32 comunidades para a segunda parte do ensino fundamental (3ª a 4ª ciclos) dentro da Terra Indígena. O nome Pamáali veio de um chefe guerreiro chamado "Paanhali", que foi morto e jogado com suas armas de guerreiro dentro da água do igarapé Pamari. Pamáali também é o nome de uma árvore que dá frutos, os quais todos os tipos de peixe e animais gostam de comer.

Tem como objetivo formar o cidadão baniwa e coripaco voltado para a responsabilidade do trabalho em suas comunidades, para a criatividade e para a liberdade, para o respeito aos seus próprios valores, no diálogo intercultural. (A Crítica, 23/11/04)

PRIMEIRO EXPERIMENTO DE PLANTIO DE ARUMÃ

Experiência inédita em São Gabriel da Cachoeira mostra que é possível realizar pesquisas

com a participação efetiva das populações indígenas da região, envolvendo uma planta, fundamental para elas. É a partir das fibras do arumã que se confeccionam utensílios domésticos como o tipiti, usado para transformar a mandioca em farinha, base da alimentação dos povos da Amazônia. "É um resultado concreto de nosso trabalho. Com ele podemos garantir que arumã realmente não acaba; porque podemos plantar onde ele não existe. E aqui na comunidade de Itacoatirara-mirim está a prova do que estou dizendo." Foi assim que o jovem pesquisador baniwa, Moisés da Silva, apresentou os dois exuberantes arumanzais que agora fazem parte da paisagem de sua comunidade. Este é um dos resultados expressivos da série de iniciativas que visam assegurar a sustentabilidade socioambiental do extrativismo de arumãs no Alto Rio Negro. O comércio do artesanato feito de fibras de arumã, que já era praticado pelos povos indígenas da região há muito tempo, ganhou destaque com o lançamento da marca Arte Baniwa em 1997. Isto revitalizou os circuitos de mercado para os artesãos que antes mantinham relações injustas com comerciantes que não atribuíam o devido valor a esta arte secular. (Adeilson Lopes da Silva, ISA, 18/03/05)

ENCONTRO DEBATE PESQUISA E USO DE CONHECIMENTOS

Durante três dias – de 22 a 24 de março – representantes da Coordenação das Associações Baniwa e Coripaco (CABC) e de comunidades indígenas da bacia do Rio Içana, no Alto Rio Negro, estiveram reunidos na Comunidade Boa Vista, no município de São Gabriel da Cachoeira,

para debater temas como propriedade intelectual, pesquisas científicas, bioprospecção, consentimento prévio informado e repartição de benefícios da biodiversidade. O encontro denominado Biodiversidade, Biotecnologia e Conhecimentos Tradicionais foi promovido pela Foirn e pelo ISA. Algumas das recomendações para a realização de pesquisas na bacia do Içana, sugeridas no evento, aprofundaram orientações do 1º Seminário de Pesquisa em Terras Indígenas do Rio Negro, realizado em 2000 e igualmente organizado pelo ISA e pela Foirn. A realização da atividade decorreu de uma sugestão dos participantes da última assembléia da CABC, em junho de 2004. Nessa ocasião, as comunidades demonstraram apreensão com as conseqüências que as pesquisas poderiam ter sobre os conhecimentos tradicionais Baniwa e a biodiversidade a eles associada. Além de abordar os temas polêmicos mais gerais relativos tanto ao CGen quanto à CDB, debateu-se também a importância das pesquisas científicas na bacia do Rio Içana e dos conhecimentos tradicionais para as atividades de bioprospecção, bem como as condições para a realização desses estudos. O encontro estimulou a reflexão sobre como os povos indígenas devem proceder quando estiverem diante da necessidade de autorizar o acesso a um conhecimento tradicional de que sejam detentores. Em linguagem simples, foram explicadas as regras sobre consentimento prévio informado definidas na Resolução nº 05/2003 do CGEN, que regulamenta o tema. (ISA, 13/04/05)

UAUPÉS / TIQUIÉ

MILITARES SEQUESTRAM E TORTURAM ÍNDIOS

Jailson Costa Lana, da etnia Desana, e Alberto Caldas Sampaio, da etnia Tukano, participavam de uma partida de futebol na comunidade indígena de Pari-Cachoeira, na TI Alto Rio Negro, no dia 18/10, quando foram surpreendidos por um grupo de militares armados e aparentando embriaguez, do 6º PEF de Pari-Cachoeira. Após invadir a quadra de esportes, os soldados e um sargento coagiram Lana e Sampaio a entrar em um caminhão do Exército e os levaram a um local próximo ao quartel do 6º Pelotão de Fronteira de Pari-Cachoeira. Durante o trajeto, os índios levaram pancadas, chutes e ouviram ameaças. No quartel, foram levados a uma estrada!, onde levaram mais socos, chutes pontapés, palmatórias e surras com paus e varas e ouviram frases como: "Vocês são índios. Não valem nada e merecem morrer mesmo. Mostrem agora que vocês são valentes." Uma hora depois, os índios conseguiram se livrar das agressões, que já ocorreram diversas

vezes em comunidades locais. As torturas foram denunciadas pelos pais das vítimas à Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié, Baixo Rio Uaupés e Afluentes (Coitua), filiada à Foirn. *(Baseado no relatório dos índios agredidos feito no Pólo Base do Distrito de Pari-Cachoeira-DSEI/ Foirn, 30/10/03. Ver capítulo Desenvolvimento Regional, pág. 225)*

VIOLÊNCIA ASSUSTA LIDERANÇAS INDÍGENAS DE IAUARETÊ

Preocupados com o alto índice de violência que vem aumentando nos últimos anos no Distrito de Iauaretê, as lideranças indígenas do local se reuniram em caráter de urgência a fim de decidir o quê fazer para frear essa situação. A reunião aconteceu no dia 31 de setembro de 2005 no próprio distrito. Estiveram presentes várias associações como a Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê-COIDI, Organização Indígena do Centro de Iauaretê-OICI e outras. A Funai, a PF e o Exército, também foram convidados. Os líderes lembraram que antigamente, as pessoas respeitavam as lideranças tradicionais, por meio de regras estabelecidas com base no costume de cada povo, inclusive no período da demarcação, foi criado um código indígena de comportamento para o distrito. Com o passar dos anos, os moradores passaram a não respeitar essas regras e os problemas foram aumentando conforme o crescimento de Iauaretê. *(Baseada em documentos da Funai-Posto de Fiscalização Melo Franco, de 06/06/04 e 31/09/05)*

ENERGIA DO PELOTÃO NÃO ATENDE PARI CACHOEIRA

A instalação da mini-hidrelétrica em Pari Cachoeira-TI Alto Rio Negro deve-se a um projeto de construção e manutenção das chamadas PCHs-Pequenas Centrais Hidrelétricas, financiadas pelo Programa Calha Norte do Ministério da Defesa. O projeto previa a construção de mais quatro centrais na região, sendo elas em Iauaretê, Querari, Maturacá e em Assunção do Içana. Em Pari Cachoeira, o local escolhido pelos engenheiros do Exército foi na cachoeira de Jadú, localizada no rio Umari, que passa por trás da comunidade e é um lugar sagrado para os índios tukano e desana da região. A usina começou a ser construída em meados de 2001. Na época, o Exército pediu para que os moradores doassem o local e ajudassem na construção da usina, em troca de distribuição de energia elétrica para a comunidade. O acordo foi fechado e todos se reuniram em wayuri (mutirão) para ajudar na construção. Segundo depoimentos de lideranças da região, mu-

lheres, idosos, jovens e crianças carregaram pedras, sacas de cimento, areia e equipamentos pesados do porto até o local da construção, cerca de 1h de caminhada.

Os impactos ambientais da instalação da PCH de Jandú foram muitos, como a escassez de peixe no rio Umari que antes era farto, pois a barragem impediu a piracema. Além disso, com o alagamento da floresta que ficava nas margens, criaram-se vários lagos de água parada, facilitando a procriação de carapanãs (pernilongo). Algumas famílias perderam suas roças tradicionais que ficavam próximas às margens do rio Umari. Mesmo passando por esses percalços, os moradores aceitaram tudo sem reclamar, pois o fato de ter energia elétrica nas suas casas compensaria o ônus da obra. No final de 2003, a usina foi terminada, mas somente o quartel foi beneficiado. Com isso as lideranças indígenas concluíram que o acordo havia sido descumprido e iniciaram a elaboração de uma série de documentos encaminhados ao Exército cobrando o porquê do descumprimento. Mas nada foi respondido, causando assim uma grande revolta.

Em uma reunião de avaliação da COITUA - Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié e Wauupés, em março de 2004, os índios convocaram o comandante do 6º PEF-Pelotão Especial de Fronteira para dar explicações. O Ten. Ruk, comandante da época, disse aos presentes que havia acontecido uma falha não prevista no momento da instalação da usina, causando a diminuição na produção de energia, cujo abastecimento restringia a distribuição. Segundo o Tenente, a presença militar na

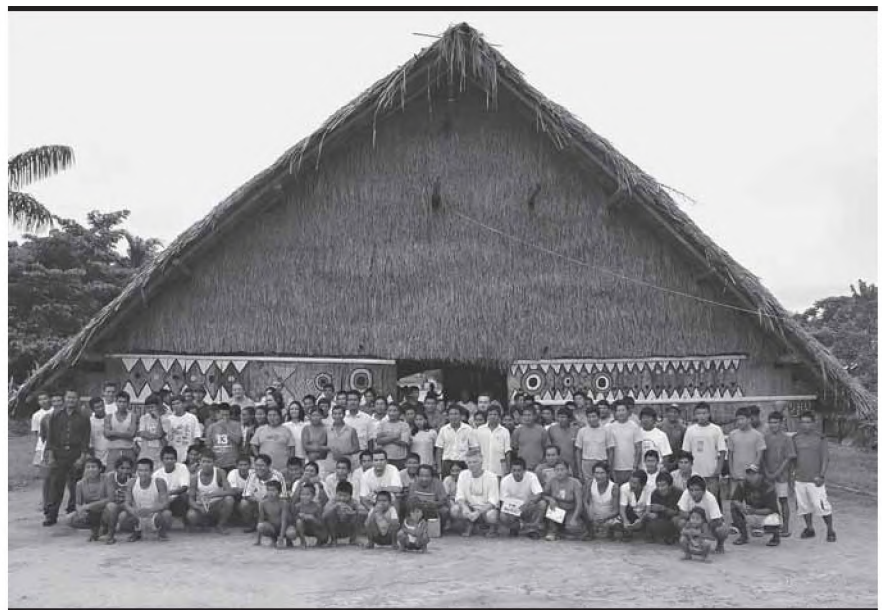
comunidade deve-se a uma questão de segurança nacional por isso a prioridade na distribuição era para o Pelotão. Revoltados, as lideranças decidiram que, se a comunidade não recebesse energia, o quartel também não poderia. Com isso, os líderes indígenas decidiram desligar os motores da usina. Mesmo com resistência do comandante do Pelotão, Domingos Barreto Tukano e Pe. Ivo Trevisol, dirigiram-se ao quartel e desligaram tudo.

Pressionado pelo MP, o Exército enviou a Pari Cachoeira, uma equipe técnica para avaliar a situação da usina. O laudo da vistoria chamou o problema de “cavitação” e não deu maiores explicações do que se tratava. Informou ainda que seria necessário um motor de maior potência para disponibilizar energia à toda comunidade. Logo após a publicação do laudo, o Exército cedeu energia apenas para os centros comunitários, escola e igreja.

Depois de dois anos em busca da solução, o problema ainda persiste, apesar da intervenção do MP. Os motores voltaram a funcionar somente para o Pelotão e atualmente nem mesmo os centros comunitários, escola e a igreja, estão recebendo energia da usina que todos ajudaram a construir. *(Baseado em relatórios da Funai, Coitua, Foirn, 21/03/04. Ver capítulo Desenvolvimento Regional, pág. 225)*

INTERCÂMBIO CULTURAL NA FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA

Uma grande reunião entre povos indígenas do Brasil e da Colômbia aconteceu entre os dias 5 e 9 de maio na comunidade Moõ Poea – tam-



Encontro de intercâmbio reuniu representantes de comunidades do Tiquié brasileiro e colombiano, da Foirn, do ISA e da Fundación Gaia Amazonas, na comunidade Moõ Poea (São Pedro).

ALDIO CABALZARISA, 2005

bém conhecida como São Pedro –, no alto rio Tiquié. Aproximadamente 160 pessoas de 10 etnias – Tuyuka, Tukano, Bará, Barasana, Makuna, Tatujo, Taiwana, Desana, Baniwa e Hupda – participaram do encontro, que também contou com a presença de assessores do ISA, da Fundación Gaia Amazonas, da Colômbia, e de representantes da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. A reunião, realizada no âmbito da Canoa – Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico, foi uma oportunidade para os diferentes povos dos rios Tiquié, no Brasil e Colômbia, e Pira Paraná, na Colômbia, trocarem experiências e conhecimentos sobre educação escolar, políticas linguísticas, manejo de recursos naturais e pesqueiros, projetos de segurança alimentar (piscicultura e manejo agroflorestal) e valorização cultural de cerimônias e manifestações artísticas. Nove línguas indígenas foram utilizadas no encontro e essa diversidade foi compensada por traduções para as línguas Tukano, castelhano e português. Os participantes discutiram particularidades das relações entre organizações indígenas e políticas públicas, no que diz respeito à educação escolar indígena diferenciada e específica, no Brasil e na Colômbia. A avaliação do encontro pode ser sintetizada na fala de Higino Tenório, liderança Tuyuka. “Para mim foi onde encontramos um caminho justo para, não só conservar a floresta, mas também conservar a cultura tradicional, através do manejo baseado no conhecimento ambiental ancestral”. (Carmem do Vale, ISA, 17/05/05)

PRIMEIRA TURMA DA ESCOLA TUYUKA SE FORMA

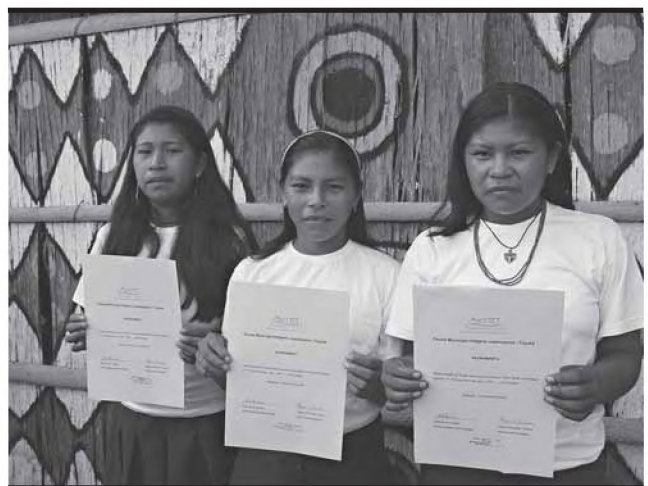
O evento de formatura dos 20 alunos, sete meninos e 13 meninas, na sua maioria da etnia tuyuka, além de dois Yebamasa, dois Bará e dois Hupda – reuniu aproximadamente 150 pessoas entre professores, alunos e familiares do Brasil e da Colômbia, representantes das Escolas Indígenas Tukano Yupuri (médio Tiquié) e Uremiri (alto Tiquié) e da Escola Baniwa e Coripaco Pamaáli (rio Içana), das organizações parceiras ISA, Horizont 3000 e Embaixada da Áustria; da Foirn, secretaria municipal de educação de São Gabriel da Cachoeira e da câmara municipal de vereadores de São Gabriel da Cachoeira. No primeiro dia os formandos apresentaram “os resultados do ensino-aprendizado, conduzido em conjunto por alunos, professores e velhos”, como definiu professor João Bosco Rezende. As pesquisas abordaram problemáticas atuais, sempre relacionadas aos conhecimentos dos mais velhos. Na manhã do 2º dia aconteceu a cerimônia de entrega do certificado de conclusão, emitido pela secretaria municipal de educação em

tuyuka. Neste momento, Higino Pimentel Tenório, professor e coordenador político-pedagógico, relembrou as dificuldades que marcaram a trajetória da construção de uma escola diferenciada, afirmando que “a importância da formatura não está no recebimento de certificado, mas na conquista de uma educação de qualidade, que serve como exemplo de luta e consciência para outros povos indígenas”. À tarde iniciaram as comemorações cerimoniais tuyuka, as mulheres realizando pintura corporal nos participantes e os homens conduzindo o canto e dança Yua Basa (dança do calanguinho, segurando nas mãos adornos de pena de japu) na maloca, que prolongou-se até o outro dia, o da partida dos convidados. (Flora Cabalzar e Melissa de Oliveira, ISA, 18/05/05)

ENCONTRO NO RIO CASTANHA E MORRO DA ACUTIWAYA

Consideradas as mais isoladas do alto Rio Negro, as nove comunidades que formam a ACIRC-Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha, reuniram-se pela primeira vez nos dias 07 a 08 de julho de 2005, na comunidade de Trovão, alto Castanha, TI Alto Rio Negro. São cerca de 369 pessoas (Censo DSEI-Foirn, 2005) das etnias etnias yuhupud, desana e yeba-mahsã/makuna moradores das comunidades de Santa Rosa, São Joaquim, Santa Maria, Santa Luzia, Trovão, Guadalupe, São Felipe, Morro do Inajá, Morro da Acutiwaia e mais alguns sítios espalhados ao longo do rio. O encontro foi articulado pela COITUA - Coordenadoria das Organizações Indígenas do rio Tiquié, baixo Waupés e Afluentes. A metodologia da reunião foi por meio de entrevistas com os líderes, onde todos relataram o cotidiano comunitário. No âmbito da sustentabilidade as lideranças falaram que as famílias vêm passando por problemas quanto ao escoamento do cipó manufaturado. Por falta de transporte,

elas acabam vendendo toda a sua produção para os regatões que andam naquela região e pagam um valor muito baixo pelo produto. Uma outra dificuldade citada por eles, é em relação à distância das comunidades que acaba atrasando o atendimento das equipes de saúde do DSEI-Foirn. A proposta das lideranças é que se crie um pólo base somente para a região do Castanha. As escolas daquela região, há muitos anos não são reformadas, muitas delas funcionam em pequenas malocas já caídas. A merenda escolar chega com bastante atraso e quase toda deteriorada. O Morro da Acutiwaia é formado por 04 famílias e é a mais distante das nove comunidades. Os seus habitantes são de etnia yeba-mahsa/makuna e ainda moram em grandes malocas. “Na nossa maloca praticamos o Bahsesé em geral, para dor de barriga, dor de cabeça, parto de criança. Praticamos a iniciação de mulher e homem como lição e preparação de vida adulta. Quando matamos a caça, flechamos com curare, feitos por nossos parentes do Apapóris. Eu não tenho batismo na Igreja, digo, que eles façam como achar melhor e eu estou bem como eu vivo. A minha alma volta donde os meus ancestrais se originaram, lá posso viver feliz”, informou Domingos Gutierrez, tuxaua do Morro da Acutiwaia. As outras lideranças do Castanha narraram que antigamente o rio era habitado por outros povos como os coabona, emoãnhsã e erulia. Várias preocupações relacionadas à preservação das tradições foram relatadas, como por exemplo, a perda da valorização dos benzimentos, dos usos de utensílios domésticos tradicionais e o esquecimento da engenharia de construção das grandes malocas. Os principais atingidos com essa situação são os jovens, os líderes alegam que os mesmos têm vergonha de falar sua língua, de tocar carrigú, japurutú e de praticar as danças tradicionais. O esquecimento de algu-



Odinéia, Neide e Aparecida, formandas da primeira turma da Escola Tuyuka exibem os certificados de conclusão do curso.

BETO RICARDO/ISA, 2005

mas técnicas de confecção de artesanatos também preocupa os velhos líderes. Existia um artefato comum entre os povos do Castanha que era a “Johtaseri”, uma espécie de braçadeira ou tornozeleira, feita da fibra de curauá, usada pelos chefes dos clãs. Samuel Estrepo Makuna do Morro da Acutiwaia, mostrou o artefato e apresentou uma das últimas artesãs que ainda o confecciona. Ela se chama Oflia Balencia, tuyuka de 55 anos da comunidade de Santa Izabel no rio Pirá-Paraná, no lado colombiano. *(Baseado no relatório s/n de viagem de articulação da Coitua, de 26/06 à 11/07/05)*

O MILENAR BANCO TUKANO CHEGA A SÃO PAULO

Em evento conjunto do Instituto Socioambiental e Esther Giobbi Arte & Interiores, será lançado em São Paulo, na próxima quarta-feira, 10 de dezembro, o banco Tukano, confeccionado pelos artesãos indígenas do Rio Tiquié, no noroeste amazônico. Ele vem acompanhado do livro Kumurô, banco Tukano, que conta a história desse artefato de madeira, feito exclusivamente por homens.

O milenar banco Tukano, confeccionado pelos homens da etnia Tukano, que vivem no Rio Tiquié, no noroeste amazônico, chega a São Paulo e aos grandes centros consumidores, depois de uma longa viagem de quase seis mil quilômetros de barco e caminhão. Estará em exposição e à venda em evento conjunto do Instituto Socioambiental e Esther Giobbi Arte & Interiores, que acontece no dia 10 de dezembro. Na ocasião, também será lançado o livro Kumurô, banco Tukano, cuja intenção, ao contar a história do banco e de que forma é confeccionado, é agregar valor cultural e am-

biental ao produto indígena voltado a um nicho específico de mercado. Quem comprar o banco receberá um exemplar do livro.

Fruto de uma parceria entre os artesãos do Rio Tiquié, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foim) e o Instituto Socioambiental (ISA), Kumurô, banco Tukano tem 64 páginas e uma rica coleção de fotos que revela as etapas desse minucioso trabalho artesanal, que se pretende comercializar de acordo com a capacidade de produção dos artesãos. O texto é de Aloísio Cabalzar, a edição de Beto Ricardo, as fotografias de Rosa Gauditano e o design gráfico e editorial de Sylvia Monteiro. Esculpido a partir de um único bloco de madeira, sem encaixes nem emendas, exclusivamente por homens e para os homens, o objeto é símbolo de estabilidade e sabedoria. Os Tukano dizem que o homem desajuizado não sabe se sentar. Não possui um banco, não encontra um lugar para pensar sentado. Daí o simbolismo que carrega.

Depois de entalhado, o assento do banco recebe uma pintura com motivos geométricos, um grafismo de trançado, que representa o couro da cobra-canoa. De acordo com a mitologia do povo Tukano, que é um dos mais de vinte povos indígenas do noroeste amazônico, a cobra-canoa transportou a humanidade em seu bojo na origem do mundo. *(ISA, 05/12/03)*



RADAR DO SIVAM E AMPLIAÇÃO DE PISTA DE POUSO NA TI ALTO RIO NEGRO

Em setembro de 2004, o assessor do Comando da Aeronáutica, Major Lourenço, e o chefe do Serviço Regional de Patrimônio do I Comando Aéreo Regional (Comar), Tenente-Coronel-Aviador Rolnei Machado Mendes, acompanhados de representantes da Funai, visitaram localidade de Iauaretê-Cachoeira, Terra Indígena Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira (AM), com a finalidade de tratar com a população indígena local a ampliação da pista de pouso ali existente e a construção de mais um radar do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Em Iauaretê, há um pelotão do Exército desde 1989, com um contingente de cerca de 50 soldados indígenas. A população dali corresponde a uma amostra significativa da diversidade étnica do rio Uaupés. São cerca de 3 mil pessoas, entre Tariano, Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Wanano, Arapasso, Tuyuka e Hupda. O lugar cresceu em torno de uma missão salesiana implantada em 1930, e, com os anos, transformou-se em um importante centro de serviços para os índios dos rios Uaupés e Papuri. Essa situação coloca problemas para a implementação das obras pretendidas pela Aeronáutica, pois o aumento da pista e a instalação do radar significam a imobilização de uma extensa área adjacente ao povoado – a pista deverá ser aumentada em 500 metros, e ao longo de toda sua extensão o VII Comar reivindica 400 metros de cada lado. Na interlocução com as lideranças locais, a Aeronáutica teve que redesenhar a área, revendo seu memorial descritivo para liberar áreas de moradia afetadas e uma unidade de criação de aves pertencente a um dos bairros indígenas de Iauaretê. Tratava-se de um projeto apoiado pelo Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI/MMA). Após esses entendimentos, as obras começaram no final de 2004. A Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara), órgão da Aeronáutica responsável pelas obras, deverá ficar em Iauaretê por mais cinco anos. A relação dessa agência com os grupos indígenas apenas se inicia e outras questões começam a surgir. Uma delas é o fornecimento de materiais de construção pelas próprias comunidades. A Comara precisa de muita pedra. Muitos índios estão interessados em fornecer esse material e obter com isso alguma renda. Mas os velhos estão preocupados, pois há uma serra toda de granito e situada na direção do prolongamento da pista, na mira da Comara. É um lugar sagrado, mas que os técnicos querem transformar em pedra. *(Geraldo Andrello, ISA, 15/08/06)*



ALOÍSIO CABALZAR/ISA, 2003

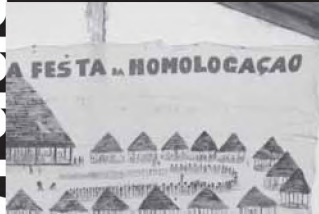
legenda

Ingarikó
Makuxi
Taurepang
Patamona
Wai Wai
Wapixana

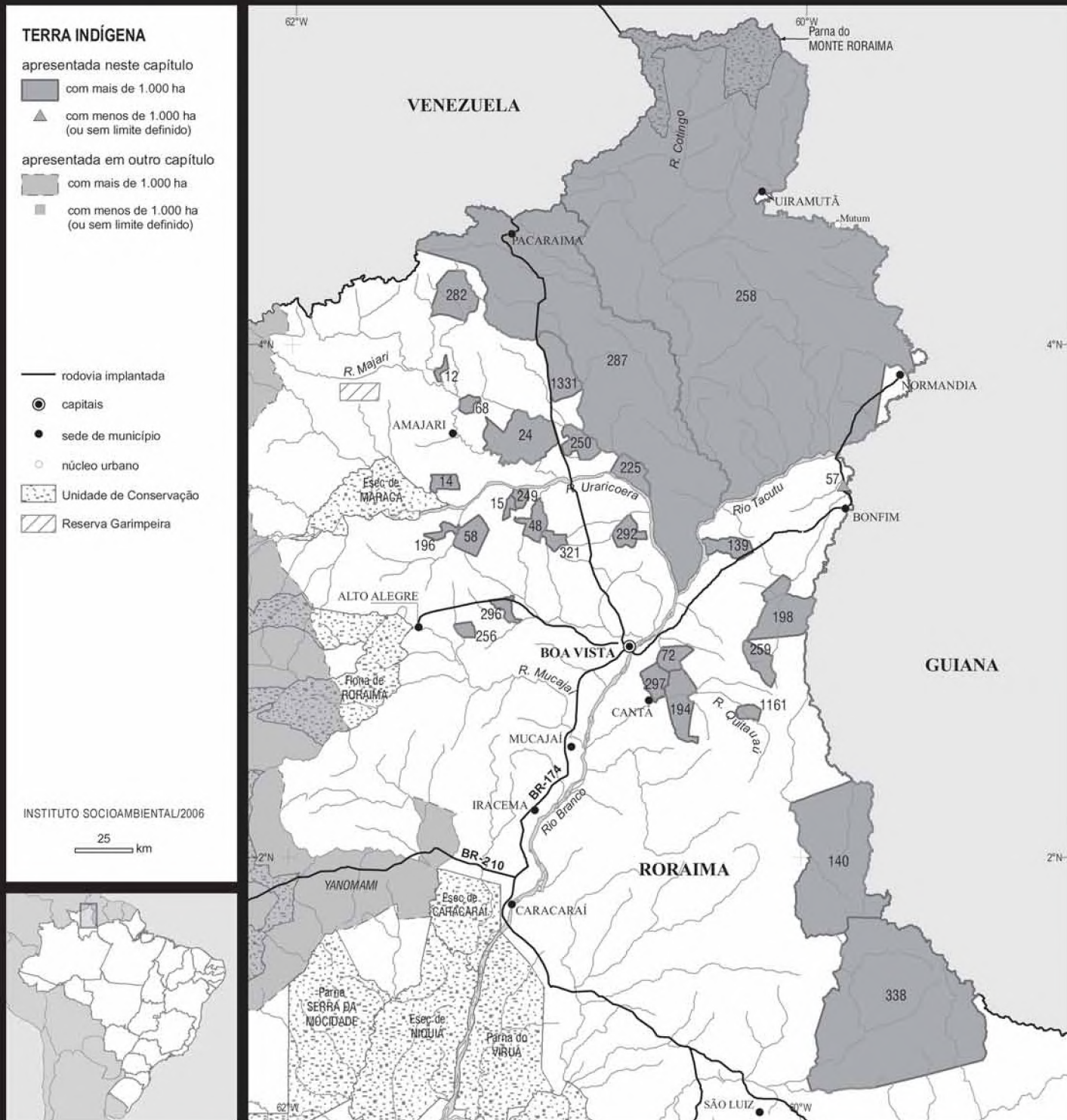


2.1.

Roraima Serra e Lavrado



2.1 RORAIMA SERRA E LAVRADO



RORAIMA SERRA E LAVRADO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
12	Ananás	Makuxi	28 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.920 de 16/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (1.769 ha) matr. 9340 lv. 2-RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU certidão nº 021 em 05/12/95.	1.769	Amajari	RR
1331	Anaro	Wapixana	55 - Funai/Boa Vista: 2006	Declarada. Portaria do ministro da Justiça nº 962 de 22/06/2006 declara de posse permanente indígena a TI.	30.470	Amajari	RR
14	Aningal	Makuxi	153 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.933 de 17/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (7.627 ha) matr. 9.343 lv. 2/RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU certidão 018 em 01/12/95.	7.627	Amajari	RR
15	Anta	Makuxi Wapixana	139 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 376 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (3.174 ha) matr. 12.483 lv. 2 RG fl. 01 em 24/03/92. Reg. SPU certidão nº 003 de 20/11/95.	3.173	Alto Alegre	RR
24	Araçá	Makuxi Wapixana	1.025 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.934 de 17/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (50.018 ha) matr. 9341 lv. 2-RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU certidão nº 013 em 28/11/95.	50.018	Amajari	RR
48	Barata/Livramento	Makuxi Wapixana	548 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/12/2001 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 11 de 03/06/02.	12.883	Alto Alegre	RR
57	Bom Jesus	Makuxi Wapixana	69 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 257 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (859 ha) matr. 9.176 lv. 2RG, fl. 01V em 23/8/88. Reg. SPU certidão nº 011 de 02/12/96.	859	Bonfim	RR
58	Boqueirão	Makuxi Wapixana	376 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 06/06/2003 homologa a demarcação.	16.354	Alto Alegre	RR
68	Cajueiro	Makuxi	46 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.932 de 17/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (4.304 ha) matr. 9.345 lv. R/RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU certidão 020 de 04/12/95.	4.304	Amajari	RR
72	Canauanim	Makuxi Wapixana	655 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 15/02/1996 homologa a demarcação. Por situar-se em faixa de fronteira submete-se ao disposto no Art. 20 §2 da Constituição. Reg. CRI do município de Bonfim, comarca de Boa Vista (11.182 ha) matr. 23.751 lv. 2-RG fl.001 em 01/04/02. Ofício ao SPU nº 301/DAF em 29/05/02.	11.182	Cantá	RR
139	Jaboti	Makuxi Wapixana	252 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 15/02/1996 homologa a demarcação. Por situar-se em faixa de fronteira submete-se ao disposto no art. 20 § 2 da Constituição. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (14.210 ha) matr. 23.993 lv. 2-RG fl. 01 em 25/06/02. Reg. SPU certidão nº 19 de 19/09/02.	14.210	Bonfim	RR
140	Jacamim	Wapixana	1.113 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 11/10/2005 altera o art.1 do decreto de 23/06/2003 (DOU, 24/06/2003) Ofício ao SPU nº 120/DAF em 12/03/04.	193.493	Bonfim Caracará	RR RR
194	Malacacheta	Wapixana	735 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Bonfim, matr. 17.305 lv. 2/RG, fl. 01/02 em 19/01/98. Reg. SPU certidão nº 9 de 14/05/99.	28.631	Cantá	RR
196	Mangueira	Makuxi Wapixana	183 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.923 de 16/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Boa Vista, matr. 9.339, lv. 2-RG, fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU certidão nº019 de 01/12/95.	4.063	Alto Alegre	RR
198	Manoá/Pium	Makuxi Wapixana	1.225 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.924 de 16/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 9336 lv. 2RG fl. 1/2 em 22/11/88. Reg. SPU certidão nº 14 de 29/11/95.	43.337	Bonfim	RR
259	Moskow	Makuxi Wapixana	425 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 30/05/2003 homologa a demarcação.	14.212	Bonfim	RR
1161	Muriru	Wapixana	83 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 23/06/2003 homologa a demarcação.	5.555	Bonfim Cantá	RR RR
225	Ouro	Makuxi	169 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.931 de 17/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 9.338 lv. 2-RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU RR-43 lv. 382 de 29/07/88.	13.573	Amajari	RR
249	Pium	Makuxi Wapixana	277 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 271 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 12.335 lv. 2RG fl. 01 em 02/01/92.. Reg. SPU certidão nº 9 de 24/11/95.	4.607	Alto Alegre	RR

RORAIMA SERRA E LAVRADO
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
250	Ponta da Serra	Makuxi Wapixana	176 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.935 de 17/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 9.337 lv. 2-RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU certidão nº 017 de 30/11/95.	15.597	Amajari	RR
256	Raimundão	Makuxi Wapixana	244 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Alto Alegre, matr. 17.301 lv. 2-RG fl. 01 em 19/01/98. Reg. SPU certidão nº 3 de 29/05/98.	4.276	Alto Alegre	RR
258	Raposa Serra do Sol	Ingarikó Makuxi Patamona Taurepang Wapixana	17.559 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 15/04/2005 homologa a demarcação. O Parua Monte Floraima fica definido com bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios. O Parua será administrado em conjunto pela Funai, Ibama e a comunidade indígena Ingarikó. É assegurada, nos termos do decreto nº 4.412 de 7/10/02, a ação das Forças Armadas para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento da PF do MJ, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas na TI.	1.747.460	Normandia Pacaraima Uiramutã	RR RR RR
282	Santa Inês	Makuxi	177 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.922 de 16/02/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 9.345 lv. 2-RG fl. 01/02 em 22/11/88. Reg. SPU certidão nº 016 de 30/11/95.	29.698	Amajari	RR
287	São Marcos	Makuxi Taurepang Wapixana	4.097 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 312 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boa Vista (654.110 ha) matr. 23.752 lv. 2-RG fl. 001 em 01/04/02. Reg. SPU certidão nº 21 de 27/09/02.	654.110	Boa Vista Pacaraima	RR RR
292	Serra da Moça	Wapixana	441 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 258 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 6.691 lv. 2-ZRG fl. 192 em 10/01/86. Reg. SPU nº 012 de 06/12/96.	11.626	Boa Vista	RR
296	Sucuba	Makuxi Wapixana	242 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. O Presidente da República homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 9.444 lv. 2-RG fl. 01 em 22/11/88. Reg. SPU-RR certidão nº 381 de 19/10/87.	5.983	Alto Alegre	RR
297	Tabalascada	Makuxi Wapixana	505 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2005 homologa a demarcação e assegura, nos termos do decreto 4.412 de 07/10/02, a ação das Forças Armadas para a defesa do território e da soberania nacionais, e da PF/MJ, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais na TI.	13.014	Cantá	RR
321	Truaru	Wapixana	454 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 387 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 12.482 lv. 2-RG fl. 01 em 24/03/92. Reg. SPU certidão nº 009 de 30/05/97.	5.653	Alto Alegre Boa Vista	RR RR
338	Wai-Wai	Waiwai Waiwai Mawayana Waiwai Xerewyana	196 - Funai/Boa Vista: 2006	Homologada. Decreto s/n de 23/06/2003 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 42/DAF em 28/01/04.	405.698	Caracará Caroebe São João da Baliza São Luiz	RR RR RR RR

Dilemas do Reconhecimento de um Território Indígena

Paulo Santilli

Antropólogo da Unesp

HOMOLOGAÇÃO É COMEMORADA PELOS ÍNDIOS, MAS DA FORMA COMO FOI FEITA APRESENTA NOVOS PROBLEMAS QUE PODEM CONSTITUIR PRECEDENTES IMPORTANTES PARA A POLÍTICA INDIGENISTA E AMBIENTAL NO PAÍS

A homologação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol veio concluir uma etapa decisiva do processo administrativo para o reconhecimento oficial dos direitos territoriais dos povos indígenas que habitam a região situada no extremo nordeste do estado de Roraima, os Macuxi, os Wapixana, os Taurepan e os Ingaricó. Fruto de luta política acirrada ao longo das últimas três décadas, em torno da qual se organizaram e mobilizaram o movimento indígena e os interesses da elite fundiária local, o decreto guarda

as marcas de tal confronto, bem como deixa em aberto algumas perguntas relativas ao futuro.

A ETAPA DECISIVA

Enfim, no dia 15 de abril de 2005, o presidente da República assinou o decreto de homologação da demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em uma extensão de 1,743 milhão de hectares, habitada por 15 mil índios, dispostos em 152 aldeias. Encerrou assim a etapa decisiva de uma luta que já durava pelo menos 30 anos. Os índios comemoram a homologação, mas, da forma como foi feita, apresenta novos problemas.

A portaria de demarcação da TI Raposa Serra do Sol já havia sido assinada pelo ministro da Justiça em 1998, mas a etapa seguinte do processo administrativo, a homologação da demarcação, era



Monumento na aldeia Maturuca feito para comemorar a homologação da TI Raposa Serra do Sol.

RAUL SILVA TELLES DO VALE/ISA

protelada desde então; o atual Presidente da República, ainda durante a campanha eleitoral, esteve na Raposa Serra do Sol e comprometeu-se com a homologação da área.

A demora para a homologação, devido ao recrudescimento dos conflitos e a mobilização da população indígena, colocou o caso da Raposa Serra do Sol em evidência na mídia, convertido na principal reivindicação do movimento indigenista e das lideranças indígenas no país e, por outro lado, em bandeira para aglutinação de interesses e setores anti-indígenas.

O impasse político causado pela protelação da homologação fomentou o alastramento do conflito em torno da ocupação da área por diversas esferas administrativas, envolvendo órgãos fundiários, ambientais, o Ministério Público, a formação de comissões especiais no parlamento e mesmo o poder judiciário em várias instâncias. O episódio da filiação em bloco, do governador, de deputados, prefeitos e vereadores roraimenses, então apossados pelo escândalo dos gafanhotos, ao partido do governo e aliados logo após as eleições presidenciais, veio demonstrar, mais uma vez, que a protelação do processo administrativo para o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas estava condicionada à negociação de apoio político aos projetos do governo federal.

O caso da Raposa-Serra do Sol rendeu dezenas de batalhas judiciais, com ações patrocinadas por políticos no âmbito municipal, estadual e federal, que acabaram convergindo para o STF. Como tais ações tinham por objeto a portaria de demarcação da área, para retomar a iniciativa administrativa que cabia ao poder executivo, o atual Ministro da Justiça decidiu, para viabilizar a homologação da demarcação, revogar tal portaria para substituí-la por outra que, contendo diversas ressalvas, estabelecia praticamente os mesmos limites estipulados anteriormente. A substituição de uma portaria por outra permitiu ao STF extinguir os processos que incidiam sobre a demarcação da área indígena por perda de objeto. Assim, a viabilização do ato de homologação da demarcação da Raposa Serra do Sol demandou entendimentos entre magistrados do Supremo Tribunal Federal, assessores do Ministério da Justiça e uma atuação inaudita de intermediação por parte da Procuradoria Geral da República.

INTERESSES POLÍTICOS

A nova portaria de demarcação, embora conservando, em linhas gerais, os limites anteriormente estipulados, exclui uma área – a sede do município de Uiramutã, em que mais de 90% da população é indígena – insuficiente para quaisquer atividades produtivas em um município, onde se mantém um foco de intrusão no território indígena, que se presta como base para atividades de garimpo, comércio de bebidas alcoólicas e exploração de recursos naturais. Cabe ressaltar que o Uiramutã, antes de mais nada, é uma aldeia Macuxi, e portanto não poderia, legalmente, ficar fora dos limites da TI que a circunscreve. Se tal exclusão, na avaliação do Ministério da Justiça, tornou política-

mente viável a homologação de um território indígena contínuo, por representar uma concessão aos políticos roraimenses, isso não deixa de ser problemático: converte-se uma aldeia em um bolsão de funcionários públicos sem perspectiva de atuação; as primeiras notícias do local indicam apenas um incremento do comércio de bebidas. Assim, em vez de instituir uma regularização fundiária abalizada, que possibilitaria dirimir conflitos fundiários endêmicos, a portaria ministerial, corroborada pelo decreto homologatório, manteve um reduto conflagrado, retardando, apenas, no momento, a eclosão de disputas potencializadas para o futuro. Ao excluir também dos limites da área demarcada as linhas de transmissão de energia elétrica e o leito das estradas estaduais e federais que servem às aldeias, as modificações introduzidas pela nova portaria ministerial, convergem, em suma, no mesmo sentido de contemplar os interesses dos políticos contrários à homologação da TI, e de evitar eventuais demandas indenizatórias por parte dos índios.

O governo federal divulgou ainda diversas medidas complementares ao ato de homologação, dentre elas o repasse de uma verba de R\$ 2,5 milhões, por meio de um convênio firmado pela Funai e a Secretaria de Estado do Índio, à Sociedade dos Povos Indígenas Unidos de Roraima (Sodiur), uma entidade criada com o apoio do governo estadual. O dinheiro deverá ser aplicado em projetos de criação de peixes, viveiros de mudas, canalização de água e atividades agrícolas, e, note-se, exclusivamente nas aldeias cujas lideranças políticas estão afiliadas à organização que se constituiu recentemente em oposição à homologação da TI Raposa Serra do Sol. Tal medida vem consagrar a prática, que, aliás, se tornou notória nos últimos anos, de utilização de recursos públicos – como o acesso aos programas de vale-refeição, distribuição de cestas-básicas, concessão de empregos e aposentadorias – em favor do arrebanhamento de adeptos para a formação de entidades de existência efêmera e composição volúvel, que gravitam na órbita de interesses privados de exploração econômica das terras indígenas.

A referida portaria também prevê que os ocupantes não-indígenas, incluindo os produtores rurais que invadiram a área, devem ser retirados num prazo de até um ano após a data da homologação, e que as benfeitorias construídas de boa fé serão todas indenizadas. Incidem na região, de acordo com o Ministério da Justiça, 63 ocupações em área rural, 47 pequenos pecuaristas e 16 rizicultores. O governo federal divulgou entre as medidas complementares ao ato de homologação a disponibilização de uma verba de 5 milhões para a desintrusão da área; os pequenos pecuaristas já estão estabelecendo entendimentos com a Funai e as lideranças indígenas para a entrega ou retirada do rebanho, embora alguns contestem os valores estipulados para a indenização, e ainda deverão recorrer à justiça.

Resta o problema dos rizicultores. Apesar de poucos, têm grande poder de pressão e influência política, e já são apontados como os beneficiários das várias medidas “compensatórias” anuncia-

das pelo governo federal como a destinação de 150 mil hectares de terras da União para implantação de pólos agropecuários; acesso a créditos de bancos estatais, dentre outras. Como ingressaram em área indígena após a sua demarcação (feita em 1998), e implantaram empreendimentos em grande parte viabilizados com recursos públicos, não poderiam ser considerados posseiros ou responsáveis por benfeitorias de boa fé e, portanto, credenciados para receber indenizações ou compensações.

Um outro ponto ainda um tanto obscuro na nova portaria diz respeito ao Parque Nacional do Monte Roraima. O Parque, situado a extremo norte da TI, poderá ser submetido, por decreto presidencial, a regime jurídico de dupla afetação, como bem público da União destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Dessa forma, o parque deverá ter uma gestão compartilhada entre o Ibama, a Funai e os índios que habitam a região. Como a Raposa Serra do Sol abriga etnias distintas, das quais, porém, apenas os Ingarikó são mencionados no decreto como co-gestores do Parque, e, ainda, o histórico das relações entre os órgãos ambiental e indigenista é marcadamente conflituoso no local, a portaria de demarcação e o decreto que a homologa não resolvem questões relevantes, como a sobreposição de áreas de preservação ambiental e de posse indígena – em tese perfeitamente compatível –, mas, antes, estabelecem novas exclusões, e, quando muito, remetem possíveis soluções para o futuro.

O processo de regularização fundiária da TI Raposa Serra do Sol ainda está por ser concluído com o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis e no Serviço do Patrimônio da União.

Contraditoriamente, a Sodiur – entidade beneficiada com as medidas compensatórias –, à frente de duas outras entidades indígenas, também criadas recentemente, aliadas a doze rizicultores e a uma empresa agropecuária, impetraram Mandado de Segurança no STF contra o decreto presidencial de homologação.



FOTOS RAUL SILVA TELLES DO VALLE/ISA



Aldeia Maturuca, durante festa de comemoração pela homologação da TI Raposa Serra do Sol, de 21 a 24 de setembro de 2005.

PERSPECTIVAS

Às vésperas das comemorações pela homologação da terra indígena, dezenas de homens encapuzados atearam fogo na antiga Missão do Surumu, onde se realizavam as Assembléias de Tuxauas. Enquanto a grande maioria dos índios habitantes da Raposa Serra do Sol se reunia para festejar a homologação, a ponte sobre o rio Urucuri que dá acesso às aldeias onde acontecem as comemorações foi incendiada. Mesmo com o decreto presidencial de homologação, o simples cumprimento da legislação federal ainda é contestado ostensivamente pelos interessados em se apropriar dos recursos naturais existentes nas terras indígenas em Roraima.

Em termos gerais, as perspectivas delineadas para a gestão do território em questão apontam, por um lado, um colossal passi-

vo ambiental e social e, por outro, uma parcela significativa de recursos públicos canalizados para os que se opuseram à sua homologação. Os conflitos que permeiam as relações entre a sociedade regional e os povos indígenas habitantes na Raposa Serra do Sol opõem concepções distintas de desenvolvimento, voltadas à expansão da pecuária extensiva, à monocultura e à exploração predatória dos recursos minerais, onde os índios se inserem como força de trabalho, em contraste com as atividades de cultivo, criação de animais e utilização da flora e fauna nativas a partir das formas próprias de organização social, concebidas e implementadas coletivamente.

Essas questões, consideradas em conjunto, revelam uma grande margem de arbítrio político no desfecho de um processo administrativo e podem constituir precedentes importantes para a política indigenista e ambiental no país. (*janeiro, 2006*)

REGIME DE DUPLA AFETAÇÃO É DEBATIDO EM ASSEMBLÉIAS

Após a elaboração do relatório “Parque Nacional do Monte Roraima: Kaané”, índios e instituições federais voltam a discutir, na VII Assembléia Geral do Povo Indígena Ingarikó, o regime de dupla afetação definido pelo decreto de homologação da TI Raposa Serra do Sol. Na Assembléia – realizada entre os dias 18 e 21 de abril de 2005 –, os habitantes da porção setentrional da TI Raposa Serra do Sol (em sua maioria índios Ingarikó) explicitaram sua preocupação com as mudanças socioculturais em curso, com os conflitos internos que influenciam as relações entre as aldeias e com a autonomia decisória frente à situação jurídica decorrente da existência do Parque Nacional. Todos os órgãos envolvidos com a sobreposição e com as ações dentro da TI foram convidados para o encontro, destacando-se a presença de representantes do Ibama, da Funai, da Funasa e do MMA. Estiveram presentes também as principais organizações indígenas do estado, além de lideranças vizinhas às aldeias Ingarikó.

No decorrer do debate, e com uma cópia do decreto recém-assinado em mãos, o Ibama e a Funai afirmaram não haver uma situação definida para tal processo, mas que deveria ser construído conjuntamente entre os órgãos e os Ingarikó, apontados no decreto de homologação como co-responsáveis pela administração do Parque. Segundo os agentes dessas instituições, os índios precisavam definir primeiro seus interesses e opinar sobre a situação de dupla afetação, para então dar-se

andamento aos encaminhamentos institucionais voltados à elaboração de um plano de gestão. Após o posicionamento bastante indefinido da VII Assembléia Geral, foi realizada, em agosto de 2005, a III Assembléia Extraordinária, na qual o posicionamento das instituições envolvidas e dos índios foi mais bem esclarecido. Nesse encontro, as lideranças indígenas voltaram a afirmar que a conservação ambiental não deve se sobrepor a seus costumes e tradições, e que o Ibama deve dar garantias de que, depois de implantado o plano de gestão, a área do Parque Nacional não será tomada de seus habitantes. Frente a esses posicionamentos, o chefe do Parque, José Ponciano, afirmou que o órgão ambiental pretende trabalhar de forma integrada e de acordo com a vontade da comunidade. A Funai, por sua vez, reforçou a posição em favor do protagonismo indígena na região.

Até o final de 2005, os integrantes do grupo de trabalho não haviam elaborado uma proposta em conjunto e um cronograma de atividades. Foi considerada a possibilidade de inclusão de representantes de outras organizações indígenas do estado no Grupo Técnico (GT), mas as comunidades aguardam a seqüência dos debates e o posicionamento das lideranças, além de uma ação mais definitiva dos órgãos federais no sentido de iniciar o processo. (Ricardo Burg Mlynarz, mestrando do Procam (USP) e colaborador da Diretoria de Educação Ambiental (MMA) nos estados do Amazonas e Roraima, dezembro de 2005)

Autonomia Indígena em Laboratório

Eduardo Almeida

Indigenista, consultor da Eletronorte e membro do Foro Permanente de Assuntos Indígenas da ONU

CONVÊNIO EFETIVADO ENTRE ELETRONORTE E HABITANTES DA TI SÃO MARCOS TRAZ NOVOS DESAFIOS PARA A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA

No Brasil, fala-se muito em autonomia indígena e auto-determinação, sem, contudo, aprofundar as discussões sobre o tema. Parece que o forte ranço ideológico tutelar, atrelado geneticamente aos próprios 500 anos de colonialismo *à la* luso-brasileira, influi nisso. Constata-se hoje no Brasil uma sinalização, ainda que tímida, em favor da construção de autonomies com base em sistemas de gestão indígena “moderna”, seja com ênfase em gestão territorial e ambiental, seja com um foco mais amplo, incluindo a dimensão da economia, de serviços públicos, da superação dos vínculos de dependência com o Estado ou outras instituições. Mas, de maneira geral, esse processo tem sido bastante atrapalhado pela persistência da mentalidade tutelar, que é freqüentemente desdobrada em paternalismo e assistencialismo. As pressões e injunções crescentes de um planeta que segue se “encolhendo” exponencialmente, por outro lado, prometem um previsível agendamento mais incisivo da questão da autonomia e dos desafios relacionados a uma gestão indígena adequada às novas realidades, como vem ocorrendo em várias partes do mundo.

O Programa São Marcos, em sua segunda e atual fase, com certo pioneirismo, aponta para o futuro. No entanto, a iniciativa – que tem sua origem em ações de compensação e mitigação de impacto socioambiental da linha de transmissão que liga a hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a Boa Vista, capital de Roraima, e atravessa cerca de 60 km da Terra Indígena (TI) São Marcos acompanhando o traçado da BR-174 – vem enfrentando preconceitos, incredulidades e dificuldades diversas, encarando desafios e construindo uma rica e vitoriosa experiência de gestão indígena “burocrática moderna”.

Em sua primeira fase (1998-2003), o Programa envolveu recursos da ordem de R\$ 7,6 milhões, 77,3% dos quais gastos com a

retirada dos 101 invasores rurais da TI, que já estava homologada desde outubro de 1991. Nessa fase, a gestão ficou a cargo da Associação de Apoio às Atividades do Programa Waimiri-Atroari (Adawa), com participação da Funai. O processo de desintrusão se deu de modo contínuo até fins de 2002, não cobrindo, porém, as ocupações não-indígenas no povoado de Pacaraima, transformado em sede de novo município em outubro de 1995 e foco de tensões políticas constantes.

A decisão de canalizar o uso dos recursos para o processo de desintrusão foi tomada em uma Assembléia Indígena da TI São Marcos, constando em ata da mesma a ponderação de que os recursos aplicados nas indenizações e outros custos referentes a essa ação deveriam ser reembolsados pela Funai – fato que até abril de 2006 não havia ocorrido.

Nessa fase, o Programa buscou atender também demandas das comunidades, como o fortalecimento do Movimento Indígena, o provimento de alguns serviços (notadamente transporte) e algum fomento a ações ambientais e produtivas. O apoio à construção do malocão Macunai’ mî, próximo à ponte da BR-174 sobre o rio Surumu, a estruturação de atividades de fiscalização e vigilância da TI, a aquisição de um ônibus e um caminhão, e a estruturação de um viveiro de mudas e de ações ambientais e de fomento agrícola da “Oficina da Terra” marcam as realizações do Programa nessa fase. Com um repasse específico referente à indenização por árvores derrubadas para o soerguimento das torres, foram adquiridas, no ano 2000, duzentas cabeças de gado bovino em um projeto comunitário de fomento. O malocão Macunai’ mî tem proporcionado, a exemplo de outros malocões em outras regiões, um importante marco no Movimento Indígena regional, servindo como centro de eventos políticos, culturais, associativos e pedagógicos.

Em janeiro de 2004, vencida a primeira fase, o Programa São Marcos estabeleceu um novo convênio, dessa vez firmado diretamente entre a Eletronorte e a organização indígena Associação Programa São Marcos (APSM). No convênio, a gestão do Programa é “obrigação” da organização indígena, cabendo a Funai es-

calar um servidor para função coadjuvante. A Eletronorte, por sua vez, está “obrigada” ao repasse trimestral dos recursos e outras eventuais colaborações em paralelo. São R\$ 6 milhões em cinco anos (2004-2008) em parcelas trimestrais de R\$ 300 mil. Além disso, a Eletronorte está repassando mais R\$ 195 mil referentes à construção do Posto de Vigilância Uraricoera, à margem da rodovia RR-319 que corta a parte sul da TI.

Existem outros “programas indígenas” por conta de compensação/mitigação de impacto de empreendimentos, sobretudo do setor elétrico. Em nenhum deles, porém, a gestão dos recursos está a cargo dos próprios indígenas. Novos convênios desse tipo certamente virão ou já estão em perspectiva, como no caso dos povos indígenas do Oiapoque, no Amapá, também com a Eletronorte, por conta de uma nova linha de transmissão. Lá, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio) já manifestou desejo de assumir a responsabilidade pela gestão do programa em negociação.

GESTÃO INDÍGENA, NOVOS DESAFIOS

Obviamente, todo povo pratica gestão dentro de seus padrões e modos de vida. Os choques colonial e tecnológico, e a globalização galopante, entretanto, trazem imposições novas e poderosas. Cada vez mais, organizações indígenas de base ou de âmbito mais amplo constroem e administram seus projetos, em geral mais específicos e pontuais. Quando o foco se amplia, o leque se abre e os recursos se avolumam, uma série de complicações tem surgido. Os convênios com a Funasa dão um indicativo das dificuldades. Sem dúvida, a autonomia indígena e seus instrumentos de efetivação envolvem desafios por vezes bastante complexos e caminhos não tão fáceis como se pode supor.

Em 2004, já “nas mãos dos índios” (e já superada a retirada dos fazendeiros), o Programa São Marcos passa a ser objeto de um processo intenso de debates, a começar entre as próprias lideranças das 34 (38 em 2006) aldeias e lideranças do Movimento Indígena e suas organizações. Esses debates coincidiam com o vislumbre de novas bandeiras e prioridades para o Movimento Indígena diante da expectativa tão árdua e longamente alimentada de homologação da vizinha TI Raposa Serra do Sol. Começava a surgir em Roraima uma idéia de que a longa fase da luta pela terra se aproximava de sua frutificação, havendo necessidade de se encarar de frente outras questões importantes, como as ligadas ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade em geral.

Com isso, se estabeleceram alguns embates temáticos interessantes, parte deles ainda em curso em 2006. Alguns dos mais intensos se referem à função do Programa: *Priorizar a estruturação e o fomento da economia indígena ou as prestações de serviços? Complementar ou substituir políticas públicas já existentes e operantes (embora às vezes, de fato, precárias ou inoperantes)?*

Em Roraima verifica-se, nas últimas décadas, uma nova expressão da “crise social” indígena: uma tendência que parece crescente de migração de indígenas para o meio urbano. Os números desse fenômeno, infelizmente, são de precária aferição pela falta de estatísticas e estudos, mas as evidências são flagrantes, tanto nas aldeias como em Boa Vista ou Pacaraima, por exemplo. As aldeias passam, com frequência, a ser vistas como meros espaços tradicionais, referenciais de identidade e origem, vinculados a uma idéia de subsistência e vida precária, onde os ingressos de renda monetária se restringem a professores e agentes de saúde assalariados pelo Poder Público, além de eventuais funcionários da Funai ou de outro órgão oficial.

Nos anos recentes, as manifestações de preocupação com a vida e a economia indígena no espaço das comunidades têm sido recorrentes. Algumas lideranças se mostram especialmente apreensivas e mesmo ansiosas com a questão do etnodesenvolvimento e da sustentabilidade, em particular no que concerne o aspecto renda monetária. Por outro lado, para algumas comunidades, a garantia da terra significou a possibilidade de inaugurar ou consolidar processos de desenvolvimento que já estavam em curso, como são os casos, na TI São Marcos, das aldeias Santa Rosa e Perdiz, de população relativamente pequena, mas com rebanhos de gado de corte que já ultrapassam mil cabeças cada. Há também o caso da comunidade do Milho, cujos rebanho e produção agrícola encontram-se em franco crescimento. Apesar das vulnerabilidades e precariedades da organização econômica – sobretudo nos momentos de comercialização da produção – a melhor condição de vida e saúde nessas três comunidades é perceptível a olhos vistos, sobretudo quando comparadas com o quadro dominante. A situação confirma a conspícua lacuna na política indigenista oficial no que se refere ao etnodesenvolvimento ou “desenvolvimento com identidade”, apesar do incremento em recursos e ações em apoio a projetos indígenas nos últimos anos, sobretudo a partir dos Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário.

Uma visão hoje bastante difundida entre as lideranças indígenas, tanto no nível das organizações que operam a partir de Boa Vista, como no nível da base – as comunidades – é que o lavrado (savana regional, ecossistema dominante) tem seu potencial maior de exploração e geração de riqueza na pecuária. Não acreditam tanto na agricultura de subsistência convencional. Com isso, o Programa São Marcos viu-se bastante pressionado a atuar mais na estruturação econômica indígena, especialmente na pecuária indígena. Agregue-se a isso o fato de os recursos de pesca e caça virem se esgotando em ritmo crescente.

SUSTENTABILIDADE EM QUESTÃO

Em janeiro de 2006, uma assembléia de avaliação e planejamento do Programa, com expressiva participação tanto de comunidades como de organizações indígenas, resolveu promover

um salto num processo que de 2004 a 2005 conseguiu apenas caminhar de maneira muito gradual. Essa assembléia determinou, para 2006, um aumento superior a 100% nos dispêndios destinados a apoiar ações de etnodesenvolvimento, e, com isso, cortando recursos antes destinados a cobrir custos de serviços e assistência (inclusive o de fiscalização e vigilância), além de pressionar os mecanismos de gestão do Programa para que economizem e controlem gastos nas atividades administrativas. Determinou ainda que os recursos do item “Apoio a Projetos Comunitários” fossem destinados, em 2006, exclusivamente para a aquisição de matrizes bovinas para comunidades mais carentes, em sistema de fomento pelo qual tais comunidades se comprometem, ao cabo de alguns anos, a repassar aquele mesmo número de matrizes a outras comunidades carentes, e assim sucessivamente. Embora nem sempre bem sucedido, esse modelo de projeto já era conhecido no lavrado indígena de Roraima devido à implementação de projetos da Diocese de Boa Vista e também com o antigo gado do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou pequenas doações feitas por uma administração estadual anos atrás.

Algumas iniciativas de sucesso podem ser comemoradas pelo Programa São Marcos, mas lideranças indígenas e analistas têm se queixado da safra magra de frutos sustentáveis até aqui. Graças ao Programa, hoje, 13 novos universitários indígenas fazem cursos em Boa Vista. A infra-estrutura do Programa tem permitido a muitas comunidades oferecer contrapartidas, o que facilita a proposição e implementação de projetos econômicos junto a agências oficiais ou não-governamentais. Outros benefícios poderiam ser aferidos.

Entretanto, afloram por vezes dilemas e riscos que pedem um processo de avaliação a ser realizado. Espera-se, por exemplo, que o Programa possa contribuir para o fortalecimento e unidade entre as organizações indígenas regionais, assumindo-se que o empoderamento e o protagonismo são essenciais na afirma-

ção e superação dos problemas. No entanto, por vezes, surgem temores de que o Programa não venha conseguindo contribuir efetivamente nessa direção, com a APSM posicionando-se ocasionalmente como “concorrente rica” das organizações tradicionais, estas enfrentando sérios problemas de manutenção e também de gestão.

Além disso, percebem-se, em certos momentos, indícios de seduções a práticas clientelistas e assistencialistas. Alguns analistas enxergam impactos psicológicos mal administrados entre gestores, lideranças influentes e pessoas próximas ante ao fato de estarem gerindo ou influenciando na gestão de somas incomuns de recursos, disponibilidade de veículos e acesso a outras facilidades e “mordomias”, num ambiente de carências disseminadas. Além do mau uso de meios, riscos de tendências autoritárias, nepotismo, arbítrios e não transparência na gestão etc. Os mecanismos tradicionais de participação, acompanhamento e controle social sobre gestores e lideranças se mostram, aparentemente, inadequados e ineficientes para neutralizar tais processos. Os primeiros meses de 2006, felizmente, porém, mostram amadurecimento e superação em relação a essas questões.

Em termos gerais, um sério obstáculo está na mentalidade assistencialista herdada, e cuja superação exige muitas vezes um certo tempo. Outro ponto de toque identificado está no precário domínio de técnicas de gestão compatíveis com as características de um programa desse tipo, envolvendo visão estratégica, “projeto etnopolítico”, lidar com somas consideráveis de recursos, condicionamentos impostos por normas e leis federais, prestação de contas e tudo mais. Com relação ao aspecto administrativo, foi arquitetado um curso pioneiro de gestão para indígenas, com carga de 160 horas, e conseguiu-se a aprovação do mesmo junto a instâncias da Eletronorte, mas sua execução, inicialmente prevista para o primeiro semestre de 2006, encontra-se protelada por entraves burocráticos. (*abril, 2006*)



Povo Pemon na Venezuela Pede Justiça

Carta da família Pemón Lanz*

SEJA O GOVERNO "REVOLUCIONÁRIO" OU "CONTRA-REVOLUCIONÁRIO", DE ESQUERDA OU DE DIREITA, OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA VENEZUELA CONTINUAM SENDO USURPADOS, DE ACORDO COM CARTA PUBLICADA POR UMA FAMÍLIA PEMON, GRUPO INDÍGENA CUJO TERRITÓRIO É ATRAVESSADO PELO LINHÃO DE GURI

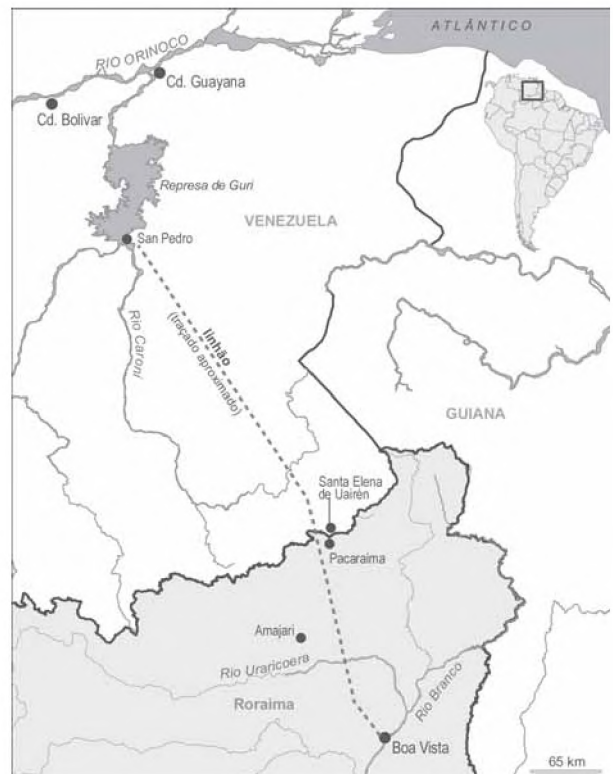
Na nossa cultura pemon, os mortos não devem ser nomeados. Eles são sofredores que iniciam seu caminho a *kamonipö*. Os mortos não podem ser vistos de forma alguma pelos homens, e seus nomes jamais devem ser pronunciados à toa, o que não quer dizer que eles sejam esquecidos. Apenas esperamos que apareçam em nossos sonhos para saber que finalmente chegaram ao seu destino. Então, os celebramos.

Porém, nesses dias de "revolução" em nosso país, a Venezuela, temos sido obrigados a dizer o nome de nossos mortos. Precisamos violar a norma, porque no meio do enfrentamento entre dois grupos supostamente contrários – um chamado de *oficialismo* e o outro de *escuálidos* – nossos mortos continuam sendo nossos. Ninguém os assume ou os reivindica. Eles não saem nos meios de comunicação da oposição "contra-revolucionária", nem tão pouco nas emissoras de TV da "revolução". Tem que esperar passar o tempo sem que haja justiça, para depois colocar nossos mortos indígenas no Panteão Nacional. Mas o que acontecerá com os povos afetados pelos planos de desenvolvimento?

Por isso, precisamos contar-lhes: em 1996, o governo moribundo de Rafael Caldera aprovou uma concessão turística (turisul). Em 1997, estabeleceu acordos com o governo do Brasil para a construção de uma linha de transmissão elétrica que vai de Guri, na Venezuela, até Boa Vista, no norte do Brasil, violando assim o artigo 77 da constituição de 1961, que trata do regime de exceção das Comunidades Indígenas. Supõe-se que essa linha de transmissão responda à necessidade de abastecimento de energia nessa região do Brasil, e represente, para a Venezuela, um negócio de venda de megawatts ao país vizinho. Ao mesmo tempo, esse negócio está relacionado à abertura da região da

Gran Sabana, no Estado de Bolívar, à exploração mineral, florestal e turística. Essa abertura foi precedida pela mudança da denominação da "Reserva Florestal Imataca" e do "Parque Nacional Kanaima", que existem na região, para que se tornassem áreas acessíveis ao desenvolvimento econômico. Para isso, o governo moribundo de Rafael Caldera emitiu o decreto 1850, no qual não só alterou a condição jurídica dessas regiões, como permitiu a entrada do neoliberalismo e dos capitais transnacionais ligados à exploração mineral, florestal e turística.

Para esse governo, nada impedia tal temeridade, pois, ao final das contas, essas regiões são habitadas apenas pelas etnias Pemon, Akawaio, Karina, Arawak e outras 30 que aparecem nos censos estatais, e não era necessário consultá-las nem ter o seu consentimento nos planos de desenvolvimento. Contudo, nós Pemon fomos contra o decreto e a construção da linha de transmissão do governo moribundo. Fomos, então, a Caracas



para entrar com uma ação na Corte Suprema de Justiça, naquele momento contra os planos do governo, o *oficialismo*. Em uma das viagens à capital, conhecemos Chavez durante um fórum sobre o meio ambiente, onde escutamos seu discurso que anunciava a anulação do tal decreto e a paralização do projeto da linha de transmissão, entre outros que ele iria mandar para o inferno uma vez que chegasse à presidência. Claro, era campanha eleitoral. Porém, todos nós acreditamos nele.

No ano 2000, a revolução inaugura o complexo mineiro Placer Dome, na reserva florestal Imataca. Já em 2001, em pleno governo "revolucionário", o Tribunal Supremo de Justiça declarou improcedentes as ações, violando assim o direito dos povos indígenas assegurados pelos artigos 119, 120, 121, 122, 123, e 129. Ou seja, a mudança da primeira palavra da Corte ao Tribunal não fez justiça. Ratificava a legalidade do decreto 1850, a continuidade da construção da linha de transmissão, do já morto governo de Caldera, até o país vizinho (agora referendada pela "revolução") e obrigava todos a reconhecer a autoridade sobre esse espaço, que a partir desse momento era adquirido por uma transnacional planetária da eletricidade e verdadeira dona da linha de transmissão Guri-Boa Vista.

Não entendemos nada. Não vimos a mudança. O certo é que começamos a luta pela defesa da dignidade e dos territórios, até que nos vimos obrigados a derrubar as torres da linha de transmissão. Então apareceu o exército "bolivariano", e com a força aérea e terrestre, impôs o controle com uma repressão igualzinha à dos governos reacionários anteriores. Finalmente, por meio de prisões e da presença permanente do "exército bolivariano", a "revolução" se encarregou de impor aos Pemon a linha de transmissão, que foi "revolucionariamente" inaugurada com a presença dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Fidel Castro.

Nós, os Pemon, fomos retirados, mas a luta continua. E como a luta prossegue, o exército também permanece com suas ações repressivas, ao ponto que, no mês de maio, completará dois anos da morte de um dos dirigentes Pemon que lutou contra o "linhão" e foi assassinado por um oficial do agora exército "bolivariano" que, certamente, continua "revolucionariamente" livre.

Essa tem sido a história dos crimes e assaltos, de violações e assassinatos em massa, que se repetem sobre nossos povos, nunca esclarecidos pelos governos anteriores da "democracia representativa". Mas chegou a revolução, e com ela a lei de terras. Então, alguns de nossos povos acreditaram que havia chegado o momento de recuperar seus antigos "territórios".

Mas apenas a palavra "habitat" nos foi reconhecida na nova Constituição Bolivariana da Venezuela.

Não há meio de comunicação no mundo que não trate, ainda que de forma parcial, da confrontação entre o governo "revolucionário de esquerda" e a direita retrógrada pró-imperialista. Em seus jornais e televisões é possível ver e ler quando a direita reclama por seus mortos da *Plaza de Altamira* ou do *Puente Llaguno*, em Caracas. Também se tem visto como o governo e seus defensores reclamam e juram pátria ou morte em comemoração de seus mortos de *Los Próceres*. Porém, ninguém clama pelos milhares de mortos dos nossos povos indígenas, como o Pemon Miguel Lanz Montilla, assassinado dia 28 de maio de 2002 pelo exército, agora "bolivariano", cujo processo nº 1127 tramita no *Tribunal de Control Puerto Ordaz*, e muito menos pelos seis Pumé assassinados pelos latifundiários de sempre, dentre outros.

No "caso venezuelano", é realmente triste ver e ouvir como todos parecem ter tudo tão claro. Entre "esquerda" e "direita", qual a "progressista"? Os discursos se tornam quase verdades divinas. Mas ninguém sabe dos nossos mortos indígenas. Ninguém os reclama como seus mártires. Nós, poucos, pouquíssimos, esperamos apenas que não nos chamem com outros nomes. Somos indígenas, e, sem aspirar ao poder que esses dois disputam, somos obrigados a violar a norma e começar a dizer os nomes de nossos mortos em meio aos gritos confusos de um país no qual alguns, que são infiltrados na revolução, têm sido capazes de criar e dar vida a uma contra-revolução, para que a primeira possa parecer revolução. Vença quem vencer, sabemos que os Pemon, os Piarao, os Yekuana, os Añu, os Bari, os Yukpa e todos os povos indígenas da Venezuela terão que seguir carregando seus mortos, defendendo sua dignidade e seu território, até o dia com o qual sonhamos, quando nossos mortos poderão descansar em paz. *Tünono com dau*.

No entanto, todos os povos, unidos, não devem permitir que se repita a mesma história. Que seja feita justiça em nome dos que estão mortos e também dos que estão vivos.

Etapön tök rö etömö = A luta continua

Emilia Montilla, Leocadia Lanz, Nancy Lanz, Jose Cruz Lanz, Taide Lanz, Jose Angel Lanz, Nelly Lanz, Chiquinquirá Lanz

NOTA

*Publicado originalmente no Centro de Mídia Independente da Argentina, no dia 06/02/2004 (<http://argentina.indymedia.org/features/pueblos>)

TI RAPOSA/SERRA DO SOL DEMARCAÇÃO

LIDERANÇAS EXIGEM HOMOLOGAÇÃO EM ÁREA CONTÍNUA

Uma comissão de lideranças indígenas de Roraima reuniu-se nessa quarta-feira com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, para solicitar seu empenho na aceleração do processo de homologação da TIRaposa/Serra do Sol, que se encontra paralisado desde 1998. A comissão pediu, ainda, providências para a retirada dos invasores da área e para coibir a interferência dos militares do 6º Pelotão Especial de Fronteiras (PEF). (Cimi, 29/08/02)

ABAIXO-ASSINADO CONTRA ÁREA ÚNICA

Lideranças e membros de entidades indígenas se reuniram no dia 18, na comunidade indígena do Contão, para contestar uma comissão de índios do CIR que foi a Brasília, a qual pediu ao ministro da Justiça a homologação da área Raposa/Serra do Sol de forma contínua. Os índios contrários à proposta do CIR fizeram um abaixo-assinado com 41 nomes declarando favorável à homologação de forma descontínua. As pessoas que assinaram o documento acreditam que a demarcação de forma descontínua ajuda o desenvolvimento das áreas urbanas como as vilas do Mutum, Socó, Água Fria e Surumu. São favoráveis à exclusão das áreas de produção agrícola e à permanência do 6º PEF, no município de Uiramutã, além da construção da pista de pouso. (Folha de Boa Vista, 21/09/02)

ÍNDIOS QUEREM RETIRADA DE ARROZEIROS

Uma comitiva formada por 23 lideranças indígenas da região do Baixo Cotingo, na área indígena Raposa Serra do Sol, está reunida em Boa Vista com o objetivo de denunciar a ocupação de arrozeiros em terras já demarcadas pelo Ministério da Justiça. A intenção dos indígenas é se reunir com os representantes dos órgãos ambientais e a Procuradoria da União em Roraima para denunciar invasão de terras demarcadas, desmatamento e contaminação das águas pelo uso de agrotóxicos. (Folha de Boa Vista, 06/11/02)

CPI É USADA PARA CRITICAR CIR E IGREJA CATÓLICA

Os três depoentes que compareceram ontem à reunião da CPI que apura irregularidades em ONGs aproveitaram o momento para atacar o CIR e a Igreja Católica. O presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur), Silvestre Leocádio, disse que a Igreja busca com o seu trabalho isolar os índios da sociedade. Contou que essas organizações, geralmente comandadas por padres, manipulam os índios para que expulsem agricultores das terras, promovendo a queima de pontes e a derrubada de torres de comunicação. O representante da Associação Regional Indígena do Rio Quinô, Cotingo e Monte Roraima (Arikon), Gilberto Macuxi, acusa o CIR de impedir que os índios tenham acesso ao conhecimento e, assim, se aproveitar da "inocência deles". Ele sugeriu ainda que há interesses internacionais por trás do discurso da Igreja, que não beneficia as comunidades. Alertou para o risco de a homologação, pelo Governo Federal, da TI Ra-

posa/Serra do Sol, poder levar a um grande conflito na região. (Folha de Boa Vista, 22/11/02)

AÇÃO TENTA INVALIDAR DEMARCAÇÃO...

As comunidades indígenas de Raposa Serra do Sol foram surpreendidas com a notícia de que o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) vai julgar hoje o mérito do Mandato de Segurança impetrado pelo Governo do Estado de Roraima, em março de 1999, contra a portaria de demarcação da TI. O Governo entrou com ação na Justiça pedindo a anulação da portaria 820/98 do Ministério da Justiça, que demarcou administrativamente, em área contínua, a extensão de 1,6 milhão de hectares aos macuxi, wapichana, ingarikó, taurepang e patamona que vivem ancestralmente no nordeste daquele estado. (Cimi, 27/11/02)

... MAS STJ DECIDE MANTÊ-LA...

A pendência judicial que impedia a homologação da TI Raposa-Serra do Sol está resolvida. Ao derrubar, depois de quase quatro anos, o mandato de segurança impetrado pelo governo de Roraima em março de 1999, o STJ garantiu os termos da portaria 820/98, do Ministério da Justiça. (ISA, 28/11/02)

... E CAUSA POLÊMICA

A manutenção pelo STJ da Portaria 820/98 que declara a posse permanente em área contínua da reserva Raposa/Serra do Sol aos índios das etnias macuxi, wapichana, ingarikó, taurepang e patamona causou polêmica entre órgãos e entidades no Estado. Enquanto defensores dos direitos dos índios comemoraram a vitória, entidades e representantes de setores produtivos consideram a decisão um entrave ao desenvolvimento. (Folha de Boa Vista, 29/11/02)

ARROZEIROS PROTESTAM CONTRA ÁREA CONTÍNUA

O protesto foi batizado pelos agricultores como "Dia de Resistência" e obteve apoio de várias empresas, instituições e poderes políticos afins. Houve uma carreta acompanhada por tratores que percorreu as principais ruas do Centro. Segundo o rizicultor Luiz Afonso Faccio, o dia de ontem foi marcado como um dos mais importantes na luta contra a área contínua da TI Raposa/Serra do Sol. (Folha de Boa Vista, 05/12/02)

Dionito de Souza, segundo tuxaua da aldeia Maturuca.



COIAB LANÇA MANIFESTO PELA HOMOLOGAÇÃO

A Coiab, em solidariedade aos povos indígenas e ao CIR, vem publicamente rechaçar a tentativa de setores políticos e econômicos e do próprio governo daquele Estado de reverter a decisão do STJ, que no último dia 27 de novembro derrubou o mandato de segurança impedido pelo governo desta unidade federativa, em março de 1999, contra a portaria 820/98 de demarcação da TI Raposa Serra do Sol. A decisão do STJ, que garante Raposa Serra do Sol como área contínua, conforme a vontade dos mais de 14 mil indígenas que moram na região, foi recebida pela Coiab como uma vitória singular dos povos indígenas do país, uma vez que em instância máxima é ratificado um direito reconhecido há mais 14 anos pela Constituição Federal, mas que estava preso a obstáculos, artimanhas e flagrantes violações à Lei Maior do país, por parte daqueles setores empenhados em inviabilizar a demarcação das terras indígenas. (*Cimi e Coiab, 05/12/02*)

IBAMA PROMETE ALTERNATIVA PARA RETIRADA DE ARROZEIROS

O presidente do Ibama, Marcus Barros, em reunião, nesta quinta-feira (27/02), com as lideranças indígenas de Roraima, comprometeu-se a encontrar uma alternativa para retirada dos arrozeiros da TI Raposa Serra do Sol e dos invasores do Morro do Quiabo, área São Marcos. Ao final da reunião ele recebeu um documento com reivindicações apresentadas pelo CIR e Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apirr). (*CIR, 27/02/03*)

GOVERNADOR DE RR É ACUSADO DE FAZER ACORDO COM O PT

O governador de Roraima, Flamarion Portela, é acusado por 13 entidades indígenas de ter se filiado ao PT, há três dias, em troca da garantia de que não será homologada a TI Raposa Serra do Sol, que desde a semana passada é devastada por incêndios. O Ministério Público Federal recebeu um pedido das entidades para investigar as razões da demora na assinatura do decreto e se há, de fato, um acordo entre o PT e Flamarion. (*O Globo, 21/03/03*)

CAMPANHA PELA HOMOLOGAÇÃO

Por ocasião do Dia dos Povos Indígenas, 19 de abril, e nas vésperas do aniversário do chamado "Descobrimento do Brasil", em solidariedade ao CIR e aos povos indígenas daquele Estado, a Coiab lança a Campanha pela homologação da TI Raposa Serra do Sol. (*Coiab, 19/04/03*)

CINEGRAFISTA DO CIR REGISTRA CRIMES AMBIENTAIS

O cinegrafista do CIR, Dávison Buckley Wapichana, e o vice-coordenador, Noberto Cruz da Silva, registraram três crimes ambientais praticados pelos invasores da TI Raposa Serra do Sol. Eles estavam, no último fim de semana (25, 26, 27), em Uiramutã acompanhando e registrando a festa do "Ou Vai ou Racha" quando receberam denúncia da presença de balsas e garimpeiros no rio Maú, um lixão a céu aberto em Uiramutã e a mortandade de peixes no igarapé Parueni, na região de Surumu. Em plena paisagem belíssima das montanhas da região serrana de Raposa Serra do Sol, a prefeitura de Uiramutã, recentemente homenageada com o "Prêmio Sebrae de Prefeitura Empreendedora", instalou uma lixeira pública que compromete mananciais de água que abastecem o rio Maú, fronteira do Brasil da Guiana. (*CIR, 30/04/03*)

MINISTRO DA JUSTIÇA ADMITE REVISÃO DE LIMITES

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou nesta terça-feira em Brasília que a demarcação da TI Raposa Serra do Sol é passível de revisão. "Há uma demarcação e falta homologação. A demarcação é administrativa, mas, por natureza, pode ser revisada", disse na Comissão da Amazônia, na Câmara. Da audiência participou o governador de Roraima, Flamarion Portela, que se filiou recentemente ao PT. Ele defende a revisão da demarcação por considerar muito extensa a área reservada aos índios. (*Oesp, 20/05/03*)

PROPOSTA EXCLUI 350 MIL HA

Os seguimentos contrários à demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol em área contínua devem apresentar uma proposta unificada ao ministro Márcio Thomas Bastos, que desembarca na próxima terça-feira em Roraima, pedindo a exclusão de apenas dois décimos dos 1,687 milhão de hectares pretendidos, ou seja, cerca de 350 mil hectares. Essa é a análise do governador Flamarion Portela (PT), que defende a demarcação da reserva, mas ressalta ser preciso excluir o município de Uiramutã e vilas com áreas de expansão, as estradas, as terras produtivas e as propriedades com título definitivo. (*Brasil Norte, 06/06/03*)

LIDERANÇAS DIVIDIDAS

As lideranças indígenas estão com suas propostas prontas para entregá-las ao ministro Márcio Thomaz Bastos. Enquanto as organizações das Mulheres Indígenas (Omir), dos Po-

vos Indígenas (Opir), APIR, Taurepang, Wapixana e Macuxi (TWM) e o CIR, pedirão a homologação da Raposa/Serra do Sol em área contínua com a retirada dos invasores, a Sodiur, a Associação para a Integração e o Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (Alidcir) e a Arikon querem a preservação dos núcleos urbanos, estradas e áreas produtivas. (*Folha de Boa Vista, 10/06/03*)

BASTOS DIZ QUE NÃO MUDARÁ ÁREA DEMARCADA

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse ontem em Boa Vista que o governo federal não vai rever a demarcação da TI Raposa/Serra do Sol, como pleiteia o governador de Estado, Flamarion Portela, filiado ao PT. (*FSP, 13/06/03*)

LULA PROMETE HOMOLOGAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA

Em seu discurso de abertura da Conferência Nacional do Meio Ambiente, hoje em Brasília, o presidente da República prometeu a homologação em forma contínua da TI Raposa - Serra do Sol, objeto de antigo conflito com políticos e agricultores que ocupam ilegalmente parte da área, demarcada no governo FHC. Ao mesmo tempo, Lula avisou que o processo pode levar tempo, em função da necessidade de encontrar alternativas aceitáveis para os ocupantes. (*Amigos da Terra, 28/11/03*)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PROTESTA

A antecipação do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) de que Pacaraima e Uiramutã devem ser extintos em favor dos interesses dos índios das reservas São Marcos e Raposa/Serra do Sol, respectivamente, encontra resistência radical da Associação dos Municípios de Roraima. Segundo o presidente da entidade, prefeito Alfredo Gadelha (PL - Bonfim), o pleito do Ministério da Justiça beira o absurdo político e administrativo. (*Brasil Norte, 06/01/04*)

ARROZEIROS PROMOVEM AÇÕES INTIMIDATÓRIAS

Depois que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou em 23/12 que a TI RSS seria homologada em janeiro de 2004, os arrozeiros ali instalados, acompanhados por índios que defendem a homologação não contínua da TI, promoveram várias ações intimidatórias sob o comando do arrozeiro Paulo César Quarteiro. Eles invadiram a sede da Funai na manhã de hoje, expulsando os funcionários, destruíram a missão Surumu que fica na TI,

fizeram três padres de reféns e fecharam pontes e estradas de acesso a Boa Vista. De acordo com relatos por rádio, os padres foram espancados e estão amarrados no centro da aldeia do Contão. Na sede da Funai de Boa Vista, o telefone é atendido pelos invasores que informam que o prédio está ocupado e que os funcionários da Funai não estão. (ISA, 06/01/04)

GRUPOS FECHAM ACESSO À TI

Apoiados por fazendeiros, índios contrários à homologação da TI Raposa/Serra do Sol, em Roraima, fecharam hoje os acessos à área indígena, segundo a Polícia Federal. O administrador substituto da Funai, Manoel Tavares, disse que órgão recebeu informações de que parte dos índios que fizeram reféns três religiosos na semana passada estavam embriagados com bebida fornecida pelos fazendeiros. (FSP, 14/01/04)

ÍNDIOS DA SODIUR ENVOLVIDOS NO ESQUEMA DOS "GAFANHOTOS"

Índios ligados à Sodiur, principal entidade indígena contrária à homologação em área contínua da TI Raposa/Serra do Sol, são acusados de integrar o esquema dos "gafanhotos" do governo estadual. A força-tarefa que investiga o caso, formada por MPF e PF, encontrou pelo menos 150 índios da etnia macuxi na folha de pagamento do esquema pelo qual pessoas indicadas por autoridades de Roraima recebiam, por meio de procurações, os salários de cerca de 5.500 funcionários fantasmas. Pelo menos 22 desses índios são comprovadamente filiados à Sodiur, que comandou, junto com fazendeiros, bloqueios de rodovias e invasões de prédios públicos durante protestos contra a reserva, na semana passada. (FSP, 16/01/04)

PREFEITA DE UIRAMUTÃ CONTRA HOMOLOGAÇÃO CONTÍNUA

Filiada ao PT e fluente na língua macuxi, que aprendeu com uma avó índia, a prefeita de Uiramutã, Flora Mota, de 31 anos, declarou guerra contra a proposta do governo federal de destinar 1,7 milhão de hectares para a TI Raposa Serra do Sol. Para evitar que a reserva acabe engolindo o município, ela propõe que fiquem de fora da área homologada a sede, vilas, estradas e um trecho para expansão da cidade. (Oesp, 18/01/04)

PARA MILITARES, ÁREA CONTÍNUA AUMENTA RISCO NA FRONTEIRA

Os órgãos de inteligência do governo, inclusive das Forças Armadas, alertam, em relatórios

encaminhados ao Palácio do Planalto, para o risco que a demarcação da reserva RSS em área contínua poderá trazer para a segurança nacional. De acordo com os relatórios reservados, a demarcação em Roraima poderá causar "prejuízos para a segurança do País, para o desenvolvimento da região, além do risco de grave conflito" entre os que defendem e os que são contrários à reserva. (Oesp, 20/01/04)

LÍDER INDÍGENA ASSUME SEQÜESTRO DE PADRES

O Tuxaua Genival Costa da Silva, da comunidade do Contão, se responsabilizou ontem pela detenção dos religiosos Ronildo Pinto França, César Avellaneda e Juan Carlos Martinez, ocorrida há duas semanas na Missão Surumu, durante as manifestações contrárias à homologação da Raposa/Serra do Sol. Ao assumir a autoria do "seqüestro" dos padres, ele isenta a prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), de qualquer participação no episódio. Ela é acusada de ter fornecido um caminhão pertencente à prefeitura para a ação dos índios que fizeram os religiosos como reféns, com o objetivo de chamar a atenção do Governo Federal para a presença de estrangeiros na TI. (Folha de Boa Vista, 20/01/04)

FLAMARION AFIRMA QUE CONTINUA NO PT

O governador Flamarion Portela (licenciado do PT) afirmou ontem à Folha que continua no PT independente da TI Raposa/Serra do Sol for homologada em área contínua, conforme foi anunciado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. "A minha vontade é ficar no partido e eu nunca quis sair", afirmou Portela, que pediu afastamento do partido para dar mais transparência às investigações sobre o "esquema dos gafanhotos". (Folha de Boa Vista, 10/02/04)

PORTARIA DE DEMARCAÇÃO PARCIALMENTE SUSPensa

A Portaria 820/98 do Ministério da Justiça, que demarcou a TI Raposa/Serra do Sol, teve boa parte de seus efeitos suspensa por decisão do juiz federal Hélder Girão Barreto. Caso a homologação da reserva acontecesse hoje, os núcleos urbanos e rurais já consolidados ficariam de fora, além de estradas. A decisão do magistrado aconteceu no final da tarde de ontem durante a primeira audiência pública da comissão interdisciplinar que vai elaborar um laudo com informações globais para balizá-lo no julgamento da ação popular contra a Portaria 820/98. (Brasil Norte, 05/03/04)

DECISÃO DE JUIZ NÃO IMPEDE HOMOLOGAÇÃO

A decisão que suspende os efeitos da demarcação se aplica apenas aos núcleos urbanos e rurais consolidados e foi tomada pelo juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima. Os réus da ação popular são a União, Funai e o Ministério Justiça, que já anunciaram intenção de recorrer. A Procuradoria da República em Roraima também entrará com recurso contra a decisão.

De acordo com matéria publicada pela Agência Câmara, em 5/3, em audiência, os deputados convenceram o juiz de que surgiram fatos novos. E citaram entre eles, a reação de índios e não-índios contrários à homologação contínua das terras e a decisão de 27/11/2002, na qual o STJ extinguiu Mandado de Segurança impetrado pelo Estado de Roraima, em março de 1999, contra a Portaria 820/98, sem julgamento de mérito. (ISA, 09/03/04)

RELATOR VAI PROPOR DEIXAR ÁREAS DE FORA

O relator da Comissão Externa da Câmara que analisa a demarcação da reserva RSS, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou nesta quarta-feira que uma das possibilidades para resolver o impasse que se instalou na região é deixar de fora da homologação a cidade de Uiramutã e fazendas de arroz. A homologação da reserva, anunciada pelo ministro Márcio Thomaz Bastos no final de 2003, gerou violentos protestos de índios no início deste ano, apoiados por fazendeiros e políticos da região. (FSP, 17/03/04)

RELATÓRIOS CONTRÁRIOS À HOMOLOGAÇÃO CONTÍNUA

Foi aprovado por uma comissão temporária externa do Senado criada para analisar a questão fundiária em TIs o relatório de um parlamentar, Delcídio Amaral (PT/MS), que propõe a homologação descontínua da RSS. Amaral defende que as estradas, a sede de Uiramutã, "propriedades economicamente produtivas" e uma faixa de fronteira de 15 km em torno da fronteira entre a Guiana e a Venezuela sejam excluídas da TI. De acordo com o senador Jefferson Péres (PDT/AM), o relatório reflete consenso parlamentar e representa uma decisão de bom senso. (ISA, 28/04/04)

DESEMBARGADORA PREJUDICA HOMOLOGAÇÃO

No início de março, o juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, deferiu uma liminar que suspendeu parcialmente os efeitos da portaria declaratória da Raposa Serra do

Sol em relação a núcleos urbanos e rurais consolidados, rodovias estaduais e federais, imóveis com posse anterior a 1934 e plantações de arroz. A decisão da desembargadora federal Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, curiosamente divulgada ontem (13/5) no site do TRF antes de ser publicada, não apenas manteve a liminar de Barreto como agrava a situação dos povos indígenas de Roraima no caso da TI Raposa Serra do Sol. Além de eliminar a área dos arroteiros, as áreas urbanas e de expansão urbana e as rodovias, a desembargadora decidiu excluir da TI Raposa Serra do Sol as áreas do Parque Nacional do Monte Roraima e 150 quilômetros da faixa de fronteira, até que seja convocado o Conselho de Defesa Nacional (CDN) para opinar sobre o assunto. O CIR deverá recorrer da decisão. (ISA, 14/05/04)

ARROZEIROS INVADEM QUATRO ALDEIAS

Fazendeiros e arroteiros destruíram as aldeias Jawari, Homologação, Brilho do Sol e o retiro São José, na TI Raposa Serra do Sol, durante o dia de hoje, 23/11. Segundo informações repassadas pelo coordenador do CIR, Jacir José de Souza Macuxi, há um indígena desaparecido, Nelson da Silva. Os documentos dele foram encontrados próximos à aldeia Jawari e havia sangue próximo ao local. A ação dos fazendeiros coincide com a visita do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que hoje está no estado, em visita relacionada à caravana do desarmamento. (Ambiente Brasil, 24/11/04)

LIMINARES FORAM SUSPENSAS...

As liminares que impediam a homologação contínua da RSS foram suspensas pelo STF. O ministro Carlos Ayres Britto foi o relator da Reclamação, admitindo a União como litisconsorte (como parte) na Reclamação 2833, o que fez com que tomasse a decisão de suspender as liminares. (Folha de Boa Vista, 17/12/04)

... MAS STF NOVAMENTE INVALIDA PORTARIA

A ministra do STF, Ellen Gracie suspendeu, no dia 03/01, a portaria 820/98 do Ministério da Justiça que oficializou a demarcação da TI Raposa-Serra do Sol. A decisão atendeu a uma Ação Cautelar ajuizada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e volta a impedir a homologação em área contínua da TI, pelo menos até que os outros ministros do tribunal opinem sobre a questão, o que pode ocorrer em fevereiro. Há ainda a possibilidade do relator do caso, ministro Carlos Aires Britto, cassar a

deliberação de sua colega. Em seu pedido de liminar, Cavalcanti repete os argumentos já utilizados na ação popular que originou o processo da RSS. Entre eles, o de que a homologação em área contínua "importará na retirada de milhares de pessoas" e no acirramento dos conflitos na região. (Oswaldo Braga de Souza, ISA, 05/01/05)

ASSEMBLÉIA DO CIR REÚNE 186 ALDEIAS

A 34ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Roraima reuniu 186 tuxauas na aldeia Maturuca, TI Raposa Serra do Sol, nos dias 12 a 15 de fevereiro de 2005. O evento contou ainda com a presença de conselheiros regionais, agentes de saúde, professores, lideranças do Movimento de Mulheres Indígenas e convida-

dos índios e não-índios de outros estados, num total de 1.030 participantes. Com o tema "Makunaima: vivo até o último índio", a assembléia resgatou a importância do herói mítico dos povos da região e expressou o desejo de as lideranças coordenadas pelo CIR lutarem pela garantia de direitos amparados pela lei brasileira. (CIR, 17/02/05)

LIDERANÇAS INDÍGENAS AMEAÇADAS

A direção do CIR denuncia que no estado sete lideranças ligadas àquela entidade vêm sofrendo ameaças por parte de pessoas contrárias à homologação da reserva RSS em área contínua. O coordenador do CIR Dionízio Tobias, o ex-coordenador Jaci José de Souza, os tuxauas Melino Galé, Junio Constantino, Gregório de



34ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Roraima.

LULA FINALMENTE HOMOLOGA TI RAPOSA SERRA DO SOL

No final da tarde de 15 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação da TI Raposa-Serra do Sol, em uma extensão de 1,743 milhão de hectares, habitada por 15 mil índios que ocupam 152 aldeias. Pôs fim, às vésperas da Semana do Índio, a uma luta que durava pelo menos 30 anos. Isso só foi possível porque no dia anterior, 14 de abril, o STF extinguiu, por decisão unânime de seu plenário, todos os processos e as liminares que questionavam a demarcação da TI.

No dia 13 de abril, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, assinou a Portaria nº 534, revogando a Portaria nº 820/98, que havia estabelecido a demarcação da TI e estava sendo questionada

pelos liminares. O novo ato normativo exclui da área a sede do município de Uiramutã, equipamentos públicos (como escolas e linhas de transmissão de energia elétrica), o 6º Pelotão Especial de Fronteira do Exército e o leito das estradas estaduais e federais localizadas na área. Publicada hoje, 15 de abril, a nova portaria prevê ainda que os ocupantes não-indígenas, incluindo os produtores rurais que invadiram a área, deverão ser retirados num prazo de até um ano, e que as benfeitorias construídas de boa fé serão todas indenizadas. Na região, de acordo com o Ministério da Justiça, há 63 ocupações em área rural: 47 pequenos pecuaristas e 16 rizicultores. (ISA, 15/04/05)

Lima e Ivaldo André, além de Dionízio Tobias receberam recados e telefonemas ameaçadores por serem favoráveis à homologação em área contínua. (*Brasil Norte*, 22/02/05)

OPERAÇÃO PARA GARANTIR HOMOLOGAÇÃO

A Polícia Federal deu início hoje à operação Upatakon que tem como objetivo garantir a efetivação da homologação da reserva RSS. Desde às 5h30 de hoje, 60 agentes da PF e 40 da Polícia Rodoviária Federal ocupam bases de trabalho nos municípios de Pacaraima, Bonfim e na Comunidade das Placas, localizada den-

tro da Terra Indígena. Até o momento, nenhum incidente foi registrado na região. O delegado Osmar Tavares, um dos coordenadores da operação da PF em Roraima, disse que a situação está sob controle na reserva indígena. (*Radio-brás*, 17/04/05)

ARROZEIROS DIZEM QUE NÃO SAEM SEM LUTA

Os arrozeiros que exploram a terra na margem sudoeste da TI serão transferidos no prazo de um ano, o tempo necessário para a colheita da safra atual. A União afirmou que vai indenizar as benfeitorias construídas de boa-

fé. O presidente da Associação dos Arrozeiros, Paulo César Quartiero, disse que os rizicultores não vão sair da área sem luta. “Não vamos sair sem lutar. É um ataque ao Estado e à federação. Temos que reagir. A violência já começou. Vilas vão desaparecer. Pessoas vão ser expulsas de casa. Será que não consideram isso violência? Estamos apenas tentando reagir. Nós temos que nos mobilizar, entender que a sobrevivência de todos está em perigo e reagir”, concluiu. (*Folha de Boa Vista*, 17/04/05)

CIR TEME CONFLITOS

O coordenador do CIR, tuxaua macuxi Marinaldo Trajano, disse que algumas comunidades temem represálias e conflitos com não-índios, principalmente no município de Uiramutã, região que ficou fora da homologação da TI. Ele disse que 21 indígenas foram mortos em luta com não índios na Raposa/Serra do Sol. Trajano conta que há possibilidade dos índios continuarem a produzir arroz nas fazendas que serão indenizadas. “Existe possibilidade dos indígenas produzirem arroz. Algumas comunidades já fazem isso com sucesso. A homologação vai fortalecer e reanimar as comunidades no trabalho para o seu desenvolvimento. Roraima não perde pedaço de terra, seremos parte do desenvolvimento do Estado”, frisou. (*Folha de Boa Vista*, 17/04/05)

MEDIDAS COMPLEMENTARES À HOMOLOGAÇÃO

O Governo Federal adotou uma série de medidas complementares à homologação da RSS. Segundo o governo, as ações visam garantir o desenvolvimento do Estado de Roraima, com a inclusão dos setores que são diretamente afetados com o reconhecimento legal da área. Segundo o Ministério da Justiça, as medidas amparam também direitos garantidos aos índios como educação, saúde, auto-sustentabilidade e proteção ambiental. Entre as medidas imediatas estão a criação de um Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações federais em Roraima e elaborar Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Estado e o estabelecimento no prazo de 60 dias de regras para a regularização fundiária de terras ocupadas da União com mais de 100 ha. Também será feito de forma imediata um Sistema de Abastecimento de Água e melhoria de 12 Postos de Saúde e da Casa da Saúde Indígena, além da implantação de Sistemas de Saneamento Ambiental para áreas indígenas. Em 2005, serão concedidos 150 mil hectares de terras da União para a implementação de Pólos de Desenvolvimento Agropecuário para Roraima. Até o final do ano também serão feitos o assentamento das famílias transferidas da TI e o georreferenciamento e regularização fundiária de imóveis rurais do Estado. (*Folha de Boa Vista*, 20/04/05)

FOTOS DIDA SAMPAIO/AE, ABR. 2005



Clima de tensão: grupo de índios Macuxi contrário ao decreto de homologação aponta arcos e flechas para quatro policiais federais da operação de Upatakon feitos como reféns (23/04/05). Acima, o governador de RR, Ottomar Pinto, caminha ao lado de assessores, lideranças indígenas, e também do superintendente da PF, delegado Francisco Mallmann, após a libertação dos policiais que estavam em poder dos índios (30/04/05).



DIDA SAMPAIO/AE

Índio Macuxi Tuxaua Amazonas, da aldeia Nova Vida, ao lado do senador Mozarildo Cavalcante com faixa na cabeça simbolizando luto durante protesto contra homologação.

HOMOLOGAÇÃO CONTÍNUA CAUSA PROTESTOS

Cerca de 15 mil pessoas estiveram na tarde desta quarta-feira (20) no centro de Boa Vista para protestar contra a homologação em terra contínua da TI Raposa Serra do Sol. Os números são da Polícia Militar da capital. O tenente Ronaldo Nascimento, comandante de policiamento, conta que não foi registrada nenhuma ocorrência durante a manifestação. A PF acompanhou o protesto em Boa Vista para garantir a segurança dos índios. *(Radiobrás, 21/04/05)*

DESCONTENTES SÃO MINORIA, AFIRMA FUNAI

O presidente da Funai, Mércio Pereira, disse que os índios da reserva RSS, que são contrários à demarcação da área representam “uma minoria barulhenta” e conclamou os outros índios a convencê-los de que a medida não os prejudicará. Segundo ele, essa minoria equivale a 20% dos índios da região. *(FSP, 27/04/05)*

E SÃO “CORTINA DE FUMAÇA”, DIZ ANTROPÓLOGO

Uma leitura rápida do noticiário dos últimos dias sobre as reações à homologação da TI Raposa Serra do Sol pode levar à percepção de que o reconhecimento do território desagradou aos próprios povos indígenas que vivem na área. Seria, nesse caso, a primeira vez na história que um povo se levanta contra a garantia de seus direitos. Mas o ineditismo não é real. A confusão é fruto da cortina de fumaça lançada por setores da elite econômica e política do estado, tradicionalmente anti-indígena, que incentiva pequenos grupos e indivíduos indígenas a assumir a frente dos protestos — e realizar ações como o bloqueio de estradas e o seqüestro de policiais federais. “Estes índios recebem inúmeros favores dos fazendeiros e políticos locais ao longo do tempo e nessa hora

são pressionados a prestar contas”, explica o antropólogo Paulo Santilli, profundo conhecedor da realidade regional. *(Bruno Weis, ISA, 27/04/05)*

INCRA ASSENTARÁ RETIRADOS DA RESERVA

O diretor do Incra para os programas das regiões Norte e Centro Oeste, Raimundo Lima, informou que promoverá o assentamento das famílias retiradas da RSS à medida que a Funai for indenizando o pessoal. Segundo ele, os ocupantes que se enquadram nos critérios da reforma agrária receberão lotes de até 100 ha nos assentamentos já existentes. Os ocupantes de áreas urbanas que se interessarem pelos lotes também serão beneficiados desde que não sejam funcionários públicos ou empresários. O tamanho da propriedade não poderá ser superior aos cem hectares, por impedimento legal, mas o diretor não descarta a possibilidade de discutir e encontrar alternativas que sejam viáveis e que estejam dentro da lei, para compensar os moradores com áreas equivalentes às perdas na Raposa/Serra do Sol. O mais provável é que eles sejam transferidos para três pólos produtivos, com a destinação de 150 mil hectares para o plantio de grãos. *(Folha de Boa Vista, 06/05/05)*

GOVERNO TEME REAÇÃO DE MILITARES

O Governo Federal teme uma reação dos militares contrária a homologação em terra contínua da reserva RSS, pelo fato da homologação dos 1,747 milhão de hectares numa faixa despovoada, atentar contra a soberania nacional. Um relatório feito pela Abin chegou a prever uma reação militar e alertou o governo. O documento leva o título de Relatório de Situação, e foi produzido em março deste ano, pelo coronel Gelio Augusto Barbosa Fregapani, chefe do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM). O

relatório coloca o conflito sob a visão militar e aborda que, da forma que seria feita — retirando comunidades e produtores de arroz — a homologação cria um vazio demográfico, atenta contra a soberania e esconde a cobiça pelas mais ricas jazidas de minério do planeta. O relatório também faz referência à falta de ação articulada entre os órgãos públicos e questiona a atuação da Funai, que estaria agindo em conjunto com as ONG’s internacionais. *(Folha de Boa Vista, 09/05/05)*

AÇÃO TENTA INVALIDAR PORTARIA HOMOLOGATÓRIA

O ministro Carlos Ayres Britto, do STF, foi designado para ser o relator da ação civil pública protocolada pelo senador Augusto Botelho (PDT) contra a homologação da TI Raposa/Serra do Sol de forma contínua. A ação popular pedia a suspensão liminar dos efeitos da Portaria nº 534/2005, do Decreto Presidencial Homologatório de 15/05/2005 e de toda e qualquer portaria futura que tenha por finalidade frustrar o andamento judicial das ações que discutam a demarcação da RSS. O relator afirmou, em sua decisão, que a ação tem as nuances da Ação Civil 734, preparatória de outra ação popular, que foi ajuizada por outro senador da República e que foi indeferida. *(Folha de Boa Vista, 10/05/05)*

SENADOR VAI RECORRER CONTRA DECISÃO

O senador Augusto Botelho (PDT) informou que seus advogados apenas esperam a publicação para recorrer contra a decisão do ministro do STF, Carlos Ayres Britto. O ministro indeferiu o pedido de liminar na ação popular que pretende anular os efeitos da Portaria 534/2005, de demarcação da TI Raposa/Serra do Sol. Botelho vê o indeferimento da liminar como medida protelatória. Argumenta que o ministro Ayres Britto cassou todas as ações que questionavam a demarcação da RSS conforme a Portaria 820/98. Para o senador, mesmo lenta na apreciação de determinadas matérias, a Justiça sempre se posiciona a favor daqueles que têm direito. Mas lamenta a situação de centenas de moradores da região há quase cem anos perfeitamente integrados à cultura indígena. *(Folha de Boa Vista, 11/05/05)*

LEVANTAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS NA TI

Começa em junho o levantamento dos ocupantes de imóveis rurais na região da RSS. A expectativa é de que até dezembro sejam cadastradas todas as pessoas que moram na área

rural da região. A informação foi dada pelo diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Artur Mendes, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que debateu as conseqüências da demarcação da TI. Ele destacou que, até o final deste mês, 28 ocupantes de imóveis rurais já serão indenizados. O governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, não escondeu a insatisfação com a demarcação contínua da reserva. De acordo com ele, 23 mil indígenas ocupam 48% da área do estado. Para ele, a flexibilização da homologação é a melhor forma de resolver o problema. O presidente da Sodiur, José Novais, tem opinião parecida com a do governador. Para ele, a homologação das terras irá mudar a rotina das comunidades indígenas que já vivem integradas com os não-índios. Para o coordenador do CIR, Marinaldo Justino Trajano, a homologação contínua da TI é sinal de desenvolvimento e manutenção das tradições para as comunidades indígenas que vivem no local. (*Radiobrás, 11/05/05*)

AUDIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em meio a uma enxurrada de críticas ao processo de demarcação da área, deputados e governador de Roraima aumentam a pressão pela transferência ao patrimônio estadual de terras de domínio da União. Gabeira considera argumentos apresentados contra a homologação “papo furado”. O que era para ser uma audiência pública com o fim de discutir e avaliar as conseqüências do processo demarcatório da TI Raposa Serra do Sol transformou-se em palanque contra a sua homologação em área contínua. Por sugestão do deputado do PV do Rio de Janeiro será nomeada uma comissão externa de parlamentares para acompanhar o trabalho do grupo interinstitucional criado pelo presidente Lula com representantes dos governos federal e estadual para discutir e implementar as medidas compensatórias à homologação anunciadas pelo governo federal. São elas: destinar 150 mil hectares de terras da União para implantação de pólos agropecuários no Estado; o Incra vai cadastrar e assentar famílias não-indígenas que estão na TI e regularizar 10 mil propriedades, que assim terão acesso a crédito rural; concluir a avaliação das benfeitorias construídas na região; nenhum ocupante de boa fé será retirado da área sem indenização e sem um local para seu reassentamento. (*Oswaldo Braga de Souza, ISA, 12/05/05*)

NÃO-ÍNDIOS SE RECUSAM A DEIXAR TI

Índios e produtores rurais contrários ao decreto que criou a Reserva RSS garantem que a

população branca miscigenada e os arrozais não sairão da área. “Não vamos arredar o pé. A PF foi lá, afrontou, mas não nos intimidou. O povo está pronto para reagir a qualquer momento”, disse ontem o índio macuxi José Novais, presidente da Sodiur, durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara. (*Oesp, 12/05/05*)

GENERAL CONDENA HOMOLOGAÇÃO

O presidente do Clube Militar, general da reserva Luiz Gonzaga Lessa, qualifica de “absolutamente equivocada” e “desastrada” a decisão do governo brasileiro de homologar as terras da reserva RSS em área contínua. Para o general, que fez um estudo sobre as conseqüências da demarcação, o governo federal deveria fazer um plebiscito na região, em vez de ouvir algumas lideranças e se deixar influenciar pela Igreja e ONGs internacionais. “Faça um plebiscito, ouça os cerca de 16 mil índios, atenda ao real desejo dos índios e aí, talvez, se consiga a paz”, afirmou general, ao lembrar que com a portaria assinada jamais a região será pacificada. (*Agência Estado, 04/05/05*)

DEMARCAÇÃO VOLTA A SER CONTESTADA NO STF

O STF recebeu uma Ação Cautelar (AC 788), ajuizada pelo Governo de Roraima, com um novo pedido de suspensão da Portaria nº 534/05, do Ministério da Justiça, e do decreto presidencial publicado no dia 18/04/2005, que homologam a demarcação da reserva RSS. O ministro Carlos Ayres Brito é o relator da ação. Segundo o Estado, o laudo que resultou na limitação do território mencionado pela Portaria nº 534/05 não contém fundamentos antropológicos específicos que justifiquem o aumento de mais de um milhão de hectares na área demarcada para a reserva indígena. Por esse motivo “o processo administrativo contém nulidades absolutas”. Como o decreto presidencial de 18/04/2005 teve fundamento na Portaria questionada, também seria igualmente nulo. O Estado de Roraima pede, ao final, medida liminar para suspender os efeitos da Portaria nº 534/05 e do decreto presidencial, até a decisão de mérito na ação principal a ser proposta pelo Estado dentro do prazo legal. (*Folha de Boa Vista, 18/05/05*)

INDÍGENAS DE RR AGRADECEM A HOMOLOGAÇÃO

Os indígenas Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Taurepang, Jaricuna e Patamona agradeceram ao

Governo Federal e seus demais órgãos pela homologação da TI Raposa Serra do Sol em área contínua, “é com muita honra e alegria que vimos agradecer-vos pela assinatura da portaria da nossa TI RSS em área contínua, que ao longo dos anos é o nosso desejo. Com essa conquista estamos muito felizes. Desde já agradecemos o apoio, a dedicação manifestada pela causa indígena. O nosso muito obrigado.” O documento foi assinado, com imensa satisfação, por cento e vinte e um indígenas das seis etnias que habitam a terra indígena, e deixaram claro que juntos com a Funai, lutarão até o fim dessa conquista. (*Funai, 19/05/05*)

LULA DEFENDE HOMOLOGAÇÃO

O presidente Lula defendeu a decisão do governo federal de homologar em área contínua a reserva RSS. “Quando as pessoas reclamam que nós homologamos Raposa Serra do Sol de foram contínua, e falam em quase dois milhões de hectares de terra, as pessoas se esquecem que os intrusos não são os índios que estão lá, mas que fomos nós que, em 1500, chegamos aqui e tomamos os oito milhões e meio de quilômetros quadrados deles. O que nós estamos tentando fazer é apenas reparar os prejuízos que foram cometidos ao longo de séculos neste país”. O decreto presidencial que homologou a reserva garante área de 1.743.089 ha para os índios e determina que ficam excluídas da reserva a área onde está o 6º PEF, em Uiramutã, os equipamentos e instalações públicas federais e estaduais atualmente existentes, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais. Quase 15 mil índios das etnias Macuxi, Taurepang, Wapixana, Ingaricó e Patamona vivem na reserva. (*Radiobrás, 20/05/05*)

PROJETO TENTA SUSTAR HOMOLOGAÇÃO DA TI

O deputado Luciano Castro (PL-RR) apresentou, no dia 23, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1625/05, que susta a homologação da demarcação da TI Raposa Serra do Sol. Segundo o deputado, a área em questão não constitui mais terra indígena. Para Luciano Castro, o decreto presidencial que homologou a reserva constitui “flagrante exorbitância”, e a demarcação resultou de um processo administrativo “eivado de vícios, desde o laudo antropológico de lavra duvidosa, que não resiste à mais superficial análise, dadas as suas imperfeições, imprecisões, erros e equívocos amplamente denunciados, até as transgressões de princípios, direitos e garantias constitucionais, em especial o direito de propriedade e o direito adquirido”. O projeto tramita em conjunto com o

PDL 1621/05, do deputado Francisco Rodrigues (PFL-RR), de idêntico teor. Sujeita à análise do Plenário, a matéria encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo como relator o deputado Signaringa Seixas (PT-DF). (*Agência Câmara, 23/05/05*)

AÇÕES POPULARES CONTRA DEMARCAÇÃO

O advogado Alcides Lima pediu no STF a suspensão do decreto presidencial que homologou a reserva RSS. A ação popular com pedido de liminar foi protocolada no último dia 20, asseverando a batalha judicial que contesta a demarcação. O governador Ottomar Pinto e o senador Augusto Botelho também ajuizaram petições com a mesma intenção. Lima argumenta que o decreto do presidente Luís Inácio Lula da Silva e a portaria 534/05, assinada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos infringem a Constituição Federal, uma vez que o presidente não tem competência legal para homologar a demarcação de área indígena de acordo com o artigo 84 da Carta Magna. Essa atribuição seria do Congresso Nacional. Além disso, ressalta que o processo administrativo que culminou com a homologação apresenta vícios de forma, tendo em vista a violação a princípios constitucionais. Conclui argumentando ao Judiciário a ilegalidade do ato, uma vez que seu resultado implica em violação da lei. (*Folha de Boa Vista, 30/05/05*)

COMUNIDADES PREPARAM FESTA DA HOMOLOGAÇÃO

As comunidades indígenas de Roraima começaram a preparar a festa para comemorar a homologação da TI RSS. Os festejos vão acontecer a partir de 21 de setembro. A festa segue nos 26 e 27 de setembro na aldeia Canta Galo (região do Surumu), continua em 29 e 30, na comunidade Camará (região do Baixo Cotingo) e encerrará nos dias 2 e 3 de outubro na maloca da Raposa. Participarão das quatro etapas da festa mais de 20 mil pessoas. Jacir de Souza informa que na festa de Maturuca mais de 200 rezes do rebanho indígena serão abatidas para alimentar os convidados. "A festa vai ser grande. Temos muitos motivos para comemorar essa vitória que levou 30 anos para acontecer. Queremos festejar com todos os que nos ajudaram a conseguir a homologação", destaca. (*CIR, 01/06/05*)

ARROZEIROS E ÍNDIOS BLOQUEIAM ESTRADA

Arrozeiros e índios contrários à homologação da TI RSS bloquearam por cerca de 12 horas

um trecho da BR-174, na região de Boa Vista. Foram usados caminhões, tratores e carros na interrupção do trânsito de veículos na estrada. No início da noite, os manifestantes deram início a uma carreta até o centro da capital do Estado, onde, segundo o presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado, Luiz Afonso Faccio, o protesto continuaria. (*FSP, 03/06/05*)

ARROZEIROS SE RECUSAM A SAIR

Um mês e meio depois da homologação da TI RSS, continua tensa a relação entre os produtores de arroz de Roraima e o governo federal. O presidente da Associação de Produtores de Arroz do estado, Luiz Faccio, afirmou que a manifestação que bloqueou a rodovia BR-174 na quinta-feira (2) foi um recado para o presidente Lula. "A política dele é errada. Em nome dos ambientalistas e dos indígenas, que escondem interesses internacionais, o governo federal está desestabilizando a produção do estado. Nós iremos permanecer nas terras que hoje ocupamos, por bem ou por mal". (*Agência Brasil, 03/06/05*)

JUIZ MANDA RETIRAR ÍNDIOS DA TI...

O Juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, Helder Girão Barreto, mandou "desentranhar, para cumprimento imediato", a decisão liminar de 13/10/04, em que concedeu Mandado de Manutenção e Reintegração de Posse ao ex-comandante da PM, José Wilson da Silva e a conseqüente retirada dos indígenas da comunidade Brilho do Sol, localizada na faixa sul da Raposa Serra do Sol. A aldeia Brilho do Sol foi incendiada no dia 23/11/04, quando um grupo de 40 pessoas, liderado por rizicultores, destruiu quatro comunidades e dois retiros indígenas e atentou contra a vida do macuxi Jocaldo Constantino, desferindo contra ele dois disparos de arma de fogo. A Liminar de Girão Barreto foi assinada antes da homologação da RSS. Mesmo com a edição do decreto presidencial e a criação pelo Governo Federal de um Comitê Gestor para conduzir o reassentamento das pessoas afetadas, o Juiz entende que os indígenas devem imediatamente ser removidos da maloca. (*CIR, 06/06/05*)

... MAS ELES DIZEM QUE VÃO RESISTIR

Os índios Macuxi da comunidade Brilho do Sol vão resistir à ordem judicial que determina sua retirada do local até o próximo dia 12. Lideranças do Baixo Cotingo vão se juntar aos indígenas dessa comunidade para evitar a desocupação. A Funai, o CIR e a União recorreram

contra a decisão do juiz federal Helder Girão Barreto no TRF da 1ª Região, em Brasília. A aldeia Brilho do Sol fica ao sul da TI Raposa/Serra do Sol. Vive no local um grupo de 29 pessoas, a maioria integrante da mesma família. (*Folha de Boa Vista, 08/06/05*)

SUSPENSA LIMINAR QUE AMEAÇAVA ALDEIA

O sol brilha mais intensamente desde 10 de junho, na aldeia Brilho do Sol. Nesse dia, o STF suspendeu a liminar de reintegração de posse que a ameaçava de despejo. A liminar ordenava que a comunidade Brilho do Sol, formada por três famílias macuxis, abandonasse suas casas e terras até o dia 12 de junho, domingo último, para que a área da aldeia fosse apropriada pelo fazendeiro José Wilson da Silva. (*ISA, 13/06/05*)

GOVERNO ESTADUAL VAI MANTER AÇÕES EM UIRAMUTÁ

Durante uma reunião, no fim de semana, com lideranças indígenas no município do Uiramutá, o governador Ottomar Pinto disse que as ações do executivo estadual vão continuar na região, pois na pauta, a preocupação dos índios que vivem na TI RSS era de como ficaria o relacionamento entre as comunidades indígenas e o Governo Estadual após a homologação da TI. No encontro o governador afirmou que é preciso planejar as ações evitando as falhas e garantiu que o Estado vai continuar ajudando as comunidades da Raposa/Serra do Sol. (*Folha de Boa Vista, 13/06/05*)

INQUÉRITO PARA APURAR SEQÜESTRO DE ÍNDIOS

A superintendência da PF em Roraima já instaurou inquérito para apurar as responsabilidades pelo seqüestro de cinco indígenas da maloca São Miguel, na TI RSS, ocorrido na madrugada de terça-feira, 21, garantiu o delegado José Francisco Mallmann. Ele esteve na manhã de hoje na sede do CIR, participando da reunião ampliada dos coordenadores regionais, a quem prestou outras informações sobre a segurança após a homologação da TI. A PF confirmou a invasão por oito moradores de Pacaraima, comandadas por um homem conhecido apenas pelo apelido de "Ceará", que estava armado. Eles seqüestraram cinco indígenas e os levaram amarrados, caminhando por duas horas, até uma localidade chamada "Fazendinha", em território venezuelano. No sobrevôo feito pela PF e Funai, foi observada a presença de nove veículos do Brasil e Venezuela. (*Cimi, 22/06/05*)

PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES

Uma comissão da Funai de Brasília deverá chegar a Boa Vista na próxima semana, para dar continuidade ao pagamento das indenizações das famílias retiradas da TI RRS. No pacote de compensações, proposto pelo Governo Federal por causa da homologação, estava o pagamento de R\$ 1 milhão em indenizações para 22 famílias. Elas já estavam cadastradas antes da homologação da TI. Dessas, quinze já procuraram o escritório da Funai em Boa Vista e receberam os valores correspondentes às benfeitorias construídas na TI. As sete restantes deverão ser pagas por essa comissão que tem a missão de concluir as indenizações e iniciar os trabalhos de identificação dos não-índios que ainda estão na área, para fazer sua desinstituição. *(Folha de Boa Vista, 22/07/05)*

SODIUR CONDICIONA PRESENÇA EM FESTA

A Sodiur recebeu esta semana o convite para comemorar, junto com o CIR, a homologação da TI RRS, em abril deste ano. Principal organização indígena na defesa da demarcação em ilhas, as lideranças da entidade condicionaram sua participação ao atendimento de suas reivindicações pelo Governo Federal. O presidente da Sodiur, José Novaes, explicou que após a homologação fez vários pedidos à Funai, entre eles a doação de 25 mil reses de gado bovino para as 53 comunidades indígenas ligadas à entidade e a aquisição de três ônibus e dois caminhões, para o transporte compartilhado de todos os habitantes da reserva. Por outro lado, destacou que caso o governo ignore os pedidos da entidade, seus membros poderão não só recusar o convite como retaliar a comemoração, apesar da aproximação que vem sendo mantida com o CIR desde o dia 15 de abril. *(Folha de Boa Vista, 04/08/05)*

CONVÊNIO BENEFICIARÁ COMUNIDADES

A Funai firmará um convênio com o governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado do Índio (SEI) e a Sodiur, para implementar um projeto de etno desenvolvimento que atenderá às comunidades Napoleão, Táxi II, Ticoça, Raposa, Juazeiro, Flexal, Camararem, São Jorge, Contão e Maracanã, da TI RRS. A Diretoria de Assistência (DAS) da Funai e suas coordenações, como a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena (CGPIMA), a Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário (CGDC) e a Coordenação Geral de Educação (CGE), estiveram reunidos com o governo estadual de Roraima, a SEI e representantes in-

dígenas da Sodiur para discutir o projeto, que envolve atividades agrícolas, incluindo fruticultura, e piscicultura. *(Funai, 17/08/05)*

FAZENDEIROS CONTESTAM VALOR DA INDENIZAÇÃO

Dos 26 fazendeiros convocados pela Funai para receber as indenizações pela retirada da TI Raposa/Serra do Sol, pelo menos seis já anunciaram que vão contestar os valores na Justiça. Os fazendeiros denunciam que depois do anúncio do pagamento das indenizações, estão sendo hostilizados pelos indígenas. O advogado do grupo, Luis Waldemar Albrecht, disse que já está preparando uma medida cautelar de produção antecipada de provas solicitando à Justiça Federal que proceda, através de perícia técnica, o levantamento dos bens passíveis de indenização e homologue o valor a ser restituído aos fazendeiros pelo Governo Federal. *(Folha de Boa Vista, 23/08/05)*

FUNAI INICIA LEVANTAMENTO PARA RETIRAR NÃO-ÍNDIOS

A Funai deslocou equipe ontem para iniciar o levantamento das famílias de não-índios que serão retiradas do local. A equipe, composta por cinco técnicos da Funai e um do Incra, vai começar o levantamento pelas vilas Água Fria, Socó, Mutum e Surumu. Vivem nessas vilas cerca de 550 famílias de não-índios. Os casados com indígenas não precisarão deixar a TI. Depois de concluir o trabalho nessas áreas urbanas, eles vão para a região das Serras e depois ao restante da área. Os técnicos devem vistoriar as benfeitorias de boa-fé para estabelecer o valor das indenizações, medir o tamanho da propriedade e fazer um levantamento sócio-econômico com vistas ao reassentamento dessas pessoas. *(Folha de Boa Vista, 30/08/05)*

ATAQUE AO CENTRO INDÍGENA DE FORMAÇÃO

Faltando quatro dias para começar a festa da homologação da TI Raposa Serra do Sol, cerca de 150 homens encapuzados e armados com revólveres, espingardas, facões e pedaços de pau, invadiram e tocaram fogo, nesta madrugada, no Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, antiga Missão Surumu. Segundo informações colhidas por uma equipe do CIR, que esteve no local, o vandalismo foi coordenado, supostamente, pelo vice-prefeito de Pacaraima, Anísio Pedrosa, e pelo vereador do município e tuxaua da aldeia Contão, Genivaldo Macuxi. Os dois são ligados ao prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, maior produtor de arroz da região. *(CIR, 17/09/05)*

CEM AGENTES FEDERAIS FARÃO SEGURANÇA

A PF vai mobilizar cem agentes na TI Raposa/Serra do Sol, a partir desta quarta-feira, 21, quando começam as comemorações pela homologação da reserva na aldeia Maturuca. Os policiais vão garantir a segurança do evento e das autoridades federais que virão de Brasília. *(Folha de Boa Vista, 18/09/05)*

ÍNDIOS QUEREM REUNIR DEZ MIL PESSOAS

As comunidades indígenas pretendem reunir dez mil pessoas nas comemorações pela assinatura do decreto de homologação da TI RRS. A organização dos festejos reservou o dia 22 de setembro para homenagens e agradecimentos ao presidente Lula, aos Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. Na mesma data também serão homenageados a Procuradoria Geral da República, Funai, Incra, Ibama, PF e a CNBB. *(Folha de Boa Vista, 18/09/05)*

CIR ATRIBUI ATAQUES AO PREFEITO DE PACARAIMA

O coordenador do CIR, Marinaldo Justino Trajano, afirmou, ontem, que existem fortes indícios de que o ataque na madrugada de sábado ao Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (antiga Missão Surumu) foi, supostamente, coordenado pelo prefeito e pelo vice-prefeito de Pacaraima, Paulo Cesar Quartiero e Anísio Pedrosa Filho, respectivamente, e pelo vereador do município e tuxaua da aldeia Contão, Genivaldo Macuxi. *(Folha de Boa Vista, 19/09/05)*

PREFEITO DIZ QUE NÃO É VÂNDALO

O prefeito do Município de Pacaraima, Paulo César Quartiero (PDT), reagiu com veemência. "Em nenhuma hipótese admito essa tentativa de me qualificarem como vândalo. Isso é uma ignomínia". O prefeito, o vice, Anísio Pedrosa Filho, e o vereador Genivaldo Macuxi (tuxaua do Contão, o mais votado daquele município), foram acusados pelo coordenador do CIR, Marinaldo Justino Trajano, como possíveis organizadores do incêndio havido sábado no Centro de Formação e Cultura Raposa/Serra do Sol. *(Folha de Boa Vista, 20/09/05)*

CLIMA TENSO NA RESERVA

Invocando sua responsabilidade administrativa, Paulo César Quartiero alertou as pessoas

que pretendem se deslocar para a festa comemorativa à homologação da TI RSS que evitem fazê-lo. Lembrou que na região existem dois grupos indígenas divergentes e estranhos poderiam passar por constrangimentos. O prefeito lembrou que a Comissão Externa da Câmara e a Comissão do Senado Federal fizeram relatório advertindo para a possibilidade de conflito. *(Folha de Boa Vista, 20/09/05)*

IGREJA LANÇA CAMPANHA PARA RECONSTRUÇÃO

O bispo de Roraima, Dom Roque Paloschi, anunciou que já está com uma campanha em todas as comunidades da Diocese de Roraima, para arrecadar dinheiro para reconstruir as instalações físicas do Centro de Formação e Cultura Raposa/Serra do Sol cuja fundação ocorreu em 1909 pelos monges beneditinos. A Diocese ainda não avaliou o tamanho do prejuízo. *(Folha de Boa Vista, 20/09/05)*

INQUÉRITO APONTA TUXAUAS COMO MENTORES DO CRIME

O inquérito que apura o incêndio da Missão Surumu aponta para a participação de vários tuxauas da localidade do Contão e da região próxima ao Surumu. O superintendente da PF Ivan Herrero, omitiu o nome e o número de lideranças indígenas que deverão ser indiciados. *(Folha de Boa Vista, 20/09/05)*

INCÊNDIO NÃO ALTERA PROGRAMAÇÃO DO CIR

O ataque em Surumu não alterou a programação do CIR para comemorar, cinco meses depois, a homologação da TI RSS. O coordenador da organização, Marinaldo Trajano, afirmou ontem que seu povo não vai aceitar a provocação nem se intimidar com as novas agressões e tampouco revidar, acirrando os conflitos. *(Folha de Boa Vista, 20/09/05)*

PRESIDENTE DA FUNAI PARTICIPA DE FESTA

Com a presença de várias autoridades convidadas, entre elas o presidente da Funai, Mécio Gomes, que está representando o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, os índios de Raposa Serra do Sol iniciaram ontem, nas malocas da comunidade de Maturuca, as comemorações alusivas à homologação da TI. *(Brasil Norte, 22/09/05)*

INCRA E MDA HOMENAGEADOS

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra serão homenageados durante

as comemorações pela homologação da TI RSS. Segundo Jacir José de Souza, ex-coordenador do CIR, e coordenador da comissão organizadora da festa, todos os aliados de organizações não-governamentais serão homenageados em momentos distintos da festa. “Não vamos esquecer de ninguém que nos ajudou a conquistar a homologação. Todos receberão uma espécie de prêmio pelo esforço que dispensaram para que chegássemos a uma das maiores vitórias dos povos indígenas do Brasil”, explica o líder Macuxi. *(Brasil Norte, 22/09/05)*

INCÊNDIO EM PONTE NÃO PREJUDICA FESTA

Apesar do incêndio que destruiu parcialmente a ponte que dá acesso à TI Raposa Serra do Sol, a abertura das comemorações que celebram a homologação do território não foi prejudicada e aconteceu durante toda a noite com apresentações, missas, shows e muita festa. *(Funai, 22/09/05)*

RETIRADA DE ARROZEIROS SERÁ DIFÍCIL

O representante do presidente Lula na festa de homologação em Maturuca, César Alvarez, disse aos índios da TI RSS, que a retirada de arrozeiros da TI será fácil por tudo que aconteceu”.

Alvarez referia-se ao ataque à Missão Surumu, às malocas queimadas em Normandia e ao clima de apreensão que tomou conta da região. Mas foi enfático ao afirmar que o governo fará de tudo para cumprir a determinação de retirar todos os não-índios no prazo de um ano, que vence no dia 15 de abril de 2006. *(Folha de Boa Vista, 25/09/05)*

PRESOS DOIS ÍNDIOS PELO INCÊNDIO EM SURUMU

Foram presos ontem, dia 28, dois tuxauas acusados de participar do incêndio do Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol. De acordo com a PF, Genival Costa da Silva, vereador do PFL em Pacaraima, e Fernando da Silva Salomão foram indiciados por formação de quadrilha, porte ilegal de arma, danos e ameaças. O mesmo grupo acusado pelo incêndio do Centro de Formação ateou fogo, no dia 22 de setembro, em parte de uma ponte que dá acesso à aldeia Maturuca, onde cerca de 3000 pessoas estavam reunidas comemorando a homologação da TI RSS. *(Cimi, 29/09/05)*

ÍNDIOS DENUNCIAM TRUCULÊNCIA DA PF

Um grupo de dez indígenas da comunidade do Taxi 2, na região do Surumu, no município de



FOTOS RAUL SILVA TELLES DO VALLEISA

Ponte queimada sobre o rio Urucuri: tentativa de impedir as comemorações da homologação não impediu a passagem dos convidados.



Missão Surumu, atual Centro de Formação e Cultura Indígena, destruído em 17/09/2005 por opositores do decreto de homologação.

Pacaraima, que fica dentro da polêmica TI Raposa/ Serra do Sol, procurou na tarde de ontem a Comissão de Direitos Humanos da OAB/ RR para denunciar e pedir punição dos agentes da PF envolvidos na ação ocorrida dentro comunidade no último dia 27 de setembro. A ação dos policiais, considerada excessiva pelos denunciadores, resultou no ferimento do segundo tuxaua da maloca, Delton da Silva Melo, que levou um tiro de borracha na perna direita disparado pelos agentes. O grupo denunciou também que a professora Perla da Silva, grávida de sete meses, foi vítima de agressão ao empurrarem-na, ficando sob a mira de arma de fogo na cabeça. *(Folha de Boa Vista, 05/10/05)*

DAVI KOPENAWA PARTICIPA DE COMEMORAÇÕES

Longe de ser uma mera comemoração, a festa da homologação da TI RSS, que reuniu mais de três mil pessoas, foi um momento de fortalecimento e reafirmação dos objetivos dos povos indígenas brasileiros. A conclusão é de Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, presente ao evento ocorrido entre os dias 21 e 30 de setembro, que ressaltou como a homologação em terra contínua coroou os esforços do movimento indígena. “Todos os povos indígenas do Brasil, em Roraima, Amazonas e outros lugares, todos nós estamos felizes com a homologação da Raposa. Todos nós ganhamos essa área única, conseguimos uma vitória. Yanomami, Waiwai, Waimiri-Atroari e outros parentes do Brasil, para todos nós essa homologação foi muito importante para manter a segurança dos nossos costumes, para manter a segurança contra os que querem destruir a natureza. E para fazer com que o pensamento desses destruidores retrocedesse”. *(CCPY, 19/10/05)*

TUXAUAS ACUSADOS DE INCÊNDIO SÃO SOLTOS

Depois de 38 dias na Cadeia Pública de Boa Vista, os tuxauas Fernando Salomão Silva (Taxí II) e Genival Costa da Silva (Contão e vereador de Pacaraima) foram liberados ao final da tarde de ontem depois do habeas corpus deferido na manhã de ontem pelo desembargador da 3ª Turma do TRF da 1ª Região, em Brasília, Cândido Ribeiro. Genival Silva e Fernando Salomão são acusados de participação no incêndio da Missão Surumu, em 22 de setembro, e do seqüestro de quatro policiais federais durante a Operação Upatakon. Os mandados de prisão foram cumpridos no Surumu no dia 27 de setembro. No primeiro momento, o advogado da Alidcir (Aliança para o Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima), Luiz Walde-

mar Albrecht, tentou um pedido de relaxamento de prisão, que fora negado pela Justiça Federal em Roraima. A partir daí, foi solicitado o habeas corpus em Brasília. *(Folha de Boa Vista, 07/11/05)*

DESINTRUSÃO NÃO VAI SEPARAR FAMÍLIAS

A desintrusão da TI Raposa/Serra do Sol não irá separar famílias de índios ou índias, casados com não índios. A informação é do administrador da Funai, Gonçalo Teixeira dos Santos. “Não existe isso”, destacou para dizer que compete ao casal trabalhar em harmonia com a comunidade que integram. “Nesse caso, por que separar famílias?”. *(Folha de Boa Vista, 08/12/05)*

TI RAPOSA SERRA DO SOL / MINERAÇÃO

ÍNDIOS MANTÊM GARIMPEIROS COMO REFÊNS

Doze garimpeiros estavam sendo mantidos sob o poder de índios macuxis, em Uiramutã, extremo norte de Roraima, até o final da tarde de hoje. A Funai mandou uma equipe ao local para tentar acalmar o ânimo dos índios e libertar os garimpeiros. De acordo com o CIR os índios alegam que os garimpeiros invadiram a área sem permissão e tentaram passar a força pelo local. Eles estariam indo para garimpos da Guiana. A ação dos indígenas é também um protesto contra a construção do 6º PEF (Pelotão Especial de Fronteira) dentro da TI Raposa-Serra do Sol *(FSP, 03/08/01)*

PF APREENDE 3 KG DE DIAMANTES

A Polícia Federal de Roraima apreendeu ontem de madrugada, na fronteira do Brasil com a Guiana, um contrabando de três quilos de diamantes que teriam sido extraídos ilegalmente da TI Raposa/Serra do Sol. O minério, com alto teor de pureza, foi encontrado em poder do garimpeiro maranhense Teófilo Pires Neto, 43, que já tem outras passagens pela polícia pelo mesmo crime. Os diamantes, avaliados em mais de US\$ 1 milhão, estavam sendo contrabandeados do Brasil para a Guiana, onde seriam comercializados. *(A Crítica, 01/03/02)*

FUNAI TEME CONFLITO

Mapas de recursos minerais do Ministério de Minas e Energia registram ocorrências de diamantes na região. Para a Funai, a informação pode provocar uma corrida de garimpeiros ao

Estado, inflando ainda mais o atual foco de tensão na reserva. A área já é objeto de uma disputa entre índios e agricultores em torno de sua demarcação. Se for homologada de forma contínua, como deseja a Funai, englobará cidades habitadas por brancos. *(FSP, 25/04/04)*

TI POSSUI OURO E DIAMANTES

Índios e “brancos” mantêm uma pequena atividade de garimpo dentro da terra indígena Raposa/Serra do Sol, onde estudos do DNPM afirmam haver ouro e diamantes. O ouro extraído é, em geral, trocado por mercadorias no município de Uiramutã. Para o ex-garimpeiro Francisco Gomes Vieira, 58, a região viveu o ápice da garimpagem entre 1977 e 1988. *(FSP, 03/05/04)*

COMUNIDADES INDÍGENAS FISCALIZAM ATIVIDADES ILEGAIS

As comunidades indígenas da região das Seras, área Raposa Serra do Sol, iniciaram no dia 27 de julho, fiscalização para impedir o tráfico de combustível e drogas, o ingresso de material de garimpo, bebida alcoólica e o furto de gado na terra indígena. As comunidades de Raposa Serra do Sol estão reagindo ao aumento do garimpo nas cabeceiras dos rios Maù e Cotingo. *(Site do CIR, 29/07/04)*

6º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA

OBRAS DE PELOTÃO MILITAR SÃO PARALISADAS

Uma comissão integrada por militares e representantes do Judiciário, Ministério Público Federal, AGU (Advocacia Geral da União) e Funai visitou ontem o local escolhido pelo Exército para a construção do 6º PEF (Pelotão Especial de Fronteiras), em Uiramutã. O quartel, em fase de terraplanagem, estava sendo erguido dentro da TI Raposa Serra do Sol. As obras geraram protestos da comunidade indígena e recursos judiciais, que resultaram na sua paralisação, no início deste mês. *(FSP, 22/02/01)*

DISCORDÂNCIA SOBRE LOCALIZAÇÃO DE QUARTEL

Os tuxauas, reunidos em assembléia desde anteontem, sugeriram que o quartel seja construído no município de Normandia, onde já existe uma unidade militar. Ao justificar o motivo de ser contra a instalação naquele local, relataram vários casos de violência contra os indígenas praticados por militares e não índios. Das sete pessoas agredidas, quatro mos-

traram para as autoridades as marcas da violência como cicatrizes de bala e faca. “Não queremos (o Exército) porque essa mesma farda já atormentou nossas comunidades, invadiu casas, torturou, baleou e esfaqueou os índios”, disse o 2º tuxaua do Maturuca, Demonito José de Souza. (*Folha de Boa Vista, 22/02/01*)

MINISTRO DEFENDE ESCOLHA DO EXÉRCITO

O ministro da Defesa, Geraldo Magela Quintão, defende o local escolhido pelo Exército para construção do 6º PEF, no município de Uiramutã, por estar localizado dentro da faixa de 150 quilômetros da fronteira. Ele diz que por ser uma área de segurança nacional é de competência do Exército Brasileiro preservá-la e guardá-la. Para o ministro, as questões levantadas pelos indígenas sobre as possíveis relações entre soldados e índias, inclusive as denúncias de abuso sexual, para impedir a construção do quartel não têm nenhuma fundamentação. (*Folha de Boa Vista, 22/03/01*)

OBRAS SERÃO RETOMADAS

O Juiz Federal do TRF da 1ª Região, Brasília, Dr. Daniel Paes Ribeiro cassou, no dia 17 deste mês, a decisão liminar da Justiça Federal de Roraima, que suspendia a construção do 6º PEF nas proximidades da Comunidade Indígena do Uiramutã. (*Paulo Pankararu, ISA, 21/04/01*)

PROCURADORA SOFRE AMEAÇA

A procuradora do Ministério Público Federal, Débora Duprat, que defende as comunidades indígenas contra a construção do quartel na aldeia Uiramutã, em Roraima, recebeu uma carta na qual é ameaçada de morte caso não desista de sua ação na Justiça. Nesta semana, ela entrará com uma representação criminal buscando identificar o autor da ameaça. “Se fazem isso com uma procuradora, você pode ter uma idéia do que se faz com os índios”, diz Débora. (*Gazeta Mercantil, 15/05/01*)

ENTRADA DE GARIMPEIROS É FACILITADA

Enquanto a Justiça não julga o mérito da Ação proposta pelas comunidades da TI Raposa Serra do Sol, contra a instalação do 6º PEF em Uiramutã, o Exército Brasileiro continua a construção em ritmo acelerado. Desde 25 de julho, quando foi colocada a “pedra fundamental”, máquinas e homens estão baseados nas cercanias da aldeia para edificar o aquartelamento. Líderes indígenas da região das Serras denunciam que a presença do Exército tem

incentivado a invasão e o trânsito de garimpeiros pelas aldeias. (*CIR, 24/10/01*)

PELOTÃO É INAGURADO

A construção do 6º PEF faz parte do Programa Calha Norte, criado em 1985, com o objetivo de aumentar a presença do poder público na região situada ao norte do rio Solimões, além de promover o desenvolvimento regional e manter a soberania e a integridade territorial do país. O quartel foi inaugurado em maio deste ano. Mas desde janeiro de 2001, a obra foi marcada por uma acirrada disputa judicial entre o Exército e o CIR, que tentou através da Justiça impedir o prosseguimento da obra em Uiramutã. (*Folha de Boa Vista, 30/07/02*)

IRREGULARIDADES NO 6º PEF

Ao constatar indícios de irregularidades no levantamento de auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU), determinou que seja realizada uma tomada de contas especial nas obras de implantação do 6º PEF, localizado em Uiramutã, a nordeste do Estado. (*Folha de Boa Vista, 30/07/02*)

CIR COBRA RETIRADA DO 6º PEF..

No segundo encontro com lideranças indígenas, ocorrido na aldeia Uiramutã, próxima a sede do município, Márcio Thomaz Bastos encontrou um cenário completamente oposto. O tuxaua da localidade, Orlando Pereira, apesar de ser filho de Maçaranduba e irmão do vice-prefeito, quer a homologação em área contínua, além da retirada do 6º PEF. A exigência foi referendada pelo índio Norberto Cruz, vice-coordenador do CIR. Os vários tuxauas que discursaram foram unânimes em ressaltar o desconforto com a convivência com ‘brancos’. “Nós existimos e precisamos desta terra”, gritaram em coro, além de dizerem que são maltratados pelos brancos, taxando-os de ‘invasores’. (*Brasil Norte, 12/06/03*)

... MAS JUIZ NEGA O PEDIDO

O juiz da 2ª Vara Federal, Grigório Carlos dos Santos, julgou improcedente o pedido feito pelas comunidades indígenas do Uiramutã e da Região das Serras, na área indígena Raposa/Serra do Sol, para que fosse retirado o quartel do 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), construído na região do Uiramutã. A sentença do juiz foi baseada no laudo antropológico que, segundo a decisão, foi completa e imparcial, abordando com profundidade as questões postas sob análise. (*Marilena Freitas, Folha de Boa Vista, 06/05/04*)

TI SÃO MARCOS

ÚLTIMO FAZENDEIRO DEIXA A TI

A comunidade indígena de S. Marcos anunciou ontem que terá um motivo a mais para comemorar o Dia do Índio devido à saída do último fazendeiro que ocupava parte da terra já demarcada e homologada. Ao todo, a área de São Marcos tinha 109 fazendeiros. Desde 1997 que as populações indígenas daquela área tentam conseguir a retirada de todos eles. Nessa época, as lideranças indígenas começaram a negociar com a Eletronorte a indenização dos fazendeiros, colocando como contrapartida a autorização dos índios para instalar as torres do Linhão de Guri dentro da área demarcada. Só um ano depois foi assinado um termo de compromisso entre a Funai e a Eletronorte para que os fazendeiros fossem indenizados. A partir de 1999 as primeiras indenizações foram sendo pagas, e antecorrem o fazendeiro Odair Carneiro foi o último a desocupar a área. As lideranças indígenas ainda dizem estar preocupadas com parte das terras de São Marcos devido ao crescimento da cidade de Pacaraima. Segundo o tuxaua Manoel Silva dos Santos, está ocorrendo devastação do meio ambiente, principalmente na área onde está o Morro do Quiabo, que é um bairro em Pacaraima. (*Folha de Boa Vista, 18/04/02*)

CONVÊNIO COM ELETRONORTE É RENOVADO

Hoje, quatro lideranças Macuxi e um Wapixana estão reunidos na presidência da Funai em Brasília para renovar o convênio instituído para compensar as comunidades indígenas pela passagem de linhas de transmissão de energia no interior da TI São Marcos. Os presidentes da Funai, Artur Nobre Mendes e o da Eletronorte, José Antonio Muniz, participam da renovação, que prorrogará por mais três anos o convênio de compensação ambiental do empreendimento. Segundo o administrador da Funai em Boa Vista/RR, Martinho Alves da Silva, a compensação é importante e possibilita recursos suficientes para implementar projetos adequados para a auto-sustentação das comunidades afetadas pelo impacto do desenvolvimento energético do país. “No caso do linhão Guri, que são as instalações de torres de transmissão da energia comprada pelo Brasil da Venezuela, os Macuxi e os Wapixana da TI, com o apoio da Funai, vieram discutir pessoalmente, com o presidente da Eletronorte, a renovação e a possibilidade de maiores vantagens para as comunidades indígenas”, explica Silva. (*Site da Funai, 13/09/02*)

LINHÃO VAI TRAZER ENERGIA PARA O BRASIL

Nesse final de semana, terá início a fase de testes do Linhão de Guri, que deverá ser inaugurado em 28/07, com a presença dos presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chavez da Venezuela. Boa Vista, capital de Roraima, será a grande beneficiária do empreendimento, já que a importação de 200 MW está garantida durante 20 anos a um custo bastante inferior ao das termelétricas a diesel, responsáveis pelo abastecimento da cidade até aqui. Contudo, a redução de R\$ 220,00 MW/h para cerca de R\$ 59,80 (ou US\$ 26 MW/h ao câmbio de R\$ 2,30 em 30/06), não será sentida pelo consumidor da cidade, uma vez que as tarifas são nacionais. O próximo passo será estender a linha para abastecer 95% do estado, o que deverá ocorrer até o final do ano. Na Venezuela, a interconexão tem 400 Km e vai até Santa Elena de Uairén, na fronteira com o Brasil, de onde partem mais 200 Km até a subestação de Boa Vista. De um ponto a outro, o Linhão atravessa a TI São Marcos, no Brasil, e mais de 50 comunidades indígenas no país vizinho. Fios de alta tensão e torres metálicas de transmissão de energia passaram a fazer parte da paisagem dessas terras, o que não ocorreu sem grandes conflitos e negociações entre os índios atingidos, órgãos federais e poderes locais dos dois países.

No Brasil, o Linhão segue o trajeto da BR-174, que liga Manaus à Venezuela e, assim como a rodovia, incide sobre aproximadamente 65 Km da TI São Marcos. Demarcada e homologada por decreto presidencial em 1991, o território é habitado pelos índios Taurepáng, Macuxi e Wapixana. As lideranças indígenas assinaram contrato com a Eletronorte em abril de 1998, permitindo a obra desde que lhes fosse garantida a desintrusão das terras, ou seja, que os ocupantes não-índios fossem expulsos. A Eletronorte ficou responsável pelo financiamento das indenizações das benfeitorias feitas nas fazen-

das e por um sistema de vigilância que garantisse a saída dos posseiros. Os índios ainda conseguiram garantir a recuperação das áreas degradadas pela construção das torres de energia e a indenização por aquelas que não poderiam ser recuperadas dada sua proximidade com a linha; além disso, foram indenizados por danos a bens individuais. Segundo o indigenista José Porfírio de Carvalho, que vem acompanhando as negociações e apoiando os índios desde o início, a desintrusão foi efetivada depois de muitos conflitos judiciais com os posseiros, agravados pelo pouco dinamismo da Funai e pelo sistema Judiciário local, que tentou fazer inúmeros acordos com os invasores. Atualmente, restam quatro fazendeiros em S.Marcos e já foi feita a perícia avaliando o valor da indenização. Além das quatro fazendas, a sede do município de Pacaraima está no interior da TI. Caso pioneiro no país, sua retirada é praticamente inviável, dada a infraestrutura existente no local. Mas os índios temem a expansão da cidade e entraram com pedido no Ministério Público Federal para impedir novas construções. Com esse objetivo, o procurador da República em Roraima, Felipe Bretanha, pediu ontem à Justiça a realização de uma perícia para definir seus limites. Porfírio Carvalho comenta, porém, que essa medida só poderia ser tomada depois da regularização de Pacaraima, já que tramita no Congresso Nacional uma ação de inconstitucionalidade da existência do município.

No território venezuelano, os conflitos em torno da construção da linha foram muito maiores e atraíram a conclusão da obra em mais de um ano. As torres de transmissão percorrem 80 Km do Parque Nacional de Gran Sabana e da selva de Imataca, no estado de Bolívar, ao sul da Venezuela, onde moram dezenas de comunidades indígenas. Desde 1997, índios das etnias Pemón, Akawayo, Arawako e Kariña vêm protestando contra o em-

preendimento e em diversas ocasiões paralisaram as obras, derrubaram torres, interditaram rodovias e fizeram manifestação na embaixada do Brasil em Caracas. Os índios alegavam que o Linhão teria grandes custos ambientais e sociais para a região, como o crescimento predatório da indústria mineira, turística e florestal. Ao cabo de muitas negociações, em janeiro deste ano foi firmado um acordo entre a Fibe (Federação Indígena do Estado de Bolívar) e o presidente Hugo Chavez. O acordo representou uma grande vitória para os índios que, depois de anos lutando pela posse definitiva das terras, conseguiram que o governo criasse uma reserva indígena no Estado de Bolívar.

Por exigência da Fibe, foi instituída uma comissão paritária composta por representantes indígenas e do governo para demarcar as áreas indígenas e fazer um levantamento das comunidades prejudicadas pela exploração mineral, florestal e turística na região. O governo venezuelano também se comprometeu a não deixar que projetos industriais públicos e privados sejam instalados nas comunidades sem consultar as lideranças de cada etnia e a criar um fundo permanente de desenvolvimento integral e sustentável para apoiar projetos das comunidades indígenas.

No decorrer desse processo, lideranças indígenas do Brasil e da Venezuela reuniram-se em várias ocasiões e, de acordo com Porfírio Carvalho, as negociações aqui serviram de modelo para as reivindicações dos índios no país vizinho. Apesar de alguns avanços na nova Constituição venezuelana, entretanto, a situação dos índios ainda é bastante incipiente, principalmente no que diz respeito aos seus direitos à terra. A democracia também não está consolidada na Venezuela e o indigenista aponta o perigo do abastecimento energético de Roraima ficar à mercê da instabilidade política naquele país. (Valéria Macedo, ISA, 29/06/01)

SITUAÇÃO DE PACARAIMA SE COMPLICHA

A situação do município de Pacaraima, que fica dentro da reserva indígena São Marcos, na fronteira com a Venezuela, se complica a cada dia. Há cerca de um mês índios retiravam madeira da mata, levando para uma fazenda desapropriada nas proximidades do município de Pacaraima. Na manhã de ontem, os indígenas começaram a construir uma cerca com o objetivo de evitar que os loteamentos urbanos avançassem. Os moradores afirmam que a cerca iria obstruir o trânsito até a cidade. Revoltados com a situação, cerca de 200 moradores se juntaram e colocaram os índios para correr e queimaram a madeira colocada pelos indígenas. Depois foram até a cidade de Pacaraima e depredaram uma casa que serve de apoio para a Funai, pois acreditavam que os índios estavam agindo daquela forma incitados pelos diretores do órgão. Diante da situação conflituosa, o delegado da Polícia Civil, Victor Faitão, mobilizou todo o apoio que conseguiu, com o objetivo de impedir que os populares destruíssem a casa. (Folha de Boa Vista, 11/12/02)

tuosa, o delegado da Polícia Civil, Victor Faitão, mobilizou todo o apoio que conseguiu, com o objetivo de impedir que os populares destruíssem a casa. (Folha de Boa Vista, 11/12/02)

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nós últimos anos, o líder wapixana, Alfredo Silva, tem desenvolvido na comunidade Nova Esperança, TI São Marcos, um projeto piloto que tem um prazo de dez anos para ser posto em prática na sua plenitude. O Pronesp [Programa de Desenvolvimento Sustentado da Comunidade Nova Esperança] e prevê ações na área do ecoturismo, criação de animais silvestre em cativeiro, psicicultura, sistema agro-florestal, agroindústrias e investimento em infra-estrutura da comunidade. Foram firmadas parcerias com o Sebrae, Embrapa, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR),

Centro de Ciências de Roraima, Coordenadoria de Turismo do Estado, Proecotur - Programa do Ministério do Meio Ambiente -, Prefeitura de Pacaraima e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud). (Folha de Boa Vista, 20/01/03)

PROPOSTA DE AUMENTAR MUNICÍPIO GERA POLÊMICA

A proposta de cessão de cinco mil hectares da terra indígena de São Marcos para o município de Pacaraima, apresentada pelo líder da comunidade de Nova Esperança, índio wapixana Alfredo Silva, é tida por representantes políticos do Estado como uma alternativa para resolver os conflitos entre índios e não índios naquela região. Por outro lado, entidades que trabalham na defesa dos direitos dos índios, como Apirr, se mostram contrários ao que propõe Alfredo Silva. A Pastoral Indígena também se posicionou contra a proposta. Pelo menos

foi essa a opinião manifestada por um de seus representantes – a Irmã Edna –, que afirmou que “direitos conquistados não devem ser negociados”. O presidente da Apirr, o índio wapi-xana Telmar Mota, disse não aceitar a proposta apresentada pelo líder da comunidade Nova Esperança por entender que era prejudicial para as comunidades que vivem na região de São Marcos. Disse que Alfredo vem trabalhando essa proposta de forma isolada, sem discutir com as lideranças das outras comunidades. Conforme ele, os demais líderes indígenas da região são contrários a qualquer proposta que trate da cessão terras para o município de Pacaraima. *(Folha de Boa Vista, 21/01/03)*

PREFEITO CRITICA ESTUDOS DEMARCATÓRIOS

Ao analisar o surgimento de Pacaraima, o prefeito Hipérion Oliveira explicou que o problema de agora foi criado pela “irresponsabilidade” do grupo que analisou a demarcação da TI São Marcos, cujo trabalho foi concluído em 1989 e não respeitou o núcleo urbano já existente. O relatório deixou de fora somente uma área do Exército. Oliveira lembrou que o asfaltamento da BR-174, entre os anos de 1974 e 1978 – época em a reserva ainda não era homologada e havia apenas a Colônia Agrícola Indígena São Marcos – provocou o povoamento do que hoje é a sede de Pacaraima. Em 1995, a Assembléia Legislativa aprovou e o então governador Neudo Campos (PFL) sancionou a criação do Município de Pacaraima. *(Brasil Norte, 21/01/03)*

CONSTRUÇÃO DE CERCA PARA ISOLAR PACARAIMA...

Os índios, com apoio de servidores da Funai e agentes do Programa de Proteção e Fiscalização da TI São Marcos, retomaram ontem à tarde a construção da cerca em Pacaraima, com o objetivo de evitar a expansão urbana da cidade. Agora, respaldados por uma decisão judicial, os indígenas ligados à Apirr e ao CIR retomaram a construção da cerca, que terá 11 km de extensão. Eles alegam que o município foi criado dentro da reserva e, por isso, não podem permitir a expansão da cidade até que se resolva o impasse judicial. *(Folha de Boa Vista, 24/01/03)*

... É PARALIZADA POR DECISÃO DE JUIZ

O juiz federal substituto, Helder Girão Barreto, decidiu no final da tarde de ontem paralisar a construção da cerca em torno do município de Pacaraima. O magistrado justifica a sua de-

cisão como forma de “prevenir conflitos” no “Morro do Quiabo”, localidade de Pacaraima onde seria construída a cerca. A decisão foi tomada logo após a TV Roraima divulgar imagens do conflito na área, onde aparecem militares e policiais federais atirando para o alto e lançando bombas de efeito moral. A notícia foi divulgada também pelo Jornal Nacional, em rede nacional. *(Folha de Boa Vista, 25/01/03)*

VENDA DE LOTES É DENUNCIADA

O vice-presidente da Apirr, Firmino Alfredo da Silva, apontou o presidente da Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (Alidicir), Anísio Pedrosa, como um dos responsáveis pelo loteamento e venda de terrenos na TI São Marcos, em Pacaraima. “Muita gente lá em Pacaraima cita o Anísio como um dos que vende lotes, mas ele sempre nega”, disse o líder indígena. A Alidicir é a entidade indígena que faz oposição à Apirr na questão indígena. Firmino da Silva também afirmou que “índios sem consciência” também agem da mesma forma. Segundo ele, na maioria das vezes os indígenas que incorrem em tal prática vendem os terrenos por preço insignificante, como meio de sobrevivência. *(Folha de Boa Vista, 28/01/03)*

PACARAIMA SEM ÁGUA

O prefeito de Pacaraima, Hipérion Oliveira (PDT), deverá decretar estado de calamidade pública domingo, dia 23, em virtude da falta de água para abastecer a população. A cidade passa por um racionamento devido à estiagem e quando tentou retirar água no igarapé Samã com um carro-pipa, os índios e membros da organização não-governamental Programa de Proteção à TI Marcos proibiram. *(Folha de Boa Vista, 22/02/03)*

PREFEITO TENTA TRAZER ÁGUA DA VENEZUELA

O prefeito de Pacaraima, Hipérion Oliveira (PDT), disse ontem à Folha que está mantendo contato com autoridades venezuelanas com o objetivo de conseguir a concessão para a retirada de água de um igarapé que fica nas proximidades de Santa Elena de Uairén de forma a regularizar o abastecimento da cidade. “Apesar da Venezuela estar passando por uma situação semelhante à nossa, estamos tentando conseguir autorização para que possamos retirar água de lá, de forma que possamos abastecer a nossa cidade”, disse o prefeito, adiantando que hoje manterá nova conversa com as autoridades venezuelanas. *(Folha de Boa Vista, 12/03/03)*

LIMINAR LIBERA USO DO IGARAPÉ SAMÃ

O juiz federal Vallisney de Souza Oliveira deferiu ontem a liminar de autoria do Município de Pacaraima que determina a Funai a permitir que seja retirada água do igarapé Samã, na TI São Marcos, para abastecer a população de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. A decisão obriga o órgão indigenista a desobstruir a entrada de carros-pipa sobre a ponte de madeira no igarapé, na comunidade Nova Esperança, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil. *(Folha de Boa Vista, 15/03/03)*

PACARAIMA É MULTADO POR CRIME AMBIENTAL

Decisão do juiz federal Helder Girão Barreto, publicada ontem no Diário do Poder Judiciário (DPJ), aplica uma multa de R\$ 8.000,00 ao Município de Pacaraima, por crime ambiental. O valor deverá ser corrigido desde janeiro, quando começou a ser descumprida a liminar da justiça federal, proibindo o município de depredar o Morro do Quiabo. Em janeiro de 2003, foi feito um acordo entre a prefeitura de Pacaraima e a Funai, de que o local seria respeitado e a prefeitura embargaria qualquer obra que fosse construída no morro, evitando a degradação do meio ambiente. *(Folha de Boa Vista, 29/05/03)*

RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Dirigentes da Eletronorte reuniram-se ontem com mais de dez lideranças indígenas da TI São Marcos. O objetivo do encontro era acertar detalhes para o início do processo de recuperação das áreas degradadas por conta da construção das torres das linhas de transmissão de energia elétrica entre Brasil e Venezuela. A reunião teve como finalidade tirar eventuais dúvidas das comunidades que estavam condicionando a implantação do PRAD (Plano de Recuperação das Áreas Degradadas) à renovação do convênio com Associação de Apoio aos Waimiri Atroari (Adawa), entidade responsável pelo programa São Marcos. *(Folha de Boa Vista, 29/05/03)*

TURISMO ECOLÓGICO

O índio não-tutelado Alfredo Silva coordena o programa de desenvolvimento sustentável que mantém em parceria com o PNUD. Em pleno coração da TI São Marcos, já é possível sentir a adrenalina em lances emocionantes de turismo ecológico. Trata-se da Trilha Ecológica do Coatá, uma iniciativa do Pronesp (Programa

de Desenvolvimento Sustentável da Nova Esperança), ONG coordenada por Alfredo Silva. A trilha já está recebendo os primeiros turistas. Previsto para ser implantado em sua totalidade num prazo de 10 anos, Alfredo Silva destaca que o Projeto prevê a instalação, entre outros empreendimentos, de uma escola agrícola. Até o fim deste ano deverão ser instalados alguns projetos de interesse relevante na comunidade como piscicultura, criação de animais silvestres em cativeiro e agricultura orgânica. Silva explicou ainda que antes de explorar o turismo ecológico na região, os integrantes da comunidade receberam cursos de educação ambiental. *(Brasil Norte, 22/08/03)*

COMERCIANTES ESTÃO APREENSIVOS COM DESPEJO...

A notícia veiculada ontem na Folha, sobre as ações do MPF, União e Funai solicitando judicialmente a desocupação de 100 estabelecimentos comerciais em Pacaraima, fronteira com a Venezuela, causou apreensão na população que teme perder todos os bens adquiridos ao longo dos anos trabalhando e morando no município. Como a notícia não abordou a questão da indenização, muitos comerciantes já começaram a buscar esclarecimentos com advogados para saberem dos seus direitos. "Sabemos que não podemos brigar com as instâncias maiores da Justiça, mas o que queremos é saber de nossos direitos. Não somos invasores nem bandidos. São aproximadamente três mil pessoas que podem ser deslocadas", disse um comerciante. *(Folha de Boa Vista, 13/11/03)*

... E GOVERNO DO ESTADO PEDIRÁ ANULAÇÃO DAS AÇÕES

O Estado pedirá a anulação das ações promovidas pela União, MPF e Funai para a desocupação de 100 estabelecimentos comerciais em Pacaraima, que está na área da TI São Marcos. O recurso terá entre as fundamentações o fato do laudo antropológico demarcatório não ter levado em consideração o núcleo urbano existente há décadas na região. "O Estado não vai transigir e pedirá a suspensão das ações, pois elas não têm sentido e são improcedentes, além de causar intranquilidade social", afirmou ontem o governador em exercício Salomão Cruz (PSB). *(Brasil Norte, 14/11/03)*

APIRR DENUNCIA AVANÇO DA CIDADE

A presença de turistas que invadem lugares tradicionais, levando objetos de valor arqueológico e mostras da flora; o avanço do perímetro urbano sobre a terra indígena, provocando

desmatamento e poluição de igarapés por lixo hospitalar e doméstico; queimadas que levam à extinção de animais silvestres e plantas medicinais; a mecanização da agricultura que traz consigo pragas, em detrimento da agricultura tradicional; o furto de cavalos selvagens; a pesca e caça ilegal, inclusive de animais domésticos das comunidades. São esses alguns dos problemas que os invasores provocam na TI São Marcos, segundo levantamento da Apirr. A Apirr denuncia esses fatos como de grave repercussão sobre o modo de vida tradicional das comunidades indígenas de Roraima. O levantamento assinala também que a BR-174, em oito anos de asfalto, já causou a morte de sete indígenas sem que a justiça tenha tomado alguma providência. Veículos de pequeno e grande porte transitam em alta velocidade, acidentando e matando, além de pessoas, animais silvestres. A BR, segundo a Apirr, propicia ainda a prática do contrabando de combustível e o tráfico de menores brasileiras para a Venezuela. As denúncias da Apirr revelam que não é suficiente que as terras indígenas estejam demarcadas, se não houver, por parte do governo, uma política efetiva de proteção e vigilância das terras indígenas. *(Coiab, 17/11/03)*

PROCURADORES CONFIRMAM AÇÕES CONTRA OCUPAÇÃO

Os procuradores da República em Roraima, Rômulo Moreira Conrado, Carlos Fernando

Mazzoco e Darlan Aírton Dias, confirmaram em nota oficial do MPF que a ocupação irregular de não índios no interior da TI S. Marcos é inconstitucional. Eles informaram que, entre outros aspectos, a presença de não índios na cidade de Pacaraima contraria dispositivo constitucional. Em 1998 e 1999, por meio de ações judiciais, a Funai conseguiu realizar a extrusão da zona rural da região, ocupada por posseiros e fazendeiros. Na nota, os procuradores esclareceram a inconstitucionalidade da ocupação e explicaram que a área urbana do município está integralmente inserida na TI S. Marcos, delimitada e demarcada conforme o Decreto nº 76.311, de 19/09/75, e homologada por ato do presidente da República, através do Decreto nº 312, de 20/10/1991. Eles confirmam que o MPF, a Funai e a União, ingressaram com 100 ações judiciais visando a retirada de ocupantes não índios de Pacaraima. Além destas ações, há várias outras com objeto semelhante, tanto na terra indígena São Marcos como em outras áreas indígenas de Roraima. *(Brasil Norte, 28/11/03)*

CONTRABANDO DE COMBUSTÍVEL

Índios da TI São Marcos são acusados de estar contrabandeando combustível da Venezuela. A denúncia feita este final de semana pela repórter Loredana Kotinsk, do jornal A Crítica, de Manaus, mostrou como funciona todo o esquema. Contrabandistas conhecidos como

APIRR ENVIA CARTA AO PRESIDENTE DA FUNAI

"Prezados Senhores: Nós lideranças, professores, agentes indígenas de saúde, comunidades, representantes dos povos Macuxi, Wapichana e Taurepang participantes da IV Assembleia Geral da APIRR realizada no Centro Cultural Makunaimi na TI Marcos, nos dias 27 e 30 de novembro de 2003, discutimos e avaliamos a situação e problemas das comunidades indígenas.

Na ocasião decidimos:

1) Não aceitamos a criação de uma nova comunidade no local "Entroncamento" da BR-174 com a estrada RR-202 (entroncamento Surumú) devido aos problemas que vem causando à região e às comunidades vizinhas, podemos citar como problema: a não aceitação de trabalhar em conjunto na defesa dos direitos dos povos indígenas e por servir de suporte no tráfico ilegal de combustível da Venezuela, uma vez que as comunidades lutam incansavelmente em combater esta ação ilegal dentro da TI S. Marcos.

2) Não aceitamos a permanência de invasores na Vila Pacaraima, por se encontrar dentro da TI São Marcos e numa área de preservação permanente, que tem se tornado foco de conflitos, violências e ameaças contra as lideranças e comunidades indígenas. Neste sentido, vimos denunciar e repudiar as ameaças e o clima de tensão promovido pelos

parlamentares estaduais e federais, inclusive pelos invasores da vila. Portanto, exigimos a retirada definitiva dos invasores da TI São Marcos, concretizando a ação impetrada através da parceria da Justiça Federal, Ministério Público e Funai contra os moradores da vila.

Na oportunidade, agradecemos e parabenizamos pela operação "Praga do Egito" desenvolvida em conjunto pelo Ministério Público e Justiça Federal, que culminou na apreensão de pessoas públicas envolvidas no esquema de corrupção, com isso fica claramente afirmado que o entrave para o desenvolvimento de Roraima é a corrupção e o clientelismo e não os Povos Indígenas e a demarcação de seus territórios como argumentam políticos do Estado, "os gafanhotos".

Contamos com o apoio e a compreensão de Vossa Excelência, no sentido de tomar as devidas providências".

As informações são verdadeiras e por essa razão assinamos,
Centro Makunaimi, TI São Marcos, Roraima 30 de novembro de 2003.

Assinam mais de duzentas lideranças, professores, mulheres e comunidades indígenas da Terra Indígena São Marcos. (Coiab, 30/11/2003)

“pampeiros”, que usam principalmente carros da marca Pampa com tanques adulterados, abastecem em Santa Elena do Uairen, primeira cidade venezuelana, e depois descarregam na TI São Marcos – já em solo brasileiro – a 35 quilômetros da fronteira. No local, a poucos metros da BR-174, foi montado um galpão para acondicionar gasolina, óleo diesel e outras mercadorias venezuelanas, como leite e cerveja. Em alguns casos, os índios compram os produtos para revender com grande margem de lucro. O movimento intensifica-se aos finais de semana. *(Brasil Norte, 18/05/04)*

DELITOS NAS RODOVIAS FEDERAIS

Para também reprimir delitos nas rodovias federais que cruzam Roraima, o chefe-substituto da Polícia Rodoviária Federal (PRF/RR), inspetor da Silva, disse ontem à tarde que uma mega-operação já foi desencadeada, desde anteontem, principalmente nos municípios de Pacaraima, Bonfim e na Ponte dos Macuxi. Sobre o contrabando e descaminho na TI Marcos, o inspetor colocou que a PRF/RR pode ajudar a combater o crime, desde que haja uma ação conjunta e integrada entre os órgãos competentes. *(Brasil Norte, 18/05/04)*

PROJETOS SUSTENTÁVEIS EM PRÁTICA

Desde junho, dez comunidades indígenas da TI São Marcos estão colocando em prática projetos de auto-sustentabilidade. O valor de cada um gira em torno de R\$ 10 mil, financiados pelo Tesouro Nacional, através de fundos perdidos, e pelo Banco Mundial. São cerca de dois mil índios atendidos. A reserva São Marcos foi homologada em novembro de 1992 e só agora está recebendo incentivos do Governo Federal para que desenvolva projetos auto-sustentáveis. As comunidades atendidas são: Milho, Darora, Campo Alegre, Vista Alegre, Lago Grande, Santa Inês, Truaru, Samã, Sorocaima e Bala. Os projetos são de piscicultura, avicultura e criação de suínos, com duração de um ano. *(Folha de Boa Vista, 31/08/05)*

CULTIVO IRRIGADO

Cerca de 25 produtores de seis comunidades indígenas participaram esta semana de um curso de 40 horas/aula sobre o cultivo de melancia na comunidade Vista Nova. A iniciativa faz parte do Projeto Pati-Á, desenvolvido pela Prefeitura de Boa Vista para oferecer condições necessárias à produção de frutas irrigadas, com qualidade e regularidade. Os produtores fazem

parte das comunidades Mauixi, Vista Nova, Campo Alegre, Vista Alegre, Darôra e Ilha, além de representantes da Apirr e do Programa São Marcos. *(Brasil Norte, 24/09/05)*

GERAL

ASFALTAMENTO DA BR-401

Uma reunião realizada ontem pelo CIR discutiu vários assuntos polêmicos relacionados às comunidades indígenas como o asfaltamento do trecho da BR-401. Participaram 46 pessoas, entre elas, representante da Funai, a procuradora Deborah Duprat e Ela Castilho, ambas do Ministério Público Federal. Elas vieram ouvir os indígenas sobre os problemas das comunidades e esclarecer, do ponto de vista jurídico, quais são os entraves gerados por conta do asfaltamento do trecho da BR-401, que passa por dentro de uma maloca. *(Folha de Boa Vista, 21/03/02)*

ÍNDIOS VÃO PARA BOA VISTA TIRAR DOCUMENTOS

Um número expressivo de indígenas da região da Raposa e Serra do Sol e do município do Uiramutã está vindo para a cidade com o objetivo de retirar documentos, receber aposentadoria, auxílio-maternidade, realizar pré-natal e outros tipos de tratamento de saúde. A informação que chegou à Folha é que esses indígenas teriam vindo à cidade custeados pela Prefeitura com a finalidade exclusiva de tirar título eleitoral. A prefeita disse que encara com naturalidade esse tipo de denúncia, uma vez que nesse ano existem eleições. Florany disse que a prefeitura realiza esse trabalho há mais de um ano. *(Folha de Boa Vista, 27/04/02)*

INVESTIMENTO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A comunidade indígena do Xumina, no município de Normandia, quer melhorar sua produção agrícola, através da plantação de melancia irrigada, que deverá iniciar em março. A comunidade foi contemplada pela Prefeitura com kit de irrigação para desenvolver a atividade agrícola. O tuxaua Edilânio Fidelis explicou que, com esse primeiro kit, a atividade irá beneficiar, a princípio, seis famílias. *(Brasil Norte, 23/01/03)*

PROJETO PILOTO DE CRIAÇÃO DE PEIXE

O Governo do Estado através das Secretarias de Agricultura, do Índio e Codesaima, está implantando na Comunidade indígena Raposa,

localizada no município de Normandia, um moderno projeto de criação de peixe em cativo, através da instalação de 10 gaiolas com padrão moderno de criação de peixes. *(Brasil Norte, 04/07/03)*

RECURSOS PARA O PLANTIO DA MANDIOCA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vai liberar recursos para 442 comunidades indígenas de Boa Vista para implantação do projeto de plantio de mandioca, com vistas a melhorar a qualidade de vida daquelas comunidades, por meio da produção excedente. Inicialmente o projeto será implantado na TI Raposa Serra do Sol. Das 442 comunidades existentes na região, 237 estão localizadas em áreas de savana, onde os projetos de subsistência não têm sido suficientes para que os índios consigam produzir em grande escala. *(Funai, 02/12/03)*

JOÊNIA WAPIXANA É INDICADA PARA PRÊMIO

A advogada do CIR, Joênia Batista de Carvalho, da etnia Wapichana, foi uma das indicadas para o Prêmio Cláudia 2004 da editora Abril, na área de Trabalho Social. Foram 15 finalistas com histórias de mulheres extraordinárias no Brasil. *(Folha de Boa Vista, 01/12/04)*



INÊS ZANCHETTA/ISA

TI TABALASCADA É HOMOLOGADA

O Governo Federal homologou ontem, Dia do Índio, mais uma TI em Roraima. Desta vez foi a área indígena Tabalascada, com 13 mil ha, localizada no município do Cantá, onde vivem 469 índios das etnias Macuxi e Wapixana. O processo de demarcação dessa reserva gerou muito conflito, inclusive com registro de ocorrência policial, quando foi iniciado o processo de ampliação do tamanho físico. Com essa homologação sobe para 16 o número de reser-

vas homologadas no Estado. (*Folha de Boa Vista, 20/04/05*)

DISPUTA FUNDIÁRIA PREJUDICA DESENVOLVIMENTO

A questão fundiária é peculiar em Roraima, território nacional elevado à condição de Estado há 15 anos, mas até hoje mantido numa espécie de existência virtual. Praticamente toda a área do Estado pertence à União, metade em poder da Funai e metade sob controle do Incra. Ou seja, quase não existem agricultores em Roraima com título de posse definitiva da terra em que trabalham. Além de ocupar o topo do ranking de preocupações do produtor em Roraima, o problema

fundiário atrasa investimentos. (*Folha de Boa Vista, 03/01/05*)

ÍNDIOS NA CIDADE QUEREM EXPLORAR TIS

A Associação Municipal Indígena Guaikrî, que reúne os indígenas que moram na área urbana de Boa Vista, transferiu para o próximo dia 15 a realização de uma audiência para discutir projetos como a mineração nas reservas indígenas. A mudança de data foi forçada pela ausência dos representantes dos órgãos federais convidados para discutir a proposta, no sábado passado. Cerca de 600 índios chegaram cedo ao ginásio Hélio Campos para o encontro. Mas os representantes da Funai, Ibama e DNPM não

compareceram nem comunicaram a ausência. Os índios se sentiram afrontados com o desca-so. Autoridades estaduais confirmaram a presença, inclusive o governador Ottomar Pinto. De acordo com ele, os índios pretendem explorar minérios como ouro e diamante em suas terras, para fugir da pobreza na periferia de Boa Vista e aproveitar uma das principais potencialidades das TIs Raposa/Serra do Sol e São Marcos. Cientes da burocracia para implementar um projeto desses, eles querem conversar primeiro com os órgãos envolvidos na questão para registrar o projeto e sair em busca dos recursos para sua implantação. Vivem em Boa Vista cerca de cinco mil índios, segundo Bernaldo. Desse total, 4.200 já se inscreveram na associação para receber as carteiras de só-

VAI OTTOMAR NO CUSCUZ

No sertão pernambucano, às margens do rio São Francisco, fica Petrolina. Foi lá que nasceu, em janeiro de 1931, o então inocente Ottomar de Souza Pinto. Seu único lazer foi, durante muitos anos a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora Rainha dos Anjos, realizada no mês de agosto. Havia missas, novenas, procissão, rifas, muito foguetório e, sobretudo, a quermesse na praça da Matriz. Lá, ele paquerava a Marieta, uma bunduda apelidada de Saubinha, dedicando-lhe músicas e enviando-lhe 'telegramas no ar' pelo Serviço de Altofalantes 'A Voz de Petrolina'. Participava, também, do Concurso do Cuscuz – uma corrida de saco, cujo prêmio era um cuscuz e duas garrafas de jinjibirra. A última vez que Ottomar Pinto concorreu ao cuscuz foi em 1943, quando tinha 12 anos. Durante a corrida de saco, Marieta, na torcida, se esgoelava gritando: "Vai, Ottomar, no cuscuz". Mas foi Ubaldino, um baiano de Juazeiro, quem ganhou o cuscuz, a jinjibirra e, de quebra, a Marieta da calça-preta, com quem se casou. Humilhado, Ottomar Pinto ficou com o quinto lugar que dava direito a um prêmio de consolação: uma canjiquinha de papa rala, conhecida como "mingau das almas" e um copo de aluá. Traumatizado, carregou consigo pelo resto da vida a frase da Marieta: "Vai, Ottomar, no cuscuz" e os comentários triunfantes de Ubaldino: "quem nasceu pinto, nunca chega a galo". Desencantado, Ottomar Pinto atravessou o rio São Francisco pela ponte presidente Dutra, que liga Petrolina a Juazeiro da Bahia. Entrou na Aeronáutica, cobriu-se de chocolate e leite condensado, tornando-se brigadeiro. Deixou de ser inocente. Na época da ditadura militar, foi nomeado governador biônico do então Território Federal de Roraima, onde passou a cultivar ódio contra os índios, considerados por ele como "obstáculos ao progresso". Nas duas últimas eleições em que foi candidato - para prefeito de Boa Vista e para governador de Roraima - ouviu os gritos desesperados vindos da sua longínqua infância: "Vai, Ottomar, no cuscuz". Foi. Não adiantou: levou ferro e canjiquinha rala. Apesar de derrotado, o brigadeiro Pinto se tornou governador, assumindo a metade do mandato de

Flamarion Portela, cassado meses atrás por corrupção. Consultamos o famoso psiquiatra Rogelio Casado, autor do clássico 'Reflexões sobre traumas de infância e a neocatarse'. Ele foi conclusivo: "O brigadeiro Pinto crê que governa as sobras e os sobejos do adversário. É como se ele estivesse casando com uma Marieta abaguhada, abandonada por Ubaldino, cheia de filhos e de varizes. Numa perspectiva reichiana, trata-se de desvio da libido. O maior poder está na libido dessublimada, como disse o psicanalista alemão William Reich, antes de morrer, em 1957, numa penitenciária norte-americana".

Esse diagnóstico explica porque o brigadeiro Pinto, rebelando-se contra a homologação das terras indígenas, decretou luto oficial por sete dias em Roraima, ameaçou cortar verbas para as escolas indígenas e os postos de saúde, negou à Polícia Federal a cessão de 100 policiais de choque da PM e apoiou os arroteiros invasores de terras indígenas, incluindo o prefeito de Paracaima, Paulo Quartiero, suspeito de ter articulado o seqüestro de quatro policiais. Essas medidas do governador estão estimulando o ódio de setores da população roraimense contra os índios e contra quem os apóia, como é o caso dos professores.

Vários leitores escreveram para essa coluna, denunciando o terror promovido contra professores da Universidade Federal de Roraima, que trabalham no Núcleo de Educação Superior Indígena Insikirán e apóiam a reivindicação dos índios. Por causa disso, as rádios locais desencadearam uma campanha histórica contra a homologação. Em consequência, o professor Fábio Carvalho, coordenador do Núcleo, sofreu um atentado, com o lançamento de um coquetel molotov em sua casa, incendiando o carro estacionado na garagem e atemorizando suas duas filhas e a esposa grávida de oito meses. Depois, recebeu telefonema ameaçador dando prazo de três dias para que abandone a cidade.

O brigadeiro Pinto, por sua conduta subversiva, será responsabilizado por qualquer violência cometida contra índios ou professores. Ele se declara aber-

tamente contrário à Constituição e às leis do país, manifestando disposição de sabotar as medidas do presidente da República. Tenta rachar o movimento indígena e manipular a opinião pública com apoio de alguns índios de uma tal Sodiur - Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima. Os índios estão indignados. Não aceitam a homologação em terras contínuas - declarou o brigadeiro Pinto. Ele pensa que a gente é leso. Quem acredita num grupo de escravos que diga: somos a favor da escravidão? A Folha de São Paulo perguntou: "Há rádios de Roraima pregando que o decreto do presidente Lula atende a interesses dos Estados Unidos. Como o sr. vê isso?". O brigadeiro Pinto respondeu: "O presidente Lula disse na minha frente e da bancada de Roraima que toda vez que ia ao exterior recebia pressões e reclamações favoráveis à homologação da reserva. Disse que tinha pressa em atender a essas demandas".

O brigadeiro Pinto é mesmo um espertalhão. Patriota de última hora, aproveitou um sentimento nobre do brasileiro, de amor à pátria, para justificar o roubo que os arroteiros querem fazer das terras indígenas. Ele sabe muito bem que no exterior, quem defende os índios não é o Governo Bush ou o Tony Blair. Ao contrário, os aliados dos índios lá fora são justamente aqueles que fazem oposição ao Bush, ao Blair, à guerra, às agressões ao meio ambiente e lutam em defesa dos direitos humanos. Quem pressiona o Lula, lá fora, pelos direitos indígenas, são os gringos que se opõem ao Bush. Ou seja, são os nossos cupinchas da sociedade civil. A elite política de Roraima, mergulhada em corrupção, está quase toda podre. A primeira medida de Ottomar como governador foi nomear a parentada toda para cargos nas secretarias estaduais: mulher, filhas, genros, sobrinhos e papagaios. E agora, quer nos fazer acreditar que os índios são um problema para Roraima, e um perigo para o Brasil, quando na verdade perigo para o Brasil são os gafanhotos e a oligarquia regional responsável pela corrupção. Sinceramente, acho que a Marieta tem razão: "Vai, Ottomar, no cuscuz". (José Ribamar Bessa Freire, Diário do Amazonas, 01/05/05)

cio. A maioria não tem emprego e mora na periferia mais pobre de Boa Vista em casas muito precárias de madeira cobertas por lona. Por causa dessas dificuldades, a associação, criada em setembro do ano passado, também luta pela inclusão social. “Nós queremos participar dos programas de moradia, queremos um hospital para atender os índios e convênio para que os idosos e deficientes possam usar os ônibus gratuitamente”, informou.

Além da mineração, os indígenas também reivindicam terra para a produção agrícola. Eles vão apresentar à Funai uma proposta para reassentá-los nas glebas na reserva indígena São Marcos, na região do Parimé/Paricarana, depois do Rio Uraricoera, às margens da BR-174, sentido Boa Vista/Pacaraima. Esse assentamento poderia atender entre 250 e 500 famílias. “Nós queremos plantar banana, mandioca, fazer farinha e construir um galpão na beira da estrada para vender esses produtos e artesanato”, relatou. A próxima assembléia-geral está marcada para começar às 9h, no ginásio da escola Wanda Aguiar, no Raiar do Sol. (Loide Gomes, *Folha de Boa Vista*, 05/07/05)

BISPO REAFIRMA COMPROMISSO DA IGREJA COM OS ÍNDIOS

Nomeado pelo papa Bento XVI, padre Roque Paloschi será ordenado bispo da Diocese de Roraima no próximo dia 17 de julho. Antes da ordenação e posse, ele visitou a coordenação do CIR para reafirmar o compromisso da igreja Católica com os povos indígenas. O coordenador do CIR, Marinaldo Justino Trajano, agradeceu a visita do padre Roque Paloschi ao Conselho Indígena de Roraima e declarou que o novo bispo “será mais um integrante da grande família dos povos indígenas do estado”. E finalizou dizendo: “O senhor está convidado a vir sempre a nossa casa”. (*CIR*, 15/07/05)

CENTRO DE ARTESANATO INDÍGENA SERÁ INAUGURADO

A Secretaria Estadual do Índio vai marcar para o final do mês de agosto a inauguração do Centro de Tradição e Comercialização de Artesanato Indígena de Roraima. A obra do Centro foi concluída no mês passado depois de quatro anos que o projeto foi elaborado. A finalidade do Centro é atender a mais de 6 mil indígenas do Estado. Conforme Jordão, inicialmente o desenvolvimento do projeto será realizado por meio de uma parceria entre o Governo do Estado, a Funai, o Museu Integrado de Roraima, as prefeituras municipais, as associações indígenas, o Sebrae, o Departamento de Turismo e o Programa de Artesanato indígena (PAR). A idéia é que essas instituições deem apoio aos

indígenas nos primeiros anos de funcionamento do Centro, mas que no futuro eles passem a administrá-lo por conta própria. (*Folha de Boa Vista*, 01/08/05)

AGRICULTORES QUEREM RETIRADA DE ÍNDIOS

Há pouco mais de um ano, 12 famílias indígenas da etnia macuxi estão ocupando a reserva legal do projeto de assentamento Nova Amazônia, na gleba Truaru, a 70 quilômetros de Boa Vista. Essas pessoas estão amparadas por uma negociação feita com Incra, a qual resultou na doação de cerca de seis mil hectares para essa população. Mas as entidades de pequenos produtores não aceitam a permanência dos indígenas e falam até em conflito. Com a ocupação da área, os indígenas decidiram criar uma nova comunidade, a do Lago da Praia. Uma escola indígena já foi construída na região para garantir aula para as crianças. Várias construções de palha estão espalhadas ao longo da reserva legal. A ocupação vai até às margens do rio Uraricuera. (*Folha de Boa Vista*, 11/11/05)

ENERGIA

ÍNDIOS SÃO PRESSIONADOS PARA ACEITAR UHE

No Dia do Índio, comemorado hoje (19), as organizações de defesa dos direitos indígenas estão denunciando as ações do governo de Roraima e do Exército brasileiro, que vêm forçando aldeias indígenas a aceitarem a construção de uma pequena hidrelétrica em suas terras. Segundo o Cimi, as comunidades indígenas da região jamais foram consultadas sobre o empreendimento, e ficaram sabendo pela imprensa que a Comissão da Amazônia alocou recursos no orçamento da União para 2002 para a construção”, diz o Cimi. O local pretendido é uma queda d’água no igarapé Paiwá, lugar sagrado para o povo Macuxi, a aproximadamente cinco quilômetros da aldeia Uiramutã. (*Viaecológica*, 19/04/02)

OBRAS DE ENERGIA CONDICIONADAS À HOMOLOGAÇÃO

A posição contrária dos participantes da 32ª Assembléia Geral dos Tuxauas quanto ao fornecimento de energia elétrica para as comunidades indígenas da Raposa/Serra do Sol, por meio da interiorização da energia de Guri, causou surpresa para o presidente da CER (Companhia Energética de Roraima), Antônio Carramillo Neto. Os índios exigem primeiro a homologação da reserva para só depois de um

prazo de cinco anos analisar as possíveis vantagens e desvantagens da instalação de energia. Segundo Carramillo, o projeto de interiorização do linhão de Guri, que tinha como objetivo interligar as localidades do Surumu e Contão, através da subestação de Pacaraima, foi embargado a pedido da Funai por intermédio do MPF, quando as obras de construção da subestação iriam começar. (*Folha de Boa Vista*, 12/02/03)

FALTA ENERGIA EM METADE DAS ALDEIAS

Quase todas as aldeias da TI Raposa/Serra do Sol não têm energia elétrica nem estradas. Um levantamento feito pela Sodiur aponta que, das 61 comunidades, apenas nove dispõem de energia. As demais vivem na mais completa escuridão e os moradores se valem de picadas abertas no meio da mata para chegar a suas casas. O CIR confirma que é enorme a carência por esses dois serviços, mas lembra que a instalação de motores de energia depende da aprovação das comunidades envolvidas, ao contrário das aldeias ligadas à Sodiur, que reivindicam o benefício. (*Folha de Boa Vista*, 08/05/05)

VERBA TEM, MAS CER NÃO PODE RECEBER

O coordenador do programa Luz para Todos em Roraima, Wellington Diniz, reconheceu que o fornecimento de energia elétrica para as comunidades indígenas é muito precário e de péssima qualidade. Ele disse que vai buscar soluções de energia para atender todas as comunidades e não ficar apenas nas escolas. “O governo disponibilizou recursos para a CER a ordem de R\$ 23 milhões, mas por razões que desconheço, a CER está impedida de recebê-los”, completou, esclarecendo que a meta é ampliar o fornecimento para as casas, a partir do ano que vem. A CER está no Cadin, o cadastro dos inadimplentes, por isso não pode receber recursos federais até quitar as pendências. (*Folha de Boa Vista*, 08/05/05)

GERAL

FUNASA AMPLIA ATUAÇÃO NA RAPOSA SERRA DO SOL

A Funasa lançou esta semana um plano de ações para intensificar o apoio aos índios da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O trabalho terá início imediato e será concentrado na implantação de sistemas de saneamento ambiental, coleta de lixo e abastecimento de água. Estão previstas ainda reformas em

doze postos de saúde e na Casa da Saúde Indígena de Boa Vista. O projeto também inclui ações de saneamento fora da reserva indígena, em municípios de Roraima com menos de 30 mil habitantes. Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 9,8 milhões, liberados ao longo deste ano. De acordo com o presidente da Funasa, Valdi Camarcio, os investimentos na manutenção das equipes de saúde indígena não serão prejudicados pelo novo projeto. A Fundação conta com outros R\$ 2,7 milhões para manter os profissionais na região. “Na assistência médica, hoje temos 17 médicos, 11 enfermeiros, 9 dentistas e 993 auxiliares de enfermagem”, contabiliza Camarcio. (*Rádiorás, 20/04/05*)

FUNASA AUMENTA ORÇAMENTO PARA SAÚDE INDÍGENA

O orçamento Funasa para prestar assistência às comunidades indígenas de Roraima aumentou 30% este ano. O dinheiro extra está sendo usado na contratação de pessoal, reforma e construção de novos postos médicos e na reativação de um hospital na localidade de Surumu, na TI Raposa/Serra do Sol. No ano passado, o Governo Federal disponibilizou R\$ 35 milhões para a saúde dos indígenas roraimenses. Este ano serão R\$ 46 milhões para o atendimento de cerca de 47 mil índios, sendo 15 mil Yanomami e 32 mil das demais etnias que formam o Distrito Sanitário Leste. (*Folha de Boa Vista, 08/06/05*)

CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS

Com o objetivo de capacitar os profissionais que atuam nas TIs de Roraima, a Funasa realizou ontem a capacitação em Prevenção das DSTs/Aids e Vigilância Epidemiológica, tendo como público os médicos, dentistas e enfermeiros, que trabalham no DSEI-Leste. A coordenadora do curso e consultora da Unesco, Maria das Graças Rodrigues de Andrade, explicou que nesse primeiro evento participaram 26 profissionais, dos 56 que atuam nas aldeias do DSEI-Leste, que atende 32 mil índios. (*Folha de Boa Vista, 17/07/05*)

CIR COMUNICA SUSPENSÃO DE ATENDIMENTO

O CIR protocolou na sexta-feira 5, na sede da Funasa, em Brasília, o comunicado de suspensão das atividades de atenção básica à saúde dos povos indígenas no Distrito Sanitário Leste de Roraima, que compreende 252 aldeias e uma população de 32 mil índios. O motivo da suspensão das atividades é a não confirmação de repasses do Convênio firmado entre o CIR e

a Funasa desde junho passado, que já prejudica a continuidade da assistência, inclusive com a falta de alimentação para as equipes que atuam em área. (*CIR, 07/08/05*)

FUNASA REPASSA VERBA DEPOIS DE DOIS MESES

A Funasa repassou finalmente, na última sexta-feira, dia 5 de agosto, os R\$ 3,187 milhões referentes à primeira parcela do convênio de R\$ 16,748 milhões firmado com o CIR para o atendimento de saúde de mais de 32 mil índios no Estado, de junho de 2005 a junho de 2006. A organização indígena estava há mais de dois meses sem pagar fornecedores e funcionários. Algumas equipes chegaram a paralisar suas atividades por falta de recursos e passaram apenas a realizar serviços de emergência. (*ISA, 08/08/05*)

CASA DO ÍNDIO TERÁ 8 NOVAS ENFERMARIAS

A Funasa assinou, na manhã de ontem, a ordem de serviço e o contrato para a construção de oito enfermarias na Casa de Saúde do Índio de Roraima (Casai), localizada no Monte Cristo. As obras, que deverão ser iniciadas na próxima semana, terão investimentos de pouco mais de R\$ 798 mil. (*Folha de Boa Vista, 28/08/05*)

CASA DE CURA SERÁ REATIVADA

A Casa de Cura, pertencente à Diocese de Roraima, será reativada e passará a ser sede do Convênio de Atenção Básica à Saúde no DSEI Leste de Roraima a partir da próxima segunda-feira, 5 de setembro. O local vai funcionar como Centro de Formação em Saúde e Medicina Tradicional, inclusive com orientação antropológica e espaço para atuação de pajés e curadores tradicionais. Construída no formato das aldeias Yanomami, até o ano de 2001, a Casa de Cura foi um hospital destinado ao tratamento de doenças infecto-contagiosas de todos os povos indígenas de Roraima. Desde então, a unidade de saúde foi desativada e usada esporadicamente para reuniões e cursos. (*CIR, 01/09/05*)

PRECARIÉDADE DA SAÚDE INDÍGENA EM RR

“Nós, lideranças indígenas dos povos Macuxi, Ingaricó, Wai-Wai, Taurepang, Wapichana, Saporá e Patamona nos reunimos em Boa Vista para lutar por saúde indígena. Estamos extremamente preocupados com a gravidade que se avança na situação da saúde indígena no

estado de Roraima, em que se encontram nossos povos indígenas morrendo por problemas na assistência à saúde de nossas comunidades. Nossa população total hoje é de mais de 32000 indígenas vivendo em 260 comunidades pertencentes ao Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima. Nas nossas comunidades nos anos de 2000 a 2003 diminuíram muito os casos de doenças, como Malária, Tuberculose, Leishmanioses, Diarréias e Pneumonias. Em 2004 e 2005 os problemas de saúde indígena voltaram a aumentar. No primeiro semestre deste ano aconteceram 1726 casos de Malária nas comunidades indígenas, sendo a maioria localizados nas áreas de fronteira com a Guiana e a Venezuela, onde o acesso é difícil necessitando de apoio de aeronaves.

A mortalidade também continua alta atingindo principalmente nossas crianças, onde aconteceram 19 mortes no primeiro semestre deste ano, com um Coeficiente de Mortalidade Infantil de 35 por mil nascidos vivos. Consideramos que para resolver todos estes graves problemas é preciso ter como Coordenador Regional da Funasa em Roraima uma pessoa que mereça a confiança e a aprovação das lideranças e organizações indígenas. (*Boa Vista News, 12/12/05*)

ÍNDIOS SUGEREM QUE CIR RETOME SAÚDE

Os índios presentes à II Conferência Distrital de Saúde Indígena de Roraima propuseram, na tarde de ontem, que o CIR retome por completo as ações de saúde desenvolvidas nas aldeias do Distrito Sanitário Leste. Essa sugestão estava presente nos 10 grupos de trabalho que debateram diversos assuntos. Desde 2000 a Funasa administra o pagamento das horas-vôo, compra de medicamentos e combustível, bem como manutenção e disponibilidade de frota de veículos. Na opinião do coordenador de Saúde do CIR, Clóvis Ambrósio, a descentralização desses recursos direto para o CIR facilitará a continuidade dos serviços prestados pela entidade. (*Folha de Boa Vista, 15/12/05*)

EDUCAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL

A comunidade indígena da maloca do Juazeiro, região da Raposa, em Normandia ganhou uma escola de Ensino Fundamental. Atendendo a uma reivindicação antiga dos moradores, a unidade escolar vai atender cerca de 60 alunos. Construída para substituir o antigo colégio, a escola Nova Juazeiro é para os moradores uma das melhores iniciativas do Governo

para o desenvolvimento do lugar. (*Folha de Boa Vista, 01/09/02*)

ENSINO SUPERIOR INDÍGENA

O presidente do Comitê Gestor, Nagib da Silva Lima, que está implantando a agenda positiva do Governo Federal em Roraima, anunciou que foi criada uma comissão de ensino superior indígena, que vai promover e articular os debates e assessorar o desenvolvimento de políticas indígenas no Estado. Nagib explicou que houve uma reunião entre o comitê gestor e a Funai para tratar do ingresso e permanência de índios no ensino superior. Foram convidados a participar da comissão representantes das instituições de ensino superior públicas e privadas. (*Folha de Boa Vista, 14/06/05*)

UNIVERSIDADE DE RR RECEBE R\$ 150 MIL

O governo federal já repassou à Universidade Federal de Roraima (UFRR) R\$ 150 mil para a construção da estrutura física do Núcleo Inskiran, responsável pela formação de professores indígenas. "Hoje o curso de Licenciatura Intercultural funciona em salas cedidas pelas outras faculdades, sem uma área administrativa própria", explicou Carlos Alberto de Souza, chefe de gabinete da reitoria da UFRR. A verba financiará a construção de uma estrutura de 185 metros quadrados de área, com dois banheiros e quatro salas. "A licitação ocorrerá em agosto, as obras devem começar em setembro e vão durar 120 dias", informou Gioconda Martínez, pró-reitora de Planejamento e Infra-Estrutura da Universidade. (*Radiobrás, 26/07/05*)

GOVERNADOR ENTREGA ESCOLA INDÍGENA

O governador Ottonar Pinto (PTB) entregou na manhã de ontem a conclusão da reforma e ampliação da Escola Estadual Índio Manoel Barbosa, no município de Pacaraima. Ao todo foram criadas três novas salas e uma videoteca. A escola atende a 128 alunos do ensino fundamental. O valor da obra foi de R\$ 214 mil. (*Folha de Boa Vista, 11/08/05*)

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA

Com cantos de boas vindas em várias línguas dos povos indígenas de Roraima, foi aberto hoje em Boa Vista, no auditório da UFRR, o VI Seminário de Educação Superior, onde alunos concluem mais uma etapa do Curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo Inskiran de

Formação Superior Indígena. Representantes da Funai e de organizações indígenas participaram da abertura do evento, destacando a nova fase da vida dos indígenas de Roraima, após a homologação da TI Raposa Serra do Sol. (*Funai, 24/08/05*)

PROFESSORES LANÇAM BOLETIM INFORMATIVO

Professores indígenas que estudam na Licenciatura Intercultural Indígena da UFRR lançaram o Informativo Inskiran. Trata-se do resultado de aulas práticas da área de concentração Comunicação e Artes do Curso. As produções do Jornal da Licenciatura Intercultural da UFRR são destinadas a indígenas e não indígenas, com textos em português e em línguas nativas. (*Folha de Boa Vista, 25/08/05*)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Especialistas em Educação Indígena e professores do Núcleo Indígena, da Secretaria de Educação, estarão visitando a Região do Tainano, no município de Alto Alegre, com objetivo de treinar mais de 60 professores do magistério indígena que atuam em 21 comunidades daquela região. As aulas estão sendo ministradas pelas professoras Maria Edna de Brito e Andréia Sousa Silva. Entre os temas abordados estão a metodologia do ensino de matemática para séries iniciais do Ensino Fundamental, metodologia de alfabetização em língua portuguesa e línguas indígenas e fundamentos conceituais e legais da Educação Escolar Indígena. (*Boa Vista News, 01/11/05*)

GERAL

PROJETO MACUXI É PREMIADO PELA FGV

O Projeto Anike', elaborado pela Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir), foi o segundo concorrente indígena ao Prêmio Gestão e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas. De cerca de 900 projetos apresentados em todo o País, Anike' ficou entre os 20 melhores e recebeu como incentivo a premiação de R\$ 6.000,00. A proposta do Projeto Anike' se refere à produção de material didático para as escolas indígenas do povo Macuxi. O conteúdo do material é todo baseado em textos da cultura Macuxi. (*Funai, 12/12/02*)

MAKUXI ALDO MOTA É ENCONTRADO MORTO...

O indígena Macuxi, Aldo da Silva Mota, da comunidade de Lage, desapareceu no dia 2 de

janeiro, depois de se dirigir à Fazenda Retiro, localizada na terra indígena Raposa/Serra do Sol, onde foi buscar um bezerro de sua propriedade. Nesta quinta-feira (09/01) o corpo do indígena foi encontrado enterrado numa cova rasa à 1.500 metros da sede da fazenda. A comunidade indígena suspeita que o crime tenha sido cometido por dois empregados da fazenda que estão foragidos. O proprietário da fazenda, Francisco das Chagas de Oliveira da Silva, é reconhecido como inimigo dos índios e responde judicialmente por tentativa de homicídio contra outro indígena Macuxi. (*Cimi, 09/01/03*)

... E SUSPEITOS SÃO LIBERADOS

No dia 20 de janeiro, o Juiz Federal, Helder Girão Barreto, da 2ª Vara Federal, Seção Judiciária de Roraima, ordenou a libertação de Robson Gomes Belo e Elizeu Samuel Martins, presos preventivamente por suspeita de participação no assassinato e ocultação de cadáver do Macuxi Aldo da Silva Mota. A decisão do Juiz causa revolta em todos os indígenas de Roraima e do Brasil pois favorece ainda mais a impunidade, pois a autoridade policial ao mesmo tempo sustenta que "(...) não haja prova da materialidade do homicídio", considera que "há indícios de que aquelas pessoas são as autoras do delito". (*Cimi, 21/01/03*)

IML DE BRASÍLIA LIBERA CORPO PARA SEPULTAMENTO

Depois de quatro meses, finalmente a família do índio Aldo da Silva Mota, assassinado na fazenda Retiro, pode sepultá-lo de acordo com as tradições indígenas. O corpo chegou de Brasília na madrugada de hoje, dia 03 de abril e está sendo velado na sede regional da Funai, em Boa Vista. Amanhã, será trasladado para a aldeia Willimon, onde acontecerá o enterro. (*CIR, 04/04/03*)

CRIANÇA MACUXI É FERIDA A BALA

O macuxi E.S, de apenas 12 anos foi baleado, na tarde desta quarta-feira, 7 de maio, por dois homens encapuzados dentro de sua própria comunidade, na terra indígena Aningal, região do Amajari. Para o tuxaua de Aningal, Osmundo Ribeiro Alves, o atentado contra as crianças parece um aviso de que, embora a TI Aningal seja demarcada e homologada, essa decisão tenha deixado ainda mágãos antigas em fazendeiros da região. O CIR, ao receber a denúncia fez uma representação junto a Superintendência da PF que se comprometeu de investigar o crime. (*CIR, 09/05/03*)

PF CONCLUI INQUÉRITO DO CASO ALDO MOTA

Após sete meses o inquérito policial foi concluído. Estava sendo conduzido pelo delegado Fabrício Argenta, que garantiu que os indícios apontam a autoria do crime aos funcionários Elizeu Samuel Martins e Roberson Belo Gomes, que trabalhavam como vaqueiros na fazenda que pertencia ao vereador Francisco das Chagas, conhecido como Chico Tripa. Segundo o delegado, não existem dúvidas sobre a responsabilidade dos dois vaqueiros na morte do índio. Os dois funcionários que vão responder a processo pela morte do indígena estão em liberdade. Se o Ministério Público achar melhor pedir a prisão preventiva, poderá fazê-lo a qualquer momento”, acrescentou Argenta. (Folha de Boa Vista, 15/07/03)

PARCERIAS TRAZEM BENEFÍCIOS

As 19 famílias Macuxi da comunidade do Truaru, na região do Taiano, em Alto Alegre, estão começando a colher os primeiros resultados positivos de uma parceria entre governo, entidades e comunidade indígena. Hoje já contam com oito hectares de milho, quatro hectares de feijão e mandioca, além de dois açudes com mais de 2 mil alevinos de tambaqui. A região foi visitada pelo secretário do Índio, Orlando de Oliveira Justino e pelo deputado estadual Titonho Beserra (PT), que foram conhecer o projeto. O tuxaua Almir Macuxi mostrou que com pouco recurso, incentivos do governo e parcerias é possível promover a auto-sustentabilidade dos índios. (Folha de Boa Vista, 19/08/03)

WAPIXANA

FUNAI VAI AMPLIAR TI ANARO

A nova investida da Funai para ampliar a TI Anaro, na região do Amajari, aumenta a afiliação dos produtores instalados nas proximidades da área. Sem informação oficial sobre a decisão, a Assembléia Legislativa deverá recorrer à Justiça. A notícia sobre a ampliação da reserva chegou ao conhecimento do Legislativo por produtores notificados pelo trabalho de identificação e delimitação da reserva. O documento, sem timbre da Funai ou assinatura de alguém, indica apenas a formação do Grupo Técnico, conforme a portaria 824, da presidência da Funai, datada de 11/10/01. As declarações são extra-oficiais. Desorientados, os produtores arriscam dizer que a nova área, na margem direita da BR-174 em direção a Paca-

raima, será a partir da ponte sobre o rio Uraricoera até a ponte sobre o rio Parimé. Supostamente, cerca de 100 mil hectares em área contígua à reserva de São Marcos. (Folha de Boa Vista, 22/11/01)

FAZENDEIROS IMPEDEM PASSAGEM DE ÍNDIOS

A notícia de que mais uma área está sendo avaliada para ser demarcada, a maloca Anaro, na região do Amajari, fez com que os fazendeiros daquela região colocassem cadeado na porteira que dá acesso à comunidade, onde moram 63 índios. A situação desconfortável está deixando os indígenas irritados. A comunidade recorreu à Justiça para tentar garantir o direito de ir e vir, mas a Justiça Federal negou a liminar. O único caminho de acesso às malocas é por dentro das fazendas. Agora eles são obrigados a buscar uma rota alternativa, o que é mais complicado porque não existe estrada. O local foi fechado no dia 10 deste mês e só é aberto para passar pessoas estranhas depois de um prévio interrogatório feito pelo fazendeiro Luís Teixeira, que mora no início da estrada. “Se for da Funai, não entra aqui”, afirmou enfático. (Folha de Boa Vista, 28/11/01)

SENADOR QUESTIONA AMPLIAÇÃO

O Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL) afirmou sábado que questionará a ampliação dos limites da TI Serra da Moça, caso o laudo antropológico do grupo de trabalho da Funai indique que parte ou toda a fazenda dele esteja incluída no parecer técnico. Segundo ele, aquela área já pertence a sua família há anos. O senador garante que naquela fazenda nunca morou índio nem existiu malocas. “Meu avô foi proprietário da fazenda. Ele vendeu para um outro proprietário, este vendeu para o meu pai, meu pai vendeu para um terceiro e eu comprei desse terceiro”, contou. (Folha de Boa Vista, 18/02/02)

LULA HOMOLOGA TI MOSKOW

O presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou na última sexta-feira (30/05/03) o decreto de homologação da TI Moskow, localizada no município de Bonfim. Com extensão de 14.202 hectares é destinada à posse permanente do povo indígena Wapichana cuja população, nessa TI, ultrapassa 310 indivíduos, conforme recenseamento realizado pela Funasa em 1999. Localizada em uma parte de faixa de fronteira do Brasil com a República Cooperativista de Guiana e também sob um trecho do projeto

Calha Norte, sua homologação era um dos alvos de uma campanha lançada em meados de janeiro deste ano e promovida por dezenas de organizações indígenas – como a Coiab e a Foirn e por organizações de apoio, entre as quais o ISA. A campanha reivindicava ainda a homologação de mais outras 22 TIs. (Marcos Pereira Rufino, CIR e ISA, 02/06/03)

ÍNDIOS RETORNAM À ALDEIA APÓS 24 ANOS

No dia 10 de agosto, um grupo de 21 indígenas da aldeia Muriru, ultrapassou os limites impostos pela cerca da fazenda Itamarati, do deputado estadual Urzeni Rocha (PSL) e levantou acampamento nas terras tradicionais da comunidade, após 24 anos de expulsão e refúgio em Moskou, aldeia vizinha. As duas terras indígenas foram homologadas pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, no primeiro semestre de 2003. Na manhã nublada do último domingo, a comunidade avançou além do cercado e começou a construir uma maloca no mesmo local de onde fora retirada à força pelo “ex-proprietário” da fazenda Itamarati, conhecido por Zé Lima. De caminhão, todos foram levados para a aldeia Moskou, a 41 km de Muriru. (CIR, 13/08/03)

ÁRVORES FRUTÍFERAS

A comunidade indígena da Taba Lascada, que fica localizada a 35 km de Boa Vista, na região do Cantá, recebeu na manhã de ontem, a visita dos técnicos e do secretário estadual do Índio, Adriano Francisco Nascimento. Os indígenas comemoraram o Dia da Árvore e receberam a doação de 150 mudas de árvores frutíferas. O Departamento de Apoio à Produção Indígena realizou palestras educativas sobre meio ambiente, preservação ambiental e a importância da queimada controlada, para as crianças, jovens e adultos da comunidade de etnia wapixana. Para o secretário, as crianças e jovens devem saber dos riscos da degradação da natureza e a palestra veio esclarecer aos mais jovens a importância da preservação ambiental. (Folha de Boa Vista, 22/09/05)

Hyskaryana
Waimiri Atroari
Yanomami
Yekuana
Isolados

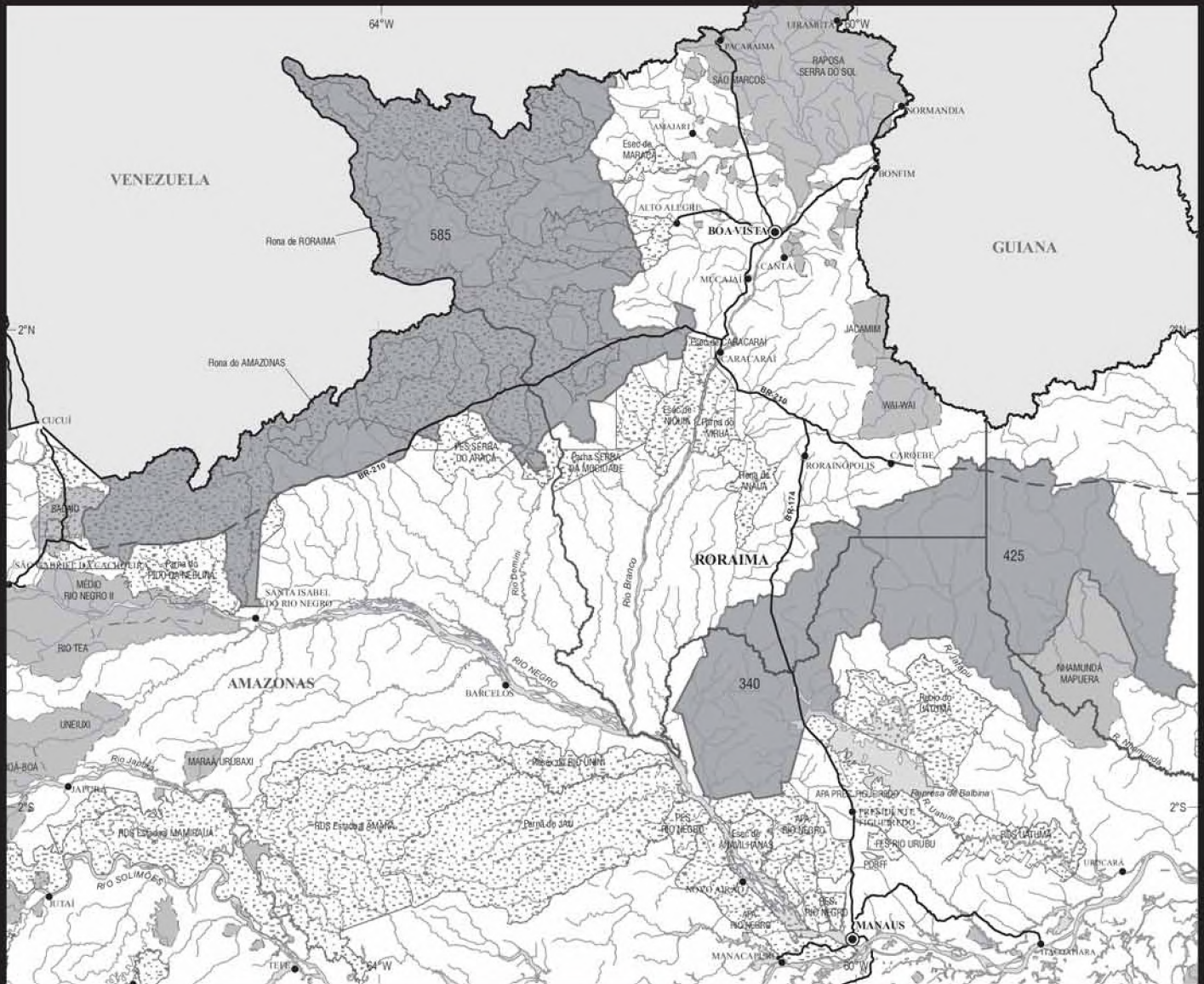


2.2.

Roraima Mata



2.2 RORAIMA MATA



- rodovia implantada
- - rodovia planejada
- capitais
- sede de município
- núcleo urbano
- ▨ Unidade de Conservação
- ▨ Reserva Garimpeira

TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

- com mais de 1.000 ha
- ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

apresentada em outro capítulo

- com mais de 1.000 ha
- com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

60 km

RORAIMA MATA
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
425	Trombetas/Mapuera	Hixkaryána Katuena Waiwai Waiwai Karafawyana Waiwai Mawayana Waiwai Xerewyana	500 - Relatório do GT: 2002	Declarada. Portaria 1.806 de 16/09/2005 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina a demarcação administrativa pela Funai.	3.970.420	Caroebe Faro Nhamundá Oriximiná São João da Baliza Uruará	RR PA AM PA RR AM
340	Waimiri-Atroari	Waimiri Atroari Isolados	1.120 - PWA: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 97.837 de 16/06/1989 homologa a demarcação. Ficam excluídas a faixa de domínio da BR-174 e a área de inundação da UHE Balbina. Reg. CRI: município de Presidente Figueiredo, matr. 459, lv. 2-RG fl. 225 em 17/4/89; município de Novo Airão, matr. 765 lv. 2-B, fl. 368 em 17/6/89; município de São Luiz, matr. 211, lv. B-3RG, fl. 8 em 2/2/89; município de São João da Baliza, matr. 212 lv. B-3/RG fl. 8 em 3/2/89. Reg. SPU certidão nº 292 de 22/11/88.	2.585.910	Novo Airão Presidente Figueiredo Rorainópolis São João da Baliza São Luiz Uruará	AM AM RR RR RR AM
585	Yanomami	Yanomami Yekuana	15.686 - Funasa: 2005	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 25/05/1992 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de São Gabriel da Cachoeira (73.932 ha) matr. 1.209, lv. 2/7 fl. 43 em 10/10/92; município de Santa Isabel do Rio Negro (1.575.072 ha) matr. 102, lv. 2-B, fl. 37/49 em 16/11/92; município de Barcelos (2.223.302 ha) matr. 296 lv. 2-A1, fl. 113 em 15/09/92; município de Boa Vista (1.562.718 ha) matr. 12.687 lv. 2/RG fl. 01/08 em 24/06/92; município de Alto Alegre (1.942.082 ha) matr. 12.086 lv. 2-RG, fl. 01/02 em 24/6/92; município de Caracará (838.328 ha) matr. 2.185 lv. R-HRG, fl. 68 em 16/2/93; município de Mucajá (1.449.541 ha) matr. 552 lv. 2-B fl. 252/253 em 1/10/93. Ofícios ao SPU nºs. 113 e 114 em 11/08/93.	9.664.980	Alto Alegre Amajari Barcelos Caracará Iracema Mucajá Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira	RR RR AM RR RR RR AM AM

“Freezer Anthropology” e Bioética: o Caso do Sangue Yanomami

Bruce Albert

Antropólogo, pesquisador do IRD-MNHN (UR169)
e vice-presidente da CCPY

YANOMAMI EXIGEM A DEVOLUÇÃO DE AMOSTRAS DE SEU SANGUE E DNA, UTILIZADOS COMO OBJETO DE PESQUISAS SEM CONSENTIMENTO INFORMADO EM UNIVERSIDADES DOS ESTADOS UNIDOS E BRASIL

Em setembro de 2000, o editor W.W. Norton (Nova York) colocou em circulação as provas do livro de um jornalista, P. Tierney, com um título no mínimo sensacionalista: *Darkness in Eldorado: how Scientists and Journalists Devastated the Amazon (Trevas em Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia)*. A divulgação desse material entre um grupo de antropólogos americanos e sua subsequente publicação causaram imediatamente uma intensa polêmica internacional na internet e na imprensa; acontecimento sem precedente em se tratando de um livro sobre índios da Amazônia.

O livro de P. Tierney busca documentar os prejuízos causados aos Yanomami da Venezuela por diversas equipes de pesquisa (biomédicas e antropológicas) e reportagem que freqüentaram seu território desde a década de 1960. Os dados e depoimentos que ele apresenta (e por vezes interpreta em excesso) suscitaram, em razão da sua gravidade, uma intensa controvérsia nos meios antropológicos e biomédicos dos Estados Unidos, da Venezuela e do Brasil. Depois de cinco anos, apesar de ter saído da atenção da mídia, *Trevas em Eldorado* continua alimentando polêmicas virulentas na comunidade antropológica norteamericana (ver <http://www.publicanthropology.org/forum/index.php>).

Um dos pontos importantes do livro de Tierney foi ter revelado a permanência de milhares de amostras de sangue Yanomami num laboratório da Universidade Estadual da Pensilvânia (PSU) nos Estados Unidos, coletadas nas décadas de 1960 e 1970, na Venezuela e no Brasil, durante expedições de pesquisa do geneticista norte-americano J.V. Neel. Informados da conservação, por mais de 30 anos, do sangue de seus parentes mortos em congeladores

universitários, os Yanomami do Brasil ficaram extremamente chocados. De fato, essa estocagem, mantida secretamente até a revelação de Tierney, constitui, para eles, uma afronta cultural gravíssima já que seus ritos funerários impõem a destruição de qualquer rastro/resto (*onoké*) físico e social dos mortos.

Entre os Yanomami que doaram sangue às equipes de J. Neel, está o líder yanomami Davi Kopenawa e sua família. Essa coleta aconteceu no ano de 1967, na região do rio Toototobi. Em 11 de novembro de 2002, Davi enviou uma carta à Procuradoria Geral da República para expressar a revolta do seu povo e reivindicar oficialmente a repatriação dessas amostras de sangue:

“(...) falei com meu povo Yanomami de Toototobi onde os americanos tiraram o sangue. Os velhos falaram que estão com raiva porque esse sangue dos mortos está guardado por gente de longe. Nosso costume é chorar os mortos, queimar os corpos e destruir tudo que usaram e plantaram. Não pode sobrar nada, senão o povo fica com raiva e o pensamento não fica tranquilo. Os americanos, esses não respeitam nosso costume. Por isso, queremos de volta nossos vidros de sangue e tudo o que tiraram de nosso sangue para estudar.”

Assim, um assunto relativamente menor do livro de Tierney – a questão dos métodos de coleta, conservação e uso atual dessas amostras – passou a constituir, a partir do protesto yanomami, um eixo central do debate bioético sobre as pesquisas genéticas de J.V. Neel.

UM CONSENTIMENTO DESINFORMADO

Em um artigo de 2001, R. Hames revelou detalhes interessantes sobre os métodos de N.A. Chagnon, antropólogo colaborador de J.V. Neel, para “explicar” aos Yanomami os objetivos da coleta de sangue da equipe a fim de obter seu consentimento informado:

“Em primeiro lugar é obvio que os Yanomami deram seu sangue em troca de mercadorias de maneira voluntária (...). Liguei para

N. Chagnon e perguntei para ele o que ele diz aos Yanomami em relação à coleta de sangue. Ele me respondeu que um ano antes da chegada do Neel e durante a fase de coleta ele falou aos Yanomami em todas as aldeias nas quais a coleta deveria ser realizada que a equipe do Neel queria examinar seu sangue a fim de determinar se apresentava índice de certas doenças, especialmente de xawara (doença contagiosa), e que esse conhecimento ajudaria a curá-los mais eficazmente.”

J. Hill, membro da “task force” da Associação Americana de Antropologia (AAA), nomeada para avaliar as acusações do livro de Tierney, recolheu outro relevante depoimento do lingüista E.C. Migliazza, especialista das línguas yanomami e igualmente membro da equipe de J.V. Neel na época:

“Migliazza declarou que em cada aldeia foi dito aos Yanomami que o projeto ia buscar doenças presentes no seu sangue (...) Ele observou que os Yanomami eram acostumados a exames de sangue porque agentes de saúde Yé´kwana [grupo Caribe vizinho dos Yanomami] visitavam regularmente suas aldeias para diagnóstico e tratamento de malária (...) Migliazza pensa que os Yanomami acharam as mercadorias ofertadas pela expedição [de Neel] extraordinariamente atrativas. Neel tinha consultado os missionários sobre o tipo e o montante da retribuição apropriada e seguia suas recomendações dando, a título de compensação, terçados, machados, panelas e outras mercadorias.”

Esses depoimentos deixam perfeitamente evidente o fato de que as coletas de amostras sanguíneas dos Yanomami realizadas desde os anos 60 pela equipe de J.V. Neel foram conduzidas na forma de trocas por mercadorias. Confirma-se, portanto, o testemunho de Davi Kopenawa recolhido por J. Chernela (também membro da “task force” da AAA): “*Ele colocou uma agulha em nosso braço e o sangue correu. Pagou a gente com mercadorias – terçados, anzóis, facas (...)*”. Além disso, é igualmente claro que as promessas de benefícios médicos feitas aos Yanomami em contrapartida da coleta de amostras de seu sangue constituíram uma falácia deliberada, já que, como o declarou um notório geneticista detentor dessas amostras na Universidade da Pensilvânia, K. Weiss, numa conferência sobre o assunto na Universidade de Cornell, em abril de 2003: “*Seria enganoso sugerir que é provável que benefícios sanitários maiores ou imediatos possam resultar do estudo dessas amostras*”.

Troca de sangue por mercadoria e falsas promessas médicas constituem obviamente um grave desvirtuamento do consentimento prévio informado em pesquisas biomédicas; princípio já firmemente estabelecido desde 1947 pelo Código de Nuremberg e pela Declaração de Helsinki da Associação médica mundial em 1964, bem antes do início das expedições de J.V. Neel entre os Yanomami da Venezuela e do Brasil (1967-68). Portanto, não se trata aqui de avaliar retrospectivamente as práticas de J.V. Neel e seus colaboradores à luz de normas bioéticas promulgadas recentemente. Além disso, tais práticas, visando a obtenção de um “con-

sentimento desinformado” por parte de membros de povos indígenas, parecem ter vigorado sem questionamento ao longo dos anos de 1970, não somente entre os Yanomami, mas também entre vários outros grupos no Brasil (Kraho, Kayapo-Gorotire, Makuxi e Wapixana em 1974; Tikuna, Baniwa e Kanamari em 1976). Até mesmo em 1995, o antropólogo N.A. Chagnon, à revelia de um repórter da *Véja* que o acompanhava, tentou coletar amostras de sangue entre os Yanomami, sendo expulso da TI pela Funai. Esse mesmo antropólogo havia, ainda, participado, em 1992, na Venezuela, de pesquisas da escola de medicina da Universidade John Hopkins sobre o metabolismo tireóideo de um grupo de Yanomami isolados ao qual se administrou iodo-131 radioativo, novamente com total falta de ética e desprezo com o princípio de consentimento prévio informado (no caso, um mero “*consentimento verbal obtido através de um intérprete falando fluentemente a língua Yanomamö*”).

ANTIGAS AMOSTRAS, NOVAS PESQUISAS

Além do “consentimento desinformado” obtido dos Yanomami com mercadorias e falácias médicas no processo de coleta do seu sangue, a conservação e uso recente dessas amostras de sangue em vários laboratórios de pesquisa abrem novas e importantes questões bioéticas.

Assim, nos anos de 1990, as amostras de sangue yanomami coletadas nas décadas de 1960 e 1970 – rotuladas de “*archival anthropological samples*” – foram reprocessadas com novas técnicas de laboratório (reação em cadeia da polimerase-PCR) que permitiram a extração e a reprodução ao infinito de fragmentos de DNA a partir de glóbulos brancos remanescentes. Esse material genético foi utilizado posteriormente em diversas pesquisas, que D. A. Merriwether, geneticista detentor de material biológico yanomami na Universidade americana de SUNY-Binghamton, designa pela interessante expressão de “*freezer anthropology*”.

A estocagem de amostras de sangue Yanomami durante décadas e seu uso para a produção de material genético destinado a novas pesquisas foram conduzidos sem que os interessados tenham sido minimamente informados desses procedimentos. Essas manipulações de material biológico afetam, assim, não somente parentes de doadores falecidos, mas, também, adultos que doaram sangue quando crianças. Apesar disso, os geneticistas não tiveram o menor questionamento relativo à dimensão bioética de suas iniciativas.

Esses fatos colocam em evidência, uma vez mais, o desrespeito do direito dos Yanomami ao princípio do consentimento prévio informado, à medida que foram, novamente, colocados na posição de objeto de pesquisas biomédicas sobre as quais não tiveram explicações e para as quais não foi pedida sua autorização. No momento da coleta de sangue, nenhuma informação foi fornecida aos doadores sobre o destino das amostras, suas con-

dições de estocagem e uso. Posteriormente, nenhum procedimento para a obtenção de consentimento prévio foi efetuado a fim de que pudessem ser legitimamente realizados o reprocessamento dessas amostras e novas pesquisas sobre o DNA extraído e replicado a partir delas.

Os geneticistas responsáveis assumiram assim, sem se questionar, que o (suposto) consentimento obtido inicialmente continuaria a ser válido porque as suas novas pesquisas só “*aplicam novas tecnologias à questões similares em natureza e objetivos com o que já tinha sido realizado*” (K. Weiss). No entanto, tal posição é obviamente insustentável uma vez que não seria razoável considerar que o “consentimento” que os Yanomami deram em 1968 contemplaria o uso que seria feito de seu DNA na

década de 2000. As atuais possibilidades técnicas de resgate e replicação de DNA a partir de antigas amostras de sangue abrem, assim, novos e importantes questionamentos éticos sobre as condições de obtenção de consentimento prévio informado, o qual não pode continuar a ser considerado como um “contrato” estático e definitivo, mas, ao contrário, como um dispositivo processual de renegociação concomitante à evolução das tecnologias e pesquisas.

Além disso, os estudos de genética das populações, outrora baseados principalmente sobre a correlação das frequências de certos marcadores sanguíneos, trabalham hoje diretamente sobre material genético, podendo abrir a possibilidade de um uso comercial das seqüências de DNA extraídas e indefinidamente

MPF EM RORAIMA TRABALHA PARA A RECUPERAÇÃO DE AMOSTRAS DE SANGUE

Em 2000, com vista nas diversas denúncias contidas no livro Trevas no Eldorado, do jornalista norte-americano Patrick Tierney, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) instaurou um Procedimento Administrativo para apurar possíveis crimes cometidos contra o povo Yanomami. Em meio à controvérsia causada pelo jornalista, líderes Yanomami brasileiros solicitaram ao MPF que tomasse providências no sentido de localizar e recuperar essas amostras. Em março de 2002, com base em informações fornecidas pela Comissão Pró-Yanomami, a 6ª Câmara questionou a Pennsylvania State University e a University of Michigan quanto à existência de sangue yanomami sob sua guarda. Somente a primeira respondeu, confirmando possuir as amostras. Em 2003, a 6ª Câmara pediu colaboração ao Ministério das Relações Exteriores e à Advocacia-Geral da União, mas sequer recebeu resposta.

Em abril de 2005, o Procedimento Administrativo foi encaminhado ao MPF em Roraima. Desde então, passamos a trabalhar sem cessar no caso. Com a intenção de não só restituir esse material aos Yanomami, mas também de esclarecer em que contexto ele foi obtido e como foi utilizado, nós tomamos os depoimentos dos geneticistas que coordenaram as expedições em que ocorreram as coletas de sangue nas décadas de 60 e 70: Dr. Francisco Mauro Salzano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Dr. Manuel Ayres, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Também requisitamos à Funai cópias de todas as solicitações e as autorizações concedidas para pesquisas que envolviam coleta de sangue dos Yanomami.

A primeira solicitação, de 1970, é assinada pelo Dr. Ayres e informa que a pesquisa proposta seria parte de um “estudo global” já iniciado pelo Dr. Salzano e pelo Dr. James Neel (University of Michigan), e envolveria coletas de sangue nos Rios Catrimani, Mucajá, Uraricaá e na “vila” Toototobi ou Surucucu, para posterior envio das amostras para Belém do Pará e Ann Arbor. Informava, ainda, que o Dr. Neel já havia realizado pesquisas entre os Yanomami em 1967, com colaboração do Dr. Ayres. Em 1972, o Dr. Ayres informou que a expedição não tinha sido realizada e pediu renovação da licença. O pedido foi atendido e a expedição é realizada em julho e agosto daquele ano. Em 1974, o Dr. Salzano solicitou autorização para nova coleta de sangue e saliva dos Yanomami. Na solicitação, informou que parte do material coletado seria enviado

aos Estados Unidos. A solicitação foi atendida e a Funai autorizou o ingresso do Dr. Salzano e do Dr. Neel em aldeias yanomami.

Em julho, enviamos ofícios detalhados a treze reitores e diretores de departamento de dez instituições nos EUA: Pennsylvania State University, Binghamton University, Emory University, National Cancer Institute, University of California, Ohio State University, Louisiana State University, University of Pittsburgh, John Hopkins University e University of Michigan. Até o momento, apenas quatro responderam. O National Cancer Institute e a University of California afirmaram não possuir tais amostras. A Binghamton University confirmou possuir as amostras e a Pennsylvania State University (que acreditamos ser a que detém a maior parte do material) já se dispôs a negociar sua devolução. Ainda estamos aguardando a respostas das outras seis universidades.

Também estendemos a investigação ao Brasil, onde oficiamos a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e a UFPA. Ambas forneceram as informações requisitadas, sendo que só a UFPA ainda possui material yanomami e também já se dispôs a devolvê-lo.¹ Esse material foi coletado em 1990 no âmbito de uma missão de saúde que oficialmente não previa tal procedimento.

No momento, nosso trabalho está na fase de inquérito civil, que precede, e, muitas vezes, substitui a propositura de ações judiciais, nos casos em que os interesses dos povos indígenas são atendidos espontaneamente. É importante destacar que estamos fazendo essas solicitações em nome do povo Yanomami, pois entendemos que um direito coletivo, como o de realizar seus ritos tradicionais, foi violado.

Os autos já têm quase 500 páginas de documentos e artigos, mais anexos com relatórios e livros. Apesar de haver outros povos em situação similar, não temos conhecimento de algum que tenha conseguido reaver seu material genético. Por isso, o caso dos Yanomami está prestes a se tornar um exemplo que terá repercussão internacional. (Jankiel de Campos, antropólogo do MPF-RR)

NOTA

¹ Dia 28/03/2006 o MPF em Roraima recebeu o material genético de 90 Yanomami que tiveram seu sangue coletado por professores da Universidade Federal do Pará em 1990.

replicadas. Mesmo que não seja o caso dos Yanomami, uma preocupação nesse sentido não seria totalmente descabida, se for levado em conta o número de amostras e as técnicas rápidas de replicação das seqüências de DNA utilizadas pelas instituições onde as amostras de sangue desse povo estão estocadas.

O fato é que a circulação de material genético de povos indígenas da Amazônia parece ser uma prática comum entre laboratórios internacionais, inclusive sob formas comerciais. A circulação desse material não é submetida a nenhum procedimento de consentimento prévio informado dos interessados, nem, aparentemente, a qualquer tipo de controle bioético: o trânsito internacional de material genético do circuito de laboratórios universitários para o circuito de instituições governamentais e desse para as empresas farmacêuticas parece efetuar-se sem maiores obstáculos.

Um caso conhecido de circulação sem controle do DNA de povos indígenas é o dos índios Karitiana e Suruí, de Rondônia. Uma equipe da Universidade de *Yale* depositou, no início dos anos de 1990, amostras de DNA de membros das duas etnias no *Coriell Institute for Medical Research*, associado ao *National Institutes of General Medical Sciences* (NIGMS) e ao *National Human Genome Research Institute* (NHGRI). Desde 1996, as amostras de DNA dos Karitiana e Suruí estão à venda pela Internet, no site <http://locus.umdj.edu/nigms/cells/humdiv.html>.

Outro caso é dos Kayapó, que têm amostras sangüíneas e material genético usados para estudos sobre o retrovírus HTLV-II por pesquisadores de diversas instituições americanas (como o *Center for Disease Control* de Atlanta), brasileiras (Universidade do Pará) e japonesas (Universidade de Kagoshima). Finalmente, os Tikuna, cujo sangue foi coletado em 1976 por uma equipe de J. Neel, têm igualmente seqüências de DNA circulando até hoje em diversas instituições de pesquisa na Europa, Estados Unidos e América do Sul e, em 1997, eram até mesmo usadas na divisão *Roche Molecular Systems* do laboratório farmacêutico suíço Hoffman-La Roche.

QUESTÃO DE ÉTICA

As questões bioéticas levantadas por essas novas pesquisas de antigas amostras de sangue ultrapassam claramente a noção clássica de consentimento prévio informado. No entanto, os pesquisadores envolvidos não parecem ter, até hoje, se preocupado minimamente com os problemas éticos levantados pela evolução de suas pesquisas. Tudo se passa, ao contrário, como se a mais avançada biologia molecular tivesse permanecido congelada, tal como suas amostras de sangue, numa visão etnocêntrica e paternalista dos povos indígenas que remonta ao cientificismo rudimentar dos anos de 1960.

As falhas éticas nos métodos de coleta de amostras de sangue de J.V. Neel, bem como a ausência de reflexão ética de seus sucessores em relação à extração e replicação de DNA a partir delas, fundamentaram-se num pressuposto idêntico: a dificuldade de explicar a natureza e os objetivos dessas pesquisas aos povos indígenas permitiria reduzir o direito desses povos ao pleno princípio de consentimento prévio informado. Assim, um renomado geneticista, ex-colaborador de J. Neel no Brasil, sustentava ainda recentemente que a aplicação desse princípio a grupos como os Yanomami deveria ser “relativo”, acrescentando: “*Como você vai ter um consentimento esclarecido com um grupo que nunca teve acesso à ciência?*” (*Folha de S. Paulo*, 04/10/04, página A11).

Tal pressuposto revela-se particularmente inquietante porque subentende que o critério da presença ou a falta de um território comum de comunicação cultural (associada a uma condição de minoria) pode ser legitimamente invocado para reduzir, ou mesmo suspender, o direito de um povo ao princípio fundamental da bioética desde o Código de Nuremberg (1947). Esta é a mesma lógica que torna supostamente aceitável a realização de experimentos médicos em animais, excluindo-os da comunidade moral e da “igualdade de justiça” em função de sua incapacidade de expressar seus próprios interesses. (*março, 2006*)

A CCOPY (www.proyanomami.org.br) apóia desde 2001 a campanha dos Yanomami do Brasil para a repatriação das amostras de sangue e material genético dos seus membros e, com essa finalidade, assessora, no Brasil, a ação da Procuradoria Geral da República (Brasília e Roraima) bem como, nos Estados Unidos, a campanha da ONG Public Anthropology (www.publicanthropology.org).

O Retorno do Caos

Rogório Duarte do Patoo

Antropólogo, pesquisador do NHI/USP e Instituto Socioambiental

CENTENAS DE GARIMPEIROS SE APROVEITAM DA MOROSIDADE E DA DESARTICULAÇÃO DO PODER PÚBLICO E VOLTAM A INVADIR A TI YANOMAMI

No dia 9 de dezembro de 2002, os Yanomami do Paapiu, uma das regiões mais atingidas pela corrida do ouro que levou milhares de garimpeiros ao interior de seu território no final da década de 1980, escreveram em uma carta dirigida à Funai:

“No dia 1 de agosto de 2002, um avião de garimpeiros desceu, às 7 horas da manhã. No dia 2 outro avião desceu, às 8 horas. No dia 4, outro avião desceu, às 10 horas. No dia 5, outro avião, às 9 horas. No dia 11, outro avião, às 6 horas. No dia 12, outro avião, às 12 horas. No dia 14 o avião desceu às 9 horas. No dia 15 às 8 horas. No dia 16 desceu às 4 horas da tarde. No dia 18 às 3 horas. No dia 19 desceu às 8 horas”.¹

O controle dos pousos e decolagens testemunhados pelos Yanomami em uma pista conhecida como “Rangel”, nas proximidades do rio Couto de Magalhães (RR), engrossa uma longa lista de denúncias, cartas e solicitações encaminhadas aos órgãos competentes na esperança de barrar mais uma invasão maciça de garimpeiros que vêm reocupando antigas grotas de exploração do ouro.

Aterrorizados pela perspectiva de novamente sucumbirem ao impacto devastador provocado pela proliferação de epidemias, à degradação ambiental, à violência, ao abuso de suas mulheres e à fome, lideranças Yanomami tomaram a frente no processo de fiscalização de seu território – decorrência direta da conscientização política e da capacitação continuada realizada nos últimos anos. Infelizmente, no entanto, seus apelos não encontram guarida nos corredores da burocracia. Desde esse período, as ações dos órgãos competentes limitaram-se a sobrevôos de reconhecimento, declarações difusas e poucos resultados práticos.

A partir de meados de 2004, mudanças na política de atendimento à saúde indígena provocaram o desmonte da rede de comunicação concretizada pela instalação de aparelhos de rádio

nas aldeias, limitando assim a capacidade de comunicação e vigilância territorial dos Yanomami. Como era esperado, o relaxamento da fiscalização do tráfego aéreo e o sucateamento da estrutura em área potencializaram as oportunidades para os invasores.

Incentivados por uma nova tendência de aumento nas cotações do ouro no mercado internacional (cerca de 550 dólares a onça na *London Bullion Market* em janeiro de 2006 – a maior cotação desde 1981), os garimpeiros embrenham-se na mata em busca de novos veios para a extração do minério.

Dia 23 de novembro de 2005, 52 Yanomami do Haxiu, uma aldeia localizada a cerca de 20 km de distância do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) do Exército Brasileiro, prenderam três garimpeiros que perambulavam por sua região. Eram exploradores em busca de novos sítios para a exploração do ouro, indicação clara da expansão das atividades de exploração ilegal do minério no interior da TI Yanomami. A situação torna-se ainda mais grave se considerarmos o recente fechamento de diversos pólos de atendimento no coração da área, dentre eles o Pólo Base de Homoxi, no Alto Rio Mucajaí, um dos centros da invasão da década de 1980. O abandono dessas unidades de saúde, além de provocar a degradação do patrimônio público, facilita o desenvolvimento de ações ilícitas no interior da área indígena.

Pressionada por índios e organizações indigenistas de apoio, a Administração Executiva Regional da Funai, em Roraima, declarou ao *Jornal Folha de Boa Vista* em 02/12/2005 que uma nova operação de retirada seria deflagrada até o final de dezembro do mesmo ano. Mais uma vez, no entanto, as ações não foram além de reuniões com representantes do Ibama e da Polícia Federal e alguns sobrevôos de admoestação, nos quais panfletos sugerindo aos garimpeiros que saíssem voluntariamente da área foram lançados sobre os acampamentos, reproduzindo mais uma vez as primeiras fases de um modelo de desintrusão que remonta ao fim do governo Sarney. Apenas em abril de 2006 é que ações pontuais foram realizadas. Cerca de 15 garimpeiros foram retirados, mas devido à falta de produtos que caracterizassem a realização de garimpagem ilegal, foram liberados pela justiça logo após prestarem depoimento.

No início da década de 1990, a “Operação Selva Livre” mobilizou um grande contingente do Exército, da Polícia Federal, Ibama e Funai para explodir, em uma ação classificada pela imprensa da época como “blefe” ou “pirotecnia”, dezenas de pistas clandestinas que serviam de base para as atividades de garimpo. De fato, apenas um mês após as explosões (executadas no governo Collor), grande parte das pistas destruídas já havia sido reconstruída pelos garimpeiros. Em julho de 1991, a retirada dos invasores foi reiniciada, mas em meados de 1992 a área permanecia ocupada por garimpeiros.



JOSE CRUZ/TELEFOTO RADIOBRÁS

Surucucus: explosão da pista de pouso do garimpo “Baiano Formiga”, a maior da região, na década de 90.

PLANO DE DEFESA AÉREA, INFELIZMENTE ABANDONADO

No dia 25 de fevereiro de 1993, a terceira edição da Operação Selva Livre foi concretizada nos mesmos moldes. Após três meses de trabalho, as equipes da Funai e da PF retiraram cerca de 3.850 garimpeiros da TI Yanomami, dos quais mais de 2.400 saíram “voluntariamente”. Nessa versão da operação, a destruição de equipamentos e mantimentos dos invasores teve maior impacto sobre sua estrutura de trabalho. Mais uma vez, no entanto, a descontinuidade nos procedimentos de vigilância e a falta de vontade política permitiram a reinvasão da área. Em outubro de 1996, a Funai anuncia mais uma ação para conter a entrada dos garimpeiros, que já operavam em mais de 30 pistas clandestinas. A então batizada “Operação Yanomami” foi efetivada com um ano de atraso, mais uma vez emperrada pela falta de recursos. Nessa nova fase, a ação teve resultados mais efetivos, pois foi acompanhada pelo Plano de Defesa Aérea Yanomami, que incluía o recadastramento de todas as aeronaves em operação no Estado, a intensificação da fiscalização sobre os vôos clandestinos, a desativação de postos de combustível não regularizados, e a fiscalização permanente das distribuidoras de combustível para aviação (Shell e Petrobrás) e das pistas de pouso próximas a Boa Vista. Esse conjunto de procedimentos, realizados fora da área indígena, se mostrou mais eficaz que as tentativas anteriores, que envolviam uma verdadeira indústria de diárias, gastos astronômicos com horas de vôo e intermináveis negociações entre os órgãos participantes. Com o controle rígido das vias de acesso aos garimpos, a falta de mantimentos e combustível para as máquinas tornou inviável a presença dos invasores, potencializando a eficiência da operação de retirada e economizando recursos públicos.

Infelizmente, o Plano de Defesa Aérea foi sendo paulatinamente abandonado. Os garimpeiros e seus apoiadores, acompanhando de perto as ações dos órgãos de fiscalização, voltaram a invadir a

área, trazendo consigo as mazelas que permanecem ceifando vidas e levando sofrimento aos Yanomami. A localização das pistas clandestinas e as vias de acesso à área são de conhecimento de todos, e um rápido trabalho de inteligência seria suficiente para identificar e punir os patrocinadores das ações ilegais. A estrutura de vigilância disponível com a implementação do projeto Sivam, que garante a detecção de aviões ilegais por meio de radares móveis instalados a bordo de aeronaves Embraer RJ-145, deveria permitir, como consta em seu website: “a detecção de aeronaves voando a baixa altura, com precisão e confiança necessárias ao suporte de ações repressivas, atendendo aos objetivos de segurança de nosso espaço aéreo”.

Se somarmos a experiência histórica do Plano de Defesa Aérea Yanomami e os recursos do projeto Sivam à proximidade entre os invasores e os Pelotões Especiais de Fronteira do Exército, e à popularização do acesso a imagens de satélite, a ineficácia dos órgãos públicos responsáveis pela garantia dos direitos dos Yanomami torna-se ainda mais injustificável.

Enquanto isso, os garimpeiros avançam sobre a floresta, distribuindo armas de fogo e transmitindo doenças aos Yanomami, provocando a desestruturação social e a degradação da situação sanitária nas aldeias.

ARMAS DE FOGO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS

Dentre os inúmeros problemas sociais, sanitários e ecológicos provocados pela presença ilegal de garimpeiros no interior da TI Yanomami, a introdução indiscriminada de armas de fogo e munição entre as comunidades indígenas configura-se, atualmente, um dos mais graves. Inseridas em um extenso circuito de trocas, essas armas são incorporadas às redes de relações sociopolíticas. Sua proliferação potencializa a letalidade dos con-

flitos intercomunitários característicos de algumas regiões, provocando um preocupante aumento na taxa de mortalidade.

Entre os Yanomami, toda agressão é inserida em um rígido conjunto de códigos de formalização da violência, e cada morte produz a necessidade da vingança. Normalmente o arcabouço simbólico imbricado nas relações de agressão é acessado e manipulado de maneira criativa, fazendo com que poucas mortes – sejam elas decorrentes de ataques efetivos ou acusações de feitiçaria – fomentem alianças, reides e festivais funerários intercomunitários durante anos. Sem as armas de fogo, as relações de antagonismo entre as diferentes comunidades tendem a obedecer a um ciclo de desenvolvimento que se inicia com o distanciamento entre comunidades que são ligadas de maneira frágil, passando à instauração das hostilidades em decorrência de alguma morte (muitas vezes acidental), seguida por um ciclo de reides de vingança. Com o passar do tempo, as dificuldades decorrentes da ameaça de ataques constantes e o enfraquecimento da raiva contra os inimigos faz com que as comunidades em conflito tendam a se reaproximar, deixando paulatinamente de lado as diferenças e retomando as relações de aliança.

A potencialização da letalidade dos ataques, decorrente do aumento da oferta de espingardas e cartuchos, no entanto, faz com que as agressões fujam ao controle dos próprios Yanomami. Grupos inimigos tornam-se reféns de incessantes ciclos de vingança, intensificados pela produção de um número de vítimas muito maior em relação ao período no qual apenas flechas, além dos mecanismos de agressão xamânica e feitiçaria guerreira, eram utilizados.

Até meados da década de 1990, a violência e as epidemias levadas pelos exploradores de ouro afligiam a todos. Os Yanomami, na maioria das vezes, inseriam os invasores em sua lógica, interpretando as mortes causadas pelas doenças como fruto de feitiçaria dos garimpeiros ou de grupos inimigos. Cada parente morto tinha como conseqüência a eliminação de um membro do grupo identificado como agressor, aumentando ainda mais a dramaticidade da tragédia que ocorria na região.

Com a expulsão da maioria dos invasores e a substituição das grandes grotas de garimpagem por pequenos núcleos – trabalhados muitas vezes por uma ou duas dezenas de homens –, um relacionamento mais duradouro e estável entre algumas comunidades Yanomami e seus “vizinhos brancos” surgiu nas margens dos pequenos igarapés, trazendo consigo outros tipos de problemas à população indígena.

Aprendendo a língua nativa, plantando roças e casando-se com mulheres Yanomami, alguns garimpeiros foram inseridos no universo pautado pelas relações de parentesco. Tornaram-se genros poderosos, e, mediante a adaptação de seus interesses aos costumes locais, conseguiram cooptar lideranças que viabilizaram a continuidade das atividades ilegais de garimpagem no entorno de suas aldeias. O fornecimento de bens industrializa-

dos foi adaptado ao serviço da noiva. No lugar de plantar roças e caçar para o sogro, o garimpeiro disponibiliza alimentos e ferramentas. A obrigação de dar apoio ao grupo de origem da esposa em situações de conflito, por sua vez, transfigura-se no fornecimento sistemático das armas que garantem a sustentação da comunidade em meio a uma vizinhança repleta de inimigos.

Na região conhecida como *Potomatha*, localizada ao norte da Serra das Surucucus (RR) e habitada pelas comunidades *Yawaratha*, *Yarima* e *Parimasí*, cerca de 20 garimpeiros distribuem armas e munição em grande quantidade, alimentando com espingardas e cartuchos uma extensa rede de trocas que abrange outros conjuntos populacionais aliados.

Mesmo tendo a maior taxa de mortalidade entre as sub-regiões de Surucucus durante o ápice da invasão dos garimpeiros – cerca de 60% de 1987 a 1990² – parte da população do Potomatha dá apoio à sua permanência. Cercados por inimigos, são impossibilitados de aproximar-se dos postos de saúde,³ Funai e Exército, apoiando-se no garimpo como única forma de acesso às ferramentas, alimentos, armas e munição.

Diversas fontes mencionam a convivência de um garimpeiro conhecido como Chico, de cerca de 40 anos, com os habitantes do *Yarima*. Estabelecido na região por volta de 1997, Chico é “casado” com uma jovem de 14 anos, filha do principal líder da comunidade, sobre o qual exerce uma forte influência. Instalado às margens de um igarapé chamado *Porai u*, o garimpo chefiado por Chico conta com o apoio da pista Quincas Bonfim,⁴ localizada na região do Parahuri, onde chegam – por meio de aeronaves clandestinas – alimentos, equipamentos e armas. Os bens recebidos pelos garimpeiros são utilizados no aliciamento dos Yanomami que, privados de fontes alternativas, acabam apoiando a presença dos invasores e evitando, mediante ações agressivas, a presença de não-índios contrários ao garimpo em sua comunidade.⁵

Os habitantes do *Yarima* também mantêm roças na região para o abastecer do garimpo. Em 2001, a Funai realizou uma operação de desarmamento, na qual retirou – mediante a troca por ferramentas e outros objetos – cerca de 10 espingardas das mãos dos Yanomami. Quatro índios adultos acompanhados de seus filhos trabalhavam nesse garimpo, que foi temporariamente desativado. No ano seguinte, no entanto, um novo levantamento da Funai detectou a presença de vários acampamentos e sinais claros da reativação das atividades de mineração, que permitiram o reabastecimento dos Yanomami da região com cerca de uma dúzia de novas espingardas.⁶

Na região do Parafuri, uma situação semelhante envolve os garimpeiros instalados em uma gruta denominada *Garimpo Pacas* e os Yanomami da comunidade *Xaruna*, ao lado da qual foi observada a presença de um barraco de lona azul.

As armas conseguidas pelos habitantes do *Potomatha* nos garimpos Pacas e Quincas Bonfim são utilizadas por eles nos reides

contra seus inimigos ao sul – *Aykam*, *Mayepou* e *Roko theri* – e entram no circuito de troca com seus principais aliados, os *Moxahi theri*. Estes, por sua vez, além de apoiarem as investidas dos guerreiros do *Potomatha* contra o grupo de aliados dos *Aykam*, utilizam as espingardas contra os *Kataroa* e *Komomasipi theri*, inimigos localizados a oeste de seu próprio território. Para tanto, aliaram-se também a grupos do *Parafuri* identificados como *Kōkara*, repassando a eles as armas necessárias para garantir o sucesso das investidas.

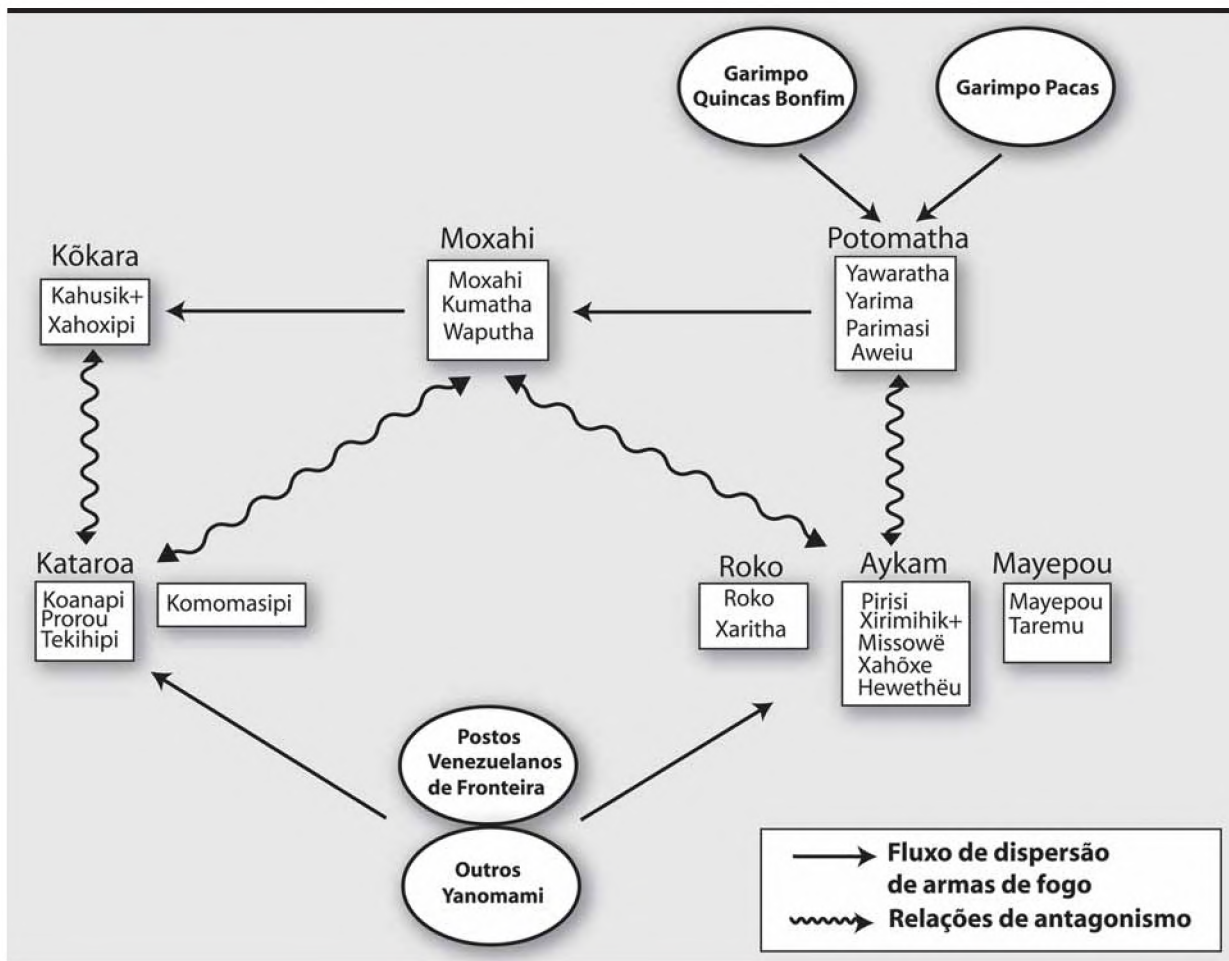
De fato, a utilização de armas de fogo nos conflitos intercomunitários tornou-se, a partir de meados da década de 1990, uma das principais causas de mortalidade entre os Yanomami. Das 54 “mortes violentas” registradas durante a década de 1990, 22 (41%) foram causadas por armas de fogo. Essa proporção aumenta, entretanto, se considerarmos nessa estatística uma parcela dos 15 casos (28%) de mortes do mesmo tipo nas quais a arma utilizada não foi informada. Levando em conta apenas as regiões do Parafuri e da Serra das Surucucus nos primeiros três anos da década de 2000, a utilização de armas de fogo em mortes violentas confirma a tendência da década anterior, apresentando, no entanto, uma preocupante intensificação. Das 30

mortes violentas registradas de 2000 a 2003, 21 (70%) foram decorrência do uso de armas de fogo, enquanto apenas 9 (30%) envolveram exclusivamente a utilização de outras armas.

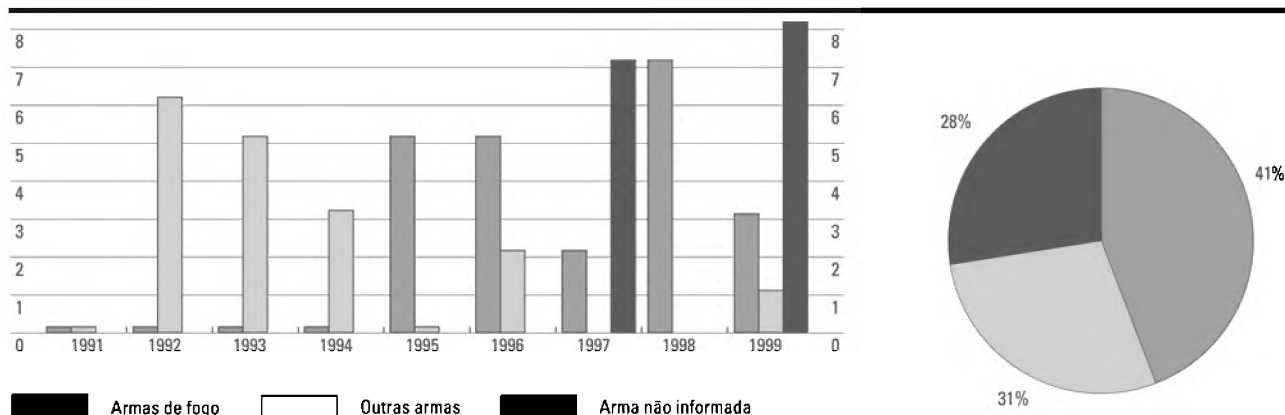
A incorporação dos garimpeiros à lógica nativa das trocas matrimoniais esconde um elemento perverso. Acobertados por uma aparente integração aos costumes locais, a presença prolongada desses núcleos de garimpagem – e a potencialização da capacidade de agressão decorrente da proliferação das espingardas por eles disponibilizadas – produziu um ciclo vicioso de dependência que torna os Yanomami reféns da presença dos invasores.

O processo de intensificação cultural relacionado à proliferação de armas de fogo está na origem dos principais problemas sociais que ocorrem no interior da área Yanomami atualmente. Ao serem inseridas no ciclo de vinganças, as armas de fogo potencializam a letalidade dos conflitos. Seu poder de fogo garante a eliminação do alvo, produzindo um número maior de mortos em relação ao uso do arco e flecha. Em consequência, os reides de vingança se proliferam na mesma proporção que aumenta a dívida de sangue, desencadeando uma espécie de super-atualização do sistema. Há também um aumento na quantidade de rituais funerários (*reahumu*) e na circulação de pessoas, um

DIAGRAMA DE DISPERSÃO DE ARMAS DE FOGO NA ÁREA YANOMAMI

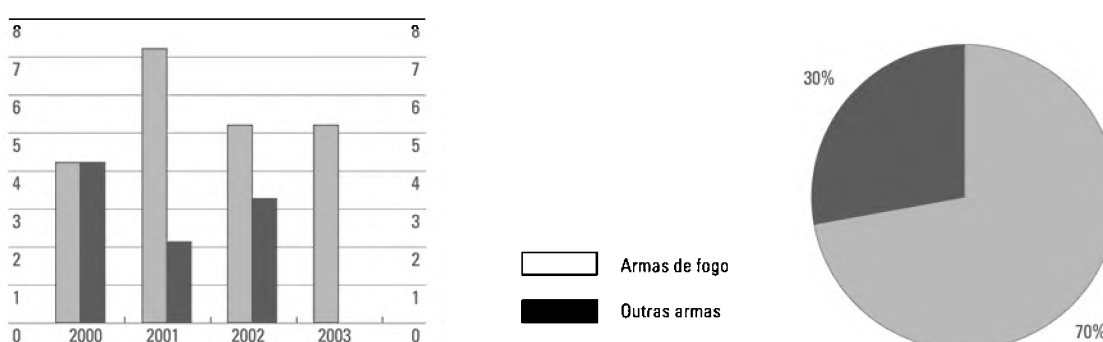


UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO EM MORTES VIOLENTAS – DÉCADA DE 1990 (PARIMA/AUARIS)*



* A ausência de informações sobre a utilização de armas de fogo antes de 1997 se deve a carencia de dados confiáveis no período.

UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO EM MORTES VIOLENTAS – 2000-2003 (SURUCUCUS/PARAHURI)*



* Os dados de mortalidade referentes a 2004 e 2005 não foram disponibilizados pela Funasa.

acréscimo no número de guerreiros submetidos ao ritual de purificação (*unokaemu*), novos deslocamentos e condensações populacionais, abandono de roças e situações de refúgio. Em geral, a intensificação do sistema de agressões leva ao aumento da mortalidade, dificulta as atividades de apoio, leva medo e insegurança para o interior das casas coletivas.

Confiantes na superioridade de seu poder de fogo, grupos como os *Potomathia* e *Moxahi theri* expandiram sua ação agressiva, produzindo entre seus inimigos um número desmesurado de cadáveres. Consequentemente, atraíram para si uma grande quantidade de reides de vingança, incontroláveis sem a proteção conferida pelas armas de fogo e uma grande quantidade de cartuchos. Dessa forma, a permanência dos garimpeiros nessas regiões tornou-se essencial para os Yanomami que mantêm suas atividades guerreiras ligadas à continuidade dos garimpos. O apoio concretizado pelo fornecimento de espingardas e munição, no entanto, produz entre eles um movimento de auto-aniquilamento que involuntariamente serve aos interesses dos invasores, voltado à liberação das áreas de mineração. (*maio, 2006*)

NOTAS

¹ Boletim Proyanomami n° 34 (<http://www.proyanomami.org.br>).

² Ação Pela Cidadania, 1990. *Yanomami: a Todos os Povos da Terra*. São Paulo, CCPY/CEDI/Cimi.

³ Um sub-polo de atendimento foi instalado na região em 2000, atendendo a população durante 15 dias por mês. Suas dimensões reduzidas, no entanto, tem pouco impacto na dinâmica da distribuição de bens industrializados aos índios da região.

⁴ Coordenadas: 03°18'52"N, 63°36'37"W (Levantamento de Zonas de Garimpo no Interior da Terra Indígena Yanomami, Funai, 15/03/2003).

⁵ Em uma operação conjunta realizada em abril de 2003, agentes da Polícia Federal, Funai e Ibama retiraram das mãos de um dos filhos do líder citado acima uma espingarda calibre 20. O mesmo jovem é acusado de assediar sexualmente as atendentes de saúde e ameaçar, com armas de fogo, os servidores que tentam atuar no local.

⁶ Levantamento de Zonas de Garimpo no Interior da Terra Indígena Yanomami, Funai, 15/03/2003.

⁷ Coordenadas: 03°06'57.8"N, 63°32'16.5"W (Levantamento de Zonas de Garimpo no Interior da Terra Indígena Yanomami, Funai, 15/03/2003).

Nova Epidemia de Malária

Cláudia Esteves de Oliveira e Doiso Alves Francisca

Urihi Saúde Yanomami

RETROCESSOS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À SAÚDE INDÍGENA PROVOCAM O CAOS, O DESPERDÍCIO DE RECURSOS E O RETORNO DA MALÁRIA À TI YANOMAMI

Do fim dos anos 80 até o fim dos anos 90, os índios Yanomami foram assolados por uma terrível epidemia de malária introduzida pela invasão de suas terras por milhares de garimpeiros oriundos dos quatro cantos da Amazônia. A dramática situação dos Yanomami, dizimados por essa epidemia —1.600 índios morreram da doença no período—, ocupou regularmente as manchetes da imprensa nacional e internacional durante uma década. Consideráveis somas de dinheiro público foram investidas para controlar o desastre. Entretanto, os órgãos públicos (a Funai e, depois, a Fundação Nacional de Saúde — então FNS) se mostraram incapazes de solucionar o problema.

Durante uma década, a malária passou a ser a principal causa de morte entre os Yanomami, contribuindo também para a elevação das mortes por outras doenças, por seu poder de enfraquecer os indivíduos infectados e de reduzir a capacidade das comunidades de realizar suas atividades de subsistência.

A partir do fim de 1999, foi implementada no país uma reforma visando à gestão descentralizada da saúde indígena com a efetiva participação das organizações indígenas e das instituições não governamentais de notória competência no assunto. Foi então realizado na terra Yanomami um mapeamento sistemático das áreas mais vulneráveis à infestação malárica, organizado um rigoroso e permanente sistema de vigilância epidemiológica no campo e estabelecida uma rede bem-estruturada de assistência com amplo envolvimento dos Yanomami e de suas lideranças. Essas medidas, que vigoraram até julho de 2004, permitiram praticamente debelar a incidência de malária na maioria das regiões da área yanomami.

Em 2004, o Governo atual achou por bem cancelar autoritariamente a reforma anterior e, assim, novamente concentrar nas Coordenações Regionais da Funasa a gestão de insumos essenci-

ais às atividades de assistência em saúde nas áreas indígenas e reduzir a participação do setor não governamental competente à mera contratação de recursos humanos (Portaria 70 de 20 de janeiro de 2004).

DE VOLTA AO CAOS

Essa volta do centralismo burocrático e do acesso das forças políticas locais ao orçamento da saúde indígena foi o pontapé inicial para um rápido retrocesso da saúde Yanomami à calamitosa situação dos anos 90. Sem preparo mínimo para assumir a gestão direta da saúde Yanomami, a Funasa desmontou a fórmula bem sucedida do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) e implementou no seu lugar uma estrutura altamente burocrática, perdulária e ineficiente, rapidamente loteada por indicações de políticos locais e alvo de suspeitas de graves irregularidades — a ponto de ter sua gestão atualmente analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a pedido do Ministério Público.

Ao longo do segundo semestre de 2004 e do ano de 2005, os gastos do DSEI-Y cresceram vertiginosamente, atingindo um gasto mensal que atualmente é mais do que o dobro do que era antes da contra-reforma. A extrema burocratização das atividades assistenciais, as intervenções políticas e a incompetência técnica do quadro dirigente do DSEI-Y provocaram recorrentes crises no fornecimento dos serviços de saúde na área Yanomami e a desorganização do trabalho de campo (falta crônica de remédios e equipamentos, interrupção do pagamento dos funcionários e dos vãos para entrada de equipes de saúde na área); falhas periodicamente noticiadas na imprensa local e nacional.

Desde meados de 2004, lideranças, agentes de saúde e professores Yanomami passaram a denunciar regularmente a degradação da assistência à saúde e o aumento das doenças na TI Yanomami. Porém, a palavra dos índios, outrora imprescindível no controle de qualidade do atendimento em saúde no campo, passou a ser sistematicamente desprezada, negada ou abafada pelos dirigentes locais da Funasa e do DSEI-Y. Entretanto, no final

de 2005 os registros epidemiológicos oficiais acabaram revelando um aumento de 164% na incidência de malária (de 622 casos de malária em 2004 para 1.645 casos em 2005, Fonte: DSEI-Y/Funasa).

SOFISMAS E MALÁRIAS

Surpreendentemente, a Funasa contentou-se em comentar esse número revelador de uma nova epidemia de malária entre os Yanomami com a seguinte observação: “A malária decorre mais de fatores externos ao setor de saúde do que do próprio setor de saúde em si, que é o responsável pelos procedimentos curativos” (*Folha de Boa Vista*, 19/01/2006).

O cinismo de tal comentário só pode levar à inquietante conclusão de que a administração atual da Funasa perdeu totalmente o sentido de sua responsabilidade ética e constitucional com a saúde indígena, faltando agora atribuir a sua incompetência no atendimento aos Yanomami à má vontade dos microorganismos causadores da malária.

Certos fatores fogem, é verdade, ao controle do sistema de saúde (mas não do Governo que sustenta esse sistema), como é o caso dos focos de garimpo ilegal ainda em atividade na terra Yanomami ou dos contatos indiscriminados com populações ribeirinhas não-indígenas. Porém, deve-se lembrar aqui que o impacto desses fatores é constante desde os anos 90 e, assim, de nenhuma maneira pode justificar, em 2005, uma repentina volta da malária entre os Yanomami em níveis epidêmicos.

Finalmente, em reação à notícia dessa nova epidemia, o mais preocupante foram as declarações do coordenador geral de Planejamento e Avaliação de Saúde Indígena da Funasa, o Sr. Frederico Monteiro, gestor a quem caberia ter a dimensão exata da gravidade desse quadro epidemiológico a fim de tomar medidas adequadas para reverter o caos do DSEI-Y. Muito pelo contrário, o Sr. Monteiro, em entrevista à *Folha de S. Paulo* de 05/02/06, reconheceu o aumento de 164% dos casos de malária na terra Yanomami, porém na tentativa de minimizá-lo, declarou, sem medo do paradoxo, “que a situação na área melhorou em razão da diminuição do número de mortos pela doença.”

Provavelmente mal-informado pela Coordenação Técnica do DSEI-Y, o Sr. Monteiro desconsiderou o fato de que o início de uma epidemia de malária se caracteriza, justamente, pelo predomínio dos casos de malária Vivax sobre os casos de Falciparum, este último o tipo mais letal da doença. Assim, no ano de 2005, os casos de malária do tipo Falciparum representaram apenas 15% do total dos casos registrados. Diante deste quadro, se não forem implementadas medidas drásticas para restaurar a eficiência das operações de combate à doença, é de se temer, a partir de 2006, um aumento progressivo de casos de Falciparum e, portanto, um risco de mortalidade bem maior na área Yanomami.

Além disso, deve-se levar em conta que a desorganização de um sistema de saúde, como a que acomete o DSEI-Y, implica, também, na perda da sua capacidade de vigilância e, portanto, invalida a qualidade de sua notificação de óbitos. Assim, após a reforma de 1999, um recenseamento realizado em janeiro de 2000 na área Yanomami, evidenciou 15% de óbitos ocorridos no ano anterior e que não haviam sido notificados pelas equipes da Funasa (então FNS) no DSEI-Y já em plena desorganização.

MARKETING PSEUDO-CIENTÍFICO

Se não bastassem os penosos esforços sofisticados da Funasa para tentar escamotear o início de uma nova epidemia de malária na terra Yanomami, a Fundação Universidade de Brasília (FUB), principal conveniada da Funasa e principal beneficiária da sua generosidade, publicou recentemente um documento intitulado “Melhorias na Saúde Yanomami e Yekuana - dados e avanços no DSEI Yanomami no âmbito do Convênio FUB-Funasa”.

Para a perplexidade geral, o relatório refere-se ao ano 2004, no qual as lideranças Yanomami ocuparam por duas vezes (em setembro e dezembro) a sede da Coordenação Regional da Funasa em Boa Vista a fim de protestar contra o descalabro do DSEI-Y. Além disso, esse relatório foi redigido em 2005, justamente no ano em que se verificou um aumento de 164% nos casos de malária na área yanomami em relação ao ano anterior.

Finalmente, o único avanço que merece ser registrado nesse contexto é, inegavelmente, o obstinado crescimento da porcentagem do orçamento do DSEI-Y atribuído de ano em ano para a FUB. Assim, essa instituição – e seu anexo não governamental na empreitada, a Fundação Universitária de Brasília (Fubra) – gastam hoje (2006), apenas em ações complementares (excluindo pagamento de transporte aéreo, aquisição de medicamentos, alimentos, combustíveis e equipamentos) mais que o dobro das despesas totais para as mesmas áreas nos anos anteriores a esse convênio.

APELO

Diante desse quadro de crescente dilapidação de dinheiro público e de notória ineficiência dos serviços prestados no DSEI-Y só nos resta aqui apelar à opinião pública – em solidariedade aos repetidos protestos e reivindicações do povo Yanomami em 2004 e 2005 – a fim de obter da Funasa o abandono de seus indecentes sofismas e, sobretudo, a reestruturação drástica da organização administrativa, financeira e operacional da assistência à saúde aos Yanomami.

Essa reestruturação é cada dia mais urgente para que não se repitam as cenas de morte e de desolação causadas pela malária na TI Yanomami entre 1987 e 1999, cenas que envergonharam o Brasil durante uma década na imprensa internacional. (*fevereiro, 2006*)

Mudanças na Política Indigenista¹A IMPLANTAÇÃO DO *PLAN DE SALUD YANOMAMI* REVELA A FACE POSITIVA DA POLÍTICA INDIGENISTA VENEZUELANA

No presente artigo, oferecemos uma breve síntese da atualidade dos Yanomami na Venezuela. Alguns eventos relevantes dos últimos anos estão expostos em ordem cronológica, como fio condutor para prover informações sobre os Yanomami deste país, e contrastá-las com o contexto dos Yanomami no Brasil.²

■ **19 de dezembro de 1999:** O Estado venezuelano chega a um acordo amistoso com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação ao caso do Massacre de Haximu, ocorrido em 1993, e se compromete a desenvolver um plano de saúde para o povo Yanomami. Esse compromisso, em conjunto com a inclusão de oito artigos sobre os direitos dos povos indígenas na nova constituição de 1999 e a ratificação da Convenção 169 da OIT, à qual se confere estatuto constitucional, foi mais uma demonstração da importante reviravolta na política indigenista venezuelana.

Esse compromisso internacional favoreceu propostas e projetos de profissionais que vinham acompanhando a saúde dos Yanomami há muitos anos, e que se combinaram no *Plan de Salud Yanomami* (PSY) em 1999. Esse impulso inicial decaiu posteriormente, pois foi apenas em 2003 que se obteve o financiamento estatal para a execução do PSY. O passo seguinte foi a criação da *Coordinación de Salud Indígena* (CSI) em junho de 2004,³ momento no qual o Ministério da Saúde (MS) retomou o interesse pelo PSY. Contudo, foi apenas em novembro de 2004 que as vontades políticas dentro do MS se aliaram à experiência técnica de uma pequena equipe de profissionais, conhecedores da realidade Yanomami, para iniciar a execução do PSY dentro de suas quatro linhas principais de ação:

- Consolidação da rede de postos de saúde existente
- Expansão dos serviços
- Formação de pessoal local de saúde
- Implantação de instâncias de participação e controle social

José Antonio Kelly

Antropólogo, coordenador do Plan de Salud Yanomami, Ministério da Saúde, Venezuela.

Javier Carrera

Antropólogo, coordenador do programa de formação do Plan de Salud Yanomami, Ministério da Saúde, Venezuela.

Desde novembro de 2004, há um ministro da Saúde com ampla experiência como médico e autoridade de saúde no Amazonas venezuelano, e há uma médica epidemiologista indígena como coordenadora do CSI. Essa combinação colocou a saúde indígena em um primeiro plano dentre as prioridades do MS, repercutindo favoravelmente sobre o avanço do PSY.

■ **Novembro de 2001:** Primeira Conferência Yanomami realizada na comunidade de *Shakitha*, no setor Mavaca, Município do Alto Orinoco. Com a publicação do livro *Darkness in Eldorado: how Scientists and Journalists Devastated the Amazon* (*Trevas em Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia*), uma comissão do governo promoveu um evento de dimensões históricas para os Yanomami da Venezuela. Esse evento procurava indagar sobre os problemas atuais desses índios e buscar diretrizes em matéria de saúde, educação, organização política e demarcação territorial. Embora muitos delegados do governo tenham se reunido com eles, pouco ou nada resultou dos compromissos dos burocratas ante as demandas dos Yanomami. Não obstante, esse acontecimento serviu para ilustrar as relações Yanomami/Estado e para conhecer as opiniões dos índios sobre temas importantes.

Em matéria de saúde, os Yanomami exigiram a expansão dos serviços, mais postos de saúde e visitas de equipes médicas. Atualmente, há nove postos de saúde, o que deixa algumas dezenas de comunidades ainda desassistidas (cerca de 45% da população). Eles também pediram uma maior capacitação como auxiliares de enfermagem e microscopistas. Hoje há apenas 15 Yanomami formados e trabalhando, enquanto a maioria das comunidades não tem pessoal de saúde local. Por último, solicitaram melhorias na infra-estrutura de saúde e nos meios logísticos, para que as equipes de atendimento possam cumprir cabalmente seu trabalho.

Em matéria de organização política, houve um debate sobre a criação do "município especial Yanomami" ou a continuidade do município do Alto Orinoco. A possibilidade dessa discussão foi dada pela anulação, em 1995 – por parte do *Tribunal Supremo de Justicia* –, da *Ley de División Política Territorial del Estado Amazonas*, que em 1992 decretou a criação de sete municípios. A proposta da criação de um município "monoétnico" Yanomami (que se chamaria Omawë, demiurgo da mitologia Yanomami)

buscava, ante o histórico domínio Yekuana em um município onde são franca minoria, dar maior controle político aos Yanomami. Tinha-se como objetivo a geração de um governo local com caráter mais indígena, em oposição à incongruência existente entre a figura *standard* do município e a organização política Yanomami.

A existência de partidários Yanomami a favor e contra o município Omawë é um reflexo das divisões políticas que têm se fundido às fissuras tradicionais de sua sociedade. Na origem da municipalização de 1992, houve uma arremetida dos partidos políticos tradicionais da Venezuela sobre a área Yanomami. Esses partidos empregaram as táticas de clientelismo com que, historicamente, têm influenciado o voto popular em todo o país. Assim, criou-se um quadro de "políticos" Yanomami, empregados e promotores da administração pública, com sede na capital do município de La Esmeralda, instituição que desde seu início foi questionada pelos missionários salesianos e pela organização indígena regional *Orpia*. A partir de 1998, com a eleição do presidente Chavez, os partidos do governo têm aumentado sua força, criando possibilidades de cisão no mundo político Yanomami, pois a administração sempre esteve nas mãos de um partido inimigo do chavismo (*Acción Democrática*). Por essa razão, no momento do debate sobre a possibilidade de criar o município de Omawë, os Yanomami estavam divididos, o que se refletiu em todas as discussões importantes da conferência.

Em contraste com a situação dos Yanomami no Brasil, onde as ONGs e a relação com o Estado, em geral, fomentaram um progressivo fortalecimento das organizações indígenas, os Yanomami na Venezuela têm sido expostos com maior força à política partidária típica do país. Esses índios têm observado e participado em uma avalanche de processos eleitorais, incluindo processos de registro civil com carteiras de identidade, campanhas e eleições (pelo menos 10 processos entre eleições e referendos nacionais, regionais e municipais desde 1998), nos quais a política partidária tem se fortalecido em detrimento das organizações indígenas.

Em matéria de educação, os Yanomami realizaram discussões acerca do tipo de ensino que queriam: uma educação *napë* (de não índios) igual à das escolas em nível nacional – promovida pelos membros da prefeitura do Alto Orinoco –, ou uma educação intercultural e bilíngüe, defendida pelos missionários salesianos e sancionada na constituição de 1999. Atualmente, existem quatro escolas mantidas pelos salesianos. Contudo, outras tantas escolas de extensão dependem destas, nas quais os professores Yanomami compartilham aulas em suas próprias comunidades. A Missão Novas Tribos (MNT) também mantinha escolas em Parima B e Koyowë, onde formavam professores que ensinavam as crianças de suas regiões. Com a saída da MNT (ver abaixo) essas escolas ficaram à deriva.

Em matéria de demarcação, deu-se o que provavelmente foi a primeira discussão pública sobre o tema entre os Yanomami, que não tinham levado à frente a demarcação de suas terras apesar de isso estar decretado na constituição de 1999. A maioria dos Yanomami parecia desconhecer o conceito e o processo de

demarcação territorial. Em geral, o processo de demarcação de Terras Indígenas na Venezuela tem sido extremamente lento e burocrático. Foi apenas em outubro de 2005 que se outorgaram os primeiros títulos de propriedade coletiva de terras a um número reduzido de comunidades – e não a povos indígenas, como estabelece a constituição – apesar de existirem propostas de demarcação detalhadas apresentadas por vários povos indígenas. Em 2005, antropólogos encarregados pelo Estado organizaram novos encontros entre os Yanomami em prol da demarcação, mas parece que o tema ainda não tem a relevância devida entre as prioridades dos representantes e porta-vozes indígenas.

Em contraste com a situação dos Yanomami no Brasil, não existe um território demarcado reconhecido pelo Estado como terra Yanomami, ainda que a maioria de sua área de ocupação esteja protegida pela figura ambiental *Reserva de Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare* (de 83.000km²) desde 1991, que foi relativamente eficiente na proteção das comunidades indígenas contra colonizadores e iniciativas de mineração. Os Yanomami ao sul do Estado Bolívar e os do baixo Siapa vivem fora da *Reserva Biosfera*, e tampouco têm terras demarcadas, ficando expostos à mineração ilegal.

▪ **Janeiro de 2005:** Inicia-se a execução do *Plan de Salud Yanomami*, dando os primeiros passos para a recuperação do sistema de saúde. Dentre os ganhos encontramos:

- progressiva regularização da presença de profissionais de saúde no Alto Orinoco (sete médicos durante a maior parte de 2005 e 2006).
- progressiva regularização do fluxo de medicamentos.
- recuperação da logística e das comunicações nos postos de saúde no território Yanomami.
- abertura de novos postos de saúde, possibilitando uma melhor atenção a 1.050 Yanomami de 14 comunidades. Um posto aberto em março de 2005 em Mavaquíta (rio Mavaca) e financiado por uma ONG dinamarquesa (Sociedade para Povos Ameaçados), outro posto, aberto em dezembro de 2005, nas instalações da MNT em Koyowë (rio Orinoquito).
- aumento da cobertura de programas de imunização e oncocercose. Em 2001 estimava-se que 70% dos Yanomami estavam fora do alcance dos serviços de saúde. Em 2005, essa estimativa baixou para aproximadamente 45%.⁴

Apesar desses esforços, o objetivo de fornecer um serviço de saúde digno a todos os Yanomami da Venezuela está longe de ser atingido. Persistem falhas que devem ser resolvidas: falta agilidade do Estado por excesso de burocracia (foi apenas em março de 2006 que se pôde gastar o primeiro bolívar da dotação orçamentária extraordinária do PSY, existente desde 2003, apesar da vontade política e da pressão interna no MS); falta uma política de recursos humanos para saúde indígena que garanta a presença de profissionais em áreas como a Yanomami, enquanto ocorre a formação de agentes indígenas de saúde; falta de fortalecimento do Distrito Sanitário Alto Orinoco, permitindo-se desenhar e administrar localmente os recursos de saúde.

Próximos passos do PSY:

- implantação de um programa de formação para 25 agentes de saúde Yanomami, dando-se prioridade para as comunidades mais desassistidas. Esse será o primeiro programa elaborado especificamente para os Yanomami.
- implantação de um sistema de participação e controle social em saúde semelhante ao que funciona no Brasil. A equipe do PSY propôs que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) sejam incluídos na nova lei orgânica de saúde, ainda em processo de discussão para sua aprovação.

Ao contrário do que acontece no Brasil, na Venezuela não existe um subsistema de saúde indígena. Em seu lugar, está sendo ensaiada a “transversalização” de um enfoque intercultural para a saúde, segundo o qual todos os programas e planos de saúde devem se adaptar à cultura indígena em todos os níveis de atenção. Em vez de ter um organismo gestor da saúde indígena com recursos próprios (como a Funasa), na Venezuela, a CSI trabalha para que cada secretaria dentro do MS faça as adaptações necessárias para a digna atenção aos indígenas. Se a proposta dos DSEIs for acolhida pela nova lei, teremos um modelo de gestão intermediário entre a transversalização e um subsistema.

■ **12 de outubro de 2005:** O presidente Chavez anuncia a expulsão da Missão Novas Tribos da Venezuela, depois de uma presença de 60 anos. No dia 15 de fevereiro de 2006 – data limite para a saída da MNT – as missões de Parima B, Koyowë e Yanoma, no território Yanomami, estavam sem missionários. Ironicamente, a Missão Padamo, talvez a instituição evangelizadora mais radical e com pior reputação que a MNT nos últimos anos, permanece na área Yanomami devido a tecnicismos legais.

Ante a saída da MNT, o Estado venezuelano desenhou um plano de substituição de serviços fundamentais de saúde e educação ainda em processo de implementação.

A substituição da MNT por entidades estatais é apenas o primeiro passo de um plano mais ambicioso, que também pretende aumentar significativamente a presença militar na Amazônia venezuelana, com o objetivo de controlar a mineração ilegal, a guerrilha, o narcotráfico e as atividades associadas (por exemplo contrabando de combustível), além de seus impactos sociais e ambientais. Se, por um lado, esse plano inclui uma necessária extensão dos serviços de saúde e educação em regiões indígenas esquecidas pelo Estado venezuelano, por outro, não deixa de ser preocupante que as possíveis conseqüências da presença militar obscureçam os objetivos mais humanistas desse plano. Os exemplos do Brasil (Projeto Calha Norte) não são alentadores. É preocupante ainda que se implantem os programas de inclusão social (alimentação, alfabetização, organização de cooperativas de produção etc.) sem que se leve em conta sua pertinência cultural e o desenvolvimento,

nas comunidades indígenas, da dependência de recursos que estão fora de seu controle.

■ **Fevereiro de 2006:** Com o apoio da aviação venezuelana, a equipe do PSY realizou um reconhecimento aéreo a fim de efetivar o primeiro contato de uma equipe de saúde da Venezuela com os Yanomami de Haximu desde a visita da comissão que investigou o massacre de 1993. Nessa viagem, também se restabeleceram os contatos com os Yanomami do alto Siapa, visitados pela última vez por uma equipe que compunha a expedição venezuelano-brasileira em 1998, assim como o setor *Mayotheri*, não visitado desde uma epidemia ocorrida em 1996. Esse apoio possibilitará a visita periódica de equipes de saúde a uns 1200 Yanomami completamente desassistidos.

O QUE ACONTECERÁ AOS YANOMAMI?

Estamos ante a expansão do Estado em toda a Amazônia venezuelana, cujos efeitos, para o bem e para o mal, se revelam como as mudanças mais drásticas para muitas comunidades Yanomami em muitos anos. O “tempo político” para demonstrar resultados costuma ser avassalador e sempre menor que o necessário para que a expansão do Estado ocorra com pertinência cultural e participação social efetiva. Apesar do humanismo expresso pelos principais representantes dessa expansão estatal e dos avanços na legislação indigenista, não sabemos se a balança dessa ação se inclinará para o lado de uma neocolonização desenvolvimentista ou para o lado da inclusão social com respeito ao direito à diferença. Até agora, por exemplo, o apoio aéreo das Forças Armadas ao PSY tem produzido um impacto sem precedentes, e se mostra como o único caminho para oferecer serviços de saúde permanentes para as comunidades mais remotas (aproximadamente 45% da população). Por outro lado, resta saber se os postos militares programados em regiões de pouco contato não trarão consigo os conhecidos problemas de prostituição, alcoolismo, conflito, dependência e doenças. Ante esse panorama, não podemos senão concluir sobre a urgência da criação de mecanismos de controle social que possibilitem a participação dos Yanomami na definição de seu destino em maior equilíbrio com o poder do Estado. (*maio, 2006*)

NOTAS

¹ Traduzido por Rogério Duarte do Pateo.

² O artigo é centrado nos Yanomami que vivem no Estado do Amazonas na Venezuela, onde são maioria. Os autores possuem poucas informações sobre os Sanema e Yanan, que vivem ao sul do Estado de Bolívar, também na Venezuela. Comparativamente, sabe-se pouco sobre eles, o que reflete a maior incipiência do Estado venezuelano nessa região, assim como uma menor atenção acadêmica a respeito desses povos.

³ O nome original foi *Coordinación de Salud Intercultural con Pueblos Indígenas* (Cispi). Esse nome mudou em 2005.

⁴ Cálculos baseados no Censo Indígena de 1991, no qual 5.882 Yanomami foram estimados, e não diretamente recenseados.

Última Grande TI da Amazônia Brasileira é Reconhecida

Ruben Caixeta de Quiroz*

Etnólogo, professor da UFMG

FINALMENTE DECLARADA DE POSSE PERMANENTE INDÍGENA DEPOIS DE QUASE 20 ANOS DE SUA INTERDIÇÃO PARA ESTUDOS, A TI TROMBETAS/MAPUERA TEM O PRIVILÉGIO DE, NOS DIAS DE HOJE, NÃO ENFRENTAR CONFLITOS FUNDIÁRIOS OU INVASÕES DE NÃO-ÍNDIOS

Terra Indígena de grande extensão (3.970.418 ha), a TI Trombetas/Mapuera foi reconhecida pelo governo federal no dia 19 de setembro de 2005 em portaria declaratória do Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, e está em processo de demarcação. A licitação para contratação da empresa que efetuará a demarcação física já foi realizada e os trabalhos devem começar no mês de julho de 2006. Situada na região fronteira de três estados – Amazonas, Pará e Roraima –, a TI Trombetas/Mapuera é ocupada ou tem seus recursos usufruídos por índios do complexo cultural Tarumã/Parukoto (Waiwai, Karapawyana, Hixkaryana, Xereu, Mawayana, Katuena, dentre outros), Waimiri Atroari e índios isolados. Além disso, é contígua a duas outras TIs que já foram demarcadas e homologadas: a TI Waimiri Atroari e a TI Nhamundá/Mapuera. Os índios que ocupam essas duas últimas terras têm uma longa tradição de contato ritual ou de troca matrimonial com os índios da TI Trombetas/Mapuera.

O processo de regularização dessa TI começou em 1982, quando o sertanista Sebastião Amâncio encontrou várias aldeias recém-abandonadas, demonstrando que aqueles índios fugiam do contato com as frentes de expansão da sociedade nacional, sobretudo aquela representada pela abertura do trecho da Perimetral Norte, que no alto rio Jatapu penetrava diretamente sobre as aldeias dos índios Karapawyana. A partir dos dados levantados naquela ocasião, foi elaborado um relatório recomendando a interdição da área denominada Trombetas/Mapuera, visando vetar o ingresso de não-índios e, assim, proteger e assegurar a posse permanente daquelas terras habitadas por sociedades in-

dígenas. Essa situação foi juridicamente assegurada pela Portaria 3.633 de 06 de novembro de 1987, assinada pelo então Presidente da Funai, Romero Jucá.

PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS

No entanto, os estudos para delimitação e identificação dessa TI somente ocorreram no início do ano de 2000, empreendidos no contexto do Programa Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Um primeiro Grupo de Trabalho (GT) foi constituído e atuou no período de 16 de novembro de 2000 a 13 de janeiro de 2001. Essa primeira fase serviu para levantar vários dados, para promover uma ampla discussão com as lideranças indígenas sobre o processo de delimitação e identificação e sobre suas principais demandas, no entanto, não foi suficiente para concluir os estudos, já que a área é bastante extensa e de difícil acesso na maior parte de seus limites. Diante disso, foi constituído um segundo GT, que atuou no período de 21 de março a 03 de junho de 2002, quando então se chegou à atual proposta de delimitação com base na qual se fará a demarcação física do território.

A participação das lideranças indígenas foi fundamental em todo esse processo. Tendo em vista a extensão da área – habitada em parte por índios isolados, utilizada como rota por índios que habitam a Terra Indígena Nhamundá/Mapuera e ainda de uso compartilhado pelos índios da TI Waimiri Atroari –, foram realizadas reuniões e encontros em várias aldeias: Jatapuzinho, Mapuera, Cassauá, Anauá, e outras. Cabe destacar que, neste percurso, o papel desempenhado pelas lideranças Waimiri Atroari e pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) foi muito importante, já que, na verdade, os índios Waiwai nunca tiveram uma postura de vanguarda na reivindicação pela Terra, pois, ao contrário daquelas lideranças citadas, os Waiwai nunca enfrentaram de perto conflitos e disputas com não-índios pela posse do território.

Nas discussões, amadureceu-se um projeto de território indígena, com um interessante acordo de usufruto de seus recursos e de sua vigilância. Os grupos das aldeias em torno do rio Jatapuzinho se responsabilizaram pelo controle e vigilância da área localizada na sua parte norte e noroeste; os índios Waimiri Atoari se responsabilizaram pela área sudoeste, no vale do rio Carará ou Cidade Velha; os índios Waiwai de Mapuera se responsabilizaram pela área sudeste, rio Cachorro; enquanto os índios Hixkaryana da região dos rios Nhamundá e Jatapu se responsabilizaram pela área compreendida pelo baixo Jatapu, no local onde até o início da década de 1970 havia um posto de atendimento da Funai.

Hoje, a TI Trombetas-Mapuera abriga no seu interior alguns grupos isolados. A partir do estudo de identificação e delimitação, foi possível traçar as principais áreas de ocupação desses grupos, e identificar que parte desses índios pertence ao grupo remanescente dos Karapawya, contatados e atraídos pelos Waiwai da aldeia de Mapuera em 1981. Além dos locais de moradia dos índios isolados, podemos citar as seguintes aldeias situadas no interior da TI: Jatapuzinho, Cobra, Soma, Katuau, Samaúma (no alto rio Jatapu); Jatapu (no baixo rio Jatapu), Naja, Escola e Kwanamari (no baixo rio Mapuera). Ao todo, essas aldeias totalizam cerca de 500 pessoas. Se contabilizarmos os índios Waiwai e Hixkaryana da TI contígua de Nhamundá/Mapuera – que, por tradição migratória, não necessariamente têm residência fixa na Trombetas/Mapuera, mas a utilizam para estabelecer roças e caçar ou como rota na sua rede de relações rituais e matrimoniais –, esse número sobe para cerca de 2.800 pessoas. Além disso, parte dos Waimiri Atoari deseja estabelecer uma aldeia nas mediações do rio Carará, no interior da Trombetas/Mapuera. Por fim, cabe assinalar que os índios da TI Wai-Wai, localizada um pouco mais ao norte, no Estado de Roraima, são parentes próximos dos índios da TI Trombetas/Mapuera e, por esta razão, frequentemente também vivem ali de forma temporária, ou, às vezes, permanente. A aldeia Samaúma, situada no médio Jatapu, é um exemplo dessa migração e desse processo tradicional de fusão e fissão dos grupos locais: ela foi formada recentemente, em 2002, por um grupo de índios da aldeia de Anauá da TI Wai-Wai que, depois de um conflito, se separou e migrou para o interior da TI Trombetas/Mapuera.

SITUAÇÃO ATUAL

Resultado da atuação da Funai – que interditou a área em 1987 e impediu o fluxo de não-índios para a local –, bem como da dificuldade de acesso, a TI Trombetas/Mapuera tem o privilégio, nos dias de hoje, de estar livre de conflitos fundiários e da presença de não-índios.

A maior ameaça de ocupação não-indígena, porém, está localizada na sua parte noroeste, onde foi instalado um projeto de assentamento do Incra denominado Jatapu, que, sob a influên-

cia de políticos dos municípios de Caroebe e São João da Baliza, tem atraído para o local uma população de colonos vindos principalmente do Nordeste brasileiro. No trecho da Perimetral Nor-

BREVE HISTÓRIA DOS GRUPOS TARUMÁ/PARUKOTO

Os grupos assim denominados pelo etnólogo Protásio Frikel, na sua maior parte de língua Caribe, habitavam tradicionalmente os vales dos rios Trombetas e Jatapu, numa larga região de fronteira entre o Brasil, a Guiana e o Suriname. As primeiras notícias sobre eles foram produzidas pelos viajantes no final do século XIX. No início da segunda metade do século XX, uma frente missionária evangélica norte-americana levou a maior parte desses índios para os postos da missão criados no sul da Guiana e no sul do Suriname. Apesar disso, muitos grupos, como os Karapawya, permaneceram na área de ocupação mais antiga, do lado do Brasil. No início da década de 70, devido à instalação na Guiana de um governo de tendência socialista e contrário aos americanos, os índios levados àquele país começaram a retornar para o Brasil, reocupando a área de origem e formando grandes aldeias como a de Mapuera (rio Mapuera) e a de Cassauá (rio Nhamundá). Duas frentes principais de dispersão a partir da Guiana foram constituídas: a primeira, sob a liderança de Tamokrana e de Ewká, dirigiu-se para o rio Mapuera, no centro do que é hoje a TI Nhamundá/Mapuera; a segunda, sob a liderança de Yakuta e Kiripaka, dirigiu-se em direção ao rio Novo, afluente do rio Anauá, no centro do que é hoje a TI Wai-Wai. Podemos dizer que, nas duas últimas décadas, são verificados dois fenômenos importantes: o intenso crescimento populacional e a dispersão daqueles grandes aglomerados com vigoroso processo de reocupação das aldeias abandonadas.

A parte noroeste da TI Trombetas/Mapuera, que abrange as cabeceiras do rio Jatapu, sobretudo o seu afluente da margem esquerda, denominado rio Jatapuzinho, voltou a ser ocupada de forma mais incisiva por volta de 1984. Essa região era tradicionalmente habitada pelos índios Karapawya, quando uma fração deles foi contactada e levada para a aldeia de Mapuera em 1981, enquanto uma outra fração rebelde fugiu e permanece isolada até hoje. Por volta de 1983-1984, o grupo Karapawya levado para a aldeia de Mapuera, juntamente com outras famílias do grupo Waiwai, voltou para o seu local originário. Esse grupo hoje está habitando a aldeia Cobra, localizada na margem esquerda de um igarapé de mesmo nome, afluente da margem esquerda do rio Jatapu.

Por outro lado, o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) fundou, em 1942, um posto de atração no baixo-médio rio Jatapu, na parte extrema sudoeste do que é hoje a TI Trombetas/Mapuera, com o objetivo de atrair e proteger os índios que se encontravam no rio Novo, e, mais tarde, em 1962, aqueles que se encontravam no rio Cidade Velha e no Igarapé das Pedras. No início da década de 1970, depois de intensas epidemias na área, os índios que se encontravam sediados em torno do Posto Jatapu o abandonaram e migraram para as aldeias do rio Nhamundá. Com isso, o Posto de Atração da Funai foi também abandonado. A partir de 2000, depois da expectativa de regularização da TI Trombetas/Mapuera, os remanescentes daquelas aldeias atraídas pelo Posto da Funai do rio Jatapu começaram a voltar para o locais de moradia mais antiga.



CARLOS DIAS. FEV. 2003

Comunidade Hixkaryana do Kassawa, à beira do rio Nhamundá (TI Trombetas/Mapuera).

te que sai da BR-174 e vai até o rio Jatapu, saem várias estradas vicinais que “irrigam” o projeto de assentamento do Incra e terminam nos limites da TI, pressionados pela população recém-chegada. Por outro lado, essas novas estradas têm atraído os indígenas das imediações, que desejam obter acesso mais fácil e rápido aos mercados e bens das cidades vizinhas e aos “programas sociais do governo”. Em dezembro de 2005, foram constatadas algumas poucas famílias indígenas já instaladas fora dos limites circunscritos pela TI, fato que tem contrariado as lideranças da aldeia de Jatapuzinho e, sobretudo, os Waimiri Atroari. Cabe ressaltar que essas famílias foram seduzidas por um americano, instalado na margem direita do rio Jatapu, fora da área, dito missionário, e casado com uma indígena – atraindo para lá os parentes da sua esposa e, assim, produzindo um conflito na família. Uma possível ação para paliar os problemas causados pelo projeto de assentamento do Incra seria a criação de uma unidade de proteção ambiental que funcionasse como uma área de transição entre o assentamento e a TI.

Cabe, por fim, dizer que outra parte da população indígena do complexo cultural Tarumã/Parukoto, ao buscar também maior facilidade de acesso às cidades, tem migrado em direção à junção dos principais rios da região: Nhamundá, Mapuera e Jatapu. Dessa forma, algumas aldeias, hoje, já se encontram fora da TI Nhamundá/Mapuera (demarcada na década de 1980) e também da TI Trombetas/Mapuera. Além disso, algumas aldeias dos índios Kaxuyana e Tunayana, que tinham sido atraídos por mis-

sionários evangélicos e católicos na década de 1970 para missões religiosas no sul do Suriname, começam um movimento, no início de 2000, de retorno às suas antigas áreas de habitação, na margem esquerda do rio Cachorro e na margem esquerda do médio-alto rio Trombetas. Essas duas áreas permanecem também fora daquela que já foi demarcada e daquela em processo de demarcação. Há, pois, uma intensa mobilização das lideranças indígenas para reivindicar perante a Funai a regularização dessas terras reocupadas que se situam no baixo rio Jatapu, baixo rio Nhamudá, baixo rio Mapuera, margem esquerda do baixo rio Cachorro e, finalmente, margem esquerda do médio-alto rio Trombetas.

A despeito dessa situação, podemos dizer que a demarcação da TI Trombetas/Mapuera, numa área contígua às duas outras terras indígenas, representa um grande avanço do Estado brasileiro no sentido não só de assegurar, de acordo com o artigo 231 da Constituição, os recursos e os meios necessários à reprodução sócio-cultural desses grupos indígenas, mas também de assegurar a proteção dos recursos naturais e a biodiversidade da região, imprescindíveis ao bem-estar dos indígenas e, diríamos sem exagero, ao da própria sociedade brasileira. (março, 2006)

NOTA

* Coordenador dos GTs de identificação e delimitação da Terra Indígena Trombetas/Mapuera.

Rumo à Auto-sustentabilidade

Porfírio Carvalho

Indigenista e coordenador do Programa Waimiri Atroari

OS PROJETOS E EXPERIMENTOS DESENVOLVIDOS PELOS WAIMIRI ATROARI VÊM ABRINDO NOVAS PERSPECTIVAS SOCIOECONÔMICAS E REFORÇANDO A UNIDADE DO GRUPO

Nos últimos três anos, a comunidade indígena Waimiri Atroari deu prioridade ao processo da busca de conhecimentos para a melhoria da qualidade de vida e para a retomada de sua independência econômica. Procuraram qualificar os seus técnicos que atuam na área de educação, saúde, produção e defesa do meio ambiente, através de cursos dirigidos aos jovens e adultos que participam dessas atividades. Cursos de métodos de ensino foram ministrados visando à qualificação de novos professores para a alfabetização das crianças. Para os professores já em atuação, foram realizados cursos para a melhoria dos conteúdos curriculares mantendo os objetivos de uma escola voltada para a realidade Waimiri Atroari. Novos professores foram incorporados ao corpo docente, aumentando assim a disponibilidade de professores índios nas 19 escolas. Com relação à saúde, realizaram-se encontros onde foram ministradas técnicas e métodos de atendimento e de exames laboratoriais, melhorando o nível técnico dos agentes de saúde em atuação e incorporando novos participantes. As mulheres Waimiri Atroari vêm aumentando a sua participação, tanto no processo escolar como no atendimento à saúde.

As atividades produtivas receberam importantes contribuições através de cursos ministrados por engenheiros agrônomos e florestais, contratados pelo Programa Waimiri Atroari, na busca da melhoria da capacidade produtiva dos Kinja (Waimiri Atroari) e da produtividade dos cultivares existentes. Os experimentos com criação de animais silvestres e domésticos continuam sendo realizados com a participação ativa dos Kinja. Dentre eles, destaca-se o início da criação intensiva de jabutis que, a exemplo das demais experiências, também foi objeto de aulas sobre o manejo. Os experimentos com criação de aves para corte e uso da comunidade já demonstram bons resultados e em cada aldeia foram instalados módulos de criação e engorda de galinhas.

Outro experimento em curso é a criação de peixes em tanques de rede, principalmente Tambaqui, que pode ser apontado como modelo de criação auto-sustentável. As dificuldades da produção de ração foram superadas com a forma Waimiri Atroari de resolver os problemas. Após o levantamento dos custos com a compra de alevinos e ração para a produção de 300 peixes em um período de nove meses, o equilíbrio financeiro foi alcançado com o plantio de um hectare de mandioca, cuja comercialização de farinha cobre os custos operacionais da piscicultura. Dessa forma, cada aldeia está instalando os seus tanques e garantindo o abastecimento de peixes em períodos de cheia, quando aumentam as dificuldades para a pesca.

O projeto de Criação de Tartarugas e Tracajás está em pleno funcionamento, com o controle total dos Kinja. O licenciamento do Ibama e a autorização para a comercialização da produção já foram obtidos. Entretanto, os Kinja ainda não se dispuseram a vendê-los nem a consumi-los. O processo de criação continua, com a instalação de novas praias para reprodução. A coleta de ovos nos tabuleiros segue os métodos recomendados, segundo os quais 50% das tartaruguinhas são devolvidas aos rios e lagos da Terra Indígena Waimiri Atroari após o período de permanência no berçário de proteção. O projeto existe há 15 anos e demonstra resultados positivos com o registro do aumento no número de tartarugas e tracajás nos rios que foram repovoados. Os experimentos com a criação de porcos-do-mato e antas continuam sendo monitorados, mas como ainda não se conseguiu encontrar uma forma de transformá-los em projetos práticos para serem desenvolvidos diretamente nas aldeias, permanecem sendo realizados no Núcleo de Apoio Waimiri Atroari (Nawa).

INDEPENDÊNCIA ALIMENTÍCIA

Os Waimiri Atroari continuam realizando as suas grandes roças, plantando mandioca, pupunha, mamão, abacaxi, banana e coco, mantendo a sua independência alimentícia e eventualmente comercializando alguns excedentes da produção. Para garantir bons preços na comercialização dos seus produtos e de mercado, e ainda para diminuir os custos de artigos de consumo não

produzidos por eles como pilhas, sandálias, ferramentas, anzóis, nesse período os Waimiri Atroari criaram um armazém em Manaus, o Tapem Mydy (Casa Waimiri Atroari). O armazém recebe os produtos dos Waimiri Atroari que são comercializados na praça de Manaus e ao mesmo tempo fornece a maioria dos artigos de consumo não produzidos por eles a preços de custo. Dessa forma, é garantida a qualidade e o tipo de item escolhido por eles. Para a manutenção dos custos operacionais do armazém, as vendas se estendem à clientela externa com preços acrescidos de taxa de lucro.

Outra atividade econômica em desenvolvimento são as lojas que comercializam artesanatos. Atualmente são seis lojas: três instaladas na TI Waimiri Atroari, na margem da BR-174 (Manaus-Boa Vista), uma na cidade de Manaus e duas em Novo Airão. O artesanato produzido por cada aldeia é encaminhado para a loja central, em Manaus, e, de lá, distribuído às demais. O valor de cada peça produzida é fixado de acordo com o esforço de produção, e o dinheiro conseguido com a venda é creditado ao seu produtor, que periodicamente vai a Manaus adquirir equipamentos e artigos de sua necessidade pessoal e coletiva. Além do artesanato tradicional, as lojas comercializam produtos decorados com o grafismo e a marca Waimiri Atroari, que ao longo do tempo conquistaram espaço e credibilidade no mercado. São vendidos cadernos, camisetas, livros, vídeos (também produzidos por eles). Os resultados da venda desses produtos são contabilizados junto com a comercialização do artesanato. Nas lojas localizadas nos limites da TI Waimiri Atroari, também são vendidos água de coco e mudas de plantas produzidas por eles nos viveiros existentes na área. O processo de comercialização nas lojas que estão dentro da TI é realizado por jovens Waimiri Atroari, que participam daquela atividade como contribuição para a sustentabilidade de seu povo, em equipes que se revezam de quinze em quinze dias.

RECICLAGEM DE LIXO

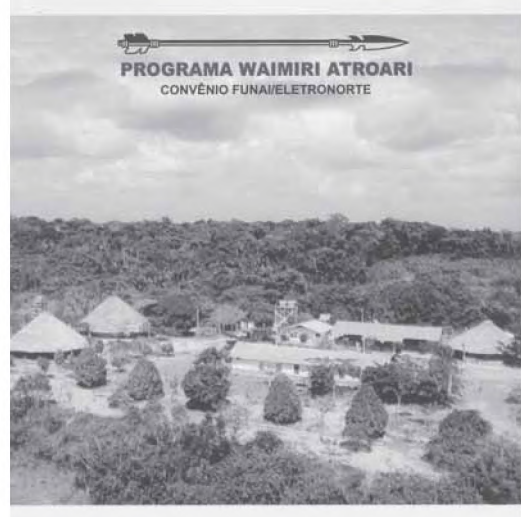
Os Waimiri Atroari, que culturalmente já tinham muito cuidado com as malocas, com a limpeza e a deposição adequada do seu lixo, após conhecerem processos de reciclagem de materiais inservíveis, instalaram em toda a área um sistema de coleta seletiva. Vasilhames foram colocados ao redor das malocas para coletar o material reciclável e foram estabelecidos procedimentos para a retirada do lixo acumulado. O lixo orgânico é utilizado em compostagens naturais para uso nos plantios de frutíferas nos seus sítios. O material reciclável é remetido para Manaus, onde é comercializado, e os recursos obtidos são utilizados no fortalecimento do sistema de cuidados com o lixo. As aldeias Waimiri Atroari, os caminhos, as roças, são bem limpas e não se verifica a presença de lixo.

A fiscalização da BR-174 feita pelas equipes de Proteção Ambiental Waimiri Atroari também recolhe diariamente o lixo lança-

do na estrada pelos ocupantes dos veículos que circulam naquela rodovia. O resultado da coleta segue o mesmo destino do lixo recolhido nas aldeias: parte é incinerada e o reciclável é enviado para Manaus para comercialização.

FORTALECIMENTO DA UNIDADE E PARTICIPAÇÃO

Todo o trabalho realizado com participação dos Kinja, tanto na produção como na comercialização, visa sempre o fortalecimento da unidade socioeconômica do povo Waimiri Atroari e a sua cultura. Nenhum dos participantes recebe qualquer tipo de remuneração direta pelos serviços prestados, seja na escola, nos serviços de saúde, nos serviços de comercialização, transporte, fiscalização, proteção ambiental – tudo é realizado como contribuição ao povo Waimiri Atroari. É a essência de um regime socialista, na sua maior expressão da palavra. Um ser Waimiri Atroari só se justifica, segundo eles, se participar do todo, de todas as ações desenvolvidas pelo grupo. Desde a abertura e colheita da roça até a escolha do local da construção da grande maloca. Todos participam, homens, mulheres, velhos e crianças. Todos fazem parte de um todo. Assim são os 1.137 Waimiri Atroari. (maio, 2006)



NAWA NÚCLEO DE APOIO
WAIMIRI ATROARI



Diálogos e Diagnósticos

Elaine Moreira

Antropóloga, professora do Depto. de Antropologia da UFRR e doutoranda em Antropologia Social e Etnologia, EHESS, Paris

NA TENTATIVA DE CONTER OS SUICÍDIO ENTRE OS JOVENS, A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS TEM SIDO MARCADA PELA INCOMPREENSÃO, A FALTA DE DIÁLOGO E A DESCONSIDERAÇÃO DO PONTO DE VISTA INDÍGENA SOBRE O FENÔMENO.

O suicídio entre populações indígenas tem sido um assunto mais freqüente na imprensa nacional que na academia. Esse fato contribui para que o tema seja tratado de forma superficial e parcial. As primeiras explicações acerca do suicídio, e também as mais difundidas, têm sido a “perda cultural” ou a “resistência cultural”. Em ambas, o suicídio seria uma resposta ao contato com a sociedade nacional. No caso dos Yekuana – noticiado recentemente na imprensa regional – não foi diferente, pois as mesmas explicações vieram à tona.

No final de 2001, aconteceu um caso de suicídio entre os Yekuana no Brasil; em 2002 três casos; 2003 dois casos; 2004 dois casos e 2005, um caso. A idade dos suicidas variou entre 14 e 22 anos, sendo a metade deles do sexo feminino. Entre as mulheres, três mortes foram por envenenamento e uma por enforcamento, enquanto entre os homens, os casos de suicídio dividiram-se entre o enforcamento e o uso de armas de fogo. A maioria das vítimas vivia na comunidade Yekuana de Auaris, mas houve vítimas também nas comunidades de Waikas, Pedra Branca e um caso em Boa Vista. Os números oficiais apresentam divergências em relação aos nossos dados, pois algumas mortes foram classificadas, pelos Yekuana, como decorrentes de ataques de Kanaima. Porém, no mesmo período, ocorreu mais de uma dezena de tentativas e ameaças de suicídio entre jovens de 14 a 25 anos.

As mortes entre os jovens Yekuana chocaram as entidades presentes na área indígena: a Funai, o Exército (Projeto Calha Norte), os missionários da Missão Evangélica da Amazônia (Meva), os funcionários da ONG Urihi-Saúde Yanomami, e, atualmente, os funcionários da Funasa. Para os Yekuana, a tragédia era um sinal de que sentimentos de tristeza, pesares e conflitos poderi-

am provocar outras mortes, pois espíritos se aproveitariam de tal comoção para atrair outros jovens para o suicídio.

As intervenções propostas em decorrência dessas mortes foram variadas, indo de uma investigação da Polícia Federal a estudos realizados por profissionais da saúde mental. O quadro de uma possível epidemia explicitou a dificuldade no diálogo entre profissionais da saúde, indigenistas, missionários e os próprios Yekuana. De certa forma, cada ator tinha sua explicação para o problema. A causa seria o alcoolismo, o contato ou a “perda” da cultura.

Os agentes externos, especialmente aqueles que procuraram analisar os dados do ponto de vista do contato (aqui há uma coincidência entre o discurso dos profissionais de saúde e o do órgão indigenista) enfatizavam os fatores exógenos como indicadores dos desarranjos culturais entre os jovens: a atração exercida pelos centros urbanos, o consumo de bebidas alcoólicas não tradicionais, a alteração de padrões de consumo dos bens industriais, dentre outros. Vale lembrar que o tema era também importante para os vizinhos Sanuma (subgrupo setentrional dos Yanomami), que choraram as mortes daqueles jovens e também mobilizaram seus xamãs para ajudarem seus vizinhos. Segundo os Yekuana, esses xamãs confirmavam aquilo que o xamã Yekuana havia dito, a saber, que aquela comunidade estava sendo vítima de uma guerra e precisava se proteger. O xamã Yekuana ainda advertia: a região estava ameaçada e eles precisariam procurar um local protegido.

Esse discurso, interno aos Yekuana, ficou sempre às margens das tentativas de intervenção por parte dos agentes externos. O diagnóstico mais defendido é, contudo, o do consumo da bebida alcoólica, seja ela tradicional ou não. Essa tem sido a explicação dada por parte dos missionários, na região desde os anos 60. Essa versão é reproduzida também pelos profissionais de saúde e pela Funai. Um outro fator supostamente ligado aos suicídios seria a grande difusão do timbó pelas região. As ações decorrentes dessas análises são óbvias: o combate ao uso de bebidas alcoólicas e a retirada das plantas venenosas.

INTERVENÇÕES EXTERNAS X DINÂMICA INTERNA

Como todo diagnóstico é acompanhado por um tipo de intervenção, os Yekuana passaram a receber palestras sobre os danos ao organismo provocados pelo alcoolismo. A Funai e o Exército disseram que se empenharão na fiscalização, evitando o ingresso de bebidas alcoólicas na área indígena.

Internamente, esse debate trouxe inúmeras confusões. Os mais velhos defendem que a bebida faz parte da cultura Yekuana. Filhos e maridos cobram de suas esposas e mães que fabriquem a bebida. Algumas famílias continuam a produzi-la, outras não. Durante os trabalhos coletivos, momentos de forte unidade da aldeia, o consumo de bebidas alcoólicas passou a gerar tensão, pois, nesses momentos, a bebida tradicional é fundamental. O tema passou assim a ser mais um fator de divisão interna.

Durante todo esse tempo, os Yekuana mantiveram o diagnóstico de guerra xamânica. De seu ponto de vista, os suicídios poderiam estar vinculados a relações passadas com um xamã Yekuana que estaria cobrando o pagamento por trocas interrompidas e mostrando assim a sua vingança. Esse debate interno reavivou antigas tensões que, também no passado, provocaram o deslocamento de um grupo de famílias que foi viver em outra comunidade. A fabricação e o consumo coletivo da bebida tradicional foram interrompidos pela comunidade por períodos estabelecidos pelas lideranças. Consideraram a possibilidade do xamã ter o poder de “tocar” a bebida, transformando-a em uma ameaça que enfraquece os jovens. Essa visão, porém, estava longe de se aproximar do discurso de combate ao consumo da bebida tradicional. Passado o tempo de resguardo, sua produção foi reiniciada.

No final de 2004, um importante cantor Yekuana foi morto durante uma caçada. Ele era um elo entre a comunidade de Auaris e um xamã Yekuana da Venezuela, que sempre apoiara aquela aldeia. Nesse mesmo período, morreu a pessoa mais antiga desta comunidade, uma mulher cantora, conhecedora de plantas, rituais, e esposa de um dos líderes e fundadores da aldeia de Auaris. Essas duas mortes trouxeram um novo cenário. As divisões ficaram mais acirradas. Um grupo propôs se mudar para as proximidades de Auaris e um outro procura um local mais afastado, onde provavelmente será fundada uma nova comunidade.

Infelizmente, não podemos aprofundar, no espaço deste artigo, toda a dinâmica das relações envolvidas com o suicídio, mas quero salientar que o que move os Yekuana são as suas explica-

ções e o seu próprio diagnóstico sobre o problema que os aflige. Toda intervenção realizada sem levar em consideração o processo interno, poderá contribuir para acirrar os ânimos entre indivíduos ou famílias. Enquanto eles procuram um lugar seguro, alguns cantos e plantas mágicas voltam a ser utilizados na proteção dos mais próximos. A maioria das tentativas de suicídio foi frustrada pela intervenção de familiares e pela utilização de diversos antídotos conhecidos pelos Yekuana.

Ao contrário de uma migração para os centros urbanos, os jovens dessa etnia procuram o retorno “à casa”. Esse dado pode ser analisado como indicador de que eles, até o momento, privilegiam a mobilidade dentro de sua área tradicional de ocupação, e não a transferência para os centros urbanos. Talvez esses indicadores estejam apontando para o ideal de vida entre os “parentes”, mesmo que isso se dê em contradição com a necessidade e o desejo pelos objetos industrializados. Outro indicador dessa opção é o fato de que alguns Yekuana, funcionários da área de saúde e soldados do exército, abandonaram seus trabalhos para se dedicarem às atividades de professor ou, simplesmente, deixaram de trabalhar e seguiram seus familiares. A explicação da atração dos jovens para os centros urbanos precisa, então, ser mais aprofundada.

Nesse ideal de “vida com os parentes”, existe a prática da evitação social de conflitos. Situações conflituosas são carregadas de fortes emoções, como o desejo de vingança, as agressões físicas ou as feitiçarias. As comoções externalizadas, sejam elas de dores ou raiva, não são recomendadas. Chorar é uma demonstração de fraqueza e risco de vulnerabilidade. Esse ideal de vida sem conflitos e sem acusações tem sido completamente negligenciado pelos atores externos, contribuindo, mesmo sem ter a intenção, para a geração de conflitos internos e no processo de acusações daquela comunidade.

Tudo isso, porém, não explica a alarmante taxa de suicídios. É preciso lembrar que os números são altos também entre as outras etnias no estado de Roraima, e que a definição de políticas públicas que capacitem seus profissionais para tratarem de realidades como esta é urgente. O primordial ainda é o conhecimento do contexto e das dinâmicas internas. Mesmo com a redução das taxas de suicídio, permanece o problema das intervenções precipitadas e da falta de diálogo entre diferentes atores externos e os povos indígenas. Nenhuma explicação, isoladamente ou não, poderá dar conta do que aconteceu sem levar em consideração a visão dos Yekuana sobre os problemas que afligem suas comunidades. (maio, 2006)

YANOMAMI / TERRA

YANOMAMI QUEREM EXPULSAR FAZENDEIROS DO AJARANI...

Cansados de esperar providências da Funai e PF, um grupo de 143 Yanomami reuniu-se na aldeia Yawaripe (região de Ajarani I), nos dias 1 e 2 de junho, com o objetivo de discutir a retirada de 10 posseiros que persistem invadindo a área Yanomami, nas duas margens da BR-210 (Perimetral Norte), numa extensão de 10 quilômetros a partir do igarapé do Trinta até o rio Repartimento. Armados com bordu-

nas, arcos e flechas, e pintados para a guerra, os Yanomami queriam por conta própria expulsar os invasores. Presente na reunião, o representante da administração regional da Funai, Manuel Reginaldo Tavares, conseguiu evitar o confronto direto do grupo com os posseiros. (CIR, 05/06/01)

... E MAIS DE UM ANO DEPOIS CONTINUAM QUERENDO

Representantes yanomami reivindicaram ao presidente da Funai, Glênio Alvarez, a retirada de todos os posseiros que permanecem habi-

tando fazendas e sítios localizados na região do Ajarani. A solução desse problema passa pelo Judiciário, já que tramita na Justiça Federal de Roraima uma ação de demarcação pública contra a Funai, movida pelos fazendeiros Walter Miranda e seu filho Walter Miranda Júnior, Miguel Schultz e Ermilo Paludo, desde a homologação da área Yanomami.

Embora o ingresso em juízo tenha ocorrido em 1991, apenas em 1999 o pedido de laudo pericial sobre o assunto foi deferido pelo juiz do caso, Helder Girão Barreto, da 1ª Vara da Justiça Federal em Boa Vista. Realizado pela antropóloga Nádia Farage, da Unicamp, o laudo foi

EX-MINISTRO REAFIRMA A TI YANOMAMI

Li, no Estado de S. Paulo, que em Roraima, no dia 21 do corrente mês, o ministro da Defesa, doutor Geraldo Quintão, disse sucessivamente ter sido a demarcação da terra indígena ianomâmi “um erro”, “péssimo exemplo” e que a “decisão de Collor foi adotada por incompetência ou por necessidade de um presidente da República de aparecer bem lá fora, porque estava caindo aqui dentro”. Ministro da Justiça, autor da Portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991, julgo de meu dever defender-me, e o governo de então, da acusação de incompetência e de dar péssimo exemplo ao meu país. Começemos pelo problema jurídico. Advogado, o ministro bem sabe que a Constituição incumbiu o Ministério Público também da defesa dos interesses sociais indisponíveis. Exercendo essas atribuições, os procuradores da República Eugênio Aragão e Débora Pereira entraram com medida cautelar, ainda em outubro de 1989, perante o juiz da 7ª Vara Federal, em Brasília. Pediam a interdição dos 9 milhões de hectares, estabelecidos no governo João Figueiredo e reduzidos para 2,5 milhões pelo seu insigne e honrado sucessor. O juiz deferiu a cautelar, o governo não convenceu na contestação e o magistrado concedeu a liminar, determinando a interdição da área e a imediata retirada dos garimpeiros dela.

A Funai pediu o cumprimento da decisão judicial. Eu assumira o ministério três dias antes. Interdição a área, enquanto estudava a matéria. Um mês depois, os mesmos procuradores entraram com uma ação para que a área fosse declarada – como o foi pelo mesmo juiz – posse ianomâmi. Verificando a inexistência de regras legais para demarcar terras indígenas, obtive do presidente Collor a edição do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991. Acionei a Consultoria Jurídica e a Secretaria Nacional de Direitos da Cidadania, ambas do ministério. A Funai constituiu um grupo técnico encarregado de dar parecer. Fê-lo no dia 22 de julho de 1991, opinando pela demarcação da área de 9 milhões de hectares em linha contínua. Como não haviam sido ouvidos órgãos públicos recomendados pelo Decreto nº 22, dirigi-me aos governadores de Roraima e Amazonas e pedi o parecer dos ministérios das Relações Exteriores e da Infra-Estrutura e das secretarias de Meio Ambiente e de Assuntos

Estratégicos. Os ministros militares decidiram atribuir ao ministro-chefe do então Gabinete Militar o parecer solicitado. Os governadores foram contrários. O Itamaraty, cujo chanceler era um magistrado, foi favorável. Acompanhou-o a Secretaria de Meio Ambiente. A de Assuntos Estratégicos ponderou quanto ao perigo de afetar a soberania nacional. O Gabinete Militar, em nome também do Emfa, ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, opinou pela remessa do processo ao Conselho de Defesa. Entremetidos, o meu consultor jurídico e o secretário-executivo consideraram inexistente qualquer ameaça à soberania e à segurança nacionais, respaldados em eminentes juristas. Estando a terra ianomâmi na faixa de fronteira, garantida ficava duplamente a propriedade da União. Cabia-lhe exercer soberania sobre os índios e garantir a integridade territorial com as Forças Armadas. Ouvir previamente o Conselho de Defesa, como propôs o Gabinete Militar, revelava-se indevido diante da sua atribuição definida no artigo 91, parágrafo 1º e inciso III: “Propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso”. Não se tratava de uso ou utilização da terra, mas de sua demarcação. Impunha-se analisar o direito à posse segundo o art. 231 da Constituição: “Terras tradicional e permanentemente ocupadas”. Geneticistas, linguistas e antropólogos atestam a existência milenar e permanente dos ianomâmis na área, embora as primeiras referências historiográficas datem do século XVIII. Defesa. Restava traçar a área compatível com a atividade produtiva, a reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Antropólogos conceituados, autores de livros e que estudaram anos a fio os ianomâmis in loco defenderam a demarcação contínua. Isolar as aldeias seria inviabilizar a sua interação. Uma das últimas populações – e nunca nação! – primitivas existentes. Os espaços que parecem vazios nos mapas são “trilhas que ligam as várias aldeias, nervos e veias do espaço social, áreas de perambulação, essenciais às cerimônias fúnebres e matrimoniais e à reprodução sociocultural, acampamentos de caça e de viagem, antigos roçados”. A separação, por “ilhas”, impediria as relações intertribais, pertinentes aos seus usos

e costumes. Quem não acredita na antropologia cultural pensa que se poderia seguir o critério de colonização a tantos hectares por pessoa. Ministro da Justiça deveria eu ser cumpridor exemplar da Constituição que ajudara a escrever. Depois de 13 meses de estudos por vezes estafantes, aprovei a tese da linha contínua. Ressalvei em despacho a imperativa necessidade de ser ouvido o Conselho de Defesa, quando da utilização posterior da terra. E na Portaria nº 580 está assegurada a ação e atuação das autoridades federais na área, um bem da União. Teria sido um erro e péssimo exemplo, de que participaram cientistas, juristas e técnicos incompetentes? Como explicar, então, que o Supremo Tribunal Federal venha julgando improcedentes todas as ações de inconstitucionalidade impetradas contra a demarcação contínua? E que o Senado não haja aprovado projetos a ela contrários? Não me surpreende a leviandade de políticos de Roraima ao dizerem que não observamos “nenhum critério na demarcação feita só olhando o mapa”. É que os políticos sabem que os índios não votam, mas os garimpeiros elege... Ameaça à Amazônia, se vier a existir, não é de uma nação ianomâmi, mas do pretexto de devastação da floresta. Não desprezo o papel de certas ONGs. Mas penso no marechal Castelo Branco quando profligou a “estratégia do medo”. Na Câmara dos Deputados, em audiência pública, em junho de 1999, o general Schroeder Lessa, então Comandante Militar da Amazônia, afirmou aos deputados que a demarcação não inibe nenhuma ação do Exército. Claro, a terra é bem da União, sua propriedade (art. 20 da Constituição) e não dos índios, simples posseiros. Quanto ao presidente Collor, manda a verdade que se diga que, em nenhum momento, fez sequer uma sugestão a respeito da demarcação. Homologou a Portaria nº 580 em 15 de novembro de 1991, em reunião setorial do ministério, presentes todos os ministros militares, sem discrepância expressada. Ainda assim, há quem o acuse de ter cumprido ordens do presidente americano George Bush. (Jarbas Passarinho, ex-ministro de Estado, governador e senador, presidente da Fundação Milton Campos, Jornal do Comércio, RJ, 29/03/01)

entregue em janeiro de 2000. Até o momento, o juiz não se manifestou a respeito. (*Boletim CCPY, 28/07/01*)

PROBLEMA VEM DESDE OS ANOS 70

A intrusão ocorreu como consequência da construção da BR-210, uma das obras do Plano de Integração Nacional (PIN), que pretendia induzir a ocupação das regiões consideradas despovoadas pelo governo militar. Os problemas que afligem os Yanomami moradores do Ajarani, região também conhecida como “Repartimento”, tiveram início na década de 70, com a abertura da BR-210, a Perimetral Norte, que, ao lado da Transamazônica (BR-230), constituía o projeto central do PIN, deflagrado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici. (*Boletim da CCPY, 30/07/01*)

POSSEIROS NA REGIÃO DO RIO ARACÁ

A Associação Indígena de Barcelos (Asiba), enviou uma carta ao presidente da Funai, Glênio da Costa Alvarez, dizendo que foram procurados por uma liderança indígena da etnia Yanomami, que reivindicou a retirada de oito famílias de posseiros na região rio Aracá, na TI Yanomami. Consta na carta que no ano de 1994 foram feitos os trabalhos de levantamento das benfeitorias e plantações dos referidos posseiros para que fossem pagas as devidas indenizações. Que, segundo informações do Núcleo de Apoio de Barcelos, são valores realmente irrisórios. Não alcança 80.000 reais. Os Yanomami que vivem nessa região estão revoltados, pois os posseiros continuam no trabalho de coleta de piaçava em prejuízo dos índios. E também pelo ao fato dos índios estarem habitando perto das casas dos posseiros está havendo uma série de desentendimentos que poderá chegar a conflitos mais sérios. (*Carta da Asiba assinada pelo seu presidente Clarindo Campos, 22/01/02*)

FOGO ATINGE PARTE DA TI

O fogo já chegou na região oeste da TI Yanomami, área que fica próxima de assentamentos em Mucajá. O gerente executivo do Ibama, Ademir Passarinho, atrelou parte dos incêndios aos agricultores, que insistem em queimar neste período de estiagem e quando estão suspensas as queimas controladas. O Ibama estima que, aproximadamente, 3 quilômetros da TI Yanomami, em Roraima, já foi atingida pelo incêndio dos últimos três dias. Cerca de 500 homens participam da força-tarefa para combater o fogo. (*Gazeta do Povo, 17/03/03*)

REVOGAÇÃO DE ANTIGAS FLONAS

Os líderes indígenas Yanomami Davi Kopenawa, Santarém e Dorival, na recente viagem a Brasília, reivindicaram ao presidente do Ibama, Marcus Barros, a revogação dos decretos que criaram as Flonas de Roraima e Amazonas, recortando a TI Yanomami, durante o governo do então presidente José Sarney. Com a demarcação da terra indígena, em 1991, e sua homologação, em 1992, os Yanomami entenderam que as Flonas de RR e AM estariam extintas. Hoje, os índios estão inquietos por constatarem que ainda estão em vigor os atos de criação dessas unidades de conservação. (*CCPY, 25/03/03*)

PROJETO QUE INVALIDA DEMARCAÇÃO É DESARQUIVADO

Um projeto de Decreto Legislativo nº 365/93, do deputado Jair Bolsonaro (PTB-RJ), que torna sem efeito a demarcação administrativa da TI Yanomami, foi desarquivado no dia 19/05/03 e tramita nas comissões. Essa iniciativa foi diversas vezes arquivada e reiteradamente volta apesar dos vários pareceres contrários já aprovados. (*Inesc, ago/03*)

LIDERANÇAS COBRAM RETIRADA DE INVASORES

O avanço de invasores – garimpeiros, pescadores e madeireiros – sobre a TI Yanomami continua sendo a maior preocupação dos índios. Líderes de 15 regiões da TI reuniram-se em assembléia, no dia 11 de janeiro, no Baixo

Mucajá para discutir e avaliar os principais problemas afetando a TI. Ao final do encontro, foi elaborada uma carta destinada às administrações governamentais que atuam na área e ao Ministério Público. (*CCPY, 04/02/04*)

TRF CONFIRMA DIREITO INDÍGENA AO AJARANI

Por unanimidade, a 5ª Turma do TRF reconheceu, no último dia 31 de maio, que as terras região do Ajarani pertencem aos índios Yawaripê, subgrupo Yanomami. A região vinha sendo reivindicada pelos fazendeiros Walter Miranda e seu filho, Walter Miranda Júnior, Miguel Schultz e Ermilo Paludo, na ação demarcatória em tramitação na Justiça desde 1991. (*CCPY, 09/06/04*)

IBAMA ANALISA EXTINÇÃO DAS FLONAS

O Ibama admitiu considerar a revogação das Flonas incidentes nas TIs da região do Alto Rio Negro. No Atlas de Conservação da Natureza Brasileira, lançado dia 10 de maio pelo Ibama, não aparecem as onze Flonas sobrepostas à TI Alto Rio Negro, e o texto que o acompanha indica a nova posição do Ibama assumindo a extinção dessas UCs. No entanto, esse processo ainda precisa de um reconhecimento formal. De acordo com o diretor de Florestas do Ibama, Antônio Carlos Hummel, os documentos relativos ao caso estão sendo analisados pela Procuradoria do órgão, juntamente com os que tratam das duas Flonas sobrepostas à TI Yanomami. (*CCPY, 25/05/05*)



Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, coloca Davi Yanomami para conversar com presidente Lula por telefonia por satélite. A ministra, o presidente do Ibama, Marcus Barros, e a secretária da Amazônia Legal, Mari Alegretti, foram até a Base Avançada do rio Apiaú, para combater ao incêndio na TI Yanomami.

YANOMAMI / GARIMPO

PROTESTO CONTRA EXPLORAÇÃO MINERAL

“Nós não queremos nenhum tipo de maquinário dentro da nossa área, pois nós, Yanomami, somos contra as balsas. Nós, Yanomami, queremos preservar os nossos rios, lagos, peixes e caça”. Este é um trecho da carta assinada pelo Conselho Administrativo da Ayrca que foi enviada ao ex-presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães, em 04/01/01. O conteúdo dessa carta foi uma reação a um requerimento enviado anteriormente ao referido senador (em 22/11/00), assinado por alguns índios, no qual era solicitada a colocação em pauta no Congresso Nacional da questão relacionada à exploração do subsolo das terras indígenas ou, caso fosse impossível, uma autorização especial para a exploração mineral em suas terras. (CCPY, fev/01)

MASSACRE DE HAXIMU

Em 28 de maio, o STJ negou provimento aos embargos de declaração opostos pelos garimpeiros condenados pelo massacre do Haximu. O recurso dos réus visava reformar decisão anterior do Tribunal que reconheceu a ocorrência de crime de genocídio, e não de homicídio doloso, afastando portanto a competência do Tribunal do Juri para julgar o caso. O STJ publicou nota sobre o assunto em seu site. Os garimpeiros foram condenados em agosto de 1993 a 19 anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de 12 índios Yanomamis, crime conhecido como Massacre de Haximu, que teve repercussão internacional. (ISA, 30/05/01)

ÍNDIOS QUEREM INVASORES FORA

Quarenta e três fazendas e cerca de 500 garimpeiros, de acordo com informações da Funai, continuam a perturbar a vida dos índios ianomâmis após dez anos da demarcação de seu território tradicional, entre os Estados do Amazonas e Roraima. Os ianomâmis mostraram-se preocupados com o futuro das aldeias ante a devastação das matas, poluição dos rios e igarapés, e surgimento de doenças. Ao longo da BR-210 (Perimetral Norte), construída na década de 70 e que corta a terra dos ianomâmis, num trecho de 105 quilômetros dentro da floresta, é visível a devastação de imensa área. Em outras regiões, sobretudo Catrimani, Paapiu e Parafuri, é o garimpo que causa transtornos, como poluição dos igarapés, destruição da mata para construção de pistas de pouso, disseminação de doenças, desaparecimen-

to de animais de caça e pescado, e desestruturação social nas malocas com a introdução de comportamentos antes inexistentes entre os indígenas. (A Crítica, 03/11/02)

MIL GARIMPEIROS NA FRONTEIRA COM A VENEZUELA

Pelo menos mil garimpeiros estão na TI Yanomami, na fronteira com a Venezuela. Dois a três aviões bimotores pousam no território todas as semanas, levando homens em busca de ouro. As denúncias foram feitas pela assembléia anual ianomami que reuniu 217 líderes de 41 aldeias. Eles encaminharam documento ao MPF, em Brasília, pedindo providências para a retirada dos invasores e cobrando ação militar. Perto das aldeias há dois pelotões de fronteira do Exército e instalações do Sivam. Os índios afirmam que há garimpeiros brasileiros e outros que entram no país vindos da Venezuela. (Correio Braziliense, 03/03/03)

YANOMAMI EXPULSAM QUATRO GARIMPEIROS

Um grupo de índios Yanomami, da região do Paapiú, prendeu, dia 1º de dezembro, quatro garimpeiros que invadiram a TI por uma pista clandestina identificada como Feijão Queimado. Os invasores carregavam espingardas, munição e bastante suprimentos – 30 quilos de feijão, igual quantidade de arroz e bananas. Os garimpeiros foram levados ao posto da Funai e se recusaram a revelar para quem estavam trabalhando e quem os havia transportado até a área. (CCPY, 01/12/03)

PISTAS CLANDESTINAS SÃO DINAMITADAS

Uma operação conjunta da Funai, PF e Ibama, iniciada no dia 07 de dezembro, dinamitou quatro pistas clandestinas de garimpeiros no interior da TI Yanomami. A Funai estima que deve haver cerca de 200 garimpeiros em atividade ilegal na região. Durante a operação foram destruídos ranchos, acampamento e pequenas plantações dos garimpeiros. No começo de janeiro, a operação retorna para dinamitar duas outras pistas em diferentes etno-regiões da TI. Participaram da operação 18 agentes da PF, 12 servidores da Funai e 4 do Ibama. (Site da Funai, 22/12/03)

GARIMPEIROS ARMAM YANOMAMI

O administrador da Funai em Roraima, Martinho Alves, acusa garimpeiros de estarem armando os índios yanomami. A acusação foi

publicada ontem no endereço eletrônico oficial do órgão indigenista. Segundo a denúncia do administrador, os garimpeiros estão agora semeando a discórdia entre os índios, distribuindo armas de fogo a diferentes grupos. Essa seria uma forma de fomentar o conflito na etnia. (Folha de Boa Vista, 04/01/04)

SERVIDOR DA FUNAI É ASSASSINADO

O servidor da Funai, Valdez Marinho Lima, 39, foi assassinado por garimpeiros na manhã desta segunda-feira, 23, na região do Paapiu, TI Yanomami. Ele, juntamente com outros seis funcionários, apuravam denúncia de garimpagem ilegal na área, feita por líderes Yanomami na Assembléia dos Povos Indígenas de Roraima, realizada de 7 a 10 de fevereiro, na aldeia Maturuca. O crime ocorreu às 7 horas da manhã numa emboscada preparada por garimpeiros na margem do rio Couto Magalhães. (CIR, 24/02/04)

GUARDA VENEZUELANA PRENDE 27 BRASILEIROS

Vinte e sete brasileiros, entre eles três índios ianomâmis, estão presos na cidade de Puerto Ayacucho, na Venezuela. Eles foram capturados pela Guarda Nacional venezuelana acusados de tentar entrar num garimpo clandestino localizado num parque ecológico. Outros brasileiros que conseguiram fugir ao cerco dizem que os presos estão sendo mantidos em condições precárias numa cadeia superlotada de Puerto Ayacucho, capital do estado venezuelano do Amazonas.

A embaixada do Brasil em Caracas enviou um representante à cidade nos últimos dias para averiguar a situação, mas até agora não há solução à vista, a não ser a expectativa pelo julgamento de recursos apresentados à Justiça venezuelana. (O Globo, 02/09/04)

NEM LEI DO ABATE IMPEDE AVIÕES CLANDESTINOS

Segundo declarações do diretor-executivo do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), Edgar Fagundes, o Sipam faz o monitoramento do espaço aéreo e repassa as informações para a PF, que deveria tomar as providências quando o avião estivesse no solo (Folha de Boa Vista, 26-27/02/05). Mas os aviões de garimpeiros continuam decolando sem plano de vôo e pousando em pistas clandestinas na área yanomami, sem qualquer controle, seja no solo, seja no ar. Das 60 pistas de pouso hoje existentes em Roraima, apenas cinco estão regularizadas. (CCPY, 27/05/05)

FALTAM POLICIAIS PARA RETIRAR GARIMPEIROS DA TI

O administrador da Funai, Gonçalo Teixeira, disse ontem que desde outubro do ano passado montou, em conjunto com a PF, uma operação de retirada dos garimpeiros da TI Yanomami, que não foi executada até agora por falta de agentes na Superintendência de Roraima. Ele afirmou que recebeu de Brasília R\$ 594,9 mil para financiar a operação, que por sucessivas vezes foi adiada pela deficiência no quadro de policiais na Superintendência da PF em Roraima. O dinheiro chegou a ser empenhado na contratação de aviões e helicópteros e no pagamento de diárias das equipes. Segundo o administrador, a presidência da Funai, a chefia da PF em Brasília e o próprio ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, estão cientes da invasão dos garimpeiros na reserva Yanomami. *(Folha de Boa Vista, 02/06/05)*

INVASÕES VOLTAM A AMEAÇAR OS YANOMAMI

Intrusos fornecem armas de fogo para grupos indígenas rivais, o que aumenta o número de mortes nos conflitos entre aldeias da Terra Indígena Yanomami, localizada nos estados de Roraima e Amazonas. A presença de garimpeiros faz crescer também o risco de epidemias de malária e outras doenças. *(ISA, 20/07/05)*

MPF INVESTIGA A PRESENÇA DE GARIMPEIROS

O procurador da República Maurício Fabretti informou ontem que está investigando, em conjunto com a PF a presença de garimpeiros na TI Yanomami. O trabalho deverá resultar em uma operação para retirada dos invasores e destruição das pistas de pouso clandestinas e dos garimpos. O MPF mantém desde 2002 um procedimento administrativo para investigar a intrusão de garimpeiros na reserva. Desde o início deste ano, os líderes Yanomami denunciam o aumento de garimpeiros em suas terras. *(Folha de Boa Vista, 24/07/05)*

OPERAÇÃO SERÁ DEFLAGRADA ESTE MÊS

Sem citar a data exata por medida de segurança, o administrador regional da Funai, Gonçalo Teixeira, disse que a operação para a retirada dos garimpeiros da TI Yanomami será deflagrada até o final deste mês. A operação contará com a participação da PF e do Ibama. Estarão envolvidos no processo de desintrusão entre 500 e 600 homens. *(Folha de Boa Vista, 02/12/05)*

YANOMAMI / SAÚDE

YANOMAMI DA VENEZUELA MIGRAM PARA O BRASIL

A precariedade do atendimento à saúde prestado aos Yanomami que habitam a Venezuela está provocando um êxodo para o lado de cá da fronteira. Há meses, famílias yanomami atingidas por doenças infecto-parasitárias têm procurado postos localizados no Brasil próximos à fronteira com a Venezuela, como Auaris, Xitei, Homoxi e Toototobi. *(CCPY, 25/04/01)*

MALÁRIA CONTAMINA YANOMAMI...

Somente nos três primeiros meses de 2001, 463 índios Yanomami, da região do rio Padauri, no Município de Santa Isabel do Rio Negro (a 628 quilômetros de Manaus), foram contaminados com malária. A informação é da Funasa, que garante a inexistência de óbitos entre os indígenas. *(A Crítica, 26/05/01)*

... MAS É CONTROLADA PELA URIHI

Dentro do programa da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de atendimento às populações indígenas, a Urihi - Saúde Yanomami vem diminuindo dramaticamente a incidência de malária nas áreas yanomami onde atua desde fim de 1999. Nos nove pólos onde atua em Roraima e no Amazonas, a Urihi registrou uma importante queda nos casos de malária em menos de dois anos: em janeiro de 2000, havia incidência de 8,2% de casos registrados; em setembro de 2001, esse número caiu para 0,3%. *(CCPY, 26/11/01)*

APÓS CRISE, FUNASA RENOVA CONVÊNIO COM UHIRI

A continuidade do trabalho de assistência à saúde dos Yanomami está garantida para o ano de 2002. A renovação do convênio põe fim a uma crise ocorrida nos dois primeiros meses deste ano, quando as negociações entre a Urihi e a Funasa chegaram a um impasse de tal ordem que quase levou ao encerramento das atividades de assistência de saúde junto aos Yanomami. *(CCPY, 19/03/02)*

AÇÃO DE ONGS BAIXA MORTALIDADE

A tragédia das centenas de mortes de índios ianomâmis no Brasil, iniciada na década de 60 e considerada como um escândalo internacional, dá sinais de estar no fim. A entrega da responsabilidade da saúde indígena a ONGs está

consequindo frear a mortalidade, de acordo com as próprias autoridades governamentais. *(FSP, 07/10/02)*

AUMENTAM CASOS DE DST

Durante três dias, representantes de ONGs e profissionais de saúde que trabalham no Dsei Yanomami estarão reunidos no auditório do Hotel Uiramutã discutindo e avaliando o controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) entre os índios. Em 1999, foram registrados nove casos de doenças sexualmente transmissíveis. Em 2000 foram 39 e, em 2001, subiu para 43. Este ano, até outubro, foram 79 casos. *(Folha de Boa Vista, 05/12/02)*

COMBATE À TUBERCULOSE

A incidência da tuberculose, grave problema de saúde entre os Yanomami, reduziu 69% nos últimos três anos nas áreas atendidas pela Urihi. Desde 2001, os casos diagnosticados de tuberculose estão sendo tratados com sucesso. Para o combate à doença, foi implantado um sistema de investigação, através da realização do teste tuberculíneo (PPD), do exame de escarro e da radiografia de tórax. Todos esses exames são realizados dentro da própria área indígena. Antes da implantação da assistência permanente, os Yanomami eram obrigados a permanecer em Boa Vista durante os seis meses de tratamento, causando enorme sofrimento e transtornos sociais. *(Relatório de Atividades da Urihi, abr/03)*

SAÚDE EM DISCUSSÃO

Lideranças indígenas, representantes de instituições parceiras ligadas à saúde na área Yanomami e à Funasa participam da 3ª Reunião do Conselho Distrital de Saúde Yanomami. O encontro tem por objetivo discutir os planos de trabalho a serem realizados ainda este ano e avaliar a prestação dos serviços no ano passado. A liderança indígena do povo Yanomami, Davi Yanomami, avaliou bem os serviços prestados na saúde da sua comunidade atualmente. Segundo ele, a malária praticamente sumiu entre os índios. *(Brasil Norte, 27/06/03)*

CRIANÇAS DESNUTRIDAS

Das 1.373 crianças Yanomami de zero a cinco anos de idade, 65,7% apresentam algum grau de desnutrição. Deste percentual, 6,3%, o que equivale a 77 crianças, têm desnutrição grave. A estatística é da organização Urihi, responsável pela assistência básica da saúde dos sete mil yanomami, que atua em 16 regiões que agregam 352 comunidades indígenas. *(Folha de Boa Vista, 29/10/03)*



FOTOS MAURILIO CLARETO/EDITORIA GLOBO, AGO. 2001

Testes para detectar a tuberculose são feitos dentro da própria área indígena. À esquerda, enfermeira da Urihi aplica teste de PPD em Yanomami da comunidade Komomassipe. À direita, exame de raio-x do tórax.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA URIHI É MORTO

O auxiliar de enfermagem da Urihi, Orismar Araújo da Silva, 32, foi morto com um tiro de espingarda calibre 22, no ombro, por volta das 14h30 de anteontem. A vítima e uma outra auxiliar de enfermagem, Valdecir Chagas, estavam em um igarapé na comunidade Kahôsiiki, quando Orismar foi atingido. *(Folha de Boa Vista, 14/12/03)*

YANOMAMI TEMEM PARALISAÇÃO NA ASSISTÊNCIA

Os Yanomami estão preocupados com as mudanças que possam ocorrer a partir do novo modelo de atenção à saúde dos povos indígenas que passa a entrar em vigor, a partir de recentes portarias (nºs 69 e 70 de 20/01/04) editadas pela Funasa. A instituição decidiu assim reassumir, a partir de 2004, a execução direta das ações de assistência à saúde dos índios. O novo modelo estabelece ainda que a Funasa será responsável pelas aquisições de medicamentos, transporte da equipes de campo e combustível, além de obras e licitações. Também os convênios com as ONGs e outras entidades parceiras funcionarão apenas de forma classificada, sem maiores precisões, como “complementar”, parecendo reduzir, de fato, seu papel efetivo essencialmente à contratação e formação de pessoal e participação em instância de controle social. *(CCPY, 04/02/04)*

FUNASA FARÁ ADITIVO PARA CUMPRIR TRANSIÇÃO

Depois das turbulências entre ONGs, Ministério da Saúde e a Funasa, motivadas pelas novas diretrizes anunciadas para a saúde indígena, o convênio com a Urihi — entidade que cuida da assistência básica aos índios Yanomami

— não será mais cancelado e um aditivo será feito para atender o período de transição. A Urihi ameaçou não renovar mais o contrato. *(Folha de Boa Vista, 04/03/04)*

CONSELHO YANOMAMI AVALIA NOVA POLÍTICA DE SAÚDE

O Conselho Distrital do DSEI Yanomami, em Boa Vista, reuniu-se entre os dias 8 a 10 de março 2004 com o objetivo de, entre outras questões, avaliar a proposta de implantação do novo modelo de gestão para a saúde indígena. O Conselho Distrital reconhece que a condução da Política de Saúde Indígena é de responsabilidade do Governo brasileiro que deve formular, normatizar e executar a gestão da saúde indígena, devendo garantir a devida participação e controle social pelos povos indígenas. Sempre entendeu o papel das organizações conveniadas numa perspectiva de colaboração e complementaridade às ações do governo e de solidariedade para com os povos indígenas no processo de consolidação na saúde indígena no país. Contudo, neste momento crítico e de mudanças, é preciso que seja devidamente reconhecido pela Funasa e a experiência peculiar do Distrito Yanomami, não esquecendo o seu caráter pioneiro, e o fato desta experiência ter demonstrado comprovadamente resultados extremamente positivos através desta articulação da Funasa com diversos parceiros e ONGs envolvidas, que podem ser verificados pelos indicadores de saúde e pelas manifestações de grande satisfação das lideranças Yanomami em todas as reuniões do Conselho realizadas até hoje. *(Coiab, 10/03/04)*

URIHI NÃO FECHOU ACORDO COM A FUNASA

A ONG Urihi divulgou nota anunciando que na última reunião ocorrida no dia 25 de março

em Brasília, não houve acordo entre a Urihi e a Funasa para a assinatura de um novo convênio para dar continuidade às ações de saúde para cerca de 50% da população Yanomami. Segundo a Urihi, durante o encontro ficou evidente o intransigente interesse da direção da Funasa de assumir o controle de recursos essenciais para a assistência no DSEI, como o transporte aéreo e terrestre e a compra de medicamentos e combustíveis, sem que o órgão tenha realizado qualquer ação concreta no sentido de adquirir capacidades técnica e operacional para tanto. A coordenação garante que a Urihi não se opõe à transferência da totalidade ou de parte de suas atividades atuais no DSEI para a Funasa. Pelo contrário, deseja unicamente que esta transição ocorra de forma responsável, a partir de um processo de fortalecimento técnico, administrativo e político da instituição que garanta que as extraordinárias conquistas na saúde dos Yanomami não sejam ameaçadas. *(Brasil Norte, 12/04/04)*

PLANO DE SAÚDE ESTÁ EM DEBATE

Lideranças Yanomami, representantes da Funasa e das ONGs que trabalham na saúde yanomami devem aprovar hoje o Plano Distrital de Saúde para área Yanomami para vigorar no segundo semestre deste ano e em 2005. O presidente do Conselho Distrital Yanomami, Arakona Yanomami, que vive no Paapiu Novo, disse que não é pertinente agora fazer críticas à Funasa, que voltou a coordenar a saúde indígena no Brasil. *(Folha de Boa Vista, 25/05/04)*

FUNASA ROMPE PARCERIA COM URIHI...

Em quatro anos, a incidência de malária foi reduzida em quase 100%, a mortalidade infantil diminuiu 65% e a população, ameaçada de

extinção, passou a crescer 4% ao ano. Esse modelo de eficiência foi conquistado pela Urihi, uma ONG de saúde indígena que desde 2000 atua no território yanomâmi. Em junho, porém, a entidade inicia a retirada de seus funcionários da área. A Funasa decidiu que a saúde indígena é uma questão de soberania nacional, que deve ser centralizada pelo Estado. (*Revista Época, 31/05/04*)

... E FIRMA CONVÊNIO COM UNB

A Funasa e a Universidade de Brasília (UnB) firmaram, ontem, convênio para atendimento aos índios xavantes e yanomami. O convênio atende às novas diretrizes para a saúde indígena implantadas este ano.

O trabalho da Universidade com relação aos Yanomâmi terá início a partir de 2 julho, em substituição à Urihi. Em ambos os casos, a UnB desenvolverá ações complementares de saúde dentro da nova política. A universidade entrará com a responsabilidade de manutenção das equipes de atenção básica à saúde, capacitação e controle social. (*Brasil Norte, 18/06/04*)

SENADOR ROMERO JUCÁ INDICA COORDENADOR

O médico Ramiro Teixeira, candidato derrotado a deputado estadual nas eleições de 2002, foi nomeado coordenador da Funasa em Roraima. Ele foi indicado para o cargo pelo senador Romero Jucá, ex-governador de Roraima e ex-presidente da Funai no Governo Sarney, durante a tentativa (1988-89) do governo federal de retalar o território yanomami em 19 áreas pequenas e descontínuas cercadas por corredores abertos à exploração, inclusive por garimpeiros. (*CCPY, 03/09/04*)

DIRETOR NEGA AUMENTO DE MALÁRIA

Indagado sobre o aumento dos casos de malária na área Yanomami, Ramiro Teixeira afirmou com exclusividade ao BN que essa doença teve grande projeção em todo o Estado, e não somente nessa área indígena. O número exato ainda não foi tabulado pela Funasa. (*Brasil Norte, 21/01/05*)

YANOMAMI RECLAMAM DA SAÚDE

O coordenador regional da Funasa, Ramiro Teixeira, confirmou que as reclamações dos indígenas ainda são constantes em relação ao atendimento e à saúde praticada na área Yanomami. Os índios apontam como dados negativos em relação à saúde a insuficiência na quantidade de medicamentos para atender as malocas. (*Folha de Boa Vista, 04/02/05*)

PROFISSIONAIS DA SAÚDE ESTÃO SEM SALÁRIOS

Mais uma vez os agentes que trabalham na saúde indígena na área Yanomami, através do convênio entre a Funasa e Fubra estão sem receber. A informação foi repassada pelo Sindicato dos Profissionais da área Yanomami. A preocupação da entidade é que isso se torne uma rotina, atrapalhando o desempenho dos profissionais, que, segundo informações do sindicato, vêm trabalhando com comprometimento. (*Folha de Boa Vista, 10/08/05*)

SINDICATO DENUNCIA MORTE DE CRIANÇA

O presidente do Sindicato dos Profissionais da área Yanomami, José Rondineli da Encarnação Rodrigues, denunciou ontem que está ocorrendo um surto de diarreia na área yanomami. Segundo ele, como os profissionais estão há dois meses sem receber salários, o problema tem se agravado, inclusive com a morte de uma criança menor de 1 ano. Rondineli Rodrigues contou que três pólos, que deveriam estar sendo monitorados pelos agentes de saúde para evitar o agravamento do problema, estão praticamente descobertos porque os agentes não querem trabalhar sem receber. (*Folha de Boa Vista, 11/08/05*)

ASSISTÊNCIA MÉDICA PRECÁRIA

As recentes remoções de doentes yanomami de suas aldeias para Boa Vista, capital de Roraima, revelaram a infra-estrutura deficiente da Casa do Índio (Casai). O local também prejudica o atendimento aos pacientes indígenas. Faltam medicamentos e a maioria dos equipamentos está danificada, impossibilitando a realização dos exames necessários. Neste contexto crítico, os conselheiros indígenas do DSEI-Yanomami cobraram presença mais constante dos técnicos de saúde nas aldeias, a fim de evitar remoções para a cidade. (*CCPY, 15/08/05*)

DENÚNCIAS DO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DE SURUCUCUS

O presidente da Hutukara Associação Yanomami, Davi Kopenawa, divulgou no dia 16 de julho uma carta confirmando as denúncias de líderes indígenas de Surucucu em reunião do Conselho local do DSEI-Yanomami. Davi voltou a insistir sobre a necessidade de a Funasa garantir o fornecimento de remédios em quantidade suficiente para o atendimento na TI Yanomami. Segundo ele, sempre faltam medicamentos na área e, além disso, os funcionários da Funasa não têm recebido salários e ali-

mentos normalmente, prejudicando sua boa atuação no campo. (*CCPY, 15/08/05*)

PROFISSIONAIS DE SAÚDE CANCELAM PROTESTO

A prestação de serviços de saúde básica, realizada pela FUB, junto aos yanomami, não será mais suspensa. A medida foi anunciada na tarde de ontem, após a confirmação do pagamento pela Funasa da 4ª parcela no valor de R\$ 918.113,45 do contrato vencido. (*Folha de Boa Vista, 25/08/05*)

ASSISTÊNCIA MÉDICA PODE SER PARALISADA

Mais de 200 técnicos que prestam assistência aos yanomami e yekuana, em 20 pólos na região amazônica, podem voltar a paralisar a assistência médica nessas localidades devido aos constantes atrasos no pagamento dos salários. A Funasa justifica o atraso informando que os convênios continuam sendo avaliados pela Gerência Nacional, em Brasília. Por esse motivo, os contratos ainda não foram assinados, enquanto os profissionais indígenas que atuam em Roraima estão há cinco meses sem receber. (*Brasil Norte, 13/09/05*)

FUNASA CONFIRMA PAGAMENTO E ADOTA PLANO ESTRATÉGICO

O coordenador-substituto da Funasa, Aurean Leal dos Santos, confirmou que o convênio foi assinado ontem mesmo em Brasília e encaminhado ao Departamento de Planejamento para despacho e liberação da verba. Ele não soube informar o valor exato da parcela. A previsão é que até a próxima segunda-feira o dinheiro já esteja na conta dos servidores. (*Folha de Boa Vista, 13/09/05*)

70% DOS AGENTES SUSPENDEM ATIVIDADES

O atraso no repasse de verba para pagamento do convênio Funasa-Fubra levou à suspensão das atividades de 70% dos agentes de saúde que prestam serviços na reserva yanomami. Mas o problema não se refere somente ao pagamento dos servidores. Os agentes estão trabalhando em situação de precariedade. (*Folha de Boa Vista, 13/09/05*)

YANOMAMI OCUPAM SEDE DA FUNASA EM RR

Ontem, 15 de setembro, após tentativas infrutíferas de diálogo com representantes da Funasa de Roraima, um grupo de 25 Conselheiros Yanomami acabou bloqueando saídas

e entradas da sede da instituição em Boa Vista durante cerca de duas horas. O ato de protesto se deu após o início da reunião extraordinária do Conselho Distrital de Saúde Yanomami, onde seriam discutidas as graves insuficiências que vêm afetando a qualidade do atendimento em saúde na TI Yanomami. Diante da falta de explicações dos representantes da instituição, os líderes Yanomami, pintados de preto, cor de guerra, resolveram cercar a Funasa e aguardar pelo retorno de Brasília do seu Coordenador-geral, Ramiro Teixeira, prevista para 16 de setembro. (CCPY, 15/09/05)

VOLTA A CRESCER NÚMERO DE CASOS DE MALÁRIA

Após quatro anos sem um único caso de malária na região do Aracá, sudoeste da área Yanomami (AM), foram registrados 40 casos de infestação por *Plasmodium falciparum* no mês de agosto último, acometendo quase 60% da população. Estes casos culminaram na morte de uma criança de seis anos, segundo informações da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) que também atua no local.

A falta de disponibilidade rápida de remédios antimaláricos também tem agravado essa situação. Na região do rio Marauíá, afluente do rio Negro, no Amazonas, os casos de malária saltaram de 20 em janeiro para 64 em julho, chegando a um pico de 83 em maio. O total foi de 366 casos de malária durante os primeiros sete meses deste ano, em uma população de 1.393 pessoas. Durante este mesmo período, outra região da área yanomami no Amazonas, o Padauari, contabilizou 126 casos entre os 761 residentes locais. (CCPY, 16/09/05)

PMDB INDICA NOVO COORDENADOR DA FUNASA

Sai Ramiro Teixeira, entra Ionilson Sampaio. O cirurgião dentista, irmão do vice-prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio, assumiu ontem a Coordenação Regional da Funasa/RR. O nome do novo coordenador foi indicado pela executiva nacional do PMDB e bem recebido pela gerência nacional da Funasa, em Brasília. (Brasil Norte, 17/09/05)

O INPS YANOMAMI

David Kopenawa, o maior líder yanomami, está reunido com os tuxauas na floresta para decidir os termos de uma denúncia internacional. A Funasa está nos enrolando. Faltam medicamentos, doenças como malária e pneumonia estão aumentando. Tem muito dinheiro, mas ele não chega aqui. Vamos pedir ajuda de fora para que meu povo não volte a morrer como

antes', afirmou, ao deixar Boa Vista, Roraima, na terça-feira. Ele se refere ao genocídio que dizimou 15% da etnia com doenças levadas por garimpeiros no fim dos anos 80. Naquele tempo, a situação só foi combatida pelo governo quando a matança ocupou as manchetes dos jornais americanos e europeus. (Revista Época, 05/10/05)

FUNASA REFORÇA APOIO NA TI

Depois de uma visita de dois dias nas áreas do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Yekuana (DSEI-Y) no Amazonas, a Coordenação Regional da Funasa de Roraima conseguiu obter um reforço para o apoio das ações naquela área, hoje atendida pelas conveniadas: Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya) e Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário (IBDS).

Com isso, o coordenador Ionilson Sampaio identificou algumas dificuldades operacionais no deslocamento das equipes de saúde, permitindo com que o índice de malária aumentasse na região entre os indígenas. (Folha de Boa Vista, 04/11/05)

EMPRESA CANCELA VÔO PARA ÁREA INDÍGENA

A empresa aérea Roraima Táxi Aéreo paralisou todos os vôos que atendem a TI yanomami, criando uma situação que beira o caos. O problema é falta de pagamento. Segundo o gerente da companhia a Funasa está com mais de três meses com problemas na liberação de recursos e a dívida já passa de R\$ 1 milhão. Parte do pagamento do mês de agosto já foi efetuada e restam R\$ 245.158,33. A fatura do mês de setembro está sendo conferida e os serviços cobrados chegam ao valor de R\$ 684.558,33 dos dois distritos. A empresa ainda não apresentou a fatura do mês de outubro. (Folha de Boa Vista, 09/11/05)

FUNCIÓARIOS PEDEM PROVIDÊNCIAS AO MPF

Os funcionários da Funasa levaram um documento ao Ministério Público Federal solicitando providências em relação ao cancelamento de vôo para a TI Yanomami. Segundo eles, a Fundação está sendo inoperante em relação à execução da assistência à saúde que está novamente paralisada. O presidente do sindicato, José Rondinelle Rodrigues, disse também que no posto Aratha-u quatro funcionários estão sendo hostilizados por garimpeiros que invadiram a área, sem que nenhuma medida seja tomada para garantir a segurança dos profissionais. (Folha de Boa Vista, 09/11/05)

PÓLOS-BASE ESTÃO SEM COMIDA E REMÉDIO

A falta de pagamento das horas de vôo da empresa Roraima Táxi Aéreo, que atua na TI Yanomami, está deixando os 30 profissionais que estão há mais de um mês dentro da área em situação complicada. Começa a faltar comida para os funcionários e medicamentos para os índios, como penicilina procaína e dipirona. Através da radiofonia, a Folha conversou na tarde de ontem com funcionários que atuam em vários pólos-base. Pela situação vivida, eles relataram não agüentar mais passarem por esse problema, que vem se arrastando por três meses. (Folha de Boa Vista, 11/11/05)

NOVO FOCO DE TRANSMISSÃO DE MALÁRIA

Aumento da ocupação da zona rural do município de Barcelos (AM) influi no alastramento da malária na área yanomami. Povoamentos e sítios próximos aos limites da terra indígena servem como porta de entrada para a malária oriunda da cidade. Uma comunidade evangélica situada no baixo rio Demini foi identificada como um dos focos de transmissão da doença. Uma família do Bacabal seguiu, então, para o Ajuricaba, onde após permanecer por uma semana, acabou espalhando a malária. Outro foco de transmissão da malária constatado pelo médico é a região próxima à cachoeira do Aracá, também no estado do Amazonas, antigo ponto de trabalho de piaçabeiros com os quais os Yanomami da região travam contato freqüente. (CCPY, 14/11/05)

SERVIDORES QUEREM GARANTIA PARA RETORNAR

Os profissionais de Saúde contratados pela Funasa através de convênios com a FUB, decidiram somente retornar para a área yanomami mediante uma garantia da continuidade dos vôos. A decisão surgiu em assembléia geral ocorrida na tarde de ontem. O impasse iniciou no último dia 7, quando a empresa Roraima Táxi Aéreo decidiu suspender os vôos em virtude do atraso no pagamento dos repasses. (Folha de Boa Vista, 15/11/05)

FALTAM MEDICAMENTOS NA TI

Os problemas dentro da área Yanomami parecem continuar. A falta de medicamentos estaria gerando outro problema: o surgimento de casos de malária entre a população indígena. A gerente de Saúde da Área Indígena Yanomami, Kelly Maria Queiroz, confirmou a falta de medicamentos. Conforme informou, as áreas de Toototobi e Parafuri estariam sofrendo os

mesmos problemas. O presidente do Senalba informou que estaria faltando medicamento para malária, leishmaniose e tuberculose. Em Toototobi, teriam sido confirmados 16 casos de malária entre os índios e dois casos em Parafuri. *(Folha de Boa Vista, 17/11/05)*

YANOMAMI INVADEM SEDE DA FUNASA

Índios yanomâmi invadiram nesta quarta-feira a sede da Funasa em Boa Vista em protesto contra a falta de atendimento médico que, segundo eles, está ocorrendo dentro de sua reserva, no noroeste de Roraima. Os yanomâmi reclamam que, em razão de atraso no repasse de verba da Funasa, houve cancelamento de vôos que faziam o transporte, dentro da terra indígena, de medicamentos, profissionais de saúde e índios doentes. Com isso, de acordo com eles, o atendimento de cerca de 8.000 índios foi prejudicado. *(FSP, 23/11/05)*

EMPRESA REGULARIZA OS VÔOS POR 15 DIAS

O coordenador regional da Funasa, Ionilson Sampaio, afirmou que o pagamento da fatura do mês de setembro da empresa Roraima Táxi Aéreo, responsável pelos vôos para a TI Yanomami, pouco mais de R\$ 500 mil, foi realizado ontem e a empresa voltaria a operar normalmente a partir de hoje. *(Folha de Boa Vista, 23/11/05)*

O PROBLEMA É A FUNASA EM BSB, DIZ COORDENADOR

O coordenador regional da Funasa, Ionilson Sampaio, foi enfático ao afirmar que os problemas enfrentados são em fazer a sede da instituição em Brasília, reconhecer a gravidade da falta de assistência médica aos indígenas de Roraima e do Amazonas. Sampaio disse que diversos documentos informando a situação e solicitando a liberação de recursos foram enviados a Brasília, mas não foram atendidos. O coordenador afirmou que está disposto a buscar soluções para os problemas. *(Boa Vista News, 24/11/05)*

ATIVIDADE DE CONTROLE DA MALÁRIA

De 5 a 27 de dezembro, a Coordenação Regional da Funasa em Roraima realiza, no município de Santa Isabel do Rio Negro, no estado do Amazonas, curso de Ações Integradas de Controle da Malária. O treinamento irá capacitar as pessoas envolvidas nas ações de controle da doença entre os Yanomami. O médico epide-

miologista Oneron Pithan, juntamente com a sua equipe, estará à frente da capacitação, acompanhado do Dr. Marcos Lacerda, da Fundação Medicina Tropical do Amazonas. *(Folha de Boa Vista, 26/11/05)*

DESCASO

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou ontem no plenário o descaso com que, em sua opinião, a Funasa vem conduzindo a questão da saúde indígena no País e em especial em Roraima. O senador disse não entender por que a Funasa fez convênios com organizações não-governamentais em vez de fazer com o Governo de Roraima, a universidade do Estado ou mesmo o Exército que tem uma base instalada próxima às aldeias indígenas. *(Folha de Boa Vista, 26/11/05)*

MALÁRIA TEVE CRESCIMENTO RECORDE EM 2005

Chega a 1006 o número de casos de malária entre os Yanomami durante os primeiros nove meses de 2005 (janeiro a setembro), segundo estratificação epidemiológica da malária no DSEY feita pela Funasa.

A população que mais sofreu com a incidência da malária foi a do rio Marauai, afluente do rio Negro, com 382 casos entre seus 1393 habitantes. O presidente do Secoya, organização responsável pelo atendimento na região, João Silvério Dias, atribuiu a causa desses números aos atrasos constantes no repasse de verbas da Funasa, afetando o atendimento, e à política centralizadora de compras da Fundação, impedindo a aquisição emergencial de remédios. Em seguida, está a região do Mucajá, compreendendo os pólos do Aptaú, Baixo e Auto Mucajá, Paapiu Novo e Maloca Paapiu, com 918 pessoas, onde foram registrados 143 casos. Nas

comunidades dos pólos do Demini, Toototobi, Balawau e Novo Demini, com população total de 1236 pessoas, constam 128 casos. A população da região do Aracá, composta por 341 pessoas, após quatro anos sem uma única notificação de malária, viu explodirem 48 casos durante o período. Entre os 992 habitantes da região do Uraricoera surgiram 104 casos; no Catrimani, com 898 pessoas, foram registrados 94 casos e no Padauari, com população de 1252 pessoas, 83 casos. Entretanto, não há dados sobre comunidades de regiões endêmicas como o Parafuri e Arathau, com população de 741 pessoas, onde a presença dos garimpeiros é fator agravante para o alastramento de doenças. *(CCPY, 29/11/05)*

YANOMAMI RETIRAM EX-COORDENADOR

O grupo de índios yanomami que ocupam a sede da Funasa retiraram do órgão o ex-coordenador Ramiro Teixeira, que estava em uma das salas, na manhã de hoje, tentando negociar com os indígenas. Os índios também deixaram claro que desejam negociar com outro representante da Funasa e ainda exigiram a volta de Ionilson Sampaio, exonerado do cargo na última segunda-feira, 28. *(Folha de Boa Vista, 30/11/05)*

SEDE DA FUNASA SERÁ DESOCUPADA POR 10 DIAS

Na manhã de hoje (5/12), em audiência de conciliação e justificação, na 1ª Vara da Justiça Federal de Roraima, líderes indígenas dos Distritos Sanitários Leste e Yanomami, e a Advocacia Geral da União (AGU), chegaram a um acordo para a desocupação da sede Funasa por 10 dias, prazo para que as reivindicações sejam atendidas. *(CIR, 05/12/05)*



Yanomami invadem sede da Funasa em Roraima.

CARLO ZACQUINI - NOV. 2005

YANOMAMI ENVIAM CARTA DE PROTESTO

Yanomami, Ye´kuana e representantes de organizações de atendimento às populações indígenas denunciam a situação caótica do sistema de saúde mantido pela Funasa, numa série sem precedentes de cinco documentos elaborados somente no mês de novembro. O Conselho Distrital do DSEI Yanomami, os conselheiros Ye´kuana da região de Auaris, representantes do Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário (IBDS), do Serviço pela Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya) e do Sindicato dos Profissionais da Área Yanomami enviaram documentos ao MPF, Ministério da Saúde e à própria Funasa detalhando os problemas.

Documento mais recente e que resume os sentimentos dos Yanomami e das instituições que lhes prestam assistência foi elaborado na sexta-feira, dia 25 de novembro, em Boa Vista, Roraima, e enviado Ministério da Saúde (veja abaixo), no qual se reivindica imediata correção de falhas consideradas graves na estrutura de atendimento na área indígena mantida pela Funasa. Participaram da elaboração desse documento cerca de 60 Yanomami, entre os quais, conselheiros distritais, agentes indígenas de saúde e professores, além dos representantes de instituições conveniadas à Funasa, como a Fubra, Secoya, Diocese de Roraima e IBDS. Apresentamos a seguir a íntegra do documento

“Reunião extraordinária, Boa Vista (Roraima), 24 de novembro de 2005.

Para o Excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. José Saraiva Felipe

C/C Presidente da Funasa, Sr. Paulo Lustosa; diretor do Departamento de Saúde Indígena, Sr. José Maria de França; Ministério Público Federal; Fundação Nacional do Índio.

Pela segunda vez em menos de dois meses o Conselho Distrital do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami e Ye´kuana está reunido em caráter extraordinário em Boa Vista, desde o dia 22 de novembro, para tratar da situação caótica em que se encontra a assistência à saúde a sua população, sem que até o momento tenha merecido a devida atenção. As conveniadas, sem recursos

para pagar os salários e comprar o necessário para manter o serviço de saúde funcionando, como remédios e equipamentos, além de não disporem de horas de voo, estão fechando os postos de atendimento nas aldeias e retirando seus profissionais, deixando os Yanomami sem nenhuma assistência. Além disso, em Roraima, garimpeiros invadem a terra indígena e expulsam os funcionários da conveniada Fubra/Universidade de Brasília do posto Arathau, privando os Yanomami de assistência, apesar do surto de malária na região. O caso foi denunciado à Funai, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal de Roraima, sem que nenhuma providência tenha sido tomada até então.

Desde 11 de novembro, a conveniada Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário (IBDS), apesar de ter sua prestação de contas aprovada pela Coordenação Geral de Convênios (CGCON) da Funasa, depois de esperar quatro meses pelo repasse dos recursos, o que não ocorreu, foi obrigada a fechar sete postos de atendimento, deixando desassistidos pelo menos 2 mil Yanomami, nas regiões dos rios Cauaburis e Maiá, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Já as conveniadas Fundação Universidade de Brasília e Diocese de Roraima, por 20 dias se viram impossibilitadas de enviar seus profissionais para as aldeias yanomami pois o serviço de transporte aéreo estava suspenso, devido ao atraso de três meses no pagamento. A dívida foi quitada mas não existe nenhuma garantia de que a situação não venha a se repetir nas próximas semanas.

O atraso ocorrido mais uma vez no repasse dos recursos do convênio da Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya) está impossibilitando a realização das ações básicas de saúde, deixando, por sua vez, desassistida uma população de aproximadamente 2.800 Yanomami, distribuídos em 18 aldeias nos rios Marauá, Padauari, Demini e Aracá, no estado do Amazonas. Diante dessa situação e da ausência de resposta por parte de vossas excelências, o Conselho Distrital tomou a decisão de manter-se reunido até que as seguintes providências sejam tomadas pela Funasa/

Ministério da Saúde, com vista a superar a situação deplorável em que se encontra o DSEI Yanomami e garantir o direito à vida e à saúde dessa população:

1 - Repasse imediato dos recursos pactuados para as conveniadas Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário - IBDS, Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami - Secoya, Fundação Universidade de Brasília - Fubra e Diocese de Roraima;

2 - Solucionar de maneira definitiva o impasse criado pela centralização da compra das horas de voo por parte da Funasa, que de forma recorrente vem paralisando a assistência;

3 - Aditivar os convênios permitindo a aquisição de insumos, medicamentos e equipamentos que permitam realizar a assistência de maneira adequada, o que, de uma forma geral, não vem ocorrendo agora;

4 - Que o Governo Federal tome imediatamente as medidas cabíveis para realizar a desintrusão da Terra Indígena Yanomami, cuja invasão por parte dos garimpeiros e outros vem colocando em risco a vida dos Yanomami e a dos profissionais que lá trabalham, além de inviabilizar a assistência em algumas regiões.

Segue em anexo documentos e notícias que trazem informações complementares acerca da situação que apresentamos.

Assinam:

Francisco Xavier da Silva Figueiredo, vice-presidente do Conselho Distrital.

Mateus Ricardo da Silva Sanõma, conselheiro e primeiro secretário da Hutukara Associação Yanomami.

Conselheiros: Raimundo Watoriki theri; Taimin Koriyauopë theri; Castro Costa da Silva Ye´kuana; Peri Xirixana; Alexandre Hawarihixapopë theri; Bruce Raxasi theri; Augusto Xirixana; Fanor Xirixana; Batista Pohoroapihwei theri; Marcos Antônio Pellegrini; Carlo Zacquini; Silvio Cavuscens; Cleyton da Silva Carvalho; Ednelson Souza Pereira; José Rondinelle da Encarnação Rodrigues; Kelly Maria Queiroz Martins. (CCPY, 29/11/05)

YANOMAMI / EDUCAÇÃO

CURSO DE INFORMÁTICA

Dezenove professores e um microscopista yanomami das regiões de Demini, Toototobi, Parawa-u, Surucucu, Hakoma e Paapiú, além de um professor Macuxi, fizeram em outubro um curso promovido pelo Programa de Educação Intercultural (PEI) da Comissão Pró-Yanomami, com apoio da Universidade Federal de Roraima. Com o domínio da computação, os Yanomami querem melhorar a comunicação entre as aldeias, criando novos materiais informativos, além de contribuir para o melhor desempenho em sala de aula com a confecção de materiais didáticos. (CCPY, 26/11/01)

PROFESSORES APRENDEM ECONOMIA E ECOLOGIA

Por iniciativa da CCPY, da Urihi-Saúde Yanomami e da Secoya, será realizado de 16 de maio a 15 de junho, na aldeia Ajuricaba, rio Demini, município de Barcelos (AM), um curso Economia e Ecologia para 90 professores yanomami procedentes de 15 regiões distintas e falantes de três das quatro línguas yanomami. O curso terá duração de 200 horas, tem a aprovação e financiamento do Ministério da Educação e Funai, com contrapartida de recursos das três ONGs organizadoras. Os objetivos do curso são instruir os Yanomami sobre a utilização do dinheiro e proporcionar-lhes uma compreensão mais ampla do impacto social do

seu uso bem como da economia regional e da economia dos projetos alternativos; informar-lhes sobre o impacto ambiental do uso predador de recursos naturais e os problemas causados pelo lixo de origem industrial na floresta; enfim de discutir a importância do manejo ambiental sustentável da Terra Indígena Yanomami. (CCPY, 31/05/02)

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO É PREMIADO

O Programa de Educação Intercultural (PEI) da CCPY recebeu o Prêmio Banco Mundial de Cidadania que vem atendendo a 34 aldeias – 14 no Amazonas e 20 em Roraima – da TI Yanomami. A premiação ocorreu durante o En-

contro Amazônia de Experiências Sociais Inovadoras realizado pelo Banco Mundial, Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado do Amazonas, em Manaus, nos dias 8 e 9 de junho. (CCPY, 24/07/02)

OFICINA DE SENSORIAMENTO REMOTO

Estão previstos para o próximo ano trabalhos de monitoramento da Terra Indígena Yanomami com ajuda de computadores, fotos de satélite e GPS. O objetivo do projeto, idealizado pela CCPY com apoio do *Institut de Recherche pour le Développement (IRD)* e *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS-Credal)*, é otimizar a fiscalização e o uso sustentável dos recursos naturais do território yanomami pelos índios, prevenindo, assim, novas invasões de garimpeiros, colonos e fazendeiros com o apoio das autoridades competentes. (CCPY, 23/07/03)

YANOMAMI BUSCAM APOIO FINANCEIRO NA ITÁLIA

Os índios Davi Yanomami, Dário Vitorio Yanomami e Joseca Mokahezi Poroanahikitheri estiveram na Itália, em maio último, a convite da organização de defesa dos povos indígenas, *Survival International* (Itália), onde fizeram contatos com organizações e autoridades a fim de captar recursos para o Programa de Educação Intercultural (PEI). O primeiro de uma série de encontros ocorreu na cidade de Padova, ao norte da Itália. Os funcionários mostraram-se muito receptivos à apresentação dos Yanomami e assumiram o compromisso não apenas de fazer uma doação específica para o programa de educação, mas também de enviar uma carta e cópia do projeto a todas as prefeituras da província – 118 no total – sugerindo que cada uma faça doações financeiras ao programa educacional. (CCPY, 23/07/03)

SURVIVAL INTERNATIONAL DA ITÁLIA DOA RECURSOS

A Associação Survival International/Itália doou 5 mil euros ao Programa de Educação Intercultural (PEI), desenvolvido pela Comissão Pró-Yanomami, cumprindo o compromisso assumido pelos funcionários da Assessoria de Cultura e de Cooperação Internacional da Província de Padova. (CCPY, 24/09/03)

CURSO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ENERGIA SOLAR

Um grupo de 19 Yanomami, entre professores e agentes de saúde, das áreas Demini, Parawau, Toototobi, Homoxi, Surucucus, Hakoma e

Paapiú, participou do primeiro curso preparatório para manutenção de sistemas de energia solar, realizado de 1º a 4 de setembro. (CCPY, 24/09/03)

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Uma parceria do Governo do Estado, através da Secretaria de Educação com a CCPY, vai capacitar 24 professores Yanomami com um curso de Informática e Produção de Material Didático. A aula inaugural foi realizada ontem pela manhã nos dois laboratórios do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE). Os professores receberão aulas de digitação, além de diagramação para produção de material didático que servirão para reforçar as aulas nas suas comunidades de origem. As aulas serão ministradas por três professores da CCPY. (Brasil Norte, 03/06/04)

PROGRAMA ATENDE 36 ESCOLAS EM SETE ALDEIAS

Para desenvolver o Programa de Educação em 36 escolas (localizadas nas regiões Yanomami de Demini, Toototobi, Parawau, Homoxi, Alto Catrimani, Paapiu e Kayanau) a CCPY mantém parcerias com a Secretaria de Estado da Educação (Secd). O Programa consiste na formação de professores Yanomami. No período de 16 de agosto a 2 de outubro deste ano, 24 professores Yanomami participaram da quarta edição do curso de formação para o magistério organizado pela CCPY.

Ao contrário das edições anteriores do curso, o Português foi a língua dominante nesta última etapa. A intenção foi garantir maior fluidez no uso do idioma, depois que a escrita da língua Yanomami foi consolidada nos três anos anteriores. (Brasil Norte, 04/11/04)

CONSELHO ESTADUAL APROVA PROJETO PEDAGÓGICO

Dois anos depois de encaminhado à Secretaria de Educação de Roraima, finalmente, o Conselho Estadual de Educação aprovou por unanimidade o Projeto Político Pedagógico Yanomami encaminhado pelas três ONGs proponentes: CCPY, Urihi e Secoya. A elaboração do projeto contou com a participação de 61 comunidades, 91 professores e 948 alunos revelando o quanto a escola tem prioridade para os Yanomami. (Brasil Norte, 26/01/05)

MEC INTERCEDE A FAVOR DE PROFESSORES YANOMAMI

O coordenador de Educação Indígena do Ministério da Educação e Cultura, Kleber Matos,

se reuniu com a atual secretária de Educação de Roraima, Ilma Xaud, e cobrou a contratação dos professores indígenas, entre eles 16 Yanomami, aprovados em concurso público para o preenchimento de 214 vagas para docentes em língua indígena. Embora a relação dos aprovados tenha sido publicada no Diário Oficial do Estado no dia 26/01/05, até a segunda quinzena de fevereiro os professores indígenas aprovados não tinham sido convocados. (CCPY, 23/02/05)

PROFESSORES YANOMAMI SÃO FINALMENTE CONTRATADOS

A CCPY financiou a viagem de uma equipe formada por funcionários do Banco do Brasil, Delegacia Regional do Trabalho e da Administração do Governo de Roraima, a sete regiões da TI Yanomami, nos dias 19 e 20 de maio, para que fossem efetivadas as contratações dos 16 professores indígenas aprovados em concurso público realizado no final do ano passado no estado de Roraima. Nos dois dias em que permaneceu em campo, a equipe solucionou os problemas de documentação dos professores. (CCPY, 25/05/05)

YANOMAMI DO AMAZONAS TERÃO CURSO DE FORMAÇÃO

As reivindicações dos Yanomami da região do Rio Cauaburis e Afluentes pela criação de um curso de formação de professores indígenas foram objeto de uma reunião específica organizada em Maturacá e iniciada em 18 de maio último. (CCPY, 25/05/05)

APICULTURA E MELIPONICULTURA

Um grupo de 15 agentes agroflorestais yanomami das regiões de Toototobi, Demini, Maloca Paapiú e Kayana u, participou, de 15 a 24 de maio, do 3º curso de apicultura e meliponicultura, apoiado pelo PDPI, como parte das ações do Projeto de Criação de Abelhas, na TI Yanomami. O curso foi ministrado na Casa da Cultura do Urubuí, em Presidente Figueiredo (AM). Outros 13 yanomami das regiões do Demini, Toototobi e Alto Catrimani também assistiram ao quarto módulo que encerra uma sequência de quatro cursos. (CCPY, 25/07/05)

CCPY INICIA TRABALHOS EM AUARIS

Atendendo às reivindicações dos Sanumá (Yanomami setentrionais da região de Auaris, RR), a CCPY iniciou em agosto os trabalhos de acompanhamento e apoio às escolas indígenas da área. Há tempo as escolas sanumá solicitavam

assessoria e material escolar que não eram fornecidos desde a saída da Urihi - Saúde Yanomami em julho de 2004, apesar de os professores e lideranças terem expressado reiteradamente no Conselho do Distrito Sanitário Yanomami suas preocupações quanto à continuidade do trabalho de educação nas suas aldeias. (CCPY, 22/09/05)

DAVI KOPENAWA COBRA RECONHECIMENTO DAS ESCOLAS

Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, participou no dia 19 de setembro de uma reunião em Boa Vista com o Secretário de Educação de Roraima, Adjalmo Moreira Abade. No encontro, Davi pediu mais agilidade no processo de reconhecimento das escolas yanomami que foi solicitado aos órgãos governamentais em 2001. O Secretário garantiu que o decreto já está pronto e será assinado em breve. (CCPY, 22/09/05)

UFRR PROPÕE PARCERIA COM HUTUKARA E CCPY

Os diretores do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Roraima (UFRR) apresentaram uma proposta de trabalho com fruticultura na terra yanomami em parceria com a Hutukara Associação Yanomami e a CCPY. O projeto, com duração inicial de 18 meses, capacitaria comunidades e agentes agroflorestais para o plantio, manejo, armazenamento e mercado de produtos agrícolas. A Universidade enviaria técnicos a campo e a CCPY prestaria assessoria antropológica nas ações preliminares e execução direta. (CCPY, 19/10/05)

YANOMAMI / MILITARES

REPÚDIO À ESTRADA DE MATURACÁ

Lideranças Yanomami entregaram carta de repúdio à construção da Estrada de Maturacá ao presidente da Funai e comandantes do Exército, durante a 5ª Assembléia Geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, realizada em outubro de 2000. Esta estrada possibilitará o acesso ao Pico da Neblina, localizado no Parque Nacional. (CCPY, 01/02/01)

ABUSO CONTRA ÍNDIAS EM RR

Os deputados federais Marcos Rolim (PT) e Fernando Gabeira (PV) participam da 30ª Assembléia Geral do CIR. Eles são membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e vieram especialmente para discutir as denúncias de abuso sexual contra as índias Yanoma-

mi. A denúncia foi feita pelo líder Yanomami, Davi Kopenawa. Segundo ele, os casos de abuso sexual contra as índias são praticados pelos militares destacados para servir no Pelotão de Auaris, que fica dentro da reserva indígena. (Folha de Boa Vista, 07/02/01)

MILITARES ACUSADOS DE CRIAR PROBLEMAS

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados recebeu na semana passada denúncias sobre os problemas causados pela presença de quartéis do Exército próximos às áreas de reserva indígena, em Roraima. De acordo com o Cimi além dos casos de abuso sexual de índias por militares, publicados pela "Folha" desde outubro do ano passado, também foram relatadas à Comissão situações de invasão de terras indígenas por fazendeiros, garimpeiros e soldados do Exército embriagados. (A Tarde, 20/05/01)

NOVO PELOTÃO NA TI YANOMAMI

O governo federal anunciou, na semana passada, a construção de um pelotão militar na região de Ericó, nordeste da TI Yanomami (RR). O anúncio, feito pelo coronel Roberto de Paula Avelino durante um seminário sobre o Projeto Calha Norte, realizado de 2 a 4 de julho em Boa Vista, revela uma mudança nos planos do Ministério da Defesa, já que em março passado o gen. Joélcio Campos da Silveira havia afirmado, ao jornal Folha de Boa Vista, que "o pelotão de Ericó seria extinto". (CCPY, 30/07/01)

LIDERANÇAS QUEREM REGRAS PARA OS MILITARES

A construção do pelotão em Ericó traz como consequência a intensificação da presença militar entre os índios Yanomami. Embora o parágrafo 2º do artigo 231 da Constituição Federal afirme que as terras tradicionalmente indígenas são de usufruto exclusivo dos índios, a presença de bases militares na faixa de fronteira (área localizada a 150 km a partir da linha fronteira), incluindo em terras indígenas, está assegurada constitucionalmente pelo parágrafo 2º, artigo 20 do Capítulo II (Da União), que considera este espaço "fundamental para a defesa do território nacional". Ademais, tanto as terras indígenas quanto a faixa de fronteira são terras da União. (CCPY, 31/07/01)

AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO SURUCUCUS...

A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara) deverá iniciar, nos próximos dias,

as obras para ampliar de 1.100 metros para 1.500 metros a pista de pouso de Surucucus, na terra indígena ianomâmi. A reforma foi forçada pela decisão da Aeronáutica de substituir as velhas aeronaves Bandeirantes e Búfalo por outras de porte médio, como Brasília e Hércules. A mudança não teria qualquer problema não fosse o fato de até agora a obra não ter Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima), apesar de se tratar de área indígena. Não bastasse a legislação ambiental estar sendo ignorada, os ianomâmis estão irritados com a decisão, pois já passaram por situação semelhante quando da construção da primeira pista. Reclamam ainda dos danos que a obra causa ao meio ambiente e da interferência dos operários no dia-a-dia da comunidade. (Jornal do Brasil, 21/02/05)

... É MOTIVO DE POLÊMICA ENTRE FUNAI E CIR

No ponto de vista da administração regional da Funai, a realização da obra é vista como mais um passo para o desenvolvimento da região e dos povos indígenas Yanomami. O administrador regional da Funai, Gonçalo Teixeira dos Santos, disse que está em contato com os responsáveis pela execução da obra e informou à Folha que todos os trâmites estão seguindo normal. Para o presidente do CIR, Marinaldo Justino Trajano, a obra é considerada um abuso, um desrespeito à Constituição Federal, uma vez que as terras já são homologadas e pertencem ao povo Yanomami, restringindo ações como esta dentro da área.

A preocupação do CIR é que, uma vez ampliada a pista, o Exército resolva construir outro quartel ou outra estrutura na reserva. Para Marinaldo, é necessário que ocorram mais discussões em torno do assunto. (Folha de Boa Vista, 23/02/05)

YANOMAMI DE RORAIMA TEMEM AMPLIAÇÃO DE PISTA

A Comara começou a desembarcar na região do Posto Indígena Surucucus da Funai, no coração da TI Yanomami, o material para "ampliação e reforço do pavimento asfáltico" da pista de pouso do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) Surucucus. As obras anteriores de ampliação da pista de Surucucus, realizadas entre abril e setembro de 1986, causaram graves transtornos às comunidades yanomami da região nos planos sanitário (epidemias de gripe e complicações), social (emprego dos yanomami – inclusive crianças – em tarefas pesadas com pagamento irrisório, aliciamento das mulheres) e ambiental (poluição, fuga da caça). Na época, esta experiência negativa foi

amplamente documentada por médicos, antropólogos e indigenistas e permanece gravada na memória indígena. Em junho de 2004, um grupo de líderes Yanomami da região de Surucucus enviou um documento ao Administrador Regional da Funai de Roraima (Memo FUNAI: Surucucus 28/06/04), manifestando contrariedade com os planos da Comara e denunciando o comportamento inadequado dos operários durante a primeira ampliação da pista em 1986, cujo impacto foi tão nefasto para o grupo. Na tentativa de controlar os impactos sanitários, sociais e ambientais da construção prevista e o descontentamento dos Yanomami, representantes da Funai, do 7º Comando da Aeronáutica e da Comara elaboraram, em dezembro de 2004, um conjunto de normas e procedimentos que deve ser seguido durante a obra. Entretanto, no documento, o espaço previsto para a assinatura da "Comunidade yanomami" permaneceu, simbolicamente, em branco. (CCPY, 23/02/05)

YANOMAMI PERMITEM AMPLIAÇÃO DA PISTA

Em reunião que durou três horas, uma comissão de índios da etnia ianomami decidiu por

liberar a ampliação da pista de pouso de Surucucus, região Oeste do Estado, a 380 quilômetros de Boa Vista. O encontro aconteceu no auditório da Base Aérea de Boa Vista e contou com a participação do MPF, Funai, Funasa e Comara. A imprensa foi impedida de participar.

O representante dos povos ianomami, Davi Kopenawa Yanomami, disse que os índios resolveram liberar a ampliação da pista com a justificativa de melhorar o local de pouso. Segundo ele, a única exigência dos índios é que a Funai dê maior assistência aos projetos que estão sendo desenvolvidos na região. No entanto, em junho do ano passado, um grupo de lideranças ianomami enviou um documento à Administração Regional da Funai manifestando sua contrariedade com os planos da Comara em aumentar a pista de pouso de Surucucus. (Brasil Norte, 18/03/05)

PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE OBRAS É FEITO AO IBAMA

Depois que os índios ianomami aprovaram a ampliação da pista de pouso em Surucuru, conforme ficou definido na reunião realizada quinta-feira passada, na Base Aérea de Boa Vis-

ta, agora a expectativa é que o Ibama autorize a licença ambiental. O coordenador do Núcleo de Licenciamento Ambiental no Ibama/RR, Carlos Hipólito, disse ontem que o Plano de Controle Ambiental apresentado pelo consultor ambiental do Exército foi entregue ao Ibama no Estado. De acordo com ele, todo licenciamento ambiental na área de competência federal só pode ser autorizado pela sede do Instituto em Brasília. O representante dos povos ianomami, Davi Kopenawa, confirmou ontem que os índios no Surucucu já estão sabendo que para o início das obras de ampliação da pista de pouso, ainda falta a liberação do Licenciamento Ambiental por parte do Ibama. Ele destacou que os índios já aprovaram a ampliação, mas agora, caberá aos órgãos competentes resolver essas outras questões. (Brasil Norte, 19/03/05)

PROTEÇÃO DO EXÉRCITO PARA TI YANOMAMI

Os Yanomami querem o Exército como parceiro na defesa das fronteiras do país e no combate às invasões de suas terras. Esse desejo foi manifestado pelos líderes da região do Demini ao Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, General Paulo Studart que, a convite de Davi Kopenawa, visitou no último dia 11 de maio a Maloca de Watoriki, juntamente com oficiais militares, representantes da Igreja, da Funai e da Funasa. (CCPY, 25/05/05)

ENCONTRO COM COMANDANTE DO EXÉRCITO EM RORAIMA

Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, e Ednelson Pereira, coordenador do programa agroflorestal da CCPY, participaram de reunião com o novo comandante do exército em Roraima, general Madureira. Na pauta de discussão, Davi priorizou a necessidade de aprofundar e dar continuidade às discussões com os Yanomami sobre a ampliação da pista do exército em Surucucus, que afetaria o cotidiano dos 1.780 indígenas que vivem nas redondezas, e o controle sobre a entrada de garimpeiros na terra indígena. O general garantiu agilidade e rapidez no atendimento às demandas e prometeu solicitar apoio ao Sétimo Comando Aéreo Regional da Amazônia (VII COMAR) para a realização de nova reunião em Surucucus. Também verificará a possibilidade do exército participar da retirada de garimpeiros da terra yanomami. Davi ainda discutiu a questão da continuidade do apoio do exército no transporte de material escolar e de assessores da CCPY para Auaris, como solicitado pelas comunidades locais, acenada positivamente pelo general. (CCPY, 19/10/05)



ROGERIO DO PATEO

Yanomami junto a aeronave militar do pelotão de fronteira de Surucucus.

YANOMAMI / RECURSOS GENÉTICOS

YANOMAMI DENUNCIAM USO INDEVIDO DE MATERIAL

Os índios yanomâmis vão mover um processo judicial contra o governo dos EUA por uso indevido de material genético coletado na comunidade sem seu consentimento. A ação está sendo preparada pela CCPY, formada por antropólogos e indigenistas brasileiros. O objetivo da ação é impedir, entre outras formas de exploração indevida, patentes de material genético yanomâmi. Os índios, segundo a comissão, foram usados como cobaias e muitos morreram em consequência de experiências financiadas pelo governo americano. Os yanomâmis estudam também pedir reparação por danos causados pela coleta de amostras de sangue. (*O Globo, 30/03/01*)

COLETA DE SANGUE É DISCUTIDA ENTRE ANTROPÓLOGOS

Na reunião anual da Associação Americana de Antropologia (AAA), realizada na cidade de Washington de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2001, foi novamente levantada a questão da coleta de sangue yanomami pela equipe do geneticista norte-americano James Neel nos anos 60, questão essa que foi objeto de denúncias no livro *Darkness in El Dorado. Como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia* do jornalista Patrick Tierney. (*CCPY, 20/12/01*)

MPF COBRA PROVIDÊNCIAS DO ITAMARATY

A Subprocuradora-geral da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Comunidades Indígenas e Minorias) do MPF, Dra. Ela Wiecko de Castilho, cobrou da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, através de Ofício de 5 de Agosto, providências no sentido de apurar a existência de amostras de sangue e de DNA de índios Yanomami em laboratórios de pelo menos quatro instituições norte-americanas: Universidade Estadual da Pensilvânia, Universidade de Michigan, Universidade de Emory e Instituto Nacional do Câncer - Instituto Nacional de Saúde. A Subprocuradora quer ainda que o Governo brasileiro contrate um advogado para obter o repatriamento dessas amostras e de todo o material genético a elas associado, visando atender reivindicação dos Yanomami transmitida à Procuradoria pelo líder e xamã Yanomami Davi Kopenawa. (*CCPY, 26/08/03*)

YANOMAMI IDENTIFICAM SEMENTES APREENDIDAS

Das 21 sementes apreendidas pelo Ibama e PF, no Parque Nacional do Pico da Neblina, na semana passada, três foram identificadas pelos yanomâmi, habitantes da região, como sendo de alto grau tóxico, podendo servir para estudo de princípio ativo medicinal. As sementes estavam na bagagem de Joaquim Thiem, de nacionalidade alemã, que havia pedido autorização para fazer um trabalho fotográfico para um catálogo de ecoturismo, sobre o Parque, a ser publicado na Alemanha. Ao deixar o Parque, o alemão foi revistado e, encontradas as sementes, preso pela prática de crime em área protegida e terra indígena, prevista na Lei de crimes Ambientais. (*Site da Funai, 01/09/03*)

CONSENTIMENTO É RELATIVO, DIZ GENETICISTA

A exigência de consentimento informado para a pesquisa genética em populações tribais é uma questão "relativa". A opinião é do gaúcho Francisco Mauro Salzano, 76, um dos gigantes da genética brasileira e um dos maiores especialistas do mundo na análise de DNA dos índios americanos. Para Salzano, o princípio não pode ser aplicado com rigor a grupos como os yanomâmis, por exemplo. "Como você vai ter um consentimento esclarecido com um grupo que nunca teve contato com a ciência?" – questiona. Mesmo assim, a pesquisa deve ser feita. "Tem de ter uma certa flexibilidade em

relação ao que se vai fazer. Se não é prejudicial, se até beneficia, como usar o material para diagnóstico médico para eles, se o conhecimento que a gente obtiver for importante para a humanidade em geral, por que isso é antiético? Pelo contrário, seria antiético recusar fornecer material que seja de interesse geral da humanidade", afirma o cientista. (*Cláudio Ângelo, FSP, 04/10/04*)

A GUERRA DO DNA INDÍGENA

O Ministério Público vai pedir a devolução de 12 mil amostras de sangue yanomami armazenadas nas universidades americanas. "Para os yanomami, não são amostras científicas, são restos mortais", diz o antropólogo Bruce Albert, ponto de vista reiterado pelo líder Davi Yanomami: "os velhos estão com raiva. Os americanos precisam devolver o sangue dos mortos". Em sentido contrário, o geneticista Francisco Salzano, defensor histórico deste tipo de pesquisa, afirma que "se dependesse da religião e das crenças, ainda estaríamos na idade da Pedra". Em abril passado a antropóloga Debora Diniz, especialista em bioética, apresentou o caso yanomami nas Filipinas, num evento promovido pelo *National Institute Health* dos EUA. Para ela, o caso das amostras de sangue yanomami é um exemplo de "como os cientistas ainda são pouco preparados para o diálogo intercultural e de como a Ciência se comporta autoritariamente diante de populações vulneráveis". (*Revista Época, 06/06/05*)

CARTAS À PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI

*"Demini, 11 de novembro de 2002.
Caros Procuradores,
Nós Yanomami queremos mandar esta carta para vocês porque estamos tristes com sangue de nossos parentes mortos que está nas geladeiras nos Estados Unidos.
Olha, falei com meu povo yanomami de Toototobi onde os americanos tiraram o sangue. Os velhos falaram que estão com raiva porque esse sangue dos mortos está guardado por gente de longe.
Nosso costume é chorar os mortos, queimar corpos e destruir tudo que usaram e plantaram. Não pode sobrar nada, se não o povo fica com raiva e o pensamento não fica tranquilo. Os americanos, esses, não respeitam nosso costume, por isso queremos de volta nossos vidros de sangue e tudo que tiraram do nosso sangue para estudar.
Precisamos ajuda de vocês para conversar com os americanos que têm nosso sangue para eles desenvolverem.
Obrigado, um grande abraço.
Ass. Davi Kopenawa Yanomami"*

DA COMUNIDADE DE PAAPIU

*"Há muito tempo os americanos levaram nosso sangue, e nós o queremos de volta. Esse sangue pertence aos pajés, por isso, nós jovens estamos muito tristes.
Você, Presidente do Brasil, pode perguntar ao governo americano sobre nosso sangue que há 30 anos foi levado para aquele país. Nós queremos que eles nos devolvam.
Nós, Yanomami da região do Paapiu, escrevemos este documento e o estamos enviando à Procuradoria.
Koatã Yanomam Aiama; Miúdo Yanomama Arokona; José Yanomama Arokona; Eduardo Yanomama Toroto; Branco Yanomama Kitato; Raimundo Yanomama kakuruma; Xacamim Yanomama Kayapa; Xapuri Yanomama; Thomé Yanomama Hera; Valdir Yanomama Waithêri; Raimundo Yanomama Catrimani I Thêri; Makuxi Yanomama Perokapiu; Denilson Yanomama Porari; Xaiya Yanomama Ixoma; Gorge Yanomama Yurimotima; Joel Yanomama Komati; Arikó Yanomama Puusitatima; Geraldino Yanomama Paxori; Alfredo Yanomama Himotóno; João Davi Yanomama Maraxi"*

YANOMAMI / GERAL

PROJETO DE APICULTURA

O projeto da CCPY de incentivo à apicultura na TI Yanomami foi contemplado com financiamento de R\$ 251 mil pelo PDPI. Há dois anos, a produção de mel silvestre tornou-se um importante complemento alimentar para os índios, principalmente para a comunidade Watoriki, na região do Demini. (CCPY, 29/04/03)

PN DO PICO DA NEBLINA É VEDADO A TURISTAS

O procurador da República no estado do Amazonas, Peterson de Paula Pereira, determinou, por meio da Portaria 9 de 13 de agosto último, a abertura de inquérito civil público para apurar possíveis irregularidades ou eventuais atos de improbidade administrativa referentes ao ingresso de turistas na área do Parque Nacional do Pico da Neblina que incide na Terra Indígena Yanomami. O procurador determinou também que o Ibama seja informado sobre a necessidade de manter suspensas as visitas de turistas ao parque devido à sua sobreposição com a TIY. O acesso ao Pico da Neblina está suspenso há dois anos. A decisão foi motivada por denúncias da antropóloga Maria Inês Smiljanic Borges, da Universidade Federal do Sergipe. Em novembro de 2000, a antropóloga informou à procuradora regional da República da Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, sobre o ingresso de turistas nacionais e estrangeiros na TI Yanomami. A denúncia motivou a abertura de processo investigativo e a cobrança de explicações à Funai. (CCPY, 24/09/03)

DAVI YANOMAMI DECEPCIONA-SE COM O GOVERNO LULA

“O Lula nos enganou”, afirmou Davi Kopenawa, expressando a decepção dos líderes indígenas com a atual política indigenista do governo federal, no lançamento do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, dia 23 último, na sede da Procuradoria Geral da República. A declaração do líder indígena está relacionada à política oficial que trilha um caminho diferente do que fora prometido durante a campanha presidencial, em 2001. Cresce a violência contra os povos indígenas, os territórios não estão sendo demarcados e há crise no atendimento à saúde. Mas, dentre todos os problemas, Davi qualificou como inaceitável a intenção do governo federal de abrir as terras indígenas à exploração mineral. Essa disposição do governo é agravada pelo fato de as comuni-

dades não serem ouvidas sobre a proposta de regulamentação da atividade mineradora em suas terras. (CCPY, 28/06/04)

IMPACTO DA PESCA É DENUNCIADO

Depois da degradação ambiental provocada pelos garimpeiros – muitos ainda atuando na TI – os Yanomami estão enfrentando hoje a entrada de pescadores profissionais nos seus rios, que vem sistematicamente empobrecendo os recursos alimentícios de suas comunidades. Em carta dirigida ao Ibama, um importante grupo de Yanomami do Amazonas denunciou a pesca predatória em grande escala com redes (“malhadeiras”) pelos brancos no rio Komixiwë (Marauíá) para comercialização. No documento, de 27 de janeiro de 2005, eles denunciam também a omissão dos fiscais do Ibama. (CCPY, 23/02/05)

JUIZ CONDENA ANUNCIANTE POR PRECONCEITO

O juiz Giovanni Morgan, da 2ª Vara Federal, condenou Paulo César Cavalcante Lima a dois anos de prisão e ao pagamento de multa por preconceito contra os índios Yanomami. No dia 01/11/2002, Paulo César publicou na seção animais dos classificados da Folha um

anúncio em que dizia: “Vendem-se filhotes de Yanomami c/ 1 ano e 6 meses. R\$ 1.000,00. Tratar 9971.3287”. O réu foi denunciado pelo MPF, que ajuizou ação no dia 03/07/2003, acusando Paulo César de ter praticado ato discriminatório contra a população indígena, expressando sentimento preconceituoso em relação aos indígenas, induzindo e incitando à segregação racial. (Folha de Boa Vista, 31/03/05)

SUICÍDIOS

Após duas tentativas frustradas de suicídio, o índio Geraldo Sanumá decidiu permanecer em Boa Vista, capital de Roraima, a mais de duas horas e meia de avião de sua aldeia. Os sanumás vivem em Uauaris, no extremo noroeste de Roraima, na fronteira com a Venezuela, e são vizinhos dos iecuanas. Apesar de não partilharem a mesma cultura e herança linguística, os dois povos são unidos por uma luta velada contra um “feitiço” que se espalha como epidemia: o suicídio. De acordo com dados da Funasa, quatro sanumás se mataram neste ano, num processo que parece ter sido reflexo do quadro endêmico de suicídios ocorrido nos últimos dois anos entre seus vizinhos iecuanas. A maioria dos casos acontece entre jovens de 12 a 18 anos. (Oesp, 01/11/05)

CRIADA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI

Foi criada no dia 12 de novembro de 2004 a “Hutukara Associação Yanomami” durante Assembleia Geral que teve lugar na aldeia de Watoriki (Demini). Convocada por Davi Kopenawa Yanomami, a Assembleia teve a participação de 64 representantes de 11 regiões da TI Yanomami. A Assembleia, que durou três dias (de 10 a 12), contou também com a presença de convidados indígenas de outras etnias e não indígenas. Fizeram-se representar as organizações indígenas CIR, Coiab e Ayrca, a primeira associação yanomami, criada em 1997 no Amazonas. Estiveram também presentes representantes da CCPY, da Funasa, além da Norad e Rainforest Foundation da Noruega que vêm apoiando vários projetos para os Yanomami. Watoriki, 12 de Novembro de 2004
Hoje, nós, Yanomami, criamos a Hutukara Associação Yanomami. Estivemos presentes na aldeia da Montanha do Vento (Watoriki) representantes de 11 regiões [da Terra Indígena Yanomami] para discutir [a criação da associação]: Demini, Toototobi, Balawau, Homoxi, Missão Catrimani, alto Catrimani, alto Mucajá, baixo Mucajá, Kayanau, Maloca Paapiu e Auaris. Éramos ao todo 64 Yanomami. Nessa ocasião foram escolhidos 15 representantes [regionais]. Destes 15 elegemos cinco para compor a Diretoria. Foi eleito Davi Kopenawa Yanomami [para Presidente] e Geraldo Kuesithëri [para Vice-Presidente]. Mateus Ricardo Sanumá foi es-

colhido como aquele que irá fazer os registros [Primeiro Secretário] e Emilio Sisipino Yanomami como seu ajudante [Segundo Secretário]. Dário Vitorio Xiriana foi designado para cuidar das finanças [Tesoureiro]. Estes foram os [representantes] escolhidos para dirigir [a nova associação]. Sobre o nome Hutukara: todos nós, Yanomami, escolhemos este nome porque Hutukara [o céu original a partir do qual se formou a terra] é que nos mantém vivos, juntamente com os rios e a floresta; Hutukara [a terra-céu] nos dá a vida, como fez com nossos antepassados antes de nós. Por isso nós a defendemos. É isto que significa Hutukara. Por que fundamos a associação? É para defender a nossa terra. Nos primórdios do mundo, Hutukara [o céu original] caiu [para formar a terra-floresta atual]. Por isto escolhemos este nome. É o nome da mesma terra-céu que Omama [o demiurgo] consolidou no início [dos tempos]. Nós, todos os Yanomami, escolhemos o nome Hutukara e queremos agora mandá-lo neste documento para todos os lugares para que vocês o conheçam. Assinaturas: Presidente - Davi Kopenawa Yanomami (Demini); vice-presidente - Geraldo Kuesithëri Yanomami (Toototobi); primeiro secretário - Mateus Ricardo Sanumá (Auaris); segundo secretário - Emilio Sisipino Yanomami (Homoxi); tesoureiro - Dário Vitorio Xiriana (Demini). (CCPY, 19/11/04)

WAIMIRI ATROARI

EXÉRCITO QUER LIBERAR TRÁFEGO NOTURNO NA BR-174

No dia 1º de novembro, a TI Waimiri Atroari recebeu uma comitiva ilustre para uma reunião de tema bastante delicado. Representantes do Comando Militar da Amazônia, do Programa Waimiri Atroari, da Funai e do MPF se sentaram com lideranças indígenas para conversar sobre a liberação do tráfego noturno na BR-174. A interdição noturna foi determinada, em 1974, pelo Exército Brasileiro. Agora, o Exército está solicitando a suspensão de medida. Durante a reunião, o líder Waimiri Atroari, Mario Parwé, relembrou a todos os conflitos

ocorridos durante a construção da BR-174. Não se pode, de fato, esquecer da reação dos índios contra a estrada e os ataques que sofreram. Já o general Claudimar M. Nunes, Comandante da Primeira Brigada de Infantaria de Selva do Exército, em Boa Vista, argumentou que a interdição noturna do tráfego na estrada fere o direito de ir e vir dos cidadãos brasileiros previsto na Constituição, e que a fiscalização da rodovia compete à Polícia Rodoviária Federal. *(Inês Zanchetta, ISA, 26/11/01)*

MORTALIDADE DE ANIMAIS NA ESTRADA

Todos os motoristas que adentram a reserva waimiri-atroari, percorrendo a BR-174 são ori-

entados por um singelo aviso ocupando imensa placa: “Vá Devagar. Admire a paisagem. Torne-se um defensor da natureza e da causa indígena”. O recado visa deter a escalada de mortes de animais silvestres ao longo dos 136 quilômetros da rodovia que cortam a reserva. A mensagem, porém, parece não estar sensibilizando a todos. A prova está nos números. Em 2000 foram contabilizados pelo Programa Uaimiri-Atroari (PWA) – ONG de brancos e índios que administra a reserva – o total de 326 animais atropelados e mortos pelos carros. No ano seguinte, a mortalidade foi ainda maior: 346 animais mortos. A luz vermelha do alarme acendeu completamente em janeiro último, quando os óbitos de animais por atropelamento cresceram 50% em relação ao mesmo mês do ano anterior. *(A Crítica, 26/02/02)*

ABERTURA NOTURNA DA BR ESTÁ FORA DE COGITAÇÃO

O coordenador do CIR, Jaci José Souza, afirma que a interdição do trecho da BR-174, entre Manaus/Boa Vista, dentro da reserva indígena é uma necessidade e um dos mecanismos de sobrevivência dos Waimiri-Atroari. O líder indígena disse que em hipótese alguma dá para

ICHIRO GUERRA/FOLHA IMAGEM, FEV. 2000




Caminhão na BR-174, que passa por dentro da TI Waimiri Atroari.




PROGRAMA WAIMIRI ATROARI
CONVÊNIO FUNAIELETRONORTE

VÁ DEVAGAR.
ADMIRE A PAISAGEM.
TORNE-SE UM
DEFENSOR DA
NATUREZA E DA
CAUSA INDÍGENA.



BOA VIAGEM!

www.waimiriatroari.org.br
pwa@waimiriatroari.org.br



**INFORMAÇÕES
AOS VIAJANTES**

PLANO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



Nos próximos 125 km desta estrada – BR-174 – você estará viajando dentro das terras do povo Waimiri Atroari. O reconhecimento pelos brasileiros da existência de uma área indígena, por definição legal, tem como objetivo garantir aos índios o direito natural de utilizar-se dessas terras para a reprodução física e cultural de seu povo. Ao preservá-la para o uso dos Waimiri Atroari, você estará garantindo também o equilíbrio ecológico da região. Os Waimiri Atroari sempre circulam ao longo da estrada em suas atividades cotidianas. Por favor, dirija com atenção e velocidade moderada para evitar acidentes que possam ferir a você e aos índios. Em todo o percurso, você encontrará agentes de proteção ambiental circulando para garantir a preservação da área. Apóie essa ação quando for abordado por um desses agentes. Eles poderão ajudá-lo, prestando informações e auxiliando-o em caso de problemas. A não ser em caso de urgência, não pare o veículo dentro da Terra dos Waimiri Atroari.

NASCE O MILÉSIMO WAIMIRI ATROARI

Mais do que um nascimento, trata-se de um marco simbólico da recuperação populacional e cultural desse povo indígena que esteve próximo da extinção, por conta dos impactos de obras de infraestrutura e mineração em suas terras desde a década de 1970.

No último dia 26 de setembro, na aldeia Yawara, uma das 19 da TI Waimiri Atroari, localizada ao norte do Amazonas e sul de Roraima, nasceu o milésimo Kinja – autodenominação desse povo –, um menino, filho de Anapidene e de Ketamy. A soma de mil indivíduos tem um grande valor simbólico, se contrastada com a situação desalentadora desse grupo indígena no início da década de 80, quando eram pouco mais do que 300 pessoas. Particularmente, esse milésimo nascimento atesta o sucesso do Programa Waimiri Atroari, iniciado em 1987 com o objetivo de apoiar esse povo na recuperação de suas terras e de sua qualidade de vida. O idealizador do projeto – elaborado em conjunto com os Waimiri Atroari e profissionais de diversas áreas – foi Porfírio de Carvalho, indigenista que conheceu esse grupo de “altivos guerreiros” em 1969. Quando os reencontrou em 1986, “estavam doentes, tristes, perambulando pela estrada BR 174, pedindo carona a caminhoneiros, dependentes de alimentação e de doações. E morriam, em média, 20% ao ano. Podia-se dizer que estavam caminhando para o extermínio...”.

ESTRADA, MINERAÇÃO E BARRAGEM

Em sua história de contato com a sociedade não-indígena, os Waimiri Atroari ficaram conhecidos como um povo combativo e orgulhoso, que resistia à “pacificação” dos brancos e atacava vigorosamente os invasores de seu território. Mas este foi cortado ao meio pelo traçado da BR-174, rodovia federal construída para ligar Manaus/AM à Boa Vista/RR. Devido à “animosidade” dos índios, o Exército ficou incumbido da construção da estrada e da “segurança” dos funcionários e dos que por ali transitavam no decorrer das obras, no período 1969-1977. A violência dos enfrentamentos e a transmissão de doenças culminaram na quase extinção desse povo. Se antes da construção da BR-174 eram 1.500 pessoas, em 1987, censo realizado no grupo revelava que estavam reduzidos a 374. Além dos impactos da estrada, no início da década de 1980, a integridade do território Waimiri Atroari foi afetada por interesses minerários. Porfírio Carvalho afirma que, com a convicção da Funai e do DNPM, a empresa mineradora Paranapanema – que já explorava a área clandestinamente – conseguiu articular um processo que resultou no Decreto nº 86.630, assinado pelo presidente João Figueiredo em 23 de novembro de 1981, extinguindo a Reserva Indígena Waimiri Atroari, criada em 13/07/1971 pelo governo Médici, e declarando-a como “área temporariamente interditada para fins de atração e pacificação dos índios”. Este decreto também reduziu a extensão da terra interditada em 526.800 ha, justamente a área pretendida pela Paranapanema para exploração mineral. Assim, às margens do rio Pitinga, a empresa Taboca, subsidiária da

Paranapanema, pôde dar continuidade à exploração da maior mina de cassiterita do mundo.

Em 1987, a TI Waimiri Atroari foi finalmente declarada. Contudo, num contexto em que o então presidente da Funai, Romero Jucá, pretendia abrir as terras indígenas à mineração, o órgão indigenista negociou com a Paranapanema que a linha demarcatória excluísse as nascentes do igarapé Jacutinga e seus afluentes, formadores do rio Alalaú em sua margem esquerda, permitindo que continuassem a ser explorados pela mineração Taboca. A empresa então intensificou ainda mais suas atividades, desmatando nascentes e margens de igarapés. Houve ainda uma série de rompimentos nas barragens de contenção dos lagos formados pelo processo de lavagem mineral – sendo documentados pela imprensa desastres ambientais em 1987, 1991 e 1993 –, contaminando a bacia do rio Alalaú, responsável pela drenagem de 55% do território Waimiri Atroari.

Como se não bastasse a construção de uma rodovia federal no meio da terra indígena e a redução de cerca de um terço dela para a exploração mineral, outro grande projeto viria atingir as terras Waimiri Atroari. Tratava-se da construção da usina hidrelétrica de Balbina pela Eletronorte, cujo lago implicaria represar o rio Uatumã e na inundação de 30.000 ha da TI. Mas dessa vez o desfecho foi diferente e os índios conseguiram, como contrapartida, que a Eletronorte firmasse um convênio com a Funai comprometendo-se a efetivar um conjunto de medidas mitigadoras dos impactos causados pela barragem. Nascia o Programa Waimiri Atroari, projetado para 25 anos.

VIRANDO O JOGO: O PROGRAMA

WAIMIRI ATROARI

Logo no primeiro ano do convênio, em 1997, a TI Waimiri Atroari foi declarada com uma superfície de 2.585.911 ha, demarcada em 1988 e homologada em 1989 pelo presidente José Sarney. A despeito de ampliar a área interditada em 1981 – então com 1.800.000 ha –, o decreto excluiu parte dos formadores do rio Alalaú, como mencionado acima, e ainda deixava de fora a superfície de inundação da barragem da UHE de Balbina e a faixa de domínio da BR-174.

Administrado por uma figura jurídica criada a partir do convênio entre a Funai e a Eletronorte, o Programa Waimiri Atroari inclui ações nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, apoio à produção, vigilância dos limites, documentação e memória. Quase 15 anos já se passaram e os resultados são alentadores. “A população cresce hoje em média 6,5% ao ano, a TI Waimiri Atroari está demarcada, sem invasores e ecologicamente equilibrada, o sistema de saúde está funcionando, o sistema escolar já em parte sendo conduzido pelos Waimiri Atroari, as festas tradicionais voltaram, a alegria de ser índio resgatada, a independência alimentar retomada, o orgulho e a dignidade restabelecida”, diz Porfírio Carvalho.

Além dos recursos advindos do Programa, a melhoria da qualidade de vida dos Waimiri Atroari

possibilitou que a comunidade passasse a investir em sua auto-sustentabilidade, por meio da comercialização de artesanato e de produtos agro-florestais, além de uma “taxa de uso” de uma estrada construída no interior da TI em 1981, ligando as minas de cassiterita à BR-174. Depois de uma série de negociações e conflitos, que incluíram a interdição da estrada em 1996, marcando a volta dos “altivos guerreiros”, os índios lograram uma porcentagem de 0,5 sobre todo minério extraído pela empresa.

Outro exemplo de atuação desses guerreiros na defesa de seus direitos e interesses – sempre acompanhados do não menos combativo Porfírio Carvalho – foram as negociações para a pavimentação da BR-174, em 1995. Os índios, com apoio da equipe do PWA, exigiram uma série de contrapartidas que deram origem ao Plano de Proteção Ambiental e Vigilância da área, financiado pelos governos do Amazonas e Roraima e pelo Ministério dos Transportes e com duração de dez anos. A verba possibilitou a criação de uma guarda florestal controlada pelos próprios Waimiri Atroari, com apoio de veículos e rádio escuta, que faz a vigilância não apenas da estrada, mas dos rios e dos limites da TI.

Em 1998 a obra foi inaugurada, mas a circulação pela rodovia no trecho incidente na TI só é permitida das 6h às 18h, a circulação restrita no período noturno só é permitida em casos de urgência. Isso porque, alega Carvalho, os índios costumam caçar à noite, o trânsito de veículos afugenta os animais e aumenta o perigo de invasões.

Além da integridade do território, nas áreas de saúde e educação as conquistas não foram menores. O programa mantém postos de saúde em todas as aldeias, onde 10% dos agentes são indígenas, que trabalham voluntariamente, e conseguiu a erradicação completa de doenças imuno-preveníveis, como a tuberculose, endêmica na região. Todas as aldeias também possuem escolas, em que 90% dos professores são indígenas (não remunerados) e cujo sistema procura seguir os valores e o ritmo da sociedade waimiri atroari, sem divisão de séries e com alfabetização na língua nativa, sendo o português aprendido como segunda língua.

Com o objetivo de alcançar uma independência absoluta da sociedade envolvente, os índios deixaram de consumir produtos industrializados, incluindo sal e açúcar. Essa postura já rendeu algumas críticas ao Programa Waimiri Atroari, acusado de impedir o contato dos índios com a sociedade brasileira. Mas Porfírio afirma que todas as decisões refletem o desejo da coletividade, sendo discutidas por um colegiado composto pelos líderes das famílias que compõem essa sociedade indígena.

O fato é que, diante da recuperação demográfica e da melhoria na qualidade de vida sintetizadas no nascimento desse bebê, Carvalho não esconde sua comção, quase paterna: “Saí contando para todos: nasceu o milésimo Waimiri Atroari!... Parece que os vejo todos, todos os mil na minha frente... Eu estou feliz. E grato a todos que me ajudaram a realizar este sonho”. (Valéria Macedo, ISA, 01/10/03)

aceitar a proposta de liberação da estrada. Uma das justificativas apresentadas pelo coordenador do CIR é o número elevado de acidentes ocorridos em outro trecho da BR-174, no trecho norte. *(Folha de Boa Vista, 07/03/02)*

TRECHOS MAIS CRÍTICOS DA BR SÃO RECUPERADOS

O governo do Estado começou os trabalhos de recuperação dos trechos mais críticos da BR-174, principalmente na área que compreende a reserva indígena Waimiri-Atroari. Segundo o secretário de Infra-Estrutura Valdiner Ferreira, devido as fortes chuvas na região sul de Roraima, os buracos estavam ficando cada vez maiores, ocasionando inúmeros prejuízos e impossibilitando a circulação de veículos. *(Folha de Boa Vista, 24/02/03)*

LICENCIAMENTO PARA VENDA DE TARTARUGAS

O Ibama concedeu o licenciamento ambiental para que os índios waimiri-atroari, que habitam o norte do Amazonas, possam vender a criação de quelônios, que estavam ameaçadas de extinção. Desde a década passada, os índios reproduzem animais silvestres – anta, capivara, cotias, aves e, principalmente quelônios – para repovoar sua reserva. Ano passado, quando os três mil primeiras tartarugas atingiram a idade adulta, os índios soltaram os animais para repovoar os rios da região. *(JB, 04/05/04)*

SENADOR QUER DESINTERDIÇÃO DA BR-174

O senador Augusto Botelho (PDT) protocolou ação na Justiça Federal requerendo a desinterdição da BR-174, a partir das 18 até as 6h, no trecho da reserva indígena Waimiri-Atroari, como acontece todos os dias por imposição daquele povo indígena. Conforme as alegações do senador, a rodovia não faz parte da reserva e a sua interdição noturna contraria o princípio constitucional que assegura aos brasileiros o direito de ir e vir em todo o território nacional.

“Isso prejudica toda a população”, observou, frisando que não existe um motivo lógico para se fechar a estrada. “Nem uma lei, nem uma vontade particular se sobrepõem à Constituição Federal”. Depois de analisar a ação movida pelo senador Augusto Botelho, o juiz Federal Helder Girão Barreto fez publicar edital, que está afixado no prédio da Justiça Federal, convocando o representante legal daquele povo indígena a contestar o pedido contido na ação. *(Folha de Boa Vista, 29/09/04)*

RIBEIRINHOS DENUNCIAM WAIMIRI

A denúncia de ribeirinhos da comunidade Samaúma, baixo rio Branco, de que índios waimiri-atroari os ameaçaram de morte caso não abandonem a área que utilizam para explorar a pesca esportiva, deixou surpreso o secretário de Segurança Pública, João Fagundes. Ele deverá se reunir hoje ou amanhã com o superintendente da Polícia Federal, José Francisco Malmann para acertarem uma visita à região em conflito. *(Folha de Boa Vista, 09/02/05)*

REGRAS NA BR-174

Rodovia está submetida a um esquema de controle, em que etnias indígenas exercem uma forte influência. As paisagens de florestas, savanas e cerrados dos mil quilômetros da BR-174 totalmente asfaltada desde o início da década de 90 ligando Manaus (AM) à Santa Elena, na Venezuela, não tem o mesmo acesso comum da malha rodoviária do País. A estrada está submetida a um rigoroso esquema de controle em que conhecidas etnias indígenas, Waimiri Atroari, Makuxi Wapixana e Ingarikó, exercem uma forte influência. *(Gazeta Mercantil, 08/04/05)*

RELIGIOSOS DIZEM QUE FORAM AMEAÇADOS

O padre da Igreja Católica Apostólica Brasileira, Antônio Carlos Tavares de Souza, 35, e Carlos Evandro Rocha, conhecido como Júnior da Vanda, denunciaram que foram ameaçados de morte por índios Waimiri-Atroari e que foram impedidos de transitar na BR-174, no trecho que fica dentro da reserva. O caso foi denunciado à chancelaria da Igreja, no Rio de Janeiro, e à organização não-governamental Direitos Internacionais. O Padre Antônio Carlos também vai protocolar denúncia contra os índios e contra a Funai no MPF, na Comissão de Direitos Humanos da OAB e na própria Funai. *(Folha de Boa Vista, 27/05/05)*

WAI WAI

CONCLUÍDA IDENTIFICAÇÃO DA TROMBETAS/MAPUERA

A Funai está concluindo a 1ª etapa da identificação e delimitação da TI Trombetas/Mapuera, situada nos estados do Amazonas e Pará. Paralela à identificação, a equipe responsável está fazendo um vídeo de todo o trabalho realizado. Com a conclusão da 2ª etapa, prevista para o próximo mês de junho, a Funai está garantindo

do o território de comunidades Wai-Wai, Waimiri-Atroari, Karafayana e de outros grupos de índios isolados. *(Site da Funai, 22/05/01)*

DEMARCAÇÃO DA TI WAI WAI GERA CONFLITO

Após visitar a região sul do Estado, o vereador de Boa Vista Otoniel Souza (PSDB) denunciou que servidores da Funai estariam coagindo pequenos agricultores a admitirem que moram na reserva indígena Wai-Wai.

Conforme o vereador, as vicinais 27, 29 e 31, às margens do rio Anauá – onde pequenos agricultores estão assentados há mais de 15 anos – são demarcadas para a TI Wai-Wai. Os produtores dizem que a demarcação foi recentemente autorizada pelo ministro da Justiça, José Gregori, mas os espaços que não faziam parte dela são incluídos na reserva.

Baseado em informações dos produtores, o que mais preocupa o vereador é que servidores da Funai estariam coagindo os moradores a tirarem fotografias ao lado de placas dizendo que ali é a reserva Wai-Wai. Ele diz que as vicinais são todas estruturadas com rede de energia elétrica e escolas, onde os produtores têm residência fixa e produção agrícola.

“Nas três vicinais são cerca de 120 famílias. Para mim, isto é um absurdo. Vim ao Poder Legislativo, falei com o presidente Berinho Bantim e sugeri que constituísse uma comissão especial para ir ao sul do Estado. A idéia é que o parlamento conheça a questão e ajude os produtores, oferecendo assistência jurídica, para que não se dispersem e não corram com medo da ação da Funai”, disse o vereador. *(Folha de Boa Vista, 11/09/01)*

TI WAI WAI É HOMOLOGADA

O presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou ontem (23/06/2003) o decreto de homologação da TI Wai-Wai, localizada nos municípios de Caracaraí, São João da Baliza e Caroebe, ocupada pelos índios Wai Wai e com 405.698 hectares de extensão. *(ISA, 24/06/03)*

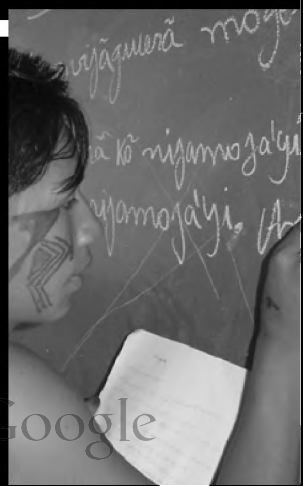
TI TROMBETAS/MAPUERA É DECLARADA

Por meio da Portaria 1.806, o ministro da Justiça declara de posse permanente indígena a Terra Trombetas-Mapuera, habitada por índios Waiwai, Hixkariyána, Katuena e Karafayana, e determina a demarcação administrativa pela Funai. *(DOU, 19/09/05)*

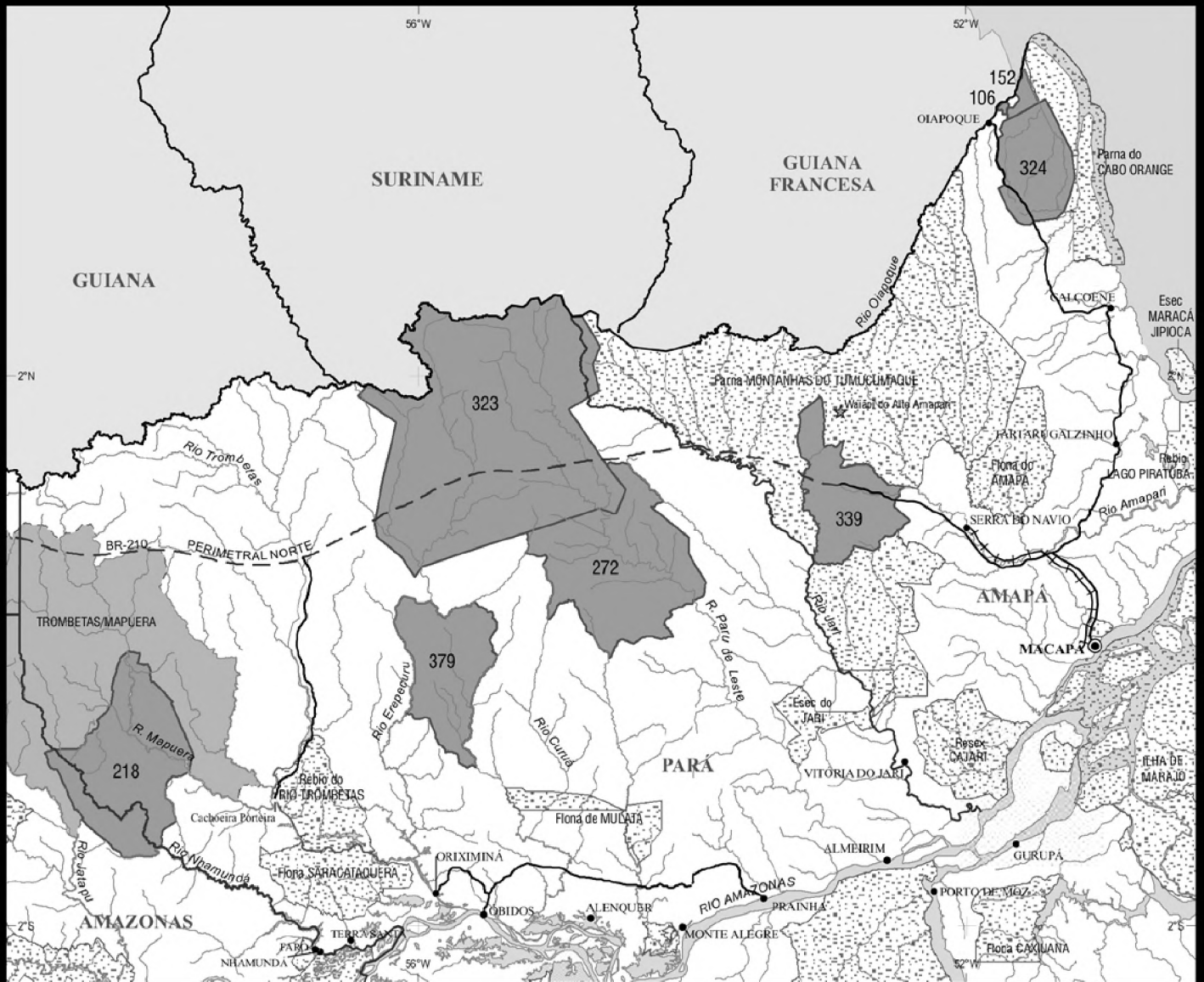
Aparaí
Galibi do Oiapoque
Galibi Maworno
Hixkaryana
Karipuna
Katuena
Katxuyana
Palikur
Tiriyó
Wajãpi
Wayana
Zo´é
Isolados



Amapá / Norte do Pará



3. AMAPÁ NORTE DO PARÁ



<ul style="list-style-type: none"> — rodovia implantada - - rodovia planejada + + ferrovia • sede de município ⊙ capitais ○ núcleo urbano ▨ Unidade de Conservação ★ referência a isolados fora de TI 	<p>TERRA INDÍGENA</p> <p>apresentada neste capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) <p>apresentada em outro capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ■ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) 	<p>INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006</p> <p>52 km</p>
---	---	---

AMAPÁ / NORTE DO PARÁ
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
106	Galibi	Galibi do Oiapoque Karipuna do Amapá	96 - Censo Indígena Funai/Oiapoque: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 87.844 de 22/11/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Oiapoque (6.689 ha) matr. 01 lv. 02 fl. 01 em 10/10/83. Reg. SPU PA-71 em 12/12/83.	6.689	Oiapoque	AP
152	Juminá	Galibi Marworno Karipuna do Amapá	163 - Censo Indígena Funai/Oiapoque: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 17, lv.2 fl.17 em 15/09/92. Reg. SPU certidão n. 02 de 20/03/95.	41.601	Oiapoque	AP
218	Nhamundá-Mapuera	Hixkaryána Katuena Kaxuyana Waiwai Waiwai Karafawyana Waiwai Mawayana Waiwai Xerewyana	2.218 - Funasa-DSEI Parintins: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.063 de 17/08/1989 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Nhamundá (191.520 ha), matr. 556 lv. 2-C, fl.v176; município de Faro (322.000 ha), matr.1.030, v. 2-A, fl.v230 em 15/06/90; município de Oriximiná (536.000 ha) matr. 1029, lv. 2-A, fl.229 em 15/06/90. Reg. SPU certidão n. 11 de 21/09/90.	1.049.520	Faro Nhamundá Oriximiná Urucará	PA AM PA AM
272	Rio Paru d'Este	Aparai Wayana	476 - Parecer da Funai: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Monte Alegre, matr. 4.548 lv.2-R fl. 50 em 03/04/98; município de Alenquer, matr. 28.556 lv. 2-J, fl. 166 em 03/06/98. Reg. SPU certidão s/n de 17/11/98.	1.195.790	Alenquer Almeirim Monte Alegre	PA PA PA
323	Tumucumaque	Aparai Kaxuyana Tiriyó Wayana Isolados	1.491 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Laranjal do Jari, matr. 13, lv. 2-A fl. 19 em 21/11/97; município de Alenquer, matr. 2.854 lv. 2-J em 03/06/98; município de Óbidos, matr. R1-2100 lv. 2/RG fl.2100 em 18/11/97; município de Oriximiná, matr. R1/338 lv. 2-G fl. 185 em 21/07/98. Reg. SPU certidão s/n de 30/06/80.	3.071.070	Alenquer Almeirim Laranjal do Jari Óbidos Oriximiná	PA PA AP PA PA
324	Uaçá I e II	Galibi Marworno Karipuna do Amapá Palikur	4.913 - Censo Indígena Funai/Oiapoque: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 298 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 16, lv. 2, fl.16 em 06/03/92. Reg. SPU certidão n. 01 de 17/02/95.	470.164	Oiapoque	AP
339	Waiápi	Wajápi	666 - Funasa: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Amapari, matr. 001 lv. 2-RG fl. 01 em 31/03/97; município de Laranjal do Jari, matr. 004 lv.2-A fl. 006 em 20/12/96. Reg. SPU certidão s/n de 25/04/97.	607.000	Laranjal do Jari Mazagão Pedra Branca do Amapari	AP AP AP
379	Zo'É	Zo'é	201 - DSEI Parintins: 2002	Declarada. Portaria 385 de 20/04/2001 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios.	624.000	Óbidos	PA

Saber Tradicional se Torna Patrimônio da Humanidade

Entrevista a Renato Sztutman, da equipe de edição

A ANTROPÓLOGA DOMINIQUE TILKIN GALLOIS CONTA COMO FOI O PROCESSO QUE LEVOU OS WAJĀPI, COM APOIO DA UNESCO E DO IPHAN, A PREPARAREM UM PROJETO DE INVENTÁRIO DE SUA ARTE GRÁFICA E DE SEUS SABERES TRADICIONAIS

Em novembro de 2003, a Unesco anunciou o resultado da segunda Proclamação de Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Dentre as 28 obras selecionadas, foi escolhida a candidatura apresentada pelo Brasil, “Expressões gráficas e orais dos índios Wajāpi”. Graças a essa visibilidade nacional e internacional, os Wajāpi consolidaram, com o apoio de diferentes parceiros, um longo processo de aprendizado e reflexão sobre como e o que registrar, sobre o que é afinal a sua “cultura” e o seu “patrimônio imaterial”, conceitos que até então lhes eram estranhos.

Hoje em dia, os Wajāpi contam, no lado brasileiro, com 700 pessoas distribuídas entre 48 aldeias. No lado da Guiana Francesa, eles somam mil pessoas, distribuídas entre algumas poucas aldeias dispostas ao longo do rio Oiapoque.

A seguir, apresentamos trechos da entrevista com a antropóloga Dominique Tilkin Gallois, professora da USP que acompanha a trajetória dos Wajāpi do lado brasileiro desde 1977 e responsável pela redação do dossiê apresentado à Unesco em 2003. Dominique é também assessora e presidente do Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), que vem desenvolvendo projetos junto aos Wajāpi e outros povos da região do Amapá e Norte do Pará desde 2002.

A exposição no Museu do Índio e o registro da arte gráfica pelo Iphan

Tudo começou quando José Carlos Levinho, diretor do

Museu do Índio da Funai no Rio de Janeiro, me procurou para fazer uma exposição sobre um único povo, os Wajāpi. Em 2002 ele foi comigo para a área wajāpi para propor aos índios fazer essa exposição e para ouvir suas demandas. Os Wajāpi falaram para ele que eles estavam muito angustiados com o uso indiscriminado de seus desenhos (padrões gráficos – kusiwarã) por empresas particulares, camisetas etc. Levinho propôs ajudá-los e sugeriu ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fazer o registro do código gráfico kusiwarã. Assim, a organização dessa exposição – “Tempo e Espaço na Amazônia: os Wajāpi” – e o encaminhamento do registro dos kusiwarã ao Iphan andaram juntos.

A candidatura para a Unesco

Com o sucesso da exposição, que está aberta à exibição até hoje, o Iphan sugeriu a Levinho consultar os Wajāpi se eles estavam interessados em encaminhar um dossiê para a Unesco, que estava lançando, no início de 2003, a segunda candidatura para a “Proclamação das Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”. Os Wajāpi disseram que queriam incluir, além dos kusiwarã, também seus saberes transmitidos oralmente, inclusive aqueles relacionados ao manejo ambiental. Aykyry, presidente do Conselho das Aldeias Wajāpi (Apina) na época, e Levinho me pediram para redigir o dossiê. Fizemos duas reuniões na área com os Wajāpi e bolamos o que seria mais ou menos um plano de salvaguarda, visando promover um grande movimento de levantamento e registro, por parte de “pesquisadores wajāpi” a serem formados, das expressões gráficas e orais. O dossiê enviado à Unesco é basicamente um plano de ação, e ele enfatizava atividades de capacitação dos índios para a sistematização de um inventário de seu patrimônio imaterial, assim como um trabalho de valorização cultural interna e externa. Os Wajāpi devem dizer qual a melhor maneira de fazer esse inventário e

o plano de ação supõe que eles aprendam a gerir o seu patrimônio e sua imagem, de modo mais autônomo.

Quando se defrontaram inicialmente com esse plano de ação, as instituições responsáveis, como o Iphan e a Unesco, sugeriram apressar esse inventário, mas nós frisamos que isso iria levar de oito a dez anos. Para terem um inventário da tradição oral – coisa, aliás, que não acabaria nunca – os Wajãpi estão sendo capacitados para aprender a fazer registros, se defrontar com a escrita da própria língua etc.

Valorização interna e externa

O Iphan tinha também obrigações com relação ao plano de salvaguarda da arte gráfica wajãpi, e passou a ajudar, a partir de 2004, com uma pequena verba para ações nos dois “componentes” do plano que os Wajãpi propuseram à Unesco: valorização nas aldeias e difusão para fora das aldeias. Não adianta fazer trabalho na área se os karaikô (coletivo genérico para designar os não-índios) continuam a ter muito preconceito com relação aos índios. Tendo isso em mente, os Wajãpi fizeram um levantamento do preconceito enfrentado em lugares como Macapá. Eles elaboraram um questionário e o aplicaram em 60 pessoas. O plano como estamos desenvolvendo serve também para capacitar os Wajãpi para que eles participem da difusão externa de sua cultura. Eles vão montar, por exemplo, uma exposição em 2006 em Macapá. Quatorze deles estão aprendendo a manejar e editar documentos audiovisuais e os 50 jovens que participam de cursos de formação escrevem textos, desenham, montam tabelas, com um empenho e interesse que me surpreendem.

Impacto sobre a educação

O impacto disso tudo é que eles se sentem um pouco mais seguros para argüir em favor, por exemplo, da maneira como a Secretaria de Educação trata a escola Wajãpi. Dez professores vão ser reconhecidos, depois de doze anos de trabalho intensivo, como os primeiros professores indígenas de escola diferenciada do Amapá e vão receber um diploma do governador. Os outros índios da região – Wayana, Aparai, Tiriyo – estudam na cidade, já os Wajãpi possuem um currículo específico que eles bolaram de cabo a rabo para ensinar no primeiro grau. O Iepé está formando outros 50 jovens, entre professores e pesquisadores. Tudo isso dentro de uma proposta de “educação escolar indígena diferenciada”, que aposta, entre outras coisas, na valorização da língua indígena. O grande problema é que se criou um hábito equivocado no âmbito da educação indígena de considerar que a língua materna na escola serve apenas de trampolim, e o que estamos trabalhando é completamente diferente. A língua indígena não é simplesmente um instrumento de passagem para

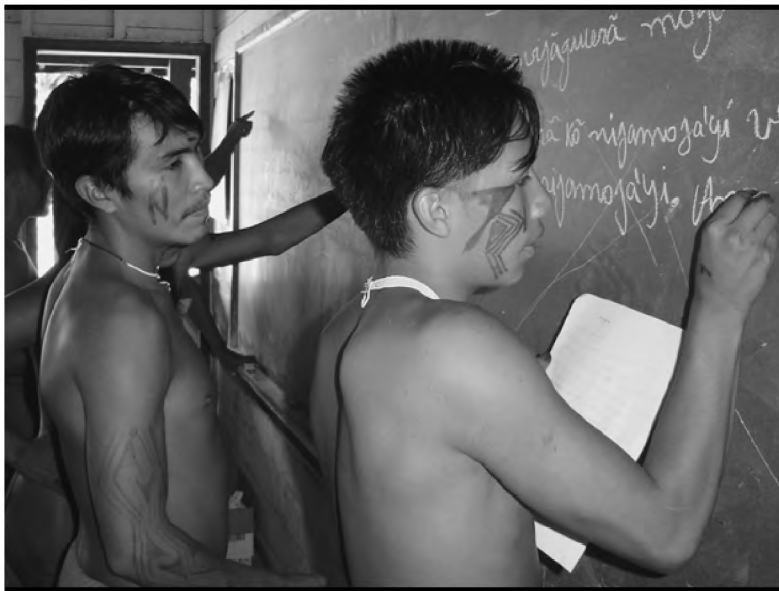
o ensino da língua portuguesa, que permitiria passar um conhecimento supostamente universal. Tudo pode ser ensinado em Wajãpi, inclusive conhecimentos de outras tradições. Há conteúdos selecionados pelos professores para serem ensinados às crianças, em wajãpi e em português. Buscamos enfatizar a convivência de dois tipos de representação, a dos Wajãpi e a dos karaikô, fomentando comparações. Por exemplo, quando eles estudam ciências naturais, estudam as classificações dos Wajãpi e também as nossas. O importante é marcar as diferenças entre esses dois sistemas classificatórios.

Nos anos de 1990 até 1998, os dez professores que concluíram sua formação tinham muitas dúvidas quanto ao uso da língua indígena. Mas agora eles passaram a considerar que isso é muito importante, não para servir de passagem, mas para que os alunos percebam as diferenças. Penso que, nos cursos posteriores à declaração da Unesco, os Wajãpi desabrocharam numa discussão muito mais interessante centrada em como e no quê registrar, como manter variantes, como lidar com os velhos etc. Hoje em dia, eles estão bastante entusiasmados em fazer pesquisa. Já há trinta pessoas que fazem pesquisa sobre os mais diversos assuntos. Uma turma de 20 “novos” professores está em formação. Tudo isso é um trabalho enorme, conduzido por Lúcia Szmrecsányi, coordenadora do Programa Wajãpi do Iepé, com ajuda de outros assessores, que residem em Macapá.

Formação de pesquisadores

Fazer pesquisa para eles é descobrir que os conhecimentos tradicionais estão vivos, são usados, mas “não existem” enquanto não forem sistematizados. O famoso risco do esfriamento, do congelamento desses saberes é bastante real. Por isso, cuidamos de registrar menos as variantes desses conhecimentos tradicionais que os processos de sua produção. Por exemplo, para fazer uma pesquisa sobre rituais, em primeiro lugar, eles entram em acordo sobre qual é o conjunto desses rituais, se é vendo qual o tipo de flauta, se é separando os rituais que são feitos de noite e de dia. Eles fazem um planejamento e fazem a descrição do sistema total das festas, para então partir para a descrição de cada uma. Isso está sendo muito interessante. Trata-se menos de registrar receitas do que tentar explicar a moldura na qual todas elas se encaixam.

Essa experiência de registro é válida devido ao esforço conjunto de sistematizar. Foi muito interessante quando, um ano atrás num curso de antropologia, tentei explicar para eles o que é uma teoria para nós. Então eles foram em busca do que seriam teorias para eles. Eles resolveram fazer uma pesquisa coletiva sobre os “donos” dos diversos seres que povoam o universo – jarã, em wajãpi.

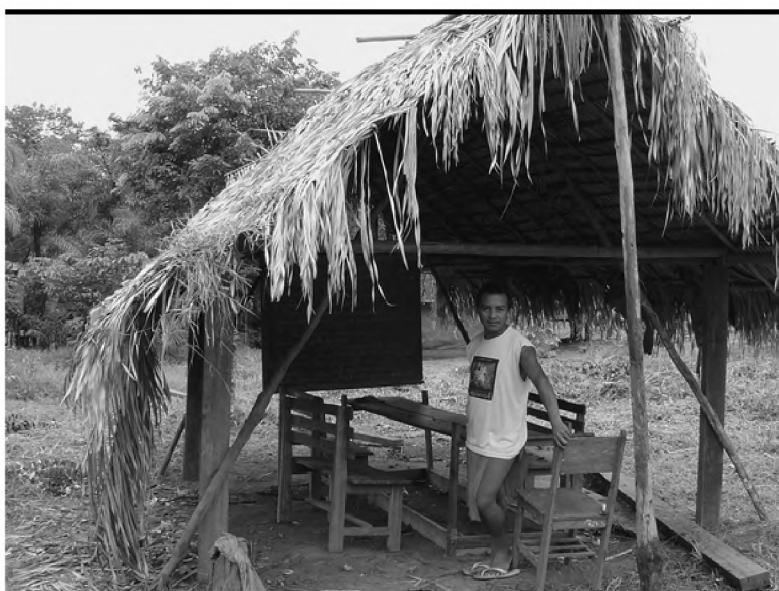


DOMINIQUE TILKIN GALLOIS

Escola Aramirã, abril de 2006: jovens participam de oficina de formação de pesquisadores, que a longo prazo irão se responsabilizar pela realização de um inventário de aspectos de seu patrimônio imaterial.



Posse do Conselho Consultivo do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial dos Wajãpi, em Macapá, julho 2005.



O professor Viseni em sua pequena escola, na aldeia Kwapo 'ywyry (abril 2006).

As pesquisas coletivas como essa nascem de oficinas realizadas durante os cursos e eles discutem, sempre na língua wajãpi, os assuntos mais variados. O principal ganho com tudo isso é sobretudo intelectual. O importante é tomar consciência da diferença, diferença de estrutura da própria língua, diferença de seus conhecimentos, e programar os principais assuntos a serem pesquisados. Isso pressupõe muitas etapas.

Na definição dos temas a serem investigados, alguns problemas aparecem. Por exemplo, quem tem direito de fazer uma pesquisa sobre o pakuwasu (festa do peixe pacu)? Não há detentores de saberes como há entre os grupos Jê e Bororo. Mas por tradição quem conhece um ritual é a família de alguém. Quem sabe são sempre os avós. Na hora de distribuir entre eles quem vai estudar uma festa reproduzem-se certas tradições familiares. Alguns dos temas que os jovens wajãpi se vêem bastante inclinados para estudar são: cantos, apetrechos das festas, receitas de cozinha, resguardos (masculinos e femininos), classificação de árvores, cuidados com as plantas das roças, encontros com os karaikô etc. Eles se interessam menos pelo estudo de mitos. O que instiga a sua curiosidade são assuntos ligados à prática, ao saber fazer.

Aproximando gerações

Esse interesse pela pesquisa permitiu uma maior aproximação entre os velhos e os jovens.

Duas vezes por ano temos uma grande reunião com cerca de cem Wajãpi, que eles chamaram de “reunião de parceria”. A última, em janeiro de 2006, foi inteiramente dedicada ao tema “cultura”, e foram dados passos muito importantes para a maior aproximação entre jovens e velhos. Os velhos, diziam os jovens, não sabem nada, e os jovens diziam que queriam aprender coisas dos brancos, pois as coisas dos antigos os velhos já não sabiam explicar. Os velhos tinham uma dúvida muito grande, diziam que os jovens só queriam aprender a escrever e não sabiam nem escutar, nem ouvir. Os velhos diziam que de nada adiantava transcrever os cantos, o importante era fazer a festa, coisa que ninguém mais fazia. Mas agora os velhos entenderam a importância da sistematização dos conhecimentos como maneira de se contrapor à imposição, pela escola, de saberes supostamente universais.

“Nossa cultura não está à venda”

O plano de ação proposto à Unesco não passa pela idéia de geração de renda, pela produção de coisas para vender. A partir do inventário do patrimônio imaterial que está sendo construído será selecionado o que se pretende mostrar. E isso sem nenhum objetivo monetário. Hoje em

dia, a maior parte das linhas de financiamento encara a cultura como um objeto mercadológico. Por exemplo, fazer um CD para vender para os brancos quando ninguém escuta o CD em casa. Fazer festas para os outros verem, mesmo se essas festas não são apreciadas por aqueles que a realizam. Nós, o pessoal do Iepé e os Wajãpi, queríamos mudar tudo isso. Nas semanas do índio em Macapá foram montadas várias exposições – uma delas sobre kusiwarã – e os Wajãpi atuaram como monitores. Eles explicam o que o público quer saber, e explicam também porque não querem que ninguém se aproprie desses padrões gráficos, que eles consideram como deles. Agora eles se sentem mais à vontade para explicar essas coisas aos brancos. Isso tudo é muito lento, exige muito aprendizado de como gerir a própria imagem e os próprios conhecimentos. Trata-se de um plano de trabalho de oito a dez anos, no mínimo. Já faz cinco anos que não cedemos materiais de imagem, independente da autoria das fotos ou dos filmes, sem a autorização dos índios. Eles avaliam as demandas de imagem, uma por uma, consultando todos os chefes do Conselho, respondem se autorizam ou não. Mas eles não pedem pagamento da imagem, não é esse o objetivo.

Quando o dossiê wajãpi foi declarado pela Unesco, houve um pouco de assédio com relação aos índios. Mas isso foi nos primeiros seis meses, depois parou. Um pessoal da Faculdade do Amapá bolou uma proposta de documentário chamado “Kusiwa, cultura à venda”, e acabou ganhando o prêmio do DOC TV, da TV Cultura. O problema é que eles não tinham consultado os Wajãpi. Os Wajãpi disseram depois que não queriam aquele filme, diziam que a sua cultura não estava à venda. Pois bem, ligaram reclamando ao Iphan, que interveio no próprio DOC TV e barrou a realização do filme. Essa coisa de se apropriar das coisas dos índios é praxe ainda em muitos lugares. A pessoas fazem isso porque alegam que, afinal “eles são nossos índios”. Espantam-se com a demora do processo de autorização, se revoltam quando uma proposta é recusada. E costumam, claro, atribuir a essa recusa alguma intervenção de uma ONG ou de algum antropólogo, como se os índios não tivessem capacidade para decidir.

Coordenando ações coletivas

A cada mês alguém me pede uma foto dos Wajãpi. Eu tenho de explicar que eu sou a autora da foto, mas não a detentora dos direitos. Eu tenho de consultar o Apina, que vai consultar os secretários de cada aldeia, que vão consultar os chefes mais velhos. Estamos tentando ajudá-los a montar algo como um sistema representativo, com soluções adequadas para esses processos de consulta, que são cada vez mais indispensáveis e afetam áreas das mais variadas e complexas. Como eles cultivam suas di-

vergências, pela própria estrutura política tradicional, é interessante que aprendam a lidar com problemas como o da garantia de seus direitos.

Agora em 2006, as duas associações wajãpi – Apina e Apiwata (Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari), que antes mantinham relação tensa – assinaram um documento de reivindicações juntas. Isso significa que estão conseguindo fortalecer a articulação interna entre aldeias e facções políticas. O exemplo da gestão da cultura tem ajudado muito. Eu penso que é mais difícil aprender a fazer essa gestão coletiva com assuntos de saúde que aprender a fazer isso com assuntos culturais – por exemplo, como distribuir um livro, uma foto, como apresentar um filme para os Kaiowá etc. Os Wajãpi têm um faccionalismo interno muito forte e isso é um problema para o futuro da gestão do patrimônio. Mas eles estão fazendo um exercício muito positivo de controle coletivo.

Conselho do Plano de Salvaguarda

Foi instalado um conselho do plano de salvaguarda, sendo metade dos membros Wajãpi e a outra metade, representantes de instituições, como o Iphan, a Funai, o Iepé, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII), a Secretaria da Educação do do Amapá. Uma vez por ano avalia-se o que foi feito e são programadas as próximas etapas. Membros da Secretaria da Educação, que acredita na existência de conhecimentos universais e teve uma enorme resistência em considerar a validade dos cursos “diferentes” que o Iepé oferece aos Wajãpi, participam desse Conselho e ouvem o que os Wajãpi têm a dizer. Há uma dificuldade enorme em compreender no que consiste, afinal, uma educação diferenciada, baseada na elaboração de currículos pelos próprios índios, praticada em escolinhas construídas pelos próprios índios em suas aldeias, ou seja, escolas sem sedes. Com a instauração do Conselho, com o Iphan dentro do Conselho, os Wajãpi têm conseguido com mais êxito explicar essas delicadas questões.

“Nossas prioridades, nossos modos de viver”

O impacto desse registro da Unesco está atuando sobre a organização dos Wajãpi como um todo. Eles estão se reunindo mais. Estão se falando mais. Estão conseguindo explicar seu modo de vida e fazem, a cada ano, para a Semana do Índio, um documento que é muito importante chamado “Nosso jeito de viver”. A Funasa tem dificuldade de assistir as 48 aldeias. A Secretaria da Educação só quer construir escolas em poucos lugares e os Wajãpi mudam

frequentemente de aldeia, deixando para trás construções inúteis. Por isso dizem: “queremos apoio para escolas pequenas em cada lugar! Não queremos só cinco postos de saúde, queremos a formação dos agentes indígenas de saúde em cada lugar!” Eles tentam explicar o seu modo de vida e querem ser respeitados. Agora são eles que querem dar a definição do que é uma escola wajãpi: “Para vocês é um prédio, para nós é onde tem um professor wajãpi dando aula... pode ser embaixo da casa dele”. Isso é o ponto mais significativo para mim! A escola não é o prédio, é o professor indígena trabalhando.

A Secretaria da Educação conversa com um e esse um diz “ah eu quero uma escola na minha aldeia”. Então ela programa de fazer uma escola lá. Mas o outro não foi consultado. Agora, os Wajãpi estão se organizando para dizer às instituições: “Não, vocês não vão fazer o que vocês querem. Nós é que vamos dizer o que vocês querem”. Então todo ano, na semana do índio, eles entregam esse documento, que é uma espécie de plano de políticas públicas e resulta de uma assembléia. O documento sai da reunião pronto. Isso teve um impacto enorme sobre as instituições.

A luta é constante, pois as políticas públicas estaduais e em geral federais entendem que dar apoio aos índios é assalariá-los. Só que eles acabam assalariando poucos indivíduos num lugar onde há 48 aldeias! Assalariam dez agentes de saúde, mas há 48 aldeias! O Iepé está lutando contra esse movimento, formando muita gente e tentando até discutir salário. Enfatizamos e apoiamos o uso coletivo do dinheiro particular. Se há cinco assalariados numa aldeia, quem sabe essa aldeia pode repassar um pouco para outra, adquirindo bens de uso de todos, como rádios, baterias, ferramentas etc? O que fazer com o jovem que chega na aldeia com a roupa do mês, o tênis do mês? Isso tudo é muito discutido. É realmente um trabalho de intervenção enorme. Mas os resultados têm sido bons.

Expandindo o modelo wajãpi

O Projeto financiado pela Petrobrás desde 2005, “Formação e gestão de patrimônios culturais indígenas no Amapá e Norte do Pará”, consiste em uma série de ações educativas, baseadas na realização de oficinas em diferentes lugares, cada qual com pautas muito diferentes. Inicialmente, a metade do financiamento foi para os Wajãpi – engajados então nos mais diversos projetos, como a capacitação para fazer roteiros de filmes e construção de um centro de documentação – porque estávamos apenas



Modernidade Mascarada

Eliane Camargo

Linguísta no Celia - UMR 8133 (Paris, França)

CIDADÃOS FRANCESES PLENOS, OS WAYANA QUE VIVEM NA GUIANA FRANCESA ENFRENTAM AS VICISSITUDES DE UM MODELO UNIVERSAL DE EDUCAÇÃO E DO PROJETO DE CRIAÇÃO DE UM PARQUE NACIONAL INCAPAZES DE LIDAR COM A SOCIODIVERSIDADE

Os Wayana, falantes de uma língua caribe, ocupam uma vasta zona fronteiriça, localizada entre Brasil, Guiana Francesa e Suriname. Sua população total não alcança mais de duas mil pessoas: quatrocentos habitantes (aproximadamente) no Médio e Alto rio Paru de Leste (norte do Pará), mil habitantes no rio Litani (alto Maroni, Guiana Francesa) e quinhentos habitantes nos rios Tapanahoni, Palumëu e Lawa (como o Maroni é chamado no Suriname). O presente artigo se atém aos Wayana da Guiana Francesa, focalizando temas contemporâneos como a escola, a saúde e o projeto do Parque Nacional da Guiana Francesa.

Antes de tudo, cabe ressaltar que, de quinze anos para cá, os Wayana da Guiana Francesa – departamento além-mar do Estado francês – obtêm identidade francesa e, com isso, passam a ter acesso a todos os direitos sociais que gozam os cidadãos franceses comuns. Dentre esses direitos, estão o seguro desemprego (o chamado *revenu minimum d'insertion*, RMI, quantia mínima que todo desempregado em situação de legalidade, francês ou não, tem direito em território francês) e o auxílio familiar, que faz com que uma mulher com um filho receba cerca de 600 euros por mês.

A ESCOLA

Não há educação diferenciada para índios na Guiana Francesa. Seguindo as convicções da República francesa, o currículo de ensino deve ser igual para todos os cidadãos franceses, como são reconhecidas tanto as populações ameríndias como as quilombolas (ou *noirs marrons*, descendentes de escravos fugidos das plantações holandesas no século XVIII).

A educação nacional francesa aplica nas escolas indígenas o mesmo material e o mesmo tipo de formação de professores utilizados na França metropolitana. Mesmo se deparando com fracassos

escolares constantes e crescentes, seus idealizadores criaram condições materiais extremamente confortáveis para atrair pessoas que aceitem passar um ano ou mais em áreas “isoladas”. O salário dos professores que vão para lá é geralmente duas ou três vezes superior ao pago àqueles que vivem em áreas não isoladas.

No Alto Maroni, há escolas em cinco aldeias wayana: Cayodé, Elahé, Twenke, Taluhwen, Antécume Pata e Pilima. Os cursos estão organizados em três ciclos: o primeiro inclui crianças de três a cinco anos, o segundo, de cinco a sete anos, e o terceiro, de oito a quinze anos. Apenas a aldeia de Antécume dispõe de um colégio que compreende o terceiro ciclo e dispensa o ensino por correspondência preparado de acordo com a realidade do interior. Isto é, cada aluno matriculado recebe o material escolar do Centre National d'Education à Distance (CNED) e um único professor ajuda os alunos a fazerem os exercícios que são reexpe-didos ao CNED-França para correção. O colégio de Antécume, no entanto, acolhe apenas alunos locais ou provenientes da escola da aldeia Pilima. Com a alta taxa de fracasso escolar, o Rectorat de Cayenne decidiu em 2005 centralizar a preparação das aulas assim como a correção dos exercícios nos colégios das cidades mais próximas às aldeias. No caso dos Wayana, é o colégio de Maripasoula que se responsabiliza por esse material e exames dos alunos do colégio da aldeia Antécume.

Após o terceiro ciclo, os alunos que desejam concluir seus estudos são orientados para estudar em Maripasoula ou no litoral, sobretudo em cidades como Saint-Lorent du Maroni, Kourou e Cayena (a capital). Se, nas aldeias, a escola é deficitária do ponto de vista da formação adaptada, na cidade soma-se a isso a questão de falta de infraestrutura e ambiente de acolhimento (tanto familiar como administrativo) à população indígena que se vê muitas vezes deixada ao léu. Está além do alcance intelectual da educação nacional encarar a realidade sociocultural de grupos que vivem fisicamente em solo francês sem adotar um modo de vida metropolitano.

Quatro jovens wayana de Cayodé (Akama), Elahé (Alexina), Twenke (Louise) e Antécume (Kalanki) são mediadores bilingües e culturais, mas parece que eles ainda não entenderam o papel que devem exercer como tais por falta de uma formação adequada.



Aldeia Twenke.

Esforços têm sido empregados por instituições interessadas em preencher essas lacunas, promovendo, no âmbito da educação, a formação de mediadores bilíngües e culturais complementadas com oficinas de etnolingüística e questões ambientais. Desde 1998, uma convenção entre o Rectorat de Guyane (equivalente às nossas Secretarias de Educação), o Centro Acadêmico para a Escolarização dos Recém-chegados e de Crianças de Viagem (CASNAV) e o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) tem promovido a formação de jovens indígenas e quilombolas que trabalham no primeiro ciclo como mediadores culturais e bilíngües.

O objetivo do mediador é o de alfabetizar, na língua materna, a criança monolíngüe e, então, auxiliá-la na passagem para a alfabetização na língua francesa, bem como na adaptação ao modelo escolar francês. O mediador seria, assim, a ponte entre dois sistemas cognitivos. O maior problema é que muitos deles não estão preparados intelectualmente para operar essa transição pelo simples fato de nem serem biculturais nem conhecerem o funcionamento lingüístico de suas próprias línguas. Isto é, eles são falantes da língua materna, desconhecendo, porém, o funcionamento de sua gramática, o que seria fundamental para explicar a passagem de um sistema ao outro. Por exemplo, o plural em wayana é a partir de três e não de dois como em francês ou português. Com isso as regras de concordância de número não são as mesmas.

De todo modo, o desafio da mediação não seria apenas o de formar pessoas com o objetivo de fazerem do conhecimento da língua nativa um trampolim para o francês, mas o de formar reais intermediários biculturais e bilíngües.

A SAÚDE

Na Guiana, há dois tipos de unidades de saúde que dependem diretamente do hospital de Caiena: Pronto Socorro e Centro de Saúde. Ambos dispõem de rádio que os mantêm conectados.

Alguns deles, situados no interior das terras, possuem telefone e Internet, o que garante uma unidade de telemedicina para análise de coleta de material feita em microscópio. Isto é, a análise de um material de uma ferida, por exemplo, é feita por microscópio e enviada por telemedicina a um centro médico de porte maior. Este diagnostica o problema e fornece o tipo de tratamento a ser efetuado.

No alto Maroni, o Pronto Socorro situa-se em Maripasoula, o maior município do alto Maroni com dois mil habitantes, e conta com três médicos, oito enfermeiros, uma parteira, três auxiliares de saúde, duas secretárias e dois faxineiros chamados de "agentes de saúde hospitalar". Um helicóptero do hospital transporta os doentes graves de pontos isolados diretamente à Emergência do Hospital Geral de Caiena.

A área wayana conta com dois Centros de Saúde, um na aldeia Antécume e outro em Twenke. No primeiro, há um enfermeiro e um agente de saúde e, no segundo, dois agentes de saúde. Eles são assistidos mensalmente por um médico responsável pela prevenção maternal e infantil, com acompanhamento pré-natal, e pela vacinação de toda a população. Uma ou duas vezes por ano, um médico especialista em doenças sexualmente transmissíveis, com auxílio do agente de saúde, examina a população concernida. Em seguida, há uma vistoria médica mensal com um médico de Maripasoula e um enfermeiro (e uma parteira, se houver).

Um dos problemas mais agudos no âmbito da saúde é a contaminação dos rios pelo mercúrio que advém do garimpo clandestino. Na área wayana, a contaminação do rio Tampoc, afluente do Maroni, provém de garimpo localizado no rio Inini.

A média de suicídio anual entre os Wayana é 16 vezes superior à média nacional. Em 2005, só em uma família, observaram-se quatro casos: duas irmãs adolescentes mataram-se e, alguns meses mais tarde, seus pais se enforcaram. Se o suicídio, em alguns casos, costumava ser consequência de algum conflito familiar mal resolvido, no contexto em que a sociedade wayana se encontra,

a falta de referenciais socioculturais é um novo fator que vem impulsionando tais atos. Em decorrência deste quadro preocupante, no final de 2005, três jovens Wayana que vivem em Saint Laurent du Maroni subiram o rio e visitaram diferentes aldeias para explicar o projeto de criação de uma Associação para melhor entender as causas dessa epidemia de suicídios. Assim, em 31 de outubro de 2005, foi criada a *Kupum Komhe Heitei*, "Amamos o Nosso Corpo".

O PARQUE NACIONAL DA GUIANA FRANCESA

Em 1992, no Fórum da Terra, no Rio de Janeiro, François Mitterand anunciou oficialmente o projeto de criação de um Parque Nacional na Guiana Francesa. No cenário internacional, este ato marcou um passo em favor da preservação das florestas tropicais, que visaria proteger e administrar de modo mais eficaz e sob a jurisdição francesa um patrimônio natural de 36 mil km² de floresta tropical úmida ao Sul da Guiana Francesa, ocupando toda a faixa fronteiriça entre a Guiana Francesa e o Brasil. Em 1993, o Ministério do Meio Ambiente criou a Missão para a Criação do Parque da Floresta Tropical Guianesa, com o objetivo de conservar o meio ambiente. Treze anos mais tarde, todavia, o Parque ainda não foi criado. A previsão de criação é para janeiro de 2007.

No mesmo ano, a Direção Regional do Meio Ambiente (Diren) formou um comitê para fazer um plano piloto composto de políticos regionais, chefes de serviço e pesquisadores. Os habitantes indígenas e quilombolas do futuro Parque não estavam representados. Eles foram incorporados no comitê para o projeto piloto apenas entre 1996 e 1999, período em que três comissões temáticas eram criadas. A primeira se dedicava às atividades de extração de minério, sob a proposta de proibir o garimpo no centro do Parque, apenas permitindo-o na zona periférica, mas sob forte controle. A segunda se dedicava aos campos de competência de descentralização dos serviços, sob a proposta de estes se situarem nos três municípios que ficam na porta do Parque (Maripasoula, área Wayana e Aluku; Camopi, área Wayampi e Emerillon; e Saul). A terceira comissão se dedicava aos modos de vida das populações locais, sob a proposta de autorizar atividades tradicionais no conjunto do Parque. Em 1998, essas discussões foram bloqueadas e políticos regionais passaram a criticar a intervenção. Isso resultou em uma luta intestina na Missão para a Criação do Parque devido à oposição não apenas por parte dos políticos regionais, mas também da população local, muitas vezes mal-informada.

Em 1995, foram reconhecidas "zonas de direito de uso coletivo" (ZDUC) aos ameríndios e quilombolas a partir de um decreto do

Primeiro Ministro que reconhecia que a extração dos produtos da floresta, assim como a caça e a pesca, eram atividades tradicionais. Em 1998, uma reunião de "chefes costumeiros" ou "representantes culturais" (categoria criada e aplicada pelo colonialismo francês na Nova Caledônia) das principais aldeias reivindicava, no que seria chamado de Resolução de Twenke, o reconhecimento legislativo das autoridades políticas e espirituais dos povos da floresta e exigia, entre outras coisas, os direitos sobre a terra e sobre as fontes naturais. Propunha ainda uma delimitação do Parque, que seria rejeitada, em seguida, pelas coletividades locais.

Em janeiro de 2005, durante a Conferência "Biodiversidade: ciência e governabilidade", Jacques Chirac anunciou a criação do Parque, para o mais tardar em 2006, e a erradicação do garimpo fora das zonas periféricas. As populações ameríndias e quilombolas deveriam, assim, ter suas atividades tradicionais preservadas. No mesmo mês, reunidos na Federação das Organizações Ameríndias da Guiana (FOAG), os "representantes culturais" apelavam novamente à urgência de reconhecimento da existência e do direito dos povos autóctones da Guiana Francesa de modo a assegurar e garantir a sua representação e a sua participação nas decisões tomadas sobre as questões específicas ou transfronteiriças que os afetam direta e indiretamente. Em seguida, dois desses "chefes", um Aluku (grupo quilombola), outro Wayana, escreviam ao presidente da República para explicar-lhe a sua recusa ao Parque: eles temiam que se instaurasse uma forma de proteção da natureza contrária ao "desenvolvimento harmonioso das populações" e que isso representasse um "perigo para a vida tradicional".

O processo de criação e aplicação desse Parque Nacional revela, de um lado, as rivalidades entre autoridades tradicionais, políticos e representantes do Estado, e, de outro, os conflitos entre comunidades que habitam um mesmo território. É difícil encontrar um consenso, por exemplo, em Maripasoula. Com efeito, os quilombolas desconfiam e temem a perda da liberdade e da soberania com relação ao seu território. Eles mantêm-se reticentes ao que consideram como uma reapropriação de suas terras e de suas riquezas pelo Estado francês. Já em Camopi, a reação é diversa. Tanto os Wayampi quanto os Emerillon, ambos grupos de língua tupi-guarani que ali vivem, são favoráveis ao Parque e esperam, com ele, a proibição do garimpo clandestino que tem invadido o seu território apesar das repetidas forças de ordem. Membros destes grupos, situados na periferia do Parque, na fronteira com o Amapá, chegaram até mesmo a pedir para serem deslocados para o centro. Essas atitudes aparentemente contraditórias revelam o desolamento das populações da floresta perante um projeto que não conseguem apreender. (abril, 2006)

A Nova "Marcha para o Oeste"

Rosa Cartagenes

Inspetora sanitária (SES-DF), colabora com o trabalho da CGII entre os Zo'é desde 1998

EXPANSÃO DE DESMATAMENTOS ILEGAIS E DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA SOJA AMEAÇA A ESTABILIDADE DO POVO ZO'É

O oeste do estado do Pará tem vivido dias conturbados para povos indígenas e populações tradicionais. Enquanto sudeste e sul do estado nos últimos anos tipificaram os altos índices de violência fundiária de referência nacional, o oeste e o extremo norte até há alguns anos pareciam áreas "adormecidas", relativamente resguardadas daquilo que os analistas ambientais descreveram como "o arco da devastação", a faixa de ação antrópica predatória que se desenhou do sudeste do Acre/sul do Amazonas, Rondônia, norte do Mato Grosso, subindo pelo sul do Pará até a parte amazônica do Maranhão. Um parecer pretérito, pois novos traçados aceleradamente redesenham focos significativos de destruição, e no oeste do Pará essa rota tem nome de estrada: BR-163, a propalada Cuiabá-Santarém.

Em coalizão com a estrada, ou em antecipação a ela, a renitente expansão do império da soja (instalação da Cargill) ajuda a promover antecipadamente intensa atividade de grilagem imobiliária, saque madeireiro e inevitáveis conflitos fundiários com populações tradicionais. Ainda como pano-de-fundo, uma nova província mineral se reafirma no sudoeste, através do Projeto Juriti, da Alcoa/Omnia (extração de bauxita) e da pretensão de um coeso bloco de interesses regionais na criação de um novo estado da Federação, que dividiria o atual estado do Pará ao meio: o Estado do Tapajós.

É nesse contexto que se encontram os Zo'é, os "Tupi da fronteira do mundo". Divulgados na mídia no final dos anos 80 como um dos últimos povos Tupi a travarem contato efetivo com a sociedade ocidental, os Zo'é têm uma visão cosmológica muito particular do mundo: um universo móvel onde eles são o epicentro ("Zo'é" significa "Nós", a primeira pessoa pronominal), e cujos limites, pensados como as fronteiras de seu território dito tradicional (ao

menos, de ocupação imemorial para as gerações recentes), são limites que não param de se dilatar, como um universo em expansão em versão mais-que-tupi. E o futuro dessa territorialidade está intrinsecamente relacionado aos embates fundiários que ora se configuram na região.

O CONTATO COM OS NÃO-ÍNDIOS

Tanto registros etnográficos da historiografia regional quanto relatos da tradição oral dos Zo'é levam a crer que o território que atualmente ocupam, entre os rios Erepecuru, Urucuriana e Cuminapanema (municípios de Óbidos e Alenquer, noroeste do PA), constituiu-se através dos tempos como uma espécie de área de refúgio, ou de acomodação, onde esse povo de classificação lingüística tupi-guarani resguardou-se de maiores conflitos entre povos rivais, relatados a oeste e a leste, e dos não-índios, que os Zo'é chamam de kirahí, associados cosmologicamente à direção sul.

O histórico dos contatos com a sociedade ocidental reporta a encontros esporádicos, por vezes conflituosos, com elementos eventuais da população envolvente (castanheiros, caçadores, mateiros) e algumas histórias de cisões internas e evasões para além dos "limites do mundo". Nos anos de 1970, levantamentos aéreos relacionados à Sudam/DNPM localizaram algumas malocas zo'é, que repeliram a aproximação aérea atirando veementemente suas flechas. A Funai regional foi comunicada, e em 1976 o órgão indigenista oficial chegou a editar portaria criando uma "Frente de Atração Cuminapanema", mas limitações de recursos e mesmo a desativação do projeto da Rodovia Perimetral Norte (BR-210) adiaram uma atuação direta na região. No vácuo da ação oficial, a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), braço nacional da New Tribes americana, lançou-se à empreitada proselitista de alcançar o então desconhecido povo indígena com seu projeto evangelizador. A partir de 1982, equipes patrocinadas pela missão

realizaram diversas expedições na região, e após vários contatos rechaçados, aos poucos, os Zo'é cedem à presença exógena, permitindo aproximações. Em novembro de 1987, um grupo se desloca até a base que a missão havia construído na faixa sul do território indígena, a "Base Esperança", momento em que os missionários registram como "o contato" efetivo.

A versão relatada pelos próprios Zo'é é que após contatos diretos com os kirahí, que tão insistentemente os procuravam, alguns adoeciam gravemente, apresentando febre alta e tosse, quadro típico de patologias infecto-respiratórias. Como os contatos eram breves e os kirahí levavam meses para retornar muitos morreram sem nenhum tipo de diagnóstico ou assistência. Quando se deslocaram para a Base Esperança, os Zo'é procuravam explicação ou socorro para o sopro mortal que vinha do sul.

Os missionários a partir de então envidaram todos os esforços para concentrar a população indígena no entorno de sua base, cambiando serviços braçais e informações lingüísticas por bens de consumo industrializados, provocando drásticas alterações nos padrões e ritmos próprios de fluxo e ocupação territorial e sérios desequilíbrios políticos internos. A concentração demográfica também favoreceu a disseminação endêmica da malária. Em 1989, a MNTB alertava a Funai sobre o crítico estado de saúde da população Zo'é, e assim se iniciou uma batalha institucional culminando com a expulsão formal dos missionários em 1991, ano em que o sertanista Sydney Possuelo, chefe da então Coordenadoria de Índios Isolados (CII) assumia a presidência da Funai.

Acusações entre Funai e MNTB renderam farto material difamatório na imprensa local, e um longo processo no Ministério Público/Justiça Federal, que viria a ser encerrado em fevereiro de 2004 por falta de "provas suficientes para que se pudesse concluir que a presença da MNTB na região teria ocasionado a morte da população Zo'é" (Relatório do Delegado da Polícia Federal de Santarém, 30/05/2003). Se os cadáveres jazem em paz no subsolo indígena e não se manifestarão a respeito, o fato é que mesmo atualmente os Zo'é são capazes de relacionar mais de 40 indivíduos que teriam morrido contaminados naquele período. Isso equivaleria a mais de um quarto da população na época, um verdadeiro genocídio.

ROMPENDO A "TRADIÇÃO DA ATRAÇÃO"

Em que pesem os maciços investimentos em saúde para a reversão do grave quadro de morbimortalidade instalado, os primeiros anos de atuação da Funai não diferiram em muito da presença e práticas das frentes de contato convencionais. Enredados pela "herança maldita" de um

povo doente, sedentarizado em torno dos postos de assistência das agências de contato (MNTB e Funai conviveram em confronto dentro da TI Zo'é entre 1989 e 1991) e em franco processo de desestruturação socioeconômica e cultural, parecia não mais haver para eles muitas opções além do usual ocaso.

Encaminhamentos técnicos indispensáveis para o reconhecimento da Terra Indígena foram agilizados com a colaboração de antropólogos do Núcleo de História Indígena (NHII/USP), coordenados por Dominique Gallois. Essa equipe realizou um competente trabalho de pesquisa etnográfica e levantamentos em campo, permitindo a fundamentação da regularização fundiária do território, demarcado como Terra Indígena Zo'é pela portaria P.D.365 de 23/04/2001. No entanto, a redução da área originalmente interditada, proposta pelo próprio GT (Port. 309/Pres. Funai, 04/04/97), manteve "corredores" desprotegidos tanto ao norte quanto ao sul da TI – este último, a área de maior pressão expansionista, egressa dos núcleos urbanos mais próximos (Santarém, Oriximiná e Óbidos).

A gestação de um processo interno de reflexão e auto-crítica dentro de setores da Funai fermentava no então Departamento de Índios Isolados (DII), que no ano de 2000 transformava suas "Frentes de Atração" em "Frentes de Proteção Etnoambientais", sinalizando um redirecionamento das ações oficiais junto aos povos indígenas isolados sob sua jurisdição. Antes disso, em 1996, o DII designara para atuar no Cuminapanema o indigenista João Lobato, de origem e formação alternativa e com significativa experiência e sensibilidade crítica às interfaces do "contato". Essa conjugação de fatores e atores possibilitou uma transformação qualitativa na condução dos trabalhos da Funai junto aos Zo'é. Após uma etapa inicial, onde era imprescindível uma atuação incisiva na recuperação do quadro nosológico priorizando a saúde curativa, redefiniu-se a política de gestão das relações interétnicas, reiterando-se um processo de afirmação cultural que permitisse aos Zo'é retomarem suas práticas culturais e autonomia econômica, já em acentuada desagregação. Um processo complexo, amplamente criticado e prenhe de incertezas, mas que tem rendido aos Zo'é plena recuperação demográfica com qualidade de vida, bem como a retomada de sua autonomia cultural, algo raro no quadro indigenista nacional.

"POLÍTICA DE REDOMA" OU PROTEÇÃO NECESSÁRIA?

Além de investimentos contínuos em saúde – presença permanente de profissional de saúde na TI, disponibilização eficaz de medicamentos, cobertura vacinal adequada

e campanhas antimaláricas sucessivas em conjunto com a Funasa, o que permitiu redução significativa desta epidemia (cite-se a incidência zero no biênio 2002/2003) – o controle oficial do acesso à TI foi adotado como medida de necessária proteção epidemiológica. Interferências negativas sucessivas de equipes externas de trabalho promoveram restrições crescentes, nos critérios da Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII), para a entrada formal no território Zo'é. Isto levou a críticas generalizadas, por parte dos agentes externos de alguma forma interessados no acesso aos Zo'é e ao seu território, de que a CGII propiciaria uma manutenção “artificial” do isolamento dos Zo'é, adotando uma “política de redoma”. Afora urgências explícitas, o acesso à TI Zo'é passa pelo crivo formal da CGII e pela autorização da Presidência da Funai.

Embora a geografia tenha colaborado para que o território Zo'é se configurasse como reduto, o controle do acesso à TI justificou-se como parte de um arcabouço teórico e prático na condução diferenciada das ações da CGII junto aos Zo'é. Superando o protecionismo acrítico, ocorreu um redimensionamento das relações econômicas exógenas e a ruptura nos padrões de dependência que já se instalavam. Uma atenção direcionada para o aprendizado da língua indígena e a utilização de recursos multimídia como parte de um processo pedagógico de troca de informações sobre o mundo dos “brancos” permitiu um relacionamento alicercado na reflexão e parceria entre os Zo'é e equipe da Frente, para além do caráter institucional e hierárquico entre tutor e tutelado. O estímulo permanente à valorização e restauração do modo de ser Zo'é consubstanciou a retomada progressiva dos padrões autóctones de produção material e ocupação territorial, beneficiando a revitalização cultural e sociopolítica Zo'é. Em 2004, o trabalho da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema foi eleito o melhor projeto de governo na categoria Comunidades pelo Prêmio SuperEcologia, promovido pela revista Superinteressante, da Abril Cultural.

CRUZADAS E BANDEIRAS

Após a retirada da MNTB da terra indígena, é fato que os missionários, ou parte deles, nunca desistiram da retomada de sua atuação entre os Zo'é. Invasões locali-

zadas, utilizando subterfúgios de aliciamento material e emocional, são a marca de uma atividade subterrânea que tem pontuado a pretensão deste retorno, usufruindo da curiosidade permanente e da já famosa afabilidade dos Zo'é. Estes, vencidos os velhos temores de balas e bacilos, eventualmente fazem sua própria política de boa vizinhança mesmo com invasores de seu território, inserindo em sua interpretação imediata a negociação de novas e virtuais “alianças” que emergem das fronteiras deste mundo em expansão. A relação prévia que membros da missão mantiveram com frações da população Zo'é, somada a promessas e brindes, tem sido a ponte para aproximações de alto risco para a coletividade.

Além de invasões pontuais, o aliciamento paralelo de outra etnia indígena, os Waiwai, situados na TI a oeste do território Zo'é, tem feito parte desta estratégia de sedução. Os Waiwai cristianizados, cujas lideranças há anos foram catequizadas por missionários evangélicos, têm servido nos últimos anos como pontas-de-lança de invasões entre os Zo'é, sendo introdutores não só de alguns surtos epidêmicos e de inúmeras quinquilharias a título de “doações”, mas também do acesso a armas de fogo, ícone irresistível do poder de destruição dos kirahí. Estas “visitas sociais” às escondidas, à revelia de quaisquer possibilidades de controle do órgão indigenista, promovem focos de tensão e instabilidade do equilíbrio político interno Zo'é, na medida em que insistem numa assimetria inexistente em sua cultura, atribuindo deferências de “chefia” ou promovendo doações a indivíduos específicos. Tais “equipes invasoras” costumam ser capitaneadas ou recrutar como auxiliares indivíduos visivelmente comprometidos com objetivos mercenários, como garimpeiros e exploradores da região. Um dos “missionários” verbalizou a intenção de adquirir glebas limítrofes ao território indígena como estratégia para atrair os Zo'é para fora da TI, onde, teoricamente, poderia retomar suas práticas proselitistas à margem da legalidade.

Estes são apenas alguns aspectos localizados destas “ligações perigosas”. Ações recentes de vários órgãos de fiscalização fundiária da região (Ibama, Sectam, Incra etc.) têm constatado crimes ambientais se alastrando de forma organizada em todos os municípios localizados no

Recomendações para a Proteção do Território

Dominique Tilkin Gallois

Professora de Antropologia da USP, presidente do Iepé

A TERRA INDÍGENA ZO'É FOI DECLARADA EM ABRIL DE 2001 COM UMA EXTENSÃO DE 624 MIL HECTARES, MENOR DO QUE A INICIALMENTE INTERDITADA PELA FUNAI. O GT DE IDENTIFICAÇÃO, FINALIZADO EM 1998, JUSTIFICOU DETALHADAMENTE ESSA DELIMITAÇÃO E, ALÉM DISSO, LANÇOU RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AOS LIMITES SUL E NORTE DA TI, AINDA NÃO SUFICIENTEMENTE OUVIDAS

Os trabalhos de identificação e delimitação da TI Zo'é foram desenvolvidos entre 1996 e 1998, sob minha coordenação. A etapa de estudos antropológicos foi realizada com Nadja Havt (Portarias 430 de 10.06.96 e 584 de 05.07.96) e os trabalhos conjuntos do GT (Portaria 309 de 04.04.97) ocorreram em abril e maio de 1997 e contaram com a participação do sertanista Fiorello Parise, além de outros representantes da Funai, Incra e Iterpa. Estava também prevista a participação do então chefe de posto e atual coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, mas, infelizmente, ele não pôde comparecer.

As 3ª, 4ª e 5ª partes do Relatório do GT de identificação, encaminhado à Funai em novembro de 1998, justificam minuciosamente a identificação com base na ocupação e expansão futura do grupo Zo'é, considerando-se também suas formas de exploração de recursos. Explicita-se, ainda, a necessidade de adequar a terra a ser demarcada às áreas efetivamente conhecidas e consideradas necessárias por este grupo, potencializando sua capacidade de gestão territorial e garantindo, dessa forma, sua integridade futura. Com esses parâmetros, a área identificada com 624 mil hectares seria necessariamente menor que a Área Indígena Cuminapanema/Urucuriana, interditada pela Funai em 1987, com cerca de 2.059.700 ha.

Como indica o Relatório, aquela interdição baseava-se

em dados puramente cartográficos e “visava dar condições de trabalho às equipes de localização e contato, na identificação de numerosas referências de índios isolados, levantadas pela Coordenadoria de Índios Isolados (CII)/Funai na região. Na época, a Funai já tinha conhecimento da presença do povo Zo'é, contatado pela Missão Novas Tribos, em 1982, mas ainda não dispunha de informações sobre a área efetivamente ocupada por este grupo. [...] Informações sobre a ocupação zo'é foram obtidas a partir de 1989, quando a Funai iniciou suas atividades na assistência a este povo e quando pesquisadores da USP iniciaram o levantamento antropológico e etnohistórico. Em 1996, como resultado de entendimentos entre a CII e as antropólogas responsáveis por esta pesquisa e pela coordenação do GT, optou-se por iniciar os trabalhos de identificação da terra ocupada pelo grupo Zo'é, correspondendo à faixa central da área interditada. Ao mesmo tempo, foram realizados levantamentos complementares na faixa norte, onde existem sinais de presença indígena, de outras etnias que não zo'é”.

RECOMENDAÇÕES PARA A PROTEÇÃO DA ÁREA DO URUCURIANA

Em agosto de 1997, foi realizada uma expedição de localização no Rio Urucuriana, coordenada pelo sertanista Fiorello Parise (Portaria 688/PP de 30.07.98) e com a participação de 18 índios Zo'é, para verificar a referência nº 11 da tabela de índios isolados do DII. Consta, inclusive da introdução do Relatório, que: “Os trabalhos descritos e os dados apresentados nas partes seguintes do presente relatório dizem respeito, especificamente, à ocupação tradicional dos índios Zo'é. No entanto, em acordo com decisão conjunta dos membros do GT, também incluímos informações e propostas referentes às faixas norte, sul e

leste da área interdita, que ficam excluídos da proposta de limites da Terra Zo'é, mas que, por estarem no entorno imediato desta Terra Indígena e do Parque Indígena do Tumucumaque, devem ser considerados como áreas de preservação permanente”.

É o que consta do item g) da sétima parte do Relatório, como segue: “A Portaria de 87 interditou como Área Indígena Cuminapanema/Urucuriana uma região que vai da margem norte do Igarapé Urucuriana até o limite sul do (antigo) Parque Indígena Tumucumaque, tendo em vista a realização de estudos para levantamento sobre a ocupação indígena na região. Os estudos realizados junto aos Zo'é mostraram que essa não é uma área ocupada por eles, seja histórica ou atualmente. Complementarmente, a realização da Expedição ao longo do curso do Urucuriana e Cuminapanema corroborou referências antigas sobre a ocupação histórica da região por povos de língua caribe, cuja maior parte passou a habitar o Tumucumaque. Os vestígios de ocupação antiga foram verificados, mas não se chegou a nenhuma conclusão sobre ocupação atual, pois os levantamentos na margem norte do Urucuriana ficaram comprometidos pela falta de água. Assim, à equipe que realizou a Expedição só foi possível fazer inferências sobre a ocupação indígena na área em questão, com base na presença de capoeiras e nas condições observadas quanto à fauna, flora, perenidade dos igarapés etc. Por outro lado, foram confirmadas referências a índios isolados nas imediações do Igarapé Poana, afluente da margem direita do Erepecuru localizado próximo à confluência entre este e o Urucuriana. As informações referem-se a contatos visuais, além de vestígios como fogueira de acampamento. Com base nesses elementos, e tendo em vista que as duas regiões próximas entre si não são de ocupação zo'é, o GT recomenda a manutenção da interdição entre o Urucuriana e o Tumucumaque e a formação de um novo GT de Identificação e Delimitação que possa realizar, desta vez em condições mais favoráveis e apropriadas, o estudo da ocupação indígena entre a região do Igarapé Poana e a margem norte do Urucuriana (até o limite sul do Tumucumaque)”.

RECOMENDAÇÕES PARA A CONTIGÜIDADE DA TI ZO'É COM A TERRA QUILOMBOLA

Como informa a introdução do Relatório: “No decorrer dos trabalhos do GT, foram realizadas reuniões com representantes das comunidades remanescentes de quilombo do rio Erepecuru. Entendimentos com esses representantes e com os técnicos que os assessoram viabilizaram a adequação dos limites sul da TI Zo'é e norte da Área Rema-

nescente de Quilombo Erepecuru, pleiteada para titulação. Como se argumenta neste relatório (ver Recomendações, na Sétima Parte), é fundamental garantir a contigüidade destes limites, como medida de proteção de ambas as áreas, indígena e quilombola. (ver Lúcia M.M. Andrade. Área Remanescente de Quilombo Erepecuru, maio de 1998).

A sétima parte do relatório (item f) explicita a necessidade de não deixar corredor entre a TI e a área quilombola, apresentando as seguintes recomendações: “A Área Indígena Cuminapanema/Urucuriana interdita em 1987 englobou nos seus limites regiões não ocupadas pelos Zo'é, mas conhecidas e utilizadas pelos Remanescentes de Quilombo do Erepecuru. O procedimento daquela interdição, necessário naquele momento a fim de garantir a segurança do grupo, pode ser revisto dentro do processo de regularização fundiária da TI em questão. O GT Zo'é adotou essa linha, mantendo um diálogo próximo com os representantes reconhecidos pelas comunidades de Remanescentes de Quilombos, cuja área de ocupação tradicional foi incluída na Portaria de Interdição. Essas comunidades ocupam a região imediatamente ao sul e sudoeste do território zo'é, sendo os limites historicamente contíguos, tanto ao longo do curso do Igarapé da Raia Branca, como ao longo da cordilheira identificada e descrita como limite sudoeste da ocupação zo'é ao longo deste Relatório. Ao fim da primeira etapa de campo do GT e paralelamente ao levantamento cartorial, uma parte da equipe deslocou-se até as comunidades do Baixo Erepecuru para esclarecer o procedimento adotado à época da Interdição e tomar conhecimento do processo de regularização fundiária daquelas terras. Constatou-se na ocasião que, por motivos alheios à história da ocupação da região pelos quilombolas, a proposta de delimitação fazia recuar os limites norte e nordeste para longe dos limites tradicionais e atuais dessa ocupação, contíguos aos limites sul e sudoeste da ocupação zo'é. [...] Cabe ressaltar que técnicos da Funai e representantes dessas comunidades quilombolas realizaram reuniões para discussão e acerto das propostas de limites, “chegando à unanimidade para a proposta de chegar o limite da área quilombola ao limite sul da TI Cuminapanema”.

Toda a equipe do GT Zo'é tem claro que o recuo desses limites, além de equivocado do ponto de vista da extensão da área ocupada pelos quilombolas, representa riscos atuais e futuros à “preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural” dos dois grupos – indígena e quilombola, e a sua “reprodução física e cultural”, contrariando frontalmente, pelo menos no caso dos Zo'é, os preceitos constitucionais, pois um dos fatores que tem garantido até agora a segurança e tranquilidade dos Zo'é é,

Povos Recuperam Antigos Locais de Moradia

Denise Fajardo Grupioni

Antropóloga do Iepé e do NHII/USP

DEPOIS DE MUITO TEMPO RESIDINDO EM GRANDES AGLOMERADOS, OS POVOS DO PI TUMUCUMAQUE RECOBRAM PADRÃO DE DISPERSÃO E FAMÍLIAS DE UM DELES, OS KATXUYANA, VOLTAM A OCUPAR SEU LUGAR DE ORIGEM FORA DOS LIMITES DO PARQUE. APERFEIÇOAR AS MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA E ENCONTRAR CANAIS SATISFATÓRIOS PARA A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PERMANECEM DESAFIOS IMPORTANTES

No Parque Indígena do Tumucumaque, localizado na divisa entre o norte do Pará e o Amapá, vivem hoje cerca de mil e seiscentas pessoas. Na faixa oeste do Parque, encontram-se membros dos grupos Tiriyo, Katxuyana e Txikuyana. Na faixa leste, e na contígua Terra Indígena Paru d'Este, predominam os Aparai e Wayana. Em menor número, encontram-se ali algumas famílias Tiriyo, Katxuyana e Wajäpi.

Por cerca de três décadas, a contar do início dos anos de 1960, estes grupos mantiveram-se praticamente centralizados em torno de dois postos de assistência: a Missão Tiriyo, instalada no alto rio Paru de Oeste, ao lado de um destacamento da Força Aérea Brasileira (FAB), onde há pouco foi inaugurada uma Unidade de Vigilância do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam); e o Posto Indígena da aldeia Bona, no médio Paru de Leste, onde também atua o Summer Institute of Linguistic (SIL). Durante esse período, que vai até o final dos anos 1980, o principal cuidado na formação de novas aldeias foi o de manter acesso fácil a um destes centros, únicos locais onde havia posto de saúde, escola, um pequeno comércio de bens de consumo, comunicação via rádio e pista de pouso.

Porém, a partir dos anos 1990, começaram a soprar novos

ventos nessa região de acesso quase impossível por terra ou por rio. Se durante algumas décadas os donos das aldeias do Parque hesitaram em se expandir, com receio de ficarem isolados, sem assistência e comunicação, as novas políticas que surgiram nos anos de 1990 encorajaram antigos e novos donos de aldeia a se expandirem ao máximo, seja para reocupar antigos lugares de moradia, seja para instalarem-se em outros novos lugares. De tal modo que, se por volta de 1968 havia apenas duas grandes aldeias no Parque inteiro, com o paulatino processo de descentralização das aldeias observado no decorrer das quatro últimas décadas, chegou-se a um quadro atual de cerca de 50 pequenas aldeias distribuídas do sul ao norte das faixas leste e oeste do Parque. Em boa parte delas há hoje radiofonia, escola e posto de saúde. Em algumas aldeias situadas em pontos mais distantes das demais há pistas de pouso de pequeno porte. Com essa nova configuração sócio-espacial das aldeias, seus habitantes começam a recuperar o antigo padrão de dispersão e mobilidade na região e a deixar de se sentirem “ilhados” no interior do Parque.

O RETORNO DOS KATXUYANA PARA O TROMBETAS

No que diz respeito ao processo de descentralização ocorrido no Parque Indígena de Tumucumaque, um dos acontecimentos mais importantes dos últimos cinco anos é a volta de algumas famílias katxuyana para seu lugar de origem às margens dos rios Cachorro e Trombetas.

Em meados do século XX, os Katxuyana que viviam nessa região foram vitimados por uma epidemia de sarampo que, segundo contam, “de quase 600 pessoas, restaram apenas 90”. Nos anos de 1960, os missionários franciscanos que atuavam na região de Oriximiná propuseram aos

moradores de uma aldeia no rio Cachorro que fossem para a Missão Tiriyo, onde poderiam receber a assistência de que precisavam e aproximar-se dos Tiriyo que lá viviam. Os 40 moradores desta aldeia aceitaram a proposta e, em 1968, foram até Oriximiná de barco e dali ao Parque de Tumucumaque, em avião da FAB.

Apesar das dificuldades de adaptação, que nunca foram completamente superadas, viveram e intercasaram com os Tiriyo durante 36 anos, período ao longo do qual mais do que triplicaram sua população e ganharam autonomia para dispersar-se ao longo da faixa oeste, tanto em aldeias tiriyo, quanto em aldeias próprias. Porém nunca se acostumaram completamente com o lugar, e nunca deixaram de alimentar o sonho de retornar para sua região.

Assim, depois de procurarem a prefeitura de Oriximiná e a Administração da Funai em Belém para saber da situação de suas terras e se elas continuavam desocupadas, em 2002, um primeiro grupo katxuyana foi para o antigo local reabrir uma aldeia. Nesse percurso, encontraram alguns caminhos abertos e sinais da presença de madeireiros, plantadores de soja e de uma mineradora que mantém acampamento na região. Mesmo assim seguiram em frente na decisão de recuperar suas terras. Atualmente já existem três aldeias: duas no rio Cachorro e uma no rio Trombetas, onde se distribuem oito famílias.

Em agosto de 2005, o presidente da recém criada Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Katxuyana e Txikuyana (Apitikatxi), acompanhado de um dos líderes desta retomada, deu entrada na Coordenação de Identificação e Delimitação da Funai, em Brasília, de sua demanda de estudo e regularização fundiária da TI Katxuyana em área contígua à Terra Indígena Trombetas/Mapuera.

NOVAS POSSIBILIDADES, NOVOS PROBLEMAS

Problemas começaram a surgir na medida em que se abriram novos horizontes para os habitantes do Tumucumaque. O governo do estado do Amapá, bem como órgãos do governo federal, como a própria Funai (atuando principalmente por meio do PPTAL), a Funasa e o MEC passaram a investir em programas de apoio às comunidades do Parque. Desde o início desta nova política, o principal investimento tem sido na construção de instalações para funcionamento de escolas e postos de saúde e na contratação

de profissionais indígenas. Como até hoje nem os professores indígenas, nem os agentes indígenas de saúde participam de qualquer programa efetivo e continuado de formação para os serviços realizados, os habitantes do Parque tampouco dispensam a presença, seja de professores, seja de enfermeiros não-índios em suas aldeias. Isso exige a contratação de serviços das empresas de táxi-aéreo da região para transportar este pessoal, bem como suas bagagens e mantimentos que, em conjunto, ocupam aeronaves extras.

Por esse motivo não se pode dizer que os investimentos em apoio a essa região não sejam vultosos: convênios anuais para realização de fretes aéreos representam somas significativas, fora os gastos com a folha de pagamento de profissionais indígenas sem a formação necessária para as atividades que exercem e de profissionais não-indígenas devidamente formados em suas áreas de atuação, mas sem o preparo necessário para o convívio prolongado e o trabalho diferenciado que realizam junto às comunidades indígenas. Esta é uma queixa recorrente destes profissionais que, ao chegarem na região, ressentem-se de seu despreparo para lidar com o cotidiano das aldeias. Por outro lado, ressentem-se as comunidades ao verem tanto investimento em logística e pouco retorno na qualidade dos serviços prestados.

Como parte deste investimento tem se destinado à contratação de pelo menos um agente indígena de saúde e um professor indígena em cada aldeia – no entanto, normalmente há mais de um contratado, principalmente nas aldeias com mais de quarenta pessoas –, o que se observa na última década é um significativo aumento no poder de consumo dos familiares destes contratados. De tal forma que, atualmente, este grupo constitui uma nova elite no Parque, com autonomia financeira nunca antes vista na região. Essa situação os coloca em posição privilegiada em



Lideranças tiriyo e katxuyana em reunião sobre vigilância do Parque Indígena do Tumucumaque.

relação às famílias que não possuem nenhum membro assalariado e os transforma em modelo a ser seguido. Por isso, como a educação básica não vai bem no Parque, mas é fundamental para aqueles que vislumbram na escola um caminho para futuras contratações, os pais que têm essa fonte de renda vêm procurando compensar a falta de condições das escolas locais enviando ou indo morar com seus filhos em Macapá. Este é um fenômeno recente e novo.

O CONVÍVIO COM OS MILITARES

A presença militar na região teve início na década de 1960, quando foram construídas duas pistas de pouso no Parque, uma no médio curso do rio Paru de Leste e outra no alto rio Paru de Oeste, onde foi instalado um destacamento de proteção da fronteira Brasil/Suriname. Desde então, pequenas equipes de militares da FAB se revezam em temporadas de trabalho junto ao destacamento. Este, bem como a recém construída Unidade de Vigilância do Sivam se localizam a um km de distância da Missão Tiriyo, aldeia construída pelos missionários franciscanos em 1961. Durante as duas décadas seguintes, vigorou um modelo de relação de interdependência entre as três partes baseado na idéia de que a FAB precisava que os missionários mediassem as relações dos militares com os índios, e que os missionários, por sua vez, precisavam da FAB pelo imenso apoio logístico, e, por fim, que os índios precisavam de ambos para os serviços básicos de assistência. Assim, a saúde, a educação e o transporte para as populações locais, provinham de ações conjugadas entre a FAB e a Missão até o início dos anos 1990.

Esse modelo começou a se esgotar com as sucessivas mudanças ocorridas nas políticas de assistência da FAB e na paulatina transferência de incumbências à medida que novas fontes de apoio surgiam no interior da Funai, do governo do estado do Amapá e do governo federal. Atualmente, os índios ressentem-se da perda do canal de comunicação que antes mantinham, por intermédio dos missionários, com o alto comando da FAB em Belém, afinal não podem mais ser transportados em suas aeronaves como estavam habituados até o início dos anos de 1990.

Entre as décadas de 1960 e 1990, equipes do Exército também se instalaram na região, mas até recentemente nenhum plano específico de presença do exército havia se concretizado. Porém, atualmente, em área próxima da FAB, está sendo construído um Pelotão Especial de Fronteira (PEF), o que indica que a presença do exército na região está se tornando realidade. Diferentemente da FAB que já possui uma presença histórica na região, o exército surge em um novo contexto, em que o modelo de mediação dos

missionários já não vigora mais, e em que as comunidades locais ainda não se encontram organizadas para tomar a frente nos acordos de convivência que se fazem necessários para evitar problemas que têm surgido no cotidiano das relações entre os militares do pelotão e os habitantes das aldeias próximas.

NOVAS ASSOCIAÇÕES E A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL

Até recentemente, as novas políticas de apoio vinham sendo realizadas por meio de convênios com a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu), fundada em 1995 para representar as comunidades locais. Porém como as faixas leste e oeste do Parque são separadas por uma região de difícil trânsito e longínquas distâncias, a Apitu, que foi fundada na faixa leste entre os Aparai e Wayana, encontrou inúmeras dificuldades para absorver e representar as demandas da outra faixa. Por este motivo, em 2003, os representantes do lado oeste fundaram a Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Katxuyana e Txikuyana (Apitikatxi), que ainda se encontra em fase de estruturação. Ambas as associações mantêm suas sedes em Macapá.

Atualmente, a Apitu vem passando por uma nova crise de representação política, e desta vez são os Wayana que se encontram descontentes com a administração da associação que nos últimos anos esteve a cargo de um Aparai. É possível, mas ainda não está confirmado, que em breve os Wayana criem uma terceira associação no Parque. Estes desdobramentos políticos das associações indígenas dos grupos do Tumucumaque são reveladores da impossibilidade de tratar os interesses das populações do Parque em bloco. Primeiro a cisão entre leste e oeste e agora a iminência da criação de uma associação wayana demonstram que ainda está por ser construído o modelo de representação política que realmente irá funcionar para os habitantes do Parque.

Em toda região, principalmente os mais velhos partilham do sentimento de que muitos de seus conhecimentos e práticas culturais estão se perdendo, seja em decorrência das mudanças vividas em meio século de contato mais estreito com não-índios, seja pelo desinteresse crescente dos jovens em aprender o que seus pais e avós gostariam que aprendessem. Em atenção a este sentimento, o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé) realizou em 2004 um conjunto de ações entre os Tiriyo, Katxuyana, Aparai e Wayana voltadas para a valorização cultural.

Foram realizadas duas oficinas no Tumucumaque, no âm-

Museu Reúne Artefatos, Saberes e Conhecimentos

Lux Vidal*

Antropóloga e professora aposentada do Departamento de Antropologia da USP

O MUSEU KUAHI É UMA INICIATIVA INOVADORA PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE DOS ÍNDIOS DA REGIÃO DO BAIXO OIAPOQUE. É, AO MESMO TEMPO, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, PESQUISA E MEMÓRIA

Em 1998 os povos indígenas do Oiapoque propuseram a criação de um museu cuja destinação seria a de reunir seus artefatos, saberes e conhecimentos. Um museu para dar visibilidade e dignidade à cultura indígena e, ao mesmo tempo, ser um centro de memória, de documentação e de pesquisa para os índios.¹

É sabido que hoje inúmeros estudos e pesquisas são realizados entre os povos indígenas que, no entanto, não recebem devolutiva alguma quando de sua conclusão. Atualmente, a documentação e o acúmulo dos saberes sobre as comunidades indígenas do Oiapoque ganharam tal vulto que seria impossível preservar este material nas aldeias em que são realizados os trabalhos. Desse modo, tornou-se necessária a criação de uma instituição adequada à preservação destes objetos e documentos, assim como à divulgação dos mesmos segundo o desejo dos índios.

A cultura material e imaterial dos povos indígenas do Oiapoque – assim como a de tantos outros – encontra-se preservada em museus de arqueologia e etnologia situados nas cidades de São Paulo, Brasília, Belém e outros locais de difícil acesso aos seus produtores.

A sociedade da região e da cidade de Oiapoque também precisa conhecer a cultura indígena, constituinte de sua região, de sua riqueza e diversidade cultural. Assim, nota-se a importância da construção de uma ponte entre os povos indígenas e as escolas, grupos de terceira idade, turistas nacionais e estrangeiros e outros setores da so-

riedade envolvente. Esta ponte pode ser criada de forma criteriosa e planejada se tiver por mediador o Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque.

DA PROPOSTA À CONSTRUÇÃO

A proposta concreta para a construção do Museu Kuahi foi apresentada pelas lideranças indígenas ao Governo do Amapá em 1998 e incluída formalmente no Programa de Governo da gestão do atual senador da República, João Alberto Capiberibe. Do conjunto de documentos entregues pelos índios ao governo constavam a justificativa, os objetivos e a especificidade do Museu.

A pedido da então deputada Janete Capiberibe, elaboramos em setembro de 2002, uma proposta simples de Minuta de Lei para a criação do Museu. Apesar de breve, ela atende aos seus objetivos, define sua missão e ainda a possibilidade da captação de recursos junto a órgãos do governo e organizações não-governamentais, além do recebimento de doações por meio da Associação dos Amigos do Museu, que deverá ser formalizada em breve. O Estatuto do Museu que, por sua vez, institui a forma de organização e esclarece as atribuições do Estado e dos índios, foi elaborado com a assessoria de alguns diretores de museus nacionais – o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo, o Museu Paraense Emílio Goeldi de Belém e, de acordo com o Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus (Icom). O Estatuto e a Minuta de Lei do Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque obedecem às normas mínimas necessárias para a integração do mesmo às redes nacional e internacional de museus. Desse modo, todas as medidas legais foram tomadas para que o Museu Kuahi possa existir.

Segundo o Estatuto, o Museu deverá contar com um Conselho Curador, composto por um colegiado de 15 membros,

em sua maioria indígenas capacitados para as questões museológicas. Integrarão também o Conselho representantes do Governo Estadual do Amapá, da Fundecap (cultura), da Secretaria de Turismo, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da sociedade oiapoquense, além de pesquisadores das comunidades indígenas. Estão definidos ainda os cargos de diretor executivo e coordenadores técnicos.

A construção do Museu Kuahi na cidade de Oiapoque teve início em 2000 e foi finalmente concluída em 2004. Apesar de já estar pronta, a obra apresenta problemas arquitetônicos graves, que terão que ser resolvidos antes de sua inauguração.

POR QUE UM MUSEU?

O objetivo central do Museu Kuahi é preservar tanto o patrimônio material – artefatos e objetos – como o patrimônio imaterial – pinturas, cantos e mitos. À medida que o desenvolvimento de pesquisas nas áreas indígenas torna visíveis esses saberes, eles devem ser documentados, registrados e resguardados, de maneira adequada, legal e sobre a qual os índios tenham sempre pleno conhecimento e controle.

A efetivação do Museu Kuahi poderá proporcionar segurança, não através do veto da divulgação de seus artefatos e documentos, mas da garantia de discussão e acordo sobre o que e como divulgar, levando sempre em consideração os benefícios que reverterão para as comunidades. O Museu pretende também incentivar novas formas de expressão, como obras de arte elaboradas em diferentes suportes e com materiais tradicionais ou comprados no comércio. Outro objetivo é possibilitar alternativas de renda por meio da comercialização planejada da produção artesanal. O Museu dará dignidade e visibilidade aos artefatos produzidos nas aldeias e, sobretudo aos mestres-artesãos e artistas. Entretanto, não deverá haver nenhuma interferência no modo costumeiro de vender, uma vez que os índios possuem boas estratégias de comércio. Por outro lado, haverá valorização dos objetos, através da documentação e montagem de exposições.

O trabalho de documentação e valorização já teve início mesmo antes da inauguração do Museu, através do projeto “Resgate Cultural nas Aldeias”, financiado pelo PDPI (do Ministério de Meio Ambiente), que propõe um planejamento para resgatar e divulgar a cultura e melhorar a qualidade e a venda dos artefatos. Além disso, onze índios escolhidos por suas comunidades participaram, em 2001, 2002 e 2003, de um Curso de Capacitação Museológica sob a Ótica dos Valores Indígenas, que contou com o apoio de profissionais do Museu Goeldi, do Museu de Arte de Belém e do MAE-USP. O Museu poderá ainda manter relações com

outros museus regionais, museus indígenas e instituições. Valoriza-se, assim, a cultura local e a cultura específica de cada povo, ampliando as atividades para outras regiões. Uma atividade importante nas Terras Indígenas do Uaçá são os projetos de Gestão Ambiental e que também estarão presentes no Museu.

O Museu regional e indígena é um modelo muito valorizado no mundo inteiro, por possuir características próprias, diversas do modelo de museu conhecido pelas grandes cidades. Segundo planejado, o Museu Kuahi deveria ser mantido pelo Governo do Amapá e gerenciado pelos próprios índios, diretamente envolvidos em todas as atividades e com representação majoritária no Conselho Curador. Espera-se que o governo faça dele uma instituição de cunho não-paternalista, não meramente ilustrativa, mas de apoio efetivo à cultura indígena, assumindo que a construção da cidadania para os índios se fundamenta nos seus próprios valores, dinâmica e processo histórico.

“ESTA É A NOSSA HISTÓRIA”

É importante, por fim, notar a mudança da percepção indígena sobre a própria produção, quando exposta em suportes, vitrines ou na reserva técnica de um museu. De objetos de uso, comercializáveis ou descartáveis, as peças transformam-se em objetos-documento, com outra identidade e significado. Este novo posicionamento da produção cultural permite um olhar diferente, distanciado e crítico sobre a mesma. Ao mesmo tempo, torna a gestão da produção cultural mais interessante e integrada ao mundo moderno.

Organizados, os índios continuam a se manifestar, como já vêm fazendo há algum tempo, visando acelerar a conclusão das obras e a criação por lei do Museu. Não há razão aparente para que um projeto tão bem-concebido e de tamanha importância para os índios, para a sociedade oiapoquense e para o estado do Amapá não seja inaugurado em breve. A criação deste Museu é um compromisso que foi formalmente assumido pelo governo do estado, tendo sido oficialmente discutido entre este e as lideranças indígenas. Todos os projetos de exposições, valorização cultural, intercâmbios e atividades educativas dependem da legalização do Museu. Tanto os índios como a sociedade oiapoquense e outras instituições, museus e universidades que conhecem a proposta esperam que o Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque, Kuahi, seja efetivamente implantado. Em dezembro de 2004, o Museu foi contemplado com recursos do MinC para um apoio à sua implementação, mas até hoje o Governo do Amapá não teve as condições, por razões burocráticas, de repassá-los para a Fundecap,

Gestão do Patrimônio Cultural

Marina Zacchi

Coordenadora Executiva do Programa Oiapoque - Iepé

NO MUSEU DO OIAPOQUE, OS PRÓPRIOS ÍNDIOS SERÃO GESTORES DO ACERVO DE SUAS COMUNIDADES

Em acordo com as proposições atuais da museologia, o Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque, Kuahi, deve ser entendido como instituição e como processo. Como instituição implica a existência de um espaço físico onde um acervo representativo das expressões culturais de uma comunidade pode ser reunido. Como processo envolve uma mudança de atitude frente a uma maneira particular de apreender o mundo e nele se organizar, cujas expressões passam a receber o estatuto de patrimônio, devendo então ser asseguradas para as gerações futuras na condição de recursos para a promoção de um desenvolvimento auto-determinado.

Os índios do Oiapoque vêm assumindo os procedimentos de seleção, preservação, pesquisa, documentação e difusão. Enquanto buscam a devida institucionalização do Museu, tornada cada vez mais necessária, a gestão do patrimônio cultural tem sido realizada por meio de um conjunto de ações articuladas.

REVITALIZAÇÃO CULTURAL

Através de um projeto desenvolvido pela Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio) com apoio do PDPI/MMA, busca-se estimular a transmissão de conhecimentos que podem vir a desaparecer, uma vez que apenas poucos indivíduos ainda os detêm, estes muitas vezes com idade já avançada. Estes indivíduos recebem o título de mestres e é posta em evidência a importância de expressões culturais que, por razões diversas, vinham sendo pouco praticadas.

O projeto engloba as quatro etnias que estão no Oiapoque, e as expressões culturais por ele incluídas são a confecção de rede de dormir, a cestaria, as esculturas em madeira, a

cerâmica, a joalheria indígena, bem como a fabricação de instrumentos musicais, o acervo de ladainhas em latim e os cantos do turé. Iniciado em meados de 2004, o resultado mais significativo já observado é a reinserção dessas práticas no cotidiano das comunidades. Trata-se de “trazer do fundo”, para fazer uso de uma corrente expressão local.

Há na orientação das atividades um cuidado em assegurar aspectos da transmissão tradicional, tendo em vista que o conhecimento não deve ser entendido como formas acabadas, mas sim como a base da criatividade, e sua distribuição em uma comunidade não é jamais uniforme. Os mestres determinam, assim, o número de aprendizes, definem o critério de escolha e os indicam, determinam o local e organizam o tempo da transmissão.

O projeto prevê: 1) valorização do patrimônio cultural indígena; 2) registro e documentação das tecnologias; 3) levantamento ambiental e elaboração de plano de manejo por agentes ambientais indígenas; 4) acompanhamento antropológico; 5) difusão interna e externa às comunidades; 6) articulação com o Museu Kuahi; 7) formação no gerenciamento de projetos culturais.

O levantamento ambiental e a avaliação antropológica deverão fornecer subsídios para que as comunidades indígenas decidam em que medida e de que maneiras é interessante estimular a produção dos artefatos com vistas à elaboração de um possível plano de comercialização, o que viria incrementar uma já significativa fonte de renda.

FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E GESTORES INDÍGENAS

Entre os povos do Oiapoque, um primeiro conjunto de oficinas vem capacitando um grupo de jovens e adultos para o levantamento e registro de suas expressões culturais visando contribuir para que as comunidades indígenas assumam o controle das propostas de ações envolvendo produção, seleção, documentação e difusão de seu patri-

mônio cultural. Esta primeira etapa do trabalho está sendo desenvolvida junto às comunidades situadas no curso da BR 156, cujo cotidiano vê-se bruscamente alterado em razão da pavimentação da estrada, que implicará a remoção das aldeias. Diante dessa situação de mudanças involuntárias, os índios são estimulados a refletir sobre a transmissão e a transformação de seus saberes e práticas específicos.

Nas oficinas já realizadas, que contaram com um amplo envolvimento das comunidades, abordou-se a construção de conceitos como cultura e patrimônio e o grupo entrou em contato com as diferentes modalidades de registro, explorando suas potencialidades e limitações. Parte das atividades foi desenvolvida no Museu Kuahi em Oiapoque, com o intuito de reforçar a vinculação da pesquisa a esta instituição, que terá futuramente um papel de coordenação das diferentes iniciativas voltadas à gestão do patrimônio.

Os pesquisadores indígenas em formação deram início ao levantamento dos grafismos utilizados nas diferentes aldeias, associando-os a seus respectivos nomes e aos suportes materiais em que podem ser observados. Nas próximas oficinas, trabalharão as expressões musicais em contexto, assim como as classificações do meio ambiente e deverão dar início ao desenvolvimento de pesquisas individuais.

Realizado pelo Iepé, com o apoio da Petrobrás Cultural, esse programa é desenvolvido junto a diversos grupos indígenas do Amapá e Norte do Pará através de ações

educativas específicas e busca fomentar a articulação regional. Os resultados já obtidos puderam ser trocados e aprofundados no Seminário “Experiências Indígenas em Gestão e Pesquisa de Patrimônios Culturais no Amapá e Norte do Pará”, realizado pelo Iepé em novembro de 2005 na cidade de Macapá.

O MUSEU EM ÁREA INDÍGENA

Está em curso a restauração de uma importante referência histórica para os índios do Uaçá, a casa do chefe Côco. Liderança reconhecida por seu papel de mediação com os contextos políticos externos, o Sr. Manoel Primo dos Santos construiu a edificação na década de 1940, dando origem à aldeia Santa Isabel. Nela funcionou um entreposto comercial em que índios de diversos pontos da região vinham negociar seus produtos e adquiriam mercadorias trazidas de fora, tendo assim exercido na época um notável papel de convergência nas relações sociais.

Na grande casa de madeira, que abrigou também uma escola, reuniões da comunidade e de lideranças, e onde, conforme gostam de contar os moradores da aldeia, os visitantes de passagem sempre encontraram acolhida, será agora criado um centro de pesquisa tradicional com um importante papel de difusão para as áreas indígenas das diferentes ações que vem sendo desenvolvidas, e, em particular, das atividades do Museu Kuahi.

EXPOSIÇÃO NO MUSEU DO ÍNDIO DO RIO DE JANEIRO

A proposta de uma exposição no Rio de Janeiro partiu de um desenho feito pelo Sr. Jaizinho Maurício Monteiro,

Impactos da Eletronorte

Ana Paula Nóbrega da Fonte

Bacharel em Ciências Sociais pela USP

POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE TÊM DE CONTORNAR OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA QUE CORTARÁ TRÊS TERRAS INDÍGENAS E AFETARÁ DIRETAMENTE A VIDA DAS ALDEIAS HOJE INSTALADAS AO LONGO DA BR-156*

Os povos indígenas do Oiapoque estão diante de um novo impasse. Isso se deve à proposta de construção de uma linha de transmissão de energia de 138 KV, que cortará, segundo a empresa responsável pela obra, a Eletronorte, o estado do Amapá no espaço que vai dos municípios de Calçoene ao de Oiapoque, margeando a rodovia BR-156 na qual, entre os quilômetros 40 e 102 (sentido Oiapoque-Macapá), estão localizadas hoje oito aldeias das etnias Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno, nas TIs Uaçá, Juminã e Galibi.

Atualmente, o atendimento de energia em Oiapoque é precário ou mesmo inexistente no trecho Calçoene-Oiapoque da BR-156, motivo pelo qual a Eletronorte está finalizando estudos e projetos para a interligação elétrica desses municípios. Decidiu-se que a linha de transmissão acompanhará o traçado da rodovia, o que significa 42 km dentro das Terras Indígenas. Para a implantação e operação do empreendimento estão previstas, dentre outras ações, a abertura de picadas para atividades de topografia, obras de construção civil, transporte de equipamentos e materiais e desmatamento de trechos de floresta para a passagem da linha de transmissão. Essas ações devem se estender por aproximadamente dois anos, o fornecimento de energia elétrica na cidade de Oiapoque sendo previsto para o final de 2007.

Para agravar ainda mais a situação, soma-se a esse quadro o processo de asfaltamento da BR-156. Mesmo que tenha sido elaborado um planejamento cuidadoso para um acompanhamento criterioso das obras, a sobreposição, na mesma região e ao mesmo tempo, de duas grandes obras

de infra-estrutura, durante ao menos dois anos, produzirá um impacto direto e indireto de grandes proporções sobre as terras indígenas, de um modo geral, e sobre as aldeias localizadas ao longo da BR, em particular.

AS ALDEIAS LOCALIZADAS NA BR-156

Nos anos de 1980, os povos indígenas do Oiapoque – Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi-Kaliña – foram fortemente pressionados pelo governo do estado do Amapá, quando se opuseram ao traçado da rodovia BR-156, que liga Macapá a Oiapoque. Os índios previam, já nessa época, inúmeros prejuízos ambientais para a reserva, visto que a estrada viria a cortá-la em um trecho de floresta densa, muito rica em recursos naturais e próxima às cabeceiras dos três principais rios da região – o Uaçá, o Urucauá e o Curipi, além de inúmeros igarapés formadores destes rios. Estes povos temiam que a construção da rodovia viesse a acarretar a poluição das águas e o assoreamento dos igarapés. Ludibriados pelo governo de forma vergonhosa, as lideranças aceitaram o traçado proposto, causando grande insatisfação entre seus grupos, bem como situações de escassez de produtos agrícolas e peixes. Eles assinaram um termo junto ao Governo que garantia a construção de dois postos de vigilância junto à estrada e a contratação de dois chefes de posto para a fiscalização das fronteiras das terras. Assim, teve início, não sem sofrimento, a “colonização indígena” da BR-156, no trecho compreendido entre os Km 40 e 102. Este processo desencadeou a criação, nos últimos 25 anos, das oito aldeias hoje existentes ao longo da estrada, como estratégia de domínio e fiscalização contra a invasão de pescadores, caçadores e roubo de madeira.

O ensino nas aldeias da BR-156 é realizado, em cada uma delas, por professores indígenas bilíngües, até a 4ª série. Da 5ª à 8ª séries, os alunos precisam se deslocar diariamente ao Tukay, de caminhão, para terem aulas com professores não-índios, vindos de Macapá. Muitos pais acabam optando por enviar seus filhos à aldeia Manga ou

a Oiapoque para continuar os estudos, período em que permanecem residindo junto a familiares. Há muitos alunos esperando a prometida implantação, por parte do Governo, do ensino médio na aldeia Estrela.

A infra-estrutura da saúde é bastante deficiente nessas aldeias. Há apenas uma enfermaria e um técnico de saúde,

ASFALTAMENTO DA BR-156 GERA CONFLITOS ENTRE OS ÍNDIOS E O ESTADO

As comunidades indígenas do Oiapoque estão preocupadas e indignadas com a iniciativa dos governos estadual e federal de asfaltar a BR-156. Sabe-se atualmente que a rodovia tem sido transformada em um corredor de escoamento de madeira, de gado e possivelmente prepara as bases para transformá-la, em breve, num corredor do agronegócio da soja. Tudo isso tem contribuído para a atração de um grande número de pessoas de outras regiões do Brasil com tradições de garimpo, extrativismo e pecuária.

No I Seminário de Direito Indígena e Ecoturismo, realizado em outubro de 2003, na aldeia Kumenê, dos Palikur, foi instituída a Comissão Representativa dos Povos Indígenas do Oiapoque que partiu a Brasília levando uma carta de protesto contra a exclusão dos índios nos processos decisórios, bem como contra o desrespeito aos seus direitos constitucionais. Atualmente, os membros dessa Comissão, assim como outras lideranças e representantes de organizações indígenas da região, têm sustentado que não são contrários à implementação de empreendimentos como o asfaltamento da BR-165 e a linha de transmissão de energia elétrica. O que eles têm exigido, isso sim, é a implementação de todas as medidas de proteção e de mitigação de impactos a favor das terras indígenas e das comunidades, elencadas no EIA/Rima e no Plano Básico Ambiental (PBA), bem como a atenção às suas justas propostas de compensação.

Uma reunião realizada em maio de 2005 na aldeia Manga acabou por produzir um acordo entre os índios e o governo estadual. A Comissão Representativa dos Povos Indígenas do Oiapoque autorizaria a Funai a formalizar junto ao Ibama a liberação do trecho da BR-156, do km 18 ao km 40, que margeia a TI Uaçá para a realização de trabalhos de terraplanagem e asfaltamento. Por conta disso, eles teriam de cumprir com mais rapidez as exigências e propostas do PBA, o que incluiria a construção e equipagem do Posto de Vigilância, remoção e reconstrução das aldeias Piquiá e Curipi, além de agilizar a entrega do restante dos bens oriundos do acordo feito com as lideranças indígenas em novembro de 2004.

A comissão indígena cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, mas os governos federal e estadual deixaram de cumprir a quase totalidade das ações acordadas. Eles continuaram com os trabalhos, no verão de 2005, de terraplanagem na BR-156, nos trechos próximos às aldeias Piquiá e Curipi sem removê-las para lugar seguro. Diante deste quadro, lideranças e organizações indígenas reunidas na Assembléia Anual de Avaliação dos Povos Indígenas do Oiapoque, em fevereiro de 2006, na aldeia do Espírito Santo, TI Uaçá, criticaram a postura incorreta dos governos federal e estadual e decidiram, por unanimidade, im-

não-índio, de Macapá, que atende todas as oito aldeias, deslocando-se de motocicleta para cuidar dos pacientes quando preciso. Em cada aldeia há um agente de saúde com aparelho radiofônico e um pequeno armário de remédios, geralmente em sua casa. Todas as aldeias possuem um gerador e recebem uma cota de combustível por mês

pedir os trabalhos de terraplanagem e asfaltamento nos trechos que incidem sobre a TI até que esses governos cumpram os acertos assumidos. (Frederico de Miranda Oliveira, indigenista e consultor da Apio; abril, 2006)

POSIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUANTO AS OBRAS DE ASFALTAMENTO DA BR-156

A Constituição do Brasil de 1988 prevê consulta e entendimento com as comunidades indígenas quando uma rodovia atravessa a terra indígena. Os povos indígenas foram desconsiderados tanto na passagem da rodovia como na decisão do asfaltamento. Apesar das falhas da Secretaria de Transporte do Estado, os Povos Indígenas sempre estiveram prontos ao diálogo contanto que fossem respaldados os seus direitos. Como frisou o I Fórum Socioambiental realizado em novembro de 2004 em Kumarumã, todas as rodovias acarretam benefícios e prejuízos ao mesmo tempo. Chega o chamado progresso no sentido que aumentam os recursos, a comunicação e o comércio, mas também os danos ao meio-ambiente. Os prejuízos se acentuam quando uma rodovia corta uma Terra Indígena.

Em nosso caso exigimos: 1) Alguns cuidados básicos para mitigar os impactos ao meio-ambiente; 2. A remoção das oito aldeias da beira da estrada para o lugar escolhido; 3. Algumas providências específicas em defesa da integridade do território indígena e da própria população.

Justificativa: O asfaltamento da BR 156 e o anúncio da construção uma ponte sobre o rio Oiapoque: Brasil-Guiana Francesa acarretou uma forte imigração para esta região. O aumento rápido e acentuado da população poderá resultar na invasão da Terra Indígena e no aumento das doenças, como a história recente confirma no norte e em outras partes do Brasil. Os povos indígenas, para recuperar os prejuízos e se defender dos perigos, realizaram múltiplas reuniões, acordos e fizeram planos, desde outubro de 2003 até novembro de 2005. Até hoje nenhuma das aldeias foi removida e reconstruída. Até hoje a minuta do convênio, já apresentada não foi sequer respondida.

Resoluções: Devido a total inadimplência, a falta de respeito por parte dos órgãos responsáveis, os Povos Indígenas, reunidos em Assembléia na aldeia de Espírito Santo de 1 a 19 de fevereiro deste ano, resolvem: 1. Notificar para o IBAMA, Procuradoria da República, Funai, órgãos do Governo esta situação que colocamos, a fim de que sejam interrompidas as obras de asfaltamento da BR 156 no trecho do km 54-107, até que as devidas providências sejam tomadas; 2. Com estas medidas confiamos

por parte do governo do estado. Nos casos em que a cota não é suficiente, os moradores da aldeia se unem para comprar o restante. A Funasa contribui com 200 litros mensais para bombear a água do poço. Apenas as aldeias mais recentes, Ywawká e Ahumã, não recebem a cota de combustível do Governo, situação que a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio) está tentando regularizar. Quase todas as casas possuem TV e algumas um freezer para congelar carne e peixe.

Os índios apontam certas vantagens de morar ao longo da BR, em pequenas comunidades. Os chefes de família, por exemplo, manifestam a vontade de fundar uma nova aldeia com seus filhos, genros e netos, sem serem comandados. Apesar da aparente autonomia de cada aldeia, em caso de necessidade, todas elas se ajudam mutuamente, mesmo se tratando de etnias diferentes. As festas são momentos de reavivamento e dinamização das redes de relações mais amplas, envolvendo as aldeias de origem. As aldeias também trocam matérias-primas para a fabricação de artesanato, mas principalmente ervas, cipós, cascas de árvores e receitas de remédios caseiros. Outra vantagem apontada pelos índios é a fertilidade das terras da região, descritas como boas para o plantio. Ao contrário das aldeias de origem, as roças não são distantes, o que facilita o transporte. Além disso, há recursos naturais em abundância na região. Mas o que é mais apreciado pelos índios da BR, sem dúvida, é a proximidade da cidade de Oiapoque e a facilidade de deslocamento para a comercialização da produção agrícola. O caminhão da Apio fica à disposição dos índios toda quarta-feira, o que lhes permite comercializar os produtos, fazer as compras na cidade, voltando à tarde.

IMPACTOS E MEDIDAS

Para a grande maioria dos povos indígenas do Oiapoque, a subsistência se baseia na pesca e na agricultura, suplementadas pela caça e coleta. No caso das aldeias da BR-156, a subsistência se baseia mais na caça e agricultura, suplementada pela pesca e coleta, uma vez que a região é ambientalmente descrita como terra firme, onde nascem os rios, razão da escassez dos peixes. Originários de grupos pescadores, os habitantes dessas aldeias iniciaram um projeto de piscicultura e hoje demandam outros projetos similares. Contudo, para a sua execução, seria necessário aguardar o término das obras de asfaltamento, devido às transformações na margem e no leito da estrada. Por outro lado, a caça é a principal fonte de proteínas para os habitantes da BR-156, o que demanda extremo cuidado para impactar o menos possível essas áreas. Devido ao movimento das máquinas e ao aumento do tráfego de

carros, é possível que a fauna se refugie, dificultando a caça e causando a falta de alimentos protéicos para a região. Ainda sobre a questão da subsistência, acrescenta-se o fato de que muitas roças estão localizadas do lado esquerdo da BR (sentido Calçoene-Oiapoque), onde está prevista a passagem da linha de transmissão. Há ainda que se considerarem os impactos causados pelas obras em questão aos recursos hídricos da região. Os três grandes rios que banham a TI Uaçá são o Urucaú, o Uaçá e o Curipi. Devido à falta de planejamento na construção da estrada, suas nascentes, localizadas sobretudo do lado esquerdo da BR, passaram a ter seu fluxo cortado e prejudicado. Além dos impactos mencionados, estão previstos ainda processos erosivos e de assoreamento; incremento do tráfego rodoviário, com alteração do nível de ruído e da qualidade do ar; possíveis efeitos sobre a fauna terrestre e aquática; alteração socioeconômica regional e no cotidiano das populações indígenas, dentre outros.

As grandes preocupações dos índios, conforme discutido durante o trabalho de pesquisa realizado para o relatório EIA/Rima, dizem respeito às áreas de acesso e desmatamento para a implantação de torres e instalação de cabos, aos riscos de acidentes, ao aumento da presença de não-índios na região, à pressão e às invasões sobre a TI e à saúde dos índios. Apesar de todas estas preocupações, os índios, que aprovaram o relatório do “componente indígena” para o EIA/Rima, têm elogiado a forma como a Eletronorte tem procedido na interlocução com os povos do Oiapoque nesta primeira etapa.

Em março de 2005 foi elaborado, durante uma reunião na aldeia Estrela, um documento a partir do qual a Eletronorte se compromete em “pautar a obra em princípios de elevada consciência, transparência e justiça, possibilitando a celebração de convênios e programas mitigadores e compensatórios de impactos sobre as TIs, de médio e longo prazo, tornando a empresa praticamente parceira dos Povos Indígenas do Oiapoque, viabilizando os programas propostos pelos mesmos, em consonância com o contexto do empreendimento e seus impactos que atendam expectativas em relação a preocupações ambientais, de defesa do patrimônio cultural e territorial e de desenvolvimento”. O documento aponta a necessidade de diálogo entre a Eletronorte e os povos indígenas, da transparência em todas as etapas de planejamento, implantação e operação da linha de transmissão, da ampla participação indígena no processo decisório de planejamento e negociação de projetos, programas e convênios, além do apoio orçamentário para esta participação e para a continuidade das ações em busca de um desenvolvimento sustentável e mais justo para a região. Os possíveis convênios a serem firmados deverão ainda ocupar-se do compromisso com a

Gestão Ambiental das TIs

Marcio Sztutman

Coordenador de Terras Indígenas da TNC Amazônia

DIANTE DE UM CENÁRIO DE FORTES MUDANÇAS, OS POVOS INDÍGENAS SÃO LEVADOS A CRIAR E IMPLEMENTAR PLANOS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM SUAS TERRAS

Observa-se, desde o ano de 2000, ações sistemáticas voltadas para a construção e implementação de um plano de gestão territorial para as Terras Indígenas (TIs) Uaçá, Juminã e Galibi, município de Oiapoque. A exemplo do que ocorre em inúmeras outras terras, a homologação do território tradicional dos povos Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi Kaliña, completada em 1992, marcou a passagem da luta pela terra para a luta pela gestão do território conquistado.

O processo em desenvolvimento no Oiapoque possui características que o colocam numa situação única, com potencial de servir de modelo para diversas outras regiões amazônicas. Há a presença ativa do Estado, de ONGs indígenas e não-indígenas e de universidades. Há a representatividade de diferentes grupos étnicos em um mosaico de Terras Indígenas com vizinhança de Unidades de Conservação. Há uma complexidade ambiental representativa dos principais ecossistemas de toda a Amazônia: florestas de terra firme, campos alagados, várzeas arbóreas, cerrados e mangues. Por fim, a região do Oiapoque e em particular suas terras indígenas estão sob pressões crescentes de grandes obras de infra-estrutura, que têm promovido drásticas e rápidas mudanças na paisagem regional.

TEMPO DE MUDANÇAS

O histórico de contato dos povos indígenas do Oiapoque não é recente. As relações entre índios e não-índios se desenvolveram praticamente desde o início da colonização franco-portuguesa da região. Os momentos históricos enfrentados por estes povos variaram em função das

diferentes formas de contato e relações estabelecidas. O atual cenário é novamente de mudanças, trazidas por vários fatores e com rapidez. Como principais agentes de mudança podemos citar o aumento demográfico dentro de uma área geograficamente delimitada (a população mais que dobrou em um período de 15 anos atingindo hoje mais que 5 mil indígenas), o asfaltamento da BR-156 que corta 84 km da TI Uaçá, a construção de uma ponte binacional nas imediações das TIs (ligando Macapá à Guiana Francesa), o crescente contato com a cidade de Oiapoque e Saint Georges (GF) ocasionando um aumento do consumo de bens industrializados e da comercialização de produtos agrícolas e artesanais, o maior uso de tecnologias e a difusão dos meios de comunicação (televisão e telefonia). Também não se pode deixar de notar a influência da maior oferta de cursos escolares no interior das TIs e um maior número de indígenas assalariados, assim como uma crescente participação de lideranças indígenas na política local e regional, através de encontros com entidades governamentais e não governamentais.

Diante deste cenário, uma demanda clara e urgente se fez ouvir no início de 2000: a necessidade de um planejamento socioambiental criado e implementado pelas próprias populações indígenas locais.

A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO

Nesse sentido, o próprio governo do Amapá, do então governador de estado João Alberto Capiberibe (1999-2003), deu um pontapé inicial através da proposta de se criar um ramo indígena – especificamente para o Oiapoque – do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), no ano de 2000. Assim, o próprio Estado organizou, com o apoio de pesquisadores do Núcleo de História Indígena e Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII/USP), o I Seminário de Sustentabilidade Econômica e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque, na Forta-

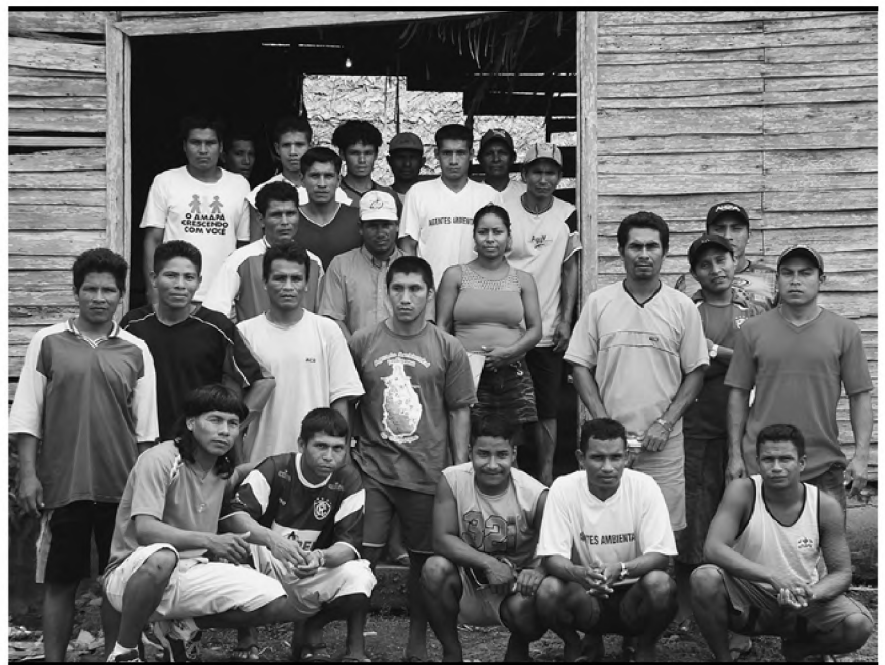
leza de São José, Macapá, em novembro de 2000. A idéia do evento era sensibilizar o quadro do governo sobre as especificidades de conduzir ações em Terras Indígenas, além de buscar apoio de ONGs, Universidades e organizações indígenas locais.

Uma das decorrências desse primeiro encontro foi a recomendação de se realizar um levantamento socioambiental destas TIs, tendo em vista a escassez de dados sistematizados para a região, no sentido de orientar as ações futuras. Uma outra decorrência, mais sutil porém, que perdura até o presente, foi o estabelecimento – embora neste momento ainda informal – de uma cumplicidade e parceria entre as entidades que viriam a implementar de fato ações na região. Mais do que isso, estabeleceram-se também alguns princípios que deveriam ser atendidos no decorrer do trabalho, como: 1) necessidade de gerar um conhecimento prévio das diferentes realidades locais; 2) necessidade deste conhecimento ter bases científicas multidisciplinares, envolvendo o saber local; 3) necessidade de participação das comunidades indígenas em todas as etapas de trabalho.

Daí em diante se estabeleceu uma rotina de realização de grandes reuniões comunitárias adicionais às tradicionais assembléias indígenas já realizadas, visando a discussão da gestão ambiental com base em ações concretas e em andamento. Através de uma rede de apoio dinâmica ao longo do tempo, conforme será discutido mais adiante, foi possível promover o desenvolvimento e a articulação de uma série de atividades baseadas nas discussões desses encontros.

Um primeiro passo foi o diagnóstico socioambiental participativo, realizado em 2001, que apontou uma série de diretrizes e demandas das comunidades indígenas. De forma complementar a este diagnóstico, foi conduzido em 2002 um processo de mapeamento participativo por imagens de satélite, gerando um grande mapa final que tem servido como base de discussões e planejamentos em diferentes áreas, como proteção e fiscalização, manejo de recursos naturais e educação indígena. Também em 2002 foi iniciada uma pesquisa

participativa sobre as populações de jacarés e quelônios da região. A demanda surgiu inicialmente em torno do jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), que possui grande potencial para o manejo sustentável, e cuja crescente população tem causado incômodos aos moradores locais. Por outro lado, o jacaré-tinga (*Caiman crocodilus*) tem ficado cada vez mais difícil de ser encontrado, em função de seu uso excessivo. O mesmo tem acontecido com algumas espécies de quelônios, como o tracajá (*Podocnemis unifilis*). Assim, foram iniciadas também em 2002 ações voltadas para a conservação destas espécies, como o monitoramento de suas populações. Uma possibilidade que vem sendo discutida mais recentemente é o estabelecimento de um zoneamento de áreas de uso, onde as zonas prioritárias de reprodução destas espécies teriam limitações para as atividades de caça e pesca.



OS AGENTES AMBIENTAIS INDÍGENAS

Em 2003, após um intercâmbio de indígenas do Oiapoque com Agentes Agroflorestais do Estado do Acre, com apoio da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), foi iniciado um processo de formação de Agentes Ambientais Indígenas do Oiapoque (AAI). A formação foi pensada em cursos modulares realizados em aldeias, cujos temas seriam as principais demandas discutidas nos grandes encontros. Os AAI foram então escolhidos por diversas aldeias como representantes para a aquisição e posterior multiplicação de novos conhecimentos e tecnologias, levando em conta a incorporação e valorização dos sistemas tradicionais de manejo ambiental.

O início da formação dos AAI marcou um período de expansão de atividades e temas ambientais diretamente trabalhados. O primeiro curso dos AAI foi com ecologia e manejo de fauna. Após o curso, os AAI iniciaram um processo de monitoramento dos animais caçados em suas aldeias, visando o diagnóstico das populações de animais mais importantes em sua dieta. Paralelamente ao trabalho dos AAI, diversas outras famílias também se envolveram na pesquisa e fizeram o registro de suas dietas através de calendários de refeições.

Também foi realizado um curso sobre criação de abelhas nativas sem ferrão, com posteriores visitas técnicas de manutenção de caixas de abelhas instaladas. Atualmente, diversas famílias possuem uma produção própria de mel de abelhas, de cinco diferentes espécies. Um outro curso, voltado para o manejo de produtos florestais não madeireiros iniciou todo um processo de mobilização comunitária e da associação indígena local para a comercialização do óleo de andiroba. Posteriormente, o PDPI aprovou um projeto com essa temática, possibilitando o desenvolvimento de um Plano de Manejo e Plano de Comercialização, todos contando com forte participação dos AAI. Outros cursos desenvolvidos junto aos AAI foram de combate alternativo de pragas e doenças na agricultura, inventário florestal (que resultou no Plano de Manejo da andiroba), manejo e criação de quelônios e formação política.

PLANEJAMENTO DA AUTONOMIA

O conjunto destas ações, associado a outras discussões sobre saúde, educação e cultura (particularmente a construção do Kuahi), ganhou grande fôlego e importância com a intensificação das negociações das medidas mitigatórias e compensatórias frente ao asfaltamento da BR-156 e de linha de energia da Eletronorte. Ambas as obras cortam a TI Uaçá e atingem diretamente toda a população indígena. Um marco importante nessa passagem foi a realização do

I Fórum Socioambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque, realizado em novembro de 2004 na aldeia Kumarumã, onde a presença maciça de todos os setores das comunidades indígenas locais permitiu a consolidação de um conjunto de ações em andamento.

O programa que inicialmente surgiu de ações de certa forma isoladas, se articulou e transformou-se num amplo planejamento do futuro dos povos e Terras Indígenas do Oiapoque, voltado para o desenvolvimento da autonomia e gestão sustentável de seus recursos naturais.

Os processos de capacitação, como o dos AAI, tornaram-se centrais dentro das demandas locais. Os próprios AAI, reconhecendo seu importante papel junto a suas comunidades, começam a se virar agora para um reconhecimento institucional de suas atividades frente ao Estado, tendo a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio) como sua principal interlocutora.

Claro que o conjunto destas ações remete a um processo de longo prazo, onde existem ainda grandes dificuldades a serem vencidas, em diferentes instâncias. Porém, os alicerces desta nova luta estão claramente definidos.

DINÂMICA INSTITUCIONAL

O processo acima relatado revela também uma interessante dinâmica das instituições envolvidas. Em um primeiro momento, em 2000, o próprio governo do Estado iniciou as discussões, chamando para a parceria o NHII e a organização não-governamental Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy (TNC). Reflexo desse arranjo foi o próprio local de realização da primeira grande reunião, Macapá.

No ano de 2002, a turbulência do processo eleitoral causou um afastamento do governo estadual junto a estas ações. A TNC acabou assumindo o apoio financeiro, técnico e logístico da boa parte das ações, em parceria com a Apio e a Funai de Oiapoque, composta quase que exclusivamente por indígenas da própria região. Como reflexo, as reuniões de discussão seguintes foram realizadas no município de Oiapoque, com uma representação indígena muito maior do que a primeira versão.

A última grande reunião de avaliação e planejamento ocorrida em dezembro de 2005 foi realizada na aldeia Santa Isabel, completando de forma simbólica um processo de aquisição de responsabilidades e empoderamento por parte da Apio. As ações e propostas ambientais desenvolvidas e em curso acabaram por se tornar parte das demandas oficiais das comunidades indígenas para as medidas compensatórias e mitigatórias frente ao asfaltamento da

GERAL

FUNDADA ONG DE APOIO

Foi fundada, em 19 de setembro, a ONG sem fins lucrativos Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), cujas ações serão voltadas inicialmente aos povos indígenas que vivem na região conhecida como Guiana brasileira, que compreende o Amapá e norte do Pará. Contando com 12 sócios, entre antropólogos e biólogos, a entidade reúne profissionais com um histórico de trabalho conjunto, seja na atuação indigenista, seja na sua formação e atuação acadêmica na região. Tendo como objetivo principal prestar assessoria direta a demandas de formação e capacitação dos índios da região, o Iepé pretende atuar em cinco frentes principais: educação, cultura, gestão territorial e ambiental, pesquisa aplicada e acompanhamento ativo de políticas públicas. (Equipe do ISA, a partir do site do Iepé, out/2002)

REIVINDICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E TRANSPORTE

A Associação Apitu, que representa quatro comunidades (Waiana, Aparai, Katxuyana e Tiriyo) e a Associação Galibi Maruworno, reivindicaram do governo do Estado maior atenção na área da Educação, cujo débito, somente dos salários dos professores contratados pelo Estado, atrasados desde setembro do ano passado, ultrapassa um milhão de reais. Cada associação apresentou ao governador reivindicações diferentes. Uma das preocupações dos representantes da Apitu é com relação ao transporte dos índios para a Capital, já que a área em que vivem as comunidades da região do Tumucumaque é totalmente isolada. (Folha do Amapá, 28/01/03)

SECRETARIA ESPECIAL PARA OS ÍNDIOS

O governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), anunciou hoje, para as lideranças indígenas de nove etnias que vivem no Estado, a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. A nova secretaria deverá atuar na coordenação das ações de governo e políticas sociais para as aldeias. No ano passado, o governo investiu com recursos próprios R\$ 2 milhões somente em projetos de educação indígena. Os líderes presentes na abertura da Semana dos Povos Indígenas em Macapá foram consensuais ao afirmarem que o novo

organismo é um avanço, mas pediram ao governo que os integrantes das aldeias também possam propor políticas para o setor e que o governo lidere um processo de articulação com os organismos federais e dos municípios onde estão as reservas. (Gilberto Ubaiara, JB, 19/04/04)

KARIPUNA ASSUME SECRETARIA

A índia karipuna Vitória Santos, da Aldeia Santa Isabel, município de Oiapoque, é a nova titular da Secretária Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi) do Governo do Amapá. Ela foi empossada no cargo nesta terça-feira, 2, pelo governador Waldez Góes, em solenidade no Palácio do Sententrião. Ela substitui Raimundo Apóstolo Santana, que ficou um ano no cargo. O nome de Vitória Santos para assumir o posto foi indicado pelos próprios povos indígenas e ratificado pelo governador. Na sexta-feira, 5, o governador estará na Aldeia do Manga (na região do Oiapoque) onde prestigia a solenidade de transmissão de cargo da nova titular da pasta. A

Waldez Góes com a proposta de coordenar e articular as políticas públicas do Governo do Estado para as questões indígenas. (Diário do Amapá, 03/08/05)

MELHORIA NA EDUCAÇÃO

O presidente da Apitikatxi, Juventino Pesirima Kaxuyana, enviou ofício à Funai e ao MEC solicitando melhoria nas condições de ensino nas escolas das aldeias do Parque do Tumucumaque. Segundo o presidente, hoje estão em atuação 14 professores indígenas contratados pelo Governo do Estado do Amapá, 15 índios fazendo estágios nas escolas e outros 12 professores não-índios. Apesar da infra-estrutura e dos recursos humanos disponíveis, o presidente da Apitikatxi diz que os povos do Tumucumaque estão enfrentando vários problemas, entre os quais a falta de formação dos professores indígenas. O presidente da Apitikatxi solicitou que o MEC e a Funai promovam uma reunião em Macapá com todos os órgãos envolvidos para discutir a situação e encontrar soluções para atender as necessidades das comunidades indígenas. (Equipe do ISA, a partir do Ofício da Apitikatxi, nº 03 de 31/08/05)

REUNIÃO SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA

A Coordenação Geral de Educação da Funai de Brasília promoveu de 26 a 27/10/05, em Macapá, uma reunião interinstitucional sobre educação escolar indígena, atendendo solicitação do presidente da Apitikatxi, que representa os povos indígenas Tiriyo e Katxuyana. Enviaram representantes para a reunião o MEC, Conselho Nacional de Educação, Núcleo de Educação Escolar Indígena do Amapá (NEI), Ministério Público do Amapá, Administração Regional da Funai em Macapá e Oiapoque, Conselho Estadual de Educação do Amapá e o Iepé. Todas as organizações indígenas do Amapá e Norte do Pará estiveram representadas: Apitikatxi, Apitu, Apina, Apiwata, AGM, Apio e Opimo. Segundo a Coordenadora de Educação da Funai, Maria Helena Fialho, "a Funai recebeu os representantes indígenas em Brasília e convocou essa reunião para escutar os problemas e construir soluções junto com os demais órgãos responsáveis pela educação indígena no Estado". De acordo com o Coordenador de Educação Indígena do MEC, Kleber Gesteira Matos, os problemas no Amapá são conhecidos. Mais de 50 representantes indígenas, pertencentes aos povos Wajãpi, Tiriyo, Katxuyana, Aparai, Wayana, Karipuna, Palikur e Galibi, apresentaram os principais problemas relativos à execução de uma educação diferenciada em suas aldeias. Eles reivindicaram uma completa reorganização da gestão da educação indígena no Estado, redirecionando recursos para priorizar a formação de professores indígenas, bem como a retirada gradativa de professores não-índios das aldeias. Solicitaram ainda a implantação imediata de um curso de formação para os professores indígenas do Tumucumaque, e a continuidade do curso de formação dos professores Wajãpi, promovido pelo Iepé. Reivindicaram a criação de um Conselho de Educação Escolar Indígena do Amapá e a realização de um concurso público diferenciado para professores indígenas. Por fim, solicitaram a viabilização da compra de merenda escolar nas próprias terras indígenas. Todos esses pontos constam do documento final da reunião, que foi encaminhado para o Secretário de Educação do Estado do Amapá. (Luis Donisete Grupioni/Iepé, a partir do Relatório da Reunião Interinstitucional sobre Educação Escolar Indígena no Amapá, 26 a 27/10/05, Funai)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSORES INDÍGENAS

O Estado do Amapá decidiu, na semana passada, realizar concurso específico para professor indígena. A decisão ocorreu após a Opimo entrar na justiça com um Mandado de Segurança Coletivo contra um Concurso Público Estadual para professores de 1ª a 4ª séries que trabalhariam nas TIs Pedra Branca do Amapari, Oiapoque e PI do Tumucumaque. Os professores indígenas questionavam o concurso porque, apesar de prever o preenchimento de vagas em escolas indígenas, concurso não garantia exclusividade de professores indígenas para estas escolas. A Opimo, com apoio da Assessoria Jurídica do Cimi, impetrou um mandado de segurança na Justiça Federal do Amapá solicitando a anulação do concurso e a realização de um novo concurso, específico para as vagas para professores indígenas. O juiz federal da 2ª Vara, João Bosco Costa Soares da Silva determinou ao governo do Estado a suspensão da convocação dos candidatos classificados que não fossem professores índios para as próximas fases do concurso; e a convocação e nomeação somente dos professores índios classificados. Em vista disso, os não-índios classificados no concurso ajuizaram uma ação cautelar, obtendo uma liminar para garantir sua

então, um acordo para solucionar o caso. No acordo, o governo do Estado do Amapá comprometeu-se a publicar, até o dia 28 de dezembro, edital de concurso público para contratação de professores indígenas. Os candidatos não-índios já classificados serão convocados para as próximas fases do concurso, para vagas em escolas que não estejam nas terras indígenas. O governo do Estado comprometeu-se ainda a encaminhar à Assembléia Legislativa um anteprojeto de lei regulamentando o cargo de professor indígena e a solicitar urgência na sua tramitação. Essa disputa judicial e o acordo são grande vitória para o movimento indígena. (Cimi, 29/11/05)

COMBATE À MALÁRIA

A Funasa, em conjunto com o governo do Amapá e Unifap, está desenvolvendo um projeto denominado Microscopia e Diagnóstico da Malária para Indígenas, com o objetivo de capacitar os índios para a

identificação microscópica da morfologia das diferentes espécies de Plasmodium, bem como proceder o correto tratamento. Os instrutores pertencentes ao quadro funcional da Funasa, junto com os profissionais de nível superior e médio envolvidos no trabalho, são responsáveis pela transmissão dos conteúdos teóricos e práticos aos 20 indígenas de diferentes aldeias do Amapá que participam do curso. (Diário do Amapá, 31/07/02)

NOVOS RUMOS NA SAÚDE INDÍGENA

O diretor do Desai Dr. Ubiratan Pedrosa, reuniu-se com as organizações indígenas Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio), a Apitu e Apina. Segundo Ubiratan, os principais assuntos da reunião foram a avaliação das ações exercidas voltadas à classe indígena para buscar soluções para resolver os problemas de saúde dos índios. De acordo com o Diretor, várias providências serão tomadas para solucionar a questão da precária situação que se encontra a saúde indígena no Amapá. E dentre as principais e mais urgentes decisões está a priorização da saúde da classe e a mobilização de todas as áreas do Ministério para que se envolvam na questão e no processo de implantação da saúde dos índios no sentido de aperfeiçoar o sistema, para que atenda as reais necessidades da população indígena. (Marta Freire, Jornal do Amapá, 25/04/03)

ÍNDIOS SOFREM CONSEQÜÊNCIAS DA AIDS

O silêncio assola o extremo norte brasileiro. Não é o silêncio da floresta, mas a atitude que omite os casos de contaminação pelo vírus HIV de populações indígenas na fronteira Brasil-Guiana Francesa. As autoridades não têm o controle das estatísticas, as populações intimidadas pelo desconhecimento e o preconceito não falam e as ONGs, com a justificativa de proteger os índios, tão pouco. Os índios Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi estão sob risco de contaminação e os já contaminados não têm o atendimento requerido. Sem infra-estrutura adequada, duas pessoas que apresentavam sintomas da Aids morreram nos últimos dois anos. A tragédia na fronteira está marcada por quatro casos de indivíduos soropositivos reconhecidos oficialmente e a incerteza sobre o número de contaminados. Os estudiosos sugerem a efetiva cooperação

Brasil-França no diagnóstico, tratamento e controle da doença. No município de Oiapoque, do lado brasileiro, nos últimos dois anos registraram-se oficialmente quatro casos entre indígenas Karipuna e Galibi Marworno, que contraíram o vírus HIV e desenvolveram a doença, e já ocorreram dois óbitos. O Cimi suspeita de outros casos e óbitos, mas não pode comprovar, pois os testes laboratoriais não foram feitos por falta de infra-estrutura. Além do silêncio entre as populações acometidas pela doença e entidades que com elas trabalham, as autoridades têm optado por não diagnosticar sob a alegação de não terem condições de atender adequadamente

A SAÚDE INDÍGENA NO OIAPÓQUE

“Nós lideranças indígenas dos Povos Indígenas no Município de Oiapoque: Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi, reunidos em assembléia geral na aldeia do Espírito Santo no rio Curipi, de 16 a 19 de fevereiro, avaliamos a atuação da Funasa quanto ao atendimento da saúde dos Povos Indígenas, neste Município. As lideranças estão satisfeitas com a atuação do coordenador regional da Funasa em Oiapoque, mas estão insatisfeitas com a atuação da Funasa em nível estadual. Nós lideranças indígenas repudiamos que os Povos Indígenas sejam excluídos na formulação e execução da política de saúde indígena. O Conselho Local e o Distrito estadual de saúde indígena DSEI dependem da iniciativa da Funasa para se reunir, sendo de fato impossibilitados de exercer sua função. Lamentamos a falta de autonomia destas instâncias que poderiam dar sua importante contribuição. A falência dos convênios da Funasa tem como conseqüência uma deficiência no atendimento às necessidades primárias no campo de saúde, resultando em desconforto e insatisfação por parte das lideranças.

Na véspera do Encontro Nacional sobre Saúde Indígena prevista em Caldas Novas de 27 à 31 de março, reivindicamos:

- 1) Que os cargos na Funasa sejam retirados da influência política partidária. Que os cargos na Funasa sejam escolhidos por sua competência e dedicação e com a participação dos indígenas.
- 2) Que os CONDSEI e os Conselhos locais tenha sua autonomia para se reunir e tenham peso e influência na condução política da saúde com os povos indígenas.
- 3) Que os nossos agentes de saúde e atendentes que há dezenas de anos atuam satisfatoriamente e com competência nas comunidades indígenas, recebam formação complementar para obter diplomas necessários para atuarem cargos de responsabilidade. Pedimos que estas reivindicações sejam apresentadas e discutidas na Assembléia Nacional

aos possíveis portadores do vírus. (Claudia Lopez, Ambiente Brasil, 04/08/03)

SURTO DE MALÁRIA ATACA OS KATUENA

Os índios katuena estão esperando o apoio da Funasa para conter um surto de malária que tomou conta da aldeia. Em contato feito por rádio com a aldeia waiwai, os katuena informaram que seis dos 26 índios residentes na área já contraíram a doença. A Funasa diz que já está com uma equipe de saúde em Santarém para atender os índios. O grupo não seguiu viagem por dificuldade de acesso à aldeia. Nestes cinco dias, a Funasa fez gestão junto ao governo do Estado, Comando da Aeronáutica e Exército para cessão de um helicóptero e todos teriam negado. A Funasa diz que optou pelo aluguel de um helicóptero, ao

Liberal, 08 e 09/04/05)

EPIDEMIA DE COQUELUCHE

A Funasa confirmou ontem que está apurando uma suspeita de epidemia de coqueluche detectada na aldeia indígena Kumarumã, localizada na área indígena Uaçá. O caso foi detectado por técnicos da Funasa durante uma inspeção feita na aldeia no último dia 30, ocasião em que 300 indígenas apresentaram sintomas da doença. Segundo a Funasa, o problema começou a ganhar notoriedade a partir do dia 25 de setembro último, quando um

bebê passou mal. Devido a gravidade do quadro clínico da criança, os agentes de saúde da Funasa que trabalham na aldeia encaminharam a vítima para a Casa do Índio de Oiapoque. Contudo, mesmo com condições de oferecer um tratamento

para receber tratamento especializado em Macapá. Um dia depois das suspeitas (26/09), a criança não resistiu e morreu. Na oportunidade, os pais da criança relataram que várias outras pessoas também estavam apresentando os mesmos sintomas do bebê. (Jornal do Amapá, 06/10/05)

WAJÁPI SERÃO PREMIADOS POR GILBERTO GIL

O povo Wajápi receberá mais um prêmio pela Arte Kusiwa. Os índios Jwa Puru e Kumaré representarão o povo Wajápi e receberão das mãos do ministro da Cultura, Gilberto Gil, o certificado de Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, conferido para a sua Arte Kusiwa. O título foi concedido pela Unesco. A Arte Kusiwa é mais do que uma tradição. É a sua forma de expressão cultural. Os padrões gráficos, com infinitas combinações, são utilizados pelo grupo indígena em pintura corporal, em trançados e em decoração de artefatos. E os traços, que representam animais (peixe, pássaro, borboleta, cobra, jacaré, jabuti etc.) e objetos de uso cotidiano. (Site da Funai, 01/12/03)

CLAREIRAS AVANÇAM SOBRE AS TIS

A ação de grileiros, produtores e madeireiros na calha norte dos Rios Amazonas e Negro tem se aproximado das reservas indígenas na região e, em alguns casos,

de conservação da Amazônia pelo governo federal. No Pará, pequenos polígonos de desmatamento – clareiras no meio da selva – já são observados dentro da Reserva Zo'é, no norte do município de Óbidos, onde vivem índios da etnia do mesmo nome e uma tribo isolada de Ingarunes. Num rápido sobrevôo pela região é possível observar clareiras no entorno e imediatamente dentro do limite da reserva, que possui 624 mil hectares ao longo do Rio Cuminapanema. Segundo o prefeito de Óbidos, Jaime Silva (PTB), as maiores reservas minerais da região norte do Pará estão localizadas nas terras indígenas. Além da área dos Zo'é, há as reservas Tumucumaque e Rio Paru D'Este. No Amapá, o desmatamento ao longo da BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque, tem preocupado os órgãos estaduais, pois é o limite da Reserva Uaçá, com 470 mil hectares, onde vivem povos Galibi Marworno, Karipuna e Palikur. Ambientalistas temem que os desmatamentos cheguem às reservas indígenas, não só as que ficam às proximidades da BR-156, mas também aquelas que estão perto da Perimetral Norte – que no Amapá liga a capital à Serra do Navio. Esta estrada vai cortar a área indígena dos Waiápi e acililar o acesso de madeireiros à região. (Alcinéa Cavalcante, Cristina Amorim e Zequinha Neto, Oesp, 25/05/05)

BENEFICIAMENTO DE ÓLEOS VEGETAIS

O aproveitamento do potencial da floresta pelas comunidades indígenas, visando a comercialização de óleos vegetais, é um dos objetivos dos cursos do Planfor, na aldeia Mapuera. A primeira etapa do processo de qualificação profissional dos Wai-Wai foi encerrada com a cerimônia de entrega de declaração dos cursos realizados. Os instrutores repassaram aos Wai-Wai conhecimentos sobre educação ambiental e técnicas agrícolas, alimen-



WILSON DIAS/ABR. DEZ. 2003

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, entrega certificado da Unesco de proteção do patrimônio imaterial e oral da humanidade a Jawapuku (de branco) e Kumaré, índios Wajápi.

tação alternativa, organização social e beneficiamento de óleos vegetais. O curso de beneficiamento de óleos de frutos como o tucumã, bacaba, pataúá, buriti, castanha-do-pará, macuco e ucuúba teve a participação de 25 índios. Há uma empresa incubada na UFPA em condições de adquirir toda a produção de óleos, com autorização prévia da Funai. (Gazeta de Santarém, 19/03/02)

CURSO DE MAGISTÉRIO

Índios waiwai estão recebendo formação em magistério específica para o atendimento de crianças indígenas. A primeira etapa da formação de professores índios acaba de ser concluída pela Secretaria Executiva de Educação (Seduc) no município de Oriximiná. Essa é a primeira

vez que membros da própria aldeia são formados para ministrar aulas de 1ª a 4ª séries, em projeto elaborado pelos técnicos da Seduc. (O Liberal, 29/12/03)

MADEIREIRAS PROMOVEM GRILAGEM

A madeireira Cikel Brasil Verde S.A., com sede em Curitiba (PR), ocupou uma área superior a 2 milhões de ha para exploração de madeira da floresta amazônica que abrange parte dos Municípios de Faro e Oriximiná, no Pará, e Nhamundá, no Amazonas. A grilagem envolve também uma área de 80 mil m², que fica localizada entre as reservas indígenas dos índios uaiuai (Mapuera-PA) e os iscariana (Kassawa-AM). As terras são reivindicadas pelas etnias junto à Funai, em Brasília, há seis

anos. Somente o imóvel pretendido pela madeireira, correspondente à reserva dos índios, equivale a 27 cidades de Parintins (a 325 km de Manaus), que possui uma extensão de 2,9 mil ha no perímetro urbano. Em dezembro do ano passado, uma equipe do Ibama, em Parintins, impediu que os madeireiros avançassem para a outra margem da foz do rio Nhamundá, em território amazonense, no limite com a cidade de Faro, onde detectaram 64 km de picada na floresta densa, na localidade denominada Piraguaci, na costa do município paraense. De acordo com José Ramos, chefe do Ibama em Parintins, as famílias das comunidades rurais em Faro estão sendo aliciadas a venderem os terrenos com promessas de emprego e de uma melhor qualidade de vida. “Os moradores estão sendo enganados na

ÍNDIOS ISOLADOS: O PONTO DE VISTA DOS WAIWAI

Os Waiwai, etnônimo que abarca diversos grupos misturados (Xerewyana, Mawayana, Karapayana, entre outros), revelam um impulso imoderado para se lançarem em exaustivas expedições em busca dos povos “isolados” ou eníhni/“não-vistos” como eles preferem denominar. Suas expedições visam atraí-los para o convívio em suas comunidades, que constituem aglomerados populosos, distintos do padrão de dispersão territorial observado antes do contato com os missionários.

Uma de suas últimas investidas em busca a esses “povos não-vistos” desdobrou-se em uma curiosa querela contrapondo o ponto de vista e a ação prática do órgão oficial do governo (a Funai e mais especificamente, a Coordenadoria Geral de Índios Isolados/CGII), ao modo de pensar e agir dos Waiwai. Isso porque, se a Funai investe na idéia de que é preciso manter certos grupos isolados longe do mundo dos brancos, os Waiwai, ao contrário, pensam que é preciso “civilizá-los”, mas um “processo de civilização” diferente daquele que imaginamos.

Tomemos alguns fragmentos de uma narrativa do tuxawa Luís Urutxa Waiwai que, em meados de 2000, participou de uma expedição aos “povos não-vistos” Zo’ê, na Terra Indígena homônima no Norte do Pará. Levado por um castanheiro de Santarém, que lhe revelou a existência daqueles índios, Urutxa integrou o pequeno grupo (ele, o castanheiro e dois outros Waiwai) que, seguindo pela floresta fechada, alcançaram uma aldeia Zo’ê, composta de três casas ao lado de uma pequena roça. Já

era fim de tarde e, depois de muito gritarem para anunciarem sua presença, afastaram-se do local e foram dormir um pouco afastados na floresta.

Na manhã seguinte, retornaram à roça e depois de se anunciarem aos gritos, avistaram seis mulheres e quatro crianças, das quais se aproximaram muito cautelosamente oferecendo duas panelas de alumínio. Assustadas elas aceitaram os presentes e sumiram novamente floresta à dentro. Retornam no fim do dia acompanhadas pelos homens Zo’ê que só então se aproximaram dos visitantes. Rapidamente, os Zo’ê demonstraram menos desconfianças por eles e naquela noite permaneceram todos ali mesmo.

No dia seguinte, a notícia dos visitantes chegou ao Posto de Vigilância da Funai, e Urutxa e Renato Waiwai foram resgatados pelo funcionário da Funai/CIH que os manteve confinados em um quarto do Posto enquanto aguardavam a chegada do avião que foi requisitado para retirarem ambos do local. Indignado com a atuação do órgão oficial do governo disse-me Urutxa: “Rapaz, eles estão nus. A Funai está trabalhando entre os índios Zo’ê e eles não dão ajuda para eles. Eu não gosto assim do pessoal da Funai. Eu não gostei. Porque quando eu também ficava assim, sem roupa, fica ruim. O branco também tem vergonha de ficar sem roupa, todo mundo tem...”.

A despeito dos juízos morais que sua própria história de contato com a cultura ocidental lhe imprimiu (“vergonha da nudez”), vale observar também que o tuxawa Waiwai não

manifesta apenas um interesse de “civilização” ou “conversão” dos “não-vistos”, ajuizado por uma moral cristã adquirida pelo encontro com os missionários protestantes. Ele manifesta, sobretudo, um interesse particular por uma outra cultura, um desejo de travar contato com ela. Afinal, os Waiwai jamais deixam de efetivar suas trocas e, através delas, concebem mais do que suas diferenças suas próprias condições de existência.

Urutxa prossegue em sua narrativa. “... Eu falei assim para ele [para Ipó, um Zo’ê], lua, lua, lua. Nós mostramos a lua. Ai lua vem, vem de novo, ai a gente chega. Eles falaram, tá bom... Então a gente vai trazer pilha, lanterna, panela. Eles gostaram. Tari-tari, tem besouro que canta no mês de agosto né, tari-tari-tari, os índios todos conhecem. Mês de agosto que canta. Por isso a gente falou e eles concordaram, tá bom (...). Quando eles chegaram no castanhal do Manoel perguntaram por mim. (...) Mas Funai não deixou entrar mais, por isso eles ficaram esperando, mas Waiwai nunca mais chegou lá. Eu não gostei daquele chefe de posto. Não gostei dele. Se tivesse falado assim para mim, Luís pode conversar com os índios, pode trocar alguma coisa...”.

Neste contexto, do ponto de vista Waiwai, a ação da Coordenadoria Geral de Índios Isolados, impedindo uma aproximação com os Zo’ê, opõe-se ao que eles (os Waiwai) tanto prezam e buscam em suas expedições aos “não-vistos”, ou seja, como observou Urutxa, “conversar” e “trocar alguma coisa”. Ao que tudo indica, este também parece ser o interesse dos

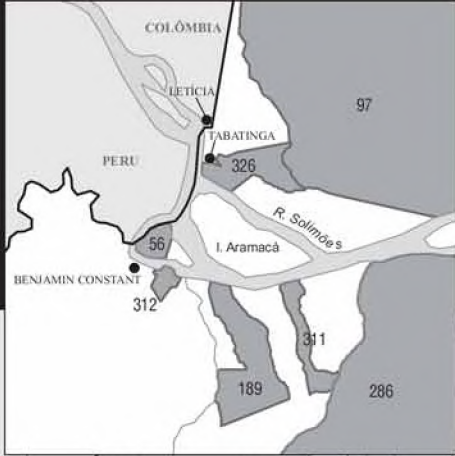
**Kaixana
Kambeba
Kanamari
Karapanã
Kokama
Matsé
Miranha
Mura
Ticuna
Witoto**



4. Solimões



4. SOLIMÕES



- rodovia implantada
- capitais
- sede de município
- ▨ Unidade de Conservação

- TERRA INDÍGENA**
apresentada neste capítulo
- ▨ com mais de 1.000 ha
 - ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)
- apresentada em outro capítulo
- ▨ com mais de 1.000 ha
 - com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

62 km

SOLIMÕES
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
715	Acapuri de Cima	Kocama	101 - Relatório do GT: 1998	Declarada. Portaria 287 de 13/04/2000 do Ministro da Justiça declara de posse permanente indígena.	19.400	Fonte Boa	AM
496	Barreira da Missão	Issé Kaixana Kambeba Miranha Ticuna Witoto	474 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto 303 de 29/10/1991 homologa demarcação. Domínio Indígena. Reg. CRI do município e comarca de Tefé (1.772 ha) matr. 2.178, lv. 2 I, fl. 230V em 20/11/91.	1.772	Tefé	AM
	Barro Alto/Prosperidade/Santa Cruz	Kocama		Em identificação. Portaria 1.211 de 17/10/2005 designa Edward Luz para finalizar os estudos de identificação e delimitação da TI. Concede 32 dias para realização do trabalho, apresentação de relatório sucinto, 15 dias após seu retorno do campo.		Tonantins	AM
52	Betânia	Ticuna	3.029 - Funasa: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Santo Antônio do Içá (122.769 ha) matr. 107, lv. 2-B, fl. 107 de 10/10/95. Reg. SPU certidão nº 002 de 19/03/96.	122.769	Amaturá Jutaí Santo Antônio do Içá Tonantins	AM AM AM AM
56	Bom Intento	Ticuna	126 - Funasa: 2004	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Declara que por ser situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2 da Constituição. Reg. CRI do município e comarca de Benjamin Constant (1.613 ha) matr. 586, lv. 2-3, fl. 8V em 12/01/96. Ofício ao SPU nº 506/DAF em 15/08/02.	1.693	Benjamin Constant	AM
1372	Cajuhiri Atravessado	Kambeba Miranha Ticuna	49 - Relatório do GT: 2000	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 98 de 22/10/2001 do presidente da Funai aprova as conclusões do estudo de identificação da TI, determinando sua publicação no DOU e a fixação na sede da prefeitura.	12.500	Coari	AM
720	Cuiú-Cuiú	Miranha	367 - Faulhaber: 1995	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 23/06/2003 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 26 de 16/06/04.	36.450	Maraá	AM
747	Espírito Santo	Kocama	121 - Parecer da Funai: 1997	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2005 homologa a demarcação e assegura, nos termos do decreto 4.412 de 07/10/02, a ação das Forças Armadas para a defesa do território e da soberania nacionais, e da PF/MJ para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais na TI.	33.849	Jutaí	AM
96	Estrela da Paz	Ticuna	383 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Jutaí (12.876 ha) matr. 252 lv. 2/RG, fl. 52 em 25/08/95. Ofício ao SPU nº 249/DAF em 15/04/96.	12.876	Jutaí	AM
97	Évare I	Kocama Ticuna	13.023 - Funai: 1995	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Declara que esta terra por ser situada na faixa de fronteira submete-se ao art.20. § 2 da Constituição. Despacho do Ministro da Justiça concorda que as terras Ticuna e Kokama sejam separadas, desde que não excedam a área de 548.177 ha. (DOU 26/03/97). Reg. CRI: município e comarca de São Paulo de Olivença (57.205 ha), matr.541, lv. 2-C-1, fl. 61 em 20/06/96; município e comarca de Tabatinga (307.173 ha) matr.242, lv. 2-B, fl. 97 em 01/03/96; município e comarca de Santo Antônio do Içá, matr. 138 lv.2-B, fl. 138 em 15/04/96. Ofício ao SPU nº 551/DAF em 14/08/96.	548.177	Santo Antônio do Içá São Paulo de Olivença Tabatinga	AM AM AM
98	Évare II	Ticuna	2.200 - Funai: 1995	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Declara que esta terra por situar-se na na faixa de fronteira submete-se ao disposto no art.20. § 2 da Constituição. Reg. CRI do município de São Paulo de Olivença, matr. 542, lv. 2C-1, fl.62 em 20/06/96. Reg. SPU Certidão s/n de 18/02/97.	176.205	São Paulo de Olivença	AM
	Guanabara	Kocama		Em identificação. Portaria 1.211 de 17/10/2005 designa que Edward Matoanelli dê apoio antropológico ao levantamento fundiário da TI.		Benjamin Constant	AM
126	Igarapé Grande	Kambeba	42 - Relatório do GT: 1999	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 421/DAF em 21/07/04.	1.539	Alvarães	AM
403	Ilha do Camaleão	Kocama Ticuna	120 - Funai: 1987	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Anamá, matr. 01 lv. 1-RG, fl. 01V em 30/09/96. Reg. SPU certidão s/n de 02/04/97.	236	Anamá	AM
146	Jaquiri	Kambeba	55 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 264 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI de Maraá, matr. 081, lv. 2-A, fl. 77 em 27/11/91. Reg. SPU certidão nº 002 de 20/11/95.	1.820	Uarini	AM
184	Lago Beruri	Ticuna	120 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Beruri, matr. 79 lv. 2/RG, fl. 41 em 22/09/95. Reg. SPU certidão nº001 de 11/03/96.	4.080	Beruri	AM

SOLIMÕES

Terras Indígenas (continuação)

Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1422	Lago do Correio	Kocama Ticuna		Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 72 de 20/07/2006 do presidente da Funai aprova os estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e nas sedes das prefeituras dos municípios.	12.369	Santo Antônio do Itá	AM
189	Lauro Sodré	Ticuna	395 - Relatório do GT: 2000	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	9.478	Benjamin Constant	AM
192	Macarrão	Ticuna	404 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 260 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI município de Jutaf, matr. 62, lv. 2 fl. 62 em 25/11/91. Reg. SPU certidão nº 3 de 11/03/02.	44.267	Jutaf	AM
1307	Mapari	Kaixana	93 - Relatório do GT: 1997	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 27 de 31/03/2006 do presidente da Funai aprova as conclusões do estudo de identificação da TI e determina sua publicação no DOE/ AM e fixação na sede dos municípios.	157.416	Fonte Boa Japurá Tonantins	AM AM AM
569	Maraã/Urubaxi	Kanamari	185 - Parecer da Funai: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Maraã (94.405 ha) matr. 150 lv. 2-A fl. 140 em 29/01/99. Reg. SPU certidão nº 9 de 11/07/00.	94.405	Maraã Santa Isabel do Rio Negro	AM AM
712	Maraitá	Ticuna	141 - Relatório do GT: 1998	Declarada. Portaria 892 de 25/03/2004 do Ministro da Justiça declara de posse permanente e determina que a Funai promova a demarcação administrativa.	54.000	Amaturá	AM
200	Marajaf	Matsé	203 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 288 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Alvarães, matr. 001, lv. 2-A, fl. 32 em 05/12/91. Reg. SPU certidão nº005 de 14/05/97.	1.196	Alvarães	AM
710	Matintin	Ticuna	146 - Relatório do GT: 1998	Declarada. Portaria 1.805 de 16/09/2005 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina a demarcação administrativa pela Funai.	20.400	Santo Antônio do Itá Tonantins	AM AM
210	Méria	Issé Karapanã Miranha Mura Witoto	45 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 04/10/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Alvarães, matr. 018, lv. 2-A, fl. 018 em 10/11/93. Reg. SPU certidão nº 11 de 27/11/95.	585	Alvarães	AM
212	Miratu	Issé Karapanã Miranha Mura Witoto	293 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI. Decreto 390 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Uarini, matr. 2.183, lv. 2-I, fl. 208 em 14/01/92. Ofício ao SPU nº 156 em 11/08/93.	13.199	Uarini	AM
711	Nova Esperança do Rio Jandiatuba	Ticuna	180 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	20.003	São Paulo de Olivença	AM
469	Paraná do Paricá	Kanamari	60 - Lideranças Indígenas: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Maraã (7.866 ha) matr. 160 lv. 2-A fl. 151 em 25/09/00. Reg. SPU certidão nº 2 de 25/04/01.	7.866	Maraã	AM
1423	Porto Limoeiro	Ticuna	16 - Relatório do GT: 2003	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 73 de 20/07/2006 do presidente da Funai aprova os estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e nas sedes das prefeituras dos municípios.	5.000	Santo Antônio do Itá	AM
713	Porto Praia	Ticuna	118 - Relatório do GT: 1999	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 423/DAF em 21/07/04.	4.769	Uarini	AM
	Riozinho	Kulina Ticuna		Em identificação. Portaria 1.257 de 05/12/2002 da Funai cria GT para realizar a primeira etapa dos estudos e levantamentos de identificação.		Jutaf	AM
1381	São Domingos do Jacapari e Estação	Kocama	428 - Relatório do GT: 2002	Declarada. Portaria 1.804 de 16/09/2005 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina a demarcação administrativa pela Funai.	133.630	Jutaf Tonantins	AM AM
1403	São Francisco do Canimari	Ticuna	80 - Relatório do GT: 1999	Declarada. Portaria 306 de 30/12/2002 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina a demarcação administrativa pela Funai.	3.033	Amaturá	AM
	São Gabriel/São Salvador	Kocama		Em identificação. Portaria 962 de 25/08/2005 do presidente da Funai cria GT para atualizar o levantamento fundiário e avaliação das benfeitorias das ocupações de não índios na TI.		Santo Antônio do Itá	AM
	São José	Ticuna		Em identificação. Funai cria GT para identificação da área.		Manacapuru	AM
286	São Leopoldo	Ticuna	400 - Funai: 1987	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/08/1993. homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Benjamin Constant, matr. 401, lv.2-B fl.164 em 26/05/89. Reg. SPU certidão nº 22 de 02/01/02.	89.270	Benjamin Constant São Paulo de Olivença	AM AM

SOLIMÕES

Terras Indígenas (continuação)

Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
709	São Sebastião	Kaixana Kocama	224 - Relatório do GT: 1997	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2005 homologa a demarcação e assegura, nos termos do decreto 4.412 de 07/01/02, a ação das Forças Armadas para a defesa do território e da soberania nacionais, e da PF/MJ para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas.	61.058	Tonantins	AM
1426	Sapotai	Kocama	379 - Relatório do GT: 2003	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 9 de 04/04/2005 do presidente da Funai aprova os estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e na sede da prefeitura.	1.265	Tabatinga	AM
	Sururuá	Kocama		Em identificação. Portaria 1.211 de 17/10/2005 designa que Edward Matoanelli dê apoio antropológico ao levantamento fundiário da TI.		Benjamin Constant	AM
312	Tikuna de Santo Antônio	Ticuna	1.095 - Funai: 1987	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 311 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Benjamin Constant, matr. 546, lv. 2-2 fl. 109 em 18/06/95. Reg. SPU certidão nº 20 de 24/09/02.	1.065	Benjamin Constant	AM
313	Tikuna Feijoal	Ticuna	1.320 - Funai: 1987	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Benjamin Constant, matr. 585, lv. 2-3 fl. 08V em 06/11/95. Ofício ao SPU nº 520/DAF em 20/08/02.	40.948	Benjamin Constant São Paulo de Olivença	AM AM
311	Tikuna Porto Espiritual	Ticuna	160 - Funai: 1987	Homologada. Reg. CRI e SPU. O Presidente da República homologa a demarcação. Por situar-se na faixa de fronteira, a TI submete-se ao disposto no art.20 § 2 da Constituição. Reg. CRI do município de Benjamin Constant, matr. 587 lv. 2-3 fl. 09 em 29/01/96. Reg. SPU certidão nº 008 de 22/04/96.	2.839	Benjamin Constant	AM
326	Tukuna Umariçu	Ticuna	4.300 - Funai/PPTAL: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tabatinga (4.855 ha) matr. 1.498 lv. 2-C fl. 98 em 20/11/00. Reg. SPU certidão nº 1 de 09/02/01.	4.854	Tabatinga	AM
755	Tupã-Supé	Ticuna	42 - GT Funai: 1999	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 422/DAF em 21/07/04.	8.589	Alvarães Uarini	AM AM
325	Uati-Paraná	Ticuna	330 - Funai: 1987	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 284 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Fonte Boa, matr. 743 lv. 2-RG, fl. 001/005 em 03/05/93. Reg. SPU certidão nº 007 de 22/11/95.	127.199	Fonte Boa Japurá Tonantins	AM AM AM
337	Vui-Uata-In	Ticuna	1.900 - Funai: 1991	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Amaturá, matr. 534 lv. 2C-1 fl. 54 em 02/05/96. Reg. SPU certidão nº 002 de 21/01/98.	121.198	Amaturá	AM

Nova Dinâmica na Afirmação de Identidades Étnicas

Deborah Lima

Paule Roberto e Souza

Antropóloga, Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS PROMOVEM O AUMENTO DO NÚMERO DE PEDIDOS DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS PARA RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE INDÍGENA E DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS

Desde o final de 2001, a União das Nações Indígenas de Tefé (UNI Tefé) passou a receber cartas de moradores de comunidades rurais da região onde atua, o médio Solimões e afluentes, solicitando o reconhecimento da identidade indígena e a demarcação de suas terras. O procedimento dado pela UNI Tefé tem sido encaminhar ofícios para a Superintendência da Funai de Manaus, reproduzindo e endossando a maioria dos pedidos. Entre 2004 e 2005, a UNI Tefé encaminhou à Funai em Manaus um total de 43 solicitações de reconhecimento de novas terras (das quais duas tiveram o pedido cancelado). Esse número de pedidos é maior do que o de terras demarcadas e homologadas até hoje na região, 18, sem contar três requerimentos mais antigos.

O aumento no número de solicitações reflete uma nova dinâmica de afirmação de identidades étnicas na região, promovida pelo surgimento de políticas públicas diferenciadas. É possível deduzir que essas políticas tenham motivado a população regional a refletir sobre suas identidades e os direitos a que seriam elegíveis. Também contribuiu para suscitar essa reflexão um levantamento preliminar das comunidades indígenas do médio e baixo rio Solimões realizado pela Funai. Entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, a equipe responsável visitou 69 comunidades dos municípios de Tefé, Uarini, Alvarães, Japurá, Coari, Codajás, Anori e Anamá, sobre as quais já havia alguma notificação. Das novas demandas, 26 vieram de comunidades visitadas durante esse levantamento.

Para André Cruz, liderança cambeba e ex-coordenador da UNI Tefé, não há dúvida de que a busca por reconhecimento da

identidade indígena seja motivada pelos benefícios do programa especial de saúde indígena. As comunidades que o procuram esperam que o reconhecimento confira de imediato o direito aos benefícios do Distrito Especial de Saúde Indígena, sob a responsabilidade da UNI Tefé até 2006. Os solicitantes também buscam o escritório da Funai em Tefé para a pronta efetivação da demarcação, até reconhecerem que é longo o percurso que vai da identificação à homologação da terra e à elegibilidade aos direitos indígenas. Segundo André Cruz, o número de solicitações recebidas pela UNI Tefé é ainda maior do que as listadas acima, pois encaminha apenas os pedidos de *parente*. Aos não qualificados, recomenda que busquem seus direitos junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Incra. Por outro lado, declara acatar a definição de identidade baseada na auto-atribuição e afirma não pretender assumir a função de dizer quem é ou não é índio. Mas, de fato, essa questão passou a ser feita pela população de modo geral e também pelas instituições que administram os direitos das identidades sociais a elas afiliadas.

No contexto dessa discussão, é comum ouvir a referência ao dizer regional “*todo amazonense é índio*”. A origem indígena da população do estado não é portanto disputada, embora o dizer subentenda a contribuição dessa ascendência para a composição *misturada* dessa mesma população. Já a efetivação institucional da origem indígena em identidade étnica requer a definição de uma etnia específica, reconhecida pela Funai. Tal procedimento administrativo é, com ironia, qualificado de *matrícula*, e é possível ouvir, em referência aos que o recebem, o título de *índios matriculados*. Como a Funasa cadastra seus beneficiários, a ideia de matrícula acaba tendo, como referência concreta, a instituição central nesse contexto. Em situações complexas, como é o caso da região, o cadastro efetivamente discrimina “quem é e quem não é índio”. As contradições são evidentes, por exemplo, com relação ao auxílio maternidade que toda mulher indígena tem direito, independente de ser casada com um

SOLICITAÇÕES ENCAMINHADAS PELA UNI TEFÉ À FUNAI

Comunidade Indígena	Etnia	Município
Kaju	Arara	Coari
N. S. do Itaboca	Arara	Coari
São Sebastião da Liberdade	Kaburi	Coari
São Sebastião do Surubim	Kambeba	Coari
Vista Alegre do Samambaia	Mura	Coari
Monte São Lago do Katua	Tukano	Coari
São Miguel do Paraná do Bararuá	Tukano	Coari
Projeto Mapi	Kaixana	Tefé
Boarazinho	Kambeba	Tefé
Ilha do Pananin	Kokama	Tefé
N.S. de Fátima do Katuá	Kokama	Tefé
Boará	Kokama	Tefé
Porto Praia	Kokama	Tefé
Nova Jerusalém	Kokama	Tefé
Barreirinha	Tikuna	Tefé
Assunção	Kokama	Alvarães
São Jorge da Ponta da Castanha	Tikuna	Alvarães
Nova Macedônia	Awa Kanoeiro	Maraã
Ebenezer	Miranha	Maraã
Nova Betânia	Miranha	Maraã
Araucã	Miranha	Maraã
Jubará	Miranha	Maraã
N.S. de Fátima	Mura	Maraã
Putiri	Mura	Maraã
Martião	Kokama	Fonte Boa
Tarará	Kokama	Fonte Boa
Santa União	Kokama	Fonte Boa
Mucura	Kokama	Fonte Boa
Paraná do Tupé	Kokama	Fonte Boa
Mineruá	Kokama, Kanamari	Fonte Boa
Anarucu	Kokama, Tikuna e Kambeba	Fonte Boa
Taquara	Kanamari	Carauari
Igarapé do Índio	Kanamari	Itamarati
Feijoal	Kokama	Jutaí
Cariru	Kokama	Jutaí
N.S. da Saúde	Kokama	Jutaí
Santa Helena	Kokama	Jutaí
Santa Luzia	Kokama	Jutaí
São Francisco do Servalho	Kokama	Jutaí
Batedor	Madija Kulina	Jutaí
Ilha do Tambaqui	Tikuna	Jutaí

fonte: UNI/Tefé

branco, mas um índio casado com uma branca, não. Para Tomé Cruz, atual coordenador da UNI Tefé, tal situação introduz um grande desafio, porque sendo os recursos escassos, é preciso limitar sua distribuição.

Os pedidos de reconhecimento de identidade indígena estão sendo encaminhados de modo independente por pequenas comunidades rurais. Seguindo um padrão geral de ocupação, cada uma delas possui em torno de 14 casas ou 90 habitantes. As propostas apresentadas à UNI Tefé solicitam a demarcação de áreas equivalentes ou maiores do que seus territórios de uso tradicional (o que invariavelmente suscita conflitos com as comunidades ribeirinhas vizinhas).

A esses grupos pequenos que falam apenas o português André Cruz diz reservar a denominação *comunidades indígenas*, ao passo que o nome *aldeia* seria apenas para as mais tradicionais. Apesar dessa alusão ao uso particular do termo para classificar localidades indígenas, a denominação serve bem ao propósito de contrastar *comunidade indígena* com a nomenclatura consolidada de *comunidade ribeirinha*, de quem os grupos precisam demarcar diferença. Se o reconhecimento legal implica em um longo procedimento administrativo, por sua vez a solicitação mesma já é resultado de um processo complexo no interior da própria comunidade. A decisão do grupo de requerer a identidade indígena suscita a redefinição de alinhamentos políticos e motiva a re-elaboração de laços históricos com seus ancestrais.

À mudança da qualificação do território, seguem-se outras alterações nas nomenclaturas específicas de cada tipo de organização social. Pode-se considerar a passagem da denominação da principal liderança política, de presidente a tuxaua, simbólica da conclusão do longo percurso de reuniões e posicionamentos contra e a favor da mudança. Nesse histórico, avaliam os benefícios da decisão e reorganizam os vínculos com seus ascendentes, reforçando a ligação com um ou mais parentes (residentes ou não na comunidade) cuja etnia é publicamente reconhecida e com a qual o grupo pode se assumir.

Entre os moradores, há graus variados de identidade com essa origem, seja em razão do interesse em afirmá-la, seja porque há moradores não relacionados a ela. Mas sendo a comunidade, como tal, uma coletividade de identidade política amplamente consolidada na região, a equivalência entre identidade comunitária e identidade indígena é feita de modo inclusivo, isto é, abrangendo o grupo como um todo, tanto moradores que têm ligação genealógica reconhecida quanto os que não. Pode-se entender essa forma de efetuação da identidade indígena como uma expressão do modo como a comunidade constrói sua própria noção de pertencimento.

No seu sentido de localidade, as comunidades invariavelmente se definem como lugares onde *todos são parentes*. O pertencimento à comunidade é baseado em uma conjugação de direitos efetivados pela residência e pelo parentesco. Os que entram na

comunidade pelo casamento são incluídos na parentela a partir de sua condição de afins; e como *residentes*, o pertencimento é garantido pela concessão do direito ao uso do território da comunidade. A constituição da comunidade é feita com base nesse *ethos* incorporativo, mas também exclusivista: não se pertence a duas comunidades ao mesmo tempo, seja ela indígena ou ribeirinha.¹ No entanto, o parentesco confere direitos que podem ser exercidos em outras comunidades que não a de residência (como a exploração de recursos naturais e mesmo a identidade indígena), baseados no reconhecimento de um parentesco próximo com moradores desses outros lugares.

Nesse processo de auto-atribuição da identidade indígena a partir da comunidade não há, pelo menos ainda, uma preocupação generalizada, nem por parte dos próprios, nem pelos outros, com expressões culturais diacríticas, mas sim com a afirmação da ascendência étnica legitimadora. Às etnias com mais tempo de reconhecimento na região (miranha, ticuna, macu, cambeba, maioruna, cocama, kulina, deni), juntaram-se outras que não tinham ainda manifestado sua presença (arara, avá-canoeiro, kaixana, kaburi, mura, tucano).²

Quanto à reclassificação das localidades, algo parecido já tinha sido vivido recentemente pelas coletividades quando estas passaram a se identificar como comunidades (reproduzindo um padrão tradicional de assentamento). O próprio processo de instituição do modelo formal das Comunidades Eclesiais de Base, realizado pelo Movimento de Educação de Base no final da década de 1970 incluiu a adição de um prenome de santo ao nome antigo da localidade (por exemplo, de Jarauá a São Raimundo do Jarauá).

O padrão atomizado dos novos pedidos de reconhecimento de terras indígenas também reflete o modo como os povos originários sobreviveram à violência da ocupação colonial na região. De todo modo, é importante reconhecer a amplitude dos fatores associados à decisão de requerer a identidade indígena em uma região onde, de fato, um número de comunidades maior ainda pode vir a querer assumi-la. Entre esses fatores está a questão da pesca, motivo de conflitos envolvendo comunidades e pescadores profissionais desde a década de 1980.

A proposta de constituir territórios exclusivos para o manejo comunitário de pesca, feita pela Prelazia de Tefé e, em boa parte, reproduzida pela RDS Mamirauá, foi uma solução para atender os interesses dos moradores e assegurar a conservação do pescado. No entanto, esse encaminhamento gerou tensões não só entre comunidades e peixeiros, mas também entre os próprios comunitários. Desde o início, há disputas envolvendo comunidades vizinhas com relação à definição de lagos de exploração e também quanto à própria adesão ao manejo comunitário. O conflito se resume a duas posições contrárias: adotar o manejo da pesca ou manter a autonomia de exploração. A disputa concerne tanto moradores de uma mesma comunidade, como

entre comunidades vizinhas, quando os que defendem a autonomia invadem as áreas de manejo reservadas pelas outras.

As tensões aumentaram com os novos pedidos de reconhecimento devido à forma como alguns estendem sua autonomia de exploração a áreas de comunidades vizinhas. O conflito envolve também as instituições que administram as unidades de conservação de uso sustentável da região, nas situações em que os novos pedidos configuram sobreposições.

AGENDA POSITIVA

Em março de 2004, durante a XI Assembléia Geral dos Moradores e Usuários da RDS Mamirauá, comunidades não indígenas fizeram sérias críticas ao modo como as comunidades indígenas desrespeitavam os acordos de pesca (e seguiram-se acusações mútuas de invasão). Diante do fato de que a situação é mais ampla do que Mamirauá, representantes das instituições presentes, Funai, Ibama, Uni Tefé, Cimi e IDSM reconheceram a necessidade de criar um fórum interinstitucional para debater os conflitos. Na primeira reunião do fórum, batizado “Agenda Positiva”, concluiu-se ser necessário um esforço conjunto para promover o uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas, além de dar prosseguimento regular aos encontros, institucionalizando o fórum e procurando outras entidades para integrá-lo.

Nesses dois anos, a Agenda Positiva realizou 21 reuniões, sendo os principais temas de pauta as novas solicitações de terras indígenas, as sobreposições e os conflitos em torno dos recursos naturais. Em junho de 2006 as instituições membro organizaram um seminário na aldeia Barreira da Missão de Baixo, com representantes de 27 aldeias de sete etnias do médio Solimões, Japurá e Juruá, quatro organizações indígenas, sete organizações da sociedade civil, cinco de governo, e nove instituições não governamentais. Discutiram o uso sustentável dos recursos naturais, e a fiscalização, vigilância e monitoramento do uso dos recursos naturais em terras indígenas. Em geral houve uma disposição generalizada entre os grupos para adotarem o manejo sustentável. Mas, na prática, há um conflito inerente a duas situações contrastantes: áreas em que os índios têm autonomia e áreas onde existem normas, mas não consenso sobre acatá-las.

Com relação aos requerimentos suscitados pelo levantamento preliminar das comunidades indígenas do médio e baixo rio Solimões, a UNI Tefé, sentindo-se sobrecarregada, propôs à Funai uma revisão antropológica dessas áreas. (julho, 2006)

NOTAS

¹ Por isso o número elevado de pequenas terras requeridas por membros de uma mesma etnia.

² A grande maioria das novas solicitações é de comunidades Cocama.

20 anos de Resistência e Conquista

Jussara Gomes Gruher
Sirlene Bendazzoli
Eliete Toledo
Lilavate Izapevitz Romanelli
Marly de Souza Barbosa

Equipe pedagógica da OGPTB

OS PROJETOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES TICUNA VÊM SUPRINDO, HÁ DUAS DÉCADAS, A FALTA DE AÇÕES PÚBLICAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA POR PARTE DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

A Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngües (OGPTB), criada em dezembro de 1986 e constituída juridicamente em 1994, atua numa extensa área formada pelos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, na região do alto rio Solimões, estado do Amazonas. Ao longo de quase 20 anos, a OGPTB tem sido uma importante referência para os professores ticunas e, mais recentemente, também para os professores de outras etnias que habitam a região, como os cocamas e caixanas.

Sua importância está relacionada ao desenvolvimento de projetos e programas de educação, com destaque para a titulação de professores no nível médio e a oferta de cursos de especialização em educação indígena, iniciativas que vêm suprimindo a falta de ações públicas de formação específica por parte dos órgãos governamentais em todos os níveis. Os cursos são desenvolvidos no Centro de Formação de Professores Ticunas-Torü Nguépataü, na aldeia de Filadélfia (Benjamin Constant), com 481 professores indígenas matriculados nas diferentes modalidades.

Essa capacitação tem contribuído para a criação de novos níveis de ensino nas escolas indígenas localizadas na área de atuação da OGPTB e um substancial crescimento do número de alunos, revertendo o quadro de exclusão escolar observado em décadas passadas, reduzindo a necessidade de deslocamento de jovens para as escolas da cidade ou mesmo a interrupção dos estudos. Se tomarmos como referência as escolas ticunas situadas nos cinco primeiros municípios citados, constatamos que em 1998

havia 7.458 alunos, com apenas 841 nas classes de 5ª a 8ª série, ao passo que em 2005 o censo escolar apresentava um total de 16.100 alunos, dos quais 4.580 encontravam-se nas classes finais do Ensino Fundamental e nos cursos de Ensino Médio.

Outro aspecto importante foi a substituição gradativa dos docentes não-índios por professores ticunas, os quais assumiram todas as classes de 1ª a 4ª séries, atuando também nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, onde compõem cerca de 50% do quadro docente. As escolas municipais são dirigidas por professores ticunas, que também desempenham em alguns municípios atividades de supervisão e coordenação de pólos. Existem 118 escolas municipais e duas estaduais.

A partir de 2002, as iniciativas da OGPTB começaram a ter a participação dos demais grupos étnicos do alto Solimões, principalmente pela inserção dos professores cocamas, caixanas e cambebas nos cursos de formação e nos encontros que objetivam discutir as políticas educacionais na região. Tendo como referência a mobilização dos ticunas por uma educação escolar adequada a seus interesses e realidades, esses professores, com apoio de suas respectivas organizações, vêm lutando para implementar uma nova escola em suas comunidades e, ao mesmo tempo, obter o reconhecimento das prefeituras municipais.

A atuação da OGPTB tem contribuído para uma maior autonomia dos professores e comunidades na condução do processo educacional em suas escolas e no entendimento da escola como espaço de produção de saberes, de reflexão e ação política, de proteção do território e defesa dos direitos sociais, de promoção da saúde, de valorização da língua materna e do patrimônio cultural.

Assim como outras organizações indígenas do país, a OGPTB luta pelo reconhecimento e cumprimento da legislação de educação escolar indígena na região do alto Solimões. Visando pôr em prática os direitos assegurados por essa legislação, a OGPTB

preparou editais e provas para os primeiros concursos públicos específicos, elaborou o projeto de curso superior específico e buscou uma universidade que o apoiasse, e ainda promoveu diversos encontros com representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para que os professores e lideranças indígenas pudessem apresentar suas denúncias e reivindicações, bem como ter voz nos debates e decisões sobre as políticas de educação indígena para a região.

Embora enfrentando dificuldades de toda ordem – reiterada falta de reconhecimento, descaso, discriminação –, a persistência e a incansável mobilização dos membros da OGPTB têm permitido superar inúmeros obstáculos e desafios para fazer valer os direitos dos povos indígenas de atuarem com autonomia na condução de seus projetos, de suas escolas e de seus propósitos por melhores condições de vida.

ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

O II Encontro Regional de Educação Indígena foi promovido pela OGPTB em maio de 2001, com apoio da Gerência de Educação Escolar Indígena (Secretaria de Educação do Amazonas – Seduc/AM), e realizado no Centro de Formação de Professores Ticunas-Torü Nguèpataü. Teve como finalidade capacitar representantes das secretarias municipais sobre as leis e outros documentos referentes à educação escolar indígena, discutir a situação das escolas indígenas da região, a situação profissional dos professores, a urgência de realização de concursos públicos específicos, o uso adequado dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef/MEC), bem como planejar ações conjuntas da OGPTB e órgãos governamentais. Participaram cerca de 300 pessoas, entre professores, diretores, lideranças e vereadores indígenas, secretários municipais de educação, representantes da Seduc/AM, Conselho de Educação Escolar Indígena/AM, Funai (Brasília), Fundação Estadual de Política Indigenista (Fepi), Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas (CGAEI/MEC) e Fundef.

SITUAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS

Em março de 2003, a OGPTB entregou à CGAEI/MEC, à Seduc/AM e ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena/AM um documento de 27 páginas apresentando os principais problemas que afetam as escolas ticunas, cocamas e caixanas.

Professores ticuna na cerimônia de formatura do curso de nível médio, no Centro de Formação de Professores Ticunas, em agosto de 2001.



JUSSARA GRUBER

Em razão da ausência de providências, no mês de setembro do mesmo ano foi preparado um novo documento com informações detalhadas sobre a situação de cada escola, indicação das necessidades mais urgentes e sugestões de providências a serem tomadas. Esse documento resultou de discussões encaminhadas por professores/membros da OGPTB nas próprias aldeias, reunindo professores e lideranças, em muitos locais também agentes de saúde, alunos e pais de alunos. Contendo 420 páginas, o documento “Escolas Indígenas do Alto Solimões – Problemas e Providências” foi encaminhado ao Ministério da Educação e à Seduc/AM.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Dando continuidade ao programa de formação de professores ticunas criado em 1993, a OGPTB iniciou em 1997 o curso de nível médio, com habilitação para o magistério, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação/AM. Um total de 204 professores concluiu esse curso entre 2001 e 2002, completando uma carga-horária de 2.100 horas-aula e 300 horas de estágio. Esse estágio foi acompanhado por um grupo de supervisores ticunas que se reunia periodicamente para analisar os resultados das visitas, planejar novas viagens e ao mesmo tempo receber orientação dos consultores do programa.

O programa seguiu funcionando com os cursos de formação continuada: até 2003, foram ministrados quatro cursos (com um total de 858 horas) para os professores formados pela OGPTB e cinco cursos de aperfeiçoamento em educação escolar indígena (com 1.186 horas) destinados aos professores que concluíram o nível médio em escolas da cidade. Simultaneamente, o curso de Ensino Médio – Magistério Indígena continuou sendo ministrado para uma segunda turma, composta por 127 professores ticunas, cocamas e caixanas.

Nesse contexto, foram desenvolvidas outras ações, como encontros e oficinas, que possibilitaram aprofundar temas e conhecimentos específicos nas áreas de saúde, meio ambiente, lingüística e direitos indígenas.

PROPOSTAS CURRICULARES

Durante as etapas de 2000 e 2001 do curso de formação, professores ticunas e assessores das diversas áreas trabalharam juntos na elaboração da Proposta Curricular das Escolas Ticunas (1ª a 4ª série) lançada em fevereiro de 2002. Nesse período, as aulas constituíram-se em verdadeiras oficinas de estudos e planejamento para uso interdisciplinar da Proposta Curricular, contando com recursos didáticos específicos também produzidos durante o curso.

Simultaneamente, atendendo à necessidade de se iniciarem as discussões para a construção de uma proposta curricular destinada às classes de 5ª a 8ª série já implementadas em diversas escolas das aldeias, a OGPTB promoveu um curso de 140 horas, em agosto de 2003, que reuniu 75 professores ticunas. Foram debatidos intensamente os objetivos do ensino nas séries finais do Ensino Fundamental, os professores organizaram-se em grupos de trabalho para realização de pesquisas e receberam formação sobre os temas e conteúdos com os quais pretendiam trabalhar. Mais uma vez coube à OGPTB a preparação dos professores, ainda que em caráter emergencial, constituindo-se como única alternativa de apoio aos docentes que precisavam assumir as classes recém criadas.

ENSINO MÉDIO ESPECÍFICO

Professores, lideranças, pais e jovens alunos, com apoio de vereadores ticunas, conseguiram, após uma intensa pressão junto ao governo do estado, que tivesse início em 2003 o curso de Ensino Médio em três escolas de aldeias localizadas nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga. Em maio do mesmo ano, a OGPTB organizou o I Encontro Pedagógico – em parceria com a Gerência de Educação Escolar Indígena/Seduc/AM e apoio do MEC – para preparação do quadro docente. Participaram 65 professores ticunas e 28 não indígenas procedentes não apenas dos municípios onde os cursos já estavam implementados, mas também daqueles que pleiteavam a sua criação, como São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá.

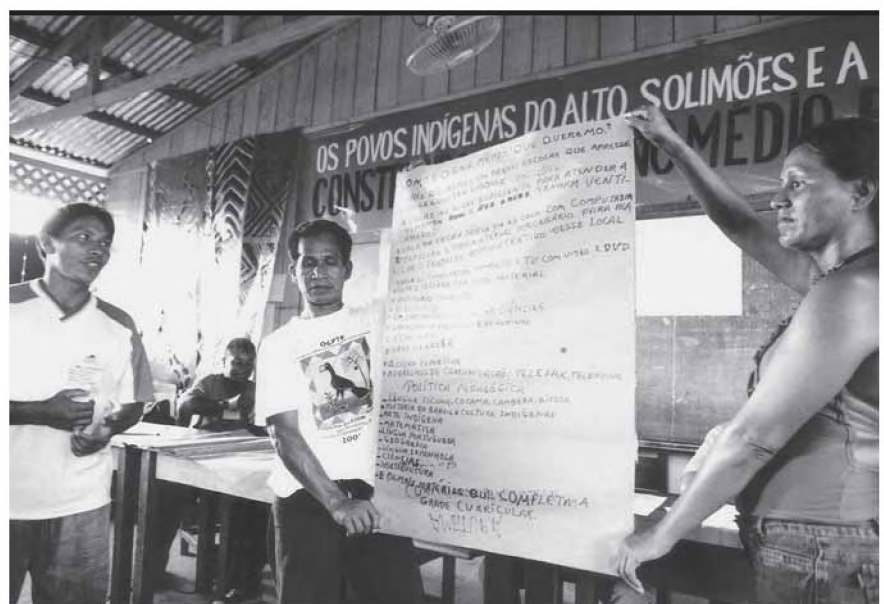
Professores indígenas apresentam suas propostas no seminário sobre ensino médio específico, em abril de 2004.

As discussões sobre os cursos de nível médio tiveram continuidade no seminário “Os Povos Indígenas do Alto Solimões e a Educação Escolar: Construindo um Ensino Médio Específico” – promovido pela Secad/MEC em colaboração com a OGPTB – que em abril de 2004 reuniu 220 professores e lideranças ticunas, caixanas, cambebas e cocamas de seis municípios do alto rio Solimões, assim como representantes da Secad, Seduc/AM, Secretários de Educação, Funai (Tabatinga), Fepi, membros da organização e assessores. Nesse seminário, foram retomados, num âmbito maior, os debates sobre os rumos do ensino médio que estava sendo construído nos encontros anteriores e na própria prática nas escolas, e também a ampliação desse nível de ensino nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá.

Em maio de 2004, a OGPTB organizou o II Encontro Pedagógico (de 128 horas) para dar seguimento à capacitação de 50 professores ticunas e 22 não-índios, com apoio da Seduc, Secad e prefeituras municipais. Nesse encontro, os professores deram mais um passo no sentido de revisar suas práticas e aperfeiçoar o projeto pedagógico do nível médio, que prevê um movimento permanente de reconstrução e atualização, com o objetivo de se aproximar das questões realmente significativas para os jovens e suas comunidades. O curso de nível médio já está funcionando em seis escolas ticunas, com um total de 1.028 alunos (2005). A elaboração do projeto para essas escolas e as orientações aos professores tiveram a coordenação da equipe pedagógica da OGPTB: Jussara Gomes Gruber, Lilavate Izapovitz Romanelli, Marly de Souza Barbosa, Eliete Toledo e Sirlene Bendazzoli.

CURSO SUPERIOR: MAIS UM PASSO

A demanda pelo ensino superior para os ticunas não é diferente de outras etnias. Há, de um lado, a necessidade de atender às



JUSSARA GRUBER

PREMIAÇÕES

O Projeto Educação Ticuna recebeu em dezembro de 2000 o prêmio destaque do Programa Gestão Pública e Cidadania, concedido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford. Este programa, apoiado também pelo BNDES, visa identificar, disseminar e premiar projetos inovadores desenvolvidos por governos estaduais, municipais e organizações indígenas de todo o território nacional. Concorreram ao prêmio 946 instituições de diferentes estados. O Projeto Ticuna foi classificado junto com outras quatro instituições. Em agosto de 2002, a OGPTB conquistou o 2º lugar no concurso Experiência Viva, concorrendo com o projeto do qual resultou O Livro das Árvores. Os professores Hilda Tomás do Carmo e Constantino Ramos Lopes apresentaram o projeto em evento realizado na cidade de Iquitos, Peru. O concurso teve 62 propostas inscritas, de diversos países latino-americanos, e foi promovido pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Programa Regional de Apoio aos Povos Indígenas da Bacia do Amazonas e Corporação Andina de Fomento.

EXPOSIÇÃO EM BRASÍLIA

A convite do Ministério da Educação, a OGPTB participou do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação de Professores com uma grande exposição composta por 32 painéis com fotos, pinturas e textos sobre o projeto de educação. O evento ocorreu em outubro de 2001, e estiveram presentes os professores ticunas Valdino Moçambite Martins, Raimundo Leopardo Ferreira, Constantino Ramos Lopes, Geno Maximiano Bruno, Reinaldo Otaviano do Carmo, Jaime Costódio Manoel, Ozino Benedito Pedro, Ézaro Saturnino e Damião Carvalho Neto. A mostra foi projetada e organizada por Jussara Gruber e Suzana Gruber.

VIAGEM AO NOVO MÉXICO

Em novembro de 2003, Valdino Moçambite Martins (presidente da OGPTB) e Cloves Mariano Fernandes (do Conselho Fiscal) viajaram ao Novo México (USA) para assistirem à cerimônia de premiação do pro-

grama Honoring Nations a convite da Fundação Getúlio Vargas (Programa Gestão Pública e Cidadania) em razão do prêmio obtido pela OGPTB em 2000. A viagem incluiu outras atividades como, por exemplo, visita ao Poeh Center (Pojoaque Pueblo), Na'nizhoozhi Center, Taos Pueblo e Parque Nacional Bandelier, Escritório Navajo de Desenvolvimento de Governo, Divisão de Educação Indígena do Novo México, Zuni Eagle Sanctuary e encontros com líderes Zuni e Navajo.

PINTURAS DE FLORESTAS NO CCBB (RJ)

Em 19 de abril de 2004 o Centro Cultural Banco do Brasil inaugurou, no Rio de Janeiro, a exposição "Ticuna – Pinturas da floresta". As 40 pinturas foram apresentadas num primoroso projeto visual concebido pelo designer Alex Peirano Chacon, idealizador e curador da mostra. A exposição reuniu obras de 12 artistas ticunas: Hilda Tomás do Carmo, Adélia Luis Bitencourt, Manoel Alfredo Rosindo, José Costódio Marques, João Clemente Gaspar, Jonas Jorge Irino da Silva, João Otaviano do Carmo Filho, Artur Cândido Arapasso, Xisto Batista Muratú, Fábio Antônio Demétrio, Cidberght Custódio Marques e Edmundo Vasques Fernandes, todos eles professores e membros da OGPTB. Estiveram presentes na abertura da exposição Adélia Bitencourt e João Clemente Gaspar. As pinturas foram produzidas em oficinas orientadas por Jussara Gomes Gruber.

PROJETO EDUCAÇÃO TICUNA É APRESENTADO NA ONU

O presidente da OGPTB, Valdino Moçambite Martins, participou em maio de 2005 de um painel organizado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Fundação Tebtebba na IV Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas da ONU (Organização das Nações Unidas), em New York. Esse painel, realizado no salão principal de conferências, focalizou experiências bem sucedidas de desenvolvimento rural e social em áreas indígenas de diversos países. Além do projeto de educação da OGPTB, foram apresentados no painel projetos desenvolvidos na Índia, Bolívia e Peru.



João Otaviano do Carmo em uma oficina de arte.

JUSSARA GRUBER

DEPOIMENTOS

“Estou repensando o começo do curso. Quando entrei no curso, em 1993, eu tinha só a 4ª. série de estudo. E desde 1993 para cá a minha vida como professor foi melhorando, com mais conhecimento para dar aula. E também a comunidade se desenvolve quando as crianças têm mais condições de estudar. Por isso a organização dos professores ticunas, a OGPTB, tem muita importância para o povo Ticuna.” (Prof. Wilmar Augusto de Souza)

“Nesse curso eu consegui mais experiência, mais conhecimento sobre a vida de um professor. A OGPTB foi importante para ajudar os professores a terem essa experiência. Se não existisse a nossa organização, nós não teríamos onde buscar a melhoria da educação e da comunidade. Desde o início eu trabalhei com a nossa língua, e a comunidade sempre apoiou esse trabalho. Na comunidade, meu trabalho é feito junto com o capitão, pois assim tem mais orientação para o povo. Daqui pra frente eu quero aprender mais, assim como nós queremos mais estudo para o povo ticuna nas aldeias. Assim podemos enfrentar os nossos problemas.” (Prof. Evandro Basílio João)

“Com relação aos direitos indígenas, foi muito importante para saber como reclamar os direitos do cidadão indígena no Brasil. Se não acontecesse esse curso nada teria mudado aqui no Alto Solimões. Para o meu trabalho em sala de aula, o Curso foi uma segurança. A OGPTB foi importante para a melhoria da educação do povo ticuna. Isso é uma mudança para o futuro de nossas crianças.” (Prof. Teli André Félix)

“Para mim, um assunto importante do curso da OGPTB é conhecer as leis brasileiras. Agora eu já sei como me defender. Isso é que faltava antigamente, no tempo do meu pai. Por isso os velhos do passado sofriram muito nas mãos dos brancos: não sabiam como se defender.” (Prof. Nazareno Pereira Cruz)

exigências legais para a formação dos professores e, de outro, a necessidade de atendimento da demanda escolar que se amplia da 5ª a 8ª série e ensino médio. Dessa maneira, a formação específica de nível médio já não era suficiente, o que levou a OGPTB a organizar o projeto do ensino superior num longo processo de discussões.

As discussões foram iniciadas nos cursos de formação e tiveram continuidade em quatro encontros promovidos pela OGPTB, possibilitando que a proposta do curso superior fosse amplamente debatida por professores e lideranças indígenas de diversas aldeias e municípios, definindo-se os objetivos, características, conteúdos, carga-horária, componentes curriculares e outros termos do projeto político-pedagógico desejado pelos ticunas, mas já considerando a inserção de professores de outras etnias do alto Solimões. O curso será desenvolvido no Centro de Formação de Professores Ticunas em dez etapas, durante as

férias escolares, com 230 vagas para professores ticunas e 20 para professores cocamas, caixanas, cambebas, entre outros.

Para realização do Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões a OGPTB buscou a parceria da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), apresentando a primeira versão do projeto em abril de 2004. O projeto foi aprovado no âmbito da UEA em agosto de 2005 e nesse mesmo período ficou entre os 12 projetos de licenciatura indígena selecionados pelo Programa de Apoio à Implantação e Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas (ProInd/ SESU/SECAD/MEC). A primeira etapa do curso será desenvolvida com apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola/Programa Regional de Apoio aos Povos Indígenas da Bacia do Amazonas/Corporação Andina de Fomento, cujos recursos foram solicitados pela OGPTB em 2003. Essa etapa terá ainda o apoio financeiro da Funai, também parceira desse projeto.

Os trabalhos de construção do projeto de ensino superior e o planejamento da primeira etapa do curso foram coordenados por Jussara Gomes Gruber, Sirlene Bendazzoli, Eliete Toledo, Marly de Souza Barbosa e Lilavate Izapovitz Romanelli, formadoras que compõem a equipe pedagógica da OGPTB. Integrarão o quadro docente do curso consultores e assessores desta organização e professores da UEA.

AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO

Para atender à demanda por novos cursos, em especial o curso superior, a OGPTB promoveu a ampliação das instalações do Centro de Formação de Professores Ticunas-Torü Nguépatäü, construindo mais duas salas de aula (com apoio do FIDA) e um alojamento (apoio FUNAI). As novas instalações localizam-se num amplo terreno doado pelos moradores da aldeia de Filadélfia.

DOAÇÃO DE LIVROS

Face à enorme carência de livros nas escolas indígenas, em 2002 a OGPTB organizou uma campanha para obter doações e conseguiu reunir mais de 200 títulos. Com recursos próprios, provenientes da venda do *Livro das Árvores*, cartazes e artesanato (uma parte produzida pelos próprios professores), foram adquiridos livros didáticos e para-didáticos, mapas e Atlas para as escolas ticunas. Foi distribuído, entre 2003 e 2004, um total de 810 livros para 14 escolas, iniciando-se assim a organização de pequenas bibliotecas. Essa iniciativa teve caráter emergencial e objetivou suprir a grande escassez de livros principalmente para os níveis mais avançados de ensino. DATA

Educação Ambiental

João Guilherme Nunes Cruz

Antropólogo, assessor do projeto "Educação Ambiental e Uso Sustentável da Várzea em Áreas Indígenas Ticunas do Alto Solimões"

PROJETO TEM COMO UM DOS OBJETIVOS PRINCIPAIS PRODUZIR MATERIAL DIDÁTICO SOBRE A SITUAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS NAS ÁREAS INDÍGENAS DA REGIÃO

Desde agosto de 2002, a Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngües (OGPTB) vem desenvolvendo o projeto *Educação Ambiental e Uso Sustentável da Várzea em Áreas Indígenas Ticunas do Alto Solimões*. Esta iniciativa se insere no contexto de projetos apoiados pelo Programa Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, ProVárzea/Ibama/MMA e tem financiamento de agências vinculadas ao PPG-7, como DFID, KFW, Banco Mundial e GTZ.

A elaboração desse projeto partiu de uma antiga demanda dos professores ticunas do alto Solimões e foi incorporado ao Programa de Educação e Meio Ambiente, conduzido pela OGPTB já no primeiro curso de formação de professores, com o processo de elaboração de *O livro das árvores* e sua aplicação nas escolas após a publicação, em 1997. Nesse mesmo ano, iniciou-se uma série de oficinas e cursos que procuravam elaborar diagnósticos participativos sobre a situação do meio ambiente e seus recursos naturais nas áreas indígenas da região, visando a produção de outros materiais didáticos próprios. Um dos resultados desses encontros foi a confecção dos primeiros cartazes do Programa de Educação e Meio Ambiente, elaborados pelos artistas ticunas, e que ilustram a preocupação das comunidades indígenas no que diz respeito às ameaças à disponibilidade de recursos da caça e pesca em suas áreas.

O projeto apoiado pelo ProVárzea teve como princípio metodológico a intensa e sistemática participação dos professores ticunas, reais protagonistas e interessados no pleno desenvolvimento de suas atividades e alcance das metas. Nesse sentido, a partir de um processo de escolha interna, cinco professores ticunas ficaram responsáveis pela execução das atividades de pesquisa de campo nos municípios de abrangência do projeto, a saber, Saturnino Jesuíno Jumbato (Santo Antônio do Içá), Damião

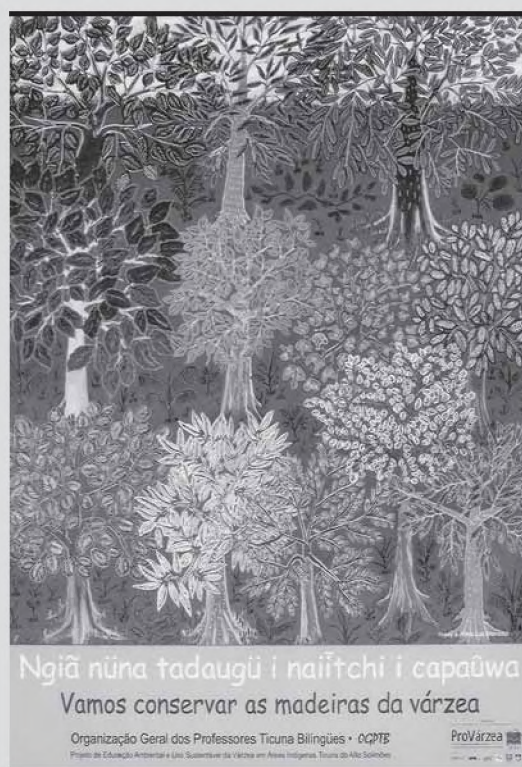
Carvalho Neto (Amaturá), Luciana da Silva (São Paulo de Olivença), Nazareno Pereira Cruz (Tabatinga) e Clóves Mariano Fernandes (Benjamin Constant). Munidos de instrumentos para coleta de dados e de um pré-roteiro de entrevistas, os professores-pesquisadores indígenas visitaram diversas aldeias ticunas, cocamas, caixanas e cambebas, além de comunidades ribeirinhas, localizadas em áreas de várzea e terra firme, e coletaram as mais variadas informações sobre o uso tradicional da várzea na agricultura, caça, pesca, extrativismo, além dos principais problemas socioambientais que acometem as comunidades e as iniciativas comunitárias que procuram mitigar tais problemas. Durante a fase de pesquisa, os professores contaram com a orientação do professor ticuna Constantino Ramos Lopes, do antropólogo João Guilherme Nunes Cruz e das coordenadoras do projeto, Jussara Gomes Gruber e Deborah de Magalhães Lima.

O resultado da pesquisa é um leque extremamente valioso de dados sobre a vida na várzea no alto rio Solimões e compõe o conteúdo do livro didático de educação ambiental sobre a várzea, um dos principais objetivos do projeto. Os textos, escritos integralmente pelos professores, revelam com riqueza de detalhes e extrema sensibilidade, aspectos fundamentais do cotidiano das comunidades, as visões de mundo, os anseios diante da escalada de degradação ambiental na região, os manejos e adaptações que anualmente os habitantes das várzeas são obrigados a realizar em função do vai-e-vem das águas do Solimões.

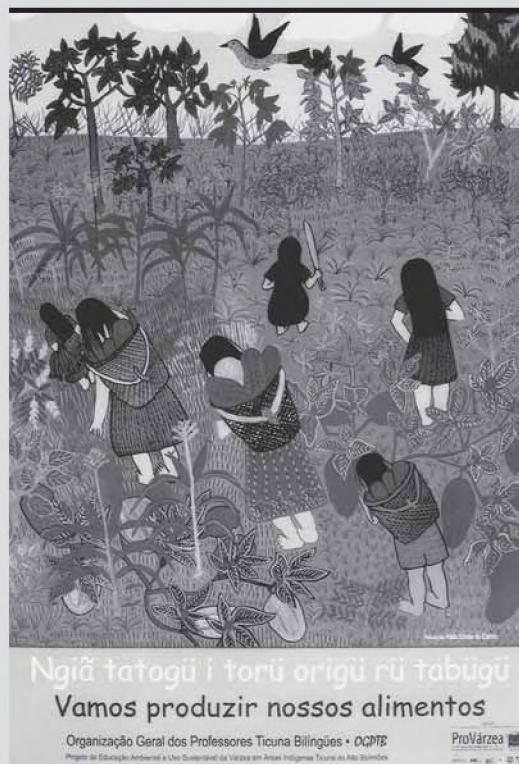
Articulado ao trabalho dos professores, e com base nas informações contidas nos relatórios de pesquisa destes, dez artistas ticunas elaboraram a totalidade das imagens que ilustram, junto com as fotos tiradas durante a pesquisa, o conteúdo das informações do livro, além da confecção de 12 cartazes temáticos que sintetizam os principais temas, também levantados durante o processo de pesquisa de campo. São eles, Hilda Tomás do Carmo, João Clemente Gaspar, João Otaviano do Carmo, Xisto Muratu, Artur Arapasso, Cidberght Custódio, José Costódio e Manoel Rosindo (São Paulo de Olivença), Adélia Luís Bittencourt (Tabatinga) e Edmundo Vasquez (Benjamin Constant). O con-

LANÇAMENTO DOS CARTAZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os primeiros lançamentos dos cartazes de educação ambiental aconteceram entre junho de 2005 e fevereiro de 2006 nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Itá, Tefé e Alvarães. Em alguns locais, além dos professores, alunos, pais de alunos, agentes de saúde e lideranças, a cerimônia de lançamento teve a presença de representantes da Prefeitura Municipal, das Secretarias de Educação, Meio Ambiente, Saúde, Assuntos Indígenas, entre outras, da Câmara Municipal e Conselho Tutelar, de associações de pescadores, artesãos e beneficiadores de castanha, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Grupo de Trabalho Amazônico, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas, Funai e organização dos Cocomas (OGCCIPC), Witotas (Awas), Cambebas (Ocas), Caixanas (Coicas) e Ticunas (CGTT, FOCCITT e Acispo).



teúdo das fotos e pinturas forma um conjunto imagético, no qual o projeto pode ser contado sem palavras e escritas, mas a partir da visão indígena sobre suas vidas e seus lugares. Não obstante, tais cartazes, com sua variedade de formas e coloridos, revelam, além de rara sensibilidade estética, um exímio conhecimento do meio ambiente e da região onde vivem e tiram sua sobrevivência física e cultural. Pensando nos objetivos e na eficácia dos cartazes para o aprendizado nas escolas indígenas, a equipe do projeto decidiu que cada cartaz, do conjunto de doze cartazes, seria distribuído em todas as salas de aula, além de locais importantes das comunidades, como as casas de reuniões, postos de saúde, postos da Funai, sedes de associações in-



Receberam cartazes 86 escolas ticunas, 10 escolas de outras etnias e 8 escolas de não-índios, os centros comunitários das aldeias e postos de saúde, e também as instituições e associações, chegando a um total de 1.626 cartazes distribuídos.

Por onde se passava, as pessoas das aldeias ficavam muito alegres e animadas com o trabalho da OGPTB. Crianças, jovens, adultos e velhos iam para os lançamentos, e em muitos lugares as pessoas da comunidade preparavam vinho de açaí ou caçuma para festejar. Os caciques falavam sobre os temas dos cartazes, da beleza das ilustrações, e assim surgiam muitas conversas entre os presentes sobre a necessidade de conservar as riquezas da várzea, das terras demarcadas, os problemas que existem, o que vem causando esses problemas e como podemos resolvê-los. Foi um trabalho muito emocionante, porque vimos a escola e a comunidade pensando junto os seus problemas ambientais. (Constantino Ramos Lopes Fupeatüciü, professor ticuna e administrador do Projeto)

dígenas, dentre outros. Em cada escola, dessa forma, professores, alunos e comunidade podem a partir da visualização direta dos temas das pinturas desenvolver atividades e pesquisas de conscientização ecológica e debater coletivamente acerca da situação ambiental, dos territórios, da saúde e da própria escola, em busca de estratégias para a melhoria de suas condições de vida.

Atualmente o projeto apresenta-se como um dos principais componentes do Programa Educação e Meio Ambiente, e expressa o desdobramento direto da postura da OGPTB em construir suas ações na direção da autonomia indígena, defesa da terra, respeito amplo às suas manifestações culturais e fortalecimento de sua língua e identidades étnicas. DATA

O Museu Magüta como Articulador de “Tradições” e Projetos

Regina M. de Carvalho Erthal

Antropóloga, pesquisadora associada do Museu Nacional/UFRJ, consultora da Unesco/Projeto Vigisus II

CRIADO POR LIDERANÇAS INDÍGENAS, O MUSEU MAGÜTA REFLETE AS MUDANÇAS, LUTAS E CRIAÇÕES DOS TICUNA. MAIS DO QUE COLECIONAR PEÇAS EM UM ACERVO, O PROJETO DO MUSEU É REFLETIR SOBRE AS LUTAS E A CULTURA DESSO POVO, O MODO COMO SE ORGANIZA E SE APRESENTA EM CADA FASE DE SUA HISTÓRIA

Desde o final dos anos de 1970, os índios Ticuna do Alto Solimões (AM) deram os primeiros passos no sentido de se organizar de forma autônoma. Suas primeiras palavras de ordem expressaram a luta pela demarcação de suas terras e pela realização de sua vida em moldes diferenciados, tendo como suposto a capacidade de definir seus próprios projetos, fossem eles políticos, econômicos ou culturais. No início dos anos 90, com a demarcação das terras mais significativas tanto em termos simbólicos, quanto em relação à sua extensão e população abrigada, os Ticuna viram concretizar seus objetivos da luta pelo reconhecimento dos direitos sobre seu território.

De modo geral, dentro do contexto de suas lutas e frente às políticas integracionistas do estado brasileiro, as comunidades indígenas foram confrontadas com a necessidade de exibir as marcas de suas diferenças étnico-culturais. Os Museus Indígenas a princípio tiveram a função precípua de se configurarem como instrumentos das lutas de resistência e afirmação da identidade étnica e cultural dos povos.

No caso dos Ticuna, no final da década de 70, para o acompanhamento do processo de regularização de suas terras, eles perceberam a necessidade de estabelecer novas formas de organização que pudessem responder pelo grupo na ausência de chefias centralizadas, em uma sociedade marcadamente segmentar. O início de um processo intenso de reuniões entre os capitães de aldeias resultou na criação do Conselho Geral da Tribo

Ticuna (CGTT) e em uma primeira proposta de demarcação para as áreas do alto Solimões, em 1981. O CGTT surgiu em 1982, implicando na criação de novos papéis que remetiam à representação de interesses do grupo junto às agências de Estado e da sociedade civil.

A lentidão no processo de reconhecimento legal de suas terras e a necessidade de captação de recursos que pudessem dar sustentação às linhas de ação definidas nas reuniões dos Capitães promovidas pelo CGTT, indicou a criação do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões – o Centro Magüta. Fundado em 1986, com seu Conselho Indígena formado pelos capitães das aldeias vinculados ao CGTT, permitiu aos Ticuna a viabilização de uma estrutura político-administrativa, suporte da luta principal pela demarcação de suas terras. A partir de 1988, como fruto do amadurecimento de suas atividades na área da educação indígena, o Centro Magüta construiu uma casa na cidade de Benjamin Constant/AM, e iniciou um processo de captação de peças e organização de documentos e livros, para compor o acervo do Museu Magüta e de sua Biblioteca.

A criação do Museu Magüta, cujo funcionamento subordinava-se às decisões emanadas do Centro Magüta/CGTT, contou com a participação ativa dos índios Ticuna e principalmente dos seus professores, já então mobilizados através da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües (OGPTB), criada em 1986. As obras do Museu foram concluídas em 1990, mas a situação de conflito entre índios e madeireiros na área fez com que a sua inauguração fosse realizada somente em 1991. O Museu exibia as marcas históricas e físicas da vinculação de um povo a um território em disputa. Por isso mesmo ele permite trabalhar com a idéia de um Museu ecológico, que é mais do que as peças que guarda, mais que uma casa, que é depósito de um acervo. O projeto desse Museu é refletir as lutas e a cultura do povo Ticuna, o modo como se organiza e se apresenta em cada fase de sua história. A existência do Museu Magüta, que surgiu como museu

comunitário, instrumento das lutas de resistência e afirmação da identidade cultural do povo Ticuna, esteve, desde seu início, marcada pelos projetos políticos definidos pelos capitães através do CGTT e do Centro Magüta, seu braço organizacional.

Em continuidade à proposta de se constituir como organização coordenada somente por indígenas, o Museu Magüta passou por um processo avaliativo de seus projetos e situação financeira a fim de definir novas estratégias de atuação frente a conjunturas adversas de apoios financeiros e captação de recursos. Em dezembro de 1996, ficou decidido em Assembléia Geral do CGTT a liquidação do Centro Magüta, passando o patrimônio, inclusive o Museu Magüta, para a responsabilidade do CGTT. A partir de então, o CGTT (que passou a ter personalidade jurídica independente em 1997) composto apenas de indígenas, com a participação pontual de assessores não-índios através de projetos específicos (saúde, educação e desenvolvimento), incorporou a função de captador de recursos, anteriormente realizada pelo Centro Magüta, para dar sustentação a continuidade da luta pela terra, seus recursos naturais e tradições culturais. Tomadas essas providências, o Museu voltou a funcionar depois desse período de mudanças, recomeçando suas atividades e sendo reaberto à visitação em janeiro de 1998.

O MUSEU MAGÜTA HOJE

Atualmente, o Museu Magüta é administrado por um corpo de profissionais e estagiários indígenas, contando ainda com a colaboração de lideranças, mulheres e estudantes não remunerados envolvidos com a sua segurança e serviços de manutenção. A sua direção está a cargo do Coordenador do CGTT, o prof. Nino Fernandes, que também coordena o Convênio de Saúde do Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI-AS). O Museu Magüta se beneficia da estrutura organizacional do CGTT, instalada em suas dependências, que comporta uma Diretoria (auxiliada pelo Vice-coordenador e Tesoureiro do CGTT) e os Setores de Educação, Saúde e Desenvolvimento. O corpo de estagiários está vinculado às atividades específicas dos projetos em execução, que cobrem também as despesas administrativas e de manutenção do Museu.

O Setor de Saúde do CGTT está envolvido não somente com a administração do convênio CGTT/Funasa (2002 a 2006), mas também com a elaboração de projetos que sirvam de modelo para a construção de ações diferenciadas na área da saúde, que sejam complementares àquelas atividades realizadas pelo Distrito. O CGTT tem apoiado as atividades do “Projeto de monitoramento dos eventos de violência, mortalidade por causas externas, uso de álcool e outras drogas entre os indígenas Ticuna no Alto Solimões: construindo estratégias de intervenção” (Projeto Vigisus II/Unesco/2005) e a discussão sobre as terapias tradicionais praticadas pelos diferentes profissionais de saúde indígena e a integração respeitosa das mesmas no conjunto de serviços de saúde à disposição da população do Alto Solimões.

O Setor de Desenvolvimento se estabeleceu através dos projetos que foram formulados como resultado do processo de demarcação. A demarcação não eliminou, em várias áreas, conflitos já estabelecidos por invasões acompanhadas da exploração predatória dos recursos naturais existentes (principalmente madeira e peixe). As discussões dos problemas apontados dentro das Assembléias de capitães apontaram como solução a necessidade de formular propostas de exploração sustentada e vigilância, controladas e administradas pelos Ticuna, nas suas áreas. O Projeto da OCIF (Financiamento PDPI/MMA-2001), “Índios Ticuna cuidando de suas Terras”, tem a virtude de ter sido um dos primeiros projetos com uma proposta forte de vigilância de suas fronteiras, em uma Terra Indígena na qual a demarcação não conseguiu superar os conflitos de invasão e depredação de recursos naturais.

O Projeto da Amit (financiamento PDPI/MMA-2002-2004) também teve a primazia no estabelecimento de um olhar diferenciado em relação aos recursos utilizados. Em áreas pequenas, próximas das cidades, os materiais para confecção de artesanatos vêm sendo sobre-explorados, com destaque para a palmeira do Tucum, que oferece matéria prima para a maior parte dos produtos artesanais. A discussão sobre o manejo do Tucum se iniciou dentro dos projetos do CGTT (PDA/MMA), e tem tido a sua continuidade nos projetos da Amit. As mulheres Ticuna e Cocama estão ainda elaborando um “caderno” (“O artesanato das mulheres Ticuna e o manejo do Tucum”) com a descrição dos modos de manejo do Tucum e outras matérias primas utilizadas nos artesanatos.

Em 2003, o CGTT acompanhou o processo de Demarcação Física da TI Lauro Soldré (município Benjamin Constant) e ainda a elaboração do Projeto de fiscalização e vigilância desta área, que vem sendo executado pelos indígenas, com financiamento do PPTAL/FUNAI.

Dentro do Projeto executado pela Aciu, “Centro Turístico Éware-Aciu: Casa de Festa de Moça Nova” (financiamento PDPI/MMA-2003), está sendo realizado o levantamento dos recursos naturais da TI Umariáçu, utilizados na execução de artesanatos, para que se possa pensar em modos adequados de manejo e proteção dos recursos que vêm sendo sistematicamente depredados pelo intenso uso e invasões diversas.

O Setor de Educação e Cultura conta com a participação da recém-criada Associação de Estudantes Indígenas Ticuna (Aeitas), que vem se mobilizando em torno da construção de parcerias para a implantação de um curso de pré-vestibular para apoiar os estudantes indígenas que desejam ingressar na universidade.

Há que se destacar ainda a organização de algumas comunidades no sentido de implementar ações que venham a reafirmar a existência de uma história e cultura específica dos povos indígenas do alto Solimões. Essas comunidades têm proposto a criação de Casas de Festa de Moça Nova que, como centros de cria-

ção e mobilização em torno da “valorização da cultura”, configuram novos espaços extensivos ao Museu Magüta, pela vinculação que tem sido com este traçada.

O ACERVO

De forma paralela ao desenvolvimento e gerenciamento dos projetos citados, a diretoria do Museu Magüta tem se preocupado com a preservação das peças em exposição e de sua reserva técnica. O acervo do Museu, de modo geral, se constitui de materiais facilmente deterioráveis que vêm sendo submetidos a condições de desgaste intenso. O Museu detém ainda acervos importantes de vídeos, fotos, desenhos e documentação sonora que são o registro das atividades de projetos, assembleias, processos de demarcação, depoimentos, músicas, histórias, entrevistas, etc. A atividade cotidiana do Museu, assim como a realização de seus projetos específicos, tem criado uma massa de documentação, importante também como material de pesquisa a ser disponibilizado.

A fragilidade do material exposto no seu espaço de exposição, a diversidade do acervo, as condições ambientais e de guarda da reserva técnica têm mobilizado a equipe do Museu para a captação de recursos e a realização de parcerias que possam dar o suporte necessário tanto para a criação das condições necessárias para uma guarda e exposição adequadas de materiais de alto potencial de desgaste, quanto da formação de pessoal indígena para a realização de atividades de recuperação, guarda e projetos de exposição de acervos. Mobilizados neste sentido, sua equipe conseguiu apoio financeiro da Fundação Vitae (1999), possibilitando a aquisição de 1 TV e Vídeo, 2 desumidificadores, 3 extintores de incêndio, e a instalação de grades de proteção no prédio do Museu. Foi ainda adquirido e instalado na área de exposição um sistema de som que permite que a visita seja acompanhada dos cânticos tradicionais da Festa de Moça Nova. Novas parcerias têm sido buscadas junto ao Museu Nacional, que apoiou a criação do Catálogo Informatizado das peças Ticuna encontradas em seu acervo, assim como o primeiro curso de noções de

museologia ministrado no próprio Museu Nacional (Elementos e Práticas de Curadoria e Coleções Etnográficas).

Nesse momento, o Museu Magüta vem tentando ampliar a sua ação de guarda qualificada de acervo, com reformulação de sua área de exposição, através de projeto em parceria com o Museu Nacional (UFRJ) dirigido à chamada do PDPI/MMA para Projetos de fortalecimento cultural (Museu Magüta: Ticuna aru ngemaügi tchica), tendo se iniciado em 2005. Um dos objetivos principais é chamar a atenção para a importância da atividade de um Museu dentro dos moldes do que tem sido chamado de “Ecomuseu”. Este deve incluir, no conjunto de suas atividades, a preocupação com o desenvolvimento das comunidades e sua busca de melhores condições de vida, da mesma forma que se preocupa com a preservação das manifestações culturais do grupo que representa se tornando uma “ferramenta” para crescimento econômico, social e político da população, sem esquecer da sustentabilidade ambiental das ações.

Dado o desgaste do prédio do Museu, o Projeto, na execução de sua primeira fase, está terminando uma ampla reforma de suas instalações, um espaço específico para a venda de produtos artesanais para turistas e ainda a reforma e ampliação da sala de reserva técnica. Com essas modificações, ampliou-se o espaço da exposição. O Projeto conta ainda com uma série de atividades de capacitação e recuperação de outros acervos, que devem gerar produtos de divulgação da cultura Ticuna e do processo mesmo de recuperação do Museu Magüta (CD de música, vídeo, CD-room), assim como a geração de renda necessária à manutenção de atividades básicas.

O Museu Magüta tem disponibilizado extenso material produzido pelas próprias comunidades na realização de seus projetos, definidos a partir de suas próprias decisões quanto às “necessidades” e critérios de “melhoria de qualidade de vida”. A formação de “lugares” articulados aos projetos políticos mais amplos das comunidades podem ser vistos como resposta locais à necessidade de preservação do patrimônio cultural, bem como de articulação e divulgação de seus projetos. DATA

GERAL

ALTO ÍNDICE DE SUICÍDIO PREOCUPA

O alto índice de suicídio entre índios ticuna foi abordado durante o 9º Seminário de Vereadores do Alto Solimões (Sevas) pelo vereador do Município de Benjamin Constant, Ademício Suzana Bastos (PSDB), 33, um índio tucano. Ele contou que somente nos últimos dois anos 70 pessoas com idades que variam de 13 a 25 anos se mataram. A falta de perspectiva de vida é o principal problema existente para a população de cerca de 33 mil ticunas existentes no Alto Solimões, a maioria vivendo na área do Município de São Paulo de Olivença. “Há muita discriminação. O próprio índio não tem instrumentos para saber o valor que tem e o que se vê é a baixa auto-estima e depressão, o que leva ao suicídio.” O desemprego e a falta de perspectiva para os jovens também preocupa. Ademício conta que o alcoolismo é cada vez maior entre os ticunas. (A Crítica, 02/12/01)

FESTIVAL VAI REUNIR ÍNDIOS DA AMÉRICA LATINA

A Federação Indígena pela Unificação e Paz Mundial (Fiupam), associação que reúne índios Tukano do Alto Rio Solimões, organizará o IV Festival Indígena do Triângulo Amazônico, 09 a 12 de outubro próximo, em Atalaia do Norte/AM. O Festival reúne, desde a primeira edição, indígenas da Colômbia e Peru. O presidente da Fiupam, o índio Manoel Fernandes Moura explicou que o evento foi criado para estabelecer laços de amizade com os países vizinhos e mudar a imagem negativa da região. “Essa imagem negativa criada pela grande mídia sobre o tráfico de drogas e guerrilha não dá oportunidade para que se possa promover projetos para o desenvolvimento sustentável da região”, disse Moura, que esteve ontem na sede da Funai em Brasília para apresentar o projeto. (Site da Funai, 14/05/02)

TICUNA CRIA ORGANIZAÇÃO EM MANAUS

Um grupo de aproximadamente 30 indígenas do povo Tikuna mora em Manaus há mais de dez anos pelo menos. Atraídos pela possibilidade de emprego nas fábricas do Distrito Industrial ou, no caso das mulheres, para trabalhar como empregadas domésticas em residências, eles deixaram para trás parentes, amigos, uma forma de viver diferente, mas não deixaram de ser Tikuna: falam sua língua, contam suas histórias e, pouco a pouco, vão quebrando a barreira do preconceito – que é muito

forte, arraigada em grande parte da população, inclusive naqueles que, iguais a eles pela precária condição social, disputam os espaços da periferia de Manaus. Muito antes do bairro Cidade de Deus, na Zona Leste, tornar-se um dos grandes aglomerados de Manaus, a família de Domingos Ricardo Florentino já vivia na localidade. Ele veio da aldeia Umariagu, município de Tabatinga, distante de Manaus cerca de 1.100 km. Depois, juntaram-se a ele outras famílias vindas das aldeias Betânia, também de Tabatinga, Feijoal e Filadélfia, em Benjamin Constant, também da região do Alto Solimões. Parte dessas famílias sobrevive da venda de artesanato. Outros, são empregados, como Domingos Ricardo Florentino, “office boy” numa agência bancária. Desde setembro do ano passado, os membros das sete famílias moradoras do bairro Cidade de Deus se reuniam para discutir a criação da organização. Agora, ela começa representando apenas aquele grupo, mas aberta à filiação de Tikunas de outros cantos da cidade”. (Site do Cimi, 01/09/02)

CURSO PARA LIDERANÇAS INDÍGENAS

O Curso Sequencial para Lideranças Indígenas, organizado para promover a capacitação de líderes, acaba de formar mais dois índios. Os irmãos da etnia Ticuna, Osman Felix Bastos e

Maria Alcerima Felix Bastos, tiveram, assim como os outros 13 alunos do curso, apoio do programa de etnodesenvolvimento da Funai, que proporciona moradia, transporte e alimentação aos estudantes selecionados pelo Movimento Estudantil Indígena da Amazônia (MEIAM). O projeto é resultado de uma articulação feita pela COIAB e o MEIAM junto à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). (Site da Funai, 28/10/02)

TICUNA OCUPAM PRÉDIO DA FUNAI...

Há uma semana o escritório da Funai em Tabatinga está tomado por índios ticunas. Liderados pelo cacique Pedro Inácio Pinheiro, eles fecharam as portas do órgão em protesto à nomeação do também ticuna Nino Fernandes para o cargo de administrador regional da Funai. “A gente só sai daqui com a presença do presidente da Funai”, avisou o cacique. Na sexta-feira passada cerca de cem ticunas tomaram o prédio que fica na sede do município e não deixam ninguém entrar.

A informação foi dada ontem, por telefone, pelo próprio cacique Pedro Inácio. De acordo com ele, “o presidente da Funai desrespeitou o povo ticuna quando nomeou Nino para ser administrador sem consultar os índios”. Para Pedro Inácio, a nomeação de Nino é uma imposição

CONFLITOS POR TERRAS NA FRONTEIRA

A situação na região no Alto Solimões está à beira de uma explosão social, podendo resultar em conflitos semelhantes ao que ocorreu no final da década de 80, quando índios ticunas foram assassinados por madeireiros por conta da questão de terras. Atraídos pelos benefícios sociais, levados por peruanos e até mesmo colombianos estão se fixando em território brasileiro, se autodenominando índios cocama, reivindicando demarcação de terras indígenas, principalmente na margem direita do rio Solimões. Atualmente, o foco mais tenso dessa situação está na pequena comunidade de Nova União, a 13,5 quilômetros da área urbana de Benjamin Constant, a 1.116 quilômetros de Manaus. Com 22 famílias, a comunidade está literalmente dividida. De um lado peruanos que se auto-identificam como índios cocama e de outro, os não índios, ribeirinhos que se fixaram nas terras compradas pela administração do prefeito de Benjamin, Amauri Maia (PFL).

A omissão do governo federal está obrigando as autoridades locais a buscar uma solução doméstica na falta de uma ação mais intensa por parte do Itamaraty (responsável pela política exterior) e o Ministério da Justiça, o qual estão subordinados a Funai e a Polícia Federal. No último dia 20, o prefeito de Benjamin, Amauri Maia e o alcaide (prefeito) de Islândia, Demostenes Alarcon Zamora, vizinha a Benjamin, foram à comunidade apaziguar

os dois grupos, 11 famílias de brasileiros e outras 11 de peruanos. Não conseguiram o objetivo já que os peruanos, segundo um dos líderes do grupo brasileiro Afonso Pereira dos Santos, se ausentaram da comunidade. Em pouco mais de uma hora de conversação com o grupo brasileiro, eles perceberam o ‘clima de pé-de-guerra’ entre os dois grupos. Os brasileiros alegam que os peruanos querem expulsá-los das terras, tomando-lhes as roças de subsistência. Um dos moradores da comunidade, Afonso Pereira dos Santos, afirma que os peruanos chegaram há pouco mais de um ano na comunidade. O presidente da comunidade, Nuzenildo Tosta de Souza, 24, assegura que os peruanos vieram das comunidades peruanas existentes ao longo do rio Javari, que divide os dois países. Os conflitos entre os brasileiros, supostos índios cocama e peruanos, acabam batendo na porta mais próxima, ou seja a delegacia de Polícia, Prefeitura Municipal e escritório da Funai em Tabatinga. Segundo o prefeito José Amauri Maia, os peruanos chegam em território brasileiro e se instalam nas comunidades ribeirinhas. Em princípio desenvolvem um clima de harmonia com os brasileiros e depois já com o domínio no local e apoiados pelos parentes que chegam depois, começam a fomentar o clima de animosidade, a exemplo do que ocorre em Nova União. (Eduardo Gomes, Amazonas em Tempo, 03/11/02)

da Funai. Em duas cartas enviadas ao presidente da Funai, Eduardo Aguiar de Almeida, e ao ministro da Justiça, Márcio Tomáz Bastos, o cacique reúne 20 assinaturas para reforçar as críticas de “desrespeito”. À Eduardo Almeida ele diz que “cada cacique manifesta sua revolta contra a forma como Nino Fernandes foi nomeado”. E afirma que não há nenhum documento onde os caciques peçam a nomeação de Nino como administrador. Ele pede, ainda, a permanência do ex-administrador, Walmir Barros. E denuncia que “atrás de Nino tem o João Pacheco, pessoa que mais sabe criar atrito entre os índios, criando divisões”. Nino Fernandes, que está no município de Benjamin Constant, disse que irá aguardar até o dia 16 de junho para retomar os trabalhos como administrador da Funai. Antes, disse, está disposto a se submeter uma assembléia geral – marcada para esse dia, na comunidade Belém do Solimões, com a presença de ticunas, Cambeba, e outras etnias do Alto Solimões – para saber se deve ou não ser administrador na região. (Loredana Kotinski, *A Crítica*, 30/05/03)

... E RECEPCIONAM PRESIDENTE DA FUNAI

Cerca de 200 representantes das cem aldeias Tikuna do Alto Solimões receberam o presidente da Funai, Eduardo Almeida, nesta manhã e continuam reunidos na Administração Executiva Regional (AER) de Tabatinga, fechada há cerca de um mês pelos próprios indígenas, descontentes com a nomeação do novo administrador, Nino Fernandes, também da etnia Tikuna. Durante toda a manhã, Almeida ouviu o relato de diversas etnias. Em seguida, o presidente elogiou a vontade dos índios em resolver seus próprios problemas e alertou para a importância de reabrir a AER para que o atendimento às populações tomasse seu curso normal. Ainda indecisos, os indígenas chegaram a defender o retorno de um administrador não-índio, mas diversas lideranças mostraram que os índios já estão preparados para assumir o posto de administrador e não há mais como deixar de exercê-lo. Após muita discussão, sem atritos, os indígenas decidiram organizar uma votação para que o presidente leve para Brasília a proposta de um terceiro nome escolhido democraticamente ainda hoje. Neste momento os indígenas estão fazendo a contagem para anunciar o mais votado. Entre os indicados, há os nomes de duas mulheres, as professoras indígenas Justina Cândido, da comunidade de Novo Paraíso e Maria Alcemira, estudante universitária e representante da comunidade indígena de Filadélfia. Além das duas concorrem o vereador por Benjamin Constant (AM) e professor indígena, Davi Félix Cecílio, o índio Koka-

ma, Cristóvão Macedo e José Eviláseo Andrade, da etnia Kambeba. (*Site da Funai*, 24/06/03)

CD-ROM SOBRE O UNIVERSO TICUNA RENDE PRÊMIO AO MPEG

O MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi é um dos seis vencedores da 17ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, criado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O CD-Rom “Magüta Aru Inü - Jogo de Memória: Pensamento Magüta” foi escolhido na categoria “Inventário de Acervos e Pesquisa”, concorrendo com 126 trabalhos de todo o Brasil, em seleção ocorrida em Brasília, no dia 29 de outubro. O CD-Rom é composto por textos, fotografias, vídeo, sons, cantos, um banco de dados sobre mais de 100 artefatos e animações das constelações Ticuna, apresentando ao usuário o universo mítico, a simbologia, os rituais e as narrativas dessa etnia. O inventário etnográfico digital foi elaborado com a participação direta de índios Ticuna. Como a maior parte da pesquisa de campo foi realizada na comunidade Enepü, na TI Évare II, município de São Paulo de Olivença, o Museu Goeldi destinará o prêmio de R\$ 6 mil para a compra de um computador, complementos e suprimentos de informática que serão repassados à comunidade para seus membros tenham acesso as imagens e informações resultantes do projeto. (*Museu Paraense Emílio Goeldi*, 10/11/03)

FÁBRICA DE PAPEL HIGIÊNICO É PROIBIDA DE USAR NOME

A Juíza Federal da 1ª Vara/AM, Jaiza Maria Pinto Fraxe, concedeu liminar para suspender os efeitos do registro e do uso da marca Ticuna, que aparece na embalagem de papel higiênico produzido pela Ind. de Papel Sovel da Amazônia Ltda. A fundamentação para a concessão foi a inobservância, no procedimento de registro da marca Ticuna, do disposto no art. 124 da Lei 9.279/96, que determina que não poderão ser registráveis como marca o nome civil ou sua assinatura, nome de família ou patronímico e imagem de terceiros, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores, o que não ocorreu no caso da etnia Ticuna, que não foi consultada pela empresa, pela Funai ou sequer pelo INPI. (*Cimi*, 09/11/04)

ÍNDIO COLOMBIANO É ENCONTRADO MORTO NO BRASIL

O líder indígena colombiano Saúl Márquez Tovar, foi assassinado e o corpo encontrado, no último dia 07/01/05, nas proximidades da cidade de Tabatinga (AM), na fronteira com a

Colômbia. Pertencente à etnia Uitoto, Tovar era presidente da Associação Indígena da cidade de Arica, na Colômbia, e porta-voz da Associação de Autoridades Tradicionais Indígenas do estado colombiano do Amazonas. Ele vinha desenvolvendo um importante trabalho nas negociações realizadas com o governo para a implementação de programas de saúde indígena, especialmente na fronteira Colômbia-Peru. O corpo de Tovar foi achado com as mãos e pés amarrados, cinco tiros na cabeça e vários sinais de tortura, entre eles marcas que podem ser de estrangulamento, uma orelha e os dentes arrancados. A notícia do assassinato provocou comoção e protesto entre as organizações indígenas da Colômbia, que pediram ao governo do país que pautasse o assunto durante o encontro a ser realizado entre o presidente Álvaro Uribe e o presidente Luís Inácio Lula da Silva, nesta quarta-feira, dia 19, na cidade colombiana de Letícia. A hipótese de motivação política não foi descartada, mas entidades indigenistas colombianas informaram que a causa mais provável é o latrocínio, cometido por uma quadrilha de colombianos e brasileiros. (*Oswaldo Braga de Souza*, *ISA*, 18/01/05)

INOVAÇÃO SOCIAL DE CRIAÇÃO DE ABELHAS

O projeto “Meliponicultura em Comunidades Indígenas no Estado do Amazonas - Uma experiência com os povos ticuna, cocama e mura”, foi um dos vencedores da categoria Inovação Social, do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica. “O objetivo do projeto é implantar a meliponicultura (criação de abelhas indígenas sem ferrão) e verificar suas conseqüências em três comunidades da Amazônia legal”, afirma Alexandre Coletto da Silva, coordenador do projeto. Doutorando em entomologia pelo Inpa, ele é colaborador do grupo desenvolvido na pós-graduação do Inpa, onde implantou pesquisas com abelhas. Segundo Silva, o projeto surgiu para permitir às comunidades indígenas incrementar a renda, aumentar a qualidade de vida com a incorporação do mel e do pólen na alimentação e colaborar para a preservação das abelhas nativas, prejudicadas com os desmatamentos, as queimadas e o extrativismo indiscriminado. (*Radiobrás*, 18/09/05)

LÍDER RECEBE HOMENAGEM DO MINISTÉRIO DA CULTURA

No último dia 8, o líder indígena Nino Tikuna recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Cultura, Gilberto Gil, uma das mais importantes condecorações do governo federal: a Ordem do Mérito Cultural. Ao todo, o Ministério da Cultura homenageou 35 per-

sonalidades e quatro instituições, assim como artistas e intelectuais de outros países. O líder Tikuna é membro do Conselho Geral de sua comunidade, no Rio Solimões, criado para ajudar os índios no processo de alfabetização do português. Hoje, o conselho também é responsável pelo Museu Magüta, na cidade Benjamin Constant. (Funasa, 10/11/05)

TICUNA / MASSACRE DA BOCA DO CAPACETE

CONDENADOS OS ACUSADOS DO MASSACRE DO CAPACETE...

Treze anos depois do massacre da "Boca do Capacete", como ficou conhecido o ataque contra os índios ticunas, em 1988, por madeireiros, a juíza da 1ª Vara Federal, Jaiza Maria Fraxe, condenou 13 dos 14 acusados a cumprir penas que variam de 15 a 25 anos de prisão. Trata-se da primeira sentença atingindo acusados de praticar violência contra os povos indígenas no Amazonas. Os acusados ainda podem recorrer da sentença. O massacre teria sido ordenado pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, que desde 99 encontra-se preso em regime domiciliar. O ataque aconteceu durante uma reunião entre os índios ticuna das comunidades de Bom Pastor, São Leopoldo, Porto Espiritual e Novo Porto Lima, na localidade conhecida como "Boca do Capacete", em Benjamin Constant. Foram assassinados quatro índios, 19 sofreram lesões corporais e nove desapareceram. (Wilsa Freire, A Crítica, 07/06/01)

... MAS MANDANTE É ABSOLVIDO

Foi absolvido pelo TRF o madeireiro Oscar de Almeida Castelo Branco, condenado em 2001 como mandante do genocídio de índios Tikuna, ocorrido em 1988. A pena de outros cinco condenados como executores do genocídio foi reduzida de períodos que variavam de 15 a 25 anos para 12 anos e, por unanimidade, a redução foi estendida aos outros acusados que não apelaram de sua sentença ou que desistiram das apelações. A decisão foi tomada pela 3ª Turma do TRF da 1ª Região, que é responsável pelo estado do Amazonas, em 27 de outubro. (Cimi, 04/11/04)

SAÚDE

I ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

Durante os dias 8 e 9 de outubro foi realizada, na aldeia Nova Congregação, Paraná do Ribeiro, no município de São Paulo de Olivença, o I

Encontro dos Povos Indígenas do Alto Solimões. Durante dois dias, professores ticunas, cocamas, cambebas e caixanas, agentes indígenas de saúde (AIs) ticunas, cocama e caixana, técnicos de laboratório e de enfermagem e auxiliares de enfermagem ticunas, auxiliares administrativos ticunas, caciques cocamas, cambebas e ticunas, conselheiros locais e distritais de saúde, que somavam aproximadamente de 200 pessoas, analisaram a situação da saúde e da educação indígenas na região do Alto Solimões e formularam propostas em busca de melhorá-la.

Como não houve apoio, em forma de combustíveis e alimentação, para viabilizar a participação das lideranças de todas as quase 180 aldeias existentes em toda região do Alto Solimões, esperava-se uma participação menos expressiva. Além do que, o presidente do Conselho distrital de Saúde do Alto Solimões, declaradamente contrário à permanência do CGTT à frente do DSEI-AS, havia convocado uma reunião de conselheiros locais para acontecer na mesma data do I Encontro entre Povos Indígenas do AS e numa aldeia próxima à que sediou esse evento. Apesar disso, os dois caciques da aldeia onde acontecia a reunião de conselheiros locais, além de vários AIs, do auxiliar administrativo do pólo-base correspon-

dente à aldeia (Vendaval) e a dentista preferiram prestigiar a assembléia organizada pelo CGTT.

Outras dificuldades enfrentadas pelos participantes do Encontro resultaram da seca do rio Solimões, que obrigou a maioria dos participantes a fazerem caminhadas de quase uma hora de duração por entre as imensas praias que se formaram em torno do igarapé que dá acesso à aldeia, a comerem basicamente bodó (acari), melancia e farinha durante a permanência na aldeia.

No domingo, pela manhã, foi a vez de discutirem educação apenas como começo de um processo de construção de alianças que visem propor e encaminhar sugestões que objetivem à promoção de conhecimentos científicos e culturais entre os estudantes indígenas do AS, visando a sua formação de nível superior. Com relação à saúde, foram aprovadas propostas de caráter local/regional e de abrangência nacional: buscar a revogação das Portarias 69 e 70/04, de forma que ambas possam ser submetidas a um processo amplo e democrático de discussões, antes de se tornarem um instrumento que afeta a vida de centenas de milhares de índios no Brasil; convocação de uma Audiência Pública com o presidente da Funasa para tratar da situação dos 34 distritos do país;

A SAÚDE INDÍGENA SOB A GESTÃO DO CGTT

Em abril de 2002, o CGTT assinou o Convênio 095/02 com a Funasa para administrar o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões (DSEIAS). Além da população ticuna - com cerca de 29 mil habitantes - o DSEIAS é responsável pelo atendimento das etnias cocama, caixana, kanamari e cambeba no Alto Solimões e yuhup (maku) no rio Apaporis (Vila Bitencourt) que, somadas as suas populações, totaliza aproximadamente 31 mil indígenas distribuídos por 7 municípios. No início do Convênio 095/02 foi tudo muito difícil, tendo em vista que a Organização Torri M'au (OTM) - antiga conveniada da Funasa no DSEIAS (Convênio 034/01) - não assimilou pacificamente o fim da parceria, apesar de o mesmo ter resultado da decisão da assembléia do Conselho Distrital. Aos poucos, foram sendo contratados profissionais para atuarem na atenção básica à saúde indígena e regularizado o fluxo de envio de medicamentos aos Pólos Base. Também foram realizados cursos de formação para os Agentes Indígenas da Saúde (AIS), nivelando 164 - entre os 207 que temos contratados - no módulo III (o grau limite de formação é o módulo V) e 43 no módulo introdutório.

Observamos que os maiores problemas para o funcionamento do DSEIAS são provocados por instituições que recebem recursos destinados à saúde indígena diretamente do Ministério da Saúde. No caso do DSEIAS, existem algumas prefeituras e os hospitais municipais que não aplicam corretamente os recursos que recebem tanto para a contrata-

ção de profissionais (prefeituras) quanto para a aquisição de medicamentos (hospitais).

Apesar de o CGTT denunciar com frequência à chefia do DSEI sobre os casos de contratações irregulares pelas prefeituras e de omissão na compra de medicamentos pelos hospitais - o que, em última instância, também é de responsabilidade das prefeituras - nenhuma providência tem sido tomada. Dessa forma, boa parte das dificuldades que afetam o desenvolvimento do DSEIAS poderiam ser superadas caso houvesse de parte da sua chefia - atribuição que cabe à Funasa - ou do Ministério da Saúde, empenho no sentido de fiscalizar e cobrar das prefeituras municipais o correto e efetivo uso dos recursos destinados à saúde indígena.

De qualquer forma, o CGTT tem dado prosseguimento às atividades relacionadas à atenção básica do DSEIAS e, com isso, contribui para a redução da mortalidade infantil e a melhoria no processo de remoção e encaminhamento de pacientes entre as aldeias e os locais de atendimento.

Após uma semana de trabalho uma comissão - composta por um médico, um odontólogo, uma enfermeira, um bioquímico, quatro agentes de saúde indígenas, uma antropóloga, uma enfermeira (chefe do DSEI/Funasa) e um coordenador administrativo - preparou o esboço do Plano de Ações para o período 2003/2004. E, através dele, o CGTT espera melhorar mais o atendimento nas aldeias e o funcionamento do DSEIAS de um modo geral. (Conselho Geral da Tribo Ticuna - CGTT, 01/05/03)

substituição imediata do Chefe do DSEI-AS/Funasa; convocação de Assembléia Geral Extraordinária do Condisi-AS para tratar do afastamento do seu presidente e vice; acabar com a Pactuação e não aceitar a Repactuação que está sendo imposta ao CGTT; repasse dos recursos destinados às prefeituras municipais do AS (PABSPI/PSFI) e aos hospitais da região (IAPI) para a gestão do CGTT.

No que diz respeito à questão da educação foram discutidas e aprovadas as seguintes propostas: pela criação de uma universidade indígena no AS; pela criação de uma instituição de caráter formador e profissionalizante no AS; organizar, urgentemente, as eleições para diretoria da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB); trazer a Secretaria da OGPTB para o AS já que em Brasília os professores não têm como controlá-la; preparar os próprios professores ticuna já graduados em assessores da OGPTB. (CGTT, 12/10/05)

MAL ENTENDIDO OU NOVO MODELO DE SAÚDE?

No dia 16/09/2005 o Jornal do Comércio (AM) publicou uma reportagem no seu caderno Economia (pág. 8) com o título “índios tikunas serão contemplados com saneamento básico”. A notícia começava citando o presidente da Funasa, Paulo Lustosa, que teria liberado 6,55 milhões de reais para “convênios firmados com 90 municípios e três ONGs (... que) serão investidos em obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias habitacionais, coleta e tratamento de resíduos sólidos e melhoria sanitárias domiciliares (banheiros com pia, vaso e chuveiro) e ações de saúde indígena”. No último parágrafo da matéria era dito que “Ao Amazonas vai ser disponibilizado R\$905.160,61 para ser utilizado pelo Conselho Geral da Tribo Tikuna, visando o atendimento de 26.753 indígenas.” E, num box, em destaque, encontrava-se estampado o valor de 905 mil acompanhado de um pequeno texto que repetia o conteúdo da frase acima citada, porém, com letras maiores que as dela.

A Fundação Estadual dos Povos Indígenas (Fepi) reproduziu a matéria e a repassou para o presidente do Condisi-AS, que se encontrava em viagem por conta da Funasa, em Manaus, retornando do encontro sobre a IV CNSI que ocorrerá em Brasília. Este, quando chega no AS, tirou outras cópias da que recebeu da Fepi e passou a utilizá-las para dizer que o CGTT recebeu dinheiro para saneamento básico e não o aplicou.

Na semana passada recebemos uma das cópias e, assim, pudemos verificar que o valor citado pelo jornal diz respeito à 5ª parcela do Convênio 1423/04, destinada ao pagamento de

pessoal e de encargos salariais, referentes aos meses de agosto e setembro, e ao pagamento de fornecedores. Ou seja, o valor citado diz respeito à atenção básica à saúde indígena e não a saneamento básico, até porque o CGTT nunca firmou convênio com a Funasa para que pudesse receber recursos para atender a esse fim. Portanto, nos parece claro que a reportagem foi feita “sob encomenda”, com o objetivo de atingir o CGTT e de criar oposições à sua gestão no distrito do AS. Dados tão precisos, relativos ao valor da parcela de convênio (liberada dias antes) e sobre população indígena, apenas se encontram disponíveis no Departamento de Saúde Indígena, o que nos leva a descartar a possibilidade de que o jornalista anônimo – a matéria não é assinada – tenha misturado as informações involuntariamente. Esse dado oficial da Funasa não corresponde à realidade, visto que não tem sido atualizado desde 2002. Em agosto de 2004, o CGTT finalizou um levantamento populacional, relativo a 2003, que alcançou um total de 40.000 índios para a região do Alto Solimões, sendo, entre estes, a maioria ticuna (cerca de 30.000), seguidos pelos Cocama (cerca de 9000), além de registrar a presença de Kanamaris, Kaixanas e Cambebas. Atualmente, os Uitotos são reconhecidos como habitantes da região, mais, especificamente, do município de Amaturá. (CGTT, 17/10/05)

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quarenta índios Tikuna do Amazonas estão participando do curso de Agente Multiplicador de Educação Ambiental. Os índios terão aulas durante 10 dias e aprenderão a preservar a natureza. O curso é patrocinado pela Funai em parceria com a Sociedade Brasileira de Educadores pela Paz (SBEP) de Manaus e está sendo ministrado na Aldeia Belém de Solimões. Localizada na TI Evare 1, em Tabatinga, a aldeia tem uma população de aproximadamente 4 mil índios. (Site da Funai, 23/08/01)

ENSINO SUPERIOR INDÍGENA

O antropólogo Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, há mais de dez anos atuando com assessor do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), diz que um dos aspectos importantes a ser considerado dentro da formulação de centros de ensino superior para essas comunidades é que a qualificação possa ser revertida em benefício desses povos. Fábio Almeida diz que a proposta da “universidade indígena” ou de um centro de estudos superiores exige condições seguras a fim de que a sua implantação e operacionalização ofereçam aos índios mais que um diplo-

ma o que, nesse caso, observa, poderia até vir a ser compreendido, mais tarde, como algo preconceituoso – o diploma indígena teria valor menor do que o diploma de uma pessoa não indígena. (A Crítica, 13/01/02)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Professores indígenas ticuna, que lecionam no ensino fundamental no Amazonas, participam desde 16 de julho do Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Organizado em 12 módulos, o programa é uma proposta de formação continuada objetivando o desenvolvimento de quatro competências profissionais: leitura e escrita, trabalho compartilhado, administração da própria formação, e reflexão sobre a prática pedagógica que visam ao ensino e à aprendizagem nas escolas indígenas. Em Benjamin Constant, no Amazonas, 250 professores ticuna e 50 coordenadores começaram a formação. (A Crítica, 25/08/02)

ENSINO MÉDIO CHEGA A ALDEIAS NO AMAZONAS

As aldeias de Feijoal e Filadélfia, onde habitam os Tikuna e os Kambeba, situadas no município de Benjamin Constant, serão as primeiras onde o ensino médio diferenciado será implantado pela Secretaria de Educação do estado (Seduc/AM), com recursos do Ministério da Educação. A Seduc informou que o ensino médio será estendido a todas as regiões e comece no Alto Solimões por ser a região onde há a maior concentração de etnias da Amazônia. (Site da Funai, 03/04/03)

CURSO DE LICENCIATURA PARA PROFESSORES INDÍGENAS

O curso de licenciatura para 250 professores indígenas da mesorregião do Alto Solimões foi transferido para janeiro de 2006, informa Valdino Martins, presidente da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngüe (OGPTB). A entidade é a responsável pela criação do curso, fruto de uma parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). “Nossos professores poderão assumir o ensino fundamental completo. Hoje eles cuidam apenas da 1ª a 4ª séries e da língua ticuna. Quem está trabalhando em escolas indígenas são os professores não-índios”, afirmou Constantino Ramos Lopes, coordenador da OGPTB. (Radiobrás, 21/09/05)

JOVENS INDÍGENAS FAZEM PESQUISA CIENTÍFICA

Pesquisa científica, conhecimento tradicional indígena e educação escolar estão reunidos na experiência do programa Jovem Cientista no

município de Benjamin Constant, na região do Alto Solimões, no Amazonas. “Trabalhamos com três espécies: o cedro, a andiroba e a castanha de paca. A gente faz pesquisa e também o reflorestamento da área de capoeira, usando mudas da floresta. Todo esse processo é trabalhado em sala de aula em várias áreas temáticas, como Matemática, Ciências, Geografia, História e Língua Portuguesa”, explica José Nascimento de Carvalho, presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Guanabara 2 e professor indígena responsável pelo projeto. *(Radiobrás, 24/09/05)*

TICUNA / TI MARAITÁ

PORTARIA GARANTE POSSE DA TI MARAITÁ AOS TICUNA

A Funai propôs, e o Ministro da Justiça aprovou, a proposta de identificação da Terra Indígena Maraitá. A Portaria Declaratória que garante a posse permanente da terra aos índios Tikuna foi assinada dia 25. Desde o dia 26, com a publicação da Portaria no Diário Oficial da União, os Tikuna, detêm a posse e o usufruto exclusivo de uma área com aproximadamente 54 mil hectares, localizada em Amaturá (AM). Localizados em uma região que lhes permite explorar áreas de várzeas e terra firme, os Tikuna produzem vários produtos, não apenas para consumo, mas para a venda nos mercados regionais, especialmente em Amaturá. A riqueza da ictiofauna do local torna a pesca a principal atividade dos habitantes. O pescado não consumido é vendido em Amaturá e nos frigoríficos flutuantes, nas comunidades próximas. A principal característica da TI Maraitá é que toda a sua extensão é inundável, inclusive onde se localizam as casas. A vegetação é típica de várzea, determinando uma grande riqueza da ictiofauna. O local é um lar de reprodução e de alimentação de peixes e fauna associada. *(Site da Funai, 26/03/04)*

TICUNA / TI EVARÉ II

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A produção de açúcar mascavo, melado e rapadura pode ser um novo empreendimento auto sustentável de índios Tikuna que vivem na região de Tabatinga, no Amazonas. O Administrador Regional Valmir de Barros Torres, programou para o início do próximo ano a montagem de uma fábrica para a produção dos produtos, na comunidade Metaré, na terra indígena Every 2. Antes de fechar o projeto, Valmir

foi conhecer de perto a experiência realizada pela Administração Regional de Manaus, que montou uma fábrica de açúcar mascavo dentro de uma comunidade indígena e já está ajudando no processo de comercialização dos produtos. A fábrica será um projeto piloto para que os índios aprendam a produzir e depois o projeto poderá ser levado a outras comunidades indígenas. A produção, além de ser usada para melhorar a alimentação da comunidade, terá o excedente destinado à comercialização na região de Tabatinga e em Letícia, na Colômbia. *(Site da Funai, 13/09/01)*

TICUNA / TI PORTO PRAIA

FUNAI APROVA ESTUDOS DA TI

O presidente da Funai aprovou as conclusões do relatório de estudos e identificação da TI e determinou a publicação no Diário do Estado do Amazonas e a fixação na sede da prefeitura de Uarini. *(DOU, 12/01/01)*

MINISTRO DA JUSTIÇA TAMBÉM APROVA

Através da Portaria nº 1013 de 06/11/01, o Ministro da Justiça, José Gregori, declarou de posse permanente indígena a TI Porto da Praia e determinou que a Funai realize a demarcação. *(DOU, 07/11/01)*

E O PRESIDENTE HOMOLOGA

Através do decreto sem número de 19/04/2004 o presidente Lula homologou a demarcação da TI. *(DOU, 20/04/04)*

KOKAMA / TI SAPOTAL

IDENTIFICADA TERRA DOS KOKAMA

A Funai concluiu a identificação da TI Sapotal, em Tabatinga. O reconhecimento da área, com 1.265 hectares, atende reivindicação da comunidade Kokama, por intermédio da Coiama - Coordenação de Apoio aos Índios Kokama. O nome Sapotal, de acordo com os Kokama, foi uma referência dada ao lugar pelos que passavam pelo rio Solimões e avistavam as grandes árvores de sapota, cujas primeiras mudas foram trazidas do Peru. Os índios beneficiados somam, hoje, aproximadamente 380 indivíduos, que habitam aquele município, na fronteira com o Peru. A população Kokama, no Brasil soma hoje cerca de 3.466 índios. Desses, pou-

cos ainda falam a língua. Tal como no Brasil, apenas 2,5% dos 19 mil índios dessa etnia, que vivem no Peru, ainda conservam o idioma materno, da Família linguística Tupi-Guarani. Embora pratiquem, também, a caça e a coleta como atividades produtivas, os Kokama são essencialmente pescadores e agricultores, e é da pesca que vem a principal fonte protéica dos índios de Sapotal. A atividade extrativista está voltada basicamente para o suprimento de alimentos, para a construção de aparatos culturais de uso rotineiro como casas, canoas, remos, cestos, móveis e como recurso medicinal. *(Site da Funai, 06/04/05)*

KOKAMA E KAIKANA / TI SÃO SEBASTIÃO

DECLARADA DE POSSE INDÍGENA

O Ministro da Justiça, Jose Gregori, através da portaria 709 de 20/04/01, declarou de posse permanente indígena a TI, e determinou sua demarcação pela Funai. *(DOU, 23/04/01)*

HOMOLOGADA QUATRO ANOS DEPOIS

O presidente Lula homologa a demarcação administrativa da TI, e assegura nos termos do Dec. nº 4.412 de 07/01/02, a ação das Forças Armadas para a defesa do território e da soberania nacionais, e Polícia Federal, Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas na TI. *(DOU, 20/04/05)*

MIRANHA/TI CUIU-CUIU

SENADO DÁ PARECER FAVORÁVEL À TI CUIÚ-CUIÚ...

A reserva indígena Cuiú-Cuiú, no Amazonas, que já foi demarcada, recebeu parecer favorável pelo Senado, via CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) para sua homologação. O presidente do Senado, José Sarney, vai transmitir a posição ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o mais rápido possível. *(Jornal do Commercio, 04/04/03)*

... QUE FOI HOMOLOGADA EM SEGUIDA

No dia 23/06/03, o presidente Lula homologou a demarcação da TI. *(DOU, 24/06/03)*

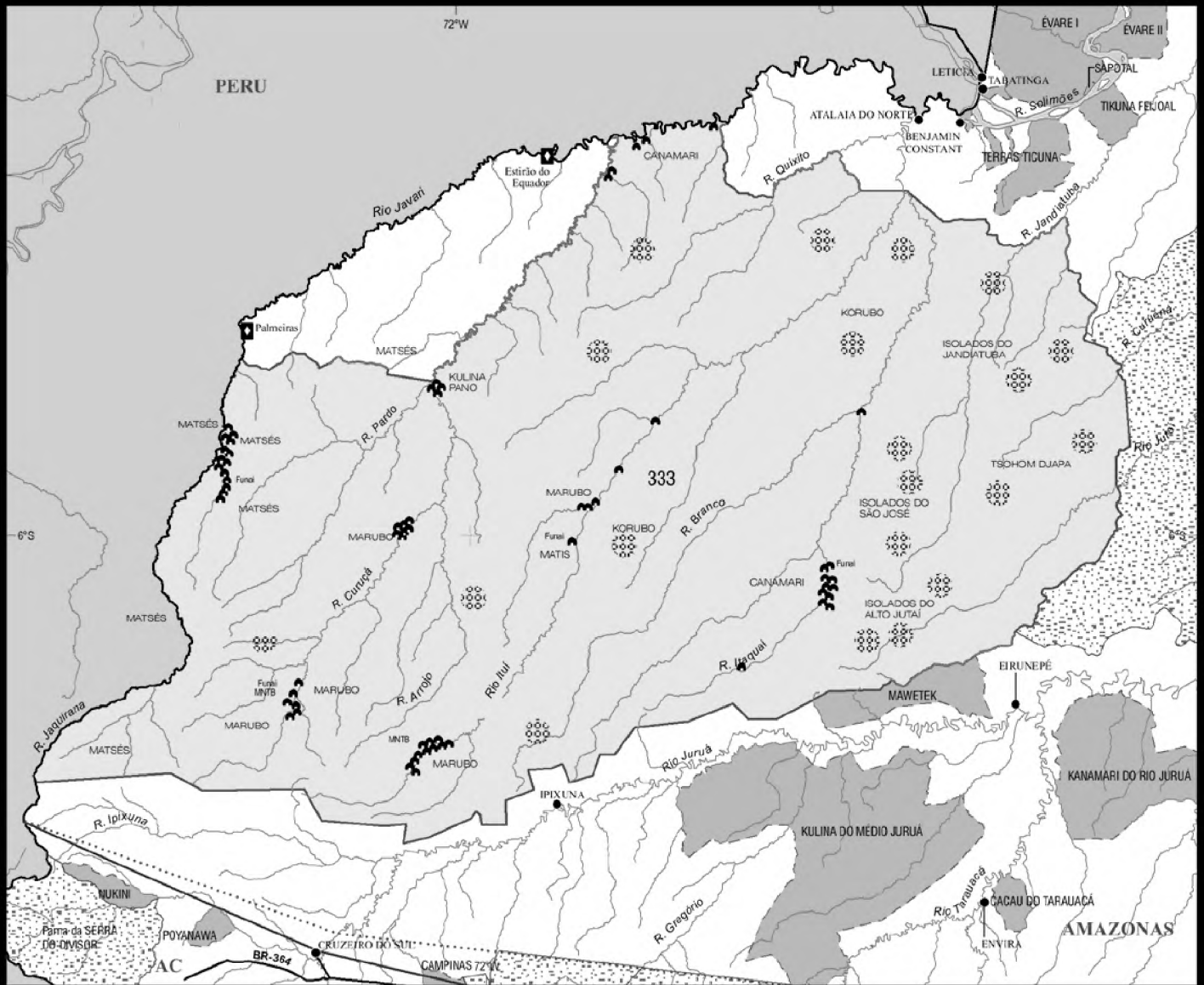
Kanamari
Korubo
Kulina
Kulina Pano
Marubo
Matis
Matsés (Mayoruna)
Tsohom Djapa
Isolados



Javari



5. JAVARI



- rodovia implantada
- sede de município
- ▨ Unidade de Conservação
- batalhão do Exército

TERRA INDÍGENA

- apresentada neste capítulo
- apresentada em outro capítulo
- localização aproximada de índios isolados
fontes: Funai, 2004
CTI, 2006
- ▲ aldeia
fontes: Funai, 2004
CTI, 2006

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

28 km

JAVARI
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
333	Vale do Javari	Kanamari	3.645 - Funasa - 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU.	6.544,480	Atalaia do Norte	AM
		Korubo		Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação.		Benjamin Constant	AM
		Kulina		Reg. CRI: município de Atalaia do Norte (6.504.456 ha)		Eirunepé	AM
		Kulina Pano		matr. 382 lv. 2-A fl. 385-387 em 29/05/02; município de Benjamin Constant (610.690 ha) matr. 678 lv. 2/3-B		Ipixuna	AM
		Marubo		fl. 46/v em 27/05/02; município de Jutai (810.951 ha)		Jutai	AM
		Matis		matr. 458 lv. 2-B fl. 58 em 23/05/02; município de São Paulo de Olivença (618.383 ha) matr. 621 lv. 2-D fl. 141 em 10/06/02.		São Paulo de Olivença	AM
		Matsé		Reg. SPU certidão nº 16 de 31/07/02.			
		Tsohom djapa					
		Isol. do Alto Jutai					
		Isol. do Jandiatuba					
		Isol. do Quixito					
		Isol. do São José					

Os Outros dos Outros

Luiz Costa

Doutorando em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ

DUPLAMENTE MARGINALIZADOS, OS KANAMARI SOFREM DISCRIMINAÇÃO TANTO POR ALGUNS *KARIWAS* (BRANCOS) DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS QUE LHES DEVERIAM ASSISTIR, QUANTO POR ALGUNS OUTROS ÍNDIOS QUE ATUAM NA POLÍTICA INDIGENISTA EM NÍVEL LOCAL E NACIONAL

Os Kanamari que vivem nos rios Itaquai e Javari, na TI Vale do Javari, falam uma língua katukina e provêm, originalmente, dos afluentes da margem esquerda do médio Juruá. No Vale do Javari, no entanto, vivem e convivem com povos falantes de línguas pano, principalmente os Marubo, Matis e Mayoruna (Matsés), que vivem nos rios Ituí, Curuçá, Javari e Jaquirana. O Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), organização indígena que representa todos esses povos, é e sempre foi presidida pelos Marubo do Curuçá, sendo cada povo representado por um conselheiro.

O que qualquer pessoa interessada em informações sobre os Kanamari logo descobre ao chegar em Atalaia é o lugar marginal que ocupam na economia local de todas essas organizações.

Uma conversa informal na cidade revela a difusão de uma imagem de índios bêbados, aculturados, ladrões e preguiçosos – estigmas que os caracterizam na região há pelo menos 30 anos. Quando cheguei pela primeira vez em Atalaia, em 2002, índios de outras etnias e funcionários da Funasa me disseram que eu passaria fome nas aldeias, pois “os Kanamari não fazem roças”, que seria roubado e que passaria o dia vendo índios alcoolizados brigando entre si. Ouvi várias comunicações por rádio em que alguns funcionários dessas instituições menosprezavam os Kanamari, dizendo que “é tudo ladrão mesmo” e que “a vida do Kanamari é só beber cachaça”. Como basta chegar numa aldeia kanamari para ver que nada disso é verdade, a questão que se coloca é por que essa imagem se

perpetua e por que esses índios são discriminados, tanto por alguns Kariwas (Brancos) que trabalham para órgãos governamentais que deveriam lhes assistir, como Funai e Funasa, quanto por alguns outros índios que atuam na política indigenista em nível local e nacional.

DESCASO

O que se nota, pelo contrário, ao chegar no Itaquai é a ampla inoperância dessas organizações junto a eles. Em abril de 2002 pude assistir a um exemplo local de um problema difundido por todo o Vale do Javari: os trabalhos de construção do Pólo Base da Funasa em Massapé, feito de alvenaria e com trabalho contratado entre os Kanamari e Brancos de Atalaia. Aos que trabalharam foi prometido pagamento através do convênio entre a Funasa e o Civaja, mas eles nunca foram pagos, apesar de o trabalho ter possibilitado muitos de fazerem roçados durante aquele ano. A construção do Pólo Base foi abandonada, deixando na aldeia apenas a estrutura de uma casa praticamente inutilizável. Só em 2004 a “farmácia” foi transferida para a única parte do Pólo Base que poderia ser usada, por estar fechada com tijolos e coberta por telhas.

As aldeias em todo o Vale do Javari comunicam por rádio questões de saúde com a sede da Funasa em Atalaia. O Itaquai é hoje o único rio em que não há sequer um rádio de comunicação em funcionamento cedido pela Funasa. O único rádio é da Funai e fica no Posto em Massapé, mas a distância desta em relação a outras aldeias é grande, podendo levar até um dia de motor-de-rabeta (quando há gasolina). Em 2002, alguns funcionários da Funasa em Atalaia diziam sequer saber que existia mais de uma aldeia kanamari no Itaquai, apesar de algumas, como o Remansinho e o Kumaru, já existirem há pelo menos cinco anos. O mesmo ocorreu com as aldeias Kanamari no Javari, que ficaram cerca de dois anos sem nenhum rádio. Hoje há um em São Luís embora não haja uma bateria para operá-lo. Essa situação difere bastante das de outras

etnias onde mesmo aldeias pequenas têm rádio. Em 2005, quando a aldeia matis do Aurélio se dividiu em duas, um rádio foi imediatamente instalado na nova aldeia. As dos Kanamari, no entanto, continuam esperando.

Não existe, nem nunca existiu, uma escola construída pelo município. Quando lá cheguei, em 2002, havia apenas uma velha escola construída com a ajuda do chefe de posto da Funai. Em 2005, cansados de esperar, os Kanamari construíram sua própria escola em Massapê com os meios que possuíam. Reconhecem que a construção não é muito adequada e ainda aguardam a edificação de uma nova. Há professores indígenas e aulas regulares em Massapê e no Remansinho, onde os alunos estudam na casa do professor por falta de uma escola.

A imagem difundida dos Kanamari continua sendo a de incapazes, em tudo. Em 2004-2005, uma série de mortes de crianças, por causas desconhecidas levou a Funasa, após uma curta viagem para o Itaquai, concluir que os índios estavam subnutridos, uma “constatação” que foi inclusive divulgada na imprensa nacional. Inicia-se uma “missão” emergencial, envolvendo um médico, uma nutricionista, e muito leite em pó. A conclusão apressada nunca foi questionada. Não cuidaram de averiguar as causas, da diarreia e vômitos, tão comuns entre crianças que bebem água sem tratamento, devido à não instalação dos poços artesianos que faziam parte do projeto do Pólo Base. Tampouco se detiveram na prevalência de doenças como hepatite B, já constatadas em outras partes do Vale do Javari. Também não cogitaram atribuir o problema à epidemia de rota-vírus no Sul do Amazonas, que inclui a

região do Juruá com a qual os Kanamari mantêm contato intenso. A divulgação dessas conclusões em Atalaia e na imprensa só ajudou a reforçar os estereótipos sobre os Kanamari: para muitos, era evidente que eles não sabiam se alimentar. Para os próprios, a “subnutrição” não passava de mais uma estratégia para marginalizá-los, o que em nada ajudou a já instável relação deles com as entidades que operam na região.

Em 2005, finalmente, houve uma viagem para a coleta de sangue visando uma sorologia completa dos Kanamari. Não foi fácil: os Kanamari associam o sangue à alma e questionavam o porquê dos Kariwa quererem o deles. Para poder melhorar o tratamento que lhes é fornecido, foi a resposta. Mas, lembram os Kanamari, o seu sangue já havia sido coletado no passado e nunca receberam os resultados daqueles exames. Mas desta vez seria diferente e em não menos de “15 dias” os resultados estariam com a Funasa de Atalaia. Passou-se muito mais do que esse tempo e até hoje não há nada. Existem boatos de que os resultados parciais, ou parte dos resultados, já estão em Atalaia, e inclusive fala-se em um ou outro caso comprovado de hepatite B entre os Kanamari, mas a Funasa não se sentiu na obrigação de conversar com eles sobre isso nem de, por enquanto, tomar alguma atitude concreta. Enquanto isso, muitas doenças hoje são atribuídas pelos índios ao “sangue que os Kariwa levaram”.

INVASÕES

Nos últimos dois anos, os Kanamari têm reportado repetidas invasões de caçadores e pescadores na região entre



FÁBIO FLORIDO/FOLHA IMAGEM, MAI, 2001

O chefe da expedição ao Vale do Javari realizada pela Funai, Sydney Possuelo, mostra aos Kanamari uma fotografia de revelação instantânea com imagem da tribo, logo após contato.

o rio Branco e o Ituí. Recentemente apreenderam uma grande quantidade de carne de pirarucu junto a alguns deles. Entre janeiro e março de 2005 pude também observar uma tendência preocupante. O Itaquai é ligado a alguns afluentes do médio Juruá por uma série de varadouros através dos quais os Kanamari se comunicam e que vêm sendo usados como “passagem” entre comunidades não-indígenas do médio Juruá e a cidade de Atalaia do Norte. Em um caso, uma família chegou do Juruá com uma autorização da Funai de Ipixuna para poder passar pela Frente de Proteção Etno-ambiental Vale do Javari (FPE-VJ); em outros, moradores de Atalaia passaram alegando serem Kulina do Juruá. Alguns desses ficaram cerca de uma semana na aldeia Kumaru no Itaquai e, segundo os habitantes de lá, mantiveram relações sexuais com mulheres kanamari. Uma situação particularmente tensa foi a chegada no Juruá de um homem que teria, anos atrás, fugido da cadeia de Atalaia do Norte e agora pretendia voltar. Os Kanamari contavam que esse homem vivia no Itaquai e teria, inclusive, matado um deles no rio Pedra.

REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Os Kanamari no Vale do Javari não vivem somente no rio Itaquai. Existem também muitos Kanamari vivendo no alto curso do rio Jutai, conhecidos pelos do Itaquai como os Kotya-dyapa, “povo da Lontra”, sobre o qual ninguém em Atalaia sabe muita coisa. O Jutai deságua no Solimões e não no Javari e sua boca fica longe demais das aldeias kanamari. Quando precisam ir a uma cidade, esses Kanamari vão por terra a Eirunepé, no Juruá.

Existem ainda os Tsohonwak-dyapa, “povo do Tucano”, Kanamari isolados que habitam o interflúvio do Jutai-Jandiatuba e mantêm algum contato com os Kanamari do Jutai. Em reportagem de O Estado de S. Paulo lemos que a expedição da Funai no mesmo ano esteve em aldeias kanamari do alto Jutai. O jornalista responsável pela matéria caracteriza a relação destes com os isolados como uma relação entre “senhores” e “escravos”. Os Tsohonwak-dyapa viveriam sob regime de escravidão, “atraídos pelo sal”, enquanto os “senhores” kanamari “aculturados [...] há muito perderam os costumes primitivos de coleta de alimentos e não têm dinheiro para comprar espingardas e machados, objetos introduzidos pelos Kariwas (Branco). Então obrigam os ‘parentes amansados’ a plantar, caçar e pescar em troca de sal” (OESP, 24/11/02). A reportagem parece em grande parte reproduzir certos estereótipos (chama as aldeias do Itaquai, por exemplo, de “pobres”). Os Kanamari do Itaquai que estiveram no Jutai falam de intercassamentos entre os grupos – inclusive de situações em que homens do alto Jutai se mudaram para as aldeias Tsohonwak-dyapa –, mas nada sobre “escravidão”, palavra, aliás, que lhes é estranha.

Em termos gerais, a situação precária da saúde e da educação entre os Kanamari não seria excepcional: afinal, a situação de todo o Vale do Javari, apesar dos esforços, é difícil. O que é específico ao caso dos Kanamari é o preconceito e o menosprezo de pelo menos parte das organizações que atuam com eles. É difícil exprimir tanto o sentimento de frustração dos Kanamari quanto o caráter das situações concretas de discriminação, pois estas permeiam todo o contato entre eles e os outros, índios ou não. Considera-



Expedição da Funai no Vale do Javari em 2002: Kanamari deixam acampamento e acompanham a expedição em pequenas canoas.



Madeireiros Peruanos Detonam o Vale do Javari

Hilton S. Nascimento

Ecólogo/CTI

CONCESSÕES FLORESTAIS PERUANAS SÃO BASE PARA EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NOS DOIS LADOS DA FRONTEIRA BRASIL-PERU. FUTURO DA TI VALE DO JAVARI E DA DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO DEMANDA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE AMBOS OS PAÍSES

O rio Javari ou Yavari, localizado no extremo ocidente da Amazônia brasileira é, desde 1851, reconhecido como fronteira entre o Brasil e o Peru. Apesar de compartilharem ambientes ecológicamente muito semelhantes, caracterizados pela sua riquíssima biodiversidade, e até um mesmo povo indígena – os Mayoruna ou Matsés –, a consolidação dos estados nacionais que este rio separa resultou, nas últimas décadas, em uma realidade política bem distinta em cada uma de suas margens.

A maior parte das terras da margem brasileira do rio Javari constitui a Terra Indígena (TI) Vale do Javari, a segunda maior terra indígena do Brasil, homologada em 2001 com 8.519.800 ha, apesar da forte resistência do setor madeireiro. Já o lado peruano não teve a mesma sorte.

A porção peruana do Javari tem visto renascer, nos últimos anos, os interesses econômicos pelas riquezas de suas matas. Como pretendido pelo governo brasileiro, o governo peruano iniciou em 2002 o processo de concessões de suas florestas como uma alternativa de conservação que permitiria, em tese, o ordenamento florestal do país. 24.586.458 ha (27%) da Amazônia peruana foi transformada, assim, em Florestas de Produção Permanente. Com quase 20% do seu limite na fronteira com o Peru, o futuro da TI Vale do Javari depende muito do que ocorre do outro lado do rio.

O Peru ocupa o quinto lugar no comércio internacional de madeiras tropicais e estima-se que 80% dessa madeira seja extraída de maneira ilegal. Um documento de trabalho intitulado *"El trabajo forzado en la extracción de la madera en la Amazonia peruana"*, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelou a existência de 33 mil pessoas sob o regime de trabalho forçado, ou não-livre, nos trabalhos associados à extração ilegal de madeira na Amazônia peruana. Desse valor

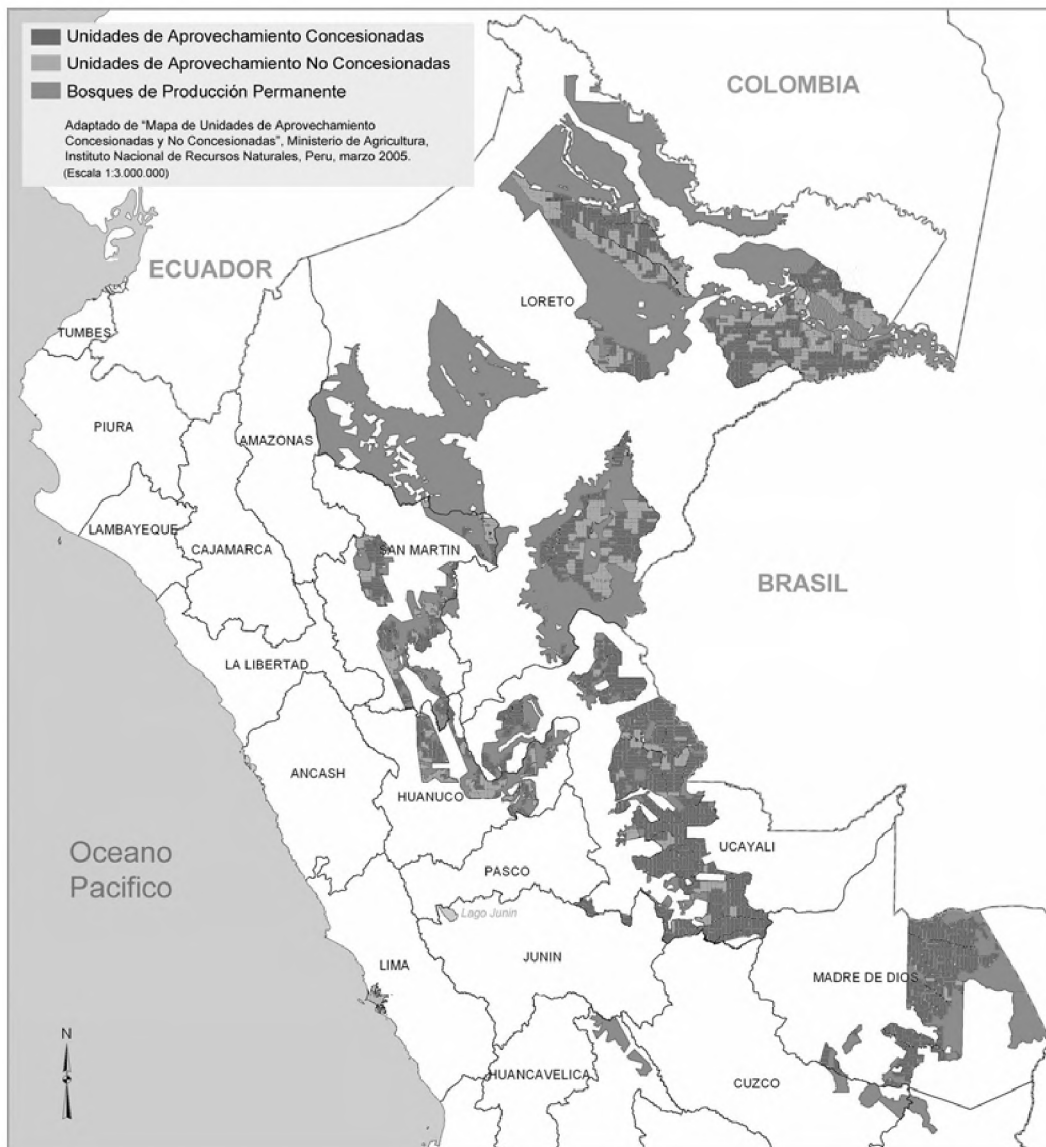
2/3 corresponderia a indígenas, inclusive membros de grupos isolados ou de contato recente. A atividade madeireira ameaça também a integridade dos recursos de fauna, principal fonte de alimento para os madeireiros.

Atualmente, há 85 concessões na bacia dos rios Yavari-Mirim e Javari já aprovadas e com contratos feitos. Essas concessões abrangem um total aproximado de 480.855 ha. Conforme o coordenador local da Wildlife Conservation Society (WCS), Pablo Puertas, o acesso legal à bacia do Javari está permitindo que madeira seja extraída de outras áreas que não as concessionadas; por exemplo, áreas da margem brasileira. No lado peruano, "esquentar-se" o mogno e o cedro ilegais provenientes do Brasil e proibidos de serem extraídos por meio do regime de concessões. Do lado brasileiro, próximo a Estirão do Equador, "esquentar-se" a madeira procedente do Peru, através de cem permissões florestais concedidas pelo Ibama, já que essa área no Peru corresponde às Florestas de Produção em Reserva, nas quais está proibida, por enquanto, a extração. Pelo rio Jaquirana as atividades ilegais ocorrem mais raramente e com grandes chances de serem confiscadas pelas comunidades Mayoruna da aldeia Trinta e Um. Na área do Javari peruano, as concessões foram outorgadas sobre uma área muito grande e sobre a qual a sede do Inrena (equivalente ao Ibama) do município de Islândia – com enormes deficiências técnicas, logísticas e de pessoal – tem pouco ou nenhum controle.

Há cinco madeireiras peruanas em funcionamento no baixo Javari. Uma delas, a madeireira Florestal Industrial Yavari S/A – FIYSA, está localizada em Islândia, empregando em média 300 funcionários, inclusive brasileiros do município vizinho de Benjamin Constant. Ela possui uma capacidade média de processamento de 200 toras de madeira por dia, cerca de 18 mil árvores por ano. Em 2003, essa empresa exportava 16% de toda a produção do departamento de Loreto (3% da produção do Peru) ocupando o segundo lugar com faturamento de 3,2 milhões de dólares.

Numa estranha relação que reflete bem a realidade dessa área fronteiriça, esta empresa madeireira fornece para o povoado de Islândia toda a água potável consumida pelos seus moradores, energia elétrica para as escolas, para o posto de saúde, para a igreja e até para o posto local do Inrena, que supostamente

CONCESSÕES FLORESTAIS NO PERU



deve fiscalizá-la. Isso sem falar dos 300 empregos que ela gera, ocupando, assim, o papel do Estado nessa área remota e distante dos grandes centros político e econômico e tão carente da presença dos estados brasileiro e peruano.

Uma parte muito grande dos salários pagos pela extração e processamento de madeira nessa região acaba sendo gasto nos comércios locais das cidades brasileiras, principalmente Benjamin Constant. Assim, apesar dessa extração e desse processamento de madeira serem realizados por peruanos, e supostamente em território peruano, ela é fundamental para a economia local brasileira.

BRASIL E PERU EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Tentando resolver a situação de conflitos fronteiriços, o governo brasileiro via Ibama e Polícia Federal, e o governo peruano, via Inrena e Polícia Nacional do Peru, criaram o grupo de Trabalho sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça, que passou a se reunir

em 2001. Em dezembro de 2005, pela primeira vez, uma dessas reuniões (a quinta de uma série) foi realizada em Tabatinga como tentativa de abranger nas discussões iniciadas na fronteira do Peru com o Acre também a região do Vale do Javari. Esta reunião contou com a presença de autoridades e ONGs de ambos os países com atuação na região.

Uma das atitudes tomadas pelas autoridades peruanas em resposta a essa situação será a instalação de dois postos de controle do lado peruano levando em conta a localização das áreas de concessões florestais do Yavari-Mirin e Yavari: o posto de controle de Carolina que se localizará próximo à desembocadura do rio Yavari-Mirin e o Posto de Controle de Bom Sucesso no baixo Yavari.

No plano local, há por parte do Ibama uma vontade de montar uma rede de alerta envolvendo comunidades ribeirinhas e indígenas do lado brasileiro. No plano diplomático, a postura do governo brasileiro é pressionar o governo do Peru para que cancele as concessões nessas áreas fronteiriças por serem elas uma

atividade conivente com a extração ilegal. Se o cancelamento não for possível, há que se fazer pressão para a aplicação da lei de concessões florestais, o que não vem ocorrendo, e também para a definição de uma faixa de 10 km ao longo das duas fronteiras com suspensão das atividades econômicas e criação de áreas protegidas no lado peruano.

Outra proposta, defendida pela WCS, que instalou um centro de pesquisa sobre biodiversidade na margem peruana do Javari, é a criação de áreas protegidas do lado peruano dessa fronteira. Isso seria realizado por meio da cooperação binacional, que viria atenuar o comércio ilegal de madeira na região. Em contrapartida, o Brasil deveria também criar na margem que se estende de Estirão do Equador a Palmeiras do Javari, uma área controlada de recursos naturais e que está fora dos limites da TI Vale do Javari.

O controle da extração dos recursos naturais nessas áreas de fronteiras ainda tem como agravante a diferença de legislação entre os dois países. Como declarou Kleber Ramos Alves, da Diretoria de Proteção Ambiental do MMA/Ibama: "Devemos procurar formas de cumprir as leis do Brasil e do Peru sem que isso se transforme em um brinquedo na mão de quem extrai ilegalmente esses recursos. Para mim, as fronteiras simbolizam nossa incapacidade de trabalhar o manejo dos recursos naturais no Brasil e no Peru. Como pode a exploração de um peixe ou de uma espécie madeireira ser proibida de um lado e de outro não? Ou um dos países está exagerando ou o outro não está se preocupando com os seus recursos. É nas fronteiras que podemos ver as discrepâncias."

RESERVAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PERU

Enquanto as concessões florestais já são uma realidade bem presente na região do Javari do lado peruano, instituições, organizações indígenas e ongs peruanas elaboram propostas e pleiteiam a criação de reservas territoriais para grupos isolados, novas áreas protegidas e ampliação de outras já existentes. Muitas dessas propostas, no entanto, se sobrepõem demonstrando uma falta de

coordenação entre os atores da região, e acabam por permanecer no papel e em processos jurídicos sem qualquer garantia de que serão implementadas. Isso sem falar da oposição do setor madeireiro e da ineficiência ou mesmo corrupção das autoridades do governo peruano.

Atualmente, a margem peruana do rio Javari-Jaquirana conta com apenas 775.235 ha de áreas protegidas, que incluem a Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo, unidade de conservação criada em 1991, e um território indígena, a Comunidad Nativa Matsés, titulada em 1993 como terra indígena dos Mayoruna (maior terra indígena do Peru). Esse número contrasta, todavia, com os 2.008.317 ha de áreas destinadas à exploração florestal.

Na região do Javari-Jaquirana há duas propostas da Asociación Interétnica Del Desarrollo de Selva Peruana (Aidesep) para a criação de duas reservas territoriais a favor de populações indígenas em situação de isolamento. Estas reservas não constituem uma categoria de área natural protegida nem concedem a propriedade da terra a seus beneficiários, sendo somente uma forma de proteção de uma zona determinada onde se localizam estes grupos até que eles definam suas áreas de ocupação permanente. Há, além delas, propostas para a criação de áreas naturais protegidas, bem como para a ampliação de outras áreas já existentes conforme detalhado no documento "Hacia una visión compartida sobre ANP (áreas naturales protegidas) en la region de Loreto elaborado pelo Instituto Del Bien Comun, do Peru.

Se estas propostas saírem do papel, o resultado será a formação de um "arco de conservação Brasil-Peru", que abrangerá toda a extensão da fronteira totalizando uma área de cobertura florestal contínua de 23.851.532 ha. Esse bloco deve proteger a maior população de indígenas isolados das Américas e, além disso, deve conectar o bloco de florestas do sudoeste do Amazonas com as áreas protegidas do Acre e com o corredor biológico Vilcabamba-Amboro, *hotspot* dos Andes tropicais, que atravessa o Peru e a Bolívia. (março, 2006)



Balsa peruana com madeira extraída, no rio Javari.

HILTON MASCIMENTO, MAR, 2006



Aldeia Mayoruna Trinta e Um nas margens do Javari, fronteira com o Peru.

Os Mayoruna e a vigilância da fronteira

*Beatriz de Almeida Matos
Antropóloga/CTI*

A população dos Mayoruna (ou Matsés) no Peru é de 1.314 indígenas, que vivem em 14 comunidades nos rios Galvez, Choba e Javari. No Brasil, segundo os censos do DSEI Javari, são 943 pessoas, vivendo em 8 comunidades, no médio Javari, alto Javari-Jaquirana, igarapé Lobo, rio Curuçá e rio Pardo.

A participação dos Mayoruna que vivem no lado brasileiro da fronteira, na realização de expedições de reconhecimento e delimitação da TI, financiadas pelo PPTAL, é um marco da mudança das relações que o exército brasileiro mantinha com esses índios. Antes de todo o processo de demarcação da TI Vale do Javari (2001) essas relações eram de antagonismo. O exército muitas vezes puniu, sobretudo nos anos 1950 e 1960, os Mayoruna pelas investidas que estes dirigiam contra os madeireiros que invadiam seu território.

Hoje o exército começa a reconhecer o papel que os Mayoruna desempenham de vigilância da fronteira. Estes organizam expedições de fiscalização do território indígena por sua conta, com barcos, motores e gasolina da própria comunidade. Waki (apelidado Caiçuma), liderança da aldeia Lobo, é um dos grandes responsáveis por esse plano de vigilância, e ele e sua família mantêm casas de apoio com roças na boca do Batã e em outros pontos estratégicos. Em meados de 2005 essa casa foi queimada, acredita ele, por invasores.

André Mayoruna, vice-coordenador do Civaja, esteve presente na última grande apreensão de madeira extraída ilegalmente na TI Vale Javari, em janeiro de 2003, episódio que descreve no depoimento abaixo, colhido no escritório do CTI em Tabatinga, em 26 de outubro de 2005.

“Bom, em janeiro de 2003, nós encontramos mais de 2000 toras de cedro e aguano (mogno), e a gente apreendeu. Subindo no alto rio Jaquirana, a gente pegou vários invasores, peruanos, brasileiros e nós fomos até a última placa. Eu, Beto [Eriverto Vargas, Marubo], que era responsável do PPTAL, e o Jaste, que era chefe de posto da Funai. Como vice-coordenador do Civaja, eu acompanhei esse processo. Então o que nós achamos? Quando nós chegamos no Batã, a gente encontrou

a primeira jangada que vinha descendo, 140 toras de madeira. Aí nosso pessoal indígena tomou dos peruanos, atracamos no rio. Aí os peruanos queriam tomar, mas nós deixamos mais de 15 pessoas encima da madeira, guardando, até que outra equipe viesse até a jangada. Então nós seguimos viagem, até o rio Batã, achamos outra jangada, apreendemos essa madeira, e deixamos outro bocado, mais cinco pessoas, cuidando dessa madeira, e nós fomos até a última placa. Encontramos várias madeiras dentro do igarapé, e a gente apreendeu essa... nós expulsamos os peruanos. A gente apreendeu a madeira, 140 toras. Éramos eu e o Jaste, chefe de posto, na comunidade 31. Era a última madeira que vinha descendo.

Aí aconteceu que o patrão dos peruanos acionou os policiais militares para que eles pudessem passar as madeiras na comunidade. Só que nós não deixamos passar, nós apreendemos mesmo. Os quatro policiais peruanos estavam armados, e eles não queriam que a gente subisse encima da madeira. Mas nós, com terçado, com machado, com flecha, nós conseguimos subir encima da madeira. Aí o peruano disse que só com rajada matava a gente. Nós não tivemos medo, naquela hora nós éramos a polícia federal. E entre 60 Matsés subimos encima da madeira, e nós cortamos o cabo do que vinha trazendo, o rebocador, e nós conseguimos atracar do lado do Brasil com a madeira, 140 toras.

Então a gente apreendeu. Depois disso nós viemos embora para Atalaia, e acionamos a Funai, para que eles pudessem ir até lá na aldeia, eles foram depois, aí foram junto com Exército, Polícia Federal, Funai, o próprio Gilmar [Jóia, então administrador da Funai de Atalaia do Norte] estava lá. Aí eu não fui, eu fiquei em Atalaia. Então aí por lá eles fizeram um acordo entre a comunidade e o Exército, fizeram um acordo, dizendo que a madeira ia ser trazida para Tabatinga, ia ser serrada. Metade era do exército, metade era da comunidade. Então até hoje essa madeira não retornou para nossas comunidades. Eles falavam que a gente ia ser beneficiado, Cruzeirinho, Soles, Trinta e Um e o Lobo [nome de aldeias], para fazer escola. E não foram feitos hoje. Até hoje nosso pessoal reclama essa madeira”.

Colapso no Atendimento Provoca Retorno de Epidemias

Beatriz de Almeida Matos

Jorge Marubo

CTI

Coordenador do Civaja

DESCASO E INOPERÂNCIA DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS RESPONSÁVEIS AGRAVARAM PROFUNDAMENTE OS PROBLEMAS DE SAÚDE NA REGIÃO, ASSOLADA POR DOENÇAS COMO MALÁRIA E HEPATITE

A situação da saúde no Vale do Javari é, há pelo menos 20 anos, caótica. Desde 1982, são registradas entre seus povos epidemias como a hepatite e a malária. Como ainda não foi constituído um sistema eficaz de atendimento à saúde dessa população, essas epidemias vêm retornando ao longo do tempo.

Desde 1999, como em todo país, o atendimento à saúde na Terra Indígena (TI) Vale do Javari deixa de ser responsabilidade da Funai e passa a ser da Funasa. Nessa data, começa a implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), com uma estrutura que visava estabelecer a construção de Pólos-Base de saúde nas aldeias, as Casas do Índio nas cidades e a formação de Agentes Indígenas de Saúde (AISs) e Agentes Indígenas de Saneamento. O DSEI Javari passa então a ser a unidade administrativa da Funasa responsável por essa TI. A Casa do Índio foi estabelecida em Atalaia do Norte, numa estrutura construída em 1998 pela organização Médicos Sem Fronteiras. Seriam construídos sete Pólos Base: na aldeia São Luis (Kanamari); na aldeia Trinta e Um (Mayoruna); na aldeia São Sebastião (Marubo); na aldeia Maronal (Marubo); na aldeia Aurélio (Matis); na aldeia Vida Nova (Marubo) e na aldeia Massapê (Kanamari). Destes, foram efetivamente construídos apenas três, os das aldeias São Luis, Trinta e Um e Vida Nova.

CONVÊNIO COM O CIVAJA

O DSEI Javari nunca foi estruturado administrativamente e logisticamente pela Funasa. Essa instituição, logo no início de suas atividades, em outubro de 1999, firmou um convênio com o Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), terceirizando completamente o atendimento à saúde. Assim, a Funasa repassava os recursos financeiros, e o Civaja executava todas as ações.

Como várias organizações indígenas e não-indígenas de todo Brasil que fizeram o convênio com a Funasa na mesma época, o Civaja teve problemas financeiros e administrativos. Por falta de experiência e conhecimento da burocracia, e pelo fato de que a Funasa não prestou apoio técnico para as prestações de contas ou para o planejamento das ações de saúde, houve atrasos nos repasses de verbas, atraso no pagamento dos técnicos em área, etc. O Civaja reclama ainda de que desde 2001 o mesmo convênio foi sendo prorrogado com Termos Aditivos, sem haver renovação. Devido a essa morosidade e a burocracia que impedia as ações em campo – e à epidemia de hepatite que assolou todo o Vale do Javari em 2003 –, em 22 de julho deste mesmo ano, o Civaja, mesmo estando conveniado com a Funasa, encaminhou uma primeira denúncia ao Ministério Público Federal do Estado do Amazonas, que por sua vez encaminhou uma ação civil pública contra a União e a Funasa junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª região.

Foi firmado então um Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC) em 21 de agosto de 2003, assinado por Ricardo Luiz Chagas, na época chefe do Departamento de Saúde Indígena (DSAI), perante o Ministério Público Federal (MPF). Esse termo não estava sendo cumprido, e houve o que os dirigentes do Civaja chamaram de partidarização do DSEI Javari, demonstrada pela escolha de uma professora para coordenar o distrito que não tinha experiência na área de saúde, mas era de um partido

aliado aos dirigentes da Funasa.

Em junho de 2004, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) divulga um dossiê intitulado “A grave situação das hepatite B e D no Vale do Javari”, que foi protocolado, entre outros, junto à Organização Mundial de Saúde (OMS), Ouvidoria do Ministério da Saúde e Secretário Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. O lançamento do dossiê teve ampla divulgação na imprensa.

PROTESTOS CONTRA A FUNASA

Indignados com toda essa situação, em 30 de junho de 2004, cerca de 150 indígenas dos povos Marubo, Mayoruna, Matis, Kanamarí e Kulina fizeram uma grande mobilização, ocupando a sede da Funasa em Atalaia do Norte. Negociada a desocupação, o responsável pelo DSAI, sr. Alexandre Padilha, assinou em 9 de julho deste ano um “Termo de Acordo” entre o DSAI e o Civaja. Padilha se comprometeu a empossar outra pessoa, com as qualificações necessárias, para o cargo de coordenador do DSEI Javari. Mas indicou outra professora que também não tinha nenhuma experiência nessa área ou de trabalho com populações indígenas. Como o Civaja havia encaminhado um documento ao DSAI em abril de 2004 declarando que não iria mais renovar o convênio com a Funasa, nesse Termo de Acordo também foi definida a instauração de uma comissão deliberativa, o Conselho do DSEI-Javari, responsável pela organização dos serviços de saúde deste DSEI.

Na prática, esse conselho não teve muita margem de ação, e a coordenação do DSEI não consultava o conselho para realizar ou planejar as ações de saúde. Apenas para a contratação de pessoal um novo convênio foi firmado com a Associação dos Moradores Indígenas de Atalaia do Norte (Amiatan), que o assumiu a partir de agosto de 2004, mas oficialmente o assinou a partir de outubro de 2004. Em agosto do mesmo ano, o CTI lança uma campanha para tentar atrair a atenção da comitiva da ONU que estava de passagem pelo Brasil para a grave situação de saúde e números de mortes no Vale do Javari.

No primeiro semestre de 2005, todos os quatro rios mais importantes do Vale do Javari (Javari, Curuçá, Ituí e Itacoáí) estavam assolados por uma epidemia de malária, sendo que não havia remédio em quase nenhuma comunidade. Para reverter essa situação, mas de maneira tardia, foi articulada pela Funasa uma ação de emergência chamada “Força Tarefa”. Em 21 de julho de 2005, começaram as operações, percorrendo o Javari, o Curuçá e o Ituí, recolhendo e examinando as lâminas de toda a população de todas as aldeias, e fazendo a borrifação do veneno contra o mosquito. No Itaquai, no entanto, não foi feita nenhuma ação.

Em outubro de 2005, o Coordenador da Coordenação Regional da Funasa do Amazonas (Core-AM) da época, sr. Francisco Ayres, nomeou para coordenação do DSEI-Javari o coronel Cláudio Gomes, um militar aposentado e cunhado do prefeito de Atalaia do Norte. Em consequência dessa nomeação de mais uma pessoa que nada tinha de experiência nas questões de saúde indígena, o Civaja liderou outra ocupação da Funasa. Em novembro de 2005, diante deste protesto e de manifestações públicas de apoio da Coiab ao Civaja, Gomes foi exonerado. O prefeito de Atalaia então reuniu alguns indígenas que estavam se tratando na Casa de Saúde Indígena e foi com eles para Manaus para fazer crer que a nomeação de Gomes era legítima e apoiada pelo movimento indígena. Felizmente, a estratégia não deu certo, já que lideranças tradicionais e representantes do Civaja foram também até Manaus para se reunirem pessoalmente com o coordenador da Core-AM. Além disso, desde o dia 10 de outubro de 2005, Ayres havia determinado ainda a paralisação das ações de saúde do DSEI Javari até que o órgão reconhecesse as dívidas deixadas pela coordenadora anterior, o que também motivou a insatisfação dos indígenas, que ficaram sem atendimento nenhum de saúde. Somente em 1ª de janeiro de 2006 essa situação começou a se regularizar, e foi empossado Pedro Gonzaga como o novo chefe do DSEI Javari.

FALTA DE RESPONSABILIDADE

Mesmo com todos esses problemas, os dirigentes do DSAI em Brasília nunca admitiram a inoperância e falhas da Funasa no Vale do Javari. Como exemplo disso, podemos citar como a Funasa reagiu à tentativa da Coordenação de Índios Isolados da Funai de realizar a Expedição Vale do Javari, patrocinada por 40 empresas internacionais e composta por médicos radiologistas que levavam para dentro das aldeias uma sofisticada carga de equipamentos de diagnóstico por imagem. Depois de apenas 20 dias em área, em 30 de abril de 2004, a expedição foi embargada pela juíza federal substituta do Amazonas a partir de pressão da Funasa. A decisão da juíza se baseou no argumento de que as políticas de saúde das comunidades indígenas são de responsabilidade exclusiva da Funasa. A decisão da juíza se baseou no argumento de que as ações de atendimento à saúde nas comunidades indígenas devem ser exclusividade da Funasa.

Outro exemplo de como os dirigentes do DSAI não encaram a sua responsabilidade na crise da saúde no Vale do Javari é a audiência pública que aconteceu dia 10 de maio de 2005, em Tabatinga. Após a assinatura pelo Coordenador do DSAI do Termo de Acordo citado acima, o Ministério Público, a partir de denúncia feita pelo Civaja, moveu outra ação con-

Desastre Sanitário

Hilton S. Nascimento

Philippe Erikson

Ecólogo/CTI

Antropólogo/Universidade Paris X – Nanterre

DEPOIS DE UM INTERVALO DE OTIMISMO,
OS MATIS VOLTAM A ENFRENTAR EPIDEMIAS
E TÊM DE REPENSAR O SEU FUTURO

Trinta anos depois dos primeiros contatos com a Funai e um quarto de século depois da última onda de epidemias mortíferas, os Matis pareciam estar a dois passos de ter enfim reencontrado o seu equilíbrio demográfico, psicológico e cultural. No fim de 2005, a população foi estimada em 280 pessoas (versus 87 em 1983). Os rituais, as malocas, as tatuagens e mesmo um pouco de xamanismo haviam sido recuperados, enquanto os contatos com o mundo exterior realizavam-se em condições cada vez mais justas e serenas, à medida que aumentava o bilingüismo e a taxa de alfabetização dos jovens, principalmente após o início das atividades da Escola Matis pelo CTI. Os Matis pareciam ter recuperado a confiança no futuro e renascia a esperança.

A situação sanitária desastrosa com qual eles se encontram hoje confrontados, no entanto, ameaça aniquilar todos esses motivos de otimismo. A epidemia de hepatite B que ronda atualmente a bacia do Javari põe brutalmente em risco a sobrevivência tanto física como cultural dos Matis.

REARRANJOS SOCIOCULTURAIS

Dentre as mudanças recentes, uma das mais importantes é certamente a separação dos Matis em duas comunidades distintas: Aurélio e Beija-Flor. A última, fundada em 2005, situa-se 45 km (em linha reta) a jusante da antiga aldeia, que remonta por sua vez a 1998. Do ponto de vista sociológico, a cisão foi feita de maneira totalmente previsível, a composição dos dois grupos retomando as linhas de fração já visíveis desde o início dos anos de 1980. Essa separação, que alguns Matis já desejavam há mais de 20 anos – mas não conseguiam concretizar pois preferiam permanecer próximos aos serviços da Funai – traduz claramente uma

menor dependência com relação à assistência do órgão de tutela. Aliás, em fevereiro de 2006, nenhum funcionário nem da Funai nem da Funasa estava presente em ambas as aldeias e as reservas de medicamentos estavam depauperadas (particularmente, faltava soro antiofídico e anti-palúdicos). O estabelecimento de uma nova aldeia marca também a vontade de se distanciar dos Marubo (que vivem a montante, no rio Ituí) e, ao mesmo tempo, de se reaproximar um pouco da cidade.

A emergência de uma nova geração de jovens adultos é um outro traço destacável da situação atual. Há cerca de seis anos, aqueles nascidos depois do contato, dos quais alguns dominam perfeitamente o português, chegaram à maturidade, constituíram famílias e introduziram novas práticas, dentre elas o futebol, nova paixão da juventude. Alguns jovens Matis, com maior contato com a cidade, já tinham experimentado as alegrias deletérias das bebidas alcoólicas, mas o segundo semestre de 2005 foi marcado pela introdução dessas bebidas na própria aldeia em ocasião de bailes festivos que costumam terminar num grande caos. Os mais velhos, que continuam a recusar a cachaça, vendo nela uma caçuma excessivamente fermentada, se lamentam e, além disso, acreditam que caçar seria bem mais útil do que jogar futebol o dia inteiro.

A escola introduzida pela Funai, assumida posteriormente pela prefeitura e a partir de março de 2002 pelo CTI, tornou-se um lugar importante que ritma os dias dos jovens e parece responder às suas aspirações. O primeiro livro didático em língua matis feito pelos alunos e professores com assessoria de Hilton Nascimento – Matsesën txu darawakit – foi publicado em 2005 ao mesmo tempo em que era defendida, por Rogério Vicente Ferreira, a primeira tese de lingüística consagrada a essa língua (Língua matis [pano]: uma descrição gramatical. Campinas, Unicamp, 2005). Vale ressaltar que o livro foi dedicado à memória das duas primeiras vítimas matis que tiveram confirmação

de hepatite B, o jovem Bëux Awaranubu, morto em 24 de outubro de 2003 na idade de 15 anos, e o outro jovem Bëux Matis, morto em 6 de abril de 2005 na idade de 16 anos. A tragicidade desses falecimentos é ainda maior, já que o primeiro rapaz tinha (teoricamente) recebido as três doses para ser imunizado contra a doença.

Todas essas inovações apresentam muitos aspectos positivos. O outro lado da moeda – como não cansam de lamentar os mais velhos – é, no entanto, o fato de os mais jovens, muito ocupados em imitar os brancos, não saberem mais caçar. Eles parecem até ter perdido todo o interesse no uso da sarabatana, que apenas os homens nascidos antes ou logo após o contato ainda utilizam. Isso vai de par com uma modificação profunda das estratégias de caça colocadas em prática para abastecer a aldeia. O crescimento demográfico, a sedentarização, a diminuição relativa do número de caçadores e a introdução de espingardas e motores acarretaram maior dependência em relação à caça de queixadas – a única capaz de fornecer um rendimento suficiente – em detrimento de práticas cinegéticas mais generalizadas que antes prevaleciam. A dependência em relação ao mundo exterior (combustível, cartuchos etc.) está ali, sem dúvida, em vias de expansão.

No plano das aparências, podemos constatar que o uso de roupas tornou-se sistemático entre os adolescentes, cujo figurino passou a incluir jeans, tênis, boné de baseball, óculos escuros. Apenas aqueles que têm mais de trinta anos, os últimos a dispor da ornamentação tradicional completa, ainda passeiam de torso nu sem problemas. Reforçando uma tendência que se desenha há cerca de dez anos entre os adolescentes, a maioria das mulheres adotou um visual que dificilmente as distingue de suas vizinhas marubo (penteado, saias, miçangas, maquiagem). Os antigos colares de murumuru são cada vez mais substituídos por miçangas, e os colares de dente de macaco, antigamente onipresentes, de certo modo desapareceram, o que se deve à redução das espécies de pequenos macacos (zogue-zogue, sauim etc.) e pela demanda insaciável do mercado turístico. À primeira vista, apenas a permanência das tatuagens permite ainda distinguir os Matis. No início de 2002, apesar de três dentre eles terem se recusado pela primeira vez a se submeter às práticas tradicionais, não menos de 45 jovens foram tatuados, 24 rapazes e 21 moças. Os ornamentos auriculares, os botoques labiais e as espinhas nasais estão decerto em vias de rarefação, mas a prática da tatuagem mantém-se bastante viva.

NOVOS ATORES

No que se refere à política exterior, o fato mais marcante é sem dúvida a aparição de novos atores, justamente no

momento em que os parceiros tradicionais vêem seu papel diminuído. A Funai de Atalaia do Norte, antigamente toda-poderosa e bastante respeitada pelos Matis, passou a ser considerada como um ator secundário, tanto que o cargo de chefe de posto está vago há mais de um ano. Por outro lado, a Frente de Proteção Etno-Ambiental Vale do Javari (FPEVJ) ganhou uma importância considerável. O posto de vigilância que se encontra na confluência dos rios Ituí e Itacoai emprega regularmente alguns Matis que, ganhando cerca de R\$ 260,00 por mês, servem ali de intérpretes, caçadores, pedreiros e guardas florestais. A base serviu também como pólo de intermediação na venda de artesanato.

Os Matis, cuja língua é próxima o suficiente do Witxombo (Korubo) para que eles possam se comunicar, tiveram um papel fundamental nos primeiros contatos com esses últimos. Conseqüentemente, eles apostaram muito, em termos políticos, na Frente de Contato, uma vez que o Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja) parecia-lhes dominado demais pelos Marubo para que eles pudessem exercer ali alguma influência. Ultimamente, a intensidade das relações com o posto de vigilância foi atenuada. A Frente não oferece mais que três empregos (no lugar de seis, como anteriormente), proíbe os Matis que estão de passagem de dormir no posto e, na falta de comunicação eficaz com eles, tem cada vez mais recorrido aos Marubo (que dominam mais o português). Além disso, à revelia da Frente, certos Matis comercializam diretamente com o pequeno grupo de Korubo contatados (para conseguir deles os cipós tatchik utilizados na decocção ritual), e estes últimos comercializam por vezes diretamente com os habitantes da comunidade ribeirinha do Ladário, fora dos limites da terra indígena. No entanto, as relações entre os Matis e os Korubo, depois de um período de estabilidade, tornaram-se nos últimos tempos um pouco menos amigáveis: os Korubo são acusados de serem avaros em relação



Jovem Matis sendo tatuado.



ALDO DIAS/ME, 1989

Índio Matis participa da II edição dos Jogos Indígenas, em Guairá, no Paraná.

aos seus tatchik (dos quais eles têm o monopólio), e a morte (por hepatite) de um jovem Matis foi interpretada por sua família como resultante de um envenenamento da parte dos Korubo que ele teria visitado quando trabalhava no posto de vigilância. É no entanto difícil saber muito mais sobre esses temas em razão da pouca pesquisa sobre a complexidade da relação entre os Matis e Korubo.

Há vários anos, os Matis participam de todos os Jogos Indígenas, onde, apesar de serem por vezes abrigados e alimentados sob condições pouco dignas, têm a oportunidade de ver o mundo e vender um pouco de artesanato.

Dentre os novos atores que passam a encontrar frequentemente os Matis, os turistas e os cineastas (assimilados a uma só categoria) assumem um papel crucial, em razão da abertura ao mundo e aos bens materiais bastante consideráveis que eles trazem. Os turistas (e os cineastas) que não conseguem obter autorização para chegar aos Matis lançam mão por vezes de uma estratégia que consiste em encontrá-los fora da reserva. São as filmagens “oficiais”, no entanto, que propiciam um maior retorno econômico, trazendo bens caros, como motores peque peque, rádio-emissores, painéis solares, microscópios e centenas de litros de combustível, itens que seria impossível aos Matis obter de outro modo. Alguns longa-metragens foram realizados para a Discovery Chanel, Arte, Canal +, Canal

Futura e a BBC em 1998, 2000, 2004 e 2006. Notemos, enfim, que, para vender artesanato, os Matis seguem cada vez mais a Letícia, na Colômbia, onde nem sempre conseguem pagamentos justos.

XAMANISMO AMEAÇADO

A primeira mulher a dar à luz em Beija-Flor – símbolo da nova era que se abre na história Matis – teve gêmeos e, em seguida, duas pessoas foram atacadas nas imediações por onças. Tudo isso foi percebido pelos habitantes do lugar como um signo de mau augúrio. Além disso, um homem adulto que teve de ser removido para Tabatinga recusou-se a partir, declarando que preferia morrer ao redor dos seus a ter de ir para um hospital. Isso causou grande inquietação. Atingido pela malária, ele alegava que os brancos nada podiam fazer para salvá-lo e, como se não bastasse, arriscavam expô-lo a perigos sobrenaturais ainda mais graves. Ironia do acaso: esse homem sentia-se particularmente vulnerável, mais precisamente porque estava em processo de aprendizado xamânico e buscava afastar o infortúnio de sua aldeia. Há um ou dois anos, seu pai defunto tinha lhe aparecido em sonho para lhe ensinar como proteger os seus contra os perigos que os rodeiam.

Muitas entrevistas revelam que, desde que as epidemias

Epidemias Produzem Caos Social

Elena Monteiro Welper

Pedro de Niemeyer Cesarino

Doutorandos em Antropologia Social,
Museu Nacional/UFRJ e CTI

HEPATITES VIRAIS E MALÁRIA ESTÃO FORA DE CONTROLE E AS MEDIDAS DA FUNASA PARA CONTER A SITUAÇÃO SÃO INSUFICIENTES

Muito embora a Funai, já no início da década de 1990, soubesse do alto índice de contaminação de hepatites virais na região do Vale do Javari, alguns anos depois a Funasa “redescobriria” a doença a partir de uma série de mortes fulminantes ocorridas na comunidade Marubo do Rio Novo, no médio Ituí. Em junho de 2001, três mulheres de uma mesma família (duas irmãs e a filha de uma delas) morreram apresentando os mesmos sintomas de síndrome febril íctero-hemorrágica aguda (SFIHA).

A primeira vítima chegou a ser removida para o município amazonense de Atalaia do Norte (sede administrativa da Funai na TI Vale do Javari). As duas outras morreriam na própria aldeia, após algumas horas de agonia e desespero dos familiares, que nada podiam fazer. A consangüinidade das vítimas e o pequeno intervalo de tempo entre as mortes chamou a atenção da Funasa, que mobilizou uma equipe do Hospital Tropical de Manaus para realizar uma coleta de sangue na população dessa comunidade. O CTI produziu um dossiê minucioso sobre esses e outros fatos e o enviou para a Funasa, Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde (OMS), 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF) e Funai, além de divulgá-lo em listas de grupos de discussão na internet e na imprensa. Nada de concreto foi feito.

Na aldeia, além da natural tristeza, as mortes resultaram em acusações de feitiçaria e separações. O marido de uma das vítimas teve que sair da aldeia levando seus filhos. Outras 30 pessoas, familiares de um primo da mais jovem, mudaram e criaram uma nova comunidade rio acima. Em agosto de 2002, essa mesma comunidade sofreria a quarta perda por morte fulminante e misteriosa ocorrida em

pouco mais de um ano. A diferença foi o perfil da vítima: em vez de mulheres em idade fértil, tratava-se desta vez de um menino de nove anos, que até o dia anterior de sua morte apresentava supostos sintomas de verminose, tais como diarréia e vômito. As doze horas finais de agonia do menino foram assistidas pelo Administrador Regional da Funai e pelo chefe de posto da aldeia Matis, bem como acompanhadas no rádio pelos médicos e enfermeiros de Atalaia que, naquela altura, nada podiam fazer. Os Marubo também sabiam disso. Tinham tentado o que podiam enquanto o menino, ainda consciente, se contorcia de dores. Apoiando-se no discurso das responsabilidades administrativas, nem a Funasa, nem a Funai tomaram as medidas necessárias para tentar salvar o menino.

Três dias depois, a aldeia recebeu a visita da médica do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vale do Javari, que chegava com a incumbência de investigar a causa da morte: a hemorragia levantava suspeita, não apenas de hepatite B, mas também de outras possíveis febres hemorrágicas. O menino Amadeus já havia sido enterrado, e nenhuma amostra de sangue havia sido coletada. A médica colheu o sangue de pessoas relacionadas à vítima, e retornou para Atalaia do Norte. Só então apareceria o resultado das análises feitas no sangue coletado na aldeia Rio Novo em meados de 2001: 17 casos confirmados de hepatite B e outros de hepatite Delta. O nome do menino, Amadeus, estava neste segundo grupo. A aldeia, que um ano antes prosperava com seus 120 habitantes, iria agora abandonar o local.

Para os parentes da vítima, a morte reacendeu as acusações de feitiçaria. Ficava claro que o feitiço não havia sido feito apenas para as mulheres, mas para toda a aldeia. A solução, indicada pelo xamã, era o abandono do local. Optaram por isso, mas precisavam de tempo para abrir roçados, construir casas, e tentar evitar novas vítimas. Promoveram então um longo ritual de condução das almas



*Aldeia Marubo Rio Novo:
após a 5ª morte por hepatite B,
a aldeia foi abandonada e queimada.*

dos mortos, no final de 2002. A Funasa e os índios testemunharam simultaneamente, embora sob perspectivas distintas, a eclosão de um problema que viria a assolar a região nos tempos seguintes.

Os moradores da Rio Novo preparavam-se para a mudança no início de 2003. Entretanto, outra morte aconteceria: um jovem de 14 anos, parente consanguíneo das três vítimas de 2001, faleceria em Atalaia do Norte, de novo por consequência de quadro febril íctero-hemorrágico agudo. A morte precipitou o abandono da aldeia e gerou nova fissão na comunidade, por parte da família da vítima.

Em menos de dois meses, e antes do prazo para que a mudança fosse feita com a devida segurança alimentar e ambiental da população, o pessoal se acomodava como podia em tapiris, no meio de árvores derrubadas e roçados ainda inexistentes. Nos meses e anos subsequentes, a hepatite fez outras vítimas entre os Marubo dos rios Ituí e Curuçá. Uma grave marca acabaria ficando na geração jovem, com grande número de portadores de hepatites crônicas, submetidos à inconstância e falta de estrutura dos acompanhamentos realizados pela Funasa em Atalaia do Norte, bem como as inconstantes campanhas de vacinação.

ALÉM DA HEPATITE, A MALÁRIA

Ao quadro de hepatites crônicas e suas vítimas, bem como às tensões em torno de acusações de feitiçaria e fissões de comunidades daí decorrentes, somou-se ainda, a partir do início de 2005, uma avassaladora epidemia de malária por todo o Vale do Javari, de efeitos especialmente devastadores sobre as comunidades Marubo do alto Ituí. Em abril

de 2005, os moradores das mais diversas comunidades relataram ter convalidado de malária praticamente toda a população das aldeias do alto Ituí. A assistência da Funasa, dizem os próprios índios, tardou cerca de um mês para chegar: apenas em março vieram os auxiliares, na tentativa de neutralizar uma crise que, no mês anterior, só não chegou a produzir óbitos por conta da introdução de esparsos medicamentos pela Missão Novas Tribos do Brasil, sediada nas comunidades de Vida Nova, no alto Ituí. Escassez de medicamentos, lâminas e lancetas seria constante ao longo de todo o ano: as missões da Funasa que partem de Atalaia para suprir o Pólo Base de Vida Nova trazem sempre medicamentos insuficientes para os números de casos, tratamentos incompletos para os dois plasmódios (*vivax* e *falciparum*), e auxiliares microscopistas que permanecem por não mais que dois meses em área.

A cada missão, nos relatava um auxiliar da Funasa, diárias são pagas, e a falta constante de remédios gera necessidade de novas missões, para as quais são pagas diárias, e assim por diante, desperdiçando recursos e deslocamentos com expedições despreparadas e imprecisas. Apenas uma fumigação foi realizada pela Funasa na área no final de março, sem nenhuma continuidade nos meses seguintes, comprometendo a epidemiologia da doença. Sobre esta, aliás, diversas vezes a coordenadoria da Funasa deslocou a responsabilidade pela falta de controle da epidemia para os próprios índios, que seriam os culpados por atrasarem e interromperem seus próprios tratamentos. Mas vale dizer que exames e tratamentos regulares e acompanhados por especialistas em toda a população jamais foram feitos ao longo de 2005 (faltam lâminas e medicamentos para os cerca de 500 habitantes apenas do alto Ituí...), sem mencio-

nar as inexpressivas fumigações. Além disso, do ponto de vista indígena, a malária é explicada de maneiras diversas, por exemplo, pela derrubada de arbustos da planta kapi nas cabeceiras do rio, responsável pela liberação de um temível “calor mortal” (vëi shana), e não pela agência de protozoários parasitas de hemáceas.

Os Marubo escutam conversas revoltantes na frequência de rádio, como a que se deu entre o coordenador da Funasa

HEPATITES VIRAIS SÃO MOTIVO DE ALERTA

Entre os anos de 2001 e 2004, os índios do Vale do Javari enfrentariam aquele que se transformou no seu maior problema, e que já não era mais a extração de madeira: uma epidemia de hepatite B e D.

A hepatite B é uma doença causada por um vírus e é transmitida principalmente por contato sexual, por contato com sangue contaminado ou da mãe para o filho durante o nascimento. O vírus da hepatite D, também chamado de Delta, é um vírus que requer a presença da infecção pela hepatite B para sobreviver. A forma de transmissão é a mesma da B. A superinfecção pela hepatite B e D ocasiona as formas mais graves de hepatite, conhecidas cientificamente como Febre Negra de Lábrea, com intenso quadro de hemorragia digestiva que ocasiona vômitos de coloração escura e pode matar em média entre quatro a seis dias após o início dos sintomas.

Em junho de 2001, no Vale do Javari, teve início um período de mortes causados pela hepatite B ou síndrome febril ictero-hemorrágica aguda (SFIHA). A SFIHA é o nome técnico que se dá para a doença que possui sintomas parecidos com hepatite B e febre amarela, mas sem comprovação laboratorial. A não confirmação laboratorial é a maioria dos casos de óbitos no Javari, já que muitos morrem nas aldeias sem tempo de procurarem tratamento nas cidades. A não confirmação laboratorial tem sido usada como desculpa pelas autoridades competentes para dizer que não podem afirmar que esses casos sejam todos causados por hepatite B, mesmo numa área de alta endemicidade para essa doença e com grandes porcentagens de indígenas sendo portadores confirmados de hepatite B.

Em 2004, a expedição da Funai e do Instituto Dunas e Ventos, patrocinada pela Kodak, fez o que a Funasa até hoje não conseguiu: a sorologia de todos os habitantes do rio Ituí. Foram realizados 413 exames, que ficaram à disposição da Funasa. A pedido da revista “Isto é” (18/08/2004), o infectologista Artur Timerman comentou os dados: “Apenas 14% da população desenvolveu imunidade ao vírus da hepatite B a partir de vacinação. Trata-se de uma imunização pela vacina extremamente baixa para uma área considerada endêmica, mas que se mostra numa situação de epidemia. Outros 23% dos índios examinados desenvolveram imunidade natural ao vírus. Por um lado, isso indica que o organismo produziu anticorpos e eliminou o vírus, tornando o corpo imune. Por outro, alerta para a grande quantidade de pessoas na região que teve contato com o vírus da hepatite B”. No total, cerca de 37% dos habitantes de aldeias marubo e matis

de Atalaia e o de Cruzeiro do Sul (AC), no dia 27/05/2005: este último oferece sua ajuda – Cruzeiro do Sul dista 30 minutos de vôo da pista da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) no alto Ituí – para melhorar a assistência às aldeias Marubo, mas o coordenador de Atalaia do Norte polidamente (e politicamente) a dispensa, dizendo “estar tudo sob controle”. Debruçados sobre os rádios nas aldeias, os índios escutam revoltados a decisão do coor-

ao longo do rio Ituí, entre vacinados e naturalmente imunes, não correm risco de pegar a doença. Porém, restam outros 55% de índios sem defesa contra o vírus. A situação é ainda mais grave para os 8% dos índios que possuem o vírus da hepatite B em sua forma crônica, ou seja, com risco de desenvolver formas graves que causem danos como a cirrose. A Funasa se recusa, no entanto, a aceitar esses resultados alegando desconhecer o método utilizado. Ora, o método utilizado foi o Elisa, preconizado justamente pelo Ministério da Saúde.

Dados da Funasa de 2004 comprovam 78 indígenas portadores de hepatite B. O número da amostragem nunca é divulgado, mas não chega nem a mil dos cerca de 3 mil habitantes do Vale do Javari. Desses, 31% são Marubo; 44%, Mayoruna; 10%, Matis; 9%, Kanamari; e 1%, Kulina. 34% dos portadores têm menos de 20 anos de idade. Os Mayoruna constituem quase metade dos casos registrados de portadores.

A Funasa não consegue romper a cadeia de transmissão da doença. As novas gerações do Vale do Javari não estão a salvo da hepatite e continuam sendo contaminadas. Dados acumulados até o ano de 2002 demonstram que somente 3% das crianças menores de um ano receberam as três doses necessárias para conferir imunidade contra o vírus da hepatite B. O esquema vacinal e de retorno de 44 pacientes portadores de hepatites virais que participaram do manejo clínico realizado em outubro de 2005 mostra claramente como foi a vacinação entre os indígenas do Javari ao longo dessa última década. O intervalo entre a primeira dose e a segunda foi realizado em média em doze meses, com um caso extremo que demorou quatro anos e meio! Situação pior ainda se encontra entre o intervalo da segunda para a terceira dose, que teve uma média de 22 meses. Houve um caso de dois indígenas que receberam a terceira dose somente oito anos depois da segunda, e mais outros dois que vieram a recebê-la mais de dez anos depois! Mesmo hoje a Funasa não consegue realizar mais do que duas vacinações por ano. Foi assim de 2002 a 2005.

O risco de as pessoas contaminadas por hepatite B progredirem para a forma crônica é de 5 a 10% em adultos, mas é de mais de 90% no caso de recém-nascidos. A Funasa ainda hoje não tem a sorologia de todas as mulheres em idade reprodutiva do Vale do Javari para poder evitar a contaminação vertical, da mãe para o filho.

Para os portadores crônicos, iniciaram-se os procedimentos

denador da Funasa de Atalaia. De um pico estimado em 80% da população contaminada por malária em fevereiro, a situação se estabiliza no infeliz patamar de variação entre 20% e 50% ao longo de todo o ano de 2005 e início de 2006. Em janeiro deste ano, complicações causadas por malária avançada tiraram a vida de uma menina de um ano e quatro meses, habitante da comunidade Praia (alto Ituí), em Cruzeiro do Sul (Acre).

INOPERÂNCIA DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Por que tanta inconstância e irresponsabilidade na condução de uma ação epidemiológica sobre a área? Que saúde hepática se espera de uma população jovem e infantil que, além dos altos índices de hepatite crônica, ainda tem que suportar infecções causadas por vivax e falciparum, com tratamentos incompletos e sem a constância dos acompanhamentos especializados?

À inexistência de uma ação epidemiológica efetiva, bem como de tratamentos regulares e supervisionados, somam-se ainda as pífias ações preventivas: preservativos insuficientes nas aldeias e nos pontos de apoio nas cidades próximas, pessoal técnico despreparado e desinformado sobre as práticas sociais e sexuais das populações indígenas, resultando em imprecisão e inadequação dos discursos sobre a transmissão via sexual, não apenas de hepatites, mas das próprias doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), que também assolam os jovens Marubo de ambos os sexos.

As recentes trocas nos quadros administrativos da Funasa em Atalaia do Norte em nada contribuíram para modificar

esta situação; tampouco os dois órgãos responsáveis pelas salvaguardas da Terra Indígena Vale do Javari, a Funai (por meio da Administração Regional de Atalaia do Norte) e a Funasa, conseguem estabelecer políticas coordenadas de ação, que certamente reverteriam a grave crise da saúde entre os Marubo e outros povos do Vale do Javari.

Estes tristes fatos têm conseqüências complexas sobre a distribuição espacial das comunidades, tais como cisões traumáticas entre famílias, acusações internas de feitiçaria, mudanças abruptas que comprometem a segurança alimentar e as reservas de caça e pesca, atingindo em cheio as dinâmicas da vida social marubo. Momentos de relações interétnicas – tais como cursos de formação de professores organizados pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas – são vistos agora com desconfiança, considerados como espaços para aprendizados e práticas de feitiçaria entre povos vizinhos, resultando em mortes.

Pessoas identificadas publicamente como portadoras de hepatite e DSTs sofrem discriminação por parte do próprio grupo, e tem seu futuro matrimonial comprometido, como no caso de jovens moças enfermas, que acabam sendo relegadas às periferias da vida social e, por timidez e medo, permanecem escondendo, às vezes por anos, as doenças que carregam. Contrariando costumes tradicionais de parto e reclusão pós-natal, gestantes são levadas para ter seus filhos na cidade, sob a justificativa de que os recém-nascidos devem ser vacinados para evitar desenvolver a doença herdada da mãe. Se a justificativa é correta, o procedimento não o é, pois estes recém nascidos deveriam estar sendo vacinados em suas próprias aldeias.

GERAL

ADMINISTRADOR DA FUNAI
É EXONERADO

A Funai exonerou ontem seu administrador em Atalaia do Norte, Gilmar Jóia de Figueiredo, que havia sido expulso da sede do órgão na cidade por 45 índios que o acusam de negligência com a segurança da reserva no Vale do Javari. Os índios disseram que a reserva é invadida por madeireiros e encaminharam à presidência da Funai comunicado assinado por lideranças das etnias marubo, maiuruna, matis e canamari, alegando que Figueiredo estaria manipulando indígenas para apoiar o prefeito reeleito de Atalaia, o madeireiro Rosário Conte Galate Neto (PPS). Figueiredo se disse surpreso com a exoneração e negou as acusações. (FSP, 11/12/04)

O COMÉRCIO DE “PIABA”
E DE PEIXE LISO

A área do médio Javari, onde são abundantes os lagos e é escassa a fiscalização, tem hoje seus recursos explorados por inúmeros pescadores e “piabeiros” (como são chamados aqueles que vivem da captura e comercialização de peixes ornamentais, as piabas). Muitas vezes são os próprios índios que capturam nos inúmeros lagos próximos às comunidades os alevinos de espécies como o aruanã, cobiçado no mercado de peixes ornamentais. Os piabeiros

passam pelas comunidades trocando as piabas por dinheiro ou produtos industrializados como sabão, cartuchos, sal, açúcar etc. Evidentemente, o valor (em dinheiro ou mercadoria) oferecido pelos piabeiros em troca dos alevinos é muito aquém daquele obtido na comercialização na cidade (principalmente Letícia, na fronteira com Tabatinga). Além disso, é comum a troca destes peixes também por bebidas alcoólicas, trazendo consequências preocupantes em algumas aldeias. Do lado brasileiro, a comercialização desses peixes é proibida, mas cruzando-se a fronteira apenas alguns metros pelo rio é possível encontrar grande número de balsas que compram e vendem diariamente os alevinos (um piabeiro vende cada unidade a aproximadamente R\$ 1,50). O volume de peixes ornamentais e peixe liso que sai do aeroporto de Letícia com destino a Bogotá (de lá atingindo o mercado internacional) é tão significativo que esses produtos desfrutam hoje de um destaque na pauta de exportações da Colômbia. O jornal O Estado de São Paulo de 31/12/01 já anunciava que “anualmente, das 600 toneladas de pescados que são retirados de lagos e rios do Alto Solimões, no Amazonas, 400 toneladas vão ilegalmente para aquele país”. Na mesma matéria, a então prefeita de Santo Antônio do Içá, Inês Baranda Hortência, alertava para o fato de que às vezes os pescadores e piabeiros se valem de técnicas altamente

impactantes para o meio ambiente, como o uso de dinamite. Passeando por um dos lagos, Inês viu barcos colombianos com modernos equipamentos jogando bombas no rio.

Em apenas uma ação conjunta do Ibama, Funai e Polícia Militar do Estado do Amazonas, entre os dias 8 a 14/01/06, foram apreendidos aproximadamente 20.000 alevinos de aruanã, capturados nos inúmeros lagos do médio curso do rio Javari. Das 25 canoas abordadas, apenas quatro não transportavam alevinos.

Nunca foi realizado qualquer estudo sobre o impacto ambiental do comércio da “piaba” na região, o que poderia inclusive indicar a viabilidade do manejo dessas espécies de maior valor econômico, gerando renda para estas comunidades e

seu habitat. Até agora, no entanto, nenhuma medida foi tomada e as ações do governo se resumem a raras expedições de fiscalização, com o intuito de coibir tais práticas ilegais (uma repressão ineficaz que em nada altera o quadro descrito). (Conrado R. Octavio, CTI, jan/2006)

COMEÇA A EXPEDIÇÃO
PARA DETECTAR DOENÇAS...

Começou ontem, em Tabatinga (AM), a mais ousada expedição para tentar detectar o tipo de doença que está matando os índios Matis, Marubo, Kanamari e Korubo. Composta por médicos radiologistas e levando para dentro das tribos uma sofisticada carga de equipamentos de diagnóstico por imagem, a Expedição Vale do Javari deixou Tabatinga ontem pela manhã e navegará aproximadamente cinco dias para chegar até à reserva onde vem ocorrendo a disseminação de uma doença aparentemente infecciosa, porém de etiologia ainda indeterminada, genericamente denominada Síndrome Febril Íctero-Hemorrágica.

A expedição deve durar oito semanas. A data entre abril e maio foi escolhida por coincidir com a estação das chuvas, permitindo o acesso mais fácil a essas áreas isoladas. “Na seca, os barcos não conseguem chegar à cabeceira do rio”, explicou o dr. Sérgio Brincas durante o lançamento da expedição.

Graças aos milagres da tecnologia, exames realizados em plena selva serão analisados a muitos quilômetros de distância.

CIVAJA, ORGANIZAÇÃO DOS POVOS DO VALE DO JAVARI

O Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), fundado em 1991, é a organização mais importante e mais atuante hoje no Vale do Javari. Desde 2002, está sob a coordenação de Jorge Marubo, e o seu mandato deve ir até 2006. Durante a demarcação física da TI, em 2000, o Civaja realizou, em parceria com a Funai/PPTAL, o “Projeto de Acompanhamento e Consolidação da Demarcação Física do Vale do Javari”, que teve duração de um ano e seis meses. Esse projeto incluiu um trabalho de conscientização das comunidades ribeirinhas que vivem nos municípios que fazem limite com a TI, bem como a construção de casas de apoio e vigilância, contando com a ajuda das comunidades indígenas.

Em 2001, concluída a demarcação, ainda em parceria com a Funai/PPTAL, o Civaja realizou o “Projeto de Vigilância e Capacitação”, promovendo diferentes cursos – dentre eles, manuseio de radiogramas, radiocomunicação, manejo de quelônios –, além de visitas periódicas às picadas e casas de apoio pelas lideranças

das comunidades.

Nesse mesmo período, foi estabelecido o convênio entre o Civaja e a Funasa que, no entanto, não teve bons resultados, uma vez que a Funasa não se empenhou em garantir aos índios um trabalho de capacitação tampouco um efetivo acompanhamento das atividades realizadas. O resultado disso foi a dissolução, em abril de 2004, do convênio com a Funasa, solicitado pelo próprio Civaja, que então elaborou um projeto de reorganização e retomada de seu protagonismo na articulação com as diversas comunidades.

Atualmente, as ações do Civaja têm se concentrado em denúncias ao Ministério Público Federal e no acompanhamento político dos encaminhamentos dessas denúncias, já que a situação crítica da saúde e da educação escolar na TI Vale do Javari não deixa outra alternativa às lideranças da organização. Algumas dessas denúncias têm gerado ações por parte dos órgãos públicos, mas grande parte delas

Isto porque o mesmo exame feito no meio da floresta poderá ser enviado imediatamente para dentro de um computador e, a partir desse computador, essas imagens podem ser transmitidas por um canal de satélite, armazenadas e discutidas com um centro de saúde maior ou mesmo com a Funasa, para que se chegue ao diagnóstico de cada indivíduo dentro da região. No período de 03 a 10 de janeiro, o radiologista Sérgio Brincas e a administradora Bia Boleman, fundadora da Duna e Ventos, empresa que está organizando a expedição, foram levados pelo sertanista Sidney Possuelo ao Vale do Javari com o objetivo de conhecer de perto a realidade da região, onde levantaram as condições de saúde na área indígena e os recursos da infra-estrutura de atendimento aos índios. (Amazonas em Tempo, 06/04/04)

... MAS ELA É INTERROMPIDA

A decisão proferida em 30 de abril por uma juíza federal substituta do Amazonas, atendendo uma paradoxal solicitação do Ministério Público, representa um fato grave, embora primário do ponto de vista jurídico. No Vale do Javari já foram registrados pelo menos 16 óbitos entre indígenas por uma epidemia mortal, ainda desconhecida, que ameaça atingir milhares de índios, incluindo populações contatadas e isoladas. O Departamento de Índios Isolados da Funai conseguiu montar, com a colaboração de especialistas e o patrocínio do Colégio Brasileiro de Radiologia, uma expedição de alto nível para tentar diagnosticar a situação e estabelecer medidas preventivas. Dados os altos custos do material médico necessário, conseguiu a doação de parte deste por uma importante empresa de materiais radiológicos.

Alega a juíza que – por ser a saúde dos índios tarefa da Funasa – a própria realização da expedição “sugere que o Estado brasileiro nada tem feito pelas comunidades em questão” e manifesta temor de que as imagens radiológicas dos índios sejam usadas pela empresa patrocinadora. Por isso, manda encerrar imediatamente a expedição (em estágio avançado) sob pena de aplicar multa de R\$ 5 mil por hora ao Chefe do Departamento da Funai. Obviamente a meritíssima não aplicou o mesmo princípio aos brancos, mandando fechar os hospitais e planos de saúde particulares no País inteiro, cuja existência poderia ser considerada, da mesma forma, um perigoso atestado da

ineficiência do SUS. No caso dos índios, parece que seu direito à sobrevivência é subordinado à boa imagem do Estado, mesmo que a sentença reconheça que “talvez o socorro... (da Funasa) não venha em hora tão boa”. Está claro que a decisão da Justiça amazonense foi inspirada por aqueles setores governamentais que estão engajados numa verdadeira campanha de difamação em relação aos convênios que a Funasa realizava com as organizações dos próprios índios. Em suma, tudo indica que os argumentos grotescos que embasam a decisão judicial nascem de um conflito maior no âmbito do próprio governo federal. (Amazonia.org, 03/05/04)

FUNASA SE DEFENDE

No que diz respeito à situação epidemiológica do Vale do Javari, a Funasa esclarece que realiza investigações epidemiológicas sobre a incidência de vários tipos de hepatite e outras doenças virais na região desde 1993. Inquéritos sorológicos detalhados sobre o assunto foram realizados em 1995 e em 2001, proporcionando um diagnóstico etiológico dos casos de SFIHA. Em função dos resultados dessas investigações, foram desenvolvidas diversas etapas vacinais, priorizando-se esquemas de imunização diferenciados para a população indígena da região com o propósito de reduzir a vulnerabilidade a hepatites. Em 2002, foi definida uma estratégia de intervenção a partir da análise do risco populacional com base no número de casos, na região e no deslocamento dos indígenas. Dentre as ações propostas foram incluídas o diagnóstico do estado vacinal, monitoramento dos índios sabidamente infectados, remoção dos casos sintomáticos e das gestantes HBsAg+ para atendimento hospitalar, tratamento adequado aos recém-nascidos (imunização com menos de 12 horas e aplicação de gamaglobulina), ações educativas nas aldeias atingidas, com enfoque na cadeia de transmissão, identificação dos contatantes e incremento da infra-estrutura da rede de serviços para melhorar as condições de imunização, diagnóstico e tratamento da população local. O problema central não está propriamente na ausência de ações diagnósticas, mas na necessidade de elucidação de outros fatores e agentes etiológicos e ambientais intervenientes que criam um quadro de enfermidade de tal gravidade levando aos óbitos. (Trecho de nota oficial da Funasa, 05/05/04)

COIAB E CIVAJA PROTESTAM

Em nota veiculada ontem, a Coiab reagiu ao cancelamento da expedição Imagem do Javari, pela juíza federal substituta, Fabíola Bernardi, decorrente de ação civil pública movida pelo MPF. “Lamentamos que o destino dos povos indígenas seja submetido a pleitos jurídicos, a desentendimentos de competência, quando a melhor medida deveria ser adotar a perspectiva de somar esforços e construir parcerias que facilitem atacar com urgência os graves problemas de saúde que enfrentam os povos indígenas do Vale do Javari”, diz a nota assinada pelo coordenador geral da entidade, Jecinaldo Barbosa Cabral (Sateré-Mawé) e pelos diretores Crisanto Rudzo Tseremey'wa (Yevante), Maria Miquelina Beneto, Ma Santos (Mayoruna).

Sobre o cancelamento da Expedição “Imagem do Javari”, o Civaja também se pronunciou, afirmando que “qualquer atividade que contribua para garantir a continuidade histórica dos nossos povos, a melhoria das suas condições de vida, será sempre bem-vinda, desde que seja implementada com o conhecimento prévio e consentimento dos índios”.

A situação é tão grave que a nota do Civaja conclui alertando: “Por tudo isso, o Civaja convoca o Ministério da Saúde, a Funai, outros órgãos governamentais, instituições particulares, ONGs, Igrejas, Exército, Marinha, Prefeitura e outras entidades para que se mobilizem urgentemente a fim de controlar a epidemia de hepatite que flagela e ameaça a vida dos povos indígenas do Vale do Javari, pois não podemos nos conformar apenas em assistir as mortes dos nossos parentes de braços cruzados”. O Civaja ressalta ainda que havia notícias sobre hepatite na área indígena desde 1982, no entanto “as autoridades competentes não tomaram, até hoje, as providências necessárias”. (Amazonas em Tempo, 10/05/04)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES MATSÉ

Acontece em Tabatinga e Leticia (Colômbia) o I Módulo do Curso de Formação Complementar de Professores Mayoruna. A idéia deste curso é capacitar os professores Mayoruna em pesquisa para a elaboração de conteúdos específicos para

o ensino de história em suas escolas, baseadas na memória oral do seu povo. Sob coordenação da Profa. Dra. Maria Elisa Ladeira, os professores Beatriz Matos e Hilton Nascimento (Kiko) se revezarão para ministrar 160 horas do curso. A primeira etapa, “O Território Mayoruna e a fronteira Brasil-Peru: do século XVI aos nossos dias”, será dividida em sete partes temáticas, num total de 120 horas/aula. Espera-se contribuir para que os Mayoruna possam compreender melhor os processos históricos que levaram à definição da fronteira Brasil-Peru da forma que é hoje e, a partir daí, a compreensão das diferenças entre os dois países. Além disso, deve ajudá-los a entender alguns aspectos importantes correspondentes a períodos da história da região contada pelos não-indígenas e à ocupação indígena. As outras 40 horas/aula foram reservadas ao Curso de Computação Básica. (Murilo Caldas, CTI, 05/04/05)

ATUAÇÃO DA SEDUC/AM

A formação de professores indígenas na TI Vale do Javari, promovida pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, é recente. Desde 2000, professores indígenas estão sendo formados pelo projeto Pirayawara. Já foram realizadas desde então 4 etapas (em 2001, 2002, 2003 e 2004) e um curso de formação continuada (em dezembro de 2005). Esses professores, 24 marubos, 14 mayorunas, 8 kanamaris, 4 matis e 1 kulina já estão lecionando. Para a realização dos cursos da Seduc/AM, em 2001, foi construído no médio Curuçá, onde deságua o rio Pardo, um centro de formação de professores, o Centro Sorriso do Saber. Não foi uma iniciativa da própria Seduc, mas sim do Civaja e da comunidade Marubo de São Sebastião, com apoio da Funai, que cedeu as madeiras. Lá foram realizadas 3 etapas do curso de formação de professores. Durante a 3ª etapa, 9 professores ficaram doentes de hepatite e foram removidos para o hospital. Falando 5 dias para terminar o curso, este foi interrompido pela Seduc. Assim, os índios decidiram que não queriam mais os cursos no Centro, e ele atualmente está

9 de setembro de 2004, foi realizada em Atalaia do Norte, através de um convênio com a prefeitura desta cidade. (Jorge Marubo e Beatriz de Almeida Matos, CTI, dez/2005)

ESTUDANTES INDÍGENAS

PROJETO DE EDUCAÇÃO DO CTI

O Projeto de Educação e Referência Cultural do CTI na TI Vale do Javari tem duas vertentes. A primeira é a garantia de uma educação escolar bilíngüe e de qualidade para as crianças e jovens de acordo com o princípio da interculturalidade e da preservação ambiental. A segunda é a formação complementar e continuada de jovens e autoridades indígenas. Não se trata de formar uma nova elite privilegiada, lideranças indígenas desvinculadas do contexto político e social das aldeias, mas de capacitar um conjunto significativo de cidadãos indígenas dotados de uma visão crítica e reflexiva sobre o seu lugar no “mundo dos brancos”. Em 2002, o CTI iniciou, em parceria com a Coordenação Geral de Educação da Funai, um projeto de apoio à educação escolar no Vale do Javari por meio da implementação da escola com o povo Matis na aldeia Aurélio e com os Marubo da aldeia Vida Nova, ambas localizadas no médio Ituí. Em 2003, estendeu o projeto à aldeia Marubo Rio Novo. No mesmo ano, a Funai, ainda no âmbito da parceria com o CTI, construiu uma escola no Aurélio e outra no Rio Novo. Em março de 2004 o CTI iniciou o trabalho de acompanhamento pedagógico também nas

NAS CIDADES

Diante de tanta precariedade do ensino escolar nas aldeias e frente à necessidade permanente de dominar os códigos da relação com a sociedade nacional, as lideranças indígenas têm como estratégia constante mandar jovens às cidades do entorno, principalmente Atalaia do Norte, (mas também Benjamim Constant, e Cruzeiro do Sul, no Acre) para estudarem, aprenderem português e serem futuros interlocutores da comunidade com o mundo dos não-indígenas. Isso já é feito há várias gerações, e como exemplo, podemos citar o fato de que os homens que hoje estão à frente das associações indígenas do Vale do Javari, em sua maioria, passaram a maior parte de sua vida nas cidades do entorno. Segundo levantamento realizado em 2005 pelo Projeto de Educação do Centro de Trabalho Indigenista/CTI, atualmente existem 121 alunos dos 5 povos habitantes da TI Vale do Javari estudando em Atalaia do Norte. Segundo o censo do MEC de 2005, o total de estudantes que estão nas escolas das aldeias é 1.355. Assim, do total de 1.476 estudantes dos povos do Vale do Javari, 8,2% estão em Atalaia. (Jorge Marubo e Beatriz de Almeida Matos, CTI, dez/2005)

aldeias Marubo do alto Ituí. Em outubro e novembro deste ano, o CTI realizou o I Curso Complementar de Formação de Professores Marubo, e o I Módulo Avançado da Escola Matis, ambos na cidade de Tabatinga.

Em 2005 o CTI realizou mais dois cursos em Tabatinga: o I Curso Complementar de Formação de Professores Mayoruna, em abril e maio, o II Curso Complementar de Formação de Professores Marubo, em outubro. Nesse mesmo ano, foram realizadas a I Oficina de Linguagem e Elaboração de Material Didático Bilíngüe da Escola Matis, em Tabatinga, duas viagens de acompanhamentos pedagógicos nas escolas Matis, nas aldeias Aurélio e Beija-Flor, uma viagem de acompanhamento pedagógico na Escola Marubo de Alegria, uma viagem de acompanhamento à Escola Marubo do Rio Novo, e um acompanhamento pedagógico junto às comunidades Mayoruna Trinta e Um, Soles e Lobo, no alto Javari.

Nesses quatro anos de atuação do CTI, já foram produzidos oito materiais didáticos para a Escola Matis e quatro para a Escola Marubo. No final de 2005, com recursos do FNDE, foram

TI VALE DO JAVARI É FINALMENTE HOMOLOGADA

Depois de mais de vinte anos de luta, decreto da Presidência da República publicado no DOU, no último dia 2 de maio, homologou a TI Vale do Javari, habitada por diferentes povos indígenas: Marubo, Matsés, Matis, Kanamari, Kulina, além de pelo menos quatro grupos isolados do contato com a população regional. Ao todo, eles somam 3.961 pessoas. Falco de constantes invasões, a Terra agora homologada, situada no Vale do Javari (região do Alto Solimões, no sudoeste do Amazonas, próximo à fronteira com o Peru), conta com uma extensão bastante significativa de 8.544.482 hectares. Seu processo demarcatório sofreu muitas reações por parte da população regional, de políticos locais e de interesses econômicos de perfil predatório. (Renato Sztutman, ISA, 04/05/01)

DEPUTADO DENUNCIA BLOQUEIO DA FUNAI

O deputado Mário Frota (PDT) denunciou o bloqueio de rios e lagos às margens do rio Javari, executado pela Funai, a pretexto de demarcar as terras indígenas

chegou ao deputado pelo Vereador Adolpho Peres (PT), do Município de Benjamin Constant, “a Funai fechou os rios e proibiu todo mundo, tanto de Benjamin Constant e Atalaia do Norte de subir e descer as águas. A Funai se acha com o direito de indenizar somente 91 famílias que seus funcionários cadastraram durante a realização de vistoria nas benfeitorias daqueles que receberam o pagamento”, desabafa. Além desse pequeno número de pessoas expulsas pela Funai, milhares de outras estão se mobilizando junto à Câmara Municipal de Benjamin Constant, com a promessa de que uma advogada patrocinará a defesa dos interesses de todos eles e do patrimônio que perderam quando abandonaram seus locais de moradia e de trabalho pressionados pela Funai. Entre os indenizados há pessoas revoltadas com o valor pago pela Funai. (A Crítica, 16/05/01)

FUNAI ACUSA SELVAPLAC POR MORTES DE ÍNDIOS

A batalha jurídica travada pela madeireira Selvaplac Industrial Agropecuária e Reflorestamento Ltda. contra a Funai e União por conta da interdição do Vale do Javari ainda vai dar muito pano para manga. Enquanto a Selvaplac ostenta a titularidade de 21 áreas de terras localizadas na região, a Funai acusa a madeireira de assédio criminoso na devastação da área, dilapidação da terra e o que é pior: “responsável direto por elevados números de óbitos de indefesos indígenas”. Embora a empresa madeireira afirme que a acusação é “mera alegação, sem nenhum fundamento”, a Funai insiste que a interdição ocorreu em legítima defesa dos indígenas, da flora e da fauna, contra a devastação e o conseqüente óbito de índios que ocupam imemorialmente a área. (Amazonas Em Tempo, 20/02/03)

EXPEDIÇÃO PROCURA GRUPO AINDA NÃO CONTATADO

Partem hoje do porto de Tabatinga, os três barcos de uma expedição antropológica que pretende viajar quase 4.000 quilômetros para identificar uma tribo indígena que nunca teve contato com a civilização branca. Serão mais de 50 dias de viagem até uma área entre os rios

Jutai e Jandiatuba, onde aviões da Funai fotografaram ano passado 16 malocas indígenas, que não têm o formato e a distribuição geográfica de nenhuma outra aldeia da região. “Queremos registrar a presença indígena na região, saber o tamanho da área que ocupam, descobrir se essa região fica perto da ação de garimpeiros, madeireiros ou traficantes. Esses índios continuarão isolados, vivendo sob os mesmos hábitos de seus antepassados”, disse o sertanista Sydney Possuelo. Para confirmar a presença indígena sem realizar contato com a tribo, o cronograma da expedição prevê a visita a locais onde eles estiveram recentemente. (Thomas Traumann, FSP, 26/03/01)

FUNAI PARTE EM BUSCA DE ISOLADOS...

Encontrar vestígios de índios ainda desconhecidos pela ciência é o objetivo de uma expedição integrada por 35 homens da Funai, no Vale do Javari. A equipe de sertanistas e mateiros coletará (sic) informações sobre a dimensão das terras habitadas por povos isolados, ameaçados pela aproximação de madeireiros, pescadores e garimpeiros. Pelos cálculos iniciais da Funai, a expedição comandada pelo sertanista Sidney Possuelo deverá percorrer 3 mil km do Vale. (Leonêncio Nossa, Oesp, 10/06/02)

... E, ACIDENTALMENTE, SE DEPARA COM ALGUNS DELES

Os contatos diretos com os índios isolados não estavam nos planos, mas, nove mateiros precisaram resgatar dois guias, que se desgarraram da equipe, perto de um igarapé. Acidentalmente, eles acabaram se deparando com malocas nunca vistas.

mata. Os indigenistas não chegaram a se encontrar com eles, mas ouviram barulho de passos apressados. A aldeia tinha 14 malocas de 2 m de altura e 1,5 m de comprimento. Deve abrigar 40 adultos e 10 crianças. O cenário era de fartura, com potes de barro cheios de bebida de mandioca, cachos de banana, cestos com pataua e açai e carne assada, de sete espécies de macaco, pelo menos. Com os dados coletados nesta aldeia, mais os vestígios da presença de outros cinco grupos de isolados, a equipe de Possuelo concluiu mais uma etapa do processo de mapeamento e

fiscalização da TI Vale do Javari. Embora a área já esteja demarcada desde 1996, este detalhamento, com a localização precisa das aldeias e áreas de uso, é importante para manter os grupos longe de conflitos e para adiar ao máximo o contato com a civilização branca. (Leonêncio Nossa, Oesp, 24/11/02)

EXPEDIÇÃO EVITARÁ CONTATO COM KORUBO ISOLADOS

A Expedição Imagem do Javari, que está navegando em direção aos rios Itaquai e Ituí, não pretende fazer contatos com o grupo arredio dos índios Korubo. No

dissidente e se relacionam pacificamente com os brancos. O objetivo da expedição é tentar evitar que a doença infecciosa que vem matando os Marubo, Matis, Kanamari e Korubo chegue às aldeias isoladas. De acordo com a Funai, cerca de 53 tribos vivem nessa região em relativo isolamento do homem branco. A expedição partiu de Tabatinga com a missão de realizar exames nos índios que vivem no Vale do Javari para tentar diagnosticar e tratar doenças infecciosas. Sobre o risco que a missão humanitária corre, o sertanista Sydney Possuelo – chefe do departamento de Índios Isolados da Funai – adverte que índio isolado é “índio isolado mesmo”. Por isso ninguém tem que fazer contato, mas sim respeitar sua decisão. O sertanista acredita que a expedição, inédita no Brasil, tem uma finalidade clara e

Apurinã
Banawa Yafi
Deni
Jamamadi
Jarawara
Juma
Kanamanti
Kanamari
Katukina
Kaxarari
Kulina
Paumari
Zuruahã
Isolados

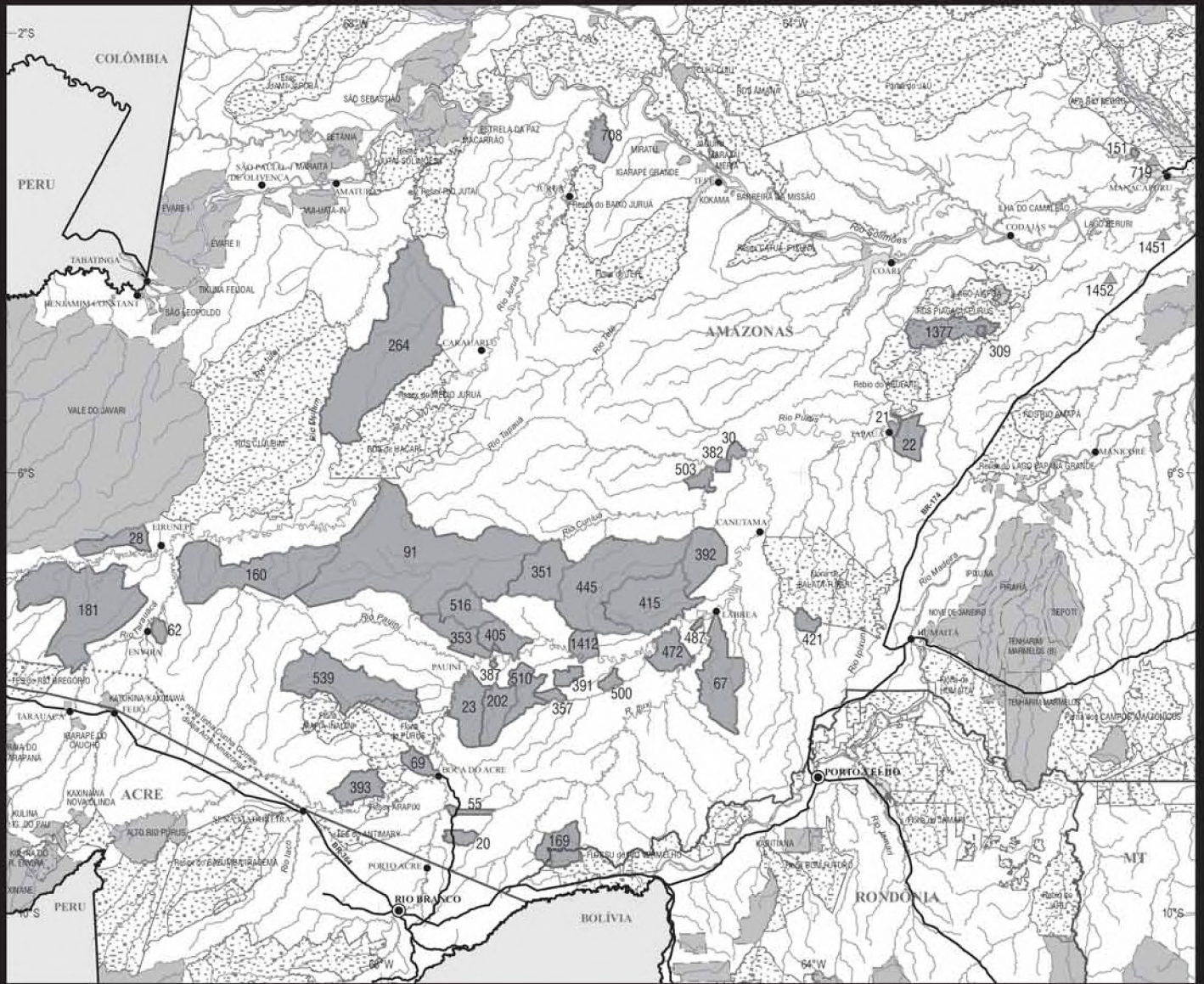


6.

Juruá / Jutai / Purus



6. JURUÁ JUTAÍ PURUS



- rodovia implantada
- capitais
- sede de município
- ▨ Unidade de Conservação

TERRA INDÍGENA

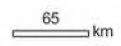
apresentada neste capítulo

- ▨ com mais de 1.000 ha
- ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

apresentada em outro capítulo

- ▨ com mais de 1.000 ha
- com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006



JURUÁ / JUTAI / PURUS
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	
391	Acimã	Apurinã	70 - Funai: 1991	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a TI. Reg. CRI na comarca de Lábrea, matr. RI-1963, livro 2-H, fl. 25 em 15/12/97. Reg. SPU certidão nº 008 de 19/04/99	40.686	Lábrea	AM
353	Água Preta/Inari	Apurinã	255 - Funai/Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. no CRI da comarca de Pauini (139.763 ha), matr. 276, lv.2-A fl.83/83V em 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 011 de 17/07/2000.	139.763	Pauini	AM
357	Alto Sepatini	Apurinã	93 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Lábrea (26.095 ha) matr. R1-1962, lv. 2-H, fl. 24 em 15/12/97. Reg. SPU certidão nº 2 de 31/03/99	26.095	Lábrea	AM
1412	Apurinã do Igarapé Mucuim	Apurinã	58 - Relatório do GT: 2002	Declarada. Portaria 2.582 de 21/09/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai realize a demarcação.	73.000	Lábrea	AM
21	Apurinã do Igarapé São João	Apurinã	58 - Relatório GT: 1998	Declarada. Em demarcação. Portaria 615 de 25/07/2000 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos Índios. Contrato de demarcação entre Funai e Asserplan Engenharia e Consultoria para medição e demarcação topográfica da terra. (DDU, 29/08/2001)	18.270	Tapauá	AM
22	Apurinã do Igarapé Tauamirim	Apurinã	120 - Relatório do GT: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 253 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tapauá (96.456 ha) matr. RI-613 lv. 2-D, fl. 15 em 31/05/90. Reg. SPU certidão nº 006 em 16/04/96.	96.456	Tapauá	AM
20	Apurinã km-124 BR-317	Apurinã	209 - Funai/Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 251 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Boca do Acre (8.900 ha) matr.n.1758, Liv2, FL 79 em 09/12/91; município e comarca de Lábrea (33.297 ha) matr.1642, lv. 2F, fl. 386 em 28/11/91. Reg. SPU certidão nº 17 de 14/12/99.	42.198	Boca do Acre Lábrea	AM AM
392	Banawá	Banawa yafi	101 - Funasa: 2006	Declarada. Portaria 2.583 de 21/09/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos Índios.	195.700	Canutama Tapauá	AM AM
55	Boca do Acre	Apurinã	248 - Funai/ Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 263 de 29/10/1991 homologa a demarcação, excluindo área de servidão da BR-317. Reg. CRI: município e comarca de Boca do Acre (8.772 ha) matr. 1.716, lv. 2-D, fl. 30 em 21/12/90; município e comarca de Lábrea (17.512 ha) matr. 1.508, lv. 2-F, fl. 209 em 02/05/89. Reg. SPU certidão nº 30 de 15/06/99.	26.240	Boca do Acre Lábrea	AM AM
62	Cacau do Tarauacá	Kulina	230 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 272 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Envira (28.367 ha) matr. R-1-171, lv. 2-A, fl. 171 em 22/10/91. Reg. SPU certidão nº 015 de 15/08/97.	28.367	Envira	AM
67	Caititu	Apurinã Jamamadi Paumari	211 - Funai/Rio Branco: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 282 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 1.503 lv. 2-F fl. 192-195 em 31/03/89. Reg. SPU AM-173/378 em 29/07/88.	308.062	Lábrea	AM
516	Camadeni	Deni	65 - Parecer da Funai: 1991	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Pauini (150.930 ha) matr. 280 liv. 2-A fl.89 em 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 2 de 07/01/00.	150.930	Pauini	AM
69	Camicuã	Apurinã	454 - Funai/ Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 381 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boca do Acre (58.519 ha) matr. 1.766, lv. 2 G, fl.87/88 em 22/01/92. Reg. SPU certidão nº 10 de 24/11/95.	58.519	Boca do Acre	AM
405	Catipari/Mamoriá	Apurinã	197 - Funai/Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Pauini (115.044 ha) matr.279 lv. 2-A fl. 88/88V em 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 3 de 14/01/00.	115.044	Pauini	AM
91	Deni	Deni Kulina	875 - Funasa: 2006	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	1.531.300	Itamarati Lábrea Pauini Tapauá	AM AM AM AM
719	Fortaleza do Patauá	Apurinã	22 - Relatório do GT: 1993	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação.	743	Manacapuru	AM
387	Guajahã	Apurinã	65 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Pauini (5.038 ha) matr. 282 lv. 2-A fl. 91/91V em 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 8 de 19/06/00.	5.036	Pauini	AM

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
445	Hi-Merimã	Marimã		Homologada. Decreto s/n de 22/09/2005 homologa a demarcação.	677.840	Lábrea Tapauá	AM AM
393	Igarapé Capanã	Jamamadi	20 - Funai/Rio Branco: 1993	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Boca do Acre (122.555 ha) matr. 2.030 Livr. 2-H, fl. 75/76 em 29/12/97. Ofício ao SPU nº 760/DAF em 22/11/02.	122.555	Boca do Acre	AM
1451	Igarapé Paiol	Apurinã		Em identificação. Portaria 763 de 21/06/2004 cria GT para estudos e levantamentos necessários à identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Adriana Luz.		Manaquiri	AM
539	Inauini/Teuini	Jamamadi	107 - Funai/Rio Branco: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Boca do Acre (9.345 ha), matr. 2.029, Livr. 2-H, fl. 74 em 29/12/97; município e comarca de Pauini (459.650 ha), matr. 278 lv. 2-A, fl. 86/87V, 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 7 de 14/06/00.	468.996	Boca do Acre Pauini	AM AM
1377	Itixi-Mirati	Apurinã	288 - Relatório do GT: 2000	Declarada. Em demarcação. Portaria 2.578 de 21/09/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai promova a demarcação. Contrato entre a Funai e a Poligonal Serviços Técnicos Ltda, tem por objeto a demarcação dos limites da TI, Vigência de 04/10/2005 a 03/10/2006. Valor total: R\$ 153.800,00. Data da assinatura 31/08/05.	180.850	Anori Beruri Tapauá	AM AM AM
	Jamamadi do Lourdes	Jamamadi		Em identificação. Portaria 617 de 02/05/2004 cria GT para estudos e levantamentos necessários à identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Carla de Albuquerque, com prazo de 38 dias para trabalho de campo e 180 dias para entrega do relatório.		Boca do Acre	AM
	Jaminawa da Colocação São Paulino	Yaminawá		Em identificação. Portaria 829 de 01/07/2004 cria GT para estudos e levantamentos necessários à identificação e delimitação da TI, coordenado pelo antropólogo Júlio César Borges. Determina o deslocamento para a área com o prazo de 38 dias para realização dos estudos e o prazo de 180 dias para entrega do relatório.		Boca do Acre	AM
415	Jarawara/Jamamadi/Kanamanti	Jamamadi Jarawara Kanamanti	338 - Funai/Rio Branco: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Lábrea (390.233 ha), matr. R1-2007 lv. 2-H fl. 89 em 04/02/99. Reg. SPU certidão nº 12 de 22/07/02.	390.233	Lábrea Tapauá	AM AM
151	Jatuarana	Apurinã	45 - Funai: 1987	Homologada. Reg. SPU. Decreto 273 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 23 de 17/04/03.	5.251	Manacapuru	AM
421	Juma	Juma	5 - Funai: 2003	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação.	38.351	Canutama	AM
160	Kanamari do Rio Juruá	Kanamari	496 - Neves/Labiak: 1984	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Eirunepé (179.849 ha), matr. 1.371 lv. 2-AF fl. 266 em 26/03/01; município e comarca de Itamarati (401.318 ha), matr. 12 lv. 2-RG fl. 06 em 21/02/01; município e comarca de Pauini (15.265 ha), matr. 277 lv. 2-A fl. 84/84 V em 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 9 de 03/04/02.	596.433	Eirunepé Itamarati Pauini	AM AM AM
169	Kaxarari	Kaxarari	323 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 13/08/1992 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Lábrea (97.204 ha), matr. 1.441, lv. 2-F, fl. 113/114 em 13/07/88; município de Porto Velho (48.647 ha), matr. 4.909 lv. 2-RG, fl. 01 de 23/12/88. Reg. SPU certidão nº 90 de 20/09/99.	145.889	Lábrea Porto Velho	AM RO
181	Kulina do Médio Juruá	Kulina	2.300 - Comin: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Eirunepé (501.922 ha) matr. 1.370 lv. 2-AF fl. 265 em 22/03/01; município e comarca de Envira (46.211 ha) matr. 276 lv. 2-A fl. 276 em 25/07/01; município e comarca de Ipixuna (182.009 ha) matr. 175 lv. 2-A fl. 175 em 08/05/00. Reg. SPU certidão nº 6 de 25/03/02.	730.142	Eirunepé Envira Ipixuna	AM AM AM
708	Kumarú do Lago Ualá	Kulina	280 - Relatório do GT: 1995	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004. homologa a demarcação.	80.036	Juruá	AM
1452	Lago do Barrigudo	Apurinã		Em identificação. Cria GT para realizar estudos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Adriana Luz.		Beruri	AM
28	Mawetek	Kanamari	207 - Relatório GT: 1995	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Eirunepé (115.492 ha) matr. 1.384 LV 2-A-F fl. 279 em 05/06/02. Reg. SPU certidão nº 25 de 29/04/04.	115.492	Eirunepé Ipixuna Jutaí	AM AM AM
503	Paumari do Cuniuá	Katukina Paumari	53 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Tapauá, matr. 1.755 lv. 2-E, fl. 45 em 31/12/97. Reg. SPU certidão nº 5 de 06/04/99.	42.828	Tapauá	AM

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
30	Paumari do Lago Manissuã	Paumari	86 - Relatório GT: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 05/05/2003 retifica os limites do decreto de 08/09/98 que homologou a TI, ampliando a superfície de 11.230 para 22.970 ha. Reg. CRI do município e comarca de Tapauá (11.229 ha) matr. R1-792 lv. 2-E fl. 82 em 13/01/99. Ofício ao SPU nº 1.077/DAF em 26/01/99.	22.970	Tapauá	AM
472	Paumari do Lago Marahã	Apurinã Paumari	561 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Lábrea (79.140 ha) matr. 2.032 lv. 2-H fl. 125 em 19/10/99. Reg. SPU-AP certidão nº 5 de 29/08/03.	118.766	Lábrea	AM
382	Paumari do Lago Paricá	Apurinã Katukina Paumari	60 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tapauá (15.792 ha) matr. R1-800 lv. 2E-RG fl. 90 em 18/01/99. Reg. SPU certidão nº 4 de 05/04/99.	15.792	Tapauá	AM
487	Paumari do Rio Ituxi	Paumari	46 - Funai/Rio Branco: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Lábrea (7.572 ha) matr. 2.008 lv. 2-H fl. 90 em 04/02/99. Reg. SPU certidão nº 6 de 07/04/99.	7.572	Lábrea	AM
23	Peneri/Tacaquiri	Apurinã	365 - Funai/Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Pauini (189.870 ha) matr. 281 lv. 2-A fl. 90 em 17/05/99. Reg. SPU certidão nº 1 de 04/01/00.	189.870	Pauini	AM
264	Rio Biá	Katukina	400 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Carauri, matr. 1.233 lv. 2-E fl. 248 em 12/01/98. Ofício ao SPU nº 302/DAF em 29/05/02.	1.186.790	Carauri Jutaí	AM AM
500	São Pedro do Sepatini	Apurinã	66 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Lábrea, matr. R-1964 lv. 2-H fl. 26 em 15/12/97. Reg. SPU certidão nº 3 de 31/03/99.	27.644	Lábrea	AM
202	Seruini/Mariênê	Apurinã	160 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 12/09/2000 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Lábrea (96.859 ha) matr. R1/2.060 lv. 2-H fl. 175 em 16/11/00. Ofício ao SPU nº 312/DAF em 21/05/04.	144.971	Lábrea Pauini	AM AM
309	Terra Vermelha	Apurinã	35 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 274 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Beruri, matr. 27, lv. 2 R6, fl. 15-verso em 13/04/92. Reg. SPU certidão nº 004 de 13/05/97.	6.928	Beruri	AM
510	Tumiã	Apurinã	57 - Funai/Rio Branco: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Lábrea, matr. R1-1965 lv. 2-H fl. 27 em 15/12/97. Reg. SPU certidão nº 7 de 09/04/99.	124.357	Lábrea	AM
351	Zuruahã	Zuruahã	144 - Dal Poz: 1996	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 266 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. R1/164 lv. 2-D, fl. 17 em 13/06/90. Reg. SPU certidão nº 004 de 12/04/96.	239.070	Tapauá	AM

Conquistas e Desafios

Oiara Bonilla

Doutoranda no Laboratoire d'anthropologie sociale (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales); associada ao NuTI – Pronex

A GARANTIA DA TERRA – E O CONSEQÜENTE DECLÍNIO DO PATRONATO AMAZÔNICO – POSSIBILITOU AOS PAUMARI A REAPROPRIAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO E A REALIZAÇÃO REGULAR DOS RITUAIS TRADICIONAIS, ALÉM DE GERAR AUTONOMIA E ASSEGURAR SUA REPRODUÇÃO SÓCIO-CULTURAL

A demarcação progressiva das terras Paumari, a partir dos anos 1990, possibilitou em uma larga medida a reapropriação do espaço vital ocupado por esse povo. Dentro da área, os Paumari vêm desenvolvendo atividades agrícolas, diversificando os plantios e, portanto, também a sua alimentação. Historicamente, os Paumari se diferenciavam dos outros arawá – exímios horticultores – pela pobreza de suas roças e seu desinteresse pelo trabalho da terra. Por isso, geralmente, acabavam dependendo dos comerciantes para obter a farinha de mandioca, que constitui hoje a base de sua alimentação com os peixes e quelônios. Isso ainda pode ser observado, mas é preciso ressaltar que, hoje, os Paumari se dedicam à horticultura durante o ano inteiro e concedem uma atenção especial para os plantios de verão, nas praias.

Os lagos da área são também largamente utilizados, apesar da evidente rarefação dos peixes nos lagos mais expostos às invasões. A extração da castanha nos “centros” da área do Ituxi também parece ter se intensificado nos últimos anos. Essas atividades se fazem hoje de forma autônoma já que cada grupo doméstico ocupa sazonalmente uma parcela de praia para cultivar suas frutas e verduras, assim como no inverno instala-se em um “centro” por várias semanas para a coletar a castanha. O problema é que a maioria da produção ainda tem que ser comercializada com os patrões de Lábrea, que continuam fixando preços irrisórios e lucrando às custas dos Paumari (e de outros fregueses da região, índios ou não-índios). Mas os Paumari vêm tentando escapar às poucas alternativas econômicas locais vendendo sua produção de castanha e de artesanato diretamente aos missionários ou às irmãs da Prelazia de Lábrea e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A procura de acesso a mercados alter-

nativos para os produtos paumari (artesanato, peixe, castanha, mel e outros produtos) representa, sem dúvida, um dos maiores desafios para os próximos anos.

MONETARIZAÇÃO CRESCENTE

A transição de um sistema baseado no aviamento para um sistema comercial monetarizado associada ao aumento do número de assalariados (professores e assistentes de enfermagem indígenas) e das ajudas estatais (aposentadorias, bolsas, etc.) vêm provocando um aumento considerável do fluxo de dinheiro, o que não deixa de provocar problemas e conflitos entre os Paumari. Assim, por exemplo, os antigos professores indígenas, formados pela missão, que tinham vários anos de experiência de ensino foram substituídos por jovens sem experiência, com pouca formação mas que são agora profissionais do estado. Isso provoca atritos no seio das comunidades, mas também provoca o deslocamento de algumas famílias que recusam que seus filhos sejam doravante alfabetizados por tal ou qual professor novo, acusado de exercer esse ofício unicamente por interesse econômico. O mesmo fenômeno observa-se com os Assistentes Indígenas de Saúde e as parteiras tradicionais ou os assistentes de enfermagem que haviam sido formados pela missão e que se sentiram “deixados para trás” pelo atual sistema. A introdução do dinheiro só veio complexificar estes problemas organizacionais, gerando inveja e colocando em jogo interesses novos em conflitos internos muitas vezes pré-existentes.

A monetarização crescente da economia paumari também começa a provocar problemas internos entre aqueles que possuem uma fonte de renda regular e os demais. Sem contar que a intensificação das atividades produtivas parecem se voltar cada vez mais para a obtenção de dinheiro sem que isso tenha efeitos observáveis sobre a melhoria das condições da vida familiar e aldeã. As conseqüências diretamente observáveis desse fenômeno ainda são o aumento do consumo de álcool na cidade e nas aldeias e o empobrecimento do regime alimentar e, portanto, do estado de saúde geral do coletivo paumari. Isso poderia vir a se

contrapor às conquistas ligadas à garantia da terra que evocamos acima.

RECONQUISTANDO ESPAÇOS E MOBILIDADE

É importante ressaltar que os Paumari não consideram o espaço como um plano horizontal contínuo e sim como uma rede de caminhos e igarapés que unem e interligam lugares (*ibavi*) e planos do cosmos. Esses lugares possuem história, são fonte de recursos, foram antigas moradias e são portanto freqüentados. Por isso, alguns espaços podem parecer abandonados ou ser momentaneamente pouco freqüentados, o que favorece as invasões de geleiros (barcos de pesca vindos das cidades mais próximas) e pescadores. Por outro lado, outros espaços ficaram fora dos limites da área, apesar de sua redefinição em 1999.¹ É o caso de pelo menos um cemitério no qual está enterrado um xamã importante (considerado o fundador de um dos grupos domésticos mais importantes da área) e que os Paumari evocam quando falam da demarcação. É inevitavelmente o caso de outros espaços como lagos, igarapés e antigos locais de moradia que também são lembrados como sendo parte da cosmografia paumari, apesar de estarem fora da área.

Observa-se nas três aldeias principais um fenômeno de concentração e sedentarização crescentes da população. Esse fenômeno pode ser explicado em função de projetos que vêm sendo desenvolvidos nas aldeias. Em Crispinho, a missão evangélica, desde sua instalação, procura atrair novos fiéis, encorajando-os a se fixarem nas proximidades da casa da missão e da pista de pouso.² Mas a recente aproximação e concentração das construções foram motivadas por um projeto de saneamento da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) que tinha como objetivo a instalação de poços artesianos e água encanada, assim como por um projeto de construção de novas casas nas três aldeias, fomentado pelas associações de moradores e apoiado pelo Cimi. Com esse projeto, as associações obtiveram financiamento para a aquisição de material de construção para erguer novas casas, com telhados de alumínio.³ Estas construções mais sólidas, duradouras e custosas favoreceram a sedentarização, e o projeto de saneamento que exigia uma aproximação das moradias para que a água pudesse ser encaminhada mais facilmente favoreceu a concentração das mesmas. Em 2004, o poço artesiano de Crispinho já havia sido construído e estava em funcionamento.

Além da sedentarização e da concentração da população provocada inevitavelmente por essas modificações intra-aldeãs, é preciso ressaltar que a mobilidade dentro do próprio espaço aldeão continua sendo muito importante. Assim, observam-se, principalmente em Crispinho, inúmeras e constantes mudanças de casas que são montadas e desmontadas de um dia para o outro, movidas de um lugar para outro da aldeia (sendo deslocadas às vezes por poucos metros e outras por um ou vários quilômetros). Nota-se também que tanto no caso dos Paumari

QUEM, ONDE, QUANTOS

Os Paumari (família lingüística arawá) vivem hoje na região do médio curso do Rio Purus, nos Municípios de Lábrea e Tapauá, no Amazonas. São aproximadamente novecentas pessoas que habitam duas grandes regiões, relativamente afastadas uma da outra. A primeira, a montante de Lábrea, é a mais povoada. São pouco mais de seicentas pessoas distribuídas nas TI do Lago Marahã e do Rio Ituxi. A segunda região, a jusante, é menos povoada e seus habitantes vivem em três áreas lacustres onde vivem aproximadamente duzentas pessoas⁴.

Assiste-se hoje a uma concentração da população da TI do Lago Marahã em três grandes aldeias e nas suas adjacências: Aldeia Crispinho (ou Crispim), Aldeia Santa Rita e a de São Clemente. Esta última foi formada mais recentemente na beira do Purus por habitantes, em sua maioria não-crentes, oriundos das aldeias do Lago Marahã (Estirão e Ponta).

A Aldeia Crispinho, situada em terra firme, é habitada por aqueles que se definem como “crentes” e afirmam aderir ao dogma evangélico. É lá também que está a pista de pouso e a casa dos missionários do DIPM (Deutsche Indianer Pionier Mission), que se instalaram no local após a partida das missionárias da SIL (Sociedade Internacional de Linguística, ex-Summer Institute of Linguistics), atuantes na área desde 1963. O Pólo Base do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) da TI do Lago Marahã também se encontra nessa aldeia. Trata-se da aldeia mais povoada da área, com 250 pessoas aproximadamente (em 2002).

A Aldeia Santa Rita, com mais de uma centena de habitantes (2002), está situada na beira do rio Purus e é habitada exclusivamente no verão. No inverno, seus moradores se dispersam entre vários grupos locais situados em terra firme (Carrapatinho, Ponta Melada, Forquilha e Palhal Novo). Os moradores da Santa Rita se definem como “católicos” em oposição aos “crentes”, mas isso traduz mais a sua não-adesão ao evangelismo do que a sua adesão à religião católica. Assim, os Paumari do Crispinho não realizam mais rituais e não praticam o xamanismo, enquanto os da Santa Rita e do São Clemente ainda respeitam os ciclos rituais e recorrem às práticas xamânicas tradicionais. Esse “dualismo dogmático”, apesar de não ser radical (há “não-crentes” em Crispim e algumas pessoas que se dizem “crentes” em Santa Rita) também se tornou uma divisão sociológica importante para o coletivo. Assim, o ideal de endogamia local aparece agora muitas vezes expressado em termos de adesão ou não ao credo evangélico.

de Crispinho, como no caso dos de Santa Rita, a mobilidade durante as diferentes estações do ano continua marcando o ciclo de vida anual. Na aldeia Santa Rita, apesar de todos os moradores possuírem hoje uma “casa de alumínio” na beira do rio, durante o inverno todos continuam habitando em terra firme, em pequenos grupos locais, e todos fazem roçados e torram farinha de mandioca na terra firme durante o verão, deslocando-se constantemente entre a terra firme e a praia.

Assim, a fixação em uma terra demarcada, e em aldeias permanentes ou semi-permanentes, apesar de limitar aparentemente o espaço de circulação dos Paumari, possibilitou a retomada de seu ciclo de alternância entre a terra firme e a beira do rio e

ENTRE A TERRA FIRME E O RIO

Antigamente, os Paumari viviam ao longo de todo o curso do Purus, ocupando as praias no verão e os lagos e a terra firme durante o inverno amazônico. Construíam habitações flutuantes que eram atracadas nas beiras dos lagos. Hoje em dia, ainda existem algumas casas flutuantes, mas elas são construídas segundo o padrão regional, retangular, assim como a maioria das casas atuais que são erguidas em terra sobre palafitas.

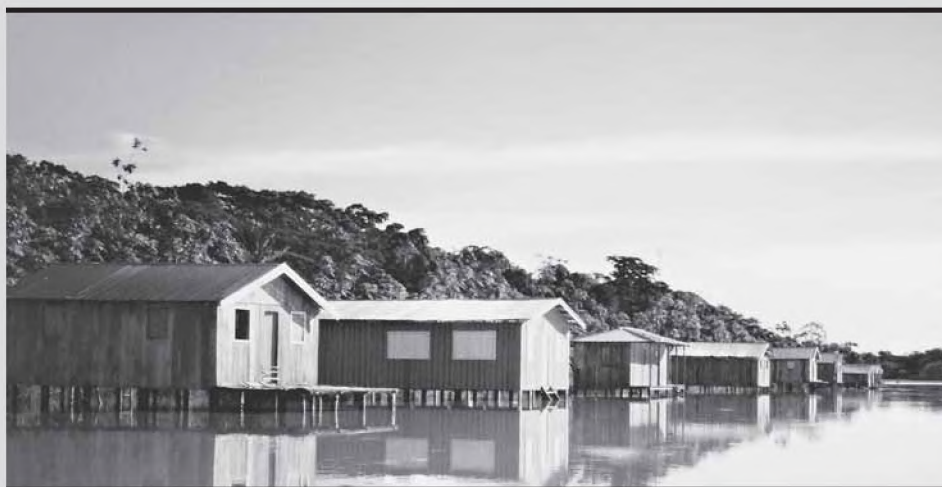
O ritmo de vida foi largamente perturbado pela economia do aviamento e pela instalação dos patrões na região, a partir do século XIX. De fato, estes impediam que os Paumari usassem as praias para cultivar e pescar durante o verão e lhes exigiam uma dedicação exclusiva para saldar suas dívidas, contraídas através do aviamento de mercadorias. Assim, os Paumari, durante mais de um século, endividaram-se com os patrões para comprar mercadorias e instrumentos de trabalho e passaram a produzir (extrair produtos naturais) para saldar dívidas e obter mercadorias.

Mais recentemente, com o declínio do patronato amazônico e a demarcação das terras, procuram reestabelecer o ciclo anual de vida de alternância entre a terra firme e o rio. O marco temporal em torno do qual esse ciclo se organiza é o ritual de puberdade feminino (amamajo), realizado no início da estiagem (que coincide com final do mês de maio ou o início do mês de junho). Hoje, após o ritual, os Paumari deixam as aldeias da terra firme e instalam-se nas praias, para plantar verduras (mandioca, macaxeira, milho, melancia, melão, feijão abóbora e amendoim) que consomem e também comercializam, no final do verão, com os regatões e os patrõeszinhos que circulam intensamente pelo curso do Purus. A reapropriação dos espaços e a realização regular dos rituais tornou-se progressivamente possível a partir do início do processo de demarcação das terras na década de 1990 e a consequente remoção dos patrões e de seus empregados das terras Paumari.

FOTOS: DIARA BONILLA



Aldeia Santa Rita: casas antigas e casa flutuante atracada ao lago.



Hoje ainda existem casas flutuantes, mas são construídas segundo o padrão regional, retangular, assim como a maioria das casas atuais, erguidas em terra sobre palafitas.



DIARA BONILLA, 2002

Confecção de rede de pesca.

garantiu a regularidade dos ciclos rituais. Nos últimos cinco anos, os Paumari vêm intensificando o uso e a exploração das praias durante o verão, a fabricação de farinha de mandioca e os períodos de coleta da castanha no Ituxi.

É preciso notar também que essa limitação, ligada à demarcação, não impede os Paumari de continuarem se deslocando constantemente em seu espaço tradicional, além da área demarcada. Assim, antigos lugares de moradia são ainda frequentados, mesmo que esporadicamente, para a coleta de frutas e expedições de pesca. De fato, as árvores frutíferas e as palmeiras têm donos e são sempre associadas a uma pessoa viva que tem direitos de propriedade sobre seus frutos. Alguns lagos e espaços que ficaram também fora da área voltam a ser explorados. Trata-se principalmente de alguns lagos situados rio acima, no Sepatini, e de um lago situado na outra margem do Purus e que até hoje é 'propriedade' de um patrão.

Outro fator importante de mobilidade está ligado à remuneração dos aposentados, professores e assistentes de enfermagem. A cidade de Lábrea é atualmente, sem dúvida, o lugar fora da área mais frequentado pelos Paumari. De fato, estes não a consideram como estando fora dos limites de sua cosmografia, mas, antigamente, as viagens pelo Purus eram motivadas principalmente pela realização do ritual de iniciação das moças (*amamajo*): fosse pela recepção de um convite para a festa (a viagem era então organizada para assistir à festa e visitar os parentes distantes) ou para a organização da festa (os homens precisavam deslocar-se para pescar grandes quantidades de peixe e

quelônios para alimentar todos os convidados). Hoje, as atividades comerciais, os tratamentos de saúde, os cursos para professores e agentes de saúde assim como as remunerações mensais diversas (cobranças de salários, aposentadorias, etc.) constituem as principais motivações para efetuar viagens regulares à Lábrea.

A garantia da terra deu aos Paumari confiança e autonomia, permitindo assegurar a reprodução sócio-cultural do coletivo como um todo. Estão agora em suas mãos o manejo sustentável de seus recursos naturais, a gestão do dinheiro e, sobretudo, a preservação de sua língua e a luta por melhores condições de saúde e educação. (*janeiro, 2006*)

NOTAS

¹ Em 1999, a Funai aprovou um estudo de redefinição dos limites da T.I. do Lago Marahã que havia sido homologada com 79.141 ha em 1997, e que passou a ter 116.000 ha.

² Este processo de relativa fixação da população começou no final dos anos 1960, quando as missionárias da SIL instalaram-se na antiga aldeia *Maraha* (atual Estirão), na beira do lago Marahã. Nos anos 1990, com a construção da pista, a missão transferiu-se para Crispim.

³ Esse projeto de 'urbanização' das aldeias foi financiado com fundos alemães (Kroemer, 2001, comunicação pessoal).

⁴ T.I. do Cuniuá, T.I. do Lago Manissuã, T.I. do Lago Paricá e do Tapauá. Minha pesquisa de campo foi realizada nas T.I. do Lago Marahã e do Rio Ituxi, de 2000 a 2002. Os dados aqui apresentados limitam-se portanto a essas áreas e a essa época.

Iniciativa Recupera Variedades Agrícolas Perdidas

Flavio Quental Rodrigues
Marinelson do Oliveira Brilhante
João Bosco Negroira de Queiroz
Fabiana Mengeli Peneireiro

Engenheiro agrônomo, M.S.c. em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais

Engenheiro agrônomo

Técnico em Botânica

Engenheira agrônoma

PROJETO DE EDUCAÇÃO VOLTADO AO USO DA TERRA RESGATA RECURSOS NATURAIS TRADICIONAIS UTILIZADOS PELOS APURINÃ E ENVOLVE AS COMUNIDADES NA PROTEÇÃO DA FLORESTA

A inserção dos índios na economia de mercado, o avanço da pecuária extensiva e o aumento populacional nas comunidades verificado nos últimos anos têm levado a um aumento na pressão sobre os recursos florestais nas Terras Indígenas Apurinã de Boca do Acre (AM). Assim, muitas espécies florestais utilizadas na alimentação, artesanato e medicina dos Apurinã se encontram longe das aldeias. Algumas variedades de espécies agrícolas foram perdidas, como o cará, o inhame, a mandioca “sutinga” e o milho “catiano”.

Frente a esta realidade, os Apurinã sentiram a necessidade de trazer estas espécies para próximo das aldeias, introduzindo-as nos roçados e nas proximidades de suas moradias. Desta forma, através de suas lideranças, as comunidades propuseram uma parceria com o Arboreto, um dos setores do Parque Zoológico (PZ) da Universidade Federal do Acre (Ufac), com objetivo de apoiá-los no reflorestamento do entorno das aldeias com as espécies florestais e agrícolas de seu interesse. O grupo Arboreto teve sua primeira experiência de trabalho com povos indígenas através da participação em um dos cursos de formação de agentes agroflorestais indígenas, promovido pela Comissão Pró-Índio do Acre, que atua há mais de 20 anos com diversas etnias da região.

As atividades nas aldeias tiveram início em novembro de 1999, com a realização de um diagnóstico socioambiental, seguido de um planejamento comunitário de atividades, no qual foi definida a implantação de agroflorestas como uma das estratégias para

suprir demandas reais das três comunidades. As agroflorestas são sistemas produtivos que combinam espécies agrícolas e ou animais com espécies florestais, tendo o elemento arbóreo como componente fundamental, buscando aliar produção com conservação dos recursos naturais. O projeto intitulado “Educação Agroflorestal junto às comunidades indígenas Apurinã de Boca do Acre/AM”, foi então discutido e elaborado de forma conjunta entre as comunidades e o Arboreto, sendo incorporado no componente indígena do Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável da Ufac.

A aproximação entre os índios e a universidade se fortaleceu com o planejamento conjunto de atividades. Os principais problemas relacionados à produção identificados pelas comunidades são a perda de variedades de plantas cultivadas tradicionalmente e a escassez ou dificuldade de coletar recursos da floresta próximo às aldeias. As atividades desenvolvidas pelos índios tiveram como objetivo promover trocas de sementes entre as comunidades e trazer as espécies florestais para próximo das aldeias, consorciando-as com espécies agrícolas através da implantação de agroflorestas.

O Programa de Educação Agroflorestal Apurinã foi construído e desenvolvido nas aldeias *Kamapã* e *Manhiê* (TI Apurinã BR-317 km 124) e *Camicuã* (TI Camicuã), entre os anos de 2000 e 2003, totalizando 1.280 horas de oficinas, atividades de troca de experiências e práticas de coleta de sementes, produção de mudas, plantio e manejo de diferentes arranjos agroflorestais. Durante as atividades, foram utilizadas algumas das ferramentas didáticas da “Mochila do Educador Agroflorestal”, desenvolvida pela UFAC/Arboreto, como gravuras agroflorestais, flanelógrafo para análise de paisagem e maquete agroflorestal em látex natural para planejamento agroflorestal.

A proposta metodológica desenvolvida pela Ufac/Arboreto para o processo de educação agroflorestal baseia-se fundamentalmente na participação da comunidade, caracterizando um processo pedagógico dinâmico e interativo. Essa participação gera co-responsabilidade, de modo que as próprias comunidades se apoderem do conhecimento gerado e dos resultados alcançados. Neste contexto, técnicos e comunidade se colocam em condições de equidade, onde a valorização da diversidade de saberes e a troca de experiências conduzem o processo de construção do conhecimento.

A abordagem de Sistemas Agroflorestais adotada pelo grupo Arboreto da Ufac parte da necessidade de uma visão integrada do ambiente e do sistema de produção. A metodologia de educação agroflorestal foi elaborada baseando-se na hipótese de que os índios possuem uma forma própria de compreender, analisar e atuar sobre o ambiente em que vivem, fruto da experiência cotidiana, da observação e da sua cosmovisão. Levando-se em conta o momento histórico em que a estrutura social das comunidades se encontra, o método pedagógico fundamentalmente dialógico que busca, simultaneamente com a capacitação técnica, a valorização dos saberes tradicionais. O diálogo, portanto, só é possível se o conteúdo trabalhado gira em torno da vida diária das pessoas, e não em torno de técnicas, ou seja, o processo de comunicação humana não pode estar isento dos condicionamentos sócio-culturais.

Assim, no processo de capacitação, foram utilizados recursos e atividades lúdicas que procuram simular situações reais, como dinâmicas interativas, contações de histórias, elaboração de desenhos, realização de práticas de campo e práticas de estimulação dedutiva. Neste enfoque, os técnicos exercem o papel de catalisadores do processo e da organização do conhecimento, identificando os saberes e as práticas que os próprios índios possuem e realizam, evidenciando-as através de perguntas de estímulo, e da interpretação e análise conjunta dos fenômenos observados.

ESTUDO DA FLORESTA

O Programa de Educação Agroflorestal contou com a participação de 45 pessoas, entre homens, mulheres, jovens e crianças das três aldeias. Na aldeia *Camicuã*, um grupo de 15 jovens, todos homens, assumiu o trabalho agroflorestal, participando ativamente das atividades práticas e das trocas de experiências. Nas aldeias *Kamapã* e *Manhiê*, a BR-317 que corta a Área Indígena teve papel decisivo na qualidade da participação e na organização do trabalho agroflorestal: os homens das comunidades freqüentemente vendem sua força de trabalho para fazendeiros e proprietários da região, principalmente para desmatamento e limpeza das pastagens. Assim, espontaneamente, as mulheres, jovens e crianças das comunidades se responsabilizaram pelo trabalho, se envolvendo nas atividades práticas e no planejamento, implantação e manejo das agroflorestas. Neste caso, as dinâmicas interativas e as práticas de campo demonstraram ser um

instrumental metodológico extremamente adaptado e eficiente, despertando interesse e motivação principalmente nos adolescentes e crianças.

As atividades pedagógicas nas aldeias tiveram início com contações de histórias e dinâmicas interativas. A primeira etapa utilizou como ferramenta didática a leitura do conto “O velho pagé e o cacique”, que trata do desequilíbrio ambiental decorrente da atitude autoritária e irresponsável de um cacique, evidenciando a ligação entre os elementos da natureza e a responsabilidade da ação das pessoas sobre o meio ambiente.

A atividade seguinte teve como objetivo identificar e organizar o conhecimento dos índios a respeito de biodiversidade e funcionamento da floresta, para que seus princípios pudessem ser utilizados no planejamento e manejo das agroflorestas.

Em seguida, os índios planejaram um experimento comparativo entre a floresta e o roçado. Eles mesmos, por meio desse processo, concluíram que as árvores são responsáveis pela fertilidade do solo, e que, quando elas são derrubadas e queimadas, a terra enfraquece em dois ou três anos. A etapa seguinte foi também um experimento, cujo objetivo foi perceber a importância da matéria orgânica na capacidade de retenção de água pelo solo. O programa educativo teve seqüência com outra prática de estimulação dedutiva, cujo objetivo foi visualizar, através de um experimento prático, o papel da cobertura de matéria orgânica na conservação do solo e da água.

Após as primeiras atividades do Programa de Educação Agroflorestal, chamadas pelos Apurinã de “estudo da floresta”, foi iniciada a etapa de construção participativa das agroflorestas indígenas. Foram abordadas as diferentes formas de propagação das espécies: por sementes, estacas e plântulas, além de técnicas de quebra de dormência de sementes e substratos para germinação de sementes e para desenvolvimento de mudas. Em seguida, foi realizada uma atividade prática de coleta de sementes na floresta primária de terra firme.

Com o estímulo produzido pela coleta de sementes, o grupo partiu para a construção dos viveiros coletivos de produção de mudas. Foram construídos três viveiros comunitários, um em cada aldeia, e ministrados cursos de manejo dos viveiros, com aulas práticas e expositivas. Os viveiros, além da produção de mudas, funcionaram como locais de reuniões para planejamento de atividades.

Por meio de desenhos em cartolina, os índios escolheram as espécies e os arranjos agroflorestais que queriam implantar. Ao apresentarem seus desenhos, comentavam a respeito das características e comportamentos das espécies por eles escolhidas e quais os consórcios e combinações que observam na floresta. Alguns citaram ainda combinações de espécies que seus antepassados praticavam. Também foram incorporados nos plantios agroflorestais espécies e variedades utilizadas tradicionalmente

pelos Apurinã como o cará, a taioba, o milho “catiano” e a mandioca “sutinga”, resgatados dentro das próprias comunidades e eventualmente trocados pelos índios.

Os trabalhos de plantio foram iniciados com a chegada das chuvas do inverno amazônico. Foram implantadas 15 “áreas de estudo agroflorestal”, como os Apurinã denominaram seus plantios experimentais. Os índios escolheram 38 espécies de 21 famílias botânicas para compor suas agroflorestas. As áreas foram implantadas utilizando as mudas produzidas nos viveiros e sementes plantadas diretamente no solo. Foram gerados diversos arranjos agroflorestais, os quais foram implantados em diferentes realidades, como roçados, terreiros das casas e capoeiras.

O manejo agroflorestal utilizado pelos índios preserva mudas de árvores e algumas espécies arbustivas e herbáceas utilizadas na medicina e artesanato, formando “capoeiras enriquecidas”. Nesta atividade, novamente o saber indígena entra em prática, já que os índios reconhecem com extrema facilidade as plântulas dessas espécies. Durante a implantação e manejo agroflorestal, o método do “fazer junto” foi de fundamental importância no processo de aprendizagem, tanto por parte dos índios como da equipe técnica da universidade.

E O FUTURO?

As comunidades Apurinã de Boca do Acre vivenciam, há mais de um século, um intenso processo de diálogo com diferentes frentes de expansão, marcado por conflitos, cooptação de lideranças, desrespeito aos limites de seus territórios, exploração da mão de obra e degradação ambiental, que continuam atuando de diferentes formas até os dias de hoje.

O asfaltamento da BR-317, que corta duas Terras Indígenas Apurinã, a retirada ilegal de madeira e a conversão de grandes porções de florestas primárias em pastagens são ameaças iminentes. Além disso, os jovens não encontram estímulo para permanecerem nas aldeias e, hoje, muitos deles são encontrados nas periferias das cidades de Boca do Acre e Rio Branco.

Em contrapartida, o Programa de Educação Agroflorestal Apurinã mostrou que é possível envolver os jovens em atividades

educativas e produtivas, capacitando-os para caminharem na busca da revitalização da sua cultura e da sua auto-estima. Porém, apesar da adoção das agroflorestas como forma de uso da terra por algumas famílias e da capacitação de agentes agroflorestais, a opção pela pecuária vem aumentando nas aldeias. Além do fácil transporte e comercialização da produção, essa atividade requer pouca mão de obra – já que os jovens estão deixando as aldeias – e encontra apoio e financiamento de órgãos e bancos públicos. A Ufac, representante das universidades públicas brasileiras consideradas “periféricas”, encontra dificuldades financeiras e de pessoal para dar continuidade às atividades educativas iniciadas. Desta forma, os processos de transmissão de práticas e saberes entre as gerações Apurinã de Boca do Acre continuam sendo prejudicados.

Um programa contínuo e integrado de educação bilíngüe, formação de professores índios e educação agroflorestal pode ser o início de uma nova caminhada do povo Apurinã como protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Para tanto, é também preciso o envolvimento da sociedade, combatendo atitudes preconceituosas, domesticadoras e excludentes. *(fevereiro, 2006)*

BIBLIOGRAFIA

- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Coleção “O mundo, hoje” vol.24. Rio de Janeiro, 1983, 93p.
- GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. Instituto Paulo Freire. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 1996, 216p.
- HILDEBRAND, P.; POATS, S.; WALECKA, L. Introdução à pesquisa e extensão de sistemas agrícolas florestais. Gainesville, Florida, 1992, 23p.
- LIMA, M. J. Tempos e temas do Acre. Rio Branco/AC, 1994, 106p.
- RICARDO, C. A. Povos Indígenas no Brasil 1996-2000. Instituto Socioambiental, 2001, 831 p.
- RODRIGUES, F. Q., PENEIREIRO, F. M.; BRILHANTE, M. de O.; QUEIROZ, J. B. N. Diagnóstico sócio-ambiental de três comunidades indígenas Apurinã de Boca do Acre/AM e planejamento participativo com ênfase no desenvolvimento de um programa de educação agroflorestal. In: VII Reunião Especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, Anais, Manaus/AM, 2001.
- RODRIGUES, F. Q., BRILHANTE, M. de O.; QUEIROZ, J. B. N.; PENEIREIRO, F. M.; LIMA, C.M. Educação e diversidade de saberes na implantação de agroflorestas pelos índios Apurinã de Boca do Acre/AM In: IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, Anais, Ilhéus/BA, 2002.

As Dificuldades da Vigilância Territorial

Fabiana Maizza

Doutoranda em Antropologia Social/USP

OS JARAWARA CONQUISTARAM SUAS TERRAS E SE LIBERTARAM DO REGIME DE SEMI-ESCRavidÃO EM QUE VIVIAM QUANDO TRABALHAVAM PARA PATRÕES EM SERINGAIS. NO ENTANTO, SE HOJE VIVEM LIVRES, ENFRENTAM OUTRA ORDEM DE PROBLEMA: A OCUPAÇÃO ILEGAL DE SEU TERRITÓRIO, JÁ HOMOLOGADO, POR PESCADORES E MADEIREIROS

Habitantes do médio rio Purus, no Amazonas, os Jarawara contam que antes de terem suas terras demarcadas eram muito explorados pelos patrões, para quem trabalhavam em seringais. Hoje, justificam a vontade de aprender bem o português e a matemática pelo fato de que “nunca mais querem ser enganados”. Na época dos patrões, eles não tinham roça, e até mesmo a farinha de mandioca, alimento de base, fazia parte do pagamento. O sistema de aviamento movia toda a economia da região, os brancos ofereciam as mercadorias em avanço, em seguida os índios passavam meses nos seringais para quitar suas dívidas, sempre controladas pelos primeiros. Os próprios patrões que os empregavam também deviam a outros que moravam longe, o que estendia o sistema para além do rio Purus. Foi nesta época que eles aprenderam a usar a motosserra e outras ferramentas. Os mais velhos se lembram dos nomes de todos os brancos com quem conviveram e dos diversos lugares onde moraram quando tiravam seringa, como Boa Vista, Copaíba, Bom Futuro, Mucuí, Jurucua, Laguinho e Santanta.

Em um segundo momento da história do contato, os Jarawara conheceram os missionários, primeiro católicos, e depois protestantes. Foi então que eles passaram a se movimentar menos e se sedentarizaram em algumas aldeias principais, onde estão até hoje. Os religiosos protestantes, que construíram suas próprias casas nas comunidades há aproximadamente quinze anos, os ensinaram a ler e escrever na língua, além do português e da matemática. As crianças, os jovens e os adultos de até trinta anos são todos alfabetizados. Os índios dizem que os missionários forneceram a educação dos brancos enquanto a Funai cedeu os

motores e a Funasa, a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (Opimp) e a Operação Amazônia Nativa (Opan), melhoraram a saúde. Os Jarawara afirmam que “ainda não está bom, mas já está bem melhor”.

INVASÕES

Com relação à área indígena, relatam que os brancos a invadem para pegar peixe e madeira. É bastante comum os homens, ao voltarem da caça ou da pesca, dizerem que viram estranhos. Isto é motivo de grande revolta para os Jarawara, que fazem reuniões regulares nas quais discutem o que deve ser feito para acabar definitivamente com a entrada de não-índios em suas terras.

Um dos maiores problemas é que o limite sul da reserva Jarawara/Kanamanti/Jamamadi é um afluente do rio Purus, o Cainã, importante fonte de peixe para eles. Assim, os índios afirmam que o Cainã é metade deles e metade dos brancos, e que ambos podem utilizá-lo, contanto que todos pesquem exclusivamente para seu sustento. Porém, os moradores das aldeias próximas ao afluente afirmam que os brancos tiram uma grande quantidade de peixe, especialmente os maiores em tamanho, para vender na cidade. Além disso, eles dizem que os brancos pescam também muito pirarucu em um lago próximo à aldeia Casa Nova, dentro da terra indígena.

PROJETO DE VIGILÂNCIA

O problema não é recente. A Opimp ajudou na implementação de um projeto de vigilância que começou em novembro de 2003 e durou até setembro de 2005. As atividades foram financiadas pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) que faz parte do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Para a formulação do projeto de vigilância na TI Jarawara, as comunidades foram ouvidas em reuniões no decorrer do ano de 2002, nas quais exprimiram os problemas que se apresentavam às suas terras. A redação final do plano a ser implementado ficou sob responsabilidade da coordenação da Opimp e da equi-

QUEM, ONDE, QUANTOS

Os Jarawara formam um grupo de aproximadamente 180 indivíduos, que vivem na terra indígena Jarawara/Kanamanti/Jamamadi, perto do município de Lábrea, no estado do Amazonas. Pertencem aos povos indígenas pouco conhecidos da região dos rios Juruá e Purus e o nome da etnia, ao contrário de outras da região, não se encontra em nenhum documento histórico.

Diversos Jarawara se dizem hoje crentes, mas “já foram católicos”. Nas aldeias Casa Nova e Água Branca (duas das cinco aldeias nas quais o grupo se divide), praticam cultos semanais de leitura do Novo Testamento e cantos na língua. No entanto, continuam celebrando o ritual de puberdade das meninas, o *marina*, tradicionalmente de grande importância para a etnia. Assim que recebem sua primeira menstruação, as adolescentes têm seus cabelos cortados e são isoladas em casinhas escuras no interior das próprias casas familiares. Após vários meses em recluso, o pai (ou o tio materno) oferece uma grande festa em homenagem à saída da menina, que dura aproximadamente quatro dias. Todas as aldeias Jarawara são convidadas para o ritual, aonde se dança, come, canta e namora muito.

Uma vez por mês, os Jarawara das cinco aldeias vão para Lábrea fazer compras. Nestas visitas, praticamente a comunidade in-

teira se desloca para cidade. Este é um momento precioso para rever os parentes que moram em outras localidades. Eles afirmam que estar na cidade é “bom quando se tem dinheiro, quando não se tem, é muito ruim”. Ao mesmo tempo em que apreciam muito todas as mercadorias que vêem em Lábrea, são bastante desconfiados dos brancos, permanecem a maior parte do tempo entre si, e falam com poucas pessoas, além dos comerciantes e os funcionários da Funasa e Funai. Diversos homens Jarawara dizem que não é bom beber na cidade, pois os brancos roubam e matam índio.

Mãe com as duas filhas (Lucélia, Sandra), aldeia Casa Nova, TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, novembro de 2004.



FABIANA MAZZA

pe técnica do PPTAL, e seguiu a metodologia de trabalho da Opan, que visa priorizar o protagonismo indígena.

Em sua execução, o projeto entregou um motor de barco e gasolina para que qualquer ocupação irregular fosse verificada e relatada pelos Jarawara. Uma “casa de apoio” foi construída pelos índios na beira do Cainã, a aproximadamente duas horas de caminhada da aldeia mais próxima, para servir de moradia temporária aos que se encarregassem da vigilância. O projeto propunha que os homens Jarawara se revezassem para vigiar as áre-

as “em perigo”, morando na casa de apoio por alguns dias durante o mês e utilizando o motor, com a gasolina já paga, para percorrer o Cainã em busca de invasores.

Na última reunião da Opimp para o *bilan* do projeto, realizada em julho 2005 na aldeia Água Branca, três problemas foram relatados pelos índios. O primeiro diz respeito ao transporte: duas aldeias diferentes deveriam utilizar um só motor, mas, em algumas ocasiões, os interesses distintos de cada comunidade impediram a cooperação no revezamento do barco. Nesta mesma reunião, foi planejado um calendário, fixando as datas de utilização do motor por cada aldeia. A decisão parece ter resolvido a primeira dificuldade para a continuidade do projeto. O segundo problema é que os homens nem sempre se mostraram dispostos a se isolar e deixar suas famílias para passar uma temporada mensal na casa de apoio. Na reunião mencionada acima, os Jarawara afirmaram que iriam se unir com mais frequência para que a vigilância fosse garantida, organizando expedições de pesca e caça que servirão igualmente para a vigília. O único problema que continuou em suspenso após o encontro é que os Jarawara dizem que com o fim do financiamento, nenhum homem irá comprar gasolina com dinheiro próprio para vigiar um espaço em comum. Apenas resta esperar para saber como o projeto irá se perpetuar no tempo para acabar com as invasões periódicas da terra indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamanti. (fevereiro, 2006)



FABIANA MAZZA

Jacinto, Maria de Fátima, Marineide, e Neme, na canoa (com motor rabeta), rio Purus, novembro 2004.

GERAL

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA: AVANÇOS E DIFICULDADES

“Estamos empenhados em garantir a funcionalidade dos programas que estamos levando em frente, nas áreas da organização, saúde, educação e sustentabilidade, apesar das dificuldades”, relatou o coordenador geral da OPIMP, João Batista da Silva, durante a reunião do Condef/Coiab. Na área organizacional, a OPIMP reúne atualmente sete associações representativas das aldeias e as associações de professores indígenas, Agentes Indígenas de Saúde e mulheres indígenas. A dificuldade está em acompanhar estas associações, devido às distâncias e a falta de recursos. O jeito é se articular com os parceiros, como o Cimi, a Funasa, a Funai e a Opan. “Aproveitamos as viagens deles para nos deslocar às comunidades”. As ações na área da educação também são significativas mas as dificuldades são muitas e preocupantes. “Há, contratados pela prefeitura, 35 professores indígenas, mas desse total só três têm o curso de Magistério. E para complicar, a maioria das escolas funciona ainda em casas particulares, pois somente temos dez edifícios escolares”, assinala João Batista. Na área da saúde, segundo o coordenador, a OPIMP está conseguindo atender as demandas das aldeias e a prestação de contas está indo bem. “Só temos o problema do médico e cirurgião que permanece mais na cidade do que nas áreas”, informou. (Coiab, 13/03/03)

APROPRIAÇÃO IRREGULAR DE APOSENTADORIAS INDÍGENAS

A Comissão dos Povos Indígenas do Médio Juruá, através de seu coordenador, o líder indígena Dsomo Kulina, denunciou em carta encaminhada ao presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, no dia 4 de novembro de 2005, irregularidades praticadas pelo Chefe de Posto do órgão indigenista em Eirunepé (AM), José Simão Pereira Sobrinho, tais como retenção de cartões do INSS e de carteiras de trabalho e apropriação indevida de parte do valor das aposentadorias de indígenas Kulina e Kanamari. (Coiab, 04/11/05)

GERAL

TUBERCULOSE AMEAÇA POVOS KANAMARI E KULINA

Por falta de atendimento básico à saúde, os povos Kanamari e Kulina estão sob ameaça de uma epidemia de tuberculose em suas áreas indígenas. Há um mês, foi detectado um caso

de meningite tuberculosa em uma criança Kanamari, de dois anos de idade, na aldeia Mamori. Por falta de recursos, as ações de profilaxia nos contatos da criança ainda não foram feitas, o que aumenta em muito um risco de epidemia na aldeia. A situação é grave. Há cinco meses é esperada a assinatura do convênio entre a Funasa e o município de Eirunepé (AM), que possibilitaria a assistência à saúde indígena na região. Desde então, a falta de definição sobre quem será o responsável pela gestão dos recursos e execução do novo convênio para DSEI de Eirunepé vem desencadeando sérios problemas de saúde nas aldeias pela total falta de assistência. Os recursos para o atendimento dos Kulina e Kanamari existem, mas devido a entraves burocráticos ainda não foram liberados. (Opan, 22/11/02)

SEIS DENI MORRERAM POR FALTA DE ASSISTÊNCIA

Seis indígenas do povo Deni morreram desde janeiro deste ano, três dos quais só no mês de março, nas aldeias Morada Nova e Boiador, localizadas na TI Deni. O tuxaua Saravi Deni, da aldeia Morada Nova, denunciou a ocorrência ao administrador regional da Funai, Benedito Rangel, em Manaus, e responsabiliza a Funasa pela falta de assistência às comunidades. Segundo relato do tuxaua, as vítimas foram um recém-nascido, no dia 2 de janeiro; Tashihari Deni, de 11 meses, em 5 de janeiro; Vaphari Deni, de dois meses, em 13 de fevereiro; Katuna, de 40 anos, em 1º de março; Umani, de três meses, no dia 4 de março e Dirarivi, de cinco meses, no dia 6 de março, todos acometidos por diarreia e vômito. As lideranças indígenas dizem que o atendimento médico nas aldeias vem sendo feito por meio de radiofonia. “Estou muito revoltado com a situação do nosso povo. O pólo base não está funcionando de acordo com seu objetivo”, protesta Saravi na carta enviada ao administrador da Funai. O tuxaua denuncia que não havia qualquer um dos membros da equipe de saúde e nem medicamentos no pólo base – que é a unidade de atendimento nas comunidades.

O coordenador da UNI-Tefé, Zuza Cavalcante, que gerencia o DSEI do Médio Solimões, informou que a dificuldade no atendimento esbarra na falta de recursos. “Há dois meses a Funasa não libera o dinheiro e até os nossos fornecedores não querem mais nos atender”, disse. Zuza informou ainda que amanhã o coordenador de Saúde da UNI-Tefé, Braz de Paula, e uma consultora da Funasa viajarão para o rio Xerua – onde estão localizadas as aldeias Morada Nova e Boiador – para avaliar as condições de saúde e o atendimento aos Deni. Segundo Zuza uma equipe já saiu da cidade de Caruaru para a

região para prestar atendimento aos Deni. O chefe do DSEI do Médio Solimões, Hamilton Álvares da Fonseca, garantiu que os recursos devem ser repassados à UNI-Tefé até o fim de março. Ele atribui a ausência da equipe nas comunidades ao descontentamento pela falta de pagamento dos salários, que estariam atrasados há pelo menos 45 dias. (Cimi, 18/03/04)

COLAPSO NA SAÚDE DO DSEI DO MÉDIO PURUS

O atraso no repasse dos recursos da Funasa para o DSEI do Médio Purus está provocando um verdadeiro colapso na assistência básica de saúde nas aldeias, afirma a Opimp, em relatório enviado ao Procurador Geral da República, Ricardo Kling Donini, do MPF no Amazonas, no dia 21 de novembro, para que intervenha na liberação dos recursos atrasados desde o mês de junho último, correspondentes à primeira parcela da prorrogação do Convênio Opimp/Funasa. A Opimp descreve: faltam remédios nos nove pólos-base e nos 30 postos de saúde; falta gasolina para a remoção dos pacientes que devem ser deslocados para cidades próximas; nas Casas de Saúde Indígena, localizadas nas cidades de Lábrea e Tapauá, não há mais recursos para suprir a alimentação dos pacientes e de seus acompanhantes; os cursos de capacitação para os profissionais e AIS não são realizados conforme a programação; a última vacinação ocorreu em fevereiro de 2003, não sendo possível desde então realizar quaisquer campanhas; aumentaram os casos de malária e de outras doenças de forma generalizada; o hospital de Lábrea não está cedendo os medicamentos necessários para os pacientes encaminhados pelo DSEI do médio Purus; não foi possível realizar as reuniões do Conselho Local; a conveniada está devendo nas praças comerciais de Lábrea e Tapauá a quantia de 200 mil reais, fazendo com que muitos fornecedores já não aceitem mais pedidos; os funcionários não recebem salários há 7 meses, nem haverá como pagar o seu 13º e férias. Por conta disso, diversos funcionários ingressaram com ações na Justiça do Trabalho em função do descontentamento ocasionado pelo atraso dos salários. Como se isto não bastasse, alguns viram-se obrigados a abandonar os seus postos de trabalho para procurar formas alternativas de sustentação, fragilizando ainda mais as ações em campo. (Coiab, 09/12/03)

FUNASA IGNORA 11 MORTES ENTRE OS DENI

Onze indígenas da etnia Deni, entre eles cinco bebês, morreram entre março e abril do ano passado com sintomas como diarreia e vômi-

to. Estas mortes não foram tão noticiadas no resto do País, como o caso das crianças desnutridas em Mato Grosso. Segundo o diretor do Cimi na região do Alto Solimões, Jean Pinheiro, embora a Funai e a Funasa em Manaus tenham sido notificadas, até hoje, um ano depois, não se sabe o que causou a morte dos indígenas. O diretor da Funasa em Manaus, Sebastião Nunes, informou que vai investigar o assunto.

Em relatório enviado à Funai e à Funasa em abril, há detalhes com os nomes das crianças e adultos que morreram. Só em março de 2004, foram 4 bebês. “Desde a saída dos Médicos Sem Fronteiras da área, em 2001, a questão da saúde é muito precária”, disse. (*Liege Albuquerque, Oesp, 10/03/05*)

ADOLESCENTES ÍNDIAS SOFREM ABUSO EM HOSPITAIS

Dois casos de violência sexual contra mulheres indígenas menores de idade ocorridos no fim de semana estão sendo investigados pela regional do Acre da Funai. O primeiro, um caso de estupro de uma garota de 16 anos da etnia kulina aconteceu no sábado, na Casa do Índio, administrada pela Funasa. O outro caso, no domingo, de abuso sexual contra uma adolescente da etnia apurinã de 15 anos, grávida, ocorreu na Unidade Mista de Saúde, de administração estadual e federal, em Boca do Acre. Segundo o relato da adolescente, no domingo, enquanto sentia as dores do parto em uma sala do hospital, o médico Luis Feitosa Costa entrou, trançou a sala por dentro e teria obrigado a garota a praticar sexo oral. (*Oesp, 17/03/05*)

VACINAÇÃO NOS VALES DO PURUS E DO JURUÁ

A Funasa divulgou os resultados da semana de imunização na América. Em um mês, foram vacinados nas aldeias dos altos rios Purus e Juruá 3,8 mil índios entre crianças, mulheres e idosos. Ao todo, foram 40 aldeias beneficiadas. Nestas localidades, também foram vacinados cães e gatos. Entre as vacinas distribuídas aos indígenas estão as de hepatite, a tetravalente e a pólio. (*Concita Cardoso, O Rio Branco, 18/05/05*)

APURINÃ

APURINÃ COMERCIALIZAM ARTESANATO

Com o desafio de resgatar a cultura, os índios Apurinã estão encontrando na comercialização do artesanato o retorno da coletividade e melhor organização da tribo. A principal ajuda veio

do Grupo de Pesquisas e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), que além de prestar auxílio, viabilizou os cursos de capacitação para que os Apurinãs melhorassem e expandissem seus produtos, antes feitos apenas para uso próprio. Hoje, a língua da tribo é disciplina escolar ensinada pelos mais velhos. A dança tradicional ganhará um local especial no meio da mata. Depois de furadas e polidas as sementes de jarina, paxiubão, tucumã, inajá, paxiubinha, cibipiruna, mulungu, açai e mururu e tecido o cipó de carrapicho, as pulseiras, colares, anéis, brincos e gargantilhas são feitas com a criatividade de cada um e nas suas casas. (*Andréa Zílio, Página 20, 17/07/03*)

PESCA ILEGAL E PREDATÓRIA NO RIO PURUS

As comunidades indígenas localizadas na TI Itixi Mitari protocolaram um documento na Administração Regional da Funai, no Ibama e no MPE, denunciando a pesca ilegal e predatória nos rios que cortam suas terras. Segundo a denúncia, “dois barcos estão pescando jaraqui ovado com arrastão na boca e no interior do lago do Itaboca” e que “esse tipo de pesca também acontece na boca e dentro do lago do Joari normalmente no mês de janeiro quando o jaraqui da escama grossa desce para desovar no rio Purus”. A reivindicação indígena é que desta vez, após a terra Itixi Mitari ter seus limites declarados, os órgãos competentes ajam de forma imediata e com rigor para proibir a pesca no interior da TI e a pesca predatória em toda região. (*Cimi Norte, 07/12/04*)

ALDEIA É ALVO DE ASSALTO

Um índio da etnia Apurinã, identificado apenas como Yamanawá, revelou o estado de abandono da reserva Apurinã da BR-317, km 164. Segundo ele, várias placas de energia solar já foram roubadas, duas delas avaliadas em cerca de R\$ 10 mil cada. Esta semana a área foi novamente atacada e outras placas foram levadas. No assalto desta semana, quatro homens, invadiram a área e levaram mais uma placa de energia solar. Eles chegaram a efetuar quatro disparos na direção dos índios para amedrontá-los e sem acertar o alvo. Yamanawá pediu o apoio das autoridades e disse temer represálias. Já teriam sido levadas pelo menos sete placas solares, num prejuízo de quase R\$ 40 mil. (*O Rio Branco, 28/01/05*)

COMUNIDADE DENUNCIA ESTADO DE CALAMIDADE

Aproximadamente 13 famílias indígenas da etnia apurinã, que vivem na comunidade São

Francisco do Guiribé - Aecu-Ainé, no Município de Manacapuru (a 84 km de Manaus), estão passando fome. A denúncia é feita pelo líder tribal Francisco de Souza Queiroz, 34, conhecido na aldeia como Cãpoari. O representante da Funasa, presente na Conferência sobre Saúde Indígena realizada na semana passada em Manacapuru, preferiu não comentar a denúncia. Disse que poderia responder apenas questões relativas à saúde. O líder indígena Cãpoari diz que a comunidade é formada por 113 pessoas. Muitos, porém, saíram da aldeia para morar nos bairros do Município. Ele acredita que a migração deve-se às péssimas condições de vida nas quais vivem e a pequena extensão de terras para desenvolver atividades economicamente viáveis. (*Aristide Furtaido, A Crítica, 01/12/05*)

GERAL

COMEÇA AUTODEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO

Cansados de esperar pela demarcação oficial de suas terras, os índios denis anunciaram ontem o início da autodemarcação de seu território. O anúncio foi feito para a imprensa, a bordo do navio do Greenpeace. A entidade ambientalista apóia os denis, desde 1999, contra a invasão de madeiras asiáticas em seu território tradicional. Também estão envolvidos no processo o Cimi, a Coiab e a Opan. A área é reconhecida como território deni pela Funai. Mas ainda não foi oficializada através de portaria declaratória pelo Ministério da Justiça. “Faz 15 anos que esperamos que o governo brasileiro garanta a proteção de nossas terras através da demarcação. Enquanto isso, o povo deni convive com a ameaça de empresas madeiras, que querem destruir nossa casa”, declarou o chefe deni Haku Varashadeni. Em 1996, a madeireira asiática WTK instalou-se no Brasil. A empresa afirma possuir 313 mil hectares de floresta na região, sendo 150 mil na área de uso tradicional dos índios. (*O Estado do Paraná, 12/09/01*)

FUNAI AFIRMA QUE ATO É ILEGAL

Em correspondência oficial enviada no dia 27 de setembro pelo presidente da Funai, Glênio Alvarez, está claro o pedido de suspensão dos trabalhos de demarcação das terras dos índios Deni. Os indígenas alegam que desde 1985 aguardavam que o processo fosse executado pela União. Na carta, o presidente da Funai informa que “a Constituição Federal, em seu artigo 231, não deixa dúvidas quanto à competência exclusiva da União em promover a de-

marcação de terras indígenas no Brasil". Ele comunica, ainda, que somente após a publicação de uma Portaria Declaratória de Posse Indígena, a ser emitida pelo Ministério da Justiça, a demarcação poderia ser autorizada. (*A Crítica*, 03/10/01)

DENI IGNORAM FUNAI E CONTINUAM PROCESSO

Os Deni não arredam o pé, e o Greenpeace também. Resultado: a demarcação das terras dos Deni vai continuar mesmo depois da Funai ter enviado correspondência à entidade ambiental pedindo a suspensão dos trabalhos. O líder dos Deni, Biruvi, afirmou que a demarcação prossigue enquanto o Governo Federal não definir uma data para que a União faça o trabalho. (*Loredana Kotinski, A Crítica*, 04/10/01)

AUTODEMARCAÇÃO É SUSPENSA

Os índios Deni decidiram interromper o processo de autodemarcação de suas terras após um acordo com a Funai. Segundo o chefe Deni que conversou com Arthur Mendes, da Funai, representantes do órgão do governo visitarão a área para avaliar a possibilidade de reconhecer a demarcação feita pelos Deni. "E eles prometeram continuar a demarcação", conta Biruvi. Arthur Mendes disse que "todos os pareceres sobre a questão são favoráveis" à entrega das terras aos Deni. Os índios aguardam agora um documento oficial da Funai a respeito da demarcação das terras. (*Terra.com.br*, 05/10/01)

MJ DECLARA ÁREA

Através da Portaria 952, de 16/10/01, o ministro da Justiça declara de posse permanente indígena a TI Deni. (*DOU*, 17/10/01)

QUASE 2 ANOS DEPOIS COMEÇA A DEMARCAÇÃO OFICIAL

Teve início a demarcação oficial da Terra Indígena Deni. O trabalho foi aberto na semana passada com uma reunião entre líderes Deni, representantes do PPTAL/Funai, GTZ, Setag Serviços Técnicos Ltda., além do Greenpeace, Cimi e Opan. "Há quatro anos estamos trabalhando em parceria com os Deni para proteger sua terra e seu meio de vida tradicional", disse Nilo D'Ávila, do Greenpeace. Segundo D'Ávila, "A demarcação Deni é um passo histórico para todos aqueles que lutam para reverter a tendência de destruição do patrimônio natural através do trabalho com as comunidades tradicionais e do cumprimento da legislação". (*Greenpeace*, 13/05/03)

FIM DA DEMARCAÇÃO É FESTEJADO

Os índios denis estarão comemorando, amanhã, a conclusão da demarcação física de sua terra. São 1,5 milhão de hectares de floresta amazônica, onde vivem cerca de 700 pessoas. A garantia de uso exclusivo desse território ao povo Deni, no entanto, está sendo comemorada também pelos ambientalistas do Greenpeace que, em 1999, ao investigar a compra de 313 mil hectares de floresta pela madeireira malaia WTK, encontraram os índios e descobriram que boa parte das terras era, na verdade, território Deni. Desse encontro, surgiu uma parceria que levou os índios a se organizarem e fazerem a autodemarcação de suas terras, agora oficializadas com a demarcação governamental, que termina neste mês.

A celebração acontecerá na aldeia Boiador e contará com a presença de quatro das oito aldeias denis. Entre os convidados, representantes do CIR, Inpa, Funai e a Fepi. Para um dos líderes, Bonarivi Deni, a festa marca o fim de uma etapa na qual os índios nunca deixaram de acreditar. "A demarcação é bom para as crianças, que vão poder crescer e manter uma terra sabendo que é delas mesmo", disse Bivuri Deni, outra liderança local. (*Oesp*, 04/08/03)

PESCADORES INVADEM TI DENI...

Lideranças do povo indígena Deni e missionários do Cimi denunciaram, na delegacia de polícia de Carauari (AM) ameaças de morte feitas por indivíduos conhecidos apenas por Zé Lopes e Chico Lopes, em virtude da apreensão de pescado e materiais de pesca no interior da terra indígena. Esta foi a primeira apreensão feita no território dos Deni depois da demarcação no final de abril passado. (*Cimi*, 25/09/03)

... E MADEIREIROS TAMBÉM

O Cimi denunciou ao MPF, à Funai e ao Ibama a invasão da terra indígena Deni por um grupo armado e teme a ocorrência de conflito mais grave. A denúncia foi feita a partir de informação, por radiofonia, do indígena Marishanu Deni. Segundo Marishanu, há pelo menos sete dias que "os filhos do senhor Raimundo López, conhecidos como Adilson, George e Mundico, estão à frente de um grupo armado dentro da Terra Indígena Deni, derrubando árvores indiscriminadamente". Este fato já aconteceu outras vezes. Os invasores são velhos reincidentes. Marishanu Deni foi até o local para solicitar a retirada dos invasores, mas eles reagiram com ameaças de morte, amedrontando a comunidade e prometendo matar a quem os incomodasse. (*Cimi*, 19/01/04)

TI DENI É HOMOLOGADA

O Greenpeace enviou hoje carta ao presidente Luís Inácio Lula da Silva parabenizando o governo pela recente homologação da TI Deni, de 1,53 milhões de hectares. Em maio de 2003, a demarcação oficial começou. Conduzida pela Funai com recursos do PPTAL, a demarcação da terra Deni foi finalmente concluída em agosto de 2003. O decreto de Lula, agora, consolida o processo. (*Greenpeace*, 04/11/04)

KAXARARI

EMPRESA SERÁ JULGADA POR ARRASAR A TI KAXARARI

A Justiça Federal do Acre vai julgar, em breve, a ação civil pública que o MPF impetrou contra a empresa Mendes Júnior S.A., pelo que antropólogos consideram "a maior devastação já vista numa área indígena da Amazônia Ocidental brasileira". A devastação ocorreu ente os anos de 1988, 89 e 90 na terra dos índios Kaxarari, situada nas divisas dos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, e foi liderada pela Mendes Júnior. Segundo os procuradores, a empresa promoveu o desmatamento de mais de 10 hectares na área de uma grande pedreira que instalou na reserva.

Além disso, a empreiteira construiu uma grande barragem para represar as nascentes do rio Azul, principal manancial de abastecimento de água dos índios, provocando a inundação de uma grande extensão da floresta, onde foram destruídas centenas de seringueiras, castanheiras, madeiras de lei, árvores frutíferas, ervas medicinais e outras espécies da flora. Segundo constatou o MPF, a represa construída deu origem a um grande lago de águas paradas, que se transformou num enorme criadouro de anofelinos, provocando constantes epidemias de malária, hepatite, infecções intestinais, inflamações nos órgãos internos e outras doenças entre a população Kaxarari. Isso resultou, nos dois anos seguintes, na morte de 12 índios – inclusive dois velhos caciques –, bem como de várias crianças e adultos. (*Romerito Aquino*, Página 20, 26/05/02)

KAXARARI QUEREM O DIREITO DE GARIMPAR

Os índios kaxararis querem ter o direito de explorar as 14 jazidas de pedras existentes na sua reserva. Lideranças da nação foram ontem à Assembléia Legislativa conversar com os deputados estaduais. Alguns deputados ficaram emocionados com os relatos dos representantes de um povo que foi praticamente dizimado pela exploração predatória da empresa Men-

des Júnior. “Tenho certeza de que o mais rápido possível o presidente Lula vai autorizar a exploração das pedras pelo povo kaxarari. Será a primeira pedra ecológica do Brasil”, comentou o deputado Moisés Diniz (PCdoB). (*Leonildo Rosas, Página 20, 20/03/03*)

SITUAÇÃO PRECÁRIA

A aldeia Kaxarari enfrenta problemas com a malária e falta de recursos para educação, saúde e incentivos à produção. Os agentes de saúde não recebem salário desde o início do ano, faltam medicamentos e verba para reforma do posto de saúde e da escola. Zenon Lopes, administrador do Convênio UNI-Funasa, afirma que ocorreu atraso na liberação da verba por entraves na prestação de contas. (*Marta Alves, A Tribuna, 28/09/03*)

EMPRESA TERÁ QUE INDENIZAR OS KAXARARI

Atendendo ao pedido do MPF, o juiz federal Jair Araújo Facundes condenou a Empresa Mendes Júnior Engenharia S.A. e o DNER a pagarem cerca de R\$ 2,5 milhões à tribo indígena caxarari. De acordo com a ação civil pública, os réus causaram danos ao meio ambiente e aos índios caxararis, explorando, de maneira ilegal, pedra granito; represando as nascentes do Rio Azul, com a construção de barragem; e desmatamento. (*A Tribuna, 06/04/04*)

KULINA

TI KUMARU É FISCALIZADA PELA FUNAI

O Posto de Fiscalização Juruá realizou duas incursões de fiscalização na Terra Indígena Kumaru do Lago Ualá, onde habitam os índios Kulina e alertou as embarcações pesqueiras que encontrou sobre o impedimento de ingresso na área indígena. Em relatório, o técnico indigenista, Luiz Ivenildo Moraes, informou sobre a necessidade de recursos para a fiscalização nas calhas dos rios Madeira, Purus, Juruá e Negro. (*Funai, 24/05/02*)

SURUWAHA

CRIANÇA É RETIRADA DA ALDEIA POR MISSIONÁRIOS

A tribo dos suruwa-há há muito é alvo de uma disputa religiosa. De um lado está o Cimi, que defende uma assimilação muito lenta e mais gradual ainda do mundo dos brancos pela tribo desde que o primeiro contato com ela foi feito pela Pastoral Indígena da Prelazia de

Labre, em 1980. Tudo ia muito bem até 1985, quando apareceram no pedaço missionários da Jovens com uma Missão (Jocum), uma organização financiada por evangélicos fundamentalistas americanos que tem uma prática completamente oposta à do Cimi em relação aos indígenas. Fazem trabalho e alfabetização com a Bíblia e, segundo Paulo Adário, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace, não hesitam em condicionar a prestação de serviços médicos à adesão a palavra de Deus. Cimi e Jocum chegaram a se enfrentar na Justiça do Amazonas em 2000 por causa dos suruwa-hás. Os católicos denunciaram a ação do Jocum ao Ministério Público estadual. O MP ordenou que todos os missionários, de qualquer religião, abandonassem a área. “Eles não obedeceram à ordem judicial. Então decidimos ficar também”, conta Pedro de Silva e Souza, do Cimi. A coisa acalmou um pouco mas, recentemente, a briga voltou a esquentar por causa de uma criança suruwa-há que nasceu no início do ano.

Segundo a Funasa, tudo começou quando uma equipe médica da FAB esteve na região amazônica para auxiliar na campanha de vacinação indígena em abril. Dois médicos da FAB e duas enfermeiras da Funasa diagnosticaram a necessidade de exames mais específicos em uma criança de quatro meses na aldeia dos suruwa-hás. Suspeitavam de um caso de hermafroditismo. Autorizada pelo DSEI Médio Purus, a Funasa então retirou a criança da aldeia na primeira semana de junho para a realização dos exames em Porto Velho (RO), onde há equipamentos mais adequados. De lá, ela foi encaminhada para São Paulo no dia 19 de julho. A mãe, o pai, o avô, um irmão e mais dois membros da tribo foram junto.

Responsável direta pelo tratamento médico público de índios desde agosto de 1999, quando um decreto tirou as atribuições de saúde indígena da Funai, a Funasa permitiu que o acompanhamento dos suruwa-há na cidade ficasse a cargo de membros da Jocum. A Jocum ganhou da autoridade sanitária o direito de cuidar dos índios na cidade.

Mesmo tendo seu território invadido e sendo pressionados a aceitar a catequização, os 144 membros que atualmente formam a tribo dos suruwa-há conseguiram preservar as suas características culturais e seus comportamentos nativos. E entre todas as tradições há uma que torna essa história mais perigosa. Os suruwa-hás, como outras tribos, têm um expediente radical para reagir a situações de pressão, tensão ou humilhação: o suicídio coletivo.

Para o indianista Sidney Possuelo, que há 30 anos comanda pela Funai expedições de primeiro contato com os últimos índios isolados

da Amazônia, o impacto que o tratamento médico está causando entre os suruwa-hás é grande. “Esse tipo de índio fica mais deprimido e dependente da parafernália que jamais poderia manter. Não consegue digerir isso e fica de ‘espinha quebrada’, sem saída”. Espinha quebrada é um termo utilizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro e significa um tipo de derrota moral incurável que leva à depressão e ao possível suicídio, uma tendência forte em se tratando dessa tribo.

A sucessão de equívocos continua. Para a Funasa, a intervenção na tribo não é um fato preocupante. Desde 2001 alguns indígenas suruwa-hás vêm sendo retirados da aldeia para tratamentos médicos, principalmente contra picadas de cobras. Mas Possuelo alerta: “Mesmo que partisse da tribo o pedido de ajuda de fora, seria preciso uma estrutura monumental para que a visita a São Paulo não gerasse choque nos grupos que saem”.

Se para os índios que estão em São Paulo o impacto cultural com a cidade é o maior desafio, para os que ficaram na tribo o problema não é diferente. “Uma intervenção considerada grave, o suicídio indígena é como um canal natural para eles. Dessa maneira, a pressão contra esse traço cultural causará ainda mais problemas”, explica Possuelo.

Na cidade, os índios estão isolados e não há garantia sobre seu estado de saúde. A Jocum guarda a sete chaves o paradeiro dos índios que foram para São Paulo e sequer a Funasa do estado conseguiu localizá-los. (*Carolina Mourão e Luiz Ferreira, O Eco, 07/08/05*)

COMISSÃO DISCUTE RETIRADA IRREGULAR DE CRIANÇAS

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional promove hoje audiência pública para discutir denúncias de retirada não autorizada de crianças da aldeia indígena Suruwahá. O debate foi solicitado pelos deputados Henrique Afonso (PT-AC) e Zico Bronzeado (PT-AC) depois de reportagem do Fantástico, da Rede Globo, sobre duas crianças da etnia Suruwahá retiradas da tribo por integrantes da organização missionária Jocum. A Jocum é uma organização filantrópica e missionária internacional que reúne igrejas de várias denominações.

Na reportagem, foram apresentados depoimentos de missionários que confirmaram a retirada de um bebê portador de hiperplasia adrenal congênita (genitália ambígua) para realizar uma cirurgia em São Paulo, de uma outra criança, de 1 ano e 5 meses de idade, vítima de paralisia cerebral e de quatro familiares das duas crianças. Os missionários justificaram que a retirada foi feita para evitar a morte dos be-

bês, já que, pela tradição da tribo, as crianças que nascem com problemas físicos ou mentais são sacrificadas. As crianças foram retiradas sem a autorização da Funai e da Funasa. A entidade católica Conselho Indigenista Missionário (Cimi) pediu a intervenção do Ministério Público Federal no dia 15 de agosto, solicitando ajuda federal para levar de volta os oito suruwahás. Antropólogos do Cimi alegam que o contato dos indígenas com brancos poderia trazer grave impacto em sua cultura, por conta do alto número de suicídios já registrado na tribo.

Os deputados que solicitaram o debate argumentam que, como os dados apresentados pela reportagem são contraditórios e a Funai ainda não apresentou parecer oficial ou relatório sobre o assunto, a comissão deve avaliar as denúncias e pedir providências, caso sejam constatadas irregularidades.

Participarão do debate: o vice-presidente da Funai, Roberto Aurélio Lustosa Costa; o diretor do departamento de saúde indígena da Funasa, José Maria de França; o diretor regional da Jocum, Reinaldo Cozão Ribeiro, e os missionários da Jocum, Marcia e Edson Suzuki. *(Agência Câmara, 14/12/05)*

FUNAI AFIRMA A IRREGULARIDADE

A audiência pública da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional sobre denúncias de retirada não autorizada de crianças da aldeia indígena Suruwahá, foi marcada pela troca de acusações entre o vice-presidente da Funai e a Jocum. Segundo denúncias veiculadas em duas reportagens do programa “Fantástico”, da Rede Globo, em setembro, a Jocum teria retirado as crianças sem autorização da Funai.

O vice-presidente da Funai, Roberto Aurélio Lustosa, rechaçou as acusações da Jocum de que o órgão estaria dificultando o acesso das crianças ao tratamento médico. Ele lembrou que o Ministério Público já pediu a saída da missão da aldeia e disse que a entidade nunca apresentou seus planos à Funai, apesar de estar na aldeia desde meados da década de 1980. Lustosa confirmou a informação do diretor do departamento de saúde indígena da Funasa, José Maria de França, de que a retirada das crianças foi irregular. “A autorização apresentada, que é do chefe de um posto que não tinha atribuição para emitir esse documento, foi feita já depois que os índios tinham sido retirados da aldeia. Esse documento se referia a um relatório da Funasa de data posterior, o que é um absoluto contrasenso. Alguém forjou esses documentos para tentar dar uma aparência de legalidade à retirada desses índios.” *(Agência Câmara, 14/12/05)*

Apiaká
Apurinã
Djahoi
Kaiabi
Munduruku
Mura
Mura Pirahã
Parintintim
Sateré Mawé
Tenharim
Torá

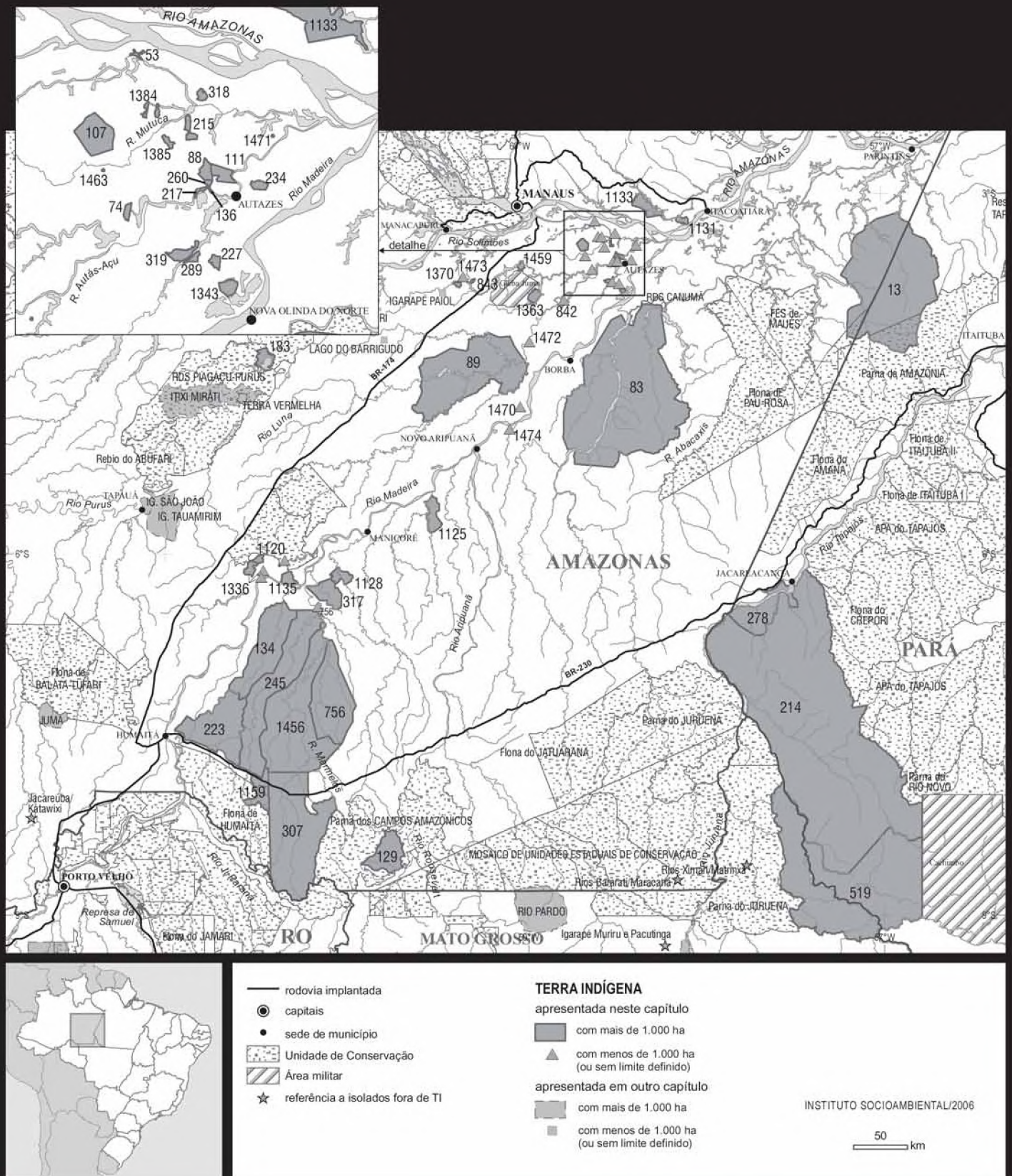


7

Tapaiós / Madeira



7. TAPAJÓS/MADEIRA



TAPAJÓS / MADEIRA
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
13	Andirá-Marau	Sateré-Mawé	7.376 - DSEI Parintins: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 93.069 de 06/08/1986 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Parintins (30.994 ha) matr. 1.888, lv.2 G fl. 141 em 10/02/87; município e comarca de Barreirinha (143.044 ha) matr. 266, lv. 2-B, fl. 89 em 16/02/87; município de Aveiro, comarca de Itaituba (115.253 ha) matr. 3.060, lv.2-G, fl. 29 em 26/02/87; município e comarca de Itaituba (350.615 ha) matr. 3.059, lv. 2-G, fl. 28 em 26/02/87. Reg SPU: PA-07 em 07/05/87; SPU RR-160 fl. 359 em 01/05/87.	788.528	Aveiro Barreirinha Itaituba Maués Parintins	PA AM PA AM AM
1384	Apipica	Mura	68 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 880/DAF em 03/12/03.	652	Careiro da Várzea	AM
1470	Arary	Mura		Em identificação. Cria GT para identificação da área.		Autazes	AM
1336	Ariramba	Mura	73 - Parecer da Funai: 1996	Homologada. Reg. CRI. Portaria 315 de 1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Manicoré, matr. 335, lv. 2-B, fl. 35 em 05/10/2004. Ofício ao SPU-AM nº 555/DAF.	10.357	Manicoré	AM
53	Boa Vista	Mura	40 - Parecer da Funai:92	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 retifica os limites definidos pelo decreto de 11/12/98 que homologou a TI. Reg. SPU certidão nº 3 de 13/03/02.	337	Careiro da Várzea	AM
	Bragança	Munduruku		Em identificação. O presidente da Funai cria GT para estudos de levantamento de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Edvirges Ioris, com prazo de entrega do relatório de 180 dias.		Belterra Santarém	PA PA
74	Capivara	Mura	154 - Funai: 2003	Em identificação/Reservada pelo SPI. Portaria 1.816 de 08/01/1985 da Funai cria GT para identificação, definição de limites e levantamento fundiário. Planta de delimitação em 11/04/85.	650	Autazes	AM
83	Coatá-Laranjal	Munduruku Sateré Mawé	1.768 - Relatório do GT: 97	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 400/DAF de 02/07/04.	1.153.210	Borba	AM
88	Cuia	Mura	75 - Mapa Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 309 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Autazes (1.322 ha) matr. 531, lv.2 B, fl. 191 em 28/02/92. Reg. SPU certidão nº 010 E de 03/06/97.	1.322	Autazes	AM
89	Cunhã Sapucaia	Mura	564 - Relatório do GT: 1999	Declarada. Portaria 1.760 de 04/12/2002 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai realize a demarcação.	463.000	Autazes Borba	AM AM
1159	Diahui	Diahui	88 - Funasa: 2006	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	47.354	Humaitá	AM
1370	Fortaleza do Castanho	Mura	75 - Relatório do GT: 1997	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 24 de 25/09/03.	2.756	Manaquiri	AM
107	Gavião	Mura	77 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 305 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Careiro (8.611 ha) matr. 29 lv. 2 RG fl. 01 em 06/05/97. Reg. SPU certidão nº 17 de 09/08/02.	8.611	Careiro da Várzea	AM
111	Guapenu	Mura	180 - Funai: 87	Em identificação/Reservada pelo SPI. Portaria 1.816 de 08/01/1985 da Funai cria GT para identificação de limites e levantamento fundiário. Planta de delimitação da Funai de 13/04/83.	2.450	Autazes	AM
754	Igarapé Joari	Apurinã		Em identificação. Portaria 1.123 de 30/10/2000 da Funai cria GT para estudos e identificação da TI.		Beruri	AM
134	Ipixuna	Parintintim	25 - Projeto Kawahib:1989	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Humaitá (215.362 ha), matr. 2.527 Kv 2-1 fl. 272 em 28/07/98. Reg. SPU certidão nº 5 de 24/08/01.	215.362	Humaitá	AM
136	Itaitinga	Mura	30 - Parecer da Funai: 1993	Homologada. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 884/DAF de 05/12/03.	135	Autazes	AM
1471	Jauary	Mura		Em identificação. Portaria 315 de 1997 cria GT para identificação da área.		Autazes	AM
519	Kayabi	Apiaká Kaiabi Munduruku	297 - Relatório do GT: 1993	Declarada. Portaria 1.149 de 02/10/2002 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios. Reg. SPU certidão nº 73 de 12/12/83 (área antiga).	1.053.000	Apiacás Jacareacanga	MT PA
183	Lago Aiapúá	Mura	420 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/08/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Beruri, matr. 075, lv. 2-RG, fl. 40V em 09/12/94. Reg. SPU certidão nº001 em 17/11/1995.	24.866	Anori Beruri	AM AM

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1120	Lago Capanã	Mura	28 - Parecer da Funai: 1996	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI 2º Ofício de Manicoré, matr. 326, lv. 2-B/RG, fl. 16 em 10/11/2003. Reg. SPU-AM certidão nº 30 de 19/10/2004	6.321	Manicoré	AM
1472	Lago do Limão	Mura		Em identificação. Portaria 315 de 1997 cria GT para identificação da área.			
1459	Lago do Marinheiro	Mura	65 - Relatório do GT: 1997	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 75 de 01/09/2005 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura.	3.500	Careiro	AM
1135	Lago Jauri	Mura	145 - Parecer da Funai: 1996	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação da TI. Reg. CRI do 1º Ofício de Manicoré, matr. 1.614, lv. 2-2, fl. 284 em 29/11/2004. Ofício ao SPU nº 094/DAF.	12.023	Manicoré	AM
	Marituba	Munduruku		Em identificação. Portaria 799 de 15/08/2003 da Funai cria GT para estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Edvirges Ioris, com prazo de 180 dias para entrega do relatório.		Belterra Santarém	PA PA
1343	Miguel/Josefa	Mura	258 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 20/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Autazes (1.628 ha) matr. 856 lv. 2-RG fl. 154 em 19/03/02. Reg. SPU certidão nº 10 de 20/05/02.	1.628	Autazes	AM
214	Mundurucu	Munduruku	5.075 - Relatório do GT: 1995	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 25/02/2004 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 10 de 04/06/04.	2.381.800	Itaituba Jacareacanga	PA PA
842	Muratuba	Mura		Em identificação. Consta da relação de Terras em Identificação da DAF/Funai/1998.		Autazes	AM
215	Murutinga	Mura	316 - Funai/BSB: 1994	Em identificação/Reservada pelo SPI. Portaria 1.137 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Eliane Pequeno para realizar estudos antropológicos necessários à identificação da TI. Estabelece 16 dias para os trabalhos de campo e o dia 30/11/05 para a entrega do relatório de fundamentação e cinco dias para a entrega do relatórios das atividades de campo.	1.270	Autazes	AM
217	Natal/Felicidade	Mura	97 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 296 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Autazes, matr. 533, lv. 2B, fl. 191 em 25/02/92. Reg.SPU certidão nº 012 de 16/06/97.	313	Autazes	AM
223	Nove de Janeiro	Parintintim	141 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Humaitá (228.777 ha), matr. 2.528 lv. 2-1 fl. 274 em 28/07/98. Reg. SPU certidão nº 4 de 14/08/01.	228.777	Humaitá	AM
	Pacovão			Em identificação. Portaria 1.039 de 04/11/1999 da Funai cria GT para estudos e identificação da TI.		Borba	AM
227	Padre	Mura	22 - Funai: 2003	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação da TI que já havia sido homologada com 391 hectares em 23/05/96. Reg. CRI do município e comarca de Autazes (391 ha) matr. 747 lv. 2D/RG fl. 48 em 22/01/97. Reg. SPU: certidão nº 13 de 19/06/97 (ref. área de 391 ha); certidão nº 27 de 21/06/04.	797	Autazes	AM
234	Paracuhuba	Mura	67 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 310 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Autazes, matr. 530, lv. 2-B, fl. 191 em 25/02/92. Reg. SPU certidão nº 011 de 06/06/97.	927	Autazes	AM
1131	Paraná do Arauató	Mura	103 - Parecer da Funai: 1998	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação da TI.	5.915	Itacoatiara	AM
1385	Patauí	Kanamari Mura	47 - Relatório do GT: 1998	Homologada. O Presidente da República homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 879/DAF em 03/12/03.	615	Autazes	AM
1125	Pinatuba	Mura	458 - Parecer da Funai: 1996	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 10/12/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do 2º Ofício de Manicoré, matr. 351, lv. 2-B, fl. 51 em 25/07/2005. Ofício nº 549/DAF em 04/10/2005.	29.564	Manicoré	AM
245	Pirahã	Pirahã	389 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Humaitá (229.777 ha) matr. 2.528 lv. 2-1 fl. 274 em 28/07/98. Reg. SPU certidão nº 6 de 11/09/01.	346.910	Humaitá	AM

TAPAJÓS / MADEIRA
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1463	Ponciano	Mura		Em identificação. Portaria 1.137 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Eliane Pequeno para realizar estudos antropológicos necessários à identificação da TI. Estabelece o prazo de 16 dias para os trabalhos de campo, o dia 30/11/05 para a entrega do relatório de fundamentação e cinco dias para a entrega do relatórios das atividades de campo.		Autazes Careiro da Várzea	AM AM
	Praia do Índio	Munduruku	44 - Funai/Belém: 1993	Demarcada pelo Incra. Lote demarcado pelo Incra em 1986, no Projeto Fundiário Cachimbo, lote 739, Gleba Arraia (cf. Funai/Belém).	28	Itaituba	PA
	Praia do Mangue	Munduruku	23 - Funai/Belém: 1993	Demarcada pelo Incra. Lote demarcado pelo Incra em fev/86, no projeto Fundiário Cachimbo, lote 738, Gleba Arraia (cf. Funai/Belém).	30	Itaituba	PA
260	Recreio/São Félix	Mura	139 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 295 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Autazes, matr. 532, lv. 2-B, fl. 191 em 25/02/92. Reg. SPU certidão nº 006 de 22/11/95.	251	Autazes	AM
1363	Rio Jumas	Mura	44 - Relatório do GT: 1997	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	9.482	Careiro	AM
1128	Rio Manicoré	Mura	52 - Parecer da Funai: 1998	Homologada. Decreto s/n de 10/12/2001 homologa a demarcação.	19.481	Manicoré	AM
1133	Rio Urubu	Mura	374 - Parecer da Funai: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Itacoatiara, matr. 13.369, lv. 2/RG, fl. 01 em 15/03/2005. Ofício ao SPU no. 218/DAF.	27.354	Itacoatiara	AM
278	Sai Cinza	Munduruku	873 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 393 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 4.155 lv. 2 fl. 275 em 10/01/90. Reg. SPU PA-06 lv. 2 fl. 510/511 em 28/03/89.	125.552	Jacareacanga	PA
289	São Pedro	Mura	47 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Autazes, matr. 314 lv. 2-A fl. 314 em 14/12/87. Reg. SPU certidão nº 175, lv. 380 de 29/07/88.	726	Autazes	AM
756	Sepoti	Tenharim	65 - GT Funai: 1998	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	251.349	Manicoré	AM
1474	Setemã	Mura		Em identificação. Portaria 53 de 1997 da Funai cria GT para identificação da área.		Borba Novo Aripuanã	AM AM
843	Tabocal	Mura	15 - Relatório do GT: 1997	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 71 de 26/11/1999 da Funai aprova o relatório de identificação e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura.	907	Careiro	AM
	Taquara (PA)	Munduruku		Em identificação. O presidente da Funai cria GT para estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Edvirges Iories, com prazo de 180 dias para entrega do relatório.		Belterra Santarém	PA PA
129	Tenharim do Igarapé Preto	Tenharim	43 - Relatório do GT: 97	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 1.644, lv.2-A, fl. 245 em 30/09/04. (parcial)	87.413	Novo Aripuanã	AM
1456	Tenharim Marmelos (Gleba B)	Tenharim	393 - Relatório do GT: 2002	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 72 de 11/08/2004 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e fixação na sede das prefeituras.	473.961	Humaitá Manicoré	AM AM
307	Tenharim/Marmelos	Tenharim	298 - Peggion: 1994	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Manicoré (257.662 ha), matr. 1.295, lv. 2-4, fl. 264 em 31/01/96; município de Humaitá, matr. 2.458 lv. 2-1 fl. 178 em 19/03/96. Ofício ao SPU nº 174/DAF em 19/03/96.	497.521	Humaitá Manicoré	AM AM
317	Torá	Apurinã Torá	103 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação .	54.961	Manicoré	AM
318	Tracajá	Mura	20 - Funai: 1987	Em identificação/Reservada pelo SPI. Portaria 1.137 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Eliane Pequeno para realizar estudos antropológicos necessários à identificação da TI. Estabelece 16 dias para os trabalhos de campo e o dia 30/11/05 para a entrega do relatório de fundamentação e cinco dias para a entrega do relatórios das atividades de campo.	690	Autazes	AM
319	Trincheira	Mura	169 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 378 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Autazes, matr. 288 lv. 2-A, fl. 313 em 14/12/87. Reg. SPU AM certidão nº 174 de 29/07/88.	1.624	Autazes	AM
1473	Vista Alegre	Mura		Em identificação. Portaria 315 de 1997 cria GT para identificação da área.		Manaquiri	AM

LISTAGEM TERRAS

À Margem da Transamazônica

Edmundo Antonio Peggion

Antropólogo/Unesp

OS TENHARIM, DEPOIS DE LUTAREM PELA GARANTIA DE SUAS TERRAS, BUSCAM AGORA ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS

As Terras Indígenas (TIs) da região Sul do estado do Amazonas, depois de um longo processo de luta, começaram a ganhar um contorno mais próximo da reivindicação indígena. No entanto, faltam ainda alguns ajustes e adequações para se chegar a uma perspectiva estável. No caso particular dos Tenharim — que somam 409 indivíduos falantes da língua Tupi-Guarani e habitantes do médio rio Madeira —, é possível visualizar a nova fase em que entra a luta indígena. Os projetos agora se voltam para o mapeamento das unidades produtivas das TIs e para a busca de atividades econômicas sustentáveis. No entanto, tais projetos parecem atrelados a um sistema de uso das unidades produtivas, principalmente os castanhais pelos grupos domésticos, o que implica numa forma particular de utilização do território.

Do ponto de vista da definição de limites, a questão territorial Tenharim está praticamente resolvida, apesar de indefinições e incertezas quanto a algumas garantias. A TI Tenharim do Igarapé Preto, com 88.240 ha, foi homologada em 19/04/2004; a TI Sepoti, com 247.859 ha, foi homologada em outubro do mesmo ano; e a TI Marmelos, que possuía 497.521 ha, passou recentemente por um estudo de revisão territorial que, se aprovado, deixará a TI com cerca de 900.000 ha.

O ponto central é conseguir uma boa fiscalização de limites para que não ocorram invasões e conflitos na exploração ilegal de recursos naturais. Tal preocupação está baseada na situação atual da região sul do Estado do Amazonas. A frente agrícola se expande de maneira alucinada desde Mato Grosso até o Amazonas e traz consigo, além da devastação da floresta e da monocultura, uma certa maneira de conceber as atividades econômicas que contamina desde a população regional até as populações indígenas.

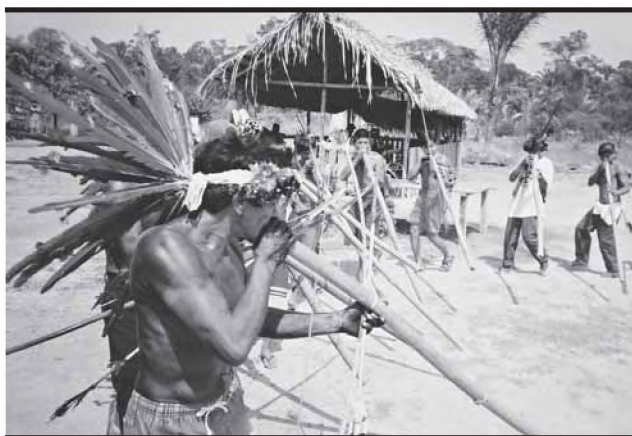
Os Tenharim do Igarapé Preto, conhecidos como *Yvytytyruhu*, padeceram fortemente da descoberta quase simultânea à aber-

tura da Transamazônica, de cassiterita em suas terras. Viveram à mercê de empresas mineradoras até fins dos anos de 1980 e atualmente tentam se recompor. Possuem uma relação de aliança com algumas unidades dos Tenharim do rio Marmelos. A TI Tenharim do Igarapé Preto localiza-se no final da chamada Rodovia do Estanho. Os habitantes da aldeia Tenharim do Igarapé Preto sofrem hoje com a ocupação dos campos no entorno de suas terras, e almejado por plantadores de soja e arroz.

Os Tenharim do rio Marmelos vivem no cruzamento entre a Transamazônica (BR-230) e o rio Marmelos, afluente do rio Madeira, na região Sul do Estado do Amazonas. Contam hoje com uma população de 393 indivíduos divididos em sete aldeias à beira da BR-230. Em 1994 eram 301 e possuíam um sistema político estabelecido em um cacique, um vice-cacique e lideranças. Ao todo eram 11 indivíduos que respondiam como representantes políticos da sociedade. Atualmente, com a fragmentação das aldeias, fragmentaram-se também os líderes.

ASSOCIAÇÃO E PROJETOS

Alguns anos atrás, em meados dos anos de 1990, os Tenharim fundaram uma Associação Indígena para receber recursos financeiros para seus projetos. Como foi comum em toda a Ama-



Ritual Mboatawa.

EDMUNDO A. PEGGION, JUL. 2003

zônia, houve um estímulo para que os povos indígenas tivessem Associações registradas em cartórios e com contas bancárias para poderem estabelecer contratos com projetos internacionais tais como o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) em Mato Grosso e o Plano Agropecuário Florestal de Rondônia (Planaflo). Os Tenharim fundaram, então, a Associação do Povo Indígena Tenharim (*Apiten Moroguetã*).

Embora tenha captado alguns pequenos recursos, a *Apiten* não conseguiu uma grande articulação para seus projetos, seja pelo fato de se localizarem no Estado do Amazonas e reivindicarem recursos em Rondônia, seja por sua inabilidade em lidar com planilhas, formulários e modelos até então desconhecidos. Mesmo assim, a *Apiten* se constituiu numa força política e formou diversas lideranças indígenas que passaram a atuar no movimento indígena regional, seja em nome dos Tenharim, seja em planos mais amplos como junto ao Conselho da União dos Povos e Organizações Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Norte de Mato Grosso (Cunpir).

Internamente, os Tenharim estavam começando um novo momento em sua organização. Houve uma alteração na liderança principal, passada para o presidente da *Apiten*, um jovem rapaz, neto classificatório do velho chefe. Como era um processo em gestação, esse velho chefe já havia iniciado sua mudança para o local de uma antiga aldeia. É importante ressaltar que o jovem que assumiu a liderança não o fez por uma situação pós-contato. Sua posição nas relações de parentesco permitia que fosse escolhido como presidente da Associação e também como líder. Apesar disso, com a mudança da chefia houve o início de um movimento centrífugo. A cada novo embate, uma nova aldeia surgia, totalizando, em 2004, as sete aldeias referidas.

A *Apiten*, por sua vez, passou por uma gestão que a deixou sem movimentos ou projetos. Por conta disto, em 2002 diversas lideranças conseguiram articular uma Assembléia na qual dissolveram a entidade. Em 2003, já conciliados, resolveram rearticulá-la. A intenção era buscar financiamento de projetos pelo Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI). Convém registrar que até 2003 nenhum projeto de Rondônia e do sul do Amazonas havia sido aprovado pelo PDPI.

A rearticulação da *Apiten* se deu na Assembléia do Povo Indígena Tenharim ocorrida em 2003. Reunidos e pensando numa solução final para o impasse na gestão política da Associação, decidiram que em sua estrutura teriam um membro de cada aldeia. Assim feito, colocaram no quadro negro da escola a distribuição: Presidente, vice, primeiro secretário, segundo, primeiro tesoureiro, segundo e conselho fiscal.

Nesse momento, um dos líderes presentes levantou e indicou um dos presentes como presidente. Houve um burburinho de

aprovação e o escolhido levantou-se, proferiu um discurso, de certa maneira ritualizado, no qual apontava todas as suas dificuldades em assumir a *Apiten*. Falou enfaticamente que não poderia ser o presidente, o que configurou, naquele momento, uma espécie de anticampanha eleitoral. Entretanto, não retirou seu nome do quadro. A mesma seqüência se repetiu para os demais cargos – uma indicação, o nome no quadro, uma anticampanha – mesmo para aqueles que desejavam o cargo. Excepcionalmente um ou outro retirou seu nome da disputa, justificando sobreposição de atividades por já serem representantes em Conselhos da Funasa ou da Seduc. No final, a chapa foi aclamada e os eleitos se comprometeram a trabalhar para todas as aldeias. Só mais tarde vim a entender o procedimento. Em situações rituais, o anfitrião da festa trabalha com a delegação de deveres e atividades – cuidar do moquém com a carne de caça, cuidar da farinha, chamar todos para danças. São deveres que não podem, em hipótese alguma, ser recusados.

O novo desafio, reconhecido pelos próprios Tenharim, é conseguir financiamento para projetos que não rompam com o modelo dos Grupos Domésticos. O PDPI financia projetos que contemplem o povo como um todo, o que dificulta o acerto das ações e o acesso aos recursos da perspectiva das relações de parentesco. Planos de fiscalização e vigilância são mais fáceis, mas projetos que envolvam atividades econômicas esbarram justamente no vínculo entre a economia e a política. Centrais na vida Tenharim são o domínio do trabalho dos genros pelos sogros e dos recursos naturais pelos Grupos Domésticos.

Um Grupo Doméstico tem a posse de grandes castanhais, de locais de copáiba, açaí, palhas para casas e bambu para flechas. A concessão de uso destes locais é passada patrilinearmente e sua utilização por outros Grupos Domésticos depende de autorização. A negociação da produção dos Grupos Domésticos é feita diretamente com um não-índio na cidade, modelo semelhante ao que ocorria no tempo da borracha.

De qualquer modo, a nova gestão da Associação Indígena parece contemplar representantes da maioria dos Grupos Domésticos, o que poderá viabilizar, num futuro próximo um novo modelo de “projetos de sustentabilidade”, que se articule entre uma proposta nos moldes exigidos pelas agências internacionais e a economia tradicional do grupo. Resta saber se os Tenharim vão conseguir preservar suas diferenças e resistir à tentação da população do entorno da TI, que deseja que todos adentrem nos projetos desenvolvimentistas que vêm em ondas. Contra este modelo de monocultura – soja a perder de vista, sempre igual –, os Tenharim deverão garantir a diversidade de seus roçados, símbolo de suas relações políticas e também de sua diferença. (*fevereiro, 2006*)

TI Ariramba é Regularizada

Eliane da Silva Souza Pequeno

Antropóloga formada pela UnB, servidora da Funai

EM UM CONTEXTO DE SUPERAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DE DISCRIMINAÇÃO POR PARTE DE NÃO-ÍNDIOS RIBEIRINHOS, A GARANTIA DO USUFRUTO EXCLUSIVO DA TERRA TORNA-SE UMA POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA DIGNA PARA ESSE POVO

A Terra Indígena (TI) Ariramba, cujo nome é a designação tupi do pássaro martim-pescador e significa “ave que não se identifica”, ocupada tradicionalmente pelo grupo indígena Mura, teve seu processo de regularização fundiária concluído em 2004, quando foi registrada na Secretaria de Patrimônio da União e em cartório, três anos após a homologação, em 2001. A trajetória de regularização dessa terra, com 10.357 ha, caracteriza a persistência dos índios Mura em garantir seus espaços livres do avanço por parte da sociedade envolvente, cuja invasão é uma constante em diversas TIs das redondezas.

Os primeiros esforços de reconhecimento das terras indígenas de ocupação Mura no vale do Madeira, pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nas décadas de 10 e 20, partiram da Ajudância do Madeira, órgão subordinado à 1ª Inspeção Regional do Amazonas e Acre e designado para intermediar a concessão de terras pelo Estado do Amazonas. O processo resultou na demarcação de pequenos lotes incidentes em vários municípios do Amazonas. Desses lotes, 18, situados no Manicoré, foram aglutinados em cinco terras indígenas de ocupação Mura: TI Lago Capanã; TI Lago Jauari; TI Pinatuba; TI Rio Manicoré e TI Ariramba.

A CONQUISTA DA TERRA

Os Mura ficaram conhecidos, na literatura, como “*corsários do caminho fluvial*”, contra os quais se tentou mover a mais enfurecida guerra de extermínio durante o século XIX, na Amazônia. “Os corsários não se confundem com piratas – estes agiam tanto na guerra quanto na paz. Os corsários recebiam dos reis patentes ou cartas de corso, que lhes davam o direito de apresar navios mercantes de nações inimigas”. Não é estranho que se transplante o conceito para denominar índios em estado

de beligerância, mas é curioso que se revele, por trás desta denominação, o sentido de guardiões que tinham os corsários incumbidos oficialmente pelas monarquias européias de proteger os mares contra a circulação de embarcações identificadas com nações inimigas. Contudo, o sentido que veio impregnar expressões como “gentio de corso” ou que veio compor considerações sobre índios como os Mura, especificamente, designa a qualidade atribuída à pirataria, ou seja, vida nômade de pessoas que tiram seu sustento fazendo guerras e saques.¹

A herança dessas expressões parece persistir. Os conflitos fundiários vividos ao longo do contato com a sociedade envolvente por esse povo são responsáveis pelas disputas de poder e pelo pouco entrosamento com não-índios ribeirinhos, o que gerou uma situação de discriminação, mostrada por um dos líderes, José Dato: “*O pessoal daqui, na realidade, a maioria não gosta da gente. Eles se fingem que são amigos, mas eles têm a pior raiva da gente, eles não podem ver nada aqui, se eles souberem de qualquer conversa eles correm e vão lá contar pros homens, e os homens vão pro juiz e então pronto, fica ruim. A situação tá difícil aqui*”.

À parte os problemas com seus vizinhos, o fato de os Mura estarem em contato com a população não índia há mais de 200 anos provocou uma significativa descaracterização cultural com a perda da língua original e de grande parte dos traços da cultura tradicional. Hoje, a comunidade indígena considera as festas de santos católicos uma tradição própria, visto que foram repassadas pelos seus ancestrais, como Ciro Dato Ribeiro, principal líder, conta: “*Os festejos tem mais de cem anos, pois eram dos tempo do meu bisavô, sempre o dia de São Tomé, em 20 de dezembro. Mas fazem 4 anos que não festejamos mais. Antes dava muita gente, muita comida. Agora só voltamos a cultivar os festejos depois de garantir as terras.*”

A economia tradicional também foi bastante alterada. Os Mura foram pescadores por excelência, porém passaram a adquirir noções sobre a agricultura de subsistência e introduziram a atividade de coleta de cacau, salsaparrilha e cravo, ainda no século XVIII. Nesse período, é introduzido um agente social responsá-

TRÊS ÁREAS, UMA TERRA

A TI Ariramba é composta por três áreas descontínuas: Área Ariramba, situada em terra firme, onde estão os castanhais; Área Igarapé dos Mura, uma ilha com vocação preservacionista, e a Área Mura do Baetas, situada às margens do rio Madeira, local de moradia e plantio. O fato de serem áreas descontínuas justifica-se pela consciência indígena do seu próprio ambiente, respeitando o convívio com os seus vizinhos não-índios.

A Área Ariramba é rica em castanhais. O período da coleta de castanha, marca o tempo em que a comunidade habita a região, facilitando a coleta de castanha destinada à troca por produtos de necessidade básica, através do sistema de trocas com os barcos tipo regatão. A castanha in natura é trocada, juntamente com a produção de farinha, por artigos industrializados, como sal, açúcar, roupas, calçados, remédios, pilhas, etc. A aldeia Piquiá, situada na Área Ariramba, é utilizada para habitação somente no período da safra de castanha, quando o grupo participa das atividades de coleta. Visto que a aldeia Piquiá fica isolada, durante o período da seca é necessário o retorno da comunidade à aldeia Maloca do Baetas para realizar esse comércio. Daí a necessidade de manutenção dessa aldeia que se localiza em ponto estratégico na manutenção das relações com a sociedade envolvente, preservando os recursos naturais das demais áreas.

vel pelas trocas de mercadorias, o barco tipo regatão, que percorria as regiões mais distantes com produtos manufaturados para trocar por produtos da floresta. Ainda hoje, o regatão é o principal agente de contato com a comunidade, que comercializa produtos industrializados – dos quais os Mura dependem, tais como sal, açúcar, querosene, pilhas, roupas, medicamentos, munição, material para pescarias – principalmente em troca da castanha *in natura* e da farinha de mandioca. A troca é realizada periodicamente, e não existe nenhum tipo de controle dos preços. Os produtos adquiridos pelo regatão não são pagos em moeda corrente, mas através da troca de mercadorias, independentemente dos preços de mercado. Como não existem normas legais que regulamentem a troca, os Mura continuam sempre dependentes do regatão. Com a falta de maior poder aquisitivo, a comunidade vive em intensa pobreza e miséria, refletida nas relações familiares.

Embora não seja uma área destinada à habitação, a Área Igarapé dos Mura é o espaço ocupado constantemente pelo grupo no cultivo e manutenção de seus roçados, ou seja, é uma área de ocupação permanente. Os castanhais ali existentes não são explorados devido às dificuldades de acesso. Esta área, também conhecida por Queimadinha, é destinada às incursões na mata, à procura de caça, e à pesca. Os ribeirinhos reconhecem os Mura como legítimos donos dessa área.

A Área Mura do Baetas, localizada à margem esquerda do rio Madeira, é utilizada em caráter de habitação permanente. É um pequeno trecho de terra onde se encontram casas de famílias nucleares e um cemitério; não há espaço para o cultivo e manutenção de roças porque parte significativa da área permanece alagada durante todo o período das chuvas. A localização da aldeia é fundamental para a relação entre os Mura e a sociedade envolvente, através do rio Madeira, sendo o rio também a única via de ligação para as demais áreas. Além disso, a área é indispensável à manutenção das trocas comerciais, pois ali transitam os barcos tipo regatão e os barcos recreio, que fazem a linha fluvial, pelo rio Madeira, entre Manaus e Porto Velho. Essa área é reconhecida pelos regionais como pertencente à comunidade Mura do lago Baetas.

A importância da TI Ariramba, nesse contexto, representa para os Mura a conquista do “futuro de vida”, nas palavras proferidas por José Dato quando o território ainda estava em processo de regularização. *“Toda riqueza que nós temos está dentro dessa área, porque de lá temos todos os produtos para tirar, temos a terra para produzir mandioca, feijão, milho, banana, temos para produzir tudo. Aqui (Maloca do Baetas) nós vivemos sufocados, pois não temos terras. As terras que a gente tem é essa que está em confusão, mas não metemos a mão nela porque estamos assim, esperando a solução da Funai, que tome providências nas nossas terras. Então a nossa reação é essa, nós queremos a nossa terra, porque lá é que está o nosso futuro de vida, porque nossa família não está toda aqui”.* (março, 2006)

NOTA

¹ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, 1997. Editora UnB.

Técnicas de Cestaria e Tecelagem são Retomadas

Aturi Kaiabi¹

Professor e cacique da Aldeia Tuiaará (PIX)

Eroit Kaiabi²

Professor da Aldeia e Posto Kururuzinho, TI Kayabi (Pará)

Contribuição: Simone Ferreira de Athayde³ e Kátia Yukari Dno,⁴ assessoras do Projeto

NO PROJETO *KAIABI ARAA*, REALIZADO PELA ATIX, OS MAIS VELHOS ENSINAM AOS JOVENS AS TÉCNICAS TRADICIONAIS PARA FABRICAÇÃO DE PENEIRAS E TECIDOS

Os Kaiabi que viviam na região do rio dos Peixes e do rio Teles Pires, entre Mato Grosso e Pará, se sentiram ameaçados pelo homem branco com a chegada dos seringueiros, das máquinas que destruíram as matas, das armas que matavam as pessoas e das doenças incuráveis. Então, Cláudio e Orlando Villas Bôas encontraram alguns Kaiabi e convidaram eles para virem morar no Parque Indígena do Xingu (PIX). A mudança aconteceu em várias etapas, entre 1955 e 1966, mas uma parte do grupo se recusou a ir para o Xingu e permaneceu em seus territórios ancestrais, em duas aldeias: uma no rio dos Peixes, ou Tatu'y na nossa língua, e a outra no rio Teles Pires, que é a aldeia e Posto Indígena Kururuzinho. Os poucos Kaiabi que ficaram na terra tradicional estavam em risco de extinção e, com o tempo, foram lutando e recuperaram parte da sua terra demarcada. Ainda assim, perderam muitos conhecimentos da cultura tradicional.

A Terra Indígena (TI) Kayabi, onde fica a aldeia Kururuzinho, está localizada no sul do Pará, com uma área demarcada de 117.246 ha. Os Kaiabi do Pará estão esperando a ampliação desta área para 1.053.000 ha. Na margem direita do Teles Pires, do lado do Mato Grosso, tem vários tipos de matas e muita caça. A Aldeia Kururuzinho, onde vivem atualmente 110 pessoas, está localizada na margem esquerda do Rio Teles Pires, do lado do Pará, onde também há vários tipos de matas como bacabal, bunitizal e castanhal. Agora está acontecendo um problema muito sério com o desmatamento da nossa área ancestral pelos invasores, fazendeiros e madeireiros.

Os Kaiabi do Xingu perderam grande parte das riquezas de recursos naturais que existiam no seu território ancestral. No Xingu, o mato é seco e pobre em recursos. Lá não existe a castanha-do-Pará, o cacau, o açaí, a siriva e vários tipos de mel nativo, além de animais como a ararinha-vermelha. Mesmo com a falta de recursos, os Kaiabi do Xingu recuperaram o futuro da sua vida. As nossas plantas da roça foram trazidas da área ancestral e multiplicadas no Xingu. Hoje, somos a mais numerosa das tribos xinguanas, com uma população de mais ou menos 1.000 pessoas, morando em três aldeias grandes e várias pequenas.

A PERDA DO CONHECIMENTO SOBRE A CESTARIA E A TECELAGEM

As peneiras desenhadas são muito importantes para a cultura do Povo Kaiabi. Os homens fazem as peneiras pintadas para as mulheres fiarem algodão. Alguns homens mais velhos sabem fazer mais de 30 desenhos diferentes nas peneiras.

No Xingu, tem pouco arumã, um recurso muito valioso e usado para fazer vários tipos de peneiras, cestos, trançado das bordunas e armação para cocar. Ainda tem vários homens que sabem trançar peneira, mas, com a falta de material, eles não têm a possibilidade de usar esse conhecimento. Devido a essa preocupação, os Kaiabi querem buscar arumã em outras áreas. No Pará tem muito arumã, mas os moradores da região não usam os recursos, por falta de pessoas que saibam fazer artesanato. Lá tem poucos homens que ainda sabem fazer peneira. Na aldeia Tatu'y no Rio dos Peixes a situação é pior: ninguém sabe fazer peneira lá, e as mulheres também não sabem nem fiar algodão.

Antigamente, as mulheres Kaiabi faziam rede simples, sem desenho. Com o tempo, aprenderam a fazer tecelagem desenhada com as mulheres Yudja (Juruna) no PIX e passaram os dese-

nhos das peneiras Kaiabi para a tecelagem com a ajuda dos homens. As mulheres também fazem tipóias para carregar crianças. Hoje em dia está acontecendo a perda do conhecimento da tecelagem pelas mulheres Kaiabi mais jovens. Com a entrada da rede industrializada, as mulheres Kaiabi estão deixando de fazer a sua própria rede e não estão ensinando para suas filhas. As mulheres da Aldeia Kururuzinho no Pará já não sabem mais fazer a rede, porque as pessoas mais velhas que sabiam faleceram. Com a perda destas pessoas, elas não estão fazendo mais a rede e elas têm vontade de resgatar o seu conhecimento sobre a tecelagem. Por isso elas querem aprender a fazer rede desenhada com as mulheres Kaiabi do Xingu.

Antigamente, as pessoas aprendiam de acordo com o seu interesse, ninguém obrigava as pessoas a aprenderem. Eles aprendiam com os seus familiares, acompanhando as atividades do dia a dia da cultura do povo. Essa forma de aprendizado dos antigos era valorizada porque não existia o contato com os não índios e também os Kaiabi moravam onde existiam recursos suficientes para fazer artesanato.

O PROJETO KAIABI ARAA

Com o projeto *Kaiabi Aara*, realizado pela Associação Terra Indígena Xingu (Atix) queremos começar um trabalho de resgate cultural do artesanato Kaiabi. Aara, na nossa língua, significa “desenho de peneira”. Queremos valorizar o conhecimento dos mais velhos e fazer que eles ensinem para os jovens os conhecimentos dos homens sobre as peneiras e das mulheres sobre a tecelagem. Vamos fazer intercâmbio cultural entre os Kaiabi do Xingu e do Pará. Os homens e mulheres do Xingu vão ensinar os seus parentes do Pará a fazer peneira e tecelagem. Também temos interesse em fazer experiência de manejo do arumã nas aldeias do Xingu, onde esta planta já está quase acabando. Queremos também cuidar das nossas variedades de algodão, importantes para o trabalho das mulheres.

Demoramos quase dois anos para escrever, enviar, corrigir e reenviar o projeto, que foi aprovado pelo Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) em 2003 e iniciado em agosto de 2004, quando aconteceu a viagem de 14 pessoas do Xingu para a Aldeia Kururuzinho, no Pará. Foram professores de rede e tecelagem, agentes de manejo, assessores e cinegrafistas para realizar uma oficina.

O cacique Hatu, da Aldeia Kururuzinho, comentou sobre a importância da nossa cultura: “*se nós não começarmos a segurar e reaprender o nosso conhecimento, podemos perder todo o nosso conhecimento. Podemos valorizar duas coisas: coisas importantes dos não-índios, mas, em primeiro lugar, temos que valorizar a nossa cultura*”. Hatu falou sobre mim (Aturi), que eu nasci lá (no Pará), mas depois quando eu tinha uns 10 anos fui para o Xingu com o meu pai. No Xingu, eu fui alfabeti-

zado e participei da escola, onde eu aprendi a trabalhar com a cultura dos não-índios e a fazer alguns documentos, como este projeto, que é para ajudar o pessoal de lá. Na aldeia dele nunca teve algum projeto como este.

OFICINAS

A oficina na Aldeia Kururuzinho foi muito animada. Os jovens estavam aprendendo a tirar as talinhas de arumã e as mulheres aprenderam a preparar o algodão para começar a aprender a fazer tipóia. Nesta primeira oficina, participaram 12 alunos homens e 13 alunas mulheres, além dos professores. Nove alunos homens nunca tinham feito uma peneira antes e entre as mulheres, nenhuma sabia fazer tecelagem. Foram feitas 20 peneiras, três tipóias e duas redes foram começadas. Um casal de

MANEJO DO ARUMÃ

Nós, agentes de manejo, fomos no mato juntamente com alguns alunos e velhos fazer pesquisa sobre o arumã na região da aldeia Kururuzinho, no Pará. Fizemos uma pesquisa com o velho Coroné, para saber como é a forma de colheita tradicional Kaiabi. Ele nos explicou que eles cortam depois do primeiro nó e sabe quando está pronto para colher pela cor do caule e da folha, que fica verde. Vimos também que o arumã fica mais na beira do córrego nos morrotinhos de terra. São 3 tipos diferentes que não têm no Parque do Xingu: uruyup piryymi, uruyup ete e uruyup wuu.

No lugar que nós vimos tinha muito buriti e patuá. O tipo do mato é diferente do Xingu, as árvores são mais altas e grossas. O lugar do arumã é parecido com o do Xingu, com bastante entrada de luz e solo úmido do pantanalzinho. Decidimos tirar as mudas neste local onde tinha mais arumã, e achamos que iria dar certo o plantio no Xingu.

Fizemos uma pesquisa para saber quantos caules de arumã são necessários para se fazer uma peneira. Na hora da colheita, medimos a grossura e o comprimento de cada caule. Na aldeia, os feixes foram partidos e contamos quantas talas cada pedaço de feixe rende. Depois de secas, contamos quantas talinhas cada tala rende depois de preparada. Contamos também quantas talinhas são usadas para fazer peneiras com desenhos diferentes e tamanhos variados.

Saímos para o local do arumã para colher as mudas para levar para o Xingu. Os velhos e os alunos estavam tirando as canas para a oficina do Xingu e nós agentes de manejo tiramos as touceiras para fazer mudas. Colocamos uma camada de folhas e o solo do local para forrar os sacos antes de por as touceiras. Enchemos 25 sacos com touceiras. Transportamos as mudas até a aldeia, colocamos na sombra e ficamos regando as mudas duas vezes por dia.

As mudas foram transportadas para o Xingu de barco até a beira do Rio São Benedito e depois de caminhão até Alta Floresta. Depois, continuamos a viagem de caminhão pela BR-080 até no Piaracu, onde pegamos a lancha para a aldeia Tuiararé. Na aldeia Tuiararé, nós e algumas pessoas da comunidade levamos as mudas para o local escolhido para fazer o plantio das mudas de arumã trazidas do Kururuzinho. (Agentes de manejo Pirapy Kaiabi, Tamakari Kaiabi e Kway'wu Kaiabi)

professores do Xingu ficou na aldeia por mais quinze dias para fortalecer o ensino.

Também fizemos pesquisa sobre o arumã na região do Kururuzinho no Pará e coletamos mudas para levar para o Xingu. Levamos bastante material preparado para fazermos a oficina no Xingu depois do nosso retorno.

No Xingu, até o momento, aconteceram duas oficinas na Aldeia Tuiararé, no Parque do Xingu. A primeira aconteceu quando retornamos da Aldeia Kururuzinho em setembro de 2004. Participaram 24 alunos homens e dez mulheres e os professores iniciaram o seu trabalho ensinando os desenhos mais simples para os alunos que nunca tinham feito peneira antes da oficina. Os outros, que já tinham algum conhecimento antes, começaram os desenhos mais difíceis. As mulheres discutiram entre elas que elas já sabiam fazer os desenhos mais fáceis, então elas queriam aprender um desenho mais difícil. Foram feitas 31 peneiras e cinco tipóias nesta oficina.

Na segunda oficina do Xingu, realizada em junho de 2005, quatro jovens da aldeia Kururuzinho vieram do Pará para participar, além do professor Eroit. Foram 27 alunos homens e nove professoras; 22 alunas mulheres e sete professoras, além de três cinegrafistas e das assessoras do projeto. Os homens fizeram 25 peneiras com vários desenhos. As professoras Kapé, Zulmira e Wisio fizeram uma rede tradicional Kaiabi sem desenho, como era feita antigamente, para mostrar para as jovens.

Nesta oficina a gente também trabalhou um pouco com a tinta usada para pintar as peneiras e com as plantas substitutas do arumã. Fomos até o mato com alguns alunos para tirar tinta da árvore que se chama Jemore'yp. É um trabalho muito difícil, que demora uma manhã inteira porque tem que andar muito para chegar no local perto do córrego onde esta árvore gosta de morar. Até agora, foram feitos 13 desenhos diferentes nas peneiras, tipóias, redes e bolsas produzidas nas oficinas do projeto. Queremos manter uma coleção de peneiras e tecelagem para mostrar o trabalho feito no projeto.

E QUANDO O PROJETO ACABAR?

Durante a última oficina do projeto, no Xingu, tivemos uma reunião na língua indígena junto com os velhos, professores, alunos e alunas para discutir como seria a continuação do projeto futuramente, quando o recurso do PDPI acabar em 2006. Os mais velhos falaram que devemos continuar esse trabalho porque ele é muito valoroso e vêm sendo feito por nossos antepassados e que devíamos continuar procurando um apoio, para a continuação desse ensino e aprendizado para os nossos jovens. Os alunos também falaram que estão apenas começando a aprender alguns desenhos, mas não tudo e que seria importante continuar com esse projeto ou escrever outro. Não devemos nunca esquecer esse conhecimento que estamos adquirindo através deste projeto.



SIMONE FERREIRA DE ATHAYDE

Em oficinas, jovens Kaiabi do Pará e do PIX aprendem as técnicas de fabricação de cestaria e tecelagem.

Na reunião nós também conversamos que devemos continuar com o nosso jeito tradicional de aprender a fazer artesanato com os nossos pais e parentes em casa. O projeto é um reforço para a nossa cultura, mas não podemos depender sempre de projetos e dos brancos para fazer o nosso trabalho. Também falamos que as escolas indígenas devem servir para reforçar este aprendizado de rede e tecelagem.

As mulheres falaram que gostaram da oficina, acharam o trabalho bom, mas para algumas delas foi difícil, porque elas não dominavam os desenhos que o professor havia começado para elas. Por outro lado elas se sentiram bem, porque é uma aula diferenciada que fazia parte da cultura. Essa oficina foi feita mais para as jovens, que nunca tiveram a oportunidade de aprender com os seus pais e parentes. Isso faz parte das atividades de casa.

Antigamente, a gente não fazia este trabalho em conjunto, cada família fazia as suas atividades em casa. Elas disseram que só assim a gente pode segurar as jovens em casa, arrumando atividades para elas fazerem, tendo momentos para elas trabalharem e também para elas brincarem. Através do nosso conhecimento é que a gente continua levando a nossa vida para frente, passando o que aprendeu para os filhos e netos. (abril, 2006)

NOTAS

¹ Coordenador geral do Projeto “Resgate cultural da cestaria e da tecelagem Kaiabi no Parque Indígena do Xingu e na TI Kayabi – Aldeia Kururuzinho”.

² Representante da Associação Kawaip, coordenador adjunto do Projeto.

³ Pesquisadora associada do Programa Xingu (ISA). Assessora do Projeto.

⁴ Assessora do Projeto, técnica do Programa Xingu (ISA).

GERAL

POVOS RESSURGIDOS DO TAPAJÓS E ARAPIUNS

Os povos e as comunidades indígenas ressurgidas no estado do Pará se reuniram no II Encontro dos Povos Indígenas do Tapajós e Arapiuns. O encontro foi organizado pelo Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns e pelo Grupo de Consciência Indígena com o objetivo de discutir a demarcação das terras como condição de vida e de sobrevivência e os direitos constitucionais dos povos indígenas. No final do II Encontro, os povos aprovaram abaixo-assinado reivindicando a demarcação das terras dos Maitapú, Tupinambá, Munduruku, Camaruará, Tapajó, Cara Preta, Arapiuns e Kayapó. *(Kátia Vasco, Porantin, jan-fev/2001)*

LIDERANÇAS DENUNCIAM ATIVIDADES TURÍSTICAS EM TI

O Coordenador Geral da Coiab, Jecinaldo Barbosa Cabral, formalizou junto à Funai, ao MMA, ao Ibama e às Prefeituras de Manicoré e Humaitá, denúncia encaminhada por lideranças indígenas dos Povos Torá, Tenharim, Apurinã, Munduruku e Parintintin, sobre atividades turísticas que vem sendo realizadas na área indígena Rio Marmelo, sem prévia autorização da Funai nem das lideranças representativas da região. Citam como responsável dessa ação a Agência NG Turismo, que teria firmado contrato financeiro com o índio Natanael Rodrigues Parente. A invasão do Rio Marmelo acontece com a companhia de “seguranças armados, contratados para proteção de turistas, por parte do Sr. Natanael Rodrigues Parente”. Houve agressões verbais, atitudes humilhantes com os indígenas do Rio Marmelo e manipulação de alguns indígenas, quatro lideranças, oferecendo-lhes bens materiais (motoserra e grupo gerador), em troca de permitir o turismo. *(Coiab, 04/08/03)*

KAIABI

LIDERANÇAS DO DSEI/MANAUAS OCUPAM SEDE DA FUNASA

A não liberação de recursos financeiros para as ações da saúde indígena, foi o motivo principal que levou cerca de 50 lideranças e conselheiros indígenas do DSEI/Manaus a ocupar a sede da Funasa, com o apoio de líderes do CGTT, Civaja, Opimp, Uni-Tefê e Foirn. Para os indígenas, o quadro do atendimento à saúde indígena no DSEI/Manaus ficou insustentável. A falta de recursos está implicando em fechar

os pólos-base; os profissionais estão saindo das aldeias por falta de salários; não há medicamentos; a indefinição do atendimento para o ano de 2005 é preocupante; há um aumento no número de mortes por falta de assistência. Os líderes pretendem ficar na sede da Funasa até que a presidência do órgão anuncie medidas concretas para o atendimento das demandas dos mais de 14 mil índios atendidos pelo DSEI/Manaus, em terras indígenas localizadas em 15 municípios do Estado do Amazonas. *(Coiab, 14/12/04)*

TI COATÁ-LARANJAL

PLANO DE VIGILÂNCIA

A União dos Povos Indígenas Munduruku e Saterê (Upims) prossegue a execução do Plano de Vigilância da TI Coatá-Laranjal. A demarcação da terra foi realizada pela Funai, com recursos do PPTAL e a participação dos índios da região. O Plano de Vigilância tem a duração de 12 meses e inclui a limpeza de picadas, a fiscalização dos limites e o trabalho de divulgação junto à sociedade envolvente e aos próprios índios. *(Funai, 24/07/02)*

CURSO DE MAGISTÉRIO

Cinqüenta e dois professores indígenas começam a oitava etapa do curso de capacitação para o magistério. Esses professores atuam na Terra Indígena, e esta é a penúltima etapa para a conclusão. O curso de formação foi interrompido no ano passado e está sendo viabilizado com uma parceria da Seduc e Funai. *(Funai, 07/04/03)*

BENEFICIAMENTO DE POLPAS DE FRUTAS

A Upims, da área indígena Kwatá-Laranjal, terá em breve em execução um projeto de desenvolvimento sustentável, na área do agroextrativismo, através do beneficiamento de polpas de açaí, camucamu e cupuaçu. O projeto, que tem o apoio da Secretaria de Cooperação da Amazônia, MMA e do PNUD, implica num investimento inicial de R\$ 79.504,00 que servirá para aquisição e manutenção de infraestrutura necessária, capacitação dos envolvidos e remuneração dos membros da comunidade. O projeto, de acordo com o coordenador geral da Upims, permitirá que as comunidades se livrem dos atravessadores, melhorando suas condições de vida. Entre as propostas discutidas pela Upims, está a possibilidade do governo do Estado adquirir os produtos para que voltem às escolas em forma de merenda. *(Coiab, 13/10/03)*

ASSEMBLÉIA GERAL DA UPIMS ELEGE NOVA COORDENAÇÃO

A X Assembléia Geral da Upims elege nova coordenação e aprova Lei Interna. A lei da Terra Indígena proíbe a entrada de estranhos: pescadores, madeireiros, garimpeiros, igrejas, entre outros; institui responsabilidades, regras de convivência e de proteção da cultura tradicional, bem como medidas de punição daqueles que cheguem a infringir a lei. Para Jecinaldo, os indígenas Munduruku e Saterê deram um passo significativo no fortalecimento da unidade interna das comunidades, na preservação da identidade cultural de ambos os povos e na proteção do território indígena e seus recursos naturais. A nova coordenação da Upims ficou assim composta: coordenador geral, Raimundo Viana Munduruku; vice-coordenador, Francisco Cardoso Munduruku; coordenador financeiro, Rosiel Batista Saterê; secretário, Edivaldo Oliveira Munduruku; coordenador de rodízio, Samuel Sarmento Munduruku. A assembléia elegeu ainda um Conselho Fiscal composto pelas seguintes lideranças, todas do povo munduruku: Kátia Cardoso; Armando Vasconcelos; Ângelo de Araújo; Remualdo; Antonio Paz; Silvério. *(Coiab, 18/11/03)*

KAIABI

PRESOS CINCO GARIMPEIROS NA TI KAYABI

Uma mega operação realizada na Reserva Indígena Kayabi, viabilizou a prisão de cinco garimpeiros, dezenas de armas, grande quantidade de mercúrio e barcos. A determinação é do Ministério da Justiça e a PF, com o apoio da PM. A operação deve durar mais cinco dias, em decorrência da extensão da área. *(Gazeta de Cuiabá, 21/11/02)*

STJ MANDA DEMARCAR TI

Os ministros da Primeira Seção do STJ cassaram liminar concedida ao município de Apicás (MT) para permitir a continuidade do processo de demarcação das terras indígenas da tribo Kayabi. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, apresentou informações e sustentou a legalidade da portaria de outubro de 2002. Com a edição da portaria do Ministério da Justiça para demarcação das terras, o município de Apicás entrou com mandado de segurança, com pedido de liminar. Segundo as alegações, a portaria violou o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, uma vez que deixou de averiguar as peculiaridades locais e a constatação de índios na área. De acordo com as informações prestadas pela

União, têm-se notícias dos índios Kayabi desde o século passado, as quais caracterizam este grupo indígena como habitante tradicional do vale do rio Teles Pires, nas duas margens. Conforme análise antropológica pericial, depois da concessão da liminar, a regra na região passou a ser explorar ao máximo e o mais rápido possível, antes que os índios obtenham decisão judicial favorável. Ao analisar o recurso da União, o relator no STJ esclareceu que a liminar concedida em fevereiro pelo tribunal condicionou a aferição da coincidência das terras demarcáveis com as constantes dos títulos anexados no processo, bem como a demonstração da ausência de culturas indígenas. Para o ministro, as provas apontam em prol da demarcação autorizada pela portaria do Ministério da Justiça. (24 Horas News, 28/05/03)

ÍNDIOS PRESSIONAM POR TERRAS...

Sete funcionários da fazenda Santa Rosa, do grupo Brascan, são reféns de índios Kayabis há três dias. Os índios reivindicam a liberdade de transitar em toda a reserva, que teria extensão de um milhão de hectares. Eles teriam sido proibidos de pescar às margens do rio Teles Pires, na fazenda Santa Rosa, propriedade de empresários brasileiros e canadenses. Os Kayabis também pediram a demarcação urgente da terra declarada como indígena pelo Ministério da Justiça, em 2002. Eles solicitaram a presença do presidente interino da Funai, Antônio Pereira Neto, para resolver o conflito, mas terão apenas representantes. (Gazeta de Curitiba, 05/09/03)

... STJ CONFIRMA DEMARCAÇÃO...

Os ministros da 1ª Seção do STJ julgaram extinto o mandado de segurança proposto pelo município de Apicás contra a demarcação de terras indígenas para a tribo dos kayabi. Portaria do Ministério da Justiça determinou a demarcação de um milhão e cinqüenta e três mil hectares. No pedido contra o ato do Ministério da Justiça, a defesa do município afirma ainda que "a Funai é sabedora de que não existem índios na área atingida pela portaria. Entretanto, insiste em argumentar a existência dos silvícolas e, até mesmo antes de regularizar a portaria, requereu ao juiz da comarca da Alta Floresta (MT), uma operação na área, denominada Operação Kayabi". Ao analisar o pedido do município, o ministro Luiz Fux esclareceu que as informações prestadas pelo ministro da Justiça conduzem à verificação de que as provas do processo "conspiram em prol da demarcação autorizada pela portaria, uma vez que a União demonstrou os requisitos previs-

tos no artigo 231 da Constituição Federal". (Superior Tribunal de Justiça, 17/12/03)

... MAS SITUAÇÃO CONTINUA PENDENTE

O povo Kayabi, da TI Kayabi, informou ao MPF e à Funai que 32 pessoas não-índias, que estavam dentro de suas terras extraindo madeira, foram retidas na aldeia Kururuzinho. Os Kayabi tomaram a atitude diante da lentidão da Justiça Federal em MT que, há mais de um ano, paralisou a demarcação daquela terra. Desde então, a devastação ambiental dentro da TI cresceu. Também aumentou a grilagem de terras e a presença de não-índios na terra. Perícia judicial realizada confirma tratar-se efetivamente de terra indígena mas, apesar destes dados, o Poder Judiciário ainda não proferiu qualquer decisão. (Cimi, 16/12/05)

MUNDURUKU

TRÊS CRIANÇAS MORREM SEM ATENDIMENTO

É crítica a situação dos índios Mundurucus, no município de Jacareacanga. Sem assistência médica, até agora, três crianças já morreram e três adultos estão com malária e em situação grave. Os índios querem que a Prefeitura volte a administrar o convênio com a Funasa, que foi transferido para a ONG Fundação Esperança, em Santarém. O problema é que, há 23 dias, o convênio da Funasa, no valor anual de R\$ 2,7 milhões, foi transferido da prefeitura municipal para a Fundação Esperança. Os índios reclamam de descaso por parte da Fundação. O prefeito municipal, Carlos Alberto Veiga, diz que a Prefeitura vem fazendo o possível para atender às necessidades básicas, mas os recursos são insuficientes. "Sem o dinheiro do convênio é difícil atender a todos. Estamos tentando solucionar os problemas básicos", garantiu. (Simone Nascimento, Diário do Pará, 23/06/05)

FUNASA DIZ QUE DEU ASSISTÊNCIA

A propósito de matéria veiculada na edição de ontem intitulada "Criança indígena morre por falta de atendimento", a Funasa esclarece que, quando notificada da emergência, "prestou atendimento à criança da etnia Munduruku, moradora da aldeia Parauari, enviando para o local equipe multidisciplinar de saúde. Os profissionais se deslocaram por meio de transporte aéreo fretado pela Fundação. A alternativa mais próxima de pouso da aeronave ficava distante da aldeia, e a equipe teve que caminhar du-

rante sete horas em mata fechada até a comunidade indígena. Após o atendimento à criança e verificada a necessidade de sua remoção, ela morreu durante o percurso entre a aldeia e a aeronave, em consequência de infecção respiratória aguda. A criança era portadora de deficiência. Em nenhum momento houve falta de medicamentos para atendimento aos indígenas, ou mesmo de combustível para a realização do transporte dos pacientes. Esclarecemos ainda que, por decisão do Conselho Local de Saúde Indígena, o convênio mantido pela Funasa com a prefeitura de Jacareacanga, para atendimento da saúde da população Munduruku, expirado em 2 de junho, não foi renovado. Em seu lugar, foi firmado convênio com a Fundação Esperança para execução das ações básicas de saúde. (O Liberal, 23/06/05)

TI MUNDURUKU

INVASÃO GARIMPEIRA

O juiz Nélson Loureiro dos Santos concedeu liminar de interdito proibitório em favor do MPF para evitar a ocupação de área pertencente aos índios mundurucus. De acordo com o procurador da República, a invasão de garimpeiros no local tornou o clima tenso na região. A decisão do juiz não interfere num termo de ajuste de conduta firmado em junho do ano passado entre o MPF, a Funai, o Incra e garimpeiros que há vários anos trabalham no garimpo Nova Vida, localizado dentro da reserva indígena. O problema é que, mesmo depois de firmado esse ajuste de conduta, ocorreu nova invasão, desta vez patrocinada por pessoas que se dizem proprietárias de terras dentro da reserva. Mas, argumenta o juiz, embora o termo de ajuste de conduta induza ao entendimento de que a posse direta da área esteja nas mãos dos garimpeiros que lá vivem, ao menos a posse indireta "pertence realmente aos índios". O processo de remanejamento dos garimpeiros para um assentamento do Incra está em andamento, o que vinha acalmado os índios que desejavam se rebelar. Nos últimos dias, a presença de novos invasores tirou de vez a tranquilidade dos mundurucus. (Gazeta de Santarém, 07/05/02)

TI MUNDURUKU É HOMOLOGADA

Os índios Munduruku têm garantida a posse permanente da TI Munduruku, homologada por Decreto do presidente da República, publicado no Diário Oficial da União. A homologação encerra uma batalha dos Munduruku que se arrasta desde a década de 40. Durante vários anos, os índios reivindicavam ampliação do seu território. (Funai, 27/02/04)

TI SAI-CINZA

ÍNDIOS ESTÃO REVOLTADOS COM INVASÃO GARIMPEIRA...

Índios da tribo Munduruku estão em pé de guerra no Pará. Eles não se conformam com a invasão da reserva por 300 garimpeiros. Três funcionários da Funai que chegaram na aldeia para negociar, acabaram reféns e podem ser mortos numa enorme fogueira. Para libertar os reféns, a tribo exige a desativação do garimpo. Um assessor da Funai chegou na aldeia para negociar a libertação dos funcionários, mas a primeira tentativa fracassou. Os índios prepararam duas gaiolas que ameaçam queimar com os reféns dentro caso a Funai não expulsa os garimpeiros. A Funai acionou o MPE e a Polícia Federal para atender à reivindicação dos índios. A operação para expulsar os garimpeiros da reserva deve ser realizada ainda esta semana. Cansados de promessas, os Mundurukus exigem que o acordo seja por escrito. *(Jornal da Globo, 13/05/02)*

... E ACUSAM A FUNAI DE NÃO AGIR

A PF e o MPE mandaram ontem um grupo de agentes e procuradores ao município de Jacareacanga, para tentar negociar a libertação de três funcionários da Funai. Uma decisão da Justiça Federal já estabelecia a retirada dos cerca de 300 garimpeiros que trabalham nas terras indígenas. Foi feito um acordo com o Inbra para que eles sejam recolocados em dois assentamentos em Santarém, mas até agora a Funai não iniciou a retirada dos garimpeiros. A situação ficou mais tensa depois que, há cerca de dois meses, 200 invasores se instalaram na aldeia.

A tensão aumentou porque os índios afirmam que a manutenção dos garimpeiros na reserva atrai também os invasores e acusam a Funai de não agir. Uma das razões seria o acordo feito com o governo para que o DNPM e a PF fechassem a mina de ouro explorada pelos garimpeiros. *(O Globo, 15/05/02)*

KAIABI

CERIMÔNIA COMEMORA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Representantes do povo Mura celebram a formatura de 42 professores indígenas. O presidente do Conselho Escolar Indígena do Amazonas, José Mário Ferreira explica que a formatura dos professores indígenas Mura é motivo de comemoração. Os professores forman-

dos já atuam em 10 escolas indígenas do Povo Mura, onde lecionam para 1.116 alunos da alfabetização e Ensino Fundamental. Ferreira explicou que as escolas indígenas Mura estão em boas condições. *(Funai, 16/01/04)*

LÍDER MURA DEFLAGRA OCUPAÇÃO DA FUNAI

"Gostaria de agradecer a Deus e ao povo que lutou junto para que nós atingíssemos essa vitória. Entrei aqui nesse prédio, no dia 3, como guerreiro, para trazer uma vitória e nós vencemos. Já estava cansado de vir aqui na Funai trazer denúncias de invasões nas nossas terras e ninguém tomar nenhuma providência. Há dez anos espero a demarcação. Dez anos não são dez dias. Entrei aqui com mais 31 guerreiros disposto a obter a vitória", disse o tuxaua Antônio Mura, logo após receber a notícia da substituição de Rangel, coordenador da Funai em Manaus. Ele foi o índio mais parabenizado pela vitória alcançada, por ter deflagrado a manifestação de protesto e a ocupação da sede do órgão. *(A Crítica, 22/01/05)*

TI MURITINGA

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Mais de 500 índios muras da aldeia do Murutinga receberam o barco Prevmóvel, do INSS, que ancorou no porto da comunidade para conceder os benefícios sociais como aposentadoria, licença-maternidade e auxílio doença, entre outros. O atendimento vai durar dois dias e a previsão do INSS é conceder pelo menos 70 benefícios, sendo a maioria licença-maternidade. *(A Crítica, 14/03/02)*

FUNAI APÓIA A CRIAÇÃO DE ABELHAS

Com o apoio da Funai em Manaus, duas terras indígenas, Marajá e Murutinga, começarão a construir galpões para a criação de abelhas que servirão para o enriquecimento da dieta alimentar das comunidades e para a comercialização, com o objetivo de incentivar a auto-sustentabilidade das aldeias. *(Funai, 05/06/02)*

TI RIO URUBU

LÍDER MURA DENUNCIA LOTEAMENTO DA TERRA

O prefeito de Itacoatiara, Mamud Amed, e o vereador Alcimar de Souza Mendonça estão sendo acusados por índios da etnia Mura, da TI do rio Urubu, de estarem loteando a área. De acordo com o líder indígena Ralily Almeida de Carvalho, 42, foram vendidos 110 terrenos dentro da área. Ralily disse que o loteamento começou a ser feito depois que o prefeito abriu uma estrada de 11 km de extensão dentro da área. Todos os lotes teriam sido vendidos, mas a maior parte ainda não está ocupada. Ralily diz que o clima é de tensão e afirma que ele e outras lideranças indígenas vêm recebendo ameaças de morte. "Estamos sendo perseguidos pelo prefeito. A qualquer momento pode morrer alguém, tanto da nossa parte quanto da deles", avisa Ralily. A situação na área deu origem a um relatório da Funai, que foi encaminhado à PF. De acordo com a Funai, não poderiam ter sido vendidos lotes dentro da TI, que está em processo de demarcação. A venda de lotes em terras indígenas foi negada pelo prefeito de Itacoatiara, Mamud Amed. Segun-



Elizabeth Santos Mura, coordenadora e representante das mulheres mura, na ocupação da sede da Funai, em Manaus.

ANTONIO MENEZES/A CRÍTICA. JAN. 2005

do o prefeito, não há tribos indígenas no local. “A única pessoa que se diz de origem indígena é uma pessoa que se chama Ralily”, comenta. O prefeito diz que foi comunicado oficialmente pela Funai do processo de demarcação da área, mas afirma que não existem índios no local. (*A Crítica*, 03/12/01)

COIAB PROMOVE SAÍDA PACÍFICA PARA O CONFLITO

A Coiab esteve reunida com representantes das comunidades indígenas de Santa Maria da Taboca, Correnteza, São José I, Unidos do Cana, Nossa Sra. Aparecida e Maquirá para discutir uma solução pacífica e negociada ao conflito existente entre indígenas e posseiros na TI Urubu. A Coiab quer tranquilizar os indígenas, deixando bem claro que a terra está garantida como de posse permanente dos mura e que a regularização está em processo de consolidação. O que interessa neste momento, é não reagir às ameaças praticadas pelos não índios, e se esforçar em construir uma saída negociada, apoiando o reassentamento condigno dos ocupantes de boa fé, os posseiros pobres, que em muitos casos partilham com os índios problemas comuns. Com relação aos fazendeiros que invadiram propositalmente a TI, o coordenador da Coiab disse que a solução deve ficar nas mãos das autoridades competentes, que devem simplesmente fazer cumprir a lei e garantir a posse permanente do território imemorial do povo indígena. (*Coiab*, 14/02/03)

DIRETÓRIO DO PT QUER SUSPENSÃO DA DEMARCAÇÃO

O presidente do PT no estado do Amazonas, João Pedro Gonçalves da Costa, em ofício encaminhado aos Srs. Ministro da Justiça e da Casa Civil, solicita que eles intercedam junto à Funai, “no sentido de que haja suspensão do processo referente às atividades demarcatórias” da TI Rio Urubu. A Coiab manifestou-se, em carta enviada ao ministro, “surpreendida e indignada com semelhante falta de informação por parte do Sr. João Pedro da Costa, cuja ação configura um flagrante inconstitucional”. A organização indígena questiona a decisão do Diretório Regional do PT. O encaminhamento dado pelo PT do Amazonas só confirma a forma como sempre foram tratados os índios desta e de outras áreas indígenas do país, com discriminação e preconceito, sem incluí-los nas tomadas de decisões sobre as diferentes questões que os afetam. (*Coiab*, 21/02/03)

DEMARCAÇÃO GERA POLÊMICA

Uma comissão de antropólogos, criada no ano de 1986 e que nunca pisou no Estado do Ama-

zonas, gerou uma grande polêmica na área do rio Urubu. Trata-se da demarcação de 20 mil ha de terra, sem contudo, possuir um índio sequer no local que possa dar respaldo à criação da área indígena. A denúncia foi feita por uma comissão mista que compareceu à Assembleia Legislativa do Estado, para que encontrassem uma solução para o caso que pode desalojar centenas de agricultores residentes no local há vários anos. De acordo com o vereador Ocimar Mendonça, essa comissão elaborou um levantamento constatando a presença de índios no local de correnteza do rio Urubu. O processo foi criado pela comissão através de um levantamento técnico e encaminhado para a Prefeitura Municipal de Itacoatiara para defesa, sem que nenhuma providência fosse tomada pelo prefeito à época. O deputado Sinésio Campos (PT) propôs que fosse constituída uma comissão para verificar os assentamentos da região e a presença indígena no local. Com isso, é pretensão do Poder Legislativo realizar um debate e uma verificação in loco para se saber da existência ou não de índios na área e fazer um trabalho conjunto onde todas as partes sejam ouvidas, o Incra, Ibama, Prefeitura de Itacoatiara, Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa do Estado. Esta última abrirá uma audiência pública convocando todas as entidades arroladas no processo. O Poder Legislativo pretende também acionar a Procuradoria do Estado. (*Raimundo Nonato, Jornal do Comercio*, 22/01/04)

SATERÉ-MAWÉ

GUARANÁ SATERÉ-MAWÉ

O guaraná produzido pela comunidade indígena é comercializado por cerca de R\$ 17/kg. Os índios estão vendendo cerca de 4 toneladas para a Itália. É uma produção 100% artesanal. Não recebe insumos nem defensivos agrícolas. A preferência do consumidor estrangeiro pelo produto deve-se à sua forma orgânica de ser. A qualidade do guaraná do índio é igual ao do produtor. A diferença é organizacional. Os sateré-maué vivem em comunidade, enquanto os produtores são dispersos. (*Jornal do Comercio*, 29/11/01)

AMPLIAÇÃO DOS NEGÓCIOS

Índios Sateré-Mawé dão o exemplo de que é possível ampliar um negócio comunitário utilizando os mesmos recursos empregados pelo homem (sic). O cacique Manuel da Silva Sateré e seus guerreiros fizeram três operações bancárias junto ao Banco Social para comprar um conjunto de máquinas para confeccionar colares, anéis, bolsas, cintos, cestarias e objetos

indígenas. “Agora estamos organizados. Somos uma entidade de fato e de direito, com CGC e inscrições estadual e municipal”, se orgulha Manuel da Silva. Em tom de desabafo, ele diz que a ampliação dos negócios da comunidade Sateré-Mawé mostrou ao branco que os índios podem trabalhar muito e são criativos. (*A Crítica*, 29/07/02)

LUTO PELA MORTE DE DICO SATERÉ

Uma das principais lideranças dos índios saterés-maués, o capitão Raimundo Ferreira da Silva, o Dico Sateré, morreu. Dico estava internado no Hospital Adventista e morreu de parada cardíaca, provocada pelo diabetes. Aos 70 anos de idade, era uma referência do povo sateré. Na década de 80, ele negociou na Justiça uma indenização da empresa francesa *Elf Equitaine*, responsável pela implosão de dinamites durante pesquisas para detectar petróleo na reserva. Além de comandar a luta dos índios saterés pela indenização contra a empresa, Dico Sateré liderou a tribo também na luta pela demarcação das terras. Essa luta foi empreendida na década de 80 em conjunto com o Cimi e Funai e acabou vitoriosa. Associação de Mulheres Indígenas Sareté-Maué divulgou nota lamentando a morte do capitão. (*A Crítica*, 24/08/02)

ALTA DOS PREÇOS

O governador Eduardo Braga (PPS), solicitou em caráter de urgência ao presidente da Fepi, Ademir Ramos, informações precisas sobre o Projeto Guaraná dos Índios Sateré-Maué. Motivo: os índios estão vendendo na Europa a US\$ 45 o quilo do guaraná em pó. Em Maués, a Ambev pagava apenas R\$ 2,5 pelo quilo da semente, valor considerado irreal para a realidade de mercado. Em negociação com a Ambev, o prefeito do município, Sidney Leite, reverteu a situação. Além de todo guaraná produzido pelo índio ser comprado na própria aldeia, a Ambev, agora, elevou para R\$ 6,5 o quilo da semente. (*Amazonas em Tempo*, 20/11/02)

COLHEITA RENDE 6 TONELADAS DE GUARANÁ

Os índios Sateré-Mawé iniciaram a colheita do guaraná que vai ser exportado para países como França, Itália, Alemanha, Espanha, Bélgica, Portugal, Guiana Francesa e Singapura. Da produção de 6,5 toneladas de pó do fruto, que será colhido até janeiro, está garantida a exportação de 3,5 toneladas. O guaraná é plantado e beneficiado por meio de processos tradicionais que lhe garantem qualidade única. Maurício

Fraboni, assessor técnico do Projeto, lembra que os índios Sateré-Mawé esperam vender toda a produção, e ainda há bastante tempo para novas vendas do legítimo guaraná Sateré-Mawé. (*Funai, 05/12/02*)

PARTINDO PARA A CRIAÇÃO DE GADO

Algumas tribos sateré-mawé estão aprendendo a lidar com a bovinocultura. Trata-se de um projeto da Funai com vistas a combater a escassez da alimentação básica do índio. Cabeças de boi foram distribuídas pelas aldeias para começar a criação, embora o projeto receba algumas críticas dos próprios índios. O chefe do posto da Funai em Ponta Alegre, o índio sateré Artur Batista Oliveira, diz que o projeto de bovinocultura não atende às necessidades mais imediatas dos índios hoje. Para ele, o melhor seria a piscicultura, que conta com uma reprodução mais rápida. “A piscicultura só traria vantagens para os índios. Não teríamos preocupação com desmatamento e poderíamos trabalhar com o repovoamento dos rios”. (*A Crítica, 29/12/02*)

SATERÉS TÊM NOVA REALIDADE: A FOME

A reportagem da série “O mapa da fome no Amazonas” traz a realidade dos índios sateré-maué do rio Andirá, onde a escassez na pesca e na caça se alia à aculturação e aos problemas urbanos daí decorrentes. Também mostra um grave problema que, mesmo sendo combatido em todo o País, ainda é visto no interior do Estado: crianças em uma lixeira pública no Município de Parintins, catando latas para ajudar na renda familiar. Um dos coordenadores do Conselho Geral da Tribo Sateré-Maué, Eudes Lopes Batista, diz que a situação dos índios é de dificuldades pela escassez da pesca e da caça. Ele aponta dois fatores que contribuíram para este quadro. O primeiro teriam sido as atividades da Petrobrás na década de 50, utilizando dinamite nos rios. “Eles jogavam bombas que mataram uma grande quantidade de peixes”, afirma Eudes. O segundo motivo, que ainda se vê hoje, mas em menor escala, é a utilização do timbó, a raiz de uma árvore que depois de socada transformase em uma espécie de leite que envenena os peixes. Com isso, o que antes se levava uma hora para pescar 200 peixes, agora pode levar mais de um dia e ainda sem a garantia de se ter o pescado. “O problema é que cresceu nossa população e agora ficou tudo mais difícil. Até o macaco sumiu”, conta, falando da caça. (*Wilsa Freire, A Crítica, 29/12/02*)

PREVIDÊNCIA LEVA ATENDIMENTO À ALDEIA

Servidores da Previdência Social que atendem na unidade móvel do Projeto Pronto Atendimento Itinerante chegaram ao município de Barreirinha, de onde seguiram para a área indígena dos sateré-mawé. Os beneficiados pela Previdência Social ocupam lugar importante nos rituais realizados na aldeia Ponta Alegre, porque é com parte do dinheiro recebido do INSS que são realizadas festas como o Ritual da Tucandeira. (*Ministério da Previdência Social, 14/07/03*)

EDUCAÇÃO ESCOLAR

A Seduc iniciou na comunidade educativa do rio Andirá, o projeto político-pedagógico Educação Escolar Indígena. O projeto vai proporcionar a esses povos o resgate de suas memórias históricas, de suas línguas, de suas ciências e de suas identidades, interagindo também com outras sociedades indígenas e não-indígenas. “O objetivo principal desse projeto é revitalizar a nossa cultura e também a língua materna. É importante que o nosso povo saiba falar e escrever na nossa própria língua, e que possamos trabalhar conteúdos que façam parte da nossa realidade, mas conhecendo também a cultura dos brancos”, salientou o professor Leonardo Miquiles. “Todo o conteúdo foi escolhido pelos indígenas, e para reforçar esse trabalho elaboramos uma gramática sateré-maué, junto com a professora Dulce Franceschini, da Ufam”, ressaltou o professor Santino Lopes de Oliveira. (*Jornal do Commercio, 29/09/04*)

LÍDER INDÍGENA É ELEITO PREFEITO

Foi eleito prefeito da cidade de Barreirinha, no Amazonas, pelo PT, Mecias Pereira Batista, do povo indígena Sateré-Mawé. “Os resultados confirmaram a vontade do povo indígena de ter um prefeito indígena”, disse o coordenador geral da Coiab, Jecinaldo Barbosa Sateré Mawé, que esteve em Barreirinha para votar e apoiar Mecias Batista. A eleição de Mecias foi um grandioso exemplo da aliança entre índios, caboclos e ribeirinhos. (*Coiab, 07/10/04*)

ENSINO DO PORTUGUÊS ESTÁ ‘MATANDO’ IDIOMA MATERNO

O idioma sateré-maué está sendo esquecido nas aldeias. Para o professor Pery Teixeira, o fato pode ser explicado porque não é ensinado nas aldeias. Nas maiores aldeias das áreas demarcadas, Guarabubuta e Ponta Alegre, 25% e 28% da população, respectivamente, já não fala

o idioma. Em Marauá, área mais distante da urbana, 99% falam a língua materna. Na Kuatá-Laranjal, mais próxima das sedes dos municípios, são apenas 77%. A educação nas aldeias, que só vai até a 4ª série, é um dos fatores para migração. Os indígenas mudam-se para a área urbana em busca de escola, trabalho, saúde ou por conflito com a família. (*Oesp, 04/09/05*)

REVOLTA CONTRA A FUNASA

Quatro índios da etnia sateré-maué morreram na semana passada na reserva indígena do Marau, no rio Andirá, município de Barreirinha, por falta de assistência médica. Antontem, a gestante Videlina Silva, 40, que residia na comunidade Terra Preta, teve complicações no parto e veio a óbito, após a morte do seu bebê. “Ela morreu de hemorragia três horas depois do falecimento do bebê”, conta o agente de saúde indígena André Sateré. Uma índia da aldeia Bom Jardim, que fica no final da reserva, passou por um drama semelhante. Ao dar à luz, o filho também morreu. No dia 29 de setembro, uma outra criança índia, de seis meses de idade, faleceu desidratada na mesma localidade. A notícia provocou mais revolta nas lideranças indígenas que ocupam há nove dias a sede da Funasa em Parintins, em protesto contra o abandono das aldeias indígenas habitadas pelos sateré e hixcariana nos municípios de Barreirinha, Parintins, Nhamundá e Maués, onde vivem 9 mil indígenas assistidos pelo órgão. (*A Crítica, 07/11/05*)

PARINTINTIM

A FESTA DO GUERREIRO

A festa Irerua, ou festa do guerreiro, está sendo novamente promovida pelo seu povo de origem, os Parintintins. O evento aconteceu dia 27 de agosto de 2005 através do trabalho de valorização cultural que está sendo desenvolvido pela OPIPAM (Organização do Povo Indígena Parintintim do Amazonas) com apoio da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, da Funai e do Consórcio Amazoniar. A festa aconteceu na aldeia Traíra, da Terra Indígena Nove de Janeiro, no município de Humaitá (AM). “Eles não realizavam a festa há 60 anos, então, juntamos os mais velhos para ensinar a tradição aos jovens. Ensinaram a pintura, confecção da roupa, a alimentação, a dança, e todos os detalhes da festa”, explica Ivaneide Bandeira, uma das responsáveis pela Associação Kanindé. A festa era realizada quando a tribo conquistava algum território que era invadido por seringueiros. (*Giselle Lucena, Página 20, 04/09/05*)

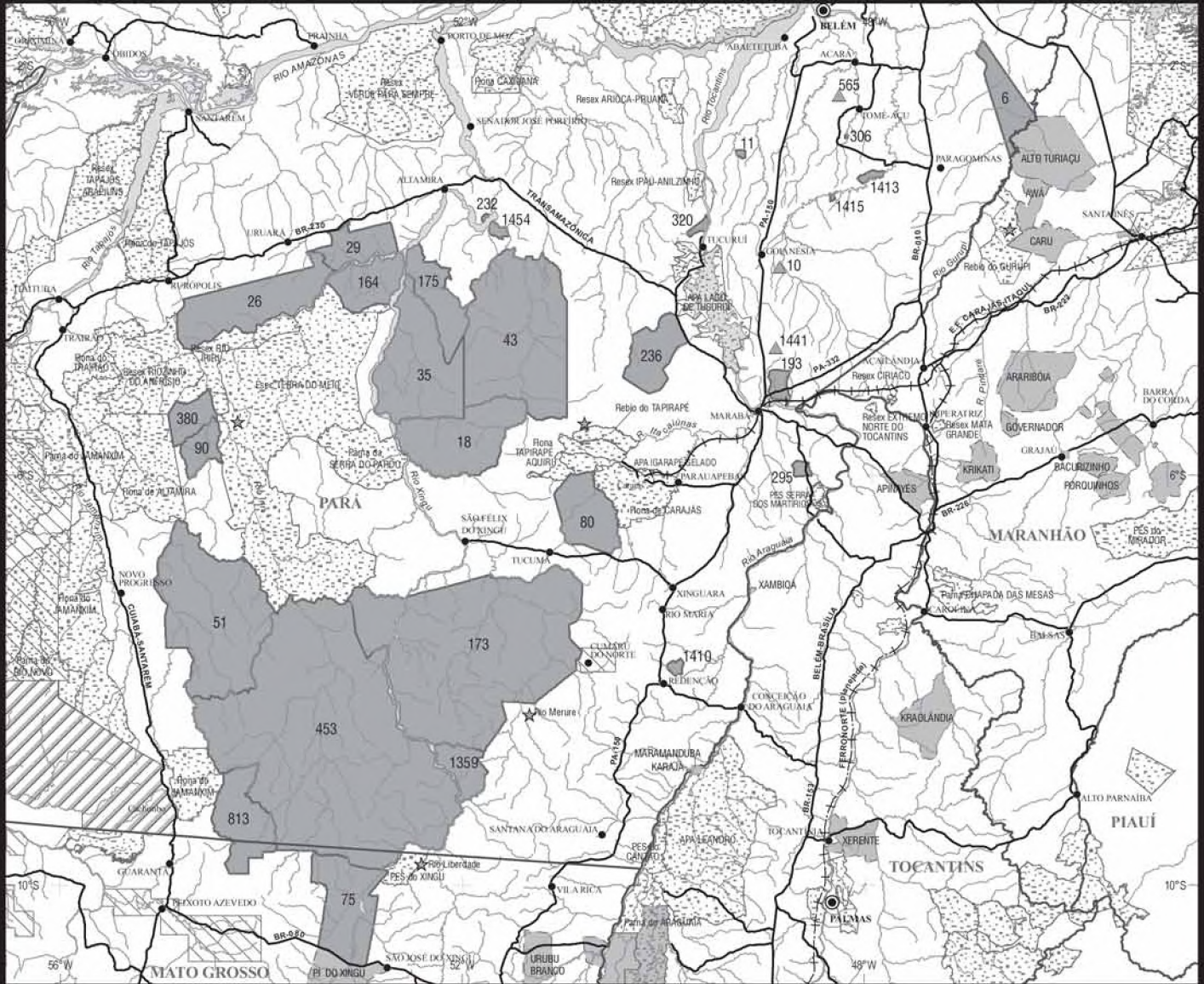
Amanayé
Anambé
Arara
Araweté
Asurini do Tocantins
Asurini do Xingu
Guarani Mbyá
Gavião Parkatejê
Kararaô
Kayapó
Munduruku
Panará
Parakanã
Suruí Aikewara
Tapayuna
Tembé
Turiwara
Xikrin
Xipaia
Yudjá
Isolados



8. Sudeste do Pará



8. SUDESTE DO PARÁ



<ul style="list-style-type: none"> — rodovia implantada ● capitais • sede de município + ferrovia + ferrovia planejada Unidade de Conservação Reserva Garimpeira Área militar ★ referência a isolados fora de TI 	<p>TERRA INDÍGENA</p> <p>apresentada neste capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) <p>apresentada em outro capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ■ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) 	<p>INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006</p> <p>70 km</p>
---	---	---

SUDESTE DO PARÁ
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
6	Alto Rio Guamá	Guajá Kaapor Krahó Kreje Munduruku Tembé	1.425 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 04/10/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Nova Esperança do Piriá, comarca de Vizeu, matr. 1.518 lv. 2-E fl. 18 em 13/09/94; município de Santa Luzia do Pará, comarca de Durém, matr. 5.410 lv. 2-L fl. 79 em 14/09/94; município de Paragominas, matr. 4.849 lv.2-P fl.189 em 17/10/94. Reg. SPU certidão nº 07 de 29/07/94.	279.897	Nova Esperança do Piriá Paragominas Santa Luzia do Pará	PA PA PA
10	Amanayé	Amanayé		Reservada pelo SPI. Em revisão. Portaria 640 de 19/06/1998 da Funai cria GT para identificar a TI. Esta terra foi criada pelo SPI com 261.000 ha. Na mesma época em que foi criada, os Amanayé saíram da área e não mais retornaram. Vivem hoje nas TIs Barreirinha e Sarauá..		Goianésia do Pará	PA
11	Anambé	Anambé	132 - Funai/Marabá: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 380 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Moju (7.883 ha), matr. 4.024, lv. AT, fl. 124v em 20/03/92. Reg. SPU certidão nº 09 em 05/08/94.	7.883	Moju	PA
18	Apyterewa	Parakanã	248 - Funai/Altamira: 1999	Declarada. Portaria 2.581 de 21/09/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente e determina a demarcação pela Funai.	773.000	São Félix do Xingu	PA
29	Arara	Arara do Pará	199 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 399 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Altamira (206.862 ha) matr. 21.084, lv. 2 ACC, fl. 265 em 15/07/92; município e comarca de Uruará (35.530 ha) matr. 103, lv. 2-A, fl. 103 em 06/02/6. Reg. SPU certidão nº 04 de 22/06/94.	274.010	Altamira Brasil Novo Medicilândia Uruará	PA PA PA PA
1454	Arara da Volta Grande do Xingu		80 - Relatório do GT: 2004	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 28 de 31/03/2006 do presidente da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura.	25.500	Senador José Porfírio	PA
35	Araweté/Igarapé Ipixuna	Araweté	320 - Funai/Altamira: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de S. Félix do Xingu (175.126 ha) matr. 1.485, lv. 2-H, fl. 76 em 09/02/96; município e comarca de Senador José Porfírio matr. 522, lv. 2-C, fl. 29 em 09/02/96; município e comarca de Altamira (721.149 ha) matr. 22.357, lv.2-AAO, fl. 220 em 04/03/96. Reg. SPU certidão s/n em 20/05/97.	940.901	Altamira São Félix do Xingu Senador José Porfírio	PA PA PA
1359	Badjõnkõre	Kayapó Kuben Kran Ken	230 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/06/2003 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Cumarú do Norte, comarca de Redenção, matr. 10.681, lv., fl. em 28/08/03; município e comarca de São Félix do Xingu, matr. 2.707, lv. 2-0, fl. 31, em 02/09/03 Reg. SPU certidão nº 6 de 10/02/04.	221.981	Cumarú do Norte São Félix do Xingu	PA PA
1415	Barreirinha	Amanayé	73 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Decreto s/n de 18/04/2006 homologa a demarcação.	2.374	Paragominas	PA
51	Baú	Kayapó Mekragnoti	165 - Funasa: 2006	Declarada. Em demarcação. Portaria 1.487 de 08/10/2003 do Ministro da Justiça, considerando os termos do Parecer nº 018/CEA de 20/09/91, da Resolução 018/CEA de 20/09/9, do Despacho do presidente da Funai nº018/Pres/CEA/91 de 20/09/91, e da Informação nº 53/CGID de 01/10/03, que sugere alterar os limites da TI Baú, declarados na Portaria nº 645/MJ/91 de 24/12/91, resolve alterar os limites da TI, ficando declarada de posse permanente dos índios a superfície de 1.543.460 ha. Torna sem efeito a Portaria nº 826/MJ, publicada no DOU em 14/12/98.	1.543.460	Altamira	PA
26	Cachoeira Seca do Irixi	Arara do Pará	72 - Funai/Altamira: 2004	Com restrição de uso. Portaria 1.537 de 29/10/2004 da Funai, considerando que a situação de risco e fragilidade do grupo denominado Wokorongmã (Arara), estabeleça restrição de direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, pelo prazo de um ano. Em 18/11/2004, através da Portaria 1.442 cria GT para re-estudo da área e em 19/08/2005 cria GT para levantamento fundiário. Esta terra já havia sido declarada de posse dos índios em 22/01/1993, pela portaria 26 do MJ, mas a demarcação foi suspensa.	760.000	Altamira Placas Uruará	PA PA PA
75	Capoto/Jarina	Kayapó Metuktire Tapayúna	1.068 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 25/01/1991 homologa a demarcação. Extrato de convênio nº 6/2002 entre Funai e Instituto Raoni com o objetivo de aviventar os limites da TI Capoto (mais TIs Menkragnoti e Kayapó). Valor R\$ 501.300,00. Valor da contrapartida R\$ 71.000,00. Vigência 28/08/02 a 27/08/03 (DOU, 28/08/02) Reg. CRI: município de Luciara, comarca de S. Félix do Araguaia (139.000 ha), matr. 6.162 lv. 2, fl. 01/02 em 18/04/86; município e comarca de Colíder (495.915 ha) matr.1.790 lv.2, em 7/07/87. Reg. SPU: certidão s/n,18/05/87; certidão nº 94, 23/09/99.	634.915	Peixoto de Azevedo Santa Cruz do Xingu São José do Xingu	MT MT MT
	Kapotnhinore	Kayapó Mekragnoti Kayapó Metuktire		Em identificação. Portaria 1.249 de 27/09/2004 da Funai cria GT para realizar estudos e levantamentos para identificação e delimitação da TI, sob coordenação da antropóloga Maria Elisa Vieira.		São Félix do Xingu Vila Rica	PA MT

SUDESTE DO PARÁ
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
162	Kararaô	Kayapó Kararaô	28 - Funai/Altamira: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Altamira (330.837 ha), matr. 22.890 lv.2-AAQ fl. 284 em 04/03/99. Reg. SPU certidão nº 2 de 06/01/99.	330.838	Altamira	PA
173	Kayapó	Kayapó A'ukre Kayapó Gorotire Kayapó Kikretum Kayapó Kokraimoro Kayapó Kuben Kran Ken	3.096 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 316 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Convênio nº 07/002 entre Funai e Federação dos Povos Indígenas Kayapó do estado do Pará para repasse de recursos para ações de fiscalização e proteção da TI, à margem direita do rio Xingu, e sob domínio das aldeias Gorotire, Kubenkranken e Moikarako Valor total: R\$ 114.800,00. Vigência: 04/09/02 a 03/09/03 (DOU, 04/09/02) Reg. CRI matr.18.807, lv. 2-AAQ, fl.129 em 21/12/87. Reg. SPU nº 3 de 27/10/87.	3.284.005	Bannach Cumarú do Norte Ourilândia do Norte São Félix do Xingu	PA PA PA PA
175	Koatinemo	Asurini do Xingu	124 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Altamira, matr. 22.341 lv. 2-AAQ, fl. 197 em 05/02/96. Reg. SPU certidão nº 9 de 23/09/03.	387.834	Altamira Senador José Porfírio	PA PA
90	Kuruáya	Kuruáia	129 - Funasa: 2006	Homologada. Decreto s/n de 18/04/2006 homologa a demarcação.	166.784	Altamira	PA
1410	Las Casas	Kayapó	75 - Funasa: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 74 de 22/08/2003 Pda Funai aprova as conclusões dos estudos de delimitação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede das prefeituras.	21.100	Pau d'Arco Redenção	PA PA
193	Mãe Maria	Gavião Parkateyá	476 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 93.148 de 20/08/1986 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 6.587 lv. 2-Z fl. 01 em 17/07/85. Reg. SPU PA-04 lv. 2 fl. 484/485 de 08/09/86.	62.488	Bom Jesus do Tocantins	PA
453	Menkragnoti	Kayapó Mekragnoti Kayapó Me Ngra Mrari	1.028 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 19/08/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de São Félix do Xingu (1.432.481 ha), matr. 1.209, lv. 2-F, fl. 195 em 26/6/95; município de Altamira (3.336.390 ha), matr. 22.341 lv. 2-AAQ, fl. 197 em 9/2/96; município de Peixoto Azevedo (128.305 ha) lv. 2-RG fl. 01V em 27/09/93; município de Matupá, comarca de Peixoto Azevedo (17.078 ha), matr. 1.742 lv. 2-RG fl. 01 em 12/12/93. Reg.: SPU-MT certidão nº 26 de 03/05/94; SPU-PA certidão nº 05 de 05/07/94.	4.914.255	Altamira Matupá Peixoto de Azevedo São Félix do Xingu	PA MT MT PA
1441	Nova Jacundá	Guarani Mbyá	100 - Ladeira: 2006	Dominial Indígena. Reg. CRI. Terra adquirida pelos índios Guarani Mbyá que vivem na TI Mãe Maria, com apoio do CTI e recursos financeiros de Wilde Ganzen -Holanda. A aquisição da terra foi feita no cartório de Jacundá, com a presença do CTI, de representantes da comunidade e do advogado da Funai que assistiu ao ato. Reg. CRI do município e comarca de Jacundá (424,8140 ha) matr. escrit. lv.006 fl. 53v54 em 14/02/96.	424	Jacundá	PA
	Pacajá	Asurini do Tocantins		Em identificação. Portaria 519 de 04/06/2003 da Funai cria GT para estudos de identificação e delimitação da TI, coordenado pelo antropólogo Samuel Cruz.		Portel	PA
813	Panará	Panará	306 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Altamira (375.296 ha) matr. 24.220 lv. 2-AAQX fl. 248 em 03/07/02; município e comarca de Guarantã do Norte (3.747 ha) matr. 5.796 lv. 2-RG fl. 01 em 29/05/02; município e comarca de Matupá (114.974 ha) matr. 5.795 lv. 2-RG fl. 01 em 29/05/02. Reg. SPU certidão nº 14 de 09/09/02.	494.017	Altamira Guarantã do Norte Matupá	PA MT MT
232	Paquçamba	Yudjá	35 - Funai/Altamira: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 388 de 24/12/1991 declara de posse permanente dos índios. Reg. CRI matr.103 lv. 2 A fl. 108 em 12/11/90. Reg. SPU certidão 10 de 05/08/94.	4.348	Vitória do Xingu	PA
236	Parakanã	Parakanã	560 - Funai/Marabá: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 248 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Itupiranga, comarca de Marabá, matr. 9.681 lv. 2-AM fl. 1V/02 em 29/05/87; município e comarca de Jacundá, matr. 004 lv. 2-A, fl. 002. Reg. SPU certidão nº 02 de 27/10/87.	351.697	Itupiranga Novo Repartimento	PA PA
1413	Sarauá	Amanayé	87 - Relatório do GT: 1998	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 76 de 05/06/2002 do presidente da Funai aprova os estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura.	18.635	Ipixuna do Pará	PA
295	Sororó	Suruí Aikewara	264 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.648 de 30/08/1983 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de São João do Araguaia, comarca de Marabá, matr. 4.857, lv. 2 RG, fl. 001 em 07/03/89. Reg. SPU certidão nº 05 de 07/03/89.	26.258	São Domingos do Araguaia São Geraldo do Araguaia	PA PA
306	Tembé	Tembé Turiwara	41 - Funai: 1989	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 389 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 2.970, lv. 2 em 29/01/92. Reg. SPU certidão nº 03 de 15/06/94.	1.075	Tomé-Açu	PA

SUDESTE DO PARÁ
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
43	Trincheira/Bacajá	Araweté Asurini do Xingu Kayapó Kararáó Kayapó Xikrin do Bacajá Parakanã	382 - Funai/Altamira: 1999	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 02/10/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Senador José Porfírio, matr. 535 lv. 2-C fl. 42; município de Altamira, matr. 22.552 lv. 2-AAQ fl. 167 em 02/04/976; município de Pacajá, matr. 1.075 lv. 2-I, fl. 142 em 04/05/98; município de São Félix do Xingu, área I, matr. 1.742 lv. 2-I, fl. 141 em 04/05/98; município de São Félix do Xingu, área II, matr. 1.743 lv. 2-I, fl. 142 em 04/05/98. Reg. SPU certidão s/n de 01/09/98.	1.650.939	Altamira Anapu Pacajá São Félix do Xingu Senador José Porfírio	PA PA PA PA PA
320	Trocará	Asurini do Tocantins	384 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 87.845 de 22/11/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Baião, matr. 1.066 lv. 2-F fl. 292 em 22/09/83; município de Tucuruí, matr. 3.092 lv. 2-N fl. 269 em 24/05/90. Reg. SPU certidão nº 72 de 12/12/83.	21.722	Baião Tucuruí	PA PA
565	Turé-Mariquita	Tembé	39 - 4ª Suer/Funai: 1990	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 304 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 2.964, lv. 2-I, em 16/12/91. Reg. SPU certidão nº 01 de 21/06/94.	147	Tomé-Açu	PA
80	Xikrin do Cateté	Kayapó Xikrin do Cateté	720 - Funai/Marabá: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 384 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI na comarca de Parauapebas, matr. 98, lv. 2 RG, fl. 98 em 17/08/92. Reg. SPU certidão nº 02 de 21/06/94.	439.151	Água Azul do Norte Parauapebas	PA PA
380	Xipaya	Xipaya	48 - Relatório GT: 2004	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 5 de 23/03/2005 do presidente da Funai aprova as conclusões do relatório complementar de readequação dos limites da TI, realizado pelo antropólogo Antonio Pereira Neto. Reduz a área em 21.016 ha e revoga o despacho nº 33 de 07/04/03.	178.624	Altamira	PA

As Relações com a Sociedade Envolvente

Cássio Ingloz de Sousa

Antropólogo PDPI/MMA

NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, O CONJUNTO DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE ESSE POVO INDÍGENA E OS DIVERSOS AGENTES DA SOCIEDADE ENVOLVENTE TEM SE MODIFICADO E CRIADO NOVOS DESAFIOS NA LUTA DOS KAYAPÓ POR DIREITOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS*

A ativa luta pelo direito à demarcação de suas terras, o engajamento em diversos eventos de cunho socioambiental e a valorização de seu conhecimento etnoambiental nas décadas de 80 e 90 colocou os Kayapó no centro das atenções da mídia nacional e internacional, como “defensores da Amazônia”. No plano local, entretanto, as formas tradicionais de manejo conviviam com formas predatórias de exploração madeireira e garimpeira. O contexto jurídico-legal menos rígido em termos ambientais, a orientação institucional desenvolvimentista – inclusive da própria Funai – e a enorme pressão de exploradores regionais em busca de riquezas florestais concretizaram o envolvimento dos Kayapó com a exploração dos recursos naturais de suas terras. O recrudescimento da legislação e a reorientação institucional da Funai, que colocaram essas atividades na ilegalidade, somados à emergência da preocupação ambiental, custaram caro à imagem dos Kayapó, que passaram a ser vistos, de forma concomitante e até contraditória, tanto como heróis, quanto como vilões da floresta.

O paradigma da exploração predatória da madeira e do garimpo destacados nas décadas de 80 e 90, no entanto, teve seu declínio consolidado, paralelamente ao fortalecimento do interesse e engajamento em atividades de exploração agro-florestal, tais como a extração comercial de castanha-do-brasil, copaíba, breu branco e produção de mel. Essa é uma tendência interessante e que, se bem aproveitada, pode garantir o suprimento de parte das demandas de consumo dos Kayapó.

Além disso, tradicionalmente organizados em torno de períodos de permanência nas aldeias e outros de intenso deslocamento regional através de expedições (guerra, caça, coleta florestal, busca

de novas aldeias ou visita às aldeias e acampamentos antigos), os Kayapó ressignificaram sua territorialidade e mobilidade face à nova conjuntura vivida. Por um lado, a vida contemporânea estimulou a sedentarização em aldeias mais fixas, devido à dependência de assistência (educação, saúde, aposentadoria e transporte principalmente), estruturação da aldeia de forma mais permanente (alvenaria e grandes construções) e acesso a mercadorias e outros serviços urbanos. Por outro lado, entretanto, as tecnologias urbanas (especialmente de transporte e comunicação) e a inclusão das cidades no horizonte Kayapó facilitam e agilizam a mobilidade territorial. A radiofonia, por exemplo, permite o contato diário com parentes que vivem distante. Carros, barcos motorizados e aviões permitem a rápida circulação, tornando possível em alguns dias ou mesmo horas visitas a outras aldeias, caçadas para rituais ou coletas florestais, que antes poderiam levar semanas ou até meses. A intensificação da ocupação regional, cuja tendência parece ser de aceleração ainda maior, traz novos desafios para a proteção e gestão ambiental das terras indígenas.

A partir desse novo cenário, observa-se uma gradual transformação do contexto relacional Kayapó, ou seja, o conjunto das relações estabelecidas entre esse povo indígena e os diversos agentes da sociedade mais abrangente (regional, nacional, internacional) tem se modificado principalmente ao longo dos últimos cinco anos. Essas relações são altamente dinâmicas, em permanente transformação. Agentes muito importantes, num determinado momento, podem deixar de fazer parte do conjunto de relações relevantes, bem como outros, antes ausentes, podem ser incorporados. O contexto relacional é também muito diversificado, pois cada um dos agentes se coloca nessas relações baseado num propósito específico: há concepções, interesses, estratégias e maneiras de atuação diferenciadas. Proporcionar uma breve atualização do contexto relacional contemporâneo Kayapó é tarefa a que se propõe este texto.

O horizonte Kayapó aqui considerado são as comunidades relacionadas às aldeias localizadas nas Terras Indígenas (TIs) Kayapó, Las Casas, Badjunkore, Mekragnoti, Baú e Kapot-Jarina. Além dessas, encontra-se em curso a delimitação de uma nova área

Kayapó, a TI Kapotminore (que protegerá a margem direita do rio Xingu, na extensão em que é o limite da TI Menkragnoti). A distinção entre comunidade e aldeia é relevante tendo em vista que há diversas famílias Kayapó que têm uma aldeia como referência, mas fixam sua residência nas cidades ou em postos de vigilância. Assim, fazem parte da “comunidade” Gorotire, Kikretum ou A´Ukre, mesmo que permaneçam mais tempo em outros locais.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA ENTRE AS ALDEIAS KAYAPÓ

Importantes aspectos a serem destacados no contexto relacional Kayapó são a intensificação do envolvimento dos Kayapó em órgãos como a Funai e Funasa, sua entrada no “mundo dos projetos” auto-gerenciados, a participação de alguns de seus representantes na política partidária regional e a proliferação das organizações indígenas. Todos esses aspectos trazem à luz outros grandes desafios a serem enfrentados pelos Kayapó, a saber, sua habilitação e instrumentalização para gestão organizacional e construção de políticas públicas.

Nesse sentido, é de grande importância o esforço de articulação entre as aldeias Kayapó.

A noção de contexto relacional considera, assim, a complexidade das relações entre os próprios Kayapó, cuja organização sociopolítica está calcada, entre outros aspectos, na busca pelo equilíbrio entre as forças políticas de uma aldeia, procurando superar tensões e conflitos permanentes entre as mesmas. Um dos papéis das lideranças, bem como indicador de sua qualidade, seria o de capitanear interesses e obter conquistas para seu grupo, mas ao mesmo tempo manter a articulação e evitar cisões com os outros grupos. Nos casos limites, quando ocorre uma cisão insuperável numa comunidade, um dos grupos se retira, iniciando uma nova aldeia. Novas aldeias, portanto, mantêm uma difícil e ambígua relação com suas aldeias de origem. Por um lado, há todo um conjunto de relações familiares próximas, que são divididas após a cisão. Por outro, entretanto, há o estranhamento e a tensão inerentes a um conflito recente. Esse é o mecanismo que impulsiona o faccionalismo Kayapó, que nos últimos 10 anos estimulou o surgimento e consolidação de novas aldeias, entre elas, Kriny (que surgiu de divisão do Gorotire), Krainampare (Kubenkrankre), Moikarakô (Aúkre), Las Casas (Gorotire), Kendjam (Pukanu) e Pukararankre (Kokrainoro).

Ligados ao novo formato de ocupação e mobilidade territorial estão os Postos de Vigilância (PVs). Criados pela Funai para auxiliar a vigilância territorial, os PVs são geralmente localizados próxi-

MAPEANDO O CONTEXTO RELACIONAL KAYAPÓ

Aldeia	Terra Indígena	Censo	Cidade de referência	Funai	Saúde
Gorotire	TI Kayapó	848 (a)	Redenção	Redenção	Redenção
Kubenkrankre	TI Kayapó	226 (a)	Redenção	Redenção	Redenção
Kikretum	TI Kayapó	507 (a)	Tucumã	Marabá	Ourilândia
A´Ukre	TI Kayapó	304 (a)	Ourilândia	Marabá	Ourilândia
Kokrainoro	TI Kayapó	411 (a)	S. Felix do Xingu	Colíder	Colíder
Kendjam	TI Mekragnotí	125 (a)	Ourilândia	Marabá	Ourilândia
Kriny	TI Kayapó	164 (a)	Redenção	Redenção	Redenção
Pukararankre	TI Kayapó	156 (a)	Ourilândia	Marabá	Ourilândia
Moikarakô	TI Kayapó	266 (a)	Redenção	Redenção	Redenção
Krainampare	TI Badjunkore	230 (a)	Redenção	Redenção	Redenção
Las Casas	TI Las Casas	75 (a)	Redenção	Redenção	Redenção
Baú	TI Baú	165 (b)	Novo Progresso	Colíder	Colíder
Kapoto	TI Kapot-Jarina	479 (b)	Colíder	Colíder	Colíder
Metyktire	TI Kapot-Jarina	457 (b)	Colíder	Colíder	Colíder
Piaraçu	TI Kapot-Jarina	132 (b)	São José do Xingu	Colíder	Colíder
Mekragnoti (Kubenkokre)	TI Mekragnotí	787 (b)	Colíder	Colíder	Colíder
Pukanu	TI Mekragnotí	241 (b)	Colíder	Colíder	Colíder

Fontes: (a) Funasa/DSEI – Redenção (PA), janeiro de 2005; (b) Funasa/DSEI – Colíder (MT), abril de 2006

mo aos limites das TIs. Os Kayapó possuem dezenas de PVs, todos eles ligados a uma aldeia principal. Famílias habitam os PVs, algumas de forma permanente e outras de maneira mais sazonal. Em geral, entretanto, essas famílias também mantêm uma base (residência e, às vezes, roças) nas aldeias centrais. Alguns desses postos chegam a ter uma população significativa. Além do trabalho de vigilância territorial, a motivação dos Kayapó na apropriação do mecanismo parece estar ligada a questões econômicas: os PVs são geralmente utilizados para o desenvolvimento de atividades e projetos econômicos, tais como agricultura comercial. Além disso, é comum que os postos tenham acesso a recursos da Funai para sua manutenção.

Dessa forma, o que aqui chamamos como “os Kayapó” também deve ser visto como algo complexo, heterogêneo e dinâmico. Articulações gerais entre os Kayapó só se tornaram possíveis num contexto pós-contato intensificado e foram observadas em alguns momentos ou eventos de sua história recente, como a realização do “Encontro de Altamira” (1989) em protesto contra a construção da barragem de Belo Monte, no rio Xingu. A demarcação de seus territórios também teve contribuição aglutinadora. No início da década de 2000, foram pioneiramente realizadas eleições para uma liderança geral da “Nação Kayapó”. O evento teve até impacto na mídia nacional, mas a legitimidade e adesão a essa liderança geral declinaram em pouco tempo, não tendo mais o reconhecimento entre as aldeias.

Aldeias kayapó no sul do Pará e norte do Mato Grosso



fontes: Cássio Ingles de Souza (PDPI), Adriano Jerolimski (CI), Terence Turner.

Essas relações intra-Kayapó são essenciais para se compreender as articulações feitas entre as diversas aldeias e seu contexto relacional. Os municípios de referência de cada aldeia, por exemplo, não podem ser explicadas apenas pela proximidade geográfica, pois as relações internas também têm influência no assunto. Colíder é a cidade de referência para os Kayapó do oeste (TIs Baú, Kapot-Jarina e Metuktire). Nos últimos cinco anos, entretanto, as aldeias de Moikarakô e Pukanu, que antes estavam ligadas a Redenção, passaram a se relacionar mais com Colíder, devido a conflitos com outras aldeias. A aldeia do Mekragnotí (ex Kubenkãkre) também fez esse movimento, pois nos anos 90 já esteve ligada à Redenção. A aldeia do Baú também se utiliza de Novo Progresso (PA), devido à proximidade (92 km) e o acesso terrestre. Além disso, Piarucu e Metuktire têm em São José do

Xingu um local para acesso mais próximo de acesso ao comércio. Redenção continua sendo uma importante cidade para os Kayapó do leste, especialmente devido à localização da Administração Regional da Funai. Porém, nos últimos 5 anos, também devido a dificuldades de relação entre as aldeias, novas cidades passaram a aumentar sua importância para os Kayapó, tais como São Félix do Xingu (Kokraimoro), Tucumã (Kikretum), Ourilândia do Norte (A'Ukre, Pukararankre e Kendjam) e Bannach (Kriny).

A presença nas cidades se consolida como um importante elemento da territorialidade Kayapó contemporânea. Porém, também podemos observar, ao menos em Redenção, um leve declínio em termos de quantidade de famílias na cidade, possivelmente em decorrência da diminuição dos recursos advindos da extração da madeira e dos garimpos.

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E POLÍTICA PARTIDÁRIA

A Funai continua representando um dos principais agentes do contexto relacional Kayapó, embora as tensões internas tenham gerado algumas alterações de vínculo entre aldeias e administrações regionais nesses últimos anos. A Funai de Colíder continua atendendo a todas as aldeias do oeste, somadas do Kokraimoro, que decidiu deixar a Administração Regional (ADR) de Redenção. Decisão semelhante foi tomada pelo Kikretum, Pukarankre, A'Ukre e Kendjam, que passaram a ser atendidas pela ADR de Marabá. Continuam vinculadas a Redenção todas as outras aldeias: Gorotire, Kriny, Las Casas, Kubenkranken, Krainampare, Moikarakô e seus respectivos PVs.

Cabe destacar que a Funai representa não só um agente com o qual os Kayapó se relacionam, mas um espaço institucional e político que tem sido ocupado há uma década. Em Colíder, o administrador regional é Megaron Txucahae, do Kapoto. Em Redenção, desde 1996 passaram pelo órgão 4 administradores Kayapó, todos do Gorotire. Essa concentração de poder em torno do Gorotire é apontada como uma das razões para que outras aldeias decidissem se vincular a outras administrações regionais. Além da chefia nas administrações, diversos Kayapó são contratados pelo órgão para vários tipos de serviços, entre os quais a maior parte para chefes de posto.

Além das representações regionais, cuja condução pelos Kayapó foi consolidada na última década, a articulação com a Funai tem se dado também através da relação direta com a sede central do órgão, em Brasília. Brasília, portanto, é parte integrante e de grande importância para a atual territorialidade Kayapó.

Nos últimos cinco anos, entretanto, seguindo tendência geral dos povos indígenas brasileiros, talvez a mais significativa transformação do contexto relacional Kayapó tenha sido a efetiva inclusão da Funasa e dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) como agente de fundamental relevância. A partir das mudanças na legislação e sistemática do atendimento à saúde indígena no Brasil, ocorridos em 1999, a Funai dá lugar à Funasa e suas organizações conveniadas como responsáveis desse serviço. A área Kayapó é atendida por dois Distritos (Redenção e Colíder), que repassam recursos para cinco conveniadas, todas elas organizações indígenas. O quadro atual reflete a situação de relações entre os Kayapó e destes com os agentes de seu contexto. Entende-se, portanto, não como algo definitivo, mas sim passível de alterações. Para os Kayapó do leste, por exemplo, essa é a quarta configuração geral de atendimento à saúde nesses cinco anos.

As prefeituras e a política partidária representam outra importante relação do contexto relacional Kayapó. Além das fracassadas tentativas com a saúde indígena, as prefeituras também têm se responsabilizado pela gestão da educação nas aldeias Kayapó, através da contratação de professores, envio de materiais escola-

res e merenda. De várias formas e com resultados variados, os Kayapó são inseridos em outras atividades e projetos de cunho social da prefeitura. Em 2005, por exemplo, os Kayapó foram incluídos na marcha de aniversário de Ourilândia do Norte, junto com estudantes, migrantes, boiadeiros e outros setores sociais. Além disso, os Kayapó têm participado da vida política regional, através da eleição de vereadores indígenas nas cidades de Cumaru do Norte, Bannach e São José do Xingu. Não se observa, entretanto, um padrão em termos de filiação partidária nem mesmo de conteúdo programático. Com o governo do estado, a relação é um pouco mais distante. A educação é em parte atendida pelas secretarias estaduais. Alguns programas e atividades pontuais de apoio também são realizadas.

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

As transformações no contexto socioeconômico regional também trouxeram mudanças para a rede de relações dos Kayapó. A exploração madeireira regional se reconfigurou, com tendência geral para a retração, seja pela redução ou esgotamento dos estoques madeireiros ou pela intensificação da fiscalização e restrições à atividade, impostas pelo Ibama. Isso é evidente na região de Redenção, onde a atividade teve grande importância nas décadas de 80 e 90. No eixo da BR-163, que ainda apresentava um certo dinamismo, a interrupção na liberação de Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) entre 2004 e 2005 "esvaziou" os pátios das madeireiras e reduziu a atividade. O reflexo da tendência regional pode ser observado nas áreas Kayapó, que, com exceção de Kapot-Jarina, desde o início da década de 80 vivenciaram intensa exploração madeireira. Se não é possível afirmar que a atividade está totalmente encerrada nas áreas indígenas, tampouco é verdadeiro que a mesma tenha a intensidade de alguns anos atrás.

Também encontra-se em franco declínio a garimpagem de ouro, outra atividade de destacada importância regional, especialmente nos anos 80. Esse declínio também é observado nas áreas Kayapó, que já tiveram dentro de seus limites garimpos com mais de 10 mil pessoas, como é o caso do garimpo de Maria Bonita, na TI Kayapó. Ainda assim, as aldeias que convergem para as cidades de Tucumã e Ourilândia do Norte têm iniciado relação com a empresa que está instalando projeto de extração de níquel no local. É importante destacar que a extração de madeira e o garimpo nas áreas Kayapó foram inicialmente estimuladas e intermediadas pela própria Funai nos anos 80, quando predominava um enfoque desenvolvimentista. Nos anos 90, entretanto, intensifica-se a legislação e o esforço de proteção ambiental e as atividades passam a ser proibidas e recriminadas nos limites das terras kayapó. Neste momento, a Funai deixa de ser gerente e passa a ser repressora. Já engajados na atividade, os Kayapó, por sua vez, passam a estabelecer relações e contratos diretos com madeireiros e garimpeiros, tornando-os então importantes

agentes de seu contexto relacional. Com a retração das atividades, diminui também sua importância relativa como interlocutores dos Kayapó.

O agronegócio é outra novidade que se consolidou no contexto regional nos últimos anos, acompanhando tendência geral de ocupação do cerrado no Brasil Central em direção ao norte e configurando o chamado “Arco do Desmatamento”. Na região de Redenção e no eixo da PA-050, a pecuária aparece como “carro-chefe” da economia regional. A agricultura extensiva, entretanto, tem se ampliado cada vez mais. A porção oeste das áreas Kayapó está diretamente envolvida na expansão da soja, o produto de maior evidência no agronegócio nacional contemporâneo. Nessa região, o asfaltamento da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, é considerado vital para reduzir custos, estimular a produção e agilizar o escoamento da soja do Mato Grosso através do porto de Santarém (PA). Apesar da tentativa do governo de realizar o plano “BR-163 Sustentável”, problemas de grilagem e conflitos fundiários têm se espalhado na região.

Muitas aldeias e PVs Kayapó têm realizado projetos de produção agrícola voltada para comercialização, aproveitando fomento da Funai e, eventualmente, das prefeituras. A extensão de terra cultivada, a amplitude da produção e o volume de recursos que gera, entretanto, distancia essas iniciativas do agronegócio mais profissional e de maior escala. Não é possível prever com exatidão, no entanto, as conseqüências a médio prazo para os Kayapó, da consolidação do agronegócio na região. Sabemos, a exemplo do que ocorreu com a extração da madeira e do ouro, que a conjuntura regional e a interlocução com seus agentes são de grande importância na orientação das decisões dos Kayapó, inclusive de investimentos econômicos. A intensificação da ocupação regional com atividades agropecuárias pode aumentar as invasões e a pressão em geral sobre as áreas Kayapó. Na verdade, fazendas que extrapolam seus limites para dentro das terras indígenas são uma das fontes de problemas territoriais Kayapó. Somados a eles, estão também caçadores, pescadores e turistas eventuais, bem como madeiros e garimpeiros que realizam sua extração a revelia dos Kayapó. Muito em função de problemas dessa natureza é que podemos atribuir a redução da TI Baú em quase 300 mil hectares em 2003. Uma das justificativas foi a de evitar conflitos com os posseiros ligados à cidade de Novo Progresso, às margens da BR-163.

DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

É importante também destacar um outro conjunto de agentes relevantes no contexto Kayapó, mais ligados ao marco do desenvolvimento sustentável e assistência social. O Cimi mantém a presença em algumas aldeias e está consolidando atividades de apoio urbano na cidade de Redenção, bem como assessoria para as associações Kayapó. Missionários protestantes também continuam presentes no contexto relacional Kayapó. A Conservação

Internacional, ONG multinacional ligada à preservação ambiental, tem ampliado sua atuação junto aos Kayapó nos últimos cinco anos. Antes limitada a projeto de pesquisa próximo à aldeia A'Ukre, a organização tem apoiado atividades de proteção territorial em algumas aldeias, tanto do lado oeste como do leste. Recentemente decidiram também apoiar algumas iniciativas econômicas.

A fragmentação da política indigenista e a disseminação de programas de apoio têm sido aproveitadas pelos Kayapó. Junto ao PDPI/MMA, por exemplo, são três projetos aprovados e várias propostas enviadas. Todos os projetos aprovados são executados pelo Instituto Raoni (ver próximo artigo).

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

A criação e proliferação de organizações Kayapó (associações) é outro fenômeno significativo dos últimos 5 anos. Essa é uma tendência geral observada entre os povos indígenas brasileiros, especialmente na década de 90. No caso dos Kayapó, é a partir de 2000 que a maior parte de suas organizações foi criada. Em 1998, por exemplo, na região de Redenção, apenas uma organização estava formalizada, a Pukatoti-Kamokore. Atualmente, são mais de dez, sendo que quatro delas conveniadas da Funasa. Entre os Kayapó do oeste, apesar de haverem cerca de cinco pequenas associações formalizadas, apenas o Instituto Raoni e a Associação Ipren-re estão ativos.

O engajamento dos Kayapó no processo de formalização das organizações um pouco tardio em relação a outros povos indígenas pode ser atribuído à disponibilidade de recursos advindos da exploração madeireira e garimpeira, bem como para a assistência da Funai, muito mais abundantes até o final da década de 90. Com a redução desses recursos e a ampliação e diversificação das possibilidades de financiamento de projetos indígenas, entretanto, a formação de organizações rapidamente se consolidou. Entre todas as organizações Kayapó, o Instituto Raoni detém o maior número de parcerias e carteira de projetos. Também não é grande e ainda está em fase inicial a articulação dos Kayapó com o movimento indígena organizado. A participação dos Kayapó em eventos da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), por exemplo, é tímida e está limitada a poucos representantes.

Ainda que os esforços e situações mencionados sejam provisórios e instáveis no contexto relacional dos Kayapó, nem por isso devem deixar de constituir um permanente desafio para eles na luta e conquista por direitos, políticas e práticas públicas adequadas. (abril, 2006)

NOTA

* Especiais agradecimentos a Luís Carlos Sampaio (Funai de Colíder) pelas informações prestadas.

Alternativas Econômicas Sustentáveis

Barbara Zimmerman

Diretora do Projeto Kayapó/CI

Adriano Jerozolinski

Coordenador do Projeto Kayapó/CI

Vivian Zeidemann

Superintendente da AFP

PROJETO KAYAPÓ FORTALECE AS COMUNIDADES NA BUSCA DE UM MODELO DE USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E NA FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA DE SUAS TERRAS. AS REUNIÕES ENTRE LIDERANÇAS TÊM TIDO PAPEL FUNDAMENTAL NO RESTABELECIMENTO DA UNIÃO ENTRE AS COMUNIDADES, ABALADA AO LONGO DA ÚLTIMA DÉCADA PELAS DISPUTAS CAUSADAS PELA EXPLORAÇÃO DE MOGNO

Na década de 90 e nos primeiros anos do novo milênio, os Kayapó figuravam nos meios de comunicação pela venda de mogno, estimulada principalmente pelo esgotamento dos estoques nas áreas localizadas fora das Terras Indígenas (TIs). Atualmente, até mesmo algumas regiões remotas das terras Kayapó, a algumas centenas de quilômetros das serrarias mais próximas, já apresentam sinais de esgotamento das populações dessa árvore. Porém, enquanto dentro da maioria dos territórios Kayapó apenas uma espécie de árvore foi explorada comercialmente e a cobertura vegetal permanece pouco alterada – resultado da luta dos Kayapó pelo reconhecimento e defesa ativa de seus territórios –, nas áreas do sul e do leste do Pará, fora das TIs, a maioria das florestas foi completamente destruída, o que criou um acentuado contraste na paisagem.

A ocorrência de diversas espécies de mamíferos e aves ameaçadas ou sensíveis à caça, consideradas indicadoras de florestas bem-conservadas, indica o excelente estado de conservação dos territórios Kayapó. Antas, queixadas, catetos, cuxius, coatás de cara branca, tatus-canastra, onças, ariranhas, mutuns, jacamins e araras azuis são comuns nesses territórios. Assim, além de desempenharem um papel importante na manutenção da qualidade da água e do ar da bacia do Xingu e influenciar o clima da região, as florestas dos territórios Kayapó são importantes reser-

vatórios da biodiversidade de uma das regiões mais ameaçadas da Amazônia, localizada no chamado “Arco do Desmatamento”.

O PROJETO KAYAPÓ

Nesse cenário, e também em um momento em que a integridade desses territórios está ameaçada – em 2003, a TI Baú teve sua extensão prevista reduzida em mais de 300 mil ha e, ao longo de 2005, posseiros da região invadiram a TI Kayapó e desmataram cerca de 800 ha de florestas –, as parcerias e os projetos realizados juntos aos Kayapó são estratégias fundamentais para o fortalecimento das comunidades e para a busca de um modelo de uso sustentável dos recursos naturais. Assim, a Conservação Internacional (CI-Brasil), que iniciou uma parceria junto à comunidade de A'Ukre em 1992, passou, a partir de 2000, a expandir sua atuação para outras comunidades Kayapó.

Para discutir qual seria a melhor forma de apoiar essas comunidades, para que pudessem garantir a manutenção da integridade de seus territórios, foram organizadas reuniões com as lideranças das comunidades localizadas nas TIs Baú, Menkragnoti, Kayapó, Badjonkôre e Capoto/Jarina. Foram identificadas, entre 2000 e 2001, duas necessidades principais, comuns à maioria das aldeias: apoio às atividades de vigilância territorial e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis. A partir de 2002, então, foram iniciadas ações com as comunidades representadas pela Associação Floresta Protegida (AFP) – Kikretum, A'Ukre, Moikarakô, Pukararãnkre e Kendjam – e, a partir de 2004, também com as comunidades representadas pelo Instituto Raoni (IR) – Baú, Kokraimoro, Pukanu, Kubenkôkre, Kapot, Metuktire e Piaragu.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas pela CI-Brasil e pelos parceiros AFP e IR passou a caracterizar o chamado “Projeto Kayapó”, que além de apoiar as atividades de vigilância territorial e o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, busca promover a autonomia das comunidades e de suas asso-

ciações na gestão de atividades e na interlocução com a sociedade envolvente.

As atividades desenvolvidas em cada uma das três principais frentes de atuação citadas acima são, em sua maioria, complementares entre si. Entre elas, estão as reuniões de lideranças Kayapó, que, desde 2000, têm tido papel fundamental no restabelecimento da união entre as comunidades, abalada ao longo da última década pelas disputas ocasionadas com a exploração de mogno em seus territórios. Além de representar uma oportunidade de articulação política entre as lideranças Kayapó para a defesa de interesses comuns, essas reuniões permitem que as

iniciativas em andamento sejam avaliadas e as estratégias adotadas, aprimoradas.

O apoio à vigilância territorial, uma das prioridades do Projeto Kayapó, começou a ser implementado em 2002, com a aquisição da infra-estrutura necessária para a fiscalização das terras nas cinco comunidades representadas pela AFP; em 2004, esse apoio se estendeu às sete aldeias representadas pelo Instituto Raoni. As comunidades foram equipadas com voadeiras, motores de popa, rádios de comunicação, placas solares, baterias e o combustível necessário para que possam circular de forma efetiva pelos seus territórios vem sendo fornecido a cada dois me-

A CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO RAONI

O Instituto Raoni foi oficialmente criado em 2001, após dez anos de amadurecimento da idéia inicial, vinda do próprio cacique Raoni, líder da aldeia Metyktire, localizada na TI Capoto/Jarina. Raoni desejava criar uma ONG que, a partir de projetos diferenciados, atendesse necessidades básicas dos Kayapó, como alternativas econômicas sustentáveis, saúde, educação e vigilância de suas terras.

A vontade do líder indígena se concretizou com a visita, em 2001, da Ministra do Meio Ambiente da Bélgica, Vera Dua, às terras Kayapó. No que se referia aos projetos econômicos auto-sustentáveis, o Instituto teria ajuda financeira do governo belga. Assim, foi oficialmente criado, e ganhou uma pequena sede em Colíder, município onde está a unidade da Funai responsável pela região que engloba as terras dos Kayapó. A estrutura do Instituto só se consolidou de fato em 2003 e, logo em seguida, o antropólogo Gustaaf Verswijver, pesquisador belga que já trabalhava entre os Kayapó, foi nomeado para gerir a sede do Instituto, função que desempenhou até o final do ano de 2005. Além dele, dois jovens Kayapó ocupavam os cargos de vice-presidente e tesoureiro, e um jovem branco era o responsável pela administração. Hoje, a coordenação do Instituto está nas mãos de Luis Carlos da Silva Sampaio, que também atua como coordenador de projetos da Funai de Colíder.

SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS

Atualmente, o Instituto Raoni trabalha em parceria com sete aldeias: Baú, Pukany, Kubenkokre, Kapot, Metyktire, Piaraçu e Kokraimoro e os projetos estão voltados para atividades econômicas alternativas à exploração da madeira. Nas três aldeias onde há grande quantidade de castanha (Kubenkokre, Pukanu e Baú), foi iniciada, em 2002, a produção de óleo do fruto. Durante dois anos, o governo belga subsidiou a montagem da infra-estrutura necessária para a fabricação do óleo nas próprias aldeias, processo que contou com o apoio da Funai. Em 2005, a parceria firmada com a Universidade de Toronto proporcionou a continuidade do projeto, que resultou na produção de 6 mil quilos de óleo de castanha de primeira qualidade, vendido para empresas brasileiras exportadoras. Outras parcerias, como por exemplo a ONG Amigos da Terra, que auxiliou na intermediação entre o Instituto e o mercado, também foram fundamentais para o êxito da iniciativa.

O retorno financeiro da venda do óleo correspondeu às expectativas dos Kayapó, mesmo se a produção durante a primeira safra de 2005 foi contida, como forma de priorizar a qualidade final do produto. Entretanto, o projeto não reverteu apenas capital: proporcionou, por exem-

plo, a circulação dos índios por áreas mais remotas e pouco frequentadas de suas terras, o que ajuda na fiscalização contra possíveis invasores. Além disso, contribuiu para a coesão do grupo, pela necessidade do trabalho em conjunto nas demandas de coleta, processamento e finalização da produção do óleo. Ao contrário da desagregação gerada pela exploração ilegal da madeira, as alternativas econômicas catalisam a união do grupo. Hoje, a exploração de madeira, para os Kayapó, significa intriga e desunião, além de colocar em xeque o apoio de fora para os projetos realizados em suas terras.

Outra iniciativa do Instituto Raoni é um projeto com o breu branco na aldeia Metyktire, e um com a copaíba na aldeia Kapot, ambos já aprovados pelo PDPI. Pelo PDPI, há ainda outro projeto aprovado, de fiscalização/vigilância em Baú, onde permanecem alguns poucos garimpeiros na beira do Rio Curuá, os únicos invasores remanescentes nas terras Kayapó à esquerda do Rio Xingu. Em parceria firmada com o Senai, o Instituto investe também na capacitação, prevista em sistema de consultoria para os projetos aprovados. Há áreas da aldeia onde os próprios índios agora fazem mapeamento das árvores e definem a viabilidade de exploração.

AUTO-GESTÃO

Uma das metas do Instituto Raoni é, futuramente, a auto-gestão financeira dos projetos realizados pelos Kayapó. Atualmente, o Instituto é fomentador de projetos: capta recursos para as iniciativas e reverte o lucro dos projetos completamente para a comunidade, que gerencia o dinheiro livremente, mas ainda sem a necessidade de reinvestir nos projetos ou no próprio Instituto, que por sua vez busca novas fontes de financiamento para os futuros projetos.

Para que seja possível essa auto-gestão, estão sendo firmadas parcerias que viabilizem um planejamento participativo com as comunidades, levando em conta futuras responsabilidades, como pagamento de impostos, gastos com transportadora, pagamento de certificação etc. Além disso, é necessário que os atuais projetos se tornem autônomos para que o próprio Instituto possa começar a investir em outras necessidades, ligadas à educação e saúde. (Gustaaf Verswijver, antropólogo, Seção de Etnografia do Museu Real da África Central (Tervuren, Bélgica); de 2003 a 2005 foi coordenador geral do Instituto Raoni; Luis Carlos da Silva Sampaio, coordenador do Instituto Raoni e coordenador de projetos da Funai de Colíder)

ses. Adicionalmente, a CI-Brasil iniciou, em 2005, um programa de monitoramento remoto de desmatamentos nas TIs Kayapó, através da análise de imagens de satélite da região, com o objetivo de alertar as comunidades Kayapó e os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização das terras, sobre a ocorrência de invasões.

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

O apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis é também uma das principais demandas que vem sendo atendidas pelo Projeto Kayapó, com o objetivo de proporcionar a geração de renda e, assim, reduzir a vulnerabilidade das comunidades ao envolvimento com alternativas econômicas predatórias. O apoio da CI-Brasil para essas iniciativas começou em 2005, nas comunidades Kayapó representadas pela AFP e pelo IR.

Entre as iniciativas contempladas, estão os projetos de produção de óleo de Castanha-do-Brasil, implementados pelo IR com o apoio do Ministério Flamengo do Meio Ambiente (Bruxelas/Bélgica), da Funai e da Oscip Amigos da Terra, nas comunidades de Kubenkókre, Pukanu e Baú; o estudo de mercado da Castanha-do-Brasil (*in natura*, óleo e outros subprodutos) para auxiliar as comunidades representadas pela AFP na escolha das melhores alternativas para a comercialização deste recurso, que está sendo desenvolvido através de uma parceria com o Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (Ibens) e o estudo de mercado para o artesanato não-plumário. O IR, com o apoio do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), iniciou um projeto de exploração de óleo de copaíba na comunidade de Kapot. Outro projeto submetido ao PDPI, de avaliação da exploração de resina de breu-branco pela comunidade de Metyktire, foi aprovado no início de 2006 e deve ser iniciado ainda no primeiro semestre deste ano. Além disso, a comunidade de Piraçu, com apoio da Funai, está desenvolvendo um projeto para a comercialização da polpa de pequi desidratada e de mel de abelhas nativas.

Em setembro de 2005, as comunidades de A'Ukre e Moikarakô iniciaram a produção de mudas de mogno e cacau, que serão plantadas em suas próprias roças com o objetivo de viabilizar futuros projetos de venda de sementes dessas espécies. A CI-Brasil também viabilizou o envio de um técnico para capacitar a

comunidade de Kikretum na limpeza e poda dos pés de cacau plantados há mais de dez anos, que estavam improdutivos devido à falta de práticas de manejo necessárias. Paralelamente ao desenvolvimento de alternativas econômicas, o Projeto Kayapó busca também o fortalecimento dos sistemas produtivos voltados à subsistência para diminuir a dependência de produtos alimentares comprados das cidades mais próximas.

Outra frente do Projeto contempla a questão da sustentabilidade das terras Kayapó. Além das pressões externas, é possível que pressões internas, advindas das atividades desenvolvidas pelas próprias comunidades Kayapó, possam ameaçar a conservação dos recursos naturais de seus territórios. Mudanças nos padrões de uso dos recursos naturais pelas comunidades poderão comprometer as práticas de subsistência e de geração de renda e alterar a eficiência das terras Kayapó para a conservação da biodiversidade. A intensificação do sedentarismo, o crescimento das populações indígenas e o crescente envolvimento com a economia de mercado são alguns dos fatores que tendem à alterar a intensidade e forma de uso desses recursos. Dessa forma, o Projeto Kayapó está buscando apoio para iniciar um programa de gestão de recursos naturais, que objetiva promover discussões nas comunidades para auxiliá-las na elaboração de um plano de gestão de seus territórios, e assim aumentar a sustentabilidade de suas atividades presentes e futuras.

PERSPECTIVAS

A busca de novos recursos para ampliar o escopo do Projeto e consolidar as iniciativas em andamento é, hoje, o grande desafio que se coloca para o Projeto Kayapó, até que as comunidades atendidas alcancem a autonomia necessária para gerir os seus territórios e os recursos neles inseridos de forma sustentável. Ao mesmo tempo, estreitar as relações com as organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área e buscar novos parceiros será fundamental para fortalecer as atividades já iniciadas, assim como para viabilizar a implementação de novas iniciativas. Garantir que as atividades desenvolvidas pelas comunidades Kayapó sejam social, econômica e ecologicamente sustentáveis significa beneficiar não apenas essas comunidades, mas centenas de milhares de pessoas da sociedade envolvente, pela presença dessa enorme área de florestas e dos serviços ambientais por elas desempenhados. DATA

Mal-entendidos com a Companhia Vale do Rio Doce

Cesar Gordon

Antropólogo

NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, AS NEGOCIAÇÕES ENTRE OS XIKRIN E A CVRD TORNARAM-SE MAIS DIFÍCEIS E GERAM MAL-ENTENDIDOS À MEDIDA QUE OS ÍNDIOS GANHAM PROGRESSIVAMENTE MAIOR CONTROLE SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS DUAS PARTES

Em novembro de 2005, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) fez publicar nos principais jornais do país uma nota contendo duras críticas aos Xikrin do Cateté. Um grupo de 280 índios pintados e paramentados, portando arcos e bordunas, havia se deslocado da aldeia até o núcleo urbano da Serra de Carajás, sede das operações minerárias da CVRD no Pará. Eles exigiam que a empresa aumentasse o valor dos recursos financeiros transferidos regularmente à comunidade. A CVRD acusou os índios de promover invasões sistemáticas e paralisar atividades produtivas nas minas e na ferrovia de Carajás, alegando que eles tentavam obter benefícios ilegítimos e absurdos, que supostamente nada teriam a ver com a busca de condições dignas de vida. Afirmava ter destinado milhões de reais aos Xikrin em programas de apoio à saúde, educação, desenvolvimento e infra-estrutura, e não obstante, os índios faziam “pleitos estranhos”, tais como um avião bimotor, milhares de litros de gasolina, carros de luxo para as lideranças, contratação de empreiteiras para construção de casas a preços superiores aos de mercado, e pagamento de dívidas contraídas junto ao comércio da região.¹

Os índios tiveram oportunidade de se justificar. Em entrevista a jornais de São Paulo, as lideranças disseram que a CVRD não vinha cumprindo os acordos, explicaram que os pedidos se deviam ao custo de vida muito alto e que era imperioso considerar o fato de os Xikrin precisarem atualmente de dinheiro para comprar comida. Negaram que houvesse risco de violência na manifestação e esclareceram que se a CVRD não concordasse com as reivindicações poderia haver conflito, porém apenas verbal: “va-

mos brigar mesmo, mas só de boca”. Situações como essa de tensão e enfrentamento não são novidade nas relações dos Xikrin com a CVRD. Elas têm acontecido com alguma frequência desde que a companhia foi obrigada a firmar, em 1989, um convênio de assistência a título de indenização pelos impactos de suas operações na Floresta Nacional de Carajás, unidade de conservação que faz limite com a Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté. Nos últimos 5 anos, no entanto, as negociações têm se tornado mais difíceis à medida que os Xikrin vêm ganhando progressivamente maior controle sobre a gestão dos recursos do convênio. A gestão, que até o final dos anos 90 era realizada pela Funai, sob a supervisão dos Xikrin, passou às mãos dos próprios índios por intermédio de suas associações. Criada no âmbito do Projeto Kaben Djuoi de manejo florestal (encerrado por iniciativa dos índios), a Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté assumiu o controle integral do convênio em 2002. Menos de 1 ano depois, um desacordo entre as lideranças das duas aldeias, Cateté e Djudjêkô, resultou em uma ruptura na associação. O chefe da aldeia Djudjêkô funda então a Associação Kâkàrekre de defesa do Povo Xikrin do Djudjêkô, consolidando a separação política. Os recursos do convênio passaram a ser divididos entre as duas associações, que contrataram funcionários brancos para gerenciá-las, apesar de manterem todo o controle político e comandarem as decisões na condução da gestão.

NEGOCIAÇÕES

Os Xikrin, ou pelo menos parte das lideranças, vêm expressando a intenção de negociar questões relativas ao convênio diretamente com os representantes da CVRD, prescindindo da intermediação de especialistas e da Funai. Eles parecem ter chegado à conclusão de que, atuando diretamente, sem as mediações “pacificadoras” do órgão indigenista e de antropólogos, poderiam alcançar melhor e mais rapidamente seus objetivos. Do ponto de vista da CVRD isso pode ter significado que as transações ficaram mais “selvagens”.

QUEM, ONDE, QUANTOS

Os Xikrin do Cateté são cerca de 900 pessoas que habitam a região da bacia do rio Itacaitinas no sudeste do Pará. Vivem atualmente em duas aldeias, denominadas Cateté (ou Pukatingrà) e Djudjêkô. São um dos grupos falantes de língua mebêngôkre, pertencente à família jê. Compartilham com os demais Mebêngôkre (Kayapó) uma mesma origem e diversas características socioculturais conhecidas e descritas pela literatura antropológica: aldeias circulares dispostas em um anel de casas e um centro cerimonial, grande investimento na vida ritual, divisão da coletividade em grupos masculinos que podem se manifestar como facções políticas, importância da classificação etária, dentre outros.

Dessa vez a companhia partiu para o ataque, dando mostras de que sua capacidade de negociar e responder criativa e positivamente às demandas indígenas vem se esgotando. De 2002 a 2004, a CVRD contratou a realização de diagnósticos por determinação do Ministério Público Federal, recebeu laudos antropológicos, constituiu comissão de acompanhamento em parceria com a Funai, criou oficinas para redesenhar o formato da assistência (orientada pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão). Porém, nada de concreto foi implementado. Além disso, tais iniciativas cumprem todo um trâmite burocrático, são lentas e complexas e parecem enfasiar os Xikrin, que até agora não decidiram engajar-se realmente nelas. Para eles, ao que parece, o método “branco” de negociar não têm mostrado eficiência, sendo preferível usar os métodos xikrin, o que por sua vez não é bem entendido pelos brancos.

Agora, os responsáveis pelos assuntos indígenas e a assessoria de imprensa da CVRD optaram por uma saída ofensiva mas tortuosa: publicaram a nota questionando as solicitações e lançando suspeitas não fundamentadas de que poderia haver um movimento concertado de desestabilização da empresa, procurando com isso jogar a opinião pública contra os Xikrin. A iniciativa não deixou de ser, em larga medida, um jogo de cena. A CVRD não informou, em sua nota ao público, que já atendera em anos recentes a inúmeros outros pleitos semelhantes. Por meio do convênio, vem proporcionando aos Xikrin em ambas as aldeias, por exemplo, veículos, casas de alvenaria, luz elétrica, aparelhos de TV, antenas parabólicas, geladeiras, fogões, roupas e pagamento de salários para as lideranças. Conseqüentemente, se as solicitações dos Xikrin mencionadas no comunicado oficial eram, como se alegou, estranhas e absurdas do ponto de vista da empresa, essas outras também deveriam sê-lo, e no entanto foram atendidas. A postura é ambígua.

Mas a CVRD pôde valer-se dessa estratégia porque apostou no fato de que a opinião pública certamente acharia estranhos os pedidos por bens de consumo e “de luxo” feitos pelos índios. Com efeito, em defesa dos últimos, alguns indigenistas consultados pela Folha de S.Paulo afirmaram que os Xikrin estariam sendo induzidos por aproveitadores a fazer exigências descabi-

das e eram estimulados a consumir por comerciantes oportunistas. A defesa inadvertidamente acolheu os argumentos da acusação. De um lado, a CVRD apelava para a ilegitimidade das demandas xikrin. De outro, os indigenistas pareciam aceitar que as demandas eram ilegítimas, mas apenas porque não eram realmente demandas xikrin, mas de aproveitadores e oportunistas não-indígenas. A vontade xikrin viu-se, assim, espremida entre duas formas complementares de ilegitimidade. Das duas, uma: ou eram considerados sujeitos plenos de seu desejo, e então esvaziava-se sua integridade indígena, ou tentava-se salvar a integridade indígena, com a condição de não os considerar sujeitos plenos de seus desejos.

CONSUMISMO

Apesar de alguns esforços, sem dúvida bem-intencionados, os mal-entendidos na relação dos Xikrin com a CVRD continuam. Há uma questão de fundo em todo o caso, que reside em nossa incapacidade de enxergar como um fenômeno autenticamente



Reunião realizada na aldeia Cateté para tratar do Convênio com a CVRD. No centro da roda, o administrador regional da Funai, Eymar Araújo. Em pé, o chefe da aldeia Cateté e presidente da Associação Bep-Nôï (Bep-karoti Xikrin). Sentado, conversando com Eymar, está o chefe da aldeia Djudjêkô e presidente da Associação Kâkârekre (Karangré Xikrin).

indígena as relações dos índios com o consumo, com o dinheiro, enfim, com os objetos oriundos da sociedade industrial capitalista. Apesar de sabermos que nosso mundo é movido pela produção em massa de objetos, pela produção do desejo voltado a eles e por seu consumo igualmente massivo, quando se trata dos índios é como se houvesse um imperativo de separação. É como se os índios não pudessem querer tais coisas que lhes são *estranhas*, e se as querem é porque algo *estranho* lhes acomete. Para sobre esse conjunto de idéias diversos espectros, entre eles o do “bom selvagem”, já transmutado e revestido de camadas de ectoplasma culturalista. Eles dizem muito mais sobre a nossa relação com os índios, que sobre a relação dos índios conosco. É como se olhássemos os índios sempre através de um mesmo espelho, que só pode nos devolver nossa própria imagem distorcida. Em qualquer caso, é alteridade que se suprime na reflexão: ou os selvagens são aquilo que nós não somos, mas projetamos em um nosso passado edênico ou em um nosso futuro redentor; ou eles não passam de um outro nós, com os mesmos defeitos e pecados. Dizendo de outra forma: a questão de fundo reside em nossa incapacidade de nos colocarmos diante dos índios e sua história, e portanto diante da relação dos índios com nossa produção e com nossa história, desde um outro ponto de vista.

Há ainda margem para muita investigação antropológica sobre a relação dos Xikrin com os bens industrializados e mercadorias, desde que se assuma um ponto de vista no qual a perspectiva dos índios ocupe a posição de figura e não de fundo. É preciso mostrar à opinião pública que o desejo dos Xikrin pelos objetos que lhes são estrangeiros não é espúrio, inautêntico e exótico; ao contrário, é a expressão de um propósito e de uma história absolutamente indígenas. Assim, talvez, quando os Xikrin não mais precisarem justificar suas demandas por dinheiro e mercadoria pelo simples fato de serem índios, seja possível encará-los de frente, sem subterfúgios, e discutir os limites e as potencialidades de suas vontades e de sua forma de relação com a nossa sociedade. Mas para isso, é fundamental entender que o desejo deles de relação com o universo ao redor não pode ser desqualificado, esterilizado, considerado ilegítimo ou estranho.

Esse será o primeiro passo. O passo fundamental. Depois será necessário entender, juntamente com os índios, quais são os efeitos e os resultados do projeto de vida que eles têm pretendido implementar. Se por um lado, a aquisição do dinheiro e das

mercadorias vêm lhes possibilitando conquistar grandes coisas, por exemplo: fazer rituais importantes em número cada vez maior, conseguir alimentos variados e em abundância, expandir enormemente suas capacidades de comunicação e interação com outras aldeias Xikrin e Kayapó, incrementando toda uma rede de relações sociais que lhes são caras; por outro lado, há toda uma série de efeitos colaterais potencialmente negativos.

PROBLEMAS NAS ALDEIAS

Com o crescimento populacional acelerado, a sedentarização e os novos hábitos de consumo, as aldeias apresentam hoje sérios problemas de saneamento básico. Algumas novas enfermidades têm surgido e causado preocupação, tais como câncer, hipotireoidismo, diabetes, hipertensão, obesidade, doenças sexualmente transmissíveis, ampliando a necessidade de assistência médica e criando demandas por medicamentos industrializados.

Nos últimos anos as mudanças foram realmente consideráveis em razão direta do aumento dos recursos obtidos pelo convênio. Isso traz uma série de conseqüências, muitas das quais imprevisíveis (por exemplo: o impacto da TV e das novas formas de consumo cultural), e algumas já nitidamente prejudiciais, como os efeitos sobre a saúde devido à ingestão de altas quantidades de açúcares, carboidratos, gordura e sal, além do problema do lixo inorgânico que se avoluma cada vez mais nas aldeias.

Outra coisa que chama a atenção é a quantidade de não indígenas trabalhando e vivendo nas aldeias, dentro das casas dos índios, nas roças, ou no Posto da Funai: são empregados domésticos, auxiliares de serviços gerais e até treinador de futebol... A facilidade de acesso às aldeias, com a abertura de novas estradas, junto com os sinais de riqueza dos índios, estão atraindo muita gente das redondezas para dentro da terra indígena.

Todas essas questões, mais cedo ou mais tarde, terão que ser enfrentadas e discutidas com os Xikrin. Mas para que isso seja possível, precisamos superar os mal-entendidos, e ter a coragem de, peito aberto tal como xamãs, nos colocarmos, ainda que transitariamente, na perspectiva dos índios.

NOTAS

¹ As informações baseiam-se em reportagens de *O Globo* (02/11/05), *O Estado de S. Paulo* (03/11/05) e *Folha de S. Paulo* (03/11/05).

De Volta para o Futuro

Stephan Schwartzman

Antropólogo, diretor do Programa Internacional do Environmental Defense

A ATRAÇÃO PELA CIDADE E A FASCINAÇÃO PELO CONHECIMENTO DOS “BRANCOS” SÃO QUESTÕES LATENTES, COM UM POTENCIAL REAL DE FRAGILIZAR A SOLIDARIEDADE DOS PANARÁ E MINAR SUA DIFERENÇA CULTURAL. MAS O CONHECIMENTO TRADICIONAL E A IDENTIDADE DESSE POVO SÃO MAIS FLEXÍVEIS E ADAPTÁVEIS DO QUE SUAS PRÓPRIAS REPRESENTAÇÕES SUGEREM*

O desastroso contato dos Panará em 1973, pouco antes da inauguração da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), quando ao menos dois terços do grupo morreu de doenças trazidas pelos brancos e 79 sobreviventes foram alocados no Parque Indígena do Xingu, simboliza a pior das políticas indigenistas praticadas pelo governo militar. Trinta e três anos depois, no entanto, os Panará recuperaram sua população e voltaram aos mesmos números da situação pré-contato (por volta de 300 indivíduos). Além disso, reocuparam os 488.000 ha restantes de floresta intacta de seu território tradicional, ganharam sua demarcação e venceram uma ação judicial contra o governo federal por perdas e danos sofridos no contato. A ação foi advogada pelo Núcleo de Direitos Indígenas, que mais tarde viria a constituir o Instituto Socioambiental (ISA). Os Panará representam hoje muitos dos ganhos dos povos indígenas amazônicos nas últimas três décadas. Agora, são eles que controlam seu território. Mais de 30 fazendeiros que ocupavam a área antes da demarcação, em 1997, tiveram que se retirar. O grupo negou alianças com madeireiros locais e interrompeu repetidamente a retirada ilegal da madeira, embora a atividade ainda seja um problema. Hoje, em parceria com o ISA, a Environmental Defense e a Rainforest Foundation, os Panará realizam a fiscalização das suas terras e se envolvem em projetos de educação, capacitação e alternativas econômicas sustentáveis.

AS NOVAS GERAÇÕES

A geração que sobreviveu ao contato e ao exílio no Parque Indígena do Xingu (PIX) venceu sua maior batalha ao reconquistar

o restante do território tradicional panará. A geração que chega à maturidade na aldeia de Nansepotiti, porém, conheceu um mundo com o qual suas antigas gerações nunca tiveram contato. Um mundo em que os Panará têm sua própria terra, dinheiro no banco, antenas parabólicas e DVDs – mas onde sua terra é uma fração do território pré-contato, onde o gado e a soja avançam sobre suas fronteiras e onde suas instituições sociais e políticas estão profundamente pressionadas por novas exigências internas e externas. O grupo enfrenta agora a questão relativa ao que significará ser Panará no futuro. No verdadeiro estilo Panará, suas respostas são frequentemente divergentes e contestadoras.

Desde os tempos em que sua terra foi demarcada e homologada, os Panará consolidaram sua aldeia e o controle sobre o território, empreenderam vários projetos em parceria com o ISA, organizaram uma associação e receberam a indenização do Tribunal Regional Federal. Em 2001, os Panará construíram duas “Casas de Homens” no centro da praça de Nansepotiti, locais de assembleia nas sociedades cerimoniais masculinas e para onde os meninos na idade entre 9 e 10 anos antigamente mudavam-se até o casamento. Os dois imponentes telhados das novas “Casas de Homens” – um de frente para o outro, no centro da aldeia – remetem à explicação dada pelo velho Teseya, vinte anos antes, no PIX, de que uma verdadeira aldeia Panará deveria ter duas “Casas de Homens” no centro da praça. Naquela época, as casas não foram construídas porque não existiam crianças: “Espere. Quando tivermos muitas crianças, construiremos as “Casas de Homens”, disse ele.

A INDENIZAÇÃO

O grande projeto de recuperação do grupo – empreendido pela geração nascida em Peixoto de Azevedo antes de 1967 e liderado por Akà, Krentô, Teseya e outros velhos – começou com a construção de uma nova aldeia no PIX em 1976 e foi concluído com a vitória da ação em 2000, seguida do recebimento da indenização em 2003. Com a vitória legal garantida em 2000 e a real compensação sendo apenas uma questão de tempo, o ISA e outros parceiros começaram a debater com os Panará como a in-

denização de R\$ 1,4 milhões poderia ser utilizada. A questão do dinheiro e do acesso a bens de mercado é de imensa importância para os Panará, o que fez com que a administração desses recursos fosse objeto de longas conversas. Os Panará criaram, então, com o apoio do ISA, a Associação Indígena Iakiô Panará, em 2003, para gerenciar a indenização.

Tanto os líderes mais velhos, quanto os jovens “conselheiros” (jovens homens fluentes no Português e com habilidade para lidar com aritmética básica), concordaram, a princípio, com a ideia de aplicar o dinheiro no banco e usar os juros para satisfazer as necessidades da comunidade em produtos manufaturados. Em conversa na “Casa de Homens”, definiram o conselho administrativo da associação, constituída por quase todos os homens mais velhos e algumas das mais velhas mulheres. Os Panará realizaram então eleições para diretores, os quais foram selecionados entre os poucos jovens alfabetizados. O ISA investiu no treinamento e capacitação desses jovens, procurando tornar possível uma administração transparente dos recursos da comunidade.

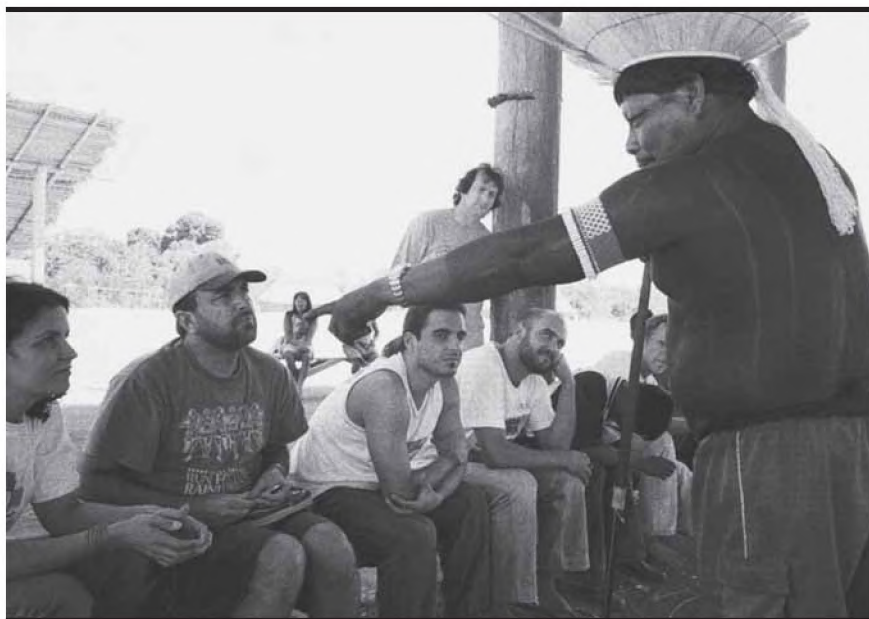
A indenização, no entanto, trouxe mais do que bens materiais: os Panará utilizaram-se dela para reunir todos os Panará que viviam nas aldeias Kayapó e Kaiabi, incluindo Pârô, levado ainda pequeno pelos Kayapó na última incursão da guerra Panará/Kayapó em 1967. Ele, juntamente a sua esposa, filhos e alguns outros, permaneceram em Nansepotiti. A reincorporação de indivíduos Panará assimilados por outros povos foi de central importância para a recuperação social e cultural do grupo desde que fundaram a primeira aldeia independente no Xingu, em 1976. A indenização permitiu aos Panará, ainda, o maior controle sobre a satisfação de suas necessidades de mercado, antes sujeita a constantes negociações junto à Funai, ao ISA, e a outros brancos ou parcialmente conquistada por meio da venda de artesanato.

Não é surpreendente que um povo sem instituições coletivas para destinar propriedade material comum (com a exceção de trocas de comidas coletivas em certas cerimônias) considere problemática a administração comunal de uma conta bancária. Os Panará experimentaram diversas modalidades de divisão dos juros mensais que recebiam – divididos entre “caciques” (homens velhos líderes de facções, com variados e normalmente temporários mandatos para representar a aldeia como um todo), entre o pagamento de salários para, por exemplo, pilotos de barcos, operadores de trator, grupo de observadores (todos jovens homens) e, finalmente, para compra de produtos destinados a toda a aldeia, listados e definidos em negociações

A ASSOCIAÇÃO IAKIÔ

A Associação Iakiô surgiu em 2001, pela necessidade de gerenciar a indenização que os Panará receberam do Estado brasileiro por terem sido transferidos de suas terras tradicionais para o Parque Indígena do Xingu, em razão da construção da BR-163. Em 2005, a associação, que hoje conta com escritório-sede, casa na cidade, recursos para pagar contador, entre outras facilidades, iniciou suas primeiras experiências de gestão de projetos com financiamento externo. Foram aprovados, e serão realizados:, um projeto para apoio às atividades de fiscalização, financiado pela Environmental Defense, e o Projeto Pomar, para frutificar o entorno da aldeia, financiado pelo Fundo Dema.

na “Casa de Homens”. Tudo resultou em mais ou menos disputas e debates. Uma das maiores discussões girou em torno da decisão de alugar - e depois de comprar - uma casa em Guarantã, que se tornou um atrativo para jovens moços passarem tempo na cidade, coletando “ajuda de custo” para a associação, cortejando moças brancas e fazendo compras. Donos de lojas em Guarantã ficaram, logicamente, mais que felizes ao aumentar seus lucros com os Panará. A geração mais velha, impossibilitada de acompanhar os números que explicam transações monetárias, perdeu controle da situação e qualquer vestígio de controle social sobre os recursos coletivos entrou em colapso. Naquele momento, entretanto, a associação administrou os fundos para o projeto de monitoramento de controle de seu território com transparência e precisão – os conflitos eram apenas sobre seus próprios recursos e sua aplicação. Somente alguns anos depois, em 2006, a opinião pública impôs a necessidade de alternar a liderança da Iakiô, incluindo os diretores da associação, e interrompeu, dessa forma, o consumo desenfreado dos



Na aldeia Nansepotiti, o líder Akâ Panará, explica à comitiva do ISA (Ana Valéria Araújo, Sérgio Leitão, André Lima, Fernando Baptista e Nilto Tatto), o que a comunidade fará com os recursos.

PEDRO MARTINELLI/ISA, 2003

recursos da comunidade. A partir dessa experiência, os Panará poderão criar mecanismos mais efetivos de controle social dos recursos da comunidade.

O TERRITÓRIO

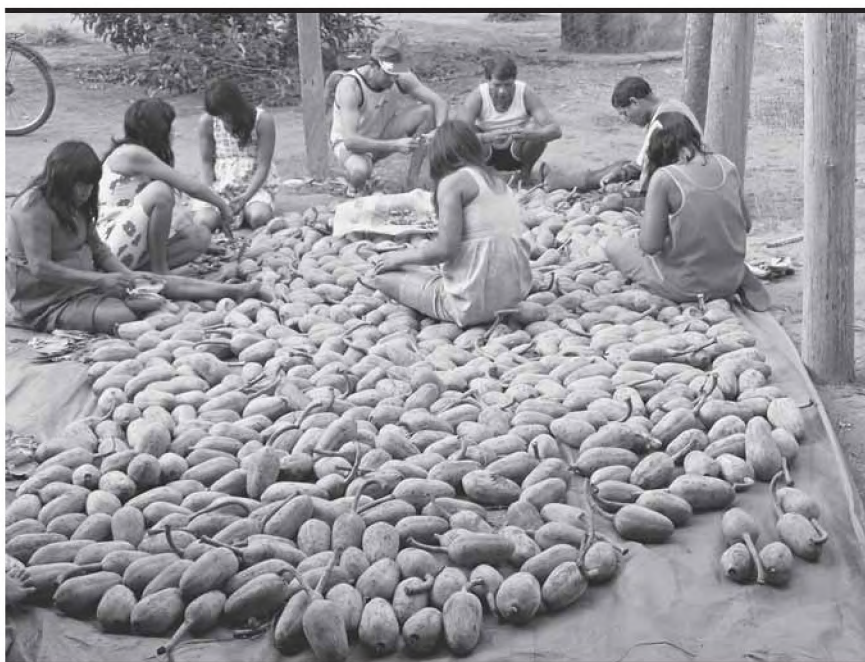
Os Panará estão, porém, fortemente unidos em torno do controle de seu território e da defesa de suas fronteiras. Depois de impedirem repetidamente a retirada ilegal de madeira em sua terra – em alguns momentos com a ajuda do Ibama –, em 2005 os Panará confrontaram e expulsaram um grupo de Terena de Rondonópolis que havia se instalado na estrada BR-080, ao sul de seu território, para extrair madeira na região. Em 2006, durante uma viagem de caça, homens Panará descobriram que os Terena haviam montado um sistema de extração de palmito em sua terra, mas não só: também tinham feito o mesmo na área dos Kayapó Mekragnoti. Os Panará mobilizaram, então, uma expedição conjunta de seus guerreiros com guerreiros Kayapó para expulsar os invasores e dar fim à operação, cujo saldo foi a apreensão de dois tratores, vários veículos, armas de fogo e outros objetos. Foi realizada também a remarcação das fronteiras ocidental e sul do território (mal-feitas pela empresa então contratada pela Funai), apoiada pelo ISA e a Environmental Defense como forma de reforçar as ações de monitoramento.

MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

A estabilidade e o crescimento conquistados pelos Panará em Nansepotiti, contudo, tiveram seu preço. Após dez anos no mesmo local, caça e pesca tornaram-se escassas nas proximidades da aldeia. Araras e papagaios, numerosos quando eles chegaram, não são mais encontrados nas redondezas da aldeia: fo-

ram avidamente caçados para fazer cocares de pena para a venda. Ações do Ibama em 2002 e 2003 impediram a atividade de vários compradores na região e proibiram a Funai de negociar artesanato de penas. Essa fonte de renda relativamente lucrativa, mas totalmente insustentável, está no momento encerrada. No passado, os Panará mudavam de lugar com mais frequência, circulavam mais por seu território e caçavam araras e papagaios para uso próprio. Uma equipe do ISA constituída por dois agrônomos e um botânico conduziu uma pesquisa sobre recursos naturais com os velhos Sâmakriti, Kuperi e um grupo de mulheres com o objetivo de melhor entender os conceitos de recursos naturais utilizados pelos Panará, e introduziu um debate acerca de alternativas a recursos naturais escassos e seu manejo.

Os próprios Panará reconhecem claramente que sua terra atual é somente uma fração do seu território original e que novas tecnologias podem resultar na super-exploração de recursos naturais. O caso do açaí é emblemático. A palmeira, extremamente abundante nas redondezas de Nansepotiti, não existe no PIX e essa ausência foi notada constantemente pelos Panará durante o exílio. Quando retornaram à terra tradicional, voltaram a coletar a fruta, mas o método utilizado gerou polêmica. Enquanto a prática tradicional era realizada por mulheres que escalavam a árvore e coletavam o açaí, mulheres em Nansepotiti começaram a cortar as pequenas palmeiras com facões. Os homens argumentaram que as mulheres estavam devastando a fonte natural por pura preguiça e que deveriam escalar as árvores como suas mães e avós faziam. As mulheres argumentaram que havia açaí à vontade (realmente, nunca houve evidência de que a planta declinou em número; a palmeira evidentemente regenera com grande facilidade), e que escalar as árvores era um trabalho muito árduo, especialmente para as mais velhas, trabalho do qual os



Povo Panará transforma sementes de mogno em alternativa econômica.

LAURO RODRIGUES/ISA, 2005

homens não sabiam de nada porque não o faziam. Finalmente, um consenso foi alcançado segundo o qual as mulheres deveriam escalar as árvores para assim preservar os recursos naturais, e que as mais jovens deveriam coletar açaí para as mais velhas. Similarmente, quando os homens estavam realizando corridas de toras em 1999 e 2000 e cortando muito buriti, a preferida espécie para essa tradicional cerimônia esportiva, a palmeira tornou-se escassa nos arredores da aldeia. Os caciques, então, proibiram seu uso nas competições.

O Projeto de Manejo de Recursos Naturais englobou dois objetivos: o plantio de espécies nativas, com a finalidade de aliviar a pressão sobre os recursos florestais e a identificação de alternativas econômicas sustentáveis. A equipe do ISA trabalhou com homens e mulheres (cujos conhecimentos e uso dos recursos da floresta são distintos) para identificar uma lista de espécies úteis e coletar sementes. Mais de vinte espécies foram identificadas e plantadas em antigas roças. Uma espécie particularmente apreciada pelos Panará era a castanha-do-pará, abundante nas suas terras tradicionais, porém inexistente em Nansepotiti. Com o apoio que Iakiô recebeu do Fundo Dema, conseguiram plantar, no lugar de uma grande roça coletiva, 1000 mudas de castanheira e 600 sementes de pequi.

Várias opções alternativas de geração de renda também foram analisadas. As sementes de mogno são uma possibilidade promissora: se recolhidas corretamente, a produção anual de sementes de uma árvore é mais valiosa do que o valor pago por madeireiros pela própria árvore. Trabalhando com um grupo de homens mais velhos, o ISA mapeou árvores de mogno na região da aldeia, colheu e vendeu sementes por dois anos. Esse tipo de mercado ainda é incipiente, mas uma nova rede nacional de reflorestamento pode ajudá-lo a se desenvolver. Copaíba em abundância foi verificada durante a pesquisa e pode ser uma outra opção para geração de renda.

A VISITA AOS EUA

Em 2003, a Rainforest Foundation, parceira do Projeto Panará desde o início, quis dar aos seus membros e aos Panará uma oportunidade de se conhecerem pessoalmente. Dessa forma, convidou alguns líderes para irem aos Estados Unidos. Os chefes Akâ, Krentô, Teseya e Pâtikâ, com os jovens falantes do português Mikre e Patuni (esse último é um dos produtores de vídeo da aldeia) ficaram uma semana em Washington D.C., onde o filme “O Brasil Grande e os Índios Gigantes”, produzido por Aurélio Michiles sobre o contato dos Panará e o início da redescoberta do seu território tradicional, foi exibido pela Embaixada do Brasil. Passaram também uma semana em Nova York, onde apresentaram músicas e danças tradicionais seguidas da exibição do filme. Na Escola de Direito da Universidade de Nova York, ocorreu um seminário sobre a estratégia legal do processo Panará. Na ocasião, Pâtikâ participou de um painel junto a representan-

tes do ISA e da Rainforest e expressou aos estudantes e professores de direito a satisfação de estarem lá, conhecerem novas coisas e visitar o escritório dos seus parceiros. Acrescentou ainda que os Panará esperavam encontrar outros parceiros interessados em apoiar os esforços para proteger seu território.

Um homem da platéia perguntou se os Panará tinham alguma mensagem especial para as “pessoas brancas e urbanas”, e se eles pensavam que os brancos eram “loucos” de viver daquela maneira. Pâtikâ começou então a falar:

“Nós acreditamos que é aqui é bom, nós gostamos muito de estar aqui. Me lembro da história dos nossos antepassados, de uma mulher que estava grávida de uma criança-anaconda, cujo marido, quando viu a anaconda saindo do ventre da mulher, cortou o bicho em pedaços. Então, os pedaços e a mulher transformaram-se e foram para longe, bem longe. Quando os homens foram atrás deles, cruzaram um enorme rio e chegaram a uma aldeia com muitas, muitas casas. A criança-anaconda havia se transformado no povo branco (*hi'pe*, “inimigos, outros”), que estava fazendo um enorme barulho”. “Bem”, continuou Pâtikâ, “agora nós encontramos esse lugar, é aqui”.

O FUTURO

Os velhos Panará são muitas vezes severos quando perguntados sobre o futuro do seu povo: invariavelmente respondem com considerações como “foram os velhos que reconquistaram a nossa terra, somos nós que lutamos para defendê-la. Os jovens de hoje não sabem de nada, eles só se preocupam com as coisas dos brancos. Quando deixarmos de existir, será o fim dos Panará – os jovens vão entregar tudo isso para os fazendeiros e madeireiros”. Esse discurso mostra, no entanto, a idéia panará de que os jovens não sabem de nada, não entendem nada até que eles mesmos, os jovens, se tornem velhos.

A atração pela cidade, o desejo pelos bens e a fascinação pelo conhecimento dos “brancos” são questões latentes, com um potencial real de fragilizar a solidariedade do grupo e minar, aos poucos, a sua diferença cultural. Mas o conhecimento tradicional e a identidade dos Panará são mais flexíveis e adaptáveis do que suas próprias representações sugerem. Questionado sobre o futuro, Sotiyin, um adolescente que há pouco começou a trabalhar na Iakiô, respondeu:

“Eu sempre ouço os discursos dos nossos velhos, assim posso entender nossa história e coisas sobre os Panará. Isso é importante para mim para que possamos defender nossa terra a partir do momento em que eles se forem”. “Mas os jovens de hoje”, ele acrescentou, “eles não sabem de nada, só se importam com coisas de brancos”. (DATA)

NOTA

* Tradução: Juliana Portenoy Schlesinger

As Transformações e o Futuro

Renata B. M. do Faria

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Ciência Ambiental (Procam) da USP

O AUMENTO NA VELOCIDADE DAS MUDANÇAS VIVENCIADAS PELOS ARAWATÉ OS COLOCA EM UM MOMENTO NO QUAL O APOIO DE TERCEIROS PODE SER CRUCIAL PARA QUE POSSAM ESCOLHER CONSCIENTEMENTE O QUE QUEREM PARA SI E PARA A COMUNIDADE, SEM SER SIMPLEMENTE “LEVADOS PELA MARÉ”

“Isto aqui está parecendo uma cidade!”. Foi o que disse uma adolescente Araweté (Kantoti Pehã Kuni Araweté, 30/06/05), enquanto assistia, perplexa, ao transporte de produtos exógenos que chegavam à aldeia. Observação surpreendente em um grupo indígena que, até pouco tempo, tinha contato restrito com a cidade.

Localizados na região do Médio Rio Xingu (PA), na Terra Indígena (TI) Araweté/Igarapé Ipixuna, os Araweté pertencem ao tronco lingüístico Tupi-Guarani e são classificados como caçadores e agricultores da floresta de terra firme. Os 940.900,80 hectares da sua terra estão distribuídos pelos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Senador José Porfírio.

São hoje 336 indivíduos vivendo em dois núcleos habitacionais, ambos à margem do Igarapé Ipixuna: a aldeia Ipixuna, bem maior e com cerca de 90% dos índios, e a aldeia nova, de outubro de 2005, que ainda não tem nome e é formada, por enquanto, por poucas famílias.

O primeiro contato oficial com a Funai ocorreu somente em 1976. Até então, os Araweté eram considerados como “índios isolados”, apesar de seu contato com a sociedade envolvente ser mais antigo. Até o final de 2001, todos os Araweté moravam na hoje chamada “aldeia velha”, que se localiza muito acima no encachoeirado Igarapé Ipixuna, com acesso difícil e demorado. Por conta de uma epidemia de catapora, essa aldeia foi abandonada às pressas e todo o grupo mudou-se para a aldeia Ipixuna atual, localizada a apenas 6,3 km igarapé acima do Rio Xingu, trajeto facilmente percorrido em 30 minutos de voadeira.

ALDEIA X CENTRO URBANO

A mudança para perto do Rio Xingu trouxe nova movimentação à aldeia. Intensificaram-se as visitas dos Araweté a seus vizinhos ribeirinhos e também o número e a frequência de pessoas que vão à aldeia, dentre essas, equipes da área de saúde, representantes da Funai, ribeirinhos em busca de tratamento médico, outros índios de passagem e colaboradores ou turistas estrangeiros. Esse fluxo de pessoas, associado aos programas televisivos, era a principal forma de contato dos Araweté com a sociedade envolvente. Até o início de 2005, a maioria deles nunca havia

A ALDEIA NOVA

Devido a conflitos com parte da comunidade e a divergências de opiniões e atitudes, sete famílias Araweté decidiram fundar uma nova aldeia, chamada Pakañã, separada da aldeia Ipixuna por 14,3 km de igarapé, que levam cerca de 2h30 de canoa com motor para serem transpostos, devido aos vários trechos pedregosos. A idéia e toda movimentação política pela fundação da nova aldeia foi de Ytanopi-do Araweté, influenciado por seu pai, o pajé Mirã-no Araweté.

O primeiro passo na mudança foi a abertura, em julho de 2005, da roça do líder Ytanopi-do, que também é a roça comunitária dessa aldeia. Em seguida, foram abertas as roças das outras famílias. Cerca de três meses depois, em outubro, as sete famílias se mudaram para lá, onde ficaram acampadas até novembro, quando todos os domicílios ficaram prontos, faltando apenas as casas de apoio e infra-estrutura, como farmácia, escola e posto da Funai. Até o dia 16/01/06 ainda não havia chefe-de-posto específico dessa aldeia, nem professores, somente um auxiliar de enfermagem. Não havia energia elétrica nem saneamento básico.

Como as roças são recentes e ainda não fornecem produtos, atualmente a alimentação deles vem principalmente da caça e da pesca, além das reservas de farinha de mandioca que levaram da aldeia Ipixuna. De passagem pela aldeia Ipixuna, para fazer mais farinha de mandioca, pois a sua havia acabado, o líder da nova aldeia desabafou uma das atitudes que o incomodam na aldeia Ipixuna: “Aqui todo mundo quer trocar. Eu pedi um pouco de farinha pra mulher e ela já pediu tucunará em troca” (Ytanopi-do Araweté, 26/11/05). A mulher em questão era a avó de sua esposa, laço bastante forte para eles.

pisado em um centro urbano. As poucas exceções haviam estado na cidade sobretudo para tratamento médico e, um número ainda menor, para outros propósitos, como participar de reuniões e conselhos ou a convite de pesquisadores. Já no final de 2005, esse quadro havia mudado radicalmente. Em menos de um ano, a maioria dos homens jovens casados (com ou sem filhos) e até alguns “velhos” (como eles mesmos os chamam), já haviam conhecido Altamira, seja para receber dinheiro pela castanha-do-brasil coletada, seja para participar dos II Jogos Tradicionais Indígenas do Pará realizados em agosto de 2005.

Ñorodma-ro Araweté (26/11/05) disse que gosta de visitar Altamira e explica o porquê: “Eu gosto, porque gosto de beber. Refrigerante, aquele refrigerante muito frio, né?! Aquela água também (é fria)”. Kuni Awy-do Araweté (26/11/05), um jovem pai, também relaciona os motivos que o fazem se interessar pela cidade: “É a coisa de lá, aí vai visitar Altamira, visitar beleza. Aqui (na aldeia) a gente fica sujo, fica no mato. Quando a gente fica no mato, fica sujo mesmo, quando a gente fica na cidade, fica limpo”. Lá em Altamira, os índios que não estão doentes recebem hospedagem e alimentação gratuitas na Casa do Índio, administrada pela Funai. “Quando vai daqui com a esposa, aí ela lava a roupa lá em Altamira. Quando vai sozinho, aí manda (outra) mulher lavar e paga ela”.

Nem tudo na cidade são flores, como ressaltam alguns Araweté. “Lá a gente come pão todo dia, só frango, aí a gente não gosta mais. Aí volta pra aldeia. Só carne de gado (na cidade), aí fica ruim. Lá a gente só compra, né, mas na aldeia não, aí é fácil” (Añaño-ro Araweté, 26/11/05). Kuni Awy-do Araweté (26/11/05) compartilha a idéia, mesmo sem haver escutado a opinião de Añaño-ro: “Comida não tem na cidade. Lá a gente compra. Aqui (na aldeia) tem muita carne. Lá na cidade não tem nada, só carne a gente compra lá (carne de gado). Tem que ter horror (muito) de dinheiro na cidade, a gente paga muito, paga farinha”. Ao ser perguntado sobre os cuidados que eles devem ter na cidade, ele exagera: “Carro, moto. Cuidado com bandido, né?! Não é o bandido que fica em Altamira? Quando o bandido encontra a gente, já vai matar”. Tiñarai-do Araweté (26/11/05) é ainda mais enfático: “Não é bom cidade, ninguém gosta de cidade não. Lá na cidade tem muita gente que bebe demais”. Apesar disso, o autor da frase é um dos Araweté que recentemente têm buscado todo tipo de desculpa, inclusive motivos de saúde, para visitar Altamira.

A RELAÇÃO COM O DINHEIRO

A atual vivência urbana incorporou novidades no vocabulário e na lista de produtos exógenos desejados por eles. Itens como “creme pra minha pele ficar lisinha” (Iwane-ro Araweté, 27/10/05) e colchões para dormir ganharam espaço nessa lista. Até meados de 2005, nem meia-dúzia deles possuía colchões. No final desse mesmo ano, esse número havia mais que duplicado.

O dinheiro é obtido pelos Araweté basicamente de seis formas: aposentadoria por idade ou invalidez (até o final de 2005 havia 26 Araweté aposentados), salário para o Agente Indígena de Saúde (AIS) e para o Agente Indígena de Saneamento (Aisan), comércio de sementes de mogno intermediado pela Funai, comércio de castanha-do-Brasil realizado por meio da *Amazoncoop*¹, comércio eventual de artesanato e doações individuais ou institucionais vindas de outros países. A aposentadoria, juntamente com os salários-mínimos recebidos pelo AIS e pelo Aisan, são as únicas fontes regulares de renda. A venda de sementes de mogno, apesar de contar com o envolvimento de todos os membros da aldeia, representa renda inexpressiva, pois as sementes demoram a ser vendidas e o são em quantidades muito pequenas. O artesanato, que já foi importante fonte de renda esporádica, teve seu declínio em meados de 2004, devido à fiscalização e ao confisco de itens fabricados com penas de aves, que não podem ser comercializados. No entanto, após o sucesso de vendas durante os Jogos Indígenas de 2005, houve um verdadeiro estouro na produção de colares. Mulheres, homens e crianças passaram a dedicar boa parte de seu tempo à confecção desses objetos. Influenciados pelo artesanato de outras etnias presentes nos Jogos, os Araweté deixaram de lado sementes e modelos de colares mais tradicionais, ousando na criação com todo tipo de material disponível: bambus, ossos, novas sementes. Quando questionados sobre o que estavam fazendo, a resposta de todos era imediata: “trabalhando”. Até então esse verbo era empregado apenas para as atividades do AIS e do Aisan.

O comércio de castanha-do-Brasil representa significativa fonte de renda sazonal para todas as famílias. Na visão deles, por que os Araweté se interessam pelo comércio de castanha-do-Brasil? Um dos líderes responde: “Pra comprar a coisa pra ele: açúcar, cartucho, pilha, roupa, panela, copo (caneca de plástico), faquinha, colher. Precisa muito, né, prato, copo, pente, espelho” (Kuni Nadi-no Araweté, 18/11/05). Gere-ro Araweté (03/11/05) também explicou o porquê de coletar castanha-do-Brasil: “Pra vender (a castanha). Pra comprar panela, rede (de dormir), açúcar, café, óleo (de cozinha), colher, tesoura, munição, gasolina”. Além dos itens citados por eles e dos recentemente incluídos na lista – como colchão e creme para pele e cabelos – outros artigos freqüentemente adquiridos são: linha de crochê, bacia de alumínio, bolacha de água e sal, garrafa térmica, rádio a pilha ou rádio-gravador. Dentre todos os produtos que vêm de fora, açúcar e café são disparadamente os mais desejados. Tomar o cafezinho com um parente ou o amigo é a atividade social diária mais comum na aldeia.

Esse interesse em produtos exógenos levou os Araweté à vontade de ampliar suas fontes de renda. “Ninguém mais compra artesanato, precisa dinheiro. Não é só a gente não, todos os índios”, diz Añaño-ro Araweté, um dos líderes. Ele continua: “Dinheiro acaba rápido. A gente vai comprar, dinheiro vai embora” (Añaño-ro Araweté, 26/11/05). Influenciados por outros índios, princi-

palmente alguns Curuaia,² Añaño-ro explicou que os Araweté foram falar com a Funai, dizendo estarem interessados em explorar ouro em suas terras.

AS TRANSFORMAÇÕES E O FUTURO

Essas transformações recentes, tão visíveis ao olhar externo, nem sempre o são para eles. Ao serem questionados sobre quais mudanças atuais estão ocorrendo na aldeia, a pergunta se mostra muito abstrata e a resposta é sempre “nada, tá igual”. Já quando perguntados sobre quais mudanças aconteceram na aldeia desde o contato, cada um lembra de alguma, todas bem antigas. “Agora não tem casa de palha não, agora só tem a casa de barro” (Mikurai-ro Araweté, 25/11/05). “(Hoje) terreiro do Araweté fica limpo (...) toda aldeia tá limpa” (Ñorodma-ro Araweté, 26/11/05). “Antes tinha panela de barro. Ninguém daqui está fazendo panela de barro mais não, porque tem panela (de alumínio). Só a Iwamaio sabe fazer panela de barro. Fazia panela de barro grande, faz tempo...” (Heweie-hi Araweté, 25/11/05). “Fazia mingau azedo dentro (da panela de barro)” (Mikurai-ro Araweté, 25/11/05). “Tempo...usava colher de palha (...) não tinha colher não. Antes usava “ipé” e botava carne, caldo dentro” (Heweie-hi Araweté, 25/11/05). “Aí cada um botava fubá (de milho) dentro e botava caldo”, completou Mikurai-ro Araweté (25/11/05). “Tinha panela pequena que botava água dentro” (Mikurai-hi Araweté, 25/11/05). “Aquele tempo não tinha nada, né, não tinha café, não tinha açúcar, não tinha arroz. Hoje em dia nós temos arroz, nós plantamos, comunidade toda” (Añaño-ro Araweté, 26/11/05).

Ninguém citou transformações mais recentes, como a televisão. Hoje bastante apreciada, ela comanda as noites de muitos Araweté. Seus programas favoritos são a novela do horário nobre da TV Globo e filmes. A trilha sonora tocada nas novelas embala os Araweté também durante o dia, seja cantada por eles, seja escutada em fitas compradas nos camelôs de Altamira.

Apesar do crescente interesse pela cidade e por seus produtos, ele ainda não é prioritário. Um exemplo disso foi o local escolhido para a aldeia nova, que fica mais distante e com acesso ao Rio

Xingu bem mais difícil do que a aldeia Ipixuna (são duas horas e meia de canoa motorizada).

Ao serem questionados se há algo que os preocupa hoje em relação à terra deles, respondem: “Não, só mariscador³ mesmo. Esse ano passado (na verdade faz mais tempo) que entrou madeireiro, entrou mesmo assim, depois que a terra tava demarcada” (Añaño-ro Araweté, 26/11/05). “Eu viu mariscador mariscando bem aí na boca” (Mukazã-no Araweté, 26/11/05). “Eu não sei. Eu não penso isso. Parece que tem gente por aí, mais pra dentro (no mato)” (Karomirã Araweté, 26/11/05).

Com relação ao seu futuro, os Araweté não se interessam por previsões. Perguntas sobre como eles imaginam que a aldeia será daqui a um tempo, ou sobre quais mudanças eles acham que podem ocorrer na aldeia ou no modo de vida deles recebem como resposta apenas o olhar interrogativo. A pergunta é abstrata demais. Talvez porque as transformações percebidas por eles tenham sido, até então, razoavelmente lentas e graduais, não os levando a prever que outras tantas ainda virão. No entanto, Kanoti Pehã Kuni já chamou a atenção: “isto aqui está parecendo uma cidade!”. O ritmo de mudanças na comunidade elevou-se em curto período de tempo e tudo indica que a tendência será sua aceleração. Esse brusco aumento na velocidade de transformações coloca os Araweté em um momento delicado, no qual o apoio de terceiros pode ser crucial para minimizar possíveis efeitos negativos e, para que eles possam, dentro do possível, escolher conscientemente o que querem para si e para a comunidade, sem serem simplesmente “levados pela maré”. (*junho, 2006*)

NOTAS

¹ Cooperativa que compreende seis etnias indígenas e alguns não-índios e trabalha com o apoio de instituições como a Funai de Altamira (Amazoncoop, 2005). Da castanha-do-Brasil a Amazoncoop extrai o óleo, que até 2005 era vendido principalmente para a empresa inglesa The Body Shop, do ramo de cosméticos.

² Grupo indígena da região com quem os Araweté têm contato somente quando estão na cidade.

³ Os mariscadores pescam grandes quantidades de peixes para vender e os índios acreditam que estejam causando o esgotamento dos estoques naturais de peixe da região.

Depois da Migração, o Reencontro

Maria Inês Ladoira

Antropóloga/CTI

OS ENCONTROS DOS GUARANI DA REGIÃO NORTE COM OS DO LITORAL SUDESTE E SUL TÊM PROPICIADO, AOS PRIMEIROS, A REVITALIZAÇÃO DE FORMAS DE EXPRESSÃO GESTUAL E LINGÜÍSTICA. JÁ PARA OS SEGUNDOS, A MEMÓRIA DOS “ENSINAMENTOS” GUARDADOS PELOS ANTIGOS INTEGRANTES DO GRUPO MIGRATÓRIO QUE SE DIRIGIU AO NORTE DO PAÍS É FONTE DE SABEDORIA E REVIGORA SUA PRÓPRIA EXPERIÊNCIA

Após a Guerra do Paraguai, ao final do século XIX, quando os povos indígenas habitantes da região fronteira com o Brasil - Guaná, Kadiwéu, Paiaguá, Guató, entre outros – eram deslocados de seus territórios de ocupação tradicional pelo estabelecimento de ex-combatentes procedentes de diferentes regiões do Brasil, um grande grupo Guarani, formado por três núcleos familiares, deixou suas aldeias no Paraguai e, tecendo uma rota migratória inédita, com relação aos registros históricos e etnográficos, atravessou a região Centro do Brasil, rumo ao Norte, em direção ao mar de Belém. *“Antigamente nós passamos em grandes cidades (...). Passávamos pelas cidades, e ficávamos nos matos. Nossos antigos avós que eram pajés tiveram uma revelação para a gente atravessar Paraguaxu (mar). Então Nhanderu (nossos Deuses) abriram esse caminho, eles abriram o caminho para nós passarmos para o outro lado, yvy marãey (“terra sem mal”). (...) E em todos os lugares que eles paravam, eles plantavam. Eles plantavam avaxi (milho), manduí (amendoim), jety (batata doce). E eles andavam pelos matos, caçavam, pescavam... Eles andaram muito e, nessa época, eles conseguiram chegar no amba (lugar sagrado) de Tupã, em Belém”.* (D. Benedita, Aldeia Nova Jacundá - PA, 2004).

Conforme seu Raimundo (aldeia Guarani de Mãe Maria, 1995), as famílias Guarani que vivem na região Amazônica (Pará – Tocantins – Maranhão) são descendentes do grande grupo liderado pelo “capitão” Manoel Rodrigues. Após a morte de Manoel Rodrigues, em maio de 1966, os grupos familiares se dispersa-

ram pela região, cada grupo procurando a sua sorte porém de forma bastante similar. Depois de um século na região, os Guarani ainda não haviam se fixado num local “próprio”. Formavam suas aldeias em “terras de particulares”, para quem trabalhavam temporariamente, ou em Terras Indígenas de outros povos para quem também trabalhavam. Dessas relações e formas de vida, decorreram uniões com outras etnias.

A postura dos Guarani que vivem na Amazônia em relação ao domínio da terra era similar à dos Guarani do Sul e Sudeste brasileiro: da terra, bem precioso e vital, queriam o usufruto, mas nunca haviam “brigado” por limites, o que os levou à crítica situação atual. Com o passar do tempo os conflitos decorrentes das privatizações e formação de grandes latifúndios na região se acirraram, restando poucas alternativas para os Guarani viverem ao seu modo. Por não ocuparem uma Terra própria, até 1996, os Guarani não eram oficialmente reconhecidos como povo indígena da região.

Além das “terras de particulares”, os Guarani viveram no Norte, em terras de outros povos indígenas, entre os Guajajara às margens do Rio Pindaré - MA, de onde foram “expulsos” em 1989, entre os índios Gavião da TI Mãe Maria - PA (1989-1996), junto aos Xerente, em Tocantins e com os Karajá em Xambioá. Somente em 1996, com o apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), os Guarani conseguiram formar a Aldeia Nova Jacundá (PA), onde vivem com exclusividade, consolidando essa sua ocupação como Terra Indígena. Nessa Terra Guarani, reuniram-se os familiares de Seu Raimundo, falecido em 1998, e outro grupo de sua parentela, constituído por cerca de 10 famílias nucleares (Guarani, Xerente e descendentes de casamentos mistos) que viviam em Xambioá. Entretanto em razão de uma cisão política entre seus líderes esse grupo formou com apoio da AER Funai a aldeia Guajanaíra, no município de Itupiranga (PA).

João Guarani, da Aldeia Nova Jacundá (2004), conta, no entanto, que esse processo de migração e relacionamento com outros povos não fez com que perdessem a linguagem e a tradição: *“Aí então moramos em Bacurizinho (MA). Até aqui não sabíamos que nós éramos índios. Sabíamos que éramos pessoas diferen-*

tes dos brancos, mas não que éramos índios, muito menos se éramos Guarani Mbyá ou Kaiová. Mas nós sempre falávamos a nossa linguagem... Eu cantava para outras crianças, filhos dos brancos, na nossa linguagem, cantava as músicas que minha avó cantava para eu dormir. E eu ganhava presentes, roupas, alguma coisa para levar para casa. Nossos pais nos contavam de nossas tradições, crenças e costumes, na nossa língua. E eles nos pediram que nunca deixássemos os nossos costumes e valores pelas coisas dos brancos.(...)”

REENCONTRO

Isolados das demais aldeias Guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil, tanto pela distância geográfica, como pelo destino que os manteve longo tempo separados, os Guarani que vivem no Pará construíram sua história de uma forma muito particular agregando experiências e modos de produção de acordo com as exigências e condições dos ambientes e clima peculiares da região amazônica, tão diferentes daqueles do sul do continente, onde vive a maioria da população Guarani. O contato desse grupo familiar com as demais aldeias do Brasil iniciou-se somente em 1988/89, quando tomaram conhecimento da existência de aldeias Guarani nas regiões Sudeste e Sul. Ao conhecerem aldeias em São Paulo e Rio de Janeiro algumas relações foram estabelecidas entre elas, apesar das distâncias e dificuldades não possibilitarem a inserção dos Guarani que vivem na Amazônia na ampla rede de reciprocidades vigente entre as comunidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil, nordeste da Argentina e leste do Paraguai.

Devido ao isolamento em relação às demais comunidades, os Guarani que vivem hoje em Jacundá guardam e transmitem os conhecimentos herdados por seus pais Raimundo e Benedita, que por sua vez reproduziam aqueles ensinamentos aprendidos de seus avós que vieram para o Norte do Brasil no final do século XIX. Muitos desses ensinamentos, pelo desuso e não atualização em decorrência da história de vida do grupo, estavam vivos apenas na memória dos mais velhos. Os encontros dos Guarani da região Norte com os do litoral Sudeste e Sul têm propiciado, aos primeiros, a revitalização de formas de expressão gestual e lingüística. Já para os Guarani do Sul, a memória dos antigos “ensinamentos” guardados desde o Paraguai pelos mais velhos integrantes do grupo migratório conduzido por Manoel Rodrigues, é fonte de sabedoria e revigora sua própria experiência.

Em 2004, lideranças Guarani de aldeias de São Paulo, com o apoio do CTI, conseguiram retribuir a visita dos Guarani da Aldeia Nova Ja-

Guarani da aldeia Nova Jacundá, no Pará.

TERRAS GUARANI NO PARÁ

A Aldeia Nova Jacundá localiza-se no município de Jacundá no Estado do Pará, distante cerca de 30 km do centro do município e 18 km da rodovia BA, na altura do Km 60, a partir de Marabá. Compreende cerca de 420 ha onde vivem, atualmente, perto de 100 pessoas. Parte da comunidade dessa aldeia, formada por outro grupo familiar, mudou-se para o município de Itupiranga onde, em 2004, formaram a Aldeia Guajanaíra, distante 180 km de Marabá e 250 km da Aldeia Nova Jacundá. As duas Terras Indígenas estão sob administração da Administração Executiva Regional da Funai de Marabá (AER/PA). Essa AER responde por uma população de cerca de 3.800 indígenas distribuída em 21 aldeias compostas de 11 etnias: Anambé, Amanané, Assurini, Surui, Guarani, Guajajara, Aticum, Kaiapó, Xikrin, Parakanã, Gavião (grupos Krikateje, Parkateje, Kateje).

Quanto ao ambiente, as florestas amazônicas são de três tipos: florestas montanhosas andinas, florestas de terra firme e florestas fluviais alagadas, as duas últimas na Amazônia brasileira. A maioria dos 7 milhões de km² da Floresta Amazônica é constituída por uma floresta de terra firme. Essa é uma floresta que nunca é alagada e se espalha sobre uma grande planície de até 130/200 metros de altitude, até os sopés das montanhas. A Aldeia Nova Jacundá se insere no ambiente dessa floresta. No tempo da seca, o problema maior é a falta de água pois o rio Jacundá, que atravessa a aldeia, fica com seu nível muito baixo.

cundá. Durante a semana em que permaneceram puderam ver, pela primeira vez, na mata do interior da aldeia espécies de palmeira e frutos bem diferentes daqueles da Mata Atlântica aos quais estão habituados. Também conheceram as roças de milho e mandioca, identificaram ervas medicinais e conheceram paisagem e clima novos. A diferença climática entre as regiões Amazônia e Sudeste/Sul faz com que as atividades – caça, pesca, plantio, colheita, construção de casas – realizadas pelas comunidades Guarani do norte e do sul não sejam coincidentes quando referenciadas ao calendário oficial. (junho, 2006)



MARIA INÊS LADREIA

GERAL

ÍNDIOS EXPORTAM ÓLEO DE CASTANHA

Índios de nove etnias que vivem em Altamira, oeste do Pará, têm na exportação de castanha sua principal atividade econômica. Eles vivem em quatorze aldeias que comercializam o produto com a empresa britânica de cosméticos Body Shop. Ano passado, foram enviados oito mil quilos do produto, número que este ano deve chegar a dez mil. A produção está em fase de secagem e deverá sair do Brasil até o mês de outubro, gerando uma renda de R\$ 40 mil para as comunidades indígenas. Além disso, os índios agrupados na cooperativa Amazoncoop também possuem um provedor de internet com 700 clientes e um hotel ecológico. O lucro dos negócios ajuda na manutenção de uma farmácia natural – por meio da qual são distribuídos, gratuitamente, medicamentos para as populações indígenas aldeadas e cidadinas – e na realização de serviços de saneamento básico e construção de escolas nas aldeias. De acordo com o diretor administrativo da Amazoncoop, Oséas Silva, o nível de organização dos índios de Altamira foi o que permitiu reverter o processo de comercialização da castanha que abastecia o mercado atravessador. Em 1998, com apoio da Funai e de ONGs foi criada a Cooperativa Agrícola Mista de Produtores Extrativistas de Altamira, cujo nome de fantasia é Amazoncoop, e que passou a administrar a produção dos índios. A experiência na extração de óleo de castanha foi adquirida com os índios Gorotire, do tronco Kayapó, que já trabalhavam com o produto. Hoje a cooperativa compra toda a produção fornecida por índios de nove etnias e a exporta para a Inglaterra (*Diário do Pará*, 26/07/05)

SUÁDE

SEDE DA FUNAI É INVADIDA

Vinte índios Tembé e Kaapor saíram ontem do prédio da Funai e foram até o Ministério Público Federal protocolar duas pautas de reivindicações. A comissão de índios, que estava acompanhada pelo administrador regional da Funai, Frederico de Miranda Oliveira, foi recebida pelo procurador da República no Pará, Felício Pontes, no final da tarde. Os índios, que estão acampados na sede da Funai desde a terça-feira, 8, fazem uma série de exigências para desocupar o prédio. Uma delas diz respeito à Casa do Índio, localizada em Icoaraci. "A Funasa se compromete a viabilizar a locação de novo imóvel (período de 90 dias) para funcionar como Unidade de Apoio à Saúde Indígena", diz

um dos itens da pauta entregue ao Ministério Público. Os Tembé e Kaapor querem também a constituição de uma comissão com representantes da Funai, Funasa, Procuradoria da União e representantes indígenas para avaliar o local e o espaço a ser alocado para a Unidade de Apoio à Saúde Indígena. Ficou acordado também que as lideranças indígenas deverão viabilizar alternativas de convênio para execução das ações de atenção básica do pólo base Paragominas. Uma vez identificado o novo parceiro, será rompido o convênio com o município de Paragominas e celebrado com a nova organização. (*O Liberal*, 11/05/01)

MUDANÇAS NA CASA DO ÍNDIO

Em reunião com a Funai e a Funasa, representantes das tribos Xicrim e Gavião pediram o afastamento do órgão de saúde da Casa do Índio, na Folha 6, o que deve ocorrer até 28 de janeiro. Dessa data em diante, e por exigência da associação xicrim Bep-Noi, o atendimento médico passa a ser feito pela Companhia Vale do Rio Doce. Através de convênio com a Associação dos Povos Indígenas do Rio Tocantins (Apito), desde março passado 23 servidores da Funasa atendiam na Casa do Índio as etnias Surui, Xicrim, Guarani, Aticum, Guajajara e Gavião, distribuídas em oito aldeias. Com a mudança, e administração direta da Funai, o espaço volta a ser abrigo temporário (uma casa de trânsito para quem estiver tratando de interesse urgente em Marabá) e deixa de ser residência fixa de grupos indígenas como vinha acontecendo. (*Correio do Tocantins*, 28/01/02)

POSTOS MÉDICOS DEVEM ATENDER 11 ALDEIAS

Onze aldeias da região Norte do Estado vão poder contar com postos de saúde até o final do ano. Cerca de 3,9 mil índios serão beneficiados com equipes de médicos, enfermeiros, dentistas, agentes de saúde, entre outros profissionais. Segundo o presidente da Associação Indígena Ipren-rê, o índio Puiú Txukahamae, o acompanhamento vai contribuir principalmente para prevenção de doenças. Cada posto de saúde terá em média 102 m² e abrigará cinco consultórios e uma enfermaria, que também pode ser usada para aplicação de vacinas em adultos e crianças. O governo federal destinou R\$ 434 mil para as obras em três aldeias no Xingu, sete em terras Kaiapó e mais uma Kaiabi. (*Gazeta de Cuiabá*, 06/06/03)

AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE

Começou no dia 04 e vai até 23 de agosto, o IV Módulo do Curso de AIS realizado pelo Distrito

Sanitário Especial Indígena Kayapó, em Colíder. Nesta etapa da capacitação estão sendo abordados os temas Parasitose e as Doenças de Pele. Na região coordenada pelo DSEI Kayapó, 29 índios atuam como agentes de saúde e atendem uma população de 3.097 indígenas, realizando ações de saúde que incluem acompanhamento de crescimento e desenvolvimento, acompanhamento de gestantes, atendimento aos casos de doenças mais frequentes (infecção respiratória, diarreia, malária), atenção à pacientes crônicos, primeiros socorros, vacinação, promoção à saúde e prevenção de doenças de maior prevalência. (*Diário de Cuiabá*, 07/08/03)

FALTA DE RECURSOS AMEAÇA SAÚDE

Criada para tratar basicamente da saúde indígena de nove aldeias de seis etnias do sudeste do Pará, a ONG Apito está enfrentando sérias dificuldades para cumprir seu papel. Desde junho do ano passado, a entidade deixou de gerenciar recursos anuais de cerca de R\$ 850 mil, perdendo as condições de continuar atendendo as comunidades indígenas. Os recursos, provenientes do governo Federal, são destinados para a compra de medicamentos, pagamento de funcionários, inclusive a equipe médica, compromissos com fornecedores, aí incluídos fretes de aeronaves que constantemente são usadas para o deslocamento para aldeias mais distantes. Desde que a Funasa assumiu o comando das ações, as dificuldades começaram. No prédio da administração da Apito, apenas uma linha telefônica está funcionando. Assim como cortado está o crédito junto ao posto de gasolina que fornece combustível à entidade, que também está sem poder fretar aviões para os deslocamentos às aldeias mais distantes de Marabá. Sem receber manutenção, alguns veículos da ONG estão virando sucata. O líder indígena Zeca Gavião confirmou que desde a descentralização dos recursos a entidade passou a ser apenas executora da prestação de serviço médico para os índios de nove aldeias. De acordo com Zeca Gavião, apesar das dificuldades dos últimos meses, os índios não deixaram de receber assistência médica. Ele tem buscado parcerias, até mesmo com a Funai. Zeca Gavião isenta a Funasa de responsabilidades no caso. (*Nilson Santos, O Liberal*, 13/01/05)

ATIVIDADES PARA PACIENTES NA CASA DO ÍNDIO

Desenho, pintura e bijouterias são algumas das atividades que vão passar a fazer parte da rotina das pessoas de comunidades indígenas que

precisam hospedar-se na Casa de Saúde do Índio, em Icoaraci. Durante toda esta semana, os hóspedes da casa participaram da oficina de artes plásticas promovida pela Funasa, que há cinco anos passou a cuidar da saúde indígena. A chamada "Oficina de Terapia Recreativa" tem como objetivo estimular e melhorar o estado psicológico de pacientes e acompanhantes que são obrigados a vir a Belém para tratamento médico, chegando a ficar dias longe de suas tribos e suas famílias. (*O Liberal*, 15/03/05)

EDUCAÇÃO

SEDUC TRAÇA METAS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

O cronograma educacional indígena no Pará para este ano foi discutido ontem e anteontem na Secretaria Executiva de Educação do Estado (Seduc) entre coordenadores locais do programa e a coordenadora-geral de apoio às escolas indígenas do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Ivete Campos, que chegou a Belém acompanhada do consultor do ministério Kleber Gesteiro. No encontro foram tratadas as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e as aplicações do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e a do Fundoescola na educação dos índios. Nas 73 escolas indígenas trabalham 172 professores, 99 deles índios, para um total de 4.000 alunos, mesmo número de índios que estão fora das escolas por falta espaço, segundo informações de Edilene Costa, coordenadora do Serviço de Educação Escolar Indígena da Seduc. As escolas existentes têm cada uma apenas duas salas de aula, em média, refletindo uma realidade deficitária nacional dos povos indígenas. A coordenadora admitiu que os estabelecimentos no Pará são "precários". O governo estadual tem projetos de até o meio deste ano implementar ações de curto a longo prazos de ensino fundamental profissionalizante com perspectivas ao ensino superior. São grandes as dificuldades de acesso às populações nativas em pontos inóspitos para levar merenda escolar, por exemplo. Edilene Costa disse que o problema de acesso é "complicadíssimo". Há casos em que é necessário subir rios, enfrentar cachoeiras ou passar até três horas em avião fretado para pontos em Santarém a partir de Belém. Somente uma escola, em Bom Jesus do Tocantins, oferece ensino da 1ª à 8ª série do ensino fundamental. As demais dispõem da 1ª à 4ª série do mesmo nível. A preparação de professores para a educação indígena é meticulosa, incluindo fatores como domínio de dialetos e de etnia. Para Kleber

Gesteiro a expansão da educação indígena tem obtido bons resultados, mesmo admitindo fato as grandes dificuldades enfrentadas, citando o número insuficiente de professores e a dificuldade de formá-los. Gesteiro declarou que os professores índios são criativos nas aulas. No Amazonas, a educação já transformou índios em linguístas. (*O Liberal*, 09/03/01)

CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ainda este ano, o Estado do Pará, através da Seduc, inicia as aulas da primeira turma de professores indígenas que visa aumentar o nível de qualificação desses povos e, com isso atender o pedido do Ministério Público Federal para incrementar políticas educacionais voltadas a essa sociedade no Estado. O I Curso de Formação de Professores Indígenas do Pará foi implantado no início deste mês através do Núcleo de Educação Indígena (NEI) da Seduc. Ele vai atender, inicialmente, a 35 professores índios na Terra Indígena Mapuera, em Oriximiná. Embora, no futuro, se pretenda alcançar os pólos de formação indígena de Altamira, Marabá, Redenção, Jacareacanga e Belém. (*O Liberal*, 21/07/03)

EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

MADEIREIROS AGEM EM TIS

O administrador executivo regional da Funai, Benigno Pessoa Marques, em Altamira, afirma que a presença constante dos madeireiros em terras indígenas é um dos maiores problemas enfrentados atualmente por sua administração. Como resultado, ocorre o aliciamento de índios, conflitos e divergências de opinião dentro das comunidades. A retirada de madeiras de lei como o mogno atinge, hoje, praticamente toda a TI Apiterewa, situada nos municípios de Altamira e São Felix do Xingu. Os madeireiros infiltrados nas terras indígenas, negociam com os índios a permissão do corte, transportam a madeira, por rio ou por terra, e, finalmente, comercializam o produto sem qualquer obstáculo. Segundo Marques, há mandatos de prisão contra diversos madeireiros, muitos deles pistoleiros da região, que já chegaram a fazer ameaças ao administrador, caso o órgão persista nas denúncias junto ao Ministério Público. A Administração Executiva de Altamira luta agora para conseguir o apoio do Ministério Público, visando o cumprimento da prisão de diversos madeireiros, muitos dos quais circulam livremente na cidade de Altamira. (*Site da Funai*, 02/03/01)

PROMOTOR PEDE PRISÃO DO "REI DO MOGNO"...

O "rei do mogno" na Amazônia, o madeireiro Osmar Alves Ferreira, foi denunciado ontem à Justiça pelo promotor Mauro Mendes de Almeida, que também pediu sua prisão preventiva. As acusações são de furto qualificado, invasão de terra (esbulho possessório), formação de quadrilha e crime ambiental. Ferreira, segundo o promotor, lidera a extração ilegal de mogno de terras indígenas e na região conhecida por Terra do Meio, entre os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no sudoeste do Pará. Segundo relatório publicado em outubro de 2001 pelo movimento ambientalista Greenpeace, o madeireiro controla 80% das exportações do mogno brasileiro para os EUA e Europa por meio de suas cinco empresas, Peracchi, Tapajós, Semasa, Juary e Jatobá. A compra desse mogno no exterior é controlada pelas empresas Aijoma Lumber, DLH Nordisk, J. Gibson Mcllvain Co. Ltd e Intercontinental Hardwoods Inc, que abastecem Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, Alemanha e República Dominicana, no Caribe. (*Oesp*, 23/02/02)

... MAS JUÍZA DO PARÁ NEGA

A juíza de Altamira, Márcia Leão Murrieta, negou ontem o pedido de prisão preventiva de Osmar Alves Ferreira e mais onze madeireiros acusados pelo promotor Mauro Mendes de Almeida de furto qualificado de madeiras, invasão de terra, formação de quadrilha e crimes contra o meio ambiente no Pará. Segundo ela, não existe no pedido provas da materialidade dos crimes apontados pelo Ministério Público. A decisão da juíza provocou festa entre os madeireiros denunciados por Mauro Almeida, mas o promotor anunciou que até o final desta semana ingressará com recurso no Tribunal de Justiça do Estado. Márcia Murrieta entende que a prisão dos madeireiros agora não é necessária porque o processo está apenas começando. Ela anunciou que no mesmo dia em que recebeu a denúncia do promotor marcou para o começo de maio o interrogatório dos acusados. (*Tribuna de Imprensa*, 26/02/02)

FORÇA-TAREFA PARA CAÇAR MADEIREIROS

Com a ajuda do Exército, as polícias Federal, Civil e Militar abriram a temporada de caça aos madeireiros ilegais na Amazônia. A Operação Pacificação planeja cumprir ao menos 50 mandatos de prisão nas regiões Sul, Sudoeste e Oeste do Pará. Até o início da noite de ontem, três homens haviam sido presos – um por transporte ilegal de madeira e dois por latrocí-

nio. A expectativa é de que a operação dure cerca de quatro meses. O objetivo é cumprir mandados de prisão expedidos pelas Justiças estadual e federal, além de apreender armas, coibir o tráfico de drogas e a grilagem de terras — afirmou o superintendente da PF no Pará, José Ferreira Salles. A operação foi desencadeada, com o apoio de tropas do Exército, em 13 cidades do Pará. As ações estão divididas em quatro municípios: Altamira, Marabá, Itaituba e Novo Progresso. (*Jornal do Brasil*, 04/03/05)

IBAMA É ACUSADO DE PROMOVER DESMATAMENTO ILEGAL

Documentos do próprio Ibama revelam que houve pelo menos um problema grave na "Safra Legal de 2004", onde foram centradas as acusações de corrupção publicadas pela revista "Veja" envolvendo políticos do PT do Pará. No memorando interno de número 002/05, o analista ambiental Carlos Bicelli informa que fez uma investigação por amostragem nos projetos de assentamento que tiveram autorizações de desmatamento liberadas pelo órgão no ano passado. Ao todo, foram dez autorizações investigadas, sendo seis em projetos de assentamento localizados em Anapú e quatro localizados em Pacajá. "Em todas as amostras, constatou-se a inexistência de matéria-prima (madeira) autorizada para comercialização, em virtude de a mesma já ter sido extraída", disse o analista no relatório. Tudo leva a crer que o Ibama autorizou desmatamento de áreas já devastadas para que esses documentos fossem usados para "esquentar" madeira retirada de áreas irregulares. O pagamento dos madeireiros teria sido feito na forma de doações para as campanhas. Uma instrução normativa do Ibama permite que o órgão autorize o desmatamento nos projetos de assentamento do Incra. O desmatamento deve ser de no máximo três hectares por lote, até o limite máximo de 20% total da propriedade. Foi essa brecha que teria sido usada para o esquema denunciado pela revista. O Ibama expedia as autorizações para áreas regularizadas, mas sem madeiras, e os trabalhadores rurais indicados por Chiquinho retiravam madeira de terras não regularizadas. Funcionários do órgão faziam vistas grossas e deixavam passar a madeira dando a impressão de que a matéria-prima tinha origem nos lotes indicados nos documentos do Ibama. De acordo com levantamento informal de funcionários do Ibama, o esquema teria permitido o desmatamento em 2,5 mil áreas, de onde foram retirados 180 mil metros cúbicos de madeira, que somam a fortuna de R\$ 180 milhões. Desse total, pelo menos R\$ 2 milhões, de acordo com informações divulgadas pela revista, teriam ido parar nos

cofres de políticos do PT paraense. (*O Liberal*, 13/06/05)

KAYAPÓ / GERAL

CACIQUE RAONI VAI À SUÍÇA PEDIR RECURSOS

O cacique Raoni prosseguiu ontem em Genebra sua campanha européia em busca de recursos para proteger sua região da "invasão dos madeireiros ilegais e dos garimpeiros". Em uma entrevista coletiva, ontem, ao lado do diretor de cinema belga Jean-Pierre Dutilleul, presidente da associação franco-belga "Rainforest Association", Raoni acusou os madeireiros ilegais e os garimpeiros de "destruírem a floresta" no território de 180 mil km² que constituem sua reserva. "Grandes ventos vão chegar e todos vamos morrer, porque não poderemos respirar, por falta de árvores", previu o cacique. "Não temos os meios para proteger esta floresta imensa que guardamos para todos vocês", disse. "Este ano quero começar esta tarefa", disse Raoni. Franz Weber, presidente da fundação suíça que leva seu nome e que apóia a campanha, explicou que Raoni busca recursos para poder controlar o imenso perímetro da região. (*A Crítica*, 20/06/01)

PROTESTO CONTRA RETIRADA DE MADEIRA ILEGAL

Os índios Kaiapó da aldeia Moikarakó acusam os madeireiros dos municípios de São Félix do Xingu, Redenção e Tucumã, de retirar ilegalmente 10 mil m³ de mogno das reservas indígenas. Segundo os indígenas, os madeireiros estão fazendo a retirada ilegal desde agosto do ano passado e não pagam nada aos Kaiapó. Para os caciques Kaiapó, os madeireiros devem mais de 30 mil reais aos índios. O cacique Kaikware diz saber da proibição da retirada de mogno, mas alega que este é o único meio de sobrevivência da população indígena no sul do Pará. (*Midianews*, 04/02/02)

CACIQUE RAONI TERÁ INSTITUTO COM O SEU NOME

O cacique Raoni encontra-se na cidade de Colider, a 617 km de Cuiabá, para acompanhar a criação de um instituto que terá o seu nome. O Instituto tem como objetivo implantar projetos nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento sustentável, entre outros. Serão beneficiados cerca de 2.700 índios Mekragnotire e Kaiapó que vivem às margens do rio Xingu, no município de Peixoto Azevedo. Os recursos necessários à implantação dos projetos foram conseguidos junto aos governos da França,

Bélgica e Organizações não Governamentais. À frente dos trabalhos do Instituto estarão Raoni, o Administrador Executivo da Funai em Colider, Megaron Txucarramãe e a Associação Indígena Ipren-re. (*Midianews*, 13/03/02)

ÍNDIOS QUEREM COMERCIALIZAR MOGNO APREENDIDO

Pressionado pelos índios caiapós, o presidente do Ibama, Hamilton Casara, resistiu, recusando-se, na semana passada, a liberar o mogno apreendido e estocado nas reservas da tribo. Como lembrou Casara, a derrubada das árvores foi feita ilegalmente ou com certificados falsos de planos de manejo do Ibama. Os índios protestaram ruidosamente contra a decisão, reclamando o "direito" de comercializar a madeira de suas reservas. Em outubro, portaria do Ibama proibiu a extração, o transporte e a comercialização de mogno. Os índios argumentam que sem vender a madeira não têm como comprar comida, roupas e remédios para a tribo. Para cobrar do Ibama a liberação do mogno apreendido, fretaram dois ônibus e viajaram cerca de 3 mil km, desde Redenção, no sul do Pará, até Brasília. (*Oesp*, 18/03/02)

KAYAPÓ QUEREM DISCUTIR PLS

Centro e trinta índios Kayapó, entre eles 83 lideranças representantes de 13 aldeias, vieram a Brasília cobrar ações enérgicas da Funai contra a tentativa de aprovação de projetos que eles julgam prejudiciais aos índios e comunidades indígenas do País. Eles foram recebidos pelo presidente da Funai, Artur Nobre. Entre as principais reivindicações estão a não aprovação do atual Estatuto do Índio e do projeto de mineração em terras indígenas em tramitação no Congresso Nacional. Os Kayapó querem, antes da aprovação de qualquer um desses projetos de lei (PLs), que todas as comunidades indígenas sejam consultadas, já que serão as maiores prejudicadas se esses projetos forem aprovados com os atuais textos. O presidente da Funai esclareceu que ele e a diretoria têm o apoio do Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, para buscar que nenhum projeto de interesse dos índios seja aprovado sem a participação de suas lideranças. (*Funai*, 19/08/02)

FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DAS TIS

A Funai e a Federação dos Povos Indígenas Kayapó do Estado do Pará firmaram hoje convênio para garantir a fiscalização e a proteção das terras dos Kayapó, que vivem nas aldeias Gorotire, Kubenkankrein e Moikarakô, ligadas

à AER de Redenção. Assinado pelo presidente da Fundação, Artur Nobre Mendes, e pelo presidente da Federação, cacique Miki Kayapó, o convênio assegura o treinamento e capacitação dos índios, por meio de cursos específicos realizados pelo Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, que orientará e prestará a assistência técnica necessária. Em contrapartida, a Federação promoverá a avivenciação, a limpeza das picadas nos limites das terras sob o seu domínio e manterá os marcos e as placas de sinalização. Deverá, ainda, manter os equipamentos de comunicação e informar à Funai quaisquer violações legais referentes à entrada na área ou atividades de caça, pesca ou garimpo por não-índios no local. Para a proteção das terras indígenas, a Funai vai repassar à Federação recursos no valor de R\$ 57,4 mil. (Funai, 29/08/02)

CACIQUE RAONI PEDE RECURSOS À FRANÇA

O cacique Raoni reuniu-se hoje em Paris com um representante do Ministério francês das Relações Exteriores para tentar conseguir apoio financeiro para defender sua reserva dos madeireiros e pescadores ilegais. "Precisamos de dinheiro para a criação de postos de controle, com certa infra-estrutura, para controlar os limites da reserva. Também precisamos de um carro e eventualmente um avião para sobrevoar as regiões mais inacessíveis", disse Raoni. Antes de chegar a Paris, Raoni passou pela Bélgica, onde o governo regional deu a seu instituto um fundo de 50 mil euros anuais, durante cinco anos. (Midianews, 26/11/02)

INVASÃO DA FUNAI

Um grupo de pelo menos 70 índios caiapós invadiu anteontem à tarde a sede da Funai, em Redenção, no sul do Pará. Armados com arcos, flechas e espingardas e pintados para a guerra, eles exigem a demissão de cinco funcionários que teriam desviado recursos do órgão. A Funai de Redenção representa 12 aldeias e cerca de 4.500 índios da região. Os caiapós alegam estar com uma dívida de R\$ 600 mil no comércio da região por causa dos supostos desvios de recursos. Os índios afirmaram que vão permanecer na sede da Funai até que os cinco funcionários sejam substituídos. As atividades no órgão estão paralisadas. (24 Horas News, 09/05/03)

TV INDÍGENA OBTÉM R\$ 1 MILHÃO

O cacique Raoni apresentou ao Ministério da Cultura o projeto de criação da TV Indígena

KAYAPÓ SE ARTICULAM CONTRA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO RIO XINGU

Sob a liderança de Megaron, benhadjuoro (chefe de Mentuktire e administrador chefe da ADR da Funai em Colíder (MT), lideranças e representantes de todas as comunidades Kayapó se reunirão no posto Kayapó de Piraçu, entre 20 de março e 02 de abril de 2006. A ONG CI está providenciando apoio financeiro para possibilitar o transporte de representantes de aldeias distantes como Gorotire, Kikretum e Kuben-kranken. O propósito principal do encontro é formular um programa comum para uma nova campanha contra a construção de usinas hidrelétricas no Rio Xingu (UHE Belo Monte e complexo de PCHs no rio Kuluene). Os índios consideram que essas barragens causariam impactos socioambientais – como danos ao ecossistema ribeirinho e florestal e alagamento de terras indígenas – e alegam que a Eletronorte falhou em não consultá-los. Também consideram a probabilidade da renda e energia produzidas pelas represas não serem difundidas entre as populações locais, mas sim canalizadas para o uso de grandes em-

presas e para e rede da região sul do país. O encontro busca complementar o sucesso do encontro de 2003, também em Piraçu, quando outros povos indígenas do Alto, Médio e Baixo Xingu se uniram aos Kayapó para formar uma aliança de Povos do Xingu contra as represas; a poluição do rio por desmatamento da mata ciliar e fertilizantes e pesticidas oriundos de novos assentamentos e empresas agrícolas abertas ao logo dos afluentes e cabeceiras; a ameaça de trânsito e migração desregulada ao longo da estrada Cuiabá-Santarém (BR-163). Depois do encontro de Piraçu, os Kayapó e representantes de outros grupos indígenas estão interessados em encontrar representantes de organizações da sociedade civil do Baixo Xingu, tais como a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e o Movimento em Defesa da Transamazônica Xingu (MDTX), para consolidar um movimento de várias frentes pela salvação do Vale do Xingu. (Terence Turner, 10/03/06)

Aldeia Virtual. Obteve no dia 13 de novembro uma verba de R\$ 1 milhão, aprovada na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Zeca Nestor, 46, chamado de Cabelo de Milho, assessor do Instituto Raoni, disse que eles têm câmeras digitais e equipamentos de edição. O Instituto Raoni será responsável pela TV. Cabelo de Milho disse que os índios querem ter um canal próprio com sinal por satélite. Esse modelo, segundo Raoni, foi inspirado nos "parentes dos caiapós" no Canadá e nos EUA, onde diz haver 54 TVs indígenas. Para Raoni, a TV será uma forma de os índios exporem suas opiniões, que têm recebido pouca atenção. Ele disse que, desde Juscelino Kubitschek, falou

com todos os presidentes, menos um: "O Lula não quer conversar com a gente, não quer atender os caiapós. Por quê?" (Hudson Corrêa, Agência Folha em Campo Grande, 25/12/03)

ACIDENTE NA BR-163 MATA 11 KAYAPÓ

Um acidente envolvendo um caminhão e uma van deixou um saldo de 12 mortos, entre eles 11 índios da etnia caiapó e o motorista do caminhão. Aparecido Jesus Saldotti, 43 anos. Um dos índios mortos, Tedje Metuktire, de 35 anos, líder caiapó, é filho do cacique Raoni, conhecido no exterior pela sua militância. Tedje presi-



Cacique Raoni anuncia a criação da primeira televisão indígena do Brasil em entrevista ao "Revista Amazônia", programa da Rádio Nacional da Amazônia.

dia o Instituto Raoni, em Colíder, onde residia há 3 anos. O acidente ocorreu no final da tarde de ontem, na BR-163, em Nova Mutum, norte do Mato Grosso, distante 270 quilômetros de Cuiabá. As vítimas serão enterradas neste domingo, no Parque Indígena do Xingu. *(Midianews, 11/04/04)*

BLAIRO MAGGI DOA BALSA

O líder indígena caiapó Bedjai Txucarramãe esteve reunido nesta quarta-feira (19/05), no Palácio Paiaguás, com o governador Blairo Maggi, ocasião em que agradeceu a doação de uma balsa que será entregue dia 18 de junho, na Aldeia Piaracu, no município de São José do Xingu (931km de Cuiabá). “Para nós esse é um grande presente e só um governador sério como Blairo Maggi nos ajuda tanto”, disse Bedjai. A balsa será entregue pelo governador, em São José do Xingu. Em novembro de 2003, após passar dois dias navegando pelo Rio Xingu, visitando aldeias e comunidades, o governador entregou uma balsa e um rebocador às lideranças indígenas de diversas tribos do Parque do Xingu. *(Midianews, 19/05/04)*

EXTRAÇÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

O ano de 2005 marca a consolidação de novos rumos para os índios Mebengokre. Em busca de alternativas à exploração de madeira e ouro em suas terras, os índios, em parceria com a Funai, deram início uma série de ações cujo objetivo primordial é assegurar um valor econômico ao conhecimento tradicional indígena, com o uso sustentável da biodiversidade em suas terras. Num primeiro momento, foi identificado um forte potencial para a extração do óleo da castanha e da copaíba, bem como para a coleta de mel, breu e a desidratação do pequi. Na opinião dos técnicos envolvidos no projeto, o manejo sustentável é o novo rumo para a sociedade indígena, garantindo não apenas sua sobrevivência mas também a biodiversidade em suas terras. Com base nessa premissa, a Funai, junto com outros órgãos governamentais e não-governamentais, organizou cursos de capacitação para os índios sobre o beneficiamento dos seus recursos florestais e a padronização dos processos necessários à circulação dos produtos no mercado. *(Funai, 03/08/05)*

TI KAYAPÓ

CACIQUE PROMETE LUTA RADICAL PELA FLORESTA

Os mais de 3 mil índios caiapós do sul do Pará acabam de escolher seu novo líder: é o caci-

que Okiaboro Caiapó, de 34 anos. Ele foi eleito em Assembléia formada por caciques da aldeia Kaiapó de Gorotire. De acordo com Okiaboro, dois problemas que precisam ser enfrentados por seu povo são as constantes invasões da reserva indígena em São Félix do Xingu, e o assédio de garimpeiros. “Quem quiser derrubar a floresta para roubar mogno que vá perturbar os grandes fazendeiros da região. Aqui dentro nós não queremos essa gente ruim”, salientou o cacique. Ele disse que a Funai e a Funasa também terão de cuidar melhor dos caiapós. “Queremos mais médicos e remédios nas aldeias, além de água tratada. Chega de ficar doente por besteira.” *(Oesp, 03/03/01)*

ELEITO NOVO CACIQUE

A Aldeia Kikretum, jurisdicionada na Administração da Funai de Marabá, passou por um processo de renovação de suas lideranças. Depois do pedido de renúncia do cacique Niti Kayapó, a comunidade foi convocada para eleger um líder, em Assembléia que aconteceu entre os dias 07 e 11 de maio, na própria aldeia. O novo 1º Cacique, Bebayti Kayapó foi eleito com 685 votos. Como 2º cacique foi eleito Mro-o Kayapó, com 681 votos e o terceiro colocado, Koantoro Kayapó, recebeu 375 votos. *(Funai, 16/05/01)*

EMPRESÁRIO COMPROU CASTANHA E NÃO PAGOU

Índios Kaiapó, da aldeia Aúkre, invadem hotel em Tucumã, sul do Pará, e prendem um empresário que comprou castanha e não pagou. Segundo informou a Funai, cerca de 30 índios invadiram o hotel no centro da cidade, onde estava hospedado o empresário Divino Bento de Araújo. Ele foi amarrado e está refém dos índios desde as 7h da manhã de hoje. De acordo com a Funai o empresário teria comprado na aldeia 300 sacas de castanha do Pará, avaliadas em quase R\$ 7.700 mil. A produção seria vendida às exportadoras de Belém, mas o dinheiro que era para ser usado no pagamento da castanha foi depositado na conta de um supermercado da cidade onde o empresário teria uma dívida de quase R\$100 mil. A Funai de Marabá está negociando com os Kaiapó a liberação de Divino Bento, mas os índios dizem que só liberam o empresário quando a dívida for paga. *(O Liberal, 08/05/03)*

GARIMPEIROS INVADEM TI

Índios Kayapó, da Aldeia Kokrainoro, denunciaram ao administrador da Funai em Colíder (MT), Megaron Txucarramãe, a presença de garimpeiros no córrego Mãe Preta, afluente do Rio Xingu, dentro da TI Kayapó. De acordo com

os índios, a presença dos garimpeiros é confirmada pela água barrenta do córrego e a grande frequência de aviões de pequeno porte sobrevoando a região. Megaron informou que uma expedição de guerreiros Kayapó estará se deslocando amanhã para a área com previsão de chegada ao local no domingo. De acordo com ele, há grande risco de conflito se forem encontrados garimpeiros. A Funai pediu apoio da PF e solicitou ao Ibama um helicóptero para sobrevoar a área. *(Funai, 29/04/04)*

CACIQUES AUTORIZAM GARIMPAGEM

A extração de ouro feita por garimpeiros dentro da TI Kaiapó é consentida pelos caciques Bekerê e Rayol, da aldeia Pykany. Mas o trabalho está revoltando os índios da aldeia Krocraimoro, que não aceitam a presença dos invasores e estão prontos para expulsá-los do local. O cacique Brayle Kayapó, da aldeia Kendjan, denuncia como responsável pela invasão dos garimpeiros um homem conhecido por Santilo, residente da cidade de Redenção. Ele pagaria quantias irrisórias para os garimpeiros atuarem dentro da reserva e ficaria com toda a produção de ouro. Segundo Brayle, a autorização concedida aos garimpeiros pelos caciques pode também provocar confronto entre os próprios índios, sobretudo entre as lideranças mais jovens. Sobre a contaminação pelo mercúrio do Igarapé Xambaiu, que desemboca no Rio Xingu, o cacique chama a atenção para o fato que essa água é a utilizada pelas comunidades indígenas. *(Rondoniagora, 04/05/04)*

OPERAÇÃO DE RETIRADA EVITA CONFLITO...

A operação de retirada dos garimpeiros que invadiram a TI Kayapó foi concluída com êxito, hoje (7). Quatro delegados e um perito da PF, juntamente com um servidor da Funai em Colíder (MT), Enoque Sampaio, decolaram hoje com destino ao córrego Mãe Preta, região onde foi constatada a presença dos garimpeiros. Os agentes, delegados da PF e cinco militares do Exército localizaram duas pistas de pouso e 12 barracões de garimpeiros no córrego Mãe Preta, mas os garimpeiros já haviam deixado o local depois que tomaram conhecimento da tensão nas aldeias e da formação das equipes que comandaram a operação na área do garimpo. *(Funai, 05/05/04)*

... MAS ÍNDIOS NEGAM QUE GARIMPEIROS TENHAM SAÍDO

O empresário Santídio Pereira, residente em Redenção e responsável pelo funcionamento

clandestino de um garimpo próximo à aldeia Krocaimoro, dentro das terras dos índios caiapós, disse ontem em depoimento na PF, em Marabá, que os garimpeiros por ele contratados já saíram da área, ficando no local apenas duas balsas, que deveriam ser retiradas nos próximos dias. A informação dos índios, porém, é diferente: os garimpeiros ainda se encontram na área e em outras duas localidades – Xim Xim e Pedra Sagrada. Os índios andam agitados e revoltados com a invasão de suas terras. Para piorar, também acusam alguns caciques de “fazer o jogo dos invasores”. Para permitir a garimpagem de ouro, eles receberiam recompensas em dinheiro e até veículos. Os jovens guerreiros não aceitam o comportamento dos mais velhos, a quem acusam de contribuir para a destruição do meio ambiente e contaminação dos rios da reserva. Eles se mostram dispostos a ajudar a PF na retirada dos invasores. *(O Liberal, 06/05/04)*

GUERREIROS KAYAPÓ EXPULSAM GARIMPEIROS...

Uma equipe formada por três servidores da Funai e 15 guerreiros Kayapó detiveram e entregaram à PF 16 garimpeiros que exploravam ouro nas localidades de Batéia e Pedral, na TI Kayapó nos limites de Baú e Koikraimoro. A operação teve início na segunda-feira (02), quando servidores e índios partiram de Tucumã, acompanhados por dois agentes da PF em direção à área onde foi detectada a presença dos garimpeiros. *(Funai, 04/08/04)*

... MAS INVASORES RETORNAM À TI

O administrador da Funai em Marabá, Eimar Araújo, solicitou o apoio do Ibama e do MPF para a retirada de garimpeiros do interior da TI Kayapó. A presença dos garimpeiros foi constatada durante operação de fiscalização realizada dia 6 de julho. Os garimpeiros foram flagrados em áreas de antigos garimpos, nas localidades conhecidas pelos índios por “Filomeno” e “Pedral”. Esses indícios foram notados quando Araújo sobrevoava o Rio Fresco, que estava com suas águas barrentas. Os Kayapó mantêm firme a decisão de não mais aceitar a garimpagem em suas terras. *(Funai, 26/07/05)*

TI CAPOTO/JARINA

MELHORIAS PARA TI

Vestido para um “grande encontro”, com penas na cabeça e urucum colorindo o corpo, o cacique Raoni, da tribo Caiapó, esteve hoje

(06/03) no gabinete do governador Blairo Maggi, onde fez duas reivindicações para a região de sua reserva, localizada no Município de Peixoto de Azevedo (Extremo Norte de Mato Grosso), na área denominada Capoto Jarina. Os índios querem melhorias na BR-080, entre a reserva dos Caiapós e o Parque Nacional do Xingu. “Principalmente, melhorias na balsa que atravessa o rio Xingu e é um dos acessos da rodovia”, explicou o índio Megaron Txukarramãe, presente à audiência. Outra reivindicação foi a melhoria em duas escolas, com duas salas de aulas, nas aldeias Metutire e Cremor, dentro da área Caiapó. “Nós preferíamos continuar isolados e viver como sempre vivemos. Mas, com a interferência do homem branco, precisamos de ajuda”, afirmou Megaron Txukarramãe. A intenção dos índios é viver do artesanato e incrementar o orçamento com desenhos em camisetas para vender aos turistas. *(Midianews, 06/03/03)*

NOVO POSTO DE SAÚDE

Os índios da aldeia Metuktire, no município de Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso, acabam de receber um novo posto de saúde. A unidade foi inaugurada pela Funasa no último dia 19 e recebeu o nome de Raoni, em homenagem ao cacique Txucaramãe que mora na aldeia, às margens do rio Xingu. O posto custou R\$ 52,2 mil (recursos da Funasa) e vai atender 354 indígenas que moram na Metuktire. Este ano, a Fundação vai investir cerca de R\$ 900 mil na construção e reforma de postos de saúde em aldeias de vários estados. Serão construídas 16 unidades e reformadas outras oito. Além de um novo posto de saúde, a aldeia Metuktire ganhou uma estação de tratamento e um microsistema de abastecimento que capta água direto do rio Xingu. A obra foi também realizada pela Funasa e teve um custo total de R\$ 235 mil. *(24 Horas News, 21/09/04)*

KAYAPÓ A'UKRE/ CASO PAIAKAN

PENA EM REGIME FECHADO

Uma decisão do STF determinou, na noite de sexta-feira, que o cacique Paulinho Paiakan, condenado a seis anos de reclusão pelo estupro de uma estudante, em 1992, cumpra pena em regime fechado em uma prisão comum. O cacique se encontra na aldeia Kaiapó, em Redenção, no sul do Pará, e está sendo considerado pelo Ministério Público como um fugitivo da justiça. Como é temida uma reação dos índios para impedir a detenção de Paiakan, foi encaminhado um pedido à Funai para que ela

apresente o cacique às autoridades. Em junho de 1992, Paiakan e a mulher, Irecreá, foram acusados de ter estuprado a estudante Sílvia Leticia – na época, com 18 anos –, numa chácara próxima a Redenção. *(O Povo, 23/02/02)*

ÍNDIOS NÃO QUEREM DEIXAR PAIAKAN SE ENTREGAR

Os índios caiapós, que vivem na aldeia Aukre, decidiram não permitir que o cacique Paulinho Paiakan se entregue à Justiça para cumprir seis anos de prisão em regime fechado, conforme decisão do STF. Paiakan estava disposto a se entregar amanhã, mas a irredutibilidade dos guerreiros de sua aldeia fez com que pedisse mais tempo para negociar com eles a rendição. A Funai também defende que o cacique cumpra a pena na aldeia, em liberdade condicional. O advogado da Funai, João Fulo, esteve em Redenção para se reunir com os caciques da aldeia e negou que Paiakan irá se entregar à Polícia Federal. A Funai defende que ele cumpra sua pena dentro de área indígena. Ele não pode ser julgado por uma lei que não é a dos índios. “É um absurdo tirá-lo de seu habitat natural para um presídio”, argumentou o advogado. *(Jornal do Brasil, 28/02/02)* Velhos e novos guerreiros garantem que nem a PF nem o Exército se atreverão a enfrentar os guerreiros caiapós dentro de suas terras. Se isto vier a ocorrer, os índios afirmam que irão “lutar até a morte”. Segundo o juiz do TJ paraense, José Torquato de Alencar, que assinou o mandado de prisão, Paiakan é considerado foragido da Justiça e tem ainda quatro anos de pena a serem cumpridos em regime fechado. *(Oesp, 26/02/02)*

JUIZ REJEITA PEDIDO DE PENA EM REGIME ABERTO

O juiz substituto da comarca de Redenção, no sul do Pará, Homero Lamarão Neto, decidiu ontem que o cacique Paulinho Paiakan terá mesmo de cumprir em regime fechado a condenação de seis anos pelo crime. Lamarão rejeitou um recurso da Funai para que o cacique cumpra a pena em regime domiciliar, na aldeia Aukre, onde Paiakan se encontra há dois anos refugiado. *(Oesp, 05/03/02)*

KAYAPÓ MEKRAGNOTI / TI BAÚ

ÍNDIOS PERDEM PARTE DA TI BAÚ...

O STJ reconheceu que a área indígena Baú, não se caracteriza como de posse permanente

indígena e determinou a anulação da portaria do Ministério da Justiça que declarou que as terras pertenciam aos índios. O relator do processo é o ministro José Delgado, mas os recursos extraordinários impetrados pelo MPF e pela União foram indeferidos pelo ministro vice-presidente do STJ, ministro Nilson Naves. A Funai e o Ministério Público devem entrar com um agravo. Se não o fizerem, pela decisão do STJ fica anulada a portaria que decretou a posse permanente indígena. (*O Liberal*, 14/02/01)

... E SE PREPARAM PARA UMA GUERRA

Os 120 índios Kayapó da reserva Baú estão furiosos com a decisão do ministro Nilson Naves, do STJ, que acolheu liminar da prefeitura de Novo Progresso contestando a Portaria 826/98, do Ministério da Justiça, sobre os 1,850 milhão de hectares da área. Desde o início da semana passada, os caciques Kayapó preparam a tribo para uma guerra. E avisam que se a decisão for mantida durante o julgamento do mérito do mandado de segurança, as consequências serão imprevisíveis na região. (*O Liberal*, 18/02/01)

SUPREMO CONFIRMA REDUÇÃO DA TI

O STF manteve ontem a decisão do STJ e determinou que ficam de fora da demarcação os 400 mil hectares da parte oeste da reserva. O presidente do Supremo, ministro Carlos Velloso, indeferiu ontem a suspensão de segurança requerida pela Advocacia Geral da União contra os acórdãos do STJ que anularam portaria do Ministério da Justiça que previa a demarcação da área indígena de 1,8 milhão de hectares. "O ministro Carlos Velloso fez justiça ao manter a sábia decisão do STJ, que não reconhece a área indígena Baú como de posse permanente indígena por não satisfazer a conceituação constitucional", comemorou o advogado da Prefeitura de Novo Progresso, o hoje deputado federal Asdrúbal Bentes. Ainda há um recurso extraordinário tramitando no STF. A suspensão negada pelo ministro Velloso precedia o julgamento do mérito, que pode demorar alguns meses. Antes disso, o ministro José Gregori terá um prazo para prestar as informações, em seguida manifesta-se o Ministério Público e só então sai a decisão final. (*O Liberal*, 23/03/01)

STJ LIBERA DEMARCAÇÃO

O STJ cassou liminar que impedia a demarcação da TI Baú, e extinguiu o Mandado de Segurança apresentado pelo município de Novo Pro-

gresso. O STJ acolheu o argumento da Advocacia Geral da União de que a TI sequer faz parte do perímetro daquele município. A TI Baú, situada no município de Altamira, região sul do estado do Pará, é área de ocupação tradicional dos índios Kayapó e foi declarada como tal pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, em 1991, por meio da Portaria nº 645. O município de Novo Progresso, no Pará, entretanto, alegou que aquela terra indígena estava situada no âmbito de seus limites administrativos e solicitou revisão. O município de Novo Progresso entrou com novo Mandado de Segurança junto ao STJ e obteve liminar que impedia a demarcação da fração territorial situada no lado oeste da TI Baú, novamente sob o argumento de que incidia sobre o perímetro municipal. Entretanto, a Advocacia Geral da União contestou, alegando que o município não poderia sequer apresentar tal pleito, já que a terra indígena não se situava dentro dos limites administrativos municipais. Esse dado não havia sido verificado quando o primeiro Mandado de Segurança foi impetrado. Porém, bastou uma simples consulta ao IBGE para que se constataste o artifício utilizado pelo município de Novo Progresso, representado pelo advogado Asdrúbal Bentes, velho conhecido das causas anti-indígenas. Em 18 de junho de 2001, o STJ, julgando o novo Mandado de Segurança, aceitou a alegação da AGU e concluiu pela ilegitimidade do município de Novo Progresso para contestar os limites da TI Baú. (*Lilia Toledo Diniz, ISA*, 06/07/01)

COLONOS PROMETEM BRIGAR PELAS TERRAS...

O anúncio da chegada de policiais federais em Novo Progresso preocupou com toda a razão a população da região. Volta à tona a já bem conhecida questão enfrentada pelo município na luta contra a ampliação da TI Baú até a divisa com o município de Altamira. Essa equipe da PF e outras autoridades que chegaram em Novo Progresso no dia 03 de agosto último trazem ordens de iniciar a demarcação da ampliação da reserva até a divisa. Participaram na parte da manhã do mesmo dia de uma reunião com vereadores, sindicalistas, líderes comunitários e de associações e muitos dos proprietários de terras na Gleba que poderá ficar dentro da reserva se as ordens forem cumpridas. Enfrentaram um clima tenso, onde um município inteiro é absolutamente contrário à demarcação, devido às perdas econômicas e ao impacto negativo que poderá representar um retrocesso no crescimento do município. As autoridades deram um prazo de 48 horas para as lideranças municipais conseguirem novamente um cancelamen-

to da ordem de demarcação. Uma comissão formada por fazendeiros, políticos, empresários e líderes locais estão hoje em Brasília tentando pressionar o governo, e mostrar a tragédia de repercussão internacional que está prestes a acontecer no município caso os fazendeiros percam mesmo suas terras para a reserva indígena. (*Folha do Progresso*, 15/09/03)

... E TENSÃO AUMENTA

O chefe do posto da Funai em Colíder (MT), o cacique Megaron Txucarramãe, escalado para tentar impedir um confronto entre fazendeiros, agricultores e 40 agentes da Polícia Federal que protegem técnicos do órgão no serviço de demarcação da reserva Baú-Mekranotire, fracassou ao propor um acordo de paz. Megaron queria a liberação da rodovia Santarém-Cuiabá, fechada há dois dias por cerca de mil pessoas, propondo em troca uma rodada de negociações sobre o destino das 3,5 mil famílias que vivem na área apontada pela Funai como parte integrante dos 1,8 milhão de hectares da reserva indígena. Após a demarcação, essas famílias terão de deixar a reserva. (*O Liberal*, 19/09/03)

MINISTRO ASSINA PORTARIA REDUZINDO A TI BAÚ

Depois de mais de uma década de intenso conflito entre índios Kayapó e madeireiros, mineiros e políticos de Altamira, no Pará, que estavam impedindo a demarcação física da TI Baú, fechou-se um acordo, testemunhado por representantes da Funai e pelo MPF, em Santarém. Por ele, a TI, cuja extensão prevista era de 1.850.000 hectares, passou para 1.543.460 ha. Em seguida, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ratificou o acordo, assinando o ato que reduz a área em aproximadamente 307.000 hectares. A redução negociada, agora, entre as partes, não coincide com a exclusão determinada no despacho do ex-ministro Jobim de 1997. Restou uma faixa de terra de três quilômetros seguindo toda a margem esquerda do Rio Curuá e parte da margem esquerda do Rio Curuáes, que se alarga em frente à aldeia, em uma extensão de cerca de 15 km. (*ISA*, 10/10/03)

O GOLPE DO BAÚ

Mas uma pergunta fundamental fica sem resposta: o que vai ocorrer com esses 307 mil hectares que – indígenas ou não – eram e continuam terras da União? A redução da TI não veio acompanhada por qualquer determinação a respeito do destino dessa região, já fortemente ameaçada. É portanto legítima a preocupação

em relação a algum tipo de omissão, ou até mesmo anuência, quanto à ocupação ilegal e grilagem que ali ocorrem. O Poder Público está ciente desta situação, pois sem isso não teriam ocorrido as pressões que levaram à necessidade de negociação. A área cortada é muito próxima da BR-163, estrada que de acordo com o novo PPA será logo pavimentada: com a chegada do asfalto, o preço dessas terras está prestes a aumentar de forma significativa. Em toda a região abundam posses de pequenos ocupantes dos anos 70 — algumas legítimas, a grande maioria forjada — que normalmente são revendidas por especuladores e colonizadoras. (*Amigos da Terra, 14/10/03*)

ÍNDIOS ACEITARAM NEGOCIAR A TERRA SOB PRESSÃO

O administrador regional da Funai em Colíder, Megaron Txukarramãe, denunciou que índios Kayapó sofreram pressões e receberam ameaças de morte para aceitarem a redução de 307 mil hectares da terra indígena Baú. A denúncia foi confirmada pelo cacique da aldeia Baú, Bep-Y, que liderou a negociação pelo lado dos índios, “nós fomos muito ameaçados. Por isso preferimos ceder a negociação para viver em paz”. Como exemplo destas pressões, no dia 17 de setembro, aproximadamente 1000 posseiros tomaram a Rodovia Santarém-Cuiabá para protestar contra demarcação da TI. Manifestantes compareceram ao protesto armados e dizendo-se dispostos a expulsar os Kayapó de suas terras à força. Dias depois do protesto, uma ponte que fica na estrada que liga Baú à Novo Progresso foi incendiada. O Ministério da Justiça, através do seu assessor especial para assuntos indígenas, Cláudio Beirão, afirma desconhecer qualquer ameaça feita contra os Kayapó. O presidente da Funai, Mércio Gomes, não foi encontrado para falar sobre o caso. Seu assessor, Roberto Lustosa, diz não ter conhecimento sobre as ameaças. No entanto, Megaron, que acompanhou as negociações, diz ter alertado a Funai sobre o clima de tensão no local, “além da imprensa (noticiar o fato), eu também vim até Brasília contei sobre as ameaças ao presidente da Funai”, diz o administrador do órgão. (*Cimi, 16/10/03*)

MP QUER BARRAR REDUÇÃO DE TI

O MPF vai entrar com ação judicial pedindo a anulação da portaria do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que reduziu a TI Baú. Os procuradores tomaram a decisão depois que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público anulou o acordo feito entre os índios kaiapós e os fazendeiros da região — que

serviu de base para a portaria. Segundo a Câmara, a TI pertence à União e não se pode dispor dela sem um amplo processo de consulta aos representantes da União. (*Oesp, 17/10/03*)

PRODUTORES RURAIS DEFENDEM REDUÇÃO

“Em relação à reportagem “Ministro autoriza redução de reserva de índios no Pará” (Brasil, pág. A9, 14/10), gostaria de salientar que não houve nenhuma negociação ou venda de terras indígenas no município de Novo Progresso, pois as terras pertencem à União. A portaria do ministro Thomaz Bastos, publicada em 9/10, apenas oficializa um acordo consensual entre índios que estava sendo obstado por antropólogos à serviço da Funai... Os produtores rurais tiveram várias vitórias judiciais que mostraram que os procedimentos identificatórios estavam evitados de ilegalidade e que os laudos antropológicos terceirizados eram uma fraude científica... Gostaria que ficasse registrado que a portaria do ministro, além de pôr fim a um conflito que nunca foi fomentado por índios ou por produtores, destinou aos índios as terras que de fato lhes pertencem por direito inalienável. A demarcação da TI Baú, portanto, alcançou o bem comum e a pacificação da região, fatos que não interessam ao Cimi...”. Agamenon da Silva Menezes, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso. (*FSP, 23/10/03*)

AUTORIDADES COMEMORAM REDUÇÃO DA TI

Como não bastasse ter no ano passado determinado a redução dos limites da TI Baú, cedendo às pressões dos invasores, o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos participou, no Pará, das comemorações pela redução da TI. O evento, divulgado na noite de 15 de julho, em reportagem do Jornal Nacional, da Rede Globo, contou também com a participação do antropólogo Mércio Gomes, presidente da Funai. (*Cimi, 20/07/04*)

KAYAPÓ XIKRIN DO CATETÉ

MALÁRIA AMEAÇA OS XIKRIN

Do exame laboratorial de 121 lâminas de sangue coletadas entre os Xikrin da Aldeia Djudjê-kô, na região da Serra dos Carajás, 44 acusaram malária dos tipos falciparum (30 casos) e vivax (14). A pesquisa foi feita na localidade Caldeirão, alto rio Itacaiúnas (290 km de Marabá), por técnicos da Funasa acionados às

pressas para o local pelo chefe do posto da Funai, Raimundo Oliveira Cardoso e pela técnica de enfermagem Ivonete da Silva, que fizeram a coleta das lâminas. Esse índice de positividade, que chega a ser superior a 36%, foi considerado alto pela própria Funasa, cujos servidores foram notificados da necessidade de realizar-se borrifação nas aldeias do Cateté, onde aumentou em larga escala a quantidade do mosquito anofelino, transmissor da malária. (*Gazeta Mercantil, 07/05/01*)

PROJETO DE MANEJO SUSTENTÁVEL...

A área destinada ao manejo florestal na TI Xikrin do Cateté é de aproximadamente 44 mil hectares (10% da terra dos xikrins). É uma floresta nativa e contínua, que será manejada em um ciclo de 30 anos. Ou seja, a cada ano serão retiradas árvores numa área de 1.460 hectares, de modo que cada trecho só seja explorado a cada 30 anos. O corte é feito selecionando-se árvores de várias espécies, mas deixando um número suficiente para permitir a regeneração. Segundo Rubens Mendonça, coordenador do projeto no ISA, além do mogno — a espécie mais valorizada —, têm aceitação comercial espécies como o cedro, o tauari, o marupá, o jatobá, o cedrorana e o anjelim pedra. O objetivo do ISA, porém, é conseguir uma produção de 7 mil metros cúbicos/ano com cerca de 20 espécies. Administrada pelo ISA em parceria com a Associação Bep-Nói, a exploração florestal é realizada por madeireiros contratados, que fizeram curso da Fundação Floresta Tropical, de manejo de baixo impacto. O beneficiamento e a comercialização da madeira são realizados pela empresa madeireira Brumilla Norte Industrial Madeireira, com sede em Marabá. (*O Paraense, 13/02/02*)

... É APRESENTADO NA RIO + 10

O Cacique Xikrin Onkrai Didjeko foi um dos apresentadores no evento “Soluções Sustentáveis: Construindo Meios para Fortalecimento de Comunidades e Desenvolvimento Sustentável”, hoje (29), na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10, em Johannesburgo. Didjeko falou sobre a experiência de manejo florestal comunitário na TI Cateté, desenvolvida com o apoio do Instituto Socioambiental e financiamento da Ford Foundation. “Espero que essa experiência possa ser estendida para outras aldeias”, afirmou em língua kaiapó, para uma platéia de cerca de 150 pessoas, no Liberty Theater, no Sandton Convention Center, onde ocorrem os eventos oficiais da conferência. Cerca de 700 índios vivem em duas aldeias, no Cateté. O objetivo do pro-

jeto é utilizar de maneira sustentável os produtos da floresta, gerar renda de maneira contínua, proteger os recursos e a integridade física dos índios contra a ação de invasores e promover uma iniciativa piloto para ser replicada em outros projetos. A produção esperada é de cerca de 7.000 metros cúbicos anuais de madeira. Inicialmente, 20 espécies diferentes deverão ser exploradas. De acordo com Didjeko, o maior problema enfrentado pelos Xicrin é a ação de invasores, que entram na TI para roubar madeira. *(André Muggiati, Ipam, 29/08/02)*

ÁREA DA VALE DO RIO DOCE É INVADIDA

Cinquenta índios invadiram na madrugada de ontem a área de exploração de ferro da Vale do Rio Doce, na serra de Carajás. Eles fecharam o acesso ao lugar mas não fizeram reféns. Os índios devem ao comércio local meio milhão de reais e precisam de ajuda da companhia para saldar a dívida. A CVRD repassa mensalmente R\$ 100 mil para a tribo. A área de exploração da companhia usa parte da terra dos índios como base de apoio para a passagem de tubulações. *(O Liberal, 16/10/02)*

ÍNDIOS NEGOCIAM DESOCUPAÇÃO DE MINA...

Os cerca de 200 xicrin que haviam ocupado no dia 15 uma das minas de extração de minério da CVRD, em Carajás, já desocuparam o local, depois de negociar com a empresa o adiantamento de R\$ 400 mil. O dinheiro será usado pelos índios para pagar dívidas no comércio de Parauapebas e Marabá. A Vale também liberou mais R\$ 40 mil para a compra de alimentos. O dinheiro liberado, segundo o diretor de Meio Ambiente da Vale, Maurício Reis, faz parte de um convênio que a empresa mantém com os índios. O que houve foi uma antecipação do dinheiro por conta de pagamentos futuros. Reis garantiu que o protesto dos xikrins foi pacífico e que não houve prejuízos à Vale. A empresa informou que está rigorosamente em dia com os repasses de verbas previstos no convênio firmado com a Associação Indígena Bep noi, para apoio à comunidade xicrin. Este convênio prevê dotações orçamentárias para educação, assis-

tência à saúde, atividades produtivas, vigilância da reserva e administração, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da comunidade. *(O Liberal, 17/10/02)*

... MAS NÃO DESCARTAM NOVA INVASÃO

Os xicrin não descartam a possibilidade de nova invasão das minas de ferro e das instalações da CVRD, caso a empresa continue se recusando a aumentar o valor das indenizações pagas à Associação Bepnoi. Anteontem, em Brasília, na sede da Funai, em reunião de líderes indígenas com o presidente do órgão, Artur Mendes, e com o gerente de Meio Ambiente da Vale, Raimundo Júnior, ficou decidido que no dia 16 de novembro haverá outro encontro para que a questão seja definida. Os índios saíram insatisfeitos, criticando o baixo valor dos repasses que a Vale faz. A empresa apenas prometeu estudar uma maneira de ajudar os índios a quitar a dívida de R\$ 500 mil que contraíram no comércio de Parauapebas e Água Azul. Segundo os índios, eles também querem que a Vale passe a investir mais na qualidade de vida dos índios, apoiando projetos de atividades produtivas. Foram entregues projetos, entre os quais o da produção de castanha-do-pará. Os caciques se comprometeram a não fazer mais despesas no comércio local. Na próxima reunião, a Vale dará uma resposta aos índios sobre as propostas. *(O Liberal, 31/10/02)*

XICRIN INVADEM SOSSEGO PARA COBRAR A VALE

Cerca de 120 índios da tribo xicrin armados com flechas e bordunas ocuparam ontem as instalações do Projeto Sossego, da CVRD, em

Canaã dos Carajás, exigindo a construção de uma estrada até a aldeia, escola e casas. O cacique Karangré Xicrin informou que a empresa vinha há dez anos prometendo levar esses benefícios às aldeias Cateté e Djudjecô, mas não cumpriu sua palavra. Os índios chegaram à área da Vale dispostos a exigir explicações sobre a ausência de providências da empresa para o que havia sido solicitado. Numa nota lacônica distribuída ontem à imprensa, a direção da Vale informou apenas que a reunião dos índios com a diretoria da empresa foi conduzida de "forma pacífica". Quanto às reivindicações, limitava-se em dizer que elas foram encaminhadas à Funai, órgão responsável pela condução das questões relacionadas às comunidades indígenas. O Projeto Sossego terá investimentos de quase R\$ 1 bilhão, para produzir diariamente 400 toneladas de cobre em concentrado, a partir de 2004. Toda essa produção será exportada. *(O Liberal, 13/06/03)*

CVRD DENUNCIA INVASÃO DE CARAJÁS

A Vale do Rio Doce publicou, nos jornais, comunicado em que se queixa da invasão do núcleo urbano de Carajás por 280 índios da comunidade Xikrin, "dentre os quais diversos guerreiros armados". Na nota intitulada "A CVRD e as Comunidades Indígenas", a companhia reclama dos pedidos "estranhos" de benefícios feitos pelos índios, diz que está adotando providências judiciais e afirma que governo e empresários não podem ficar parados "assistindo à destruição da competitividade da indústria brasileira". A companhia informa que as lideranças indígenas ameaçam agora invadir as instalações operacionais com a intenção de paralisar as minas de Carajás, caso não se-

Após invasão dos Xikrin no núcleo urbano de Carajás no dia 30/11/2005, lideranças se reuniram na Funai para discussão sobre a CVRD. À direita, diretor regional da Funai, Eimar Araújo.



ALEX SILVA/AG. NOV. 2005

jam atendidos. Para ilustrar o que classificou de “pressão ilegítima para obtenção de benefícios”, o comunicado lista vários pedidos feitos pelos índios em situações anteriores: um avião bimotor, milhares de litros gasolina, carros de luxo para lideranças indígenas, contratação de empreiteiras impostas por essas lideranças para a construção de casas com preços muito acima dos praticados pelo mercado e o pagamento de dívidas contraídas junto ao comércio da região. A CVRD diz que destinou R\$ 19 milhões para programas de apoio às comunidades indígenas nas áreas de influência de suas atividades, no Pará e Maranhão. (Oesp, 02/11/05)

FUNAI ALERTOU MINERADORA

Funai alertou há três anos a CVRD para o despreparo das tribos indígenas de Carajás na administração de recursos concedidos pela mineradora. O administrador da Funai em Belém, Eimar Araújo, não nega as acusações da Vale — as associações indígenas estariam comprando carros de luxo, aviões, e outros ‘pleitos estranhos’ —, mas afirma que entregou pessoalmente um documento no qual alerta para a ‘falta de noção financeira’, de algumas tribos. “Os índios Xikrins não têm noção financeira, não têm estudo e as associações são gerenciadas

por homens brancos. Deveria haver um termo aditivo ao convênio que oficializasse a prática”, diz Araújo. O convênio estabelece que a Vale atenda às necessidades de saúde, educação, infra-estrutura e atividades produtivas como contrapartida ao uso das terras. (Jornal do Brasil, 04/11/05)

CVRD TERÁ QUE DISCUTIR RENOVAÇÃO DE ACORDO

A CVRD terá que discutir a renovação do acordo anual com os índios que vivem na área do Projeto Carajás, em Marabá (PA), no próximo

O FIM DA PARCERIA ENTRE O ISA E OS XIKRIN DO CATETÉ

Pioneiro, inovador, ousado, polêmico. Assim pode-se definir o Projeto Kaben Djuoi (que em língua kayapó significa “fala correta”) de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin do Cateté, no Pará. O projeto tinha como objetivo promover o desenvolvimento sustentável com geração de renda e o fortalecimento da comunidade Xikrin diante da devastação ambiental e da exploração econômica que sofriam por parte dos madeireiros que invadiam suas terras, retiravam madeira ilegalmente e celebravam contratos prejudiciais aos índios.

Infelizmente e apesar de muitos avanços e conquistas importantes, os obstáculos e dificuldades foram tantos que o projeto foi suspenso no final de 2002. Em dezembro daquele ano, o Instituto Socioambiental encerrou sua parceria com a Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté, com quem realizava a iniciativa.

OS ANTECEDENTES

Na década de 1980, seguindo o modelo de exploração regional difundido entre outros grupos Kayapó, os índios Xikrin acabaram por se aproximar dos madeireiros que exploravam irregularmente suas terras, estabelecendo com eles uma relação bastante complexa. Os madeireiros entravam na terra indígena, tiravam madeira da floresta e deixavam um rastro de destruição. O pagamento devido não ia para a comunidade, mas para alguns índios apenas, exacerbando, assim, disputas internas.

A idéia de formular um projeto de manejo com os índios Xikrin surgiu para frear esse processo. A antropóloga Isabelle Giannini, que começou a trabalhar com os Xikrin em 1984 e a também antropóloga Lux Vidal, na área desde a década de 1970, promoveram um diálogo entre os índios e diferentes instituições, que culminou em ações voltadas para a paralisação das atividades ilegais na Terra Indígena e em estudos e pesquisas direcionados para a elaboração e implantação do Manejo Florestal.

Deveria ser um projeto que beneficiasse a comunidade como um todo e impedisse o avanço da degradação ambiental da Terra Indígena (TI) Xikrin. Ao mesmo tempo, os índios implementaram um projeto de vigilância e fiscalização da TI para conter as invasões de madeireiros.

“A proposta do projeto de manejo compunha-se de uma série de iniciativas a serem levadas concomitantemente e que fortaleceriam os índios politicamente”, explica o antropólogo Cesar Gordon, que integrou a equipe do ISA trabalhando com os Xikrin por quase dois anos.

Um passo importante para fortalecer os índios foi a criação, em 1995, da Associação Bép-Nói de Defesa do Povo Xikrin.

A RELAÇÃO COM A VALE DO RIO DOCE

A relação entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e os índios Xikrin data de 1982 e se deu por meio de dois convênios. O primeiro, de 1982 a 1987, abrangia várias áreas indígenas impactadas pela implantação do Projeto Carajás na região do Pará e Maranhão. O segundo, específico para os Xikrin, cuja TI faz fronteira com a Floresta Nacional de Carajás e a Floresta Nacional Aquiri/Tapirapé, continua em vigência, e rege o apoio financeiro da CVRD para programas de saúde, educação, atividades produtivas e fiscalização formulados e executados com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Prevê ainda uma verba mensal para suprir as necessidades básicas da comunidade. No ano de 2000, os recursos do convênio passaram a ser gerenciados diretamente pela Associação Bep-Nói.

Se, por um lado, os convênios com a Vale do Rio Doce garantiam atendimento a demandas básicas da comunidade, por outro, estabeleciam um patamar diferenciado de recursos disponíveis para a mesma comunidade. De acordo com o antropólogo César Gordon, os Xikrin começaram a perceber que se fizessem uma pequena pressão sobre a CVRD, poderiam conseguir mais recursos. Foi o que aconteceu. A Vale passou a pagar uma remuneração mensal aos chefes. Com isso, descontentou o restante da comunidade que começou a pressionar a empresa para também receber remuneração. À medida que a empresa repassava mais dinheiro para todos, os chefes também tinham seus “salários” aumentados.

O ISA E O PROJETO

A parte disso, o projeto de manejo seguia seu caminho, com muitas idas e vindas. O ISA começou a

trabalhar nele a partir de sua fundação em 1994, como sucessor de duas outras organizações, que anteriormente haviam encampado a idéia: o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). O projeto foi apresentado aos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente em 1995 e aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Funai em caráter piloto, depois de muita resistência. Posteriormente foi paralisado por um Grupo de Trabalho criado pela Funai para avaliação e finalmente, em 1998, a proibição foi suspensa e seu início autorizado definitivamente.

Começou, assim, sua efetiva implantação. Mas os revezes continuaram. Um deles, por exemplo, foi a sucessão de erros dos inventários florestais — que determinavam a quantidade de espécies de madeira existente sobre a qual se fazia o planejamento da extração —, que não correspondiam à realidade. Os inventários tiveram de ser refeitos, atrasando a colheita e rendendo muito pouco, causando enormes frustrações aos índios.

BAIXOS RENDIMENTOS E DESMOTIVAÇÃO

Os baixos rendimentos auferidos nas safras acabavam desmotivando os índios. “Enquanto o projeto de manejo colhia em 2000 a primeira safra de madeira proveniente do manejo de baixo impacto, com lucro de R\$ 80 mil por um ano de trabalho, a Vale já repassava uma quantia bem maior”, lembra César Gordon. “O resultado final não os motivava diante do dinheiro que recebiam da empresa”.

Gordon aponta ainda que a equipe do projeto, bastante reduzida, trabalhava afogada nas tarefas operacionais. “Um projeto como esse, que cumpria todas as exigências legais, era extremamente difícil e complexo de ser levado adiante”, analisa.

Além de administrar os convênios com financiadores e as relações com os órgãos reguladores, havia ainda que gerenciar uma complicada rede de parcerias institucionais e comerciais estabelecidas para viabilizar a exploração da madeira. Sem contar as atividades normais de campo que incluíam o relacionamento diário com os Xikrin, longos trajetos da aldeia até a área de manejo e de lá até cada-

dia 5 de dezembro. A reunião contará com a presença da Funai, do Ministério Público e da Associação Indígena Bepnoi, que administra os recursos investidos na comunidade Xikrin, composta por cerca de mil pessoas. O advogado Romualdo Oliveira da Silva, da Bepnoi, reclama que a mineradora propôs para 2006 a aplicação na comunidade de R\$ 5,78 milhões, quando neste ano foram destinados R\$ 6 milhões. “Isso deixou a comunidade indígena revoltada, pois sua população está aumentando e precisaria de valor superior ao aplicado neste ano”. Tanto a Funai quanto o advogado, negam que os xikrins tenham “invadido” a vila

de servidores da CVRD, no núcleo residencial do Projeto Carajás, conforme divulgado pela mídia. Oliveira disse que “não houve radicalização” e que os índios fizeram manifestação num bosque, nas imediações da vila, defendendo negociação com a CVRD. O administrador da Funai em Marabá, Eimar Araújo conseguiu nesta quinta-feira convencer os índios a voltar à tribo, alegando que a reunião com a Vale já estava marcada. (*Radiobrás, 06/11/05*)

des como Tucumã, Água Azul e Marabá. Todas essas dificuldades impactaram o relacionamento da equipe do projeto com os Xikrin, trazendo mal-entendidos e tensões.

O indigenista André Villas-Bôas, que trabalhou no projeto em seu início, e atualmente coordena o Programa Xingu do ISA, aponta um aspecto, fundamental em sua opinião: “A decisão de desenvolver um projeto de manejo, cujo dimensionamento foi pensado como um empreendimento de envergadura empresarial, que pudesse gerar rendimentos os mais próximos possíveis dos obtidos pelos índios com a exploração ilegal de madeira e fosse minimamente significativo em relação aos recursos recebidos por eles diretamente da CVRD, contribuiu para o seu insucesso”. Villas-Bôas avalia que ao se perseguir essa perspectiva, foi inevitável a criação de um descompasso. De um lado, as condições reais de gestão dos Xikrin sobre a estrutura criada e de outro, os procedimentos adotados - necessários para gerir o empreendimento, que respondesse às expectativas -, muito complexos para serem incorporados pelos índios naquele momento. “Em que pesem as iniciativas de capacitação desenvolvidas no âmbito do projeto, a falta de processos consistentes anteriores de formação, também se constituiu em fator limitante para a participação mais orgânica dos Xikrin”.

PROBLEMAS SUPERARAM CONQUISTAS

Esses fatores e obstáculos somados colocavam todos sob pressão e tornava-se cada vez mais difícil entender o alcance que o projeto tinha sobre os índios. Até mesmo as importantes conquistas obtidas pelo projeto durante a sua elaboração e posterior implantação foram insuficientes para superar os problemas.

Ainda assim, alguns impactos positivos podem ser contabilizados. Na avaliação do antropólogo Cássio Inglez de Souza, que realizou um diagnóstico do Kaben Djuoi a pedido do ISA, entregue poucos meses antes do final da parceria, a primeira das conquistas foi afastar os Xikrin dos madeireiros. Outro marco importante foi o processo de certificação florestal iniciado em 2000 que resultou, em 2002, na obtenção do selo FSC (Forest

Stewardship Council) para a madeira proveniente do manejo. O selo, garantia de bom manejo, agregaria valor ao produto dos Xikrin. A experiência com o projeto também subsidiou a definição dos critérios do FSC para certificação de manejo em terras indígenas. O projeto também teve impacto nas discussões sobre mudanças na legislação indigenista, e é considerado um avanço na defesa dos direitos indígenas.

No entanto, diante das inúmeras dificuldades técnicas, burocráticas e econômicas os Xikrin perceberam que os recursos obtidos do Manejo Florestal eram insuficientes e decidiram suspender o projeto, optando por demandar um aumento de recursos do convênio com a CVRD e por desenvolver atividades pecuárias na Terra Indígena.

De acordo com Nilto Tatto, que coordenou a equipe do projeto de 1999 a 2001, o ISA entendeu as decisões tomadas pelos Xikrin e decidiu se retirar do projeto comunicando sua decisão em correspondência enviada à Associação Bép-Nói e à empresa madeireira parceira, que beneficiava a madeira. Devolveu os equipamentos e repassou as informações necessárias à sua continuidade, à medida em que a madeira colhida na safra de 2002 havia sido extraída recentemente, e ainda se encontrava nos pátios da serraria que o projeto havia montado. A carta foi enviada com cópia para a Funai, CVRD, 6ª Câmara do MPF, Procuradoria em Marabá e Promanejo, que financiava o projeto. No âmbito do Promanejo, o ISA cedeu todos os equipamentos adquiridos com verbas do projeto à Associação Bép-Nói.

Para o antropólogo César Gordon foi um desenlace previsível, considerando-se as difíceis condições necessárias para realizar um empreendimento como esse. “Se tivesse sido possível insistir no alcance mais amplo do projeto, talvez ele não tivesse acabado. Um conjunto de fatores complexos das relações políticas entre os Xikrin, e desses com o dinheiro e com os brancos, tirou sua graça. Mas isso não diminui sua importância nem os ensinamentos que deixou e pode servir de mote para reflexão por parte dos formuladores de políticas públicas para o setor florestal e ambiental.” (Inês Zanchetta, agosto, 2006)

PANARÁ

PANARÁ SERÃO INDENIZADOS

Agora é definitivo: o povo indígena Panará conseguiu garantir a indenização pelos danos e mortes causados em virtude do contato com a sociedade envolvente. Ou seja, a partir de hoje (22 de agosto), a decisão torna-se irrevogável, inapelável e inédita na jurisprudência dos tribunais nacionais, por ser a primeira vez que o Estado brasileiro é condenado a indenizar um povo indígena por danos morais. Fixada em 4 mil salários mínimos, a indenização refere-se aos danos morais (sofrimento, humilhação, terror) e materiais (mortes) causados aos Panará pelas ações e omissões do Estado durante o processo de contato (construção da rodovia Cuiabá-Santarém e transferência para o Parque Indígena do Xingu). A ação foi interposta em 1994 perante a Justiça Federal em Brasília, mas somente agora os índios obtiveram uma decisão definitiva garantindo seus direitos. (*ISA, 22/08/01*)

DEPOIS DE VITÓRIA, PANARÁ CRIAM ASSOCIAÇÃO...

Depois da vitória inédita na Justiça, os índios panará ou gigantes como ficaram conhecidos, criaram mês passado a Associação Iakîô para representar seus direitos. Os cerca de 180 índios que vivem na reserva do mesmo nome em Guarantã do Norte, Matupá e Altamira vão receber indenização pelos danos, mortes e omissões do Estado brasileiro durante o processo de contato. (*Midianews, 05/11/01*)

... E RECEBEM INDENIZAÇÃO DOIS ANOS DEPOIS

Dois anos depois da decisão final da Justiça, os índios panarás foram indenizados pela União pelos danos sofridos durante o processo de contato e da transferência à força de suas terras tradicionais para o Parque Indígena do Xingu, por causa da construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém). A indenização, no valor de R\$ 1.261.153,12, foi depositada no dia 29 de julho. (*Oesp, 01/08/03*)

TRIBUTO À RESISTÊNCIA E À LUTA

Os índios Panará receberam a Ordem do Mérito Cultural das mãos do presidente Lula e do ministro da Cultura, Gilberto Gil. A audiência aconteceu ontem, dia 9, no Palácio do Planalto. “Sofremos e lutamos muito por nossas terras, fiquei muito contente com o convite do presidente”, afirmou Aká Panará, líder esco-

RICARDO STUCKERT/ABR. NOV. 2004



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Cultura, Gilberto Gil, aplaudem índios Panará na entrega da Ordem do Mérito Cultural, no Palácio do Planalto.

lhido pelos Panará para receber a homenagem. Akã mora na aldeia Nãsêpotiti, na TI Panará. Na cerimônia, mais 39 representantes – personalidades, entidades e comunidades consideradas símbolos da cultura brasileira – foram agraciados com a comenda. Gilberto Gil explicou que a intenção do governo foi de reconhecer especialmente as manifestações coletivas e de caráter popular. A Ordem do Mérito Cultural foi criada pelo Ministério da Cultura em 1995 e até agora entregue a mais de 240 instituições e pessoas. Neste ano, o mote da homenagem foi “Brasil, por uma Cultura da Paz”. (Oswaldo Braga de Souza, ISA, 10/11/04)

SEMENTES DE MOGNO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA

Enquanto madeireiros invadem áreas protegidas para derrubar e transformar árvores em mercadoria ilegal, os índios panará apostam nelas em pé para gerar renda para a comunidade da TI Panará. A aposta se dá com o Projeto de Manejo de Recursos Florestais, desenvolvido em parceria com o ISA. A idéia do projeto é aliar o conhecimento dos recursos naturais da TI, que é praticamente toda coberta por densas florestas, com a sustentabilidade das atividades econômicas dos Panará, que somam hoje cerca de 250 índios. A mais recente conquista do projeto de manejo florestal, iniciado em 2002, foi a colheita e o beneficiamento de 12 quilos de sementes de mogno (*Swietenia macrophylla*), uma das mais nobres e cobiçadas árvores da Amazônia. O próximo passo será comercializar as sementes, com qualidade certificada, no mercado de empresas de reflores-

tamento e com governos que fomentem a recuperação de áreas degradadas. A colheita das sementes de mogno se realiza a cada dois anos e a de maio passado – de 12 quilos – foi recorde. Em 2003, os Panará colheram 4 quilos. Para triplicar o número de sementes, os Panará coletaram mais de 700 frutos de mogno e identificaram, numeraram, mensuraram e localizaram em mapas 59 árvores da espécie. Novas árvores estão sendo pesquisadas para que os Panará tenham um mapeamento completo dos recursos naturais do território e, assim, ampliem as possibilidades de manejo sustentável de seus recursos. (ISA, 09/08/05)

TERRA DOS PANARÁ É INVADIDA

Cerca de 20 índios Terena foram presos por índios Panará e Kayapó, quando exploravam ilegalmente palmito de açaí em suas terras, no dia 1º de outubro. No dia 5, o grupo foi liberado. Mas prometeu voltar. Os guerreiros Panará e Kayapó continuam mobilizados fiscalizando os limites de suas terras e também parte da gleba que, por conta da invasão, decidiram tomar dos Terena [ver íntegra da notícia na página XXX]. (André Villas-Bôas, ISA, 06/10/05)

PARAKANÃ / TI APYTEREWA

COLONOS SERÃO INVESTIGADOS

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar crime de cárcere privado contra dez pessoas – sete funcionários do Incra de Brasília, Belém e São Félix do Xingu, dois vereadores daquele município do sul do Pará e um cinegrafista

amador. Eles ficaram em poder de 450 agricultores do Assentamento São Francisco e foram libertados somente no final da tarde de quarta-feira. “Os colonos terão que responder criminalmente pelo que fizeram”, afirmou o superintendente da PF no Estado, Geraldo Araújo. Os colonos avisaram que não pretendem sair da área, mesmo sabendo que o local está situado dentro da reserva Apyterewa, dos índios parakanã. A partir de 1988, tendo como base de apoio a cidade de Tucumã, diversas empresas madeireiras como Maginco, Perachi e Impar começaram a entrar na área indígena em busca de mogno. A área Apyterewa era a última grande reserva de mogno do sul do Pará. As grandes empresas madeireiras nunca respeitaram os limites da área indígena, explorando seu potencial madeireiro até o esgotamento do limite sul da área. As comunidades indígenas foram expulsas do limite sul da reserva. Anos após, a partir de 1993, em Tucumã, essa área não era mais considerado como de posse da comunidade Apyterewa. Sequer o Incra, responsável último pela estrutura fundiária da região, reconhecia e respeitava os limites da reserva. (O Liberal, 05/02/01)

ACUSADO DE ROUBO DE MADEIRA É PRESO

A Polícia Federal prendeu, no município de Altamira, Ângelo Lopes Pereira, acusado de, desde 1996 e junto com outras seis pessoas, extrair madeira ilegalmente, especialmente mogno, da reserva indígena Apyterewa. Habitada pelos índios Parakanã, essa área situa-se nos municípios de São Félix do Xingu, Altamira e Senador José Porfírio. O juiz federal Rubens Rollo D'Oliveira decretou a prisão preventiva de Ângelo no dia 17 de abril deste ano, para garantir a ordem pública. Ele é acusado de furto de madeira e formação de quadrilha. Esta é a segunda vez em que Ângelo tem sua prisão preventiva decretada pela Justiça Federal. O procurador da República em Marabá, Orlando Martello Júnior, do Ministério Público Federal, informa que, na época em que teve sua prisão preventiva revogada, Ângelo, “demonstrando sua tendência à prática criminosas”, retornou àquela área indígena, “reavendo suas atividades ilícitas, passando, inclusive, a proferir ameaças veladas contra as testemunhas que ali se encontravam”. Em função desses fatos, em 20 de agosto de 1998 o Ministério Público Federal requereu novamente a decretação da prisão preventiva de Ângelo, para garantir a ordem pública, já que ele “persistia em perpetrar os atos criminosos pelos quais estava denunciado”. A prisão preventiva foi decretada pela Justiça Federal, mas, devido à difícil localização de Ângelo e às precárias condições financeiras

da Polícia Federal de Marabá, ainda conforme o promotor, o mandado de prisão somente foi cumprido no dia 4 de setembro de 1999, dois anos depois de requerida a prisão do acusado. Por essa razão, o Ministério Público Federal manifestou-se favorável à revogação da prisão dele. Só que, no dia 31 de março deste ano, conforme informação da administração regional da Funai em Altamira, Ângelo retornou à região e, juntamente com outro acusado, cujo nome não é citado no despacho do procurador, “voltou a aliciar índios da etnia Araweté, dando-lhes dinheiro e prometendo armas, para que eles permitissem a retirada ilegal de madeira de suas terras, como de fato vem ocorrendo”. O território Araweté, ressalta o Ministério Público Federal, encontra-se com seu processo de regularização fundiária concluído, sendo o último reduto inexplorado de madeira do Sul do Pará. A prisão de Ângelo, portanto, argumenta o procurador Orlando Martello Júnior, é necessária à manutenção da ordem pública. Em entrevista a O Liberal, Ângelo negou todas as acusações. (*Jornal do Comércio*, 03/05/01)

JUIZ REINTEGRA ÁREA DA TI À FUNAI

O juiz federal-substituto, Francisco Alexandre Ribeiro, da Subseção Judiciária de Marabá-PA, decidiu pela reintegração, à Funai, da TI Apyterewa. A ação de reintegração foi movida pela Funai, contra Osvaldo Muniz e outros. (*Funai*, 06/07/01)

CONFRONTO ENTRE ÍNDIOS E POSSEIROS

A Funai confirmou ontem a morte de três posseiros em um confronto com os índios parakanãs na TI Apyterewa. Segundo a Funai, os posseiros foram mortos a tiros de espingarda. Um sobrevivente na área revelou que os corpos estão numa clareira a oito quilômetros da aldeia, guardados pelos índios. Eles devem ser resgatados entre hoje e amanhã. “Os índios estavam caçando e se depararam com os posseiros armando acampamento a dois quilômetros da aldeia”, disse o técnico indigenista da Funai, em Altamira, Nerci Caetano Ventua. (*A Crítica*, 27/11/01)

PF RESGATA CORPOS DE POSSEIROS

Agentes da PF, peritos do Instituto de Polícia Científica Belém, e funcionários da Funai começaram ontem a resgatar da TI Apyterewa, os corpos dos posseiros Nilson Ferreira Dias, Joel Cardoso de Oliveira e Edval de Jesus do Nascimento. O superintendente da PF no Pará, Geraldo Araújo, garante que está preparado para

cumprir a liminar de reintegração de posse concedida à Funai pela Justiça federal de Marabá. O maior problema será retirar os invasores, muitos dos quais andam armados e se negam a sair das terras indígenas. Eles querem vingar os companheiros mortos e defendem a redução da reserva. (*O Povo*, 10/12/01)

MINISTRO REDUZ A TI EM 207 MIL HA

No último dia do ano, 31/12/01, o Ministro da Justiça, Aloísio Nunes, assinou a Portaria reduzindo a TI Apyterewa de 980.000 para 773.000 ha. (*DOU*, 04/01/02)

COLONOS NÃO SERÃO REMANEJADOS

Parte dos colonos que vivem no assentamento localizado dentro da TI Apyterewa não serão mais remanejados. O ministro da Justiça, Aloysio Nunes, disse ontem ao governador Almir Gabriel que os limites da reserva foram revisados. É o capítulo final de uma longa negociação entre os governos federal e estadual para evitar conflitos entre índios e colonos depois que a reserva foi aumentada 268% em 1987. A possibilidade de conflitos na área do assentamento São Francisco preocupava os prefeitos da região, que reiteradas vezes apelaram ao governador para negociar uma solução para a questão depois que a Funai determinou a saída de famílias. No total, são 2,5 mil famílias que estavam ameaçadas de sair do local por causa da ampliação da TI. A área é separada por um rio, de um lado moram os índios Parakanã e, do outro, os agricultores. Ele disse que está garantida a permanência dos colonos que estão dentro da área negociada. Os que estiverem dentro dos novos limites deverão ser remanejados. (*O Liberal*, 23/01/02)

FUNAI PEDE APOIO DA PF PARA DEMARCAR ÁREA

A Funai espera uma resposta da PF para continuar o processo de demarcação na TI Apyterewa. O segmento de área é uma “linha” de aproximadamente 1500 metros, já identificada e a ser demarcada como TI, está invadido há anos por não-índios que não permitem a ação da Funai. A Fundação espera a colaboração dos agentes federais para assegurar que a demarcação seja efetuada. (*Funai*, 10/09/02)

JUSTIÇA FEDERAL ORDENA RETIRADA DE POSSEIROS

A desembargadora federal Selene Maria de Almeida ordenou a retirada da madeireira Pe-

racchi e de grileiros que ocupam áreas na TI Apyterewa. Áreas conhecidas como o “Paredão” e o “Pé de Morro” devem ser desocupadas pelos invasores, segundo a decisão da Justiça para a ação civil pública movida pela Funai e pelo MPF contra Benedito Lourenço da Silva e outros. (*Amigos da Terra*, 13/05/05)

EXÉRCITO GARANTE DEMARCAÇÃO...

A Funai vai concluir a demarcação da TI Apyterewa, onde grileiros de terras e empresas madeireiras estão criando problemas para o trabalho dos técnicos, inclusive promovendo ameaças. De acordo com o procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares e Silva, o trabalho deve ser retomado com a proteção da PF e do Exército, que já acompanham a Funai na região. Apesar de o tamanho da reserva ter sido reduzido de 980 mil para 773 mil hectares em razão do “refazimento da linha divisória a sudeste da área”, há grileiros e madeireiros que insistem em se dizer proprietários de terras dentro da área. A PF apurou que eles aliciavam os índios com dinheiro e mercadorias para que permitam a derrubada das árvores em suas terras. O presidente da Funai, Mércio Gomes, disse que os técnicos do órgão estavam a 1,8 mil metros de concluir a demarcação, quando foram impedidos por pistoleiros armados a serviço dos invasores. (*O Liberal*, 26/05/05)

... MAS POSSEIROS NÃO VÃO ARREDAR PÉ

A reunião, em São Félix do Xingu, entre os colonos e grileiros que estão na TI Apyterewa, dos índios Parakanã, acabou se transformando numa espécie de seminário do Ibama e do Incri, para mostrar como as atividades econômicas devem ser conduzidas na área, até que haja uma solução para o problema. A Funai, o Cimi, e a CPT não mandaram representantes ao encontro que durou dois dias. É quase impossível determinar quantos posseiros estão hoje na área dos Parakanã. No mês passado, o Exército e a Funai concluíram a demarcação da reserva. A grande maioria dos invasores é constituída de grileiros e madeireiros. Por isso, a reserva já foi reduzida de 980 mil para 773 mil hectares. (*Diário do Pará*, 15/06/05)

ARQUIVADA AÇÃO CONTRA TI

O ministro Celso de Mello mandou arquivar Mandado de Segurança (MS 25437), com pedido de liminar, impetrado pelo município de São Félix do Xingu. O objetivo da ação era o de suspender o processo administrativo da Funai de demarcação da TI Apyterewa. O município

argumentou que o processo de homologação da reserva está na iminência de ocorrer por decreto do presidente da República, o que pode resultar na expulsão de milhares de agricultores, pecuaristas, colonos e moradores da região. (*Supremo Tribunal de Justiça, 12/07/05*)

ARARA / TI CACHOEIRA SECA

ARARA VÃO A BRASÍLIA PEDIR DEMARCAÇÃO...

Pela primeira vez um grupo do povo Ugorogmo, conhecido como Arara, da TI Cachoeira Seca, cerca de 1300 quilômetros de Belém, no Pará, está em Brasília. Incumbidos pelos mais velhos a vir a Brasília, seis jovens Arara entregaram, ontem (16), ao assessor do ministro da Justiça, Cláudio Luiz Beirão, um abaixo-assinado com 23 mil assinaturas coletadas durante a campanha pela demarcação da TI Cachoeira Seca, iniciada em dezembro do ano passado. Preocupados com a demora para demarcar e com o aumento do número de invasores em suas terras, os Arara também estiveram reunidos com Artur Mendes, do Departamento de Assuntos Fundiários da Funai, com Rolf Hackbart, presidente do Incra, com parlamentares e com procuradores da 6ª Câmara do MPF. Os índios denunciaram que com a demora para demarcar a terra, eles são constantemente ameaçados e perseguidos pelos invasores. Em 2000, um Arara foi assassinado depois de tentar impedir a pesca predatória dentro da terra. De lá pra cá, eles não saem mais sozinhos para caçar ou pescar. (*Cimi, 17/06/04*)

... ENQUANTO OS INVASORES SE MOBILIZAM

Invasores da TI Cachoeira Seca pretendem barrar o processo de demarcação da área, iniciado há duas semanas pela Funai. Prevista para a próxima segunda (dia 5), os organizadores da mobilização esperam contar com a participação de cerca de 800 pessoas dos quatro municípios que fazem limite com a TI. Segundo Paulo Medeiros, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e candidato a prefeito em Uruará, depois de uma plenária, que ocorrerá na segunda-feira, eles se deslocarão para o local onde as equipes da Funai estão fazendo a demarcação da área. "Vamos barrar. Nós não vamos aceitar a demarcação". Paulo Medeiros disse ainda que os empresários e os colonos que participarão da mobilização, fecharão a Transamazônica. Ele afirma que os índios não reconhecem aquela área como deles. (*Cimi, 01/07/04*)

DEMARCAÇÃO DA TI É SUSPensa

A Funai interrompeu hoje a demarcação da TI Cachoeira Seca. A demarcação estava baseada em portaria de 1993 e encontra a resistência de ocupantes de parte da TI, incluindo tanto antigos agricultores familiares da Transamazônica quanto especuladores fundiários mais recentes. Trata-se de uma das terras indígenas consideradas de maior conflito em toda a Amazônia: ali avança a construção de estradas ilegais financiadas por madeireiros locais e fazendeiros oriundos do sul do país. Trata-se também da segunda TI mais desmatada do País em 2003, quando foram destruídos 10.300 ha. de sua extensão por invasores. A decisão foi tomada com despacho do Procurador Geral Federal Luiz Soares de Lima, da procuradoria especializada da Funai, com base em decisão do STJ tomada em 1997. A decisão, com mandato de segurança, visava ampliar a possibilidade de contraditório por parte dos ocupantes com direito à indenização. Os índios, de acordo com assessores diretos da associação indígena local, nunca sequer tomaram conhecimento do processo. Em carta divulgada poucas horas após o ocorrido, o bispo de Altamira dirigiu-se ao Ministro da Justiça Tomaz Bastos, sem fazer referência à suspensão, porém manifestando preocupação pelo andamento da demarcação de referida área. O Ministério da Justiça não se pronunciou sobre o caso. (*Amazonia.org.br, 20/07/04*)

FUNAI DEVE PREPARAR NOVO LAUDO

Um novo laudo antropológico deverá ser realizado pela Funai para a demarcação da TI Cachoeira Seca. O mesmo despacho que suspendeu o processo demarcatório prevê a feitura do novo estudo, como alternativa para a retomada do mesmo. A concessão do mandado de segurança teve por intuito garantir a participação e ampla defesa dos ocupantes não-indígenas das terras, e a proteção aos seus direitos à indenização que, de acordo com o acórdão, haviam sido negligenciados no processo administrativo de demarcação da reserva. O novo laudo antropológico pretende sanar os problemas do anterior, apontados pelo MPF na ação judicial. Entre as deficiências apontadas pelo MPF consta a ampliação, por parte de funcionários de fora do Grupo Técnico, da área inicialmente delimitada pelo laudo. Tais deficiências possibilitaram o questionamento de sua validade. (*Amazonia.org.br, 22/07/04*)

DESMATAMENTO ILEGAL

Índios Xicrin, da região do Xingu, denunciam a extração de madeira e desmatamento ilegal

dentro da área da Cachoeira Seca, onde fica a reserva dos índios Arara. Os Xicrin, que estavam na área dos Arara a pedido dos próprios parentes para ajudar na demarcação da reserva, denunciam que, durante o tempo que estiveram dentro da área da reserva, encontraram madeiras derrubadas e áreas já sinalizadas com placas de lotes. Os índios afirmam que também encontraram galões com gasolina, tratores e carregadeiras que estavam sendo usados na extração ilegal. Os índios estiveram por mais de 15 dias no local e disseram que irão cobrar da Funai a demarcação da reserva. A Funai informa que está empenhada em resolver o impasse entre índios e agricultores e defende reassentamentos dignos para os agricultores que vão ser penalizados com a demarcação da TI. (*Diário do Pará, 27/07/04*)

PROTEÇÃO PARA A TI

O presidente da Funai, Mercio P. Gomes, determina, através da Portaria nº 1537 de 29/10/04 "considerando que a situação de risco e fragilidade do grupo denominado Wokorongmã (Arara), imposto pela ocupação desordenada e violenta das áreas de uso do grupo por não índios; considerando que o reconhecimento da situação de risco acima referido tem determinado a permanência dos servidores da Coordenação Geral de Índios Isolados junto ao grupo, resolve: estabelecer restrição de direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, pelo prazo de um ano." (*DOU, 05/11/04*)

ESTUDOS COMPLEMENTARES DE DELIMITAÇÃO

O presidente substituto da Funai, Roberto Lustosa, criou GT para realizar estudos complementares de delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Maria Helena de Amorim e determina o prazo de 30 dias para a realização do trabalho de campo a partir da data dos deslocamentos, de 150 dias para a entrega do relatório da antropóloga, e 30 dias para o relatório cartográfico, a partir da volta do campo. As despesas correrão às custas do Programa Território e Cultura Indígena Ação Identificação e Revisão de TIs. (*DOU, 19/11/04*)

A VERSÃO DOS COLONOS

A criação da segunda reserva dos índios Arara, entre os municípios de Altamira, Uruará e Placas, região da Transamazônica, no sudoeste do Pará, está gerando um clima de tensão entre colonos, produtores, indígenas e a sociedade organizada dos três municípios. O medo é que, com a demarcação e a homologação da reserva Cachoeira Seca, mais de mil famílias sejam

retiradas da área. A primeira reserva Arara, a Laranjal, tem cerca de 300 mil hectares e foi criada em 1989. A intenção da Funai agora é unir as duas reservas e expulsar os colonos da região. Detalhe: na área existem projetos de colonização do próprio governo federal. Existem colonos que nasceram na área há mais de 50 anos, já que seus pais e avós chegaram bem antes da colonização da região, como soldados da borracha, na década de 40. Uma das sugestões é que a reserva seja estendida para outra direção, onde não existam colonos. A produção da região, em sua maior parte é de cacau, mas há também em grande escala de pimenta do reino e café. Uruará e Medicilândia são os dois maiores produtores cacauzeiros da região amazônica. *(Carlos Mendes e Paulo Jordão, O Liberal, 17/01/05)*

LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O presidente da Funai cria GT para realizar o levantamento fundiário das ocupações não-índigenas incidentes na área em estudo. O GT é composto por 2 engenheiros agrônomos, um técnico em agricultura e pecuária, um técnico em indigenismo, dois técnicos do Incra, um representante do Sindicato Rural de Uruará e um da prefeitura de Uruará. O grupo terá 60 dias para o trabalho de campo e 15 para a entrega do relatório. *(DOU, 22/08/05)*

ARARA / TI ARARA

MADEIREIROS AMEAÇADOS DE MORTE

A reserva dos índios Arara, em Altamira, sudoeste do Pará, foi invadida por empresas madeireiras que estão extraindo mogno e cedro. Os índios pediram ajuda da Procuradoria da República de Santarém para retirar os invasores. Segundo o cacique Aykidô, os índios estão armados e dispostos a matar os madeireiros e seus empregados se as máquinas que derrubam e transportam a madeira para fora da reserva não forem retiradas do local. A Funai já pediu ajuda ao procurador da República para evitar o confronto. *(Oesp, 19/01/01)*

TEMBÉ / TI ALTO RIO GUAMÁ

INVASÃO DE MADEIREIROS

Os índios tembés, do leste do Pará, denunciaram ontem à Funai, em Belém, que estão sendo ameaçados de morte por madeireiros que invadiram suas terras para derrubar a floresta e retirar a madeira. “Eles querem se vingar por-

que fizemos a Polícia Federal explodir com dinamite duas pontes da estrada por onde a nossa madeira era roubada”, contou o cacique Sérgio Mutti Tembê. Ele disse que os madeireiros estão armados, construíram outra ponte num atalho da estrada e transportam as toras por dentro de um assentamento do Incra. Outros caciques relataram que o clima na aldeia é de revolta. Guerreiros mais jovens já começaram a se pintar para a guerra. *(A Tarde, 22/09/01)*

TEMBÉ AMEÇAM MATAR INVASORES...

Os índios da TI Alto Rio Guamá, na fronteira do Pará com o Maranhão, ameaçam entrar em confronto armado com 356 invasores de suas terras. Os invasores se negam a sair, apesar de já terem recebido as indenizações pagas pela Funai por benfeitorias que fizeram, além de há mais de dois anos terem prometido desocupar o local. *(O Liberal, 12/03/03)*

... E DÃO PRAZO PARA DESOCUPAÇÃO DA TI

A Polícia Federal terá 20 dias, a partir de hoje, para retirar as famílias de colonos da Vila de Bacaba, ocupação ilegal dentro da TI do Alto Rio Guamá. O prazo foi dado ontem pela comissão de índios Tembê reunida com representantes da Procuradoria Geral da República, Incra e Funai, para resolver o impasse que originou um conflito na semana passada, quando funcionários da Funai foram feitos reféns por dois dias. Os índios queriam a retirada imediata dos colonos, já que a Justiça garantiu o direito de reintegração de posse no ano passado, a partir de uma ação impetrada pela Procuradoria Geral da República. Mas foram convencidos a dar tempo para que se organizasse uma operação conjunta entre MPF, PF, Funai, Incra e Ibama, com novas notificações às famílias que estão na área. Se o acordo não for cumprido, os índios afirmam que estão preparados para ações radicais também na área do Gurupi. *(O Liberal, 20/05/03)*

LADRÕES DE MADEIRA SÃO AMARRADOS EM ÁRVORES

Cerca de 300 índios tembés do Alto Rio Guamá estão mantendo 15 homens reféns, amarrados em árvores. As primeiras informações dão conta de que os homens foram capturados ontem, quando roubavam madeira e cipó dentro da reserva indígena. Os tembés afirmam estar cansados de invasões e extração ilegal de madeira em suas terras. Eles querem que as autoridades expulsem os madeireiros da reserva. Em recente decisão da Justiça Federal do

Pará, cerca de 1,5 mil pessoas que vivem em vilas dentro da reserva perderam o direito de permanecer na área. Apenas 60 saíram. *(Oesp, 19/09/03)*

TEMBÉ DECIDEM LIBERTAR REFÊNS

Por não terem tido condições de alimentar por tanto tempo as 15 pessoas que, desde a última terça-feira, mantinham como reféns dentro da mata onde elas foram flagradas roubando madeira, e também porque cansaram de esperar pela presença da Funai e da PF na área, os índios Tembê, da aldeia Tekohaw, localizada em Paragominas, resolveram libertá-los e esperar pelo cumprimento da promessa da Funai de realizar uma grande operação na TI para combater a retirada ilegal de madeira. Um funcionário da Funai disse ontem que um índio Tembê estaria ajudando os madeireiros na extração de madeira dentro da reserva indígena. Na última sexta-feira, por ter se desentendido com um desses madeireiros, ele “colocou a boca no trombone, confessou sua participação e por isso foi expulso da aldeia onde ele morava”. *(O Liberal, 23/09/03)*

FUNASA RENOVA CONVÊNIO

Depois de fazer funcionários da Funasa reféns, índios Tembê conseguem a manutenção de verbas para atendimento à saúde no Alto Rio Guamá. A Funasa e os cerca de 70 índios da tribo Tembê entraram em acordo. Com a intermediação do prefeito de Paragominas, Sidney Rosa, no dia 16, foi assinada a renovação do convênio. Mas os índios e o próprio prefeito de Paragominas reclamam que, além de os recursos ainda estarem retidos nos escaninhos burocráticos de Brasília, houve uma drástica redução dos valores antes firmados no convênio. “No início, o valor era de R\$ 1.450 milhão. Depois, fizeram um corte e o valor passou para R\$ 975 mil. Agora, deram mais uma capada no dinheiro e o convênio assinado só vai dar R\$ 587 mil pra gente tratar da nossa saúde durante um ano”, protestou o cacique Jacinto Tembê. “Dessa forma fica impossível manter um razoável sistema de saúde para os indígenas”, protesta o gestor municipal. Numa reunião ocorrida na manhã de ontem, no prédio da Prefeitura de Paragominas, os índios e o prefeito Sidney Rosa decidiram preparar um aditivo no qual é solicitado que o valor do convênio seja mantido pelo menos no valor anterior anunciado, que foi de R\$ 975 mil. *(O Liberal, 20/07/04)*

COLONOS NEGOCIAM COM A FUNAI

Em tentativa de negociar o fim da tensão entre os colonos que ocupam a TI Alto Rio Guamá, autoridades estiveram reunidos ontem com re-

presentantes dos agricultores na Procuradoria da República do Pará. Também estiveram presentes representantes do Incra, da Funai, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, além do prefeito de Cachoeira do Piriá e do deputado estadual José Megale. As condições da retirada foram explicadas aos trabalhadores e foram dadas garantias de que o processo é gradual e respeita as necessidades das famílias. O procurador da República, Felício Pontes e a administradora da Funai, Célia Valois, afastaram a hipótese de rever a demarcação da reserva e evitar a retirada das famílias. Por duas vezes, só neste mês, a rodovia BR-316, que corta a região, foi interditada por agricultores reivindicando a diminuição da reserva. *(O Liberal, 26/08/04)*

TEMBÉ PROTESTAM CONTRA MADEIREIROS...

A sede da Funai em Belém amanheceu ocupada, ontem, por 70 índios Tembê, da região do Alto Rio Guamá. O cacique Joca Tembê explicou que a decisão de invadir, tomada em comum acordo com as demais lideranças da aldeia, visa forçar a direção da Funai a cumprir a promessa de pedir à Polícia Federal a retirada de madeireiros clandestinos que, segundo denuncia, estão agindo “na calada da noite” na derrubada da floresta, rica em madeira nobre. No local, os índios têm como principais meios de subsistência o artesanato e a agricultura, com destaque para o plantio de mandioca, cuja farinha d’água abastece toda a população do município de Capitão Poço. Além de exigir a retirada das serrarias, localizadas a 2,5 quilômetros da aldeia dos Tembê e que estão exportando madeira em tora – maçaranduba, pau d’arco e piquiá, entre outras –, o cacique Joca garante que não vai desocupar a sede enquanto a Funai não cumprir com outra promessa de instalar pelo menos duas bases de vigilância na localidade de Santa Luzia. *(O Liberal, 16/06/05)*

... MAS RETORNAM À ALDEIA DE MÃOS VAZIAS

A liminar federal que pretendia promover a desocupação do prédio da Funai, em Belém, chegou com dois dias de atraso. Os índios tembê, que tomaram conta do prédio para exigir medidas contra a presença de madeireiros na região do Alto Rio Guamá, desistiram do protesto e desmontaram acampamento na quarta-feira, retornando à reserva. Os índios encontraram a sede do órgão esvaziada pela greve dos servidores federais e retornaram às suas aldeias sem respostas às reivindicações. *(O Liberal, 02/07/05)*

TI TEMBÉ

ÍNDIOS TEMBÉ PROTESTAM CONTRA VALE

Cerca de 60 índios da tribo Tembê estão em Belém desde o dia 28 para reivindicar providências sobre intervenções que, segundo eles, a empresa Pará Pigmentos, da CVRD, vem fazendo em sua terras. Em reunião na sede da Procuradoria-Geral da República, os índios se mostraram revoltados com a CVRD. “A empresa colocou trabalhadores dentro da nossa área para fazer novos desmatamentos em cima da mineração que corta a nossa reserva. E nós tentamos apreender (sic) oito trabalhadores, mais o gerente. Eles foram detidos dentro de nossa área”, informou Lúcio Tembê, líder da aldeia e filho do cacique Porangati Tembê. Segundo Lúcio Tembê, a empresa desrespeitou o compromisso assumido com os índios e se negou a negociar com eles. “Então, nós entramos em contato com o procurador (Felício Pontes Júnior) via rádio, e ele convocou a empresa para uma reunião aqui, em Belém. E nós fomos deslocados para cá para poder participar da reunião”, informou. Segundo Lúcio Tembê, na reunião foi discutido o acordo firmado entre a Funai, a Pará Pigmentos e os índios, num programa que prevê que a empresa custeie, durante cinco anos, algumas alternativas para minimizar o impacto ambiental na região. *(O Liberal, 30/05/01)*

GAVIÃO/TI MÃE MARIA

GAVIÃO PROTESTAM CONTRA A VALE

Cerca de 80 índios da tribo Gavião, da reserva Mãe Maria, em Marabá, interditaram na tarde de ontem a ferrovia de Carajás, entre os municípios de São João do Araguaia (PA) e São Pedro da Água Branca (MA). Eles tomaram cinco funcionários da CVRD como reféns. Os gaviões alegam que há quatro meses a Vale não repassa o pagamento pela passagem da ferrovia por dentro de suas terras. O pagamento é de R\$ 64 mil mensais e é feito há mais de 20 anos. A empresa e os índios assinaram um contrato que, segundo o cacique Josimar Gavião, está sendo desrespeitado pela Vale. A direção da Vale informou que o dinheiro tem sido repassado sem qualquer atraso, e afirma não entender a razão do bloqueio. *(Agência Estado, 15/03/01)*

GAVIÃO QUEREM AUMENTO NO REPASSE DA VALE...

Até o início da madrugada de ontem permanecia o impasse entre os Parkategê-Gavião e a

CVRD. A nova rodada de negociações, intermediada pelo procurador da República Sidney Madruga e pelo delegado de PF José Antonio foi interrompida na madrugada, com poucos avanços. A intransigência fica por parte da Vale do Rio Doce, segundo opinião dos que acompanham as negociações. Lideranças indígenas, representadas por Kuia e Kiné Gavião saíram irritadas do encontro. O impasse está sendo criado em torno do valor mensal que a Vale destina à comunidade Parkategê, cuja aldeia está à cerca de 40 km de Marabá, no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará. O valor atual é de R\$ 122 mil, os índios exigem repasse mensal de R\$ 250 mil, enquanto a Vale fincou pé em apenas R\$ 125 mil, “aumento irrisório de apenas R\$ 3 mil”, avalia Kuia. Ele já adiantou que a comunidade indígena, orientada pelo cacique Kukrenun Gavião, o “Capitão”, não vai abrir mão do valor que pretendem. Kuia justifica que a Ferrovia de Carajás utiliza 22 kms da reserva e quando construiu os trilhos na terra indígena, segundo ele, não levou em consideração o impacto ambiental que o desmatamento iria causar na reserva. *(O Liberal, 29/06/03)*

... E FAZEM ACORDO PARA LIBERAR A FERROVIA

Depois de três dias de conflitos e 17 horas de reunião, a CVRD fez um acordo com os índios Gavião Parkategê para a desocupação da ferrovia de Carajás. A informação é da senadora Ana Júlia (PT-PA), que intermediou o acordo em parceria com o MPF. Pelo acordo, a Vale terá de reformar e ampliar 32 casas no período de 15 de agosto de 2003 a setembro de 2004; construir 15 novas casas; fazer um repasse de R\$ 250 mil este mês e dois repasses de R\$ 200 mil em agosto e em setembro. A partir do mês de outubro de 2003 os valores dos repasses mensais à comunidade indígena, serão fixados a partir de estudo elaborado por comissão multidisciplinar com base em termo de referência elaborado pela Funai. Se o estudo não estiver concluído até outubro de 2003, uma comissão tripartite vai definir o valor do repasse. A Vale comprometeu-se, ainda, a repassar R\$ 278.231,00, em dez dias, para conclusão das obras do projeto de desenvolvimento existente na área, após aprovação pela comissão tripartite, formada pela Funai, CVRD e comunidade indígena. *(O Liberal, 01/07/03)*

CONVÊNIO COM A CVRD

Os conflitos entre a Vale e índios datam de 1988, quando acabou um convênio – assinado cinco anos antes, no início do Projeto Carajás. Condição para o financiamento da mina, da

NILSON SANTOS, JUN. 2003



Interdição da ferrovia de Carajás por grupo de Gavião Parkatagê, que reivindica novo acordo sobre valor mensal repassado pela CVRD à comunidade.

ferrovia e do porto novos à destinação de parte dos recursos ao atendimento das comunidades indígenas na área de influência do projeto, nos Estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins). O convênio valeria até que os índios se tornassem auto-suficientes. A realidade, hoje, é bem diferente. Somente este ano, a Vale repassará R\$ 10 milhões para sete comunidades e as reivindicações não param. Os pedidos de caciques e lideranças geraram até mesmo tabelas que discriminam o bem solicitado, o valor e o nome do requisitante. Para se ter uma idéia dos custos, a tabela “Parte Náutica”, de dezembro do ano passado, mostra pedidos de motores de popa, cascos e reformas de barcos no total de R\$ 69.105,00. Tudo em nome de um cacique. No total, os pedidos de dezembro do ano passado até ago-

ra somam quase R\$ 3 milhões. Exemplos de desvio de propósitos do convênio estão nas reivindicações não atendidas que levaram à invasão da ferrovia. Entre elas, segundo a direção da Vale, o pagamento de mesada de R\$ 800 para 140 índios. Por enquanto, a situação se acalmou com a assinatura de novo acordo, homologado pelo Ministério da Justiça e pela direção nacional da Funai. *(Belisa Ribeiro, Jornal do Brasil, 21/07/03)*

GAVIÃO ENTRAM COM AÇÃO CONTRA A ELETRONORTE...

Na próxima segunda-feira (20/05), 19 índios Gavião da Montanha estarão em Brasília para acompanhar o julgamento da ação proposta pela comunidade indígena contra a Eletronorte.

te, estatal responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O objetivo é obter uma nova área como compensação pela perda das terras tradicionais desses índios, que foram submersas pelo lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA). O processo pede também uma indenização pelos prejuízos sofridos pela comunidade indígena. Em 1989, os Gavião da Montanha, por meio do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) — uma das organizações que deram origem ao Instituto Socioambiental —, ajuizaram uma ação para conseguir compensação pela perda de suas terras tradicionais, localizadas à beira do Rio Tocantins no sudoeste do Pará, onde foi construída a usina hidrelétrica. A comunidade indígena, sob influência da Funai, firmou em 1984 um acordo com a Eletronorte, cedendo suas terras em troca de um pagamento. Os índios foram então transferidos para a TI Mãe Maria, onde já viviam outros sub-grupos Gavião, com os quais os Gavião da Montanha mantinham rivalidades. A ação pretende, portanto, que sejam cumpridas as exigências estabelecidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto do Índio, desrespeitadas pelo acordo. *(ISA, 20/05/03)*

... E GANHAM

No julgamento da ação proposta pela comunidade indígena Gavião da Montanha contra a Eletronorte, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deu parcial provimento à ação. Declarou a nulidade do ato firmado pela empresa estatal Eletronorte, que transferiu ilegitimamente o direito de posse da comunidade indígena e reconheceu à esta comunidade novas terras de igual tamanho e condições ambientais na região. *(ISA, 20/05/03)*



LUÍZ FELIPE MATOS

Grupo de índios Gavião da Montanha, com o líder Paiaré (de óculos), na saída do tribunal, após a vitória no julgamento da ação proposta pela comunidade indígena contra a Eletronorte.

FUNAI AVALIA SE ENTRA NA JUSTIÇA CONTRA A VALE

Advogados da Funai e o presidente do órgão, Mércio Pereira Gomes, conversaram sobre uma possível ação contra a empresa, que fez uso de seguranças particulares para monitorar índios da aldeia Parkatêgê. Além dos índios, a segurança da Vale monitorava os integrantes do Ministério Público Federal de Marabá, conforme afirmou o chefe da segurança da Vale, Lino Carlos da Fonseca. Em nota divulgada na semana passada, a Vale do Rio Doce informou que o monitoramento dos índios era feito com “conhecimento das autoridades competentes”. Na mesma nota, a empresa justificou a vigilância com o fato de ser a responsável pela ferrovia de Carajás por onde passa o minério de ferro extraído de suas minas e também passageiros e cargas em geral.

A assessoria de Imprensa da Funai não deu detalhes sobre a possível ação porque, de acordo com os assessores, o caso está sendo estudado com atenção. O mais provável é que a Funai protocole ação por danos morais e materiais. (*O Liberal*, 17/02/04)

RODOVIA É INTERDITADA...

A morte da índia Kátia Kakau Gavião, 35 anos, da aldeia Mãe Maria, colocou os índios Parakatêgê Gavião em pé de guerra. No início da tarde de ontem, vários deles bloquearam a rodovia BR-222 no trecho entre Morada Nova (distrito de Marabá) e o limite da aldeia indígena já no município de Bom Jesus do Tocantins. Kátia foi assassinada por volta de 18h30 de ontem durante tentativa de assalto, quando o carro em que ela e outros indígenas viajavam foi atacado sobre a ponte do rio Flexeira, a 15 quilômetros saindo de Marabá com destino a Rondon do Pará. Guerreiros armados de arco e flecha e tacape e com os corpos pintados para a guerra, se posicionaram de ambos os lados da ponte, para evitar a passagem de qualquer veículo. Obstáculos também foram colocados no meio da pista, para evitar o avanço de carros. A morte da índia Kátia Gavião trouxe a tona uma antiga reivindicação dos índios Parakatêgê. Eles sempre lutaram para acabar com o balneário da “Flexeira” situado às margens do rio do mesmo nome. Só que o rio faz o limite entre Marabá e a reserva Mãe Maria. O local, segundo os líderes da aldeia, acabou com o sossego dos indígenas e estimulou o consumo de bebidas alcoólicas entre eles. Outro problema é a falta de segurança no local. E este foi o mote principal do protesto de ontem que não tinha hora para terminar. A principal exigência dos guerreiros Gavião que interditaram a rodovia BR-222 é para que as autoridades garantam

segurança para aquele trecho que passa dentro da reserva. Os índios querem o fechamento do balneário e ameaçam incendiar o local caso a exigência não seja cumprida. (*Nilson Santos, O Liberal*, 20/10/04)

... E ÍNDIOS FAZEM EXIGÊNCIAS PARA DESBLOQUEÁ-LA

Depois de mais de 48 horas obstruindo trecho da rodovia BR-222, entre Marabá e Bom Jesus do Tocantins, no final da tarde de anteontem os guerreiros Gavião-Parakatêgê resolveram liberar a rodovia. Mas só depois de reunião no MPF quando os líderes indígenas receberam a garantia de que suas reivindicações serão atendidas. Uma delas é a desativação do balneário Flexeira situado no rio do mesmo nome e localizado bem no limite com a reserva dos Gavião. Ontem mesmo aconteceu outra reunião do grupo de trabalho representado pela comunidade indígena, Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (Denit) e Ministério Público Federal para discutir o cumprimento do acordo firmado na quinta-feira para a liberação da rodovia. (*O Liberal*, 23/10/04)

SURUÍ / TI SORORÓ

INDENIZAÇÃO PELA CONSTRUÇÃO DA BR-153

Os índios Suruí da Terra Indígena Sororó fecharam na terça-feira (18) à noite a BR-153, que liga o sul do Pará ao Tocantins, cobrando pedágio de R\$ 20,00 dos motoristas. A estrada só foi liberada ontem (18) à noite depois de negociação com o administrador substituto da Funai de Marabá, Carlos Loureiro. Os Suruí reivindicam o pagamento de uma indenização referente à construção da própria BR-153, que passa dentro da TI Sororó. O governo do Pará se comprometeu a construir 40 casas, uma escola, doar um caminhão e um micro-ônibus, mas até hoje a comunidade não recebeu o prometido. Agora os índios querem uma reunião com a Funai, o Ministério Público Federal e o governo do Pará para resolver o problema. (*Funai*, 20/03/03)

INCÊNDIO DEVORA TI

Um incêndio florestal consome parte da reserva sororó, dos índios suruí, no sul do Pará. O fogo começou na BR-153, que liga o Pará ao Mato Grosso, mas se alastrou para dentro da reserva. Os responsáveis pelo incêndio seriam fazendeiros que queimam a floresta para transformá-la em pasto para o gado. Os próprios índios tentam combater o fogo, que está fora

de controle. Hoje, eles pediram ajuda ao Corpo de Bombeiros de Marabá e ao Ibama, para evitar que suas casas e plantações sejam totalmente destruídas. Parte da plantação de arroz e milho da tribo já foi perdida. Agricultores e índios de outras etnias da região estão isolando trechos da mata para impedir que as chamas se alastrem. O Ibama vai pedir o auxílio de um helicóptero para combater o fogo. A Funai informou que as famílias da tribo estão apreensivas com o incêndio e ameaçam deixar a aldeia. (*Oesp*, 22/09/05)

ARAWETÉ

ARAWETÉ TROCAM REMÉDIOS POR MÉDICOS REFÊNS

Os índios da tribo araweté da aldeia Ipixuna, no médio Xingu, sudoeste do Pará, mantêm refêns desde terça-feira dois médicos epidemiologistas da Funasa e só irão libertá-los quando o governo federal mandar medicamentos para a aldeia, o que não acontece há seis meses. De acordo com a Funai, os refêns estão sendo bem tratados. Em 2001, um surto de malária matou oito índios e deixou outros muito doentes. “Ninguém quer morrer por falta de remédio”, justificou o cacique Joaquim Curuaia. A Funasa e a Funai decidiram ontem mandar os medicamentos numa lancha voadeira para que os índios soltem os dois médicos. A viagem pelo rio Xingu dura 12 horas. As aldeias da região recebem os medicamentos por meio de um convênio firmado entre a Funasa e a prefeitura de Altamira. (*O Liberal*, 19/09/03)

AMANAYÉ

TI BARREIRINHA É DECLARADA

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, assinou portaria declaratória reconhecendo como terra dos índios Amanayé, a TI Barreirinha com 2.400 hectares no município de Paragominas, no Pará. A declaração foi feita de acordo com o estudo prévio realizado pela Funai. Agora, a Funai deve iniciar o processo de demarcação da área, que depois seguirá para homologação por parte do presidente da República. (*Site da Funai*, 12/03/04)

INVASOR É MORTO EM TI

Um índio amanaié, do Pará, matou a tiros, na tarde de ontem, um comerciante que estava com um grupo de pessoas caçando e pescando dentro de uma área indígena próxima à Paragominas, a 319 km de Belém. Segundo a Funai em Marabá, os índios relataram por rádio que

deram vários avisos para que o grupo saísse da área antes de atirarem contra o grupo. A Polícia Federal vai abrir inquérito para investigar o ocorrido. Hoje à tarde, a Polícia Civil recebeu autorização federal para entrar na área (aldeia Saraua) e retirar o corpo do homem morto, identificado apenas como Mário. Ele seria dono de uma lanchonete em uma comunidade rural. O delegado Paulo Renato Pinto, da Polícia Civil do Pará, disse que não se trata de conflito entre índios e pescadores, mas, sim, de um fato isolado entre duas pessoas (um índio e um não-índio). De acordo com a Funai, frequentemente os índios amanaíes têm reclamado de invasão a suas terras. O órgão afirma que cobrou mais rigor de fiscalização ao Ibama. *(FSP, 18/01/05)*

XIPAIA

TI XIPAIA É APROVADA

Presidente da Funai, Mercio Gomes, aprovou as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da TI Xipaia com 199.640 ha, no município de Altamira. *(DOU, 08/04/03)*

CONTAMINAÇÃO DO RIO XINGU

Os índios xipaia-curuaia denunciaram ontem à Funai e ao Ibama a contaminação por mercúrio das águas do Rio Xingu. Segundo eles, os responsáveis pela contaminação são os mais de 600 mineradores que trabalham dia e noite no Garimpo Jurucuá, a dois quilômetros da reserva indígena, na volta grande do Rio Xingu, no Sudoeste do Pará. O cacique Arikafu relatou em Altamira que diariamente quase meio quilo de mercúrio é despejado no Xingu pelos garimpeiros, durante o processo de separação do ouro encontrado no fundo do rio. Os índios afirmam que há tráfico de drogas e prostituição de crianças no garimpo. A Funai em Altamira vai pedir a presença do MPF e de agentes do Ibama no garimpo para verificar o que está acontecendo e punir os responsáveis pela poluição. *(Tribuna de Imprensa, 05/06/03)*

MEDIDAS CONTRA INVASORES

Lideranças Xipayas estão em Altamira, oeste do Pará, para pedir que a operação conjunta que acontece na região do Entre Rios, no Alto Iriri, desenvolvida por órgãos federais e estaduais ligados ao meio ambiente, continue. Os Xipayas denunciam que a terra indígena está sendo invadida. Um dos líderes Xipaya denuncia que está sendo ameaçado de morte e diz que por conta do aliciamento praticado por brancos ao índio morador da comunidade Nova Olinda foi preciso desmembrar parte da terra indígena.

A área total deve dar cerca de 170 km e termina às margens da BR- 163. O índio disse que o que se pode observar dentro da área desmembrada são placas demarcando toda a área como se fosse um projeto de assentamento, porém, aprovado e sendo realizado pelo Incra do estado de Mato Grosso, o que segundo ele é ilegal. As lideranças Xipayas já fizeram comunicado ao Incra em Altamira. Ainda segundo eles, até mesmo antes do início da operação, a comunidade ficava a mercê da ação de pistoleiros com armamento pesado, exceto pela proteção recebida pela empresa Amazônia Projetos Ecológicos, “se não fosse o apoio da empresa, na parceria ao combate ao desmatamento e até na proteção da comunidade, já teria havido conflitos armados na região”, destacou o líder Xipaya. Os índios denunciam a cooperativa como responsável por grandes alqueires de terra desmatada que deverá ser usada para a plantação de capim e soja. *(Flávio Carneiro, Diário do Pará, 30/10/04)*

NOVA IDENTIFICAÇÃO REDUZ A ÁREA

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, aprovou as conclusões do Grupo de Trabalho que identificou a TI Xipaya. A identificação reconheceu como de ocupação tradicional do grupo Xipaya cerca de 178.624 hectares às margens do Rio Iriri e seus afluentes Igarapé Jaboti e Igarapé São Miguel. Quando for publicada a Portaria Declaratória, pelo Ministro da Justiça, cerca de 48 índios terão a posse e o usufruto das terras que agora lhes foram reconhecidas. Atualmente, as atividades do grupo baseiam-se no extrativismo da castanha-do-Pará e a agricultura. Praticam, também, coleta e extração vegetal, basicamente para o atendimento das necessidades de alimentação, construção de casas, confecção de artigos da cultura material e medicamentos. O Resumo do Relatório de Identificação foi publicado hoje no Diário Oficial da União. *(Funai, 28/03/05)*

CIDADE FICA DE FORA DA TERRA INDÍGENA

Um caso raro ocorreu em Altamira: os índios Xipáya pediram – e obtiveram – a redução de sua área, que fica à margem do rio Curuá, afluente do Iriri, que desemboca no Xingu, integrando a chamada Terra do Meio. À comunidade indígena, com 45 integrantes, foi reservada, em 2003, uma área de 199 mil hectares. Mas os índios pediram a exclusão de 22 mil hectares da delimitação anterior, correspondente à localidade de Nova Olinda, habitada por descendentes de índios e brancos. Com a redução, pouparam-se de conflitos internos e ex-

ternos. A área continua a ser de tamanho suficiente e suas divisas podem se tornar mais seguras, graças à convivência amigável com os vizinhos. No relatório que fundamentou o ato da Funai, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 4, o antropólogo Antônio Pereira Neto faz referência, entretanto, a problemas que podem complicar a oficialização da reserva, na etapa seguinte de consolidação do domínio dos índios. Há superposição de posses e títulos na área, inclusive com a famosa grilagem da Incenxil, o braço local da C. R. Almeida. Embora sem base legal, as pretensões dos supostos proprietários é sobre milhões ou centenas de milhares de hectares. Os órgãos públicos contestam o desmembramento dessas áreas do patrimônio público para o particular, mas o caminho até a completa anulação dos registros imobiliários é longo e acidentado. O antropólogo da Funai observou que a C. R. Almeida já construiu na área cinco casas e uma pista de pouso. Nos dias em que permaneceu por ali registrou ainda a ação de muitos peões, “contratados por grileiros de terras para derrubar matas e implementar pastagens”. O belo vale do Xingu continua a ser pilhado e sangrado diante da impotência do governo e da sociedade. *(Lúcio Flávio Pinto, Jornal Povo, 18/05/05)*

CACIQUE SOFRE ATENTADO

O líder indígena Luiz Xipaia, da comunidade xipaia-curuaia de Altamira, no sudoeste do Pará, foi baleado com quatro tiros por dois pistoleiros. Ele foi operado num hospital do município, onde está internado. O estado de saúde do índio é delicado. A polícia abriu inquérito para apurar o caso. Organizações não-governamentais, entidades de direitos humanos e defensores da causa indígena estão se mobilizando para cobrar das autoridades paraenses a apuração dos fatos e a prisão dos homens que atiraram em Luiz Xipaia. *(Correio Braziliense, 06/10/05)*

KURUAYA

DESMATAMENTO NA TI CURUÁ

Fiscais do Ibama, numa operação apoiada por agentes da Polícia Ambiental do Pará, flagraram ontem desmatamento de 1.200 ha dentro da TI Curuaia, em Altamira, no sudoeste do Estado. Além de motosserras, rádios de comunicação e outros equipamentos para a derrubada de madeira nobre, foram apreendidas seis armas e vários filhotes de tartaruga, cuja pesca é proibida. Cerca de 30 trabalhadores, contratados para fazer o desmatamento na reserva, viviam em regime de semi-escravidão e estavam

há três meses sem receber qualquer tipo de pagamento. A área onde está localizada a TI é reivindicada pela empresa C.R. Almeida, pertencente ao empreiteiro Cecílio do Rego Almeida. O homem acusado de comandar o desmatamento, inclusive de árvores centenárias, como a castanheira, de 60 metros de altura, confessou o crime. “O Ibama não autoriza ninguém a fazer derrubada da mata no Pará, mas o Brasil todo derruba e a gente também”, justificou Haroldo Passarinho, que foi preso em flagrante. O advogado da C. R. Almeida, Otávio Avertano Rocha, afirmou que a empresa nada tem a ver com o caso. (*Oesp*, 25/07/02)

REFÊNS SÃO LIBERTADOS APÓS ACORDO

Os índios curuaia da Aldeia Cajueiro em Altamira, libertaram ontem 21 refêns, dois deles crianças, que estavam em seu poder havia sete dias. Eles acusam os refêns de transportar

comida, drogas, combustível e armas para cerca de 350 garimpeiros que vivem e trabalham no Garimpo da Madalena, localizado dentro da TI. Para soltar as 21 pessoas – a princípio, a própria Funai e a PF chegaram a falar na existência de 15 refêns –, um delegado e cinco agentes da PF, além do coordenador da Funai em Altamira, Benigno Pessoa, tiveram que assinar um termo de compromisso, dando prazo de 90 dias para os garimpeiros deixarem as terras dos índios. A Funai assumiu o compromisso de coordenar a retirada dos garimpeiros e das máquinas que se encontram no local. (*O Liberal*, 25/03/03)

PRAZO PARA DESOCUPAÇÃO É PROBLEMA

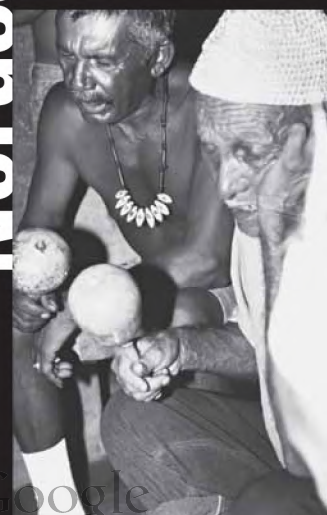
Garimpeiros, agricultores e ribeirinhos que moram na recém-demarcada TI Kuruaya, estão encontrando dificuldades em cumprir a portaria do Ministério da Justiça que determi-

na a retirada deles das terras no prazo de 90 dias, a contar do último dia 23 de março. Há na área cerca de 200 famílias que moram ali há mais de 10 anos, a maioria concentrada no garimpo Madalena, situado às margens do igarapé com o mesmo nome. Na sexta-feira, 15, representantes de moradores da região estiveram reunidos com o procurador da República Felício Pontes Júnior, na sede do MPF, em Belém. Participaram também do encontro o deputado estadual Airton Faleiro (PT) e integrantes da Fundação Produzir, Viver e Preservar, ONG sediada em Altamira. Os moradores não contestaram a determinação federal de retirada de toda e qualquer atividade na área que não esteja ligada aos índios Kuruaya. Mas reivindicaram do procurador o direito de serem indenizados e apoio no deslocamento para uma outra área, de preferência assentamento de reforma agrária situado nas imediações. (*O Liberal*, 19/05/03)

Atikum
Fulni-ô
Jenipapo Kanindé
Jiripancó
Kaimbé
Kambiwá
Kantaruré
Kapinawá
Karapotó
Kariri-Xokó
Kiriri
Paiaku
Pankararé
Pankararu
Pankaru
Pipipã
Pitaguari
Potiguara
Tapeba
Tingui-Botó
Tremembé
Truká
Tuxá
Xokó
Xukuru
Xukuru-Kariri
Wassu





9. Nordeste





9. NORDESTE





TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

-  com mais de 5.000 ha
-  com menos de 5.000 ha (ou sem limite definido)

apresentada em outro capítulo

-  com mais de 5.000 ha
-  com menos de 5.000 ha (ou sem limite definido)

-  rodovia implantada
-  sede de município
-  capitais
-  Unidade de Conservação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

77 km



NORDESTE
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
39	Atikum	Atikum	3.852 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Carnaubeira da Penha, comarca de Floresta (16.290 ha) matr. 1.099 lv. 2-I, fl.26 em 18/01/96. Reg. SPU certidão nº 005 em 27/08/96.	16.290	Carnaubeira da Penha	PE
769	Barra	Atikum Kiriri	32 - Funai: 1993	Adquirida para assentamento. Adquirida pela Funai em 1986, com aproximadamente 62 ha, parte da Fazenda Passagem. Foram demarcados em 1991 apenas 37 ha. Área ocupada pelo grupo Kiriri apenas para atividades agrícolas. (Peti, 93) Reg. CRI do município de Muquém de São Francisco, comarca de Barra (62 ha) matr. Av.1-2.963 lv. 2-L fl.13 em 15/04/02.	62	Muquém de São Francisco	BA
400	Brejo do Burgo	Pankararé	1.428 - Funasa: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Glória, comarca de Paulo Afonso (5.544 ha) matr. R-1.9938 lv. 2-BA fl. 53 em 21/05/02; município e comarca de Paulo Afonso (794 ha) matr. R-1-9.937 lv. 2-BA fl. 52 em 21/05/02; município de Rodelas, comarca de Paulo Afonso (11.585 ha) matr. R-1.9939 lv. 2 BA fl.54 em 21/05/02. Reg. SPU certidão nº 112 de 15/01/02.	17.924	Glória Rodelas	BA BA
65	Caçara/Ilha de São Pedro	Xokó	305 - Funasa: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 401 de 24/12/1991 homologa a demarcação, unindo a Al Caçara com a Ilha de São Pedro, que tem 97 ha. Doação averbada em 19/08/85. Reg. CRI do município e comarca de Porto da Folha (4.316 ha) matr. 1-4-685 lv. 2-U fl. 14 em 31/08/92. Reg. SPU certidão nº 1 de 13/07/04.	4.316	Porto da Folha/SE	SE
1355	Córrego João Pereira	Tremembé	336 - Relatório do GT: 1999	Homologada. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação.	3.162	Acaraú Itarema	CE CE
729	Entre Serras	Pankararu	1.072 - Relatório do GT: 2001	Declarada. Portaria 2.579 de 21/09/2004 do Ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai proceda à demarcação.	7.750	Petrolândia Tacaratu	PE PE
100	Fazenda Canto	Xukuru-Kiriri	1.000 - Funai: 2003	Dominial Indígena. Reg. CRI. Reg. 20º CRI do município e comarca de Palmeira dos Índios, matr. 5.410 lv. 3-H fl. 188/189 em 21/10/65.	372	Palmeira dos Índios	AL
	Fazenda Cristo Rei			Em identificação. Portaria 977 de 14/10/2003 da Funai cria GT para estudos de identificação e delimitação da TI, coordenado por Juliano de Azevedo, com prazo de 30 dias para os trabalhos de campo e 180 dias para a entrega do relatório circunstanciado.		Jatobá	PE
104	Fulni-ô	Fulni-ô	2.930 - Funai: 2003	Dominial Indígena. Área correspondente a 427 lotes de 30 ha cada, distribuídos entre as famílias em 1926.	11.506	Águas Belas Itaíba	PE PE
121	Ibotirama	Tuxá	550 - Funai: 2003	Homologada. Decreto 379 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Caracterizada como de domínio indígena.	2.019	Ibotirama	BA
546	Jacaré de São Domingos	Potiguara	212 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 01/10/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Baía da Traição, comarca de Rio Tinto, matr. 1.325 lv. 2G/RG fl. 225 em 17/11/93. Reg. SPU certidão nº 01 de 03/01/95.	5.032	Marcação Rio Tinto	PB PB
418	Jiripancó	Jiripancó	1.184 - Funasa: 2003	Em identificação. Portaria 349 de 19/04/2001 do presidente da Funai cria GT para estudos complementares de identificação.		Pariconha	AL
157	Kambiawá	Kambiwa	2.820 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Floresta, matr. 4.188 lv. 2-U fl. 211 em 22/08/01; município e comarca de Ibimirim (6.934 ha), matr. 571 lv. 2-D fl. 74 em 22/10/99; município e comarca de Inajá (17.849 ha), matr. 1.539 lv. 2-I fl. 58V em 11/05/99. Reg. SPU certidão nº 1 de 18/02/02.	31.495	Floresta Ibimirim Inajá	PE PE PE
550	Kantaruré	Kantaruré	493 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/09/2000 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Glória, comarca de Paulo Afonso (1.811 ha), matr. R-1 8.902 lv.2-AS fl.121 em 31/10/00. Reg. SPU certidão nº 7 de 15/02/01.	1.811	Glória	BA
162	Kapinawá	Kapinawa	500 - Parecer da Funai: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Buíque (12.0403 ha), matr. 4.377 lv. 2-W fl. 19/V em 27/08/01. Reg. SPU certidão nº 2 de 18/02/02.	12.403	Buíque Ibimirim Tupanatinga	PE PE PE
375	Karapotó	Karapoto	502 - Funasa: 2003	Reservada. Reg. CRI. Decreto s/n de 11/08/1992 declara área de interesse social para fim de desapropriação de particulares, para servir de habitat aos índios Karapotó, passando a integrar a RI. Reg. CRI matr. R-5-525 lv. 2-D fl. 54v em 31/07/03.	1.810	São Sebastião	AL

NORDESTE

Terras Indígenas (continuação)

Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
166	Kariri-Xokó	Kariri-Xokó	1.763 - Relatório do GT: 2000	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 37 de 01/06/2005 da Funai aprova as conclusões do reestudo da TI e determina sua publicação no DOE e a fixação nas sedes das prefeituras. Esclarece que o novo resumo publicado apenas acrescenta dados referentes a ocupantes não citados na publicação anterior, não alterando a identificação e delimitação da área proposta. Reg. CRI: município de Porto Real do Colégio (301 ha) matr.1.358 lv. FL. 1.358 em 17/03/99; município e comarca de São Brás, matr. 1.52 lv.26/RG fl. 007 em 03/03/99. Reg. SPU certidão nº 13 de 19/09/02.	4.419	Porto Real do Colégio São Brás	AL AL
174	Kiriri	Kiriri	1.612 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.828 de 15/01/1990 homologa a demarcação como Colônia Indígena. Reg. CRI matr. 2969 LIV 2-M, fl. 83 em 22/03/90. Reg. SPU certidão nº 28 de 14/06/96.	12.300	Banzaê Quijingue Ribeira do Pombal	BA BA BA
760	Lagoa Encantada	Jenipapo-Kanindé	248 - Funasa: 2004	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 82 de 17/08/2004 do presidente da Funai aprova os estudos de identificação e delimitação da TI e determina a publicação do resumo, coordenadas e mapa, no DOE e a fixação na sede da prefeitura.	1.731	Aquiraz	CE
204	Massacará	Kaimbé	848 - Funasa: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 395 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg.CRI do município de Euclides da Cunha, matr. 2813 lv. 2-H, fl. 577 em 23/12/88. Reg. SPU certidão nº066 de 16/10/96.	8.020	Euclides da Cunha	BA
205	Mata da Cafurna	Xukuru-Kariri	455 - Funai/BSB: 1994	Domínial Indígena. Reg. CRI. Reg. CRI do município de Palmeira dos Índios, matr. 3.149 lv. 2-N fl. 117 em 23/02/81.	117	Palmeira dos Índios	AL
	Mundo Novo/Viração	Potiguara		Em identificação. Portaria 1.138 de 29/09/2005 do presidente da Funai designa o antropólogo Peter Schroder para realizar estudos antropológicos necessários à identificação da TI. Prazo de 14 dias para estudos de campo, o dia 30/11/2005 para entrega do relatório de fundamentação, e cinco dias para entrega do relatório das atividades de campo.		Monsenhor Tabosa Tamboril	CE CE
222	Nova Rodelas (área urbana)	Tuxá	450 - UFBA: 1989	Adquirida para assentamento. Área adquirida pela CHESF para reassentamento dos Tuxá atingidos pela UHE de Taparica. (Funai,90)	104	Rodelas	BA
230	Pankararé	Pankararé	1.562 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI na comarca de Glória, matr. 5.888, lv. 2 AB-RG, fl. 44 em 16/01/96. Reg. SPU certidão nº 31 de 14/06/96.	29.597	Glória Paulo Afonso Rodelas	BA BA BA
231	Pankararu	Pankararu	5.584 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.603 de 14/07/1987 homologa a demarcação, reduzindo a área de acordo com parecer do GTI 185/87. Reg. CRI: município de Petrolândia (8.051 ha) matr. 1.557 lv. 2-1, fl. 91 em 18/09/89; município de Taracatu (49 ha) matr. 666 lv. 2-F, fl. 09 em 12/10/89. Reg. SPU certidão nº 3 de 31/08/99.	8.100	Jatobá Tacaratu	PE PE
	Pipipã	Pipipã		Em identificação. Portaria 802 de 20/07/2005 do presidente da Funai designa o antropólogo Wallace Barbosa para estudos de identificação e delimitação da TI. Estabelece o período de 22/07 a 05/08 para o trabalho de campo, com apresentação do relatório no prazo de 240 dias.		Floresta	PE
751	Pituary	Pituary	871 - Relatório do GT: 1999	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho de 03/07/2000 da Funai aprova o relatório de estudos e identificação e determina sua publicação no DOE e a fixação na sede da prefeitura.	1.735	Maracanaú Pacatuba	CE CE
252	Potiguara	Potiguara	6.920 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 267 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Rio Tinto, matr. 900 lv. 2-F fl. 69 em 10/06/87; município de Baía da Traição, comarca de Rio Tinto, matr. 901 lv. 2-F fl. 69 em 10/06/87. Reg. SPU certidão 002 de 07/02/95.	21.238	Baía da Traição Marcação Rio Tinto	PB PB PB
862	Potiguara de Monte-Mor	Potiguara	3.002 - GT Funai: 1999	Identificada e aprovada pela Funai. O presidente da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede das prefeituras.	7.487	Marcação Rio Tinto	PB PB
557	Quixabá	Xukuru-Kariri	126 - Funai: 2003	Adquirida para assentamento. Área adquirida pela Funai, de posseiro, para remoção do grupo familiar dos Satiro, vindos da Fazenda Canto.	20	Glória	BA
558	Riacho do Bento	Tuxá	708 - Funai/BSB: 1994	Adquirida para assentamento. Adquirida pela CHESF, porém ainda sob sua posse, nos termos do acordo CHESF/Funai, referente à transferência dos Tuxá da área inundada pela UHE de Itaparica (Sampaio, 89)	4.032	Rodelas	BA
301	Tapeba	Tapeba	5.741 - Funasa: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 31 de 19/04/2006 do presidente da Funai aprova as conclusões dos estudos da TI e determina sua publicação no DOE e a fixação na sede da prefeitura.	4.767	Caucaia	CE

NORDESTE

Terras Indígenas (continuação)

Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
314	Tingui-Botó	Tingui Botó	209 - Funai: 2003	Dominial Indígena. Reg. CRI. Portaria 1.128 da Funai, de 29/09/2005, constitui GT para realizar trabalhos cartorial, cartográfico e fundiário de medição e avaliação de benfeitorias e da terra nua nos imóveis que abrangem as Fazendas denominadas de Ipióca e Ipióca I. Estabelecendo um prazo de 30 dias para o levantamento de campo e apresentação do relatório conclusivo. Reg. CRI: município de Arapiraca, matr. R3-308 e R3-532 lv. 2-B, fl. 8V e 232V em 04/09/84, município de Girau do Ponciano, matr. 2144, lv.2-I, fl. 142 em 15/03/89.	122	Feira Grande	AL
509	Tremembé de Almofoala	Tremembé	2.247 - Relatório do GT: 1992	Em identificação/revisão. Pelo despacho 37 de 08/07/1993, o presidente da Funai encaminha área ao MJ. Está sub judice.	4.900	Itarema	CE
	Tremembé de Queimadas	Tremembé		Em identificação. Portaria 1.131 de 29/09/2005 do presidente da Funai designa o antropólogo Robson da Silva para realizar estudos antropológicos necessários à identificação da TI. Estabelece 15 dias para os trabalhos de campo e o dia 30/11/05 para entrega do relatório de fundamentação.		Acará	CE
221	Truká	Truká	4.169 - Funasa: 2006	Declarada. Portaria 26 de 15/01/2002 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios. Reg. CRI do município e comarca de Cabrobó (1.592 ha) matr. 3.820 lv. 2-U fl. 04 em 16/01/96. Reg. SPU certidão nº 002 de 20/05/96. (1.592 ha)	5.789	Cabrobó	PE
	Tumbalalá	Tumbalalá	3.000 - Maia: 2006	Em identificação. Portaria 1.235 de 28/11/2002 da Funai cria GT para realizar a 1ª etapa de identificação e delimitação da TI.		Curaçá	BA
563	Tuxá de Inajá/Fazenda Funil	Tuxá	41 - Funai: 2003	Adquirida para assentamento. Terra adquirida pela Chesf para reassentamento dos Tuxá atingidos pela UHE de Itaparica. (Sampaio, 89)		Inajá	PE
335	Vargem Alegre	Pankaru	179 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI. Decreto 247 de 29/10/1991 homologa a demarcação como Reserva Indígena. (Dominial Indígena). Reg. CRI do município de Bom Jesus da Lapa, matr. 8.205, lv. 2 E, fl. 153 em 11/12/91.	981	Serra do Ramalho	BA
341	Wassu-Cocal	Wassu	1.560 - Funasa: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 392 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 855 lv. 2-G fl. 65 em 22/05/89. Reg. SPU certidão nº 042 de 08/06/88.	2.758	Joaquim Gomes	AL
348	Xucuru	Xucuru	3.254 - Funai: 1992	Homologada. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação.	27.555	Pesqueira Poção	PE PE
564	Xucuru-Kariri	Xucuru-Kariri		Em identificação. Portaria 636 de 18/07/1997 da Funai cria GT para identificar e delimitar a TI.		Palmeira dos Índios	AL

A Transposição do São Francisco é Motivo de Preocupação

Ugo Maia Andrade

Doutorando em Antropologia Social – USP,
Pesquisador do NHH/USP e do Pineb/UFBA

DEPOIS DE MUITO LUTAR PELO RECONHECIMENTO DE SUA IDENTIDADE INDÍGENA E DE SUAS TERRAS, OS TUMBALALÁ AGORA SE MOBILIZAM PARA EVITAR OS IMPACTOS DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Na condição de uma comunidade de identidade indígena, os Tumbalalá se somariam a outros tantos grupos do Nordeste e de demais regiões do país empenhados na mesma peleja: o reconhecimento pelo Estado e a participação nos direitos constitucionais reservados às populações indígenas no Brasil. Com crescente visibilidade na mídia nacional – que ainda hoje os trata como fenômenos de resistência cultural –, os índios “emergentes”, “ressurgentes” e depois “resistentes” (como eles mesmos escolheram serem chamados) viraram uma das forças mais vigorosas e unívocas no cenário dos movimentos populares brasileiros, embora suas reivindicações sejam continuamente alvos de suspeitas. Foi a condição de povo “resistente” que permitiu aos Tumbalalá uma rápida inserção no movimento indígena nacional. Em 2000, a Funai autorizou a contratação de serviços de consultoria antropológica para a produção de um laudo sobre a condição étnica dos Tumbalalá e, pouco mais de dois anos depois, o grupo estava prestes a ser oficialmente reconhecido, uma média ótima se comparada com a de processos similares no nordeste que duraram gerações inteiras e consumiram muitas vidas. Até então, os problemas em casa não eram de grande monta; as disputas fundiárias, comuns a todos os contextos de presença indígena no nordeste, inexistiam e as dissensões internas ao grupo não ameaçavam a harmonia coletiva. Entretanto, os Tumbalalá estavam ainda constituindo suas fronteiras sociais, definindo-se enquanto um coletivo e produzindo os signos da diferença, o que adiaria alguns conflitos com seus vizinhos. Em dezembro de 2001, após os trabalhos antropológicos de identificação étnica, os Tumbalalá foram reconhecidos pela Funai, o

que deu início a um outro momento da história do grupo acarretando uma série de desafios até então não experimentados. Estes problemas estariam relacionados diretamente ao processo de identificação territorial para a constituição da futura TI Tumbalalá e emergiriam a partir do momento em que a configuração dos seus limites gerasse conflitos fundiários com outros ocupantes. No entanto, um outro episódio se impunha como uma questão complexa a ser enfrentada: a transposição do rio São Francisco. Antes mesmo de existir juridicamente, o território Tumbalalá já sofria ameaças ambientais.

A TRANSPOSIÇÃO

Simultaneamente ao processo de constituição da TI, o projeto de transposição do São Francisco vem sendo motivo de preocupação para os Tumbalalá por gerar dúvidas quanto ao futuro do rio do qual dependem, direta ou indiretamente, todas as populações do semi-árido de seu entorno. Esta dependência é maior para as comunidades indígenas, pois além de utilizarem a água para o consumo, agricultura e criatórios domésticos, têm ainda na pesca e na caça de animais que fazem seus nichos nas ilhotas ou nas franjas verdes nas margens do rio, como o preá e a capivara, importantes recursos complementares de alimentação. O envolvimento dos Tumbalalá com a transposição do rio São Francisco começou ainda em 1999, em parceria com os Truká, durante as primeiras manifestações regionais contra o projeto e vem aumentando ao longo do tempo. A obra, oficialmente tratada como integração do rio São Francisco às bacias dos rios Moxotó e Brígida (PE), Apodi (RN), Paraíba (PB), Piranhas-Açu (PB e RN) e Jaguaribe (CE), foi planejada no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e hoje está a cargo do Ministério da Integração Nacional (MIN), que deverá gerenciar os R\$ 4,5 bilhões que serão destinados ao projeto. Está prevista a construção de dois canais de captação de água – cada um com cerca de 600 km de extensão, 25 m de largura e 5 m de profundidade –,

além de estações de bombeamento em locais topograficamente estratégicos que levarão água para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O canal Norte, cuja capacidade de transporte é de 45 m³/s, deverá sair 5 km acima da ilha da Assunção, parte da TI Truká; o canal Leste fará a captação diretamente do lago da hidroelétrica de Itaparica, transportando cerca de 18 m³/s. Ambos os canais deverão atravessar áreas indígenas e embora o governo federal venha garantindo que todas as medidas serão tomadas a fim de se evitar qualquer tipo de prejuízo socioambiental às populações envolvidas, os antecedentes de impactos ambientais e perdas econômicas advindos da construção de hidrelétricas e barragens ao longo do São Francisco são suficientes para gerar fortes oposições ao projeto de transposição.

Assim, durante a VI assembleia geral da Articulação dos Povos de Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), realizada em junho de 2005 na aldeia Potiguara (PB), representantes de 43 comunidades indígenas do nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo solicitaram ao governo federal a paralisação das obras de transposição do São Francisco e o desenvolvimento de projetos de revitalização do rio. Também solicitaram, ao Ministério Público Federal, a impetração de uma ação civil pública contra a transposição, em nome da Apoimne, alegando que a obra trará sérios danos ambientais e prejudicará as comunidades indígenas (cerca de 15) que vivem nas adjacências do rio. Uma das prévias desta assembleia geral foi o I Encontro dos Povos Indígenas Ribeirinhos da Bacia do São Francisco, ocorrido três meses antes em Rodelas (BA, aldeia Tuxá) e concluído com a apresentação da “carta aberta dos povos indígenas ribeirinhos de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, contra o projeto de transposição do São Francisco”. No documento, foram apresentadas sugestões para revitalização do São Francisco e alternativas ao projeto de transposição, como recuperação de matas ciliares degradadas; repovoamento do rio com espécies nativas de peixes; campanha educativa sobre a necessidade do uso racional e responsável da água; investimentos públicos em saneamento básico nas cidades ribeirinhas e reativação das obras paralisadas de combate à seca. O encontro, que teve a participação de representantes do Conselho Indígena Missionário (Cimi), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) e Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, foi também uma forma de fortalecer alianças com políticos e segmentos da sociedade civil contrários ao projeto de transposição.

TUMBALALÁ E TRUKÁ: OS MAIS PREJUDICADOS

Dos povos indígenas prejudicados com a transposição, os Truká e os Tumbalalá seriam mais diretamente afetados em função da proximidade de seus territórios ao eixo norte de captação de água. Além dos possíveis prejuízos para suas lavouras, pesca e pastoreio, a interferência no nível do rio somada a processos de assorea-

A MAIOR ÁREA INDÍGENA CONTÍNUA JÁ DELIMITADA NO NORDESTE

A Terra Indígena Tumbalalá abriga uma população de cerca de 3 mil pessoas. Em 2004, um Grupo Técnico instituído pela Funai realizou a identificação e delimitação da área Tumbalalá. Esta primeira etapa do processo demarcatório é parte de um longo histórico de mobilizações das quais tomaram parte grupos indígenas da região, agentes de apoio e instituições indigenistas visando o reconhecimento de direitos dos caboclos que habitavam a margem baiana defronte à ilha do Pambú que, até o século XVIII, abrigou um dos maiores aldeamentos missionários indígenas do médio São Francisco.

A área identificada e delimitada em 2004 e 2005 possui cerca de 50 mil ha e está entre os municípios de Abaré e Curaçá. É a maior área indígena contínua já delimitada no nordeste. Dentro de seus limites, estão dezenove agrovilas do projeto Pedra Branca, que abrigam cerca de 800 famílias reassentadas pela estatal Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) após terem suas terras submersas com a construção da hidroelétrica de Itaparica em 1986. O projeto alcança a extensão de 10 mil ha (dos quais quase 3 mil são irrigados) e foi inaugurado no mesmo ano de conclusão das obras da represa. Cada família reassentada recebe mensalmente uma ajuda de custo de 2,5 salários mínimos e, através de associações e cooperativas agrícolas locais, tem acesso a linhas de crédito agrícola. Além do projeto, estão também dentro da área delimitada os povoados de Pambú — que recentemente recebeu calçamento, seis novas salas de aula e teve suas 40 antigas casas reconstruídas com verbas do município de Abaré e da União — e Pedra Branca, pertencente a Curaçá e com cerca de 300 casas. É neste povoado que reside a maior parte dos não-índios que possuem glebas dentro da área delimitada e fora do projeto Pedra Branca, representando cerca de 200 famílias cujos lotes somados ultrapassam os 10 mil ha do projeto. Algumas dessas pessoas chegaram a inibir os trabalhos do GT de identificação/delimitação, ameaçando seus componentes que só retomaram as atividades sob escolta da Polícia Federal, e foram apoiadas por políticos de Abaré e Curaçá contrários aos limites da TI Tumbalalá. Além delas, um grupo de reassentados no projeto Pedra Branca também demonstrou oposição à delimitação da TI, posição compartilhada pela própria CHESF que, nos bastidores políticos, tenta impedir a demarcação conforme consta no relatório do GT cuja aprovação depende ainda da Funai.

mento já em curso poderão comprometer sazonalmente a navegabilidade em certos trechos cortados por ilhas, como é toda a extensão defronte à área delimitada da TI Tumbalalá. Tal intervenção prejudicaria seriamente o deslocamento dos Tumbalalá até a cidade de Cabrobó (PE), comprometendo o acesso a serviços de saúde, pagamento de aposentadorias e abastecimento complementar, já que é nesta cidade ou a partir dela que eles vão buscar tais serviços. Por causa disso, e tentando minorar as pressões sociais contra o projeto, o MIN vem dialogando com lideranças de ambas as comunidades a fim de demonstrar que estas populações não serão prejudicadas com a transposição. Ao mesmo tempo, incluiu no relatório de impacto ambiental uma série de medidas visando contornar futuros problemas para os

índios ribeirinhos, dentre elas, a divulgação de programas de saúde, enfatizando especialmente as doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis (DSTs) e a orientação aos técnicos e trabalhadores das obras do projeto sobre como lidar com as comunidades indígenas. Contudo, os Tumbalalá não foram citados no EIA-Rima e correm o risco de não serem incluídos nos pacotes de ações compensatórias e preventivas.

Representantes dos dois povos e de demais comunidades indígenas do rio São Francisco, além de associações indígenas e de ONG's indigenistas, estiveram presentes às audiências públicas com o MIN e Ibama em cidades do nordeste durante o ano de 2005, reivindicando, dentre outras coisas, a concretização de projetos de revitalização do rio. Além destas reuniões, em março de 2005 lideranças Truká e Tumbalalá estiveram em Brasília com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e voltaram a cobrar projetos oficiais de revitalização do rio e investimentos em saneamento básico nas 266 cidades ribeirinhas. Do encontro, formou-se uma comissão indígena de quatro membros para acompanhar os desdobramentos do projeto. Em novembro do mesmo ano, os Truká e Tumbalalá participaram das discussões travadas em Cabrobó com representantes do governo federal em ocasião do protesto movido pelo bispo de Barra (BA), Dom Luiz Cappio, em novembro de 2005. A greve de fome do Frei Cappio contra a transposição e a favor da revitalização do rio São Francisco gerou uma corrente nacional de solidariedade liderada por entidades ligadas à igreja católica, tornando visíveis os proble-

mas sociais e ambientais que a obra pode vir a trazer e forçando o governo a assumir o compromisso de um amplo debate a fim de redirecionar o projeto.

Atualmente, o projeto de transposição do rio São Francisco encontra-se embargado na justiça e para iniciar as obras em 2006 o governo federal terá de derrubar, até abril, 19 liminares no Supremo Tribunal Federal (STF). Além dos impactos ambientais e

sociais, o projeto também está sendo questionado pelo Comitê da Bacia do São Francisco por causa de seu alto custo e alocação das águas transpostas e pelo conselho federal da OAB por violar critérios da Lei Nacional dos Recursos Hídricos. Após as experiências negativas com obras de intervenção no São Francisco – como as barragens de Sobradinho, Xingó e Itaparica –, as populações indígenas ribeirinhas, aliadas a segmentos da sociedade civil, mobilizam-se para participar positivamente nas discussões sobre um ambicioso projeto que certamente terá repercussão em suas vidas. (DATA??)



UGO MAIA ANDRADE

Sessão de Toré, abril 2001.

CARTA DOS TRUKÁ E TUMBALALÁ CONTRA A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

“Nós, lideranças e comunidade do povo Truká, reunidos na Ilha da Assunção, queremos manifestar nossa indignação com a postura do Governo federal, frente ao debate sobre a transposição do rio São Francisco (nosso rio, nosso alimento e, principalmente, nossa vida, dado por Deus aos nossos antepassados). (...)

Os fatos: 1) Em janeiro deste ano, aconteceu uma audiência pública sobre a transposição, na cidade de Salgueiro, Pernambuco, onde os indígenas Truká e Tumbalalá solicitaram do Governo Federal que fosse realizada uma reunião de esclarecimento à população de Cabrobó, local de onde sairia um dos canais da transposição, para aprofundarmos o debate, e que essa reunião não teria o caráter de audiência pública. Ficou acordado que a reunião ocorreria no dia 17 de fevereiro de 2005. 2) A TV Grande Rio (afiliada a Rede Globo), noticiou na noite do dia 16 de fevereiro, portanto as vésperas da reunião, que esta não aconteceria mais, provocando uma desmobilização nas comunidades ribeirinhas e nos povos Truká e Tumbalalá. Para nossa surpresa, alguns indígenas que se encontravam em Cabrobó, no dia 17 de fevereiro, descobriram que o Ginásio Valdemir Jacinto Pereira (Araújo) estava pronto para acontecer a reunião, que muitos diziam ser audiência pública. 3) Logo pela manhã do dia 17 de fevereiro, a cabeça da ponte, na entrada da Ilha da Assunção, estava repleta de policiais abordando e constrangendo os índios que passavam para a cidade, numa atitude desrespeitosa e preconceituosa. Nós perguntamos: por que não se revistou as pessoas da cidade que foram até o ginásio participar da reunião?

Queremos neste momento, reafirmar nossa disposição em discutir a transposição com a sociedade de Cabrobó e com nossos irmãos Tumbalalá, além de reafirmar que somos contrários à transposição, pois temos várias razões de desconfiar destas propostas: a) Até hoje, esse Governo que aí está nunca atendeu a pauta de reivindicações dos povos indígenas, e quando aparece vem barganhar. b) Até hoje, esse Governo nunca veio até nossa comunidade apresentar a análise de impacto ambiental e social, causada pela transposição. c) O Governo não fala em revitalização do rio, não fala das cidades que o rio banha e que não tem saneamento básico, poluindo o rio, matando nossos peixes, não fala que o rio diminui seu volume de água, a cada dia, ameaçando aqueles que vivem da agricultura e da pesca nas margens do Velho Chico. d) O Governo quer enviar água para outros estados, “para combater a seca”, mas muitos que moram a poucos quilômetros do rio não têm acesso à água deste. Fala que a água é para o consumo humano, mas como será que o povão vai pagar esta água, que segundo os técnicos do próprio Governo terá um custo muito alto? Nós somos contrários à privatização das águas do que resta do São Francisco, porque isso viola o nosso direito à vida, porque não aceitamos vender nossa liberdade, porque não queremos ser cativos de um novo senhor de escravos.” (Povo Truká (PE) e Tumbalalá (BA), Centro de Cultura Paulo Freire, 17/02/05)

Incertezas na Regularização da TI

Peter Schröder

Professor de Antropologia da UFPE

O TERRITÓRIO TRADICIONAL FOI REDUZIDO A UMA FRAÇÃO DE SEU TAMANHO ORIGINAL, A ÁREA ATUALMENTE OCUPADA FOI PARCELADA EM LOTES JÁ NO SÉCULO XIX, E HÁ UMA CIDADE INTEIRA ENCRAVADA NO MEIO DA TERRA INDÍGENA

De acordo com uma leitura oficial, a terra dos Fulni-ô já foi demarcada em 1971. A partir dessa visão, surgiu a postura de não fazer nada por muitos anos, pois o problema poderia ser considerado resolvido. Porém, surgiram questionamentos legítimos se a terra foi realmente demarcada em 1971, visto que faltavam indícios claros, assim como não existem dados sobre o levantamento topográfico nem se encontram marcos em campo. Além disso, até agora não foi encontrado nenhum memorial descritivo. A terra indígena atual tem suas origens históricas num aldeamento do século XVI. Em 23 de novembro de 1700, um Alvará Régio estipulou a “doação” de uma “légua em quadra” a todos os aldeamentos da Capitania de Pernambuco. No entanto, do ponto de vista atual, é muito difícil determinar a forma e a extensão da medida colonial – um problema, aliás, bastante recorrente no Nordeste indígena. Não se encontram mais vestígios da antiga marcação na região, pois todos os marcos provavelmente foram arrancados e destruídos já no século XIX e as fontes históricas não informam de forma coerente e clara seus limites e extensão. Para os Fulni-ô, a importância do Alvará Real consiste menos na informação de dados exatos sobre a área concedida, mas no fato de terem seus direitos territoriais pela primeira vez reconhecidos oficialmente pelos colonizadores.

Outro problema, bem mais premente, consiste na própria cidade de Águas Belas, que surgiu no meio da terra indígena a partir da primeira metade do século XIX. De acordo com a versão local oficial, ela tem sua origem numa “doação” indígena de cerca de 80 hectares a Nossa Senhora da Conceição em 1832, e a chamada Terra da Santa foi de fato o núcleo inicial para uma população não-indígena se estabelecer no meio do território indígena. Contudo, uma pesquisa documental realizada pelo autor pro-

vou definitivamente que os próprios indígenas nunca fizeram tal doação, o que certamente ainda provocará reações bastante emocionadas em Águas Belas já que toca no mito fundador da cidade. Desde os tempos do núcleo inicial, a cidade representa um problema existencial para os Fulni-ô, visto que ela só pode se expandir à custa da terra desse povo. Além disso, a terra dos Fulni-ô é caracterizada por outra peculiaridade que a destaca entre todas as terras indígenas no Brasil: entre 1876 e 1878, ela foi demarcada por uma Comissão de Medição de Terras em sua forma quadrada atual e subdividida em 320 lotes de cerca de 30 hectares cada e mais 107 lotes menores de diversos tamanhos.

O último ato jurídico relativo à terra indígena no século XX foi efetuado em 1928 por um acordo legalmente questionável entre o Governo Estadual e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) sobre os limites internos da terra, que foram expandidos além dos limites da Terra da Santa. Esta tentativa de legalizar a expansão da cidade, no entanto, não diminuiu a pressão sobre a terra indígena. Mas o papel dos próprios Fulni-ô até agora não tem sido, de maneira alguma, passivo.

A SITUAÇÃO TERRITORIAL DE FATO

Por um lado, a expansão da cidade é vista com preocupação pela maioria dos indígenas. Por outro lado, há Fulni-ô que tiram proveito dela. Isto tem a ver com a prática de arrendamentos que se estabeleceu desde o final do século XIX. Como os lotes são propriedades privadas, as famílias indígenas viam-se expostas imediatamente a pressões sociais e econômicas de arrendar suas terras aos “brancos”, pois esta fonte de renda é relativamente segura e pode até ser bastante lucrativa em comparação com outras atividades econômicas. O arrendamento tornou-se uma prática tão comum que hoje em dia é mais fácil encontrar moradias de não-indígenas nas partes rurais da terra indígena do que dos próprios Fulni-ô.

Apesar da ilegalidade da prática, a Funai até agora mal tentou impedi-la. Isto até seria bastante difícil, pois a Administração Regional no Recife tem presença marcante de pessoas fulni-ô

em seu quadro de funcionários. Nas partes rurais da TI, o arrendamento geralmente é praticado para atividades agropecuárias, enquanto os lotes no entorno urbano, estrategicamente bem localizados, servem para arrendar parcelas para construções pelas quais é cobrado o chamado *chão de casa*, uma modalidade relativamente barata, porém arrecadada em quantidades impressionantes. Toda a expansão da cidade desde meados do século passado realizou-se basicamente através do *chão de casa*.

Além dos problemas legais e do controle territorial, o loteamento e a prática dos arrendamentos tinham e ainda têm profundos impactos econômicos e sociais para os Fulni-ô. Por um lado, foi introduzido, no século XIX, um sistema extremamente inflexível que representa um espartilho para o número crescente de famílias e as obriga a subdividir cada vez mais as áreas cultiváveis para se sustentar. Por outro lado, os lotes tornaram-se objetos de transações entre os Fulni-ô com o objetivo de concentrações estratégicas de propriedade. Os resultados são desigualdades sociais muito grandes: há um contraste muito forte entre uma pequena minoria próspera e uma grande maioria pauperizada, sem nenhum tipo de “classe média” intermediária, a não ser que os funcionários indígenas da Funai e da prefeitura pudessem ser considerados como tal. Mais de 55% das famílias são sem-terra de fato (e vale a pena se dar conta da ironia: sem-terra na própria terra!), dependendo para seu sustento da benevolência de parentes, que concedem gratuitamente um pedaço de terra ou o arrendam aos próprios parentes. Há famílias que nem sabem o que comer no dia seguinte. Esta situação obrigou os Fulni-ô a diversificar consideravelmente suas estratégias de sobrevivência. Embora a grande maioria ainda dependa de alguma maneira da agricultura e da produção de artesanato, ficou difícil determinar o que ainda é tipicamente “indígena” nas atividades econômicas dos Fulni-ô, com exceção da produção do artesanato.



Fulni-ô em sessão de toré.

A IDENTIFICAÇÃO DA TERRA

Até o final do século passado, nem a situação territorial insustentável nem os graves problemas econômicos da maioria dos Fulni-ô motivaram o órgão indigenista a pensar seriamente numa ampliação dos limites da terra indígena e propor soluções para os problemas sociais implicados. Não faltaram avisos e propostas de antropólogos, indigenistas e organizações não-governamentais, mas a Funai preferiu uma tática que na Alemanha da era Kohl foi batizada pelo neologismo *aussitzen*: ficar sentado e esperar o problema desaparecer.

No entanto, esta tática fracassou quando, na década de 1990, um grupo de Fulni-ô começou uma atuação veemente na central do órgão em Brasília. Foi principalmente um grupo de opositores às lideranças tradicionais, profundamente envolvidas com o arrendamento, que começou a exigir um reestudo da situação territorial. Trata-se de uma facção composta majoritariamente de funcionários da própria Funai, que acusam as lide-

QUEM, ONDE, QUANTOS

Entre os povos indígenas do Nordeste, os Fulni-ô representam um caso fora do comum do ponto de vista cultural e histórico por terem conseguido conservar sua língua. A maioria dos Fulni-ô vive no município de Águas Belas, uma cidade pequena no agreste pernambucano, perto do limite com Alagoas, mas também há um número desconhecido de emigrantes em cidades no país inteiro. Desse modo, Águas Belas é a única cidade no Nordeste, com exceção do Maranhão, onde é possível encontrar uma população inteira de falantes de uma língua indígena.

Na região de Águas Belas, vivem mais de 3.400 Fulni-ô, mas a população total espalhada pelo país pode ser superior a 5.000. Mais de 95% dos Fulni-ô de Águas Belas moram na aldeia Urbana, que à primeira vista parece ser um bairro da cidade, pois seus limites são visíveis apenas aos iniciados.

As origens dos Fulni-ô permanecem desconhecidas, mas é bem provável que eles sejam o resultado de processos de miscigenação étnica no antigo aldeamento de Ipanema. Levantar infor-

mações sobre seu território tradicional também é muito difícil, porém é possível reconstruí-lo em partes por uma triangulação entre fontes escritas, história oral indígena, informações etnográficas e alguns poucos sítios arqueológicos na região.



Posto Indígena Fulni-ô na Aldeia urbana.

ranças tradicionais, eleitas por funções vitalícias, de serem defensoras do *status quo*, de serem corruptas e de lucrar com a situação. Este grupo tenta canalizar as insatisfações entre os Fulni-ô em Águas Belas através de uma estratégia de confrontos que já provocou situações bastante tensas entre os indígenas. O atendimento das cobranças por parte da Funai traria um prestígio político enorme para enfrentar as lideranças tradicionais (cacique, pajé e os membros de um conselho).

Demandas por ampliação da terra indígena, no entanto, representaram apenas uma parte dos objetivos dos “ataques” de alguns Fulni-ô à central do órgão. Muitas vezes era mais importante “ordenhar a vaca”, isto é, pressionar o órgão até conseguir a liberação de recursos para obscuros projetos ambientais e econômicos em Águas Belas. Desses projetos, geralmente existem apenas as fachadas, enquanto seus recursos freqüentemente desapareceram em canais de algumas famílias indígenas a partir da Administração Regional no Recife, o que obrigou o órgão a instalar em 2004 uma sindicância interna para apurar os desvios, os quais englobam quantias consideráveis. Desse modo, uma parte das acusações do grupo opositor contra as lideranças tradicionais também pode ser feita contra os próprios acusadores.

Do ponto de vista do órgão indigenista, os constantes “ataques” aos recursos limitados representam um problema desagradável do qual seria desejável se liberar, e a regularização da terra dos Fulni-ô poderia abrir uma chance para afastar a parte mais insistente dos Fulni-ô da central em Brasília.

Os levantamentos antropológico e ambiental, partes do processo de identificação, foram realizados em dezembro de 2002 e março e abril de 2003 acompanhados por uma série de reuniões em que sempre participaram entre 130 e 160 Fulni-ô respectivamente. Ficou claro que três áreas representam o cerne das demandas indígenas por ampliação dos limites de sua terra: uma série de serras ao norte da cidade (uma área tradicional de coleta), a Serra dos Cavalos (uma elevação pequena no município de Itaíba, de grande importância simbólica para os Fulni-ô por ser a área de origem do subgrupo de maior prestígio social) e uma área ao sul da cidade que se estende até o limite do município com Alagoas. Surpreendentemente foi muito fácil chegar a um consenso que os limites internos deveriam corresponder à área urbana estabelecida em 1928, apesar da vontade de uma minoria pequena entre os indígenas que preferiria a remoção completa da cidade, pelo menos em discursos.

Inicialmente havia poucos problemas com a população não-indígena e não surgiu nenhuma ameaça contra o Grupo de Trabalho. Até os políticos locais ignoraram, no início, os trabalhos de identificação, enquanto se espalharam diversos boatos entre a população urbana, porém provocados em parte pelas ameaças e fanfarrônicas de alguns indígenas do grupo opositor. Estes boatos, por sua vez, ganharam sua própria dinâmica e serviram

de pretexto para discriminações contra os funcionários indígenas da prefeitura, ainda em abril de 2003.

CONSTELAÇÕES DE INTERESSES

Há poucos anos, muitos não-indígenas em Águas Belas (talvez a maioria) costumavam produzir discursos de paz e harmonia para caracterizar as relações interétnicas. De acordo com essas declarações, as antigas tensões teriam dado lugar a um *modus vivendi* pacífico. Também era difícil escutar vozes contrárias à própria “demarcação”. A questão era outra: com que limites? Mantendo o *status quo* ou não? Uma pesquisa de opinião espontânea entre a população total do município com muita probabilidade revelaria uma maioria bem clara em favor de manter o *status quo*. Afinal, os não-indígenas representam a maioria. Mas também entre os Fulni-ô há pessoas adversas a mudanças.

Os interesses em jogo podem ser resumidos da seguinte forma:

- Uma parte da população rural não-indígena sente-se incomodada pela regularização, porque esta pode levar, pelo menos hipoteticamente, à interdição dos arrendamentos. Além disso, fora dos limites atuais da terra indígena há um número elevado de grandes e pequenos fazendeiros e posseiros que se sentem ameaçados em sua existência. É evidente que este medo é maior entre os posseiros. No entanto, já em março e abril de 2003 foram estabelecidos contatos com o Incra, o qual, ainda no mesmo ano, se comprometeu a oferecer cerca de 45 mil hectares de terras para as pessoas que teriam de desocupar a terra indígena ampliada.
- Os interesses da população urbana são mais vinculados ao arrendamento do *chão de casa*. A regularização definitiva dos limites internos da terra indígena significaria que qualquer expansão da cidade fora desses limites seria ilegal e que todas as edificações teriam que ser destruídas ou abandonadas. Isso também diz respeito a áreas sensíveis como o lixão da cidade, localizado na terra indígena, que recebe qualquer tipo de lixo, inclusive o hospitalar.
- A regularização também afetaria diversas áreas econômicas da cidade, como o comércio de material de construção.
- Os políticos locais, por sua vez, receiam não apenas uma recessão local, mas também perder uma parte significativa do eleitorado pelos eventuais deslocamentos.

Seria de supor que o processo de regularização produzisse uma polarização clara entre Fulni-ô e não-indígenas, mas a situação é mais complicada, porque uma minoria dos indígenas teria que aceitar prejuízos financeiros consideráveis e poderia sofrer perdas de status econômico e social, se a Funai tentasse impedir seriamente a prática dos arrendamentos. Quanto às reações entre os Fulni-ô, pode ser decisivo se os atores avaliam como mais importante seu status econômico ou seu status político. Desse

modo, o cacique manifestou durante todas as fases da identificação um desinteresse bem claro pelo assunto e expressou apenas sua preocupação pela manutenção da paz. O pajé, por sua vez, antes do início dos trabalhos de identificação já tinha se posicionado em favor da regularização e numa reunião com a comunidade inteira em abril de 2003 até defendeu a posição do grupo opositor com o objetivo inequívoco de não ver a própria posição política enfraquecida. No entanto, é difícil avaliar se a minoria economicamente favorecida entre os Fulni-ô considera real a possibilidade de uma intervenção da Funai na prática dos arrendamentos ou se ela simplesmente aposta que tudo ficará como está. Tampouco se tem uma idéia clara dos impactos econômicos de curto prazo de tal intervenção.

DE LÁ PARA CÁ

Desde o fim dos levantamentos antropológico e ambiental em abril de 2003, surgiram acusações graves contra a política de informação da Funai por parte de políticos locais e entre a população local não-indígena começaram a circular diversos boatos, sem nenhum fundamento empírico, sobre os avanços da “demarcação”, embora não houvesse nenhuma idéia concreta sobre seus procedimentos. Como uma das primeiras reações, formou-se um *Movimento Águas Belas e Itaíba Vivas*, dominado por vereadores. Em meados de 2003, por exemplo, circularam panfletos do movimento questionando a composição e legitimidade do grupo técnico que realizou a identificação, entre outras coisas por classificá-la como intervenção estrangeira. No entanto, uma manifestação contra “a demarcação”, organizada no mesmo ano em Águas Belas, foi pacífica.

Os políticos locais, no entanto, eram muito mais ágeis em outros níveis e conseguiram mobilizar uma série de deputados do PFL para bombardear por telefonemas e fax pessoas ligadas ao processo dentro da Funai. E, finalmente, até o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, tentou intervir pessoalmente com uma declaração escrita de que uma eventual ampliação da terra indígena poderia afetar a produção leiteira do estado, o que naquela época (maio/2003) não era mais verdade, já que na região de Águas Belas essa atividade econômica tinha entrado em profunda crise muito tempo antes. O governador até propôs “negociar” a questão territorial dos Fulni-ô em nível nacional, estadual e local, evidentemente passando por cima da legislação em vigor. Até agora, tais intervenções ainda não renderam resultados, mas a regularização encontra-se ainda em sua fase inicial.

Em meados de 2003, foi iniciado o levantamento fundiário em várias etapas, como as demandas territoriais indígenas afetari-

am pelo menos duas mil famílias com e sem títulos de terra, e nesta conta nem foram incluídas as construções no entorno urbano. Logo no início, o “fundiário” enfrentou graves problemas logísticos, políticos e de segurança, o que impediu sua conclusão até agora. Temporariamente, o grupo responsável estava composto por sete técnicos, e todos tiveram que ser acompanhados individualmente por um agente da Polícia Federal. Havia tentativas de impedir pesquisas cartoriais, recusas de informações por parte da população rural afetada e até ameaças de morte anônimas. Esta situação só mudou no segundo semestre de 2004, com novas estratégias de informar as pessoas afetadas não só sobre os próprios trabalhos, mas também sobre seus direitos.

Até agora, podia ser realizado o levantamento fundiário na maioria da área proposta para a ampliação, porém os aspectos mais sensíveis (o entorno da cidade) ainda não foram tocados. A finalização dos trabalhos até pode atrasar ainda mais por causa de raciocínios orçamentários do órgão indigenista, o que, por sua vez, pode mudar com novas pressões políticas dos Fulni-ô em Brasília.

Enquanto a identificação da terra dos Fulni-ô continua atrasada, o comércio em Águas Belas entrou em plena estagnação. Bancos não concedem mais crédito para construções e investimentos na zona rural e o comércio de material de construção encolheu. Possivelmente, a situação econômica no município estimulará não poucas pessoas a emigrar. A engrenagem íntima da vida econômica local com a terra indígena faz com que aquela reaja sensivelmente a mudanças de status quo desta.

CENÁRIOS FUTUROS

Se as demandas territoriais dos Fulni-ô fossem aceitas pela Funai, a terra indígena poderia ser ampliada dos atuais 11.633 hectares a cerca de 57.700 hectares. Neste caso, se tornaria a maior terra indígena do Nordeste. No entanto, ainda há diversos obstáculos a serem vencidos, com o jogo continuando aberto. Ainda é impossível prever as conseqüências da regularização para a organização econômica e social indígena, mas é bem provável que os Fulni-ô terão que se adaptar à redução ou extinção da prática de arrendamento, a médio e longo prazo. Isto, por sua vez, poderá levar a tensões sociais consideráveis entre eles e com os não-indígenas. Ainda é cedo para fazer prognósticos mais claros. Apenas é possível pensar em alguns cenários. Como já foi constatado: todos querem a “demarcação”, mas não como o outro lado quer. (*dezembro, 2005*)

GERAL

ÍNDIOS ESCRIVEM
A PRÓPRIA HISTÓRIA

O índio visto por ele mesmo, sem a mediação de antropólogos, exploradores ou desbravadores. O índio que é dono de sua própria história. É a isso que se propõe a série de quatro livros "Índios na visão dos índios", publicação pioneira no país lançada em Salvador. Os livros, escritos e ilustrados por integrantes de quatro tribos nordestinas, têm o objetivo de chegar às escolas e universidades para retratar de forma fidedigna a realidade atual do povo indígena. O dinheiro das vendas será revertido para as tribos, que reúnem juntas cerca de 20 mil índios. As tribos participantes do projeto foram Kariri-Xocó (AL), Tumbalalá (BA), Pankararu e Fulni-ô (ambas de Pernambuco). A

idéia de reunir as impressões indígenas na coleção partiu do historiador argentino Sebastián Gerlic, 31 anos. Os livros estão sendo vendidos por R\$15 cada, nas lojas do Bomprego, e R\$12 (preço promocional de lançamento) nas livrarias Siciliano de Salvador. A princípio, foram feitas 12 mil cópias por volume. (Marcos Vita, *Correio da Bahia*, 03/08/01)

TRANSPosição DO
RIO SÃO FRANCISCOELEITO CONSELHEIRO
INDÍGENA PARA COMITÊ

Foi realizada ontem a eleição que escolheu conselheiro e suplentes indígenas para o comitê responsável pela revitalização da bacia do rio São Francisco, em Paulo Afonso (BA). No

total, 45 índios de 24 etnias que habitam as margens do rio participaram de palestras sobre a presença indígena na região, e elegeram Aílson Truká (PE) como representante, Sandro Tuxá (BA) e José Luis Chocó (AL) como suplentes. (*Funai*, 25/09/02)

TRANSPosição: ÍNDIOS
IMPEDEM TRABALHOS

No chamado Pontal, em Pernambuco, de onde se avista a localidade de Pedra Branca, no município de Curaçá, na Bahia, os piquetes com a marca "PTSF - Projeto de Transposição do São Francisco" sinalizam que ali será um dos futuros canais de transposição do rio. Os marcos, colocados desde o final de 2002, despertam a curiosidade da população ribeirinha e revoltam os índios da Tribo Truká, que habitam, do lado pernambucano, a Ilha de Assun-

CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS CONTRA A TRANSPosição

"Eu me sinto muito mal, eu faço a comparação pelo nosso corpo. Nós temos as veias que levam sangue ao nosso corpo, se a gente faz um corte o sangue vai todo embora e a gente morre. O rio é vivo, e só enquanto tem água, senão morre. O rio e morre muito mais vida, porque morre o índio, morre o negro, que são ribeirinhos, e muitos bichos que precisam do rio. Eu não aceitaria que isso fosse acontecer". (Carlito Kiriri)

"Nós, lideranças dos povos indígenas ribeirinhos, Tuxá de Rodelas, Tuxá de Ibotirama, Tumbalalá, Kiriri de Muquém do São Francisco, Pankaru, Xocó e Truká, e várias lideranças dos povos indígenas de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Alagoas, Xukuru, Kambiwá, Pankararu, Pankara, Pipipã, Kapinawá, Pataxó Hãhãhã, Potiguar e Geripankó, reunidos no I Encontro dos Povos Indígenas Ribeirinhos da Bacia do São Francisco, durante os dias 12 e 13 de março de 2005, na Aldeia Tuxá de Rodelas, com a presença de organizações não-governamentais e governamentais: CESE, CIMI, ANAÍ, Centro de Cultura Luiz Freire, Fórum Permanente em Defesa do São Francisco, Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Repensar, D.A. Pedagogia, D.A. Biologia e DCE Uneb Campus VIII, Representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal de Rodelas, representantes da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados. Queremos afirmar nosso repúdio ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, pois a nossa sobrevivência econômica e cultural depende do rio. É deste que irrigamos a terra para plantar e pescamos o peixe para comer. Nossos rituais sagrados têm tudo a ver com o rio, nossas ciências estão nas águas do 'Velho Chico'.

Já sofremos bastante com as transformações sofridas pelo rio, por causa das barragens e hidrelétricas que inundaram terras tradicionais, extinguiram muitas espécies de peixes e animais terres-

tres, destruíram parte de nossa ciência. Parte do rio onde atravessávamos a nado, hoje atravessamos a pé, nenhuma daquelas obras beneficiaram nossos povos e nem os moradores ribeirinhos, provocaram o desmatamento e, em consequência, a desertificação, além do desvio das águas para irrigação das grandes fazendas. Tudo isso, além do despejo de dejetos, esgotos e agrotóxicos, é derramado no rio, que está morrendo.

Além de tudo, queremos lembrar que, a realização desta obra a qualquer custo, rasga a constituição Federal de 1988 e a convenção 169 da OIT, que afirmam que todos os projetos e políticas desenvolvidas pelos não-índios, órgãos governamentais e não-governamentais, para os Povos Indígenas, só devem ocorrer com a participação e anuências desses povos, através de suas representações legítimas e do Congresso Nacional, conforme o artigo 49 item XVI - CF/88. A transposição vai matar o que resta do rio, secando nossos territórios, extinguindo o que resta dos peixes, matando nossos povos de fome, prejudicando nossa cultura de vazante, prática tradicional que não prejudica o solo e não carece de produtos químicos. A fome nos obrigaria a abandonar nossas terras.

Desejamos que o governo utilize outras alternativas à Transposição, que são mais baratas e eficientes no combate à seca, como:

- A Revitalização do rio São Francisco;
- Reativar as centenas de obras não terminadas, que ajudaram no combate à seca;
- Saneamento básico nos municípios à beira do rio;
- Dragagem (limpeza do rio);
- Reflorestamento;
- Estudo técnico sobre o uso de agrotóxicos;
- Troca de produtos químicos por orgânicos;
- Democratização da água;
- Repovoamento de nossas espécies de peixes, animais e plantas, terrestres e aquáticas, que estão em extinção;

- Construção de poços artesanais;
- Fiscalização nas grandes fazendas ribeirinhas;
- Recuperação da mata ciliar;
- Projetos de auto-sustentação para os povos indígenas;
- Indenização, por parte da CHESF, das plantações perdidas devido à abertura das comportas de suas barragens/usinas;
- Campanha para uma utilização racional do uso da água;
- Desobstrução dos canais clandestinos das grandes propriedades de fazendeiros e políticos;
- Incentivo da agricultura orgânica;
- Buscar alternativas nos programas de convivência com o semi-árido (cisternas de placa, barragem subterrânea, plantações adequadas ao clima etc).
- Cumprimento dos acordos feitos entre a CHESF e os Povos Indígenas.

Temos consciência da ineficiência do Projeto, pois sabemos que muitas famílias vivem perto do rio e não têm acesso a suas águas, e não acreditamos que um mega projeto desses irá beneficiar o povo pobre do sertão.

Não somos insensíveis com relação às necessidades dos outros estados do nordeste. É preciso que o governo federal busque soluções nos referidos estados, que já dispõem de recursos hídricos suficientes, porém mal utilizados, para apaciar a sede das populações, e propiciar um desenvolvimento local sustentável, democratizando-se o uso das águas que por muitos anos vem sendo instrumento de dominação e da perpetuação do "coronelismo" nestas regiões.

SIM À REVITALIZAÇÃO E NÃO À TRANSPosição DO 'VELHO CHICO'."

(Carta Aberta dos povos indígenas ribeirinhos, Recife, 13/03/05)

ção. Dispostos a assegurar a posse da área de maior produção de arroz em Pernambuco, os Trukás habitam, também, a maior ilha do São Francisco, e lá não querem permitir qualquer trabalho que implique prejuízos para a fauna e flora do rio. "Aqui nós tínhamos o jacaré-açu, a lontra e a capivara. O dourado, conhecido como o 'rei do rio', já não existe mais", diz Nequinho, para quem a transposição só vai agravar os danos ambientais. (*A Tarde*, 26/10/04)

MOVIMENTO VAI ACIONAR A ONU

Após o encontro da Articulação dos Povos de Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos (Apoimne), realizado na aldeia dos Truká, o movimento, que reúne 50 povos de oito estados e representa cerca de cem mil índios, vai pedir apoio internacional para impedir a transposição. A intenção é solicitar ajuda à ONU, OEA e à OIT. (*Jaqueline Andrade, Diário de Pernambuco*, 19/11/04)

ALAGOAS / GERAL

ÍNDIOS INSATISFEITOS COM O ATENDIMENTO DE SAÚDE...

Lideranças indígenas de todo o estado de Alagoas se reuniram, extraordinariamente, no Conselho Distrital para os Povos Indígenas, na manhã de ontem, para elaborar um documento relativo à assistência à saúde dos índios de Alagoas, após uma liminar da Justiça determinar que este atendimento não poderia mais ser prestado através das prefeituras municipais, conforme vinha procedendo a Funasa. Eles também querem uma maior participação na definição de critérios, a exemplo da carga horária dos profissionais, e solicitam plantões de fins de semana. As equipes formadas por médico, odontólogo, psicólogo, enfermeiro, agentes de saúde indígena, auxiliar de odontologia, auxiliar de enfermagem e agente de saneamento devem assistir apenas os índios, porque os recursos federais são específicos para eles, ao contrário da condução que vinha sendo dada pelos prefeitos. (*Gazeta de Alagoas*, 30/03/01)

... ENTRAM COM AÇÃO CONTRA A FUNASA

Uma comissão representativa dos grupos indígenas de Alagoas protocolou, ontem, na Procuradoria Geral da República, um documento solicitando inquérito administrativo para apurar onde e de que forma foi aplicada a verba enviada pelo governo federal para a Funasa prestar assistência à saúde dos índios. Lindomar Xocó, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Nordeste, Minas e Espírito

Santo, afirmou que na última reunião do Conselho de Saúde Indígena foi confirmado o recebimento dos recursos, da ordem de R\$ 800 mil para o exercício de 2001, mas o planejamento para a área de saúde vem sendo descumprido em todas as comunidades: wassu cocal, tinqi botó, karapotós, kariri xocó, jeripancó, karua-zú, kalancó, xucuru kariri. (*Gazeta de Alagoas*, 22/11/01)

FUNAI CONCLUI A CONSTRUÇÃO DE SEIS ESCOLAS INDÍGENAS

Escolas irão atender os estudantes das aldeias Kariri Xocó, Wassú-Cocal, Jeripanko, Fazenda Canto, Tingüi-Botó e Mata da Cafurna. A Administração Executiva Regional da Funai em Alagoas, entregou oficialmente à Secretaria Estadual de Educação (Seduc/AL) cinco escolas indígenas, restando apenas a de Tingüi-Boto. Agora, as comunidades indígenas aguardam que a Seduc/AL faça a compra de novas carteiras, mesas e outros mobiliários. Os recursos para a construção foram do Fundescola e os equipamentos serão adquiridos com verba do FNDE. (*Simone Cavalcante, Funai*, 03/10/02)

SECA NO SERTÃO CAUSA DESESPERO

Os mais de dois mil índios das tribos carua-zú, gerinpancô, kalancó, katoquim, kurupancó, todas localizadas entre os municípios de Pariconha e Água Branca, na região do Vale do Moxotó, distante cerca de 300 km de Maceió, vão receber alimentos e caminhões-pipa emergencialmente do Ministério da Segurança Alimentar (Mesa). A garantia de socorro foi dada ontem pelo ministro José Graziano da Silva. Para que o socorro chegue imediatamente, o ministro pediu à administração Funai de Alagoas que envie ao ministério um relatório sobre a situação. "A gente precisa do número de famílias de cada tribo, a descrição dos estragos causados pela estiagem e a definição da distância que eles estão de Maceió", frisou o ministro na recomendação para a Funai. (*Arnaldo Ferreira, Gazeta de Alagoas*, 14/10/03)

ÍNDIO VAI COMANDAR FUNAI

Pela primeira vez, a Funai indica um índio para comandar a administração de sua representação de Alagoas/Sergipe. O técnico indigenista José Heleno de Souza (cariri-xocó) trabalha na autarquia federal desde 1976, onde começou como auxiliar de serviços gerais. Segundo reportagem da *Gazeta de Alagoas*, ele assume praticamente sem recursos para promover o desenvolvimento das tribos onde vivem os 12 mil índios alagoanos e sergipanos em situação

de miséria. Será cobrado também a agilizar os processos de legalização fundiária das terras dos índios, que se arrastam há 20 anos entre Alagoas e Brasília. (*Site do PT*, 29/03/04)

ÍNDIOS REFORÇAM PROTESTO DOS SERVIDORES DA FUNASA

Aproximadamente 50 índios das aldeias Kallankó, Xucuru Kariri situadas em Palmeira dos Índios e das tribos Katoquim e Karuazu localizadas no município de Pariconha reforçaram ontem pela manhã o protesto dos servidores da Funasa, que interditaram parcialmente, nos dois sentidos, a Avenida Durval de Góes Monteiro em frente ao órgão. Os funcionários da Funasa cobram do governo federal o cumprimento de quatro decisões judiciais determinando o pagamento de perdas salariais acumuladas desde o ano 1991. "Vimos para dançar o Toré em solidariedade aos funcionários", disse a índia integrante da comunidade Xucuru Kariri, Kimique Mil. (*Tribuna de Alagoas*, 04/05/05)

PROJETO DE REFLORESTAMENTO RECUPERA O OURICURI

O Projeto de Reflorestamento e confecção de cercas foi implantado, pela Funai, nas comunidades indígenas Kariri-Xocó, no município de Porto Real do Colégio (AL), e Tingüi-botó, em Feira Grande (AL). O objetivo, além de reintroduzir o Ouricuri em uma área de 1,82 ha, é reflorestar, com várias espécies de mudas nativas, 60 ha da área do ritual religioso comunitário. Entre as espécies florestais escolhidas para serem plantadas, a palmeira Ouricurizeiro se destaca por sua grande importância na confecção de artesanatos, um dos principais meios de subsistência das comunidades indígenas do nordeste. (*Funai*, 29/07/05)

JIRIPANCÓ (AL)

FUNAI DEFINE DEMARCAÇÃO DE TERRAS

O diretor administrativo da Funai, em Alagoas, Tadeu Calheiros, afirmou ontem que será iniciado, a partir de junho, o trabalho de identificação e delimitação do território indígena dos jeripankós. "A direção nacional da fundação já autorizou a contratação de uma equipe técnica para proceder o estudo," esclareceu. A equipe será composta basicamente por um antropólogo, dois engenheiros agrônomos, um técnico agrícola e um agrimensurador. O território ocupado pelos jeripankós de Alagoas fica no município de Pariconha. (*Gazeta de Alagoas*, 24/04/01)

PRESSÃO POR MELHORIA DA SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

O funcionário da Funasa Jorge Mário da Silva está sendo mantido refém, desde de anteontem, por índios da tribo Geripancó, no município de Pariconha, a 311 km de Maceió. Segundo a coordenadora regional da Funasa em Alagoas, Rosa Castro, até o início da noite de ontem, ele não tinha sido libertado. Eles invadiram o posto do médico da Funasa, que fica dentro da aldeia, e trancaram o funcionário em uma das salas.

Rosa Castro disse que os índios querem usar o carro da Funasa para fazer feira, pedem o aumento da equipe do Programa Saúde da Família e cobram uma solução para a adutora que abastece a aldeia, que fica em uma das regiões mais pobres do sertão de Alagoas.

Em um contato com Rosa, os líderes Geripancós exigiram também a construção de um posto de saúde para atender os 1,2 mil índios da aldeia, a liberação de medicamentos e cestas básicas para a tribo, o retorno da ambulância que foi retirada da aldeia e a agilização do processo de desapropriação da área da aldeia ocupada por agricultores de Pariconha. *(Ricardo Rodrigues, Oesp, 22/02/03)*

KALANKÓ E KARUAZU (AL)

MAIS DOIS POVOS EXIGEM DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Depois do compromisso de demarcar as terras dos índios jeripankós, de Pariconha, onde resolveu criar um grupo de trabalho e alocar recursos para fazer o reconhecimento da área, a Funai tem ainda que enfrentar os processos de dois povos do Alto Sertão: kalankós e karuazus, de Água Branca. Representantes dos três povos ocuparam a sede da Funai para pressionar a agilização desses processos, mas, no caso dos kalankós e karuazus, a entidade necessita receber uma indicação da ABA para posterior contratação. *(Jornal do Tocantins, 25/04/01)*

TINGUI-BOTÓ (AL)

AMPLIAÇÃO DAS TERRAS

Cerca de treze índios Tingui-Botó, de Alagoas, estão em Brasília, desde a semana passada. Eles vieram reivindicar a criação de um Grupo de Trabalho para proceder estudos antropológicos, com vistas à ampliação de suas terras. Eles ocupam, hoje, uma área de 122 ha, dividida em três glebas, umas das quais, adquirida pela própria comunidade. A terra que eles pos-

suem é insuficiente para a sobrevivência física e cultural do grupo, haja vista que ele é formado por cerca de 500 pessoas, que precisam retirar dessa terra o seu sustento. A terra pretendida pelos índios é ocupada, hoje, pela Fazenda Ipióca, contígua às suas. É nessa fazenda que eles querem que sejam feitos os estudos, para comprovar a tradicionalidade da ocupação Tingui-Botó. A Funai já comprometeu-se com o grupo e irá proceder os estudos técnicos competentes, com previsão para o próximo exercício. *(Funai, 21/02/01)*

WASSU (AL)

TRIBO REAGE À FOME EM ALAGOAS E INTERDITA BR

Índios da aldeia wassu-cocal interditaram, por volta das 8 horas de ontem, o km 24 da BR-101, em Joaquim Gomes, em protesto contra o corte no fornecimento das cestas básicas distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a falta de incentivos à agricultura nas terras da aldeia por parte da Funai. Mais de 400 famílias da tribo estão passando fome e sem recursos para o plantio e, por isso, bloquearam a rodovia em protesto. A rodovia só foi liberada no fim da tarde, com a chegada de 40 homens da PM e agentes da PF. *(Severino Carvalho, Gazeta de Alagoas, 15/08/02)*

XUKURU-KARIRI (AL)

ÍNDIOS RECUPERAM TERRA

Estudo preliminar feito por um grupo de trabalho formado por antropólogos e agrônomos da Funai, em Brasília, definiu que 450 ha de terras localizadas em Palmeira dos Índios pertencem aos índios xucurus-kariri. Na reunião realizada no último dia 12, na sede do Incra em Alagoas, envolvendo representantes destes povos indígenas, Ministério Público Federal, MST, o prefeito Albérico Cordeiro e o superintendente do Incra, Mário Agra, além de vereadores e Funai, foi decidido que as 75 famílias que hoje ocupam a área denominada Cachoeira Tamanduá serão posteriormente transferidas para restabelecer as terras aos xucurus-kariri. *(Gazeta de Alagoas, 24/06/03)*

BAHIA/GERAL

ATIKUM E TUMBALALÁ OCUPAM A FUNASA

Os índios das tribos Tumbalalás e Atikuns, que ocuparam o prédio da Funasa em Juazeiro desde o último domingo, não pretendem sair enquanto representantes dos órgãos de assistên-

cia indígena, na região, não se manifestarem de forma concreta quanto às suas reivindicações. Na pauta de reivindicações, endereçada à direção da Funasa, além de assistência médica e um carro, na tribo, para transportar doentes, estão o pagamento das terras ocupadas da Fazenda Altamira, um trator, bombas d'água e de pulverização, enxadas e sementes. *(Cristina Laura, A Tarde, 11/06/05)*

ÍNDIOS TOCAM FOGO EM CARRO OFICIAL

Índios Atikuns e Tumbalalás atearam fogo, ontem, num carro de marca Toyota e justificaram o ato como represália ao descaso da Funasa e da Funai que não enviaram ninguém para negociar com suas lideranças. Os indígenas estão acampados no prédio da Funasa, em Juazeiro, desde o dia 5 de junho. Liderados pela cacique Djanira da Silva, empunhando lanças, arcos e flechas, tocaram fogo no carro da instituição federal e impediram a entrada do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar no prédio. *(Cristina Laura, A Tarde, 29/06/05)*

KIRIRI (BA)

KIRIRI IMPEDEM SERVIÇO MÉDICO EM SEIS ALDEIAS

Cerca de 100 índios continuam com um veículo da marca Ranger, pertencente à Funasa, estacionado em uma aldeia Kiriri, no município de Muquém do São Francisco. O utilitário é utilizado pela fundação no deslocamento de uma equipe médica pelas seis aldeias kiriris da região oeste da Bahia e foi tomado pelos índios no dia 26 de julho. Por se tratar de um bem da União, somente a Polícia Federal tem competência para entrar na área e retirar o veículo. A aldeia fica na margem esquerda do Rio São Francisco, a 5 km da cidade de Ibotirama, situada do outro lado do rio. Segundo a líder da comunidade, índia Maria Kiriri, a apreensão do carro foi para denunciar "a existência de poucos medicamentos e a falta de assistência médica para os 100 índios que moram no local". *(Miriam Hermes, A Tarde, 22/08/04)*

PANKARARÉ (BA)

ÍNDIOS PERMANECEM ACAMPADOS NA FUNASA

A situação dos cerca de 200 índios pankararé e de outras duas tribos no município de Paulo Afonso é crítica. Eles estão acampados na sede na Funasa desde a semana passada, para cobrar do governo federal mais assistência mé-

dica. Pelo menos dez índios estão doentes, com sintomas de diarreia, febre e dor de cabeça, aliados à desnutrição. A gerência da Funasa em Paulo Afonso ainda está aguardando resposta da direção geral, em Brasília. Enquanto isso, os índios continuam decididos a permanecer na área. *(Correio da Bahia, 19/06/01)*

FOME E CARÊNCIA ALIMENTAR

Cerca de 85% da população indígena do Nordeste convive regularmente com a fome e a carência alimentar". Esta realidade foi mostrada no Mapa da Fome, elaborado entre os povos indígenas do Brasil. Esta informação inicia uma carta que os pankararés encaminharam, no dia 12 de setembro último, ao ministro da Segurança Alimentar José Graziano, lamentando que "o tão sonhado Programa Fome Zero ainda não chegou às nossas casas". A referência à carta foi feita numa manifestação dos pankararés, na audiência pública promovida pela Gerência Executiva Estadual e Escritório Regional do Ibama, no dia 21/10, em Paulo Afonso, para debate sobre o Raso da Catarina. Os representantes pankararés se queixam da exclusão das populações indígenas de todos os programas sociais, de ontem (referido aos governos anteriores) e de hoje (governo Lula). *(Clementino Heitor, A Tarde, 23/10/03)*

TUXÁ (BA)

CHESF É DESOBRIGADA DE INDENIZAR ÍNDIOS

A juíza do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Selene Maria de Almeida, acolheu os argumentos da Chesf e suspendeu decisão que havia determinado à concessionária o pagamento da Verba de Manutenção Temporária (VMT) a 73 famílias Tuxás, desapossadas das terras de origem em razão da construção da hidrelétrica de Itaparica (BA). A VMT é um auxílio criado para subsidiar as famílias, enquanto a comunidade não começa a produzir. A Chesf recorreu ao TRF com o objetivo de cassar liminar concedida ao MPF. A medida determinou, entre outros pontos, que a companhia estendesse o pagamento da VMT para as "novas famílias" formadas após a retirada dos índios de suas terras. De acordo com o processo, a Chesf, sob pena de multa de R\$ 150 por dia de atraso no cumprimento da liminar, passou a pagar a VMT a 103 "novas famílias" Tuxás. Entretanto, associações vinculadas aos índios alegaram que a concessionária estaria descumprindo a decisão judicial, na medida que teria deixado de estender o pagamento do benefício a outras 73 "novas famílias". *(Marina Spinola e Ricardo Rievers, GM, 20/08/01)*

CHESF DOA TERRAS PARA 442 FAMÍLIAS

As 442 famílias que fazem parte da comunidade indígena Tuxá, na Bahia, recebem nesta terça-feira do Ministério das Minas e Energia 15 ha para trabalhar e viver. Ao todo serão mais de 6 mil ha, doados pela Chesf. O deputado Fernando Ferro (PT-PE) está em Rodelas (BA), a convite do Ministério das Minas e Energia, para participar da cerimônia de posse. O povo Tuxá terá implantação de perímetros irrigados, área para exploração agropecuária de pesqueiro, programa de assistência técnica e extensão rural, compensação financeira e pagamento de uma provisão mensal de subsistência, durante o período em que as unidades de produção agrícola estiverem sendo implantadas, que possa garantir a sobrevivência, digna, da comunidade. Em 1988, durante a implantação do reservatório da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, a comunidade indígena Tuxá, em Rodelas, teve as terras inundadas pelas águas do Rio São Francisco. O processo de reassentamento do grupo passou por diversas tentativas ao longo de 12 anos, sem que se alcançasse uma solução negociada e aceita pelas partes. *(Agência Informes, 17/08/04)*

CEARÁ/GERAL

BAIRRO DE PAUPINA PODE TER GRUPO INDÍGENA

A luta pela terra e, mais recentemente, pelo reconhecimento de sua origem está mobilizando cerca de 55 pessoas do loteamento São José, no bairro da Paupina, próximo a Messejana. As nove famílias que residem no local enfrentam, há 11 anos, um processo para desocupação do terreno. Recentemente, descobriram que a solução para continuarem no loteamento pode vir de sua ligação com os primeiros habitantes da Paupina: os índios. Um grupo dos ocupantes, que estava na área há mais de quatro gerações, assumiu-se como descendente de índios. *(O Povo, 02/03/02)*

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Os índios cearenses conquistaram uma significativa vitória: a assinatura do convênio de cooperação técnica entre o Governo do Estado, a Funai e o Banco Mundial para a construção de 12 escolas de Ensino Fundamental para a Educação Indígena. Para lecionar numa escola desse tipo, o professor precisa participar do curso de magistério indígena. Além das matérias tradicionais, como Português e Matemática, os alunos vão aprender artesanato, danças e crenças indígenas. *(O Povo, 02/12/02)*

DESPEJO NA PAUPINA FOI SUSPENSO

A ligação com os índios fez com que o despejo de um grupo de moradores da Paupina fosse suspenso. A decisão atendeu o pedido da Procuradoria da República que estuda a possibilidade do caso ser transferido da instância estadual para a federal. As 55 famílias do loteamento recebem apoio de movimentos populares e indígenas. Moradores do Jardim São José reclamam a posse das terras e tentam comprovar a descendência indígena. Movimentos populares e indígenas se organizam para garantir a permanência de nove famílias na terra que ocupam há mais de 20 anos. *(O Povo, 03/01/03)*

POVOS DO CEARÁ CRIAM ONG PARA COBRAR DIREITOS

Os povos indígenas cearenses agora têm uma ONG que os representa e tem o objetivo de cobrar o cumprimento de seus direitos constitucionais. Trata-se da Coordenação das Organizações Indígenas do Estado do Ceará. O objetivo é promover iniciativas que assegurem o respeito às tradições, à ética, às manifestações culturais dos povos, que busque manter a paz e garantir os direitos constitucionais. O coordenador, eleito em assembleia-geral, é Fernando Marciano Santos, índio tremembé da comunidade de Varjota, em Almofala (Itarema) a 276 km de Fortaleza. *(O Povo, 13/06/03)*

CEARÁ VAI DIPLOMAR 144 PROFESSORES INDÍGENAS

Depois de cinco anos de formação de dois grandes grupos de professores indígenas no Ceará, 144 serão diplomados nesta quarta-feira (10), na Seduc/CE. A Secad — Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC e o FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação apoiaram técnica e financeiramente a realização do curso. Além da assessoria político-pedagógica, foram destinados recursos para parte das despesas com traslado, alimentação, alojamento e remuneração de docentes, e de várias etapas de ensino ao longo do processo. Até o final da década de 1990, o Ceará não contava com professores indígenas formados em magistério específico. *(Radiobrás, 09/08/05)*

KIRIRI (BA)

POVO ANACÉ DECLARA SUA IDENTIDADE ÉTNICA...

O povo Anacé, composto por 450 famílias residentes no município de São Gonçalo do Ama-

rante, no Ceará, será o décimo segundo grupo indígena com identidade étnica reconhecida no estado do Ceará, no Brasil. O marco oficial do reconhecimento acontecerá dia 11 de setembro, em audiência na Procuradoria da República na capital do estado, Fortaleza, com a presença de lideranças indígenas Anacé. O reconhecimento da origem étnica do povo Anacé é uma vitória a ser registrada do histórico das lutas dos povos indígenas no Ceará, marcado por violência, descaso e repressão estatal. (MPF, 09/09/03)

... E PLEITEIAM TI

O Ministério Público Federal vai solicitar à Funai o início da demarcação de terras do povo Anacé, que se declarou o 12^a povo indígena do Ceará. Essa foi uma das reivindicações dos Anacé — cerca de 450 famílias que vivem no município São Gonçalo do Amarante — atendidas em audiência na Procuradoria da República ontem, com os procuradores Márcio Torres e Alexandre Meireles. Com as desapropriações resultantes de decreto estadual para a construção de empreendimentos do Complexo Industrial do Porto do Pecém, cerca de 80 famílias tiveram que sair do local e outras estão vivendo em estado de indefinição quanto à utilização da área. (Diário do Nordeste, 12/09/03)

JENIPAPO KANINDÉ (CE)

TURISMO INDÍGENA

Um projeto de transformação da aldeia dos índios Jenipapo-Kanindé, localizada em Aquiraz (30 km de Fortaleza), em Pólo Turístico Indígena, está provocando discussões. Enquanto a prefeitura de Aquiraz apresenta vantagens como a construção de casas e escolas para os índios, entidades ligadas à questão indígena questionam os benefícios do etno-turismo. Elaborado pela prefeitura municipal, o projeto do Primeiro Pólo Turístico Indígena no Ceará prevê a construção de 26 casas para os índios, um centro cultural indígena, um centro de artesanato, uma praça para a dança do Toré, escola diferenciada, posto de saúde e terminal turístico dentro da área dos Jenipapo-Kanindé. As obras, que começam daqui a 30 dias, estão previstas para serem concluídas em seis meses. (Debora Dias, O Povo, 06/03/02)

PITAGUARY (CE)

PITAGUARY PROTESTAM POR PRÉDIO PARA ESCOLA

Os índios Pitaguary fizeram protesto, ontem, na comunidade de Olho D'água, em Maraca-

naú, em favor da ocupação de galpões, com a finalidade de abrirem escolas diferenciadas para o pessoal da tribo. Os galpões, que abrigaram o comando da Cavalaria de Guarda da Polícia Militar, hoje estão desativados. Segundo o professor Jeová Silva Ferreira, estão sendo prejudicados 60 crianças e 30 adultos do curso de alfabetização. Venâncio Rodrigues Ferreira, presidente do Conselho Indígena Pitaguary, denuncia que, mesmo após um acordo firmado com a presença do major Lobo e do subtenente Marcos e representantes da Secretaria de Educação do Estado e da Funai, o imóvel foi ocupado por um soldado da PM e sua família no último final de semana. O major Ronaldo Caracas, comandante da Cavalaria da PM, em Messejana, explica que a questão ainda está na justiça e justifica a presença do policial no local para “resguardar o patrimônio”. O comandante geral da Polícia Militar, coronel Valdísio Vieira da Silva, disse que vai investigar se houve mesmo o acordo para poder se pronunciar. (Diário do Nordeste, 15/03/01)

TAPEBA (CE)

SOBREVIVÊNCIA DOS TAPEBA DEPENDE DA AGRICULTURA

Falta terra para 80% dos índios tapebas. As lavouras que existem estão sendo destruídas por lagartas e pela mosca branca do feijão. O resultado: famílias passando fome, índios sem fonte de renda. Muitos tiram seu sustento das diárias que aparecem na construção civil, outros como pedintes nas cidades próximas. É o que denunciam as lideranças da tribo, localizada no município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. (Débora Dias, O Povo, 21/03/02)

MISTURA DE TRÊS ETNIAS

Os tapebas estão inseridos na história de Caucaia desde a colonização da área. É o que garante o sociólogo e mestre em educação José Cordeiro de Oliveira. Ele foi o primeiro coordenador da Pastoral Indigenista do Ceará. O pesquisador explica que houve duas grandes ocupações colonizadoras a partir de 1603. A primeira foi militar e a segunda religiosa, com os aldeamentos. Segundo ele, o aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia é um dos três primeiros do Ceará. Os tapebas têm sua origem na mistura de três etnias: Potiguara, Tremembé e Kariri, de acordo com laudo antropológico da Funai. Inicialmente, a base do aldeamento de Caucaia é Potiguara. Depois, os índios kariri foram deslocados do aldeamento de Miranda, no Crato, para o de Nossa Senhora dos Prazeres. (O Povo, 21/03/02)

DOURADO TAPEBA VAI ASSUMIR NÚCLEO DA FUNAI

Pela primeira vez no Ceará, um índio assume a função de chefe do Núcleo de Apoio Local da Funai. Antonio Ricardo Domingos da Costa, o Dourado Tapeba, toma posse no cargo na próxima terça-feira, às 9 horas, na praça da Igreja Matriz de Caucaia, em frente à sede da Funai. Dourado é uma das lideranças da comunidade dos Tapeba em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. Mora no distrito de Capuã. A sua gente ainda luta pela demarcação das terras. Segundo ele, uma de suas expectativas é de que possa acompanhar mais de perto o andamento desses processos e também do reconhecimento de várias etnias que vivem no Estado. (O Povo, 13/06/03)

FESTA DA CARNAÚBA REAFIRMA CULTURA DA ETNIA TAPEBA

Uma festa para reafirmar as origens e ser intercâmbio entre as diversas realidades culturais da etnia Tapeba. Com esses objetivos foi realizada ontem a Festa da Carnaúba. Uma celebração pela vida que já está no quarto ano consecutivo e que reúne o melhor da culinária, artesanato e esportes indígenas. (O Povo, 21/10/03)

ÍNDIOS INVADEM SEDE DA FUNAI

Um grupo de cerca de 300 índios tapebas invadiu, na manhã de ontem, a nova sede da Funai em Fortaleza. Antes de chegarem ao novo prédio, na Parquelândia, eles arrombaram e invadiram a antiga sede do órgão, em Caucaia, destruindo portões, portas e sementes. No final da tarde, retornaram àquele município, após encaminhar ofício ao chefe do Núcleo Regional da Funai em João Pessoa, Petrónio Machado. A ação dos índios foi motivada pela mudança repentina para a nova sede em Fortaleza. Na última sexta-feira, o Núcleo de Apoio Local do Ceará saiu de Caucaia, onde está localizada a comunidade Tapeba, e foi transferido para o prédio na Parquelândia. (Cid Barbosa, Diário do Nordeste, 01/03/05)

HISTÓRIA PRESERVADA NUM MUSEU VIVO

Um memorial guarda o passado, o presente e o futuro de uma das tribos mais importantes do Estado. No Centro de Produção Cultural, entre os artigos à venda: cerâmica, colares, arcos e flechas. Os índios Tapeba agora também ganharam, em Caucaia, um memorial. Mas um museu vivo, tribal e comunitário. Fotos, objetos, amostras da flora que fornece a matéria-prima para o artesanato e para o remédio,aju-

dam a contar a história da comunidade indígena, das festas, dos rituais, da cultura. A sala do museu é especial. Tudo o que tem lá dentro é feito à base de carnaúba, uma árvore essencial na vida dos índios Tapeba. É dela que é feita a casa, a rede, o vestuário e os utensílios do índio. Tão importante que ganhou até um dia especial dedicado a ela. Dia 20 de outubro na comunidade indígena é o dia da festa da carnaúba. (*Portal Verdes Mares, 17/11/05*)

TREMEMBÉ (CE)

PRESSÃO CONTRA TI CÓRREGO JOÃO PEREIRA...

Os índios Tremembés, da aldeia Córrego João Pereira, no município de Itarema, estão sofrendo mais uma vez ameaças e perseguições nas localidades próximas às suas terras. Após a publicação da portaria nº 370, do ministro da Justiça, José Gregori, de 20/04/01, que declara que a terra indígena está pronta para ser demarcada fisicamente, motoqueiros rondam regularmente as suas casas, que também são invadidas. Na portaria consta que a terra indígena, dividida entre os municípios de Itarema e Acaraú, ficou identificada como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Tremembé. Recentemente, segundo Itamar Teixeira, representante dos tremembés, uma parte da cerca que delimitava provisoriamente o terreno foi roubada. (*O Povo, 28/09/01*)

... NÃO IMPEDE SUA DEMARCAÇÃO

Os índios Tremembé do Córrego João Pessoa serão o primeiro povo indígena do Ceará a ter suas terras demarcadas pela Funai. O cercamento e colocação de placas nos 3.140 ha começou no último dia 6. As terras pertencentes aos índios Tremembé do Córrego João Pereira, que ocupam parte dos municípios de Itarema e Acaraú, localizados a 276 e 252 km de Fortaleza, respectivamente, começaram a ser demarcadas. A portaria ministerial 370, datada de 20 de abril de 2001, define a terra como indígena. A área reúne 3.140 ha, nos quais ficarão distribuídas 72 famílias de índios. Uma Comissão Técnica designada pela Funai está na região dando cumprimento ao pagamento das indenizações a 21 famílias não indígenas. Os posseiros terão que sair da terra no prazo máximo de 30 dias. (*O Povo, 13/02/02*)

PERÍCIA SERÁ FEITA NA TI TREMEMBÉ DE ALMOFALA...

A comunidade indígena Tremembés de Almofoala, do município de Itarema, ganhou ontem

o direito de ter uma perícia antropológica, necessária no processo de demarcação das terras. A decisão foi tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que recusou o pedido de anulação requerido pela Ducoco Agrícola. A secretária da Associação Missão Tremembé, Maria Amélia Leite, conta que as brigas judiciais pela posse das terras começaram por volta de 1991. Na época, os Tremembés reivindicaram à Funai os estudos para identificação da terra. Somente em 1992, foi criado um grupo de trabalho para fazer o levantamento histórico e

fundiário da região. No ano seguinte, o local foi oficialmente reconhecido pela Funai como "terra indígena". (*O Povo, 21/09/02*)

... CUJA DEMARCAÇÃO PODE SER ANULADA

A terra dos Tremembé deve ser reanalisada pela Justiça Federal no Ceará, essa foi a decisão do STJ. O entendimento mantém a nulidade da demarcação feita pela Funai no município de Itarema porque a empresa Ducoco Agrícola se

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ À MINISTRA MARINA SILVA

Senhora Ministra

Nós, Povos Indígenas no Ceará, estamos muito preocupados com o que vem acontecendo em nossas terras tradicionais. Muitas delas estão localizadas no litoral cearense e são áreas de muito risco por conta dos carcinocultores que vêm desmatando os manguezais e também nossos carnaubais, mangueirais e coqueirais. E muitas outras plantas nativas que ficam próximas às margens do litoral. Vêm desabrigoando também os nativos que vivem da pesca artesanal, causando até crimes, prisões, espancamentos, apavorando as famílias e até as crianças, que não querem ir para a escola de tão assustadas que vivem atualmente.

Isto acontece quando não concordamos com a posição dos empresários que, além de acabarem com tudo que ainda temos, não deixam nem que os pescadores tenham acesso à praia, para pescarem e tirem do mar e dos rios, a sua sobrevivência e de suas famílias.

Ficam cercando todos os caminhos de acesso ao mar e aos rios, córregos e colocam pistoleiros dentro e fora do local onde estão construindo esses viveiros – impedindo a passagem dos pescadores que se deslocam para a pesca, como sempre foi e é seu costume.

Estamos impedidos também de qualquer reforma e até construção de casas para as famílias que vivem há anos aí, inclusive várias gerações de Tremembé. Quando as pessoas se aproximam desses caminhos são recebidas com agressões, espancamentos e até tiros dados por seus vigilantes que são, também, pistoleiros conhecidos na região.

No início deste mês de setembro os moradores do Curral Velho, Acaraú, sofreram agressões, espancamentos e até prisões por parte dos empregados e policiais ligados ao empresário que explora dois viveiros de camarão nessa localidade. Eles tentaram impedir o desmatamento, numa conversa amigável, mesmo assim já era com trator o serviço.

Num dos viveiros em nossa terra indígena – Barra da Tijuca – deu já uma doença no camarão criado em cativeiro e foram perdidas, segundo soubemos, toneladas desse produto – uma mancha preta que faz o camarão apodrecer

Os remédios utilizados para defender o viveiro dessas doenças são muito tóxicos. E, para completar, depois de lavados, essa mesma água é jogada den-

tro do rio. O resultado é matar todos os seres vivos criados no manguezal e no rio. E mata até o próprio mangue. Sem falar no solo, nas águas que utilizamos no dia a dia, na saúde das crianças e dos adultos também. O cheiro desse veneno é muito forte e o local mais próximo fica todo contaminado. Nossas crianças estão pálidas, esmorecidas, sem ânimo para nada.

Na nossa terra Tremembé de Almofala, em Itarema, já estão sendo construídos três viveiros de camarão em cativeiro: Aldeia Camondongo, na Mata; Aldeia Passagem Rasa e na Barra da Tijuca, região da Praia.

Em Itapipoca, em duas aldeias Tremembé: São José e Buriú, tem outro viveiro de camarão também sendo construído. E outro problema sério tem lá: a construção de uma cidade turística internacional, de interesse de um grupo espanhol. Dentro da terra indígena. Está sendo um sofrimento muito grande.

Só não está pior a situação nessas terras porque no inverno deste ano as chuvas foram muito pesadas e atrapalharam a construção, quase levou tudo que já estava em andamento. Agora começam a ser retomados os trabalhos, inclusive com desmatamento dentro e fora dos manguezais.

Nós conseguimos dois estudos muito importantes nas nossas terras: um "Diagnóstico Ambiental e da Qualidade de Vida dos Tremembé de Almofala", com apoio do FUNAMA; e, agora recente, um Parecer Técnico da situação dos manguezais, feito pelo Dr. Jeovah Meireles, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

Por isso estamos escrevendo e contando essa história da nossa situação e pedindo a Vossa Excelência que faça tudo que for possível para criar uma lei impedindo que nas nossas terras indígenas sejam construídos viveiros de camarão em cativeiro. E que esses invasores sejam impedidos de entrar em nossas terras tradicionais, que são, também, terras da União Federal.

Nós agradecemos muito toda a atenção que Vossa Excelência der a este nosso pedido. Nós contamos com o apoio desse Ministério que defende a vida das nossas terras e das riquezas da natureza, que é também nossa mãe. (Maria Amélia Leite, Secretária Geral da Associação Missão Tremembé, 30/09/04)

diz proprietária das terras. A Ducoco recorreu ao STJ, alegando que ficou provado que os títulos de domínio sobre a área são anteriores à Constituição de 1934 (datam de 1916). (*O Globo*, 26/09/02)

ÍNDIOS X POSSEIROS

No último dia 18, o juiz federal substituto, Francisco Luís Alves, concedeu liminar proibindo que Francisco Assis de Souza utilize ou desenvolva atividades na gleba de terra indígena. Mas, segundo os Tremembés o posseiro continua desmatando, fazendo a colheita de culturas naturais, em especial a castanha de caju. Há quatro anos os índios tremembés do Córrego João Pereira lutam para garantir a posse de 3.140 ha. Em abril último, o Governo Federal demarcou a área reconhecendo que ela pertence a 78 famílias. A briga entre posseiros e os índios se arrasta há anos. (*O Povo*, 28/12/02)

PARAÍBA/GERAL

ÍNDIOS OCUPAM POSTOS EM CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

O governo estadual da Paraíba anunciou, nesta terça-feira (18/01), o nome de dois professores indígenas da tribo Potiguara para ocupar postos na estrutura da Seduc/PB. Iolanda dos Santos Mendonça assume o CEE (Conselho Estadual de Educação) por um mandato de três anos, enquanto que Raimundo Duarte Lima vai para o Ceae (Conselho Estadual de Alimentação Escolar) por dois anos. O CEE tem entre suas funções legislar sobre a educação estadual, analisar projetos e dar parecer. Já o Ceae controla a aplicação dos recursos da merenda nas redes estadual e municipal de ensino. (*24 Horas News*, 19/01/05)

NOVOS POSTOS DE SAÚDE

Cerca de 8,1 mil índios da Paraíba vão ter acesso a atendimento em postos de saúde. A Funasa inicia hoje a construção de sete postos no pólo-base do Distrito Sanitário Especial Indígena de Potiguarapara. As obras, vão beneficiar os índios das aldeias de Baía da Traição, Marcação, Jacaré de César, Grapiúna e Brejinho. (*Valte-mir Rodrigues, Radiobrás*, 15/09/05)

POTIGUARA (PB)

COMISSÃO AVALIA VIVEIROS DE CAMARÃO

A comissão paritária formada por representantes das comunidades indígenas e técnicos ambientais fará visitas a partir de hoje às áreas

dos índios potiguar, que compreende os municípios de Marcação e Baía da Traição, para avaliar a possibilidade da manutenção dos viveiros de camarão. A decisão foi tomada ontem durante a reunião que ocorreu na Procuradoria Geral da República entre representantes de seis lideranças indígenas, da Funai, Ibama Nacional, técnicos do Ministério Público Federal de Brasília e um antropólogo da Procuradoria Geral da República. A intenção da visita às áreas indígenas, como informou o procurador da República e presidente da comissão, Marcelo Alves Dias de Souza, é que através de uma análise primeira possa se fazer uma constatação da situação atual da área em discussão e possa chegar a um relatório conclusivo. (*O Norte*, 30/10/01)

A ETERNA LUTA POR TERRAS

A história do povo Potiguara foi marcada por perseguições, extermínios e aculturação e pouca coisa mudou. Segundo o cacique geral, Caboclinho Potiguara, os maiores desafios do seu povo no ano 2002 são a conclusão da demarcação das terras – para acabar com os conflitos com usineiros e fazendeiros; o incentivo à produção por parte do governo federal e alternativas para o escoamento da produção. O território indígena total, por direito, como ressaltam os índios, seria de 57,6 mil ha, que compreenderia as áreas de Baía da Traição, Rio Tinto, Mamanguape, Jacararaú, passando pela BR-101 até chegar à Barra de Camaratuba. Com o processo de demarcação das terras, os índios Potiguara detêm uma área de 37 mil ha. No entanto, apenas 21.238 ha já foram demarcados e a posse dos índios está garantida. Mas possuir a terra ainda é pouco para eles que sonham um pouco além da agricultura de subsistência. Em toda a área demarcada o que predomina são as pequenas plantações para a subsistência das famílias; senão, garantem os índios, se passa fome. A esperança deles é que o governo crie linhas de crédito ou de incentivos à produção na agricultura, como ressaltou o cacique Caboclinho Potiguara. (*Wagner Lima, O Norte*, 18/02/02)

POTIGUARA TÊM VITÓRIA NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

A comunidade Potiguara da aldeia de Jacaré de São Domingos consegue uma vitória em sua luta pela regularização de suas terras. Ocorre que, após o Decreto de Homologação da TI Potiguara Jacaré de São Domingos, a Rio Vermelho Agropastoril S/A impetrou um Mandado de Segurança tentando anular o Decreto, alegando que sua ocupação na referida área remonta a mais de um século. O Procurador Geral da

República indeferiu o mandado alegando, entre outras coisas, que não ficou demonstrada a “liquidez e certeza do direito” dos reclamantes. (*Fernando Barbosa, Anaí*, 15/05/02)

LÍNGUA INDÍGENA POTIGUARA ESTÁ SENDO RESGATADA

A Seduc/PB, em parceria com a USP, Funai e municípios Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação desenvolvem um trabalho conjunto para resgatar a língua original dos Potiguara. Dezesesseis índios já concluíram a primeira fase do curso de Tupi Antigo, ministrado pelo professor Eduardo Navarro, da USP. Os alunos, todos voluntários, assumiram a responsabilidade de repassar o que estão aprendendo aos demais interessados em resgatar a língua dos seus antepassados. (*Midianews*, 03/06/02)

USINEIROS DESTRÓEM PLANTAÇÃO DE ÍNDIOS

Usineiros destruíram plantação dos índios da Aldeia Montemor, no município de Marcação, e tiveram três veículos tomados por um grupo de cerca de 100 pessoas. O clima ficou tenso no local porque os índios prometeram queimar um caminhão, um trator e uma pequena caminhonete, caso a Justiça Federal não encontrasse uma solução para a disputa da área. O grupo também exigiu que a polícia não fosse chamada, porque se isso acontecesse, eles incendiariam os veículos. No final da tarde, os índios receberam uma convocação para se reunir, à noite, na Procuradoria da República, em João Pessoa, com representantes da Usina Japungu e da Funai para discutir o assunto. De acordo com o grupo, os trabalhadores da Usina chegaram por volta das 6h00 na área, passando o arado sobre a lavoura de macaxeira, feijão e milho, plantadas dias antes do acordo firmado. Os indígenas da Vila Montemor lutam há vários anos pelo reconhecimento legal da posse da terra, que estão ocupadas pelo cultivo de cana-de-açúcar das Usinas Japungu e Miriri. Num acordo firmado em 19 de julho de 2000, ficou estabelecido que os índios teriam direito a utilizar uma área de cerca de 11 ha, até que se chegasse ao final do processo de demarcação da área indígena. (*Damásio Dias, Correio da Paraíba*, 05/09/03)

POTIGUARA OCUPAM SEDE DA FUNAI EM JOÃO PESSOA...

Aproximadamente 200 índios da tribo Potiguara que residem nas aldeias entre os municípios de Marcação e Rio Tinto (62 e 53 km de João Pessoa), ocuparam ontem a sede da Funai, em João Pessoa, no sentido de pressionar que o

órgão reconheça os 7.500 ha de terras que estão para ser reintegrados a Usina Miriri. De acordo com o cacique Bel, de Marcação, a tribo não abre mão daquelas terras e pode haver derramamento de sangue caso elas não sejam notificadas para os índios. O cacique Bel denunciou que antes, os índios viviam da pesca do caranguejo, mas a Usina colocada na área contaminou o mangue e acabou com a pesca. (José Alves, *Correio da Paraíba*, 17/05/04)

... E LANÇAM MANIFESTO

“Em face das atuais ameaças à integridade de nossas terras, nós, índios Potiguara de Monte-Mór, viemos comunicar a sociedade e às autoridades responsáveis que a partir de hoje, dia 17 de maio de 2004, estamos ocupando a sede da Administração Executiva Regional da FUNAI em João Pessoa – PB, por tempo indeterminado, até que seja publicado no Diário Oficial da União o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór, nos municípios de Rio Tinto e Marcação – PB. Nossas terras - Desde o século XVI que ocupamos as terras ao longo da vale do rio Maman-guape, desde a Baía da Traição (Acajutibiró) até a Serra da Cupaoba. Ainda no século XVII, o Rei de Portugal doou duas sesmarias para a catequese de nossos antepassados: São Miguel da Baía da Traição e Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mór. No final do século XIX, as terras de Monte-Mór foram demarcadas e divididas em lotes entregues aos índios casados, por ordem de D. Pedro II. No começo do século XX, estes lotes foram usurpados de forma violenta pelos industriais da família Lundgren (Casas Pernambucanas), que construíram sua fábrica de tecidos e a cidade de Rio Tinto sobre as ruínas de nossa antiga aldeia, incendiada a mando dos mesmos. Com a falência da Companhia de Tecidos Rio Tinto na década de 1980, as nossas terras foram vendidas para vários empresários, entre eles as Usinas Miriri e Japungu. Hoje, nos encontramos em luta contra essas poderosas empresas pela reconquista do nosso território tradicional. Nossas terras passam por um processo longo e conflituoso de demarcação envolvendo as aldeias de Jacaré de São Domingos, Jaraguá, Lagoa Grande, Nova Brasília, Vila de Monte-Mór e Três Rios, divididas nas Terras Indígenas de Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mór, todas originárias da antiga sesmaria dos índios de Monte-Mór. Retomadas e ameaças - Para agilizar o processo de regularização fundiária de nosso território nos empenhamos em gestões junto à FUNAI e em ações coletivas de retomadas de terras, onde reconquistamos pequenas parcelas de nosso território para garantirmos a subsistência de nossas famílias. Por causa dessas ações,

hoje estamos ameaçados de despejo da aldeia Três Rios, pela usina Japungu, que conta com uma liminar de reintegração de posse expedida pela justiça federal, através do Juiz Sérgio Murilo Wanderley. Enquanto isso, aguardamos que a FUNAI conclua e publique o relatório de identificação e delimitação de nosso território, para que seja paralisado este processo de reintegração de posse. Sendo assim, resolvemos que só sairemos da sede da FUNAI em João Pessoa, quando o relatório de identificação for publicado no Diário Oficial da União sustentando os efeitos da liminar judicial que garante aos usineiros a usurpação de nossas terras”. (Manifesto Potiguara de Monte-Mór, 17/05/04)

E CONSEGUEM A IDENTIFICAÇÃO

O presidente da Funai, através do Despacho nº 49 de 19/05/04, aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI Potiguara de Monte-Mór e determina a publicação no DOE da Paraíba e fixação na sede dos municípios de Marcação e Rio Tinto. (DOU, 21/05/04)

POTIGUARA ELEGEM PREFEITO, DOIS VICES E 11 VEREADORES

Lideranças indígenas Potiguara, da Paraíba, e suas comunidades deram uma verdadeira lição de exercício de cidadania nestas eleições municipais. Os Potiguara de Baía da Traição – localizada a 60 Km de João Pessoa – elegeram o vice-prefeito, Adelson Deolindo da Silva, e seis vereadores. Em Marcação, município de tradição indígena da mesma etnia, foram eleitos o prefeito Paulo Sérgio Potiguara e o vice-prefeito, Íris Potiguara, além de cinco dos nove vereadores que compõem a Câmara Municipal. A eleição dos indígenas nos municípios Potiguara foi classificada pelo presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, como “a vitória das comunidades indígenas conscientizadas e refle-

xo da conquista dos índios pelo direito de exercer a sua cidadania”. (Funai, 06/10/04)

CASAS DE VERANEIO INVADEM ÁREA INDÍGENA

O Ministério Público Federal e a Funai travam desde 1999 uma disputa na Justiça contra não-índios acusados de construir ilegalmente casas de veraneio na praia de Coqueirinho, localizada dentro da Terra Indígena dos Potiguaras. Uma audiência marcada para quarta-feira deve encerrar o caso na Justiça Federal paraibana, mas caberá recurso da decisão. Cinco ações civis públicas foram movidas em maio de 1999 contra 36 pessoas identificadas como réus nos processos. Os dois órgãos públicos argumentam que os não-índios desrespeitaram o artigo 231 da Constituição, que assegura aos índios usufruto exclusivo de terras indígenas homologadas, que pertencem à União e não são passíveis de qualquer tipo de negociação. (Eduardo de Oliveira, *FSP*, 30/01/05)

HOMOLOGAÇÃO INVALIDADA

Foi adiada para outra sessão do STF a decisão final pelo Tribunal sobre a validade da homologação da demarcação administrativa da terra indígena Jacaré de São Domingos, tradicionalmente ocupada pelo povo Potiguara. O adiamento ocorre em razão de pedido de vista do processo, feito pelo ministro Gilmar Mendes. Quando o ministro pediu vista do processo, sete dos dez ministros que participavam da sessão de julgamento de ontem já haviam votado. Foram contrários à invalidação da homologação da demarcação os ministros Joaquim Barbosa Carlos Ayres Britto, Eros Grau, Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence. Os ministros Carlos Velloso (Relator) e Cezar Peluso votaram favoravelmente à concessão do mandado de segurança impetrado pelas empresas Rio Vermelho Agro-



A Praia de Coqueirinho tem sido ocupada por não-índios com casas de veraneio; o líder dos Potiguara na região, Robinho Soares, diz que a comunidade vai proibir o acesso de pessoas estranhas às casas.



FOTOS EDUARDO KNAPP/FOLHA IMAGEM

pastoril Mercantil S/A, Destilaria Miriri e outra empresa. O maior argumento da empresa é que o decreto de homologação da demarcação da TI Jacaré de São Domingos prejudica a ação judicial relacionada ao domínio da terra, que tramita na primeira instância da Justiça Federal, em João Pessoa. *(Cimi, 06/10/05)*

PERNAMBUCO

PARCERIA DA FUNAI COM ESTADO BENEFICIA ÍNDIOS

Vinte e uma comunidades indígenas de nove municípios pernambucanos estão sendo beneficiadas pelo Projeto Renascer, que está investindo R\$ 1.485.612,24 na construção de casas, banheiros, abastecimento de água e energia elétrica. As etnias Fulni-ô, Kapinawá, Truká, Atikum, Kambiawá, Pipipam, Xucuru e Pankararu foram contempladas com um total de 21 sub-projetos para a melhoria da qualidade de vida nas aldeias. O projeto Renascer é dirigido também às comunidades remanescentes dos quilombos, por meio de parceria com a Fundação Palmares. *(Simone Cavalcante, Funai, 23/09/02)*

ÁREAS INDÍGENAS ATINGIDAS PELA SECA RECEBEM ALIMENTOS

Os índios estão recebendo, desde a semana passada, as 150 toneladas de alimentos distribuídas pela Funai. Os alimentos – 5,8 mil cestas básicas – são oriundos do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). A distribuição, ordenada pelo administrador Manoel Lopes Muniz, está sendo realizada nas comunidades indígenas através de parceria com a Chesf, que disponibilizou caminhões para a entrega. As cestas básicas foram obtidas emergencialmente devido à estiagem que atinge a região. *(Gisela Didter, Funai, 27/11/03)*

DOIS ÍNDIOS SÃO OS PRIMEIROS ELEITOS DO PSTU

Dez anos após sua fundação, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) conseguiu eleger seus dois primeiros vereadores em Pernambuco. O feito ocorreu no município de Carnaubeira da Penha, Sertão Central. Os pioneiros são dois índios: José Francisco da Silva, ou Jatuxé Atikum (nome indígena), também conhecido como Zé Crente, líder da etnia Atikum e morador da Aldeia Olho d'Água do Padre, que recebeu 241 votos, e Sevi Veronei, da etnia Pankará, que mora na Aldeia da Serra do Arapuáque foi eleito com 170 votos. *(Anselmo Monteiro, Jornal do Comercio, 07/10/04)*

ATIKUM (PE)

OCUPAÇÃO DA SEDE DA FUNAI PARA EXIGIR DEMARCAÇÃO

Cerca de 50 índios da tribo Atikum invadiram ontem pela manhã a sede da Funai para exigir a liberação de recursos e a demarcação de sua reserva no município de Carnaubeira da Penha. Segundo o cacique Janacildo José dos Santos, as terras da tribo foram invadidas por dezenas de posseiros e fazendeiros. “Desde 99 prometeram fazer a demarcação e, até agora, nada foi feito. Os posseiros não saem alegando que as terras não são nossas”, denunciou o cacique, garantindo que a sede só será desocupada quando a Fundação marcar uma data. *(A Crítica, 10/06/02)*

MANIFESTAÇÃO POR CESTAS BÁSICAS

Índios da etnia Atikum, de Carnaubeira da Penha, ocuparam e fecharam as entradas da sede regional da Funai, ontem, no Recife. Eles exigiram R\$ 58 mil reais para comprar 700 cestas básicas para a tribo, que tem cerca de cinco mil moradores. Não houve reféns, mas os Atikum ocuparam a frente da sede e não permitiram a saída de nenhum funcionário. Os Atikum estão na cidade realizando uma manifestação pacífica para pedir auxílio humanitário à Funai. *(Jornal do Comercio, 08/11/02)*

ATIKUM (PE)

FULNI-Ô DANÇAM SEIS HORAS PARA PEDIR INVESTIMENTOS

Durou seis horas o protesto dos índios da tribo Fulni-ô em frente ao Ministério da Justiça. Mais de 60 índios dançaram, pintados para a guerra, utilizando bordunas, enquanto pediam a liberação de R\$ 300 mil para a compra de gado

e material agrícola. O índio Tafiha Exquiá, um dos representantes da tribo, reclama que o governo não libera recursos para a aldeia. A maioria dos 6 mil Fulni-ô vive no município de Águas Belas (PE). Os índios sobrevivem fazendo bicos, conta Exquiá. “Eu corto cabelo. Quando os amigos têm dinheiro, me pagam R\$ 1 pelo corte”. Exquiá tem 15 alqueires e nem uma cabeça de gado. “Tenho quatro filhos e preciso investir na terra seca”. O Ministério da Justiça informa que o governo destinou R\$ 400 mil do orçamento para projetos em áreas indígenas na região. Deste total, liberou R\$ 160 mil. *(Carlos Eduardo, JB, 15/02/02)*

ÍNDIOS DEIXAM QUATRO CIDADES SEM ENERGIA

Os índios Fulni-ô provocaram ontem um curto-circuito na subestação da Companhia Estadual de Eletificação de Pernambuco (Celpe) instalada dentro da aldeia, no município de Águas Belas. Quatro municípios da região ficaram quase cinco horas sem energia elétrica. Eles querem indenização da Celpe pelo uso da área. *(O Povo, 28/11/03)*

KAMBIWÁ (PE)

EFEITOS DA SECA PROVOCAM MORTES

Os indígenas do sertão de Pernambuco estão morrendo de fome, por conta dos efeitos da seca prolongada na região. Lideranças da tribo kambiawá, do município de Ibimirim, em reunião com a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do estado, queixaram-se da falta de assistência à saúde dos índios, cada vez mais debilitados, doentes e famintos. De acordo com Luciene Silva, líder dos três mil índios kambiawá, a seca de quase dois anos na região e a falta de alimentos são os responsáveis pelo aumento dos casos de pneumonia. Os indíge-



A ministra Marina Silva recebe representantes dos índios Fulni-ô, em Brasília, abril de 2003.

ROSE BRASIL - ABR

nas cobram maior atenção, por parte da Funasa e da Funai. (*Correio Braziliense*, 29/06/01)

PANKARARU (PE)

RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO DE CRECHE

Dona Quitéria, líder indígena Pankararu, esteve em Brasília na semana passada e conseguiu, junto ao Ministério da Ação Social, recursos para reforma e ampliação da creche indígena Pankararu, na aldeia Saco do Barro. Embora funcionando em situação precária, a creche abriga 130 crianças, com idades entre 2 e 6 anos, durante todo o dia. Elas aprendem a ler, escrever, preservar sua cultura, medicina natural e também a cozinhar. (*Funai*, 27/08/01)

BOLSA DE ESTUDO PARA CURSAR MEDICINA EM CUBA

A embaixada de Cuba juntamente com o Departamento de Educação da Funai doaram à estudante Pankararu Jaqueline Barros Silva de 17 anos uma bolsa de estudos, para cursar medicina na Escola Latino Americana em Cuba. A estudante embarca para Cuba dia 15 de março, onde deve passar os próximos seis anos. Jaqueline diz que depois que se formar quer ajudar os índios dentro das aldeias. "Além de realizar meu sonho de infância de cursar medicina, pretendo ajudar meu irmãos índios". (*Ana Paula de Souza*, *Funai*, 25/02/03)

PANKARARU DENUNCIADOS POR INVASÃO

O MPF deu entrada com uma denúncia na 4ª Vara da Justiça Federal contra quatro índios pancararus por invadirem a sede da Funai e fazerem reféns cerca de 20 servidores públicos federais. O fato ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2000, tendo como autores do episódio Jurandir Manoel Freire, mais conhecido como Zé Índio, José Crispim da Silva, Fernando Pereira dos Santos e Gilberto Manoel Freire. De acordo com o MPF, a pretexto de reação à ação desenvolvida pela Polícia Federal para coibir a venda de bebida alcoólica na aldeia Pankararu na época, os referidos índios fecharam os portões de entrada e saída, colocando uma vitatura oficial da Funai próxima ao portão, o que impossibilitou o trânsito de pessoas e veículos. (*Jornal do Comércio*, 27/08/03)

POLÍCIA UTILIZA GÁS PIMENTA PARA DESOCUPAR PRÉDIO

Cerca de 30 índios da tribo pancararú, do sertão de Pernambuco, invadiram ontem por cer-



RODRIGO LOBOC/IMAGEM

Cerca de 30 índios pancararu invadiram, em 12/01/04, a sede da Funai em Recife. Houve tumulto e três manifestantes foram presos. O grupo reivindicava recursos e protestava contra a exoneração do chefe do Posto Indígena da região, Gilberto Manoel Freire.

ca de quatro horas a sede da Funai em Recife. Houve tumulto e três manifestantes foram presos. O grupo, que reivindicava recursos e protestava contra a exoneração do chefe do posto indígena da região, Gilberto Manoel Freire, teria agredido e feito refém um funcionário do órgão. O Batalhão de Choque da Polícia Militar foi acionado e cercou o local com 30 homens. Mesmo assim, os índios se negaram a sair e ameaçaram depredar o prédio. A PM enviou mais 20 policiais e interditou a rua em frente à Funai. Em seguida, invadiu as salas e dispersou os manifestantes, utilizando gás pimenta. (*Fábio Guibu*, *FSP*, 13/01/04)

CONQUISTA TERRITORIAL

No último dia 7 de novembro foi celebrado em Serrinha, na Terra Indígena Entre Serras, localizada nos municípios de Petrolândia e Tacaratú em Pernambuco, a emissão da Portaria Declaratória de Posse Permanente nº 2579, expedida no dia 21 de setembro de 2004, pelo Ministério da Justiça.

Trata-se de um grupo indígena excluído do processo de identificação, delimitação e homologação da TI Pankararú em 1987, após acordo firmado entre as lideranças indígenas do Brejo dos Padres e representantes do órgão indigenista oficial. Este acordo desencadeou desde então um processo de divisão interna entre os Pankararú, o qual motivou a mobilização deste grupo excluído, objetivando a demarcação de suas terras. Diante destes acontecimentos, os índios da TI Entre Serras celebraram em Serrinha, durante todo o domingo último, a conquista da Terra com a apresentação dos

Praias e dança do Toré. (*Ivson José Ferreira*, *Anaí*, 09/11/04)

PIPIPAN (PE)

SEM-TERRA NEGAM-SE A DEIXAR ÁREA INDÍGENA

O clima foi tenso ontem pela manhã no município de Floresta, no sertão pernambucano, onde cerca de 20 famílias de trabalhadores rurais insistiam em permanecer no assentamento Capoeira do Barro. Na quarta-feira, 400 índios da tribo Pipipan invadiram o local, exigindo a retirada das famílias assentadas, já que as terras foram reconhecidas pela Funai como sendo área indígena. Os assentados afirmam que somente deixarão o assentamento quando o Incra relocar as famílias atingidas para outro assentamento e construir as casas. (*Oesp*, 01/12/02)

PIPIPAN PROTESTAM EM BRASÍLIA E PEDEM DEMARCAÇÃO

Cerca de 50 índios da nação Pipipan, de Pernambuco, fizeram na manhã do dia 27 de julho uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília (DF), para reivindicar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios da região. Atualmente, cerca de 3 mil índios da tribo ocupam uma área de 1,1 mil ha entre os municípios de Inajá e Floresta. Um dos líderes do grupo, Genildo Francisco de Assis, afirma que a tribo reivindica a demarcação de uma reserva de 200 mil ha. (*Radiobrás*, 27/07/04)

TRUKÁ (PE)

ÍNDIOS AMEAÇAM INCENDIAR TORRES DE TRANSMISSÃO

Índios moradores da ilha de Assunção, de onde expulsaram todos os posseiros, os Trukás estão em pé de guerra: eles derrubaram uma torre de transmissão da Chesf e ameaçam incendiar 26 outras que ficam em território indígena, no município de Cabrobó, a 606 km do Recife. Os índios iniciaram o protesto na quinta-feira à noite, e ontem à tarde estavam preparados para destruir mais duas torres. Segundo Ailson dos Santos, uma das principais lideranças da tribo, o protesto tem a finalidade de pressionar a libertação de Adenilson dos Santos Vieira, outro líder da comunidade. *(Letícia Lins, O Globo, 16/11/01)*

DOIS ÍNDIOS SÃO ASSASSINADOS EM EMBOSCADA

Dois índios da tribo truká foram mortos a tiros de espingarda e fuzil anteontem à tarde em uma emboscada, na Ilha de Assunção, no sertão do São Francisco. O cacique truká Ailson dos Santos garante que as mortes foram motivadas pelo narcotráfico e aponta três índios da sua tribo como os autores dos disparos. Segundo o cacique, os irmãos João Batista, de 38 anos, e Antonio Roberto, de 34, morreram pela mesma razão pela qual ele vem sendo ameaçado de morte desde outubro: ser contra o narcotráfico e o plantio de maconha em terras indígenas que se localizam no chamado Polígono da Maconha. “Outros vão morrer, e eu sou o primeiro da lista, por falta de um sistema de segurança do governo federal, que não dá suporte à Polícia Federal e à Polícia Militar”, afirmou Santos. “Nós não recebemos proteção nem podemos andar armados, por isso vivo escondido no meio do mato.” *(Ângela Lacerda, Oesp, 31/03/03)*

PF FAZ NOVA RETIRADA DE PLANTAÇÃO DE MACONHA

Numa operação realizada pelas polícias Federal e Militar, no último dia 10, foram erradicados 378 pés de maconha de duas ilhotas do arquipélago de Assunção, na reserva dos trukás. A Agência Folha acompanhou a ação. Por segurança, os repórteres usaram coletes à prova de bala. Segundo a PF, os pés de maconha indicam que os índios voltam a plantar logo em seguida ao fim das operações e que dificultam cada vez mais o acesso dos policiais às lavou-ras. Há pouco mais de um mês, a PF erradicou 74.954 pés e apreendeu 394,5 kg de maconha em vários pontos da ilha. *(FSP, 20/04/03)*

DOIS ÍNDIOS SÃO MORTOS, PF SUSPEITA DE DISPUTA NA TRIBO

Dois índios da tribo truká foram assassinados ontem em suposta emboscada promovida numa reserva indígena da tribo, em Cabrobó (550 km de Recife, PE). Sérgio Ribeiro da Cruz, 27, e Geneildo Júnior Gonçalves Araquan, 20, foram mortos com vários tiros, a maioria na cabeça. No local do crime os policiais encontraram cartuchos vazios de pistola, revólver e fuzil. Também encontraram sacos plásticos e restos de comida, o que reforçaria a hipótese de que os assassinos aguardavam ali a passagem de Cruz e Araquan. *(FSP, 09/06/03)*

EM BRASÍLIA, COBRANÇA PELA RECONSTRUÇÃO DE ALDEIAS

Trinta lideranças do povo Truká, da ilha de Assunção, estão em Brasília para cobrar do poder público ações emergenciais na recuperação das aldeias atingidas pelas chuvas do início do ano e a conclusão do estudo antropológico para demarcação de suas terras.

As fortes chuvas que caíram durante os meses de janeiro e fevereiro fizeram com que o povo Truká perdesse grande parte da sua produção de cebola, mandioca e 75% de todo o arroz. A enchente que afetou as aldeias Truká – maiores produtores de cebola e arroz de Pernambuco – além do prejuízo financeiro, deixou cerca de 70 casas destruídas, o prédio do posto da Funai com sua estrutura comprometida, o sistema de abastecimento de água interrompido, fazendo com que as aldeias ficassem sem água potável e as estradas interrompidas. Como ação imediata aos problemas causados pelas chuvas, as lideranças sugeriram à Defesa Civil e Funasa a construção da rede de saneamento básico, a recuperação das casas destruídas e a distribuição de cestas básicas.

A falta de segurança tem deixado o estudo da demarcação da terra Truká paralisado. A paralisação ocorreu em meados de 2001 e foi motivada pelas ameaças feitas contra os técnicos que trabalhavam na preparação do laudo. Em reunião com as lideranças Truká, Artur Nobre Mendes, responsável pelo departamento de assuntos fundiários da Funai, declarou que tão logo seja garantida a segurança dos técnicos, o laudo antropológico será concluído. O povo Truká ainda enfrenta outro problema: o da criminalização de seu movimento. As lideranças sofrem com as falsas acusações por parte do poder judiciário e da PF do estado. “Nosso povo não aceita mais ser tratado como bandidos. Só entendo isso como discriminação e represália por termos começado a conquistar nossa terra”, conclui o cacique Aurivan dos Santos Truká. *(Cimi, 05/03/04)*

CIRO GOMES ASSINA CONVÊNIO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS

Índios Trukás receberão hoje a garantia da construção de 140 casas para servir à comunidade, que vive na Ilha de Assunção, município de Cabrobó. A comunidade dos Trukás, que habita a região desde 1580, ocupa 8 mil ha da ilha, onde produz milho, feijão, cebola e tomate. Os índios, sozinhos, respondem por 87% da produção de arroz de Cabrobó, que é o maior produtor pernambucano, com 30 mil toneladas/ano. O convênio para a construção das moradias será assinado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. A comunidade terá também atendidas as reivindicações de pavimentação da rodovia que liga a ilha a Cabrobó e que as estradas vicinais internas, pelas quais é escoada a produção de arroz da comunidade, sejam recuperadas. *(Radiobrás, 30/06/05)*

TRUKÁ: OS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ DE PE

Com o apoio da Funai, os índios da TI Truká estão prestes a consolidarem sua posição como os maiores produtores de arroz de Pernambuco, graças a um empréstimo cedido pelo Banco do Nordeste, no valor de R\$504.753,14. A expectativa dos índios é ampliar para 6 mil hectares a área utilizada para plantação de arroz, hoje totalmente irrigada. A Ilha de Assunção já era considerada a grande produtora de arroz da região, pois os índios, devido à localização privilegiada da terra, plantam arroz o ano inteiro e em grande quantidade. A liberação dos recursos provenientes do empréstimo permitirá que cerca de 500 indígenas se dediquem exclusivamente à rizicultura. *(Funai, 16/08/05)*

POVO TRUKÁ REALIZA SUA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA

A 1ª Assembléia do Povo Truká ocorreu entre os dias 12 e 14 de agosto e reuniu cerca de 200 delegados, que ouviram de seus anciãos relatos de sua história e da luta pela reconquista do território. Foram lembradas especialmente as lideranças Acilon Ciriaco e Antônio Cirilo, que atuaram no início do século passado. Hoje, este povo continua lutando pela homologação de suas terras e pelo fim da criminalização de suas lideranças. A Assembléia foi marcada, no entanto, pela ausência de um dos dois caciques do povo Truká, Aurivan dos Santos Barros, o Neginho. Apesar de estar na Ilha de Assunção, terra Truká, ele não pode participar do encontro porque cumpre prisão domiciliar por processo que responde desde quando liderou seu povo nas retomadas das terras onde hoje os Truká vivem. *(Cimi, 18/08/05)*

FUNAI NEGA OMISSÃO EM ASSASSINATO DE DOIS TRUKÁ

O presidente interino da Funai, Roberto Lustosa, rebateu as denúncias do Cimi em relação à morte de dois índios da comunidade Truká da Ilha de Assunção em junho. O relatório do conselho, apresentado nesta terça-feira (6) na CNBB, acusa a Funai de não ter tomado as providências necessárias para a punição dos culpados. O presidente interino da Funai, Roberto Lustosa, disse que a acusação do Cimi é vazia, pois não aponta a falha da instituição: "Em que a Funai se omitiu? Isso não ficou claro nas denúncias". Lustosa afirmou que assassinato de Adenilson Santos e seu filho, Jorge Santos, aconteceu cerca de três horas depois da retirada das autoridades. "O que é que a Funai poderia fazer naquela circunstância? A Funai não tem competência para investigar crimes, só denuncia os crimes e toma as medidas de prestar assistência aos familiares, e isso é feito pelos funcionários do posto da Funai localizado na Ilha", alegou. (*Adriana Franzin, Radiobrás, 06/12/05*)

XUKURU (PE)

QUATRO ANOS DEPOIS, A PF DESVENDA O ASSASSINATO...

No dia 4 de abril, a Polícia Federal prendeu Rivaldo Cavalcante de Siqueira, um dos envolvidos no assassinato do líder indígena Francisco de Assis Araújo, o Chicão Xukuru, ocorrido em 20 de maio de 1998 no município de Pesqueira, Pernambuco. Conhecido como Riva de Alceu, o preso foi o intermediário entre os mandantes do crime e o seu executor, o pistoleiro José Libório, que teria recebido R\$ 10 mil pela macabra tarefa. Segundo a polícia, Libório teria sido morto no Maranhão. As autoridades policiais não divulgaram os nomes dos mandantes, que seriam fazendeiros da região de Pesqueira, sob a alegação de que eles poderiam fugir antes da conclusão do inquérito. (*Cimi, 11/04/02*)

... CUJA AUTORIA É ATRIBUÍDA A UM FAZENDEIRO...

O fazendeiro José Cordeiro de Santana, 65 anos, conhecido como Zé da Riva, foi preso ontem em Pesqueira (PE), acusado de ser mandante do assassinato de Chicão Xucuru, líder dos índios xucuru, que moram no município. Segundo o superintendente regional da Polícia Federal, Wilson Damásio, as investigações apuraram provas suficientes para que ele seja indiciado por homicídio qualificado. (*Correio Braziliense, 10/05/02*)

... QUE SE SUICIDA NA PRISÃO

Acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena da tribo Xucuru Francisco de Assis Araújo, o cacique Chicão, o fazendeiro José Cordeiro de Santana se suicidou anteontem na cela que ocupava no Departamento de Polícia Federal, no Recife. Ele estava preso desde o dia 9 cumprindo prisão preventiva expedida pela Justiça Federal. (*Oesp, 28/05/02*)

NOTÍCIAS DA REGULARIZAÇÃO DA TI XUKURU

Apesar de todos os atropelos no processo de regularização fundiária da TI Xukuru/PE, no início do mês de novembro, algumas das primeiras fazendas já indenizadas foram devolvidas aos índios. Como a atualização dos valores das benfeitorias dos imóveis incidentes nesta TI vem sendo feita por etapas, ainda estamos longe da conclusão do processo, mas foi uma importante conquista. (*Anaí, 19/11/01*)

XUKURU INVADEM FAZENDAS APÓS MORTE DE LÍDER

Para pressionar a reintegração de suas terras e se manifestar contra a morte de um de seus líderes, cerca de 2.000 índios xucurus invadiram hoje seis fazendas no município de Pesqueira, interior de Pernambuco, e soltaram 1.100 cabeças de gado pelas ruas da cidade. A rodovia PE-219, que dá acesso à reserva Xucuru, também foi invadida logo no início da manhã. O rebanho solto pelos índios causou transtornos na cidade, que teve de suspender as atividades comerciais durante todo o dia. A PM informou que não houve registro de feridos, mas dezenas de veículos foram danificados. Os prejuízos ainda não foram estimados. (*Milena Andrade, Agência Folha, 15/05/02*)

DISPUTA DE TERRAS ENTRE XUKURU DEIXA SETE FERIDOS

Subiu de quatro para sete o número de feridos no conflito, iniciado na tarde de ontem, entre os índios Xukuru, no município de Pesqueira, no Agreste do Estado. A informação foi dada há pouco pelo delegado especial da Polícia Federal (PF), Marcos Coltrin, que está na área disputada por duas facções da tribo. Ele informou que três índios foram espancados, mas não soube explicar quando aconteceram as agressões. (*Diário de Pernambuco, 25/07/02*)

DOIS ÍNDIOS SÃO MORTOS E CACIQUE É FERIDO

Dois índios foram mortos a tiros e o cacique da tribo Xucuru, Marcos Luidson de Araújo, de

24 anos, foi ferido ontem numa emboscada em Pesqueira, a 215 km do Recife. Marcos é filho de outro cacique, Francisco de Assis Araújo, o Chicão, morto em maio de 1998 por liderar a luta pela terra. Desde a morte do pai, Marcos e a mãe Zenilda vêm sofrendo ameaças. As ameaças levaram a Organização dos Estados Americanos (OEA) a recomendar ao governo brasileiro que desse proteção aos dois indígenas. A sugestão, de outubro de 2002, ainda não foi cumprida. (*O Povo, 08/02/03*)

CACIQUE XUKURU APONTA PROVAS CONTRA RIVAL...

O cacique dos índios xucurus, Marcos Luidson de Araújo, anunciou, ontem, que nove carteiras de identificação com o logotipo da Funai foram encontradas na residência incendiada de Expedito Alves, o Biá, líder de uma facção que se autodenomina Xucurus de Cimbres. Os documentos, que trazem a suposta assinatura de Biá, seriam uma prova de que os contrários à liderança de Marquinhos na reserva de Pesqueira estariam oferecendo proteção a pessoas estranhas à aldeia, como posseiros e pistoleiros. "Ele queria formar uma pseudo-etnia, aumentando o número de aliados com a entrega destas carteiras", denunciou Marquinhos. Biá negou a denúncia, rebatendo que o material foi confeccionado pelo grupo do cacique, que tem o apoio de entidades de direitos humanos. "Isso é uma armação. Não sou eu quem tem computador para fazer uma coisa deste tipo", disse. As carteiras aparentam realmente terem sido feitas em um programa de computador e trazem, como características, a identificação Xucurus/Cimbres, a assinatura de Expedito Alves e a emissão feita pela Funai, já vinculada ao Ministério da Justiça. (*Diário de Pernambuco, 13/02/03*)

... E O DELEGADO SEGUE PARA PESQUEIRA

O depoimento do xukuru Expedito Alves Filho (Biá), na noite de ontem, foi a primeira ação oficial do delegado especial Servilho Silva de Paiva no comando da investigação do atentado ao cacique Marcos Luidson de Araújo (Marquinhos). Nomeado pela Polícia Federal para apurar as causas do ataque acontecido na sexta-feira passada, dentro da reserva indígena de Pesqueira, ele veio da Paraíba para assumir os trabalhos ouvindo o acusado de ser o autor intelectual da ação que resultou na morte de dois índios. Ainda hoje, Servilho segue para Pesqueira, onde ouvirá testemunhas do caso. No depoimento de ontem, Biá, além de negar a participação no atentado, disse que Marquinhos não estava desarmado e teria iniciado uma dis-

cussão com Louro Frazão, que reagiu e disparou contra o cacique, atingindo o xukuru e o atikum que faziam a escolta do líder indígena. *(Diário de Pernambuco, 14/02/03)*

CACIQUE XUCURU SOFRE NOVAS AMEAÇAS

Exatamente um ano após ter sofrido uma emboscada, o cacique do povo Xukuru, Marcos Luidson de Araújo, denunciou estar, novamente, sendo ameaçado. Em 7 de fevereiro de 2003 um atentado contra sua vida vitimou dois índios na terra indígena Xukuru em Pesqueira, Pernambuco. Na mesma data, só que neste ano, Marcos foi ameaçado por telefone. Segundo denunciou o cacique ao Cimi-Regional Nordeste, no último dia 7 a mãe de sua namorada atendeu ao telefone e uma pessoa que não quis se identificar, com voz feminina, disse para sua filha e seu marido “não andar com o Marcos”, porque estava prestes a acontecer “uma coisa com ele até o mês de maio”. O cacique, que nesse dia estava na casa da namorada, tentou falar com a pessoa e não obteve resultado. Preocupado com esta ameaça, que não é a primeira, ele pede providência para que este caso seja apurado. *(Cimi, 19/02/04)*

JUSTIÇA CONDENA ASSASSINO DE ÍNDIO CHICÃO XUCURU

A justiça foi feita. A frase é do cacique Marcos Xucuru, filho do líder indígena Chicão Xucuru, que foi executado a tiros em 1998. Nesta segunda-feira, o juiz federal substituto Jorge André de Carvalho Mendonça, da 16ª Vara da Seção Judiciária Federal de Pernambuco, condenou Rivaldo Cavalcanti de Siqueira a 19 anos

de prisão pelo assassinato do cacique do povo Xucuru. Entre os suspeitos apontados pela Polícia Federal de participar do crime, apenas Rivaldo está vivo. De acordo com Sandro Lobo, assessor jurídico do Cimi, Rivaldo foi responsável pela intermediação do pistoleiro José Libório Galindo e o mandante do crime fazendeiro José Cordeiro de Santana, conhecido como Zé da Riva. “A decisão foi muita justa e correta”, avaliou Lobo. *(Luciana Vasconcelos, Radiobrás, 29/11/04)*

POVO XUCURU RECEBE PRÊMIO POR SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A organização social e as formas de governança adotadas pelo povo Xukuru, de Pernambuco, foram premiadas na noite de ontem, dia 8, pelo Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas, depois de concorrer com 1.191 projetos de todas as regiões do Brasil. A organização adotada pelos Xukuru nasceu junto com o processo de reconquista de suas terras e tem como objetivo promover a reorganização e valorização da identidade indígena do povo a partir da luta pela retomada de seu território tradicional, da memória histórica trazida pelos mais velhos, da relação com a natureza sagrada, o que possibilita o desenvolvimento cultural, social, econômico, ambiental e político da comunidade. *(Cimi, 09/12/04)*

RIO GRANDE DO NORTE

TRÊS GRUPOS REIVINDICAM SUA IDENTIDADE INDÍGENA

Uma Audiência Pública sobre a presença dos povos indígenas no Rio Grande do Norte ocor-

reu ontem (dia 15) na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal. Lideranças de três povos indígenas entregaram abaixo-assinados contendo reivindicações de inclusão nas políticas públicas oficiais de proteção e assistência aos seus povos. Os povos são conhecidos como comunidade do Catu (que vive nos municípios de Goianinha e Canguaretama), os Mendonça do Amarelão (do município de João Câmara) e os Caboclos do Assu (do município de Assu). Os povos foram apoiados por lideranças Potiguara da Paraíba, em nome da Apoinme. Os abaixo-assinados foram apresentados ao deputado estadual Fernando Mineiro (PT), que presidiu a Audiência, e a representantes da Funai, do MPF, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Governo do Estado e da Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia CAL/ABA. *(Cimi, 16/06/05)*

XOCÓ (SE)

PROFESSORES XOKÓ PARTICIPAM DE CURSO DE FORMAÇÃO

Os estudantes indígenas Xokó, de Sergipe, vão ter uma escola voltada para a sua realidade. Desde ontem (24), treze professores indígenas e não indígenas estão participando de um curso de formação de professores realizado pelo Núcleo de Educação Indígena da Seduc/SE em parceria com a Funai, onde se pretende delinear o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Dom José Brandão localizada na Terra Indígena Caiçara no município de Porto da Folha, única área indígena do Estado de Sergipe. *(Funai, 28/02/05)*

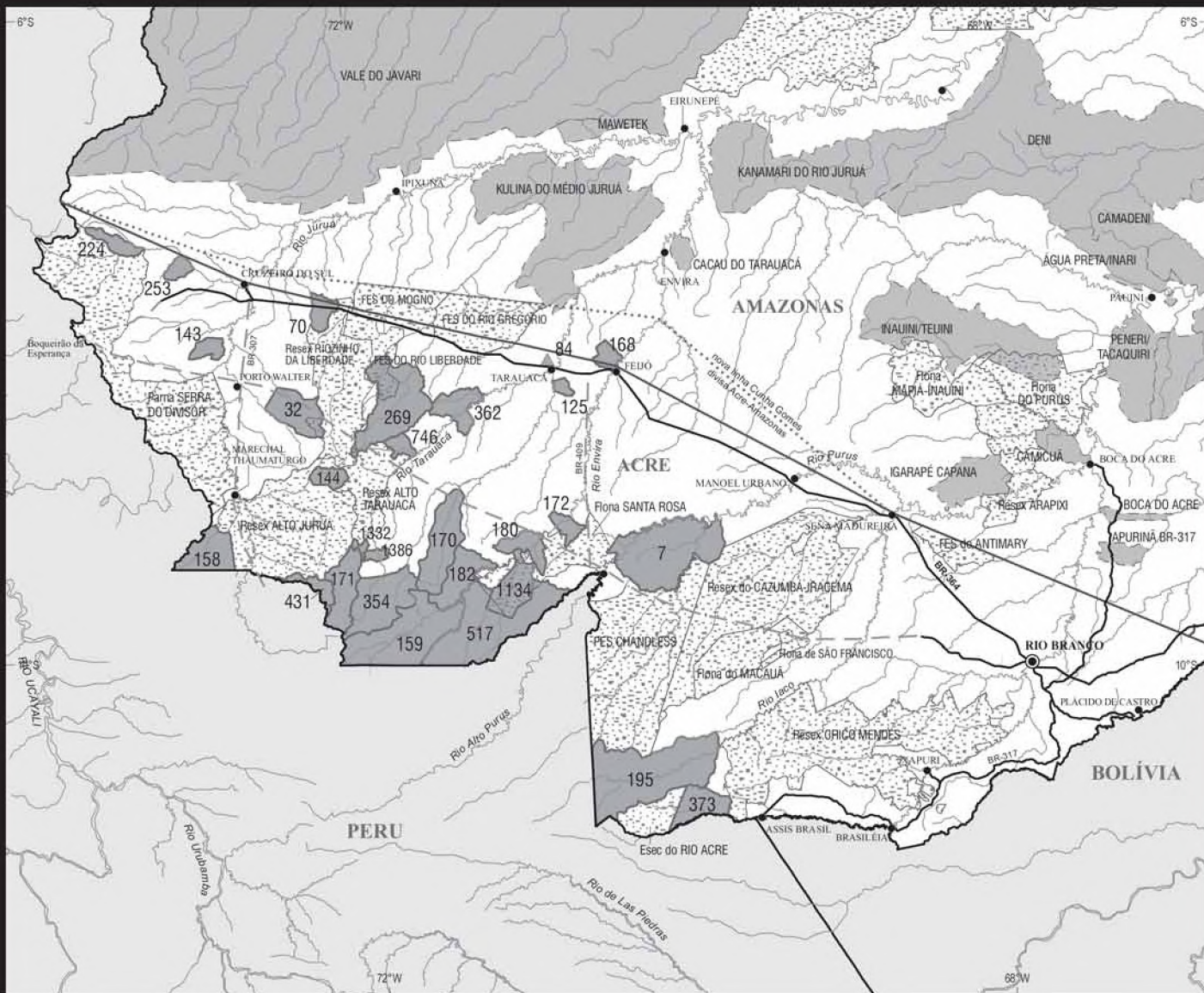
Arara-Apolima
Ashaninka
Kantanawa
Katukina Pano
Kaxinawá
Kulina
Manchineri
Nawa
Nukini
Poyanawa
Shawanawá
Yaminawá
Yawanawá
Isolados



10. Acre



10. ACRE



- rodovia implantada
- - - rodovia planejada
- capitais
- sede de município
- núcleo urbano
- ▨ Unidade de Conservação

- TERRA INDÍGENA**
apresentada neste capítulo
- com mais de 1.000 ha
 - ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)
- apresentada em outro capítulo
- com mais de 1.000 ha
 - com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

45 km

ACRE
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
7	Alto Rio Purus	Kaxinawa Kulina Yaminawá	1.860 - Funai/R.Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Por estar situada na fronteira, submete-se ao disposto no art.20, § 2 da Constituição. Reg. CRI: comarca de Sena Madureira, município de Manuel Urbano (43.419 ha), matr. 2.061 lv. 2-RG, fl.130 em 17/01/96; comarca e município de Sena Madureira (219.710 ha), matr. 2.062, lv.2-RG, fl.131 em 17/01/96. Reg. SPU certidão nº10 em 30/08/2002.	263.129	Manoel Urbano Santa Rosa do Purus	AC AC
354	Alto Tarauacá	Isolados		Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	142.619	Feijó Jordão	AC AC
	Arara do Alto Jurúá	Arara Apolima		Em identificação. Portaria 154 de 21/12/2001 da Funai cria GT para realizar estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI.		Tarauacá	AC
32	Arara/Igarapé Humaitá	Arara Shawanawa	327 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Decreto s/n de 18/04/2006 homologa a demarcação.	87.572	Porto Walter Tarauacá	AC AC
373	Cabeceira do Rio Acre	Yaminawá	238 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Assis Brasil, comarca de Brasília (78.512 ha) Matr. nº 2.464 lv. 2-E fl.429 em 05/06/98. Reg. SPU certidão nº 64 de 15/09/99.	78.512	Assis Brasil Sena Madureira	AC AC
70	Campinas/Katukina	Katukina Pano	404 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. O Presidente da República homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Ipixuna (6.762 ha) matr. 76 lv. 2-A fl.76; município e comarca de Tarauacá (25.861 ha) matr. 758, lv. 2-B fl. 03 em 12/01/95. Reg. SPU certidão nº 11 de 21/06/99.	32.623	Cruzeiro do Sul Guajará Ipixuna Tarauacá	AC AM AM AC
125	Igarapé do Caucho	Kaxinawa	456 - Funai/R. Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 278 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tarauacá (12.317,89 ha) matr. 583 lv.2-C fl. 119 em 12/12/91. Reg. SPU certidão nº 004 de 25/06/98.	12.318	Feijó Tarauacá	AC AC
143	Jaminawa do Igarapé Preto	Yaminawá	210 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Rodrigues Alves, comarca de Mâncio Lima (25.651 ha), matr.89 lv. 2-A F, 90 em 25/01/99. Reg. SPU certidão nº 35 de 22/04/99.	25.651	Cruzeiro do Sul	AC
144	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Arara Shawanawa Yaminawá	169 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. O Presidente da República homologa a demarcação. Reg. CRI município de Marechal Thaumaturgo, comarca de Cruzeiro do Sul (28.926 ha) matr.4.319 lv. 2-N fl.209 em 15/03/99. Reg. SPU certidão nº 82 de 08/09/99.	28.926	Jordão Marechal Thaumaturgo	AC AC
1134	Jaminawa/Envira	Ashaninka Kulina	111 - Funai/Rio Branco: 2003	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação. Por estar situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20 § 2 da Constituição. Reg. SPU certidão nº 60 de 05/08/03.	80.618	Feijó Santa Rosa do Purus	AC AC
746	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tarauacá (21.987 ha), matr. 950 lv. 2-D fl. 207 em 02/01/02. Reg. SPU certidão nº 2 de 01/04/02.	21.987	Tarauacá	AC
158	Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	450 - Funai/R.Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/11/1992 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Marechal Thaumaturgo, comarca de Cruzeiro do Sul (87.205 ha) matr. 3.764 lv. 2L/RG, fl. 202 em 29/12/92. Reg. SPU certidão nº 008 de 23/11/95.	87.205	Marechal Thaumaturgo	AC
159	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka	283 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Feijó (232.795 ha), matr. 603 lv.2-D fl.13/V em 09/02/99. Reg. SPU certidão nº 85 de 13/09/99.	232.795	Feijó	AC
168	Katukina/Kaxinawa	Katukina Shanenawa Kaxinawa	708 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 283 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Feijó (2.830 ha), matr.430 lv.2-C, FL.93 em 04/10/89; município e comarca de Envira, matr. R-1-223, lv.2, fl. 223 em 06/05/97. Reg. SPU certidão nº 12 de 06/07/99.	23.474	Envira Feijó	AM AC
84	Kaxinawa da Colônia Vinte e Sete	Kaxinawa	70 - Funai/R.Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 268 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI município de Feijó, matr. 321, lv. 2 - B 141, 04/09/85. Reg. SPU certidão nº 005 em 15/04/96.	105	Tarauacá	AC
1332	Kaxinawa do Baixo Jordão	Kaxinawa	319 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Jordão, comarca de Tarauacá (8.726 ha), matr. 948 lv. 2-D fl. 205 em 02/01/02. Reg. SPU certidão nº 1 de 14/03/02.	8.726	Jordão	AC
170	Kaxinawa do Rio Humaitá	Ashaninka Kaxinawa Kulina	287 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 279 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 313, lv.2-B, fl. 252 em 08/10/86. Reg. SPU RO-54 de 23/09/87.	127.383	Feijó	AC

ACRE

Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
171	Kaxinawa do Rio Jordão	Kaxinawa	1.230 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 255 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Tarauacá, matr. 392, lv.2-B, fl.219 em 04/07/88. Reg. SPU AC-55 em 28/04/88.	87.293	Jordão	AC
	Kaxinawa do Seringal Curralinho	Kaxinawa	89 - Iglesias e Aquino: 2005	Em identificação. Portaria 832 de 10/10/2001 da Funai cria GT para estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI.		Feijó	AC
172	Kaxinawa Nova Olinda	Kaxinawa	247 - Funai/R. Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 294 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Feijó, matr. 439, lv. 2-C, fl. 105V em 01/08/90. Reg. SPU certidão nº 11 de 30/08/02.	27.533	Feijó	AC
362	Kaxinawa Praia do Carapanã	Kaxinawa	485 - Funai/Rio Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tarauacá (60.698 ha), matr.949 lv. 2-D fl. 206 em 02/01/02. Reg. SPU certidão nº 1 de 14/03/02.	60.698	Tarauacá	AC
1386	Kaxinawa Seringal Independência	Kaxinawa	166 - Iglesias e Aquino: 2005	Domínial Indígena. Reg. CRI. Essa terra foi comprada pelos índios que esperam seja regularizada como terra indígena. Registro de domínio no CRI.	14.750	Jordão	AC
431	Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu	Ashaninka Kaxinawa	400 - Funai/Rio Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Jordão, comarca de Tarauacá (20.464 ha), matr. 961 Lv/ 2-D fl.218 em 17/06/02; município de Marechal Thaumaturgo, comarca de Cruzeiro do Sul (10.814 ha), matr. 4.541 lv. 2-0 fl. 169 em 15/04/02. Reg. SPU certidão nº 8 de 19/07/02.	31.277	Jordão Marechal Thaumaturgo	AC AC
180	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	127 - Funai/Rio Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 18/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Feijó (45.590 ha), matr. 664 lv. 2-D fl. 87 em 08/06/01. Reg. SPU certidão nº 2 de 31/01/01.	45.590	Feijó	AC
182	Kulina do Rio Envira	Kulina	257 - Funai/Rio Branco: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 280 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Feijó, matr. 405, lv. 2-C em 04/08/88. Reg. SPU certidão nº 013 de 11/12/96.	84.365	Feijó	AC
195	Mamoadate	Machineri Yaminawá	1.105 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 254 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg.CRI: município de Sena Madureira, matr. 1.518 , lv. 2-E, fl.148 em 09/04/87; município de Brasília, matr. 946 lv. 2-C fl.167 em 08/10/87. Reg.SPU RR 357 de 01/05/87.	313.647	Assis Brasil Sena Madureira	AC AC
	Manchineri do Seringal Guanabara	Machineri	166 - Iglesias e Aquino: 2005	Em identificação. Portaria 1.073 de 14/11/2003 cria GT para realizar estudos e levantamentos necessários à identificação e delimitação da TI, coordenado pelo antropólogo Raimundo Leão, com prazo de 37 dias de trabalho de campo e 150 para a entrega do relatório. Recursos do PPTAL.		Assis Brasil Sena Madureira	AC AC
	Nawa	Nawa	306 - Iglesias e Aquino: 2005	Em identificação. Portaria 1.071 de 14/11/2003 cria GT para estudos de identificação da TI, coordenado pelo antropólogo Cloude Correia. Estabelece o prazo de 37 dias para os trabalhos de campo e 150 dias para a entrega do relatório. Recursos do PPTAL.		Mâncio Lima	AC
224	Nukini	Nukini	553 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 400 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Mâncio Lima, matr. 3.620, lv. 2-L, fl. 49 em 15/01/92. Reg. SPU certidão s/n de 12/05/97.	27.263	Mâncio Lima	AC
253	Poyanawa	Poyanawa	403 - Iglesias e Aquino: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Mâncio Lima (23.353 ha) matr.165 lv. 2-A fl. 166 em 29/05/02; município de Rodrigues Alves, comarca de Mâncio Lima (1.126 ha) matr. 166 lv. 2-A fl. 167 em 29/05/02; município de Guajará, comarca de Ipixuna (19.425 ha) matr. 219 lv. 2-B/RG fl. 19 em 04/06/02. Reg. SPU certidão nº 18 de 14/08/02.	24.499	Mâncio Lima	AC
269	Rio Gregório	Katukina Pano Yawanawá	494 - Ingrid Weber: 2005	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 31 de 31/03/2006 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e a fixação na sede da prefeitura. Reg. CRI do município de Tarauacá, matr.320, lv.2-B fl. 142 em 03/09/85. Reg. SPU certidão nº 6 de 04/07/02. Ainda não tem registro da área ampliada em 2006.	187.400	Tarauacá	AC
517	Riozinho do Alto Envira	Ashaninka Isolados	105 - Relatório do GT: 2004	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 71 de 01/09/2005 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina a publicação no DOE e a fixação nas sedes das prefeituras.	260.970	Feijó Santa Rosa do Purus	AC AC

Avanços e Impasses

Marcelo Piedrafita Iglesias

Terri Valle de Aquino

Doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ;
pesquisador do Laced/MN/UFRJ

Mestre em Antropologia Social pela UnB; gerente de Etnozoneamento
da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/AC

APESAR DE SÉRIAS DIFICULDADES E CONFLITOS, O ESTADO DO ACRE VIVE AVANÇO NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, PROCESSO QUE CONTRIBUI PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM MOSAICO CONTÍNUO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO ALTO JURUÁ

Ao longo das três últimas décadas, 34 Terras Indígenas foram reconhecidas no Acre pelo governo federal, com uma superfície agregada de 2.415.644 ha, o que equivale a 14,6% da extensão do Estado. Esse total não considera as extensões das seis terras que ainda figuram como “em identificação” ou “a identificar”.

Distribuídas em metade dos 22 municípios acreanos, e em diferentes etapas de seus processos de regularização, essas 34 terras estão destinadas a 14 povos indígenas, falantes de línguas pano, arawak e arawá. Uma população estimada em 13.383 pessoas, cerca de 2% da população atual do Estado. Este dado não inclui a população indígena que vive em centros urbanos – recenseada, em 2002, pela Funai, em 3.700 pessoas –, nem a de diferentes grupos de índios “isolados”, estimada entre 600 e mil indígenas.

TERRAS REGULARIZADAS, HOMOLOGADAS E DELIMITADAS

Atualmente, 24 terras indígenas, ou quase 71% do total das terras reconhecidas no Acre, tiveram suas demarcações físicas homologadas.

Além dessas, encontra-se demarcada e homologada a TI Alto Tarauacá, destinada a povos indígenas considerados “isolados”. Sua demarcação física, seguida da indenização e da retirada das 52 famílias de seringueiros e agricultores que ali viviam, ocorreu em 2002, e sua homologação administrativa dois anos depois. Até abril de 2005, quando um posto de vigilância foi instalado na foz do rio D’Ouro, foi sistematicamente invadida por caçado-

res oriundos da sede municipal e dos seringais Iracema e D’Ouro, que depredavam importantes recursos naturais e criavam uma potencial situação de conflitos com os “isolados” que ali vivem.

A TI Arara do Igarapé Humaitá também está homologada. Sua demarcação ocorreu em 2004 e a indenização das 24 famílias de “ocupantes não-índios” no ano seguinte. Para concluir seu processo de regularização faltam seu registro nos CRIs de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, seguido do seu cadastro no SPU.

A TI Riozinho do Alto Envira foi identificada no início de setembro de 2005. Antes conhecida como TI Xinane, essa terra estava interdita desde 1987. A realização de dois sobrevôos nas cabeceiras do Rio Envira, em julho de 2003 e março de 2004, permitiu constatar a existência de três conjuntos de malocas, até então ignorados, nas cabeceiras dos igarapés Jaminauá, Riozinho e Furnanha. Os estudos realizados para a elaboração do relatório de identificação e delimitação sugeriram a mudança do nome dessa terra para TI Riozinho do Alto Envira, e a ampliação de sua extensão para mais de 260 mil ha, de modo a garantir uma efetiva proteção do território hoje habitado e usado permanentemente pelos “isolados”.

TERRAS EM IDENTIFICAÇÃO (O DESAFIO DAS SOBREPOSIÇÕES)

Outras quatro terras indígenas (Arara do Rio Amônia, Manchineri do Seringal Guanabara, Nawa e Kaxinawá do Seringal Curralinho) estão em identificação. Os relatórios de identificação e delimitação das três primeiras terras já foram entregues à Funai, que até a presente data não aprovou suas respectivas conclusões. Três dessas terras apresentam problemas de sobreposição com unidades de conservação e projetos de assentamento do Incra.

O processo de regularização da TI Kaxinawá do Seringal Curralinho está paralisado desde 2002, prazo então previsto para a entrega do relatório de identificação. O Grupo Técnico, criado em

2001, foi interrompido por ameaças e constrangimentos protagonizados por extrativistas e agricultores dos seringais incluídos na área proposta. A retomada da identificação desta terra pela Funai parece depender de que o Ibama, ou o governo estadual, inicie o processo de criação, no entorno, de uma Resex ou de um projeto de desenvolvimento sustentável, conforme demanda apresentada pelos extrativistas em final de 2001.

A regularização da TI Arara do rio Amônia é também objeto de impasses. Os Arara não aceitaram a proposta de delimitação apresentada pelo coordenador do GT criado em dezembro de 2001. Além disso, desenhou-se uma forte oposição dos moradores e dos representantes das associações da Resex do Alto Juruá e do Projeto de Assentamento Amônia. Estes se recusaram a um novo deslocamento, alegando que muitas famílias já haviam sido retiradas, em 1992, quando da demarcação da TI Kampa do Rio Amônia. Em dezembro de 2004, atendendo ao apelo das lideranças Arara, foi criado outro GT, que estabeleceu novo mapa de delimitação, respeitando as reivindicações expressas em diversos documentos e abaixo-assinados encaminhados pelas lideranças à Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF). A nova área proposta tem 20.764 ha e é destinada a 278 índios, remanescentes de misturas de várias etnias (Arara, Amawaka, Santa Rosa, Txama, Conibo, Ashaninka e Kaxinawá), bem como de descendentes de casamentos de membros desses grupos com regionais.

A nova extensão proposta incide em 12.092 ha no limite norte da Resex do Alto Juruá, na margem direita do rio Amônia, em 2.186 ha no limite sul do Parque Nacional da Serra do Divisor, criado pelo Ibama em 1989, e, ainda, em 6.486 ha no limite sul do Projeto de Assentamento Amônia, implantado pelo Incra em 1996, ambos situados na margem esquerda do rio. O *imbróglío* gerado nesse processo de identificação só poderá ser equacionado após acordos entre os Arara, os moradores da reserva, os assentados, de um lado, e representantes da Funai, Ibama e Incra, de outro.

A TI Manchineri do seringal Guanabara foi estimada, no relatório entregue em 2004, em 213.254 ha. No entanto, o processo encontra-se paralisado na DAF, aguardando adequações do relatório à legislação indigenista vigente, com a efetiva comprovação da utilização tradicional feita pelas famílias Manchineri da terra reivindicada. Por outro lado, o Ibama, o Incra e o governo estadual se manifestaram contrários àquela proposta de limites, alegando o risco de surgimento de conflitos com os moradores locais e, ainda, que a montante do rio Iaco está regularizada a TI Mamoadate, a maior em extensão no estado, destinada aos índios Manchineri e Jaminawa

O CASO NAWA

As primeiras reivindicações do povo Nawa para a identificação de uma terra indígena, no alto rio Moa, incidente na área norte

do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), foram apresentadas pelas lideranças indígenas em 1999. No ano seguinte, tornaram a ser feitas no âmbito das discussões para a elaboração do Plano de Manejo do PNSD, razão que levou o Ibama a solicitar à Justiça Federal (1ª Vara do Estado do Acre) uma perícia antropológica para deliberar se aquela população, que se dizia Nawa, é indígena. Por ter sido considerada extinta na historiografia acreana e pela sociedade regional, e pelos alegados prejuízos que a criação da terra indígena causaria aos objetivos originais do Parque, a etnicidade dos Nawa passou a ser questionada, judicialmente, pelo órgão ambiental.

Em 2000, o antropólogo Antonio Pereira Neto, então administrador da Funai de Rio Branco, realizou trabalho de campo e elaborou relatório confirmando a presença, já antiga na região, de grupos familiares Nawa, muitos deles, frutos de casamentos com outros grupos, como os Nukini, Ashaninka, Arara e Jaminawa-Arara. O relatório foi, no entanto, considerado insuficiente pela Justiça Federal. Em 2002, a antropóloga Delvair Montagner foi contratada para elaborar laudo técnico em resposta a vários quesitos propostos pelo Juiz Federal, dentre os quais, os relacionados à etnicidade do povo Nawa. No laudo de Montagner, o caso foi entendido como processo de “etnogênese”, ou seja, uma identidade étnica ativamente produzida por uma população que, por ter sido massacrada no passado, na situação de seringal, optara por não assumir uma identidade indígena.

Em junho de 2003, a Funai criou um GT para realizar o “levantamento prévio” das reivindicações territoriais dos Nawa e Nukini. O relatório confirmou que as terras tradicionalmente ocupadas pelos Nawa estavam integralmente situadas na área norte do Parque e que a ampliação da terra reivindicada pelos Nukini se sobrepunha a outra parte do Parque. Em Audiência Pública realizada na Justiça Federal, em 15 de outubro de 2003, os Nawa foram finalmente reconhecidos como grupo étnico e sua terra foi reconhecida nos limites do Parque. A Funai comprometeu-se, então, a iniciar a identificação da TI Nawa e a elaborar, com o Ibama, uma proposta de plano de manejo para a terra indígena. Em novembro de 2003, o GT constituído pela Funai iniciou os estudos de identificação que, em junho de 2005, culminaram na proposta de uma extensão de 83.218 ha.

Depois de alguma resistência com relação a essa proposta, uma nova audiência de conciliação foi promovida pelo Juiz Federal em 06/03/2006, com a presença de representantes da União, Funai, Incra, Ibama e das lideranças Nawa. A discussão esteve centrada numa das três propostas de limites sugerida pela União e o Ibama na audiência de outubro de 2003, a saber, aquela, intermediária, que implica a retirada de 30 mil hectares da proposta que consta do relatório final da Funai de 2005. À primeira vista, a conciliação “proposta” pelo Juiz foi acatada pelas lideranças Nawa, e endossada pela coordenadora da CGID/DAF, como meio de agilizar a continuação do processo de regularização da Terra Indígena.

TERRAS A IDENTIFICAR (ENTRE CONFLITOS E EMERGÊNCIAS)

Apesar do alto índice de terras indígenas já regularizadas no Acre, ou em processo de regularização em andamento, ainda resta identificar novas áreas de ocupação indígena. Duas terras indígenas, destinadas ao povo Jaminawa, uma no rio Caeté e outra

ISOLADOS: DESLOCAMENTOS E CONFLITOS

No Estado do Acre, ao longo da fronteira Brasil-Peru e suas cercanias, nove terras indígenas e um parque estadual, com extensão agregada de pouco mais de 2 milhões de hectares, constituem territórios de moradia permanente e/ou de usufruto de povos que podem compor a maior população de índios “isolados” da Amazônia. A Funai estima a população que habita de forma estável em seis conjuntos de malocas, nas TIs Alto Tarauacá e Riozinho do Alto Envira, entre 600 a 1.000 pessoas. Por outro lado, os deslocamentos oriundos do Peru, antes de caráter sazonal, ganharam maior intensidade e novas feições nos últimos anos, acarretando conflitos com as populações indígenas e não-indígenas que habitam a região e demandando novas ações da Funai, no que diz respeito à regularização de terras indígenas e às ações de proteção e vigilância.

Nos últimos dez anos, a desarticulação dos seringais nas cabeceiras dos rios Tarauacá, Jordão, Humaitá e Envira, as ações da Frente de Proteção Etno-Ambiental Envira (FPPE), bem como a crescente atividade dos madeireiros e missionários no Peru, motivaram diferentes grupos de “isolados” a se estabelecer do lado acreano e a ampliar seus territórios de uso de recursos naturais, inclusive em terras reconhecidas para os Kaxinawá, Ashaninka e outros grupos “isolados”. Conflitos com os seringueiros no alto rio Tarauacá, em meados dos anos 1990, e a recente identificação de novas malocas no rio Envira levaram a Funai a agilizar a regularização de terras específicas para essas populações, cujos processos estavam paralisados desde 1987, e a configurar um corredor de terras indígenas ao longo da fronteira Brasil-Peru.

Atualmente, três terras estão reservadas para grupos “isolados”: a TI Ashaninka e Isolados do Rio Envira, a TI Riozinho do Alto Envira e a TI Alto Tarauacá, todas situadas no Paralelo de 10°S, na região dessa fronteira internacional. No entanto, outras áreas são ocupadas e utilizadas por grupos de “isolados”, por exemplo, o Parque Estadual Chandless, no vale do Acre-Purus. As florestas do limite oeste do Parque, bem como a TI Mamoadate, constituem território tradicional de perambulação e coleta sazonal dos Masko, ou Mascho-Piro, como são conhecidos no Peru. Os Masko foram identificados em território acreano já em 1999, quando visitaram a FPPE. A partir de então, intensificou, no lado peruano, a extração ilegal de madeira. E, na província de Purus, chegaram os missionários evangélicos da Pioneer Mission, os quais, nos últimos anos, organizaram várias expedições para tentar contatar os “isolados”.

No extremo ocidental do Paralelo 10°S, em território peruano, as atividades madeireiras ganharam força na Reserva Territorial Murunahua e em suas cercanias, acarretando invasões nos territórios dos “isolados”, bem como enfrentamentos armados, “correrias”, contatos forçados e epidemias. Nessa mesma região, missionários evangélicos, do Sum-

no rio Iaco (Guajará), ambas no município de Sena Madureira, foram incluídas para identificação no Plano Operativo Anual do PPTAL para 2004. Até junho de 2006, todavia, estas ações não foram iniciadas.

A fixação de parcela da população Jaminawa no alto rio Caeté, afluente da margem esquerda do rio Iaco, é decorrente de con-

mer Institute of Linguistics (SIL), visaram estender suas ações aos “isolados”. Nos últimos três anos, a crescente penetração dos madeireiros vem acompanhada da abertura de estradas nas florestas situadas ao longo da fronteira, como é o caso daquela que leva de Nueva Itália, no Ucayali, à aldeia Sawawo, dos Ashaninka do rio Amônia peruano.

Durante quase um século de funcionamento dos seringais, vários grupos de “isolados” mantiveram suas moradias no lado peruano da fronteira. Costumavam passar o “verão” no lado acreano, onde cruzavam terras indígenas e seringais, nas cabeceiras do Breu, do Tarauacá, do Jordão e do Envira, e acabavam por atacar e saquear casas de seringueiros, Kaxinawá e Ashaninka. Os conflitos, com mortes de ambos os lados, costumavam ocorrer com frequência.

A castração e o assassinato, em junho 2000, de um “isolado” na TI Alto Tarauacá, por exemplo, tornou evidente a necessidade da presença permanente de um posto de vigilância da FPPE nessa terra, para proteger os territórios dos “isolados” das invasões feitas por madeireiros e caçadores vindos da sede do Município de Jordão, bem como evitar conflitos armados com a população de extrativistas e agricultores dos seringais das cercanias.

Em 2001, o governo do estado do Acre assinou acordo de cooperação com a presidência da Funai, que estipulava, dentre outras coisas, o fortalecimento da FPPE e a instalação de um posto de vigilância na TI Alto Tarauacá, com vistas a garantir exclusividade aos “isolados” no uso dos recursos naturais nas terras reconhecidas pela Funai. O acordo acabou não sendo cumprido pelo governo estadual. Esse posto de vigilância, todavia, acabou instalado, quatro anos depois, no âmbito do “Projeto de Proteção Etnoambiental dos Povos Indígenas Isolados na Amazônia Brasileira”, gerenciado pela CGII/Funai e o Centro de Trabalho Indigenista, com recursos da Fundação Moore.

Nos últimos anos, as atividades madeireiras ilegais têm provocado intensas migrações e, inclusive, conflitos interétnicos no lado peruano da fronteira. Em 2003, “isolados” Amahuaca mataram uma mulher e flecharam duas crianças Ashaninka na comunidade Dulce Glória, no alto Juruá. Os Ashaninka revidaram e promoveram uma matança.

A criação, em 2004, no Peru, do Parque Nacional Alto Purus, que incorporou a Reserva Territorial Mascho-Piro, contribuiu para uma virtual proteção das florestas e nascentes dos rios no entorno do Paralelo 10°S, bem como para a configuração, no lado peruano, de um corredor de territórios indígenas, ocupado pelos Ashaninka, Jaminawa e pelos “isolados”. No entanto, a exploração predatória de madeira, bem como a presença de missionários e narcotraficantes nessa região, continuam a representar graves riscos aos povos indígenas que vivem em ambos os lados da fronteira Brasil-Peru.



Benki Ashaninka, acompanhando comitiva do governador do Acre Jorge Viana, em visita ao presidente do Peru, Alejandro Toledo, em Lima. Em pauta, a integração rodoviária e solicitações de medidas para a interrupção da exploração ilegal de madeira na fronteira comum.

flitos faccionais, ocorridos nas TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate, a partir da década de 1990, que resultaram na migração de várias famílias extensas para a periferia de Rio Branco e outras cidades do vale do Acre. Pressionada pelo Juizado da Infância e da Adolescência, que alertou para a situação de mendicância em que estavam vivendo esses índios, a Administração da Funai em Rio Branco (AER-RBR) promoveu, de maio a agosto de 1997, a transferência de 67 índios para a aldeia Betel, na TI Mamoadate, e de outros 17 para a aldeia São Lourenço, na TI Cabeceira do Rio Acre. Em setembro de 1997, outros 30 Jaminawa foram transferidos pela Funai para o seringal Boa Vista, no alto rio Caeté. Devido a constantes invasões de caçadores, pescadores e madeireiros no seringal, a AER-RBR solicitou urgência no início do processo de identificação e delimitação da TI Jaminawa do Rio Caeté.

Em dezembro de 2002, foi criada a Resex Cazumbá-Iracema, nos municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano. Com área de 750.494 ha, a reserva circundou integralmente a área ocupada, desde 1997, pelos Jaminawa do rio Caeté. Descontentes com os 9.878 ha restantes, os representantes Jaminawa tornaram a reivindicar uma terra de cerca de 21.000 ha, correspondente à área proposta pela AER-RBR. O início desse processo de identificação e delimitação poderá, assim, acarretar negociações tensas entre a Funai e o Ibama, bem como entre os Jaminawa (hoje quase 120 índios) e os moradores da Resex.

Também em decorrência das dissensões ocorridas na TI Mamoadate, em fins da década de 1980, diversas famílias Jaminawa migraram, umas para a TI Cabeceira do Rio Acre e outras para as colocações Guajará e Asa Branca, no rio Iaco. Nos anos 1990, quando da implantação de um projeto de assentamento nessa

região do Iaco, o Incra concedeu um lote de 600 ha a várias dessas famílias Jaminawa. A partir de 2000, representantes dessas comunidades passaram a reivindicar o início do processo de reconhecimento da TI Jaminawa do Guajará.

Duas novas demandas territoriais, ainda não reconhecidas pela Funai, surgiram recentemente. Em Marechal Thaumaturgo, na Resex do Alto Juruá, os Milton, família extensa formada por descendentes de indígenas Contanawa e Nehenawa, têm pleiteado seu reconhecimento enquanto grupo étnico e a identificação de uma terra indígena incidente na Reserva. Em setembro de 2005, Manifesto divulgado pela Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (OPIN), além de exigir a identificação dessa terra indígena para os Contanawa, solicita o início dos estudos para o reconhecimento da TI Estirão, composta por cinco aldeias, habitadas por cerca de 160 Kulina e Jaminawa, no Município de Santa Rosa do Purus.

REVISÃO DE LIMITES E O MOSAICO CONTÍNUO DE TIS E UCS NO ALTO JURUÁ

Demandas de ampliação territorial realizadas nos últimos cinco anos têm sido fundamentadas pelas lideranças com a justificativa de que as demarcações basearam-se em estudos feitos em final da década de 1970, cujos resultados acabaram sendo condicionados por pressões de empresas “paulistas” e de proprietários de seringais, então apoiados por políticos locais e por representantes do Conselho de Segurança Nacional.

Essas novas demandas territoriais surgiram em uma conjuntura marcada pelo vigoroso crescimento demográfico dos povos indígenas, pela retomada do asfaltamento das BR-364 e BR-317,

a revisão dos componentes indígenas dos respectivos EIA-RIMAs e a negociação de planos de mitigação e compensação pelos prejuízos ambientais, sociais e culturais decorrentes da pavimentação dessas estradas.

Quase vinte anos após a demarcação de sua terra, com 27.533 ha, os Nukini passaram a reivindicar a revisão de seus limites. Levantamento prévio realizado pela Funai em 2003 estimou a ampliação em cerca de 72.000 ha sobre a extensão já regularizada, incorporando duas glebas (Timbaúba e Moa Azul) que o Incra declarou estar disposto em doar aos Nukini, além de outra pequena parcela do Parque Nacional da Serra do Divisor.

A partir de 2004, a presidência da Funai adotou a postura de evitar a revisão de limites de terras já regularizadas, sob alegação de concentrar esforços na identificação de novas terras. Em março de 2004, todavia, uma embaixada de lideranças do povo Yawanawá esteve no Ministério da Justiça e na sede da Funai em Brasília, acompanhada por políticos da bancada federal do Acre, e reivindicou a revisão de limites da TI Gregório, que coabitam com os Katukina. Atendendo a essa demanda, em dezembro de 2004, a Funai designou um GT para realizar estudos de revisão de limites, cujo relatório, entregue em outubro de 2005, estimou que a terra, uma vez revisada, deverá ter extensão total de 187.400 ha.

A revisão hoje reivindicada pelos Yawanawá e Katukina incide em terras da União, da Floresta Estadual Liberdade e da antiga fazenda da Paranacre, esta comprada pelo grupo empresarial Tinderacre, do qual é sócio o apresentador de televisão Carlos Massa, conhecido por Ratinho. Um plano de negócios, incluindo a instalação de uma indústria de beneficiamento de madeira, foi apresentado à Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE) para análise pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial do Acre.

Em setembro de 2005, a Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG) fez circular uma carta aberta, demonstrando a preocupação com a chegada de empresas interessadas em explorar as riquezas florestais do estado, especialmente madeira. Diante da expressiva repercussão desta carta no Acre, no país e no exterior, uma semana depois, uma delegação de lideranças Yawanawá foi recebida pelo governador Jorge Viana, que reiterou a posição favorável do governo estadual quanto à demanda de ampliação da TI Rio Gregório.

Em março de 2006, estava em vias de conclusão a formalização de um acordo entre o governo estadual e a Radan Administração e Participação Ltda., da qual a Tinderacre faz parte, garantindo a cessão de parte das terras desta empresa (cerca de 28,6 mil ha) contida na revisão de limites da TI Rio Gregório, bem como a não realização de atividades de manejo madeireiro no entorno da terra indígena. Por outro lado, o governo comprometeu-se com os Yawanawá a redefinir os limites da Floresta Estadual Liberdade, de forma adequá-los aos novos limites da terra indígena.

Esse conjunto de medidas contribuiu para a publicação, no DOU de 03/04/2006, de despacho do presidente da Funai aprovando as conclusões do relatório de revisão de limites da TI. A publicação de seu resumo e do mapa no DOU foi um importante avanço no processo de regularização dessa terra, tendo em vista que contestações à pretensão dos Yawanawá e Katukina não devem ser apresentadas pela empresa Radan e/ou pelo governo estadual".

Visto que a nova superfície da TI Rio Gregório fará limites com a Resex Riozinho da Liberdade, criada em fevereiro de 2005; os impactos ambientais que advirão da pavimentação da BR-364; a perspectiva do início das atividades madeireiras nas florestas públicas situadas no entorno de terras indígenas e unidades de conservação e, ainda, o compromisso publicamente assumido junto às lideranças Yawanawá pelo governador do Acre, a revisão da TI Rio Gregório é hoje de fundamental importância. Esta TI consolida o mosaico contínuo de 29 terras indígenas e 14 unidades de conservação existente no Acre, com uma extensão, se excluídas as sobreposições, de 7.709.356 ha contínuos de florestas, que correspondem a 47% da extensão do Estado. Os processos, tanto políticos como administrativos, são dinâmicos e, por isso, esses números tendem a sofrer modificações num futuro próximo.

A continuidade dos processos de regularização de terras indígenas e unidades de conservação que integram esse mosaico contínuo de áreas protegidas, por meio de ações articuladas de diferentes órgãos dos governos federal e estadual, é, hoje, de fundamental importância para o reconhecimento dos direitos territoriais tanto de povos indígenas como das populações de seringueiros e agricultores. Sem essas ações, poderão continuar a ocorrer, ou se agravar, significativos conflitos territoriais, sociais e interétnicos já em curso no Alto Juruá, região onde está situada a maior parte das terras indígenas e unidades de conservação do estado do Acre. (junho, 2006)



Povos Indígenas no Brasil e no Peru Firmam Compromissos

A ALDEIA APIWTXA, DOS ASHANINKA, SEDIU, EM SETEMBRO DE 2005, O IV ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A PROTEÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E DO ALTO JURUÁ. RESULTOU DAÍ UM DOCUMENTO CONTENDO COMPROMISSOS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE AMBOS OS LADOS DA FRONTEIRA

De 15 a 17 de setembro de 2005, na aldeia Apiwtxa, estiveram reunidos lideranças dos povos Ashaninka, Kaxinawá, Kulina, Mastanawa, Sharanawa, Nukini e Katukina que vivem em territórios situados na região fronteiriça do Estado do Acre, Brasil, e Departamento de Ucayali, Peru, bem como membros de organizações da sociedade civil e representantes de órgãos dos governos de ambos os países.

Sediada e organizada pela Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa), a reunião contou com o respaldo do Grupo de Trabalho (GT) para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil/Peru, iniciativa que, no Vale do Juruá acreano, tem, desde abril de 2005, reunido organizações indígenas e o movimento social, órgãos dos governos federal e estadual e as cinco prefeituras municipais.

Alinhada com as preocupações do referido GT, a pioneira iniciativa de Apiwtxa teve por objetivo abrir um processo continuado de diálogo e de intercâmbio de experiências entre povos indígenas na fronteira Acre-Ucayali. Visou ainda delinear compromissos e agendas comuns que assegurem a participação desses povos na definição e execução de políticas de desenvolvimento, abram novas alternativas de gestão e vigilância dos territórios indígenas e protejam a biodiversidade das florestas da região.

Uma série de antecedentes levou à decisão de realização desta reunião neste momento histórico.

1. As profundas implicações sociais e ambientais das atividades madeireiras sobre as populações e a biodiversidade das terras indígenas e do Parque Nacional da Serra do Divisor.

2. A percepção de que as iniciativas tomadas por Apiwtxa, desde 1999, no sentido de obrigar diferentes órgãos do governo federal a cumprir suas atribuições constitucionais na vigilância dos limites de sua terra indígena e da nação brasileira, precisam ser ampliadas para compromissar os governos e diferentes grupos da sociedade civil do lado peruano.

3. As ações iniciadas a partir de 2004 por um consórcio de instituições brasileiras e peruanas no âmbito do Projeto “Conservação Transfronteiriça da Região da Serra Divisor (Brasil-Peru)”.

4. Os três encontros promovidos pelo GT para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil/Peru, desde abril de 2005, nas quais a preocupante situação na fronteira vem sendo objeto de avaliação e posicionamentos conjuntos vêm sendo tomados sobre os rumos desejados para o desenvolvimento e a integração na região.

5. Os entendimentos travados pelos Governos do Estado do Acre e do Departamento do Ucayali, desde 2003, com vistas à integração entre essas duas regiões. A reunião realizada em Apiwtxa está em consonância com a Ata de Compromissos fruto da Reunião Técnica para a Conservação da Biodiversidade Fronteiriça Ucayali-Acre, ocorrida em Pucallpa em julho de 2005, que estabelece a criação de um Fórum e a ativa participação dos povos indígenas na discussão da situação desses povos face à integração, extração madeireira e outras atividades ilícitas nos territórios indígenas e nas unidades de conservação dessa região de fronteira.

6. Uma série de contatos preliminares iniciados pelas lideranças de Apiwtxa, desde março de 2005, com líderes Ashaninka das comunidades nativas dos rios Enê, Juruá, Vacapistea, Tamaya e alto Amônia, que resultaram no desejo de fortalecer esse intercâmbio, realizar uma reunião mais ampla e conhecer de perto as experiências inovadoras de gestão ambiental desenvolvidas na aldeia Apiwtxa.

7. Os últimos acontecimentos concentrados na Aldeia Sawawo, de revolta da população indígena, provocando a mobilização de cerca de 50 guerreiros Ashaninka dispostos a avançar em direção aos acampamentos de madeireiros ilegais com clara intenção de confronto direto. Este confronto seria certamente desigual, podendo ocasionar mortes de

ambos os lados, o que precipitou o adiantamento da reunião do GT transfronteiriço e a apressar a articulação das instituições regionais.

No terceiro dia do encontro, as lideranças indígenas concentraram suas atenções na identificação de agendas e compromissos comuns, bem como na construção de uma pauta de recomendações direcionada aos governos de ambos países. Tendo em vista as apresentações e discussões havidas durante os três dias do encontro, chegou-se a uma ampla pauta de compromissos mutuamente assumidos entre os povos indígenas e uma série de recomendações endereçadas pelos povos indígenas peruanos aos órgãos de governo e a organizações não-governamentais de ambos os países. Estes compromissos e recomendações estão expostos à continuação:

COMPROMISSOS COMUNS

1. Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru.
2. Colaborar na identificação e implementação de estratégias de aproveitamento produtivo sustentável dos territórios indígenas, de maneira a garantir fontes de subsistência e de comercialização e a abrir alternativas à exploração madeireira realizada de forma ilegal.
3. Buscar garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali para discussão da integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas resultantes, que devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas, e que não tenham como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
4. Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles em isolamento voluntário, que vivem ao longo da fronteira Brasil-Peru.

COMPROMISSOS DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JURUÁ

1. Dar ampla divulgação a demandas e reivindicações dos povos indígenas que vivem na fronteira peruana para a proteção do seu território, dos seus direitos e sua identidade.
2. Disposição de assinar uma carta em conjunto endereçada à Comissão de Direitos Humanos da ONU, instituição na qual será buscado proteção aos territórios e à vida dos povos indígenas.
3. Oferecer aos povos indígenas peruanos da faixa de fronteira a experiência e conhecimento acumulados pelas organizações brasileiras, por meio de cursos de capacitação e intercâmbios, com critérios de seleção, oferecidos pelo GT e OPIAC, AMAAIC,

CPI-ACRE, ASATEJO, ASAJURUÁ, OPIRJ, Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Marechal Thaumaturgo, SEPI.

4. Desenvolver, manter e fortalecer a articulação com lideranças indígenas peruanas para a ampliação de sua participação nas discussões quanto à proteção da biodiversidade, dos direitos e das condições de vida das populações que vivem na faixa de fronteira.
5. Fazer respeitar os limites da fronteira Brasil-Peru.

COMPROMISSOS DOS POVOS INDÍGENAS PERUANOS

1. Com relação aos TERRITÓRIOS
 - Defender os territórios dos povos indígenas;
 - Cooperar com os processos de saneamento físico legal desses territórios;
 - Apoiar a processos de exclusão das concessões florestais sobrepostas nos territórios dos povos indígenas.
2. Com relação aos RECURSOS NATURAIS
 - Proteger a biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais de nossos territórios e reservas comunais;
 - Combater a extração ilegal de madeira;
 - Constituir Comitês de Vigilância Comunal;
 - Constituir uma Frente de Defesa, que compreenda as bacias dos rios Purus, Juruá, Amônia, Tamaya e Sheshea.
3. Com relação à ORGANIZAÇÃO COMUNAL
 - Fortalecimento de organizações comunais de base local;
 - Articular as bases comunais com suas organizações federativas: FECONAPU, ACONADISH, ACONAMAD e ARPAU;
 - Fortalecer as organizações dos professores indígenas EBI-ANAMEBI;
 - Promover e fortalecer alianças com povos e organizações indígenas tanto do Estado peruano quanto do Brasil.

PROPOSTAS DE COMPROMISSO PARA O ESTADO PERUANO

- Demandar uma maior presença do Estado peruano em zonas de fronteira;
- Exigir do Estado a implementação de mecanismos eficazes para garantir os territórios dos povos indígenas;
- Implementar políticas públicas viáveis em favor dos povos indígenas com ênfase em saúde, educação e recursos naturais;
- Implementar mecanismos eficazes de consulta e participação informada dos povos indígenas, e medidas administrativas e projetos econômicos que possam afeta-los, conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Exclusão das concessões florestais superpostas aos territórios indígenas;

- Suspensão das concessões minerais e petrolíferas nas bacias dos rios Abujao, Callería e Amônia e nas Reservas Territoriais Isconahua e Murunahua;
- Viabilizar a implementação de projetos produtivos alternativos e sustentáveis à atividade florestal madeireira;
- Exigir reconhecimento dos Comitês de Vigilância Comunal, de base local, e da Frente de Defesa Fronteiriço, por parte do Estado peruano.

PROPOSTAS DE COMPROMISSO PARA AMBOS OS ESTADOS (BRASIL - PERU)

- Implementar uma política comum bifronteiriça para conservação do meio ambiente e biodiversidade, e efetiva proteção aos direitos dos povos indígenas, que incorpore a plena participação desses povos;

PROPOSTA DE COMPROMISSO DAS ONGS DE AMBOS OS PAÍSES

- Oferecer apoio técnico e financeiro a estes compromissos assumidos pelos povos indígenas;
- Difusão de demandas dos povos indígenas através dos meios de comunicação a fim de gerar fatos políticos;

RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA ACRE E UCAYALI

- Assegurar o cumprimento de compromissos assumidos quanto à efetiva participação dos diferentes atores (Estados, povos indígenas e sociedade civil) no marco do processo de integração engendrado pelos Governos de Ucayali e Acre;
- Garantir uma efetiva articulação entre as ações da Secretaria Técnica Acre-Ucayali com as propostas do Fórum para a Integração Ucayali-Acre;
- Ambos os governos devem facilitar recursos financeiros e logísticos para viabilizar a participação das organizações indígenas nas reuniões do Fórum para a Integração.

Aldeia Apiwtxa, Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, Marechal Thaumaturgo, Acre, Brasil, 17 de setembro de 2005.

Assinam:

BRASIL

Associação Ashaninka do Rio Amônia – Apiwtxa; Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre – SEPI; Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC; Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC; Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC; Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá – OPIRJ; Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá – ASPIRH; Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã – ASKPA; Aldeia Ashaninka Morada Nova do Rio Breu; Associação Agroextrativista do Rio Tejo – ASATEJO; Associação Agroextra-

tivista do Rio Juruá – ASAJURUA; Fundação Nacional do Índio – Funai; SOS Amazônia; Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Marechal Thaumaturgo

PERU

Defensoria del Pueblo – Ucayali; Comisión de Derechos Humanos de Purus; Organización Regional de Pueblos Ashaninkas de Ucayali – ARPAU; Asociación de Profesionales Bilingües Indígenas de Yurua – APROBY; Word Wildlife Found de Yurua

Bacia do Yurua: Comunidad Nativa de Sawawo; Comunidad Nativa Nueva Shahuaya; Comunidad Nativa Dulce Gloria; Comunidad Nativa Breu; Comunidad Nativa Paititi; Comunidad Nativa Coshireni.

Bacia do Sheshea: Comunidad Nativa Capiroshari.

Bacia do Tamaya: Comunidad Nativa Alto Tamaya; Comunidad Nativa Nueva Califórnia de Shatanya; Comunidad Nativa Cametsari Quipatsi

Bacia do Purus: Comunidad Nativa Shalom de Shambuyacu; Comunidad Nativa Catay; Comunidad Nativa Conta; Comunidad Nativa Cantagallo.

[Trechos de documento publicado na coluna "Papo de Índio", do jornal Página 20, de 25/09/2005]

Os Índios e a Florestania

Marcelo Piedrafita Iglesias

Terri Valle de Aquino

Doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ;
pesquisador do Laced/MN/UFRJ

Mestre em Antropologia Social pela UnB; gerente de Etnozoneamento
da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/AC

ÍNDIOS PROTAGONIZAM AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL, VIGILÂNCIA DE SUAS TERRAS E VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, RESULTANDO EM UM CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E LIDERANÇAS RESPONSÁVEIS PELO ESTABELECIMENTO DE CANAIS DE INTERLOCUÇÃO COM O GOVERNO E A SOCIEDADE CIVIL

Há uma década, um novo ator social vem contribuindo para a gestão territorial nas terras indígenas no Acre: os agentes agroflorestais indígenas (AAFI). Nesse período, eles gradualmente assumiram papel de liderança na organização social e política das aldeias. Enquanto “movimento”, conquistaram crescente reconhecimento profissional, passaram a influenciar políticas públicas, firmaram parcerias com órgãos do governo e, em agosto de 2002, fundaram a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), sua própria organização de representação política.

A formação profissional dos AAFIs tem sido realizada, desde 1996, pelo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), por meio de cursos em Rio Branco, oficinas itinerantes e assessorias em TIs, assim como de viagens de intercâmbio, nas quais os agentes visitam experiências semelhantes em TIs de outras regiões do Brasil e de outros países, como o Peru e a Bolívia.

A proposta apresentada pela CPI/AC ao Projeto Demonstrativo (PDA), em 1996, previa a formação de 15 AAFIs em três TIs. Em 2003, ao fim da segunda etapa do apoio do PDA, eram 105 AAFIs, dos quais 84 haviam participado da formação da CPI. Os outros 21 iniciaram sua for-

mação em 2001, promovida pela Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Acre (Seater), como parte dos planos de mitigação dos impactos da pavimentação das BRs 364 e 317. Dados da CPI/AC, de fevereiro de 2005, indicam que havia no Acre 109 AAFIs, de 10 povos, atuando em 23 TIs e 11 municípios; outros três AAFIs, de dois povos, atuavam em três terras no sul do Amazonas.

Os conteúdos programáticos dos cursos e oficinas, oferecidos pela CPI/AC, têm discutido várias alternativas de manejo agroflorestal: construção e manutenção de viveiros, produção e transplante definitivo de mudas de árvores frutíferas, adensamento de capoeiras, terreiros e quintais com espécies alimentares e de uso cotidiano, recuperação de áreas degradadas com a introdução de leguminosas, adubação verde e compostagem, manejo em sistemas agroflorestais (SAFs), cultivo de hortas orgânicas, técnicas biológicas de combate a pragas, manejo de palheiras e palmeiras usadas na construção, estratégias de coleta, manejo e destinação do lixo, bem como reciclagem de madeiras desvitalizadas dos roçados, utilizadas na confecção de móveis e esculturas. Os cursos intensivos têm também contemplado a formação básica dos AAFIs em leitura e escrita, em língua indígena e portuguesa, em disciplinas como ecologia, ciências, história, geografia e matemática, bem como na legislação pertinente à sua área de atuação. Hoje, em número bastante superior ao originalmente planejado, os SAFs servem como modelos demonstra-



tivos para famílias interessadas em iniciar atividades semelhantes em seus terreiros e roçados. Além de contribuir na recuperação de áreas degradadas e no uso de áreas de roçados, com a introdução de espécies frutíferas, os SAFs têm aberto alternativas alimentares e de comercialização. Em 2002, por exemplo, os AAFIs e as famílias manejavam quase 75 mil plantas, em SAFs individuais e coletivos. Hoje, muitos SAFs estão em produção: além de consumidas nas aldeias, há frutas cujo excedente é vendido nas sedes municipais mais próximas.

Para além de seu engajamento em ações de manejo dos recursos naturais e de criação de animais, os AAFIs têm assumido um papel importante na vigilância e fiscalização dos limites de suas terras, mobilizando-se para evitar invasões de caçadores, pescadores e madeireiros. Para instrumentalizar essas atividades, têm discutido as legislações federal e estadual, relacionando-as aos problemas vividos em suas terras, bem como às formas mais adequadas para sua solução no âmbito local. Têm também respaldado suas ações junto aos órgãos do governo, o que incluiu oficinas de capacitação, oferecidas pelo Ibama, e sua legitimação como “agentes ambientais colaboradores”.

Em 2001, os AAFIs das três terras kaxinawá do Município de Jordão autodemarcaram a TI Kaxinawá do Seringal Independência, formada por dois seringais comprados pela Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ). Essa iniciativa pode oferecer subsídios valiosos à Funai, apontando alternativas que resultem no barateamento do custo das demarcações físicas (ou da reavivitação de limites) e permitam redirecionar parte dos recursos, hoje gastos com empresas de agrimensura, para o fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas e seus projetos coletivos de vigilância e gestão territorial.

Os trabalhos dos AAFIs em suas terras e aldeias têm também assumido relevante caráter de educação ambiental: agentes mais experientes têm protagonizado ações de ensino e assessoria nos cursos, oficinas e viagens de intercâmbio. Os AAFIs têm elaborado também levantamentos e diagnósticos da situação ambiental de suas terras e das formas de uso dos recursos naturais. Em tempos recentes, vídeos passaram a ser usados para a formação e a divulgação dos seus trabalhos. O Projeto “Vídeo nas Aldeias”, em parceria com o CPI/Acre, AMAAIAC e Opiac, tem capacitado professores e AAFIs no manuseio de equipamentos, elaboração de roteiros, técnicas de filmagem e edição. Exemplos recentes desse trabalho são os vídeos “Agenda 31”, “Caminho para a vida”, “Floresta viva” e “Aprendizes do futuro”.

Parcerias têm resultado de diálogos e negociações com o governo estadual, cujo tema principal, desde 2000, foi o reconhecimento dos AAFIs como categoria profissional de agentes de gestão ambiental e sua remuneração pelos serviços ambientais e sociais prestados à sociedade e à biodiversidade, acreana e global.

Em outubro de 2004, no Centro de Formação, em Rio Branco, 85 AAFIs, professores, lideranças e representantes de associa-

ções indígenas participaram do I Fórum dos AAFIs do Acre. Do “Documento ao Governo da Floresta”, que daí resultou, cabe destacar as seguintes demandas apresentadas no sentido de subsidiar as estratégias de apoio oficial em relação aos agentes agroflorestais e às suas atividades: 1) reconhecimento profissional dos AAFIs como “funcionários da floresta”, com o estabelecimento de um mecanismo permanente de contratação e remuneração; 2) implementação de políticas públicas que contemplem e fortaleçam as ações dos AAFIs em suas terras; 3) garantia da participação da AMAAIAC no planejamento e execução de políticas estaduais destinadas às TIs ou àquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno; e 4) discussão e definição participativa de critérios para a ampliação da formação de AAFIs para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas. Como um resultado dessas reivindicações pode-se apontar o convênio entre a AMAAIAC e o governo estadual, formalizado em agosto de 2005, contemplando recursos para a contratação e remuneração de 69 AAFIs, bem como o apoio às ações de vigilância das terras indígenas e de educação ambiental nas comunidades.

GESTÃO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir de 2001, o governo estadual, como parte do “Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre”, financiado pelo BNDES, implementou medidas mitigadoras e compensatórias em terras indígenas impactadas pelo asfaltamento das BRs 364 e 317. Acordadas em diálogos e negociações entre lideranças, organizações indígenas e órgãos dos governos estadual e federal, ao longo da revisão dos componentes indígenas dos Estudos de Impacto Ambiental-Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) dessas rodovias, várias ações, primeiro emergenciais e depois inseridas em um “programa sustentável”, estiveram direcionadas à gestão dessas terras e ao fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas.

As ações do projeto financiado pelo BNDES estiveram concentradas no biênio 2002-2003, e sua continuidade está prevista, tendo como meta consolidar as organizações indígenas como referenciais no diálogo com o governo estadual e construir modelos sustentáveis de uso dos recursos naturais pelas comunidades indígenas. Até meados de 2005, no entanto, essas ações foram iniciadas de forma ainda incipiente. Não houve uma definição mais detalhada de estratégias para a operacionalização das ações do Projeto e para a sua futura sustentabilidade, com base em iniciativas geridas pelas próprias comunidades e organizações indígenas. Tampouco houve uma melhor definição dos canais de diálogo e das parcerias com o governo. As ações de capacitação e empoderamento das comunidades e suas organizações foram marcadas pela sua breve duração. Não houve efetivo acompanhamento posterior das ações nem instâncias para sua avaliação e para a correção de rumos e estratégias. Por fim, as ativi-

dades do governo permaneceram centradas nas terras indígenas situadas à margem ou nas cercanias das estradas federais, sem que planos mais amplos tivessem sido delineados ou implementados para o conjunto das TIs do estado.

A partir de 2004, tiveram início, em várias TIs, programas de levantamento participativo dos recursos naturais: o de “etnomapeamento”, por parte da CPI/AC, AMAAIAC e outras organizações indígenas; e o de “etnozoneamento”, por parte do governo estadual. Em linhas gerais, esses programas têm por objetivo a produção, pelos próprios indígenas, de diagnósticos de suas terras, de maneira a elaborar planos de gestão ambiental e vigilância territorial, bem como influenciar políticas públicas (municipais, estaduais e federais) voltadas a esses mesmos fins.

Ambos os trabalhos, da CPI/AC e do governo, têm metodologias semelhantes e contam com a ativa participação dos AAFIs, lideranças, professores, agentes de saúde e chefes de família. Trabalhando sobre imagens de satélite, as discussões nas oficinas têm permitido um detalhado mapeamento dos recursos naturais das TIs e de seu entorno, resultando em vários mapas temáticos: hidrográfico, vegetação, extrativismo, caça, pesca, coleta e agricultura de terra firme e de praia, bem como das invasões e das formas históricas de ocupação. Por estarem casadas com as iniciativas de gestão ambiental dos AAFIs, as ações promovidas pela CPI/AC obtiveram, desde o início, uma maior definição quanto a desdobramentos futuros dos processos e dos resultados gerados. Para além de um trabalho de levantamento, e da construção coletiva de planos de gestão ambiental e territorial, o projeto do qual participa a CPI/AC iniciou canais de articulação com organizações da sociedade civil, universidades e órgãos do governo peruano, visando delinear estratégias para conservação, manejo e vigilância de TIs e Unidades de Conservação (UCs) situadas na fronteira com o Peru. A partir de 2005, essa agenda passou a incluir a participação nas discussões entretidas pelos governos do Acre e do Departamento do Ucayali em torno da integração fronteiriça. As organizações indígenas e a CPI/AC têm, ainda, participado do Grupo Técnico para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil/Peru, iniciativa que, no Vale do Juruá acreano, tem, desde abril de 2005, reunido organizações do movimento social, órgãos dos governos federal e estadual e as cinco prefeituras municipais dessa região.

Outra iniciativa do governo do Estado foi a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi), em 31 de dezembro de 2002, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social. Em fevereiro de 2003, Francisco da Silva Pianko, um Ashaninka, foi nomeado secretário e, em seguida, foi criado o Conselho Estadual Indígena (CEI). Com caráter consultivo e deliberativo, o CEI é formado por representantes de quatro órgãos estaduais, três órgãos federais, três organizações indigenistas, dez organizações indígenas e outros representantes de povos indígenas (um do rio Purus e outro do rio Iaco).

Concebida não como instância executiva, mas sim de planejamento, coordenação e acompanhamento, a Sepi procurou, durante o seu primeiro ano, avançar na articulação das políticas públicas dispersas em várias secretarias e definir estratégias comuns de ação. Buscou, dessa forma, atender às particularidades das situações, demandas e trabalhos das comunidades e organizações indígenas, tentando romper com a “padronização” que marcava várias das ações do Projeto do BNDES.

No segundo semestre de 2004, a Sepi teve importante papel na mediação das questões relacionadas à situação de crise vivida pelo movimento indígena, após a destituição da Coordenação da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), decidida em julho, por conta da apuração da gestão dos recursos financeiros do convênio de saúde que a entidade mantinha com a Funasa e com várias prefeituras municipais. A partir de então, a Sepi passou a constituir importante respaldo da Coordenação Provisória eleita e contribuiu para manter aberto o diálogo com o gabinete do governador. Nos primeiros meses de 2005, pela primeira vez desde a sua criação, a Secretaria ganhou orçamento próprio, estipulado no plano anual do governo estadual, e conseguiu constituir uma equipe independente.

A proposta de particularização das demandas tem exigido avanços na articulações com outras secretarias e no delineamento de políticas públicas mais ágeis e integradas. Um desafio atual e futuro do governo estadual é, portanto, como, por meio de políticas públicas que respeitem a diversidade étnica e as formas de organização e mobilização particulares de cada povo, potencializar experiências de gestão ambiental e vigilância territorial, fortalecendo seus avanços e ajudando a superar as dificuldades. Se, de um lado, a diversidade é o eixo a ser privilegiado nessas políticas, de outro, continua a ser cada vez mais necessária a articulação, sob a coordenação da Sepi, dos diferentes órgãos do governo, na definição, planejamento, execução e monitoramento de ações voltadas para a produção, gestão ambiental, educação, saúde e fortalecimento cultural. Isso implica, portanto, não visões ou ações de curto prazo, caracterizadas pela homogeneidade, pela brevidade e por resultados imediatos, mas sim programas integrados e duradouros capazes de fortalecer o protagonismo e a autonomia das comunidades indígenas e a sustentabilidade de seus territórios.

AS ORGANIZAÇÕES E O MOVIMENTO INDÍGENA

O ano de 2004 foi marcado pela grave crise da UNI, organização que, em nível regional e nacional, exercera a representação política dos povos indígenas do Acre e sul do Amazonas desde meados dos anos 1980, e nos últimos anos implementara um conjunto de ações em parceria com os governos federal e estadual e com a cooperação internacional.

Em meados de 2004, a coordenação da UNI foi deposta e uma coordenação provisória assumiu o processo de reorganização do

movimento indígena. Em documentos resultantes de reuniões e fóruns ocorridos a partir dessa data, consolidou-se um conjunto de discursos, articulados por lideranças, professores, Agentes Indígenas de Saúde (AIS), AAFIs e representantes de organizações regionais e associações locais. Esses discursos convergiram em torno de certos temas e bandeiras da mobilização, dentre as quais: “o movimento indígena não poderia ser identificado, ou reduzido, à UNI”, “o movimento não morreu”, “o movimento somos nós”. Mesmo com a criação da Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (Opin), decidida em Assembléia ocorrida em meados de 2005, esses discursos continuam a ser verbalizados por boa parte das lideranças e representantes de organizações locais e regionais.

Além da Opin, há hoje no Acre 34 organizações indígenas formalmente legalizadas: 23 associações, duas cooperativas, quatro organizações regionais, duas de categorias profissionais (AAFIs e professores), duas de mulheres e uma de estudantes (sediada em Rio Branco). Do total de associações, 19 (ou 83%) representam povos que vivem em TIs do Vale do Juruá e outras quatro, todas criadas em 2004, em terras do Vale do Purus. Juntas, representam 11 diferentes povos.

Diferentes processos devem ser considerados e entrelaçados ao analisar os motivos que levaram a essa intensa criação de associações. Alguns dizem respeito a mobilizações das próprias lideranças para abrir novas formas de representação política e acessar o “mercado de projetos”, configurado nos anos 1990 pelos programas de agências e da cooperação internacionais. Outros surgiram da necessidade crescente de se relacionar com órgãos de governo no âmbito de políticas públicas de diversas escalas.

A mobilização para a regularização e ampliação de terras esteve na origem de associações como a APAIH, dos Arara do Igarapé Humaitá, da AIN, dos Nukini, e da Askapa, dos Kaxinawá da Praia do Carapanã. A revisão do EIA-Rima da BR-364 e o delineamento de ações para minorar os impactos de seu asfaltamento estimularam o surgimento de duas associações Katukina (Akac e Akserg) e três associações Kaxinawá (Aokati 27, APAHC e Apropak). Já as discussões sobre o EIA-Rima da BR-317 propiciaram um estímulo para criação de associações no Vale do Purus, como a Ocaej, dos Jaminawa do rio Caeté e a Mapkaha, dos Manchinieri do rio Iaco.

Nem todas dessas novas associações pautam-se apenas pela questão da gestão ambiental e vigilância territorial. Algumas têm priorizado ações relativas ao fortalecimento dos conhecimentos tradicionais. Dentre estas cabe citar novamente a Mapkaha e, mais recentemente, a ACIRH (Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá).

Na última década, organizações representativas de estudantes (Meiascam), mulheres (GMI/UNI, hoje Sitoakore) e de categorias profissionais – professores (Opiac) e AAFIs (AMAAIAC) – foram criadas e legalizadas no Acre. A Opiac e a AMAAIAC, em es-

pecial, gozam hoje de reconhecimento perante os governos estadual e federal, têm influenciado outros movimentos e organizações semelhantes e participado na definição de políticas públicas em escala estadual e nacional.

As associações mais antigas, criadas no final dos anos de 1980 e começo dos anos de 1990, desenvolveram, nos últimos anos, valiosas experiências econômicas e de gestão territorial. Há anos, a APIWTXA, dos Ashaninka do Rio Amônia, é exemplo inspirador, em função das propostas e ações concretas de manejo agroflorestal, criação de animais silvestres e pesquisa de produtos florestais para uso e venda. Outra linha relevante de sua atuação tem sido a valorização das manifestações culturais, por meio de uma “escola tradicional”, o comércio de artesanato e a produção do CD “Homãpani Ashaninka”, de músicas tradicionais, e de vários vídeos. Em novembro de 2003, as lideranças criaram a Ayõpari, separando as atividades comerciais das ações de representação política, que continuam a exercer via APIWTXA. Por meio desta última, os Ashaninka tiveram sucesso, ainda, ao exigir dos governos federal e estadual ações efetivas para combater as invasões promovidas por madeireiras peruanas, bem como para fiscalizar a fronteira com o Peru.

Os Yawanawá, que contam desde 1993 com a OAEYRG, criaram, em fevereiro de 2002, a Coopyawa, entidade que tem avançado na elaboração de planos de negócios e tratado de aspectos comerciais de várias iniciativas. Nos últimos três anos, ampliaram suas parcerias com órgãos do governo federal e estadual e com empresas privadas, como a Aveda Corporation e a Formil. Além disso, promoveram significativas iniciativas culturais, com a valorização dos saberes e usos associados à medicina e aos cantos, à formação de novos pajés, à produção do CD “Saiti Muniti” e do DVD “Yawa”, ao lançamento de uma grife e à realização de festivais anuais.

De 1999 a 2001, por meio da AAPBI, os Poyanawa se mobilizaram para acompanhar a demarcação de sua terra e implementaram um projeto de vigilância que durou até 2002, ambos apoiados pelo PPTAL. A Askarj, antes conhecida pela cooperação com a empresa Couro Vegetal da Amazonia S.A., bem como pela fiscalização e gestão das três TIs Kaxinawá do Município de Jordão, destacou-se nos últimos anos pelo projeto de revitalização da produção de borracha (2003) e pelo projeto de manejo de lagos e seus animais. Hoje, um relevante desafio das lideranças Kaxinawá é participar da administração do vice-prefeito José Osair Sales (Siã Kaxinawá), bem como estabelecer parcerias efetivas com o poder municipal, em programas de saúde, educação, transporte e venda de produtos agrícolas.

É importante notar que, além da antiga UNI e da atual Opin, instâncias centralizadas de representação dos povos indígenas do Acre e sul do Amazonas, foram criadas várias organizações de âmbito regional. A Opire articula diferentes povos da bacia do rio Envira; a Opirj, do rio Juruá; e a Opitar, dos povos indígenas do

município de Tarauacá. Além de participar das discussões de revisão do EIA-RIMA da BR-364 e da implementação das ações para minorar os “impactos de sua pavimentação”, essas organizações têm realizado gestões junto às secretarias municipais de educação, saúde e produção, na busca de recursos e ações para as comunidades que representam. Têm, muitas vezes, trabalhado de forma alinhada com os chefes dos Postos da Funai e, no caso de Cruzeiro do Sul e Feijó, com os escritórios locais do Cimi.

A identificação dos povos indígenas que não possuem associações de representação formalmente constituídas também revela aspectos da situação em que esses vivem e outras modalidades de mobilização política. À exceção do rio Amônia, nenhuma das coletividades Ashaninka que habitam os rios Breu, Envira e Tarauacá possui hoje uma organização formalmente registrada. A morte de lideranças no Breu e no Envira em meados dos anos de 1990, as constantes migrações, conflitos familiares, modos menos informados de inserção nos municípios, relacionamento esporádico com o movimento indígena e a deficiência dos serviços de assistência prestados aos governos federal e estadual constam dentre as razões que podem explicar essa ausência. Outro caso é o dos Madijá, que estão dentre os povos que não criaram qualquer associação própria e continuam a participar, de forma apenas tangencial, das articulações promovidas pelo movimento indígena, em Feijó e Rio Branco.

Os casos dos Kaxinawá do Seringal Currealinho, Nawa e Arara do Rio Amônia revelam semelhanças, devido às suas mobilizações relativamente recentes, que datam do final dos anos de 1990, visando a legitimação de suas identidades étnicas e o reconhecimento pela Funai das terras que tradicionalmente ocupam. Esses casos demonstram com clareza que a ausência de associações não implica, de forma alguma, a inexistência de mecanismos próprios de representação e de mobilização política. (fevereiro, 2006)



AAFIs constroem barragem para a criação de peixes e quelônios, durante oficina itinerante na TI Kaxinawá da Praia do Carapanã.

PEDRO CONSTANTINO, 2006



Iniciativas do TRE e do Tribunal de Justiça do Acre têm contribuído para maior participação indígena nas eleições. No destaque, Ashaninka aprende a usar urna eletrônica durante edição do Projeto Cidadão, na TI Kaxinawá Nova Olinda, em Feijó.

DIVULGAÇÃO T.J.AC, 1999



Oficina de Etnomapeamento na TI Kampa do Rio Amônia.

RENATO GAVAZZI

“A Comunidade Indígena tem que Fazer a sua Gestão”

Ingrid Weber

Txai Terri Valle de Aquino

Antropóloga, CPI-Acre

Antropólogo, editor do “Papo de Índio”

NA ENTREVISTA A SEGUIR, FRANCISCO PIANKO ASHANINKA CONTA COMO SE TORNOU LIDERANÇA DE SUA COMUNIDADE, FALA SOBRE A MUDANÇA DE MENTALIDADE COM RELAÇÃO À EXPLORAÇÃO DA MADEIRA E DA IMPORTÂNCIA DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO ACRE, DA QUAL É SECRETÁRIO DESDE FEVEREIRO DE 2003*

Como você se tornou uma liderança na sua comunidade?

Comecei a trabalhar muito cedo. Com quatorze, quinze anos o meu pai [*Antônio Pianko, grande liderança Ashaninka, que por sua vez era filho de Samuel Pianko, outra grande liderança*] já me levava nessas andanças, nesse fóruns que ele era convidado pra falar – convidado pelo *Txai Terri*, *Txai Macedo*, Comissão Pró-Índio, por vários outros parceiros, Funai, Cimi, Conselho Nacional de Seringueiros. Ele me levava para duas coisas: uma pra ser o barqueiro, e outra para traduzir o que eles falavam. Então, de mim era cobrado muito, eu não podia perder nenhum momento. E tudo que era conseguido pra comunidade, o meu pai colocava na minha mão pra administrar: desde o barco, a cantina, essas coisas todas. E com isso eu tinha uma relação com todas as famílias, eu passei a ser um instrumento da comunidade. Eu não trabalhava pensando em ser uma liderança da comunidade. Eu trabalhava pensando em dar conta e mostrar que tudo aquilo que eu estava falando era possível ser feito, tinha que se concretizar, então esse era o desafio. E com isso a gente foi vencendo algumas etapas: de-

marcação da terra, sair da mão dos patrões, organizar o nosso povo pra se apresentar como uma sociedade que não é inferior a nenhuma outra, e levar esse nome que a gente tem hoje.

No começo, os Ashaninka trabalharam com madeira. Hoje, vocês vêm lutando contra a exploração desse recurso. Como foi essa mudança de mentalidade?

Eu vi o meu pai muito envolvido com essa questão da madeira, porque, pra comprar alguma coisa, os patrões é que diziam o que tinha que produzir. Não tinha escolha, tinha que trabalhar pros patrões. Nosso povo trabalhou pros patrões enquanto as regras eram essas. Não era uma cultura, tradição ashaninka, trabalhar com madeira. Enquanto um Ashaninka tirava uma árvore, cortava no machado, de forma bem artesanal, uma família de brancos tirava de trinta a quarenta árvores, porque tinha outra visão.



Francisco Pianko e seu pai, Antônio Pianko, liderança tradicional dos Ashaninka do Rio Amônia.

Na primeira oportunidade que tivemos de sair da mão dos patrões, a coisa mudou totalmente. Porque o que interessa mesmo aos Ashaninka é ter um produto pra trocar. Se hoje temos condições de escolher o que fazer, a gente vai tirar do nosso conhecimento. As trocas, hoje, são baseadas no nosso artesanato, na arte ashaninka. Trabalhamos muito para que o nosso produto não fosse um produto qualquer, que carregasse com ele toda a nossa história e que pudesse ser visto como um produto associado a um projeto. Um projeto ecológico, da preservação, do cuidado.

Hoje, a busca pela madeira é porque ela tem um valor de mercado muito alto e ela está disponível na floresta. As pessoas passam por

cima de qualquer coisa, de qualquer legislação, para ter esse produto. Para frear isso, vamos ter que trabalhar em duas frentes: uma é a força da justiça, a outra é a questão da consciência. Porque tirar madeira não é cultura, é negócio. Eles estão usando a madeira como um produto e vão trabalhar até esgotar ele. Não estão preocupados com o futuro, estão preocupados em achar o próximo produto quando este se acabar. Então, a questão da madeira é essa, para os patrões que estão por detrás. E aqueles que estão trabalhando na prática, essas pessoas que são usadas como mão de obra para essa exploração, são pessoas que nunca tiveram outra opção. Eles ainda estão fazendo muito pelos outros, como a gente fazia no passado.

Como diz o antropólogo José Pimenta, no verbete da enciclopédia virtual do ISA, os Ashaninka “descobriram” o rumo da sustentabilidade e hoje são “um exemplo muito bem sucedido da nova orientação política do desenvolvimento amazônico”. Como você vê isso?

O contato que os Ashaninka travaram com outras sociedades sempre foi por conta dessa relação de troca. Não vejo outra necessidade para as relações com outras sociedades, sejam indígenas, ou não. A partir do contato com os brancos, passamos a conhecer outros produtos, se criaram novas necessidades, mas era o mercado que ditava os produtos para os Ashaninka. E a gente obedecia a esse mercado, de acordo com a sua necessidade, como dei o exemplo da madeira. Quando acabou a madeira, não deixamos de adquirir as coisas, mas elas passaram a ser obtidas pela troca do artesanato com um mercado que trabalhamos para construir. Então talvez não tenha sido uma “descoberta”, é um jeito que os Ashaninka têm de se relacionar com outras sociedades. Quando o tempo vai passando, você começa a descobrir que existem outras necessidades. Uma delas surge a partir do momento em que você tem uma terra definida e precisa se organizar naquilo que já tem garantido. Nós temos muito claro que algumas coisas estão sob o nosso controle e outras não. Por exemplo, para a gestão desse espaço e dos recursos que estão ali, nós temos a capacidade de fazer adaptações, mudanças internas, no sentido de garantir a sustentabilidade e o futuro. E temos a capacidade de entender que da maneira que tratávamos os nossos recursos antes, por mais que fosse da forma tradicional, eles iriam se acabar. Nós temos que ter, hoje, a responsabilidade de fazer essa mudança, no sentido de não perder o tradicional, mas de cuidar do nosso patrimônio de forma diferente.

Uma outra questão muito forte que a gente tem procurado colocar é a das relações políticas com as outras instituições. A gente vê que é importante contar com a prefeitura, com as comunidades do entorno, com as organizações da reserva extrativista ou com outras comunidades indígenas. É importante contar com o governo do estado, com o governo federal. Se você olhar, a Apiwtxa conquistou um espaço muito grande, porque a luta dos Ashaninka está em construir e manter essas alianças.

Como surgiu a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi)? Qual é o seu papel?

A Sepi surgiu porque havia um compromisso do governador Jorge Viana, não foi só porque o movimento estava reivindicando. A idéia era preparar o Estado e as comunidades indígenas para ter uma relação diferente. Quando a gente começou, a primeira coisa que eu fiz foi ler os relatórios e andar nas comunidades indígenas. E a gente via que existia toda uma boa intenção de fazer as coisas nas comunidades, mas que não levavam em conta a sua realidade. Deixavam de atender uma necessidade real, pra atender os sonhos. Por exemplo, você tava no pensamento de produzir, fazer o açúcar, mas você ainda não tinha plantado a cana e já chegava a engenhoca. Então, a engenhoca ficava enferrujando. Essa foi uma discussão que a gente fez, pra não cometer mais esse tipo de erro. A outra coisa foram os programas, as atividades. Então, pra tudo isso a gente foi definindo estratégias. A gente sempre deixou muito claro o papel do Estado: nós temos o papel de orientar, de fazer as pessoas acessarem os benefícios, mas não vamos obrigar as comunidades a entrar num processo para ter todas elas com uma mesma cara, com um mesmo nível de organização ou com a mesma estrutura. E temos muito claro que é a comunidade indígena quem tem que fazer a sua gestão, cuidar da sua identidade, cuidar da sua vida, e não o Estado.

Quais as perspectivas pro próximo governo? A Sepi continua? Você continua?

Eu acho que o projeto que vem sendo conduzido até hoje tem uma necessidade grande de continuar, independente de ser eu ou outra pessoa. Nós temos que pensar em cultivar essa idéia, procurar fazer com que permaneça a credibilidade do Estado perante as comunidades. Estou no meu quarto ano de trabalho nessa gestão. É muito pouco tempo, mas foi plantada uma semente que precisa ser regada, ainda precisa crescer, precisa dar frutos, amadurecer e se espalhar. Mas não sou eu que vou dizer quem deve assumir, eu só zelo pela intenção, pelo projeto, pela linha política de trabalho que estamos conduzindo. Na verdade, quem decide é o próximo governo. Se for do jeito que está, com a liberdade e responsabilidade que foi dada pra condução desse projeto, eu acredito que vai depender muito de quem estiver à frente. Porque é um risco também, você deixar uma liberdade grande na mão de um Secretário, uma pessoa, que não entendeu, que não conhece. Isto pode distorcer e prejudicar uma linha de trabalho que vem sendo feita obedecendo todos esses critérios que eu falei.

NOTAS

* Esta entrevista é uma seleção de trechos de uma conversa com Francisco Pianko publicada em três etapas no Jornal Página 20 (<http://www2.uol.com.br/pagina20/>), na coluna de domingo “Papo de Índio”, editada por Marcelo Piedrafita Iglesias e Terri Valle de Aquino (edições de 30/04, 07/05 e 21/05/06).

A História se Repete

Edilene Coffaci de Lima

Professora de Antropologia da UFPR,
trabalha com os Katukina desde o início de 1990

PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO ACREANO DA RODOVIA PRODUZ IMPACTOS NEGATIVOS NA VIDA DOS KATUKINA E EXIGE AÇÕES URGENTES E DURADOURAS DO GOVERNO

As obras de pavimentação da rodovia BR-364 já realizadas na extensão que separa Rio Branco de Cruzeiro do Sul transformaram significativamente as condições de vida dos Katukina, especialmente na TI Campinas/Katukina, cortada por 18 km da estrada. O asfaltamento da rodovia nas proximidades de Cruzeiro do Sul teve início em 1997-1998. Em razão de problemas no EIA-Rima, apenas alguns anos mais tarde, em 2002 e 2003, as obras de pavimentação avançaram sobre o território katukina e se estenderam até o Riozinho da Liberdade. As obras de asfaltamento que garantirão a ligação da capital do Acre ao vale do Juruá avançam a cada ano algumas dezenas de quilômetros, e tudo indica que demandarão ainda alguns anos. Seja como for, o trajeto que separa Cruzeiro do Sul de Rio Branco tem agora vários quilômetros asfaltados, que, mesmo descontínuos, propiciaram o aumento do tráfego de veículos no verão, antes impedido pelas más condições da estrada de terra nos meses de chuva (essa sazonalidade garantiu uma certa redução dos impactos na vida dos Katukina e de outros povos no Acre). Além disso, a pavimentação do trecho que vai de Cruzeiro do Sul até o Riozinho da Liberdade fez com que, ao menos aí, o tráfego de veículos passasse a ser contínuo durante todo o ano.

O impacto do asfaltamento da estrada no dia-a-dia começou a ser sentido gradativamente pelos Katukina. No componente indígena do EIA-Rima (de 2001), o governo foi advertido de que o plano de mitigação dos impactos do asfaltamento deveria incluir ações tanto na TI Campinas/Katukina quanto na TI Rio Gregório. Caso contrário, se as ações se direcionassem exclusivamente à primeira, que é, sem qualquer dúvida, a terra indígena mais impactada pela BR-364 em todo o estado, os órgãos governamentais estariam, involuntariamente, contribuindo para estimular a migração dos Katukina da TI Rio Gregório. Ao verem os

moradores da TI Campinas, com os quais têm parentesco direto, sendo contemplados com benefícios governamentais, os Katukina da TI Rio Gregório poderiam se sentir desassistidos pelo poder público e, assim, estimulados para tentar a vida de forma mais digna na beira da rodovia. Infelizmente, foi exatamente o que ocorreu. Em setembro de 2001, todos os Katukina do rio Gregório mudaram-se para o Campinas. E não havia como os agentes do governo dizerem que não tinham sido avisados com antecedência. Para complicar, um impacto acabou por gerar outro. Os moradores das aldeias da TI Campinas/Katukina, como não poderia deixar de ser, receberam seus parentes, hospedando-os e alimentando-os com produtos de suas roças. Mas, na ausência de qualquer planejamento, os roçados rapidamente se esgotaram, fazendo com que todos, moradores antigos e recém-chegados, passassem necessidades. A situação só não foi pior porque, com os benefícios das aposentadorias, os mais velhos cobriram os gastos com a farinha. O governo também foi chamado para acudir a situação. Passados quatro anos, algumas famílias Katukina retornaram à TI Rio Gregório, mas a maior parte acabou mesmo ficando no novo endereço.

INVASÕES E SEGURANÇA ALIMENTAR

E isso foi só o começo. Como não é difícil adivinhar, a partir de 2004, concluída a obra de asfaltamento dos 18 km que atravessam a TI Campinas/Katukina, os impactos foram sentidos de forma mais grave. Um deles, crônico, é o constante trânsito de pessoas estranhas ao grupo nos limites da terra indígena – tanto moradores do Riozinho da Liberdade que vão a Cruzeiro do Sul suprir suas necessidades de mercadorias, quanto desconhecidos que não se sabe de onde vêm nem para onde vão.

Um outro problema, mais agudo, diz respeito ao impacto que o maior tráfego de veículos, sobretudo no verão mas também no inverno, ocasionou sobre a fauna local. Em janeiro de 2005, o estoque de animais de caça estava tão abaixo do esperado que dois jovens foram caçar em um “centro” (distante, portanto, da movimentação da rodovia) por dois dias, mas não abateram bi-

cho algum. Voltaram para casa trazendo apenas dois ou três jabutis. É bom saber que, para esse povo, jabuti não é caça. Essa *fome de carne* não é uma fome qualquer. Afinal, os Katukina são agricultores e têm seus roçados, nos quais plantam macaxeira, inhame, batata-doce, cana-de-açúcar, mamão, dentre outros. Contudo, uma dieta exclusivamente vegetariana lhes é bastante estranha. Certamente a situação não é pior porque o asfaltamento de todo o trecho que separa Cruzeiro do Sul de Rio Branco ainda não foi concluído. Há quem diga que a conclusão integral da pavimentação da BR-364 ainda deve demorar, pois o terreno argiloso entre Manoel Urbano e Sena Madureira constitui um verdadeiro obstáculo para a continuidade das obras.

Desde 2001, as ações do governo da floresta que receberam menor atenção para minimizar os impactos decorrentes da pavimentação foram justamente aquelas relativas aos “programas de sustentação e produção”, inseridas na revisão do Componente Indígena do EIA-RIMA da BR-364. As sugestões, então, eram o incentivo à criação de animais domésticos (como galinhas, patos e porcos) e também o estabelecimento de um plano de manejo dos recursos naturais, notadamente da fauna. O tempo passou, as ações não foram encaminhadas e o problema agravou-se. Em janeiro de 2005, quase toda a carne que entrava nas aldeias da TI Campinas/Katukina era comprada na cidade ou de brancos vizinhos – carne de boi, fresca ou em conserva. Uma situação difícil de aceitar, ou mesmo compreender, dada a dimensão da referida TI, que soma pouco mais de 32 mil hectares. Um mês depois, em fevereiro do mesmo ano, o governo do Acre apresentou o projeto “Segurança alimentar, produção e gestão territorial: apoio às comunidades indígenas Katukina do Campinas (BR 364) e Aldeia Sete Estrelas – TI Rio Gregório”. Tratava-se de um plano emergencial. Nele estava previsto, dentre outras coisas, a criação de pequenos animais, o repovoamento dos açudes com peixes, o diagnóstico da situação da fauna local e, a partir dele, a elaboração de um plano de manejo. Se bem conduzidas, tais ações poderiam efetivamente remediar o maior problema que os Katukina têm hoje. As demais ações (como a vivificação e fiscalização das fronteiras da terra indígena, entre outras) contidas no mesmo projeto reforçavam a iniciativa de fornecer aos Katukina os meios de enfrentarem com segurança os problemas com os quais eles atualmente se ocupam.

O programa emergencial de criação de galinhas, parte do projeto de segurança alimentar, começou a ser implementado nas quatro aldeias katukina (Campinas, Martins, Samaúma e Bananeira) e, em seis meses, apresentou resultados bastante positivos. O mesmo aconteceu com o plano de repovoamento dos açudes com peixes. Contudo, o programa de diagnóstico da situação da fauna local e o plano de manejo não foram implementados. Ambos foram adiados e estão previstos para serem realizados neste ano (2006). Não se pode perder de vista que ambos os planos são indispensáveis para garantir aos Katukina a manu-

tenção de sua dieta alimentar tradicional, o que repercute fortemente em toda a organização do grupo.

Do mesmo modo, é preciso implementar o programa de vivificação e fiscalização das fronteiras da TI, que tem sido cronicamente invadida por caçadores profissionais, o que explica em parte o baixo estoque de animais de caça. As ações têm de ser integradas, pois de nada adiantará fazer o plano de manejo da fauna se não forem criadas as condições para que se encerrem tais invasões.

IMPACTOS

Infelizmente, como não poderia deixar de ser, os impactos da pavimentação da BR-364 repercutem muito além da dieta alimentar. Dois episódios ocorridos nos últimos anos expressam a gravidade da situação. Em um deles, alguns moradores da TI do rio Gregório foram fisicamente agredidos por brancos moradores nas proximidades do rio Tauari, quando voltavam para casa, caminhando pela BR-364. Os agressores têm nome e endereço conhecidos. Não se tem notícia de que tenham sido punidos.

O ponto máximo da violência contra os Katukina aconteceu em setembro de 2005. Após disputarem algumas partidas de futebol, alguns Katukina foram beber num estabelecimento próximo ao ramal 7. Quando decidiram voltar para suas casas com sua Toyota, no final da tarde, foram hostilizados. Antes de ganhar velocidade, os brancos lançaram uma garrafa contra o vidro do carro, que quebrou. O motorista Adriano Rosa da Silva Katukina parou o carro na tentativa de entender o que se passava. Começou então o conflito: armados de terçados, facas e paus, alguns brancos investiram contra os Katukina. No meio do conflito, aconteceram duas mortes: Alberto Rosa da Silva Katukina, de 32 anos, pai de quatro filhos e, entre os brancos, Francisco de Jesus Silva (mais conhecido como Eudes), de 48 anos. Os brancos fugiram do local do conflito. Um deles apresentou-se 48 horas mais tarde e assumiu sozinho o assassinato de Alberto. Os Katukina ficaram presos por 30 dias e agora estão sendo julgados por homicídio.

Se os impactos decorrentes da pavimentação da rodovia são permanentes, o acompanhamento dos problemas gerados por ela também deverá sê-lo. Os Katukina e os governantes têm, nesse sentido, um longo caminho a percorrer juntos. Por enquanto, os impactos se fazem sentir de forma mais objetiva na terra dos Katukina do rio Campinas, diretamente afetada, pois atravessada pela rodovia. Não irá tardar, contudo, o momento em que esses problemas ganharão uma abrangência maior. Como a estrada ocupa há tanto tempo o sonho dos acreanos, o melhor a fazer é se preparar para enfrentar os impactos socioambientais que virão, de modo que, futuramente, não seja preciso improvisar. E isso vale tanto para as populações indígenas quanto para o restante da população acreana. (*fevereiro, 2006*)

As Três Frentes da Educação no Acre

Vera Olinda Sena

Educadora, CPI/Acre

Gleyson Teixeira

Cientista Social, CPI/Acre

SE POR UM LADO OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO TÊM SÓLIDA DEFINIÇÃO CONCEITUAL E PROPOSTAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS BEM ESTRUTURADAS, POR OUTRO PRECISAM DE APOIO PERMANENTE DO GOVERNO PARA AÇÕES DE MAIOR IMPACTO

O Acre é um estado precursor em educação escolar indígena. As escolas, criadas e coordenadas por professores indígenas e por comunidades escolares com autonomia pedagógica e administrativa, estão presentes desde as primeiras lutas travadas com o Estado brasileiro pela demarcação das terras. Atualmente, há três “frentes” de trabalho de educação indígena no estado: um Programa de Educação coordenado pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), outro conduzido pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/AC), e uma importante ação de articulação política e controle social dirigido pela Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac). As ações destes programas, cada qual com características específicas, se dirigem a uma comunidade escolar de 276 professores e 4.929 alunos, e incidem em 136

O primeiro Programa de Educação Indígena do Acre ancorado nos princípios da educação diferenciada data de 23 anos atrás. A partir dele, outros frutos nasceram e o Acre indígena cresceu. Concebido, coordenado e realizado pela CPI/AC, é o responsável pela formação direta de 42 professores indígenas em cursos (30 com magistério indígena diferenciado já concluído) e mais cerca de 70 professores em assessorias e oficinas em terras indígenas, que atendem a 1.325 alunos em 65 escolas. Ao longo desses anos, ofereceu 26 cursos de formação de magistério indígena na escola Centro de Formação dos Povos da Floresta (reconhecida em 1998 pela SEE e pelo Conselho Estadual de Educação) e publicou 91 materiais didáticos de autoria indígena em línguas indígenas e em português.

A realização contínua de cursos de formação, de viagens para as aldeias e a publicação de livros didáticos constituem o diferencial do programa. Os cursos, nos quais professores de vários povos

se reúnem em média por 45 dias, são espaços ricos para a troca entre culturas, abrangendo uma vasta gama de conhecimentos. Com as publicações didáticas, começou a ser divulgado um estilo próprio de escrita, que foi ganhando as marcas da oralidade, favorecendo os povos de tradição oral. Além disso, as ilustrações indígenas inauguraram uma nova linguagem estética que começou a ser difundida e valorizada. Outro importante diferencial do programa reside no fato de os assessores de educação passarem mais tempo nas aldeias. Há ainda outras atividades, como viagens de intercâmbio, seminários temáticos, elaboração de projetos.

Recentemente, o programa passou a atuar em sintonia com o eixo ambiental. O trabalho nas aldeias aponta a proximidade entre meio ambiente, cultura e educação. Os desdobramentos do trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs), em conjunto com os professores indígenas – nas escolas, nas oficinas itinerantes, nas reuniões comunitárias, nos materiais didáticos –, foi o que levou essa área para o currículo. Atualmente, a gestão territorial e ambiental vem sendo a base principal de discussão para a renovação dos currículos das escolas indígenas na área das ciências naturais e ambientais.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Depois da reeleição da Frente Popular em 2002 para o governo do estado, uma forte demanda social proveniente do movimento de professores indígenas e entidades indigenistas colocou na pauta, como primeira linha de ação, a formação de professores. Naquele momento, contava-se com cerca de 109 professores índios em serviço, a grande maioria não tendo concluído seus estudos nos níveis fundamental ou médio. Foi criada, então, a Coordenação de Educação Escolar Indígena como setor, ligada aos demais programas da Coordenação de Ensino da Zona Rural. Sua equipe passava a se encarregar das articulações com as entidades indigenistas formadoras e da captação de recursos para a promoção de cursos de formação. Ao mesmo tempo, a Secretaria buscava a estruturação de seus núcleos municipais para

atendimento dos professores e escolas indígenas referentes à gestão (salários de professores, merenda, material didático).

Em 2000, ocorreu o primeiro curso de formação de professores indígenas promovido pela Secretaria de Educação em parceria com a CPI/AC, quando foi criado oficialmente o Programa Intercultural e Bilíngüe. Na ocasião, também foi promovido o primeiro curso para capacitação de técnicos dos órgãos governamentais, encarregados nos municípios da educação escolar indígena. Os cursos de formação de professores indígenas têm constituído a principal ação desenvolvida pelo Estado, ao longo desses anos, com vistas ao fortalecimento de uma perspectiva de educação diferenciada. Somam-se cinco cursos realizados até 2004, com um público crescente, que hoje conta com 235 professores. Há também cursos de complementação pedagógica no magistério indígena, oferecidos aos professores índios que concluíram o magistério em programas não diferenciados, e também a produção de material didático.

A OPIAC

A Opiac foi criada juridicamente em 2000. Sua fundação resultou da articulação de um grupo de professores indígenas que já acompanhava e avaliava políticas e outras ações de educação e concretizou o protagonismo dos professores e outras lideranças na condução de políticas públicas de educação. “Todo o processo de organização de professores indígenas iniciou-se quando alguns líderes começaram a discutir sobre a necessidade de ter um professor indígena em suas comunidades que falasse sua língua, que conhecesse e valorizasse seus conhecimentos tradicionais e sobre a natureza, e divulgasse uma nova consciência ambiental para o uso de seu território. Estava aumentando a responsabilidade do professor e isso aumentava também o trabalho. E tínhamos que cuidar de ser legítimos, ter uma entidade própria para defender nossos direitos, ter recursos e não ficar só com a CPI ou outra organização indígena. Então para isso criamos a Opiac”, contou, em 2002, o professor Isaac Ashaninka, vice-coordenador da organização. Os objetivos da entidade, conforme o estatuto, são: preservar, registrar e difundir as formas de educação tradicional desenvolvida nas aldeias; preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural, de conhecimentos e as histórias de cada povo indígena; representar e defender, judicial e extra-judicialmente os interesses das comunidades e professores indígenas associados quanto às questões relacionadas ao direito a educação escolar indígena diferenciada, bem como as questões culturais e ambientais dos povos indígenas do estado do Acre. Desde então, a Opiac tem atuado em políticas públicas no Acre e Brasil, via diálogo permanente com a SEE/AC, CPI/AC, MEC, prefeituras, entre outros. Para isso, vem realizando, desde 2000, seminários de políticas públicas como uma das modalidades da formação do magistério indígena, em parceria com a CPI. Desses seminários participam, além dos professores, lideranças, agentes agroflorestais indígenas, mulhe-

res e outros professores indígenas que ainda não são sócios. Até o presente foram realizadas 12 oficinas em dez diferentes TIs com a participação de aproximadamente 500 pessoas.

Em 2004, a Opiac realizou um seminário de políticas públicas, em parceria com a CPI/AC e a Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), em Rio Branco (AC). Nesse seminário, foi definida uma agenda de propostas concretas para viabilizar o aperfeiçoamento das políticas do governo estadual destinadas aos povos indígenas e o estreitamento das relações de parceria das organizações indígenas com órgãos do governo. O resultado foi um elenco de diretrizes encaminhadas ao governo do Acre que, ainda hoje, norteiam a relação da Opiac com o governo local. Entre elas: agilizar o reconhecimento da categoria escola indígena, tirando-a do âmbito de escola rural; comparecer às reuniões, seminários e encontros quando solicitado pela Opiac; apresentar os valores reais dos recursos do MEC destinados às escolas; disponibilizar para as organizações e comunidades indígenas informações sobre programas de apoio à educação escolar indígena; orientar e acompanhar os programas que as comunidades podem ou devem gerenciar; fortalecer o debate/reflexão em torno da implementação de 5ª a 8ª séries; apoiar o processo de construção, implementação e reconhecimento dos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas; instalar energia onde não há, para atender à demanda da escola noturna; trabalhar na formação de professores indígenas com informática; fazer com que as secretarias mantenham-se informadas sobre a educação escolar indígena, aproximando-se das comunidades, apresentando anualmente os recursos para cada escola e repassando-os; incluir os índios nas reuniões municipais; preparar professores e técnicos para gerenciar e executar recursos; construir escolas ou deixar que a comunidade faça seus convênios, como aconteceu na TI Praia do Carapanã.

O QUE FALTA?

Se por um lado os projetos têm definição conceitual e de propósitos, de formulações de propostas político-pedagógicas e de legislação, por outro precisam efetivar ações de maior impacto. É preciso sair das intenções e definir linhas de apoio mais permanentes, bem como um orçamento justo e satisfatório para executar os programas de educação. Falta aos governos, estadual e federal, romper com sua concepção de uniformidade e enxergar, por fim, a Educação Escolar Indígena como uma das mais importantes modalidades educativas para se compreender a diversidade, o pluralismo cultural e o multilíngüismo neste país. Voltando o foco para o estado do Acre, isso exigirá que se avance na construção de uma agenda orgânica de trabalho, o que inclui efetivar as parcerias entre o estado, as organizações indígenas e a sociedade civil e, assim, potencializar mudanças e criar as condições para fazer educação, exercitando a participação e a florestania. (fevereiro, 2006)

Das Florestas Acreanas aos Grandes Centros Urbanos

Beatriz Labate

Edilene Coffaci de Lima

Doutoranda em Antropologia Social pela Unicamp, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Psicoativos – Neip

Professora de Antropologia da UFPR, trabalha com os Katukina desde o início de 1990

A SECREÇÃO DO SAPO-VERDE CONHECIDO COMO *KAMPO*, USADA PELOS KATUKINA E OUTROS POVOS DO ACRE, TEM DESPERTADO GRANDE INTERESSE EM CIDADES COMO SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA

Nos últimos anos, o uso da secreção do sapo-verde conhecido como *kampo* ou *kampu* (*Phyllomedusa bicolor*) alcançou os grandes centros urbanos e ganhou novos significados. Protagonistas de várias reportagens jornalísticas, palestrantes e aplicadores de *kampo* em congressos de xamanismo e clínicas de terapias alternativas, os Katukina tornaram-se personagens centrais para a compreensão das novas formas do uso dessa substância, que não se limitam às diversas cidades do Acre, nas quais reside parte dos usuários e aplicadores, mas escoam para grandes metrópoles, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

O *kampo* tem despertado nos centros urbanos um duplo interesse: como um “remédio da ciência”, no qual se exaltam suas propriedades bioquímicas, confirmadas pelas várias tentativas internacionais do que se entende vulgarmente ser o “patenteamento da substância”, e como um “remédio da alma”, no qual o que mais se valoriza é a sua “origem indígena”. As duas alternativas seguem paralelas, e a escolha por uma delas não cancela a outra, às vezes pelo contrário. Por exemplo, em circuitos neo-xamânicos, uma porção específica do movimento *New Age*, determinados tipos de terapia parecem ganhar mais sucesso no caso de contar com um “selo de origem indígena”. Esse tem sido certamente o caso do *kampo*.

O principal responsável pela difusão urbana do *kampo* foi, tudo indica, o seringueiro Francisco Gomes, falecido em 2001, que viveu entre os Katukina no Riozinho da Liberdade, na década de



Sérgio Katukina, da reserva de Rio Campinas, em Cruzeiro do Sul (AC), apresenta o *kampo*.

1960. Para além das fronteiras acreanas, muitas pessoas passaram a experimentar ou a usar regularmente a secreção do sapo-verde, sobretudo em clínicas de terapia alternativa, em encontros xamânicos e no ambiente das religiões ayahuasqueiras brasileiras. Através da difusão feita pelos terapeutas holísticos e por adeptos e ex-adeptos dessas religiões, particularmente a União do Vegetal e o Santo Daime, o *kampo* rapidamente alcançou limites até pouco tempo atrás imprevisíveis. Não é difícil encontrar hoje em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba quem aplique o *kampo* e tais cidades recebem visitas periódicas de ex-seringueiros e índios – em especial, Katukina e Kaxinawá – com o mesmo fim.

Toda essa divulgação e interesse científico pelo *kampo*, embora promovam alguma desconfiança (afinal, as suspeitas de biopi-

rataria vicejam na Amazônia), elevaram o *kampo* à condição de “sinal diacrítico” entre os Katukina. Mais do que uma substância capaz de livrar homens e mulheres de condições negativas, como a má-sorte na caça (“panema” ou, na língua katukina, *yupa*), indisposições ou “fraquezas” diversas (entendidas como “preguiça”, *tikish*), o *kampo* tem facilitado aos Katukina a afirmação positiva de sua identidade étnica. Esses aspectos ficaram bastante claros nas recentes filmagens de um documentário sobre os Katukina, que aconteceram em 2005. O filme, lançado no começo de 2006, chama-se *Noke Haweti: Quem somos e o que fazemos* e foi produzido por Nicole Algranti em parceria com a Associação Katukina do Campinas (Akac). Numa das cenas, vários rapazes recebem aplicação de *kampo*, contribuindo assim para registrar essa “antiga prática”. Recebem a secreção das mãos de velhos caçadores, que esfregam-na diretamente sobre cada uma das pequenas queimaduras feitas na pele com cipó títica. Alguns deles exibem mais de 120 “pontos” nos braços e no peito, demonstrando assim sua grande coragem para suportar a dor e o mal-estar e, assim, a sua virilidade.

SÍMBOLO ÉTNICO

O *kampo* tem permitido aos Katukina uma presença mais marcante no campo da política indígena e indigenista acreana que, como ocorre em outros locais, é bastante disputado. Entre os Ashaninka, com sua forte presença política no Alto Juruá, e a expressiva presença numérica e política dos Kaxinawá, os Katukina ocuparam durante muito tempo uma posição desprivilegiada no indigenismo acreano. Agora, eles se vêem diante da possibilidade de reverter esse quadro.

O manejo do *kampo* pelos Katukina como um símbolo étnico pode ser percebido no fato de há muito pouco tempo um desenho do sapo-verde ter começado a fazer parte da logomarca da Akac. Em julho de 2005, após gravarem as músicas do CD *Txiriti Katukina*, recém-lançado pelo grupo, uma de suas lideranças decidiu que o repertório teria início com um velho imitando o som de duas espécies de *kampo*, e a primeira música seria justamente uma que trata da sorte trazida pelo sapo-verde, cujo refrão insistentemente repete seu nome vernáculo. Em pequenas ações, os Katukina afirmam seu interesse em ter o *kampo* estritamente – senão exclusivamente – associado ao grupo.

Mas é preciso esclarecer, a despeito das acusações de lideranças de outros grupos indígenas, que os Katukina não exercem esse monopólio. Além dos Katukina, há índios de outras etnias, também oriundas do Acre, como os Kaxinawá, que muito eventualmente aplicam *kampo* em moradores de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso sem falar na família do seringueiro Francisco Gomes e outros seringueiros, que aplicam a secreção em diversas cidades, muitas vezes aliados a terapeutas urbanos, e no uso e divulgação do *kampo* pelas religiões ayahuasqueiras.

A principal parceira urbana dos Katukina, Sônia Valença de Menezes – que se apresenta como terapeuta floral, acupunturista e representante da Akac em São Paulo –, defende a idéia de que esse grupo é o principal, ou talvez o “verdadeiro”, detentor dos conhecimentos sobre o *kampo*. Os Katukina contavam, até o final de 2005, em São Paulo, com o apoio de Sônia para realizar palestras, atendimentos e sessões com aplicação da secreção. Na palestra que ela e um katukina, Ni’i, filho de um rezador, preferiram no I Encontro Brasileiro de Xamanismo, em março de 2005, ela assim afirmou sobre o uso que os Katukina e outros grupos indígenas do Vale do Juruá fazem do *kampo*: “Embora todas as etnias que vivem por ali tenham conhecimento deste remédio, os Katukina são considerados zeladores deste remédio porque eles tomam muito... estão sempre tomando... toda a vida deles, a alegria deles, a saúde deles é saída de uma rã”.

Dado o interesse que o *kampo* passou a despertar entre a população não-índia, em abril de 2003, os Katukina encaminharam à Ministra Marina Silva uma carta solicitando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) coordenasse um estudo sobre o sapo-verde. A ministra acolheu a demanda dos Katukina e, no momento, está em curso no MMA a elaboração de um projeto de pesquisa envolvendo antropólogos, biólogos moleculares, médicos e herpetólogos, entre outros profissionais. A expectativa é que tais estudos possam contribuir para regulamentar o uso do *kampo* por não-índios e, ao mesmo tempo, assegurar benefícios econômicos para seus usuários tradicionais. Além dos Katukina, está previsto que o projeto do MMA seja desenvolvido entre os Yawanawá e Kaxinawá. Até o presente momento, a realização do projeto ainda está sendo negociada, visto que são muitos os detalhes para cumprir a legislação específica.

O sucesso urbano do *kampo* fez com que outros grupos indígenas acreanos voltassem, após muitas décadas, a usar a secreção. Foi o que se passou, por exemplo, com os Poyanawa e Nukini, conforme nos informou uma liderança deste último grupo em janeiro de 2005. Soubemos, além disso, que o filho de um seringueiro tem divulgado o *kampo* não só no sul e no sudeste, mas também no nordeste brasileiro: aplicações teriam ocorrido também entre os Fulni-ô de Pernambuco.

Se *kampo* é “coisa de índio” ou da “cultura dos índios”, como boa parte dos índios do Acre insiste agora em afirmar, é inevitável dizer que o entendimento do que vem a ser “cultura dos índios” alcançou uma fronteira muito maior do que se poderia inicialmente imaginar. (fevereiro, 2006)

[Este texto foi adaptado de “A expansão urbana do *kampo* (*phyllomedusa* bicolor): notas etnográficas”, artigo que fará parte da coletânea *Drogas: perspectivas em ciências humanas*, organizado por Beatriz Labate, Maurício Fiore e Sandra Goulart. Campinas, Mercado de Letras, no prelo]

GERAL

ASHANINKA É O SECRETÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Mais de cem índios Ashaninka, Kaxinauá, Shanenawa, Manchinery, Katukina, Yawanawá, Jaminawa, Kaxarari e Apurinã assistiram neste fim de semana à posse do secretário dos Povos Indígenas do Acre, Francisco da Silva Pinhanta, da etnia Ashaninka. A SEPI faz parte de um dos compromissos assumidos pelo governador Jorge Viana (PT/AC), durante encontro com lideranças indígenas, e servirá para intermediar, coordenar e executar as ações do governo estadual referentes às comunidades indígenas. Na cerimônia de posse, Jorge Viana disse que “o governo da floresta (slogan de seu governo) agora é, também, o governo do povo da floresta”. O governador sancionou um projeto de lei do deputado Edvaldo Magalhães (PCdoB/AC) que instituiu o Conselho Indígena do Acre. Também encaminhou à Assembléia Legislativa um outro projeto para a criação do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Estado do Acre. (*Radiobrás, 17/02/03*)

SEMINÁRIO DISCUTE CURSO SUPERIOR INDÍGENA

A OPIAC, em parceria com a Comissão Pró-Índio e com o apoio da SEPI e da Funai, realiza até hoje o II Seminário para criação da Proposta do Curso Superior Indígena. O encontro reúne professores indígenas, representantes da UFAC, Conselho Estadual de Educação, governo do Estado, UNI, UNEMAT e Comissão de Professores Indígenas do Amazonas e Acre. Para suscitar a troca de experiências, estiveram presentes o coordenador do curso de licenciatura indígena da Unemat, Elias Januário, e a representante do Conselho Nacional de Educação, a índia Chiquinha Parici. Os avanços, segundo o professor Isaac Pinhanta, presidente da OPIAC, em relação ao primeiro encontro são muitos. “No primeiro levantamos a reflexão dos professores indígenas em relação ao curso superior, para onde a gente queria ir. Já esse segundo encontro requer a formatação com os critérios de avaliação, dos conteúdos das disciplinas. Seria o currículo geral de formação a nível superior”, relata. A próxima etapa é uma análise que será feita pelas instituições envolvidas, uma leitura da proposta, crítica e construtiva. “Depois dessa etapa chegaremos a um processo final onde poderemos construir outra parceria com o governo do Estado, UFAC, universidades, deputados e senadores”, explica. (*Rose Farias, Página 20, 15/08/2003*)

ABUSOS DE COMERCIANTES

A Superintendência da PF no Acre pôs fim a uma prática criminosa de alguns comerciantes do município de Sena Madureira. Eles mantinham em mãos os cartões de benefício de índios aposentados pelo governo federal. Com a prática descoberta, policiais apreenderam todos os cartões. “Mas eles continuam abusando dos índios”, denunciou o chefe do posto indígena da Funai de Sena Madureira, Raimundo Nonato Kaxinawá. Segundo ele, quando a PF tomou os cartões, os índios passaram a ter acesso ao auxílio mensal através de uma procuração. Porém, sob as ameaças de comerciantes de não poderem mais comprar no município, tiveram de passar a procuração para o nome dos infratores. “Infelizmente não podemos fazer nada nesse caso. Cabe a Funai orientar os índios para que eles não se submetam a essa ameaça de perderem a ligação com os comerciantes, caso não entreguem a procuração de saque do auxílio mensal”, frisou a delegada [da PF]. Ela completou que ainda ontem os cartões apreendidos foram devolvidos para a Funai, após uma orientação judicial. (*Renata Brasileiro, Página 20, 02/06/04*)

ANTÔNIO APURINÃ ASSUME ADMINISTRAÇÃO DA FUNAI

Depois de quatro meses de intervenção, a Funai terá novo administrador a partir de hoje. Trata-se de Antônio Apurinã, que assume no lugar de Wânia Simone de Lucena. A posse aconteceu numa solenidade simples ontem à tarde, na Praça Povos da Floresta. Filiado ao PC do B, Antônio Apurinã é o segundo suplente da senadora Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente. (*Stalin Melo, A Gazeta, 03/02/05*)

SAÚDE

HEPATITE DELTA PODE TER MATADO QUATRO ÍNDIOS

Pelo menos quatro crianças indígenas morreram apresentando os sintomas da Hepatite Delta este ano em Porto Walter. A informação é do presidente da Associação dos Portadores de Hepatite do Acre, José Luiz Gomes Dantas, que investiga a presença de casos semelhantes no município de Marechal Thaumaturgo, também no Vale do Juruá. Se confirmadas as mortes em Porto Walter, será o início do histórico da doença no Juruá. (*A Gazeta, 02/07/02*)

ACRE TEM TRÊS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO

Com uma população indígena de 13 mil habitantes aproximadamente, o Acre dispõe de três

médicos para fazer atendimento em todas as aldeias. Proporções confirmadas pela Funasa, órgão responsável pela administração de convênios para a saúde do índio, mostram que com as estatísticas, cada profissional de medicina deve atender a cerca de 4.333 índios. O quadro de profissionais destinados ao tratamento da saúde do índio deveria ser no mínimo o dobro, segundo a Funasa. No entanto, o desinteresse dos profissionais de medicina em atuar na região tem sido o agente implicador para o descumprimento das metas. (*Diva Albuquerque, A Gazeta, 18/10/02*)

FEBRE AMARELA AMEAÇA VALE DO ENVIRA

Os primeiros casos da doença foram identificados na Aldeia Nova Olinda no alto rio Envira. Os índios predominantes na região são os kampas cuja aldeia fica localizada a cerca de 5 dias de barco de Feijó. Uma equipe do programa saúde indígena estará vacinando a partir da próxima semana toda a população indígena contra a febre amarela, não só da aldeia Nova Olinda, mas também Simpatia, Cupuauçu, Igarapé do Anjo, Baixo Amazonas, Marunaua, Jaminawá, Califórnia, Formoso, Grota e 7 Voltas. As informações são de que apesar da presença da doença entre os índios não se registrou, pelo menos até agora, vítimas fatais. Além da vacinação, a equipe vai estar fazendo atendimento médico e odontológico. Outra informação é de que os índios serão vacinados também contra o tétano, gripe, tuberculose, e claro, febre amarela. (*A Tribuna, 16/01/03*)

IRREGULARIDADES EM CONVÊNIOS

A direção da Funasa deixou na lista de inadimplentes nove municípios acreanos e a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI) por irregularidades em convênios assinados com o Ministério da Saúde. São 17 contratos, assinados entre 1997 e 2001, que apresentam problemas na documentação comprovando gastos de materiais e equipamentos, impugnação de contas, falta a prestação de contas e até tomada de contas especial. Entre os inadimplentes, a conta que chama mais atenção é da UNI. A Funasa cobra da direção da UNI documentos comprovando alguns gastos. Existem denúncias de que o dinheiro, que deveria ser exclusivamente usado para atenção básica de 13 mil indígenas de 125 comunidades e a formação de 162 agentes de saúde, foi gasto irregularmente. Na hora de comprar barcos e equipamentos entraram notas de outros produtos e bens que não constavam no convênio. A Fundação não mostra

números nem fala detalhes de quanto pode ter sido o dinheiro usado de forma irregular. Para se ter uma idéia do prejuízo, basta olhar os gráficos do aumento de casos de doenças nas aldeias. Continuam altos os casos de tuberculose, malária, problemas de pele, desnutrição e hepatites. O coordenador da UNI explicou que faltam alguns documentos para comprovar os gastos dos seis milhões. Isso acontece porque existe a dificuldade de atender às comunidades e ao mesmo tempo correr atrás de papéis, como notas fiscais. “Fizemos a prestação de contas completa e com certeza não houve desvio de dinheiro, tanto que já fizemos mais dois convênios com a Funasa,” completou o coordenador. *(A Tribuna, 20/02/04)*

MS BLOQUEIA RECURSOS PARA UNI

O Ministério da Saúde, depois de rigorosa investigação, resolveu bloquear os R\$ 3,5 milhões de recursos que seriam repassados para a UNI, porque foram encontradas irregularidades na prestação de contas de 2003 da instituição. De acordo com o coordenador da Funasa no Acre, Eduardo Farias, os diretores da instituição foram instruídos para refazer a prestação de contas, apresentando a documentação necessária e corrigindo as falhas que, segundo ele, não são graves. “Não foram detectados indícios de desvio de verbas. Apenas algumas notas que estavam erradas e outros pequenos problemas que serão resolvidos o mais rápido possível para garantir a liberação dos recursos”, comentou Farias. *(A Tribuna, 03/06/04)*

FUNASA SUPERVISIONA APLICAÇÃO DE RECURSOS

A Funasa passou a supervisionar os recursos dirigidos às ações do Programa da Saúde da Família Indígena (PSFI). Esse mesmo trabalho até 30 de junho era controlado pela UNI. Depois de assumir a atribuição a fundação está realizando a retomada do envio das equipes de profissionais de saúde para as aldeias de 13 municípios do Estado. Para controlar o direcionamento dos gastos, a Funasa deverá receber periodicamente a prestação de contas feita pelas prefeituras que recebem o dinheiro do programa. Atualmente a verba é distribuída de acordo com o número de comunidades indígenas existentes em cada localidade. *(Val Sales, Página 20, 22/07/04)*

ÍNDIOS COBRAM PRESTAÇÃO DE CONTAS...

Os conselhos Fiscal e Deliberativo do convênio UNI/Funasa querem que os administradores

envolvidos no desvio de verbas da entidade prestem contas às comunidades indígenas. As suspeitas são de que pelo menos R\$ 3 milhões tenham sido desviados. Para ouvir os administradores do convênio, os conselhos organizaram uma reunião. “Nós nos reunimos em Rio Branco e cada um veio de sua comunidade e queremos voltar com uma resposta. Todos sabem do problema que houve com o convênio e isso é vergonhoso para os índios. O relatório da auditoria que veio de Brasília deixa muitas dúvidas e constata várias irregularidades e a UNI não sabe explicar onde esse dinheiro foi aplicado”, comentou o conselheiro deliberativo Joaquim Yawanawá. Os conselheiros acreditam que os administradores do convênio são os responsáveis pelo desvio de dinheiro. *(Tatiana Campos, A Gazeta, 22/07/04)*

... UNI E FUNASA DEFENDEM-SE DAS ACUSAÇÕES...

Francisco Avelino Batista, coordenador da UNI/AC, confirmou que a entidade encontrou dificuldades para fechar a prestação de contas do convênio, sendo citada pelo TCU e ficando impossibilitada de renovar convênio. “Desde janeiro que a Funasa assumiu a responsabilidade sozinha e não temos mais envolvimento nas ações de saúde junto às comunidades”. A tarefa de proceder a rescisão dos funcionários ainda está sendo administrada pela UNI. Avelino disse que todos os profissionais contratados pelo convênio foram pagos. Sobre os motivos das irregularidades na prestação de contas, o líder indígena afirmou que, na maioria dos casos, “fica muito difícil conseguir notas fiscais junto às comunidades”. O convênio com a UNI teria sido rompido no mês passado, segundo versão da Funasa. A chefe do distrito sanitário indígena, Conceição Leitão, informou que a falta de experiência da instituição, em conveniar diretamente com os índios, foi o que provocou algumas irregularidades. *(Ana Sales, O Rio Branco, 22/07/04)*

... E O MPF COMEÇA A INVESTIGAR

A UNI quer realizar em uma assembléia geral entre as comunidades indígenas para decidir se tenta resgatar a imagem da entidade quitando suas dívidas ou se é melhor extingui-la. Em meio à polêmica, o MPF, a pedido da própria UNI, começa a investigar o caso. O inquérito de investigação foi instaurado no dia 27 de julho, quando o procurador Marcos Vinícius de Aguiar recebeu o documento com a solicitação. Durante uma reunião no dia 23 de julho, entre membros da UNI e o procurador federal, a comissão da instituição foi exonerada e uma

provisória assumiu. *(Andréa Zílio, Página 20, 13/08/04)*

UNI TEM QUE EXPLICAR AO MPF AS IRREGULARIDADES...

O MPF vai pedir que a PF realize uma perícia contábil para saber onde foi parar o dinheiro supostamente desviado da UNI. A Funasa realizou auditoria sobre improbidades e irregularidades na aplicação dos recursos financeiros, oriundos de convênios. Na documentação constante do Procedimento Administrativo instaurado, vislumbra-se a ocorrência dos delitos de peculato e improbidade administrativa, por parte dos gestores da UNI/AC. O procurador da República Marcos Vinícius de Aguiar Macedo lembrou que a antiga diretora foi afastada do cargo, mais ainda terá que explicar na Justiça onde foi parar o recurso. Segundo ele, o relatório aponta despesas distintas, efetuadas em datas diferentes, pagas em tese por meio do mesmo cheque. A auditoria ainda aponta o recebimento de valores por funcionários, sem a devida informação da destinação dos recursos e sem prestação de contas. O MPF acredita que o fato caracteriza crime contra a administração pública. *(Val Sales, Página 20, 05/11/04)*

... E ACABA ABRINDO FALÊNCIA

A UNI responde hoje a mais de 300 processos trabalhistas, que provocaram a falência da entidade. A sua sede, carros, barcos e mobiliários deverão ser penhorados para saldar passivo trabalhista. As irregularidades provocaram um abalo muito grande nas aldeias. Sentindo-se traídos, os índios recusam a acreditar na veracidade dos fatos e por conta da situação, lideranças de todas as comunidades reuniram-se, destituíram a diretoria executiva, conselho fiscal e demitiram assessores, nomeando uma comissão provisória para contornar a situação. *(Ana Sales, O Rio Branco, 09/11/04)*

FUNASA DEVE ARCAR COM DÍVIDAS TRABALHISTAS

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), juiz Mário Sérgio Lapunka, negou um recurso apresentado pela Funasa em uma ação trabalhista movida pela UNI e por Pedro Dutra da Silva, que prestou serviço às duas entidades. Segundo a decisão, publicada ontem no Diário Oficial, a Funasa deve arcar com todas as dívidas trabalhistas dos convênios 52, 364 e 430, firmados com a UNI. O débito é de R\$ 3,3 milhões, sendo R\$ 1,6 milhão de encargos sociais, R\$ 487 mil de fornecedores e R\$ 1,2 milhão de rescisão de contratos. *(Josafá Batista, A Tribuna, 01/02/05)*

HEPATITE FAZ MORTES EM SÉRIE ENTRE OS JAMINAWA

Exatamente 98% dos índios da aldeia São Lourenço, da tribo Jaminawa, estão acometidos com o vírus das hepatites do tipo “C” e Delta. A aldeia fica em Assis Brasil. Os números são ainda mais assustadores – seis famílias ao longo de dois anos morreram vítimas da doença. Há cerca de um mês, oito índios estão internados na Casa do Índio, e ontem Renato Jaminawa, morreu, denuncia o presidente da Associação dos Portadores de Hepatite do Estado do Acre (Aphac), José Luiz Gomes. Ele lembra que há dois anos o Governo Federal e o Exército Brasileiro realizaram na região uma campanha de combate à doença e mesmo alcançados com a vacinação os índios continuam a contrair o vírus. (*Notícias da Hora*, 27/12/05)

SAÚDE

FUNAI IDENTIFICA NOVA TRIBO NA SERRA DO MOA

A Funai prepara uma expedição ao Parque Nacional da Serra do Divisor, para comprovar relatos de ribeirinhos sobre a presença de índios isolados. “Foram vistos nus na Serra do Moa”, disse ontem Antônio Pereira Neto, administrador da Funai. Os índios teriam saqueado um acampamento de caçadores no igarapé Tapada. É possível, segundo Pereira, que o grupo seja da etnia Isonahua, cuja reserva legal está no Peru. (*A Tribuna*, 06/03/01)

PF CONCLUI INVESTIGAÇÃO DA MORTE DE ARREDIOS

A PF concluiu nesta segunda-feira inquérito policial que apurava o assassinato e castração de um índio arredio em junho do ano passado, dentro da terra indígena Alto Tarauacá, em Jordão. “O seringueiro José Lourenço da Silva, o Trubaldo, foi indiciado por homicídio e o vereador Auton Farias, por co-autoria e ocultação de cadáver”, informou ontem o superintendente da PF no Acre, Ney Ferreira de Sousa. Francisco Alves de Moraes Filho, o “Chico do Maranhoto”, Dézio Oliveira e Francisco Sampaio da Silva também foram indiciados por ocultação de cadáver. (*A Tribuna*, 01/11/01)

FUNAI INDENIZA FAMÍLIAS QUE VIVIAM NA TI ALTO TARAUACÁ

As indenizações começam a ser pagas a partir desta semana às 52 famílias que têm direito ao benefício. Para facilitar a Funai vai efetuar o pagamento no município do Jordão. O processo de regularização da TI Alto Tarauacá come-

çou em 1998, e só agora foi concluído. O administrador da Funai no Acre, Antônio Pereira Neto, disse ontem que os estudos realizados à época deram às famílias o direito de receber a indenização. (*A Tribuna*, 20/11/01)

GUERRA ENTRE ASHANINKA E AMAWAKA

A ação de madeireiras na fronteira Brasil-Peru foi a principal causa do conflito indígena entre ashaninkas e amawakas, que resultou na morte de dezenas de índios, na semana passada. Há dez dias na região de Dulce Gloria, cerca de 40 quilômetros dentro do território peruano, uma família ashaninka foi atacada a flechadas por índios amowakas. Uma mulher morreu e três crianças ficaram gravemente feridas. Os guerreiros ashaninkas se armaram e foram atrás dos agressores, que são considerados “arredios”, Segundo o relato dos ashaninkas, os amowakas agressores foram encontrados e eles tentaram fazer um contato pacífico que foi respondido com flechadas. Então, os guerreiros ashaninkas atacaram e muitos amowakas foram mortos. Para os ashaninkas, os ataques de amowakas são freqüentes e ameaçam suas comunidades tanto no Peru quanto no Brasil. Eles explicaram que isso acontece porque as madeireiras que atuam na fronteira estão diminuindo o espaço territorial dos “índios arredios”. (*Nelson Liano*, *Página 20*, 8/06/03)

ISOLADOS FLECHAM SERTANISTA DA FUNAI

Índios isolados atacaram a flechadas o sertanista José Carlos Meireles da Funai na região do Alto Rio Envira. Meireles estava pescando quando foi cercado por um grupo de dez índios. O sertanista recebeu uma flechada no rosto, que entrou pelo lado esquerdo do maxilar e saiu pela nuca. Outras cinco flechas disparadas não o atingiram. Ele mesmo retirou o objeto do rosto, provocando muito sangramento, segundo seu relato à imprensa local. Um helicóptero da FAB resgatou Meireles na manhã de ontem da base etnoambiental do rio Envira. Ele foi levado a um pronto-socorro de Rio Branco e não corre risco de morte. O sertanista não soube precisar a razão do ataque, mas avaliou que os índios devem ter pensado que sua presença era uma ameaça. (*FSP*, 08/06/04)

ARARA DO RIO AMÔNIA

INCRA PEDIRÁ À PF PARA INVESTIGAR ATUAÇÃO DO CIMI

O superintendente do Incra, Aldenor Fernandes, afirmou que iria pedir ainda na tarde de

ontem à PF que investigasse a atuação do Cimi. O Cimi identificou os parceiros do Incra residentes no Projeto de Assentamento Amônia, em Marechal Thaumaturgo, como índios pertencentes à tribo indígena Apolymas e os incitou a requererem que o projeto de assentamento fosse transformado em reserva indígena. (*A Crítica*, 15/05/01)

DISPUTA DE TERRA

A disputa de uma área de terra às margens do rio Amônia poderá gerar um conflito entre agricultores assentados pelo Incra e os índios Apolina. O alerta foi feito ontem pelo vereador José Maria. Segundo ele, o clima não é bom e há risco de haver confronto, pois os indígenas não querem ceder a área para a exploração agrícola para mais de 70 famílias que moram na região. (*A Tribuna*, 15/06/03)

ÍNDIOS DENUNCIAM AMEAÇA DE NARCOTRAFICANTES

Três índios Apolima-Arara, da reserva Arara, do Alto Juruá, estão marcados para morrer, segundo relato do cacique Francisco Siqueira em documento enviado ao administrador da Funai no Acre, ao comandante do 4º BIS, ao capitão da 1ª Cia de Fuzileiros de Selva e ao delegado da Polícia Federal em Cruzeiro do Sul. A denúncia, assinada também por Getúlio Gomes de Oliveira e Antônio Siqueira, pede a tomada de providências o mais rápido possível por parte das autoridades para investigarem as ameaças, que segundo eles, estariam partindo de narcotraficantes peruanos. Os povos indígenas afirmam que, em abril deste ano, cerca de 20 homens peruanos, traficantes de drogas e conhecidos também como terroristas, foram até às margens do Rio Amônia para matá-los por saberem que foram denunciados pelos índios. Os traficantes, segundo relata o documento, teriam chegado até a aldeia através dos rios Putaya e Cayãja, que fazem limites com o Acre. (*Silvânia Pinheiro*, *A Gazeta*, 21/05/04)

ARARA (SHĀWĀDAWA)

DEMARCAÇÃO DA TI ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ CHEGA AO FIM

A TI Arara do Igarapé Humaitá teve a sua demarcação concluída em novembro. Com apoio do PPTAL, foi implementado um Projeto de Acompanhamento Indígena da Demarcação, executado pela APAIH, associação que representa os autodenominados Shawadawa. Em execução desde maio, o Projeto mobilizou aquela etnia para o monitoramento do serviço

da empresa contratada pela Funai. Além da aquisição de equipamentos e da construção de casas de apoio, o PPTAL realizou oficina de capacitação em mecânica para manutenção de motores de barco. A confecção de mapas, camisetas e materiais informativos auxiliou nas ações de divulgação regional. Em janeiro do próximo ano os Arara irão realizar um evento de comemoração pela conquista da terra demarcada. Até lá, deverão ter concluído uma proposta preliminar para futuro Projeto de Vigilância, a ser analisada pelo PPTAL. (*Informe PPTAL, Edição IX, dez. 2004*)

ASHANINKA DO RIO AMÔNIA

INVASÃO DE MADEIREIROS PERUANOS

Madeireiros peruanos já abriram pelo menos oito clareiras dentro da selva retirando madeiras nobres da Área Indígena Ashaninka do Rio Amônia. Eles já avançaram cerca de 10 quilômetros em território brasileiro, chegando às cabeceiras do Rio Amoninha, afluente do Amônia. Índios ashaninkas peruanos, da Reserva Sawawo, foram cooptados e estão trabalhando para retirada ilegal de mogno e para o narcotráfico, que é de grande vulto na região. Uma pista de pouso de aeronaves foi aberta pelos narcotraficantes na aldeia Sawawo. (*A Gazeta, 03/01/01*)

ÍNDIOS CAPTURAM PERUANOS...

Três madeireiros peruanos foram capturados em território brasileiro por índios Ashaninka. Mais de dez peruanos estavam explorando mogno ilegalmente na reserva e parte deles fugiu. O clima é de tensão na área e os índios temem represália dos peruanos que não foram capturados. Os Ashaninka anunciam que só entregam os três presos à Polícia Federal, que deve chegar ao local hoje. (*Hugo Marques, JB, 25/10/02*)

... MAS ELES SÃO ABSOLVIDOS PELA JUSTIÇA

Os três madeireiros peruanos foram absolvidos pela Justiça, por falta de provas. A informação é do superintendente da PF no Acre, Paulo Bezerra. Segundo ele, a PF vem acompanhando esse caso de perto, e confirma que a absolvição se deu realmente em razão da falta de provas, pois não foram encontrados com eles elementos que caracterizem flagrante, como motosserras ou outros instrumentos que promovam derrubadas. (*A Tribuna, 10/11/02*)

IBAMA PROMOVE SOLTURA DOS TRACAJÁS NOS ASHANINKAS

A soltura de mais de 800 quelônios na Aldeia dos Ashaninka, no rio Amônia, foi um evento que simbolizou o resultado do trabalho dos índios dentro de um Projeto de Manejo para reprodução de quelônios que conta com o apoio do Ibama e da SOS Amazônia. (*O Rio Branco, 31/01/03*)

INVASÃO NO JURUÁ

A invasão da madeireira peruana Venado tornou-se uma séria ameaça territorial e ecológica para o Brasil. (*A Gazeta, 07/04/03*)

MADEIREIROS PERUANOS SÃO EXPULSOS

A atuação ilegal de madeireiros peruanos em território brasileiro na fronteira do Acre foi abordada na última semana de fevereiro por policiais federais, soldados do Exército Brasileiro, servidores da Funai e policiais civis da Secretaria Estadual de Segurança. Foram expulsos do país 30 madeireiros que operavam em terras indígenas dos Ashaninka. (*Funai, 10/03/04*)

BRASIL E PERU DISCUTEM VIGILÂNCIA DA FRONTEIRA

Os ministros da Defesa do Brasil, José Viegas, e do Peru, Roberto Chiabra, discutem em Lima a cooperação dos dois países para a segurança

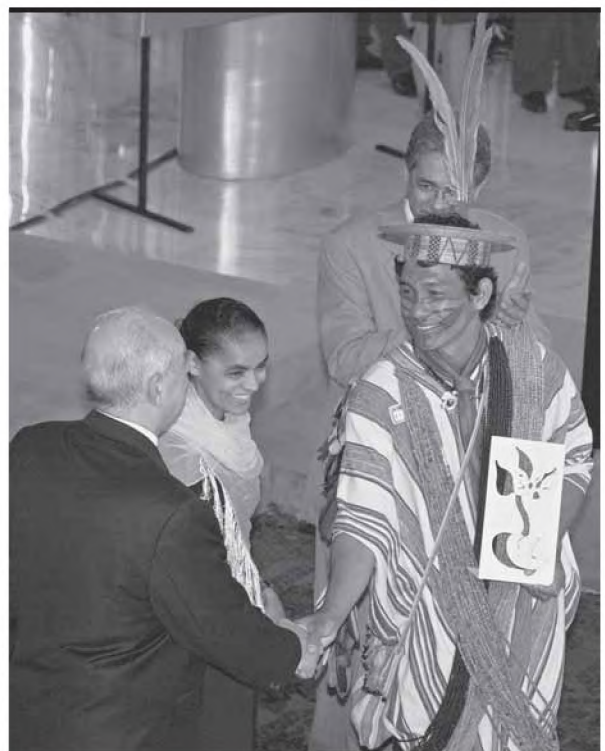
da fronteira, ameaçada pelas guerrilhas colombianas, pelo narcotráfico e pelo tráfico de madeiras. A cooperação iniciou depois da conclusão do Sivam, cujo monitoramento abrange também áreas localizadas em países fronteiriços. (*Radiobrás, 25/03/04*)

MADEIREIROS PERUANOS INSISTEM EM INVADIR TI

Uma operação conjunta do Exército, PF e Ibama prendeu quatro peruanos que retiravam madeira da reserva dos índios Ashaninka. Três homens e uma mulher foram enviados para a sede da PF em Cruzeiro do Sul. "Até o momento tínhamos apenas fotos. Era preciso fazer a apreensão para forçar uma negociação diplomática e garantir que o Brasil seja resarcido do prejuízo causado pelo impacto ambiental dessa ação", explicou o superintendente do Ibama, Anselmo Forneck. No primeiro acampamento dos peruanos foram apreendidas cem toras de mogno, o equivalente a mil metros cúbicos de madeira retirada ilegalmente da floresta brasileira. (*Val Sales, Página 20, 28/09/04*)

BENKI PIANKO GANHA PRÊMIO DE DIREITOS HUMANOS

Ainda em estado de êxtase, não pela premiação, mas sim pela oportunidade de divulgar a nível nacional um trabalho que pode ser intensificado ainda mais, o índio ashaninka



O vice-presidente da República, José Alencar, ao lado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do ministro Nilmário Miranda, da Secretaria de Direitos Humanos, entrega o prêmio Direitos Humanos 2004 ao índio Benki Ashaninka, no Palácio do Planalto.

ROBERTO BARROSO/ABR

Benki Pianko foi o vencedor do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, como personalidade indígena, pelo trabalho que faz em defesa dos territórios indígenas, assim como pela defesa da soberania e integridade territorial brasileira. O prêmio concedido no último dia 9 ao índio acreano, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, é o único na categoria individual. O valor de R\$ 10 mil que conquistou, Benki Pianko diz que usará nos projetos da aldeia, com um intuito desafiador de levá-los às outras comunidades. Ano passado o vencedor do prêmio foi o líder indígena Ailton Krenak. *(Andréa Zílio, Página 20, 16/12/04)*

KAXINAWÁ

USO INDEVIDO DE DESENHOS SAGRADOS

Os Kenês, desenhos sagrados utilizados por índios Kaxinawá, viraram logomarcas de lojas, de transporte coletivo e de lanchonete, podendo ser vistos até em porta de banheiro de restaurante. Mas a exposição das figuras nesses locais não está agradando nem um pouco os índios da etnia de origem. É que, segundo eles, nenhuma autorização foi pedida por parte dos reprodutores das imagens e isso poderá acarretar uma série de complicações, até mesmo processo judicial.

Segundo o representante da etnia, Ninawá Kaxinawá, uma reunião está marcada para o próximo dia 30 até o dia 4 de janeiro, na Aldeia Três Fazendas, no município de Jordão. Ele disse que nenhum Kenê é usado por índios da tribo sem autorização do pajé. Existem mais de 60 Kenês e cada um é usado por um determinado grupo. Isso significa que existem desenhos específicos para crianças, mulheres, lideranças, idosos e caçadores. “O uso indevido dessas pinturas nos enfraquece espiritualmente”, completou. Ninawá disse que a primeira medida durante a reunião é levantar se algum líder das 33 comunidades Kaxinawá existente no Estado liberou o uso das Kenês. Caso não tenha havido a liberação, a etnia pretende tomar uma providência radical: mandar as empresas retirarem a figura criada pelos Kaxinawá. *(Renata Brasileiro, Página 20, 23/12/05)*

KAXINAWÁ / MUNICÍPIO DE JORDÃO

A AUTODEMARCAÇÃO DO SERINGAL INDEPENDÊNCIA

Vou falar um pouco sobre a autodemarcação do Seringal Independência. Foi um trabalho



AAFI's saem para implantar "marcos vivos" na autodemarcação da TI Seringal Independência.

junto com os meus companheiros, todos AAFI. Trabalhamos durante dez dias: eram dezessete agentes agroflorestais e eles ajudaram na autodemarcação do Seringal Independência. Nós trabalhamos em grupos: um grupo de cozinheiro, outro grupo de caçadores, os “bombeiros”, aqueles que carregam água para pessoas. Nós trabalhamos muito e outro grupo trabalhou do outro lado da terra. No total eram 24 pessoas trabalhando num lado e 29 trabalhando no outro lado da reserva. Teve a participação dos agentes agroflorestais, de agente de saúde e de professor... *(Josimar Txuã Kaxinawá, Yuimaki, Um Jornal Indígena do Acre, março de 2000)*

QUATRO MORREM DE DIARRÉIA EM ALDEIA DO JORDÃO

Uma aldeia do povo Kaxinawa teve quatro crianças entre três e 17 anos de idade mortas no último fim de semana. A informação é da coordenadoria da UNI-AC, que recebeu ontem a informação extra-oficial de um fiscal responsável pela área. As informações da tragédia ainda são escassas, desconstruídas. Mas, de acordo com a UNI, as crianças teriam sido vítimas de alguma espécie de veneno adquirido em contato com a água ou com alguns alimentos. Presas de forte desenteria, as crianças não resistiram e morreram. *(Página 20, 30/10/02)*

SIÃ KAXINAWÁ É O NOVO VICE-PREFEITO DO JORDÃO

Os índios do Jordão e o movimento indígena estadual saíram fortalecidos com o resultado das últimas eleições. O resultado mais destacado foi a eleição do índio Siã Kaxinawá ao cargo de vice-prefeito no município situado às

margens do rio Jordão. Também saiu fortalecido o Partido Verde, que, pela primeira vez, chega a tão importante cargo no Executivo Municipal. Siã está em Rio Branco na companhia do prefeito Hilário Melo, que venceu a eleição com quase 57% dos votos válidos. Segundo o vice-prefeito, no município a população indígena soma aproximadamente 40% e a estratégia para a eleição foi dividir as responsabilidades entre um candidato que representasse os kaxinawás e o outro segmento da população. *(Flaviano Schneider, Página 20, 27/10/04)*

FALTAM RECURSOS AO MUNICÍPIO, DIZ SIÃ

Siã Kaxinawá (PV) ressaltou que muito se tem dito, mas pouco tem chegado de fato para os que moram nas aldeias. Ele disse que nestes quase sete meses de administração pouco tem sido feito por falta de recursos e relatou ser o saneamento o principal problema do município. Segundo Siã, a falta de água tratada e de rede de esgotos são os principais responsáveis pela grande quantidade de doenças na região. “Se na cidade o problema é grave, nas aldeias o caso é ainda mais sério”, salientou. *(O Rio Branco, 23/07/05)*

KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

ALDEIAS INVESTEM NA CRIAÇÃO DE TRACAJÁS

Dinheiro é coisa rara em mãos dos ribeirinhos, que em geral conseguem algum vendendo borracha ou a produção de suas lavouras, mas a criação de quelônios (tartarugas) surge como

fonte alternativa de renda. “Nosso projeto prevê que pelo menos 20% do excedente da produção seja comercializada. Os índios Kaxinawas da aldeia Mucuripe que fica na terra indígena Carapanã montaram eles próprios sua criação de tartarugas e tracajás, sem qualquer orientação e já conseguiram bons resultados. Agora nós estamos prestando assistência a eles”. A equipe da Seater está aproveitando o impulso que levou a comunidade do Mucuripe, a qual tem 80 famílias e 338 índios, para estimulá-los a transformar sua experiência em criação de alta escala. Para isso já elaborou projeto a fim de construir ali duas barragens de médio porte, ambas com praias artificiais destinadas à reprodução, além de berçários para os filhotes de tartaruga e tracajá. (*Juracy Xangai, Página 20, 09/07/04*)

KAXINAWÁ DO SERINGAL CURRALINHO

VIOLÊNCIA INTERROMPE IDENTIFICAÇÃO DE TERRAS

O processo de identificação de terras indígenas Nukumã, em Seringal do Currallinho, nas aldeias Grota, Nova Esperança e Formiga, do povo Kaxinawá, iniciado em novembro de 2001, foi interrompido por 90 dias em meados de janeiro de 2002, depois de episódios de violência contra indígenas e contra membros do GT de identificação da Funai. A UNI/AC e os membros do GT divulgaram documento reafirmando o direito dos povos da região à demarcação das terras e denunciando as hostilidades de que têm sido vítimas.

O GT sofreu resistência desde que começou o trabalho – os problemas iam de pessoas que se negavam a fornecer informações até ameaças contra seus membros. A grande maioria dos habitantes de Feijó e redondezas foi contra o processo de demarcação de terras. A notícia do início da identificação da terra pegou a população de surpresa, e os setores organizados contra a demarcação (AMSCAE – Associação de Moradores do Seringal de Currallinho, CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, e COAF – Cooperativa Agroextrativista de Feijó, além de políticos) foram ágeis em espalhar boatos. A população do campo temia ser expulsa de suas terras e impedida de produzir. A opinião geral era a de que a Funai não indenizaria ninguém pelas benfeitorias.

Houve uma reunião com mediadores do governo do estado do Acre, na tentativa de chegar a um consenso pacífico, assegurando os direitos dos índios e dos ribeirinhos. Os trabalhos do GT foram suspensos por 90 dias, a partir de 03 de janeiro de 2002. Depois

da retirada da equipe da Funai, a relação entre a população de Feijó, os ribeirinhos e os indígenas tem sido pacífica, mas a tensão tende a voltar com a retomada dos trabalhos do GT. (*Cimi, 28/02/02*)

JAMINAWA

ÍNDIOS QUE VIVEM NA CIDADE QUEREM VOLTAR ÀS ALDEIAS

A SEPI se reuniu ontem à tarde com representantes do MPE, MPF, Funai, UNI, Funasa e demais órgãos ligados à área das ações sociais para discutir a situação dos índios da tribo Jaminawa que vivem dispersos de suas comunidades e pedem esmolas nas ruas do centro da cidade. De acordo com o representante da SEPI, Francisco Pianco, o problema de dispersão dos índios dessa tribo já existe há cerca de dez anos. Segundo ele, algumas ações de planejamentos passados, voltadas para o auxílio desses povos, acabaram provocando a dependência de algumas famílias, que já não conseguem se adaptar aos costumes e tradições das suas comunidades de origem. Seis famílias vivem atualmente em Rio Branco e perambulam pelas ruas pedindo esmolas. Outras também estão espalhadas pelos municípios de Brasília, Assis Brasil e Sena Madureira. A situação é de desconhecimento dos dirigentes das comunidades, que discordam e temem que essa atitude venha a produzir uma má imagem de sua nação perante a sociedade. “A idéia é encaminhá-los às suas casas, seja na cidade ou nas aldeias e conscientizá-los da necessidade de se enquadrarem ao sistema em que vivem, como parte integrante de uma sociedade com direitos e deveres”, declarou Pianco. (*Val Sales, Página 20, 17/02/04*)

JAMINAWA QUEREM DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Lideranças do povo jaminawa denunciam a inoperância da diretoria de Assuntos Fundiários da Funai (DAF) e da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) no que diz respeito à demarcação das terras indígenas Jaminawa do Rio Caeté e Jaminawa do Guajará. O protesto do povo jaminawa está expresso em carta acompanhada por abaixo-assinado de 34 lideranças, enviada ao presidente da Funai e à coordenação técnica do PPTAL. O documento denuncia o descaso das autoridades para a demarcação das terras desse povo que, sem ter onde ficar, continua migrando para esmolar e até se prostituir nas ruas de Rio Branco, Brasília, Sena Madureira e Assis Brasil. “Estranhamos essa demora para o início da demarcação de nossas terras, até porque o di-

nheiro para isso está liberado desde 2003, tanto que deveria ter sido executado no Plano Operativo Anual (POA) de 2004”, afirma o documento. A terra indígena do Caeté abriga 126 índios e a do Guajará 120. (*Juracy Xangai, Página 20, 12/01/06*)

MANCHINERI

TI É INVADIDA POR SUSPEITOS DE NARCOTRÁFICO

A comunidade indígena do Mamoadate foi surpreendida com uma clareira de pelo menos 50m² em sua reserva. As lideranças indígenas do local, ao informar o fato à UNI-AC, afirmaram acreditar que a pequena clareira seria usada como base para o tráfico de drogas ou para a retirada clandestina de madeira. O local invadido é área de fronteira Brasil/Peru. O vice-coordenador da UNI, Manoel Gomes, revelou que as lideranças Manchineri encontraram na área desmatada várias cápsulas usadas em armas de fogo detonadas e utensílios comumente usados em acampamentos. (*Paulo Teixeira, A Gazeta, 25/07/02*)

TRAFICANTES SÃO PRESOS

Três homens, dois peruanos e um brasileiro, foram detidos e amarrados com cordas ao tentarem atravessar uma reserva indígena próxima à aldeia Jatobá, do povo Manchineri, com grande quantidade de drogas. Localizada às margens do lago, a aldeia Jatobá tem um péssimo acesso por terra. Por isso, a polícia de Assis Brasil pediu reforço aéreo. Segundo o subdelegado Eduardo Padilha, o trio pretendia atravessar a selva e descer com a droga até Sena Madureira, onde ela seria embarcada para uma cidade amazonense. (*Josafá Batista, A Tribuna, 29/1/04*)

MANCHINERI RESGATAM A CULTURA DE SEU POVO

A organização Mapkha do povo Manchineri do Rio Yaco realizou ontem em Rio Branco um encontro do Projeto “Resgate, Revitalização e Registro da Cultura Manchineri”. A organização, fundada em 26 de maio de 2003, tem como objetivo principal buscar benefícios para o povo Manchineri. Toya Manchineri, secretário executivo do Mapkaha, disse que hoje na cidade de Rio Branco há vários índios manchineris que não falam mais a própria língua, perderam música, pintura, tecelagem, cerâmica e formas de utilização de plantas medicinais. Uma oficina teve duração de 19 dias e participação de 12 comunidades. Os membros da própria comunidade é que realizaram todo

o treinamento. O secretário destacou o apoio que a organização vem recebendo do PDPI e da Embaixada da Finlândia, que financia até hoje o projeto. Os próximos objetivos da organização são fazer uma cartilha com todo o material produzido nessas oficinas, a edição de um DVD e a produção de uma página na internet. (*Whitley Araújo, Página 20, 26/10/05*)

NAWA E NUKINI

NUQUINI FECHAM PARQUE PARA EXIGIR AMPLIAÇÃO DE TI

Uma equipe de técnicos da Funai segue hoje para o PN da Serra do Divisor, onde os índios Nukini fecharam o acesso ao parque. Eles mantiveram refém por quatro horas o secretário estadual de Indústria, Comércio e Turismo do Acre, Luiz Figueiredo. A situação é tensa na área, mas o bloqueio do rio com paus e arames farpados confirma as ameaças feitas pelo cacique Paulo Nukini para exigir a duplicação dos 34 mil ha da área onde vivem 470 pessoas. Nukini afirma estar solidário também com os remanescentes da nação Nawa. (*JB, 03/04/02*)

OS NAWA TÊM SUA NAÇÃO E TERRAS RECONHECIDAS

O reconhecimento do povo Nawa aconteceu durante audiência com o juiz federal David Wilson de Abreu Pardo, da 1ª Vara Federal. Além de reconhecer o ressurgimento dessa nação, ficou decidido que aquelas 62 famílias que formam um conjunto de 362 pessoas terão direito à terra que reivindicam. Ibama e Funai comprometeram-se em demarcar as terras que terão o divisor de águas como limite sul, o rio Moa ao norte, o rio Jordão a leste e o rio Jesumira a oeste. “Também ficou acertado que os índios darão livre acesso a fiscais e pesquisadores que precisarem usar o rio Moa para entrar no parque nacional. Funai e Ibama também estão encarregados de ajudar a comunidade a organizar um plano de manejo sustentado na área”, explica a indigenista Jacira Keppi. Já o Incra ficou encarregado de retirar as onze famílias remanescentes de não índios, que ainda vivem naquela terra, para assentá-los na gleba Havaí (*Juracy Xangai, Página 20, 17/10/03*)

ÍNDIOS SÃO BALEADOS EM CONFLITO NO JURUÁ

Conflito entre índios e brancos na região do Juruá terminou com dois índios baleados e um esfaqueado. O coordenador [do Cimi, Lindomar Padilha] confirmou que o conflito ocorreu no Seringal Novo Recreio, na região da aldeia dos índios nauas. De acordo com ele, o

conflito pode ter ocorrido devido ao processo de demarcação das terras dos nauas, que acarretará numa possível retirada dos brancos da área. O acusado que reside na região é conhecido por Cosmildo. (*A Tribuna, 18/06/04*)

POYANAWA

CAÇADORES INVADEM TI

Os Poyanawa apreenderam armas de fogo que estavam em poder de seis caçadores invasores. Eles haviam matado um veado, baleado uma anta e espantado mais duas. Os índios vieram à sede local do Ibama registrar a ocorrência. Há muito tempo, informa o presidente da Associação Agro Extrativista Poyanawa Barão e Ipiranga AAPBI, Joel Ferreira Lima, a terra indígena vem sofrendo invasões, especialmente porque as estradas do bairro São Francisco, de Mâncio Lima, terminam nas proximidades da terra Poyanawa – tanto é que a caça chegou a diminuir bastante. (*Flaviano Schneider, Página 20, 14/02/01*)

YAWANAWÁ / TI RIO GREGÓRIO

FESTA DO YAWA

Os índios Yawanawá do rio Gregório, que cerca de dez anos atrás quase não praticavam seus ritos e pouco falavam sua língua – vítimas de 30 anos de massacre cultural promovido por uma missão religiosa americana instalada na aldeia –, podem ser considerados hoje uma das etnias com a identidade cultural mais forte do Acre, graças ao trabalho de resgate de seus costumes, crenças, lendas, música, mística e ancestralidade, desenvolvido atualmente por suas lideranças. Toda riqueza cultural e a beleza de seus rituais foram mostradas semana passada durante a Festa do Yawa, que reuniu mais de 500 índios na Aldeia Nova Esperança. (*Aníbal Diniz, Página 20, 08/07/03*)

CONVÊNIO COM O GOVERNO PARA FORTALECER A CULTURA

O governo do Acre fez um convênio com os representantes da tribo Yawanawá para fortalecer o resgate cultural. O convênio tem duração de seis meses e o valor de R\$ 15 mil será repassado mensalmente. Com o incentivo, os representantes indígenas pretendem criar uma oficina para fazer um estudo aprofundado sobre as imagens elaboradas pelos antigos índios, que refletiam a cultura e o cotidiano de uma história há muito esquecida e desconhecida pela atual geração. O principal objetivo da ofi-

cina é realizar o resgate cultural. (*Página 20, 23/10/03*)

YAWA: DO RIO GREGÓRIO PARA O MUNDO

Com câmeras filmadoras modernas e pequenas, eles registraram um rico documentário da cultura indígena que será apresentado no Acre no próximo dia 20. Cada cena fascina pelo realismo que apresenta desde o cotidiano, costumes, tradições, histórias até a grande festa que se tornou o festival realizado anualmente, durante uma semana pelo povo Yawanawá. O Yawa, como foi intitulado, é um festival de dança, expressão artística, manifestação cultural e espiritual dos Yawanawá.

Com a câmera na mão e uma idéia na cabeça, o índio Joaquim Yawanawá e o canadense Josh Sage transformaram as cenas que fizeram do primeiro ano do Yawa, em um documentário de pouco mais de 50 minutos, que ganhará a atenção de olhares do mundo todo, por meio da distribuição que será feita para os compradores da empresa de cosméticos Aveda Corporation. O documentário de Joaquim e Josh foi financiado pelo ator americano Joaquim Phoenix. A empresa de cosméticos Aveda Corporation, que compra urucum dos Yawanawá para usar o seu corante nos cosméticos que fabrica, irá comprar os DVDs do povo indígena, para presentear as empresas que distribuem seus produtos.

O documentário é narrado na língua Yawanawá, português, espanhol, alemão, italiano, japonês, inglês e coreano. Logo que iniciam as imagens, um dos pajés da tribo saúda o mundo com uma mensagem positiva. (*Andréa Zílio, Página 20, 11/08/04*)

ORIENTAÇÃO PARA CRIAR QUEIXADAS, JABUTIS E TRACAJÁS

Cinco técnicos, três da Seater, um do Ibama e um de uma ONG ligada à saúde visitaram as aldeias dos Yawanawá para implantar ali um criatório de animais silvestres com destaque para queixadas, jabutis e tracajás. As ações serão realizadas junto com a Organização dos Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório. Durante a visita também foi estimulada a recuperação dos cinco hectares de urucum que vem sendo explorados pelos índios Yawanawá que até montaram uma usina para secar, moer e tratar essa semente corante que é repassada para a empresa Formil. (*Juracy Xangai, Página 20, 22/07/05*)

Aikaná
Ajuru
Akuntsu
Amondawa
Apurinã
Arara do Apurinã
Arara-Karo
Arikapu
Aruá
Cinta Larga
Gavião
Jaboti (Djeoromitxi)
Kanoé
Karipuna
Karitiana
Kwazá
Macurap
Nambikwara
Puroborá
Sakirabiap (Mekem)
Suruí Paiter
Tupari
Uru-eu-wau-wau
Urupá In
Wari-Pakaá Nova
Zoró
Isolados

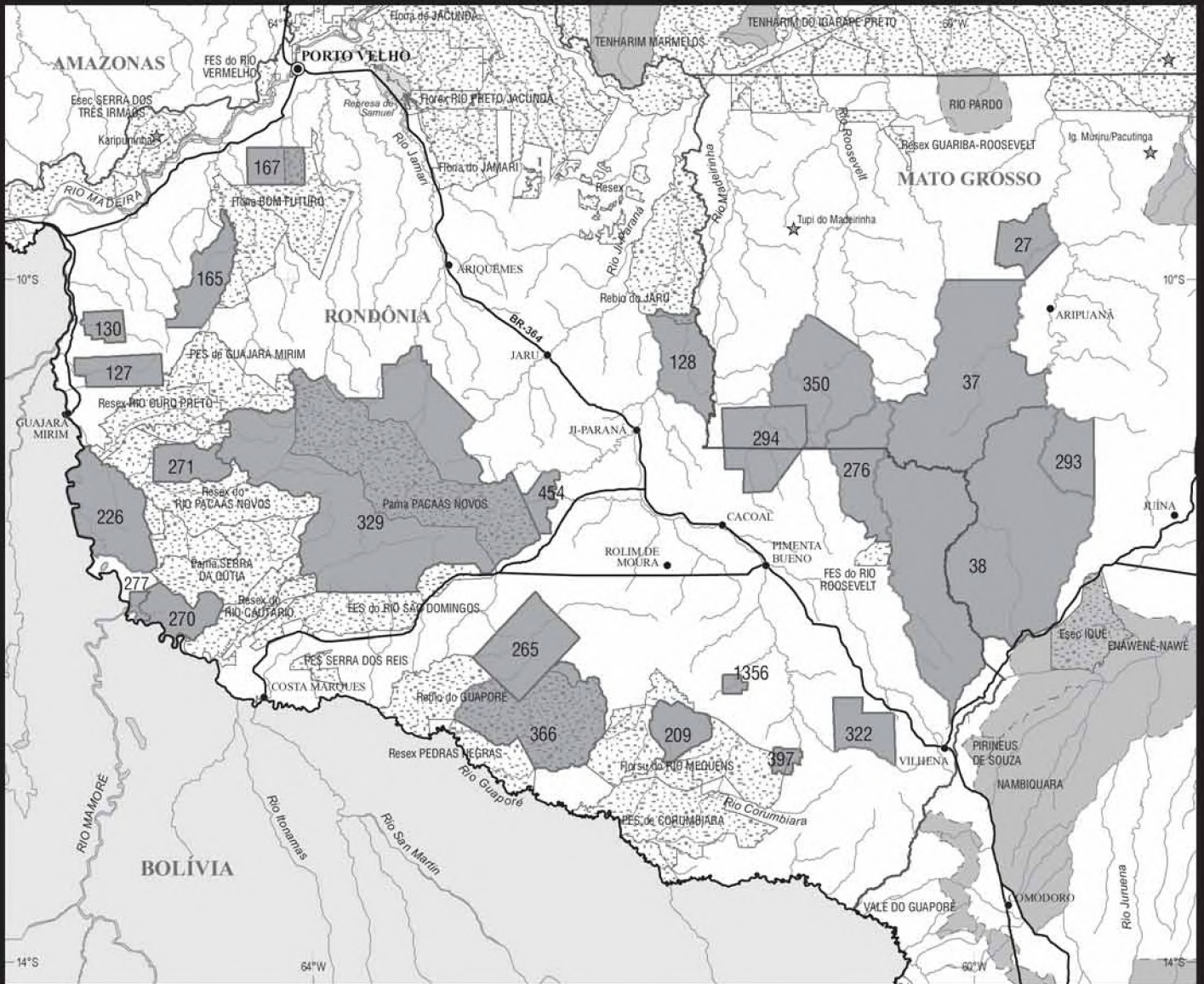


11

Rondônia



11. RONDÔNIA



<ul style="list-style-type: none"> — rodovia implantada ● capitais ● sede de município ○ núcleo urbano ▨ Unidade de Conservação ▨ Reserva Garimpeira ★ referência a isolados fora de TI 	<p>TERRA INDÍGENA apresentada neste capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) <p>apresentada em outro capítulo</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ com mais de 1.000 ha ■ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido) 	<p>INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006</p> <p>42 km</p>
--	--	---

Rondônia
 Terras Indígenas
 Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
27	Arara do Rio Branco	Arara do Aripuanã	57 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 26/12/1996 homologa a demarcação. Demarcada fisicamente em 1995. Reg. CRI do município de Aripuanã e comarca de Cuiabá (114.842 ha) matr. 54.317. lv. 2-IS, fl. 191 em 01/04/97. Reg. SPU certidão n. 011 em 26/02/98.	114.842	Aripuanã	MT
37	Aripuanã	Cinta Larga	330 - Funai: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 375 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Contrato entre Funai e Eder A. F. Meciano para aviventeação e/ou medição demarcação topográfica da TI junto com a TI Roosevelt. Reg. CRI: município de Juína, comarca de Cuiabá (140.725 ha) matr. 46.633, lv. 2-GS, fl. 159V em 22/01/92; município de Aripuanã, comarca de Cuiabá (609.924 ha) matr. 46.634, lv. 46.634, lv. 2/GS, fl. 160 em 22/01/92. Reg. SPU certidão n. 12 em 25/01/94.	750.649	Aripuanã Juína	MT MT
38	Aripuanã (Parque Indígena)	Cinta Larga	425 - Funai: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.417 de 20/11/1989 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Juína (938.200 ha) matr. 31.351 lv. 2-DH fl. 160 em 05/11/87; município de Vilhena (671.500 ha) matr. 4146 lv. 2-RG fl. 01 em 21/11/88. Reg. SPU: MT certidão s/n de 08/11/87; RO certidão 101/389 de 29/07/88.	1.603.250	Juína Vilhena	MT RO
127	Igarapé Lage	Pakaá Nova	541 - Funai/Guajará Mirim: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.347 de 09/09/1981 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Guajará-Mirim, matr. 2.059 lv. 2-1 fl. 265 de 23/09/81. Reg. SPU AM-68 de 08/10/81.	107.321	Guajará-Mirim Nova Mamoré	RO RO
128	Igarapé Lourdes	Arara Karo Gavião	629 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.609 de 09/08/1983 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 5339 lv. 2-R fl. 259 em 18/01/84. Reg. SPU DG-RO-90/293 de 18/12/86.	185.534	Ji-Paraná	RO
130	Igarapé Ribeirão	Pakaá Nova	243 - Funai/Guajará Mirim: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.347 de 09/09/1981 homologa a demarcação. Reg. CRI de Guajará-Mirim, matr. 2.060 lv. 2-1 fl. 266, 23/09/81. Reg. SPU AM-69 de 08/10/81.	47.863	Nova Mamoré	RO
165	Karipuna	Karipuna Karitiana	6 - Funai/BSB: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Porto Velho (73.073 ha), matr. 13.871 lv. 2-RG fl. 01 em 22/10/98; município de Nova Mamoré, comarca de Guajará Mirim (79.856 ha), matr. 5.163 lv. 2-AB fl. 07 em 20/10/98. Reg. SPU certidão n. 50 de 24/06/99.	152.930	Nova Mamoré Porto Velho	RO RO
167	Karitiana	Karitiana	320 - Nel. Karitiana: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 93.068 de 06/08/1986 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 2677 LIV 1-A FL. 01 em 02/12/87. Reg. SPU RO/95 de 23/09/87.	89.682	Porto Velho	RO
1356	Kwazá do Rio São Pedro	Aikaná Kwazá	25 - Paca: 2001	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação. Por estar situada na faixa de fronteira, a TI submete-se ao disposto no art. 20 § 2 da Constituição. Reg. SPU certidão n. 81 de 24/09/03.	16.799	Parecis	RO
366	Massaco	Isolados		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Alta Floresta d'Oeste (112.401 ha) matr. 3.706 lv. 2-S fl. 107 em 15/03/99; município e comarca de Costa Marques (309.493 ha) matr. R1-625 Lv2-D fl. 30/31 em 15/04/99. Reg. SPU certidão n. 86 de 15/09/99.	421.895	Alta Floresta d'Oeste Costa Marques	RO RO
226	Pacaás-Novas	Pakaá Nova	1.223 - Funai/Guajará Mirim: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 256 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 4.046, lv. T, fl. 80 em 03/04/92. Reg. SPU certidão n. 004 de 21/11/95.	279.906	Guajará-Mirim	RO
265	Rio Branco	Arikapu Aruá Columbiara Jaboti Kanoe Macurap Tupari	320 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 93.074 de 06/08/1986 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 366, lv. 2-B, fl. 167/168 em 10/11/86. Reg. SPU RR-94/361 de 23/09/87.	236.137	Alta Floresta d'Oeste Costa Marques São Miguel do Guaporé	RO RO RO
270	Rio Guaporé	Aikaná Ajuru Arikapu Aruá Jaboti Kanoe Macurap Mekém Pakaá Nova Tupari	589 - Funai/Guajará Mirim: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Guajará Mirim, matr. 4.759 lv. 2-Z fl. 001 em 20/06/96. Reg. SPU certidão s/n de 22/05/97.	115.788	Guajará-Mirim	RO
209	Rio Mequéns	Macurap Sakurabiat	89 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Alta Floresta do Oeste, matr. 3.285 lv. 2-RG fl. 01/v em 12/07/96. Reg. SPU certidão s/n de 26/05/97.	107.553	Alto Alegre do Parecis	RO

Rondônia
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
454	Rio Muqui	Miqueleno		Em identificação. Portaria 9 de 13/01/1999 da Funai cria GT para estudos de identificação e delimitação da TI.	55.000	Alvorada d'Oeste Urupá	RO RO
271	Rio Negro/Ocaia	Pakaá Nova	668 - Funai/Guajará Mirim: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 86.347 de 09/09/1981 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 2.058 lv. 2-1 fl. 264 em 23/09/81. Reg. SPU RO-67 de 08/10/81.	104.064	Guajará-Mirim	RO
397	Rio Omeré	Akuntsu Kanoé	11 - CCIL: 2005	Homologada. Decreto s/n de 18/04/2006 homologa a demarcação.	26.177	Chupinguaia Corumbiara	RO RO
276	Roosevelt	Apurinã Cinta Larga	502 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 262 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Aripuanã, comarca de Cuiabá (86.410 ha), matr. 46.635 lv. 2 GS fl. 161 em 22/01/92; município de Pimenta Bueno (6.320 ha), matr. 2.816 lv. 2 RG, fl. 01 em 24/01/92; município de Espigão do Oeste (138.096 ha), matr. 1.480 lv. 2-RG fl. 01 em 15/01/92. Reg. SPU-MT certidão n. 13 de 25/01/94.	230.826	Espigão d'Oeste Pimenta Bueno Rondolândia	RO RO MT
277	Sagarana	Pakaá Nova	269 - Funai/Guajará Mirim: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Guajará Mirim, matr. 4.757 lv. 2-X fl. 198 em 07/06/96. Reg. SPU certidão s/n de 23/05/97.	18.120	Guajará-Mirim	RO
293	Serra Morena	Cinta Larga	110 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.824 de 15/01/1990 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 41.255 lv. 2-FO fl. 11 em 08/03/90. Reg. SPU MT certidão n. 001 de 11/03/90.	147.836	Juína	MT
294	Sete de Setembro	Suruí Paiter	920 - Kanindé: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.867 de 17/10/1983 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Cacoal (100.468 ha) matr. 544 lv. 2-C fl. 144 em 18/01/84; município de Aripuanã (147.401 ha) matr. 24.215 lv. 2-CC em 11/04/86. Reg. SPU: RO certidão nº 91 de 18/12/86; MT certidão nº 587 de 18/12/86.	247.870	Cacoal Espigão d'Oeste Rondolândia	RO RO MT
322	Tubarão/Latundê	Aikaná Nambikwara Latundê Nambikwara Sabane	180 - Vasconcelos: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 259 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Vilhena, matr. 5.299, lv. 2 RG, fl. 01 em 02/12/91. Reg. SPU certidão n. 005 de 21/11/95.	116.613	Chupinguaia	RO
329	Uru-Eu-Wau-Wau	Amondawa Uru-Eu-Wau-Wau Urupain	187 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 275 de 29/10/1991 homologa a demarcação e revoga o decreto 98.894 de 30/01/90. Reg. CRI: município de Jarú (351.117 ha) matr. 1.571 lv. 2-H fl. 172 em 30/01/87; município de Ouro Preto do Oeste (46.000 ha) matr. 1.892 lv. 2-J, fl. 111 em 09/03/87; município de Presidente Médici (117.000 ha) matr. 2.231 lv. 2-L fl. 312 em 23/02/87; município de Porto Velho (64.000 ha) matr. 2.903 lv. 1-A fl. 001 em 23/01/87; município de Guajará Mirim (606.000 ha) matr. 3.304 lv. 2-P fl. 119 em 20/03/87; município de Costa Marques (661.000 ha) matr. 422 lv. 2-C fl. 24 em 27/02/87. Falta registrar em Ariquemes c/ 15.303 ha. Reg. SPU-RO certidão nº 131 de 14/09/88.	1.867.120	Alvorada d'Oeste Cacaulândia Campo Novo de Rondônia Costa Marques Governador Jorge Teixeira Guajará-Mirim Jarú Mirante da Serra Monte Negro Nova Mamoré São Francisco do Guaporé São Miguel do Guaporé Seringueiras	RO RO RO RO RO RO RO RO RO RO RO RO RO
350	Zoró	Zoró	464 - Funasa: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 265 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Aripuanã, matr. 31.352, lv. 2-DH, fl. 161 em 05/11/87. Reg. SPU certidão s/n de 06/11/87.	355.789	Rondolândia	MT

Etnozoneamento e Gestão

Ivaneide Bandeira Cardozo

Historiadora, conselheira da Kanindé Associação de Defesa Etnoambiental

OS POVOS ARARA E GAVIÃO FORMULARAM O ORDENAMENTO TERRITORIAL DE SUAS TERRAS DE MODO A GARANTIR A EXPLORAÇÃO E O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS; A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL; A PROTEÇÃO DAS ÁREAS SAGRADAS; O RESGATE DE REGIÕES PERDIDAS PELO AVANÇO DOS INVASORES E A VALORIZAÇÃO CULTURAL

A crise na gestão de boa parte das Terras Indígenas (TIs) no Brasil vem sendo ocasionada, via de regra, pela falta de infraestrutura administrativa e financeira da Funai e pelo esfacelamento das diversas ações em diversos órgãos. Em relação a projetos desenvolvidos por ONGs, associações indígenas e missões religiosas, a falta de interação com os órgãos oficiais – que têm responsabilidade sobre os diversos temas nas TIs – tem gerado conflitos e inúmeros problemas, na maioria das vezes duplicando esforços em um mesmo tema pela incapacidade de trabalhar de forma integrada. Diante dessa situação, os povos indígenas vêm buscando saídas para o gerenciamento de suas terras. O tema da Gestão Participativa tem surgido nas reuniões, encontros e assembleias indígenas, sempre relacionado a proteção do território, assim como a administração e finanças das organizações, em busca da melhor gestão territorial e ambiental de suas terras.

Em Rondônia, o povo Paiter (Suruí de Rondônia) vem desde 1995 discutindo a necessidade de se conhecer as potencialidades das Terras Indígenas e de capacitação para sua gestão. Em 1998, a Organização Metareilá (dos Suruí) e a Kanindé realizaram o primeiro Diagnóstico Etnoambiental em Terra Indígena no Estado de Rondônia, na TI Sete de Setembro. A iniciativa serviu de incentivo para os Jupaú (Uru-Eu-Wau-Wau) e Amondawa, Karo (Arara), Ikolen (Gavião) e Parintintin também buscarem apoio para realização de Diagnóstico e Plano de Gestão em suas terras. Em seguida, na Conferência Regional dos Povos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Acre e na Conferência Regional dos Povos Indígenas do Amazonas e Roraima, os líderes indígenas voltam a colocar a importância de se conhecer as po-

tencialidades das Terras Indígenas e da capacitação para a gestão de seus territórios como uma necessidade a ser suprida pelo poder público e pelas organizações indígenas. Também foram definidos alguns objetivos da gestão dos territórios a partir desses debates: promover atividades que trazem benefícios econômicos em longo prazo para a maioria da população; emancipar os povos indígenas da tutela e substituir servidão pela autonomia econômica; dar poder a grupos indígenas, demonstrando a eles como ganhar controle sobre suas próprias necessidades comerciais; apoiar o uso racional dos recursos indígenas sem colocar em risco o meio ambiente ou o manejo tradicional de recursos; proteger os recursos indígenas da usurpação.

O CASO DA TI IGARAPÉ LOURDES

Parte do bioma amazônico, a TI Igarapé Lourdes (TIIL) localiza-se na região centro-leste do estado de Rondônia, inserida totalmente no Município de Ji-Paraná. Na borda oeste de seu perímetro está o rio Ji-Paraná, e, à leste, a divisa dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Sua cobertura vegetal é composta por Floresta Ombrófila Aberta, a mais extensa, seguida da Floresta Ombrófila Densa, menos extensa, e Floresta de Altitude, na região da Serra da Providência, além de Área de Ecótono (transição entre tipos de vegetação), apresentando espécies animais e vegetais raras e incomuns para a região noroeste de Rondônia.

Na TI vivem os Karo (Arara) e os Ikolen (Gavião), populações indígenas pertencentes a diferentes troncos lingüísticos, bem como diferenciadas em seus aspectos socioculturais. Diante das dificuldades que têm encontrado na gestão de seus territórios, decidiram realizar o Diagnóstico Etnoambiental Participativo e o Plano de Gestão Ambiental da TIIL.

A iniciativa teve como ponto de partida um etnozoneamento, realizado em conjunto pelas associações dos povos indígenas Ikolen e Karo e a Kanindé, com o apoio do Consórcio Amazoniar e da Usaid. No etnozoneamento, o ordenamento territorial foi feito de forma a garantir a exploração e o manejo dos recursos naturais e promover a recuperação, conservação e preservação

ambiental com proteção das áreas sagradas. Além disso, buscou garantir o resgate de regiões perdidas pelo avanço dos invasores e promover a valorização cultural dos dois grupos étnicos que lá

habitam. Na elaboração do quadro de zoneamento, os Karo e Ikolen definiram sete zonas que foram demarcadas na cartografia básica da TIII, segundo sua área de abrangência.

ETNOZONEAMENTO DA TI IGARAPÉ-LOURDES

Zona de Resgate

Descrição: *região de ocupação ancestral que ficou fora dos limites da TI. Objetivos: anexas à TI áreas que ficaram fora da demarcação; exigir indenização do Governo Federal pelas áreas que ficaram fora da demarcação e hoje são cidades. Indicadores: Decreto publicado; indenização recebida. Normas gerais: Funai apresentará ao Ministério da Justiça proposta de ampliação da TI Igarapé Lourdes; será feita gestão junto aos órgãos públicos responsáveis para que os Karo e Ikolen sejam indenizados; Funai elaborará proposta de indenização do povo indígena Karo e Ikolen; desenvolvimento de projetos econômicos ambientalmente sustentáveis na zona de resgate, exceto na parte que incluir a Reserva Biológica do Jarú. Atividades: elaboração de documentos pela Funai solicitando a ampliação da TI; elaboração de documentos solicitando a indenização pela área perdida.*

Zona de Proteção Integral

Descrição: *área de preservação dos recursos naturais. As atividades humanas são restritas à proteção da natureza. Objetivos: proteger fauna e flora, as nascentes e a Serra da Providência; evitar processos erosivos e assoreamento de cursos d'água. Indicadores: presença abundante de animais; vegetação intacta; águas não contaminadas e abundantes; beleza cênica preservada. Normas gerais: não é permitido o desmatamento e a presença humana; a pesquisa só será permitida no caso de não haver a possibilidade de ser realizada em outros locais. Atividades: vigilância e fiscalização para impedir a entrada de invasores.*

Zona de Produção

Descrição: *destinada à produção de roças, localização das aldeias, manejo florestal de uso múltiplo, pesquisa científica e cultural. Objetivos: residência para funcionários, alojamento para pesquisadores, manutenção e serviços gerais; sediar postos de fiscalização e indígenas; controlar acessos para as aldeias e interior das TIs; promover o manejo florestal de uso múltiplo e de roçados; desenvolver atividades produtivas. Indicadores: número de roças manejadas; estado de conservação das residências, PIV e Postos Indígenas; número de pessoas que visitaram as aldeias; safra colhida. Normas gerais: a infra-estrutura necessária para as atividades apontadas para essa zona deverá ser implementada nas aldeias já existentes e nas demais áreas definidas para os postos de fiscalização; a pesquisa só será permitida mediante aprovação dos Karo, Ikolen e Funai. Atividades: valorização cultural; construção de infra-estrutura necessária; desenvolvimento de pesquisas; manejo florestal de uso múltiplo; manejo de pesca e animais silvestres; educação ambiental; ecoturismo; extrativismo; manejo de roças; educação formal; atendimento à saúde; lazer.*

Zona Sagrada

Descrição: *destinada à proteção cultural e espiritual, onde somente os pajés e pessoas por eles autorizadas têm acesso. Objetivos: preservar locais sagrados; valorizar a cultura indígena; preservar os rituais; resgatar locais sagrados. Indicadores: número de locais sagrados resgata-*

dos; número de rituais realizados; locais sagrados preservados; jovens conhecendo rituais sagrados. Normas gerais: apenas será permitida a entrada do pajé ou de alguém por ele autorizado; não será permitido o desmatamento; serão apoiadas atividades que promovam o conhecimento sobre os rituais sagrados; não será permitida pesquisa. Atividades: realização de rituais na zona sagrada pelos pajés; fiscalização e vigilância.

Zona de Recuperação

Descrição: *área desmatada por invasores da TI. Objetivos: recuperar os ambientes naturais com espécies nativas ou de uso econômico. Indicadores: número de mudas plantadas; número de áreas recuperadas; número de projetos de reflorestamento desenvolvidos. Normas gerais: permitido o desenvolvimento de pesquisa voltado para recuperação de áreas degradadas mediante trabalhos orientados por projeto específico; a pesquisa só será permitida mediante aprovação dos povos indígenas Karo, Ikolen e Funai. Atividades: Plantio de mudas nativas; desenvolvimento de pesquisas sobre recuperação de áreas degradadas.*

Zona de Caça

Descrição: *área onde é permitida a caça. Objetivos: promover o manejo de fauna; respeitar o período reprodutivo; desenvolver pesquisas sobre a fauna; monitoramento da fauna. Indicadores: número de animais caçados; número de pesquisas de fauna desenvolvidas; aumento da presença de animais nessa zona. Normas gerais: não será permitida a caça por não-indígenas; serão respeitados os períodos reprodutivos; permitido o manejo da fauna; serão apoiadas atividades de pesquisa sobre fauna; não convidar não-indígenas para caçar ou pescar na TIII.*

Zona Primitiva

Descrição: *onde não pode haver desmatamento, porém são permitidas atividades de manejo de uso múltiplo e de animais. Objetivos: proteger toda a área dos igarapés Azul, Orquídea e Rio Machado; proteger a fauna e a flora; possibilitar a realização de pesquisas científicas em ambientes mais íntegros; permitir atividades extrativistas. Indicadores: região sem invasão; número de operações de vigilância e fiscalização; número de relatórios produzidos; número de inquéritos abertos. Normas gerais: fiscalização permanente pelos indígenas e periódica pela Funai; a fiscalização incluirá, eventualmente, períodos noturnos e será feita de acordo com as normas estabelecidas pelo Sepima; pesquisas científicas poderão ser autorizadas nesta zona mediante aprovação dos Karo, Ikolen e Funai; pesquisas científicas serão realizadas de acordo com as normas da Funai e disposições legais vigentes; só será permitida infra-estrutura voltada para a fiscalização; fiscalização e visitação ocorrerão por meio fluvial e a pé; não será permitida a permanência de espécies exóticas; todo lixo gerado, orgânico ou não, deverá ser removido do local e depositado em locais oficialmente definidos, por quem o produziu. Atividades: construir um Posto de Vigilância no Igarapé Azul com rio Machado; realizar fiscalização a cada três meses e vigilância permanente.*

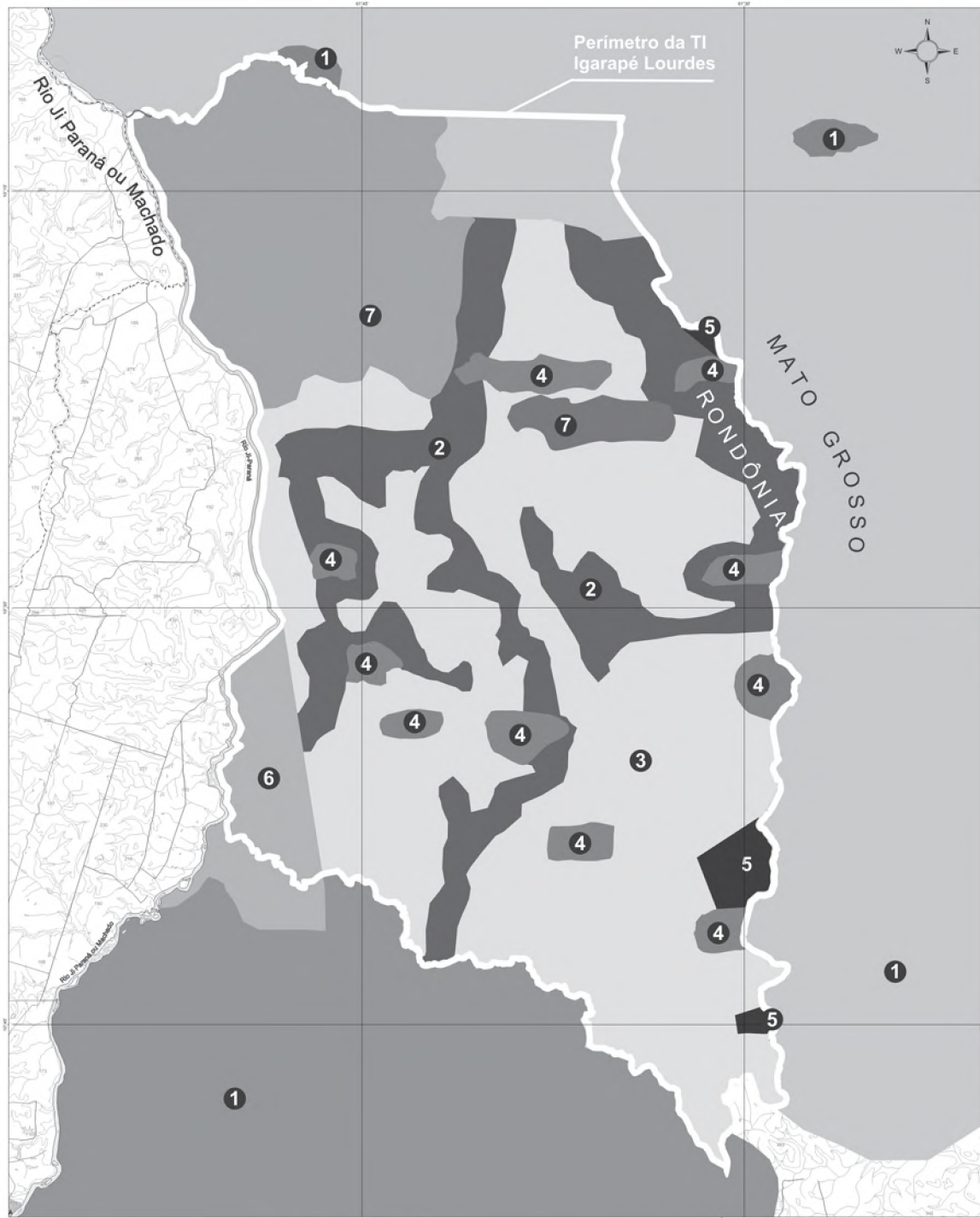


MAPA - ETNOZONEAMENTO

1:100.000

Terra Indígena Igarapé Lourdes

Diagnóstico Etno Ambiental Participativo da Terra Indígena Igarapé Lourdes



LEGENDA

- | | | |
|------------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 Zona de Resgate – Karo | 3 Zona de Produção | 6 Zona de Caça – Karo |
| 1 Zona de Resgate – Ikolen | 4 Zona Sagrada | 6 Zona de Caça – Ikolen |
| 2 Zona de Proteção Integral | 5 Zona de Recuperação | 7 Zona Primitiva |

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA



Escala 1:100.000



Projeção Geográfica (Lat/Long)
Datum - SAD69



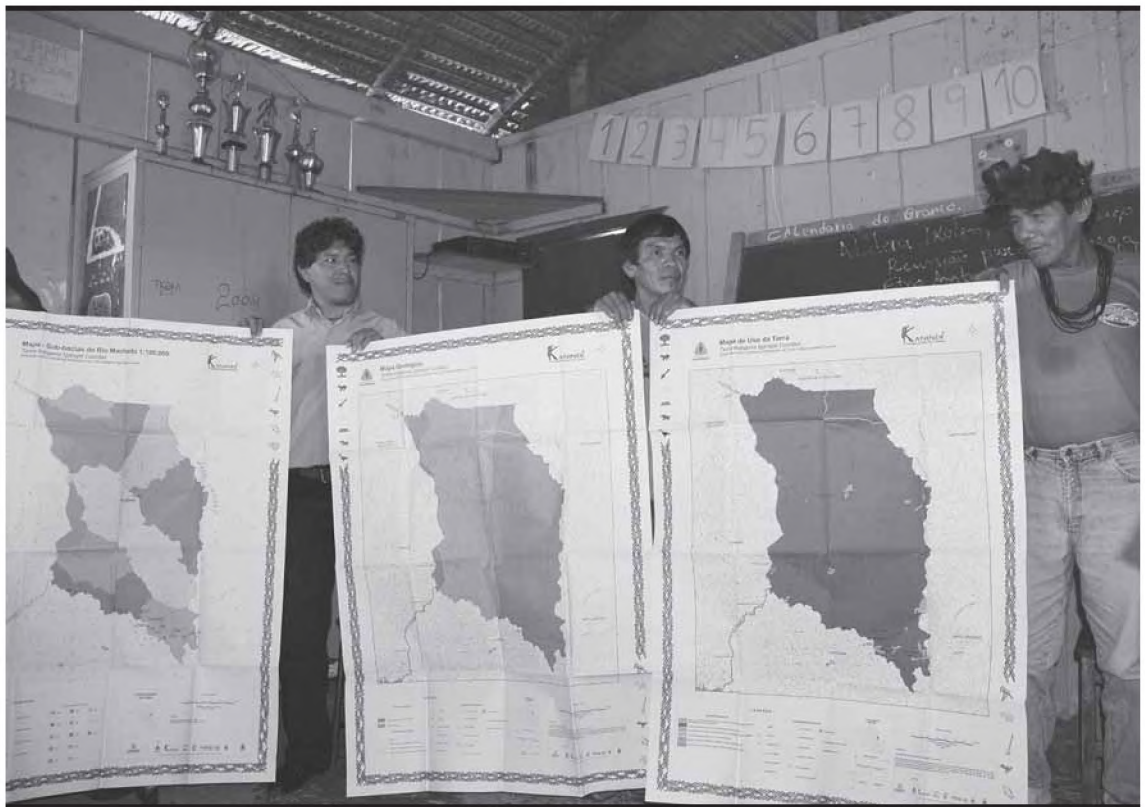
FONTES:

Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE
Associação da Defesa Etno-Ambiental - Kanindé

O mapa etnocultural com a disposição dessas zonas foi produzido em uma plenária, com a presença dos Karo e Ikolen, além de técnicos da Kanindé e Funai, mas estes limitaram sua participação ao esclarecimento de dúvidas pontuais dos indígenas. Assim, as lideranças mais antigas e os jovens desenharam cada zona, cruzando as informações que haviam sido tiradas em cada grupo de trabalho indígena. Terminadas as atividades, foram repassados os mapas para que os técnicos pudessem proceder com os trabalhos de geoprocessamento necessários à formatação final. Os Karo e Ikolen selecionaram os melhores desenhos produzidos nas aldeias por crianças e adultos e repassaram aos técnicos para que fossem utilizados nos 26 mapas produzidos durante o diagnóstico.

Definido o etnozonoamento, passou-se para a fase de planejamento e propostas de atividades para cada zona, que passaram a compor os Programas Temáticos do Plano de Gestão. A gestão da

TI Igarapé Lourdes vem sendo realizada pelas seguintes instituições: Funai, Funasa, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, Associação do Povo Indígena Arara (Apia), Associação do Povo Indígena do Igarapé Lourdes (Apiil), Organização Panderej. Essas instituições, contudo, vêm encontrando dificuldades em implementar suas ações, devido à falta de pessoal qualificado, de infra-estrutura, de conhecimento sobre as singularidades culturais (no caso dos órgãos públicos); de recursos humanos e financeiros; de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico dos povos indígenas; de conhecimento em gestão administrativo-financeira e de legislação (no caso das associações indígenas); de conhecimento sobre o funcionamento do movimento indígena (no caso dos órgãos públicos); de conhecimento sobre as potencialidades da TI. Mas nem por isso a iniciativa deixa de representar um importante passo na resolução desses impasses, que devem ser resolvidos ou amenizados por meio de uma gestão integrada e participativa. (maio, 2006)



Índios Gavião mostram mapas da TI Igarapé Lourdes: à esquerda, as sub-bacias do Rio Machado; ao meio, o mapa geológico do território e, à direita, o mapa de uso da terra.

ISRAEL VALE/KANINDÉ

A Monocultura como Referência

Edmundo Antonio Poggion

Antropólogo/Unesp

POVOS INDÍGENAS COMO OS URU-EU-WAU-WAU E OS AMONDAWA TROCAM SEU SISTEMA TRADICIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELA PRODUÇÃO INTENSIVA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMO MILHO, CAFÉ E FEIJÃO

Um fenômeno curioso e trágico está acontecendo nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Uma espécie de onda gigante e seca que revolve a terra e os pensamentos na busca de um processo produtivo que tem como referência a monocultura. Com um efeito tipicamente ondular, também os povos indígenas, dentre eles os de contato relativamente recente como os Uru-eu-wau-wau e os Amondawa trocam seu sistema tradicional de atividades econômicas pela produção intensiva, ora de café, ora de feijão, ora de milho híbrido. Certa vez eu perguntei: Mas vocês comem o feijão que plantam? E um Amondawa respondeu: – Não, é para vender.

Com a vitória de Blairo Maggi para governador do estado do Mato Grosso, ganhou força essa visão desenvolvimentista que já vinha sendo gestada na região. Há alguns anos, surgiu a proposta de se organizar um corredor fluvial para levar a produção de soja pelos rios Madeira e Amazonas até o Porto de Itacoatiara. Embora não tenha vingado o empreendimento, a proposta criou um certo modelo de produção. Assim, mesmo sem a hidrovia, o estado de Rondônia e sul do Amazonas têm passado por levadas sucessivas de migrantes que adentram cada vez mais para o norte. Além disso, percebe-se localmente ondas de crenças em certos produtos que trarão a solução para o que se considera o “atraso regional”: soja, arroz, milho híbrido, feijão vêm em fluxo, como ondas que começam e arrefecem. Em 2003, o café era a vedete em Rondônia, e no sul do Amazonas ainda era o arroz.

CONSEQÜÊNCIAS

As conseqüências desse processo são três. A primeira é a devastação do entorno das Terras Indígenas (TIs), o que impede o livre trânsito de animais (que, muitas vezes, afluem aos bandos

nas aldeias) e causa o descontrole dos ciclos ecológicos. Na segunda, depois de devastado o entorno da TI, a cobiça recai sobre a própria: último local com madeiras e animais de caça, torna-se foco de interesse por parte desde pequenos produtores que querem construir uma casa e comer caça até madeireiros e grandes produtores agrícolas. A terceira conseqüência diz respeito à influência inevitável que o discurso desenvolvimentista exerce sobre a população indígena. Na região, os chefes de posto da Funai são, em geral, técnicos agrícolas que participam ativamente da vida regional. O fato de o órgão público estar totalmente sem recursos faz com que esses funcionários busquem alternativas econômicas para as aldeias através da mão-de-obra indígena. Participando de uma visão de que a cultura indígena precisa desenvolver-se, estimulam a produção monocultora e tentam quebrar com modelos econômicos tradicionais, não permitindo o acesso das mulheres à roça e impondo (muitas vezes sem o saber) o fim dos grupos domésticos. Por conseguirem estabilizar a situação financeira nas aldeias de maneira autônoma (com comida e combustível, pelo menos), gozam de boas referências. Tais funcionários, por sua vez, agem dessa maneira por absoluta falta de alternativas na busca de soluções para os problemas decorrentes da falta de recursos nas aldeias.

Em Rondônia, os Jupaú (autodenominação dos Uru-eu-wau-wau) e os Amondawa vivem de maneira intensa esse fluxo, que objetiva forçar novas frentes de expansão e acaba atingindo diretamente a população indígena.

Dentre as diversas pequenas invasões, que sempre ocorrem na TI Uru-eu-wau-wau, a de 2003 foi bastante significativa. Orquestrada por ex-funcionários públicos e com apoios obscuros, cerca de 3 mil famílias tomaram parte do território indígena [*ver aconteceu*]. O grupo intitulava-se “Liga dos Camponeses Pobres” e tinha a intenção de desenvolver projetos agrícolas no interior da TI. Assim, com as circunstâncias de tais invasões, e mesmo com as críticas que se fazem aos modelos econômicos propostos pelas frentes de expansão, os povos indígenas, mesmo que sejam de contato relativamente recente, não ficam imunes a essa mentalidade desenvolvimentista.

O MODELO TRADICIONAL DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA EM DECADÊNCIA

O contato com os Uru-eu-wau-wau data do início dos anos de 1980 e ocorreu na região central do estado de Rondônia. Depois se descobriu que o nome – Uru-eu-wau-wau – era uma denominação dada pelos Oro-wari, povo Txapakura que vive na mesma região. Os Uru-eu-wau-wau se autodenominam Jupaú, “os que usam jenipapo”, e não é o único grupo falante da mesma língua na região. De fato, um termo genérico, que não é autodenominação, ficou como registro geral para os diversos grupos falantes da mesma língua.

Depois do contato com os Jupaú, os Amondawa aproximaram-se em um dos postos (Posto Comandante Ary) para curar seus doentes, já acometidos por doenças como gripe e pneumonia. Ficaram registrados como um subgrupo Uru-eu-wau-wau. Em tempos recentes sabe-se que os Amondawa chegaram a viver próximos dos Jupaú, mas por questões de diferenças internas partiram para longe. A reaproximação parcial ocorreu apenas depois do contato. Ainda assim, a aliança entre eles é muito difícil e são poucos os casamentos acordados entre os dois grupos. Além dos Jupaú e Amondawa, diversos grupos isolados ainda vivem na TI Uru-eu-wau-wau. Alguns, inclusive, são reconhecidos como parentes que recusaram o contato, como é o caso dos Jurure'i.

Os Amondawa somam hoje 86 indivíduos vivendo numa única aldeia denominada Trincheira (2003). Há alguns anos a aldeia ainda era constituída por duas grandes casas comunais, conhecidas como Tapya. Cada uma dessas casas tinha um chefe e a relação entre eles era de germanidade. Atualmente, continuam sendo esses os líderes importantes a partir dos quais se constituem as novas lideranças e a divisão espacial da aldeia.

Os Jupaú vivem divididos em diversas aldeias distribuídas pelo território. Embora as rupturas internas sejam características desses grupos, a configuração atual em pequenas aldeias parece ser estimulada pela FUNAI. Os Jupaú somam 84 indivíduos vivendo em quatro aldeias (2003). A maior delas possui 34 pessoas e a menor 08.

O modelo tradicional de organização econômica Tupi-Kagwahiva (de que fazem parte os Jupaú e Amondawa) parece estar em franca deca-

dência cedendo lugar ao processo produtivo coletivo e em maior escala. Veja-se que numa sociedade em que há o serviço da noiva, é fundamental que os genros trabalhem periodicamente para seus sogros. As atividades costumam estar voltadas para os ciclos ecológicos e o apoio do genro é, em geral, nas atividades agrícolas. No entanto, em algumas aldeias Jupaú houve uma quebra do sistema tradicional de grupos domésticos e das atividades que articulavam economia e parentesco. Atualmente há a divisão sexual do trabalho de maneira linear. Os homens trabalham em grandes roçados de mandioca para a produção de farinha, que será posteriormente comercializada no mercado regional.

Já na aldeia dos Amondawa, há núcleos que formam seus roçados em conjunto de maneira próxima aos tradicionais grupos domésticos. No entanto, até recentemente as mulheres não podiam ir até os roçados. Os homens saíam logo pela manhã para o trabalho e voltavam ao pôr-do-sol. As crianças ficavam encarregadas de levar comida ou cauim de milho em diversos horários do dia aos seus pais. As roças, longe do modelo tradicional, produzem feijão, milho híbrido ou café. Há grandes extensões de mandioca para a farinha, que funciona como uma espécie de moeda de troca no mercado regional. É comum o custo de produtos eletroeletrônicos serem calculados em sacas de farinha. Convém destacar que a aldeia Trincheira do povo Amondawa possui energia elétrica, o que possibilita o acesso a um conjunto de bens consideráveis. Boa parte das casas possui televisão, geladeira, aparelho de som. A maioria conta também com fogões a gás. Quase todas as casas são construídas com uma base de tijolo e piso de cimento queimado.

Nesse cenário, vemos os desejos afluírem para um processo produtivo exógeno. A bebida do cotidiano, o cauim, começou a ser elaborada com o chamado milho duro, o milho comum das roças regionais, enquanto as sementes tradicionais vão gradativamente se perdendo. O aumento da escala de produção começa a exigir cuidados especiais e há a necessidade de equipamentos técnicos, tais como trilhadeiras para retirar o milho do sabugo.

seqüentemente, devido à demanda, há uma intensiva produção nas aldeias de Rondônia. Com isso, tanto os Jupaú quanto os Amondawa intensificam suas atividades agrícolas e deixam pouco tempo para outras ocupações.

No caso dos Jupaú, há um esforço concentrado na produção de farinha. Já os Amondawa, além da farinha, produzem também milho híbrido, café e feijão. No entanto, esses produtos que acompanham as ondas regionais acabam tendo valor reduzido devido à grande quantidade disponível no mercado.

ALTERNATIVAS

Em tempos mais recentes, começaram as tentativas de reverter tal quadro. Dois projetos financiados pelo Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) foram aprovados: um para o povo Jupaú e outro para o povo Amondawa. O projeto dos Amondawa não é de economia, mas de fiscalização e vigilância. Havia a neces-



EDMUNDO ANTONIO FEGGION, 2003

Homem Jupaú casado com mulher Amondawa fabrica flecha na aldeia Trincheira.

sidade premente de estabelecer visitas a diversas partes do entorno da aldeia Trincheira e também a antigos locais de habitação, nas proximidades do rio Cautário. As viagens de fiscalização e vigilância seriam úteis também para reviver um pouco da memória já que muitos dos Amondawa (inclusive algumas das atuais lideranças) pouco conhecem as aldeias antigas por onde passaram quando ainda muito jovens. Permitiriam também um mapeamento preliminar de produtos que podem render, no futuro, uma estabilidade sustentável como a castanha e o açaí liberando-os um pouco do trabalho intensivo nos roçados.

Já o projeto aprovado para os Jupaú ficou concentrado na intenção do desenvolvimentismo. Como havia a insistência dos Jupaú em um projeto com o foco na produção de farinha, produto comum na região, tentou-se criar um diferencial que gradativamente poderá levar à criação de um selo certificado de produção indígena. Seria uma forma de valorizar um pouco mais a farinha que toma tanto tempo dos Jupaú e que já é tida como de boa qualidade no mercado regional. No entanto, esse caso mostra como já se criou de fato uma situação de influência das frentes de expansão próximas que têm atingido frontalmente os povos indígenas.

Um ponto que chama a atenção é que na mesma região há um exemplo forte de alternativa a esse desenvolvimentismo que vem de um grupo de produtores agrícolas não-indígenas. Trata-se da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto D´Oeste

(APA). É uma entidade que produz, de maneira não destruidora, mel, palmito, doces de frutas e farinha de babaçu. Antenada com outros mercados, a APA já consegue escoar sua produção para o exterior do Brasil. Por ser, aparentemente, comprometida com alternativas sustentáveis, a APA presta assessoria a outros produtores e até mesmo aos povos indígenas da região. Numa visão panorâmica, a APA é uma ilha nesse mar de monoculturas.

Mas a solução não se basta na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade deve ancorar-se na reprodução de um conjunto de relações tradicionais que movem a sociedade. O órgão indigenista sem recursos, os povos indígenas com suas necessidades e as frentes de expansão que impõem a busca de alternativas através de um modelo único são as três faces do problema. A alteração do sistema tradicional, articulador da economia, da política e do parentesco é só a superfície de um processo transformador que pode implicar num dístico cruel: salva-se a sociedade, perde-se a cultura.

Ainda não se pensou que o apoio econômico aos povos indígenas ganharia muito se conseguisse um registro no próprio modelo indígena. Ganhariam os povos indígenas, que poderiam continuar reproduzindo seu sistema tradicional e ganharíamos nós, que teríamos exemplos de outras propostas para poder refletir sobre o nosso tão homogêneo e hegemônico sistema. (fevereiro, 2006)

TI Uru-eu-wau-wau e o Parque Nacional de Pacaás Novos

Thiago do Val Simardi Boraldo

Analista Ambiental do Parque Nacional de Pacaás Novos

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES E COMUNIDADES INDÍGENAS COMEÇAM A UNIR FORÇAS PARA UMA GESTÃO INTEGRADA DA ÁREA

A Terra Indígena Uru-eu-wau-wau (TIUEWW), cuja porção central é sobreposta ao Parque Nacional de Pacaás Novos (PNPN), é uma área que abrange mais de um milhão e meio de hectares em 13 municípios do estado de Rondônia, fazendo parte do Corredor Ecológico Itenez-Mamoré. Um trabalho conjunto de apoio, proteção e conservação da área vem sendo realizado pelos povos Jupaú, Amondawa e Oro-in, Funai, Ibama e a ONG Associação de Defesa Etno-ambiental Kanindé. Essa iniciativa representa uma importante reversão no histórico de discussão e desavença protagonizadas pelo Ibama e a Funai.

Em razão da sobreposição, ambos os órgãos federais vinham disputando quem teria mais poder na área e qual decreto de criação teria mais valor. Afinal, o Parque foi criado primeiro, mas o Art. 231 da Constituição afirma serem nulos atos emitidos sobre Terras Indígenas, e, entretanto, a preservação ambiental também está prevista na Constituição. Funai e Ibama têm um histórico de recusa em ceder ou negociar soluções conjuntas. De modo geral, um órgão desconhece a realidade e os objetivos institucionais do outro. O Ibama acredita que a Funai não se preocupava com a conservação da biodiversidade. Por sua vez, a Funai supõe que o Ibama não se interessava pelos direitos das comunidades indígenas. E ainda hoje existem funcionários nos dois órgãos que mantêm essa postura, apostando na separação das áreas como única forma de resolver o impasse.

Essa desavença acabou servindo de argumento para o efetivo abandono da área. Parte do Ibama não vê a área como Unidade de Conservação e, portanto, não se motiva a investir; parte da Funai rechaça qualquer iniciativa externa que não seja fiscalização com medo de modificar o modo de vida indígena. Ocorre,

porém, que nenhum dos dois órgãos possui infra-estrutura e pessoal suficiente para atender à demanda de apoio e proteção da área de forma satisfatória. Na falta do Estado, madeireiros, garimpeiros e posseiros vinham constantemente invadindo a área. Essas práticas somente foram parcialmente reprimidas graças a ações de defesa isoladas dos indígenas, Kanindé, do Ibama e da Funai.

Os povos da região sabem que dependem dos recursos do ambiente para manutenção do seu modo de vida e por esse motivo têm interesse na sua proteção. Cada vez mais, querem desenvolver junto com o Ibama e a Funai as atividades de proteção. Nessa conjuntura de órgãos federais enfraquecidos e sucateados, a sobreposição associada a uma gestão compartilhada pode ser uma forma de melhorar a proteção da biodiversidade e dos índios terem seu território protegido. Assim, aquilo que motivava conflito hoje está se convertendo em oportunidade. Os órgãos governamentais, entidades e comunidades indígenas começam a unir forças.

Entre tanta discussão a respeito de unidades que ocupam o mesmo espaço, este caso pode ser um projeto piloto para se verificar a real condição de uma gestão conjunta, desde que seja tratado com seriedade pelas instâncias institucionais superiores.

FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

A idéia da formalização da parceria entre Funai e Ibama já é proposta pela Kanindé há muitos anos, mas começou a ganhar corpo no final de 2003. Com o objetivo de fazer a revisão do Plano de Manejo do Parque, elaborado em 1984, o Ibama solicitou à Funai autorização para a entrada de pesquisadores. Durante as reuniões, percebeu-se que a melhor maneira de encaminhar os trabalhos das duas entidades na área seria a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre as partes. Dessa forma, legalizaria a entrada dos pesquisadores e legitima-

ria um trabalho de parceria na fiscalização (que na prática já vem ocorrendo). Sem essa formalização, o Ibama não tem autoridade legal para entrar na TI para verificar uma invasão, tampouco aplicar recursos de conversão de multa em projetos da Funai, ou conseguir recursos externos de fontes financiadoras, pois as agências entendem que a área está em conflito.

Durante o ano de 2004, o TCT tramitou por várias instâncias dos dois órgãos, sem, contudo, chegar a ser assinado. Não podendo mais esperar, em 2005, o PNPB iniciou revisão de seu Plano de Manejo. Como o termo não havia sido assinado, optou-se por uma revisão sem a entrada de pesquisadores na área, de modo que não foi realizado inventário ou levantamento científico para subsidiar a revisão. Estão sendo utilizadas informações secundárias e a única pesquisa feita foi sobre o contexto sócio-econômico do entorno do Parque.

Entretanto, o Parque vem se valendo de encontros de planejamento, previstos no Roteiro Metodológico, para tentar formalizar a parceria com a Funai. Já foram realizadas algumas reuniões e oficinas, sendo que cada vez mais as partes estão atentando para as vantagens de trabalhar em conjunto, como mostra a carta com as resoluções finais da Reunião Técnica de Alinhamento. Porém, não é um processo simples. Ainda existem muitas pessoas, em diferentes níveis hierárquicos, que são contra a idéia da gestão compartilhada, tanto no Ibama quanto na Funai, razão pela qual, passados dois anos, ainda não conseguimos assinar o Termo de Cooperação.

GESTÃO COMPARTILHADA

Caso a proposta de cooperação chegue a um bom termo, deverão ser implantados postos de vigilância e pesquisa em conjunto, de modo a proporcionar a troca de experiências de funcionários dos órgãos e o compartilhamento das dependências, sem prejudicar ou interferir na vida das comunidades.

Em relação ao intercâmbio entre os atores locais, os chefes de postos são pontos-chave na transferência do conhecimento entre índios e pesquisadores. A Funai apresentou uma demanda específica para nivelamento de conhecimento entre os chefes dos postos indígenas e demais funcionários ligados à área. O Ibama se comprometeu a auxiliar, com a participação da ONG Kanindé. No diagnóstico etnoecológico realizado por essa ONG para a TIUEWW, a participação indígena foi efetiva, transmitindo aos pesquisadores importantes informações sobre a fauna e flora locais.

Concernente ao Plano de Manejo, será organizada uma comissão coordenada pela Funai encarregada de visitar cada uma das aldeias e fazer os esclarecimentos pertinentes. Nesses encontros, será solicitado o consentimento prévio para o início das ativida-

RESOLUÇÕES FINAIS DA REUNIÃO TÉCNICA DE ALINHAMENTO ENTRE FUNAI E IBAMA

1. *Estamos transformando o (ex) conflito da sobreposição em oportunidade;*
2. *O plano de manejo está tendo papel fundamental para a consolidação da parceria Funai/Ibama;*
3. *O planejamento e a execução serão participativos;*
4. *Vamos trabalhar com o Roteiro Metodológico do Ibama e a metodologia etno-ecológica da Funai;*
5. *Realizamos com sucesso a 1ª e 2ª etapas do plano de manejo numa ação conjunta entre Ibama, Funai, Kanindé, povo Jupaú;*
6. *A Funai definirá com o Ibama o zoneamento da UC, será também feita consulta à Kanindé e Jupaú;*
7. *Os locais definidos nos estudos como zona de presença e ocupação de índios isolados serão base para o zoneamento e definidas como área intangível pelo Ibama;*
8. *Após realização do plano de manejo, a descoberta de nova presença ou ocupação de índios isolados implicarão medidas imediatas de interdição com posterior alteração no zoneamento;*
9. *Todas as pesquisas obedecerão aos tratados vigentes e licenças do Ibama e Funai;*
10. *As pesquisas levarão em consideração o conhecimento científico e o conhecimento das populações tradicionais;*
11. *Garantir-se-á a participação da comunidade indígena e chefes dos Postos Indígenas (ou representante da Funai) em todos os levantamentos de campo;*
12. *Todas as ações devem ser confirmadas/registradas por ambas as partes.*

des. Depois das reuniões em cada aldeia, será realizada uma reunião geral para uma síntese final das propostas indígenas.

Os índios têm um patrimônio histórico cultural e ambiental de inestimável valor para o país. Sabem que dependem dos recursos naturais para manutenção do seu modo de vida e por esse motivo têm total interesse na preservação do mesmo. Eles não aceitam restrições de uso, mas sabem da pressão antrópica e reconhecem que precisam do auxílio do Ibama e da Funai para proteção de suas terras. Além disso, ações na área de saúde, educação ambiental e alternativas de renda sustentáveis podem ser apresentadas como contrapartidas no cumprimento das responsabilidades assumidas na gestão ambiental do território. Nesse cenário, a proposta de uma gestão compartilhada não significa restringir a liberdade de ação dos índios, mas propor acordos e delegar-lhes responsabilidades. (dezembro, 2005)

GERAL

**MAIS DE 80% DAS
TIS ESTÃO INVADIDAS**

Sete de Setembro, Roosevelt, Parque Aripuanã, Tubarão Latundê, Laje, Karipuna, Ribeirão, Rio Mequém, Kwaza, Igarapé Lourdes, Sagarana, Pacáas Novos, Ocaia, Omerê, Cinta Larga e Uru-Eu-Wau-Wau. Estas são apenas algumas das reservas indígenas invadidas no Estado. Na divisa de Rondônia com o Mato Grosso, também estão invadidas as terras dos Zoró, Aripuanã, Serra Morena, Nambiquara e Vale do Guaporé. Rondônia possui 20 reservas indígenas, habitadas por cerca de 36 diferentes etnias, com uma densidade populacional que varia de 800 (Sete de Setembro) a 28 indivíduos (Karipuna). De acordo com levantamento do Cimi, 80% dessas terras têm algum tipo de invasão – permanente ou esporádica. *(Estadão do Norte, 06/08/03)*

**MADEIREIROS E FISCAIS
DO IBAMA SÃO PRESOS**

A PF prendeu na madrugada de ontem em Ariquemes, a 200 km de Porto Velho, dez empresários madeireiros e três fiscais do escritório local do Ibama, envolvidos num esquema de corrupção e retirada ilegal de madeira de unidades de conservação e reservas indígenas. A operação chamada de "Setembro Negro" foi acompanhada pelo diretor executivo da PF, Zulmar Pimentel dos Santos. *(Oesp, 17/09/03)*

SAÚDE

**CONVÊNIO ENTRE
PREFEITURA E ONG**

O prefeito Melki Donadon, de Vilhena (RO), assinou convênio de assistência à saúde indígena, com a ONG Proteção Ambiental Cacaolense (Paca), que é a instituição não governamental responsável pelo acompanhamento dos índios do pólo de Vilhena, ligado ao DSEI. Os recursos são federais, que o município administra repassando diretamente, através de convênio com o Paca. O Ministério da Saúde criou o convênio em 1999. Com o município de Vilhena, o convênio só começou a ser firmado em 2002. O convênio assinado na semana passada dá continuidade à parceria entre prefeitura e Paca. *(Estadão do Norte, 22/07/03)*

**ÍNDIOS DO DSEI PORTO
VELHO PROTESTAM**

Mais de cem lideranças representando 36 povos indígenas, da região de abrangência do

DSEI Porto Velho, estão concentrados naquela cidade, "para denunciar o descaso com a saúde indígena, que tem dificultado e até colocado em risco a vida das populações originais aldeadas". Entre os problemas que caracterizam esse descaso, segundo Carta Aberta divulgada pela Cunpir, estão: o atraso no repasse dos recursos por parte da Funasa; a consequente falta de recursos para custear o deslocamento dos doentes; a precariedade das Casas de Atendimento à Saúde Indígena (CASAs) e o registro de 27 óbitos no período de janeiro a setembro de 2003. *(Coiab, 15/10/03)*

**FUNASA ASSUME
SAÚDE INDÍGENA...**

O presidente da Funasa, Valdi Camarcio Bezerra, anunciou sexta-feira a nova política de atenção à saúde indígena dirigida a todas as comunidades indígenas do Brasil, que passa a ser gerida pela fundação. O pronunciamento de 12 minutos foi transmitido, via Embratel, e acompanhado em Porto Velho por técnicos da Funasa e pelo coordenador regional do órgão, Josafá Piauhy Marreiro. Também presenciaram o comunicado representantes das comunidades indígenas. *(Estadão do Norte, 17/03/04)*

**... E DENUNCIA DESVIO
DE R\$ 1 MI**

O superintendente da Funasa, Josafá Marreiros, denunciou o desvio de cerca de R\$ 1 milhão pela ONG Paca. Com dinheiro do Ministério da Saúde, ela construiu postos e casas de saúde, garantindo atendimento a índios de diversos municípios em Rondônia. A estrutura custou aos cofres públicos quase R\$ 8 milhões. Marreiros explica que o acúmulo de irregularidades nas prestações de contas de entidades não-governamentais foi facilitada pela centralização do controle em Brasília a partir do ano passado. A coordenadora da Paca, Maria Barcellos, nega o desvio de dinheiro. *(Oesp, 12/06/04)*

**COIAB ASSUME AÇÕES
COMPLEMENTARES NOS DSEI'S**

A Coiab, por acordo entre lideranças e presidentes dos Conselhos dos DSEI's de Porto Velho e Vilhena e a Funasa, assume emergencialmente ações complementares no Convênio de saúde indígena de ambos os distritos. A decisão resultou da reunião das lideranças com a Funasa, realizada em Porto Velho, no dia 23/09. A Funasa insistiu em assinar convênio com a Universidade Federal do Pará, mas os índios se opuseram, dizendo que não queriam a ingerência de nenhuma entidade de fora. *(Coiab, 27/09/04)*

**DESCASO NA SAÚDE
REVOLTA LIDERANÇAS**

Revoltados com a situação de descaso com que está sendo tratada a saúde dos povos indígenas de Rondônia, lideranças de 52 povos se reúnem nesta quinta-feira, 23/09, com representantes da Funasa, para discutir o destino dos Dsei's de Porto Velho e Vilhena, cujas ações estão paralisadas há mais de três meses, por falta de decisão sobre quem deverá assumir ambos os Distritos. Nos últimos anos o DSEI de Porto Velho foi gerenciado pela Cunpir e o de Vilhena pela ONG Proteção Ambiental Cacaolense (Paca). (Coiab, 22/09/04)

**ÍNDIOS FAZEM PROTESTO
EM JI-PARANÁ**

Cerca de 150 índios das tribos Uru-Eu-wau-wau, Gavião, Arara e Zoró protestaram na manhã de ontem no pólo de saúde indígena de Ji-Paraná. O motivo que levou os índios a protestar foi a falta de medicamentos nas tribos. Para eles, os povos indígenas não estão recebendo atenção por parte das autoridades responsáveis. Nos últimos 6 meses duas mortes foram registradas nas tribos por falta de assistência médica. O protesto foi pacífico. Os índios se concentraram em frente à Casa do Índio no bairro Nova Brasília, 2º distrito. *(Diário da Amazônia, 15/12/04)*

**FUNASA DISCUTE SAÚDE
COM LIDERANÇAS INDÍGENAS**

Terminou ontem, em Alta Floresta, a reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CDSI) de Porto Velho. Durante os três dias, técnicos da coordenação regional da Funasa e lideranças indígenas avaliaram e discutiram propostas visando melhorias no atendimento de saúde as comunidades indígenas atendidas pelo Dsei de Porto Velho. Estiveram participando da reunião, representantes da população de 7.099 índios, que vivem nas 90 aldeias localizadas nos municípios de Humaitá (AM), Guajará-Mirim, Porto Velho, Ji-Paraná, Jaru, Alta Floresta e Vilhena. Além de debater questões relacionadas à saúde, os técnicos da Funasa apresentaram aos representantes das comunidades indígenas, o Plano Distrital de Saúde Indígena para o período 2005/2007. *(Estadão do Norte, 03/06/05)*

EDUCAÇÃO

**PROJETO AÇAÍ VAI FORMAR
MAIS 126 PROFESSORES**

A Secretaria de Estado da Educação iniciou esta semana mais uma etapa do Projeto Açaí, séti-

ma etapa do programa, que habilita em magistério indígena, nível médio, 126 professores índios de 69 escolas localizadas em aldeias de várias etnias no Estado. Mais de três mil índios estarão sendo beneficiados diretamente pelo projeto, além de permitir a preservação da cultura indígena, que será repassada às novas gerações. Com validade regional, o programa é realizado em etapas e com currículo organizado de forma a atender as peculiaridades e conhecimentos necessários ao ensino bilíngüe às comunidades indígenas no Estado, as quais somam 33 grupos, que falam 18 línguas próprias. (*Rondoniágora, 26/11/02*)

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA É QUESTIONADA

O coordenador da Organização de Professores Índios de Rondônia (Opiron), Zacarias Gavião, e o tesoureiro da entidade, Arão Oro Nao, querem com urgência a atenção do governo para rever a implantação do Conselho Estadual de Educação Indígena. A proposta existe há algum tempo, mas, segundo os líderes indígenas, não atende à necessidade da comunidade nem às especificidades da educação. A reivindicação aconteceu na abertura da VIII Etapa do Projeto Açaí, o programa de formação em magistério indígena. (*Estadão do Norte, 27/06/03*)

PROFESSOR INDÍGENA TEM AULA NA ALDEIA

O governo do Estado está realizando uma outra etapa na formação de professores indígenas. Dessa vez as aulas estão sendo ministradas nas aldeias, em forma de estágio supervisionado e na elaboração do projeto político-pedagógico. As aulas começaram no começo da semana com práticas de ensino com enfoque nos temas citados, com direito a um seminário de avaliação dos professores indígena e diagnóstico sócio-linguístico. O trabalho vai durar 4 semanas, com a presença dos professores orientadores nas aldeias cumprindo carga horária necessária para execução do curso. Atualmente o Estado tem 67 escolas indígenas, com um total de 2.918 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que apenas quatro estão sob administração dos municípios. (*Estadão do Norte, 18/06/04*)

GAVIÃO E ARARA APRESENTAM REIVINDICAÇÕES

Professores indígenas da etnia Gavião e Arara se reuniram com o secretário de Estado da Educação, César Licório, para pedir melhorias para educação escolar indígena. No encontro estavam presentes as lideranças indígenas

Zacarias Gavião, Josias Gavião, Iram Gavião e Célio Arara, e o atual coordenador da educação indígena da secretaria de educação, Narai Agoteme Suruí. Entre os pedidos apresentados pelas lideranças estão a regularização do projeto Açaí, que já está em fase final de execução e depende de um parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE), definição de parcerias para realização de ensino superior indígena, concurso público para contratação específica de professores indígenas, ensino médio na aldeia, construção e reforma de escolas. (*Estadão do Norte, 29/06/05*)

SAÚDE

ISOLADOS NA TI URU-EU-WAU-WAU AMEAÇADOS

Madeireiros e grileiros de São Francisco do Guaporé (RO), estão invadindo a TI Uru Eu Wau Wau e colocam em risco a existência dos índios isolados que moram nas cabeceiras do Rio Cautário. Fomos informados por moradores da região que a invasão está se dando a partir das linhas 4, 5, 6 e 7 que saem da BR-429 em direção à terra indígena e é puxada por garimpeiros de madeiras que operam livremente em São Francisco do Guaporé, sucedida por grileiros. Desde o ano passado, estão saqueando madeiras nobres da reserva (dia e noite), inclusive mogno e já estariam operando a uns 30 km no interior da reserva. (*João Alberto Ribeiro, Ecoporé, 11/05/01*)

ENCONTRADA NOVA COMUNIDADE INDÍGENA

A operação que deveria detectar derrubadas ilegais e invasores de terra no Parque Nacional do Pacaás Novos, resultou no encontro de uma comunidade indígena no meio da selva. A operação realizada pela 2ª Gerência do Ibama, em Ji-Paraná e Funai, resultou também na retirada de dezenas de invasores que já tinham acampamento a 4 quilômetros de onde existem os tapiris. O parque fica entre os municípios de Alvorada do Oeste e São Miguel do Guaporé, na localidade denominada Serra das Onças, região do Vale do Guaporé. "Podemos constatar que são aproximadamente oito índios que vivem isolados sem nenhum contato com o homem branco. Quando nos aproximamos de helicóptero uma índia ameaçou com arco e flecha. Mas ao ver a aeronave de perto, a índia se escondeu no meio da mata. Conseguimos ver algumas panelas e uma lona preta por cima da cabana o que nos leva crer que eles pegaram nos barracões que eram usados por madeireiros que invadiram o Parque para explorar madeira de forma irregular", disse o

gerente do Ibama em Ji-Paraná, Valmir de Jesus. (*Diário da Amazônia, 06/05/05*)

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

CUNPIR DIVULGA CARTAS AOS CANDIDATOS

A Cunpir, Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas divulgou hoje duas cartas. A carta aberta é endereçada aos candidatos a governador de Rondônia, estado onde fica a sede da Cunpir. A iniciativa visa apresentar um panorama da realidade indígena da região. O objetivo é que os candidatos apresentem em público suas propostas referentes às questões mais pertinentes aos povos indígenas da região: proteção das terras, ações de saúde, educação escolar e melhoria na qualidade de vida. Na carta proposta ao candidato Lula a entidade coloca uma série de fatores que trazem preocupação aos povos por ela representados: a extração ilegal de minérios, a proposta de transferir da Funai para o Senado Federal a competência de demarcar terras indígenas e a insuficiência das verbas federais destinadas à saúde indígena. (*Amazônia.org.br, 22/08/02*)

MAIS DE R\$ 2 MILHÕES SOMEM DE ONG

O cacique Almir Suruí, de 35 anos, confirmou que a dívida da Cunpir ultrapassa R\$ 2,2 milhões. Ele está investigando há um mês o desaparecimento de dinheiro, que resultou no afastamento do ex-presidente da ONG, cacique Antenor Karitiana. Como não houve prestação de contas, a Funasa e a WWF suspenderam convênios com a Cunpir, que representa 42 nações indígenas e 10 mil índios. O convênio com a WWF tinha 10 anos. A ONG indígena deve a fornecedores de combustível, medicamentos e material de expediente aproximadamente R\$ 2 milhões. Além disso, existe uma dívida trabalhista de R\$ 200 mil e não há comprovante do gasto de R\$ 64 mil repassados pela WWF. (*Nilton Salina, Oesp, 18/03/04*)

MOVIMENTO INDÍGENA ESTÁ ENFRAQUECIDO, DIZ SURUI

Durante dois dias, indígenas dos povos Oro Nao, Cinta Larga e Suruí discutiram em assembléia da Cunpir estratégias para o fortalecimento do movimento indígena em Rondônia. Não se trata de um fortalecimento interno, mas externo. É o refazimento da imagem da Cunpir que ficou desgastada após episódios de desvio

de verbas do convênio com a Funasa. (Marcela Ximenes, *Estadão do Norte*, 20/04/05)

ÍNDIOS APÓIAM GREVE DA FUNAI

Representantes de 9 etnias indígenas de Rondônia e Sul do Amazonas estiveram, na manhã de ontem, em frente ao prédio da Funai para dar apoio aos servidores que aderiram ao movimento grevista nacional de todos os órgãos federais. Segundo o presidente da Coordenação de Fortalecimento de Movimento Indígena do Estado de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste, José Saterê-Maué, há mais de 20 anos que é feito o acompanhamento das ações da Funai em Rondônia, mas esta é a primeira vez na história do Brasil que os indígenas participam de uma paralisação dos servidores federais. (Rondineli Gonzalez, *Estadão do Norte*, 16/03/05)

KARIPUNA

TI KARIPUNA ESTÁ INVADIDA POR MADEIREIROS

A TI Karipuna, no município de Nova Mamoré em Rondônia, está sendo invadida por madeireiros que atuam na região. A Funai já foi alertada sobre a situação e até o momento nenhuma providência foi tomada. A região situada próxima ao Parque Estadual de Guajará Mirim, na bacia do rio Jaci-Paraná, vem sofrendo com a ação desenfreada de saqueadores e oportunistas. (Ivaneide Bandeira, *Associação Kanindé*, 04/04/03)

KARITIANA

SANGUE DE ÍNDIOS É VENDIDO PELA INTERNET

O MPF de Rondônia investiga denúncia de comercialização on-line de sangue de índios Karitiana e Suruí. O material, segundo a advogada Maria Cecília Felipini, do Cimi, é oferecido no site da organização americana Coriell Cell Repositories, que comercializa DNA e moléculas com informações genéticas capazes de apontar se a pessoa será gorda, careca ou míope. Esse sangue, segundo o pesquisador Franz Baco, poderia conter uma substância favorável na cura da obesidade. Baco esteve em Rondônia em 1982. (A *Tribuna*, 04/03/02)

LIMITES DA TI KARITIANA SERÃO AMPLIADOS

De acordo com as conclusões do Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo antropólogo da

Funai Luiz Fernando Machado de Souza, os limites da TT Karitiana, localizada nas proximidades de Porto Velho (RO), serão ampliados em 30 mil ha (85% no limite leste e 15% no limite nordeste). "Com isso, aumentamos as possibilidades de resgate físico e cultural deste povo", avalia o coordenador do GT criado pela portaria 361 de 07/05/03. (Funai, 24/06/03)

DNA DE ÍNDIOS VENDIDO POR AMERICANOS

Um dos fatos investigados pela CPI da Biopirataria relatados pela mídia local e nacional, em abril deste ano, foi sobre denúncias de venda de sangue dos índios Karitianas, pela Internet. A venda de DNA e de células de sangue de indígenas brasileiros estaria sendo feita pela empresa norte-americana Coriell Cell Repositories, de Nova Jersey. Cada unidade do produto teria o preço de US\$ 85. Após as denúncias a comissão convocou a Procuradoria da República, MPF e PF, para ajudar nas investigações. O problema é que não há no Brasil uma legislação própria para coibir casos de biopirataria. "A CPI vai trabalhar para acabar com esse vazio", declarou o presidente da comissão Antônio Carlos Mendes Thame, anunciando que comissão propôs em seu relatório final a aprovação de leis com penas rígidas para casos de biopirataria. (*Diário da Amazônia*, 02/05/05)

PURUBORÁ

POVO RESSURGIDO

O povo Puruborá realizou a sua primeira assembleia no período de 16 a 18 de outubro deste ano, no sítio da dona Emília, na BR-429, perto do rio Manoel Correia, no município de Seringueiras (RO). Foi a primeira vez que as famílias do povo Puruborá se encontraram, depois de 30 ou 40 anos de separação. E a emoção foi grande. Eles ressurgem após décadas de opressão nos seringais do rio Manoel Correia e de Limoeiro no rio São Miguel, onde a sua cultura e a sua língua eram proscritas pelo SPI e onde a convivência com seringueiros da região nordeste do país forçou a mestiçagem. Para a Funai, o povo Puruborá foi extinto. No mapa de Terras Indígenas da Funai, em Brasília, a terra dos Puruborá, demarcada pelo Marechal Rondon, nem consta como terra a identificar. Na década de 80, a administração da Funai de Guajará-Mirim negava a identidade indígena dos Puruborá que pediam um registro chamando-os de bolivianos. Eles e os seus filhos ainda guardam essa ferida. (Gil de Ca-theu, Cimi, 20/02/02)

IBAMA FISCALIZA DESMATAMENTO

O desmatamento corre solto no município de Seringueiras e nas regiões próximas a ele, em

Rondônia. Há pelo menos 5 anos, o povo indígena Puruborá denuncia esta situação e solicita fiscalização do Ibama e da Funai. Nas últimas semanas, o Ibama finalmente esteve na região, fiscalizando-a. (Cimi, 28/07/05)

WARI - PACAÁS NOVOS

INTOXICAÇÃO POR MERCÚRIO

Os índios Pakaanóva estão expostos a um alto nível de intoxicação por mercúrio, revela um estudo realizado no Instituto Evandro Chagas (IEC). Nos indivíduos estudados, foi constatado um nível médio de exposição a esse metal 40% acima do tolerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No caso mais grave, o de uma criança, essa concentração era 14 vezes maior do que a tolerada pela OMS. O mercúrio pode prejudicar o funcionamento dos aparelhos digestivo, respiratório e urinário, mas os maiores danos são causados ao sistema nervoso central. (Adriana Melo, *Ciência Hoje on line*, 27/06/03)

TI RIO BRANCO

FUNAI E ALDEIAS COMBATEM MADEIREIROS

A exploração ilegal de madeira no interior da TI Rio Branco, no sul de Rondônia, próximo à fronteira com a Bolívia, está ameaçando as aldeias dos índios Tupari, Macurape, Jabuti, Aruá, Aricapu e Campé. Segundo o chefe de posto da Funai na Terra Indígena Rio Branco, Rieli Franciscato, a Funai está se reunindo com as comunidades das seis aldeias para desenvolver um trabalho de conscientização e impedir que alguns índios autorizem a entrada de madeireiros. Segundo Franciscato, o mogno já está extinto na região e agora, os madeireiros estão explorando ilegalmente a cerejeira, o ipê e outras madeiras com valor no mercado. (Funai, 20/09/02)

DENÚNCIA CONTRA HIDRELÉTRICAS

A Cunpir vai encaminhar denúncia formal à Assembleia Legislativa, informando a devastação e os crimes ambientais que ocorrem na reserva Tupari, na região de Alta Floresta do Oeste, onde estão instaladas três pequenas centrais hidrelétricas (PCH) da família Cassol e outras cinco em fase de construção. Os representantes da entidade, juntamente com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), exigirão providências da Casa de Leis. Segundo a Cunpir, três crianças indígenas morreram em

razão da falta de transporte, prejuízo causado pela estiagem do rio Branco após a implantação da PCH que leva o mesmo nome. Também um agricultor morreu depois do desabamento de uma das torres da hidrelétrica. (*Rondoniagora*, 12/03/03)

MINISTRA MARINA SILVA RECEBERÁ DENÚNCIA

A Funai, Cimi, ONGs de proteção à fauna e flora, estarão encaminhando documentos e pedindo audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre a degradação ambiental na reserva dos Tupari, cuja destruição começou com a instalação da PCH do Rio Branco, de propriedade da família do governador Ivo Narciso Cassol (PSDB). O problema é grave e os índios estão morrendo à míngua e sem condições de sustento porque as principais áreas agricultáveis foram inundadas e durante o período da estiagem é impossível a navegação pelo rio, a única via de ligação deles com o restante da região de Santa Luzia e Alta Floresta do Oeste. (*Rondoniagora*, 13/03/03)

GRUPO CASSOL QUER MUDAR LEITO DE RIO

Bem perto de Alta Floresta, o Rio Figueira está prestes a ser desviado de seu leito para abastecer uma PCH que pertence ao Grupo Cassol, da família do governador Ivo Cassol, e está sendo construída com recursos do BNDES. Tratores rasgam a selva, enquanto pás carregadeiras e caçambas retiram terra e árvores, cavando um canal que terá aproximadamente 3 quilômetros de extensão e está localizado entre os km 22 e 25 da Linha 47,5, que começa em Alta Floresta e termina na TI Rio Branco. A cerca de 45 quilômetros da obra, índios de oito etnias pedem providências. (*Gazeta de Curitiba*, 07/06/04)

HIDRELÉTRICAS AFETAM MEIO AMBIENTE

Oito povos indígenas da TI Rio Branco, estão sendo prejudicados com as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), construídas ao longo do Rio Branco. As hidrelétricas têm provocado a redução do nível dos rios e o desaparecimento de peixes, além de prejudicar as matas ciliares. A primeira PCH, das sete que fazem parte do complexo de Hidrelétricas do Rio Branco, foi construída, em 1993, pelo Grupo Cassol, que pertence a família do governador do estado, Ivo Cassol (PSDB). A PCH Santa Luzia atingiu o Rio Vermelho, afluente do Rio Branco. O grupo Cassol é responsável pela construção de cinco PCH. (*Funai*, 22/06/04)

TI RIO GUAPORÉ

MORTE DE CRIANÇAS POR DESIDRATAÇÃO

Falta de assistência da Funasa é a principal responsável pela morte por desidratação de duas crianças de 10 meses e de um ano de idade da TI Rio Guaporé no município de Guajará-Mirim (RO). Há mais de um ano que o Pólo-Base de Guajará-Mirim está totalmente desfalcado de transporte na área fluvial seja para remoção de pacientes seja para atendimento pela equipe de saúde em área. Assim são 3.000 indígenas, 80% da população do Pólo-Base, que para ser removidos e atendidos dependem de eventuais caronas ou da boa vontade de terceiros solicitados pela Funasa. (*Gilles de Caetheu*, 29/05/05)

SAÚDE

GARIMPO NA RESERVA SURUÍ

Depois que a PF retirou da Reserva Roosevelt, em Espigão do Oeste, centenas de garimpeiros que atuavam ilegalmente em terra indígena, novas denúncias de exploração de minérios surgiram ontem em Cacoal, desta vez comprometendo a Aldeia 7 de Setembro, dos índios Suruí, onde há um filão de ouro. Através de um telefonema anônimo à redação do Diário, um homem disse que “os índios sem poder de decisão – e não os caciques – querem a retirada de garimpeiros de suas terras, antes que haja mortes na reserva”. (*Diário da Amazônia*, 07/12/01)

ESTADO DE ABANDONO

O estado de abandono em que se encontram e a ausência de apoio dos poderes públicos são motivos de reclamações dos índios Suruí que habitam o município de Cacoal. Um grupo de representantes das tribos, se reuniu com o vereador Toninho Masioli (PT), a quem pediu que interceda junto a Funai, em Brasília, e organismos locais, na tentativa de fazer com que sejam ouvidos. “Estamos sozinhos e abandonados”, lamentou o índio Yabiti Surui. (*Diário da Amazônia*, 18/02/02)

PRISÃO POR EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

Índios da etnia Suruí, liderados por 4 caciques, continuam aguardando na Funai, em Cacoal, a liberdade dos índios José Naraicola e Júnior Surui, autuados em flagrante, pela PF, no último final de semana, acusados de exploração ilegal de madeira na Aldeia 7 de Setembro. O

advogado Antônio Júlio Ribeiro informou que a decisão judicial, autorizando ou não a liberação dos dois indígenas, deve sair ainda hoje. (*Diário da Amazônia*, 12/06/02)

URU-EU-WAU-WAU

POSSEIROS SÃO EXPULSOS...

Após ação de desintrusão em maio, na qual foram retirados 80 posseiros da TI Uru-Eu-Wau-Wau, a área foi novamente invadida e os índios decidiram expulsar um grupo de acampados. No último sábado, dia 30 de junho, índios Uru-Eu-Wau-Wau forçaram a saída de 20 posseiros acampados na parte norte de suas terras, localizadas no município de Monte Negro, região central de Rondônia. O alerta foi dado pela Associação de Defesa Etno-Ambienta Kanindé, de Rondônia. (*Ricardo Barretto, ISA*, 04/07/01)

... E 30 INVASORES SÃO PRESOS

Cerca de 30 pessoas permanecem presas no presídio Urso Branco, em Porto Velho (RO), acusadas de invasão, desmatamento e roubo de madeira da terra dos índios Uru-eu-wau-wau. A operação, comandada pela PF e pela Funai, chegou a prender 70 pessoas, inclusive madeireiros, após uma série de incidentes nas últimas semanas envolvendo caçadores, invasores e madeireiros denunciados pelos índios. Pelo menos 55 pessoas chegaram a ser levadas para o presídio de segurança máxima da capital, mas 22 já foram soltas, como informou hoje (dia 28) a ONG Kanindé. (*Viaecológica*, 28/08/01)

INVASOR É MORTO A FLECHADAS

As organizações de defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente estão alertando a Funai, o Ministério Público, o governo federal e autoridades de Rondônia sobre o aumento de tensão na terra dos Uru-eu-wau-wau, que tiveram um conflito, na semana passada, com um invasor, conhecido na região como Joaquim, e revidaram com flechadas, matando-o. Com passaporte registrando passagens por vários países, o invasor morto pode ser um missionário, de acordo com fontes da polícia em Rondônia. O incidente ocorreu a 18 km do Posto Indígena Jamari, onde o invasor havia desmatado a área, destruído um barranco de caça (local onde os animais vão beber água), plantado e construído uma cabana, apesar dos alertas anteriores dos índios. (*Site do Terra*, 08/11/01)

COLONOS FICAM FORA DE ÁREA INDÍGENA

O pedido de reintegração de posse feito pelos ocupantes de uma área localizada nos municípios de Ariquemes, Jaru e Monte Negro, contendo 426 lotes distribuídos nas linhas 1, 5, 13 e 17, entre Monte Negro, Campo Novo e Jorge Teixeira, não foi aceito pelo juiz federal substituto da 3ª Vara, Selmar Saraiva da Silva Filho, ao prolatar sentença em oito processos envolvendo 55 colonos. Entendeu o magistrado que o local pertence à reserva indígena Uru-eu-wau-wau, conforme contestou a Funai, que a alegação dos autores de que residem ali há mais de 13 anos com autorização do Incra não poderia prosperar, pois o Incra informou nos autos que a área não faz parte de projeto de assentamento. *(Estadão do Norte, 16/05/02)*

ÍNDIOS REAVIVENTAM LIMITES DA TI

A Associação Indígena Uru-Eu-Wau-Wau/Jupaú está realizando – em parceria com a ONG Kanindé e a Funai – a reavivitação dos marcos que sinalizam os limites da TI Uru-Eu-Wau-Wau, a maior de Rondônia, com 1.867.117 hectares. O trabalho será feito sobre 274 km de linha seca (o perímetro total da TI é de 870 km), onde serão colocadas as placas sinalizadoras. Serão substituídos os marcos defeituosos e também aqueles propositalmente adulterados ou arrancados por invasores. Segundo a Associação Kanindé – que há dez anos trabalha nesta terra – a reavivitação dos limites da TI irá atender outros objetivos também. Além de evidenciar o perímetro do território indígena, será uma oportunidade para que se conheça os pontos de entrada de invasores, facilitando, assim, um plano de proteção territorial eficaz principalmente nas áreas de maior pressão antrópica. *(Marcos Pereira Rufino, ISA, 04/12/02)*

NOVA INVASÃO

A Funai confirmou esta manhã a invasão da TI Urueuwauwá por três mil colonos. De acordo com as informações que chegaram à AER da Funai em Porto Velho, os colonos são liderados pelo funcionário do Ibama Martins Mund, sua esposa Marinez F. Alves Mund e José Domingos de Oliveira, que aliciaram colonos da região para a invasão para formar a “Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia”. O jornal Diário da Amazônia, de hoje (29), informa que os invasores pretendem fundar uma cidade no interior da Terra Indígena e afirma também que o movimento tem o apoio do Senador Waldir Raupp (PMDB/RO). *(Funai, 29/04/03)*

POLÍCIA FEDERAL AGUARDA DECISÃO

O superintendente regional da PF em Rondônia, delegado Aurélio de Moura, divulgou nota à imprensa no início da tarde desta segunda-feira, comunicando que tão logo saia a decisão judicial de reintegração de posse, os agentes da PF irão fazer uma operação de desintrusão da TI Uru Eu Wau Wau. A reserva foi invadida há quase dois meses por mais de três mil colonos, de acordo com informações da Funai. Os colonos pertencem ao grupo Liga dos Camponeses Pobres, que teve dois líderes presos na última sexta-feira, na sede da Justiça Federal, em Porto Velho. *(Rondoniagora, 12/05/03)*

CUNPIR ALERTA SOBRE CONFRONTOS

A Cunpir enviou nota à imprensa alertando sobre a hipótese de um combate armado entre índios Uru Eu Wau Wau e Karipunas com invasores das terras indígenas da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia. De acordo com o líder Antenor Karitiana, as nações indígenas vão esperar até o dia 21 deste mês para que o Governo do Estado e a União resolvam a situação ou elas partirão para o confronto corpo a corpo com os invasores. No dia 21 está marcada uma audiência pública na Assembléia Legislativa com os representantes das nações indígenas do Estado. *(Rondoniagora, 14/05/03)*

FUNAI RETIRA POSSEIROS...

A Funai de Rondônia, em parceria com órgãos federais, realizou o processo de desocupação da área indígena Urueu-wau-wau no município de Monte Negro. Os posseiros, cerca de 4.000, saíram passivamente na última quarta-feira, dia 21 de maio, após 15 dias de ocupação do local. A área foi vistoriada pelo helicóptero da Polícia Federal, que constatou um esquema organizado nos assentamentos, com estrada, linha de ônibus regular, energia elétrica e comércio em funcionamento. *(Danielle Santos, Funai, 27/05/03)*

... MAS INVASORES PROMETEM VOLTAR

Retirada dos invasores do território dos Uru-eu-wau-wau, em Rondônia, ocorreu pacificamente no último fim-de-semana (24-25/05), mas a auto-proclamada Liga dos Camponeses Pobres promete retornar. As perspectivas para a integridade da TI Uru-eu-wau-wau não são nada promissoras. A longa saga de invasões a que ela tem sido submetida irá, aparentemente, continuar no futuro próximo. A equipe da

ONG Kanindé informa que a ‘Liga Camponesa’, que provocou graves danos ambientais ao território, já está arregimentando novos candidatos para uma próxima invasão. A área do Burareiro – onde o Incra assentou ilegalmente mais de 60 agricultores no início dos anos 80, ignorando um decreto de interdição do território – representa um importante foco de ameaça à TI. O Burareiro abriga 122 lotes rurais, sendo que aproximadamente metade deles ainda é ocupada por colonos. *(Marcos Rufino, ISA, 29/05/03)*

PRESOS OS GRILEIROS QUE INVADIRAM TI

Uma operação conjunta, desencadeada por equipes de fiscalização do Ibama e da Funai, culminou com a prisão de vários grileiros de terras, no Parque Nacional Pacáas Novo e na Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Os invasores foram flagrados quando demarcavam os lotes que dizem ter comprado ilegalmente, por R\$ 50,00, de uma associação de São Miguel do Guaporé. Segundo o coordenador de Fiscalização da Funai, em Ji-Paraná, Abrahão Negreiros Tejas, os grileiros desmataram uma extensa área no prolongamento da Linha 82. *(Cláudio Paiva, Estadão do Norte, 27/04/04)*

FUNAI, IBAMA E INCRA DESMONTAM QUADRILHA

Servidores da Funai, Ibama e Incra concluíram operação de retirada de posseiros da TI Uru Eu Wau Wau, em Rondônia, com a prisão de 17 pessoas de uma quadrilha que demarcavam lotes, roçavam e realizavam derrubadas de vegetação no interior da TI. A invasão aconteceu nas proximidades do município de São Francisco do Guaporé (RO) com a demarcação dos lotes que se estendia a 10 km para o interior da Terra Indígena. Os invasores tentaram forjar a ação com a colocação de marcos de alumínio do próprio Incra, usados para demarcar os lotes. *(Funai, 20/07/04)*

AMONDAWA: A MARCA DA FARINHA

Os Amondawa serão os primeiros índios a obterem o registro de produto industrializado. A farinha Amondawa que está sendo lançada no mercado é resultado do trabalho da Funai em Porto Velho junto à comunidade indígena e ao Sebrae, que obteve o registro da marca e capacitou os índios para o correto processamento da mandioca e produção da farinha. Mas a intenção dos índios é que outros produtos também obtenham o registro, entre eles o polvilho (extraído da mandioca), a castanha e o mel de

abelha, também produzido pelos Uru-Eu-Wau-Wau. Atualmente eles produzem cerca de 800 sacas (60 kg) de farinha por ano. A Funai pretende ampliar a área para o plantio da mandioca e envolver os índios nessa atividade lucrativa. Hoje, a renda mensal obtida com a farinha chega a R\$ 5 mil. (*Funai, 23/09/05*)

SÁUDE

PALMITEIROS SÃO FEITOS REFÊNS PELOS ÍNDIOS...

Os índios Zoró apreenderam equipamentos e armas e fizeram refêns 47 pessoas que extraíam palmitos ilegalmente em suas terras. Porém, depois de negociações entre funcionários da Funai e Polícia Federal, todos foram liberados ontem. Com os índios ficou toda a extração de palmitos feita nos cerca de 8 dias em que o grupo trabalhou, aproximadamente cinco mil quilos limpos, um jipe Toyota, motoserras e armas. Todas as pessoas que foram presas moram na região, 80% delas não tinham identidade e o grau de escolaridade máximo é o primeiro grau. Eles contaram em depoimentos que recebem R\$ 0,45 pela extração de um vidro de palmito. (*Diário de Cuiabá, 17/01/02*)

... E EM SEGUIDA PRESOS PELA PF

Agentes da Polícia Federal prenderam ontem 47 pessoas que extraíam palmito ilegalmente na Reserva Indígena Zoró, localizada em Rondolândia, a 1.310 quilômetros de Cuiabá, norte de Mato Grosso. Mais 11 palmiteiros devem ser presos a qualquer momento e responder pelos crimes de extração ilegal e invasão de áreas indígenas. Cinco mil quilos de palmito extraídos da reserva foram apreendidos. Comandada pelo delegado César Augusto Martinez, a equipe da PF de Mato Grosso está em Ji-Paraná (RO) e deve concluir a operação nos próximos dias. Com base na denúncia, a PF vasculha uma área de 344.789 mil hectares – total da reserva indígena – onde vivem 280 índios zorós. (*Mídia News, 18/01/02*)

APREENDIDOS TRATORES E MADEIRAS NA TERRA ZORÓ

Apreensões de 7.717,86 metros cúbicos de madeiras de várias espécies (inclusive, algumas ameaçadas de extinção) e de três tratores – skide, reto escavadeira e um de esteira. Este foi o resultado da operação de fiscalização que a Funai realizou na TI Zoró. Caxeta, ipê, cedro, cerejeira, frejô, peroba, camaru, sucupira, garapeira, angelim, jatobé e maracatiara. Estas são algumas das espécies florestais que estão

sendo roubadas da TI por parte de grandes grupos de madeireiros. Um abaixo-assinado elaborado pela Associação do Povo Indígena Zoró (Pangyjej) denuncia as pressões que os índios vêm sofrendo por parte dos madeireiros José João Pessoa e Luiz Turatti, que insistem em roubar madeiras clandestinamente das áreas indígenas. No documento, fiscais do Ibama são acusados de receberem propinas para não fiscalizar os desmatamentos ilegais. (*Estadão do Norte, 17/09/03*)

CINTA LARGA

PF INICIA RETIRADA DE GARIMPEIROS

A Polícia Federal vai iniciar a operação de retirada dos cerca de mil garimpeiros da TI Roosevelt, em Espigão d'Oeste/RO. "Começamos a bloquear o acesso de alimentos, o que está causando a saída espontânea de alguns garimpeiros, mais ainda faltam muitos e pode haver confronto", disse o superintendente da PF no estado, José Ivan Guimarães Lobato. Segundo ele, além dos garimpeiros de várias partes do país, há fortes indícios de que estrangeiros, prostitutas e traficantes também estejam na região. (*FSP, 16/02/01*)

ÁRABE CONTROLA JAZIDA DE DIAMANTES

Um homem árabe, identificado como Kaledh, com residência no Paraná, foi apontado ontem pela Comissão Nacional de Apoio e Defesa dos Garimpeiros, Mineradores e Agricultores da Amazônia, como o "manda chuva" do esquema de exploração de diamantes na TI Roosevelt. Um observador da entidade informou que ontem Kaledh estaria controlando a entrada de veículos e máquinas no local, registrando números de Registro de Identidade e CPF e cobrando "pedágios" que variam entre R\$ 15 a R\$ 20 mil. O árabe estaria hospedado na casa de um chefe do posto da Funai, conhecido como "Irmão". A situação da TI Roosevelt é cada vez mais complexa. Conforme a presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil, Jane Maria Rezende, a operação de retirada de máquinas, equipamentos e garimpeiros que estavam no local realizada nos últimos dias, "serviu apenas para liberar a área para que se instalasse de vez o esquema maior, patrocinado pelas empresas DTVM Ouro Minas e Dee Beers". A Dee Beers, conforme Jane Rezende, é uma empresa sul africana que além do comércio internacional de minerais atua como o maior sindicato patronal de produtores de ouro e diamantes do mundo. (*Diário da Amazônia, 18/10/01*)

GARIMPEIROS SÃO PRESOS

A PF prendeu ontem 29 pessoas envolvidas na extração ilegal de diamantes da TI Roosevelt, além de 144 pedras do mineral, que serão avaliadas pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília. Mais cerca de 50 pessoas estão sendo investigadas, entre elas funcionários federais, políticos e empresários da região. A Funai abriu uma sindicância e confirmou que pelo menos cinco funcionários estão envolvidos com o garimpo ilegal. Dois servidores do Ibama já foram afastados de suas funções e há a suspeita de que também haja participação de policiais. (*Gazeta de Cuiabá, 22/11/01*)

GARIMPEIRO É ENCONTRADO MORTO

A PF encontrou o corpo de um garimpeiro morto dentro da TI Roosevelt. Quatro pessoas continuam desaparecidas na região. Este foi o episódio mais violento registrado desde a descoberta pelos índios de um veio de diamante em suas terras no início de 2001. No ano passado inteiro, houve quatro mortes de garimpeiros na disputa pelo controle das pedras. (*Marina Oliveira, Correio Braziliense, 15/01/02*)

ASSASSINATO DE CINTA LARGA AUMENTA TENSÃO

O assassinato do índio César Cinta-Larga, de 38 anos, aumentou o clima de tensão na área de exploração ilegal de diamantes na TI Roosevelt. Morador de Espigão do Oeste, César trabalhava no garimpo ilegal de diamantes. Tinha vendido a draga e teria repartido 70 diamantes com os sócios. Para a polícia, ele pode ter sido vítima de matadores contratados por mineradores em disputa pela exploração de pedras preciosas na reserva, que costumam marcar as vítimas com a amputação das mãos. (*Jornal do Brasil, 02/03/02*)

ÍNDIOS E GARIMPEIROS ATUAM JUNTOS

Quase todos os dias, um pequeno avião decola de Cacoal ou de uma das aldeias da terra indígena, levando milhares de diamantes retirados ilegalmente. A cena está se tornando tão comum que, segundo ambientalistas, em pouco tempo a região poderá se transformar em um dos maiores desastres ambientais no Brasil. O índio Suruí Rani defende a permanência do garimpo, mas sob controle dos índios. "Pagamos em torno de R\$ 10 mil por máquina, além de 5% de nossa produção", confirma o garimpeiro Francisco de Assis, revelando o esquema de corrupção e conivência. (*Oesp, 10/03/02*)

CACIQUES CINTA LARGA SÃO PRESOS

Quatro caciques do grupo indígena Cinta-Larga foram presos pela Polícia Federal em Rondônia, durante operação para a retirada de garimpeiros da TI Roosevelt que está sendo feita na área desde o dia 20 de março. Liberados na madrugada desta sexta-feira, os índios são acusados de facilitação de garimpagem ilegal, contrabando de diamantes e crimes contra o meio ambiente na divisa do Mato Grosso com Rondônia. O superintendente da PF se reuniu com juízes federais e procuradores da República daquele Estado e os avisou que os Cinta-Larga estavam dispostos a assinar um termo se comprometendo a cooperar com a PF na retirada dos poucos garimpeiros que ainda estão na reserva e também impedi-los de retornar. (*Oesp*, 27/04/02)

GARIMPO ESVAZIA ESCOLAS INDÍGENAS

O garimpo ilegal na TI Roosevelt, dos cinta-larga, prejudica a educação dos índios. Segundo informações da Funai, das oito escolas de ensino fundamental da reserva, seis estão fechadas e duas funcionam precariamente desde 2001, quando o sonho de ficar rico com a extração de diamantes contaminou a reserva. A evasão escolar beira os 90% entre crianças de 7 a 14 anos.

A situação é mais dramática nas aldeias Roosevelt, Flor do Prado, Capitão Cardoso, Cachoeirinha, Aripunã e no posto da Funai 14 de Abril. Embora tenham quase cem alunos matriculados, as escolas estão fechadas. O problema atinge ainda a aldeia Tenente Marques, do cacique João Bravo. Dos 19 alunos matriculados na escola apenas seis têm freqüentado as aulas. Isso quando aparece um professor por lá. (*O Globo*, 06/05/02)

FÓRUM CINTA LARGA VAI DEBATER SITUAÇÃO

As associações Cinta Larga Pamaré, Paerenã e Norte Matogrossense, em parceria com a Funai, iniciaram hoje o Fórum Cinta Larga, que pretende discutir a situação do garimpo de diamantes na TI Roosevelt, além de desenvolver projetos para o resgate da cultura indígena. O encontro, que vai até a próxima sexta-feira, reunirá representantes de várias associações indígenas do País. De acordo com o presidente da Associação Parnaré, Nacoça Cinta Larga, o garimpo está fechado há noventa dias, mas os líderes indígenas da aldeia estão sendo pressionados para reabri-lo. (*Rondoniagora*, 29/04/03)

ÍNDIOS NÃO QUEREM SER VISTOS COMO VILÕES

Os representantes da Cunpir, questionaram esta semana, através de documentos, a imagem criada na mídia de que os índios da TI Roosevelt são os verdadeiros vilões no conflito criado com a exploração de terras e diamantes da área. Segundo os coordenadores da Cunpir, todos os índios que vivem em Rondônia sofrem com a discriminação da sociedade que, influenciada pela ação de empresários, políticos garimpeiros e pela mídia, são considerados culpados pelos conflitos ocorridos nos últimos anos. (*Estadão do Norte*, 15/10/03)

GARIMPEIROS DECLARAM VINGANÇA AOS ÍNDIOS

Com a retirada dos corpos de cinco garimpeiros de dentro da TI Roosevelt, na última sexta-feira, um verdadeiro clima de guerra toma conta de Espigão do Oeste e região. Os garimpeiros prometem represálias contra os índios, que são acusados por eles de terem matado os mineradores. (*Diário da Amazônia*, 03/11/03)

CPI DA GARIMPAGEM APRESENTA RELATÓRIO...

A CPI da Garimpagem apresentou hoje, no gabinete do presidente da Comissão, deputado Haroldo Santos, o relatório dos trabalhos realizados na TI Roosevelt. No relatório, os parlamentares pedem ao Ministro da Justiça uma intervenção federal e a presença do Exército para garantir paz na região evitando mais mortes e a extração ilegal de diamantes e de outras pedras preciosas. Na reunião, o presidente da CPI afirmou que não conseguiram ouvir os índios por que a Funai não permitiu. Também estão solicitando ao Ministro da Justiça, a destruição de pistas clandestinas e a remoção de equipamentos que se encontram na reserva. No relatório, a CPI sugere a legalização da exploração dos diamantes na forma da Constituição Federal, de modo transparente e legal para que a riqueza possa ser aproveitada, poupando divisas tendo em vista que o Brasil importa diamantes, e permitindo aos índios terem justa participação na riqueza extraída de suas terras. (*Rondonotícias*, 18/11/03)

... MAS SEU TRABALHO É QUESTIONADO

As lideranças indígenas rondonienses estão questionando o trabalho da "CPI da Garimpagem". Através de um manifesto eles perguntam quais são os objetivos de fato. Algumas lideranças temem que seja apenas para abrir mais uma frente de pressão sobre os Direitos

Indígenas, ou até pior, para agilizar a exploração dos recursos minerais em todo o Estado de Rondônia. (*Estadão do Norte*, 26/11/03)

PF PRENDE QUADRILHA

Uma quadrilha de contrabandistas de pedras preciosas foi presa nesta segunda-feira pela PF. Foram detidas 15 pessoas, entre elas policiais (um agente e um delegado da Polícia Civil de Rondônia e um policial federal), empresários, advogados, contadores e índios. Entre os envolvidos, está Marcos Glikas, considerado um dos maiores contrabandistas de pedras preciosas do Brasil. A investigação da PF, iniciada há quase um ano, detectou que caciques da etnia "cinta larga", promoviam o garimpo ilegal dentro das terras. (*Jornal do Comércio*, 08/03/04)

GARIMPEIROS SE REBELAM E FAZEM LEVANTE

A Funai informou que 30 delegados e agentes da PF já estão seguindo para Espigão do Oeste para ajudar a conter um levante de garimpeiros rebelados. Eles protestam contra um ataque de índios cinta-larga a um garimpo clandestino que funcionava no interior da reserva indígena Roosevelt. (*O Globo*, 10/04/04)

ÍNDIO É LIBERTADO APÓS SER AGREDIDO

O índio Marcelo Cinta-Larga foi libertado no fim da noite, após exaustiva negociação comandada pela PF. Capturado nos arredores de Espigão do Oeste, o índio passou a tarde amarrado pelos garimpeiros a uma árvore na praça central da cidade e, no início da noite, foi levado para um ginásio de esportes. Após ser libertado o índio foi levado pela PF para a delegacia federal de Ji-Paraná, onde ficará até a chegada de representantes da Funai. Os garimpeiros só concordavam em libertar o índio se fossem autorizados pela Funai a entrar na reserva para participar das buscas pelos corpos das vítimas do ataque dos cinta-larga a um garimpo clandestino localizado no interior da TI Roosevelt. As buscas dos corpos estão sendo feitas por uma equipe de policiais federais. (*Rodrigo Rangel*, *O Globo*, 11/04/04)

GARIMPEIROS ARMADOS BUSCAM MORTOS

A tensão entre índios e garimpeiros na região da TI Roosevelt pode se agravar. De acordo com a Funai em Brasília, um representante dos garimpeiros telefonou para o superintendente da PF em Porto Velho, delegado Marco Moura, informando que um grupo de vinte homens ar-

AO TODO SÃO 29 GARIMPEIROS MORTOS

Com a localização de mais 26 corpos, subiu para 29 o número de mortos no conflito entre índios cinta-larga e garimpeiros ocorrido no último dia 7, na TI.

A PF suspeita que os últimos 26 garimpeiros encontrados mortos na terra indígena Roosevelt tenham sido amarrados pelos índios cinta-larga e levados para um local a 2 quilômetros da área onde extraíam diamantes (ou a três horas e meia de caminhada). Lá, de acordo com a PF, foram assassinados. Os 26 corpos foram achados na sexta-feira pela Funai e policiais florestais (da PM de Rondônia) que fiscalizam a área indígena. (Rondonoticias, 20/04/04)

mados estaria se dirigindo para a reserva para tentar resgatar corpos de vítimas do ataque de índios cinta-larga a um garimpo clandestino de diamante, na quarta-feira. Uma informação não confirmada pelo governo e repassada na tarde de ontem para a Funai em Brasília dizia que o sindicato dos garimpeiros informou à PF que o grupo já teria localizado entre 14 e 17 corpos. Em entrevista por telefone, ontem, o cacique Oita Matina Cinta-Larga admitiu que o número de garimpeiros mortos pode ser maior. Oita Matina disse que o ataque aos garimpeiros foi uma resposta à invasão da reserva. (O Globo, 14/04/04)

ENTIDADE INDÍGENA SE POSICIONA

A Cunpir, entidade indígena que congrega cerca de 52 povos, vem a público, diante dos últimos acontecimentos ocorridos na região de Espigão do Oeste, afirmar que :

- Faz-se necessário que o Ministério da Justiça com o Exército Brasileiro, coloque urgentemente um efetivo de militares na TI Roosevelt, para garantir a proteção física dos indígenas e da terra indígena, até que se regulamente no Estatuto dos Povos Indígenas o uso dos recursos naturais das terras indígenas em benefício dos povos indígenas;

- A Cunpir entende que as invasões de garimpeiros, madeireiros, pescadores e outros, provocando a desestruturação nas comunidades indígenas, têm ocorrido pela falta de programas governamentais, seja do âmbito estadual ou federal, não contribuindo com o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, deixando-nos à mercê da própria sorte. Nós precisamos ter incentivos de políticas públicas para construirmos a gestão de nossas terras, para garantirmos a qualidade de Vida para os filhos e as futuras gerações. (Almir Narayamoga Suruí, Cunpir, 14/04/04)

CINTA LARGA ADMITEM CULPA

Um chefe cinta-larga admitiu a culpa dos índios cinta-larga da TI Roosevelt na morte de 29 garimpeiros e disse ontem que os assassinatos aconteceram depois de seguidos avisos para ficarem longe da área. Em suas primeiras declarações desde as mortes no dia 7 deste mês, o chefe Pio Cinta-Larga afirmou à agência de notícias Associated Press que os índios da TI Roosevelt foram os responsáveis pelas mortes, mas negou que tenha ordenado o ataque ou tomado parte nele.

“Há alguns índios muito bravos, e nem sempre o líder pode controlar suas ações”, disse, acrescentando que integrantes de outras tribos se juntaram aos cinta-larga na reserva, que é constantemente invadida pelos garimpeiros. “Nós falamos para eles que não queríamos que eles entrassem aqui e eles continuaram voltando. Os guerreiros perderam a paciência, e foi isso que aconteceu”, disse Pio Cinta-Larga. (Michael Astor, FSP, 22/04/04)

MÍDIA TRATA CONFLITO ENTRE GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA LARGA DE MANEIRA SUPERFICIAL

Duas semanas após o conflito entre cintas-largas e garimpeiros no interior da reserva indígena Roosevelt, no Rondônia, os jornais ainda não foram capazes de oferecer uma inteligibilidade mínima ao caso.

Existem pelo menos meia dúzia de razões para explicar a negligência da cobertura da mídia envolvendo os choques entre índios e “brancos”, terminologia que denuncia uma interpretação tosca, influenciada pelos faroestes de John Wayne.

Um deles deve-se ao fato de publishers e seus comandados, diretores e secretários de redação, serem completamente analfabetos em assuntos indígenas, o que sugere um desconhecimento do Brasil profundo e a possibilidade de estarem, neste momento, amplificando essa ignorância entre os leitores. Outra razão está relacionada a um conceito acalentado por Cândido Rondon nos primeiros tempos (1910) do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), precursor da atual Funai.

Rondon acreditou, nesses primeiros tempos, num processo de assimilação cultural. Mas reformulou seu pensamento e com isso alimentou metodologicamente os irmãos Villas Boas, que preservaram pelo menos 15 etnias indígenas, abrigando esses povos na reserva indígena do Xingu.

Rondon, ele próprio descendente dos terenas do Mato Grosso, repeliu sua formação positivista ao se dar conta de que integrar o índio à sociedade nacional equivalia pura e simplesmente a um assassinato cultural. Ainda assim, durante o governo militar, os generais se esforçaram para materializar o que lhes pareceu uma solução ideal.

A quarta de uma série de razões possíveis para explicar a negligência da mídia em relação às ques-

MINISTRO DA JUSTIÇA PEDE INVESTIGAÇÃO

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse ontem que os índios responsáveis pela morte dos garimpeiros em Rondônia devem ser investigados e julgados. Bastos reconheceu que a situação na região do garimpo de Rondônia é tensa, lamentou a tragédia e afirmou que há uma operação envolvendo várias áreas do governo, como a inteligência, o gabinete da segurança institucional e a Polícia Federal, para tratar da questão considerada por ele “complicada e difícil”. Na véspera, Bastos já havia dito que não ocorreu negligência por parte do governo. “Nós tínhamos consciência da gravidade da situação.” (Oesp, 22/04/04)

LEGALIZAÇÃO DE GARIMPO NÃO É CONSENSO

O governo quer mesmo legalizar a exploração de garimpo de diamantes na TI Roosevelt, mas o assunto ainda não é consenso entre os mi-

tões indígenas, como se fossem acidentes pontuais (e não a manifestação de um processo que reflète contradições no núcleo do poder político nacional, velho de 500 anos) é simplesmente a recusa em investir em reportagem. Afinal, a redação só gera despesas. Seria possível acrescentar aqui uma série de outras razões, mas isso não é o mais relevante neste momento.

O fato mais significativo, para permitir alguma contextualização histórica e uma interpretação possível neste choque mais recente entre cintas-largas e garimpeiros não foi mencionado até agora por nenhum jornal. Trata-se de um crime com um conteúdo de violência que chocou o mundo e ficou internacionalmente conhecido como Massacre do Paralelo 11.

O Massacre incluiu do roubo ao estupro, passando por grilagem, assassinato, suborno, tortura dos índios Cinta-Larga além de outros comportamentos que chocaram os membros da comissão investigativa. Este choque mais recente entre cintas-largas e garimpeiros ainda foi precedido de uma série de fatos sintomáticos nos últimos anos.

Tomar os cintas-largas por assassinos frios e impiedosos é apagar toda a história de mutilações que eles e outros povos indígenas sofreram. Da mesma forma, julgar os garimpeiros apenas como foras-da-lei é mais um equívoco. Garimpeiros, em boa parte dos casos, são homens e mulheres desenraizados. Levam com eles, nas profundezas da floresta, suas próprias histórias de horror. (Trechos do artigo de Ulisses Capozzoli, Observatório da Imprensa Online, 20/04/04)

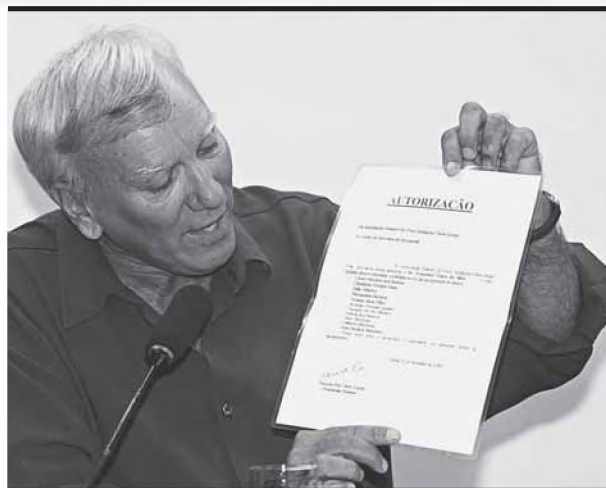
nistérios envolvidos no assunto. Desde o início de 2003, o governo realiza debates intermináveis sobre a regulamentação da exploração de minérios em terras indígenas. Quando o conflito entre os cintas-largas e garimpeiros tornou-se iminente, no fim do ano passado, o Ministério da Justiça enviou minuta de projeto de lei sobre o tema ao DNPM, órgão regulamentador, que discordou de pontos da proposta. (Oesp, 23/04/04)

PF PROÍBE ÍNDIOS DE GARIMPAR EM RONDÔNIA

A PF decidiu ontem proibir os índios cintas-largas de garimpar na TI Roosevelt. Para o delegado, a determinação é uma forma de evitar o clima de tensão na área, já que os brancos também foram impedidos, anteriormente, de prosseguir com as atividades de garimpo de diamantes. Também ontem, o governo anunciou sua intenção de criar uma empresa estatal para gerenciar a extração de minérios em terras indígenas. A proposta, que vem sendo estudada no Palácio do Planalto, agradou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que resolverá um problema que hoje vem ocorrendo nas principais reservas do país. A pretensão do governo é criar a empresa o mais rápido possível, até mesmo por medida provisória, numa tentativa de impedir novos confrontos entre brancos e índios. (Oesp, 27/04/04)

GARIMPEIROS VOLTARAM À TI

Caciques cintas-largas disseram ontem à PF que um grupo de garimpeiros, que variava de



ANTÔNIO CRUZ/ABR

O presidente do Sindicato dos Garimpeiros, Paulo de Oliveira, mostra documento na Comissão da Amazônia, da Câmara, que analisa o conflito de garimpeiros e índios na TI Roosevelt.

40 a 200 pessoas, voltou a invadir a TI Roosevelt para trabalhar na área conhecida como "grotta do sossego", onde fica uma jazida de diamantes descoberta recentemente. A presença dos garimpeiros não foi confirmada nem pela PF nem pelas Forças Armadas, porque só se consegue chegar à grotta a pé. A mata bloqueia a visão do alto. A PF afirma que os próprios cintas-largas continuam garimpando na área, apesar das barreiras montadas por militares e policiais para impedir a entrada de combustível e alimentação na TI. (FSP, 30/04/04)

GARIMPEIROS RESPONSABILIZAM FUNAI PELOS CONFLITOS

Os garimpeiros de Rondônia, que prestaram depoimento nesta quarta-feira na comissão temporária externa do Senado sobre demarca-

ção de terras indígenas, foram unânimes em afirmar que o garimpo de diamantes ainda continua na TI Roosevelt, mesmo depois de o governo federal ter enviado uma força tarefa para a região, após um massacre de garimpeiros. Eles apontam também Walter Bloss, coordenador da Funai, como o principal responsável pelos conflitos. O presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia, Paulo Roberto Borges de Oliveira, informou que o garimpo existe desde 1958 de forma pacífica na região e em parceria com os índios, que não sabem operar as máquinas e contratavam os garimpeiros como mão-de-obra. Segundo ele, não é possível fazer garimpo no local sem a autorização dos chefes indígenas. O sindicalista mostrou à comissão ficha cadastral e contrato de serviço, criados pelos índios para disciplinar o



PAULO SANTOS/INTERFOTO. ABR. 2004

Cacique Pio Cinta Larga no posto Onça Pintada, na TI Roosevelt.



ANDRÉ DUSEK/INTERFOTO. OUT. 2002

Área desmatada dentro da TI Roosevelt, onde se encontra o garimpo Grota do Lage.

trabalho. Na posse desses documentos, os garimpeiros podiam passar pelo controle da Funai. Borges de Oliveira destacou que os conflitos começaram a partir de 2000, quando as grandes empresas passaram a ser atraídas para a região. Após ouvir todos os depoimentos, o presidente da comissão, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), reforçou a necessidade de regulamentar o garimpo nas reservas indígenas, para evitar mais tragédias na região. *(Rondonotícias, 05/05/04)*

CINTA LARGA DESATIVAM GARIMPO

Índios cintas-largas decidiram desativar até o dia 12 o garimpo da grotta do Lage, o único que, segundo eles, está ainda em atividade dentro da TI Roosevelt. O garimpo de diamantes funciona há seis meses tocado pelos próprios indígenas.

A decisão foi tomada em uma reunião de 30 líderes cintas-largas na manhã de anteontem na aldeia do cacique João Bravo Cinta Larga. Os índios solicitaram uma reunião, na próxima semana, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Dilma Rousseff (Minas e Energia) para discutir a regularização da exploração de diamantes por eles em suas terras. “Nós vamos parar [o garimpo] só até conversar com Lula. Vamos lá conversar com ele e depois passar tudo para a comunidade”, disse João Bravo, que pretende ir a Brasília com mais 14 lideranças. *(Kátia Brasil, FSP, 09/05/04)*

FUNAI APONTA DUAS SOLUÇÕES PARA CONFLITOS

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, enfim, compareceu na quarta-feira (12/5) à terceira audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o conflito entre índios e garimpeiros na TI Roosevelt no início de abril. De acordo com Gomes, a regulamentação de exploração de minérios em TIs deve se dar ou por meio da ampliação do órgão indigenista, ou pela criação de uma empresa estatal. Mércio destacou a necessidade da Câmara dos Deputados criar uma comissão para regulamentar a exploração de minérios e o aproveitamento de recursos hídricos em TIs, citando as diversas usinas hidrelétricas previstas na Amazônia. “Sem isso, estaremos presos a todas as possibilidades de conflitos.” *(ISA, 14/05/04)*

MAIS UM CINTA LARGA ASSASSINADO

Enquanto o governador Ivo Cassol repetia no Senado que Rondônia “tem muita terra e muito diamante para pouco índio”, mais um jovem indígena tombou com um tiro nas costas na última terça (18). O dia amanheceu com mais um capítulo do genocídio “invisível”: um jovem Cinta Larga assassinado com um tiro nas costas, em Espigão do Oeste, quando voltava para casa na garupa de uma motocicleta. No momento do disparo, era anunciada mais uma nova invasão à área indígena por cerca de 500 garimpeiros fortemente armados. *(Rondoniagora, 24/05/04)*

STJ INVESTIGA GOVERNADOR DE RO

O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), está sendo investigado sob suspeita de envolvimento na extração ilegal de diamantes na TI Roosevelt. O inquérito, pedido pelo MPF, transcorre em sigilo no STJ. Cassol nega envolvimento. As suspeitas contra o governador começaram em março último, quando o doleiro Marcos Glikas foi preso em Porto Velho com cerca de mil quilates de diamantes. As pedras vinham da TI Roosevelt. Glikas disse que agia com o consentimento de Cassol e o arrolou como testemunha de defesa no processo. Como prova do suposto relacionamento entre ambos, apresentou fotos de uma reunião no palácio do governo, em 2003, em que apareciam juntos. *(FSP, 05/10/04)*

APOENA MEIRELES MORRE EM ASSALTO...

A Superintendência da PF de Rondônia informou que as investigações sobre o assassinato do sertanista Apoena Meireles, ocorrido no último sábado em Porto Velho, quando sacava dinheiro em um caixa eletrônico do Banco do Brasil, estão encerradas para a PF. Um jovem de 17 anos foi detido na noite de terça-feira sob acusação de envolvimento no crime. A funcionária da Funai Cleonice Mansur, que estava com Meireles no momento do assalto, reconheceu o adolescente como o autor dos disparos. *(FSP, 15/10/04)*

DECRETO PROIBE GARIMPO EM TIS

Na tentativa des impedir a continuidade dos conflitos nas TIs no Brasil, em especial nas áreas dos Cinta-Larga, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto sem número, no dia 17/09.

“Art. 1º Fica criado Grupo Operacional para fiscalizar e garantir a adoção das medidas necessárias e cabíveis para coibir toda e qualquer exploração mineral em terras indígenas, em especial nas áreas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, localizadas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, até que a matéria seja regulamentada por lei, nos termos do art. 231, § 3º, da Constituição, bem assim para preservar a ordem pública nestas localidades.

Parágrafo único. Os agentes e órgãos públicos federais competentes adotarão, em suas respectivas áreas, as medidas a que se refere o caput...”. (DOU, 20/09/04)



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM. NOV. 2003

Crianças Cinta Larga brincam em garimpo ilegal de diamantes na TI Parque Aripuanã.

... APÓS CONCLUIR RELATÓRIO SOBRE GARIMPEIROS

Apoena Meirelles morreu com dois tiros quando deixava uma agência bancária, em Porto Velho, após um suposto assalto. Um jovem de 17 anos foi apontado como responsável pela Polícia Civil de Rondônia. Essa versão foi recebida com desconfiança pela Funai. Destacado pelo Palácio do Planalto para coordenar o grupo de trabalho com os Cintas-largas, o sertanista Apoena Meirelles deixou concluído um relatório detalhado sobre o assédio e a pressão dos garimpeiros e madeireiros a esses indígenas e suas terras. No documento, obtido pelo jornal “O Globo”, Apoena recomenda ações que mexeriam com poderosos do estado, como a abertura de inquéritos contra garimpeiros e madeireiros e o cancelamento de títulos de lavra e pesquisa mineral. Ele pedia ainda proteção às lideranças indígenas.

Apoena Meirelles seguiu para Rondônia logo após o massacre de 29 garimpeiros que exploravam jazidas de diamantes dentro da reserva Roosevelt, dos cinta-largas. Um grupo de 30 indígenas foi apontado como suspeito de envolvimento no massacre, ocorrido no início de abril. Em seu relatório, concluído em agosto, o sertanista revela que os garimpeiros se utilizam de todos os tipos de estratégias para fragilizar os órgãos públicos e os índios. Apoena relata que as invasões de garimpeiros e madeireiros resultaram em “consequências incalculáveis” para esses indígenas, como aparecimento de casos de alcoolismo, uso de drogas e substituição, além da disseminação de doen-

ças sexualmente transmissíveis e degradação ambiental. “Os financiadores e garimpeiros se utilizam de todos os tipos de estratégia. A complexidade e a extensão da rede de interesses políticos e econômicos expõe agravantes ambientais, fiscais e fazendários, ao lado de evidentes prejuízos sociais e culturais, particular ao mundo indígena”, afirma Apoena na introdução do documento. (O Globo, 02/11/04)

PF INVESTIGA EMPRESAS ESTRANGEIRAS

A PF investiga o envolvimento de empresas estrangeiras de mineração com o contrabando de diamantes em Rondônia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Pelo menos oito empresas estão sob investigação.

A primeira empresa intimada foi a Mineração Paraguaçu, que tem como acionista a empresa canadense Vaaldiam Resources. Ela despertou a atenção da PF em maio deste ano, quando transferiu sua sede para Espigão do Oeste. Segundo o delegado Mauro Spósito, multinacionais se instalaram nas imediações da reserva indígena a pretexto de pesquisar a existência de diamantes, ouro e outros minerais. A PF desconfia que a pesquisa seja apenas fachada para atividades ilegais. “A suspeita maior é a de que elas façam contrabando de diamante. Não acreditamos que estejam pesquisando”, diz o delegado. Segundo ele, um fato comum às empresas investigadas é que elas têm sede em paraísos fiscais.

Spósito trabalha com mais duas hipóteses para explicar o interesse das multinacionais pelas

áreas de garimpo: conter a produção para evitar a desvalorização da pedra no mercado internacional e assegurar a prioridade na exploração. (Elvira Lobato, FSP, 15/11/04)

PELO MENOS DEZ ÍNDIOS SERÃO INDICIADOS

A PF de Vilhena (RO) encerrou nesta quarta-feira as investigações sobre as mortes de 29 garimpeiros na TI Roosevelt, em abril deste ano, com o indiciamento de pelo menos dez índios cintas-largas, entre eles caciques e guerreiros. O relatório, que ainda está sendo concluído, pode trazer mais nomes. Segundo a polícia, foram indiciados sob a acusação de serem mandantes dos crimes o gerente do garimpo que funcionava dentro da terra indígena, Panderê Cinta Larga, os caciques Nacoça Pio Cinta Larga e Carlão Cinta Larga e o guerreiro Zé Paulo Cinta Larga, entre outros. Os índios indiciados deverão ser apresentados na delegacia pela Funai até na próxima quarta-feira, para a formalização dos indiciamentos no inquérito. (Rondoniagora, 17/11/04)

GOVERNO FEDERAL AUTORIZA VENDA DE DIAMANTES

A Presidência da República por meio da Casa Civil para Assuntos Jurídicos editou Medida Provisória (nº 225), de 22 de novembro de 2004, autorizando a Caixa Econômica Federal, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das TIs Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã,

Serra Morena e Aripuanã. O procedimento de arrecadação terá a duração de quinze dias e vai restringir-se aos diamantes brutos já extraídos pelos indígenas Cintas-Largas, conforme MP. A venda dos diamantes coletados ocorrerá em leilões públicos, com o dinheiro sendo repassado para os índios. De acordo com a MP, os diamantes brutos serão submetidos a exame pericial pela Caixa Econômica Federal, que emitirá recibo em nome do indígena ou da associação. (Rondonotícias, 23/11/04)

EMPRESAS FORMAM CARTEL PARA EXPLORAÇÃO

Investigação da PF aponta a existência de cartel formado para dominar a pesquisa de minerais, principalmente diamantes, no entorno da TI Roosevelt. Ao menos dez empresas que têm autorização do DNPM para fazer pesquisas na área possuem os mesmos sócios e acionistas de multinacionais. “Elas [as empresas] fizeram uma cartelização dos alvarás de pesquisa com o objetivo de dominar todas as áreas de produção”, disse o delegado da PF Mauro Sposito, coordenador da Operação Roosevelt, que tem objetivo de paralisar o garimpo ilegal e o contrabando de pedras preciosas. Nas dez empresas investigadas por cartelização, os principais sócios são acionistas ou sócios de multinacionais que também receberam alvarás de pesquisa de minérios. Para a Polícia Federal, isso indica que estão a serviço das multinacionais – que, dessa forma, podem explorar área maior do que seus alvarás permitem. Segundo Arcoverde, o DNPM outorga alvarás para pesquisas nas imediações da reserva porque as sondagens são promissoras. “Esperamos que se ache alguma jazida fora da reserva, porque teríamos uma mineração organizada, gerando renda à região”, afirmou. (Diário de Cuiabá, 04/12/04)

CAIXA ECONÔMICA LEILOARÁ DIAMANTES

A Caixa Econômica Federal (CEF) vai realizar no final de janeiro o leilão dos diamantes recebidos dos índios Cinta Larga, da Reserva Roosevelt. Os índios receberão todo o dinheiro após o leilão, informa a assessoria da CEF. De acordo com o delegado federal Mauro Sposito, a situação na reserva está tranquila. A PF e a Funai vêm realizando fiscalizações para evitar a entrada de máquinas e garimpeiros no local. No ano passado, o governo regulamentou a proibição da extração de diamantes em terras indígenas. Para evitar a entrada de garimpeiros na área foram armadas barreiras fixas e um grupo móvel. Além disso, foi montada uma equipe integrada por policiais federais,

300 GARIMPEIROS AINDA ESTÃO NA TI ROOSEVELT

Cerca de 300 garimpeiros voltaram a trabalhar na extração de diamantes no interior da reserva, segundo informação do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia e da Prefeitura de Espigão do Oeste, município vizinho à reserva.

A prefeita reeleita Lúcia Tereza Santos (PTB) disse que o garimpo nunca parou, mas que há três semanas aumentou o fluxo de homens na reserva. Os próprios índios, segundo ela, escolhem os garimpeiros. (FSP, 15/11/04)

servidores da Funai e índios, para fiscalizar as áreas de garimpo. (Radiobrás, 05/01/05)

CINTA LARGA RECLAMAM DA DEMORA DO PAGAMENTO

Descontentes com a demora do pagamento e o preço alcançado pelos diamantes retirados da TI Roosevelt e leiloados pela CEF no início deste mês, caciques Cinta Larga prometem recorrer a organismos internacionais como ONU, OEA e União Européia, além da imprensa, para reclamar contra o “descaso” com que estariam sendo tratados pelo governo brasileiro. Assinado por um grupo de caciques, entre os quais estão Nacoça Pio, Roberto e Zico Cinta Larga, os índios reclamam que o governo teria se comprometido em pagar pelas pedras retiradas da reserva pelos índios num prazo de 15 dias depois da desativação do garimpo, “mas já se passam 70 dias e não conseguimos rece-

ber esses valores”, dizem eles, reclamando das “dívidas atrasadas, acrescidas de multas e juros de mora, além do abalo de crédito e da demora do aporte financeiro prometido pela Funai, que nunca chegou”, segundo os cintalarga. Outra reclamação é quanto aos valores pagos pelas pedras no leilão promovido pela Caixa. “Achávamos que os valores seriam superiores aos praticados com atravessadores aqui na região, pois tantas vezes nos xingaram de babacas, dizendo que dávamos de graça uma riqueza de tão alto valor, para nossa decepção recebemos o comunicado dando conta de que as pedras mais valiosas que dispúnhamos foram negociadas muito abaixo do valor que esperávamos”. (Diário da Amazônia, 17/02/05)

PF INDICIA 38 GARIMPEIROS

A Superintendência da PF em Rondônia identificou, em um levantamento realizado ontem (1), 38 garimpeiros não-indígenas que ainda extraem ilegalmente diamantes na reserva indígena Roosevelt no sul do estado. Segundo o delegado Mauro Sposito, coordenador da Operação Roosevelt, os garimpeiros estão indiciados por crimes ligados à atividade mineral em terras indígenas. “A situação na reserva está sob controle. Desde dezembro os indígenas começaram a entregar o maquinário usado no garimpo. A maior parte deles é contra a extração de diamantes, mas há divisões. Os equipamentos que ficaram se tornarão inativos, por falta de manutenção. É uma briga de gato e rato”, diz o delegado. (Radiobrás, 02/06/05)

DINHEIRO DE LEILÃO PAGARÁ DÍVIDAS DOS CINTA LARGA

A maior parte dos R\$ 716 mil arrecadados no leilão de diamantes organizado pela CEF, realizado na última quarta-feira (2/2) no Rio de Janeiro, será destinada à liquidação de dívidas dos Cinta Larga que vivem nas TIs Roosevelt e Parque Aripuanã com os proprietários das máquinas utilizadas no garimpo. A afirmação é do cacique Nacoça Pio Cinta Larga da TI Roosevelt. “A gente vai pagar nossas dívidas e investir o que sobrar em infra-estrutura para o gado, como ração e cerca”.

Pio Cinta Larga é um dos dez índios indiciados pela PF no inquérito que apura o assassinato dos garimpeiros. A investigação ainda não foi concluída e o inquérito corre em segredo de justiça na 1ª Vara Federal em Porto Velho. O cacique afirma que os Cinta-Larga desejam a regulamentação definitiva da atividade de extração dos diamantes. Isso permitiria, em sua opinião, a sustentabilidade econômica das comunidades indígenas. “Hoje falta de tudo nas aldeias, principalmente remédios”.

Pio Cinta Larga diz que o garimpo na Roosevelt está “quieto”, mas que a relação com os donos das máquinas utilizadas na extração dos diamantes permanece desfavorável aos índios. “De cada 30

mil reais tirados das minas, 65% fica com os brancos e apenas 25% com nosso povo”. Ele diz que os 10% restantes são destinados a cobrir os custos da atividade. A indígenista Maria Inês Hargreaves, que trabalha com os Cinta Larga em Rondônia e no Mato Grosso há 23 anos, afirma que eles precisam de um plano de gestão financeira para aproveitar os recursos oriundos da venda das pedras - caso a atividade seja regulamentada definitivamente.

Maria Inês esteve em dezembro passado nas terras Cinta Larga. Ela conta que os índios não acreditavam que o leilão da Caixa Econômica Federal fosse de fato reverter em algo significativo para suas comunidades. Para a indígenista, a quantidade leiloadada - 665 quilates - é uma fração do que é comprado pelos contrabandistas. “Como os Cinta-Larga dependem dos chefes do contrabando, já que tentam dar conta disso sozinhos e não conseguem são pressionados a não negociar com órgãos oficiais e têm dificuldade em confiar no Governo Federal, provavelmente os grandes estoques não foram negociados”, afirma. (Bruno Weis, Notícias Socioambientais/ISA, 04/02/05)

DOLEIRO ACUSA CASSOL DE PERMITIR CONTRABANDO

As suspeitas da PF sobre o envolvimento do governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), na extração ilegal de diamantes começaram em março de 2004 – um mês antes do massacre dos 29 garimpeiros –, quando agentes prenderam em Porto Velho o doleiro Marcos Glikas com aproximadamente mil quilates de pedras extraídas na Reserva Roosevelt. Ele entregou à PF fotografias tiradas em reunião no Palácio Presidente Vargas, sede do governo estadual, nas quais aparece ao lado de Cassol. Também disse que tinha permissão do governador para contrabandear diamantes. À imprensa, Cassol sempre negou que tivesse pedido qualquer vantagem aos cintas-largas e que sua intenção sempre foi organizar o garimpo. Ele também negou ligação com Glikas. (*FSP*, 13/06/05)

INQUÉRITO SOBRE GARIMPO ESTÁ NO STJ

A Superintendência da PF em Rondônia encaminhou, para análise do STJ, o inquérito sobre a denúncia envolvendo o governador no contrabando de diamantes no garimpo Roosevelt, em Espigão do Oeste. (*Diário da Amazônia*, 28/06/05)

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA CRIAÇÃO DE CPI

Lupércio Ramos avalia que a Funai concede aos indígenas imensas áreas, mas não exerce com eficiência o seu poder de polícia sobre elas. A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou o Projeto de Resolução 147/04, dos deputados Júnior Betão (PL-AC), Agnaldo Muniz (PP-RO) e Júlio Delgado (PPS-MG), que cria a CPI para investigar denúncias de extração ilegal e contraban-

do de diamantes da reserva indígena Roosevelt. De acordo com o projeto de resolução, a comissão será constituída por 17 integrantes e igual número de suplentes, e terá prazo de 120 dias, prorrogável por mais 60, para a conclusão dos trabalhos. (*Sônia Baiocchi, Agência Câmara*, 11/08/05)

MJ LIBERA RECURSOS PARA O PROGRAMA CINTA LARGA

O Ministério da Justiça já liberou para a Funai R\$ 658 mil dos R\$ 3,5 milhões de reais anunciados para a execução do Programa Povo Cinta Larga, em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso. Até o dia 12 de julho, foram gastos R\$ 500 mil com a manutenção das sete barreiras de fiscalização do território indígena e investidos em projetos de incentivo à piscicultura e ao roçado comunitário. O objetivo do Programa Cinta Larga é oferecer aos 1.400 indígenas da etnia uma alternativa de subsistência e de renda que os afaste do garimpo ilegal. (*Rádiorá, 24/08/05*)

ÍNDIOS MATAM MAIS DOIS NA GUERRA DOS DIAMANTES

Mais dois garimpeiros foram assassinados dentro da TI Roosevelt e o clima voltou a ficar tenso, com risco de novas matanças que, inclusive, já foram anunciadas pelos índios Cinta Larga. Há informações de que, pelo menos, 200 garimpeiros estariam no interior das terras sagradas dos índios explorando, ilegalmente, diamantes. (*Estadão do Norte*, 05/09/05)

ÍNDIOS DECIDEM EXPULSAR GARIMPEIROS

Os índios Cinta-Larga da TI Roosevelt e do Parque Indígena Aripuanã decidiram, de maneira unânime, retirar os garimpeiros de seu terri-

tório. A iniciativa não foi resultado de uma imposição da Funai, mas fruto de um trabalho de conscientização desenvolvido pelo órgão junto à comunidade Cinta-Larga. Essa decisão definitiva tem sido demonstrada nas ações postas em prática pelos índios, reunidos na Associação Pamaré, e por funcionários da Funai, com o apoio da Polícia Militar Ambiental do Estado e da PF. (*24 Horas News*, 20/09/05)

PF APREENDE MADEIRA ROUBADA

A Polícia Federal apreendeu, nesta madrugada, uma grande quantidade de madeira roubada da comunidade Indígena Cinta Larga, na Serra Morena. Um funcionário da Funai informou agora a pouco, por telefone, que várias pessoas foram presas e estão sendo autuadas em flagrante neste momento pela Polícia Federal. No local, além das prisões, a PF ainda apreendeu muita madeira. Agentes e delegados da PF continuam no local. Possivelmente ainda hoje, será elaborado um relatório sobre as prisões e as apreensões em TIs, que será enviado para Cuiabá, e daqui para Brasília. Segundo ainda a assessoria, várias pessoas foram presas e estão sendo instaurados dois flagrantes por roubo de madeira na região. (*24 Horas News*, 30/09/05)

UM ANO SE PASSOU E NADA FOI APURADO

O indigenista Apoena Meireles foi morto dia 9 de outubro de 2004, em uma agência do Banco do Brasil em Porto Velho (RO). Seus filhos Tainá, 29, e Francisco Meireles, 27, ainda têm perguntas sobre a morte do pai. A arma do crime não foi encontrada até hoje e o assassino está foragido. “Eu tenho dúvidas se realmente foi um crime comum”, questiona Francisco. (*Amazonas em Tempo*, 14/10/05)

Apiaká
Chiquitano
Enawenê Nawê
Iranxe
Kayabi
Munduruku
Myky
Nambikwara
Pareci
Rikbaktsa
Terena
Umutina
Isolados



12.

Oeste do Mato Grosso



OESTE DO MATO GROSSO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
16	Apiaká-Kayabi	Apiaká Kaiabi Munduruku	446 - Funai/Colíder: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 394 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI município de Juara e comarca de Porto dos Gaúchos (109.245 ha) matr. 3428 lv. 2-RG, fl. 1V/2 em 19/08/88. Reg. SPU certidão nº 19 em 24/11/88.	109.245	Juara	MT
1390	Batelão	Kaiabi	150 - Relatório do GT: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 66 de 16/07/2003 da Funai aprova os estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura.	117.050	Juara Tabaporá	MT MT
73	Capitão Marcos/Uirapuru	Pareci	17 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Em identificação. Portaria 637 de 01/07/2000 da Funai cria GT para estudos e identificação da TI.		Nova Lacerda	MT
	Chiquitano	Chiquitano		Em identificação. Portaria 251 de 13/04/2000 da Funai constitui o GT criado pela Portaria 57/2000.		Cáceres	MT
279	Enawenê Nawê	Enawenê-nawê	330 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/10/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Juína, comarca de Cuiabá (390.706 ha) matr. 53.945 lv. 2-IG, fl. 21/V em 18/11/96; município de Comodoro, comarca de Pontes e Lacerda (135.378 ha) matr. 11.188, lv. 2-RG, fl. 01/V em 22/11/96; município de Campo Novo dos Parecís, comarca de Tangará da Serra (216.003 ha) matr. 5.135 lv. 2-RG, fl. 001 em 19/03/98. Reg. SPU certidão nº 94 de 03/07/98.	742.088	Comodoro Juína Sapezal	MT MT MT
262	Erikpatsa	Rikbaktá	676 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 398 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Diamantino (79.935 ha) matr. 17.609 lv. 2-fl. 01 em 22/02/85. Reg. SPU certidão s/n de 18/11/87.	79.935	Brasnorte	MT
93	Escondido	Rikbaktá	45 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Cotriguaçu, comarca de Cuiabá (188.938 ha) matr. 56.626 lv. 2-JZ fl. 048 em 15/03/99. Reg. SPU certidão nº 63 de 21/07/99.	168.938	Cotriguaçu	MT
94	Estação Parecís	Pareci	25 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Declarada. Portaria 666 de 01/11/1996 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios.	3.620	Diamantino Nova Marilândia	MT MT
95	Estivadinho	Pareci	33 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/08/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tangará da Serra (2.031,9414 ha) matr. 10.512 lv. 2-RG fl. 001 em 20/09/93. Reg. SPU certidão 62 de 19/01/94.	2.032	Tangará da Serra	MT
103	Figueiras	Pareci	23 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Barra do Bugres (9.858 ha) matr. 16.986, lv. 2 RG, fl. 01 de 13/11/95. Reg. SPU certidão nº 005 de 13/03/96.	9.858	Barra do Bugres Tangará da Serra	MT MT
135	Iranxe	Iranxe	333 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.827 de 15/01/90 retifica e homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Diamantino, matr. 21.561 lv. 2 fl. 01V/2 em 04/08/87. Reg. SPU nº 002 de 23/04/90.	45.555	Brasnorte	MT
145	Japuira	Rikbaktá	215 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 386 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI de Diamantino, matr. 25.230 lv. 2-CC fl. 176 em 12/09/89. Reg. SPU Cert nº 030 em 06/06/94.	152.509	Juara	MT
420	Juinha	Pareci	74 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 04/10/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI de Pontes e Lacerda, matr. 8.783 em 27/10/93. Reg. SPU certidão nº 27 de 03/05/94.	70.537	Conquista D' oeste	MT
	Lago Grande	Chiquitano		Em identificação. Portaria 686 de 14/07/2003 da Funai cria GT para estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Joana Silva.		Pontes e Lacerda Porto Esperidião Vila Bela da Santíssima Trindade	MT MT MT
587	Lagoa dos Brincos	Nambikwara Negarotê	65 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Por estar situada na faixa de fronteira, a terra submete-se ao disposto no art. 20 § 2 da Constituição. Reg. CRI na comarca de Pontes e Lacerda, matr. 10.833, lv. 2 RG, fl. 01 em 18/01/96. Reg. SPU certidão nº 003 de 13/03/96.	1.845	Comodoro	MT
1418	Manoki	Iranxe	250 - Relatório do GT: 2000	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 181 de 13/11/2002 da Funai aprova os estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura.	252.000	Brasnorte	MT
208	Menku	Menky	103 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.013 de 11/02/1987 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Diamantino, matr. 21.183, lv. 2, fl. 1 em 22/04/87. Reg. SPU certidão s/n de 26/08/87.	47.094	Brasnorte	MT

OESTE DO MATO GROSSO
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
216	Nambiquara	Nambikwara Halotesu Nambikwara Kithaulu Nambikwara Sawentesu Nambikwara Wakalitesu	306 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.814 de 10/01/1990 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Pontes e Lacerda, matr. 1.517 lv. 02 fl. 1V em 10/04/87. Reg. SPU certidão s/n de 28/10/87.	1.011.960	Comodoro	MT
237	Pareci	Pareci	838 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 287 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 5.014 lv. 2, fl. 1V/4V/5 em 20/02/87. Reg. SPU certidão s/n de 18/05/87.	563.586	Tangará da Serra	MT
474	Pequizal	Nambikwara Alantesu Nambikwara Erihitaunsu	45 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Por estar situada em faixa de fronteira, a TI submete-se ao disposto no artigo 20 § 2 da Constituição. Reg. CRI matr. 10.834 lv. 2 RG, fl. 01 em 18/01/96. Reg. SPU certidão nº 004 de 13/03/96.	9.886	Nova Lacerda	MT
	Picina	Nambikwara		Em identificação. Portaria de 23/08/1995 da Funai cria GT para estudos de identificação e delimitação e para realizar o levantamento fundiário e vistoria detalhada de benfeitorias edificadas por não-Índios nos limites a serem identificados.		Pontes e Lacerda	MT
248	Pirineus de Souza	Nambikwara Nambikwara Idalamare Nambikwara Ilaklore Nambikwara Mamaindê Nambikwara Mundúka Nambikwara Sabane Nambikwara Tawandê	216 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 89.579 de 24/04/1984 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, matr. 18.525, lv. 2L3, fl. 280 em 06/08/84. Reg. SPU certidão nº 15 de 16/05/85.	28.212	Comodoro	MT
1468	Ponte de Pedra	Pareci	12 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 59 de 22/06/2006 da Funai aprova as conclusões dos estudos da TI e determina a publicação do resumo com mapa no DOE e na sede das prefeituras.	17.000	Campo Novo do Parecis Diamantino Nova Maringá	MT MT MT
1417	Portal do Encantado	Chiquitano	209 - Relatório do GT: 2002	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 73 de 01/09/2005 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e fixação nas sedes das prefeituras.	43.057	Pontes e Lacerda Porto Esperidião Vila Bela da Santíssima Trindade	MT MT MT
	Rio Arraías	Kaiabi Yudjá		Em identificação. Portaria 469 de 26/05/2003 da Funai cria GT para realizar trabalhos de identificação e delimitação da TI, coordenado pelo antropólogo Kinton Senra.		Marcelândia	MT
268	Rio Formoso	Pareci	146 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 391 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 5.970 lv. 2-RG fl. 1V/2 em 03/10/88. Reg. SPU MT-025 de 12/12/88.	19.749	Tangará da Serra	MT
1389	Rio Pardo			Com restrição de uso. Portaria 447 de 11/05/2001 da Funai restringe ingresso, locomoção, permanência e exploração da área por 3 anos, por ser habitat de índios isolados. (veja notícias)	166.000	Colíder Novo Aripuanã	MT AM/ MT
290	Sararé	Nambikwara Kalunhwasu Nambikwara katitawlu Nambikwara Qualitsu Nambikwara Sayulikisu Nambikwara Uaihlatisu	94 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 91.209 de 29/04/1985 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 4.220 lv. 2 fl. 1 em 19/08/85. Reg. SPU MT certidão s/n de 26/08/87.	67.420	Conquista D' oeste Nova Lacerda Vila Bela da Santíssima Trindade	MT MT MT
571	Taihantesu	Nambikwara Wasusu	77 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 11.300 lv. 2-RG fl. 01 em 13/02/97. Reg. SPU certidão nº 70 de 30/10/97.	5.372	Nova Lacerda	MT
315	Tirecatinga	Nambikwara Halotesu Nambikwara Sawentesu Nambikwara Wakalitesu	117 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 291 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Diamantino, matr. 17.608, lv. 2, fl. 01V em 22/02/85. Reg. SPU-MT certidão s/n de 22/10/87.	130.575	Sapezal	MT
327	Umutina	Iranxe Kaiabi Nambikwara Pareci Terena Umutina	367 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.144 de 14/09/1989 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Barra dos Bugres, matr. 15.916 lv. 2-RG fl. 001 em 26/02/92; município de Rosário d'Oeste, matr. 4.021, lv. 3D, fl. 2.70 em 22/04/80. Reg. SPU certidão nº 002 de 30/01/95.	28.120	Alto Paraguai Barra do Bugres	MT MT
331	Utiariti	Pareci	249 - Funai/Tangará da Serra: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 261 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 17.607 lv. 2, fl. 01/02 em 22/02/85. Reg. SPU certidão s/n de 22/10/87.	412.304	Campo Novo do Parecis Sapezal	MT MT
332	Vale do Guaporé	Nambikwara Alakatesu Nambikwara Alantesu Nambikwara Erihitaunsu Nambikwara Hahaintesu Nambikwara Hoskokosu Nambikwara Mamaindê Nambikwara Negarotê Nambikwara Waikisu Nambikwara Wasusu	452 - Paca: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 91.210 de 29/04/1985 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, matr. 2.568 lv. 02 fl. 1/3V/4 em 07/06/88. Reg. SPU certidão s/n de 27/10/87.	242.593	Comodoro Nova Lacerda	MT MT

Nos Tentáculos do Agronegócio

Dan Pasca*

Geógrafo

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATO GROSSO SIGNIFICOU PARA OS PARECI, E OUTROS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO, A PERDA DE GRANDE PARTE DE SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL E A DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, ALÉM DE MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E NO SISTEMA ECONÔMICO TRADICIONAL

O agronegócio tornou-se peça-chave no âmbito da política econômica do governo brasileiro. Graças a um superávit recorde da balança comercial (US\$ 33,7 bilhões), a economia brasileira registrou em 2004 um crescimento de 5,2% do PIB. O peso do agronegócio nas exportações que possibilitaram tais recordes foi de 40,4%, sendo o complexo da soja responsável por nada menos que 10,4% (US\$ 10 bilhões) do valor total das exportações.¹ No entanto, entre os riscos associados a esse modelo, destaca-se a dependência econômica interna, que se traduz no apoio incondicional do governo a esse setor, acompanhado de um discurso desenvolvimentista que visa tornar aceitáveis os impactos socioambientais da expansão desenfreada da sojicultura.

Um acompanhamento mais atento dessa expansão em Mato Grosso, o estado que mais contribui para as exportações do complexo da soja, revela alto índices de desmatamento no cerrado e nas florestas de transição e amazônica. O aumento da área plantada do estado, no caso da soja, por exemplo, duplicou entre 1999 e 2004, como mostra o gráfico nas próximas páginas. Ao mesmo tempo, sobressai a pressão exercida pelo agronegócio sobre os povos indígenas e seus territórios, quando estes se encontram no seu caminho. Os Xavante, Enawenê-Nawê, Nambikwara e Pareci estão entre os que mais sofrem essa pressão atualmente.

O AVANÇO DAS FRENTE PIONEIRAS SOBRE OS PARECI

Para os Pareci, a frente atual se insere numa longa história de 300 anos de contato e investidas de frentes de expansão contra

seus territórios (extração mineral e vegetal, integração nacional, expansão religiosa e da agropecuária). Entre 1920 e 1970, o avanço das frentes, somado à incapacidade e à atuação ambígua do órgão indigenista oficial, resultou numa perda de 2/3 do território pareci original, cuja porção sul foi cortada pela construção da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e conseqüentemente excluída da demarcação inicial em 1968. Graças à resistência de alguns grupos locais, como o do Rio Formoso, os Pareci conseguiram manter algumas poucas áreas pontuais nessa região, caracterizada pela presença de remanescentes da floresta semidecídua original. Com a demarcação e homologação de seis Terras Indígenas (TIs) nos anos de 1990, constituiu-se o atual mosaico Pareci, composto por três TIs contíguas, com um total de cerca de 1 milhão de ha, e três pequenas TIs “ilhadas” [ver mapa]. Atualmente, a única terra ainda não homologada é a TI Estação Parecis (3.600 ha), uma antiga estação telegráfica, ocupada por sojicultores.

Desde meados dos anos de 1980, a pecuária foi gradualmente substituída pela sojicultura, uma vez que as extensas áreas planas de cerrado constituíam o espaço ideal para a mecanização. Assim, a monocultura da soja espalhou-se pelos municípios de Campo Novo dos Parecis, Sapezal e Campos de Júlio, áreas que até 1920 eram consideradas território Pareci. Essa expansão do agronegócio significou para os Pareci a perda de grande parte de seu território tradicional e a degradação dos recursos naturais remanescentes pela supressão da vegetação natural e pelo uso descontrolado de agrotóxicos. O quase desaparecimento da caça causou o maior impacto na sociedade pareci, tanto pela perda da principal fonte de proteína, quanto pela dissolução da dimensão social e religiosa da caça, relacionada às festas mais importantes desse povo. A falta de proteína, responsável pela subnutrição de grande parte da população, e o precário atendimento à saúde, causam altos índices de mortalidade. Um quarto das crianças nascidas em 2000 pesavam menos de 3 kg, e 50 por mil não sobreviveram ao primeiro ano (o índice de mortalidade entre crianças não-indígenas é de 24,3 por mil). Ao mesmo tempo, 30 por mil das mães morreram ao dar à luz, um

índice 30 vezes superior à média brasileira. Em várias aldeias, 60% das crianças apresentavam um peso abaixo do normal.²

Finalmente, a vulnerabilidade da sociedade pareci, causada pela perda da base de subsistência, ainda é agravada pelas conseqüências psicossociais do quadro de penúria. Nessa situação, os Pareci tiveram dificuldades de resistir às investidas do agronegócio.

“A ESTRADA VAI TRAZER DESENVOLVIMENTO”

A pressão exercida pelo agronegócio sobre os Pareci teve dois objetivos principais: a construção de estradas atravessando as TIs, visando diminuir os custos de frete da soja e, posteriormente, o acesso à própria TI para o seu plantio.

Pressionados por influentes sojicultores da região e seduzidos por suas promessas, os Pareci aceitaram, em 1984, que uma estrada cortasse as TIs Utiariti e Pareci no sentido noroeste-sudeste [ver mapa]. Essa estrada, chamada de *Nova Fronteira*, facilitaria o escoamento da soja produzida na região em que estavam se configurando os novos municípios de Sapezal (fundado por André Maggi) e Campos de Júlio (homenagem ao ex-governador Júlio Campos) para os portos do Sudeste do país. No contrato fechado entre a Funai, os representantes indígenas e a associação dos fazendeiros, esta última se comprometia a prestar assistência a todas as aldeias por um período de 8 anos, incluindo: fornecimento de combustível para as viaturas da Funai e das comunidades indígenas, implantação de lavouras mecanizadas (52 ha), formação de pomares, assistência agrícola, abertura de estradas interligando as aldeias e intercessão junto ao governo estadual para a construção de um hospital. Também foi concedido aos Pareci o direito de extrair borracha das seringueiras remanescentes ao longo do Rio Papagaio em propriedades particulares.

As condições acordadas revelam as necessidades distintas dos grupos locais, que até hoje assumem posicionamentos diferenciados frente ao agronegócio. As comunidades ao norte da estrada, que vinham explorando seringais desde os anos de 1940 sob a orientação de missionários jesuítas, e que conseqüentemente apresentam uma maior inserção na economia regional, eram as mais favoráveis ao acordo. Seus interesses relacionavam-se à proteção e ao acesso a seringais que ficaram fora da TI, assim como à melhoria do acesso aos centros regionais. As comunidades ao sul da estrada, menos afetadas por esta, mostravam interesse nas lavouras mecanizadas e na melhoria do atendimento à saúde. Já as comunidades mais distantes ao sudoeste e sul, como Rio Formoso, que por ocasião da luta pela demarcação de seus territórios mostraram maior resistência frente aos fazendeiros, eram majoritariamente contra a estrada.

Pelo mencionado contrato iniciou-se uma nova relação de dependência, já que, na prática, durante a vigência do primeiro

contrato (1984-1992), as funções de assistência e tutela foram simplesmente transferidas da Funai para a associação dos fazendeiros, que controlava o tráfego na TI e recolhia o pedágio, financiando assim as demais atividades acordadas, sem prestação de contas à Funai ou aos índios. Essas razões levaram o Ministério Público Federal (MPF) a questionar o contrato e a embargar por repetidas vezes a utilização da estrada.

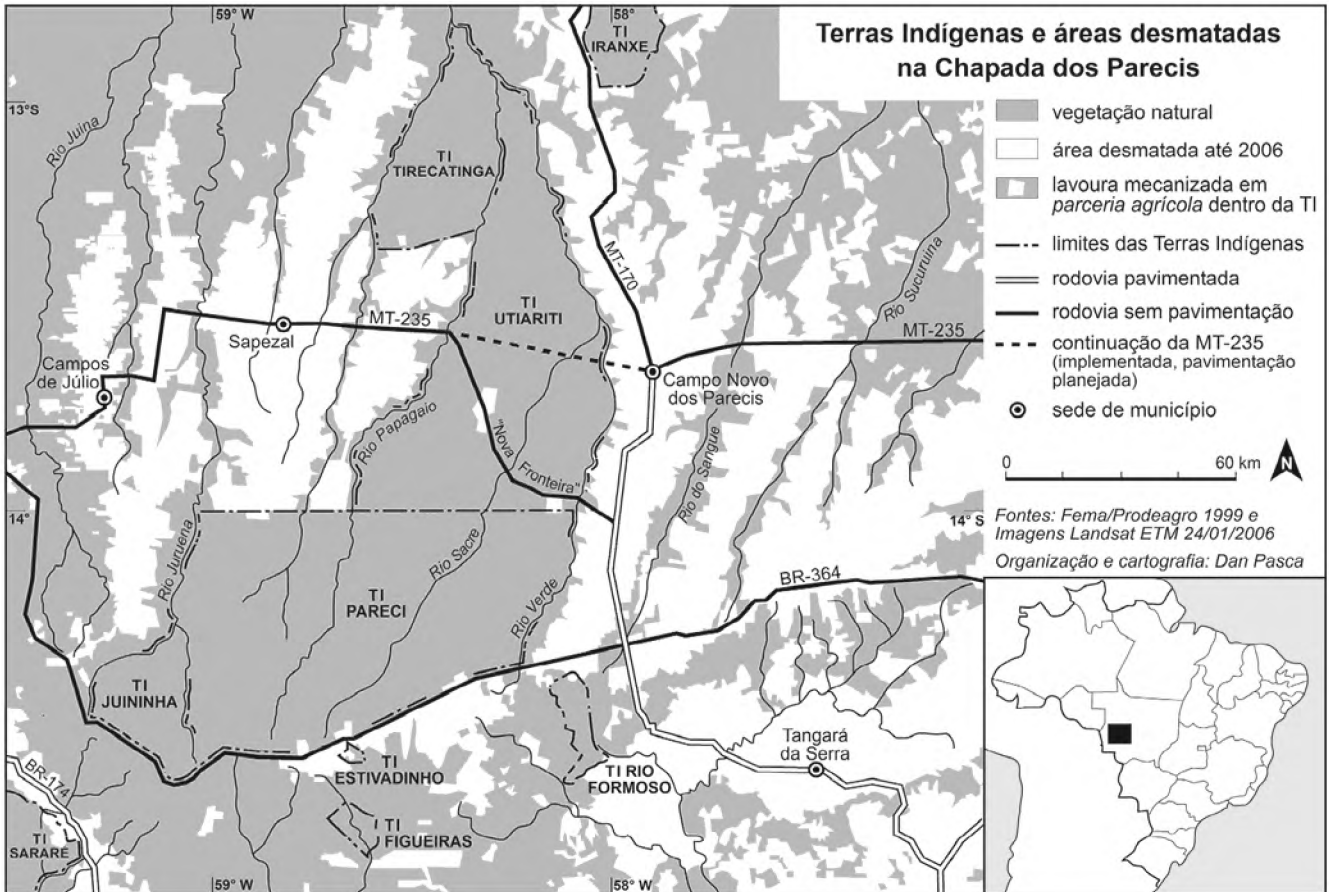
No final da década de 1980, a pressão do agronegócio sobre a utilização da terra dentro das TI demarcadas passou a crescer. Alguns grupos locais pareci entenderam que, para melhorar a sua situação, não lhes restaria outra alternativa que firmar contratos de arrendamento com seus vizinhos sojicultores. Assim, as comunidades do Rio Formoso arrendaram terra no nordeste da TI a um fazendeiro vizinho, recebendo em contrapartida um caminhão usado e o combustível necessário. Esse meio autônomo de transporte foi considerado de suma importância pelas comunidades, por permitir o rápido transporte dos doentes à cidade e o acesso a roças e outros recursos naturais, cada vez mais distantes das aldeias.

A sucessiva retirada da Funai dos campos tradicionais da política indigenista – saúde, educação, desenvolvimento econômico – criava novas oportunidades de ação para a sociedade civil e as próprias organizações indígenas, mas também acarretava novos riscos. Diante da enorme pressão exercida por alianças anti-indígenas, as sociedades indígenas passaram a correr o risco de ser cooptadas pelos interesses desses atores poderosos. No caso de Mato Grosso, onde as elites do agronegócio começavam a exercer um controle crescente sobre os rumos da política regional, a pressão aumentou ainda mais na década de 1990. Os atores do agronegócio tentaram implementar novos projetos de infraestrutura para que seus produtos chegassem mais rápido e com menor custo aos mercados globais.

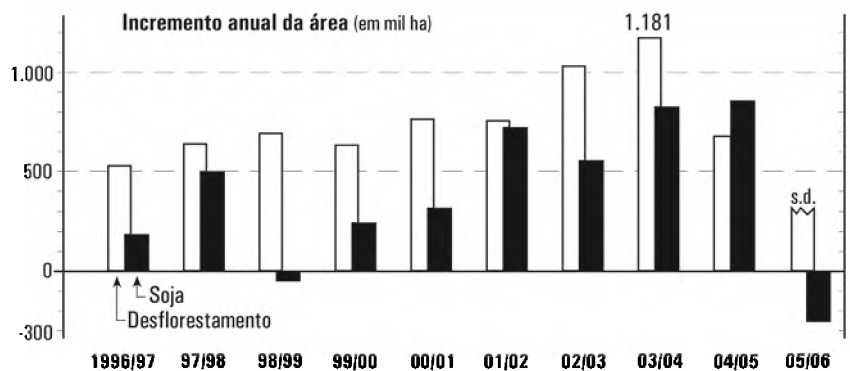
MUDANÇA DE RUMO NA ROTA DA SOJA

Em 1997, foi implementado o corredor de exportação rodohidroviário Porto Velho – Rio Madeira – Amazonas, financiado pelo conglomerado AMaggi. Assim, grande parte dos transportes de soja, até então direcionados aos portos do Sudeste, foram desviados para o Noroeste. Essa mudança acarretou adaptações na malha viária regional, aumentando as pressões de criação de novos atalhos através das TIs dos Pareci. A continuação da MT-235 foi então vislumbrada como melhor conexão leste-oeste entre Campo Novo do Parecis e os novos municípios de Sapezal e Campos de Júlio, possibilitando o escoamento direto da soja da parte central do estado (Lucas do Rio Verde, Sorriso) para Porto Velho, seguindo pelos rios Madeira e Amazonas para o exterior [ver mapa]. No entanto, esse novo recorte da TI enfrentou a resistência do MPF e de grande parte dos Pareci e não foi realizado.

Em compensação, a “antiga” estrada *Nova Fronteira* foi reativada, de modo que desde 1998 grande parte da produção de soja do



DESFLORESTAMENTO E ÁREA PLANTADA COM SOJA EM MATO GROSSO



Fontes: Inpe [www.obt.inpe.br/prodes]; Conab [www.conab.gov.br], abril, 2006.

estado está atravessando o território dos Pareci. O novo contrato previa um pedágio de R\$ 5 por caminhão (aumentado em 2004 para R\$ 10), recolhido pelos próprios índios e dividido entre as comunidades (60%) e um fundo de manutenção da estrada (40%), gerenciado pelas prefeituras locais. No entanto, a repartição dos benefícios entre as comunidades gerou conflitos. Para superá-los, foram criadas duas associações: a Halitinã, representando 29 aldeias, e a Waymaré com 13 aldeias. Cada associação estabeleceu um posto de pedágio nos pontos de penetração da estrada na TI. Esse pedágio, cerca de R\$ 300 mil por ano, tornou-se a principal fonte de recursos das 42 comunidades, que assim conseguem compensar parte das insuficiências no

atendimento à saúde, na alimentação e na educação. Ao mesmo tempo, a dependência do agronegócio seguiu aumentando. Isso ficou evidente no início de 2002, quando as duas associações entraram na justiça para solicitar o asfaltamento da *Nova Fronteira*. Pela primeira vez na história do Brasil, índios lutavam pelo asfaltamento de uma estrada que iria cortar seus territórios. Tomando conhecimento de planos do Ministério dos Transportes para a construção de uma nova rodovia asfaltada contornando as TIs pelo norte, os Pareci recebiam a diminuição do tráfego na *Nova Fronteira* e a consequente queda de suas receitas. Naturalmente, as lideranças das duas associações não eram os únicos defensores do projeto de asfaltamento, já que esse iria represen-

tar uma economia de 166 km em relação aos planos de contorno. Vários antropólogos, o MPF e a Funai mostraram-se contrários ao projeto. Diante de denúncias de cooptação, os próprios Pareci passaram a questionar tanto a legitimidade das lideranças, frequentemente auto-proclamadas, quanto o próprio processo de tomada de decisão. Pelo acordo em questão, firmado pouco antes da aceitação do asfaltamento pelos representantes Pareci, os sojicultores se comprometeram a doar 30 mil sacas de soja (cerca de R\$ 500 mil), a serem entregues em três parcelas até 2004.

Aos poucos, apareceram também os problemas causados pela estrada. A falta de manutenção ocasionava problemas de trafegabilidade, aumentando os desvios e expandindo o leito da estrada a cada ano. A poluição sonora, gerada pela passagem dos caminhões pesados, estava afugentando a caça já rarefeita, e muitos Pareci recebiam o comprometimento da integridade territorial da TI pelo asfaltamento e o conseqüente aumento do tráfego. Além do mais, as negociações cada vez mais complexas com os atores do agronegócio constituíam sérios desafios à organização descentralizada da sociedade pareci, baseada na autonomia política dos grupos locais.

A “PARCERIA AGRÍCOLA”

Esses desafios tornaram-se evidentes no âmbito das novas negociações com o agronegócio a respeito da chamada *parceria agrícola*. Em tese, ela prevê a participação das comunidades indígenas nos lucros e o emprego de mão-de-obra indígena, a ser beneficiada por uma formação técnica. Nessa base, seria formalizada a cooperação entre os Pareci e os sojicultores da região. No entanto, projetos semelhantes desenvolvidos no passado tiveram desdobramentos majoritariamente prejudiciais às comunidades indígenas.

O assunto está sendo discutido a nível nacional, gerando controvérsias. O maior questionamento é de ordem legal, a saber: os povos indígenas têm o direito de arrendar terras que não lhes pertencem – as TIs são bens da União – a terceiros? Um projeto de lei regulamentando a questão tramitou na Câmara dos Deputados a partir de 1999 e foi arquivado em 31/01/2003. Diante da falta de base legal, o MPF embargou tais parcerias, por enquanto. Porém, os fazendeiros e algumas comunidades pareci decidiram continuar as “parcerias” informais. Desde 1995, os Pareci vinham plantando arroz e posteriormente soja, com o auxílio de seus vizinhos (prefeitura de Sapezal, grupo AMaggi, etc.), que doavam sementes e financiavam adubos e agrotóxicos. A área inicial de 60 ha expandiu-se gradativamente ano a ano.

A partir de 2003, o governo do estado passou a atuar diretamente no setor indigenista, criando a Superintendência de Política Indigenista e incentivando as *parcerias agrícolas*. Esse período coincide com o primeiro ano de governo de Blairo Maggi. No caso dos Pareci, o governo do estado aparentava ser o soluciona-

dor de um “impasse” gerado pelo bloqueio da estrada *Nova Fronteira*. Em setembro de 2003, algumas comunidades pareci bloquearam a estrada durante vários dias, causando engarrafamentos quilométricos e proporcionando aos Pareci uma forte presença midiática. As reivindicações foram: autorização dos projetos de *parceria agrícola* e liberação de financiamentos para o plantio da soja. Representantes da Funai, enviados para negociar a liberação da estrada, foram feitos reféns. A situação, descrita como extremamente tensa na mídia local, se acalmou – como por um passe de mágica – com a chegada dos representantes do Governador. Na ocasião, uma série de medidas foi tomada e prometida pelo governo do estado para agilizar o processo: empenho junto ao Banco do Brasil para a disponibilização de créditos, suporte técnico por parte da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), doação de calcário para a correção dos solos, parcerias com os municípios vizinhos, bem como a elaboração de estudos de gestão territorial e impactos ambientais. Conseqüentemente, a área cedida pelos Pareci para a plantação de soja subiu para 1.400 ha em 2003 e alcançou 2.000 ha em 2004, gerando um retorno de 3 sacas (180 kg) de soja por hectare para os Pareci, face a uma produtividade de 55 sacas por hectare. Em 2005, ano de crise da sojicultura no país, a área plantada diminuiu para 1.700 ha, resumindo-se a contrapartida a uma saca (60 kg) de soja por hectare, o que corresponde a menos de 2% da colheita.

No âmbito da nova política indigenista do estado, está sendo reavaliado o asfaltamento da conexão Leste-Oeste, a segunda estrada a cortar as TIs dos Pareci. Essa continuação da MT-235 vem sendo implementada informalmente, apesar de ter sido embargada pelo MPF. No contexto das estradas e da *parceria agrícola*, pode ser observada uma exacerbação de clivagens tradicionais entre diferentes grupos locais pareci, gerando uma crescente polarização entre posições “tradicionalistas” e “desenvolvimentistas”. A pressão exercida durante décadas pelos atores neobrasileiros – missionários, Funai, fazendeiros – surtiu efeito, pelo menos sobre uma parte dos Pareci. Assim, *chavões* como *desenvolvimento*, *produção* e *grandes projetos* dominam suas falas. Desse modo, os “desenvolvimentistas” passaram a adotar um discurso cunhado pelo agronegócio, identificando-se como atores do progresso, que querem produzir e contribuir para o desenvolvimento da região, mas que estão sendo impedidos por entraves burocráticos assim como pela falta de financiamentos adequados. Esse discurso emprestado dos fazendeiros está sendo complementado por métodos indígenas de protesto, como no mencionado episódio do bloqueio da estrada e da tomada de reféns. Recebendo pleno apoio do governador, os “desenvolvimentistas” Pareci passaram a pressionar os órgãos federais.

Nesse contexto está se delineando a nova política indigenista do governador Blairo Maggi: os grupos indígenas que se submetem ao modelo do agronegócio são recompensados, ao passo que aqueles que ameaçam frear a frente de expansão da soja – como



EDNILSON AGUIAR/SECOM - MT, JUN. 2005

Demonstração de dança na abertura dos Jogos Indígenas Pareci, em Campo Novo dos Parecis.

os Xavante no leste de Mato Grosso ou mesmo parte dos Pareci – são tratados como entrave ao progresso. Como forte representante do “Brasil que dá certo”, o governador tenta influenciar o governo e o legislativo federal, procurando rechaçar demandas territoriais indígenas “exageradas”. Essa estratégia visa minar os direitos territoriais indígenas, garantidos pela Constituição, impedindo as tentativas de reconquista jurídica dos territórios indígenas apossados por atores neobrasileiros, que não querem ceder as terras e chegam inclusive a tentar a incorporação de TIs ao seu sistema de produção através de contratos de *parceria agrícola*.

APRENDIZAGEM DOLOROSA

Os Pareci se encontram, atualmente, num difícil processo de aprendizagem. No decorrer dos últimos 50 anos o seu sistema econômico tradicional acabou sendo destruído. Diante da nova situação de degradação dos recursos naturais e de novas dependências, os Pareci vêm tentando encontrar novas formas de sobrevivência e novas estratégias de inclusão na economia monetarizada: a extração da poaia e da borracha, o trabalho nas linhas telegráficas, o trabalho assalariado nas fazendas circunvizinhas, a produção de artesanato, etc. Atualmente, parte das comunidades pareci não vê outra alternativa à inserção no sistema econômico do agronegócio. No entanto, o modelo de *parceria agrícola* vigente parece ser mais um passo na expropriação da terra e dos recursos naturais dos povos indígenas. Contratos que prevêem a participação dos Pareci com a terra e a mão-de-obra em troca de um retorno de menos de 2% do valor da colheita caracterizam uma “parceria” bastante desigual.

É interessante notar que os Pareci nunca escolheram livremente ou em plena consciência das possíveis conseqüências as suas estratégias de adaptação. Da mesma forma, as decisões importantes nunca foram tomadas por unanimidade, havendo sempre grupos locais contrários. A organização política descentralizada dos Pareci mostrou-se ágil no tratamento dos assuntos internos. Porém, esse tipo de organização tem suas desvantagens quando se trata de defender os interesses da sociedade indígena perante os atores externos. A fragmentação desse grupo foi agravada pela atuação paternalista dos atores estatais e religiosos, impedindo a construção de organizações indígenas pluralistas. A relação atual entre os Pareci e os atores não-indígenas da região é o resultado de um processo histórico de adaptação e submissão. É somente através da quebra dessa dinâmica que os Pareci lograrão formular e colocar em prática as suas próprias concepções e não aquelas outorgadas pelos sojicultores. (*junho, 2006*)

NOTAS

* Desenvolveu pesquisas com os Pareci no âmbito da sua tese de doutorado “Conflitos por recursos naturais em Terras Indígenas – Atores sociais em ambientes politizados” (Universidade de Tübingen, Alemanha).

¹ Notas para imprensa do Banco Central, 1/2005 [www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT] e Conab 12/2004 [www.conab.gov.br/download/Safra/2levantamentoPlantio.pdf].

² Dados do Instituto Trópicos, conveniado à Funasa e responsável pelo atendimento à saúde dos Pareci (*Diário de Cuiabá*, 14/02/2001)

Notícias Recentes

Marcio Silva

Professor do Departamento de Antropologia da USP

“SERÁ QUE ELES NÃO SABEM QUE EXISTEM PESSOAS QUE NÃO PENSAM EM SOJA? SERÁ QUE ELES NÃO PERCEBEM QUE NÃO ESTÃO ESTRAGANDO APENAS AS SUAS PRÓPRIAS TERRAS? SE ACABAREM OS PEIXES, OS ENAWENÊ NAWÊ SE ACABARÃO”.
(KAWAIRI, LIDERANÇA DOS ENAWENÊ NAWÊ)

As primeiras informações sobre os Enawenê Nawê datam de 1974, por ocasião dos primeiros contatos com agentes da Missão Anchieta (MIA). Estima-se que, nessa época, somavam aproximadamente 130 indivíduos.

Os dados populacionais desse grupo mostram que não apenas a população cresceu bastante de 1974 até nossos dias, mas ainda que o ritmo desse crescimento tem sido mais veloz nos últimos anos. Em meados de 1996, 22 anos depois dos primeiros contatos, os Enawenê Nawê dobraram a população, reunindo aproximadamente 260 indivíduos. Porém, de 1992 a 2006, passaram de 216 para 435 indivíduos, ou seja, o ritmo do crescimento permitiu que a população dobrasse não mais de 22 em 22 anos, como aquele dado aferido em 1996, mas de 14 em 14 anos. Os dados, além disso, não deixam dúvidas quanto ao fato de o contingente populacional enawenê nawê ser hoje bem mais jovem que nos anos de 1970. Atualmente, as “crianças” (*dinwá*) so-

mam quase dois terços da população, segundo a classificação nativa, o que muito provavelmente deve ter conseqüências importantes na capacidade produtiva desse povo. Mas a questão evidentemente não se esgota em termos econômicos. Certa vez, conversando com um Enawenê sobre o tema do crescimento populacional, perguntei se eles eventualmente pensavam em dividir a população em duas ou três aldeias de tamanho mais ou menos semelhante àquele dos anos setenta, já que o número de pessoas hoje era muito maior que no passado. Recebi de pronto a resposta que minha questão algo burocrática merecia: “*Marcio, hoje há menos cantores que antes*”. Os cantores (*sotakatare*) são as figuras centrais da vida ritual.

FONTES DE RENDA E CIRCULAÇÃO DE DINHEIRO

As diferenças entre o passado e o presente não param por aí. Até 1997, a circulação de dinheiro entre os Enawenê Nawê era praticamente inexistente. A venda de artesanato, mel, etc., organizada pela OPAN desde o fim dos anos de 1980, procurava responder a demandas muito discretas por artigos de metal e outros bens manufaturados.

Tudo mudou em meados de 1998, quando uma estrada clandestina, de cerca de 50 km de extensão, foi aberta na porção sul da Terra Indígena (TI) Enawenê Nawê, para ligar por terra o Rio Juruena à sede do município de Sapezal. A construção dessa estrada, que teve como conseqüências imediatas o entupimento de nascentes e a devastação de área de vegetação nativa, foi rapidamente embargada pelo poder público e hoje seus empreendedores respondem na Justiça por danos ambientais e sociais aos Enawenê Nawê.

Essa ação judicial não é, contudo, o único desdobramento da abertura dessa estrada. Nesse período, seus empreendedores doaram aos Enawenê Nawê sete motores náuticos e sete cascos de alumínio. Até então, os Enawenê Nawê percorriam a malha fluvial de seu território com suas grandes canoas a remo, as mais antigas feitas de casca de jatobá e as mais recentes forjadas em troncos de cerejeira. Do ponto de vista dos Enawenê Nawê, a

Ano	População	Eventos populacionais	Período: 1985 a 2005
jan. 1985	150	Nascimentos	354
jan. 1990	192	Óbitos Gerais	69
jan. 1992	216	Óbitos Infantis	36
jan. 1995	246	Emigrantes	0
jan. 1996	260	Imigrantes	0
jan. 2000	300		
jan. 2005	403		
jan. 2006	435		

Fonte: Opan – Banco de Dados Enawenê Nawê, versão fevereiro de 2006.

introdução dos motores de popa e dos barcos de alumínio correspondeu a uma conquista extremamente importante, não apenas porque favoreceu um manejo mais intenso dos recursos pesqueiros da região, mas também porque propiciou a realização de viagens frequentes aos núcleos urbanos adjacentes e a diversificação de relações sociais com o exterior. Esses não foram, no entanto, os únicos efeitos sociais do advento dos motores e dos cascos de alumínio. Foi preciso gerar renda para fazer frente às novas demandas.

Em um primeiro momento, trinta aposentadorias rurais pareciam favorecer o equilíbrio das contas. Porém, esse equilíbrio durou pouco tempo.

Em 2001, quando os Enawenê Nawê auferiram cerca de R\$ 4.000,00 com o comércio de artesanato e R\$ 68.000,00 com as aposentadorias, acumularam aproximadamente R\$ 72.000,00. Desse total, 78% foram destinados ao transporte fluvial (35% com gasolina e óleo náutico, 43% com manutenção e aquisição de novos motores). Por razões que remetem aos padrões culturais enawenê nawê e às responsabilidades de cada clã e seus membros, a frota precisou rapidamente crescer. Iniciada em 1998 com os tais sete motores fornecidos pelos empreendedores da estrada, logo incorporou mais quatro (um ofertado por um bispo da região, um por uma ONG parceira e dois por garimpeiros).

Com os recursos da aposentadoria, o número de motores chegou, em fins de 2001, a 19; em fins de 2004, a 23, e em fevereiro de 2006, a 36. Em fevereiro de 2006, vários desses 36 motores eram praticamente irrecuperáveis, como, por exemplo, todos aqueles adquiridos em 1998, por ocasião da estrada. Como era de se esperar, atualmente os Enawenê Nawê buscam, por hora sem muito sucesso, novas fontes de financiamento para o funcionamento de sua frota que hoje não é usada unicamente em atividades produtivas (pesca, transporte de produtos agrícolas das roças etc.), mas também para a fiscalização de uma área que sofre pressões crescentes do entorno.

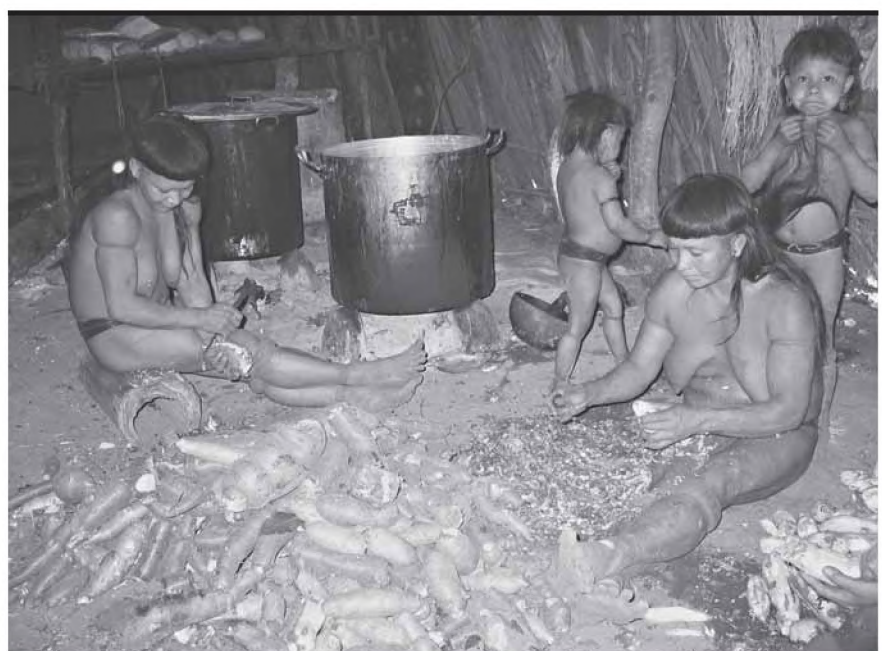
Enawenê Nawê na aldeia Matokodakwa.

AMEAÇAS AO TERRITÓRIO

A TI Enawenê Nawê situa-se na bacia hidrográfica do Rio Jurueña, no noroeste do estado de Mato Grosso, em uma região de transição entre o cerrado e a floresta pluvial. Praticando padrões de ocupação territorial e atividades econômicas com efeitos ambientais muito discretos, o povo Enawenê Nawê tem assegurado a conservação e a proteção da biodiversidade de uma área de quase 750 mil ha. Em uma região que se submete cada vez mais às pressões decorrentes da exploração mineral e madeireira, da abertura de estradas, do incremento da colonização intensiva e do avanço da fronteira agroindustrial e pastoril, a TI Enawenê Nawê está sem dúvida alguma entre aquelas em que se consta-



FOTOS KRISTIAN BENGTSON



tam os mais altos graus de integridade ambiental. Por outro lado, as situações de risco verificadas em seu entorno mostram que a proteção desse território deve corresponder a uma preocupação permanente não só dos Enawenê Nawê, mas também de seus aliados e das agências responsáveis.

Um sobrevôo no extremo norte do território revela áreas com risco de invasão pela atividade agropecuária. Essas áreas de pequenos lotes situam-se nas vizinhanças da rodovia MT-319, que liga as cidades de Juína (MT) e Vilhena (RO). Prosseguindo o sobrevôo, em sentido horário, voltamos a observar atividades agropecuárias na região da Serra do Norte. Aí se localiza uma área importante do território tradicional, há muito reivindicada pelos Enawenê Nawê: a microbacia do Rio Preto. Um pouco mais adiante, no nordeste, vê-se a implantação de assentamentos às margens do Rio Juruena e o aumento significativo da pressão de pesca em águas muito pobres em nutrientes. No leste, uma pressão antrópica intensa pela agropecuária põe em risco as nascentes que convergem para o Rio Papagaio, um dos mais importantes da bacia.

No sudeste da TI, se desenvolvem cultivos agroindustriais de soja e outros grãos, com uso intensivo de agrotóxicos. O sul é protegido pela TI Nambikwara, com a qual a TI Enawenê Nawê faz fronteira. Nos limites sudoeste e oeste, a maior pressão urbana advém do município de Vilhena (RO). Ali, as cabeceiras do Rio Iquê, localizadas em área contígua à TI, estão completamente ocupadas. A poluição desses mananciais não só aumenta as chances de propagação de doenças veiculadas pela água, como também pode corresponder a um importante fator de degradação ambiental, uma vez que *Matokodakwá*, a aldeia atual dos Enawenê Nawê, está situada precisamente no curso médio deste Rio. No noroeste, região que faz fronteira com o Parque Indígena Aripuanã e margeada pela rodovia MT-319, observa-se a presença intermitente de atividade mineradora de diamante, favorecendo frequentes invasões de garimpeiros.

Por último, convém destacar o que parecem ser hoje as maiores preocupações dos Enawenê Nawê: a devastação da Microbacia do Rio Preto e os possíveis efeitos ambientais na Bacia do Juruena em razão da construção de pequenas centrais elétricas (PCHs).

A Microbacia do Rio Preto corresponde a uma área importante do território tradicional, que até hoje aguarda as providências de regularização fundiária. Essa área não só abriga um sem número de pontos de referência fundamentais à vida religiosa e à história desse povo, mas também se encontra entre aquelas exploradas economicamente todos os anos. Há muito reivindicada pelos Enawenê Nawê, essa microbacia situa-se na região da Serra do Norte, que concentra um grande número de nascentes e de solos férteis, e vem sendo severamente impactada pela ocupação intensiva nos últimos anos. Em resposta a uma solicitação, encaminhada em julho de 2002, de constituição de um

Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de rever os limites da TI Enawenê Nawê a fim de incluir esta microbacia, a Funai registrou a demanda em seu Departamento de Identificação e Delimitação (Ofício Funai nº 617/DAF) e prometeu oportunas providências, até o momento não levadas a termo. Quatro anos após esse registro, o processo de regulamentação fundiária permanece inalterado. Paralelamente, qualquer observador atento poderá notar a intensificação da ocupação e a devastação ambiental dessa microbacia nos últimos anos. Notará ainda uma reação organizada à pretensão fundiária dos Enawenê Nawê, aglutinada em uma recém criada Associação dos Proprietários do Rio Preto, com sede em Juína (MT).

Com relação às hidrelétricas, os Enawenê Nawê, cuja produção pesqueira tem tradicionalmente assegurado a única fonte importante de proteína animal de sua dieta, se defrontam com as incertezas geradas pela perspectiva de instalação de um complexo de onze PCHs na bacia do Juruena, em região situada à montante da TI. Esse complexo, que acompanha o avanço da agroindústria da soja na região, prevê a construção de dez PCHs no Rio Juruena e uma no Rio Formiga, a mais próxima a aproximadamente 20 km do limite sul da TI (PCH Telegráfica). Estudos prévios à construção do empreendimento focalizaram cada PCH isoladamente e não o complexo hidrelétrico como um todo. Graças a esse expediente administrativo, agilizado por brechas na legislação ambiental, seus empreendedores em pouco tempo obtiveram da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso as licenças de instalação dessas PCHs.

Diante do sinal verde do poder público estadual, a produção de um total de 253,81 MW e a formação de lagos cujas áreas somadas correspondem a 3.297,49 ha, escapam totalmente do crivo de um Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Durante minha última viagem aos Enawenê Nawê, em fevereiro de 2006, seus representantes em diversas ocasiões manifestavam um total desconhecimento em relação aos possíveis impactos da obra nos cardumes e na qualidade da água da Bacia do Juruena. *Kawairi*, 70 anos, um de seus porta-vozes mais importantes, manifestou assim sua indignação diante da iminência do empreendimento, sintetizando argumentos que imbricam inextricavelmente preocupações com as políticas públicas e as políticas cósmicas: “*Será que eles não sabem que existem pessoas que não pensam em soja? Será que eles não percebem que não estão estragando apenas as suas próprias terras? Sem peixe, não haverá (o ritual do) yákwá, não haverá (o ritual do) lerohí. Se acabarem os peixes, os Enawenê Nawê se acabarão*”. Enfim, os Enawenê Nawê temem que a concretização dessas PCHs possa afetar por completo a dinâmica ecológica do meio aquático, com comprometimento direto de suas formas de produção e reprodução da vida social. (abril, 2006)

A Modernidade Leva à Tradição

François-Michel Le Tournoau

Marcolo Fiorini

Geógrafo, pesquisador no Centro Nacional da Pesquisa Científica da França (CNRS)/Centro de Estudos da América Latina (Credal)
Antropólogo, pesquisador convidado no CNRS

FONTES DE RENDA TROUXERAM MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS AO COTIDIANO DOS NAMBIKWARA. NO ENTANTO, AS CASAS CHEIAS DE MÓVEIS E OS APARELHOS ELETRÔNICOS NÃO APAGARAM A CHAMA DA TRADIÇÃO

A Terra Indígena (TI) Tirecatunga localiza-se no centro da Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, e ocupa uma área de 131 mil ha. Assim como as terras vizinhas, pertencentes ao povo Pareci, essa região foi palco da “febre da soja”, que tomou conta das vastas áreas de lavoura da chapada a partir de 2003. Essa realidade mudou o cotidiano dos Nambikwara, mas, em vez do que se poderia supor, a modernidade propiciou uma volta à tradição.

As duas comunidades indígenas de Tirecatunga (aldeia Três Jacus e aldeia Caititu) possuem, hoje, várias fontes de renda: os benefícios ligados aos programas sociais (bolsa-escola, aposentadoria rural), os salários dos profissionais indígenas (professores, encarregados de limpeza e manutenção, agentes de saúde), e uma renda mensal associada ao arrendamento de aproximadamente 1.300 ha da TI. O arrendamento compreende também salários da mão-de-obra indígena contratada, pois o acordo prevê que só os membros da comunidade podem trabalhar na lavoura, sob orientação de um técnico da empresa com a qual os índios fizeram “parceria”.

Além dessas rendas, os integrantes da comunidade Nambikwara de Três Jacus – bem como indivíduos dos grupos Iranxe, Terena, Pareci e Erikbaktsa que convivem com os Nambikwara na aldeia Caititu – obtiveram outros benefícios através de programas sociais, como a construção de casas de madeira e a instalação de água encanada na maioria das moradias. Assim, o cotidiano mudou muito e de forma significativa. As casas em Tirecatunga são hoje amplas, arejadas e cheias de móveis como armários, fogões e camas. Os Nambikwara, que tradicionalmente sempre dormiam ao lado da fogueira, preferem a cama à rede hoje em

dia. Alguns índios possuem aparelhos DVD e celulares, que são usados para comunicação com os parentes. Para não gastar muito, são usadas mensagens de texto. Localizar os lugares da área onde o celular funciona não é sempre fácil, mas a rede implantada em benefício das fazendas acaba sendo útil nesse caso.

O cacique da comunidade Nambikwara, Adalberto Otávio Wakalitesu, foi além no caminho da modernidade: trocou a sua antiga câmera de fotografia por uma digital de 5.1 mega-pixels e costuma descarregar e imprimir as melhores fotos numa loja de Sapezal. No entanto, essa modernidade não apagou a chama da tradição.



Paulo Wakalitsu tenta, de cima de uma árvore, obter sinal para seu celular.

FRANÇOIS-MICHEL LE TOURNEAU

REINVENTANDO ANTIGAS TRADIÇÕES

A comunidade Nambikwara de Tirecatunga é hoje provavelmente mais voltada para a sua tradição como forma de afirmação de sua identidade do que era antigamente. Os Nambikwara tiveram uma história sofrida de contato desde o início do século XX, sendo por vezes dizimados por sucessivas epidemias de gripe e sa-

rampo, quando não eram simplesmente mortos por funcionários da linha telegráfica que o Marechal Rondon fez construir através de sua região. Os Nambikwara foram, portanto, atrelados ao sistema econômico brasileiro há muito tempo. Só que as suas produções para comércio “externo” (fora das aldeias) – como o foi a borracha antigamente – eram recompensadas por trocas de aviamento e voltadas única e exclusivamente para a subsistência. Mesmo quando os Nambikwara assumiram o controle de suas colocações e começaram a vender a seringa, essa proporcionou apenas uma renda diminuta, já que o preço da borracha havia então caído consideravelmente. O paternalismo, impetrado por seringueiros, missionários e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Funai, foi com certeza uma das causas mais importantes da desagregação e das perdas culturais sofridas pelos Nambikwara.

Atualmente, com maior renda, abriram-se novos espaços para a comunidade reconquistar a sua auto-estima e começar um processo de revitalização cultural. Os jovens, hoje em dia, querem aprender a fazer cestas ou a cantar os cantos tradicionais; as festas acontecem durante a noite inteira, sem que ninguém pense em ligar um aparelho de som. Os mais velhos também estão empenhados em transmitir esse patrimônio. Foi por isso, inclusive, que o Adalberto comprou a câmera digital: para “registrar” as coisas e mostrar para os mais jovens o que eles ainda não conhecem ou correm o risco de não conhecer, sejam plantas medicinais, lugares, parentes etc.

DIFICULDADES NA REVALORIZAÇÃO CULTURAL

Além da falta de um professor na aldeia que possa alfabetizar as crianças na língua materna – pois os Nambikwara de Tirecatin-ga, assim como os Nambikwara do Vale do Guaporé, não foram contemplados com o programa bilíngüe organizado pelo antigo “Projeto Nambiquara” e pelo Summer Institute of Linguistics (SIL) –, os fatores principais que estão dificultando o processo de revitalização cultural estão ligados ao contexto econômico atual da Chapada dos Parecis. Em outras palavras, a mesma situação que está dando um novo alento às questões culturais entre os índios da região pode se transformar em um impedimento. A agricultura mecanizada que tomou conta da maior parte do cerrado em volta da TI Tirecatin-ga já causou danos ambientais consideráveis aos cerrados e matas da chapada. Muitos igarapés encontram-se assoreados e alguns já foram represados para sustentar mini-hidrelétricas, como no caso da hidroelétrica do Rio Buritis. Além disso, os agrotóxicos jogados nas culturas de soja (e outras) já estão contaminando os rios. Em decorrência disso, a pesca está cada vez menos produtiva e o grupo indígena acaba dependendo mais dos produtos alimentares vindos de fora, pagos com os recursos oriundos do arrendamento de terras. O fraco controle da comunidade sobre o gerenciamento desse recurso é também um fator de risco: é possível que os Nambikwara de

Tirecatin-ga já estejam se endividando sem perceberem, e, obviamente, nesse novo tipo de aviamento eles terão que trocar mais terra no futuro para compensar o que devem.

Outros obstáculos à renovação cultural dizem respeito à história do grupo. De fato, os Nambikwara de Tirecatin-ga, que formam o grupo Wakalitesu (“povo do jacaré”), não são originários do território que ocupam atualmente. Os Wakalitesu foram atraídos a partir do alto Juruena por missionários jesuítas, inicialmente instalados nas antigas estações telegráficas de Utiariti e Juruena, e depois localizados nas missões do Mangabal (Rio Juruena) e de Utiariti (Rio Papagaio). Apesar de não terem escolhido, foram depois contidos nas proximidades dessa última missão pela demarcação da TI Tirecatin-ga, enquanto a progressiva instalação das fazendas cortou as possibilidades de percorrer ou frequentar os seus lugares de origem, onde a proporção de floresta era maior do que a do cerrado. Assim, os Wakalitesu usavam numerosos recursos vegetais que só ocorrem em áreas de floresta, tal como, notadamente, a taboca, necessária para a realização das flautas sagradas. Sendo essa taboca completamente ausente da TI Tirecatin-ga, a retomada dessa tradição implica visitas e trocas com outras comunidades, que não são fáceis de organizar. Além disso, a grande proporção de cerrado da TI Tirecatin-ga implica escassez de terra boa para instalar uma roça tradicional. As roças abertas no momento pelos Wakalitesu localizam-se a 7 km ou 15 km da aldeia. Com a distância, os índios não conseguem impedir que animais venham devastar suas plantações e colocar todo o trabalho que tiveram a perder. De fato, grande parte dos cultivos adquiridos recentemente foram perdidos dessa maneira. Mais uma vez, novas trocas poderão permitir um resgate das plantas tradicionais, o que é desejado por todos.

Ainda outro fator, de importância religiosa, está ligado ao fato dos Wakalitesu habitarem hoje terras que eles só começaram a frequentar depois da abertura da linha telegráfica: o acesso às suas áreas sagradas foi cortado. Essas áreas, sagradas por serem secretas, encontram-se ao que parece dentro da TI Nambikwara, na margem esquerda do Rio Juruena, mas não está claro se parte delas ficou fora dessa última reserva. Segundo os Nambikwara, ali habitam os espíritos de seus antepassados. Os Wakalitesu planejam uma viagem até as imediações dessas áreas para mostrar aos mais jovens o lugar que os define efetivamente como um grupo e que denota sua origem comum. Segundo Valdemar Wakalitesu, o mais respeitado xamã da região, procurado e consultado igualmente por todos os grupos étnicos que a habitam, é imprescindível que os jovens tenham a oportunidade de ver esse lugar, para que eles possam saber quem são, de onde vêm, e para onde um dia irão voltar. Com essa afirmação, Valdemar mostra que o conceito de espírito nas culturas indígenas é muito mais que uma simples crença, é uma marca da própria identidade e quem sabe a própria definição do conceito indígena daquilo a que chamamos “cultura”. (*junho, 2006*)

“Tristes Trópicos” no Século XXI

Cláudia Tereza Signori Franco*

Pós-graduada em Antropologia pela Universidade Católica de Brasília

NÃO BASTASSEM OS DIVERSOS ENFRENTAMENTOS ADVINDOS DA INVASÃO GARIMPEIRA EM SUAS TERRAS NA DÉCADA DE 1990, OS NANBIKUÁRA DA TI SARARÉ SE DEPARAM, AGORA, COM A IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE MINERAÇÃO NO ENTORNO DE SEU TERRITÓRIO

A exploração minerária na região da Serra da Borda, localizada nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda e Conquista d’ Oeste, região oeste do estado do Mato Grosso, remonta a tempos coloniais, quando os portugueses exploraram o ouro da região utilizando-se de mão-de-obra escrava nos históricos “arraiais” mineiros. Vitimadas por este longo processo, encontram-se as Terras Indígenas (TIs) Sararé e Paukalirajausu – essa última em processo de regularização fundiária desde 1995 –, de ocupação dos Katitauru, subgrupo Nambikuára.

Não bastassem os diversos enfrentamentos ao longo dos últimos séculos e aqueles advindos da invasão garimpeira em suas terras nos anos de 1990, atualmente os Nambikuára do Sararé se deparam com a implantação do Projeto de Mineração São Francisco (PSF), uma corporação do Grupo Yamana Desenvolvimento Mineral S.A., também citado nos autos como Sta. Elina Desenvolvimento Mineral S.A. e, recentemente, Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.A. O PSF está próximo aos limites do sudoeste da TI Sararé e se sobrepõe a um trecho da TI Paukalirajausu. Segundo informações da própria mineradora, o Projeto encontra-se devidamente licenciado junto à Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT), e está quase concluído (75%).

Em decorrência da implantação do PSF, a Funai solicitou aos empreendedores, em outubro de 2005, a realização de estudos de complementação dos impactos socioambientais provenientes da estruturação do mesmo sobre essas TIs, de maneira a subsidiar as análises de viabilidade dos seus empreendimentos, além de propor ações mitigadoras e/ou compensatórias para os indígenas que nelas habitam.

Inicialmente o PSF compreendia os seguintes empreendimentos: nova estrada de acesso; linha de transmissão para abastecimento elétrico do empreendimento; mina de ouro; e três barragens para captação de água e segurança do empreendimento. Tanto o traçado da nova estrada de acesso ao empreendimento quanto à linha de transmissão de 138 KV foram cancelados. Por outro lado, houve o acréscimo posterior da construção da barragem do Longa Vida e a recuperação e ampliação de uma estrada ao sul do PSF – região que abrigou cerca de dez mil garimpeiros na década de 1990 –, comprovando a abertura de um trecho específico para o acesso ao Empreendimento do qual a Funai não tem conhecimento.

O CENÁRIO SE REPETE

Apesar do projeto não incidir diretamente sobre a TI Sararé, e do processo de regularização fundiária da TI Paukalirajausu ainda não ter sido concluído, a proximidade do PSF com essas áreas indígenas torna frágil uma região que já sofreu durante séculos o problema das invasões garimpeiras. Na década de 90, quan-

RECUPERAÇÃO DEMOGRÁFICA

A população Katitauru atinge, atualmente, um número de 112 indígenas distribuídos em três aldeias: Central, localizada a poucos metros da estrada que conduz à sede da fazenda Sapé; Serra da Borda, localizada na encosta da serra homônima no limite Oeste da TI Sararé e PIV, localizada no extremo Sul da TI, significando uma tentativa de fiscalizar melhor essa área que já chegou a abrigar cerca de 10 mil garimpeiros invasores na década de 90. O presente recenseamento entre os Katitauru comprova que a população atual está se recuperando da grande baixa demográfica ocorrida na década de 40 por ocasião da epidemia de sarampo. Segundo dados oficiais, em 1999 os Nambikuára somavam 1000 pessoas, fator que contrasta positivamente com as 600 de 1945. Em relação ao sub-grupo Katitauru, em 1981, estes eram 39 indivíduos, apresentando crescimento populacional em três anos com 51 pessoas, e duplicando esse contingente mais de duas décadas depois com 112 Katitauru identificados em novembro/05, onde 55 (49%), são do sexo masculino, e 57 (51%), são do sexo feminino.

do a riqueza da área estava sendo amplamente divulgada, os garimpeiros que realizavam pesquisas nas proximidades da TI Sararé foram atraídos para dentro da área indígena.

Em 1990, os garimpeiros que ameaçavam tanto a TI Sararé quanto a Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A (a presença desta empresa na região é anterior à criação da TI Sararé em 1982, que, por visar a permissão de lavra de uma área maior, mantinha anualmente o pagamento dos devidos alvarás), pois tentavam explorar o ouro existente em ambas, se confrontaram com a segurança da mineração numa tentativa de invasão da área privada. Em seguida, em 1991, a empresa mineradora entrou em acordo com o governo do estado do Mato Grosso, assinando um protocolo de intenções junto à Sema-MT, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Cooperativa dos Garimpeiros do município de Pontes e Lacerda, definindo que o garimpo no entorno da área indígena seria apenas sob os rejeitos das lavras coloniais antigas. Ao mesmo tempo, a Funai levantou alguns questionamentos com base em Resoluções do

Conama que explicitam ser o entorno de uma TI também área a ser protegida no combate aos impactos diretos e indiretos que possa sofrer de empreendimentos predadores, como é considerada a mineração. Inicialmente, os garimpeiros não invadiram a TI, mas havia indícios de suas ações, dentro da reserva, nos locais com resíduos de lavra colonial. No ano seguinte, 1992, os garimpeiros se reuniram com os madeireiros em ações de exploração dos recursos naturais da TI Sararé, e em um ano a invasão na parte sul da TI estava fora de controle. Máquinas e tratores encontrados no local pertenciam ao serviço público e a particulares, que agiam em conformidade com os interesses escusos de uma sociedade regional ligada à administração de Pontes e Lacerda. Em 1997, a Funai, em colaboração com outras instituições, promoveu uma ação de extrusão de garimpeiros e madeireiros instalados no limite sul da TI Sararé, tendo retirado cerca de dez mil pessoas.

VULNERABILIDADE

A situação encontrada em novembro 2005 é de extrema vulnerabilidade, em especial nas proximidades dos limites sul e sudoeste da TI Sararé, onde há diversos varadouros abertos pelos garimpeiros na década de 90. A construção e ampliação da estrada municipal existente é fruto da parceria entre a Serra da Borda Mineração e Metalurgia S/A e a Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda (MT), com o objetivo de atender as necessidades dos fazendeiros estabelecidos na área de influência e de proporcionar ao PSF melhor segurança para o tráfego de equipamentos e pessoal envolvidos no processo de produção. Com as modificações, a real distância desta estrada de acesso, no seu ponto mais próximo, às TIs Sararé e Paukalirajau-su, respectivamente, só poderá ser aferida com a verificação das coordenadas geográficas.

Atualmente, existem estudos e negociações sobre uma nova área para os garimpeiros cooperativados trabalharem, onde cada um destes ficaria com uma média de 40 hectares para explorar na “Vila dos Garimpeiros”, localizada aproximadamente a 1.500 metros da área de “São Carlos”. Em caso de conflitos e disputas entre os garimpeiros cooperativados, a Terra Indígena Sararé torna-se alvo fácil para suas ações uma vez que na área do empreendimento há uma fiscalização atuante que impedirá o acesso de estranhos.

No mês de outubro de 2005, a Administração Executiva Regional da Funai em Cuiabá (AER/

FOTOS CLAUDIA FRANCO, NOV. 2005



Trecho em recuperação/construção da estrada municipal não pavimentada ao sul do projeto de mineração, nas proximidades da TI Sararé.



Vista parcial da Barragem Longa Vida, área fruto da cessão dos Nambikwara frente ao Termo de Compromisso assinado entre a Funai e a Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A

Cuiabá), em companhia da equipe do PSF, vistoriou a área do empreendimento da empresa Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A, e concluiu que “qualquer variação que se fizer no traçado para facilitar a execução da obra não alterará o impacto na Terra Indígena”. Dias depois, o coordenador da AER da Funai em Cuiabá, Sr. Luiz Antônio de Araújo, minutou em parceria com representantes da Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A um Termo de Compromisso (TC), tendo sido este apresentado em reunião aos Katitauru na aldeia Central, uma das três aldeias da TI Sararé. Neste documento, são elencados alguns acordos entre as partes, tais como um projeto de aplicação de recursos financeiros na TI Sararé por parte do empreendedor, tendo como contrapartida dos indígenas a cessão da barragem do Longa Vida, localizada em território tradicional dos Nambikuára, bem como o trecho da estrada municipal existente e o trecho que conflita com o traçado da estrada para Pontes e Lacerda. No texto, também não é mencionada a dimensão da área a ser cedida pelos Nambikuára, e nem a finalidade da utilização da barragem do Longa Vida, que é a mais impactante, pois irá captar boa parte da água da bacia de captação à montante do barramento dessa represa. Portanto, este empreendimento vai além da represa, privando para si todas as cabeceiras do córrego Longa Vida incluídas na TI.

De forma geral, o complexo Serra da Borda (limite sudoeste da TI Sararé) é uma área importante de utilização pela comunidade Nambikuára, cuja mata ciliar e as encostas são fonte de matéria prima para artesanato, arco e flecha, coleta de frutos, plantas medicinais, caça e pesca em menor escala. No Relatório dos Estudos de Complementação, entregue pela consultoria antropológica, foram listados alguns dos impactos ambientais possíveis por ocasião da implantação do PSF verificados nas TIs Sararé e Paukalirajausu, bem como os Programas Preventivos que estão em fase de monitoramento pela empresa mineradora, além de ressaltar que, até aquele momento, não havia sido observada a extensão destes programas aos Nambikuára.

É importante destacar que, paralelamente à operação mineradora, com todas as suas conseqüências, ocorre a extração ilegal de madeira, cujas denúncias de corte e venda de árvores dentro da TI Nambikuára são constantemente encaminhadas à AER da Funai em Cuiabá, que por sua vez faz operações de fiscalização *in loco* sempre que possível, mas não com a freqüência necessária. Em 1995, ocorreu um leilão da madeira apreendida na TI Sararé, porém até o momento os recursos não foram repassados para a implantação de projetos para os Katitauru.

O TERMO DE COMPROMISSO

É importante ressaltar que o Termo de Compromisso assinado entre a empresa Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A e a Funai apresenta-se frágil, pois nele os indígenas estão cedendo uma área da qual não se sabe ao certo as dimensões. Ademais,

uma TI mesmo que ainda não tenha sido homologada pelo Presidente da República, constitui-se em Patrimônio da União, e como tal não pode ser negociada (como é o caso da TI Paukalirajausu). Assim, o encaminhamento proposto para este caso seria submeter o Termo de Compromisso já elaborado à revisão das partes competentes, além do Ministério Público Federal, garantindo assim a lisura no processo. Assim sendo, ao contrário de ceder uma área aleatoriamente como o fizeram, o novo TC deverá permitir o uso desta desde que definida por coordenadas geográficas e qualificado seu uso e temporalidade. A partir dessas informações, será possível avaliar os reais impactos existentes e prováveis e, conseqüentemente, dimensionar as reais medidas compensatórias e/ou mitigadoras. A construção de uma barragem na cabeceira do Longa Vida, área em estudo da TI Paukalirajausu, não pode ser objeto de cessão e sim de permissão, caso tenha anuência dos índios. Anuência não é para concessão porque não se concede e/ou vende uma terra indígena.

Ao concordarem com as cláusulas do TC existente, os índios pouco ou nada sabiam sobre os prováveis impactos do PSF, ou ainda do significado jurídico de uma concessão, cessão e/ou permissão. Os indígenas não podem “conceder” uma área nem mesmo diante de programas compensatórios. Considerando-se o reconhecimento de um laudo antropológico sobre a existência de uma terra indígena, como é o caso da TI Paukalirajausu, a legislação indigenista deve ser aplicada, bem como as demais que dão suporte a ela. Desse modo, se poderia falar em permissão de uso, assim como se fala em permissão de lavra. Além disso, o TC menciona um valor de R\$ 200 mil a ser depositado na Renda Indígena (Coordenação de Patrimônio Indígena da Funai) quinze dias após a publicação do termo, “relativo à parcela referente ao ano de 2005”. Mas não há nenhuma especificação de outros valores, de periodicidade ou de compromisso com repasse de outros recursos, reafirmando o sentido vago das informações que constam do documento, publicado no Diário Oficial da União no dia 28 de outubro de 2005.

Todavia, com o comprometimento progressivo das possibilidades de sobrevivência dos Nambikuára/Katitauru frente ao expansionismo dos grupos econômicos estabelecidos na região das TIs Sararé e Paukalirajausu, e diante de novas ameaças (extração ilegal de madeira e garimpo), representadas pela pavimentação da nova estrada de acesso ao PSF, fazem com que somente um Programa de Compensação Ambiental, associado a uma gestão participativa entre representantes indígenas, Funai, MPF e fóruns civis, evite danos maiores aos Nambikuára. (maio, 2006)

NOTAS

* Coordenadora dos trabalhos antropológicos encomendados à empresa Antropologia e Arqueologia SS Ltda. para a realização de estudos de complementação dos impactos socioambientais do Programa São Francisco de Mineração sobre os Nambikwara/Katitauru.

SAÚDE

AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE DENUNCIAM PRECONCEITO

Os índios que trabalham com a saúde indígena na região de Tangará da Serra e eram funcionários do Instituto Trópicos que executava projetos de atenção à saúde dos povos indígenas do DISEI de Cuiabá, atividade realizada em convênio com a Funasa, devem entrar na Justiça por entenderem que houve falhas em relação aos contratos de trabalho. Na última semana, o Instituto Trópicos através de um contador promoveu a rescisão contratual de 20 agentes de saúde e 04 auxiliares de enfermagem que prestavam serviço às comunidades indígenas através do convênio Funasa/Trópicos, uma vez que a partir de agora a saúde indígena na região deve ser gerenciada pela Associação Halitinã. Segundo informações, existia uma certa discriminação e também disparidade em relação aos vencimentos dos índios e dos "brancos" que prestavam serviços para o Instituto. Os profissionais indígenas alegam ainda que foram feitas promessas de promoção de cargos e que mesmo após terem participado do "Projeto Xamã", que tornava os agentes de saúde habilitados em auxiliares de enfermagem, a promessa não foi cumprida e os mesmos continuaram recebendo os vencimentos de agentes de saúde. (24 Horas News, 01/04/03)

MORTALIDADE INFANTIL: QUASE O DOBRO DA MÉDIA NACIONAL

A falta de acesso à saúde, educação e saneamento básico, deixa os índios mato-grossenses em situação de desigualdade em comparação com o resto da população brasileira. Enquanto a média nacional de mortalidade infantil é de 29,6 por cada grupo de 1.000 nascidos vivos, entre os indígenas é de 57,2 por grupo de 1.000. (Página 20, 17/04/03)

ASSOCIAÇÃO PARECI ASSINA CONVÊNIO COM A FUNASA

A Associação Indígena Halitina, criada pelos índios Paresi, em Tangará da Serra, assinou um convênio com a Funasa (DISEI de Cuiabá/MT) para o atendimento da saúde em 32 aldeias, onde habitam cerca de 1.500 pessoas. Pelo convênio, os recursos repassados a cada trimestre permitirão a contratação de 02 médicos, 03 enfermeiros e 23 agentes de saúde indígena. Segundo administrador da Funai em Tangará da Serra, Daniel Cabixi, o projeto da Associação Halitina para a saúde indígena dos Pareci tem tudo para dar certo, pois foi prepa-

rado em parceria com técnicos da Funasa e indígenas capacitados para atuar na área da saúde (Site da Funai, 19/09/03)

CONVÊNIO FUNASA E UFMT

Índios de cinco etnias de Mato Grosso serão beneficiados com um convênio firmado entre a Funasa e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O objetivo é garantir ações de atenção à saúde dos povos indígenas do DISEI de Cuiabá, formado por 14 municípios. No valor de R\$ 1,390 milhão, o convênio prevê assistência a aproximadamente 2.700 índios das etnias bakairi, bororo, guató, umutina e chiquitanos. Uma das intenções é assegurar a implementação do novo modelo de gestão da saúde indígena no Estado. Em Mato Grosso, além da UFMT, são conveniadas a Universidade de Brasília, Associação Mavutsini, Opan, Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Associação Ipre-Ne e Halitinã. (Joanice de Deus, Diário de Cuiabá, 17/09/04)

ÍNDIOS DE MT OCUPAM SEDE DA FUNASA

Índios das etnias irantxe, myky, enawene-nawe e nambikwara ocuparam ontem o gabinete da Coordenação Regional da Funasa para cobrar a liberação de recursos destinados à assistência médica das famílias indígenas nas aldeias. De acordo com Clecir Alencar, da Opan, a falta de recursos ocasionou a suspensão do atendimento e da compra de medicamentos. Em um documento encaminhado à Funasa, os índios se mostram preocupados com a falta de regularidade nos repasses financeiros, a manutenção da frota e do rádio, com outros materiais permanentes, além do "gradativo sucateamento dos Dseis". (Diário de Cuiabá, 11/10/05)

EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE INDÍGENA ABRE VAGAS

A Universidade Indígena de Mato Grosso está abrindo vagas para 180 professores índios de Mato Grosso e 20 de outros estados e países da América Latina. Um vestibular especial está marcado para março. Os candidatos poderão optar pelos cursos de Ciências Matemáticas e da Natureza, Ciências Sociais e Linguagem - Literatura e Artes. Além desses três cursos, já está em estudo a implementação de cursos específicos nas áreas de Direito e Pedagogia Indígena. Existe também a expectativa de oferta de cursos superiores nas áreas de Economia Indígena, Administração de Recursos Naturais, Saúde e Nutrição, além de cursos abertos de Puericultura, Formação de Lideranças e

Relações de Gêneros. A Universidade Indígena é, antes de tudo, um apelo dos próprios índios. A Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) executa o projeto e a Funai vai transportar os alunos das aldeias até Barra do Bugres. Os cinco primeiros anos têm um custo orçado em R\$ 3 milhões. (Keka Verneck, A Gazeta, 14/01/01)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau Indígena, que está completando dois anos, é uma iniciativa do Governo de Estado do Mato Grosso, concretizada através de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), a Unemat e a Funai, com apoio da Prefeitura de Barra do Bugres, da Funasa e do Ministério da Educação (MEC). O público do Projeto é formado por 200 professores índios, que atuam nas escolas indígenas do Ensino Fundamental e Médio, sendo 180 de Mato Grosso e 20 de outros Estados. O Projeto tem duração de cinco anos (2001-2006) e oferece cursos superiores nas áreas de Línguas, Artes e Literaturas, Ciências Matemáticas e da Natureza, e Ciências Sociais. Ele atende 109 aldeias em Mato Grosso, abrangendo 24 municípios. O investimento é de cerca de R\$ 3,4 mil por aluno, ao ano. O início das aulas ocorreu em julho de 2001, e já foram realizadas quatro etapas de Estudos Presenciais, com "resultados surpreendentes", segundo o coordenador Elias Januário, e três etapas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa, em que os acadêmicos desenvolvem atividades de ensino e pesquisa em suas aldeias. (Diário de Cuiabá, 15/04/03)

SECRETARIA RECONHECE 3º GRAU INDÍGENA

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec) homologou o reconhecimento dos cursos de Licenciatura plena em Ciências Matemáticas e da Natureza, em Ciências Sociais e em Línguas, Artes e Literaturas, componentes do 3º Grau Indígena. O anúncio foi feito durante a abertura da I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena, realizada no município de Barra do Bugre. (Midianews, 24/09/04)

TERRA / DEMARCAÇÃO

LEVANTAMENTO DAS ÁREAS EM DEMARCAÇÃO

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, determinou que a Funai realize um levanta-

mento sobre todas as ações que estão sendo tomadas em Mato Grosso relativas à demarcação de TIs. A ação do ministro foi em razão de um ofício enviado pelo governador Blairo Maggi pedindo um prazo de 24 meses para que se faça um estudo completo sobre a situação indígena no Estado, antes de qualquer homologação de relatórios visando à ampliação de áreas indígenas. Em ofício enviado ao governador, o ministro disse que a política indigenista adotada pelo Governo Lula não se “contrapõe às aspirações do desenvolvimento econômico”. Bastos reiterou ainda que será buscado um ponto de equilíbrio entre as questões envolvendo os povos indígenas e o desenvolvimento. Atualmente, segundo a Funai, existem nove portarias em processo de demarcação no Estado, com área estimada de 6.095.251 ha, além de mais 16 portarias para estudos e reestudos, que, de acordo com estudiosos da Funai, podem comprometer outros 19 milhões de hectares. Essas áreas, somadas aos 15.676.358 ha (17,3% do território) já ocupados por reservas indígenas e incluindo reservas ecológicas, parques nacionais e o Pantanal, podem chegar a 51.368.186 ha, ou 57% do território de Mato

Grosso. De acordo com o governador, em exposição ao ministro Márcio Thomaz Bastos, a ampliação dessas áreas também significará a retirada de produtores rurais e de comunidades já estabelecidas nos locais. Além disso, impediriam obras de infra-estrutura estratégica para Mato Grosso. (*Midianews*, 05/06/03)

ANTROPÓLOGOS QUESTIONAM GOVERNADOR

Professores do Departamento de Antropologia da UFMT enviaram carta ao governador Blairo Maggi (PPS) manifestando preocupação com a sua iniciativa de enviar carta ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedindo para que não sejam demarcadas terras indígenas no estado. (*24 Horas News*, 09/06/03)

ISOLADOS

FUNAI E MADEIREIROS DISPUTAM TERRITÓRIO DE ISOLADOS...

Funai e madeireiros estão brigando na justiça por uma área de 160 mil ha, no município de

Colniza. O motivo: aquele território, situado entre os rios Guariba e Aripuanã, abriga um grupo indígena ainda não contactado pelos brancos. O órgão aguarda, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, decisão de recurso contra uma liminar que permitiu que empresas de extração de madeira continuem explorando a região, apesar de habitada por índios ainda isolados.

Os primeiros vestígios do grupo foram encontrados em 1999. Por ironia, foi um madeireiro que alertou sobre a existência dos índios, de etnia ainda ignorada. Baseada no decreto 1775, a Funai determinou a restrição de uso da área – que proíbe o ingresso de pessoas sem prévia autorização. Mas a Portaria 447, que deu corpo à iniciativa, caiu por decisão judicial, através de ação cautelar que beneficiou os madeireiros. No final do ano passado, a 17ª Vara Federal concedeu liminar a um grupo de empresas liderado pela Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária (Sulmap), suspendendo os efeitos da portaria. Não se sabe qual o parentesco do grupo isolado de Colniza com etnias das imediações. (*Diário de Cuiabá*, 19/04/02)

... E FUNAI CONSEGUE A INTERDIÇÃO DA ÁREA

Em abril de 2002, como resultado de um recurso do órgão federal (Funai), tornou-se sem efeito a liminar concedida em benefício da madeireira, que novamente conseguiu, no mesmo mês, suspender a interdição. A Funai recorreu e, em fevereiro último, decisão judicial fez prevalecer a interdição.

A empresa ainda pode recorrer, embora tal procedimento ainda não tenha sido anunciado. Dentro de 30 dias, uma nova expedição irá até Colniza para levantar dados mais recentes sobre a situação dos índios isolados na região do Rio Pardo e Igarapé Serra Morena.

Três pessoas, um funcionário de carreira da Funai e duas contratadas para dar apoio, são mantidas na região para apoiar a população indígena. A precária estrutura da Funai impede ações mais efetivas para auxiliar o grupo. (*Gazeta de Cuiabá*, 04/04/03)

VESTÍGIOS DE SEIS GRUPOS ISOLADOS

Em Mato Grosso existem referências e vestígios de seis grupos de índios isolados. Um deles, conhecido como “baixinhos”, localizado na região Noroeste do Estado, entre Colniza e Aripuanã, corre sério risco de extinção. “Eles não querem contato com o branco, pois em algum momento de suas vidas já tiveram e não gostaram. Eles querem distância de nós”, afirma o coordenador geral do Departamento de

LIDERANÇAS INDÍGENAS PEDEM APOIO DA CÂMARA

Lideranças dos povos indígenas Enawenê-Nawê, Irantxe e Kayabi, que vivem no estado do Mato Grosso, estão em Brasília para reivindicar suas terras tradicionais, o que pode impedir o processo acelerado de desmatamento para venda de madeiras e a destruição das cabeceiras dos rios. Hoje pela manhã, as lideranças se reúnem com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Dep. Iriny Lopes (PT-ES), e com o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, Dep. Eduardo Valverde (PT-RO). Os povos Irantxe e Kayabi conseguiram que fosse iniciado o processo de revisão de limites de suas terras. No entanto, os processos foram interrompidos pela Funai. Suas terras estão na lista daquelas que já foram identificadas pela Fundação, chegaram ao Ministério da Justiça e voltaram para a Funai sem maiores explicações. Os Enawenê-Nawê reivindicam o reconhecimento de uma área excluída da terra demarcada em 1996. A poluição dos rios e a derrubada da mata ciliar estão entre as maiores preocupações deste povo, cujas lideranças têm pouco contato com a língua portuguesa. O desmatamento denunciado pelas lideranças – que trazem consigo mapas comprovando o crescimento das atividades ilegais – é comprovado reforçada pelos números de derrubada da floresta Amazônica divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A Amazônia perdeu 26.130 km² entre 2003 e 2004, e o Mato Grosso foi responsável por 48,1% do total de desmatamentos. Em 2003, o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, pediu ao governo Federal a suspensão da demarcação de terras indígenas por dois anos.

O povo Irantxe, que se autodenomina Manoki, reivindica a revisão dos limites de sua terra tradicional. Composto por 1200 pessoas no início do século 20, os Irantxe chegaram a 1965 reduzidos a 52 indivíduos, devido ao contato com as frentes seringueiras que instalaram-se no norte do Mato Grosso trazendo violência e doenças, a disputas com outros povos e a um massacre, ocorrido nos primeiros anos do século. Há mais de 20 anos este povo luta pela revisão dos limites de suas terras, que foram demarcadas na área de cerrado, tendo ficado de fora os espaços à margem direita do rio Cravari, onde estão as terras mais férteis. O desmatamento na região cresce anualmente, seguido pelo plantio de soja inclusive nas cabeceiras dos rios, o que aumenta a preocupação dos indígenas. O povo Kayabi veio a Brasília reivindicar a demarcação da terra Batelão. “Estamos brigando para conseguir nossa terra tradicional, onde moravam nossos parentes nossos pajés”, afirma Raimundo Jywy. Após o reconhecimento antropológico, o processo de reconhecimento da terra foi enviado ao Ministério da Justiça para a publicação da Portaria Declaratória, mas o processo voltou para a Funai, que solicitou novos estudos para a comprovar que a terra é tradicionalmente ocupada pelos indígenas. No entanto, o órgão não criou um novo Grupo de Trabalho para identificação da terra, cujo processo está parado. “Se o processo fica parado, cada vez mais avança o impacto ambiental, a retirada de madeira, os grileiros. As pastagens estão até onde há cerâmica e onde estão nossos cemitérios”, afirma a liderança. (Adital, 01/06/05)

Índios Isolados da Funai, Sidney Possuelo. Nas atuais circunstâncias porém, o desejo desses índios isolados parece algo quase impossível, caso, uma intervenção firme não seja feita na região, onde, até 2001, 90% da arrecadação de Colniza vinha da comercialização clandestina de madeira, segundo relatório da Funai. “Para esses grupos a sobrevivência vem da caça, pesca e do plantio irregular de algumas culturas. Se o ambiente natural, que é a casa deles, começa a ser destruído as únicas alternativas são: retirá-los daquele ambiente e obrigá-los a viver o mais próximo de nós ou criar uma reserva para que possam continuar sua história”, informa Possuelo. “Pedimos a interdição da área e, por várias vezes, os madeireiros conseguiram revogar a decisão na Justiça”. (*Márcia Oliveira, Gazeta de Cuiabá, 30/11/03*)

COMEÇA OPERAÇÃO RIO PARDO CONTRA GRILAGEM...

A Polícia Federal (PF) iniciou hoje a Operação Rio Pardo que pretende combater a grilagem em terras indígenas no município de Colniza. Mandados de prisão, busca e apreensão, que já foram expedidos pela 1ª Vara Federal de Mato Grosso, a pedido do MPF, devem ser executados pela PF. De acordo com a assessoria da polícia, um grupo ligado à Associação dos Proprietários Rurais de Colniza criou o projeto chamado Serra Morena que, além de explorar os recursos naturais da terra indígena, vendia lotes de 500 hectares e apagava vestígios de ocupação tradicional dos índios. (*Rádiorobras, 29/11/05*)

... JÁ SÃO 77 OS MANDADOS DE PRISÃO...

A PF divulgou a relação de pessoas presas pela “Operação Rio Pardo” até o momento. Ao todo, a Polícia Federal recebeu ordem judicial para o cumprimento de 77 mandados de prisões e 90 de busca e apreensões em Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rondônia. Entre os mandados não cumpridos ainda está o de Cláudio Agnaldo, assessor do deputado estadual Pedro Satélite (PP) presidente da Comissão de Terras da Assembléia Legislativa. Em Mato Grosso, as investigações com mandados de buscas e apreensões, de prisões temporárias e diligências, foram desencadeadas em Cuiabá, Colniza, Nova Maringá, Aripuanã, Juara, Garantã do Norte e Várzea Grande. O delegado Farias, da PF, informou que a “Operação Rio Pardo” é uma referência às investigações para prender, principalmente, grileiros de terras indígenas. (*24 Horas News, 29/11/05*)

... E TRÊS DOS ACUSADOS JÁ ESTÃO SOLTOS

Três dos presos na Operação Rio Pardo, deflagrada pela PF na última terça-feira, já estão em liberdade. Agentes da PF, coordenados pelo delegado Denis Cali, e representantes da Funai estiveram durante a semana passada na TI do Rio Pardo para cumprir uma decisão do juiz federal José Pires da Cunha de retirar todos os ocupantes não índios da área. As investigações da operação têm como objetivo apurar a situação dos índios “baixinhos”, que vivem isolados. De acordo com a Funai, a área vem sendo invadida há anos por grileiros, fazendeiros e madeireiros para a execução de um projeto que tem planejamento para a ocupação de toda a região. (*Diário de Cuiabá, 06/12/05*)

FUNAI DENUNCIA AMEAÇA

A equipe da Funai que tenta fazer o contato com os índios “baixinhos”, que vivem isolados na TI do Rio Pardo, denunciou que tem sofrido ameaças desde a Operação Rio Pardo. As ameaças, segundo os funcionários, são direcionadas aos integrantes da Frente Etno-ambiental Madeirinha, unidade responsável por fazer contato com etnias isoladas. A situação já foi denunciada ao MPF e à Polícia Civil de Juína. Segundo o coordenador da Frente Madeirinha, Edemar Treuherz, as ameaças ocorrem em forma de boatos na região de Colniza, dos quais a equipe toma conhecimento sempre que precisa passar pela área para chegar até a TI do Rio Pardo. “São histórias de que existem pistoleiros nas porteiras de algumas fazendas. Falam para a equipe tomar cuidado. Estamos tendo muito cuidado, até porque não são todos os fazendeiros da região que fazem ameaças. Não queremos acusar injustamente”, disse Edemar. “O grande interesse está no miolo, que é uma terra devoluta da União. Por isso essas pessoas se sentem no direito de entrar. Para isso, afirmam que não há índios”, comentou. Edemar revelou que o clima está tenso entre os interessados na terra. O delegado responsável por investigar as denúncias de grilagem e genocídio dos índios, Denis Cali, disse que uma equipe da PF retornará nas próximas semanas à área, para tentar cumprir os mandados de prisão em aberto e verificar se houve novas invasões. (*Diário de Cuiabá, 16/12/05*)

CHIQUITANO

PRIMEIRA TERRA PARA OS CHIQUITANOS NO BRASIL

A TI está localizada nos municípios de Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e

Pontes e Lacerda, região de fronteira com a Bolívia. Grande parte dos chiquitanos vive há muitos séculos na área, principalmente na Bolívia. Em Mato Grosso, são entre 2 mil a 3 mil espalhados por estes municípios e Cáceres, nas margens do rio Paraguai, a 244 Km de Cuiabá. A Funai já realizou um levantamento localizando os índios e suas ocupações, na maioria das vezes pequenas roças na área de fronteira que tem reconhecimento do Exército como populações nativas. Ainda esta semana, será publicado no DOU o Edital de Licitação que torna público os estudos e define limites de área. A partir daí será formado um grupo técnico para dar continuidade no processo demarcatório. Desde 1992, a localização destes índios no Mato Grosso foi incluída no Prodeagro, mas não foi realizada, portanto só foram utilizados recursos próprios da Funai. O administrador da Funai de Cuiabá, Ariovaldo José dos Santos conta que a cidade de Cáceres, assim como Porto Esperidião e Pontes e Lacerda, foi fundada numa aldeia chiquitana. As primeiras vilas de garimpeiros na região, surgidas a partir de 1738 tinham chiquitanos ou eram próximas de suas roças. E eram destas roças que sobreviviam os europeus colonizadores como Raposo Tavares, Luis Albuquerque [fundador de Cáceres] e outros. Na região, os chiquitanos são confundidos com “bugres” – termo pejorativo para índio. Com isso, segundo Ari, muitos têm medo de confirmarem sua identidade porque se falarem que são chiquitanos podem ser tratados como bolivianos. (*Estação Vida, Cuiabá, 12/03/03*)

CONFLITO ENTRE FAZENDEIROS E ÍNDIOS

Os estudos para identificação das terras da etnia chiquitanos estão criando conflitos entre fazendeiros e índios. Moradores das comunidades indígenas denunciam ameaças por parte dos fazendeiros para que não reconheçam a origem indígena, e assim atrapalhar o processo de identificação das terras. Representantes do MPF, PF, Funai e Cimi estiveram na quinta-feira no local para checar a situação. O problema veio à tona no dia 17 de outubro, quando o missionário jesuíta do Cimi, padre Felício Sritsch, acompanhou o retorno de dois moradores das comunidades chiquitanas Acorizal e Fazendinha, na região de Porto Esperidião para a área identificada como TI da etnia (Portal do Encanto), que inclui as duas aldeias. Lá padre Felício passou três dias e conversou com vários indígenas, entre eles Aurélio Rodrigues, morador da comunidade Nossa Senhora de Aparecida, distante 70 km da TI já identificada. Na ocasião, Aurélio contou para o missionário que a dona da fazenda onde está locali-

zada sua comunidade tem pressionado os moradores que confirmam ser índios. Uma parte da comunidade de Aurélio fica dentro da Fazenda São João do Guaporé, propriedade de Terezinha Helena Staut Costa, e objeto de estudo antropológico para a identificação da TI Lago Grande. Padre Felício contou que após conversar com alguns índios percebeu que a intimidação ocorre por dois motivos. O primeiro, é para que os moradores da comunidade Nossa Senhora de Aparecida não assumam a etnia, e digam que são, na verdade, caboclos. O segundo é que se o local for identificado como terra indígena, a fazendeira perderá um pedaço de sua extensão para os chiquitanos. (Aline Chagas, *Diário de Cuiabá*, 28/10/05)

PROCURADORIA DO MT QUER DEBATER CRIAÇÃO DE TI

O ministro da Justiça, Márcio Tomas Bastos, garantiu que o Governo Federal não criará a TI Portal do Encantado, na fronteira com a Bolívia, como quer a Funai, enquanto não houver participação da população e de todos os poderes constituídos nas discussões. A informação é do procurador-geral do Estado de Mato Grosso, João Virgílio, membro de uma comissão, composta por representantes do Ministério Público Estadual, Assembléia Legislativa, Câmara Federal, Congresso Nacional e lideranças da região, instituída para acompanhar a questão. A comissão discutiu o assunto com o ministro da Justiça na última quarta-feira (07/12), em Brasília. “Mato Grosso não é contra ou a favor da criação da reserva indígena. O que queremos é que a sociedade mato-grossense participe desse processo que até agora foi feito de maneira unilateral pela Funai”, esclareceu o procurador-geral do Estado. Vandoni explicou que o Ministério da Justiça enviará uma equipe a Mato Grosso para verificar como foram conduzidos os estudos da Funai. “O ministro entendeu a gravidade do assunto, não há como transformar uma população em etnia indígena sem antes consultá-la”, observou. (Midianews, 08/12/05)

ENAWENÊ NAWÊ

CONVÊNIO INÉDITO PARA PROTEÇÃO DA TI

A Prefeitura de Juína e os Enawene Nawe firmaram convênio para a execução do “Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da TI Enawene Nawe”, através do repasse de R\$ 40 mil provenientes do ICMS Ecológico. A ONG Operação Amazônia Nativa (Opan) será a responsável jurídica pelo programa. A Opan apóia os Enawene Nawe desde 1974. A criação do Pro-

grama ocorreu em decorrência de nos últimos anos intensificarem-se os contatos dos enawene com a população envolvente, assim como a pressão das frentes econômicas sobre seu território tradicional. O projeto apresentado para a Prefeitura de Juína com o apoio da Opan, tem como objetivo apoiar o povo Enawene Nawe na luta pela preservação e conservação do seu território, refletindo com os índios esta nova conjuntura regional, auxiliando-os na manutenção de suas terras, dos recursos nela existentes e de sua forma tradicional de organização.

As práticas econômicas atualmente desenvolvidas no entorno da TI invadem e ameaçam o território, uma área de floresta amazônica intacta e rica em fauna e flora no noroeste de Mato Grosso. Esse território responde a uma das últimas regiões não devastadas do norte do estado, e, nos últimos anos, vem sofrendo a intensificação de atividades predatórias como o garimpo e a exploração da madeira, além do avanço da agroindústria da soja, do algodão, da cana de açúcar e da pecuária.

O convênio assinado com a prefeitura tem em seu horizonte a administração dos recursos e gestão do projeto realizada totalmente pelos Enawene Nawe. Para isso, serão realizadas além das ações de fiscalização, cursos e oficinas de capacitação, com o objetivo de preparar os índios para o gerenciamento dos recursos financeiros. (Estação Vida, Cuiabá, 11/07/03)

SAÚDE

LUTA PARA RETOMAR TERRA ANCESTRAL

Ele também nasceu nesta terra. Mas Tupxi, que calcula ter 77 anos, não sabe se será enterrado aqui. A sua tribo, os Irantxé, perdeu suas terras na década de 1950, quando agricultores vieram para cá a fim de plantarem seringueiras e outras culturas. Àquela época, o governo brasileiro removeu os índios. Os Irantxé foram transferidos para uma pequena reserva do outro lado do rio. Lá, a pequena tribo quase acabou. A batalha pelos direitos sobre a terra no Brasil continua a ser controversa, acalorada e, por vezes, violenta. Fazendeiros e madeireiros continuam afirmando que têm o direito de cultivar a terra, argumentando que o que está em jogo é a economia nacional.

No Mato Grosso, os Irantxé observam nervosamente a terra ser cultivada por fazendeiros. A sua atual reserva, com uma área de 450 km², é um oásis de savana cercado por quilômetros e mais quilômetros quadrados de fazendas. Os Irantxé sobreviveram a um século turbulento tendo quase se extinguido. A população dos Irantxé, que era de 1.200 índios em 1948, che-

gou a apenas 50 na década de 1960. Eles foram transferidos de local e puderam se casar com membros de outras tribos, e hoje os seus descendentes são cerca de 400. A terra que desejam é quase cinco vezes maior do que a atual reserva, e, segundo eles, possui um solo mais fértil e recursos naturais abundantes. Os antropólogos os visitaram, tendo gravado as histórias orais e desenhado mapas a fim de provarem que a área pertence à tribo. Atualmente, a terra está dividida em várias fazendas, embora o governo tenha baixado restrições às atividades agrícolas na área enquanto as autoridades avaliam a disputa pendente. Os Irantxé deram entrada oficial com um pedido de posse em 1993, e não se sabe se tão cedo o governo anunciará uma decisão. Enquanto isso, a tribo garante que os fazendeiros continuam expandindo as suas plantações, derrubando mais matas a todo momento. (Mei-Ling Hopgood, *Mídia Global*, 29/09/05)

SAÚDE

GRUPO QUERIA VISITAR ÁREA TRADICIONAL

A maratona dos 48 Kaiabis em Tabaporã começou no último dia 12, quando saíram do Parque Indígena do Xingu, com a intenção de visitar a área originalmente ocupada pela etnia. O destino final da viagem deveria ser as margens do rio dos Peixes e do rio Batelão, mas a missão foi interrompida pelo bloqueio da estrada vicinal que dá acesso à região.

O grupo – formado por homens, mulheres e crianças – chegou à sede do município no final da tarde do dia 13, em um ônibus fretado, mas o trajeto foi interrompido na metade dos 38 quilômetros de estrada que os levariam à margem do rio. Um bloqueio – feito com dois tratores, dois caminhões e uma caminhonete – instalado na entrada da fazenda Marcisa, emperrou o caminho. De um lado, funcionários das fazendas mantinham o cerco. De outro, os índios esperavam uma saída ao redor do ônibus, sem a intenção de ceder. Estava formado o impasse.

Depois que os índios voltaram à sede do município, acirrou-se o clima de “guerra”: o bloqueio, que anteriormente estava instalado na metade do caminho que leva ao rio, foi deslocado para o início da via, logo na saída da cidade. Caminhões atravessados pela estrada bloqueavam a passagem de maneira mais ostensiva e, no aeroporto, um barracão foi armado, abrigando centenas de homens prontos a impedir a passagem do grupo. Outra rodovia, que levava a Juara, também foi bloqueada por toras, deixando uma única saída na cidade.

Na expectativa de chegada da missão da Funai, uma reunião foi organizada no plenário da Câmara Municipal, com a participação de índios e brancos. De um lado, sentaram-se homens e mulheres Kaiabis. Do outro lado, reuniram-se fazendeiros, comerciantes e curiosos, que passaram a manhã e o início da tarde à espera da reunião. Enquanto isso, se iniciaria o processo de formação de um Grupo Técnico (GT), que terá como meta a realização de estudos na área, para a viabilização da demarcação das terras. *(Carla Pimentel, Diário de Cuiabá, 25/02/01)*

FAZENDEIROS REPUDIAM RESERVA INDÍGENA...

A Associação de Produtores Rurais de Tabaporã promete continuar resistindo à criação da reserva indígena da etnia Kayabi na região do Rio dos Peixes. Um grupo de proprietários de fazendas da região esteve em Cuiabá para buscar apoio político e providências jurídicas contra a ocupação dos índios. Temerosos em relação à retomada da área, os produtores entraram na semana passada com 11 ações de Interdito Proibitório na 5ª Vara da Justiça Federal, na tentativa de garantir os títulos das terras antes que seja criada a reserva e assim obter uma medida liminar que assegure os títulos em casos de ocupação.

A região do Rio dos Peixes, pleiteada pela Funai para os Kayabis, compreende cerca de 300 fazendas de pequeno e médio porte. A maioria delas mantém atividades de pecuária e agricultura, além da extração de madeira. Existe ainda no território um assentamento do Incra de 74 mil hectares com centenas de famílias assentadas. *(Paola Carlini, Diário de Cuiabá, 23/03/01)*

... E CONSEGUEM GANHO DE CAUSA

O juiz federal substituto da 5ª Vara de Cuiabá, Paulo César Alves Sodré, deferiu ontem medida liminar de interdito proibitório a favor da Associação de Produtores Rurais de Tabaporã. Na ação o juiz fixa multa de R\$ 10 mil diários à Funai caso ela reconduza ou permita a volta da etnia Kayabi a 400 mil hectares, na região do Rio dos Peixes, que compreendem fazendas do município. Inseguros com a possível volta dos índios à cidade, os fazendeiros formaram uma associação para tentar evitar a criação da reserva indígena no Vale dos Rio dos Peixes. Há pouco menos de um mês a assessoria jurídica dos produtores impetrou 11 ações de interdito proibitório - medida cautelar com o objetivo de garantir o título das áreas sob a ameaça de ocupação. O juiz federal Cesar

Augusto Bearsi, realizou audiência de quatro ações e seu substituto proferiu a liminar em favor dos produtores. Na liminar o magistrado decidiu pelas ações dos fazendeiros Sérgio Carlos Castaldo, José Pedro de Oliveira, Antônio Alves de Oliveira e Nelson de Moraes. Preocupado com o problema dos Kayabis, na ação o juiz relata que "é relevante a natureza do direito indígena sobre a área em discussão, pois ainda que se venha reconhecer tal direito isso deverá ser feito através de procedimento legal ou processual". *(Diário de Cuiabá, 24/03/01)*

SAÚDE

EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA EM TI

Uma equipe do Ibama e da Polícia Federal está em Brasnorte desde quarta-feira para verificar denúncias de retirada ilegal de madeira na TI Myky, onde vivem 98 índios. Os agentes estão percorrendo parte da área da reserva, de 56 mil ha, e os galpões das madeireiras da região, para saber se está havendo retirada de toras. Há cerca de três semanas, o madeireiro Eudes de Aguiar foi preso pela PF, acusado de fazer derrubadas dentro da floresta, mas foi solto por ordem judicial. Ele responde a uma ação penal na Justiça Federal por furto de madeira em terra indígena e falsidade de documentos. A operação está sendo realizada a pedido do Ministério Público Federal (MPF), que acusa o madeireiro de fazer constantes retiradas de madeira do local e fraudar autorizações do Ibama para derrubada e transporte de madeira. De acordo com a denúncia do MPF, em uma das fiscalizações foi descoberta a retirada ilegal de 1,5 mil metros cúbicos de cerejeira. Dentro da TI já teriam sido abertos cerca de dez km de estradas e picadas. A derrubada estaria sendo feita, inclusive, com o consentimento dos índios e por meio de contratos.

As investigações começaram a partir de denúncia dos próprios índios e de membros do Cimi feita no dia 13 de maio de 2004. Segundo o Cimi, estariam sendo retiradas, inclusive, espécies proibidas como cerejeira, mogno e castanheira. No dia 26 de novembro, foi feita nova denúncia de que as derrubadas continuavam. Apenas naquele dia teriam saído cerca de 300 toras. *(Diário de Cuiabá, 25/02/05)*

NAMBIKWARA / TI SARARÉ

RESERVA AINDA ESTÁ SOB AMEAÇA

Ainda é desolador o cenário deixado por sete anos de intensa exploração garimpeira e ma-

deireira na TI Sararé (540 km a noroeste de Cuiabá), onde habita uma centena de índios nambikwára katitauru. No meio de crateras ainda encharcadas de mercúrio, a capoeira e as árvores pioneiras já começam a aparecer. A desintrusão, que era uma exigência do Banco Mundial para que pudesse repassar recursos do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (Prodeagro), aconteceu em janeiro de 1997. Participaram da "Operação Sararé II", como foi batizada, 40 policiais federais, 110 militares, fiscais do Ibama e funcionários da Funai, além de soldados do Exército. Na ocasião, técnicos do DNPM calcularam um prazo de 40 anos para que a natureza de Sararé se recuperasse. Córregos haviam sido assoreados, nascentes destruídas, rios contaminados e dois mil hectares de floresta derrubados. Até hoje, a Funai tem dificuldade de encontrar água potável para os índios. Os danos ambientais foram tão grandes, segundo o DNPM, que nem todo o ouro que havia na área pagaria um projeto de recuperação.

A Funai tenta a liberação, pela Justiça Federal, de R\$ 250 mil arrecadados com o leilão de madeira apreendida ainda em 1995, para implementar em Sararé atividades que dêem autonomia econômica para os índios e para que eles não dependam mais dos presentes de gringo dos brancos. *(Diário de Cuiabá, 04/11/01)*

NOVOS LÍDERES CRIAM "BRIGA" ENTRE GERAÇÕES

Tradicionalmente, numa aldeia nambikwára, quem chefia e decide são os índios mais velhos. Mas na reserva Sararé, a partir do contato com o homem branco, lideranças mais jovens começaram a se despontar e a manifestar um tipo de dissidência. Enquanto os mais velhos mantêm íntegros os traços culturais da etnia, como a língua, a coleta de alimentos e as relações de trabalho, os jovens procuram aprender as coisas do branco, como dirigir um carro ou falar o português. Mesmo depois da chegada da ONG Missão Cristã Brasileira às aldeias, por exemplo, os mais velhos continuam a andar nus pela reserva, e das mulheres de mais idade a igreja conseguiu apenas fazer com que usassem calcinhas. Os mais jovens, no entanto, passaram a usar jeans e camiseta. Como a relação com os brancos é hoje um ponto crucial à sobrevivência dos nambikwára - e os mais jovens acreditam que podem ser os melhores interlocutores com os que vêm de fora - uma certa desunião se instalou na reserva. "Os velhos têm que fazer coisas de velho. Deixar a gurizada nova defender o povo. Os velhos estão teimosos, têm cabeça dura", diz Danielsu Katitauru, de 23 anos. "Nós, os velhos, já apanhamos muito, sabemos que

madeireiro é safado. Só as crianças ainda não perceberam, porque têm cabeça dura”, responde Pedro Katitauru, 65 anos.

A esperança da Funai é que, ao se casarem, os jovens dêem mais importância à coletividade, já que cada índio tem às vezes três ou quatro esposas para cuidar. Segundo ele, todos os projetos comunitários devem ser muito conversados com todos os índios, para que possam dar certo. “Assim, os mais velhos continuarão a decidir, num semblante de sabedoria, e os mais jovens serão a força que vai levar o povo para frente”, resume Prudente Pereira, do Projeto de Gestão Territorial e de Economia Etnoambiental do Sararé. *(Orlando Moraes, Diário de Cuiabá, 04/11/01)*

MADEIRA CLANDESTINA BENEFICIA GOVERNOS

Como diz o líder nambikwára Américo Katitauru, para os índios o “trabalho da Funai é tranqüilo, é certinho”. Mas está cada vez mais difícil ser funcionário da Funai ou defender a causa indígena em Pontes e Lacerda e região. Se para o senso comum os índios são uma barreira ao desenvolvimento do Estado, os funcionários da Funai seriam os defensores dessa barreira. “Se não fosse a Funai, nós famos nos entender muito bem com os índios”, disse um madeireiro de Pontes e Lacerda, que não quis se identificar.

Cada movimento de um carro da Funai pela região, segundo Ariovaldo Santos, é monitorado pelos madeireiros. “Eles têm informantes por toda a cidade e se comunicam por telefone celular. Quando estamos na região, evitam chegar perto da reserva.., diz ele. Segundo ele, isso acontece por causa da impunidade. Quando uma carga de madeira clandestina é descoberta nada acontece aos infratores, pois as autoridades se recusam até a registrar um boletim de ocorrência. Tudo é feito, no entanto, para que a carga seja regularizada, ou seja, pague o ICMS devido. “Assim, o governo estadual é beneficiado mesmo sem ter feito qualquer investimento. Do mesmo modo, se a madeira vai para as serrarias, ela gera emprego e impostos também nos municípios; e se é exportada, beneficia até mesmo o governo federal”, diz Ariovaldo. “Quer dizer, se todos lucram com o negócio clandestino, não é uma ação da Funai que vai fazer com que ele pare”. *(Orlando Moraes, Diário de Cuiabá, 04/11/01)*

FUNAI FLAGRA RETIRADA DE MADEIRA

Dois tratores, um caminhão Mercedes Benz e uma motocicleta foram apreendidos pela PF em Cáceres com apoio de fiscais da Funai na

reserva indígena Sararé, na região de Pontes e Lacerda. Os veículos eram utilizados para a retirada ilegal de madeira da reserva. A operação contou com a participação depoliciais federais e fiscais da Funai. Por se encontrar em reserva indígena, as madeiras retiradas devem ser leiloadas e a verba revertida aos índios. *(Fôlha do Estado, 06/11/02)*

PARECI / GERAL

ASSOCIAÇÕES TÊM PROJETOS APROVADOS

Duas associações dos índios Paresi, do Mato Grosso – Halitinã e Waymaré – tiveram seus projetos aprovados pela Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente e vão receber financiamentos para implantar as propostas. Os recursos, num total de R\$ 120 mil, já foram disponibilizados para as associações que receberam o apoio da Funai e da Unemat para a elaboração dos projetos.

O projeto “Consórcio Agroflorestal Sustentável”, apresentado pela Associação Halitinã, tem um custo de R\$ 50 mil a serem aplicados em 18 aldeias Paresi. Pela iniciativa, os índios vão desenvolver roças de milho, inhame, cará, mandioca, utilizando técnicas de seus ancestrais. Dessa forma propõem recuperar as áreas degradadas e incentivar a cultura tradicional. O projeto prevê ainda a implantação de bosques florestais com plantio de mudas frutíferas laranja, abacate, limão, jaca, e coco anão num total de quatro mil mudas. A criação de abelhas e o melhoramento de técnicas da apicultura com a aquisição de equipamentos para manejo estão previstas no projeto da Halitinã. A comercialização do excedente da produção garantirá aos Paresi uma nova fonte de renda. A Associação Waymaré, que engloba outras 12 aldeias Paresi, vai desenvolver o projeto “Etnodesenvolvimento nas comunidades Paresi com base na produção e manejo ambiental”, com quatro atividades distintas: a recuperação de 30 hectares de área degradada e 6 ha de culturas e técnicas tradicionais; a implantação de hortas e quintais florestais para cultivo de verduras e legumes; a apicultura e a implantação de viveiro com frutos nativos. O total de recursos para o projeto é de aproximadamente R\$ 70 mil. *(Site da Funai, 25/10/02)*

PARECI / TI ESTAÇÃO PARECI

AGROTÓXICOS AMEAÇAM ALDEIA

A TI Estação Pareci, localizada na BR-364 próximo a Diamantino, está sendo degradada pelo

descarte inadequado de veneno e embalagens de agrotóxicos. As margens do córrego Cágado, que faz limite entre a aldeia e a fazenda São Lucas, se tornaram um lixão. “Quando chove, não dá para usar a água. Aí temos que pegar no posto”, lamenta o índio João Batista Zoromorá, um das lideranças da região. O córrego é o único manancial de água da área. Sachês do formicida Mirex, utilizado para matar formigas, e embalagens vazias de agrotóxico se misturam ao lixo doméstico, como sacolas e sacos de adubo. Tudo isso fica a 30 metros do leito do rio. O gado criado na aldeia, cerca de 25 cabeças, acaba bebendo a água. O administrador da Funai em Diamantino, Martins Toledo de Melo, disse que algumas fazendas fazem pulverizações aéreas nas plantações. O veneno pode acabar atingindo o rio. Segundo ele, a Funasa fez um estudo para abrir um poço artesiano na TI mas a água teria sido considerada imprópria para consumo.

Técnicos do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) estiveram no local. Foram encontrados cerca de 50 quilos de entulho. A Agropecuária São Lucas foi autuada e multada em 100 Unidades de Padrão Fiscal (UPF), cerca de R\$ 2 mil. A notificação deu um prazo de cinco dias para que a administração da fazenda retirasse o material. A situação parece estar longe de ser resolvida. Apesar dos índios cobrarem providências da Funai, o órgão afirma que a área ainda não é considerada reserva e, por isso, não poderia interferir no local. Em 1996, fazendeiros teriam contestado a demarcação na justiça, alegando que há outros títulos na área. Atualmente, há 12 índios na aldeia. O total da terra indígena reivindicada é de 3.620 ha. A administração da fazenda São Lucas foi procurada para falar sobre o assunto entre quarta e sexta-feira mas não retornou as ligações até o fechamento dessa edição. *(Maria Angélica Oliveira, Diário de Cuiabá, 07/05/04)*

PARECI / TI PONTE DA PEDRA

JUIZ EMBARGA USINA HIDRELÉTRICA NA TI

A Justiça Federal em Mato Grosso anulou a concessão dada pela União para a construção de uma usina hidrelétrica na localidade de Ponte de Pedra, assim como o licenciamento prévio emitido pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema). Na sentença, o juiz da 2ª Vara Federal reconheceu ainda que a área é TI, mesmo que ainda não tenha sido demarcada, e anulou o acordo entre a empreendedora Elma Eletricidade de Mato Grosso Ltda e as associações Halitinã e Waymaré. O acordo assinado

pelas duas associações indígenas garantiria à empresa o direito de construir a hidrelétrica na área considerada sagrada pela etnia pareci. As decisões são resultado de uma ação civil pública movida pelo MPF. No caso de descumprimento, o juiz estabeleceu uma multa diária de R\$ 100 mil.

A equipe técnica que esteve na região, em um trabalho complementar ao EIA/RIMA, constatou que a área conhecida como Ponte de Pedra possui significado histórico, cultural e arqueológico, ligado à própria origem mitológica da sociedade pareci. A ponte que dá o nome à área é uma laje que liga as margens do rio Sakuriu winã e, no mito dos índios, marcaria o local de onde surgiram os primeiros parecis. O diretor de Infra-estrutura, Indústria e Mineração da Fema disse que o órgão ainda não foi notificado da decisão judicial mas independentemente dela, a licença de instalação da usina já estava suspensa. A Funai tem até maio do próximo ano para demarcar a área dos parecis. A determinação também consta da sentença do juiz Jeferson Schneider, a partir da ação civil pública movida pela MPF. O descumprimento do prazo estabelecido acarretará para a Funai uma multa mensal de R\$ 500 mil. A delimitação foi concluída recentemente por uma comissão técnica nomeada para fazer o levantamento dos dados e o estudo para identificar a TI Ponte de Pedra. De acordo com a Funai em Cuiabá, o processo de identificação e delimitação já foi encaminhado para Brasília, onde aguarda o reconhecimento do Ministério da Justiça. (*Diário de Cuiabá, 10/07/02*)

PARECI / ESTRADA E ARRENDAMENTO

GRUPO VAI À JUSTIÇA PARA TER ASFALTO EM RODOVIA

Pela primeira vez, em séculos de contato, um grupo indígena brasileiro tenta obter na justiça o direito de ter suas terras cortadas por uma rodovia. A decisão é questionada por indigenistas e antropólogos, tem o apoio irrestrito dos fazendeiros da região médio-norte e significa um ponto de ruptura de consequências imprevisíveis para o futuro da etnia.

Conforme o projeto, seria asfaltado o trecho de 65 km da estrada “Nova Fronteira”, aberta em 1984 após acordo entre a associação dos produtores rurais da região dos rios Alto Juruena e Papagaio e as lideranças pareci. Mas, como seu traçado esbarrava no parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal, que considera “nulos e extintos” quaisquer empreendimentos que resultem ou dependam da “ocupação, o domínio e a posse” das terras indíge-

nas, o DNER resolveu alterar o projeto, contornando pelo norte a área pareci.

A decisão foi publicada em janeiro de 2001 e tem o referendo da Funai e do MPF. Por outro lado, afeta diretamente o interesse dos produtores rurais, uma vez que tornará a viagem 166 km mais longa, encarecendo o frete. E também o dos índios, por ameaçar a continuidade da cobrança do “direito de passagem” (R\$ 5 por veículo), que, desde 1998, vem sendo a única fonte segura de renda para a etnia - em torno de R\$ 300 mil por ano. O cacique João Arrezomae, que ainda era o presidente da Associação Halitinã quando a ação foi proposta, lembra que a aceitação do asfalto está condicionada à manutenção da cobrança de passagem. (*Diário de Cuiabá, 24/02/02*)

IDÉIA NÃO É UNANIMIDADE NAS ALDEIAS

Ao contrário do que dizem as lideranças pareci, a idéia do asfaltamento da “Nova Fronteira” não é propriamente uma unanimidade nas aldeias da etnia. Índios ouvidos pela reportagem do Diário garantem que o sentimento da maioria é de apreensão, dúvida. Segundo a índia Lucinda Wakemoizokero, o asfalto aumentará os riscos de invasão da área. “Se vier o asfalto, vai ter invasão. No meio da nossa área, tem muita terra boa. Além disso, vai facilitar a entrada de bandidos”. O temor da vinda do asfalto é tão grande quanto o da perda dos recursos do pedágio. Além das necessidades emergenciais de remédios e transporte, o dinheiro banca a permanência de muitos jovens nas escolas de Tangará da Serra. “Não dá para viver sem esse pedágio, porque os nossos filhos dependem dele para conseguir emprego”, admite Lucinda. (*Diário de Cuiabá, 25/02/02*)

GRUPO AMEAÇA FECHAR ESTRADA “NOVA FRENTEIRA”

O Ministério Público Federal em razão das parcerias que os índios Pareci vem realizando com produtores da região de Tangará da Serra para o plantio de lavouras mecanizadas, baseado em declarações de alguns índios, dentre eles João Arizomare, fornecidas à Procuradora da República em Mato Grosso Águeda Aparecida Silva, é contrário ao sistema que está sendo praticado atualmente. Esta decisão revoltou a comunidade indígena que está praticamente pronta para fechar a estrada “Nova Fronteira”, principal via de acesso ao município de Sapezal.

A decisão de bloquear o acesso da estrada, foi tomada na última quinta-feira (24), em reunião na aldeia Bacaval, município de Campo Novo do Parecis. Na ocasião estiveram presentes lideranças das comunidades Pareci, Irantxe,

Nambikwara. A situação criou um conflito interno entre os próprios índios, em função de que existem aqueles que querem produzir trabalhando tecnicamente e a outra ramificação que prefere que a reserva seja preservada em termos ambientais. (*24 Horas News, 31/07/03*)

LIDERANÇAS CONTRÁRIAS AO ARRENDAMENTO

Lideranças pareci contrárias à abertura de lavouras de soja nas terras da etnia foram ao MPF para denunciar a possível “convivência” da administração regional da Funai em Tangará da Serra em relação à ilegalidade da proposta. De acordo com a Procuradora da República Águeda Aparecida Silva, um procedimento foi instaurado para verificar a situação. Porém, garantiu, não existe até o momento nenhuma posição oficial do MPF contra a chamada “parceria agrícola”. Segundo ela, as terras indígenas não podem ser fruto de arrendamento. E mesmo que fossem, opina, isto jamais poderia ocorrer conforme planejam os “parceiros” não-índios. “Vi um contrato em que os indígenas bancavam quase tudo e, na partilha da safra, receberiam 3%”. (*Diário de Cuiabá, 01/08/03*)

ÍNDIOS ANUNCIAM FECHAMENTO DE ESTRADA

Os índios das etnias Pareci, Irantxe e Nambikwara, da TI Tirecatanga, oficializaram na Funai de Tangará da Serra, a pretensão de paralisar o trânsito na “Nova Fronteira”, principal estrada que dá acesso à cidade de Sapezal e que corta a TI Utiriti. Eles querem o asfaltamento da estrada dentro da área, elevação do preço do pedágio de R\$ 5,00 para R\$ 10,00 e o processo de mecanização das lavouras nas aldeias. Os índios expuseram seus pontos de vista de forma que a relação da sociedade pareci com a sociedade envolvente possa ser aprimorada e melhorada. Os índios esperam uma definição pelas autoridades da situação e anunciaram a interdição da rodovia por tempo indeterminado. (*24 Horas News, 29/08/03*)

CLIMA ESQUENTA E ÍNDIOS FAZEM REFÊNS

Os índios parecis fizeram cinco funcionários da Funai de Tangará da Serra, de refêns depois de fecharem a estrada que liga Tangará da Serra a Sapezal. A intenção é forçar a Funai a viabilizar, com urgência, condições para que consigam estruturar suas lavouras. Os índios dizem que só liberam os refêns e a MT depois que conseguirem uma solução de Brasília. Enquanto isso, a mobilização que conta com a participação de outras três etnias já provoca

um congestionamento de 10 km de caminhões com carregamento de adubo e calcário na rodovia. (*Gazeta de Cuiabá*, 04/09/03)

RODOVIA E REFÊNS SÃO LIBERADOS

Depois de bloquearem o acesso à estrada “Nova Fronteira”, os índios paresi obtiveram como resposta aos seus protestos, a autorização para financiamentos agrícolas em suas terras. Estiveram reunidos com os índios na sexta-feira à noite, o presidente da Empresa Mato-grossense Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A, representações políticas de Campo Novo do Parecis, prefeito de Sapezal, Superintendente e ouvidor das questões indígenas do Estado, coordenadores da Funai/BSB, procurador federal e servidores da Funai em Tangará da Serra. (*Midianews e 24 Horas News*, 08/09/03)

PARECI AGRADECEM GOVERNADOR

Quinze caciques de 42 aldeias das Reservas Indígenas Utiariti e Pareci estarão reunidos com o governador Blairo Maggi como forma de agradecimento pelo apoio prestado na solução do conflito. O governador designou o superintendente ouvidor de Política Indigenista e o presidente da Empaer para integrarem a equipe de representantes da Funai de Brasília que se deslocaram até a aldeia Bacaval, em Tangará da Serra, na última sexta-feira. De acordo com o superintendente Idevar Sardinha, os índios reivindicavam autorização para cultivarem o território e aguardavam anuência do Governo Federal para a aquisição de maquinários. (*Midianews*, 10/09/03)

PLANTIO DE GRÃOS EM LAVOURA MECANIZADA

Os índios paresis devem iniciar o plantio de grãos com uso inédito da lavoura mecanizada, a partir de outubro ou novembro, em cerca de 2 mil hectares localizados nos municípios de Sapezal e Campo Novo dos Parecis. O processo será conduzido por 15 famílias, que se organizaram para forçar a Funai a lhes garantir condições para conseguir financiamento no Banco do Brasil, em programa similar ao de Agricultura Familiar (Pronaf). A intenção é fazer o uso agrícola profissional de seu território, sem abandonar completamente a lavoura tradicional. Agora, eles negociam os detalhes com o governo do Estado para fechar o apoio técnico com a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Empaer), para fazer os projetos, apresentá-los e conseguir os recursos. (*Gazeta de Cuiabá*, 14/09/03)

CRÉDITO PARA PRODUZIR SOJA EM TI

Índios da TI Pareci vão encaminhar documento às autoridades cobrando a intervenção do governo junto ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária para a liberação de linhas de financiamento para o plantio de soja em áreas indígenas. O governo federal oferece atualmente o Pronaf B para o atendimento das comunidades indígenas, porém o valor do crédito (R\$ 2 mil por família) é considerado insignificante para o plantio e custeio da safra.

“O índio já adquiriu os conhecimentos necessários para desenvolver grandes lavouras de soja e tem terra fértil. Mas, como plantar se não temos dinheiro?”, questiona Mirim Kazai-zokairo, da aldeia Bacaval, em Campo Novo do Pareci. Mirim informou que com o desenvolvimento da agricultura e a expansão da fronteira agrícola, não resta outra alternativa aos índios senão buscar conhecimentos daqueles que estão ao seu redor para desenvolver técnicas para plantio de soja em grandes áreas. “Não podemos ficar parados, pois o índio não conseguirá sobreviver só de costumes, tradições e artesanato”, frisou. Segundo Mirim, o bom resultado com a experiência da soja desenvolvida na aldeia causou entusiasmo aos Pareci. Com o apoio da Prefeitura de Sapezal, que doou sementes e insumos, os índios abriram uma área de 60 ha e colheram mais de três mil sacas de arroz na aldeia Bacaval. A experiência com o arroz continuou até 1996, quando os índios decidiram, em parceria com a empresa Sementes Maggi, produzir soja em uma área de 80 ha. Novamente os Pareci obtiveram êxito com a colheita, mas tiveram que interromper o projeto devido a uma ação do Ministério Público que impediu a venda de insumos aos índios. Em 2002, os Pareci procuraram outra empresa em Campo Novo, que financiou a semente e o adubo, em uma área de 130 ha. No ano passado, os índios colheram mais de 7 mil sacas de soja, com uma média de produtividade de 55 sacas/ha. (*Diário de Cuiabá*, 22/03/04)

RIKBAKTSA

PARCERIA APÓIA COMUNIDADE INDÍGENA

A parceria da Funai com o PPG-7, programa dos sete países mais desenvolvidos do mundo, e a Associação Indígena Rikbaktsa (ASSIRIK) está permitindo que a Funai de Cuiabá apóie o projeto de comercialização da castanha, na TI Rikbaktsa. O convênio para o desenvolvimento sustentável das aldeias Rikbaktsa foi assinado no ano passado e o total dos recursos é de R\$ 202 mil reais. (*Funai*, 02/10/02)

FÁBRICA DE CASTANHA

Produção em escala comercial explorando racionalmente os recursos naturais existentes em suas terras. De quebra, a renda resolveria em parte as necessidades básicas nas aldeias, e o fluxo de caixa abriria perspectivas para geração de negócios sustentáveis. Com esta finalidade, índios da etnia Erikbatsa, cujas reservas Erikbaktsa, Escondido e Japuira estão localizadas nos municípios de Brasnorte, Cotriguaçu e Juara, respectivamente, defendem a implantação de uma fábrica de castanha-do-pará para produção em escala comercial. Para tanto já contam com a Asirik, criada em 1995, para mediar a organização desses novos empreendimentos com a estrutura sócio-econômica interna. A vivência dos problemas relacionados à organização interna de produção e comercialização, o contato direto com o mercado regional, as soluções encontradas e testadas, foram um aprendizado preparatório para uma nova fase de auto-organização e gestão econômica. (*24 Horas News*, 09/05/04)

UMUTINA

CULTURA ESTÁ SENDO RESGATADA AOS POUÇOS

O local onde hoje é a reserva umutina, uma área de 24 mil ha, também serviu, nas décadas de 30 e 40, para o funcionamento de uma escola para índios, que ensinava apenas a cultura branca. Foi assim que, aos poucos, os índios foram esquecendo de seu primeiro idioma, desaprendendo seu artesanato, entre outras formas culturais. Muitas outras etnias foram levadas para lá, estima-se que mais de oito diferentes, como os bakairi e os terena, entre outros, que se misturaram aos umutina. Hoje, a mesma escola ainda funciona e, embora preserve nome do passado, Otaviano Calmon, que era chefe de curso daquele tempo, tem um propósito bem diferente: promover o resgate cultural dos umutina. Dentro desse ideal, três passos de uma dança antiga já foram resgatados. Do artesanato, os mais jovens estão aprendendo a fazer peças em madeira, em folhas de palmeira e argila. “O artesanato passou 25 anos em total silêncio”, conta a professora Maria Alice de Souza Cupudunepá. Ela diz, orgulhosa, que todos os índios da aldeia são alfabetizados, mas segundo uma cartilha índia. Ao completarem a 4ª série, os índios saem para estudar em escolas públicas de Barra do Bugres. Outras conquistas estão relacionadas às condições de saúde. Desde 1992, todas as pessoas da tribo tem acesso à água tratada, por meio da construção de poços artesianos. Há três anos, eles comemoraram as obras de sa-

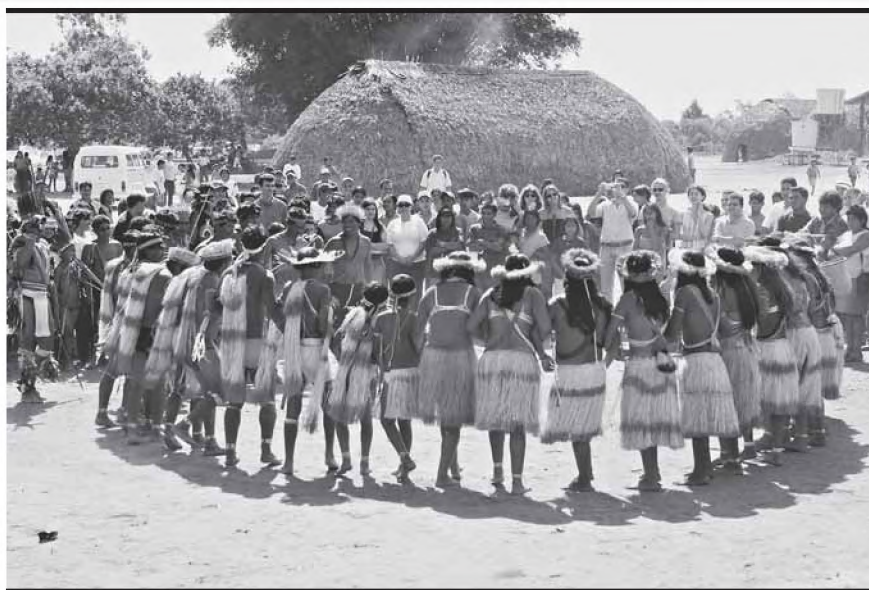
neamento básico, e as casas passaram a ter fossas assépticas. Além disso, muitos são enfermeiros, o que garante a saúde de boa parte da população. Segundo o cacique Jeovani Amajunepá, apenas os casos mais graves são levados para hospitais de Barra do Bugres. É dessa forma que vivem os jovens da aldeia umutina, em uma luta incessante para manter viva a memória dos antepassados. Eles ocupam uma posição no mínimo esquisita. São desamparados pelo conhecimento dos mais velhos, mas também estranhos aos olhos brancos. São meio que órfãos – que ensaiam os primeiros passos para voltar às suas origens, por muito tempo esquecidas. (*A Gazeta*, 16/04/01)

DESMATAMENTO PREOCUPA

Uma comunidade indígena inteira está sofrendo com desmatamentos ilegais das margens do rio Paraguai, que vem comprometendo a qualidade da água e o estoque pesqueiro do principal formador do Pantanal. Ontem, o senador Antero Paes de Barros (PSDB) encaminhou ao secretário do Meio Ambiente, Frederico Müller, denúncia do crime ambiental, na região de Barra do Bugres. Uma propriedade rural, que tem o rio como limite, promoveu grande desmatamento retirando parte da mata ciliar e prejudicando a comunidade da Aldeia Umutina, na outra margem do Paraguai. Sem a mata ciliar, que funciona como uma proteção, o rio passa a receber material sólido que o deixa cada vez mais raso. Como consequência, a fauna e flora morrem com pouco oxigênio. Em denúncia formalizada ao secretário de Meio Ambiente, Antero pediu urgente fiscalização da Fema na fazenda para averiguar se existe autorização para a derrubada. Ao ser constatada a retirada da mata ciliar, o proprietário será multado e processado pelo Ministério Público. (*Gazeta de Cuiabá*, 07/11/02)

ÚLTIMOS FALANTES DA LÍNGUA UMUTINA

Quando voltou de seu exílio voluntário, 20 anos após a morte dos pais, Julá Paré descobriu que apenas uma índia umutina, Kozakaru, ainda mantinha a capacidade de conversar no idioma materno. Os demais, a maioria órfãos cria-



Demonstração de dança dos índios Umutina de Barra do Bugres.

dos pelos agentes do SPI, haviam sido educados apenas em português. A índia remanescente, porém, evitava dizer qualquer palavra no idioma Umutina. As lembranças de sua gente a faziam chorar de tristeza (há relatos de órfãos que morreram de saudade). Isso ampliou o isolamento de Julá Paré, que passou a se comunicar apenas com o falar dos brancos. Hoje, além dele, os únicos a guardar referências da língua são os índios Antônio Apudonepá e Joaquim Kupudonepá, chefes das duas famílias de umutinas “legítimos” que restaram no Posto Indígena. Eles tentam passar aos filhos e netos algumas palavras do antigo vocabulário. “Quando peço uma panela para minha filha, falo em umutina para ela saber como é que fala. Eu quero que ela aprenda para passar aos outros”, justifica o índio, que conta ter nascido “no meio dos brancos”. “O Julá Paré fez empenho para ensinar a criançada a falar, mas eles não se interessaram”. (*Rodrigo Vargas, Diário de Cuiabá*, 22/04/03)

TOMBAMENTO DE IMÓVEIS CONSTRUÍDOS POR RONDON

Índios de oito nações querem o tombamento do patrimônio arquitetônico de 11 imóveis lo-

calizados na Aldeia Umutina, em Barra do Bugres. As casas foram construídas entre os anos de 1943 e 1945 pelo extinto SPI, sob o comando do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Um dos imóveis foi habitado por Rondon durante processo de pacificação dos umutina com os demais grupos que dividem o mesmo território: paresi, nambikwara, kaiaby, terena, irantxe, bororo e bakairi.

Em péssimo estado de conservação, nas dez casas localizadas na aldeia moram famílias de várias etnias. O imóvel principal, onde morou o Marechal Rondon, é ocupado pelo chefe do posto da Funai, André Marciano de Almeida. Pintado nas cores azul e branca, o imóvel tem duas salas, três quartos, cozinha e área de serviço. O piso é de tijolo à vista. As paredes são de duplo tijolo e todo o madeiramento é de aroeira da região. As telhas também são da região. Todo o imóvel, ainda em regular estado de conservação, foi construído pelos índios em parceria com funcionários do SPI. Considerada na época uma obra arrojada de arquitetura, a casa apresenta nas paredes da sala principal pinturas de índios com Rondon. As obras foram pintadas na década de 50 pelo enfermeiro pernambucano do SPI, Joaquim Bezerra de Melo. (*Midianews*, 19/03/04)

Aweti
Ikpeng
Kalapalo
Kamayurá
Kayabi
Kisêdjê (Suyá)
Kuikuro
Matipu
Mehinako
Nahukwá
Tapayuna
Trumai
Waurá
Yawalapiti
Yudjá



13.

Parque Indígena do Xinau



PARQUE INDÍGENA DO XINGU
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1164	Batovi	Waurá		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 07/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Paranatinga, comarca de Chapada dos Guimarães (5.158 ha) matr.5.356 lv. 2-AK fl. 122 em 07/10/98. Reg. SPU certidão nº 20 de 22/03/99.	5.159	Gaúcha do Norte Paranatinga	MT MT
	Ikpeng	Ikpeng (Txikão)		Em identificação. Portaria 1.140 de 29/09/2005 da Funai designa o antropólogo David Rodgers para realizar estudos de fundamentação antropológica necessários à identificação da TI. Estabelece o prazo de 16 dias para os trabalhos de campo e o dia 30/11/05 para a entrega do relatório de fundamentação, e cinco dias para o relatório das atividades de campo.		Gaúcha do Norte	MT
	Pequizal do Naruvôto	Naruvoto		Identificada e aprovada pela Funai. Despacho nº 02, de 11/01/06, aprova os estudos de identificação da TI e determina a publicação no DOE e a fixação nas sedes das prefeituras. (DOU, 12/01/06)	27.980 69	Gaúcha do Norte Canarana	MT MT
1165	Wawi	Kisêdjê (Suyá)		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Querência, comarca de Canarana (150.329 ha) matr. 6.447 lv. 2-RG fl. 1/v e 2/v em 09/12/98. Reg. SPU certidão nº 22 de 22/03/99.	150.328	Querência São Félix do Araguaia	MT MT
346	Xingu	Aweti Ikpeng (Txikão) Kaiabi Kalapalo Kamayurá Kisêdjê (Suyá) Kuikuro Matipu Mehinako Nahukwá Tapaiuna Trumai Waurá Yawalapiti Yudjá	5.020 - Funasa/ DSEI-Xingu: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 25/01/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Juína, matr.31.351 lv. 2-DH, fl. 160V em 05/11/87; município de Canarana, matr. 3.293 lv.2-B, fl. 001 em 22/07/87; município de Sinop, matr. 3.864 lv. 2 fl. 01 em 27/07/87; município de São Félix do Araguaia, matr. 7.401, lv.2 fl. 001 em 21/09/87; município de Luciara, matr. 7.402 lv. 2 fl. 001 em 21/09/87; município de Paranatinga, matr. 31.350 lv.2-DH, fl. 159V em 05/11/87. Reg. SPU MT certidão s/n de 18/05/87.	2.642.004	Canarana Feliz Natal Gaúcha do Norte Marcelândia Nova Ubiratã Paranatinga Querência São Félix do Araguaia São José do Xingu	MT MT MT MT MT MT MT MT MT MT

As Relações Políticas Entre os Povos do PIX

André Villas Bôas

Coordenador do Programa Parque do Xingu/ISA

PASSADOS 45 ANOS DA CRIAÇÃO DO PARQUE, A REAFIRMAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DOS POVOS QUE ALI HABITAM REAVIVOU INTERESSES DIVERGENTES ANTES APAZIGUADOS PELO ESFORÇO DE ACOMODAÇÃO DESSES GRUPOS EM UM TERRITÓRIO COMUM. ESSE PROCESSO TEM GERADO UMA NOVA DINÂMICA DE GESTÃO DO PARQUE E INICIATIVAS DE RETOMADA DE TERRAS TRADICIONAIS

As dificuldades enfrentadas atualmente pelos povos xinguanos no que se refere à gestão de suas terras estão relacionadas não só ao atual contexto regional em que o Parque Indígena do Xingu (PIX) se encontra – situado no coração do avanço da fronteira agropecuária do Mato Grosso, acentuado com a chegada do agronegócio –, mas também a aspectos que remontam à concepção do próprio Parque.

Situado numa área de transição entre o cerrado e a floresta e caracterizado por uma biodiversidade muito particular, o Parque Indígena do Xingu foi criado em 1961 com 2,6 milhões de hectares, uma área de dimensão inusitada para época, já que as perspectivas para as populações indígenas, naquele momento, eram de assimilação à sociedade nacional. A criação do Parque foi precedida de uma longa negociação que envolveu diferentes setores do governo e da academia e confrontou interesses fundiários do estado do Mato Grosso, gerando diferentes versões sobre o seu traçado. Quando o governo federal enfim definiu um desenho dos limites do Parque, o estado do Mato Grosso já tinha orquestrado um processo contestatório que culminaria na titulação daquela região. Após a sua decretação, surgiram centenas de ações judiciais indenizatórias contra a União que se arrastam até o hoje na justiça federal.

Na década de 1970, na mesma época da edição do Estatuto do Índio, o Parque Nacional do Xingu transformou-se em Parque

Indígena do Xingu, desfazendo a preconizada relação entre conservação ambiental e proteção da sociodiversidade – nunca efetivada – que constava do seu decreto de criação. Posteriormente à Eco 92, essa relação entre terra indígena e preservação ambiental viria a ser valorizada e reconhecida, mas não necessariamente incorporada nas políticas públicas para além do discurso.

MOSAICO ÉTNICO

A criação do Parque Indígena do Xingu contemplou o complexo cultural alto xinguanos composto por nove etnias, mais os Trumai e os Yudjá (Juruna) no médio e baixo Xingu, e abrigou os povos indígenas que foram deslocados da “periferia” da área delimitada para o PIX, como o sub-grupo Kayapó Metuktire, os Kisêdjê, os Ikpeng e os Panará, além de povos mais distantes, habitantes de outras bacias hidrográficas, como os Kaiabi e os Tapayuna, todos acomodados no chamado médio/baixo Parque do Xingu.

Os Kayapó, os Kisêdjê e os Kaiabi foram contatados antes da delimitação do Parque, sendo que os Ikpeng, os Panará e os Tapayuna foram contatados após sua delimitação. A amplitude desse mosaico étnico, que até a década de 1990 abrigou 17 etnias, foi consequência de uma política integracionista do Estado brasileiro que pretendia a assimilação dos povos indígenas à “comunhão nacional”, aliada a um projeto de desenvolvimento e ocupação do Centro Oeste e da Amazônia brasileira, que redundaram no extermínio ou no confinamento dos povos indígenas. Mesmo reconhecendo que no caso da criação do PIX houve um grande empenho de pessoas e instituições no sentido de se criar um novo paradigma da ação do Estado em relação à proteção das populações indígenas e de seus habitat – o Parque de fato veio se tornar uma referência importante neste sentido –, sua criação veio também se constituir numa espécie de “asilo” para povos que foram debilitados pelo processo de ocupação regional e que acabaram sendo deslocadas para seu interior.

A fragilidade física, populacional e política dessas etnias da periferia do PIX, açodadas por epidemias e perseguições, algumas chegando ao quase extermínio, como os Ikpeng, Kisêdjê, Tapayuna e Panará, facilitou a tarefa do governo de realocação territorial desses povos na calha do rio Xingu e de alguns de seus afluentes, no interior do Parque. Os 78 Panará que sobreviveram ao contato foram trazidos de avião da região do Peixoto de Azevedo e do rio Iriri para dentro do PIX. Os Ikpeng, reduzidos a uma população de 46 pessoas, couberam todos numa pequena balsa. Perseguidos pelos seringueiros, os Kaiabi vieram a pé da região do Teles Pires até o Xingu, obedecendo a um chamado de Cláudio Villas-Bôas. Os Tapayuna nunca conseguiram se recuperar: vivem hoje fragmentados, numa situação de assimilação por outros povos (Kisêdjê e Kayapó) que abrigam seus remanescentes.

Não havia como, naquele momento, essas etnias contestarem ou recusarem o abrigo assistencial do Estado dentro do PIX. Nas décadas de 1950, 1960 e início de 1970, a ação indigenista dentro do Parque se deu principalmente no sentido de apaziguar os conflitos tradicionais existente entre esses povos e promover uma convivência pacífica entre eles, dentro do espaço delimitado. Foi desenvolvida, também, uma ação assistencialista de proteção e recuperação populacional das etnias que foram ali concentradas.

As cenas filmadas pelo cineasta Jesco Putkamer na década de 1960 e recentemente comentadas pelos velhos Ikpeng em vídeo, registram a retirada dos Ikpeng de seu território, sua chegada no Posto Leonardo dentro do PIX, e retratam muito bem o pânico estampado nas suas fisionomias ao serem recebidos e abrigados por seus inimigos tradicionais alto xinguanos (Waurá, Mehinako e Nahuká), sob a orquestração pacificadora dos irmãos Villas Bôas. Situação semelhante vivenciada pelos Panará quando aterrisaram no Posto Diauarum e foram recebidos pelos Kayapó, seus tradicionais inimigos.

RETOMADA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Na década de 1970, os conflitos se instalaram com intensidade com a chegada das estradas, das agropecuárias e projetos de colonização incentivados pelo governo, e, por fim, as cidades no entorno do Parque. A contínua ocupação e destruição da floresta no entorno do PIX suscitou, já na década de 1980, a primeira contestação territorial dos Kayapó Metuktire, que não se conformaram com a delimitação territorial a eles imposta dentro do Parque nem com o convívio muito próximo e intenso com povos muito diferentes deles. Desencadeando um movimento reivindicatório ao longo das décadas de 1980 e 1990 sobre parcelas de terras tradicionais que foram fragmentadas e que ficaram fora da demarcação promovida pelo Estado na década de 1970, os Kayapó acabaram conseguindo, com muita pressão e força simbólica, a demarcação de um território contíguo com mais de dez milhões de hectares, localizado ao norte do PIX.

Na seqüência dos Kayapó, já na década de 1990, os Kisêdjê (Suiá) e os Panará (Krenakarore) também se movimentaram no sentido de retomarem parcelas de seus territórios tradicionais que haviam ficado fora dos limites do Parque. O avanço da ocupação regional e a percepção da iminente destruição de parcelas importantes de seus territórios tradicionais foi um ponto fundamental para a mobilização dessas etnias. Esse momento coincide também com a recomposição populacional dessas sociedades, o que permitiu sua revitalização política, cultural e social. A retomada das auto-nomeações por essas etnias – abandonando os nomes que lhes foram dados por outras etnias e adotados pelos brancos que os contactaram – é um indicador comum a todas elas que ilustra este momento de reafirmação desses povos.

Tanto os Kisêdjê quanto os Panará conseguiram recuperar parcelas dos seus territórios tradicionais, não tão vastas como a dos Kayapó, sendo que os Panará retornaram para a região das cabeceiras do rio Iriri, 200 km ao norte do PIX, afastando-se do convívio do Parque. No entanto, ainda estão em curso outras contestações territoriais de povos que foram deslocadas para dentro do PIX, como é o caso da área do jatobá dos Ikpeng (Txicão) e do pequisal dos Ngaguhutu, grupo caribe que, fragilizado na época do contato, se abrigou entre os Kalapalo. Além deles, os Kaiabi reivindicam a margem direita do rio Arraias, como reposição das perdas territoriais sofridas com a transferência para o PIX. O avanço do processo de ocupação, a enorme valorização das terras com a chegada do agronegócio e o próprio contexto político regional, bastante adverso aos interesses indígena, estão dificultando o andamento dos processos de reconhecimento dessas demandas territoriais.

A PRESENÇA DO ESTADO E NOVOS ARRANJOS POLÍTICOS

Até meados da década de 1980, o Estado foi muito presente na vida dos povos indígenas do PIX, controlando e mediando suas relações com a sociedade envolvente e buscando manter uma “gestão integrada” das necessidades do Parque. A diminuição da presença do Estado, a partir desse momento, coincide com a intensificação do processo de ocupação no entorno do PIX. O crescimento dos centros urbanos que passaram a oferecer um conjunto de serviços e infra-estrutura de melhor qualidade e a ampliação da rede de estradas vicinais que acabam chegando aos seus limites acarreta na diversificação das rotas de contato dos índios com seu entorno. Além desses aspectos, o desmembramento da assistência do Estado, não mais centralizada na Funai, e a própria municipalização de alguns serviços, acabaram criando a necessidade de diversificação dos contatos dos povos do PIX com o contexto regional, com as diferentes instâncias de governo e a aproximação com outras instituições de apoio. A unidade administrativa e política da figura do Parque Indígena

EXPEDIÇÕES DE VIGILÂNCIA DE FRONTEIRA VIRAM ROTINA NO PIX

Nos últimos dez anos, os índios do Xingu experimentaram diversas atividades pensando na integridade física e cultural de seu território. Entre elas está o monitoramento e fiscalização das fronteiras do PIX. Esse processo, inicialmente coordenado pelo Instituto Socioambiental, passou a ser coordenado pela Atix desde 1998, com assessoria do ISA. Considerando quase mil quilômetros de perímetro da terra indígena, foi necessária a instalação de 11 postos de vigilância em locais críticos e, com a participação da comunidade indígena junto aos chefes de postos, foram realizados trabalhos sistemáticos de reavimentação de picadas demarcatórias do PIX que, a cada ano, mobilizava comunidades para responsáveis pela limpeza de determinados trechos da picada, reuniões com fazendeiros vizinhos, sobrevôos entre outras atividades.

Essas atividades permitiram ao longo desses anos acompanhar de perto o avanço do processo de ocupação no entorno do PIX e mostraram aos índios os problemas, sua natureza, aspectos legais e as como dialogar com os diferentes atores regionais. Apesar das dificuldades inerentes às visões antagônicas que por vezes se estabelecem nesse diálogo, houve muitos acertos e o processo de fiscalização foi ano a ano se renovando. Esse processo também foi desenvolvido no contexto da formação de agentes fiscais colaboradores do Ibama. Com a presença do órgão, as expedições de verificação criaram rotinas de fiscalização mais eficazes para manter a integridade socioambiental da terra indígena mais emblemática do país, gravemente ameaçada pelo desmatamento vertiginoso provocado pelo avanço do agronegócio na região.

As expedições também partem de denúncias recebidas pelos índios e atendem o monitoramento das atividades do entorno, em rotas planejadas pelos índios. Geralmente são feitas por terra, em veículos da Atix e eventualmente pelos rios. Visitam "terras de ninguém", locais de difícil acesso, onde as distâncias dos centros urbanos mais próximos por vezes excedem 100km. Em tais locais geralmente não há fiscalização por parte dos órgãos públicos, nos quais os índios acabam por identificar toda sorte de infrações cometidas por madeireiros e proprietários vizinhos. Uma vez levantados os problemas são elaborados relatórios/denúncias que são encaminhados para o Ibama, a Sema e a Funai. A Atix pressiona e acompanha as ações destes órgãos para lidar com os problemas. Neste trabalho de monitoramento os índios percorrem ao longo do ano 500 a 1000 quilômetros no entorno do seu território, o que permitiu identificar ao longo desse período invasões de madeireiros dentro do Parque (este fato gerou aos índios uma indenização em 2002); tanques ilegais de criação de peixes criados através de desvios realizados no curso dos rios de cabeceiras; desmatamentos ilegais, focos de pesca ilegal, ajuntamento de lixo e muitos acampamentos ilegais de madeireiros.

As expedições são organizadas pelo coordenador de fiscalização da Atix e Funai e contam também com a participação dos agentes indígenas de fiscalização e lideranças, e eventualmente, da Funai, Ibama e/ou Sema. Para além da identificação das atividades irregulares, as expedições têm mostrado aos índios do Parque o que de

suas aldeias eles nem sempre conseguem enxergar: o crescente processo de desmatamento do entorno, especialmente nas mata ciliares.

As expedições, porém, vêm suprir uma lacuna do que deveriam apenas complementar. A região das nascentes do Xingu no Mato Grosso, com seus 17,7 milhões de hectares, tem uma infra-estrutura de fiscalização oficial precária, com escritórios do Ibama e Sema com a responsabilidade de fiscalizar milhares de quilômetros com poucos funcionários, imperando o ritmo de desmatamento que já tornou o Estado do Mato Grosso o grande responsável pelo desmatamento da Amazônia brasileira. (Paulo Junqueira e Rosely Sanches, agosto de 2006)



O desmatamento na região das cabeceiras do Rio Xingu dobrou nos

últimos dez anos e muitas nascentes estão secando, afetando a qualidade de vida de 18 povos indígenas, incluídos os do Parque Indígena do Xingu. Para reverter esse quadro, atores sociais da região - índios, pequenos e grandes produtores, ambientalistas, pesquisadores e lideranças municipais - decidiram se unir em colaboração ativa em torno de uma campanha pela proteção e recuperação das matas ciliares e recursos hídricos da bacia do Xingu. (ver artigo XXXX, pág. XXX)



Uma das equipes de fiscalização do "Projeto Fronteiras", formada por índios Kaiabi, Yudja, Kisêdjê, do baixo e médio Xingu.

vai perdendo força, abrindo espaço para estratégias individualizadas das diferentes etnias na solução de suas necessidades.

A Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) surge nesse contexto, com a intenção de articular a mobilização e a organização dos diferentes etnias em torno das questões de interesse comum, como fiscalização, saúde e educação [veja nesse capítulo artigo sobre as organizações indígenas no PIX, pág. XXX]. Durante algum tempo, a Atix conseguiu desempenhar este papel catalisador. No entanto, a ausência de políticas diferenciadas de governo, adequadas à realidade do mosaico étnico do PIX que o próprio Estado conformou e as diferenças políticas entre os povos do chamado alto e os do médio/baixo Parque do Xingu, abriram um campo de disputas internas – aquecidas por velhas rixas históricas – sobre os serviços e recursos de assistência do Estado, com destaque para a área da saúde, responsável atualmente por um volume de recursos e contratações bastante expressivas.

A perspectiva é de que essa separação se aprofunde ainda mais. O recém inaugurado pólo de saúde na cidade de Sinop, localizado no lado oeste do PIX, criado para atender uma reivindicação das lideranças do médio/baixo Xingu, coloca em perspectiva uma nova geografia política de contato e de assistência para esse conjunto de etnias. O alto Xingu continua tendo como referência de assistência a cidade de Canarana, localizada no sudeste do Parque. Tudo leva a crer que se depender da maioria das lideranças, todas as demais estruturas de assistência voltadas às etnias do PIX devem ser divididas entre esses dois pólos.

Pode ser que o aprofundamento desta divisão possa acarretar em algum prejuízo sobre o aspecto simbólico que o Parque Indígena do Xingu representa para nossa sociedade. No entanto, temos que reconhecer que dificilmente as diferenças existentes de organização política e social entre povos e entre os conjuntos étnicos do alto e médio/baixo Xingu, possibilitariam surgir instâncias e mecanismos permanentes de gestão que conciliassem esse vasto espectro de diferenças culturais. Na verdade, essa divisão geopolítica interna do PIX não é nova e representa um aspecto importante das relações políticas e de afinidade que foram e continuam sendo estabelecidas entre as etnias que lá residem e que define um movimento de alianças internas em permanente movimento. A diferença é que antes existia uma ação mediadora do Estado, que através de políticas assistencialistas e muitas vezes clientelistas, aplacava as disputas.

A “materialização” dessa divisão, representada na repartição dos serviços de assistência, no controle de recursos que se traduz no acesso a bens e contratações, coloca um novo desafio de articulação e gestão de interesses ainda bastante diferentes entre etnias que integram os conjuntos étnicos que estão em disputa (alto e médio/baixo). É bem provável que a tensão permanente que existe entre os interesses e as estratégias de futuro de cada etnia e a necessidade de se articularem com outras para defenderem seus interesses diante de uma sociedade com interesses hegemônicos e a um Estado refratário ao diálogo com a diversidade cultural, provoque novos arranjos políticos internos. *(agosto, 2006)*

Associações Indígenas se Multiplicam

Paulo Junqueira

Psicólogo, coordenador adjunto do Programa Xingu (ISA)

FRUTO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS DIFERENTES POVOS QUE VIVEM NO PIX, E DO REFLEXO POSITIVO DA ORGANIZAÇÃO DA ATIX, NOVAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS VÊM SENDO CRIADAS PARA A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES ESPECÍFICOS

A Associação Terra Indígena Xingu (Atix) é a organização mais antiga que representa os povos do Parque Indígena do Xingu (PIX) e, sem dúvida, a mais importante de suas organizações indígenas. Em 12 anos de existência consolidou-se como o principal canal de interlocução entre as 14 etnias que lá residem. Seu principal mérito é a capacidade de articulação política do complexo multi-étnico, é a única entidade a conseguir nos momentos necessários, mobilizar todos os povos em torno de interesses comuns e capaz de lidar com conflitos internos.

Através do projeto fronteiras, e com essa capacidade de articulação, a Atix estruturou um processo efetivo e participativo de fisca-

lização do entorno do Parque, que enfrenta hoje a grande pressão da produção agropecuária e seu reflexo perverso nas nascentes do Rio Xingu. Coordena também um projeto de difusão da apicultura que conta com mais de 200 caixas espalhadas em diversas aldeias do baixo e médio Xingu, com o produto “Mel dos índios do Xingu” tendo certificação orgânica e ampla aceitação no mercado. É também responsável pela coordenação e manutenção de um complexo sistema de transporte fluvial e terrestre, que atende a todas as comunidades e instituições que atuam no Parque. Um novo movimento, porém, vem acontecendo nos últimos anos. Fruto da necessidade de atendimento às demandas específicas dos diferentes povos que vivem na região, e do reflexo positivo da organização da Atix, novas associações indígenas vêm sendo criadas para a representação de interesses étnicos específicos. O Programa Xingu do ISA acompanha ativamente esse processo de discussão com as comunidades do Baixo e Médio Xingu. O grande diferencial dessas novas iniciativas, em comparação ao complexo associativista já existente no Parque, é o maior acúmulo de conversas e discussões nas comunidades, que reproduzem os processos tradicionais das to-



Assembléia da Atix, 2003.

ANDRÉ VILLAS BOAS/ISA

mada de decisões. A grande adesão à associação e o debate sobre projetos e iniciativas reúnem toda a comunidade - jovens, anciãos homens e mulheres - num processo mais próximo dos interesses e necessidades específicos de cada um, particularidades difíceis para a Atix gerenciar.

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS E O ESTADO

As relações dos índios xinguanos com o Estado brasileiro foram historicamente marcadas pelo forte apelo paternalista com que a Funai tratou o Parque em sua fundação. O aumento da demanda da Funai ao longo do tempo fez com que essa relação se diversificasse. Além do reconhecimento de outras terras indígenas, muitas das responsabilidades da Funai foram transferidas para outros órgãos federais, estaduais e municipais, responsáveis pela educação, proteção das fronteiras, fiscalização de seu entorno e saúde.

Nos últimos anos, a Atix assumiu grande parte dessa interlocução, mantendo um diálogo qualificado com os órgãos governamentais e com agências de financiamento de projetos. Por um lado, a forte interlocução que a Atix mantém com as etnias do Parque, conseguindo uma consistente leitura de suas necessidades e, por outro, a objetividade com que passou a apresentar essas demandas ao Estado, trouxeram uma importante inovação nessa relação. Essa visão é fortemente identificada no relacionamento dos índios com a Funasa, por exemplo, no qual os índios mantêm qualificado controle social do modelo de atenção à saúde. Esse diferencial também é notado na relação que as novas associações étnicas têm mantido com o Estado. Com a necessária atenção e apoio às palavras das lideranças de cada povo, cada uma com suas demandas e interlocutores, estão registrando importantes ações: a associação dos Yudja (Yarikayu) construiu a escola da aldeia numa articulação com a Seduc e com a prefeitura de São José do Xingu; a associação dos Ikpeng (Moygu) tem sido a principal articuladora dentro da Funai para o retorno do Povo Ikpeng ao território do Jatobá, antiga ocupação desse povo antes de sua transferência para o parque.

Outro diferencial dessas novas associações é a crescente participação de jovens aptos a geri-las em seus aspectos contábeis e burocráticos, por estarem desde cedo em contato com o português, a matemática e a escrita. As associações têm sido um espaço privilegiado para estabelecer uma nova relação entre gerações, em um momento da história indígena em que jovens e velhos compartilham conhecimento tradicionais e não-indígenas para seguir adiante com seus propósitos, apropriando-se de saberes inter-étnicos de acordo com seus interesses. Os mais velhos formam conselhos e participam ativamente em todas as discussões e decisões com a comunidade. As lideranças da aldeia não são necessariamente as pessoas à frente da associação, porém isso não modifica a forma como os debates e decisões são conduzidos no contexto de cada povo.

ATIX E ASSOCIAÇÕES LOCAIS

Enquanto a Atix gerencia os interesses comuns, as associações locais têm proporcionado autonomia e viabilizado pequenos projetos voltados às particularidades de cada comunidade. As associações étnicas têm em comum uma forte preocupação com resgate e revitalização cultural, mas não só. Há outras preocupações como a gestão e proteção de seu território e de seus recursos naturais e com a segurança alimentar.

A Atix é uma referência em gestão para as novas associações e muitas vezes tem participado de seus fóruns de articulação, sem interferir nas decisões ou no funcionamento das associações menores. Há, também, um movimento de união de forças entre a Atix e essas organizações. No caso da apicultura, a Atix centralizava todo o processo, cuidava da infra-estrutura, gerenciava a produção e monitorava a qualidade do mel produzido em cada aldeia. As lideranças mais antigas se deparavam com dificuldades para a gestão do negócio e do manejo apícola. Com a criação das associações étnicas, que passaram a gerenciar a atividade em seus povos, houve um ganho na gestão da apicultura nas aldeias, que estão se organizando para, em parceria com a Atix, melhorar a produção e aumentar a quantidade do mel. Essa continua fazendo o monitoramento da qualidade do mel e coordena a relação com os certificadores e com os consumidores.

A fiscalização do Parque também tem crescente participação das comunidades, e as aldeias passaram a se responsabilizar mais diretamente pelo espaço territorial por onde circulam. Os Yudja, em vez de centralizar o trabalho de fiscalização na figura do chefe do Posto Indígena de Vigilância (PIV), modelo adotado até então no Parque, fazem expedições coletivas para caça, pesca e outras atividades como forma de vigiar seu território. Muitas destas expedições com recursos captados pela Associação Yarikaiu, que também empreendeu esforços na melhoria da infra-estrutura dos PIVs Mosquito e Jarinã. Já os Kisêdjê mantêm diálogo constante com os vizinhos e são bastante ativos na fiscalização do entorno. Ambos agem autonomamente, mas repassam todas as informações para a Atix, que continua fazendo a coordenação geral das atividades no Parque, a interlocução com os órgãos públicos para a solução de conflitos, além de gerir recursos que também apóiam as atividades desenvolvidas pelas comunidades.

MAS TUDO ISSO PRA QUEM MESMO?...

A Funai não é mais o principal canal de interlocução dos índios Xinguanos. Eles agora se relacionam com diversos atores regionais e com uma série de órgãos públicos. Da impossibilidade de diálogo desses últimos com as diferenças das minorias étnicas e regionais, criou-se muitas vezes a necessidade de obter uma inscrição de cunho letrado com número devidamente registrado em cartórios de uma organização para esta interlocução. O povo

ALGUMAS ORGANIZAÇÕES E SEUS PROJETOS

Yudja – Em maio de 2002, os Yudja criaram a Associação Yarikayu, voltada principalmente para a revitalização da música e da cultura Yudja. As discussões e debates começaram em 2001, e seguiram intensamente até a criação da associação, um ano depois. A Yarikayu funciona em um espaço aberto, apenas com um telhado de palha, onde se reúnem para as conversas e utilizam os equipamentos da escola como escritório. A partir do início da associação, com apoio do Programa Xingu do Instituto Socioambiental, os Yudja já se organizaram para registrar seu repertório de músicas tradicionais: em torno de 700 músicas já foram gravadas. A atividade tem tido função muito além do registro, muitas músicas não eram cantadas há muito tempo, e os jovens sequer as conheciam, gerando um novo processo de resgate e transmissão desses conhecimentos. A transcrição das músicas serviu também para que os jovens tomassem conhecimento de outra estrutura de sua própria linguagem. Como as músicas são muito antigas, durante o processo de tradução e registro, surgem palavras com sentidos diferentes e expressões pouco usadas. Ao mesmo tempo em que são os velhos os detentores desses sentidos e os explicam aos jovens, são os jovens que os registram por escrito, linguagem não dominada pelos anciãos. O resgate dessas músicas em Yudja erudito proporcionou a retomada de uma dinâmica de reunião entre velhos e jovens deixada de lado anteriormente, fruto de inquietação para os mais velhos que se preocupam com o fato dos jovens estarem perdendo o costume da música, da roça, da pesca e do cultivo de variedades de alimentos.

Ikpeng – Na mesma época da criação da Associação Yarikayu, dos Yudja, os Ikpeng também instituíram a deles, chamada Moygu. O foco dos Ikpeng está voltado para uma região que eles chamam de Jatobá, território de ocupação tradicional onde moravam antes de serem transferidos para o Parque. Apoiados pelo Projeto Agroextrativismo na Ama-

zônia, os Ikpeng realizaram uma viagem até a região para resgatar histórias e trazer para o Xingu espécies de plantas típicas da região. Mas fizeram também o inverso: levaram para plantar no Jatobá diversas espécies que conheceram e passaram a se utilizar a partir de sua nova vida no Xingu, afirmando a intenção dos Ikpeng de se mudarem para o antigo território. Apesar do Jatobá ser o único projeto formal da associação, os Ikpeng são muito ativos culturalmente, têm trabalhado muito com a questão do registro da cultura. Kumaré Ikpeng, presidente da Associação, foi o primeiro cineasta do projeto Vídeo nas Aldeias e tem intensa atuação no registro e animação das atividades culturais da aldeia.

Kaiabi – A associação Tapawia, que reúne as aldeias Kwaruja e Tuiararé, do povo Kaiabi, ainda não possui projetos em andamento. A Associação dos Kaiabi, porém, tem como presidente o coordenador do Projeto “Resgate cultural da cestaria e da tecelagem Kaiabi no Parque Indígena do Xingu e na Terra Indígena Kayabi – Aldeia Kururuzinho” apoiado pelo PDPP¹, e a comunidade da aldeia Kwaruja é a executora do projeto Monowi Recuperação e Conservação das Sementes da Roça do Povo Kaiabi.

Kisêdjê – Mais recentemente, em 2005, foi fundada a Associação Indígena Kisêdjê. Tomou como prioridade em assembléia o desenvolvimento de atividades de registro cultural, mas por conta de luto na aldeia, resolveram fazê-lo no ano que vem. Elaboraram, com apoio do projeto de manejo de recursos naturais do ISA um projeto para aumentar a quantidade de aves criadas na aldeia para consumo, preocupados com a dificuldade de oferta de proteínas durante a chuva, quando a pesca é mais difícil. Também passaram a gerir a produção de mel (os Kisêdjê têm a maior produção do Parque) e as atividades de fiscalização.

indígena passa a se relacionar através de sua associação, sujeita aos desmandes que a burocracia permite e exige. As escolas indígenas conseguiram, depois de muito tempo funcionando como “pacificadoras” de índios, adquirir estatuto próprio e direito a funcionamento diferenciado.

Internamente, as associações xinguanas têm prezado pelo diálogo com suas formas tradicionais de liderança e distribuição de benefícios, mas isso não é generalizável a todas as associações indígenas que vêm sendo criadas no Xingu, algumas com pouca representação em suas comunidades e por vezes gerando novas estruturas de liderança que conflitam com as formas tradicionais.

O maior desafio para as novas associações é estabelecer um novo paradigma para o reconhecimento do caráter diferencial das organizações indígenas, e da insensatez e ineficiência das exigências burocráticas para o controle dessas associações. Muita criatividade e senso crítico serão necessários para o estabelecimento de uma nova forma de relação com os povos indígenas, principalmente por parte de quem vem dando apoio a suas iniciativas. (agosto, 2006)

NOTA

¹ Sobre este assunto, ver nesta publicação o artigo “XXX”, página XXX [artigo da Simone Athayde]

Formação de Professores e Escolas no PIX

Maria Cristina Trencarolli

Educadora, atua há 23 anos no Parque Indígena Xingu

“HOJE POSSO FALAR QUE CONSEGUIMOS ALCANÇAR ALGUNS OBJETIVOS, POIS NÓS JOVENS ESTAMOS PARTICIPANDO DA POLÍTICA INTERNA DO XINGU. O CURSO TROUXE INFORMAÇÕES PARA NÓS ATUARMOS NÃO SÓ COMO PROFESSORES, MAS TAMBÉM EM OUTRAS ÁREAS.”
(YAPARIWA YUDJA KAIABI)

Em dezembro de 2005 o Instituto Socioambiental (ISA) encerrou sua atuação no Curso de Magistério, iniciado em 1994 para uma primeira turma de 42 professores de 14 etnias do Parque Indígena Xingu (PIX). Desses professores, 35 ingressaram no Curso de Licenciatura promovido pela Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) –sendo 19 em 2001, e 16 em 2003 – e, em junho de 2006, se formou a primeira turma. Há uma segunda turma de 50 professores cursando magistério, que deverá ser atendida pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT). Em setembro de 2005, a Seduc-MT realizou um curso para os professores do Alto Xingu e se comprometeu, em 2006, a iniciar cursos para os professores da região do Médio e Baixo Xingu, antes atendida pelo ISA.

A decisão do ISA de não mais assumir integralmente a captação de recursos e o gerenciamento logístico e pedagógico do processo de formação se deveu à ausência, nos últimos anos, de apoio da Seduc-MT ao curso de magistério, sendo este o órgão legalmente responsável pelo desenvolvimento da formação de professores. Em 2005, as lideranças e professores indígenas se mobilizaram para cobrar do Estado sua responsabilidade legal.

Com o desenvolvimento do curso de magistério durante os 11 anos de atuação do ISA, os professores e lideranças do Parque se mobilizaram para a regularização de 40 escolas, a maioria delas vinculada à rede estadual e nove delas aos municípios da região. Foram criadas ortografias para as 14 línguas indígenas, inician-

do uma produção de livros de alfabetização, de leitura e interpretação, livros temáticos e literários, como uma das estratégias de valorizar as línguas indígenas através da escrita. Foram impressos 36 livros didáticos, nas línguas indígenas e portuguesa, constituindo um material básico de apoio ao trabalho dos professores e ao aprendizado dos alunos.

Os professores indígenas redigiram o Projeto Político Pedagógico das escolas, de 1ª à 4ª etapa, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e professores da Escola Ikpeng estão desenvolvendo uma experiência de continuidade da escolarização visando abranger todo o ensino fundamental.

Professores das etnias Kaiabi, Kisêdjê, Yudja e Ikpeng deverão iniciar, com a assessoria da equipe do ISA, a elaboração de projetos político pedagógicos mais voltados para a especificidade de suas etnias, buscando maior participação de suas comunidades nesse processo de construção.

Os professores indígenas formados conseguiram ao longo de dez anos de trabalho oferecer uma formação escolar básica para centenas de alunos. Dentre esses jovens há novas turmas de professores, agentes de saúde, agentes de saneamento, de manejo, de fiscalização, cinegrafistas e gestores de associações, que contribuem com as lideranças e comunidades desenvolvendo trabalhos que se fazem necessários diante dos novos contextos, em que o Parque Indígena do Xingu está cada vez mais pressionado pelos impactos ambientais e sociais provocados pela ocupação de seu entorno. Esses jovens também começam a assessorar as lideranças na interlocução com a sociedade envolvente.

COMUNIDADES ASSUMEM INTERLOCUÇÃO COM O GOVERNO

Consciente da necessidade de cobrar das autoridades governamentais a responsabilidade na formação de professores indígenas, a diretoria da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) con-

vocou em abril de 2005 uma reunião de lideranças e professores. Assim nasceu o Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu, com o objetivo de desenvolver a articulação política entre as diferentes etnias da região, trocar experiências, organizar internamente a educação escolar e atuar nas políticas públicas.

O Conselho conseguiu, ao longo de 2005, organizar cinco reuniões em Cuiabá e no Parque com a Secretaria de Educação do Estado de MT, com autoridades do Ministério da Educação e da Funai, que reconheceram o Conselho como legítimo interlocutor das demandas das comunidades do Médio e Baixo Xingu.

As reuniões do Conselho também trataram de assuntos importantes para o desenvolvimento da educação escolar, além de avaliar o resultado do processo de formação de professores e o desenvolvimento das escolas. Foi aprovada a proposta de se realizarem reuniões entre escritores e velhos de cada etnia, para discutir a padronização da escrita das línguas indígenas. A escrita das línguas faladas no Parque é recente (1994/2006) e os escritores indígenas experimentam e desenvolvem as ortografias criadas, necessitando de reuniões para chegar a uma padronização.

Outro tema foi a frequência e continuidade da escolarização das mulheres. Nas primeiras etapas das escolas, geralmente o número de meninas é equivalente ao dos meninos, quando crianças. Porém, depois de entrarem no período de reclusão, após a primeira menstruação, as meninas se casam e assumem compromissos domésticos que as impedem de frequentar as aulas. Em 2006, os conselheiros decidiram convidar as mulheres para participarem de uma primeira reunião, buscando estratégias de apoio para que possam estudar e participar mais efetivamente da política interna e externa do Xingu.

Também foi discutida a necessidade de trabalhar mais intensamente os conhecimentos tradicionais nas escolas e o papel de professores e alunos como pesquisadores, capazes de registrar conhecimentos de seus povos através de diferentes linguagens como a escrita, o desenho, a pintura, a fotografia, o vídeo.

Embora com pouco tempo de existência do Conselho, lideranças e professores têm demonstrado força política e amadurecimento para buscar caminhos próprios na educação escolar. É um momento significativo para as comunidades do Médio e Baixo Xingu no processo de apropriação da escola.

MODELOS DIFERENCIADOS

Desde o início da regularização das escolas do Parque, em 1998, os professores e lideranças vêm tentando adequar e modificar modelos impostos pelos governos às suas escolas, que são enquadradas em padrões das escolas da rede pública, em busca da organização de escolas diferenciadas que atendam à especificidade cultural e política de suas comunidades. Uma primeira conquista foi o direito de adquirir merenda escolar nas próprias comunidades, pois foi consenso entre professores e lideranças



ROSIANA GASPARINI/ISA

20º Curso de Formação de Professores para o Magistério do ISA, 2004.

que o consumo da comida industrializada, que faz parte da merenda oficial, ia contra os princípios do trabalho de saúde desenvolvido pela escola, sobre a prevenção da desnutrição e das doenças nutricionais como diabete e hipertensão. Professores e lideranças têm consciência do valor nutricional da comida tradicional e presenciam as influências em suas comunidades dos padrões culturais das cidades do entorno, dentre os quais a substituição da comida tradicional por alimentos industrializados de menor valor nutricional.

Outra adequação está relacionada ao modelo administrativo das escolas, divididas em quatro escolas centrais, às quais as demais escolas são anexas. Cada escola central é responsável pela administração dos recursos para merenda e material escolar e atende escolas de povos de diferentes etnias.

Buscando autonomia, os Yudja e os Kisêdjê vêm reivindicando a criação de duas escolas centrais. Essa iniciativa está em consonância com o movimento atual das etnias do Parque em construir projetos políticos pedagógicos específicos para suas escolas e de criar associações indígenas étnicas para desenvolver projetos próprios.

É interessante analisar que esse processo de criação de escolas étnicas é muito positivo para a auto-afirmação e para o movimento de revitalização cultural, no qual os povos Kaiabi, Kisêdjê e Yudja estão empenhados.

No entanto, ainda há muito a transformar nos modelos administrativos: a cada ano a Seduc-MT cria novas regras burocráti-

cas com as quais os professores/diretores têm de lidar, como gastar os recursos de material escolar para pagar contadores a fim de viabilizar convênios.

Outra dificuldade é superar a precariedade de infra-estrutura das escolas: em nove anos de regularização (1998 a 2006), a Seduc-MT só construiu cinco escolas, duas delas precisam de reforma. Os livros e o pouco material escolar é destruído pelas chuvas, por ratos e morcegos. Faltam bancos e mesas para os alunos, além de equipamentos básicos, como computador e impressora.

O Conselho também reivindicou da Seduc-MT que o curso de magistério seja realizado dentro do Parque, e que os professores xinguanos não tenham que se deslocar para os municípios onde ocorre, desde 2005, o Projeto Hayô, de magistério indígena. Ainda com relação ao curso a ser desenvolvido pela Seduc-MT, o Conselho quer a participação de pelo menos três professores indígenas formados na equipe de planejamento e realização do curso.

DIÁLOGOS INTERÉTNICOS

O modelo imposto pela Funai de uma administração regional única e as divisões administrativas dos postos indígenas entre alto, médio e baixo Xingu, que durante anos foi sustentado pela interlocução quase exclusiva dos índios com a Funai, está em franca modificação. A partir da década de 90, com a proliferação de municípios e fazendas no entorno do Parque e de estradas de acesso, as comunidades do Parque passaram a dialogar com seus vizinhos: fazendeiros e seus funcionários, madeireiros, posseiros e a população das cidades do entorno, além de também dialogar com outros órgãos dos governos municipais, estadual e federal. Conflitos internos também surgiram, pois as comunidades foram se articulando com diferentes aliados ou parceiros. Os reflexos do convívio com as cidades do entorno e a influência da televisão, presente na maioria das aldeias e postos, se tornam visíveis através dos jovens, que procuram imitar padrões de comportamento e de consumo da sociedade envolvente.

Apesar desse quadro caótico de relação com o mundo de fora, as lideranças das 14 etnias do Parque sabem da necessidade de se articular em questões relacionadas à defesa do território. O diálogo entre as etnias envolve diferenças culturais, ressentimentos de conflitos antigos e diferenças do ponto de vista ideológico e político. Mas, superando essas diferenças, em 2005 todas as etnias se uniram para pressionar o governo a interromper a venda de madeira que estava ocorrendo entre os rios Steinen e Ronuro, dentro do Parque.

Nesse contexto atual da política xingwana, as reuniões promovidas pela ATIX envolvendo representantes de todas as etnias, as reuniões do Conselho de Saúde e do Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu, representam novas formas de articulação política entre as etnias do Parque. (junho, 2006)

“QUANDO MUDA A POLÍTICA, A VIDA DAQUI MUDA TAMBÉM”

“A cada dia a política muda e está se aproximando cada vez mais de nossa vida. Quando muda a política, a vida daqui muda também. Estávamos acostumados com a Funai, na década de 80, no tempo em que ela era responsável pela educação, mas sua atuação não foi satisfatória. A Funai inclusive fez o contrário da legislação, levou os jovens para estudar na cidade, embora ela tivesse dinheiro para as escolas indígenas e outras atividades produtivas. Mas ela mandou o pessoal estudar fora para depois voltar para fazer os trabalhos aqui.

Ninguém conseguiu capacitar os índios, até chegar o ISA, com o projeto de educação que começou em 1994, com recurso de fora, não do Brasil. Capacitou os professores para o magistério, mas não parou, continuou dando curso para eles e esses professores já estão no 3º grau. A formação não parou, uma vez que você se forma, tem que continuar, para não esquecer. Agora com o final do curso do magistério pelo ISA, quem vai fazer é a Seduc-MT. Acho que é dever do governo, estadual e federal, é obrigação deles, mas fico preocupado com a assessoria técnica. A equipe do ISA e outros brancos que já trabalham no Xingu, têm experiência, têm visão grande e sabem do perfil de cada aluno da comunidade. Acho que a nova equipe tem que ouvir, escutar e conversar com essas pessoas. Precisam aprender como lidar com um povo diferente. Pessoas que não têm o mínimo de conhecimento sobre esses povos dizem que sabem fazer planejamento. Estou preocupado, porque pode acontecer da Seduc planejar sem uma assessoria. Pode ser bom o curso, como pode não ser, é uma balança, estou preocupado.

Aconteceu com a saúde também, estou muito preocupado. Esse pessoal do governo está vindo cumprir o papel deles, é obrigação, mas essa nova equipe que está entrando tem que aproveitar a experiência de quem já trabalha há mais tempo. Nessa reunião tem uma representante da Funai que está aqui acompanhando, é muito bom, mas geralmente a Funai não acompanha diretamente o trabalho da fiscalização, educação e saúde. Ela não tem acompanhado a saúde, quem está fiscalizando são os índios com controle social. Só estou preocupado com a assessoria técnica, sei que o ISA e o governo têm sido adversários políticos, tenho visto pela Internet, estou sabendo e isso não vai mudar, é briga política. A Seduc vai fazer o curso e a Funai vai acompanhar, ótimo, e se ainda derem oportunidade dos índios planejarem junto, é ótimo. Estou preocupado, porque ou melhora o trabalho ou afunda o projeto.” (Depoimento de Yefuká Kaiabi, liderança e coordenador do DESI Médio e Baixo Xingu, em reunião do Conselho Indígena de Educação do Baixo e Médio Xingu, no PI Diauarum, em 2005)

Desafios do Atendimento

Douglas Rodrigues

Sefia Mendonça

Médico sanitaria, especialista em Economia da Saúde,
coordenador geral do Projeto Xingu/Unifesp

Médica sanitaria, mestre em Antropologia,
coordenadora da Formação de RH, Projeto Xingu/Unifesp

A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONTATO ENTRE OS POVOS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU E A SOCIEDADE ENVOLVENTE TROUXE MUDANÇAS QUE OS TÊM TORNADO MAIS VULNERÁVEIS A DETERMINADAS DOENÇAS

O Projeto Xingu é um programa de extensão do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo, que tem atividades no Parque Indígena do Xingu (PIX), estado de Mato Grosso, desde 1965. Constitui o mais antigo programa de extensão universitária do Brasil. Evidentemente, ao longo dos 41 anos de trabalho no Xingu, as atividades foram se ampliando e se modificando assim como a realidade epidemiológica e sócio-cultural dos povos que habitam aquelas terras indígenas. O avanço acelerado da frente de expansão agropecuária e de exploração madeireira propiciou o desenvolvimento de vários municípios no entorno do Parque do Xingu, trazendo consigo elementos para estabelecer uma nova relação de contato dos xinguanos com a sociedade nacional.

A intensificação das relações de contato trouxe mudanças que os têm tornado mais vulneráveis a determinadas doenças. Muitas epidemias de gripe, malária, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), dentre outras doenças contagiosas foram introduzidas dessa forma. A mudança dos hábitos alimentares, a introdução da mamadeira e do leite artificial em substituição ao prolongado aleitamento materno também têm alterado o padrão de morbi-mortalidade. Tem-se observado um maior sedentarismo, resultado das mudanças na forma de vida decorrentes da introdução de tecnologias como motores de popa, tratores e motosserras e do assalariamento de vários indígenas que participam de atividades promovidas pelas diferentes instituições que trabalham no Xingu trazendo novos problemas de saúde como Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial e outras doenças relacionadas ao trabalho.

O desgaste das terras férteis, o assoreamento dos rios, a fragilidade que passa a apresentar o meio ambiente naquela região, associadas ao sedentarismo, têm levado à diminuição das roças, coleta, peixes e de outros alimentos provenientes da caça. Todos esses elementos contribuem para configurar um novo quadro sanitário entre os povos que habitam o Parque Indígena do Xingu.

As mudanças de comportamento, principalmente entre os jovens, e os problemas atuais de nossa sociedade também têm feito parte do cotidiano das aldeias do Xingu. Vários outros fatores interferiram de forma significativa na composição de poder inter e intra-étnicos levando inclusive a conflitos de gerações.

Para enfrentar esses novos desafios, a Unifesp tem procurado formular novas estratégias baseadas no protagonismo dos próprios índios em todos os seus segmentos.

A organização dos serviços de saúde no nível local foi, a partir de 1999, impulsionada pela criação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DSEI Xingu/Funasa) que mantém convênios sucessivos com a Unifesp para a execução terceirizada de serviços de atenção básica à saúde e de formação de recursos humanos para a saúde indígena.

O maior investimento do Projeto Xingu têm sido na formação de recursos humanos que compõem a equipe de saúde, principalmente os profissionais indígenas, além de professores e conselheiros de saúde, nas ações de vigilância à saúde e na participação social, em seus diferentes níveis.

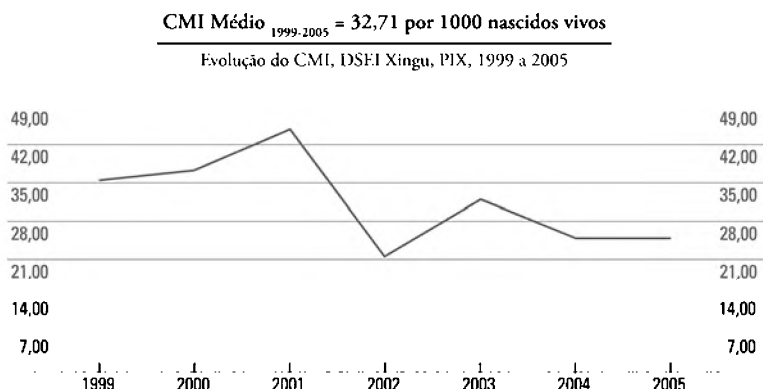
OS INDICADORES DE SAÚDE NO PIX

O sistema de informações em saúde no nível local vem sendo estruturado com a participação dos profissionais indígenas de saúde, com o objetivo de organizar, monitorar e avaliar as condições de saúde-doença da população e as ações de atenção básica à saúde oferecidas pelo sistema local de saúde. As informações a seguir foram organizadas a partir desse sistema.

QUADRO 1. ÓBITOS EM MENORES DE UM ANO DE IDADE E COEFICIENTES DE MORTALIDADE INFANTIL (CMI) - 1999 A 2005

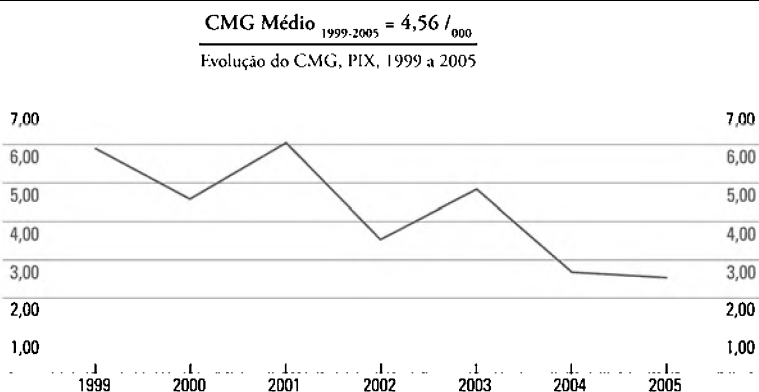
Ano	Óbitos	CMI
1999	5	35,46
2000	6	36,59
2001	9	45,45
2002	4	21,28
2003	7	33,65
2004 ¹	3	25,86
2005 ¹	3	25,86
Total de óbitos	37	

¹ Os dados se referem às aldeias adscritas aos Pólos Base Diauarum, Pavuru e Ngoiwere do DSEI Xingu.



QUADRO 2. NÚMERO DE ÓBITOS E COEFICIENTES DE MORTALIDADE GERAL (CMG) - 1999 A 2005

Ano	Óbitos	CMG
1999	22	5,94
2000	18	4,59
2001	24	5,99
2002	15	3,59
2003	21	4,89
2004	6	2,79
2005	6	2,61
Total de óbitos	94	



A diminuição da mortalidade infantil, embora evidente, vem se estabilizando nos últimos anos, entre 30 e 35 mortes por 1000 nascidos vivos. A falta de saneamento básico e a desnutrição infantil são o pano de fundo que, associadas às doenças diarréicas e respiratórias e às afecções neonatais, constituem as principais causas de morte entre as crianças menores de um ano de idade.

A mortalidade geral também vem decrescendo, conforme demonstram os dados do quadro 2. As causas de morte mais freqüentes são as doenças infecciosas e parasitárias, as causas externas, e as neoplasias, conforme demonstra no quadro 3.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Projeto Xingu, sempre perseguiu, como eixo de seu trabalho, a formação dos próprios índios na área de saúde. Durante a década de 90 a formação de agentes indígenas de saúde passou a ser uma estratégia fundamental para a organização do sistema local de serviços de saúde. Embora

QUADRO 3. MORTALIDADE PROPORCIONAL,¹ 1999 A 2005

Causa da morte	Número	Mortalidade proporcional (%)
Afecções Neonatais	5	5,32
Doenças infecciosas e parasitárias	21	22,34
Causas externas de mortalidade	23	24,47
Doenças do aparelho circulatório	5	5,32
Doenças gênito-urinárias	1	1,06
Doenças do sangue e órgãos hematopoiéticos	2	2,13
Doenças osteomusculares	1	1,06
Distúrbios Metabólicos e nutricionais	4	4,26
Doenças da gravidez, parto e puerpério	4	4,26
Malformações congênitas	4	4,26
Neoplasias	10	10,64
Causas desconhecidas	14	14,89
Total	94	100

¹ De acordo com o grupo de causas da Classificação Internacional das Doenças, 10ª revisão – CID 10

a formação de agentes de saúde tenha sido considerada muitas vezes como substitutiva ao trabalho profissional das equipes de saúde, isto é, substituição de recursos humanos não-índios que deveriam atuar na ponta do sistema, a discussão caminhou, no contexto do Projeto Xingu, para a perspectiva do empoderamento dos próprios indígenas em busca da construção de uma nova relação e um novo diálogo com a sociedade envolvente.

Ao longo desses anos, o grupo de agentes de saúde se fortaleceu e propiciou o desenho de uma identidade e cumplicidade que facilitou a interlocução interna entre os povos do Xingu e a sociedade nacional em sua interface relacionada à saúde. Desafiados pela perspectiva de construção coletiva do modelo de atenção à saúde dos povos indígenas, na forma dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, os agentes de saúde acompanharam as discussões da política de saúde indígena em vários fóruns de âmbito local, regional e nacional, participando de encontros e conferências e articulando-se com o movimento indígena no nível nacional.

A partir de 1995, foi deflagrada a discussão, no estado de Mato Grosso, sobre a profissionalização dos agentes indígenas de saúde (AIS). O perfil profissional que mais se aproximava dos agentes de saúde, na dimensão técnica, foi o do auxiliar de enfermagem. A troca de experiências e expectativas entre os agentes de saúde do Xingu e de outras áreas indígenas no estado fortaleceu a proposta do primeiro curso de formação de auxiliares de enfermagem indígenas. Depois de muita luta a proposta foi acolhida pela secretaria de saúde do estado de Mato Grosso, através da Escola Técnica de Saúde, que deu o respaldo legal ao curso. A Unifesp participou desde a gestação dessa idéia, sua formulação e execução, de 1997 a 2001, formando 16 auxiliares de enfermagem indígenas no Xingu e assessorando a formação de 120 alunos indígenas em todo o estado de Mato Grosso.

Com a profissionalização dos auxiliares de enfermagem indígenas houve um salto de qualidade no serviço de saúde e passou-se a enxergar, de forma mais clara, as diferentes possibilidades de formação no contexto da saúde.

A organização dos serviços de saúde contemplando todas as dimensões do processo de trabalho possibilitou a inserção de outros profissionais indígenas, não só da área técnica, como os agentes de saúde, saúde bucal, saneamento e auxiliares de enfermagem, mas também na área administrativa, de informática, gerência de recursos humanos e materiais, demandando novas áreas de formação e capacitação.

A implantação do sub-sistema de atenção à saúde indígena, embora tenha uma longa história de luta no âmbito da reforma sanitária, é bastante recente e ainda está se consolidando. Vários instrumentos de trabalho estão sendo definidos e pactuados. Trata-se de um processo em construção, que padece de uma articulação frágil e fragmentada do Sistema Único de Saúde (SUS) no plano regional e nacional, com baixa resolutividade dos problemas de saúde e pouca sensibilidade cultural na promoção da



Formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Na foto, AIS faz acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 5 anos.

saúde e na articulação com os sistemas tradicionais de cura e de controle social. A carência de profissionais preparados se faz presente no cotidiano dos serviços.

Formar profissionais indígenas para o gerenciamento e a gestão do sistema local de saúde, colaborando para a estruturação do sub-sistema de atenção à saúde indígena e para o aumento do protagonismo dos próprios índios, coloca-se como prioridade no trabalho de formação da Unifesp no Xingu.

Em 2003 teve início um processo de formação de gestores indígenas por meio de um curso de gestão em saúde indígena. Entre os 21 alunos desse curso, estão presentes auxiliares de enfermagem, auxiliares administrativos, professores, lideranças, membros de associações indígenas e conselheiros de saúde de 9 etnias do Xingu.

O curso é modular, com períodos de concentração e dispersão, e tem se caracterizado pela construção coletiva do currículo, a partir da realidade e dos problemas enfrentados na vivência cotidiana da gestão em saúde. Já foram realizados três módulos cujos temas centrais foram respectivamente, políticas públicas, controle social e planejamento.

Além da formação de gestores, a Unifesp tem dado continuidade à formação de agentes indígenas de saúde, inserindo nesse pro-

cesso os agentes indígenas de saúde bucal e saneamento, com a perspectiva de garantir uma formação que permita a continuidade de seus estudos. Hoje, participam do Curso de Agentes Indígenas de Saúde 67 alunos na área de abrangência do convênio da Unifesp, que compreende os pólos-base Diauarum, Pavurú e Ngoiwere do DSEI Xingu.

DESNUTRIÇÃO INFANTIL E A SEGURANÇA ALIMENTAR

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 5 anos tem sido uma das prioridades, uma vez que a desnutrição infantil é o pano de fundo do padrão de morbi-mortalidade das crianças xinguanas. A intervenção na desnutrição infantil é um processo lento. Do ponto de vista técnico, existe ainda dificuldade na medida do peso e altura das crianças por parte dos agentes indígenas de saúde, e no manejo do sistema de informações, que nos permite monitorar o impacto das ações desenvolvidas, e que ainda não está fluindo de forma adequada. Percebemos, contudo, que parece haver impacto positivo das ações. O envolvimento da comunidade e em particular de algumas lideranças é decisivo. Alguns cuidados tradicionais, relacionados à dieta e ao estímulo das crianças, estão sendo retomados. A vigilância das crianças em risco e desnutridas tem sido mais valorizada tanto por parte da equipe local de saúde quanto das comunidades.

No entanto, fica claro que as ações de saúde têm sua eficácia limitada pelos próprios determinantes da desnutrição, que têm uma abrangência que extrapola o setor saúde em direção à questão fundiária, ambiental, condições de saneamento nas aldeias, de alternativas econômicas ao modo tradicional de viver dos índios e das mudanças culturais que têm ocorrido ao longo dos anos, com a intensificação do contato com a sociedade envolvente. No Xingu, as lideranças têm afirmado que os jovens não têm mais desempenhado seu papel tradicional, não têm cumprido tabus alimentares e sexuais, os intervalos inter-partais têm diminuído e que os casamentos estão ocorrendo entre pessoas mais jovens e despreparadas para assumirem uma família. Muitos estão fascinados com as “coisas de branco”, ou estão assumindo novos papéis sociais muitas vezes com trabalho assalariado. Nesse caso, assumindo outros trabalhos na aldeia, escolas, postos de saúde e pólos-base, muitas vezes não conseguem ou não se interessam em fazer e manter suas roças tradicionais, consumindo alimentos industrializados de forma inadequada. Nesse contexto complexo, as medidas de intervenção devem priorizar o envolvimento das comunidades e o resgate dos cuidados tradicionais, em lugar de propostas de cunho assistencialista como a distribuição de cestas básicas ou de bolsas-alimentação.

Com relação à ocorrência da desnutrição, vale ressaltar que são raros os casos identificados como desnutrição clínica grave, e que esses estão sempre associados a situações de mães muito jovens ou solteiras, crianças adotadas de outras etnias, gemelares, e mesmo filhos de trabalhadores assalariados. Para esses casos há uma atenção especial que inclui medidas de suplementação alimentar, seguimento médico intensivo além dos protocolos de intervenção.

De 1999 a 2005 foram registrados 4 óbitos de crianças que tiveram como causa coadjuvante, ou de base, a desnutrição. Como a prevalência da desnutrição infantil no Xingu pode ser considerada alta para os padrões nacionais, podemos afirmar que a baixa mortalidade observada está ligada ao maior acesso aos serviços de assistência à saúde.

O quadro 4 (abaixo) mostra a prevalência da desnutrição e o risco nutricional encontrado na área de abrangência dos pólos Pavurú, Diauarum e Ngoiwere do DSEI Xingu.

Têm sido priorizadas atividades que propiciam a produção coletiva de estratégias para o enfrentamento da desnutrição com a participação efetiva da população, ampliando a concepção de saúde e resgatando a responsabilidade dos diferentes atores sociais. Dentre estas atividades foram realizadas reuniões, oficinas e seminários interinstitucionais, com a participação de todos as instituições que atuam no Xingu, particularmente a Unifesp, o Instituto Socioambiental, as Associações Indígenas, o DSEI Xingu/Funasa e a Funai para discutir a Segurança Alimentar em todos os seus aspectos, o manejo do plantio, das roças, diversidade de alimentos, culinária, acesso das crianças aos alimentos e, principalmente, os cuidados relacionados às crianças menores de 5 anos.

ENCONTRO DE MULHERES

Em todas as sociedades as mulheres desempenham um papel social fundamental de salvaguarda da cultura de maneira geral. Elas são responsáveis pelo ensino da língua, boa parte da cultura material, rituais, ritos de passagem e pelos cuidados com a família, crianças, mulheres e anciãos. Há alguns anos as mu-

QUADRO 4. PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO E RISCO NUTRICIONAL EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE NAS ALDEIAS ADSCRITAS AOS PÓLOS-BASE DIAUARUM, PAVURÚ E NGOIWERE, DSEI XINGU, 2005

Pólo - Base	< 5 anos acompanhados	Desnutridos	% Desnutrição	Risco Nutricional	% Risco Nutricional
Pólo Diauarum	241	39	16,18	78	32,36
Pólo Pavuru	223	34	15,25	38	17,04
Pólo Ngojwere	52	5	9,62	14	26,92
Total	516	78	15,12	130	25,19

lheres xinguanas têm procurado participar de vários fóruns de interlocução entre os povos indígenas e a sociedade envolvente, espaços que sempre foram ocupados pelos homens. Têm participado ainda de forma tímida e fragmentada, de cursos de professores e de agentes indígenas de saúde, e têm se manifestado em reuniões das associações indígenas quando se tomam as grandes decisões. Algumas mulheres xinguanas já começam a participar de atividades voltadas à saúde e à educação de suas comunidades. Durante o I Encontro de Mulheres Xinguanas, realizado em novembro de 2003, no Parque Indígena do Xingu, as mulheres puderam transmitir sua preocupação com relação às doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS, e ao câncer de colo uterino. Em geral querem ter acesso à informação e às práticas de prevenção e controle dessas doenças. Em outubro de 2005 foi realizado o II Encontro de Mulheres com a participação de cerca de 80 mulheres de 7 etnias. Nesse encontro foram trabalhados os cuidados relacionados ao corpo da mulher em suas diferentes fases da vida, as DST/AIDS e Câncer de colo uterino. As discussões foram muito ricas sendo relacionadas várias propostas para enfrentar esses problemas. Ao mesmo tempo, o Projeto Xingu implementou uma proposta de matricialização dos recursos tecnológicos necessários para o diagnóstico de lesões pré-cancerígenas de colo uterino dentro da área indígena, com a realização de colposcopias e biópsias em área por colaboradores especialistas da Unifesp. A taxa de cobertura de citologia de colo uterino foi de 96% (511 mulheres) em 2005. Em 69 mulheres (13,5%) foram encontradas alterações citológicas de risco para o câncer de colo uterino, mostrando a magnitude do problema no Xingu, que tem como um de seus principais determinantes a transmissão do papilomavírus humano (HPV).

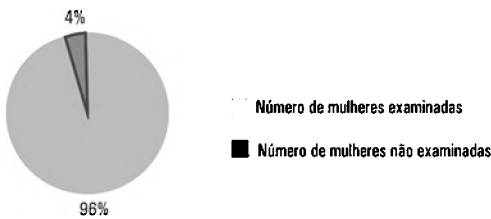


II Encontro de Mulheres Xinguanas, em outubro de 2005.

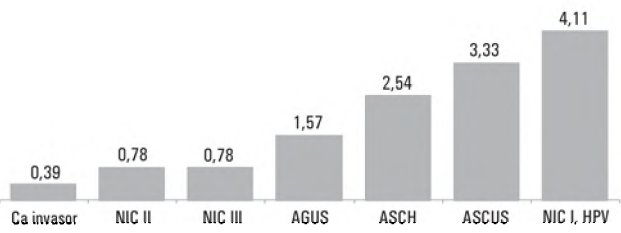
Do ponto de vista da coordenação do Projeto Xingu/Unifesp, o que tem ocorrido ao longo dos anos é a perda gradual dos conhecimentos relacionados ao auto-cuidado, dos cuidados tradicionais com as crianças, e mais recentemente com a gestante, parto e puerpério. Tem diminuído o número de parteiras, e paralelamente aumentado o número de partos hospitalares. Houve um deslocamento das responsabilidades sobre os cuidados da saúde e doença para os profissionais de saúde formados pelo conhecimento científico, como a equipe de saúde, agentes indígenas de saúde e auxiliares de enfermagem indígenas, que em sua maioria são homens. A Unifesp tem desenvolvido atividades voltadas para o universo das mulheres indígenas na forma desses encontros e por meio de reuniões e oficinas temáticas buscando resgatar seus conhecimentos tradicionais, nos cuidados com a construção do corpo, na esfera da saúde materno-infantil, valorizando seu papel social, agregando conhecimentos científicos que poderão auxiliar no enfrentamento dos novos problemas de saúde que têm se proliferado nos últimos anos.

Embora todas essas ações e indicadores revelem uma melhora na condição de saúde dos Povos do Xingu, esses resultados devem ser analisados levando-se em consideração a particularidade do sistema de atenção à saúde no Parque Indígena do Xingu, e a continuidade do processo de organização da atenção à saú-

Cobertura do programa de controle do câncer de colode útero, mulheres acima de 12 anos, PB Diauarum, Ngoiwere e Pavuru, DSEI Xingu, 2005



Distribuição dos achados citológicos anormais em mulheres acima de 12 anos, PB Diauarum, Ngoiwere e Pavuru, DSEI Xingu, 2005



de, que é anterior à criação do DSEI Xingu. Em vários aspectos temos observado que ainda são muitos os problemas. Quando pensamos que respondemos algumas questões, aparecem outras perguntas e novos desafios.

Talvez o maior resultado alcançado pelo Sub-Sistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, com a implantação dos DSEIs seja ter revelado as mazelas da saúde e das condições de vida dos

povos indígenas no nosso país, como se essa realidade se destacasse de uma paisagem. Infelizmente, seu principal objetivo que é transformar em realidade a oferta de serviços diferenciados de atenção à saúde para esses povos ainda não foi alcançado, ficando à mercê do jogo de forças políticas e econômicas sem avançar para a autonomia dos DSEI e para uma real participação dos índios em sua gestão e controle social. (junho, 2006)

HÁBITOS ALIMENTARES E A SAÚDE BUCAL NO PIX

Em maio de 2005, fui convidado a dar uma aula sobre a origem e prevenção da cárie dental e gengivite no 21º Curso de Formação de Professores Indígenas no PI Diauarum, Parque Indígena do Xingu (PIX). Essas doenças bucais e seus tratamentos, bem como sua prevenção, são questões que as pessoas do Xingu, em geral, e principalmente os professores, têm interesse em saber, pois a doença cárie, após o contato desses grupos indígenas com a sociedade envolvente, trouxe muito sofrimento e aborrecimento. É importante que os professores tenham as informações necessárias para auxiliarem suas comunidades na prevenção dessas doenças, orientando os alunos nas escolas sobre a higiene bucal correta, a importância de uma alimentação sadia e a necessidade de visitas periódicas ao dentista.

Antes limitados às casas de funcionários índios assalariados, alimentos industrializados como o açúcar refinado e diversos derivados passaram a ser cada vez mais comuns na dieta dos povos xinguanos. O acesso a esses alimentos, facilitado a partir de 1990 quando as visitas à cidade de Canarana por rio ou por estrada se tornaram freqüentes, mudou drasticamente a dieta tradicional dos índios, antes baseada nos recursos naturais oferecidos pela floresta e pelos rios. Apesar do discurso contra o sal, açúcar e gordura industrializada consumidos de forma exagerada, hoje 33 pessoas são hipertensas, contra apenas uma há vinte anos. Há ainda casos de diabetes, doença antes desconhecida pelos índios. Como não podia deixar de ser, doenças bucais como cárie e gengivite também se tornaram freqüentes, e faz-se necessário informar os índios sobre como tratá-las e preveni-las.

Desde o início do atendimento odontológico no PIX, os números vêm indicando uma grande melhora nos problemas bucais. No que se refere ao atendimento primário (restaurações, aplicação de flúor e extração dentária), as bocas estão 100% sanadas. Comparando os atendimentos que realizei em outubro de 2002 com os de maio de 2005 nas aldeias do Povo Kisêdjê e no Posto Indígena (PI) Diauarum, há números animadores.

Em outubro de 2002, das 81 pessoas atendidas nas aldeias, 34 tiveram o tratamento terminado (42%); 16 pessoas tinham quatro ou menos dentes obturados, nenhum perdido, nenhum cariado e nenhuma extração indicada, isto é, 20%. Em maio de 2005, das 99 pessoas atendidas, 77 tiveram tratamento terminado (77%); 28 pessoas tinham quatro ou menos dentes obturados, nenhum perdido, nenhum cariado e nenhuma extração indicada, isto é, 28%. Em 2002, das 11 exodontias na faixa etária até 15 anos no povo Kisêdjê, 8 foram dentes permanentes. Em 2005, das 8 exodontias nesta faixa etária, só uma foi dente permanente, o que também demonstra melhora. No PI Diauarum, em 2002, das 113 pessoas atendidas, 95 tiveram tratamento terminado (84%); 26 pessoas tinham quatro ou menos dentes obturados, nenhum perdido, nenhum cariado e nenhuma extração indicada, isto é, 20%. Em maio de 2005, das 126 pessoas atendidas, 108 tiveram tratamento terminado (85%); 34 pessoas tinham quatro ou menos dentes obturados, nenhum perdido, nenhum cariado e nenhuma extração indicada, isto é, 27%.

O principal fator que contribuiu para essa melhora é o controle da placa dental pela correta higiene bucal, permitida em grande medida pelo acordo com a Colgate do Brasil para o fornecimento periódico e continuado de fios, escovas e creme dental para as comunidades do PIX. O convênio firmado em 1990 é mantido até os dias de hoje e possibilita o desenvolvimento do hábito da escovação entre os índios. Além da higiene, o trabalho dos agentes de saúde bucal e a maior freqüência e permanência de dentistas nos postos indígenas contribui de maneira fundamental para a melhoria do quadro. Essas medidas, no entanto, são integradas aos trabalhos de educação realizados pelos professores indígenas, que orientam as comunidades no que se refere à origem e prevenção dessas doenças. (Eduardo Mattos Biral, dentista da Funasa, atua no PIX há mais de 25 anos)



Atendimento de criança kisêdjê na aldeia Roptotxi, maio de 2005.

Mobilização para Resgatar Recursos Naturais Tradicionais

Marcus Vinicius Chamon Schmidt (Tope)

Kerotowĩ Ikpeng

Engenheiro florestal Msc., Programa Xingu (ISA)

Diretor da Escola Estadual Ikpeng, Aldeia Moygu, PIX

COM A TRANSFERÊNCIA PARA O PARQUE INDÍGENA DO XINGU, DIVERSOS RECURSOS NATURAIS IMPORTANTES PARA O SISTEMA CULTURAL DOS IKPENG SE TORNARAM INACESSÍVEIS, CENÁRIO QUE O GRUPO BUSCA REVERTER RETOMANDO O CONTATO COM SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL, NA REGIÃO DO RIO JATOBÁ, E REALIZANDO ATIVIDADES DE MANEJO

Os Ikpeng foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu (PIX) em 1967, após o contado oficial realizado em outubro de 1964 por uma expedição do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na região do Rio Jatobá. O processo de transferência trouxe vários problemas para a manutenção da identidade desse povo: além da perda de seus sítios históricos, muitos recursos naturais de uso tradicional tornaram-se inacessíveis. Com características fisionômicas diversas, a região do Jatobá e a região do PIX diferem na composição e na estrutura dos tipos vegetacionais. Recursos antes utilizados pelos Ikpeng na alimentação, nos rituais de cura, na confecção de instrumentos de uso doméstico, de caça e pesca, nos enfeites para suas festas e na construção de canoas ou cascas, tornaram-se raros ou inexistentes na região do Xingu.

Conforme os relatos de algumas lideranças Ikpeng, a região do Rio Jatobá era boa para morar porque tinha muita caça, muito macaco, mutum, paca, papagaio, garça, capivara, quati, porco. Também era rica em peixes – como *pacu*, *matrinchá*, *cará*, *puko*, *curimata*, *tiwom*, *igarak*, *yarente*, *yenakotu*, *aro*, *luli* e *rapiir*¹ – e diversos remédios. Locais de coleta de recursos são sempre lembrados, como a lagoa das conchas (*rapiun yegun*); o canal que ligava o Rio Jatobá até a lagoa *tatarat palu*, também conhecido como caminho dos peixes; o lugar de coleta de ponta de flecha (*purumutxi akpo*); e o lugar de coleta de uma planta medicinal, o *ragop akpo*.

Muitos ambientes são comuns nas duas áreas, mas podem ocorrer alterações nos tipos de solo. No Xingu, os tipos de terra mais característicos diferem da região do Jatobá, pois segundo os velhos Ikpeng, não tem *akyun* verdadeiro, somente um tipo parecido que é mais fraco. Também não tem *ematxun*, que é a terra boa para mandioca.

Existem insetos que não ocorrem na região do Xingu, como algumas abelhas produtoras de mel e um tipo de vespa brava, à qual se refere a autodenominação dos Ikpeng. Os pajés queimavam as larvas dessa vespa e passavam as cinzas nos corpos dos meninos adolescentes. Era um ritual da adolescência, para ser utilizado antes da guerra, que deixou de ser realizado no Xingu.

A atividade de pesca também sofreu alterações com a mudança do grupo para o Xingu. Habitualmente, utilizam-se técnicas que incluem o uso de arco e flecha, *erak* (batida de timbó), *kanai* (armadilha). Quando os Ikpeng estavam na região do rio Jatobá, faziam pescarias no *tarik yegun*, com rede de *panat* (fibra extraída de uma espécie de tucum). Lá existia a pescaria organizada pelas mulheres (*kuranganpe*), que passavam rede nas lagoas. No Xingu, essa prática tornou-se arriscada pela existência de arraias nas lagoas, que, ademais, são muito profundas e distantes.

Diante da falta de vários recursos importantes para a manutenção de aspectos relacionados à sua identidade cultural, as lideranças Ikpeng solicitaram apoio para a realização de iniciativas que buscassem reverter a situação. A prioridade seria a busca de recursos na região do Rio Jatobá, da qual estavam distantes há 36 anos. É a partir desse momento que a comunidade forma um pacto de cooperação entre suas instituições reconhecidas, como a Escola Estadual Ikpeng, a Associação *Moygu*, as lideranças e os Agentes de Manejo de Recursos Naturais. A partir de 2002, então, iniciam-se atividades desenvolvidas em conjunto –

oficinas com a escola, trabalho com as lideranças e expedições na área do Rio Jatobá – visando principalmente apoiar a recuperação de alguns tipos de plantas e sua multiplicação nas áreas próximas da aldeia Moygu, no PIX.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A 1ª Oficina de Manejo, realizada em setembro de 2002, envolveu algumas lideranças, que participaram das discussões e contribuíram na definição dos recursos naturais prioritários e no esclarecimento sobre suas características em relação ao uso, forma de coleta, locais de ocorrência e aspectos ecológicos. As atividades definidas para recuperar esses recursos prioritários foram integradas ao calendário escolar, fato que acabou envolvendo os alunos da Escola Estadual Central Ikpeng, e também algumas lideranças da comunidade, as que mais entendem sobre a história natural dos recursos. A intenção dessa oficina foi promover maior interação entre os alunos, professores da escola, agentes de manejo de recursos naturais e demais representantes da comunidade, incluindo os mais velhos e o grupo das mulheres, na busca de soluções sobre o manejo de alguns recursos naturais que vêm se tornando escassos na região da aldeia.

Em uma listagem de quase 90 recursos citados pela comunidade durante a fase preparatória dessa oficina, a comunidade elegeu nove recursos que fizeram parte das atividades da oficina com a Escola, durante a qual foi produzido um material didático ilustrado, com informações sobre os usos, características descritivas e ecológicas, além das estratégias de manejo para cada recurso selecionado.

RECURSOS SELECIONADOS PELOS IKPENG PARA SEREM TRABALHADOS NA I OFICINA DE MANEJO

Recurso	Importância para os Ikpeng
<i>morom</i>	fornece um tipo de cera que é utilizada como cola, para fixar o cipó imbé na amarração das pontas das flechas
<i>ponmu</i>	árvore que fornece um tipo de embira utilizada para fazer o espremedor de mandioca (tipiti)
<i>katamaut</i>	fruta comestível
<i>motoe</i>	fruta comestível
<i>yeni'</i>	utiliza a entrecasca do tronco para fazer a mala-de-índio. Também é utilizado o látex.
<i>moropo</i>	erva medicinal
<i>ototo</i>	os frutos são utilizados para fazer óleo e artesanato, o tronco é coletado para fazer borduna e do broto das folhas se retiram fibras para fazer fios utilizados na confecção de redes de pesca.
<i>raegi'</i>	madeira que é coletada ainda quando jovem, para utilizar as varas finas para a construção das casas.
<i>mopya</i>	Imajá, cujas folhas são muito utilizadas para a cobertura das casas.

EXPEDIÇÃO PARA O RIO JATOBÁ

A expedição *Tarik Yegun* (nome do principal conjunto de lagoas da área tradicional dos Ikpeng) foi realizada em setembro de 2002 com o objetivo de fazer um primeiro reconhecimento da região do Jatobá – incluindo as áreas de caça, pesca, além de uma avaliação geral do estado de conservação da área – e coletar os recursos naturais inexistentes na região do Xingu, como o *ragop* (uso medicinal), *rapiu* (conchas para fazer os brincos), dentre outros. No Jatobá, a disponibilidade desses recursos representa uma condição favorável ao desenvolvimento da cultura ikpeng que estes denominam de *otxit karakem*, ou seja, lugar bom.

Uma das plantas resgatadas com sucesso foi a taquara *morit*, de importância mítica e de uso na cultura material. Era a partir dessa planta que os *Ikpeng* arranhavam seus corpos, cortavam as caças, peixes, plantas, cortavam também seu cabelo e faziam pequenas incisões para retirar seus dentes, quando doloridos. Existiam pessoas especializadas para trabalhar com o *morit*, mas hoje somente uma única mulher idosa ainda sabe como arranhar os corpos das crianças, entre outros usos. Outros recursos também foram coletados para serem levados ao Xingu para que pudessem ser transplantados, como *morom*, *egak*, *egak ye*, *orot mure*, *yala*, entre outros.



Morit, taquara para fazer arranhadeira, faca, instrumento cirúrgico para tratamento bucal. É um dos principais recursos prioritários. Resgatado do Jatobá em 2002, plantado no córrego do final da pista da aldeia Moygu, no PIX. Segundo informações, cresceu muito e espalhou.



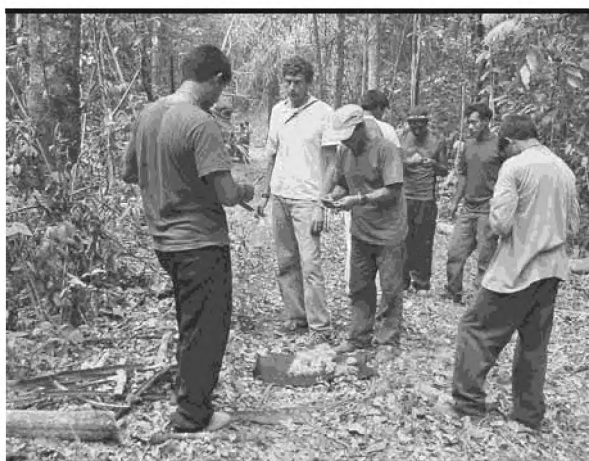
Orot muré (*cajú do campo*).

INVENTÁRIO FLORESTAL PARTICIPATIVO

A 2ª Oficina de Manejo foi realizada em 2004, quando as lideranças reconheceram a importância do trabalho de resgate desses recursos e decidiram dar continuidade aos trabalhos. Nessa segunda etapa, foram priorizadas as frutíferas nativas, muito difíceis de serem localizadas nas florestas do Xingu, onde até existem algumas dessas espécies, porém encontram-se muito distantes da aldeia Moygu.

Um inventário participativo de alguns recursos florestais importantes que ainda existem nas áreas mais distantes da aldeia *Moygu* foi então realizado. Duas lideranças foram indicadas para participar dos levantamentos das plantas prioritárias e conduziram a equipe pelas trilhas de caça e coleta para localizar os recursos selecionados junto com a comunidade nos dias que antecederam a oficina. Também estavam presentes os agentes de manejo e outros participantes da comunidade. Dois cinegrafistas (realizadores indígenas) Ikpeng também acompanharam a oficina fazendo os registros das falas das lideranças sobre os recursos que estavam sendo pesquisados.²

Como resultado dessa oficina, foi feito o inventário quantitativo de 25 tipos de recursos madeiros importantes para a construção de casas, canoas e artesanato, além de 17 tipos de árvores frutíferas nativas, todos indicados pelas lideranças que participaram das atividades da oficina. Algumas árvores também foram marcadas como porta-sementes para a coleta de frutos e sua multiplicação no viveiro comunitário da aldeia, que chegou a produzir 1.200 mudas de vários recursos em 2004 e 543 mudas em 2005.



MANEJO IKPENG, 2004

Pesquisa dos recursos prioritários com as lideranças Ikpeng.

NOVAS EXPEDIÇÕES AO JATOBÁ E (RE)DESCOBERTAS DE ANTIGOS RECURSOS

Algumas expedições ao Jatobá vêm sendo realizadas desde 2003. Há uma forte preocupação em relação à conservação desse antigo território, não só pelos recursos existentes ou pelos sítios histó-

ricos tradicionais, mas principalmente pela velocidade do desmatamento na região, que está pondo em risco a preservação desse patrimônio cultural ikpeng. Em janeiro de 2005, foi realizada outra expedição de reconhecimento e resgate de recursos naturais com a participação de várias lideranças. No relatório de viagem do professor Korotowi Ikpeng fica evidente a importância de alguns desses recursos para a cultura desse povo como elementos naturais que a constituem. Durante uma caminhada de reconhecimento da área com Yakawi, uma liderança Ikpeng, foi encontrada uma planta que há muito tempo não era vista pelos mais velhos, e que os jovens nem chegaram a conhecer:

“(...) caminhamos 1 km e encontramos uma planta chamada Rítxamit o senhor Yakawi não sabia o que fazer, se ele gritava, chorava ou pulava de tanta alegria, tiramos uma folha e cinco vagens para mostrar aos outros que ficaram na ponte, os que ficaram na beira, quando chegamos a 10 metros deles, reconheceram a folha e gritaram Rítxamit! e Wakawi também gritou ...é Rítxamit! para seus colegas, os Ikpeng gritaram de alegria.”

E ao chegarem na aldeia Moygu, já no Parque do Xingu, trazendo novas notícias da expedição, os guerreiros contaram sobre o achado, trazendo muita alegria:

“(...) os guerreiros foram até a casa dos homens no centro da aldeia, o pessoal da aldeia ia se ajuntando para escutar as novidades, quando eles falaram que nós tínhamos encontrado Rítxamit e mostraram um pouco que tínhamos trazido, a senhora guerreira Ayre sorriu, gritou, pulou, dançou muito sorridente, falou – agora não podemos desistir de brigar por nosso território! – Falou em voz alta e todo mundo aplaudiu a fala dela.”

ESTRUTURA DE APOIO PARA AS ATIVIDADES DE MANEJO

A comunidade tomou consciência de que um trabalho de manejo de recursos naturais necessita de uma estrutura para o apoio no desenvolvimento dessas atividades e consolidou as iniciativas anteriores no *Projeto de Resgate de Recursos Naturais Tradicionais do Povo Ikpeng, na Área do Rio Jatobá*. Os recursos do projeto foram liberados em dezembro de 2005 pela Secretaria de Agroextrativismo da Amazônia do MMA e as atividades se iniciaram em janeiro de 2006. Como as viagens para fazer um reconhecimento do território do Rio Jatobá deveriam continuar, para estreitar relações que haviam sido interrompidas desde a transferência dos Ikpeng para o Parque do Xingu, foi elaborado um projeto prevendo a melhoria de estrutura do Posto Indígena Pavuru Ikpeng, para apoiar as expedições ao Jatobá, incluindo um barco, motor, combustível e materiais de pesca. Também seria necessário estruturar um escritório para os professores e alunos, agentes de manejo e os demais participantes fazerem seus registros, resgatando as informações sobre o manejo desses

recursos com os mais velhos, como um computador e alguns acessórios para facilitar trabalho.

Dentre os recursos priorizados nesse projeto, a comunidade decidiu iniciar o resgate principalmente de algumas plantas medicinais, frutíferas nativas da região do Jatobá, como *ragop* (remédio), *oruwuk* (remédio), *orot mure* (fruta), *ponte* (fruta), *purumutxi* (ponta de flecha), *kumu* (flecha), *morit* (cura dos doentes), *rĩmu* (medicinal), *rapiu* (concha para brincos), *matxu* (fruta), *egak ye* (árvore dos antigos), *yala* (fruta), *tomela* (fruta), *ponte* (fruta), *akariaum* (remédio), *pomton* (fruta de peixe). Existem muitos recursos que precisam ser conhecidos pelos mais jovens como: *puko* (tipo de peixe), *moioro* (tipo de abelha), *akpomĩ* (tipo de abelha), *Ikpeng* (vespa utilizada no ritual da guerra). Todas as mudas e sementes deverão ser plantadas na atual área da aldeia Moygu, no Parque do Xingu, assim os jovens vão conhecer essas plantas dos antigos e a comunidade vai voltar a usar.

EXPERIÊNCIA É EXEMPLO PARA OUTROS POVOS

A experiência dos Ikpeng no resgate e multiplicação de suas plantas tradicionais é um exemplo para os outros povos indígenas e para a sociedade nacional. Novas estratégias de acesso aos recursos naturais que visam a recuperação dessas populações de plantas escassas ou inexistentes em determinadas regiões podem ser mais eficazes quando são considerados seus conhecimentos intrínsecos ao uso e manejo tradicional.

Em um primeiro momento, temos uma perspectiva de que o manejo florestal ikpeng não prevê ou não considera práticas a recuperação ambiental de um modo intencional. No entanto, acaba se tornando evidente que a pressão de uso, para alguns recursos ou ambientes, é compatível com sua resiliência, ou seja, sua capacidade de regeneração.

A participação da comunidade nesse processo, sobretudo dos mais velhos, tem sido fundamental para o desenvolvimento de novas tecnologias que consideram estruturas de conhecimento ainda pouco reconhecidas pela ciência ocidental. Em relação a isso, o discurso do cacique e pajé Melobô Ikpeng durante a Oficina Temática de Território e Identidade Ikpeng, realizada pela equipe do Programa Xingu do ISA e lideranças Ikpeng, em março de 2005, conclui esse pensamento:

“É muito importante falar sobre a questão do recurso, porque esse recurso vai ser impossível resgatar, porque digo isso, porque

esse recurso tem seu espírito, porque o pajé fala com seu dono na hora que vai pegar. Se trouxermos esses recursos, sem dúvida eles vão morrer, porque o espírito dele não vai deixar tirá-lo para transferir de seu lugar para outro. Mas não é que vamos deixar de pegar o recurso, podemos tentar, eu vou sempre estar com vocês, podemos conseguir ou não. Outra questão de trabalho com recursos naturais é que vocês decidem como nós podemos trabalhar, porque sempre estarei com vocês, apoiando vocês, pode contar comigo que eu vou estar sempre apoiando vocês”. (abril, 2006)

BIBLIOGRAFIA

ACKERLY, D. Thomas, W. W., Cid Ferreira, C. A. & Pirani, J. 1989. The Forest-Cerrado Transition Zone in Southern Amazonia: Results of the 1985 Projeto Flora Amazônica Expedition to Mato Grosso. *Brittonia*, 41 (2) pp. 113-128.

ASSOCIAÇÃO MOYGU COMUNIDADE IKPENG & INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003. Tarik Yegun: Ikpeng visitam sua área do Rio Jatobá. Documento reivindicatório da área do Rio Jatobá, encaminhado para FUNAI, não publicado, 37 p.

ASSOCIAÇÃO MOYGU COMUNIDADE IKPENG, 2004. Resgate de Recursos Naturais Tradicionais do Povo Ikpeng, na Área do Rio Jatobá. *Projeto aprovado pelo Programa de Apoio ao Agroextrativismo da Amazônia*, Ministério do Meio Ambiente – MMA.

IVANAUSKAS, N. M., 2002. Estudo da vegetação presente na área de contato entre formações florestais em Gaúcha do Norte – MT. (Tese de Doutorado) Instituto de Biologia. Universidade Estadual de Campinas. 185 p.

KOTOWÍ IKPENG, 2005. Relatório da Expedição ao Rio Jatobá, *Documento não publicado*, 5p.

MENGET, P. 2001. Em Nome dos Outros. Classificação das Relações Sociais entre os Txikão do Alto Xingu. Museu Nacional de Etnologia Assírio & Alvim. Lisboa, 334

PIRES J. M. and Prance, G. T. 1985. The Vegetation Types of the Brazilian Amazon. In: G. T. Prance and T. Lovejoy (Eds.) *Key Environments: Amazonia*, Pergamon Press, New York, pp 109-145.

RADAM BRASIL, 1985. Fitogeografia brasileira. Boletim Técnico do Projeto Radam Brasil. Departamento Nacional de Produção Mineral. Rio de Janeiro, 206 p.

ROGERS, D. 2002. A Soma Anômala: A questão do suplemento no xamanismo e menstruação Ikpeng. *Mana – Estudos de Antropologia Social* 8(2): 91-125.

SIMÕES, M. E., 1963. Os “Txikão” e outras tribos marginais do Alto Xingu. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série – volume XIV, pp. 76-105.

NOTAS

¹ Conchas para fazer *antonio*, os brincos Ikpeng.

² As atividades estão sendo devidamente registradas com o apoio do Projeto Vídeo nas Aldeias.

Pequi é Fruta Cultural Indígena

Marcus Vinicius Chamon Schmidt (Tope)

Engenheiro florestal Msc., Programa Xingu (ISA)

PRÁTICA MILENAR, O CULTIVO DO PEQUI É REGULADO POR UM CALENDÁRIO RITUAL E REVELA O PROFUNDO CONHECIMENTO DOS XINGUANOS SOBRE O AMBIENTE DA REGIÃO ONDE VIVEM

“Pequi é que nem gente, precisa arranha, passar remédio... quando arranha, passa yulutá.”

“Tem o pequi sem espinho...esse é bom para fazer chocalhos.”
(ensinamentos dos povos do alto Xingu sobre o cultivo do pequi)

O pequi é uma árvore de elevado potencial econômico em função de seus diversos usos e aplicações que incluem, além da alimentação (polpa para consumo *in natura* ou licores e amêndoas dos frutos), a madeira de qualidade para peças brutas e construção naval e o extrato de suas folhas e casca para uso medicinal.¹ O óleo produzido a partir da polpa dos frutos é indicado para a indústria cosmética por apresentar altas concentrações de ácidos graxos e betacaroteno pró-vitamina A; no entanto, ele é ainda pouco explorado comercialmente.² As espécies mais conhecidas são o pequi do cerrado (*Caryocar brasiliense*) e o pequiá (*C. villosum*), cujos frutos são encontrados nas bancas dos mercados regionais ou feiras livres de algumas cidades do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do país.

Já é conhecida outra espécie de pequi que ocorre na região dos formadores da bacia do Xingu, muito mais produtiva se comparada às espécies encontradas nas outras regiões do país. Este apresenta frutos relativamente maiores, com polpa de coloração avermelhada e de maior espessura, podendo ocorrer também frutos com sementes de coloração mais amarela até quase brancas. Recentemente a mídia divulgou um tipo raro de pequi, cujas sementes não possuem espinhos e que teria sido “descoberto” por um pesquisador. Muitos produtores rurais desta região também procuram adquirir sementes destes tipos de pequi mais produtivos com objetivo de desenvolver um comércio regional de mudas, comercialização de polpa em conserva e farinha de pequi. Há um indicativo de que este pequi seria o *C. coriaceum*,

espécie característica do nordeste brasileiro, porém não há confirmação a este respeito.

Em princípio, estas variedades poderiam pertencer a uma nova espécie, que ocorreria naturalmente nos cerrados centrais e norte do MT. No entanto, já se conhece a verdadeira origem destes tipos, sendo provenientes das áreas adjacentes ao atual Parque Indígena do Xingu, cuja delimitação traçada em 1963 deixou fora alguns pequizais tradicionalmente utilizados pelos povos do alto Xingu e que sempre viveram nesta região. Muitas sementes também foram obtidas junto aos próprios índios que já comercializam ou trocam com os produtores locais há vários anos.

OS POVOS DO ALTO XINGU E O CULTIVO DO PEQUI

Estudos sobre a ocupação pré-histórica da bacia do Xingu têm trazido evidências que relacionam a existência de vestígios cerâmicos aos antigos pequizais, muitas vezes consorciados a plantios de mangaba. Para alguns autores, estas antigas formações auxiliam na interpretação dos padrões de ocupação dos grupos pré-históricos do alto Xingu e ainda hoje são facilmente interpretados pelos atuais habitantes do PIX como sítios de antigas aldeias. Vários grupos alto xinguanos já cultivavam o pequi em suas roças desde tempos remotos e utilizam seus frutos para diferentes finalidades, principalmente como alimento e uso cosmético. O uso “intensivo” do pequi é relacionado como um dos “traços culturais” característicos da cultura alto-xingua.

Os atuais povos do Parque do Xingu ainda cultivam anualmente o pequi em suas roças, porém, em diferentes escalas de produção, conforme cada um destes grupos. Entre os anos de 2000 e 2001, foi realizado um inventário dos pequizais nas principais aldeias produtoras de pequi – Kalapalo, Kuikuro, Waurá, Kamayurá, Yawalapiti, e Kisedje³ –, onde foram levantados 14.032 pés de pequi cultivados e em uso. Este levantamento não considerou os outros grupos também produtores de pequi, como os Nahukua, os Matipu e os Mehinaku. Os Trumai também possuem tradição no cultivo do pequi, porém em menor escala.

Há pequizais muito antigos, com árvores frondosas, que ainda podem ser encontrados em lugares de antigos aldeamentos. Estes, embora sejam hoje componentes das atuais formações florestais que ali se desenvolveram, representam um valioso banco de germoplasma com variedades de pequi que muitas vezes não ocorrem mais nas novas aldeias. O pequi sem espinho ocorre na maioria das vezes somente nestas antigas formações.

Apesar dos diferentes usos identificados para o pequi, o principal uso é como alimento. Os frutos são consumidos na forma natural, como mingau, misturado com beiju (polvilho da mandioca torrado no prato de barro) e também na forma de uma pasta adocicada e muito energética. O caroço do pequi-sem-espinho é o mais indicado para a confecção de chocalhos para as festas e a amêndoa é um recurso alimentar muito apreciado, podendo ser consumida assada, com pirão de peixe e farinha. O óleo é utilizado para fins cosméticos, para pintar o corpo em épocas de festas ou para uso diário nas aldeias, além de ser um bom repelente de insetos.

O SISTEMA DE MANEJO

O pequi é uma árvore importante para os grupos alto-xinguanos, visto que é diretamente manejada, e cujo plantio está inserido no sistema agrícola de cultivo da mandioca. É também cultivado junto com a mangaba (*Hancornia speciosa* Gomez) e o urucum (*Bixa orellana* L.), podendo ocorrer junto com outras plantas que são toleradas nos roçados, como o tucum (*Astrocaryum aculeatum* Mart.) e a mutamba preta (*Guazuma* sp.). As aldeias compreendem vários pequizais, plantados em áreas não muito distantes, o que facilita o acesso e o trabalho de coleta. A posse do pequizal significa não apenas o direito de coleta dos frutos na época da safra, adquirido pelo plantio dos frutos, mas também a execução de algumas práticas para a manutenção dos altos índices de produtividade. Assim, para os índios do alto Xingu, os pequizais não poderão ficar sem o seu respectivo “dono”, e são transferidos para os filhos e netos ou eliminados por anelamento (prática indicada para matar a árvore, retirando toda a casca na base do tronco, como um anel), caso não seja indicado nenhum herdeiro.

A seleção das sementes ocorre durante a safra, e as características desejáveis para o plantio podem variar entre os diferentes grupos. Em geral, há uma preferência para sementes que apresentem frutos grandes, com apenas um caroço, com maior espessura de polpa, coloração avermelhada, sabor adocicado, ausência de espinhos e de alta produtividade. Há critérios que distinguem as variedades mais utilizadas para alimentação ou para a produção de óleo. Como disse Atamãin Waurá, “*pequi bom é aquele que é vermelho, caroço grande, muita carne e produz muito. É o pequi que não descansa*”.

O plantio se dá no início da estação chuvosa, em meados de dezembro, após o cultivo da mandioca. As sementes são planta-

das na borda das roças obedecendo a um alinhamento, podendo chegar a densidades superiores a 250 indivíduos por hectare. Entre os tratamentos silviculturais observados, várias práticas estão relacionadas com o aumento em produtividade do pequi, como a poda de formação, arranhar o tronco com dentes de jacaré para induzir a floração e passar substâncias preparadas a partir de frutos ou folhas de determinadas árvores que produzem muitos frutos; desenhar figuras de jacaré no tronco e, por último, a eliminação ou a indução da rebrota do tronco para as árvores pouco produtivas. De acordo com a mitologia xingwana, o pequi teria vindo de um homem-jacaré que mantinha relações amorosas com as índias. Com efeito, algumas práticas de manejo relacionadas ao aumento em produtividade procuram reviver o mito de criação desta árvore.

PRÁTICAS RITUAIS ASSOCIADAS

São realizadas festas anuais de caráter ritual durante a época de safra. Um exemplo é a festa *Mapulawá* que, na língua Waurá, significa beija-flor, um dos principais polinizadores do pequi. Essa festa é realizada anualmente com cantos e danças, como uma maneira de fazer reverências aos principais animais polinizadores e dispersores de sementes. Divide-se em dois eventos, um para o início da safra – *matabu* –, que ocorre quando o pequi começa a cair e no qual é utilizado um tipo de “zunidor” cuja vibração acelera a maturação dos frutos; e o outro, no final da safra – *mapulawá* –, quando são preparados os bonecos de madeira que representam os pássaros e mamíferos relacionados à polinização das flores e à dispersão das sementes. Eles



MARCUS VINICIUS CHAMON SCHMIDT, 2001

Beija-flor feito de madeira durante a festa Mapulawá, no tronco de pequi, no qual se observam os arranhões feitos com dentes de jacaré. Aldeia Piulaga Waurá.

seriam os “donos” do pequi e, dessa maneira, seriam reverenciados em agradecimento pela safra que terminou, garantindo a produtividade da próxima safra.

Cada chefe de família faz um boneco para dar de presente para todos os outros donos de pequizais da aldeia. No final da tarde todos vão aos seus pequizais e entregam esses presentes deixando-os próximos a algumas árvores de pequi. Esse tipo de manifestação pode ocorrer na maioria dos grupos xinguanos, porém com algumas diferenças. Na aldeia Yawalapití, são feitos apenas bonecos de beija-flor, nos Kuikuro os bonecos de madeira representam muitos bichos que são utilizados nas danças durante a festa, e no Kamayurá são feitas figuras que representam os dispersores e um tipo de besouro que costuma enterrar as sementes.

A CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE PEQUI

Os tipos de pequi estão agrupados conforme alguns critérios de diferenciação e são específicos para cada grupo. O sistema de classificação está organizado em três níveis hierárquicos: 1) o primário, que diferencia o pequi a partir de dois domínios, o que é cultivado nas roças e o silvestre, que ocorre nos campos e cerrados; 2) o nível secundário ou varietal, que inclui as diferenciações puramente morfológicas relacionadas à cor da polpa, à ausência de espinhos ou a perfurações no mesocarpo do fruto; e 3) o terciário, que representa as características distintivas no nível sub-varietal e que compreende critérios fisiológico (abertura dos frutos antes de caírem ao chão ou a persistência destes nos galhos), gosto adocicado ou amargo, cheiro bom ou ruim, quantidade de polpa e de casca. As mulheres classificam o pequi principalmente pelas características do uso para óleo ou mingau. Apesar dos critérios de classificação serem muito semelhantes entre as diferentes etnias, há variações bastante significativas em função da disponibilidade dos tipos de pequi, além das particularidades em relação à estrutura léxica de cada idioma falado. A tabela a lado apresenta os tipos de pequi que foram identificados junto a alguns grupos indígenas do PIX.

Os critérios que diferenciam estas variedades estão baseados principalmente nas características dos frutos, que é a parte mais utilizada, e estariam diretamente relacionados a suas preferências qualitativas. Esta combinação pode estar associada ao processo de seleção artificial na qual o pequi vem sendo submetido por estes povos por um longo período de tempo, muito semelhante a processos já identificados em outros grupos indígenas.

EVIDÊNCIAS DE DOMESTICAÇÃO E O SISTEMA CULTURAL ASSOCIADO

O pequi é um recurso alimentar essencial para os povos do Xingu, sendo um componente de alto valor nutritivo na subsistência destes grupos. O sistema de cultivo abrange um conhecimento profundo sobre o desenvolvimento dessas plantas associadas a outros recursos, constituindo um sistema agroflorestal bastante adaptado às condições de solo e clima desta região. Algumas práticas de manejo são intrínsecas às manifestações culturais destes povos, relacionadas ao mito de criação do pequi, onde o jacaré está sempre presente, além da própria festa do pequi que acontece durante a safra anual.

A domesticação é um processo contínuo que envolve práticas de manipulação direta e intencional durante um longo período de tempo, levando a mudanças expressivas no genótipo e fenótipo de uma planta, na qual as características de interesse seriam selecionadas e perpetuadas ao longo das progênes. O grau de diferenciação entre as variedades cultivadas, associado à preferência seletiva no sentido de manter ou aumentar a disponibilidade das plantas com atributos desejáveis, relacionados principalmente ao fruto (tamanho, espessura da polpa, coloração da semente, sabor, ausência de espinhos), pode indicar um processo de domesticação no qual o pequi vem sendo submetido a um longo período tempo. Neste caso, o pequi dos índios do Xingu teria sido significativamente modificado pela manipulação humana e apresentaria características distintas das populações silvestres.

TIPOS DE PEQUI RECONHECIDOS POR ALGUNS GRUPOS INDÍGENAS DO PARQUE DO XINGU

Critérios de diferenciação	Grupos indígenas estudados*				
	PEQUI CULTIVADO				
<i>Variedades – diferenças morfológicas da semente</i>	<i>Kalapalo</i>	<i>Waurá</i>	<i>Yawalapití</i>	<i>Kamayurá</i>	<i>Kisedje</i>
Vermelho	3	2	1	2	1
Amarelo	1	1	1	1	1
Branco	1	1	1	1	1
Branco para óleo	-	-	1	-	-
Cinza	-	-	1	-	-
Sem-espinho	2	1	1	1	1
Com buraco na semente	-	1	-	-	-
<i>Sub-variedades – diferenças palatáveis, olfativas, de espessura da polpa, de casca e na maturação</i>	8	7	3	3	7
PEQUI NÃO CULTIVADO					
Silvestre ou do campo	1	1	1	1	1

* não considerado o sistema de classificação dos Kuikuro, Matipu, Nafukuá, Mehinaku, Trumai e Ikpeng.

O aprofundamento nos estudos de domesticação poderá trazer mais subsídios para esta questão, mas só poderá ocorrer com o consentimento e a participação destes povos nas pesquisas, pois são eles os responsáveis por estes tipos mais produtivos que ocorrem na região dos formadores do Xingu. Somente desta maneira será possível obter um reconhecimento destes sistemas de manejo indígena e suas práticas culturais associadas a esta variabilidade de pequi, que ainda está por ser redescoberta. (julho, 2006)

NOTAS

¹ O pequi é uma árvore da família das *Caryocaraceae*, cujo gênero *Caryocar* apresenta dezesseis espécies ocorrendo originalmente desde a Costa Rica, terras baixas da Colômbia, Peru até o Paraguai. No Brasil existem oito espécies de

pequi, encontradas desde as florestas úmidas da região amazônica e Mata Atlântica, até os cerrados do centro oeste, e do sudeste e sul do país. Algumas espécies são típicas do cerrado e podem alcançar uma altura de até quinze metros; no entanto, existem espécies amazônicas que chegam a cinquenta metros, formando uma copa de grande área foliar. O fruto pode conter de uma a quatro sementes, protegidas por um endocarpo lenhoso, erigido por espinhos grandes e agudos. A coloração da polpa pode variar entre o alaranjado, amarelo claro ou brancacento.

² De acordo com o termo de cooperação ISA-Natura-Atix para realização das pesquisas sobre o potencial produtivo do pequi, os resultados técnicos devem permanecer em sigilo.

³ Os *Kisédjê* (antigos *Suyá, Jê*), são muito mais recentes nesta região, habitando as margens do rio Suyá Missu, um afluente do Xingu. Também se apropriaram de alguns traços culturais característicos do Alto Xingu, incluindo o cultivo do pequi e mangaba no sistema agrícola de mandioca.

SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS: PROTEÇÃO AINDA NÃO IMPEDE PRIVATIZAÇÃO MAS PODE AJUDAR NO CHÃO

Sistemas agrícolas de povos indígenas e comunidades locais são responsáveis por boa parte da diversidade de cultivos existentes no mundo hoje. Geralmente esses sistemas existem em um ambiente onde redes de intercâmbio pautadas em relações étnicas, de parentesco e amizade determinam normas locais de conduta ligadas ao manejo de plantas. Incluem também a definição de critérios próprios de identificação da diversidade específica e varietal de plantas, de forma que a agrobiodiversidade é constantemente reinventada, aprimorada e reelaborada nas aldeias e roças.

Toma relevo então reconhecer, valorizar e estimular os sistemas agrícolas de povos indígenas e comunidades locais para conservação da agrobiodiversidade in situ através de marcos legais e políticas que fomentem a livre circulação de sementes e o reconhecimento da contribuição desses povos para a existência desse valioso patrimônio genético.

Valioso não apenas como fonte de alimentação e referência cultural. O valor econômico desses objetos biológicos é crescente frente à expansão da indústria agrobiotecnológica, cujos efeitos colaterais de erosão genética são ainda pouco visíveis. Hoje a segurança alimentar da população mundial depende, segundo dados da FAO (Food and Agriculture Organization), de meros dez cultivos. Trigo, milho e arroz respondem por metade da dieta global. Variedades adaptadas localmente, fortalezas genéticas contra pragas, doenças e alterações climáticas vêm desaparecendo por fatores como concentração fundiária, modelo monocultural expansionista e contaminação genética causada por cultivares transgênicas. Mas a própria indústria agrobiotecnológica depende dessa "matéria prima"; cuja variabilidade genética permite desenvolver novos cultivares voltados ao mercado de commodities. O marco legal sobre o qual se consolida essa tendência tem como pivô o sistema de propriedade intelectual, especialmente de patentes (sobre genes usados em variedades agrícolas) e proteção de cultivares (sistema regulado, no Brasil, pela Lei de Proteção a Cultivares – nº 9.456/97). Este se baseia no direito exclusivo de autorizar, mediante pagamento, a reprodução ou comercialização de cultivar registrada, limitando os direitos de agricultores locais de distribuir ou vender material propagatório (sementes, estacas, tubérculos etc.). O impacto indireto disso é a prioridade dada ao melhoramento comercial, buscando variedades especi-

alizadas com maior potencial de mercado, de alto rendimento, mas com alta dependência de insumos e baixa adaptabilidade a alterações ambientais.

Atualmente não há ainda mecanismo que permita a proteção defensiva dos cultivos manejados tradicionalmente contra a privatização através do sistema de patentes ou cultivares. No âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a proteção de conhecimentos tradicionais (artigo 8j) reconhece o direito ao consentimento prévio informado e à vaga repartição de benefícios derivados do uso desses conhecimentos, mas não impede ou afeta direitos de propriedade intelectual obtidos a partir da tradução desses conhecimentos em expressão tecnológica passível de proteção patentária. Na FAO, o recente Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação (TIRFAA), embora seja importante para a conservação ex situ, cria um sistema internacional de acesso entre bancos de germoplasma que indiretamente alimenta o sistema de cultivares privadas.

Por outro lado, alguns mecanismos podem contribuir localmente para a proteção desses sistemas agrícolas tradicionais. Um exemplo é o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Decreto nº 3.551/00) do Iphan, que traz em seu bojo a Política Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), cujas diretrizes incluem a promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais. Essa política ganhou âmbito internacional a partir da aprovação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, adotada pela Unesco em 2003 e ratificada pelo Brasil através do Decreto 5.753/06. De acordo com a Convenção, integram o patrimônio imaterial não apenas as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas mas também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, o que pode incluir, no caso de sistemas agrícolas, plantas, sementes e outros objetos biológicos. O reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais como patrimônio imaterial poderia também abrir caminho para criar interfaces com mercados através da economia solidária e de instrumentos inspirados nas Indicações Geográficas, reconhecendo também a contribuição de determinados povos para a perpetuação desse patrimônio através da valorização de um produto específico resultante do manejo da agrobiodiversidade local. (Fernando Batista, ISA, julho de 2006)

Anos de Muita Agitação

Bruna Franchette

Linguísta e antropóloga, docente e pesquisadora do Museu Nacional (UFRJ)

A ENTRADA DO SÉCULO XXI TROUXE AOS KUIKURO UMA ENXURRADA DE ACONTECIMENTOS E MUDANÇAS CUJOS ASPECTOS E CONSEQÜÊNCIAS AINDA NÃO PODEM SER AVALIADOS ADEQUADAMENTE

Houve momentos difíceis e eventos tristes entre os Kuikuro nesses últimos anos. No final de 2004, esse grupo, junto com os outros povos indígenas do Xingu, tomou conhecimento da construção de um complexo hidrelétrico no curso superior do rio Culuene. Após um primeiro momento de confusão e desentendimento, causado pela tentativa de representantes do governo do estado de Mato Grosso de obter a anuência de “líderes” xinguanos, os Kuikuro participaram com outros 100 índios de uma manifestação no local das obras, exigindo a sua paralisação pelos prejuízos causados ao meio ambiente e pela destruição de sítios sagrados. O antropólogo Carlos Fausto, pesquisador e assessor dos Kuikuro, elaborou o laudo “A Ocupação Indígena do Alto Curso dos Formadores do Rio Xingu e a Cartografia Sagrada Alto Xinguanas”, solicitado pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso e redigido com a assessoria de membros e líderes de diversas comunidades alto-xinguanas. A mobilização e as negociações continuam.

Morreram dois grandes velhos, que levaram consigo muitos conhecimentos e memórias. Agatsipá, também chamado de Jali (anta) e conhecido como “vovô”, faleceu, com mais de 80 anos, em outubro de 2003. Nahu (ou Utu-hususu, “velha armadilha de pesca”) morreu em janeiro de 2005. Entre os últimos sábios kuikuro, eram “donos de narrativas”, especialistas rituais, conhecedores de cantos, memória viva da história dos Kuikuro, do século XX e seus antecedentes no século anterior. Nahu, além disso, foi um protagonista da história dos últimos 60 anos; guia e intérprete dos irmãos Villas-Boas, responsável, com outros, como ele costumava frisar, pela elaboração do projeto do Parque Indígena do Xingu e, em seguida, pela recuperação dos territórios ao sul do PIX, tradicionalmente habitados pelos povos karib da região. Os brancos (os Villas-Boas, Darcy Ribeiro, ministros e

presidentes da República, pesquisadores) tiveram seus nomes consagrados na história escrita, enquanto o nome de Nahu teria desaparecido se não fosse pela sua obstinação em lembrar e querer registrar sua história de vida e sua própria glória, para seus netos e todos os que, futuramente, quiserem reescrever a história do Parque. Para Nahu, foi feito, em agosto de 2005, um *Kwaryp* como jamais se viu, dado o número extraordinário de visitantes, brancos e índios.

MERCADO CULTURAL

Apesar de dois incêndios que destruíram metade das casas da aldeia principal (Ipatse) em agosto de 2004, os Kuikuro conseguiram competir dignamente com os outros alto-xinguanos na promoção e realização de grandes festas intertribais, para as quais confluem cada vez mais “amigos”, autoridades e turistas, do Brasil e do exterior.

A movimentação nos dois sentidos – das aldeias e para as aldeias – tem se tornado cada vez mais intensa. Para o Alto Xingu continuam viajando pesquisadores e documentaristas, alguns propondo contratos aos índios, justos ou não, ou engajando-se em negociações com eles, bem-sucedidas ou não, para uma ou ambas as partes. Os Kuikuro, e os alto-xinguanos em geral, começam a aprender como negociar e como cobrar, uma vez que são plenamente inseridos no mercado cultural global. É “cultura” “tradição”, “beleza”, “festa” o que eles têm, ainda, para mostrar, trocar, vender; a dependência e o consumo de muitos bens industrializados e de infindáveis mercadorias se tornaram, de fato, não só definitivos, como também crescentes. O dinheiro circula e é meio de circulação, definitivamente, e não há quem não se mobilize, hoje, para conseguir as “folhas” do branco. Os alto-xinguanos traçam, aos poucos, seus próprios caminhos de autonomia, engajando-se em “negócios” culturais, produzindo e vendendo arte(sanato), experimentando todas as alternativas que lhes são oferecidas – na política, na saúde, na educação – abrindo mão de umas, acolhendo outras, quase sempre com um “faro” especial não somente para as que possam dar um

ganho imediato. Assim, os parceiros de “negócios” e de “projetos” podem ser indivíduos, ONGs, Funai, órgãos governamentais.

Os Kuikuro fizeram negócios com fotógrafos, desconhecidos e conhecidos, como o francês Serge Giraud, que visitou os Kuikuro em 2003, e famosos, como Sebastião Salgado que trabalhou nos Kuikuro, nos Waurá e nos Kamayurá, em agosto de 2005, para a finalização de seu projeto “Gênesis”. Em 2003, uma equipe da BBC passou três dias na aldeia de Ipatse, para a realização de um documentário.

Todos os anos, nos meses de abril e maio, dois grupos, de cerca de 50 pessoas cada um, se deslocam para a Fazenda Santa Luzia (Ribeirão Preto, SP) e para a Toca da Raposa (JQUITIBA, SP), onde, ao abrigo de projetos educacionais voltados para um público consumidor urbano, construíram reproduções de casas alto-xinguanas e se exibem em manifestações variadas de sua “cultura”, da culinária às danças e cantos, com abundante venda de artesanato. São, essas, ocasiões para estreitar novas amizades, encontrar novos parceiros e realizar novos negócios. A rede de contatos e de oportunidades se amplia e se torna mais complexa, progressivamente. E tem os “projetos” de pesquisa e culturais, as fontes de recursos, em dinheiro, mercadorias, equipamentos, mas que têm se tornado, paulatinamente, ferramentas importantes nas mãos dos índios, uma vez que eles estão se transformando em consultores, parceiros, gestores, executores, idealizadores desses projetos.

O Projeto de Documentação da Língua Kuikuro, iniciativa de pesquisadores do Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro, começou em 2001 como desenvolvimento de uma pesquisa que tinha dado seus primeiros passos no final dos anos de 1970. Esse projeto foi o estímulo para que os Kuikuro concebessem seu próprio projeto de documentação – das festas, dos rituais, da “cultura” – sob a coordenação de seus chefes e líderes, preocupados com os rumos das jovens gerações.

Em outubro de 2002, a criação da Aikax (Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu), sociedade civil sem fins lucrativos com sede e fórum na aldeia de Ipatse, município de Gaúcha do Norte (MT), marcou um passo político importante na direção de uma organização que viabilizasse financiamentos externos. Assim, hoje estão sendo realizados dois projetos pensados, realizados e geridos pelos Kuikuro: um documentário sobre o ciclo ecológico do pequi, sua festa e suas histórias (PDPI/MMA) e “Rituais Kuikuro do Alto Xingu: Tradição e Novas Tecnologias da Memória”

(Petrobrás Cultural, MinC). Cinco jovens kuikuro aprenderam, com a ONG Vídeo nas Aldeias, os segredos da filmagem e da edição e dois vídeos por eles produzidos circulam por mostras no Brasil e no exterior. O primeiro (Ngune elü – O Dia em que a Lua Menstruou) já arrebatou cinco prêmios, em 2004 e 2005. A construção de uma “casa da documentação da cultura” deve começar na seca de 2006 na aldeia de Ipatse.

PESQUISA E EDUCAÇÃO

Em setembro de 2003, os Kuikuro se tornaram “falados” e famosos. Foram protagonistas de reportagens, entrevistas, artigos, no Brasil e no exterior, apareceram no Jornal Nacional da TV Globo. Ahukaká e Tabata, chefes Kuikuro, estão entre os autores de um artigo publicado na revista *Science* (Heckenberger, M. J., A. Kuikuro, U. T. Kuikuro, J. C. Russel, M. Schmidt, C. Fausto, B. Franchetto. “Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?”. *Science* 2003 301, p. 1710-1714). A causa foi a divulgação dos primeiros resultados de um projeto de pesquisa arqueológica, em andamento no território kuikuro desde 1993 sob a responsabilidade de Michael Heckenberger (Universidade da Flórida, EUA). A pesquisa gerou dados sobre a ocupação indígena na região de 800 a 2002 d.C., bem como uma nova e diferente visão das sociedades nativas amazônicas antes da conquista e do impacto desta em termos de redução demográfica e reestruturação sócio-cultural. A comunidade Kuikuro tem acompanhado e participado da pesquisa arqueológica com grande interesse e entusiasmo; o projeto tem sido, também, fonte de recursos para a Aikax.

As atividades de educação escolar e de formação de professores foram também intensas. Novos professores concluíram o Magistério Indígena, iniciativa do ISA. Um novo capítulo se abriu com a entrada no curso de Licenciatura do 3º Grau Indígena da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Como docente de lingüística, acompanhei, de 2001 a 2005, a formação de 200 professores indígenas que receberão o diploma de ensino superior em junho de 2006. Entre os formandos estão dois Kuikuro, um deles pronto para ser um futuro lingüista. Outros professores alto-xinguanos começaram em 2005 sua graduação na mesma Universidade. Novos livros em língua indígena (monolíngües ou bilíngües) foram publicados e publicações sobre outros temas – matemática, ecossistemas, calendário das estrelas, narrativas – estão sendo preparadas. Apesar de a discussão da ortografia não estar encerrada, os Kuikuro são, hoje, escritores, em sua própria língua, de mãos cheias. (*maio, 2006*)

GERAL

MORRE PARU, O GRANDE EMBaixADOR DO ALTO XINGU

Faleceu Paru Yawalapiti, uma das mais importantes figuras da geração que presenciou e atuou como principal protagonista do contato entre brancos e índios da região compreendida na porção sul do Parque do Xingu, mais conhecida como Alto Xingu. Paru, pai do também renomado Aritana, era a figura que vinha para avaliar o forasteiro, medir potenciais amigos e receber os grandes aliados – como os irmãos Villas Boas, com quem sempre manteve uma relação de impecável amizade, solidariedade e admiração. Paru, que na época do contato chamava-se Kanato, como foi conhecido por muitos anos, era quem diagnosticava os espaços possíveis de alianças e acordos de cooperação entre o mundo dos brancos e as demais etnias do Alto Xingu.

Paru sempre exerceu o papel de mediador político, mas não era a figura que se colocava sob a luz dos holofotes, criando o filho Aritana para esse papel. Um dos poucos falantes da língua Yawalapiti – pois seu grupo reduziu-se a menos de dez pessoas, quando feito o contato – casou-se com três irmãs Kamairurá com quem teve mais de seis filhos, todos educados para manter e perpetuar esse papel de agentes de contato entre dois mundos inexoravelmente fadados ao convívio. Consciente dos desígnios dessa história, ele zelava pela tradição e apregoava dignidade e generosidade material para balancear a convivência irreversível. Foi provavelmente essa visão de Paru – presa à tradição mas aberta aos estrangeiros e aos pesquisadores respeitosos ao pacto da dignidade – que levou a Funai a manter no Parque do Xingu o padrão de assistência mais elevado do que em outras terras indígenas. O desaparecimento de Paru poderá abrir grandes brechas à já ameaçada integridade cultural repleta de orgulho e exuberância dos povos do Alto Xingu. *(Marina Kahn, ISA, 05/11/01)*

MT PROCESSA UNIÃO PARA REAVER TERRAS DO PARQUE

Um laudo antropológico, feito a pedido do Supremo Tribunal Federal (STF), é o mais recente lance de uma batalha judicial que se arrasta há 18 anos, tendo Mato Grosso e a União Federal em lados opostos e os 2,6 milhões de hectares do Parque Indígena do Xingu – e os 4,6 mil índios de 14 etnias que ali vivem –, no centro das discussões. No processo, que já soma 13 volumes e quase 4 mil páginas, a Procuradoria do Estado tenta provar que o parque foi criado não sobre terras de fato indígenas, mas

em áreas devolutas repassadas ao patrimônio estadual ainda no século 19, que jamais foram a ocupação permanente de qualquer das etnias existentes hoje no parque. Alegando ser o Xingu um parque “artificial”, Mato Grosso pede indenização por perdas e danos.

No STF, o processo de desapropriação indireta transcorreu por 11 anos até ser encaminhado na forma de Carta de Ordem à 2ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, em 1997. Essa instância ficou encarregada de realizar uma perícia antropológica na região do Xingu, para confirmar se havia ou não a presença de índios na área do parque em anos anteriores à sua criação. O trabalho acabou sendo realizado entre os meses de julho e novembro de 2001 pelo antropólogo João Dal Poz. O perito, em mais 300 páginas de relatório, assegura que a ocupação humana na região do rio Xingu e seus contribuintes remonta a pelo menos 800 anos. *(André Alves, Estação Vida, 16/07/02)*

XINGU TERÁ VÁRIOS KUARUP

A festa do Kuarup, tradição cultural dos povos indígenas do Xingu realizada para homenagear os mortos, será celebrada este ano em diversas aldeias. Para o Kuarup da aldeia Yawalapiti, programado para os dias 03 e 04 de agosto, em homenagem ao líder indígena e pajé, Paru, pai do cacique Aritana, conhecido internacionalmente e falecido no final do ano passado, estão convidados diplomatas, jornalistas, políticos e interessados na questão indígena. A Administração Executiva Regional do Xingu, única que funciona na sede da Funai em Brasília, recebeu ontem, por rádio, a informação de que os homens das aldeias onde haverá Kuarup iniciaram na sexta-feira passada (26), o período de pesca para alimentação dos convidados durante a tradicional festa. O peixe será moqueado (defumado) e guardado para grande recepção aos convidados. Todas as aldeias participam do Kuarup dos vizinhos. É uma grande integração das etnias que habitam o Parque do Xingu. *(Site da Funai, 29/07/02)*

ÍNDIOS RECEBEM TREINAMENTO PARA VOTAÇÃO

Eleitores indígenas do Alto Xingu receberão treinamento para votação em urnas eletrônicas a partir do dia 15 de setembro. Para chegar a primeira aldeia da região, a dos índios Mehinako, os funcionários do cartório da 57ª Zona Eleitoral, pertencente ao município de Paranaatinga, terão que subir o rio Kurisevu, numa viagem que dura cerca de 12 horas. O treinamento será destinado aos 280 índios que optaram por fazer o alistamento eleitoral, uma vez que os indígenas são livres, para escolher

se participam ou não, do processo eleitoral. Essa decisão prevalece sobre a obrigatoriedade da Lei Brasileira, porque os povos indígenas, têm o direito constitucional de viver segundo seus costumes, usos e tradições. Este ano, a região do Alto Xingu conta com um candidato a deputado federal, o já vereador, Amanua Kamayurá (PSDB). Uma das exigências para que os índios entrem na corrida eleitoral, é o conhecimento da língua portuguesa. *(Fôlha do Estado, 09/09/02)*

MORRE ORLANDO, O ÚLTIMO DOS IRMÃOS VILLAS BÔAS

Internado desde o dia 14/11 no Hospital Albert Einstein, em São Paulo (SP), o mais célebre indigenista do Brasil, conhecido como o “Pai do Xingu”, faleceu nesta quinta-feira de falência múltipla dos órgãos. O enterro será realizado amanhã, às 14 horas, no Cemitério do Morumbi.

Orlando Villas Bôas morreu aos 88 anos, tendo vivido mais de três décadas na região que hoje abriga o Parque Indígena do Xingu, dos quais é um dos idealizadores. “De todos os contatos, acho que o único bem que fizemos para os índios do Xingu foi fechá-los dentro de uma determinada área, não permitindo que ali se repetisse o que aconteceu com todos os índios do Brasil”, afirmou Orlando em uma entrevista à imprensa. “É preciso observar que, com a criação do Parque Indígena do Xingu, demos impulso à nossa política indigenista, que partia da premissa de que os índios deveriam ser protegidos pelo governo federal das frentes de ocupação, em parques e reservas de acesso restrito, para ser gradativamente integrados à sociedade e à economia do Brasil.” Em 1999, o Instituto Socioambiental (ISA) apresentou ao indigenista os resultados do Diagnóstico Socioambiental dos Formadores da Bacia do Rio Xingu. O sertanista se mostrou perplexo e bastante preocupado com os resultados do estudo que demonstram que, devido à ocupação indevida do entorno, com o estabelecimento de atividades agropecuárias e o cultivo de soja,



Selo dos Correios homenageia Orlando Villas Bôas

entre outros impactos socioambientais, o parque se tornará insustentável a longo prazo. Em entrevista à Agência Estado, Márcio Santilli, integrante do Conselho Diretor do ISA, comenta: “em relação ao Orlando, nós do ISA já levamos à frente seu compromisso de preservar o Parque Indígena do Xingu, uma de suas heranças para as futuras gerações deste país”. (*Cristiane Fontes, ISA, 12/12/02*)

KUARUP VAI HOMENAGEAR ORLANDO VILLAS BOAS

Na madrugada do dia 19 para 20 de julho, a Aldeia Yawalapiti, no PIX será palco do quarup, cerimônia na qual os índios vão homenagear o mais importante indigenista brasileiro de todos os tempos: Orlando Villas Boas, morto em 12 de dezembro de 2002. Normalmente, o quarup ocorre quando morre algum índio respeitado. Participam os membros da tribo e alguns representantes das aldeias próximas. Mas essa celebração será especial, por causa da importância de Villas Boas: vão tomar parte integrantes de todas as 14 tribos do Xingu e a família de Orlando, além de índios de outros Estados. Piracumã, índio da tribo Yawalapiti e um dos organizadores, estima em mil o número de índios presentes no evento. Marina Villas Boas, viúva de Orlando, e seus filhos, vão para o parque no dia 13, ajudar nos últimos preparativos. (*Oesp, 07/07/03*)

MAIS DE MIL ÍNDIOS E CONVIDADOS ERAM ESPERADOS

Realizado neste fim de semana, na aldeia Yawalapiti, no Alto Xingu, o Quarup é uma das mais tradicionais festas indígenas do Brasil. Esta em especial homenageia o sertanista Orlando Villas Bôas, falecido em 12 de dezembro de 2002. Na cerimônia, os mortos são representados por toras de madeira, chamadas quarup, fincadas no centro da aldeia. Durante a madrugada, índios cantam em uma espécie de choro enquanto agitam seus chocalhos, chamados de maracás. O ritual marca a passagem dos espíritos para um lugar confortável ao nascer do dia, quando o fogo é apagado. Eram esperados mais de mil índios e convidados para a cerimônia. (*Gazeta do Povo, 21/07/03*)

BASE DA FAB NO XINGU PODE SER CENTRO DE PESQUISAS

Na sexta-feira (24/10), o governador Blairo Maggi visitou as instalações desativadas da estação da Base da Força Aérea Brasileira (FAB), na localidade denominada Jacaré, no PIX. No local, há um conjunto de casas, criação de gado e galinhas e apenas um morador: o funcioná-

rio da Funai, Manoel Pinto de Moraes. “Tem muita coisa aproveitável. Vamos aguardar o projeto dos índios para definir o que pode ser feito”, avaliou o governador.

Além do centro de pesquisas, a Superintendência de Política Indígena, órgão ligado à Casa Civil, estuda a possibilidade de montar no Parque do Xingu uma fábrica de condimentos como colorau, pimenta moída, gengibre seca e açafrão. Outro projeto que está sendo analisada, o qual conta com o apoio do Governo do Estado, é a instalação de uma fábrica de sal de aguapé no Xingu. (*Midianews, 25/10/03*)

COBRANÇAS AO GOVERNADOR DO MT, BLAIRO MAGGI

Representantes dos povos indígenas do PIX cobraram atenção do governador Blairo Maggi (PPS) para as questões ambientais e fundiárias. Na audiência realizada ontem, durante o governo itinerante, eles entregaram uma carta de reivindicação ao chefe do Executivo. A comitiva do governador, composta por secretários, prefeitos e deputados, pousou no posto Leonardo Vilas Boas, no coração do Xingu. Ninguém foi poupado. Os prefeitos dos 11 municípios que circundam o Parque, o governador e sua equipe receberam críticas em relação ao tratamento destinado aos indígenas. Depois de ouvir todas as reivindicações, o governador avaliou como positiva a visita ao Parque e afirmou que, por meio da Superintendência de Ouvidoria Indígena, irá tomar providências em relação às questões apresentadas, principalmente no que diz respeito à contaminação dos rios e à recuperação das matas ciliares. (*Diário de Cuiabá, 24/10/03*)

KUARUP HOMENAGEIA QUATRO ÍNDIOS E ROBERTO MARINHO

A festa do Quarup, na aldeia Kamayurá, este ano homenageou quatro líderes indígenas locais e o presidente das organizações Globo, Roberto Marinho, falecido em agosto de 2003. As festividades do Quarup começaram há duas semanas e terminaram ontem. O último ciclo teve início na tarde de sábado, logo após a chegada do ministro da Justiça Marcio Tomas Bastos e Marinho à aldeia. Dois índios, tocadores de flautas de quase dois metros de comprimento, passam pelas ocas convidando adolescentes para dançar. À noite, os familiares dos mortos se reúnem em volta de troncos postos no pátio central e choram pelos mortos. A idéia de homenagear Roberto Marinho foi do pajé Sapaim, da aldeia Kamauirá. Ele disse que, embora não tenha conhecido Marinho pessoalmente, sonhou que um espírito pedia um tributo a ele. (*O Globo, 15/08/04*)

TURISMO INDÍGENA SUSTENTÁVEL

Os povos xinguanos Waura e Trumai, duas das 14 etnias existentes no Alto Xingu, formaram a Associação Puwixa Wene para desenvolver projetos de turismo indígena na borda Oeste do PIX. O primeiro passo foi a criação de uma aldeia turística, implantada em área externa, de propriedade particular, porém próxima ao Parque. É nessa estrutura inspirada nas tradicionais aldeias das comunidades indígenas do Xingu, onde serão recepcionados os turistas. No local foram construídas cinco ocas. Duas são reservadas à exposição e comercialização do artesanato xingano; uma é a Casa dos Homens, destinada a reuniões e manifestações culturais; outra acomoda as famílias indígenas que se revezam no local de forma a não gerar impactos no cotidiano das tribos e a quinta oca serve para acomodação dos turistas, com limite de no máximo dez pessoas por grupo.

O recurso arrecadado com a venda de artesanato e visitação à aldeia turística será aplicado pela associação Puwixa Wene em programas de saúde indígena, transporte e fiscalização das fronteiras do Parque, entre outras. (*Gazeta de Cuiabá, 19/09/04*)

GOVERNO DE MT LANÇA O ROTEIRO XINGU PARA TURISTAS

Visando a diversificar cada vez mais sua oferta turística e buscar alternativas sustentáveis de sobrevivência para as comunidades indígenas, o Governo do Estado de Mato Grosso lança nesta terça-feira (08.03), no Sesc Pompéia, em São Paulo, o Roteiro Xingu. A apresentação do roteiro é um convite para que os turistas conheçam a fascinante cultura indígena em um lugar de rara beleza no Brasil. O projeto visa a divulgar as tradições indígenas do Xingu, por meio de um turismo ecológico e consciente e promover o desenvolvimento sustentável da região, criando alternativas econômicas com mínima interferência no cotidiano das aldeias. (*24 Horas News, 07/03/05*)

GOVERNO ENTREGA NOVA Balsa A ÍNDIOS DO XINGU

Índios de 14 etnias do PIX serão beneficiados com a doação de uma balsa, cedida pelo Governo do Estado. A entrega do equipamento será amanhã, no Município de Marcelândia. As embarcações são usadas no transporte de produtos, máquinas e pessoas. “É muito importante. Facilita muito a vida nas aldeias, principalmente na época de eventos, de festas, que envolvem o transporte de um grupo maior de pessoas”, avaliou o cacique Aritana Yawalapiti,

que esteve nesta quarta-feira (15/06) de manhã reunido com o secretário da Casa Civil, Joaquim Sucena, para acertar os detalhes da entrega da balsa. (*Diário de Cutabá, 15/06/05*)

KUARUP EM HOMENAGEM A APOENA MEIRELLES

Os índios Kuikuro do Alto Xingu celebram no próximo dia 25 um Kuarup em homenagem ao indigenista Apoena Meirelles e a três anciões da aldeia. Apoena Meirelles foi assassinado no dia 10 de outubro de 2004, aos 55 anos, depois de ser vítima de um assalto numa agência do Banco do Brasil de Porto Velho, Rondônia. Em sua última missão, Apoena coordenava uma força-tarefa criada para impedir a entrada de garimpeiros na terra dos Cinta-Larga e na área de mineração de diamantes da TI Roosevelt. (*Funai, 19/08/05*)

SEBASTIÃO SALGADO DEFENDE O PARQUE DO XINGU

O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado foi presença ilustre no Kuarup que aconteceu esta semana na aldeia Ipatse, dos Kuikuro, no Alto Xingu. Mundialmente conhecido por imagens que divulgam lutas sociais e denunciam mazelas nos países em desenvolvimento, Salgado defende a criação de um movimento nacional em defesa do parque. Ele considera o Xingu uma referência cultural para o Brasil e a humanidade. “Eu espero que haja uma ação nacional contra essa corrida ao lucro, essa ganância do mundo da soja. É preciso tomar cuidado para não destruir essa referência nacio-



Sebastião Salgado fotografa a festa do Kuarup em homenagem ao sertanista Apoena Meirelles.

VALTER CAMPANATO/ABR. AGO. 2005

nal”, diz. O fotógrafo conta que está no Xingu colhendo imagens para seu novo projeto, intitulado Gênesis. (*Portal Terra, 28/08/05*)

LIDERANÇAS DO XINGU CONTRA MADEIREIROS

As lideranças indígenas que garantem a convivência pacífica dos quase 5 mil índios de 14 etnias habitantes da região do Alto Xingu enfrentam atualmente o desafio de levar a consciência ambiental aos próprios índios. Representantes de uma única comunidade Trumáí têm autorizado a entrada de madeireiros nas terras indígenas. Os demais líderes agora têm de convencer o cacique Ararapam a voltar atrás. “Trumáí é outra cabeça. Não sei se é por causa de mais recurso que está vendendo madeira.

Eu acho muito errado. Mas outras aldeias aqui não fazem isso não”, diz Atamai, chefe dos Waurá, que participou do Kuarup na aldeia Ipatse, dos Kuikuro, encerrado nesta sexta. Afukaká, líder dos Kuikuro, e anfitrião do Kuarup que aconteceu esta semana, diz que as lideranças das 14 etnias que habitam o Alto Xingu já mandaram uma carta pedindo a retirada dos madeireiros à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele diz que os Trumáí fizeram tudo por conta própria. “Foi sem consultar liderança. Nunca consultaram isso”, afirma ele. (*Radiobrás, 26/08/05*)

PLANTIO DE SERINGUEIRA COMO ALTERNATIVA DE RENDA

A prefeitura de Gaúcha do Norte (MT), um dos municípios vizinhos ao PIX, está propondo aos índios da região o plantio de seringueiras como forma de geração de renda para as comunidades, com a venda do látex. O projeto já conta com apoio de lideranças, segundo o vereador Tamalú Mehinaku, e foi apresentado ao presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Para Mércio, a princípio, a idéia pode ser uma boa alternativa. “Os índios estão dispostos. É muito melhor que pensar num projeto agrícola com soja ou milho”, diz ele. O presidente da Funai lembra que seria preciso investir na capacitação dos índios. Ele conta que, anos atrás, os Xavante foram beneficiados por projeto semelhante, com 16 mil mudas da árvore e acabaram inadvertidamente incendiando na plantação, porque utilizam o fogo como forma de espantar animais na direção dos caçadores.

Kuarup homenageia o sertanista Apoena Meirelles (aldeia Ipatse, dos Kuikuro, PIX). Na foto, Francisco Meirelles, filho de Apoena, está ao lado do tronco em homenagem ao seu pai, assassinado em Rondônia em 2004.

VALTER CAMPANATO/ABR. AGO. 2005



“Nós fornecemos as mudas e damos assistência com carência de sete anos para o pagamento pelo serviço, porque a seringueira demora seis anos para começar a produzir”, explica o prefeito. *(Radiobrás, 28/08/05)*

MULHERES XINGUANAS CONQUISTAM NOVO ESPAÇO

No período de 1º a 4 de outubro, 60 mulheres das etnias Kaiabi, Yudja, Ikpeng, Kamaiura, Trumai e Waura, que habitam o Baixo e Médio Xingu, se reuniram no Posto Indígena Diauarum, no Parque Indígena do Xingu, para debater saúde feminina e as doenças sexualmente transmissíveis. O II Encontro das Mulheres Xinguanas foi organizado pela Unifesp em parceria com o ISA e a Atix com apoio do Distrito Sanitário Especial do Xingu. A antropóloga Carmem Junqueira, a médica Neila Speck, a cantora Kátia Teixeira e o chefe do DSEI, Jamir Ferreira, foram os convidados. A escolha do tema foi iniciativa das mulheres xinguanas, preocupadas com a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) que passaram a fazer parte do quadro de doenças do Xingu a partir dos últimos anos, quando a frequência de homens na cidade começou a se intensificar. As consequências se agravaram com o aumento de casos de câncer de colo de útero, hoje associado ao vírus HPV, um tipo de doença transmitida por relações sexuais. Essa preocupação havia sido manifestada pelas mulheres há dois anos durante a realização do I Encontro na aldeia Yawalapti. *(Rosana Gasparini/ISA, 12/10/05)*

EDUCAÇÃO

COMEÇA O PRIMEIRO CURSO SUPERIOR INDÍGENA

Os Cursos de Licenciatura Específicos para a Formação de Professores Indígenas, da Universidade do Mato Grosso (Unemat), terão sua aula inaugural no dia 9 de julho. Trata-se do primeiro curso superior voltado exclusivamente para a formação de índios e tem como principal desafio a interação entre o conteúdo acadêmico e sua aplicação nos cursos que lecionam. É a primeira vez no Brasil que um curso superior é oferecido exclusivamente aos índios. São 180 vagas para professores do Mato Grosso e 20 para professores de outros estados e de países latino americanos. Entre os aprovados estão 22 professores ligados a projetos de educação do ISA, sendo 18 do PIX (2 Ikpeng, 1 Juruna, 1 Kalapalo, 2 Kamaiurá, 5 Kayabi, 1 Kuikuro, 1 Matipu, 2 Mehinako, 2 Suyá, 1 Yudjá) e quatro de comunidades do Rio Negro (2 Baniwa, 1 Bare e 1 Tukano).

Porém, apesar do pioneirismo da iniciativa, seu caráter generalizador pode representar um obstáculo aos resultados na prática. “Seria preciso conhecer o currículo e a situação pedagógica específica de cada escola indígena para que o curso garantisse aos participantes uma formação de aplicação mais direta na prática”, alerta Marta Azevedo, coordenadora do projeto de educação indígena do Programa Rio Negro do ISA e participante do Diagnóstico das Escolas Indígenas do Mato Grosso. Apesar da complexidade envolvendo o projeto de formação indígena da Unemat, a instituição pretende ampliar sua área de atuação. *(Ricardo Barretto, ISA, 26/06/01)*

PROJETO DE EDUCAÇÃO RECEBE PRÊMIO

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) entregou ontem, 10/12, no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, os prêmios que concedem anualmente. O Projeto Formação de Professores Indígenas do PIX, desenvolvido em parceria pelo ISA e a Atix, foi o vencedor na categoria educação. Os representantes do projeto dividiram o reconhecimento com a Atix e as instituições que vêm dando apoio às suas atividades: Fundação Rainforest da Noruega, Natura, Abring, Colgate, Fundação Ford, Embaixada do Reino Unido, Embaixada do Canadá, Programa Povos Indígenas da Cooperação Norueguesa, Funai, Ministério da Educação e governo do Mato Grosso. *(ISA, 11/12/01)*

PROFESSORES DO XINGU RECEBEM DIPLOMA

No dia 1º/12, realizou-se a formatura de 32 participantes do Curso de Formação de Professores do PIX. Além de lecionar e elaborar o projeto político-pedagógico das escolas do PIX, os professores indígenas se tornaram importantes defensores dos interesses das comunidades. Pintados e enfeitados conforme a tradição cultural de seu povo, 32 professores indígenas das aldeias Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá, Kayabi, Kuikuro, Matipu, Mehinaku, Nahukuá, Suyá, Trumai, Yudjá e Panará (estes não vivem mais no Xingu) receberam seus diplomas do Curso de Formação de Professores do Parque Indígena do Xingu. O curso é um projeto iniciado pelo ISA em 1999 e tem como objetivo habilitar professores indígenas para o magistério e capacitá-los para a elaboração do projeto político-pedagógico e gerenciamento das escolas. Para auxiliar os novos alunos e aperfeiçoar seus conhecimentos, os professores continuam a participar do curso mesmo depois de formados. Atualmente, integram o

projeto 61 professores, que lecionam para 1.250 alunos em 30 escolas de 1ª a 4ª série do PIX. *(Ricardo Barretto, ISA, 22/12/01)*

RECOMENDAÇÕES PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Sem a presença de alguns importantes interlocutores do governo, terminou ontem, 13/03, em Brasília, a Reunião Extraordinária sobre Educação Escolar Indígena promovida pelo MEC e pelo CNE. O ISA apresentou recomendações para a reformulação da educação indígena no Parque do Xingu (MT) e no Rio Negro (AM), e propostas em nível nacional. Professores e lideranças indígenas de várias regiões relataram a situação de descaso no atendimento às escolas e a ausência ou precariedade dos programas de formação de professores indígenas na maioria dos estados brasileiros. Algumas recomendações foram feitas pelo ISA em relação à educação escolar indígena no Brasil. As grandes prioridades apontadas são: a formação inicial e continuada dos professores indígenas, que inclui a realização de cursos e o acompanhamento pedagógico às escolas das aldeias, a produção de materiais didáticos específicos, a formação política de professores e lideranças indígenas para que possam cobrar a responsabilidade dos órgãos governamentais e realizar o gerenciamento da educação escolar. Hoje, no Brasil, a educação indígena responde por 1.392 escolas, 93 mil alunos e 3.059 professores indígenas, além de outros 939 professores não-índios. Desse total, apenas 1,5% dos professores indígenas possuem ensino superior completo e 17,6% possuem o ensino médio com magistério completo. Em relação aos alunos, 81% estão no ensino fundamental, sendo que 82% deles estão cursando de 1ª. à 4ª. série. *(ISA, 14/03/03)*

ÍNDIOS DO XINGU GANHAM CERTIFICADOS DO QUALIFICAR

O governador Blairo Maggi e a secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania, Terezinha Maggi, entregaram nesta terça-feira (09.12) certificados de vários cursos oferecidos do Programa Qualificar aos índios do PIX, durante visita dos caciques Raoni Kayapó e Aritana Yalapiti, no Palácio Paiaguás. Maggi e Terezinha entregaram aos líderes indígenas os certificados dos cursos realizados em Colíder (650 km ao Norte de Cuiabá). Os índios foram contemplados com os seguintes cursos: irrigação I e II, criação de queixada I e II, corte e costura, criação de açúcar mascavo I e II, fruticultura I e II, peixes e tambaqui, informática básica, criação de galinha caipira e plantio de café. *(24 Horas News, 09/12/03)*

PROJETO DE EDUCAÇÃO É NOVAMENTE PREMIADO

No dia 05 de dezembro, aconteceu no Rio de Janeiro mais uma edição do Prêmio Gestão Pública e Cidadania, parceria da Fundação Getúlio Vargas (SP) com a Fundação Ford e apoio do BNDES. A edição deste ano premiou o Projeto Formação de Professores do Parque Indígena do Xingu desenvolvido pela Atix em parceria com o ISA. O projeto foi um dos vinte finalistas e ficou entre os cinco destaques. O programa tem como objetivo identificar, estudar, disseminar e premiar iniciativas inovadoras introduzidas pelos poderes públicos, estaduais e municipais, e por organizações próprias dos povos indígenas. Neste último caso está a Atix este ano com o Projeto de Formação de Professores. No ano passado, o Projeto Arte Baniwa, do Alto Rio Negro, ficou entre os cinco destaques. (ISA, 9/12/03)

CONSELHO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA DO MÉDIO E BAIXO XINGU

Professores e lideranças das etnias Kisêdjê, Kaiabi, Txicão, Juruna, Yudjá, Ikpeng e Trumai das aldeias situadas no Médio e Baixo Xingu reunidos no Posto Indígena Diauarum, durante os dias 13 e 14 de abril, criaram o Conselho de Educação Indígena do Médio e Baixo Xingu - CEIMBX. A reunião foi promovida pela ATIX e contou com a participação de representantes da FUNAI e do ISA. O CEIMBX é formado por 13 indígenas, entre professores e representantes das aldeias, e será dirigido por uma coordenação tendo como presidente o professor Korotowi Ikpeng e Jwosipep Kaiabi Juruna como vice-presidente. O Conselho propiciará o fortalecimento da educação no Médio e Baixo Xingu, com a responsabilidade de refletir e conduzir as diversas demandas das comunidades, bem como de atuar de forma reivindicativa junto à Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso para que se cumpra as obrigações legais, especialmente em relação à oferta de formação inicial e continuada dos professores. (Site da Funai, 29/04/05)

COMEÇA O CURSO HAIYÔ PARA PROFESSORES DO ALTO XINGU

Cerca de 14 etnias do PIX iniciaram esta semana a primeira etapa do curso Haiyô de Formação para o Magistério Intercultural destinado para os professores índios, que lecionam em escolas localizadas nas aldeias do Alto Xingu. O curso, que terá duração de um mês, ocorre no posto indígena Leonardo na Escola Estadual Indígena Vilas Boas. Nesta primeira eta-

pa, estão sendo formados 25 professores índios. O curso Haiyô de Formação está sendo promovido pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), em parceria com o Ministério da Educação (Mec). (Seduc, 16/09/05)

SAÚDE

POPULAÇÃO CRESCE NO XINGU

Melhoria do atendimento médico e fim das disputas territoriais aumentam a taxa de natalidade das tribos do Parque Nacional do Xingu, que, entretanto, assistem à crescente destruição de seus valores culturais, especialmente entre as gerações mais jovens.

Em meados da década de 40, quando a expedição Roncador-Xingu chegou ao Mato Grosso, eles eram 12. Hoje, são aproximadamente 280. A história dos índios ionalapiti é igual à de muitas outras tribos da região. É a mesma dos xavante e dos kamaiura. Os xavante, que vivem em aldeias nas proximidades do parque, triplicaram sua população nos últimos 50 anos. Passaram de 3.000 mil para 9.000. Os kamaiura também experimentam uma explosão populacional. Eram 20. Hoje, são cerca de 200. Segundo dados da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), responsável pelo atendimento médico no parque, o índice de natalidade entre os xinguanos 2,91% é o dobro da média nacional. Já o coeficiente de mortalidade geral 6,17 por mil é três vezes menor que a média nacional, informa Selma Ferreira, diretora técnica do Distrito Sanitário do Xingu e coordenadora de uma equipe formada por quatro médicos, cinco enfermeiros, três dentistas e 12 auxiliares de saúde, responsável pelo atendimento médico na área. Para Tacumã, cacique kamaiura, e Aritana, chefe maior dos ionalapiti

e principal líder dos povos do Alto Xingu, a explosão demográfica, longe de ser um problema, é, para eles, a solução. No caso dos ionalapiti, mais do que uma questão numérica, a explosão demográfica significou o renascimento de uma nação que, quando do contato com a Roncador-Xingu, estava prestes a ser riscada do mapa. (Estado de Minas, 10/03/01)

FUNASA PROMETE LIBERAR DINHEIRO ATRASADO

A Funasa se comprometeu em liberar o dinheiro para o atendimento da saúde de 3 mil índios que fazem parte do Projeto Xingu. A idéia é de que isso ocorra até o fim desta semana. O repasse, de R\$ 1,584 milhões, referente ao projeto da Unifesp, estava atrasado desde o começo de julho e ameaçava atividades do programa, como campanhas de vacinação e cursos para formação de agentes de saúde. A denúncia foi feita no II Seminário Internacional de Demografia e Saúde dos Povos indígenas que acontece até o dia 11, em São Paulo. O presidente da Funasa, Paulo Lustosa, justifica o atraso devido a problemas de prestação de contas da instituição. "O convênio foi renovado em maio e quando se renova um convênio necessariamente você não tem de imediato o recurso na mão. É preciso que o Tesouro Nacional estabeleça os limites de pagamento, só depois a gente pode fazer a liberação", diz ele. "A gente tem uma outra em coisa que é crucial: o problema de prestação de contas. Às vezes, nossos caros amigos resolvem não prestar conta ou prestam com uma série de limitações. Esse problema de prestação de contas não é uma questão nossa, é da Controladoria Geral da União que impõe restrições e nós somos obrigados a cumprir." (Radiobrás, 10/08/05)

CONCLUSÃO DO I CURSO DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM INDÍGENAS

Amanhã, 7 de junho, 16 índios voarão do Parque do Xingu até São Paulo para comemorar sua formatura no primeiro Curso de Auxiliares de Enfermagem Indígenas, empreitada pioneira da Unifesp/Escola Paulista de Medicina em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso.

O curso de auxiliares de enfermagem, iniciado em julho de 1997, faz parte da proposta de capacitação de profissionais indígenas iniciada em 1990 pela Unifesp/Escola Paulista, em convênio com a Funasa para atuar no Distrito Sanitário Indígena do PIX. A iniciativa atende a uma antiga reivindicação dos índios para que gradativamente os profissionais não índios que atuam na região sejam substituídos.

Em janeiro de 2001, concluíram o curso sete índios da etnia Kaiabi, um Suiá, dois Juruna, um Ikpeng, dois Kamaiura, um Nafukuá, um Waurá e

um Kuikuro. Todos são do sexo masculino, têm idade máxima de 20 anos e já possuíam experiência de trabalho como agentes de saúde. Segundo Lavínia Santos de Souza Oliveira, enfermeira e coordenadora pedagógica do projeto, a participação de mulheres nessa área iniciou-se em 1998 e será a próxima prioridade de formação.

Lavínia Oliveira relata que os próprios alunos levavam em conta a sua realidade, abordando as chamadas "doenças do índio", diferentes das "doenças do branco". E reportavam-se ao conhecimento da medicina tradicional praticada dos pajés, rezadores e raizeiros. Além disso, pajés fizeram palestras sobre o conhecimento indígena da história dos povos e das doenças. Pesquisas foram feitas nas aldeias junto aos mais velhos para conhecer o caminho e origem de algumas moléstias. (Valéria Macedo, ISA, 06/05/01)

ATENÇÃO MÉDICA RECUPERA POPULAÇÃO INDÍGENA

Os 40 anos do Programa de Saúde da Escola Paulista de Medicina/Unifesp no Xingu foram comemorados em São Paulo, de 8 a 11 deste mês, com um seminário sobre demografia e saúde dos povos indígenas e o lançamento do livro "Parque Indígena do Xingu Saúde, Cultura e História", organizado pelos professores Roberto G. Baruzzi e Carmen Junqueira.

No início, a atenção médica baseava-se no envio periódico, ou em situações de alto risco, de equipes médicas ao Xingu. Com os anos, foi introduzida uma rotina no atendimento médico, com o apoio de residentes da EPM. A equipe passou a contar também com dentistas, enfermeiros e alunos de medicina. Baruzzi destaca a importância da elaboração da ficha médica com fotos, dados familiares e tipos e datas da aplicação de vacinas, o que permitiu identificar e chamar nominalmente os indígenas para aplicar imunizantes e para os exames médicos de rotina. Outra contribuição está relacionada à transferência, a cargo da Força Aérea, dos pacientes mais graves para o Hospital São Paulo, o hospital-escola da EPM. Dessa forma, enquanto a população do Xingu no ano de 1967 constava com apenas 636 indígenas e estava ameaçada de extinção, há três anos (em 2002) já alcançava o número de 4.362 indígenas. (FSP, 21/08/05)

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

MEL DO XINGU SERÁ VENDIDO EM TODO O BRASIL

Os índios do Xingu têm, a partir do mês de julho, uma opção econômica interessante aos seus produtos de subsistência como a caça, pesca e, às vezes, extração ilegal de madeira. Trata-se do mel, que começa a ser comercializado no próximo mês, a princípio em três supermercados paulistas e depois em mais de 500 pontos de venda do Grupo Pão de Açúcar espalhados em 12 estados brasileiros. Desse modo, os 14 povos, que somam quatro mil índios começam a ter entrada no mercado nacional e podem, com a ajuda do grupo, começar até a exportar o produto, que é ambientalmente sustentável.

O produto é um dos 800 escolhidos pela empresa para fazer parte do projeto Caras do Brasil. Tem como objetivo abrir um novo canal de



CLAUDIO TAVARES/ISA

vendas para as pequenas e médias comunidades manufatureiras em todo o país e buscar pelo Brasil produtos diferenciados com valor social agregado. Desse modo, o Grupo espera contribuir na geração de riquezas para a população e a sua fixação em seus locais de origem, promovendo o desenvolvimento econômico e a inclusão social dessas comunidades, conforme explica Hugo Bethlem diretor executivo comercial do Grupo Pão de Açúcar. (Estação Vida, 26/06/03)

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

CACIQUE RECLAMA DE VISITANTES SUSPEITOS

Segundo Kotok Kamayurá, há muita gente, especialmente estrangeira, que procura as aldeias para realizar projetos com os índios. Um marroquino chamado Kamal foi aprender a ciência do pajé Tacumã. O marroquino sumiu há oito anos. Kotok contou mais: "O caminhão a gente comprou com o dinheiro de filmagem de um pessoal do Japão, da festa Tauaraná e Taquara, pagaram para nós R\$ 10 mil. Ficaram dez dias aqui. Só que estavam vendendo imagem nossa em todo lugar. A Funai pegou, eles pagaram". Kotok disse que "o trator foi doação de um casal americano. Dormiu aqui, ficou de ajudar, [disseram] que o sonho deles era vir ao Xingu. O trator quebrou desde que chegou". O cacique reclama que os antropólogos não deixam livros sobre o Xingu na escola. E houve até biopirataria na aldeia. "Tem o livro que meu pai fez o trabalho de ensinar a usar plantas para curar. O biólogo sumiu. A Funai está denunciando. Criamos a associação Mavutsinin para criar projetos com trocas culturais. Tem o projeto de mel, roça, escola. Se [alguém] vier para cá filmar ou fazer outro trabalho, ajuda a associação", diz, e pede que seja divulgado o telefone para contato (0/xx/ 61/ 313-3739). (FSP, 14/07/03)

ONG É ACUSADA DE FALTA DE TRANSPARÊNCIA...

O ex-presidente da ATIX Mairauê Caiabi reclamou, durante audiência da CPI da Biopirataria, da falta de transparência da ONG Amazon Conservation Team na área indígena da região. A ONG foi acusada, na tarde de hoje, de biopirataria e de receber financiamento de empresas ligadas à produção de cosméticos e medicamentos. "O trabalho não é claro, queremos que a comunidade seja esclarecida". Caiabi confirmou que as reuniões entre as lideranças indígenas e a ONG são realizadas fora do

território. A maior parte da comunidade, constituída por 14 etnias, segundo ele, não quer mais o trabalho da entidade. O líder indígena disse ainda que não sabe qual a utilidade dos mapas culturais produzidos pela ONG. O presidente da entidade, Vasco Marcus Van Roosmalen, disse, em seu depoimento, que o trabalho da organização consistia em supervisionar o mapeamento cultural das áreas indígenas, o que seria feito pelos próprios índios. (Agência Câmara, 18/05/05)

... E PROCURADOR PEDE SEU AFASTAMENTO DO PARQUE

O afastamento da ONG norte-americana Amazon Conservation Team dos povos indígenas, enquanto a dúvida sobre a existência de atividades de bioprospecção persistir, foi indicado pelo procurador da República no Mato Grosso, Mário Lúcio Avelar, em audiência pública realizada nesta quarta-feira pela CPI da Biopirataria. A ONG, que trabalha junto à comunidade indígena do Parque do Xingu e já está sendo investigada pelo Ministério Público, é acusada de praticar biopirataria e de receber financiamento de empresas ligadas à produção de cosméticos e medicamentos.

A ONG — instituição filantrópica norte-americana, criada em 1996 e sustentada por fundos privados de âmbito mundial — destina R\$ 2 milhões por ano à filial do Brasil, instituída em 2002, para mapear bens e a cultura indígena. Para o presidente da CPI da Biopirataria, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), não há indícios de que esse trabalho melhore as condições dos povos indígenas do Xingu. "Pelo depoimento do presidente da ONG, eles não querem gastar um centavo com os índios. Querem minimizar o custo de seus projetos. E quais são seus projetos?", questionou o parlamentar, ressaltando que a organização desenvolveu um mapa cultural onde é incluída a localização das plantas medicinais. "Para isso, gastam R\$ 2 milhões. Não tenho a menor dúvida de que o interesse dessa ONG está ligado à bioprospecção", disse Thame. (Agência Câmara, 18/05/05)

MINC VAI DIVULGAR MÚSICA E TRADIÇÕES INDÍGENAS

O Ministério da Cultura vai ajudar na divulgação da música e das tradições indígenas. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, o ministro Gilberto Gil já está programando uma viagem ao Parque Nacional do Xingu para tratar do assunto com os povos indígenas da região. Juca Ferreira disse que o trabalho será viabilizado através do grupo de trabalho para os povos indígenas, cri-

CONQUISTAS NO MANEJO DE RECURSOS NATURAIS E RESGATE DE TRADIÇÕES CULTURAIS

Pouco antes de morrer, em 2001, o cacique e pajé Prepori Kaiabi deu uma missão para um de seus filhos, Tuiat: continuar seu trabalho de manter e recuperar o conhecimento tradicional de seu povo no cultivo e manejo de sementes. Tuiat, hoje cacique e pajé da aldeia Kwaruja, no PIX, atendeu ao pedido do pai, uma das lideranças mais importantes da história dos índios Kaiabi. Tuiat é o coordenador do projeto Monowí – amendoim, em Kaiabi –, que trabalha com a multiplicação e conservação de sementes para garantir recursos genéticos, segurança alimentar e resgate da culinária tradicional para o seu povo.

Os resultados obtidos por Tuiat foram mostrados à equipe do Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), que no início de julho esteve no parque. Desde meados do ano passado, o PDPI, fundo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, repassa recursos financeiros e presta consultoria às atividades desenvolvidas pelos Kaiabi. A avaliação dos técnicos foi bastante positiva. “A ênfase dada ao resgate cultural e ao manejo dos recursos naturais faz do projeto Monowí um exemplo a ser multiplicado em todo o parque”, afirma a ecóloga Maira Smith, que trabalha com 62 projetos em todo o Brasil.

40 TIPOS DE AMENDOIM

A visita da equipe do PDPI coincidiu com a inauguração da Casa de Sementes do PIX, onde as variedades são catalogadas e armazenadas, e da Casa de Comida, na aldeia Kwaruja, na qual são prepa-

radas as receitas tradicionais dos Kaiabi. O cacique Tuiat aproveitou a ocasião para anunciar que o projeto conseguiu uma marca impressionante na multiplicação das variedades de amendoim. Do cultivo sistemático de 22 tipos de sementes, listados em 1997 pelo engenheiro agrônomo Geraldo Mosiman da Silva, pesquisador associado do Programa Xingu, do ISA, surgiram outras 18, num total de 40 variedades diferentes de amendoim.

O aumento do número de tipos de amendoim de uso tradicional dos Kaiabi se dá pela forma de plantar de seus agricultores, que semeiam as diferentes variedades em talhões separados um do outro e, durante a colheita, selecionam as novas variedades que aparecem para um próximo plantio. Com isto, até variedades consideradas extintas têm resurgido nos roçados. O aumento do número de sementes, por sua vez, possibilita a recuperação de receitas típicas da culinária deste povo – nove tipos de mingau foram servidos na oficina gastronômica realizada durante a visita, além de diversos pratos com amendoim. Ajuda também a reconstruir a história da roça Kaiabi que, segundo contam os mais velhos, surgiu a partir do sacrifício de uma senhora chamada Kupeirup, cujo corpo queimado deu origem aos diversos alimentos cultivados pelo povo.

O projeto das sementes também embute a articulação entre as aldeias Kaiabi existentes no PIX. Isso porque o trabalho de recuperação das sementes da aldeia Kwaruja se concentra em um roçado comunitário, em paralelo aos roçados particulares de cada família. Neste sistema, reúnem-se pessoas de outras aldeias para preparar a terra, plantar as culturas e auxiliar na colheita e preparação da produção. Assim há uma valorização da prática social tradicional de troca de trabalho e de sementes. “Essa mobilização tem uma importância política que se soma ao resgate cultural dos alimentos e à dimensão espiritual dada a eles pelos Kaiabi”, diz Geraldo Mosiman da Silva, que trabalha no PIX desde 1996 e viu o projeto nascer. “No começo não passava de uma atividade familiar, mas virou uma ação coletiva graças ao empenho pessoal do cacique Tuiat que, além de tudo, é um grande cientista indígena”, elogia o pesquisador.

DUAS TONELADAS DE MEL

A equipe de técnicos do PDPI aproveitou a estada no Xingu para verificar o andamento de outros dois projetos também apoiados pelo fundo: o de Resgate Cultural da Tecelagem e Cestaria Kaiabi e o de Desenvolvimento da Apicultura no PIX. Ambas as atividades, assim como o projeto de sementes, são coordenadas pela Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) em parceria com o Instituto Socioambiental.

Os projetos contam com apoio do PDPI há cerca de um ano, mas cada um deles se encontra em um estágio diferente de desenvolvimento. O mais antigo é o de apicultura, em curso desde 1996. Hoje é um projeto realizado por seis etnias do PIX – os Kisêdjê, os Yudjá, os Ikpeng, os Kamaurá e os Trumai, além dos Kaiabi – e que está presente em 25 aldeias na região. Em cada uma delas, existem em média 3 apicultores capacitados, responsáveis pela captura das abelhas, manutenção das colméias, cuidado com os apiários, coleta e processamento do mel.

O maior diferencial do projeto de apicultura é possibilitar a geração de renda para as comunidades envolvidas. Isso porque, das 2 toneladas de mel produzidas pelos índios em 2004, e certificadas como produto orgânico pelo Instituto Biodinâmico (IBD), 800 quilos foram comprados pela rede varejista Pão de Açúcar e vendidos em todo o Brasil. A inserção no mercado nacional é a principal conquista deste projeto e motivo de muito orgulho para os povos indígenas do Xingu. Com os recursos do PDPI os apicultores puderam construir mais duas casas de mel – onde o produto é processado e purificado – que, somadas às seis existentes, formam a base da produção destinada para fora dos limites do PIX. O projeto prevê a instalação de mais duas casas nos próximos meses.

INTERCÂMBIO DE GERAÇÕES

O terceiro projeto – o da cestaria e tecelagem – é, assim como o das sementes, tocado apenas pelo povo Kaiabi e voltado para o resgate cultural e manejo sustentável de recursos naturais. Visa aliar estratégias de uso sustentável do uruyup – um tipo de arumã utilizado na cestaria que está escasso no PIX – com o levantamento e disseminação dos padrões gráficos utilizados pelos Kaiabi em seu artesanato tradicional. (ISA, 12/07/05)

Projeto de resgate cultural da cestaria e tecelagem Kaiabi está promovendo o intercâmbio entre os Kaiabi do Xingu e seus parentes que permaneceram nas terras antigas no Pará. Os encontros de gerações Kaiabi foram realizados em três oficinas e permitiram que os mais velhos moradores do PIX, onde o conhecimento foi melhor preservado, pudessem ensinar as técnicas aos mais jovens das aldeias de dentro e de fora do parque. Enquanto os Kaiabi do Xingu entraram com o conhecimento sobre os grafismos, seus parentes do Pará trouxeram a matéria-prima da cestaria: as fibras de arumã. Na foto, meninas kaiabi participam de oficina na aldeia Tuiaará. Ver artigo sobre o assunto no capítulo Tapajós/Madeira, pág. XXX.

SIMONE A THAYDE



ado pelo MinC há cerca de dois meses. (*Aline Beckestein, Radiobrás, 01/06/05*)

INSTRUMENTOS DE MÚSICA YUDJA NA SUÍÇA

Os índios Yudja do Parque Indígena do Xingu assinam contrato com o Museu da Basileia, na Suíça, para produzir instrumentos típicos, como flautas, apitos e chocalhos. A parceria prevê a gravação de um CD com os sons e melodias que, há vinte e cinco anos, foram utilizados por Caetano Veloso na composição de uma de suas canções. Os Yudja, cuja melodia de suas flautas inspirou Caetano Veloso na música *Asa* – um dos mais conhecidos temas do disco *Jóia*, lançado pelo compositor baiano em 1975 – conseguiu um importante apoio para seu projeto de revitalização cultural. Em contrapartida, a Associação Yarikayu oferecerá à entidade européia uma coleção completa de instrumentos musicais artesanalmente confeccionados. Os Yudja também produzirão um CD com amostras dos sons de cada instrumento, que será acompanhado por um catálogo com informações detalhadas e fotografias sobre cada peça e seu uso, além de textos e desenhos elaborados pelos professores, agentes de manejo e alunos indígenas. O material deverá ser entregue em 2006 durante viagem de representantes da Yarikayu à Suíça.

Um dos problemas enfrentados pelos Yudja para produzir suas flautas, é a falta da taquara, que não cresce no Parque Indígena do Xingu, onde o povo reside atualmente. Ela é encontrada apenas ao norte do parque, onde os Yudja moraram entre 1916 e 1948. Com o apoio do Museu da Basileia agora eles poderão viajar à antiga terra para buscar as taquaras e, de volta à aldeia, ensinarão os jovens a confeccionar eocar os instrumentos musicais.

O compositor Caetano Veloso admitiu recentemente que utilizou a música dos Yudja ao com-

por a canção *Asa*. “Não é uma mera semelhança melódica. Eu pus as palavras sobre a música dos índios do Baixo Xingu”, afirmou Caetano em entrevista ao site *Radiola Urbana*. Sobre a ausência de créditos aos Yudja no disco *Jóia*, o compositor afirmou na mesma entrevista: “Num caso como o da *Flauta Juruna* eu acho que o crédito deveria ter saído no selo e na contracapa do disco”. Caetano disse ainda que a falha se deu pela mesma “desorganização” que faz com que se credite a ele a autoria de *Marinheiro Só*, que é na verdade um samba-de-roda da região do Recôncavo Baiano, e perguntou: “Vamos consertar tudo isso?”. (*ISA, 14/07/05*)

CABECEIRAS DO XINGU

SOJA AVANÇA A LESTE DO XINGU

As plantações estão cada vez mais próximas do limite do parque. À medida que avançam, deixam pelo caminho um rastro de destruição caracterizado por erosão, desmatamento e poluição dos rios. A empresa multinacional *Cargill*, que beneficia soja, está implantando novas unidades de armazenagem em Mato Grosso - uma em Canarana e outra, já praticamente pronta, em Querência. E anunciou ainda a construção de outra unidade na sede da fazenda Gabriela, a 40 km do Parque Indígena do Xingu (PIX), Mato Grosso. Quem anda pela estrada que liga Canarana ao parque não pode deixar de notar a expansão das plantações de soja e o aumento dos desmatamentos associados. Os Suyá estão alertas para a ameaça de invasão de suas terras. Por causa da luminosidade, ideal para o desenvolvimento da soja, aquelas terras têm alta produtividade, potencialmente acima da média brasileira. Além da *Cargill* e suas novas instalações, a empresa *Bunge Alimentos*, outra multinacional de peso, possui um grande armazém em Querência.

Na região há dois caminhos para a expansão dessa cultura: em áreas já abertas e pela conversão de pastagens em plantações de arroz antes de iniciar o cultivo da soja. Como os solos são de baixa fertilidade natural, precisam de calcário e adubos. Porém, por causa do inadequado sistema de conservação do solo e de sua grande susceptibilidade graças às suas características físicas, a erosão corre solta em muitas áreas. Os Suyá, que ocupavam toda a região até as cabeceiras do rio Suyá Missu, relatam que na antiga fazenda Macuco, o novo proprietário tem promovido desmatamentos até a beira dos rios. Segundo um dos fazendeiros do eixo Canarana-Querência, a área desmatada só para a safra atual é de espantar. Se espanta um fazendeiro, o que dizer de outros atores? Os Suyá dizem que mudaram a aldeia para o *Ngojwre* porque (entre outros motivos), o rio Suyá Missu está sujo e próximo de suas terras só existem dois rios limpos. O avanço está deixando o pessoal da aldeia assustado, com medo. E ameaçam: “Se vier máquina plantar soja aqui, nós vamos lá quebrar tudo”. (*Geraldo Mosimann da Silva, ISA, 19/02/03*)

FUNAI QUER SALVAR O RIO XINGU MAS É FAVORÁVEL À UHE

O presidente da Funai, Mércio Gomes, anunciou, em reunião com a bancada do PPS na noite desta terça-feira, que vai lançar uma campanha para salvar o rio Xingu. “Os índios me contaram que nunca um homem conseguiu atravessar, em pé, o Xingu. Isso atualmente está acontecendo, tamanha é a devastação nas margens e na cabeceira do rio”, advertiu Mércio. Com a destruição das matas ciliares, principalmente para a produção de soja, o Xingu ficou assoreado, com enormes bancos de areia. Mércio afirmou que os índios têm papel fundamental na preservação do rio. O antropólogo lembrou que os rios Tocantins e Araguaia,



PAULO JUNQUEIRA/ISA SET. 2003

Gravação de *Ali Ma'aiha* (músicas de *ninat*), na Aldeia *Tuba Tuba* dos Yudja.

CARTA DOS PROFESSORES INDÍGENAS

*Posto Indígena Pavuru, 01 de junho de 2003.
Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça
Dr. Márcio Tomaz Bastos
C/c Luís Inácio da Silva - Presidente da República*

Nós, lideranças e professores indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX), reunidos no 18º Curso de Formação de Professores, recebemos uma cópia da carta do governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi. Ficamos muito preocupados com a posição do governador que ameaça nossos direitos como povos indígenas. Nossas lideranças nos orientam para defender nosso território.

Queremos informa-lo sobre a situação ambiental do PIX, localizado no Estado de Mato Grosso e seu entorno. Todas as nascentes dos rios formadores do rio Xingu estão fora dos limites do PIX e estão sendo ameaçadas pelo desmatamento causado por fazendeiros de soja e gado, madeireiros e posseiros. Os rios estão sendo assoreados, contaminados por agrotóxicos usados nas plantações de soja e arroz, além do esgoto e lixo. As matas ciliares são derrubadas e a legislação ambiental não é cumprida, comprometendo a nossa saúde e nossa forma tradicional de viver, pois dependemos da água, dos peixes, dos animais e das matas.

A demarcação do PIX deixou de fora grande parte das terras imemoriais dos povos que vivem aqui: Ikpeng, Kaiabi, Wuará Nahukuá, Suiá e Yudja. Estes locais são sagrados e têm recursos naturais como plantas medicinais, materiais para construção de casas e artefatos (caramujo, conchas, palmeiras e outros), pequizais e outras árvores frutíferas.

O processo de reconquista de pequenas partes deste território está em andamento e não queremos ser prejudicados pela política do governador que desprezita os direitos indígenas e a legislação ambiental.

A população indígena está aumentando e por isso precisamos ampliar nosso território com as terras que ficaram de fora porque elas são nossas. Como o governador fala de desenvolvimento, nós índios também temos direito de desenvolver nossa vida e de manter a nossa cultura.

Queremos sua presença e do Presidente da República para fazer reunião na nossa terra, com as nossas lideranças.

Nós sempre vivemos na nossa terra, vocês é que vieram de longe tomando o que é nosso.

Nós pensávamos que o papel do governo do Estado e do governo Federal era ajudar os povos indígenas e não-indígenas. Nós índios somos brasileiros e não podemos ser discriminados.

Vamos aguardar a resposta desta carta e uma reunião para discutir esses problemas.

Atenciosamente.

Lideranças, professores, agentes e auxiliares de saúde indígenas e agentes de manejo do Parque Indígena Xingu, 01/06/03

em Goiás, estão poluídos pelas fazendas de soja e avisou que tentará evitar que o mesmo ocorra com o Xingu.

O antropólogo, entretanto, está longe dos discursos radicais das ONGs de defesa dos índios. Ele é favorável à construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu. “É impossível de ser evitada porque tem eficácia na relação entre área inundada e potencial energético. Ninguém vai deixar de construí-la. Mais tarde, vai abastecer o Nordeste”, avalia. Mas o tema é complexo, admite. (Midianews, 20/11/03)

ENCONTRO PARA SALVAR NASCENTES DO XINGU

Grandes e pequenos proprietários rurais, assentados, trabalhadores, lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e pesquisadores de instituições e universidades reunidos em cinco grupos diferenciados apontam problemas que afetam seus setores e propõem soluções. As conclusões gerais serão apresentadas na plenária de encerramento do Encontro Nas-

centes do Rio Xingu nesta quarta-feira. No segundo dia do Encontro Nascentes do Rio Xingu, em Canarana (MT), os 280 participantes debateram em cinco grupos de trabalho as questões mais importantes para os setores que representam. O grupo que reuniu representantes dos municípios e prefeituras da região identificou o assoreamento dos rios, com consequente diminuição do volume de água, como um dos principais problemas da Bacia do Rio Xingu. O grupo dos pesquisadores e organizações não-governamentais sugeriu, entre outros itens, que seja instituído um sistema de monitoramento da qualidade da água da Bacia do Rio Xingu. O grupo integrado por pequenos produtores, assentados, representantes de órgãos governamentais apontou questões como a ausência de assistência técnica e de financiamento rural a juros subsidiados para realizar ações de preservação e recuperação das matas nos assentamentos de reforma agrária. Os trabalhadores rurais consideram que, em muitos casos, a produção não é suficiente nem mesmo para manter suas famílias.



Encontro para salvar nascentes do Xingu reúne grandes e pequenos proprietários rurais, assentados, trabalhadores, lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e pesquisadores de instituições e universidades. Nas fotos, Makupá Kaiabi, presidente da ATIX, fala na mesa de abertura e índio segura Mapa Cabeceiras do Rio Xingu – Desmatamento 2003. (sobre esse assunto ver artigo XXX)

FOTOS: MARCELO TELHO OBRITONEN/ISA

O grupo dos índios, que contava também com antropólogos, pesquisadores de universidades e organizações não-governamentais que realizam trabalhos com as diversas etnias da região, teve de ser dividido em dois por conta do grande número de participantes. Um deles, composto por representantes dos povos Xavante e do Médio e Baixo Xingu, debateu as questões de maior interesse para o interior do Parque Indígena. O outro grupo, formado por representantes dos povos Xavante e do Alto Xingu, debateu o que fazer para conservar as nascentes nos limites de suas terras.

Entre os vários itens sugeridos destacam-se: buscar alternativas para o descarte de lixo; proibir o despejo de esgoto na beira do rio; realizar trabalho educativo nas escolas indígenas para informar as crianças; criar conselhos municipais de Meio Ambiente com participação indígena; reaviventar os marcos que demarcam as terras; fiscalizar e impedir a ação de madeiros e pescadores; informar os parentes sobre esses problemas; cobrar das autoridades estaduais (Secretaria de Saúde, de Educação, de Meio Ambiente, de Agricultura) ações efetivas; controlar as queimadas dentro das terras indígenas; utilizar conhecimentos indígenas de plantas para reflorestar as matas ciliares; zelar pela qualidade da água.

O grupo dos proprietários rurais, composto por pecuaristas, agricultores, representantes da agroindústria como a Cargill e o Grupo Amaggi, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Agência Nacional de Águas, do Programa Nacional de Florestas (PNF) e do Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM) elaboraram suas propostas a partir da constatação de que o desmatamento - e a conseqüente erosão, empobrecimento e falta de produtividade do solo - acarreta no acréscimo do custo de produção, principalmente pelo aumento do uso de insumos agrícolas.

As propostas que forem consenso entre todos deverão ser a base da agenda da campanha para o ano de 2005, que irá definir o que cada setor fará para atingir o objetivo de recuperar as matas ciliares do Rio Xingu. (ISA, 27/10/04)

CAMPANHA 'Y IKATU XINGU JÁ VISITOU 14 CIDADES

Desde o início do ano, integrantes da campanha 'Y Ikatu Xingu - que pretende preservar e recuperar as nascentes e as matas ciliares do Rio Xingu - já estiveram em 14 municípios do Mato Grosso para articular a implantação de projetos-piloto e divulgar a mobilização para prefeitos, empresários, sindicatos e organizações da sociedade civil locais. As visitas devem continuar durante o ano e estender-se a todas as 35 cidades da bacia do Rio Xingu. Além da

capital Cuiabá, foram visitadas Marcelândia, Cláudia, Sinop, Nova Ubiratã, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, Santa Carmem, Ribeirão Cascaheira, Gaúcha do Norte, São José do Xingu, Água Boa, Querência e Canarana. Os representantes da campanha também conversaram sobre as agendas setoriais de produtores e trabalhadores rurais, assentados, populações indígenas e municípios. Além de tentar influenciar as políticas públicas municipais para o meio ambiente e identificar parceiros em potencial, as visitas também serviram para informar as autoridades locais a respeito do diagnóstico que começa a ser realizado, em maio, pelo Ministério das Cidades sobre o saneamento básico em 14 cidades da bacia do Rio Xingu. O estudo é resultado de uma articulação firmada no âmbito da campanha. Ao término do trabalho, será organizada uma grande reunião sobre o tema que deverá contar com representantes das 14 prefeituras, do Ministério das Cidades, do MMA e da Funasa. (Oswaldo Braga de Souza, ISA, 06/05/05)

CAMPANHA INFLUENCIA POLÍTICAS PÚBLICAS...

A campanha 'Y Ikatu Xingu, que pretende proteger e recuperar as matas ciliares e as nascentes do Rio Xingu, começa a influenciar algumas políticas públicas para o setor ambiental. O Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (Aquabio) escolheu as cabeceiras do Rio Xingu - nos municípios de Canarana, Querência e Água Boa - como uma de suas áreas prioritárias na Amazônia. A escolha foi feita por causa da grande quantidade de espécies de peixes (cerca de 350), do número expressivo de áreas protegidas na região, do elevado grau de ameaça ambiental e existência de mobilização local para a proteção das matas ciliares. Entre outros pontos, o Aquabio pretende elaborar e disseminar práticas de conservação da biodiversidade aquática e desenvolver um sistema de informações sobre o tema. (Oswaldo Braga de Souza, ISA, 08/06/05)

... E AUXILIA PREFEITURAS E ORGANIZAÇÕES LOCAIS

ISA, Instituto Centro de Vida (ICV), prefeituras e organizações locais realizam parcerias para concorrer a editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Programa de Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq). A idéia é estimular novas políticas públicas e criar rede de troca de informações na Bacia do Xingu no Mato Grosso. Uma das estratégias da campanha 'Y Ikatu Xingu - que tem como objetivo principal preservar e recuperar as nas-



Y Ikatu Xingu

Salve a Água Boa do Xingu

www.yikatuxingu.org.br

centes e matas ciliares do Rio Xingu no Mato Grosso - é a implantação de experiências-piloto que possam servir de modelo e referência para novas políticas públicas. Em função do lançamento recente de alguns editais para projetos ambientais, técnicos de várias organizações envolvidas com mobilização estão assessorando algumas prefeituras e entidades locais para elaboração de projetos orientados exatamente nesse sentido. O Instituto Centro de Vida (ICV) e o Instituto Socioambiental (ISA) firmaram uma parceria com a prefeitura de Marcelândia para elaborar um projeto de recuperação de nascentes que deverá disputar os recursos disponibilizados, em junho, por um novo edital do FNMA. O ISA, a Sociedade Amigos do Garapu (Saga) e o Sindicato Rural de Canarana fecharam uma outra parceria para apoiar a prefeitura de Canarana na elaboração e possível implantação de um projeto que vai concorrer ao mesmo edital. O Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural e a prefeitura de São José do Xingu também uniram-se ao ISA para concorrer na disputa. Todas as propostas devem ser encaminhadas ao FNMA até o dia 5 de agosto. O ISA está assessorando também a organização Grupo Agroflorestal e Proteção Ambiental (Gapa), de Cláudia, na elaboração de uma proposta, que deve ser enviada até 18 de agosto, para concorrer ao mais recente edital do Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq). "Se os projetos forem aprovados, estarão ocorrendo uma série de iniciativas concomitantes. A partir daí, pretendemos criar uma rede de troca de experiências de recuperação na Bacia do Xingu no Mato Grosso", explica Daniela Jorge de Paula, assessora do ISA. Ela conta que a idéia é ter pessoas e organizações em vários pontos diferentes da região e que eles possam ser multiplicadores das informações. "Cada experiência deve transformar-se num laboratório vivo, uma iniciativa demonstrativa. Estamos fazendo um grande esforço para que as prefeituras

e entidades locais acessem os recursos disponíveis para ações de conservação e recuperação da maneira mais rápida possível. (Oswaldo Braga de Souza, ISA, 18/07/05)

FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIOAMBIENTAIS

O ISA, a prefeitura de Canarana e a Unemat tiveram um projeto conjunto aprovado, no último dia 20 de julho, para o edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) destinado à formação de agentes multiplicadores em atividades florestais no Cerrado. Denominada “Fomento à Cultura Florestal no Cerrado Mato-grossense através da Formação de Agentes Multiplicadores na Bacia do Xingu”, a iniciativa receberá do FNMA R\$ 149 mil. Outros R\$ 106 mil serão disponibilizados pelo próprio ISA. O projeto foi articulado no âmbito da campanha Y Ikatu Xingu.

Os recursos serão aplicados na formação de 40 agentes socioambientais em Canarana, Ribeirão Cascalheira e Gaúcha do Norte, municípios da Bacia do Xingu. Serão realizadas três oficinas, em cada uma das cidades, de três em três meses – a idéia é permitir que os participantes conheçam a situação de cada localidade. Entre os eventos, ocorrerão exercícios práticos que envolvam a realidade concreta da região. As atividades devem começar em novembro e serão voltadas a agricultores familiares, assentados, educadores, técnicos e indígenas. (Oswaldo Braga de Souza, 29/07/05)

PCH PARANATINGA II

OBRA NO RIO CULUENE É SUSPensa

Mais de 200 índios de diversas etnias do Parque Indígena do Xingu compareceram à reunião com o governador do estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, no sábado dia 13 de novembro, em Canarana, para afirmar que não aceitarão a construção da barragem Paranatinga II, situada no Rio Culuene, um dos principais formadores do rio Xingu. As lideranças indígenas presentes ao encontro informaram ao governador Blairo Maggi que o trecho de rio no qual a obra está sendo erguida é sagrado para os povos do PIX. O local foi palco do primeiro Kuarup, a festa anual em homenagem aos mortos ilustres dos povos do Alto Xingu e é, hoje, importante referência da história cultural de todos os índios da região. Maggi disse que desconhecia o aspecto sagrado daquela parte do rio Culuene e determinou à empresa Paranatinga Energia Elétrica a paralisação imediata da obra. “Até que seja feita uma avaliação se deve ser definitivamente paralisada ou não”,

“NÃO ADMITIREMOS A DESTRUIÇÃO DE UM LUGAR TÃO IMPORTANTE”

“Nós lideranças das aldeias do Parque Indígena do Xingu, estivemos na fazenda localizada próxima a vila Couto Magalhães, para verificar a construção de uma barragem no rio Kuluene. Inicialmente nossa preocupação era com a preservação dos recursos hídricos, nossa principal fonte de alimentos. Quando chegamos ao local, agravou-se nossa preocupação. O local onde está sendo feita a barragem, apesar de ficar fora do Parque, é um lugar sagrado para os povos do alto Xingu. Foi lá que aconteceu a primeira festa do Kwaryp, realizado por nosso Deus Mawutsinin. Hoje a cerimônia do Kwaryp, ainda é cultuada anualmente pelos povos alto xinguanos e tornou-se mundialmente conhecida. O rio Kuluene é afluente do rio Xingu, que é um dos rios mais preservados do Brasil, graças à pre-

sença indígena em todo seu curso, tornando-o assim uma referência nacional de preservação, beneficiando vários povos indígenas, ribeirinhos, pequeños e grandes produtores.

Não admitiremos a destruição de um lugar tão importante. Quando estivemos no local onde está sendo construída a represa exigimos a paralisação imediata da obra e vamos manter a vigilância do local. Estamos muito preocupados com a preservação do rio Kuluene e de todos os outros rios que formam as nascentes do rio.

Contamos com vossa colaboração para nos unirmos pela preservação de um patrimônio cultural e ambiental tão importante para os povos indígenas e toda sociedade nacional.

Y ikatu Xingu. (28/10/04)



PAULO JUNQUEIRA/ISA

Em Canarana, povos do Xingu protestam contra obras da barragem.



MARCELO SEGAL/EMACT BRASIL

A PCH Paranatinga II em construção no Culuene já provoca danos ambientais, como o assoreamento e mudanças na vazão do rio.

disse o governador. Na reunião, os índios distribuíram uma carta na qual reiteraram a disposição de lutar sem concessões pelo fim da obra e também expressam preocupação com o impacto ambiental gerado pela mesma. Na quarta-feira, dia 17, em nova reunião entre o governador Maggi, representantes da Funai no Mato Grosso, membros do Ministério Público Federal e advogados da empresa, ficou decidido que a Funai elaborará o estudo antropológico/cultural que dimensionará o impacto da barragem sobre as comunidades xinguanas. O levantamento será decisivo para a continuidade – ou suspensão definitiva – do

empreendimento. A barragem está sendo construída a apenas dois quilômetros da Reserva Ecológica Estadual do Rio Culuene, em território histórico dos povos xinguanos. “Os índios sempre estiveram lá”, afirma o antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O antropólogo explica que o levantamento dos mitos indígenas já existe – e os respectivos lugares aos quais estão associados – na região do rio Culuene. O território também é rico em vestígios arqueológicos das antigas populações que ali viviam. *(Bruno Weis, ISA, 17/11/04)*

DOIS LAUDOS, DUAS VERSÕES

A PCH Paranatinga II está sendo construída em trecho do rio Culuene considerado sagrado pelos povos indígenas do Alto Xingu. O local foi palco, de acordo com lideranças indígenas, da realização do primeiro ritual funerário do Quarup. Esse motivo levou o governador do estado, Blairo Maggi, a suspender a obra até a realização de laudo antropológico para avaliar o patrimônio indígena que estaria sendo colocado em risco pelo empreendimento. O laudo, produzido pelo antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional, confirmou que o local onde

A MOEDA DA DISCÓRDIA

Um acordo entre alguns caciques, o governo de Mato Grosso e uma empresa interessada em construir uma hidrelétrica semeia discórdia e suspeitas no mais antigo e simbólico parque indígena do país, o Xingu. A história começou no fim de 2004, quando o cacique Aritana Yawalapiti, o chefe mais respeitado do parque, e alguns líderes locais assinaram um termo de compromisso com a Paranatinga Energia e o governador Blairo Maggi para liberar a construção da usina no Rio Culuene, um dos mais importantes afluentes do Xingu e a principal fonte de alimentos das aldeias. Em troca, receberiam R\$ 1,3 milhão para projetos como um centro de treinamento e incentivo à piscicultura. O problema é que, para o Ministério Público Federal (MPF) e a Funai, o acordo não tem valor legal. Além de ter desagradado à maior parte das 14 etnias que vivem no parque. Além de temer prejuízos à fauna pesqueira, parte dos índios acredita que a barragem pode estar num local sagrado, onde nasceu o ritual do quarup. A obra continua embargada pela Justiça. Na melhor das hipóteses, o desliz de Aritana foi não ter ouvido todas as lideranças do Xingu antes de firmar o acordo. “Dinheiro não tem valor para os índios. O que importa é a cultura, o meio ambiente e os peixes”, diz o cacique irmão de Aritana, Piracumã Yawalapiti. Foi ele quem salvou a pele do líder. “Depois do acordo, a comunidade veio para cima e queria a cabeça dele. Mas Aritana reconheceu que errou e pediu desculpas”, conta. Piracumã garante que, se a Justiça autorizar a continuidade da obra, os xinguanos partirão para a guerra. “Estamos prontos. E não vai ser guerrilha, não. Vai ter morte”, diz. A desavença chama a atenção porque na criação do parque, em 1961, os irmãos Villas-Boas conseguiram a proeza de reunir índios de etnias inimigas. De lá para cá, os 4.100 índios de quase 50 aldeias estiveram juntos, dispostos a preservar suas terras e tradições. “Pela primeira vez, desde que o parque foi criado, o Xingu ficou desunido”, afirma Paiê Kaiabi, administrador regional na Funai.

Quem parte para a defesa de Aritana diz que ele foi influenciado pelo cunhado, Ianacula Rodarte Kamairá, índio que trabalha para a Funai. Ianacula, no entanto, diz que quem assinou o documento avaliou que não restava saída, pois as

obras da usina já haviam degradado o rio. “O acordo seria uma forma de levar algum benefício para as comunidades. E isso seria maior que os prejuízos”, acredita. “Hoje, a posição oficial das lideranças é contra a hidrelétrica. Estamos tentando manter a união dentro do parque.”

O acordo que dividiu o Xingu prevê que o governo de Mato Grosso repasse R\$ 300 mil às aldeias e que a Paranatinga libere R\$ 1,03 milhão e mais 50 hectares de terras. “Esse documento não tem validade, foi assinado à revelia da Funai e do Ministério Público”, diz o procurador Mário Lúcio Avelar, do MPF. “Acho estranho que o governo estadual ponha dinheiro num projeto da iniciativa privada”, afirma. Para a procuradoria, o acordo também é a confissão de culpa do Estado e da Paranatinga de que a construção afetará o meio ambiente e os povos indígenas. “E o impacto poderá ser maior para os xavantes”, diz Roberto Aurélio Lustosa Costa, vice-presidente da Funai. A construção fica a 98 quilômetros do Parque Indígena do Xingu e a 38 quilômetros de terras xavantes.

ÍNDIOS PROMETEM PARTIR PARA A GUERRA CASO AS OBRAS NO RIO CONTINUEM

Apesar dos questionamentos do MPF e da Funai, o acordo, aos poucos, vem sendo cumprido. Ianacula revela que pequenas despesas com conserto de tratores e manutenção de carros e barcos já foram pagas pela Paranatinga. Mas a empresa nega o repasse de dinheiro. Pesquisadores que atuam no parque contam que, no início do ano, os índios teriam recebido uma caminhonete Mitsubishi 4X4. E que o governo do Estado ocupou o lugar da Funai, que deveria destinar verbas para as necessidades básicas do parque. Por isso, os xinguanos seriam seduzidos com alguns benefícios, como uma balsa para transporte de máquinas pesadas, doada recentemente pelo governador Blairo Maggi.

Em Mato Grosso, a pressão é tão grande que até o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), viu-se envolvido no imbróglio. O governador, incomodado com quatro liminares concedidas pelo juiz Julier Sebastião da Silva embargando obras no Estado, pediu para que Mendes intermediasse um encontro dele com o juiz.

Amigo de ambos, o ministro agendou e participou dos minutos iniciais da reunião. “Não sei qual foi o intuito (do governador) de conversar na minha presença. Talvez tenha sido para ressaltar a importância do assunto”, diz Mendes. O ministro explica que não se sentirá impedido de julgar os casos se os processos forem parar no STF.

Quando a briga começou, há um ano, os índios afirmavam que exatamente onde a barragem está sendo erguida nasceu o quarup, a maior celebração religiosa da tradição xingu. E insistiam em preservar o local sagrado. O quarup marca o encerramento do luto pela morte de líderes ou de pessoas consideradas de linhagem importante para os índios. Mas durante o processo de negociação do acordo, alguns índios passaram a dizer que o local sagrado poderia estar a 7 quilômetros da hidrelétrica. A nova posição coincide com as indicações do grupo de arqueólogos e antropólogos contratado pela Paranatinga. “Como as etnias têm formas distintas de apresentar o quarup, é possível que cada uma aponte uma área diferente. O mito tem variações”, justifica Erika Robrahn-González, chefe da equipe, que fala em nome da Paranatinga. Procurado por ÉPOCA, o governo de Mato Grosso divulgou nota afirmando que a obra “não causará influência significativa à comunidade indígena”. Mas o laudo da Paranatinga só ficará pronto em janeiro.

ACORDO SUSPEITO

Em dezembro de 2004, os índios assinaram um termo de compromisso com a Paranatinga Energia e o governo de Mato Grosso, estabelecendo as seguintes obrigações: a Paranatinga doaria R\$ 1,03 milhão mais uma área de 50 hectares para os índios; o governo de Mato Grosso doaria R\$ 300 mil aos índios; os índios permitiriam a construção da hidrelétrica Paranatinga II, em área sagrada do Xingu.

Para o MPF, o acordo não tem validade porque foi feito sem anuência da Funai. Além disso, o processo de licenciamento da usina teria de passar pelo Ibama. Os índios que assinaram o acordo voltaram atrás e declararam guerra à hidrelétrica. (Solange Azevedo, Revista Época, 31/10/05)

está sendo erguida a usina é o mesmo apontado pelos índios como sagrado para sua cultura e história. Apesar das evidências apontadas no estudo antropológico, dos protestos dos índios e dos problemas apontados pelo MPF, a obra da PCH foi retomada no fim do ano após acordo firmado em 22 de dezembro pelo governador Maggi e a empresa empreendedora com algumas lideranças do PIX. De acordo com o governo do estado, um segundo laudo - feito por uma comissão composta por representantes da Funai, da Fema-MT e da empresa Paranatinga - concluiu que a área considerada sagrada pelos índios está localizada a nove hectares do local da PCH. A Fema-MT afirma que este laudo não está disponível para consulta pública e que apenas a Justiça e os empreendedores têm acesso ao documento. No acordo fechado no fim de dezembro, consta o compromisso do governo do Mato Grosso e da empresa Paranatinga de doar recursos financeiros para os povos indígenas do Xingu, a instalação de um centro de treinamento dentro do PIX e apoio logístico à criação do Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu, idealizado pelo cacique Aritana Yawalapiti, principal interlocutor do governador Blairo Maggi entre as lideranças indígenas do alto Xingu. O MPF considera que o acordo assinado não contempla soluções para os problemas ambientais e sociais que poderão ser provocados pela construção e funcionamento da barragem. O estudo produzido pelo antropólogo Carlos Fausto - "A ocupação indígena do alto curso dos formadores do rio Xingu e a cartografia sagrada alto-xingua" - não foi levado em conta pelas autoridades do governo mato-grossense, que preferiram decidir pela continuidade da obra a partir de um laudo inacessível. O trabalho de Carlos Fausto, professor de etnologia do Museu Nacional e coordenador de pós-graduação em antropologia social da UFRJ, ao contrário, é um documento público. (*Bruno Weis, ISA, 13/01/05*)

DEPOIS DE RETOMADA, OBRA É NOVAMENTE SUSPensa

A obra da PCH Paranatinga II no rio Culuene está embargada pela Justiça Federal. Em liminar concedida no dia 18 de fevereiro, o Juiz Julier Sebastião da Silva determinou a interrupção da obra e proibiu que a Fema-MT conduza o processo de licenciamento ambiental da usina. De acordo com a liminar, o licenciamento deve ser realizado pelo Ibama por tratar-se de obra que impacta diretamente o ecossistema da região e Terras Indígenas vizinhas. A decisão também ordena o cancelamento dos financiamentos concedidos pelo Bndes à empresa Paranatinga Energia S/A, responsável pelo

empreendimento. A liminar atende a uma reivindicação do Ministério Público Federal que, em Ação Civil Pública ajuizada em 27/12/2004, questiona a competência da Fema-MT na condução do licenciamento ambiental. Para o MPF, os documentos apresentados pelo órgão estadual liberando a construção da barragem não atendem as mínimas condições previstas em lei. (*Bruno Weis, ISA, 23/02/05*)

KALAPALOS NÃO QUEREM BARRAGEM

A festa do Quarup, homenagem dos índios do Xingu aos mortos ilustres, foi este ano uma assembléia de articulações políticas em favor da preservação ambiental das nascentes do rio e devolução de terras ocupadas por colonos. Um dos líderes kalapalo, Kurikaré, aproveitou a presença no evento do coordenador de Políticas Indígenas de Mato Grosso, José Seixas da Silva, para pedir que o governo do estado desautorize a construção das barragens Paranatinga I e II, no rio Culuene, cerca de 100 km ao sul do parque. O antropólogo Carlos Fausto disse à Agência Brasil que os Kalapalo acham possível demonstrar por vestígios arqueológicos que a área era ocupada por seus ancestrais e relacionam esse território às origens históricas do próprio Quarup. Kurikaré considera a área "sagrada". O governo do estado alega que o projeto é particular e que não pode se envolver na questão. (*Viaecológica, 27/08/05*)

SAÚDE

MADEIREIROS SÃO FEITOS REFÊNS

Pelo menos seis homens estão sendo mantidos refêns pelos índios kaiabis, no PIX, desde segunda-feira. Conforme os índios, eles estavam extraindo madeira 10 quilômetros dentro do parque, nas proximidades do posto indígena Arraias. Trabalhavam no local aproximadamente 38 homens, que teriam entrado pela fazenda Bandeirantes, distante cerca de 160 km da cidade de Feliz Natal, divisa do Xingu com o município. Entre 30 e 32 deles foram liberados pouco depois de serem encontrados e o restante levado pelos kaiabis. Todos seriam funcionários do madeireiro Valter Luiz Golo, que mora no município de Santa Carmem, e que também estaria entre os refêns. A família de Valter Golo não confirmou ontem esta informação. De acordo com a prefeitura de Feliz Natal, a fazenda Bandeirantes é de propriedade de Ivo Vicentine (morador de Londrina-PR) e teria projeto de manejo florestal, sendo considerada modelo de exploração sustentável. (*Diário de Cuiabá, 21/08/02*)

AVALIAÇÃO DAS TERRAS INVADIDAS

De 16 a 21 próximos, técnicos da Funai voltarão até as terras dos índios Kayabí, na região do Baixo Xingu, em Mato Grosso. O objetivo é reavaliar a situação das áreas que foram invadidas há cerca de um mês por madeireiros. Embora os madeireiros neguem a extração de madeira dentro das áreas proibidas, os índios confirmam a infração. Oito funcionários da Fazenda Ouro Verde, de propriedade da família Vicentini, foram detidos em flagrante pelos índios, quando invadiam as terras para continuar a extração que já havia sido iniciada por outro grupo de funcionários. Outro indício do crime estava a cerca de 300 metros fora da área, onde foram encontrados dois caminhões com o carregamento de toras ou esplanadas, como também são conhecidas esse tipo de carga. Ao todo foram 68 unidades de madeira retirada ilegalmente. A Funai estuda as medidas a serem tomadas. Uma delas poderá ser um laudo de constatação geográfica de ocorrência de violação territorial, extração ilegal de madeira e plaquetamento de árvores. Além disso a Funai poderá tomar medidas judiciais contra os madeireiros envolvidos. (*Site da Funai, 13/09/02*)

KAYABI E FUNAI NEGOCIAM COM MADEIREIROS

Técnicos da Funai estão estudando os limites de uma área de fronteira seca do Parque do Xingu com a Fazenda Ouro Verde, próxima ao rio Arraias, no Baixo Xingu, estado do Mato Grosso. O motivo está na extração de madeiras realizada por funcionários da fazenda em área que os índios Kayabí consideram sua, e que resultou na apreensão de 16 motosserras, cincocaminhonetes e dois caminhões usados pelos madeireiros. Os técnicos da Funai, do Ibama, as lideranças Kayabí e o Instituto Socioambiental realizaram um trabalho de campo e verificaram a impossibilidade de encontrar os pontos demarcatórios da divisa, devido à regeneração da vegetação e à diferença entre os dados que constam no memorial descritivo da Funai e os resultados das coordenadas geográficas coletadas no trabalho. Além desse estudo, os engenheiros agrimensores trabalharão junto aos índios para reavivar a linha demarcatória de uma faixa de 42 quilômetros de picada, e as atividades de manejo desenvolvidas pela fazenda na área estudada serão suspensas até a situação ser resolvida. A Funai e as lideranças indígenas do Xingu discutirão ainda sobre a devolução dos bens apreendidos e a proposta do fazendeiro em arcar com os custos para a abertura da picada. (*Site da Funai, 30/09/02*)

EXTRAÇÃO DE MADEIRA GERA CONFLITO

A Polícia Civil de Sinop está no encalço de cerca de 15 índios da etnia Kayabi que estariam saqueando fazendas e madeiras próximas ao PIX, onde moram. O delegado de Sinop, João Bosco, autorizou uma megaoperação, que durou 22 horas, para resgatar equipamentos, como motosserras e principalmente caminhonetes, que teriam sido roubadas pelos índios. Na madrugada de terça-feira, 11 policiais partiram “para o mato”, em duas viaturas, atrás dos kayabis, conseguindo apenas recuperar três veículos. Os índios fugiram.

Para o administrador do Parque, Paiê Kayabi, que não foi informado sobre a megaoperação policial, os índios estariam revoltados com a extração ilegal de madeira dentro de suas áreas. A questão, segundo Paiê, é mais profunda do que crimes comuns e reflete o clima de guerra entre índios, fazendeiros e madeiros, na região. A polícia de Sinop tem informações de que estes índios estão portando armas militares, de uso exclusivo do Exército, como fuzis AR-15, espingardas calibre 12 e winchester calibre 38. Os madeiros Walter Golo, Rudmar Golo e Valmir Rosa foram roubados e mantidos reféns como pelos índios, durante oito dias, e libertados sem conseguirem reaver seus bens. Os índios roubaram três caminhonetes do fazendeiro Ivo Vicentim, acusado de expandir suas cercas para dentro do Parque. (*Gazeta de Cuiabá*, 28/11/02)

GEORG GRÜNBERG REENCONTRA OS KAIABI

O antropólogo austríaco que realizou pesquisa etnográfica com os Kaiabi dos rios Teles Pires e dos Peixes, em Mato Grosso, em 1966, e che-

gou a acompanhar a transferência de parte do grupo para o Parque Indígena do Xingu, reencontrou seus velhos amigos nos primeiros dias de agosto. Recebido com festas e muita emoção, entregou-lhes o livro que escreveu e acaba de ser publicado — “Os Kaiabi do Brasil Central”. Georg Grünberg tinha apenas 23 anos quando fez sua pesquisa com os Kaiabi. O trabalho transformou-se em sua dissertação de mestrado, escrita em 1970, defendida em Viena, na Áustria e depois traduzida para o português pela antropóloga Thekla Hartmann. Era por meio deste formato original de tese que os educadores do ISA repassavam aos jovens das escolas Kaiabi do Parque as informações históricas sobre os parentes que ficaram do outro lado da fronteira xinguana.

Grünberg, no entanto, queria ver seu estudo transformado em livro, por tratar-se de um registro etnográfico minucioso da cultura e da história de um povo marcado por conflitos com garimpeiros que contavam com o apoio do antigo SPI para invadir as terras Kaiabi. Além disso, teve a oportunidade de testemunhar a transferência — não consensual entre os Kaiabi —, de uma parte do grupo para o Parque Nacional do Xingu (como era chamado na época), pois estava no avião da FAB que realizou a mudança. (*Inês Zanchetta e Marina Kahn, ISA, 15/08/04*)

KAIABI / TI BATELÃO

O DESEJO DA VOLTA

O Parque Indígena do Xingu não tem castanha. Não tem cacau, marajá, arumã e uma longa lista de outras plantas que fazem parte da cultura Kayabi, alimentando o desejo de retorno que não foi apagado pelas três décadas que

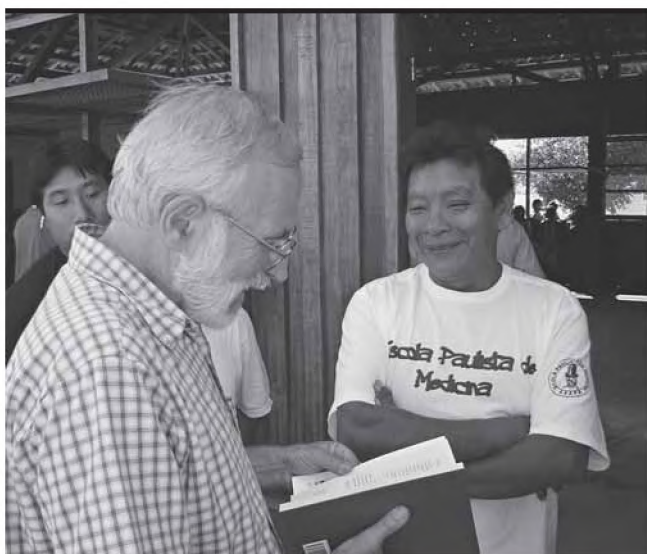
separam a época da transferência dos dias atuais. A castanha-do-Pará, importante na alimentação Kayabi, é uma das espécies que mais deixaram saudade depois do deslocamento para o Xingu. O arumã, usado para a fabricação de cestas, é outra ausência sentida pelos índios. O relatório elaborado pelo ISA listou uma série de outros exemplos, como siriva, açai, jatobazinho e taquari. A falta da argila com que os índios faziam suas cerâmicas e de outros materiais com que produziam cestas, flexas e cocares estão fazendo com que, aos poucos, os costumes ancestrais dos Kayabis sejam deixados de lado.

O relatório alerta que “muitas variedades de plantas cultivadas pelos Kayabis estão se perdendo, já sendo difícil encontrar famílias que ainda preparam roçados com policultivos diversificados”. Os pesquisadores avisam que este processo também representa “uma perda irreparável de recursos genéticos”. (*Carla Pimentel, Diário de Cuiabá, 25/02/01*)

DIFERENTES SIGNIFICADOS DA TERRA

Terra tem significados diferentes para brancos e índios. Segundo a doutora em Antropologia Edir Pina de Barros, o valor comercial de determinada área não faz sentido para as culturas indígenas, que caminham ao revés da ideologia capitalista. Um aspecto comum entre diferentes etnias é a afetividade e os significados sagrados relativos à territorialidade. “O direito aos espaços é diferente da lógica do capitalismo”, afirma.

As quatro décadas que separam os Kaiabis do Xingu de seu lugar de origem é, para Edir Pina, um período muito curto do ponto de vista histórico. “São sociedades milenares, enquanto o país possui apenas 500 anos de história. Fala-se que esses povos chegaram por aqui há cerca de 40 mil anos”, explica. O caso dos Panarás que nos anos 90 saíram do Parque Indígena do Xingu para retomarem as suas terras em Peixoto de Azevedo e um ícone desse processo. Edir Pina resgata que o povo foi retirado da área de origem — também pelos irmãos Villas-Boas — em uma época em que corriam sérios riscos de serem dizimados, principalmente em função das doenças decorrentes do contato com os brancos. “Mas, depois, já fortalecidos, decidiram voltar — a pé — e ganharam o direito na Justiça”. Ele exemplifica que, no Xingu, os índios que não eram originalmente proveni-



SIMONE ATHAYDEISA

Da esquerda para a direita: Yapariwa Yudja Kaiabi, Grünberg e Mairawê Kaiabi juntos no Posto Indígena Diauarum.

entes da área são tratados como estrangeiros. “É como se, de repente, nossa cidade fosse tomada por um grupo de argentinos. Eles poderiam conviver conosco, mas seriam sempre considerados de fora”, compara. (*Carla Pimentel, Diário de Cuiabá, 25/02/01*)

ÍNDIOS E FAZENDEIROS PODEM SE ENFRENTAR

Cerca de 70 índios da etnia Caiabi estão acampados no município de Tabaporã (distante 700 quilômetros ao norte de Cuiabá) desde a quarta-feira. Eles teriam saído do PIX com a intenção de retomar as terras que foram tiradas da etnia há 48 anos, segundo informações do prefeito da cidade, Rogério Riva. Há risco de confronto armado entre os índios e os fazendeiros da região, que chegaram a trancar com máquinas a estrada por onde os índios passariam. Riva afirma que assinou um acordo com o grupo dos Caiabi, no qual se compromete a ser feito refém, para que eles sigam viagem em segurança caso a equipe da Funai não se apresente até o meio-dia de hoje. Ele afirma que os índios estão acompanhados por representantes de ONGs e uma equipe de reportagem de um dos jornais de Cuiabá. (*A Gazeta de Cuiabá, 16/01/01*)

DESAPARECIMENTO DE OWYT KAYABI PREOCUPA

Visto pela última vez em 23/01, em Juara (MT), o índio Owy Kaiabi era muito respeitado no Parque Indígena do Xingu. Seu desaparecimento preocupa familiares e comunidades indígenas da região, que temem haver uma ligação com o processo de demarcação da Terra Indígena Batelão. Informe do antropólogo Klinton Vieira Senra, coordenador do Grupo de Trabalho de Identificação e Delimitação da Terra Indígena (TI) Batelão, no município de Tabaporã, vizinho a Juara, especula que o fato de Owy Kaiabi ter participado ativamente dos trabalhos de identificação da área, pode estar ligado ao desaparecimento.

Grupos de índios Kayapó e Panará e o pajé Sapaïn Kamaiurá auxiliaram nas buscas, mas até agora nada se descobriu. A PF chegou à região na segunda-feira, 10/02, após solicitação feita em 31/01 por Paiê Kayabi, responsável pela Administração Executiva Regional do Xingu, da Funai, mas ainda não há pistas do paradeiro de Owy. (*Ricardo Barretto, ISA, 14/02/03*)

FUNAI APROVOU OS ESTUDOS DA TI

O presidente da Funai, Eduardo Almeida, aprovou, no dia 16 de julho, os estudos de identifi-

cação da TI Batelão, com uma extensão de 117 mil e 50 hectares, e determinou a publicação no Diário do Estado do Mato Grosso e a fixação nas sedes das prefeituras de Tabaporã, Juara e Nova Canaã do Norte. (*DOU, 17/07/03*)

KAMAYURÁ

ÍNDIOS KAMAYURÁ RECEBEM INDENIZAÇÃO DE TV JAPONESA

Os índios da etnia Kamayurá – uma das 14 nações que moram no Parque Nacional do Xingu – foram indenizados pela TV NHK Japan Broadcasting Corporation por ter veiculado um programa sobre os índios sem autorização da Funai. O órgão indigenista recebeu R\$ 101.680,00 para serem aplicados em prol da comunidade indígena. De acordo com a assessoria de imprensa da Funai, a indenização se fez necessária devido a veiculação pela TV NHK de um programa feito na terra indígena, por uma produtora independente, sem autorização prévia. Assim que soube do problema, a NHK se prontificou a indenizar os índios dessa comunidade. Conforme a Funai, o dinheiro recebido deverá ser investido nas áreas de educação e atividades produtivas da comunidade, além da aquisição de um caminhão. (*Nelson Francisco, Midianews, 19/11/01*)

ASSOCIAÇÃO PROMOVE RESGATE DA CULTURA

Com o apoio da Funai, a Associação Indígena Mayutsinin, do povo indígena Kamaiurá, desenvolve um trabalho de resgate cultural de tradições que vinham sendo esquecidas. A escola indígena Mawaiaka reúne crianças, jovens e adultos em diversas atividades de agricultura, música, pintura corporal, artesanato, histórias e mitos do povo. Os idosos, memória oral dos Kamaiurá, têm um papel fundamental e repassam aos mais jovens seu conhecimento. Eles ensinam como era feito o plantio das roças (awawo), que só utilizam sementes geradas na terra indígena, mostram e ensinam a pintura e seu significado e ensinam música. Ao ouvirem as histórias dos mitos e lendas, as crianças estão realizando uma memória com ilustração. (*Site da Funai, 11/07/03*)

KAMAYURÁ PRESERVA O TRACAJÁ

A Coordenação de Proteção às Terras Indígenas, da Coordenação-Geral de Patrimônio Indígena da Funai, CPTI, implantou no Parque Indígena do Xingu um projeto de manejo do tracajá (espécie de tartaruga). A idéia foi do índio Pablo Kamayurá, da Aldeia Morena. Há

algum tempo, Pablo vinha tentando a execução desse projeto, em função do decréscimo populacional da espécie, acarretado principalmente pela introdução de novas técnicas de captura utilizadas pelos índios. Antigamente, os deslocamentos à procura do tracajá eram feitos a pé ou nas canoas tradicionais. Além disso, os índios se utilizavam apenas do arco e da flecha para a captura. Ultimamente, com o advento de embarcações motorizadas, que permite percorrer distâncias maiores, os índios já utilizam meios de captura mais eficientes, como o anzol e o espinhel (corda enorme que presa nas duas margens de um rio e na qual são afixadas enormes quantidades de anzóis). Toda a comunidade Kamayurá da Aldeia Morena foi envolvida no projeto. Os índios tiveram aulas de educação ambiental e foram eles, também, os fiscais das praias, até a eclosão dos ovos. Além da proibição do consumo de ovos de tracajá pelos Kamayurá, houve uma vigília constante, para evitar que outros índios fossem recolher os ovos. Placas educativas, escritas em português e na língua Kamayurá, foram colocadas nas praias, alertando para a importância do projeto. Mas o interesse não foi apenas dos Kamayurá. Em função da veiculação do projeto, via rádio para todas as aldeias do Xingu, diversas lideranças demonstraram interesse em participar de projeto semelhante no próximo ano. Houve grande aceitação, por exemplo, entre os Kayabi e os Ikpeng. (*Site da Funai, 21/12/04*)

KAMAYURÁ

XINGU SE PREPARA PARA FESTA YAMARICUMÁ

A aldeia dos índios Kuikuro, um dos povos habitantes do Alto Xingu, se prepara para a festa do Yamaricumá, celebrada pelas mulheres e que remete ao mito com o mesmo nome. O ápice da festa será entre os dias 13 e 15 de setembro e terá a participação de mulheres das aldeias vizinhas, convidadas pelo dono da festa. Na mitologia indígena dos povos do Alto Xingu, a lenda Yamaricumá narra uma revolta das mulheres, ocorrida porque os homens saíram para uma pescar e não retornaram. Ao chegarem à beira do rio, as mulheres viram que os homens tinham pescado muito, mas haviam se transformado em bichos e estavam em grande alvoroço. Revoltadas, retornaram à aldeia, vestiram-se com os adereços masculinos, todos muito exuberantes, obrigaram um homem que havia ficado na aldeia a ir à frente, abrindo caminho. Saíram pela mata, passando por todas as aldeias e chamando as outras mulheres que encontravam para formar uma aldeia

feminina. Algumas mulheres, saudosas de seus companheiros foram voltando a encontrá-los, até reestruturarem sua organização familiar e social. Para os índios, a celebração da festa Yamaricumá tem a mesma dimensão do Kuarup, ritual em homenagem aos mortos. (24 Horas News, 09/09/03)

ÍNDIOS KUIKURO SÃO CO-AUTORES DE PESQUISA

Caso os nomes Afukaká Kuikuro e Tabata Kuikuro sejam procurados na Plataforma Lattes (lattes.cnpq.br) – onde está a maior base de currículos científicos do Brasil –, não serão encontrados. Nem lá, nem em nenhum outro banco de dados semelhante do planeta. Eles não têm doutorado, nem mesmo estudo formal. No entanto, os dois índios cuicuros assinam um artigo para uma revista na qual dez entre dez pesquisadores do mundo gostariam de publicar seus estudos. Eles são chefes da tribo cuicuro, da região sul do PIX, formado por uma dúzia de aldeias e dez grupos distintos.

Heckenberger, Fausto e a linguista Bruna Franchetto (outra autora do estudo) dizem que a presença dos chefes na lista de autores é mais do que simples reconhecimento do saber nativo. “Sem eles, não seria possível fazer o trabalho e escrever o artigo”, resume Heckenberger. “Foi Tabata, por exemplo, quem acompanhou o mapeamento das estradas que interligavam os sítios e se tornou um mestre em achá-las”, diz Fausto. Segundo Franchetto, os dois chefes cuicuros estão entusiasmados com a pesquisa. “Eles estão vendo aflorar um conhecimento sobre a tradição deles.” A pesquisa reúne a Universidade da Flórida, o Instituto Max Planck (Alemanha), o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (Aikax). Tem apoio do CNPq. (FSP, 19/09/03)

ALDEIA KUIKURO ENCERRA FESTA NO ALTO XINGU

Uma das mais belas festas da cultura xinguaná, o Tolo, na língua Karib, foi realizada no último domingo e segunda-feira (14 e 15), na aldeia Ipatse, maior aldeia Kuikuro, onde habitam 319 dos cerca de 400 Kuikuro. As mulheres indígenas são as protagonistas da festa, que tem uma dança compassada e cantos que contam histórias de amor dos antepassados. Pela tradição, a festa tem um dono que se responsabiliza pela organização de todas as etapas que antecedem o ápice da festa, quando as convidadas de outras aldeias chegam para integrar

a festa e lutar o Huka Huka. As mulheres Kuikuro começaram a dançar desde o dia 03 de setembro. A festa foi registrada por jovens Kuikuro, integrantes da AIKAX, que filmaram diversos dias. Os jovens Kuikuro estão recebendo aulas de vídeo e edição pelo projeto “Vídeo nas Aldeias”, de Vincent Carelli, com sede em Recife (PE). (Site da Funai, 19/09/03)

SAÚDE

CAVERNA KAMUKUAKÁ, LUGAR SAGRADO

A Atix participa da expedição à caverna Kamukuaká (lugar sagrado), a ser realizada na próxima segunda-feira. A expedição, organizada para estudar uma forma legal para proteger a caverna, é iniciativa do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (Depima) da Funai e conta com a participação representantes do Ibama e Iphan, além da Atix, que fará o registro das imagens da caverna. A proteção legal da caverna Kamukuaká é uma aspiração antiga dos povos do Alto Xingu, principalmente dos Waurá, que realizavam o ritual de furação de orelha, passagem do jovem para a fase adulta, no local. No local também estão inscrições rupestres reproduzidas nos troncos da festa Kuarup. Para registrar as imagens da caverna sagrada, a Atix escolheu o índio Winti Suiá, um dos operadores da câmera super VHS da associação. Na demarcação das terras indígenas, a caverna Kamukuaká ficou fora do Parque Nacional do Xingu e da Terra Indígena Batovi, próximas ao local sagrado dos antepassados dos povos xinguanos. Segundo o chefe do Posto Indígena da TI Batovi, o índio Waurá Kanaiu, o fato da caverna estar localizada numa fazenda particular, um estudo do Ibama e do Iphan podem levar a uma forma legal para a proteção do local. (Midianews, 21/02/02)

REAVIVENTAÇÃO DOS LIMITES DO POSTO DE VIGILÂNCIA

No começo de abril, 17 índios Waurá deixam sua aldeia e descem o rio Batovi em direção ao Posto de Vigilância (PIV) Batovi da Funai para refazer a picada no limite com o PIV Ronuro. Os Waurá da aldeia do Alto Xingu, norte de Mato Grosso, se juntam às três famílias que habitam no PIV para reabrir um trecho de 45 km. Segundo o chefe do PIV Batovi, o índio Kanaiu Waurá, desde 1996 os índios fazem esse trabalho, também desenvolvido pelas outras etnias do Alto Xingu nos PIVs da Funai. “Os Waurá fazem no Batovi, os Kalapalo, no PIV Kuluene, os Ikpeng no Ronuro”. (Midianews, 28/03/02)

PROTEÇÃO DE CAVERNA É DISCUTIDA

O Depima/Funai se reúne, amanhã (14), na sede do órgão em Brasília para dar continuidade à discussão sobre a proteção da Caverna Kamukuaká. Da reunião, participam o Iphan, o Ibama e, pela primeira vez, o Ministério Público. A Funai e as instituições interessadas na conservação da caverna debaterão sobre o registro do sítio arqueológico Kamukuaká, o planejamento de ação conjunta para proteger o entorno da TI Batovi, a realização de uma nova expedição à região e a inserção da 5ª Câmara do Ministério Público na parceria. O objetivo do Depima é, em parceria com os órgãos voltados para a preservação ambiental e histórica do patrimônio cultural brasileiro, desenvolver ações concretas para a preservar o local e garantir às etnias do Alto Xingu, o acesso à caverna, hoje situada em terra pertencente à fazendeiros. (Site da Funai, 13/05/02)

DIREITOS RECONHECIDOS

O juiz federal da 20ª Vara do DF, Juliano Taveira Bernardes, julgou procedente a Ação Declaratória proposta pela Comunidade Indígena Waurá, reconhecendo a Terra do Batovi como tradicionalmente ocupada pelos índios. Esta decisão representa um reconhecimento oficial do Judiciário do direito originário das comunidades indígenas sobre as suas terras tradicionalmente ocupadas. Nos anos 70, após tomarem conhecimento da exclusão de parte de suas terras dos limites do PIX, os Waurá tentaram exaustivamente obter da Funai o reconhecimento sobre elas. Embora a demarcação tivesse sido concluída – e o problema dos Waurá resolvido – havia muitos anos, essa decisão, além de consolidar o dever da União e da Funai de fiscalizar e proteger o patrimônio dos Waurá, gera importante precedente para comunidades indígenas que ainda têm pendências com a Funai ou com terceiros em relação a seus direitos territoriais. (ISA, 10/06/02)

CAVERNA VAI RECEBER CERTIFICAÇÃO ETNO-CULTURAL

O Iphan fará, ainda este mês, a certificação da primeira caverna brasileira como patrimônio cultural brasileiro de importância etno-cultural. A caverna chama-se Kamukuaká, a 300 Km de Paranatinga (MT), próxima ao Parque Nacional do Xingu, situada dentro da Fazenda Reunidas, no Distrito Salto da Alegria. O sítio arqueológico pertence ao povo Waurá, do Alto Xingu. (Estação Vida, 04/04/03)

Apinayé
Ava-Canoeiro
Gavião Pukobye
Guajá
Guajajara
Guarani M'byá
Kanela
Karajá
Kokuiregatejê
Krahô
Krikati
Javaé
Tabajara
Tapirapé
Tapuia Xavante
Tembé
Urubu-Kaapor
Xerente



14.



Goias / Tocantins / Maranhão





14. GOIÁS TOCANTINS MARANHÃO



TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

-  com mais de 1.000 ha
-  com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

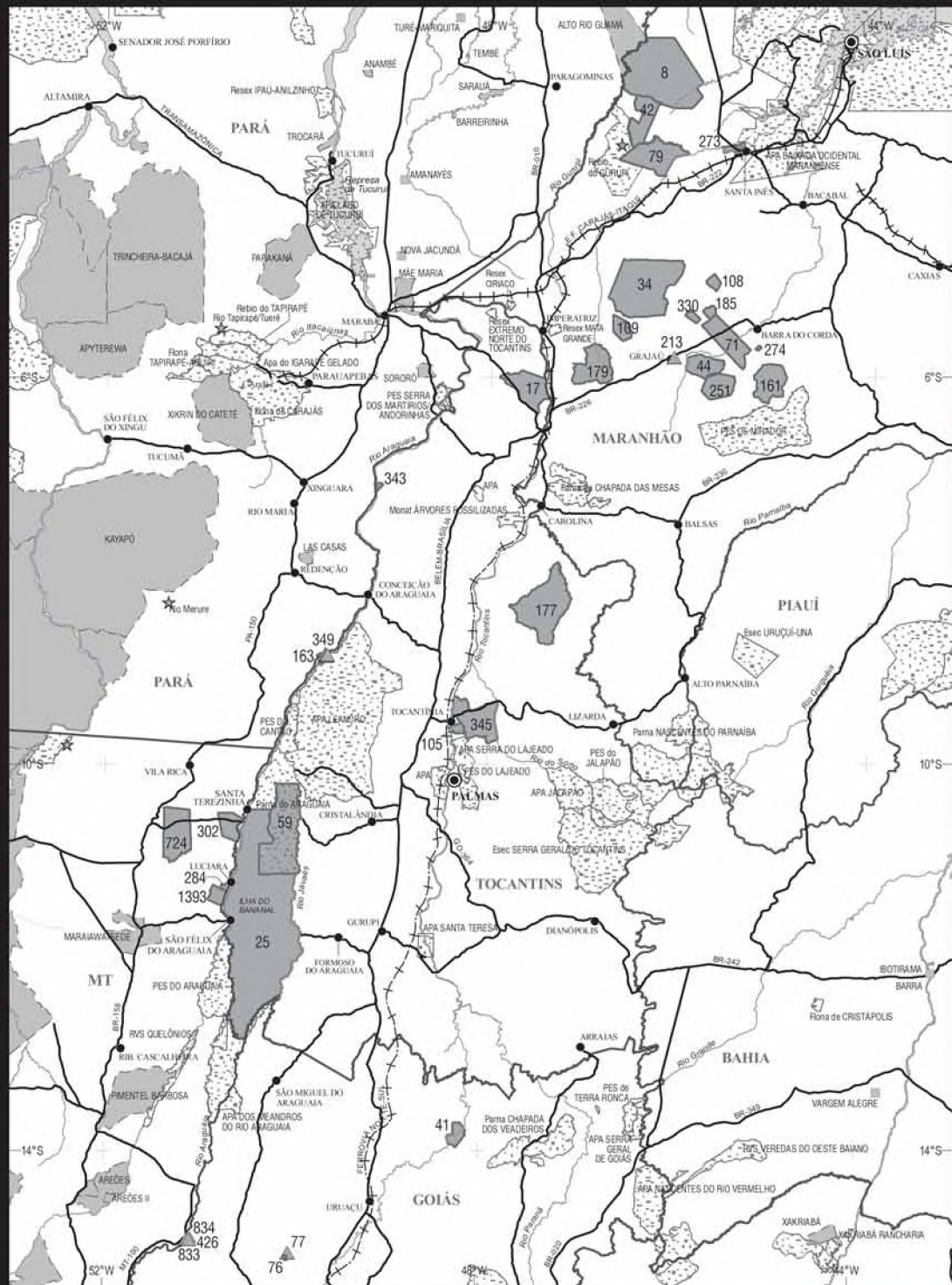
apresentada em outro capítulo

-  com mais de 1.000 ha
-  com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

-  rodovia implantada
-  ferrovia
-  ferrovia planejada
-  capitais
-  sede de município
-  núcleo urbano
-  Unidade de Conservação
-  referência a isolados fora de TI

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

76 km



GOIÁS / TOCANTINS / MARANHÃO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	
8	Alto Turiaçu	Guajá Kaaopor Tembé	881 - Funai: 1989	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.002 de 28/12/1982 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Turiaçu (156.650 ha) matr. 1.708, lv. 2-H fl. 146 em 11/03/88; município e comarca de Carutapera (292.674 ha) matr. 154, lv. 2 fl. 001 em 04/03/88; município de Godofredo Viana e comarca de Cândido Mendes (20.250 ha) matr. 161 lv. 2-A fl. 162 em 07/03/88; município e comarca de Cândido Mendes (9.100 ha) matr. 210 lv. 2-C, fl. 16 em 07/03/88; município de Monção e comarca de Penalva (51.850 ha) matr. 487 lv. 2-D, fl. 41 em 28/03/83. Reg. SPU certidão nº 4 de 22/04/83.	530.525	Araguanã Centro do Guilherme Centro Novo do Maranhão Maranhãozinho Nova Olinda do Maranhão Santa Luzia do Paruá Zé Doca	MA MA MA MA MA MA MA
17	Apinayé	Apinayé	1.525 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação. Reg. CRI: município e comarca de Tocantinópolis (63.358 ha) matr. 957 lv. 2-C, fl. 63 em 07/11/86; município e comarca de Itaguatins (28.100 ha) matr. 390 lv. 2-B-2, fl. 131 em 17/03/88; município e comarca de Maurilândia (50.446 ha) matr. 14 lv. 2/RG, fl. 14 em 26/11/87. Reg. SPU certidão nº 02 em 27/06/89.	141.904	Cachoeirinha Maurilândia do Tocantins São Bento do Tocantins Tocantinópolis	TO TO TO TO
25	Araguaia	Avá-Canoeiro Javaé Karajá Tapirapé	2.249 - Funai/Gurupi: 1984	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação. Fica excluída a superfície de 88,29 ha, declarada sob intervenção para o Aeródromo de Santa Isabel do Morro pelo decreto 80.038 de 28/07/77. Reg. CRI no município de Formoso do Araguaia matr. 4.2875 lv. 2-AA, fl. 141 em 17/06/98. Reg. SPU certidão s/n de 31/01/01.	1.358.500	Formoso do Araguaia Lagoa da Confusão Pium Sandolândia	TO TO TO TO
34	Araribóia	Guajá Guajajara	3.292 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.852 de 22/01/1990 homologa a demarcação como Colônia Indígena. Reg. CRI do município de Amarante do Maranhão e comarca de Grajaú (413.288 ha) matr. 1476 lv. 2I, fl. 211 em 19.06.90. Reg. SPU certidão s/n de 12/12/96.	413.288	Amarante do Maranhão Arame Bom Jesus das Selvas Buriticupu Santa Luzia	MA MA MA MA MA
41	Avá-Canoeiro	Avá-Canoeiro	6 - Funai: 2006	Declarada. Portaria 598 de 02/10/1996 declara de posse permanente indígena. O Decreto Legislativo 103/1996 autoriza o Poder Executivo, por meio de Furnas Centrais Elétricas, a realizar o Aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Mesa. Em seu art. 2º afirma que todos os concessionários de utilização da UHE Serra da Mesa, tanto os atuais quanto os que vierem a sucedê-los, ficam obrigados a manter e cumprir integralmente os convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados com a Funai, relacionados a este empreendimento e que visam a proteção e compensação do povo Avá-Canoeiro. Deverá ser creditado pela concessionária, mensalmente, ao grupo Avá-Canoeiro, que habita esta terra indígena, o equivalente a 2% do valor a ser distribuído a título de royalties aos municípios inundados pelo reservatório desta UHE.	38.000	Colinas do Sul Minaçu	GO GO
42	Awá	Guajá	37 - Figueiredo, W.: 2006	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2005 homologa a demarcação administrativa.	116.582	Centro Novo do Maranhão Governador Newton Bello Nova Olinda do Maranhão São João do Carú Zé Doca	MA MA MA MA MA
44	Bacurizinho	Guajajara	1.976 - Funai: 2000	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.600 de 09/08/1983. homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Grajaú (82.432 ha) matr. 3.426 lv. 2-Q fl. 07 em 27/01/84. Reg. SPU MA certidão nº 165 Fls 286V/288V de 29/02/84.	82.432	Grajaú	MA
1393	Cacique Fontoura	Karajá	489 - Relatório do GT: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho de 13/11/2002 da Funai aprova os estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede do município.	32.069	Luciara São Félix do Araguaia	MT MT
71	Cana Brava	Guajajara	3.367 - 4ª SUER: 1990	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 246 de 29/10/1991 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Barra do Corda (137.329 ha) matr. 13.091, lv. 2 AV, fl. 8 em 26/11/91. Reg. SPU certidão s/n de 19/12/96.	137.329	Barra do Corda Grajaú Jenipapo dos Vieiras	MA MA MA
76	Carretão I	Tapuia Xavante	180 - Funai: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.826 de 15/01/1990 homologa a demarcação administrativa como Colônia Indígena. Reg. CRI: município e comarca de Goiás (224 ha) matr. 8.588 lv. 2-AE fl. 289 em 31/03/85; município e comarca de Rubiataba (741 ha) matr. 2.712, lv. 20Q, fl. 220 em 25/11/90; município e comarca de Nova América (700 ha) matr. 739 lv. 2-C fl. 36 em 05/06/90. Reg. SPU GO certidão nº 332 em 01/10/91.	1.666	Nova América Rubiataba	GO GO
77	Carretão II	Tapuia Xavante		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.825 de 15/01/1990 homologa a demarcação administrativa como Colônia Indígena. Reg. CRI do município e comarca de Nova América (77 ha) Matr 738 lv. 2-C fl. 35 em 04.06.90. Reg. SPU GO certidão nº 303 de 18.09.90.	77	Nova América	GO

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
79	Caru Guajajara	Guajá	136 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 87.843 de 22/11/1982 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Bom Jardim e comarca de Santa Inês (172.667 ha) matr. 70 lv. 2-A fl. 73 em 28/03/83. Reg. SPU MA-161 em 22/04/83.	172.667	Bom Jardim São João do Carú	MA MA
105	Funil	Xerente	268 - Funasa/DSEI: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 269 de 29/10/1991 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Tocantínia (15.703 ha) matr. 1.070, lv. 2 D, fl. 25 em 06/01/92. Reg. SPU GO certidão nº 430 de 04/01/94.	15.703	Tocantínia	TO
108	Geralda/Toco Preto	Guajajara Kokuiregatejã	118 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 16/05/1994 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Grajaú (18.506 ha) matr. 6.350, lv. 2 AH, fl. 66 em 22/01/96. Reg. SPU certidão s/n de 12/12/96.	18.506	Arame Itaipava do Grajaú	MA MA
109	Governador	Gavião Pukobiã Guajajara Tabajara	655 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.001 de 28/12/1982 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Amarante do Maranhão, comarca de Grajaú (41.643 ha) matr. 376 lv. 2-D fl. 85 em 28/03/83. Reg. SPU MA-159 de 22/04/83.	41.644	Amarante do Maranhão	MA
59	Inãwébohona	Avá-Canoeiro Javaé Karajá	97 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Decreto s/n de 18/04/2006 homologa a demarcação administrativa. O Parna do Araguaia fica submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios, devendo ser administrado pela Funai, pelo Ibama e pelas Comunidades Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro.	377.114	Lagoa da Confusão Pium	TO TO
161	Kanela	Kanela Rankokamekra	833 - 4ª SUER/Funai: 1990	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 87960 de 21/12/1982 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Barra do Corda, Matr 7436 lv. 2-AC fl. 08 em 23/03/83. Reg. SPU MA-160 de 12/04/83.	125.212	Barra do Corda Fernando Falcão	MA MA
	Kanela-Buriti Velho	Kanela Rankokamekra		Em identificação. Portaria 1.121 de 30/10/2000 da Funai constitui GT para estudos de identificação.		Barra do Corda	MA
426	Karajá de Aruanã I	Karajá	215 - Funai: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/09/2000 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Aruanã (14 ha), matr. 5.591 lv. 2-AD fl. 155 em 10/05/01. Reg. SPU certidão s/n de 09/08/01.	14	Aruanã	GO
833	Karajá de Aruanã II	Karajá		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Cocalinho, comarca de Água Boa (893 ha), matr. 4.171 lv. 2/RG fl. 01/V em 20/10/98. Reg. SPU certidão nº 21 de 22/03/99.	893	Cocalinho	MT
834	Karajá de Aruanã III	Karajá		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/09/2000 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município e comarca de Aruanã (705 ha), matr. 5.592 lv. 2-AD 1.158 em 10/05/01. Reg. SPU certidão s/n de 07/08/01.	705	Aruanã	GO
163	Karajá Santana do Araguaia	Karajá	183 - Funai: 1989	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 397 de 24/12/1991 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI matr. 826 lv. 2-D fl. 01 em 10/03/88. Reg. SPU PA-01 em 08/03/89.	1.485	Santa Maria das Barreiras	PA
	Krahô-Kanela		83 - Funasa: 2006	Em identificação. Portaria 984 de 21/10/2004 da Funai cria GT para realizar os trabalhos de levantamentos fundiário da TI.		Lagoa da Confusão	TO
177	Kraolândia	Krahô	2.184 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 99.062 de 07/03/1990 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI: município de Goiatins, matr. 1.377 lv. 2-F fl. 269 em 19/03/92; município de Itacajá, matr. 2.150 lv. 2-F fl. 100 V em 19/03/92. Reg. SPU certidão s/n de 02/06/92.	302.533	Goiatins Itacajá Recursolândia	TO TO TO
179	Krikati	Krikati	693 - Funasa: 2006	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação da TI.	144.775	Amarante do Maranhão Lajeado Novo Montes Altos Ribamar Fiquene Sítio Novo	MA MA MA MA MA

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
185	Lagoa Comprida	Guajajara	470 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 313 de 29/10/1991 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Barra do Corda, matr. 13.092, lv. 2AV, fl. 9 em 26/11/92. Reg. SPU certidão s/n de 19/12/96.	13.198	Itaipava do Grajaú Jenipava dos Vieiras	MA MA
349	Maranduba	Karajá	31 - Relatório do GT: 2000	Homologada. Decreto s/n de 19/04/2005 homologa a demarcação administrativa.	375	Araguacema Santa Maria das Barreiras	TO PA
213	Morro Branco	Guajajara	136 - 4ª SUER/Funai: 1990	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.610 de 09/08/1983 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Grajaú, matr. 3.427 lv. 2-Q fl. 08 em 27/01/84. Reg. SPU MS-164 de 29/02/84.	49	Grajaú	MA
251	Porquinhos	Kanela Apaniekra	550 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.599 de 09/08/1983 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI no município de Barra do Corda, matr. 8.081 lv. 2-AE, fl. 66 em 10/04/84. Reg. SPU certidão nº 290 de 18/05/84.	79.520	Barra do Corda Fernando Falcão	MA MA
	Porquinhos - Aldeia Chinela	Kanela Apaniekra		Em identificação. Portaria 1.122 de 30/10/2000 da Funai cria GT para estudos e identificação da área.		Barra do Corda	MA
273	Rio Pindaré	Guajajara	572 - 4ª SUER/Funai: 1990	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 87.846 de 22/11/1982 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI matr. 71 lv. 2-A fl. 74 em 28/03/83. Reg. SPU certidão nº 05 de 22/04/83.	15.002	Bom Jardim	MA
274	Rodeador	Guajajara	83 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI. Decreto 88.813 de 04/10/1983 homologa a demarcação administrativa. Domínio Indígena. Reg. CRI matr. 7.994 lv. 2-AD fl. 277 em 26/01/84.	2.319	Barra do Corda	MA
284	São Domingos	Karajá	122 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. O Presidente da República homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI matr. 1.953 lv. 1.460 fl. 156 em 11/05/88. Reg. SPU certidão nº 012 de 26/02/98.	5.705	Luciara São Félix do Araguaia	MT MT
302	Tapirapé/Karajá	Karajá Tapirapé	384 - Funai/Gurupi: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 88.194 de 23/03/1983 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de São Félix do Araguaia, matr. 3.440 lv.2 em 16/07/84. Reg. SPU-MT certidão s/n de 08/07/87.	66.166	Luciara Santa Terezinha	MT MT
724	Urubu Branco	Tapirapé	88 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI: município de Confresa, comarca de São Félix do Araguaia (35.880 ha) matr. 12.754 lv. 2-RG fl. 001 em 02/06/99; município de Porto Alegre do Norte, comarca São Félix do Araguaia (82.673 ha) matr. 12.752 lv. 2-RG fl. 001 em 24/06/99; município de Santa Terezinha, comarca de São Félix do Araguaia (48.998 ha) matr. 12.753 lv. 2-RG fl. 001 em 24/06/99. Reg. SPU certidão nº 10 de 22/11/99.	167.533	Confresa Porto Alegre do Norte Santa Terezinha	MT MT MT
330	Urcu-Juruá	Guajajara	416 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 382 de 24/12/1991 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI do município de Grajaú, matr. 5.664 lv. 2-AD fl. 126 em 17/02/92. Reg. SPU certidão s/n de 19/12/96.	12.697	Grajaú	MA
	Utaria Wyhyna/Hirari Berena	Karajá		Em identificação. Portaria 957 de 13/10/2003 cria GT para estudos de identificação e delimitação da TI na Ilha do Bananal (Parna do Araguaia), coordenado por Alceu Cotta, da Funai. Concede prazo de 15 dias para os trabalhos de campo e 90 dias para entrega do relatório circunstanciado. Recursos do Programa Território e Cultura Indígena.		Lagoa da Confusão	TO
	Vila Real	Guajajara		Em identificação. Portaria 633 de 30/06/2003 da Funai cria GT para estudos e identificação da TI coordenado pela antropóloga Isabel de Mattos. Recursos do PPTAL.		Barra do Corda	MA
343	Xambioá	Guarani Mbyá Karajá do Norte	176 - Funai/BSB: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/11/1997 homologa a demarcação administrativa. Reg. CRI matr. 221 lv. 2/RG em 10/03/98. Reg. SPU-GO certidão nº 460 de 05/05/98.	3.326	Santa Fé do Araguaia	TO
345	Xerente	Xerente	1.434 - Funasa/DSEI: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 97.838 de 16/06/1989 homologa a demarcação administrativa (posse imemorial dos Xerente). Reg. CRI do município de Tocantínia, matr. 601 lv. 2-A fl. 154 em 26/09/85. Reg. SPU GO certidão nº 278 de 03/11/87.	167.542	Tocantínia	TO

A Sustentabilidade do Território

Jaime Garcia Siqueira

Antropólogo, coordenador do Projeto Frutos do Cerrado do CTI e doutorando em Antropologia Social na UnB

FORTALECIDOS E UNIDOS POLITICAMENTE, OS TIMBIRA BUSCAM MANTER A INTEGRIDADE DE SUAS TERRAS E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS FRENTE À GRANDE PRESSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO AMAZÔNICO

A região de cerrado entre o sul do Maranhão e o norte do Tocantins onde habitam os Timbira, grupo lingüístico ao qual pertencem diversos povos indígenas, é caracterizada por um processo de expansão da fronteira agrícola, com ocupações irregulares, implantação de monoculturas (principalmente soja), criação de gado nas fazendas vizinhas e um desenvolvimento regional intenso, acarretando forte pressão nos territórios desses povos. As terras timbira contam ainda com grande parte de seus recursos naturais relativamente preservados, mas são descontínuas e formam pequenas ilhas cercadas por fazendas de criação de gado, em uma região onde a luta pela posse da terra é violenta. Há, em virtude disso, uma preocupação constante desses grupos indígenas com a demarcação e fiscalização de seus territórios.

Desde 2003, foi entregue à Funai o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Porquinhos, dos Canela Apãnjekra, que infelizmente não estão contando com o apoio do órgão indigenista oficial para dar andamento ao processo. Pior do que isso, o atual presidente da Funai recusa-se a publicar o resumo do relatório e chegou a propor a redução da área defendida pelos índios, num expediente que lembra os mais sombrios tempos da ditadura. Os Gavião Pykobjê deram entrada na Funai com um pedido para ampliação do seu território, mas sequer foram considerados até o momento.

Os Krikati contam com apoio legal para a retirada de posseiros de seu território, sendo que algumas famílias já foram indenizadas. Os Apinajé estão discutindo e tentando embargar a obra da Barragem Serra Quebrada, proposta para ser construída no rio Tocantins, cujo alagamento atingiria a sua área, muito rica em babaçu, madeiras de lei, frutos nativos e animais silvestres. Além

disso, também existe uma demanda de ampliação dessa TI paralisada há anos na Funai.

Os Krahô, como todos os grupos citados, são alvo de pressões por parte de caçadores, madeireiros, fazendeiros e invasores de terras. Além disso, vêm sofrendo forte impacto no entorno de sua área em função do avanço desenfreado da implantação das monoculturas de soja, fazendo daquela região uma das mais novas frentes de expansão desse cultivo, gerando a abertura de estradas e grandes desmatamentos.

Uma alternativa para garantir uma maior proteção do entorno das terras Timbira tem sido a defesa da criação de corredores ecológicos entre essas TIs. Um exemplo interessante é a possibilidade de criação de um corredor de biodiversidade entre as TIs Krahô e Apinajé, abrangendo as fronteiras do Maranhão e Tocantins, compondo um mosaico de Unidades de Conservação. Como parte dessa estratégia, foi criado recentemente o Parque Nacional Chapada das Mesas, com cerca de 160 mil ha, localizado nos municípios de Carolina e Estreito (MA), exatamente entre as duas TIs citadas. A área do Parque foi delimitada excluindo as principais áreas extrativistas e grandes povoados, resguardando basicamente importantes nichos ecológicos, monumentos naturais e áreas ameaçadas pela monocultura da soja.

A PRESSÃO DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Desde as últimas décadas do século XX, as regiões de Imperatriz/MA (230 mil hab.), Araguaína/TO (120 mil hab.) e Marabá/PA (168 mil hab.) têm sido alvo de empreendimentos significativos e de vultosos incentivos fiscais voltados à industrialização e modernização da agricultura. Para os povos Timbira, esse processo tem significado a retaliação de seu território, agravado pela passagem de circuitos de linhas de transmissão de alta tensão, de rodovias estaduais, municipais e federais, como a Transamazônica (que atravessava o território Apinajé) e a Belém-Brasília. A maioria dos Timbira está ainda situada na área de influência das ferrovias Norte-Sul e Ferro-Carajás.



MICHAEL HECKLER/ACERVO CTI

Índias Krahô, Aldeia Nova.

Nos dias de hoje, a região ocupada por esses povos sofre duas grandes ameaças: a pecuária extensiva de baixa tecnologia e o aproveitamento intensivo dos solos para a produção de grãos, principalmente soja. A crescente remoção da cobertura vegetal vem provocando perdas de solo e assoreamento dos rios, além de contaminação por meio da utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Essa expansão tem provocado a abertura de estradas na fronteira da área Krahô, além de grandes desmatamentos. Para agravar o quadro, os pequenos produtores rurais têm vendido suas terras aos fazendeiros da soja, acirrando a desestruturação fundiária e da agricultura familiar nessas áreas e deslocando contingentes para os centros urbanos regionais.

Esse processo afeta diretamente as Terras Indígenas, interferindo na oferta dos meios de subsistência das aldeias (diminuição da caça e de frutas), na poluição dos corpos d'água e lençóis freáticos que as abastecem devido ao uso intensivo de agrotóxicos nas modernas lavouras no entorno e deposição de lixo em rios e córregos. Para povos que têm na caça, pesca e coleta as suas principais fontes de alimentação, esses impactos têm afetado fortemente sua qualidade de vida. Além disso, as Terras Indígenas passam a ser "ilhas de biodiversidade", cercadas de grandes projetos de desenvolvimento que utilizam o cerrado sem o enfoque da sustentabilidade.

NOVOS INTERLOCUTORES, VELHOS PROBLEMAS

Para os pequenos produtores rurais, pescadores, barqueiros, coletores de frutas, indígenas e empresários de ecoturismo, os rios são importante fonte de trabalho. Por outro lado, para uma minoria, essa fonte se resume a uma grande oportunidade de

negócios, que não leva em conta a cultura e os costumes da população local. Conforme dados do mapa de potencial hidrelétrico da Eletrobrás (1999) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um total de 55 obras está previsto para as bacias hidrográficas brasileiras, sendo 40 barragens planejadas para o rio Tocantins e seus afluentes (31 grandes barragens e nove pequenas barragens), dez para o rio Araguaia e rio das Mortes e cinco para o rio Xingu.

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito tem sido considerada prioridade pelo Governo Federal e trará enormes impactos em toda a região. O Ministério de Minas e Energia tem feito pressões sistemáticas para que o Ibama conceda a Licença de Instalação para o início das obras. A Licença Provisória foi concedida em 2005 com uma listagem de cerca de 50 condicionantes, que incluem a realização de estudos etnoecológicos, em função dos impactos que serão causados aos Krahô, a montante, e aos Apinajé, Krikati e Gavião, a jusante da barragem. Também são requisitados estudos mais aprofundados sobre os prejuízos que serão causados ao extrativismo, pelo alagamento de extensas áreas de ocorrência natural de frutos e outros produtos. Até as últimas audiências públicas realizadas em 2005 nos municípios da região, essas questões não estavam sendo consideradas, o que só ocorreu graças à efetiva participação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e da Associação *Wyty-Catê* nesses eventos.

O consórcio responsável pela obra, Consórcio Energia Estreito (Ceste), tem demonstrado muito pouca sensibilidade para lidar com a questão indígena, que continua sendo um impasse até o momento porque os empreendedores têm se recusado a atender as condições dos índios para a realização dos estudos em campo. O mesmo descaso tem se verificado com a questão do extrativismo e dos impactos diretos que a barragem vai causar

TREZE ANOS DO PROJETO FRUTOS DO CERRADO: NOVOS DESAFIOS

Conhecido como a savana mais rica no mundo em biodiversidade e considerado de extrema importância para a conservação da biodiversidade mundial, o cerrado também é marcado pela sua sociodiversidade, ou seja, pela quantidade de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, produtores familiares, ribeirinhos) que necessitam dos recursos naturais desse bioma para a sua sobrevivência física e cultural. Não obstante, principalmente com o deslocamento da fronteira agrícola entre as décadas de 70 e 80, a paisagem do cerrado foi drasticamente modificada por desmatamentos, uso de agrotóxicos, queimadas e outras alterações antrópicas. Atualmente, estima-se que apenas 20% deste bioma estejam conservados. O projeto Frutos do Cerrado, uma parceria do CTI e a Associação Wyty-Catê – cuja vertente econômica é a FrutaSã, a fábrica de polpa de frutas –, surgiu nesse contexto como alternativa de gestão sustentável dos recursos florestais do cerrado amazônico.

O Projeto Frutos do Cerrado e a FrutaSã têm recebido, nesses últimos 13 anos, apoios do MMA, MDA, Funbio e outras agências de fomento governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras. A FrutaSã já participou de inúmeras feiras e eventos nacionais e internacionais e recebeu diversos prêmios, como reconhecimento de seus méritos socioambientais e de gestão, tais como: Prêmio Chico Mendes do MMA, como melhor negócio sustentável em 2003; Prêmio Tecnologias Sociais, da Fundação Banco do Brasil, em 2005; Prêmio Gestão Pública e Cidadania, da FGV, em 2005.

Apesar das dificuldades encontradas em um empreendimento com essas dimensões, a produtividade da fábrica de polpa tem aumentado nos últimos anos, principalmente após a realização e implantação de um plano de negócio. Desde a criação da fábrica até 2000, foram instalados diferentes equipamentos para melhorar a produção de polpas e construída uma nova unidade industrial. Com a mudança para essa unidade, ao final de 2000, iniciou-se uma nova etapa, saindo da fabricação semi-artesanal para um desenvolvimento das atividades produtivas de beneficiamento e gestão mais profissionalizadas. A FrutaSã conseguiu um salto qualitativo ao melhorar o gerenciamento, produção e comercialização. Também foram realizados contatos e primeiros intercâmbios de polpas com outras indústrias, completando a oferta de sabores da FrutaSã e encontrando novos mercados para seu principal produto – o bacuri. Essas mudanças sempre envolveram os parceiros

indígenas, levando todas as questões para as assembleias gerais da Wyty-Catê, nas quais os caciques das aldeias associadas tomam as decisões e aprovam os trabalhos realizados pela Wyty-Catê e pela equipe/funcionários da FrutaSã.

Assim, das primeiras produções de apenas 5 mil kg em 1998, a FrutaSã passou a produzir mais de 70 mil kg a partir da safra 2003/2004; em 2003, comercializou mais de 65 mil kg. Atualmente, beneficia cerca de 120 toneladas/ano de polpas, que são vendidas no mercado regional. Esses números indicam que, cada vez mais, a FrutaSã se aproxima da sustentabilidade econômica. As frutas tradicionais do cerrado compõem a maior parte da produção, sendo o bacuri, o cajá e o caju os produtos principais, além das polpas de acerola, abacaxi, goiaba, maracujá, juçara, buriti, bacaba e murici.

CRESCER E DIVERSIFICAR

Para evitar impactos ambientais negativos com a enorme quantidade de resíduos produzidos a partir do beneficiamento das frutas em forma de bagaço e sementes, estes estão sendo usados para produzir adubo e para a produção de mudas, em parceria com a Associação Agroextrativista de Pequenos Produtores de Carolina (AAPPC), que servem para reflorestar áreas degradadas e adensar a ocorrência das frutas nativas em torno das aldeias associadas à Wyty-Catê. Estão sendo pesquisadas outras tecnologias adequadas ao aproveitamento racional desses resíduos.

A preocupação constante da FrutaSã é encontrar, nos próximos anos, outras formas de beneficiamento de frutas pouco aproveitáveis para a produção de polpas, mas com um alto potencial para a produção de óleos, como o caso do pequi, bacaba e buriti. A diversificação da produção é, portanto, um dos principais desafios, tendo em vista a necessidade de criar outras alternativas de geração de renda para índios e não-índios extrativistas.

Quanto à estratégia de comercialização, a FrutaSã busca e estabelece parcerias com outros projetos similares, envolvendo comunidades tradicionais e produtores familiares. Suas principais atividades são a comercialização conjunta, trocas de mercadorias entre os parceiros e abertura de novos mercados.

A FrutaSã encontra-se atualmente no limite de seu estágio de crescimento, necessitando atualizar seu plano de negócios para vislumbrar a estratégia de consolidação do empreendimento para os próximos anos. Depois de anos de trabalho para implantação e desenvolvimento da experiência, chegou a hora do “pulo do gato”, para consolidar definitivamente o Frutos do Cerrado e a FrutaSã não apenas como alternativa econômica viável, mas como um modelo de desenvolvimento sustentável para os povos do cerrado.



Unidade de beneficiamento FrutaSã, em Carolina.



para centenas de produtores rurais e também para a *FrutaSã*, que terá grande parte de sua produção prejudicada pelo enchimento do lago.

De fato, a UHE de Estreito traz problemas ambientais e sociais irreversíveis, que se fossem levados a sério, inviabilizariam a cons-

OS TIMBIRA E A ASSOCIAÇÃO WYTY-CATË

Os grupos Timbira somam uma população total de aproximadamente 6 mil índios, distribuídos em mais de 30 aldeias. A Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins foi fundada em março de 1994, mas registrada em cartório somente em abril de 1996, englobando atualmente 17 aldeias. A Wyty-Catë possui sede própria em Carolina (MA), onde também o CTI mantém o Centro de Ensino e Pesquisa Timbira Pinxyj Himpèjxà (CEPPH) (“casa da comadre, lugar de respeito”).

Depois da criação da Wyty-Catë, inúmeras outras associações surgiram: Associação Gavião (1995), envolvendo as aldeias do Governador, Rubeácea e Riachinho – sendo que depois as duas últimas criaram suas próprias associações (2002); Conselho Indígena Pemp’cahyc, dos Krikati (1995) – seguida por outras associações específicas de mulheres e alunos; Associação Krinhduré, dos Apinajé (1999); Associação Apãnjekra, dos Canela da aldeia Porquinhos (2000).

A Wyty-Catë, por sua vez, ao articular essas associações e as aldeias associadas, vem se transformando, ainda que informalmente, em uma “federação” das comunidades dos povos Timbira, da qual só não participam, ainda, os Gavião-Parkatejê e os Timbira Kukoi-Krepancatejê. A Wyty-Catë se articula ainda com uma série de organizações indígenas, como a Coiab, Coordenação dos Povos Indígenas do Maranhão

trução desse empreendimento. Na verdade, trata-se de velhos problemas, desta vez com novos interlocutores, nada preocupados com as questões que afligem a população indígena e não-indígena da região. (março, 2006)

(Coapima) e Coordenação das Organizações Indígenas do Araguaia-Tocantins (Coiat). Ultimamente, tem participado de discussões com os Xavante e outros grupos para a realização de um encontro dos grupos Jê e povos indígenas do cerrado, visando iniciar uma articulação de todos esses grupos.

AGENTES AMBIENTAIS

A Wyty-Catë articula uma série de atores que vêm assumindo diversas funções, algumas das quais vêm se configurando nesses últimos dez anos no contexto do desenvolvimento da associação e da execução dos projetos locais. Essas novas funções de alguma forma estariam ajudando a construir uma espécie de “identidade pan-Timbira”, por meio dos discursos e práticas desenvolvidos nos projetos e articulações que a associação propõe. Os agentes ambientais surgem nesse contexto, primeiro no papel de viveiristas nas suas comunidades, trabalhando na produção de mudas para o plantio de culturas permanentes nos quintais e roças das aldeias. Os agentes ambientais têm participado dos mutirões agroflorestais, que normalmente reúnem participantes dos diferentes grupos Timbira para a realização de práticas de manejo e plantio consorciado em áreas demonstrativas nas aldeias. Também participam de cursos e oficinas de capacitação para a formação dos mentwajê (jovens Timbira), voltados para a gestão ambiental dos seus territórios.

Demarcação Indefinida, Risco de Sobrevivência

Luciano Alves Pequene

Antropólogo/CGAF/DAF/Funai,
coordenador do Programa Avá-Canoeiro

A INDEFINIÇÃO QUANTO À REGULARIZAÇÃO DA TI AVÁ-CANOEIRO, PROCESSO QUE JÁ DURA 33 ANOS, É UM FATOR DE GRANDE RISCO À POSSIBILIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DESSE POVO

Os índios Avá-Canoeiro habitam, atualmente, uma região que faz parte de suas terras tradicionais. Desde a segunda metade do século XVIII, controlavam e dominavam vasta região do alto rio Tocantins, até começarem a sofrer, ao longo dos séculos, perseguições e expulsões territoriais com sangrentos e sucessivos massacres pelas frentes de expansão e colonização da região central do Brasil. Os primeiros esforços para definir oficialmente um território destinado a esses índios, foram propostos pela equipe de Frente de Atração durante os trabalhos da “Expedição Avá-Canoeiro”, em 1973. A área abrangia a margem direita do rio Tocantins, regionalmente denominado rio Maranhão nesse trecho, mas não incluía a margem esquerda desse rio, supostamente porque as “frentes de contato para esses índios”, criadas desde os primeiros anos da década de 1940, não conheciam e não dispunham de informações suficientes a respeito dos locais de ocupação tradicional desse povo. A confirmação de uso tradicional de áreas situadas na margem esquerda do rio Tocantins ocorreu após o efetivo contato com os índios, em 1983.

Os estudos de regularização do território tradicional dos Avá-Canoeiro tinham sido retomados em 1982, resultando na proposta de interdição de uma área de 38 mil ha para a atração e “pacificação” do grupo. Tais estudos foram posteriormente complementados junto aos Avá-Canoeiro, recém-contatados, em 1984, e resultaram na interdição da área indígena, com superfície de 38 mil ha, situada nos Municípios de Minaçu e Cavalcanti (GO). Em 1994, novos estudos foram mais uma vez determinados pela Funai, e confirmaram esses limites. Passados 23 anos dos estudos iniciais, o Ministério da Justiça declarou, em outu-

bro de 1996, como de posse permanente dos índios a Terra Indígena (TI) Avá-Canoeiro, situada nos Municípios de Colinas do Sul e Minaçu (GO), com superfície aproximada de 38 mil ha, determinando que a Funai procedesse a sua demarcação administrativa para posterior homologação.

Coincidentemente, no mesmo mês de outubro de 1996, o Congresso Nacional autoriza a estatal Furnas Centrais Elétricas S.A. a realizar o aproveitamento hidroelétrico (AHE) da Serra da Mesa, localizado em um trecho do rio Tocantins nos municípios de Colinas do Sul e Minaçu. Entre os artigos do Decreto Legislativo nº 103/1996, um deles afirmava que “*Todos os concessionários de utilização da Usina Hidrelétrica (UHE) Serra da Mesa, tanto os atuais quanto os que vierem a sucedê-los, ficam obrigados a manter e cumprir integralmente os convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados com a Funai, relacionados a esse empreendimento e que visem a proteção e compensação da nação indígena Avá-Canoeiro*”. No entanto, na edição desse decreto, a construção da UHE Serra da Mesa já havia sido praticamente finalizada. Sua implantação atingiu os limites da TI Avá-Canoeiro, causando sérios impactos diretos e indiretos aos indígenas e ao meio ambiente, entre os quais a inundação de uma área de aproximadamente 10% do território (3.163 ha). Além do impacto com a abertura de estradas, linhas de transmissão e retirada de material argiloso para edificação da UHE, uma parte da barragem propriamente dita e diques de contenção se situam no interior da TI. A obra foi concluída em outubro de 1996, quando então o Congresso autorizou a fase de enchimento do reservatório, ao longo de 18 meses.

Somente três anos depois, em 1999, a Funai iniciou o procedimento demarcatório da área indígena e, até hoje, passados 33 anos desde as primeiras tentativas de consolidação do seu território, esse grupo em iminente risco de extinção – são apenas seis indivíduos – aguarda a homologação de sua terra. Ademais, os obstáculos burocráticos e administrativos da Furnas Centrais

Elétricas S.A. vêm desrespeitando os acordos e ajustes celebrados com a Funai para promover as condições reais de sobrevivência dos Avá-Canoeiro. O Convênio entre a Fundação e a estatal, firmado em 1992 e com validade de 10 anos, estabelecia quatro partes para fins de compensação aos Avá-Canoeiro: a localização e contato dos índios; reestudo dos limites da TI; regularização fundiária e o Programa Avá-Canoeiro. Esse Convênio expirou a sua validade em junho de 2002, sem o devido êxito da implementação em sua totalidade. A Funai enviou a Furnas nova minuta de convênio juntamente com o Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro, em abril de 2004 e até o momento não obteve manifestação da parte de Furnas Centrais Elétricas S.A.

O DESCASO DE FURNAS

As influências e interferências de Furnas nesse processo têm causado sérios e graves prejuízos aos direitos indígenas. Simultaneamente aos estudos do território Avá-Canoeiro realizados pela Funai, o Governo Federal outorgava a Furnas, em 1981, “*concessão para um conjunto de aproveitamento de energia hidráulica no trecho do curso principal do rio Tocantins e seus afluentes da margem direita e esquerda.*” Os estudos empreendidos por Furnas definiram na região a construção de três empreendimentos: UHEs de Serra da Mesa, Cana Brava e Peixe. A estatal optou por priorizar a construção da UHE Serra da Mesa.

Desde essa época, mais intensivamente a partir de 1984, ou seja, um ano após o contato com os índios, Furnas iniciou as obras, cujo canteiro ficava a apenas 5 km do Posto de Atração Avá-

Canoeiro instalado pela Funai e onde estavam residindo os quatro índios recém-contatados. Nos primeiros anos da construção da UHE Serra da Mesa, os índios passavam constantemente pelo canteiro de obras, expostos a todos os perigos advindos de um empreendimento gigantesco, além do contato com um grande número de operários de diversas empreiteiras vinculadas à obra.

Depois de concluídas as obras, em 1996, o decreto do Congresso Nacional autorizou o enchimento do reservatório, mas também determinou que Furnas, num prazo de 180 dias, realizasse a compensação da área equivalente inundada na referida TI, previamente aprovada pela Funai. O “Relatório Sobre Reposição da Área Inundada, a Terra Indígena Avá-Canoeiro” concluiu que as áreas prioritárias para reposição seriam as terras que abrangem as bacias formadoras das cabeceiras do córrego Pirapitinga, Lageado e Macaco e a área complementar seria a que abrange as cabeceiras do córrego formador do braço direito do córrego João Vieira.

Foram apontadas dificuldades por Furnas para a aquisição de alguns dos imóveis situados nas áreas prioritárias. A Funai então concordou que a estatal adquirisse os imóveis da área complementar, mas ficou acordado que Furnas daria continuidade ao processo de aquisição das áreas prioritárias formadoras das cabeceiras do córrego Pirapitinga, tendo em vista que são consideradas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar dos Avá-Canoeiro e à sua reprodução física e cultural.

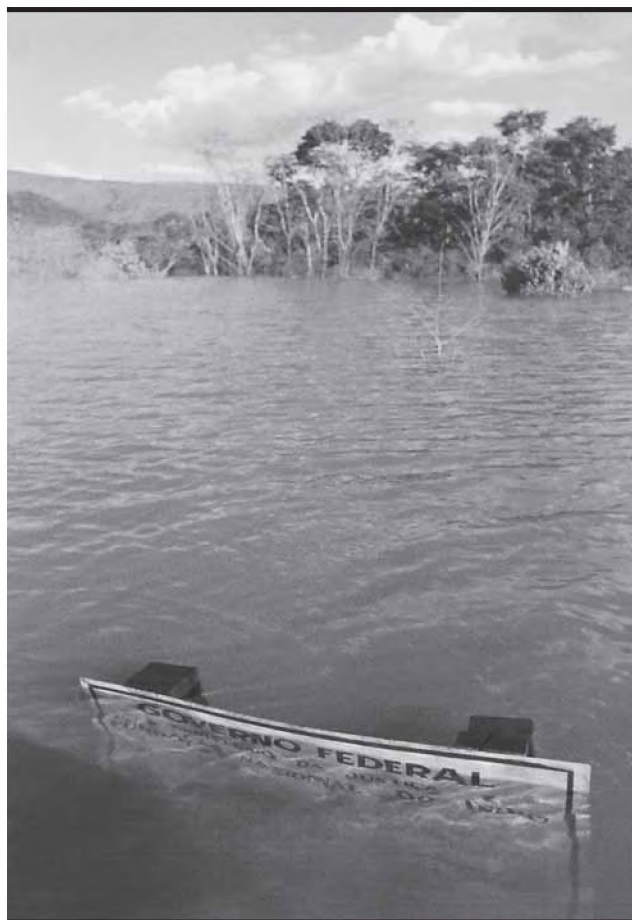
No decorrer dos trabalhos demarcatórios da TI Avá-Canoeiro, em 1999, Furnas solicitou à Funai que alterasse os limites da terra indígena, alegando que “*estruturas importantes da Usina Serra da Mesa, estão inseridas no polígono da referida Terra Indígena*”. Enfatizou ainda que tais alterações seriam para “*preservar todas as condições de segurança operacional e patrimonial, imprescindíveis ao funcionamento da Usina Serra da Mesa*”. Tal solicitação, submetida à análise da Funai, foi acatada e procedida a alteração dos limites da TI Avá-Canoeiro, que tem atualmente uma superfície de 38.702,7174 ha, incluindo os imóveis da área complementar. Ressalta-se que esta alteração estava condicionada ao estabelecimento de um novo compromisso por parte da empresa quanto à aquisição das áreas prioritárias. Em 2000, a Funai solicitou um posicionamento da estatal quanto à aquisição das terras situadas no extremo norte da TI Avá-Canoeiro (cabeceiras do córrego Pirapitinga), até hoje pendente de resposta concreta.



Após o contato com os quatro índios, lawí, 45 anos (centro, em pé); Matxa, 67 anos (centro, sentada); Nakwacha, 60 anos, (sentada, à direita) e Tuia, 35 anos (em pé, à esquerda), realizado em 1983, nasceram duas crianças: um menino, Jatúlika (em pé, à direita), e uma menina, Niwathima (sentada, à esquerda). Hoje, estão com 19 e 17 anos, respectivamente. As idades dos índios mais velhos são estimativas atuais.

Desde o início da demarcação da TI Avá-Canoeiro, há aproximadamente sete anos, várias correspondências oficiais da Funai foram encaminhadas a Furnas solicitando providências e soluções urgentes para poder concluir o processo demarcatório da terra indígena, e essa empresa continua se valendo de respostas evasivas e argumentando as mesmas dificuldades de ordem legal para aquisição das áreas das cabeceiras do córrego Pirapitinga. Por conta desse impasse, dentre outros, em março de 2001 a Funai decidiu recorrer ao próprio Congresso Nacional, encaminhando um dossiê contendo informações e documentos comprobatórios a respeito do descumprimento de Furnas das determinações previstas no decreto de 1996. Foi ressaltado, sobretudo, o seu artigo 5º, que trata da suspensão da concessão da UHE até a plena regularidade das pendências junto a Funai. O assunto tramita atualmente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, sob a designação de PET nº 004/2003.

A indefinição quanto à demarcação da TI Avá-Canoeiro é fator de grande risco à possibilidade de recomposição do grupo indígena, que hoje conta com somente seis indivíduos, após séculos de conflitos, culminando numa impetuosa redução populacional. A TI Avá-Canoeiro constitui uma pequena fração de uma ampla área historicamente por eles ocupada, inclusive constitucionalmente garantida, sendo de posse inalienável e de usufruto exclusivo dos Avá-Canoeiro. Ocorre que, com o descumprimento das determinações legais assumidas perante a Funai, Furnas não só desconhece tais preceitos constitucionais como perde a legitimidade de sua inserção na terra indígena. Assim, o Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Serra da Mesa não considerou o aspecto indígena no afã da abertura de novos horizontes desenvolvimentistas no centro-oeste goiano. (fevereiro, 2006)



WALTER SANCHES, DEZ. 2006

A UHE Serra da Mesa inundou aproximadamente 10% da TI Avá-Canoeiro.

Povo Luta pela Integridade de sua Terra

Maria Elisa Ladeira e Juliana Noloto

Antropólogas do CTI

DEPOIS DE UM LONGO E CONFLITUOSO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO, A TI KRIKATI FOI FINALMENTE HOMOLOGADA. NO ENTANTO, OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS AINDA PERMANECEM NA TERRA

A Terra Indígena (TI) Krikati foi homologada em 27 de outubro de 2004 com 144.775 ha, após uma luta que durou 30 anos e um longo processo envolvendo vários grupos técnicos (GTs) de identificação (1976, 1978, 1979, 1980 e reestudo em 1988), um processo judicial movido pelos fazendeiros locais, várias tentativas de demarcação – que culminaram na autodemarcação, realizada em 1997 com o apoio de alguns funcionários da Funai, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e de outros povos Timbira – e uma tentativa, em 1999, de redução da área por parte do Ministério da Justiça. Mas, apesar de demarcada, a TI continua ocupada por não-índios.

Desde sua demarcação física em 1997, vários GTs foram constituídos pela Funai para realizar o levantamento fundiário dos ocupantes no interior da área indígena, concluído em aproximadamente 60% da terra, com um saldo total de 870 ocupações. Dessas ocupações, 817 já foram indenizadas com um custo de R\$12.880.000,00 – para uma área estimada em 90 mil ha. A maioria dos indenizados já se retirou da terra. Nos restantes 40% do território, entre o rio Arraias e a zona rural de Montes Altos, área vital para os Krikati, estima-se que existam em torno de 300 ocupações. A Funai colocou em seu cronograma de 2006 a retomada dos levantamentos e o pagamento das indenizações, que demandarão mais de R\$1.100.000,00.

NOVAS ALDEIAS

Após a demarcação, os Krikati vêm tentando reocupar o território integralmente por meio do estabelecimento de novas aldeias. Em 1983, ainda estavam vivendo em três aldeias, mas, frente à

intensa pressão da Funai e dos políticos de Montes Altos sob a justificativa da garantia a uma assistência à saúde e à educação mais eficaz, os Krikati se juntaram todos na Aldeia São José, próxima a Montes Altos, o que facilitou a ocupação do território pelos fazendeiros locais. Atualmente, os Krikati, além da Aldeia São José (a mais numerosa, com cerca de 700 moradores), estão estabelecidos na Aldeia Raiz (cerca de 20 famílias), formada em 1999 logo após a retirada dos invasores no município de Lajeado, limite sudeste da área. O próximo passo será fundar uma aldeia na região do rio Arraias (depois da extrusão), e outra no Pindaré, sudoeste e norte da TI, respectivamente. Novas aldeias já estão sendo discutidas entre as lideranças a partir da desocupação integral do território.

Há ainda uma outra aldeia, Recanto dos Cocais, bem próxima à Aldeia São José, com cerca de sete famílias do povo Guajajara. Essa estratégia Guajajara, grupo Tupi, de ocupação de territórios Timbira (grupo lingüístico a que pertencem os Krikati) se repete também entre os Gavião-Pykobjê, na TI Governador. Nessa terra indígena, próxima à TI Krikati, existem três aldeias Gavião e três aldeias Guajajara. Os Guajajara enfrentam graves problemas fundiários e vêm pressionando os territórios Timbira. É importante ressaltar também que com a demarcação da TI Krikati, grande parte dos moradores não-índios que foram indenizados e se retiraram da terra, foi se reinstalar no entorno da TI Governador, já diminuta (41.644 ha), aumentando a pressão sobre ela e dificultando o pleito Gavião-Pykobjê em ter seu território ampliado.

RECUPERAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Enquanto aguardam a total desintrusão de suas terras, os Krikati preocupam-se com a recuperação de seus recursos naturais, intensamente utilizados pelos invasores em todo o tempo de ocupação de seus territórios, e com a vigilância e controle de suas terras, pois a exploração da madeira, a caça e a pesca clan-

O TORTUOSO ITINERÁRIO ATÉ A HOMOLOGAÇÃO

O povo indígena Krikati, ao longo de dezenas de anos, lutou pela demarcação de suas terras no Maranhão, enfrentando toda sorte de dificuldades. Inicialmente, questões administrativas na Funai impediam a demarcação, pois não havia consenso com relação aos limites da terra. Em seguida, sentenças judiciais foram determinadas para que a demarcação se realizasse de acordo com os interesses dos invasores e dos políticos locais, e sua revogação demorou muito a ocorrer.

Durante esse período, um povoado de nome Quiosque foi instalado dentro das terras Krikati e recebia incentivos do Governo Estadual para que ali permanecesse e se expandisse. Vários laudos antropológicos foram solicitados e realizados, mas foram contestados, principalmente por incluírem esse povoado no perímetro da TI, bem como fazendas de criação de gado. Houve ainda pressões de todas as ordens, inclusive das autoridades municipais das cidades de Montes Altos e Sítio Novo, que chegaram a impedir a circulação dos Krikati na área urbana daqueles municípios. A Funai tentou várias vezes realizar a demarcação física, recorreu à Polícia Federal, e até ao Exército, mas sempre era impedida de iniciar os trabalhos.

OS KRIKATI VIRAM O JOGO

Após serem atacados por pistoleiros contratados pelos invasores, os Krikati tomaram uma medida extrema: derrubaram duas torres de sustentação de linhas de transmissão de energia da Eletronorte que passam por suas terras e condicionaram a reinstalação à realização da

destinas ainda são freqüentes e assuntos quase que diários nas reuniões no pátio da aldeia. Os rios Batalha e Paca, que servem de limite à TI, também são alvo de preocupação, assim expressa nas palavras de Ludogério Krikati: “*mas agora que cupen vai sair de dentro da nossa terra, o que adianta nós cuidarmos desse lado do rio se eles estragam do outro lado?*”. Além disso, os índios reclamam da atividade agropecuária exercida pelos fazendeiros nas cabeceiras de outros rios, como é o caso do rio Pindaré, onde essas atividades provocaram a diminuição da mata ciliar e interferiram nas condições ambientais adequadas para a preservação da sua nascente. Trata-se do recurso pesqueiro mais próximo da Aldeia São José.

Os Krikati têm procurado novas estratégias para fazer frente a esses desafios. Dos antigos modelos de criação extensiva de gado

demarcação.

Foi então realizado um acordo entre a Funai, Eletronorte e Comunidade Krikati para a realização da auto-demarcação, mudando a forma tradicional do trabalho, de modo a dividir a área em módulos, contando para isso com a participação da própria comunidade e de outros povos indígenas que apoiaram os Krikati. A despeito de resistências de invasores, a demarcação, que era tida como impossível, foi então feita num prazo recorde de três meses, seguindo os limites previstos no laudo antropológico.

O Governo do Estado do Maranhão não ajudou o processo de demarcação, como se propaga, mas tudo fez para que a demarcação não fosse concluída, inclusive enviando policiais para ameaçar quem estava realizando o trabalho. Representantes do governo estadual chegaram a propor a construção de casas para os índios em troca de sua renúncia às áreas de fazendas e ao povoado Quiosque.

Após a demarcação, as pressões continuaram, mas a homologação foi finalmente assinada pelo Presidente da República em outubro de 2004. Desde então, a Funai já indenizou cerca de 80% dos invasores, retirando-os da TI, incluindo a totalidade dos moradores do povoado Quiosque, cujas construções foram todas derrubadas. Espera-se que os últimos invasores sejam indenizados e retirados ainda em 2006 pela Funai. (Porfírio Carvalho, indigenista)

impostos pela Funai, buscam hoje a recuperação das condições ambientais necessárias para a manutenção de seu modo próprio de vida. Nessa linha, por exemplo, o Conselho Indígena Pemp Cahyc Krikati está executando, com o apoio do Programa de Pequenos Projetos (PPP), um projeto de repovoamento do cerrado por meio da criação de emas. A Associação dos Índios Krikati da Aldeia Raiz, *Pohyh 'pry*, iniciará, no ano de 2006, um projeto de criação de abelhas nativas e beneficiamento de frutos do cerrado, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também estão participando, em parceria com o CTI e apoio do MMA, de um projeto de recuperação de áreas degradadas e formação de agentes ambientais indígenas, que inclui ações de recuperação das nascentes mais importantes da TI, etnozoneamento, mutirões de plantio de frutíferas nativas, dentre outras atividades. (março, 2006)

Descaminhos do Programa de Compensação Ambiental

Luis Roberto do Paula*

Antropólogo, doutorando pelo PPGAS-USP

O PROCAMBIX PARECE, COMO SUGERIU UM XERENTE, UMA “ANTA BEM GORDA” QUE ESTÁ SENDO CONSUMIDA RAPIDAMENTE POR POUCOS COM UM ACESSO POR DEMAIS PRIVILEGIADO A ESSE TEMPORÁRIO E, PORTANTO, INSUSTENTÁVEL BANQUETE

A Hidrelétrica do Lajeado, oficialmente batizada UHE Luiz Eduardo Magalhães, foi construída num tempo recorde: 39 meses (1998-2000), ocupando uma área total de 750 km² a partir do Rio Tocantins. Sua exploração, cuja energia gerada é suficiente para abastecer o Estado do Tocantins, está a cargo da iniciativa privada, por meio do consórcio Investco S.A. Por estarem localizadas a 12 km à jusante de sua barragem principal, duas Terras Indígenas habitadas pelos Xerente foram incorporadas ao rol de medidas compensatórias previstas pelo Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do empreendimento.

Para subsidiar a elaboração das medidas compensatórias, uma equipe multidisciplinar coordenada por membros das ONGs Grupo de Estudos do Cerrado (Gera) e Operação Amazônia Nativa (Opan) produziu um “Diagnóstico Etnoambiental Xerente”, em 1999 e 2000. O diagnóstico indicou três eixos básicos para nortear as medidas compensatórias que viriam futuramente compor o Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix): “cultura e cidadania”, para valorização das expressões culturais, apoio a novas formas de organização e garantia dos direitos à saúde e educação; “território e recursos naturais”, para conservação e proteção das terras tradicionalmente ocupadas; e “segurança alimentar e geração de renda”, para maior disponibilidade de alimentos e alternativas de produção.

Após inúmeras polêmicas sobre o teor e o valor das medidas compensatórias entre a Investco S.A. e os Xerente, estabeleceu-

se que o total dos recursos previstos para a implementação do programa de medidas compensatórias seria de aproximadamente R\$ 10.000.000,00, a ser desembolsado ao longo de oito anos (2001-2008), em parcelas semestrais.

O gerenciamento desses recursos financeiros acabou ficando a cargo do Departamento de Patrimônio Indígena da Funai, tendo como responsável pela operacionalização dos gastos a Administração Regional da Funai (AER) de Gurupi/TO. Nesse pacote, foram criados ainda a Associação Indígena *Akwe*, responsável pela gestão dos recursos humanos necessários ao andamento do Programa, e o Conselho Deliberativo Interinstitucional, composto por representantes da população xerente, da Funai, da Investco, do MPF, do Ibama e da Naturatins (órgão estadual responsável pelo meio ambiente). O Conselho é responsável pela deliberação final dos planos anuais de trabalho do Procambix, bem como a fiscalização de sua aplicação.

ENCRUZILHADAS E DESCAMINHOS

Nos primeiros dois anos do Programa (2002/2003), ficou patente que um eixo não previsto no “Diagnóstico Etnoambiental Xerente” acabou consumido cerca de 50% dos recursos: “estruturação da base”, concernente a gastos relacionados à montagem de infra-estrutura, ao apoio operacional e de contratação de pessoal. Justamente esse eixo veio a ser a fonte dos maiores conflitos existentes entre os caciques e lideranças xerente e a equipe que gerencia o Procambix.

No que diz respeito ao eixo “cultura e cidadania”, uma das metas, a construção da Casa de Cultura *Akwe*, ainda não havia sido realizada em 2005. Havia uma polêmica entre os Xerente se a Casa de Cultura deveria ser estabelecida em Tocantínia (por ser mais próxima às TIs), ou em Palmas (por ser a capital), ou em Lageado (cidade em expansão depois da construção da UHE), ou mesmo dentro da TI.

Ainda nesse eixo, a meta “divulgação da Cultura *Akwe*” teve gastos relacionados ao financiamento de algumas festas tradicionais e à aquisição de filmadoras, máquinas fotográficas digitais, aparelho de TV e vídeo. Já a meta “fortalecimento da organização xerente” resumiu-se à manutenção da sede da Associação Indígena *Akwe* em Tocantínia e ao pagamento de diárias para lideranças xerente que participam do Conselho Gestor Interinstitucional.

No eixo “segurança alimentar e geração de renda”, a criação de galinhas caipiras tornou-se motivo de chacota generalizada entre os Xerente: esquisitas “galinhas com bico cortado” que botavam, mas não chocavam e precisavam de vacinas e ração especiais de alto custo. Além disso, havia desperdício de ovos e a necessidade de compra de chocadeiras elétricas. A implantação de roças mecanizadas de arroz, por sua vez, foi alvo de controvérsias incontornáveis. Segundo segmentos xerente, na primeira safra – em 2002/2003 – apenas parte das aldeias teve uma boa colheita do grão. O atraso no desembolso de verbas acarretou a perda do período adequado para se semear. Já em 2004, segundo informações divulgadas pela gerência do Procambix, o conjunto das aldeias xerente produziu uma safra de arroz bastante elevada. Para que os Xerente obtivessem autonomia na gestão das roças mecanizadas, foram comprados cinco tratores, um para cada Posto Indígena. Mas ocorreram sérios conflitos entre determinadas aldeias no processo de aquisição dos tais tratores. O Projeto de Piscicultura também não proporcionou os resultados esperados.

Já no eixo “território e recursos naturais”, o “Zoneamento Agro-Ecológico” das TIs Xerente vinha sendo desconsiderado sistematicamente. Uma das conseqüências mais evidentes da não-priorização desse eixo se expressava pela derrubada aleatória de áreas do cerrado para implementação das roças mecanizadas. Um dos poucos recursos gastos nesse eixo foi endereçado à formação de alguns xerente como agentes ambientais por técnicos do Ibama e da Naturatins. Após seis meses recebendo uma bolsa de estudo por conta da participação no curso, os candidatos a agentes ambientais xerente encontravam-se em crise com a gerência devido à falta de continuidade da formação e, particularmente, da prometida contratação de cada um deles pelo Programa.

Mas é no eixo “estruturação da base” que apareceram as questões mais conflituosas e delicadas do Procambix. Não havia clareza sobre quem decide os rumos do Programa. Os segmentos xerente escutados sentiam-se à margem do sistema decisório. Um dos inúmeros motivos para o descontentamento era que os gerentes do Programa teriam total autonomia para gastos com combustível, diárias, salários etc. Além disso, os Xerente conseguiram impor a contratação de coordenadores índios para a gestão da sub-sede do Procambix em Tocantínia. A conseqüência direta dessa dinâmica vinha sendo a de que o cacique que mais

OS TRÊS EIXOS BÁSICOS QUE NORTEIAM AS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DO PROCAMBIX

1. Cultura e Cidadania

Os objetivos principais são: a valorização das expressões culturais, o apoio a novas formas de organização e a garantia dos direitos à saúde e educação. Para alcançar tais objetivos, foram sugeridas as seguintes diretrizes:

- *Oficina para Capacitação de Associações e Lideranças*
- *Construção de uma Casa da Cultura Akwen*
- *Capacitação de Recursos Humanos na Saúde Indígena*
- *Oficina sobre Distritalização e Atenção à Saúde Indígena*
- *Sistema de Saneamento Básico*
- *Formação de Professores Indígenas*
- *Atendimento ao Ensino Fundamental*

2. Território e Recursos Naturais

Objetivos principais: conservação ambiental e proteção das terras tradicionalmente ocupadas. Diretrizes:

- *Reestudo dos Limites do Território Tradicional*
- *Manutenção da Integridade Territorial*
- *Uso e Controle do Fogo*
- *Conservação de Microbacias Hidrográficas*

3. Segurança Alimentar e Geração de Renda

Objetivo principal: maior disponibilidade de alimentos e alternativas de produção. Diretrizes:

- *Mecanização Agrícola*
- *Quintais domésticos e Criação de Galinhas*
- *Centros de Reprodução de Recursos Genéticos Vegetais*
- *Aproveitamento dos Recursos do Extrativismo Vegetal*
- *Manejo de Recursos Pesqueiros*
- *Apicultura e Manejo de Abelhas Silvestres*

pressionava obtinha recursos de toda ordem para o seu grupo político. O Programa, segundo alguns Xerente, estava transformando-se em um grande “cabide de empregos” para índios descontentes: tratoristas, vigias, assistentes administrativos, técnicos agrícolas, coordenadores. Assim, a participação mais ativa dos xerente no Programa era dada pela pressão pontual de caciques descontentes com os rumos do projeto.

“LOCOMOTIVA DESGOVERNADA”

A insustentabilidade política do Programa ficou também evidenciada. Segundo os segmentos xerente ouvidos, os conselheiros e gerentes indígenas do Programa não cumpriam com o rigor esperado a tarefa de deslocar-se às aldeias, ouvir as reivindicações e levá-las para discussão e incorporação aos planos anuais de

trabalho. O papel dos servidores da Funai também foi amplamente criticado. Segundo muitos, o Programa tornou-se uma espécie de “sub-sede da Funai”, situação expressa numa frase reveladora de um Xerente: “a indenização era para ser um recurso que deveria ser privado (dos Xerente), mas tornou-se público (gerenciado pela Funai)”.

A Funai também não parecia muito interessada em gerir os projetos mais inovadores previstos nos planos anuais de trabalho do Procambix, sob o argumento de que “não tem quadros para assumir o trabalho”. Curiosamente, a mesma AER mobilizava dois funcionários – além de seu administrador executivo – para administrar os recursos do Procambix na sua sede em Gurupi, a 600 km da área Xerente. Ressalte-se que diversas das metas previstas nos três eixos do “Diagnóstico Etnoambiental Xerente” foram excluídas da construção final do Procambix (por exemplo, todas as metas relativas à educação e saúde, como também a revisão dos limites territoriais).

O Ibama e a Naturatins, por sua vez, não estavam suficientemente envolvidos com o Programa no que tange à gestão territorial das TIs Xerente. O Ministério Público Federal do Tocantins assinalou que o Procambix se parecia com uma “locomotiva desgovernada a 100 km por hora e que precisaria diminuir sua velocidade para 10”. Nesse registro, o MPF/TO sugeriu a duplicação dos anos de repasse de investimentos, de oito para dezesseis, o que foi recusado pelo financiador. Segundo o MPF, a extensão dos valores de repasse permitiria um controle maior dos gastos. Além do mais, permitiria também que os Xerente dominassem, gradativamente e com maior eficácia, a gerência dos recursos. A Gerência do Programa em Tocantínia, formada em parte por lideranças xerente, ficava, por um lado, ao sabor das pressões dos caciques (cada um reivindicando sua parte dos recursos) e, por outro, legitimando as operações contábeis decididas na AER de Gurupi. Outro ator envolvido na insustentabilidade política do Programa é a Associação Indígena *Akwe*. A disputa pelos recursos repassados pelo Programa para a associação eram motivos de desconfiança entre as facções xerente.

Ressalte-se ainda que a desconsideração dos possíveis impactos que a entrada volumosa de recursos financeiros acarretaria junto à organização social xerente por parte das sucessivas equipes

de consultores envolvidos nesse processo deixou um campo aberto para que as várias facções indígenas excluídas do gerenciamento direto do Procambix questionassem a desigualdade no processo de distribuição dos recursos financeiros. Como decorrência, uma das tarefas que vinha mobilizando os gerentes do Programa era a de propiciar um acesso mais equilibrado, por parte das facções xerente, aos recursos do Programa.

Ainda, a não-priorização do eixo “território e recursos naturais” motivou conflitos entre aldeias e a gerência do Programa na definição de locais para o desmatamento e a implantação da roça mecanizada. Parte dos Xerente explicitou o desejo de ver novas áreas desmatadas e não apenas a recuperação de capoeiras antigas, opinião que por si só demonstra a falta de reflexão aprofundada entre os Xerente sobre o tema da gestão territorial. Nenhum dos atores envolvidos questionou a sustentabilidade econômica e ambiental das roças mecanizadas.

Surpreendentemente, o “Diagnóstico Etnoambiental Xerente”, apesar de suas qualidades inegáveis, sugeriu a necessidade de implantação de roças mecanizadas e questionou a prática tradicional das roças de toco. A gerência do Programa seguiu a risca essa determinação. Assim como ocorreu ao longo da década de 1980, novamente estão os Xerente mobilizados pelos megaprojetos de mecanização agrícola. Depois de três ou quatro safras de bonança, nas quais se investem pesadas somas de recursos financeiros sem qualquer retorno futuro, sabe-se bem o destino desse tipo de projeto entre populações indígenas: o abandono, em parte, de seus hábitos alimentares e de suas práticas de cultivo tradicionais.

O Procambix parece, como sugeriu um Xerente, uma “anta bem gorda” que está sendo consumida rapidamente (com fim previsto para 2008). Repetindo a lógica presente na maioria dos programas de compensação econômica entre as populações indígenas, existiam poucos consumidores que possuíam um acesso por demais privilegiado a esse temporário e, portanto, insustentável banquete. (março, 2006)

NOTA

* Luis Roberto de Paula realizou avaliação do Procambix em junho de 2003 atendendo à solicitação conjunta do MPF/TO e da Funai.

Perspectivas no Início do Milênio

Louis Carlos Forlino
Uirá Felipe Garcia

Professor de Antropologia (The University of Nevada - Reno)
Doutorando em Antropologia Social (USP)

A HOMOLOGAÇÃO DA TI AWÁ, DOS GUAJÁ, TEVE IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL PARA A GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA DESSE POVO, À MEDIDA QUE FORMOU, JUNTO A OUTRAS DUAS TERRAS, ONDE TAMBÉM VIVEM OS GUAJÁ, UM MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Os Guajá são falantes de uma língua da família Tupi-Guarani e habitam tradicionalmente uma macro-região conhecida como “Amazônia Oriental”, na porção oeste do Maranhão. Vivem na região com os Ka’apor, os Tembê e os Guajajara, ocupando três áreas contíguas: ao sul, a Terra Indígena (TI) Caru, com os Guajajara; ao norte, a TI Alto Turiaçu, em companhia dos Ka’apor e alguns Tembê; e, entre as duas, habitada somente pelos Guajá, está a TI Awá, homologada em abril de 2005 e pedra fundamental na formação do mosaico de áreas protegidas que constitui uma das poucas regiões preservadas da porção oriental da Amazônia. Ao lado dessas três áreas, existem alguns indivíduos na TI alto Rio Guamá, dos Tembê, além da TI Araribóia, dos Guajajara, cuja existência de grupos guajá isolados é afirmada pela Funai. A Terra Indígena Awá existe desde 1985, quando foi identificada pela Funai, com 232 mil ha. No entanto, ao longo das décadas seguintes, antes de ser declarada, sofreu modificações de seus limites em diversas ocasiões. Em maio de 1988, a portaria inter-

ministerial nº 76 declarava de posse permanente dos Guajá 147.500 ha, diminuindo a área considerada inicialmente pela Funai. Em setembro do mesmo ano, outra portaria revogou a anterior, declarando de posse permanente indígena 65.700 ha. Em maio de 1990, foram interditados 18.750 ha contínuos aos 65.700 ha, totalizando 84.450 ha. Finalmente, depois de reduções e acréscimos, a extensão da TI Awá foi declarada em 27/07/1992, com 118 mil ha.

A mobilização para que a TI Awá fosse homologada foi intensa, pois a empresa Agropecuária Alto Turiaçu pleiteava na Justiça o direito de extrair madeira e criar cerca de 6 mil cabeças de gado dentro de uma parte da já então prevista TI. Além disso, boa parte das TIs do Maranhão sofre influência do Projeto Grande Carajás (PGC), da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), razão pela qual essas terras deveriam ter sido homologadas desde o início do projeto, o que não ocorreu, trazendo conseqüências para os povos indígenas da região. O antropólogo Mércio Pereira Gomes, atual presidente da Funai, foi quem propôs a demarcação de uma área exclusiva para os Guajá em 1985, uma vez que, nessa mesma época, era inaugurada a Ferrovia Carajás da CVRD, propiciando novas condições para a ocupação da região e aumentando o número de fazendas e povoados. Assim, no caso da TI Awá, foram mais de 20 anos desde o início do projeto até que a terra fosse homologada, tempo suficiente para provocar mortes e uma invasão desordenada na área.

LOUIS CARLOS FORLINO - JAN/2006



UIRÁ FELIPE GARCIA - JAN/2006



Crianças da TI Awá: a homologação desta terra representa um passo importante na garantia de um futuro digno para os Guajá.

GUAJÁ X INVASORES

Historicamente, o território guajá padecia de diversas invasões e, durante todo o século XX até os dias atuais, o grupo sofreu dezenas de baixas populacionais. O histórico de mortes entre os Guajá remonta ao final dos anos 1940, quando os primeiros povoados apareceram na região do Pindaré, com essa ocupação se intensificando ao longo dos anos. As histórias de mortes são muitas, desde ataques deliberados a comunidades inteiras até assassinatos isolados, e morte por doenças do contato. Nos dias de hoje, à medida que as invasões nas TIs se intensificam, os atritos entre os Guajá e seus vizinhos aumentam. Em mais de uma ocasião, essas transgressões resultaram em mortes. Foram registrados pelo menos três casos em que os Guajá, cansados de tanto descaso e impunidade, mataram invasores de seu território, dois na TI Caru e outro na TI Alto Turiaçu. Em outras ocasiões, no entanto, quando houve intermediação dos conflitos, os ocupantes não-índios se retiraram sem derramamento de san-

OS AWÁ-GUJÁ E O PROJETO GRANDE CARAJÁS

Dado o impacto que a construção da estrada de ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), inaugurada em 1985, traria às comunidades indígenas em sua área de influência, foi estipulado que parte dos recursos do projeto (US\$300 milhões) seria aplicada em programas de assistência para esses povos. Dessa forma, foi criado um convênio entre a Funai e a CVRD para administrar esses programas. Uma das principais exigências com relação à construção da ferrovia era a manutenção da integridade dos territórios indígenas afetados e o desenvolvimento de iniciativas que garantissem a qualidade de vida de seus habitantes. Além dos Guajá e Guajajara, a ferrovia causou impacto em diversas outras comunidades, como os Xikrin, Gavião, Ka'apor e Suruí, onde a CVRD foi obrigada a manter projetos de compensação.

No caso específico dos Guajá, esse convênio fracassou, visto que mais de 20 anos se passaram para que a TI Awá fosse homologada, tempo suficiente para causar inúmeros transtornos decorrentes das invasões e exploração ilegal desse território. Enquanto isso, os programas de saúde que vieram com as frentes de contato não se preocuparam com os riscos evidentes frente à fragilidade do grupo, já que a intenção era contatar a qualquer custo, de qualquer maneira, no ritmo desejado pelos empreendedores. Os primeiros contatos, sem os cuidados necessários, resultaram na morte de vários indivíduos, e entre 1976 e 1980, morreram aproximadamente dois terços dos residentes do PIN Guajá por doenças introduzidas, principalmente a malária e a gripe. A contratação de terceiros também não foi realizada a partir de critérios confiáveis, sendo que muitos funcionários novos e temporários da Funai não foram submetidos a exames médicos, situação que muitas vezes trazia enfermidades e doenças para os Guajá. Fora isso, muitos observadores comentaram que os recursos que outrora seriam destinados aos objetivos originais do convênio foram aplicados em infra-estrutura para a Funai.

Mais tarde, foram criados outros convênios entre a Funai e a CVRD, desenvolvidos com muitas interrupções e uma quantidade menor de

recursos do que o original. Passavam-se períodos em que a CVRD apenas aplicava pequenas caridades para as comunidades locais. Mais recentemente, na ocasião de celebrar um novo convênio, houve um desvio de recursos por parte de funcionários da CVRD e Funai e, até ser descoberta a fraude, a saúde Guajá ficou muito comprometida. Os fatos ainda estão sendo apurados e um funcionário da CVRD envolvido nesse esquema foi demitido.

Em decorrência desse mega empreendimento, a população regional cresceu junto com o número de povoados ao longo da estrada de ferro. Tal pressão demográfica aumentou o número de invasões nas TIs adjacentes e intensificou o movimento dos trens da CVRD, espantando a caça e interferindo diretamente em várias comunidades indígenas, já que a ferrovia margeia o perímetro sul da TI Caru (Rio Pindaré).

Frente a tantos problemas, em duas ocasiões a estrada de ferro Carajás foi fechada por um conjunto de povos indígenas, insatisfeitos com o atendimento da CVRD às comunidades locais. Na primeira ocasião, em 1993, os Guajá se uniram aos Tenetehara, Ka'apor e outras etnias para exigir da CVRD um compromisso maior, conforme previa o convênio original, e não estava sendo desempenhado. Recentemente, em janeiro de 2006, um número ainda maior de pessoas fechou a ferrovia exigindo a melhoria no atendimento à saúde administrado pela Funai. Os Guajajara, assim como os Guajá, apontaram irregularidades nos convênios que o órgão de saúde articulou em suas parcerias.

A CVRD foi privatizada em 1997 e, desde então, discussões questionam se ela assume com toda convicção o compromisso social que se buscava enquanto estatal. A "maior empresa de mineração diversificada das Américas", como ela mesma orgulha-se em divulgar; a mais lucrativa da América Latina em 2005 com o lucro recorde de R\$ 10,443 bilhões, e, segundo festejou a reportagem da Folha de São Paulo (Folha On-line 06/03/2006), o "maior lucro já registrado na história de uma empresa não-estatal de capital aberto na América Latina", continua com uma política de mitigação de seus impactos muito tímida.

A TI Awá foi definitivamente homologada no dia 14 de abril de 2005 e um dos maiores méritos desse ato é a anulação do “efeito arquipélago”, ou seja, a fragmentação de uma área protegida em “ilhas”, o que normalmente facilita as invasões por não-índios e, via de regra, aumenta a degradação ambiental em curso na Amazônia. Além de assegurar uma área única para o povo Guajá, a criação dessa TI protege as cabeceiras de muitos cursos d’água, freia as invasões e outras atividades ilegais, como garimpagem e corte de madeira.

DE AGORA EM DIANTE

Os desafios continuam, no entanto, mesmo após a homologação. Através do Rio Caru, que faz fronteira entre as TIs Caru e Awá, grupos de invasores continuam adentrando essas áreas para a retirada ilegal de madeira, propiciando, ao lado da destruição ambiental, um clima de tensão generalizada. Na TI Awá encontram-se ainda grileiros, posseiros, vilas e até serrarias ameaçando o bem-estar dos Guajá. O que se espera da Justiça nesse momento é que seja feito o reassentamento desse contingente populacional. Trata-se, no entanto, de um processo complexo e moroso, pois centenas de famílias terão que ser identificadas no que diz respeito à “má” ou “boa fé” da ocupação, para efeitos de indenização.

A homologação da TI Awá, sem dúvida, marca uma grande vitória para o povo Guajá, porém o futuro das comunidades é incerto. A gestão atual da Funai rendeu bons resultados para os Guajá, embora opere com morosidade para sanar algumas irregularidades de administrações passadas. A atual administração regional de São Luís também supera em dedicação as anteriores e os chefes de posto atuais, por sua vez, manifestaram uma preocupação com o povo Guajá frente à redução de recursos e um quadro de funcionários cada vez menor. E, como em todo o país, as possibilidades em contratar novos funcionários de posto, bem formados na questão indígena, continuam mínimas. Além disso, foi criada uma associação para o povo Guajá quase inoperante e que serviu mais como uma “frente” para alguns funcionários do órgão oficial abocanharem recursos para o seu próprio usufruto.



EBERTO NOGUEIRA

Aldeia Txipatxiã, na divisa do Maranhão com o Pará.

O retrato atual do povo guajá é assim captado através de uma lente cheia de incertezas, porém algumas possibilidades. A questão mais premente é referente aos posseiros da TI Awá. Os Guajá são bravos e resistentes, além de muito alegres, e está faltando ao Estado Brasileiro, e à sociedade de uma forma geral, tratá-los com a mesma integridade e alegria com as quais eles tratam seus visitantes. (*fevereiro, 2006*)

Uma Triste Visita às Aldeias

Porfirio Carvalho

Indigenista

A NOSSA SOCIEDADE CONSTRÓI ESTRADA ATRAVESSANDO UMA TI, CAUSA IMPACTOS COMO A DERRUBADA DA MATA, INCENTIVA O DESLOCAMENTO DAS ALDEIAS PARA A BEIRA DA ESTRADA, DISSEMINA BEBIDAS ALCOÓLICAS E A PROSTITUIÇÃO ENTRE OS ÍNDIOS, O ROUBO DE MADEIRAS E DE OUTROS RECURSOS, O TRÁFICO DE DROGAS. E QUANDO APARECEM OS PROTESTOS DOS ÍNDIOS, ASSALTOS DOS ÍNDIOS, VEM A REPRESSÃO DA NOSSA SOCIEDADE

Em agosto de 2005, acompanhado de um dos responsáveis pela unidade da Funai local, estive em Barra do Corda, no estado do Maranhão, motivado pela notícia de que havia 13 índios Guajajara presos na cadeia da cidade. Nosso interlocutor principal foi o índio Ari Cabral, líder da aldeia Nova Barreirinha e filho de uma das lideranças mais importantes do povo Guajajara daquela região, José Maria Cabral, que habita a aldeia Barreirinha. Ari nos contou o que acontecera e qual teria sido a causa da sua prisão e de todos que ali estavam.

Segundo Ari, seu filho – que sofre das faculdades mentais, como pude pessoalmente verificar – havia sido preso sob acusação de assalto na estrada e, por não ter conseguido nenhum apoio para libertá-lo, resolveu fazer um protesto, colocando pedaços de madeira na rodovia BR 226, que liga Barra do Corda a Grajaú, e impedindo que os carros circulassem por cerca de três dias. Ele foi então surpreendido dentro de sua casa por um grupo de policiais fortemente armados e atirando. Ari e mais nove parentes foram presos e ali estavam há mais de dois meses. Dois dos presos me mostraram marcas de torturas, como ferimentos em suas costelas na altura do peito e marcas de ferro quente, que teriam sofrido na delegacia de Grajaú. Ari estava muito preocupado e indignado com a falta de higiene dentro da cela, pois as necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo e o mau cheiro empestava o cubículo. Entre os presos também encontrei Antenor Guajajara, com mais de 60 anos, que nem mesmo sabia do pro-

testo na estrada e vinha chegando da aldeia São Pedro, trazendo utensílios para plantio em sua roça, quando foi agarrado e preso pela polícia sob acusação de ser traficante de maconha.

Praticamente todos os homens da aldeia Nova Barreirinha estavam ali presos, do cacique ao menino que sofre das faculdades mentais, do avô ao neto. Será que eles são mesmo criminosos perigosos ou estão sendo vítimas da discriminação e do descaso da nossa sociedade para com aquele povo indígena? Logo ali, naquela cadeia, quem sabe na mesma cela que em 1901 esteve preso e morreu à mungua o índio Caiuré Imana, líder Guajajara que se revoltou contra a invasão de suas terras, que lutou contra a imposição pelos padres de costumes com que eles não concordavam... Ali o que vi foi a fronteira da razão e do absurdo.

VISITA AO POSTO DE SAÚDE

Ao chegarmos no posto de saúde da Funasa em Barra do Corda, encontramos muitos índios acampados dentro do prédio, fora do prédio e num galpão que foi construído para alojamento dos índios que vão ao município tratar da saúde e resolver problemas como compras, recursos de aposentadorias, bolsas alimentícias, auxílios-saúde etc.

Trabalham no posto um médico, uma enfermeira, uma odontóloga e auxiliares de enfermagem. Informaram-nos que faltavam recursos financeiros para compra de medicamentos e que não havia remédios disponíveis na farmácia da Funasa local há seis meses. No caso de algum índio necessitar de medicamentos, o pedido é encaminhado via fax para a Funasa em São Luis. O tempo informado para que essa compra ocorra e o remédio chegue até Barra do Corda é de oito dias. Esse procedimento pode causar o agravamento das doenças e até mesmo o óbito nos casos mais graves.

VISITA ÀS ALDEIAS

A aldeia Sabonete fica localizada no extremo oeste da Terra Indígena Cana Brava Guajajara, à margem da BR-226. O principal

assunto tratado nas conversas foram as notícias dos índios presos em Barra do Corda e os assaltos que vêm ocorrendo dentro daquela TI. Existe uma forte preocupação de toda a comunidade com relação às conseqüências negativas que os assaltos poderão trazer aos Guajajara. Também reclamam das dificuldades enfrentadas pela comunidade e da falta de apoio. Uma auxiliar de enfermagem ligada à Funasa-Grajaú nos contou das dificuldades geradas pela ausência de medicamentos e apoio estrutural, como transporte, meios de comunicação etc.

Da aldeia Sabonete, fomos para a aldeia Betânia, na qual a preocupação central também girava em torno dos acontecimentos que culminaram na prisão dos treze Guajajara em Barra do Corda. A comunidade se preocupa com a reação dos não-índios. Reclamam também da precariedade do atendimento de saúde, da falta de medicamentos e da forma como são tratados quando buscam apoio nos centros médicos do Maranhão.

Da aldeia Betânia, fomos para a aldeia Coquinho, onde estava ocorrendo uma emergência: uma senhora Guajajara estava com problemas no parto e precisava se deslocar para Grajaú, mas não havia viatura para isso, e custou até que conseguissem um carro de um povoado perto dali. Os habitantes dessa aldeia também reclamaram da falta de apoio às suas atividades produtivas, uma vez que o resultado da colheita não foi satisfatório.

Da aldeia Coquinho, seguimos para a aldeia Nova Barreirinha, cujo líder maior está preso entre os treze que estão na cadeia de Barra do Corda. Praticamente todos os homens da aldeia Nova Barreirinha foram presos pela polícia. Encontrei apenas as mulheres e crianças. Quando chegamos na aldeia, queriam notícias dos seus maridos, filhos, irmãos e pais. Todos choravam. Diziam: “ – Por que estão fazendo isso com a gente?”; “ – Ninguém aqui matou, ninguém roubou, porque os *Karaiw* pren-

dem nós?”; “ – Não temos mais comida e estamos com medo de que a polícia volte e nos prenda, e prenda os nossos filhos também”.

Não podia dizer a elas que os advogados da Funai encarregados de conduzir os processos e defendê-los estavam com pouca esperança de conseguir tirá-los da cadeia, em razão da gravidade das acusações. A juíza de Barra do Corda já havia demonstrado que não concederia *habeas corpus* para soltá-los. Eu disse apenas que estava solidário e que iríamos tentar por todos os meios evitar que fossem condenados por crimes que não cometeram. Disse também que conseguiria o transporte de todas as mulheres para uma visita aos presos em Barra do Corda e compraria cestas de alimentos para um período de um mês, na tentativa de diminuir a extrema necessidade em que se encontravam. E ainda que iria contatar a Funai para que essa ajuda fosse aumentada para um período maior, até que se normalizasse a situação na aldeia. Por fim, da aldeia Nova Barreirinha fomos para aldeia Barreirinha, cujo líder é “Tamui”, José Maria Cabral, pai de Ari, um dos 13 presos, que se apresentava doente e abatido.

Que crimes essas pessoas cometeram? Se não houvesse aquela estrada asfaltada atravessando a Terra Indígena, teriam ocorrido esses assaltos? Os atropelamentos de índios? Os protestos? Os índios teriam sido presos? A nossa sociedade constrói uma estrada atravessando uma Terra Indígena, causa impactos como a derrubada da mata e o contato indiscriminado entre índios e trabalhadores, incentiva o deslocamento das aldeias para a beira da estrada, dissemina bebidas alcoólicas entre os índios, a prostituição de índias, o roubo de madeiras e de outros bens naturais, o tráfico de drogas. E quando aparece o atropelamentos e morte de índios, protestos dos índios, assaltos dos índios, vem a repressão da nossa sociedade. Trata-se de prisões étnicas e discriminatórias, portanto criminosas. (dezembro, 2005)

Transformações em Largos Passos

Patrícia de Mondonça Rodrigues

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Chicago (EUA)

NOS ÚLTIMOS TEMPOS, OS JAVAÉ TÊM EXPERIMENTADO TRANSFORMAÇÕES MUITO ACELERADAS, DECORRENTES DO CONTATO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE. NO ENTANTO, ESSAS MUDANÇAS TÊM SIDO ACOMPANHADAS, PARALELAMENTE, DE UMA REVITALIZAÇÃO DAS FORMAS TRADICIONAIS DE SER

Os Javaé vivem, hoje, em aldeias na Ilha do Bananal, parte do território de ocupação imemorial, em uma área contígua ao território ocupado pelos Karajá, e somam cerca de 1.300 indivíduos. Esse número indica um crescimento muito significativo, já que as epidemias advindas do contato com a sociedade envolvente nas primeiras décadas do século XX causaram uma drástica redução de sua população.

Nos anos de 1970, os Javaé somavam menos de 300 pessoas. O contato foi seguido de uma pressão crescente de criadores de gado e da instalação de pequenas cidades ao redor da ilha, o que foi agravado pela construção de Brasília e da BR-153 (rodovia Belém-Brasília). A recuperação populacional também veio acompanhada da retomada de antigos locais de moradia dentro da ilha. Um marco histórico decisivo para o repovoamento e manutenção parcial do território tradicional Karajá e Javaé seria a criação do Parque Nacional do Araguaia em 1959, cuja área correspondia à totalidade da Ilha do Bananal.

ALDEIAS E CIDADES

O processo de retomada territorial intensificou-se nos últimos anos, seja em razão do crescimento populacional, de conflitos internos, do esgotamento de recursos naturais ou em função do projeto político de reocupação do antigo território. No final do século XIX e início do século XX, os Javaé moravam em mais de 20 aldeias, reduzidas a apenas duas nos anos 70. De 1979 até 2005, os Javaé fundaram novas aldeias e reocuparam algumas antigas, estando distribuídos em 12 aldeias atualmente.

Na virada do milênio, iniciou-se um processo, até então limitado a alguns casos raros, de mudança de famílias ou indivíduos Javaé para as cidades vizinhas, em especial Formoso do Araguaia, com o objetivo principal de estudar ou trabalhar. Em 2002, um levantamento mostrou que quase 10% da população total viviam nas cidades próximas, embora retornassem com frequência às aldeias. Esses moradores são, em sua maioria, crianças Javaé estudando na Fundação Bradesco, jovens Javaé matriculados em escolas de nível secundário nas cidades vizinhas (Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Sandolândia), funcionários da área de saúde, que possui um centro voltado exclusivamente à comunidade indígena em Formoso do Araguaia, ou pessoas ligadas à associação indígena Conjaba (Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal), na mesma cidade. Recentemente, alguns poucos Javaé começaram a frequentar cursos de graduação em diferentes faculdades do Estado de Tocantins e cada vez mais os jovens estão tentando ingressar em algum curso superior.

TERRA INDÍGENA E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Em 1971, a Ilha do Bananal seria dividida entre o Parque Nacional do Araguaia (PNA), com 460 mil ha, ao norte, destinado à proteção ambiental, e o Parque Indígena do Araguaia (PIA), com cerca de 1.540.000 ha. Em 1973, os limites entre os dois parques seriam retificados, de modo que a aldeia Macaúba, dos Karajá, ficaria fora da nova área do Parque Indígena, diminuída para 1.433.000 ha. Uma nova retificação foi feita em 1980, diminuindo mais uma vez a área indígena, que passou a totalizar 1.395.000 ha. Corrigiu-se o erro anterior, incluindo a aldeia Macaúba na área indígena, mas se deixou de fora a aldeia Boto Velho e região vizinha, dos índios Javaé.

Com a sobreposição de uma área de proteção ambiental em uma Terra Indígena, começou então um longo período de atritos entre os Javaé da aldeia de Boto Velho e os fiscais do antigo IBDF, atual Ibama, que reprimiam a pesca comercial e a instalação de

benefetórias na aldeia. Os protestos dos Javaé levaram a Funai a interditar a “Área Indígena Boto Velho”, provisoriamente, em maio de 1985, com 145 mil ha, sobreposta ao parque ambiental. Entretanto, o ato não resolveu o problema, de modo que as tensões acirraram-se crescentemente. Em 2000, os Javaé uniram-se para expulsar os fiscais do Ibama e destruíram definitivamente a sede do posto de fiscalização, desde então abandonada pelo órgão ambiental.

Atendendo às antigas reivindicações do grupo, em 1998 a Funai realizou a identificação da área, que resultou na proposta de criação da TI *Ināwébohona*, com superfície de 376.545 ha, declarada de posse permanente pelo Ministério da Justiça em 2001. A área foi demarcada em 2002, mas ainda não foi homologada. Em razão das pressões do órgão ambiental junto ao Ministério da Justiça, este recomendou, em abril de 2005, que fosse criado um grupo de trabalho com representantes do Ibama e Funai para buscar uma solução para o impasse.

Como a área identificada não englobou todo o território indígena dentro da Ilha do Bananal, gerando demandas dos Karajá, apoiados pelos Javaé, um novo grupo de trabalho foi designado pela Funai em 2003, cujo coordenador veio a falecer em 2005, não concluindo os trabalhos. Em um memorando apresentado à Funai no processo relativo à TI *Ĩny Hawa* (como os Karajá determinaram que seria chamada), o autor revela que tinha a intenção de considerar como Terra Indígena toda a parte restante da Ilha do Bananal.

O PROBLEMA DO GADO

Com a instalação de fazendas dedicadas à pecuária nas margens dos rios Araguaia e Javaés ao longo dos anos, a ilha tornou-se o refúgio para o gado das fazendas vizinhas durante a estação da seca. A partir da década de 60, houve um crescimento da invasão de criadores de gado na Ilha do Bananal, chegando a tal ponto que, em 1969, a própria Funai instituiu uma cobrança de taxa pelo uso das pastagens, o que atingiu o seu auge nos anos 80. No início da década de 1990, havia 11 mil moradores não-índios na Ilha do Bananal e, de acordo com a Funai, cerca de 150 mil cabeças de gado.

Em 1989, um grupo de índios Javaé denunciou a invasão de posseiros junto à Procuradoria Geral da República, o que resultou em uma determinação judicial para que a Funai retirasse os invasores, colocasse fim aos contratos de arrendamento irregulares e impedisse a entrada de estranhos no parque indígena. Durante os anos 90, a Funai realizou um levantamento fundiário e deu início à retirada dos moradores não-índios, o que contribuiu para o agravamento da tensão entre os Javaé e os regionais. Apesar do esforço empreendido pela Funai e pelos índios Karajá e Javaé, não se conseguiu retirar todos os ocupantes não-índios. Estima-se que ainda existam cerca de 150 moradores na parte meridional da ilha.

Com o fim das operações da Funai em 1997, houve um considerável esvaziamento populacional de não-índios na região, que recuperou visivelmente sua fauna e flora. O arrendamento das pastagens, contudo, fenômeno associado mais aos Javaé do que aos Karajá, nunca foi totalmente interrompido. Quando a decisão judicial suspendeu os contratos de arrendamento ilegais da Funai, os Javaé decidiram continuar cobrando pelo aluguel enquanto os invasores não fossem retirados do local. Uma minoria de posseiros de baixa renda não chegou a sair da ilha, continuando a pagar aos índios pelo direito de moradia.

Nos últimos anos, embora o grupo como um todo não tenha uma posição unânime em relação a essa questão, praticamente todas as aldeias têm permitido a entrada periódica de vaqueiros e gado, sem autorizar, contudo, que se fixem em moradia permanente. Estima-se que, em 2005, havia mais de 100 mil cabeças de gado na Ilha do Bananal. O dinheiro obtido com o aluguel das pastagens é agora a maior fonte de renda entre os Javaé, que, em 2001, criaram a organização indígena Conjaba para controlar a arrecadação proveniente dessa atividade. Em 2005, os Javaé do norte da ilha entraram em confronto direto com os fiscais do Ibama mais uma vez, o que resultou em um acordo para a retirada do gado da área.

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

Em razão da demarcação da TI *Ināwébohona*, os Javaé da aldeia *Txukòdè*, situada na área em questão, criaram, em 2003, a Associação Ilha Verde, responsável pelo Projeto de Vigilância da área demarcada, que deverá ser implementado pelos moradores das aldeias Boa Esperança, *Wariwari*, *Wakòtyna* e Boto Velho em parceria com o PPTAL, que apóia a retirada do gado da área e o desenvolvimento de atividades sustentáveis não predatórias.

A pesca comercial está em franca decadência, tanto em razão de uma diminuição considerável das fontes naturais como pela restrição cada vez maior dos órgãos governamentais à comercialização do peixe. Atualmente, existe o projeto de se investir em ecoturismo e etnoturismo, acompanhados do manejo sustentável dos lagos e rios da região, como alternativa tanto à venda de peixes quanto ao aluguel das pastagens. Um número cada vez maior de homens Javaé vem trabalhando como funcionários públicos e recebendo salários, embora muitos continuem vendendo peixe. Em 2003, a Conjaba firmou convênio com a Funasa, adquirindo o poder de gerenciar a verba destinada à saúde e indicar vários Javaé para as novas funções assalariadas.

As mulheres que ganham salários são em número bem menor, mas a fabricação e venda do artesanato de palha e penas nas cidades vizinhas e para turistas eventuais têm gerado alguma renda extra para as famílias envolvidas. Todos os idosos agora recebem aposentadorias, não sendo incomum encontrar cada vez mais jovens em idade produtiva dependentes dessa nova fonte

de renda familiar, que tem estimulado uma menor dedicação ao tradicional cultivo das roças.

REAGINDO ÀS TRANSFORMAÇÕES

Os Javaé permaneceram mais isolados da sociedade envolvente que os seus vizinhos Karajá, mas nos últimos tempos têm experimentado transformações visíveis muito aceleradas. As estradas estaduais próximas às aldeias, algumas ainda em região de difícil acesso, estão em processo de asfaltamento. Os assentamentos vizinhos de não-índios removidos da Ilha foram consolidados e agora está na pauta do governo estadual, com a aprovação de grande parte dos Javaé, a substituição das casas de palha por casas populares de alvenaria. Além do aumento do alcoolismo, muito recentemente tem havido casos de suicídio de jovens, ocorrências que antes estavam restritas aos vizinhos Karajá. Também aumentaram consideravelmente os casamentos com mulheres ou homens não-índios e o número de filhos “mestiços”, o que antes era um grande tabu.

Na presente década, houve uma crescente inserção dos Javaé em movimentos políticos mais amplos, seja através da ida cada vez mais freqüente de representantes indígenas aos centros políticos regionais ou a Brasília, em busca de soluções para questões variadas juntos aos órgãos governamentais, ou da participação no movimento indígena nacional. Em 2004, pela primeira vez na história, um Javaé (o presidente da Conjaba, Darci *Makurehi*) foi eleito vereador (pelo PL) do município de Formoso do Araguaia.

Apesar da criação do Parque Estadual do Cantão em 1995 e, posteriormente, da Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão, contígua ao extremo norte da Ilha, as ameaças à integridade do grupo e do território continuam presentes mais do que nunca. As autoridades governamentais e fazendeiros locais nunca desistiram de tentar construir uma estrada aterrada cortando a Ilha do Bananal, planejada para ligar a aldeia *Txuirí*, dos Javaé, à aldeia Santa Izabel, dos Karajá, sendo conhecida como “Trans-bananal”.

Além do projeto da Eletronorte para a construção de várias usinas hidrelétricas na bacia Araguaia-Tocantins, não se pode deixar de mencionar o plano de construir uma hidrovía no Rio Ara-



Dupla de aruanãs na aldeia Canoanã.

guaia, suspenso momentaneamente. O projeto inclui afundamentos em todo o leito do Rio Araguaia, com o grave risco de alterar o regime de inundações do rio.

As transformações têm sido abruptas e velozes, mas têm sido acompanhadas, paralelamente, de uma revitalização das formas tradicionais de ser. O ritual de iniciação masculina (*Hetohokỹ*), ápice do ciclo ritual anual da Dança dos Aruanãs, que acontecia quase todos os anos em todas as aldeias, teve sua realização interrompida por muitos anos após o contato, tendo sido realizado apenas seis vezes entre as décadas de 50 e 90. De 1991 até o início de 2006, com a escolha de um novo chefe ritual, os Javaé realizaram oito rituais de iniciação. Agora, há um discurso inédito dos jovens líderes sobre a necessidade de “preservar a cultura” e quase todas as aldeias têm insistido em construir a Casa dos Homens, centro de uma vida ritual intensa, e em continuar realizando a Dança dos Aruanãs, cerimônia que integra toda a coletividade e conecta os Javaé aos ancestrais mágicos do Fundo das Águas. (*março, 2006*)

GOIÁS / GERAL

CRIADO CONSELHO ESTADUAL PARA ASSUNTOS INDÍGENAS

Acontece amanhã a solenidade de posse dos 17 membros do Conselho Estadual para Assuntos Indígenas, criado recentemente pelo governo de Goiás para dar suporte à conservação e consolidação dos direitos constitucionais dos índios. (*O Popular*, 12/09/02)

COTAS PARA ÍNDIOS

Os índios deverão ter, nos próximos vestibulares, 20% das vagas oferecidas pela Universidade Estadual de Goiás. É o que definiu o relatório do deputado estadual Luis César Bueno (PT), aprovado pela Assembléia Legislativa de Goiás. (*Site da Funai*, 27/08/04)

SÁUDE REFORÇA ATENDIMENTO

A Funasa está ampliando o número de profissionais que atuam no atendimento à saúde indígena nas aldeias de Goiás. O repasse mensal, destinado ao município de Rubiataba para contratação de pessoal, foi ampliado de R\$ 1,1 mil para R\$ 5,6 mil. Além disso, foi incluído o município de Aruanã, que passa receber R\$ 16,6 mil por mês. (*Agência Goiana de Informações*, 10/06/05)

AVÁ-CANOEIRO

JUSTIÇA MANTÉM TERRITÓRIO AVÁ

O juiz federal Abel Cardoso de Moraes cassou liminar e manteve a posse das terras dos índios Avá Canoeiros, no município de Colinas do Sul. A gleba denominada "Sono Dourado" estava esbulhada pelo fazendeiro José de Paiva Novais após ter conseguido liminar na Justiça Federal em Brasília. (*Diário da Manhã*, 07/03/01)



WALTER SANCHES

Nakwacha, índia avá-canoeiro, ao lado das linhas de transmissão da UHE Serra da Mesa, junho de 2005.

EDUCAÇÃO BILÍNGÜE

O presidente da Funai assinou, ontem, em Goiânia, com a Funap e Furnas, o Contrato 007, no valor de R\$ 90 mil com vistas a propiciar educação bilíngüe para duas crianças Avá-Canoeiro, com idades de 12 e 14 anos. O Contrato faz parte do Convênio firmado entre a Funai e as empresas citadas, quando da construção da UHE da Serra da Mesa, com a finalidade de minimizar os impactos na terra indígena. (*Site da Funai*, 03/10/01)

FURNAS PAGA ROYALTIES

Os Avá-Canoeiro vão receber cerca de R\$ 351,5 mil, relativos ao pagamento de royalties da usina UHE Serra da Mesa. Este valor corresponde ao período de maio de 1998 a abril de 2003, em atendimento ao Decreto Legislativo 103, de 24 de outubro de 1996. Além da indenização, os índios receberão um valor mensal, que pode ser pago de diversas formas, mas que ainda não está definido. (*Site da Funai*, 29/08/03)

INVASÃO DE MADEIREIROS

Fiscais da administração regional de Goiás identificaram três focos de extração ilegal de madeira de lei em terras dos índios Avá-Canoeiro na semana passada. Há denúncias, também, de extração mineral ilegal e de pesca predatória, que estão sendo investigadas por equipes da Funai, Ibama e Polícia Federal. (*Site da Funai*, 30/06/04)

KARAJÁ DE ARUANÃ

PROTESTOS CONTRA OS ÍNDIOS

A disputa por uma área ocupada pelos índios carajás no perímetro urbano de Aruanã (GO) mobilizou cerca de 200 pessoas na manhã de ontem, entre eles muitos alunos de escolas municipais, capitaneadas pela prefeita, que

pretende construir uma estação de tratamento de esgoto na área. Os moradores protestaram para pedir a retirada de cerca de 75 índios que estão construindo ocas ali. A Procuradoria aguarda o relatório da PF para indiciar a prefeita sob acusação de crime de racismo no Tribunal Regional Federal. (*FSP*, 15/08/01)

MAIS CONFLITOS

O juiz Carlos Humberto de Sousa, da 3ª Vara Federal, concedeu liminar a dez proprietários de residências localizadas às margens do Rio Araguaia, em Aruanã, "garantindo todos os direitos de propriedade dos imóveis e assegurando-lhes o direito de uso dos imóveis". A decisão determina ainda que a União e a Funai "não modifiquem o estado das coisas", sob pena de praticarem atentado, e ordena que "zelem pela manutenção da convivência pacífica entre os índios e os moradores de Aruanã." (*O Popular*, 31/08/01)

IMPASSE EM ARUANÃ

A Agência Goiana de Turismo quer que a Justiça reveja o processo de demarcação de terras indígenas no município de Aruanã, com o objetivo de colocar fim ao impasse criado por um decreto presidencial que concede aos carajás a posse de uma área de 1.366 ha. Conforme o decreto, assinado em 12/09/00, as terras que abrangem a Praia da Farofa, os lotes onde estão construídas 15 residências ribeirinhas, o Porto Canaiurás, a Escola Estadual Dom Cândido Penso e a região em que seria erguida a futura estação de tratamento de esgoto da cidade pertencem aos índios e terão de ser desocupadas pelos atuais habitantes. (*O Popular*, 01/09/01)

DESOCUPAÇÃO DE TI

A Administração Executiva da Funai em Goiânia conseguiu a desocupação da TI Karajá de Aruanã II, situada na divisa dos estados do Goiás e Mato Grosso, depois de notificar os 12 posseiros que invadiram a área. A ação do órgão possibilitou a reintegração de posse para os índios e pôs fim aos permanentes conflitos dos Karajá com os posseiros. A retirada dos posseiros foi realizada sem qualquer ônus para o governo federal. (*Site da Funai*, 23/12/03)

FUNAI E IBAMA APREENDEM MADEIRA

A Funai realizou, neste sábado, junto com o Ibama, uma operação para apreensão de madeira retirada ilegalmente da Terra Indígena Aruanã, Área III. A apreensão foi possível graças a denúncias feitas por índios Karajá que habitam aquela TI. (*Site da Funai*, 21/09/04)

OCUPAÇÃO DE FAZENDA

Pelo menos 50 índios carajás invadiram ontem a fazenda Ilha Redonda, próxima à Aruanã, para reivindicar a posse da terra. O dono do imóvel alega ter comprado a área, de 116 alqueires, em 2000. A Funai contestou, alegando que a terra está em uma reserva indígena já demarcada e homologada. *(FSP, 01/03/05)*

JUSTIÇA ORDENA SAÍDA DE FAZENDEIROS

A 1ª Vara da Justiça Federal de Goiás determinou a retirada de fazendeiros da área nas proximidades de Aruanã. Na noite de terça-feira, a juíza federal Maria Divina Vitória determinou a saída dos não-índios da reserva. "A área é da União e a reserva está demarcada para usufruto exclusivo dos índios carajás de Aruanã", afirmou. *(FSP, 04/03/05)*

FUNAI CONCLUI DESOCUPAÇÃO DE TI

A Funai concluiu ontem a retirada de todos os ocupantes não-índios da TI Karajá de Aruanã III (Gleba Aricá), com 704 ha. Servidores da Funai, apoiados por agentes da Polícia Federal, e em cumprimento de ordem judicial, retiraram todos os bens móveis e semoventes (bovinos, caprinos e eqüinos) que se encontravam na referida terra indígena. *(Funai, 10/03/05)*

MORRE SÍMBOLO DA LUTA INDÍGENA EM GOIÁS

O líder indígena Mário Arumane Karajá, símbolo da luta dos índios Karajá de Aruanã pelo resgate das suas terras em Goiás, morreu no dia 12/11 de aneurisma cerebral, com 57 anos. *(Site da Funai, 18/11/05)*

TOCANTINS / GERAL

CAPACITAÇÃO EM SAÚDE INDÍGENA

A Funasa, através do DSEI-TO, encerrou a oficina de capacitação em gerenciamento para 22 servidores que trabalham nos cinco pólos-base indígenas e na Casa do Índio no Tocantins. A oficina abordou noções básicas de gerenciamento. Também foram avaliados os trabalhos desenvolvidos nas aldeias do Estado. *(Folha Popular, 31/03/01)*

UHE DO LAJEADO É INAUGURADA SOB PROTESTO

Sob protesto de índios atingidos por barragens, ambientalistas e ameaças de novas ações do

Ministério Público, a usina hidrelétrica de Lajeado (ou Luis Eduardo Magalhães), no rio Tocantins, deverá ser simbolicamente inaugurada amanhã com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. *(Viaecológica, 04/10/01)*

ALCOOLISMO E MORTES

As causas mais freqüentes de óbitos entre os indígenas no Estado são as doenças respiratórias e o alcoolismo, segundo o DSEI Funasa. Só no ano passado ocorreram 54 mortes em aldeias tocantinenses, das quais cerca de 50% estavam relacionadas à bebida alcoólica e problemas respiratórios. No caso das doenças respiratórias, a chefe do Setor Operacional do DSEI da Funasa, Irani Maria de Oliveira, diz que já houve uma redução dos casos nos anos de 2001 para 2002. *(Jornal do Tocantins, 18/02/02)*

ENSINO FUNDAMENTAL

O Programa de Educação Indígena da Secretaria Estadual da Educação vem, desde 1991, atendendo à população índia nas unidades escolares das respectivas aldeias dos povos Xerente, Karajá, Javaé, Apinajé e Krahô. Hoje são atendidos 2.771 alunos em 64 escolas indígenas, que oferecem o Ensino Fundamental. O mesmo não ocorre, porém, com o Ensino Médio, que tem de ser cursado nas escolas das cidades. É meta da Seduc implantar, gradativamente, o Ensino Médio nas aldeias tocantinenses. *(Jornal do Tocantins, 19/04/02)*

AGENTES E ÍNDICES DE SAÚDE

Insuficiência respiratória aguda, diarreia e verminose são distúrbios de saúde freqüentes entre os índios tocantinenses. A maioria das vítimas é de crianças na faixa de zero a cinco anos. Os problemas, segundo o DSEI, já foram piores, mas desde 2000, quando foram criados os agentes indígenas, começou a haver uma sensível queda no número de casos destes três tipos de doença. São 75 agentes, um para cada aldeia. A malária também faz suas vítimas, principalmente na área das aldeias Karajá e Javaé. Em 2000 foram 22 casos e em 2001, 32. *(Jornal do Tocantins, 19/04/02)*

MAIS DUAS ESCOLAS INDÍGENAS

A Secretaria Estadual da Educação e Cultura inaugura hoje, em Tocantínia, duas escolas indígenas. São elas a Escola Xerente Zé Brito, no Posto Indígena Brupê, e a Escola Recanto. Elas vão oferecer a primeira fase do ensino fundamental (1ª a 4ª série) e beneficiar 100 alunos. *(Jornal do Tocantins, 09/10/02)*

MADEIRA ILEGAL

Mais de 1.300 m³ de madeira (tora e beneficiada), além de mais de dez mil estacas já foram apreendidas este ano em operações de fiscalização do Ibama. No ano passado, foram 369 m³ de madeira em tora e 127.980 de madeira serrada, além de 14.879 estacas, que geraram a expedição de 784 autos de infração. *(Gilvan Nolêto, Jornal do Tocantins, 29/11/02)*

ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

A elaboração de um documento com propostas de políticas públicas para os povos indígenas nas áreas da segurança alimentar, saúde, educação e infra-estrutura é a meta dos povos indígenas do Tocantins. Desde ontem, eles estão reunidos na Capital, onde participam do 1º Seminário para Articulação da Política Nacional de Etnodesenvolvimento Sustentado dos Povos Indígenas. Também participam indígenas do Maranhão, Mato Grosso e Pará. Vão expor as dificuldades que enfrentam para se desenvolver sem que com isso percam sua identidade cultural. *(Jornal do Tocantins, 04/12/02)*

FUNCIONÁRIOS DA FUNASA RETIDOS

Índios das tribos Karajá, Kraô e Xambioá ocuparam a Casa de Saúde Indígena de Araguaína, a 400 km de Palmas, onde estavam sendo mantidos, desde a última quarta-feira, oito funcionários da Funasa. Os índios fazem uma série de reivindicações, entre elas a troca de alguns funcionários, autonomia para a busca de indígenas nas aldeias e a construção do Hospital do Índio. *(Jornal do Tocantins, 28/02/03)*

ÍNDIOS PEDEM MELHORIA NA ÁREA DE SAÚDE

Representantes da Funai, Funasa e Ministério Público se reuniram nos dias 9 e 10/09 com os índios Karajá, Krahô e Apinajé no município de Araguaína (TO) para avaliar o sistema de referência e fluxos de atendimento da Casa de Saúde Indígena daquele município. Os índios querem que o atendimento na Casai seja alterado. Eles reclamam de mal atendimento e mal trato dos funcionários e gostariam que os próprios índios trabalhassem na casa. Os indígenas também reclamam da estrutura do prédio da Casai. *(Site da Funai, 12/09/03)*

HOMENAGEM AOS KARAJÁ

A beleza da cultura Karajá ganhará destaque na próxima edição dos Jogos dos Povos Indígenas, a realizar-se no período de 04 a 11 de no-

vembro, na Praia da Graciosa, em Palmas. (*Site da Funai, 01/09/03*)

NOVAS ESCOLAS

A Secretaria de Estado da Educação entrega nesta sexta-feira uma unidade escolar à aldeia Pedra Branca (Krahô), no município de Itacajá. No próximo dia 24 será entregue a Escola Sakruwe à aldeia Funil (Xerente), no município de Tocantínia. (*Jornal do Tocantins, 17/10/03*)

SEMINÁRIO DISCUTE POLÍTICAS PÚBLICAS

A saúde, educação, auto-sustentação e conquista de terra foram os pontos principais abordados ontem de manhã pelo presidente da Associação dos Professores Indígenas do Tocantins, Paulo Kumaré Karajá, e pela líder indígena Sebastiana Vieira Cardoso Tapuya, de Goiás, na mesa redonda sobre os desafios da implementação de políticas públicas nas comunidades indígenas. (*Jornal do Tocantins, 28/08/04*)

CRIADO CONSELHO ESTADUAL INDÍGENA

A posse dos membros do Conselho Estadual Indígena do Tocantins aconteceu ontem, na Secretaria Estadual de Educação. Formado por 23 membros, o conselho irá elaborar propostas relacionadas à promoção da educação indígena, além de avaliar o sistema de formação inicial e continuada dos professores e acompanhar o desempenho pedagógico das escolas. (*Jornal do Tocantins, 29/04/05*)

ILHA DO BANANAL (JAVAÉ E KARAJÁ)

TI INÁWÉBOHONA É DECLARADA

No dia 20 de abril, o ministro da Justiça, José Gregori, declarou a TI Ináwébohona de posse permanente indígena. O art. 2 da portaria determina que “para fins do disposto no art. 57 da Lei nº 9.985 de 18/07/2000 (SNUC), a Funai apresentará ao Ibama um Plano de Gestão Socioambiental, com vistas à preservação dos recursos naturais da terra ora declarada e respeito aos direitos indígenas dos grupos que nela habitam”. (*DOU, 23/04/01*)

CONFLITOS ENTRE ÍNDIOS E IBAMA

Os índios da Ilha do Bananal expulsaram funcionários do Ibama da sede do Parque Nacional (PN) do Araguaia no final do ano passado.

O administrador da Funai em Gurupi, Gilson Garcia Nunes, diz que os índios são acusados pelos funcionários de depredação por causa da caça e especialmente por causa da pesca. Mas discorda das acusações. “A Funai já fez apreensões de até 4 toneladas de peixes de pessoas que circulam no Parque. Nunca vi os fiscais do Ibama perseguirem invasores por causa de danos ambientais”.

O procurador da República em Tocantins, Mário Lúcio Avelar, afirma: “Os índios têm parcela de responsabilidade, há grupos que exercem pesca comercial e arrendam áreas para criação de gado. Mas o Ibama tem que reconhecer os direitos deles. O Ibama nunca assumiu o parque e sempre fez vista grossa para a criação de gado na ilha.”

A Ilha do Bananal chegou a ter mais de cem mil cabeças de gado, antes de 700 famílias invasoras serem retiradas do local pela Justiça. Hoje ainda tem cerca de 40 mil reses de 130 fazendeiros. (*Correio Braziliense, 22/05/01*)

AMBIENTALISTAS PROTESTAM CONTRA TI INÁWÉBOHONA

As entidades ambientalistas reunidas na Rede Pró-Unidades de Conservação querem que o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público Federal peçam a revogação da Portaria 359, do Ministério da Justiça, através da qual cerca de 400 mil ha do PN do Araguaia foram transferidos para os índios (TI Ináwébona). Com esta “doação”, o parque ficou com apenas 158.654 ha, equivalente a menos de 8% da Ilha do Bananal. “Há um conflito constitucional em questão”, pondera o presidente da Rede Pró-UC, Ibsen de Gusmão Câmara. “A Constituição diz que as unidades de conservação só podem ser alteradas por lei e esta transferência foi feita por uma portaria do ministro José Gregori, assinada em abril deste ano. Mas a Constituição também diz que os territórios tradicionais indígenas pertencem aos índios, o que é muito vago. Por este artigo todo o Brasil é terra indígena e em breve poderemos ficar sem unidades de conservação”. (*Tribuna de Imprensa, 07/08/01*)

CONSELHO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

“O índio quer o Governo como parceiro e não como gestor do Conselho de Educação Indígena”. Essa afirmação foi feita pelo cacique Coxini Carajá, da Ilha do Bananal, durante a discussão sobre a proposta de estatuto do conselho, apresentada pela Seduc, no segundo dia do Fórum de Educação Indígena, em Palmas. Conforme a proposta de composição do conselho, ele teria a participação de dois membros da

Seduc, dois do Conselho Estadual de Educação, dois representando instituições de ensino de nível superior, um representante da Undime, um da Funai e um professor representante de cada grupo indígena (seis), totalizando 14 membros. (*Jornal do Tocantins, 01/11/01*)

DESINTRUSÃO

A ocupação de homens brancos na maior ilha fluvial do mundo começou a ter um fim na última semana, quando uma operação conjunta do Ibama, Funai, Polícia Federal e Justiça começou a retirar posseiros da região. Dos 157 retirantes que moram no local, 4 já foram retirados por determinação da Justiça. O objetivo é desocupar toda a Ilha até o final do próximo ano. O gado ainda deve permanecer mais tempo. As cerca de 45 mil cabeças criadas na região só serão liberadas em 2003, após passarem por vários exames pelas autoridades sanitárias. (*Jornal do Tocantins, 09/12/01*)

PRÍNCIPE CHARLES NA ILHA

O príncipe assistiu a uma apresentação de dança típica dos índios carajás e teve longa conversa com o cacique da aldeia Fontoura, Coxoni Karajá, sobre desenvolvimento de projetos de preservação ambiental. Charles mostrou-se interessado no trabalho que os índios desenvolvem para preservar o ecossistema da Ilha do Bananal, onde outras 11 aldeias estão localizadas. (*Oesp, 06/03/02*)

TURISMO NAS ALDEIAS

A vontade dos turistas de conhecer uma aldeia indígena de perto fez com que a Secretaria Estadual de Turismo do Tocantins, em conjunto com a Funai, desenvolvesse um pacote turístico no estado que inclui a visita às tribos Javaé e Karajá, na Ilha do Bananal. O serviço estará disponível em 40 dias e servirá de projeto-piloto para outras iniciativas da Funai. O pacote inclui um passeio pelo Lago de Palmas e pela Lagoa da Confusão e de quatro a cinco horas na aldeia Boto Velho. (*O Globo, 11/04/02*)

IBAMA CREDENCIA ÍNDIOS A PROTEGER ILHA

O Ibama credenciou no início do mês 16 índios da tribo Javaé para atuar como agentes voluntários de proteção da Ilha do Bananal. Para ordenar o uso sustentável dos recursos naturais as equipes irão trabalhar como fiscais da ilha, conscientizando a população sobre a importância da educação ambiental e registrando infrações que serão encaminhadas ao Instituto para emitir a autuação. (*Site do Ibama, 07/08/02*)

INTERCÂMBIO COM ÍNDIOS CANADENSES

Quatro índios da tribo carajá partem hoje para fazer um intercâmbio no Canadá. Eles levam experiências das 14 aldeias existentes na Ilha do Bananal e esperam voltar com soluções para seus problemas, que vão da desnutrição e falta de identidade cultural ao alcoolismo e dificuldade em lidar com dinheiro. A viagem é fruto de uma parceria entre o governo canadense, por meio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, a Funai e a ONG Adra. Nos encontros, os brasileiros querem conhecer a forma de organização dos grupos canadenses. Também esperam conseguir recursos para desenvolver alguns projetos na região do Tocantins. *(Oesp, 26/03/03)*

POR MELHORIAS NA SAÚDE

Mais de 60 índios, a maioria da etnia Karajá, acamparam ontem na Casa de Saúde Indígena de Araguaína, em protesto por melhorias. A previsão é que mais índios cheguem ao local nesta quarta-feira. *(Jornal do Tocantins, 04/06/03)*

GADO E QUEIMADAS

Segundo a Agência de Defesa Agropecuária, existem atualmente cerca de 60 mil cabeças de gado na região da Ilha do Bananal, sendo 38 mil na área correspondente ao Tocantins, com 100% de vacinação contra a aftosa. Mas o número de animais pode prejudicar cada vez mais o ecossistema da Ilha. Segundo a gerente do Parque Nacional do Araguaia, Rosemary Lodi, o grande problema é que, para adquirir pastagens rápidas, os fazendeiros colocam fogo na parte arrendada pelos índios para que o capim brote com maior rapidez. *(Jorge Gouveia, Jornal do Tocantins, 05/06/03)*

SEMINÁRIO DEBATE PROTEÇÃO ÀS TIS

As perspectivas de gestão compartilhada, a proteção e fiscalização das TIs do Parque do Araguaia serão os temas do seminário organizado pela Funai que ocorrerá nesta quarta e quinta-feira, na Ilha do Bananal. O presidente da Funai, Eduardo Almeida, abrirá o evento que em seu primeiro dia reunirá representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Ministério Público e lideranças Karajá e Javaé. *(Simone Cavalcante, Site da Funai, 09/06/03)*

CRISE NA DIRETORIA DO PARQUE

O gerente regional do Ibama-TO, Natal Demori, já indicou o novo diretor para o PN do Ara-

guaia, em função do “mau relacionamento” da diretora Rosimeri Lodi com os índios, e também de denúncias feitas pelo Ministério Público Federal contra ela, por gastar indevidamente o dinheiro da compensação ambiental da UHE Luís Eduardo Magalhães, direcionado ao Parque para projetos de melhoramento e abertura do ecoturismo no local, além de outros projetos para seu entorno. Segundo o procurador da República, Mário Lúcio de Avelar, a diretora do Parque contratou uma empresa de consultoria, a Pró-Fauna, e teria gasto mais de R\$ 300 mil, sem que nenhum dos oito projetos acertados fosse colocado em prática, depois de um ano da elaboração dos projetos.

O dinheiro do fundo de compensação ambiental equivale a R\$ 1 milhão e 630 mil, dos quais o procurador denuncia que seriam gastos só com papéis da consultoria cerca de R\$ 300 mil, motivo pelo qual exigiu a suspensão de todos os projetos.

Os índios afirmam que dos projetos de auto-sustentabilidade que deveriam ser implantados para seu favorecimento como o manejo de tartarugas para comercialização, da pesca e de turismo nas aldeias, só existem papéis e até agora nada de concreto foi realizado. De acordo com o cacique Wagner Javaé, eles não teriam obtido nenhum benefício, por isso, podem vir a permitir novamente a entrada de gado na ilha, já que dessa maneira eles arrecadariam recursos com o arrendamento das terras para que fazendeiros explorem as pastagens. *(Jorge Gouveia, Jornal do Tocantins, 01/07/03)*

SEQÜESTRO DE SERVIDOR DO IBAMA

O servidor do Ibama Gesolino Vieira Xavier está sendo mantido refém na Aldeia Boto Velho, da etnia Javaé, desde o último domingo. Além do funcionário, os índios apreenderam dois carros Toyotas do Ibama. Eles reivindicam que se coloque em prática a portaria federal, publicada em 2002, que definiu nova demarcação da TI no PN do Araguaia. O servidor passa bem, tendo bom relacionamento com os índios. *(Jornal do Tocantins, 05/08/03)*

FUNCIONÁRIO É LIBERTADO

O agendamento de uma reunião para o próximo dia 12/08 pôs fim ao seqüestro do servidor do Ibama, Gesolino Vieira Xavier. *(Jornal do Tocantins, 07/08/03)*

PROCURADOR ORDENA DESOCUPAÇÃO DA ILHA

Os ocupantes não-índios da Ilha do Bananal podem ter que desocupar a área em uma se-

mana. Na Ação Civil Pública, o procurador da República Mário Lúcio de Avelar pede que seja determinado aos ocupantes a retirada do Parque Indígena de todo o rebanho existente no local, estimado em 80 mil cabeças de gado. *(Jorge Gouveia, Jornal do Tocantins, 02/09/03)*

PARQUE EM CHAMAS

Depois de uma reunião envolvendo o MPF, Funai e Ibama com os índios Javaés e Karajás, a Ilha do Bananal foi liberada para que os brigadistas do Prevfogo dessem início, ontem, ao combate às chamas que já consumiram mais de 50 mil ha do PN do Araguaia. Somando-se os 60 mil ha que queimaram em agosto, já passa de 100 mil ha a área destruída no Parque, que tem 556 mil ha.

De acordo com o procurador chefe da República no Tocantins, Alvaro Lotufo Manzano, foi necessário fazer um termo de ajustamento com 11 pontos exigidos pela comunidade indígena. O primeiro ponto tinha o seguinte teor: “A comunidade indígena Javaé solicita ao Ibama divulgação de uma Nota de Retratação na Imprensa Nacional, esclarecendo que os índios Javaé jamais impediram o ingresso do Ibama na terra indígena e no PN do Araguaia para combater os incêndios”. Em um dos pontos ficou marcada uma reunião para os dias 14 e 15/10 visando tratar da proposta de gestão compartilhada da Ilha do Bananal. *(Jornal do Tocantins, 28/09/03)*

NOVO SEQÜESTRO

Os índios javaé, da aldeia Boto Velho, estão mantendo a diretora do PN do Araguaia, Selma Oliveira, como refém dentro da sede do Ibama, no município de Lagoa da Confusão. Segundo o gerente do Ibama-TO, Natal Demori, os Javaé foram até a cidade com uma camionete Toyota, que a comunidade teria mantido na aldeia desde o último entrave com o Ibama, no mês passado, e teriam cometido uma suposta infração de trânsito, o que levou a PM a apreender o veículo e encaminhá-lo ao Ibama. *(Jornal do Tocantins, 28/11/03)*

MAIS UMA VEZ, ANUNCIADA A SAÍDA DE CRIADORES DE GADO

A 2ª Vara do Tribunal da Justiça Federal de Tocantins determinou a saída dos criadores de gado da TI Parque do Araguaia. O juiz federal Wesley Ferreira Passos de Souza deu o prazo até 15 de julho próximo para a retirada dos fazendeiros de gado do interior da TI. Após essa data, haverá uma multa diária e a retirada forçada daqueles que resistirem à determinação judicial. *(Site da Funai, 19/01/04)*

MORRE O LÍDER IDJARRURI KARAJÁ

Morreu, aos 41 anos, na madrugada do dia 18 de julho de 2004, no Hospital Comunitário da cidade de Palmas, o líder indígena Idjarruri Karajá, após intervenção cirúrgica que tentava corrigir complicações decorrentes da insuficiência renal que sofria há algum tempo. Idjarruri fez parte do movimento de estudantes indígenas atuante em Brasília, no início dos anos 80; integrou a mobilização indígena, junto a Ailton Krenak e outros líderes indígenas, durante o período da Assembléia Nacional Constituinte. Teve ainda participação direta no processo da Rio 92 e em eventos nacionais e internacionais que tratavam da situação, proteção e regulamentação dos direitos dos povos indígenas. (Coiab, 19/07/04)

CHEGADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Localizada na Ilha do Bananal, a aldeia Wariwari, dos índios Javaé, acaba de receber energia elétrica. Além das ligações individuais, o local também vai ter iluminação pública. Mas a conta não será individual. No local foi instalado apenas um medidor de energia, e cada um vai pagar de acordo com os equipamentos elétricos que possui. A cada mês o cacique vai ficar responsável por recolher o dinheiro e fazer o pagamento da conta. (Jornal do Tocantins, 23/09/04)

E MAIS UMA LIMINAR PELA RETIRADA DO GADO DA ILHA DO BANANAL...

O juiz federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins, Marcelo Eduardo Rossito Bassetto, concedeu na semana passada liminar ao Ibama contra pecuaristas que estão levando gado para o Parque Nacional do Araguaia. Quem descumprir a determinação, receberá multa de R\$ 500,00 por animal. (Site do Ibama, 19/07/05)

JAVAÉ E KARAJÁ COBRAM HOMOLOGAÇÃO

Vinte lideranças dos povos javaé e karajá estiveram nesta sexta-feira em Brasília para cobrar a homologação de suas terras na Ilha do Bananal. Os indígenas se reuniram com a procuradora da República Débora Duprat, com representantes do Ibama, Funai e com o advogado do Cimi, Cláudio Beirão. De acordo com Duprat, a situação dos indígenas é de absoluta legalidade. "A homologação será encaminhada à Presidência da República imediatamente, independente da apresentação do plano pela Funai de Gestão de Recursos Naturais", afirmou. (Radiobrás, 12/08/05)



Maria Laura da Rocha, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, recebe colar de cacique Karajá, observada pela presidente da Fundação Cultural Tocantins, Valquíria Moreira Rezende, durante a visita dos Karajá à embaixada do Brasil na França, agosto de 2005.

THARSON LOPES/SECOM-TO

KARAJÁ EM PARIS

Os índios Karajá foram um espetáculo à parte em Paris, com lotação de público no Carreau du Temple, no Espaço Brasil em Paris. Com vestes coloridas, de penas e flores, e entoando os cantos da Ilha do Bananal, eles causaram frisson em três dias de apresentação. Bastava subirem no palco para que os flashes disparassem na platéia. (Glês Nascimento, Jornal do Tocantins, 21/08/05)

IMPASSE ENTRE ÍNDIOS E IBAMA

Personagens de constantes conflitos envolvendo o meio ambiente, os povos indígenas do norte da Ilha do Bananal agora lutam pelo direito de alugar as terras para a cria temporária de gado de fazendeiros da região. Eles alegam que a renda adquirida com o aluguel é um complemento na renda para a subsistência das famílias indígenas. A retirada do gado está determinada pela Justiça desde a semana passada, mas eles pedem que o prazo seja estendido até dezembro. Segundo o Ibama, existem cerca de 100 mil cabeças de gado na Ilha, sendo 30 mil na região norte, onde vivem indígenas das etnias Javaé e Karajá. Desde a última sexta-feira, cerca de 45 indígenas vigiam um helicóptero do Ibama e ameaçam queimá-lo, caso não haja negociação com o Ibama. Eles reivindicam, ainda, a instalação de uma rede de energia elétrica embargada, pelo Ibama no final do ano passado. Para o cacique Walter Wazurri, da aldeia Txiode, a comunidade indígena quer a certeza de que os projetos indígenas saiam do papel e aconteçam na prática. (Jornal do Tocantins, 22/09/05)

JUSTIÇA FIXA PRAZO PARA RETIRADA DE GADO

Um acordo definiu ontem o impasse em torno da retirada do gado da Ilha do Bananal, durante audiência entre a juíza federal Denise Dru-

mond e representantes das comunidades indígenas Javaé e Karajá, Ibama e MPF. Através do acordo, ficaram mantidos os termos da decisão liminar quanto à retirada do gado do Parque Nacional do Araguaia, com exceção do prazo, que foi prorrogado para 15/11. Só pode permanecer na ilha o gado pertencente aos índios, que contam com pouco mais de 200 cabeças, já o rebanho dos fazendeiros soma cerca de 50 mil. (Jornal do Tocantins, 04/10/05)

KRAHÔ-KANELA

REIVINDICAÇÃO DE FAZENDA

Apesar de não serem reconhecidos pela Funai de Gurupi, as famílias que invadiram a fazenda Brahma, a 120 km de Formoso do Araguaia, no último final de semana, afirmam ser Krahô-Kanela e dizem que querem voltar para a fazenda, onde já residiram. Na tarde de ontem se dirigia para o local a coordenadora do Cimi, Laudovina Aparecida Pereira, que pretendia intermediar o impasse. A Associação dos Krahôs afirmou que não reconhece ainda, como parentes, aquelas pessoas que estão se dizendo Krahôs, na Fazenda Brahma, como explicou o vice-coordenador da entidade, Ivo Krahô. Já o assessor da associação, Cainã Cahtxêi, explicou que historicamente ele não pode comprovar que aquelas pessoas são Krahôs. "Tem que ser feito um estudo étnico e isso é muito complexo", explicou. (Jornal do Tocantins, 25/09/01)

EM BRASÍLIA, POR SEUS DIREITOS

Representantes do grupo Krahô-Kanela estão em Brasília para denunciar a situação que estão vivendo no Assentamento Loroty, no município de Dueré, em Tocantins. Eles estiveram na capital federal em setembro do ano passado para solicitar da Funai a demarcação de sua terra em Mata Alagada, na Ilha do Bananal.

Desde então, continuam sem qualquer assistência da Funai para desenvolver atividades agrícolas, passam fome e recebem constantes ameaças de despejo por parte do Incra.

Descendentes dos grupos Krahô e Kanela do Morro do Chapéu, município de Barra do Corda (MA), conta-se que este povo foi obrigado a migrar em busca de novas terras por volta de 1924, depois de sofrer um massacre. Em 1963, o grupo migrante foi acolhido pelo povo Javaé da Ilha do Bananal em Mata Alagada, município de Cristalândia. Permaneceu ali ininterruptamente até 1984, quando foi expulso por prepostos da Cervejaria Brahma. O povo então se dividiu. Uma parcela, de 64 pessoas, liderada pelo cacique Mariano Ribeiro, foi transferida pela Funai para o Parque Indígena da Ilha do Bananal. As outras famílias dispersaram-se pelas margens do rio Formoso, onde se encontram até hoje na condição de ribeirinhos.

Como a Cervejaria Brahma continuou com a posse da terra Mata Alagada e a Funai não os reconheceu como índios, os Krahô/Kanela liderados pelo cacique Mariano acabaram sendo expulsos da Ilha do Bananal. Com o apoio do MPF, foram assentados pelo Incra em Tarumã, no município de Araguacema (TO). Insatisfeitos, porém, com o tratamento do órgão, decidiram retomar a luta pelo retorno à Mata Alagada, entendendo que essa é a terra que melhor possibilita a reaglutinação das famílias dispersas e a recomposição de seu modo de vida. (*Cimi-Informe*, nº 502, 07/03/02)

FUNAI INICIA ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA TERRA

O presidente da Funai criou GT para estudos de identificação da TI, localizada no município de Lagoa da Confusão. O GT é coordenado pela antropóloga Graziela Rodrigues de Almeida e estabeleceu o prazo de 37 dias para os trabalhos de campo e 180 dias para entrega do relatório circunstanciado. (*DOU*, 26/06/03)

SEQÜESTRO E TRANSFERÊNCIA

Já está em Gurupi o grupo de indígenas Krahô-Kanela que foi mantido refém, juntamente com funcionários da Funai, Incra e do Instituto de Terras do Tocantins, por trabalhadores rurais no assentamento Loroti, no município de Lagoa da Confusão. Os indígenas foram levados à antiga Casa do Índio, onde ficarão provisoriamente. (*Jornal do Tocantins*, 06/11/03)

FAZENDA PLANETA É REIVINDICADA

A fazenda Planeta, em Lagoa da Confusão, de propriedade do grupo Gurupi Participações, foi

invadida na madrugada do dia 10/06 por aproximadamente 180 índios da etnia craô-canela. O grupo diz que a terra é propriedade indígena e que foram expulsos do local por fazendeiros na década de 70. Segundo o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, o órgão não tem nenhum estudo que comprove que a área da fazenda seja terra indígena. Para ele, os índios que invadiram a fazenda têm de deixar o local. (*FSP; Zero Hora*, 14/06/04)

REFÊNS E PERMANÊNCIA EM FAZENDA

Os índios Krahô-Kanela libertaram nesta segunda-feira os dois oficiais de Justiça que eram mantidos refêns desde o último sábado. Acatando pedido feito pelo procurador-chefe da República no Tocantins, Álvaro Manzano, o juiz Agenor Alexandre da Silva, da comarca de Cristalândia, revogou liminar de reintegração de posse expedida por ele contra os índios Krahô-Kanela, e transferiu a competência da ação para a Justiça Federal em Palmas. Com essa decisão os índios permanecem na Fazenda Planeta até que o mérito da ação seja julgado. (*Oesp* 14/06/04)

LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

O juiz federal substituto, Wesley Wandim Passos Ferreira de Souza, de Tocantins, concedeu ontem nova liminar de reintegração de posse da Fazenda Planeta, contra os Krahô-Kanela. Os Krahô-Kanela permanecem na área irreduzíveis quanto à saída e garantem que nada os fará desistir. (*Jornal do Tocantins*, 17/06/04)

VOLTA À CASA DO ÍNDIO

Desde a noite de sábado passado a Casa do Índio de Gurupi é novamente a morada provisória dos índios Krahô-Kanela. Depois de nove dias ocupando a Fazenda Planeta e de fazer dois oficiais de Justiça refêns, os índios fizeram um acordo com a Justiça Federal e saíram de forma pacífica do local. A Casa do Índio, segundo os índios, não oferece condições para abrigar os 86 índios. (*Jornal do Tocantins* 22/06/04)

JAVAÉS QUESTIONAM ETNIA KRAHÔ-KANELA

Representantes de nove tribos Javaé e Karajá estão reunidos em Formoso do Araguaia, no Sul do Estado, desde ontem, discutindo a etnia Krahô-Kanela, com a participação do procurador-geral da República no Tocantins, Álvaro Manzano, do administrador da Funai em Gurupi, Euclides Lopes, e de dois representantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A

presença da Abin no encontro é, segundo informaram os próprios agentes, para acompanhar as discussões a pedido da Presidência da República, já que nos últimos meses a situação dos Krahô-Kanela esteve em evidência. A partir daí, deve ser emitido um relatório sobre as reivindicações dos indígenas.

Ontem a discussão ficou em torno do não reconhecimento, por parte dos índios Javaé, da etnia Krahô-Kanela. Segundo os Javaé, uma pesquisa feita pelos próprios índios com os moradores mais antigos das aldeias apontou que essa etnia (Krahô-Kanela) não seria originária do Tocantins, e que em momento nenhum da história dos povos indígenas da região ficou registrado que eles viveram aqui ou mesmo que tiveram uma aldeia. Valter Javaé, coordenador do evento, ressaltou que alguns até podem mesmo ser descendentes de índios, talvez dos Krahô do Norte do Estado, ou dos Kanela do Maranhão, mas que nunca existiram Krahôs-Kanelas. "Eles estão usando a nossa cultura Javaé para ganhar alguma coisa. Se existe índio nessa etnia, que eles resolvam de fato o que eles são, porque entre eles existem muitos brancos e isso não aceitamos", disse Valter. Outro ponto debatido no encontro foi a questão da área que os Krahô-Kanela reivindicam. Um terreno de 24 mil ha, localizado no município de Lagoa da Confusão, onde hoje se encontram as instalações da Fazenda Planeta. Segundo os Javaé, a área na verdade seria deles e não da etnia Krahô-Kanela.

O procurador-geral da República, Álvaro Manzano, fez questão de lembrar que em 2002 o Governo Federal, através de estudo antropológico, reconheceu a etnia e que esse assunto não poderia ser mais discutido. "O que precisa ser resolvido é a questão que os Javaé estão reivindicado a área de 24 mil hectares que os Krahô-Kanela dizem pertencer aos seus antepassados. O Ministério Público vai acompanhar toda a discussão e quando julgar necessário deve intervir". (*Alessandra Bacelar, Jornal do Tocantins*, 04/08/04)

INCLUÍDOS NA REFORMA AGRÁRIA

A solução para o problema fundiário de 306 índios Krahô-Kanela que atualmente vivem confinados em uma única habitação de 100m² em Gurupi será dada pela reforma agrária. Segundo nota da Funai divulgada nesta terça-feira, a Fundação reconhece a dificuldade por que passam os índios mas, como as terras que eles reivindicam não foram consideradas tradicionalmente indígenas pelos estudos antropológicos, lembra que cabe ao Incra a responsabilidade de providenciar um assentamento para a comunidade. (*Radiobrás*, 18/10/05)

ACAMPAMENTO NA PORTA DO MPF

Cerca de 30 índios e descendentes da etnia Krahô-Kanela estão acampados ao lado do Ministério Público Federal, aguardando um posicionamento da Funai sobre a demarcação da terra Mata Alagada, próxima à cidade de Lagoa da Confusão. Segundo a coordenadora do Cimi, Laudovina Pereira, aquela terra pertence à etnia, que foi expulsa do local há 28 anos. Hoje a etnia se espalhou, sendo que cerca de 98 pessoas estão vivendo na Casa do Índio, em Gurupi, e outras em várias regiões do Estado. Na terra Mata Alagada existem três fazendas e parte do local é considerado improdutivo, sendo possível a reinstalação dos índios na região. Laudovina explicou ainda que o MPF e Incra estão sensíveis à reivindicação da tribo. Amanhã acontece uma audiência pública entre representantes do MPF, Funai, MPE e Comitê pela Demarcação da Terra Indígena. (*Jornal do Tocantins*, 27/10/05)

PROCESSO CONTRA FUNAI

A decisão de processar a Funai foi divulgada pelo MPF e pelos Krahô-Kanela durante uma audiência pública realizada em Palmas em 28 de outubro. O procurador da República no Tocantins, Adrian Pereira Ziemba, afirmou que não há dúvidas sobre a ocupação indígena na terra Mata Alagada. Os Krahô-Kanela foram violentamente expulsos das terras que ocupavam em 1984, quando a terra deles foi vendida pelo Instituto de Terras de Goiás à Cia. Cervejaria Brahma. Em 2004, foi firmado o compromisso de que a Funai alugaria uma fazenda para que os indígenas permanecessem até haver uma decisão definitiva sobre a Mata Alagada. Entretanto, até hoje nenhuma decisão foi tomada e eles permanecem na Casa do Índio. (*Cimi*, 03/11/05)

KRAHÔ-KANELA PODERÃO TER UMA ÁREA DE 7 MIL HA

Parte do problema de demarcação de terras enfrentado pela etnia Krahô-Kanela pode ser resolvida ainda neste ano. A informação é do presidente interino da Funai, Roberto Lustosa, após reunião hoje com o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e cerca de dez integrantes da tribo. Ficou acertado que o Incra fornecerá os recursos para que a Funai compre os 7 mil ha de duas fazendas já vistoriadas na região. A área, dentro dos quase 30 mil ha reivindicados pelos Krahô, será transformada em uma reserva e abrigará os cerca de 400 membros da etnia. Depois da implantação da reserva, o próximo passo é conseguir recursos para que novas terras sejam identificadas dentro da área reivin-

dicada pelos índios. Lustosa informou que o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Paulo Paim (PT-RS), comprometeu-se a buscar esses recursos. (*Radio-brás*, 13/12/05)

XERENTE

CONVÊNIO DA FUNASA COM TOCANTÍNIA

Os caciques de 32 das 34 aldeias Xerentes do Tocantins se reuniram ontem, em Palmas, com representantes da Funasa, Funai e com o procurador-chefe da República no Estado, Mário Lúcio Avelar, e aceitaram que o município de Tocantínia assumisse as ações de saúde nas aldeias, cujo recurso é de pouco mais de R\$ 600 mil. A briga vinha acontecendo desde o ano passado, quando acabou o contrato com ONG Fasan, que comandava a saúde local, e o município de dispôs a assinar um convênio com a Funasa para continuar o serviço. Os próprios índios, através de seus conselhos locais de saúde, vão decidir em que áreas o dinheiro será empregado, enquanto o município de Tocantínia vai apenas executar as ações. (*Jornal do Tocantins*, 16/02/01)

XERENTE VOLTAM A ADMINISTRAR A SAÚDE

A suspeita de irregularidades na aplicação de verbas da Funasa, destinada às 34 aldeias Xerente, mudou, ontem, a administração do recurso, que até então ficava a cargo da Prefeitura de Tocantínia e agora passa para a Associação dos Índios Xerente. A decisão foi tomada em reunião ontem na aldeia Salto, entre os 34 caciques, o diretor de saúde indígena da Funasa, Umberto Moreira, o coordenador do órgão no Tocantins, Félix Tadeu Chaves e o procurador-geral da República, Mário Lúcio Avelar. Segundo Moreira, da verba destinada aos índios, no valor de R\$ 600 mil, que deveria ser aplicada em um ano, foram gastos R\$ 530 mil em apenas seis meses. Além disso, os índios que trabalham no Pólo Básico de Saúde estão há dois meses sem receber salário. (*Jorge Gouveia, Jornal do Tocantins*, 26/10/01)

PROCAMBIX

Na região de Miracema, 34 aldeias Xerente participarão do Procambix (Programa de Compensação Ambiental Xerente), projeto vinculado à Funai, cujo objetivo é promover o resgate cultural e a geração de renda nessas aldeias. O programa tem como fonte de financiamento a Investco. Serão R\$ 10 milhões distribuídos em 16 parcelas semestrais. O acordo é o resultado

de um processo de compensação devido ao impacto que a construção de hidrelétricas ocasionou nas terras indígenas. (*Folha Popular, Palmas*, 25/05/02)

PÓLO BASE DE SAÚDE

Os cerca de 2,4 mil índios da comunidade Xerente no Tocantins estão recebendo hoje a nova instalação do Pólo Base de Saúde. Com sede em Tocantínia, os dois médicos, dois dentistas e seis enfermeiras terão a responsabilidade de atender gratuitamente as 34 aldeias Xerente do Estado. (*Emerson Alencar, Jornal do Tocantins*, 10/07/02)

PROCAMBIX RENOVADO

Os presidentes da Funai, Artur Nobre Mendes e da Associação Indígena Akwe, Wilmar Xerente, assinam, logo mais, em Brasília, a renovação do convênio do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix), que destinou R\$ 1,5 milhão para a implantação de roças mecanizadas diferenciadas das grandes plantações e para criação de galinhas caipiras, conforme solicitação dos Xerente. (*Simone Cavalcante, Site da Funai*, 30/12/02)

CAPIM DOURADO

O capim dourado, utilizado fortemente no artesanato da região do Jalapão, de onde passou a ser conhecido inclusive internacionalmente, passa agora a fazer parte da cultura das aldeias Xerente em Tocantínia, onde há uma vasta quantidade do capim. Ainda incipiente, o artesanato dos Xerente com o capim dourado está feito nos mesmos modelos daqueles que eles já faziam com a palha de buriti. (*Jorge Gouveia, Jornal do Tocantins*, 12/01/04)

CANDIDATOS A VEREADORES

Em Tocantínia, cinco índios se candidataram a uma vaga na Câmara. Vilmar Xerente é um deles, já com a experiência de quem busca reeleição. (*Elisângela Faria, Jornal do Tocantins*, 03/10/04)

PNEUMONIA

O procurador da República, Álvaro Manzano, instaurou Processo Administrativo para apurar a morte de três indígenas da etnia Xerente na última semana. O procurador quer saber se houve omissão nos óbitos por pneumonia. (*Neuracy Viana, Jornal do Tocantins*, 17/04/05)

CONVÊNIO RENOVADO

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, assinou, no dia 18/11, a renovação do Procambix

bix. Desta vez, a renovação do convênio garantiu a contratação de pessoal de apoio para o projeto, a reforma de postos de saúde e a adoção de medidas para melhorar as condições de criação de bovinos. O programa já destinou quase R\$ 2 milhões para a implantação de roças mecanizadas e para a criação de galinhas caipiras. (*Site da Funai, 22/11/05*)

XERENTE AMEAÇAM INTERDITAR ESTRADAS

Lideranças das comunidades indígenas locais avisam que, caso o serviço de manutenção das vias de acesso às aldeias não se inicie até sexta-feira, a passagem vai ser impedida. A medida pode ocasionar transtornos de acesso aos municípios de Aparecida do Rio Negro, Tocantínia e Rio Sono. A situação foi provocada pelo descumprimento de um acordo entre índios e o prefeito de Tocantínia, Manoel Silvino (PFL), como alegam as lideranças. (*Val Rodrigues, Jornal do Tocantins, 07/12/05*)

MARANHÃO / GERAL

SOJA E HIDRELÉTRICAS

Organizações ambientalistas e movimentos sociais do sul do Maranhão e do Tocantins estão denunciando a situação ambiental da região, sob forte impacto da pecuária e das lavouras de soja, combinado com projetos de obras públicas, hidrelétricas e o descaso dos órgãos de governo para com populações indígenas e os recursos naturais. As ONGs estão colhendo assinaturas para levar o documento ao governo federal, pedindo uma política mais clara para ajudar a preservar biomas importantes, bem como providências para proteger as terras indígenas ameaçadas. (*Via Ecológica, 21/03/03*)

OCUPAÇÃO DE SEDE DA FUNASA

Cerca de 450 índios Guajajaras, Gaviões e Krikatis mantêm a ocupação do prédio da sede da Funasa em São Luís, no bairro do Apicum. Eles reivindicam melhor assistência na área de saúde e informam que só deixarão o local após o afastamento da atual direção do órgão. Pintados para guerra, eles aguardam a volta do diretor da Funasa, que está no Piauí. Segundo Dilamar Guajajara, há cinco meses os índios não recebem recursos nos municípios de Montes Altos, Barra do Corda, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Bom Jardim e Arame. (*Silva Diniz, Radiobrás, 29/10/03*)

TERMINA OCUPAÇÃO

A ocupação da sede da Funasa, em São Luís, terminou no dia 04/11 após a ida do presiden-

te do órgão, Valdi Camarcao Bezerra, ao local. (*Cimi, 06/11/03*)

REIVINDICAÇÕES NA FUNASA

Ontem, indígenas Guajajara e Timbira, representantes dos povos do Maranhão, foram recebidos pelo vice-presidente da Funai. O presidente da Funasa também ouviu os líderes indígenas e ações emergenciais devem ser implementadas nos próximos dias. Hoje, os indígenas retornaram ao órgão para elaborar os planos que serão executados na área e estabelecer a autonomia do DSEL. (*Funai, 08/11/05*)

ATAQUES A ÔNIBUS

Empresas de ônibus que trafegam pelas rodovias que cortam as reservas indígenas localizadas no Maranhão estão preocupadas e avaliando a continuação das linhas. Tudo por conta dos constantes assaltos cometidos por índios que, além de levarem os objetos dos passageiros, agredem os cobradores e motoristas. (*Site da Funai, 17/11/05*)

APINAYÉ

REFÊNS

Depois de cerca de 24 horas como reféns de indígenas da etnia Apinajé, foram liberadas ontem sete pessoas que presas na aldeia Marizinha, a cerca de 20 km de Tocantinópolis. Segundo o delegado da PF, Leonardo Meireles, o clima foi tenso no local, os índios estariam todos pintados para guerra e reivindicavam uma maior fiscalização na reserva. "Tem pescadores do Maranhão que atravessam o Rio Tocantins e entram na reserva indígena para pescar, sem autorização legal", declarou. (*Joselita Matos, Jornal do Tocantins, 05/05/05*)

GAVIÃO

ÍNDIOS FECHAM ESTRADA PARA IMPEDIR EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

O povo Gavião, no município de Amarante, fechou uma estrada que atravessa a TI Governador para proibir o trânsito de caminhões de madeiras e carvoarias que ilegalmente extraem madeira na TI Araribóia, do povo Guajajara. A estrada liga a terra dos dois povos. O Ibama, Funai e a PF apreenderam, na segunda-feira, dentro da TI, um caminhão com madeiras e o deixaram na porta da delegacia da cidade. No dia seguinte os madeireiros e os donos das serrarias aproveitaram a ausência do delegado e roubaram o caminhão apreendido. (*Cimi, 06/05/04*)

GUAJÁ

QUEIXA CONTRA O BRASIL NA ONU

A ONG britânica Survival International apresentou, nesta quarta-feira, uma queixa contra o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU. A ONG alega que o governo brasileiro e a Companhia Vale do Rio Doce estariam ignorando os direitos à terra do povo nômade avá, no Maranhão. Segundo a ONG, o governo e a Vale do Rio Doce receberam US\$ 900 milhões do Banco Mundial e dos países europeus para explorar os depósitos de minério de ferro em Carajás. Uma condição imposta para o emprestimo, porém, era que os territórios indígenas situados dentro do Projeto Carajás seriam reconhecidos pelo governo, com os limites demarcados pela Funai. Até hoje, porém, a demarcação das terras do povo avá não foi feita, e a ONG alerta que os indígenas correm o risco de serem dizimados por invasores, como madeireiros e fazendeiros. (*Oesp, 17/01/02*)

DESMATAMENTO

Vistas de um satélite, as áreas indígenas Alto Turiaçu, Awá e Caru, no norte do Maranhão, parecem três manchas verdes. Na segunda, porém, é possível ver também uma extensa faixa marrom, o que significa área desmatada numa região habitada tradicionalmente pelo povo Awá-Guajá. São 37.970 ha, o equivalente à metade de São Luís, a capital do Estado. As terras estão no município de Zé Doca e a suposta proprietária é a Agropecuária Alto Turiaçu Ltda., que teria adquirido o imóvel do Instituto de Terras do Maranhão, em 1982. (*Paulo Pereira Lima, Revista Caros Amigos, 20/08/02*)

FUNAI INICIA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA AWÁ

Depois de 17 anos, a TI, no norte do Maranhão, está sendo fisicamente demarcada. Em 27/08 deste ano, o juiz federal José Carlos Madeira determinou que a Funai iniciasse os trabalhos de campo em 45 dias. A decisão tomada pelo juiz é o resultado de um processo iniciado pelo MPF, que pediu a demarcação física da reserva, além de outras ações. E veio antes da sentença que o mesmo juiz anunciou que proferirá até o final do ano, referente a uma ação cautelar movida pela empresa Agropecuária Alto Turiaçu contra a Funai, que tramita desde 1992, reivindicando a posse de 37.980 ha situados na terra Awá. Segundo a revista *Caros Amigos*, a empresa pertence ao grupo Schahin Cury, conhecido principalmente por empreendimentos imobiliários e responsável

pelas obras de construção civil e infra-estrutura do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam). A notícia da demarcação chega em boa hora para a campanha *Os Awá-Guajá querem viver*, promovida por diversas entidades, pela demarcação da TI. (ISA, 02/12/02)

TERMINA A DEMARCAÇÃO FÍSICA

Hoje, o Instituto Ekos para a Equidade e a Justiça, uma das entidades promotoras da campanha *Os Awá-Guajá querem viver*, comunica a conclusão dos trabalhos de campo. Segundo nota do Instituto, o encerramento da demarcação física foi oficializado no dia 16/02, em reunião realizada no Posto Indígena Juriti, ao sul da TI dos Awá-Guajá. A cerimônia contou com a presença de lideranças indígenas e do responsável pela empresa Asserplan que realizou os trabalhos demarcatórios. (ISA, 27/02/03)

MADEIRA ILEGAL

A apreensão de dez caminhões que transportavam 52 toras de madeiras nobres no Maranhão, extraídas nas terras indígenas de Caru e Awa-Guajá, no final da semana, reafirma os bons resultados das operações ambientais desencadeadas pela Administração Regional de São Luís, desde setembro de 2003. Com esta ação e os leilões de milhares de metros cúbicos apreendidos nos últimos 11 meses, a Administração de São Luís já arrecadou R\$ 380.517.000. (Site da Funai, 26/08/04)

TI AWÁ É HOMOLOGADA

No dia do Índio, 19 de abril, o presidente Lula, assinou decreto homologando a demarcação da terra dos Guajá. Depois de décadas de conflitos no papel e no chão, finalmente foi concluído o processo de reconhecimento da TI Awá. A despeito de estar invadida por centenas de posseiros e madeireiros, a terra dos Awá-Guajá tinha como principal antagonista a empresa Agropecuária Alto Turiaçu, que moveu uma série de ações judiciais contra sua demarcação, reivindicando a posse de 37.980 ha de um total de 118 mil. (Uirá Felipe Garcia e Valéria Macedo, ISA, 20/04/05)

GUAJAJARA

ÍNDIOS GUAJAJARA COM PRESIDENTE DA FUNAI

O presidente da Funai, Eduardo Aguiar de Almeida, se reúne, em Brasília, com os Guajajara, que vieram do Maranhão para pedir que os projetos desenvolvidos pela Funai beneficiem também as suas aldeias. Eles alegam sofrer

esquecimento e discriminação. Outra reivindicação deles é a implementação de energia elétrica e sistema de água e esgoto em suas terras. (Marina Simon, Site da Funai, 16/04/03)

PROTESTO DE ÍNDIOS BLOQUEIA RODOVIA

Um grupo de guajajaras bloqueia desde ontem a rodovia federal BR-226 em protesto contra a prisão do índio Maurício Amorim Ribeiro em Barra do Corda, a cerca de 500 km ao sul de São Luís. A rodovia liga o Sul do Maranhão às principais cidades do Nordeste. Ribeiro é acusado de porte ilegal de arma. (Kátia Brasil e Hudson Corrêa, FSP, 24/01/04)

JUSTIÇA LIBERTA ÍNDIO E ESTRADA É DESBLOQUEADA

Guajajaras desbloquearam ontem a rodovia federal BR-226, após a Comarca de Barra do Corda conceder um alvará de soltura ao índio Maurício Amorim Ribeiro. Antes da decisão, caminhoneiros que estavam com a carga retida desde sábado na estrada tentaram invadir a delegacia e retirar o índio. (FSP, 27/01/04)

POLÍCIA APREENDE MACONHA EM TI

Uma força-tarefa das polícias Federal, Civil e Militar apreendeu cerca de 700 mil pés de maconha e 542 kg da droga dentro da reserva indígena Araribóia, habitada pelos índios guajajaras, a cerca de 482 km de São Luís. De acordo com Aluísio Mendes, coordenador do Grupo Tático Aéreo da Polícia Federal, 28 áreas de plantio de maconha foram localizadas. Durante a operação, um traficante não-índio foi preso e outros 21 indígenas foram localizados nas áreas de plantio, mas não foram presos. Foram apreendidas 11 armas de fogo. (José Eduardo Rondon, FSP, 25/04/04)

SERVIDORES DA FUNASA REFÊNS

O coordenador da Funasa, Zenildo Oliveira dos Santos, foi libertado neste sábado. Ele estava sendo mantido refém desde quarta-feira por índios guajajaras na cidade de Grajaú. Santos foi capturado durante reunião em que discutia a qualidade do serviço de saúde nas aldeias. Segundo a Funasa, ele foi liberado mediante a promessa de que o atendimento aos índios vai melhorar e de que haverá distribuição de medicamentos. (Rede Globo, 24/01/05)

CASOS DE PNEUMONIA

O coordenador regional da Funasa, Zenildo Oliveira, informou hoje que dois casos de cri-

anças com pneumonia foram identificados nas aldeias indígenas da região de Grajaú. As crianças da aldeia Guajajara foram transferidas para tratamento médico na cidade. Cerca de 70 guajajaras estão hospedados na Casa do Índio, em São Luís, em busca de atendimento médico. (Radiobrás, 21/03/05)

SECRETÁRIO DE SAÚDE REFÉM

Cerca de 100 índios guajajara mantêm como refém o secretário de Saúde do município de Arame, Wellington Diniz. O motivo é o atraso no repasse de verbas do Programa de Saúde da Família Indígena, do governo federal. (Oesp, 04/05/05)

CRIME E REVOLTA

Os índios guajajaras que vivem no município de Grajaú incendiaram uma ponte e um trator, roubaram uma caminhonete e saquearam carroarias numa região chamada Piranhas. Participaram cerca de 70 guajajaras, liderados pelo cacique Alderico Guajajara. Eles estão revoltados com o assassinato do índio João Araújo Guajajara, morto no sábado pelos filhos de um fazendeiro da região em um conflito por terras. (Ernesto Batista, Oesp, 04/05/05)

ÍNDIOS ARMADOS INTERDITAM RODOVIA

A revolta dos guajajaras de Grajaú se intensificou. Um grupo formado por 200 indígenas pintados para guerra e armados com revólveres e escopetas, interditou a BR-226, que cruza a reserva Canabrava. De acordo com o delegado de Grajaú, Michel Sampaio, 47 caminhões haviam sido retidos. (Gazeta de Cuiabá, 29/05/05)

POLÍCIA AJUDA A LIBERAR ÔNIBUS EM RODOVIA INTERDITADA

Os ônibus presos na BR-226 estão sendo liberados hoje com a ajuda da polícia. Segundo o delegado, índios foram presos por porte de arma, entorpecentes, saques a mais de 40 caminhões e também por estupro. De acordo com o delegado, os índios Guajajara estavam armados e alegavam bloquear a rodovia como forma de pressionar o governo a soltar seus parentes presos em Barra do Corda. (Michèle Canes, Radiobrás, 30/05/05)

GUAJAJARAS ASSALTAM PASSAGEIROS DE ÔNIBUS

Índios guajajara armados com revólveres e escopetas assaltaram passageiros de ao menos 15 ônibus na madrugada dos três últimos dias,

segundo relatos feitos pelas vítimas à Polícia Civil do Maranhão. Os assaltos ocorreram entre a 1h e as 3h, no trecho da BR-226 que atravessa a terra indígena Canabrava, entre Grajaú e Barra do Corda. Segundo o delegado Michel Sampaio, as vítimas contaram que os índios colocam pedaços de pedras sobre lombadas da estrada, forçando os ônibus a parar. Em seguida, roubam os passageiros e correm para dentro da área da reserva, onde apenas a Polícia Federal pode atuar. *(FSP, 31/05/05)*

VIOLÊNCIA E DESCASO

Na década de 80 foi demarcada a TI Bacurizinho, com 82.432 ha. No entanto, a mesma não coincidiu com o território indígena reivindicado pelos Guajajara, de aproximadamente 145.000 ha. Um processo de revisão de limites foi instituído oficialmente em 2001. A partir do início dos trabalhos, ocorreram várias represálias contra os indígenas executadas por pessoas interessadas em suas terras. Os principais responsáveis pelos conflitos são os grupos que exploram carvão, e que plantam de forma irregular o eucalipto e a soja, que se instalaram naquela região nos últimos anos.

No último dia 21/05, um grupo formado por dez homens armados invadiu a aldeia Kamihaw, queimou uma casa, assassinou João Araújo Guajajara e feriu seu filho Wilson Araújo Guajajara na cabeça. Outro indígena foi alvejado na perna direita e estupraram a indígena D. S., de 16 anos. Estes fatos geraram a revolta que levou os indígenas a queimarem a ponte sobre o rio Mearim. Eles apreenderam veículos e mantimentos, e destruíram alguns fornos das carrovoarias. *(Centro de Mídia Independente, 08/06/05)*

MADEIREIROS DEVASTAM TERRA GUAJAJARA

Em um levantamento feito pela Funai de Imperatriz, nos últimos vinte anos constata-se que aproximadamente 70% de toda a terra indígena foi devastada pela ação dos madeireiros. Estima-se que existam 87 caminhões e 27 tratores derrubando árvores, diariamente. Depois da área devastada, muitos dos que trabalham no corte das árvores, como tratoristas, motoristas, serralheiros, catraqueiros, cozinheiros, passam a viver na terra indígena. Entre esses trabalhadores encontram-se muitos foragidos da polícia. *(Brasil de Fato, 22/06/05)*

PRESIDENTE DA FUNASA RECEBE ÍNDIOS

Cerca de 40 indígenas da etnia Guajajara estiveram hoje na sede da Funasa e foram recebidos pelo presidente do órgão, Paulo Lustosa, o qual apresentou três ações emergenciais que serão implementadas nos próximos dias: viabilizar forma de dar autonomia administrativa para o DSEI-MA, abertura de um canal de comunicação direta entre os índios e a Funasa e envio de um grupo de trabalho. *(Clipping Saúde Indígena, 07/11/05)*

GUAJÁ

MADEIRA ILEGAL E POSSEIROS

A PF fez a maior apreensão do ano de madeira extraída ilegalmente da floresta amazônica. No total, foram confiscadas duas mil toras e quatro serrarias foram interditadas sob a acusação de crime contra o meio ambiente. A madeira era extraída da reserva indígena Alto Turiaçu e da reserva biológica do Gurupi, no leste do Maranhão. Uma cooperativa foi criada para vender as áreas dos índios para pequenos agricultores, o que é ilegal. Trezentas famílias que já estavam plantando e criando gado nas terras desmatadas foram obrigadas a abandonar a região. Sobrevoando a floresta, a polícia descobriu outros pontos clandestinos de derrubada de árvores. *(O Imparcial, 27/08/01)*

EXTRUSÃO

O presidente da Funai, Glenio da Costa Alvarez, estará na Aldeia Xiborendá participando da solenidade de entrega para cerca de 1500 índios Urubu Kaapor de parte da Terra Indígena Alto Turiaçu, que se encontrava invadida há décadas. A Funai, em conjunto com a Polícia Federal, realizou no último mês de julho uma operação para retirada das 3.500 pessoas que ocupavam ilegalmente essa Terra Indígena. *(Site da Funai, 30/10/01)*

APINAYÉ

CRIAÇÃO DE EMAS

Os índios Kanela Apâniekra, da TI Porquinhos, município de Fernando Falcão, estão expandindo a participação no Projeto de Criação de Emas, desenvolvido pela Funai. O projeto está na fase de repovoamento das aves e, futuramente, será feita a comercialização de penas, couro, óleos e de outras matérias-primas, além do próprio animal. O projeto iniciou em 1999, quando os índios foram capacitados com técnicas de manejo. *(Site da Funai, 28/08/02)*

LUZ PARA TODOS

Cerca de 2,1 mil Kanela da aldeia Escalvado, no município de Fernando Falcão, foram beneficiados na última semana com a chegada da energia elétrica. O programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, concluiu as obras de eletrificação na aldeia indígena. No início das obras, metade das 187 casas não contava com energia elétrica. Foram instalados transformadores bifásicos e cada casa teve direito a um kit com três pontos de luz e duas tomadas. *(Radiobrás, 25/04/05)*

GUAJÁ

PELA RECUPERAÇÃO DE ESTRADA

Os Krikatis definiram que irão derrubar as torres de transmissão de energia elétrica da Eletronorte e da Cemar, caso o governo do Maranhão não recupere a rodovia MA-280, anunciou em Imperatriz o cacique Herculano Krikati, da aldeia São José. A medida visa forçar o governo do Maranhão a providenciar, antes do dia 29/06, a completa recuperação da rodovia estadual no trecho que liga os municípios de Montes Altos a Sítio Novo. A rodovia é considerada a principal via de acesso à aldeia São José dos índios Krikatis, em Montes Altos. *(Radiobrás, 27/06/04)*

PRESIDENTE HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO DA TI KRIKATI

No dia 27 de outubro, o presidente Lula assinou decreto homologando a demarcação da TI Krikati, com extensão de 144.775 de hectares. Ela abrange cinco municípios: Montes Altos, Lageado Novo, Amarante do Maranhão, Ribamar Fiquene e Sítio Novo, todos no Maranhão. *(DOU, 28/10/04)*

Bakairi
Bororo
Terena
Xavante

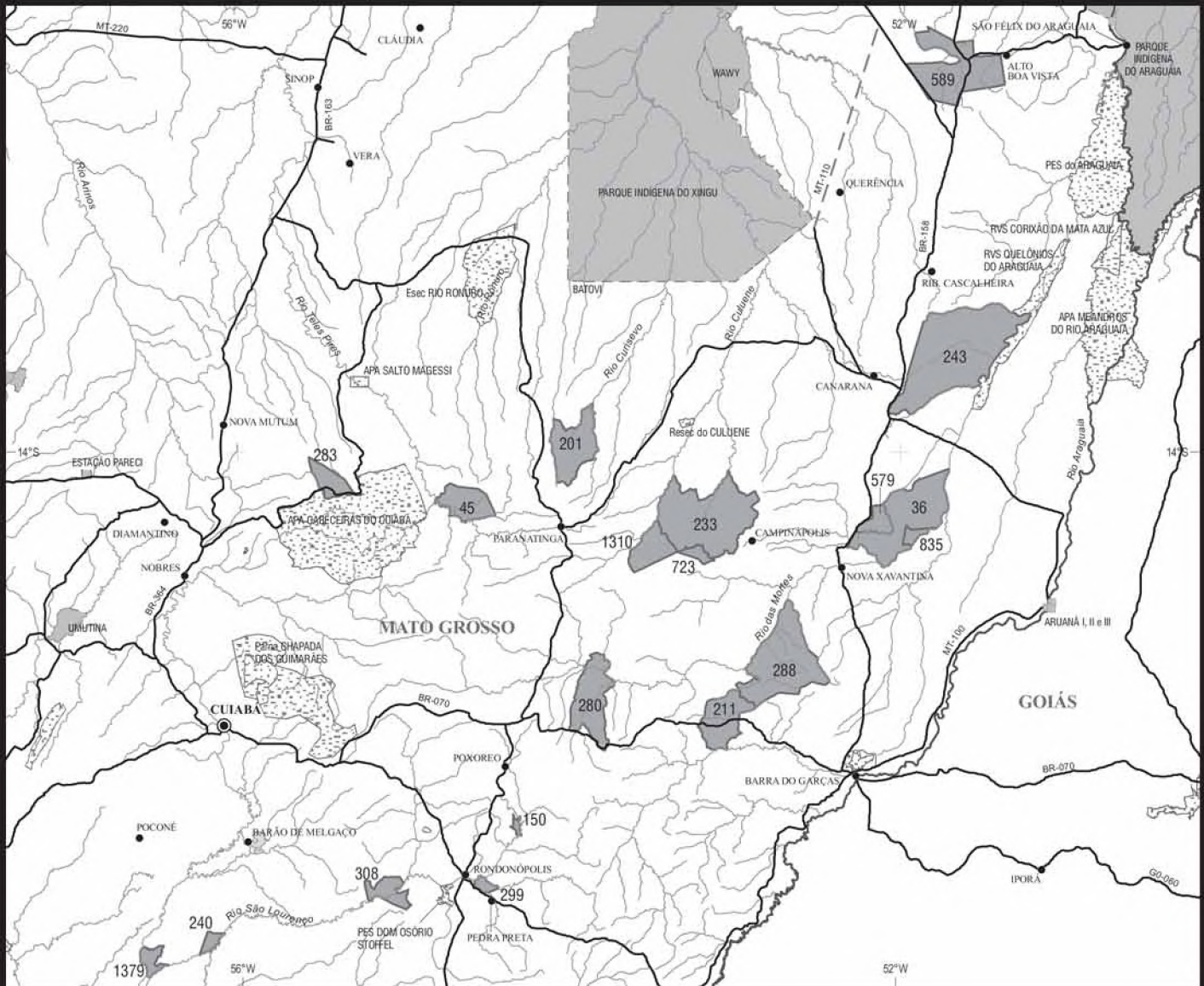


15.

Leste do Mato Grosso



15. LESTE DO MATO GROSSO



- rodovia implantada
- - - rodovia planejada
- capitais
- sede de município
- Unidade de Conservação

- TERRA INDÍGENA**
- apresentada neste capítulo
- com mais de 1.000 ha
 - ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)
- apresentada em outro capítulo
- com mais de 1.000 ha
 - com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

42 km

LESTE DO MATO GROSSO
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
36	Areões	Xavante	832 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/10/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Água Boa (218.515 ha) matr.3.562, lv. 2/RG, fl.001/V em 18/10/96. Reg. SPU certidão nº 71 em 30/01/97.	218.515	Nova Nazaré	MT
579	Areões I	Xavante		Em identificação/Interditada. Portaria 1.004 de 10/10/1990 da Funai interdita para segurança e garantia da vida e bem estar dos índios a área que ficou fora da Portaria 1.104/72. Está em reestudo pela Funai.	24.450	Nova Nazaré	MT
835	Areões II	Xavante		Em identificação/Interditada. Portaria 1.004 de 10/10/1990 da Funai interdita para segurança e garantia da vida e bem estar dos índios a área que ficou fora da Portaria 1.104/72. Está em reestudo pela Funai.	16.650	Nova Nazaré	MT
1379	Baía dos Guató	Guató	72 - Relatório do GT: 2000	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 67 de 16/07/2003 da Funai aprova os estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e a fixação na sede da prefeitura.	19.164	Barão de Melgaço Poconé	MT MT
45	Bakairi	Bakairi	469 - Funai: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 293 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Paranatinga, comarca de Cuiabá (61.405 ha) matr.29.146, lv.2-CU, fl. 59V/60 em 08/04/87. Reg. SPU certidão s/n de 18/05/87.	61.405	Paranatinga Planalto da Serra	MT MT
723	Chão Preto	Xavante	56 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Campinápolis, comarca de Nova Xavantina (12.740 ha) matr.12.542 lv. 2 RG fl.001, 01/04/02. Reg. SPU certidão nº 4 de 22/05/02.	12.740	Campinápolis	MT
150	Jarudore	Bororo		Reservada pelo SPI. Reg. CRI e SPU. Decreto 684 de 31/12/1945. O Ministério Público Federal no ano 2001 instaurou processo de re-integração de posse a favor dos índios e determinou que a Funai realizasse o levantamento antropológico da TI. Reg. CRI do município e comarca de Poxoréo (4.706 ha) matr. 3.547, lv. 3-C, fl. 162V/3 em 20/08/58. Reg. SPU em 18/05/87.	4.706	Poxoréo	MT
589	Maraiwatsede	Xavante		Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Alto Boa Vista, comarca de São Félix do Araguaia (125.354 ha) matr. 12.670 lv. 2-RG fl. 001v em 08/04/99; município e comarca de São Félix do Araguaia (39.866 ha) matr. 12.669 lv. 2-RG fl. 001v em 08/04/99. Reg. SPU certidão nº 83 de 08/09/99.	165.241	Alto Boa Vista Bom Jesus do Araguaia São Félix do Araguaia	MT MT MT
201	Marechal Rondon	Xavante	500 - Funai - DF: 2005	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/10/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Paranatinga, matr. 3.810 lv. 2-Z, fl. 193 em 16/12/96. Reg. SPU nº72 de 30/01/97.	98.500	Paranatinga	MT
211	Merure	Bororo	524 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.014 de 11/02/1987 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Barra do Garças, matr. 42.359 em 28/03/96; município de General Carneiro, matr. 42.358 em 28/03/96. Reg. SPU certidão s/n de 06/11/87.	82.301	Barra do Garças General Carneiro	MT MT
233	Parabubure	Xavante	3.162 - Funai/Barra do Garça: 1996	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 306 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 4.791, lv. 2 em 11/07/88. Reg. SPU certidão s/n de 26/08/87.	328.966 224.447	Canarana Campinápolis Nova Xavantina	MT MT MT
240	Perigara	Bororo	96 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 385 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Barão de Melgaço, matr. 46.357, lv. 2-RG, fl. 1 em 17/02/92. Reg. SPU certidão nº 16 de 02/02/94.	10.740	Barão de Melgaço	MT
243	Pimentel Barbosa	Xavante	1.667 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 93.147 de 20/08/1986 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Água Boa, matr. 4.134, lv. 2-RG fl. 01 em 05/05/94; município de Canarana, matr. 4.135, lv. 2-RG fl.01 em 05/05/94. Reg. SPU certidão nº 35 de 17/06/94.	328.966	Canarana Ribeirão Cascalheira	MT MT
280	Sangradouro/Volta Grande	Bororo Xavante	858 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 249 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de General Carneiro (37.990 ha), matr. 40.152 em 31/08/93; município de Poxoréo (50.650 ha), lv. 2AG/RG. fl. 93 em 21/09/93; município de Novo São Joaquim/Barra do Garças (11.640 ha), matr. 40.151, 05/01/88. Reg. SPU certidão nº 024 de 19/09/96.	100.280	General Carneiro Novo São Joaquim Poxoréo	MT MT MT
283	Santana	Bakairi	183 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 98.143 de 14/09/1989 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 11.421 lv. 2/RG, fl. 1V/2 em 08/04/91. Reg. SPU certidão nº 006 de 26/6/91.	35.471	Nobres	MT

LESTE DO MATO GROSSO
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
288	São Marcos (Xavante)	Xavante	1.813 - Funai/Barra do Garça: 1996	Reservada. Reg. CRI e SPU. Decreto 76.215 de 05/09/1975 fixa os limites definitivos. Reg. CRI matr. 34.112 lv. 2-RG em 27/04/89. Reg. SPU certidão nº 31 de 10/06/94.	188.478	Barra do Garças	MT
299	Tadarimana	Bororo	245 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 300 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Rondonópolis, matr. 41.509, lv. 2- RG em 06/12/91. Reg. SPU certidão s/n de 18/05/87.	9.785	Pedra Preta Rondonópolis	MT MT
308	Teresa Cristina	Bororo	358 - Funai: 2002	Declarada. Em revisão. Portaria 1.134 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Edir Pina para realizar estudos de fundamentação antropológica necessários à revisão de limites da TI. Estabelece 12 dias para os trabalhos de campo e o dia 30/11/05 para a entrega do relatório fundamentação. Reg. CRI do município de Santo Antônio do Leverger (26.237 ha) matr. 10.542 lv. 3-RG fl. 02 em 09/03/67.	34.149	Santo Antônio do Leverger	MT
1310	Ubawawe	Xavante	349 - Funai: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/08/2000 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Novo São Joaquim, comarca de Barra do Garças (52.234 ha) matr. 46.114 lv. 2-RG fl. 46.114 em 21/09/00. Reg. SPU certidão nº 1 de 08/03/01.	52.234	Santo Antônio do Leste	MT

Terras Indígenas Sofrem Pressão do Agronegócio

Luís Roberto do Paula*

Antropólogo, doutorando pelo PPGAS-USP

VÍTIMA DE UM DOS MAIORES ETNOCÍDIOS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA, ESSE POVO ENFRENTA HOJE GRAVES CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Os Xavante somam aproximadamente 13 mil pessoas distribuídas por mais de 150 aldeias, que, por sua vez, estão espalhadas por nove Terras Indígenas (TI) – ao todo são 1.380.000 ha –, das quais seis são territorialmente descontínuas.

A questão territorial xavante, assunto controverso, está há décadas na agenda da política fundiária do Estado brasileiro. Há um juízo de valor bastante difundido nos meios de comunicação regionais, com ecos na grande imprensa nacional, de que os Xavante teriam terras em demasia. Nos últimos 20 anos, foram inúmeros os pedidos de revisão dos limites territoriais endereçados à Funai por diversos grupos xavante residentes em praticamente todas as suas terras indígenas. Foram também inúmeros os distintos grupos técnicos (GTs) de identificação autorizados pela Funai para realizarem, em muitos casos, o mesmo trabalho de identificação nas áreas reivindicadas pelos grupos locais Xavante como terra de ocupação tradicional.

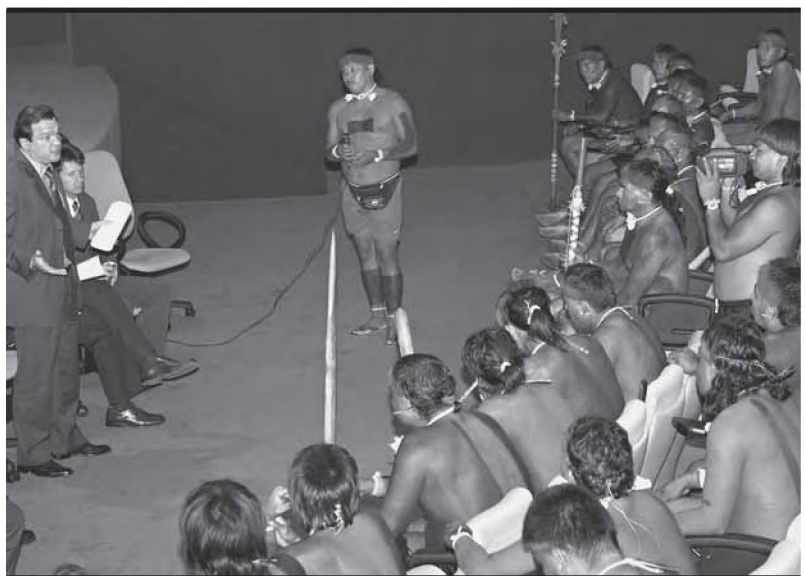
DO ESBULHO À DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS

É consenso na historiografia oficial de que os *Akwe* – que depois viriam a ser distinguidos como Xavante e Xerente – ocuparam um extenso território que compreendia as antigas províncias de Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais e foram atingidos por sucessivas etapas da “guerra de conquista” patrocinada desde os tempos da

Coroa e que se estendeu até a década de 1950, quando os últimos grupos locais xavante foram definitivamente “aldeados” pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No início da década de 50, o território mato-grossense, como conseqüência da “Marcha para o Oeste”, começaria a ser loteado e vendido pelo Governo do Estado de Mato Grosso a empresas de colonização, pois os diversos grupos indígenas que ali habitavam já haviam sido extintos ou então reduzidos drasticamente. Os Xavante seriam, de novo, foco das atenções do Estado brasileiro devido a sua insistente recusa a um novo contato.

De maneira contraditória, há documentos emitidos tanto pelo governo estadual do Mato Grosso como pelo governo federal, que autorizavam a demarcação de uma área contínua de dois milhões de hectares para incorporar todos os grupos locais xa-



No Congresso Nacional, o deputado Pastor Reinaldo fala com líderes xavante, que buscam uma solução para os conflitos envolvendo a TI Maraiwatsede e fazendeiros na região de Alto Boa Vista, no extremo leste do Mato Grosso (dez. 2003).

ROSE BRASILI/ABR. 2003

vante dispersos pelo território leste mato-grossense, solução que não foi implementada devido à pressão contrária de inúmeros atores anti-indígenas presentes nessas esferas administrativas. As bases das atuais reivindicações territoriais Xavante podem ser encontradas nesse histórico equívoco da política indigenista brasileira.

Como uma das decorrências direta desse equívoco, entre 1950 e 1960 o centro-oeste brasileiro assistirá a um dos maiores etnocídios da história contemporânea brasileira: os grupos locais xavante da região do Couto Magalhães e Kuluene foram quase extintos tanto pelo uso da força armada direta quanto por estratégias inescrupulosas como a doação de roupas contaminadas com vírus da gripe e sarampo por não-índios. Os poucos Xavante que sobreviveriam ao etnocídio, uma vez expulsos dos seus territórios tradicionais – bacia do Couto Magalhães e Kuluene e Marawatsede – seriam asilados nas missões salesianas de Sangradouro e São Marcos e no Posto Indígena Batovi (atual, TI Marchal Rondon).

Durante quase 10 anos, os sobreviventes xavante recobriam suas forças no exílio, aprendendo com missionários salesianos como conhecer melhor o mundo dos “waradzu” e retornariam gradativamente à região de confluência dos rios Couto Magalhães, Kuluene e Sete de Setembro. É assim que a região, então ocupada por grandes fazendas de gado, assiste, no início dos anos 70, outros grupos xavante reiniciarem o longo caminho de volta aos seus territórios tradicionais.

Devido à enorme pressão Xavante, são demarcadas a Reserva Indígena Couto Magalhães (1975) e a Reserva Indígena do Kuluene (1976). Apesar dessas conquistas, os Xavante continuariam inconformados não só com o tamanho das reservas, como também com sua descontinuidade. Resultado dessa pressão, em 1979 a Funai unifica as duas reservas, que passam a ser denominadas como TI Parabubure, com 226 mil ha.

DECISÕES DE GABINETE X CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A TI Parabubure está localizada numa região que tem sido nos últimos anos incorporada cada vez mais pelo agronegócio. Em seu entorno se destacam diversos tipos de paisagem de ocupação fundiária. Grandes extensões de plantação de soja, milho e algodão se misturam aos antigos pastos (naturais e artificiais) e a pequenas propriedades dedicadas à pecuária de leite, à produção de seringais etc. Não é difícil andar quilômetros e quilômetros e se deparar apenas com áreas de antigas pastagens, em completo abandono, sendo tomadas gradativamente pelo cerrado. A enorme quan-

tidade de microbacias hidrográficas no entorno da TI Parabubure vai sendo duramente castigada pela destruição ambiental em larga escala.

Na contramão desse processo, dentro dos atuais limites dessa terra, vem ocorrendo uma intensa recuperação da vegetação nativa desde a sua retomada por parte dos Xavante na década de 70. Esse fenômeno socioambiental implica, dentre outras coisas, na retomada da reprodução de caça e no retorno lento, mas constante, de áreas de coleta e, principalmente, na clara demonstração dos Xavante de que, apesar de estarem fortemente pressionados pelo contato, pretendem manter a sua identidade cultural e os seus modos próprios de viver.

Desde 1985, cinco anos, portanto, após a unificação das reservas indígenas Kuluene e Couto Magalhães, os grupos locais xavante, descontentes com esse processo de unificação, (re)iniciaram suas demandas por frações de territórios considerados por eles como tradicionais.

Entretanto, só em 1995 é que a Funai autorizará a formação do primeiro grupo técnico para identificação dessas frações territoriais demandadas pelos Xavante que, pela primeira vez, estará orientado pela legislação indigenista prevista pela Constituição de 1988. Assim, de maneira inédita em relação aos Xavante, um grupo técnico, coordenado por um antropólogo, levará em consideração os artigos 231 e 232 da Constituição Federal. Até, então, é importante ressaltar, as demarcações das terras xavante eram decididas nos gabinetes da Funai. Essa mudança nos procedimentos de identificação de terras terá como consequência *aparente* o atendimento das reais demandas territoriais dos grupos locais xavante de Parabubure. Entretanto, em vez de essa mudança romper com as decisões negociadas em gabinete entre determinadas lideranças xavante e o órgão tutelar, o que se verá desde então é um recrudescimento de tais estratégias.

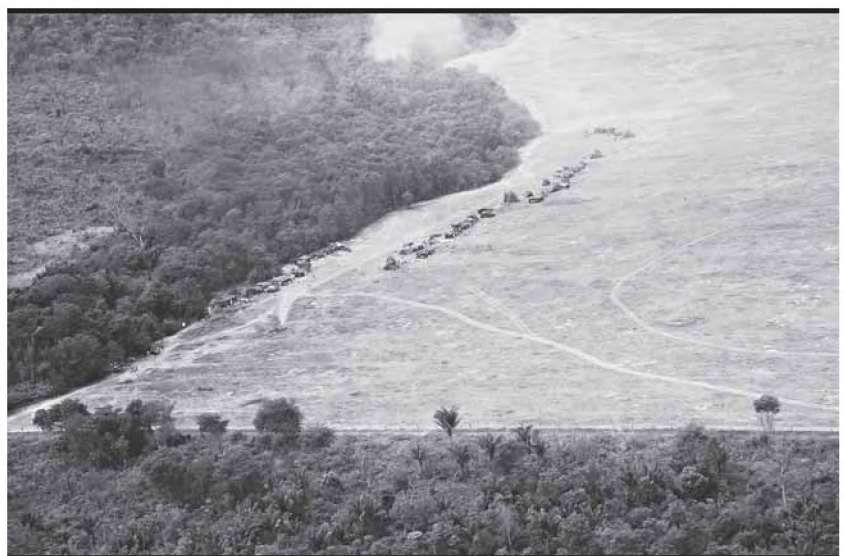


Imagem aérea da reserva xavante Maraiwatsede.

WILSON DIAS ABR. ABR2004

LIMITES TERRITORIAIS DE PARABUBURE

O primeiro grupo técnico de identificação das áreas reivindicadas pelos Xavante de Parabubure vai a campo em 1996. Diferentemente do que seria esperado, ou seja, a realização de um extenso e detalhado reconhecimento das demandas territoriais indígenas, esse primeiro grupo técnico já vai a campo subsidiado por mapas elaborados nos gabinetes da Funai nos quais se encontram descritas cinco áreas contíguas a TI Parabubure, reivindicadas por distintos grupos locais xavante. Tais áreas aparecem descritas como Áreas I, II, III, IV e V. Esse primeiro grupo técnico não consegue terminar o trabalho de identificação por conta da pressão política local. Sintomaticamente, retomando as práticas clientelistas e apostando no varejo, a Funai, em menos de dois anos, identifica, demarca e homologa apenas uma das áreas reivindicadas, a Área I, que passa a ser conhecida como TI Ubawawe. Logo sem seguida, num mesmo rito sumário, a Funai demarca e homologa a TI Chão Preto, atendendo prontamente à solicitação de um cacique xavante e ignorando o antigo pedido de identificação da Área II feito por outros grupos locais xavante. O tiro sairá, como sempre, pela culatra: esses atendimentos pontuais a um determinado grupo local xavante estimularão os demais grupos xavantes a continuarem a pressionar a Funai rumo ao reconhecimento das outras quatro áreas contíguas a TI Parabubure. Pior do que isso, essa estratégia criará uma outra ordem de conflito intra-grupal já que a TI Chão Preto foi criada e demarcada dentro da Área II, reivindicada por outros grupos locais xavante que ignoram essa demarcação.

Em 2001 e 2003, novos grupos técnicos são criados para identificação, respectivamente, das Áreas IV e V e II e III. De novo, os mapas com os limites dessas áreas já estão em posse dos coordenadores dos grupos antes de irem a campo e, “surpreendentemente”, serão encontrados nas mãos dos próprios índios. O processo de identificação teria tudo para caminhar para um simples “preenchimento do bolo” – identificação de locais de caça, pesca, coleta e de valor simbólico –, já que a sua forma já estava definida de antemão. Entretanto, a necessidade de se cumprirem minimamente os critérios previstos no artigo 231 da Constituição Federal levará os grupos técnicos a elaborar novas (e mais extensas) propostas de configuração para os limites das áreas II, III, IV e V, particularmente no atendimento ao item que caracteriza as terras indígenas em processo de identificação como áreas “*imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar*”.

As inúmeras microbacias hidrográficas que circundam a TI Parabubure – sendo que muitas delas estão ligadas diretamente aos Rios Kuluene e Couto Magalhães que se localizam no limite ou dentro dessa terra indígena – não teriam como ser excluídas de uma proposta de limites territoriais minimamente constitucional. O problema é que tais microbacias – onde as atividades de caça, pesca e coleta continuam a ser praticadas pelos grupos

locais xavante de Parabubure – se encontram dentro de extensas fazendas cada vez mais voltadas ao agronegócio, o que tem levado as condições de reprodução do modo de vida tradicional xavante ao colapso. Como decorrência direta, as estratégias de sobrevivência colocadas em prática por parte dos grupos locais xavante só têm aprofundamento o caos socioambiental da região.

Há ainda um outro problema: pressionadas por grupos organizados de não-índios – prefeitos das cidades locais, membros do governo estadual, grandes fazendeiros da região – e atraídas por benesses assistenciais, algumas lideranças xavante têm desistido momentaneamente de suas demandas territoriais, chegando ao limite de solicitar formalmente à Funai a suspensão e até o cancelamento dos trabalhos de identificação em curso.

ASSIM (NÃO) CAMINHA A QUESTÃO TERRITORIAL XAVANTE

Não é só de Parabubure que vive a questão territorial Xavante. Nos últimos anos, grupos técnicos têm sido autorizados por sucessivas diretorias da Funai a identificar demandas territoriais de grupos locais xavante pertencentes a Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro. Afora isso, temos o drama interétnico vivenciado em Marawetsede, terra indígena xavante já homologada, mas intrusada de não-índios, em mais um de tantos descabros do estado brasileiro para com a questão territorial xavante. Em todos esses casos, os vícios presentes no processo de identificação das áreas reivindicadas pelos grupos locais de Parabubure se repetem à exaustão.

A Funai, ressoando de maneira esquizofrênica interesses absolutamente antagônicos que se fazem historicamente presentes dentro do órgão, não dá mostras de querer dar um basta definitivo nessa relação viciada e caótica. Suas sucessivas diretorias, mantendo as velhas práticas que desde de sempre caracterizaram a relação histórica dos Xavante com o Estado brasileiro, postergam para o *século futuro* uma solução definitiva desse imbróglio fundiário em troca das já tão conhecidas e ineficazes benesses assistenciais.

Sem uma inovadora refundação do contrato de convivência entre os Xavante e o Estado brasileiro, em que o tema da questão territorial seja focalizado de maneira integral – deixando, por exemplo, de ser apenas uma mera moeda de troca entre os inúmeros agentes índios e não-índios envolvidos nessa verdadeira indústria da pacificação – a paz será sempre efêmera tanto no leste-matogrossense, como nos gabinetes da Funai.

NOTA

* Luís Roberto de Paula foi consultor do GT de identificação das Áreas IV e V e coordenador do GT de identificação das Áreas II e III – terras contíguas a TI Parabubure.

A Volta para as Raízes do Cerrado

Frans Louuwenberg

Analista ecológico da Sociedade de Proteção e Utilização do Meio Ambiente (Puma)

A RETOMADA DO PLANTIO DE DIVERSAS ESPÉCIES DE BATATAS NATIVAS, CONHECIMENTO TRADICIONAL LIGADO ÀS MULHERES MAIS VELHAS DO GRUPO, AUXILIA O POVO XAVANTE A ENFRENTAR PROBLEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Problemas de alimentação, tanto em termos de quantidade como de qualidade, causados por motivos diversos, têm sido uma constante em muitos dos povos indígenas. A convivência com a sociedade envolvente trouxe novos hábitos alimentares – como os produtos industrializados, por exemplo – e modificou os modos de produção de alimentos. Grupos indígenas que eram sedentários na sua vida tradicional, mais sofisticados na sua agricultura, mantiveram a diversidade de produtos agrofloreais no cardápio. No entanto, grupos indígenas nômades ou seminômades geralmente não tinham uma agricultura diversificada por falta de tempo e pela constante mudança de local de moradia e de suas atividades de subsistência. Neste caso, o período pós-contato causou maiores perdas, limitando o espaço indefinido de coleta e substituindo os poucos produtos tradicionais por produtos da sociedade moderna. Um outro fator é a questão territorial: diversas reservas indígenas tem tamanho inferior ao necessário, e muitas são insuficientes para o uso sustentável dos recursos naturais. Grande parte dessas terras, como no sul e nordeste do país, nem possuem mais recursos naturais, com os índios vivendo em condições miseráveis.

No caso dos Xavante, antes do contato, em 1946, o grupo se alimentava de milho, feijão, abóbora e de enormes quantidades de raízes (batatas silvestres), mel, frutas e castanhas, além da pesca e caça; o arroz e a mandioca começaram a ser plantados apenas depois do contato com a sociedade envolvente. Além das grandes coletas comuns, praticavam a caça familiar, atividade que reunia parentes próximos por vários meses nas matas. Além da grande importância para o fortalecimento alimentar, essa prática tinha também o componente socioeducativo, em que os velhos passavam para os jovens todo o seu conhecimento, ga-

rantindo, assim, além do sustento, a manutenção da cultura e do conhecimento tradicional.

Com o tempo, os Xavante perderam a maior parte de seu território tradicional, foram forçados a largar o seminomadismo e incentivados, nos anos setenta, a executar projetos de agricultura mecanizada. Com o contato e o reconhecimento dos direitos indígenas, adquiriram também cada vez mais formas de ganhar dinheiro. Como todo cidadão brasileiro, o índio tem também direito à aposentaria. Novos empregos foram criados para o índio, tais como chefe de posto, agente indígena de saúde (AIS), professor escolar, agente sanitário, merendeiro, motorista e outros. Conseqüentemente, uma maior porcentagem da comunidade passou a receber dinheiro, gerando a possibilidade de acesso aos mesmos bens e confortos dos “brancos”. A falta de orientação para um consumo planejado, racional e de acordo com seus costumes e tradições fez com que a selvageria do consumismo se instalasse entre os índios, da mesma forma que vem se instalando entre os “brancos”.

No mesmo período, a Funai, com o intuito de “acalmar” os índios, introduziu a agricultura mecanizada na produção alimentar indígena. A iniciativa mostrou-se um desastre, com a perda de equipamentos caros e uma forte perda gradual de valorização da agricultura tradicional e das coletas. Ainda assim, tornou-se um instrumento para ganhar a simpatia dos índios. Uma plantação de arroz mecanizada é muito mais atraente, por ser mais fácil de manter e dar maior volume à produção. Melhor ainda se toda a preparação dessa roça mecanizada é feita pela Funai, Município e entidades regionais, ficando os índios apenas com a parte “mais agradável” do trabalho.

PROBLEMAS DE SAÚDE

Hoje em dia, muitas comunidades com condições de plantar roças não o fazem pelo esforço que demandam. As roças produzem menos quantidade e menor variedade de alimentos, as coletas na mata e no cerrado não são mais realizadas e o conhecimento dos velhos já não é repassado aos mais jovens na mesma

proporção. É muito mais fácil deixar os “brancos” plantarem, preferencialmente acima da demanda da comunidade, e esperar mensalmente a chegada das aposentarias e salários. O vício foi criado. As visitas ao supermercado são então realizadas, e é justamente aí que começa o perigo: o excesso de compra de alimentos de péssima qualidade para a saúde, como macarrão, bolachas, balinhas, café, açúcar, salgadinhos, refrigerantes etc. Essa nova dieta, aliada à falta de atividades antes praticadas, vem diminuindo fortemente a saúde tanto de crianças quanto de jovens e adultos. Com uma alimentação de inferior qualidade e a vida sedentária, começam os problemas de saúde, como fraqueza, baixa resistência e aumento do risco de doenças graves, além das doenças odontológicas.

A responsabilidade da alimentação da criança recai sobre as mulheres, as quais recebem cada vez menos apoio dos homens na roça e não conseguem o suficiente para suas crianças em crescimento. Isso está entre os fatores que provocam uma forte baixa de auto-estima nas mulheres Xavante: elas se vêem sem seu papel de grande importância para a sobrevivência do grupo. No final dos anos 90, houve diversas discussões internas nas comunidades xavante da TI Pimentel Barbosa (MT) sobre a fraqueza física e o aumento de doenças nas crianças e adolescentes. Cada vez mais morrem jovens, às vezes de causa conhecida, como anemia, diarreia, desidratação, leucemia, câncer de garganta, problemas graves renais e dengue hemorrágica, mas na maior parte por causas desconhecidas. Os velhos e lideranças

observam que os costumes de alimentação mudaram fortemente. Muitos jovens estão ficando obesos, não se movimentam mais como no passado, caçam menos, pescam pouco e menos e menos participam no preparo da plantação nas roças familiares.

BATATAS NATIVAS

Frente a esse cenário, as aldeias Tanguro, *Apowe*, *Sinhoréza'are*, *Etenhiritipa* e *Aserere* fizeram – em parceria com a ONG Sociedade de Proteção e Utilização do Meio Ambiente/Puma – um projeto piloto para a recuperação das batatas nativas tradicionais dos Xavante do Cerrado. O projeto começou em 2004, na aldeia Tanguro, e está sendo ampliado a partir de 2006 para as quatro outras aldeias parceiras.

A primeira ação é que a comunidade prepare um viveiro perto da aldeia. Na seca, entre maio e setembro, são realizadas colheitas em campo com as mulheres de idade e sabedoria, acompanhadas pelas jovens mulheres e homens interessados. Durante esse processo, que ocorrem distantes das aldeias, há um importante repasse de conhecimento e animação para as moças e mulheres novas. A maior parte da colheita é dividida entre as famílias, e são plantadas nas roças familiares tradicionais ou numa horta familiar instalada atrás das casas, dentro do campo de visão de cada família. A parte não transplantada para a horta ou roça é consumida na comunidade como um estímulo e lembrança. Na aldeia xavante Tanguro houve, em julho de 2005, uma produção de quase uma tonelada, com três variedades de batata. Metade foi para as hortas, o restante serviu de alimento para os Xavante durante duas a três semanas.

Da mesma forma, no próximo ano, haverá novas coletas das espécies ainda não presentes no viveiro, horta ou roça para completar a matriz, o berçário das batatas. Está sendo feito grande esforço para proteger o conhecimento intelectual sobre estas batatas tradicionais do Cerrado. Os Xavante distinguem um total de 18 espécies de batatas tradicionais, dos quais apenas uma foi domesticada por eles. Atualmente, existem nove espécies no viveiro. Em 2006 e 2007, deverão ser coletadas as outras espécies com a participação das quatro aldeias. No final do projeto, cada aldeia terá um berçário com matriz de cada uma das espécies silvestres tradicionalmente utilizadas.

Ainda em pequena escala, constitui um projeto piloto que pretende resgatar o conhecimento tradicional, e estimular a valorização do consumo desses alimentos numa forma intermediária entre tradicional e moderna, mais acessível para os índios e de fácil manejo. A meta do projeto é mostrar que populações indígenas que ainda possuem uma área com produção silvestre de



FRANZ LEEUWENBERG, 2006

Teresinha, em viveiro próximo à aldeia Sinhoréza'are.

alimentos tradicionalmente utilizados, podem (e devem) ter o seu sustento tirado de sua própria reserva – mais rico em termos nutricionais – e assim manter a sua saúde e dignidade, em vez de depender de dinheiro e/ou presentes, o que na maioria das vezes lhes tira a saúde, o orgulho, e a auto-estima. Para incentivar a revitalização das batatas, está sendo elaborada uma

cartilha educativa com o objetivo de despertar o interesse e o ânimo para a produção desse recurso tradicional. A cartilha poderá ainda incentivar ações semelhantes em outras reservas/comunidades, mudando pelo menos em parte a realidade atual de várias reservas/aldeias que hoje sofrem com a falta de saúde e dignidade. (março, 2006)

VALORIZAÇÃO PARA AS MULHERES INDÍGENAS

Na maior parte do contato entre etnias tradicionais e a sociedade moderna, são os homens que tomam frente nas interações com a sociedade envolvente. É um processo natural para proteger suas famílias contra a enganação e exploração dos mais fracos de sua comunidade. No período logo após o contato, tal atitude é compreensível. As desvantagens e impactos atingem todos, homens e mulheres. Mas de todos os benefícios que vêm do contato, são poucos os que chegam às mulheres, enquanto que chegam a elas sempre os “abacaxis”: a introdução de roupas; a mudança de seminomadismo para a vida sedentária, o que causa mais sujeira acumulada e risco de doenças perto das casas; ficam sem apoio para buscar alimentos tradicionais na mata; os homens gastam cada vez mais tempo fora da aldeia e cada vez menos tempo para cumprir sua responsabilidade nas roças familiares; recebem muita reclamação sobre a sujeira e falta de boa alimentação; não recebem estímulo para estudar nas escolas indígenas da aldeia e ficam pobres e mal-vestidas.

Praticamente nenhum projeto ou atividade tem como foco o benefício e valorização das mulheres. A atenção do mundo branco se concentra nos homens. O machismo aumentou, os bens adquiridos fora da reserva não são divididos com as mulheres, o trabalho destas aumentou nas roças e coletas, enquanto os homens concentram suas “atividades” na cidade. As mulheres se sentem desprezadas, isoladas e sem participação nos projetos dos homens com os “brancos”. Elas estão cada vez mais deprimidas e já chegando num grave nível de baixa auto-estima.

As atividades com o projeto “resgate do conhecimento das batatas tradicionais” demonstraram, desde o começo, que as mulheres têm um papel muito importante para recuperar o conhecimento e reativar o uso das batatas nativas no ano todo. Os Xavante conhecem 18 espécies de batatas – tubérculos nativos do Cerrado, mas já estavam quase todos perdidos. Ninguém coleta mais. Durante os levantamentos, descobriu-se que o conhecimento principal e mais profundo sobre cada espécie de batata está com as mulheres de idade. No passado, as mulheres adultas ensinaram às mais novas como reconhecer as batatas silvestres no meio da mata. Isso aconteceu durante as “caçadas familiares”, que aconteciam na estação da seca. Mas tal reconhecimento das folhas ou caule da trepadeira da batata na época de seca é muito complicado, é necessário um olho muito bem-treinado para isso. As “caçadas familiares” foram extintas e a capacitação das mulheres novas não acontecia mais. No entanto, durante o projeto, nos meses de maio a setembro, foram realizadas coletas das batatas em campo junto com as mulheres que ainda detêm esse conhecimento. As moças novas e mulheres adultas são estimuladas pelas mais velhas e ficam orgulhosas quando aprendem o jeito de detectar a folhagem já morta da batata ainda viva sob o solo. Em dois anos de trabalho em campo, já foram reconhecidas 12 espécies de batatas, graças à boa memória das mulheres, que pouco a pouco retomam o ânimo de participar da vida na aldeia. O projeto é apenas um início, mas suas atividades já estão sendo ampliadas para mais quatro aldeias, a pedido dos próprios Xavante, incluindo as mulheres.

A Morada dos Filhos do Sol

Angela Pappiani

Coordenadora Cultural do Instituto das Tradições Indígenas (Ideti)

A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA ALDEIA TRADICIONAL MODELO, PROJETO CULTURAL PRETENDE REUNIR OS BORORO EM TORNO DE ATIVIDADES QUE RETOMEM O SENTIDO DO COLETIVO, DO PAPEL DOS DIFERENTES CLÃS, DA VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E DO PAPEL DOS ANCIÃOS

O Projeto *Meri Ore Eda* (Morada dos Filhos do Sol) nasceu como uma iniciativa de lideranças Bororo para recuperar e fortalecer a rica cultura desse povo, que vem se perdendo ao longo dos últimos cem anos. Os Bororo, como outros povos indígenas contatados até meados do século XX, passaram por um processo extremamente violento de integração à sociedade envolvente, com programas desenvolvidos pelos órgãos governamentais e por missões religiosas que não levavam em conta a diversidade cultural dessas comunidades. A proposta do Projeto é promover a recuperação e o fortalecimento cultural dos Bororo a partir da construção de uma aldeia tradicional modelo na Terra Indígena (TI) Meruri.

A nova aldeia respeitará a arquitetura e o posicionamento das casas e espaços cerimoniais em relação aos pontos cardeais e à localização de cada clã. O desafio de criar uma arquitetura capaz de preservar os fundamentos da tradição, com respeito à teia social original, agregando tecnologias novas e benefícios da civilização ocidental que já foram introduzidos há quase um século dentro das aldeias Bororo, é um dos pontos fundamentais dessa proposta. As casas, construídas em madeira e palha trançada serão um arquivo vivo do conhecimento Bororo, espaço de transmissão cultural para as novas gerações, para encontros e trocas culturais, realização de oficinas, cursos, eventos, envolvendo grupos de outras aldeias do povo Bororo e outros povos indígenas do Brasil. O processo de construção inclui a seleção de madeiras apropriadas às estruturas, da palha para o telhado e para as paredes trançadas, com incursões pela reserva, abrindo também a possibilidade para as novas gerações conhecerem o território e o patrimônio de seu povo.

O Projeto *Meri Ore Eda* – cuja elaboração e execução estão sendo realizadas pelo Instituto das Tradições Indígenas (Ideti), a pedido dos próprios Bororo – também pretende, a partir da construção da nova aldeia, reunir a comunidade em torno de reflexões e atividades que retomem o sentido do coletivo, do papel dos diferentes clãs, da busca de alternativas econômicas para a auto-sustentabilidade da comunidade, valorização do conhecimento tradicional e do papel dos anciãos, a troca de conhecimentos entre as diversas gerações e também um envolvimento maior dos jovens e das mulheres.

Além da parceria com o Ideti, o projeto ganhou o apoio do Ministério da Cultura (MinC). Uma carta de Paulo Miriecuréu Bororo, presidente da Associação Projeto Equipe Meri Ore (Pemo), falando da proposta do projeto Meri Ore Eda, comoveu o secretário executivo do MinC, Juca Ferreira. O Ministério da Cultura apoiou o processo de consulta às comunidades Bororo e a fase de elaboração do projeto, que foi entregue, em cerimônia solene no local da construção da nova aldeia, ao ministro Gilberto Gil, no dia 15 de abril de 2004. Essa cerimônia levou pela primeira vez ao cerrado da TI Meruri o primeiro escalão do Ministério da Cultura: um momento importante para os Bororo colocarem suas reivindicações e se sentirem fortalecidos.

PRIMEIRA FASE

A primeira fase do projeto contou com o apoio fundamental do Fundo Nacional de Cultura (FNC) do Minc, no primeiro semestre de 2005 e promoveu a construção do *Bai Maneguejeu* (Baito) – a Casa dos Homens, referência política e espiritual para o Povo Bororo. Esse processo de 6 meses de construção do Baito envolveu cerca de 12 trabalhadores da aldeia do Meruri, a consultoria de anciãos de outras aldeias para o projeto arquitetônico, escolha do local, demarcação do espaço de construção, o trabalho de cerca de 20 mulheres trançando as Kodokora (broto de babaçu trançado para a estrutura da parede do Baito) e 45 jovens e crianças participando de oficinas que foram o ponto principal dessa fase do projeto. As oficinas, que aconteciam em pleno cerrado, no local onde está sendo construída a nova aldeia, envolve-

ram mestres e jovens, representando as metades clônicas *Ecerae* e *Tugaregue*, em reflexões e atividades que levantaram informações sobre os temas propostos a partir da idéia da aldeia/sociedade e território/meio-ambiente, fechando o “círculo da tradição” ao final de cada processo. O “Cine Cerrado” levou para um telão montado em pleno cerrado imagens antigas do povo Bororo, material produzido durante as oficinas, documentários sobre outros povos indígenas e imagens da sociedade ocidental com a proposta de trazer informações novas para provocar reflexão e quebrar o isolamento do povo Bororo. Os recursos tecnológicos do vídeo, fotografia e informática têm sido utilizados na forma-

CARTA DE PAULO MIRIECURÉU BORORO AO MINC

Somos o povo Bororo, nome que nos deram.

Para nós mesmos, somos Boe – gente verdadeira.

Bororo é o nome do grande pátio central da nossa aldeia onde enterramos nossos mortos até o corpo se decompor, até ficarem apenas os ossos que são pintados e enfeitados e enterrados definitivamente na lagoa sagrada. Isso chamávamos de cultura. E queremos novamente chamar de cultura tradicional do grande povo Bororo – Boe.

Nosso povo Boe sempre foi do grande cerrado. Somos hábeis guerreiros deste território onde sempre coletamos o pequi, mangaba, jatobá, jabuticaba... Nosso alimento também vem da caça do cerrado: tatu, tamanduá, caititu e uma grande variedade de aves.

Com esse projeto formaremos uma nova aldeia que na nossa língua vai se chamar Meri Ore Eda, que quer dizer Morada dos Filhos do Sol.

Nossa grande preocupação é que o progresso vem se aproximando rapidamente e a estrutura da cultura indígena está desmoronando sem que o nosso povo venha a perceber. A utilização do telefone, do rádio, da televisão é hoje uma necessidade para nós indígenas mas muitas outras coisas da cultura dos “brancos” não são necessárias.

Por isso queremos construir uma aldeia no formato original de nosso povo Boe, com as casas de cada clã, com o Bai Managuejeu – que é a Casa dos Homens, casa das decisões, no centro do pátio.

Nessa aldeia nova será mantida a tradição do povo Boe. Ela vai acolher as reuniões, as festas, os rituais, os funerais de nossos mortos, as pescarias e coletas de alimentos tradicionais. Será como antigamente.

O que queremos é assegurar nosso tronco de cultura, porque um povo sem cultura não é povo.

Não dá para separar a cultura do povo. Temos que manter tudo que os nossos antepassados tinham e que gostavam, mesmo eles não vivendo mais entre nós. Eles pedem o que devemos construir, o que temos que realizar para manter nossos valores culturais.

A vontade dos anciãos é que não se acabe a nossa cultura mas os jovens ficam sem saída porque se deixaram influenciar muito pelas coisas mais fáceis do “homem branco”.

Queremos trazer de volta nossa tradição e cultura nessa aldeia modelo e quem pode fazer isso somos nós mesmos.

Paulo Miriecuréu, presidente da Associação Pemo

ção e capacitação dos jovens, sempre com um olhar crítico sobre o conteúdo, buscando o fortalecimento da cultura e do conhecimento tradicional.

Os textos, fotografias, desenhos e vídeos produzidos nas oficinas serão divulgados para o “público interno”, que são as várias aldeias Bororo. Uma seleção desse material feita com a participação dos jovens e mestres será divulgada para um público amplo através do site do projeto e da exposição itinerante que estará percorrendo várias aldeias e cidades, dando visibilidade ao projeto.

Em uma das oficinas, durante a capacitação dos jovens no uso de equipamentos de fotografia e vídeo, no primeiro semestre de 2005, a equipe do Ideti fez uma proposta de elaboração de roteiro e gravação de uma história, que deveria ser decidida pelo grupo. Foram horas de discussão até chegarem a uma conclusão e essa escolha foi emblemática.

Resumidamente, o mito escolhido contava a história de meninos que brincavam no pátio da aldeia até escurecer o dia e seguiam com alegria os vaga-lumes, tentando capturá-los. Os pais avisavam do perigo, que espíritos maus poderiam roubá-los caso se afastassem das casas. Dois meninos, desobedecendo as recomendações dos pais, seguem os vaga-lumes, que na verdade são Bopes, espíritos disfarçados, e são capturados. Os pais, desesperados, recorrem ao pajé, que usa de seus poderes para ver onde estão as crianças. Um trabalho espiritual intenso é feito então para recuperá-los.

Como os meninos da história, que se afastaram iludidos pelos maus espíritos e quase se perderam para sempre, o povo Bororo está fazendo um esforço enorme para recuperar seu espírito e retornar para casa.

NOVAS FASES

A Casa dos Homens, já construída, será o ponto de referência para a segunda fase do projeto, que contará ainda com apoio do Fundo Nacional de Cultura para construção de outras oito casas tradicionais. A Universidade Católica de Goiás será parceira dessa nova fase, contribuindo com seu conhecimento, profissionais e estrutura para um projeto de diagnóstico socioambiental do território Bororo e desenvolvimento de projetos de uso sustentável dos recursos com geração de renda para a comunidade.

Um Ponto de Cultura vai funcionar na nova aldeia Meri Ore Eda. Com recursos aprovados pelo Minc, serão realizadas oficinas envolvendo os mestres Bororo, os jovens e as mulheres na elaboração de produtos e divulgação cultural. (março, 2006)

GERAL

GOVERNO DO MT TENTA EVITAR AMPLIAÇÃO DE TIS

O governador Dante de Oliveira vai tentar obter apoio, junto ao governo federal, para tentar impedir a ampliação das áreas de reserva indígena em Mato Grosso, anunciada pela Funai. Ontem, o governador esteve reunido com representantes dos municípios de Água Boa, Canarana, Cocalinho, Castanheira, Campinápolis, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Paranatinga e Tabaporã. Segundo os prefeitos, as reservas prejudicam a economia das cidades. (*Diário de Cuiabá*, 31/07/01)

BLAIRO MAGGI TAMBÉM É CONTRA

Uma correspondência do governador Blairo Maggi ao ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, sobre a demarcação de TIs no Estado, recebeu o repúdio do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad). Na carta ao ministro, o governador sustenta que Mato Grosso possui 17% de seu território comprometido com reservas indígenas e que não concorda com as novas portarias da Funai. "Uma vez homologados os respectivos relatórios, entre reservas indígenas, ecológicas, parques nacionais e o Pantanal poderemos chegar a 57% da área do Estado, comprometendo definitivamente o nosso desenvolvimento", disse Maggi na carta. Como solução, o governador propõe uma moratória de um ano para reavaliar as demarcações que em alguns casos implicam, segundo aponta, no desalojamento de produtores rurais e povoações já consolidadas, gerando tranqüilidade e impedindo obras de infra-estrutura como estradas e ferrovia. As entidades ambientais consideraram como esdrúxula a moratória pedida por Maggi. Afirmam que o governador está ressuscitando velhas cantilenas, como a de que há 'muita terra para pouco índio'. "O que não é verdade, pois a densidade demográfica indígena equivale-se àquela das propriedades rurais", afirma em nota à imprensa o Formad. (*Midianews*, 30/05/03)

RELATÓRIO DIZ QUE SAÚDE INDÍGENA VAI MAL

A saúde dos índios mato-grossenses vai mal. A cada 20 crianças nascidas vivas, uma morre antes de completar 12 anos. Em Mato Grosso, no geral, o coeficiente de mortalidade infantil é de 27,96. No Rio Grande do Sul, estado que também possui uma grande população indígena, o mesmo coeficiente cai para 19,40. Mas, voltando a Mato Grosso, para cada 10 mil índi-

as grávidas, 360 morrem ao dar à luz. O tolerável, conforme a ONU, é de apenas uma. O índice geral de mortalidade indígena não é menos assustador. Em 2000, foi de 6,9 índios para cada mil. Os números foram apresentados ontem durante o seminário "Saúde nas Aldeias", promovido pela ONG Trópicos, responsável pela aplicação de 80% dos programas de saúde indígena desenvolvidos pela Funasa no distrito de Cuiabá. De acordo com o gerente do projeto Saúde nas Aldeias da Trópicos, Villi Seilert, a situação tem melhorado muito, embora a ONG não tenha dados comparativos com anos anteriores. Lideranças indígenas presentes ao evento contestaram a informação. (*Najla Passos, A Gazeta*, 06/04/01)

BAKAIRI

ENERGIA ELÉTRICA

O governador Dante de Oliveira inaugurou ontem a linha de transmissão de energia entre a Usina do Rio da Casca e a aldeia Pakuera, beneficiando mais de 700 índios da nação bakairi, de Paranatinga. A linha de transmissão está atendendo diretamente as aldeias Alto Ramalho, Aturua e Central Pakuera e indiretamente outras quatro aldeias localizadas na região. "Vamos agora produzir nossa farinha, colocar nossa máquina de arroz para funcionar e abrir salas de aulas à noite. Isso vai trazer economia e melhoria na vida dos índios", declarou o cacique e presidente da Associação Kura Bakairi, Gilson Cautu. (*Diário de Cuiabá*, 20/04/01)

1ª BRIGADA INDÍGENA DE BOMBEIROS

Mato Grosso conta, a partir de agora, com a primeira brigada indígena contra incêndios. Entre os dias 25 a 29 de agosto, o Corpo de Bombeiros, junto com o Ibama, Fema e Funai, fez um treinamento na Aldeia Bakairi, a 92 km do município de Paranatinga (500 km de Cuiabá). Sessenta índios foram capacitados para a preservação do meio ambiente e combate aos focos de queimadas na região da reserva. Eles tiveram orientações sobre o uso conveniente do fogo, através das queimadas controladas, educação ambiental e primeiros socorros. Também foram orientados sobre como proceder quando pescadores e caçadores entrarem nas áreas da reserva, trabalho que coube ao Ibama e à Fema. (*Midianews*, 09/09/03)

VISITA À CHINA

Índios bakairi da reserva indígena Pakuera retornam neste domingo (05/06) ao Mato Grosso, depois de percorrer mais de 14 cidades na China fazendo apresentações das danças e cultura do povo bakairi. Os índios viajaram a convite de empresários e do Governo chinês para um intercâmbio cultural. Fizeram a primeira apresentação durante a Feira Internacional de Xangai (Capital da China), que reuniu 32 países. Esta é a segunda viagem internacional do grupo. Em 1995, foram para Europa para fazer apresentações culturais, convidados pela Unesco. Estiveram na Alemanha, França e Bélgica. (*24 Horas News*, 02/06/05)



Índios Bakairi vão à China e se apresentam.

SECOM-MT, 2005

BORORO / GERAL

EXONERAÇÃO DE ADMINISTRADOR DA FUNAI

Cansados de esperar por uma decisão da Funai, os índios bororos decidiram manter a ocupação da unidade regional da Fundação em Rondonópolis, que já dura uma semana, e formaram uma comissão que seguiu nesta madrugada para negociar diretamente em Brasília. Eles querem a exoneração do atual administrador da unidade, José Pereira de Miranda Filho, e a regularização do pagamento aos fornecedores da Funai na região. José Pereira de Miranda Filho é acusado de ter abandonado a unidade da Funai e não haver apresentado a prestação de contas referentes aos últimos três meses, o que teria causado o bloqueio dos recursos destinados à região. *(Eduardo Ramos, 24 Horas News, 02/06/03)*

IMPASSE NA SAÚDE

Os índios bororos da região de General Carneiro (449 km de Cuiabá) voltaram ontem a receber atendimento médico após o fim do impasse entre a Funasa e a ONG responsável pela oferta do serviço no local. Uma reunião que contou com a presença de representantes das duas entidades, além de lideranças indígenas, garantiu o retorno das equipes médicas à aldeia Merure, uma das maiores do Estado. Na segunda-feira, a ONG Instituto Trópicos, que presta serviços médicos e odontológicos na região, decidiu retirar seus profissionais da área indígena. Isso em razão de um atraso no repasse dos recursos expressos no contrato assinado com a Funasa de Brasília. Ainda ontem, os médicos e enfermeiros voltaram a campo. O atraso na liberação das verbas foi provocado por diferenças identificadas na prestação de contas da Trópicos no mês passado. De acordo com a coordenação regional da Funasa, houve uma “folga” de R\$ 39 mil entre o que foi recebido e efetivamente aplicado. O coordenador da ONG se defendeu, garantindo que o dinheiro estava disponível nas contas da ONG e iria aparecer na próxima prestação de contas. *(Daniel Pettengill, Diário de Cuiabá, 12/06/03)*

BORORO / JARUDORE

FUNAI ATRASA MAPEAMENTO DE TERRA

O MPF quer saber por que a Funai ainda não iniciou o trabalho de mapeamento da TI Jarudore, que deveria abrigar índios da etnia bororo. Uma fonte ligada ao órgão garante, inclusive, que, se a Funai não apresentar uma

boa justificativa para o atraso, em um prazo máximo de 24 horas poderá responder a inquérito civil público. A medida atende à denúncia encaminhada ao órgão pela liderança bororo Agnaldo Timóteo Comaecureu, em 9 de setembro, que relata o atraso no início dos trabalhos de campo do grupo de antropólogos que deveriam ter sido contratados pela Funai. No documento, Comaecureu relembra que a reserva está totalmente invadida por terceiros. No ano passado, o MPF instaurou processo de reintegração de posse em favor dos índios. Entretanto, solicitou à Funai que realizasse o levantamento antropológico da área para nortear as decisões. A Funai, entretanto, ainda não cumpriu o combinado. No último dia 9, o procurador-geral da República, Pedro Taques, encaminhou ofício ao órgão cobrando explicações imediatas. A resposta chegou com uma semana de atraso. E é insuficiente: diz apenas que o edital para contratação dos antropólogos já foi publicado. *(Najla Passos, Gazeta de Cuiabá, 19/09/02)*

RESERVA PERDEU 95% DA EXTENSÃO ORIGINAL

A Reserva Jarudore, demarcada em 1912 pelo marechal Cândido Rondon, com uma extensão de 100 mil ha, perdeu oficialmente mais de 95% da sua extensão, conforme Agnaldo Timóteo Comaecureu. Segundo ele, a primeira invasão registrada ocorreu em 1945 e foi promovida por colonizadores ligados às autoridades que governavam o Estado. A prova é que em 22 de agosto do mesmo ano, o Diário Oficial publicou a portaria 1.532, assinada pelo então governador Crescêncio da Silva, reduzindo a reserva para 6 mil hectares. A nova demarcação da área, entretanto, só foi iniciada três anos depois. Com as sucessivas invasões dos colonizadores, os índios só conseguiram assegurar 4,7 mil hectares para o governo federal homologar como reserva. Mesmo assim, a área continuou a sofrer invasões. No local, hoje, está cravado o município de Jarudore, formado essencialmente por população branca, enquanto os índios que viviam na região se espalham pelas periferias das grandes cidades de Mato Grosso ou em reservas de outras tribos, como a dos xavantes. *(Gazeta de Cuiabá, 19/09/02)*

BORORO / TADARINAMA

INCÊNDIO ATINGE 35% DA TI

Incêndio está destruindo desde quinta-feira a reserva indígena Tadarimana, onde vivem cerca de 200 índios bororos. Segundo o Corpo de Bombeiros, já foram queimados 3.500 dos 10

mil hectares, o equivalente a 35% da área. Ontem, chegaram de Cuiabá 20 bombeiros, que passam a trabalhar ao lado de outros dez homens que estão no local. Em 99, um incêndio no mesmo local destruiu 90% da reserva. A estiagem deve durar agosto e parte de setembro, quando voltam as chuvas. *(FSP, 07/08/01)*

XAVANTE / GERAL

CIDADE PODE SE TORNAR ÁREA INDÍGENA

A depender dos estudos antropológicos em curso de um GT da Funai, a cidade de Nova Nazaré (800 km a leste de Cuiabá) poderá ser desativada, a exemplo do que aconteceu com São Pedro dos Cacetes, no Maranhão. Essa possibilidade foi aventada ontem, por telefone, pelo diretor Fundiário da Funai, Artur Nobre Mendes. A possibilidade da transformação da cidade em área indígena Xavante é o ponto mais polêmico de uma queda de braços que vários municípios e produtores rurais travam com a política indigenista de tentar expandir territórios de várias etnias em todas as regiões de Mato Grosso. O prefeito de Nazaré, José Marques de Queiróz (PFL), não aceita a idéia e lamenta a ação da Funai, que estaria deixando a população intranquilha e desestimulando a construção civil e investimentos na cidade. Queiróz afirma que a maioria dos proprietários rurais têm documentação originária no Incra, que implantou na região, em 1988, os assentamentos Maragato, Boa Esperança, Rio dos Cocos, Estrela e Pontal do Araguaia, que deram origem ao município. *(Eduardo Gomes, Diário de Cuiabá, 29/06/01)*

LÍDER MÁRIO JURUNA MORRE EM BRASÍLIA

Primeiro e único índio brasileiro a se tornar deputado federal, o ex-cacique xavante Mário Juruna, de 58 anos, morreu ontem à noite no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, depois de 15 dias de internação, por complicações renais. Juruna, que era diabético e hipertenso, estava internado na UTI do hospital. A família do índio havia decidido que o corpo seria transferido ainda ontem à noite para a sede da Funai, onde seria velado, devendo seguir hoje para a aldeia xavante Namuncurá, em Barra do Garças, Mato Grosso. A mais importante vitória de Juruna no Congresso foi a aprovação do projeto que alterava a composição da diretoria da Funai, o que garantiu a formação de um conselho para fiscalizar a atuação da entidade. Em 1994, afastado da cena política, anunciou ao Estado que estava aposentando o gravador. “Os

políticos mentem tanto que seria preciso muita fita cassete para registrar as promessas. As fitas estão muito caras não tenho dinheiro para isso". O aparelho virou peça do Museu do Índio, em Campo Grande (MS). *(Dida Sampaio, OESP, 18/07/02)*

ESTRATÉGIAS DE DEFESA DA TERRA

Quarenta lideranças Xavante, incluindo caciques das nove terras indígenas e membros da Coordenação Indígena Xavante (CIX), reuniram-se, nos dias 20 e 21 deste mês, em Barra do Garça (MT), para discutir novas estratégias de defesa da terra indígena e da cultura desse povo, um dos mais pressionados, no País, pelos fazendeiros e produtores de soja. Para o coordenador geral da Coiab, Jecinaldo Saterê, a reunião foi de fato uma valiosa oportunidade para discutir com os caciques do povo xavante o quanto é importante investir em estruturas e na organização própria. Um dado que ficou evidenciado nessa reunião é a determinação dos caciques em construir novas alianças na luta para garantir a terra, a cultura e melhorar a qualidade de vida das comunidades Xavante. *(Coiab, 28/07/03)*

ARRENDAMENTO, GARIMPO E MADEIRA ILEGAL

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, participou hoje da abertura do Encontro dos Administradores e Chefes de Núcleo de Apoio que trabalham exclusivamente com os índios Xavante, realizada em Goiânia (GO). Ao final do encontro, pretende-se definir uma linha de ação única entre setores da Administração Central e Unidades Regionais para tentar conter os conflitos a que estão expostos os Xavante, em função das propostas de arrendamento, lavoura mecanizada, garimpo e extração de madeiras, feitas por pessoas que vivem próximas às suas terras. Segundo o administrador da Funai em Goiânia e coordenador de apoio à área Xavante, Édson Beiriz, a Funai quer chegar a uma proposta concreta, para afastar os índios das "promessas de vida fácil", que tantos problemas têm causado àquela comunidade indígena. *(Funai, 02/08/05)*

XAVANTE / SAÚDE

PROTESTO CONTRA A FUNASA

Menos de dois meses depois de ter assumido a chefia da Casa de Saúde do Índio (Casai-MT), Marco Aurélio de Oliveira, foi desligado de seu cargo. O afastamento do funcionário, que é branco e trabalha na Funasa – mantenedora

da Casa de Saúde do Índio – há 17 anos, ocorreu depois de uma manifestação promovida por caciques de diferentes tribos xavantes, realizada ontem. Com os corpos pintados e munidos de arcos, flechas e bordunas, eles foram até a Casa do Índio reivindicar a volta do antigo chefe da instituição, o também xavante Lino Tsere Ubudzi Moritu, afastado há 45 dias, após ter chefiado a casa por quase um ano. Segundo o coordenador regional da Funasa, Reginaldo Peixoto Guimarães, Lino foi substituído por Oliveira por não ter se adaptado ao cargo, que exige experiência administrativa. *(O Popular, 16/03/01)*

UNB E FUNASA FAZEM PARCERIA

A Funasa e a UnB firmaram convênio para atendimento aos índios xavantes. O convênio atende às novas diretrizes para a saúde indígena implantadas este ano. Na primeira etapa, serão disponibilizados R\$ 2.990.570,30 para atendimento de 11.412 índios xavantes, em Mato Grosso. A atuação da UnB com os xavantes começa ainda este mês, em substituição ao convênio com a Sociedade em Defesa da Cidadania (SDC). A UnB desenvolverá ações complementares de saúde dentro da nova política. A Universidade entrará com a responsabilidade de manutenção das equipes de atenção básica à saúde, capacitação e controle social. *(Gazeta de Cuiabá, 20/06/04)*

CRIANÇAS SÃO INTERNADAS POR DESNUTRIÇÃO

Subiu para 35 o número de crianças da nação Xavante internadas com desnutrição. Nos últimos 60 dias, seis morreram de desnutrição nas aldeias Xavante. Do total de crianças internadas, cinco estão no hospital municipal de Campinápolis, a 570 km de Cuiabá, e 30 na Casai-MT, num prédio próximo ao hospital. As 15 crianças que chegaram na Casai no começo do mês de fevereiro devem receber alta a partir de hoje, mas as outras continuarão recebendo assistência por tempo indeterminado. Ontem, o coordenador da Funasa em Mato Grosso, Jossy Soares, anunciou mudanças na estratégia de atendimento aos Xavante. Ao invés de criar uma força-tarefa para levar cestas básicas até as aldeias, como havia informado na segunda-feira, Soares disse que os técnicos da Funasa vão estimular as mães a levar os filhos que apresentam problemas de desnutrição ao polo de saúde, para uma consulta médica. A idéia, conforme Jossy Soares, é fazer com que o médico prescreva os alimentos e mantenha a criança internada na Casai de Campinápolis até a recuperação da saúde e peso. A Funasa

acredita que a medida inverterá a ordem do costume alimentar nas aldeias, pelo menos enquanto estiverem sob orientação médica, fazendo com que os alimentos sejam oferecidos primeiro às crianças. *(Alecly Alves e Evilázio Alves, Diário de Cuiabá, 01/03/05)*

MPF DENUNCIA FUNASA

O MPF irá acionar judicialmente a Funasa sobre a situação dos Xavantes em Mato Grosso. Em dezembro de 2004, a Superintendência de Políticas Indígenas, ligada ao governo do Estado, também denunciou o problema. Um documento relatando a situação dos Xavantes foi enviado para a Funai e Funasa. *(Maria Angélica Oliveira, Diário de Cuiabá, 05/03/05)*

MORTALIDADE INFANTIL XAVANTE É A MAIOR DO PAÍS

Um relatório da Funasa aponta que 80 crianças indígenas xavantes menores de cinco anos morreram nas aldeias de Mato Grosso em 2004. Outras três tinham sete anos. Doze nasceram mortas. Entre os adultos, 21 morreram, na maioria idosos. Ou seja, num total de 116 óbitos listados, 81,8% foram de crianças indígenas. A mortalidade infantil nas aldeias dos xavantes é a maior entre os povos indígenas do Brasil. Segundo a Funasa, chegou a 133,8 por mil nascidos vivos em 2004, aumento de 22,19% em relação a 2003. A marca se aproxima do índice dos países mais pobres da África e é cinco vezes maior do que a verificada na população brasileira não-índia (24,3 por mil nascidos, dado do Ministério da Saúde relativo a 2003). O índice de mortalidade infantil aponta, porém, apenas as mortes de crianças menores de um ano. O relatório da Funasa, enviado à Funai, traz uma lista de 80 crianças mortas que tinham de poucas horas de vida a até quatro anos, além de três com sete anos e as 12 nascidas sem vida. Neste ano, até o dia 23 de fevereiro, data da última morte listada no relatório, morreram sete crianças. A Funasa confirmou que cinco foram por desnutrição. *(Hudson Correia, 24 Horas News, 16/03/05)*

XAVANTE / MARAIWATSEDE

CLIMA É TENSO ENTRE ÍNDIOS E POSSEIROS

Os ânimos permanecem exaltados na região de Alto Boa Vista (1.064 km de Cuiabá, no extremo leste do Estado), onde centenas de índios xavante e posseiros reivindicam os 170 mil ha da fazenda Suiá-missú. Nos últimos cinco

dias, por pouco não se registrou um grave conflito na região. A rodovia BR-158, que liga Mato Grosso a Goiás, chegou a ser interditada por várias vezes em razão do impasse. Os posseiros fizeram uma espécie de “armadilha” numa ponte para evitar que veículos mais pesados, alguns utilizados para transportar índios, pudessem passar pelo local, que fica próximo à divisa com o estado de Goiás. Essa foi a medida encontrada para barrar a chegada de novos grupos de xavantes à região. “Tanto os xavantes quanto os posseiros estão fortemente armados”, afirma uma policial rodoviária federal do município de Água Boa, que monitora a ação dos seus colegas na fazenda. A área em questão foi declarada pela Justiça como de propriedade dos índios, mas os posseiros não concordam e pleiteiam a divisão das terras. Equipes da Funai de Goiás e Mato Grosso e da Polícia Federal tentam negociar uma saída pacífica para o problema. (*Diário de Cuiabá, 17/11/03*)

MINISTRO REAFIRMA DIREITO DOS ÍNDIOS

Após ouvir o relato emocionado dos caciques Xavante, Simão e Damião, ontem (02), no final da tarde, no auditório do Ministério da Justiça (MJ), Márcio Thomaz Bastos, afirmou que o órgão e a Funai não medirão esforços para lhes garantir o direito à TI Marãiwatse, reconhecida como tradicionalmente dos indígenas, demarcada, homologada e registrada em car-

tório e na Secretaria de Patrimônio da União. A terra indígena está invadida por posseiros e fazendeiros e, desde o dia 12 de novembro passado, a iminência de conflito preocupa autoridades, que tentam encontrar uma solução para o caso. O ministro Bastos lembrou que os Xavante não “têm só o apoio do Ministério Público Federal, dos deputados e senadores da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, e da Funai, mas têm todo o direito à terra que já está reconhecida. (*Site da Funai, 03/12/03*)

JUIZ NEGA RETORNO À SUIÁ-MISSÚ

O juiz da 5ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, José Pires da Cunha, negou o pedido da Funai, da União e do MPF para que os índios Xavantes retornem à área conhecida como Suiá-Missu. A decisão pode agravar o conflito entre índios e posseiros, que há anos disputam a posse da área, de 168 mil ha. Diante da decisão jurídica, o coordenador Edson Beiriz destacou que está preocupado com a reação dos índios. “Não sei como eles vão receber essa notícia. A situação é extremamente delicada e preocupante. Eles estavam confiantes que a decisão seria favorável. Pode haver desdobramentos negativos. Até agora eles ouviram a Funai, não temos mecanismos para mantê-los fora da reserva. A sociedade pensa que a Funai manda, isso não é verdade, os índios têm a palavra deles”, destacou Beiriz, completando

que as ações da Fundação têm limites. (*Janã Pinheiro, Gazeta de Cuiabá, 17/12/03*)

DOENÇAS ATINGEM XAVANTE ACAMPADOS

O administrador da Funai em Goiânia, Edson Beiriz, alertou sobre o estado de saúde dos cerca de 500 índios xavantes Marãiwatse acampados há quase um ano na BR-158, em Mato Grosso. Em duas semanas, três crianças morreram e outras 14 foram internadas em hospitais da região. Dois médicos e uma enfermeira da Funasa foram enviados ao acampamento. Mas o excesso de poeira e a falta de água filtrada dificultam o tratamento. Os índios, por sua vez, se recusam a ir para o hospital. Os xavantes se recusam a sair da BR-158 até que a Justiça derrube as liminares concedidas a fazendeiros e autorize a entrada na reserva indígena, destinada a eles por decreto assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, a reserva está ocupada por cerca de 400 famílias de posseiros, fazendeiros de soja e madeireiras clandestinas. (*Radiobrás, 10/08/04*)

MARÃIWATSEDE É DOS XAVANTE, DIZ STF

Após uma luta de mais de quatro décadas a comunidade indígena Xavante de Marãiwatse já pode voltar para suas terras. Hoje, o STF decidiu favoravelmente, por unanimidade, pelo



Índios Xavante deixam o acampamento às margens da BR-158, rumo à reserva Maraiwatse.

WILSON DIAS/ABR, ABR/2004

retorno das famílias Xavante às áreas que abrigavam suas aldeias até serem expulsos, na década de 60, por fazendeiros e posseiros, com apoio de padres salesianos. A sentença foi proferida pela Ministra Relatora, Ellen Gracie, que contou com votos favoráveis de outros quatro ministros. Inicialmente, as famílias Xavante não poderão ocupar os 165 mil ha que foram homologados e que de fato lhes pertence. Os posseiros, conforme decisão judicial, continuarão ocupando 40 mil ha, cerca de ¼ da área, até que seja julgada uma Ação Civil Pública, que corre na 1ª Instância, movida pelo Juiz Federal da 5ª Vara Federal de Cuiabá, José Pires. O Juiz já ouviu as testemunhas, que comprovaram a ocupação da área pelos Xavante, e aguarda somente o laudo antropológico do perito por ele designado. (*Site da Funai, 10/08/04*)

FUNAI APREENDE MADEIRA ILEGAL

Funcionários da Funai apreenderam um caminhão com 14 toras de madeira na saída da TI Marãiwatsede. O carregamento foi interceptado no posto da Funai montado para dar apoio aos xavantes que, ontem, entraram na terra, 40 anos depois de serem expulsos. A reserva estava ocupada por cerca de 400 famílias de posseiros, fazendeiros de soja e madeiras clandestinas. O motorista do caminhão, Ricardo Aparecido Correia, contou que as árvores, de mangue, foram cortadas com motosserras a pedido do dono de uma serraria. Cada árvore tinha, em média, 11 metros e 50 anos. O dono do caminhão apreendido corre o risco de perder o veículo. (*Viaecológica, 11/08/04*)

POSSEIROS DIZEM QUE ÍNDIOS ESTÃO SAQUEANDO

Posseiros que vivem em cinco pequenas propriedades na região de Suiá Missu denunciaram que os índios xavantes que ganharam o direito a voltar ao local, onde agora é a reserva Marãiwatsede, estão amedrontando os moradores e saqueando as áreas, tirando animais e equipamentos. Eles reclamam que as autoridades só olham o problema dos índios. “Já tentamos falar com todo mundo, mas ninguém tem interesse em ouvir nossa história. Gostaria que os ministros que deram a liminar viessem aqui ver como estamos vivendo”, relatou Irene, referindo-se à decisão do STF, que determinou o retorno da etnia para a reserva. (*Diário de Cuiabá, 13/08/04*)

ONU VISITA MARÃIWATSEDE

Posseiros de Altamira do Norte, no Mato Grosso, continuam hoje pela manhã fechando as

vias de acesso às terras dos índios xavante marãiwatsede. Segundo o coordenador da Funai, Denivaldo da Rocha, os posseiros organizaram o protesto contra a visita de membros da ONU. A equipe da ONU está desde terça-feira na região para preparar relatório sobre a volta dos xavante para suas terras de origem. As BRs 158 e 080 estão interditadas pelos posseiros. Os funcionários da Funai e a equipe da ONU estão presos na reserva indígena. Para o coordenador da ONU, Jean Pierre, o direito do povo xavante é inquestionável. Segundo ele, os fazendeiros que ocupavam as terras dos índios deveriam pagar pelos danos que causaram. O relatório deve ser entregue aos relatores internacionais da ONU em novembro e eles vão preparar recomendações ao governo brasileiro. (*Viaecológica, 19/08/04*)

XAVANTE E FAZENDEIROS ESTÃO LONGE DE ACORDO

Os fazendeiros e posseiros que vivem na TI Marãiwatsede reivindicam a permanência dos índios apenas na fazenda Karu, região de 14 mil ha onde os xavantes levantaram aldeia provisória há duas semanas. Nesta sexta-feira, cerca de 20 fazendeiros se reuniram com o prefeito de Alto Boa Vista, Mário Barbosa, com o representante da Advocacia-Geral da União (AGU), Cláudio Fim, e com o procurador-geral da República, Mário Lúcio Avelã. Também participaram do encontro o superintendente do Incra na região, Leonel Wohlsahrt, e o procurador-federal da Funai, César Augusto Nascimento. De acordo com César, foi discutida a manutenção da paz na região e a área onde os índios devem ficar. Na reunião, Cláudio Fim, da AGU, e o procurador Mário Lucio pediram que a terra dos índios seja preservada. Segundo eles, é impossível restringir a posse da terra que já foi devolvida aos xavantes por decisão liminar do STF. Os fazendeiros se recusaram a ouvir o superintendente do Incra. Disseram que não conversam com o órgão enquanto o processo sobre a terra não for decidido em última instância pela 5ª Vara da Justiça Federal do Mato Grosso. Os posseiros também se recusam a mudar para terras que já foram desapropriadas pelo Incra para eles. (*Irene Lobo, Radiobrás, 21/08/04*)

FUNAI E FUNASA MONTAM POSTOS DE ATENDIMENTO

A sede da fazenda Karu, localizada dentro da TI Marãiwatsede, será usada pela Funai e Funasa para instalação de postos de atendimento à etnia. A informação foi passada ontem pelo administrador regional da Funai em Goiânia, Edson Beiriz. Ele disse que uma das casas abrigará

um posto indígena, com quatro funcionários que acompanharão os índios até que a Justiça decida de quem é a posse da área. A principal função dos funcionários é ajudar na formação de roças. (*Diário de Cuiabá, 24/08/04*)

XAVANTE ATACAM FAZENDA APÓS ATENTADO

Dois índios xavante foram feridos a bala, ao transitarem nas proximidades da TI Marãiwatsede. Homens em motocicletas dispararam contra o grupo de índios, e Felisberto Xavante e Guilherme Xavante foram atingidos. Para o padre Paulo Gabriel, da igreja católica em São Felix do Araguaia, “enquanto não for definido que os ocupantes saiam da área dos índios, as duas partes entrarão em sempre em conflito”. O presidente substituto da Funai, Roberto Lustosa, disse que os motociclistas ainda não foram identificados, mas provavelmente eram peões daquela área. O caso já foi comunicado à Polícia Federal. (*Radiobrás, 06/10/04*)

INCRA CADASTRA POSSEIROS...

A partir da próxima semana, quatro técnicos do Incra começam a cadastrar os posseiros que ocupam a TI Marãiwatsede. A medida foi determinada pelo juiz da 5ª Vara Federal, José Pires da Cunha, em outubro do ano passado. O cumprimento dela representa um avanço na disputa judicial entre a Funai e grandes fazendeiros da região. Um levantamento do Incra realizado em 2003 mapeou 939 posseiros que se enquadravam no perfil de clientes da reforma agrária. (*Diário de Cuiabá, 01/04/05*)

... COM LISTA ANTIGA

O Incra de Mato Grosso decidiu usar cadastro feito há dois anos para assentar os posseiros da reserva indígena de Marawtesede. A decisão foi tomada porque houve um boicote à nova tentativa do Incra de recadastrar os clientes da reforma agrária que estão na área indígena. A Procuradoria do Instituto deve encaminhar nos próximos dias o pedido oficial à Justiça Federal, que decidirá sob a legalidade da medida. O superintendente regional substituto do Incra-MT, Hilton Francisco Batista, conta que os técnicos foram para Marawtesede no dia 22 de março deste ano e, em quase 20 dias de trabalho, só conseguiram informações de 60 das cerca de 970 famílias existentes no local. A principal hipótese para o insucesso da operação é a de que os grandes posseiros estejam manipulando os menores para que não forneçam informações e, assim, atrasem a retomada das terras pelos xavantes, como determinou a Justiça. (*Gazeta de Cuiabá, 12/05/05*)

ATO PERIGOSO

“Nunca houve em nosso país um ato que desconstituiu uma terra indígena homologada. Então o que está em questão, para nós, é a acomodação daqueles que são clientes da reforma agrária”, resume Edson Beiriz, coordenador das ações da Funai em áreas xavantes. Ele afirma que a questão do mérito sobre o direito dos xavantes à terra já foi superada. “Houve um processo legal de demarcação, em que foi dado o direito ao contraditório. A Funai tem provado isso à Justiça de forma muito clara”. Sobre a impaciência dos índios com a situação, ele avalia que a situação chegou a um ponto perigoso. (*Diário de Cuiabá, 13/08/05*)

XAVANTE / PARABUBURE

QUATRO NOVOS POSTOS INDÍGENAS

A Funai em Campinápolis (MT) inaugura no próximo dia 22, quatro postos indígenas na reserva Xavante Parabubure. As construções dos postos foram feitas com recursos do Departamento de Assistência (DAS) da Funai em Brasília. Segundo o administrador em Campinápolis, Eduardo Celestino Barbosa, o chefe do posto, responsável por assistir aos índios na reserva como intermediador da Funai, não tinha um lugar apropriado para trabalhar, ficando em casa de palha. Agora, em construções de alvenaria, as condições de trabalho serão melhores e os índios melhor atendidos. (*Ana Paula de Souza, Site da Funai, 13/11/02*)

AMPLIAÇÃO DA TI PODE PREJUDICAR O ESTADO

Se a área da TI Parabubure for ampliada, de acordo com estudo em andamento feito por um GT da Funai, o município de Santo Antônio do Leste (379 km de Cuiabá) poderá ter a área de produção reduzida em 50%. O alerta foi feito nesta quinta-feira pelo prefeito Pedro Luiz Brunetta (PSDB), durante encontro com o governador Blairo Maggi. O estudo do GT, segundo Brunetta, prevê um acréscimo à reserva de mais 274 mil ha, o que ocuparia metade dos 210 mil ha usados pela agricultura no município. Além de Santo Antônio, a produtividade agrícola de outros três municípios poderá praticamente desaparecer. O governador Maggi destacou os esforços do Governo em encontrar soluções, como na região de Primavera do Leste, onde se formalizou uma parceria com os xavantes das reservas de Sangradouro/Volta Grande. “As próprias lideranças indígenas dei-

xaram claro que o que eles querem não é mais terra, e sim apoio para poderem viver com mais qualidade de vida”, disse o governador. (*Midi-aneuws, 16/10/03*)

XAVANTE / PIMENTEL BARBOSA

REVISÃO DOS LIMITES

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, produtores rurais e diversas autoridades da região do Vale do Araguaia se reuniram hoje à tarde para discutir e definir uma estratégia de ação com a finalidade de impedir que seja consumado o projeto da Funai de ampliar a área das reservas indígenas da região, ocupadas pelos Xavante. As que mais preocupam são a de Pimentel Barbosa e Areões, que consumiriam metade do território do município de Água Boa. Os estudos de ampliação das duas reservas já começaram. Num levantamento feito pela prefeitura, cerca de 5 mil famílias seriam desalojadas com os novos limites do território indígena, além dos 250 assentados do Incra. Seriam perdidos 450 empregos diretos. (*Midi-aneuws, 16/01/01*)

XAVANTE / SANGRADOURO

INTERCÂMBIO CULTURAL

A Associação Xavante Warã de Jataí (GO) está promovendo o intercâmbio cultural entre crianças índias e não-índias. O nome do programa é “*Ai'utétá*: Brincadeiras de Crianças” e consiste em uma série de brincadeiras indígenas organizadas por professores e alunos da aldeia de Abelinha (*Idzô'uhu*), localizada na TI de Sangradouro. A primeira programação do projeto é a Exposição “Viver a Vida Xavante” que foi aberta ontem (22) e se estende até o dia 18 de janeiro de 2002, no Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”. (*Site da Funai, 23/05/01*)

RIO ALMINHAS PODE ESTAR CONTAMINADO

Índios xavantes da Reserva do Sangradouro denunciaram a suposta contaminação do rio Alminhas. Segundo os índios, produtores da região e garimpeiros estariam depositando óleo, resíduos químicos e agrotóxicos no rio. O rio Alminhas forma a “Lagoa Encantada”, um local sagrado para os xavantes. Além da função social (garante alimentação através da pesca), a lagoa é utilizada para rituais tribais. O índio Divino Tserepsé afirmou que o pescado já pode

estar contaminado. “Depois de comer peixes da lagoa, várias pessoas já se sentiram mal”, afirma. Revoltado, Divino, que é filho do cacique Alexandre Tserepsé, quer cobrar uma indenização pelos eventuais danos. A Funai acompanha o caso à distância, até porque há uma divisão entre os xavantes que apoiam e os que fazem oposição à atual administração. (*Carlos Levermann, 24 Horas News, 23/08/02*)

MAGGI VISITA SANGRADOURO

O governador Blairo Maggi acaba de chegar ao Aeroporto Ernesto Ruaro em Primavera do Leste. Do aeroporto, a comitiva irá se dirigir as TI Sangradouro/Volta Grande, onde vivem aproximadamente 800 índios Xavantes numa área aproximada de 100 mil ha. Na reserva, Maggi irá assinar protocolo de intenção com os Xavantes prevendo investimentos em parceria com o governo Federal, Prefeitura Municipal e produtores rurais nas áreas de Saúde, Agricultura e Educação. Espera-se, com os acordos, pôr fim a uma série de conflitos entre produtores rurais e xavantes iniciados em abril desde o desaparecimento do índio Joaquim Xavante e também por causa da demarcação das terras indígenas determinadas pela Funai. (*Midi-aneuws, 29/08/03*)

ACORDO ENTRE PRODUTORES RURAIS E ÍNDIOS

A proposta de uma fórmula simples para selar a paz entre produtores rurais e indígenas de Primavera do Leste foi colocada na mesa entre representantes dos primeiros e a presidência da Assembléia Legislativa. O centro da questão é a tentativa de expansão dos 100 mil ha da Reserva Indígena do Sangradouro, em Mata Grande. A área é ocupada por cerca de 800 índios – média de 125 ha para cada um. As terras em torno da reserva são produtivas, somam 600 mil ha e já foram palco de conflito entre produtores e índios, que teriam sido induzidos ao confronto. Por conta disso, produtores de Primavera pediram à Assembléia o estabelecimento de uma política definitiva em torno das reservas indígenas de Mato Grosso. Eles apontaram para as dificuldades existentes entre o progresso e a qualidade de vida dos índios, alertando que todas as áreas produtivas estão ocupadas. (*Diário de Cuiabá, 16/09/03*)

REUNIÃO DEFINE AÇÕES NA TI SANGRADOURO

O superintendente ouvidor de Política Indigenista, Idevar Sardinha, se reúne nesta quinta-feira (17), no município de Primavera do Leste, com o prefeito da cidade, Érico Piana, pre-

feitos dos municípios de General Carneiro, Poxoréo e Novo São Joaquim, produtores rurais, representantes da Funai e líderes indígenas da etnia xavante. A reunião tem o objetivo de iniciar os trabalhos de implantação das ações firmadas entre Governo do Estado, Prefeituras e fazendeiros, no protocolo de intenções assinado em 29 de agosto, na Reserva Sangradouro/Volta Grande, em Primavera do Leste. O objetivo principal do acordo assinado é garantir a melhoria da qualidade de vida dos índios xavante que moram na Reserva Sangradouro e Volta Grande, e estabelecer a harmonia entre os silvícolas e os produtores da região. Entre as ações que o Governo executará se destacam a construção de novas escolas, a instituição de cursos profissionalizantes para a população indígena, a construção de um posto de saúde, implementando ações de assistência médica e odontológica. (*Midianews*, 17/09/03)

CRISE DA AGRICULTURA ATINGE ALDEIAS

A crise da agricultura em Primavera do Leste e nos municípios vizinhos está atingindo até as tribos indígenas e existe possibilidade de ocorrer novos conflitos entre produtores rurais e índios. A situação na cidade está bastante tranquila, mas muitos produtores da região estão temerosos de que ocorram conflitos e invasões nas propriedades. A possibilidade realmente existe e pode acontecer porque os índios deixaram de receber a ajuda da Funai e da Associação dos Produtores Rurais de Primavera do Leste (Asprim) que está sem recursos para manter o projeto agrícola nas áreas indígenas. (*Gérson Alves*, 24 Horas News, 20/10/05)

XAVANTE / SÃO MARCOS

PARA EVITAR CONFLITO, ÍNDIOS DEIXAM ALDEIA

A luta pelo comando da aldeia São Marcos, na reserva indígena São Marcos, em Barra do Garças levou cerca de 600 famílias indígenas, entre crianças, adultos e idosos, a criar uma nova comunidade para evitar o derramamento de sangue. Os índios estão acampados em barracos de lonas e sobrevivendo com a ajuda da Funai e de doativos arrecadados pela igreja católica. As famílias abandonaram a aldeia São Marcos com medo de um novo conflito entre os grupos dos caciques Raimundo Urebethié Aireró e Aniceto Xavante, que disputam o comando da comunidade há pelo menos dez anos. A briga começou com a eleição de Raimundo, irmão do falecido cacique Orestes Urebethié Aireró, outro que reivindicava o car-

go. A morte de Orestes não pôs fim à disputa. Desde a semana passada, o clima na reserva era de tensão e ameaça de um conflito. Uma discussão sobre a realização da festa Dharini, uma tradição dos xavantes repetida a cada 15 anos, foi o pivô de uma nova disputa. O grupo liderado pelo cacique Raimundo não permitiu que Aniceto e seu grupo realizassem a festa. Revoltado com a decisão de seu opositor, Aniceto comandou a evasão da aldeia, onde reside há mais de 40 anos.

Uma comissão formada pelo administrador Regional da Funai em Barra do Garças, Irineu Gomes Batista, segue hoje para a nova área para reconhecer e fazer a sua demarcação. (*Francis Amorim*, *Diário de Cuiabá*, 01/07/02)

EMBRAPA RESGATA VARIEDADES DE MILHO PERDIDAS

Dia 1º de outubro, o pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG) Ramiro Vilela de Andrade e Guilherme Carrano, da Coordenação de Projetos Especiais da Funai, entregaram 55 kg de sementes de milho na TI São Marcos, que compreende 11 aldeias. Será uma entrega simbólica: além dessas aldeias, a Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Funai passarão o milho a aldeias de outras oito regiões. Ao todo, serão 342 kg de sementes de milho entregues a cerca de 100 aldeias Xavantes. Esse povo cultivava cinco variedades indígenas Nodzob (*awawi*, *udzé*, *pré*, *a e rãre*), que com o tempo foram perdidas. Os pesquisadores Ronaldo de Oliveira Feldmann (da Embrapa Milho e Sorgo) e Antônio Rodrigues de Miranda (da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília), guardaram sementes dessas variedades indígenas. No final da década de 70, eles levaram amostras do Nodzob para o Banco Ativo de Germoplasma da Embrapa Milho e Sorgo. O milho é uma cultura agrícola utilizada nesses rituais; sem ele, os Xavantes não conseguiam exercitar parte de sua cultura. (*Embrapa*, 26/09/03)

GERAL

TÉCNICOS DO INCRA VIRAM REFÊNS

Quatro técnicos do Incra de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram tomados como refêns pelos índios terenas, acampados na Chácara Lago Azul, próximo a Rondonópolis, 210 km de Cuiabá. As famílias de índios sem-terra remanescentes da nação terena querem a desapropriação da Fazenda Mirandópolis para criar uma reserva indígena em Mato Grosso. On-

tem, os terenas voltaram a interditar a BR-163 durante 8 horas. A equipe foi feita refém ao chegar ao acampamento para explicar aos índios o processo de desapropriação da área reivindicada. A queda-de-braço entre índios, Incra e Funai ocorre há quatro anos. "Só vamos liberar os refêns depois que chegar alguma decisão de Brasília", ameaçou o cacique Milton Rondon. "Já estamos cansados de tanta promessa e sermos enrolados." (*Oesp*, 29/07/01)

TERENA DÃO PRAZO DE DUAS SEMANAS AO GOVERNO

Os índios terena deram um prazo de duas semanas para que o governo federal dê uma solução final para sua reivindicação das terras capazes de abrigar as 75 famílias – cerca de 300 indígenas – que se encontram acampadas na chácara Lago Azul, em Rondonópolis. Nesse espaço de tempo, eles aguardarão a conclusão pelo Incra do laudo da vistoria realizada há cerca de três meses na fazenda Tarumã, em Guiratinga, onde reivindicam uma área de 8,5 mil ha. (*Diário de Cuiabá*, 16/01/02)

ÍNDIOS PODEM RESPONDER POR VÁRIOS CRIMES

Os índios Terena poderão responder pelos crimes de cárcere privado, pesca predatória, porte ilegal de arma e apreensão de veículo oficial. Tudo depende de um laudo antropológico que comprove o nível de aculturação dos índios, que perderiam a inimputabilidade perante a lei. O juiz do Juizado Volante Ambiental de Rondonópolis, Pedro Pereira Campos, diz que a avaliação de pelo menos dez órgãos, entre eles a Fema e o Ibama, é de que os índios já estão totalmente aculturados, o que significa que podem responder por esses crimes. No relatório, está a ação dos índios em manter em cárceres privado, em outubro passado, nove profissionais da imprensa, além de bloquear as BRs 364 e 163. Também constam a pesca predatória, que vem sendo praticada pelos Terena em plena época de piracema. Na semana passada, eles foram flagrados com uma carga de cerca de 300 quilos de peixes retirados do rio Itiquira. Na ocasião, eles estavam armados, ameaçaram agredir os fiscais e policiais militares e ainda apreenderam uma caminhonete do juizado, que continua em poder dos índios. (*Midianews*, 28/11/01)

RELATIVIZANDO AS ESTRATÉGIAS DE LUTA PELA TERRA

O epicentro da questão dos Terena em Mato Grosso não se restringe apenas à simples demarcação e homologação de terras para eles.

Dispersos e mantendo fortes relações interétnicas, os índios que bloqueiam rodovias e sequestram jornalistas e funcionários do Incra utilizam esses expedientes para chamar a atenção para um problema que já dura aproximadamente 20 anos. Do ponto de vista antropológico esses atos são justificáveis. E a luta é justa. Originalmente, a terra destinada à etnia fora demarcada muito antes da divisão do Estado de Mato Grosso, processo concluído em 1979 com a criação de Mato Grosso do Sul. De 1920 a 1923, o extinto SPI – hoje Funai – demarcou a Reserva Indígena Buritis, no município Dois Irmãos, Mato Grosso do Sul, com uma área de 2.900 ha. À época, a terra já era ocupada por 400 índios Terenas. Ao longo dos anos, explica o cacique Milton Jorge Turi Rondon, a nação terena cresceu. Estima-se que a população atualmente seja de 3 mil pessoas habitando em áreas pequenas e sem condições de subsistência. (Nelson Francisco, *Midianews*, 14/01/02)

BR-163 INTERDITADA

Índios terenas de Rondonópolis (MT) voltaram a fechar a rodovia BR-163 próximo à divisa com Mato Grosso do Sul ontem por volta das 10h. Eles haviam desbloqueado na noite anterior, mas com a falta de uma resposta favorável do Incra e Funai sobre a desapropriação de terra na região eles fecharam a pista de novo e, desta vez, afirmam que não têm prazo para liberá-la. Os terenas de Mato Grosso querem o assentamento de 80 famílias em uma de área de 8,4 mil ha que as abrange as fazendas Tarumã, Floriano e Vale Areia. A manifestação começou às 22h15min de terça-feira, o tráfego só foi liberado às 19h15min de quarta, voltando a ser interrompido às 10h15min de ontem. (Joselina Reis, *Correio do Estado*, 05/07/02)

TERENA CONSEGUEM TERRA VIZINHA AOS PANARÁ

Mato Grosso começa a assistir na próxima semana aos últimos capítulos de uma novela que se arrasta há 21 anos: a luta de cerca de 300 índios terenas por uma área definitiva. A partir de segunda-feira, o primeiro grupo de 60 índios deixa Rondonópolis e segue para o norte do estado, região em que o governo federal disponibilizou uma área de 52 mil ha. A nova terra, conhecida como gleba Iriri, fica situada nos municípios de Matupá e Peixoto de Azevedo, nas proximidades do território indígena Panará,

e foi aprovada pelos terenas depois de duas visitas realizadas no segundo semestre do ano passado. A primeira, resumida a um sobrevôo, e a segunda, mais detalhada, na qual um grupo se deslocou até o local em um microônibus. De acordo com o administrador da Funai em Rondonópolis, José Pereira Miranda Filho, os índios chegarão na nova área já com implementos agrícolas e equipamentos necessários para a instalação de infra-estrutura como estradas e moradia. Ainda segundo Miranda, o governo federal liberou R\$ 1,5 milhão para as despesas de construção da estrutura básica (Aline Cubas, *Diário de Cuiabá*, 14/01/03)

TERENA INVADEM TERRAS DOS PANARÁ E KAYAPÓ

Cerca de vinte índios Terena foram presos por índios Panará e Kayapó, quando exploravam ilegalmente palmito de açai em suas terras, no dia 1º de outubro. No dia 5/10, o grupo foi liberado. Mas prometeram voltar. Os guerreiros Panará e Kayapó continuam mobilizados fiscalizando os limites de suas terras e também a parte da gleba que, por conta da invasão, decidiram tomar dos Terena.

Esta é a segunda invasão em terras Panará e Kaiapó promovida pelos Terena desde desde 2002. Nessa época, liderados por Rondon Terena, foram assentados pela Funai e pelo Incra na gleba Iriri, localizada no município de Matupá, norte do Estado do Mato Grosso.

No ano seguinte, os Terena iniciaram a exploração madeireira em sua nova área. Porém, alegando a necessidade de retirar madeira para a aldeia, permitiram que várias empresas operassem dentro da área, sem a fiscalização da Funai ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em 2004, em busca de madeira, invadiram o sul das terras dos Panará. Foram imediatamente expulsos.

Depois desta invasão recente, os Kayapó, liderados pessoalmente pelo cacique Raoni, juntamente com as lideranças Panará decidiram confiscar todos os equipamentos dos índios Terena usados na exploração do palmito como compensação pelos recursos que foram retirados ilegalmente. E avisaram que permanecerão ocupando uma parcela da área da gleba Iriri, hoje destinada aos Terena, de forma a afastá-los do limite das terras indígenas Panará e Kaiapó.

O conflito ocorrido nesta semana é uma reincidência, fazendo crer que os Terena não estão preocupados em se entender com seus vizinhos. A Funai se

deslocou para a região buscando evitar que o conflito pudesse alcançar proporções mais graves, conseguindo a liberação dos índios detidos. Os Terena retornaram para sua vila principal e anunciaram retaliações com a perspectiva de retomada da parcela de suas terras agora ocupadas pelos Kayapó e Panará.

A solução do conflito esbarra em diferentes questões. Uma delas reside na diferença abismal existente entre os Terena e as etnias vizinhas sobre a forma de administrar seus recursos naturais. Esse grupo de índios Terena vem de uma longa história de exclusão territorial, que os sujeitou a uma peregrinação perversa em busca de alternativas de sobrevivência. Sem vínculos históricos com a região onde foram assentados, aparentam pouca adaptação à vida na floresta amazônica, estabelecendo uma relação de exploração econômica intensiva dos recursos que encontraram em seu território e no de seus vizinhos. Eles parecem não se preocupar com sua sustentabilidade futura, fazendo crer que estão de passagem pela região, com se fosse mais um capítulo na história de sua peregrinação.

Desde que chegaram a essa região, no norte do Mato Grosso, o conflito com as etnias vizinhas já era anunciado, se levarmos em conta todas as diferenças culturais e de história de contato existente entre elas, aliada à falta de transparência no processo de transferência. A decisão de assentar o grupo no norte do Mato Grosso revelou ser desde o início uma "engenharia sócio-cultural" arriscada por parte dos órgãos responsáveis. Na ânsia de solucionar a situação de exclusão territorial do grupo, e aproveitando-se do desespero desse povo, acabaram por criar um conflito étnico difícil de ser resolvido. (André Villas-Bôas, Site do ISA, 06/10/05)

Guarani M'byá

Kaxixó

Krenak

Maxakali

Pataxó

Pataxó Hã Hã Hãe

Tupiniquim

Xakriabá





16.





16. LESTE





TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

-  com mais de 1.000 ha
-  com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

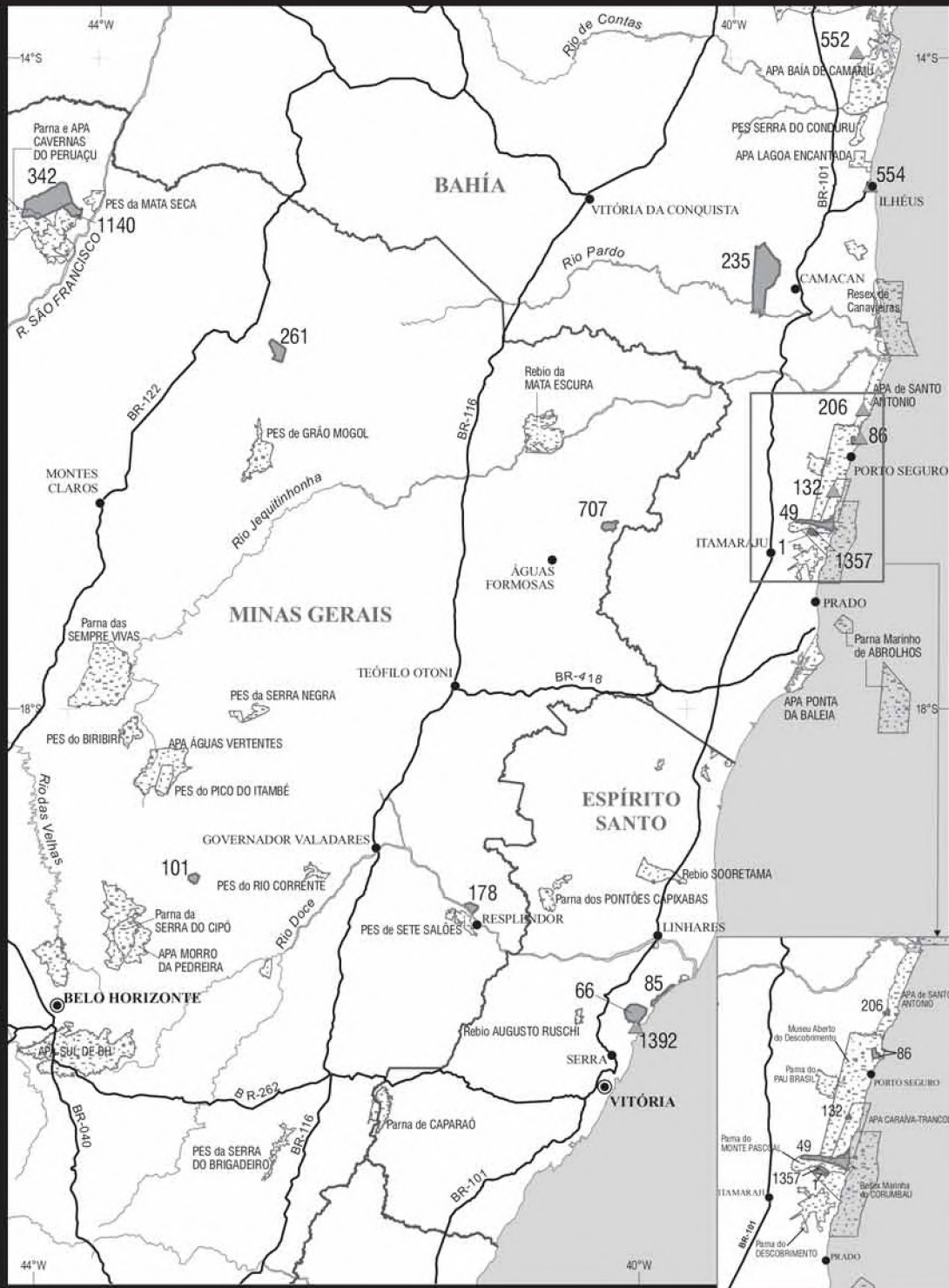
apresentada em outro capítulo

-  com mais de 1.000 ha
-  com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

-  rodovia implantada
-  sede de município
-  capitais
-  Unidade de Conservação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

45 km



LESTE
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1	Águas Belas	Pataxó	235 - Relatório do GT: 1995	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI na comarca de Prado, matr. 13.751 em 11/01/00. Reg. SPU certidão nº 02 em 03/05/2004	1.189	Prado	BA
	Aldeia Velha	Pataxó	199 - Sampaio: 1998	Em identificação. Portaria 237 de 03/04/2003 da Funai altera o art. 2 da Portaria 1.236, prorrogando a entrega do relatório antropológico, por 60 dias objetivando a finalização dos estudos de identificação e delimitação da TI.		Porto Seguro	BA
	Aranã	Aranã		Em identificação. Portaria 1.028 de 12/09/2005 da Funai designa o antropólogo Rodrigo Nacif, servidor da Funai, para diagnóstico das demandas fundiárias dos Maxakali e Aranã.		Araçuaí	MG
49	Barra Velha	Pataxó	1.082 - Funai:84	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 396 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Porto Seguro (8.627 ha) matr. 14.548 lv.2-RG em 03/02/92. Reg. SPU certidão nº 060 de 27/09/96.	8.627	Porto Seguro	BA
	Cahy-Pequi	Pataxó		Em identificação. Portaria 1.129 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Leila Sotto Maior para realizar estudos de fundamentação antropológica necessários à identificação da TI. Estabelece 14 dias para os trabalhos de campo, o dia 30/11/05 para a entrega do relatório de fundamentação e cinco dias para a entrega do relatório das atividades de campo.		Porto Seguro Santa Cruz Cabralia	BA BA
1392	Caieiras Velhas II	Guarani Mbyá Tupiniquim		Homologada. Decreto s/n de 19/04/2004 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 389/DAF em 25/06/04.	57	Aracruz	ES
235	Caramuru/Paraguassu	Pataxó Hã-Hã-Hãe	2.147 - Carvalho: 2005	Reservada pelo SPI. O presidente da Funai, através da Portaria 1.166 de 05/10/2005, cria Comissão de Pagamento para continuidade do procedimento indenizatório pelas benfeitorias consideradas de boa-fé implantadas por ocupantes não-índios na TI.	54.000	Camaçari Itaju do Colônia Pau Brasil	BA BA BA
85	Comboios	Tupiniquim	287 - Freire: 1997	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 12 de 17/02/2006 da Funai aprova os estudos de identificação da TI. Reg. CRI do município e comarca de Aracruz (1.983 ha) matr. AV/3239 lv. 2-JZ fl. 239 H em 17/03/99. Reg. SPU certidão s/n de 01/04/03.	3.800	Aracruz	ES
86	Coroa Vermelha	Pataxó	693 - Parecer da Funai: 1995	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 09/07/1998 homologa a demarcação. A terra indígena incide na área delimitada pelo Decreto 1.874 de 22/04/96, denominada Museu Aberto do Descobrimento. Reg. CRI: município e comarca de Porto Seguro (827 ha) matr. 20.189 lv. 2-RG fl. 001 em 10/06/99; município de Santa Cruz de Cabralia, comarca de Porto Seguro (589 ha) matr. 20.188 lv. 2-RG fl. 001 em 10/06/99. Reg. SPU certidão nº 54 de 30/06/99.	1.493	Porto Seguro Santa Cruz Cabralia	BA BA
1357	Corumbauzinho	Pataxó		Em identificação. Portaria 376 de 16/03/2005 da Funai designa a antropóloga Giovana Tempesta, da Funai e Leila Sotto Maior, antropóloga consultora Funai/Unesco para estudos de fundamentação antropológica para identificação das áreas Barra Velha e Corumbauzinho. Determina o prazo de 12 e 13 dias de trabalho de campo, respectivamente, e 210 dias para entrega do relatório, contados a partir da data do retorno do campo.	1.145	Prado	BA
552	Fazenda Bahiana (Nova Vida)	Pataxó Hã-Hã-Hãe	65 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Camamu (344 ha) matr. 1.787, lv. 2-RG fl.192 em 04/12/87.	304	Camamu	BA
101	Fazenda Guarani	Krenak Pataxó	194 - Funasa: 1997	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 270 de 29/10/1991 homologa a demarcação como Reserva Indígena. Reg. CRI: município de Carmésia, comarca de Ferros (3.165 ha) matr. 1.169 lv. 2-L fl. 143 em 24/06/97; município de Senhora do Porto, comarca de Guanhães (104 ha) matr. 10.770, lv. 2/RG, fl. 01 em 14/08/97. Reg. SPU certidão 001 de 12/02/98.	3.270	Carmésia Dores de Guanhães	MG MG
132	Imbiriba	Pataxó	245 - Funai: 1990	Declarada. Portaria 2.580 de 21/09/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai promova a demarcação.	397	Porto Seguro	BA
	Kaxixó	Kaxixó		Em identificação. Portaria 72 de 20/01/2004 da Funai constitui GT para realizar os trabalhos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Vanessa Caldeira. Determina os prazos de 32 dias de trabalho de campo e 180 dias para entrega do relatório. O levantamento fundiário será feito em etapa posterior, a ser iniciado no máximo em 90 dias.		Martinho Campos	MG
178	Krenak	Krenak	115 - Funasa: 1997	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 19/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Resplendor matr. 11.559, lv. 3-M, fl. 130V em 23/05/39. Reg. SPU certidão nº 220-MG de 20/03/40.	4.039	Resplendor	MG

LESTE

Terras Indígenas (continuação)

Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
206	Mata Medonha	Pataxó	255 - Funai: 1991	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Santa Cruz Cabrália, matr. 18.365 lv. 2-RG, fl. 01 em 18/02/97. Reg. SPU certidão nº 051 de 29/08/97.	549	Santa Cruz Cabrália	BA
707	Maxakali	Maxakali	1.123 - Funasa: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 02/10/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Bertópolis, matr. 3.427 lv.2-K, em 17/10/96. Reg. SPU certidão nº 002 de 27/12/96.	5.305	Bertópolis Santa Helena de Minas	MG MG
261	Riachão/Luiza do Vale	Xakriabá	3 - Funai: 1989	Dominial Indígena. Reg. CRI. Reg. CRI do município de Rio Pardo de Minas, matr. 922 lv. 2A em 19/02/79.	9.709	Rio Pardo de Minas Serranópolis de Minas	MG MG
554	Tupinambá de Olivença	Geron Tupinambá de Olivença Tupiniquim		Em identificação. Portaria 776 de 14/07/2005 da Funai autoriza o deslocamento da antropóloga Susana Viegas para dar continuidade aos estudos de identificação e delimitação da TI, concedendo o prazo até 18/07/05, para as reuniões junto às lideranças da referida TI.		Ilhéus	BA
66	Tupiniquim	Guarani Tupiniquim	2.012 - Relatório do GT: 2005	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 11 de 17/02/2006 da Funai aprova as conclusões do resumo do relatório de estudos e identificação e delimitação da TI, unificando as TIs Caieiras Velhas e Pau Brasil. Determina a publicação no DOE e a fixação na sede da prefeitura. Reg. CRI: município e comarca de Aracruz (2.997 ha) matr. AV/3239 lv.2-JZ fl. 239/H em 17/03/99; município e comarca de Aracruz (1.579 ha) matr. AV-3239 lv. 2-JZ fl. 239 H em 17/03/99. Reg. SPU certidão s/n de 01/04/03. Reg. SPU certidão nº 1 de 01/04/03.	14.227	Aracruz	ES
342	Xakriabá	Xakriabá	5.093 - Funasa: 1997	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.608 de 14/07/1987 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 10.043 lv. 2-8D fl. 60 em 18/02/88. Reg. SPU certidão nº 001 de 21/05/96.	46.415	Itacarambi São João das Missões	MG MG
1140	Xakriabá Rancharia	Xakriabá	528 - Relatório do GT: 1996	Homologada. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 304/DAF de 19/05/04.	6.798	São João das Missões	MG

A Misteriosa Ciência que (En)canta

Rosângela Pereira de Tugny

Professora da Escola de Música da UFMG

OS MAXAKALI PERPETUAM, POR MEIO DE SEU VASTO REPERTÓRIO DE CANTOS, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE, SOBRE A SAÚDE E SOBRE A CONDIÇÃO HUMANA. ATUALMENTE, O DESAFIO DESSE POVO TEM SIDO AMPLIAR PRÁTICAS CULTURAIS COM A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA

São hoje conhecidos como Maxakali os cerca de 1200 índios falantes da língua maxakali que vivem em quatro diferentes localidades de Minas Gerais: no assentamento em terra devoluta do município de Campanário, no assentamento em Resplendor junto à terra Krenak, na Terra Indígena Pradinho (município de Bertópolis) e na Terra Indígena Água Boa (município de Santa Helena).¹

Para além do que dizem os relatos produzidos pelos órgãos governamentais e pela imprensa, enfatizando todos os tipos de dificuldades de sua convivência com a sociedade envolvente, os Maxakali praticam uma misteriosa ciência que vale a pena ser considerada. Resulta dela a resistência cultural de um povo que, após todas as perdas – de indivíduos, de territórios, de autodeterminação, de circulação livre, de reservas naturais – atualiza de maneira exuberante e obsessiva suas práticas simbólicas, dotadas de um rico repertório de cantos, danças, brincadeiras, momentos teatrais e de aparatos gráficos variados. Estas práticas têm o poder de trazer de volta para o centro das aldeias todos aqueles que, andarilhos, passam dias pelas cidades e estradas das regiões vizinhas, arrastando cobertores apodrecidos, odores de substâncias alcoólicas e amedrontando a todos aqueles que os encontram pelos caminhos.

CANTOS QUE FALAM DE BICHOS

Após a perda de todas as riquezas da sua extinta Mata Atlântica, essa misteriosa ciência faz com que a sociedade maxakali mantenha e discorra sobre um pormenorizado conhecimento da flora e da fauna. É comum ali uma criança descrever o tangarazinho (*ilicura militaris*) ou o chauá (*amazona rhodocorytha*), preci-

sando com gosto os detalhes de uma mancha vermelha na testa ou de uma cauda bicolor, assim como falar das manchas que diferenciam o couro de uma anta filhote de uma adulta, sem que nem mesmo seus avós tenham visto estas espécies. São nestas descrições, aliás, que os Maxakali mais demonstram sentir o prazer e o interesse pelas suas narrativas.

Parte importante desta ciência maxakali reside no conjunto dos cantos, que pode também ser tido como uma verdadeira enciclopédia da biodiversidade da Mata Atlântica, narrada do ponto de vista de seres que eles denominam *yãmĩy*. Estes *yãmĩy* percorrem e presenciam o mundo – ouvem, vêem, sentem odores, provam sabores, experimentam as texturas e temperaturas – e transformam essa presença em canto. Por meio dos cantos narram detalhes sobre inumeráveis seres, descrevem o território, os acidentes geográficos, as qualidades das águas, as cores dos peixes, o vôo dos pássaros, a flexibilidade dos galhos das árvores. Descrevem também o cruzamento de olhares, o domínio das emoções, do comportamento e das relações entre tudo o que se comunica em seu universo.

É interessante observar que um de seus mais importantes conjuntos de cantos, cujo narrador é algo que chamaríamos de um morcego-espírito, tem como canto de abertura um manifesto pela pureza das águas. O narrador canta, assim, do ponto de vista da lagarta: *estou indo onde tem água, vou virar borboleta e voar*. Segue a este uma seqüência de cantos onde os enunciadores estão todos em busca da fonte de água. Outros cantos se fartam na enumeração de espécies – cobras, abelhas, árvores frutíferas etc. Os Maxakali possuem cantos que enumeram um número de espécies muito maior do que aquele que eles encontram em seu território. Desta forma, seria possível pensar em estudos sobre o território por onde circularam os Maxakali a partir de descrições de seus cantos. Veja-se, por exemplo, a canção em que o gavião-espírito, outro importante narrador, descreve a fricção do jacaré com o seu mundo:

*Rastejou na lama
rastejou na folha seca
rastejou na areia*

*rastejou na pedra
 rastejou no pau sêco
 deslizou até a outra margem do rio fundo
 deslizou até a outra margem do rio vermelho
 deslizou até a outra margem do rio de correnteza
 deslizou até a outra margem da lagoa profunda e escura
 deslizou até a outra margem da lagoa redonda
 deslizou até a outra margem da água amarela
 deslizou até a outra margem do rio comprido
 deslizou até a outra margem do afluente do rio
 deslizou até a outra margem do riachinho*

Ou a canção do Zabelé, que tem como narrador novamente o morcego-espírito. Além das situações geográficas, indica o deslocamento e a presença do canto do pássaro:

*Zabelê pára no vale e canta
 Zabelê pára no morrinho e canta
 Zabelê pára no meio do morro e canta
 Zabelê pára no sopé do morro e canta
 Zabelê pára no outro lado do morro e canta
 Zabelê pára no boqueirão e canta
 Zabelê pára na descida do boqueirão e canta
 Zabelê pára no outro lado do córrego e canta
 Zabelê pára na ilha que fica no meio do rio e canta
 Zabelê pára no cupinzeiro e canta
 Zabelê pára em cima do cipó e canta
 Zabelê pára perto da árvore e canta
 Zabelê pára na árvore de fruta cheirosa e canta
 Zabelê ficou com sede está descendo onde tem água e canta
 Zabelê voltou para o mato e vai cantar
 Zabelê, vai cantar atrás do mato vai cantar
 Ok hok hok – e ok e ok
 E ok hok hok e ok e ok*

Como os animais, vários dos elementos geográficos citados nesses cantos não fazem parte do atual território maxakali, empobrecido pelas sucessivas invasões e desmatamentos. Uma pequena parcela daqueles que foram assentados em dezembro de 2005 nas proximidades do município de Campanário, por exemplo, relatam com entusiasmo terem reencontrado nesta moradia provisória um trecho de mata onde existem jacarés, capivaras, veados, cutias, tatus, peixes e tantos outros animais ainda presentes em seu universo simbólico.

A delicadeza e a acuidade dos detalhes com os quais os cantos se referem aos bichos faz, contudo, com que as crianças maxakali aprendam e sejam íntimas dessa forma peculiar de “fazer biologia”, como nesta canção, onde o tangarazinho interpela o bico-de-lacre (*estrida astrild*, macho, ou *pitiguari*, *cyclarhis gujanensis ochrocephala*).

*bico-de-lacre
 de penas verdes
 de penas verdes*

*bico-de-lacre
 de penas verdes
 de penas verdes
 bico-de-lacre
 da pena do subaco vermelha
 bico-de-lacre
 da pena do subaco vermelha
 da pena do subaco vermelha
 bico-de-lacre
 de máscara vermelha
 de máscara vermelha
 bico-de-lacre
 de máscara vermelha
 de máscara vermelha
 hok eok hik hax aia*

E na canção do Japu que, além de descrevê-lo, fala de afetos que ele produz nos humanos por meio do seu canto:

*suas penas tão pretas
 sua cauda amarela
 seus olhos azuis
 seu bico tão branco
 lembro-me de você com muita saudade
 você canta o meu grito triste de saudade*

São estes cantos que processam, multiplicam e reproduzem todo o conhecimento que a sociedade maxakali possui sobre o mundo. Quando chegam a Belo Horizonte, homens, mulheres ou crianças, procuram descobrir – ou melhor, reencontrar – esses animais na Fundação Zoobotânica, diante dos quais passam longos momentos cantando as canções que narram cada uma de suas histórias. Difícil dimensionar a quantidade de cantos que fazem parte deste universo em expansão. Certa vez, vendo-me impaciente com a finalização de um livro de transcrição das letras dos cantos do morcego-espírito, um dos grandes cantores maxakali me disse: *Não acabará nunca. Se escrevermos tudo, vamos encher Belo Horizonte de livros. Todos dormirão sobre os livros.*

O CANTO COMO FORMA DE MULTIPLICAR CONHECIMENTO

Possuir este vasto repertório de cantos está relacionado à forma como os Maxakali vivenciam o seu patrimônio musical. E isso não depende de uma concepção semelhante à que vêm exprimindo os órgãos governamentais sobre patrimônio cultural. É que as faculdades de sua música – a base dessa misteriosa ciência – são elas mesmas a sua fonte vital.² Para os Maxakali, os cantos são a fonte da cura e da doença. Disseram-me que não os esquecem porque perderiam sua forma de cura. Os cantos proporcionam não só a comunicação com o restante de sua sociedade (que não é acessado por vias comuns da sensibilidade), mas também a presença conjunta de todos. Pela música, eles

podem ser plenos. Todos os seus esforços cotidianos se direcionam principalmente à realização dos rituais nos quais podem passar até dezesseis horas cantando ininterruptamente, e recomeçar na noite seguinte. Cantar parece ser o que mais motiva a existência dos Maxakali. Para cada situação – saudade, doença ou celebração – escolhem um conjunto de cantos. Os homens se juntam nas casas dos cantos, por onde chegam os *yãmĩy*. As mulheres preparam os alimentos. As crianças acompanham tudo com curiosidade, exaltação e mesmo temor. Quando alguns agentes de programas governamentais ou projetos não governamentais chegam às aldeias, muitas vezes percebem nos Maxakali pouca motivação para o plantio das roças ou para as discussões indigenistas. Na realidade, quase todas as suas noites, passam cantando sem cessar. É este o trabalho que realizam.

Quando morre uma pessoa nas aldeias, dizem os Maxakali, é sua voz (*ũyĩy*) que se destaca do corpo e sobe ao *Pekox*, onde existem as aldeias dos *yãmĩy*. Parece-me que estes *yãmĩy* consistem na possibilidade que tem o mundo de se multiplicar. As *ũyĩy* (vozes) sobem ao *Pekox* como conhecimento, sensação e apreensão do mundo e, transformadas em *yãmĩy*, descem nas aldeias dos vivos como afetos. Disseram-me que são os *yãmĩy* que colocam a voz dentro da criança que nasce. Os *yãmĩy* não falam, apenas cantam, evocando tudo o que descrevem com um léxico próprio. Assim, além de possuir sua língua falada, os Maxakali possuem um outro vocabulário para cantar: a língua dos *yãmĩy*.

Anthony Seeger disse à respeito dos índios Suyá: *onde há metamorfose, há música*.³ Também os mitos narrados pelos Maxakali fazem soar música quando há metamorfoses. Neles, a música é a forma de comunicação e sinalização entre os entes de povos que se diferenciaram no tempo do mito. A música soa para assinalar a separação e operar a diferenciação entre seres. Ela indica o espaço que os separa, sugere caminhos, distâncias a serem percorridas, celebra as mudanças de corpos. É a música que faz saber que um outro existe. Nos mitos, parece ser a música que torna a sociedade maxakali mais aberta – porque pode produzir a diferença – e mais comunicativa – porque é a forma pela qual os humanos se comunicam com outros tipos de agentes.

Os cantos maxakali se passam no tempo, ou seja, na duração. Exigem resistência física de seus cantores. Alguns se inscrevem na dinâmica do ritual, da troca de alimentos, da busca de caça, da dança etc. Outros são de caráter enumerativo ou mnemotécnico e buscam fazer prolongar o tempo da noite que deve ser transcorrida. Um canto sobre o bicho preguiça, por exemplo, cantado por volta das duas horas da madrugada pode durar cerca de vinte minutos e recriar as lentas etapas de movimentos que tentam um deslocamento difícil do animal. Além do texto que descreve as etapas do movimento – *sentado no galho da sapucaia, subindo no cipó, agarrado no galho* –, alguns sons codificados como sendo o canto do preguiça propriamente dito

são repetidos em alternâncias: *he he he yo yo yoo*. As repetições e alternâncias permitem que os ouvintes e os cantores experimentem assim vários estados do “ser-preguiça” e os recortes temporais criados por ritmos irregulares – ora lentos, ora rápidos, sempre dotados de repetitividade – recriam as sensações e o alcance de seus movimentos. Se, por um lado, a canção possui a função e a característica de estender o tempo cronológico do ritual, ela o suprime na experiência daqueles que cantam e ouvem, pois é todo um conjunto de códigos sonoros partilhados por toda a sociedade que age de uma só vez, transformando o tempo diacrônico em sincrônico. São estruturas culturais – afetivas, sonoras e mentais – que incidem sobre o tempo em que se ouve e se canta, destacando dele um substrato que, ao suspender o tempo cronológico, transpõe sonoramente as experiências de tempo em experiências de espaço.

Certa vez, uma mulher maxakali apontou-me uma estrela que se encontrava ainda a 45 graus da abóbada celeste. Eram três horas da madrugada. Cantaríamos o canto do andorinhão-de-coleira (ou paperuçu, *streptoptocne zonaris*, que os Maxakali denominam *xamoka*) até que a estrela terminasse sua trajetória. Esta marcação espacial da duração sonora indica que há algo convencionalizado sobre o tempo que deveria transcorrer durante um ritual. Mas, mais do que isto, há uma relação muito particular da música com o tempo, pois ambos tratam das diferenciações, da existência de agências afetivas que se interpõem em infinitos espaços, que não são aqueles perceptíveis a olho nu, no tempo imediato. É necessário, por meio do trabalho temporal, a música, acionar as categorias sensíveis que tornem possíveis as comunicações e co-presenças entre estas agências. É o que ocorre durante o canto do andorinhão-de-coleira. Da experiência temporal, transmuta uma outra ordem de experiência que aciona, como sugere Lévi-Strauss, a “totalidade sincrônica e fechada sobre si mesma” da música, aquela que proporciona o íntimo e diferenciador contato entre o ser andorinhão-de-coleira e os seres cantores.

Talvez o efeito desta aproximação, a experiência da co-presença com as coisas que os cantos celebram, é o que explica que os rituais os façam tão alegres, sem que se queixem do tempo de vigília transcorrido e do enrouquecimento das vozes. Ao contrário, de manhãzinha, após os rituais, os homens saem da casa dos cantos, bem dispostos a prosseguir de outra forma – nas cidades, por meio de substâncias alcoólicas – esta mesma ordem de experiência. Pois, se a música proporciona a comunicação com uma variedade intensa de agências, beber o álcool favorece a experiência de sua transformação em não-índios. Várias vezes os Maxakali quando bebem dizem: “agora estou bravo, virei capixaba”.

Segundo os Maxakali, a música é gerada pelos *yãmĩy*. São eles que percorrem mundos e narram suas experiências em cantos. São eles que multiplicam na forma de cantos o imaginário dos

humanos. Então, existem os cantos porque a comunicação com os *yãmĩy* se renova. Cada *yãmĩy* que vem cantar nas aldeias recebe de uma das mulheres os alimentos que vêm buscar. Saem de um mundo onde há excesso de cultura e vêm até os humanos trocar cultura por alimentos. Assim o ciclo se perpetua e, mesmo que os Maxakali estejam a mendigar os alimentos que lhes oferecem, não deixam de renovar esta troca. É como se dissessem que a música existe antes daquele contínuo de sons e ruídos do qual ela tiraria sua matéria. Ela existe porque é pura estrutura sensível. Opera com elementos antes culturais do que físicos. Seu substrato é a própria cultura, que demonstra uma abertura que transcende vários dos domínios que nos acostumamos a delimitar de maneira fixa.

A EXPERIÊNCIA COM A ESCRITA

Hoje, os Maxakali estão empenhados a passar para a escrita um conjunto representativo de seus cantos. Fazem uso da escrita codificada por Harold Popovich e Frances B. Popovich em um trabalho que durou entre 1959 e 1988 realizado no seio das missões norte-americanas do SIL (Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística). Vários escritores maxakali demonstram ter consciência de que este processo busca também reverter a forma como se deu sua primeira experiência com a escrita, que consistiu no empobrecimento semântico de sua língua para que ela se tornasse o receptáculo do Novo Testamento. No início, o legado da escrita entre os Maxakali possuiu, como para vários povos indígenas no Brasil, um trágico revés, pois eles percebiam o sentido de suas palavras serem transformados e apropriados com fins de catequese. Atualmente, ao utilizarem a escrita para grafar seus próprios cantos e seus próprios mitos, inauguram uma nova experiência. Escrevem léxicos jamais grafados, as palavras enunciadas pelos *yãmĩy*. Experimentam formas suas de fazer com que o papel reproduza tudo aquilo que acham pertinente transcreever de seus cantos fazendo com que a escrita alfabética quase se transforme em uma escrita musical, nos nossos termos. Utilizam graficamente o espaço do papel segundo o ritmo e a intensidade dos cantos. Buscam criar formas de representar os vários níveis de linguagens que os cantos encerram. Uma vez que os cantos operam nas transformações de agências – por exemplo, um gavião tornando-se gavião-espírito –, também realizam transformações de linguagens.

Tudo isso faz com que a escrita que experimentam neste processo não tenha a mesma razão de ser que aquela que herdaram da missão evangélica: além de não grafarem o mesmo mundo, reportam-se a percepções diferentes daquilo que deve ser entendido no plano sonoro. Para escrever e traduzir os seus cantos sagrados são eleitos entre eles alguns professores que possuem maior trânsito com o português, os pajés e os ilustradores. Os momentos de transcrição acontecem ora nas aldeias com a as-

sistência das mulheres e crianças, ora em Belo Horizonte, onde, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visitam centros de estudos para identificar as múltiplas espécies da fauna e flora citadas em seus cantos de modo a traduzi-los para o português. Consultam dicionários de animais, de plantas, fazem desenhos; enfim, propõem-se com precisão e minúcia a compartilhar com os não-índios parte desta sua ciência.

No primeiro semestre de 2006, os Maxakali foram convidados, pelas Escolas de Música e Belas-Artes, para ministrar aulas, conferências e oficinas aos alunos da UFMG no âmbito de um projeto intitulado “Artistas e mestres das tradições maxakali”, promovido pelo “Programa Artistas Visitantes da UFMG”, que conta com apoio da Funai. Durante dois ciclos de quinze dias, os alunos freqüentaram uma disciplina intitulada “Laboratório interdisciplinar sobre as práticas artísticas maxakali”, ministrada por um grupo de homens e mulheres maxakali. Além de desvendar uma porção de seu mundo – mitos, cantos, técnicas teatrais, danças, pinturas corporais – os alunos puderam experimentar uma forma radicalmente diferente de transmitir e processar o conhecimento. Em seus relatórios, os alunos se mostraram sensibilizados e transformados com esta experiência, solicitando a sua renovação. Entre os Maxakali, os frutos materiais deste trabalho – uma bolsa de 1500 reais durante quatro meses – foram repartidos entre a comunidade para a compra dos alimentos e realização de grandes rituais. Pareciam igualmente satisfeitos por se fazerem porta-vozes de seus *yãmĩy*, trazendo ao mundo dos não-índios seus conhecimentos e seus afetos, e retornando para as casas dos cantos com mais alimentos para os *yãmĩy*.

Esperamos que este trabalho, que tem ainda um longo caminho a percorrer, tenha continuidade, permitindo que os alunos e professores das universidades brasileiras experimentem formas radicalmente diferentes de se produzir e experimentar o conhecimento e abrindo aos Maxakali e a outros povos indígenas a porta que lhes cabe em nosso mundo. (julho, 2006)

NOTAS

¹ De acordo com fontes do Siasi (Funasa) de fevereiro de 2006, os Maxakali estão distribuídos nos seguintes contingentes: TI Água Boa (439 pessoas), TI do Pradinho (555 pessoas), assentamento de Campanário (140 pessoas) e assentamento de Resplendor (62 pessoas).

² Como reflete Claude Lévi-Strauss a propósito da música: “Mas o fato de ser a música uma linguagem – por meio da qual são elaboradas mensagens das quais pelo menos algumas são compreendidas pela inensa maioria, ao passo que apenas uma ínfima minoria é capaz de emití-las, e de, entre todas as linguagens, ser esta a única que reúne as características contraditórias de ser ao mesmo tempo inteligível e intraduzível – faz do criador de música um ser igual aos deuses, e da própria música, o supremo mistério das ciências do homem, contra o qual elas esbarram, e que guarda a chave de seu progresso (Lévi-Strauss, *O cru e o cozido: Mitológicas I*, São Paulo: Cosac Naify, 2004).

³ Ver Seeger, Anthony. *Why Suya Sing: a Musical Anthropology of an Amazonian People*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

Ciranda Territorial

Maria Rosário G. de Carvalho

Professora do Depto. de Antropologia da FFH-UFBA
e presidente do Conselho Diretor da Anai

HÁ MAIS DE DUAS DÉCADAS, O CENÁRIO É O MESMO NA LUTA DOS PATAXÓ HĀHĀHĀE PELO TERRITÓRIO DE ONDE FORAM EXPULSOS: ALTERNA-SE ENTRE AS RETOMADAS, AS VISITAS AO STF, E A BUSCA DE APOIO POLICIAL E POLÍTICO PARA GARANTIR SUAS TERRAS E SUAS VIDAS

A reconquista do território é o objetivo que tem impulsionado os índios Pataxó Hāhāhāe desde 1982, data do seu retorno à Reserva Caramuru-Paraguassu, de onde foram, em distintos momentos e circunstâncias, expulsos pelos arrendatários e grileiros que pouco depois da criação da Reserva, em 1926, nela se instalaram. Em que pese a intensa degradação a que tem sido submetida pela monocultura do cacau e pela criação de gado, situação agravada pelos reveses sofridos pela primeira, trata-se de uma área economicamente valorizada, o que explica as dificuldades que, renovadamente, se interpõem à sua desintrusão.

É preciso lembrar que a porção sul do Estado da Bahia, onde floresceu, desde 1890, a lavoura do cacau em escala comercial, resultou de um processo, em geral violento, de ocupação de terras devolutas estaduais e propriedades legalmente constituídas, o que gerou, simultaneamente, conflitos entre pequenos agricultores, em grande maioria imigrantes do Nordeste tangidos por secas sucessivas, e proprietários de grandes superfícies, que litigavam por limites. A marca característica desse processo foi o caxixe, as negociatas, trapagens e assassinatos envolvendo terras de plantação de cacau. A valorização dessas terras, a concentração fundiária e a expropriação do pequeno camponês ensejaram, por sua vez, a formação de uma burguesia agrária que rapidamente adquiriu poder regional.

Empobrecida devido às sucessivas crises causadas por pragas, como a denominada vassoura de bruxa, essa burguesia perdeu prestígio econômico e político e, conseqüentemente, se fracionou em grupos com posições e interesses diversos. Para os índios da Reserva Caramuru-Paraguassu, essa reversão teve um efeito ne-

gativo pelas repercussões gerais incidentes sobre a economia regional. Não obstante, o enfraquecimento da burguesia regional teve também um efeito positivo para os índios, inibindo o uso de mecanismos pouco convencionais para enfraquecer a resistência indígena na luta pelo território, simultaneamente ao aumentar a sua disposição para “negociar” as terras ocupadas, isto é, para aceitar indenização pelas benfeitorias *de boa fé* realizadas no decurso dos arrendamentos.

“Não queríamos vassoura-de-bruxa. Nós queríamos nossas terras de volta, mas não posso negar que a vassoura trouxe benefícios para nós. Facilitou as negociações para a devolução das terras e os fazendeiros ficaram sem dinheiro, não podem mais contratar pistoleiros para nos matar”, afirmou Gerson, ex-cacique e atual vereador no município de Pau Brasil.

Por outro lado, divergências de posição entre os fazendeiros quanto à disposição para “negociar” no tempo em que o grupo se fragmentou, provocaram forte resistência da facção contrária, que passou a encetar campanha simultaneamente para desmobilizar os dissidentes e atrair novos aliados e para atacar o partido dos índios. Estes, porém, reagiram mediante um conjunto de retomadas, que deve ter observado o critério da alternância étnica, no sentido de contemplar os vários povos que, desde 1926, foram estabelecidos na Reserva (contingentes Tupiniquim, Gueren, Camacã e Kariri-Sapuíá) e aqueles originários da região (Pataxó Hāhāhāe e Baenã), e tirado proveito do fato de as fazendas de cacau encravadas no território indígena possuírem tamanho médio e pequeno.

A estratégia acionada visou dois alvos complementares, isto é, a retomada, prioritária mas não exclusivamente, de fazendas cujas benfeitorias foram consideradas de boa fé e os proprietários concordaram que fossem avaliadas por um GT constituído pela Funai, com apoio do Ministério Público Federal/Ilhéus e Polícia Federal no sentido de evitar que eles fossem reprimidos. Os índios buscaram fazer com que as ações visando reconquistar, gradativamente, o território não se constituíssem em atos de força unilaterais mas se revestissem da legitimidade emanada do seu

direito de reintegração de um bem expressamente criado para seu usufruto e indispensável à sua reprodução física e cultural. Boa evidência desse suposto tem sido a atenção pelos índios conferida ao STF, onde tramita a ação de nulidade dos títulos de propriedade distribuídos, entre os arrendatários, pelo Governo do Estado da Bahia no período de 1976-1980, mediante visitas ao seu presidente e ao relator do processo.

RETOMADAS

O plano de retomadas, por sua vez, parece haver sido presidido pelos princípios da pressão contínua e efeito surpresa: a imprensa baiana noticiou, desde junho de 2001, sucessivas retomadas, desencadeadas com as fazendas Lusitânia, de 120 ha, e Justiça Divina, com 80 ha, ambas no município de Pau Brasil, às quais se seguiram Monte Alegre, de 160 ha, no município de Camacan; Santo Antônio, Bom Jesus, Bela Vista e São José, num total de 300 ha, em Pau Brasil; e uma outra, com 140 ha, incidente no município de Itaju do Colônia. Em outubro desse mesmo ano, já se veiculava a retomada de 66 das 400 fazendas que estariam implantadas na Reserva, enfatizando-se o clima pacífico reinante, salvo pela indisposição dos fazendeiros recalcitrantes.

Esses formaram um foco de resistência e força, já que, não obstante sejam demograficamente minoritários – 5% do total de fazendeiros – controlam 95% das terras da Reserva, contam com o apoio ostensivo do Sindicato Rural de Pau Brasil e estariam ligados a políticos baianos importantes e a empresas mineradoras interessadas em explorar o subsolo da Reserva, considerado rico em mármore azul, granito e outros minerais. Por tudo isso, eles parecem não hesitar em lançar mão de mecanismos violentos de intimidação. Em 24 de outubro de 2001, o jornal *O Globo* noticiou que duas fazendas haviam sido desocupadas a tiros, “por grupo de homens encapuzados, fortemente armados. Um casal de índios, até o início da noite, estava desaparecido e representantes da Funai temem que eles estejam em poder de pistoleiros contratados pelos fazendeiros”. O casal foi encontrado, ileso, mas o cenário havia se alterado drasticamente devido ao recuo dos fazendeiros que se mostravam dispostos à negociação. A contra-reação se ampliaria: em 30 de novembro, o *Globo On Line* noticiou que os índios da localidade denominada Jacuba, reivindicada pelo ex-prefeito de Pau-Brasil, haviam sofrido mais um atentado, caracterizado como mais violento, e que “cerca de 10 pistoleiros chegaram atirando e quebrando os pertences dos Pataxó”.

Tornou-se necessária mediação política para obstar que a Polícia Militar baiana reprimisse, mais uma vez, os índios. Compromisso, nesse sentido, foi obtido pela presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal junto ao Ministério da Justiça. Essa mediação se ampliaria através das participações da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia e da Igreja Católica, mediante a Arquidiocese baiana. Vale notar que em todos os contatos estabelecidos, visando apoio para a

sua causa, os índios assinalaram que o alvo a ser atingido é a plena reintegração da Reserva Caramuru-Paraguassu, mediante o julgamento, pelo STF, da Ação de Nulidade de Títulos de Propriedade interposta pela Funai em 1982.

Quais as razões para que essa ação, que tramita há 24 anos, não tenha sido julgada? Em dezembro de 1982, após reiterados anúncios, veiculados pela imprensa, de que o julgamento era iminente, o Ministro Nelson Jobim suscitou questão de ordem no Plenário, para recomendar que o próprio STF procedesse à análise de cada um dos títulos de propriedade. Pouco depois, em julho de 2003, a imprensa voltou a informar que o perito designado pelo STF para realizar verificações *in loco* teria constatado graves erros na localização dos títulos sob questionamento.

Carlos Frederico Marés de Souza Filho, em parecer jurídico elaborado em novembro de 1982 por solicitação de organizações não-governamentais sobre a defesa da posse indígena da área Pataxó Hãhãhãe, observou que o grande problema relacionado à ação interposta era o tempo requerido para a reconquista, pelos Pataxó, da posse e usufruto das suas terras, tempo muito difícil de previamente estimar mas que se contaria em anos e não em semanas. Ele apontou, ademais, dois fatores extra-jurídicos que deveriam estender os prazos: o grande número de réus desconhecidos e o valor da causa (a terra e sua produção), passíveis de gerar uma influência política interna que, mesmo sem suscitar a mínima dúvida sobre a probidade do judiciário, poderia influir na protelação da justa declaração de nulidade dos títulos. Passados 24 anos, as ponderações de Souza Filho afiguram-se a um vaticínio.

O CENÁRIO SE REPETE

Ao longo do período compreendido entre 2002-2005, a agenda não se alterou, alternando-se entre as retomadas, visitas ao STF, e busca de apoio policial e político para suas terras e suas vidas. O ritmo comparativamente menor de retomadas contrastou com a beligerância dos opositores, o que pode ser creditado à ampliação do arco dos atingidos, que agora inclui também áreas de pecuária. Eles acionaram, imediatamente, seus canais políticos e o uso da força física. No primeiro caso, os prefeitos dos três municípios de incidência da Reserva – Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camacã –, acompanhados dos presidentes da União dos Municípios da Bahia (UPB) e da Associação dos Municípios das Regiões Sul e Sudeste Cacaueira (Amurc), reuniram-se com o juiz Pedro Calmon Holliday, da Vara da Justiça Federal de Ilhéus, para requerer a execução das determinações judiciais de reintegração de posse das áreas sob controle dos índios. No segundo caso, mediante um conjunto de atos terroristas e um assassinato, a seguir descritos.

Agressões físicas, morais e ameaças de morte ao vereador Agnaldo Francisco dos Santos (30/05/02); ataque de pistoleiros a uma



Comissão de Índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, em Brasília, pede pressa no julgamento de processo para a criação de uma reserva indígena no sul da Bahia, área onde viveram ancestrais do grupo. Na foto, o cacique Gerson Pataxó em reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

área retomada que atingiu José Carlos da Silva com nove tiros de espingarda (19/07/02); emboscada a Antônio Júlio Silva Neto e Jurandir Xavier de Oliveira (15 anos) pelo empregado de um fazendeiro, da qual resultou ferimentos causados por tiros (01/04/03); incêndio de um ônibus da Funai que conduz alunos da Reserva para a escola estadual de 2º grau em Pau Brasil, por coquetéis molotov lançados por dois motoqueiros não identificados (25/10/03); interceptação, no interior da Reserva, de um ônibus comercial que presta serviço aos estudantes indígenas, transportando-os para Pau Brasil, por três homens armados, que danificaram acessórios do veículo, imobilizaram o motorista e o ameaçaram de morte, caso prosseguisse transportando os indígenas (10/11/03); novo atentado a esse ônibus ocorreu em 13/11; ataque ao veículo que conduzia o ex-cacique e atual vereador petista Gerson de Souza Melo e mais cinco índios, por três homens, cujos tiros, provenientes de armas de alto calibre, causaram 28 perfurações no veículo (23/03/04). O assassinato de Raimundo Rosa Neres por pistoleiros a soldo dos fazendeiros, na fazenda denominada São Francisco (18/07/02). Em todos os casos, houve registro nas Polícias Civil e Federal.

A morte de Neres repercutiu internacionalmente. Hina Jilani, representante do Secretário-Geral da ONU para o tema dos direitos humanos, pediu explicações e ações urgentes ao governo brasileiro. Não há registro, contudo, de que os responsáveis, diretos e indiretos, pela sua morte, tenham sido sequer identificados.

A luta prossegue nos âmbitos do Judiciário e do confronto direto entre as partes. Medidas cautelares têm sido interpostas pela Funai, buscando anular liminares obtidas pelos fazendeiros. É uma verdadeira ciranda judicial, com julgamentos algo surpreendentes, provavelmente para os leigos na doutrina jurídica, como o proferido por um ministro relator do STJ, que ao indeferir a medida cautelar interposta pela União para reverter a reintegração de um fazendeiro na posse de uma das fazendas retomadas, considerou que “se de um lado a Constituição Federal confere proteção às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por outro, também, confere proteção ao direito de propriedade” (site do STJ, 19/03/04).

Outros investimentos, notadamente no campo educacional, têm sido empreendidos e impelem os índios em direção ao futuro. A Escola Estadual Indígena Caramuru-Paraguassu, construída com recursos do MEC (Fundescola), assegurará às novas gerações uma educação etnicamente diferenciada, ministrada por professores indígenas; outros jovens já ingressaram na Universidade, em instituições brasileiras e estrangeiras, a exemplo de Edvaldo de Jesus Santos Pataxó que está cursando medicina em Cuba, desde 2002, e deverá retornar na condição de clínico geral.

Ao cabo de vinte e quatro anos de espera por uma sentença que faça justiça à sua causa e restabeleça os seus direitos usurpados, os índios parecem continuar acreditando que a justiça tarda mas não falha! Oxalá assim seja. (fevereiro, 2006)

A Luta pela Terra

Susana do Matos Viegas*

Antropóloga, pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa)

A LUTA DOS TUPINAMBÁ POR DIREITOS TERRITORIAIS ASSEMELHA-SE MAIS A UM JARDIM JAPONÊS QUE É PERSISTENTEMENTE CUIDADO DO QUE À CAPACIDADE DE REJUVENESCIMENTO EXUBERANTE E ABRUPTO DA FLORESTA AMAZÔNICA. É MAIS UMA HISTÓRIA CONTINUADA DO QUE UM FENÔMENO RECENTE

Os Tupinambá de Olivença, habitantes no município de Ilhéus, no litoral sul da Bahia, encaminharam uma “carta aberta” à Funai em Fevereiro de 2000 reivindicando a sua Terra Indígena (TI). Em 2001, conseguiram obter um primeiro relatório da Funai que melhor oficializou o seu “reconhecimento étnico”, e, em janeiro de 2004, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do Relatório de Identificação da TI Tupinambá de Olivença. Em abril de 2005, os Tupinambá reivindicaram a análise do relatório, ainda sem resposta da Funai.

O trabalho do GT foi facilitado pelo entendimento com as lideranças: durante cinco semanas, a cacique Valdelice Amaral de Jesus acompanhou o trabalho de campo, e, a cada área visitada, lideranças locais se agregavam à equipe para levá-la à casa de cada um dos índios moradores daquela comunidade. A participação dos Tupinambá no trabalho de campo foi marcada por um diálogo construtivo, um entendimento dos limites da legislação e ao mesmo tempo uma capacidade exemplar de não abdicar das convicções sobre o território. Esse processo confirma o que mostra a história: que a luta dos Tupinambá por direitos territoriais assemelha-se mais a um jardim japonês que é persistentemente cuidado do que à capacidade de rejuvenescimento exuberante e abrupto da floresta amazônica. É mais uma história continuada do que um fenômeno recente.

TERRITÓRIO E MOBILIDADE

A terra que os Tupinambá de Olivença ocupam e de que necessitam para viver inscreve-se na região de Mata Atlântica do sul

da Bahia, junto à Reserva Biológica de Una. Cruzada por rios de pequeno caudal, que nos seus braços ou córregos são trazidos a cada unidade de habitação, garantindo a existência dispersa numa área com cerca de 50 mil hectares, os Tupinambá de Olivença organizam-se hoje em 22 comunidades. Em muitas dessas áreas, o conhecimento da coleta de piaçaba nativa é o que mais marca a vida dos Tupinambá, enquanto que noutras a produção de farinha predomina, diferindo daquelas onde a pesca tem um papel mais importante. Em todas elas, contudo, a relação com o cultivo de mandioca e o consumo de múltiplos produtos alimentares cozidos, torrados, assados ou fermentados é marcante em suas vidas, pois é em grande medida a partir deles que se constituem e se vêem constituir como Tupinambá.

Tal como acontece com muitos outros grupos Tupi, os Tupinambá de Olivença são tanto mais apegados a um território quanto esse lhes permita mudar o seu local de habitação. A história da organização social desse grupo indica que ao longo de vários séculos ele se deslocou de sua área de residência ciclicamente, sempre em curtas distâncias. Assim se explica que, hoje, cerca de 3.000 índios residam em pontos diferentes de uma área territorial de mais de 50 mil ha, onde convivem com cerca de 10 mil não-índios.

A atual distribuição da população pelo espaço e paisagem agrícola da região não só não é alheia como integra a história do relacionamento dos Tupinambá de Olivença com o território. Em vez do cacau, característico da região de Ilhéus, foi a mandioca e a coleta de piaçaba que caracterizaram as explorações fundiárias da região. Apenas nas franjas do território, à medida que se caminha para a região de montanha, encontram-se fazendas de cacau.

A ação missionária dos jesuítas também é parte dessa história territorial. Nas brechas do ímpeto civilizatório jesuíta (que oscilava entre juntar os índios numa quadrícula vigilante e incentivá-los a ter as suas roças necessariamente fora da vila), os Tupinambá de Olivença foram constituindo o seu modo de viver sem

se confinarem à Aldeia de Nossa Senhora da Escada (aldeamento jesuíta denominado depois Vila Nova de Olivença).

Uma reconstituição documental do modo de habitar dos Tupinambá de Olivença, caminhando do presente para o passado, mostra que os três padrões de habitação atualmente verificáveis são praticados por essa população indígena há pelo menos dois séculos. O primeiro é marcado por uma vida mais circunscrita à área da vila e ao espaço em seu redor. O segundo padrão constituiu-se pelo ritmo periódico de circulação entre a vila e uma área de mata mais para o interior. Em ambos os casos integram-se, de forma complementar, os recursos naturais de mar, mata com piaçaba nativa, rio com o acesso às festas e ao mercado em meio urbano. O terceiro e último padrão de habitação converge para a permanência quase exclusiva na mata. A vila de Olivença, nesses

casos, é visitada em ocasiões especiais, entre as quais se destacam celebrações festivas e a ida ao mangue para coletar crustáceos na *andada do caranguejo*.

O hábito de visitar parentes noutras localidades ganhou verdadeiro ímpeto nos últimos cinco anos, associando-se às reuniões em torno da organização de direitos. Porém, e ainda que seja tão fácil traçar emaranhadas redes genealógicas entre os participantes nessas reuniões, essa lógica de revitalização nostálgica de relações sociais não é eficaz para a *praxis* Tupinambá. Na verdade, se as redes de parentesco que conectam as diferentes localidades do território não são aleatórias, elas também não são um recurso em si. Entre os Tupinambá de Olivença, o significado do território é mais marcado por visitas intensas e regulares entre unidades de habitação de famílias extensas, residentes numa

OS TUPINAMBÁ “ANTIGOS” E OS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

O dilema do etnônimo de identificação desta população indígena resolveu-se com facilidade, pela clareza com que o aprofundamento etnográfico da vida dos índios que habitam a região de Olivença, até 1997 conhecidos apenas como “índios de Olivença”, foi se aproximando do que os americanistas têm descrito como socialidades Tupi.

Em setembro de 1997, foram observadas as primeiras reações de índios habitantes de Sapucaieira e da Vila de Olivença a propósito do que ouviram de seus antepassados sobre serem Tupinambá ou Tupi ou Guarani ou Tupiniquim. Mas nenhum desses comentários fazia crer minimamente que os índios em Olivença tivessem qualquer tipo de consciência do impacto que a sua existência enquanto Tupinambá poderia causar na opinião pública brasileira. Logo em abril de 2000, porém, se defrontaram subitamente com a situação. Um jornalista da Folha de S. Paulo foi a Olivença entrevistar Nivalda do Amaral – uma das representantes dos Tupinambá aos olhos das instâncias governamentais (mãe da atual cacique). A Bienal de São Paulo estava ocorrendo e ali se encontrava o famoso manto Tupinambá do século XVII, do Gabinete de Curiosidades de Maurício de Nassau, da família real dinamarquesa. A Folha sugeriu que Nivalda fosse ver esse manto com os seus próprios olhos. Dois representantes dos Tupinambá de Olivença acabaram por aceitar, tanto por terem curiosidade em ver o manto como para tentarem discorrer sobre a razão escondida que levaria um jornal a trazê-los a São Paulo para ver um manto histórico. No artigo da Folha, de maio de 2000, o jornalista Armando Antenore enunciava uma visão dos fatos que hoje constitui um diagnóstico de como os Tupinambá de Olivença são vistos pela opinião pública nos últimos anos: “esta modesta comunidade em Olivença está tentando mudar a história oficial do Brasil. (...) Dizem-se índios tupinambás – etnia que a literatura especializada julga extinta desde o século 17 – e exigem, agora, que o governo os reconheça assim”. Falar na “extinção” dos Tupinambá da Bahia é falacioso, mas a projeção dessa falácia no imaginário nacional é uma realidade poderosa com que os Tupinambá de Olivença têm se confrontado.

Depois da história do manto em 2000, logo em 2001 a consequência da sua existência como Tupinambá passou da curiosidade à catástrofe. No âmbito de um dos conflitos administrativos mais sérios vividos por eles em 2001, num documento oficial a Funasa, nega-se a continuar a assistência aos Tupinambá de Olivença “considerando que fizemos consulta na Internet e não foi encontrado registro da existência atual dos índios Tupinambá de Olivença”. Tanto a atitude declaratória da sua extinção quanto a remissão para um imaginário nostálgico causa estranheza, indeterminação e mal-estar aos Tupinambá de Olivença. É, por exemplo, com perplexidade que avaliam a proposta de se construir o edifício do Centro Cultural dos Tupinambá de Olivença “inspirado na arquitetura dos Tupinambá antigos”. Mas serem inscritos na história profunda do Brasil também lhes tem propiciado situações de enorme alegria quando, por exemplo, num dos últimos encontros indígenas foram particularmente acarinhados por índios Kayapó e outros “parentes” que se rejubilaram por os Tupinambá ainda ali estarem.



Tupinambá de Olivença em Acuípe.

SUSANA VEGAS

mesma área geográfica, do que por constantes jornadas entre localidades: menos pela descendência do que pela aliança.

REIVINDICAÇÕES E BLOQUEIOS

A vida dos Tupinambá de Olivença foi sempre pautada pela reivindicação de direitos. Desde a fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tem-se notícia de contatarmos o governo para os ajudarem a fazer recuar a ocupação fundiária da região. No início da década de 1980, uma solicitação de Terra Indígena foi levada a cabo por dois índios habitantes da região do Acuípe, onde há algumas comunidades Tupinambá. Um destes índios, Duca Liberato, já morreu, mas o segundo, Alcício, mantém viva a memória da viagem que fez à Funai de Brasília para falar da terra dos índios que habitam em Olivença: de Brasília, trouxe um pé de fruto que plantou no centro da sua área de residência, projetando no robustecimento do tronco a possibilidade do “movimento da terra” amadurecer, como acontece hoje.

Não é apenas por receio de retaliação que os Tupinambá de Olivença se recusam a entrar numa propriedade fundiária, mas também pelo que podemos chamar de uma obstinação Tupi: transgredir a individualidade de outrem os paralisa. O bloqueio dos caminhos para os rios por “corredores de piaçaba”, que resguardam a mata agora privatizada e vigiada por seguranças que têm licença para disparar no caso de avistarem algum “ladrão”, é um dos conhecidos mecanismos de repressão sentidos com crescente força pelos Tupinambá de Olivença. Algumas unidades de habitação se despovoaram por estarem cercadas de mata de piaçaba nativa privada e “policiada” deste modo, transformando o simples ato de trazer às costas um molho de piaçaba em uma atitude de alto risco.

Uma outra tensão vivida pelos Tupinambá de Olivença é o desmatamento da Mata Atlântica. Assistem à fuga da água e da mata como se fossem espectadores de uma tela de cinema, não podendo modificar o enredo, previamente determinado e agenciado. A simples abertura de roças de mandioca ou o corte de troncos velhos para fazer fogo em casa passaram a parecer atos peca-

minosos. Ao mesmo tempo, porém, na região de Olivença a área de desmatamento tem aumentado escandalosamente, crescendo mais ainda desde que circula a notícia da identificação de uma Terra Indígena. Como é comum acontecer em situações de protelação do processo de identificação, os rumores instalam um clima de aleatoriedade destrutivo da vida de todos os que habitam na região.

Em agosto de 2003, durante o levantamento prévio de identificação da Terra Indígena, vivia-se uma situação de enorme tensão na região. Na área da vila e da costa marítima, onde há maior número de empreendimentos turísticos, foi construído um bloqueio que cortava o acesso das crianças indígenas que habitam junto da costa ao seu caminho quotidiano para a escola, e o dos adultos ao seu ponto de pesca privilegiado. Numa outra área, uma escolta da polícia civil tinha ido buscar dois índios para levá-los para depor. Eram acusados de furto de piaçaba.

Nesse mesmo agosto de 2003, a preparação da reunião final do trabalho do GT envolveu cautela, sigilo e silêncio. Eram muitos os casos de índios ameaçados de perderem o emprego caso os fazendeiros soubessem do seu envolvimento no “movimento” dos Tupinambá.

Em fevereiro de 2004, houve algumas melhorias na situação vivida em Olivença. Por exemplo, o bloqueio do acesso das crianças ao caminho para a escola e dos adultos ao seu ponto de pesca havia sido retirado. Os índios cercados por “corredores de piaçaba” em 2003 até aceitaram entrar 500 metros num trecho de mata para descrever ao ambientalista do GT os seus conhecimentos de caça, tendo também ganho tempo e coragem para cultivar uma pequena roça, no seu próprio terreno, na esperança de ainda ali estarem quando as raízes estiverem prontas para ser colhidas. Em suma, a pressão deixou de assumir a forma de cárcere para se voltar a instalar no limiar das condições de vida. *(fevereiro, 2006)*

NOTA

* Coordenadora do GT de Identificação da TI Tupinambá de Olivença, consultora Funai/Unesco.

SAÚDE

CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DE SAÚDE

Começa hoje o treinamento em Antropologia que vai capacitar cerca de 60 técnicos da saúde para trabalhar com as etnias Xacriabá, Maxacali, Pataxó, Krenak, Xucurú-Kariri, Pankakaru, Kaxixó, Tupiniquim e Guarani. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre as especificidades socioculturais dos povos indígenas que vivem em Minas e no Espírito Santo, além de discutir formas de minimizar a dificuldade de abordagem sobre a atenção à saúde indígena e oferecer atendimento de qualidade. (*Diário Popular*, 10/09/01)

OCUPAÇÃO DA FUNASA EM BH

Cerca de 30 indígenas ocuparam na manhã de hoje (dia 7) o prédio da Funasa, em Belo Horizonte, com o objetivo de pressionar o órgão a efetivar compromissos de melhorias na estrutura de atendimento à saúde indígena que foram firmados em março de 2005 e ainda não foram cumpridos. Entre os problemas apontados, estão a má qualidade do atendimento médico, a falta de medicamentos, falta de capacitação para os agentes indígenas de saúde, falta de estrutura e descaso com o planejamento aprovado pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). O grupo reivindica a participação direta e ativa das lideranças indígenas na discussão sobre o atendimento à saúde nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que estão sob a jurisdição da Funasa de Belo Horizonte. (*Cimi*, 24/11/05)

KRENAK

KRENAK E CVRD...

A Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce vai promover audiência pública na região de Itueto e Resplendor, no Vale do Rio Doce, no dia 02/07/04. O objetivo é reunir a população, representantes dos órgãos públicos e de entidades para esclarecer dúvidas sobre o impasse que vem dificultando a criação do Parque Estadual Sete Salões. A polêmica é sobre a implantação do Parque, autorizada pelo Ibama como medida compensatória pela construção da UHE de Aimorés. A obra, a ser feita pelo consórcio construtor da usina, formado pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), está suspensa porque correm na Justiça ações movidas pelo MPF contra o Ibama e o consórcio,

para que o volume de recursos que seriam destinados ao parque – R\$ 1,78 milhão – seja entregue à comunidade indígena Krenak. (*Ana Lúcia Gonçalves, Hoje em Dia*, 17/06/04)

... NEGOCIAM COMPENSAÇÕES

Os índios da tribo Krenak esperam continuar em 2006 uma negociação iniciada nos últimos dias com representantes da CVRD. Eles reivindicam uma indenização de R\$ 30 milhões por impactos deixados pela construção da UHE de Aimorés. O empreendimento foi iniciado em 1998 por um consórcio entre a CVRD e a Cemig. “Até hoje, a usina não entrou em funcionamento por causa da quantidade de irregularidades da obra, que prejudicou os povos ribeirinhos. No projeto de construção, eles falam da nossa tribo em apenas um parágrafo”, afirma o líder indígena Rondon Krenak. “No início do mês, paralisamos durante 50 horas a ferrovia que liga Minas Gerais ao Espírito Santo. Desbloqueamos com a condição da Vale, pela primeira vez em 100 anos, se dispor a nos ouvir”. A construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no início do século passado, teria promovido invasão e desmatamento das terras dos índios. A construção da hidrelétrica seria responsável por novos prejuízos para a comunidade indígena. Entre eles, a redução no número de peixes no rio e até mesmo extinção de algumas espécies. “O transbordamento do rio aumentou. A terra indígena está ficando ilhada ainda no princípio do período de chuvas. Em março, o alagamento deve obrigar as famílias a abandonar suas casas”, conta Ailton Lacerda, índio Krenak e assessor do governo mineiro para assuntos indígenas. De acordo com ele, a construção da hidrelétrica também causou prejuízos nas transações comerciais feitas pela tribo. Um dos principais mercados consumidores, a cidade de Itueta, teve de ser transferida para outro local por causa da usina. Com o dinheiro da indenização pela construção da hidrelétrica, as famílias pretendem investir em projetos de desenvolvimento sustentável. (*Juliana César Nunes, Radiobrás*, 18/12/05)

MAXAKALI

ÍNDIO QUEIMOU CARRO DA FUNASA E SERÁ INDICIADO

O índio Neir Maxakali vai ser indiciado por dano qualificado ao patrimônio, e poderá ainda responder por dupla tentativa de homicídio. Ele foi identificado como o incentivador da revolta que resultou na destruição de um veículo da Funasa e por pouco não vitimou um médico e um motorista do órgão, na semana passada. (*Hoje em Dia*, 12/08/04)

PRIMEIRA RETOMADA

Aproximadamente 160 Maxakali pintados retomaram uma área invadida a mais de 50 anos por funcionários do antigo SPI que de forma enganosa lhes tiraram a terra e a venderam a fazendeiros da região. Pensava-se que com o processo demarcatório, findado em 1999, o problema da terra tinha sido resolvido, mas descobriu-se logo depois que muitos espaços tradicionais tinham sido excluídos do processo. Imediatamente, o processo de luta pela terra foi reiniciado com a elaboração de diversos documentos que foram encaminhados à Funai e ao MPF. O processo anterior durou mais de 50 anos para que fosse concretizado, o povo não estava disposto a esperar tanto mais, e tomou a decisão de realizar a primeira retomada da história de luta do povo Maxakali. Essa mesma fazenda foi alvo de denúncia pelos índios, esse ano, em virtude da exploração criminosa que estavam fazendo com a terra, desmatando o pouco de mata que ainda existia naquele espaço. “Não queremos encontrar só capim de novo, se nós esperar não vamos encontrar mata nenhuma” afirma Noemia Maxakali. Exigem agora a regularização o mais rápido possível deste terra, pois segundo eles preferem morrer em cima dela do que sair. (*Cimi*, 17/08/05)

FUNAI CRIARÁ GT PARA IDENTIFICAR TI

Há duas semanas, o povo Maxakali retomou suas terras. A ação dos índios desencadeou uma reação violenta dos fazendeiros invasores das terras tradicionais Maxakali, e gerou também uma resposta da Funai. O órgão finalmente atendeu a reivindicação dos indígenas pela inclusão de cerca de 3.000 ha que ficaram fora da demarcação de 1996 e se comprometeu a criar um Grupo Técnico para realizar o estudo antropológico para a revisão dos limites da terra. Um acordo já foi firmado entre os indígenas, Funai e fazendeiros, durante reunião na cidade de Santa Helena de Minas. No acordo, prevê-se que indígenas mantenham-se em 2 mil dos hectares retomados até a conclusão do estudo. Consta ainda que “os fazendeiros poderão passar pela estrada e ocupar suas fazendas trabalhando normalmente. Até a decisão judicial sobre a reintegração ou não de posse, os fazendeiros comprometem-se a não retirar madeira”. A Funai ficou responsável também por fornecer cestas básicas à comunidade. Para o Cimi, o acordo só foi firmado pelos indígenas nestes termos após a utilização de violência pelos fazendeiros. Com a volta dos fazendeiros para as fazendas, ele pode gerar ainda mais problemas. A Comissão de Direitos Hu-

manos da Câmara dos Deputados (CDH) agendou para os dias 8 e 9 de setembro uma visita a Santa Helena de Minas e à terra Maxakali para conhecer melhor a situação. Serão convidados deputados federais e estaduais, prefeitos da região, o Ministério da Justiça, Funai, MPF e a Secretaria de Segurança Pública de Minas. A CDH tentará também agendar uma reunião com o Ministério da Justiça. O MPF de Brasília e de Minas Gerais solicitarão à PF que continue na região. Ontem, também foram realizadas audiências com parlamentares em Belo Horizonte. *(Cimi, 01/09/05)*

ÁREA COMEÇA A SER DEMARCADA

Um antropólogo designado pela Funai vai fazer o levantamento da área que está sendo disputada por índios Maxakali e fazendeiros desde agosto último. O especialista chega amanhã à região. Segundo o administrador Regional da Funai em Governador Valadares, Waldemar Krenak, o trabalho do antropólogo será amplo, extrapolando as fazendas que os Maxakali pleiteiam como suas. *(Hoje em Dia, 29/09/05)*

ALCOOLISMO E DESNUTRIÇÃO

O alcoolismo, o alto grau de desnutrição e a falta de projetos econômicos de auto-sustentação ameaçam os índios Maxakali. Transformaram-se em vítimas de “traficantes de álcool”, a quem pagam de R\$ 25 a R\$ 50 por um litro de cachaça. O dinheiro vem da venda de artesanato e até mesmo do Bolsa-Família. Outras vezes trocam os mantimentos enviados pela Funai para a aldeia. “Bêbados, se agridem e se matam. Neste ano, cinco já morreram por causa da violência encorajada pelo álcool. O problema é gravíssimo”. A constatação é do administrador Regional da Funai de Governador Valadares, Waldemar Krenak, que acredita ser definitiva a audiência pública marcada para os dias 17 e 18 deste mês, em Águas Formosas, cidade vizinha à aldeia, no Vale do Mucuri. O administrador lembra que nenhum dos problemas enfrentados pelos Maxakali é novo, mas chegaram a um ponto intolerável. “Os índios estão se armando. A tragédia pode ser maior”, argumentou. Em 2004, seis Maxakali morreram em conflitos entre grupos rivais, dentro da aldeia. Os índios serão convocados para a audiência, que, segundo Krenak, não pode ser apenas mais uma. “Não podemos decidir nada para os índios, porque desta forma não tem dado certo. A solução é deixar que eles mesmos apontem uma solução”, disse Krenak. De acordo com o administrador da Funai, as ações das polícias Militar e Federal não têm sido suficientes para coibir a ação de comerciantes e atravessadores que vendem cachaça aos índi-

os da aldeia, que tem 900 pessoas, divididas entre as comunidades de Água Boa e Pradinho, que ainda conservam religião e língua materna próprias. *(Ana Lúcia Gonçalves, Hoje em Dia, 04/11/05)*

CONFLITO ENTRE GRUPOS RIVALS PROVOCA MORTES...

Pelo menos dois índios Maxakali morreram ontem, nesta cidade no Vale do Mucuri, em mais um conflito entre grupos rivais das aldeias Água Boa e Pradinho. Devido à dificuldade de comunicação com a aldeia, até ontem a Funai só havia identificado uma das vítimas, Xibil Maxakali, que foi morto a facadas. No entanto, segundo o chefe de Assistência ao Índio, Hélio Palmeira, há a confirmação de mais uma morte e de alguns índios desaparecidos. O crime teria acontecido no início da tarde por motivos ainda desconhecidos. Mas, segundo Palmeira, não há dúvidas de que esteja ligado ao conflito entre os grupos rivais. Xibil Maxakali pertencia ao grupo de Rafael, que era de Pradinho, mas que teria se juntado ao grupo de Noêmia, de Água Boa – índia que, em agosto, coordenou o bando que ocupou fazendas no entorno da aldeia, garantindo que pertenciam aos seus familiares. Noêmia, segundo Palmeira, tem inimigos nas duas aldeias. São índios que não concordam que as terras que englobam as cerca de dez fazendas pertençam a ela e, por isso, vinham pedindo à Funai que ela fosse afastada da aldeia. “O Xibil não era problemático e pode ter sido morto apenas por ter se juntado ao grupo da Noêmia”, afirma Hélio Palmeira. *(Hoje em Dia, 09/11/05)*

... E EXPULSÃO DE 216 ÍNDIOS DE ALDEIA

Setenta e seis dos 216 índios maxakalis expulsos da aldeia em Santa Helena de Minas, no Vale do Mucuri, e que chegaram a Governador Valadares no último sábado, serão novamente transferidos hoje, depois de passarem por dois alojamentos na cidade em menos de 24 horas. Eles pertencem ao grupo de Noêmia Maxakali, considerada o pivô do conflito na aldeia e que hoje vai ser alojada em um sítio a sete km da cidade. Os demais índios foram abrigados pela aldeia Krenak, em Resplendor. Segundo o administrador regional da Funai na cidade, Waldemar Krenak, depois de chegar a Valadares o grupo foi alojado em uma chácara alugada pela Funai no Bairro Capim. No mesmo dia, no entanto, passou a invadir propriedades vizinhas e o proprietário da chácara exigiu a retirada imediata do grupo, que, no domingo, foi levado para a sede da Funai. “Muitos dormiram no meu gabinete. Outros levei para casa”, con-

tou o administrador, que na tarde de ontem ainda acertava o aluguel do sítio. Tanto o grupo de Noêmia como o de Rafael, abrigado pela aldeia Krenak, não poderão mais voltar para a aldeia em Santa Helena porque estão ameaçados de morte por grupos rivais, que são a maioria na aldeia. Dezenove índios morreram na aldeia Maxakali nos últimos dois anos, em conflitos entre os grupos de Água Boa e Pradinho. *(Ana Lúcia Gonçalves, Hoje em Dia, 22/11/05)*

XAKRIABÁ

NOVO CACIQUE

No último domingo, em uma reunião extraordinária entre lideranças e o povo, foi escolhido o novo cacique dos Xakriabá dando fim à espera e ansiedade vivida desde a morte do Cacique Manoel Gomes de Oliveira (Rodrigo), no dia 25 de abril. O novo cacique, escolhido pelo povo e apoiado com unanimidade por todas as lideranças Xakriabá é o jovem Domingos Nunes de Oliveira, filho de Rosalino, indígena perseguido e assassinado no processo de luta pela terra em fevereiro de 1987. *(Cimi, 14/07/03)*

REVOLTA CONTRA A CODEVASF

O povo Xakriabá se encontra revoltado com os prejuízos ambientais, econômicos, culturais e à saúde causados pela barragem construída pela Codevasf, que atinge diretamente a aldeia Barra do Sunaré. A agricultura dos Xakriabá foi prejudicada pela barragem que inundou longos trechos de áreas agricultáveis. Os Xakriabá, revoltados, cobram as responsabilidades dos órgãos envolvidos no projeto de construção. *(Cimi, 17/07/03)*

OPERAÇÃO DE DESARMAMENTO

Agentes da Polícia Federal iniciam nesta terça-feira uma operação de desarmamento na reserva indígena Xacriabá. Segundo a Superintendência da PF no Estado, trata-se da primeira ação do gênero em uma comunidade indígena desde o início da campanha do desarmamento. O chefe do posto da Funai na reserva, João Batista Carvalho, disse que a operação está sendo deflagrada na semana que antecede as eleições municipais devido ao acirramento da disputa eleitoral na cidade. *(Oesp, 28/09/04)*

KRENAK

ASSASSINADO DEFENSOR DOS KAXIXÓ

Divulgamos aqui o ofício encaminhado pelo Cedefes e Cimi à Procuradoria da República

em Minas Gerais comunicando o assassinato de Ivo de Castro Machado, grande defensor do povo Caxixó na luta pela terra. O assassinato foi no último sábado. A Fetaemg e Nilmário Miranda estão tentando marcar uma audiência na Secretaria de Segurança Pública para tratar do caso. *(Cedefe; Cimi, 29/07/02)*

CAMPANHA PELA REGULARIZAÇÃO DA TERRA

Já estão disponíveis cópias do vídeo “Caxixó: o Segredo Encapado”, peça da campanha pela demarcação e garantia do território deste povo indígena. O documentário mostra a luta de uma comunidade indígena, situada nos municípios de Martinho Campos e Pompéu, Minas Gerais, contra a expansão de grileiros e pecuaristas, que se apossaram de todas as terras agricultáveis e os mantêm isolados e espremidos em “fundos de fazenda”. *(Anaí, 26/02/03)*

TUPINIQUIM E GUARANI

PROFESSORES INDÍGENAS SÃO APROVADOS EM CONCURSO

Sete educadores tupiniquims e um guarani, aprovados no primeiro concurso público municipal diferenciado promovido no Brasil, serão empossados hoje em Aracruz, em caráter efetivo, para dar aulas nas aldeias do município. Eles fazem parte de um grupo de 28 candidatos indígenas que se inscreveram para disputar as oito vagas oferecidas pela Secretaria de Aracruz, em dezembro passado, para o período letivo de 2001. *(A Gazeta, 17/02/01)*

PRESSÃO POR ÁGUA TRATADA

Os índios de Aracruz ameaçam usar a força para garantir a instalação de água tratada na área que as comunidades indígenas locais ocupam desde agosto do ano passado, em Santa Cruz. A medida, segundo o presidente da Associação Indígena Tupiniquim e Guarani, Ervaldo Santana, deveria ter sido adotada no último sábado. Entretanto, ressaltou, a decisão foi inviabilizada pelos argumentos de que esta atitude só deverá ser tomada depois de esgotados todos os recursos de persuasão junto às autoridades públicas do município. *(A Gazeta, 23/03/01)*

PROTESTO CONTRA DESPEJO

Os índios tupiniquim e guarani de Aracruz farão hoje um protesto, no terreno que ocupam desde agosto, em Santa Cruz. Existe uma liminar judicial determinando a retirada dos indígenas da área. O protesto foi organizado devido aos boatos de que a Justiça Federal teria deter-

minado o despejo para hoje. A estratégia de resistência foi traçada ontem em Caieiras Velha, durante reunião que envolveu todos os caciques de Aracruz e outros índios que ocupam posição de liderança. O plano consiste em deslocar o maior número possível de pessoas para a área, incluindo representantes de entidades ambientalistas e sindicais. A disposição é de optar por um confronto corporal, caso ocorra a tentativa de retirá-los do terreno doado pela Prefeitura de Aracruz à empresa Thotham Mineradora Ltda, que entrou na Justiça com o pedido de despejo. *(A Gazeta, 28/04/01)*

DISSIDENTES TENTAM VOLTAR À ALDEIA, MAS NÃO SÃO ACEITOS

Uma decisão de desocupação assinada pelo juiz federal Rogério Moreira Alves, pôs fim ao clima de conflito gerado pela invasão de uma área na aldeia de Caieiras Velha. Durante o processo de demarcação da área indígena de Aracruz, entre 1979 e 1981, famílias indígenas preferiram receber indenização do Governo federal e acompanhar famílias brancas que se deslocaram para outras áreas. Há poucas semanas, uma comunidade tupiniquim dissidente tentou voltar à aldeia mas não foi aceita pelos indígenas. Ontem, o presidente da Associação Indígena Tupiniquim Guarani, Ervaldo Santana, considerou a questão como encerrada. Apesar da decisão judicial determinar que, se necessário, fosse acionada força policial para expulsar os índios da área, a retirada foi pacífica. *(A Gazeta, 09/05/01)*

THOTHAM MINERAÇÃO DEVERÁ TRANSFERIR PORTO

A empresa Thotham Mineração Ltda terá que desistir de montar sua estrutura de desembarque de calcário em Santa Cruz, e deverá procurar outro local para desenvolver a atividade. Esta é a recomendação transmitida à indústria por ofício assinado pelo secretário Almir Bressan, da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama). A decisão foi motivada pelos constantes debates e pela polêmica gerada em torno da questão. A decisão da Seama foi recebida sem entusiasmo pelos ambientalistas e pela comunidade indígena, apesar de a medida ter sido considerada uma vitória antecipada da luta que se trava pela posse da área, ocupada desde agosto do ano passado por índios guaranis. *(A Gazeta, 22/05/01)*

RELATÓRIO SOBRE TERRA É ANALISADO

O relatório com o resultado dos levantamentos realizados em dezembro de 2000, em uma

área de 50 ha reivindicada pelos índios em Santa Cruz, no município de Aracruz, já é analisado por técnicos da Funai, em Brasília. O documento tramita no Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários. A expectativa, segundo funcionários do setor, é que o processo seja encaminhado à presidência do órgão até o fim desta semana. *(A Gazeta, 28/05/01)*

LICENCIATURA PARA PROFESSORES INDÍGENAS

Na próxima segunda-feira será apresentado no auditório do Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) o projeto do curso de licenciatura para formação de professores dos povos indígenas tupiniquim e guarani. O curso de graduação para índios é o segundo do país — o primeiro, que ainda está em fase de organização, foi uma iniciativa de Mato Grosso — e deverá começar já no próximo ano. O curso diplomará 50 alunos — o número de vagas foi definido pela necessidade das comunidades —, e terá duração de seis anos. Todas as reuniões realizadas pelos coordenadores do projeto tiveram a participação efetiva das lideranças indígenas das aldeias de Aracruz. *(Mônica Luz, A Gazeta, 16/06/01)*

FUNAI DIZ QUE ÁREA DA THOTHAM É INDÍGENA

A publicação ontem, no DOU, do parecer da Funai favorável às comunidades indígenas, que reivindicam uma área de 50,7 ha no distrito de Santa Cruz, contribuiu para acirrar ainda mais as discussões durante a audiência pública da Thotham Mineração Ltda. Representantes da Funai presentes ao evento, além de técnicos e ambientalistas, solicitaram inclusive, diante do novo fato, a nulidade da audiência pública, o que não foi acatado pelo presidente da mesa, o assessor da presidência do Ibama, Marco Aurélio Rodrigues. Parte do público apoiava a empresa e outra se posicionava contrária ao desenvolvimento das atividades industriais da Thotham, que consiste na exploração de algas marinhas calcárias em Aracruz. O presidente da mesa teve dificuldade de controlar a situação durante a audiência pública. Foram registrados casos de agressão física e manifestações em tom agressivo. *(Zenilom Custódio, A Gazeta, 05/07/01)*

AJUDA PARA CURSO SUPERIOR

Os índios tupiniquim e guarani das aldeias de Aracruz encaminharam ontem, à Aracruz Celulose, um documento solicitando que a empresa assumira os custos necessários para ga-

rantir a permanência de 31 alunos indígenas em cursos particulares de nível superior. A iniciativa foi definida durante reunião realizada na aldeia de Pau Brasil. (*A Gazeta, 19/07/02*)

CPI INVESTIGA OCUPAÇÃO DE TI PELA ARACRUZ

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada há três meses pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo para investigar a ocupação ilegal de terras dos índios Tupinikim e Guarani – e também de pequenos agricultores e quilombolas – por parte da Aracruz Celulose. Hoje, a Aracruz Celulose tem mais de 170 mil ha de eucaliptos plantados. Onde se encontrava uma comunidade Tupinikim, construiu-se o complexo de produção de celulose. (*Porantim, 01/08/02*)

ARACRUZ SOB FOGO CRUZADO

Do lado de fora da festa de inauguração da terceira unidade de produção de celulose da Aracruz, realizada na semana passada, cerca de 700 pessoas gritavam palavras de ordem contra a empresa. Eram representantes de comunidades indígenas, de quilombos, de ONGs, da Igreja Católica, do MST e ambientalistas, entre outros, que formam a chamada Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Não estavam indignadas por não terem sido convidadas para a cerimônia, que contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, além de autoridades e empresários. Os manifestantes estavam ali para reafirmar uma luta que vem sendo travada há anos. Os índios reclamam terras; os pescadores e as ONGs denunciam a degradação do meio ambiente; e pequenos produtores buscam solução para o êxodo rural que o eucalipto plantado pela Aracruz teria causado. (*Alberto Komatsu, JB, 11/08/02*)

GOVERNO BRASILEIRO SERÁ DENUNCIADO À OEA

Associações populares e ambientalistas que integram a Rede Deserto Verde encaminharão nos próximos dias uma denúncia à OEA contra o governo brasileiro pelo apoio que deu à expansão dos negócios da empresa Aracruz Celulose no Espírito Santo e na Bahia. A justificativa é que o presidente Fernando Henrique Cardoso desrespeitou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ao conceder incentivos para a construção da fábrica da empresa, que ampliará substancialmente a sua capacidade de produção. E desconsiderou os crimes ambientais e sociais já cometidos pela multinacional cujas instalações foram construídas em terras usurpadas dos

índios Tupinikim e Guarani, de quilombolas e de pequenos agricultores. (*Cimi, 15/08/02*)

IBAMA BARRA EXPLORAÇÃO DE RESERVA MINERAL

O Ibama negou licença para que a Thotham Industrial explore calcário biogênico de algas, na reserva ecológica de Santa Cruz. Além de reserva, é terra dos índios Tupiniquim e Guarani. Mas a empresa não desistiu de explorar outras áreas do local. Para impedir a degradação da região, um grupo de ONGs está lutando pela criação da APA Santa Cruz, enquanto os índios pressionam pela demarcação de suas terras, situadas na área. (*ISA, 16/08/01*)

POSSEIRO TEM SUAS TERRAS DESAPROPRIADAS

O último posseiro que ainda insistia em permanecer na área indígena de Comboios, em Aracruz, identificado como Juarez, teve as terras desapropriadas ontem, por determinação da Justiça Federal. A operação envolveu representantes da Funai e agentes da PF. A questão estava tramitando na Justiça desde 1998, quando outras 12 famílias não-índias, que reclamavam a posse de 1.000 ha, foram retiradas dos limites da reserva. (*A Gazeta, 15/09/01*)

ACORDO ENTRE ARACRUZ CELULOSE E ÍNDIOS

A Funai, as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz e a empresa Aracruz Celulose assinaram, após dois meses de discussão, um termo aditivo do acordo financeiro firmado em 1998. O acordo firmado em 1998 é resultado da ação fomentada pela Funai e pela Associação Indígena Tupiniquim-Guarani para ressarcimento dos índios de Aracruz, que tiveram áreas desmatadas pela empresa. Com o termo aditivo, a quantia recebida aumentou em R\$ 400 mil ao ano, que serão recebidos até 2018. Com a revisão, serão R\$ 1,7 milhão investidos anualmente em projetos sociais e ambientais, beneficiando cerca de 2 mil índios das comunidades. (*Funai, 17/09/02*)

LÍNGUA TUPINIQUIM NA ESCOLA

Todos os índios das aldeias tupiniquim do norte do Espírito Santo, desde a educação infantil até os adultos, iniciaram aulas sobre a língua tupiniquim. A matéria faz parte da grade escolar e tem o objetivo de ensinar e conservar o idioma nestas aldeias, a fim de valorizar a cultura indígena. A iniciativa abrange as aldeias de Caietas Velha, Pau Brasil, Comboios e Irajá, de origem tupiniquim. (*Flávia Bernardes, Jornal Século Diário, 24/09/04*)

RECUPERAÇÃO DOS RIOS

Devem ser divulgados hoje os resultados de estudos feitos pela empresa Aracruz Celulose, visando a reverter o quadro de depreciação dos rios Guaxindiba e Sahy, que cortam a aldeia tupiniquim de Pau-Brasil, em Aracruz. A iniciativa foi estabelecida em setembro, durante a renovação do acordo financeiro que a empresa mantém com as comunidades indígenas de Aracruz desde 1998. No passado, os dois rios tiveram importância fundamental na vida da comunidade, conforme destacou Sinhozinho, vice-cacique da aldeia. Ele lembra que os mananciais se constituíam em importante fonte de alimentos para a comunidade e eram navegáveis. Atualmente, destacou, o quadro é catastrófico. (*A Gazeta, 04/11/02*)

INDENIZAÇÃO POR TUBULAÇÕES DE GASODUTO

Os índios tupiniquim de Comboios, aldeia com área de 2.984 ha no município de Aracruz, encaminharam um documento à Procuradoria Geral da República, esta semana, reivindicando indenização financeira pelos riscos e transtornos representados pelos 20 km de tubulações do gasoduto que cortam suas terras. Eles solicitam, ainda, que sejam providenciadas fiscalização e manutenção permanentes do sistema. (*Zenilton Custódio, A Gazeta, 21/11/03*)

INQUÉRITO VAI APURAR OCUPAÇÃO DA ARACRUZ CELULOSE

A violência cometida pela indústria de papel Aracruz Celulose contra indígenas no Espírito Santo começa a ser finalmente revertida. Um despacho do MPF com data de fim de março instaura inquérito civil público para apurar as irregularidades na demarcação das terras dos índios Tupinikim e Guarani. Onze mil ha da terra que deveriam ser dos indígenas estão ocupados pela Aracruz desde 1998, quando um acordo assinado sob pressão no Ministério da Justiça forçou os índios para fora de suas terras. Em assembléia realizada em fevereiro, os povos Tupinikim e Guarani decidiram ignorar o acordo e partir novamente para a ofensiva em defesa dos 11 mil ha de terra que são seus. (*Fausto Oliveira, Fase Notícias, 18/04/05*)

CANSADOS DE ESPERAR, ÍNDIOS COMEÇAM AUTODEMARCAÇÃO

Cansados de esperar por uma decisão da Justiça sobre a posse de uma área de 11 mil ha, mais de 300 índios de diversas aldeias de Aracruz tentaram ontem resolver o problema com as próprias mãos: armados de arcos, flechas,

bordunas e tacapes, pintaram o corpo para a guerra e começaram logo cedo a demarcar a terra, temporariamente em poder da empresa Aracruz Celulose. *(O Globo, 18/05/05)*

JUSTIÇA ORDENA SAÍDA DE ÍNDIOS DE EMPRESA...

A Justiça Federal do Espírito Santo concedeu mandado de reintegração de posse para a Aracruz Celulose, que teve parte das terras invadida por cerca de 400 índios na terça-feira, em Aracruz. *(FSP, 23/05/05)*

... MAS LIMINAR É SUSPensa

Tupiniquins e guaranis que há oito dias ocuparam terras da Aracruz Celulose conseguiram, ontem, uma inesperada vitória. O desembargador Paulo Espírito Santo, do TRF da 2ª Região, suspendeu a liminar que mandava a polícia capixaba expulsá-los. *(JB, 26/05/05)*

ÁREA REIVINDICADA É OCUPADA

Nem o mau tempo parou os Tupinikim e Guarani. Ontem, cerca de 200 indígenas das sete aldeias do Espírito Santo realizaram um corte de eucalipto dentro da área indígena atualmente nas mãos da Aracruz Celulose, para iniciar uma primeira ocupação da área reivindicada. Estes 11.009 ha já foram identificados pela Funai e reconhecidos como TIs pelo ex-Ministro da Justiça Íris Rezende mas, de forma inconstitucional, ficaram fora das portarias de demarcação editadas por Rezende em 1998. *(Rede Alerta Contra o Deserto Verde, 01/06/05)*

FUNAI, ARACRUZ E ÍNDIOS TENTAM ACORDO

Os representantes da Funai, da empresa Aracruz e de comunidades indígenas presentes na audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias concordaram com a sugestão da presidente da comissão, deputada Iriny Lopes (PT-ES), de buscar um acordo sobre a demarcação de terras no Espírito Santo. A parlamentar pretende debater a questão sem prejudicar o direito adquirido pelos índios. *(Agência Câmara, 10/08/05)*

ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA É INVADIDA

Um grupo de cerca de 200 índios invadiu ontem um prédio administrativo da fábrica da Aracruz Celulose, em Aracruz. Os tupiniquins e guaranis exigiam a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ou do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Em nota, a Aracruz acusou os índios de promoverem, com

apoio do MST e de estrangeiros, "ato de hostilidade" contra a empresa e de coagir empregados a deixarem seus postos. *(Zero Hora, 07/10/05)*

CRIMINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

Depois da ocupação das fábricas da Aracruz Celulose nos dias 6 e 7 de outubro deste ano, caciques e lideranças Tupinikim e Guarani estiveram em Brasília, dia 27 de novembro, em uma reunião no Ministério da Justiça, onde definiram caminhos para a demarcação oficial das terras. Após a reunião, a Funai publicou, dia 4 de novembro, portaria 1.299/2005, instaurando o GT que complementará e atualizará os estudos já realizados entre 1994 e 1998, que identificaram 11.009 ha de terras indígenas autodemarcadas pelos Tupinikim e Guarani em maio deste ano. O GT criado terá prazo de 30 dias para realizar seus trabalhos de campo e concluir seu relatório. Enquanto a luta indígena avança, a Aracruz contra-ataca pelo caminho de criminalização dos apoiadores da luta indígena e que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Nos últimos dias, quatro integrantes da Rede estão sendo processados pela empresa Aracruz Celulose, pelo apoio à luta indígena. A ação judicial pela empresa é emblemática e faz parte de suas estratégias de manter os índios isolados, sem apoio. Enfatizamos que a Aracruz não alcançará o objetivo da sua ação intimidadora: calar a voz dos apoiadores dos Tupinikim e Guarani e das comunidades que lutam por seus direitos, violados por essa empresa. Nossa solidariedade aos povos indígenas! Nossa solidariedade aos companheiros(as) processados (as). *(Rede Alerta Contra o Deserto Verde, 11/11/05)*

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

FALTA DE ASSISTÊNCIA NAS ALDEIAS

Os cerca de dois mil índios pataxós Hã-hã-hãe que vivem nas aldeias São Lucas, Paraíso e Milagrosa denunciam muitas dificuldades com a falta de assistência de saúde, educação, saneamento básico e água, problemas agravados pela indefinição da demarcação de suas terras. Segundo o vice-cacique, Nailton Muniz, desde a última investida dos índios, em 1997, quando conseguiram retomar 14 propriedades na área da reserva, a Funai indenizou apenas uma propriedade. *(A Tarde, 06/06/01)*

CLIMA TENSO EM PAU BRASIL

A população de Pau Brasil volta a viver clima de tensão, por conta da ocupação, há cinco dias,

pelos pataxós hã-hã-hãe, das fazendas Lusitânia, de 120 ha, propriedade de Alberto Pereira, e Justiça Divina, com 80 hectares, de Abenilson Rocha. A ocupação pacífica e negociada pela Funai provocou a reação de um grupo de fazendeiros que perdeu terras para os índios e estão respondendo ao novo ataque, exibindo sessões de vídeo em praça pública, com cenas de morte dos policiais militares Deusmar Barreto e Josivaldo Batista, ocorrida numa emboscada, durante o conflito em novembro de 1999, quando os pataxós recuperaram cerca de dez fazendas. *(A Tarde, 11/06/01)*

RETOMADA DE FAZENDAS SEM AMEAÇA DE CAPANGAS

Os Pataxó Hã-hã-hãe, com apoio de lideranças comunitárias, estão retomando as terras exploradas por fazendeiros no território tradicional indígena no extremo-sul da Bahia. Até agora foram sete áreas ocupadas na região. Só que dessa vez as ocupações são feitas sem as ameaças de capangas e da polícia. A retomada mais recente aconteceu na manhã da última segunda-feira, quando os índios ocuparam a fazenda Monte Alegre, de 160 ha, no município de Camacan. O coordenador da equipe do Cimi em Itabuna informou que a situação no momento é tranquila graças à ação rápida dos índios que acionaram a Procuradoria da República de Ilhéus e a Polícia Federal, que tomaram medidas cabíveis de proteção aos índios, coibindo possíveis ações de violência. *(Correio da Bahia, 20/06/01)*

COM MOROSIDADE DO STF, OCUPAÇÕES CONTINUAM...

Os índios da tribo Pataxó Hã-hã-hãe estão dando continuidade ao processo de retomadas de terras no sul do estado. Com a morosidade do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação de Nulidade de Títulos Imobiliários, que já dura 19 anos, os índios decidiram retomar as terras ocupadas por fazendeiros paulatinamente e sem confronto. As fazendas ocupadas no fim de semana são de propriedade de Antônio Rodrigues Ferreira e Edilson Borges. "Enquanto pudermos, vamos retomar nosso território, pois muitos já derramaram sangue por ele", disse o cacique da tribo Pataxó, Gérson Melo. *(Correio da Bahia, 01/08/01)*

... E ÍNDIOS PEDEM URGÊNCIA NO JULGAMENTO DA AÇÃO

Um grupo de 12 Pataxó Hã-Hã-Hãe foi recebido nesta quinta-feira, 16 de agosto, pelo presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello e pelo ministro Nelson Jobim, relator da Ação de

Nulidade de Títulos Imobiliários da TI Caramuru Catarina Paraguassu, no município de Pau Brasil, estado da Bahia. (*Cimi, 16/08/01*)

MAIS UMA RETOMADA

Na madrugada de hoje (28/08), por volta das cinco horas da manhã, cerca de 50 famílias de índios Pataxó Hã-Hã-Hãe retomaram mais uma fazenda que invade o seu território tradicional. A fazenda do invasor Agnaldo Lima da Silva de 140 hectares, localizada no município de Itajú do Colônia, faz parte da listagem de fazendas vistoriadas pela equipe técnica da Funai, passíveis de indenizações por benfeitorias construídas de boa-fé. (*Cimi, 28/08/01*)

CERCA DE 60 FAZENDAS OCUPADAS

Os índios pataxós já ocuparam, nos últimos quatro dias, cerca de 60 fazendas, na região de Agua Vermelha e na divisa de Pau Brasil com o município de Itaju do Colônia. Dentre elas, uma pertence ao secretário estadual de Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, que estaria entre os 10% dos fazendeiros que detêm a maior parte das terras dentro da reserva pataxó e estão emperrando o processo, porque não desejam negociar com a Funai. (*Ana Cristina Oliveira, A Tarde, 23/10/01*)

FAZENDEIROS REAGEM

Fazendeiros da região sul da Bahia que tiveram as suas terras ocupadas por índios pataxó hã-hã-hãe começaram ontem a reagir às invasões. Duas fazendas foram desocupadas a tiros, por grupos de homens encapuzados, fortemente armados. (*O Globo, 24/10/01*)

INQUÉRITO NA PF CONTRA FAZENDEIROS

O procurador da República, em Ilhéus, Márcio Torres, pediu, ontem, a abertura de inquérito na Polícia Federal (PF) para apurar a violenta reação de fazendeiros contra as ocupações que os pataxós hã-hã-hãe promoveram entre os dias 18 e 22 passados. (*A Tarde, 25/10/01*)

PATAXÓ NÃO SERÃO RETIRADOS À FORÇA

O ministro da Justiça, Aloysio Ferreira, comprometeu-se em interferir junto ao governo da Bahia para que a polícia militar daquele estado não retire os índios Pataxó de terras indígenas retomadas de fazendeiros. O compromisso foi obtido pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). Uma juíza na Bahia havia expedido

um “mandado de reintegração de posse”, dando razão aos fazendeiros que haviam invadido as terras. (*Viaecológica, 22/11/01*)

DESMATAMENTO DA MATA ATLÂNTICA

A devastação da Mata Atlântica no sul da Bahia avança de maneira descontrolada, sem que o Ibama tenha conhecimento da real dimensão do problema. Em municípios como Pau Brasil, Una, Arataca, São José da Vitória e Camacan o barulho das motosserras denuncia os crimes ambientais. A vice-cacique Marilene dos Santos afirmou que este problema foi um dos fatores que motivaram os hã-hã-hães a acelerarem a retomada de suas terras, para impedir que os fazendeiros invasores desertifiquem a área, antes de devolvê-la ao povo pataxó. (*A Tarde, 20/11/01*)

STF ADIA DECISÃO PARA 2002

Ainda não foi desta vez que os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe assistiram ao julgamento do processo de nulidade dos títulos imobiliários referentes às suas terras, que se arrasta há 19 anos no STF. A decisão ficou para 2002. O relator do processo, ministro Nelson Jobim, levou o caso ao plenário e levantou “questão de ordem” para sugerir que o próprio STF analise cada um dos títulos questionados. (*JB, 12/12/01*)

MAIS OCUPAÇÕES

Índios pataxós hã-hã-hãe e fazendeiros de Pau Brasil, estão em conflito desde a quinta-feira passada. Até anteontem, nove fazendas haviam sido invadidas. O caso mais grave ocorreu na sexta, quando cerca de 70 índios invadiram a fazenda Santa Luzia. (*JB, 03/06/02*)

TENSÃO AUMENTA COM MORTE DE PATAXÓ

O índio pataxó hã-hã-hãe Raimundo Rosa Neres, conhecido como Sota, de 42 anos, foi assassinado na madrugada de ontem por pistoleiros que estavam de tocaia na Fazenda São Francisco, de propriedade do produtor Valdir Alves. A notícia da morte do pataxó gerou muita tensão em Pau Brasil, que recebeu um contingente de 65 policiais do 15º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Itabuna, e de cinco agentes da Polícia Federal de Ilhéus. (*Ana Cristina Oliveira, A Tarde, 19/07/02*)

DEPUTADOS DEBATEM VIOLÊNCIA NA DISPUTA POR TERRAS

Parlamentares representantes de comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e da As-

sembléia Legislativa do Estado estarão reunidos, hoje, em Pau Brasil, para encaminhar propostas, visando solução para a disputa violenta de terras entre índios e fazendeiros. A presença dos parlamentares deve-se ao ataque de pistoleiros, ocorrido na última segunda-feira, na Fazenda Letícia, de propriedade do ex-prefeito do município, Durval Santana, que feriu o índio José Carlos da Silva, de 29 anos, com nove tiros de espingarda calibre 12. (*Ana Cristina Oliveira, A Tarde, 19/07/02*)

FAZENDEIROS CULPAM A FUNAI

O clima é também muito tenso entre os fazendeiros do município com os boatos de que eles estariam contratando trabalhadores na periferia de Itabuna e levando para as fazendas, em Pau Brasil, onde recebem armas para enfrentar os índios. Ontem, um grupo se reuniu na casa de Marcos Vinícius Guimarães, o “Marcão”, e acusou a Funai de fazer terrorismo. “O órgão cria o conflito, coloca os índios no fogo e suas ações ficam impunes”, disse um deles, responsabilizando o chefe do posto, Alberto Evangelista, pelos problemas. (*A Tarde, 20/07/02*)

NOVA INVASÃO DE TERRA AMEAÇA TRÊGUA

A invasão da Fazenda São Pedro por cerca de 150 pataxós hã-hã-hãe, ameaça pôr fim, a qualquer momento, à frágil trégua que a Polícia Militar está sustentando em Pau Brasil. Os índios, com muitas crianças, estão acampados do lado externo da sede da fazenda, situada na região do Córrego Verde, de propriedade de Raimundo Alves, cujos familiares ameaçam tirar os invasores à força, apesar da presença de agentes da PF, deslocados até a área para evitar o conflito. Iniciada na última quinta-feira, quando os ânimos em Pau Brasil já estavam acirrados com o assassinato do índio Raimundo Neres, a nova invasão mexe com produtores de pecuária da região, que, segundo lideranças indígenas, formaram um cordão de isolamento com pistoleiros fortemente armados. (*Ana Cristina Oliveira, A Tarde, 22/07/02*)

PATAXÓS REIVINDICAM MELHORIAS NAS ALDEIAS

Lideranças das tribos Pataxó Hã-hã-hãe e Pataxó estiveram reunidas com o administrador Regional da Funai, Cleto Antônio de Lima e Silva, reivindicando melhorias para suas aldeias. Nos dois casos, os índios apreenderam veículos da Funai, na tentativa de pressionar o órgão a atender seus pedidos. A principal reivindicação da comunidade Titiá é a liberação de R\$ 73 mil para a implantação do Projeto Produtivo. O dinheiro seria usado na compra de

sementes e ferramentas para o desenvolvimento da atividade cacaujeira. *(A Tarde, 26/07/02)*

PREFEITOS QUEREM A LEI RESPEITADA

Os Prefeitos de Pau Brasil, José Augusto dos Santos Filho, de Itajú do Colônia, Vivaldo Santos Oliveira Alves, e de Camacan, Erivaldo Nunes, acompanhados dos presidentes da União dos Municípios da Bahia (UPB), Roberto Britto, e da Associação dos Municípios das Regiões Sul e Sudoeste e Cacaueira (Amurc), Jabes Ribeiro, se reuniram com o juiz Pedro Calmon Holliday, da Vara da Justiça Federal de Ilhéus. No encontro, os prefeitos entregaram ao juiz documento pedindo o cumprimento das determinações judiciais de reintegração de posse das propriedades invadidas pelos índios pataxós hã-hã-hãe, em Pau Brasil. O prefeito de Pau Brasil, José Augusto dos Santos Filho, conhecido como "Zé de Dezinho", afirmou que o objetivo da reunião era buscar, através da Justiça Federal, o apoio para a instituição da paz social e da ordem na área de conflito. *(A Tarde, 31/07/02)*

ESTUDANTE INDÍGENA EM CUBA VISITA ALDEIA

A comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe, da aldeia Caramuru, recebe, até o dia 14 de setembro, a visita do estudante e professor indígena Edvaldo de Jesus Santos Pataxó, 24 anos, que está cursando medicina em Cuba. Depois de formado, daqui a quatro anos, Edvaldo quer retornar à aldeia onde nasceu e se criou para trabalhar em medicina social, como clínico geral. *(Site da Funai, 09/08/02)*

FUNAI INDENIZA OCUPANTES DA TI

O Funai, criou Comissão Técnica para dar continuidade aos pagamentos de benfeitorias consideradas de boa fé, implantadas por ocupantes não-índios na TI Caramuru Paraguaçu. *(DOU, 30/08/02)*

LANÇAMENTO DE LIVRO EMOCIONA CACIQUE

Acaba de ser lançado, no Ministério da Justiça, o livro "Povos Indígenas no Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru Paraguaçu", editado pela Funai, por meio do seu Museu do Índio. A publicação reúne 20 mil registros documentais relativos à questão da TI Caramuru, cuja sen-

O cacique Gerson Pataxó Hã-hã-hãe entrega ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva exemplares do livro sobre a história da luta pelas terras indígenas na Bahia.

tença de uma ação impetrada pela Funai em favor dos Pataxó está para ser julgada no STF há mais de 20 anos. *(Site da Funai, 20/12/02)*

TENSÃO COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Desde o meio-dia de ontem, é tenso o clima em Pau Brasil, pela decisão dos índios pataxós hã-hã-hãe, em pé-de-guerra, de impedir oficiais de Justiça de cumprirmos liminar, numa ação de reintegração de posse da Fazenda Serra Grande, na região de Águas Vermelhas, em Pau Brasil. Cerca de 400 índios pataxós estão mobilizados, preparados para um confronto direto com a Polícia e os posseiros na Reserva Catarina Paraguaçu. *(A Tarde, 23/01/03)*

RESERVA SÓ EXISTE NA MENTE DOS PATAXÓ, DIZ ADVOGADO

"A Reserva Caramuru-Catarina Paraguaçu existe somente no imaginário dos índios e dos seus defensores. Sua área jamais foi demarcada, seus limites esclarecidos, que áreas de terras engloba, quais as regiões que atinge, porque o projeto anterior de sua instalação nunca foi avante por diversas razões". A afirmação é de Durval Ramos, advogado dos agricultores Jaime Oliveira do Amor e Augusto. *(Ederivaldo Benedito, A Tarde, 29/01/03)*

PATAXÓ ENCONTRAM-SE COM PRESIDENTE DO STF...

O presidente do STF, Marco Aurélio Mello, recebeu ontem 43 índios Pataxó acompanhados pela chefe de gabinete da presidência da Funai, Áurea Lúcia Maia, para conversarem sobre a situação da TI Caramuru Paraguaçu e pedir o

julgamento da ação que tramita há mais de 20 anos no STF. O cacique Gerson de Souza entregou ao presidente do STF 11 exemplares do livro "Povos Indígenas do sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru Paraguaçu", editado pela Funai, para serem entregues aos ministros do STF. *(Site da Funai, 07/02/03)*

... E TAMBÉM COM O PRESIDENTE LULA

Há mais de 20 anos brigando na Justiça pela posse de terras, índios pataxó hã-hã-hãe estiveram ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pedir que ele interceda junto ao STF. Eles querem o julgamento da ação para anular títulos concedidos a fazendeiros, na região, pelo governo estadual. O grupo, de aproximadamente 50 índios, também entregou ao presidente um livro sobre a história da luta pelas terras na Bahia. *(JB, 15/02/03)*

ONU CRITICA BRASIL POR NÃO EXPLICAR ASSASSINATOS

O governo brasileiro está sendo criticado pela ONU por ignorar os pedidos de explicações sobre os assassinatos de defensores dos direitos humanos no País. Ontem, a representante do secretário-geral da ONU para o tema dos defensores dos direitos humanos, Hina Jilani, pediu explicações e ações urgentes em casos como o de Raimundo Rosa Neres, líder do grupo pataxó hã-hã-hãe. *(Oesp, 18/04/03)*

STJ DEVOLVE TERRAS DA BAHIA AOS PATAXÓ

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu no STJ devolver a posse da área localizada nos



ANTONIO CRUZ/ABR, 2003

municípios de Pau Brasil e Itaju da Colônia para os índios pataxós hã hã hãe. O ministro Ruy Rosado de Aguiar, relator da ação, deferiu a liminar requerida na medida cautelar interposta pela Procuradoria Geral da União, órgão da AGU, para suspender o acordão da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (DF), que dava a posse da terra ao fazendeiro Jayme Oliveira do Amor. *(Radiobrás, 06/05/03)*

OPERAÇÃO POLICIAL CONTRA OS PATAXÓ É SUSPensa

Foi suspensa a mega operação de guerra montada para amanhã, 20 de junho, contra o povo Pataxó Hã Hã Hãe, com o propósito de desaloj-lo de onze das "fazendas" situadas em seu território e recentemente reocupadas pelos índios. *(Anai, 19/06/03)*

ALÍVIO: LIMINARES DE DESPEJO SÃO SUSPENSAS

A comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe de Pau-Brasil conseguiu respirar um pouco mais aliviada neste final de semana, depois da suspensão de dez liminares das onze concedidas aos fazendeiros pela Justiça Federal de Ilhéus. *(Cimi-Leste, 27/06/03)*

ÔNIBUS DE ESTUDANTES INDÍGENAS É INCENDIADO

Um ônibus da Funai foi incendiado na noite de anteontem no centro de Pau Brasil, no sul da Bahia. O Cimi classificou a ação de "atentado". O veículo era usado para levar alunos indígenas da etnia pataxó hã-hã-hãe da aldeia até a escola estadual. Segundo a Polícia Federal, dois motoqueiros não identificados atiraram coquetéis molotov no ônibus vazio, em frente à escola. *(FSP, 25/10/03)*

PATAXÓS OCUPAM ÁREA EM ITAJU DO COLÔNIA...

Cerca de 180 pataxós hã-hã-hãe, liderados pelo cacique Nailton Muniz, ocupam área no município de Itaju do Colônia. Eles ocuparam de forma negociada três fazendas na região das Alegrias. No dia último dia 15 os índios ocuparam as terras que estavam em poder de Milton Batonzinho e seu irmão Bento, com 230 hectares. Os fazendeiros já estão providenciando os documentos necessários para a indenização das benfeitorias. *(A Região, 24/11/03)*

... MAS STJ MANTÉM FAZENDA COM PROPRIETÁRIO

A Fazenda Iracema, ocupada por índios da comunidade Pataxó Hã hã hãe, localizada nos

municípios baianos de Pau Brasil e Itaju do Colônia, continua pertencendo ao fazendeiro Augusto Cesar de Magalhães Ribeiro Coelho. É que o STJ julgou improcedente a medida cautelar interposta pela União buscando reverter a reintegração do fazendeiro na posse da área. A reintegração havia sido autorizada por liminar do TRF da 1ª Região, em Brasília. O ministro relator José Delgado considerou, "se de um lado a Constituição Federal confere proteção às terras "tradicionalmente" ocupadas pelos índios, por outro, também confere proteção ao direito de propriedade". *(A Tarde, 19/03/04)*

AÇÃO ENTRA NA PAUTA DO STF

Desde a última sexta-feira (28) está na pauta de julgamento do STF a Ação Cível que trata da nulidade de títulos concedidos pelo governo do estado da Bahia a invasores da TI Caramuru Catarina Paraguassu do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. A qualquer momento a ação poderá ser julgada. O relator, ministro Nelson Jobim, solicitou a inclusão do processo na pauta antes de ser empossado, hoje, na presidência do STF. *(Cimi, 03/06/04)*

AGRICULTORES OBTÊM POSSE DE TERRA

Agricultores conseguiram liminarmente na Justiça a posse da fazenda São Bento, na Bahia, invadida pelos índios da comunidade indígena Pataxó Hã Hã Hãe. Os índios recorreram ao TRF da 1ª Região depois que a Justiça Federal de Ilhéus aceitou pedido de liminar dos agricultores reintegrando os trabalhadores rurais à Fazenda São Bento. A comunidade indígena em sua alegação ponderou que possui o direito de posse em relação à Fazenda, já que ocupa as terras há mais de 50 anos. Os desembargadores da 6ª Turma do tribunal negaram o pedido dos índios. *(Carta Maior, 29/06/04)*

REIVINDICAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Lideranças indígenas de 6 aldeias da tribo Pataxó Hã-hã-hã do município de Pau-Brasil, cerca de 551 km de Salvador, estiveram ontem na sede da Funasa, em Salvador, em busca de melhoria na assistência médica. Eles reivindicam o fornecimento de medicamentos e três veículos para realizar o transporte de enfermos até os municípios mais capacitados. *(Tribuna da Bahia, 17/02/05)*

ATENTADO CONTRA VEREADOR INDÍGENA

O ex-cacique Gerson de Souza Melo, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, atual vereador pelo PT no

município de Pau Brasil, na Bahia, e mais cinco pessoas sofreram um atentado no último dia 21 de março, na estrada que liga a cidade de Pau Brasil à Aldeia Caramuru. O veículo da Funai que os conduzia foi atacado por três homens, que dispararam tiros em direção ao vereador, segundo informaram os indígenas. Os tiros, de armas de alto calibre, causaram cerca de 28 perfurações no veículo e não atingiram nenhum dos passageiros. O atentado foi denunciado à Polícia Civil e à Polícia Federal, que iniciaram investigações. *(Cimi, 24/03/05)*

PATAXÓ PEDEM CRIAÇÃO DE FRENTE PARLAMENTAR

Ontem, em sessão especial no Plenário, foi lançado o manifesto para criação da frente parlamentar em defesa do povo Pataxó, que pediu apoio ao Legislativo baiano para pressionar o STF. Participaram da sessão cerca de 30 índios, representando os três mil aldeados, além de lideranças indígenas, integrantes de movimentos indigenistas e deputados estaduais. *(Correio da Bahia, 06/08/05)*

NOVO ATENTADO CONTRA GERSON PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

A Anáí tomou conhecimento, através de telefonema, que o índio Pataxó Hãhãhãe, vereador pelo PT, Gerson de Souza Melo sofreu novo atentado ontem à noite, após o término de uma sessão na Câmara de Vereadores, quando o carro que o conduzia da cidade de Pau Brasil para a aldeia foi atingido por diversos tiros. Felizmente não houve vítimas. Gerson Melo, após prestar queixa na delegacia de Pau Brasil, segue, neste momento, para a Polícia Federal em Ilhéus. *(Anáí, 04/10/05)*

PATAXÓ / BARRA VELHA / MONTE PASCOAL

PARQUE TERÁ GESTÃO DO IBAMA E DOS PATAXÓ

A nova gerente do parque, Milene Maia, foi escolhida para garantir a preservação da Mata Atlântica de comum acordo com os mais de quatro mil índios que moram nas aldeias do entorno do parque: "A coordenação tem que ser realizada de forma conjunta; é o único caminho", destacou. *(A Tarde, 12/06/01)*

IBAMA APREENDE ARTESANATO INDÍGENA EM MONTE PASCOAL

O Ibama apreendeu 704 peças de artesanato indígena no povoado de Monte Pascoal, em Itabela. Segundo o fiscal Adalácio Moreira de



Pataxó reinauguram monumento à resistência destruído pela Polícia Militar baiana.

Souza, a denúncia recebida dá conta de que a matéria-prima vem sendo retirada de florestas do Parque Nacional do Monte Pascoal, em Porto Seguro, ocupada pelos índios Pataxó há quase dois anos. A área é tida como de preservação ambiental e a extração de madeira no local é expressamente proibida pelo governo. (*A Tarde*, 22/06/01)

MONUMENTO À RESISTÊNCIA INDÍGENA É REERGUIDO

Um ano e quatro meses depois da destruição do monumento à resistência em Santa Cruz Cabralia pela Polícia Militar da Bahia, os Pataxó reedificam o símbolo indígena. A instalação foi transferida para o Monte Pascoal, e a construção levou quase um ano, sendo mantida em segredo para evitar nova repressão policial. O monumento tem uma base circular, construída com pedras e concreto, onde foi reservado um grande espaço para dança. Na região central, emerge um mapa do Brasil, cujo perímetro feito de concreto terá grafado os nomes dos povos indígenas. Todo o projeto foi feito em mutirão pelas comunidades Pataxó em torno do Monte Pascoal. (*Cimi*, 16/08/01)

REINTEGRAÇÃO DE POSSE PARA FAZENDEIRO

Um grupo de 15 famílias Pataxó que havia retomado a fazenda Mirante, vizinha ao Monte Pascoal em agosto do ano passado, está sendo expulso nesse momento por força de uma liminar de reintegração de posse, expedida pelo

juiz da comarca de Itamaraju, extremo sul da Bahia. Um efetivo de 50 policiais militares acompanhou o oficial de justiça para a retirada dos índios, que ensaiaram resistência, mas aceitaram retirar-se para outra área próxima do Monte Pascoal. (*Cimi*, 08/10/01)

GT DE IDENTIFICAÇÃO NÃO CONSEGUE TERMINAR ESTUDO

A situação na região do Monte Pascoal tem se agravado na medida em que a Funai tem tratado a questão Pataxó com total descaso e abandono, sendo inúmeras vezes denunciada pela falta de assistência e acompanhamento jurídico aos casos de retomadas e demarcação das terras do Monte Pascoal, apesar de existir um GT concluindo os estudos para a demarcação. O GT tem encontrado barreiras e empecilhos dentro da própria Funai para terminar os estudos e entregar o relatório final; a manobra da Funai deve-se aos interesses contrários à demarcação do Monte Pascoal, para cada vez mais desgastar o movimento dos índios e instalar um clima de tensão como agora vem ocorrendo. (*Cimi*, 08/10/01)

FUNAI, IBAMA E PATAXÓ FAZEM TERMO DE COOPERAÇÃO...

Um termo inédito de cooperação entre a Funai, o Ibama e os Pataxó foi anunciado ontem (07/03) à tarde, no Ibama, em Brasília, na presença de 16 caciques Pataxó. O termo de cooperação prevê um investimento de recursos do MMA no valor de um milhão de reais para o projeto

de gestão do Parque Monte Pascoal, terra indígena tradicional dos Pataxó e em demarcação pela Funai. A gestão permitirá a criação de viveiros, cursos de educação ambiental nas escolas da região, criação de cooperativa e selo Pataxó para venda de artesanato, entre outros benefícios. (*Funai*, 08/03/02)

... CIMI CRITICA...

O acordo coloca inúmeras restrições aos Pataxó, e estabelece programas de produção agrícola, recomposição de mata e de ecoturismo, entre outros, nas aldeias do entorno do Monte Pascoal. Ao investir nas aldeias do entorno do Monte, a intenção do Ibama é esvaziar, gradativamente, as aldeias situadas dentro do Parque do Monte Pascoal. (*Cimi*, 12/04/02)

... E PARTE DOS PATAXÓ É CONTRA

Um grupo com cerca de 100 índios Pataxós, liderados pelo cacique Joel Braz, continua o processo de retomada das terras indígenas da Aldeia Nova, localizada na região do Parque. Em uma semana, eles já ocuparam três propriedades. Segundo Joel Braz, as retomadas são uma forma de protesto pela celebração do Termo de Cooperação Técnica, assinado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama e pela Funai, que resultou no Programa de Gestão Ambiental Integrada do Parque e de seu entorno, lançado oficialmente no dia 9 de abril pelo ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho. (*A Tarde*, 17/04/02)

TENSÃO CONTINUA NO MONTE PASCOAL

A tensão continua na região do Monte Pascoal, onde os Pataxó retomaram três fazendas entre os dias 9 e 15 de abril. A Polícia Militar anunciou para hoje (24/04) à noite a retirada imediata dos índios das áreas retomadas. Uma grande movimentação da PM está ocorrendo na região do Monte Pascoal, entre Itamaraju e o trevo do Parque, que indica uma prévia da ação repressiva, conforme noticiou um servidor da Funai no local. (*Cimi, 24/04/02*)

PATAXÓ PRENDEM PISTOLEIROS

Os índios pataxós que há 15 dias ocupam três fazendas situadas no entorno do Parque Nacional, detiveram quatro homens que circulavam na região armados. Eles seriam pistoleiros contratados pelos fazendeiros da região para expulsar os índios das propriedades invadidas. (*Oesp, 03/05/02*)

JUIZ CONCEDE LIMINAR PARA EXPULSÃO

Três meses depois de promoverem uma série de retomada de terras no entorno do Parque Nacional, os pataxós receberam, no último dia 19, com indignação, a determinação do Juiz Federal de Ilhéus, Pedro Alberto Calmon Holiday, para que desocupem a Fazenda Santo Agostinho, propriedade reivindicada pelo prefeito de Itanhém, Manoel Batista. Segundo as lideranças indígenas, o juiz tem uma lista de processos que sempre vem julgando em favor dos fazendeiros na região sul e extremo sul da Bahia, contra os índios. (*A Tarde, 23/07/02*)

FAZENDEIROS DENUNCIAM COMPLÔ

Na semana passada, cerca de 100 agricultores se reuniram com representantes dos sindicatos de produtores rurais de Itamaraju, Prado, Porto Seguro e Itabela, em Itamaraju, com o objetivo de traçar uma estratégia para conter o avanço das retomadas das terras pelos Pataxó e o aumento do conflito na região. (*A Tarde, 28/08/02*)

NOVA RETOMADA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

A comunidade indígena Pataxó da Aldeia Nova, região do Monte Pascoal, na noite de ontem (09) retomou mais uma fazenda, desta vez foi a que estava sob o domínio do fazendeiro Mauro Rossoni. Conhecido pela sua truculência, ele é um dos líderes do movimento anti-indígena na região. Durante a ação, três homens

ligados ao fazendeiro forçaram a entrada na área, mas foram repelidos pelos índios, que chegaram a mantê-los como reféns por algumas horas. (*Cimi Leste, 10/09/02*)

PATAXÓ VOLTAM A OCUPAR MONTE PASCOAL

Depois que a Justiça Federal de Ilhéus concedeu uma liminar de reintegração de posse ao fazendeiro Manoel Batista, estabelecido na Fazenda Santo Agostinho, na região de Monte Pascoal, na semana passada, a comunidade indígena pataxó decidiu fazer novas retomadas de terras. (*Correio da Bahia, 14/09/02*)

DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA

As aldeias dos municípios do Prado e Porto Seguro, representadas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó, encaminharam à Administração Regional da Funai, ao presidente da Funai, à Procuradoria da República, em Ilhéus, à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e à imprensa um comunicado denunciando as violências sofridas pelos índios no extremo sul, a lentidão no processo de demarcação do território indígena e uma campanha anti-indigenista desencadeada em Itamaraju. (*A Tarde, 24/10/02*)

POLICIAIS E PISTOLEIROS ATUAM NO MONTE PASCOAL...

Seqüestro, agressões e intimidação: apesar das freqüentes denúncias da Frente de Resistência e Luta Pataxó, pistoleiros continuam a atuar contra os indígenas na área do Monte Pascoal. No último sábado, dia 2, Cosme da Conceição Pataxó foi seqüestrado e amarrado por pistoleiros ligados a Mauro Rossini, proprietário da fazenda Santo Agostinho. Depois de passar por uma sessão de ofensas, socos e chutes, Cosme foi entregue à polícia sob acusação de ser "suspeito de ter dado tiros nas proximidades da fazenda", conforme boletim de ocorrência registrado na delegacia. (*Cimi, 07/11/02*)

... E CONFLITO ENTRE PATAXÓ E FAZENDEIROS AUMENTA

Tiroteios, prisões e troca de acusações aumentaram nos últimos dias o conflito entre índios pataxós e fazendeiros que brigam pelas terras na região do Parque Nacional do Monte Pascoal. Uma operação conjunta da Polícia Federal, Polícia Militar e Civil, totalizando 42 homens, prendeu, na terça-feira, os índios Lídio Matari, Sebastião e Benedito, por porte ilegal de armas. De posse de um mandado de busca e apreensão, os policiais fizeram uma vistoria em toda área do conflito e foram encontradas num car-

ro da comunidade indígena, revólveres e espingarda. A operação teve ainda como objetivo cumprir o mandado de reintegração de posse da Fazenda Oriente, localizada no entorno do parque, ocupada pelos índios desde setembro. (*Carla Fialho, A Tarde, 08/11/02*)

ÍNDIOS PEDEM PROVIDÊNCIAS URGENTES PARA GOVERNO

Os caciques Pataxó do Monte Pascoal Joel Braz, da Aldeia Nova e Lídio Pereira, da Aldeia Pequiu, encaminharam dia 21 de novembro à Procuradoria da República de Ilhéus na Bahia, à Polícia Federal de Porto Seguro, à 6ª Câmara em Brasília e à Administração da Funai em Eunápolis, um documento pedindo providências urgentes das autoridades frente a grave situação de conflitos e ameaças que vêm sofrendo de fazendeiros, jagunços e até da Polícia Militar da Bahia. No documento os caciques pedem aos órgãos competentes do Governo providências para que a situação nas comunidades não se agrave cada vez mais. (*Site do Cimi, 22/11/02*)

E CRIAM A FRENTE DE RESISTÊNCIA PATAXÓ

Com intuito de se defenderem contra as ações dos fazendeiros da região, os índios Pataxó da Bahia criaram, há 15 dias, a Frente de Resistência Pataxó. Eles vivem na região de Monte Pascoal, onde reivindicam a garantia de posse. (*Site da Funai, 18/03/03*)

TREINAMENTO AMBIENTAL NO MONTE PASCOAL

Um grupo de 25 índios da etnia Pataxó participou na última semana, de 19 a 22 de agosto, de curso de educação ambiental para formação de agentes ambientais multiplicadores no Parque Nacional do Monte Pascoal. O curso, promovido pelo Ibama em parceria com a Associação Pataxó de Ecoturismo, partiu de problemas ambientais do dia-a-dia das aldeias para levar aos índios conhecimentos sobre educação ambiental, água, solo, mata, lixo, cidadania e legislação ambiental. (*Ibama, 27/08/03*)

AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DO IBAMA

Nesta sexta feira (05 de setembro), lideranças ligadas à Frente de Resistência Pataxó estarão em Brasília para uma audiência com o presidente do Ibama, Marcos Barros, com o objetivo de buscar entendimentos sobre os problemas envolvendo as comunidades Pataxó e os atuais parques nacionais na região extremo sul da Bahia. (*Cimi, 04/09/03*)

15 FAMÍLIAS RETIRADAS DE FAZENDA

Fortemente armados, 14 homens da Polícia Federal e 15 homens da Polícia Militar de Itamaraju retiraram cerca de 15 famílias Pataxó da fazenda Boa Vista, no entorno do Monte Pascoal, que deixaram o local revoltados com a decisão do Juiz Federal de Ilhéus, Dr. Pedro Holliday. *(Cimi, 10/09/03)*

CRÍTICAS AO ACORDO ENTRE IBAMA E FUNAI

Porta-vozes da Frente de Luta e Resistência Pataxó afirmam que acordo foi uma manobra para colocar os índios numa espécie de cativeiro, onde foram proibidos de trabalhar na terra e de transitar sem estarem vestidos (identificados) como índios. O acordo teria sido assinado sob pressão dos representantes do governo federal. A ameaça era a de que, caso os índios não aceitassem as condições impostas, seria cumprida a liminar de reintegração de posse por parte do Ibama. *(Agência Carta Maior, 26/11/03)*

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PARQUE

O MMA vai investir este ano R\$ 300 mil na conservação e recuperação da Mata Atlântica nas terras indígenas e no Parque Nacional Monte Pascoal, na Bahia. As propostas para o desenvolvimento de projetos foram definidas em reunião com técnicos da Diretoria de Áreas Protegidas do MMA, Ibama, representantes da Funai e da comunidade Pataxó. O programa de gestão ambiental que será implementado a partir de julho prevê o desenvolvimento de projetos agroecológicos para atender as necessidades e preferências das aldeias. *(MMA, 21/05/04)*

SEM ESPAÇO PARA ROÇAS, PATAXÓ RETOMAM FAZENDA...

Trinta e cinco famílias de índios pataxós ligadas à Frente de Resistência Pataxó, "retomaram", na madrugada de ontem, a Fazenda Santa Luzia, ao norte do Monte Pascoal, em Porto Seguro. Os índios são da reserva de Boca da Mata e há mais de dois anos vêm reivindicando mais áreas, por não terem espaço para suas roças, informou Adson Rodrigues, do Cimi. *(A Tarde, 22/06/04)*

... E AGUARDAM GT DA FUNAI

Os índios pataxós que reocuparam as fazendas Santa Luzia, em Porto Seguro, e Barreirinhas, em Itamaraju, aguardam nas propriedades a chegada de dois antropólogos e dois

geólogos do GT da Funai, que deverão chegar à região, amanhã, para fazer um levantamento do território indígena. *(A Tarde, 29/06/04)*

ÍNDIOS FECHAM A BR-101 EM PROTESTO CONTRA A VERACEL

Cerca de 300 indígenas bloqueiam a rodovia BR-101 desde o final da tarde de hoje. O protesto tem como objetivo pressionar a empresa Veracel Celulose a sair de terras tradicionais indígenas. Os índios participam de um seminário sobre os impactos do eucalipto e da celulose em comunidades indígenas. A monocultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia afeta a todas as comunidades indígenas Pataxó da região. Aos impactos sobre o meio ambiente, sobre os recursos hídricos e sobre a cultura desse povo, soma-se a utilização, para o plantio de eucaliptos, de terras tradicionais indígenas em processo de demarcação. No caso dos Pataxó do Monte Pascoal, parte da terra reivindicada está sob o domínio das empresas Aracruz e Veracel Celulose, ambas do mesmo grupo de acionistas do ramo de papel e celulose. *(Cimi, 19/10/04)*

MMA E PATAXÓ DISCUTEM GESTÃO AMBIENTAL

Uma reunião da Diretoria de Áreas Protegidas e do Grupo de Trabalho Monte Pascoal começou a discutir ontem, no Ministério do Meio Ambiente, a implementação de um acordo de gestão ambiental participativa com as comunidades indígenas Pataxó que vivem no entorno do Parque Nacional Monte Pascoal, na Bahia. *(MMA, 18/05/04)*

PROJETO DE CONSERVAÇÃO

O MMA vai investir este ano R\$ 300 mil na conservação e recuperação da Mata Atlântica nas TIs no Parque Nacional Monte Pascoal. As propostas para o desenvolvimento de projetos foram definidas em reunião com técnicos da Diretoria de Áreas Protegidas do MMA, Ibama, representantes da Funai e da comunidade Pataxó. O programa de gestão ambiental que será implementado, a partir de julho, prevê o desenvolvimento de projetos agroecológicos para atender as necessidades e preferências das aldeias. *(MMA, 21/05/04)*

GRUPO DA FUNAI JÁ CHEGOU A PORTO SEGURO

Uma equipe do Grupo de Trabalho da Funai desembarcou, no final da tarde de ontem, em Porto Seguro. Os dois antropólogos e dois geólogos da Funai estão no extremo sul do Estado para fazer o levantamento do território indígena

na região. A chegada do pessoal do GT da Funai estava prevista para o final de junho, mas foi cancelada, para realização de uma análise prévia do relatório enviado pela antropóloga Maria do Rosário, explicou Zeca Pataxó, chefe do Núcleo de Apoio da Funai, em Porto Seguro. Durante quatro anos, a pedido da própria Funai, Rosário fez um estudo do território pataxó no extremo sul. *(A Tarde, 22/07/04)*

GESTÃO PARTICIPATIVA EM OITO ALDEIAS

A comunidade dos índios Pataxó que vive no entorno do Parque Nacional Monte Pascoal, reuniu-se esta semana com o GT Monte Pascoal para analisar os avanços do Projeto de Gestão Participativa que está sendo implantado nas oito aldeias Pataxó. Os representantes do GT, formado por técnicos do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, da Funai e dos Pataxós, discutiram com a comunidade a estratégia que será adotada para recuperar as roças antigas. *(MMA, 22/09/04)*

PRESIDENTE DA FUNAI REVOGA REESTUDOS DA TI BARRA VELHA...

O presidente da Funai Mercio Pereira Gomes, através da portaria nº 92 de 18/01/05, revogou as Portarias de 1999, 2000 e de 2001, destituindo o GT de identificação e delimitação da TI Corumbauzinho e de revisão de limites da TI Barra Velha, localizada nos municípios de Prado e Porto Seguro. *(DOU, 20/01/05)*

... E CRIA NOVO GT

O presidente da Funai, através da Portaria nº 376 de 16/03/05, designa as antropólogas Giovana Acasia Tempesta e Leila Silvia B. Sotto Maior, para realizarem estudos de fundamentação antropológica para identificação nas áreas Barra Velha e Corumbauzinho, localizadas nos municípios de Itamaraju, Itabela, Prado e Porto Seguro, determinando o prazo de 12 e 13 dias, respectivamente, de trabalho de campo e 210 dias para a entrega do relatório. O prazo é contado a partir da data do retorno do campo. *(DOU, 17/03/05)*

PATAXÓ RETOMAM ÁREA OCUPADA PELA VERACEL...

Na madrugada do dia 27 de setembro, 40 famílias do povo indígena Pataxó, lideradas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó, retomaram parte do seu território tradicional que estava sob o domínio da empresa Veracel Celulose e iniciaram a derrubada de eucalipto. Já foram retirados entre 3 e 5 hectares de árvores.



Pataxó ocuparam fazenda da Veracel Celulose, no Sul da Bahia.

A área está localizada no entorno do Monte Pascoal, vizinho à aldeia do Guaxuma. A ação dos índios acontece no momento em que a Veracel Celulose inaugura a sua fábrica na região, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcada para o dia 28 de setembro de 2005. (*Cimi, 27/09/05*)

... E JUÍZA DETERMINA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

A juíza federal Raquel Vasconcelos Alves, de Ilhéus, determinou a reintegração de posse da Fazenda Águas Vermelhas, em Porto Seguro, a favor da empresa de celulose Veracel. A área está ocupada desde o dia 21/09 por índios pataxós, da Aldeia de Guaxuma. Os índios ocuparam a área alegando que o plantio de eucalipto está secando nascentes, poluindo rios e exterminando a mata nativa e que a fazenda está dentro da área de estudo de ampliação da terra indígena, que vem sendo realizado há cinco anos pela Funai. (*A Tarde, 15/10/05*)

PATAXÓ / CORUMBAUZINHO

FAZENDEIRO É FAVORECIDO NA JUSTIÇA

A juíza substituta da Vara Federal, Maízia Seal Carvalho Pamponet, deferiu liminar de reintegração de posse em favor do fazendeiro e prefeito do município de Itamaraju, Aluysio Tassio Carletto, invasor da área indígena Corumbauzinho, do povo Pataxó. Em agosto do ano passado, os índios decidiram ocupar as fazendas que fazem parte do complexo agropecuário de Carletto, após seguidas denúncias e flagran-

tes de desmatamentos efetuados pelo fazendeiro. A área, que está nos limites do Monte Pascoal, extremo sul do Estado, faz parte do território tradicional que está em procedimento de demarcação. A Procuradoria da República e o Cimi protestam contra a decisão da juíza, que não foi informada ou ignorou que a área é objeto de estudo fundiário e antropológico. (*A Tarde, 20/07/01*)

IMPASSE ENTRE PATAXÓ E MST

Integrantes do MST e índios Pataxó das aldeias Craveiro e Corumbauzinho voltaram a se enfrentar nesta quinta-feira. Os dois grupos ocupam, há uma semana, o Assentamento Corumbau, no município de Prado, sul do estado. Os índios defendem a ocupação como um direito, pois afirmam que o assentamento está dentro da área de 200 mil ha, reivindicada pelos Pataxó como território indígena, em estudo pelo grupo técnico da Funai, instituído em 1999. (*A Tarde, 27/09/02*)

IMPASSE COM SEM-TERRA CONTINUA

Na busca de uma solução para o conflito entre índios e trabalhadores do movimento rural sem-terra, no município do Prado, estiveram reunidos na última sexta-feira, em Eunápolis, o procurador do MPF em Ilhéus, André Luís Batista, a procuradora da Funai, Ana Carvalho, o delegado da PF, Fernando Antônio Herera, lideranças indígenas e outras pessoas ligadas ao assunto. Depois de horas de discussão, o grupo decidiu, a princípio, que tentará impedir o cumprimento da liminar de reintegração de posse concedida pelo juiz Pedro Holliday em

favor das 56 famílias de assentados, a ser cumprida no dia 3. Todos temem que haja o despejo violento para a briga entre índios pataxós das aldeias Craveiro e Corumbauzinho e trabalhadores do Movimento Sem-Terra do Assentamento Corumbau. (*A Tarde, 29/10/02*)

PATAXÓ / ALDEIA DO CAHY

ALDEIA SOB CERCO DE PISTOLEIROS

Um clima de medo e tensão tomou conta da Aldeia do Cahy, localizada no povoado de Cumuruxatiba, no município de Prado. Pistoleiros da região ameaçam matar o cacique da aldeia Pataxó, José Francisco Neves Azevedo, o Zé Chico Timborana, por contrariar interesses de grandes latifundiários da região que brigam pelas terras indígenas. (*A Tarde, 17/02/02*)

OCUPAÇÃO DE FAZENDA É FRUSTRADA POR PMS

Um grupo de Pataxó tentou ocupar a fazenda Santa Rita, de propriedade de Normando Carvalho. A ocupação, no entanto, foi frustrada por policiais militares e trabalhadores armados. A área, de 1.820 ha, localizada próximo ao Rio do Caí, no município de Prado, está dentro do território de 200 mil ha reivindicado pelos pataxós. (*A Tarde, 26/08/02*)

PATAXÓ INVADEM PROPRIEDADE NO PRADO

Aproximadamente 30 famílias Pataxó fizeram uma retomada na madrugada de hoje de fazenda na margem do rio Caí, área que estava sob o domínio do fazendeiro Normando Carvalho. (*Porantim, 01/09/02*)

PATAXÓ / ALDEIA DO PEQUI

ALDEIA PEQUI DOS PATAXÓ EM CLIMA DE TENSÃO

A situação na região do Pequi continua preocupante desde que ocorreu o Seminário contra a Violência em abril desse ano na cidade do Prado. O problema envolvendo a comunidade e os fazendeiros não foi solucionado, sobretudo aquele caso do fazendeiro que impede a passagem dos índios, fechando a cancela com cadeado. A situação ficou ainda mais tensa quando desde o dia 17 do corrente mês, um grupo de 13 famílias Pataxó viajou para aquela aldeia, juntando-se às famílias que lá residem. É justamente nessa região entre o rio Caí e o Monte Pascoal que estão ocorrendo os maiores conflitos, com a presença de pistoleiros e pessoas

que se dizem policiais militares, conforme denúncia dos índios, mas que agem à paisana. Tais conflitos devem-se principalmente por toda aquela área inserir-se nos estudos realizados pelo grupo técnico da Funai indicando a terra tradicional Pataxó. *(Cimi-Leste, 27/08/02)*

ÍNDIOS SÃO PUNIDOS COM TORTURA

Após violento ataque de um grupo de pistoleiros, acompanhado de agentes das Polícias Civil e Militar do Prado na madrugada do dia 15, culminando com a expulsão das famílias Pataxó da aldeia Pequi sob forte tiroteio, destruição de habitações, agressões físicas e a prisão de seis índios daquela comunidade, foram localizadas hoje algumas pessoas que fugiram no momento do ataque. Quanto aos índios presos pela Polícia do Prado, até o momento somente um foi solto por ser cardíaco e ter idade avançada, assim mesmo após ter recebido socos e pontapés por todo o corpo durante o período em que ficou detido (mais de 48 horas), sob forte pressão psicológica e clara evidência de tortura física. *(Cimi, 17/09/02)*

DENÚNCIA À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

As aldeias dos municípios do Prado e Porto Seguro, representadas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó, encaminharam à Administração Regional da Funai, ao presidente da Funai, à Procuradoria da República em Ilhéus, à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e à imprensa um comunicado denunciando as violências sofridas pelos índios no extremo sul, a lentidão no processo de demarcação do território indígena e uma campanha antiindígena desencadeada em Itamaraju. *(Carla Fialho, A Tarde, 24/10/02)*

PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

ÍNDIOS OCUPAM PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

Trinta famílias de índios pataxós, que na década de 70 foram expulsas de suas terras por funcionários da madeireira Brasil-Holanda, retomaram o local onde hoje é o Parque Nacional do Descobrimento, no município do Prado, a 812 km de Salvador. *(A Tarde, 16/05/03)*

RETOMADAS

Dois grupos Pataxó fizeram retomadas neste final de semana. Um dos grupos estava acampado no povoado de Cumuruxatiba, município

do Prado e, diante da situação de fome, ocupou uma área no Parque do Descobrimento. Aproximadamente 50 famílias construíram barracas e começaram a fazer roças. Um fazendeiro vizinho colocou quatro homens armados de prontidão, com receio dos índios entrarem na fazenda. Os índios fizeram um documento (ainda a ser divulgado) expondo os motivos da ação e reivindicando dos órgãos competentes a garantia de permanecer na área. *(Cimi, 18/08/03)*

PATAXÓ / COROA VERMELHA

ATENDIMENTO DA FUNASA É CRITICADO

Os índios pataxós da aldeia de Coroa Vermelha criticam o atendimento médico prestado pela Funasa. "Há médicos e enfermeiros, mas falta remédio, não há recurso para exames e no posto de Saúde falta até material de limpeza", denunciou Arapati, o cacique de Coroa Vermelha, acrescentando: "A situação é péssima em Coroa Vermelha e nas outras aldeias todo mundo está reclamando". De acordo com os pataxós os problemas maiores do atendimento de saúde indígena seriam a falta de medicamentos e dificuldades em realizar exames e análises de laboratório. *(A Tarde, 10/07/01)*

ESTRADA BLOQUEADA...

Os pataxó de Coroa Vermelha, sob a liderança do Cacique Carajá, bloquearam a estrada que dá acesso a 38 fazendas no entorno da Reserva da Jaqueira e começaram a invadir várias propriedades particulares, alegando que aquele território é indígena. *(A Tarde, 04/06/03)*

... E FAZENDAS OCUPADAS

Liderados pelo cacique Carajá, cerca de 70 descendentes da tribo dos Pataxó, de Coroa Vermelha, invadiram nove propriedades rurais na periferia de Porto Seguro e expulsaram os proprietários. O grupo declara que estudos realizados em 1983 caracterizaram a área como sendo indígena, mas que ela teria sido excluída da TI no processo de 1984. Os proprietários rurais até confirmam a presença tradicional dos indígenas na região, mas contestam que os invasores sejam autênticos pataxós. *(A Tarde, 15/06/03)*

FAZENDEIRO ACUSA PATAXÓ DE DANOS À PROPRIEDADE

Móveis e eletrodomésticos danificados ou vendidos, cerca derrubada, equipamento agrícola

e galpões destruídos, safra de coco comercializada e 4.500 mudas da espécie arrancadas. Esse é o balanço dos danos causados por um grupo de índios pataxós em uma área que dizem ser deles: a fazenda Córrego de São Bento, de Porto Seguro. O plano dos pataxós (cerca de 400, instalados em Coroa Vermelha, perto de Porto Seguro) é reocupar toda uma região próxima de Porto Seguro, na qual viveram antes e que, segundo eles, lhes foi tomada. *(Oesp, 03/10/03)*

FAVELIZAÇÃO PREOCUPA AUTORIDADES E MORADORES...

O processo de favelização de Coroa Vermelha preocupa autoridades e moradores. O problema vem desde 1999, quando a comunidade indígena pataxó de Coroa Vermelha recebeu um grande contingente de índios da região, em busca da sobrevivência. *(A Tarde, 23/11/03)*

... E OBRAS DE REORGANIZAÇÃO SÃO PREVISTAS

Construção de mais 150 casas para os índios pataxós, saneamento básico e construção de um novo espaço comercial com 200 boxes, para poder retirar as barracas dos passeios. Estas são algumas das obras previstas para a reorganização de Coroa Vermelha. Já existem os recursos disponíveis e a liberação depende da assinatura de um termo de compromisso entre as partes. Entre a comunidade Pataxó e os órgãos federais, estaduais e municipais está sendo elaborado um termo de acordo e compromisso e será formado o Conselho Gestor de Coroa Vermelha. *(A Tarde, 25/11/03)*

CRIANÇAS DESNUTRIDAS

Pelo menos metade das crianças de até cinco anos de idade da aldeia dos índios pataxós, em Coroa Vermelha, no sul da Bahia, está abaixo do peso considerado normal. A constatação é da equipe médica do posto de saúde da Funasa na aldeia, que iniciou na semana passada um programa de pesagem das crianças da tribo. Líderes pataxós reclamam também da falta de remédios, trabalho, habitação e saneamento básico, entre outros problemas. *(O Globo, 17/03/05)*

ÍNDIOS E FAZENDEIROS AMEAÇAM SE ENFRENTAR

Continua na mesma situação o impasse entre os índios pataxós, da TI de Coroa Vermelha, e os proprietários rurais de 14 áreas retomadas há mais dois anos. Agora, os pataxós e proprietários rurais ameaçavam se enfrentar se a Justiça não resolver os problemas de terras da re-

gião dentro de 30 dias. Duas reintegrações de posse, a última delas no dia 6 deste mês, em favor dos proprietários já foram determinadas pela Justiça, mas as famílias indígenas retornaram às fazendas. *(A Tarde, 23/07/05)*

IMPASSE ADIA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Por determinação da Justiça Federal de Ilhéus, três equipes da Polícia Federal, de Porto Seguro, acompanharam oficiais de justiça que foram cumprir a reintegração de posse em três áreas retomadas pelos índios pataxós do território indígena de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália. Em Cabrália, a reintegração foi cumprida sem problemas, mas na área próxima à Reserva da Jaqueira, região de Itinga, em Porto Seguro, um impasse entre os índios e proprietários de terra fez com que a PF optasse, por medida de segurança das duas partes, pela não-realização das reintegrações. A área a ser reintegrada, em Santa Cruz Cabrália, foi o Conjunto Esmeralda I e II, pertencente à empresa Portobello Empreendimentos e Construções Ltda. A área foi ocupada há dois anos. Quando as equipes da PF chegaram ao local, por volta das 10 horas, as famílias indígenas já haviam desocupado a área e aguardavam na entrada da fazenda. *(A Tarde, 02/09/05)*

TUPINAMBÁ

LUTA PELA DEMARCAÇÃO

Os índios tupinambás que vivem em Olivença, litoral sul de Ilhéus, iniciaram a luta pela demarcação de suas terras que, originalmente, vão do bairro do Salobrinho, às margens do Rio Cachoeira, até a localidade do Maruim, na divisa de Ilhéus com Una. Marcados por uma história de resistência, os tupinambás escolheram retomar a luta com uma peregrinação no último dia 30 para relembrar o último massacre de que foram vítimas, em 1937, quando foi assassinado o líder Marcelino e houve a dispersão do povo. Com faixas, cartazes e o apoio das igrejas Católica e evangélicas, da Caritas, Fase, Cimi, Funai, Pastoral do Negro, das Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos e partidos políticos de esquerda, a comunidade indígena de Olivença marchou nove quilômetros até o local do massacre, na Praia do Cururupe, onde dançaram o Toré e participaram de um culto ecumênico, com a presença do bispo de Ilhéus, dom Mauro Montagnoli. *(Ana Cristina Olivença, A Tarde, 02/10/01)*

COMEÇAM OS TRABALHOS DE IDENTIFICAÇÃO

Os trabalhos de levantamentos preliminares para identificação de demandas e reivindicações do povo Tupinambá de Olivença tiveram início nesta quinta-feira, 28. Durante 15 dias serão realizadas visitas às comunidades, conversas e levantamentos da história oral do povo com lideranças tradicionais. O antropólogo Jorge D'Paula e o técnico Antônio Agrícola, ambos da Funai, serão os coordenadores deste trabalho que terá o acompanhamento dos representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Wilson de Jesus e Luís Thitiá (Pataxó Hã-Hã-Hãe). Vale ressaltar que mal os trabalhos foram iniciados, alguns índios já começaram a receber ameaças de proprietários de terras que estão dentro do território reivindicado pelos Tupinambá. *(Cimi, 03/12/01)*

FUNAI RECONHECE OS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

O presidente da Funai, Glenio da Costa Alvarez, acatou o parecer da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa do órgão indigenista (CGPE) com relação ao reconhecimento oficial da identidade indígena da comunidade Tupinambá de Olivença, que habitaram a região litorânea do Sul da Bahia, especialmente a região do atual município de Ilhéus e circunvizinhanças. Com o reconhecimento, os Tupinambá de Olivença poderão se beneficiar de todas as políticas públicas dirigidas às comunidades indígenas. *(Funai, 29/05/02)*

TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA CRIAM ASSOCIAÇÃO

Reunidos para debater uma forma de fortalecer sua luta pela conquista da identificação e demarcação de suas terras, bem como pela criação de um Posto Indígena da Funai, os Tupinambá de Olivença criaram, esta semana, a Associação Cultural e Ambiental. Foi eleito e empossado como presidente, o jovem Cláudio Magalhães, cujo avô foi contemporâneo do líder caboclo Marcelino, homenageado até hoje pelos indígenas do sul da Bahia. Magalhães disse que a Associação vai permitir o encaminhamento de propostas sócio-econômicas, culturais e de proteção ambiental da região de Olivença. *(Site da Funai, 20/02/03)*

TUPINAMBÁ DA SERRA DO PADEIRO FAZEM RETOMADA

Na madrugada do dia 08/12, a comunidade dos Tupinambá de Serra do Padeiro, no município de Buerarema retomou uma fazenda, localizada no Município de Una. Cerca de 50 índios, ocuparam a fazenda de nome Futurama que estava em poder de Gildo Lisboa Neto, residente na cidade de Ilhéus. Segundo informações dos próprios índios, a ocupação se deu de forma pacífica, porque na fazenda não tinha ocupantes. Os índios informam ainda que a fazenda estava completamente abandonada já há algum tempo, e o fazendeiro Gildo Lisboa Neto a utilizava apenas para retirar madeira, fato este inclusive denunciado pela comunidade. A fazenda tem cerca de 270 ha. *(Cimi, 08/12/04)*

PROTESTO EM ILHÉUS

Cerca de 70 índios tupinambás, que foram expulsos da Fazenda Timiquizinho, em Belmonte, extremo sul do Estado, fizeram um protesto, ontem, contra a forma como foram expulsos e cobram interferência da Funai para retornarem à fazenda, que consideram terras de seus antepassados. O cacique Juvenal disse que os 70 policiais militares, de Salvador e Belmonte, chegaram para despejá-los no início da noite do dia 22 último, mas eles resistiram e só saíram no dia seguinte, às 4 horas da manhã. *(Ana Cristina Oliveira, A Tarde, 28/12/05)*

AFASTAMENTO DE CHEFE DA FUNASA

Cerca de 200 índios Tupinambá estão desde ontem no Pólo Base da Funasa, em Ilhéus, reivindicando melhorias no serviço médico e o afastamento do chefe do Pólo, o médico Paulo Meneses. A cacique Valdelice afirma que existem documentos e denúncias de que ele discrimina, humilha e intimida as comunidades: "Já dissemos para a Funasa que não dá para continuar com ele". *(Radiobrás, 19/04/05)*

JOVENS SE ORGANIZAM

Jovens do povo Tupinambá da Serra do Padeiro realizaram o Seminário da Juventude Tupinambá na Aldeia Serra do Padeiro, entre os dias 09 e 11 de setembro. Em palestras, trabalhos em grupos e oficinas, discutiram a questão da terra relacionada a sua organização e a políticas públicas. Também participaram do seminário jovens dos povos Pataxó Hã-hã-hãe, Tuxá, Tumbalalá, Pataxó, representantes da Apoimne, estudantes e entidades de apoio. *(Cimi-Brasília, 15/09/05)*

Chamacoco
Guarani Kaiowá
Guarani Ñandeva
Guató
Kadiwéu
Kamba
Ofaié-Xavante
Terena



17.

Mato Grosso do Sul



17. MATO GROSSO DO SUL



- rodovia implantada
- capitais
- sede de município
- ▨ Unidade de Conservação

TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

- ▨ com mais de 1.000 ha
- ▲ com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

apresentada em outro capítulo

- ▨ com mais de 1.000 ha
- com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006



MATO GROSSO DO SUL
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
352	Água Limpa	Terena	223 - Funai: 2003	Em identificação. Portaria 948 de 08/10/1999 Funai cria GT para estudos e identificação da TI.		Rochedo	MS
4	Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	390 - Mangolin: 1993	Reservada pelo SPI. Reg. CRI. Decreto 835 de 14/11/1928. Decreto Estadual cria a Reserva Indígena com 900 ha. Reg. CRI matr. 274 lv. 3, fl. 54 em 07/06/65.	660	Amambai	MS
5	Aldeinha	Terena	97 - Funasa: 2001	Em identificação/revisão. Portaria 1.888/E de 16/08/1984 da Funai cria GT para identificação e redefinição da área. Demarcada fisicamente em 1982.	4	Anastácio	MS
9	Amambai	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	2.429 - Funai: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 277 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Aviventada em 1985. Reg. CRI matr. 1.081, lv.3, fl. 191 em 25/03/66. Título definitivo em 12/80. Reg. SPU certidão nº 03 em 06/01/94.	2.429	Amambai	MS
1447	Arroio-Korá	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	404 - Relatório do GT: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 83 de 18/08/2004 aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina sua publicação do DOE e fixação na sede da prefeitura. Retificação do resumo do despacho publicado em 10/09/2004: onde se lê 7.205, ha leia-se 6.870 ha.	6.870	Paranhos	MS
60	Buriti	Terena	1.875 - Relatório do GT: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 75 de 02/08/2001 da Funai aprova os estudos de re-identificação da TI, determinando a publicação no DOE-MS e sua fixação nas sedes das prefeituras. Reg. CRI: município de Sidrolândia, matr. 4.661 lv. 2/RG lv.01 em 22/01/93; município de Dois Irmãos do Buriti, comarca de Aquidauana, matr. 9.258 lv. 2 fl. 01 em 07/10/92. Reg. SPU certidão nº05 de 12/01/94.	17.200	Dois Irmãos do Buriti Sidrolândia	MS MS
572	Buritizinho	Terena	244 - Funasa: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Sidrolândia (9,74 ha) matr. 1.800, lv. 2-RG, fl. 01 em 10/06/96. Reg. SPU certidão nº 001 de 20/01/97.	10	Sidrolândia	MS
61	Caarapó	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	2.346 - Mangolin: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 250 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: matr. 28.904, lv.3-AP, fl. 123 em 08/06/65; município e comarca de Caarapó (3.594 ha) matr. 6.594 lv. fl. 42 em 17/12/91. Reg. SPU certidão nº 04 de 11/01/94.	3.594	Caarapó	MS
63	Cachoeirinha	Terena	2.620 - Funasa: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 54 de 09/06/2003 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da TI e determina a publicação no DOE do MS e a fixação na sede da prefeitura.	36.288	Aquidauana Miranda	MS MS
82	Cerrito	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	180 - Mangolin: 1993	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 23 de 17/04/03.	2.040	Eldorado	MS
92	Dourados	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva Terena	9.146 - Funai: 2003	Reservada pelo SPI. Reg. CRI. Decreto 401 de 03/09/1917. Decreto Estadual cria a Reserva Indígena. Título definitivo de 26/12/65. Reg. CRI: matr. 31.675 LIV 3-AS fl. 61 em 25/02/86; município de Dourados matr.3.539 LIV. 3-AS, fl. 61, 03/06/71.	3.475	Dourados	MS
110	Guaimbé	Guarani Kaiowá	295 - Mangolin: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 89.580 de 24/04/1984 homologa a demarcação da RI. Reg. CRI do município e comarca de Ponta Porã (716 ha) matr. 15.813 lv. 02 em 28/05/84. Reg. SPU MS-374 de 07/11/84.	717	Laguna Carapá	MS
390	Guasuti	Guarani Kaiowá	155 - Mangolin: 1993	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 06 de 12/01/94.	930	Aral Moreira	MS
118	Guató	Guató	344 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação. Por estar situada na faixa da fronteira submete-se ao disposto no art. 20 § 2 da Constituição. Reg. SPU certidão nº 1 de 12/03/04.	10.984	Corumbá	MS
1388	Guyraroká	Guarani Kaiowá	841 - Relatório do GT: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 76 de 12/08/2004 aprova os estudos de identificação e determina publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura. Retificação da extensão publicado no DDU em 10/09/2004.	11.440	Caarapó	MS
141	Jaguapiré	Guarani Kaiowá	200 - Mangolin: 1993	Homologada. Decreto s/n de 23/11/1992 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 235/DAF de 21/06/94.	2.349	Tacuru	MS
450	Jaguari	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	150 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 homologa a demarcação. Reg. CRI de Amambai, matr. 12.571 lv. 2-RG fl. 01V, 09/06/92. Reg. SPU certidão nº 08 de 17/01/94.	405	Amambai	MS
497	Jarara	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	260 - Funai: 2004	Homologada. Decreto s/n de 12/08/1993 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 363/DAF em 26/11/93.	479	Juti	MS

MATO GROSSO DO SUL
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
725	Jata Yvary	Guarani Kaiowá	480 - Relatório do GT: 2004	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 72 de 01/09/2005 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e a fixação na sede da prefeitura.	8.800	Ponta Porá	MS
154	Kadiwéu	Chamacoco Kadiwéu Terena	1.629 - Funasa: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 89.578 de 24/04/1984 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Porto Murtinho, matr. 1/1154, lv. 2 fl. 01 em 22/05/84. Reg. SPU-MS certidão nº 52 de 06/11/84.	538.536	Corumbá Porto Murtinho	MS MS
1416	Kokue Y	Guarani Kaiowá		Em identificação. Portaria 957 de 24/09/2002 da Funai cria GT para realizar levantamento fundiário da TI.		Antônio João	MS
186	Lalima	Terena	1.213 - Funasa: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Miranda, matr. 6.849, lv. 2-R, fl. 137 em 02/07/96. Reg. SPU Cert nº002 de 21/01/97.	3.000	Miranda	MS
191	Limão Verde	Terena	669 - Funasa: 2001	Homologada. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação.	5.377	Aquidauana	MS
377	Ñande Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	280 - Relatório do GT: 1998	Homologada. Decreto s/n de 28/03/2005 homologa a demarcação.	9.317	Antônio João	MS
219	Nioaque	Terena	1.782 - Funasa: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 307 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 881, lv. 2-RG fl. 001 em 21/11/91. Reg. SPU certidão nº 09 de 18/01/94.	3.029	Nioaque	MS
461	Ofaié-Xavante	Ofaie	61 - Funasa: 2006	Declarada. Portaria 264 de 28/05/1992 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios.	1.937	Brasilândia	MS
229	Panambi	Guarani Kaiowá	470 - Mangolin: 1993	Reservada pelo SPI. Em revisão. Portaria 176 de 12/09/2005 da Funai designa a antropóloga Maria Elizabeth B. Monteiro, servidora do Museu do Índio, para proceder os estudos de identificação e delimitação da TI. Estabelece 30 dias para trabalho de campo a contar do dia 03/10/05, e 90 dias para entrega do relatório.	2.037	Douradina	MS
467	Panambizinho	Guarani Kaiowá	241 - Parecer da Funai: 1995	Homologada. Decreto s/n de 27/10/2004 homologa a demarcação.	1.272	Dourados	MS
242	Pilade Rebuá	Terena	1.664 - Funasa: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 299 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI município de Miranda, matr. 6.139 lv. 2-P fl. 57/58 em 18/03/92. Reg. SPU certidão nº 02 de 28/12/93.	208	Miranda	MS
246	Pirajú	Guarani Nandeva	1.562 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 93.067 de 06/08/1986 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Sete Quedas, matr. 683 lv. 2-RG fl. 01/02 em 30/09/91. Reg. SPU MS 001 de 10/03/92.	2.118	Paranhos	MS
247	Pirakuá	Guarani Kaiowá	272 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 13/08/1992 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Bela Vista, matr. 8.624 lv. 2-RG fl. 01V em 22/04/93. Reg. SPU certidão 01 de 23/12/93.	2.384	Bela Vista Ponta Porá	MS MS
726	Potrero Guaçu	Guarani Nandeva	620 - Relatório Funai: 1998	Declarada. Portaria 298 de 13/02/2000 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena.	4.025	Paranhos	MS
257	Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	400 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 89.422 de 08/03/1984 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 15.814 lv. 02 fl. 1V/2 em 28/05/84. Reg. SPU-375 em 17/12/84.	778	Laguna Carapá	MS
291	Sassoró	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	1.563 - Funai: 2004	Reservada pelo SPI. Reg. CRI. Decreto 835 de 14/11/1928. Decreto Estadual cria a RI. Título definitivo em 28/03/40. Última demarcação em 22/09/71 pelo SPI. Reg. CRI matr. 271 lv. 3 fl. 53 em 07/06/65.	1.923	Amambai	MS
449	Sete Cerros	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	230 - Mangolin: 1993	Homologada. Decreto s/n de 01/10/1993 homologa a demarcação.	8.584	Paranhos	MS
1424	Sombreiro	Guarani Nandeva		Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 63 de 04/07/2006 da Funai aprova os estudos de identificação e determina sua publicação no DOE e nas sedes das prefeituras dos municípios.	12.608	Sete Quedas	MS
199	Sucuriy	Guarani Kaiowá	100 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Maracaju (535 ha) matr. 8.254 lv. 2-RG fl. 001 em 08/09/98. Reg. SPU certidão nº 36 de 09/12/03.	535	Maracaju	MS
300	Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	360 - Funai: 2004	Homologada. Decreto s/n de 01/10/1993 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 374/DAF em 26/11/93.	2.609	Paranhos	MS
303	Taquaperi	Guarani Kaiowá	1.715 - Funai: 2004	Reservada pelo SPI. Reg. CRI. Decreto Estadual nº 835 de 14/11/1928 cria a RI. Demarcação em 1930 reduziu a área, confirmada no título definitivo de 28/03/40. Reg. CRI matr. 272 lv. 3 fl. 53 em 07/06/65.	1.886	Coronel Sapucaia	MS

MATO GROSSO DO SUL
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1369	Taquara	Guarani Kaiowá	162 - Relatório do GT: 2005	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 108 de 02/12/2005 da Funai aprova as conclusões do relatório de identificação da TI e determina sua publicação no DOE e a fixação na sede do município.	9.700	Juti	MS
305	Taunay/Ipegue	Terena	3.465 - Funasa:: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 77 de 13/08/2004 da Funai aprova os re-estudos de identificação e delimitação da TI e determina sua publicação no DOE e fixação na sede da prefeitura. Reg. CRI matr. 9.730 lv. 2 RG, fl. 01, 21/01/92 (área antiga). Reg. SPU certidão nº 02 de 05/01/94 (área antiga).	33.900	Aquidauana	MS
142	Yvy Katu	Guarani Nandeva	1.725 - Funai: 2003	Declarada. Portaria 1.269 de 30/06/2005 do Ministro da Justiça declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Nandeva e determina que a Funai promova a demarcação administrativa da área.	9.454	Japorá	MS

Conflitos Fundiários

Rubem F. Thomaz do Almoida

Alexandra Barbosa da Silva

Antropólogo, mestre pelo Museu Nacional (UFRJ),
trabalha com os Guarani desde 1973

Antropóloga, doutoranda pelo Museu Nacional (UFRJ)

O CLIMA DE TENSÃO ENTRE OS GUARANI E OS FAZENDEIROS NO MS TEM RECRUESCIDO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS: OS CONFLITOS TÊM SE MOSTRADO MAIS NUMEROSOS E MAIS VIOLENTOS, FREQUENTEMENTE BELICOSOS E COM MORTES

Em Mato Grosso do Sul, os Guarani-Ñandéva e os Guarani-Kaiowa perfazem atualmente cerca de 38.000 indivíduos,¹ os primeiros conhecidos na região como “guarani”, e os segundos denominados “kaiowa”. Nas últimas três décadas, esses Guarani deram passos relevantes em seus esforços de recuperação de antigos *tekoha* (espaços territoriais tradicionais), locais de onde foram expulsos, na esteira do processo de colonização, com a constituição de propriedades privadas.

Os espaços reocupados por esses grupos entre 1978 e 2006, contudo, têm se demonstrado insuficientes para atender o grande crescimento populacional ocorrido no mesmo período, em função da melhoria no atendimento de saúde que provocou substancial diminuição da mortalidade, principalmente infantil. Entre as vozes correntes locais e mesmo da Funai, há a percepção, infundada, de que esse crescimento deve-se à migração dos “índios do Paraguai”,² argumento útil na tentativa constante de deslegitimar as reivindicações fundiárias dos Guarani.

Atendo-nos especificamente aos dados empíricos, vemos a ocorrência de um fenômeno que pode ser qualificado como “efeito circulação”, em que grupos familiares extensos movimentam-se em torno de terras reconhecidas como originárias, mantendo-se o máximo possível em suas proximidades. São inúmeros

os casos em que famílias permanecem, ainda hoje, em seus *tekoha* de origem, constituindo mão-de-obra nas fazendas, ou mesmo formando acampamentos em beiras de estradas, indicando demanda por terras nas redondezas. Face aos entreveros com fazendeiros, são obrigadas a abandonar o lugar, geralmente apoiando-se nas áreas de reserva ou em processo de regularização.

DAVID MAJELLA, JAN. 2004



Guarani Kaiowá ocupam 14 fazendas em Japorã (MS).

CONFLITOS

A questão fundiária continua sendo crucial no Mato Grosso do Sul. Conflitos entre os Guarani e fazendeiros têm recrudescido em muito, e são observáveis na variedade de antagonismos, frequentemente belicosos, deflagrados nos últimos três anos.

A compreensão da população regional sobre o modo de ser e as exigências dos índios opera a partir de um senso-comum orientado por uma visão de mundo ruralista – onde os índios são tidos como “obstáculo ao progresso”. Tal visão é reforçada mediante a valorização do chamado “agronegócio”, que no Mato Grosso do Sul é representado pela criação extensiva de gado de corte e a monocultura da soja, atividades voltadas fundamentalmente à exportação. Vê-se, assim, um contexto de alta valorização das terras, com fortes interesses econômicos em causa, elementos que tornam mais árdua a luta dos ñandéva e dos kaiowa na recuperação de suas terras tradicionais.

Contemporaneamente, a caracterizar esses indígenas está a priorização da via diplomática, em detrimento de arroubos belicosos, principalmente quando está em causa o conflito por terras com o “branco”. A “passividade” desses indígenas tem sido uma tônica no contexto neocolonial em Mato Grosso do Sul. No entanto, os crescentes embates com os fazendeiros têm apresentado resultados lastimáveis para os Kaiowa e os Ñandéva. Acumulam-se os casos de morte do lado indígena, casos estes até o momento com desfecho insatisfatório para os Guarani: seus autores têm escapado a uma efetiva punição judicial. Alguns destes exemplos mais recentes são os de Dorvalino Rocha, Kaiowa da área de Marangatu (homologada, mas não de posse dos índios), morto a tiros em dezembro de 2005 por seguranças privados de fazendeiros; Marcos Verón, Kaiowa, assassinado em janeiro de 2003 por empregados da fazenda onde incide o *tekoha* Takuara; Dorival Benites, Ñandéva, da terra Sombreiro, igualmente assassinado por empregados de fazendeiros em junho de 2005. Emblemático é também o exemplo histórico de Marçal de Souza, assassinado em novembro de 1983 por prepostos de fazendeiros, crime que não teve condenações.

Nesses episódios e outros não citados, cabe ressaltar o papel da mídia e da chamada opinião pública. A repercussão e a avaliação públicas jamais refletiram a indignação dos familiares das vítimas. No entanto, o resultado foi absolutamente diferente quando de um embate houve morte no lado do “branco”, como se viu no dramático incidente ocorrido em 1º de abril de 2006, que envolveu as cerca de 22 famílias indígenas (110 pessoas) da *área de conflito* Paso Piraju (município de Dourados) e policiais civis, ocasionando a morte de dois destes últimos e ferimentos graves a um terceiro.

O Paso Piraju é lugar reivindicado por famílias kaiowa que se percebem originárias dali e que, em 2003, “entraram” em 40 ha de uma fazenda englobada pelo que consideram ser seu antigo

tekoha. Muito embora essa situação tenha se definido em acordo judicial intermediado pelo Ministério Público Federal, o fazendeiro tem se empenhado em retirá-los dali, lançando mão de ameaças verbais e iniciativas mais agressivas nesse intuito. A terra, dessa forma, emoldura e dá o pano de fundo, como em diversos outros casos, à fatídica ocorrência de 1º de abril decorrente de um mal-entendido materializado na incursão de homens armados e não identificados nas terras ocupadas pelos índios que reagiram com vigor surpreendente.

A repercussão que o caso adquiriu com a reação de colegas de corporação e a legítima dor dos familiares das vítimas revelou facetas extremas que chegaram a esboçar um *conflito étnico*. Apresentada pela mídia regional a versão de que teria havido emboscada empreendida pelos índios, o episódio parece ter funcionado como uma senha para o afloramento de virulentas formas preconceituosas e racistas dirigidas aos indígenas da região. Sempre latente e manifestado em pequenos entreveros e incidentes individuais (nas ruas das vilas e cidades, nos ônibus intermunicipais, nos supermercados e lojas das cidades etc.), o preconceito revelou-se sob a forma de ojeriza étnica, manifestação grandemente insuflada por rádios e jornais locais.

Cabe destacar, por outro lado, que a morosidade administrativa de instâncias decisórias do Executivo e atitudes protelatórias do Judiciário têm sido determinantes na ampliação dos conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. A agravante, nesses casos, radica na atitude de pautar-se por noções dos povos indígenas fundamentadas no senso-comum e, com isso, desconsiderar as especificidades étnicas e as análises antropológicas científicas sobre o grupo étnico em pauta, decorrendo daí interpretações e julgamentos sobre um universo social desconhecido, ampliando a dificuldade de administrar um país a partir da determinação de sua multiplicidade étnica.

AGENTES E AÇÕES INDIGENISTAS

Se o organismo *titular* da ação indígena é a Funai, outros agentes do Estado têm se apresentado nos últimos anos e, com sua atuação, têm se mostrado fundamentais no contexto Guarani do Mato Grosso do Sul. A diferença marcante é que atuam orientados pelo diálogo com os índios e para escutar seus anseios, resultando em contraponto face às formas de atuar da Funai.

Destaque-se, a título ilustrativo, o procedimento da Funai que na fase inicial do processo de reintegração de posse do Paso Piraju (2004) – não se sabe se por uma atitude isolada ou deliberação de direção –, a Procuradoria da Funai local declarou-se “sem interesse” no caso, sugerindo que os índios não seriam índios. A exemplo de inúmeros outros casos conhecidos, a direção atual da Funai assumiu atitude indigenista típica dos anos de 1970, quando era necessário justificar que os Kaiowa e os Ñandéva eram índios e, portanto, mereciam a atenção e tratamento correspondente. Assim, a atual gestão do órgão não faz mais que

reproduzir a tradição de um indigenismo conservador e retrógrado, que não reverte em favor dos índios. Muito embora isso se manifeste em todos os setores suas conseqüências mais graves se fazem sentir na questão fundiária. À Funai cabe exercer sua função precípua e exclusiva, de dar solução às reivindicações indígenas, *identificando* as terras indígenas e demarcando-as, no processo administrativo de regularização fundiária. No caso dos Guarani, essa atuação tem sido pífia.

O Ministério Público Federal em Dourados (MPF), por seu turno, tem assumido papel protagonista em contínuos esforços jurídicos para defender os interesses indígenas, mormente para reverter decisões de ordem fundiária que os prejudicam. A postura de procuradores de participarem dos periódicos eventos dos *aty guasu* (“assembléia geral” que reúne centenas de índios Guarani)³ para conhecer demandas e formas de pensar dos Kaiowa e Nandéva – e, ao mesmo tempo, informá-los sobre o andamento de processos de terra, bem como, por ocasião de conflitos, conversando com os contendores e atuando como intermediadores (com permanente assessoramento antropológico) – gerou um amplo e generalizado reconhecimento de parte dos Guarani.

Resta destacar que, se o Executivo, de um lado, atua de forma anacrônica e precária com a Funai, de outro deu mostras de intentar investir na criação de um ente para tentar coordenar ações indigenistas, de modo a unificar organismos federais, estaduais e municipais envolvidos especificamente com os Guarani no município de Dourados.

Criado em maio de 2005 pela Presidência da República com o objetivo de atender o problema das mortes de crianças indígenas por desnutrição, o Comitê Gestor de Políticas Indigenistas seria, por sua própria definição, uma instância voltada a formular políticas de Estado para essa população indígena, tendo a perspectiva de viabilizar recursos financeiros e humanos, refletir e planejar estratégias que culminem em soluções efetivas para os problemas fundiários e de produção de alimentos dos Guarani do Mato Grosso do Sul – os quais, solucionados, viriam a diminuir o atendimento na área de saúde e a necessidade de fornecimento de cestas básicas, elementos-chave na ação governamental no presente momento.

Constituído formalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Funasa, Funai, governo do estado e prefeituras, o Comitê Gestor está sob a coordenação do MDS. Restrito, em um primeiro momento, à aldeia de Dourados, sua ação tem tido o mérito de gerar uma demanda, da parte dos índios, para que seja expandida para outras áreas. Uma característica a ser destacada nesse Comitê é que ele tem por diretriz (orientada por antropólogos com experiência entre os Guarani, dentre os quais os signatários) discutir com as famílias

indígenas nos *aty guasu* locais e, após ampla discussão, decidir, nesse foro, as iniciativas e procedimentos que serão encaminhados. Segundo a reação dos índios, parece residir aí a legitimidade que, na prática, lhe concederam. O desinteresse e o corporativismo demonstrados pela FUNAI têm involuntariamente reforçado a relevância do Comitê perante os índios.

Por paradoxal que possa parecer, o Comitê não foi sequer oficializado pelo Executivo e tampouco dispõe de uma infra-estrutura e de um contingente significativo de pessoal. Assim, torna-se patente que o resultado de suas iniciativas é devido fundamentalmente a métodos adequados e a uma disposição política para atender aos indígenas em suas demandas, apontando para que uma maior atenção deva ser dada às suas condições de atuação. Pode funcionar como referencial de atuação para o organismo indigenista titular. (junho, 2006)

BIBLIOGRAFIA

MURA, Fabio & THOMAZ DE ALMEIDA, R. F. *Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey). Terra Indígena Guarani-Nandeva Yvy Katu*, Portaria nº 724/PRES/FUNAI, Vol. I e II, 92pp. Funai, Brasília, 2002.

II Censo Nacional Indígena del Paraguai, de población y viviendas 2002. Pueblos indígenas del Paraguay: resultados finales. DGEEC, 2003.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. Relatório Yvykuarusu/Takuaraty. Sobre a questão da terra, território, aldeia e comunidade entre os guarani-Kaiowa do MS e Paraguai. Relatório oficial para demarcação de terras, 60pp, Mimeo, FUNAI, Brasília, 1984.

_____. *Relatório Pirakua: uma panorâmica sobre o problema e a noção de terra guarani no MS*. Relatório oficial para demarcação de terra, 96pp, Mimeo, FUNAI, Brasília, 1985.

_____. *Relatório da área indígena Jaguapire, Guarani-Kaiowa, MS*. Relatório oficial para demarcação de terra, 47pp, Mimeo, FUNAI, Brasília, 1985a.

_____. *Terra Indígena Guarani-Kaiowa Nande Ru Marangatu*. Relatório de Estudo Antropológico de Identificação, Portaria nº 199/PRES/FUNAI (09.04.1999), 67 pp., FUNAI, Brasília, 2000.

_____. “Entrada” no tekoha. *Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000*, ISA, pp. 745-748, São Paulo, 2000.

NOTAS

¹ A partir de dados da Funai e da Funasa.

² O território de ocupação tradicional dos Guarani em questão compreende a hoje fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Note-se que a linha oficial que dividiu os dois estados-nações foi delimitada apenas com o término da “Guerra do Paraguai” (1864-1869). As dinâmicas de visitas familiares e de realização de rituais, contudo, mantiveram-se atuantes, desenvolvendo-se nos dois lados. Observando-se os dados do “II Censo Nacional Indígena” do Paraguai (2002), constata-se um crescimento constante da população Guarani naquele país nas três últimas décadas. Havendo um aumento populacional também constante do lado brasileiro, pode-se inferir que os possíveis deslocamentos populacionais se dão de modo bidirecional (e não unidirecional), e não são massivos.

³ Sobre os Aty Guasu, v. Thomaz de Almeida, 1991.

Ocupação Brasileira no Paraguai Ameaça Patrimônio Indígena



Gladys Casaccia

GAT – Gente, Ambiente y Territorio

FAZENDAS DE GADO BRASILEIRAS LOCALIZADAS NO CHACO PARAGUAIO PROVOCAM DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E DESRESPEITAM OS DIREITOS INDÍGENAS

Com uma superfície de 246.925 ha, o Chaco Paraguai representa 25% do Grande Chaco Americano, e constitui a região mais extensa e menos povoada do Paraguai – ocupa mais de 60% da superfície nacional e abriga somente 2,6% do total de habitantes do país. Por sua importante riqueza natural e cultural, em junho de 2005 a Unesco, em Paris, decidiu nomear Reserva da Biosfera do Chaco uma região de 7 milhões de hectares que inclui parte dos Departamentos¹ de Boquerón e Alto Paraguai.

O Departamento de Alto Paraguai faz fronteira com o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, e tem sido cenário da mais recente ocupação brasileira no Paraguai. Diferentemente da colonização brasileira na porção oriental desse país, que adquirira grande dinamismo nos anos de 1970 e tivera forte impacto econômico na produção da soja, a presença brasileira no Alto Paraguai está vinculada à economia de fazendeiros com residência em grandes cidades como São Paulo, mas que mantêm alguns peões na região para cuidar da pecuária, atividade que tem implicado em agressivo desmatamento da vegetação nativa e na invasão de territórios indígenas. Esse processo se sustenta, dentre outros fatores, no baixo custo das terras e na fraca capacidade governamental paraguaia para o controle e defesa ambiental da área.

Povos indígenas pertencentes a cinco famílias lingüísticas habitam, atualmente (e tradicionalmente), a região: Guarani Ocidental, Mataco, Guaicurú, Zamuko e Mascoy – população que representa hoje cerca de 30% do total de habitantes do Chaco Paraguai e possui menos de 4% das terras. De alta fragilidade ecológica, a região abriga numerosas espécies animais e vegetais raras, muitas delas em perigo de extinção. As culturas indígenas têm mantido sábia relação com os recursos dessa vasta superfície, de cujo uso foram privadas de maneira paulatina. A venda de terras devolutas realizada no final do século XIX, logo depois do término da Guerra do Paraguai, é o ponto de partida para a incorporação de novos

componentes econômicos e populacionais. À economia do tanino que caracterizou a região no início do século XX, sucedeu posteriormente a colonização de missões religiosas menonitas a partir dos anos de 1940, cujo centro era no interior do Chaco, atual Departamento de Boquerón. A produção extensiva de gado acompanhou esses processos e trouxe um novo ator para a região: o fazendeiro brasileiro que segue na Marcha para o Oeste, no final do século XX.

A violenta degradação ambiental gerada pela ocupação brasileira no Alto Paraguai passou a ser conhecida quando, em 2005, a *Secretaria del Ambiente* (órgão público federal responsável pelas políticas de meio ambiente no Paraguai) realizou uma operação de fiscalização. “Os fazendeiros do Brasil manejam fazendas via satélite”, eram as manchetes dos jornais do Chaco. A operação apreendeu maquinaria contrabandeada do Brasil pela cidade de Porto Murtinho utilizada no desmatamento de grandes áreas. Além disso, foram identificadas diversas irregularidades, tais como a massiva destruição dos bosques; a realização indiscriminada de queimadas; a construção de empreendimentos que desrespeitam as normas da *Secretaria del Ambiente*; a presença de brasileiros sem documentos; e a ausência de autorização para funcionamento das pistas de pouso nas fazendas de gado.

O protesto dos brasileiros não tardou a chegar. Produtores do Alto Paraguai, acompanhados da embaixada brasileira e de autoridades do influente “Foro Brasil”² se reuniram com congressistas para apresentar queixas sobre as intervenções dos fiscais paraguaios. A chanceler paraguaia Leila Rachis posteriormente solicitou ao embaixador brasileiro sua cooperação para frear o tráfico ilegal de madeira do Alto Paraguai.

O IMPACTO SOBRE TERRITÓRIOS INDÍGENAS

A intervenção de fazendeiros na área afeta igualmente as terras indígenas. Um caso paradigmático é o do *Patrimônio Natural y Cultural (Tangible e Intangible) Ayoreo Totobiegosode*, território de 550.000 ha dentro da nova Reserva da Biosfera, no Departamento de Alto Paraguai, cuja regularização fundiária tramita desde 1993 em benefício dos Totobiegosode, subgrupo do povo indígena Ayoreo. Alguns pequenos grupos dos Totobiegosode ainda não estabeleceram contato sistemático com a

sociedade envolvente e são considerados os últimos isolados da Bacia do Prata.

Declarada Patrimônio Natural e Cultural pelo Ministério da Educação e Cultura, de acordo com a legislação nacional e convênios internacionais, a área mencionada está em processo de titulação como propriedade coletiva indígena, especialmente os imóveis localizados ao sul. Até a presente data, os Totobiegosode já são proprietários de mais de 80.000 ha, embora esses territórios conquistados não estejam em área contínua. Uma das propriedades que o grupo reivindica persistentemente é a *Finca N° 13.122* (78.549 ha). Além de abrigar locais históricos de suma importância para o povo e também um aquífero de grande relevância em uma região onde a água é muito escassa, a posse dessa área permitirá unificar, em grande medida, as outras terras já tituladas. Apesar da propriedade ser reivindicada pelo grupo indígena desde 1993, e seguir em tramitação, este imóvel foi adquirido em 2002 pelas empresas *Luna Park Internacional Ltda.* e *Itakyry SRL*, ambas representadas pelo brasileiro Marcelo Bastos Ferraz, que obteve procuração outorgada pelas empresas nas Ilhas Virgens Britânicas para gerenciar os negócios no Paraguai.

Uma das primeiras ações do novo proprietário foi abrir picadas de 15 metros de largura no perímetro do imóvel, afetando territórios indígenas, desmatando bosques virgens e desrespeitando medidas cautelares especiais. A abertura dessas picadas possibilitou, ainda, a extração e comercialização ilegal do pau santo, madeira nobre da região.

Às denúncias das ações realizadas na *Finca 13.122*, se somou em 2004 um pedido de expropriação apresentado por deputados do Congresso Nacional. Em um primeiro momento, o plenário da Câmara votou a favor, mas o Senado rejeitou o pedido, atitude



Encontro amistoso entre parentes Ayoreo Totobiegosode, março de 2004.

que foi endossada na seqüência pelos deputados. A esperança indígena se desfez depois de um longo processo no qual foi decisiva a participação do "Foro Brasil" – ao qual pertence Bastos Ferraz –, que conta, dentre outros privilégios jurídicos, com a possibilidade de "intervenção no nível dos poderes Executivo e Legislativo no Paraguai referente a Projetos de Leis ou processos jurídicos que envolvam seus associados".

A proposta de Bastos Ferraz às autoridades paraguaias é conservar 25.000 ha (exigidos pela legislação local) e utilizar os mais de 50.000 ha restantes para criação de gado. Cálculos efetuados por ambientalistas indicaram que somente a venda da madeira fruto do desmatamento desses mais de 50.000 ha já traria altos ganhos às empresas brasileiras, com um custo ambiental extremamente alto para o Paraguai.

Deve-se observar, também, que as pressões e disputas territoriais na área têm relação com grandes obras e

empreendimentos futuros de grande envergadura, como hidrovias, gasodutos ou a construção de uma ponte em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Os Totobiegosode, no entanto, prosseguem com os trâmites judiciais para legalização e preservação dos bosques dessa propriedade, tanto para si como para seus parentes não contatados. São dinâmicas e velocidades distintas em uma zona frágil e ameaçada. (junho, 2006)

NOTA

¹ Departamento é equivalente a nosso estado ou Unidade da Federação.

² Comunidade empresarial fundada por iniciativa do embaixador do Brasil no Paraguai e um grupo de empresários brasileiros residentes no Paraguai, inaugurada em 2001 pelo então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, na sede da embaixada brasileira no Paraguai. É composta por empresas ou pessoas físicas brasileiras e de outras nacionalidades que tenham interesses em negócios no Paraguai e no Brasil.



A Relação com a Terra

Friedl Paz Grünberg*

Antropóloga

“NÓS NÃO VIVEMOS PARA COMPRAR TERRA, NÓS VIVEMOS SOMENTE PARA USÁ-LA DE BOA MANEIRA”.

Terra significa para os Guarani, em primeiro lugar, territorialidade, espaço de vida, espaço para realizar sua maneira de ser. A pessoa guarani se define através de sua cultura, sua religiosidade, e não através do que entendemos como sua economia.

A terra tem sua importância como meio de produção e nesse contexto num nível muito concreto: para poder se manter enquanto grupo, para assegurar a existência de todos os familiares, especialmente aquela de seus descendentes, e não para acumular bens. Apesar de a agricultura ter sido sempre de suma importância para os povos guarani, especialmente para os Kaiowá/Pai-Tavyterã, que em alguns lugares gozam de fama de serem excelentes agricultores, é essa noção territorial de espaço social e cultural que estão valorizando – e é este espaço o que estão necessitando.

Para todos os povos indígenas, é de vital importância ter seu espaço geográfico legalmente consolidado e de fato ocupado. É imprescindível para assegurar sua sobrevivência étnica e, em muitos casos, também física. Para os Guarani, isso é mais acentuado ainda, não só por sua forte relação sócio-cultural e religiosa com seus territórios ancestrais, mas também para que tenham uma chance real de poder se recuperar do profundo trauma coletivo que sofreram durante o século passado (século XX). Para entender esse contexto é preciso ter uma idéia sobre sua história recente e sobre sua situação fundiária atual.

A situação das terras guarani no Mato Grosso do Sul é, na maioria dos casos, desastrosa. Podem-se distinguir três situações de vida diferentes:

1. A maioria dos povos Guarani (Kaiowá e Nandeva) do Mato Grosso do Sul vive nas oito “*áreas indígenas*” que foram instaladas entre os anos de 1920 e 1930 ainda pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essas “*áreas indígenas*” foram plane-

jadas originalmente para terem a extensão de 3.600 ha cada uma. Porém, com exceção de uma, Ka’arapo, todas as outras são menores hoje em dia. Jakarey (Porto Lindo) tem somente 1.650 ha, Limão Verde foi medida com somente 668 ha de terra arenosa, onde não havia nenhum assentamento indígena tradicional. Outras “*áreas indígenas*” que foram planejadas naquele tempo, como por exemplo Pueblitokue, nunca foram nem delimitadas. Nesses pequenos territórios, com um total de somente 17.743 ha, vivem atualmente pelo menos 75% dos estimados 37.317 indígenas guarani da região do Mato Grosso do Sul.¹ Por causa da enorme concentração da população que, em muitos casos, não permite espaços privados nem íntimos, como também por causa da discriminação acentuada que os Guarani estão experimentando ao sair dessas “*áreas indígenas*”, essa situação de vida apresenta muitas semelhanças com a situação de vida dos guetos. O aumento de conflitos internos, especialmente nessas “*áreas indígenas*” mais antigas, o alcoolismo e a taxa elevada de suicídios confirmam esse diagnóstico.

2. Entre os anos de 1988 e 1996, doze comunidades guarani conseguiram, através de reiteradas tentativas, recuperar pequenas partes de seus territórios tradicionais. Essas “*novas comunidades*” vão de pequenas: 1.000 a 2.500 ha, a muito pequenas: 400 a 700 ha. Somente uma comunidade dessas conta com uma dimensão aceitável: 9.000 ha. Porém, até hoje, uma parte significativa desses territórios – que já estão homologados, não são ocupados ainda pelos Guarani devido a impedimentos provocados pelos fazendeiros, através de processos judiciais. O número desses processos pendentes na justiça é enorme, e não há advogados que acompanhem e apoiem as comunidades indígenas em suas lutas frente a uma legislação incompreensível para eles. Apesar de todos esses problemas, a situação de vida nessas “*novas comunidades*” que conseguiram ocupar o espaço homologado, já é significativamente melhor do que aquela nas antigas “*áreas indígenas*”, especialmente no que se refere aos conflitos internos e suas conseqüências.

3. A partir de 1997, teve início uma nova e muito difícil fase de tentar recuperar partes dos territórios ancestrais dos Guarani,

que custou a vida de vários líderes. Ainda que os oito territórios identificados desde então (sete novas áreas e uma ampliação de uma área antiga) sejam um pouco mais adaptados às necessidades e aos direitos constitucionais dos Guarani (com 5.000 ha a 10.000 ha) nenhum desses territórios foi demarcado até hoje. Em alguns casos, os grupos comunitários que reivindicam sua terra conseguiram apenas uma precária autorização para ocupar somente entre 30 ou 200 ha! Espremidos dessa maneira, estão esperando até que os lentos e longos processos jurídicos tomem forma inteligível e visível para eles: a forma do direito a finalmente poderem ocupar a terra, que segundo suas leis – e as leis dos “brancos” – são deles desde tempos imemoriais. Estão esperando sem ter espaço suficiente para a agricultura de subsistência² em muitos casos sem água e lenha suficientes, e enfrentando a ameaça permanente de terem que sair, por ordem judicial, até desses pequenos lugares onde estão. “Estes chiqueiros”, como denominam os Guarani estes pedacinhos de terra, “que a exagerada mesquinhez dos *Karai*, do homem branco, nos concedeu”. Esse é o terceiro tipo de situação de vida, dominado pela luta pela terra, em que os Guarani do MS se encontram.

A DEPENDÊNCIA DA TERRA E DA FLORESTA

Habitantes da Mata Atlântica, os povos Guarani viviam em territórios que foram de uma extensão enorme. Era praticamente toda a região da Mata Atlântica, desde o norte do estado do Rio de Janeiro até o norte da Argentina, incluindo grande parte do sul do Brasil, do Centro-Oeste e da região oriental do Paraguai⁴. Os povos guarani sofreram o impacto da conquista e da colonização desde seus primórdios. Os que sobreviveram até meados do século XX, reduzidos, segundo estimativas, a cerca de 5% da população original, passaram por incontáveis e difíceis processos de resistência e de adaptação.⁴ Muitos antropólogos, entre eles Darcy Ribeiro, quiseram entender o segredo da resistência guarani, de sua forte identidade cultural, e porque seguem mantendo sua língua até em situações de extremo contato, como as pequenas comunidades guarani que vivem na cidade de São Paulo. Essas são normalmente características de grandes povos, como por exemplo a população indígena dos Andes. Porém, consta da literatura antropológica que os Guarani são um dos povos indígenas que mais têm mantido sua identidade étnica e cultural durante a longa história de contatos conflituosos e violentos com o homem branco.

Para os Guarani, a história recente trouxe uma destruição extraordinária, com impactos mais fortes do que todos aqueles aos quais já haviam sobrevivido desde então. Primeiramente, foram desalojados de seus territórios mediante ações rápidas e em muitos casos violentas, sem ter chance alguma de voltar a seus territórios e sem poder buscar terras novas para se estabelecerem de acordo com suas necessidades. Tinham que viver forçadamente nas pequenas “*áreas indígenas*”. Isto significou tam-

bém ter que viver entre famílias extensas, com as quais muitas vezes havia uma relação conflituosa; nesses casos, os Guarani normalmente tendem a evitar o contato. Nessa época, primeiro passaram pela tutela do SPI, e depois da Funai, ambas as instituições interferindo profundamente em sua organização política. Entre os anos de 1950 e 1990, praticamente todo o estado do Mato Grosso do Sul foi desmatado. Para os Guarani, isto significa a destruição de seu mundo. Eles sempre foram habitantes da floresta, não conheciam ambientes distintos. Viviam na floresta e da floresta. Todos os seus conhecimentos, desde aqueles muito práticos, como de plantas e animais até sua cosmologia e espiritualidade estavam vinculados à floresta, aos bosques.

As mudanças mencionadas aconteceram tão rápido, e foram tão profundas, que a sociedade guarani sofreu severos processos de desestruturação social, econômica e cultural. Os sintomas visíveis mais graves são: um contínuo aumento da violência interna nas comunidades, especialmente nas áreas antigas; um contínuo aumento de alcoólatras e de consumo de bebidas alcoólicas em geral; e desde os anos 90, uma das taxas de suicídio mais altas do mundo.

Existem muitos povos no mundo que sofreram traumas coletivos, a maioria dos casos causados por guerra, muitas vezes também por desalojamentos violentos e perseguições. As experiências mostram que os povos que tiveram a chance de uma reconstrução auto-determinada, isto é, auto-gerida, não só se recuperaram com o tempo, como também desenvolveram novas formas de vida mais adequadas ao contexto transformado.

Povos que não têm essa chance, especialmente quando são povos numericamente pequenos, tendem a desaparecer por completo ou pelo menos culturalmente. Hoje em dia o etnocídio não é mais definido somente pelas ações diretas que têm efeitos destrutivos numa cultura, mas também pelo impedimento de atividades que possibilitam a um povo desenvolver e viver sua cultura.

No caso dos Guarani, são quase exclusivamente eles que podem e têm que desenvolver mecanismos para encontrar novas e adequadas formas de viver como povo. Entre os “brancos” não existem profissionais que poderiam ajudar a monitorar os processos necessários. Não existem em quantidade suficiente e muito menos ainda com as qualificações necessárias: entender os valores e mecanismos de outra cultura e falar sua língua.

Ações “desde o exterior”, como recentemente o programa “Fome Zero”, tendem a debilitar ainda mais a situação sociopolítica das comunidades guarani, criam dependências, geram frustrações e aumentam a passividade ou o desalento, sendo este último uma reação humana a um acúmulo exagerado de problemas sem solução.

São então os Guarani que devem ter a chance para desenvolver outra vez uma forma digna de viver. A pré-condição fundamen-

tal para isso é que tenham suficiente espaço legalmente assegurado e que de fato possam ocupar, como garante a Constituição de 1988. Todas as pessoas que têm algum conhecimento da região e da situação de vida dos Guarani notaram que a maioria das comunidades que conseguiu se reorganizar encontra-se em uma situação de vida com menos violência, menos conflitos e poucos ou nenhum caso de suicídio.

O FUTURO

Assegurar terra para os Guarani não é somente seu direito como povo indígena, mas também é imprescindível para prevenir o etnocídio eminente desse povo.

Foi mencionado que por várias razões não é viável acompanhar os Guarani em sua difícil situação, de maneira semelhante àquela que se está realizando em nossa sociedade: assistência social, trabalho terapêutico etc..., porém, há uma área de conflito em que uma intermediação poderia trazer frutos significativos para eles. Os conflitos com a população envolvente são óbvios, visíveis, e se traduzem desde diferentes formas de menosprezo, como “o índio sujo” ou os “bugres”, expressadas no cotidiano, até o assassinato de líderes que lutam por seus direitos. O conflito básico desta situação é menos visível e portanto mais difícil de solucionar: é o conflito entre o povo Guarani e o Estado.

O Estado, obrigado a defender os interesses de todos os grupos da sociedade, tende a reagir onde há maior pressão, mais poder, maiores interesses econômicos. Problemas complexos, como a situação de povos indígenas, quase nunca conseguem a atenção necessária. Menos ainda se esses povos não têm um lobby forte, como os povos indígenas da Amazônia, e se suas necessidades se chocam com interesses muito potentes, como aqueles dos fazendeiros plantadores de soja – uma atividade econômica que traz divisas importantes para o país. Em um caso como este, uma intermediação por mediadores profissionais, especializados em problemática interétnica, poderia ajudar a encontrar soluções viáveis e eficientes – para finalmente poder sair da es-

tagnação que se encontra a relação entre os Guarani e as instituições do Estado, especialmente a Funai e o Ministério da Justiça. A mediação já mostrou ser um instrumento com êxitos na solução de conflitos, sejam agudos e violentos ou antigos, como os conflitos dos Guarani com o Estado. (maio, 2006)

BIBLIOGRAFIA

AOKI, Celso e GRÜNBERG, Friedl Paz. 2004. *Informações básicas sobre temas fundiários para os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul*. Edição bilingüe português e guarani. CTI-PKG; São Paulo.

GRÜNBERG, Friedl Paz. 1999. Religiosidad Guarani. www.guarani.roguata.com

_____. 2000a. Case Study: The Effects of Displacements and Ecological Destruction – The Example of the Guarani in Mato Grosso do Sul, Brazil. (In: Brigitte Fahrenheitst (Hg) Die Rolle der EZA in gewalttätigen Konflikten). SID-Berlin-Berichte Nr. 11. www.guarani.roguata.com

_____. 2000b. La relación de los indígenas con la naturaleza y los proyectos de Cooperación Internacional. Reflexiones sobre la práctica. www.guarani.roguata.com

_____. 2003. Reflexões sobre a situação dos Guarani no Mato Grosso do Sul. www.guarani.roguata.com

LEHNER, Beate. 2002. Territorialidad Guarani. www.guarani.roguata.com

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG Friedl & Georg. 1976. Los Pai-Tavyterã. Etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo. Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica. Asunción del Paraguay.

NOTAS

* Desde 1971 a autora trabalhou com povos guarani no Paraguai e no Brasil; entre 1996-2004 foi membro da Equipe de Acompanhamento Guarani/Projeto Kaiowá Guarani (EAG/PKG), projeto do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), com especial ênfase na questão fundiária.

¹ Dados da Funasa, 2005.

² Agricultura de subsistência é um termo técnico da antropologia para o modelo de economia no qual a reciprocidade e a distribuição são o eixo central.

³ Lehner, 2002.

⁴ Melià & Grünberg, 1976.

Mortalidade Infantil entre os Kaiowá e Guarani

Antonio Brand*

Renata Palópoli Pícoli**

Professor dos Programas de Mestrado em Desenvolvimento Local e Educação da Universidade Católica Dom Bosco

Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública/USP

A OFERTA DE RECURSOS NATURAIS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DESSES POVOS VÊM SENDO PROFUNDAMENTE ALTERADAS PELA SITUAÇÃO TERRITORIAL NO MATO GROSSO DO SUL, FATOR DE IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL PARA COMPREENDER O GRAVE QUADRO DE MORTALIDADE INFANTIL INDÍGENA NA REGIÃO

O tema da mortalidade infantil é complexo e envolve a compreensão de aspectos biológicos, sociais, culturais e econômicos. No caso dos povos indígenas, ressaltam como relevantes à questão dos territórios a oferta de recursos naturais e a organização social de cada povo.

No Brasil, o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) da população geral tem apresentado tendência decrescente nas últimas décadas. Entretanto, ao considerarmos os diferentes grupos étnicos, em especial os povos indígenas, esse decréscimo é mínimo ou inexistente. O que se observa é a permanência de um elevado CMI, apontando para a importância de compreender o contexto sociocultural e de se efetivar na prática o modelo de atenção diferenciada estabelecido na Constituição de 1988, e reafirmado na “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas” da Funasa.

CONTEXTO SOCIAL: ALGUNS DESTAQUES

Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente as áreas de mata ao longo dos córregos e rios. As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território kaiowá e guarani a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Matte Larangeira que, embora não questionasse a

posse da terra ocupada pelos índios nem fixasse colonos, foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais tendo em vista a exploração de novos e por vezes distantes ervais.

Em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de possibilitar o acesso à terra a milhares de famílias de colonos migrantes de outras regiões do país. A instalação dos colonos em território indígena provocou, de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços.

Entre os anos de 1915 e 1928, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) demarcou oito reservas - pequenas extensões de terra, para usufruto dos Kaiowá e Guarani – perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os núcleos indígenas, liberando o restante do território para a colonização. Constituíram-se, essas reservas, em importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas.

A partir da década de 1950, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários, ampliando o processo de desmatamento do território indígena. A introdução da soja, junto com a ampla mecanização das atividades agrícolas, a partir da década de 1970, provocou o fim das aldeias refúgio nos fundos das fazendas, nas quais os Kaiowá e Guarani resistiam e comprometeu, amplamente, a biodiversidade, substituindo os restos de mata, capoeiras e campos pela monocultura da soja.

Embora, a partir da década de 1980 e como resultado de ampla mobilização dos Kaiowá e Guarani e seus aliados na sociedade não-indígena, o território de posse desse povo tenha dobrado em extensão, as reservas demarcadas pelo SPI seguem abrigando

do cerca de 80,2% (29.921) da população kaiowá e guarani. Segundo informações da Funasa/2005, sua população atinge um total aproximado de 37.317 pessoas.² No entanto, 19.638 desse total estão concentrados em Três terras Indígenas (TIs), demarcadas pelo SPI – Dourados, Amambaí e Caarapó – que juntas atingem 9.498 hectares de terra.

Esses são, certamente, dados relevantes para compreender a situação das crianças indígenas, dado que, durante séculos, os Guarani produziram alimentos não só suficientes, mas abundantes, como atestam os cronistas do século XVI e a documentação de períodos mais recentes.

Aldeados em espaços exíguos, o desafio maior decorrente do processo de perda territorial refere-se às dificuldades em adequar a sua organização social a essa nova situação, marcada pela superpopulação. Além de dificultar o *ogua* – a mobilidade espacial dentro do território, fator estratégico importante não apenas para a superação de conflitos e tensões internas, mas fundamental para diminuir a exposição das crianças à contaminação ambiental –, impôs profundas transformações à economia indígena. Contribuiu, ainda, para o enfraquecimento das redes sociais de reciprocidade, apoiadas nas relações de parentesco, que se traduz em maior desproteção, em especial para as crianças e mulheres. “*Não adianta o governo colocar nos projetos sementes e mais sementes, tratores e mais coisas, se a gente não tem espaço pra gente se sentir livre ali dentro, pra gente plantar, pra gente colher, pra gente estar ali longe um do outro. O Guarani e Kaiowá não se acostuma morar um perto do outro...*”²

A situação da criança indígena – os graves problemas relacionados à desnutrição e à mortalidade infantil, amplamente divulgados na mídia, em especial em 2005 –, não pode ser dissociada do processo histórico de progressiva perda de territórios e consequente confinamento dessa população. É o que afirmam os representantes da Comissão de Direitos Indígenas do Povo Kaiowá/Guarani, em manifesto divulgado em março de 2005: “*as mortes e a desnutrição são resultado da [...] perda da terra, que leva à desorganização da nossa economia, do nosso jeito de produzir, de nos alimentarmos e de organizarmos as nossas famílias [...]. Esse assunto não pode ser discutido como se fosse um problema simplesmente de “dar comida aos índios”. Também não se pode dizer que a responsabilidade das mortes é por causa da nossa cultura”, sentimos indignados por não estarmos sendo ouvidos e respeitados em muitos aspectos do nosso jeito de ser [...] Temos o direito [...] de exercer nossa autonomia, sendo ouvidos na estruturação de políticas para nossos povos*”.

DADOS SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL

Cabe destacar que os dados epidemiológicos do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI-MS) e do Sistema de Informações de Atenção à Saúde Indígena (Siasi), apesar do aprimoramento das informações demográficas e

epidemiológicas, ainda são parciais, persistindo lacunas na compreensão da evolução da mortalidade infantil e do contexto sociocultural em que os óbitos ocorreram. O sub-registro de óbitos e de nascimentos ou o preenchimento incompleto das declarações de óbitos e de nascidos vivos e a precariedade do sistema de informação dificultam a elaboração de estatísticas e prejudicam o planejamento das ações.

Porém, embora a ausência de registros do CMI em algumas terras kaiowá e guarani no período de 2000 a 2005 prejudique a compreensão da evolução e dificulte a visão de conjunto das condições de vida e saúde, os coeficientes existentes no período em questão são relevantes para entender alguns comportamentos desses índices. Os dados de mortalidade infantil, divulgados pelo DSEI-MS, encontram-se agregados por pólo base, o que dificulta a análise das peculiaridades sociais e de saúde e reduzem a complexidade da situação.

Para ilustrar essa dificuldade, basta analisar os registros do CMI do Pólo Base de Dourados, do DSEI-MS, que inclui a população das Terras Indígenas de Bororó/Jaguapirú e Panambizinho, localizadas no município de Dourados e TI de Panambi localizada no município de Douradina, para o ano de 2004. O CMI do Pólo é de 64,3/1000. No entanto, ao desagregar esse coeficiente e buscar especificá-lo por TI e, inclusive, por etnia e áreas específicas, observa-se que o risco de morte infantil é diferenciado: para a TI de Dourados, região Bororó, na qual predomina a etnia Kaiowá, esse índice é de 61,1/1000 e entre os Guarani, localizados nessa mesma região, esse coeficiente chega a 100/1000 nascidos vivos. Para a TI Panambi, o CMI é de 90,9/1000, Panambizinho, de 83,3/1000 e Jaguapirú, de 31,7/1000.

Em 2005, esse mesmo CMI na TI de Dourados foi de 40/1000 entre os Guarani, de 65/1000 entre os Kaiowá, de Bororó e de 33,3/1000, em Jaguapirú. No entanto, comparando o CMI das TIs de Amambaí, Caarapó e Dourados, no período de 2000 a 2005, verificamos uma tendência de crescimento, como se observa na tabela 1. Nessa tabela observam-se várias lacunas no registro de óbito infantil em algumas TIs para o período men-

COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL NAS TIS AMAMBAÍ, CAARAPÓ E DOURADOS (2000 A 2005)

Terra Indígena	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Amambaí	7,2	4,6	-	11,8	19,9	44,3
Caarapó	5,6	-	11,4	15,5	24,9	25,6
Dourados/Bororó*	15,9	16,5	11,5	57,4	30,6	40,6
Dourados/Bororó**	-	-	-	-	100,0	-
Dourados/Jaguapirú	12,3	-	-	28,37	21,2	33,3

Fonte: Sistema de Informações de Atenção à Saúde Indígena, <http://sis.funasa.gov.br/siasi>, acessado em 16 de fevereiro de 2005.

* etnia Kaiowá

** etnia Guarani

cionado, com implicações importantes na análise da mortalidade infantil.

Para a análise desses coeficientes, é relevante considerar duas questões: o aumento no CMI pode ser decorrente de aprimoramento da coleta e do registro dos óbitos infantis, sendo, nesse caso, o baixo índice registrado ou mesmo a ausência de dados entre os anos de 2000 a 2002 indicativo de sub-notificação de óbitos; e os elevados índices revelam uma preocupante situação de saúde infantil, em que diversos programas – imunização, acompanhamento do crescimento infantil, controle das doenças diarreicas dentre outros – ainda não conseguem reverter a elevada morbimortalidade infantil.

No entanto, ainda que os coeficientes de mortalidade infantil entre os Kaiowá e Guarani sejam subestimados, seus valores apresentam-se substancialmente superiores à média nacional. Em 2000, o CMI da TI Kokue-Y foi de 125,00 por 1000 nascidos vivos, enquanto a média nacional estimada pelo IBGE foi de 30,1 por 1000 nascidos vivos, para o mesmo ano, sendo mais de quatro vezes acima da média nacional.

Em 2003, os dados sobre mortalidade neonatal³ evidenciaram que das dezenove TIs, apenas quatro (Arroio Cora/Kaiowá foi de 142,9/1000, Cerrito, de 214,3/1000, Guassuty, de 77,0/1000 e Potrero-Guassu 87,0/1000) apresentaram valores acima da média nacional (64,6 por mil nascidos vivos, em 2003).⁴ No mesmo período, das dezesseis terras indígenas kaiowá e guarani, dez registraram coeficiente de mortalidade pós-neonatal⁵ (Bororó/Kaiowá foi de 57,4/1000, Cerro-Marangatu, de 62,5/1000, Gassuty, de 38,5/1000, Jarará, de 41,7/1000, Panambi, 64,5/1000, Panambizinho, 100,0/1000, Paraguassú, 58,8/1000, Pirajuí, 48,4/100, Pirakuá, 37,0/1000 e Sassoró 35,7/1000) superior à média nacional (35,4 por mil nascidos vivos, para o mesmo ano).⁶ Os resultados encontrados para o coeficiente de mortalidade neonatal nas terras indígenas com valores inferiores à média nacional é sugestivo de subnotificação, uma vez que para os anos de 2004 e 2005 registrou-se um aumento significativo desse coeficiente em diversas TIs.

Em termos do perfil de morbidade infantil (ou seja, adoecimento), é importante destacar que o estado nutricional de crianças Kaiowá e Guarani ainda apresenta índices alarmantes. Em 2005, o Programa de Vigilância Nutricional (PVN) do DSEI-MS registrou, entre as crianças Kaiowá e Guarani, 16% de desnutrição, 18% sob risco nutricional, 65%, de eutróficos (normal) e 1%, de obesas. A desnutrição infantil tem sido objeto de muitas investigações no âmbito da saúde indígena pela sua elevada prevalência, remetendo para o comprometimento dos territórios, recursos naturais e possibilidades de produção de alimentos.

Destacam-se, ainda, problemas relativos ao abastecimento de água e saneamento básico, em especial nas Terras Indígenas de maior densidade populacional, como um fator determinante dos riscos de adoecimento por doenças intestinais, que somadas as

doenças respiratórias e nutricionais, representam importantes componentes do perfil de morbidade infantil, além de estarem entre os principais motivos de óbito na população infantil Kaiowá e Guarani.

ATENÇÃO DIFERENCIADA ÀS CRIANÇAS INDÍGENAS

Por outro lado, ao analisar as ações em saúde infantil desenvolvidas entre os Kaiowá e Guarani, percebe-se que essas ainda não são pautadas pelo modelo de atenção diferenciada, desconsiderando-se, em muitos casos, o contexto sociocultural e as práticas de atenção à saúde infantil desenvolvidas por esse povo. Transferem-se e reproduzem-se nas TIs, ainda, em larga medida, ações desenvolvidas no entorno regional. O Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional, desenvolvido pelo DSEI/MS, está assentado em ações centradas no modelo biológico de atenção à saúde infantil. Essa perspectiva biomédica dificulta a discussão e a reflexão sobre os saberes e as práticas de saúde e de nutrição desenvolvidas pelos Kaiowá e Guarani.

Por isso, para explicar a elevada morbidade e mortalidade infantil nos casos de desnutrição, profissionais de saúde têm culpabilizado as mães indígenas, sinalizando para um suposto fraco vínculo mãe/filho como precursor dos problemas de saúde. Reproduzem, dessa forma, um modelo de explicação próprio da sociedade não-indígena, que atribui à mãe, prioritariamente, a responsabilidade pelo cuidado à criança, desconsiderando, inclusive, o contexto profundamente adverso por elas vivenciado. Para muitos grupos étnicos, entre os quais se incluem os Kaiowá e Guarani, o cuidado e a atenção à saúde da criança são responsabilidades repartidas entre os diferentes membros que integram a rede de parentesco.

No Seminário Conclusivo do *Projeto Criança Kaiowá e Guarani*, professores e agentes de saúde indígenas destacaram a existência de realidades diferentes nas diversas Terras Indígenas. Por isso, mesmo que os problemas sejam os mesmos, os resultados das ações apresentam-se diferentes de uma área para outra, sendo necessário aprofundar a pesquisa e buscar elementos explicativos na realidade local e específica de cada TI, sua organização social, tensões e conflitos, as condições ambientais na região em que vivem e seu entorno e seus impactos sobre a dinâmica do processo de saúde/doença.

Percebem-se graves problemas de mortalidade infantil e desnutrição não só nas TIs demarcadas pelo SPI, até 1928, mas também em TIs demarcadas a partir da década de 1980, algumas com menor densidade populacional, como a TI Paraguassú – 2609 ha para 127 famílias e um total de 513 pessoas. Nessa TI, em 2005, foi verificado o maior CMI do DSEI/MS (250/1000). Ao nos voltarmos à realidade específica da TI Paraguassú verificamos um fator relevante, que diz respeito às enormes dificulda-

des em recompor e manter as condições necessárias da terra para a produção de alimentos para o consumo. Cabe destacar que os Programas de Segurança Alimentar, ao não enfrentarem essa demanda, podem contribuir para o enfraquecimento da autonomia na produção alimentar com prejuízo especial para as crianças e as mulheres.

PRÁTICAS DE SAÚDE TRADICIONAIS

Mas há outros fatores certamente relevantes para a compreensão e explicação dos elevados índices de mortalidade infantil em diversas TIs e que remetem para a organização interna de cada TI e o envolvimento de cada segmento daquela população nos problemas em questão. Por isso, a importância da participação e do engajamento das lideranças políticas e religiosas, dos professores e, em especial, dos agentes indígenas de saúde, no planejamento, na elaboração e no desenvolvimento das ações voltadas à superação dos problemas no campo da saúde.

Para isso, são necessários a compreensão e o respeito aos conhecimentos indígenas sobre os cuidados com a gestação, o parto e a criança, o que exige dos profissionais que trabalham com saúde indígena relativizar o seu conhecimento biomédico e passar a ouvir, a aprender e a respeitar os significados e as práticas de saúde desenvolvidas por este povo. Melhorar os índices de mortalidade infantil passa por um diálogo entre o conhecimento da biomedicina e o conhecimento indígena (prática dos rezadores, os significados e as explicações para a saúde e a doença, a utilização de plantas medicinais, entre outros).

É ilustrativo o depoimento de um representante indígena sobre a importância dos conhecimentos indígenas referentes às plantas medicinais e sua articulação com os serviços de saúde — como uma prática complementar e não substitutiva ao sistema de saúde indígena, expressando uma *pluralidade médica*. “Hoje temos médicos, enfermeiras, um monte de profissional que trabalha com a população indígena, mas antigamente não existia isso e quem era esse médico, esse enfermeiro, esse parceiro, parceira, então eles eram nossos médicos, nós valorizávamos muito esses médicos que a gente têm, esses enfermeiros que a gente têm que possuem a sabedoria natural. O primeiro passo que o índio tem, quando alguém fica doente, a gente procura dar remédios natural, e se não resolver com remédio natural a gente procura um médico. Então, esses recursos que a gente quer não existe mais, por isso que hoje estamos aqui procurando meios para resolver todos esses problemas que existe hoje na Nossa comunidade, não existe mais aqueles remédios natural que existia”.

E para isso, a relevância dos agentes de saúde indígena, com o papel fundamental de tradutores, não apenas no campo da linguística, como se verifica hoje, mas de efetivos protagonistas das ações a serem desenvolvidas em TI.⁷

Finalmente, não há como ignorar que o problema da desnutrição e dos elevados índices de mortalidade infantil, além de outros problemas como o alcoolismo e a crescente violência que marca as relações internas em diversas TIs, que atingem diretamente a criança, não podem ser superados sem a significativa ampliação dos territórios. São necessários, ainda, programas sociais de incentivo e apoio à produção agrícola e à geração de renda, com metas de curto, médio e longo prazo, incluindo assistência técnica qualificada, com o objetivo de restituir aos Guarani e Kaiowá as condições para que possam produzir seus alimentos, sustentar suas crianças e gerar a renda necessária para a sua vida. No âmbito da saúde, o grande desafio segue sendo a implementação efetiva da “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas”, com especial ênfase na capacitação de recursos humanos para atender o contexto intercultural. (março, 2006)

NOTAS

* Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani, UCDB, Campo Grande, MS.

** Pesquisadora do Programa Kaiowá/Guarani, UCDB, Campo Grande, MS

¹ A população indígena total no Estado de Mato Grosso do Sul, segundo a FUNASA, é de 58.416 pessoas.

² Projeto *Criança Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul — a realidade na visão dos índios*, realizado em 2003 e 2004, pelo Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI/UCDB, com o apoio do Unicef e em parceria com os órgãos públicos, estaduais e federais, responsáveis pelo atendimento da população indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, 2005, p.84.

³ Mortalidade neonatal estima o risco de morte nos primeiros 27 dias de vida e sua ocorrência está mais associada às condições de gestação, do parto e da integridade física da criança.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 2004, p.50.

⁵ Mortalidade pós-neonatal que estima o risco de óbito dos 28 dias de vida até o final do primeiro ano de vida e está mais associada às condições socioeconômicas e do meio ambiente.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 2004, p.50.

⁷ Com o conceito de *tradução* pretende-se destacar o necessário processo de diálogo entre “códigos culturais” distintos, cabendo aos agentes de saúde indígenas um duplo trabalho de tradução: dos aportes da biomedicina para o universo cultural indígena e das concepções indígenas sobre saúde e doença para o universo cultural dos agentes de saúde externos (médicos e demais integrantes do sistema de saúde não-indígenas).

GUATÓ

EXPLORAÇÃO TURÍSTICA DE ALDEIAS

A Funai, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, está avaliando a possibilidade de exploração turística da Ilha de Insua, onde fica a aldeia dos índios Guatós. Segundo o superintendente da Funai, Márcio Justino, a proposta foi apresentada por empresários do setor turístico de Corumbá, interessados em levar turistas para a ilha onde muitos costumam entrar, sem autorização dos índios, para pescar. Até que estes estudos sobre a viabilidade do projeto sejam concluídos, segundo Justino, a legislação proíbe qualquer atividade turística na aldeia. (*Campo Grande News, 26/04/02*)

PEDÁGIO ILEGAL NO RIO PARAGUAI

O administrador Regional da Funai, Márcio Justino, embora não admita que isto venha ocorrendo, reconhece que os índios Guatós não podem cobrar pedágio dos barcos que descem ao Rio Paraguai, e diz que pediu ao destacamento do Exército que fica próximo à ilha, para que enviem um emissário à aldeia para mostrar aos índios que a cobrança de pedágio é ilegal. (*Campo Grande News, 26/04/02*)

ÍNDIOS EXPLICAM PEDÁGIO

Caciques e lideranças indígenas das tribos Guató se reuniram com a Funai, em Campo Grande, para esclarecer a cobrança de pedágio denunciada pela Secretaria de Turismo de Corumbá e por empresários do setor. Segundo o administrador da Funai, Márcio Justino, os caciques disseram que os empresários ofereciam os 'presentes', por isso eles entenderam que não havia problema em cobrar de quem passava pelo local. Os índios não permitirão mais a entrada de visitantes nas aldeias e nem aceitarão 'presentes', como óleo diesel, mantimentos e dinheiro, de turistas. "Isto é o que diz a lei, e será cumprido", diz Justino. (*Campo Grande News, 16/05/02*)

PESCA DESRESPEITA ÁREA INDÍGENA

Os guatós que residem na Ilha de Insua denunciaram ao Ministério Público Federal que as empresas que exploram o turismo de pesca no município de Corumbá estão desrespeitando a reserva indígena e praticando pesca irregular na área que é protegida por lei. Segundo os indígenas, isso vem causando prejuízos ao estoque pesqueiro, poluindo a TI e colocando

em risco a própria sobrevivência dos guatós que vivem na aldeia. O cacique Severo Ferreira afirmou que vai usar os meios de que dispõe na reserva, para expulsar quem continuar invadindo a área. (*Correio do Estado, 14/03/03*)

LÍDER QUER TRABALHO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Os índios guatós que vivem na Ilha Insua enfrentam problemas que podem ser creditados ao isolamento da região. Entre os obstáculos enfrentados diariamente pelas 30 famílias indígenas, o que causa maior preocupação para o líder, cacique Severo, 65 anos, é o trabalho. "Queremos condições para desenvolver nossas atividades, precisamos de meios para trabalhar", declarou. A intenção é conseguir maquinários que possibilitem o aumento da produção de milho, mandioca, banana, abóbora e cana-de-açúcar, que mantém na ilha. Outra preocupação que aflige a liderança guató está relacionada com o meio ambiente. "Nossos peixes estão acabando, nós pegamos para comer, tem turista que leva muito pescado. O pacu já não está saindo mais", revelou Severo. Como medida para evitar grandes retiradas de peixes do rio, os guatós continuam contrários à entrada de embarcações de turismo na região da aldeia. A ajuda que recebem das três esferas governamentais é bem recebida, mas, segundo o cacique Severo, eles querem conquistar meios para trabalhar, "não queremos depender de cesta básica por toda a vida". (*Correio do Estado, 20/07/03*)

OFAIÉ

ESTADO COBRA R\$ 42,5 MILHÕES DE INDENIZAÇÕES

Uma comitiva formada por prefeitos e vereadores de cinco municípios – que juntos terão 180 mil hectares dos seus territórios alagados pela formação do lago da hidrelétrica de Porto Primavera – busca uma solução final para que a Cesp repasse R\$ 42,5 milhões em recursos das obras compensatórias. Prefeituras e Governo estão dispostos a entrar na Justiça para fazer valer o termo de ajuste de conduta firmado em julho com a Cesp. O descumprimento do acordo pode inclusive levar à desativação das turbinas em funcionamento, em caso da estatal não cumprir os compromissos assumidos. A Cesp tem usado como pretexto para não liberar o dinheiro uma ação do Ministério Público Federal (MPF), em defesa de 60 índios ofayés xavantes. O MPF reclama o cumprimento de um acordo fechado em 94. Por este acordo, a estatal paulista se comprometeu a desenvolver um projeto para reassentar os ofayés

xavantes, que moravam numa área às margens do Rio Paraná, alagada com a formação do lago da usina. A comitiva foi ao MPF tentar convencer a procuradora Vanilce Vanessa Ortiz a retirar a ação ou buscar um acordo com a Cesp. A procuradora não aceitou sob argumento de que se desistisse da ação estaria negligenciando a sua função constitucional de defender o interesse dos índios. De acordo com a procuradora, os índios foram remanejados pela Cesp para uma área de mata, onde foram construídas algumas choupanas, mas não há água de fácil captação e o solo é impróprio para qualquer tipo de lavoura. As dificuldades são tantas que há 8 anos os índios sobrevivem com as cestas básicas fornecidas pela própria estatal e depois pela Funai. A Cesp se dispõe a investir R\$ 1,2 milhão no reassentamento dos índios. O Ministério Público acha que é pouco. Seria necessário mais R\$ 1 milhão, que permitiria a aquisição de uma área que seria transformada em aldeia. Para surpresa dos prefeitos e vereadores que estiveram no MPF, a procuradora garantiu que desconhecia formalmente o termo de ajustamento de conduta firmado pelo Estado com a União. "O MPF em nenhum momento participou dos entendimentos", revelou a procuradora, reconhecendo, entretanto, que a participação do MP no processo se limita apenas à questão dos índios. (*Correio do Estado, 03/03/02*)

AGROPECUÁRIA AUTO-SUSTENTÁVEL

A comunidade da aldeia Ofaié, localizada em Brasilândia, 410 km de Campo Grande, já começou o plantio na sua nova área. As 18 famílias das etnias ofaié e guarani já prepararam 70 hectares de solo, onde irão cultivar arroz, feijão, milho, mandioca, cana de açúcar e capim napiê, usado como alimento de animais no período de seca. A atividade faz parte do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário Auto-Sustentável da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). A meta é implantar, no período de três anos, projetos de fruticultura, com pomares coletivos, piscicultura, criação de pequenos animais como aves e suínos. Os índios também vão adquirir gado de corte e leiteiro e equipamentos de tração animal. As famílias vão receber as sementes e mudas dos cultivos de subsistência. (*Correio do Estado, 16/06/03*)

KADIWEU

FOCOS DE INCÊNDIOS

O monitoramento do Inpe inclui alertas em terras indígenas, onde o número de focos de incêndio continua acima dos registros de ju-

no. A reserva dos kadiwéu, próxima do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, onde estão os mananciais da região turística de Bonito, teve 23 focos. Os kadiwéu foram os primeiros indígenas a receber treinamento especial contra queimadas, com cartilha escrita na sua língua. (*Oesp*, 04/08/01)

ARRENDAMENTOS DE TERRA INDÍGENA

O Conselho Indigenista da Funai discutiu o problema da presença de fazendeiros pecuaristas na TI Kadiwéu. De acordo com Alain Moreau, assessor jurídico da Acirk, o problema existe desde o início do século passado, quando 18 fazendeiros levaram vinte mil cabeças de gado para dentro da Reserva Kadiwéu, e conseguiram arrendar as terras do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Com a Constituição de 1988, esses arrendamentos se tornaram nulos, e a Funai começou um lento processo de despejo. Porém, os indígenas continuaram a ser pressionados e aliciados pelos fazendeiros que queriam manter-se na área e muitos acabaram arrendando novamente as terras. As criações de gado dessas áreas funcionam sem a fiscalização sanitária do Estado, ficando os índios vulneráveis às doenças provenientes dos animais. “Uma família indígena que quiser trabalhar em regime familiar ou em parceria para criar gado precisa de no mínimo dez anos para conseguir constituir um pequeno rebanho e poder vender seu excedente”, afirma Moreau, que trabalha a aproximadamente há 20 anos com os Kadiwéu. Por outro lado, as famílias que optam pelo arrendamento podem ver o lucros maiores e quase imediatos. Para o assessor, é necessário um esforço muito grande da Funai e de outros órgãos estatais para incentivar os índios a realizarem atividades econômicas legítimas, e não apenas a condenação. (*Site da Funai*, 20/03/03)

AÇÃO CONTRA INVASORES TRAMITA HÁ 19 ANOS

Lideranças Kadiwéu estão em Brasília solicitando apoio ao presidente da Funai, Mércio Gomes, para resolver a questão da invasão de suas terras por fazendeiros. A ação tramita na justiça há 19 anos, com os índios aguardando a decisão judicial para retomada da área correspondente à 130 mil ha. “Queremos uma decisão, chega de demora”, destaca Daniel Mitchua, um dos caciques que forma a comitiva de seis lideranças que reivindicam, ainda, a criação de um núcleo do órgão em Bonito (MS). Para os índios, a demora da retirada dos invasores deve-se ao favorecimento de grandes famílias da região, que não reconhecem o

direito imemorial dos Kadiwéu sobre a área, que desde 1903, já estava demarcada e reconhecida pelo presidente do Mato Grosso, inclusive, com limites definidos. “Os índios têm tido toda paciência”, pois não há nenhuma dúvida sobre os limites da área, que foi referendada pelo então presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, determinando a demarcação em 1981. A homologação ocorreu no governo do presidente João Batista de Figueiredo, em 1984, foi registrada no Registro de Imóveis de Porto Murtinho e, logo a seguir no Serviço de Patrimônio da União. A homologação fez com que 10 pecuaristas que haviam penetrado na área entrassem na Justiça de Campo Grande com uma Ação Demarcatória. A mesma ação foi protocolada em 1987 no STF, desde então os Kadiwéu não têm acesso a essas 130 mil ha. (*Site da Funai*, 22/10/03)

ABANDONO

Documento assinado por cerca de 150 famílias de índios kadiwéus da reserva de Bodoquena reclama de abandono pela administração da Funai. No local vivem 800 famílias que alegam estar há 7 meses sem receber visita do chefe do posto local, e por isso enfrentam uma série de dificuldades, como por exemplo, não conseguem efetuar registros de nascimento. (*Campo Grande News*, 28/09/05)

OFAÉ

DESNUTRIÇÃO AINDA MATA EM DOURADOS

A fome ainda mata crianças nas aldeias de Dourados e região. O relatório anual da Funasa revela que o índice de mortalidade infantil cresceu nas aldeias do Estado, principalmente na região sul. Segundo o Conselho de Saúde Indígena, os casos aumentaram 29% em 2004. Segundo o médico Zelik Trajber, além da fome, doenças como pneumonia e diarreias estão entre as principais causas. “A situação é mais crítica nos municípios de Amambai, Caarapó e Dourados”, pontuou o médico. (*Douradosagora*, 21/01/05)

MORTE DE CRIANÇAS ÍNDIAS EM MS SERÁ INVESTIGADA

O Ministério Público Federal vai apurar a denúncia de que crianças das aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul estão morrendo de fome. O procurador da República em Dourados, Charles Pessoa, convocou a coordenação da Funasa para se explicar em reunião na próxima terça-feira. A denúncia foi feita pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena. (*O Globo*, 27/01/05)

GOVERNO FEDERAL ENVIA SECRETÁRIO A DOURADOS

Após a divulgação de imagens de crianças indígenas esquiladas em Dourados, o governo federal envia hoje à cidade o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Combate à Fome, José Giacomo Baccarin, para tentar descobrir o que vem ocorrendo nas aldeias. Nota divulgada ontem pelo MDS e a Funasa informa que o governo federal repassou R\$ 5 milhões ao Fome Zero Indígena em 2003, dos quais o governo estadual, comandado pelo petista José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, gastou R\$ 3,8 milhões. O restante deve ser aplicado até junho. (*O Globo*, 27/01/05)

FUNAI SUPERVISIONARÁ SITUAÇÃO NUTRICIONAL

O Presidente Substituto da Funai, Roberto Lustosa assinou nesta sexta-feira, 28, a portaria nº 119, que aprova a constituição de um GT formado por servidores da Funai. O objetivo do GT é supervisionar e detectar as causas da atual situação nutricional dos Guarani-Kaiowá, da região de Dourados, além de propor medidas de intervenção na referida comunidade. A equipe terá um prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos. (*Funai*, 28/01/05)

ÍNDIA MORTA EM DOURADOS PASSAVA FOME

Em entrevista nesta manhã à rádio 94 FM, o índio guarani Sebastião Isnardi, 24, disse que a filha de três anos e onze meses, que morreu ontem no Hospital da Mulher, em Dourados, passava fome. Ele contou que por dois anos tentou se cadastrar no Programa de Segurança Alimentar do governo do Estado, mas afirma nunca ter conseguido receber a cesta básica. A menina, identificada como Kionara, morreu por volta de 10h de ontem ao dar entrada no hospital. No atestado de óbito consta que ela morreu em decorrência de desnutrição de terceiro grau e de parada cardio-respiratória. (*Campo Grande News*, 09/02/05)

ALDEIAS VÃO RECEBER 12 TONELADAS DE ALIMENTO

O MDS decidiu ampliar, em caráter emergencial, a distribuição de cestas básicas aos Guarani-Kaiowá da região de Dourados. Amanhã, 12 toneladas de alimentos vão ser enviadas às aldeias e a partir do próximo mês 1,2 mil cestas vão ser distribuídas regularmente, por um semestre. Conforme informações da Radiobras, a previsão é atender mais 484 famílias a partir de março. (*Campo Grande News*, 10/02/05)

CPI VAI APURAR MORTES DE CRIANÇAS INDÍGENAS

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou ontem a criação de uma CPI para investigar casos de mortes por fome entre crianças indígenas desnutridas. Os deputados também vão apurar como é feita a aplicação da verba dos programas Fome Zero Indígena, do MDS, e Segurança Alimentar, do governo estadual. (FSP, 16/02/05)

MAIS UMA CRIANÇA ÍNDIA MORRE DE DESNUTRIÇÃO

A desnutrição causou a morte de mais uma criança índia da etnia caiuí em Dourados. "A desnutrição levou à diarreia e à desidratação, e a criança morreu", afirmou ontem o médico Zélik Trajber que presta serviço de assistência na aldeia para a Funasa. A menina Kelly Fernandes, de seis meses e 15 dias de vida, morreu no sábado no Hospital da Mulher localizado na cidade, mas a morte só foi confirmada ontem pela Funasa. (FSP, 22/02/05)

É CULPA DA FUNASA

O vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, o índio Fernando da Silva Souza, afirma que a mortalidade infantil aumentou nas aldeias porque houve "aparelhamento" na Funasa – cargos preenchidos por critérios políticos. Segundo ele, funcionários dos pólos distritais perderam cargos devido a indicações a partir de 2003. O médico Zelik Trajber, que presidiu o conselho e atende crianças índias em Dourados no Programa de Saúde Familiar Indígena, afirma que a mudança na Funasa afetou o trabalho de assistência médica. (FSP, 22/02/05)

LULA PEDE MAIS ATENÇÃO A SAÚDE INDÍGENA DE MS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro Humberto Costa (Saúde) mais atenção do ministério às aldeias dos guarani e caiuí, em Mato Grosso do Sul, onde crianças estão morrendo de fome. A Folha apurou que Lula telefonou para Costa ontem pela manhã, após saber da notícia de mais uma criança morta por desnutrição em Dourados. (FSP, 23/02/05)

MORTALIDADE INFANTIL CRESCE EM TODA REGIÃO SUL

Relatório da Funasa revela que os casos de mortalidade infantil indígena não cresceram apenas em Dourados, onde está concentrada a maior população de índios do estado, mas também em vários municípios da região sul. O

levantamento indica que a situação é mais crítica em Tacuru, onde os casos quase triplicaram no ano passado. (Douradosagora, 24/02/05)

DESNUTRIÇÃO MATA MAIS DUAS CRIANÇAS

Duas crianças índias desnutridas morreram ontem em Dourados. O médico Franklin Amorin Sayão disse que a guarani-caiuiá Jenifer Duarte Gonçalves, de um ano e três meses, morreu devido à desnutrição. A morte do menino caiuí Rosivaldo Gonçalves Barbosa, de um ano e 11 meses, foi causada principalmente por problemas pulmonares. A criança, porém, pesava apenas 7,1 kg. Deveria ter perto de 12 kg. Com esses dois casos, já são cinco crianças com desnutrição que morreram em 45 dias. Em 2004, foram 15 casos. (FSP, 25/02/05)

MORTE DE ÍNDIO É QUESTÃO CULTURAL, DIZ MINISTRO

Ao comentar a quinta morte de crianças indígenas por desnutrição, neste ano, em Dourados, Mato Grosso do Sul, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, sustentou que o problema tem razões culturais, históricas e fundiárias que transcendem a sua pasta. "Nós temos um convênio com o governo do Mato Grosso do Sul, repassamos R\$ 5 milhões. (A Crítica, 26/02/05)

FUNASA REFORÇA ATENDIMENTO

O agravamento do problema de desnutrição nas aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul, que culminou com a morte de cinco crianças nos últimos 45 dias, levou a Funasa, órgão do Ministério da Saúde, a reforçar as equipes de atendimento e de educação em saúde na região e a transferir todo o gabinete do Desai para a cidade de Dourados. (Rádio Nacional, 26/02/05)

MORRE MAIS UMA CRIANÇA

Morreu de fome a sexta criança indígena da etnia guarani-kaiowá este ano em Mato Grosso do Sul. Robson Garcia Fernandes é o quarto caso do mês, todos nas aldeias indígenas de Dourados, no sul do Estado. O óbito aconteceu na tarde de sábado (26), mas somente neste domingo (27) foi anunciado pelo Hospital da Missão Kaiowá. (Radiobrás, 25/02/05)

VIDA DURA

A vida da índia kaiowá Luzinete Vera Barbosa, 35, na aldeia Bororó, reflete bem os problemas que atingem a reserva de Dourados. Quatro filhos de Luzinete morreram de doenças relacionadas à desnutrição desde 1992. O últi-

mo deles, que tinha paralisia cerebral, morreu na quinta-feira passada. A Índia mora em um barraco com pouco mais de um metro de altura (dois de comprimento), coberto por lona preta, cujas paredes são formadas por pedaços de madeira, de telhas e outros remendos. Ela espera há um ano a Prefeitura de Dourados concluir a obra de uma casa ao lado do barraco. Marta, a irmã, foi assassinada em novembro passado pelo ex-marido, também índio, e deixou três crianças para ela cuidar. Para sobreviver, depende de cestas básicas do governo estadual. Mãe aos 15 anos, já teve oito filhos. No ano passado, fez cirurgia de ligadura de trompas para não engravidar mais. (FSP, 27/02/05)

SITUAÇÃO É GRAVE, DIZ SECRETÁRIO

O secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, José Giacomo Baccarin, afirmou hoje que a situação de mortalidade infantil nas aldeias indígenas Guarani-Kaiuí, em Dourados, é mais grave do que entre a população em geral e pior mesmo do que entre outras etnias indígenas. A declaração foi feita durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no Senado, em Brasília. (Campo Grande News, 03/03/05)

FOME MATA A SÉTIMA CRIANÇA INDÍGENA

Mais uma criança da etnia guarani-caiowá morreu de desnutrição na madrugada de ontem em Mato Grosso do Sul. O menino Janison Valdez Duarte, de três meses, estava internado no Hospital da Mulher de Dourados, a 220 km de Campo Grande. O atestado de óbito, assinado pelo médico Vando Costa, confirma que o menino estava com acentuado déficit nutricional. (Tribuna de Imprensa, 04/03/05)

MORTALIDADE SUPERA MÉDIA NACIONAL

A saúde da criança indígena no Brasil tem um ranking surpreendente e grave: Mato Grosso do Sul aparece apenas em 15º lugar, listados os índices de mortalidade infantil registrados em 2004, com 50,10 mortes a cada mil nascidos vivos. Antes, a Funasa havia informado um índice maior, 60,53 (os dados foram revisados, segundo a assessoria). Um ou outro número, porém, são mais que o dobro do indicador nacional. (FSP, 06/03/05)

CACIQUES LANÇAM MANIFESTO CONTRA O GOVERNO

Líderes guaranis-caiowás distribuíram ontem um manifesto criticando as políticas públicas

do governo federal para as tribos e o assistencialismo nas aldeias. O documento foi distribuído no mesmo dia em que a Funasa confirmou a oitava morte de uma criança indígena em Dourados. (*O Globo*, 08/03/05)

FALTA DE SANEAMENTO E ALCOOLISMO ESTÃO MATANDO

Em entrevista ao Dourados News, o médico Franklin Amorim Sayão, responsável pelo hospital da Missão Caiuás de Dourados, disse que dois fatores contribuem para o aumento da mortalidade nas reservas indígenas do Estado. O primeiro seria a incidência de alcoolismo e, o segundo, a falta de saneamento básico, principalmente o fornecimento de água tratada. (*Dourados News*, 08/03/05)

NÚMERO DE MORTES INFANTIS É NORMAL, DIZ COSTA

O ministro da Saúde, Humberto Costa, disse ontem que as mortes de crianças indígenas em Dourados (MS) estão dentro dos números normalmente registrados. Na reunião do CNS (Conselho Nacional de Saúde), em Brasília, defendeu ainda ação integrada entre órgãos da União que tratam de temas ligados aos índios, além de governos estadual e municipal. Segundo o ministro, questões culturais, perda da capacidade agrícola, alcoolismo entre os índios e até a rejeição das famílias para aceitar tratamento nos centros especializados estão entre os problemas a serem enfrentados. (*FSP*, 09/03/05)

MAIS 4 MORTES POR FOME

A desnutrição matou 12 crianças indígenas menores de cinco anos, de 1º de janeiro ao dia 2 deste mês, nas aldeias de Mato Grosso do Sul. Em todo o ano passado, ocorreram 15 mortes de crianças indígenas causadas pela fome no Estado. O número de 12 mortes foi obtido ontem pela Folha com base nos atestados de óbito recebidos pela Funasa. Nos atestados constam como causas da morte das crianças pneumonia, desidratação e diarreia, mas o médico da Funasa Luiz Fernando Ribeiro disse que a desnutrição pode ser entendida como um dos principais fatores. (*FSP*, 09/03/05)

PROMOTORA OUVIRÁ PAIS DE ÍNDIOS MORTOS

A promotora da Infância e da Juventude de Dourados (MS), Jiskia Trentin, começa a ouvir no dia 15 os pais das crianças indígenas com desnutrição grave internadas no Centro de Reabilitação Nutricional, além dos pais dos oito índios mortos somente este ano por causa da fome. A medida faz parte do inquérito civil ins-

taurado para apurar as causas da desnutrição infantil entre os índios de Dourados. (*O Globo*, 09/03/05)

FUNAI DISCUTE PROGRAMA GUARANI

Mércio Gomes afirmou ser necessária uma ação consistente integrando as diversas áreas que tratam da questão indígena para possibilitar a implementação do programa. O presidente da Funasa, Valdir Camárcio, considera que a integração das diversas políticas permitirá otimizar a utilização dos recursos. O programa Guarani, que existe desde 2004, deverá ser centrado em cinco pontos: terras, saúde, educação, produção econômica e relacionamento inter-étnico. (*Funai*, 08/03/05)

FUNASA LIBERA LEITOS PARA CRIANÇAS ÍNDIAS

Para ampliar o atendimento médico aos índios em Dourados, o Ministério da Saúde, por meio da Funasa, antecipou para a próxima segunda-feira a abertura de uma nova unidade pediátrica no Hospital Universitário do município. Essa unidade contará com 14 novos leitos na enfermaria. (*Dourados News*, 11/03/05)

11ª VÍTIMA

A décima primeira vítima de desnutrição em Dourados será enterrada na aldeia Jaguapiru. A menina, de três meses, morreu depois de ficar internada por vários dias na UTI do Hospital da Mulher. (*Dourados News*, 11/03/05)

CÂMARA CONVOCA AUTORIDADES PARA EXPLICAR MORTES

A comissão externa destinada a apurar as sucessivas mortes de crianças indígenas por desnutrição nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, criada em 3 de março, decidiu convocar autoridades federais, estaduais e municipais para prestar esclarecimentos. Entre elas estão os presidentes da Funai, Mércio Gomes, e da Funasa, Valdi Camarcio Bezerra. Também serão convocados Gaspar Hickmann, coordenador regional da Funasa no MS, Sérgio Wanderly Silva, secretário de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária do Mato Grosso do Sul, e Dioclécio Campos Junior, presidente da SBP - Sociedade Brasileira de Pediatra. (*Agência Câmara*, 13/03/05)

FUNASA REALIZA MUTIRÃO PARA PREVENIR NOVOS CASOS

A Funasa deu continuidade neste domingo (13) à capacitação de conselheiros de saúde indíge-

na da área de Dourados. A capacitação ocorre na escola Tengatú Marangatu, na aldeia Bororó. No sábado (12), na aldeia de Tey Kue, em Caarapó, o Mutirão de Saúde Indígena que vem sendo organizado nas duas últimas semanas como forma de prevenir novas mortes relacionadas à desnutrição entre crianças guarani e kaioiwá da região sul de Mato Grosso do Sul. (*Rádiorás*, 13/03/05)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ALDEIA

Técnicos da Funasa estão executando, na aldeia Bororó, em Dourados, as obras de ampliação de abastecimento de água. O coordenador regional da Funasa, Gaspar Hickmann, esteve ontem na aldeia para visitar o trabalho. A Funasa está ampliando em dez quilômetros, através de execução direta, a rede de água para a comunidade indígena que hoje conta com 32 km de rede, abastecendo 46% da população local. Também serão feitas 200 ligações domiciliares. (*Dourados News*, 14/03/05)

FUNASA AINDA INVESTIGA TOTAL DE MORTES...

A Funasa ainda apura o número total de crianças indígenas guarani-kaioiwá mortas desde o início do ano após terem sido internadas apresentando sintomas relacionados à desnutrição. As estatísticas divulgadas até agora são parciais, porque há atestados de óbito com dados incompletos e informações imprecisas. Além disso, existem suspeitas de que parte das mortes tenha se dado em função de complicações surgidas durante o tratamento hospitalar. (*Rádiorás e Campo Grande News*, 14/03/05)

... E ENCONTRA 467 ÍNDIOS COM PROBLEMAS

Entre as 2.336 crianças indígenas menores de cinco anos examinadas nas aldeias de Mato Grosso do Sul, a Funasa informa ter encontrado 124 desnutridas (22 delas em estado grave) e 343 em risco nutricional (abaixo do peso normal). No total, são 467 crianças, ou 19,9%, com algum tipo de problema. A Funasa começou, no final de fevereiro, a fazer exames nas aldeias em ritmo de mutirão devido às mortes de crianças desnutridas. (*FSP*, 14/03/05)

FALTA DE ESTRUTURA CAUSOU MORTES DIZ FUNASA

A direção da Funasa colocou, em audiência pública na Câmara, parte da responsabilidade pela morte de 11 índios guaranis na região de Dourados (MS), neste ano, em "fatores estruturantes". A falta de alimentação ficou em se-

gundo plano como causa das mortes. Os “fatores estruturantes” seriam problemas na rede hospitalar de Dourados e problemas no acesso dos índios à terra. (FSP, 16/03/05)

MORREM MAIS DUAS CRIANÇAS INDÍGENAS

A Funasa confirmou ontem a morte de duas crianças indígenas em Mato Grosso do Sul. Uma das crianças tinha cinco meses, e outra, um ano e dois meses. De acordo com a declaração de óbito, as causas da morte foram parada cardiorrespiratória, enteroinfecção e desidratação. (Zero Hora, 22/03/05)

AUDIÊNCIA QUESTIONA SUMIÇO DE RECURSOS

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados que apura as mortes de crianças nas aldeias indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul esteve hoje em Dourados, no Mato Grosso do Sul, ouvindo depoimentos de representantes indígenas, da Funai, da Funasa e autoridades do Poder Executivo local e ficou preocupada com as informações colhidas na audiência pública. Conforme a vice-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Elenice Carille, a audiência pública deixou uma inquietante questão sem resposta: onde é que foram parar os recursos federais enviados às aldeias e aos programas de apoio às populações indígenas? (24 Horas News, 22/03/05)

DUAS CRIANÇAS INDÍGENAS MORREM DE LEISHMANIOSE

Duas crianças da aldeia indígena de Pirakúia, no município de Bela Vista (MS) morreram vítimas de leishmaniose visceral, ou calazar. Um menino de três anos morreu na madrugada desta segunda-feira (4), depois da morte de seu irmão, de dois anos, na sexta-feira. Em menos de três dias, foram duas mortes por leishmaniose, confirmada após exame laboratorial solicitado por uma equipe da Funasa em Dourados. (Radiobrás, 04/04/05)

FUNASA DISPÕE DE APENAS UM VEÍCULO

A Funasa foi criticada mais uma vez em audiência da CPI da desnutrição e mortalidade infantil indígena, ocorrida nesta quinta-feira (7) na Assembléia Legislativa. Além da falta de pessoal para prestar atendimento aos índios das aldeias do Estado, há falta de carros para o atendimento de emergências em casos de partos, de cirurgias de última hora, enfim, falta estrutura para beneficiar a saúde dos índios em Mato Grosso do Sul. (Dourados News, 08/04/05)

FUNASA VAI INVESTIR EM DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

A Funasa vai investir mais de R\$ 5 milhões em projetos de distribuição de água para as aldeias de Dourados e Amambaí, em Mato Grosso do Sul. De acordo com o diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Alexandre Padilha, a expectativa é de que todos os domicílios recebam água potável até agosto. (Radiobrás, 09/04/05)

CPI DA FOME INVESTIGA DESVIOS

Uma comissão parlamentar de inquérito da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que investiga a desnutrição, a mortalidade indígena e a aplicação dos recursos públicos – chamada de CPI da Fome – encontrou diversas “evidências de irregularidades” nos gastos com a saúde dos índios. No período de um ano morreram 30 crianças indígenas na região. O presidente da CPI, dep. Maurício Picarelli (PTB),

diz não ter mais dúvidas sobre as irregularidades com o dinheiro público. (JB, 28/04/05)

COMISSÃO CRITICA FUNASA E FUNAI

A morte de 21 crianças indígenas de tribos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderia ser “plenamente evitável” pelo governo federal, a Funai é “omissa” em diversos problemas dos índios na região e a Funasa perde tempo em discussões “muitas vezes inúteis para a comunidade indígena”. Essas são as principais conclusões da comissão externa criada pela Câmara para investigar a morte por desnutrição de crianças indígenas nos dois Estados. A comissão relaciona como fatores que contribuíram para as mortes, o “precário abastecimento de água [...], a deficiência na capacidade de prevenção e assistência à saúde [...], além da óbvia insuficiência de ingestão de alimentos”. Segundo o relatório, elaborado pela deputada Perpétua Almeida (PC do B-AC), “foram inexplícitamente suspensas [pela Funasa] ativi-

DE QUE MORREM OS GUARANIS?

A primeira fase da visita aos guaranis-caiuás está se encerrando. Segunda-feira volta para uma nova etapa. Um dos pontos que é preciso estudar mais é a própria cultura guarani-caiuá. O extermínio gradativo passa por ela, logo a resistência também terá de se apoiar na visão de mundo dos índios. Quando as mortes começaram a ser divulgadas, algumas autoridades disseram que os guaranis-caiuás tinham o hábito de deixar as crianças comerem só no final. Isto é uma tentativa de culpá-los pela morte e os colocar num nível abaixo da maioria das espécies animais, que dão preferência aos filhotes. O bombardeio à cultura dos guaranis-caiuás se dá também em outros níveis. Seus rezadores, os nhamburus, tem suas tendas constantemente incendiadas. Os caiuás acreditam, por exemplo, que as rezas ajudam a curar suas doenças. Mas os hospitais que tratam deles não tem espaço para que os rezadores trabalhem. No entanto, os hospitais bran- cas, em nossas cidades, constroem suas capelas e colocam imagens de santos. Entre os 11 mil índios da reserva de Dourados, existem três etnias: guaranis, caiuás e terenas. Os mais atingidos pelos problemas de desnutrição e suicídio são os caiuás. Esta etnia foi a última a se integrar. Seus membros falam português com dificuldade, são tímidos e pouco inclinados ao enfrentamento. São os mais explorados. Nos supermercados onde tentam comprar, nas re-

lações com os que ambicionam suas terras, enfim, os caiuás são o lado mais fraco da corrente. Preferem dedicar-se à agricultura familiar, mas as terras são exíguas e a água praticamente acabou.

Sem poder produzir sua sobrevivência, os caiuás não conseguem viver de cestas básicas porque sua autoestima é abalada. Uma das mulheres com que nos reunimos, num grupo de 30 lideranças, afirmou: acho que querem acabar com nossa raça. De certa forma, ela tem razão. Não há apenas um processo de degradação material, mas um bombardeio sobre sua cultura, enfraquecendo sua visão de mundo, as razões para continuarem vivendo. Só esse ano, já foram cinco casos de suicídio. Apenas um estudo mais profundo da cultura guarani-caiuá poderia oferecer as respostas. Mesmo com o trabalho da próxima semana, não sei se aprenderei o bastante para oferecer sugestões. É que dos guaranis, viajaremos para ver os xavantes, que também estão sofrendo de desnutrição. Notícias da Bahia indicam o mesmo problema entre os pataxós. E da Amazônia, o mesmo entre os índios do Vale do Javari, os kanamaris. Estamos diante de um colapso do serviço de saúde dos índios. O silêncio só favorece o processo lento de extermínio. (Terceiro texto da série de “diários” de Gabeira sobre a situação indígena no país. Fernando Gabeira, www.gabeira.com.br, 17/03/05)

dades de grande relevância para a nutrição das crianças indígenas". (FSP, 04/05/05)

"OBRIGAÇÃO DA FUNASA É SÓ ATENDIMENTO BÁSICO"

O coordenador da Funasa, Gaspar Hickmann, afirmou à CPI da Assembléia Legislativa, que investiga a desnutrição indígena, que a Fundação não tem responsabilidade sobre o tratamento mais complexo da saúde indígena. Segundo ele, a obrigação da Funasa é detectar os problemas e encaminhar para os hospitais. "A partir daí a função é do hospital", afirmou. (Midiamax News, 05/05/05)

PARA FUNASA, INTERVENÇÃO EM DOURADOS REFORÇA AS AÇÕES

Diante da notícia de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a intervenção nas ações de combate à miséria nas aldeias indígenas em Dourados, o coordenador técnico das ações da Funasa, Antônio Fernandes Costa, disse que a medida é salutar. A declaração foi feita em entrevista ao Bom Dia MS, da TV Morena. Neste ano, pelo menos 23 crianças índias morreram vítimas de desnutrição. (Campo Grande News, 06/05/05)

FALTA DE COMIDA ADIA ALTA MÉDICA DE CRIANÇAS

Vinte e seis das 34 crianças indígenas (cerca de 76%) menores de cinco anos internadas no Centrinho (Centro de Recuperação de Desnutrição), em Dourados (MS), atingiram o peso normal após média de dois meses de tratamento. As crianças, porém, não receberam alta médica porque a fome continua nas aldeias. Os índios dependem da distribuição de cestas básicas do governo federal. (FSP, 08/05/05)

COORDENADOR DA FUNASA EM MS PEDE AFASTAMENTO

O coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, pediu afastamento do cargo após denúncias de irregularidades no uso de verbas da instituição. A Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que investiga o caso, liga as irregularidades à morte de 36 indígenas na região de Dourados por subnutrição e falta de cuidados. O coordenador-executivo da instituição, Lenildo Moraes, assumiu o cargo interinamente. (FSP, 09/05/05)

FUNAI MANTÉM ALIMENTOS ESTOCADOS

Um mutirão foi formado ontem por determinação da Presidência da República para que

as cerca de 27 toneladas de alimentos estocadas há 19 dias na sede da Funai em Dourados, a 220 km ao sul de Campo Grande, sejam embaladas e distribuídas aos índios. (O Globo, 11/05/05)

MINISTRO FICA CONSTRANGIDO AO FALAR SOBRE A DESNUTRIÇÃO

O ministro da Saúde, Humberto Costa, disse durante a abertura do XXI Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e II Congresso Brasileiro de Saúde Cultura de Paz e não Violência, em Cuiabá (MT), que o fato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ser do mesmo partido do coordenador afastado da Funasa, Gaspar Hickmann, não deve interferir nas investigações sobre o órgão responsável pela saúde indígena. Depois que parlamentares colocaram contratos firmados pelo órgão sob suspeita, foi determinada uma auditoria no órgão no Estado. (24 Horas News, 12/05/05)

COMISSÃO ENTREGA RELATÓRIO AO TCU

A comissão externa da Câmara que estudou a mortalidade de crianças indígenas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul entregou, nesta terça-feira, ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adilson Motta, o relatório sobre a situação encontrada pelos parlamentares. A comissão solicitou do TCU auditoria nos recursos que foram repassados pela Funai e pela Funasa para o atendimento das populações indígenas daqueles estados. (Agência Câmara, 17/05/05)

MAIS SETE CRIANÇAS INDÍGENAS MORTAS

A subnutrição continua matando crianças indígenas em Mato Grosso do Sul, todas da etnia guarani-caiova. Nos últimos 25 dias, em Amambai, no sul do Estado, morreram sete menores de cinco anos, segundo o coordenador estadual da Funasa, Lenildo Moraes Dias. Ele admite que apenas uma delas foi vítima de desnutrição. Afirma que, das outras seis, pelos laudos médicos, quatro morreram por infecção respiratória grave, uma por traumatismo mecânico e uma por microcefalia congênita. (Zero Hora, 03/06/05)

FUNASA INVESTE R\$ 790 MIL NA ALDEIA DE AMAMBAÍ

O coordenador da Funasa Lenildo Dias Moraes, anunciou ontem que vai investir R\$ 790 mil em saneamento básico na aldeia de Amambai. A obra possibilitará a conclusão do sistema de

abastecimento de água, e vai beneficiar 5.934 moradores da aldeia com água tratada. (Dourados News, 08/06/05)

DIARRÉIA É A PRINCIPAL CAUSA DE MORTE NAS ALDEIAS

Um levantamento da Pastoral da Criança nas aldeias indígenas de Dourados, mostra que a principal causa de morte de crianças indígenas no município é a diarreia, o que representa 20% dos casos de mortes. A informação foi divulgada pela coordenadora da Pastoral, Zilda Arns, em entrevista ao Bom Dia MS, da TV Morena. (Campo Grande News, 15/06/05)

INDÍGENAS RECEBEM CADERNETA DA SAÚDE NO ESTADO

Crianças e mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul receberam 10 mil cadernetas de saúde que foram entregues pela Funasa. Em todo Brasil, 53 mil Cadernetas da Saúde da Criança e 94 mil Cadernetas de Saúde da Mulher. As cadernetas têm informações como peso, crescimento e desenvolvimento durante toda a infância. Elas são utilizadas também para o registro da vacinação infantil e informam o calendário básico das vacinas infantis. (Campo Grande News, 01/07/05)

HOSPITAL DE DOURADOS OFERECE ATENDIMENTO

Desde março, o Hospital Universitário de Dourados (MS) oferece uma ala pediátrica específica para o tratamento de indígenas. De acordo com a coordenadora da clínica pediátrica do hospital, Denise Córdova, a ala foi criada após o grande número de óbitos por desnutrição no estado. (Radiobrás, 10/07/05)

MAIS MORTE POR DESNUTRIÇÃO EM DOURADOS

O médico Franklin Amorin Sayão, diretor clínico do hospital da Missão Caiuás, atestou na madrugada de ontem a morte de mais uma criança indígena no Centro de Recuperação Nutricional (Centrinho) da Reserva de Dourados. O menino D.S.I., de um ano e seis meses, da aldeia Tey-Kuê, em Caarapó, estava internado há cerca de um mês no Centrinho, e, conforme atestou o diretor clínico do hospital, ele morreu por paralisia cerebral e desnutrição. (Diário de MS, 11/07/05)

ÍNDIOS DE MS RECEBEM 100 TONELADAS DE ALIMENTOS

Através de uma parceria entre Funai e Funasa, as aldeias de Amambai, Antônio João, Caara-

pó, Iguatemi, Paranhos e Tacuru estão recebendo esta semana 2,5 mil cestas básicas, totalizando 102 toneladas de alimentos, entregues pelo MDS. Na ação, serão beneficiadas famílias que têm crianças com risco nutricional, gestantes, idosos, pessoas com tuberculose, portadores de necessidades especiais, além de famílias que não recebiam nenhum tipo de apoio alimentar. Emergencialmente, foram entregues 170 cestas na aldeia Yvy katu, em Japorã. (*Dourados News, 29/07/05*)

FUNASA INICIA PREVENÇÃO EM SAÚDE PARA ÍNDIOS EM USINAS

Equipes da Funasa iniciam hoje um serviço de orientação em saúde para indígenas que atuam em usinas de álcool. A primeira a ser visitada é a Debrasa, em Brasilândia, onde trabalham cerca de mil indígenas. Eles receberão informações sobre doenças como tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis. O trabalho preventivo será extensivo à comunidade indígena. (*Campo Grande News e Funasa, 08/08/05*)

A DENÚNCIA DE CRIMES E IRREGULARIDADES MARCOU CPI

O presidente da Associação dos Capitães Indígenas de Mato Grosso do Sul - Guarani kaiowá, Dilson Duarte Riquelme fez graves denúncias à CPI da Desnutrição e Mortalidade Infantil Indígena como crimes, irregularidades e de "atos indecentes" (corrupção), que vem ocorrendo há quatro anos, nas aldeias, desde que assumiu a Administração Regional da Funai em Amambai-MS, Willian Rodrigues. Em sete ítems ele informa os diferentes tipos de abuso, que vão desde o abuso de poder até o desvio do salário maternidade, além de favorecer o tráfico de drogas, armas e munições, bebidas alcólicas, muitas vezes nos próprios carros oficiais e com funcionários de sua confiança. (*Agência de Notícias do Legislativo, 19/08/05*)

ÍNDIOS GANHARÃO 5,5 MIL CESTAS

Mais 5,5 mil cestas de alimentos serão entregues a famílias indígenas de Dourados e Amambai. A iniciativa do governo federal faz parte da ação emergencial de combate à desnutrição dessas populações, onde foram registradas este ano diversas mortes de crianças por causa da fome. (*Radiobrás, 21/08/05*)

CONTROLADORIA CONFIRMA IRREGULARIDADES NA FUNASA

A Controladoria Geral da União (CGU) comprovou, em relatório preliminar entregue ontem

ao deputado federal Geraldo Resende, irregularidades na coordenação da Funasa em Mato Grosso do Sul. Os levantamentos foram feitos atendendo solicitação contida no relatório da Comissão Externa da Câmara Federal que investigou a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (*Dourados News, 26/08/05*)

UNICEF APONTA DESCASO DAS AUTORIDADES

O Fundo das Nações Unidas para Infância e Juventude (Unicef), que é um braço da ONU em defesa das crianças em todo o mundo, está distribuindo material impresso em todo o Brasil, mostrando o descaso das autoridades com as crianças indígenas em Mato Grosso do Sul e citando especificamente o caso de Dourados onde dezenas de indiozinhos morreram de fome no início deste ano. Em carta assinada pelo humorista Renato Aragão, embaixador da Unicef, a sociedade brasileira está sendo informada sobre a morte de crianças por desnutrição e falta de água potável nas aldeias de Dourados. (*Dourados Agora, 26/09/05*)

FUNASA INAUGURA NOVA CASA DE APOIO À SAÚDE INDÍGENA

Na próxima sexta-feira (23), a Funasa entrega a Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) de Dourados, que irá atender indígenas das aldeias da região. A Casai recebeu investimento de R\$ 882.775,00 e conta com 20 leitos para atender indígenas encaminhados pelos Pólos-Base da Funasa na região, que vão até Dourados para buscar atendimento em hospitais ou mesmo fazer exames e consultas. A Casai aloja e alimenta pacientes e acompanhantes durante todo o período de tratamento. Além disso, na Casai há prestação de assistência de enfermagem aos pacientes pós-hospitalização e em fase de recuperação. (*Funasa, 22/12/05*)

EDUCAÇÃO

CURSO PELA INTERNET

Dois projetos educacionais em Mato Grosso do Sul estão levando a informática a camadas em que o acesso a computadores é difícil. A Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) implantou no início do ano o Curso Normal Superior para Professores Indígenas. Com duração de quatro anos, será quase todo à distância, sem que o aluno precise de se mudar de sua aldeia – o computador se torna necessário pela internet. Foram selecionados por vestibular 50 professores terenas, segunda maior população indígena do estado. Cada aluno tem

sua conta de e-mail, para comunicar com professores e enviar trabalhos. (*FSP, 12/08/01*)

VAGAS NA UNIVERSIDADE

A população indígena do Mato Grosso do Sul, cerca de 45 mil índios, das etnias Terena, Guarani Kaiowa, Guarani Nhandeva, Guató, Kadiweu, Kinikinau e Kamba, poderão ter mais chances de cursar a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Um projeto de Lei Estadual, do deputado Murilo Zauith (PFL), estabelece a reserva de vagas aos vestibulandos índios. A iniciativa já existe no Paraná, onde a Universidade Estadual garantiu por lei estadual e matriculou, pela primeira vez, no começo deste ano, 15 jovens indígenas nos cursos de administração, odontologia, engenharia agrônoma e letras. (*Site da Funai, 28/05/02*)

PROFESSORES DISCUTEM PARÂMETROS PARA EDUCAÇÃO

Professores indígenas que trabalham no Ensino Fundamental no Mato Grosso do Sul participam, a partir de hoje (18), das etapas I e II do programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Com carga horária de 33 horas, aproximadamente 50 docentes estudarão e debaterão os parâmetros na sede regional da CNBB. (*Midianews, 18/11/02*)

CATORZE ÍNDIOS TERENA SÃO APROVADOS EM VESTIBULAR

Os índios Terena do Mato Grosso do Sul têm muito a comemorar este ano. Catorze indígenas oriundos de escolas públicas do estado passaram no vestibular. Porém, todos foram aprovados em instituições particulares. As informações são da Funai. Agora, a Funai de Campo Grande e os índios estão buscando apoio das universidades para viabilizar o ingresso dos estudantes. (*Midianews, 19/12/02*)

EDUCAÇÃO INDÍGENA SERÁ LEVADA PARA 15 CIDADES

O projeto Ára Verá, que faz a formação em nível médio de professores para atuarem nas escolas de reservas indígenas, foi ampliado para 48 unidades de 15 municípios de Mato Grosso do Sul. Criado na escola estadual Vilmar Vieira Matos, de Dourados, em julho de 2002, e com previsão de término em julho de 2007, o projeto de educação indígena passa a ser aplicado em Amambai; Antônio João; Aral Moreira; Bela Vista; Caarapó; Coronel Sapucaia; Douradina; Dourados; Eldorado; Japorã, Juty; Laguna Carapã, Maracaju, Paranhos e Tacuru. As informações são da Agência Popular de Notícias. (*Campo Grande News, 13/01/03*)

ÍNDIO É NOMEADO PARA CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Governador Zeca do PT nomeou, como membro do Conselho Estadual de Educação o índio Terena, Wanderley Dias Cardoso. Liderança indígena expressiva no estado, Wanderley é o primeiro índio a assumir uma vaga no Conselho. Nascido na aldeia Limão Verde, no município de Aquidauana (MS), Wanderley, com graduação em História e mestrado em desenvolvimento local, é gestor de Educação Escolar Indígena da Coordenadoria de Políticas Específicas da Secretaria de Estado de Educação. (*Funai, 05/11/03*)

KAIOWÁ-GUARANI SÃO APROVADOS EM VESTIBULAR

Um grupo de índios Kaiowá-Guarani de Mato Grosso do Sul, da TI Limão Verde e dos postos indígenas de Amambai (MS), Taquapery, Satoró e Porto Lindo foi aprovado em cinco cursos no vestibular da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. O direito de disputar os concursos é garantido pela lei nº 2589/02 que destina vagas para os índios por meio do Programa de Cotas. (*Funai, 18/02/04*)

VAGAS EM LICENCIATURA

A partir de janeiro de 2005, a população indígena de Mato Grosso do Sul poderá concorrer a 180 vagas nos cursos de licenciatura específica. Os cursos de licenciaturas específicas serão oferecidos por um consórcio de instituições de ensino superior do estado, sob a liderança da Uemsem parceria com a Secretaria Estadual de Educação e com apoio do MEC. O curso tem duração de cinco anos e currículo está sendo discutido pelo consórcio e pelos povos indígenas do Estado há mais de dois anos, segundo o coordenador da Educação Escolar Indígena do MEC, Kleber Gesteira. (*UOL, 29/07/04*)

ÍNDIOS PEDEM ENSINO MÉDIO NAS ALDEIAS

Na aldeia de Tey Kue, em Caarapó, os Guarani e Kaiowá lutam pela implantação do ensino médio na área. A demanda evidencia a realidade vivida pelos jovens índios. Segundo a professora kaiowá Renata Castelão, que também atua como coordenadora pedagógica das cinco escolas na Tey Kue, a aldeia tem 839 crianças matriculadas no ensino básico. Renata conta que a cidade tem avançado na "valorização" do índio, mas que, recentemente, foi registrado o caso de um professor da cidade que perseguiu e discriminava os meninos guarani e kaiowá em sala de aula. (*Radiobrás, 13/03/05*)

GERAL / GUARANI

GUARANIS-KAIOWÁS REIVINDICAM DEMARCAÇÃO

Os indígenas aproveitaram a visita do presidente Lula ao assentamento, localizado em Ponta Porã, para entregar as reivindicações. O cacique guarani Renato de Souza disse que o Governo precisa acelerar as demarcações de terras indígenas no Estado. Segundo ele, hoje existem mais de vinte áreas esperando demarcações. Ele citou os conflitos existentes atualmente no Cerro Marangatu, no município de Antônio João, as disputas entre índios e colonos em Panambi, na Aldeia Lima Campo, na região do Guaíba, em Ponta Porã, além de conflitos em Juti e em Amambai, onde, segundo ele, existem pelo menos duas áreas para serem demarcadas. O cacique fala que no documento os índios guaranis-kaiowás explicam ao presidente que a área de terras indígenas em Mato Grosso do Sul era de 36 mil hectares, mas, ao longo dos anos, cartórios de forma irregular teriam diminuído a extensão das terras para 3.600 hectares, repassando o restante para as mãos de brancos. Souza disse que nesta área vivem mais de doze mil índios e que a terra não comporta tantas pessoas que precisam plantar para sobreviver. (*Correio do Estado, 29/03/03*)

ÍNDIOS BLOQUEIAM BR-364 E CLAMAM POR TERRAS

Índios caiovás de quatro aldeias fazem protestos e reivindicam terra no Mato Grosso do Sul. Eles bloquearam ontem a rodovia BR-364, no sudoeste do Estado, entre os municípios de Bela Vista a Antônio João, exigindo a ampliação da área ocupada pela aldeia Nhanduru-Marangatu, em Antônio João. Em Ponta Porã, divisa com o Paraguai, outra tribo de caiovás, que vive na aldeia Lima Campo, quer de volta as terras de seus antepassados no município. Em Dourados os caiovás da aldeia Panambizinho estão prontos para tomar as 38 propriedades rurais no distrito de Panambi. São imóveis titulados durante o Governo Getúlio Vargas, atualmente identificadas como áreas indígenas, que devem ser entregues aos índios no dia 30. Depois dessa data, os índios, praticamente confinados em 60 ha, garantem que vão entrar nas terras. (*Jornal do Tocantins, 03/03/04*)

DO PARAGUAI PARA O BRASIL PARA ATENDIMENTO MÉDICO

Em busca de assistência médica, índios guaranis-caiuás estão vindo do Paraguai para as aldeias de Mato Grosso do Sul, onde passam a morar em casas de parentes da mesma etnia,

segundo a Funasa e lideranças indígenas. Em pelo menos duas aldeias, a população quase dobrou. "Para o índio não existe fronteira", afirma o capitão da aldeia Bororó, o índio guarani Luciano Arévalo, 50, referindo-se ao tekoha (território sagrado) dos guaranis, que abrange áreas contínuas em território brasileiro e paraguaio. Segundo ele, as aldeias localizadas próxima à fronteira recebem mais parentes paraguaios do que Dourados. Na assistência à saúde, a Funasa não leva em conta a origem dos índios. Todos são atendidos. O agente de saúde da Funasa na aldeia de Porto Lindo, o índio guarani Avelino Lopes, 28, diz que não há como saber quem veio de fora porque muitos não têm documentos. (*FSP, 08/03/05*)

GOVERNO FEDERAL QUER AMPLIAR AÇÕES EM DOURADOS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a constituição de um grupo interministerial para coordenar e ampliar as ações do governo federal na reserva indígena de Dourados e demais terras do povo Guarani, em Mato Grosso do Sul. O grupo será constituído por representantes dos ministérios da Justiça, Saúde, Desenvolvimento Social e Cidades; do Inca, da Embrapa e da assessoria especial da Presidência da República. (*Radiobrás, 05/05/05*)

GUARANI / TI AMAMBAI

BLOQUEIO DA MS-289 POR FALTA DE SEGURANÇA

A rodovia MS-289, que liga Ponta Porã a Amambai, está interditada desde hoje, por aproximadamente 400 índios guarani e caiuás da aldeia Amambai. De acordo com a Polícia Militar, os índios exigem acostamento e quebra mola. Ontem o indígena Aniceto Ribeiro, de 44 anos, morreu atropelado quando trafegava de bicicleta pela rodovia. De acordo com a Polícia, o motorista não foi identificado e acabou fugindo. (*Campo Grande News, 13/04/04*)

GUARANI EXIGEM QUEBRA-MOLA EM ESTRADA

Os cerca de 150 índios da etnia guarani que estavam bloqueando desde a tarde de ontem a rodovia MS-386, para obter a implantação de três quebra-molas no trecho de acesso à aldeia Amambai voltaram a ocupar a rodovia às 21h. (*Campo Grande News, 27/05/04*)

CONTROLE DO ACESSO À TI

Os moradores da aldeia Amambai decidiram adotar o mesmo procedimento da reserva in-



ERNESTO DE SOUZA/REITORIA GLOBO

Guarani trabalham em canavial da Usina Debrasa Social, em Brasilândia (MS).

dígena de Dourados e farão um controle do acesso de não índios. Entre as principais preocupações estão a venda de bebida alcoólica e a exploração de indígenas. Segundo o capitão José Bino Martins há, principalmente, exploração sexual de mulheres e de pessoas com pouca instrução por comerciantes. Para entrar na aldeia, os não-índios deverão ter autorização expressa da comunidade e do capitão. O capitão adverte que quem estiver na área indígena sem autorização será retido e entregue à Polícia. (*Campo Grande News*, 08/09/04)

ÍNDIOS QUEREM LIBERDADE DE LÍDER

Os indígenas da aldeia Amambai liberaram as seis pessoas que estavam sendo mantidas como reféns. Uma freira da Pastoral da Terra, dois funcionários da prefeitura, dois taxistas e um motorista que passava pelo local. Eles foram liberados, mas os carros continuam nas mãos dos índios. Segundo o comandante da Polícia Militar, que está na aldeia, os indígenas prometem atear fogo nos carros e bloquear a rodovia MS-386 que liga a cidade a Ponta Porã, se o capitão da aldeia, José Bino Martins, preso no final da tarde de ontem por porte ilegal de arma, não for liberado até as 21h. (*Campo Grande News*, 15/05/05)

GUARANI / TI CAARAPÓ

ENFRENTANDO A FALTA DE TERRAS

Na aldeia de Tey Kue, em Caarapó, os Guarani e Kaiowá mostram que a organização política e

comunitária tem sido a saída para diminuir os problemas sociais nas aldeias enquanto as terras indígenas na região continuam insuficientes para a prática da agricultura tradicional. Os índios em Caarapó estão divididos em 881 famílias, vivendo em 3.594 hectares, uma média de pouco mais de 4 hectares por família. A Tey Kue organiza, desde 1997, o Fórum Indígena, um evento anual para debater os principais problemas enfrentados pela comunidade e angariar aliados para enfrentá-los. “Tudo que é importante a gente traz pra ser parceiro nosso: Ministério Público, universidade, prefeitura, governo do estado”, explica a professora kaiowá Renata Castelão, 34, uma das organizadoras do evento. O resultado, conta ela, aparece nos projetos que a comunidade tem conseguido realizar por meio de parcerias. O Poty Reñoi, por exemplo, beneficia hoje 100 adolescentes da aldeia com uma bolsa mensal de R\$ 50. É uma maneira de mantê-los na escola quando chegam a 12 ou 13 anos, quando aparecem as propostas de trabalho nas usinas de álcool e fazendas da região. O projeto inclui ainda atividades culturais e o ensino de técnicas agrícolas tradicionais – por meio do incentivo à pesquisa junto aos guarani e kaiowá mais velhos. (*Radiobrás*, 13/03/05)

FALTAM TERRA, COMIDA E SAÚDE

Entre as crianças examinadas no Mutirão de Saúde Indígena organizado pela Funasa em Caarapó, o pequeno A., de 4 meses, foi um dos que precisaram de atenção médica imediata porque, segundo a mãe, apresentava diarreia. A situação da kaiowá Luciana Panã, 22, mãe

da criança, é típica, segundo os agentes comunitários de saúde que atuam na aldeia Tey Kue. O marido dela trabalha como cortador de cana para uma usina de álcool, distante da aldeia, e tem contratos de trabalho que chegam a mantê-lo longe de casa por vários meses. Para cuidar dos dois filhos sozinha, a kaiowá tem dificuldades adicionais, porque voltou recentemente para a área, depois de passar um tempo em outra aldeia do sul do estado, o que ocasionou o corte de Luciana do cadastro público para o recebimento de cesta básica – em Caarapó, 681 famílias, do total de 881 na aldeia, recebem esse benefício – as terras ali são insuficientes para manter a atual população. (*MS Notícias*, 13/03/05)

GUARANI / TI DOURADOS

MEDIDAS CONTRA ARRENDAMENTOS...

A Polícia Federal poderá destruir lavouras plantadas em terras arrendadas ilegalmente na reserva indígena de Dourados. O delegado da PF em Dourados, Lásaro Moreira da Silva disse que vai realizar uma reunião com os arrendatários, a Funai e o Ministério Público Federal e advertir os agricultores que esta será a última colheita que eles farão nas terras indígenas. Lásaro afirmou que quem desrespeitar a determinação terá a lavoura destruída. Segundo o delegado, os arrendatários não fazem contratos com os índios e arrendam as terras informalmente. (*Campo Grande News*, 21/01/02)

... PROVOCAM REAÇÕES EM ALGUNS ÍNDIOS

Índios guarani-cauiás e terenas estão revoltados com a decisão da Polícia Federal que promete não tolerar mais o arrendamento ilegal de terras indígenas. Os capitães das aldeias Bororó e Jaguapiru afirmam que os índios arrendam as terras porque não recebem dinheiro do governo federal para custear a safra. Ramão Machado, capitão da aldeia Jaguapiru, afirmou que os índios estão dispostos a reagir contra a medida se a Funai não providenciar verbas para custear a lavoura. (*Campo Grande News*, 04/03/02)

ARRENDAR OU NÃO?

Os índios da reserva de Dourados poderão arrendar suas terras a agricultores brancos para o plantio da safra de inverno. O acordo foi firmado entre lideranças das aldeias Bororó e Jaguapirú e o Ministério Público Federal (MPF). O procurador da República Ramiro Rockenbach da Silva informou que os índios não têm



ROBERTO ALMEIDA/EPOLHA IMAGEM, FEV. 2005

Crianças indígenas vasculham lixão em Itaporã, cidade vizinha de Dourados (MS).

estrutura para assumir imediatamente o plantio da safra. Como o arrendamento de terras indígenas é expressamente proibido pela Constituição Federal, o MPF decidiu exigir o cumprimento da lei apenas depois da colheita da safra de inverno. Nesse período, conforme o procurador, o MPF vai reunir órgãos federais, estaduais e municipais e definir uma parceria para garantir estrutura de plantio aos índios de Dourados. (*Campo Grande News, 25/03/02*)

CASAS DE REZA INDÍGENA

O prefeito Laerte Tetila (PT) entrega neste momento, na reserva indígena de Dourados, duas Casas de Reza construídas em convênio entre a prefeitura e o governo do Estado. As casas, consideradas sagradas pelos índios, foram instaladas nas aldeias Bororó e Jaguapiru. (*Campo Grande News, 19/04/02*)

GUARDIÕES DE LIXÃO

Depois de denúncias de indígenas no aterro sanitário de Dourados catando restos de comida, a prefeitura decidiu contratá-los para evitar esse problema. Seis indígenas, ganhando um salário mínimo, foram colocados à disposição no aterro sanitário apenas para impedir que pessoas buscassem restos de comida. A situação do aterro sanitário de Dourados, que já é crítica pela irregularidade em termos de localização, transforma-se em mais um problema por estar justamente na divisa da reserva indígena. A presença de índios não tem como ser controlada pelos funcionários da prefeitura, eles ficam escondidos no mato esperando a chegada dos caminhões. No momento em

que é feita a descarga do lixo, os índios invadem e pegam aquilo que podem levar embora para casa. (*Correio do Estado, 27/05/02*)

LIXÃO CONTINUA ABERTO

O lixão de Dourados, localizado em uma área de 12 hectares, recebe diariamente cerca de 90 toneladas de dejetos. O material é “revirado” por dezenas de pessoas, próxima à Aldeia Bororo, com cerca de cinco mil habitantes. A reserva é a mais pobre da região. Além de estar com sua capacidade de recebimento de dejetos comprometida, o lixão fica em local praticamente aberto, de fácil acesso a qualquer pessoa, o que facilita, por exemplo, que crianças entrem na área sem qualquer dificuldade, embora os funcionários recebam orientação para evitar esse procedimento. (*Correio do Estado, 17/01/03*)

CASAMENTOS, VENENO E ARRENDAMENTOS

A presença de brancos nas aldeias de Dourados já está preocupando a comunidade indígena e as próprias autoridades. São casamentos feitos entre o homem branco e a mulher índia apenas por interesse nas terras das aldeias. O marido vai morar na reserva, utiliza a área da família da mulher para plantar soja e não paga o dono da terra. Durante a visita do presidente da Funai, Eduardo Aguiar de Almeida, a Dourados, um grupo de índios denunciou a “invasão” dos brancos e pediu apoio do órgão. O delegado da Polícia Federal, Lásaro Moreira da Silva, informou que já existem diversas reclamações formalizadas nesse senti-

do e agora, com uma determinação da Funai, foi pedido com urgência ao chefe de posto da reserva um levantamento sobre o número de brancos nas duas aldeias locais. O delegado disse que, a partir da identificação, eles serão intimados e, com base no Estatuto do Índio, serão “convidados” a deixar a área indígena. Lásaro contou que além de o arrendatário utilizar as terras indígenas e pagar uma quantia irrisória pelo arrendamento (quando paga), há a preocupação com a questão da saúde. A soja necessita de agrotóxico e por isso não pode ser cultivada próximo a residências, o que seria o caso de todas as lavouras dentro da reserva. O delegado revelou ainda que a Funasa em Dourados já registrou casos de problemas de pele provocados pelo veneno aplicado na soja. (*Correio do Estado, 04/05/03*)

ARRENDAMENTOS DE TIS SÃO ILEGAIS

A PF, com apoio do MPF, vai apreender máquinas agrícolas e destruir lavouras de soja que estiverem ligadas a arrendamento de terras para não-índios na TI Dourados. O delegado disse que a PF vai agir com todo o rigor mesmo porque a legislação é clara quando diz que o índio detém apenas a posse das terras para usufruir delas, mas que a propriedade é da União. Isso significa que ele não pode arrendar para terceiros e muito menos vendê-la. Uma outra informação da PF é que atualmente estão arrendados dentro da reserva indígena local cerca de 400 hectares e na maioria dos casos o índio recebe apenas R\$ 300 ao ano, por 3,5 hectares.

O procurador Ramiro Rockembach adiantou que essa medida é apenas o início de um processo que pode se arrastar ainda por vários anos até chegar próximo do ideal, que seria o índio viver em sua área e sobreviver dela. Ele entende que a partir da proibição do arrendamento poderão acabar os casamentos de brancos com mulheres índias e ainda a concentração de grandes áreas nas mãos de poucos indígenas. (*Correio do Estado, 15/08/03*)

FOME ZERO E ARRENDAMENTOS

Mais de mil índios guarani-kaiowás das Aldeias Bororó, Jaguapiru e Tey Kuê, localizadas na região sul de Mato Grosso do Sul, realizaram ontem em Dourados um protesto que durou sete horas. Segundo o chefe da Funai, Jonas Rosa, os manifestantes representam pelo menos 10 mil índios que estariam cansados de esperar os recursos do programa Fome Zero do governo federal. “O dinheiro já está com o governo do Estado. Não sabemos por que ainda não foi liberado para as tribos”, disse Jonas.

A parceria com o Fome Zero, acertada em julho, visa a oferecer infra-estrutura às três aldeias para o cultivo de cereais, frutas, verduras e legumes. Estão previstos ainda programas de educação, cultura, cidadania, assistência social e saúde. Com faixas e cartazes, eles alertaram sobre o aumento do número de índios sem-terra que estão montando acampamentos precários no sul do Estado, principalmente entre Dourados e Ponta Porã. Alegam que não existem mais condições de vida nas aldeias mais distantes dos centros urbanos. Querem também que a Funai trabalhe para liberar o arrendamento de terras indígenas, como existia há dez anos. Os arrendamentos foram proibidos, segundo informações da PF em Dourados, porque esse tipo de negócio era liderado por alguns influentes caciques e não pela comunidade indígena. (*Oesp*, 18/09/03)

CASA DE REZA DESTRUÍDA

Índios guarani-kaiowás fizeram ontem refém o chefe do núcleo da Funai em Dourados, Jonas Rosa, e bloquearam a estrada que liga Juti a Amambai. Os índios iniciaram uma série de protestos na terça-feira, logo depois de um incêndio que consumiu totalmente a casa de reza que ficava no centro da Aldeia Jaguapiru, em Dourados. (*Oesp*, 01/10/03)

BLOQUEIO DA MS-156

Durante três horas, a estrada ficou bloqueada por índios das aldeias Jaguapiru e Bororó, em protesto contra a falta de terras na reserva de Dourados, onde pelo menos 12 mil índios ocupam 3.600 ha. Após entregarem uma carta de reivindicações ao vice-governador Egon Krakhecke e ao prefeito Laerte Tetila, eles liberaram a rodovia. (*Campo Grande News*, 19/04/04)

FUNAI CONTROLA ENTRADA DE NÃO-ÍNDIOS

A Funai e o MPF decidiram nesta terça-feira proibir a entrada de não-índios na TI Dourados. Desde ontem, só podem entrar na reserva pessoas com autorização da Funai. O MPF informou que a medida apenas cumpre a legislação que impede a entrada de não-índios em TIs. A reserva está a pouco mais de 10 km da segunda maior cidade do Estado. As aldeias têm escolas, posto de saúde, e os índios contam com atendimento no hospital localizado ao lado da reserva. (*FSP*, 13/07/04)

OPERAÇÃO SUCURI VAI COMBATER DROGAS E VIOLÊNCIA

O governo federal publicou na Radiobrás uma matéria sobre os reflexos de violência sofridos

na aldeia indígena de Dourados, onde começa hoje a operação a Sucuri, envolvendo Polícia Federal e Militar e encabeçada pela Funai. A operação pretende fechar o cerco ao redor dos principais pontos de ilegalidades e corrupção. Os principais atores desse cenário, aqueles que cooptam os jovens e os tornam dependentes de drogas e reféns de outros hábitos ilegais, já foram identificados.

A assimilação dos hábitos e a adoção de modelos comportamentais dos não índios pelos índios são uma realidade pesada, que interfere fatalmente no estilo de vida dos índios e desvirtua a sua harmonia sócio-cultural. É o que demonstra uma pesquisa de três meses feita neste ano pela Funai sobre uso de drogas e prostituição infanto-juvenil indígena. (*Campo Grande News*, 19/07/04)

TIS NÃO PODEM SER REFÚGIO

O vice-presidente da Funai Roberto Aurélio Lustosa Costa, disse que o órgão está preocupado em “acabar com essa coisa das terras indígenas virarem refúgio para marginais e pessoas que cometem crimes”. Lustosa citou a TI Dourados, onde, segundo ele, há de “bocas de fumo” (pontos de venda de drogas) a oficinas de desmanche de carros roubados. Em Dourados, a Funai, junto com as polícias Federal, Militar e Civil, começou na segunda-feira passada uma operação para impedir a entrada de não-índios na área. Outro objetivo é retirar “os brancos” que moram na reserva. Embora seja pequena, a terra indígena deve ser a maior em número de índios no Brasil. Lá convivem as etnias guaranis, caiúas e terenas. “Eu não tenho notícia de outra mais populosa”, afirma Lustosa. Outro problema na reserva é a venda de bebidas alcoólicas aos índios, o que é proibido por lei. (*Folha de Boa Vista*, 22/07/04)

ITAPORÃ OU DOURADOS?

O município de Itaporã teve reconhecido, pela Funai, pedido de ampliação da sua área territorial, com a anexação de aproximadamente 2.200 hectares da reserva indígena de Dourados. A decisão, acatada pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, está permitindo que a prefeitura daquele município receba o ICMS Ecológico. Mas, a situação ainda é confusa, segundo a procuradora-geral de Dourados, Jovina Nevroletti Corrêa, porque “na Justiça nada encontramos, até agora, que garanta a perda do nosso território para Itaporã”. O ICMS Ecológico foi criado pela Lei Estadual nº 2.193, de 18/12/2000, beneficiando municípios que abrigam em seu território unidades de conservação e terras indígenas. (*Correio do Estado*, 18/02/05)

PARLAMENTARES PELA AMPLIAÇÃO DA TI

A Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas vai pressionar a Funai e o Ministério da Justiça para que seja agilizado o processo de ampliação da área da aldeia Guarani-Kaiowá, em Dourados, no Mato Grosso do Sul. O coordenador da Frente, deputado Eduardo Valverde (PT-RO), disse à Agência Câmara que só o aumento da área pode resolver o problema de desnutrição entre as crianças da aldeia. O deputado explica que, sem um território de tamanho satisfatório, os índios não conseguem plantar ou desenvolver atividades de auto-sustentação. A situação é tão crítica que, somente neste ano, quatro crianças com menos de cinco anos morreram por inanição na aldeia. Para Valverde, as medidas emergenciais adotadas pelo Governo até agora, como a distribuição de cestas básicas, apenas amenizam o problema. (*Viaecológica*, 26/02/05)

DESNUTRIÇÃO E “CONFINAMENTO”

A Funasa apresentou um balanço parcial das ações emergenciais deflagradas na região sul do Mato Grosso do Sul nas duas últimas semanas, para evitar mortes relacionadas à desnutrição entre as crianças guarani e kaiowá. Os técnicos ressaltaram que a situação de desnutrição é um reflexo da falta de terras para os índios e dos problemas sociais que decorrem desse “confinamento”. Em Dourados, a reserva mais populosa da região, cerca de 11 mil índios vivem em 3500 ha. (*Radiobrás*, 14/03/05)

TERRAS PARA ENFRENTAR MISÉRIA

O antropólogo Fabio Mura disse hoje que a solução para a questão dos índios de Dourados deve passar pela tentativa de recuperação das terras indígenas no Estado. Ele fez a declaração durante a audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Brasília. Mura afirmou que, desde 1917, quando foi criada a reserva de Dourados, os índios foram expulsos pela titulação de terras dada aos brancos e colocados na Reserva. No entanto, ele disse que a população do local tem apresentado um crescimento vegetativo de cerca de 400 pessoas ao ano e eles não têm mais condições de sobreviver. (*Campo Grande News*, 17/03/05)

PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE MORADIA E DA ÁGUA

A má distribuição de água na Reserva Indígena de Dourados e as péssimas condições de

moradia da população foram os pontos destacados pelo deputado João Grandão (PT-MS), como os mais críticos nesta região do Mato Grosso do Sul. Segundo ele apenas 30% da reserva recebe água potável. Integrante da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investiga as mortes de crianças indígenas relacionadas à desnutrição, João Grandão afirma que, dos depoimentos e visitas que já foram feitas pelos parlamentares, pode-se verificar que o problema da desnutrição é mais complexo do que eles imaginavam. “Nós constatamos que o problema da subnutrição tem vários fatores. A terra e a água talvez sejam os principais, mas também tem a desestruturação das famílias”. (*Radiobrás, 24/03/05*)

CASAS DE ALVENARIA DESABAM

O superintendente da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso do Sul, Maurício Quarezemi, vem a Dourados na próxima semana para entregar documentos relativos ao projeto de construção das casas de alvenaria construídas na TI Dourados. A construção foi suspensa semana passada pela CEF depois de denúncias de uso de materiais de baixa qualidade na obra. Duas casas desabaram no dia 19 de abril, depois de um temporal. O Ministério Público Federal está investigado o caso e já pediu para o CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura para fazer perícia nas casas que caíram e também nas outras que estavam sendo construídas. (*Dourados Agora, 05/05/05*)

OPERAÇÃO SUCURI SERÁ REATIVADA

A Operação Sucuri deverá ser reativada na TI Dourados a partir de amanhã. A Operação foi implantada em 19 de julho de 2005, pela administração regional da Funai para combater os atos ilícitos nas aldeias. As aldeias Bororó e Jaguapiru continuam aguardando a instalação de uma Delegacia Especializada no Atendimento ao Índio (Deai) na Reserva Indígena de Dourados. O pedido foi protocolado no segundo semestre do ano passado pelo presidente do Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul, o advogado Wilson de Matos. Matos lembra que a Reserva de Dourados já contou com Posto Policial que funcionou na década de 80. “Não deu certo. Falou entrosamento cultural entre os policiais e indígenas”, diz. (*Dourados Agora, 09/05/05*)

REMANEJAMENTO DE ÍNDIOS

O presidente da Funai informou que pensa na possibilidade de remanejar parte dos índios de Dourados para outras reservas. “Só assim a gente ia conseguir desinchar as aldeias Jagua-

piru e Bororó, que estão com 11 mil índios em 3,5 mil hectares de terra, onde deveriam viver só 300”, disse. Gomes ressaltou que não há previsão para aumentar a TI Dourados, como cobra o prefeito da cidade, Laerte Tetila (PT), e também os índios que moram nas duas aldeias. (*Midiamax News, 09/05/05*)

MISÉRIA E ÁLCOOL MATAM EM ALDEIA

O alto consumo de bebida alcoólica aliada à miséria seria a causa da morte de uma mulher índia que morava na aldeia Bororó, em Dourados. De acordo com o que foi apurado pela reportagem e pela Polícia Civil que compareceram ao local para investigar a morte, Lurdes teria morrido por “overdose de cachaca”, após ter passado a noite inteira de sábado e parte da manhã de domingo bebendo com o companheiro. (*Diário de MS, 18/05/05*)

ÍNDIOS EXIGEM NOVA DEMARCAÇÃO...

Os índios guarani-cauíá que estão fechando desde o início da madrugada de hoje a rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã, exigem a presença de representantes da Funai, para que seja feita uma nova demarcação da Dourados, uma vez que eles alegam que várias terras que hoje são propriedade de fazendeiros, na realidade foram subtraídas das aldeias Bororó e Jaguapiru. (*Dourados News, 01/07/05*)

... E PRODUTORES RURAIS PROMETEM REAÇÃO

Produtores rurais de Dourados estão mobilizados na MS-156, entre Dourados e Japorã, no Sul do Estado. O grupo, que contratou inclusive seguranças armados, informou que tem a intenção de evitar invasão de índios à fazenda Cristal, que fica ao lado da Reserva de Dourados. Durante a madrugada o clima ficou tenso na região, pois cerca de 120 indígenas tentaram entrar na propriedade e foram barrados. Houve confronto de pedras de ambos os lados, o que levou a Polícia Federal e a Polícia Militar ao local. Os produtores dizem que ficarão na estrada até que os índios desistam da invasão. Os indígenas, que são moradores das aldeias Jaguapiru e Bororó, permanecem na região. (*Campo Grande News, 01/07/05*)

RESERVA PODERÁ SER AMPLIADA EM 4.500 HA

Em reunião realizada ontem no Ministério Público Federal, envolvendo o Superintendente Regional do Inca Luiz Carlos Bonelli, lideranças das aldeias Jaguapiru e Bororó, Procu-

radoria da Republica e Funai, foi apresentada uma alternativa para ampliação da TI Dourados, que é de 3.240 ha. Uma área de 4.500 ha em uma cidade vizinha foi oferecida aos indígenas pelo Inca. Eles ficaram de pensar sobre a proposta e em uma nova reunião a ser marcada, haverá uma espécie de plebiscito para saber a opinião da maioria. Mas o cacique Renato de Souza, índio guarani, afirmou que dificilmente os índios aceitarão se mudar para outro município, apesar da necessidade pela terra. “Ou o governo compra as terras vizinhas ou vem um grupo de trabalho identificar estas áreas, os índios não vão esperar mais tanto tempo, estamos cansados de esperar”, afirmou. Os índios das aldeias Jaguapiru e Bororó disseram recentemente que estavam autorizados pelo Inca e Funai a agilizarem a compra de mais 6.000 ha de terra, de preferência vizinhas as aldeias de Dourados, para que pudessem triplicar o tamanho da TI Dourados. Uma comissão denominada “Comissão de Direito da Terra Indígena” voltou animada de uma reunião em Brasília, porém a idéia não deu certo, dada a dificuldade dos índios na prática neste tipo de negociação. (*Dourados Agora, 23/09/05*)

GUARANI / TI GUYRÁ ROKÁ

FUNAI INICIA ESTUDOS DA TI

A Funai iniciou a identificação da terra indígena Güyrá Roká, dos índios Guarani que estão acampados às margens da rodovia Caarapó, em Dourados. Até o final de abril os trabalhos deverão estar concluídos. A identificação da terra foi solicitada por 20 representantes de diversas comunidades Guarani e Kaiyowá que estiveram reunidos com o presidente da Funai, Glenio da Costa Alvarez. A terra reivindicada incide em algumas propriedades rurais, sendo que a maior parte está situada na fazenda Santa Claudine. (*Funai, 21/02/01*)

FAZENDA YPUITÁ É OCUPADA PELOS ÍNDIOS

Os 120 indígenas entraram na área no dia 8 de setembro e segundo o administrador regional da Funai, em Dourados, Israel Bernardes, a situação no local está tranquila. A propriedade faz parte da TI Guyraroká, que foi reconhecida como terra indígena em relatório divulgado pela Funai no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto. Conforme o estudo antropológico, a área é de 11,4 mil hectares, composta por 26 fazendas. Consta no relatório que as terras foram descaracterizadas pela agropecuária e havendo a demarcação, seria necessária a recuperação vegetal. Os fazendeiros já recorreram contra o estudo da Funai e também já entra-

ram com mandado de reintegração de posse na justiça. (*Campo Grande News, 17/09/04*)

DECISÃO JUDICIAL A FAVOR DE FAZENDEIRO

A Justiça Federal determinou a saída dos índios que ocupam a fazenda Iputitã no município de Caarapó. A juíza Luciana Melchiori concedeu a reintegração de posse aos donos da área. Os índios ocuparam a fazenda no início de setembro. Com o mandado de reintegração de posse, os índios precisam deixar o local em 15 dias. O MPF já informou que vai recorrer da decisão no Tribunal Regional Federal em São Paulo. (*Capital News, 27/10/04*)

MINISTÉRIO PÚBLICO RECORREU CONTRA DESPEJO

O procurador Charles Estevan da Mota Pessoa, do MPF, recorreu hoje contra a decisão da Justiça Federal que deu prazo de 15 dias para que guarani-caiua deixem a fazenda Iputitã, em Caarapó. No recurso de embargo de declaração, o procurador pede que, na sentença, a juíza Luciana Melchior Bezerra esclareça para onde os índios devem ser levados. Após obter essa informação, o MPF deve interpor recurso no TRF da 3ª Região em São Paulo contra a decisão. (*Campo Grande News, 27/10/04*)

ATO UNE RURALISTAS EM FRENTE À ÁREA OCUPADA

Proprietários rurais de Caarapó se concentraram esta manhã em frente à fazenda Ypuitã, ocupada por famílias indígenas, para protestar contra o fato de os índios não terem desocupado ainda a área, que consideram pertencente aos ancestrais. Segundo as informações do Tesoureiro do Sindicato Rural de Caarapó, Carlos Eduardo Marques, pelo menos 200 produtores foram para o local. Ele também informou que foi contratada uma empresa de segurança e que dez homens estariam na fazenda Cana Verde, próxima à Ypuitã, para garantir o plantio da safra, que estaria sendo impedido pelos índios. A fazenda também foi considerada indígena mas o laudo está sendo contestado na Justiça. Segundo Marques, os índios deixaram o local e o plantio está sendo feito normalmente. (*Campo Grande News, 28/10/04*)

GUARANI / TI JARARA

REIVINDICAÇÃO DE TI AGUARDA DECISÃO JUDICIAL

Cerca de 400 índios guarani-caiua que reivindicam a demarcação da aldeia Jararã ameaçam

invadir a sede da fazenda São Miguel Arcanjo nos próximos dias. Eles reclamam que a Funai não toma providências para acelerar o processo de demarcação da terra. Atualmente, os índios ocupam parte da fazenda. O advogado Guilherme Salazar, que representa o proprietário da fazenda, Miguel Subtil de Oliveira, informou que existe uma liminar da Justiça Federal impedindo a invasão da sede da propriedade. Ele também culpa a Funai pelo abandono dos índios e diz que a Justiça está se tornando impotente para resolver os problemas envolvendo índios. O processo de demarcação está tramitando na Justiça há seis anos. O fazendeiro quer ser indenizado pelos danos morais e materiais provocados pelas invasões promovidas pelos índios desde 1985. (*Campo Grande News, 06/05/02*)

BATALHA POR DEMARCAÇÃO: ACORDO OU DIREITO?

As lideranças indígenas ameaçam com um novo confronto ou invasão, caso não haja solução para o impasse. A Fazenda São Miguel Arcanjo, com 900 hectares, já tem praticamente a metade da área ocupada por 450 famílias de índios. Esse local já foi declarado como terra indígena pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Há quase dois anos, já houve um princípio de invasão nessas terras. A situação só foi controlada mediante um acordo feito pelo Ministério Público Federal. Nesse acordo, o proprietário da área prometeu deixar os índios no local onde estão, sem nenhuma tentativa de expulsão. Em contrapartida, os indígenas não tentariam invadir o restante da área.

Ontem o procurador federal Ramiro Rockenbach explicou que o Incra está sendo contatado, para verificar a possibilidade de desapropriação, em favor dos índios, da área restante da Fazenda São Miguel Arcanjo e essa pode ser uma das respostas que devem ser levadas para a comunidade daquela aldeia no próximo sábado. (*Correio do Estado, 14/06/02*)

ÍNDIOS FAZEM ACORDO E SOLTAM REFÊNS EM MS

Depois de três dias de protestos, índios guaranis-kaiowás libertaram dois refêns que mantinham desde quarta-feira cedo e fecharam acordo com o procurador da República em Dourados (MS), Charlie Stevan da Mota Pessoa, e o prefeito de Juti, Neri Compagnoni. Pelo acordo, o prefeito se comprometeu a construir uma nova casa de reza na Aldeia Jararã. Os protestos começaram depois que um incêndio destruiu a casa de reza da aldeia na segunda-feira. (*Oesp, 03/10/03*)

GUARANI / ALDEIA LIMA CAMPO

DEBAIXO DA PONTE ENQUANTO DEMARCAÇÃO NÃO SAI

Um grupo de famílias indígenas, lideradas pelo ex-capitão Carlito de Oliveira, abandonou a Aldeia Lima Campo e voltou a viver debaixo da ponte do Rio Dourado. Os índios estavam há quase três anos ocupando a Fazenda Paraná e conseguiram que ela fosse identificada e delimitada como área indígena, porém, a terra ainda está em fase de demarcação. A nova fuga do grupo de Carlito de Oliveira foi provocada pelo esvaziamento de poder do ex-cacique, com a eleição de um capitão apoiado pela Administração Regional da Funai de Amambai. No domingo à tarde, Carlito de Oliveira esteve com um grupo de índios procurando apoio das autoridades locais, inclusive a Polícia Federal, para garantir a tranquilidade na Aldeia Lima Campo, mas não obteve sucesso porque era feriado e a área da nova aldeia pertence a Ponta Porã. (*Correio do Estado, 16/06/01*)

SEM-TERRA COMPRAM ÁREA IDENTIFICADA COMO TI

O MPF em Dourados determinou a paralisação de obras de construção de casas em um assentamento financiado pelo Banco da Terra na divisa Ponta Porã/Dourados. O local faz parte de uma área já identificada como terra indígena, conhecida como Aldeia Lima Campo. Ali vivem cerca de 350 indígenas que estão aguardando a declaração e demarcação de 9.300 hectares, que compreendem pelo menos 40 propriedades. Uma destas propriedades, a Fazenda Vitória em Cristo, foi adquirida, mesmo com a área em litígio, por um grupo de proprietários rurais que decidiu negociar as terras com o Banco da Terra, para fins de reforma agrária. Os proprietários, em tese, venderam para o banco e a instituição, após cortar em lotes, financiou para 83 famílias de trabalhadores rurais, as quais vão pagar seus lotes em 20 anos. Um dos procuradores federais em Dourados explicou que a medida foi tomada para evitar que se crie um "novo Panambizinho", referindo-se ao problema que ocorre no distrito de Panambi, onde o Governo de Getúlio Vargas assentou vários colonos numa área que hoje o próprio Governo federal declarou como sendo de propriedade indígena. Os procuradores entendem que se a área da Aldeia Lima Campo está caminhando para um processo de demarcação, podendo ser repassada para os índios, não justificaria a criação de um projeto de reforma agrária dentro dessa pro-

priedade, e ainda financiado por uma instituição do Governo. (*Correio do Estado, 19/10/02*)

GUARANI / TI ÑANDE RU MARANGATU

IMPASSE ENTRE ÍNDIOS E FAZENDEIRO

O impasse continua entre índios e o proprietário da fazenda Fronteira, no município de Antônio João (MS). O advogado do proprietário, Guillermo Salaza, tenta cancelar a medida que mantém os índios na região. Na semana passada, a Justiça havia determinado a reintegração de posse ao prefeito do município, Dácio Queiróz, proprietário da área. Os 300 Guarani-Kaiowá que invadiram a fazenda, há três anos, já haviam avisado que não deixariam a terra pacificamente. (*Midianews, 15/01/02*)

DEMARCAÇÃO É SUSPENSA...

O decreto presidencial de 28 de março que homologou a demarcação administrativa da TI Ñande Ru Marangatu, foi suspenso pelo presidente do STF, ministro Nelson Jobim. A decisão foi obtida por meio de mandado de segurança, impetrado pelo pecuarista Pio Silva e mais 15 proprietários das terras desapropriadas. Segundo os fazendeiros, o presidente da República não teria legitimidade para homologar a demarcação, realizada pela Funai, em área de limites do território nacional, pois essa competência seria do Congresso Nacional (art. 48, inciso V, da Constituição). A área demarcada fica na fronteira com o Paraguai. Além disso, afirmam que as terras não são tradicionalmente ocupadas por índios, sendo de domínio privado há quase 150 anos, e que, ainda que já tivessem sido assim ocupadas, seria o caso de aldeamento extinto. (*Globo.com, 27/07/05*)

... MAS ÍNDIOS DECLARAM QUE VÃO OCUPAR ÁREA

Para a líder da comunidade guarani caiuí, Léia Aquino, os índios tentarão ocupar as terras Ñande Ru Marangatu, em Antônio João, na fronteira com o Paraguai. “Eu acho que é melhor a gente ocupar todas as terras de uma vez”, disse. Atualmente, segundo a líder, o povo guarani kaiuí ocupa um território de 26 hectares, quando a homologação garante 9,3 mil hectares. (*Campo Grande News, 29/07/05*)

DECISÃO PODE ABRIR PRECEDENTES...

O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, deputado Eduardo

Valverde (PT), criticou a decisão do STF de suspender a demarcação da TI Ñande Ru Marangatu. Ele disse que isso abre precedente para que outras etnias fiquem sem território. “A frente trabalha para que o governo Lula atenda à demanda histórica de demarcação de 650 reservas indígenas”, informou o deputado. “Essa decisão poderá robustecer segmentos que discordem das demarcações em outras regiões”. (*Diário da Amazônia, 01/08/05*)

... E É QUESTIONADA

O Cimi enviou nesta tarde ao ministro da Justiça, Marco Thomaz Bastos, carta na qual questiona a decisão do TRF da 3ª Região, em São Paulo, que permite a ação de despejo dos indígenas do povo Guarani Kaiowá da terra Ñande Ru Marangatu. A decisão é questionada porque a suspensão da homologação desta terra não é definitiva, mas apenas uma liminar. Caso a homologação desta terra seja confirmada, as ações sobre a posse da terra perderão objeto e, assim, serão extintas. Por causa desta situação processual indefinida o Cimi solicita do minist

tro “todos os esforços administrativos e judiciais no sentido de que seja assegurada a permanência dos índios nas terras que tradicionalmente ocupam, revertendo a decisão da Justiça Federal de Ponta Porá”, considerando a relevância dos atos administrativos que permitiram a demarcação e a homologação desta terra, e considerando que os Guarani Kaiowá têm declarado publicamente que não pretendem sair de suas terras. (*Cimi, 12/12/05*)

APARATO POLICIAL EXPULSA FAMÍLIAS INDÍGENAS

Um batalhão da Polícia Federal, contando com duzentos homens armados com bomba de gás lacrimogêneo e escopetas de bala de borracha, helicóptero, três ônibus, oito viaturas policiais, estava pronto para expulsar o povo Guarani Kaiowá de sua terra homologada em março deste ano. Os guarani Kaiowá foram expulsos por volta das dez e meia da manhã. As famílias despejadas foram deslocadas para beira da estrada e permanecem sem destino certo. (*Cimi, 15/12/05*)



FOTOS DAVID MAJELLA, DEZ. 2005



PF concluiu a desocupação da fazenda Piquiri Santa Creuza, em Antônio João (MS). Esta foi a primeira das três áreas em que os fazendeiros devem cumprir ordem de despejo dos Guarani Kaiowá conforme decisão do STF.

FUNAI TENTA CONSEGUIR ABRIGO PROVISÓRIO

A Funai tenta conseguir uma fazenda para abrigar provisoriamente os índios Guarani-Kaiowá, despejados de suas terras. Os índios estão em barracos de lona na beira da estrada que liga Antonio João e Bela Vista. O assessor da Presidência da Funai, Odenir de Oliveira, está no local. Por telefone, ele informou à Agência Brasil “esperar que a ação principal de questionamento dos advogados dos fazendeiros seja julgada o mais rápido possível e os índios possam voltar para as suas terras”. (*Radiobrás, 16/12/05*)

MORTE DE ÍNDIO ANTECIPA AÇÕES DA FUNAI

A Funai antecipou para este domingo (25) uma série de providências que começaria a tomar a partir de segunda-feira (26) por conta do assassinato, no sábado (24), do índio Guarani-Kaiowá Dorvalino da Rocha. Entre as medidas tomadas, está a instalação de uma base da Funai no acampamento dos índios a margem da rodovia que liga os municípios de Antônio João e Bela Vista. Estão neste acampamento 430 índios que foram retirados, por determinação judicial, das fazendas Piquiri, Ita-Brasília e Morro Alto, em 15 de dezembro passado. A base da Funai, segundo informação do sertanista e assessor da fundação no Mato Grosso do Sul, Odenir Pinto de Oliveira, conta com cinco servidores. Dois deles são do setor de fiscalização e tem poder de polícia. Os funcionários da Funai e policiais federais passaram todo o dia no acampamento tomando depoimentos de índios e seguranças de firma contratada pelos fazendeiros da região, informou Odenir Pinto de Oliveira. Dorvalino foi assassinado com um tiro a queima-roupa próxima a entrada da fazenda Fronteira. Segundo o sertanista, a porteira desta fazenda está à 20 metros de distância do acampamento. (*Radiobrás, 25/12/05*)

SEGURANÇA QUE MATOU ÍNDIO É INDICIADO

A PF de Ponta Porã ouviu na noite desta terça-feira os quatro seguranças que participaram da ação que resultou na morte do índio Dorvalino Rocha. Segundo a delegada Penélope Automar, que é de Campo Grande e assumiu as investigações, apenas o chefe da equipe foi indiciado pelo crime. No entanto, como “ainda não foram configurados os requisitos necessários para a prisão preventiva”, João Carlos Gimenes responderá pelo crime em liberdade. Conforme a delegada, ele era o único que estava armado e assumiu que fez o dispa-

ro que matou o índio. Porém, ela explicou que o segurança se apresentou espontaneamente e não houve flagrante do crime. (*Campo Grande News, 28/12/05*)

GUARANI-KAIOWÁ PODEM SER “REASSENTADOS”

Os cerca de 400 índios Guarani-Kaiowá que estão acampados desde o último dia 15 à beira da estrada que liga os municípios de Antônio João e Bela Vista, no Mato Grosso do Sul, podem ser reassentados em uma vila que fica ao lado da região onde estão. A informação é do assessor da Funai no Mato Grosso do Sul, Odenir de Oliveira. Ele disse que os moradores da chamada Vila Campestre estão negociando com o Incra, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a ocupação da região pelos índios. (*Radiobrás, 28/12/05*)

GUARANI / ALDEIA LIMÃO VERDE

CONFLITO VIOLENTO POR TERRA

Esta foi a terceira vez que os índios tentam retomar a Chácara Recanto Eloim, que pertence a uma comunidade religiosa. De acordo com a PF, os indígenas querem retomar a área porque consideram que o local pertenceu aos seus antepassados. Quando chegaram à chácara, por volta das 4 horas da madrugada, cerca de 180 índios foram recebidos com uma saraivada de tiros. Com os disparos, ficaram assustados e correram para dentro da propriedade rural. Policiais federais da Delegacia de Ponta Porã foram chamados e quando chegaram ao local encontraram Samuel Martinez, 25 anos, sem vida. O delegado disse que solicitou ajuda da Prefeitura Municipal de Amambai para retirar os índios da propriedade. (*Correio do Estado, 28/03/01*)

ELEIÇÃO DE CAPITÃO DA ALDEIA GERA POLÊMICA...

A escolha do “capitão” da Aldeia Limão Verde, na rodovia MS-156, trecho que liga Amambai a Tacuru, virou caso de Polícia, de acordo com as informações do site Cone-Sul News. A eleição, em meio a denúncias de fraude, foi no dia 16 de novembro, mas ainda tem gerado discussões e polêmica, incluindo agressões entre adversários. Segundo o site, a índia Cالدیعیا Nunes, e o marido, Italiano Vasques, foram espancados em sua casa. Os autores seriam “policiais indígenas”, segundo a vítima a mando de Adolfinho Neto, eleito capitão. Como forma de represália, um grupo de pessoas li-

gadas a Mauro Barbosa teria matado a golpes de foice um cavalo pertencente a um partidário de Adolfinho. O grupo negou ter matado o cavalo. (*Campo Grande News, 30/11/04*)

... E ESTRATÉGIA PARA ACALMAR FACÇÕES É DISCUTIDA

A Funai, Polícia Federal e MPF estão reunidos em Amambai para discutir uma estratégia para breçar a violência na Aldeia Limão Verde. Conforme o administrador regional do órgão, Willian Rodrigues no domingo duas facções que brigam para liderança dentro da aldeia brigaram com facas, foices e pedaços de pau e cinco indígenas ficaram feridos e foram internados no hospital da cidade. (*Campo Grande news, 16/02/05*)

MPF INTERMEDIA PAZ NA ALDEIA LIMÃO VERDE

O Ministério Público Federal (MPF) continua tentando intermediar um acordo de paz na Aldeia Limão Verde onde grupos rivais indígenas estão brigando pelo poder. Na tarde de anteontem, o procurador da República, Charles Estevão Mattos, se reuniu com os índios mas não conseguiu um acordo. A aldeia, que abriga entre 800 e 1000 índios, vem sendo palco de muita violência por conta de disputas internas por lideranças entre dois grupos rivais. A reunião de anteontem, que aconteceu no interior da própria aldeia e contou com a presença de lideranças dos dois grupos rivais, entre elas os dois indígenas que pleiteiam o cargo de líder da comunidade – o atual capitão Adolfinho Nelson e o seu oponente Mauro Barbosa – aconteceu sob um forte aparato policial, com a presença da PF, das polícias Civil e Militar de Amambai e de uma guarnição da Polícia Militar Rodoviária Estadual.

Durante a reunião os indígenas rejeitaram veementemente a tese defendida pelo procurador da república, que uma comunidade indígena pode conviver com mais de um líder e cada um toma conta de seu grupo. Após quatro horas de negociação, a reunião foi encerrada sem que nenhum acordo fosse firmado. (*Dourados Agora, 18/02/05*)

GUARANI / TI PANAMBIZINHO

ÍNDIOS TOMAM GLEBA OCUPADA POR COLONO

Cerca de 300 índios caiuí ocupam há quatro dias uma gleba de 15 hectares no distrito de Panambi, em Dourados. A terra invadida faz

parte da área indígena de Panambizinho, de 1.248 mil hectares, reivindicada desde 1944 pelos caiuás e reconhecida em 1995 pelo então ministro da Justiça, Nelson Jobim. O agrônomo Valdeir Ferreira Leonel diz ser o dono da gleba ocupada pelos caiuás na madrugada de sexta-feira. *(JB, 05/09/01)*

TENTATIVA DE ACORDO

Uma reunião marcada para sexta-feira em Dourados vai buscar solução para o conflito que já dura quase 6 anos no distrito de Panambi. O agricultor José Ramos, líder dos colonos da Panambizinho, disse que está confiante em um acordo para pôr fim ao com os índios. Cerca de 200 índios, que têm apenas 60 hectares, e 38 famílias de produtores rurais lutam pela posse de 1.180 hectares. De acordo com ele, as benfeitorias e a área estão avaliadas entre R\$ 7,5 e 8 milhões. "Caso seja feita uma proposta financeira dentro dos valores de mercado, acredito que não haverá problema para chegarmos a um acordo", afirmou. O maior problema desde a portaria assinada por Nelson Jobim, em 1995, é que o Governo só aceitava pagar as benfeitorias, alegando que as terras são da União e o Governo não poderia pagá-las. *(Correio do Estado, 21/11/01)*

COLONOS NÃO ACEITAM DEMARCAÇÃO...

O clima voltou a ficar tenso no distrito de Panambi, a 18 km de Dourados, onde índios e colonos disputam 1.180 ha de terra. Agricultores cujas propriedades estão sendo apontadas como terra indígena, ameaçam impedir a instalação dos marcos na área, como pretende o Ministério Público Federal. O MPF alega que a instalação dos marcos é simbólica e de muita importância para os índios. Os colonos afirmam que não permitirão a colocação dos marcos porque o caso continua na Justiça. Eles aceitam entregar as terras aos índios, mas exigem novo assentamento e querem ser indenizados pelas benfeitorias. Na semana passada o secretário estadual de Segurança Pública, Dagoberto Nogueira Filho, comunicou aos índios e aos colonos que o governo federal pediu prazo até 2004 para resolver o impasse. *(Campo Grande News, 26/02/03)*

... E BLOQUEIAM MS-379

Um grupo de mais de 200 pessoas entre colonos e seus familiares bloqueou ontem a rodovia MS-379 no distrito de Panambi, para veículos desconhecidos, com a intenção de impedir técnicos da Funai iniciarem o processo de demarcação de 1.138 hectares de terra que estão em litígio. *(Correio do Estado, 27/02/03)*

ÁREA INDÍGENA É DEMARCADA APÓS 8 ANOS

Equipe da PF de Dourados e Ponta Porã acompanhou, durante toda a tarde de ontem, o trabalho do técnico da Funai, vindo de Brasília. Após oito anos de conflitos, o geógrafo e agrimensor da Funai Milton dos Santos Alves iniciou ontem a demarcação das terras na Aldeia Panambizinho. Agentes de Dourados e de Ponta Porã permaneceram toda a tarde junto com o técnico, mas não houve nenhuma tentativa de resistência por parte dos colonos. *(Correio do Estado, 28/02/03)*

INCRA DISCUTE REMOÇÃO DE COLONOS...

O Incra realiza hoje, na Câmara de Vereadores, uma audiência pública para discutir a remoção de 38 colonos do distrito de Panambi. Desde 1995, os índios caiuás da aldeia Panambizinho aguardam a demarcação de 1.180 hectares, identificados como área indígena. As terras estão ocupadas pelos agricultores há mais de meio século. Eles foram assentados pelo programa de reforma agrária do governo Getúlio Vargas, na década de 40. Na audiência de hoje, o Incra deve anunciar detalhes da compra da fazenda Terra do Boi, entre os municípios de Caarapó e Juti, região sul do Estado, para onde serão levados os colonos do Panambi. O Incra deve anunciar inclusive o valor da área, de cerca de 2.500 ha, e informar quando será feito o pagamento das benfeitorias aos colonos. *(Campo Grande News, 24/06/04)*

BENFEITORIAS SÃO INDENIZADAS

O presidente da Funai, Mércio Gomes, constituiu grupo técnico visando o procedimento indenizatório pelas benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé instaladas por não-índios na TI Panambizinho. A procuradora da Funai, Ana Maria Carvalho, e o assessor da Coordenação de Assuntos Fundiários, Luciano Pequeno, estão na área desde o final de agosto efetuando o pagamento aos não-índios, à medida que apresentam a documentação exigida. Os recursos, no valor total de R\$ 1.771.582,97, já foram disponibilizados pela Funai. Dos 36 colonos que têm direito à indenização, 14 já receberam. O pagamento, no entanto, não significa que eles tenham de desocupar imediatamente a TI. Eles terão um prazo máximo de 90 dias para fazê-lo. A demora é ocasionada pela falta de estrutura na fazenda Terra do Boi, município de Juti, onde os ocupantes serão reassentados. Somente após esse prazo os índios poderão, de fato, tomar posse das benfeitorias indenizadas. *(Funai, 14/09/04)*

PANAMBIZINHO. A TERRA AGORA É DOS KAYOWÁ

Com a presença do Governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, da representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de parlamentares e outras autoridades, além de 60 lideranças indígenas Kayowá e Terena, o Ministro da Justiça, Dr. Mércio Thomaz Bastos e o Presidente da Funai, Mércio Gomes, entregaram ao vice-Cacique Kayowá, Valdomiro Aquino, na última sexta-feira (26), o decreto de homologação. Desde cedo os índios cantavam e dançavam, à espera de tão esperado momento. E havia motivos para tanta alegria. Afinal, foram quase dez anos de espera, tempo passado entre a assinatura da Portaria Declaratória, em 1995, pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, no centro da Aldeia Panambizinho, e a Homologação, pelo Presidente Lula, em outubro de 2004. *(Funai, 30/11/04)*

GUARANI / TI PANAMBI

NOVA RETOMADA

Os Guarani-Kaiowá da terra Panambi retomaram suas terras no dia 29 de agosto. Na semana passada, os fazendeiros da região contrataram seguradoras que retiraram os indígenas de parte da área retomada. Para pressionar, fecharam estradas e usaram a mídia regional. Os indígenas resistem em outras duas fazendas, com cerca de 300 ha. Da Funai, os indígenas reivindicam o início do processo de identificação da terra, através da criação de um GT que fará o estudo antropológico sobre a ocupação tradicional da área. *(Cimi, 08/09/05)*

ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

A Funai publicou hoje no DOU a designação da antropóloga Maria Elizabeth Brêa Monteiro para que faça os estudos de identificação e delimitação da área Panambi. No local, cerca de 500 famílias guaranis ocupam duas propriedades rurais e disseram que só sairiam da área se o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, fosse até o local e criasse um GT para retomar os estudos arquivados desde 1970. A antropóloga terá 31 dias para fazer a pesquisa e depois mais 90 dias para concluir o relatório junto com o GT. *(Campo Grande News, 13/09/05)*

GUARANI / TI PIRAJUI

PROTESTO PRETENDE MOBILIZAR CINCO MIL ÍNDIOS

A organização do protesto que será realizado amanhã no município de Paranhos estima a

presença de pelo menos cinco mil índios no evento, sendo três mil da Aldeia Pirajuí, onde o professor Adriano Pires, 25 anos, lecionava antes de ser assassinado na estrada que liga os municípios de Paranhos e Sete Quedas. (*Campo Grande News, 06/12/01*)

GUARANI / TI PORTO LINDO / YVY KATU

GUARANI OCUPAM FAZENDA NA REGIÃO DE IGUATEMI

Os cerca de mil índios guarani que, na semana passada, bloquearam o tráfego de veículos na MS-299, no extremo sul do estado, invadiram ontem as terras da fazenda Agrolac, na região de Iguatemi, município a 474 km de Campo Grande. Segundo informações do escritório da Funai em Amambai, os indígenas já ocuparam a sede da fazenda, obrigando os moradores a ir para Iguatemi. A situação é tensa no local, já que os guarani exigem a incorporação da propriedade ao território da aldeia Porto Lindo, atualmente com 1,6 mil hectares. (*Campo Grande News, 23/12/03*)

ESTUDO APONTA QUE FAZENDA ESTÁ EM TERRITÓRIO GUARANI

Estudo feito pelo antropólogo Fábio Mura aponta que a área onde está a fazenda Agrolac, em Iguatemi, pertence a índios Guarani. Atualmente, cerca de mil indígenas vivem em 1,6 mil hectares na aldeia Porto Lindo. Os levantamentos sugerem a ampliação do território para 9,4 mil hectares. Segundo Cleomar Vaz Machado,

chefe de patrimônio indígena e meio ambiente da Funai em Amambai, o órgão em Brasília solicitou algumas alterações no levantamento, que retornou às mãos do antropólogo. A nova análise ainda não tem data para ser concluída. (*Campo Grande News, 23/12/03*)

ÍNDIOS OCUPAM MAIS UMA FAZENDA EM MS

Cerca de 300 índios das etnias guarani e caiuí invadiram na madrugada de domingo mais uma fazenda em Japorã (464 km de Campo Grande). No dia 22, mil índios haviam invadido outra propriedade no mesmo município. Segundo a Funai, os invasores vieram da aldeia de Porto Lindo, habitada por 3.000 guaranis e caiuías. A aldeia está situada em Japorã, a 12 km das propriedades invadidas. De acordo com a Funai, os índios querem uma área de 9.400 hectares, dentro da qual estão as duas fazendas invadidas. (*FSP, 30/12/03*)

FUNAI PAGARÁ MULTA CASO ÍNDIOS INVADAM DE NOVO

Desde o dia 20, cerca de 3.000 índios invadiram oito fazendas no município, segundo a Funai e o MNP (Movimento Nacional de Produtores). Os proprietários da fazenda resolveram entrar com uma ação chamada interdito proibitório, que é preventiva e visa impedir invasões. O administrador da Funai em Amambai, Wiliam Rodrigues, disse que não tinha sido notificado sobre a decisão. Segundo ele, existem outras ações semelhantes que ainda não foram julgadas. A Funai não tem controle das invasões, segundo Rodrigues. (*FSP, 07/01/04*)

JÁ SÃO 14 AS FAZENDAS OCUPADAS

Mais duas fazendas são invadidas por índios paraguaios e brasileiros entre as cidades de Iguatemi e Japorã, no extremo sul de Mato Grosso do Sul. Desde o dia 18 último, quando iniciaram as invasões, até hoje (13) um total de 14 propriedades rurais foram ocupadas por integrantes da etnia guarani-kaiowás, naquela região. O objetivo dos invasores já foi alcançado com a tomada de todas as fazendas vizinhas da Aldeia Porto Lindo, que possui 1.600 ha. (*24 Horas News, 13/01/04*)

JUIZ MANDA RETIRAR ÍNDIOS DE FAZENDAS INVADIDAS

O juiz federal Odilon de Oliveira deu três dias de prazo para que a Funai providencie a retirada dos mais de 3 mil caiovás-guaranis que invadiram 14 fazendas nos municípios de Iguatemi e Japorã, situados na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. As liminares foram dadas ontem à tarde, em seis ações de reintegração de posse que beneficiam 13 proprietários das áreas invadidas. (*Gazeta do Povo, 15/01/04*)

ZECA DO PT ACUSA FUNAI POR INVASÕES

O governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, acusou a representação da Funai no estado de fazer "jogo por baixo, sujo" e incentivar as invasões promovidas pelos índios caiovás-guaranis na região de Japorã. Em entrevista à Rádio

FOTOS DAVID MAJELLA, JAN. 2004



Guarani Kaiowá ocupam 14 fazendas em Japorã.

Eldorado, sem citar nomes, Zeca do PT acusou o administrador da Funai de ser omissivo e permitir atividades irregulares de funcionários dos postos da região que têm aumentado o conflito. *(OESP, 16/04/01)*

ÍNDIOS FAZEM QUATRO REFÊNS EM MS

Índios armados com arcos e lanças fizeram refêns ontem o procurador da República Ramiro Rockenbach da Silva, uma equipe de TV e um fotógrafo em Mato Grosso do Sul. O procurador foi até uma área invadida pelos indígenas acompanhado dos jornalistas, para comunicar aos caiovas-guaranis a decisão do juiz federal Odilon de Oliveira, de despejar os ocupantes das 14 fazendas invadidas em Iguatemi e Japorã, no extremo sul do Estado. *(Jornal do Tocantins e Agência Estado, 16/01/04)*

FUNAI NEGA QUE FUNCIONÁRIOS INCENTIVEM INVASÕES

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, não vai substituir os três administradores da Fundação, conforme desejo do governador do estado, o Zeca do PT. Também afirmou desconhecer e não acreditar que funcionários da Funai utilizem carros oficiais para transportar índios para "engrossar" o número de invasores nas ocupações de fazendas que ocorrem no extremo sul do Estado. *(Oesp, 16/01/04)*

ÍNDIOS SE ARMAM PARA REAGIR À ORDEM DE DESPEJO...

Os índios guarani caiuá, que ocupam 14 fazendas no município de Japorã e Iguatemi, no sul do Mato Grosso do Sul, descumpriram a ordem da Justiça Federal para se retirar da área até a meia-noite de ontem e prometem reagir a qualquer tentativa de retomada da área. Com pinturas de guerra e pedaços de pau, os invasores se aglomeraram na entrada de fazendas para impedir que a decisão de reintegração de posse fosse cumprida. Há informações de que os índios também tenham armas de fogo, além de arcos e flechas. Ontem, a equipe de reportagem da Agência Estado foi recebida a tiros pelos indígenas. *(JB, 21/01/04)*

... E SE RECUSAM A DEIXAR ÁREA INVADIDA

Cerca de 250 índios e 300 fazendeiros entraram em confronto ontem por volta das 12hs, em Japorã. Houve pelo menos um disparo de arma de fogo. Um índio de 14 anos foi ferido de raspão na nuca, segundo lideranças indígenas e a Funai. Outro índio levou uma pancada na cabeça com uma pá, enquanto um produ-

tor rural teve o braço direito esfaqueado. *(FSP, 21/01/04)*

FAZENDEIROS QUEREM INDENIZAÇÃO...

Os donos das 14 fazendas invadidas pelos caiovas-guaranis nos municípios de Japorã e Iguatemi, vão acionar a União para recuperar prejuízos calculados, até agora, em mais de R\$ 10 milhões. Nos 9,6 mil ha ocupados desde o dia 22 de dezembro, os fazendeiros estimam a perda de 25% do rebanho de 18 mil cabeças de gado e da totalidade dos 1.100 mil hectares cultivados com soja. Os fazendeiros acusam os índios de terem destruído mais de 20 construções, entre casas e galpões, aproximadamente 300 quilômetros de cercas e de estarem mantendo o gado. *(Estadão do Norte, 23/01/04)*

... E SÃO DEFENDIDOS PELO PREFEITO DE JAPORÃ

Para o prefeito de Japorã, cidade cuja população de 7,5 mil habitantes é formada por 45% de indígenas, Sebastião de Sousa (PL), o impasse envolvendo a disputa por terras entre índios e fazendeiros teria fim se a Constituição fosse mudada e fosse permitido que o Governo indenizasse quem teve terra desapropriada. O prefeito, que tem se mostrado partidário da demarcação das terras, ressaltou a necessidade de a propriedade ser confirmada, mediante apresentação da documentação. *(Campo Grande News, 23/01/04)*

FAZENDEIROS AMEAÇAM USAR MILÍCIAS

As organizações de apoio aos direitos indígenas estão denunciando às autoridades federais a iminência de um grande conflito armado na região de Iguatemi e Japorã (MS), onde 3.700 guaranis ocupam 14 fazendas que antigamente eram suas terras, na fronteira com o Paraguai. A imprensa já noticia na região declarações de lideranças ruralistas ameaçando usar milícias armadas para desocupar "na marra" as fazendas onde os guerreiros prometem resistir até a morte. O TFR de São Paulo suspendeu a liminar que mandava desocupar a área imediatamente mas os fazendeiros não se conformam, acusando os funcionários do governo federal de estimular a ocupação pelos índios. *(Viaecológica, 25/01/04)*

ACUSAÇÃO DE ROUBO

Fazendeiros do Mato Grosso do Sul denunciaram ontem que os índios Caiovas-guaranis, que invadiram 14 fazendas na região desde dezembro, estão trocando gado roubado por armas

no Paraguai. Segundo o presidente do Movimento Nacional dos Produtores, João Bosco Leal, comerciantes de Paloma, no país vizinho, estariam dispostos a ajudar as autoridades brasileiras a prender os responsáveis pelo roubo. Para aumentar a polêmica sobre a questão da legitimidade das terras invadidas, os antropólogos Rubens Tomás de Almeida e Fábio Mura entregaram ontem um estudo à Funai segundo o qual as propriedades rurais que os Caiovas-guaranis ocupam ao redor da reserva Porto Lindo pertencem de fato aos seus antepassados. *(Correio do Povo, 27/01/04)*

ÍNDIOS ACEITAM DEIXAR PARTE DAS FAZENDAS...

Os índios guaranis e caiuás aceitaram ontem deixar, a partir de segunda-feira, 11 das 14 fazendas invadidas por eles em Japorã, e ficar apenas em partes de outras três. A informação é dos procuradores da República Ramiro Rockenbach da Silva e Charles Pessoa. Eles se reuniram ontem com os índios na fazenda São Jorge, uma das que estão invadidas. Para cumprir o acordo, as lideranças indígenas pediram que a Funai demarque as áreas das três fazendas onde pretendem ficar. *(FSP, 30/01/04)*

... E FICARÃO ACAMPADOS NAS TRÊS MAIORES

Os guarani-caiuás ficarão acampados nas três maiores fazendas em Japorã. Eles decidiram montar acampamento de lona em uma das margens do rio Iguatemi para esperar uma solução à reivindicação de ampliação da aldeia Porto Lindo. O acampamento já começaria a ser montado, ao mesmo tempo em que os índios prometem sair das outras 11 fazendas ocupadas desde o final de dezembro. Eles iriam à pé, uma vez que a aldeia fica perto das fazendas. *(Campo Grande News, 05/02/04)*

MOVIMENTOS SOCIAIS APÓIAM LUTAS INDÍGENAS

Pela primeira vez na história do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de fortalecer a luta indígena, mais de 100 representantes de 36 entidades dos movimentos sociais e populares da Capital e de outras cidades do interior, organizaram uma caravana de solidariedade aos acampamentos indígenas em Iguatemi e Japorã. Levaram a solidariedade, alimentação e apoio à luta pela terra do povo guarani-ñandewa. Eles participaram ainda de audiência com os procuradores da República em Dourados, ocasião em que manifestaram apoio à defesa dos direitos indígenas no cumprimento da Constituição Federal. *(Cimi, 16/02/04)*

FUNAI RECONHECE YVY KATU COMO TERRA DOS GUARANI

O presidente da Funai, Mércio Gomes, em despacho datado de 27 de fevereiro último, aprovou os estudos de identificação da Terra Indígena Yvy Katu, de ocupação do grupo tribal Guarani/Nhandeva, localizada no município de Japorã, Mato Grosso do Sul. A identificação dessa área, com 9.454 hectares, era reivindicada há mais de um século pelos Guarani-Nhandeva. A demora no seu reconhecimento provocou tensão na região, hoje ocupada por 14 fazendas. (Funai, 02/03/04)

STF NEGA SUSPENSÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Em decisão divulgada ontem (dia 28), o presidente do Supremo Tribunal Federal, Min. Nelson Jobim, não aceitou o pedido do Ministério Público Federal e da União, pela suspensão da liminar de reintegração de posse da terra indígena Yvy Katu, dos Kaiowá Guarani, no Mato Grosso do Sul. Para o Cimi, esta possibilidade traz grande preocupação, tendo em vista o grave risco de aumento dos conflitos pela posse da terra indígena e de agressões aos índios Kaiowá-Guarani. (Cimi, 28/07/05)

YVY KATU: QUEREM NOS MATAR?

“Então venham. Vamos ser mais de cinco mil Guarani Nandeva que estaremos aqui esperando. Podem vir com máquinas grandes, porque daqui não vamos sair vivos. Pode dizer isso para as autoridades”. Com essas palavras, um dos caciques da TI Yvy Katu, externa em poucas palavras a dimensão da tragédia anunciada caso forem mobilizadas as polícias federal e militar para tirar os índios de sua terra tradicional. (Cimi, 28/08/05)

LÍDERES GUARANI ACOMPANHAM JULGAMENTO

O cacique Rosalino Ortiz é um dos 35 líderes dos guarani e kaiowá de Mato Grosso do Sul que estão em Brasília desde ontem para acompanhar julgamento que acontece hoje no STJ. Líder dos índios que reivindicam a demarcação da terra Yvy Katu, Rosalino diz que uma decisão favorável no processo que julga a validade da portaria que demarca a terra trará legitimidade ao direito indígena à área. A portaria do Ministério da Justiça que estabelece a demarcação de Yvy Katu foi suspensa por decisão do STJ. O tribunal expediu medida cautelar em favor da Agropecuária Pedra Branca. “Todo mundo sabe que os fazendeiros se estabelecem ali por causa do dinheiro. Nós não. Nós estamos lutando pelo nosso direito. Nós

GUARANI NÁNDEVA CONQUISTAM TERRITÓRIO APÓS 80 ANOS...

Portaria do Ministério da Justiça, publicada em 4 de junho, amplia Terra Indígena Porto Lindo – agora Yvy-Katu – em mais 7.8 mil hectares, no Mato Grosso do Sul. Duas semanas após o assassinato do Guarani Kaiowá Dorival Benites na fazenda Sombreiro, a 515 km de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul – onde mais de 200 índios lutam contra fazendeiros e capangas pelo reconhecimento de seu território –, cerca de 3 mil índios Guarani Nandeva conseguiram o reconhecimento oficial de uma área pela qual lutavam há 80 anos. (ISA, 06/07/05)

sabemos que aquela terra é nossa. É por isso que nós estamos lutando. Para retomar aquelas terras novamente para as nossas famílias”, diz o cacique. Rosalino nega que a terra tenha sido invadida, como argumentam os fazendeiros. “Nunca invadimos a terra. Nós não somos estrangeiros. (Radiobrás, 14/09/05)

STJ MANTÉM DEMARCAÇÃO DA TI YVY KATU

O STJ indeferiu o mandado de segurança impetrado pela Agropecuária Terra Branca Ltda representante dos fazendeiros que ocupam a área. Desta forma, está mantida a demarcação da terra indígena Yvy Katu. A decisão foi do ministro Teori Albino Zavascki. O STJ informou que ainda cabe recurso. No dia 14 de outubro, em decisão majoritária, o STJ havia mantido a portaria declaratória que garantia a demarcação da TI e rejeitado o mandado de segurança. (Correio do Estado, 08/11/05)

... MAS A BOA NOTÍCIA DUROU POUCO

A boa notícia da declaração da Terra Indígena Yvy-katu, no Mato Grosso do Sul, publicada em decreto do Ministério da Justiça no dia 4 de julho, durou pouco. Quatro dias depois, na última sexta-feira (08/07), uma medida cautelar suspendeu, provisoriamente, os efeitos da portaria que reconhece a Yvy-katu como terra dos índios Guarani Nandeva. Com isso, o processo de demarcação está paralisado. A liminar foi deferida pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, a pedido da Agropecuária Pedra Branca – uma das 14 propriedades dentro dos limites da Terra Indígena. (ISA, 14/07/05)

... MAS POSSE DA ÁREA AINDA ESTÁ INDEFINIDA

A Justiça Federal em Dourados ainda está analisando, através de documentos já anexados ao processo e de outros que estão sendo solicitados, a situação de uma área de pouco mais de 4 mil ha, que está sendo reivindicada pela Funai em favor dos índios. A área compreende várias propriedades rurais, entre elas a Fazenda Ouro Verde, com 1.425 ha e pequenos sítios de colonos, que também questionam a Funai. As terras estão em litúgio desde 1998, quando um grupo de indígenas da reserva Pirajuí, depois de uma disputa interna pelo poder na aldeia, decidiu invadir 200 ha, aproximadamente. Esses colonos segundo consta, teriam sido assentados pelo Incra naquela região. (Correio do Estado, 01/12/02)

GUARANI / TI TAQUARA

DIRETOR DA FUNAI NEGOCIA LIBERTAÇÃO DE REFÊM

O diretor da Funai, Claudio Romero, chega hoje para negociar a liberação do funcionário José Lairton, mantido como refém, desde anteontem, na Fazenda Brasília do Sul, em Juti (MS), por cerca de 200 guarani-kaiowás. A área, ocupada abrange cerca de 9.000 ha e é reivindicada pelos índios. As linhas telefônicas da propriedade foram cortadas e a pista de pouso está interdita. Já foi realizado na área um estudo antropológico favorável aos índios, mas o processo de demarcação ainda espera decisão judicial. (Correio Braziliense, 10/10/01)

JUÍZA DETERMINA QUE ÍNDIOS DEIXEM FAZENDA...

A juíza federal Kyo Soon Lee, de Dourados, determinou ontem que os 200 índios que ocu-

GUARANI / POTRERO-GUAÇU

ÍNDIOS CONQUISTAM 4 MIL HECTARES...

Após uma batalha judicial que se arrasta há cinco anos, os índios da Aldeia Potrero Guaçu, no município de Tacuru, já podem se considerar os verdadeiros donos de uma área de 4 mil ha, dos quais 2,6 mil estão na Fazenda Ouro Verde, parte da qual já ocupada pelos indígenas. É que o Superior Tribunal de Justiça por unanimidade, julgou extinto, na terça-feira, o processo dos proprietários da fazenda, que queriam assegurar a posse das terras já declaradas área dos guaranis. A portaria de identificação foi assinada pelo ministro da Justiça e publicada no Diário Oficial da União em abril deste ano. (Correio do Estado, 21/11/02)

pam a fazenda Brasília do Sul, em Juti, deixem o local. A informação é do administrador regional da Funai em Dourados, Jonas Rosa, que conversou hoje cedo com a juíza e se mostrou preocupado com a determinação. Ele disse que o grupo já cumpriu uma das decisões da Justiça, de deixar a sede da propriedade, mas teme que eles se recussem a sair da área. (*Campo Grande News, 16/10/01*)

... E POLÍCIA USA BOMBAS NA DESOCUPAÇÃO

Cento e dez policiais militares e federais usaram ontem bombas de gás lacrimogênio para retirar cerca de 200 índios caiovás que ocupavam, havia 12 dias, a fazenda Brasília do Sul, em Juti. A desocupação foi feita sem a presença da imprensa, mantida a cerca de 4 quilômetros do local. Os policiais foram recebidos com flechadas, pedradas e cacetadas. Em resposta, a polícia usou bombas de gás lacrimogênio, armas de fogo com projéteis de borracha, escudos e cacetetes. (*Jornal do Comercio, 17/10/01*)

FAZENDEIRO VIOLA TÚMULOS DE INDÍGENAS

O proprietário da Fazenda Sul Brasília, em Juti, Jacinto Honório, deverá ser indiciado pela PF por violar sepulturas indígenas sem autorização. Foram quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças, que tiveram seus restos mortais retirados do local onde haviam sido sepultados, dentro da fazenda, e transferidos para o cemitério de Juti. A Fazenda Sul Brasília teve 40 hectares de sua área total ocupada por índios guaranis por dois anos e meio. No mês de outubro último, quando decidiram ocupar também a sede da fazenda, cometeram diversos abusos e a Justiça, através de uma liminar, determinou que fossem retirados da fazenda. Segundo representação da Funai, encaminhada para a PF, os corpos foram levados para Juti sem autorização dos familiares ou do próprio órgão. (*Correio do Estado, 10/11/01*)

PROCURADOR APURA MISÉRIA DE ÍNDIOS

O MPF poderá acionar a Funai na Justiça, pela morosidade no processo da Fazenda Brasília do Sul em Juti, de onde saíram há um ano os índios que foram abandonados pelos próprios patrícios, sábado em Dourados. O procurador da República Charles Stevan da Motta Pessoa esteve ontem conversando com o grupo para tomar pé da situação e garantiu que vai a Brasília ainda nesta semana para trazer alguma posição a respeito. (*Correio do Estado, 15/10/02*)

ANTROPÓLOGOS VISITAM DESALDEADOS

A Funai pede prazo até março de 2003 para entregar relatório antropológico da Fazenda Brasília do Sul, em Juti, que está sendo reivindicada por um grupo de caiuás-guaranis. Esse grupo viveu no local, chamado de Aldeia Taquara, por quase três anos e foi despejado no ano passado por determinação judicial, já que o proprietário conseguiu a reintegração de posse. Essas famílias, lideradas pelo cacique Marcos Verón, estão hoje desaldeadas e vivendo às margens da MS-156, próximo ao Porto Cambira, em Dourados, passando por diversas dificuldades. (*Correio do Estado, 05/11/02*)

POLÍCIA INVESTIGA MORTE DE INDÍGENA

O Ministério da Justiça deslocou uma equipe da Polícia Federal para investigar a morte do líder indígena Marcos Veron, em Mato Grosso do Sul. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos quer descobrir os responsáveis pelo crime. "Vamos tomar providência com força no sentido de apurar e punir os culpados", afirmou. (*Site do Terra e Site da Funai, 13/01/03*)

CIMI COBRA PUNIÇÃO DE RESPONSÁVEIS POR MORTE

O diretor do Cimi, Jorge Vieira, culpou o governo federal nesta manhã pela morte do indígena Marcos Veron, após conflito na fazenda Brasília do Sul. Segundo ele disse há pouco em entrevista ao Bom Dia MS, a Constituição Federal de 1988 determinava que em cinco anos fossem demarcadas áreas indígenas, o que não ocorreria por falta de interesse do governo federal. (*Campo Grande News, 14/01/03*)

FEDERAL PRENDE MAIS UM SUSPEITO DE MATAR ÍNDIO

Mais um funcionário da Fazenda Brasília do Sul, apontado como um dos envolvidos no assassinato do cacique guarani Marcos Veron, ocorrido no dia 12 de janeiro, foi preso pela Polícia Federal de Naviraí. A detenção aconteceu na última segunda-feira, por volta das 9h, na sede da fazenda, que se encontra invadida pelos índios. (*Correio do Estado, 05/02/03*)

FAZENDEIRO ALEGA PREJUÍZO DE R\$ 1 MILHÃO

O empresário Jacinto Honório, proprietário da Fazenda Brasília do Sul, em Juti, e que está ocupada por indígenas desde o mês de janeiro, disse ontem que a propriedade rural já acumula um prejuízo de R\$ 1 milhão. Segundo

ele, são cerca de R\$ 10 mil por dia, somente com a morte ou perda de peso das 13 mil cabeças de gado existentes no local. O mais grave é que a totalidade do rebanho ainda não foi vacinada contra febre aftosa. (*Correio do Estado, 11/03/03*)

LAUDO ANTROPOLÓGICO SERÁ CONCLUÍDO ESSE MÊS

A comunidade que era liderada por Marcos Veron, com mais de 100 famílias, reivindica as terras da Fazenda Brasília do Sul. A alegação é que a área sempre pertenceu aos índios, onde, segundo eles, chegou a existir uma aldeia. A Funai determinou há mais de três anos os levantamentos antropológicos na propriedade, cujo laudo, que ficou engavetado por todo esse período, deve ser concluído este mês. (*Correio do Estado, 16/03/03*)

MP DENUNCIA MASSACRE CONTRA ÍNDIOS EM JUTI

O MPF em Dourados já encaminhou à Justiça denúncia contra quatro acusados da morte do cacique guarani, Marcos Veron, ocorrida no dia 13 de janeiro último, na Fazenda Brasília do Sul em Juti. Os procuradores consideraram a violência praticada por eles como um massacre. De acordo com o inquérito concluído pela PF, ocorreram pelo menos seis tentativas de homicídio qualificado, cinco crimes de constrangimento ilegal, cinco lesões corporais, seis sequestros, um crime de tortura mediante sequestro, um homicídio duplamente qualificado, além de disparos de arma de fogo. (*Correio do Estado, 16/03/03*)

VENCE PRAZO PARA DESOCUPAÇÃO DE FAZENDA

Venceu ontem o prazo para que os indígenas que estão acampados na Fazenda Brasília do Sul, deixem a propriedade. Os advogados dos proprietários do imóvel, a partir do momento em que a área foi ocupada, entraram com um pedido de reintegração de posse e tiveram parecer favorável da Justiça. A Funai recorreu e conseguiu uma prorrogação, cujo prazo final foi ontem. A Funai ainda não apresentou o relatório antropológico sobre essas terras, que garantiu que entregaria até o dia 31 de março último. (*Correio do Estado, 04/04/03*)

FUNAI DELIMITA ÁREA ONDE MARCOS VERON FOI MORTO

A Funai delimitou e reconheceu área que foi palco de conflito, morte e denúncia encaminhada à ONU – a região denominada Taquara com área de 9,7 mil hectares e perímetro de

50 quilômetros —, como legítima da comunidade kaiowá. A área depende de demarcação. O laudo antropológico publicado no DOU mostra que essas famílias foram removidas à força, pressionadas pela administração da Companhia Mate Laranjeira e pela ação de transferência efetuada pelo chefe de Posto da reserva de Caarapó, Pantaleão Barbosa, funcionário do SPI, registrada por ele em relatório aos seus superiores. Assim muitas famílias permaneceram escondidas na mata ou trabalhando para os fazendeiros no próprio local ou em suas proximidades. (*Campo Grande News, 06/12/05*)

GUARANI / SUICÍDIOS

ADOLESCENTE INDÍGENA SUICIDA-SE COM CAMISA

Depois de uma suposta discussão com uma pessoa de sua família, o adolescente Wagner Fernandes, 14 anos, que residia na Aldeia Bororó, tirou a própria vida no último domingo, possivelmente por enforcamento. Seu corpo foi encontrado ontem, por volta das 10h, já em adiantado estado de decomposição. A vítima encontrava-se caída de costas apresentando um pedaço de camiseta próximo ao pescoço e outro pedaço atado em uma árvore nas imediações. (*O Progresso, 24/03/01*)

ALDEIA DE JAPORÃ É CAMPEÃ DE SUICÍDIOS

Localizada no município de Japorã, a aldeia indígena Porto Lindo é a que mais apresentou suicídios no ano passado e tem uma parte da população, de zero a 10 anos de idade, que até agora não possui registro de nascimento. Os índios estão abandonados pela Funai, cujo funcionário há vários meses não aparece no posto por falta de material para o trabalho. (*Correio do Estado, 20/01/02*)

ÍNDIO SUICIDA-SE EM ALDEIA DE JAPORÃ

A PM de Mundo Novo registrou o suicídio do indígena de etnia guarani Lúcio Ortiz, 29 anos. A morte ocorreu na Aldeia Porto Lindo, município de Japorã. Os policiais que atenderam ao chamado, via telefone, encontraram o corpo pendurado no galho de uma árvore, na reserva próxima às casas do centro da comunidade indígena. (*Correio do Estado, 28/03/02*)

ÍNDIA DE 17 ANOS COMETE SUICÍDIO

A índia guarani Aracilda Gonçalves Vilhalva, 17 anos, praticou suicídio ontem de manhã na

aldeia Tey Kuê, no município de Caarapó. Para se enforcar ela usou uma corda de nylon que foi amarrada a uma viga do telhado de sua casa. O corpo foi encontrado pela sua cunhada, Lídia Verão. Os parentes informaram à polícia que a adolescente estava muito triste porque seu marido, Valdemar Verão, está há vários dias longe de casa. Ele trabalha em uma usina de álcool no município de Brasilândia. (*Campo Grande News, 11/04/02*)

... E EM SEGUIDA, FOI O MARIDO

O marido de Aracilda G. Vilhalva, Valdemar Verão, 29, se matou pouco depois do enterro da esposa. (*FSP, 13/04/02*)

ADOLESCENTE INDÍGENA COMETE SUICÍDIO

O adolescente indígena Carlos Oliveira da Silva, 15 anos, cometeu suicídio devido à desilusão amorosa. Ele se separou da sua namorada há 15 dias porque os pais dela não concordavam com o romance. Ele se enforcou hoje na Aldeia Jaguaq2pirú, na reserva indígena de Dourados. (*Dourados News e Campo Grande News, 29/04/02*)

POLÍCIA REGISTRA SUICÍDIO DE DOIS ÍNDIOS

A polícia da fronteira registrou mais dois suicídios de indígenas no final de semana. De acordo com informações da PM, por volta das 9h30min, do último sábado, uma guarnição da Polícia foi até a Aldeia Jaguapiré, em Tacuru, para atender a uma ocorrência. No local a polícia constatou a morte por suicídio do indígena Lúcio Barbosa, de 29 anos. Outro suicídio foi registrado às 10h de sábado próximo a Cerro Marangatu, o adolescente caiuí E.F.R., de 13 anos, cometeu suicídio também por enforcamento. (*Correio do Estado, 11/06/02*)

CORPO DE INDÍGENA É ENCONTRADO EM ANTÔNIO JOÃO

O corpo do indígena Benjamim Fernandes, de 27 anos, foi encontrado pela polícia no morro Cerro Marangatu, em Antônio João. A suspeita é de suicídio. Ele estava com um cinto amarrado no pescoço. O corpo já estava em estado de decomposição, apontando que a morte ocorreu há vários dias. (*Campo Grande News, 01/04/03*)

ÍNDIA ENCONTRADA ENFORCADA. SUSPEITA É DE SUICÍDIO

A adolescente indígena Rosângela Martins, de 17 anos, foi encontrada enforcada na aldeia

Porto Lindo, em Japorã. A suspeita é de que a garota tenha cometido suicídio utilizando uma blusa. É o terceiro caso de suicídio de jovens indígenas registrado neste mês. Em 12 de abril um rapaz de 21 anos foi encontrado enforcado em casa, em Juti. (*Campo Grande News, 29/04/03*)

EM SETE MESES, 37 ÍNDIOS COMETERAM SUICÍDIO

A Funasa registrou em Mato Grosso do Sul 37 suicídios até julho deste ano. Os óbitos foram registrados na etnia guarani-cauiús, que estão concentrados na região Sul do Estado, muitos em municípios da Grande Dourados. Este fim de semana Paulo Oliveira Vilhalva, 20 anos, se suicidou usando a própria camisa na aldeia Lagoa Rica, em Douradina. A polícia ainda tenta apurar as causas do suicídio. (*Campo Grande News, 17/11/03*)

PM ENCONTRA CORPO DE ÍNDIO QUE SE ENFORCOU EM SAPUCAIA

A Polícia Militar encontrou ontem o corpo do indígena Valdemar Vargas, 21 anos, na aldeia Aldeia Taquapiry, município de Coronel Sapucaia. O corpo estava com uma corda no pescoço e em putrefação. Pelo menos outros dois casos de suicídio indígena foram registrados em Mato Grosso do Sul neste início de ano. (*Campo Grande News, 28/01/04*)

ÍNDIO DE 20 ANOS SE ENFORCA EM ALDEIA DE ANTÔNIO JOÃO

Elizeu Peralta, de 20 anos, foi encontrado morto na manhã de ontem na Aldeia Campestre, município de Antônio João. A informação recebida pela PM é que ele teria cometido suicídio. (*Campo Grande News, 18/06/04*)

GAROTA DE 13 ANOS COMETE SUICÍDIO EM PORTO LINDO

Márcia Yala Sannaura, de apenas 13 anos, cometeu suicídio ontem na aldeia Porto Lindo, em Japorã. É o segundo caso em menos de um mês. Na virada do ano, a aldeia virou notícia pela luta dos índios para ampliar a área da aldeia. Eles ficaram por meses em 14 fazendas da região. Segundo o site Douradosagora, a menina pegou um pedaço de pano de uma toalha de mesa e se enforcou. Ela era casada. (*Campo Grande News, 21/06/04*)

ÍNDIO ENCONTRADO MORTO NA ALDEIA BORORÓ

Um indígena de 16 anos foi encontrado morto hoje pela manhã na aldeia Bororó, em Doura-

dos. De acordo com a Polícia Civil, o adolescente estava pendurado em uma árvore com um lençol amarrado ao pescoço. O nome dele não pode ser divulgado por determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente e seus familiares não sabem o que possa ter motivado o suicídio. *(Campo Grande News, 05/10/04)*

ÍNDIA DE 18 ANOS ALCOOLIZADA COMETE SUICÍDIO

O consumo de bebida alcoólica por parte de indígenas causou mais uma vítima fatal no início dessa semana em Amambai, região sul do Estado, quando uma indígena de apenas 18 anos, embriagada, segundo a sua própria mãe, tirou a própria vida. Roseli Marques, residente na Aldeia Amambai, uma das mais populosas de região se suicidou na manhã de segunda-feira, 7. A maior parte dos casos de suicídios, nas aldeias da região, estão relacionados ao consumo de bebida alcoólica, segundo a Funai e a Funasa. *(Douradosagora, 11/02/05)*

EM 2004, FORAM 42 TENTATIVAS DE SUICÍDIO POR AGROTÓXICO

O Civitox (Centro Integrado de Vigilância Toxicológica da Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul) registrou em 2004, 42 tentativas de suicídio em Mato Grosso do Sul por agrotóxicos. Foram 58 casos de intoxicação na zona rural, ou seja, a ingestão proposital equivale a 72% do número total. Nenhum óbito foi notificado. Na zona urbana o número cai para 50. Houve 47 acidentes com o produto. Este ano, o Civitox fez notificação de 15 tentativas de suicídio. Cinco em janeiro, dois em fevereiro, quatro em março e o mesmo número em abril. *(Campo Grande News, 23/05/05)*

JOVEM INDÍGENA USA FAIXA DE JUDÔ PARA COMETER SUICÍDIO

O corpo encontrado em uma mata próximo à BR 163, na região do Distrito Industrial e Parque das Nações II, fundos da MS Mudas, é de uma jovem indígena de 14 anos. A adolescente usou uma faixa de judô para cometer suicídio por enforcamento. De acordo com a polícia, a vítima e outra família de indígenas residem nos fundos da empresa onde trabalham como braçais. *(Dourados Agora, 16/08/05)*

TERENA / BURITI

TERENA AMEAÇADOS DE DESPEJO...

Os índios terenas da Aldeia Água Azul negam-se a sair da área que invadiram há quase três

anos. O prazo de 15 dias dado pelo juiz federal Odilon de Oliveira, em liminar, para desocupação da Fazenda Furnas das Estrelas, vence segunda-feira. Ontem, os caciques e guerreiros terenas estiveram na Funai, em Campo Grande, pedindo apoio do órgão federal. Em levantamento histórico feito pela Funai, foi provado que a região, englobando 22 propriedades vizinhas, já foi território terena. Ao todo, segundo o levantamento da Funai, são 18 mil hectares que pertencem aos indígenas. Os 2,5 mil terenas da Aldeia Água Azul e seis pequenas aldeias vivem hoje em apenas 2,1 mil hectares. *(Campo Grande News, 06/02/03)*

... AGUARDAM DECISÃO DO TRF

Desde ontem, a quantidade dos índios acampados na Fazenda Furnas das Estrelas aumentou em cinco vezes desde ontem, prazo final para que eles desocupassem a área por determinação da Justiça Federal. Eles esperam que o Tribunal Regional Federal conceda liminar impedindo a desocupação e preservando as lavouras de milho e arroz plantadas pelas comunidades das aldeias Água Limpa e Recanto. A ação de defesa dos indígenas partiu da Funai, Ministério Público Federal e Advocacia Geral da União. Estão em São Paulo, para acompanhar os trabalhos do TRF, 10 lideranças indígenas. *(Campo Grande News, 12/02/03)*

ÍNDIOS EXPULSAM OCUPANTES DA FAZENDA

Proprietários e funcionários da Fazenda Buriti denunciaram ontem que foram expulsos da fazenda pelos terenas da Aldeia Buriti e estão impedidos de vacinar 500 reses contra a febre aftosa e cuidar da lavoura. O agricultor Ademir Marques da Rosa, um dos proprietários da fazenda, lembra que os indígenas, até então amigos, invadiram as casas no sábado em busca de armas e deram ordem de despejo das famílias. Ontem, proprietários e parte do grupo de funcionários foram até a Famasul solicitar apoio e agilidade para o caso. *(Correio do Estado, 28/02/03)*

TERENA OCUPAM MAIS UMA FAZENDA

Pelo menos 100 índios terena invadiram ontem a fazenda Santo Antônio em Sidrolândia. O administrador regional da Funai em Campo Grande disse que 3.000 índios reivindicam a demarcação de 17 mil ha de terra. Na área reclamada pelos terena, estão localizadas fazendas de médio e pequeno porte. Os proprietários recorreram à Justiça contra a demarcação, o que motivou as invasões. *(FSP, 07/03/03)*

ACORDO PARA AGUARDAR DECISÃO DO TRF

Índios terena acampados nas fazendas Buriti e São Sebastião, há mais de 15 dias, vão permanecer nas áreas até que o Tribunal Regional Federal julgue o processo de reconhecimento dos indígenas em relação às terras com base em laudo antropológico da Funai, contestado na Justiça pelos proprietários há dois anos. A ação foi encaminhada para o TRF, onde tramita há um ano, sem previsão de julgamento, para insatisfação dos índios, que, em protesto à morosidade do Judiciário, decidiram invadir as fazendas. *(Correio do Estado, 11/03/03)*

FAZENDEIROS QUEREM DESOCUPAÇÃO

Hoje, um grupo de fazendeiros terá audiência no MPF, para solicitar o despejo dos invasores ou pelo menos autorização para retirar móveis, utensílios domésticos, animais e realizar colheitas. As propriedades ocupadas pelos indígenas são a Fazenda Buriti, Recanto do Sabiá, Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião, em Dois Irmãos. Todas elas com documentação completa e legal. Ontem os deputados estaduais aprovaram moção de protesto contra as ações da Funai, em razão das invasões promovidas por índios. *(O Liberal, 28/03/03)*

ÍNDIOS PEDEM AJUDA FINANCEIRA

Um grupo de 45 índios terenas entregou ontem ao presidente Lula, documento pedindo ajuda financeira e que explica a disputa judicial das quatro propriedades rurais localizadas em Dois Irmãos do Buriti. No documento, as representações indígenas solicitam que sejam liberados, em caráter de urgência, recursos financeiros para a administração regional da Funai de Campo Grande, para auxiliar o posto indígena Buriti, que atende a região do conflito. Eles também solicitam agilização dos processos judiciais em torno das terras e "recursos para efetiva indenização dos proprietários, que de boa-fé usufruíram das terras tradicionalmente indígenas". *(Correio do Estado, 28/03/03)*

FUNAI É QUESTIONADA SOBRE RECURSOS

Índios terenas de nove aldeias localizadas em Dois Irmãos do Buriti invadiram a sede da Funai/MS ontem, reivindicando detalhamento da forma de repasse de recursos para a agricultura e pedindo o afastamento do presidente da Funai, Márcio Justino. O chefe de Patrimônio e Meio Ambiente da Funai, Danilo de

Oliveira, explica que o órgão não tem recursos suficientes para as 33 aldeias, sendo que o mínimo seria de R\$ 800 mil. O governo federal informou que não teria condições de efetuar esse repasse. *(Correio do Estado, 10/06/03)*

DONOS DE FAZENDAS TENTAM CONTER ÍNDIOS

Desamparados pelo poder público, os produtores rurais de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia não sabem o que fazer para impedir o avanço dos índios terenas sobre suas propriedades. Em reunião ontem de manhã na Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, eles decidiram ingressar com ação judicial contra a Funai e foram aconselhados a recorrer a empresas de segurança privada. Na região, cinco fazendas estão invadidas pelos índios, que reivindicam a demarcação por considerarem a área como terra de seus antepassados. Os fazendeiros conseguiram liminar na Justiça Federal, mas a decisão foi cassada no TRF. A PF informou que o seu papel é proteger os índios e só promove o despejo com o apoio da Polícia Militar. *(Correio do Estado, 05/07/03)*

TERENA PEDEM ATUAÇÃO DE MINISTRO

Índigenas da reserva Buriti, querem a presença na aldeia do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A situação ficou tensa na Buriti depois que a Funai apresentou laudo antropológico apontando que a reserva teria 17 mil ha, incluindo áreas particulares. Até hoje não houve definição a respeito da demarcação porque os fazendeiros entraram na Justiça Federal com recurso contestando os dados do laudo. *(Campo Grande News, 26/08/03)*

ACORDO: ÍNDIOS CONTINUARÃO EM 7 FAZENDAS

Os 520 índios terenas que invadiram 11 fazendas nas proximidades da aldeia Buriti, fecharam acordo com as autoridades estaduais e federais e aceitaram ontem desocupar quatro das propriedades. Os índigenas conseguiram o que queriam. Continuarão acampados em sete das fazendas até a conclusão de um novo laudo sobre o local do conflito que deverá indicar se a área pertence ou não ao território terena. Conseguiram ainda a garantia da Justiça Federal de que o documento será reconhecido. Hoje, os terenas entregam as fazendas Bom Jesus, Querência, 3R e Buriti. O acordo foi firmado durante reunião, ontem à tarde, presidida pelo juiz Odilon Oliveira. Em 120 dias, será divulgado o novo laudo, que precisará ainda do aval do juiz. *(Oesp, 30/08/03)*

FAZENDEIROS BLOQUEIAM MS-162

Pelo menos 70 produtores rurais da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti estão bloqueando desde o início da manhã de hoje as pistas da MS-162, rodovia que liga os dois municípios. Eles protestam contra a ocupação de cinco fazendas por grupos de índios terena, que estão nas áreas desde fevereiro deste ano. O vice-presidente do Sindicato Rural de Dois Irmãos do Buriti disse que os produtores vão aguardar a presença de autoridades para resolverem o impasse nas áreas ocupadas. Na semana passada, uma comissão liderada pelo juiz federal Odilon de Oliveira precisou ir até a reserva Buriti para conseguir desocupar quatro fazendas. No entanto, outras cinco permanecem em poder dos indígenas. "Os índios dizem que só saem mortos das áreas. Se for assim, nós vamos entrar à força", disse o diretor do sindicato. *(Campo Grande News, 03/09/03)*

CASO TI BURITI NA CASA CIVIL

O grupo de índios terena da reserva Buriti que está desde o final da semana passada em Brasília espera ser recebido hoje no Palácio do Planalto, na Casa Civil. Os indígenas reivindicam verbas para a reserva e a ampliação da área para 17 mil hectares, conforme apontou laudo antropológico feito em 2001. Na quinta-feira passada, o grupo teve reunião com o recém nomeado presidente da Funai, Márcio Gomes. *(Campo Grande News, 22/09/03)*

ÍNDIOS DESOCUPAM FURNAS PACIFICAMENTE

A Polícia Federal informou que os Terena que ocupavam a Fazenda Furnas das Estrelas já deixaram a área. A operação da PF para desocupação contou com cerca de 100 homens e atendia a mandado de constatação e desocupação expedido pela Justiça Federal em 3 de outubro. *(Campo Grande News, 20/11/03)*

LAUDO COMPROVA OCUPAÇÃO IMEMORIAL DE TERENA

Laudo antropológico confirma que 17,2 mil hectares de terras localizadas em Sidrolândia e Dois Irmão são de ocupação tradicional de índios Terena. De acordo com os peritos, foram encontrados vestígios dos antigos cemitérios indígenas em vários pontos da terra reivindicada pelos Terena. As terras, segundo foi apurado, foram tituladas ilegalmente pelo então Estado de Mato Grosso, com a conivência de funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio-SPI. O laudo, que ainda pode ser contestado pelos fazendeiros, já foi entregue à Jus-

tiça Federal e o juiz Odilon de Oliveira tem até o dia 18 de fevereiro próximo para tomar uma decisão. *(Site da Funai, 04/03/04)*

JUSTIÇA FEDERAL IGNORA LAUDO ANTROPOLÓGICO

A Justiça Federal no Mato Grosso do Sul anunciou sentença que dá a fazendeiros o domínio de terras tradicionalmente ocupadas pelo povo Terena, na região de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. A decisão, divulgada no último dia 8, se baseia na premissa de que as terras não são de ocupação tradicional indígena, pois fazem parte de um aldeamento extinto. O juiz da 3ª Vara Federal, no Mato Grosso do Sul, Odilon de Oliveira não aceitou o argumento apresentado pelo povo indígena e pelo Ministério Público Federal de que o aldeamento só deixou de existir porque os Terena foram expulsos de suas terras e confinados em pequenas reservas, num processo que se desenrola desde o início do século 20. *(Cimi, 14/10/04)*

JUIZ FEDERAL DÁ POSSE DE TERRA A FAZENDEIROS...

O juiz federal Odilon de Oliveira anunciou, no último dia 25, cinco sentenças de reintegração de posse a fazendeiros na região de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. O mesmo juiz, no início de outubro, anunciou sentença dando a fazendeiros o domínio de terras tradicionalmente ocupadas pelos Terena. Desde 2000, os Terena têm feito retomadas na luta pela revisão dos limites da TI Buriti. *(Cimi, 27/10/04)*

... MAS OUTRO JUIZ ADIA A DESOCUPAÇÃO INDÍGENA

O juiz federal Gilberto Mendes Sobrinho adiou por 45 dias o cumprimento de reintegração de posse das fazendas da região de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, acatando pedido do Ministério Público Federal. A prorrogação seria necessária pois os índios alegam que tem cerca de 1,1 mil hectares preparados para lavoura. Na ação proferida por Odilon de Oliveira, foram julgadas procedentes a reintegração da Fazenda Santa Helena (antes, fazenda Buriti), em Aquidauana; a fazenda Furnas das Estrelas, em Dois Irmãos do Buriti; as fazendas São Sebastião da Serra e Fazenda Lindóia, Fazendas Limoeiro e Ponte Lavrada, Fazenda Quintaninha, fazenda Água Clara e Cambará, Querência São José, 3R e fazenda Buriti de Sidrolândia. *(Midiamax News, 06/12/04)*

NOVA ORDEM DE DESOCUPAÇÃO

A Justiça Federal determinou a desocupação de oito fazendas invadidas. O juiz Odilon de

Oliveira também determinou a desocupação de uma fazenda no município de Antônio João, na fronteira com o Paraguai. Na terça-feira, a Folha publicou que a mortalidade infantil entre os índios de MS cresceu 25% em 2004. A falta de terra é uma das causas desse quadro, diz a Funasa. (FSP, 29/01/05)

DESPEJO DE ÍNDIOS EM BURITI

Uma megaoperação da Polícia Federal promove hoje o despejo dos índios de seis fazendas dos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. Cerca de 200 agentes de Mato Grosso, Paraná e do interior do Estado participam da retirada dos indígenas das áreas. A reintegração de posse foi determinada pelo juiz federal Gilberto Mendes Sobrinho, que manteve decisão do antecessor, Odilon de Oliveira. (Correio do Estado, 05/03/05)

ÍNDIOS PERMANECEM NO SÍTIO ANTÔNIO EM SIDROLÂNDIA

Um grupo de 200 índios da aldeia Córrego do Meio, permanecem no sítio Santo Antônio, em Sidrolândia. Segundo o advogado Julio César Rodrigues, os índios ocupam a propriedade desde 14 de maio. O recurso para a reintegração de posse tramita no TRF-SP. O sítio pertence ao produtor rural, Moacir Franco. O advogado recorreu contra a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul que não concedeu a reintegração de posse em maio passado. Segundo o MNP (Movimento Nacional de Produtores) atualmente 23 áreas estão ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul. (Campo Grande News, 01/07/05)

TRF SUSPENDE DESPEJO DE ÍNDIOS ATÉ JULGAMENTO

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Diva Malerbi, deferiu pedido formulado pela Funai que pede a prorrogação do prazo de permanência dos índios em áreas de disputa no Mato Grosso do Sul, até decisão de mérito nos processos que envolvem a demarcação das terras indígenas Buriti, em Dois Irmãos do Buriti, onde os terenas ocupam as áreas. A atual decisão determina que fica prorrogado o prazo de suspensão da tutela antecipada concedida pela 1ª Vara Federal de Ponta Porã até decisão de mé-

rito na apelação da ação de reintegração de posse, e também fica prorrogado o prazo de suspensão da execução das sentenças proferidas pela 3ª Vara Federal de Campo Grande-MS, até o julgamento do mérito das apelações pelo TRF. (Campo Grande News, 18/05/05)

TERENA SÃO ACUSADOS DE INCENDIAR FAZENDA

Segundo informações da vice-presidente da Recovê, Lisnei Correa de Freitas (ONG criada pelos produtores rurais), os índios atearam fogo no campo esta manhã e prejudicaram 12 mil pés de laranjas da fazenda Buriti. Dois boletins de ocorrências foram registrados, um em Campo Grande, pela Recovê e outro em Dois Irmãos do Buriti, por Ademir Marques. Lisnei Correa disse que o grupo tenta entrar em contato com o Corpo de Bombeiros de Aquidauana para extinguir o fogo, que já chega próximo da reserva ambiental legal da propriedade. (Midiamaxnews, 29/08/05)

TERENA / TI CACHOEIRINHA

BRIGA POR TERRA NA JUSTIÇA

A comunidade indígena da Aldeia Cachoeirinha impetrou na Justiça uma ação contra 17 donos de propriedades rurais da região, reque-rendo uma área de aproximadamente 22 mil ha. Esta semana, cerca de 80 produtores rurais de Miranda reuniram-se no Sindicato Rural da cidade para discutir o problema judicial. Situada a 10 quilômetros da região central de Miranda e com uma população estimada em 4 mil índios, a comunidade terena alega que as terras aos arredores da aldeia pertenceram aos seus antepassados, mas com o tempo os fazendeiros invadiram a área, aproveitando a forma pacífica em que os indígenas vivem. Os produtores perderam uma ação na Justiça em 1ª instância. Existe a possibilidade da contratação de geólogos para, através de estudos, constatar realmente se o local é considerado sítio histórico. (Correio do Estado, 01/06/01)

FUNAI PUBLICA ESTUDOS DE AMPLIAÇÃO DA TI

Despacho assinado pelo presidente da Funai, Eduardo Almeida, aprovando os estudos de identificação e delimitação da TI Cachoeirinha

foi publicado hoje no Diário Oficial da União, com 36,288 mil hectares. Após a identificação é estabelecido um prazo de 90 dias para contestação. (Site da Funai, 24/06/03)

RESERVA INDÍGENA OCUPA 17 FAZENDAS

Em estudo antropológico, a Funai considerou 36.288 ha como território pertencente a 2,6 mil índios terenas aldeados na região de Miranda. Na área estão localizadas 17 propriedades rurais contíguas. O diretor de meio ambiente e assuntos indígenas da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Josiel Quintino disse que os proprietários rurais não são contra a regularização dos índios, porém discutem os critérios adotados para concessão das terras. (Correio do Estado, 17/07/03)

TERENA VÃO AO DF

Estão em Brasília neste momento, mais de 30 lideranças e caciques terenas da Aldeia Cachoeirinha. Os seis caciques e as outras lideranças reivindicam agilidade no processo de demarcação dos novos limites da aldeia que segundo laudo antropológico da Funai poderá ser ampliado em 13,8 vezes, passando a ocupar 36.228 hectares. O deputado federal, líder da bancada de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, Antônio Carlos Biffi (PT), acompanha no Ministério da Justiça, a reunião do chefe do gabinete do ministro, Sérgio da Cunha, com as lideranças. (Campo Grande News, 10/03/04)

TERENA / TI PILADE REBUÁ

FUNAI ADQUIRE TERRA PARA COMUNIDADE INDÍGENA

O Administrador Regional da Funai em Campo Grande, Márcio Justino Marcos, participou como interventor na Lavratura da Escritura para aquisição de terra, na última segunda-feira. Um total de 88 hectares de terra passam a ser de usufruto da comunidade indígena da Aldeia Passarinho/Posto Indígena Pilade Rebuá, situada no município de Miranda (MS), conforme convênio nº 02/98/Funai-TBG. (Funai, 22/05/01)

Guarani
Guarani M'byá
Guarani Ñandeva
Kaingang
Krenak
Terena
Xokleng





18. Sul



18. SUL





TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

-  com mais de 1.000 ha
-  com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

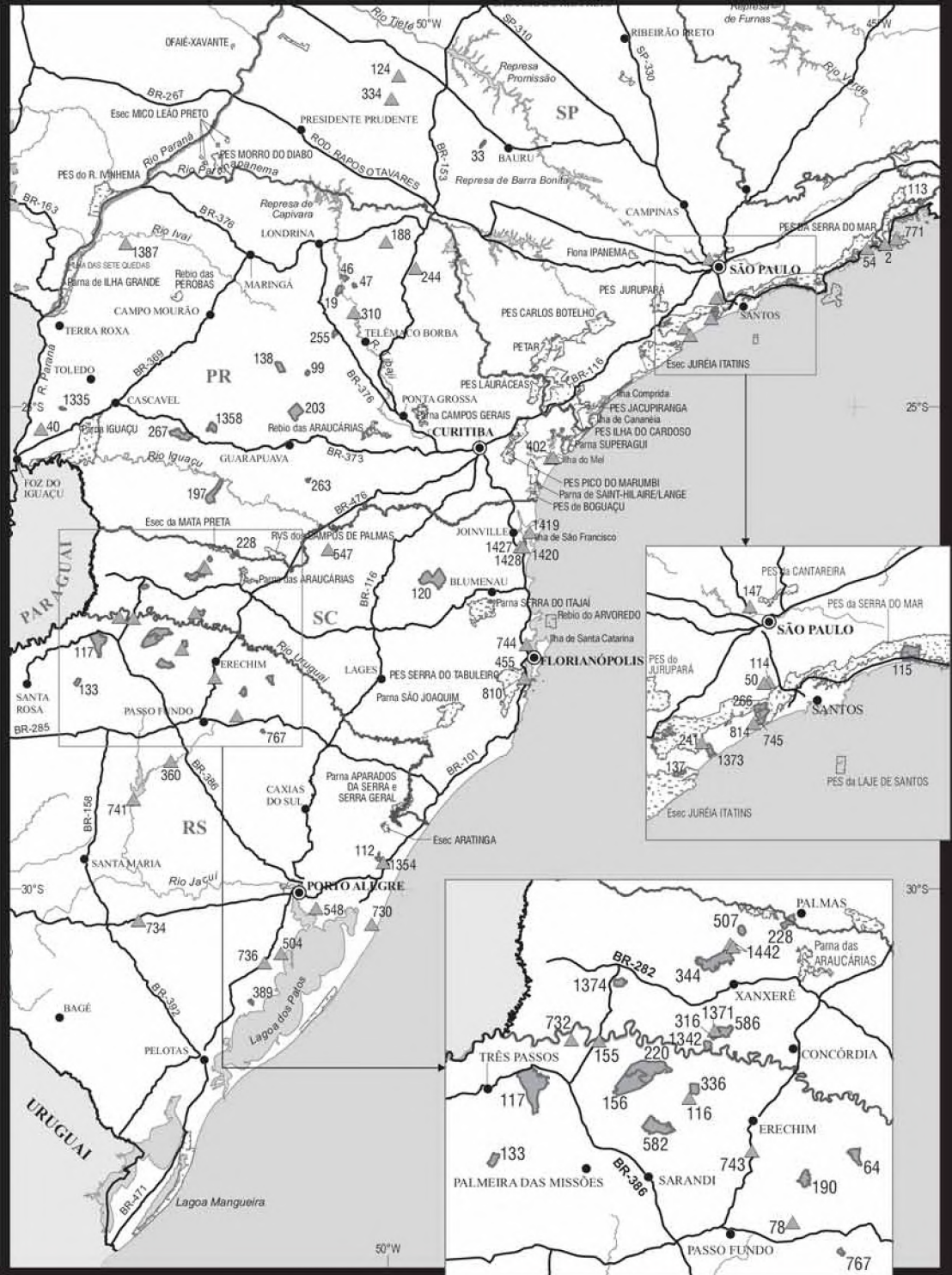
apresentada em outro capítulo

-  com mais de 1.000 ha
-  com menos de 1.000 ha (ou sem limite definido)

-  rodovia implantada
-  sede de município
-  capitais
-  Unidade de Conservação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2006

75 km



SUL
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1342	Aldeia Kondá	Kaingang	327 - Funai/Chapecó: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 87 de 28/08/2001 da Funai aprova as conclusões do relatório, reconhecendo os estudos da eleição da TI Aldeia Kondá, de ocupação dos Kaingang.	2.300	Chapecó	SC
19	Apucarana	Kaingang	1.323 - Funasa: 2006	Reservada pelo SPI. Reg. CRI. Escritura Pública de 28/12/1953. Doação. Título definitivo em 28/12/53. Aviventada em 1985. Reg. CRI do município e comarca de Londrina (6.300ha) matr. 8.485, lv. 3-K em 19/09/55.	5.575	Tamarana	PR
33	Araribá	Guarani Nandeva Terena	585 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI. Decreto 308 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Avaí e comarca de Bauru (1.930 ha) matr. 64.634, lv. 2-RG, fl. 001 em 22/08/97. Ofício ao SPU nº 82/DAF em 29/01/98.	1.930	Avaí	SP
40	Avá Guarani/Ocof	Guarani Nandeva	560 - Funai/ Guarapuava: 2006	Dominial Indígena. Reg. CRI. Escritura Pública de 30/11/1976. Doada pela Itaipu-Binacional. Planta de demarcação Funai de 31/07/82. Reg. CRI matr. 8.689, lv. 02 fl. 01 em 26/07/85.	251	Foz do Iguaçu	PR
46	Barão de Antonina I	Guarani Nandeva Kaingang	460 - Funai/Londrina: 1995	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 285 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de São Jerônimo da Serra (3.750 ha) matr. 5.661 lv. 2-RG fl. 01 em 29/07/92. Reg. SPU certidão nº 32 de 24/06/77 e certidão s/n de 31/07/98.	3.751	São Jerônimo da Serra	PR
50	Barragem	Guarani M'byá	502 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.223 de 14/04/1987 declara de ocupação indígena e homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de São Paulo (26 ha), matr. 204/607 lv. 2-RG fl. 1/2 em 23/09/87. Reg. SPU certidão 32 de 09/09/98.	26	São Paulo	SP
1358	Boa Vista (Sul)	Kaingang	43 - Funasa: 2004	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 78 de 12/08/2004 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da TI e determina sua publicação no DOE/RS com as coordenadas e o mapa.	7.286	Laranjeiras do Sul	PR
54	Boa Vista do Sertão do Pró-Mirim	Guarani M'byá	150 - Funasa/Papin: 2003	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 26/09/2000 transforma em TI a Al Boa Vista do Sertão Pro-Mirim e homologa seus novos limites. Reg. CRI do município e comarca de Ubatuba (801 ha) matr. 2-23078 lv. 2/RG fl. 01V em 07/11/00. Reg. SPU certidão nº 30 de 09/09/98.	906	Ubatuba	SP
360	Borboleta	Kaingang	632 - Funai: 2004	Em identificação. Portaria 674 de 13/05/2005 designa o antropólogo Ledson de Almeida e o geógrafo Sandoval Amparo para realizarem estudos ambientais necessários à identificação da TI.		Espumoso	RS
64	Cacique Doble	Guarani M'byá Guarani Nandeva Kaingang	669 - Funai/Passo Fundo: 2001	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 27/03/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Cacique Doble (4.426 ha) matr. 875, lv. 2/RG, fl. 01/02 em 05/06/91. Reg. SPU certidão s/n de 29/12/94.	4.426	Cacique Doble São José do Ouro	RS RS
548	Cantagalo	Guarani M'byá	159 - Funai/Passo Fundo: 1999	Declarada. Portaria 1.958 de 27/11/2003 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai promova a demarcação.	286	Viamão	RS
730	Capivari	Guarani M'byá	15 - Funai/Passo Fundo: 1993	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 18/04/2001 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão s/n de 08/01/03.	43	Palmares do Sul	RS
78	Carreteiro	Kaingang	239 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 27/03/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Tapejara (602 ha) matr. 8.412, lv. 2/RG, fl. 01/IV em 16/05/91. Reg. SPU certidão s/n de 29/12/94.	602	Água Santa	RS
	Corveta I e II	Guarani M'byá	15 - Funai/Curitiba: 1998	Em identificação. Portaria Funai 641 de 19/06/1998 cria GT para estudos com vistas à eleição, identificação e delimitação da TI			SC
99	Faxinal	Kaingang	472 - Funai/ Guarapuava: 2006	Homologada. Reg. CRI. Decreto 252 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: matr. EP 172 de 05/09/59; município e comarca de Cândido de Abreu (2.043 ha) matr. 4.250, lv.2, fl. 01V, 09/04/92	2.043	Cândido de Abreu	PR
	Garuva	Guarani M'byá		Em identificação. Portaria Funai 641 de 19/06/1998 cria GT para estudos com vistas à eleição, identificação e delimitação da TI		Garuva	SC
2	Guarani Araponga	Guarani M'byá	7 - Funai/Bauru: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Parati (213 ha) matr. 1.881 lv.2-A, fl. 2.466 em 08/03/96. Reg. SPU certidão nº12 em 16/04/96.	213	Parati	RJ
112	Guarani Barra do Ouro	Guarani M'byá	100 - Funai: 2004	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 18/04/2001 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Caraa, comarca de Santo Antônio da Patrulha (610 ha) matr. 17.004 lv. 2-RG fl. 1/IV em 19/04/02; município de Maquiné, comarca de Osório (1.454 ha) matr. 98.260 lv. 2-RG fl. 1/2 em 15/04/02; município de Riozinho, comarca de Taquara (201 ha) matr. 11.917 lv. 2-RG GI 1 em 23/04/02. Reg. SPU certidão s/n de 04/06/02.	2.266	Caraa Maquiné Riozinho	RS RS RS

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
736	Guarani de Águas Brancas	Guarani M'byá	39 - Funai/Passo Fundo: 1994	Declarada. Portaria 104 de 13/02/1996 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios.	230	Arambaré	RS
1374	Guarani de Araçaí	Guarani Nandeva	196 - Relatório do GT: 2002	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 85 de 15/09/2005 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE/SC e fixação nas sedes das prefeituras.	2.721	Cunha Porã Saudades	SC SC
745	Guarani do Aguapeú	Guarani M'byá	66 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 08/09/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Mongaguá, comarca de Itanhaém (4.372 ha) matr.192.516 lv. 2/RG fl. 001/V em 13/10/98. Ofício ao SPU nº 992/DAF em 01/11/98.	4.372	Mongaguá	SP
113	Guarani do Bracuí	Guarani M'byá	208 - Funai/Bauru: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/1995 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Angra dos Reis (2.127 ha) matr. 13.309 lv. 2-BE fl. 258 em 14/09/95. Reg. SPU certidão nº 020 de 15/09/97.	2.127	Angra dos Reis	RJ
114	Guarani do Krukutu - Barragem	Guarani M'byá	82 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. O presidente da República declara de ocupação dos índios e homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 204608 lv. 2 fl. 01 em 23/09/87. Reg. SPU certidão nº 26 de 09/09/98.	26	São Paulo	SP
116	Guarani Votouro	Guarani Nandeva	56 - Funai/Passo Fundo: 1993	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de São Valentim (717 ha) matr.003 lv. 2-RG fl. 1 em 04/02/99. Reg. SPU certidão s/n de 15/01/01.	717	São Valentim	RS
117	Guarita	Guarani M'byá Guarani Nandeva Kaingang	4.000 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 04/04/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI município e comarca de Tenente Portela (23.406 ha) matr.10.539, lv.2 RG, fl.01/V, em 17/05/91. Reg. SPU certidão s/n em 29/12/94.	23.406	Erval Seco Redentora Tenente Portela	RS RS RS
120	Ibirama-La Klãnô	Guarani M'byá Guarani Nandeva Kaingang Xokleng	1.468 - Relatório do GT: 2002	Declarada. Portaria 1.128 de 13/08/2003 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios. Reg. CRI do município de Ibirama, matr. 14./704 liv.2-RG, fl. 1V/2V em 28/02/96 (área antiga). Reg. SPU certidão nº 494 em 03/07/96 (área antiga).	37.018	Doutor Pedrinho Itaiópolis José Boiteux Vitor Meireles	SC SC SC SC
124	Icatu	Kaingang Terena	104 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Decreto 314 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Ofício ao SPU nº 152/DAF em 11/08/93.	301	Braúna	SP
402	Ilha da Cotinga	Guarani M'byá	165 - Funai/Curitiba: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 16/05/1994 homologa a demarcação. Reg. CRI município de Paranaguá, matr. 48.041/2 lv.1, 28/06/94. Reg. SPU certidão nº 10 de 02/08/94.	1.701	Paranaguá	PR
133	Inhacorá	Kaingang	672 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 27/03/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Santo Augusto, matr. 13.800, lv.2/RG, fl.001V/002 em 13/05/91. Reg. SPU certidão s/n de 29/12/94.	2.843	São Valério do Sul	RS
734	Irapuã	Guarani M'byá	10 - Funai/Passo Fundo: 1994	Em identificação. Portaria 1.136 de 12/11/1993 da Funai cria GT para identificação da área.		Caçapava do Sul	RS
814	Itaóca	Guarani M'byá Guarani Nandeva	199 - Funai/Bauru: 1998	Declarada. Em demarcação. Portaria 292 de 13/04/2000 do Ministro da Justiça declara de posse permanente indígena. Extrato de contrato entre Funai e Reta Topografia p/demarcação. Valor: R\$ 14.401,00. Vigência: 1 ano. (DOU, 07/12/2000)	533	Mongaguá	SP
137	Itariri (Serra do Itatins)	Guarani Nandeva	63 - Funai/Curitiba: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.225 de 14/04/1987 declara de posse permanente dos índios e homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 142.028 lv. 2 fl. 01 em 09/09/87. Reg. SPU certidão nº 31 de 09/09/98.	1.212	Itariri	SP
138	Ivaí	Kaingang	1.168 - Funai/Guarapuava: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 377 de 24/12/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Pitanga, comarca de Laranjeiras do Sul (3.652 ha), matr. 17.489, lv. 2 RG, fl. 01, em 07/02/92; município de Manoel Ribas, comarca de Ivaiporã (3.654 ha), matr. 25.752, fl. 01. Reg. SPU cert nº 10 de 02/08/94.	7.306	Manoel Ribas Pitanga	PR PR
147	Jaraguá	Guarani M'byá	51 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.221 de 14/04/1987 declara de posse permanente dos índios e homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 92.210 e 92.211 lv. 2 fl. 1/2 em 27/11/87. Reg. SPU certidão nº 25 de 09/09/98.	2	São Paulo	SP
	Ka'aguy Guaxy/Palmital	Guarani		Em identificação. Portaria 574 de 17/05/2006 da Funai designa a antropóloga Maria Lucia Carvalho, servidora na AER Bauru, para estudos de fundamentação antropológica da TI.		União da Vitória	PR
155	Kaingang de Iraí	Kaingang	427 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 04/10/1993 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Iraí, matr. 5.594 lv. 2-RG, 22/03/94. Reg. SPU certidão s/n de 05/04/94.	280	Iraí	RS

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
	Kandóia	Kaingang		Em identificação. Portaria 494 de 04/04/2005 da Funai designa Sandoval Amparo, geógrafo, para realizar estudos ambientais necessários à identificação e delimitação da TI, e o consultor da Unesco, Ricardo Cid, antropólogo, para auxiliar nos estudos ambientais e participar das reuniões com lideranças indígenas, políticas e com técnicos ambientais locais e regionais.		Benjamin Constant do Sul Faxinalzinho	RS RS
190	Ligeiro	Kaingang	1.297 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 27/03/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Tapejara, matr. 8.413, lv. 2/RG, fl. 01V em 16/05/91. Reg. SPU certidão s/n de 29/12/94.	4.565	Charrua	RS
197	Mangueirinha	Guarani M'byá Kaingang	1.649 - Funai/ Guarapuava: 2006	Dominial Indígena. Reg. CRI. Decreto 64 de 02/03/1903. Decreto estadual reduz a área. Reg. CRI do município de Mangueirinha, comarca de Palma (7.400 ha), matr. 13.244 lv. 3-0 fl. 168/169 em 10/02/61.	16.375	Mangueirinha	PR
203	Marrecas	Kaingang	536 - Funai/ Guarapuava: 2006	Homologada. Reg. CRI. Decreto 89.495 de 25/03/1984 homologa a demarcação. (Dominial Indígena.) Reg. CRI do município de Guarapuava, matr. 16966, lv. 02/RG, fl. 23B em 01/07/85.	16.839	Guarapuava Prudentópolis Turvo	PR PR PR
810	Massiambu/Palhoça	Guarani M'byá	56 - Funai/Curitiba: 1998	Em identificação. Portaria s/n de 06/05/1999 da Funai cria GT para, junto com os M'byá Guarani das aldeias Morro dos Cavalos e Massiambu, realizar estudos e levantamento para eleição de área com vistas à sua posterior aquisição em favor das referidas comunidades.		Palhoça	SC
	Mato Preto	Guarani Nandeva		Em identificação. Portaria 948 de 16/04/2004 cria GT para realizar estudos e levantamentos necessários à identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Flávia de Mello. Estabelece o prazo de 210 dias para entrega do relatório.		Erebango	RS
744	Mbiguaçu	Guarani	110 - Funai/Curitiba: 2006	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 05/05/2003 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão nº 34 de 11/09/03.	59	Biguaçu	SC
767	Monte Caseros	Kaingang	286 - Funai/BSB: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Ibiraiaras, comarca de Lagoa Vermelha (539.7690 ha) matr. 18.144 lv. 2-RG em 17/05/99; município de Muliterno, comarca de Lagoa Vermelha (572.6415 ha) matr. 18.145 lv. 2-RG em 17/05/99. Reg. SPU certidão s/n de 02/07/99.	1.112	Ibiraiaras Muliterno	RS RS
1419	Morro Alto	Guarani M'byá	45 - Funai/Chapecó: 1999	Em identificação/revisão. Portaria 508 de 22/04/2004 da Funai constitui GT para realizar estudos de levantamento fundiário das ocupações de não índios incidentes na TI. O Despacho nº 184 de 18/11/02, que reconheceu RI Morro Alto como de ocupação dos Guarani M'byá foi revogado, acatando o documento final da Assembléia dos Guarani que considera que a TI de ocupação tradicional e não Reserva Indígena, como quer o mencionado despacho.		São Francisco do Sul	SC
455	Morro dos Cavalos	Guarani M'byá Guarani Nandeva	102 - Funai/Curitiba: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 201 de 17/11/2002 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE/ISC e fixação na sede da prefeitura.	1.988	Palhoça	SC
220	Nonoai	Guarani M'byá Guarani Nandeva Kaingang	2.680 - Funai/Passo Fundo: 2006	Reservada pelo SPI. Decreto Estadual nº 13.795 de 10/07/1962 altera os limites.	14.910	Alpestre Gramado dos Loureiros Nonoai Planalto Rio dos Índios	RS RS RS RS RS
156	Nonoai Rio da Várzea	Kaingang	442 - Funai/Passo Fundo: 2006	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação. Por situar-se na faixa da fronteira submete-se ao disposto no art. 20 § 2 da Constituição. Reg. SPU certidão s/n de 16/09/03.	16.415	Gramado dos Loureiros Liberato Salzano Nonoai Planalto Trindade do Sul	RS RS RS RS RS
389	Pacheca	Guarani M'byá	10 - Funai/Passo Fundo: 1994	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 01/08/2000 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Camacã (1.852 ha) matr. 26.393 Lv2-RG fl. 01/02 em 19/09/00. Reg. SPU certidão s/n de 15/01/01.	1.852	Camaquã	RS
228	Palmas	Kaingang	660 - Funai/Chapecó: 2006	Declarada. Portaria 3.894 de 23/12/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai promova a demarcação.	3.770	Abelardo Luz Palmas	SC PR
771	Parati-Mirim	Guarani M'byá	120 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Parati Mirim, matr. 1.882 lv. 2-A fl. 2.467 em 08/03/96. Reg. SPU certidão nº 11 de 16/04/96	79	Parati	RJ
	Passo Grande da Forquilha	Kaingang		Em identificação. Portaria 1.136 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Juracilda da Veiga para realizar estudos de fundamentação antropológica necessários à identificação da TI. Estabelece 12 dias para trabalhos de campo e o prazo de 30/11/05 para a entrega do relatório de fundamentação.		Sananduva	RS

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
241	Peruíbe	Guarani Nandeva	143 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 16/05/1994 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 176.125 em 22/06/94. Ofício ao SPU nº 230/DAF em 20/06/94.	480	Peruíbe	SP
1373	Piaçaguera	Guarani Nandeva	55 - Relatório do GT: 2000	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 202 de 20/12/2002 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação e determina sua publicação no DOE/SP e fixação na sede da prefeitura.	2.795	Peruíbe	SP
1420	Pindoty	Guarani M'byá	41 - Funai/Chapecó: 1998	Em identificação/revisão. Despacho 45 de 19/05/2003 da Funai, considerando a carta das lideranças indígenas da TI Pindoty de 21/04/03, revoga o despacho que aprovou os estudos de eleição da Reserva Indígena Pindoty. A carta pedia a revogação do Despacho nº 185 de 18/11/02, por considerar Pindoty como de ocupação tradicional dos Guarani M'byá, nos termos do art. 231 da Constituição Federal, e não reserva indígena como aprovada pelo despacho.		Araquari Balneário Barra do Sul	SC SC
244	Pinhalzinho	Guarani Nandeva	80 - Funai/Londrina: 1989	Domínial Indígena. Reg. CRI. Funai cria GT para aviventação dos limites, através da Portaria 1.934/E de 27/08/1985. Reg. CRI matr. 3.655 lv. 02 em 06/03/86.	593	Tomazina	PR
1427	Pirai	Guarani M'byá		Em identificação. Portaria 428 de 15/05/2003 da DAF/Funai cria GT para realizar estudos de identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Maria Janete de Carvalho.		Araquari	SC
	Pontão			Em identificação. Portaria 1.135 de 29/09/2005 da Funai designa a antropóloga Marlinda Patricio para realizar estudos de fundamentação antropológica necessários à identificação da TI. Estabelece 12 dias para os trabalhos de campo e o dia 30/11/05 para entrega do relatório de fundamentação.		Pontão	RS
255	Queimadas	Kaingang	453 - Funai/apud: Tommasino: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Ortigueira, matr. 4.164 lv.1-RG, fl. 001 em 19/06/96. Reg. SPU certidão s/n de 31/07/98.	3.077	Ortigueira	PR
	Reta	Guarani M'byá		Em identificação. Funai cria GT para estudos e levantamentos, com vistas à eleição, identificação e delimitação da TI.			SC
115	Ribeirão Silveira	Guarani M'byá Guarani Nandeva	300 - Funasa/Papim: 2003	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 204 de 26/12/2002 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina a publicação no DOE/SP e fixação nas sedes das prefeituras. Reg. CRI: município de Santos (100,80 ha), matr. 29.460 lv. 02, fl. 001 em 04/02/88; município de São Sebastião (847,00 ha), matr. 26.184 lv. 02 fl. 001 em 15/09/87. Reg. SPU certidão nº 219 de 18/08/87.	8.500	Bertioga Salesópolis São Sebastião	SP SP SP
263	Rio Areia	Guarani M'byá	133 - Funai/Guarapuava: 2006	Homologada. Decreto s/n de 14/04/1998 altera a superfície e os limites da TI, que haviam sido definidos em 401 ha pelo decreto 292/91 que homologou a demarcação. Reg. CRI do município de Inácio Martins, matr.8.702 fl. 01/02 em 08/03/93. Reg. SPU certidão nº15 de 01/01/94.	1.352	Inácio Martins	PR
	Rio Bonito	Guarani M'byá		Em identificação. Portaria 641 de 19/06/1998 da Funai cria GT para estudos e levantamentos, com vistas à eleição, identificação e delimitação da TI.			SC
266	Rio Branco (do Itanhaém)	Guarani M'byá	46 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 94.224 de 14/04/1987 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de São Vicente (426 ha), matr. 112.580 e 112581 lv. 2, fl. 001 em 29/02/88; município de São Paulo, (619 ha), matr. 204.606 lv. 2-RG, fl. 01 em 23/09/87; município de Itanhaém (1.809 ha), matr. 142.027 lv. 2-RG, fl. 02 em 08/09/87. Reg. SPU certidão nº 29 de 08/09/98.	2.856	Itanhaém São Paulo São Vicente	SP SP SP
267	Rio das Cobras	Guarani M'byá Kaingang	2.397 - Funai/ Guarapuava: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 290 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI matr. 11.604, lv. 212-AU, fl. 268 em 29/02/84. Reg. SPU PR 331 fl. 01 de 08/06/88.	18.682	Espigão Alto do Iguaçu Nova Laranjeiras	PR PR
	Rio do Meio	Guarani M'byá		Em identificação. Portaria 641 de 19/06/1998 da Funai cria GT para estudos e levantamentos, com vistas à eleição, identificação e delimitação da TI.			SC
732	Rio dos Índios	Kaingang	24 - Funai/BSB: 2002	Declarada. Portaria 3.895 de 23/12/2004 do ministro da Justiça declara de posse permanente indígena e determina que a Funai promova a demarcação.	715	Vicente Dutra	RS
547	Rio dos Pardos	Xokleng	21 - Funai/Chapecó: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 12/09/2000 homologa a demarcação. Reg. CRI do município e comarca de Porto União (758 ha) matr. 16.495 fl. 16.495 em 19/10/01. Reg. SPU certidão nº 30 de 01/01/02.	758	Porto União	SC

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
741	Salto Grande do Jacuí	Guarani M'byá	19 - Funai/Passo Fundo: 1994	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 11/12/1998 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão s/n de 20/11/02.	234	Salto do Jacuí	RS
47	São Jerônimo da Serra	Guarani Nandeva Kaingang	380 - Funai/Londrina: 1998	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 286 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de São Jerônimo da Serra, matr. 5.662 lv. 2-RG fl. 01 em 29/07/92. Reg. SPU certidão nº 32 de 24/06/77.	1.339	São Jerônimo da Serra	PR
582	Serrinha	Kaingang	345 - Funai/BSB: 2002	Reservada pelo SPI. Demarcada pelo Governo do Estado em 1911. Em 1962 o SPI transferiu a população.	11.950	Constantina Engenho Velho Ronda Alta Três Palmeiras	RS RS RS RS
	Taim	Guarani M'byá	13 - Funai/Passo Fundo, 1994	Em identificação. Portaria 1.136 de 12/11/1993 da Funai cria GT para identificação da área.		Rio Grande	RS
504	Tapes	Guarani M'byá		Em identificação. Funai cria GT para identificar a área.		Tapes	RS
1428	Tarumã	Guarani M'byá		Em identificação. Portaria 428 de 15/05/2003 da DAF/Funai cria GT para estudos, levantamentos, identificação e delimitação da TI, coordenado pela antropóloga Maria Janete de Carvalho.		Araquari	SC
1335	Tekohá Añetete	Guarani Nandeva	220 - Funai/Guarapuava: 2006	Homologada. Decreto s/n de 27/07/2000 homologa a demarcação.	1.774	Diamante d'Oeste	PR
310	Tibagy/Mococa	Kaingang	78 - Funai/Londrina: 1989	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Ortigueira, matr. 4.163 lv. 2-RG fl. 001 em 19/06/96. Reg. SPU certidão s/n de 31/07/98.	859	Ortigueira	PR
316	Toldo Chimbanguê	Kaingang	377 - Funai/Chapecó: 2006	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto 315 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Chapecó, matr. 47.667 lv. 2-RG fl. s/n em 15/10/93. Reg. SPU certidão nº 349 de 30/08/94.	988	Chapecó	SC
1371	Toldo Chimbanguê II	Kaingang	78 - Funai/Chapecó: 2006	Declarada. Portaria 1.535 de 18/11/2002 do ministro da Justiça declara de posse permanente dos índios.	975	Chapecó	SC
507	Toldo Imbu	Kaingang	85 - Funai/Chapecó: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 3 de 11/01/2001 da Funai aprova as conclusões dos estudos de identificação da TI e determina sua publicação no DOE/SC e fixação na sede da prefeitura.	1.965	Abelardo Luz	SC
586	Toldo Pinhal	Kaingang	139 - Funai/Chapecó: 2006	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 84 de 29/09/2003 da Funai aprova as conclusões da identificação da TI e determina sua publicação no DOE/SC e a fixação nas sedes das prefeituras. Reg. CRI do município e comarca de Seara (880 ha) matr. 14.070 lv. 2-RG fl. 270 em 26/06/2000. Reg. SPU certidão nº 31 de 17/01/02. (880 ha)	4.846	Arvoredo Paial Seara	SC SC SC
	Três Forquilhas	Guarani M'byá	12 - Funasa: 1992	Em identificação. Portaria da Funai cria GT para identificação da área.		Torres	RS
334	Vanuire	Kaingang Krenak	181 - Funai/Bauru: 1998	Homologada. Reg. CRI. Decreto 289 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI: município de Bauru, matr. 4.104, lv.3-D, fl. 199 em 07/06/17; município de Tupã (708,9304 ha) matr. 37.200 lv. 2-RG fl. 01 em 05/10/00. Ofício ao SPU nº 1.266/DAF em 18/01/00.	709	Tupã	SP
1354	Varzinha	Guarani M'byá	64 - Funai/Passo Fundo: 1999	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 homologa a demarcação. Reg. SPU certidão s/n de 16/09/03.	776	Caraá Maquiné Osório	RS RS RS
743	Ventarra	Kaingang	91 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Decreto s/n de 14/04/1998 homologa a demarcação.	772	Erebango	RS
336	Votouro	Kaingang	1.183 - Funai/Passo Fundo: 2002	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 30/08/2000 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Benjamin Constant do Sul (3.341 ha) matr. 1.340 lv. 2-RG fl. 1 em 07/11/00. Reg. SPU certidão s/n de 04/06/02.	3.041	Benjamin Constant do Sul	RS
344	Xaçecó	Guarani M'byá Kaingang	4.161 - Funai/Chapecó: 2006	Homologada. Reg. CRI. Decreto 297 de 29/10/1991 homologa a demarcação. Reg. CRI do município de Abelardo Luz, comarca de Xanxerê, matr. 7.548 lv.3-D, fl. 213 em 16/10/65 e matr. 11.485 lv. 3-F, fl. 189 em 14/06/71.	15.623	Abelardo Luz Entre Rios Ipuacu Xanxerê	SC SC SC SC
1442	Xaçecó Gleba Pinhalzinho e Canhadão	Kaingang	845 - Relatório do GT: 2001	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 81 de 05/09/2003 da Funai aprova os estudos de revisão de limites da TI Xaçecó, na parte da Aldeia Pinhalzinho, com a consequente recuperação das Glebas Pinhalzinho (A) e Canhadão (B), de ocupação tradicional dos Kaingang. Determina a publicação no DOE/SC e a fixação na sede das prefeituras.	660	Abelardo Luz Ipuacu	SC SC
1387	Xetá	Xeta		Em identificação. Portaria 1.230 de 12/12/2000 da Funai cria GT para realizar estudos e levantamentos de identificação e delimitação da TI.		Querência do Norte Umarama	PR PR

SUL

Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 31/07/2006

Nº mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
188	Yvyaporã Laranjinha	Guarani Nandeva Kaingang	238 - Relatório do GT: 2003	Identificada e aprovada pela Funai. Despacho 135 de 30/11/2004 da Funai aprova as conclusões do reestudo da TI e determina a publicação no DOE/PR e fixação na sede do município. Reg. CRI: município de Santa Amélia, matr. 8.610 Iv. RG fl. 01, 01/04/97; município de Abatia, matr. 7.335 Iv.2-RG, 16/01/97. Reg. SPU certidão s/n de 13/07/98.	1.238	Santa Amélia	PR

São Paulo na Terra dos Índios

Maria Inês Ladeira

Antropóloga/CTI

COMO SE JÁ NÃO BASTASSE ESTAREM CONFINADOS EM PEQUENAS TERRAS NA PERIFERIA DO MUNICÍPIO, OS GUARANI DE SÃO PAULO SOFREM A PRESSÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO ALHEIOS À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AO IMPACTO SOCIOAMBIENTAL QUE CAUSAM AOS ÍNDIOS

Além das estradas e loteamentos implantados irregularmente, uma seqüência de projetos de urbanização, afetando as Terras Indígenas em São Paulo e alheios à legislação e às características ambientais da região, se aceleraram a partir da década de 90.¹ Entenda-se que avaliar impactos sociais e ambientais nas TIs Guarani que encontram-se nas regiões mais urbanizadas e ocupadas do país significa não só dimensioná-los na superfície da TI demarcada mas inclusive nas áreas de mata preservadas e utilizadas pelas comunidades indígenas para suas atividades tradicionais, que se encontram próximas mas fora desses limites. As demandas à Funai, feitas pelos Guarani, para regularização dessas áreas que ocupam tradicionalmente remontam há mais de uma década.

No final de 2000, para obter licença de Instalação da Linha de Transmissão de 750 kV Itaberá-Tijuco Preto III, do Sistema de Transmissão de Itaipu, a Furnas Centrais Elétricas foi acionada pelo MPF para realizar estudos antropológicos para avaliação de interferências nas comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu, situadas próximas ao empreendimento. As medidas mitigadoras e compensatórias requeridas pelas comunidades consistiam na mesma demanda da regularização das áreas ocupadas, e priorizaram projetos voltados à conservação ambiental. Solicitaram ainda às autoridades que nenhum outro empreendimento fosse aprovado sem seu conhecimento e consentimento.

Em função do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que responsabiliza Furnas a custear os trabalhos operacionais e custos indenizatórios relativos aos procedimentos para regularização das três Terras Indígenas de São Paulo, foi celebrado convênio entre Furnas, Ibama e Funai. O GT de Identificação e Delimitação,

constituído pela Funai em agosto de 2002, dimensionou uma superfície de cerca de 9 mil hectares contíguos e/ou próximos às Aldeias da Barragem (Tenonde Porã) e Krukutu e 3,5 hectares referentes à gleba ocupada pelos Guarani no Jaraguá. Considerando-se que as superfícies das três TIs homologadas pela presidência da República em 1987 (Barragem, 26,3; Krukutu, 25,88; Jaraguá, 1,7 hectares) são irrisórias e que toda a pressão existente nos seus entornos são crescentes, a sua regularização torna-se necessária e urgente. Todavia, o Relatório de Identificação e Delimitação não foi aprovado pela comissão de análise da Funai, que recomendou complementações no estudo. Até o momento, não foram feitas as complementações, o processo está paralisado, acirrando o confinamento das comunidades, retardando os projetos ambientais a cargo de Furnas e tornando as áreas de uso – coleta, trilhas e caminhos de ligação à aldeias no litoral – mais vulneráveis à invasões e esbulhos.

A CONSTRUÇÃO DO RODOANEL

Assim, antes mesmo da realização das medidas de proteção reivindicadas pelas comunidades, novo empreendimento de vulto bem maior, a construção do Rodoanel Mario Covas, surpreendeu os índios Guarani e comprometeu suas áreas de ocupação tradicional. O trecho oeste, implantado sem menção a TI Jaraguá, foi objeto de análise do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos FAU/USP que apontou inúmeros impactos ambientais e, também, de manifestação escrita por parte de ONGs ambientalistas e indigenistas, que elencaram uma série de prejuízos ambientais e sociais e de medidas e estudos prévios que não foram realizados. Somente em 2006 a Dersa foi obrigada a realizar os estudos etnoecológicos na Terra Indígena, exigidos pelo Ibama. Antes mesmo de terminar os levantamentos, a empresa, à revelia da comunidade Guarani do Jaraguá, estipulou os recursos a serem destinados à comunidade. Os estudos etnoecológicos do trecho sul para obtenção de licença de instalação foram realizados no final de 2005, envolvendo as aldeias Tenonde Porã (Barragem) e Krukutu, que posicionaram-se contrárias ao empreendimento. As comunidades Guarani continu-

am reivindicando a proteção e a regularização das terras que ocupam. Entretanto, com o licenciamento das obras, decidiram usar os recursos correspondentes às medidas mitigadoras e compensatórias em projetos ambientais, na aquisição de novas áreas e em planos de gestão ambiental.

DISPUTA HISTÓRICA PELA TERRA

O modelo de colonização e de desenvolvimento fragmentou os territórios indígenas na região de São Paulo, impingindo aos índios um regime de confinamento severo. No entanto, não é difícil vislumbrar, à luz dos poucos registros escritos, entre os quais documentos do Arquivo do Estado sobre antigos aldeamentos, a intensa presença indígena em São Paulo no início do século XX. Nimuendaju, em 1913, refere-se às “hordas” Guarani interceptadas nos seus trajetos rumo ao litoral pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O caminho que acompanha a estrada de Ferro Sorocabana, ativamente percorrido pelos Guarani, foi registrado na literatura histórica por Benedito Calixto, em 1902: “(...) suas viagens para o Rio Verde, são feitas por outro itinerário: ou seguem pelo rio Branco de Itanhaém, subindo a serra até Santa Cruz dos Parrelheiros e dali a Santo Amaro, onde tomam a estrada geral até Sorocaba e Faxina”.

Já em 1970, no verso de um comprovante de imposto territorial rural, Yasuhiko Kugo, pretense proprietário do terreno da aldeia da Barragem manifestava-se por escrito: “*se morto, meu terreno de Barragem será de índios Guarani*”. Embora os Guarani se considerassem legítimos ocupantes da terra, acatavam a proteção do amigo japonês, frente aos demais “donos” da área, a quem exibiam o documento: “*Falou (um pretense dono): amanhã eu volto. Se amanhã você não estiver desmanchando (as casas), se você não mudar, então não sei o que vou fazer! (...) Aí no outro dia voltaram, pela 3ª vez, com pick-up, chegaram. E as casas o mesmo, igual. Ninguém dos índios tirava ou mexia. (...) Aí eu tirei o papel - você lê aí, você pode ler isso aí. O cara pegou, nem falou, mas ele leu tudo. E até hoje aquele cara não aparece. Sumiu, sumiu mesmo*”. (Depoimento do cacique Nivaldo da Silva à Maria Inês Ladeira, 01/02/1984).

As disputas judiciais pelas pequenas áreas em São Paulo, onde resistem as comunidades Guarani, têm início na década de 1980, quando estas passam a requerer, junto ao governo, seus direitos territoriais. As três TIs foram alvo de processos judiciais: reintegração de posse contra as comunidades da Barragem e do Jaraquá e interdito proibitório contra a comunidade do Krukutu. Embora o desfecho tenha sido favorável aos Guarani dessas aldeias, garantindo-lhes as pequenas áreas regularizadas em 1987, o processo de demarcação da aldeia M’boi Mirim, que se situava na região sul do município, e cujo terreno era pleiteado pela cúria metropolitana, foi bloqueado pelo governo estadual em 1984 e extinto pela Funai em 1989.

ASSISTÊNCIA

A busca de terras por parte dos índios Guarani em São Paulo é histórica, complexa e continua marcada pela omissão do Estado. No plano da assistência, ao contrário, as três comunidades são, atualmente, beneficiárias do Programa Renda Mínima da Prefeitura Municipal; recebem atenção à saúde e saneamento através de convênio entre Funasa e Município; recebem também educação escolar do governo estadual e através do Centro de Educação e Cultura Indígena (Ceci) da prefeitura, além de cestas básicas fornecidas por outras instituições. Embora os serviços assistenciais não correspondam às necessidades das comunidades, tornaram-se irrecusáveis nas três aldeias que abrigam hoje cerca de mil pessoas.

Conforme nota o cacique do Krukutu: “*sabemos que necessitamos da assistência que recebemos e da saúde. Isso diminuiu a mortalidade infantil, e também não podemos mais sobreviver somente da venda do artesanato. Mas essa assistência não proporciona atividades sustentáveis*”. A perda de terras, em “troca” dos serviços do Estado, aos quais também têm direito como cidadãos, não é justa, gera dependência exclusiva desses serviços e interfere em suas dinâmicas sociais, tornando-os reféns de programas oficiais.

PERSPECTIVAS E DILEMAS

Os Programas de recuperação ambiental, proteção e vigilância das TIs previstos no relatório antropológico apresentado à Furnas, e reiterados no relatório etnoecológico relativo ao Rodoanel, aliados à regularização das terras que ocupam e à aquisição de novas áreas com recursos do Dersa, proporcionariam aos Guarani maior autonomia e a viabilização de práticas tradicionais que consideram fundamentais na formação das crianças. Porém, diante da realidade adversa, afirma o mesmo cacique: “*o nosso foco na luta pela terra vai continuar por muitos anos*”.

Por enquanto, os Guarani têm atraído atenção e simpatia com suas manifestações culturais em público, reproduzidas em CDs, DVDs, publicações etc. Enquanto persistem em sua reivindicação primeira pela terra, para de fato exercerem e alimentarem sua “cultura”, são transformados em produtos os ensinamentos que vieram da prática e da memória de seus *tamói* (avós, sábios). (julho, 2006)

NOTA

¹ Nesta década, um dos principais projetos consistia no abastecimento de água para a região metropolitana, com a construção de barragens no rio Capivari-monos – o que inundaria áreas significativas de Mata Atlântica e trilhas de coleta e de ligação entre aldeias Guarani. Em tempo, tal projeto da Sabesp foi paralisado por intervenção do MPF, atendendo solicitação dos Guarani.

Obstáculos Impedem Regularização de Morro dos Cavalos

Ângela Maria de Moraes Berthe

Antropóloga

EM 2002, A FUNAI APROVOU O LAUDO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TI MORRO DOS CAVALOS, EM SANTA CATARINA, ONDE HABITAM FAMÍLIAS GUARANI. EM 2003, O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEU PARECER FAVORÁVEL PARA FINS DE PORTARIA DECLARATÓRIA, QUE ATÉ HOJE, TRÊS ANOS DEPOIS, AINDA NÃO FOI ASSINADA

A região denominada *Inbiassape* por Staden, *Viaçá* por Sanches e posteriormente *Viaçá* ou *Mbiaçá* por Bertonni, citada como um porto da Lagoa dos Patos, corresponde, nas fontes quinhentistas, às orlas das baías entre a ilha de Santa Catarina e o continente. O antigo Mbiaçá ou a região denominada atualmente Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Pest), na Grande Florianópolis, tem sido confirmado como um espaço territorial tradicional indígena não só pelas fontes históricas, mas a partir das pesquisas sistemáticas realizadas nos últimos trinta anos. Esse período corresponde aos processos de modernização e à necessidade de conservação dos recursos naturais para minimizar os impactos do desenvolvimento na região. Esses processos de reordenamento territorial da sociedade envolvente passaram a demandar as demarcações de áreas indígenas. Neste contexto, ocorreu uma maior visibilidade dos Guarani da área indígena de Morro dos Cavalos e sua conseqüente sedentarização, além da formação de outras aldeias, como é próprio da dinâmica territorial tradicional Guarani.

Há nessa região cinco Terras Indígenas (TIs): Morro dos Cavalos (em processo de demarcação, com superfície de 1.988 ha e média de 130 habitantes); Biguaçu (com cerca de 58 ha e média de 140 habitantes); Cambirela (sem processo de demarcação em andamento, com área de 4 ha e média de 30 habitantes); Massiambu (aguardando processo de demarcação, foi destinada pela Justiça à Funai para um grupo de índios Guarani assentados em Terra Fraca, à margem da BR-282; tem área de 4,5 ha e 50 habi-

tantes); TI Cachoeira dos Inácios (também chamada Imaruí ou Tekoa Marangatu, tem cerca de 68 ha e média de 100 habitantes). A TI Morro dos Cavalos está inteiramente sobreposta ao Parque. Já Cambirela, Massiambu e Cachoeira dos Inácios estão em seu entorno, e Biguaçu está fora do entorno, sendo situada mais ao norte, mas inserida na inter-relação das aldeias, tendo sido formada por famílias procedentes de Morro dos Cavalos.

Na história recente, a construção da BR-101, em 1960, e a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1975, obstruíram áreas de uso indígena da região da aldeia de Morro dos Cavalos, denominada *Tekoa Yma* (“Aldeia antiga”) pelos Guarani.

OS GUARANI E A BR-101

Alcindo Moreira, antigo morador de Morro dos Cavalos e atualmente xamã da aldeia de Biguaçu, reflete sobre o confinamento a que esse espaço territorial se reduziu: “Isso aqui era só mato. Tinha de tudo, a gente vivia bem. Mas depois abriram a estrada e foram tomando conta de tudo, só sobrou esse barranco”. Seguindo a lógica de assentamentos próprios aos Guarani, em que os baixios dos morros e os vales apresentam melhores solos para cultivo por estarem mais drenados, o leito da BR-101 produziu uma transformação considerável em suas atividades de roça.

Desde a construção da BR-101, na década de 1960, houve ocupações não-indígenas nos espaços utilizados pelos Guarani de forma fixa ou transitória, mas àquela época não havia ainda preocupação com demarcação de Terras Indígenas ou criação de Unidades de Conservação (UCs).

A primeira TI Guarani a ser demarcada e homologada como terra tradicional em Santa Catarina foi a de Biguaçu, cujo Grupo Técnico (GT) de demarcação foi financiado como medida compensatória quando da duplicação do trecho norte da BR-101. A segunda, Cachoeira dos Inácios, foi comprada como medida compensatória pela passagem do Gasoduto Brasil-Bolívia em

áreas próximas a aldeias, e registrada na Funai como terra tradicional. A espera atual da assinatura da portaria declaratória da TI de Morro dos Cavalos está envolvendo não só a Funai e projetos de desenvolvimento do entorno, mas também o órgão ambiental do estado de Santa Catarina, a Fundação do Meio Ambiente (Fatma).

Para a duplicação do trecho sul da BR-101 foi firmado um convênio para o Programa de Compensação Fundiária e Ambiental de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani, entre o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) e a Funai em 2002 (Convênio DNIT-Funai). Ocorreram vários encontros em busca de articulação dos Guarani, entre Procuradoria da República, índios, indigenistas, Funai e DNIT. Os representantes indígenas posicionaram-se pelas demarcações antes da duplicação. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi concluído em 2000, também buscando articular a questão indígena, a ambiental e projetos de desenvolvimento para as aldeias.

Durante o processo de elaboração do EIA, a posição das lideranças indígenas de Morro dos Cavalos foi favorável à construção de dois túneis e não de um viaduto, com desativação do leito original da estrada, recuperação e reflorestamento das áreas ocupadas no passado. Esta alternativa é também a de parte dos engenheiros do DNIT. A outra é a construção de um viaduto, cujo projeto técnico está em execução.

Em várias audiências públicas organizadas durante o ano de 2001 pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (AL-SC), os Guarani reafirmaram as reivindicações de demarcação das terras antes do início das obras. O Convênio DNIT/Funai prevê a aquisição de terras, construção de moradias, instalação de água e esgoto, de energia solar, telefones comunitários e introdução de várias atividades produtivas, tais como: apiário, aviários, pomares, currais. Sob a gerência da Funai, com um orçamento de onze milhões de reais, nove aldeias serão beneficiadas ao longo da BR-101, de Palhoça (SC) a Osório (RS). Sete das nove aldeias optaram por regulamentar e/ou aumentar suas áreas, entre as quais Massiambu, Cambirela e Cachoeira dos Inácios, no entorno do do Pest. Morro dos Cavalos encontra-se totalmente sobreposta ao parque e à época contava com o GT de identificação para demarcação como área tradicional.

Por ocasião da assinatura do Convênio, o debate nas aldeias acentuou-se, questionando a forma de demarcação das terras, não havendo consenso sobre aquisição (compra) ou identificação (ocupação tradicional). Mas em 2003 as lideranças Guarani se colocaram contra a compra de terras, e a Funai programou para 2004 a identificação e demarcação de Cambirela e Massiambú, o que ainda não se realizou.

Em carta à Funai (datada de 08/09/03), as lideranças solicitaram urgência nesses procedimentos e ofereceram parte dos recursos compensatórios do Convênio DNIT/Funai “para criação

do GT e pagamento de parte das benfeitorias dos ocupantes de boa fé, se existirem, sobre essas terras, até um valor máximo de 50% do total”, sendo que a outra metade para “atividades produtivas, sociais e religiosas”.

OS GUARANI E O PARQUE

A partir de 1995 e especialmente em 1997 (quando ocorreu o Seminário Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com participação dos Guarani), com o início dos trabalhos que visavam a implantação da Unidade de Conservação (UC), ocorreu a restrição paulatina do manejo agroflorestal da TI Morro dos Cavalos, com caça e coleta de recursos naturais, vistos como impactantes pela UC de uso indireto, o mesmo ocorrendo com a população não-índia residente. Segundo a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985, 2000), essa população não-índia deverá ser indenizada, mas de acordo com a Fatma, não se sabe quando, e enquanto o Estado não procede às indenizações, a população residente não-índia foi orientada a assinar os Ajustamentos de Conduta comprometendo-se à restrição de suas atividades econômicas no perímetro do Parque.

Quanto à TI Morro dos Cavalos, na proposta de Zoneamento do Pest, sua área era de 121,8 ha, mas no processo demarcatório atual é de 1.998 ha. Esta sobrepõe-se à Zona de Recuperação Especial, é de caráter transitório e uso direto temporário, que segundo as normas previstas no Zoneamento deverá evoluir para Zona de Recuperação, sendo incorporada a uma das zonas permanentes. Eventualmente poderá ser reclassificada segundo as mesmas normas, como uma das outras zonas convencionais do Parque. Em nenhuma delas se cogita o uso sustentável dos recursos, como agricultura agroflorestal própria ao manejo indígena, já que o Parque é uma unidade de proteção integral, área-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Santa Catarina.

A Zona Histórico-Cultural, que poderia incorporar a aldeia indígena, acenou mais para critérios arqueológicos do que antropológicos, na medida em que vingou a idéia de um passado pré-histórico, cujos vestígios seriam destinados à visitação, pesquisa e educação.

O zoneamento do Parque foi estabelecido mais por critérios técnicos e científicos das ciências naturais, sem o aporte das inter-relações com as ciências humanas. Desconsiderou-se a integração socioambiental, não havendo tentativa de envolvimento da população indígena local na perspectiva de incorporar seu conhecimento etnoecológico. Os esgarçamentos resultantes tornaram as relações entre os Guarani e a Fatma/Pest mais conflituosas.

A Fatma discorda da delimitação atual da TI Morro dos Cavalos e aceita a delimitação anterior de 121,8 ha, contestada pelos Guarani e acatada pela Funai, que agenciou a nova demarcação (1.988 ha). A perspectiva construída na Fatma é que, se prevale-

cer o direito indígena, a TI será desanexada do Parque ou sua área pode ser permutada por outra. A Fundação interpreta que a área de 121.8 ha não é propícia para a agricultura e enviou projeto ao Banco Mundial, através do Global Environment Facility (GEF), que está em análise para financiamento, pelo qual pretende criar um grupo de trabalho interinstitucional com as universidades que trabalham com a população indígena, a Funai e os Guarani para negociar a melhor solução.

No projeto enviado ao GEF consta também o financiamento do Plano de Manejo do Parque. O projeto está inserido num programa do Banco Mundial para atividades de conservação e meio ambiente, que inclui a busca de uma área para constituição de outra aldeia em conjunto com os Guarani, e que em princípio não esteja na área do parque.

A interpretação do Ministério Público Federal é diferente, pois para a procuradoria, a Fatma se recusa a aceitar a prevalência do direito indígena sobre a UC. Pelo artigo 231 da Constituição, qualquer título que incida sobre TIs perde efeito jurídico; em contrapartida, os índios devem respeitar a legislação ambiental, sendo cidadãos brasileiros. A procuradoria também entende que no Código Florestal de 1965, as TIs são reservas florestais e delas não se pode fazer uso econômico. Para a Procuradoria da República, a Fatma alega declividade do terreno para agricultura, mas o laudo de delimitação e demarcação atual propõe 1.988 ha, nos quais foram contemplados vários nichos ecológicos para vários usos, em consonância com o artigo 231 da Constituição. A Procuradoria lembra ainda que será necessário haver negociação entre Fatma, índios e governo.

A Promotoria Temática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro contestou em três situações a legitimidade da aldeia Morro dos Cavalos. A primeira em 2003, em procedimento administrativo criminal, pelo assentamento, construção de casas e roças de uma família extensa em local no interior da proposta de iden-

tificação e delimitação da área indígena realizada em 2002 de 1.988 ha, alegando que a TI ainda não estava homologada e que a área pertencia ao Parque. A segunda, em 2005, em Ação Civil Pública contra o estado pela construção da Escola Indígena Itaty de Morro dos Cavalos pela Secretaria de Educação do Estado. E a terceira, impugnando o processo demarcatório da aldeia, questionando seus limites e requerendo prova de ancestralidade através de análises de carbono 14.

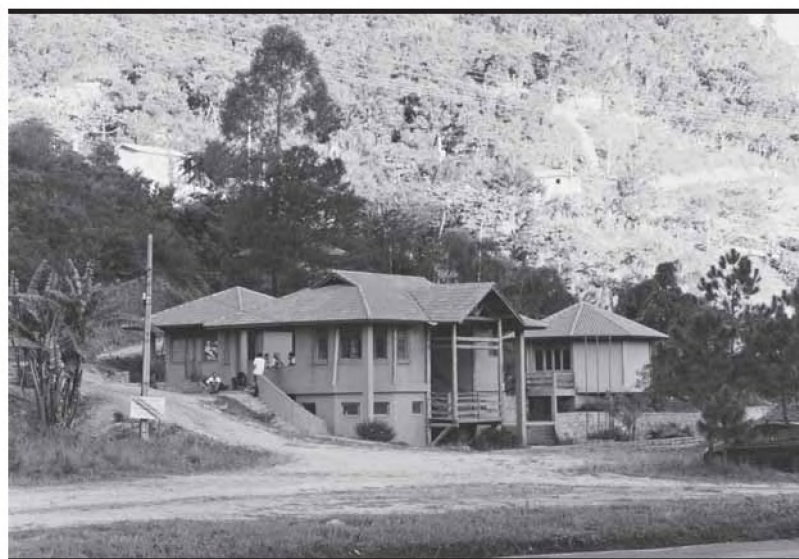
E AGORA?

A exigüidade de terras homologadas para os Guarani em Santa Catarina é notória e envolve várias instituições. Nesse contexto analisado, o da grande Florianópolis, cujo espaço territorial tradicional do Mbiaçá incide na região do Pest, a única TI regularizada é Cachoeira dos Inácios, comprada como medida compensatória e registrada como terra tradicional.

Em 29/06/05, após quase uma década de polêmica, foi aprovada na Assembléia Legislativa a alteração da Constituição Estadual, criando condições para que o Estado indenize as terras que forem declaradas como de usufruto indígena, mesmo que ainda dependa de legislação complementar. Essa aprovação favorece a assinatura da portaria declaratória, abrindo caminho para a homologação da TI de Morro dos Cavalos, mesmo que o Ministério da Justiça tenha encaminhado o processo de volta à Funai, em fevereiro de 2006, sugerindo a reavaliação do relatório de identificação e demarcação sobre o tamanho da área proposta de 1.988 hectares.

Para além das questões jurídicas, técnicas, econômicas e administrativas desse processo, as questões de interesse político também contam. Em 2005 foi criada uma Comissão do governo do estado de Santa Catarina para analisar as pendências fundiárias de demarcação de TIs em seu território. Em alguns casos foram contratados consultores independentes, alheios à problemática complexa que envolve esses processos.

A construção do consenso necessário para assegurar o direito indígena às suas terras está longe do diálogo interinstitucional, produzindo efeitos reativos e disruptivos a cada passo, entretanto o diálogo institucional com a participação dos Guarani é a saída possível para transformar o conflito em construção de garantias de acesso, usufruto e ações de sustentabilidade etnoambiental nos espaços territoriais da etnia em Santa Catarina. (março, 2006)



Escola Indígena Itaty de Morro dos Cavalos, à beira da BR-101.

Arrendamento e Privatização da Terra Indígena

Juracilda Veiga

Antropóloga do Núcleo de Cultura e Educação Indígena/ALB

ONDE ENTRA REMISSÃO AO TEXTO DO BRUNO?

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA GARANTE AOS POVOS INDÍGENAS A POSSE COLETIVA DAS TERRAS QUE TRADICIONALMENTE HABITAM. NO ENTANTO, EM ALGUNS CASOS, COMO NAS TERRAS KAINGANG, HÁ IMENSAS ÁREAS COM PLANTAÇÕES EXTENSIVAS CUJA PRODUÇÃO OU RENDA NÃO REVERTE AO CONJUNTO DA COMUNIDADE

Torna-se cada vez mais comum, nas comunidades do Sul do Brasil, o trabalho sazonal remunerado, fora da área indígena, em detrimento das roças de subsistência. Há indícios de mudança no regime de apropriação da posse da terra dentro das comunidades indígenas

Ao lado disso, há um crescimento da população indígena que demanda por recuperação dos antigos territórios, mas que também eleva o nível de tensão das comunidades, com possibilidade de aumento dos conflitos internos e de lutas fratricidas. A política indigenista oficial não consegue encaminhar proposta que contemple os direitos constitucionais das comunidades no que se refere à garantia de terras necessárias à sua reprodução física e cultural.

A população regional, por sua vez, pressiona por mais terras para agricultura e essa pressão pode influenciar na distribuição da posse das terras de uso coletivo e na distribuição das terras para a agricultura familiar. Nessa circunstância, quais os mecanismos internos que regulam o acesso à terra? Quais mecanismos, novos ou antigos, estariam sustentando novas formas de distribuição e acesso àquele bem coletivo?

O CASO KAINGANG

Os Kaingang são, hoje, um dos maiores povos do Brasil, aproximando-se da cifra de 30 mil pessoas. Habitavam, até fins do

século XIX, extensas áreas de florestas de araucária e campos nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (no Brasil) e Misiones (na Argentina). À exceção da Argentina, os Kaingang continuam a ocupar cerca de 30 porções de terras distribuídas pelos estados brasileiros, onde no passado se estendia o seu território.

Tradicionalmente, a terra Kaingang é de ocupação coletiva, onde as relações de parentesco cumpriam um papel decisivo na organização da forma do trabalho e da apropriação dos produtos dela originados. Os Kaingang estavam divididos em grupos aliados de irmãos e cunhados, sob a chefia de um determinado *põ'ĩ*, hoje traduzido por cacique. A terra era ocupada por esse grupo e, se houvesse uma dissidência irreconciliável, os dissidentes liderados por um novo chefe procuravam um lugar mais afastado para fazer sua aldeia. Os grupos políticos Kaingang estavam estabelecidos em determinadas áreas compreendidas por uma aldeia fixa e vários acampamentos que as famílias extensas costumavam percorrer durante o ano. O cultivo da terra e a repartição dos recursos obtidos com plantio, caça e coleta eram regrados pelas relações sociais derivadas do parentesco, de modo que não se conhecia, seja o aproveitamento individual da terra, seja a apropriação individual dos seus produtos.

Apesar de a propriedade da terra ser coletiva, cada família cultivava um determinado sítio na terra comum, que é posse sua enquanto deseje cultivar, e que pode também continuar a ser plantada por alguém da mesma família, caso se mude dessa aldeia (e, mesmo se abandonado, quando havia espaço físico para isso, aquela *posse* era reconhecida como a “roça velha” de quem a cultivava). Não havia a noção de propriedade do território. Mas os Kaingang mantêm, com seu território, vínculos místicos e cosmológicos. Por esse motivo, uma terra não é igual à outra, nem mesmo lhes interessaria uma terra que fosse superior em valor de mercado. A terra que o Kaingang deseja é a sua terra, à qual ele está ligado desde o nascimento e à qual também compreende seu destino após a morte.

Assim, pode-se dizer que os Kaingang pertencem à terra onde nascem e onde têm seus umbigos enterrados: essa terra é sua pátria, por direito de nascimento. Os Kaingang pertencem à terra, e não é a terra que pertence a eles. Podemos dizer que é “nascer em algum lugar” que dá ao Kaingang cidadania; outra forma é abrir um determinado lugar, ou seja, pelo trabalho empregado ele conquista um direito.

PRIVATIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

A ocupação das terras indígenas pela colonização portuguesa e, no caso Kaingang, principalmente pela colonização italiana e alemã, no século XIX, retirou dos Kaingang suas áreas de caça, coleta e perambulação e os colocou em módulos de agricultura familiar. As terras atuais dos Kaingang foram demarcadas, no Sul do Brasil, na sua maioria entre os anos de 1900 e 1920, tendo por base o módulo colonial (embora, no Rio Grande do Sul, o estado tenha deixado *florestas protetoras* que puderam continuar sendo ocupadas pelos índios até praticamente a década de 1940, quando a escassez de terras agricultáveis jogou a colonização sobre as últimas “reservas de mato” e sobre as terras indígenas já demarcadas).

Houve mudança significativa também na agricultura praticada pelos Kaingang e no regime de trabalho. A nova agricultura, trazida pelos europeus, plantadores de trigo e aveia, necessitava de outros cuidados. Além disso, os solos foram sendo empobrecidos, e as sementes das culturas estrangeiras trouxeram, também, outras ervas daninhas antes não conhecidas nessa terra. Essas novas culturas exigiam tratamentos contínuos (limpeza constante à base da enxada) e implicavam no uso de arados de tração animal em lugar do rodízio das terras usadas para agricultura. Já na agricultura tradicional indígena, o trabalho consistia em derubar a roça, queimar, plantar os grãos e colher. Mesmo depois da chegada dos colonos, o solo era muito fértil, e as plantações para consumo próprio eram pequenas.

Bonifácio Ndukrig, do Xapecó (SC), costumava contar que, ao fazer sua roça, levava as sementes na algibeira e que um prato de feijão plantado dava o suficiente para alimentar a família por todo o ano. Também do Xapecó, o índio Henrique Feliciano afirmava que o “índio não é devastador” e quando ele tinha liberdade para fazer suas roças, ele plantava milho. “*Lá naquele morro ele colhia aquela planta; se vendia, vendia; senão, ele empaiolava para a criação dele comer. No outro ano ele ia para lá, naquele outro morro, fazia uma outra roça – que o índio, ele não é devastador, ele é preservador das matas indígenas, ele é preservador*”. Seu Henrique se referia à necessidade de deixar a terra descansar, fazendo a rotação entre as terras de cultura. Outro depoimento, de João Maria Dorni, de Xapecó (SC), fala das *grandes festas* em homenagem aos santos, quando todos ajudavam o festeiro, trazendo farinha e carne: “*Depois que começou a entrar a tal colônia, foi que virou numa coisa; terminou o pi-*

O SENTIDO COLETIVO DA TERRA

Os povos indígenas não conheciam a propriedade privada da terra. A única forma de propriedade individual reconhecida é aquela fruto do trabalho: são propriedade aqueles objetos individualmente produzidos (Isso não quer dizer que todo fruto do trabalho seja apropriado individualmente ou visto como propriedade de quem produziu).

Mesmo quando o produtor é uma criança, nem seu pai, nem sua mãe intervem no sentido de fazer com que ela dê ou venda algo que seja dela. Também o trabalho de uma mulher não é apropriado por seu marido: ele não coloca preço nem vende o produto de algo que envolva o trabalho dela, sem o seu consentimento. É restrito, porém, o conjunto de coisas que se podia produzir individualmente, nas práticas culturais próprias dos Kaingang. De fato, há uma relação entre o que se pode produzir individualmente e o que se pode utilizar individualmente: um homem podia produzir individualmente – e o fazia – um arco, que seria igualmente de seu uso pessoal; mas não produziria individualmente uma plantação, porque nisso intervinham exigências das relações sociais.

Relatos de pessoas Kaingang mais velhas dão conta que nem mesmo a caça podia ser apropriada (consumida) pelo homem que a caçou, devendo ser repartida entre seus parentes, trabalho que era responsabilidade de sua esposa. Isso explica também a prática – ainda observada hoje em dia – de se enterrar pertences de uso individual com o dono, quando do seu falecimento.

nhal, terminou tudo. Hoje, para criar um porquinho é só no chiqueiro”. Todos os velhos Kaingang contam que, antigamente, criavam os porcos soltos.

As demandas da Europa no pós-guerra – pressionando por produtos agrícolas e por madeiras – levaram a uma pressão sobre as terras e sobre as riquezas das terras indígenas, com reflexos também sobre o trabalho indígena. Na década de 1940, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) introduziu, nas áreas do Sul do Brasil, um serviço obrigatório em “roças coletivas” (as roças do Posto). No regime de trabalho então implantado, os índios deixavam de ter direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas roças do posto “*a troca de comida*”: os homens para um lado, e as mulheres para outro. A comida era feita em uma cantina, em grandes panelas, o que levou esse sistema a ficar conhecido como “panelão”.

Na aldeia Kaingang de Inhacorá (RS), os mais velhos relatam que um dos índios, vestido com farda do exército e sobre um jipe camuflado, vigiava os trabalhadores indígenas armado de espingarda. Plantavam principalmente trigo, que era semeado e colhido a mão, mas também milho e feijão. Tinham hora para começar o trabalho e hora para acabar. E, na hora do almoço, tinham que entrar numa fila para ganhar uma porção de comida à base de feijão e farinha. Carne era servida uma vez na semana, em quantidade insuficiente. Aquele que se negasse a fazer esse trabalho era preso na cadeia do Posto e apanhava. Os Kaingang se recordam das imensas plantações que faziam, mas

de cujo resultado (comercializado) nunca viam nada de dinheiro. No Natal e em outras datas festivas, ganhavam alguma roupa como presente, mas pagamento eles nunca viram. Não sabem dizer “para onde iam” os recursos dessas roças: “*não sabemos se ficava com os chefes, ou para onde iam*”, afirmam.

Foi durante esse período (que perdurou pelas décadas de 50 e 60) que surgiram os primeiros acampamentos indígenas nas cidades e beiras de rodovias. Eles se configuravam praticamente como único espaço fora desse sistema, cujo fim parece coincidir com a extinção do SPI e criação da Funai (final de 1967). No entanto, fez escola. Para obrigar os índios a se submeter a esses trabalhos, o SPI interferiu nas lideranças indígenas, seja através do suborno das que aceitaram submeter seu povo, seja através da troca dos *põ'ĩ*, que passaram a ser indicados ou colocados pelas autoridades não-indígenas, agora intitulados “caciques”. Essa interferência modificou a qualidade da representação política dessas lideranças que, de autoridades representantes de sua parentela, passaram, na prática, a representantes do Estado Brasileiro junto aos seus parentes. Essas lideranças foram cooptadas pelo sistema administrativo do governo e, com o tempo, passaram a aplicar diretamente as punições exigidas pelo Chefe de Posto, representante local do governo. Tais práticas passaram a ser consideradas, em algum momento, como um “costume indígena”. De distribuidores de bens e riquezas, no passado, as novas autoridades indígenas passaram a utilizar o seu poder de forma despótica e arbitrária.

O Estado brasileiro, através da Funai e do Ministério Público Federal (MPF), não aceita intervir nesse processo, aparentemente porque não sabem como agir, uma vez que a Constituição garante que os povos indígenas têm direito de utilizar internamente suas leis, desde que não sejam degradantes e cruéis. No entanto, não existe ninguém que fiscalize o que acontece nas Terras Indígenas, razão pela qual os Kaingang têm apelado à justiça comum, que não está preparada e não tem subsídios para decidir muitas questões.

ARRENDAMENTO

A partir de 2000, com a demanda de produtos agrícolas pelo mercado internacional, existe uma nova pressão sobre as TIs. Ao mesmo tempo em que várias delas foram recuperadas, por estarem amparadas no direito constitucional, essas terras estão voltando ao mercado através da prática de arrendamento, feito em parcerias entre indígenas e particulares. Essa prática acontece tanto através de parcerias entre alguns índios quanto através de “cooperativas indígenas”, o que transformou as Terras Indígenas em bens de mercado. Esse mecanismo tem impedido a muitas famílias indígenas o acesso à sua terra ancestral, transformando aldeias em dormitórios, jogando a população nas piores e mais desprotegidas formas de trabalho, tais como: carregamento de aves, corte de erva mate, colheita de maçã e de uva. Os

homens passam semanas trabalhando fora da área indígena para poder sustentar as famílias. A lógica do mercado é a da incorporação das terras ao processo produtivo, e, nesse sentido, não importa nas mãos de quem esteja a terra, desde que esteja a serviço do modelo econômico vigente. Fica evidente que há “ausência do Estado” por falta de uma política que alie a demarcação das terras à questão da gestão de território e a uma nova prática de redistribuição de terra.

O Estado brasileiro – desde o SPI, mas também por intermédio da Funai – tem ocupado e explorado parte das terras indígenas através de empreendimentos para gerar recursos que paguem a própria assistência que o Estado deve aos povos indígenas, o que se convencionou chamar de “geração de recursos próprios”. Essa prática, por antiga e generalizada, é vista com naturalidade pelos próprios índios, mas de fato retira das comunidades o direito ao usufruto exclusivo da terra (ou, a uma parte significativa dela). E, ademais, subverte a obrigação do Estado brasileiro de prestar assistência aos povos indígenas.

Por causa da demanda por terras pela economia regional (que age nas aldeias através dos próprios caciques e lideranças indígenas), a prática de transferência de famílias indígenas de uma área para outra tem aumentado nas áreas indígenas do Sul. Tida como “parte da cultura”, essa prática vem se constituindo numa forma de concentração de terra e renda dentro dos territórios indígenas, uma vez que as famílias transferidas são expropriadas das suas posses na sua terra de ocupação tradicional. A *transferência* – cuja origem está na intervenção feita pelo SPI, desde os primeiros tempos do contato, em alguns casos para impedir que grupos rivais se matassem – tornou-se um mecanismo de punição dos inimigos ou opositores (dos caciques) e uma forma de expropriação dos direitos sobre a posse da terra. Como punição, a *transferência* não se restringe ao indivíduo, mas atinge e se estende a toda a família e, às vezes, a toda a parentela do punido. Decidida pelas autoridades indígenas, a transferência consiste em mandar encostar um caminhão à porta da casa do que vai ser transferido e carregar seus pertences, sem dar a ele ou aos seus tempo sequer de organizar suas coisas, para, na sequência, descarregar a “mudança” em outra área indígena. Junto, segue um documento que explica às autoridades da outra área o motivo da transferência daquela ou daquelas famílias. É um rito sumário de deportação, com frequência acompanhado de práticas de violência contra a pessoa deportada e seus familiares e destruição (e também roubo) de parte dos seus bens. Não há direito de defesa ou contestação dos motivos alegados para a transferência. Acertada a transferência entre as autoridades das duas áreas, a família ou famílias despejadas são alojadas em qualquer lugar disponível: um galpão de máquinas, uma estrebaria, uma casa que esteja vaga. Ninguém garante, aos transferidos, terras para plantar, e por isso é comum encontrar os deportados trabalhando com artesanato (fabrico e venda de cestaria). Essa não é uma escolha, mas a forma disponível para

conseguir sobreviver. Se as pessoas têm parentes próximos na nova área, esses podem, às vezes, ceder um pedaço do seu terreno para que o “estrangeiro” plante. Caso contrário, ele aguarda pacientemente que as autoridades daquela área lhe permitam derrubar um pedaço de capoeira para fazer uma roça. Essa terra pode se tornar seu “sítio”, pelo seu trabalho, mas significa começar todo o trabalho de “abrir uma terra”, tornando-a agricultável. Necessariamente, essa terra não se torna sua; se há muita escassez de terra, essa pode ser considerada apenas cedida. O dono da posse pode pedir de volta, ou pedir que ele pague uma porcentagem pelo uso da terra.

PRESSÃO CAPITALISTA E RECONQUISTA DO TERRITÓRIO

No entanto, não podemos ver essas mudanças como uma questão moral, mas como uma questão econômica e política. Significa que há uma pressão muito grande por terras agricultáveis no Sul do Brasil, principalmente com os preços internacionais favoráveis da soja. Esse mercado pressiona as comunidades indígenas a colocarem as terras à sua disposição, seja diretamente pela não desocupação de terras indígenas invadidas em algum momento pelos não-índios; seja pela via do arrendamento a não-índios, em parceria com indígenas; ou ainda pelos próprios índios arrendando terras daqueles parentes que não têm recursos para plantar. Significa também que ocorrem, no interior das terras indígenas, mecanismos de transferência de renda e de poder que reproduzem o modelo do sistema capitalista do entorno.

A conquista de territórios perdidos no começo do século XX pelo recurso da ampliação dos territórios indígenas passa a ser, para muitos Kaingang, a única forma de conseguir acesso à terra. Isso explica os vários acampamentos, principalmente no Rio Grande do Sul, demandando regularização de terras. Neles, se atualiza o modelo mais tradicional dos Kaingang: havendo dissidência, o novo grupo vai abrir nova aldeia em outro ponto do seu território. Como atualmente esse território está ocupado, o grupo “dissidente” pede a abertura de um processo administrativo de reconhecimento e recuperação de terras tradicionalmente ocupadas, o que é legítimo. No entanto, cada vez mais a política interna, nas TIs, vem reproduzindo a estrutura de classes que impedem ao indivíduo indígena gozar do usufruto exclusivo que lhe assegura a Constituição.

O Estado, que interveio inúmeras vezes para “apaziguar” as relações dos povos indígenas com a sociedade nacional, não possui mecanismos que garantam aos indivíduos indígenas os direitos que a Constituição e o ordenamento jurídico internacional lhes asseguram. As terras recentemente reavidas acabam voltando ao sistema de arrendamento, por falta de um trabalho conjunto governamental que organize a gestão do território e garanta a todos o acesso à terra, como direito de cada cidadão indígena. Os acampamentos que se configuram como a última opção dos que ficam sem terra são também uma forma de punição aos dissidentes porque representam um longo tempo de exílio – ficam acampados à beira da estrada em barracas de lona preta, sem acesso à água, à terra, à escola e à lenha nos rigorosos invernos do Sul. Significa deixar para trás tudo o que produziu para si e começar de novo a “abrir uma nova terra”. *(dezembro, 2005)*

Questões Atuais

Kimiye Tommasino

Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da UEM. Professora aposentada da UEL.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS, EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS ALDEIAS E COTA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE SETE BARRAGENS NA BACIA DO RIO TIBAGI E A MORTE DE TIKUEN, UM DOS ÚLTIMOS FALANTES DA LÍNGUA XETÁ, SÃO, ATUALMENTE, OS PRINCIPAIS TEMAS VIVIDOS PELOS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO

Nos estados do Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul, a exigüidade das Terras Indígenas (TIs) tem acarretado conseqüências perversas aos índios, como fome e subnutrição, alta mortalidade infantil, alcoolismo, prostituição e conflitos sociais internos. No Paraná, os últimos grandes esbulhos das TIs ocorreram em dois momentos: em 1945, quando os Kaingang de São Jerônimo da Serra tiveram suas terras reduzidas de 33.800 ha para 4.840 ha (fragmentados em duas glebas que hoje constituem as TIs Barão de Antonina e São Jerônimo), e em 1949, quando um acordo entre os governos da União e do estado do Paraná reduziu as demais terras kaingang. A expropriação territorial ocorrida em 1945 e 1949 deixou os Kaingang com apenas 17,20% do total de terras que ocupavam anteriormente (de 165.433 ha, passaram a viver em 28.470 ha). Os argumentos do governo para legitimar tal esbulho eram, de um lado, que as populações indígenas já estariam “integradas” à sociedade e ao sistema produtivo nacional, portanto não precisariam de tanta terra e, de outro, que o governo precisava de terras para entregar aos colonos nacionais e estrangeiros.

Em relação aos Guarani, várias terras de aldeamentos delimitadas no século XVIII pelo governo imperial acabaram sendo extintas e suas populações ficaram dispersas nas regiões próximas, tanto no Paraná quanto no estado de São Paulo. As TIs Laranjinha e Pinhalzinho, por exemplo, foram delimitadas para acolher os Kaingang arredios (conhecidos na época como Coroados bravos) que viviam nas matas das bacias dos rios Laranjinha e Cinzas e foram aldeados em 1930. Vários grupos Guarani viviam

em aldeias nas bacias dos rios Laranjinha e Cinzas, mas as suas terras foram sendo invadidas por propriedades rurais; o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) convenceu algumas famílias a viverem no Posto Velho, próximo à aldeia dos “Coroados”. As TIs São Jerônimo, Mangueirinha e Rio das Cobras são terras kaingang que abrigam grupos Guarani sem-terra: esse expediente – de colocar grupos Guarani em terras kaingang (e xokleng) foi bastante utilizado pelo SPI para “solucionar” problemas que surgiam no Sul, quando as colonizadoras encontravam aldeias guarani nas glebas em loteamento. Outro dado é que, quando os Guarani possuem terra própria, o seu tamanho é bem menor que o das terras dos Kaingang e isso explica porque, na atualidade, a questão da terra guarani é tão dramática e vem mobilizando o MPF, a comunidade acadêmica e algumas ONGs. O critério técnico usado pelo estado do Paraná para definir o tamanho das TIs em 1949 foi o módulo do antigo Incra: 100 ha para cada família nuclear indígena (5 pessoas), acrescido de 500 ha para as instalações da estrutura do Posto. No entanto, a população indígena que hoje habita essas terras cresceu uma média geral de 344,66%, enquanto a redução territorial foi de 82,80%, o que explica por que o maior problema dos povos indígenas da região Sul é a demanda pela ampliação das terras existentes ou por novas terras. À redução física, somou-se a devastação ambiental, que ocorreu em todas as TIs por várias ações combinadas: as serrarias implantadas pelo próprio órgão indigenista; os arrendatários brancos que até o final da década de 1980 exploravam as melhores terras dos Postos; os posseiros ilegais que só foram retirados entre 1980 e 1990, e pelas próprias famílias indígenas, que por não terem terras suficientes, passaram a derrubar as matas de morros e áreas de preservação para ampliar as roças de subsistência. Compreende-se, assim, por que se chegou a essa situação de insustentabilidade em todas as TIs no Paraná.

MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS

Tendo por base o crescimento vegetativo (não-considerado pelo estado, por tomar o índio como categoria transitória) no período

pós-expropriação, percebe-se um aumento dos movimentos reivindicatórios. Além de ampliação das terras, essas reivindicações também têm outros objetivos, como, por exemplo, a devolução de algumas terras de Postos que foram extintos, como é o caso da TI Boa Vista (terra kaingang) e Yvy Porã Laranjinha (terra guarani, antigo Posto Velho) – os laudos das duas TIs já foram concluídos e seus resumos publicados no Diário Oficial da União e estão na fase do contestatório. Os Xetá também reivindicam parte das suas terras tradicionais para refundarem a comunidade na TI Xetá, nos municípios de Ivaté e Umuarama.

O Grupo Técnico (GT) já concluiu e entregou o laudo antropológico e ambiental, que está em tramitação no Ministério da Justiça. Além dos casos já encaminhados pela Funai, há vários grupos Guarani que se instalaram na região metropolitana de Curitiba e outras na Mata Atlântica e ainda esperam a constituição de GTs. Os casos registrados pela Funai/DAF são as aldeias das seguintes localidades: Piraquara (Aldeia Karugá), Cruz Machado (TI Ka'agüi/Pimental), Pontal do Paraná (Aldeia Sambaqui), Guaraqueçaba (Aldeia Cerco Grande e Aldeia Ilha do Superagüi). Há também o registro de um grupo Kaingang na Reserva Biológica do Cambuí, em Curitiba e de grupos Guarani se instalando no extremo oeste do Estado, nas regiões entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra. Desde o início de 1990 foram observados grupos Guarani vivendo em bairros na cidade de Guaíra, mas não há nenhum levantamento sistemático realizado sobre suas origens e identidade dialetal.

Uma consequência da insuficiência de terras observada no Paraná (e que ocorre também em outros estados) é o aumento de tensões sociais dentro das TIs, incentivando conflitos e fissões que não permitem mais a convivência das facções políticas. Esses processos acabam gerando expulsões e transferências, ou mesmo saídas espontâneas das facções políticas. Isso já aconteceu mais de uma vez na TI Ocoí, onde, da comunidade originalmente assentada, um grupo foi viver na TI Rio das Cobras, outro ocupou o Tekohá Añetete e, recentemente, um terceiro grupo ocupou o Parque Nacional do Iguaçu. Acontece também na TI Laranjinha, onde, em outubro de 2005, um grupo dissidente ocupou uma propriedade rural dentro da TI Yvy Porã Laranjinha e lá se encontra desde então.

Com relação aos Kaingang, a estratégia tem sido buscar a recuperação de terras perdidas no passado, como é o caso da TI Boa Vista, ou reconquistar parte das terras expropriadas no Acordo de 1949, como a TI Palmas. Há ainda o caso da TI Apucarana, que tem uma gleba de 1.000 ha, ocupada por sitiantes e fazendeiros, e os Kaingang esperam até hoje a reintegração de posse ou a constituição de GT para reavê-las.

ESCOLARIZAÇÃO

Para se compreender a educação escolar indígena na região Sul, é necessário remeter à atuação do Summer Institute of Linguis-

tics (SIL, com sede nos Estados Unidos), que passou a desenvolver programas de educação formal em quase todas as TIs do país. Em 1970, foi fundada a Escola Clara Camarão, no Posto Guarita, em Tenente Portela (RS), num grande convênio da Funai com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e o SIL para formação de monitores e técnicos agrícolas das áreas indígenas. A parte pedagógica ficou a cargo do SIL, que atuou e ainda atua, em várias TIs.

No Paraná, quando o MEC assumiu a educação escolar indígena, a Secretaria Estadual de Educação criou o Núcleo de Educação Indígena (NEI). A rede de influências já consolidada pelas forças tradicionais da Funai, do SIL e de segmentos das universidades que migrou para dentro do NEI-PR não permitiu a implantação da educação indígena proposta pelo MEC, que está fundada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), elaborado e distribuído em 1998. Mesmo com a atuação do NEI-PR por mais de dez anos, os recursos aplicados em 19 ou 20 cursos não resultaram em mudanças qualitativas. Em 2004 o NEI-PR praticamente foi desativado e em 2005 foi extinto. Em seu lugar está sendo criado o Conselho Estadual de Educação Indígena do Estado do Paraná (CEEI).

Outra questão que tem motivado discussões e celeumas foi a municipalização das escolas indígenas, que se fez com todas as precariedades: falta de recursos materiais e equipamentos básicos, ausência de profissionais que realmente entendessem a problemática indígena e, dado que a população indígena por município é irrisória do ponto de vista político, as prefeituras não tinham (e não têm) interesse em fazer investimentos, nem em materiais nem em recursos humanos específicos. Os problemas são “resolvidos” sem levar em conta as especificidades socioculturais dos alunos e as orientações contidas no RCNEI. A municipalização das escolas das TIs no Paraná ocorreu entre 1999 e 2000 e, com raras exceções, essas escolas continuaram com a mesma precariedade de quando eram administradas pela Funai ou, em alguns casos, a situação piorou. A orientação pedagógica, em essência, não se alterou.

A maioria das escolas não possui outro equipamento senão o mimeógrafo e a falta de material didático específico é quase absoluta: mapas e documentos das Terras Indígenas, livros, teses e dissertações para consulta, não são disponibilizados nas bibliotecas das escolas das aldeias para subsidiar a preparação de aulas sobre a história (local, regional, estadual e nacional) e sobre a diversidade sociocultural. Por outro lado, observa-se a dedicação de muitos professores indígenas que, para sanar as deficiências da escola, acabaram produzindo material didático próprio.

Do ponto de vista dos recursos humanos, os professores indígenas encontram-se, uns mais e outros menos, capacitados para desenvolver o ensino intercultural, e muitos fizeram vários cursos oferecidos pelo NEI-PR e por outras instituições. Por outro

lado, a sua formação nos conteúdos das disciplinas é precária, principalmente de Português e Matemática. O que se percebe é que os professores indígenas estão preparados do ponto de vista da metodologia de ensino, mas lhes faltam os conteúdos porque tiveram cursos deficientes e são, quase sempre, leigos. Há, portanto, a necessidade de que eles próprios possam estudar antropológica e historicamente a cultura de seu povo.

Dentre os professores não-índios, a maioria que leciona nas escolas das TIs não fez nenhum ou fez poucos cursos de capacitação específica e quase sempre desconhecem o RCNEI. Além de não conhecerem a realidade cultural de seus educandos, os professores também desconhecem a história indígena no Paraná e não possuem material antropológico e/ou histórico que os auxilie na elaboração das aulas referentes às várias disciplinas que, de acordo com o RCNEI, devem ser interculturais. Nesse caso, a situação é inversa: os professores não-índios encontram-se mais bem capacitados nos conhecimentos formais que devem passar aos alunos, enquanto estão menos preparados do ponto de vista psicopedagógico para desenvolver o ensino intercultural.

Em relação ao ensino no terceiro grau, a Lei Estadual nº13.134, de 18/04/2001 reservou três vagas anuais nas universidades estaduais (UEs) para alunos indígenas que vivem nas aldeias no Paraná. O Termo de Convênio nº 502/04, firmado entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), e a Resolução nº 37/2004 do Conselho Universitário da UFPR, reservaram cinco vagas para alunos indígenas de todo o país. Nova Lei Estadual, nº 14.995, de 09/01/2006, alterou o número de três para seis vagas nas UEs. São, portanto, 36 vagas nas seis UEs e cinco na UFPR, totalizando 41 vagas para os inscritos no V Vestibular para os Povos Indígenas no Paraná, realizado em 2006.

Os universitários indígenas recebem do governo estadual uma bolsa para manutenção no valor de R\$ 250,00 mensais, insuficiente para as necessidades desses alunos que, em muitos casos, são casados e têm de manter cônjuge e filhos. Os alunos da UEM possuem uma casa do estudante indígena que fornece alojamento e ajuda comprando material, livros e outros bens de consumo através de uma ONG e, não por acaso, é onde a desistência é menor. Nas universidades que criaram estruturas de apoio aos alunos índios, percebe-se menor índice de desistência, como podemos observar na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

OS PROJETOS DE BARRAGENS NO RIO TIBAGI

O assunto das barragens no rio Tibagi foi acompanhado pelo ISA desde que as Usinas Hidrelétricas (UHES) projetadas para o rio Tibagi vieram a público em 1997. Naquela ocasião (entre 1997 e 2000), uma grande frente se formou para contestar os estudos de impacto ambiental e o não respeito às determinações do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Nesses debates, que

se sucederam em várias instituições, nas comunidades ribeirinhas e indígenas, a questão crucial, desde o início, foi a denúncia da péssima qualidade dos estudos e relatórios de impacto ambiental (EIAs-Rimas) e dos laudos e estudos antropológicos apresentados pelas empresas contratadas. Pesquisadores da UEL e da UEM denunciaram as insuficiências, as omissões e a má qualidade dos estudos apresentados, que minimizavam os impactos negativos e maximizavam os “positivos”, até mesmo adulterando alguns estudos de pesquisadores contratados. Naquela ocasião, das três UHES (Jataizinho, Cebolão e São Jerônimo) apresentadas para discussão, a Copel desistiu das duas primeiras e somente a UHE São Jerônimo teve uma audiência pública em 08/03/2001. Diante da clara inconsistência dos estudos apresentados, o Ibama encaminhou solicitação de complementação do EIA-Rima da UHE São Jerônimo. Essa complementação não foi feita e o Ibama, através do Ofício nº 0154/02, comunicou a decisão de arquivamento do processo da pretensa UHE São Jerônimo.

Em 2005, fomos surpreendidos pela divulgação de mais uma barragem – da UHE Mauá – na bacia do Tibagi e tanto o governo estadual quanto o federal afirmaram ser ela imprescindível para geração de energia para o país. Como da outra vez, os pesquisadores da UEL e da UEM emitiram pareceres sobre o EIA-Rima apresentado pela empresa CNEC Engenharia S/A, contratada para realizar tais estudos, e encaminharam ao Ministério Público Federal (MPF). Da mesma forma, constataram fragilidades e insuficiências dos estudos de EIA-Rima e, também, adulteração dos estudos de peixes e aves de biólogos contratados para fazer o EIA-Rima.

Entre as muitas falhas apontadas no Eia-Rima, uma delas relaciona-se à afirmação de que nenhuma população indígena seria impactada, nem mesmo a comunidade Kaingang da TI Mococa, que se localiza a três km à jusante da barragem projetada. Nenhum estudo antropológico foi realizado demonstrando a não vulnerabilidade da comunidade indígena em relação ao empreendimento. Com os questionamentos da Comissão do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), dos pesquisadores da UEL e da UEM e do MPF em Londrina, a CNEC apresentou em julho de 2005 um documento intitulado “Complementação das Questões Indígenas no Âmbito da UHE Mauá - Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Mauá”, assinado por antropóloga contratada pela empresa. Esse documento foi analisado pela antropóloga do MPF em Londrina e pelos pesquisadores da UEM, que o consideraram insuficiente e precário. Um estudo etnográfico e etnológico sobre os Kaingang e os Guarani certamente comprovaria a importância das terras e águas do médio Tibagi para a sobrevivência física e cultural dessas etnias, e a profissional teria recomendado o encaminhamento do processo de licenciamento prévio ao Ibama.

Vários encontros, seminários e reuniões foram realizados envolvendo autoridades do IAP, Secretaria de Estado do Meio Ambien-

MORRE O LÍDER XETÁ TIKUEN (MÃ) LUCIANO

Tikuen (Mã) Luciano, um dos sobreviventes do extermínio da última sociedade Xetá que vivia na bacia do rio Ivaí até a década de 1960, faleceu no dia 18/12/2005, em Brasília, quando estava colaborando no processo de resgate da língua xetá com o lingüista Aryon Rodrigues, da UnB. Tinha 54 anos aproximados, deixou filhos e netos na TI São Jerônimo, onde vivia com sua família. Tikuen era um dos três últimos falantes da língua Xetá.

Os Xetá são hoje cerca de cem pessoas, descendentes dos oito sobreviventes do extermínio que ocorreu na microrregião de Umuarama entre as décadas de 1950 e 1960. Os sobreviventes só não pereceram porque, ainda crianças, foram raptados pelos brancos e criados separadamente até se reencontrarem na fase adulta.

Dentre os sonhos desses sobreviventes, o mais importante era o projeto de retornarem para a terra natal com seus filhos e netos. Tikuen (Mã) Luciano foi quem mais lutou para que um GT fosse nomeado para realizar o Laudo Antropológico com o objetivo de delimitar uma terra que pudesse acolher todos seus descendentes. O sonho de Tikuen era ser enterrado na terra onde nasceu. A devolução de parte da terra tradicional aos Xetá é uma das dívidas históricas pendentes do estado do Paraná para com os povos indígenas.



KIMYE TOMMASINO

O líder Xetá Tikuen (Mã) Luciano era um dos últimos falantes da língua xetá.

te e Recursos Hídricos (Sema), Companhia de Energia Elétrica do Parana (Copel), Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores com o MPF, pesquisadores e ONGs. No dia 11 de julho de 2005, foi realizado o “II Encontro de Discussões sobre Barragens no rio Tibagi: suas implicações sociais e ambientais”, e, ao final do mesmo, saiu a Carta de Londrina para a Bacia do Tibagi. Pareceres dos pesquisadores foram encaminhados ao MPF, ao IAP e à Sema e uma carta foi enviada ao governador do estado, Roberto Requião.

Apesar da demonstração das fragilidades do EIA-RIMA pelos pesquisadores, o IAP concedeu, no dia 13 de dezembro, a Licença Prévia para a UHE Mauá para ir a leilão dia 16/12/2005. O MPF em Londrina solicitou então à Justiça Federal (no dia 14/12/05) a exclusão da UHE Mauá do leilão de energia nova. Segundo a juíza federal Soraia Tullio, que acatou o pedido, o licenciamento prévio deveria ser de competência do Ibama (e não do IAP), por afetar áreas indígenas. A juíza determinou também que a Aneel deixe de incluir os empreendimentos previstos para a bacia do Tibagi enquanto não forem realizados estudos ambientais que considerem toda a bacia como área atingida. É importante registrar que o projeto prevê a construção de sete barragens, sendo que as duas maiores (UHES S. Jerônimo e Mauá) atingem cinco comunidades Kaingang e três Guarani.

Em correspondência datada de 19/12/2005, o presidente do IAP enviou Ofício (nº 1135/2005/IAP/GP) no qual reconhece a procedência das críticas dos professores e pesquisadores e comunica ter emitido Parecer Técnico “exigindo novos estudos e avaliações sócio-ambientais, como também solicitou aos Ministérios de Minas e Energia e Ministério de Meio Ambiente, estudos integrados da bacia e avaliação ambiental estratégico”. (fevereiro, 2006)

RIO GRANDE DO SUL / GERAL

CURSO FORMA PROFESSORES INDÍGENAS

Começou, na TI Votouro, no município de Benjamin Constant (RS), o curso de formação de professores indígenas Kaingang, para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O curso visa formar, durante os próximos cinco anos, cerca de cem professores indígenas. Eles irão atender a cerca de 4 mil estudantes indígenas que frequentam as escolas no estado. *(Site da Funai, 03/07/01)*

FÓRUM ESTADUAL DE CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS

A valorização do povo indígena e dos seus direitos foi discutida na semana que passou no III Fórum Estadual de Cidadania dos Povos Indígenas, que reuniu aproximadamente 200 pessoas na Casa de Retiro Vila Bethânia. Participaram do fórum representantes das comunidades indígenas, da Funasa, governo do Estado e Funai. *(Correio do Povo, 08/07/01)*

ÁGUA POLUÍDA NA PROXIMIDADE DAS LAVOURAS

As águas das fontes e das nascentes usadas para beber pela população indígena estão causando doenças. Os técnicos suspeitam de que seja devido à contaminação por produtos químicos despejados nas lavouras e pelos dejetos dos moradores das reservas. Os mais atingidos são as crianças, a maioria com o organismo debilitado pela desnutrição. O verão é o período mais crítico. *(Carlos Wagner, Zero Hora, 07/01/02)*

PROMOTOR PEDE PROTEÇÃO A ÍNDIOS ACAMPADOS

Durante a visita ontem aos índios caingangues de Iraí e Nonoai acampados junto à RS-786, o promotor de Justiça da Defesa Comunitária de Tramandaí constatou a precária situação dos indígenas. 'Há perigo à integridade física pela inexistência de acostamento'. Ele recomendará à prefeitura que desenvolva uma campanha médico-odontológica para as famílias e que providencie recipientes para lixo e a sua coleta. Ainda solicitará ao CEPI o aumento de dois para seis banheiros químicos, alimentos para complementar a dieta das cerca de 50 crianças, lonas, três chuveiros e mais quatro pontos de água potável. Também pediu a instalação de quatro pontos de luz na área. No domingo, um menino caingangue foi atropelado ao atravessar a rodovia para pegar um presente ofere-

cido por pessoas que estavam em um automóvel. *(Correio do Povo, 25/01/02)*

ÍNDIO DA CIDADE É TEMA DE DEBATE

A cultura e o diálogo dos índios gaúchos com a vida na cidade estarão sendo discutidos pelos próprios indígenas nesta semana, no Seminário 'Ambiente e Patrimônio da Cultura Indígena', promovido pelas secretarias municipais da Cultura e do Meio Ambiente. Além dos debates, serão realizadas oficinas de artesanato das tribos Kaingang e Mbyá-guarani e elaborada a Carta da Cidade: O Olhar da Cultura Indígena. *(Correio do Povo, 27/05/02)*

MODELO ECONÔMICO É O DESAFIO INDÍGENA

O salto populacional está ligado ao início da devolução dos territórios e reconhecimento dos povos indígenas como cidadãos brasileiros, a partir do final da década de 80. Para garantir a qualidade de vida dessas pessoas, o desafio é encontrar um modelo econômico próprio. O Rio Grande do Sul foi o único estado a reconhecer o erro histórico de fazer reforma agrária em terra indígena. Decidiu, ainda, indenizar e reassentar os colonos pelos lotes de terra devolvidos aos índios — cabe à Funai pagar pelas benfeitorias. Somente na metade norte do estado, 37,7 mil ha estão sendo devolvidos. Para o presidente da Funai, o modo agrícola indígena encontra problemas na hora de enfrentar o mercado e competir com a realidade branca. "Esperamos que, preservando a cultura indígena, eles incorporem tecnologias para resgatar o meio ambiente e garantir a subsistência". *(Vivian Eichler, Zero Hora, 01/08/02)*

CAMELÔS INDÍGENAS EM PORTO ALEGRE

Uma dezena de famílias caingangues está instalada na Praça da Alfândega, em Porto Alegre. São 15 bancas em que os índios vendem seu artesanato, sob o olhar de camelôs brancos, proibidos pelas autoridades de ocupar o Centro. O comércio ambulante de indígenas na região está autorizado pela prefeitura. *(Zero Hora, 17/10/02)*

COMISSÃO DA ONU VISITA TIS

Coxilha da Cruz foi a última reserva indígena visitada pela Comissão da ONU, que nesta semana percorreu diversas regiões do estado para conhecer a situação das comunidades indígenas. A comissão vai elaborar um relatório completo sobre a situação das reservas, engloban-

do condições de saúde, água e alimentação. *(O Popular, 22/11/02)*

DEPUTADA RELATA AGRESSÃO A ÍNDIOS

A deputada federal Maria do Rosário (PT) se reúne nesta quarta-feira com o secretário nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e representantes do Conselho de Direitos da Pessoa Humana. 'Vamos relatar o histórico de agressões que a comunidade indígena vem sofrendo nos últimos anos', destacou a parlamentar. Ela explicou que o texto aponta casos de desnutrição de bebês, exploração sexual de meninas índias por parte da comunidade de Miraguai e arredores e o trabalho escravo realizado pelos indígenas em lavouras da região. *(Maria do Rosário, Correio do Povo, 21/01/03)*

KAINGANG RECLAMAM DE PRECONCEITO

Os Caingangues que vivem na Capital e em aldeias na Vila Safira e no bairro Agronomia afirmaram que estão sendo discriminados pelas prefeituras de Tramandaí e Capão da Canoa, que os estariam impedindo de comercializar seu artesanato nas praias. *(Correio do Povo, 26/01/03)*

CONFLITO DE LEIS DESPROTEGE INDÍGENAS

O conflito entre leis federais, estaduais e indígenas está facilitando a ação de quadrilheiros dentro das 25 reservas do RS. Devido a essa situação bandidos estão prostituindo meninas nas aldeias, traficando drogas, retendo ilegalmente cartões de aposentadoria e aplicando um novo golpe: os estelionatários usam uma mesma criança recém-nascida para fazer duas certidões de nascimento e, com isso, ganhar duas vezes o salário maternidade. Foram estas as principais conclusões do 1º Fórum Regional de Estudos da (Des)Integração do Indígena no Contexto Social, realizado ontem em Miraguai. O encontro foi promovido pelos Conselhos Tutelares da Associação dos Municípios da Região Ceileiro (Amuceleiro), que reúne 21 cidades. *(Carlos Wagner, Zero Hora, 09/04/03)*

KAINGANG PROTESTAM NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Cerca de 50 índios caingangues dos municípios de Iraí e Vicente Dutra protestaram ontem em frente à Secretaria de Educação do Estado, exigindo mais investimentos em Educação. Uma comitiva caingangue foi recebida pelo governador Germano Rigotto e por Fortunati (Secretário de Educação), que se compromete-

teram a analisar as reivindicações: a construção de três salas de aula na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nân Ga, em Iraí, e a contratação de uma merendeira caingangue para atender aos alunos. O governador autorizou início imediato das obras para construir escola que atenderá 180 crianças. *(Correio do Povo, 26/11/03)*

47 AGRICULTORES RECEBEM INDENIZAÇÃO

A Secretaria Estadual de Reforma Agrária indenizou ontem 47 agricultores que ocupavam terras indígenas da Serrinha e de Nonoai. As terras serão devolvidas às comunidades indígenas. O secretário Vulmar Leite ressalta que o Estado deverá indenizar outros 200, dos cerca de 350 agricultores que ainda ocupam TIs. *(Correio do Povo, 30/12/03)*

FORMAÇÃO PARA DOCENTE ÍNDIO

A Secretaria Estadual de Educação está promovendo a 6ª etapa do Curso Normal Experimental de formação de professores indígenas bilíngües caingangue ou guarani para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O curso, realizado em parceria com a Funai, Unijuí e UPE, conta com 90 professores divididos em duas turmas: na Escola Estadual Indígena Tol-do Campinas, da área indígena da Guarita; e na Escola Estadual Indígena Tág Kavá, na reserva de Serrinha (Ronda Alta). *(Correio do Povo, 19/01/04)*

BOLSA-AUXÍLIO PARA UNIVERSITÁRIOS

A Diakonisches Werk, entidade religiosa que mantém convênio há 30 anos com a Fidene, mantenedora da Unijuí, concederá dez bolsas-auxílio para universitários indígenas, com duração de dez semestres. As primeiras bolsas, no valor aproximado de R\$ 500,00, serão oferecidas na Reserva de Guarita aos que estão ingressando agora em cursos de graduação da Unijuí. Conforme a assessora pedagógica Dolair Callai, o objetivo é beneficiar estudantes indígenas que não trabalham e que estão matriculados em cursos diurnos. Ela ressalta que em 2005 o programa deverá beneficiar outras reservas indígenas na região noroeste do RS. A instituição possui 53 acadêmicos indígenas *(Correio do Povo, 18/03/04)*

535 CESTAS DO PROGRAMA FOME ZERO

O programa Fome Zero faz hoje a segunda entrega de alimentos destinados aos caingangues

dos municípios de Benjamin Constant do Sul, Cacique Doble, Charrua e Erebangó. Cestas básicas com 100 quilos cada uma serão entregues às prefeituras, que farão o repasse a 535 famílias indígenas. A ajuda será mantida durante seis meses. *(Correio do Povo, 12/03/04)*

FÓRUM ESTADUAL DA CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS

Depois de elaborar um documento com 53 resoluções, líderes de 35 das 36 comunidades indígenas do Rio Grande do Sul encerraram ontem o 4º Fórum Estadual da Cidadania dos Povos Indígenas. O texto será encaminhado aos órgãos estaduais e federais que tratam da questão indígena. Também foram escolhidos os coordenadores e os 34 novos representantes dos índios no Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Entre as principais reivindicações dos cerca de 25 mil índios que vivem no estado estão o avanço na recuperação ambiental de suas terras e a erradicação do déficit habitacional. Ainda solicitam a implantação do curso de magistério na Escola Indígena de Inhacorá, estruturas que possibilitem a venda de artesanato em rodovias estaduais e a implantação de cursos específicos para as comunidades indígenas na Universidade Estadual. *(Correio do Povo, 07/06/04)*

FÓRUM REÚNE LIDERANÇAS E ORGANIZAÇÕES NO SUL

Cerca de 100 lideranças dos povos Kaingang, Xokleng, Xetá e Guarani, dos Estados de RS, SC, PR e MS reuniram-se em Chapecó (SC), por ocasião do "I Fórum de Discussões das Lideranças Parlamentares e Organizações Indígenas da Região Sul". Ao evento foram convidados representantes da Coiab, da Apoinme e de entidades parceiras, governamentais e não-governamentais. O Fórum encerrou com uma Audiência Pública sobre Discriminação, Exclusão Social e violência contra os povos indígenas, na qual participaram representantes da CGDI, da Funai, e da Procuradoria Geral da República. *(Coiab, 28/06/04)*

ENCONTRO DISCUTE TERRAS GUARANI NO LITORAL

Nos dias 17, 18, 23 e 24 de fevereiro, os estados do RS e SC serão palco de discussões sobre o contexto fundiário e ambiental das Terras Guarani no Litoral. O Seminário Terras Guarani no Litoral se insere nas ações do "Programa Ambiental" do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que possibilita aos índios compreenderem a realidade ambiental e fundiária que envolve suas Terras, por meio do suporte técnico

e material visual (mapas, imagens de satélite, fotos aéreas). Além de proporcionar a participação das comunidades indígenas nos levantamentos e caracterizações de seus ambientes, inserindo seus conhecimentos e práticas de manejo no planejamento de ações de uso sustentável dos recursos naturais e de conservação ambiental. *(CTI, 02/02/05)*

REIVINDICAÇÃO DE TERRAS

Representantes dos 2 mil mbiá-guaranis que vivem no RS reuniram-se ontem, na Reserva do Cantagalo, para avaliar a situação das terras indígenas. Na ocasião, houve a divulgação do mapeamento das áreas existentes na região litorânea. Das 20 reservas catalogadas, apenas as áreas de Pacheca e Barra do Ouro estão regularizadas. Na Cantagalo, as demarcações encontram-se em fase de finalização. O mapa indica que as 20 áreas litorâneas pertencentes aos mbiá-guaranis estão localizadas nas proximidades de unidades de conservação de proteção integral. *(Correio do Povo, 18/02/05)*

ESTIAGEM AGRAVA A DESNUTRIÇÃO

A desnutrição e as doenças causadas por má alimentação que atingem populações indígenas são agravadas no RS pela estiagem. A afirmação foi feita ontem pelo secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Edir Oliveira. De acordo com ele, das 3,5 mil famílias indígenas existentes no RS, 2,7 mil são consideradas como muito pobres, necessitando de suplementação alimentar. "No ano passado, em uma ação conjunta com o Ministério do Desenvolvimento Social, distribuimos cestas básicas a essas famílias durante nove meses. Agora, em função da seca, o problema se agravou". Até a próxima semana, a STCAS oficializará o pedido de inclusão das comunidades indígenas nos programas do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS, que possui ações de segurança alimentar não necessariamente emergenciais. *(Edir Oliveira, Correio do Povo, 10/03/05)*

FALTAM TERRAS

A questão fundiária constitui o principal problema das populações indígenas que habitam o RS, apesar de o Estado ter sido o único a ter desapropriado terras para a ocupação indígena. Entre os guaranis, a principal dificuldade é quanto à demarcação de áreas. Entre os caingangues, o problema é grave devido aos arrendamentos das terras, realizados por parte dos integrantes das comunidades, principalmente para plantio de soja. *(Correio do Povo, 19/04/05)*

UNIJUÍ TEM MAIS ESTUDANTES INDÍGENAS

A Unijuí é a universidade gaúcha com o maior número de estudantes indígenas. Há 43 universitários indígenas e a Unijuí é pioneira no acesso dos indígenas ao Ensino Superior. Todos os estudantes índios recebem bolsa de 50%. O programa Vfy de Formação de Professores Bilíngües Kaingang/Português formará a primeira turma de 41 alunos em julho. (*Correio do Povo, 20/04/05*)

SUBCOMISSÃO SE DEDICARÁ AOS POVOS DO RS

A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa aprovou, ontem, a criação de uma subcomissão para tratar de assuntos ligados às comunidades existentes no Estado. A subcomissão trabalhará durante quatro meses visitando áreas indígenas e entrevistando caciques e outros representantes das etnias. (*Correio do Povo, 20/04/05*)

CONFERÊNCIA REGIONAL DOS POVOS INDÍGENAS DO SUL

Cerca de 200 índios da região Sul estarão reunidos para a Conferência Regional em Florianópolis. Eles representam os povos Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá e terão a oportunidade de expressar sobre qual a política indigenista que necessitam. Após os cinco dias de debates, os indígenas apresentarão um documento final para ser debatido durante a Conferência Nacional dos Povos Indígenas do Brasil, prevista para o próximo ano, em Brasília. (*Site da Funai, 31/05/05*)

CD REGISTRA CANTO E SOM DOS KAINGANG

Será lançado um CD etnomusical com cantos tradicionais e sons instrumentais registrados por velhos caingangue oriundos das TIs do Alto Uruguai e residentes em Porto Alegre. Com o título 'Kanhgág Ag Vi Ymã Mág ki' (Vozes caingangue na Aldeia Grande), o disco foi produzido pelos antropólogos Rodrigo Venzon e Rogério Rosa e pelo músico Jorge Hermann. Juntamente com os indígenas, eles selecionaram 39 faixas, todas transcritas e traduzidas pelo professor caingangue Zaquero Key Claudino. (*Correio do Povo, 06/06/05*)

KAINGANG ENFRENTAM INVERNO EM BARRACAS

Cerca de 50 caingangues, incluindo 20 crianças com idades entre 4 meses e 13 anos, pro-

venientes de reservas da região, estão enfrentando o rigor do inverno acampados em barracos cobertos com lona, nas margens do rio Passo Fundo, perto da estação rodoviária. Apesar das condições subumanas das instalações, os índios alegam que precisam vir à cidade vender seus artesanatos, balaies e cestas de taquara, para conseguir dinheiro para comprar comida. (*Correio do Povo, 20/07/05*)

CARTA DE LIDERANÇAS POR DEMARCAÇÕES

Reunidos na TI Toldo Chimbangue, nós Caciques e lideranças dos povos Kaingang e Guaraní das TIs Aldeia Conda, Guaraní do Araçá, Toldo Pinhal, Toldo Imbu, Palmas e Toldo Chimbangue avaliamos que os poderes municipais e estadual pressionam intensamente o Governo Federal e este se submete a esta pressão não dando continuidade às demarcações. Exigimos a imediata retomada dos trabalhos de regularização de nossas terras. (*Cimi, 07/07/05*)

ÍNDIOS RESISTEM EM DEIXAR ÁREA EM PALMARES DO SUL

Um grupo de 41 índios guaranis se recusou a cumprir uma ordem judicial para desocupar uma área invadida de 214 ha às margens da rodovia Palmares do Sul-Osório (RST-101) há três meses, com o argumento de que seria terra de ancestrais. A Justiça concedeu reintegração de posse. (*Zero Hora, 22/07/05*)

PROJETO VISA FORMAR PROFESSOR INDÍGENA

As instituições públicas de ensino superior têm até 5 de agosto para apresentar projetos referentes ao Programa de Apoio à Implantação e Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas, desenvolvido pelo MEC, com investimento de R\$ 2,6 milhões. (*Correio do Povo, 28/07/05*)

OFICINAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Entre os dias 13 e 19 de setembro, foram realizadas nas regiões Sul e Sudeste as oficinas da IV Etapa do Programa de Formação para Educação Escolar Guarani. O objetivo do evento foi informar as comunidades escolares indígenas sobre as Políticas Públicas de Educação. (*Site da Funai, 28/09/05*)

ÍNDIOS ACAMPADOS GANHAM MORADIA

Cinco famílias de índios kaingang, totalizando mais de 40 pessoas, que estão acampadas às

margens da RS-130 há pelo menos três anos, terão, em pouco tempo, um local seguro para morar. O acordo que beneficia as famílias foi assinado no início deste mês pelo MPP, pela Prefeitura de Lajeado, pela Funai e pelo Cepi. Pelo acordo, a prefeitura concederá escritura de direito real de uso à comunidade indígena sobre uma área de 500 m², próximo à RS-454, em Lajeado. Além disso, realizará os serviços de terraplanagem do local. Já o Cepi vai providenciar a inserção da comunidade indígena em programas estaduais para fornecer a infra-estrutura social básica, como água, luz e moradia, além de apoio ao artesanato. (*Juarez Tosi, Procuradoria da República do RS, 26/10/05*)

AS CIDADES GAÚCHAS MAIS INDÍGENAS

Benjamim Constant do Sul, com 40,7%, e Charua, com 35,4%, são as cidades gaúchas com a maior proporção de indígenas no Estado, conforme levantamento feito pelo IBGE. Na comparação com os censos de 1991 e de 2000, o número de entrevistados que se disseram da etnia indígena aumentou 150%. (*Zero Hora, 14/12/05*)

SANTA CATARINA / GERAL

ÍNDIOS SE MOBILIZAM PARA GARANTIR TERRAS

Índios Guarani, Kaingang e Xokleng se reuniram na Assembléia Legislativa, em Florianópolis, para discutir a demarcação de terras, tema da Campanha da Fraternidade 2002. Representantes do Cimi e Faculdade de Antropologia da UFSC também participaram. "O Estado precisa reconhecer o erro, indenizar os colonos que compraram os terrenos e devolver o que é de direito das tribos", defendeu o deputado [Afrânio Boppré]. (*Diário Catarinense, 26/03/02*)

CONSELHO ESTADUAL DO ÍNDIO CONTESTA NÚMEROS DO IBGE

Divulgado na última quarta-feira, pelo IBGE, a existência de 1.515 índios em Santa Catarina. O Conselho Estadual do Índio contesta o número, e afirma que há cerca de 8 mil indígenas, entre Guarani, Xokleng e Kaingang no estado. No próxima segunda-feira será realizada reunião plenária do conselho do índio, quando deverá ser pedida a recontagem. Essa diferença nos números poderá ser prejudicial às comunidades, principalmente no caso da saúde. Se houver reivindicação de medicamentos, será levado em conta o número oficial. O

mesmo vale para recebimento de vacinas e cestas básicas. *(Site da Funai, 10/05/02)*

MPF INGRESSA COM AÇÃO PARA DEMARCAR TERRAS

O MPF de Joinville entrou com uma ação civil pública esta semana contra a União e a Funai. O processo pede a conclusão imediata do processo de identificação e demarcação das terras dos Guarani da região norte do Estado. Atualmente, quatro áreas ocupadas pelos índios estão sendo estudadas em Joinville, Araquari, São Francisco do Sul e Guaramirim. *(Jean Balbinotti, Diário Catarinense, 01/08/02)*

ESCOLAS INDÍGENAS

A Secretaria de Estado da Educação mantém 33 escolas indígenas. Ao todo, são 780 alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, além de 504 na Escola Cacique Vauhkê, que oferece toda a educação básica, e mais 610 índios na educação de jovens e adultos. Na perspectiva de aumentar o atendimento, estão sendo implantadas novas escolas em várias regiões do Estado. *(Diário Catarinense, 03/10/02)*

ÍNDIOS REIVINDICAM AGILIDADE NAS DEMARCAÇÕES

Cerca de 50 lideranças indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng estão acampadas em frente ao Ministério da Justiça, pedindo audiências com o ministro Márcio Thomaz Bastos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eles querem a imediata demarcação de nove TIs e a definição de uma política indigenista no Sul do país. *(Radiobrás, 27/06/03)*

UNIÃO BUSCA SOLUÇÃO PARA ÍNDIOS DE SC

O governo de Santa Catarina vai contestar no Ministério da Justiça os critérios da demarcação das TIs no estado. O ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, garantiu ao governador que a retirada das 2 mil famílias que estão em áreas indígenas no Estado só vai acontecer após o pagamento das indenizações e o reassentamento. O maior entrave é que não existe terra disponível em Santa Catarina para reassentar as famílias afetadas. *(René Müller, Diário Catarinense, 09/10/03)*

INDÍGENAS MARCHAM EM FLORIANÓPOLIS

Florianópolis será o palco das manifestações que se contrapõem à proposta do governo estadual de paralisar as demarcações de terras e criar uma comissão de políticos e empresários

para discuti-las. São 18 terras reivindicadas pelos Kaingang, Guarani e Xokleng, que representam 7.748 indígenas. Se todas fossem demarcadas, somando-se as já existentes, o território seria menor do que o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. *(Diário Catarinense, 19/04/04)*

GUARANI OCUPAM ÁREA EM JOINVILLE

Duas dezenas de Guarani foram descobertos ontem ocupando uma área particular no distrito de Pirabeiraba, em Joinville, numa região considerada de preservação permanente. Eles disseram à PM que estão no local há 15 dias e que pertenciam a uma aldeia de São Paulo. Depois de se desentenderem com integrantes da própria tribo, teriam decidido retornar a SC. *(Diário Catarinense, 25/06/04)*

PARANÁ / GERAL

PREFEITURAS DEIXAM DE REPASSAR RECURSOS

Os municípios que recebem ICMS Ecológico pela preservação das reservas indígenas não estão repassando aos índios 50% dos recursos, como determina a legislação estadual desde outubro de 1999. Do total de R\$ 1,1 milhão que deveria ter sido distribuído às aldeias no ano passado, apenas R\$ 600 mil chegaram às tribos, conforme a Assessoria de Assuntos Indígenas do governo estadual. *(Gazeta do Povo, 19/04/01)*

APROVADOS NO VESTIBULAR

Os 15 estudantes Kaingang e Guarani que passaram no primeiro vestibular exclusivo para os indígenas paranaenses já estão matriculados. As vagas preenchidas foram: duas de agronomia, uma de história, uma de odontologia e as

11 restantes de pedagogia. Os indígenas estudarão nas cinco Universidades Estaduais do Estado do Paraná. *(Site da Funai, 25/02/02)*

VAGAS EM UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Uma prova oral abriu ontem o 3º Vestibular dos Povos Indígenas, que está sendo realizado na Uniãoeste. O exame reúne 66 candidatos disputando 19 vagas nas universidades estaduais do Paraná. O curso de Pedagogia é o mais procurado, com nove candidatos. O 3º Vestibular dos Povos Indígenas está centralizado na Uniãoeste e vale para as demais instituições (UEL, UEM, UEPG, Unicentro e Unespar). Cada uma das instituições oferece três vagas. *(Miguel Portela, Gazeta do Povo, 03/02/04)*

ÍNDIOS DEVEM DEIXAR ÁREA OCUPADA

Os representantes de três etnias indígenas que ocupam desde o início de janeiro um terreno em Piraquara têm prazo de 15 dias para deixar o local. A juíza federal substituta Ana Carolina Morozowski, concedeu ontem liminar determinando a reintegração de posse da área de quatro alqueires pertencente à Fundação de Educação e Cultura Espírita. O argumento dos indígenas para a ocupação do terreno é de que a área é utilizada há 30 anos para extrair matéria-prima para fabricação de artesanato. *(Patrícia Künzel, Gazeta do Povo, 18/02/04)*

CONSULTOR DA UNESCO PARTICIPA DE SEMINÁRIO

O professor da Universidade de Paris e consultor sênior da Unesco, Mário Christian Meyer, participará do I Seminário Estadual Indígena, que acontecerá em Guarapuava. Meyer vai ex-



Kaingang ocupam área protegida próxima à cidade de São José dos Pinhais (PR).

PEDRO SERAPIÓGAZETA DO POVO/FUTURA PRESS. JUL. 2004

planar a proposta de criação de um Herbarium Científico-Pedagógico e Cultural Indígena no Paraná. O objetivo do projeto é resgatar e sistematizar a sabedoria tradicional das comunidades indígenas. (*Gazeta do Povo, 15/07/04*)

SÃO PAULO / GERAL

PANKARARU NA CIDADE

Anônimos em uma aldeia urbana, uma dezena de famílias de índios pankararus vivem na região do Jardim Sônia Maria, em Mauá. Com pele morena e poucos traços parecidos com as imagens estereotipadas dos índios, eles tentam manter suas raízes sem dispor de uma reserva própria em São Paulo. Na Região Metropolitana, eles hoje são cerca de 950 índios e 365 famílias, que vivem principalmente em favelas e conjuntos habitacionais nos bairros Real Park, Capão Redondo e Campo Limpo, na capital, Taboão da Serra e Guarulhos. Segundo o presidente da Associação SOS Indígena Pankararu, Frederico Marcionilo de Barros, a migração dos primeiros pankararus para São Paulo começou em 1955, quando os índios vieram atrás de trabalho. A negociação de uma área de 120 alqueires em Miracatu, a cerca de 120 km da capital, tramita na Funai. "Acredito que 70% dos pankararus que vivem em São Paulo irão para lá". (*Sucena Shkrada Resk, Diário do Grande ABC, 31/03/02*)

FESTA NACIONAL DO ÍNDIO EM BERTIOGA

Entre os dias 17 e 20/4, ocorreu a 3ª edição da Festa Nacional do Índio em Bertioiga. O evento reuniu em torno de 80 mil pessoas. Foram convidados cerca de 350 índios das etnias Suruí, Xerente e Karajá (TO); Pareci, Bororo, Xavante e Yawalapití (MT); Guarani (SP) e Xikrin (PA). A Secretaria de Turismo de Bertioiga tomou a iniciativa e patrocinou o evento, com o apoio da Funai. (*Site da Funai, 24/04/03*)

CRIADA ALDEIA DO SABER SAGRADO

Com um ritual de purificação, o Instituto Arapoty inaugurou, no Dia do Índio, a *opy* (casa de rezas) da Aldeia do Saber Sagrado, em Itapeperica da Serra. Segundo o diretor da organização, Kaká Werá Jacupé, trata-se do primeiro passo para transformar o espaço em um pólo para discussão de propostas para os povos indígenas brasileiros, envolvendo sábios e chefes de diversos aldeamentos. No local, haverá ainda programas pagos de plantas medicinais, educação ambiental, danças sagradas e cultura indígena. Com apoio da prefeitura, de doações particulares, de empresas e de ONGs como a SOS Mata Atlântica, o Arapoty pretende estabelecer ali viveiros de espécies nativas. (*Claúdio Vietra, Oesp, 25/04/03*)

PROGRAMA DE MORADIA

Um protocolo de intenções para o desenvolvimento e a implementação do Programa de Moradia Indígena em São Paulo foi assinado pela Funai, a CDHU e os municípios de Itanhaém, Ubatuba, Peruibe e Mongaguá. O acordo prevê a construção de 354 moradias nas aldeias Rio Branco, Capueirão, Aguapeu, Bananal, Krukutu, Morro da Saudade e Boa Vista. Segundo Amaury Viera, administrador regional da Funai em Bauru, será aplicado R\$ 8.670.000. Os projetos das casas são elaborados em parceria com os indígenas, que definem o modelo mais adequado ao modo de vida. Além das 354 previstas, 78 estão em construção. (*Ana Paula de Souza, Site da Funai, 07/10/03*)

MULHERES INDÍGENAS

Foi aberto hoje o II Encontro de Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista, em Bauru, reunindo lideranças femininas da região para discutir as necessidades das populações indígenas e elaborar um documento para ser entregue às autoridades. (*Site da Funai, 03/11/03*)

CURSO UNIVERSITÁRIO PARA PROFESSOR INDÍGENA

O governo do Estado e a USP começaram no fim de junho a oferecer o primeiro curso superior para professores indígenas da Região

ÍNDIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na Região Metropolitana de São Paulo, encontram-se três terras indígenas Guarani: Jaraguá, Krukutu e Barragem (Tenondé Porá). Além dos Guarani, vivem na região dezenas de comunidades indígenas de etnias originárias de diversos estados do País, sobretudo de regiões com baixo índice de desenvolvimento humano, como o Semi-Árido Nordestino e o Estado do Mato Grosso do Sul. Grande parte da população indígena presente em São Paulo é proveniente do Nordeste, como os Pankararu, os Fulni-ô, os Pankararé, os Atikum, os Kariri-Xocó, os Xucuru, os Potiguara e os Pataxó. Além dos povos indígenas do Nordeste, encontramos vivendo em São Paulo membros dos povos Terena (vindos do Mato Grosso do Sul), Xavante (do Mato Grosso) e Kaingang (da região centro-oeste de São Paulo). Até o momento, ainda não há um levantamento do total de etnias presentes na Grande São Paulo, mas é bem provável que haja a presença de indígenas de outras etnias e regiões além das citadas acima. Embora desconhecidos da opinião pública e desconsiderados pelas políticas governamentais, os índios na cidade de São Paulo somam uma população considerável que aumenta a cada ano. No censo de 2000, o IBGE levantou a existência de uma população de 63.789 indígenas no Estado de São

Paulo. Desse total, cerca de 3.800 residem nas aldeias e o restante vive na Região Metropolitana de São Paulo. Já em 1998, dados do IBGE indicavam uma população de 33.829 índios nessa mesma área. A forte presença de índios migrados para as cidades torna São Paulo o Estado com a terceira maior população indígena do Brasil, sendo precedido apenas pelo Amazonas (113.391) e pela Bahia (64.240). Ao que tudo indica, a maior parte dos índios que residem na região metropolitana de São Paulo é migrante do Nordeste. Vivem em condições precárias, sem acesso a serviços adequados de saúde e educação, sem moradia digna e sem condições de plena vivência de suas identidades culturais.

Com o objetivo de compreender os desafios enfrentados pelos índios que residem em São Paulo, conhecer melhor as razões que os levaram a migrar e ainda ampliar sua capacidade de lutar por seus direitos, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) organizou a oficina "Índios na Cidade de São Paulo". O evento foi organizado com o apoio da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo e o financiamento da Cafod, da Cese e da Kerkinactie, nos dias 5 a 7 de novembro de 2004, na cidade de São Paulo. Participaram 48 homens e mulheres indígenas. Da Região Metropolitana de São Paulo vieram 40 pessoas, dos povos Pankara-

ru, Pankararé, Fulni-ô, Terena, Kaingang, Kariri-Xocó, Atikum e Potiguara. Estiveram presentes, também, seis lideranças Pankararu e Fulni-ô de Pernambuco e dois representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. A presença dos índios do Nordeste foi muito enriquecedora, pois permitiu uma discussão mais ampla e integrada acerca dos problemas que atingem os índios aqui e lá. Os povos indígenas do Nordeste sofreram grande perda e redução de seus territórios tradicionais. Na região que vai de Minas Gerais ao Ceará, 42 povos indígenas ocupam cerca de 70 terras tradicionais. Apenas 10% delas estão regularizadas. Tais territórios estão localizados, em sua maioria, em região de semi-árido, com problemas de seca e devastação. Se há muitos índios do Nordeste vivendo em São Paulo, isso se deve à contínua perda de seus territórios tradicionais, aos conflitos com posseiros, à falta de trabalho e à escassez de terras produtivas. A oficina foi pautada pela premissa de que o fato de os índios se encontrarem nas cidades não os torna "menos índios" nem os torna desprovidos de direitos. As várias palestras proferidas procuraram elucidar esses direitos e os debates apontaram os possíveis caminhos para garanti-los. (Selma Gomes, CPI-SP, jun/2005)

Sudeste. O currículo foi elaborado pela Faculdade de Educação da USP apenas para profissionais que já dão aulas nas escolas em 28 aldeias do Estado. Atualmente, os professores têm apenas formação em nível médio ou magistério. O Estado investirá R\$ 7,215 milhões no curso, além das despesas com transporte e hospedagem dos índios durante as aulas na USP. A formação vai demorar três anos e equivale a um curso de Pedagogia. Parte dele é presencial e parte feito na aldeia. É o terceiro curso com esse perfil no País. (*Agência Estado, 16/08/05*)

RIO DE JANEIRO / GERAL

ENERGIA ELÉTRICA

As tribos Guarani das localidades de Araponga, em Parati, e de Bracuí, em Angra dos Reis, começaram a receber energia elétrica. A aldeia Araponga foi eletrificada com energia solar, captada por painéis fotovoltaicos, e a de Bracuí está recebendo energia elétrica convencional. (*JB, 02/04/02*)

POSTO DE SAÚDE

Os índios Guarani Mbyá, da aldeia Parati-Mirim, inauguraram dia 19 o posto de saúde que vai beneficiar 147 Guarani que vivem no local. Há vários anos os índios cobravam a construção do posto junto à Funasa. Um médico, um enfermeiro, um odontólogo, dois auxiliares de enfermagem e quatro Agentes Indígenas de Saúde compõem a equipe. (*Site da Funai, 27/01/04*)

VÍDEO SOBRE DST/AIDS

Os Guarani de Paratimirim realizaram um vídeo educativo sobre prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids. O vídeo, em guarani com legendas em português, foi orientado pela Coordenação Regional da Funasa no Rio de Janeiro, em parceria com a Fiocruz, UFF e UFRJ. Além das filmagens, os indígenas definiram o roteiro e devem participar da edição. Decidiu-se realizar duas produções, uma voltada para os homens e outra para as mulheres. No mesmo período, foi realizado, também em Paraty, mais um módulo do processo de formação educacional de 13 agentes indígenas de saúde e saneamento que atuam nas aldeias da região. (*Funasa, 03/10/05*)

ALDEIA ARAPONGA GANHA POSTO DE SAÚDE

Funasa inaugurou na aldeia Araponga, em Paraty, um Posto de Saúde com consultório médico e odontológico, sala de enfermagem e

módulo sanitário. A equipe multidisciplinar que atua no posto é formada por dois médicos, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, três auxiliares de enfermagem e um dentista, além de três agentes indígenas de saúde (AIS) que moram na aldeia. Os AIS foram capacitados pela Coordenação Regional da Funasa no Rio de Janeiro. (*Funasa, 19/10/05*)

GUARANI / TI CANTAGALO (RS)

IGREJA ENTREGA 22 CASAS PARA INDÍGENAS

O arcebispo metropolitano, dom Dadeus Grings, e a direção do Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre entregarão amanhã 22 casas à comunidade M'byá Guarani Cantagalo. As residências foram construídas com recursos arrecadados entre a comunidade católica durante a Campanha da Fraternidade 2003. (*Zero Hora, 04/12/02*)

MINISTRO DA JUSTIÇA AUTORIZA DEMARCAÇÃO

Márcio Thomaz Bastos assinou Portaria Declaratória da Terra Indígena Cantagalo. A luta dos índios Guarany M' Biá pela demarcação já dura mais de 30 anos. (*Radiobrás, 26/11/03*)

GUARANI / TI SALTO GRANDE DO JACUÍ (RS)

VALORIZAÇÃO DA CULTURA

O marketing indígena ganha força com a ajuda da Emater na reserva Salto Grande do Jacuí. Os 146 índios da aldeia Mbyá Guarani manuseiam papéis, canetas e máquinas fotográficas. O projeto Valorização da Cultura Guarani tem a intenção de incentivar os indígenas a expressar a própria cultura, mostrando a reserva sob a perspectiva guarani. Os desenhos ilustram os costumes do povo, redações contam histórias e contém desabafos, fotografias registram a identidade dos índios. Tudo fará parte de um documentário impresso, provavelmente em formato de folder. (*Zero Hora, 11/02/05*)

GUARANI / TI SÃO MIGUEL (RS)

RECURSOS DO ESTADO

A Aldeia São Miguel Poty recebeu verbas a fundo perdido através de contrato entre a coorde-

nadoria das Missões, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com o Banrisul e o Gabinete de Relações Comunitárias. A verba será aplicada na construção de casas, aquisição de equipamentos de trabalho e animais. Na aldeia existem 60 pessoas distribuídas em 16 famílias. A aldeia vai receber, ainda, mais R\$ 17 mil referente ao RS Rural 2001. (*Correio do Povo, 09/12/01*)

GUARANI QUE VIVEM AO LADO DA BR-116 TERÃO CASAS

Ainda faltam acabamentos nas 11 casas que deverão abrigar 11 famílias guaranis que vivem sob lonas à beira da BR-116. Alguns indígenas já estão na área de 202 ha desapropriada pelo governo estadual aguardando a conclusão das moradias feitas de eucalipto, com 45 m² e três peças. (*Correio do Povo, 01/08/02*)

ESTIAGEM AGRAVA SITUAÇÃO EM TI

A escassez de chuva tem tornado ainda mais difícil o cotidiano dos guaranis. Os 202 índios da reserva de São Miguel das Missões convivem com a falta de água, alimentos e perspectivas. A reserva não tem energia elétrica e dispõe de dois poços artesanais, que pouco servem para o abastecimento de água potável. Segundo Jaime Brantano, da equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena da Funasa, há coliformes fecais na água. (*Correio do Povo, 12/03/04*)

COM REGISTRO DE ARTESÃO

Cerca de 60 guaranis da Reserva Indígena de Inhacapedum, São Miguel das Missões, ganharam um presente no Dia do Índio: o registro de artesão, principal atividade deles. Os cadastros foram preenchidos na aldeia dos guaranis, onde moram 200 pessoas. Com o registro, eles poderão ter nota fiscal, vender em outros locais e expandir o mercado. (*Zero Hora, 20/04/05*)

GUARANI / MORRO DOS CAVALOS (SC)

SEM TERRA NÃO HÁ CULTURA

O projeto Sem *Tekoá* não há *Tekó* ("sem terra não há cultura"), já apresentado à Fapeu e à representante do Banco Mundial, tem valor irrisório: 50 mil reais. Mas os efeitos podem mudar a vida de quase 200 índios que vivem nas aldeias de Massiambu, Morro dos Cavalos e Imaruí. A proposta de sustentabilidade prevê a recuperação do solo a partir da adubação orgânica, o reflorestamento, o cultivo das árvores frutíferas e tanques para a criação de

peixes típicos da região ou tilápias e carpas. Também está no projeto a sugestão para a aquisição de mais terra no entorno da reserva para eles tenham mais condições de vida. *(Elaine Tavares, Rede Solidária de Entidades e Movimentos Sociais, 04/04/01)*

DUPLICAÇÃO DA BR-101 EM MORRO DOS CAVALOS

A Funai encaminhou consulta à Advocacia Geral da União sobre a legalidade da obra da duplicação da rodovia BR-101 na reserva indígena de Palhoça, Grande Florianópolis. O projeto prevê, no trecho Sul do Morro dos Cavalos, um túnel de 1.360 km [sentido de tráfego sul-norte/sul]. De acordo com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), ele deve passar sob a reserva dos Guarani. *(Gisele Kakuta Rodrigues, Diário Catarinense, 06/04/01)*

CONSULTA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

Os estudos ambientais e a proposta de compensação do projeto de duplicação do trecho Sul da BR-101 serão apresentados para as comunidades indígenas de Santa Catarina nos dias 30 de abril e 1º de maio. O Ibama analisa duas opções encaminhadas pelo DNER: um túnel que atravessa o Morro dos Cavalos ou dois viadutos afastados do morro. Apesar de ser preferencial para o DNER, Ibama e Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, o túnel enfrenta a resistência dos índios, que contam com o apoio do MPF e da Constituição. *(Gisele Kakuta Monteiro, Diário Catarinense, 27/04/01)*

EMPRESÁRIO ALEGA PROPRIEDADE

O empresário Walter Alberto Sá Bensousan contesta que a área seja reserva indígena e retorna a batalha para reaver a propriedade, que afirma ser de sua família e invadida pelos índios. Em 1996, ele entrou com uma ação de reintegração de posse na Justiça Federal. *(Gisele Kakuta Rodrigues, Diário Catarinense, 11/04/01)*

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS POR DUPLICAÇÃO DE RODOVIA

O projeto de duplicação do trecho Sul da BR-101 prevê a liberação de mais de R\$ 4 milhões para as comunidades indígenas que vivem em áreas ao longo da rodovia como medida compensatória e mitigadora pelo impacto das obras. Os recursos serão aplicados na regulamentação das propriedades e na implantação de infra-

estrutura, como construção de casas, escolas, compra de animais e de máquinas agrícolas. De Palhoça (SC) a Osório (RS) são nove comunidades indígenas Guarani formadas por cerca de 500 pessoas. *(Carolina Bahia, Diário Catarinense, 16/08/01)*

DOIS VIADUTOS

Não há mais impasse com relação à obra de duplicação da BR-101, no Morro dos Cavalos, em Palhoça: os viadutos serão erguidos, utilizando o traçado atual da rodovia. Com isso, a hipótese do túnel no Morro dos Cavalos parece sepultada. *(Angela Bastos, Diário Catarinense, 24/08/01)*

AMPLIAÇÃO

A área destinada aos Guarani dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro pode ser ampliada dos atuais 121 ha para 3.800 ha. Os estudos feitos por técnicos da Funai já foram encaminhados ao Ministério da Justiça. Os Guarani ocupam atualmente duas áreas contíguas de terras no morro dos Cavalos. *(Celso Martins, ANcapital, 26/02/02)*

INTERNET

Os Guaranis estão comemorando com ritos indígenas a chegada da Internet nas aldeias de Morro dos Cavalos e Massiambu. Oito computadores e a estrutura para conexão à rede foram instalados na Escola Indígena de Itaty, no Morro dos Cavalos. *(MPF, 21/09/03)*

ANOS DEPOIS... AINDA O IMPASSE: TÚNEL OU VIADUTO?

Um dos líderes da aldeia Guarani Morro dos Cavalos, Leonardo Weratupã, disse que a comunidade espera pela construção do túnel como solução para a duplicação da BR-101. Com isso, o objetivo é reduzir o número de índios atropelados na rodovia. Se o viaduto for aprovado, parte da aldeia continuará tendo a rodovia como vizinha. "Queremos a indenização para o investimento na infra-estrutura da aldeia e na compra de terras produtivas para a agricultura." *(Michael Gonsalves, Diário Catarinense, 02/03/05)*

GUARANI LANÇAM CAMPANHA POR DEMARCAÇÃO

No dia 9/08 acontece o lançamento da Campanha pela Demarcação da TI Morro dos Cavalos. A campanha convoca a sociedade a enviar mensagens ao ministro da Justiça solicitando que ele assine imediatamente a Portaria Declaratória. *(Cimi, 04/08/05)*

GUARANI / CAMBUÍ (PR)

DESOCUPAÇÃO DE ESTAÇÃO ECOLÓGICA

O grupo de índios que ocupa há cinco meses a Estação Ecológica do Cambuí deve deixar em breve o local. Segundo a procuradoria da prefeitura da capital, eles e a Funai serão informados nesta semana da decisão de reintegração de posse. As cerca de cem pessoas que estão no local dizem que não pretendem se opor a uma decisão judicial de desocupação, mas não têm para onde ir. No início do ano, o mesmo grupo estava acampado num terreno das Faculdades Espíritas, e teve de deixar o local por determinação da Justiça. *(Gazeta do Povo, 31/08/04)*

GUARANI / IGUAÇU (PR)

ÍNDIOS PRESTES A SAÍREM DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

O impasse entre o Ibama e os índios avá-guarani na invasão que dura 16 dias no Parque Nacional do Iguaçu está próximo do fim. O juiz da 2ª Vara Federal, Rony Ferreira, suspendeu por dez dias a concessão de liminar ao pedido de reintegração de posse solicitada pelo Ibama. Enquanto isso, a Funai deve buscar uma área (na forma de arrendamento e com opção de compra) para assentar os 55 índios. Porém, o procurador federal da Funai, Fernando Gustavo Knoerr, não confirma a existência de recursos para isso. A audiência ontem entre os índios e o Ibama foi tensa. Cerca de 30 índios pintados e portando arco e flecha acompanharam a dura negociação comandada pelo cacique Simão Tupã, que se mostra irredutível. O cacique argumenta que o Parque Nacional também pertence ao povo indígena. *(Mônica Cristina Pinto, Gazeta do Povo, 19/10/05)*

FLECHAS E BALAS EM RETIRADA DE ÍNDIOS

Cerca de 100 policiais federais, militares e florestais retiraram na manhã de ontem um grupo de 50 índios avá-guarani do Parque Nacional do Iguaçu. Os policiais desmontaram 12 barracas na mata e levaram os índios de volta à reserva de Santa Rosa do Ocoí. Ao chegar na aldeia, alguns índios se rebelaram e atiraram pedras e flechas contra os agentes, deixando três policiais federais feridos. No revide, quatro índios foram atingidos por balas de borracha. Toda a ação foi tensa, mas, depois da confusão, os índios deixaram o local. *(Denise Paro, Gazeta do Povo, 23/11/05)*

**GUARANI / SUPERAGUI
(PR)**

**ALDEIA SE INSTALA EM
PARQUE NACIONAL**

O cacique Alcides, líder de uma aldeia instalada no Parque Nacional do Superagui, chegou com a família em 1990. A aldeia recebeu outras famílias, chegando a 40 índios. Segundo a gerente do parque, já foram registrados casos de venda de carne de tatu, captura e venda de micos-leões-de-cara-preta e filhotes de papagaio-de-cara-roxa. *(Oesp, 27/03/01)*

**GUARANI / TI AVÁ
GUARANI (PR)**

**FUNAI TENTA CONTER
INDÍGENAS DO PARAGUAI**

A invasão de índios guaranis do Paraguai por Foz do Iguaçu preocupa as autoridades brasileiras. A Funai já está tentando barrar a passagem deles. O que mais atrai aos guaranis paraguaios é a concessão de cesta básica, aposentadoria e assistência médica brasileiros. *(Denise Paro, Gazeta do Povo, 07/06/01)*

REEDUCAÇÃO ALIMENTAR

A subnutrição que atinge índios avás-guaranis da aldeia de Santa Rosa do Ocoí começará a ser combatida na semana que vem. Eles poderão participar de um programa de reeducação alimentar. A iniciativa é da Funai e Funasa, com o apoio da Prefeitura local. Uma nutricionista vai ajudar os índios a mudar a dieta, comprometida por causa dos costumes do homem branco trazidos para a comunidade. *(Patrícia Lunovich, O Estado do Paraná, 10/08/01)*

CASAS DE MADEIRA

Com sapê, palha e cipó em falta nas reservas indígenas, os avá-guaranis da região oeste do Paraná não conseguem mais ampliar o número de moradias nas aldeias. A fim de amenizar o problema, a Itaipu Binacional fez uma parceria com prefeituras para construir 40 casas de madeira aos índios das reservas do Ocoí e Tekoha Añetete. Também foi assinado um termo de compromisso para a construção de outras 19 casas em cada aldeia, com um investimento de R\$ 636 mil. Um total de 70% dos recursos vem da Itaipu e outros 30% das prefeituras. *(Denise Paro, Gazeta do Povo, 24/06/04)*

**GUARANI / TI ILHA
DA COTINGA (PR)**

BAÍA CONTAMINADA

Uma comunidade de 100 índios guaranis da ilha da Cotinga ficou isolada depois do acidente na baía de Paranaguá. Eles souberam do vazamento [de amônia] e decidiram não tocar mais na água. Sem entrar no mar, não puderam ir à cidade nem saber mais sobre o acidente. Como a área foi interditada, a Funai ficou impossibilitada de ir até o local para orientar os guaranis. Hoje, o procurador federal da Funai, Derly Cardoso Fiúza, vai à ilha com funcionários da Petrobrás para explicar o que está acontecendo. *(Gazeta do Povo, 20/10/01)*

**GUARANI / TI LARANJINHA
(PR)**

EXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL

Os guaranis pediram ao DNPM licença para explorar e engarrafar água mineral. Os índios

perfuraram um poço na aldeia porque o riacho estava com a água contaminada e as crianças morriam com viroses. A água do poço surpreendeu vários geólogos por sua pureza e pela composição dos nutrientes. O poço tem uma vazão de 150 m³ por hora e hoje a maior parte da água mineral é desperdiçada. Com o objetivo de engarrafar a água, os índios criaram a Cooperativa de Mineração Porã da Comunidade Guarani da Terra Indígena Laranjinha-PR (Coomporã). Segundo o presidente da organização, Dênis Uikã, a aldeia está procurando um sistema que possa engarrafar ao mesmo tempo água mineral e guaraná. Caso não consigam dinheiro público, vão procurar ajuda na iniciativa privada. Eles já foram assediados por representantes de uma cervejaria brasileira e de uma multinacional sueca de leite, interessadas em explorar a água mineral. O engarrafamento da água, segundo eles, é um meio de dar sustentabilidade a uma tribo que já não tem muito espaço para plantio. *(Hugo Marques, JB, 27/10/01)*

**GUARANI / ILHA DO
CARDOSO (SP)**

GUARANI SAEM DA ILHA

O cacique Marçílio, da aldeia no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo, conta que os de mais idade sonharam e por isso eles foram para lá [em 1992]. Chegou num grupo de 40 índios, que depois se subdividiu em dois; sua família e agregados ficaram no parque. Em 1999 instalou-se lá um grupo proveniente de Peruíbe, que vivia da venda de plantas ornamentais. Em novembro, índios e administradores do parque decidiram pela saída do grupo, que foi para Miracatu (SP). Desde o início, a instalação dos guaranis na Ilha do Cardoso suscitou discussões entre os responsáveis pelo parque. A Procuradoria-Geral da República decidiu, em 1996, que os índios tinham direito de ficar. Os planos de manejo e gestão ambiental foram discutidos com os índios e os problemas com o lixo e a caça para venda diminuíram. *(Oesp, 27/03/01)*

**GUARANI / JURÉIA-ITATINS
(SP)**

**GUARANI OCUPAM
ESTAÇÃO ECOLÓGICA**

Liderados pelo cacique Ailton, cerca de 42 índios abriram uma clareira na mata de restinga da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em São Paulo, para construir seis casas com roças. O



CHRISTIAN RIZZI/FOLHA IMAGEM. 2005

Índios guarani na reserva Ocoí, em São Miguel do Iguaçu (PR).

líder do grupo fazia parte dos primeiros índios que foram para a Ilha do Cardoso. No caminho de um lugar para outro ganhou a companhia de familiares e agregados. O grupo então mudou-se para o Parque Estadual Intervales, também em São Paulo. Em junho de 2000, outro grupo, composto de 24 famílias, foi deslocado pela Funai para a Juréia-Itatins, depois de um conflito entre índios na aldeia do Bananal, Peruíbe. A Juréia-Itatins tem problemas fundiários, com a extração ilegal de palmito e captura de animais para tráfico. Diversos carregamentos de palmito já foram detectados em ônibus urbanos, mas não puderam ser apreendidos porque estavam com os índios. Problemas semelhantes também existem no Parque Estadual Intervales (Ribeirão Grande) e na região de Monguá. *(Liana John, Oesp, 27/03/01)*

GUARANI / RENASCER (SP)

ALDEIA CENOGRÁFICA GANHA INFRA-ESTRUTURA DE VERDADE

A aldeia cenográfica invadida [que fora construída para o filme *Hans Staden*] há dois anos por índios, em Ubatuba, vai ganhar obras de melhorias no abastecimento de água, construção de banheiros e fornecimento de remédios. O anúncio foi feito ontem pelo coordenador da Funasa, durante reunião com a tribo. Na semana passada, o índios impediram a saída de técnicos da Funasa do local, em protesto contra a falta de condições de moradia. Em 15 dias, deve ser realizada uma reunião com a secretaria de Saúde de Ubatuba para a definir a prestação de atendimento médico na tribo. *(O Globo, 06/11/01)*

GUARANI / SETE BARRAS (SP)

CHEGADA EM 2000

O cacique Ailton, que esteve na Ilha do Cardoso e na Juréia-Itatins, em fevereiro de 2000, instalou-se com a família em uma nova aldeia, no Parque Estadual Intervales. São 28 índios, com pequenas roças, ocupando uma área de vegetação secundária, afastada da sede do parque e da área de visitação. Sua presença na unidade de conservação suscitou novos debates e reações no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, mas o MPF avocou o caso para si. *(Agência Estado, 27/03/01)*

AÇÃO MOVIDA CONTRA FUNAI

Tramita na 4.^a Vara Federal de Santos um pedido de reintegração de posse da Fundação Flo-

restal, que administra a área de preservação ambiental do Parque Estadual Intervales, contra a Funai. Os invasores, conforme o processo, são índios guaranis, que ocupam uma área de 10 ha do parque. Para o órgão estadual, a Funai seria a responsável pela migração desse grupo. Hoje 118 índios estão no parque. *(Zuleide de Barros, Agência Estado, 18/11/01)*

ENTRADAS E SAÍDAS

A tribo de índios Guaranis liderada pelo cacique Ailton, que há cerca de um ano tinha invadido uma área do Parque Estadual Intervales, abandonou o lugar. O grupo, com 27 famílias, totalizando 95 índios, tomou o rumo do Paraná e o destino final seria Santa Catarina. Técnicos da Fundação Florestal contaram que o cacique Ailton estava descontente com o grupo do cacique Karaí, que se estabeleceu na mesma reserva. O grupo de Karaí, com cerca de 60 integrantes, entrou na reserva há quatro meses, vindo da Aldeia do Bracuí, no município de Angra dos Reis (RJ), e continua no local. O pedido liminar de despejo foi negado, mas o processo ainda tramita na Vara Federal de Santos. *(José Maria Tomazela, Oesp, 13/05/02)*

GUARANI / XIXOVÁ-JAPUÍ (SP)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PEDE RETIRADA DOS ÍNDIOS

Foi em 23/01/2004, em meio às festividades da Fundação da Vila de São Vicente, que indígenas Guaranis e Tupi-Guarani passaram a ocupar o Parque Estadual Xixová-Japuí, no município de São Vicente, litoral sul paulista. Por solicitação da Secretaria de Meio Ambiente, em

11/02/2004 a Procuradoria Geral do Estado deu entrada a uma Ação Civil Pública contra a Funai, requerendo a concessão de liminar para que o órgão retirasse imediatamente os índios do parque. O Ministério Público Federal convocou então uma reunião no dia 05/05/2004, com o objetivo de discutir a criação de um GT para estabelecer diretrizes no encaminhamento da questão, o qual que deve ser composto pela Funai e pelo Ibama, com a participação da prefeitura de São Vicente, do governo do estado de São Paulo, do IF, da União, da Funasa e de outros eventuais interessados, sendo assegurada a participação da comunidade indígena. *(Valéria Macedo, ISA, 15/05/04)*

GUARANI / TI BARRAGEM E TI KRUKUTU (SP)

INAUGURADA UNIDADE DE SAÚDE

Os guaranis da Aldeia Krukutu, em Parelheiros (São Paulo), inauguram amanhã uma Unidade Multifuncional de Saúde, composta de um posto médico odontológico e uma cozinha comunitária. A unidade foi construída por Furnas Centrais Elétricas como resultado de ação determinada pelo MPF no Termo de Ajustamento de Conduta por conta da construção da Linha de Transmissão Itaberá-Tijuco Preto III. O projeto vai beneficiar 134 habitantes da aldeia. *(Maura Campanilli, Oesp, 21/02/02)*

ALDEIAS VÃO RECEBER RENDA MÍNIMA

Na Aldeia Morro da Saudade, na Barragem, em Parelheiros, um grupo de 92 famílias começaram a ser beneficiadas pelo Programa Renda



Mulher Guarani faz artesanato em frente à sua casa, na Aldeia Krukutu, em Parelheiros.

Mínima, da Prefeitura. Cada família vai receber R\$ 180,00 mensais. “Os critérios para beneficiar essas famílias são os mesmíssimos usados na cidade”, explicou a prefeita. *(Bárbara Souza, Oesp, 15/01/03)*

CENTROS DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CECI)

Na última 6ª f., a prefeitura de São Paulo inaugurou dois Centros de Educação e Cultura Indígena (Ceci) nas aldeias Krukutu e Tenonde Porã, no extremo sul da capital paulista, em resposta às reivindicações dos Guarani diante do descaso histórico no trato da questão indígena pelas políticas públicas no município. As atividades desses centros estarão voltadas para as crianças com até seis anos, uma vez que as aldeias possuem escolas estaduais dirigidas para a formação acima de sete anos. O espaço, porém, estará aberto a toda a comunidade para usos diversos, incluindo aulas de computação. *(Valéria Macedo, ISA, 01/02/04)*

CAIXA ECONÔMICA VAI ÀS ALDEIAS

A Caixa montou um posto de atendimento em duas reservas indígenas de São Paulo, onde existem cerca de 500 índios das comunidades Krukutu e Tenonde Porã, para explicar como funciona o sistema bancário, como abrir uma conta e obter crédito. Estão à disposição das duas comunidades para realizar a abertura de contas, disponibilizando um limite de crédito no valor de R\$ 200,00 a juros de 2% ao mês. *(Assessoria de Imprensa da Caixa Econômica Federal, 17/02/05)*

GUARANI / TI BOA VISTA (SP)

ESTRADA, ENERGIA, PEIXE E FRANGO

Aproximadamente 130 Guarani da aldeia Boa Vista serão beneficiados, ainda este ano, com

a melhoria da estrada que liga a aldeia à BR-101. Além disso será implantado um projeto de subsistência para criação de peixes e frango, graças a um convênio firmado entre a Funai, Arquidiocese e Prefeitura de Ubatuba. No próximo mês os Guarani terão ainda energia elétrica na aldeia, resultado de uma parceria firmada entre a Funai e Furnas, que liberou 40 mil reais para instalação da rede. *(Site da Funai, 13/03/02)*

GUARANI / TI ITAÓCA (SP)

DEMARCAÇÃO INTERROMPIDA

Os índios da aldeia Itaóca estão apreensivos com a interrupção, por ordem judicial, do processo de demarcação da reserva, que vinha sendo feita pela Funai. Ontem representantes das aldeias do Litoral sul manifestaram apoio aos integrantes da tribo. Com as faces, braços e mãos pintados com tinta extraída do urucum, eles saíram da aldeia, carregando faixas e cartazes, pedindo o reinício do trabalho de demarcação das terras. Membros da Associação dos Índios Tupi-Guarani, do Cimi, do Programa de Apoio aos Povos Indígenas e da Funasa acompanharam a manifestação, que reuniu cerca de 60 índios. O trabalho de demarcação foi interrompido no início de fevereiro, devido a uma



Na inauguração do terceiro Centro de Educação e Cultura Indígena (Ceci) na TI Jaraguá, em 06/06/2004, estiveram presentes, além da comunidade, importantes líderes Guarani: Timóteo (sentado ao lado da prefeita Marta Suplicy), Jandira Martim (conversando com a prefeita) e José Fernandes (foto ao lado). Abaixo, crianças se dirigem ao Ceci Tenondé Porã.



FOTOS VALÉRIA MACEDO/ISA, 2004



liminar, concedida pela Justiça à ação cautelar impetrada pelos funcionários da Fazenda Itaóca. *(A Tribuna, 21/02/01)*

GUARANI / TI JARAGUÁ (SP)

PROGRAMA RENDA MÍNIMA

A Comunidade Guarani do Morro Jaraguá será a próxima beneficiada pelo Programa Renda Mínima. Já foram distribuídos cartões magnéticos do programa para aproximadamente cem famílias das Comunidades Guarani do Morro da Saudade e Krukutu, da cidade de São Paulo. *(Site da Funai, 11/02/03)*

FALTA DE ATENDIMENTO E ÓBITOS

Uma criança de um ano e nove meses e dois recém-nascidos morreram nesta semana na aldeia guarani Tekoa Pyau, no Jaraguá. Lideranças locais dizem que as mortes poderiam ter sido evitadas se os médicos mantidos através de um convênio entre a prefeitura paulistana e a Unifesp estivessem na aldeia – há um mês eles não aparecem na região por falta de pagamento. A aldeia, com 210 moradores, sendo 97 crianças de até 7 anos de idade, contava diariamente com o apoio de um médico, um dentista, um enfermeiro e uma auxiliar de enfermagem. *(Fabio Schivartche, FSP, 14/11/05)*

GUARANI NO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente acusa índios da aldeia guarani Tekoa Pyau de invadir área do Parque Estadual do Jaraguá, localizado na zona norte de São Paulo. Segundo a secretaria, há uma confusão na demarcação do território desde o ano passado e, na semana passada, os índios entraram em terreno do parque para plantar palmeiras (de onde extrairão palmito). De acordo com o índio Alísio Gabriel Tupã Mirim, nenhuma vegetação do parque foi cortada. “Os índios apenas carpíram a área para poder começar a plantar as árvores nativas que recebemos”. *(Diário da Amazônia, 24/10/05)*

GUARANI / TI RIBEIRÃO SILVEIRA (SP)

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

A comunidade Guarani da Aldeia Rio Silveira receberá do prefeito de Bertiooga um laboratório de informática com 15 computadores. A nova sala, instalada na Escola Indígena Nhembo e á Porã, será utilizada pelos 80 alunos do

ensino fundamental, 41 da tele-sala e 20 da educação de jovens e adultos. *(Site da Funai, 15/05/02)*

PROJETO CONCORRE A PRÊMIO DA FGV

Vinte projetos sociais de municípios e organizações indígenas de todo o país apresentam amanhã seus projetos. Eles concorrem ao prêmio Gestão Pública e Cidadania, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas, e foram selecionados entre outros 900 no início do ano. O Projeto Jeju para o Reflorestamento do Palmito, que será representado por Vando Karai, liderança Guarani de Ribeirão Silveira, está entre os concorrentes. O projeto foi implementado há seis anos e propõe o replantio das espécies de palmito juçara, pupunha e açai. *(Site da Funai, 05/12/02)*

KAINGANG / MORRO DO OSSO (RS)

KAINGANG EM PARQUE MUNICIPAL

A Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre ingressou ontem na Justiça Federal com pedido de reintegração de posse da área ocupada por índios caingangues no Morro do Osso (Porto Alegre). Afirma que o local é parque público, reserva ambiental e propriedade do município. *(Correio do Povo, 15/04/04)*

PERMANÊNCIA GERA ATRITOS

Um carregamento de madeira recebido na semana passada por caingangues acampados no Morro do Osso revoltou moradores do bairro Sétimo Céu e defensores do parque. Eles temem que o material seja usado para manter o grupo no local com a construção de casas. Os caingangues acreditam haver no local um cemitério onde estariam enterrados os ossos de seus antepassados. Diante da informação – descoberta na Internet –, garantem que só sairão da rua para dentro do parque. *(Lúcia Pires, Zero Hora, 05/10/04)*

FUNAI APÓIA RETIRADA DE ÍNDIOS

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, demonstrou apoio à Prefeitura de Porto Alegre para a saída dos índios caingangues do Morro do Osso. A prefeitura pretende começar o investimento na infra-estrutura da área já destinada aos índios, localizada na Lomba do Pinheiro. Moesch argumenta que o Morro do Osso, além de ser uma unidade de conserva-

ção, não oferece condições de subsistência e de segurança. *(Correio do Povo, 30/03/05)*

ÍNDIOS AGRIDEM SECRETÁRIO NA CAPITAL...

Ao vistoriar uma construção irregular sábado à tarde no Parque Natural do Morro do Osso, na zona sul de Porto Alegre, o secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moesch, foi agredido por cerca de 20 caingangues, alguns com paus e barras de ferro. O secretário teve o nariz quebrado e sofreu lesões na cabeça e nas pernas. Em um dos acessos do parque, conhecido como Sétimo Céu, já estavam 10 funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente que deveriam desmontar a moradia de 20 metros quadrados, erguida com tábuas de costaneira. De acordo com os índios, a prefeitura não tem poder para retirá-los do local, pois o assunto tramita na Justiça Federal. Os caingangues reivindicam a posse dos 328 ha do parque. *(Zero Hora, 06/06/05)*

... SÃO INTIMADOS A DEIXAR O PARQUE...

A área é reivindicada pela prefeitura, que pretende levar os indígenas para a reserva do Cantagalo, também na Zona Sul. Além de determinar a reintegração de posse, o juiz federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, da Vara Ambiental, Agrária e Residual, quer que a prefeitura providencie infra-estrutura para a acomodação da comunidade, com água, luz e uma escola. *(Zero Hora, 18/10/05)*

... MAS, SE RECUSAM A SAIR

As 26 famílias de caingangues que invadiram área adjacente ao Parque Natural do Morro do Osso não sairão mesmo que a desocupação tenha sido determinada judicialmente. A garantia foi do cacique Jaime Alves, em reunião, ontem, organizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia. O administrador substituto da Funai no Rio Grande do Sul, João Alberto Ferrareze, disse que está em estudo o pedido, encaminhado pelos caingangues, para que o Morro do Osso seja determinado como área indígena. *(Correio do Povo, 09/11/05)*

BAIRROS NÃO QUEREM ÍNDIOS NO OSSO

Moradores de bairros próximos ao Parque Natural do Morro do Osso deflagraram uma campanha pela saída das 26 famílias de índios caingangues que ocupam uma área adjacente ao morro. Integrantes de cinco associações que representam moradores afixaram faixas e car-

tazes e distribuem adesivos de carros com os dizeres 'O Morro do Osso é de todos. Não à invasão' em lugares de grande circulação na região. Também vão agendar visitas com o prefeito José Fogaça, com vereadores e com instituições envolvidas na questão. *(Correio do Povo, 21/11/05)*

KAINGANG / TI BORBOLETA (RS)

KAINGANG IMPEDEM QUE COLONOS FAÇAM COLHEITA

Dezenas de caingangues impediram ontem que um grupo de colonos fizesse a colheita de soja e de milho na antiga Granja Oriental, no distrito de Capão Bonito. Os índios queimaram pneus e madeiras na única via de acesso a uma das lavouras dos agricultores, que são dissidentes do MST e ocupam a área desde 1999. Os índios querem a demarcação da área denominada Borboleta, com mais de 48 mil ha. *(Zero Hora, 19/04/01)*

ÍNDIOS BLOQUEIAM ACESSO A ASSENTAMENTO

Um acampamento de 45 famílias de descendentes de caingangues está bloqueando desde terça-feira o acesso de um assentamento do Incra na antiga Granja Oriental. O grupo de índios que interrompe o acesso dos colonos ocupa uma área de 31 ha do assentamento, onde 43 famílias de agricultores vivem há três anos. Os indígenas reivindicam um local para assentamento provisório, enquanto a área denominada Borboleta passa por estudos de demarcação. *(Vivian Eichler, Zero Hora, 29/07/02)*

KAINGANG / TI CACIQUE DOBLE (RS)

PLANTAÇÃO DE SOJA TRANSGÊNICA

Caingangues do município gaúcho de Cacique Doble começaram a plantar soja transgênica ontem, em uma afronta à determinação da medida provisória nº 131, que estabelece que o Ministério do Meio Ambiente pode proibir os transgênicos em TIs. É o terceiro ano em que os índios da região plantam transgênicos, apesar da proibição do governo. A área que tem sido plantada com transgênicos chega a 600 ha. Na safra 2003/4, a extensão deverá ser ampliada para quase mil ha. Ao todo, em 2002 foram colhidas 20 mil sacas de soja transgênica nas áreas semeadas pelas famílias indígenas. *(FSF, 17/10/03)*

KAINGANG / TI GUARITA (RS)

DESNUTRIÇÃO MATOU 11 CRIANÇAS

A Procuradoria Geral da República encaminha hoje à Funasa um documento recomendando que o órgão implante um plano emergencial de controle da mortalidade de crianças indígenas em todo o Estado. A medida foi tomada devido à morte, por desnutrição, de 11 crianças na Reserva da Guarita, em Redentora, entre dezembro e março. *(Silvana Castro, Zero Hora, 09/03/01)*

KAINGANG RECEBEM ALIMENTOS

Os 315 índios caingangues da Reserva da Guarita com problemas de desnutrição começam a receber hoje refeições preparadas em oito escolas da aldeia. O plano de emergência para reverter o quadro de fome, que provocou a morte de 10 crianças indígenas este ano, utiliza 130k de leite em pó, além de arroz, feijão, carne, massa, legumes e frutas. O mutirão de emergência para os próximos 40 dias envolve o município, o Estado e a União. Um total de 24 crianças indígenas, somente da reserva da Guarita, estão internadas em hospitais de Redentora, Ijuí e Passo Fundo. *(Correio do Povo, 13/03/01)*

INVESTIGADO USO DE CARTÃO DE ÍNDIOS

A PF de Santo Ângelo vai apurar denúncias de que cartões magnéticos de aposentados indígenas estariam sendo utilizados por comerciantes. A irregularidade estaria ocorrendo na Reserva da Guarita. Conforme o deputado Roque Grazziotin (PT), que preside a comissão que investiga o caso, os cartões magnéticos de aposentados indígenas foi negociado com comerciantes em troca de comida. *(Zero Hora, 12/07/01)*

PRECARIEDADE DAS MORADIAS CAUSA DESNUTRIÇÃO

A precariedade das casas habitadas pelos caingangues é uma das causas da morte e da maioria das doenças das crianças indígenas. A essa conclusão chegaram ontem, em uma reunião, os líderes das oito aldeias que fazem parte da Reserva Indígena da Guarita. Só em três aldeias da Guarita, no verão passado, morreram 22 crianças. A maioria entre zero e cinco anos. Neste ano, elas já começaram a adoecer. *(Carlos Wagner, Zero Hora, 10/01/02)*

MAIS 12 POÇOS ARTESIANOS

A Funasa perfurou oito poços artesanais em sete aldeias da Reserva da Guarita. O trabalho faz parte de mobilização iniciada no inverno passado para garantir água potável aos 3 mil índios da reserva. Outros quatro poços foram abertos em áreas de Tenente Portela integradas à Guarita. *(Correio do Povo, 13/04/02)*

RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS

Mais de cem índios da Reserva da Guarita, em Miraguaí, acompanharam a apresentação do relatório da Comissão Especial para Tratar da Violência contra os Índios, do Congresso, sobre o assassinato do indígena Leopoldo Crespo. O documento foi apresentado ontem pela deputada federal Maria do Rosário (PT), em audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia. A reunião segue hoje com participantes do Ministério da Justiça. *(Zero Hora, 29/04/03)*

ASSASSINOS DE KAINGANG SÃO CONDENADOS

Foram condenados, pelo Tribunal do Júri, os assassinos do Kaingang Leopoldo Crespo. Os sete jurados acataram por unanimidade a tese do MPE que caracterizou o crime como homicídio duplamente qualificado. *(Cimi, 27/06/03)*

VEÍCULOS SÃO APREENDIDOS POR ÍNDIOS

Os caingangues da Reserva da Guarita retiveram dois carros da Funasa. Conforme o cacique Carlinhos Alfaiate, a comunidade está sendo prejudicada pelo não-cumprimento dos horários pelos profissionais e pelo descaso no transporte dos indígenas. *(Silvana de Castro, Zero Hora, 03/09/03)*

ÍNDIOS BLOQUEIAM ESTRADA EM TENENTE PORTELA

Com troncos e pedras, caingangues da Reserva da Guarita obstruíram ontem uma rodovia em Tenente Portela em protesto pelo atraso em seis meses dos salários de funcionários das escolas indígenas. Por oito horas, a estrada RS-330 ficou interrompida no km 22. *(Silvana de Castro, Zero Hora, 19/03/04)*

ÍNDIA DISPUTA ELEIÇÃO PARA CACIQUE

A agricultora Brasília Ribeiro Freitas, contrariando os costumes, se tornou a primeira representante do sexo feminino a concorrer em uma

eleição para cacique na Reserva da Guarita, a maior do Estado. Sete candidatos concorrem ao posto na reserva de mais de 23 mil hectares. *(Silvana Castro, Zero Hora, 14/12/04)*

KAINGANG / TI LIGEIRO (RS)

VOTOS EM GRÃOS!

O caingangue Danilo Braga, 27 anos, foi eleito o novo cacique da Reserva Indígena do Ligeiro. Eleito por 392 dos 590 votantes, Braga é o primeiro cacique escolhido em eleição direta na história da reserva. Como grande parte da população da reserva é formada por índios semi-analfabetos, Vilácio era representado por grãos de soja, e Danilo, de feijão. Dessa forma, os eleitores escolhiam o candidato e depositavam o grão correspondente em uma caixa. *(Fernanda Crancio, Zero Hora, 11/05/01)*

ÍNDIOS RETORNAM PARA CHARRUA

Um grupo de 45 caingangues que estava acampados no parque de rodeios de Tapejara deixou ontem o local, após negociação com a Justiça e o Ministério Público. Uma nova reunião hoje, em Charrua, deve buscar solução para os constantes conflitos entre os índios que vivem na reserva do Ligeiro. O grupo liderado pelo ex-cacique Danilo Braga e o vereador de Charrua Ari Domingues havia deixado a reserva devido a brigas internas com o novo líder. Braga foi deposto depois de um flagrante de retirada ilegal de madeira. *(Zero Hora, 20/05/05)*

KAINGANG / TI NONOAI (RS)

FUNAI DELIMITA TI

A Funai constituiu grupo de trabalho para efetuar a delimitação da TI Nonoai. A delimitação dessa área, de aproximadamente 34.000 ha, beneficiará 590 famílias, com uma população de 2.600 Kaingang. *(Site da Funai, 22/08/01)*

PROTESTO KAINGANG INTERDITA RS-324

O trânsito na RS-324 foi normalizado ontem, após a libertação dos cinco caingangues presos desde terça-feira no Presídio Regional de Passo Fundo. A rodovia, que cruza aldeias no Toldo Indígena de Nonoai, estava bloqueada há uma semana. O cacique José Orestes Nascimento e quatro companheiros tinham sido presos em flagrante pela PF, após o cumprimento de uma ação de desobstrução da RS-324, expedida pela Justiça de Planalto. O governo estadual se comprometeu a liberar imediatamente R\$ 251 mil

para a construção emergencial de um caminho paralelo ao asfalto, de 10 km de extensão. Serão estudadas também a instalação de redutores de velocidade e nova sinalização. *(Vivian Eichler, Zero Hora, 16/08/02)*

MORTE DE ÍNDIO ACIRRA CONFLITO

A comunidade indígena de Nonoai está revoltada. Os índios afirmam que a morte de um caingangue surdo-mudo, provavelmente a pedradas na madrugada de sábado, teria sido motivada por vingança, na conflituosa convivência entre indígenas e brancos na região. Toda semana os índios são ameaçados. "Por causa de terra, estamos perdendo a vida. Meu filho nunca fez mal a ninguém e foi morto feito bicho", lamenta Marilene Pedroso. Ainda não sabemos se esse crime tem relação com a disputa de terras, mas a tensão dos últimos tempos leva os índios a associarem a este motivo. A fazenda de cerca de mil hectares do prefeito também foi demarcada como indígena. Nas terras, cerca de 20 famílias caingangues estão acampadas e detêm a posse judicial. *(Vivian Eichler, Zero Hora, 10/11/03)*

KAINGANG / TI RIO DOS ÍNDIOS (RS)

ÍNDIOS OCUPAM PRÉDIO DA FUNAI EM PASSO FUNDO

Setenta caingangues ocuparam a sede regional da Funai em Passo Fundo para pedir a demarcação imediata da área de Rio dos Índios, com área próxima de mil hectares. *(Elder Ogliari, Oesp, 07/12/04)*

COMEÇA DEMARCAÇÃO

Uma área de 715 ha, no município de Vicente Dutra, formará a reserva indígena Rio dos Índios. No território destinado à reserva vivem 68 famílias de agricultores. O vice-cacique da aldeia, Luiz Salvador, afirma que o compromisso da comunidade indígena é de que nenhum agricultor saia da área antes de receber da Funai a indenização pelas benfeitorias. *(Correio do Povo, 13/09/05)*

KAINGANG / TI SERRINHA (RS)

COLONOS DE SERRINHA SERÃO REASSENTADOS

O governo estadual deverá apresentar nesta semana três áreas para reassentar agriculto-

res que se encontram em território indígena. O cadastramento realizado pelo gabinete de Reforma Agrária contabilizou cerca de 400 famílias que poderão ser reassentadas ou optar pela indenização. As três áreas ficam próximas a Cruz Alta, a mais de cem quilômetros da localização atual. Dezesete famílias que estavam listadas em um cadastro anterior da Funai receberão um total de R\$ 470 mil em indenizações para deixar a área indígena. *(Zero Hora, 15/04/01)*

ACORDO LIBERA RS-324

Após três horas de reunião ontem, os 380 agricultores e caingangues decidiram desobstruir a RS-324. A rodovia estava interdita desde a semana passada e o acordo só foi feito depois que o secretário da Reforma Agrária, Antônio Marangon, garantiu que o Estado vai começar a reassentar ou indenizar as 298 famílias de colonos que residem na reserva da Serrinha, dando lugar aos indígenas. *(Correio do Povo, 24/05/01)*

TERRAS RECUPERADAS

Metade das TIs da Serrinha, no Alto Médio Uruguai, já foi devolvida aos caingangues. No local ocorreu investimento do governo estadual, desde 1999, de cerca de R\$ 15,838 milhões na retirada de 481 famílias de agricultores. Até o final do ano, serão investidos R\$ 18 milhões para a conclusão de reassentamentos e indenizações dos agricultores da região. Até este mês, foram devolvidos 5.870 ha aos índios e retiradas 481 famílias da Serrinha. *(Diário Catarinense, 24/03/02)*

KAINGANG / TI VENTARRA (RS)

PARECER DO MP É FAVORÁVEL A ÍNDIOS

A ação cível proposta pela Funai de reintegração de posse aos caingangues da aldeia Toldo Ventarra recebeu ontem parecer favorável do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Segundo o parecer, desde 1911 foi demarcada a favor dos índios uma área de 753 ha. A partir da década de 60, em razão de conflitos agrários e de políticas expansionistas do governo gaúcho, os índios foram sendo expulsos da região. *(Correio do Povo, 19/02/02)*

GUARANIS ACAMPAM ÀS MARGENS DA RS-135

Um grupo de 44 guaranis está acampado, desde a última terça-feira, às margens da RS-135.

Os acampados reivindicam uma área de 230 ha na localidade de Ventarra Baixa. O cacique Joel Pereira explicou que o grupo, que morava na reserva indígena caingangue de Cacique Doble, reivindica as terras desde 2000 junto à Funai. *(Correio do Povo, 02/10/03)*

REIVINDICAÇÃO KAINGANG É CONTESTADA

O presidente da Comissão de Assuntos Indígenas e Quilombolas da Costa do Uruguai, Roberto Rotta, reagiu ontem à ação dos caingangues da reserva de Ventarra Alta, que na terça-feira passada montaram acampamento em uma propriedade rural às margens da RS-135. Segundo Rotta, na área de 4.019 ha reivindicada pelos indígenas com base em laudo preliminar da Funai, realizado em 2004, estão 120 famílias de agricultores. 'Eles compraram as terras do Estado e alguns têm escritura com data de 1917'. *(Correio do Povo, 28/10/05)*

KAINGANG / TI VOTOURO (RS)

FAXINALZINHO SE FECHA PARA IMPEDIR ENTRADA DE ÍNDIOS

A população de Faxinalzinho bloqueou ontem a RS-287 para impedir a entrada de índios da Reserva do Votouro na cidade. A mobilização foi uma forma de protestar contra as invasões de indígenas, que reivindicam a posse sobre a área total do município. A disputa entre índios e agricultores pelas terras da região é antiga. Toda a área da Reserva já pertenceu a agricultores e foi demarcada e devolvida aos indígenas. As 43 famílias de agricultores que moravam na localidade foram indenizadas e compraram novas áreas em Faxinalzinho. Agora, revivem a possibilidade de perder novamente as terras. Os índios caingangues querem a demarcação de mais 14,4 mil ha, a área total do município. O chefe do posto indígena da Funai na Reserva do Votouro, o caingangue Dorvalino Ribeiro, disse ontem que os índios não apóiam a invasão de terras pelo grupo dissidente. Apesar disso, querem a ampliação da atual área da reserva, que consideram insuficiente para os 1,4 mil índios que moram na localidade. *(Marielise Ferreira, Zero Hora, 07/08/02)*

ESTRADAS SÃO LIBERADAS

Os índios caingangues que há mais de um ano estão acampados em Faxinalzinho reabriram ontem três estradas vicinais do município bloqueadas por eles na 2ª feira. Com isso, a prefeitura retoma hoje o serviço de transporte es-

colar e os agricultores, que estão com caminhões carregados de soja para entregar em depósitos na sede municipal, puderam trafegar normalmente. *(Correio do Povo, 27/03/03)*

ATO REÚNE MIL PESSOAS CONTRA ÁREA INDÍGENA

Mais de mil pessoas participaram ontem em Faxinalzinho de um ato público para pedir que a Justiça decida sobre o direito da posse de terras que está gerando um impasse com algumas famílias de índios. O prefeito decretou ponto facultativo nas repartições municipais, não houve aulas e o comércio e as agências bancárias não abriram. Os índios reivindicam a propriedade de 14 mil dos 15 mil ha que formam o território de Faxinalzinho. Segundo o prefeito, há agricultores que possuem documentos de posse datados de 1849. Ele argumenta que o município vai perder, no próximo ano, mais de 10% da sua arrecadação. *(Correio do Povo, 16/05/03)*

ÍNDIOS LIBERAM A PISTA DA RS-287

Os índios liberaram ontem a RS-287. A estrada estava trancada desde sábado, em protesto contra a morte de um indígena na saída de um baile. Os índios, acampados desde março de 2002, na entrada de Faxinalzinho prometem manter fechada a estrada vicinal de Faxinalzinho a Erval Grande, até que seja resolvida a polêmica questão sobre a posse de terras na região. *(Correio do Povo, 03/07/03)*

DEMARCAÇÃO DE ÁREAS LEVA ÍNDIOS A CONFRONTO

Uma briga entre duas facções indígenas no norte do Estado provocou desentendimentos e tiroteio em Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, onde se localizam as reservas. Os grupos de caingangues disputam o poder na condução dos processos de demarcação de terras na região. *(Marielise Ferreira, Zero Hora, 13/01/04)*

ÍNDIOS FECHAM RODOVIA

Uma estrada que cruza a reserva indígena de Votouro foi bloqueada ontem durante seis horas por caingangues e guaranis. O protesto reivindicava a ativação do sistema de abastecimento de água tratada, instalado há um ano pela Funasa e que ainda dependia da ligação de um transformador para funcionar. A água salobra que chega à reserva entupiu o equipamento de atendimento odontológico do posto de saúde. *(Zero Hora, 26/05/04)*

KAINGANG É ENCONTRADO MORTO

O Kaingang Neves Kenes Farias foi encontrado morto, dia 5 de julho, na margem de um rio no município de Nonoai, próximo à TI Votouro. Neves era vereador do PT no município de Benjamin Constant do Sul. Suspeita-se, por se tratar de área em conflito numa região de forte preconceito racial, que Neves tenha sido assassinado por questões políticas relacionadas à luta pela terra. *(Cimi-Iraí, 13/07/04)*

KAINGANG / TI XAPECÓ (SC)

PROMESSAS DO GOVERNADOR AO PREFEITO-CACIQUE

A investida do cacique e prefeito interino de Ipuauçu, Orides Belino (PPS), ao governador Esperidião Amin (PPB), foi bem-sucedida. Ele saiu do gabinete na tarde de ontem com a garantia de que seus pedidos para construção de um ginásio de esportes, reforma e ampliação de duas escolas e melhorias na SC-480, que corta o município, serão atendidos. Os investimentos devem chegar perto de R\$ 1 milhão. Sobre as melhorias num trecho de seis km da SC-480, Amin intercedeu junto ao DER e conseguiu a construção de acostamento, sinalização e lombada. *(Diário Catarinense, 30/01/02)*

CACIQUE DE XAPECÓ É ASSASSINADO

A PF investiga o assassinato, na noite de anteontem, do índio Orides Belino Correia, vice-prefeito de Ipuauçu. Cacique da Reserva Xapecó, Belino foi morto com vários tiros de espingarda calibre 12 quando chegava em casa. Segundo Rogério Caetano da Silva, delegado da PF de Chapecó, a hipótese mais provável é que os mandantes do crime pertençam a facções indígenas dissidentes que disputavam o comando da reserva. Nos últimos meses, Belino registrou queixas de ameaças de morte por parte desses grupos. A PF também não descarta a hipótese de crime passionai. O vice-prefeito havia se separado há cerca de cinco meses e desde então vivia com a segunda mulher. *(Gladston Silvestrini, O Globo, 08/05/03)*

JÚRI CONDENA RÉUS POR MORTE DE LÍDER INDÍGENA

O primeiro júri federal na região oeste de SC encerrou-se hoje, depois de mais de 20 horas ininterruptas. O MPF denunciou quatro pessoas pelo homicídio do cacique da TI Xapecó e vice-prefeito de Ipuauçu, Orides Belino. Entre os réus, Valdo Correia da Silva, Claudir Mar-

tins, Avelino Ribeiro Lemos e Sadi Ribeiro Lemos. Os três primeiros foram condenados pela prática de homicídio qualificado. Segundo os argumentos da acusação, Valdo queria voltar a ser cacique da aldeia Xapecó e Gabriel queria ser prefeito de Ipuauçu. (MPF, 28/04/04)

KAINGANG / TI KAINGANG DA ALDEIA CONDÁ (SC)

AGRICULTOR CONTESTA VALOR PAGO PELA FUNAI

Além da disputa entre agricultores e Kaingang da aldeia Toldo Chimbangue por uma área de 970 ha em Sede Trentin, outro impasse está ocorrendo no município de Chapecó. É na Praia Bonita, onde mais de 300 Kaingang da Aldeia Condá estão assentados provisoriamente em 100 ha alugados até que a Funai desapropriar uma área de 2,3 mil ha para criar a aldeia. Ontem um grupo de agricultores das comunidades de Praia Bonita, Gramadinho e Lajeador Veríssimo fizeram uma reunião em que contestaram os valores de um levantamento socioeconômico realizado pela Funai. (Darci Debona, *Diário Catarinense*, 20/02/01)

PRAZO PARA INDENIZAR KAINGANG

O administrador da Funai em Chapecó, Antonio Isomar Marine, aguarda amanhã a presença de representantes do Consórcio Energético Foz do Chapecó, para que cumprimento do acordo do pagamento da indenização aos Kaingang da aldeia Condá. Pelo acordo com o consórcio, os Kaingang receberão o pagamento em 1,5 mil ha de terra para compensar a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. (Simone Cavalcante, *Site da Funai*, 14/04/03)

KAINGANG / TI PINHAL (SC)

PROTESTO CONTRA CANCELAMENTO DE DEMARCAÇÃO

Após declarações infundadas de representantes do governo do estado de SC de que o processo de demarcação da TI Toldo Pinhal havia sido cancelado, os Kaingang deram início a mais um protesto no interior de suas terras. Na manhã desta segunda-feira, os indígenas retomaram uma propriedade abandonada por agricultores e pretendem dar continuidade à retomada. A legalidade dos atos da Comissão Especial para Estudo das Questões Indígenas, criada no Estado de SC vem sendo questionada pelo Cimi por se tratar de uma instância

estadual encarregada de tratar de um tema da alçada Federal. (Cimi-SC, 07/11/05)

KAINGANG / TI TOLDO CHIMBANGUE (SC)

ÍNDIOS PROTESTAM CONTRA MOROSIDADE DA FUNAI

Cerca de 150 Kaingangue estão acampados desde 3ª feira em frente ao antigo cemitério da TI Toldo Chimbangue, em Chapecó, em protesto contra a morosidade da Funai na demarcação das terras indígenas. (*Diário Popular*, 18/01/01)

COLONOS REJEITAM AVALIAÇÕES FEITAS PELA FUNAI

Dos 68 agricultores de Sede Trentin, 30 não aceitam o valor de indenização proposto pela Funai. O cacique da reserva Toldo Chimbangue, Idalino Fernandes, afirmou que os próprios índios estão dispostos a interceder em favor dos colonos para que obtenham uma indenização maior. "Mas se chegar no início de agosto e eles não saírem, nós vamos tirar." (*Diário Catarinense*, 20/06/01)

AMPLIAÇÃO DE ÁREA É FESTEJADA

A comunidade Kaingang de Toldo Chimbangue fez festa ontem com foguetes, danças e canto. Os 376 indígenas comemoraram a portaria do ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que amplia em 975 ha a atual área de 960 ha. (Darci Debona, *Diário Catarinense*, 20/11/02)

FUNAI SE DISPÕE A NEGOCIAR O VALOR DE BENFEITORIAS

O administrador regional da Funai em Chapecó, Antônio Marini, disse que a indenização depende da organização os agricultores. Ele destacou que a Funai até pode rever o valor das benfeitorias, que foi estimado em R\$ 4 milhões. Mas em relação ao pagamento dos terrenos, afirmou que a União não paga por terras reconhecidas como indígenas. (*Diário Catarinense*, 29/11/02)

CIDADANIA NA ALDEIA

Uma cena rara foi presenciada ontem na aldeia Toldo Chimbangue. O juiz de Direito Selso de Oliveira, da comarca de Chapecó, entregou 349 certidões de nascimento a índios das aldeias Kondá e Toldo Chimbangue. Isso vai facilitar encaminhamentos como aposentadoria,

bolsa-escola e financiamentos do Pronaf. (Darci Debona, *Diário Catarinense*, 17/07/03)

DEMARCAÇÃO ANULADA

Os Kaingang de Toldo Chimbangue deram um prazo de 15 dias para que a Funai recorra da decisão judicial que anulou a demarcação de 975 ha de Toldo Chimbangue II. Na semana passada, o Juiz Federal de Chapecó declarou nula a portaria do Ministério da Justiça que reconhece a área como indígena, alegando que os agricultores têm direito adquirido sobre a área. Ontem, os Kaingang foram pedir apoio ao MPF. O cacique disse que se a Funai não tomar uma atitude em breve, os índios terão que entrar na área à força. (*Diário Catarinense*, 31/03/04)

KAINGANG / TI TOLDO IMBU (SC)

PRESSÕES POLÍTICAS CONTRA DECLARAÇÃO DE TI

Uma comissão composta por quatro lideranças Kaingang da TI Toldo Imbu esteve em Brasília para tentar agilizar a assinatura da portaria declaratória de sua terra. O processo está no Ministério da Justiça desde 4/12/2002. Segundo Rildo Mendes, liderança Kaingang, "o ministro não assinou porque a bancada de Santa Catarina é da base aliada e o governo precisa de apoio para aprovação das reformas que tramitam no congresso. O governador está influenciando nas decisões com pressões". (Cimi, 25/09/03)

ASSASSINATO E ARMAS APREENDIDAS

A situação continua tensa em Abelardo Luz, onde o presidente do Sindicato Rural do município, Olices Stefani, foi morto pelos índios. O Bairro São João Maria, onde moram os kaingang, está isolado e ninguém entra sem ser revistado. Ontem policiais entraram em uma casa onde foram encontradas 12 armas de fogo. (Darci Debona, *Diário Catarinense*, 18/02/04)

ESTRADA BLOQUEADA

Um grupo Kaingangue que vive no Bairro São João Maria bloqueou uma estrada em reivindicação à demarcação de 1.963 hectares da reserva de Toldo Imbu. O processo para publicação da portaria declaratória foi para o Ministério da Justiça em dezembro de 2002. Depois disso, o processo retornou três ou quatro vezes para a Funai. (Darci Debona, *Diário Catarinense*, 10/11/05)

KAINGANG / TI APUCARANA (PR)

ÍNDIOS FISCALIZAM CAÇA E PESCA NO RIO TIBAGI

A partir da próxima, semana os índios das reservas Apucarantina deverão iniciar a fiscalização da pesca e caça. O administrador da Funai em Londrina informou que a fiscalização será feita com dois barcos. A presença de pescadores e caçadores tem aumentado nos últimos meses. *(Jair Gazolli, O Estado do Paraná, 10/02/01)*

ÍNDIOS DESBLOQUEIAM ACESSO À HIDRELÉTRICA

Os caingangues da Reserva Apucarantina desbloquearam a entrada da usina hidrelétrica de Salto Apucarantina no começo da tarde de ontem. A usina, que fica no interior da área indígena, teve seu acesso fechado na manhã da última quarta-feira. Os três reféns também foram liberados ontem. O fim do protesto ocorreu depois de uma reunião com dois representantes do setor de geração da Copel, que receberam uma série de reivindicações dos manifestantes para a renovação do contrato de arrendamento. Segundo o secretário da comunidade indígena da região, Paulo Kuita, o ponto principal são os R\$ 56 mil pagos anualmente pela Copel, como royalties. Deste total, são descontados R\$ 30 mil para o pagamento de energia elétrica consumida pela reserva. Um dos pontos que a comunidade indígena defende é que o valor pago anualmente seja efetuado mensalmente. *(Anselmo Meyer, O Estado do Paraná, 10/08/01)*

MAIS REFÊNS NA HIDRELÉTRICA

Os caingungues da Reserva Apucarantina voltaram a fazer reféns na usina hidrelétrica da Copel para forçar a empresa a um acordo sobre um pedido de indenização e aumento no valor dos royalties, antes que ela seja vendida no leilão marcado para o dia 31. Dois policiais militares do Destacamento de Tamarana entraram sem permissão e foram feitos reféns. Eles foram libertados depois de uma reunião de lideranças. De acordo com a assessoria de imprensa da Copel, não há motivos para atender as solicitações dos índios. *(Antônio Teixeira, Gazeta do Povo, 26/10/01)*

COPEL PENSA EM DESATIVAR USINA

A Copel pode desativar, por tempo indeterminado, a Usina de Apucarantina. Essa hipótese

existe devido à falta de segurança que os funcionários da empresa encontram em trabalhar. Apesar da liberação dos funcionários, os índios continuam ocupando a usina. A empresa informou que não há possibilidade de negociação antes do leilão, marcado para quarta-feira, na Bolsa Mercantil de Valores do Rio de Janeiro. *(Anselmo Meyer, Paraná On Line, 28/10/01)*

MPF/LONDRINA DISCUTE IMPACTO DE USINA EM TI

Representantes do MPF-PR, Funai e Copel participarão de uma reunião hoje, na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Londrina, para discutir os impactos socioambientais da Usina TCH Apuraraninha. A Copel vai apresentar os resultados de uma consultoria sobre a avaliação feita pelo economista Jorge Madeira, da UnB, que constatou danos causados sobre a população indígena Kaingang durante a construção da hidrelétrica, na década de 40. O MPF espera que, a partir de janeiro de 2006, a comunidade indígena receba os valores a que tem direito. *(MPF-PR, 15/12/05)*

KAINGANG / TI MARRECAS (PR)

ÍNDIOS FECHAM ESCRITÓRIO DA FUNAI EM GUARAPUAVA

Mais de 100 indígenas de várias reservas do estado se concentraram em frente ao prédio da Funai, em Guarapuava. A negociação avançou pela noite. Os caciques das tribos caingangue e guarani afirmam que a reserva de Marreca está desamparada há cerca de cinco anos e falta, principalmente, assessoramento na parte agrícola. *(Marisa Kaminski, Gazeta do Povo, 14/08/01)*

KAINGANG / TI RIO DAS COBRAS (PR)

BRIGA POR ICMS

O assessor especial para Assuntos Indígenas do Paraná, Edívio Battistella, criticou o não repasse do ICMS ecológico para a reserva Rio das Cobras. Como a reserva está localizada nos limites de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, os dois municípios teriam de fazer o repasse do imposto. Contudo, apenas Nova Laranjeiras cumpre com a norma estadual. Espigão Alto, que teria de contribuir com outros R\$ 350 mil, entrou na justiça com uma ação pedindo inconstitucionalidade da lei. *(Gazeta do Povo, 25/04/01)*

ÍNDIOS PASSAM FOME

Caingangues, guaranis e dois remanescentes xetás da aldeia Rio das Cobras atravessam o permanente drama da falta de qualidade de vida. O alcoolismo atinge índices assustadores. Os índios vivem em casas pobres esparsas ou mesmo em barracos de lona. A falta de saneamento básico causa problemas de saúde, principalmente diarreia, agravada pela desnutrição causada pela má alimentação. *(Mara Vitorino, A Crítica, 03/05/01)*

KAINGANG PRODUZEM SOJA

Os Kaingang da TI Rio das Cobras despontam como os maiores produtores de soja do município de Nova Laranjeira. Eles estão comemorando a colheita de 8.330 sacas numa área de plantio de 180 ha e se preparam para tentar dobrar a produção na próxima safra. A produção é auto-suficiente e todos os equipamentos estão sendo adquiridos pela Associação Kaingang do Rio das Cobras. Há quatro anos, os índios tiveram o apoio da Funai na cessão de equipamentos. Hoje, todo o maquinário foi comprado com recursos da associação indígena. Todos os índios que trabalham na produção recebem salário. Até hoje, a associação investiu todo o resultado das colheitas. Só após a ampliação para 400 ha é que os lucros começaram a ser divididos na comunidade. *(Site da Funai, 29/05/02)*

EXPLORAÇÃO SEXUAL AMEAÇA MAIOR ALDEIA DO PARANÁ

A aldeia a Rio das Cobras enfrenta uma velha ameaça: a exploração sexual de crianças e adolescentes. O perigo vem da movimentada BR-277, que cruza a área indígena. Um relatório divulgado pela Funai em 2002 já denunciava a situação vivida pelas crianças e adolescentes indígenas. O único registro oficial de prostituição foi feito pela PRF de Cascavel, em 21 de março passado. Na ocasião, os policiais rodoviários resgataram três adolescentes, sendo duas de 15 anos e outra de 16. O maior medo das lideranças é a contaminação por DSTs/Aids. *(Miguel Portela, Gazeta do Povo, 17/07/05)*

XOKLENG

ÍNDIOS PROMETEM OCUPAR FAZENDA

Revoltados, os indígenas resolveram não mais aguardar a decisão sobre a ampliação da reserva. Na 2ª f., 35 PMs de Rio do Sul cumpriram mandado de manutenção de posse na Fazenda Ipê. Cinco índios e um branco foram

detidos, acusados por extração ilegal de madeira e resistência à prisão, e liberados após depoimento. Oito pessoas ficaram feridas, entre elas mulheres e idosos. A aldeia Kaingang tem 950 ha e os índios reivindicam mais 975, onde vivem 70 famílias de colonos. Os agricultores moram na região há 50 anos. A administração da cidade defende a proposta de que o governo do Estado indenize os agricultores, já que concedeu as áreas em questão. *(Sônia Regina, Diário Catarinense, 14/03/01)*

MINISTÉRIO LIBERA VERBA PARA "ACALMAR" ÍNDIOS

O Ministério da Integração Nacional anunciou a liberação de R\$ 1,5 milhão para que SC cumpra um acordo firmado com os Xokleng, em José Boiteux (Alto Vale do Itajaí). Com essa iniciativa, os índios devem suspender a idéia de incendiar o centro de controle da Barragem Norte, ocupada por eles há quatro meses. Fazem parte do acordo a construção de casas, demarcação da reserva e indenização pelo uso das terras. *(Oesp, 14/03/02)*

DECLARADA TI IBIRAMA

Lideranças Xokleng se comprometeram com o ministro Thomaz Bastos a aguardar pacificamente que a Funai proceda à retirada dos colonos que ocupam a área. Para isso, o governo federal terá que indenizar as benfeitorias e providenciar junto ao Incra o reassentamento dessas pessoas. Segundo levantamento da Funai, existe no local 409 famílias de não-índios vivendo na área de Ibirama. *(MJ, 13/08/03)*

AGRICULTORES PROMETEM DEFENDER TERRAS ARMADOS

Os proprietários de terras que, com a portaria do MJ farão parte da reserva Duque Caxias, estão preparados para um confronto armado com os índios em caso de invasão. A notícia da assinatura pegou a todos de surpresa, mesmo sabendo que o processo vinha se arrastando há algum tempo. Com a decisão, o território indígena passa de 14.156 para 37.180 ha, incluindo a Reserva Ecológica Estadual de Sassafrás e a Área de Relevante Interesse Ecológico desapropriada pelo próprio governo federal. No total são 420 famílias que terão que deixar as suas terras. *(Agência de Notícias, 15/08/03)*

EXTRAÇÃO ILEGAL

Mesmo com o compromisso assumido com o ministro da Justiça por ocasião da assinatura da portaria que amplia a reserva Duque de Caxias de não invadir nenhuma propriedade, um grupo de índios ocupou na madrugada de on-

tem parte do reflorestamento de pinus da Indústria Agropecuária Denecke. Enquanto indígenas e brancos cortavam as árvores, um trator de esteira puxava as árvores até na beira da estrada improvisada. *(Agência de Notícias, 16/08/03)*

MORADORES E ÍNDIOS EM CONFRONTO

Portando foices, facas e pedaços de pau, índios e moradores de Doutor Pedrinho por pouco não se agrediram, ontem, em Forquilha. Além de extraírem madeira de propriedades particulares sob a alegação de pertencerem à reserva Duque de Caxias, os índios Xokleng estariam em poder de um trator e de motosserras roubados de um madeireiro, motivo que desencadeou o confronto. A chegada dos militares acalmou os ânimos. *(Susan Liensenberg, Diário Catarinense, 17/08/04)*

ÍNDIOS OCUPAM BARRAGEM NO VALE

Cansados de esperar a demarcação de suas terras no Estado, 300 índios xoklengues invadiram a Barragem Norte e estão ameaçando jogar no rio todos os equipamentos de controle de vazão. O clima é tenso em José Boiteux, pois parte das terras reivindicadas é ocupada por colonos. *(Diário Catarinense, 04/03/05)*

XETÁ

UMUARAMA QUER RETORNO DE XETÁS

Setores da comunidade de Umuarama estão mobilizados para trazer de volta a tribo indígena que habitava a região, os xetás. A única sobrevivente da tribo que continua em Umuarama é Maria Rosa Tiguá Brasil, 51 anos. Ela foi encontrada sem comida e sem água, na pequena casa de construção antiga. O fornecimento de energia elétrica havia sido suspenso há mais de duas semanas. Um professor particular foi quem encontrou a índia na miséria. Ele arrecadou R\$ 200,00 para pagar as contas de luz atrasadas e comprou alimentos. Reunir os oito índios xetá e seus familiares numa propriedade rural perto de Umuarama é o objetivo de um estudo de viabilidade de reagrupamento, realizado recentemente pela Assessoria Especial para Assuntos Indígenas no Paraná. *(Osmar Nunes, Gazeta do Povo, 18/11/01)*

MAIS UM SOBREVIVENTE XETÁ

Foi confirmado ontem que mais um membro da tribo Xetá foi encontrado. O assessor especial para assuntos indígenas no governo esta-

dual informou que ele é um homem adulto, foi raptado aos 12 anos de idade na região de Umuarama e, atualmente, mora no Mato Grosso. Ele já manteve contato com a Funai e nos próximos meses deverá visitar a terra de origem. *(Gazeta do Povo, 19/04/02)*

O SONHO DOS XETÁ

Plantações de cana-de-açúcar, fazendas de gado, áreas de reflorestamento de pinus e pequenas propriedades. Essa é a paisagem atual entre Ivaté e Douradina nas terras onde nasceram Kuein, Tuca, Tikuein, Aân, Tiqüem, Maria Rosa e Ana Maria e onde os xetás foram um povo. Para reagrupar os sobreviventes e seus filhos e netos na região onde viviam os xetás há cerca de cinquenta anos, a Funai terá de travar uma longa negociação com os atuais proprietários. Entre os atuais donos da terra estão bancos, usinas de cana, juizes, grandes e pequenos fazendeiros. *(Guilherme Voitch e Érica Busnardo, Gazeta do Povo, 08/03/05)*

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E DE APOIO BRASILEIRAS

- **Arte Baniwa** [www.artebaniwa.org.br]: site divulga informações sobre o Projeto Arte Baniwa, que viabiliza a comercialização de artesanato entre esse povo indígena do noroeste amazônico e o mercado consumidor de várias regiões do Brasil, sem intermediários.
- **Apio – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque** [www.povosindigenasdooiapoque.com.br/]: traz informações sobre os diversos grupos indígenas do Vale do Uaçá (AP).
- **Associação Xavante Warã** [<http://wara.nativeweb.org/index.html>]: promove campanhas e traz informações sobre os Xavante.
- **CCPY – Comissão Pró-Yanomami** [www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp]: traz notícias, documentos e referências bibliográficas sobre os Yanomami, muitas das quais produzidas pela própria instituição.
- **Cedefes – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva** [www.cedefes.org.br/new/index.php]: informações sobre os índios de Minas Gerais.
- **CIR – Conselho Indígena de Roraima** [www.cir.org.br/]: reúne informações sobre todos os povos indígenas de Roraima.
- **Coiah – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira** [www.coiah.com.br/]: divulga informações sobre 165 povos indígenas localizados nos nove estados da região amazônica.
- **Cooperativa Agro-Extrativista Yawanawá** [www.yawanawa.com]: fornece informações sobre os Yawanawá e seus projetos de alternativas econômicas.
- **CPI/AC – Comissão Pró-Índio do Acre** [www.cpiacre.org.br/]: informa sobre as atividades da organização junto aos povos indígenas no Acre.
- **CPI/SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo** [www.cpispp.org.br/]: divulga informações sobre os povos indígenas no estado de São Paulo.
- **CTI – Centro de Trabalho Indigenista** [www.trabalhoindigenista.org.br/]: informa sobre as atividades da organização junto aos Guarani, Marubo, Matis, Timbira e Terena.
- **Ideti – Instituto das Tradições Indígenas** [www.ideti.org.br/intro.html]: divulga informações e realiza atividades voltadas a proteger, resgatar, divulgar e promover a cultura e o conhecimento dos povos indígenas.
- **Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena** [www.institutoiepe.org.br/]: informa sobre as atividades da organização junto aos povos indígenas do Amapá e norte do Pará.
- **Inhapi – Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual** [www.inhapi.org.br/]: promove a defesa dos bens e direitos sociais coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente e ao patrimônio intelectual dos povos indígenas.
- **Índios On-Line** [www.indiosonline.org.br/]: traz informações sobre os povos indígenas do Nordeste.
- **ISA – Instituto Socioambiental** [www.socioambiental.org]: divulga as ações dos diversos programas da instituição, campanhas e ações judiciais, “clipping” diário, notícias exclusivas e um extenso banco de informações atualizadas sobre os Povos Indígenas no Brasil, incluindo verbetes por etnia. O site também abriga uma ferramenta que permite o acesso a um conjunto inédito de informações e indicadores sobre as TIs no Brasil: www.socioambiental.org/pib/portugues/quanqua/indicadores.
- **Kanindé** [www.kaninde.org.br/]: realiza projetos socioambientais em Rondônia. Entre outras ações da organização, estão a vigilância e fiscalização da TI Uru-eu-wau-wau e do Parque Nacional de Pacaás Novos.
- **Línguas Indígenas 2000** [http://geocities.com/indianlanguages_2000/]: traz informações sobre línguas indígenas no Brasil e no mundo.
- **Opan – Operação Amazônia Nativa** [www.opan.org.br/]: divulga informações sobre os projetos de apoio e de solidariedade a comunidades indígenas, nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil desenvolvidos pela instituição.
- **Os Índios Guarani** [www.paraty.com.br/guarani/]: informações sobre os Guarani da região de Paraty (RJ).
- **Portal Kaingang** [www.portalkaingang.org/]: informações sobre os Kaingang.
- **PWA – Programa Waimiri Atroari** [www.waimiriatroari.org.br/]: divulga as ações do PWA e traz informações sobre os Waimiri Atroari.
- **Rede Povos da Floresta** [www.redepovosdafloresta.org.br/]: descreve o funcionamento da Rede e informa sobre as atividades realizadas.
- **Tupiniquim – blog sobre povos indígenas** [<http://indios.blogspot.com/>]: resumo de notícias sobre os Povos Indígenas da América Latina.
- **Vídeo nas Aldeias** [www.videonasaldeias.org.br/]: traz informações institucionais e o catálogo com fragmentos dos vídeos, vários de realizadores indígenas.
- **Warã – Instituto Indígena Brasileiro** [www.institutowara.org.br/]: Organização indígena composta por profissionais indígenas com formação superior, que atuam como assessores de comunidades e organizações indígenas.
- **Wariro Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro**: www.wariro.org.br
- **Xukuru** [www.xukuru.de/]: Traz informações sobre as ações e reivindicações do povo Xukuru.



IGREJA CATÓLICA

- **Cimi – Conselho Indigenista Missionário** [www.cimi.org.br/]: disponibiliza informações e denúncias sobre fatos envolvendo os povos indígenas de todo o país, incluindo a versão eletrônica do periódico Porantim, e fornece informações sobre a instituição – que é órgão da CNBB – no Brasil.
- **O Mensageiro** [<http://freeweb.supereva.com/mensageiro.freeweb/>]: versão eletrônica da Revista.

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

- **Fome Zero Indígena – MS** [www.neppi.org/fz/index.php]: traz informações sobre o programa Fome Zero entre os povos indígenas do Mato Grosso do Sul.
- **Funai – Fundação Nacional do Índio** [www.funai.gov.br/]: apresenta a política indigenista oficial e as ações do governo no âmbito dos Índios
- **Funasa – Fundação Nacional de Saúde** [www.funasa.gov.br/]: o link “Saúde Indígena” traz informações, legislação, normas e documentos oficiais.
- **Museu do Índio** [www.museudoindio.org.br/]: informações sobre as atividades do museu, suas exposições, cursos e loja.
- **Renisi – Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos Indígenas** [https://sis.funasa.gov.br/portal/]: promove o intercâmbio entre pesquisadores profissionais que atuam na atenção à saúde das populações indígenas, Povos Indígenas e seus representantes.

INTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS E FONTES DE PESQUISA

- **Bay – Universidade Indígena** [www.letas.ufmg.br/bay/index.htm]: revista on-line voltada a divulgar informações sobre educação indígena e iniciativas sediadas na UFMG.
- **Documenta Indígena – Centro de Documentação em História Indígena e do Indigenismo** [http://documenta.incubadora.fapesp.br/portal]: projeto piloto para a implementação de um centro de documentação virtual, especializado em história indígena e indigenismo no Brasil
- **Lali – Laboratório de Línguas Indígenas – IL/UnB** [www.unb.br/il/lali/]: espaço para a pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras e para a formação de novos pesquisadores em colaboração com o Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília.
- **Nepe – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade (UFPE)** [www.ufpe.br/nepe/]: informa sobre as atividades de pesquisa realizadas pelo Núcleo sediado na Universidade Federal de Pernambuco e disponibiliza textos para download.
- **Neppi – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas** [www.neppi.org/]: traz informações sobre atividades de pesquisa e extensão entre os Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul.
- **NHII/USP - Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP** [www.usp.br/nhii/]: informa sobre as atividades de pesquisa e acessoria realizadas pelo Núcleo.
- **Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena** [www.insikiran.ufrb.br/]: traz informações sobre educação superior indígena no estado de Roraima.
- **Nuti – Núcleo de Transformações Indígenas** [www.nuti.scire.coppe.ufrj.br/]: apresenta o calendário de atividades do núcleo de pesquisa e disponibiliza material antropológico relacionado aos povos indígenas no Brasil.
- **Página do Melatti** [www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/]: o etnólogo Júlio Cezar Melatti (UNB) disponibiliza parte de seus trabalhos em um curso sobre áreas etnográficas da América do Sul.
- **Projeto Trilhas do Conhecimento** [www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/trilhas.htm]: agrega informações sobre o ensino superior indígena em todo o Brasil e dados acerca do projeto.
- **Terceiro Grau Indígena – Campus de Barra do Bugres** [www.unemat.br/~indigena/homepage.htm]: traz informações sobre educação superior indígena no estado do Mato Grosso.

NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO

- **Ahya Yala Net** [http://abyayala.nativeweb.org]: apresenta informações sobre os Povos Indígenas no México, América Central e da América do Sul.
- **Adital – Notícias da América Latina e Caribe** [www.adital.com.br/site/toma.asp?lang=PT&cod=10]: agência de notícias voltada a levar a agenda social latino-americana e caribenha à mídia internacional. Dedicar parte do site a notícias sobre povos indígenas.
- **Canoa – Cooperación y Alianza en el Norte y Oeste Amazónico** [www.canoa.org.co/]: iniciativa surgiu a partir da união de diversas organizações indígenas e de apoio atuantes no noroeste amazônico, com a finalidade de apoiar a consolidação dos direitos indígenas e a conservação do meio ambiente na região.
- **Coica – Coordinadora de Iás Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica** [www.coica.org/]: informa as ações da entidade e suas publicações.
- **Colectivo Pueblos Originários** [http://argentina.indymedia.org/features/pueblos/]: parte do site do Centro de Mídia Independente da Argentina é dedicada a noticiar a luta por direitos de diversos povos indígenas e tradicionais da Argentina e da América Latina.
- **Directorio de Organizaciones Indígenas de Sudamérica** [www.laneta.apc.org/rci/dirint/sudam.html]: apresenta uma listagem com o contato das principais organizações indígenas da América do Sul.
- **Fundación Gaia Amazonas** [www.gaiamazonas.org/]: fornece informações e notícias sobre diversos povos e organizações indígenas da Colômbia
- **GAT – Gente, Ambiente y Territorio** [www.gat.org.py/]: antigo *Grupo de Apoyo a los Totobiegosode*; site traz informações sobre a campanha de defesa dos direitos indígenas no Paraguai.
- **IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs** [www.iwgia.org/]: informa sobre as atividades e publicações em defesa de povos indígenas em todo o mundo.
- **Linda – Lenguas Indígenas de la Amazônia** [www.abyayala.org/Linda/]: rede criada para manter o contato entre os países participantes de encontro sobre línguas indígenas ameríndias realizado em 1996, em Belém do Pará.
- **Survival International** [www.survival-international.org] – Informa acerca da situação de populações tradicionais em todo o mundo.
- **The Rainforest Foundation – US** [www.rainforestfoundation.org/]: informa sobre as atividades e publicações em defesa de povos indígenas em todo o mundo.

• AAA - Associação Americana de Antropologia • AAFI - Agente Agroflorestal Indígena • AAI - Agente Ambiental Indígena • AAISARN - Associação dos Agentes de Saúde Indígenas do Alto Rio Negro • AAPBI - Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga • Aati - Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas • Aatizot - Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona Tiquié • ABA - Associação Brasileira de Antropologia • Abin - Agência Brasileira de Inteligência • AC - Acre • Acaipi - Asociación de Capitanes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Pirá Paraná • ACIBRN - Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro • ACIMRN - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro • ACIRH - Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá • ACIPK - Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu • Acirk - Associação da Comunidade Indígena da Reserva Kadiwéu • Acirn - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro • Acirx - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié • Acispo - Associação Indígena de Caciques do Município de São Paulo de Olivença • Acitru - Associação das Comunidades Indígenas de Taracua do Rio Uaupés • ACP - Ação Civil Pública • Adawa - Associação de Apoio às Atividades do Programa Waimiri-Atroari • Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade • ADR/Funai - Administração Regional • AER/Funai - Administração Executiva Regional • Aeitx - Associação Escola Indígena Tuyuka Utapinopona • Aeity - Associação Escola Indígena Tukano Yupuri • AGM - Associação Galibi Maruworno • AGU - Advocacia Geral da União • AI - Área Indígena • AIDCC - Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí • Aikax - Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu • AIN - Associação do Povo Indígena do Nukini da República • AIS - Agente Indígena de Saúde • Akac - Associação Katukina do Campinas • Akserg - Associação Katukina do Sete Estrelas Rio Gregório • AL - Alagoas • ALB - Associação de Leitura do Brasil • Alidcir - Associação para Integração e Desenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima • AM - Amazonas • AMAAIAC - Associação do Movimento dos Agentes Florestais Indígenas do Acre • AMARN - Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro • Amazoncoop - Cooperativa Agrícola Mista de Produtores Extrativistas de Altamira • Amiatan - Associação dos Moradores Indígenas de Atalaia do Norte • Amurc - Associação dos Municípios das Regiões Sul e Sudeste Cacaueira • Anai - Associação Nacional de Ação Indigenista da Bahia • Aoakati - Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27 • AOC - Apelação de Origem Controlada • AP - Amapá • APA - Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto D'Oeste (RO) • APAHC - Associação dos Produtores e Agroextrativista Hunikui do Caucho • APAIH - Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá • Apia - Associação do Povo Indígena Arara • Apiil - Associação do Povo Indígena do Igarapé Lourdes • Apina - Conselho das Aldeias Wajápi • Apio - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque • Apirr - Associação dos Povos Indígenas de Roraima • APIRN - Associação dos Professores Indígenas do Rio Negro • Apiten Moroguetá - Associação do Povo Indígena Tenharim • Apitikatxi - Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Katxuyana e Txikuyana

• Apito - Associação dos Povos Indígenas do Rio Tocantins • Apitu - Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque • Apiwata - Associação dos Povos Indígenas do Triângulo do Amapari • Apiwtxa - Associação Ashaninka do Rio Amônia • APP - Área de Preservação Permanente • Apoinme - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo • Aprokap - Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá • APSM - Associação Programa São Marcos • Aquabio - Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia • Arikon - Associação Regional Indígena do Rio Quinô, Cotingo e Monte Roraima • Asfax - Associação dos Fazendeiros do Rio Xingu e Araguaia • Asiba - Associação Indígena de Barcelos • Askapa - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã • ASKARJ - Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão • Assirik - Associação Indígena Rikbaktsa • Atesg - Associação dos Trabalhadores de Enfermagem de São Gabriel da Cachoeira • Atix - Associação Terra Indígena Xingu • Atriart - Associações das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié • Awas - Associação dos Witotas do Alto Solimões • Ayrcá - Associação dos Yanomami do rio Cauaburis e seus Afluentes • BA - Bahia • BEC - Batalhão de Engenharia e Construção • BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento • BIS - Batalhão de Infantaria de Selva ou Brigada de Infantaria de Selva • BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social • BSB - Brasília (DF) • CABC - Coordenadoria das Associações Indígenas Baniwa e Coripaco • Cafod - Catholic Agency for Overseas Development (Agência Católica para o Desenvolvimento) • CAIARNX - Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié • CAIMBRN - Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro • Canoa - Cooperação e Articulação do Noroeste Amazônico • Cand - Colônia Agrícola Nacional de Dourados • Capema - Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena • Casai - Casa de Atendimento à Saúde Indígena • CCJ - Comissão de Constituição e Justiça do Senado • CCPY - Comissão Pró-Yanomami • CDB - Convenção de Diversidade Biológica • CDCI - Conselho Distrital de Saúde Indígena • CDH - Comissão de Direitos Humanos • CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano • CDN - Conselho de Defesa Nacional • CE - Ceará • Ceci - Centro de Educação e Cultura Indígena • Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva • Cedi - Centro Ecológico de Documentação e Informação • CEE - Conselho Estadual de Educação

• CEEI - Conselho Estadual Indígena • CEF - Caixa Econômica Federal • Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica • CEIMBX - Conselho de Educação Indígena do Médio e Baixo Xingu • Celia - Centre d'Etudes des Langues Indigènes d'Amérique • Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais • Censipam - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Casa Civil da Presidência da República) • CNE - Conselho Nacional de Educação • CNEEI/MEC - Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena • Cepi - Conselho Estadual dos Povos Indígenas • Cepta/Ibama - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais • CER - Companhia Energética de Roraima • Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviço • Cesi/MEC - Comissão Especial para Políticas de Educação Superior Indígena • Cesp - Companhia Energética de São Paulo • CF - Constituição Federal • CGAF/Funai - Coordenação Geral de Assuntos Fundiários • CGDC/Funai - Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário

CGE/Funai - Coordenação Geral de Educação • CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético • CGPIMA/Funai - Coordenação Geral de Patrimônio Indígena • CGTT - Conselho Geral da Tribo Ticuna • CGU - Controladoria Geral da União • Chesf - Companhia Hidroelétrica do São Francisco • CI - Conservation International • Cimi - Conselho Indigenista Missionário • Cinep - Centro Indígena de Estudos e Pesquisas • Cindacta - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo (Aeronáutica) • CIR - Conselho Indígena de Roraima • Civaja - Conselho Indígena do Vale do Javari • CMA - Comando Militar da Amazônia • CMI - Coeficiente de Mortalidade Infantil • CNA - Confederação Nacional da Agricultura • CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil • CNDC - Conselho Nacional de Combate à discriminação • CNPI - Conselho Nacional de Política Indigenista • CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Pesquisa • CNRS/Credal - Centre National de la Recherche Scientifique • CNS - Conselho Nacional de Saúde • CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros • Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco • Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira • Coiama - Comissão de Apoio aos Índios Cocama • Coica - Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de las Organizaciones de la Cuenca Amazónica • Coidi - Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê • Coitua - Coordenação das Associações Indígenas do Rio Tiquié, Baixo Uaupés e Afluentes • Comar - Comando Aéreo Regional • Comara - Comissão de Aeroportos da Região Amazônica • Conab - Companhia Nacional de Abastecimento • Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente • Condisi - Conselho Distrital de Saúde Indígena • Conjaba - Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal • Cooperíndio - Cooperativa de Produção dos Índios do Rio Negro • Coopyawa - Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório • COP - Conferência das Partes • Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica • Copiar - Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre • Core/Funasa - Coordenação Regional • Cosai/Funasa - Coordenadoria de Saúde Indígena • CPI-AC - Comissão Pró-Índio do Acre • CPT - Comissão Pastoral da Terra • Crea - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

• CRI - Cartório de Registro de Imóveis • CRPM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais • CSI - Coordinación de Salud Indígena (Venezuela) • CSN - Conselho de Segurança Nacional • CTA - Conhecimento Tradicional Associado • CTI - Centro de Trabalho Indigenista

• Cunpir - Conselho da União dos Povos e Organizações Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Norte de Mato Grosso • CUT - Central Única dos Trabalhadores • CVRD - Companhia Vale do Rio Doce • DAF/Funai - Diretoria de Assuntos Fundiários • DAS/Funai - Diretoria de Assistência • Deai - Delegacia Especializada de Atendimento ao Índio • Decea - Departamento do Controle do Espaço Aéreo (Aeronáutica)

• Denit - Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre • Deope/Funasa - Departamento de Operações • Depes/MEC - Departamento de Política da Educação Superior • Depima - Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (Funai) • DER - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem • DF - Distrito Federal • DFID - Department for International Development (Grã-Bretanha) • DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem • DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral • DOU - Diário Oficial da União • DPE - Departamento de Política e Estratégia (SPEAI) • DSAI - Departamento de Saúde Indígena • DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena • DSEIAS - Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões • DSEI-Y - Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Yekuana • DST - Doença Sexualmente Transmissível • DSY - Distrito Sanitário Yanomami • ECO 92 - Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU-1992 • EIA - Estudo de Impacto Ambiental • EIBC - Escola Indígena Baniwa e Coripaco • Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras

• Eletronorte - Central Elétrica do Norte do Brasil • Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural • Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária • Enem - Exame Nacional do Ensino Médio • Empaer - Empresa Matogrossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural • EPM - Escola Paulista de Medicina • ERA - Executiva Regional da Funai • ES - Espírito Santo • ETI - Entidades Territoriais Indígenas • EUA - Estados Unidos da América • FAB - Força Aérea Brasileira • Fadesp - Fundação de Auxílio para o Desenvolvimento da Pesquisa • Famato - Federação Mato-grossense da Agricultura • FAO - Food and Agriculture Organization (Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU) • Farc - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia • Fatma - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina • FDDI - Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas • Fema - Fundação Estadual do Meio Ambiente • Fepi - Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas • Fetaemg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais • FGV - Fundação Getúlio Vargas • FHC - Fernando Henrique Cardoso • Fida - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola • Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

• Fiocruz - Fundação Instituto Oswaldo Cruz • Fiupam - Federação Indígena pela Unificação e Paz Mundial • Flona - Floresta Nacional

• FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação • FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente (MMA) • FNS - Fundação Nacional da Saúde • Foag - Federação das Organizações Ameríndias da Guiana • FOCCITT - Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna • Foirn - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro • Formad - Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento • FPPE - Frente de Proteção Etno-Ambiental Envira • FPEVJ - Frente de Proteção Etno-Ambiental Vale do Javari • FSP - Folha de São Paulo • FUB - Fundação Universidade de Brasília • Fubra - Fundação Universitária de Brasília • Funai - Fundação Nacional do Índio • Funasa - Fundação Nacional de Saúde • Fundef/MEC - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental • Fundescola/MEC - Fundo de Fortalecimento da Escola • FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar • Gapa - Grupo Agroflorestal e Proteção Ambiental • GAP/MMA - Grupo de Análise de Projetos •

GAT - Gente, Ambiente e Território • Gatt - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio • Gera - Grupo de Estudos do Cerrado • GEF - Fundo Mundial para o Meio Ambiente • GO - Goiás • GT - Grupo de Trabalho

• GT - Grupo Técnico • GTA - Grupo de Trabalho Amazônico • GTAM - Grupo de Trabalho da Amazônia • Ha - hectare • HGU - Hospital de Guaranição do Exército • HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana • IAC - Instituto Agrônomo • IAP - Instituto Ambiental do Paraná • Iapi - Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico a Populações Indígenas • Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis • Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas • IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal • IBDS - Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário • Ibens - Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis • IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística • ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços • ICV - Instituto Centro de Vida • Idam/Feam - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas/ Agência de Fomento do Amazonas • Ideti - Instituto das Tradições Indígenas • IDH - Índice de Desenvolvimento Humano • IDS - Instituto de Desenvolvimento Sanitário • IEA - Instituto de Estudos Avançados da USP • Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena • IF - Instituto Florestal • IICA - Instituto de Cooperação para a Agricultura • Imac - Instituto de Meio Ambiente do Acre • Imazon - Instituto do Homem e do Meio Ambiente • Inbrapi - Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual Indígena • IN - Instrução Normativa • INC - Instituto Nacional de Criminalística • Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária • Indea - Instituto de Defesa Agropecuária • Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais • Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos • Inpa - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

• Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais • Inpi - Instituto Nacional da Propriedade Industrial • INSS - Instituto Nacional de Seguro Social • Ipaam - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas • Ipam - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia • IPCA - Índice de Preços ao Consumidor • Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada • Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

• IPM - Inquérito Policial Militar • IRA - Infecções Respiratórias Agudas • IRD - Institut Française de Recherche Scientifique pour le Développement en Cooperation • ISA - Instituto Socioambiental • JB - Jornal do Brasil • JT - Jornal da Tarde • Jocum - Jovens com uma Missão

• Kanindé - Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé • Km - quilômetro • Laced - Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Museu Nacional/UFRJ) • MA - Maranhão • MAE/USP - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP • MAM - Museu de Arte Moderna de São Paulo • MAPKAHA - Manxineryne Ptohi Kajpaha Hajene (Organização do Povo Manchineri) • MD - Ministério da Defesa

• MDS - Ministério do Desenvolvimento Social • MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário • MDTX - Movimento em Defesa da Transamazônica Xingu • MEC - Ministério da Educação e Cultura • Meiam - Movimento Estudantil Indígena da Amazônia • Meiascam - Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas • Mesa - Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome • Meva - Missão Evangélica da Amazônia • MG - Minas Gerais • MIA - Missão Anchieta • MIN - Ministério da Integração Nacional • Minc - Ministério da Cultura • MJ - Ministério da Justiça • MMA - Ministério do Meio Ambiente • MN - Museu Nacional • MNP - Movimento Nacional dos Produtores • MNT - Missão Novas Tribos • MNTB - Missão Novas Tribos do Brasil • MP - Medida Provisória • MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores de Rondônia • MPCl - Mesa Permanente de Coordenação Interadministrativa • MPE - Ministério Público Estadual • MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi • MPF - Ministério Público Federal • MS - Mato Grosso do Sul • MS - Ministério da Saúde • MSF - Médicos Sem Fronteira • MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra • MT - Mato Grosso • MW - Megawatts • Naturatins - Órgão do Tocantins responsável pelo meio ambiente • Nawa - Núcleo de Apoio aos Waimiri-Atroari • NCI - Núcleo de Cultura Indígena • NDI - Núcleo de Direitos Indígenas • NE - Nordeste • NEI - Núcleo de Educação Indígena • Nepo/Unicamp - Núcleo de Estudos da População • NHII/USP - Núcleo de História Indígena e de Indigenismo • NuTI-Pronex - Núcleo de Transformações Indígenas/Programas de Apoio a Núcleos de Excelência do CNPq • OAB - Ordem dos Advogados do Brasil • OAEYRG - Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório • Ocaej - Organização Comunitária Agroextrativista Jaminawa • Ocas - Organização dos Cambebas do Alto Solimões • Ociarn - Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro • OEA - Organização dos Estados Americanos • Oesp - O Estado de S. Paulo • OGCCIPC - Organização Geral dos Caciques e Comunidades Indígenas do Povo Cocama • OGPTB - Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues • Oibi - Organização Indígena da Bacia do Içana • Oici - Organização Indígena do Centro de Iauaretê • OIT - Organização Internacional do Trabalho • OMC - Organização Mundial de Comércio • Omir - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima • Ompi - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

• OMS - Organização Mundial de Saúde • ONG - Organização Não-Governamental • Onic - Organização Nacional Indígena da Colômbia

• ONU - Organização das Nações Unidas • Opan - Operação Amazônia Nativa • Opiac - Associação dos Professores Indígenas do Acre • Opim - Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia • Opimo - Organização dos Professores Indígenas do Oiapoque • Opimp - Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus • Opipam - Organização do Povo Indígena Parintintim do Amazonas

• Opir - Organização dos Professores Indígenas de Roraima • Opire - Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira • Opirj - Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá • Opiro - Organização de Professores Índios de Rondônia • Opitar - Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá • Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público • OTM - Organização Torú M'au • PA

- Pará • PAB - Piso de Atenção Básica • PAC - Pronto Atendimento ao Cidadão • Paca - Proteção Ambiental Cacoalense • Padec - Programa de Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas • PAI - Programa de Alfabetização Indígena • Paif - Programa de Atenção Integral à Família • PAR - Programa de Artesanato Indígena (Roraima) • Parna - Parque Nacional • PB - Paraíba • PBA - Plano Básico Ambiental • PBF - Programa Bolsa Família • PC do B - Partido Comunista do Brasil • PCH - Pequena Central Hidrelétrica • PCN - Programa Calha Norte • PDA - Programa de Projetos Demonstrativos • PDI - Projetos Demonstrativos Indígenas • PDL - Projeto de Decreto Legislativo • PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (MMA) • PDS - Partido Democrático Social • PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá • PDT - Partido Democrático Trabalhista • PE - Pernambuco • PEC - Projeto de Emenda Constitucional • PEF - Pelotões Especiais de Fronteira • PEI - Programa de Educação Intercultural da CCPY • Pemo - Projeto Equipe Meri Ore • Pesacre - Grupo de Pesquisas e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre • Pest - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro • Petrobrás - Petróleo Brasileiro S. A. • PF - Polícia Federal • PFL - Partido da Frente Liberal • PGC - Projeto Grande Carajás • PGR - Procuradoria-Geral da República • PI - Posto Indígena • PIA - Parque Indígena do Araguaia

• PIB - Programa Povos Indígenas no Brasil • PIEI-MG - Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais • PIN - Plano de Integração Nacional • Pineb/UFBA - Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro • PIT - Parque Indígena do Tumucumaque • PIV - Posto Indígena de Vigilância • PIX - Parque Indígena do Xingu • PL - Projeto de Lei • PL - Partido Liberal • Planaflo - Plano Agropecuário e Floresta de Rondônia • Planfor - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador • PM - Polícia Militar • PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro • PNA - Parque Nacional do Araguaia • PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

• PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola • PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde • PNE - Plano Nacional de Educação

• PNF - Plano Nacional de Florestas (MMA) • PNLD - Programa Nacional do Livro Didático • PNP - Parque Nacional do Pico da Neblina

• PNSD - Parque Nacional da Serra do Divisor • Pnud - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento • PP - Partido Progressista • PPA - Plano Plurianual • PPB - Partido Progressista Brasileiro • PP-G7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras - Grupo dos Sete • PPS - Partido Popular Socialista • PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal Brasileira • PR - Paraná • PRDIS-RN - Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro • Prad - Plano de Recuperação das Áreas Degradadas • PRF - Polícia Rodoviária Federal • Procarn/USP - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental

• Procambix - Programa de Compensação Ambiental Xerente • Prodeagro - Projeto de Desenvolvimento Agroflorestal de Mato Grosso

• Prodes - Programa de Avaliação do Desflorestamento na Amazônia Legal (Inpe) • Prolind - Programa de Apoio à Educação Superior e Licenciaturas Indígenas (MEC) • Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar • Pronesp - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Nova Esperança (Roraima) • Prouni - Programa Universidade para Todos • PSB - Partido Socialista Brasileiro • PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira • PSF - Projeto de Mineração São Francisco • PSL - Partido Social Liberal • PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado • PSW - Programa de Saúde Waiãpi • PSY - Plan de Saude Yanomami (Venezuela) • PT - Partido dos Trabalhadores • PTB - Partido Trabalhista Brasileiro • Puma - Sociedade de Proteção e Utilização do Meio Ambiente • PV - Partido Verde • PVN - Programa de Vigilância Nutricional • PWA - Programa Waimiri-Atroari • Radam - Radar da Amazônia • RAN/Ibama - Centro de Conservação e Manejo de Reptéis e Anfíbios • RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas • Resex - Reserva Extrativista • RFF - Rainforest Foundation • RFFI - Rainforest Foundation International • RI - Reserva Indígena • Rima - Relatório de Impacto Ambiental • RJ - Rio de Janeiro • RO - Rondônia • RR - Roraima • RS - Rio Grande do Sul • RSS - Terra Indígena Raposa/Serra do Sol • SAF - Sistema Agroflorestal • Saga - Sociedade Amigos do Garapu • SBEP - Sociedade Brasileira de Educadores pela Paz • SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria • SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência • SC - Santa Catarina • SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário • SE - Sergipe • Seama - Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente do Espírito Santo • Seater - Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Acre • Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa • Secad/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade • Secitec - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso • Secoya - Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami • Seduc - Secretaria Estadual de Educação • SEF - Secretaria de Ensino Fundamental • Sefe - Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo • SEI - Secretaria de Estado do Índio (Roraima) •

JORNAIS DIÁRIOS

A Crítica – Manaus - AM
 A Gazeta – Cuiabá - MT
 A Gazeta – Rio Branco - AC
 A Gazeta – Vitória - ES
 A Notícia – Florianópolis - SC
 A Região – Itabuna - BA
 A Tarde – Salvador - BA
 A Tribuna – Rio Branco - AC
 A Tribuna – Santos - SP
 Amazonas em Tempo – Manaus - AM
 ANcapital – Florianópolis - SC
 Boa Vista News – Boa Vista - RR
 Brasil de Fato – São Paulo - SP
 Brasil Norte – Boa Vista - RR
 Campo Grande News - MS
 Capital News – Campo Grande - MS
 Correio Braziliense – Brasília - DF
 Correio da Bahia – Salvador - BA
 Correio da Paraíba – João Pessoa - PB
 Correio do Estado – Campo Grande - MS
 Correio do Povo – Porto Alegre - RS
 Correio do Tocantins – Belém - PA
 Diário Catarinense – Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia – Porto Velho - RO
 Diário da Manhã – Goiânia - GO
 Diário de Cuiabá – Cuiabá - MT
 Diário de MS – Dourados - MS
 Diário de Pernambuco – Recife - PE
 Diário do Amapá – Macapá - AP
 Diário do Amazonas – Manaus - AM
 Diário do Grande ABC – Santo André - SP
 Diário do Nordeste – Fortaleza - CE
 Diário do Pará – Belém - PA
 Diário Oficial da União (DOU) – Brasília - DF
 Diário Popular – Maceió - AL
 Estadão do Norte – Porto Velho - RO
 Estado de Minas – Belo Horizonte - MG
 Folha de Boa Vista – Boa Vista - RR
 Folha do Amapá – Macapá - PA
 Folha do Estado – Cuiabá - MT
 Folha do Progresso – Novo Progresso - PA
 Folha Popular – Palmas - TO
 FSP (Folha de S. Paulo) – São Paulo - SP
 Gazeta de Alagoas – Maceió - AL
 Gazeta de Cuiabá – Cuiabá - MT
 Gazeta de Santarém – Santarém - PA
 Gazeta do Povo – Curitiba - PR
 Gazeta Mercantil – São Paulo - SP
 Hoje em Dia – Belo Horizonte - MG
 Jornal do Amapá – Macapá - AP
 Jornal do Brasil – Rio de Janeiro - RJ (JB)
 Jornal do Comércio – Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Tocantins – Palmas - TO
 Jornal Século Diário – Vitória - ES
 Notícias da Hora – Rio Branco - AC
 O Estado do Paraná – Curitiba - PR
 O Globo – Rio de Janeiro - RJ
 O Imparcial – São Luís - MA

O Liberal – Belém - PA
 O Norte – João Pessoa - PB
 O Paraense – Belém - PA
 O Popular – Goiânia - GO
 O Povo – Fortaleza - CE
 O Rio Branco – Rio Branco - AC
 Oesp (O Estado de São Paulo) – São Paulo - SP
 Página 20 – Rio Branco - AC
 Tribuna da Bahia – Salvador - BA
 Tribuna de Alagoas – Maceió - AL
 Tribuna de Imprensa – Rio de Janeiro - RJ
 Valor Econômico – São Paulo - SP
 Zero Hora – Porto Alegre - RS

JORNAIS ON-LINE

24 Horas News – Cuiabá - MT
 Dourados News – Dourados - MS
 DouradosAgora – Dourados - MS
 Jornal da Globo On-line – São Paulo - SP
 Midiamax News - MS
 Midianews – Cuiabá - MT
 MS Notícias – Campo Grande - MS
 Paraná On Line – Curitiba - PR
 Rondoniagora – Porto Velho - RO
 Rondonotícias – Porto Velho - RO

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Agência Brasil – Brasília - DF
 Agência Câmara – Brasília - DF
 Agência Carta Maior – São Paulo - SP
 Agência Estado – São Paulo - SP
 Agência Folha – Manaus - AM
 Agência Goiana de Comunicação – Goiânia - GO
 Agência Informes – Brasília - DF
 Ambiente Brasil – Curitiba - PR
 O Eco – Rio de Janeiro - RJ
 Radiobrás – Brasília - DF
 Radio Nacional – Brasília - DF

SITES E PORTAIS

Amazonia.org.br – São Paulo - SP
 Amigos da Terra – São Paulo - SP
 Centro de Mídia Independente – São Paulo - SP
 Coiab – Manaus - AM
 Ecoporé – Porto Velho - Rondônia
 Embrapa – Brasília - DF
 Estação Vida – Alta Floresta - MT
 Funai – Brasília - DF
 Ibama – Brasília - DF
 ISA (Notícias Socioambientais) – São Paulo - SP
 Mídia Global – São Paulo - SP
 Ministério do Meio Ambiente – Brasília - DF
 Observatório da Imprensa on line – São

Paulo - SP
 Partido dos Trabalhadores – São Paulo - SP
 Portal Verdes Mares – Fortaleza - CE
 Seduc MT (Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso) – Cuiabá - MT
 STF (Supremo Tribunal Federal) – Brasília - DF
 Terra – São Paulo - SP
 UOL – São Paulo - SP
 Via Ecológica – Brasília - DF

REVISTAS E PERIÓDICOS

CCPY (Boletim Update) – São Paulo - SP
 Ciência Hoje online – Rio de Janeiro - RJ
 Cimi (Informe) – Brasília - DF
 CIR (Informe) – Boa Vista - RR
 Fase Notícias – Rio de Janeiro - RJ
 Inesc (Informe) – Brasília - DF
 Infoirn – São Gabriel da Cachoeira - AM
 Jornal Pessoal – Belém - PA
 Porantin (Cimi) – Brasília - DF
 Revista Caros Amigos – São Paulo - SP
 Revista Época – São Paulo - SP
 Yuimaki, Um Jornal Indígena do Acre – Rio Branco - AC

DOCUMENTOS OFICIAIS

Atas
 Cláusulas
 Decretos
 Despachos
 Memorandos
 Ofícios
 Pareceres
 Portarias
 Processos
 Relatórios
 Sentenças

OUTROS DOCUMENTOS

ÍNDICE REMISSIVO DE POVOS

EM QUE CAPÍTULO ENCONTRO INFORMAÇÕES SOBRE O POVO... ?

POVO	CAPÍTULO	Enawenê-Nawê	Oeste do Mato Grosso
Aikanã	Rondônia	Fulni-ô	Nordeste
Ajuru	Rondônia	Galibi Marworno	Amapá/Norte do Pará
Akuntsu	Rondônia	Galibi do Oiapoque	Amapá/Norte do Pará
Amanayé	Sudeste do Pará	Gavião (Digüt)	Rondônia
Amondawa	Rondônia	Gavião (Parkatejê)	Sudeste do Pará
Anambé	Sudeste do Pará	Gavião (Pukobyê)	Goiás/Tocantins/Maranhão
Aparáí	Amapá/Norte do Pará	Guajá	Goiás/Tocantins/Maranhão
Apiaká	Tapajós/Madeira e Oeste do Mato Grosso	Guajajara	Goiás/Tocantins/Maranhão
Apinayé	Goiás/Tocantins/Maranhão	Guarani Sul e	Sudeste do Pará, Leste, Mato Grosso do Sul
Apolima-Arara	Acre	Guató	Mato Grosso do Sul
Apurinã	Juruá/Jutaí/Purus e Rondônia	Hixkaryana	Amapá/Norte do Pará e Roraima - Mata
Aranã	Leste	Ikpeng	Parque Indígena do Xingu
Arapaso	Noroeste Amazônico	Ingarikó	Roraima - Serra e Lavrado
Arara Apolima	Acre	Iranxe	Oeste do Mato Grosso
Arara Karo	Rondônia	Jabuti	Rondônia
Arara (Ukarãgmã)	Sudeste do Pará	Jamamadi	Juruá/Jutaí/Purus
Arara (Shawanawa)	Acre	Jarawara	Juruá/Jutaí/Purus
Arara do Aripuanã	Rondônia	Javaé	Goiás/Tocantins/Maranhão
Araweté	Sudeste do Pará	Jenipapo Kanindé	Nordeste
Arikapu	Rondônia	Jiripancó	Nordeste
Aruá	Rondônia	Juma	Juruá/Jutaí/Purus
Ashaninka	Acre	Kaapor	Goiás/Tocantins/Maranhão
Asurini do Tocantins	Sudeste do Pará	Kadiwéu	Mato Grosso do Sul
Asurini do Xingu	Sudeste do Pará	Kaiabi	Parque Indígena do Xingu, Tapajós/Madeira e Oeste do Mato Grosso
Atikum	Nordeste	Kaimbé	Nordeste
Avá-Canoeiro	Goiás/Tocantins/Maranhão	Kaingang	Sul
Aweti	Parque Indígena do Xingu	Kaixana	Solimões
Bakairi	Leste do Mato Grosso	Kalapalo	Parque Indígena do Xingu
Banawa-Yafi	Juruá/Jutaí/Purus	Kamayurá	Parque Indígena do Xingu
Baniwa	Noroeste Amazônico	Kamba	Mato Grosso do Sul
Bará	Noroeste Amazônico	Kambeba	Solimões
Barasana	Noroeste Amazônico	Kambiwá	Nordeste
Baré	Noroeste Amazônico	Kanamanti	Juruá/Jutaí/Purus
Bororo	Leste do Mato Grosso	Kanamari	Solimões, Juruá/Jutaí/Purus e Javari
Chamacoco	Mato Grosso do Sul	Kanela	Goiás/Tocantins/Maranhão
Chiquitano	Oeste do Mato Grosso	Kanindé	Nordeste
Cinta Larga	Rondônia	Kanoê	Rondônia
Coripaco	Noroeste Amazônico	Kantanawa	Acre
Deni	Juruá/Jutaí/Purus	POVO	CAPÍTULO
Desana	Noroeste Amazônico	Kantaruré	Nordeste
Djahoi	Tapajós/Madeira		
POVO	CAPÍTULO		

ÍNDICE REMISSIVO DE POVOS

Kapinawá	Nordeste	Maxakali	Leste
Karajá	Goiás/Tocantins/Maranhão	Mehinako	Parque Indígena do Xingu
Karapanã	Noroeste Amazônico e Solimões	Mynky	Oeste do Mato Grosso
Kararaô	Sudeste do Pará	Miranha	Solimões
Karapotó	Nordeste	Miriti Tapuia	Noroeste Amazônico
Karipuna	Amapá/Norte do Pará e Rondônia	Munduruku	Tapajós/Madeira, Sudeste do Pará e Oeste do Mato Geosso
Kariri-Xocó	Nordeste	Mura	Solimões e Tapajós/Madeira
Karitiana	Rondônia	Mura Pirahã	Tapajós/Madeira
Karuazu	Nordeste	Nahukwá	Parque Indígena do Xingu
Katuena	Amapá/Norte do Pará e Roraima - Mata	Nambikwara	Rondônia e Oeste do Mato Grosso
Katukina	Juruá/Jutaí/Purus	Nawa	Acre
Katukina (Pano)	Acre	Naruvoto	Parque Indígena do Xingu
Katxuyana	Amapá/Norte do Pará	Nukini	Acre
Kaxarari	Juruá/Jutaí/Purus	Ofaié-Xavante	Mato Grosso do Sul
Kaxinawá	Acre	Orowin	Rondônia
Kaxixó	Leste	Paiaku	Nordeste
Kayapó	Sudeste do Pará	Palikur	Amapá/Norte do Pará
Kinikinau	Mato Grosso do Sul	Panará	Sudeste do Pará
Kiriri	Nordeste	Pankararé	Nordeste
Kisêdjê	Parque Indígena do Xingu	Pankararu	Nordeste
Kokama	Solimões	Pankaru	Nordeste
Kontanawa	Acre	Parakanã	Sudeste do Pará
Korubo	Javari	Pareci	Oeste do Mato Grosso
Krahô	Goiás/Tocantins/Maranhão	Parintintin	Tapajós/Madeira
Krahô Kanela	Goiás/Tocantins/Maranhão	Patamona	Roraima - Serra e Lavrado
Krenak	Leste	Pataxó	Leste
Krikati	Goiás/Tocantins/Maranhão	Pataxó Hã-hã-hãe	Leste
Kubeo	Noroeste Amazônico	Paumari	Juruá/Jutaí/Purus
Kuikuro	Parque Indígena do Xingu	Pipipã	Nordeste
Kujubim	Rondônia	Pirahã	Tapajós/Madeira
Kulina	Javari, Juruá/Jutaí/Purus e Acre	Piratapuia	Noroeste Amazônico
Kulina Pano	Javari	Pitaguari	Nordeste
Kuripaco	Noroeste Amazônico	Potiguara	Nordeste
Kuruaia	Sudeste do Pará	Poyanawa	Acre
Kwazá	Rondônia	Puruborá	Rondônia
Manchineri	Acre	Rikbaktsa	Oeste do Mato Grosso
Macurap	Rondônia	Sakirabiap (Mekem)	Rondônia
Maku	Noroeste Amazônico	Sateré-Mawé	Tapajós/Madeira
Makuna	Noroeste Amazônico	Shanenawa	Acre
Makuxi	Roraima - Serra e Lavrado	Siriano	Noroeste Amazônico
Marubo	Javari	Suruí Aikewara	Sudeste do Pará
Matipu	Parque Indígena do Xingu	POVO	CAPÍTULO
Matis	Javari	Suruí Païter	Rondônia
POVO	CAPÍTULO	Tabajara	Goiás/Tocantins/Maranhão
Matsés (Mayoruna)	Solimões e Javari		

Tapayuna	Parque Indígena do Xingu	Wajápi	Amapá/Norte do Pará
Tapéba	Nordeste	Waimiri Atroari	Roraima - Mata
Tapirapé	Goiás/Tocantins/Maranhão	Wanano	Noroeste Amazônico
Tapuia	Goiás/Tocantins/Maranhão	Wapixana	Roraima - Serra e Lavrado
Tariano	Noroeste Amazônico	Warekena	Noroeste Amazônico
Taurepang	Roraima - Serra e Lavrado	Wari-Pakaa Nova	Rondônia
Tembé nhão	Sudeste do Pará e Goiás/Tocantins/Mara- nhão	Wassu	Nordeste
Tenharim	Tapajós/Madeira	Waurá	Parque Indígena do Xingu
Terena so e	Mato Grosso do Sul, Leste do Mato Gros- so e Sul	Wayana	Amapá/Norte do Pará
Ticuna	Solimões	Witoto	Solimões
Tingui Botó	Nordeste	Xakriabá	Leste
Tiriyó	Amapá/Norte do Pará	Xambioá	Goiás/Tocantins/Maranhão
Torá	Tapajós/Madeira	Xavante	Leste do Mato Grosso
Tremembé	Nordeste	Xerente	Goiás/Tocantins/Maranhão
Truká	Nordeste	Xetá	Sul
Trumai	Parque Indígena do Xingu	Xikrin	Sudeste do Pará
Tsohom Djapá	Javari	Xipaia	Sudeste do Pará
Tukano	Noroeste Amazônico	Xokó	Nordeste
Tumbalalá	Nordeste	Xokleng	Sul
Tupari	Rondônia	Xukuru	Nordeste
Tupinambá	Leste	Xukuru Kariri	Nordeste
Tupiniquim	Leste	Yanomami	Roraima - Mata
Turiwara	Sudeste do Pará	Yawalapiti	Parque Indígena do Xingu
Tuxá	Nordeste	Yaminawa	Acre
Tuyuka	Noroeste Amazônico	Yawanawa	Acre
Umutina	Leste do Mato Grosso	Yekuana	Roraima - Mata
Urubu-Kaapor	Goiás/Tocantins/Maranhão	Yudjá	Sudeste do Pará e Parque Indígena do Xingu
Uru-Eu-Wau-Wau	Rondônia	Zo'é	Amapá/Norte do Pará
Urupá-in	Rondônia	Zoró	Rondônia
POVO	CAPÍTULO	Zuruahã	Juruá/Jutai/Purus
Waiwai	Roraima - Mata, Roraima - Serra e Lavrado e Amapá/Norte do Pará		

- 003 **EM MEMÓRIA**
- 005 **SUMÁRIO**
- 007 **APRESENTAÇÃO**
- 010 **LISTA DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**
- 018 **PALAVRAS INDÍGENAS**
- 018 Entre a aldeia, a cidade e o cosmos. Pensamentos de cinco líderes indígenas – Renato Sztutman
- 020 Davi Kopenawa Yanomami, exigente guardião dos valores de sua cultura – Bruce Albert
- 021 Pensamentos noturnos – Davi Kopenawa Yanomami
- 022 Entre a aldeia e a cidade – Beto Ricardo
- 023 “É preciso fortalecer e avaliar a tradição” – André Baniwa
- 026 Um líder contribuindo para a formação política das novas gerações – Maria Cristina Troncarelli
- 027 Cuidar da saúde não é só tomar remédio. É, também, cuidar da terra – Mairawê Kaiabi
- 030 Demarcar a diferença para realçar a igualdade – Valéria Macedo
- 031 Em vez de desenvolvimento, envolvimento – Timóteo Verá Popyguá
- 034 Lauro Marubo, viajante e conhecedor dos jeitos dos brancos – Pedro de Niemeyer Cesarino
- 035 “É tudo pensamento de pajé” – Lauro Brasil Kene Marubo
- TEMAS**
- 039 **QUEM, ONDE, QUANTOS**
- INDIANIDADE**
- 041 “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” – Entrevista de Eduardo Viveiros de Castro à equipe de edição
- 050 Etnogêneses Indígenas – José Maurício Arruti
- DEMOGRAFIA**
- 055 Povos Indígenas na América Latina estão em processo de crescimento – Marta Maria Azevedo
- DIVERSIDADE**
- 059 As línguas indígenas no Brasil – Aryon Dall’Igna Rodrigues
- ISOLADOS**
- 064 Resistência ao contato – Fany Ricardo
- 069 “O futuro dos índios está intimamente ligado àquilo que nós seremos” – Entrevista de Sydney Possuelo a Beto Ricardo, Márcio Santilli, Oswaldo Braga e Raul Silva Telles do Valle
- 075 **LEGISLAÇÃO**
- DIREITOS INDÍGENAS**
- 077 Contra-ataque conservador – Raul Silva Telles do Valle
- ESTATUTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS**
- 081 Projeto Permanece paralisado desde 1994 – Paulo Celso de Oliveira Pankararu
- APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO 169 DA OIT**
- 082 Brasil e Colômbia: Resultados diferentes para realidades semelhantes – Biviany Rojas Garzón e Raul Silva Telles do Valle
- CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**
- 086 Novos rumos e alternativas de proteção – Fernando Mathias
- 089 Saber tradicional x saber científico – Laymert Garcia dos Santos
- 092 Biopirataria Nacional – Henry Novion
- 096 Os efeitos perversos do regime de propriedade intelectual – Manuela Carneiro da Cunha
- 100 A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais – Juliana Santilli e Laure Empeaire
- 104 A valorização dos produtos indígenas – Juliana Santilli
- 107 **POLÍTICA INDIGENISTA**
- FUNAI**
- 109 “Ser presidente da Funai já é uma glória” – Entrevista de Mércio Pereira Gomes à equipe de edição
- 117 Galeria da crise permanente
- BALANÇO**
- 120 A política indigenista na agenda neoliberal – Saulo Ferreira Feitosa
- 124 Perdas e ganhos no orçamento indigenista do governo federal – Ricardo Verdum
- SAÚDE**
- 131 O novo modelo de atendimento – Fernando Vianna
- 134 Caos e retrocesso – Reportagem especial de Bruno Weis, colaboração de Inês Zanchetta
- 138 “Tratar de índio não é barato” – Entrevista de Paulo Lustosa a Bruno Weis
- 141 Sistema em transição – Carlos E. A. Coimbra Jr., Luiza Garnelo, Paulo César Basta, Ricardo Ventura Santos
- EDUCAÇÃO ESCOLAR**
- 145 Desafios da escolarização diferenciada – Gersem Baniwa
- 151 Escola Indígena: que lugar é esse? – Maria Inês de Almeida
- 155 A trajetória no governo federal – Luís Donisete Benzi Grupioni

161 Acesso e permanência de índios em cursos de nível superior – Renata Gérard Bondim

163 TERRAS INDÍGENAS: DEMARCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

165 Balanço do período – Fany Ricardo

166 A guerra dos números – Artur Nobre Mendes

171 box Fórum avalia desempenho do Governo Lula – Documento do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI)

172 O papel do judiciário – Deborah Duprat

MINERAÇÃO

176 Exploração em TIs ainda não foi regulamentada – Raul Silva Telles do Valle

ARRENDAMENTO

178 Desafios na gestão de terras indígenas – Bruno Weis

CONSERVAÇÃO EM TIS

182 TIs inibem o desmatamento na região da fronteira agrícola – Alicia Rolla

185 Biodiversidade em pauta – Adriana Ramos

187 PROTAGONISMO INDÍGENA

PDPI

189 Projetos para a sustentabilidade das TIs – Fabio Vaz R. de Almeida e Cássio Inglês de Souza

193 Um experiência que poderia dar certo – Gersem Baniwa

VÍDEO

197 Índios somos nós – Andréa França

LITERATURA

200 A escrita e a autoria fortalecendo a identidade – Daniel Munduruku

203 Uma outra história, a escrita indígena no Brasil – Lynn Mario T. Menezes de Souza

209 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MODELO DE DESENVOLVIMENTO

211 Avanço da Fronteira Agrícola ameaça povos indígenas – Márcio Santilli

HIDRELÉTRICAS

219 UHEs de Belo Monte e Rio Madeira não são favas contadas – Verena Glass

SIVAM

221 A caixa preta da geopolítica na Amazônia – Lúcio Flavio Pinto

MILITARES E ÍNDIOS

225 Normas de conduta em terras indígenas na faixa de fronteira – Equipe de edição

REGIÕES GEOGRÁFICAS

233 1. NOROESTE AMAZÔNICO

CIDADE

237 Urbanização e agricultura indígena no alto Rio Negro – Ludvine Eloy e Cristiane Lasmar

239 box Cucuí, povoado Baré – Foirn/ISA

240 box São Gabriel da Cachoeira terá Plano Diretor – Bruno Weis

243 box Exclusão sócio-cultural pode ter levado jovens ao suicídio em São Gabriel – Cristiane Lasmar, Marta Azevedo e Andreza Andrade

PATRIMÔNIO IMATERIAL

244 Iauaretê, Cachoeira da Onça – Geraldo Andrello

ESCOLAS INDÍGENAS

249 Experiências de autonomia e gestão – Flora Dias Cabalzar

253 box Tuyuka participam de oficina de malocas – Aloísio Cabalzar

OUTRO LADO DA FRONTEIRA

254 El camino de las Entidades Territoriales Indígenas (ETIs) en la Amazonía colombiana – Maria Camila Rivera e Silvia Gómez

257 Lideranças do Tiquié estreitam laços com o Pirá-Paraná, Colômbia -- Aloísio Cabalzar

EXTRATIVISMO

260 A febre do cipó titica – Andreza Andrade

MANEJO SUSTENTÁVEL

263 Prática Intercultural no Rio Tiquié – Aloísio Cabalzar

264 box Peixe é gente – Marcelo Leite (FSP, 31/07/05)

PISCICULTURA

267 Projeto piloto mostra resultados positivos – Mauro Cornacchioni Lopes, Pieter van der Veld, Renata Eiko Minematsu

SAÚDE

269 Crise no DSEI do Rio Negro – Hernani Guimarães e Yéssica Milagres

271 box A Malária segundo os Tukano – Gabriel Gentil

274 box Parceria DSEI e Expedicionários da Saúde: bons resultados – Ana Laura Junqueira

275 Perspectivas para os Hupd'äh – Marina Machado

Aconteceu

278 Geral

282 Programa regional

284 Saúde

286 Educação

- 287 Transfronteira
 288 Alto Rio Negro/Xié
 290 Médio Rio Negro
 293 Içana/Aiari
 295 Uaupés/Tiquié
- 299 2.1. RORAIMA SERRA E LAVRADO**
- TI RAPOSA SERRA DO SOL
- 303 Dilemas do reconhecimento de um território indígena – Paulo Santilli
 306 box Regime de dupla afetação é debatido em assembleias – Ricardo Burg Mlynarz
TI SÃO MARCOS
 307 Autonomia indígena em laboratório – Eduardo Almeida
OUTRO LADO DA FRONTEIRA
 310 Povo Pemón na Venezuela pede justiça – Carta de família Pemón Lanz
 Aconteceu
 312 TI Raposa Serra do Sol/Demarcação
 322 TI Raposa Serra do Sol/Mineração
 322 6º Pelotão Especial de Fronteira
 323 TI São Marcos
 327 Geral
 329 Energia
 329 Saúde
 330 Educação
 331 Makuxi
 332 Wapixana
- 333 2.2. RORAIMA MATA**
- YANOMAMI
 337 “Freezer anthropology” e bioética: o caso do sangue yanomami – Bruce Albert
 339 box MPF trabalha em Roraima para a recuperação das amostras de sangue – Jankiel de Campos
YANOMAMI/GARIMPO
 341 O retorno do caos – Rogério Duarte do Pateo
YANOMAMI/SAÚDE
 346 Nova epidemia de malária – Cláudio Esteves de Oliveira e Deise Alves Francisco
OUTRO LADO DA FRONTEIRA
 348 Mudanças na política indigenista (Yanomami/Venezuela) – José Antonio Kelly e Javier Carrera
TI TROMBETAS/MAPUERA
 351 Última grande TI da Amazônia é reconhecida – Rubem Caixeta de Queiroz
WAIMIRI ATROARI
 354 Rumo à auto-sustentabilidade – Porfírio Carvalho
- YEKUANA/SUICÍDIOS
 356 Diálogos e Diagnósticos – Elaine Moreira
- Aconteceu
 358 Yanomami/Terra
 360 Yanomami/Garimpo
 361 Yanomami/Saúde
 366 Yanomami/Educação
 368 Yanomami/Militares
 370 Yanomami/Recursos genéticos
 371 Yanomami/Geral
 372 Waimiri Atroari
 374 Wai Wai
- 375 3. AMAPÁ/ NORTE DO PARÁ**
- WAJÁPI
 379 Saber tradicional se torna patrimônio da humanidade – Entrevista de Dominique Tilkin Gallois
 a Renato Sztutman
OUTRO LADO DA FRONTEIRA
 384 Modernidade mascarada (Wayana) – Eliane Camargo
ZO'E
 387 A nova “Marcha para o Oeste” – Rosa Cartagenes
 390 Recomendações para a proteção do território – Dominique Tilkin Gallois
PARQUE INDÍGENA DO TUMUCUMAQUE
 392 Povos recuperam antigos locais de moradia – Denise Fajardo Grupioni
POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE
 395 Museu reúne artefatos, saberes e conhecimentos – Lux Vidal
 397 Gestão do patrimônio cultural – Marina Zacchi
 399 Impactos da Eletronorte – Ana Paula Nóbrega da Fonte
 400 box Asfaltamento da BR-156 gera conflitos entre os índios e o Estado – Frederico de Miranda Oliveira
 402 Gestão Ambiental das TIs – Marcio Sztutman
 Aconteceu
 405 Geral
 405 Educação
 406 Saúde
 407 Wajápi
 407 Zo'é
 407 TI Nnhamundá/Mapuera
 408 box Índios isolados: o ponto de vista dos WaiWai – Carlos Dias Jr.
- 409 4. SOLIMÕES**

- MÉDIO SOLIMÕES**
- 415 Nova dinâmica na afirmação de identidades étnicas – Deborah Lima e Paulo Roberto e Souza
- TICUNA**
- 418 20 anos de resistência e conquista – Jussara Gomes Gruber, Sirlene Bendazzoli, Eliete Toledo, Lilavate Izapovits Romanelli, Marly de Souza Barbosa
- 423 Educação Ambiental – João Guilherme Nunes Cruz
- 424 box Lançamento dos cartazes de educação ambiental – Constantino Ramos Lopes Fupeatücü
- 425 O Museu Magüta como articulador de “tradições” e projetos – Regina M. de Carvalho Erthal
- Aconteceu
- 428 Geral
- 430 Ticuna/Massacre da Boca do Capacete
- 430 Saúde
- 431 Educação
- 432 Ticuna/TI Maraitá
- 432 Ticuna/TI Evaré II
- 432 Ticuna/TI Porto Praia
- 432 Kokama/TI Sapotal
- 432 Kokama e Kaixana/TI São Sebastião
- 432 Miranha/TI Cuiu-cuiu
- 433 **5. JAVARI**
- KANAMARI**
- 437 Os outros dos outros – Luiz Costa
- OUTRO LADO DA FRONTEIRA**
- 440 Madeireiros Peruanos detonam o Vale do Javari – Hilton S. Nascimento
- 443 box Os Mayoruna e a vigilância da fronteira – Beatriz de Almeida Matos
- SAÚDE**
- 444 Colapso no atendimento provoca retorno de epidemias – Beatriz de Almeida Matos e Jorge Marubo
- MATIS**
- 446 Desastre sanitário – Hilton S. Nascimento e Philippe Erikson
- MARUBO**
- 449 Epidemias produzem caos social – Elena Monteiro Welper e Pedro de Niemeyer Cesarino
- 451 box Hepatites virais são motivo de alerta – Hilton S. Nascimento e Deyce Cuevas
- Paredes
- Aconteceu
- 453 Geral
- 453 Saúde
- 454 Educação
- 455 Demarcação
- 456 Isolados
- 456 Matis
- 456 Korubo
- 457 **6. JURUÁ/ JUTAI/ PURUS**
- PAUMARI**
- 463 Conquistas e desafios – Oiara Bonilla
- APURINÃ**
- 467 Iniciativa recupera variedades agrícolas perdidas – Flavio Quental Rodrigues, Marinelson de Oliveira Brilhante, João Bosco Nogueira de Queiroz, Fabiana Mongeli Peneireiro
- JARAWARA**
- 470 As dificuldades da vigilância territorial – Fabiana Maizza
- Aconteceu
- 472 Geral
- 472 Saúde
- 473 Apurinã
- 473 Deni
- 474 Kaxarari
- 475 Kulina
- 475 Zuruahã
- 477 **7. TAPAJÓS/ MADEIRA**
- TENHARIM**
- 483 Á margem da Transamazônica – Edmundo Antonio Peggion
- MURA**
- 485 TI Ariramba é regularizada – Eliane da Silva Souza Pequeno
- KAIABI**
- 487 Técnicas de cestaria e tecelagem são retomadas – Aturi Kaiabi e Eroit Kaiabi
- 488 box Manejo de arumã - Pirapy Kaiabi, Tamaraki Kaiabi e Kway'wu Kaiabi
- Aconteceu
- 490 Geral
- 490 Saúde
- 490 TI Coatá-laranjal
- 490 Kaiabi
- 491 Munduruku
- 491 TI Munduruku
- 492 TI Sai-cinza
- 492 Mura
- 492 TI Muritinga
- 492 TI Rio Uurubu
- 493 Sateré-mawé
- 494 Parintintim

- 495 8. SUDESTE DO PARÁ**
KAYAPÓ
501 As relações com a sociedade envolvente – Cássio Inglez de Souza
506 Alternativas econômicas sustentáveis – Bárbara Zimmerman, Adriano Jerozolimski, Vivian Zeidemann
507 box A consolidação do Instituto Raoni – Gustaaf Verswjer e Luis Carlos da Silva Sampaio
XIKRIN DO CATETÉ
509 Mal-entendidos com a Companhia Vale do Rio Doce – César Gordon
PANARÁ
512 De volta para o futuro – Stephan Schwartzman
ARAWETÉ
516 As transformações e o futuro – Renata B. M. de Faria
GUARANI
519 Depois da migração, o reencontro – Maria Inês Ladeira
Aconteceu
521 Geral
521 Saúde
522 Educação
522 Exploração madeireira
523 Kayapó/Geral
524 box Kayapó se articulam contra construção de hidrelétricas no Rio Xingu – Terence Turner
525 TI Kayapó
526 TI Capoto Jarina
526 Kayapó A'ukre/Caso Payakan
526 Kayapó Mekragnoti/TI Baú
528 Kayapó Xikrin do Cateté
530 box O fim da parceria entre o ISA e os Xikrin do Cateté – Inês Zanchetta
531 Panará
532 Parakanã/TI Apyterewa
534 Ararati/TI Cachoeira Seca
535 Ararati/TI Arara
535 Tembê/Alto Rio Guamá
536 TI Tembê
536 Gavião/TI Mãe Maria
538 Suruí/TI Sororó
538 Araweté
538 Amanayé
539 Xipaia
539 Kuruaya
- 541 9. NORDESTE**
TUMBALALÁ
- 547 A Transposição do São Francisco é motivo de preocupação – Ugo Maia Andrade
FULNI-Ô
550 Incertezas na regularização da terra – Peter Schröder
Aconteceu
554 Geral
554 Transposição do Rio São Francisco
555 Alagoas/Geral
555 Jiripancó (AL)
556 Kalankó e Kuruazu (AL)
556 Tingui-Botó (AL)
556 Wassu (AL)
556 Xukuru-Kariri (AL)
556 Bahia/Geral
556 Kiriri (BA)
556 Pankararé (BA)
557 Tuxá (BA)
557 Ceará/Geral
557 Anacé (CE)
558 Jenipapo Kanindé (CE)
558 Pitaguary (CE)
558 Tapeba (CE)
559 Tremembé (CE)
560 Paraíba/Geral
560 Potiguara (PB)
562 Pernambuco/Geral
562 Atikum (PE)
562 Fulni-ô (PE)
562 Kambiwá (PE)
563 Pankararu (PE)
563 Pipipan (PE)
564 Truká (PE)
565 Xukuru (PE)
566 Rio Grande do Norte
566 Xocó (SE)
- 567 10. ACRE**
DEMARCAÇÃO DE TIS
571 Avanços e Impasses – Marcelo Piedrafita Iglesias e Terri Valle de Aquino
OUTRO LADO DA FRONTEIRA
576 Povos indígenas no Brasil e no Peru firmam compromissos – Reprodução de documento
PROTAGONISMO INDÍGENA
579 Os índios e a florestania – Marcelo Piedrafita Iglesias e Terri Valle de Aquino
ASHANINKA/ENTREVISTA
584 “A comunidade indígena tem que fazer a sua gestão” – Entrevista de Francisco Pianko Ashaninka a Ingrid Weber

- e Txai Terri Valle de Aquino
KATUKINA/BR-364
- 586 A história se repete – Edilene Coffaci de Lima
ESCOLA INDÍGENA
- 588 As três frentes de educação no Acre – Vera Olinda Sena e Gleyson Teixeira
KAMPO
- 590 Das florestas acreanas aos grandes centros urbanos – Beatriz Labate e Edilene Coffaci de Lima
Aconteceu
- 592 Geral
- 592 Saúde
- 594 Isolados
- 594 Arara do rio Amônia
- 594 Arara (Shāwāda)
- 595 Ashaninka do rio Amônia
- 596 Kaxinawá
- 596 Kaxinawá/Município de Jordão
- 596 Kaxinawá da Praia do Carapanã
- 597 Kaxinawá do Seringal Curralinho
- 597 Jaminawa
- 597 Manchineri
- 598 Nawa e Nukini
- 598 Poyanawa
- 598 Yawanawá/TI Rio Gregório
- 599 **11. RONDÔNIA**
TI IGARAPÉ LOURDES
- 603 Etnozoneamento e Gestão – Ivaneide Bandeira Car-do-
dozo
AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA
- 607 A monocultura como referência – Edmundo Antonio Peggion
SOBREPOSIÇÃO
- 610 TI Uru-eu-wau-wau e o Parque Nacional de Pacaás Novos – Thiago do Val Simardi Beraldo
Aconteceu
- 612 Geral
- 612 Saúde
- 612 Educação
- 613 Isolados
- 613 Organizações indígenas
- 614 Karipuna
- 614 Karitiana
- 614 Puruborá
- 614 Wari – Pacaás Novo
- 614 TI Rio Branco
- 615 TI Rio Guaporé
- 615 Suruí
- 615 Uru-eu-wau-wau
- 617 Zoró
- 617 Cinta Larga
- 625 **12. OESTE DO MATO GROSSO**
PARECI
- 629 Nos tentáculos do agronegócio – Dan Pasca
ENAWENÊ NAWÊ
- 634 Notícias recentes – Marcio Silva
NAMBIKWARA/TI TIRECATINGA
- 637 A modernidade leva à tradição – François-Michel Le Tourneau e Marcelo Fiorini
NAMBIKWARA/TI SARARÉ
- 639 “Tristes trópicos” no século XXI – Cláudia Tereza Signori Franco
Aconteceu
- 642 Saúde
- 642 Educação
- 642 Terra/Demarcação
- 643 Isolados
- 644 Chiquitano
- 645 Enawenê Nawê
- 645 Iranxe
- 645 Kaiabi
- 646 TI Menky
- 646 Nambikwara/TI Sararé
- 647 Pareci/Geral
- 647 Pareci/TI Estação Pareci
- 647 Pareci/ TI Ponte da Pedra
- 648 Pareci/Estrada e arrendamento
- 649 Rikbaktsa
- 649 Umutina
- 651 **13. PARQUE INDÍGENA DO XINGU**
GESTÃO TERRITORIAL
- 655 As relações políticas entre os povos do PIX – André Villas Boas
- 657 box Expedições de vigilância de fronteira viram rotina no PIX – Paulo Junqueira e Rosely Sanches
PROTAGONISMO
- 659 Organizações indígenas se multiplicam – Paulo Junqueira
EDUCAÇÃO
- 662 Formação de professores e escolas no PIX – Maria Cristina Troncarelli
- 664 box “Quando muda a política, a vida daqui muda também” – Yefuká Kaiabi
SAÚDE
- 665 Desafios do atendimento – Douglas Rodrigues e Sofia Mendonça
- 670 box Hábitos alimentares e saúde bucal no PIX – Eduardo Mattos Biral

- IKPENG**
- 671 Mobilização para resgatar recursos naturais tradicionais – Marcus Vinícius Chamon Schmidt (Topé) e Korotowĩ Ikpeng
- ROÇA E CAPOEIRA**
- 675 Pequi é fruta cultural indígena – Marcus Vinícius Chamon Schmidt (Topé)
- 678 box Sistemas agrícolas tradicionais: proteção ainda não impede privatização, mas pode ajudar no chão – Fernando Batista
- KUIKURO**
- 679 Anos de muita agitação – Bruna Franchetto Aconteceu
- 681 Geral
- 684 Educação
- 685 Saúde
- 686 Alternativas Econômicas
- 686 Conhecimentos tradicionais
- 688 Cabeceiras do Xingu
- 691 PCH Paranatinga II
- 693 Kaiabi
- 694 Kaiabi/TI Batelão
- 695 Kamayurá
- 695 Kuikuru
- 696 Waurá
- 697 14. GOIÁS/TOCANTINS/MARANHÃO**
- TIMBIRA**
- 703 A sustentabilidade do território – Jaime Garcia Siqueira
- AVÁ-CANOEIRO**
- 707 Demarcação indefinida, risco de sobrevivência – Luciano Alves Pequeno
- ILKRIKATI**
- 710 Povo luta pela integridade de sua terra – Maria Elisa Ladeira e Juliana Noletto
- XERENTE**
- 712 Descaminhos do Programa de Compensação Ambiental– Luis Roberto de Paula
- GUAJÁ**
- 715 Perspectivas no início do milênio – Louis Carlos Forline e Uirá Felipe Garcia
- GUAJAJARA**
- 718 Uma triste visita às aldeias – Porfírio Carvalho
- JAVAÉ/ILHA DO BANANAL**
- 720 Transformações em largos passos – Patrícia de Mendonça Rodrigues Aconteceu
- 723 Goiás/Geral
- 723 Avá-Canoeiro
- 723 Karajá de Aruanã
- 724 Tocantins/Geral
- 725 Ilha do Bananal (Javaé e Karajá)
- 727 Krahô-Kanela
- 729 Xerente
- 730 Maranhão/Geral
- 730 Apinayé
- 730 Gavião
- 730 Guajá
- 731 Guajajara
- 732 Kaapor
- 732 Kanela
- 732 Krikati
- 733 15. LESTE DO MATO GROSSO**
- XAVANTE**
- 737 Terras Indígenas sofrem pressão do agronegócio – Luis Roberto de Paula
- 740 A volta para as raízes do Cerrado – Frans Leeuwenberg
- BORORO**
- 743 A morada dos filhos do Sol – Ângela Pappiani Aconteceu
- 745 Geral
- 745 Bakairi
- 746 Bororo/Geral
- 746 Bororo/Jarudore
- 746 Bororo/Tadarinama
- 746 Xavante/Geral
- 747 Xavante/Saúde
- 747 Xavante/Maraiwatsede
- 750 Xavante/Parabubure
- 750 Xavante/Pimentel Barbosa
- 750 Xavante/Sangradouro
- 751 Xavante/São Marcos
- 751 Terena
- 753 16. LESTE**
- MAXAKALI**
- 757 A misteriosa ciência que (en)canta – Rosângela Pereira de Tugny
- PATAXÓ HÃHÃHÃE**
- 761 Ciranda territorial – Maria Rosário G. de Carvalho
- TUPINAMBÁ**
- 764 A luta pela terra – Susana de Matos Viegas Aconteceu
- 767 Saúde
- 767 Krenak
- 767 Maxakali
- 768 Xakriabá

- 768 Kaxixó
 769 Tupiniquim e Guarani
 771 Pataxó Hã-Hã-Hãe
 774 Pataxó/Barra Velha/Monte Pascoal
 778 Pataxó/Corumbauzinho
 778 Pataxó/Aldeia do Cahy
 778 Pataxó/Aldeia do Pequi
 779 Parque Nacional do Descobrimento
 779 Pataxó/Coroa Vermelha
 780 Tupinambá
- 781 17. MATO GROSSO DO SUL**
GUARANI
 787 Conflitos fundiários – Rubem F. Thomaz de Almeida e Alexandra Barbosa da Silva
OUTRO LADO DA FRONTEIRA
 790 Ocupação brasileira no Paraguai ameaça patrimônio indígena – Gladys Casaccia
GUARANI
 792 A relação com a terra – Friedl Paz Grumber
SAÚDE
 795 Mortalidade infantil entre os Kaiowá e Guarani – Antonio Brand e Renata Palópoli Picoli
 Aconteceu
 799 Guató
 799 Ofaié
 799 Kadiweu
 800 Saúde
 805 Educação
 806 Geral/Guarani
 806 Guarani/TI Amambai
 807 Guarani/TI Caarapó
 807 Guarani/TI Dourados
 810 Guarani/TI Guyrá Roká
 811 Guarani/TI Jarara
 811 Guarani/Aldeia Lima Campo
 812 Guarani/TI Nãnde Ru Marangatu
 813 Guarani/Aldeia Limão Verde
 813 Guarani/TI Panambizinho
 814 Guarani/TI Panambi
 814 Guarani/TI Pirajuí
 815 Guarani/TI Porto Lindo/Yvy Katu
 817 Guarani/Potrero-Guaçu
 817 Guarani/TI Taquara
 819 Guarani/Suicídios
 820 Terena/Buriti
 822 Terena/TI Cachoeirinha
 822 Terena/TI Pilade Rebuá
- 823 18. SUL**
GUARANI
- 831 São Paulo na terra dos índios – Maria Inês Ladeira
 833 Obstáculos impedem regularização de Morro dos Cavalos – Ângela Maria de Moraes Bertho
KAINGANG
 836 Arrendamento e privatização da terra indígena – Juracilda Veiga
POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ
 840 Questões atuais – Kimiye Tommasino
 Aconteceu
 844 Rio Grande do Sul/Geral
 846 Santa Catarina/Geral
 847 Paraná/Geral
 848 São Paulo/Geral
 849 Rio de Janeiro/Geral
 849 Guarani/TI Cantagalo (RS)
 849 Guarani/TI Salto Grande do Jacuí (RS)
 849 Guarani/TI São Miguel (RS)
 849 Guarani/Morro dos Cavalos (SC)
 850 Guarani/Cambuí (PR)
 850 Guarani/Iguaçu (PR)
 851 Guarani/Superagui (PR)
 851 Guarani/TI Avá Guarani (PR)
 851 Guarani/TI Ilha da Cotinga (PR)
 851 Guarani/TI Laranjinha (PR)
 851 Guarani/Ilha do Cardoso (SP)
 851 Guarani/Juréia-Itatins (SP)
 852 Guarani/Renascença (SP)
 852 Guarani/Sete Barras (SP)
 852 Guarani/Xixivá-Japuí (SP)
 852 Guarani/TI Barragem e TI Krukutu (SP)
 853 Guarani/TI Boa Vista (SP)
 853 Guarani/TI Itaoca (SP)
 854 Guarani/TI Jaraguá (SP)
 854 Guarani/TI Ribeirão Silveira (SP)
 854 Kaingang/Morro do Osso (RS)
 855 Kaingang/TI Borboleta (RS)
 855 Kaingang/TI Cacique Doble (RS)
 855 Kaingang/TI Guarita (RS)
 856 Kaingang/TI Ligeiro (RS)
 856 Kaingang/TI Nonoai (RS)
 856 Kaingang/TI Rio dos Índios (RS)
 856 Kaingang/TI Serrinha (RS)
 856 Kaingang/TI Ventarra (RS)
 857 Kaingang/TI Votouro (RS)
 857 Kaingang/TI Xapecó (SC)
 858 Kaingang/TI Kaingang da Aldeia Condá (SC)
 858 Kaingang/TI Pinhal (SC)
 858 Kaingang/TI Toldo Chimbangue (SC)
 858 Kaingang/TI Toldo Imbu (SC)
 859 Kaingang/TI Apucarana (PR)
 859 Kaingang/TI Marrecas (PR)
 859 Kaingang/TI Rio das Cobras (PR)
 859 Xokleng
 860 Xetá

CONTRACAPA

CAPA

PÁGINA DE ROSTO

3	2	7	1
4			
5			
6			

1	2	3
		4
		5
6		7

1. Coube aos Xavante e Timbira, povos indígenas do Cerrado, o gesto simbólico mais marcante do período, ao promoverem sua tradicional corrida de toras (de buriti) em plena avenida Paulista, em São Paulo, para denunciar o cerco de suas terras e a degradação dos seus entornos pelo avanço do agronegócio.

[ver págs. 629 e 737]

TUCA VIEIRA/FOLHA IMAGEM, SET. 2004

2. As matas que protegiam as nascentes e cursos dos principais afluentes formadores da Bacia do Xingu foram praticamente dizimadas nos últimos cinco anos pelo crescimento avassalador da pecuária e, secundariamente, da lavoura de soja para exportação, afetando negativamente a vida nas aldeias do Parque Indígena do Xingu. O alerta dos índios do Xingu serviu de mote para a Campanha Y Ikatu Xingu, que está mobilizando os vários atores regionais ao redor de uma agenda positiva para salvar a água boa de um dos rios mais importantes da zona de transição do Cerrado para a Amazônia. [ver pág. 211]

3 e 6. Respectivamente: queimada da floresta no município São José do Xingu, em 2003; e remoção de toda a cobertura vegetal, plantação e colheita da soja no município de Querência (MT), em 2004.

ANDRÉ VILLAS-BÔAS/ISA

4. Ikpeng em filmagem do vídeo "Meu primeiro contato", de 2005.

VINCENT CARELLI

5. Vista aérea da aldeia Ipatse, dos Kuikuro.

PEDRO MARTINELLI/ISA

7. O cocar kayapó confeccionado com a técnica de praxe, porém com canudinhos de plástico no lugar das penas de arara, papagaio e mutum. [ver pág. 7]

1. Artesão indígena imprime estampa em banco Tukano, tradição milenar dos bomens da etnia Tukano, que vivem no rio Tiquié.

[Noroeste Amazônico, pág. 298]

ALOISIO CABALZAR/ISA

2. Índio Matis participa da II edição dos Jogos Indígenas em Guairá, no Paraná. O otimismo da foto, no entanto, não reflete a situação atual desse povo, que vem enfrentando uma grave epidemia de hepatite B na Bacia do Javari. [Javari, pág. 446]

ALDO DIAS/ME, 1999

3. Selo dos Correios em homenagem a Orlando Villas Bôas

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

4. [ver informações sobre a capa]

5. Crianças Cinta Larga brincam em garimpo ilegal de diamantes na TI Parque Aripuanã. Em 2004, conflito entre esse povo e garimpeiros resultou na morte de 29 garimpeiros. O episódio teve grande repercussão na mídia nacional. [Rondônia, pág. 617]

ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM, 2004

6. O clima de tensão entre os Guarani e os fazendeiros no Mato Grosso do Sul tem recrudescido nos últimos anos: os conflitos têm se mostrado mais violentos, frequentemente belicosos e com mortes. Na imagem, retrato de Guarani Kaiowá em ocupação de fazendas no município de Japorá. [Mato Grosso do Sul, págs. 787 e 815]

DAVID MAJELA, 2004

7. A lógica de proteção nas leis de propriedade intelectual privatiza o conhecimento segundo leis exclusivistas de mercado, o que é incompatível com a lógica de compartilhamento e livre circulação do saber tradicional. Assim, torna-se necessário traçar novos rumos para a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Na foto, mulher indígena de lauretê, alto rio Uaupés, mostra raízes usadas para tingir a fibra de tucum.

[Legislação, pág. 86]

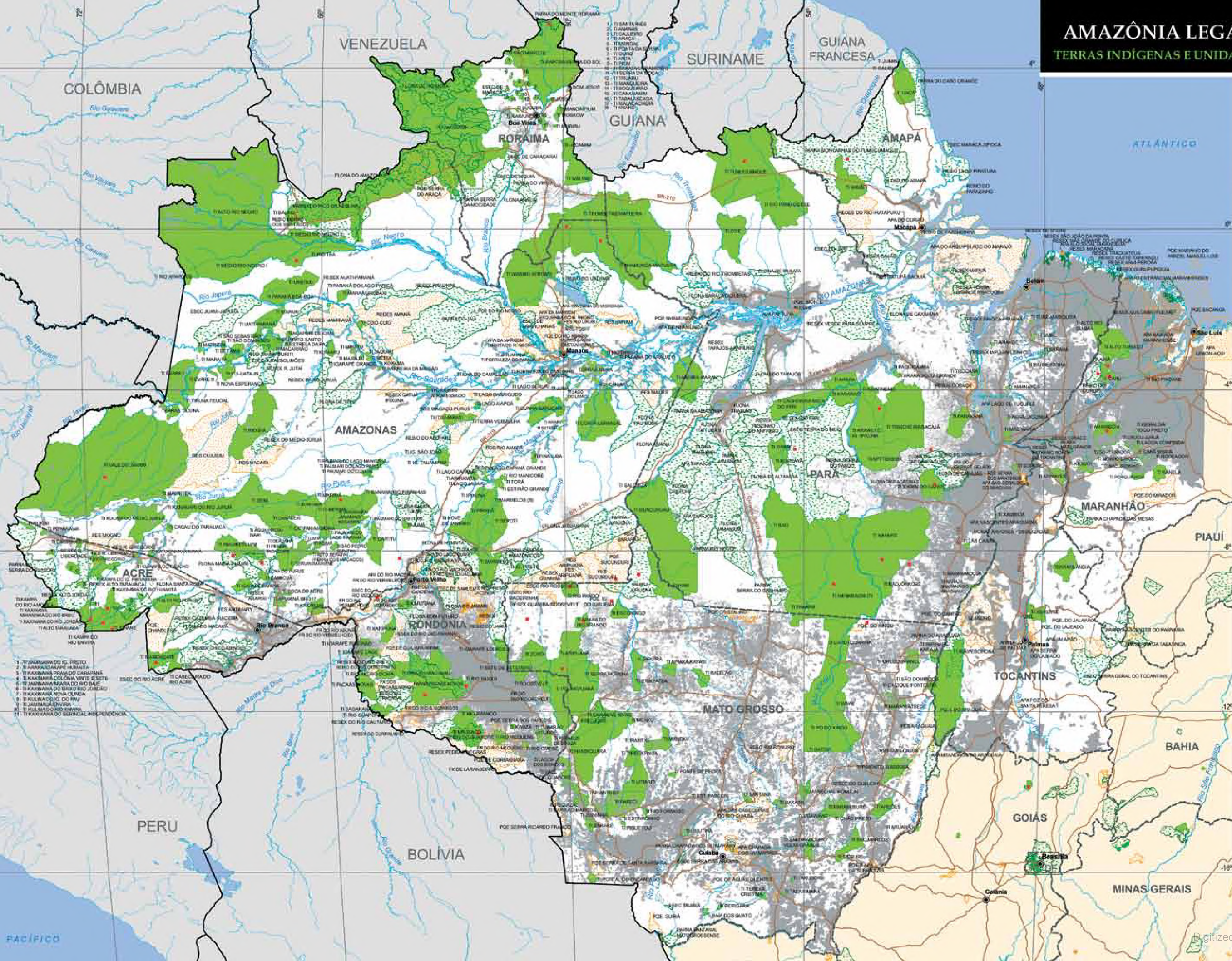
SÔNIA LORENZI/ISA

impressão e acabamento
Neoband Soluções Gráficas, SP, Brasil

tiragem desta edição
3.000 exemplares

AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



ÁREAS PROTEGIDAS

Fonte: Instituto Socioambiental, julho de 2008

- Terra Indígena
- Unidade de Conservação Federal
- Unidade de Conservação Estadual

Demarcação de Terras com menos de 3.000 ha, base contendo as Terras sem patrimônio delimitado e não representadas por um símbolo

■ referência a índios isolados

ÁREAS ANTROPIZADAS

Fontes: ÁREAS ANTROPIZADAS: Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, IBGE, 1997
DESAFETAMENTO EM ÁREAS FLORESTADAS: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Prodes, www.ibt.inpe.br, acessado em 2005

■ Antropismo e desmatamento

— estradas principais

● capitais



Instituto Socioambiental